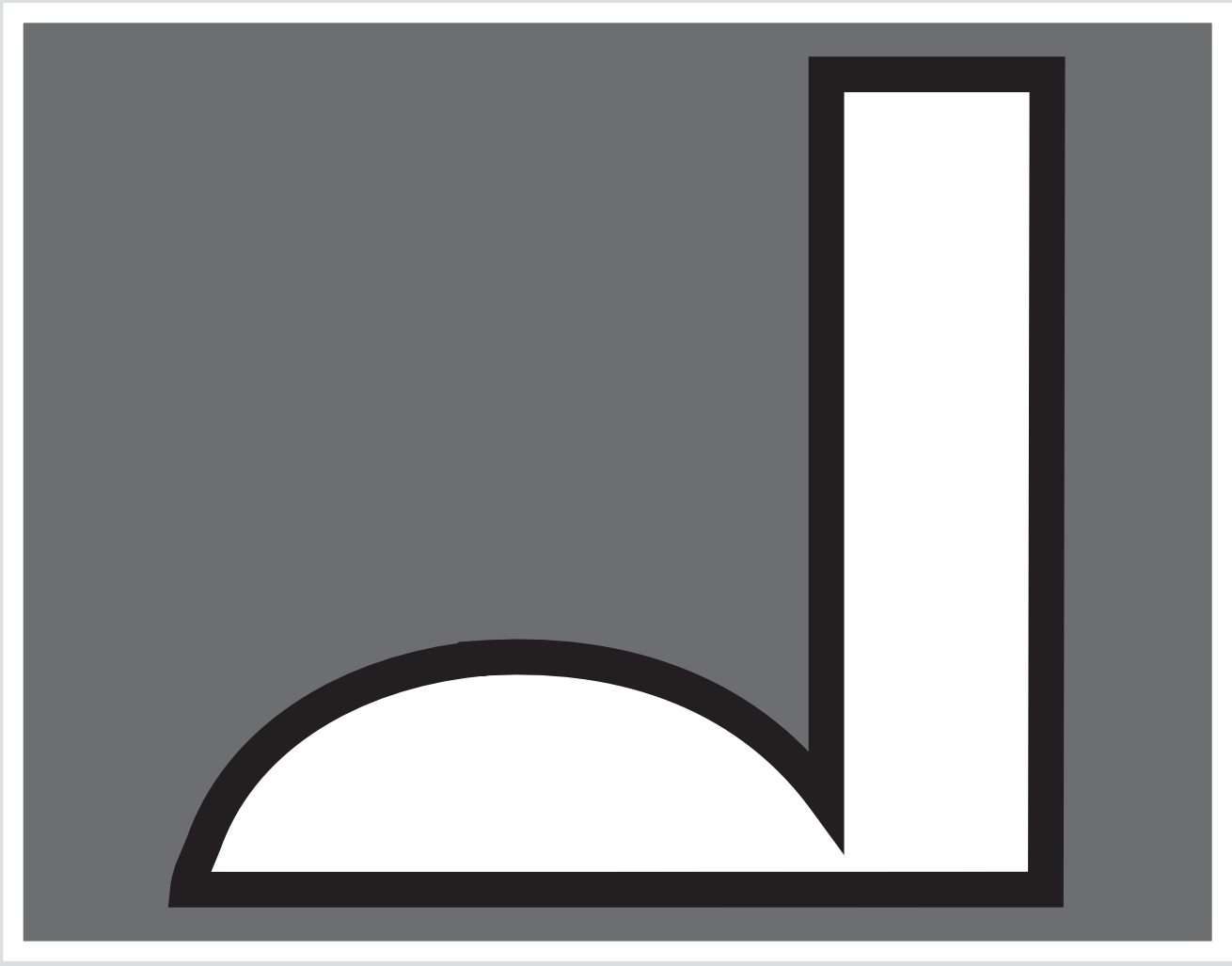
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

Resenha Mensal (art. 269, II, do RISF)
(período de 1º a 30 de abril de 2009)
e
Atas de Comissões Permanentes e suas Subcomissões

ANO LXIV – SUP. AO Nº 58 – TERÇA-FEIRA, 5 DE MAIO DE 2009 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
Marconi Perillo - (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE
Serys Slhessarenko - (PT-MT)
1º SECRETÁRIO
Heráclito Fortes - (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
3º SECRETÁRIO
Mão Santa- (PMDB-PI)
4º SECRETÁRIO
Patrícia Saboya - (PDT-CE)

Suplentes de Secretário
1º - César Borges - (PR-BA)
2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇAS

Maioria (PMDB/PP) - 19

Líder
Renan Calheiros - PMDB

Vice-Líderes
Valdir Raupp
Paulo Duque
Lobão Filho
Francisco Dornelles
Gilvam Borges
Gerson Camata
Geraldo Mesquita Júnior
.....

Líder do PMDB - 18
Renan Calheiros

Vice-Líderes do PMDB
Wellington Salgado de Oliveira
Almeida Lima
Valter Pereira
Gilvam Borges
Leomar Quintanilha
Neuto De Conto

Líder do PP - 1
Francisco Dornelles

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PRB/PSB/PC DO B) - 21

Líder
Aloizio Mercadante - PT

Vice-Líderes
João Ribeiro
Renato Casagrande
Inácio Arruda
Marcelo Crivella
.....

Líder do PT - 12
Aloizio Mercadante

Vice-Líderes do PT
Eduardo Suplicy
Fátima Cleide
Flávio Arns

Líder do PR - 4
João Ribeiro

Vice-Líder do PR
Expedito Júnior

Líder do PSB - 2
Antonio Carlos Valadares

Líder do PRB - 2
Marcelo Crivella

Líder do PC DO B - 1
Inácio Arruda

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 27

Líder
Mário Couto - PSDB [1]

Vice-Líderes
Heráclito Fortes
Flexa Ribeiro
Demóstenes Torres
Eduardo Azeredo
Adelmir Santana
João Tenório
Kátia Abreu
Papaléo Paes
.....

Líder do DEM - 14
José Agripino

Vice-Líderes do DEM
Jayme Campos
Antonio Carlos Júnior
Rosalba Ciarlini
Efraim Morais

Líder do PSDB - 13
Arthur Virgílio

Vice-Líderes do PSDB
Alvaro Dias
Lúcia Vânia
Cícero Lucena
Papaléo Paes

PTB - 7

Líder
Gim Argello - PTB

Vice-Líderes
Sérgio Zambiasi
Romeu Tuma

PDT - 5

Líder
Osmar Dias - PDT

Vice-Líder
Patrícia Saboya

PSOL - 1

Líder
José Nery - PSOL

Governo

Líder
Romero Jucá - PMDB

Vice-Líderes
Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares
João Pedro
Gim Argello
Romeu Tuma

[1] Senador Mário Couto indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2009, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 8 de maio de 2008.

EXPEDIENTE

José Alexandre Lima Gazineo
Diretor-Geral do Senado Federal
Júlio Werner Pedrosa
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Cláudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – Resenha Mensal (período de 1º a 30 de abril de 2009)

– Secretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal 7

– Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional 66

– Secretaria de Comissões..... 70

1.2 – Atas de Comissões Permanentes

1.2.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

ATA DA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, E QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DE EMPREGABILIDADEDA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2009, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL..... 280

ATA DA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, E SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DE EMPREGABILIDADE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS, NA SALA Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL. 310

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2009, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL..... 337

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2009, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL..... 359

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, E SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DE EMPREGABILIDADE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2009, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL. 402

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2009, ÀS 14:30 HORAS, NA SALA Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL..... 433

1.2.2– COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

ATA DA QUINTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS. 460

ATA DA SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, CONJUNTA COM A SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, A REALIZAR– SE EM 01 DE ABRIL DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS..... 480

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS. 511

ATA DA OITAVA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS. 525

ATA DA NONA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 16 DE ABRIL DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS. 536

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS,

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS..... 563

1.2.2.1 – Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CASDEF

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, CONJUNTA COM A 01ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE COM A 01ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 12:00 HORAS, NA SALA Nº 09, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA. 585

1.2.2.2 – Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, CONJUNTA COM A 01ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE COM A 01ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 12:00 HORAS, NA SALA Nº 09, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA. 588

1.2.2.3 – Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CASSAUDE

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, CONJUNTA COM A 01ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA COM A 01ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 12:00 HORAS, NA SALA Nº 09, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA. 591

1.2.3 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2009. **(RETIFICAÇÃO DE ATAS)..... 593**

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2009..... 594

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2009..... 607

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2009..... 625

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2009..... 639

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE E 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2009..... 657

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2009..... 664

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2009..... 686

1.2.4 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

ATA DA 5ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2009, ÀS 11:30 HORAS. 698

ATA DA 6ª REUNIÃO, CONJUNTA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, COM A 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 2009, ÀS 11:00 HORAS..... 703

ATA DA 7ª REUNIÃO, CONJUNTA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CON-

SUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, COM A 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2009, ÀS 14:30 HORAS..... 734

ATA DA 8ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2009, ÀS 11:30 HORAS. 745

1.2.5 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07..... 764

ATA DA 2ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07. 768

3ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EM CONJUNTO COM A 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE MARÇO DE 2009, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7..... 784

ATA DA 4ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07. 818

ATA DA 5ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07. 844

ATA DA 6ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE ABRIL DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07. 855

1.2.6 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA

ATA DA 1ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 4 DE MARÇO DE 2009. 874

ATA DA 2ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 10 DE MARÇO DE 2009. 879

ATA DA 3ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 17 DE MARÇO DE 2009. 893

ATA DA 4ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 24 DE MARÇO DE 2009. 927

ATA DA 5ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 31 DE MARÇO DE 2009. 953

ATA DA 6ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 7 DE ABRIL DE 2009. 973

ATA DA 7ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 14 DE ABRIL DE 2009. 1004

1.2.7 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT

ATA DA 05ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE ABRIL DE 2009..... 1038

ATA DA 06ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2009..... 1054

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2009..... 1070

ATA DA 08ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2009..... 1107

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura -2009

Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
(Período de 1º a 30/04/2009)

A - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL – SESSÕES PLENÁRIAS (1º A 30 DE ABRIL DE 2009)	
Deliberativas Ordinária	12
Não Deliberativas	7
Deliberativas Extraordinárias	3
Especiais	2
Total de sessões realizadas	**24**
Sessões não realizadas	0

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL (1º a 30 de abril de 2009)

MATÉRIAS APROVADAS (ITENS I A XIII) 185

I – Medidas Provisórias aprovadas..... 1

1 – Aprovadas**,** na forma de Projeto de Lei de Conversão, com alterações, e devolvidas à Câmara dos Deputados..... 1

II - Projetos aprovados e enviados à sanção 2

1 – Por decisão do Plenário..... 2

1.1 – De iniciativa de Senador 1

1.2 – De iniciativa de Deputado 1

III – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados..... 16

1 – Por decisão do Plenário 5

1.1 – Do Senado Federal.....3

1.2 – Da Câmara dos Deputados.....1

1.3 – Do Presidente da República.....1

2 – Em decisão terminativa 11

IV - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação 98
1 – Concessões de telecomunicações 95
2 – Operações de crédito 1
3 – Projetos de Resolução (outras matérias)..... 2

V – Escolha de Chefe de Missão Diplomática 6

VI – Requerimentos de Homenagens de Pesar 6

VII – Requerimentos de Voto de Aplauso, Censura ou Semelhante 1

VIII – Requerimentos de Sessões Especiais e Homenagens no Período de Expediente

..... 8

IX – Requerimentos de Informação aprovados pela Mesa..... 19

X – Requerimento de criação/alteração de Comissão Temporária 1

XI – Requerimentos de desapensamento, deferidos nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2009..... 3

XII – Requerimentos solicitando tramitação conjunta de matérias, deferidos nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2009 4

XIII – Requerimentos Diversos..... 20

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO (ITENS XIV A XVII) 23

XIV — Matérias arquivadas 9

XV – Recursos arquivadas (por terem recebido parecer contrário de comissão)

.....2

XVI - Matérias prejudicadas..... 6

XVII - Matérias retiradas pelos autores 6

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS EM ABRIL (ITENS I A XVII)..... 208

Requerimentos de Licença e Desempenho de Missões.....87

SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 2 DE FEVEREIRO A 30 DE ABRIL DE 2009

SENADO FEDERAL – SESSÕES PLENÁRIAS (2 fevereiro a 30 de abril de 2009)	
Deliberativas Ordinária	31
Deliberativas Extraordinárias	3
Não Deliberativas	25
Especiais	4
Total de sessões realizadas	**63**
Sessões não realizadas	0
Reuniões Preparatórias	2

MATÉRIAS APROVADAS (ITENS I A XV) 394

I – Medidas Provisórias aprovadas.....3

1 – Aprovadas**,** na forma de Projeto de Lei de Conversão, com emendas, e devolvidas à Câmara dos Deputados..... 3

II - Projetos aprovados e enviados à sanção 14

1 – Por decisão do Plenário 14

1.1 – De iniciativa de Senador.....3

1.2 – De iniciativa de Deputado 10

1.3 – Da Presidência da República 1

III – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados.....73

1 – Por decisão do Plenário 8

1.1 – Do Senado Federal.....4

1.2 – Da Câmara dos Deputados.....2

1.3 – Do Presidente da República.....1

1.4 – De Comissão Mista.....1

2 – Em decisão terminativa 65

IV - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação 134

1 – Concessões de telecomunicações 122

2 – Atos Internacionais..... 7

3 – Operações de crédito 2

4 – Projetos de Resolução (outras matérias).....3

V – Escolha de Chefes de Missão Diplomática 18

VI – Escolha de Autoridades 5

VII – Requerimentos de Homenagem de Pesar 14

VIII – Requerimentos de Voto de Aplauso, Censura ou Semelhante 18

IX – Requerimentos de Sessões Especiais e Homenagens no Período do Expediente 17

X – Requerimentos de Informações aprovados pela Mesa 46

XI – Requerimentos despachados pelo Presidente (art. 215, Inc II, b, RISF) .. 2

XII – Requerimentos de tramitação conjunta deferidos pela Mesa (Ato da Mesa nº2, de 2009)..... 8

XIII – Requerimentos de criação/alteração de Comissão Temporária 1

XIV – Requerimentos desapensamento deferidos pela Mesa(Ato da Mesa nº 2, de 2009)..... 7

XV – Requerimentos Diversos 34

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO (ITENS XVI A XX) 32

XVI - Matérias rejeitadas 3

XVII – Matérias arquivadas 9

XVIII – Recursos arquivadas (por terem recebido parecer contrário de comissão)..... 2

XIX - Matérias prejudicadas 7

XX - Matérias retiradas pelos autores 11

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS (ITENS I A XX) 426

Requerimentos de Licença e Desempenho de Missões 242
Requerimentos de Prorrogação de Comissão Parlamentar de Inquérito 1

I – MEDIDAS PROVISÓRIAS

Total.....1

I - Projeto de Lei de Conversão aprovado com emendas e devolvido à Câmara dos Deputados

Total.....1

Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2009 (Medida Provisória nº 449, de 2008) que altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinária de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, alterando o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.218, de 29 de agosto de 1991, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.469, de 10 de julho de 1997, 9.469, de 10 de julho de 1997, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.887, de 18 de julho de 2004, e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e as Leis nºs 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.116, de 18 de maio de 2005, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 10.260, de 12 de julho de 2001, 9.873, de 23 de novembro de 1999, e 11.171, de 2 de setembro de 2005, revogando dispositivos das Leis nºs 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 8.620, de 5 de janeiro de 1993, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, das Leis nºs 10.190, de 14 de fevereiro de 2001, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 6.938, de 31 de agosto de 1981, e, a partir da instalação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os Decretos nºs 83.304, de 28 de março de 1979, e 89.892, de 2 de julho de 1984, e o art. 112 da Lei n° 11.196, de 21 de novembro de 2005; e dá outras providências.

Sessão: 29.04.2009

II - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À SANÇÃO

De iniciativa de Senador	1
De iniciativa de Deputado	1
Total	**2**

Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2008 (nº 7.282/2006, na Casa de origem), de autoria do Deputado Leandro Vilela, que inscreve o nome de Antônio de Sampaio, o Brigadeiro Sampaio, no Livro dos Heróis da Pátria.

Sessão: 01.04.2009

Projeto de Lei do Senado nº 416, de 2009, de autoria do Senador Tião Viana, que proíbe a fabricação, a importação, a exportação, a manutenção em estoque, a comercialização e o uso de diclodifeniltricloretano (DDT) e dá outras providências.

Sessão: 22.04.2009

III - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS

De iniciativa do Senado Federal	14
De iniciativa da Câmara dos Deputados	1
De iniciativa do Presidente da República	1
Total	**16**

III.1 - Proposta de Emenda à Constituição

Total	1

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2006, primeiro signatário Senador Renan Calheiros, que acrescenta o § 7º ao art. 100 da Constituição Federal e o art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Sessão: 01.04.2009

III.2 - Projetos de Lei do Senado aprovados por Comissão, em decisão terminativa

Total.....11

Projeto de Lei do Senado nº 372, de 2008, de autoria do Senador Lobão Filho, que altera o art. 2º da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, que dispõe sobre a concessão de anistia nas condições que menciona, de forma a excluir a estipulação de prazo para a formulação do requerimento a que o dispositivo se refere e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 01.04.2009)

Projeto de Lei do Senado nº 359, de 2004, de autoria do Senador Augusto Botelho, que altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para o fim de determinar aos órgãos e entidades da Administração Pública o uso da Rede Mundial de Computadores nos procedimentos licitatórios e atos subseqüentes.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 06.04.2009

Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2005, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera as Leis nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, e nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para incluir a declaração de inaptidão da inscrição no CNPJ no rol de sanções imputáveis a quem comercializa combustível adulterado.

(Decisão terminativa da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)

Sessão: 17.04.2009

Projeto de Lei do Senado nº 603, de 2007, de autoria do Senador Jayme Campos, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Norte do Mato Grosso (UNINORTE), com sede no município de Sinop.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esportes)
Sessão: 20.04.2009

Projeto de Lei do Senado nº 192, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta, que denomina "Rodovia Ignez Cola" o trecho da rodovia BR-393 compreendido entre Cachoeiro do Itapemirim (ES) e o contorno de Volta Redonda (RJ).
(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esportes)
Sessão: 20.04.2009

Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2008, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que institui o "Dia Nacional da Educação Ambiental".
(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esportes)
Sessão: 20.04.2009

Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2008, de autoria do Senador Inácio Arruda, que institui o Ano Nacional Patativa do Assaré, em 2009.
(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esportes)
Sessão: 20.04.2009

Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2008, de autoria do Senador Flavio Arns, que institui o "Dia Nacional do Sistema Braille".
(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esportes)
Sessão: 28.04.2009

Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2008, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que institui o Dia Nacional da Aquicultura.
(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esportes)
Sessão: 28.04.2009

Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que autoriza o Poder Executivo a criar, no Ministério da Educação, o Programa Cesta Básica do Livro, para garantir um acervo mínimo de livros às famílias de estudantes do ensino público fundamental e médio.
(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esportes)
Sessão: 28.04.2009

Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Piratini, no Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esportes)

Sessão: 28.04.2009

III.3 - Projetos de Lei da Câmara emendados pelo Senado Federal

Total.....2

Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2003 (nº 335/1995, na Casa de origem), de iniciativa da Deputada Fátima Pelaes, que dá nova redação ao art. 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, que trata das penitenciárias de mulheres.

(Republicado, tendo em vista ter constado nos itens II e III na Resenha de Março de 2009)

Sessão: 26.03.2009

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2009 (nº 1.664/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Deputado William Woo, que dispõe sobre a residência provisória para o estrangeiro em situação irregular no território nacional e dá outras providências.

Sessão: 01.04.2009

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2008 (nº 4.208/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares, e dá outras providências.

Sessão: 01.04.2009

III.4 - Projetos de Decreto Legislativo aprovados pelo Plenário

Total.....1

Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2008, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que aprova a programação monetária relativa ao 4º trimestre de 2008.

(Republicado, tendo em vista ter constado no item IV na Resenha de Março de 2009)

Sessão: 26.03.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 168, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 103, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos), que aprova a programação monetária relativa ao primeiro trimestre de 2009.

Sessão: 02.04.2009

III.5 - Projeto de Resolução do Congresso Nacional aprovado pelo Plenário

Total.....1

Projeto de Resolução nº 1, de 2004-CN, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que institui o Prêmio Barbosa Lima Sobrinho de Jornalismo.

Sessão: 07.04.2009

IV - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO

De iniciativa do Senado Federal.....3
De iniciativa da Câmara dos Deputados.....95
Total 98

IV.1. - Projetos de Resolução aprovados pelo Plenário

Total.....3

Projeto de Resolução nº 11, de 2008, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior, que dispõe sobre a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens e revoga a Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992.

Sessão: 01.04.2009

Projeto de Resolução nº 18, de 2009, de autoria da Comissão Diretora, que altera a disciplina da concessão de passagens aéreas aos Senadores.

Sessão: 22.04.2009

Projeto de Resolução nº 15, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US$ 83,450,000.00 (oitenta e três milhões, quatrocentos e cinqüenta mil dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família (PROESF II)".

Sessão: 23.04.2009

IV.2 - Projetos de Decreto Legislativo aprovados pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em decisão terminativa

Total.....95

Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 2007 (nº 2.515/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Fundação Cultural Mainha Geralda para Educação e Assistência à Criança - FUNGERALDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patos, Estado da Paraíba.

Sessão: 15.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 71, de 2008 (nº 421/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Cultural e Comunitária Vale do Uruguai - ACOVALE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmitos, Estado de Santa Catarina.

Sessão: 15.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 2008 (nº 490/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à MS UM Comunicações e Exploração de Serviços de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Siderópolis, Estado de Santa Catarina.

Sessão: 15.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 133, de 2008 (nº 444/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Medianeira S/C Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina.

Sessão: 15.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 180, de 2008 (nº 506/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Içará para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Içará, Estado de Santa Catarina.

Sessão: 15.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 197, de 2008 (nº 2.446/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural "Amigos de Piratuba" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piratuba, Estado de Santa Catarina.

Sessão: 15.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 202, de 2008 (nº 429/2007, na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Farol da Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Barão do Grajaú, Estado do Maranhão.

Sessão: 15.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2008 (nº 558/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Universal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Içara, Estado de Santa Catarina.

Sessão: 15.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 235, de 2008 (nº 580/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Arez / RN - ACCCARN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arez, Estado do Rio Grande do Norte.

Sessão: 15.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2008 (nº 545/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Educativa de Comunicação Os Moradores e Usuários da Água do Município de São José do Siridó RN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Siridó, Estado do Rio Grande do Norte.

Sessão: 15.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 2008 (nº 543/2008, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Tibau - ARTC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tibau, Estado do Rio Grande do Norte.

Sessão: 15.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 258, de 2008 (nº 588/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Orocó - PE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Orocó, Estado de Pernambuco.

Sessão: 15.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 259, de 2008 (nº 592/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Itapema para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapema, Estado de Santa Catarina.

Sessão: 15.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 260, de 2008 (nº 595/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Cultural FM de Exu Pernambuco - PE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Exu, Estado de Pernambuco.

Sessão: 15.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 262, de 2008 (nº 599/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cidade São José Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São José, Estado de Santa Catarina.

Sessão: 15.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 294, de 2008 (nº 618/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Vital & Prado Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Cacoal, Estado de Rondônia.

Sessão: 15.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 312, de 2008 (nº 657/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Portal FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina.

Sessão: 15.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 316, de 2008 (nº 546/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Nova Itaberaba FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina.

Sessão: 15.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 317, de 2008 (nº 549/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Novo Horizonte para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lontras, Estado de Santa Catarina.

Sessão: 15.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 335, de 2008 (nº 688/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Empresa Cruzeirense de Telecomunicações de Rádio e TV Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Marechal Thaumaturgo, Estado do Acre.

Sessão: 15.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 340, de 2008 (nº 434/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Amigos Solidários de Francisco Alves para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Francisco Alves, Estado do Paraná.

Sessão: 15.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 343, de 2008 (nº 673/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Para Desenvolvimento Social, Econômico e Cultural de Pinhão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinhão, Estado do Paraná.

Sessão: 15.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 359, de 2008 (nº 679/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Arembepe de Radiodifusão de Incentivo à Cultura, Artes e Esportes para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camaçari, Estado da Bahia.

Sessão: 15.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 364, de 2008 (nº 714/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Xarayés - Comunicação e Marketing Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pintangueiras, Estado de São Paulo.

Sessão: 15.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 371, de 2008 (nº 706/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Mania Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro.

Sessão: 15.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 374, de 2008 (nº 782/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Beneficente de Comunicação Comunitária Liberdade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Redenção, Estado do Pará.

Sessão: 15.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 397, de 2008 (nº 843/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores Do Lamim e Região Circunvizinha para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paula Cândido, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 15.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 406, de 2008 (nº 604/2008. na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Albarello & Folle Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora e freqüência modulada na cidade de Palmitinho, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 15.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 424, de 2008 (nº 802/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Clube da Rádio Comunitária de Igarapé-MIRI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igarapé-Miri, Estado do Pará.

Sessão: 15.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 426, de 2008 (nº 811/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Ouriçangas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouriçangas, Estado da Bahia.

Sessão: 15.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2009 (nº 2;309/2006. na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Pongaí para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pongaí, Estado de São Paulo.

Sessão: 15.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2009 (nº 783/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária Companheira - FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igarapé-Açu, Estado do Pará.

Sessão: 15.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2009 (nº 814/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura "Onda Viva" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marília, Estado de São Paulo.

Sessão: 15.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2009 (nº 816/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Esportiva de Nova Maringá - ACENOMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso.

Sessão: 15.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 2009 (nº 821/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Córrego Fundo - A.C.C.F. para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Peçanha, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 15.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 2009 (nº 926/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão, Cultural, Esporte e Lazer de Alagoinha do Piauí para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alagoinha do Piauí, Estado do Piauí.

Sessão: 15.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 2009 (nº 979/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à TV Nova Conexão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná.

Sessão: 15.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 303, de 2007 (nº 185/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Cabedelo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cabedelo, Estado da Paraíba.

Sessão: 22.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2008 (nº 530/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária Vale do Prata para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Landri Sales, Estado do Piauí.

Sessão: 22.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 302, de 2008 (nº 644/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Janduís - RN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Janduís, Estado do Rio Grande do Norte.

Sessão: 22.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 309, de 2008 (nº 654/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Movimento Comunitário Rádio Garota FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Sessão: 22.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 313, de 2008 (nº 533/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Santanense - ACS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana de Seridó, Estado do Rio Grande do Norte.

Sessão: 22.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 344, de 2008 (nº 677/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Guaraema FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Guaraniaçu, Estado do Paraná.

Sessão: 22.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 347, de 2008 (nº 705/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Maíra Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Feijó, Estado do Acre.

Sessão: 22.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 348, de 2008 (nº 713/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Comunicação Frizzo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Salgado Filho, Estado do Paraná.

Sessão: 22.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 353, de 2008 (nº 634/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos 72 Discípulos de Cuité - PB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cuité, Estado da Paraíba.

Sessão: 22.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 366, de 2008 (nº 681/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Acajutiba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Acajutiba, Estado da Bahia.

Sessão: 22.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 369, de 2008 (nº 698/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Satélite FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Sessão: 22.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2008 (nº 702/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Módulo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buri, Estado de São Paulo.

Sessão: 22.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 375, de 2008 (nº 980/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Fm Norte Pioneira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jacarezinho, Estado do Paraná.

Sessão: 22.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 376, de 2008 (nº 716/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Guaramano Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Guarani das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 22.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 380, de 2008 (nº 725/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Excelsior para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.

Sessão: 22.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 386, de 2008 (nº 746/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Princesa de Rádio Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juruena, Estado de Mato Grosso.

Sessão: 22.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 387, de 2008 (nº 747/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Coronel para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná.

Sessão: 22.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 400, de 2008 (nº 196/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Aurora Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 22.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 402, de 2008 (nº 586/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Jardim América de Desenvolvimento e Assistência Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capão do Leão, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 22.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 403, de 2008 (nº 586/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária "União E Paz" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viamão, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 22.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 404, de 2008 (nº 589/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Três Rios para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cacequi, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 22.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 407, de 2008 (nº 605/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Diplomata Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Marcos, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 22.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 408, de 2008 (nº 649/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores do Conjunto Residencial Rubem Berta para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 22.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 410, de 2008 (nº 650/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Conselho Comunitário Todas As Artes - COARTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 22.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 411, de 2008 (nº 674/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nossa Senhora da Conceição para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaratinga, Estado da Bahia

Sessão: 22.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 413, de 2008 (nº 715/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Empresa Bageense de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 22.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 414, de 2008 (nº 739/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Relvado para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Relvado, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 22.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 416, de 2008 (nº 761/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Estação Plaza Rádio FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ajuricaba, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 22.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 421, de 2008 (nº 774/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Cpr Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Massaranduba, Estado de Santa Catarina.

Sessão: 22.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 2009 (nº 542/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Primavera do Leste para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Primavera do Leste, Estado do Mato Grosso.

Sessão: 22.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 2009 (nº 763/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Genoa FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Siqueira Campos, Estado do Paraná.

Sessão: 22.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 2009 (nº 784/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Vale do Laranjinha de Ribeirão do Pinhal para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão do Pinhal,

Estado do Paraná.

Sessão: 22.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2008 (nº 823/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio Três de Maio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Imbituva, Estado do Paraná.

Sessão: 22.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 482, de 2007 (nº 335/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Tribuna de Petrópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Sessão: 27.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 261, de 2008 (nº 596/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Portomar para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipojuca, Estado de Pernambuco.

Sessão: 27.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 356, de 2008 (nº 624/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Itaitinga para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaitinga, Estado do Ceará.

Sessão: 27.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 357, de 2008 (nº 626/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação das Mulheres de São Pedro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jucás, Estado do Ceará.

Sessão: 27.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 358, de 2008 (nº 643/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Bairro Centro de Itaúba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaúba, Estado de Mato Grosso.

Sessão: 27.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2008 (nº 712/2008, na Câmara dos Deputados), que Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Difusora Viradouro FM Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Viradouro, Estado de São Paulo.

Sessão: 27.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2008 (nº 608/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Cultura e Radiodifusão de Carnaubal - Ceará para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carnaubal, Estado do Ceará.

Sessão: 27.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 381, de 2008 (nº 726/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Renascer para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Alegre, Estado de São Paulo.

Sessão: 27.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 385, de 2008 (nº 743/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural dos Moradores de Barreira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barreira, Estado do Ceará.

Sessão: 27.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 396, de 2008 (nº 840/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Folha Popular Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Axixá do Tocantins, Estado do Tocantins.

Sessão: 27.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2008 (nº 728/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Colméia - TO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coméia, Estado do Tocantins.

Sessão: 27.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 418, de 2008 (nº 765/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema Teixeira Carvalho Oliveira de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santana da Boa Vista, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 27.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 423, de 2008 (nº 800/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Exitus Sistema de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Rio das Pedras, Estado de São Paulo.

Sessão: 27.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 428, de 2008 (nº 845/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente de Itiruçu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itiruçu, Estado da Bahia.

Sessão: 27.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 429, de 2008 (nº 846/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária dos Moradores do Bairro Vila Brasil para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barreiras, Estado da Bahia.

Sessão: 28.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 2009 (nº 757/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Máxima FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Camaquã, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 27.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2009 (nº 759/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Florestal FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Planalto, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 27.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2009 (nº 1.074/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Amigos de Campo Bom para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 27.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 2009 (nº 785 /2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à ASDECA - Associação de Desenvolvimento Comunitário Alegriense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chã de Alegria, Estado de Pernambuco.

Sessão: 27.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2009 (nº 825/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Planeta Terra FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

Sessão: 27.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 2009 (nº 523 /2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultura do Vale para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte.

Sessão: 27.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 2009 (nº 703/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Nova Brasília para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Sessão: 27.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 37, de 2009 (nº 738/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Alfredo Chaves - ES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alfredo Chaves, Estado do Espírito Santo.

Sessão: 27.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 2009 (nº 929/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária de Canitar - ACDCC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canitar, Estado de São Paulo.

Sessão: 27.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 57, de 2009 (nº 1.047/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à TV Nova Conexão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

Sessão: 27.04.2009

V – ESCOLHA DE CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

Total.....6

Mensagem nº 41, de 2009 (157/2009, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Senhor Paulo Roberto Campos Tarrisse da Foutoura, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa.

Sessão: 15.04.2009

Mensagem nº 42, de 2009 (nº 158/2009, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado a escolha do nome do Senhor Paulo Wangner de Miranda, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Granada.

Sessão: 15.04.2009

Mensagem nº 43, de 2009 (159/2009, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado a escolha do nome do Senhor Appio Claudio Muniz Acquarone Filho, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Barbados.

Sessão: 15.04.2009

Mensagem nº 44, de 2009 (160/2009, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado a escolha do nome do Senhor Orlando Galvêas Oliveira, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Camarões.

Sessão: 15.04.2009

Mensagem nº 46, de 2009 (162/2009, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado a escolha do nome do Senhor Francisco Carlos Soares Luz, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Unida da Tanzânia.

Sessão: 15.04.2009

Mensagem nº 45, de 2009 (nº 161/2009, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado a escolha do nome do Senhor Manuel Innocencio De Lacerda Santos Júnior, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Indonésia.

Sessão: 28.04.2009

VI – REQUERIMENTOS DE HOMENAGENS DE PESAR

Total 6

Requerimento nº 349, de 2009, de autoria do Senador José Nery e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, homenagens à memória do Senhor Raúl Ricardo Alfonsin, ex-Presidente da República da Argentina, falecido no dia 31 de março de 2009.

Sessão: 01.04.2009

Requerimento nº 351, de 2009, de iniciativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, solicitando, nos termos regimentais, voto de pesar ao ex-Senador Luiz Otávio e família, pelo falecimento de sua mãe, Senhora Lucimar Ferreira de Oliveira.

Sessão: 01.04.2009

Requerimento nº 40, de 2009, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando, nos termos regimentais, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família; à Acumuladores Moura S/A; às Federações do Comércio e da Indústria de Pernambuco; e à Prefeitura Municipal de Belo Jardim pelo falecimento do engenheiro químico e empresário Edson Mororó Moura, ocorrido no dia 15 de janeiro de 2009, em Jaboatão dos Guararapes, região metropolitana do Recife, Pernambuco.

Sessão: 01.04.2009

Requerimento nº 399, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos dos arts. 218, inciso II, 219, 220 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família e o levantamento da sessão pelo falecimento do Deputado Federal João Hermann (PDT/SP).

Sessão: 13.04.2009

Requerimento nº 400, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Deputado Federal Carlos Wilson (PT-PE).

Sessão: 13.04.2009

Requerimento nº 425, de 2009, de autoria do Senador José Sarney e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, voto de pesar pelo falecimento do escritor francês Maurice Druon.

Sessão: 15.04.2009

VII – REQUERIMENTO DE VOTO DE APLAUSO, CENSURA OU SEMELHANTE

Total 1

Requerimento nº 1.574, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor ao Juiz da Corte Internacional de Justiça (Corte de Haia) Dr. Antônio Augusto Cançado Trindade pelo lançamento de seu mais novo livro, Evolution du Droit International des Gens, no dia 4 de dezembro de 2008, em Paris.

Sessão: 07.04.2009

VIII – REQUERIMENTOS DE SESSÕES ESPECIAIS E HOMENAGENS NO PERÍODO DO EXPEDIENTE

Total.....8

Requerimento nº 196, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando, nos termos do art. 199, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial no dia 04.06.2009, às 10 horas, em comemoração aos 30 anos de criação do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo - SEMESP.

Sessão: 01.04.2009

Requerimento nº 270, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando, com base no art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal, que o período do expediente da sessão do Senado Federal do dia 15 de abril de 2009 seja dedicado a homenagear o primeiro ano da abertura do Mercado de Resseguros no Brasil.

Sessão: 01.04.2009

Requerimento nº 1.634, de 2008, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitando, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 4 de março de 2009, às 10 horas, no Plenário do Senado Federal, para homenagear Patativa do Assaré. Aditado pelo **Requerimento nº 109, de 2009**, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitando que a homenagem seja prestada no dia 3 de junho de 2009.

Sessão: 07.04.2009

Requerimento nº 257, de 2009, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, solicitando, nos termos do art. 154, § 5º, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 14 de abril de 2009, com o intuito de homenagear os 40 anos da Empresa de Correios e Telégrafos - ECT, cuja efeméride se deu no dia 20 de março.

(observação: Homenagem prestada na Sessão Especial de 14.04.2009)

Sessão: 07.04.2009

Requerimento nº 390, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia e outros Senhores Senadores, solicitando, em aditamento ao Requerimento nº 117, de 2009, a alteração da data de realização da sessão especial destinada a homenagear o centésimo aniversário da Universidade Federal do Amazonas, para o dia 14 de maio de 2009.

Sessão: 07.04.2009

Requerimento nº 401, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando, em aditamento ao Requerimento nº 270, de 2009, o adiamento para o dia 06 de maio do corrente ano, da comemoração, no Período do Expediente, do primeiro ano da abertura do Mercado de Resseguros do

Brasil, anteriormente marcada para o dia 15 de abril.

Sessão: 14.04.2009

Requerimento nº 419, de 2009, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, solicitando, em aditamento aos Requerimentos nºs 14, 15, 16 e 253 de 2009, que a homenagem destinada a Dom Hélder Câmara pelo transcurso do centenário de seu nascimento, seja realizada no Período do Expediente da sessão do dia 29 de abril próximo.

(Observação: Homenagem prestada no Período do Expediente de 29.04.2009)

Sessão: 14.04.2009

Requerimento nº 103, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 160, combinado com o art. 199, do Regimento Interno do Senado Federal, seja o período do expediente da sessão do dia 08 de outubro de 2009 destinado a comemorar o fim da Guerra do Contestado.

Sessão: 29.04.2009

IX – REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES, APROVADOS PELA MESA

Total.....19

Requerimento nº 1.375, de 2008, de autoria do Senador Mário Couto, solicitando, fundamentado no que preceitua o § 2º, do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os artigos 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, Informações ao Ministério das Comunicações, sobre quais os motivos pela demora na implantação do serviço de telefonia móvel no Município de Anapu, Estado do Pará, e se há irregularidade na contratação da empresa VIVO para execução de aludido serviço.

(Aprovado na 4ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 16 de abril de 2009)

Requerimento nº 1.354, de 2008, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, "a", 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Esporte sobre todos os recursos repassados ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) nos últimos 8 anos, a destinação detalhada desses recursos, bem como os recursos destinados ao esporte como resultado da "Lei de Incentivo ao Esporte" no mesmo período.

(Aprovado na 4ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 16 de abril de 2009)

Requerimento nº 1.487, de 2008, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, sobre as entidades que se enquadravam nas disposições do art. 37 da Medida Provisória nº 446 de 2008, informando sua localização, principais dirigentes e o tipo de pendências que apresentavam.

(Aprovado na 4ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 16 de abril de 2009)

Requerimento nº 1.493, de 2008, de autoria do Senador Mário Couto, solicitando, com base no que preceitua o § 2º, do Art. 50, da Constituição Federal, combinado com os artigos 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Previdência Social sobre o real montante da dívida ativa e administrativa do INSS, assim como a relação de seus principais devedores e os procedimentos judiciais e administrativos adotados pelos órgãos competentes do Governo para a cobrança da referida dívida, até a presente data.

(Aprovado na 4ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 16 de abril de 2009)

Requerimento nº 1.561, de 2008, de autoria do Senador Geraldo Mesquita, solicitando, nos termos do Parágrafo 2º do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, ao Ministro do Desenvolvimento Agrário informações a serem prestadas, por meio do Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA, acerca dos Assentamentos Porto Luiz I e Porto Luiz II, no Município de Acrelândia, no Estado do Acre.

(Aprovado na 4ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 16 de abril de 2009)

Requerimento nº 1.577, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Meio Ambiente sobre as medidas adotadas para a apuração da responsabilidade de servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) referente a denúncias de suposta conivência com a exploração ilegal de madeira nas terras indígenas (TI) Sete de Setembro e Roosevelt, em Rondônia.

(Aprovado na 4ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 16 de abril de 2009)

Requerimento nº 1.633, de 2008, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda informações atinentes às instituições que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal tenham adquirido participação, com base no disposto no art. 2º da Medida Provisória nº 443, de 2008, desde a sua edição.

(Aprovado na 4ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 16 de abril de 2009)

Requerimento nº 53, de 2008, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre o número total de vice-presidências do Banco do Brasil, suas funções, o custo anual de cada uma (com a remuneração do cargo) e o ocupante atual.

(Aprovado na 4ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 16 de abril de 2009)

Requerimento nº 54, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda acerca do processo administrativo que fundamentou a cessão da servidora Maria Lúcia Fatorelli Carneiro ao Governo do Equador.

(Aprovado na 4ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 16 de abril de 2009)

Requerimento nº 55, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre o número de agências do Banco do Brasil no exterior, sua localização, número de funcionários em cada agência, custo operacional, remuneração dos gerentes, a data de abertura de cada agência bem como o nome dos seus responsáveis atuais.

(Aprovado na 4ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 16 de abril de 2009)

Requerimento nº 131, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, informações sobre os convênios destinados à liberação de recursos públicos, firmados entre aquele Ministério e outras entidades públicas ou privadas.

(Aprovado na 4ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 16 de abril de 2009)

Requerimento nº 139, de 2009, de autoria do Senador Renato Casagrande, solicitando, nos termos dos arts. 215, I, a, e 216, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Minas e Energia acerca da realização de leilões para compra de energia elétrica produzida a partir de fonte eólica.

(Aprovado na 4ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 16 de abril de 2009)

Requerimento nº 184, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, "a", 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Justiça a respeito do recadastramento das Organizações Não-Governamentais que atuam na região amazônica.

(Aprovado na 4ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 16 de abril de 2009)

Requerimento nº 185, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda a respeito de possíveis demissões de funcionários do Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO cedidos à Receita Federal do Brasil.

(Aprovado na 4ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 16 de abril de 2009)

Requerimento nº 187, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Justiça sobre aliciamento de indígenas brasileiros por parte de traficantes internacionais de drogas.

(Aprovado na 4ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 16 de abril de 2009)

Requerimento nº 203, de 2009, de autoria da Senadora Marisa Serrano, solicitando, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão informações sobre o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV) do Governo Federal, sob a coordenação daquela Pasta.

(Aprovado na 4ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 16 de abril de 2009)

Requerimento nº 208, de 2009, de autoria do Senador João Pedro, solicitando, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 215, inciso I, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Justiça informações sobre a situação dos adolescentes e jovens indígenas do Alto Rio Negro.

(Aprovado na 4ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 16 de abril de 2009)

Requerimento nº 209, de 2009, de autoria do Senador João Pedro, solicitando, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 215, inciso I, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Defesa informações sobre as irregularidades no atendimento aos passageiros das companhias aéreas GOL e TAM, no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, em Manaus - AM.

(Aprovado na 4ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 16 de abril de 2009)

Requerimento nº 216, de 2009, de autoria da Senadora Marisa Serrano, solicitando, nos termos do art. 49, X, e do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinados com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro das Cidades referentes à utilização de recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no âmbito do Programa de Ação Social em Saneamento (PASS).

(Aprovado na 4ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 16 de abril de 2009)

X – REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO/ALTERAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA

Total.....1

Requerimento nº 496, de 2009, de iniciativa da Comissão Temporária Interna para Reforma do Regimento Interno do Senado Federal, solicitando, em aditamento ao Requerimento nº 208, de 2008, a prorrogação, até 30 de junho de 2009, do prazo para conclusão do seu trabalho.

Sessão: 29.04.2009

XI – REQUERIMENTO DE DESAPENSAMENTO, DEFERIDOS NOS TERMOS DO ATO DA MESA Nº 2, DE 2009

Total.....3

Requerimento nº 213, de 2009, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2006 dos Projetos de Lei da Câmara nºs 26, de 2008; 45, de 2006; 105, de 2008, e 123, de 2005; com os Projetos de Lei do Senado nºs 107, de 2005; 12, de 2003; 120, de 2007; 219, de 1999; 271, de 2006; 289, de 2003; 334, 348, 350 e 357, de 2004; 366, de 2003; e 367, 501 e 669, de 2007, por tratarem de matérias diversas.

Sessão: 15.04.2009

Requerimento nº 266, de 2009, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei da Câmara nºs 52, de 2003 e 68, de 2006, e dos Projetos de Lei do Senado nºs 43, de 2003, e 124, de 2004, por tratarem de matérias diversas.

Sessão: 15.04.2009

Requerimento nº 379, de 2009, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2005, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei da Câmara nºs 19 e 70, de 2004; 78, 86, 108 e 133, de 2005; 6, de 2006; 99, 103 e 128, de 2007; 74, de 2008; com os Projetos de Lei do Senado nºs 167 e 208, de 2004; 56 e 315, de 2006; 71, 96, 97, 192, 201, 222, 257, 383, 401, 462, 550, 594 e 645, de 2007; 202, 253 e 280, de 2008, para que o projeto referido tenha tramitação autônoma.

Sessão: 15.04.2009

XII – REQUERIMENTOS SOLICITANDO TRAMITAÇÃO CONJUNTA DE MATÉRIAS, DEFERIDOS NOS TERMOS DO ATO DA MESA Nº 2, DE 2009

Total.....4

Requerimento nº 274, de 2009, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 19, de 2009-Complementar, com o PLS nº 102, de 2007-Complementar (que já tramita em conjunto com o PLS nº 72, de 2007-Complementar).

Sessão: 15.04.2009

Requerimento nº 368, de 2009, de autoria da Senadora Marina Serrano, solicitando tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 41 e 57, de 2009, uma vez que ambos dispõem sobre a mesma matéria.

Sessão: 15.04.2009

Requerimento nº 369, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2003-Complementar com o Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2007-Complementar.

Sessão: 15.04.2009

Requerimento nº 378, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2007 (este já tramitando com o Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2007), com o de 55, de 2009, por tratarem sobre a mesma matéria.

Sessão: 15.04.2009

XIII – REQUERIMENTOS DIVERSOS APROVADOS PELO PLENÁRIO

Total.....20

XIII.1 - Solicitando tramitação conjunta de matérias

Total.....6

Requerimento nº 275, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2008, com o Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2008, por versarem sobre a mesma matéria.

Sessão: 01.04.2009

Requerimento nº 330, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2008, por versarem sobre matéria análoga.

Sessão: 07.04.2009

Requerimento nº 350, de 2009, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 44, 110, 221 e 268, de 2006; 25 e 312, de 2007.
Sessão: 14.04.2009

Requerimento nº 389, de 2009, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 215, de 2003, do Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2008 e do Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2008, por versarem sobre a mesma matéria.
Sessão: 14.04.2009

Requerimento nº 405, de 2009, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 479, de 2008 com o Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2008.
Sessão: 16.04.2009

Requerimento nº 406, de 2009, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando que o PLS 479/2008 seja apensado ao PLC 180/2008.
Sessão: 16.04.2009

XIII.2 – Solicitando Desapensamento de Matérias

Total.....2

Requerimento nº 229, de 2008, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando, nos termos regimentais, o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2006, dos Projetos de Lei do Senado nºs 44 e 110, de 2006.
Sessão: 14.04.2009

Requerimento nº 388, de 2009, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando, com base no art. 258, do RISF, solicitando sejam desapensados e tenham tramitação autônoma os Projetos de Lei da Câmara nºs 63, de 2004; 12, de 2006; 105, de 2007; 64, de 2008; bem como os Projetos de Lei do Senado nºs 241, de 2002; 45, de 2003; 63, de 2003; 166, de 2003; 445, de 2003; 111, de 2004; 174, de 2005; 295,

de 2005; 327, de 2005; 328, de 2005; 375, de 2005; 101, de 2006; 309, de 2006; e 706, de 2007; permanecendo apensados os Projetos de Lei do Senado nºs 96, de 2002; 15, de 2004 e 310, de 2004.

Sessão: 28.04.2009

XIII.3 - Solicitando Audiência de Comissão

Total.....2

Requerimento nº 411, de 2009, de autoria do Senador Sérgio Guerra, solicitando, nos termos regimentais, seja incluída no despacho de distribuição do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005, a sua tramitação na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA.

Sessão: 22.04.2009

Requerimento nº 412, de 2009, de autoria do Senador Sérgio Guerra, solicitando, nos termos regimentais, seja incluída no despacho de distribuição do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005, a sua tramitação na Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE.

Sessão: 23.04.2009

XIII.4 – Solicitando informações

Total.....3

Requerimento nº 48, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 70 e do art. 71, VII, da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, informações ao Tribunal de Contas da União sobre auditorias e inspeções realizadas em obras no Estado de Santa Catarina a partir de 2003.

Sessão: 02.04.2009

Requerimento nº 144, de 2009, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando, nos termos dos arts. 50, § 2º, e 71, VII, da Constituição Federal, combinados com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Exmo. Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, sobre os recursos repassados pelos Órgãos do Poder Executivo à União Nacional dos Estudantes (UNE), nos anos de 2003 a 2008.

Sessão: 02.04.2009

Requerimento nº 465, de 2009, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando, nos termos dos arts. 50, § 2º, e 71, VII, da Constituição Federal, combinados com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Presidente do Tribunal de Contas da União para subsidiar a fiscalização, pelo Senado Federal, da destinação e regular aplicação de recursos públicos, conforme estabelece o art. 49, inciso X, da Constituição Federal.

Sessão: 28.04.2009

XIII.5– Solicitando ao Tribunal de Contas da União a realização de inspeção e auditoria

Total.....6

Requerimento nº 42, de 2009, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando, nos termos do art. 71, incisos IV e VII, da Constituição Federal, a realização de inspeção e auditoria pelo Tribunal de Contas da União sobre a operação de compra, pelo HSBC Bank do Brasil S/A, de carteira de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e de sua Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, administrada pelo antigo Banco Bamerindus do Brasil S/A.

Sessão: 02.04.2009

Requerimento nº 148, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do inciso IV do art. 71 da Constituição Federal, que o presente requerimento seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União para que inclua em seu plano de auditorias a realização de auditoria nos contratos de bens e serviços realizados pela Superintendência do INMETRO no Estado de Santa CATARINA, de valor superior a 100 mil reais, executados a partir de 2007.

Sessão: 02.04.2009

Requerimento nº 199, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do inciso IV do art. 71 da Constituição Federal a realização de auditoria, pelo Tribunal de Contas da União, na licitação 2/2008 do Ministério do Esporte, processo 58000.03159/2008-21

Sessão: 02.04.2009

Requerimento nº 200, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do inciso IV do art. 71 da Constituição Federal bem como nos termos regimentais, a realização de

auditoria, no Fundo da Marinha Mercante, pelo Tribunal de Contas da União.

Sessão: 02.04.2009

Requerimento nº 328, de 2009, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando, nos termos dos artigos 70 e 71, incisos IV e VII, da Constituição Federal, e dos artigos 90, incisos IX e X, e 216, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria para apurar a legalidade das contratações de pessoas físicas, a título de serviços de terceiros, pela Universidade de Brasília.

Sessão: 02.04.2009

Requerimento nº 477, de 2009, de autoria do Senador Valdir Raupp, solicitando, termos do inciso IV do art. 71 da Constituição Federal e nos termos regimentais seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União a presente proposição para que aquela Corte realize auditoria nos contratos de bens e serviços realizados pelo Instituto de Metrologia de Santa Catarina, de valor superior a 100 mil reais, executados a partir de 2007.

Sessão: 30.04.2009

XIII.6 – Solicitando urgência para apreciação de matéria

Total.....1

Requerimento nº 396, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, solicitando urgência para o Projeto de Resolução nº 15, de 2009, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US$ 83,450,000.00 (oitenta e três milhões, quatrocentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto de Expansão e Consolidação da Sáude da Família (PROESF II)".

Sessão: 08.04.2009

XIV – MATÉRIAS ARQUIVADAS (por terem recebido parecer contrário de Comissão)

Total.....9

Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta parágrafos ao art. 37 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para dispor sobre publicidade.

(Decisão terminativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)

Sessão: 15.04.2009

Projeto de Lei do Senado nº 430, de 2007, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que Acrescenta § 6º ao art. 54 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para dispor que as cláusulas dos contratos de adesão que regulam as relações entre as concessionárias de serviços públicos outorgados pela União, bem como por suas associadas, coligadas e filiadas, e os consumidores e usuários de seus serviços, devem ser aprovados previamente pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça.

(Decisão terminativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)

Sessão: 15.04.2009

Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 416, de 1999, de autoria do Senador Tião Viana, que proíbe a fabricação, a importação, a exportação, a manutenção em estoque, a comercialização e o uso de diclodifeniltricloretano (DDT) e dá outras providências.

(Parecer contrário da Comissão de Assuntos Sociais).

Sessão: 22.04.2009

Proposta de Emenda à Constituição nº 62, de 2003, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que dá nova redação ao artigo 236 da Constituição Federal, dispondo sobre os serviços de registro público e notariais.

(Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 22.04.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2004 (nº 209/2003, na Casa de origem), de autoria do

Deputado Marcelo Ortiz, que dispõe sobre a presença de advogado nos procedimentos judiciais e dá outras providências.

(Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 22.04.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2004 (7.122/2002, na Casa de origem), de autoria do Deputado Dr. Rosinha, que acrescenta § 6º ao art. 206 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, estabelecendo em 20 (vinte) anos a prescrição da pretensão de reparação relativa a acidente do trabalho ou a doença ocupacional.

(Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 22.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 125, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que susta os artigos 6º, XVI, 7º, §§ 1º e 2º, 11, 15, 34, 35, 36, 37, parágrafo único, e 52 do Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, ancilares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, aprovado pelo Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005.

(Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 22.04.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 952, de 2003, de autoria do Senador Valdir Raupp e outros Senhores Senadores, que propõe convocação de plebiscito sobre adoção ou rejeição definitiva do horário de verão no Brasil.

(Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 28.04.2009

Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2004, primeiro signatário Senador Mozarildo Cavalcanti, que dá nova redação ao art. 14, § 3°, inciso V da Constituição Federal, para permitir a apresentação de candidatos sem filiação partidária às eleições majoritárias.

(Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 28.04.2009

XV - RECURSOS ARQUIVADOS POR TEREM RECEBIDO PARECER CONTRÁRIO DE COMISSÃO

Total.....2

Recurso nº 9, de 2004, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, requerendo a nulidade da votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 55-A, de 2004, a PEC dos Vereadores, realizada na sessão deliberativa extraordinária do dia 29 de junho de 2004, às dezoito horas e cinqüenta minutos.

Sessão: 29.04.2009

Recurso nº 10, de 2004, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, requerendo a nulidade da sessão deliberativa extraordinária realizada no dia 29 de junho de 2004, às dezoito horas e cinqüenta minutos, alegando erro na votação e na condução dos trabalhos, em que foi votada, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 55-A, de 2004, PEC dos Vereadores.

Sessão: 29.04.2009

XVI - MATÉRIAS DECLARADAS PREJUDICADAS

Total.....6

Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2003, primeiro signatário Senador Maguito Vilela, que altera o § 3º do artigo 100 da Constituição Federal, para determinar que os pagamentos de obrigações devidas aos idosos sejam feitos em espécie e excluídos da obrigatoriedade de expedição de precatórios.

(Prejudicada em virtude da aprovação da PEC nº 12, de 2006, que tramitava em conjunto)

Sessão: 01.04.2009

Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2003, primeiro signatário Senador Efraim Morais, que dá nova redação ao § 1º do artigo 100 da Constituição Federal, criando limite máximo para pagamento de obrigações relativas a precatórios judiciais.

(Prejudicada em virtude da aprovação da PEC nº 12, de 2006, que tramitava em conjunto)

Sessão: 01.04.2009

Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2004, primeiro signatário Senador Pedro Simon, que altera o artigo 100 da Constituição Federal, e dá outras providências (dispõe sobre Precatórios Judiciais).

(Prejudicada em virtude da aprovação da PEC nº 12, de 2006, que tramitava em conjunto)

Sessão: 01.04.2009

Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2005, primeiro signatário Senador José Maranhão, que altera o art. 100 da Constituição Federal para instituir limite máximo de comprometimento da receita da União, Estados, Distrito Federal e Municípios com o pagamento de precatórios judiciais.

(Prejudicada em virtude da aprovação da PEC nº 12, de 2006, que tramitava em conjunto)

Sessão: 01.04.2009

Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2005, primeiro signatário Senador Sérgio Cabral, que dispõe sobre a preferência para maiores de 60 (sessenta) anos de idade no recebimento de precatórios.

(Prejudicada em virtude da aprovação da PEC nº 12, de 2006, que tramitava em conjunto)

Sessão: 01.04.2009

Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2005, primeiro signatário Senador Paulo Paim, que altera o § 3º do art. 100 da Constituição Federal para determinar que os pagamentos de obrigações devidas aos idosos em espécie e excluídos da obrigatoriedade de expedição de precatórios.

(Prejudicada em virtude da aprovação da PEC nº 12, de 2006, que tramitava em conjunto)

Sessão: 01.04.2009

XVII - MATÉRIAS RETIRADAS PELOS AUTORES

Total.....6

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, primeiro signatário Senador Romero Jucá, que altera a redação do artigo 228 da Constituição Federal.

(Retirada pelo Requerimento nº 75, de 2009)

Sessão: 01.04.2009

Requerimento nº 362, de 2009, de autoria do Senador João Pedro, solicitando, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e do inciso I do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal,

informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre o impacto financeiro decorrente da aprovação do PLS nº 421/2007.

(Retirado pelo Requerimento nº 364, de 2009)

Sessão: 02.04.2009

Requerimento nº 71, de 2005, de autoria do Senador Tasso Jereissati, solicitando, nos termos do disposto do Artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro da Fazenda sobre a Medida Provisória nº 226, de 2004.

(Retirado pelo Requerimento nº 348, de 2009)

Sessão: 07.04.2009

Requerimento nº 802, de 2003, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja formulado voto de aplauso ao Presidente da República pela edição de Decreto de 1º de setembro de 2003, que institui Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar diagnóstico e apresentar propostas relativamente à situação fundiária das terras de domínio da União no Estado de Roraima.

(Retirado pelo Requerimento nº 391, de 2009)

Sessão: 08.04.2009

Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, que altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever bolsa para o egresso desempregado, a ser financiada com os recursos do Fundo Penitenciário Nacional.

(Retirado pelo Requerimento nº 404, de 2009)

Sessão: 14.04.2009

Requerimento nº 380, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando, nos termos do art. 258 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2008, com o Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2007.

(Retirado pelo Requerimento nº 407, de 2009)

Sessão: 14.04.2009

XVIII – REQUERIMENTOS DE LICENÇA

Total.....76

Observações:

Art. 13 – licença / representação a serviço da Casa / missão política ou cultural de interesse parlamentar.

Art. 40 - representação da Casa / missão no País ou no exterior.

Art. 43, I - tratamento de saúde.

Art. 43, II - interesse particular.

Requerimento nº 129, de 2009-M, Senadora Roseana Sarney - art. 43, I - 1º e 02.04.2009.

Requerimento nº 130, de 2009-M, Senadora Ideli Salvatti - art. 13 - 02.04.2009.

Requerimento nº 131, de 2009-M, Senadora Patrícia Saboya - art. 13 - 31.03.2009.

Requerimento nº 132, de 2009-M, Senador Wellington Salgado de Oliveira - art. 13 - 31.03 a 02.04.2009.

Requerimento nº 133, de 2009-M, Senador Mozarildo Cavalcanti - art. 43, I - 31.03.2009.

Requerimento nº 134, de 2009-M, Senadora Kátia Abreu - art. 13 - 02.04.2009.

Requerimento nº 135, de 2009-M, Senador Cícero Lucena - art. 13 - 02.04.2009.

Requerimento nº 136, de 2009-M, Senador Renan Calheiros - art. 13 - 02.04.2009.

Requerimento nº 137, de 2009-M, Senador Expedito Júnior - art. 13 - 02.04.2009.

Requerimento nº 138, de 2009-M, Senadora Marisa Serrano - art. 43, I - 03 a 30.04.2009.

Requerimento nº 139, de 2009-M, Senador Efraim Morais - art. 13 - 07 e 08.04.2009.

Requerimento nº 140, de 2009-M, Senador Raimundo Colombo - art. 13 - 07 e 08.04.2009.

Requerimento nº 141, de 2009-M, Senadora Fátima Cleide - art. 13 - 07.04.2009.

Requerimento nº 142, de 2009-M, Senador Papaléo Paes - art. 13 - 07.04.2009.

Requerimento nº 143, de 2009-M, Senador Paulo Duque - art. 13 - 07.04.2009.

Requerimento nº 144, de 2009-M, Senador Jarbas Vasconcelos - art. 13 - 08.04.2009.

Requerimento nº 145, de 2009-M, Senador Cícero Lucena - art. 13 - 07.04.2009.

Requerimento nº 146, de 2009-M, Senador Papaléo Paes - art. 13 - 08.04.2009.

Requerimento nº 147, de 2009-M, Senador Gerson Camata - art. 13 - 08.04.2009.

Requerimento nº 148, de 2009-M, Senadora Maria do Carmo Alves - art. 13 - 08.04.2009.

Requerimento nº 149, de 2009-M, Senador Paulo Duque - art. 13 - 08.04.2009.

Requerimento nº 150, de 2009-M, Senador Inácio Arruda - art. 13 - 08.04.2009.

Requerimento nº 151, de 2009-M, Senador Adelmir Santana - art. 13 - 08.04.2009.

Requerimento nº 152, de 2009-M, Senador Mão Santa - art. 43, II - 08 e 14.04.2009.

Requerimento nº 153, de 2009-M, Senador Mário Couto - art. 13 - 14 a 16.04.2009.

Requerimento nº 154, de 2009-M, Senador Tião Viana - art. 43, II - 14 e 15.04.2009.

Requerimento nº 155, de 2009-M, Senador João Vicente Claudino - art. 43, I - 30.03 a 06.04.2009.

Requerimento nº 156, de 2009-M, Senador João Pedro - art. 13 - 08.04.2009.

Requerimento nº 157, de 2009-M, Senador Neuto de Conto - art. 13 - 14 a 16.04.2009.

Requerimento nº 158, de 2009-M, Senador Cristovam Buarque - art. 13 - 16 a 22.04.2009.

Requerimento nº 159, de 2009-M, Senadora Patrícia Saboya - art. 13 - 14.04.2009.

Requerimento nº 160, de 2009, Senadora Patrícia Saboya - art. 13 - 15 e 16.04.2009.

Requerimento nº 161, de 2009-M, Senador Augusto Botelho - art. 13 - 15 e 16.04.2009.

Requerimento nº 162, de 2009-M, Senador Roberto Cavalcanti - art. 43, II - 18 a 27.04.2009.

Requerimento nº 163, de 2009-M, Senadora Ideli Salvatti - art. 13 - 14.04.2009.

Requerimento nº 164, de 2009-M, Senador Fernando Collor - art. 13 - 14.04.2009.

Requerimento nº 165, de 2009-M, Senador Aloizio Mercadante - art. 13 - 16.04.2009.

Requerimento nº 166, de 2009-M, Senador Paulo Paim - art. 13 - 16.04.2009.

Requerimento nº 167, de 2009-M, Senador Expedito Júnior - art. 13 - 16.04.2009.

Requerimento nº 168, de 2009-M, Senador Valdir Raupp - art. 13 - 16.04.2009.

Requerimento nº 169, de 2009-M, Senador Marcelo Crivella - art. 13 - 16.04.2009.

Requerimento nº 170, de 2009-M, Senadora Fátima Cleide - art. 13 - 16.04.2009.

Requerimento nº 171, de 2009-M, Senador Mário Couto - art. 13 - 22 e 23.04.2009.

Requerimento nº 172, de 2009-M, Senador Delcídio Amaral - art. 13 - 22 e 23.04.2009.

Requerimento nº 173, de 2009-M, Senador Romero Jucá - art. 13 - 22 e 23.04.2009.

Requerimento nº 174, de 2009-M, Senador Garibaldi Alves Filho - art. 13 - 22 e 23.04.2009.

Requerimento nº 175, de 2009-M, Senador Jarbas Vasconcelos - art. 13 - 23.04.2009.

Requerimento nº 176, de 2009-M, Senador Osmar Dias - art. 13 - 22 e 23.04.2009.

Requerimento nº 177, de 2009-M, Senador Marcelo Crivella - art. 13 - 23.04.2009.

Requerimento nº 178, de 2009-M, Senador Geraldo Mesquita Júnior - art. 13 - 23.04.2009.

Requerimento nº 179, de 2009-M, Senador João Durval - art. 13 - 22 e 23.04.2009.

Requerimento nº 180, de 2009-M, Senador Magno Malta - art. 13 - 22.04.2009.

Requerimento nº 181, de 2009-M, Senador João Pedro - art. 13 - 23.04.2009.

Requerimento nº 182, de 2009-M, Senador Gerson Camata - art. 13 - 23.04.2009.

Requerimento nº 183, de 2009-M, Senador Marco Maciel - art. 13 - 23.04.2009.

Requerimento nº 184, de 2009-M, Senador Lobão Filho - art. 43, II - 23.04.2009.

Requerimento nº 185, de 2009-M, Senador Cícero Lucena - art. 13 - 23.04.2009.

Requerimento nº 186, de 2009-M, Senadora Kátia Abreu - art. 13 - 23.04.2009.

Requerimento nº 187, de 2009-M, Senadora Fátima Cleide - art. 13 - 23.04.2009.

Requerimento nº 188, de 2009-M, Senadora Patrícia Saboya - art. 43, I - 22 e 23.04.2009.

Requerimento nº 189, de 2009-M, Senador Heráclito Fortes - art. 43, II - 24.04 a 04.05.2009.

Requerimento nº 190, de 2009-M, Senador Jefferson Praia - art. 13 - 28.04.2009.

Requerimento nº 191, de 2009-M, Senador Gerson Camata - art, 43, I - 28 a 30.04.2009.

Requerimento nº 192, de 2009-M, Senador Lobão Filho - art. 43, II - 28.04.2009.

Requerimento nº 193, de 2009-M, Senadora Ideli Salvatti - art. 13 - 22 e 23.04.2009.

Requerimento nº 194, de 2009-M, Senador Renan Calheiros - art. 43, II - 22 e 23.04.2009.

Requerimento nº 195, de 2009-M, Senador Antonio Carlos Júnior - art. 13 - 28.04.2009.

Requerimento nº 196, de 2009, Senador Garibaldi Alves Filho - art. 13 - 30.04.2009.

Requerimento nº 197, de 2009-M, Senadora Ideli Salvatti - art. 13 - 30.04.2009.

Requerimento nº 198, de 2009-M, Senador Tião Viana - art. 13 - 28.04.2009.

Requerimento nº 199, de 2009-M, Senador Paulo Duque - art. 13 - 30.04.2009.

Requerimento nº 200, de 2009-M, Senador Marcelo Crivella - art. 13 - 30.04.2009.

Requerimento nº 201, de 2009-M, Senador Cícero Lucena - art. 13 - 30.04.2009.

Requerimento nº 202, de 2009-M, Senadora Rosalba Ciarlini - art. 13 - 30.04.2009.

Requerimento nº 203, de 2009-M, Senador Renan Calheiros - art. 43, II - 14.04.2009.

Requerimento nº 204, de 2009-M, Senador Magno Malta – art. 13 – 30.04.2009.

XIX - REQUERIMENTOS PARA DESEMPENHO DE MISSÃO APROVADOS PELO PLENÁRIO

Total.....11

Observação:
Art. 40 – Representação da Casa / missão no País ou no exterior

Requerimento nº 392, de 2009 - Senador Mozarildo Cavalcanti - 20 a 30.04.2009 - Indicação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE para acompanhar a execução da retirada dos habitantes não indígenas da área da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima.

Sessão: 08.04.2009.

Requerimento nº 398, de 2009 - Senador Aloizio Mercadante - 04 a 12.04.2009 - Participação na Terceira Sessão Plenária Ordinária da Assembléia Parlamentar Euro-Latino-Americana, em Madri, Espanha.

Sessão: 08.04.2009.

Requerimento nº 418, de 2009 - Senador Augusto Botelho - 20 a 30.04.2009 - Indicação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE para acompanhar a execução da retirada dos habitantes não indígenas da área da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima.

Sessão: 15.04.2009.

Requerimento nº 420, de 2009 - Senador Cícero Lucena - 14 a 22.04.2009 - Participação, como integrante da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT, da 105ª Feira Importação e Exportação da China, na cidade de Guangzhou.

Sessão: 14.04.2009.

Requerimento nº 455, de 2009 - Senador Aloizio Mercadante - 22 e 23.04.2009 - Participação, como integrante da comitiva do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na Reunião Interministerial do Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral Brasil-Argentina, em Buenos Aires.

Sessão: 22.04.2009.

Requerimento nº 459, de 2009 - Senador Geraldo Mesquita Júnior - 26 a 29.04.2009 - Participação da XVI Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Assunção, Paraguai.

Sessão: 23.04.2009.

Requerimento nº 460, de 2009 - Senador Romeu Tuma - 24 a 29.04.2009 - Participação da XVI Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Assunção, Paraguai.

Sessão: 23.04.2009.

Requerimento nº 461, de 2009 - Senador Inácio Arruda - 26 a 28.04.2009 - Participação da XVI Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Assunção, Paraguai.

Sessão: 23.04.2009.

Requerimento nº 462, de 2009 - Senador Aloizio Mercadante - 26 a 28.04.2009 - Participação da XVI Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Assunção, Paraguai.

Sessão: 23.04.2009.

Requerimento nº 463, de 2009 - Senador Marisa Serrano - 26 a 29.04.2009 - Participação da XVI Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Assunção, Paraguai.
Sessão: 23.04.2009.

Requerimento nº 464, de 2009 - Senador José Nery - 26 a 29.04.2009 - Participação da XVI Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Assunção, Paraguai.
Sessão: 23.04.2009.

XX – OUTRAS DELIBERAÇÕES

Total.....58

Requerimento nº 354, de 2009, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Mário Couto, solicitando, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento da Sra. Lucimar Ferreira de Oliveira, mãe do ex-Senador Luiz Otávio.
Sessão: 01.04.2009

Requerimento nº 355, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de lembrança pelo transcurso do 22º aniversário da morte de Arthur Virgílio Filho, um dos mais expressivos nomes da política brasileira.
Sessão: 01.04.2009

Requerimento nº 358, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ator Anchizes Pinto, ocorrido no dia 30 de março de 2009.
Sessão: 01.04.2009

Requerimento nº 359, de 2009, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao jornal "A Tribuna", da cidade de Santos, São Paulo, pelos 115 anos de sua fundação.

Sessão: 01.04.2009

Requerimento nº 360, de 2009, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno do Senado Federal, seja inserido em ata voto de pesar pelo falecimento do ex-Presidente da República da Argentina Raúl Alfonsín.

Sessão: 01.04.2009

Requerimento nº 361, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Sport Club Internacional de Porto Alegre pelo transcurso dos 100 anos de sua fundação, a ser celebrado em 04 de abril de 2009.

Sessão: 01.04.2009

Requerimento nº 365, de 2009, de autoria do Senador Efraim Morais, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à criação, pelo Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro (IDELB), do Prêmio do Mérito Legislador 2008, destinado a agraciar legisladores brasileiros que se "destacaram na área municipal, estadual e federal".

Sessão: 02.04.2009

Requerimento nº 366, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando, nos termos do inciso II do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do radialista, cronista e jornalista Jairo Anatólio Lima, ocorrido no dia 25 de março de 2009, em Belo Horizonte.

Sessão: 02.04.2009

Requerimento nº 367, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Associação Comercial do Pará - ACP pelo transcurso dos seus 190 anos de existência.

Sessão: 02.04.2009

Requerimento nº 381, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento de Márcio Moreira Alves, ocorrido no dia 3 de abril de 2009.

Sessão: 06.04.2009

Requerimento nº 382, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos dos arts. 218, inciso VII, e 221 do Regimento Interno do Senado

Federal, voto de pesar pelo falecimento do jornalista e ex-Deputado Márcio Moreira Alves, no dia 3 de abril de 2009.

Sessão: 06.04.2009

Requerimento nº 383, de 2009, de autoria do Senador José Agripino e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do Dr. Leônidas Ferreira, ocorrido no dia 03 de abril de 2009, em Natal/RN.

Sessão: 06.04.2009

Requerimento nº 384, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado voto de aplauso ao Município de Marabá pelo transcurso, no dia 05 de abril de 2009, dos seus 96 anos de existência.

Sessão: 06.04.2009

Requerimento nº 385, de 2009, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do ex-Senador Pinto Ferreira, ocorrido no dia 07 de abril de 2009.

Sessão: 07.04.2009

Requerimento nº 386, de 2009, de autoria do Senador Gerson Camata e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de solidariedade às famílias das vítimas e aos desabrigados da região do Abruzzo, na Itália, atingidos pelo terremoto ocorrido na madrugada do dia 06 de abril de 2009.

Sessão: 07.04.2009

Requerimento nº 387, de 2009, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando, na forma do disposto no Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências aos familiares pelo falecimento do geneticista e professor Crodowaldo Pavan, ocorrido no dia 03 de abril de 2009, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Sessão: 07.04.2009

Requerimento nº 394, de 2009, de autoria dos Senadores Marcelo Crivella e Paulo Paim, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar ao povo e ao

Presidente da República da Costa do Marfim pela tragédia ocorrida na capital Abidjan, em 29 de março de 2009, durante o jogo de futebol pelas eliminatórias da Copa do Mundo.

Sessão: 08.04.2009

Requerimento nº 395, de 2009, de autoria dos Senadores Marcelo Crivella e Paulo Paim, solicitando, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de pesar ao povo e ao Presidente da República Italiana pela tragédia havida na região de Abruzzo, em virtude do terremoto ocorrido na madrugada do dia 6 de abril de 2009.

Sessão: 08.04.2009

Requerimento nº 402, de 2009, de autoria do Senador João Pedro, solicitando, na forma do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso pelo Dia do Jornalista, comemorado no dia 07 de abril.

Sessão: 14.04.2009

Requerimento nº 403, de 2009, de autoria do Senador João Pedro, solicitando, na forma do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso e felicitações pela passagem dos cinco anos de criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Sessão: 14.04.2009

Requerimento nº 408, de 2009, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando, na forma do disposto no Regimento Interno do Senado Federal, homenagens de pesar pelo falecimento do Deputado Federal Carlos Wilson Rocha de Queiroz Campos, ocorrido no dia 11 de abril de 2009, na cidade de Recife, Pernambuco.

Sessão: 14.04.2009

Requerimento nº 409, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando, com base no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Colégio Santo Antônio de Belo Horizonte, Minas Gerais, pelo transcurso de seu centenário de fundação.

Sessão: 14.04.2009

Requerimento nº 413, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando, nos termos dos arts. 218, inciso VII, e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador e Deputado Federal Carlos Wilson no dia 11 de abril de 2009.

Sessão: 14.04.2009

Requerimento nº 414, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando, nos termos dos arts. 218, inciso VII, e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, no dia 12 de abril de 2009, do ex-prefeito e deputado federal João Herrmann.

Sessão: 14.04.2009

Requerimento nº 415, de 2009, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando, nos termos regimentais, voto de pesar pelo falecimento do escultor gaúcho Francisco Stockinger, ocorrido no dia 12 de abril de 2009.

Sessão: 14.04.2009

Requerimento nº 416, de 2009, de autoria dos Senadores Augusto Botelho e Mozarildo Cavalcanti, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento de Luiz Afonso Faccio.

Sessão: 14.04.2009

Requerimento nº 417, de 2009, de autoria dos Senadores Augusto Botelho e Mozarildo Cavalcanti, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar e apresentação de condolências a família pelo falecimento de José de Holanda Bessa.

Sessão: 14.04.2009

Requerimento nº 421, de 2009, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Doutor Marco Antônio César Villatore pela posse na presidência da Associação dos Advogados Trabalhistas do Paraná.

Sessão: 14.04.2009

Requerimento nº 422, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do biólogo Crodowaldo Pavan, professor da Universidade de São Paulo e pioneiro da genética no Brasil, ocorrido em 3 de abril de 2009.

Sessão: 14.04.2009

Requerimento nº 423, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento, ocorrido em 13 de abril de 2009, na cidade de Parintins - AM, do padre Dílson Brandão Pereira.

Sessão: 14.04.2009

Requerimento nº 424, de 2009, de autoria do Senador Efraim Morais, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, votos de congratulações à Diretora da Secretaria Especial de Comunicação Social, Elga Mara Teixeira Lopes; à Diretora de Jornalismo, Maria da Conceição Lima Alves; ao Diretor do Jornal do Senado, Davi Emerich, e a todos os servidores empenhados na formulação do Jornal do Senado pela passagem da terceira milésima impressão.

Sessão: 15.04.2009

Requerimento nº 426, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do ex-presidente da Confederação Brasileira de Futebol - CBF Giulite Coutinho, ocorrido no dia 4 de abril de 2009.

Sessão: 15.04.2009

Requerimento nº 427, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de estímulo à jovem carioca Maylan Studart, única jóquei brasileira no exterior, que compete, com êxito, num dos principais hipódromos dos Estados Unidos, o NYRA, de New York.

Sessão: 15.04.2009

Requerimento nº 428, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao poeta amazonense Thiago de Melo pelo relançamento, em edições das Editoras Saraiva e Bertrand, dos seus livros "Faz escuro, mas eu canto" e "Poemas Preferidos pelo Autor e Seus Leitores".

Sessão: 15.04.2009

Requerimento nº 429, de 2009, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, solicitando, nos termos do art. 222, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do Dr. Humberto Ludovico.

Sessão: 15.04.2009

Requerimento nº 432, de 2009, de autoria do Senador Lobão Filho, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam apresentadas congratulações ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que completou 58 anos no dia 14 de abril de 2009.

Sessão: 15.04.2009

Requerimento nº 433, de 2009, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Flexa Ribeiro, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Superior Tribunal de Justiça pelo transcurso do 20º aniversário de sua instalação.

Sessão: 15.04.2009

Requerimento nº 434, de 2009, de autoria dos Senadores Mão Santa e José Sarney, solicitando, nos termos regimentais, voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do Senhor João Pereira dos Santos.

Sessão: 16.04.2009

Requerimento nº 435, de 2009, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do Sr. Arimar França, pioneiro da carcinicultura.

Sessão: 16.04.2009

Requerimento nº 436, de 2009, de autoria do Senador João Pedro, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do médico Dr. Leônidas Ferreira, professor, político e defensor de questões sociais.

Sessão: 16.04.2009

Requerimento nº 437, de 2009, de autoria do Senador João Pedro, solicitando, na forma do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso e congratulações ao Jornal do Brasil pela passagem dos seus 118 anos, ocorrida no dia 11 de abril de 2009.

Sessão: 16.04.2009

Requerimento nº 440, de 2009, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Senhores Senadores, solicitando, na forma do disposto no Regimento Interno do Senado Federal, homenagens de pesar pelo falecimento do industrial e economista João Pereira dos Santos, ocorrido na cidade do Recife, no dia 15 de abril de 2009.

Sessão: 16.04.2009

Requerimento nº 441, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Jornal do Senado na data em que publica sua 3.000ª edição.

Sessão: 16.04.2009

Requerimento nº 442, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Santos.

Sessão: 16.04.2009

Requerimento nº 444, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, voto de aplauso ao Sindicato Rural de Lages e à Associação Rural de Lages pelos seus 70 anos de existência.

Sessão: 16.04.2009

Requerimento nº 450, de 2009, de autoria do Senador José Nery, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Grupo Teatral Chama - Associação Cultural, da cidade de Barcarena, Estado do Pará.

Sessão: 22.04.2009

Requerimento nº 452, de 2009, de autoria da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Sra. Roseana Sarney pela posse no cargo de Governadora do Estado do Maranhão

Sessão: 22.04.2009

Requerimento nº 453, de 2009, de autoria da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja apresentado voto de solidariedade ao Senador Gerson Camata, em função de matérias caluniosas veiculadas pela mídia.

Sessão: 22.04.2009

Requerimento nº 456, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento de José Inácio da Silva Siqueira Melo, ex-Prefeito de Autazes/AM.

Sessão: 22.04.2009

Requerimento nº 457, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao jornal A Crítica, de Manaus, pelo transcurso, no dia 19 de abril de 2009, do seu 60º aniversário de criação.

Sessão: 22.04.2009

Requerimento nº 458, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao povo de Itacoatiara, Amazonas, pelo transcurso do aniversário de fundação do município, em 25 de abril de 2009.

Sessão: 22.04.2009

Requerimento nº 466, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando, nos termos regimentais, voto de pesar pelo falecimento do doutor em física e dirigente de informática Nicoló Mazzola.

Sessão: 23.04.2009

Requerimento nº 467, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento da Oficial de Justiça Sandra Regina Ferreira, ocorrido no dia 23.04.09, vítima de assassinato.

Sessão: 27.04.2009

Requerimento nº 469, de 2009, de autoria do Senador José Agripino, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do ex-deputado estadual Francisco Seráfico Dantas.

Sessão: 28.04.2009

Requerimento nº 471, de 2009, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando voto de pesar ao Grupo Criogênesis de Pesquisa e aos familiares do Dr. Humberto Cerruti Filho, recentemente falecido.

Sessão: 28.04.2009

Requerimento nº 475, de 2009, de iniciativa da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso para a Empresa Carbono Brasil Tecnologia e Serviços Ambientais, de Florianópolis.

Sessão: 28.04.2009

Requerimento nº 478, de 2009, de autoria do Senador Renato Casagrande, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor aos integrantes da Comissão de Juristas, criada pelo Senado Federal na forma do Requerimento nº 227, de 2008, pelos relevantes trabalhos de elaboração do anteprojeto de Código de Processo Penal.

Sessão: 29.04.2009

Requerimento nº 498, de 2009, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso às Professoras Célia Arns de Miranda e Anna Stegh Camati pelo lançamento da obra "A coletânea de Shakespeare sob múltiplos olhares".

Sessão: 29.04.2009

B – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

(1º a 30 de abril)

ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Nº	Assunto
11/2009 (public. no DOU de 8-4-2009)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 12 de abril de 2009, a vigência da Medida Provisória nº 457, de 10 de fevereiro de 2009, que "Altera os arts. 96 e 102, da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, que dispõem sobre o parcelamento de débitos de responsabilidade dos Municípios, decorrentes de contribuições sociais de que tratam as alíneas "a" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991".
12/2009 (public. no DOU de 8-4-2009)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 12 de abril de 2009, a vigência da Medida Provisória nº 458, de 10 de fevereiro de 2009, que "Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.383, de 7 de dezembro 1976, e 6.925, de 29 de junho de 1981, e dá outras providências".

CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 144/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que esta Presidência transfere a sessão conjunta do Congresso Nacional convocada para 28-4-2009, às dezenove horas, para realizar-se no dia 6 de maio do corrente, quarta-feira, às dezenove horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de vetos presidenciais.
Of. nº 143/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foram lidos na sessão do Senado Federal realizada no dia 27-4-2009, os Projetos de Lei nºs 9, 10 e 11, de 2009, do Congresso Nacional, e foram despachados à CMO.
Of. nº 142/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que esta Presidência, em entendimento com essa Casa Legislativa, convoca sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 09 de junho do corrente, às onze horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o centésimo quadragésimo quarto aniversário da Batalha Naval do Riachuelo – Data Magna da Marinha.
Of. nº 141/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que esta Presidência, em entendimento com essa Casa Legislativa, convoca sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 12 de maio do corrente, às onze horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Bicentenário da Polícia Militar do Distrito Federal.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 140/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que esta Presidência, em entendimento com essa Casa Legislativa, convoca sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 07 de maio do corrente, às onze horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os cinquenta anos do Tratado Antártico – PROANTAR.
Of. nº 139/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi autuado, por solicitação do Presidente da CMO, e lido na sessão do Senado Federal realizada em 24-4-2009, os Avisos nº 12, de 2009-CN (nº 397-Seses-TCU-Plenário/2009, na origem), nº 13, de 2009 (nº 455-Seses-TCU-Plenário/2009, na origem), nº 14, de 2009 (nº 461-Seses-TCU-Plenário/2009, na origem), do Presidente do TCU, e retornam à CMO.
Of. nº 138/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada no dia 20-4-2009, o Projeto de Lei nº 8, de 2009, do Congresso Nacional, e foi despachado à CMO.
Of. nº 137/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República adotou, no dia 15-4-2009, e publicou no dia 16 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 461, de 2009, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R$ 300.000.000,00, para os fins que especifica". Nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, o exame e o parecer serão realizados pela CMO.
Of. nº 136/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Tendo em vista requerimento de autoria do Senador Jefferson Praia e outros Senhores Senadores e da Deputada Vanessa Grazziotin e outros Senhores Deputados, consultando sobre a viabilidade de realização de sessão solene do Congresso Nacional, no dia 28-4-2009, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a homenagear o sexagésimo aniversário do Jornal A Crítica, da cidade de Manaus, no Estado do Amazonas.
Of. nº 135/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 29, de 2009-CN (nº 243/2009, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2008 (oriundo da Medida Provisória nº 445, de 2008), que "Dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal; altera as Leis nºs 11.124, de 16 de junho de 2005, 8.427, de 27 de maio de 1992, 11.322, de 13 de julho de 2006, 11.775, de 17 de setembro de 2008, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; prorroga os prazos previstos nos arts. 5º e 30 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências". Solicitando a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
Of. nº 134/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada no dia 16-4-2009, o Projeto de Lei nº 7, de 2009-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências".

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 133/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Tendo em vista requerimentos de autoria do Senador José Nery e da Deputada Rebecca Garcia, consultando nos termos do art. 2º do Regimento Comum, sobre a viabilidade de realização de sessão solene do Congresso Nacional, no dia 09 de junho do corrente, às onze horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o centésimo quadragésimo quarto aniversário da Batalha Naval do Riachuelo – Data Magna da Marinha.
Of. nº 132/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada no dia 14-4-2009, o Ofício "S" nº 10, de 2009 (nº 215/2009/SFB/MMA, na origem), do Diretor-Geral Substituto do Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente, encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do § 2º do art. 53 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, o Relatório de Gestão de Florestas Públicas, relativo ao ano de 2008, e foi despachado à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, do Senado Federal.
Of. nº 131/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foram lidos na sessão do Senado Federal realizada no dia 14-4-2009, os Projetos de Lei nºs 5 e 6, de 2009, do Congresso Nacional, e foram despachados à CMO.
Of. nº 130/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada dia 14-4-2009, o Aviso nº 11, de 2009-CN (Aviso nº 353-GP/TCU, do Presidente do TCU), encaminhando, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a prestação de contas do exercício financeiro de 2008 daquela corte, e foi encaminhado à CMO.
Of. nº 129/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada dia 14-4-2009, o Aviso nº 10, de 2009-CN (nº 326-GP/TCU/2009), do Presidente do TCU, encaminhando ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades daquele Tribunal, referente ao exercício de 2008, e foi despachado à CMO.
Of. nº 128/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foram lidas, na sessão do Senado Federal realizada no dia 14-4-2009, e despachadas ao TCU para elaboração de parecer prévio, de acordo com o inciso I do art. 71 da Constituição Federal, a prestação de contas do Governo Federal, relativas ao exercício financeiro de 2008, e as prestações de contas dos seguintes Órgãos: - TJDF e dos Territórios (OFN nº 10/2009, nº GPR/5.389/2009, na origem); - Câmara dos Deputados – (OFN nº 11/2009, nº GP-O/582/2009, na origem); - STJ – (OFN 12/2009, nº 247/GP/2009, na origem); - TSE – (OFN nº 13/2009, nº 1360TSE/2009, na origem); - STM – (OFN nº 14/2009 – nº 079/PRES-008/SEPLA-GS/2009, na origem); - MPU – (OFN 15/2009, nº PGR/GAB/343/2009, na origem); - TST – (OFN nº 16/2009, nº TST.GP125/2009, na origem); - Conselho da Justiça Federal (OFN nº 17/2009 – nº PR2009020112/2009, na origem); - STF – (OFN nº 18/2009, Mensagem nº 14/GP/2009, na origem); e - Senado Federal – (OFN nº 19/2009, nº 23, na origem).

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 127/2009 -CN	Ministro Ubiratan Aguiar - Presidente do TCU	Comunicando que esta Presidência recebeu, dentro do prazo previsto no inciso XXIV do art. 84 e do inciso IX do art. 49 da Constituição Federal, combinado com o art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a Mensagem nº 193, de 31 de março de 2009, do Senhor Presidente da República, encaminhando a prestação de contas do Governo Federal relativas ao exercício financeiro de 2008. Para elaboração de parecer prévio, de acordo com o inciso I do art. 71 da Constituição Federal, dos seguintes Órgãos: - TJDF e dos Territórios (OFN nº 10/2009, nº GPR/5.389/2009, na origem); - Câmara dos Deputados – (OFN nº 11/2009, nº GP-O/582/2009, na origem); - STJ – (OFN 12/2009, nº 245/GP/2009, na origem); - TSE – (OFN nº 13/2009, nº 1360TSE/2009, na origem); - STM – (OFN nº 14/2009 – nº 079/PRES-008/SEPLA-GS/2009, na origem); - MPU – (OFN 15/2009, nº PGR/GAB/343/2009, na origem); - TST – (OFN nº 16/2009, nº TST.GP125/2009, na origem); - Conselho da Justiça Federal (OFN nº 17/2009 – nº PR2009020112/2009, na origem); - STF – (OFN nº 18/2009, Mensagem nº 14/GP/2009, na origem); e - Senado Federal – (OFN nº 19/2009, nº 23, na origem).
Of. nº 125/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Tendo em vista requerimentos de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, e da Deputada Maria Helena e outros Senhores Deputados, consultando sobre a viabilidade de realização de sessão solene do Congresso Nacional, no dia 7-5-2009, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os cinquenta anos do Tratado Antártico – PROANTAR.
Of. nº 124/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Tendo em vista requerimentos de autoria dos Senadores Adelmir Santana, Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, e do Deputado Tadeu Filippelli e outros Senhores Deputados, consultando sobre a viabilidade de realização de sessão solene do Congresso Nacional, no dia 12-5-2009, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Bicentenário da Polícia Militar do Distrito Federal.
Of. nº 120/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República adotou, no dia 30-3-2009, e publicou no dia 31 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 460, de 2009, que "Dá nova redação aos arts. 4º e 8º da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, que tratam de patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, dispõe sobre o tratamento tributário a ser dado às receitas mensais auferidas pelas empresas construtoras nos contratos de construção de moradias firmados dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, atribui à Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL as atribuições de apurar, constituir, fiscalizar e arrecadar a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, e dá outras providências". Nos termos dos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, e da Resolução nº 2, de 2000-CN, foi constituída a Comissão Mista e estabelecido o calendário para tramitação da Medida Provisória.
Of. nº 119/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi autuado, por solicitação do Presidente da CMO, e lido na sessão do Senado Federal realizada em 30-3-2009, o Aviso nº 9, de 2009-CN (nº 255-Seses-TCU-Plenário/2009, na origem), que encaminha à CMO, cópia do Acórdão nº 451, de 2009-TCU (Plenário), bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente à verificação da conformidade dos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2008, apresentados pelos titulares dos Poderes e Órgãos da esfera federal, com as normas legais pertinentes. (TC nº 026.703/2008-0), e retorna à CMO.

C - SECRETARIA DE COMISSÕES

C.1 - SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO MÊS DE ABRIL DE 2009 DAS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

Presidente: Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Vice Presidente: Senador DELCÍDIO AMARAL

REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PRJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínio como contratantes do Fundo Garantia-Safra.
Autoria: Senador TASSO JEREISSATI.
Relatoria: Senador RENATO CASAGRANDE.
Resultado: Não foram oferecidas emendas na discussão suplementar, o Substitutivo foi definitivamente adotado, sem votação (artigo 284 RISF).

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 50, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de US$ 83,450,000.00 (oitenta e três milhões, quatrocentos e cinqüenta mil dólares dos Estado Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e

Desenvolvimento – BIRD, destinada ao financiamento parcial do "Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família (PROESF II).
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador INÁCIO ARRUDA.
Parecer: Favorável à matéria nos termos do PRS que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Mensagem, na forma do Projeto de Resolução. Aprovado também Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 160, 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente em produtos escolares e estabelece alíquota zero na Contribuição para o PIS/PASEP e na Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Confins) sobre a importação e as receitas decorrentes da venda desses produtos.
Autoria: Senador JOSÉ AGRIPINO.
Relatoria: Senador MARCELO CRIVELLA.
Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1 – CE.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 2 – CAE e rejeitada a Emenda nº 1 – CE.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 23 DE 2009 - CAE

Requer a designação dos membros da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais – CAEAM, para o exercício de 2009/2010, e eleição de Presidente e Vice-Presidente, com o objeto de reiniciar seus trabalhos.
Autoria: Senador CÉSAR BORGES.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 24 DE 2009 - CAE

Requer a realização de Audiência Pública para instruir a Medida Provisória nº 449, de 2008, com a presença da senhora **Lina Maria Vieira,** Secretária da Receita Federal do Brasil e dos senhores **Antoninho Trevisan e Antônio Lopes de Sá.**

Autoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 25 DE 2009 - CAE

Requer a realização de Audiência Pública desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, para que seja discutida a sistemática de formação de preços dos combustíveis, com a presença dos representantes da **BR Distribuidora,** da **Petrobrás** e da **Agência Nacional do Petróleo – ANP.**
Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 26 DE 2009 - CAE

Requer Audiência Pública para instruir a apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2009 que "Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999 e dá outras providências", com os seguintes convidados: senhor **Alexandre Santos Aragão,** Procurador da Procuradoria Geral do Rio de Janeiro; senhora **Helena de Araújo Lopes Xavier, Sócia da Xavier, Domingues Advogados** e autora, dentre outros, de "O Regime da Concorrência no Direito das Telecomunicações"; senhor **Carlos Ari Sundfeld,** Professor Doutor de Direito Administrativo da PUC/SP e senhor **Floriano Marques de Azevedo,** Professor de Direito Administrativo da USP, da FGV/SP e da Escola Superior de Advocacia da OAB.
Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
ADENDO AO REQUERIMENTO Nº 16 DE 2009 - CAE

Requer a inclusão do **Presidente da Confederação Nacional dos Municípios** e do Ex-Secretário da Receita Federal, senhor **Everardo Maciel,** na Audiência Pública para instruir a MP 457, de 2009.

Autoria: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.
Resultado: Aprovado.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 16 e 17, de 2009 – CAE
Autoria: Senadores CÍCERO LUCENA e ANTÔNIO CARLOS VALADARES, respectivamente.
Assunto: Debate sobre a diminuição significativa dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios – FPM e seus efeitos na administração dos municípios brasileiros, e, ainda, sobre o assunto referido na Medida Provisória nº 457, de 2009 e o conseqüente impacto da Previdência Social nas finanças dos municípios.

CONVIDADO:

Senhora **Lina Maria Vieira,** Secretária da Receita Federal do Brasil;
Deputada **Rose de Freitas,** Relatora da Medida Provisória nº 457, de 2009;
Senhor **Paulo Ziulkoski,** Presidente da Confederação Nacional dos Municípios – CNM; e
Senhor **João Paulo Lima e Silva,** Presidente da Frente Nacional de Prefeitos – FNP.
Resultado: Realizada.

1ª REUNIÃO

REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2009 (ORDINÁRIA), E COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DE EMPREGABILIDADE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 9, de 2009 – CAE.
Autoria: Senador FRANCISCO DORNELLES.
Assunto: A crise Internacional e o Brasil: Visão Empresarial.

CONVIDADOS:

Senhor **Jorge Gerdau Johannpeter,** Coordenador Geral da Ação Empresarial; e
Senhor **Cristiano Franco Neto,** membro da Ação Empresarial.
Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 27, de 2009 – CAE

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta douta Comissão, em conjunta com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA; de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicações e Informática - CCT; de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ; de Assuntos Sociais CAS; de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR; de Agricultura e Reforma Agrária - CRA; de Educação, Cultura e Esporte - CE; de Serviços de Infraestrutura - CI; de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE; e a de Diretos Humanos e Legislação Participativa – CDH; com a finalidade de analisar e discutir a Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs e o Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as Implicações para o Agronegócio. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidados seguintes convidados: senhor **Gustavo Ribas Curcio,** Doutor em Engenharia Florestal e Pesquisador da Embrapa Florestas em Colombo – PR, o qual tratará do tema: "Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs uma Proposta de Parâmetros"; senhor **Evaristo Eduardo de Miranda,** Doutor em Economia e Pesquisador Embrapa Monitoramento por Satélite em Campinas – SP, o qual tratará do tema: "Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista: Implicações para o Agronegócio". Diante do tema a ser debatido, requeiro que a presente audiência pública seja realizada no próximo dia 29 de abril, às 09 horas, no Plenário do Senado Federal.
Autoria: Senadora KÁTIA ABREU.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
ADENDO AO REQUERIMENTO Nº 27, de 2009 – CAE

Requerem, nos termos regimentais, em adendo ao Requerimento nº 27, de 2009 – CAE, que objetiva analisar e discutir a definição de áreas de proteção permanente – APPs e o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e as implicações para o agronegócio, em conjunto com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA; de Agricultura e Reforma Agrária; de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ; de Assuntos Sociais CAS; de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR; de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicações e Informática – CCT; de Educação, Cultura e Esporte - CE; de Serviços de Infraestrutura - CI; de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE; e a de Diretos Humanos e Legislação Participativa – CDH, que sejam convidados também os senhores: **Adalberto Veríssimo,** Pesquisador Sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente na

Amazônia – IMAZON; **Márcio Santilli,** do Instituto Socioambiental/ISA; e **Antônio Herman Benjamim,** Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
Autoria: Senadores EDUARDO SUPLICY e MARCELO CRIVELLA.
Resultado: Aprovado.

2ª REUNIÃO

REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 20, 21, 22 e 26, de 2009 – CAE.
Autoria: Senadores ROMERO JUCÁ, ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR, ARTHUR VIRGÍLO e FLEXA RIBEIRO, respectivamente.
Assunto: Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2009, que "Estrutura o Sistema de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990; o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal; e a Lei nº 7.347, de 24 julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências".

CONVIDADOS:

Senhor **Arthur Badin,** Presidente do Conselho Administrativo de Direito Econômico;
Senhor **José Elaeres Marques Teixeira,** Procurador Regional da República em Brasília;
Senhor **Ronaldo Sardenberg,** Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel;
Senhor **Gesner Oliveira,** Presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp;
Senhor **Mauro Grinberg,** Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional – Ibrac;
Senhor **Pedro Zanotta,** Presidente da Comissão de Estudos da Concorrência e Regulação Econômica da OAB-SP; e
Senhor **Carlos Ari Sundfeld,** Professor da PUC-SP.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2003
TERMINATIVO

Concede isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados a aparelhos próprios para radioamadorismo, quando importados os adquiridos por radioamador habilitado e participante da Rede Nacional de Emergência de Radioamadores (RENER), integrante do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC).
Autoria: Senador GARIBALDI ALVES FILHO.
Relatoria: Senador DELCÍDIO AMARAL.
Parecer: Pela aprovação da matéria com três emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1, 2 e 3 – CAE.

ITEM Nº 02
RELATÓRIO FINAL APROVADO PELA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS.

REQUERIMENTO Nº 10, DE 2007 - CAE

Requer seja constituída Subcomissão visando debater e estudar a Regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como Telecomunicações, Aviação Civil, Rodovias, Saneamento, Ferrovias, Portos, Mercado de Gás Natural, Geração de Energia Elétrica, Parcerias Público Privadas, etc.
Autoria: Comissão de Assuntos Econômicos.
Relatoria: Senador GARIBALDI ALVES FILHO.
Resultado: Aprovado o Relatório Final da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 421, DE 2007
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para conceder isenção total do imposto de renda da pessoa física aos rendimentos de aposentadoria e pensão, para os maiores de setenta anos, iniciando-se com isenção de vinte por cento dos rendimentos aos sessenta e seis anos.
Autoria: Senador EFRAIM MORAIS.
Relatoria: Senador CÉCERO LUCENA.
Parecer: Pela aprovação da matéria e das Emendas nºs. 1 e 2 – CAS.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1 e 2 – CAS/CAE.

REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2009 CONJUNTA COM AS COMISSÕES – CMA, CRA, CAS, CCJ, CE, CDH, CRE, CI, CDR e CCT

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 12, 13, de 2009 – CRA, 22, de 2009 – CAS, 20 e 22, de 2009 – CMA, 27 e 28, de 2009 – CAE, 5, de 2009 – CCT, 10 de 2009 – CCJ, 4 e 5, 2009 – CDR, 12, DE 2009 – CDH, 9, de 2009 – CE, 20, de 2009 – CI e 11, de 2009 CRE.
Autoria: Senadores VALTER PEREIRA, SERYS SLHESSARENKO, KÁTIA ABREU, PAULO PAIM, MOZARILDO CAVALCANTI, ROSALBA CIARLINI, MARINA SILVA, FÁTIMA CLEIDE, MARCELO CRIVELLA, EDUARDO SUPLICY, GILBERTO GOELLNER e LEOMAR QUINTANILHA.
Assunto: Debate sobre a definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs e o Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as Implicações para o Agronegócio.

CONVIDADOS:

Senhor **Gustavo Ribas Curcio,** Doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da Embrapa Florestas em Colombo – PR;
Senhor **Evaristo Eduardo de Miranda,** Doutor em Ecologia e pesquisador da Embrapa Monitoramento por Satélite, em Campinas – SP;

Senador **Adalberto Veríssimo,** Pesquisador Sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia – IMAZON;
Senhor **Carlos Alberto Ricardo,** Coordenador do Programa Rio Negro do Instituto Socioambiental – ISA;
Senhor **Antônio Herman Benjamim,** Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ;
Senhor **Márcio Meira,** Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI;
Senhora **Samanta Pineda,** Advogada Socioambiental; e
Senhor **Tasso Rezende de Azevedo,** Assessor do Ministro do Meio Ambiente em Florestas e Climas – MMA.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 05

01 Ordinária – Deliberativa.
02 Ordinárias Deliberativas– Audiência Pública.
01 Extraordinária – Audiência Pública.
01 Conjunta – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 21

03 Projetos de Lei do Senado (terminativo).
01 Mensagem (SF).
01 Turno Suplementar (substitutivo).
07 Emendas – CAE.
01 Relatório de Subcomissão.
06 Requerimentos – CAE.
02 Adendos à Requerimento – CAE.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidenta: Senadora ROSALBA CIARLINI
Vice Presidente: Senador PAULO PAIM

REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE ABRIL DE 2009 EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 1, de 2009 – CAS e 9, de 2009 - CMA
Autoria: Senadores EFRAIM MORAIS e MARISA SERRANO, respectivamente.
Assunto: Debate sobre a utilização de recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que deveriam ser aplicados no âmbito do Programa de Ação Social em Saneamento (PASS), bem como a devolução pela União de U$ 57 milhões do referido Programa.
CONVIDADO:

Senhor **Márcio Fortes,** Ministro de Estado das Cidades.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 18, DE 2009 - CAS

Com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, com vistas a instruir o relatório do Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2005, que dispõe sobre o exercício da profissão de Físico. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados representantes da **Sociedade Brasileira de Física e o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA.**
Autoria: Senadores PAULO PAIM e ROSALBA CIARLINI.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 19, DE 2009 - CAS

Nos termos do disposto no artigo 58, § 2º, inciso V da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja realizado, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais e da Subcomissão Permanente de Promoção Acompanhamento e Defesa da Saúde, um ciclo de Debates sobre o Sistema Único da Saúde – SUS.
Autoria: Senadora ROSALBA CIARLINI.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica.
Autoria: Deputado JOSÉ CARLOS ELIAS.
Relatoria: Senador MOZARILDO CAVALCANTI.
Parecer: Favorável à matéria, na forma da emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CAS (Substitutivo). A Comissão aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 432, DE 2008 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para permitir o saque do saldo das contas individuais dos participantes do PIS/PASEP portadores de doenças graves.
Autoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Relatoria "ad hoc": Senador PAULO PAIM.
Parecer: Favorável à matéria, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CAS.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 20, DE 2009 - CAS

Requeiro nos termos regimentais, a realização de uma Audiência Pública para subsidiar os senhores Senadores integrantes desta Comissão com as informações contidas no documento "Emprego Público no Brasil; Comparação Internacional e Evolução Recente" – Comunicado da Presidência nº 19, publicado pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), no dia 30 de março de 2009, com a presença dos seguintes convidados: Senhor **Márcio Pochmann,** Presidente do IPEA ou representante. A ser realizada em reunião conjunta com a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social.
Autoria: Senadores IDELI SALVATTI e PAULO PAIM.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 21, DE 2009 - CAS

Com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, com vistas a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2007 e o Projeto de Lei do Senado nº 115 de 2007 que tramitam conjuntamente, dispondo sobre a regulamentação da profissão dos Comerciários. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados: **CNTC, UGT, Fórum Sindical, FECOMERCIO** e outros a serem escolhidos pela própria Comissão.
Autoria: Senador PAULO PAIM.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 22, de 2009 – CAS

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta douta Comissão, em conjunta com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA; de Assuntos Econômicos CAE; de Ciência Tecnologia, Inovação, Comunicações e Informática – CCT; de Constituição, Justiça e Cidadania CCJ; de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR; de Agricultura e Reforma Agrária - CRA; de Educação, Cultura e Esporte - CE; de Serviços de Infraestrutura - CI; de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE; e a de Diretos Humanos e Legislação Participativa – CDH; com a finalidade de analisar e discutir a

Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs e o Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as Implicações para o Agronegócio. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidadas para participarem da presente audiência pública: senhor **Gustavo Ribas Curcio,** Doutor em Engenharia Florestal e Pesquisador da Embrapa Florestas em Colombo – PR, o qual tratará do tema: "Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs uma Proposta de Parâmetros"; senhor **Evaristo Eduardo de Miranda,** Doutor em Economia e Pesquisador Embrapa Monitoramento por Satélite em Campinas – SP, o qual tratará do tema: "Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista: Implicações para o Agronegócio". Acrescente-se o nome do senhor **Márcio Meira,** Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Diante do tema a ser debatido, requeiro que a presente audiência pública seja realizada no próximo dia 29 de abril, às 09 horas, no Plenário do Senado Federal.
Autoria: Senadores ROSALBA CIARLINI, MOZARILDO CAVALCANTI, PAULO PAIM e KÁTIA ABREU.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 23, DE 2009 - CAS

Requeremos urgência, nos termos do artigo 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, para o Projeto de Lei da Câmara nº 60 de 2007, que "Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica".
Autoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 12, de 2009 – CAS.
Autoria: Senador CÉSAR BORGES.
Assunto: Debate sobre a situação da Dengue em todo território nacional, e especialmente no Estado da Bahia.

CONVIDADOS:

Senhor **Giovanini Coelho,** Coordenador de Vigilância Epidemiológica do Ministério da Saúde;
Senhor **Denílson Magalhães,** Representante da Confederação Nacional de Municípios;
Senhor **Roberto Oliveira Maia,** Presidente da União dos Municípios da Bahia; e

Senhor **Ismar Barbosa Cruz,** 4º Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 8, de 2009 – CAS.
Autoria: Senadores ROSALBA CIARLINI, MARCELO CRIVELLA, FLÁVIO ARNS, ADELMIR SANTANA e AUGUSTO BOTELHO.
Assunto: Debate sobre políticas, programas e projetos a serem implementados pelo Ministério do Desenvolvimento Social ao longo do ano de 2009.

CONVIDADO:

Senhor **Patrus Ananias,** Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 24, DE 2009 - CAS

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja convidado o senhor **Eduardo Pereira Nunes,** Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a comparecer em reunião desta Comissão de Assuntos Sociais visando prestar informações pormenorizadas acerca do próximo Censo Demográfico que deverá se realizar no próximo ano.
Autoria: Senadores EDUARDO SUPLICY, VALDIR RAUPP, EDUARDO AZEREDO, FÁTIMA CLEIDE, PAPELÉO PAES, INÁCIO ARRUDA, ROSALBA CIARLINI, JOSÉ NERY e ADELMIR SANTANA.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2009 CONJUNTA COM AS COMISSÕES – CMA, CAE, CRA, CCJ, CE, CDH, CRE, CI, CDR e CCT

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 12, 13, de 2009 – CRA, 22, de 2009 – CAS, 20 e 22, de 2009 – CMA, 27 e 28, de 2009 – CAE, 5, de 2009 – CCT, 10 de 2009 – CCJ, 4 e 5, 2009 – CDR, 12, DE 2009 – CDH, 9, de 2009 – CE, 20, de 2009 – CI e 11, de 2009 CRE.
Autoria: Senadores VALTER PEREIRA, SERYS SLHESSARENKO, KÁTIA ABREU, PAULO PAIM, MOZARILDO CAVALCANTI, ROSALBA CIARLINI, MARINA SILVA, FÁTIMA CLEIDE, MARCELO CRIVELLA, EDUARDO SUPLICY, GILBERTO GOELLNER e LEOMAR QUINTANILHA.
Assunto: Debate sobre a definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs e o Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as Implicações para o Agronegócio.

CONVIDADOS:

Senhor **Gustavo Ribas Curcio,** Doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da Embrapa Florestas em Colombo – PR;
Senhor **Evaristo Eduardo de Miranda,** Doutor em Ecologia e pesquisador da Embrapa Monitoramento por Satélite, em Campinas – SP;
Senador **Adalberto Veríssimo,** Pesquisador Sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia – IMAZON;
Senhor **Carlos Alberto Ricardo,** Coordenador do Programa Rio Negro do Instituto Socioambiental – ISA;
Senhor **Antônio Herman Benjamim,** Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ;
Senhor **Márcio Meira,** Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI;
Senhora **Samanta Pineda,** Advogada Socioambiental; e
Senhor **Tasso Rezende de Azevedo,** Assessor do Ministro do Meio Ambiente em Florestas e Climas – MMA.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.
Autoria: Deputado MAURO NAZIF.
Relatoria "ad hoc": Senador FLÁVIO ARNS.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 25, DE 2009 – CAS

Nos termos do artigo 90, inciso II, solicito Audiência Pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para debater a Resolução da ANVISA, submetida à Consulta Pública nº 69, de 11 de julho de 2007, que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas Farmacêuticas em Farmácias e Drogarias. No rol de convidados sugerimos: senhor **Dirceu Raposo de Mello,** Presidente da ANVISA; senhor **Jaldo de Souza Santos,** do Conselho Federal de Farmácias – CFF; senhor **Cálcito Augusto Esteves,** da Confederação Nacional do Comércio – CNC e Advogado Sênior do Departamento Jurídico da Confederação Nacional do Comércio; senhor **Sérgio Mena Barreto,** Presidente Executivo da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias ABRAFARMA, ou senhor **Pedro Zidoi,** Presidente da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico – ABCFARMA; e senhora **Marilena Lazarini,** Coordenadora Institucional do Instituto de Defesa do Consumidor – IDEC.
Autoria: Senadores ROSALBA CIARLINI e PAULO PAIM.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 26, DE 2009 – CAS

Nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 21, de 2009 – CAS, requeiro que seja retirado e desconsiderado o termo "...que tramitam conjuntamente...", bem como seja realizada a

audiência pública aprovada, constante no requerimento supra, no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social.
Autoria: Senador PAULO PAIM.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 27, DE 2009 – CAS

Nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 21, de 2009 – CAS e ao Requerimento nº 26, de 2009 – CAS, requeiro que seja incluído na lista de convidados a participar da audiência pública, no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social da Comissão de Assuntos Sociais, com vistas a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2007 e o Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2007 que tramitam nesta Comissão, dispondo sobre a regulamentação da profissão dos Comerciários, de autoria do Senador Paulo Paim, o representante da Força Sindical, senhor **Luiz Carlos Motta.**
Autoria: Senador PAULO PAIM.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 28, DE 2009 – CAS

Com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, com vistas a tratar das questões atinentes a Epilepsia, devendo ser convidados às entidades representativas do setor, e outros a serem definidos pela própria comissão. A ser realizada em conjunto com a Subcomissão Permanente de Promoção, acompanhamento e Defesa da Saúde – CASSAÚDE.
Autoria: Senador PAULO PAIM.
Resultado: Aprovado.

ITEM 05
REQUERIMENTO Nº 29, DE 2009 - CAS

"Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal (CAS), realize audiência pública conjunta com a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento, e Defesa da Saúde (CASSAUDE), para debater o cenário do fornecimento de órteses e próteses no Brasil. A evolução tecnológica e o aumento da oferta desses produtos acarreta a necessidade de avaliação, com o objetivo de garantir o equilíbrio entre o valor despendido com o equipamento, e a

qualidade de vida proporcionada ao paciente. Este binômio deve ser observado tanto pelo gestor público, quanto pelo próprio paciente. O que muito se verifica são pessoas que aguardam durante longo tempo para a obtenção de próteses ou órteses do SUS, nem sempre recebendo produtos adequados à suas necessidades. Também se verificam ações judiciais, onde o Poder Público, os gestores em saúde, as seguradoras de saúde, as cooperativas médicas e de medicina de grupo, são obrigados a fornecer órteses e próteses de última geração, nem sempre adequadas ao caso concreto, o que acarreta custos mais elevados, em comparação com produtos que poderiam atender às necessidades do paciente de forma apropriada. Ao mesmo tempo, as pessoas que necessitam desses produtos, não raras vezes, se defrontam com o dilema de escolher entre próteses ou órteses nacionais, ou importadas, sem saberem qual atenderá melhor às suas necessidades. O esclarecimento dessas questões leva à necessidade de que seja realizada audiência pública para debater o processo de registro destes produtos, a análise técnica de qualidade, certificações, bem como os instrumentos que permitam a verificação da adequação à necessidade do paciente. Indico com convidados **um representante do Ministério da Saúde**, o **Dr. Fausto Pereira dos Santos, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar,** o **Dr. Dirceu Raposo de Mello, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária,** o **Dr. João Batista Caetano Presidente da UNIMED Brasil,** e o **Dr. Luiz Carlos Trabuco Cappi, Presidente da Federação Nacional de Saúde Suplementar.**

Autoria: Senador FLÁVIO ARNS.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06

REQUERIMENTO Nº 30, DE 2009 – CAS

Com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, com vistas a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2005, que dispõe sobre o exercício da profissão de Teólogo. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados representantes da categoria, quais, sejam, **PUC/RS; Faculdades EST, ESTEF, UNILASALLE;** Professor **Vitor Feller,** Diretor do ITESC de Florianópolis e Conselheiro da SOTER e outros a serem definidos por esta comissão.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07

REQUERIMENTO Nº 31, DE 2009 – CAS

Em aditamento ao Requerimento nº 13, de 2009 – CAS, aprovado em 25.03.09, requeiro seja incluído como convidado para participar da Audiência Pública, que seja a instruir a tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 725, de 2007, que versa sobre gorjetas pagas aos garçons, o Presidente do Sindicato dos Garçons, Barmen e Maítrês do Estado do Rio de Janeiro, senhor **Waltair Mendes Rodrigues.**
Autoria: Senadores MARCELO CRIVELLA e ROBERTO CAVALCANTI.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 32, DE 2009 – CAS

Requeremos urgência, nos termos do artigo 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, para o Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008, que "Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.
Autoria: Senadora LÚCIA VÂNIA.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 07

02 Conjuntas – Audiência Pública.
03 Extraordinárias – Deliberativa.
02 Extraordinárias – Audiências Públicas – Deliberativas.

MATÉRIAS APRECIADAS: 20

01 Projeto de Lei do Senado – Complementar (não terminativo).
02 Projetos de Lei da Câmara (não terminativo).
02 Emendas – CAS.
15 Requerimentos – CAS.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – CAS.

Presidente: Senador FLÁVIO ARNS
Vice Presidente: Senador EDUARDO AZEREDO

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2009 (ORDINÁRIA) EM CONJUNTO COM AS SUBCOMISSÕES PERMANENTES EM DEFESA DO EMPREGO E PREVIDÊNCIA SOCIAL E A DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.

ITEM ÚNICO

Eleição do Presidente e do Vice Presidente da Subcomissão.
Resultado: Foram eleitos os Senadores Flávio Arns e Eduardo Azeredo, para os cargos de Presidente e de Vice-Presidente, respectivamente.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 Ordinária – Eleição do Presidente e do Vice-Presidente.

MATÉRIAS APRECIADAS:

SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E PREVIDÊNCIA SOCIAL – CAS.

Presidente: Senador Paulo Paim
Vice Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2009 (ORDINÁRIA) EM CONJUNTO COM AS SUBCOMISSÕES PERMANENTES DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.

ITEM ÚNICO

Eleição do Presidente e do Vice Presidente da Subcomissão.
Resultado: Foram eleitos os Senadores Paulo Paim e Mozarildo Cavalcanti, para os cargos de Presidente e de Vice-Presidente, respectivamente.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 Ordinária – Eleição do Presidente e do Vice-Presidente.

MATÉRIAS APRECIADAS:

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE – CAS.

Presidente: Senador
Vice Presidente: Senador

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2009 (ORDINÁRIA) EM CONJUNTO COM AS SUBCOMISSÕES PERMANENTES EM DEFESA DO EMPREGO E PREVIDÊNCIA SOCIAL E A DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

ITEM ÚNICO

Eleição do Presidente e do Vice Presidente da Subcomissão.
Resultado: Adiada a Votação da eleição do Presidente e do Vice-Presidente.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 Ordinária – Conjunta.

MATÉRIAS APRECIADAS:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES
Vice Presidente: Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

REUNIÃO REALIZADA NOS DIAS 1º, 02 E 07 DE ABRIL DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
EMENDAS DE PLENÁRIO NºS 2, 3 e 4
À PROPOSTA DE EMENDA À CONTITUIÇÃO Nº 12, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta o § 7º ao artigo 100 da Constituição Federal e o artigo 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
Autoria: Senador RENAN CALHEIROS e outros Senhores Senadores.
Relatoria: Senadora KÁTIA ABREU.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM A

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

(Tramitam em conjunto com as PEC's nºs 1 e 23, DE 2003; nº 51, DE 2004; nºs. 11, 29 e 61, de 2005; e nº 12, de 2006)

Altera o § 3º do artigo 100 da Constituição Federal, para determinar que os pagamentos de obrigações devidas aos idosos sejam feitos em espécie e excluídos da obrigatoriedade de expedição de precatórios.
Autoria: Senador MAGUITO VIELA e outros Senhores Senadores.
Relatoria: Senadora KÁTIA ABREU.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM A

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23 DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Dá nova redação ao § 1º do artigo 100 da Constituição Federal, criando limite máximo para pagamento de obrigações relativas a precatórios judiciais.
Autoria: Senador EFRAIM MORAIS e outros Senhores Senadores.
Relatoria: Senadora KÁTIA ABREU.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM A

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 51 DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 100 da Constituição Federal, e dão outras providências. (Dispõe sobre Precatórios Judiciais).
Autoria: Senador PEDRO SIMON e outros Senhores Senadores.
Relatoria: Senadora KÁTIA ABREU.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM A

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 11 DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 100 da Constituição Federal para instituir limite máximo de comprometimento da receita da União, Estados, Distrito Federal e Municípios com o pagamento de precatórios judiciais.
Autoria: Senador JOSÉ MARANHÃO e outros Senhores Senadores.
Relatoria: Senadora KÁTIA ABREU.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM A

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29 DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a preferência para maiores de 60 (sessenta) anos de idade no recebimento de precatórios.

Autoria: Senador SÉRGIO CABRAL e outros Senhores Senadores.
Relatoria: Senadora KÁTIA ABREU.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM A

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61 DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Altera o § 3º do artigo 100 da Constituição Federal para determinar que os pagamentos de obrigações devidas aos idosos em espécie e excluídos da obrigatoriedade de expedição de precatórios.
Autoria: Senador PAULO PAIM e outros Senhores Senadores.
Relatoria: Senadora KÁTIA ABREU.
Parecer: Pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3 – PLEN e pela aprovação parcial da Emenda nº 4 – PLEN, na forma da Subemenda que apresenta, unificando o texto conforme disciplina o § 6º do artigo 133 do Regimento Interno do Senado Federal.
Resultado: Aprovado parecer pela rejeição das Emendas nºs. 2 e 3 – PLEN, e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 4 – PLEN, na forma da Subemenda nº 1 – CCJ, nos termos do texto consolidado.

ITEM Nº 02
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2007
(PL nº 01288, de 2007, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para prever a possibilidade de utilização de equipamento de vigilância indireta pelo condenado nos casos em que especifica.
Autoria: Câmara dos Deputados.
Autoria do Projeto: Senador MAGNO MALTA.
Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Parecer: Pela aprovação da Ementa e dos Artigos 1º, 2º e 3º do Substitutivo, e pelo restabelecimento, ao mesmo tempo, dentre as alterações processadas pelo artigo 2º do Projeto, das mudanças preconizadas aos artigos 115, 122 e 132 da Lei de Execução Penal, na forma do texto originalmente aprovado pelo Senado Federal, sem prejuízo do ajuste redacional para uniformizar a denominação do novo instituto (que passa a ser "monitoração eletrônica" e não "rastreamento eletrônico").

Resultado: Aprovado o parecer com as alterações propostas.

ITEM Nº 03
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 165 da Constituição Federal instituindo a Carta de Responsabilidade Econômico-Social.
Autoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE e outros Senhores Senadores.
Relatoria: Senador TASSO JEREISSATI.
Parecer: Favorável à matéria com três emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Proposta com as Emendas nºs. 1, 2, 3 – CCJ.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, DE 2003
(PL. nº 04375/2001, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre o interrogatório do acusado.
Autoria: Deputado JOSÉ ROBERTO BATOCHIO.
Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Parecer: Favorável à matéria nos termos da emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 1 – CCJ (substitutivo).

ITEM Nº 05
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2008
(PEC nº 0138, de 2003, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu artigo 127, (Dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).
Autoria: Deputado SANDES JÚNIOR e outros Senhores Deputados.
Relatoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR.
Parecer: Favorável à matéria com três emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Proposta com as Emendas nºs. 1, 2, 3 – CCJ.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2004
(PL. nº 00209/2003, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a presença de advogado nos procedimentos judiciais e dá outras providências.
Autoria: Deputado MARCELO ORTIZ.
Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer, contrário ao Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 17, DE 2004
(PL. nº 07122/2002, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta § 6º ao artigo 206 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, estabelecendo em 20 (vinte) anos a prescrição da pretensão de reparação relativa a acidente do trabalho ou a doença ocupacional.
Autoria: Deputado DR. ROSINHA.
Relatoria "ad hoc": Senador ROMEU TUMA.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer, contrário ao Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 125, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Susta os artigos 6º, XVI, 7º, §§ 1º e 2º, 11, 15, 34, 36, 37, parágrafo único, e 52 do Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, ancilares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, aprovado pelo Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria: Senador TASSO JEREISSATI.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer, contrário ao Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2002
(PL. nº 01043/1999, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a Declaração de Óbito e a realização de estatísticas de óbitos em hospitais públicos e privados.
Autoria: Deputado DR. HÉLIO.
Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 10
EMENDAS NºS. 1, 2 E 3 DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 205, DE 1996
(PL. nº 03777/1997, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Acrescente parágrafo único ao artigo 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor.
Autoria: Câmara dos Deputados.
Autoria do Projeto: Senador SÉRGIO MACHADO.
Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável às Emenda nº 1, 2 e 3 da Câmara dos Deputados.

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, DE 2001
(PL. nº 02958/2000, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Institui o Programa Voluntário de Vacinação – PVV.
Autoria: Deputado NELSON PROENÇA.
Relatoria "ad hoc": Senador ROMEU TUMA.
Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

ITEM Nº 12
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 133, DE 2001
(PL. nº 04162/2001, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera o caput do artigo 20 da Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968 (Inclui as empresas, fundações e sociedades civis prestadoras de serviços de locação de bens móveis entre as que podem emitir fatura e duplicada).
Autoria: Deputado ARNALDO MADEIRA.
Relatoria "ad hoc": Senador ROMEU TUMA.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer, contrário ao Projeto.

ITEM Nº 13
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 62, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Dá nova redação ao artigo 236 da Constituição Federal, dispondo sobre os serviços de registro público e notariais.
Autoria: Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR e outros Senhores Senadores.
Relatoria "ad hoc": Senador TASSO JEREISSATI.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer, contrário à Proposta.

ITEM Nº 14
EMENDAS DE PLENÁRIO NºS 2 a 7 AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2008
(PL. nº 04208/2001, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares, e dá outras providências.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Parecer: Favorável às emenda nº 4, 5 e 6, pela rejeição das emendas nºs 2, 3 e 7, e com a emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável às Emendas nºs. 4, 5 e 6 - PLEN, contrário às Emendas nºs. 2, 3 e 7 – PLEN, e com a Emenda nº 8 – CCJ.

ITEM Nº 15
REQUERIMENTO Nº 7, DE 2009 – CCJ

Requeiro, com amparo no artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para tratar da atual situação financeira dos municípios brasileiros, em face da crise econômica mundial em curso. Protesto, na oportunidade, por ulterior indicação de depoentes, a fim de que o rol possa ser ajustado pelas lideranças partidárias nesta Casa.
Autoria: Senador ALOIZIO MERADANTE.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 16
REQUERIMENTO Nº 8, DE 2009 – CCJ

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para instrução do Substitutivo da Câmara nº 203, de 2001. Para isso devem ser convidados representantes dos seguintes setores: **Ministério das Cidades; Ministério da Saúde; Ministério da Justiça; Associação Brasileira de Medicina de Trânsito – ABRAMET; Associação Nacional de Transportes Públicos; Entidade Nacional dos Mototaxistas; e Frente Nacional de Prefeitos.**
Autoria: Senadores ROMERO JUCÁ e RENATO CASAGRANDE.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 17
REQUERIMENTO Nº 9, DE 2009 – CCJ

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, com a presença, na condição de convidados, senhor **Tasso Genro,** Ministro de Estado da Justiça; e o senhor **Luiz Fernando Corrêa,** Diretor-Geral da Polícia Federal, a fim de que sejam prestados esclarecimentos acerca de recentes operações realizadas pela Polícia Federal e da atuação do Ministério da Justiça.
Autoria: Senador ROMERO JUCÁ.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 18
TERMO ADITIVO AO REQUERIMENTO Nº 6, DE 2009 – CCJ

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do Requerimento nº 6, de 2009 – CCJ, que pede a realização de audiência pública para instruir o PLC 180, de 2008, que dispõe sobre o estabelecimento de quotas nas universidades públicas brasileiras, para o fim de também convidar, como debatedores, o senhor **Renato Ferreira,** Pesquisador do Laboratório de Políticas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LPP-Uerj).
Autoria: Senadores SERYS SLHESSARENKO e ANTÔNIO CARLOS VALÇADARES.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 19
REQUERIMENTO (SF) Nº 200, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do disposto no artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso aos Jornais Correio Brasiliense, do Distrito Federal; A Tarde, da Bahia; O Povo, do Ceará; A Gazeta do Povo, do Paraná; O Estado de Minas, de Minas Gerais e O Popular, de Goiás, pelo prêmio recebido, segundo avaliação da Agência de Notícias dos Direitos da Infância e do Instituto Ayrton Senna, de melhor cobertura aos assuntos ligados ao cotidiano das crianças e adolescentes brasileiros em 2002.
Autoria: Senadora LÚCIA VÂNIA.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer, pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 20
REQUERIMENTO (SF) Nº 844, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, voto de aplauso pelo transcurso do Cinqüentenário da Rede Record de Televisão.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.

Resultado: Aprovado parecer, pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 21
REQUERIMENTO (SF) Nº 846, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, pela elevação e pelo conteúdo do discurso que proferiu por ocasião da solenidade comemorativa do 175º aniversário de criação do Supremo Tribunal Federal.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer, pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 22
REQUERIMENTO (SF) Nº 937, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam apresentadas congratulações ao Dr. **Elielson Ayres de Souza,** Procurador do IBAMA/Rio de Janeiro, pela excelência do trabalho realizado pelo IBAMA de Rondônia em parceria com a Polícia Federal no desmantelamento de quadrilha que vinha roubando madeiras nobres de áreas indígenas e parques florestais do Estado de Rondônia.
Autoria: Senadora FÁTIMA CLEIDE.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer, pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 22
REQUERIMENTO (SF) Nº 1132, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Requerem nos termos regimentais voto de repúdio desta Casa ao comportamento desrespeitoso do Exmº senhor Deputado **Jair Bolsonaro** para com a Exmª senhora Deputado **Maria do Rosário,** em episódio ocorrido no Salão Verde da Câmara dos Deputados em 11 de novembro de 2003.
Autoria: Senadora IDELI SALVATTI e outros Senhores Senadores.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Contrário à matéria.
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer, pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 23
REQUERIMENTO (SF) Nº 410, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso em homenagem à Diretoria do Jornal Cinform, semanário de Aracajú/SE, pela brilhante iniciativa de publicar mensalmente o caderno especial "Cinform nas Escolas".
Autoria: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer, pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 24
REQUERIMENTO (SF) Nº 424, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso a senhora **Zilda Arns** eleita Personalidade do Ano de 2003 pelo Prêmio Faz Diferença.
Autoria: Senadora FÁTIMA CLEIDE.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.

Resultado: Aprovado parecer, pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 25
REQUERIMENTO (SF) Nº 569, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Requer, com fundamento no artigo 101, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, consulta à CCJ sobre a aplicação do artigo 64 § 2º da Constituição Federal com o sobrestamento, nas Comissões, das matérias examinadas em caráter terminativo.
Autoria: Senador OSMAR DIAS.
Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Parecer: Conclui que : a) quando o Senado Federal estiver em mora quanto à apreciação de proposições sujeitas aos §§ 1º e 2º do artigo 64 da CF, sobrestar-se-ão as deliberações legislativas do Plenário do Senado Federal; b) quanto ao funcionamento das comissões técnicas, a preocupação expressa na Consulta somente seria equacionada caso se altere o Regimento Interno do Senado Federal para determinar que o prazo para a interposição de recurso contra o caráter terminativo do exame de determinada proposição não transcorrerá quando a pauta do Plenário estiver sobrestada em face de mora no exame de Medida Provisória ou de proposição para a qual o Presidente da República requereu o regime de urgência constitucional (§2º, do art. 64, CF).
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer, pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 26
REQUERIMENTO (SF) Nº 1203, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Requerem nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado voto de aplauso ao colunista **Elio Gaspari,** do jornal O Globo, ganhador do "Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo", na categoria Política.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO e outros Senhores Senadores.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer, pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 27
REQUERIMENTO (SF) Nº 1204, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Requerem nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado voto de aplauso à colunista **Mirian Leitão,** do jornal O Globo, ganhadora do "Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo", na categoria Economia.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO e outros Senhores Senadores.
Relatoria "ad hoc": Senador FLEXA RIBEIRO.
Parecer: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer, pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 28
REQUERIMENTO (SF) Nº 1205, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Requerem nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado voto de aplauso à colunista **Paula Mageste,** da revista Época, ganhadora do "Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo", com a reportagem Rejeitados.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO e outros Senhores Senadores.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer, pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 29
REQUERIMENTO (SF) Nº 1227, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Voto de aplauso pelo transcurso do 10º aniversário de criação da Revista Carta Capital.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO e outros Senhores Senadores.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer, pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 30
REQUERIMENTO (SF) Nº 1263, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao colunista **Arthur Xexéo,** do jornal O Globo, ganhador do "Prêmio Comunique-se de Jornalismo", edição de 2004.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer, pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 31
REQUERIMENTO (SF) Nº 1270, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, votos de congratulações ao Tribunal Superior Eleitoral – TSE pela atuação no primeiro turno das eleições municipais de 2004.
Autoria: Senador EDUARDO AZEREDO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer, pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 32
REQUERIMENTO (SF) Nº 1346, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Ministro e Senador **Paulo Brossard,** na data de lançamento do livro "Brossard 80 anos na História Política do Brasil".
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.

Resultado: Aprovado parecer, pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 33
REQUERIMENTO (SF) Nº 1347, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao jovem político amazonense **Chiquilito Ersi,** que, nas recentes eleições municipais, foi um dos candidatos mais votados para Vereador em Porto Velho, Rondônia.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer, pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 34
REQUERIMENTO (SF) Nº 1350, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Requer voto de aplauso ao jornal O Estado de São Paulo, pela renovação de seu estilo gráfico, implantado desde o dia 17 de outubro de 2004.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer, pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 35
REQUERIMENTO (SF) Nº 1484, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor ao escritor e jornalista **Moacir Pereira** pelo lançamento do livro Novembrada, em 30 de novembro de 2004, na Assembléia Legislativa de Santa Catarina.
Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.

Parecer: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer, pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 36
REQUERIMENTO (SF) Nº 1497, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Rádio FM Jangadeiro, do Município de Brejo Santo, no Estado do Ceará, pela iniciativa de divulgar o nome dos beneficiados pelo Bolsa-Família e por outros programas de transferência de renda do Governo Federal naquele Município.
Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer, pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 37
REQUERIMENTO (SF) Nº 1526, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Requer, com fulcro no artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso ao Diretor Presidente da Eletronorte, **Roberto Garcia Salmeron,** pelo sucesso do Programa Luz Para Todos, que vem promovendo a universalização do acesso e uso de energia elétrica, com pleno êxito no Estado de Mato Grosso e no nosso País.
Autoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer, pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 38
REQUERIMENTO (SF) Nº 1527, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Requer, com fulcro no artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso ao Presidente do Conselho de Administração do Grupo Votorantim, senhor **Antônio Ermírio de Moraes,** pela desistência da construção de uma usina hidrelétrica no Salto das Nuvens, no Rio Sepotuba, bacia do Pantanal, área reservada para implementação do complexo de geração de energia do grupo, e que agora, será transformada numa Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN.
Autoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer, pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 39
REQUERIMENTO (SF) Nº 305, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de tristeza e de solidariedade às nações indígenas do Brasil, pela morte de 19 criancinhas de tribos de Mato Grosso do Sul, por desnutrição.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer, pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 40
REQUERIMENTO (SF) Nº 1030, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Requer, com fundamento no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda, informações relacionadas a acordos extrajudiciais feitos, desde 2003 até esta data, entre o Banco do Brasil

e pessoas físicas e jurídicas, visando a quitação de dívidas contraídas junto àquela sociedade de economia mista.
Autoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer, pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 41
DIVERSOS Nº 27, DE 1996
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, cópia da Decisão 121/96, adotada pelo Tribunal de Contas da União na Sessão Extraordinária do Plenário de 21 de março de 1996, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam (TC 000.171/94-8).
Autoria: Presidente do Tribunal de Contas da União.
Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.
Parecer: Pelo arquivamento da matéria.
Resultado: Aprovado parecer, pelo arquivamento do Diversos.

ITEM Nº 42
AVISO Nº 51, DE 2000
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, cópia da Decisão nº 223, 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre representação acerca das inconstitucionalidades presentes na Medida Provisória nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998, que dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e institui o Programa Dinheiro Direito na Escola – PDDE (TC – 002.363/2000-6).
Autoria: Presidente do Tribunal de Contas da União.
Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Parecer: Pelo arquivamento da matéria.
Resultado: Aprovado parecer, pelo arquivamento do Aviso.

ITEM Nº 43
M3ENSAGEM (SF) Nº 100, DE 2000
NÃO TERMINATIVO

Nos termos do inciso XXIX do artigo 19 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, encaminha ao Senado Federal o Relatório Anual de Atividades da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, referente ao exercício de 1998.
Autoria: Presidência da República.
Relatoria "ad hoc": Senador ROMEU TUMA.
Parecer: Conclui que a Agência Nacional de Telecomunicações desenvolveu suas atividades no exercício de 1998, em conformidade com os princípios de imparcialidade, impessoalidade, legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, celeridade, moralidade e publicidade, como determinado pelo artigo 38 da Lei Geral.
Resultado: Aprovado o parecer. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, e posteriormente à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

ITEM Nº 44
OFICIO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
Nº 1, DE 2002
(Oficio SF – Interno nº 0013/2002, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Comunica ao Senado Federal que a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão recebeu de entidades representantes de direitos civis representação, acerca da necessidade de ser submetido ao exame do Senado Federal as cláusulas do acordo que o Brasil está a negociar com o Fundo Monetário Internacional para receber empréstimo de cerca de U$ 30,000,000,000.00 (trinta bilhões de dólares).
Autoria: Ministério Público da União.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLLO.
Parecer: Pelo encaminhamento de Requerimento de Informações ao Ministro de Estado da Fazenda; pelo encaminhamento da matéria à Procuradoria-Geral da República, mediante despacho à Mesa desta Casa, solicitando as prontas diligências cabíveis no caso; e pelo arquivamento do OFJ 01/2002.
Obs: Durante a discussão, A Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer, pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 45
OFÍCIO "S" Nº 20, DE 2002
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, com a finalidade de apurar eventuais irregularidades na distribuição, comercialização e na qualidade de combustíveis naquele Estado.
Autoria: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.
Relatoria "ad hoc": Senador Romeu Tuma.
Parecer: Pela apresentação de Projeto de Lei e de Requerimento de Informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia, na forma do artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e pelo arquivamento da matéria.
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 46
CONSULTA (SF) Nº 1, DE 2003
(SF nº 01507/2003)
NÃO TERMINATIVO

Consulta, sem efeito suspensivo, sobre questão de ordem formulada pelos Lideres do PFL, Senador José Agripino, do PSDB, Senador Arthur Virgílio, e do PDT, Senador Jefferson Peres, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2003, proveniente da Medida Provisória nº 121/03, que dispõe sobre a criação de subsidiárias integrais do Banco do Brasil S/A para atuação no segmento de micro-finanças e consórcios, sob alegação de que a edição da mencionada Medida Provisória contraria o disposto no artigo 246 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2003.
Autoria: Presidente do Senado Federal.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Para que responda à consulta esclarecendo que, para aplicação do disposto no artigo 246 da Constituição Federal, basta a alteração, por menor que seja, de qualquer dos dispositivos em que se encontra articulado o artigo. Afinal, este último, em todo o texto legal, sempre consagra uma idéia, seja de forma ampla ou com algumas exceções. Por isso, qualquer modificação que venha a ser posteriormente introduzida sempre representa ampliação ou restrição da idéia original, portanto, alteração do artigo como um todo.
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 47
PROJETO DE RESOLUÇÃO (SF) Nº 4, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Institui a Ouvidoria Permanente do Senado Federal para encaminhar denúncias de preconceitos e discriminações.
Autoria: Senador PAULO PAIM.
Relatoria "ad hoc": Senador FLEXA RIBEIRO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, e posteriormente à Comissão Diretora.

ITEM Nº 48
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF), Nº 952, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Propõe convocação de plebiscito sobre adoção ou rejeição definitiva do horário de verão no Brasil.
Autoria: Senador VALDIR RAUPP e outros Senhores Senadores.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCO MACIEL.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer, contrário ao Projeto.

ITEM Nº 49
RECURSO (SF) Nº 9, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Requer a nulidade da votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 55-A, de 2004, a PEC dos Vereadores, realizada na sessão deliberativa extraordinária do dia 29 de junho de 2004, às dezoito horas e cinqüenta minutos.
Autoria: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer, contrário ao Recurso.

ITEM Nº 50
RECURSO (SF) Nº 10, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Requer a nulidade da sessão deliberativa extraordinária realizada em 29 de junho de 2004, às dezoito horas e cinqüenta minutos, alegando erro na votação e na condução dos trabalhos, em que foi votada, em segundo turno, a Proposta da Proposta de Emenda à Constituição nº 55-A, de 2004, PEC dos Vereadores.
Autoria: Senador ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer, contrário ao Recurso.

ITEM Nº 51
OFÍCIO "S" Nº 4, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal o Relatório elaborado por ocasião da Reunião comemorativa dos 80 anos da criação dos Conselhos Penitenciários Estaduais, realizada nos dias 8 e 9/11/2004 em Brasília.
Autoria: Ministério da Justiça.
Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Parecer: Pelo arquivamento da matéria.
Resultado: Aprovado parecer, pelo arquivamento do Ofício.

ITEM Nº 52
REQUERIMENTO (SF) Nº 295, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Requerem, com amparo no artigo 4º, § 2º, da Lei Complementar nº 105, de 2001, e nos termos do artigo 8º, § 3º, do Ato da Mesa nº 1, de 2001, sejam solicitadas ao Ministério de Estado da Fazenda as informações e documentos sigilosos, relativos ao cidadão Francenildo dos Santos Costa, na forma que explicita.
Autoria: Senador TIÃO VIANA e outros Senhores Senadores.
Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Parecer: Pelo prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer, pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 53
REQUERIMENTO (SF) Nº 296, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Requerem, com amparo no artigo 4º, § 2º, da Lei Complementar nº 105, de 2001, e nos termos do artigo 8º, § 3º, do Ato da Mesa nº 1, de 2001, sejam solicitadas ao Ministério de Estado da Fazenda as informações e documentos sigilosos, relativos ao cidadão Paulo Tarcísio Okamoto, na forma que explicita.
Autoria: Senador ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES e outros Senhores Senadores.
Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Parecer: Pelo prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer, pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 54
REQUERIMENTO (SF) Nº 297, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Requerem, com amparo no artigo 4º, § 2º, da Lei Complementar nº 105, de 2001, e nos termos do artigo 8º, § 3º, do Ato da Mesa nº 1, de 2001, sejam solicitadas ao Ministério de Estado da Fazenda as informações e documentos sigilosos, relativos ao cidadão Fábio Luis Lula da Silva, na forma que explicita.
Autoria: Senador ANTERO PAES DE BARROS e outros Senhores Senadores.
Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Parecer: Pelo prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer, pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 55
REQUERIMENTO (SF) Nº 1178, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Requerem, com fulcro no artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, de voto de aplauso à jornalista **Malu Gaspar** pela reportagem de capa da revista Veja de 18 de agosto de 2004, mostrando que recentes iniciativas do Governo Lula representam o mais sério ataque à liberdade de expressão no Brasil desde o regime militar.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO e outros Senhores Senadores.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.

Resultado: Aprovado parecer, pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 56
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Permiti a utilização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de financiamento habitacional concedido por entidades fechadas de previdência complementar.
Autoria: Senador PAULO PAIM.
Relatoria "ad hoc": Senador EDUARDO SUPLICY.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer, favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ITEM Nº 57
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 654, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Autoriza a União a conceder a Medalha de Distinção de 1ª Classe ao Jovem Riquelme Wesley dos Santos.
Autoria: Senador PAULO DUQUE.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer, favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

ITEM Nº 58
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Agência de Desenvolvimento dos Estados do Corredor Centro-Norte e dá outras providências.
Autoria: Senadora ROSEANA SARNEY.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.

Resultado: Aprovado parecer, pela prejudicialidade do Projeto. A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa.

ITEM Nº 59
REQUERIMENTO (SF) Nº 782, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Requerem, ante o disposto nos incisos VII e XXXIII do artigo 48 do Regimento Interno do Senado Federal e tendo em vista a prevalência, no Plenário, do expediente de votação simbólica nos procedimentos deliberativos de decretos legislativos que versem sobre a aprovação de outorga e renovação de concessão de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, solicita a título de definição normativa, conforme dispõe o artigo 412, inciso VIII, do Regimento Interno do Senado Federal, para o fim de exata instrução de matérias atinentes, a tecnologia do disposto no artigo 54, inciso II, letra "a", da Constituição Federal.
Autoria: Senador EDUARDO SUPLICY.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Conclui que: a) não é lícito aos Deputados e Senadores figurarem como diretores, proprietários ou controladores de empresas que explorem serviços de radiodifusão; e b) caso verificada essa condição, o respectivo ato de outorga ou renovação deverá ser rejeitado.
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 60
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Dá nova redação ao artigo 14, § 3º, inciso V da Constituição Federal, para permitir a apresentação de candidatos sem filiação partidária às eleições majoritárias.
Autoria: Senador MOAZARILDO CAVALCANTI e outros Senhores Senadores.
Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer, contrário à Proposta.

ITEM Nº 61
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 34, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Modifica a alínea "b" do inciso II do § 1º do artigo 14 da Constituição Federal, para reduzir de 70 para 65 anos de idade o alistamento eleitoral e o voto facultativo.
Autoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI e outros Senhores Senadores.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer, favorável à Proposta com a Emenda nº 1 – CCJ.

ITEM Nº 62
REQUERIMENTO (SF) Nº 742, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso pelo transcurso dos 20 anos de criação da Central Única dos Trabalhadores – CUT.
Autoria: Senadora FÁTIMA CLEIDE.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Pelo arquivamento da matéria.
Resultado: Aprovado parecer, pelo arquivamento do Requerimento.

ITEM Nº 63
REQUERIMENTO (SF) Nº 393, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do caput do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, de voto de aplauso à iniciativa do Ministro de Estado da Cultura **Gilberto Gil,** por defender a proposta de tornar o samba patrimônio cultural da humanidade junto à UNESCO, órgão da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.
Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.
Relatoria "ad hoc": Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.
Parecer: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer, pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 64
REQUERIMENTO (SF) Nº 1483, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do caput do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor ao juiz **Rodrigo Colaço,** eleito, no dia 25 de novembro de 2004, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).
Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.
Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Parecer: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer, pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 65
REQUERIMENTO (SF) Nº 78, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal e ouvido o Plenário, voto de louvor ao ex-presidente da República **Fernando Henrique Cardoso** pela entrega do documento com critica à ação do Fundo Monetário Internacional ao debilitar a democracia de alguns países.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador EDUARDO SUPLICY.
Parecer: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer, pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 66
REQUERIMENTO (SF) Nº 910, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Requerem, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam apresentadas congratulações ao ex-Presidente **Fernando Henrique Cardoso,** pelo recebimento da alta distinção do Prêmio Fulbright para o Entendimento Mundial, que lhe será outorgado em solenidade a ser realizada no próximo dia 30 de outubro de 2003, no Departamento Norte-Americano de Estado.
Autoria: Senador TASSO JEREISSATI e outros Senhores Senadores.
Relatoria "ad hoc": Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Parecer: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer, pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 67
REQUERIMENTO (SF) Nº 422, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado voto de aplauso ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, **Luiz Inácio Lula da Silva,** agraciado como Personalidade do País 2003 pelo Prêmio Faz Diferença.
Autoria: Senadora FÁTIMA CLEIDE.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer, pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 68
REQUERIMENTO (SF) Nº 675, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso ao Governador do Estado de Goiás, **Marconi Perillo,** pela construção da primeira fábrica da companhia sul-coreana no país, em Anápolis – GO.
Autoria: Senadora LÚCIA VÂNIA.
Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Parecer: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer, pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 69
REQUERIMENTO (SF) Nº 1229, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso às vítimas do Edifício Pallace II, no Rio de Janeiro, pelo gesto de altruísmo representado pela doação ao ex-Deputado Sérgio Naya de parte do lucro obtido na venda de imóveis da indenização que lhes foi paga.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer, pela prejudicialidade do Requerimento.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 6, de 2009 – CCJ.
Autoria: Senadores TASSO JEREISSATI, ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR e SERYS SLHESSARENKO.
Autoria do Projeto: Deputada NICE LOBÃO.
Relatoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO.
Assunto: Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2008, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e estaduais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

CONVIDADOS:

Senhor **Edson Santos de Souza,** Ministro Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;
Senhor **Amaro Lins,** Reitor da Universidade Federal de Pernambuco;
Senhor **José Roberto Pinto de Góes,** Historiador e Professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro;
Senhor **Ismael Cardoso,** Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES;
Senhor **Simon Schwartzman,** Ex-Presidente do IBGE; e
Senhor **Renato Ferreira,** Advogado e Pesquisador do Laboratório de Políticas Públicas da UERJ.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA NO DIA 08, DE ABRIL DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, DE 2007
TERMINATIVO

Revoga o inciso VII do caput do artigo 295 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e a alínea "h" do artigo 242 do Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 (Código de Processo Penal Militar), que tratam da prisão especial para diplomados em nível superior.
Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR.
Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
OFICIO "S" Nº 5, DE 2002
(Ofício nº 6, de 2002, na origem)
TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal para os fins previstos no artigo 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei Complementar nº 118, de 12 de dezembro de 1990, do Município de Novo Hamburgo – RS, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 225.132, que declarou a inconstitucionalidade do artigo 1º da referida lei complementar municipal, que deu nova redação ao artigo 15 da Lei nº 48, de 20 de dezembro de 1973 (Código Tributário Municipal).
Autoria: Supremo Tribunal Federal.
Relatoria "ad hoc": Senador VALTER PEREIRA.
Parecer: Pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado a declaração de prejudicialidade do Ofício "S".

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 44, DE 2007
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para criar nova modalidade de pena restritiva de direitos.
Autoria: Senador VALTER PEREIRA.
Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1 e 2 – CCJ.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 112, DE 2008
TERMINATIVO

Modifica a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que "regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", para determinar que o Poder Público priorize a compra de papel reciclado.
Autoria: Senador PAULO PAIM.
Relatoria: Senador CÉSAR BORGES.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2007
(PL. nº 00435, de 2007, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 224 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal. (Substitui a expressão 'alienada ou débil mental' por 'apresenta deficiência mental').
Autoria: Deputada ELCIONE BARBALHO.
Relatoria: Senador WELLINGTON SALDO DE OLIVEIRA.
Parecer: Pela aprovação da matéria e da emenda apresentada pelo Senador Demóstenes Torres.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CCJ.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 267, DE 2007
TERMINATIVO

Altera o § 3º do artigo 13 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estabelecer o prazo de quinze dias antes do pleito para solicitação de substituição de candidatos nas eleições majoritárias.
Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.
Relatoria: Senador TASSO JEREISSATI.
Parecer: Pela aprovação da matéria na forma da emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado o Substitutivo. A matéria vai a turno suplementar nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, DE 2004
TERMINATIVO

Altera a redação do inciso I do artigo 202 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que instituiu o Código Civil, e dá outras providências. (Dispõe sobre a interrupção da prescrição em decorrência da citação, com efeitos antecipados ao momento da propositura da ação judicial).
Autoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.
Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta, e pelo acolhimento da emenda de autoria do Senador Eduardo Suplicy, apresentada durante a discussão.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1 e 2 – CCJ.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 10, de 2009 – CCJ

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta douta Comissão, em conjunta com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA; de Assuntos Econômicos CAE; de Ciência Tecnologia, Inovação, Comunicações e Informática – CCT; de Assuntos Sociais CAS; de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR; de Agricultura e Reforma Agrária - CRA; de Educação, Cultura e Esporte - CE; de Serviços de Infraestrutura - CI; de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE; e a de Diretos Humanos e Legislação Participativa – CDH; com a finalidade de analisar e discutir a Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs e o Alcance Territorial da Legislação Ambiental e

Indigenista e as Implicações para o Agronegócio. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidadas para participarem da presente audiência pública: senhor **Gustavo Ribas Curcio,** Doutor em Engenharia Florestal e Pesquisador da Embrapa Florestas em Colombo – PR, o qual tratará do tema: "Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs uma Proposta de Parâmetros"; senhor **Evaristo Eduardo de Miranda,** Doutor em Economia e Pesquisador Embrapa Monitoramento por Satélite em Campinas – SP, o qual tratará do tema: "Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista: Implicações para o Agronegócio". Diante do tema a ser debatido, requeiro que a presente audiência pública seja realizada no próximo dia 29 de abril, às 09 horas, no Plenário do Senado Federal.
Autoria: Senadora KÁTIA ABREU.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 11, de 2009 – CCJ

Tendo em vista a aprovação neta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Requerimento nº 8, de 2009 – CCJ de audiência pública para instrução do SCD nº 203, de 2001, sobre o qual tive a honra de ser designado Relator por essa Presidência, requeiro a indicação do senhor **Eliomar José Pereira,** Presidente do "Movimento Nacional Pró-Regulamentação da Atividade dos Mototaxistas Profissionais" para participação na referida audiência.
Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 12, de 2009 – CCJ

Requeiro, nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro Audiência Pública perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para discutir a "I Conferência Nacional de Segurança Pública" organizada pelo Ministério da Justiça com vistas a consolidar uma política nacional de segurança pública através da participação da sociedade civil e das diferentes esferas do setor público. Para tanto, indico que sejam convidados os seguintes indivíduos: senhor **Ricardo Ballestreri,** Secretário Nacional de Segurança Pública; senhora **Regina Miki,** Coordenadora Geral da I Conferência Nacional de Segurança Pública; e senhor **Tarso Genro,** Ministro de Estado da Justiça.
Autoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 11
REQUERIMENTO Nº 13, de 2009 – CCJ

Requeiro nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida por esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, Audiência Pública, em data a ser definida oportunamente, tendo como convidados os membros da Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar projeto de Código Penal criada na forma do Requerimento nº 227, de 2008, para apresentar e debater sobre o anteprojeto do Novo Código de Processo Penal, trabalho esse que será também objeto de consulta pública.
Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 12
REQUERIMENTO Nº 14, de 2009 – CCJ

Requeiro, nos termos regimentais a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, com a presença do Ministro do Meio Ambiente, senhor **Carlos Minc,** com a finalidade de discutir as penalidades confiscatórias previstas no Decreto nº 6.321, de dezembro de 2007, bem como discorrer acerca do Programa MT Legal.
Autoria: Senador ROMERO JUCÁ.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 13
REQUERIMENTO Nº 15, de 2009 – CCJ

Requeremos, nos termos dos artigos 90, inciso XIII, 93, inciso I, e 142, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2007, que inclui Seção XIII-A no Capítulo II da Lei nº 9.099, de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, relativa à uniformização de jurisprudência, com a presença dos seguintes convidados: doutor **Athos Gusmão Carneiro;** um representante do **Ministério da Justiça;** Ministro **Gilmar Mendes**, Presidente do Supremo Tribunal Federal**;** Ministro **César Asfor Rocha,** Presidente do Superior Tribunal de Justiça; doutor **Rêmolo Letteriello,** Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul; doutor **Vladimir Rossi Lourenço,** Vice-Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil; e um representante da **Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE.**
Autoria: Senadores WELLINGTON SAGADO DE OLIVEIRA e VALTER PEREIRA.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA NOS DIAS 15 e 16 DE ABRIL DE 2009 (ORDINÁRIA)

1ª PARTE
(15.04.09)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, DE 2009
(PL. nº 01933, de 2007, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Cria cargos de provimento efetivo e em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO) e dá outras providências.
Autoria: Tribunal Superior do Trabalho.
Relatoria: Senadora LÚCIA VÂNIA.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. Aprovado, ainda, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 02
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 267, DE 2007
TERMINATIVO

Altera o § 3º do artigo 13 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estabelecer o prazo de quinze dias antes do pleito para solicitação de substituição de candidatos nas eleições majoritárias.
Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.
Relatoria: Senador TASSO JEREISSATI.
Obs: Não foram oferecidas emendas na discussão suplementar.
Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 84, DE 2004
(PL. nº 07398, de 2002, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 9º da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997. (Procedimento e documentos relativos à petição solicitando autorização judicial para doação de tecidos, órgãos ou partes do corpo vivo, por pessoa que não seja cônjuge ou parente consangüíneo do receptor).
Autoria: Deputado ALOYSIO NUNES FERREIRA.
Relatoria "ad hoc": Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.
Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CCJ. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

ITEM Nº 04
EMENDA Nº 2 DE PLENÁRIO OFERECIDA AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2004
(PL. nº 06100, de 2002, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (inclui o peso dentre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto).
Autoria do Projeto: Deputado CELSO ROSSOMANNO.
Autoria da Emenda: Senador PAULO OCTÁVIO.
Relatoria "ad hoc": Senador EXPEDITO JÚNIOR.
Parecer: Favorável à matéria, na forma da subemenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Emenda nº 2 – PLEN, nos termos da Subemenda nº 1 – CCJ. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2009
(PL. nº 03350, de 2008, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR) e dá outras providências.
Autoria: Tribunal Superior do Trabalho.
Relatoria: Senador OSMAR DIAS.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. Aprovado, ainda, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO (SF) Nº 420, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Cultura sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Parecer: Pelo encaminhamento do Requerimento à decisão da Mesa do Senado Federal.
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 07
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 39, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Altera o texto do artigo 37 da Constituição Federal para limitar o número de cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, no âmbito do Poder Executivo, nas três esferas de governo.
Autoria: Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Correios (SF).
Relatoria "ad hoc": Senador EDUARDO SUPLICY.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer contrário à Proposta.

ITEM Nº 08
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 4, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Dá nova redação ao artigo 46 da Constituição Federal de modo a introduzir novas regras para a eleição de Senador e seu respectivo suplente.
Autoria: Senador LOBÃO FILHO e outros senhores Senadores.
Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Parecer: Pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade da Proposta.

ITEM Nº 09
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Altera e acrescenta parágrafos ao artigo 195 da Constituição Federal e acrescenta os artigos 95, 96 e 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
Autoria: Senador VALDIR RAUPP e outros senhores Senadores.
Relatoria: Senador VALTER PEREIRA.
Parecer: Pelo arquivamento da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento da Proposta.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, DE 2007
(PL. nº 05990, de 2005, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, (torna o exercício da advocacia incompatível para os ocupantes de cargos ou funções vinculadas direta ou indiretamente a qualquer órgão do Ministério Público).
Autoria: Deputado PASTOR REINALDO.
Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 54, DE 2003
(PL. nº 03421, de 2000, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera a redação do § 1º do artigo 159 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal. (Dispõe sobre a realização de exame de corpo delito e outras perícias, quando não houver peritos oficiais ou lista de peritos).
Autoria: Deputado JOSÉ ROBERTO BATOCHIO.
Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer contrário ao Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, DE 2006
TERMINATIVO

Regulamenta o artigo 36, inciso III, da Constituição Federal, para dispor sobre o processo e julgamento da representação interventiva perante o Supremo Tribunal Federal.
Autoria: Senador JOSÉ JORGE.
Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Parecer: Favorável à matéria com duas emendas que apresenta.
Obs: Durante a discussão foram oferecidas quatro emendas de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que foram acolhidas pelo Relator.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1, 2, 3, 4, 5 e 6 – CCJ.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 16, DE 2009 – CCJ

Requeiro nos termos do artigo 90, incisos II e V do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2006, que "Dispõe sobre a repressão ao crime organizado e dá outras providências", com os seguintes convidados: Ministro **Gilmar Mendes,** Presidente do Supremo Tribunal Federal; senhor **Antônio Fernando de Souza,** Procurador-Geral da

República; representante da **Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal;** representante dos **Delegados de Polícia Civil;** representante da **Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP.**
Autoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 17, DE 2009 – CCJ

Em complemento ao requerimento apresentado para realização de audiência de instrução ao Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2007, requeiro, nos termos regimentais, seja convidado representante do **Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE.**
Autoria: Senador VALTER PEREIRA.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 18, DE 2009 – CCJ

Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2009.
Autoria: Senadora LÚCIA VÂNIA.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 19, DE 2009 – CCJ

Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2009.
Autoria: Senador OSMAR DIAS.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 20, DE 2009 – CCJ

Requeiro nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública para instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 80, de 2003, que "Altera a redação do artigo 14 da Constituição Federal, inserindo incisos

que criam dois novos institutos da democracia participativa, o Direito de Revogação e o Veto Popular"; a Proposta de Emenda à Constituição 82, de 2003, que "Altera os artigos 28, 29, 32, 55 e 82 da Constituição, para prever o plebiscito de confirmação de mandato dos representantes do povo eleitos em pleito majoritário"; e a Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 2005, que "Altera dispositivos dos artigos 14 e 49 da Constituição Federal e acrescenta o artigo 14-A, (institui o referendo revocatório do mandato de Presidente da República e de Congressista)", que tramitam em conjunto.
Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 21, DE 2009 – CCJ

Requeiro nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do senhor **Nelson Machado,** Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, para prestar esclarecimentos sobre o Crédito-Prêmio de Exportação, no contexto das várias decisões dos Tribunais Superiores, tendo em vista a inclusão do tema na Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008 (PLV nº 2, de 2009), em Audiência Pública a ser realizada perante esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ. Sem prejuízo da expedição de outros convites, a critério dos membros desta Comissão, requeiro seja realizada o mais breve possível.
Autoria: Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA.
Resultado: Aprovado.

2ª PARTE
(16.04.09)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 15 e 17, de 2009 – CCJ
Autoria: Senadores WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA e VALTER PEREIRA, respectivamente.
Autoria do Projeto: Presidência da República.
Relatoria: Senador VALTER PEREIRA.
Assunto: Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2007, que "Inclui Seção XIII-A Capítulo II da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, relativa à uniformização de jurisprudência".

CONVIDADOS:

Senhor **Gilson Dipp,** Corregedor Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça, representando o Ministro **Gilmar Mendes,** Presidente do Supremo Tribunal Federal;
Senhor **Hamilton Carvalhido,** Ministro do Superior Tribunal de Justiça, representando o Ministro **César Asfor Rocha,** Presidente do Superior Tribunal de Justiça;
Senhor **Rêmolo Letteriello,** Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul;
Senhor **Vladimir Rossi Lourenço,** Vice-Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil;
Senhor **Roger Lorenzoni,** representante do **Ministério da Justiça;**
Senhor **Fernando César Baptista de Mattos,** Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE;
Senhor **Flávio Fernando Almeida da Fonseca,** Juiz de Direito do Distrito Federal e Presidente da FONAJE – Fórum Nacional dos Juizados Especiais, representante da **Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB;** e
Senhor **José Fernandes Filho,** Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

JUSTIFICOU A AUSÊNCIA:

Senhor **Athos Gusmão Carneiro,** Ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA NOS DIAS 22, 23 e 28 DE ABRIL DE 2009 (ORDINÁRIA)

1ª PARTE
(22.04.09)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 173, DE 2001
TERMINATIVO

Altera o artigo 1º da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, para estabelecer normas que visam a proteger a vítima e a testemunha de delito.
Autoria: Senador ÁLVARO DIAS.
Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Parecer: Pela aprovação da redação do texto final que apresenta.

Obs: A matéria voltou à Comissão para se manifestar sobre o Texto Final.
Resultado: Aprovado o Texto Final do Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 113, DE 2007
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, para impedir a aposentadoria, pelo Plano de Seguridade Social dos Congressistas, de parlamentar que tenha perdido o mandato de acordo com o artigo 55 da Constituição Federal por ato ou omissão ilícitos relacionados a recursos públicos.
Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR.
Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Parecer: Pela aprovação da matéria e da Emenda nº1 de autoria do Senador Renato Casagrande, apresentada durante a discussão.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CCJ.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 671, DE 2007
TERMINATIVO

Autoriza as providências para a divulgação, pela Internet, das informações relativas a gastos públicos classificados como indenizatórios.
Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR.
Relatoria: Senador ÁLVARO DIAS.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 101, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta inciso ao artigo 5º da Constituição Federal, para assegurar à mulher presa recolhimento em cela específica.
Autoria: Senadora ROSEANA SARNEY e outros Senhores Senadores.
Relatoria: Senador GILVAM BORGES.
Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.

Resultado: A Comissão rejeita o relatório do Senador Gilvam Borges. A Presidência designa o Senador Aloizio Mercadante relator do vencido.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2005
(PL. nº 03372, de 2000, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 5º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores e dá outras providências. (dispõe sobre alterações no trâmite do processo de cassação de mandato do prefeito pela Câmara de Vereadores).
Autoria: Deputado OSMAR SERRAGLIO.
Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, DE 2005
(PL. nº 04418, de 2004, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta parágrafo ao artigo 10 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, determinando que o delegado de polícia comunicará à vítima a remessa dos autos de inquérito policial ao juiz competente, bem como informará o prazo previsto para oferecimento da denúncia.
Autoria: Deputado JOÃO CAMPOS.
Relatoria "ad hoc": Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, DE 2003 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Mesorregião Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Senador PEDRO SIMON.
Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Parecer: Favorável à matéria com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs. 1 e 2 – CCJ.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, DE 2005
(PL. nº 03945, de 2004, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Confere prioridade à tramitação dos processos relativos à tutela de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.
Autoria: Deputado MANATO.
Relatoria "ad hoc": Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Parecer: Favorável à matéria nos termos da emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo).

ITEM Nº 09
OFICIO "S" Nº 14, DE 2006
(PL. nº 00075, de 2006, na origem)
TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no artigo 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da legislação, do parecer do Ministério Público Federal, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, no habeas corpus nº 82.959, cuja publicação ocorreu no Diário da Justiça de 1º de setembro de 2006, mediante o qual o Plenário desta Corte declarou a inconstitucionalidade do artigo 2º, § 1º, da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990.
Autoria: Presidente do Supremo Tribunal Federal.
Relatoria: Senador VALTER PEREIRA.
Parecer: Pela rejeição da matéria.
Resultado: Rejeitado o Ofício "S".

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194, DE 2008
TERMINATIVO

Determina a estadualização da realização das provas de concursos públicos para cargos federais.
Autoria: Senador PAULO PAIM.
Relatoria "ad hoc": Senador ALOIZIO MERCADANTE.
Parecer: Pelo arquivamento da matéria.
Resultado: Rejeitado o Projeto (artigo 133, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal).

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 120, DE 2003
TERMINATIVO

Dispõe sobre a cobrança de taxas de inscrições em vestibulares.
Autoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.
Relatoria: Senador TASSO JEREISSATI.
Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta; e pela prejudicialidade das Emendas nºs. 1 e 2 – CE.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 3 e 4 – CCJ; e prejudicada as Emenda 1 e 2 – CE.

ITEM Nº 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, DE 2003
TERMINATIVO

Dá nova redação ao artigo 3º da Lei nº 10.029, de 20 de outubro de 2000, (Dispõe sobre a prestação voluntária de serviços administrativos e auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros, por tempo determinado e mediante auxilio mensal compensatório).
Autoria: Senador PEDRO SIMON.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCELO CRIVELLA.
Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CCJ.

ITEM Nº 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, DE 2003
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências.
Autoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.
Relatoria: Senador PEDRO SIMON.
Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CCJ.

ITEM Nº 14
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 160, DE 2006
TERMINATIVO

Revoga os artigos 607 e 608 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal. (Dispõe sobre a extinção do recurso especial da defesa contra as decisões do Tribunal do Júri nos casos em que a pena imposta for superior a 20 anos).
Autoria: Senador ROMEU TUMA.
Relatoria " ad hoc": Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Parecer: Pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovada a declaração de prejudicialidade do Projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 244, DE 2008
TERMINATIVO

Acrescenta §§ 4º e 5º ao artigo 6º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no artigo 175 da Constituição Federal, para obrigar as concessionárias de serviço público a manter posto de atendimento pessoal ao usuário em municípios com população superior a vinte mil habitantes.
Autoria: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.
Relatoria "ad hoc": Senador LOBÃO FILHO.
Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CCJ.

ITEM Nº 16
REQUERIMENTO Nº 22, DE 2009 – CCJ

Requeiro, nos termos do artigo 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 17 de 2007, que "dá nova redação ao inciso I do artigo 159 da Constituição Federal, par incluir o produto da arrecadação das contribuições sociais que especifica no compartilhamento com Estados e Municípios", com os seguintes convidados: senhor **Guido Mantega,** Ministro de Estado da Fazenda; senhor **José Pimentel,** Ministro de Estado da Previdência Social; senhor **Patrus Ananias,** Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e senhor **José Temporão,** Ministro de Estado da Saúde.
Autoria: Senador EDUARDO SUPLICY.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 17
REQUERIMENTO Nº 23, DE 2009 – CCJ

Com fulcro nas disposições do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a inclusão do nome do senhor **Gilberto Almeida dos Santos,** Presidente do Sindicato dos Mensageiros Motociclistas, Ciclistas e Mototaxistas do Estado de São Paulo – SINDIMOTOSP, para participar dos debates públicos que essa Egrégia Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal – CCJ, promoverá amanhã, quinta-feira, 23/04/2009, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2001, que regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, "mototaxista", em entrega de mercadorias e em serviço comunitário de rua, e "motoboy", com uso de motocicleta.
Autoria: Senador ROMEU TUMA.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 18
REQUERIMENTO Nº 24, DE 2009 – CCJ

Com fulcro nas disposições do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a inclusão do nome do senhor **Wladimir Sérgio Reale,** advogado criminalista, nos debates públicos que essa Egrégia Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal – CCJ, promoverá na próxima semana em relação à Emendas, de minha autoria, que alteram os artigos 8º, 17 e 22 do Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2006, que dispõe sobre a repressão ao crime organizado, cujo escopo é manter o inquérito policial para a apuração das infrações penais, como procedimento pré-processual, na forma do artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Autoria: Senador ROMEU TUMA.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 19
REQUERIMENTO Nº 25, DE 2009 – CCJ

Nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a inclusão do senhor **Leonardo Azeredo Bandarra,** Presidente do Conselho Nacional de Procuradores Gerais, como representante do Ministério Público Brasileiro, na Audiência Pública que tratará do Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2006, de autoria da ilustre Senadora Serys Slhessarenko, que dispõe sobre a repressão ao crime organizado e dá outras providências, em data a ser definida por essa Comissão.
Autoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Resultado: Aprovado.

2ª PARTE
(23.04.09)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 8, 11 e 23, de 2009 – CCJ
Autoria: Senadores ROMERO JUCÁ, RENATO CASAGRANDE, EXPEDITO JÚNIOR e ROMEU TUMA, respectivamente.
Autoria do Substitutivo: Câmara dos Deputados.
Autoria do Projeto: Senador MAURO MIRANDA.
Relatoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR.
Assunto: Instruir o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2001, que "regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transportes de passageiros, 'mototaxista', em entrega de mercadorias, e em serviço comunitário de rua, e 'motoboy' com uso de motocicleta."

CONVIDADOS:

Senhora **Marta Maria Alves da Silva,** Coordenadora da Área de Vigilância e Prevenção de Violência e Acidentes, representando o senhor **José Gomes Temporão,** Ministro de Estado da Saúde;

Senhor **Francisco Gomes dos Santos,** Coordenador de Identificação e Registro Profissional, representando o senhor **Carlos Lupi,** Ministro de Estado do Trabalho e Emprego;
Senhor **Flávio Emir Adura,** da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego – ABRAMET;
Senhor **João Bosco Mendonça,** Vice-Presidente do Fórum Nacional dos Secretários de Transportes e Gestores de Trânsito, representante da **Frente Nacional dos Prefeitos;**
Senhor **Eliomar José Pereira,** do Movimento Nacional Pró-Regulamentação da Atividade dos Motociclistas Profissionais – Mototaxi e Motofrete;
Senhor **Gilberto Almeida dos Santos,** Presidente do Sindicato dos Mensageiros Motociclistas, Ciclistas e Moto – Taxistas do Estado de São Paulo – SINDIMOTOSP; e
Senhor **Alfredo Peres da Silva,** Diretor Geral do DENATRAN, representando o senhor **Márcio Fortes de Almeida,** Ministro de Estado das Cidades.

JUSTIFICARAM A AUSÊNCIA:

Senhor **Tarso Genro,** Ministro de Estado da Justiça; e
Senhor **Marcos Pimentel,** representante da Associação Nacional de Transportes Públicos.
Resultado: Realizada.

3ª PARTE

ITEM Nº 20
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 61, DE 2003
(PL. nº 04331, de 2001, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Revoga o artigo 188 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, (Dispõe sobre cômputo em quádruplo do prazo para contestar e em dobro para recorrer, quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público).
Autoria: Deputado JOSÉ ROBERTO BATOCHIO.
Relatoria "ad hoc": Senador EXPEDITO JÚNIOR.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto.

ITEM Nº 21
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, DE 2005
(PL. nº 04628, de 2001, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre o Programa Especial de Treinamento – PET e dá outras providências..
Autoria: Deputado INÁCIO ARRUDA e outros Senhores Deputados.
Relatoria "ad hoc": Senador NEUTO DE CONTO.
Parecer: Pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Projeto. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

ITEM Nº 22
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, DE 2006
(PL. nº 07074, de 2002, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS a receber em dação em pagamento o imóvel que especifica.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria "ad hoc": Senador ROMEU TUMA.
Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CCJ.

ITEM Nº 23
AVISO Nº 60, DE 2002
(Aviso nº 01198, de 2002, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 456, de 2002 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e do Despacho do Relator, sobre auditoria realizada no Conselho Nacional de Política Energética – CNPE. (TC- 005.793/2002-7).
Autoria: Presidente do Tribunal de Constas da União.
Relatoria "ad hoc": Senador NEUTO DE CONTO.
Parecer: Pelo arquivamento da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento do Aviso.

ITEM Nº 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 139, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Susta a aplicação dos incisos V e VI do artigo 2º do Decreto nº 5.392, de 10 de março de 2005, que declara estado de calamidade pública no setor hospitalar do Sistema Único de Saúde no Município do Rio de Janeiro, e dá outras providências, do Poder Executivo.
Autoria: Senador MARCO MACIEL.
Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Parecer: Pelo arquivamento da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento do Projeto de Decreto Legislativo.

ITEM Nº 25
REQUERIMENTO (SF) Nº 1099, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requerem, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam apresentadas congratulações ao Governador do Estado de São Paulo, **José Serra,** pela elaboração do Projeto de Lei que proíbe o fumo em ambientes coletivos, sejam públicos ou privados, entregue à Assembléia Legislativa de São Paulo no último dia 28 de agosto, véspera das comemorações do Dia Nacional de Combate ao Fumo.
Autoria: Senador PAPALÉO PAES.
Relatoria "ad hoc": Senador ROMEU TUMA.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 26
REQUERIMENTO (SF) Nº 349, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam apresentadas congratulações ao Ilmo. Senhor Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, doutor **Paulo Fernando da Costa Lacerda,** pelo trabalho nas investigações sobre a lavagem de dinheiro, via Banestado, em Nova York – EUA.
Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.
Relatoria "ad hoc": Senador NEUTO DE CONTO.

Parecer: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 27
REQUERIMENTO (SF) Nº 352, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam apresentadas congratulações ao Ilmo. Senhor Delegado da Polícia Federal, doutor **José Francisco Castilho Neto,** pelo trabalho nas investigações sobre a lavagem de dinheiro, via Banestado, em Nova York – EUA.
Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.
Relatoria "ad hoc": Senador NEUTO DE CONTO.
Parecer: Pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 28
REQUERIMENTO (SF) Nº 361, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Requer, Voto de Aplauso ao ex-Ministro da Saúde, doutor **José Serra,** diante da decisão da OMS – Organização Mundial de Saúde de implantar, em nível mundial, o programa brasileiro de combate à AIDS.
Autoria: Senador ARTGUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador ROMEU TUMA.
Parecer: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 29
REQUERIMENTO (SF) Nº 850, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Louvor a Dom **Pedro Casaldáliga,** Bispo de São Felix do Araguaia, ao ensejo de sua retirada da vida apostólica, perante o Papa **João Paulo II,** depois de 35 anos de participação em lutas e esforços contra a exclusão social no Brasil.
Autoria: Senador ARTHU VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador NEUTO DE CONTO.
Parecer: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 30
REQUERIMENTO (SF) Nº 1025, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Requer Voto de Aplauso ao Jornal Correio Brasiliense e aos seus Repórteres, **Ana Beatriz Magno, Érica Montenegro, José Varela e Sérgio Amaral,** que editaram o caderno especial 'Os Órfãos do Brasil', selecionado como finalista para outorga do Prêmio Ibero-Americano de Direitos Humanos, promovido pela UNICEF e pela Agência EFE de Notícias.
Autoria: Senador ARTHU VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador ROMEU TUMA.
Parecer: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 31
REQUERIMENTO (SF) Nº 1085, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Requerem, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado Voto de Aplauso ao jornalista e escritor **Élio Gaspari,** pelo lançamento de seu novo livro Ilusões Armadas – A Ditadura Derrotada.
Autoria: Senador ARTHU VIRGÍLIO e outros Senhores Senadores.
Relatoria "ad hoc": Senador NEUTO DE CONTO.

Parecer: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 32
REQUERIMENTO (SF) Nº 77, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal e ouvido o Plenário Voto de Louvor à Meritíssima Juíza **Leila Cury** e ao Ministro **Hamilton Carvalhido,** do Superior Tribunal de Justiça, pelas decisões corajosas e lúcidas no caso do atropelamento e morte do estudante **Carlos Augusto Lins,** ocorrido em Brasília.
Autoria: Senador ARTHU VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador NEUTO DE CONTO.
Parecer: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 33
REQUERIMENTO (SF) Nº 427, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao senhor **Aloísio Teixeira,** eleito Personalidade na Categoria Magazine pelo Prêmio Faz Diferença.
Autoria: Senadora FÁTIMA CLEIDE.
Relatoria: Senador NEUTO DE CONTO.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Requerimento.

ITEM Nº 34
REQUERIMENTO (SF) Nº 530, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Senador, e hoje também acadêmico, **Marco Maciel** pela sua posse como membro da Academia Brasileira de Letras.

Autoria: Senador ARTHU VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador ROMEU TUMA.
Parecer: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 35
REQUERIMENTO (SF) Nº 776, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso à Superintendência da Zona Franca de Manaus, pela colocação da indústria do Amazonas em primeiro lugar no índice de crescimento no mês de abril de 2004.
Autoria: Senador ARTHU VIRGÍLIO e outros Senhores Senadores.
Relatoria "ad hoc": Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.
Parecer: Pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 36
REQUERIMENTO (SF) Nº 1213, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso à Rede Amazônica de Rádio e TV pelo transcurso de seu 32º aniversário de fundação.
Autoria: Senador ARTHU VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador NEUTO DE CONTO.
Parecer: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 37
REQUERIMENTO (SF) Nº 1242, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado Voto de Aplauso ao Superintendente da Polícia Federal no Rio de Janeiro, Delegado **José Milton Rodrigues,** e ao

Delegado Regional Executivo, doutor **Roberto Jaureguiber Prel Jr.,** pelo sucesso das operações da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro no combate à criminalidade, em especial ao crime organizado.
Autoria: Senador SÉRGIO CABRAL.
Relatoria "ad hoc": Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.
Parecer: Pelo arquivamento da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento do Requerimento.

ITEM Nº 38
REQUERIMENTO (SF) Nº 1245, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso à Associação Nacional dos Jornais (ANJ) pelos 25 anos de sua fundação, comemorados no dia 14 de setembro de 2004 com a posse da nova diretoria, assumirá a presidência o empresário **Nelson Sirotski,** presidente do grupo RBS, que criou a rede de comunicação em Santa Catarina em 1979, como diretor da TV-Catarinense de Florianópolis.
Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.
Relatoria "ad hoc": Senador NEUTO DE CONTO.
Parecer: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 39
REQUERIMENTO (SF) Nº 1261, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso à Colunista **Cora Ronái,** do Jornal O Globo, ganhadora do "Prêmio Comunique-se de Jornalismo", edição de 2004.
Autoria: Senador ARTHU VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador ROMEU TUMA.
Parecer: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 40
REQUERIMENTO (SF) Nº 1523, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 6 de dezembro de 2004, do Procurador do Estado **Carlos Antônio de Almeida Melo,** aos 53 anos, tendo exercido as funções de Procurador-Geral, Subprocurador-Geral e Professor da Universidade Federal de Mato Grosso, com apresentação formal de condolências à família do falecido.
Autoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO.
Relatoria "ad hoc": Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.
Parecer: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 41
REQUERIMENTO (SF) Nº 1130, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Congratulações pelos 40 anos da Revista Veja um dos mais importantes veículos de comunicação que sempre contribuiu com a liberdade de expressão e o fortalecimento da democracia.
Autoria: Comissão de Educação, Cultura e Esporte.
Relatoria "ad hoc": Senador ROMEU TUMA.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

4ª PARTE
(28.04.09)

ITEM Nº 42
REQUERIMENTO (SF) Nº 1063, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, e de acordo com as tradições da Casa, Voto de Aplauso à comunidade católica do Oeste do Paraná por ocasião do transcurso das comemorações dos trinta anos da Diocese de Foz do Iguaçu.
Autoria: Senador ÁLVARO DIAS.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 43
REQUERIMENTO (SF) Nº 1068, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Instituto Nacional de Altos Estudos pela realização, nos dias 3, 4 e 5 de setembro de 2008, do III Fórum Especial, com o tema "Necessidade de Fortalecimento das Instituições Políticas do Brasil".
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 44
REQUERIMENTO (SF) Nº 1069, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao jornalista **Marcondes Sampaio** pelo lançamento de seu livro "Assim Caminha a Humanidade", em Brasília, no dia 2 de setembro de 2008.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.

Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 45
REQUERIMENTO (SF) Nº 1070, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Desembargador **Arnaldo Carpinteiro Peres,** do Tribunal de Justiça do Amazonas, pela iniciativa de rever penas de réus presos na tentativa de combater a superlotação de presídios.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 46
REQUERIMENTO (SF) Nº 1118, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso à empresa de telefonia **VIVO** pela iniciativa de praticar a inclusão social, ao envolver, em seus negócios, ações de acessibilidade.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 47
REQUERIMENTO (SF) Nº 1121, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso à ex-vereadora **Otalina Aleixo,** reconhecida por orientar as prostitutas de Manaus sobre os riscos de se contrair doenças sexualmente transmissíveis e a usar preservativos.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.

Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 48
REQUERIMENTO (SF) Nº 1125, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Lembrança pelos 40 anos do episódio que levou à cassação do ex-Deputado **Márcio Moreira Alves.**
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 49
REQUERIMENTO (SF) Nº 1126, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Congratulações pela posse do Desembargador **Sérgio Resende** como Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais ocorrida no dia 4 de setembro de 2008.
Autoria: Senador EDUARDO AZEREDO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 50
REQUERIMENTO (SF) Nº 1150, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Congratulações à diretoria do jornal **A Tribuna**, de Vitória, Espírito, pela passagem dos setenta anos de fundação daquele importante veículo de comunicação.
Autoria: Senador GERSON CAMATA.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 51
REQUERIMENTO (SF) Nº 1286, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso ao povo de Manaus, no Amazonas, pelo transcurso da data comemorativa de criação do Município, em 24 de outubro.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 52
REQUERIMENTO (SF) Nº 1327, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso à Senadora **Kátia Abreu** por ter sido eleita Presidenta da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 53
REQUERIMENTO (SF) Nº 1358, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao jornal **Correio Brasiliense,** por ter sido classificado como finalista em quatro categorias do Prêmio Esso de Jornalismo 2008.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 54
REQUERIMENTO (SF) Nº 1368, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso pelo 41º aniversário da instalação da Justiça Federal do Amazonas.
Autoria: Senador JEFFERSON PRAIA.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 55
REQUERIMENTO (SF) Nº 1374, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Congratulações às Organizações Rômulo Maiorana de Comunicações, na pessoa de seu Presidente **Rômulo Maiorana Júnior,** pelo transcurso no dia 15 de novembro de 2008, do 62º aniversário de fundação do Jornal O Liberal.
Autoria: Senador MÁRIO COUTO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 56
REQUERIMENTO (SF) Nº 1380, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso às Organizações Rômulo Maiorana, de Belém-PA, pelos 62º anos do Jornal O Liberal, a ser comemorado, no dia 15 de novembro de 2008.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 57
REQUERIMENTO (SF) Nº 1381, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Congratulações ao jornal O Liberal, pelo transcurso de seu sexagésimo segundo aniversário.
Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 58
REQUERIMENTO (SF) Nº 1383, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso à Igreja Adventista do 7º Dia da Cachoeirinha, pela louvável iniciativa de comemorar a data da Proclamação da República, em 15 de novembro de 2008.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 59
REQUERIMENTO (SF) Nº 1398, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, com base no que preceitua o artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Congratulações ao Diretor-Presidente do jornal Diário do Pará, senhor **Jáder Fontenelle Barbalho Filho,** pelo título Empresário do Ano, concedido pela Associação Comercial do Pará.
Autoria: Senador MÁRIO COUTO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 60
REQUERIMENTO (SF) Nº 1399, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Sindicato da Indústria da Construção Civil do Amazonas – SINDUSCON – AM, pela realização de Encontro-Palestra, no dia 19 de novembro de 2008, em Manaus, acerca da crise no setor de construção civil do Estado.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 61
REQUERIMENTO (SF) Nº 1461, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso à Agência 3 por ter sido a grande vencedora, neste ano de 2008, da 12ª Edição do Prêmio de Propaganda O Globo.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 62
REQUERIMENTO (SF) Nº 1462, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso à TV Cultura de São Paulo, por sua decisão de suprimir, a partir de janeiro de 2009, todos os anúncios comerciais em sua decisão de suprimir, a partir de janeiro de 2009, todos os anúncios comerciais em sua faixa de programação infantil.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 63
REQUERIMENTO (SF) Nº 1466, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado Voto de Aplauso à Rádio Rio Mar, de Manaus, ao ensejo do transcurso do seu 54º aniversário de criação.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 64
REQUERIMENTO (SF) Nº 1480, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso aos 60 anos da Rádio Difusora do Amazonas, por estar comemorando o 60º aniversário de sua fundação.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 65
REQUERIMENTO (SF) Nº 1562, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com as tradições da Casa, a inserção em Ata de Voto de Aplauso ao empresário **Joel Malucelli,** de Curitiba, Paraná, por ter sido eleito Líder Empresarial no Ano de 2008 pelo fórum de Lideres Empresariais.
Autoria: Senador ÁLVARO DIAS.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 66
REQUERIMENTO (SF) Nº 1563, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Município e ao Povo de Maués-AM, pela realização da 29ª Festa do Guaraná.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 67
REQUERIMENTO (SF) Nº 1564, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso à Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte por ter conferido ao Senador **José Agripino** a "Medalha do Mérito Legislativo José Augusto".
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 68
REQUERIMENTO (SF) Nº 1565, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Senador **José Agripino** por ter sido agraciado com a "Medalha do Mérito Legislativo José Augusto", da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 69
REQUERIMENTO (SF) Nº 1566, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Deputado Estadual Luiz Carlos Andrade Neto pela oportuna realização, em Manaus, de reunião da Frente Parlamentar do Cooperativismo no Congresso Nacional, em 27 de novembro de 2008.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 70
REQUERIMENTO (SF) Nº 1571, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, aprovação de Voto de Aplauso à Rede Record de Televisão por ter lançado campanha de socorro às vítimas das chuvas em Santa Catarina.
Autoria: Senador MARCELO CRIVELLA.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 71
REQUERIMENTO (SF) Nº 1573, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao jurista **Paulo César Caminha e Lima** pela sua posse no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em novembro de 2008.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 72
REQUERIMENTO (SF) Nº 1580, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Congratulações pelo 60º aniversário de fundação da Rádio Difusora do Amazonas.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 73
REQUERIMENTO (SF) Nº 1588, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso à Loja Maçônica Conciliação Amazonense, de Manaus, pelo transcurso do 114º aniversário de funcionamento da Maçonaria, na Amazonas, no dia 29 de novembro de 2008.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 74
REQUERIMENTO (SF) Nº 1607, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Superior Tribunal Militar pelo lançamento do livro "Coletânea de Estudos Jurídicos".
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 75
REQUERIMENTO (SF) Nº 1619, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso para **Paulo César Caminha e Lima,** eleito para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Amazonas no último dia 9 de outubro de 2008.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 76
REQUERIMENTO (SF) Nº 1620, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso para **Rafael Romano,** eleito para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Amazonas.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 77
REQUERIMENTO (SF) Nº 1624, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao escritor e jornalista **Aldísio Filgueiras,** pelo lançamento da segunda edição de seu livro Nova Subúrbios.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO e outros Senhores Senadores.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 78
REQUERIMENTO (SF) Nº 1625, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Correio Brasiliense, à jornalista **Ana Beatriz Magno** e ao fotojornalista **José Varella,** pela conquista do Prêmio Esso de Jornalismo 2008.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 79
REQUERIMENTO (SF) Nº 1627, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja oficiado ao Procurador de Justiça **Alceu Marques** Voto de Congratulações pela sua posse como Procurador Geral de Justiça de Minas Gerais no dia 9 de dezembro de 2008.
Autoria: Senador EDUARDO AZEREDO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 80
REQUERIMENTO (SF) Nº 1649, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Congratulações pelo 70º aniversário do teólogo, professor e escritor **Leonardo Boff.**
Autoria: Senadora MARINA SILVA.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 81
REQUERIMENTO (SF) Nº 1651, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requerem, com base no artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Ministro **Gilmar Mendes,** Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), pelo recebimento do prêmio Franz de Castro Holzwarth, de Direitos Humanos, concedido pela Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Estado de São Paulo, no dia 15 de dezembro de 2008.
Autoria: Senador EDUARDO AZEREDO e outros Senhores Senadores.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 82
REQUERIMENTO (SF) Nº 1654, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao jornal O Estado de São Paulo e ao jornalista **José Maria Mayrinque** pelo lançamento, dia 15 de dezembro de 2008, do livro-reprtagem "Mordaça no Estadão".
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 83
REQUERIMENTO (SF) Nº 1696, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Juiz de Direito **Aristóteles Lima Thury** pela sua posse no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas no dia 18 de dezembro de 2008.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 84
REQUERIMENTO (SF) Nº 13, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso por ocasião dos 25 anos do início do Movimento Diretas Já e em especial à participação do locutor esportivo **Osmar Santos** no referido Movimento.
Autoria: Senador ÁLVARO DIAS.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 85
REQUERIMENTO (SF) Nº 26, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de Voto de Aplauso ao jornal Gazeta do Povo, de Curitiba, pela passagem, no dia 3 de fevereiro de 2009, de seu 90º aniversário.
Autoria: Senador ÁLVARO DIAS.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 86
REQUERIMENTO (SF) Nº 76, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso para o jornalista e poeta **Marcondes Sampaio** pelo seu excelente livro de estréia "Assim Caminha a Mediocridade".
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 87
REQUERIMENTO (SF) Nº 83, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso para à Deputada Federal **Rebecca Garcia,** agraciada com o Diploma e Medalha "Destaque Nacional em Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social".
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 88
REQUERIMENTO (SF) Nº 94, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso para a iniciativa do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, representado pelo seu Presidente, Desembargador **Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho,** em criar a primeira Câmara Regional de Julgamento de Recursos e Apelações do interior do Brasil, no município de Chapecó.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 89
REQUERIMENTO (SF) Nº 133, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso para o arcebispo de Manaus **Dom Luis Soares Vieira,** pela apresentação da campanha da fraternidade do ano de 2009.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 90
REQUERIMENTO (SF) Nº 137, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Congratulações a S. Exª **Orani João Tempesta,** que assumirá a Arquidiocese do Rio de Janeiro, no dia 19 de abril de 2009.
Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 91
REQUERIMENTO (SF) Nº 218, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, Voto de Aplauso para **Luiz Carlos Trabuco Cappi,** executivo que assumiu, no dia 10 de março de 2009, a presidência do Banco Bradesco.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 92
REQUERIMENTO (SF) Nº 220, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Enaltecimento ao ex-ministro das Comunicações **Luiz Carlos Mendonça de Barros,** aos ex-presidentes do BNDES **André Lara Resende e José Pio Borges** e ao ex-presidente da Anatel **Renato Guerreiro** pelo resgate de suas honorabilidades e a correção no exercício da função pública.
Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

1ª REUNIÃO

REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2009 CONJUNTA COM AS COMISSÕES – CMA, CAE, CAS, CRA, CE, CDH, CRE, CI, CDR e CCT

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 12, 13, de 2009 – CRA, 22, de 2009 – CAS, 20 e 22, de 2009 – CMA, 27 e 28, de 2009 – CAE, 5, de 2009 – CCT, 10 de 2009 – CCJ, 4 e 5, 2009 – CDR, 12, DE 2009 – CDH, 9, de 2009 – CE, 20, de 2009 – CI e 11, de 2009 CRE.
Autoria: Senadores VALTER PEREIRA, SERYS SLHESSARENKO, KÁTIA ABREU, PAULO PAIM, MOZARILDO CAVALCANTI, ROSALBA CIARLINI, MARINA SILVA, FÁTIMA CLEIDE, MARCELO CRIVELLA, EDUARDO SUPLICY, GILBERTO GOELLNER e LEOMAR QUINTANILHA.
Assunto: Debate sobre a definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs e o Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as Implicações para o Agronegócio.

CONVIDADOS:

Senhor **Gustavo Ribas Curcio,** Doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da Embrapa Florestas em Colombo – PR;
Senhor **Evaristo Eduardo de Miranda,** Doutor em Ecologia e pesquisador da Embrapa Monitoramento por Satélite, em Campinas – SP;
Senador **Adalberto Veríssimo,** Pesquisador Sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia – IMAZON;
Senhor **Carlos Alberto Ricardo,** Coordenador do Programa Rio Negro do Instituto Socioambiental – ISA;
Senhor **Antônio Herman Benjamim,** Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ;
Senhor **Márcio Meira,** Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI;
Senhora **Samanta Pineda,** Advogada Socioambiental; e
Senhor **Tasso Rezende de Azevedo,** Assessor do Ministro do Meio Ambiente em Florestas e Climas – MMA.
Resultado: Realizada.

2ª REUNIÃO

REUNIÃO REALIZADA NOS DIAS 29 e 30 DE ABRIL DE 2009 (EXTRAODINÁRIA)

1ª PARTE
(29.04.09)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2005
(PL. nº 04130, de 2001 na origem)
NÃO TERMINATIVO

Revoga o artigo 60 da Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, Lei de Contravenções Penais. (Exclui a mendicância do rol das contravenções penais).
Autoria: Deputado ORLANDO FANTAZZINI.
Relatoria "ad hoc": Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CCJ.

ITEM Nº 02
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 65, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Dá nova redação ao artigo 14 e revoga o inciso III do artigo 15 da Constituição Federal, para permitir o voto facultativo dos presos e manter sua inelegibilidade.
Autoria: Senador PEDRO SIMON e outros Senhores Senadores.
Relatoria "ad hoc": Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela rejeição da Proposta.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal para o Desenvolvimento do Sertão Sergipano (UNISSE), com sede na cidade de Poço Redondo, no Estado de Sergipe.

Autoria: Senadora MARIA DO CARMO ALVES.
Relatoria "ad hoc": Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 463, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Requer, com fundamento no artigo 101, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a prerrogativa de retirada de assinatura antes da publicação da proposição e sobre prazo já esgotado de recurso que não tenha sido publicado.
Autoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Relatoria "ad hoc": Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Parecer: Pela validade de aceitação de recurso de decisão terminativa de Comissão para apreciação da matéria pelo Plenário, quando interposto fora do prazo, desde que motivado pela necessidade de substituição de assinatura necessária e imprescindível para a legitimidade do ato em questão, antes de sua publicação.
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2006
(PL. nº 02472, de 2000 na origem)
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a obrigatoriedade de mensagem estimuladora do exercício da cidadania na publicidade dos serviços e obras realizados pelos órgãos públicos federais.
Autoria: Deputada LUIZA ERUNDINA.
Relatoria "ad hoc": Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 216, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dando prioridade de tramitação às causas judiciais em que seja parte pessoa portadora de deficiência.
Autoria: Senador ÁLVARO DIAS.
Relatoria "ad hoc": Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Parecer: Favorável à matéria nos termos da emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo). A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Confere isenção do pagamento de foro e taxas de ocupação, relativos aos terrenos de marinha e acrescidos, aos templos de qualquer culto e às instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos.
Autoria: Senador GERSON CAMATA.
Relatoria "ad hoc": Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

2ª PARTE
(30.04.09)

FORAM, APRECIADOS 311 REQUERIMENTOS (SF), QUE SERÃO LANÇADOS NO RELATÓRIO DE MAIO (EMENTA, RELATORIA, PARECER E RESULTADO).

TOTAL DE REUNIÕES: 06

05 Ordinárias – Deliberativa – Audiência Pública.
01 Conjunta – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 557

17 Propostas de Emenda à Constituição (não terminativo)
01 Substitutivo da Câmara à PLS (não terminativo)
20 Projetos de Lei da Câmara (não terminativo)
09 Projetos de Lei do Senado (terminativo)
11 Projetos de Lei do Senado (não terminativo)
03 Projetos de Decreto Legislativo (não terminativo)
03 Emendas da Câmara à PLS (não terminativo)
07 Emendas de Plenário (não terminativo)
417 Requerimentos (SF) (não terminativo)
01 Diversos (não terminativo)
02 Avisos (não terminativo)
01 Mensagem (SF) (não terminativo)
01 Oficio CCJ (não terminativo)
04 Ofícios "S" (não terminativo)
01 Consulta (SF) (não terminativo)
01 Projeto de Resolução (SF) (não terminativo)
02 Recursos (SF) (não terminativo)
01 Substitutivo (terminativo)
01 Turno Suplementar
01 Texto Final (terminativo)
32 Emendas – CCJ
01 Subemenda – CCJ
19 Requerimentos – CCJ
01 Termo Aditivo

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

Presidente: Senador FLÁVIO ARNS
Vice Presidente: Senadora LÚCIA VÂNIA

REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 278, DE 2008
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar, no Ministério da Educação, o Programa Cesta Básica do Livro, para garantir um acervo mínimo de livros à famílias de estudantes do ensino público fundamental e médio.
Autoria: Senador CRISTOVAM BUARQUE.
Relatoria: Senador MARCO MACIEL.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto E A Emenda nº 1 – CE.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, DE 2008
TERMINATIVO

Institui o Dia Nacional do Sistema Braille.
Autoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Relatoria: Senador CRISTOVAM BUARQUE.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE RESOLUÇÃO (SF) Nº 31, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Denomina "Senador Jefferson Peres a sala das Comissões nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho.
Autoria: Senador JOÃO PEDRO.
Relatoria: Senadora MARINA SILVA.
Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CE.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166, DE 2008
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Gama, no Distrito Federal.
Autoria: Senador ADELMIR SANTANA.
Relatoria: Senador CRISTOVAM BUARQUE.
Parecer: Pela aprovação da matéria, na forma da emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado o Substitutivo. A matéria vai a turno suplementar nos termos do disposto no artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 61, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Institui o o dia 2 de julho como data Histórica do Calendário das Efemérides Nacionais.
Autoria: Deputada ALICE PORTUGAL.
Relatoria: Senador JOÃO PEDRO.
Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CE.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, DE 2008
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Piratini, no Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Senador PAULO PAIM.
Relatoria: Senador PEDRO SIMON.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 123, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Institui o Dia Nacional do Curtidor, nas condições que especifica.
Autoria: Deputado JÚLIO REDECKER.
Relatoria: Senador PAULO PAIM.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação do Dia Nacional do Espiritismo.
Autoria: Deputada GORETE PEREIRA.
Relatoria: Senadora IDELI SALVATTI.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 7, DE 2009 – CE

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de uma Audiência Pública para debater a implantação da Lei nº 11.738 – Piso Salarial dos Professores e a aplicação da Lei nº 11.301 – Aposentadoria Especial para os exercentes de direção, coordenação e assistentes pedagógicos. Com a presença dos seguintes convidados; senhora **Maria Auxiliadora Seabra Rezende,** Presidenta do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED; senhora **Justina Iva de Araújo Silva,** Presidenta da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME; e senhor **Roberto Franklin de Leão,** Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE.
Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 8, DE 2009 – CE

Requeiro, nos termos regimentais, que seja agendada Audiência da Comissão de Educação do Senado Federal com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro **Gilmar Mendes,** para tratar do andamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada contra a implantação da Lei nº 11.738 – Piso Salarial do Professores, também com a presença dos Ministros **Joaquim Barbosa (Relator)** e **Menezes Direito.**
Autoria: Senadores IDELI SALVATTI e FLÁVIO ARNS.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2009 EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Assunto: Ato de entrega da "Carta das Responsabilidades para Enfretamento das Mudanças Ambientais Globais", resultado da III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente.
ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTES PARLAMENTARES:

Senador **Marconi Perillo,** 1º Vice-Presidente do Senado Federal;
Senadora **Ideli Salvatti,** Presidenta da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas;
Senador **Eduardo Azeredo,** Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional;
Deputada **Maria do Rosário,** Presidenta da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados; e Parlamentares membros das Comissões Permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados (CE, CMA,CEC e CMADS).
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2009 – CE.
Autoria: Senadores FLÁVIO ARNS, MARCO MACIEL, CRISTOVAM BUARQUE, GERSON CAMATA, JOÃO VICENTE CLAUDINO e ÁLVARO DIAS.
Assunto: Os programas prioritários, as metas e os recursos orçamentários disponíveis para 2009, no âmbito do Ministério do Esporte.

CONVIDADO:

Senhor **Orlando Silva,** Ministro de Estado do Esporte.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a instalação de carteiras escolares para alunos canhotos.
Autoria: Senador MARCONI PERILLO.
Relatoria: Senador AUGUSTO BOTELHO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Denomina Dr. Weimar Gonçalves Torres o prédio que abriga o Fórum Eleitoral da comarca de Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul.
Autoria: Deputado ANTÔNIO CARLOS BIFFI.
Relatoria: Senadora MARISA SERRANO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Denomina hospital universitário Dr. Antônio Alves Duarte o Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados, localizado em Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul.
Autoria: Deputado GERALDO REZENDE.

Relatoria: Senadora MARISA SERRANO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 140, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Institui, na República Federativa do Brasil, a data de 13 de maio como sendo o Dia do Policial Militar.
Autoria: Deputado ALBERTO FRAGA.
Relatoria: Senador ROMEU TUMA.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 125, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Institui o Dia Nacional da Imigração Italiana.
Autoria: Deputado NEILTON MULIM.
Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Parecer: Pela prejudicialidade.
Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Projeto.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 9, de 2009 – CE

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta douta Comissão, em conjunta com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA; de Assuntos Econômicos CAE; de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ; de Assuntos Sociais CAS; de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR; de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicações e Informática – CCT; de Agricultura e Reforma Agrária - CRA; de Serviços de Infraestrutura - CI; de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE; e a de Diretos Humanos e Legislação Participativa – CDH; com a finalidade de analisar e discutir a Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs e o Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as Implicações para o Agronegócio. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidadas

para participarem da presente audiência pública: senhor **Gustavo Ribas Curcio,** Doutor em Engenharia Florestal e Pesquisador da Embrapa Florestas em Colombo – PR, o qual tratará do tema: "Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs uma Proposta de Parâmetros"; senhor **Evaristo Eduardo de Miranda,** Doutor em Economia e Pesquisador Embrapa Monitoramento por Satélite em Campinas – SP, o qual tratará do tema: "Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista: Implicações para o Agronegócio". Diante do tema a ser debatido, requeiro que a presente audiência pública seja realizada no próximo dia 29 de abril, às 09 horas, no Plenário do Senado Federal.

Autoria: Senadora KÁTIA ABREU.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07

REQUERIMENTO Nº 10, de 2009 – CE

Declaro nos termos regimentais, e requeiro a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2006, sobre o exame de Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, convidando o senhor **Raimundo Cezar Brito Aragão,** Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; senhora **Maria Paula Dallari Bucci,** Secretária da Educação Superior – MEC; e senhor **Emerson Rodrigues,** Presidente do Movimento Nacional dos Bacharéis de Direito – MNBD.

Autoria: Senador MARCONI PERILLO.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08

ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 9, de 2009 – CE

Requeremos, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 9, de 2009 – CE, que objetiva analisar e discutir a definição de áreas de proteção permanente – APPs e o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e as implicações para o agronegócio, em conjunto com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA; de Assuntos Econômicos CAE; de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ; de Assuntos Sociais CAS; de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR; de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicações e Informática – CCT; de Agricultura, Reforma Agrária - CRA; de Serviços de Infraestrutura - CI; de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE; e a de Diretos Humanos e Legislação Participativa – CDH, que sejam convidados também os senhores: **Adalberto Veríssimo,** Pesquisador Sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia – IMAZON; **Márcio Santilli,** do Instituto Socioambiental/ISA; e **Antônio Herman Benjamim,** Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

Em atendimento ao Requerimento nº 55, de 2008 – CE.
Autoria: Senadores FLÁVIO ARNS.
Autoria do Projeto: Senador MARCO MACIEL.
Relatoria: Senadora MARISA SERRANO.
Assunto: Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2007, que "Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para instituir a residência educacional a professores da Educação Básica".

CONVIDADOS:

Senhor **Antônio Carlos Caruso Ronca,** Presidente da Comissão Bicameral de Formação de Professores do Conselho Nacional de Educação – CNE;
Senhora **Juçara Dutra Vieira,** Secretária de Finanças e Ex-Presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação – CNTE; e
Senhora **Helena Costa Lopes de Freitas,** Coordenadora Geral de Formação de Professores da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação – MEC.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

Em atendimento ao Requerimento nº 54, de 2008 – CE.
Assunto: Debate sobre o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

CONVIDADOS:

Senhora **Carolina Pinho,** Representante do Movimento Estudantil pela Revogação do REUNI e Diretora de Esportes da União Nacional dos Estudantes – UNE;
Senhor **Amaro Henrique Pessoa Lins,** Presidente da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES e Reitor da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE;
Senhora **Maíra Gentil,** Representante do Movimento Estudantil pela Revogação do REUNI e Diretora de Assistência Estudantil da União dos Estudantes da Bahia – UEB; e

Senhor **Rodrigo Ramalho Filho,** Coordenador Geral de Expansão e Gestão da Secretaria da Educação Superior do Ministério da Educação – SESU/MEC.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2009 – CE.
Autoria: Senadores FLÁVIO ARNS, MARCO MACIEL, CRISTOVAM BUARQUE, GERSON CAMATA, JOÃO VICENTE CLAUDINO e ÁLVARO DIAS.
Assunto: Os programas prioritários, as metas e os recursos orçamentários disponíveis para 2009, no âmbito do Ministério da Educação.

CONVIDADO:

Senhor **Fernando Haddad,** Ministro de Estado da Educação.
Resultado: Realizada.

1ª REUNIÃO

REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2009 CONJUNTA COM AS COMISSÕES – CMA, CAE, CAS, CCJ, CRA, CDH, CRE, CI, CDR e CCT

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 12, 13, de 2009 – CRA, 22, de 2009 – CAS, 20 e 22, de 2009 – CMA, 27 e 28, de 2009 – CAE, 5, de 2009 – CCT, 10 de 2009 – CCJ, 4 e 5, 2009 – CDR, 12, DE 2009 – CDH, 9, de 2009 – CE, 20, de 2009 – CI e 11, de 2009 CRE.
Autoria: Senadores VALTER PEREIRA, SERYS SLHESSARENKO, KÁTIA ABREU, PAULO PAIM, MOZARILDO CAVALCANTI, ROSALBA CIARLINI, MARINA SILVA, FÁTIMA CLEIDE, MARCELO CRIVELLA, EDUARDO SUPLICY, GILBERTO GOELLNER e LEOMAR QUINTANILHA.
Assunto: Debate sobre a definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs e o Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as Implicações para o Agronegócio.

CONVIDADOS:

Senhor **Gustavo Ribas Curcio,** Doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da Embrapa Florestas em Colombo – PR;
Senhor **Evaristo Eduardo de Miranda,** Doutor em Ecologia e pesquisador da Embrapa Monitoramento por Satélite, em Campinas – SP;
Senador **Adalberto Veríssimo,** Pesquisador Sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia – IMAZON;
Senhor **Carlos Alberto Ricardo,** Coordenador do Programa Rio Negro do Instituto Socioambiental – ISA;
Senhor **Antônio Herman Benjamim,** Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ;
Senhor **Márcio Meira,** Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI;
Senhora **Samanta Pineda,** Advogada Socioambiental; e
Senhor **Tasso Rezende de Azevedo,** Assessor do Ministro do Meio Ambiente em Florestas e Climas – MMA.
Resultado: Realizada.

2ª REUNIÃO

REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2009 (EXTRORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 11, DE 2009 – CE

Nos termos do disposto no artigo 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, incisos II, V, IX e XI, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiências Públicas, Simpósio e/ou Painel no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte e de sua Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, para debater o ante-projeto da Lei Rouanet. Esta Comissão, em pareceria com sua Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, vem realizando nos últimos 6 (seis) anos audiências públicas e reuniões de trabalho sobre o aperfeiçoamento de uma significativa parte do Marco Regulatório do setor cultural brasileiro, Lei Rouanet, além de apoiar, organizar e participar de debates, encontros e simpósios em parceria com setores da sociedade civil em todo País. Nascida como uma Lei inovadora há 17 (dezessete) anos e reconhecida internacionalmente como tal, o aperfeiçoamento da Lei Rouanet é uma posição unânime do setor cultural. Neste sentido, o Congresso Nacional, por intermédio de suas duas casas e especialmente desta Comissão, não tem faltado ao debate, apresentando pontualmente projetos que versam sobre o tema. O Ministério da Cultura encaminhou para consulta pública na Casa Civil Ante-Projeto de

sua autoria, propondo uma nova Lei em substituição a atual Lei Rouanet, ampliam-se as discussões em todo o país, onde o Ministério da Cultura, a sociedade civil organizada e o legislativo buscam uma forma de colaborar, senão pela unanimidade e consenso, por um resultado voltado para o desenvolvimento e construção de um arcabouço jurídico que dê segurança aos investidores e garanta uma cultura diversificada e de qualidade a todos os brasileiros. Diante do exposto, o aprofundamento do Senado Federal nas questões relativas ao tema é medida necessária, uma vez que esta casa trata a cultura como estratégia e pilar para o desenvolvimento nacional. Para tanto, apresentamos o presente requerimento e solicito o apoio dos nossos pares, sugerindo o presente requerimento e solicito os seguintes convidados: senhor **Sérgio Paulo Rouanet,** responsável pela criação da Lei Rouanet e ex-Ministro de Estado da Cultura; senhor **Luiz Roberto Nascimento Silva,** ex-Ministro de Estado da Cultura e Advogado, sócio do escritório Nascimento Silva Consultores; senhor **Fábio de Sá Cesnik,** Advogado e autor do livro "Guia do Incentivo à Cultura" e co-autor de "Globalização pela Cultura" e "Projetos Culturais"; senhor **Roberto Nascimento,** Secretário de Incentivo e Fomento à Cultura do Ministério da Cultura; e senhor **Paulo Pélico,** especialista em Legislação Cultural e Produtor Teatral.

Autoria: Senadores ROSALBA CIARLINI, FLÁVIO ARNS, CRISTOVAM BUARQUE, RAIMUNDO COLOMBO e SÉRGIO ZAMBIASI.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 12, DE 2009 – CE

Requeremos nos termos regimentais, a realização do Seminário "A tributação e a Prática de Pirataria no Brasil", a ser realizado por esta Comissão em parceria com o Comitê de Propriedade Intelectual da Câmara de Comércio Americana do Rio de Janeiro (ACHAM-RJ). A Comissão de Educação, Cultura e Esporte, entendendo a necessidade que diversos setores da sociedade civil, têm de discutir questões relacionadas à propriedade intelectual, direito autoral e combate à pirataria, vem realizando, ao longo dos últimos 4 (quatro) anos, intensos debates em parceria com as entidades diretamente envolvidas nestas matérias. Nesse sentido, sabendo que o Comitê de Propriedade Intelectual da Câmara de Comércio Americana do Rio de Janeiro tem realizado, em parceria com setores governamentais e da sociedade civil, diversos trabalhos semelhantes aos desenvolvidos por este colegiado, sugerimos o acolhimento da proposta enviada pelo Comitê supracitado para a concretização deste seminário conjunto, que será de grande valia para a ampliação das áreas de discussão da Comissão. Em face do exposto, pedimos o apoio de nossos pares para a realização do evento para tratar de tema de tamanha abrangência, relevância e complexidade para a sociedade brasileira.

Autoria: Senadores WELLINGTON SALGADO, ROBERTO CAVALCANTI, ROSALBA CIARLINI, CRISTOVAM BUARQUE, GILBERTO GOELLNER, SÉRGIO ZAMBIASI, VALDIR RAUPP e RAIMUNDO COLOMBO.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 13, DE 2009 – CE

Requeremos nos termos do artigo 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e do artigo 90, incisos II e V do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta das Comissões de Educação – CE e de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, para debater o mérito da Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2005, que acrescenta o artigo 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para dispor sobre a nacionalização e a qualidade da Educação Básica. Os convidados serão oportunamente indicados.
Autoria: Senadora MARISA SERRANO e FLÁVIO ARNS.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 14, DE 2009 – CE

Requeiro nos termos do artigo 256, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Requerimento nº 2, de 2008 – CE, aprovado em 12 de fevereiro daquele ano para a realização de Audiência Pública visando a instrução do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, uma vez que logo após a deliberação deste oferecerei novo requerimento com escopo de maior alcance e que garantirá ampla participação dos setores envolvidos.
Autoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 15, DE 2009 – CE

Requeiro nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, que "Acrescenta o inciso IV ao § 4º, do artigo 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de Educação à Distância", com a presença dos seguintes convidados: senhor **Carlos Eduardo Bielschowsky,** Secretário de Educação a distância do Ministério da Educação – MEC; senhor **Celso José da Costa,** Diretor de

Educação a distância da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPS/MEC; senhor **Gilberto Gonçalves Garcia.** Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB; senhor **Marcos Formiga,** Vice-Presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância – ABED.
Autoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Resultado: Aprovado.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 16, DE 2009 – CE

Nos termos do disposto no artigo 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de 2ª Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com escopo no Requerimento nº 32, de 2008 – CE, para continuar o debate sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições educacionais brasileiras, em virtude da importância do tema que requer uma continuidade nos debates.
Autoria: Senadores CRISTOVAM BUARQUE e ROBERTO CAVALCANTI.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 09

02 Ordinárias – Deliberativa.
01 Extraordinária – Deliberativa.
04 Extraordinárias – Audiência Pública.
02 Conjuntas – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 27

03 Projetos de Lei do Senado (terminativo)
01 Projeto de Lei do Senado (não terminativo)
07 Projetos de Lei da Câmara (não terminativo)
01 Projeto de Resolução (SF) (não terminativo)
01 Substitutivo à Projeto de Lei do Senado (terminativo)

10 Requerimentos – CE
03 Emendas - CE
01 Termo Aditivo

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

Presidente: Senador RENATO CASAGRANDE
Vice Presidente: Senador CÍCERO LUCENA

REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE ABRIL DE 2009 EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 9, de 2009 – CMA e 1, de 2009 - CAS
Autoria: Senadores MARISA SERRANO e EFRAIM MORAIS, respectivamente.
Assunto: Debate sobre a utilização de recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que deveriam ser aplicados no âmbito do Programa de Ação Social em Saneamento (PASS), bem como a devolução pela União de U$ 57 milhões do referido Programa.
CONVIDADO:

Senhor **Márcio Fortes,** Ministro de Estado das Cidades.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2009 EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

Assunto: Ato de entrega da "Carta das Responsabilidades para Enfretamento das Mudanças Ambientais Globais", resultado da III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente.
ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTES PARLAMENTARES:

Senador **Marconi Perillo,** 1º Vice-Presidente do Senado Federal;
Senadora **Ideli Salvatti,** Presidenta da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas;
Senador **Eduardo Azeredo,** Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional;
Deputada **Maria do Rosário,** Presidenta da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados; e

Parlamentares membros das Comissões Permanentes dos Senado Federal e da Câmara dos Deputados (CE, CMA,CEC e CMADS).
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 13, de 2009 – CMA

Nos termos do inciso VII do artigo 17 da Constituição Federal combinado como parágrafo único do artigo 102-B do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) requer que lhe sejam remetidas, pelo Tribunal de Contas da União, as seguintes informações: 1) Relatório final do Processo TC 013.299/2006-0, de relatoria do Ministro Augusto Nardes, cuja inspeção iniciou-se em 26/07/2006, com o objetivo de avaliar os processos de concessões de diárias a colaboradores eventuais, como também os processos relativos aos convênios e aos de contrato de repasse celebrados entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no Distrito Federal, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com a Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária (Anara), ligada ao Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) e suas respectivas prestações de contas; e 2) Relatório final do Processo TC 016.480/2006-3, de relatoria do Ministro Benjamin Zymler, aberto para cuidar, especificamente, das possíveis irregularidades na aplicação dos recursos repassados à Anara – Maranhão, pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente/MMA.
Autoria: Senadora MARISA SERRANO.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 14, de 2009 – CMA

Nos termos do disposto no inciso IV do artigo 71 da Constituição Federal e no artigo 102-A, inciso I, alínea ‘e’ do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja solicitado, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), ao Tribunal de Contas da União, que realize auditoria a respeito dos gastos com cartões corporativos por parte da Presidência da República no primeiro trimestre deste ano de 2009, conforme anunciado pela imprensa, em março deste mesmo ano de 2009.
Autoria: Senadora MARISA SERRANO.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 15, de 2009 – CMA

Requer nos termos constitucionais e regimentais, sejam convidados so senhores **Chefe do Departamento de Operações Bancárias (DOB) do Banco Central,** o **Secretário de Acompanhamento Econômico (SEAE) do Ministério da Fazenda** e o **Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs),** para discutir o diagnóstico do mercado de cartões de crédito e sugerir alternativas com vistas a reduzir a influência do duopólio no citado mercado.
Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 16, de 2009 – CMA

Requer nos termos do artigo 90, III, IX e X do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida, por esta Comissão, Audiência Pública tendo como convidados as seguintes autoridades: **Valmir Campelo,** Ministro do Tribunal de Contas da União; **Fausto Pereira dos Santos,** Diretor Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS; **Alberto Beltrame,** Secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde para debaterem sobre o Relatório do TCU nº 023.181/2008-0, Fiscalização nº 401/2008, que trata de auditoria realizada na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.
Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 17, de 2009 – CMA

Requer nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública no âmbito desta Comissão em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para debater a Medida Provisória nº 458, de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, altera as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.383, de 7 de dezembro de 1976, e 6.925, de 29 de junho de 1981, com os representantes das entidades nominadas a seguir: representante do **Greenpeace;** representante da **CONTAG;** representante da **CNA;** e representante do **IMAZON.**

Autoria: Senador JOÃO PEDRO.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 18, de 2009 – CMA

Requer nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão em conjunto com a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, para debater o Impacto das Mudanças Climáticas Globais nas áreas social, ambiental e econômica.
Autoria: Senador JOÃO PEDRO.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 19, de 2009 – CMA

Requer nos termos do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidadas as autoridades abaixo relacionadas para que no âmbito desta Comissão em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e com a Comissão de Assuntos Econômicos, seja discutida a sistemática de formação de preços de combustíveis.
Representante da **BR Distribuidora;**
Representante da **PETROBRÁS;** e
Representante da **Agência Nacional do Petróleo – ANP.**
Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 20, de 2009 – CMA

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta douta Comissão, em conjunta com as Comissões de Educação, Cultura e Esporte - CE; de Assuntos Econômicos CAE; de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ; de Assuntos Sociais CAS; de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR; de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicações e Informática – CCT; de Agricultura e Reforma Agrária - CRA; de Serviços de Infraestrutura - CI; de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE; e a de Diretos Humanos e Legislação

Participativa – CDH; com a finalidade de analisar e discutir a Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs e o Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as Implicações para o Agronegócio. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidados para participarem da presente audiência pública: senhor **Gustavo Ribas Curcio,** Doutor em Engenharia Florestal e Pesquisador da Embrapa Florestas em Colombo – PR, o qual tratará do tema: "Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs uma Proposta de Parâmetros"; senhor **Evaristo Eduardo de Miranda,** Doutor em Economia e Pesquisador Embrapa Monitoramento por Satélite em Campinas – SP, o qual tratará do tema: "Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista: Implicações para o Agronegócio". Diante do tema a ser debatido, requeiro que a presente audiência pública seja realizada no próximo dia 29 de abril, às 09 horas, no Plenário do Senado Federal.

Autoria: Senadora KÁTIA ABREU.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 21, de 2009 – CMA

Requer nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 10 de 2009 – CMA, de autoria do Senador Jefferson Praia, aprovado em reunião realizada no dia 31 de março deste ano, que seja incluído no rol dos convidados da audiência pública para instruir o PDS nº 90, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, os seguintes convidados: senhor **Flávio Finardi Filho,** Professor do Departamento de Alimentação e Nutrição Experimental da USP e membro da CTNbio; e senhora **Maria Lúcia Zaidan Dagli,** Professora Titular da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo – USP.

Autoria: Senador GILBERTO GOELLNER.

Resultado: Aprovado, com a inclusão do senhor Ricardo Tatesuzi de Souza, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Grãos Não-Transgênicos sugerido pela Senadora Marina Silva.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 22, de 2009 – CMA

Requeremos, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 20 de 2009 – CMA, que objetiva analisar e discutir a definição de áreas de proteção permanente – APPs e o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e as implicações para o agronegócio, em conjunto com as Comissões de

Educação, Cultura e Esporte - CE; de Assuntos Econômicos CAE; de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ; de Assuntos Sociais CAS; de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR; de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicações e Informática – CCT; de Agricultura, Reforma Agrária - CRA; de Serviços de Infraestrutura - CI; de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE; e a de Diretos Humanos e Legislação Participativa – CDH, que sejam convidados também os senhores: **Adalberto Veríssimo,** Pesquisador Sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia – IMAZON; **Márcio Santilli,** do Instituto Socioambiental/ISA; e **Antônio Herman Benjamim,** Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
Autoria: Senadora MARINA SILVA.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2009 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 7, DE 2009 – CMA e 3 e 10, de 2009 – CRA.
Autoria: Senadores JOÃO PEDRO e MARINA SILVA.
Assunto: Debate sobre a Medida Provisória nº 458, de 2009, que "dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, altera as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.383, de 7 de dezembro de 1976 e 6.925, de 29 de junho de 1981 e dá outras providências".

CONVIDADOS:

Senhor **Sérgio Leitão,** representante do **Greenpeace;**
Senhor **Lázaro Dobri,** Coordenador Regional Norte da CONTAG e Presidente da FETAG – Rondônia;
Senador **Anaximandro Doudement Almeida,** Assessor Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;
Senhor **Paulo Barreto,** Pesquisador Sênior do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON;
Senhor **Egon Krakhecke,** Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente – MMA; e
Senhor **Carlos Mário Guedes de Guedes,** Secretário Extraordinário de Regularização Fundiária do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.
Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 23, DE 2009 – CMA

Requer nos termos do artigo 90, incisos III, IX e X do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida, por esta Comissão de Meio Ambinete, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, Audiência Pública tendo como convidados: senhor **Roberto Messias Franco,** Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; e senhor **Luiz Antônio Pagot,** Diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT, para debaterem sobre a Medida Provisória nº 452, de 2009, que tratava originalmente apenas do Fundo Soberano e de ações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT).
Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2009 CONJUNTA COM AS COMISSÕES – CRA, CAE, CAS, CCJ, CE, CDH, CRE, CI, CDR e CCT

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 12, 13, de 2009 – CRA, 22, de 2009 – CAS, 20 e 22, de 2009 – CMA, 27 e 28, de 2009 – CAE, 5, de 2009 – CCT, 10 de 2009 – CCJ, 4 e 5, 2009 – CDR, 12, DE 2009 – CDH, 9, de 2009 – CE, 20, de 2009 – CI e 11, de 2009 CRE.
Autoria: Senadores VALTER PEREIRA, SERYS SLHESSARENKO, KÁTIA ABREU, PAULO PAIM, MOZARILDO CAVALCANTI, ROSALBA CIARLINI, MARINA SILVA, FÁTIMA CLEIDE, MARCELO CRIVELLA, EDUARDO SUPLICY, GILBERTO GOELLNER e LEOMAR QUINTANILHA.
Assunto: Debate sobre a definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs e o Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as Implicações para o Agronegócio.

CONVIDADOS:

Senhor **Gustavo Ribas Curcio,** Doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da Embrapa Florestas em Colombo – PR;

Senhor **Evaristo Eduardo de Miranda,** Doutor em Ecologia e pesquisador da Embrapa Monitoramento por Satélite, em Campinas – SP;
Senador **Adalberto Veríssimo,** Pesquisador Sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia – IMAZON;
Senhor **Carlos Alberto Ricardo,** Coordenador do Programa Rio Negro do Instituto Socioambiental – ISA;
Senhor **Antônio Herman Benjamim,** Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ;
Senhor **Márcio Meira,** Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI;
Senhora **Samanta Pineda,** Advogada Socioambiental; e
Senhor **Tasso Rezende de Azevedo,** Assessor do Ministro do Meio Ambiente em Florestas e Climas – MMA.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 05

01 Ordinária – Deliberativa.
03 Extraordinárias – Conjuntas – Audiência Pública.
01 Conjunta – Audiência Pública.

MATÉRIAS APREIADAS: 11

11 Requerimentos - CMA

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH.

Presidente: Senador CRISTOVAM BUAQUE
Vice Presidente: Senador JOSÉ NERY

REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE ABRIL DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

1ª PARTE

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 5, DE 2009 – CDH

Requer nos termos do Aditamento ao Requerimento nº 4, de 2009 – CDH, a realização da 2ª Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater a Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia e a Intolerância – Avaliação de Durban 2001, com a presença dos seguintes convidados: senhor **Celso Amorim,** Ministro de Estado das Relações Exteriores; senhor **Edson Santos,** Ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR; senhora **Edna Maria Santos Roland,** Coordenadora da Coordenadoria da Mulher e da Igualdade Racial – CMIR; senhora **Jurema Werneck,** Articulação Nacional de Mulheres Negras; senhor **Uiltom Tuxá,** Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste – APOINE; e senhor **Cláudio Nascimento e Silva,** Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais – ABGLT.
Autoria: Senadora FÁTIMA CLEIDE.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 6, DE 2009 - CDH

Requer realização de Audiência Pública conjuntamente com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Educação, Cultura e Esporte para debater "o fechamento das escolas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra", a ser realizada no dia 14 de abril de 2009, com a participação dos seguintes convidados: representante do **MST;** representante do **MEC;** representante da **Secretaria Estadual de Educação;** representante do **Ministério Público do RS;** e representante da **Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.**
Autoria: Senadora FÁTIMA CLEIDE.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 7, DE 2009 - CDH

Requer realização de Audiência Pública, com vistas a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2007, que cria o Fundo Nacional de proteção aos trabalhadores da Fumicultura (FNF), com a finalidade de proteger os trabalhadores do setor e estimula a diversificação de atividades econômicas nas áreas cultivadas com tabaco, e institui a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobra a importação e a comercialização de sucedâneos manufaturados do fumo (Cide-Fumo) e dá outras providências. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados representantes dos **Trabalhadores**; representante do **Governo** e outros a serem definidos por essa Comissão.
Autoria: Senador PAULO PAIM.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 8, DE 2009 - CDH

Requer realização de Audiência Pública perante a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater "o combate à violência doméstica no campo", a ser realizada no dia 15 de abril de 2009, com a participação dos seguintes convidados: representante da **Via Campesina (MST/MMC/MPA/MAB);** representante da **Rede Feminina de Marcha Mundial de Mulheres;** representante da **Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG;** representante da **Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – FETRAF;** representante da **Secretaria Especial de Política para as Mulheres – SPM;** e representante da **Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH.**
Autoria: Senadora SRYS SLHESSARENKO.
Resultado: Aprovado.

2ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 5 e 4, de 2009 – CDH.
Autoria: Senadora FÁTIMA CLEIDE.
Assunto: Debate sobre a Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia e a Intolerância – Avaliação de Durban 2001.

CONVIDADOS:

Senhor **Marcos Vinicius Pinta Gama,** Assessor especial do Secretário–Geral, representando o senhor **Celso Amorim,** Ministro de Estado das Relações Exteriores; e
Senhor **Edson Santos de Souza,** Ministro da Secretaria de Políticas de Igualdade Racial – SEPIR.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 9, DE 2009 – CDH

Requer, nos termos do artigo 73, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo seja transformada em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, do Senado Federal.
Autoria: Senador JOSÉ NERY.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 10, DE 2009 – CDH

Com fundamento no disposto do artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, com vistas a tratar das questões acerca da "Saúde Pública no Brasil", devendo ser convidados entidades e pessoas constantes da lista anexa, e outros a serem definidos pela própria Comissão.
Autoria: Senador PAULO PAIM.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 161, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Institui o Fundo Nacional do Idoso e autoriza deduzir do Imposto de Renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas as doações efetuadas aos Fundos Municipais, Estaduais, e Nacional do Idoso.
Autoria: Deputado BETO ALBUQUERQUE.

Relatoria: Senador LEOMAR QUINTANILHA.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 11, DE 2009 – CDH

Requer a realização de diligência desta Comissão à área conhecida como Terra Indígena Bananal – Santuário Sagrado dos Pajés, com a finalidade de conhecer "in loco" a comunidade indígena, a área ocupada por ela e as condições dessa ocupação.
Autoria: Senadora MARINA SILVA.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 12, DE 2009 – CDH

Requer que seja realizada Audiência Pública conjunta com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Assuntos Econômicos; de Ciência Tecnologia, Inovação, Comunicações e Informática; de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Sociais; de Desenvolvimento Regional e Turismo; de Agricultura e Reforma Agrária; de Educação, Cultura e Esporte; de Serviços de Infraestrutura; de Relações Exteriores e Defesa Nacional; com a finalidade de analisar e discutir a Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs e o Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as Implicações para o Agronegócio.
Autoria: Senadora KÁTIA ABREU.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 6, de 2009 – CDH.
Autoria: Senadores PAULO PAIM, FÁTIMA CLEIDE e SERYS SLHESSARENKO.

Assunto: Debate sobre o fechamento das escolas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

CONVIDADOS:

Senhora **Maria Cristina Vargas,** Coordenadora de Educação do MST, representando a senhora **Marina Santos,** Coordenadora Nacional do Movimento dos Sem Terras – MST; e
Senhor **André Lázaro,** Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC) do Ministério da Educação.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 8, de 2009 – CDH.
Autoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO e outros senhores Senadores.
Assunto: Debate sobre o combate à violência doméstica no campo.

CONVIDADOS:

Senhora **Ane Rosenir Cruz,** Gerente de Projetos da Secretaria Especial de Política para as Mulheres – SPM, representando à senhora **Nilcéa Freitas,** Ministra de Estado da Secretaria Especial de Política para as Mulheres – SPM;
Senhora **Rosângela Piovisani,** Representante da Via Campesina Brasil, representando à senhora **Maria José,** Coordenadora da Via Campesina Brasil;
Senhora **Carla de Paiva Bezerra,** Representante da Marcha Mundial de Mulheres, representando à senhora **Nalu Faria,** Coordenadora Geral da Rede Feminina de Marcha Mundial de Mulheres;
Senhora **Carmen Helena Ferreira Foro,** Secretária de Mulheres da CONTAG, representando o senhor **Manoel José dos Santos,** Presidente da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; e
Senhora **Elizangela Araújo,** Coordenadora Geral da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – FETRAF.
Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 13, DE 2009 – CDH

Requer nos termos do artigo 90, inciso XIII, combinado com o artigo 142, a realização de Diligência e reuniões na cidade de Porto Alegre – RS, com a finalidade de verificar "in loco" as condições das Escolas fechadas do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. As diligências e reuniões deverão ser acompanhadas pelos membros da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e podendo, ainda, ser acompanhada pela Comissão de Educação do Senado Federal, Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, pala Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul e pela Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana da Câmara de Vereadores da Cidade de Porto Alegre – RS. As diligências realizar-se-ão em dia e hora definidos por esta Presidência.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 14, DE 2009 – CDH

Requer nos termos do artigo 90, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, no sentido de debater o quadro de analfabetismo que se mantêm no Brasil em pleno século XXI, ferindo o direito básico de 14 milhões de brasileiros, incapazes de ler e escrever.

Autoria: Senadores CRISTOVAM BUARQUE e PAULO PAIM.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 15, DE 2009 – CDH

Requer nos termos do artigo 90, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, no sentido de debater a questão de validação de diplomas de curso de nível superior realizados no exterior.

Autoria: Senadores PAULO PAIM e CRISTOVAM BUARQUE.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 16, DE 2009 – CDH

Requer nos termos do artigo 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, e com vistas a instruir a proposição de audiência pública no Plenário desta Casa, no dia 29 de abril do corrente ano, que é objeto do requerimento da Senadora Kátia Abreu, apresentado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, das quais sou membro, além das demais comissões, com a finalidade de analisar e discutir os temas de definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs, o Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as Implicações para o Agronegócio, que serão apresentados pelos pesquisadores da Embrapa, **Gustavo Crucio e Evaristo de Miranda,** seja antecedido pelo envio aos senadores dos principais estudos técnicos e científicos que fundamentam as apresentações e teses que serão expostas pelos mencionados especialistas.
Autoria: Senadores CRISTOVAM BUARQUE e PAULO PAIM.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2009 CONJUNTA COM AS COMISSÕES – CMA, CAE, CAS, CCJ, CE, CRA, CRE, CI, CDR e CCT

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 12, 13, de 2009 – CRA, 22, de 2009 – CAS, 20 e 22, de 2009 – CMA, 27 e 28, de 2009 – CAE, 5, de 2009 – CCT, 10 de 2009 – CCJ, 4 e 5, 2009 – CDR, 12, DE 2009 – CDH, 9, de 2009 – CE, 20, de 2009 – CI e 11, de 2009 CRE.
Autoria: Senadores VALTER PEREIRA, SERYS SLHESSARENKO, KÁTIA ABREU, PAULO PAIM, MOZARILDO CAVALCANTI, ROSALBA CIARLINI, MARINA SILVA, FÁTIMA CLEIDE, MARCELO CRIVELLA, EDUARDO SUPLICY, GILBERTO GOELLNER e LEOMAR QUINTANILHA.
Assunto: Debate sobre a definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs e o Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as Implicações para o Agronegócio.

CONVIDADOS:

Senhor **Gustavo Ribas Curcio,** Doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da Embrapa Florestas em Colombo – PR;
Senhor **Evaristo Eduardo de Miranda,** Doutor em Ecologia e pesquisador da Embrapa Monitoramento por Satélite, em Campinas – SP;

Senador **Adalberto Veríssimo,** Pesquisador Sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia – IMAZON;
Senhor **Carlos Alberto Ricardo,** Coordenador do Programa Rio Negro do Instituto Socioambiental – ISA;
Senhor **Antônio Herman Benjamim,** Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ;
Senhor **Márcio Meira,** Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI;
Senhora **Samanta Pineda,** Advogada Socioambiental; e
Senhor **Tasso Rezende de Azevedo,** Assessor do Ministro do Meio Ambiente em Florestas e Climas – MMA.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 05

04 Extraordinárias – Deliberativa – Audiência Pública.
01 Conjunta – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 13

01 Projeto de Lei da Câmara (não terminativo)
12 Requerimentos – CDH.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO – CDH.

Presidente: Senador PAULO PAIM
Vice Presidente: Senador LEOMAR QUINTANILHA

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO

Eleição do Presidente e do Vice Presidente da Subcomissão.
Resultado: Foram eleitos os Senadores Paulo Paim e Leomar Quintanilha, para os cargos de Presidente e de Vice-Presidente, respectivamente.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 Ordinária – Eleição do Presidente e do Vice-Presidente.

MATÉRIAS APRECIADAS:

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Presidente: Senador EDUARDO AZEREDO
Vice Presidente: Senador GERALDO MERQUITA JÚNIOR

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 41, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do nome do senhor **Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura,** Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Libanesa.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador PEDRO SIMON.
Relatório: A Comissão dispõe de todas as condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 42, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do nome do senhor **Paulo**

Wagner de Miranda, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à Granada.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador HERÁCLITO FORTES.
Relatório: A Comissão dispõe de todas as condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 03
MENSAGEM (SF) Nº 43, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do nome do senhor **Appio Claudio Muniz Acquarone Filho,** Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à Barbados.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador JOÃO TENÓRIO.
Relatório: A Comissão dispõe de todas as condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO (SF) Nº 1.574, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor ao Juiz da Corte Internacional de Justiça (Corte de Haia) doutor **Antônio Augusto Cançado Trindade** pelo lançamento de seu mais novo livro, Evolution Du Droit International Des Gens, no dia 4 de dezembro de 2008, em Paris.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria: Senador EDUARDO AZEREDO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 9, DE 2009 – CRE

Em aditamento ao Requerimento nº 8, de 2008 – CRE, aprovado no último dia 26 de março, requeiro seja convidado o senhor Embaixador, **Paulo de Tarso Flexa de Lima,** para participar de Audiência Pública para instrução do Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2008, que "aprova o texto do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul assinado em Caracas, em 4 de julho de 2006, pelos Presidentes dos Estados partes do Mercosul e da Venezuela.
Autoria: Senador EDUARDO AZEREDO.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 44, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do senhor **Orlando Galvêas Oliveira,** Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República de Camarões.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR.
Relatório: A Comissão dispõe de todas as condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 46, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do nome do senhor **Francisco Carlos Soares Luz,** Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Unida da Tanzânia.
Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador RENATO CASAGRANDE.
Relatório: A Comissão dispõe de todas as condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 10, DE 2009 – CRE

Requerem as suas designações para representarem a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, como membros da Comissão e da Subcomissão da Amazônia e da Faixa de Fronteira, para acompanhamento da execução de retirada dos habitantes não-indígenas da área da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, no período de 20 a 30 de abril do corrente ano, processo determinado pelo Supremo Tribunal Federal.
Autoria: Senadores MOZARILDO CAVALCANTI e AUGUSTO BOTELHO.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2009 (ORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 8 e 9, de 2009 – CRE
Autoria: Senadores TASSO JEREISSATI e EDUARDO AZEREDO.
Assunto: Instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2008, que "Aprova o texto do protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, assinado em Caracas, em 4 de julho de 2006. pelos Presidentes dos Estados partes do Mercosul e da Venezuela".

CONVIDADOS:

Embaixador **Rubens Barbosa;**
Embaixador **Sérgio Amaral;**
Embaixador **Paulo Tarso Flecha de Lima; e**
Senhor **José Augusto Coelho Fernandes,** Diretor Executivo da CNI, representando o Deputado **Armando Monteiro.**
Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 11, de 2009 – CRE

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta douta Comissão, em conjunta com as Comissões de Educação, Cultura e Esporte - CE; de Assuntos Econômicos CAE; de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ; de Assuntos Sociais CAS; de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR; de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicações e Informática – CCT; de Agricultura e Reforma Agrária - CRA; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA; de Serviços de Infraestrutura - CI; e a de Diretos Humanos e Legislação Participativa – CDH; com a finalidade de analisar e discutir a Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs e o Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as Implicações para o Agronegócio. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidadas a participarem da presente audiência pública: senhor **Gustavo Ribas Curcio,** Doutor em Engenharia Florestal e Pesquisador da Embrapa Florestas em Colombo – PR, o qual tratará do tema: "Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs uma Proposta de Parâmetros"; senhor **Evaristo Eduardo de Miranda,** Doutor em Economia e Pesquisador Embrapa Monitoramento por Satélite em Campinas – SP, o qual tratará do tema: "Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista: Implicações para o Agronegócio". Diante do tema a ser debatido, requeiro que a presente audiência pública seja realizada no próximo dia 29 de abril, às 09 horas, no Plenário do Senado Federal.

Autoria: Senadora KÁTIA ABREU.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 12, de 2009 – CRE

Requeremos, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 8, de 2009 – CRE, já aprovado por essa Comissão, seja convidado o Deputado **Armando Monteiro,** Presidente da CNI, para participar da Audiência Pública a realizar-se no próximo dia 16 do corrente, para debater a matéria do PDS nº 430, de 2008, que aprova o texto do Protocolo de Adesão da Venezuela como membro pleno do Mercosul.

Autoria: Senador TASSO JEREISSATI.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 13, de 2009 – CRE

Considerando: As definições e desencontro de informações sobre o estágio de implementação dos compromissos adotados no Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul, objeto do Projeto de Decreto Legislativo ora em tramitação na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. A necessidade de que o Congresso Nacional tenha informações conclusivas sobre o cumprimento pela Venezuela dos compromissos, condição indispensável para que possa deliberar com segurança sobre a aprovação do Protocolo de Adesão. Que em resposta ao Requerimento nº 1.140, de 2007, do Senador José Agripino, pelo ofício nº 39, AFEPA/DIR I/DAM II-PEXT-MERCOSUL-VENE, de 21 de dezembro de 2007, subscrito pelo eminente Ministro Celso Amorim, constatou-se que restaram pendências na adoção das providências pela Venezuela, no tocante a: Apresentação pela Venezuela das listas NCM dos produtos a serem contidos em cada etapa do cronograma. Identificação dos produtos sensíveis do comércio entre Venezuela, Paraguai e Uruguai, cronogramas de desgravação do comércio entre a Venezuela, Brasil e Argentina; e posicionamento da Venezuela em relação aos acordos já negociados pelo Mercosul com terceiros países. Requeiro que sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, senhor **Celso Amorim,** nos termos do artigo 50, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, as seguintes informações, incluindo abordagens específicas a cada uma das pendências mencionadas acima: 1. No âmbito do grupo de trabalho criado pelo artigo 11 do Protocolo de Adesão foram acordados os cronogramas de desgravação para o comércio da Venezuela com o Paraguai e com o Uruguai e cronogramas de desgravação do comércio da Venezuela com o Brasil e a Argentina. Os primeiros não foram completados e os segundos, ainda estão pendentes de negociação, em que estágio encontra-se esta negociação? Qual o empecilho que pode representar a falta de finalização dessa negociação para a adesão da Venezuela? 2. No compromisso de adoção da tarifa externa comum, a Venezuela ficou de complementar as tarefas em relação a apresentação de lista de produtos para cada etapa do cronograma. Em que estado encontra-se esta obrigação da Venezuela de apresentar as listas? Qual a composição dessas listas? 3. Os Compromissos de livre comércio entre a Venezuela e os países membros do Mercosul foram cumpridos? Se resta pendência? quais são elas? 4) Em que estágio se encontra o andamento das condições e cursos de ação a serem negociados com terceiros países no tocante a adesão da Venezuela aos instrumentos internacionais e acordos celebrados com esses terceiros países?
Autoria: Senador TASSO JEREISSATI.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 14, de 2009 – CRE

Requeremos, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no próximo dia 29 de abril, nesta Comissão, sobre a participação do Brasil na Missão Humanitária na Colômbia, tendo como convidada a Senadora colombiana **Piedad Córdoba.**
Autoria: Senadores RENATO CASAGRANDE e INÁCIO ARRUDA.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 45, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do senhor **Manoel Innnocêncio de Lacerda Santos Júnior,** Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República da Indonésia.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador FERNANDO COLLOR.
Relatório: A Comissão dispõe de todas as condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 155, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel sobre cooperação nos campos da Saúde e de Medicamentos, celebrado em Jerusalém, em 19 de junho de 2006.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador FLEXA RIBEIRO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 272, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do primeiro protocolo adicional ao acordo de complementação econômica assinado entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai – Estados Partes do Mercosul e os Governos da República da Colômbia, da República do Equador e da República Bolivariana da Venezuela – Países membros da Comunidade Andina, celebrado em Montevidéu, em 18 de outubro de 2004.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador EDUARDO SUPLICY.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 273, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do acordo sobre cooperação no domínio da Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala, assinado em Brasília, em 13 de março de 2006.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador JOÃO TENÓRIO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 274, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe Síria sobre cooperação técnica e procedimentos Sanitários e Fitossanitários, celebrado em Damasco, em 3 de dezembro de 2003.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.

Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 286, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do memorando de entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, na área de Biocombustíveis, celebrado em Brasília, em 6 de setembro de 2007.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador JOÃO TENÓRIO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo.

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 67, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto da convenção sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na Cidade da Praia, em 23 de novembro de 2005.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador EDUARDO SUPLICY.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo.

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 68, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto da convenção de Auxílio Judiciário em matéria Penal entre os Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na Cidade da Praia, em 23 de novembro de 2005.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador EDUARDO SUPLICY.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO (SF) Nº 1334, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requerem nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado Voto de Congratulações ao Presidente eleito dos Estados Unidos da América, Senador **Barack Obama.**
Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO e outros Senhores Senadores.
Relatoria: Senador HERÁCLITO FORTES.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO (SF) Nº 1349, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Senador **Barack Obama** eleito Presidente dos Estados Unidos da América, manifestando admiração ao atual ícone da renovação e do fortalecimento da democracia e reverenciando sua belíssima vitória a qual comoveu o mundo.
Autoria: Senador PAULO PAIM.
Relatoria: Senador HERÁCLITO FORTES.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 11
REQUERIMENTO Nº 15, DE 2009 – CRE

Requer nos termos regimentais, que a Indicação nº 1, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, seja encaminhada a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira.
Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2009 CONJUNTA COM AS COMISSÕES – CMA, CAE, CAS, CCJ, CE, CDH, CRA, CI, CDR e CCT

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 12, 13, de 2009 – CRA, 22, de 2009 – CAS, 20 e 22, de 2009 – CMA, 27 e 28, de 2009 – CAE, 5, de 2009 – CCT, 10 de 2009 – CCJ, 4 e 5, 2009 – CDR, 12, DE 2009 – CDH, 9, de 2009 – CE, 20, de 2009 – CI e 11, de 2009 CRE.
Autoria: Senadores VALTER PEREIRA, SERYS SLHESSARENKO, KÁTIA ABREU, PAULO PAIM, MOZARILDO CAVALCANTI, ROSALBA CIARLINI, MARINA SILVA, FÁTIMA CLEIDE, MARCELO CRIVELLA, EDUARDO SUPLICY, GILBERTO GOELLNER e LEOMAR QUINTANILHA.
Assunto: Debate sobre a definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs e o Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as Implicações para o Agronegócio.

CONVIDADOS:

Senhor **Gustavo Ribas Curcio,** Doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da Embrapa Florestas em Colombo – PR;
Senhor **Evaristo Eduardo de Miranda,** Doutor em Ecologia e pesquisador da Embrapa Monitoramento por Satélite, em Campinas – SP;
Senador **Adalberto Veríssimo,** Pesquisador Sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia – IMAZON;
Senhor **Carlos Alberto Ricardo,** Coordenador do Programa Rio Negro do Instituto Socioambiental – ISA;
Senhor **Antônio Herman Benjamim,** Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ;
Senhor **Márcio Meira,** Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI;
Senhora **Samanta Pineda,** Advogada Socioambiental; e
Senhor **Tasso Rezende de Azevedo,** Assessor do Ministro do Meio Ambiente em Florestas e Climas – MMA.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2009 (ORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 8, e 16, de 2009 – CRE.
Autoria: Senadores TASSO JEREISSATI e EDUARDO AZEREDO.
Assunto: Para instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2008, que "aprova o Texto do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, assinado em Caracas, em 4 de julho de 2006, pelos Presidentes dos Estados Partes do Mercosul e da Venezuela".

CONVIDADOS:

Chanceler **Celso Amorim,** Ministro de Estado das Relações Exteriores;
Senhor **Antônio José Ferreira Simões,** Embaixador do Brasil na Venezuela;
Senhor **José de Anchieta Júnior,** Governador de Roraima; e
Senhor **Reginaldo Braga Arcuri,** Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial.
Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 16, DE 2009 – CRE

Requeiro nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 8, de 2009 – CRE, aprovado no último dia 26 de março, seja convidado o senhor **Reginaldo Braga Arcuri,** Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI, para participar de Audiência Pública para instrução do Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2008, que "aprova o Texto do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, assinado em Caracas, em 4 de julho de 2006, pelos Presidentes dos Estados Partes do Mercosul e da Venezuela".
Autoria: Senador EDUARDO AZEREDO.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 06

03 Ordinárias – Deliberativa.

02 Ordinárias – Audiências Pública – Deliberativas.
01 Conjunta – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 24

06 Mensagens (SF) (não terminativo)
07 Projetos de Decreto Legislativo (SF) (não terminativo).
03 Requerimentos (SF) (não terminativo)
08 Requerimentos – CRE

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: Senador FERNANDO COLLOR
Vice Presidente: Senador ELISEU REZENDE

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 13, de 2009 – CI

Requer nos termos do artigo 50, inciso II e do artigo 58, ambos da Constituição Federal, combinados com o artigo 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o senhor **Guido Mantega,** Ministro de Estado da Fazenda, para expor sobre a crise econômica e suas possíveis conseqüências na programação orçamentária brasileira de 2008/2009, bem como nos investimentos para o setor de infraestrutura, notadamente no que tange à continuidade da execução do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.
Autoria: Senador FERNANDO COLLOR.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 14, de 2009 – CI

Requer nos termos do artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados representantes da **Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA** e da **Confederação Nacional do Transporte – CNT,** para exporem aos Senadores, em Audiência Pública, as

dificuldades, limitações e prejuízos impostos aos produtores rurais e aos empresários do setor de transporte pelos gargalos existentes no sistema de transporte de cargas no Brasil.
Autoria: Senadora KÁTIA ABREU.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 15, de 2009 – CI

Requer nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômico, destinada a tratar sobre os temas elencados na Agenda de Trabalho, aprovada em reunião da Comissão de Infraestrutura, realizada no dia 26 de março de 2009, com a presença dos convidados também relacionados na referida Agenda.
Autoria: Senador FERNANDO COLLOR.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 16, de 2009 – CI

Requer nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais, destinada a tratar sobre os temas elencados na Agenda de Trabalho, aprovada em reunião da Comissão de Infraestrutura, realizada no dia 26 de março de 2009, com a presença dos convidados também relacionados na referida Agenda.
Autoria: Senador FERNANDO COLLOR.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 17, de 2009 – CI

Requer nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, destinada a tratar sobre os temas elencados na Agenda de Trabalho, aprovada em reunião da Comissão de Infraestrutura, realizada no dia 26 de março de 2009, com a presença dos convidados também relacionados na referida Agenda.
Autoria: Senador FERNANDO COLLOR.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 18, de 2009 – CI

Requer nos termos do artigo 58, § 2º, inciso V da Constituição Federal e, no artigo 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidada a comparecer à Comissão de Serviços de Infraestrutura, a senhora **Dilma Rousseff,** Ministra de Estado da Casa Civil, para explanar a respeito do andamento das obras do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.
Autoria: Senador FERNANDO COLLOR.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

1ª PARTE

ITEM ÚNICO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2007
TERMINATIVO

Caracteriza como serviço público a operação de eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias, e dispõe sobre as situações em que é obrigatória a implantação desses dispositivos, e dá outras providências.
Autoria: Senador ELISEU RESENDE.
Relatoria: Senador DELCÍDIO AMARAL.
Parecer: Pela aprovação da matéria na forma da emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado o Substitutivo. A matéria vai à Turno Suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

2ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 14, de 2009 – CI.
Autoria: Senadores KÁTIA ABREU e GILBERTO GOELLNER.
Assunto: Debate sobre as dificuldades, limitações e prejuízos impostos aos produtores rurais e aos empresários do setor de transportes, pelos gargalos existentes no sistema de transportes de cargas no Brasil.

CONVIDADOS:

Senhor **Luiz Antônio Fayet,** Consultor de Infraestrutura e Logística da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; e
Senhor **Bruno Batista,** Diretor Executivo da Confederação Nacional do Transporte – CNT.
Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 19, DE 2009 – CI

Requer seja convidado o senhor **Ronaldo Mota Sardemberg,** Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, para participar da Audiência Pública programada para a Comissão de Serviços de Infraestrutura, no âmbito do Segundo Desafio: Infraestrutura e Políticas Públicas, cujo painel tratará de Banda Larga e Acessibilidade nos Serviços de Telecomunicações, em face da notoriedade de sua expertise.
Autoria: Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 20, de 2009 – CI

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta douta Comissão, em conjunta com as Comissões de Educação, Cultura e Esporte - CE; de Assuntos Econômicos CAE; de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ; de Assuntos Sociais CAS; de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR; de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicações e Informática – CCT; de Agricultura e Reforma Agrária - CRA; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA; de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE; e a de Diretos Humanos e Legislação Participativa – CDH; com a finalidade de analisar e discutir a Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs e o Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as Implicações para o Agronegócio. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidadas a participarem da presente audiência pública: senhor **Gustavo Ribas Curcio,** Doutor em Engenharia Florestal e Pesquisador da Embrapa Florestas em Colombo – PR, o qual tratará do tema: "Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs uma Proposta de Parâmetros"; senhor **Evaristo Eduardo de**

Miranda, Doutor em Economia e Pesquisador Embrapa Monitoramento por Satélite em Campinas – SP, o qual tratará do tema: "Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista: Implicações para o Agronegócio". Diante do tema a ser debatido, requeiro que a presente audiência pública seja realizada no próximo dia 29 de abril, às 09 horas, no Plenário do Senado Federal.
Autoria: Senadora KÁTIA ABREU.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 21, DE 2009 – CI

Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, para ouvir representantes do **Tribunal de Contas da União – TCU,** sobre a metodologia de fiscalização de obras adotada pelo Tribunal, com ênfase naquelas relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.
Autoria: Senador FERNANDO COLLOR.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 22, DE 2009 – CI

Requer sejam prestadas, pelo Excelentíssimo senhor **Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU,** informações a respeito das obras relacionadas à Infraestrutura que foram fiscalizadas pelo Tribunal no ano de 2008.
Autoria: Senador FERNANDO COLLOR.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 23, DE 2009 – CI

Requer o aditamento aos Requerimentos nºs. 11 e 12, de 2009, já aprovados nesta Comissão, ambos de autoria do Senador Gilberto Goellner, que seja convidado o senhor **Márcio Zimmermann,** Secretário Executivo de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, para prestar esclarecimentos referentes aos requerimentos mencionados.
Autoria: Senador LOBÃO FILHO.
Resultado: Rejeitado.

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM 01
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2007
TERMINATIVO

Caracteriza como serviço público a operação de eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias, dispõe sobre as situações em que é obrigatória a implantação desses dispositivos, e dá outras providências.
Autoria: Senador ELISEU RESENDE.
Relatoria: Senador DELCÍDIO AMARAL.
Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 104, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 6º da Lei nº 7.990, de 1989 e o § 1º do artigo 2º da Lei nº 8.001, de 1990, para elevar a compensação financeira pela exploração de recursos minerais ao mesmo percentual pago pela exploração de petróleo.
Autoria: Senador LUIZ OTÁVIO.
Relatoria: Senador MARCONI PERILLO.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 6º da Lei nº 7.990, de 1989, que institui compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para os fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais, e o artigo 2º da Lei nº 8.001, de 1990, que "define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 1989 e dá outras providências" com vistas a

modificar os percentuais das alíquotas pela exploração de recursos minerais, e transfere para municípios limítrofes 40% da arrecadação de compensação financeira a que faz jus município onde se situa a lavra.
Autoria: Senadora ANA JULIA CAREPA.
Relatoria: Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Contrário às matérias.
Resultado: Aprovado parecer pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs. 104 e 105, de 2003. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 24, DE 2009 – CI

Requer que sejam convidadas para assistir a Audiência Pública, com o objetivo de analisar e discutir a definição de Áreas de Proteção Permanente APPs, o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e as implicações para o agronegócio, a ser realizada no dia 29 de abril de 2009, no Plenário do Senado, as Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CMAD da Câmara dos Deputados.
Autoria: Senador GILBERTO GOELLNER.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 25, DE 2009 – CI

Requer que seja convidada a senhora **Solange Paiva Vieira,** Presidenta da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, para que compareça à Comissão de Serviços de Infraestrutura, a fim de prestar esclarecimentos acerca do anúncio de que as companhias de navegação aérea nacionais e estrangeiras que atuam no Brasil terão liberdade plena para fixar o preço de suas passagens nas linhas internacionais e informar que medidas podem ser tomadas pela ANAC, ou por qualquer outro órgão da administração pública do país, caso fique comprovada a prática de "dumping" pelas empresas estrangeiras que operam no Brasil.
Autoria: Senador FRANCISCO DORNELLES.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2009 CONJUNTA COM AS COMISSÕES – CMA, CAE, CAS, CCJ, CE, CDH, CRE, CRA, CDR e CCT

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 12, 13, de 2009 – CRA, 22, de 2009 – CAS, 20 e 22, de 2009 – CMA, 27 e 28, de 2009 – CAE, 5, de 2009 – CCT, 10 de 2009 – CCJ, 4 e 5, 2009 – CDR, 12, DE 2009 – CDH, 9, de 2009 – CE, 20, de 2009 – CI e 11, de 2009 CRE.
Autoria: Senadores VALTER PEREIRA, SERYS SLHESSARENKO, KÁTIA ABREU, PAULO PAIM, MOZARILDO CAVALCANTI, ROSALBA CIARLINI, MARINA SILVA, FÁTIMA CLEIDE, MARCELO CRIVELLA, EDUARDO SUPLICY, GILBERTO GOELLNER e LEOMAR QUINTANILHA.
Assunto: Debate sobre a definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs e o Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as Implicações para o Agronegócio.

CONVIDADOS:
Senhor **Gustavo Ribas Curcio,** Doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da Embrapa Florestas em Colombo – PR;
Senhor **Evaristo Eduardo de Miranda,** Doutor em Ecologia e pesquisador da Embrapa Monitoramento por Satélite, em Campinas – SP;
Senador **Adalberto Veríssimo,** Pesquisador Sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia – IMAZON;
Senhor **Carlos Alberto Ricardo,** Coordenador do Programa Rio Negro do Instituto Socioambiental – ISA;
Senhor **Antônio Herman Benjamim,** Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ;
Senhor **Márcio Meira,** Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI;
Senhora **Samanta Pineda,** Advogada Socioambiental; e
Senhor **Tasso Rezende de Azevedo,** Assessor do Ministro do Meio Ambiente em Florestas e Climas – MMA.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 11 e 12, de 2009 – CI.

Autoria: Senadores GILBERTO GOELLNER, DELCÍDIO AMARAL e JAYME CAMPOS.
Assunto: Debate sobre o Processo de Licenciamento Ambiental das Obras do PAC.

CONVIDADOS:

Senhor **Luiz Eduardo Garcia,** Diretor do Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes da Secretaria de Fomento para Ações de Transportes do Ministério dos Transportes;
Senhor **Miguel de Souza,** Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT; e
Senhor **Rodrigo Otaviano Vilaça,** Diretor-Executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários – ANTF.
Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 26, DE 2009 – CI

Requeiro nos termos do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidadas as autoridades abaixo relacionadas para que no âmbito desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, seja discutida a Medida Provisória nº 452, de 2009. A Audiência se destinará especialmente à discussão da emenda do relator Deputado José Guimarães, na Câmara dos Deputados, que promove um relaxamento nas regras de licenciamento.
Senhor **Roberto Messias Franco,** Presidente do IBAMA; e
Senhor **Luiz Antônio Pagot,** Diretor do DNIT.
Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 05

02 Extraordinárias – Deliberativa.
02 Extraordinárias– Deliberativa – Audiência Pública.
01 Conjunta – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 18

02 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).
01 Substitutivo à Projeto de Lei do Senado.
01 Turno Suplementar à Projeto de Lei do Senado (terminativo).
14 Requerimentos – CI

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

Presidente: Senador LEOMAR QUINTANILHA
Vice Presidente: Senador CÉSAR BORGES

REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE ABRIL DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 2, DE 2009 - CDR

Requeiro, nos termos do disposto no artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com o objetivo de discutir a plataforma do turismo brasileiro, tendo como convidados: senhor **Nelson de Abreu Pinto,** Presidente da Confederação Nacional do Turismo – CNTur; senhor **Mário Carlos Beni,** Professor da Universidade de São Paulo – USP e Conselheiro do Conselho Nacional de Turismo – CNT; e senhor **Luiz Inácio de Carvalho,** Consultor Jurídico.
Autoria: Senador LEOAMR QUINTANILHA.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 3, DE 2009 - CDR

Requeiro, nos termos do disposto no artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com o objetivo de discutir com os municípios brasileiros o Turismo como fator de Desenvolvimento Regional, tendo como convidados; senhor **Luiz Eduardo Pereira Barreto Filho,** Ministro de Estado do Turismo; senhor **Nelson de Abreu Pinto,** Presidente da Confederação Nacional do Turismo – CNTur; senhor **Mário Carlos Beni,** Vice-Presidente de Planejamento, Treinamento e Capacitação da CNTur; senhor **Paulo Gaudenzi,** Consultor da CNTur; senhor **Paulo Roberto Ziulkoski,** Presidente da Confederação Nacional de Municípios; e **Presidentes das Associações Estaduais de Municípios.**
Autoria: Senador LEOAMR QUINTANILHA.
Resultado: Aprovado.

2ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2009 – CDR
Autoria: Senador LEOMAR QUINTANILHA.
Assunto: Debate sobre a plataforma do turismo brasileiro.

CONVIDADOS:

Senhor **Nelson de Abreu Pinto,** Presidente da Confederação Nacional do Turismo – CNTur;
Senhor **Mário Carlos Beni,** Professor da Universidade de São Paulo – USP e Conselheiro do Conselho Nacional do Turismo – CNT; e
Senhor **Luiz Inácio de Carvalho,** Consultor Jurídico.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 4, de 2009 – CDR

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta douta Comissão, em conjunta com as Comissões de Educação, Cultura e Esporte - CE; de Assuntos Econômicos CAE; de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ; de Assuntos Sociais CAS; de Serviços de Infraestrutura - CI; de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicações e Informática – CCT; de Agricultura e Reforma Agrária - CRA; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA; de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE; e a de Diretos Humanos e Legislação Participativa – CDH; com a finalidade de analisar e discutir a Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs e o Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as Implicações para o Agronegócio. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidadas a participarem da presente audiência pública: senhor **Gustavo Ribas Curcio,** Doutor em Engenharia Florestal e Pesquisador da Embrapa Florestas em Colombo – PR, o qual tratará do tema: "Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs uma Proposta de Parâmetros"; senhor **Evaristo Eduardo de Miranda,** Doutor em Economia e Pesquisador Embrapa Monitoramento por Satélite em Campinas – SP, o qual tratará do tema: "Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista: Implicações para o Agronegócio". Diante do tema a ser debatido, requeiro que a presente audiência pública seja realizada no próximo dia 29 de abril, às 09 horas, no Plenário do Senado Federal.

Autoria: Senadores KÁTIA ABREU, LEOMAR QUINTANILHA e GILBERTO GOELLNER.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 5, de 2009 – CDR

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento de autoria da Senadora Kátia Abreu, que propõe audiência pública com o objetivo de analisar e discutir a definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs, o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e as implicações para o agronegócio, que seja incluído no rol de convidados para a audiência pública conjunta o nome do senhor **Ricardo Arioli Silva,** Engenheiro Agrônomo e especialista em meio ambiente.

Autoria: Senadora GILBERTO GOELLNER.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2009 CONJUNTA COM AS COMISSÕES – CMA, CAE, CAS, CCJ, CE, CDH, CRE, CI, CRA e CCT

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 12, 13, de 2009 – CRA, 22, de 2009 – CAS, 20 e 22, de 2009 – CMA, 27 e 28, de 2009 – CAE, 5, de 2009 – CCT, 10 de 2009 – CCJ, 4 e 5, 2009 – CDR, 12, DE 2009 – CDH, 9, de 2009 – CE, 20, de 2009 – CI e 11, de 2009 CRE.
Autoria: Senadores VALTER PEREIRA, SERYS SLHESSARENKO, KÁTIA ABREU, PAULO PAIM, MOZARILDO CAVALCANTI, ROSALBA CIARLINI, MARINA SILVA, FÁTIMA CLEIDE, MARCELO CRIVELLA, EDUARDO SUPLICY, GILBERTO GOELLNER e LEOMAR QUINTANILHA.
Assunto: Debate sobre a definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs e o Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as Implicações para o Agronegócio.

CONVIDADOS:

Senhor **Gustavo Ribas Curcio,** Doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da Embrapa Florestas em Colombo – PR;
Senhor **Evaristo Eduardo de Miranda,** Doutor em Ecologia e pesquisador da Embrapa Monitoramento por Satélite, em Campinas – SP;
Senador **Adalberto Veríssimo,** Pesquisador Sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia – IMAZON;
Senhor **Carlos Alberto Ricardo,** Coordenador do Programa Rio Negro do Instituto Socioambiental – ISA;
Senhor **Antônio Herman Benjamim,** Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ;
Senhor **Márcio Meira,** Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI;
Senhora **Samanta Pineda,** Advogada Socioambiental; e
Senhor **Tasso Rezende de Azevedo,** Assessor do Ministro do Meio Ambiente em Florestas e Climas – MMA.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 03

02 Extraordinárias – Deliberativa - Audiência Pública.

01 Conjunta – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 04

04 Requerimentos – CDR

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

Presidente: Senador VALTER PEREIRA
Vice Presidente: Senador GILBERTO GOELLNER

REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 11, de 2009 – CRA.
Autoria: Senadora KÁTIA ABREU.
Assunto: Debate sobre a antecipação de crédito para o Plano Safra.

CONVIDADOS:

Senhor **Alvir Alberto Hoffmann,** Diretor de Fiscalização do Banco Central do Brasil;
Senhor **Ewerton Gonçalves Chaves,** Gerente Executivo da Diretoria de Crédito do Banco Central do Brasil;
Senadora **Kátia Abreu,** Presidenta da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;
Senhor **Antoninho Rovaris,** Secretário de Política Agrícola da CONTAG; e
Senhor **Gilson Bittencourt,** Diretor de Programas do Ministério da Fazenda.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 9, de 2009 – CRA.

Autoria: Senador VALTER PEREIRA.
Assunto: Debate sobre as alternativas para a redução dos preços e, principalmente, da dependência externa dos fertilizantes e insumos químicos.

CONVIDADOS:

Senhor **Cláudio Scliar,** Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – MME;
Senhor **Marco Antônio Almeida,** Diretor do Departamento de Gás Natural da Secretaria de Petróleo e Gás – MME;
Senadora **Ali Aldersi Saab;** Engenheiro e Assessor Técnico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA;
Senhora **Rosimeire Cristina dos Santos,** Assessora Técnica da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;
Senhor **Fernando Fernandes Martinez,** Gerente-Geral da Área de Abastecimento da Unidade de Negócios Petroquímicos e Fertilizantes da Petrobrás; e
Senhor **George Wagner Bonifácio e Sousa,** Presidente da Associação dos Misturadores de Adubos do Brasil – AMA.
Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 12, de 2009 – CRA

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta douta Comissão, em conjunta com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA; de Assuntos Econômicos CAE; de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ; de Assuntos Sociais CAS; de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR; de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicações e Informática – CCT; de Educação, Cultura e Esporte - CE; de Serviços de Infraestrutura - CI; de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE; e a de Diretos Humanos e Legislação Participativa – CDH; com a finalidade de analisar e discutir a Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs e o Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as Implicações para o Agronegócio. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidadas para participarem da presente audiência pública: senhor **Gustavo Ribas Curcio,** Doutor em Engenharia Florestal e Pesquisador da Embrapa Florestas em Colombo – PR, o qual tratará do tema: "Definição de

Áreas de Proteção Permanente – APPs uma Proposta de Parâmetros"; senhor **Evaristo Eduardo de Miranda,** Doutor em Economia e Pesquisador Embrapa Monitoramento por Satélite em Campinas – SP, o qual tratará do tema: "Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista: Implicações para o Agronegócio". Diante do tema a ser debatido, requeiro que a presente audiência pública seja realizada no próximo dia 29 de abril, às 09 horas, no Plenário do Senado Federal.
Autoria: Senadora KÁTIA ABREU.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 13, de 2009 – CRA

Requerem, nos termos regimentais, em adendo ao Requerimento nº 12, de 2009 – CRA, que objetiva analisar e discutir a definição de áreas de proteção permanente – APPs e o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e as implicações para o agronegócio, em conjunto com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA; de Assuntos Econômicos CAE; de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ; de Assuntos Sociais CAS; de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR; de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicações e Informática – CCT; de Educação, Cultura e Esporte - CE; de Serviços de Infraestrutura - CI; de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE; e a de Diretos Humanos e Legislação Participativa – CDH, que sejam convidados também os senhores: **Adalberto Veríssimo,** Pesquisador Sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia – IMAZON; **Márcio Santilli,** do Instituto Socioambiental/ISA; e **Antônio Herman Benjamim,** Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
Autoria: Senadores SERYS SLHESSARENKO e VALTER PEREIRA.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2009 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 3 e 10, de 2009 – CRA e 17, de 2009 - CMA.
Autoria: Senadores JOÃO PEDRO e MARINA SILVA.
Assunto: Debate sobre a Medida Provisória nº 458, de 2009, que "dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, altera as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.383, de 7 de dezembro de 1976 e 6.925, de 29 de junho de 1981 e dá outras providências".

CONVIDADOS:

Senhor **Sérgio Leitão,** representante do **Greenpeace;**
Senhor **Lázaro Dobri,** Coordenador Regional Norte da CONTAG e Presidente da FETAG – Rondônia;
Senador **Anaximandro Doudement Almeida,** Assessor Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;
Senhor **Paulo Barreto,** Pesquisador Sênior do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON;
Senhor **Egon Krakhecke,** Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente – MMA; e
Senhor **Carlos Mário Guedes de Guedes,** Secretário Extraordinário de Regularização Fundiária do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 28º DE ABRIL DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 482, DE 2007
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.
Autoria: Senador RAIMUNDO COLOMBO.
Relatoria "ad hoc": Senador LEOMAR QUINTANILHA.
Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 14, DE 2009 – CRA

Requer nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de discutir sobre Políticas Públicas para o Desenvolvimento Rural – O Papel da Assistência Técnica e Extensão Rural

ATER, com a presença dos seguintes convidados: senhor **José Silva Soares,** Presidente da Associação Brasileira de Extensão Rural – ASBRAER; senhor **Argileu Martins da Silva,** Diretor do Departamento Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – DATER/SAF/MDA; senhor **Aldo de Jesus Filho,** Coordenador Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e do Setor Público Agrícola do Brasil – FAZER; senhor **Alcides Rodrigues,** Governador do Estado de Goiás; senhor **Blairo Borges Maggi,** Governador do Estado do Mato Grosso; e senhor **André Puccinelli,** Governador do Estado do Mato Grosso do Sul.
Autoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 15, DE 2009 – CRA

Requer em adendo ao Requerimento nº 21, de 2008 – CRA, aprovado em 26.11.08, seja realizada, no âmbito da CRA, audiência pública para contribuir com o debate de instrução do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008, que dispõe sobre a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal como combustível para tratores, colheitadeiras, veículos, geradores de energia, motores, máquinas e equipamentos automotores utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, bem como no transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviário de insumo e produtos agropecuários em geral, e dá outras providências, com a presença dos seguintes convidados: representante da **Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP;** representante do **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA**; representante do **Ministério do Meio Ambiente – MMA**; senhor **Paulo de Morais,** Engenheiro e Diretor da Suner Engenharia e Biocombustíveis; e senhor **Márcio Turra de Ávila,** Pesquisador da EMBRAPA.
Autoria: Senador GILBERTO GOELLNER.
Resultado: Aprovado.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 16, DE 2009 – CRA

Requer nos termos regimentais, que seja realizada diligência desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária no município de Sinop/MT, em data a ser posteriormente definida, para discutir possíveis alterações no Código Florestal Brasileiro. A data deverá coincidir com o encontro aprovado por

requerimento do Deputado Homero Pereira na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR da Câmara dos Deputados e que terá o mesmo propósito de discutir o Código Florestal, de forma que ambas as comissões, do Senado Federal e da Câmara, realizem conjuntamente esse encontro.

Autoria: Senador GILBERTO GOELLNER.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2009 CONJUNTA COM AS COMISSÕES – CMA, CAE, CAS, CCJ, CE, CDH, CRE, CI, CDR e CCT

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 12, 13, de 2009 – CRA, 22, de 2009 – CAS, 20 e 22, de 2009 – CMA, 27 e 28, de 2009 – CAE, 5, de 2009 – CCT, 10 de 2009 – CCJ, 4 e 5, 2009 – CDR, 12, DE 2009 – CDH, 9, de 2009 – CE, 20, de 2009 – CI e 11, de 2009 CRE.

Autoria: Senadores VALTER PEREIRA, SERYS SLHESSARENKO, KÁTIA ABREU, PAULO PAIM, MOZARILDO CAVALCANTI, ROSALBA CIARLINI, MARINA SILVA, FÁTIMA CLEIDE, MARCELO CRIVELLA, EDUARDO SUPLICY, GILBERTO GOELLNER e LEOMAR QUINTANILHA.

Assunto: Debate sobre a definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs e o Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as Implicações para o Agronegócio.

CONVIDADOS:

Senhor **Gustavo Ribas Curcio,** Doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da Embrapa Florestas em Colombo – PR;

Senhor **Evaristo Eduardo de Miranda,** Doutor em Ecologia e pesquisador da Embrapa Monitoramento por Satélite, em Campinas – SP;

Senador **Adalberto Veríssimo,** Pesquisador Sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia – IMAZON;

Senhor **Carlos Alberto Ricardo,** Coordenador do Programa Rio Negro do Instituto Socioambiental – ISA;

Senhor **Antônio Herman Benjamim,** Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ;

Senhor **Márcio Meira,** Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI;

Senhora **Samanta Pineda,** Advogada Socioambiental; e

Senhor **Tasso Rezende de Azevedo,** Assessor do Ministro do Meio Ambiente em Florestas e Climas – MMA.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 05

01 Extraordinária – Deliberativa.
01 Extraordinária – Audiência Pública.
01 Extraordinária – Deliberativa - Audiência Pública.
02 Conjunta – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 06

01 Turno Suplementar (terminativo).
05 Requerimentos– CRA.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Presidente: Senador VALTER PEREIRA
Vice Presidente: Senador LOBÃO FILHO

REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE ABRIL DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 303, DE 2007
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Cabedelo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cabedelo, Estado da Paraíba.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador CÍCERO LUCENA.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 353, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos 72 Discípulos de Cuité – PB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cuité, Estado da Paraíba.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador CÍCERO LUCENA.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 347, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Maíra Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Feijó, Estado do Acre.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc: Senador VALDIR RAUPP.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 344, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Guaraema FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Guaraniaçu, Estado do Paraná.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 348, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Comunicação Frizzo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Salgado Filho, Estado do Paraná.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 375, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Norte Pioneira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jacarezinho, Estado do Paraná.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 387, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Coronel para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel Soares, Estado do Paraná.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 421, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à CPR Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Massaranduba, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 13, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Genoa FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Siqueira Campos, Estado do Paraná.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 20, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Vale do Laranjinha de Ribeirão do Pinhal para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão do Pinhal, Estado do Paraná.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 27, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Três de Maio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Imbituva, Estado do Paraná.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 376, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Guaramano Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Guarani das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 400, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Aurora Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 402, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Jardim América de Desenvolvimento e Assistência Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capão do Leão, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 403, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária "União e Paz" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viamão, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 404, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Três Rios para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cacequi, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 407, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Diplomata Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Marcos, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 408, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores do Conjunto Residencial Rubem Berta para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 410, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Conselho Comunitário Todas as Artes – COARTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 413, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Empresa Bageense de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 414, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Relvado para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Relvado, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 416, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Estação Plaza Rádio FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ajuricaba, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 211, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária Vale do Prata para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Landri Sales, Estado do Piauí.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 366, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Acajutiba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Acajutiba, Estado da Bahia.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 411, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nossa Senhora da Conceição para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaratinga, Estado da Bahia.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 309, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Movimento Comunitário Rádio Garota FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador EDUARDO AZEREDO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 27
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 380, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Excelsior para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador EDUARDO AZEREDO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 28
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 386, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Princesa de Rádio Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juruena, Estado de Mato Grosso.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador GILBERTO GOELLNER.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 29
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 9, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Primavera do Leste para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Primavera do Leste, Estado de Mato Grosso.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador GILBERTO GOELLNER.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 30
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 370, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Módulo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buri, Estado de São Paulo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc: Senador ROBERTO CAVALCANTI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 31
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 302, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Janduís – RN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Janduís, Estado do Rio Grande do Norte.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 32
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 313, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Santanense – ACS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana de Seridó, Estado do Rio Grande do Norte.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 33
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 369, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Satélite FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2009 – CCT

Requeiro, nos termos regimentais e constitucionais, que seja aditado ao Requerimento nº 3, de 2009 – CCT de autoria do Senador Flexa Ribeiro, aprovado nesta Comissão no dia 25/03/2009, o nome do senhor **José Geraldo de Sousa Júnior,** Reitor da UnB.
Autoria: Senadores FLÁVIO ARNS e CRISTOVAM BUARQUE.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 4, DE 2009 – CCT

Requeiro, nos termos regimentais, Voto de Pesar ao ex-Senador Luiz Otávio e a sua família pelo falecimento de sua mãe, senhora **Lucimar Ferreira de Oliveira.**
Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
ADITAMENTO Nº 1 AO REQUERIMENTO Nº 22, DE 2008 – CCT

Requeiro, nos termos regimentais, que seja aditado ao Requerimento nº 22, de 2008, aprovado no dia 26 de novembro de 2008 de minha autoria, que requeri Audiência Pública sobre "A Sistemática de Formação de Preços dos Combustíveis", a participação da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.
Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 261, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Portomar para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipojuca, Estado de Pernambuco.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador MARCO MACIEL.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 21, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASDECA – Associação de Desenvolvimento Comunitário Alegrense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chã de Alegria, Estado de Pernambuco.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador MARCO MACIEL.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 37, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Alfredo Chaves – ES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alfredo Chaves, Estado do Espírito Santo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador REANTO CASAGRANDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 28, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Planeta Terra FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 36, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Nova Brasília para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 57, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à TV Nova Conexão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 381, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Renascer para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Alegre, Estado de São Paulo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador LOBÃO FILHO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 423, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Exitus Sistema de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Rio das Pedras, Estado de São Paulo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador LOBÃO FILHO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 482, DE 2007
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão à Rádio Tribuna de Petrópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador ROBERTO CAVALCANTI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 358, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Bairro Centro de Itaúba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaúba, Estado de Mato Grosso.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador GILBERTO GOELLNER.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 418, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Teixeira Carvalho Oliveira de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santana da Boa Vista, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador SÉGIO ZAMBIASI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Máxima FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Camaquã, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Florestal FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Planalto, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 3, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Amigos de Campo Bom para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 428, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente de Itiruçu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itiruçu, Estado da Bahia.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 429, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária dos Moradores do Bairro Vila Brasil para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barreiras, Estado da Bahia.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 50, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária de Canitar – ACDCC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canitar, Estado de São Paulo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador EDUARDO AZEREDO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 363, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Difusora Viradouro FM Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Viradouro, Estado de São Paulo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador MARCELO CRIVELLA.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 34, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultura do Vale para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador GILBERTO GOELLNER.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 356, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Itaitinga para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaitinga, Estado do Ceará.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senadora PATRICIA SABOYA.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 357, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação das Mulheres de São Pedro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jucás, Estado do Ceará.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senadora PATRICIA SABOYA.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 365, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Cultura e Radiodifusão de Carnaubal – Ceará para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carnaubal, Estado do Ceará.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senadora PATRICIA SABOYA.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 385, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural dos Moradores de Barreira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barreira, Estado do Ceará.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senadora PATRICIA SABOYA.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 396, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Folha Popular Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Axixá do Tocantins, Estado do Tocantins.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador LEOMAR QUINTANILHA.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 398, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Colméia – TO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colméia, Estado do Tocantins.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador LEOMAR QUINTANILHA.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 5, de 2009 – CCT

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta douta Comissão, em conjunta com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA; de Assuntos Econômicos CAE; de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ; de Assuntos Sociais CAS; de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR; de Agricultura e Reforma Agrária - CRA; de Educação, Cultura e Esporte - CE; de Serviços de Infraestrutura - CI; de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE; e a de Diretos Humanos e Legislação Participativa – CDH; com a finalidade de analisar e discutir a Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs e o Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as Implicações para o Agronegócio. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidados para participarem da presente audiência pública: senhor **Gustavo Ribas Curcio,** Doutor em Engenharia Florestal e Pesquisador da Embrapa Florestas em Colombo – PR, o qual tratará do tema: "Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs uma Proposta de Parâmetros"; senhor **Evaristo Eduardo de Miranda,** Doutor em Economia e Pesquisador Embrapa Monitoramento por Satélite em Campinas – SP, o qual tratará do tema: "Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista: Implicações para o Agronegócio". Diante do tema a ser debatido, requeiro que a presente audiência pública seja realizada no próximo dia 29 de abril, às 09 horas, no Plenário do Senado Federal.

Autoria: Senadora KÁTIA ABREU.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
ADITAMENTO Nº 2 AO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2009 – CCT

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro aditamento ao Requerimento nº 3, de 2009 – CCT, com a finalidade de incluir no rol de convidados, o nome do Presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior de Pesquisa Científica e Tecnologia (CONFIES), Professor **Paulo Bracarense,** para expor a posição da entidade sobre a situação das fundações de apoio às universidades e o futuro do gerenciamento de ciência e tecnologia no Brasil.

Autoria: Senador EDUARDO AZEREDO.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 6, DE 2009 – CCT

Nos termos regimentais, requeiro que seja dirigido convite ao Presidente da Anatel, senhor **Ronaldo Mota Sardemberg** para, no âmbito desta Comissão, prestar esclarecimentos sobre as normas de conduta do ato de fiscalização do serviço de radiodifusão.
Autoria: Senadores LOBÃO FILHO, ROBERTO CAVALCANTI e CÍCERO LUCENA.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 7, DE 2009 – CCT

Requeiro, com base no artigo 50, § 2º da Constituição Federal e do artigo 216, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitados ao Ministro de Estado das Comunicações, Senador **Hélio Costa,** esclarecimentos sobre o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST, abaixo relacionados: a) Valor do saldo atual; b) Valor mensal de arrecadação em 2007, 2008 e 2009; c) Valores aplicados e respectivos programas executados conforme disposto no artigo 5º da Lei nº 9.472, de 1997.
Autoria: Senador EDUARDO AZEREDO.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2009, (EXTRAORDINÁRIA) COM A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

1ª PARTE

REUNIÃO TÉCNICA

Com a presença do senhor **Cláudio Souza Castello Branco,** Secretário de Fiscalização de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas da União – TCU, a fim de discorrer sobre os resultados da fiscalização do TCU na área de tecnologia da informação e apresentar sugestão de novas fiscalizações.
Resultado: Realizada.

2ª PARTE
AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2009 – CCT e os Aditamentos nºs. 1 e 2.
Autoria do Requerimento: Senador FLEXA RIBEIRO.
Autoria dos Aditamentos: Senadores FLÁVIO ARNS, CRISTOVAM BUARQUE e EDUARDO AZEREDO.
Assunto: Debate sobre a situação das Fundações de Apoio às Universidades e o futuro do gerenciamento de Ciência e Tecnologia no Brasil.

CONVIDADOS:

Senhor **José Rubens Rebelatto,** Diretor de Hospitais Universitários Federais e Residências de Saúde da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação;
Senhora **Neusa Cotinho Affonso,** Secretária de Controle Externo do Tribunal de Contas da União – TCU, no Estado de Minas Gerais;
Senhor **Ricardo de Bastos Cambraia,** Analista de Controle Externo do Tribunal de Contas da União – TCU;
Senhor **Ronaldo Pena,** Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; e
Senhor **Paulo Afonso Bracarense Costa,** Presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica – CONFIES.
Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 8, DE 2009 – CCT

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam apresentadas congratulações ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, a mais antiga Agência de Fomento a Ciência e Tecnologia do Brasil, que completou 58 anos de apoio ao desenvolvimento do país ontem dia 14 de abril de 2009.
Autoria: Senador LOBÃO FILHO.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 117, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Regula o exercício profissional de Geofísico e altera a Lei nº 4.076, de 23 de junho de 1962.
Autoria: Deputado JANDIRA FEGHALI.
Relatoria: Senador MARCELO CRIVELLA.
Parecer: Favorável à matéria com quatro emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável com as Emendas nºs. 1, 2, 3 e 4 – CCT.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 9, DE 2009 – CCT

Requeiro, nos termos do inciso II do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater o regulamento sobre as condições de uso de radiofreqüência nas faixas de 2.500 MHZ a 2.690 MHZ para o MMDS, objeto da Consulta Pública nº 593 de 4 de fevereiro de 2005 proposta pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, com os seguintes convidados: Embaixador **Ronaldo Sardemberg,** Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; senhor **Alexandre Annenberg,** Presidente Executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA; senhor **José Luiz Frauendorf,** Presidente da Associação das Operadoras de Sistemas MMDS – NEOTEC; senhor **Luiz Eduardo Baptista,** Presidente da Intercontinental Telecomunicações Ltda. – ITSA; senhor **João Reino,** Presidente do Conselho de Administração da Acom Comunicações; senhor **Marcos Bafutto,** Diretor de Regulamentação da Telefônica; e senhor **Emerson Martins Costa,** Presidente Executivo da Associação Nacional das Operadoras Celulares – ACEL.
Autoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 4, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação da Juventude do Município de Montes Altos – MA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montes Altos, Estado do Maranhão.
Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador LOBÃO FILHO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 33, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Renovação para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador LOBÃO FILHO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 114, DE 1997
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada a Rádio Campinas do Sul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média de âmbito local na cidade de Campinas do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 61, DE 1998
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão deferida a Rádio Emissora Batovi Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 23, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Rádio Amigos FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Entre Rios do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 35, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Pró Desenvolvimento Cultural e Artístico de Coronel Barros para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel Barros, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 39, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária para a Divulgação, Desenvolvimento Comunitário e Bem Estar de Campinas do Sul – ADIVULGAM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinas do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 40, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Companheira FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Mato Leitão, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 100, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente dos Moradores de Itinga para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lauro de Freitas, Estado da Bahia.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 132, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Maíra Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Acrelândia, Estado do Acre.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador VALTER PEREIRA.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 388, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Beneficente Rioclarense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Rio Claro, Estado do Mato Grosso.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador GILBERTO GOELLNER.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 174, DE 1999
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão da Rádio Difusora FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCO MACIEL.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 79, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Por do Sol para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Várzea Paulista, Estado de São Paulo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCO MACIEL.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 107, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Cultural Comunitária Alternativa – ASBECCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araguari, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCO MACIEL.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 293, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Regional de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Nova Aliança, Estado de São Paulo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador RENATO CASAGRANDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 420, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio RMS Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Capão Bonito, Estado de São Paulo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador RENATO CASAGRANDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 425, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Mombaça para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mombaça, Estado do Ceará.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Sociedade de Amparo a Cultura Vale do Acaraú para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Acaraú, Estado do Ceará.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Santo Antônio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caridade, Estado do Ceará.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 52, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Distrital do Triângulo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chorozinho, Estado do Ceará.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 43, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária de Sandolândia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sandolândia, Estado do Tocantins.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador LEOMAR QUINTANILHA.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 415, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Som Tocantins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador LEOMAR QUINTANILHA.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 127, DE 1997
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Itauna S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itauna, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador EFRAIM MORAIS.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 113, DE 2001
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Machado Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Machado, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador EFRAIM MORAIS.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 27
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 80, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio de Guarani Novidades FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Guarani, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador EFRAIM MORAIS.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 28
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 89, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Cultural Comunitária Tropical para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patrocínio, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador EFRAIM MORAIS.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 29
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 251, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Itabaiana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Itabaiana, Estado de Sergipe.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 30
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 254, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à APROBESNE – Associação de Promoção e Bem Estar Social de Neópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Neópolis, Estado de Sergipe.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 31
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 42, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Tenente Laurentino Cruz – RN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laurentino Cruz, Estado do Rio Grande do Norte.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador JOSÉ AGRIPINO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 32
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 379, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores Amigos de Cabrália Paulista para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cabrália Paulista, Estado de São Paulo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 33
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 321, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Rádio e Televisão Jaguarete Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Itaquiraí, Estado do Mato Grosso do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador VALTER PEREIRA.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 34
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 107, DE 1997
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio Brasil Sociedade Limitada para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência tropical na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador JOSÉ AGRIPINO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 35
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 130, DE 1997
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jovem Som de Presidente Venceslau Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Presidente Venceslau, Estado de São Paulo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador JOSÉ AGRIPINO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 36
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 115, DE 1998
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Clube de Oswaldo Cruz Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Oswaldo Cruz, Estado de São Paulo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador JOSÉ AGRIPINO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 37
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 178, DE 1999
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Vale do Rio Tietê Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de José Bonifácio, Estado de São Paulo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador JOSÉ AGRIPINO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 38
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 268, DE 1999
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jornal de Rio Claro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador JOSÉ AGRIPINO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 39
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 303, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Maíra Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Manoel Urbano, Estado do Acre.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador JOSÉ AGRIPINO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 40
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 306, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Maíra Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Porto Acre, Estado do Acre.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador JOSÉ AGRIPINO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 41
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 58, DE 1996
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cidade de Sume Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Cuité, Estado da Paraíba.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador EFRAIM MORAIS.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 42
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 116, DE 1997
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Serra da Capivara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Raimundo Nonato, Estado do Piauí.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador EFRAIM MORAIS.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 43
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, DE 1999
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão à Integração do Brejo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bananeiras, Estado da Paraíba.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador EFRAIM MORAIS.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 44
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 113, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária de Pimenteiras – PI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pimenteiras, Estado do Piauí.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador EFRAIM MORAIS.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 45
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 41, DE 1993
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão da Empresa Modelo FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Castanhal, Estado do Pará.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 46
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 358, DE 2001
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Televisão Liberal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Belém, Estado do Pará.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 47
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 368, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à Amazônia Comunicação e Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Gurupá, Estado do Pará.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 48
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 373, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Amazônia Comunicação e Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Novo Repartimento, Estado do Pará.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 49
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 14, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rede Norte de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Mocajuba, Estado do Pará.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
ADITAMENTO Nº 1 AO REQUERIMENTO Nº 5, DE 2009 – CCT

Requeiro nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 5, de 2009 – CCT, de autoria da Senadora Kátia Abreu aprovado em reunião realizada no dia 8 de abril deste ano, que propõe Audiência Pública com o objetivo de analisar e discutir a definição de áreas de proteção permanente APPs e o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e as implicações para o agronegócio, que seja incluído no rol de convidados para a audiência o nome da senhora **Samanta Pineda,** Advogada Socioambiental.
Autoria: Senador GILBERTO GOELLNER.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 10, DE 2009 – CCT

Requeiro nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso à Senadora Roseana Sarney pela posse no cargo de Governadora do Estado do Maranhão.
Autoria: Senador LOBÃO FILHO.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 11, DE 2009 – CCT

Requeiro nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Solidariedade ao Senador Gerson Camata, em função de matérias caluniosas veiculadas pela mídia.
Autoria: Senador LOBÃO FILHO.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 12, DE 2009 – CCT

Considerando os dados apresentados, em 15 de abril próximo passado, pelo Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos – PARA da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, que relatam graves desvios na utilização de agrotóxicos em diversas culturas de alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para discutir o emprego de agrotóxicos na agricultura brasileira. Para tanto, indico como convidados: **Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministro do Meio Ambiente; Ministro da Saúde e o Diretor Presidente da ANVISA.**
Autoria: Senador MARCELO CRIVELLA.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
ADITAMENTO Nº 1 AO REQUERIMENTO Nº 12, DE 2009 – CCT

Requeiro nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 12, de 2009 – CCT, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que requer audiência pública para discutir o emprego de agrotóxicos na agricultura brasileira, que a audiência pública seja

realizada em conjunto com as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, e a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA.
Autoria: Senador GILBERTO GOELLNER.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2009 CONJUNTA COM AS COMISSÕES – CMA, CAE, CAS, CCJ, CE, CDH, CRE, CI, CDR e CRA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 12, 13, de 2009 – CRA, 22, de 2009 – CAS, 20 e 22, de 2009 – CMA, 27 e 28, de 2009 – CAE, 5, de 2009 – CCT, 10 de 2009 – CCJ, 4 e 5, 2009 – CDR, 12, DE 2009 – CDH, 9, de 2009 – CE, 20, de 2009 – CI e 11, de 2009 CRE.
Autoria: Senadores VALTER PEREIRA, SERYS SLHESSARENKO, KÁTIA ABREU, PAULO PAIM, MOZARILDO CAVALCANTI, ROSALBA CIARLINI, MARINA SILVA, FÁTIMA CLEIDE, MARCELO CRIVELLA, EDUARDO SUPLICY, GILBERTO GOELLNER e LEOMAR QUINTANILHA.
Assunto: Debate sobre a definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs e o Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as Implicações para o Agronegócio.

CONVIDADOS:

Senhor **Gustavo Ribas Curcio,** Doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da Embrapa Florestas em Colombo – PR;
Senhor **Evaristo Eduardo de Miranda,** Doutor em Ecologia e pesquisador da Embrapa Monitoramento por Satélite, em Campinas – SP;
Senador **Adalberto Veríssimo,** Pesquisador Sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia – IMAZON;
Senhor **Carlos Alberto Ricardo,** Coordenador do Programa Rio Negro do Instituto Socioambiental – ISA;
Senhor **Antônio Herman Benjamim,** Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ;
Senhor **Márcio Meira,** Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI;
Senhora **Samanta Pineda,** Advogada Socioambiental; e
Senhor **Tasso Rezende de Azevedo,** Assessor do Ministro do Meio Ambiente em Florestas e Climas – MMA.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 05

03 Extraordinárias – Deliberativa.
01 Extraordinária – Audiência Pública – Deliberativa.
01 Conjunta – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 124

01 Projeto de Lei da Câmara (não terminativo).
105 Projetos de Decreto Legislativo (SF) (Terminativo).
04 Emendas – CCT.
09 Requerimentos – CCT
05 Termos Aditivos

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS - CMMC

Presidenta: Senadora IDELI SALVATTI
Vice Presidenta: Deputada VANESSA GRAZZIOTINS
Relator: Deputado COLBERT MARTINS

REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Apresentação do senhor **José Dantas Filho,** Diretor de Planejamento e Fomento da Secretaria Especial do INTERLEGIS, conforme solicitação da Presidenta da Comissão, Senadora **Ideli Salvatti,** contida no ofício nº 0004/2009 – CMMC.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 10, DE 2009 – CMMC

Requer nos termos regimentais, que seja articulada por esta Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, reunião entre o Ministério do Meio Ambiente e Governo do Estado de Santa Catarina, no sentido de se buscar uma mediação no conflito referente à Legislação Federal em vigor e alguns dispositivos do Código Ambiental do Estado de Santa Catarina, recém sancionado.
Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 11, DE 2009 – CMMC

Requer nos termos regimentais, a realização de Diligência "in loco", de membros da Comissão nas regiões brasileiras, que será coordenada pela Senadora Marina Silva e pelo Senador Jefferson Praia.
Autoria: Deputado FERNANDO GABEIRA.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 12, DE 2009 – CMMC

Requer nos termos regimentais, a aprovação das Diretrizes para o calendário de trabalho da Comissão.
Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 13, DE 2009 – CMMC

Requer nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso para a Empresa **Carbono Brasil Tecnologia e Serviços Ambientais,** de Florianópolis, que, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, participou de um concurso patrocinado pelo Financial Time, sendo a única empresa brasileira, dentre 300 (trezentos) participante do mundo. Foi também agraciada por ter apresentado soluções mais inovadoras, no sentido das mudanças climáticas, entre as 12 (doze) melhores propostas.

Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.
Resultado: Aprovado.

PAUTA EXTRA

O Deputado **Antônio Carlos Mendes Thame,** procede a leitura do Relatório do Senador **Romeu Tuma,** referente a reunião com representantes do INTERLEGIS, PRODASEN e da Secretaria da Comissão, quanto aos suportes e subsídios aos trabalhos da Comissão.

REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2009 (ORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 12, de 2009 – CMMC.
Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.
Assunto: Mudanças Climáticas: Cenários.

CONVIDADOS:

Senhora **Telma Kruger,** Pesquisadora do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE.
Senhor **Carlos Afonso Nobre,** Pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE.

JUSTIFICOU A AUDÊNCIA:

Senhor **Carlos Afonso Nobre,** Pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE.
Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 14, DE 2009 – CMMC

Requer, nos termos regimentais, que a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas promova a articulação do Projeto "Copa Limpa", para que se viabilize a realização da Copa do Mundo de 2014, no Brasil, dentro dos paradigmas de desenvolvimento sustentável.
Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.
Resultado: Aprovado.

APRESENTAÇÃO:

A Senadora **Ideli Salvatti,** apresenta relatório da reunião promovida pela Presidência da Comissão, referente ao Código Ambiental em Santa Catarina, Estado de Santa Catarina, em atendimento ao Requerimento nº 10, de 2009 – CMMC, aprovado na reunião do dia 16 de abril. O encontro realizou-se no dia 22 de abril do ano em curso, estando presentes, autoridades representativas do Governo do Estado de Santa Catarina, Ministério do Meio Ambiente, Assembléia Legislativo do Estado, Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal.

TOTAL DE REUNIÕES: 03

01 Ordinária – Audiência Pública.
01 Ordinária – Deliberativa.
01 Ordinária – Audiência Pública – Deliberativa.

MATÉRIAS APRECIADAS: 05

05 Requerimentos – CMMC.

TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS COMISSÕES: 64
TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS SUBCOMISSÕES: 04
TOTAL GERAL DE MATÉRIAS APRECIADAS: 830

C.2 - SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Relatório da SSCEPI – 02/02/2009 a 30/04/2009

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO - CPI

Tipo	Nome	Total Reuniões	Req. Aprov.	Nº de Req.	Nº Docs Recebidos	Proposições					
						PEC	PLC	REQ	PLS	PRes	Obs.
CPI	ONGs RQS 201/2007.	3	8	16	25						
	PEDOFILIA RQS 200/2008.	3	31	31	79						

COMISSÕES TEMPORÁRIAS - CT

Tipo	Nome	Total Reuniões	Nº de Req.	Req. Aprov.	Proposições						Obs.
					PEC	PLC	REQ	PL	PRS	IND	
CT	REFORMA DO REGIMENTO RQS 208/2008	10							1		

COMISSÃO

Tipo	Nome	Total Reuniões	Nº de Req.	Req. Aprov.	Proposições						Obs.
					PEC	PLC	REQ	PL	PRes	Indic	
	CRISE FINANCEIRA AT 16/2009	7									

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, E QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DE EMPREGABILIDADEDA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2009, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quarenta e um minuto do dia vinte e cinco de março do ano de dois mil e nove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho e, em seguida, do Senador Tasso Jereissati, Presidente Eventual da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e de Empregabilidade, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e de Empregabilidade, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Tião Viana, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, César Borges, Antônio Carlos Valadares, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Expedito Júnior, Eliseu Resende, Antonio Carlos Júnior, Efraim Morais, Jayme Campos, Cícero Lucena, Gilberto Goellner, Flexa Ribeiro e Jefferson Praia e, ainda, da Senadora Lúcia Vânia. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio Amaral, Francisco Dornelles, Gerson Camata, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Pedro Simon, Raimundo Colombo, Adelmir Santana, João Tenório, Arthur Virgílio, João Vicente Claudino, Gim Argello e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública com a presença, como expositor, do Exmo. Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, a fim de discorrer sobre os elevados *Spreads* Bancários e a identificação de possíveis soluções; a forte desvalorização da moeda brasileira, bem como sobre a Política Monetária e Cambial adotada face à Crise Financeira e Econômica Internacional, em atendimento aos Requerimentos nºs 04, 06 e 10/09-CAE, de autoria dos Senadores Jefferson Praia, Marcelo Crivella e Aloizio Mercadante, respectivamente, atendendo, ainda, à Resolução nº 32, de 2007, do Senado Federal. Após a exposição do convidado, usam da palavra os Senadores Tasso Jereissati, Jefferson Praia, Marcelo Crivella, Aloizio Mercadante, César Borges, Antonio Carlos Júnior, Antonio Carlos Valadares e Roberto Cavalcanti. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e dois minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Garibaldi Alves Filho,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos – Senador **Tasso Jereissati,** Presidente Eventual da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e de Empregabilidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Havendo número legal, regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e a 5ª Reunião da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e de Empregabilidade.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores. Os Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram, ao lado das Senadoras. Aprovado. As Atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário Oficial do Senado Federal. Comunico que, em virtude da ausência do Senador Francisco Dornelles, que é o Presidente da Comissão da Crise Financeira e de Empregabilidade, está aqui representando a Presidência daquela Comissão, com muita honra para nós, o Senador Tasso Jereissati, que compõe aquela Comissão. A Audiência Pública será realizada, a partir de agora, com a presença do Exmo. Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, a fim de discorrer sobre os elevados *spreads* bancários e a identificação de possíveis soluções; a forte desvalorização da moeda brasileira, bem como sobre a política monetária e cambial, adotada face à crise financeira e econômica internacional, em atendimento ao requerimentos números 04, 06 e 10/09, de autoria dos Senadores Jefferson Praia, Marcelo Crivella e Aloizio Mercadante, respectivamente, atendendo, assim, à resolução nº. 32, de 2007, do Senado Federal. Com a presença ainda dos Srs. Mário Magalhães Carvalho Mesquita, Diretor de Política Econômica, Dirad, e Mário Torós, Diretor de Política Monetária, Dipom. S. Exa., o Sr. Ministro Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, terá 30 minutos para fazer sua exposição, e, em seguida, abriremos a fase das interpelações, das indagações, por parte das Senadoras e Senadores inscritos. Teremos a intercalação dos oradores de acordo com a representação partidária nesta Casa. O interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado. Portanto, concedo a palavra ao Exmo. Sr. Henrique Meirelles, para fazer a sua exposição.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Obrigado, Presidente, é, como sempre, uma honra muito grande estar

presente aqui no Senado Federal e na Comissão de Assuntos Econômicos, discutindo a crise e os efeitos dela sobre o Brasil, bem como alguns aspectos específicos da crise, que foram já mencionados, inclusive no Requerimento.

Portanto, vamos fazer uma apresentação, com uma visão geral da crise onde estamos, nos Estados Unidos, no resto do mundo, e como está atingindo o Brasil as medidas tomadas e aquelas ainda em discussão. Se nós olharmos a apresentação, começando com os Estados Unidos, uma maneira importante e útil de ver essa crise é exatamente o preço das residências. Nós sabemos que uma das razões da crise foi exatamente o aumento do preço dos imóveis, causados por um excesso de financiamento a taxas, em alguns casos, inclusive, com certo subsídio governamental, e, em outros casos, com a assunção de riscos, que, depois, revelaram ser não justificáveis.

Portanto, nós temos aqui a evolução disso. Então, em primeiro lugar, entre junho de 2006, o valor das residências nos Estados Unidos quase dobra e, depois, em julho de 2006 a dezembro de 2008, há uma queda de 27%. Portanto, isso dá uma dimensão da crise americana, porque, enquanto houver uma queda dos preços dos imóveis, dificilmente nós teremos uma saída da crise, na medida em que os financiamentos passam a cada vez ter garantias menores e as pessoas com maiores dificuldades para pagar. Evidente que essa crise se espalhou, depois, para outros setores do mercado de crédito americano, mas esse é um indicador importante. O preço dos imóveis, comparando-se nos Estados Unidos e no Japão, comparação entre a crise no Japão, dos 90, e a crise americana de hoje e o pico da crise japonesa, que se deu em junho de 90, e o pico, digamos, do preço dos imóveis no Japão, em junho de 90, e, nos Estados Unidos, em junho de 2006, poderíamos chamar de pico da crise, na medida que foi o início do processo, mas era o pico dos preços. Nós vamos ver que o preço nos Estados Unidos, ele sobe de uma forma um pouco mais rápida, do sexto até o segundo ano, antes do pico, subindo numa trajetória similar, mas, depois do pico, ele cai mais rapidamente do que no Japão.

E se tem uma boa e uma má notícia, a boa notícia é que pode ser que o ajuste nos Estados Unidos, que é o que se espera – a maioria dos analistas esperam isso -, esteja se dando de uma forma mais rápida, e a má notícia seria a de que seria um movimento mais pronunciado. A crise japonesa, evidentemente, tem um componente negativo, importante, que ela foi uma crise de longa duração. Nós vamos ver que o preço dos imóveis, no Japão, caiu até o 17º ano depois do pico. Se nós olharmos a inadimplência bancária, agora, nos Estados Unidos, compararmos o crédito residencial e o crédito total, como eu mencionei, o crédito residencial liderando o processo nas inadimplências, crescendo de forma pronunciada, abaixo de 2% no primeiro trimestre de 2005, até já acima de 6% hoje, enquanto que o crédito total, que foi se deteriorando em função das restrições do mercado de crédito, que foram decorrentes das perdas de capitais dos bancos e consequente dificuldade dos bancos de acessar captações e aplicar e ter também uma aversão maior a risco, tudo isso levou a uma deterioração geral das condições financeiras, com consequente deterioração nas condições de crédito.

Portanto, o crédito total também mostra uma tendência ainda crescente de aumento de inadimplência. Valor de mercado dos bancos americanos: saindo de um patamar de 1 trilhão e 430 bilhões de dólares, no primeiro trimestre de 2007, atingindo 344 bilhões de dólares, no dia 20 de março, dentro de um processo de queda, porém não linear, o que é normal nesse caso. Se nós olharmos valor de mercado dos bancos, no dia 1° de janeiro de 2007, em vermelho, e o valor de mercado no dia 20 de março, nós vamos ver a dimensão da queda para a grande maioria das instituições. Por exemplo, no caso do Citibank, de 274 para 14; Bank of America, 240 para 40, e etc. Algumas instituições europeias, o Lloyds, por exemplo, de 64 para 13, e etc. Alguns bancos caindo um pouco menos, é o caso do Wells Fargo e do JPMorgan, mas também com quedas bastante pronunciadas. Portanto, se nós olharmos aqui apenas a variação por valor de mercado, nós vamos ver perdas. A maior delas, do Citibank, até aquela data de 20 de março, de 259 bilhões de dólares; o Bank of America, 200, e as demais perdas dos bancos americanos e bancos europeus. Não teríamos, Senador, um problema desse, evidentemente, no Ceará. Certamente, estaria melhor controlado.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): [pronunciamento fora do microfone]

SR. HENRIQUE MEIRELLES: A comparação entre crises financeiras, por exemplo, de perdas, é interessante mencionar, S. Exas, observam, que a crise de 1986 a 95, por exemplo, foi um período sério, houve também uma crise imobiliária, mas perdas aí ao redor de 300 bilhões de dólares. A crise japonesa levou a uma perda de cerca de 800 bilhões; a crise da Ásia, de 97, um pouco acima da crise americana, cerca de 400, anterior, mas nós vamos ver aqui a crise americana, perdas até abril de 2008, outubro de 2008 e janeiro de 2009. S. Exas podem ver o crescimento geométrico aqui desta crise e a consequente perda do sistema financeiro.

Agora, a destruição do valor de mercado das ações globais. Nós tivemos uma perda, desde o pico do valor, em novembro de 2007, de 27 trilhões de dólares. É a perda de riqueza mundial apenas nas bolsas de valores, fora perdas de imóveis, perdas de emprego, etc., etc., e outras aplicações financeiras. Dado interessante em comparação entre recessões também é a produção industrial em períodos recessivos, nos Estados Unidos. Por exemplo, em verde, de 73 a 75; em laranja, de 81 a 82; a perda em marrom, 29, de 29 a 33; a atual, em azul. É interessante mencionar que, apesar de por diversos índices financeiros, a perda... Desculpe. Por diversos índices financeiros, a perda atual se equivale, até esta fase, à perda da crise de 29. Mas, em termos de perda de produção industrial, não necessariamente; isto é, ela tem uma linha que ainda está consistente, com as crises mais recentes de 73, 75, 81 e 82. A expectativa otimista seria que isso significasse que o setor real não será tão atingido nos Estados Unidos e em muitos outros países, tal qual a crise de 29, em função de todas as medidas de combate à crise, tomadas pelas autoridades norte-americanas e europeias, principalmente, que foram mais atingidas pela crise até este momento.

Comparação, portanto, entre recessões, apenas para dar esta visão. Em 29, a produção industrial, durante 43 meses, de 29 até 33, caiu 55% nos Estados Unidos. Em 75; 15%, etc. De 2007 a 2009, em 14 meses, até agora, 13%. Portanto, nós temos aí a dimensão dessas comparações. Por outro lado, no esforço para evitar a depressão, entre as diversas ações, o Banco Central Americano está expandindo os seus ativos, está comprando títulos privados e, agora, públicos, no mercado, para tentar restabelecer o mercado de crédito. Na medida que os bancos estão tendo dificuldade de emprestar, e o preço dos papéis financeiros cai substancialmente, em alguns casos, não tem comprador, o Banco Central Americano está comprando. Nós vemos aí como subiu o balanço, o ativo do Fed, de cerca de um trilhão de dólares, pouquinho abaixo disso, para valores, aí, de cerca de 2.2, 2 trilhões de dólares. A preocupação que existe hoje, no mundo, serão as consequências disso, no momento de saída da crise, do ponto de vista inflacionário. Quer dizer, a expansão da moeda americana. Se nós olharmos aqui uma comparação de PIB, houve uma preocupação muito grande, e com razão, no Brasil, com a queda do produto no último trimestre, mas esta visão, ela pode distorcer um pouco a visão geral, porque o Brasil vem num período de grande aceleração do crescimento, como eu vou mostrar, no ano de 2008. Se nós compararmos, portanto, o quarto trimestre de 2008 com o quarto trimestre de 2007, nós vamos ver que o Brasil, por exemplo, que cresceu... Pegando o Brasil em vermelho, ele cresceu na coluna da direita, em 2008, 5,1%. Mas a queda de produto do quarto trimestre de 2008 sobre o quarto trimestre de 2007... Desculpa. A subida do produto, o produto do Brasil cresceu... Apesar da queda do último trimestre, cresceu 1,3%. Se nós compararmos com diversos países, a área do euro caiu 1,3; o Chile, 0,2 de crescimento; a China cresceu mais. A China e a Índia são países com taxa de crescimento mais elevadas, em função da característica demográfica principalmente. O Chile 0,2, portanto... Os Estados Unidos, menos 0,8; a Índia, 4,5; o Japão, menos 4,6; México, menos 1,7; Inglaterra, menos 1,8. Isso nos dá uma comparação mais balanceada do crescimento do Brasil e dos efeitos da crise no Brasil versus em outros países. Em resumo, nós temos, por exemplo, um desempenho, se olharmos trimestre a trimestre do ano anterior, quarto a quarto, melhor do que o Chile, por exemplo, melhor do que o México, além de melhor do que os europeus e equivalente à África do Sul, em resumo, mesmo quando comparamos com o pior momento vivido no Brasil, que foi exatamente no último trimestre.

Se nós olharmos, agora, a comparação do PIB mundial e países, blocos selecionados, em 2009, e são previsões recentes para o mundo... Hoje, uma previsão do FMI, a mais recente delas é uma queda de 1% no produto mundial. No Reino Unido, a Inglaterra e outros países, 2,8%; Europa, 3,2 – uma queda importante na zona do euro, de 3,2, maior que a dos Estados Unidos -; no Japão, 5,8 – isso é uma recessão profunda -; nos Estados Unidos, 2,6 de queda. A previsão para o Brasil tem variado bastante, segundo diversas análises, mas existe um consenso de que, certamente, o Brasil estará melhor do que a média mundial e melhor do que a maioria dos emergentes.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): [pronunciamento fora do microfone]

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Aquilo era um objetivo, Senador. O fato é que o Banco Central vai divulgar a sua previsão na semana que vem. Nós achamos, a princípio, que as previsões de mercado estão um pouco pessimistas. O Brasil deverá ter um crescimento um pouquinho melhor do que o mercado prevê no momento, mas os números serão divulgados na semana que vem e estamos acertando ainda os números.

Se nós olharmos, agora, o fluxo de financiamento externo para economias emergentes é muito importante. Nós vamos ver que os fluxos líquidos de todos os agentes privados, inclusive Fundos de Pensão, *hedge funds*, etc., *private equity*, mais colocação de títulos, etc., *bonds*, nós vamos ver a queda pronunciada durante o ano de 2008 e 2009. Dos bancos comerciais,

temos uma queda forte, chegando, inclusive, a um número negativo; isto é, um fluxo negativo, previsto para o ano de 2009. A razão disso, evidentemente, é a crise no sistema financeiro americano e a participação dos governos, agora, no capital de muitas instituições financeiras, nos Estados Unidos e na Europa, e a pressão desses governos, no sentido de que essas entidades emprestem no seu mercado doméstico.

Então, a solução natural é cortar, o mais rápido possível, o financiamento internacional, para colocar o financiamento disponível no âmbito doméstico. É importante mencionar que o grande... Um dos grandes temas da reunião dos chefes de Estado do G 20, em Londres, na próxima semana, certamente será como combater este efeito. Porque este é o que eu chamo a segunda onda de problema. Nós tivemos a primeira onda de problema, que foi os fluxos comerciais e de confiança, que saiu dos Estados Unidos. A crise atingiu a Europa e contagiou o resto do mundo. Mas esse é, digamos, o que está, agora, atingindo fortemente o restante do mundo, exatamente em fluxos comerciais. Nós vamos mostrar as ações tomadas no Brasil, felizmente temos reservas internacionais para combater isso, mas a maior parte dos países não tem. Então, aí vai demandar certamente uma intervenção mais forte, principalmente do FMI, do Banco Mundial, e, no caso da Europa, do leste... A União Europeia.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): A previsão para 2009 continua... Porque a [ininteligível], na previsão, continua caindo o ano inteiro.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Do ponto de vista de hoje, sim, Senador. Esta é uma previsão, principalmente se levarmos em conta alguns países do leste europeu, onde o fluxo de saída está aumentando, na medida que tem investimentos grandes, etc., e as renovações não estão ocorrendo. No caso do Brasil, nós vamos mostrar – está relativamente estabilizado – um nível positivo, rodando aí cerca de 40, 50, 60%, com certa volatilidade de rolagem. Se nós olharmos, agora, as medidas de inadimplemento, de risco, chamado *default* soberano, que é basicamente a possibilidade do país entrar em solvência, digamos, o Tesouro, nós vamos ver que o leste da Europa está tendo um comportamento bastante similar ao que acontecia, muitas vezes, na América Latina, na década de 90. Um aumento pronunciado desse risco, com intervenções do FMI e da União Europeia. Na Hungria, na Ucrânia, na Letônia, etc. A União Europeia está tendo uma atuação muito importante em relação a todos esses países.

Para dar uma visão aos senhores, por exemplo, em alguns países, Bulgária, por exemplo, grande parte dos financiamentos e créditos domésticos eram feitos em moeda estrangeira. Em alguns países, chegava a 50%, e, normalmente, em franco suíço ou mesmo em euro.

Portanto... E está havendo um impacto muito grande também na capacidade de financiamento, de pagamento das pessoas. Passando agora ao Brasil. Como eu mencionei, o Brasil, desta vez, entrou na crise com algumas condições bastante favoráveis. A primeira delas: reservas internacionais que atingiram, em agosto de 2008, 205 bilhões de dólares. É importante mencionar que a crise atingiu o Brasil no final de setembro, outubro, de forma intensa, e isso é pouco entendido em muitos setores. Como a crise atingiu o Brasil e outros países, e atingiu de uma maneira muito rápida. Isso se deu em função da falência do Banco Lehman Brothers. Quer dizer, o Banco Lehman Brothers, falindo, podemos falar sobre isso mais tarde, gerou uma completa paralisação do mercado financeiro internacional, e isso, pelo canal de crédito e de confiança, gerou um impacto nos países emergentes, em desenvolvimento, em geral.

Um dado importante é que, depois de todas as intervenções do Banco Central, até agora, no mercado, as reservas internacionais brasileiras ainda estão, pelo conceito de liquidez, em cerca de 203 bilhões de dólares. Já adiantando uma informação, algumas pessoas perguntam, portanto: "Mas como é possível?". Bom, eu vou dar esses dados em detalhes, mas o importante é mencionar que o Brasil teve essa possibilidade porque nós já despendemos um pouco mais de 14 bilhões de dólares de vendas no mercado à vista, que é onde as reservas são diretamente atingidas, nós usamos, gastamos as reservas, vamos assim dizer, mas, por outro lado, as aplicações, feitas pelo Banco Central, das reservas internacionais, têm sido aplicações que têm revelado bons resultados, e o Banco Central tem tido lucro na aplicação das reservas, que tem, praticamente, compensado os gastos das reservas dos mercados *spot*. Outro dado importante é a questão da dívida externa brasileira. A grande fonte de vulnerabilidade no Brasil, em crises passadas, tem sido a dívida externa. A dívida externa, em 2002, por exemplo, com porcentagem do produto, era acima de 40%, a dívida total, e a dívida líquida total era cerca de 32%. Se nós vamos ver a queda, a dívida bruta chegando aí ao redor de 10%, mas a líquida, que é a mais importante, líquida de reservas, negativo. Isto é, o Brasil, como país, é um credor líquido internacional. E o mais importante disso tudo: atingimos essa posição de credor líquido, aí, em 2007, mas continua. Quer dizer, o Brasil continua credor líquido, porque tem sido capaz, portanto, de manter o valor das reservas, e a dívida, na realidade, está caindo, exatamente pela amortização.

Outro dado da maior importância é a dívida pública doméstica, que tem, hoje, um perfil melhor do que tinha no passado. Nós tínhamos, em azul claro, que era a dívida indexada ao câmbio, e esta era uma vulnerabilidade muito grande do país, e eu vou mostrar, em seguida, por que. Chega na casa de quase 40% do pico, enquanto que a dívida prefixada é praticamente zero. Houve uma inversão de valores, e, hoje, nós temos a dívida prefixada no valor maior, indexada a índices de preços também crescente, e a dívida indexada Selic caindo. Portanto, tem os três índices mais ou menos similares, um terço, um terço, um terço, índices de preços prefixados e Selic.

Esse é um dado da maior importância, que eu gostaria de enfatizar, e que tem sido um dos motivos pela qual o Brasil tem sido enxergado como um país que terá condições, de fato, de sofrer menos os efeitos da crise, apesar que é uma crise muito severa, e sair um pouco mais rápido do que a média mundial. No passado, quando nós tínhamos um choque externo, em cima, à esquerda, havendo uma deterioração de confiança, com uma depreciação cambial, como nós tínhamos uma dívida cambial pública, doméstica e externa, como, percentualmente, em relação ao produto, líquida muito grande, a depreciação cambial aumentava a dívida pública, como percentuais do produto, em termos absolutos, e isso levava a uma deterioração de confiança extra, e nós entrávamos aí num círculo vicioso. Hoje, nós temos uma dívida cambial pública não existente; isto é, o país é credor líquido – não só o país, mas principalmente o Governo. E o Governo numa escala muito grande. A dívida pública externa é menos do que 100 bilhões de dólares, ao redor de 80, e as reservas são de 200 bilhões de dólares. Portanto, no momento em que há uma depreciação cambial, nós temos um, na realidade, aumento do valor em real das reservas.

Então, se nós olharmos aqui, nós vamos ver que a dívida líquida do setor público em relação ao produto não só vem caindo, nos últimos anos, mas, principalmente, depois da crise, caiu fortemente; de 40.6%, 40.5 para 36.6. Agora, o que nós vamos ver aí é que, portanto, o Brasil é um país, talvez um dos poucos, talvez o único país do mundo, cuja dívida pública líquida caiu depois da crise, enquanto que todos os países estão tendo aumentos de dívida, e, em alguns casos, preocupantes, exatamente devido combate ao efeito da crise.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Presidente, e a dívida privada, de empresas privadas?

SR. HENRIQUE MEIRELLES: A dívida privada externa, ela está sendo renovada parcialmente, ela está caindo, mas não é necessariamente aí por um... Não é positivo esse fato. A dívida pública está caindo porque as reservas estão aumentando de valor. Então, é algo positivo. A dívida privada, ela também está caindo, mas ela está caindo por uma outra razão, porque as empresas não estão sendo capazes de rolar a totalidade das dívidas externas, substituindo parte das dívidas externas por dívidas internas. Então, é exatamente a razão – vamos mencionar isso mais tarde – que o Banco Central está fazendo leilões de linhas de crédito para substituir essas linhas externas. Então, boa parte delas estão sendo... Essa queda está sendo substituída por linhas tomadas pelos bancos, no Banco Central, que estão emprestando às empresas.

Outro dado importante do Brasil é o fato de que o capital dos bancos brasileiros, em relação ao risco total, mostrava um perfil bastante conservador. Isto é, o mínimo regulatório é o total do capital, em proporção ao total de ativos do banco. O mínimo regulatório no Brasil é cerca de 11%, é um pouco acima de alguns países, como os Estados Unidos, por exemplo. Mas, mesmo tendo o mínimo regulatório um pouquinho maior, no Brasil, a realidade é ainda mais sólida. Quer dizer, o sistema financeiro brasileiro, hoje, por exemplo, no final de 2008, atingiu um valor de capital requerido de cerca de 18%, medido pelos índices adequados das normas internacionais aplicáveis ao Brasil.

Outro dado importante: créditos em atraso, em amarelo, sobre o crédito total, nós vamos ver que está crescendo, e a expectativa é que cresça um pouco mais durante o ano de 2009, mas nós estamos ainda em patamares compatíveis com os anos anteriores. Se compararmos isso com a curva americana, por exemplo, é algo completamente diferente. Nós temos hoje, dezembro de 2008, por exemplo, 4,5, que é um número similar, um pouquinho menor ao número de 2005. 2006, chegou a 4,8%. Portanto, espera-se um crescimento disso. E a linha marrom escura é a provisão feita pelos bancos, para se preparar para este aumento. Nós vamos ver que a provisão, hoje, se coloca no mesmo patamar de 2006, quando existiu a provisão mais elevada. Em resumo, o sistema financeiro brasileiro não enfrenta nem parecido, nada similar, à questão do que existe no resto do mundo. A razão disso é que, em primeiro lugar, os bancos brasileiros não estavam expostos aos créditos americanos, não só hipotecários, *subprime*, mas mesmo aqueles créditos de alto risco americanos, não estavam expostos à questão do descasamento de moeda. A razão disso é uma regulação prudencial, bastante elogiada no mundo todo, hoje, e adotada no Brasil, pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central, e uma fiscalização, também, bastante rigorosa. No Brasil, por

exemplo, todas as instituições financeiras, 21 tipos, são fiscalizadas pelo Banco Central, enquanto, nos Estados Unidos, isso não acontecia. Muitas instituições muito grandes, Lehman Brothers, [ininteligível], por exemplo, eram tipos de instituições não fiscalizadas pelas autoridades regulatórias.

Em termos de crescimento do produto, o país entrou na crise, portanto crescendo a uma taxa superior à média histórica recente. A média histórica de 80 a 2003, por exemplo, era um pouco acima de 2%; 2004 a 2008, cerca de 4,7%, com um índice de investimento também bem maior e um crescimento, como eu vou mostrar, muito impulsionado pelo emprego e pela renda além do crédito.

Passando a este ponto agora, nós vamos ver que o Brasil saiu da crise de 2002 e 2003, uma crise externa, crescendo a taxas rapidamente em elevação. No final de 2003 e começo de 2004, houve um período de acomodação(F), para dar tempo, inclusive às empresas, de aumentarem seus investimentos e até acomodaram um ritmo de crescimento maior. Esse período de ajuste foi no ano de 2005, e, a partir daí, nós entramos num período de crescimento a taxas cada vez maiores, crescimentos sustentáveis; o produto, em amarelo; a demanda doméstica, em vermelho ou marrom escuro. E nós vamos ver que nós entramos na crise com uma demanda doméstica crescendo a 9,3%, terceiro trimestre de 2008 sobre o terceiro trimestre de 2007. Isso é um dado da maior importância, porque alguns países, por exemplo, asiáticos ou mesmo da América Latina, México, Chile, outros, que estavam crescendo, impulsionados por exportações, estão fazendo, agora, um esforço muito grande para repor essas exportações, com demanda doméstica, enquanto nós já entramos com a demanda doméstica muito forte, produto do aumento do emprego, do aumento da renda e também da expansão do crédito. Mas o forte, que eu gostaria de enfatizar, é o emprego e a renda. Em relação aos canais de transmissão da crise para o Brasil, olhando--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): [ininteligível]

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Pois não.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Esse caso anterior, nós não temos aí nada de quarto trimestres, não é?

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Não. Neste... Neste aqui, ainda não. Eu estou mostrando a entrada na crise.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Mas já temos esses dados, ou não, para alguma informação, nesses dados?

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Sim. Podemos... Eu já mostrei, num certo momento, o quarto trimestre de... Eu vou... Talvez valesse a pena voltar logo no início aqui da apresentação, Senador. Já temos aqui o dado do PIB, do quarto trimestre de 2008 sobre o quarto trimestre de 2007, e caiu para 1,3% o PIB brasileiro versus aquele 6,8 do terceiro trimestre, que eu lhe mostrei. Então, a demanda... Vamos passar os dados em alguns momentos. Mas já temos aí os dados, há uma queda pronunciada, não há dúvida. Mas um dado importante é que é um dado positivo. É uma queda grande, não há dúvida, cair de 6,8 para 1,3 é uma queda forte, mas, comparado com os demais países, mostra-se que o Brasil, apesar disso, foi atingido por uma intensidade menor, apesar da queda grande sobre o trimestre anterior, exatamente porque vinha num ritmo de crescimento muito forte.

Se nós olharmos, agora, os canais de transmissão, começando pelo canal de baixo, da confiança, aqui, esse canal de confiança que nós chamamos, ele engloba uma série de coisas. Não é apenas a confiança do consumidor que existe... É um problema realmente. Ele consome menos, o empresário que diminui os estoques, o banqueiro que fica mais cuidadoso no crédito, o investidor no banco que fica mais cuidadoso, mas também a repatriação de capital das grandes empresas, dos fundos de pensão, dos fundos de investimento, aquele investidor que está aplicado num *hedge fun* de Londres, que saca do *hedge fun*, e o *hedge fun* tem que vender ações no Brasil ou títulos, para repatriar o capital, para atender esse resgate... Quer dizer, tudo isso entra nesse canal e certamente é importante. Comércio exterior é a queda das exportações, mas o canal de crédito, como atingiu no Brasil, eu vou mostrar o externo e o interno.

A oferta total de crédito no Brasil era constituída de duas grandes, digamos, parcelas. Eu coloquei aqui valor em dólares, para comparar, exatamente, com o impacto externo, não ficarmos comparando reais com dólares. Então, botei todo os valores equivalentes em dólar. O total do crédito doméstico: valor equivalente a 620 bilhões de dólares, em reais. Só que, deste crédito, o *funding* externo, o financiamento externo desse crédito doméstico foram cerca de 47 bilhões de dólares, na entrada da crise, né? E o externo, isto é, o financiamento direto de empresas brasileiras no exterior, seja através de colocações de títulos ou financiamentos bancários, cerca de 97 bilhões de dólares, este amarelo. Portanto, os 97 bilhões de dólares com os 47 bilhões de dólares, estes dois valores somados no total, aí, portanto, 144 bilhões de dólares, que era o *funding* externo, isso se contraiu fortemente a partir da queda do Lehman Brothers. Contraiu-se cerca, num

primeiro momento, de 80% e, depois, foi diminuindo. O que eu quero mostrar é que foi um impacto forte, com impacto no crédito doméstico. Por quê? Diminuição do *funding* externo do crédito doméstico, segundo, no caso das companhias, que tinham financiamento externo e deixaram de ter esse acesso e passaram a tomar crédito doméstico. Isso tudo levou a um processo de contração da oferta de crédito, principalmente para bancos menores e empresas menores, etc. Mas foi geral. Quer dizer, um processo de encarecimento do crédito. Quais foram os efeitos? Se nós olharmos, por exemplo, o crédito doméstico, com recursos externos, nós vamos ver a queda pronunciada, ocorrida no segundo semestre desse ano, depois de um crescimento forte no primeiro semestre.

Portanto, como o Brasil enfrentou a crise? Em primeiro lugar, o montante de reservas internacionais, no final de agosto, era, como já mencionei, 205 bilhões de dólares. Além do mais, o Banco Central tinha posições nos mercados futuros, isto é, os chamados *swaps* cambiais reversos, que é uma operação sintética de compra de dólares no mercado futuro. Podemos dizer que o Banco Central tinha 22 bilhões de dólares comprados no mercado futuro, que não estavam contabilizados nas reservas porque são operações denominadas em reais, referenciadas em dólar. Portanto, poderíamos dizer que, além das reservas, o Brasil tinha estas operações. Operações estas tais quais eram muito criticadas até a crise, porque se achava que, na medida em que o mundo estava muito bem e o dólar não ia mais subir de valor em relação ao real, etc., então que o Banco Central estaria perdendo dinheiro com essas operações; isto é, mantendo reservas e tendo essa posição nos mercados futuros, em dólar. Houve muita controvérsia nesse sentido, argumentávamos, na época, que era um seguro para momentos de crise, etc. Evidentemente que, infelizmente, esse seguro foi usado, apenas essas operações de s*waps* reversos deram, ano passado, um lucro ao Banco Central de cerca de 10 bilhões de reais. A finalidade dessa operação não era dar lucro, mas era proteger o país. Mas o fato é que deram lucros importantes, e, apenas para os senhores terem uma ideia e as senhoras presentes, nós transferimos, o Banco Central transferiu ao Tesouro Nacional os resultados do lucro do Banco Central, no ano passado, em função dessas exposições, de *swaps* de reserva e outras, de 181 bilhões de reais, que foi exatamente o que causou a queda da dívida líquida.

Injeção de liquidez do mercado cambial; agora, as ações específicas do Banco Central. O Banco Central concedeu linhas para financiamento, principalmente do comércio exterior, de cerca de 20 bilhões de dólares; destas linhas, oito bilhões já foram pagas, tem, hoje, uma posição líquida de 12. Como eu mencionei, o Banco Central vendeu 14 bilhões de dólares no mercado à vista e... Portanto, num total de 26.8 bilhões de dólares. O que afeta a reserva é o 14,5, porque os empréstimos evidentemente são partes das reservas, na medida em que serão pagos, e 8 bilhões, como eu mostrei, já foram. O Banco Central continua ativamente nesse mercado. Os derivativos cambiais, 32.4 bilhões de dólares foram vendidos nos mercados futuros. Foi uma ação muito importante, também, para normalizar o mercado futuro, que estava em crise no final do ano passado, uma crise de liquidez, devido à exposição dos exportadores brasileiros a esse mercado, tentando se proteger da queda do valor do dólar. Muito bem.

Se nós olharmos, agora, o efeito dessas medidas, talvez o mais relevante é do lado direito, é a taxa de rolagem, é a comparação do que houve de concessão de adiantamento de crédito, exportação ou adiantamento contrário de câmbio, como porcentagem do que foi concedido no mesmo mês do ano anterior, porque tem questões sazonais aí. No mês de fevereiro, foi 95% do que foi concedido. O mês de março caiu um pouco, isso é bastante volátil, mas é importante mencionar que o Brasil é um dos poucos países do mundo, portanto, que está tendo capacidade de financiar as suas exportações com recursos próprios, substituindo, portanto, a ausência do crédito internacional, que caiu fortemente, apesar que porque o Brasil tem esta possibilidade, no caso do Brasil, a oferta de crédito é melhor do que em outros países.

Depósitos compulsórios; um outro motivo de críticas ao Banco Central, no passado, de que tínhamos excesso de compulsórios, isso era muito caro, etc., e são depósitos feitos pelos bancos no Banco Central, compulsoriamente, e isso se revelou fundamental, porque isto permitiu que, no momento daquela crise de liquidez, o Banco Central liberasse, durante esse período, cerca de 100 bilhões de reais de recursos no sistema, provendo uma injeção de liquidez, sem uso de recurso público. Transferência de carteiras de instituições pequenas e médias: 37 bilhões de reais; portanto, estabilizando esse mercado. Antecipação ao fundo garantidor de crédito, para que eles emprestassem aos bancos menores: 5 bilhões de reais, além de aumentos de recursos para o BNDES e o crédito rural. Portanto, houve não só uma injeção de 100 bilhões, mas uma boa parte dela direcionada--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [ininteligível]

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Oi?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Essa somatória é do compulsório?

SR. HENRIQUE MEIRELLES: É.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Todo(F) isso? [ininteligível]

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Não, não. Está incluído do 99 os... Incluído lá os 37 para pequenos e médios; os cinco, para o FGC, e mais cerca de 10,5 ou 11 entre o BNDES e o crédito rural, cerca de 11. Então, se nós somarmos, quer dizer, 5 com 11, 16. 16, 47, 53... Quer dizer, dos 99.8, cerca de 53 foram direcionados seja para bancos menores, seja para instituições especializadas, tipo financiamento de automóveis, para o BNDES, empresas pequenas, capital de giro e crédito rural.

Saldo das operações de crédito. Portanto, se nós analisarmos a evolução total, pessoa jurídica e pessoa física, de janeiro de 2009 a janeiro de 2008, teve um crescimento de 23% da pessoa física e 37%, da pessoa jurídica. Então, se nós olharmos a pessoa jurídica... Apesar que há uma pequena queda no final do processo. Mas, assim, se olharmos janeiro a janeiro, há um aumento ainda importante, porque esse processo vinha numa velocidade bastante elevada.

Portanto, o Brasil, de novo, é um dos países que, sim, enfrenta problemas nessa área, vamos discutir isso, mas é importante ter a dimensão da questão e ver que o Brasil, de fato, está em melhores condições do que a maior parte dos países. Se nós olharmos o saldo das operações de crédito, em janeiro de 2009 sobre setembro de 2008, bancos públicos crescendo cerca de 14%; estrangeiros, 3,5; nacionais, privados, 2,7, mas com um diferencial grande: os bancos grandes, 8,8% e os pequenos e médios, com uma pequena contração de 1,3%. Estão estabilizados em termos de liquidez, mas tendo dificuldade de crescer, portanto, com um pequeno decréscimo. Então, um desafio, agora, que é objeto de um Grupo de Trabalho entre o Banco Central e o Ministério da Fazenda, é exatamente propor medidas que venham a exatamente reverter esse quadro e dar, voltar a dar competitividade aos bancos pequenos e médios. Saldo das operações de crédito, em consequência, exatamente, da carência de crédito externo. Como eu mencionei, as companhias que tomam recurso no exterior, companhias maiores, passaram a tomar crédito no mercado doméstico.

Portanto, os créditos acima de 10 milhões de reais, em média, tiveram crescimento maior do que os créditos abaixo de 10 milhões. Portanto, uma concentração. Estamos exatamente trabalhando nesse aspecto, primeiro, ofertando linhas de crédito em dólar, exatamente visando que essas empresas continuem tomando recursos externos e não tomem recursos em reais, prejudicando, portanto, as empresas menores, e, segundo, fazendo com que a ação dos bancos públicos, juntamente com uma retomada dos bancos menores, que é um objetivo nesse momento, faça com que, de novo, nós possamos ter um reequilíbrio nesse processo. Mas esse é o desafio que estamos enfrentando neste momento.

Falando de inflação, o Brasil tem uma trajetória de inflação orbital, em torno do [ininteligível] da meta, nos últimos anos, e, em vermelho, as previsões de mercado para o ano de 2009. Vamos falar um pouquinho de expectativas de inflação; dado da maior importância, na medida em que a expectativa de inflação, segundo a experiência nossa em muitos países e particularmente no Brasil, a expectativa de inflação é um componente importante na inflação medida posteriormente. Uma deterioração das expectativas leva a um comportamento dos agentes formadores de preço de reajustarem seus preços de acordo. Nós tivemos períodos, no passado, no Brasil, onde, mesmo com a economia caindo, a expectativa de inflação deteriorando, nós tínhamos um aumento da inflação, criando aquele fenômeno muito negativo da estagflação. Portanto, através de um trabalho do Banco Central e também de uma avaliação dos analistas sobre o comportamento futuro da economia, mas, principalmente, uma confiança de que a autoridade monetária não deixaria, de fato, haver uma subida, mesmo que temporária, de inflação, nós tivemos, a partir do final do ano, uma queda gradual das expectativas para 2009, para os próximos 12 meses. Existia, num certo momento, no final do ano, uma incerteza muito grande sobre o efeito da desvalorização do real sobre a inflação versus o efeito esperado da queda de atividade. Mas, gradualmente, portanto, as expectativas estão declinantes. Se nós olharmos, agora, o efeito das expectativas de inflação, nos próximos 12 meses, nos efeitos de taxas de juros, nós vamos ver que as taxa de juros de mercado, isto é, taxa de juro de 360 dias, comercializados nos mercados futuros, na BM&F, ou de 180 dias, refletem as expectativas de inflação e são taxas cadentes. Isto é muito importante porque, no passado, nós tivemos situações, nas quais, mesmo com a Selic constante ou, às vezes, inclusive, cadente, as taxas de mercado subiam fortemente e contraíam a atividade econômica, porque o que, em última análise, afeta a atividade econômica são as taxas de juros de mercado.

Se nós olharmos exatamente isso, nós vamos ver que, do nosso ponto de vista, o Banco Central teve sucesso com sua estratégia de sinalizar primeiro uma... Que haveria, sim, espaço, há espaço, haveria espaço para a queda da Selic, mas que o Banco Central estava atento à questão do repasse dos diversos... Não só do câmbio, mas das diversas pressões inflacionárias, e que, em função disso, as expectativas de inflação começaram a convergir rapidamente para o

centro da meta e isso permitiu que o Banco Central, além da análise global da atividade, fosse fazendo o corte da taxa Selic, sem criar uma deterioração nas taxas de mercado.

Falando na questão cambial, é muito importante mencionarmos que a volatilidade do câmbio atingiu patamares elevados, no final do ano passado, e está caindo gradualmente, hoje, voltando a níveis pré-crise, aí, de setembro de 2008, e que isto não é algo que acontece por acaso. Isso acontece exatamente em função de toda uma série de medidas tomadas e do comportamento da autoridade monetária, que faz com que os mercados vão se normalizando, depois do forte ajuste do ano passado, em função do impacto da crise no Brasil. Se nós compararmos, por exemplo, com outros países emergentes, a variação do câmbio: Ucrânia, 37; Rússia, 27; Polônia, 23; Coreia do Sul, 12, etc., México... Enquanto que o Brasil, neste período de variação de câmbio, desde a segunda quinzena de novembro, o Brasil com uma variação de apreciação de cerca de 2,6%. Portanto, de novo, mostra o sucesso da estratégia brasileira de estabilizar esses mercados, deixando com que os mercados se ajustassem a patamares realistas, provendo as demandas de liquidez, mas, também, com uma política monetária responsável. Por exemplo, se nós olharmos os juros de mercado, em perspectiva de longo prazo, nós vamos ver que estamos, no mínimo, históricos. Se olharmos desde 2003, a taxa de juros 180 e 360 dias, comercializados no mercado futuro, 9,92, atingiu o mínimo histórico, 9,71 o mínimo histórico. Portanto, nós estamos vendo claramente, aqui, como, desta vez, ao contrário do que acontecia no passado, na crise, não há uma subida drástica destas taxas de juros, em função de uma deterioração de expectativas de inflação e de fuga de capitais. Essas taxas estão caindo para patamares de mínima. E em relação à taxa real, isto é, a taxa de 360 dias, descontada pela inflação prevista para os próximos 12 meses, nós vamos ver que estamos, no mínimo, histórico. Nunca houve, na história do Brasil, esta taxa de 5,2, e, portanto, notar, mais uma vez, que, no passado, em momentos de crise, essa taxa aumentava, mesmo quando havia uma previsão de decréscimo de atividades, como terminava por ocorrer. Isto é um dado da maior importância. Quer dizer, é a primeira vez, em muitas décadas, em que o Brasil tem a possibilidade, na crise, baixar as taxas de juros, não só no mercado como a taxa base do Banco Central. É importante mencionar que, em crises anteriores, por causa de fuga de capitais e deterioração de expectativas, o Banco Central tinha que subir a taxa de juros. Mas já chegou a subir acima de 40%, em momentos de pico de crise, quando outros países estavam cortando. Hoje, nós somos, temos esta possibilidade de fazer uma política anticíclica, que é um ganho da sociedade brasileira.

Se nós falarmos, agora, outro dado importante do Brasil, como eu mencionei, no processo da crise, é a massa salarial, mesmo se tomamos, em janeiro de 2009 comparado com janeiro de 2008, um crescimento ainda de 7,8%. Salário real também crescendo, em amarelo. Esse é um dado forte do Brasil para enfrentar a crise.

Finalizando agora, já passando à parte final, vendas no varejo, nós vemos aí uma queda pronunciada – o varejo ampliado -, uma queda pronunciada, no final do ano, mas já uma recuperação em janeiro, e com um crescimento de janeiro de 2009 a dezembro de 2008 já de 4,4%, e de janeiro de 2009 a janeiro de 2008, 2,8%. Isto é, houve um processo rápido de deterioração de expectativa, no final do ano, e uma contração dos estoques das empresas, mas uma recuperação gradual do varejo ampliado. No caso de venda de veículos, que lideraram o processo, vemos em azul a venda mensal de veículos, né? Nós vamos ver que houve uma queda muito forte, mas uma recuperação já, e, em março de 2009, um crescimento de 8,3% em relação a fevereiro de 2009, no mesmo período. E o Brasil deve ser, segundo as informações que dispomos, talvez o único, senão um entre poucos, mercado no mundo, onde a indústria automobilística está mostrando esse tipo de recuperação, segundo avaliações que eu recebi no exterior. Produção de veículos, portanto, a mesma coisa. Quer dizer, houve um ajuste forte de estoques em dezembro, novembro a dezembro, e é importante mencionar que vivemos num mercado globalizado. Quer dizer, na medida em que houve a contração no último trimestre do ano, no mundo todo, as matrizes dessas empresas baixaram uma ordem geral de contração drástica de estoques por prevenção, vivendo a experiência de outros países, mas o fato é que, no Brasil, a recuperação está se dando numa velocidade mais rápida do que na maioria dos países, e, aqui, no comportamento dos estoques, como eu mencionei, houve uma queda muito drástica de estoques, mas já atingindo valores próximos à média histórica. Aí, em 2007, nós estávamos com estoques muito baixos, porque as vendas estavam crescendo muito rápido, era abaixo da média histórica. Portanto, é uma das razões pela qual a produção já começa a recuperar. Os estoques foram ajustados e sabemos que a indústria automobilística é um indicador importante, porque lidera uma parte importante do processo. Portanto, espero que V.Exas tenham tido aí as informações necessárias, e, agora, vamos passar para a parte importante, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Presidente do Banco Central, Ministro Henrique Meirelles, pela exposição brilhante e minuciosa a respeito do Brasil, frente à crise financeira mundial, e vou conceder a palavra ao representante da Comissão de Acompanhamento da Crise, o representante da Presidência dessa Comissão, Senador Tasso Jereissati, e, em seguida, passarei a palavra aos Senadores Jefferson Praia, Marcelo Crivella e Aloizio Mercadante, que foram os autores do Requerimento de convite ao Presidente do Banco Central. Portanto, concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Muito obrigado, Senador Garibaldi. Obrigado, Ministro Meirelles, sempre tão competente nas suas explanações. Apenas uma ressalva, porque tem uma frase no Governo que parece que é contaminante, que eu ainda não tinha visto o Ministro Meirelles usá-la, mas, hoje, percebi que ele está contaminado também, quando ele disse: "Nunca, antes, na história desse país, tivemos...".

[risos]

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Às vezes, acontece.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Ministro, eu, primeiro, gostaria de fazer uma pergunta, que acho que é uma curiosidade geral, que nós conversávamos aqui, alguns senadores, o Senador Júnior, Antônio Carlos Magalhães Júnior, e outros senadores, sobre essa questão desse número, que chama atenção, quando nós vemos a entrada de receitas da União, no primeiro trimestre, e há um número que é superior a toda receita tributária vinda dos impostos, que é a transferência do Banco Central de 180 bilhões, se não me engano, 180 bilhões, transferência de 180 bilhões. A receita do Governo, toda a receita vinda de tributos, de impostos, é menor do que essa transferência de 180 bilhões do Banco Central para a União. Correto? Esse número evidentemente que chama atenção, porque é um número que eu nunca tinha visto, antes, na história desse país, jogado, assim, nessa transferência. E a pergunta é como é que funciona, do ponto de vista monetário, esta transferência para a União, e se, da União, como é que isso circula, se circula pela economia. Existem algumas pessoas que dizem que os famosos... Colocam que os famosos 100 bilhões de reais, colocados à disposição do BNDES, para fazer novos empréstimos, seria justamente oriundo desta transferência do Banco Central para a União, já que não existe recursos orçamentários para que a União faça essa transferência para o BNDES. A nossa dúvida é justamente esclarecer, esclarecer como que isso funcionou. Que nos parece que é um lucro contábil, que é uma transferência contábil. Isso não é uma transferência de caixa, é uma transferência contábil. Como isso se transforma, se é que se transforma em caixa, no BNDES, se é essa... E quais as implicações disso sobre uma preocupação que V. Sa. e V. Exa. colocou aqui, já em relação ao futuro, não especificamente do Brasil, mas mundial, que é, na saída da crise, o tamanho da inflação que pode vir e pode vir para cá, também, evidentemente, se as coisas não forem bem controladas.

Então, acho que isso é um esclarecimento importante para todos nós, para entender esse mecanismo, Senador Crivella. Não sei se V. Exa. vê. É mais do que toda a receita dos três meses de impostos a transferência que o Banco Central fez para o banco, para a União.

Eu tenho mais duas perguntas. A outra é... V. Exa. mostrou ali um gráfico, em que mostra os créditos e atrasos decadentes dos menores do mundo, etc., etc., do Brasil, os créditos em atraso. Mas, ao mesmo tempo, quando nós vemos a explicação dos bancos sobre o *spread*, por que o spread é tão alto, eles mostram sempre a inadimplência subindo e a inadimplência como a das mais altas do mundo, como a mais alta do mundo. Inadimplência... Como se explica essa contradição entre a inadimplência crescente e mais alta do mundo contra os créditos em atraso, decrescentes, e os mais baixos do mundo? Acho que nós temos aí uma contradição, aparente, pelo menos, que gostaríamos de ver explicado.

Voltando à questão dessa transferência, essa transferência, que é contábil, tem um impacto real na queda da dívida líquida do setor público brasileiro. Gostaria de uma explicação sobre isso; ou seja, a dívida líquida, então, tem uma queda importante e contábil também, porque é em função de um número extraordinário desses cento e tantos bilhões, né?

E a última pergunta... V.Exa. colocou também a sua preocupação das empresas grandes, que, basicamente, o crédito se expande em volumes grandes, ou seja, para empresas grandes, e essas empresas estão sendo estimuladas a voltar a pegar dinheiro no exterior, porque estão sufocando as empresas pequenas e médias, que estão sem crédito, agravando a crise. Ontem, nós ouvimos aqui uma exposição do Presidente da PETROBRAS, que tem uma expectativa... O Presidente da PETROBRAS que disse aqui que tem uma expectativa de endividamento de cerca de 40 bilhões de reais só esse ano, só nos bancos públicos brasileiros, sem falar nos bancos privados. Evidentemente que uma Caixa Econômica e um Banco do Brasil não vai aí emprestar a uma empresa lá de Muriaé... Não

é de Muriaé ou de Vitória da Conquista, do Senador... É Vitória da Conquista. Mas com um balanço muito menos sofisticado do que o da PETROBRAS, mas vai juntar essas empresas todinhas e fazer uma operação só para a PETROBRAS, que, inclusive, tem uma garantia muito maior, sem nenhum demérito aqui para Vitória da Conquista, que está abrindo um bofa(F) lá também, chama-se bofa(F) o nome lá. Mas não é o Bank of America, não. É outro... É bofa(F) de bofe que está abrindo lá. Então, são essas as colocações que eu gostaria de colocar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Presidente Henrique Meirelles.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Pois não. Obrigado, Senador. Em relação à questão da transferência, o senhor colocou com propriedade no seguinte aspecto. Este... Esta transferência, esse lucro do Banco Central não é um resultado primário. Portanto, ele não afeta o superávit primário. Ele vai... Ele é um resultado que afeta diretamente a dívida. Então, S. Exa. coloca corretamente, quando diz que este resultado impacta diretamente a dívida pública, e nós vemos exatamente esse resultado, mostrado no gráfico, quando a dívida pública cai. Na realidade, ela já caiu antes, com a valorização das reservas, e o resultado, a transferência, meramente, consolida esse processo. Portanto, existe simplesmente uma queda da dívida. Qual o efeito disso líquido para a sociedade? Uma menor tomada de recurso, necessidade de tomada de recursos do Tesouro Nacional, no mercado, nos próximos anos. Segundo, e da maior importância, ao contrário da maior parte dos países, cuja dívida pública aumentou já num primeiro momento, a nossa dívida caiu, em função desse resultado positivo, apresentado pelo Banco Central.

Em resumo, as contas primárias não são afetadas, isso não é que gera uma possibilidade de fazer uma despesa primária, em função disso, não, porque não passa pelo orçamento, mas ela tem um efeito muito importante, essa transferência, que é exatamente a queda da dívida pública. Em termos, portanto, do resultado do setor público consolidado, isso é um resultado que, contabilmente, é uma transferência do Banco Central para a conta única do Tesouro no Banco Central. Quer dizer, um depósito, portanto, do Banco Central, contábil--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas isso não é caixa, isto é contábil?

SR. HENRIQUE MEIRELLES: É contábil. Baixou a dívida em última análise. Agora, certamente, isso dá melhores condições de liquidez ao Tesouro, na sua gestão da dívida, na medida que tem recursos maiores. A conta única do Banco Central tem condições também de atender vencimentos com menor pressão de colocação de títulos, na medida... Em resumo, a dívida pública caindo, por uma transferência de recursos para a conta do Tesouro, no Banco Central, dá ao Tesouro muito maior possibilidade de gerir de uma forma eficiente essa dívida.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Só para querer entender, realmente. Isso, portanto, pode virar caixa? Porque ele, por exemplo, pega esses títulos e entrega esses títulos, seria o caso, ao BNDES? Seriam esse 100 bilhões? Entregue esses títulos ao BNDES, o BNDES, então, transforma esses títulos em caixa?

SR. HENRIQUE MEIRELLES: É o seguinte, senador: o Tesouro dispõe de uma conta no Banco Central, a chamada conta única do Tesouro. Como se fosse uma conta bancária, mas só que, no caso do Tesouro, é no Banco Central. Esta conta aumenta de valor. Portanto, é uma disponibilidade de recursos que o Tesouro Nacional passa a ter no Banco Central, e, evidentemente, isso deduz da dívida pública, na medida que há uma disponibilidade do Tesouro. Agora, as alocações a serem feitas pelo Tesouro, no BNDES, podem vir de qualquer, de qualquer fonte do Tesouro, mas, do ponto de vista operacional e financeiro, são duas coisas completamente separadas. Quer dizer, o Tesouro passa a ter uma dívida menor, que é causada por uma transferência de recursos no Banco Central e depositado na conta única. Agora, como o Tesouro vai exatamente fazer esse financiamento do BNDES, serão outras decisões que serão tomadas no devido tempo, qual será o título contábil, exatamente, desses aportes do Tesouro no BNDES--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Banco Central não está financiando o Tesouro, que é inconstitucional?

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Não, não. Absolutamente. Nós tivemos um lucro e, segundo os termos da lei, transferimos ao Tesouro Nacional. Agora, o Tesouro pode fazer o aporte desses recursos no BNDES, mas isso não tem nada que ver com o Banco Central.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sem entrar no orçamento?

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Dependendo do tipo de financiamento, sim. Se for... Dependendo do tipo de inversão que fizer no BNDES, sim, pode ser um empréstimo, por exemplo.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): E esse lucro, esse lucro cambial, parte dele vem dos derivativos [ininteligível] derivativos das empresas?

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Sim. 10 bilhões de reais vieram dos ganhos do Banco Central, no mercado de derivativos, e, portanto, cerca de 170 em

outros resultados, a maior parte deles, valorização das reservas.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, no mercado interno?

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Nos derivativos, no mercado interno.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): V. Exa. acha ético? Quer dizer, o Banco Central, ele tem condições de atuar no câmbio, na taxa de câmbio, vendendo dólar, comprando dólar... Quer dizer, o senhor não acha que, quando ele perde para o mercado, numa aposta de derivativo de câmbio, é inexplicável e, quando ele ganha, é antiética? Porque se ele influi no jogo...

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Senador, da maneira como V. Exa. coloca, o senhor coloca ali uma situação onde o Banco Central estaria impedido de operar no mercado de câmbio, porque, se perde, está errado e, se ganha, é antiético. Então, fica numa situação sem saída, digamos assim. A finalidade do Banco Central, nesse mercado, não é ganhar necessariamente. A finalidade do Banco Central é proteger o país. E o importante é que o Banco Central tem tido esta capacidade de proteger o país com essas posições. Imagine, S. Exa., o que seria dessas empresas, que apostaram nos derivativos, se o Banco Central não tivesse essa posição e não tivesse vendido essa posição no mercado, o que que teria acontecido com a cotação do dólar e com estas empresas.

Portanto, o Banco Central não controla o mercado de câmbio, o Banco Central atende necessidades de liquidez específica. Por exemplo, quando tem uma crise de liquidez no mercado cambial, o Banco Central vendeu no mercado à vista, o Banco Central vendeu no mercado futuro. E isso foi fundamental para o país, haja vista o que nós estamos vendo aí nos outros países, principalmente do leste europeu. Portanto, a finalidade não é ganhar, mas a finalidade é proteger o país. E, segundo, Banco Central não controla taxa.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu só disse que tem influência, não disse que controlava, Presidente.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Crivella, o que me parece, aí eu estou fazendo uma questão que pode ser discutível... Evidente que, no Banco Central, o lucro foi, na verdade, dada a boa administração do Banco Central, mas o que me parece discutível é que este lucro foi para o Tesouro, este Tesouro mandou para o BNDES, e o BNDES emprestou para as empresas que perderam dinheiro na especulação, para cobrir os seus problemas. É verdade esse ciclo?

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Não necessariamente, Senador. Porque os recursos do BNDES, esses recursos ainda não foram emprestados. Isto foi uma decisão do Governo de emprestar ao BNDES, para manter os investimentos no país. Então, não é que o... O BNDES, ele não empresta para capital de giro das empresas, que é o que o senhor está se referindo. O BNDES empresta para projeto de investimento. Estas empresas, na realidade, financiaram estas perdas, normalmente, com os bancos com os quais elas tinham contrato de derivativo; a maior parte deles, bancos internacionais. Houve uma grande empresa, por exemplo, que tinha 11 grandes bancos internacionais com que ela tinha contrato derivativo, e esses bancos estão com esses créditos. Foram re-escalonados a longo prazo, 10 anos, etc., mas não houve, que eu saiba, nenhum tipo de financiamento do BNDES para esses prejuízos, inclusive porque o BNDES--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Para capital de giro, não, mas, servindo como hospital de empresas, evidentemente que aconteceu, o que, no final das contas, é capital de giro. Mas várias empresas recorreram ao BNDES, foram socorridas, voltando ao sistema de hospitalização do BNDES, e continua a ocorrer. E nós sabemos disso.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: A minha informação é que, de fato, as operações do BNDES têm por finalidade financiar investimento, projetos de investimento. Se a empresa está, ou não, em dificuldade, num certo momento, é questão de julgamento de crédito de interesse nacional. Agora, o BNDES opera fundamentalmente com isso. Existem algumas linhas pequenas de capital de giro, inclusive uma delas foi exatamente a liberação compulsória do Banco Central, cerca de seis bilhões de reais, mas que, inclusive, são desembolsos muito pulverizados e, principalmente, feitos através da rede bancária comercial. Vamos em frente. Pois não, resolvida esta questão?

Vamos agora à questão da inadimplência. A inadimplência, se nós olharmos aqui, vamos ver no início do processo... Não, voltando. A inadimplência bancária, nos Estados Unidos, se nós olharmos, ela está crescendo, sim, e crescendo forte, Senador, mas partindo de uma base baixa. Então, ela partia acerca de 1,5% para 4,5 agora. E o crédito residencial a taxas maiores, passando aí de 1,5 para cerca de 6. Se nós formos olhar aqui as taxas de inadimplência no Brasil, nós vamos ver que ela está em cerca de 4,5 e atingiu um pico de 4,8. Quer dizer, a inadimplência no Brasil, ela, de fato, tem patamares mais altos do que no mercado americano, historicamente. Isso é que está se dizendo. Quer dizer, nos Estados Unidos, no período

normal, é 1,5, e, no Brasil, nós estamos falando aí de 4,5. Quer dizer, três vezes mais.

Então, as duas coisas são consistentes. Isto é, o Brasil tem um padrão de inadimplência maior do que a média dos Estados Unidos, por exemplo, e da Europa, por razões diversas, dificuldades de cobrança, de crédito, problemas processuais, toda uma série de coisas. Um dos dados importantes, em análise, no Congresso Nacional, nesse momento, na Câmara dos Deputados, é exatamente o cadastro positivo, muito importante, porque a história mostra que alguns tipos de produto que têm, por exemplo, um rito processual mais rápido e mais seguro, como é o caso do leasing, do arrendamento mercantil de automóveis, por exemplo, ou outros tipos de produto, que também têm um ritmo mais rápido, crédito consignado, com menor garantia, onde o inadimplemento é baixo, a tendência é da taxa média de crédito também ser maior.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas V. Exa. concorda que, no dia de hoje, não [ininteligível]? No dia de hoje, a taxa de inadimplência é muito semelhante a dos Estados Unidos?

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Hoje, sim. Na taxa de inadimplência do que está acontecendo nos Estados Unidos, hoje, sim.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Então, para cálculo de crédito, de **spread**, não se justifica, hoje, não há uma diferença tão grande?

SR. HENRIQUE MEIRELLES: A questão americana, Senador, é que, como essas perdas não eram perdas que faziam parte dos cálculos prudenciais dos bancos americanos, elas estão indo direto nos Estados Unidos à perda de capital. Essa que é a questão. Estão sendo cobertas pelo Governo. O que eu quero dizer é o seguinte: o senhor tem razão no sentido de que os bancos americanos não estão tentando recuperar essas perdas através de um aumento muito grande nos *spreads*, mas estão sendo capitalizadas pelo Governo americano. Estamos aí falando centenas de bilhões de dólares. E não estão emprestando, em última análise, quase que a taxa nenhuma. Então, essa é uma diferença importante. E, por outro lado, a taxa anda decrescendo(F). Em dito isso, eu acho, sim, que há um trabalho grande a ser feito ainda e acho que há espaço, sim, para cair *spread* no Brasil. Os *spreads* subiram recentemente, na crise, existe um Grupo de Trabalho do Ministério da Fazenda e do Banco Central trabalhando nesse aspecto, existe o papel grande dos bancos públicos, existe uma série de estudos em andamento, em relação aos bancos pequenos e médios, e eu acredito, sim, que existe espaço para os *spreads* caírem no Brasil; não há dúvida.

Em relação à concentração do crédito, aqui são duas coisas importantes, duas medidas importantes que devem ser tomadas. Em primeiro lugar, o crédito externo, isto é, o empréstimo das reservas do Banco Central, que já está em andamento, deve sair, inclusive hoje, uma... Deve sair hoje algumas circulares, viabilizando um pouco mais esses empréstimos das reservas do Banco Central, os bancos, para os bancos repassarem às empresas. Porque, até agora, isso estava muito concentrado, com grande sucesso, nesse caso, para as empresas exportadoras, e algumas linhas, colocadas para as empresas, com créditos vencendo no exterior. Estava existindo muita dificuldade de negociação desse tipo de linha, porque a empresa tinha um crédito vencendo com o banco no exterior, tinha que abrir um limite de crédito com o banco no Brasil... Isso está um processo que está muito demorado.

Portanto, nós resolvemos facilitar esse processo, foi aprovado uma resolução no Conselho Monetário Nacional, viabilizando muito maior abertura, onde nós vamos fazer leilões de linhas de crédito, sem direcionamento para o sistema financeiro, pode ser aplicado em todos os aspectos financiados pela Legislação. Isso é importante para a desconcentração do crédito. Segundo, a volta à atuação dos bancos pequenos e médios, também, da maior importância, existe uma série de medidas em estudo, que serão anunciadas proximamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra a um dos autores do Requerimento de convite do Presidente do Banco Central, Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Bom dia a todos. Presidente Henrique Meirelles, eu vou me ater a um dos pontos que V. Exa. já fez uma observação, que eu considero muito importante, vejo o Governo trabalhando, que é a questão dos *spreads*. E aí eu sei que cada país tem suas particularidades, tem suas questões, mas nós sabemos que os países emergentes, como a Argentina, Chile, China, Coréia, têm *spreads* muito mais baixos, próximo de 6%. E, no Brasil, nós estamos aí num patamar de 30%. Não sei se V. Exa. poderia explicar um pouco o que eles fizeram, que nós deixamos de fazer aqui, ou estamos atrasados em fazer, para termos *spreads*, essa taxa de 30%, hoje, em torno de 30%, no nosso país? Se formos perceber a composição do *spread*, nós temos depósito compulsório, impostos, custos administrativos, inadimplência e lucro. Depósito compulsório representa 3,33%; impostos, algo em torno de 20%; custos administrativos, 13.33%; inadimplência, 36.66%; lucro, 26.66%. Aqui é onde nós podemos avançar. Sei que V. Exa. já disse que tem um grupo trabalhando, e aí já foi feito alguma

coisa por parte do Governo em relação ao depósito compulsório. O Governo também, salvo engano, baixou o IOF, liberou compulsório, como eu disse, reduziu essa alíquota... Está fazendo a sua parte e está buscando entendimento para que possamos reduzir o *spread* do nosso país. Mas um questionamento: podemos baixar mais impostos, já que representam 20%? Podemos... Essa questão da inadimplência, que é uma outra questão, representa 36.66%, portanto, da composição do *spread,* um peso percentual elevadíssimo. E a última observação, aproveitando a sua presença aqui: como o Governo, os bancos do Governo podem dar exemplo? Representam aí, salvo engano, quase 50% do mercado financeiro. Pode os bancos governamentais... Por que não serem proativos nessa questão do *spread*? E, para finalizar, quero parabenizar V. Exa. pelo trabalho que faz, frente ao Banco Central. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Bem, nós vamos perguntar aqui o seguinte, ver se chegamos a um consenso com os Senadores da Comissão. Faremos já o agrupamento, até mesmo com os autores do Requerimento? Porque eu queria privilegiar os autores do Requerimento, dando a eles a oportunidade de ter a resposta imediata do convidado. Ou, então, já agruparemos incluindo todos. São mais dois autores de Requerimento: Marcelo Crivella e o Senador Aloizio Mercadante. O que V. Exas acham? Podemos agrupar tudo ou podemos continuar a privilegiar os autores do Requerimento?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Como autor do Requerimento, eu abro mão, eu acho que a gente pode fazer em grupo e... Pra ganhar tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, vamos, agora, agrupar os três autores do Requerimento. O primeiro foi o Senador Jefferson Praia. Agora, o Senador Marcelo Crivella com a palavra.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, na época que fiz esse Requerimento, eu estava inconformado do Brasil ter uma cesta de moedas de países semelhantes ao nosso e até mais desenvolvidos que o nosso, lideraram o ranking daqueles que tiveram sua moeda mais desvalorizada. Até porque o nosso Banco Central é o guardião da nossa moeda. E o nosso Presidente Henrique Meirelles, competente, extraordinariamente competente e que tem tido uma administração eu diria brilhante, embora discordemos aqui com ele em várias medidas, e, no tempo de tomar medidas, acho que todas as pessoas que acompanham aí a crise e a situação do Brasil, hoje, veem com mais clareza e lucidez a atuação do nosso Presidente do Banco Central. Então, naquela ocasião... Mas eu o encontrei nos corredores, e ele disse pra mim: "Olha, a nossa moeda está muito ligada às commodities, lembra também que nós fomos a que mais se valorizou, portanto era esperado e...". E, realmente, ele tem razão nisso, e até um efeito favorável, Presidente, porque, quando a moeda desvaloriza, a gente deixa de comprar bobagem, muitas... A moeda, o câmbio fortalecido, a gente acaba importando muita coisa que não era necessário e melhora as exportações. Tem esse fato também. Mas, então, eu queria tratar de outro assunto, vencida essa etapa, por causa do tempo, que é o seguinte... É uma dúvida, uma preocupação que eu tenho. Nós temos reservas de 200 bilhões. Elas não são todas oriundas de superávit da balança comercial, porque não temos esse superávit. Antes do Governo Lula, tínhamos até um déficit, depois fomos acumulando um superávit mais modesto, nossa participação no mercado internacional, 20% do PIB, nós não somos grandes players nas exportações e importações no contexto mundial.

Agora, nós tivemos sempre muitos investimentos, Presidente. No ano passado, mais de 40 bilhões entraram aqui de pessoas que trouxeram dólar, trocaram em real, esse dólar ficou no Banco Central, temos também a reserva dos brasileiros que vivem lá fora, são milhões de brasileiros, alguns falam em quatro bilhões, cinco bilhões que chegam por ano... Agora, minha dúvida é a seguinte, Presidente: quando nós baixamos o rendimento dos títulos públicos, do Copom, nós corremos o risco desse investimento especulativo retornar à origem e aí cair as nossas reservas por conta disso? Essa é a minha... Pouco a gente se fala nisso. A gente sempre quer baixar o Copom, porque acha que vai ser economia. Mas nós corremos o risco de perder reservas, com retorno de capital, que veio aqui, buscando investimentos com as taxas nossas que são as maiores do mundo? Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senador Marcelo Crivella e, em seguida, ainda como autor do Requerimento de convite ao Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, Garibaldi, Sr. Presidente da nossa Comissão de Acompanhamento da Crise, Tasso Jereissati, em exercício, Presidente Ministro Henrique Meirelles, Mário Mesquita, Torós, eu, primeiro, quero pedir desculpa, que nós estávamos tendo uma Audiência Pública importante, na Comissão de Constituição e Justiça, e eu não pude me ausentar. Nunca perdi nenhuma exposição de V. Exa., mas conheço esta, já tive acesso aos dados e queria expressar alguns argumentos.

O primeiro, que eu tenho repetido em todas as vezes, acho que o desempenho do Presidente Meirelles, à frente do Banco Central, foi absolutamente decisivo e essencial para a capacidade de resistência que o Brasil está demonstrando nesta que é a maior crise econômica, financeira, pelo menos desde 1929. Acho que a prudência, o esforço da política econômica do Governo, junto com o Banco Central, de acumular reservas, as críticas improcedentes dos acúmulos de reservas e de *swap* reverso, se demonstraram, posteriormente, essenciais àqueles que acreditaram na prudência, e pagaram caro aqueles que especularam e que reclamavam publicamente que a moeda estava se apreciando e prejudicando o setor exportador, e, na outra ponta, apostavam contra a moeda e pagaram um preço caríssimo por isso, talvez fique como lição para o futuro. E entendo que foi essencial aos resultados que o Brasil apresenta, os fundamentos macroeconômicos a gestão do Banco Central. Agora, também tenho dito que, se o Senado americano fosse mais rigoroso com o FED, com o Allan Greenspan, cobrasse mais explicações, fosse mais exigente, talvez a história econômica deles e do mundo não fosse tão desastrosa como está sendo.

Então, o nosso papel aqui é cobrar, é fiscalizar, é exigir, é questionar, inclusive porque o regime de metas pressupõe a transparência. A transparência dá credibilidade. Por isso que essa audiência é parte da Ata do Copom. Ela é um complemento à Ata do Copom, é um complemento do processo de credibilidade da gestão do Banco Central.

Então, acho que os resultados são fantásticos, dado as condições históricas que o Presidente Meirelles assumiu a Presidência do Banco Central, e, no entanto, há problemas, e eu gostaria de questionar onde eu vejo as deficiências e o questionamento.

Primeiro, em relação à política monetária. Na minha visão, a política monetária ficou atrasada na crise. Naquele gráfico 45... Se puder colocar na tela o 45. Esse gráfico. A Selic, ela vinha abaixo da taxa de juros de 360 e 80 dias; a partir de novembro, ela passa para o outro lado da curva. Por que ela passa? Aquele patamar ali, entre novembro e dezembro, que teve a reunião do Copom, e o Copom não baixou a taxa de juros, ele subestimou a força, desaceleração. O último trimestre do ano já apontava uma forte queda do PIB, não havia nenhuma – na minha visão -, nenhuma preocupação relevante com a inflação, porque as commodities já sinalizavam uma queda importante, e houve um atraso na taxa de juros. O argumento do Banco Central, que esse atraso é que forçou a queda dos juros, não acho que foi isso. O que forçou a queda dos juros é uma brutal recessão mundial, uma desaceleração profunda, toda a economia mundial teve redução de taxa de juros e não poderia ser diferente... Taxa básica. Não poderia ser diferente no Brasil. Então, ali, acho que houve um atraso, e foi necessário, e é necessário acelerar a redução. Por quê? Não porque... Muitas vezes, a opinião pública questiona o Banco Central... A taxa de juros real, hoje, está 5,7%. É uma taxa de juros que nunca tivemos na história. E o problema de quem toma empréstimo na conta não é fundamentalmente a Selic. É muito mais o *spread* do que a Selic. Há espaço para reduzir a Selic? Há. Tem que cair? Tem. E tem que cair fortemente, na minha visão, como a última decisão do Copom começou a sinalizar. Por quê? Porque ela alivia a política fiscal, num cenário de forte queda de receita, em que o mundo inteiro está caminhando para déficits fiscais brutais. Felizmente, o Brasil está mantendo o equilíbrio nas contas públicas. Quer dizer, nós estamos assistindo a economia americana, o déficit otimista é 12,5% do PIB. O déficit que o mercado lê, 15% do PIB num ano, num país que é 25% do PIB mundial. Nós estamos falando de mais de 3% do PIB mundial de déficit público, este ano, na economia americana. E, na Europa, 10% do PIB, de 28% do PIB mundial, é mais 3%; 2,8%. E o Japão é, pelo menos, mais 1% do PIB mundial.

Então, nós vamos... Nós temos que ter prudência fiscal, financiamento futuro é muito importante para o Brasil sair na frente, na crise, nós temos que ter responsabilidade fiscal, apesar de nós termos tido, ano passado, um déficit nominal de 1%. Nós estamos no ponto de vista fiscal também, e, com a prudência do Banco Central, com o acúmulo de reserva, com o *swap* reverso, nós tivemos um ganho fiscal importantíssimo, porque não tinha dívida indexada ao dólar, a dívida pública caiu fortemente.

Então, eu acho que a política monetária cumpre um papel decisivo. O resto do mundo já esgotou esse instrumento; nós temos que continuar usando. Então, a primeira questão é: como é que nós vamos equacionar a questão da caderneta de poupança? É um tema... Nós temos que preservar a poupança, eu não vejo nenhuma possibilidade desse Governo, o Presidente Lula criar qualquer tipo de constrangimento ou prejuízo, especialmente à classe média, aos pequenos poupadores... Isso é um instrumento fundamental de credibilidade do Brasil. Agora, a taxa de juros nominal da poupança é 6%. A TR, evidentemente, está muito baixa, a Selic ainda está acima da poupança. Como a poupança tem um crédito muito engessado e dirigido, será que flexibilizar o direcionamento da poupança não pode ser uma alternativa para dar espaço para uma queda continuada no juros? A primeira... Será que a primeira solução não é flexibilizar o crédito direciona-

do à poupança? Porque é muito engessado, é dirigido. Quer dizer, se nós flexibilizarmos, nós não resolveríamos o problema de abrir espaço para a queda da Selic, sem mexer na rentabilidade da poupança? Se essa é uma solução, como é que nós equacionaremos essa discussão? Eu só quero passar confiança a todos os aplicadores de poupança, que é positivo o momento que nós estamos vivendo. Realmente, a Selic está caindo a um ponto que ela está chegando a ter rentabilidade em poupança, coisa que ninguém imaginava que poderia acontecer. Lamentável que seja num cenário de tão grave crise internacional.

Segundo ponto, peço desculpas se alguém mencionou, é: como é que nós vamos fortalecer os médios e pequenos bancos? Porque os médios e pequenos bancos... O mecanismo de provimento de liquidez, por exemplo, em que muitos bancos vendiam a sua carteira, para poder receber, na crise, aporte de recurso, ele vende seu negócio, e os pequenos e médios bancos têm nichos específicos, no mercado, fundamentais para alavancar o crescimento da economia brasileira. A solução, por exemplo, do Votorantim foi uma bela solução. O Banco Votorantim é um banco médio, banco importante, que era 40% do mercado de carro usado. Se não resolvesse aquilo, não resolvia carro novo. Agora, outros médios e pequenos bancos precisam ser fortalecidos com rapidez, precisam ter capacidade de emprestar, precisam voltar ao mercado com força, porque não nos interessa concentrar mais o sistema bancário brasileiro. E dar aporte só para os grandes bancos, através de depósito compulsório, para comprarem pequenos bancos, não é uma boa saída para aumentar a concorrência, para poder baixar o custo do dinheiro, que é a taxa de juros, e o *spread* bancário. Então, qual é a política para médios e pequenos bancos?

Terceiro, eu vi aqui a afirmação, está na Broadcast, Meirelles... "Setor real dos Estados Unidos pode não ser tão afetado pela crise". Eu, particularmente, tenho grandes dúvidas que isso possa ser procedente. Acho que o impacto na economia americana é muito profundo e acho que será duradouro desta crise. Já é muito profundo e acho que será duradouro. Primeiro porque não resolveram a crise imobiliária. Não está resolvida. Segundo, não resolveram a questão da insolvência do sistema bancário. Melhorou, mas não resolveu. Essa última solução de fazer leilões de ativos tóxicos, será que isso viabiliza a saída da crise com rapidez e de forma eficiente? Não seria muito mais recomendável a gestão direta, temporária, por parte do FED e de alguns bancos? Citibank, por exemplo, já compraram 40% do banco. Por que não gerir, para poder administrar o banco com eficiência, para que esses bancos voltem? Agora, vamos voltar... Não só vamos voltar no patamar anterior, como o Citi(F), que valia 258 bilhões de dólares; há 15 dias atrás, valia 4 bilhões de dólares. Não tem como voltar o crédito. E aquela economia é toda movida a crédito. Crédito das famílias, crédito das empresas... A indústria financeira era o coração do consumo, que dava um déficit de transações correntes de 4,7 trilhões de dólares, em cinco anos, que alimentava a indústria global, inclusive a Ásia. E não vejo como a China, que tem 10% do PIB mundial, possa substituir o papel da economia americana, que é 25% do PIB e era o grande consumo mundial, na crise. Não tem como suprir. Inclusive porque o PIB chinês, 38% é exportação. E não tem como transferir isso para o mercado interno, DVD, equipamentos... Não há nem... Não há propaganda, não há sistema financeiro, não há como fazer isso.

Então, a saída da crise americana é fundamental para a ativação da economia mundial. Agora, eles perderam uma parte da base manufatureira, não são competitivos nem em automóveis. E quero lembrar... Nós, que ouvimos durante todo o tempo, que acho que é importante a gente dizer agora, eu acho que o Banco Central Brasileiro precisa apoiar o movimento do Primeiro-Ministro chinês, quando diz assim: "Estou preocupado com a nossa poupança, porque nós estamos financiando o déficit americano". O déficit público americano está indo para mais de 12,5% do PIB, e isso vai levar a uma desvalorização do dólar e vai prejudicar a poupança que a China fez e que, hoje, aplica em títulos americanos. O Brasil é o quinto maior investidor em títulos públicos americanos. Então, nós temos que cobrar uma certa prudência, equilíbrio fiscal dos Estados Unidos, responsabilidade, que nós fomos cobrados historicamente. E é incrível, porque nós estamos num Governo que tem déficit público de 1% do PIB e nós temos que ouvir discurso sobre responsabilidade fiscal. E estamos falando de um país que sempre fez o discurso da responsabilidade fiscal, com um déficit público de mais de 12,5% do PIB.

Então, eu não vejo saída fácil para a economia americana. Acho que a queda da indústria automotiva, de um milhão para 500 mil veículos, é só a ponta do iceberg, 600 mil desempregados por mês, os fundos de pensão totalmente exauridos, sem conseguir pagar os benefícios, acho que é uma crise mais duradoura, mais profunda. Por isso, eu concordo menos com essa previsão otimista... Ainda que é bom que V. Exa. faça previsões otimistas, mesmo que não acredite tanto nelas. Mas eu acho que o Brasil, diante da crise, estabilidade e resistência, nós temos que estar preparados para uma resistência que pode não ser curta.

Por último, acho que o Brasil sai na frente nessa crise, ele se preparou, ele foi prudente, a situação cambial, a situação fiscal, as medidas do Banco Central, em termos de prover liquidez ao mercado, as ACCs, aquela operação que eu acho que foi muito inteligente, pegar 36 bilhões de dólares das reservas e dar garantia de rolagem da dívida das empresas no exterior... Agora, os bancos públicos, que foram ágeis e supriram parte da demanda. Acho que faltou dois... Acelerar a queda da Selic. Dois: bater no *spread*. Está correto o que o Senador Tasso está fazendo. Na nossa Comissão, nós estamos tratando desse assunto, evidente que há um problema de inadimplência potencial, há um problema de cunha fiscal, mas tem que reduzir o *spread*, porque, se não reduzir, a inadimplência cresce. Se não reduzir, o custo futuro é maior do que reduzir. Então, nós precisamos ver o papel dos bancos públicos nisso e ver quais são as medidas que o Congresso pode fazer para ajudar a acelerar a queda do *spread*. Cadastro positivo na Câmara, dar agilidade aqui... Quais são as medidas que o Banco Central vê, concretas, que nós podemos construir nesse sentido?

E, por último, a taxa Selic estava atrasada. Ainda bem que foi para 1,5. Espero que essa coragem não seja provisória e que aquele conservadorismo daquela reunião – que tinha uma maioria querendo reduzir; depois, um consenso que manteve como estava – nunca mais volte a acontecer. Nós precisamos acelerar essa queda, e isso vai ajudar muito a parte fiscal e a retomada do crescimento. Muito obrigado.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, desculpe, que a oposição aqui é muito radical, viu?

[interrupção de áudio]

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eles fazem elogio aqui e depois criticam no Programa Nacional de Televisão e nos palanques do Brasil inteiro. Eu prefiro falar com transparência aqui e cumprir o meu papel de senador, de ajudar o Banco Central a acertar. Acertou muito, o Brasil está muito bem, mas precisamos corrigir, aí, o ajuste em sintonia fina.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Pois não, muito obrigado. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer os cumprimentos, elogios do Senador Jefferson Praia, dizer que procuramos, sim, dentro das nossas possibilidades, fazer o melhor pelo país. Em relação, então, a essas diversas questões do spread bancário, o Senador Mercadante também abordou o assunto, vamos procurar concentrar as respostas sobre o assunto.

Em primeiro lugar, de fato, o spread bancário brasileiro tem sido historicamente maior do que muitos outros países e aumentou bastante durante o correr do ano de 2008, principalmente depois do deflagrar da crise, atingindo os países emergentes. Existem algumas razões de ordem estrutural, histórica, quer dizer, em alguns países o crédito é mais barato, mas não existe, é muito pequeno; alguns países citados pelo senador, o crédito como percentual do produto é quase que inexistente. Em alguns países, o crédito não atinge a grande maioria da população, a bancarização é muito pequena; uma das características positivas no Brasil é que a bancarização é muito grande. Quer dizer, não existe, hoje, praticamente, nenhum município brasileiro que não tenha algum tipo de serviço bancário, seja direto, seja através de correspondente. Então, o volume de crédito concedido principalmente às populações de renda mais baixa no Brasil, o acesso ao crédito, é muito maior do que a maior parte dos países similares. Isso do lado positivo.

Existem algumas questões do lado negativo, referente a questões processuais, a questão da ausência do cadastro positivo aqui, porque em outros países isso se chama "bureau de crédito", que é muito importante para permitir uma maior concorrência entre o sistema. Hoje em dia, se uma empresa ou uma pessoa é cliente de um banco por 20 anos, é quase que... É muito difícil essa pessoa passar para outro banco, ou essa empresa. Porque o cadastro é praticamente propriedade daquele banco com quem essa empresa ou essa pessoa está trabalhando há 20 anos, e se o senhor tem uma empresa e chega num outro banco novo, é como se o senhor tivesse começando do zero. É como se fosse um empresário que estivesse abrindo uma empresa hoje, para aquele outro banco. Tem dados de mercado, dados comerciais, mas não há... Em alguns outros países, exemplo típico, principalmente de imigrantes brasileiros que chegam, por exemplo, dos Estados Unidos e que tem a experiência de serem aconselhados a começar a tomar crédito, exatamente para construir o histórico; que fazem com que a taxa de crédito que ele consegue vá baixando na medida que ele vá criando um histórico de crédito, independente de onde. Pode comprar uma loja, um banco... O histórico de crédito é acessável por todo o sistema.

Portanto, existem esses aspectos, existem questões referentes a problemas processuais, de custos, de... Digamos, de coleta, custos de cobrança, melhor dizendo, importantes também. Agora, não há dúvida de que a questão da competição e da transparência é muito importante. E estamos trabalhando séria e duramente neste sentido.

Então, existem diversas frentes de trabalho. Primeiro, a questão da crise em si, quer dizer, a crise levou a algumas consequências específicas; uma delas, como eu mencionei, foi a queda do crédito externo, levando as empresas que tomavam crédito externo a congestionar o mercado de crédito doméstico. Isso levou a um aumento do spread, e a carência de financiamento externo também para as exportações. Isso aí o Banco Central está endereçando fortemente, inclusive deve sair mais uma circular ou mais de uma, inclusive, como eu mencionei, do Banco Central hoje, de... Abrindo, liberalizando um pouco mais, para ver se esse processo flui com maior rapidez, eliminando algumas dificuldades que as empresas estavam tendo, de negociação com os bancos na rolagem da dívida interna. Então, digamos, isso eu chamaria normalização da oferta de crédito externo, o Banco Central substituindo o mercado financeiro internacional. Isso endereça uma parte do problema.

Outra parte do problema é a transparência. Permissão dos clientes de terem acesso livre às informações. O Banco Central começou a publicar no site do banco a comparação de taxas. Agora, para que isso seja eficiente, o cidadão ou a cidadã ou a empresa não só pode ter... Tem que ter a capacidade de ver que ele está num banco que está com uma taxa mais alta e que tem outros bancos que podem ter a taxa mais baixa, mas ele também tem que ter a capacidade de mudar de banco, senão não adianta. Ele só fica aborrecido se ele não consegue mudar de banco. Então, ele tem que ter essa possibilidade. Para ter essa possibilidade, aí, sim, o cadastro positivo e a portabilidade é muito importante, na medida em que ele possa, aí, sim, incentivar o processo.

O Senador mencionou, o Senador Mercadante mencionou, também, a questão dos bancos públicos. Isso é fundamental. Não há dúvida que os bancos públicos, aqui, têm um papel absolutamente fundamental. Voltando à questão dos Estados Unidos, por exemplo, um dos problemas que eles têm é exatamente este, quer dizer, como influenciar o sistema financeiro para voltar a emprestar? E eles têm essa dificuldade que eu vou responder numa outra pergunta, que é a questão da intervenção. O Governo americano tem participação de capital, mas não tem totalmente o controle, etc. O Brasil, nesse aspecto, de fato, tem uma vantagem importante: quase 50% do crédito é de banco público.

Então, nós já temos a instituição que é do porte e da tradição do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, do BNDES; a Nossa Caixa, agora, incorporada ao Banco do Brasil, o BRDE, etc., e diversas outras instituições. Então, o banco da Amazônia, o Banco do Nordeste, etc.

Então, é importante, de fato, que, conjugado com o cadastro positivo, essas instituições possam ter uma posição mais agressiva. Porque o banco público, se ele tem capacidade de analisar o cadastro da... Do cliente novo e da empresa, também, que seja candidata a um cliente novo, ele tem condição de agredir, com muito mais efetividade, o mercado, na medida em que ele possa, de fato, atrair o cliente do outro banco. E os outros bancos, sabendo que aquele cliente poderá ser atraído por outro banco e pode mudar, ele poderá também ser muito mais competitivo na sua formulação de taxas. Existem também outras questões de custo, como eu falei, questões processuais, que estão sendo estudadas por esse Grupo de Trabalho e, inclusive, existe até uma reunião do COMOC, hoje, que é a Comissão de Moeda e Crédito, que presido, que deve discutir alguns desses assuntos e a reunião, possivelmente deveremos levar, ao Conselho Monetário de amanhã, algumas propostas já nessa direção.

Outro dado, consequência importante da crise, foi a questão dos bancos pequenos e médios. Isso é um dado, também, da maior importância, também parte da pergunta do Senador Mercadante. Os bancos pequenos e médios, eles tiveram sua questão de liquidez equacionada, mas estão tendo dificuldade para crescer e competir. Portanto, restaurar a competitividade dos bancos médios é fundamental e isso certamente vai passar por uma maior capacidade do banco médio de atrair depósitos, está certo? Uma maneira que os bancos médios possam ter melhores condições de oferecer aos investidores uma segurança de que os investidores podem se sentir tranquilos com aquele investimento.

Em resumo, são medidas em andamento, não estão ainda finalizadas, deverão ser finalizadas nos próximos dias, mas existe, digamos, uma série de trabalhos sendo feitos nesse sentido. Portanto, uma oferta de crédito de um lado, uma volta à maior competitividade dos bancos pequenos e médios, uma ação mais forte dos bancos públicos, com o cadastro positivo. O cadastro positivo tem um outro benefício, que é, em tese, uma possibilidade de diminuição da inadimplência, portanto, do custo do sistema, como o senhor mencionou, mais 30% no total do spread, e isso também seria algo fundamental no processo. Tudo isso conjugado com a maior transparência e com uma maior competição, nós poderíamos, de fato, ter uma... Uma queda gradativa. Isso será um assunto que certamente será objeto das próximas reuniões dessa Comissão. Não há dúvida que isso não é um assunto que vá se esgotar aqui, nessa resposta. Nós vamos estar discutindo isso nas próximas reuniões e ver o resultado dessas medidas todas que nós estamos discutindo aqui.

Passando, agora, a perguntas do Senador Marcelo Crivella, mais uma vez, queria agradecer os elogios, a generosidade com que trata, aqui, essa administração do Banco Central. Em relação à questão cambial, o Senador mencionou com propriedade, quer dizer, não há dúvida de que o real foi uma das moedas que mais se apreciou durante o período 2003 até 2008. O real se apreciou fortemente. Quer dizer, saiu de um patamar em 2003 e chegou... Final de 2002, vamos chamar de 3,40... Tinha chegado mais alto, a 3.96, mas se estabilizado aí a uns 3,40, e foi gradualmente se apreciando e chegou a um pico de 1,56. Muito, digamos, fortalecido pelo aumento muito grande do preço de commodities, o Brasil é um país exportador de commodities, pela alta liquidez internacional, um país atraente para investimentos, saldos comerciais elevados em alguns momentos, chegamos a 47 bilhões de dólares de salto comercial, salto comercial alto, investimentos diretos, também, muito elevados, além dos investimentos em bolsa, IPOs e tudo isso. O fato concreto é que nós tivemos, de fato, portanto, momento muito favorável; tivemos um pico de investimento estrangeiro direto, por exemplo, de 45 bilhões de dólares.

Agora, era absolutamente esperável e normal que houvesse um processo de ajuste, na medida em que aquele ciclo se esgotou. O ciclo das commodities nos preços do dólar... O petróleo a 150 dólares, etc., isso se esgotou, o preço de todas as commodities em geral, minério de ferro, etc., ajustando-se para níveis mais razoáveis, era absolutamente razoável se esperar de que o dólar voltasse a patamares diferentes em relação ao real, além de não podermos esquecer que o dólar se apreciou em relação à grande maioria... A totalidade das moedas, praticamente, em alguns momentos. Por quê? Porque exatamente a crise americana levou à apreciação do dólar pela repatriação de capital, pagamentos de empréstimos, etc., e toda uma série de coisas que aconteceram no processo.

É interessante mencionar também, senador, que, em alguns momentos, nós líamos nos jornais, analistas, empresários, etc., criticando fortemente o Banco Central por ter deixado o dólar passar de dois para baixo. E depois ouvimos críticas fortes por ter deixado o dólar passar de dois para cima. Evidentemente que o dólar, ele flutua em relação a todas as moedas do mundo, inclusive o real, mas o fato concreto é que, depois desse reajuste, o real tem se mantido, como eu mencionei, numa estabilidade e num nível de volatilidade menor do que a grande maioria dos países emergentes. Em relação a esse risco mencionado pelo senador, primeiro em relação a investimento estrangeiro direto. O investimento estrangeiro direto caiu, mas ainda a nossa previsão é que ele está ainda em patamares bastante sólidos pela comparação histórica com o Brasil, se nós olharmos aí os números dos dois primeiros meses desse ano e a projeção do ano, de 25 bilhões de dólares para esse ano. É menor do que o pico, mas é maior do que a nossa média histórica. Então, apesar disso, o Brasil ainda é um destino importante. Eu tenho ouvido de muitas empresas de grande porte que Brasil e Índia são os dois países que ainda estão... Desculpe, Brasil e China são os países que ainda estão recebendo investimentos, ainda numa escala bem menor, internacional. Então o Brasil, nesse aspecto, apesar disso, ainda é uma destinação importante de investimentos. Em relação ao risco de fuga cambial devido à queda da Selic, eu gostaria de dizer, senador, isso tem ocorrido em alguns países, sim. E já ocorreu no Brasil, no passado. Então, o risco mencionado pelo senador, é um risco que existe no cenário internacional, apesar da crise, apesar do decréscimo do nível de atividade, nós vimos aí alguns países que tiveram que enfrentar esse tipo de problema. Agora, o importante--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ministro, só um comentário sobre essa questão específica. Nós não estamos com uma brecha? Porque o acordo de reciprocidade, na questão tributária do Imposto de Renda, não está permitindo, por exemplo, que aplicadores brasileiros possam aplicar em títulos públicos de outros países sem recolher o Imposto de Renda e nós não estaríamos gerando um espaço que eu diria descabido nesse momento, em relação à gestão da política monetária e fiscal do país? Quer dizer, se você aplicar em recursos da Áustria, você não paga Imposto de Renda, e com isso você está dando uma vantagem comparativa completamente indevida em relação às aplicações de quem o faz no Brasil. Nós precisaríamos corrigir isso para diminuir esse risco que, acho que é pequeno, mas, de qualquer forma, existe.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Esse é um aspecto, senador, mas, na realidade, o que mostra é que não é uma pequena diferença de tributação que faz essa questão. Isso nós estamos vendo no país do leste europeu, quando existe uma desconfiança na moeda, isso é tão forte e nós já vimos isso, senador discursou muito sobre esse assunto aqui, em 98 e 99, e depois em 2002, e, portanto, nós vemos que esse é um risco importante que temos que levar em conta. Em dito isso, o segredo é o seguinte: quando os agentes econômicos têm confiança nas autoridades monetárias do país e na gestão da dívida pública e têm confiança de que os cortes da taxa base estão baseados em medidas técnicas sólidas e projeções, realmente, de queda de inflação, quer dizer, tem esse espaço real de corte, certamente como a história do Brasil está mostrando,

recente, as taxas de câmbio tendem a se estabilizar, independentemente dos cortes da taxa Selic.

Como eu já mencionei, fui até objeto aqui de uma brincadeira do senador, como eu já... Senador Tasso, como eu já mencionei, de fato é um ganho histórico do país, senador, o fato de que possamos ter esta oportunidade, hoje, de fazer política anticíclica monetária, sem correr esses riscos mencionados, exatamente porque o país tem uma ancoragem mais sólida. No passado, muitas vezes acontecia, assim, de que muitos países, numa crise como essa, 97 foi um exemplo, muitos países numa crise como essa estavam cortando fortemente taxa de juros, o Brasil tinha que subir para enfrentar problemas. Então, é, de fato, uma... Uma situação importante e gostaria de, portanto, deixar isso muito claro, a atitude do Banco Central é responsável, séria, técnica, vista pelos agentes do mundo inteiro como tal e, portanto, eventuais cortes da taxa base são vistas como uma medida positiva pelo mercado. Por quê? Porque baseados na realidade, baseados na responsabilidade quando existem.

Em relação, agora, às perguntas do Senador Aloizio Mercadante, gostaria, em primeiro lugar, de agradecer também os elogios à condição da política monetária cambial do Banco Central nos últimos anos. O Senador mencionou a questão do Greenspan e o fato de que se o Presidente do FED tivesse que ir ao Senado americano tão frequentemente quanto o Presidente do Banco Central do Brasil tem que vir à CAE, que talvez a história lá fosse diferente. Mas eu gostaria de deixar claro o seguinte, um detalhe interessante: o que gerou a crise americana foram taxas de juros excessivamente baixas por um período muito prolongado. Gerou um excesso de crédito e mostra que políticas têm que ter uma certa responsabilidade, Senador.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não foi só taxa de juros baixa. Falta de regulação, de prudência, de mecanismo de controle... Um fundamentalismo de mercado que predominou nessa lógica que o debate democrático não era importante. O mercado que resolvia.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Ontem, o Presidente Gabrielli disse que foi porque nós não adotamos o modelo da Albânia aqui.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ele não disse, não, mas o Senador Tasso continua provocando ele.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Está certo. Então, o que eu quero dizer é o seguinte: existe a questão regulatória, mas a avaliação hoje, senador, é de que, de fato, toda a sociedade americana, inclusive as entidades reguladas, inclusive os mercados, inclusive as famílias... Todos foram induzidos a um processo de endividamento excessivo por uma crença que seria possível manter taxa de juros excessivamente baixas por períodos prolongados. Nós queremos apenas... Estamos apenas mencionando isso para dizer que eu já mencionei isso numa reunião, uma vez, que a taxa Selic boa é a taxa Selic adequada. Não é necessariamente a mais baixa possível e nem a mais alta possível.

Em relação à questão da política fiscal, eu gostaria de mencionar que o Banco Central já tem um certo crédito aqui, senador. Já tem um certo crédito aqui--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ministro, V.Exa é um craque, não é? A taxa de juros boa é a adequada. Ou seja, não disse nada, absolutamente coisa alguma e mais uma vez conseguiu não debater e... Leiam na Ata do Copom, que estará explicado que é adequado.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Nós vamos chegar no seu gráfico, senador. Vamos debater, sim. O que eu estou lhe dizendo é meramente chamar atenção de que esse viés, de que a taxa, quanto mais baixa, melhor, não é necessariamente o correto. Isso que estou chamando atenção. A taxa é adequada porque a taxa é adequada para cada momento do tempo, em cada país diferente. E tem países que têm condições diferentes. Então, eu não posso dizer: "A taxa boa é a taxa X", porque eu seria irresponsável, porque as condições mudam não só para o Brasil como de país a país. Portanto, é adequado àquele momento e àquele país. Não há outra forma de dizer. Eu apenas chamo atenção de que este viés, de que Taxa Selic boa é a taxa mais baixa possível, não é necessariamente a realidade e não é a história de todos os países. E eu mencionei a questão americana porque a questão americana foi muito usada como exemplo para o Brasil.

Voltando, agora, à questão da política fiscal. O senador mencionou sobre o fato de que o Banco Central pode ajudar ainda mais o tesouro, com cortes posteriores de Selic, etc., baixando a carga fiscal. Gostaria de mencionar ao senador, primeiro que o Banco Central tem um crédito aqui, agora, depois desses 181 bilhões de reais de transferência para o Tesouro Nacional, gostaríamos de usar aqui, esse... Esta... Esse crédito aqui, junto ao senador, no sentido de que fazemos o que é correto, mantendo o seu equilíbrio macroeconômico, etc., mas a taxa de juro real no Brasil está caindo sistematicamente, nos últimos anos, em função da estabilização, o que tem diminuído o custo do tesouro.

Em relação à questão do gráfico mencionado pelo senador, o gráfico 45, evidentemente, senador, é um debate que nós temos desde 2003, sobre esse gráfico, não é verdade? Então, isso não é novo. Eu gostaria de mencionar mais uma vez de que a Selic não tem que estar sempre igual ou acima da taxa de mercado. Isso

não acontece em lugar nenhum do mundo, exatamente porque as taxas de mercado antecipam não só decisões futuras da Selic como condições de mercado. E se nós fôssemos usar esse raciocínio, de que a taxa de mercado está mais baixa, a Selic tinha que estar mais baixa, nós olhamos no lado esquerdo do gráfico, nós íamos concluir de que o Banco Central subiu um pouco a Selic, porque a taxa de mercado estava mais alta. Então, o Banco Central tinha que ter subido mais rápido. Então, isso, evidentemente, o senador não usaria este argumento.

Portanto, o que existia, dessa subida na taxa, era exatamente a previsão, antecipação do mercado, de que a inflação iria subir e que, portanto, o Banco Central iria subir a Selic, portanto o mercado se antecipou e subiu antes. Da mesma maneira que uma confiança no mercado, de que a política estava sob controle, de que o Banco Central iria baixar a Selic quando correto e necessário, e na medida do necessário e que, portanto, não haveria os repasses das pressões inflacionárias que preocupavam muito o mercado daquele momento. Porque hoje é fácil dizer: "Não, não houve repasse cambial". Mas isso não estava tão claro naquele momento. Por exemplo, por quê? Porque a história do Brasil tinha um demonstrativo diferente, tinha um resultado diferente. Mas o fato concreto é que o que vale é o resultado. Eu sou um homem que acredita na política de resultados. E a política de resultados é que a expectativa de mercado e inflação caiu, as taxas de juro caíram e isto é expansionista e isso está permitindo ao Brasil adotar uma política monetária anticíclica, cortando taxa de juros base em momentos de crise e em momentos, inclusive, de instabilidade cambial, o que eu acho é um ganho importante para o país.

Mencionando este gráfico mais uma vez, eu vou mostrar aqui, para as Sras. e Srs. Senadores, como pode ocorrer este fenômeno que eu mencionei, de que o mercado pode antecipar uma subida de inflação e uma certa... Um repasse cambial e um certo descontrole no mercado de câmbio, mesmo, mesmo quando há uma queda de atividade à frente. Se nós olharmos aqui, em 2002, nós vamos ver que, com a Selic estável a 19%, em abril de 2002, a taxa de juros de mercado começaram a subir, portanto, contraindo atividade, subindo fortemente. E quando a Selic caiu em julho, 1%, o mercado voltou a subir. Isto mostra exatamente essa questão que eu estou mencionando, quer dizer, e se nós olharmos à frente, senador, volta exatamente o mesmo gráfico em 2003, que foi a primeira vez que nós discutimos esse assunto, final de 2003. Exatamente o fenômeno que aconteceu está acontecendo agora. O Banco Central subiu a Selic e manteve o tempo suficiente para as expectativas de inflação caírem e aí o Banco Central poder, seguramente, ir baixando a Selic, com as expectativas de inflação caindo, com a taxa de juros caindo e com a atividade econômica subindo com os resultados extraordinários que temos visto de aumento da taxa de crescimento do Brasil nos últimos anos.

Então, mais uma vez, eu vou pedir mais uma vez... Abusar um pouco da generosidade do meu amigo senador e dizer que da mesma maneira que a ação do Banco Central, no passado, deu certo, quem sabe dessa vez poderá, mais uma vez, se provar certa no futuro.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas, ministro, ninguém está dizendo que não deu certo. Nós estamos dizendo que eu acho que nós precisamos ter sintonia muito fina para enfrentar uma crise como essa e ocupar bem os espaços. Porque a verdade de tudo isso, agora o PIB, no último trimestre, caiu 3,6%. Eu acho que a preocupação fundamental do Banco Central ali era câmbio, na minha... Na minha modesta percepção. Eu acho que havia uma certa insegurança... A única coisa que me leva a crer o consenso que houve naquela mudança de posição no Copom. Era a preocupação com a estabilização do câmbio, que, de fato, estabilizou. Não houve um aprofundamento da desvalorização. Esse argumento, para mim, é razoável, apesar que eu acho que com 200 bilhões de dólares, mais 30 bilhões de dólares de crédito dos Estados Unidos, mais 30 bilhões de dólares de swap reverso, o Banco Central tinha munição para entrar como entrou na hora que precisou e não perdeu reserva e estabilizou o câmbio. E, felizmente, já estabilizamos o câmbio e outros países não estabilizaram. Acho que o caminho está correto, agora, tem momentos que o Banco Central atrasou o espaço que tinha. Esse eu acho que foi um deles. Então... Mas, de qualquer forma, é história... Mas é bom sempre repassar, quem sabe na próxima não atrase.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Senador, existe uma coisa que chama-se... Poderia se chamar, digamos, de "síndrome sob julgamento de Banco Central", que é o seguinte: o Banco Central... Isso é histórico, está em livro texto do Banco Central; o Banco Central sempre tem que agir preventivamente. Então, eu me lembro da história de quando eu fui fazer uma visita a determinados países, da África, onde a malária é endêmica e muito forte. E sabemos que não há vacina contra malária, então o médico receitou que eu tomasse preventivamente o remédio da malária. Então, a ideia é exatamente essa, quer dizer, alguns já devem ter experimentado, que se toma o remédio de maneira que, quando a malária entra no corpo, o mosquito pica, etc., o remédio está no sangue e mata rapidamente

e combate rapidamente; quando a doença ainda está fraca, ela não se desenvolve no corpo. Eu fiz isso e não tive malária. Então, uma reação possível, uma das pessoas que estavam no grupo me disse: "Bom, erramos. Não é verdade? O médico estava errado. Afinal de contas, tomamos o remédio desnecessariamente, porque não tivemos malária".

Na realidade, a prevenção, quem sabe, foi prevenir a malária. O que eu quero dizer com isso é o seguinte: o Banco Central toma medidas preventivas e quando dá certo, muitas vezes se diz: "Olha aí, não precisava." O fato concreto é que as expectativas de inflação estão se comportando como deviam, no Brasil o Banco Central está tomando as medidas adequadas, a taxa de juros está refletindo uma melhora da questão de risco, de fato o Brasil teve uma contração súbita no quarto trimestre, foi uma contração mundial, muito influenciada por questão de expectativa e gestão de estoques; evidentemente isso refere-se a setembro, outubro, novembro e dezembro e certamente não tem nada que ver com a decisão do Copom, de dezembro. Agora, é importante mencionar que foram uma série de fatores que levaram àquela decisão que eu gostaria de dizer que, se nós olharmos os resultados tecnicamente, na nossa avaliação, administração e a sintonia fina do Banco Central no período corrente tem dado os resultados esperados e esperamos que vá continuar dando.

E em relação à questão de decisões futuras, os senadores já conhecem a posição do Banco Central a esse respeito, a maneira como eu gosto de me referir a ela é o seguinte: qualquer sugestão sobre decisão futura eu fico rouco de tanto ouvir, independente do momento.

Em relação a bancos pequenos e médios, eu já mencionei; em relação aos Estados Unidos, a intervenção dos bancos... Nos bancos americanos, de fato, seria uma medida de solução rápida, porém de custos e de gerência complicada. Os americanos não têm a estrutura de bancos públicos que nós temos no Brasil. E, portanto, é um processo bem mais complicado nos Estados Unidos e eu acho que a única coisa que nos resta a fazer é, primeiro, esperar que dê certo. Segundo, eu acho que essa chamada a responsabilidade do Governo americano de outros líderes mundiais, eu acho que é correto, o Presidente Lula tem feito isso, acho que a conversa dele, do Presidente Lula com o Presidente Obama foi bastante produtiva e tenho certeza que o Presidente Lula terá uma participação importante na reunião do G-20, em Londres. Por favor, Presidente.

[pronunciamento fora do microfone]

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Hum... Poupança. Os jornalistas lembraram da poupança. Os jornalistas estão ligados na poupança, está certo. É verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Parece que os jornalistas estão poupando.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ministro, foi o Fábio que começou essa confusão ali.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: É verdade. Então é o seguinte: a questão da poupança. A poupança, de fato, fixa um piso mínimo de rendimento, que é uma taxa real mais a correção da TR. Na medida em que a Selic está caindo e o mercado prevê que pode eventualmente cair mais, então não há dúvida que coloca-se à frente um problema, que é o problema da indexação da herança, da indexação da economia brasileira. Não é só poupança, não, tem várias outras coisas. Fundos de pensão com rendimentos prefixados... Uma série de outras coisas. Quer dizer, nós temos uma economia, como um todo, que estava estruturada para trabalhar com taxa de juros elevadas. E quando as taxa de juros começam a cair, o que todos querem, começa a se enfrentar alguns problemas exatamente desta queda, que é exatamente o rendimento das pessoas que aplicam.

Então, é um desafio, de fato, que terá que ser equacionado, eu não vou dar aqui a solução, porque não compete, é uma decisão em última análise, das senhoras e dos senhores. O rendimento da poupança é defendido por lei. Então, isto certamente será debatido aqui, nesta Casa, será debatido pelo Executivo. Agora, eu gostaria apenas de deixar mencionado que, de fato é um desafio... Se os jornalistas esperassem que eu desse, aqui, qual é a solução para a poupança, infelizmente nós não vamos fazer isso inclusive porque não temos poderes para isso, o poder está aqui, nessa Casa. Mas, de fato, este é um desafio e é um problema. De um lado é a poupança do pequeno, principalmente, e do outro lado nós temos também a questão do mutuário, do sistema financeiro de habitação e, em última análise, será uma decisão que vai... Desafiante e vai fazer jus aqui à capacidade intelectual e política, aqui, do Congresso Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Tem o FGTS. Tem também a questão do FGTS, das multas e juros de mora...

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Temos uma série de problemas institucionais, o Procurador do Banco Central está concordando ali com o senhor. É verdade. Note bem, é um ganho importante que o Brasil, pela primeira vez, esteja atingindo patamares de juros mais baixos da história. De outro lado, isso oferece desafios

institucionais em um país que tem toda uma estrutura institucional para trabalhar com juro alto. É isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Os baianos são impacientes. Esses dois senadores da Bahia... E eu vou conceder a palavra aos dois agora. Eles não vão tirar par ou ímpar, não. O primeiro inscrito aqui é o Senador César Borges.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sim.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu estou inscrito aí em que lugar?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Bem, temos os baianos, que não são os novos baianos...

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): São, Presidente, pelo menos em idade.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Podem ser também. Temos o Senador César Borges, vai falar agora, depois o Senador Antonio Carlos Júnior, depois o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Muito bem. Então o senhor vai ouvir primeiro os oradores e depois o Presidente responderá? Pode ser assim?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, nós vamos englobar, agora, todos os que estão aqui. E depois, o Senador Roberto Cavalcanti. Com a palavra o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Presidente, essa questão do spread, por mais que debatamos, aqui, essa questão, ela nunca é esclarecida suficientemente. Sempre me parece que as explicações são evasivas. Senador Tasso Jereissati já por diversas vezes trouxe essa questão do spread, é uma preocupação da Casa inteira. Assistimos no Brasil uma concentração com o setor bancário após o Plano Real. Recentemente, a fusão do Itaú com o Unibanco. V.Exa disse e nós sabemos que o setor público detém 50% do crédito através do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES, Banco do Nordeste, Banco do Amazonas, etc. Muito bem.

Então é muito fácil, se o Governo quisesse, efetivamente, competir no mercado, fazendo uma política de spread para baixo. Há três anos aqui, aprovamos a Lei de Falência quando o setor bancário dizia: "Olha, essa lei é fundamental para baixar o spread". O que nós assistimos no último momento foi o crescimento do spread na crise, apesar da liberação dos compulsórios. Então, essa é uma questão que afeta, sem sombra de dúvida, o cidadão brasileiro e as pequenas e médias empresas, porque quem pode ir ao BNDES para grandes investimentos, vai pegar TJLP de 6,5. Mas a pequena empresa não vai ao BNDES. E o que nós estamos pagando, hoje, são juros que, por exemplo, para as empresas, capital de giro chega a 62,9, e com a queda da Selic, disse que vai passar para a grande queda, para 60,7. Presidente, V.Exa sorriu, mas essa é a queda da repercussão da Selic. No cartão de crédito é uma verdadeira usura. Isso é usura. Acho que na Bíblia está muito claro o que é usura. O sujeito cobrar, com Taxa Selic de 11,25, cobrar 149% ao ano. Mas tem uma grande esperança: com essa queda da Selic, deverá ir para 146%. E nada se faz e o Banco Central diz: "Não tenho muito a ver, não é bem o caso, porque o mercado é livre, é regido..." Quando o próprio Governo tem 50% do crédito, com os bancos públicos.

Então, eu acho que essa é uma questão que lamentavelmente não se enfrenta com a decisão, com objetividade que é necessária para que seja um grande impulso na economia, principalmente para os micros e pequenos.

A outra questão, Sr. Presidente, é o seguinte: nós temos aqui, publicado na Folha de São Paulo, que houve uma queda na demanda de novos empréstimos para consumidores e empresas. Agora, acontece essa queda principalmente sobre as micro e pequenas empresas. O indicador do SERASA diz o seguinte: que para os consumidores de renda menor, até 500 reais, sofreu uma queda de 10% em fevereiro de 2009, em relação a 2008, em contraste com a redução de apenas 3% para os que ganham acima de 10 mil. Ou seja, estamos afetando exatamente a classe mais baixa, porque não tem mais acesso ao crédito, está diminuindo a demanda, inteiramente, para eles. Do mesmo modo, as micro e pequenas empresas amargaram uma queda de 4,5%, enquanto as grandes empresas sofreram queda de apenas, Senador Tasso, 0,7%. Quer dizer, e eu acho que as pequenas e médias empresas, as micro empresas, são as grandes empregadoras do país. É preciso uma política específica.

Outra questão, Sr. Presidente. A estimativa de crescimento do PIB para 2009, e aí, veja bem, é um relatório Focus, é do Banco Central. É de estagnação; crescimento de 0,01%. E o relatório Focus capta as expectativas de mercado e que projeta inflação de apenas 4,4% em 2009, abaixo do centro da meta.

Então, mais uma vez a questão dos juros. Por que o Banco Central não fica mais atento e audacioso para uma queda mais efetiva, olhando, em primeiro lu-

gar, a atividade industrial e econômica que, se prevê, cairá, neste ano, de 2009, 2%? Então, fico a perguntar: quais os problemas de indexação apontados pelo Diretor do Banco Central que impedem uma maior redução de juros?

Outra questão, Sr. Presidente, aí é pouco mais com relação à preocupação para o futuro. Porque com quem nós conversamos no mercado acredita que vem uma segunda onda nessa crise econômica, que ela não está ainda devidamente equacionada no plano internacional. Houve Audiência Pública há duas semanas, dessa Comissão, e os economistas de renome, que aqui estiveram, foram pessimistas contra a recuperação do crédito interno, mas também do crédito externo, que deverão prioritariamente financiar os déficits dos Estados Unidos, da Europa e do Japão. Aí eu pergunto a V.Exa, com sua experiência internacional: acredita, V.Exa, que o ambiente econômico internacional que influencia, sem sombra de dúvida, a economia doméstica, já atravessou o pior período, o mais crítico, ou nós temos aí uma segunda onda prevista para a crise internacional e que vá afetar o nosso país?

E, por fim, Presidente, que não diz muito respeito a V.Exa, mas eu vejo medidas extremamente corretas adotadas pelo Banco Central, pelo próprio Governo Federal, para debelar a crise. Uma delas, sem sombra de dúvida, pressionado pelo mercado automobilístico, pela indústria automobilística, foi a redução de IPI, senão a venda de automóveis não estaria tendo aquele reflexo de recuperação que houve no início desse ano. Entretanto, se tem trazido uma inquietação enorme aos entes federativos brasileiros, estados e municípios. Porque, normalmente, quando há uma diminuição da carga tributária, dos impostos, para incentivar a economia o consumo, se dá em cima do IPI. E o IPI é fundamental para o fundo de participação dos estados e municípios.

Então, essa redução está levando, lamentavelmente, como efeito colateral, a inadimplência, eu diria até a falta de capacidade de sobreviver dos pequenos municípios, que não poderão sequer arcar com os índices de responsabilidade fiscal com relação à aplicação para manutenção nos índices de pagamento de pessoal. Porque, na medida que a receita diminuiu, ele não pode sair fazendo demissão em massa para manter o mínimo de 60%, para pagamento da folha de pessoal. Então, é outra questão que preocupa muito; como vão sobreviver os entes federativos, porque se esses entes, principalmente os municípios brasileiros, entrarem num desajuste, com certeza vai recair, prejudicando a própria economia como um todo, na base, no desemprego, nas menores cidades do nosso país, que vive, como é o caso do Nordeste, e eu somos da Bahia e represento a Bahia e o Nordeste brasileiro, a crise já existe. O Presidente Garibaldi Alves sabe muito bem do que nós estamos falando, com os pequenos municípios; vai ser redução de consumo, o município é empregador nessas pequenas cidades e sequer há recursos para repassar para o pagamento das Câmaras de Vereadores e para o pagamento da folha de pessoal dos pequenos municípios. Muito obrigado, Sr. Presidente. Encerro parabenizando-o, que sei que V.Exa tem sido, à frente do Banco Central, uma pessoa extremamente sensata, tomando as medidas corretas, no momento oportuno, e por isso nós sabemos que o Brasil tem enfrentado com galhardia essa crise, mas não sabemos até quando. Essa é a nossa preocupação. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente Garibaldi Alves, Ministro Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, diretores do Banco Central, Mário Mesquita e Mário Torós, Sras. e Srs. Senadores. Primeiro, parabenizar a V.Exa e a Diretoria do Banco Central pela conduta do banco na gestão da crise. Realmente, o Banco é o órgão máximo do Governo nessa questão de combate à crise. É o órgão que tem, realmente, se desempenhado com bastante eficiência e prudência. Então eu gostaria de fazer, aqui, mencionar essa... Esse trabalho eficiente e prudente do Banco Central em relação ao combate à crise. Sensato, sem se precipitar, sem estar dando declarações ufanistas, otimistas, e sendo prudente até mesmo na redução das taxas... Da Taxa Selic.

Minha questão é também o spread bancário. Há uma preocupação, eu sei, do Banco Central, já antiga, desde 2003, desde que V.Exa assumiu a Presidência do Banco, que o Banco Central vem estudando a questão do spread, vem discutindo a questão do spread publicamente, inclusive, mas, realmente, há uma preocupação grande, por quê? Porque o spread é muito alto e, portanto, a distância entre as taxas piso, ou seja, a própria Taxa Selic ou a taxa do... De swap prefixado, de 360 dias, que é uma taxa referencial para o mercado, elas são piso. Na verdade, a taxa, para o tomador final, é muito maior, e nós já... Já se discutiu muito em relação às razões, temos, aí, impacto do compulsório, impacto dos impostos diretos e indiretos, custos administrativos das instituições... A questão da inadimplência, para mim, principalmente no caso das pessoas físicas, ele é superestimado, esse é um ponto que pode ser combatido, o spread das pessoas físicas realmente acaba sendo nivelado por baixo, ao invés de se ter, digamos, os bancos terem um critério mais

efetivo de gestão desse spread, e além da questão da competitividade, que leva, inclusive, os bancos a terem uma margem de lucro, também, elevada.

Mas, além disso, ainda tem um outro problema. Nossa economia, e aí não cabe, essa responsabilidade não cabe ao Banco Central, nossa economia tem um volume de recursos direcionados muito grande. Ora, os recursos direcionados, normalmente, tem taxa de juros menores e, portanto, os bancos colocam, nas taxas de juros livres das operações que não são carimbadas ou direcionadas, acaba fazendo com que os spreads das operações livres seja também maior. Esse é um ponto que é um ponto de política econômica, como um todo; não cabe somente ao Banco Central discutir isso, porque nós temos a área do BNDES, temos crédito rural, temos crédito imobiliário... Temos uma série de operações que são direcionadas e que tem taxa de juros ou subsidiadas ou mesmo tabeladas. Isso faz com que as operações livres sejam oneradas.

Então, eu faria uma pergunta: o que é que se poderia fazer? O compulsório, uma parte dele, expressiva, foi liberada, mas para um foco específico de aquisição de carteiras de bancos em dificuldade, quer dizer, será que seria possível reduzir mais o compulsório, para poder induzir a queda do spread? O Governo poderia, também, contribuir, já não cabe ao Banco Central, mas poderia contribuir com a redução dos impostos ou eliminação dos impostos indiretos, que seria o ideal. O imposto direto é natural de qualquer atividade econômica; Imposto de Renda, contribuição... Mas os impostos indiretos, eles não fazem muito sentido. Então, o Governo poderia ajudar, colaborando na eliminação dos impostos indiretos.

Outro ponto que eu queria colocar é a questão da caderneta de poupança. V.Exa acha que a remuneração da caderneta deveria mesmo ser ajustada para possibilitar uma melhor gestão da Taxa Selic? E houve uma sugestão da FEBRABAN no sentido de cobrarem Imposto de Renda. As cadernetas, hoje, são isentas. O Governo estaria disposto a tributar caderneta de poupança, buscaria outra forma? Como é que V.Exa veria essa questão da caderneta também?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu poderia pegar carona também? São duas questões bem pontuais. Sobre essa questão do spread, que o Senador Antonio Carlos colocou, se existe alguma evidência empírica que juros menores para clientes antigos. Se existe essa... Se existe alguma evidência empírica nesse... Nesse sentido. E a outra seria apenas uma sugestão, para que o BACEN desse mais transparência, para nós, ainda, pudéssemos analisar, para divulgar quando o crédito ao setor privado, informar separado estatais e privadas. O BNDES distinguir projetos de investimentos clássicos do BNDES e as chamadas operações estruturadas, e o crédito à empresa, separado... Grandes tomadores e pequenos tomadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente Garibaldi, Senador Tasso Jereissati, Sr. Ministro Henrique Meirelles, assessores, senadores, é natural que num período como este, de crise internacional, que atinge a todas as nações, algumas delas, preocupando-se com os empregos internos e a proteção de suas famílias, possam vir a adotar medidas protecionistas, com o objetivo de tornar mais fácil a solução dos seus problemas econômicos e sociais, como, por exemplo, adotando medida de restrição às importações, subsídio à produção nacional. Aqui e acolá a gente ouve na... A gente lê na imprensa que alguns países, muito embora haja mecanismos de proibição de contenção do protecionismo em âmbito internacional, em âmbito mundial, há essas ameaças de protecionismo.

Então, gostaria de saber se V.Exa identifica algum país que esteja adotando tais medidas, que venham prejudicar substancialmente a economia dos países emergentes. O Primeiro-Ministro da Inglaterra, o Gordon Brown, ele fez elogios candentes ao procedimento do Brasil quanto à contenção da crise mundial. E ele diz textualmente, nas páginas amarelas, na revista Veja. "O Brasil, por outro lado, tem um grande, moderno, lucrativo e bem capitalizado setor bancário." Então ele reconhece que a estabilidade existente no Brasil se origina ou é sustentada por um sistema bancário qualificado, equilibrado. Mas que ele reconhece que é lucrativo e bem capitalizado, significando dizer que há, no Brasil, uma regulamentação que evita abusos e excessos que foram cometidos, por exemplo, nos Estados Unidos, que redundaram nesta crise, mas que é um sistema que dá uma lucratividade absurda aos bancos. Aliás, as notícias que nos chegam é que, no Brasil, os bancos têm mais lucros do que nos seus próprios países de origem, quando são bancos estrangeiros.

É lógico que o Banco Central tem uma política de contenção do processo inflacionário e o faz através de uma política de juros consistente, que pode variar de acordo com a conjuntura, que é avaliada pelo Copom nas reuniões que são feitas. O Senador Mercadante falou que realmente houve uma queda no crescimento do Brasil, o Brasil contraiu 3,6% no último quadrimestre, mas que as condições macroeconômicas do Brasil fizeram uma contenção e esse patamar de decréscimo não mais vai acontecer ou não aconteceu, pelo menos é o

que se prevê. Então, quer dizer, o Brasil, muito embora tenha se protegido através de uma política, monetária e econômica, consistente, equilibrada e adequada, mas, no entanto, os investimentos não são suficientes para a manutenção do emprego. Tanto isso é verdade, por exemplo, que apesar do esforço do Governo, e elogio o Governo nesse sentido, através do PAC, os investimentos ali realizados não passam de 1%.

Hoje o Governo está fazendo uma coisa boa também, que é anunciar a construção de um milhão de casas populares. Isso vai incentivar, sem dúvida alguma, a construção civil, o emprego notadamente nas camadas mais pobres da população. Porque a construção civil é quem emprega, sem dúvida alguma, essas áreas menos especializadas. Mas há, sem dúvida alguma, um contágio. Temos que assumir isso. Há um contágio da crise internacional sobre o Brasil, tanto que a indústria automobilística anuncia, frequentemente, não só a dispensa de empregados, como férias coletivas. Isso é muito preocupante para todos nós. A EMBRAER, que é uma indústria especializada, que até nos honra com a construção de seus aviões, dispensou 4.300 empregados. Isso foi realmente uma... Teve uma repercussão enorme. Notadamente porque é uma área especializada e a pessoa que sai de uma indústria automobilística é muito difícil de encontrar um emprego, porque não há indústrias correlatas, não há outras indústrias que produzam aviões aqui no Brasil. A não ser que sejam exportados esses empregados.

Por outro lado, como aqui se referiu o nosso Senador César Borges, do Estado da Bahia, os municípios estão se ressentindo drasticamente daquela arrecadação, até mesmo eu fiz um discurso nesse sentido, pedindo ao Governo algumas providências. Por exemplo, porque não repensar numa retribuição a essa crise, alterar o fundo de participação, aumentando um pouco mais o fundo de participação, 1% para os municípios, mas com a obrigatoriedade que os municípios possam vir a utilizar esses recursos somente em investimentos ou em despesa de capital, como era antigamente. Bom, antigamente, Presidente Garibaldi, como V.Exa se lembra, V.Exa foi Prefeito como eu fui, então havia uma obrigatoriedade de que os municípios só podiam utilizar 50% de suas despesas, de suas receitas, em pessoal ou em despesa de custeio. O restante eram despesas de capital. Depois a coisa evoluiu de tal modo que municípios não tiveram mais restrição nenhuma. Recebem o fundo de participação e podem aplicar em pessoal, despesa de capital, em custeio. Então, eu acho que teríamos que restaurar, mas para uma restauração paulatina, teríamos que aumentar um pouco o fundo de participação.

Então, eu perguntaria ao nobre Presidente, que todos nós admiramos pela sua competência, lisura e coragem, porque renunciou a um mandato de Deputado Federal para enfrentar um momento difícil que estava passando o Brasil e assumiu o Banco Central. Então eu gostaria de perguntar a V.Exa se... Quais as medidas que poderiam ser tomadas com referência ao Banco Central, porque é a sua atividade específica. Nessa preocupação a que estou me referindo, o desemprego, queda da arrecadação dos municípios, que isso é um reflexo da contenção na indústria, no comércio, na agricultura.

Então, gostaria de saber de V.Exa o que o Banco Central pode, ainda, ativar? Quais os mecanismos que o Banco Central poderá utilizar para atenuar esse impacto da crise no Brasil, ou seja, reduzir o contágio da crise no Brasil? Agradeço a V.Exa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Roberto Cavalcanti com a palavra.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador Presidente Garibaldi Alves, Senador Tasso Jereissati, Presidente Henrique Meirelles, demais companheiros do Senado Federal, é muito difícil ser um dos últimos ou o último a fazer perguntas. Eu já tinha me preparado, aqui, para vários temas, todos eles já foram abordados e precisamente respondidos. Um dos temas seria que eu estava chamando aí o *Break Even Point* do "poupança *versus* Selic", que foi muito bem abordado, aqui, por todos.

Eu sou de uma geração que é uma geração pós Segunda Guerra Mundial, nasci em 46, então o modelo americano era um modelo exemplar, pelo menos para o Brasil, um país como o Brasil. Meu pai estudou nos Estados Unidos, minha irmã estudou nos Estados Unidos e meus filhos estudaram nos Estados Unidos. Então, eu tenho ou tinha uma referência para com o macro, quer ser automobilístico, setor espacial, setor bancário americano, como uma referência de competência. Hoje, me deparo com uma General Motors falida, hoje me deparo com o sistema espacial suspenso e me deparo com os bancos americanos passando pelos problemas que estão passando. V.Sa foi Presidente do Banco de Boston no Brasil. Se eu estiver cometendo algum equívoco, peço que me corrija de imediato. V.Sa foi Presidente do Banco de Boston Mundial. Isso?

Essa experiência acumulada é uma experiência fantástica e, na semana passada eu estive nos Estados Unidos e procurei, exatamente junto do sucessor do Banco de Boston, que é o Banco Itaú brasileiro, naquela operação que foi vendido, aqui, para o banco brasileiro, a operação Banco de Boston internacional, e nessa reunião, nesse contato com o Banco de

Boston, ex-Banco de Boston, com o Banco Itaú, nos Estados Unidos, eles me falaram que estavam com uma posição muito positiva, o banco estava, digamos, com uma ótima posição, fundamentalmente em razão dos critérios de concessão de créditos. Os critérios de concessão de créditos herdados do Banco de Boston e as concessões de crédito, talvez pela gestão brasileira-americana da operação internacional do Banco Itaú, a situação era extremamente positiva. E traçando um perfil da situação futura dos bancos americanos, ele dizia que, efetivamente, os problemas dos bancos americanos estavam sempre, entre outros, mas fortemente embasados no aspecto de crédito. Créditos que foram dados de forma... O critério de crédito, que foram dados de forma equivocada.

Então, a minha pergunta é no sentido de que se esta herança que, a princípio, como cidadão brasileiro, olhava e o Banco Itaú entrou num equívoco, comprou um banco, uma operação de um banco americano e vai se dar mal. E a referência que eu tive lá foi pelo contrário, que o Banco Itaú estava tendo um bom resultado e a operação Banco Itaú Internacional, alicerçada na estrutura herdada do Banco de Boston, era uma operação extremamente positiva e limpa, vamos dizer, sem perigo de acontecimentos futuros. Eu pergunto se isto, esta ocorrência é oriunda do DNA de V.Sa ou se isso é... Já foi modificações do DNA do Itaú com o abrasileiramento desta operação, desse banco que, quando eu era criança, era considerado um expoente da atividade financeira americana.

E para finalizar, só queria fazer um registro a respeito do cadastro positivo. Em outra oportunidade aqui, até o expositor era o ex-Ministro Maílson Nóbrega, ele falava sobre o crédito, o cadastro positivo e, na verdade, eu tenho algumas restrições ao cadastro positivo. Porque digo que o sistema bancário brasileiro, hoje, se agiganta, perante o sistema bancário mundial, qualitativamente, e uma das razões é exatamente os critérios creditícios. Critérios esses que não foram obedecidos, por exemplo, nos Estados Unidos. E o cadastro positivo no Brasil, ele vai se tornar cadastro impositivo. A réplica do Maílson, a réplica de todos foi de que o Brasil era, digamos, estava na idade da pedra, só três ou quatro países no mundo não tinham o cadastro positivo e isso era uma aberração, e tal... Mas eu diria, no mundo de hoje, na qual, se nós erramos, erramos certo; o sistema bancário, se errou, o brasileiro, se errou, errou certo. Será que se faz necessário o cadastro positivo da forma que está sendo proposto no Brasil ou se ele se transformaria num cadastro impositivo? Quem operaria no Brasil se não se submetesse a assinar? Porque a defesa é de que o cadastro positivo é uma opção, você assina e autoriza. Mas, se um cidadão empresário for a um banco, hoje, ele já tem que assinar tudo, deixar todas as informações e imagine se houver um instrumento a mais, como o cadastro positivo, que com certeza vai se transformar num cadastro impositivo. Seriam essas duas questões que eu teria a fazer com V.Sa.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, o normal seria três senadores se pronunciarem em perguntas para as respostas do ministro. Na verdade, já aconteceram quatro. Então, pediria a V.Exa que o ministro pudesse nos responder antes de... A intervenção de outro senador. Lhe agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pois não. Com a palavra o Presidente Henrique Meirelles.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Muito obrigado. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer as palavras generosas do Senador César Borges, a respeito da administração do Banco Central. Em relação à questão do spread, em primeiro lugar, gostaria de dizer de que, de fato, nós concordamos com a sugestão do senador, que uma ação decisiva dos bancos públicos será fundamental na solução deste problema. De um lado, os bancos públicos já têm atuado, eu mostrei os gráficos que mostram que os bancos públicos estão crescendo a uma taxa de 14% *versus* uma média de 8% do setor privado, então os bancos públicos já estão crescendo mais do que o setor privado. Segundo, já temos, no site do Banco Central, registro da evolução das taxas e, de fato, a evolução das taxas dos bancos públicos tem mostrado uma queda superior à queda dos bancos privados. Em dito isso, eu não tenho dúvida de que o cadastro positivo vai facilitar a ação dos bancos públicos nessa ação decisiva. Eu concordei com o senador, que a ação decisiva dos bancos públicos será fundamental para endereçarmos essa questão do spread, juntamente com uma série de outras medidas referentes a bancos pequenos e médios e uma série de outras coisas referentes a custo de execução, inadimplência e uma série de outras coisas. Mas não há dúvida de que os bancos públicos serão fundamentais, eu apenas menciono de que a ação dos bancos públicos, conjugada com o cadastro positivo, será, aí, sim, uma combinação eficaz, na medida em que o banco público terá condições de atrair o cliente da outra instituição, o que, hoje, é muito difícil pela chamada "assimetria de informações", quando o banco que é proprietário, vamos dizer assim, do cadastro do cliente, ele tem uma

vantagem competitiva importante. É difícil deste cliente iniciar relacionamento com outra instituição. Então, isso vai dar, vai gerar uma competição, de fato, muito maior e aí, sim, os bancos públicos terão condições de ter uma atuação decisiva nesse aspecto e, portanto, eu manifesto a minha concordância, de que é fundamental isso, mas, de novo, chamo atenção para o fato de que a aprovação da medida do cadastro positivo é uma condição necessária para que essa ação dos bancos públicos, de fato, seja eficaz.

Em relação àquela demanda das micro e pequenas empresas, é real, o senador mostrou, não só inicialmente, a questão da oferta do crédito para micro e pequena, que diminuiu, mas, depois, a própria demanda diminuiu, o que é muito importante, aqui, de novo, é uma restauração da capacidade competitiva de atuação dos bancos pequenos e médios, que muitos deles são especializados, exatamente, em empresas menores. Isso vai dar um maior dinamismo a esse mercado, é uma grande preocupação do Banco Central, já tomamos uma série de medidas nesse aspecto, não só de direcionamento compulsório para bancos pequenos e médios, direcionamento compulsório para o BNDES emprestar para empresas pequenas e médias, etc., mas não há dúvidas de que isso está ocorrendo. Uma parte disso é produto, exatamente, da contração geral de atividades no mundo inteiro e os efeitos do Brasil, mas não há dúvida de que a questão do crédito é importante, é fundamental, e eu espero que as medidas em estudo e a serem implementadas e anunciadas proximamente pelo Grupo de Trabalho do Banco Central com a Fazenda, sejam eficazes e vamos continuar trabalhando fortemente nisso.

Em relação à questão da pesquisa Focus, que é uma opinião de analistas de mercado, de tendências diversas no país, em relação... O senador pergunta quais fatores de indexação que prejudicam o corte da taxa de juros. Eu colocaria a pergunta de uma forma diferente, senador. Isso já foi discutido aqui. Não há dúvidas de que existem fenômenos, diversas estruturas institucionais no Brasil que são uma herança de todo o nosso período de inflação elevada e de taxa de juros muito elevadas. Então, a poupança é uma delas, mas nós temos, aí, Fundos de Pensão, temos outros tipos de entidades que têm rendimento garantido, também, com patamares ou compromissos de rendimento com patamares elevados, condizente com uma estrutura de taxa de juros elevadas no país, o Presidente lembrou a questão de uma série de procedimentos judiciais e custas e mora, etc., que também têm uma estrutura de custos bastante elevadas.

Então, não há dúvidas que tudo isso é algo que o país tem que enfrentar no momento em que começa a haver taxas de juros menores, porque não há dúvida que tudo isso são problemas importantes, para que o país possa ter, de fato, uma estabilização da sua economia, gerando taxa de juros, de fato, menores.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Presidente, meu maior receio é com relação à inflação, que está abaixo de meta prevista, em 4,4, é o valor que é previsto para esse ano. Então não é problema com relação à inflação. São outros problemas advindos da queda da taxa de juros.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Senador, nós não estamos aqui, certamente não seria adequado que nós estivéssemos discutindo as próximas decisões do Copom. Nós não estamos fazendo isso aqui. Eu estou simplesmente respondendo a uma pergunta de V.Exa, específico que V.Exa perguntou quais são os problemas da estrutura, de mercado financeiro, jurídica, legal, no país, que passam a surgir, a ser relevantes, quando as taxas de juros começam a cair. Eu citei problemas que têm que ser enfrentados. Agora, como eu já mencionei em relação a uma outra pergunta de outro senador, quando se fala em relação a decisões futuras do Copom, inclusive por normas de governança, eu tenho o costumo de ficar rouco de tanto ouvir. O que significa o seguinte: ouvimos todas as sugestões com toda atenção, com todo respeito, levamos em conta todas as opiniões, seja dos senadores, seja parlamentares, políticos, analistas, deputados, etc., temos as nossas análises, temos nossos modelos e não condicionamos as decisões do Copom a um ou outro ponto específico. Certamente, tomamos a decisão que julgamos a mais adequada possível para o país, naquele momento, e o senador pode ficar... Continuar tranqüilo, que estaremos levando estas... Essas decisões com a maior seriedade e tomando as decisões melhores para o país, visando fazer com que, de fato, o país se saia dessa crise da melhor maneira possível, mais rápido possível e, ao mesmo tempo, mantendo a estabilidade econômica.

Em relação à segunda onda, eu acho que nós estamos vivendo um período prolongado de contração econômica, o Fundo Monetário Internacional recentemente publicou previsões ainda mais pessimistas da economia mundial; como a contração da economia mundial é importante, algumas economias contraindo mais, como mostrei, Europa chegando a 3%, mas eu não tenho visto análises que prevêem uma segunda onda *a la* falência Lehman Brothers. Quer dizer, a falência do Lehman Brothers foi, de fato, um fato novo, da maior importância, por uma razão muito simples. Existiu um entendimento dos países sistemicamente mais importantes, de que os bancos centrais e as autoridades do tesouro desses países não deixariam

quebrar nenhuma instituição sistemicamente importante, e tinha toda uma estrutura de funcionamento do mercado financeiro mundial baseado nisso. No momento que o governo americano deixou o Lehman Brothers quebrar, isso foi literalmente uma quebra de confiança, mas, mais importante, uma quebra de operacionalização. Eu vi, por exemplo, uma outra grande instituição americana que tinha cerca de 60 mil contratos com o Lehman Brothers, vigentes, no dia da quebra. Então, isso gerou um problema mundial de grandes proporções.

Este problema não se espera ocorrer, inclusive porque existe um compromisso público, assumidos pelos 20 maiores países, representados pelos seus Ministros da Fazenda e pelos Presidentes de Banco Central, em Londres, na reunião do G-20, de que não deixariam... Manteriam, digamos, a saúde das instituições sistemicamente importantes, que é uma forma elegante de dizer que não vai se permitir a quebra de instituições sistemicamente importantes daqui pra frente. Portanto, não se prevê um choque dessa magnitude. O que existe é o processo, digamos, de deterioração de algumas... Alguns fatores econômicos em alguns países, em função da crise, que iniciou com uma crise de crédito e agora atinge a economia real; por sua vez, gera mais problemas de crédito, mas que, de outro lado, existem medidas muito fortes sendo tomadas pelos governos de todos os países e estamos vendo, agora, até que ponto essas medidas são implementadas e começam a funcionar. Então eu não tenho visto, em última análise, uma avaliação, algum grupo de analistas que dirão: "Tem aí um outro choque chegando, aí, da magnitude daquele, *a la* Lehman Brothers". Mas é um momento difícil.

Em relação à questão do efeito colateral, do IPI e da inadimplência de problemas para estados e municípios, ouvimos muito bem, evidentemente que não é na nossa área, levaremos a sua preocupação para as autoridades competentes nessa área.

Em relação às perguntas do Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, em primeiro lugar, gostaria de agradecer mais uma vez a generosidade das opiniões a respeito do Banco Central e da minha pessoa, e ficamos muito honrados e muito gratos com essas opiniões. Em relação à questão do spread, mais uma vez, de fato, existe aí uma série de estruturas do mercado financeiro brasileiro, que o senador mencionou, que também são resultado de um período prolongado de instabilidade e de juros elevados. A questão dos créditos selecionados e uma série de outras questões, que são resultado, exatamente, de períodos onde o crédito era restrito e muito caro, e de curto prazo. Então, o Governo, através das últimas décadas, construiu mecanismos de fornecimento de créditos a custo mais baixo e a períodos mais prolongados. E a expectativa, não há dúvida de que, com a estabilização da economia brasileira, nós possamos ir enfrentando estes problemas e com o devido... E no devido tempo, irmos, digamos assim, normalizando o mercado brasileiro, financeiro brasileiro, de poupança e crédito, através de uma eliminação gradual de todas essas questões, seja como já mencionamos aqui, na área de custas judiciais, seja na área de rendimentos, de fundos, seja na área... Enfrentando questões relacionadas a poupança, a questão de créditos direcionados, em resumo, na medida que o mercado vá se normalizando, as taxas de juros adquiram padrões de risco internacional, resultado da estabilização, nós possamos, com o tempo, ir resolvendo todas essas questões aí. Mas não há dúvida que é um desafio grande da sociedade brasileira.

Em relação à questão do reajuste do Imposto de Renda, poderia ser uma solução para a questão da poupança. Nós temos, aqui, o problema da anualidade, que qualquer mudança de Imposto de Renda é algo que será para o ano de 2010. Aqui é uma questão que não me cabe me pronunciar, se isso é suficiente ou não, porque eu não quero me pronunciar, evidentemente, sobre possível evolução da taxa base de juros.

Em relação à pergunta do Senador Tasso Jereissati, em relação a se juros... Existem evidências empíricas de juros menores para clientes antigos, no Brasil é muito difícil, não temos esses dados com esta precisão, inclusive, exatamente porque os dados são de propriedade dos bancos. Existe uma questão de sigilo bancário aí. O Banco Central não tem acesso, inclusive, ao histórico do cliente em cada banco. Então, nós não temos como ter esses dados, no Brasil. Mas, com o cadastro positivo, passaríamos a ter.

Em outros países, sim, essa evidência empírica existe. Em países de maior... Que já existe *bureau* de créditos públicos, etc., acesso ao Banco Central... Existe, sim, evidências empíricas de que taxas de juros menores são praticadas com clientes de histórico mais antigos nas instituições, em geral, ou no mercado de crédito.

Em relação a sugestões que o Senador Jereissati apresentou para algumas... Maior detalhamento no site do Banco Central, sobre taxas de juros praticadas, estamos anotando, levando a sério, e vamos, certamente, analisar a possibilidade de implementação.

Senador Carlos Valadares, em primeiro lugar ele pergunta sobre protecionismo e quais países já teriam adotado políticas protecionistas, claramente protecionistas. Existem diversas medidas, sim, senador, principalmente daqueles países que estão enfrentando crises financeiras, onde já existe algumas medidas que são

indiretamente protecionistas, na medida em que os bancos têm compromissos de crescer no crédito doméstico e, em conseqüência, restringe o crédito internacional. É chamado protecionismo financeiro, digamos assim. E existem algumas medidas, também, mais oficiais, digamos, principalmente nos Estados Unidos, objeto de protesto do mundo todo, aquela questão do "compre a América", isto é, no pacote aprovado de socorro ao mercado financeiro, as empresas, e, em resumo, o pacote anticrise americano, existe algumas previsões de que existiria, aí, em alguns casos, a exigência de compras de produtos americanos que, não há dúvidas, seriam medidas protecionistas. Existe isso também em uma série de outros países e claramente esse será um tema de debate importante do G-20, dos Chefes de Estado, em Londres, no dia 2 de abril.

Em relação à questão que o senador menciona, de que muitas vezes bancos estrangeiros, no Brasil, hoje, têm resultados superiores aos bancos de origem, não há dúvidas. Porque se não fosse por outra razão, inclusive, porque os bancos de origem estão perdendo muito dinheiro, muitos estão, inclusive, quebrados, prejuízos monumentais como eu mostrei. No Brasil, não há, de fato, esses prejuízos, porque não é um bom momento para comparar essa questão. Não há dúvida de que--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): O senhor reconhece que eles estão ganhando muito dinheiro?

SR. HENRIQUE MEIRELLES: A questão... É um pouco difícil fazer esse tipo de julgamento, senador, porque o fato concreto é que, por exemplo, nos Estados Unidos, ou na Inglaterra, ou mesmo na Alemanha, ou em outros países onde os bancos estão perdendo muito dinheiro, isso não é bom. Isso está custando muito ao Poder Público. Porque a quebra do sistema financeiro leva a uma paralisação da economia. E nós vimos, também, o PROER no Brasil. O PROER, no Brasil, custou caro à população brasileira, na medida que o Governo teve que entrar para proteger os depositantes. Então, essa é uma pergunta difícil. Mas não há dúvida que o importante é que nós precisamos aumentar a competitividade e conseguir reduzir custos, aumentar a transparência e diminuir os spreads, diminuir o custo para a sociedade. Isso que é importante, diminuir o custo para o tomador... Há um trabalho muito grande, feito pelo Banco Central, pelo Conselho Monetário Nacional, nas tarifas bancárias, com resultados importantes; foi, inclusive, um trabalho em conjunto, do Banco Central com o Ministério Público Federal, e, eventualmente, com a aprovação do Conselho Monetário Nacional, que também... Trabalho importante, que continua em andamento. Eu acho que nós devemos nos focar no aspecto do benefício do tomador final, que é o que, de fato, interessa.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, V.Exa espera que nessa reunião do G-20 tenhamos uma decisão nova para regular o sistema financeiro mundial?

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Não há, senador, a previsão de uma instituição que regule sistemas financeiros mundialmente, porque os sistemas financeiros estão sujeitos à lei de cada país. E não há como quebrar a soberania mundial. Quer dizer, o Brasil tem soberania para regular seu próprio sistema, Estados Unidos tem, Alemanha tem, Japão tem, etc. O que existe são recomendações feitas pelos órgãos. Existe um Fundo de Estabilidade Financeira, o Comitê da Basiléia... Que estão fazendo recomendações importantes e, aliás, um dado da maior importância, que o Brasil passou a ser parte, agora, um momento muito importante, o Banco Central do Brasil passou a ser parte do Comitê da Basiléia, que regula esses aspectos e faz sugestões, mas sugestões muito fortes. O país que não segue o Comitê da Basiléia tem algumas dificuldades importantes. E também o Fundo de Estabilidade Financeira, que o Brasil também passou a fazer parte, nesse caso, representado pelo Banco Central, CVM e Fazenda.

Portanto, existe, sim, medidas importantes tomadas nesse aspecto. Com relação a medidas para atenuar os efeitos da crise e reduzir o contágio, a medida importante relacionada ao Banco Central, no caso da pergunta, o Banco Central continua, certamente, a tomar essas medidas em todos os aspectos. Como eu mencionei hoje, estaremos anunciando, publicando algumas circulares referentes a novas medidas de crédito externo, de crédito das reservas, de crédito de uso das reservas para o financiamento, estamos trabalhando, junto com o Ministério da Fazenda, certamente na questão dos bancos pequenos e médios; na questão dos spreads, estaremos reunidos hoje, na COMOC, e amanhã no Conselho Monetário Nacional e certamente estaremos comando as medidas necessárias para que os efeitos da crise sejam atenuados no Brasil e a redução do contágio. Pois não.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, o senhor poderia me informar quanto, em termos de... Por exemplo, medidas financeiras, não só do Banco Central como o próprio tesouro, que já foram tomadas... Quer dizer, o montante de recursos, houve redução do compulsório e também outras medidas relacionadas com o Ministério da Fazenda, como, por exemplo, a redução do IPI, não é? Então, V.Exa tem, em dados, qual o montante, de quando começou a crise até hoje, despendido, pelo Brasil, para atenuar a crise financeira?

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Senador, os dados referentes às ações do Banco Central estão aqui, mostradas; compulsório, reservas, etc., os dados referentes às ações fiscais, não temos disponível no momento, mas temos disponível no Banco Central e poderemos lhe enviar hoje à tarde, certamente para sua informação.

Em relação à pergunta do Senador Roberto Cavalcanti, em primeiro lugar, agradeço muito aí os elogios e principalmente os elogios referentes não só ao Banco Central, mas também à minha atividade profissional anterior, e eu fico feliz de saber que uma parcela da instituição que eu dirigia antigamente, exatamente a parcela fala mais próximo ao nosso coração, que é a parcela brasileira, certamente, está apresentando resultado positivo para quem está, hoje, administrando aquela instituição. Eu sempre, na minha vida profissional, senador, eu acreditei, em primeiro lugar, no que eu chamo de "o foco do resultado" e no trabalho metódico e, principalmente, no trabalho de longo prazo. Eu nunca acreditei em medidas fáceis, de curto prazo, mesmo que tragam elogios no curto prazo. O importante é olharmos o resultado de longo prazo e, principalmente, a visão retrospectiva da história. Fico muito feliz, portanto, de ouvir a sua avaliação sobre o meu trabalho anterior, espero que o senhor possa repetir a mesma avaliação daqui alguns anos, sobre o trabalho atual no Banco Central.

Em relação ao cadastro positivo e o risco dele se tornar impositivo e até que ponto o fato de não termos o cadastro positivo, portanto, falou de ter sido um erro, não será um... Erramos certo no sentido de que evitamos os problemas de outros países... Eu acho o seguinte, senador: não há dúvidas de que as medidas prudentes que o Brasil tem tomado, nos últimos anos, na regulação financeira, tem sido fator muito importante, que foram, o senhor tem razão, muitas vezes considerados como erro; compulsório era considerado como erro, reserva foi considerado como erro, o fato dos bancos brasileiros não poderem assumir riscos enormes, como foi considerado, num certo momento, também como erro. Tudo isso se revelou positivo no sentido de estar usando sua expressão, "erramos certo". Na realidade, acho que acertamos e aquilo foi visto como errado.

Em relação ao cadastro positivo, eu acho que não. Acho que o cadastro positivo, ele pode ser bem usado. Porque hoje é o pressuposto de que todos são maus pagadores. Quer dizer, qualquer cliente que entra, novo, num banco hoje, a taxa de juros e o tratamento é como se fosse mal pagador porque não sabe. Então, existe, na realidade, uma... O resultado do cadastro positivo, em diversos países, é uma melhora para a grande maioria dos clientes, no sentido de que quem tem, de fato, um bom histórico de crédito, ele terá uma melhora de condições financeiras. Quem não tem um histórico de crédito, vai continuar onde está hoje, isto é, ele não tem um histórico de crédito positivo. Porque a menção negativa já existe hoje. O cadastro negativo já existe. Não é que nós estamos falando em criar o cadastro negativo. Ele já existe hoje, SERASA, etc. Já tem o cadastro negativo. O que nós estamos falando é criar o positivo, para melhorar o processo e não piorar. Com isso, Sr. Presidente, terminamos, aqui, a última pergunta. Agradecemos a todos os Senadores e Senadoras, à imprensa, aos colegas presentes e esperamos nos ver da próxima vez. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente do Banco Central, Ministro Henrique Meirelles, quero agradecer também a presença do Sr. Mário Mesquita e também do Diretor Mário Torós. Quero agradecer novamente ao Dr. Henrique Meirelles, não é novidade o seu desempenho aqui, nesta Comissão, porque ele, sempre quando comparece, comparece e traz todos os esclarecimentos diante das questões levantadas, de modo que ele vai, por isso mesmo, merecer que nós façamos outros convites a ele. Realmente... Às vezes, o mérito impõe esses sacrifícios, de modo que V.Exa esteja preparado, até porque a crise, nós não sabemos o quanto ela vai durar, mas ficamos, aqui, sobretudo, mais tranquilos com a palavra de V.Exa, que no Brasil a crise não tem se mostrado com a intensidade em outros países, até mesmo do mundo desenvolvido. Agradeço a todos, aos senadores, à imprensa, o Senador Tasso Jereissati teve que se ausentar, ele que representou a outra Comissão sobre a crise e amanhã as duas comissões, tanto a de assuntos econômicos como do acompanhamento da crise, estará ouvindo, a partir das 14 horas da quinta-feira, 26 de março, portanto, amanhã, o Presidente da FEBRABAN, da Federação Brasileira de Bancos, o Sr. Fábio Colletti Barbosa. Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 14h02.

ATA DA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, E SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DE EMPREGABILIDADE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS, NA SALA Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e trinta e dois minutos do dia vinte e seis de março do ano de dois mil e nove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senadores Garibaldi Alves Filho

e Francisco Dornelles, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e de Empregabilidade, com a presença dos Senadores Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Pedro Simon, Jayme Campos, João Tenório, Tasso Jereissati e, ainda, do Senador Marco Maciel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Tião Viana, César Borges, Gerson Camata, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Eliseu Resende, Antonio Carlos Junior, Efraim Morais, Raimundo Colombo, Adelmir Santana, Cícero Lucena, Arthur Virgílio, João Vicente Claudino, Gim Argello e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública com a presença, como expositor, sobre o tema Operações de Crédito, *Spread* Bancário e Taxa Selic, com a presença do Presidente da Federação Brasileira de Bancos – Febraban, Sr. Fábio Colletti Barbosa, e, ainda, dos Senhores Rubens Sardenberg, Economista Chefe da Febraban, e Oswaldo Assis, Diretor Executivo da Febraban. Após a exposição do convidado, usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles, Roberto Cavalcanti, Antonio Carlos Valadares, Tasso Jereissati, Jayme Campos, João Tenório e, ainda, o Senador Marco Maciel. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e cinqüenta e dois minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Garibaldi Alves Filho,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. – Senador **Francisco Dornelles,** Presidente da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e de Empregabilidade

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente Senador Garibaldi Alves, Sras. e Srs. Senadores. Eu quero cumprimentar ao ilustre Presidente da FEBRABAN, Fábio Colletti Barbosa, ao Rubens Sardenberg, Economista Chefe da FEBRABAN, ao Oswaldo Assis, a todos os representantes da entidade aqui presentes.

O objetivo, Presidente, aqui, é uma Reunião Conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e da CAE(sic), com o objetivo de examinar, de acompanhar a crise financeira, e o nosso enfoque hoje, no primeiro tema escolhido, é realmente o tema financeiro e a situação relacionada dos *spreads*. Eu quero cumprimentar, no seu nome, a todo o sistema financeiro brasileiro, que no momento tem dado uma demonstração de força e tem diferenciado o Brasil de outros países pela solidez e pela administração e competência que tem demonstrado. Eu passo a palavra a V. Exa.

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: Muito obrigado pela atenção, pelo convite e pelas palavras. É um prazer estar aqui e poder debater um tema importante como essa questão que estamos vivendo agora, a crise, e a situação do sistema financeiro como um todo. Eu penso em fazer uma rápida apresentação contextualizando um pouco a questão da crise mundial e, em seguida, falando um pouco a questão do *spread*, que tem sido alvo também de comentários, enfim, eu acho que vale a pena a gente colocar uma luz sobre esse assunto e, depois, obviamente, me colocar a total disposição, assim como o Oswaldo e o Rubens também, para eventuais perguntas que sejam feitas. Então eu vou me permitir fazer uma rápida apresentação, talvez uns quinze minutos. Marcelo, por favor.

Vamos falar sobre a crise financeira mundial, depois falar do Brasil, a crise e os *spreads*, a composição do *spread*. Eu vou falar um pouco de questões metodológicas, o assunto *spread* é um assunto bastante técnico e muitas vezes a gente não se atenta a eventuais diferenças que podem ocorrer de compreensão usando uma ou outra metodologia e fazer algumas considerações finais. Eu volto a dizer que não é nada definitivo, mas eu acho que coloca alguma luz e permite algumas provocações.

Então primeiro eu vou colocar o tamanho da crise mundial. Não é novidade para ninguém, mas para contextualizar o assunto, estamos falando de uma crise sem precedentes, é bobagem falar que nunca se viu nada igual, os montantes falam por si só, que estão impactando as economias, estamos aqui falando de trilhões de dólares, uma linguagem que antes não se utilizava e que agora, com frequência, se fala. Pode passar.

Para ter uma ideia o que aconteceu com o valor de mercado de algumas instituições financeiras que foram bastante afetadas, já é de conhecimento, isso aí é um número que vai até janeiro e temos uma queda violentíssima no valor de mercado das instituições financeiras refletindo as dificuldades, mas não é só instituição financeira, também algumas empresas industriais tiveram seu valor de mercado reduzido de uma forma impensável até pouco tempo atrás. Se alguém falasse há um ano e meio atrás que veríamos quedas dessa extensão, certamente seria taxado de louco, porque não faria sentido que algo acontecesse.

Isso também está comprovado nesse outro slide que mostra, ali em vermelho, a estimativa mais recente que existe para 2009, e na coluna ao lado, que está na

cor de laranja, mostra o que se imaginava que seria o desempenho dessas economias em outubro de 2008, ou seja, o que em outubro de 2008 se diria que seria o desempenho em 2009. Você vê que são números de zero, um pouquinho mais, um pouquinho menos, e hoje já se fala, para o ano de 2009, numa outra avaliação, colocando lá 2,5%, 3% de queda, ou seja, são quedas violentas. Eu acho que isso, por si só, já contextualiza o cenário dentro do qual nós estamos operando.

Como é que fica o Brasil nisso tudo? Então eu acho que o Brasil, a crise e os *spreads*, acho que o primeiro ponto que eu queria falar é a questão das operações de crédito no Brasil. A gente tem sempre falado que o crédito no Brasil está parado. O fato é que o crédito no Brasil continuou a crescer, ele não andou para trás. Na maior parte dos países tem havido uma redução nas atividades de crédito, concessão de crédito, tem caído de uma forma relevante. Aqui nós estamos falando assim de crescimentos muito mais lentos do que aconteciam, obviamente, mas, ainda assim, estamos falando no crescimento das operações de crédito, um crescimento que vem de anos. Em relação ao PIB, quer dizer, subiu de alguma coisa como 25% para alguma coisa como 42%, tem subido mês após mês e isso mostra um pouco como tem sido o crescimento. Aí na vinha vermelha, mais ou menos a 42%, e no caso de operações de pessoas jurídicas e pessoas físicas, tem crescido nos dois.

O que tem acontecido no mundo em função daquela crise é a questão dos *spreads* também no mercado internacional. Esse gráfico procura mostrar o que aconteceu nos Estados Unidos, Alemanha e Reino Unido, onde os *spreads* subiram de forma relevante nos últimos meses do ano de 2008. E em outros países que estão colocados à direita, que é a Itália, Grécia e Portugal, mostra que já tinham subido até um pouquinho antes, mas também estão nos seus pontos mais altos. Então o fenômeno da incerteza da economia, da escassez de liquidez, da dificuldade que os bancos estão tendo no mercado internacional para manter as suas operações de crédito tem levado a uma elevação do *spread* generalizada, conforme está refletido ali. Isso também foi verdade quando a gente olha o Brasil. No Brasil nós tínhamos uma tendência de longo prazo estabelecida de redução nos *spreads*, que vinha desde 2003, com uma ou outra elevação no meio de caminho, e depois subiu, desde mais ou menos fevereiro e março do ano passado, e agora, felizmente, já começamos a ver aquilo que a gente acreditava que aconteceria, que é um início de um processo de reduções nos *spreads*. Os dados que foram divulgados hoje pelo Banco Central mostram uma redução já do *spread* que nós entendemos que possa ter uma tendência e nós vamos comentar um pouco mais a fundo sobre isso. Então temos uma elevação como aconteceu em outros países, podemos discutir um pouco isso, e mais recentemente uma redução, falando em coisa bem recente.

Bom, como é que funciona o *spread* então? Essa composição do *spread*, eu vou me basear num número que tem sido colocado em todas as apresentações já há algum tempo, que é um estudo que o Banco Central divulgou e que mostra, em 2007, qual seria então a composição do *spread*. Eu não vou me ater muito aqui nesse primeiro quadro, depois eu vou explicar cada um dos componentes, mas vale a pena notar ali a inadimplência representando 37%, o resíduo líquido em 27%, que seria aquilo que entra para o banco como receita e não como lucro, como muitas vezes pode ter sido interpretado, e, depois, alguns outros impactos que temos aqui.

Eu vou passar um pouco para mostrar como é que funciona isso, quer dizer, quais são os maiores impactos? A questão de impostos. O Brasil, pelo que me consta e que pudemos apurar, mas sem cem por cento de certeza ainda, é um dos poucos países, se não o único, que tem uma tributação sobre a intermediação financeira, o que obviamente dificulta até a comparação do *spread* no Brasil, com o *spread* em outros países. Temos aí a questão do IOF, a questão do COFINS, PIS e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido que no caso do sistema financeiro é diferenciada, ela é de 9% para os demais setores e 15% para o setor financeiro. Então, quer dizer, uma parte da questão do *spread* é a questão justamente dos impostos.

Uma outra questão, é a questão da inadimplência. A inadimplência, quer dizer, sempre tem sido muito discutida, ela representa nesse estudo 37%, eu volto a dizer, nesse estudo 37% do *spread*, e a inadimplência no Brasil, ela é muito maior do que em outros países. Não se virá, em dados de 2007, que a inadimplência num mercado internacional, eu tenho um gráfico depois, eu posso deixar com os senhores, mostra que é 1,5% ou 1%, no Brasil já era 4,4%, ou seja, a inadimplência no Brasil é muito superior. E tem muitas razões com relação a isso. O que pode explicar isso? São inúmeros fatores, mas um deles, que eu queria chamar a atenção, é a própria composição da carteira de empréstimos no Brasil. A carteira de empréstimos no mercado internacional é muito calçada em empréstimos imobiliários, crédito imobiliário. Crédito imobiliário, por definição, tem uma inadimplência menor. Então como no Brasil tem uma participação menor do crédito imobiliário, é normal que você tenha uma inadimplência maior também. Então tem "N" explicações que nós poderemos explorar, se for do interesse, durante a sessão aqui de perguntas

e resposta, mas eu acho importante a gente ter essa divisão de que a inadimplência no Brasil tem a questão de informação, tem a questão da própria composição da carteira de empréstimos que faz uma diferença relevante, a questão também da inclusão que tem acontecido, chegando agora os empréstimos a uma camada da população que antes não chegavam. Pode passar.

Também tem a questão de processos judiciais no Brasil, quer dizer, são processos lentos, dez anos em média para conseguir. A gente vai ver, conforme vai aparecer num próximo quadro, que os empréstimos que têm garantia, pode colocar o próximo, os empréstimos que contam com garantia, como é o consignado, é o veículo, você trabalha com taxas, no caso de veículos, em padrão internacional. No caso de operações com cheque especial e crédito pessoal, que são créditos sem garantia, aí você trabalha com *spreads* mais elevados. Então eu acho que a gente tem procurado trabalhar muita nessa direção, ou seja, buscar melhores garantias, melhor estruturação. Eu acho que o crédito consignado foi uma importante iniciativa nesse sentido que, representando um risco menor, representa um custo menor e acho que todos saem ganhando. Veículos também ficou muito mais ágil e crédito imobiliário, com a criação da alienação fiduciária, também tem sido muito mais ágil o processo e está ajudando.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): O consignado ali é 2,3% ao mês?

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: 2,3% ao mês, exatamente.

Bom, ainda falando na composição do *spread*, o compulsório, já em 2007, representava uma parcela bastante pequena, embora seja muito mais alta do que em outros países do mundo, mas ele já representa uma parcela pequena do custo, de ser alguma coisa, houve até um alívio ainda que marginal durante esse ano, a gente pode comentar isso também mais para frente. Pode passar.

E, por fim, a questão dos custos administrativos, que nesse estudo o Banco Central apresenta 13,5% daquele *spread* calculado pelo Banco Central, mas que também depende de alguns critérios que foram utilizados, questão de alocação de custo para as receitas de crédito ou para as receitas de tarifa, que também é um pouco questionável exatamente como se faz isso exatamente, como deveria ser feito. Não temos uma resposta definitiva, mas que mostra também que existe uma parte do *spread* que é alocado para isso.

Então com isso eu queria deixar essa provocação de que existem questões metodológicas importantes e o estudo do Banco Central, que é bastante completo(F), talvez até o mais completo(F) do mundo, nós não conseguimos encontrar estudos em outros países que nos permitam uma comparação adequada, ele foi definido em algum momento para se identificar uma tendência, se os *spreads* estavam subindo ou baixando, e às vezes a gente acaba usando isso como um tema absoluto, um número absoluto, o *spread* é tenho a tanto. Ele não foi definido para isso, tanto que, como nós veremos no próximo slide, apenas 50% das operações de crédito para pessoa física estão contempladas nas contas que o Banco Central faz para definir o *spread*. Eu volto a dizer, porque foi definido para outro fim, não foi definido para apuração do *spread* absoluto, mas sim para se permitir um monitoramento, se estávamos ou não na direção correta. No caso de pessoas jurídicas, empresas, que é a pizza da direita, apenas 41% das operações são contempladas nesse estudo feito pelo Banco Central e as operações estão listadas ali embaixo.

Então se fizéssemos incluindo esses empréstimos, BNDES, crédito rural, leasing, financiamentos imobiliários, operações que não estão contempladas no estudo, nós já veríamos que há uma diferença de oito pontos percentuais no *spread* médio, ou seja, o *spread* que no estudo em janeiro apresentava 30,4%, que é a última linha desta tabela, ele calculado incluindo todas as operações, usando mais ou menos a mesma metodologia, mas com todas as operações, seria de 22%, ou seja, alguma coisa como oito pontos percentuais. Então só para lembrar que existe diferença. Pode passar.

Esse *spread* que se fala, que foi utilizado inicialmente, ele teria uma outra cara caso tivéssemos utilizando todas as operações e não apenas aquelas operações que são contempladas para os estudos que foram definidos pelo Banco Central para um determinado fim, volto a dizer. Então a inadimplência daquele *spread* que seria de 22%, oito pontos dos 22% seriam responsáveis por essa inadimplência, 6% resíduo e assim sucessivamente. Pode passar.

Então apenas lembrar que a metodologia adotada pelo Banco Central contempla uma parcela, 40% no caso de pessoa jurídica, 50% no caso de pessoa física, portanto, a média de 45% das operações bancárias, que são chamadas de mercado de crédito livre, apenas com a inclusão de financiamentos imobiliários, leasing e tudo mais, temos uma diferença de oito pontos percentuais no *spread* bruto, e o *spread* divulgado pelo Banco Central é bruto, quer dizer, quando se fala que naquele *spread* de lá saem os impostos, os custos, a inadimplência e tudo mais, e ele é alto no Brasil por contas de impostos, custos, enfim, compulsórios e custos associados à inadimplência, o que dificulta uma comparação com o *spread* praticado em outros países.

Por fim, fazendo algumas considerações finais – pode passar -, entendo que as soluções para o elevado *spread* bruto no Brasil são estruturais de longo prazo. Já de bate pronto, o *spread* no Brasil é mais elevado, está constatado isso, do que em outros países, mas ele não é por acaso, existem razões e razões que precisam ser compreendidas, são estruturais, e se endereçadas poderiam nos levar a melhorar essa situação. Então é o aumento da qualidade das informações, o famoso cadastro positivo, de modo a reduzir o custo de inadimplência do País e os custos a elas associados, então isso é importante, nós estamos falando aqui num projeto que tem sido discutido já algum tempo e que permitiria um melhor conhecimento, especialmente nesse momento de inclusão bancária, onde você passa a ter uma gama de clientes com os quais você não trabalhava antes e cujo nível de informação é bastante precário, o que leva a muitos erros de julgamento, de avaliação. E em outros países, quando implementado, implementado da forma adequada, existem estudos que mostram que isso levou a uma redução dos *spreads*. Então esse é um dos fatores que tem impactado um pouco o *spread*.

O segundo é a questão de impostos, quer dizer, comparativamente a outros países não existindo imposto lá e existindo imposto aqui é óbvio que o *spread* aqui acaba ficando mais elevado. A melhoria dos níveis de efeitos do sistema, a revisão de custos, de legislações, pequenas coisas que aumentam, que a gente chama até de custo de observância, às vezes impostos diferenciados na folha de pagamento, impostos ou questões de segurança, como tem que funcionar, questões de serviços que são prestados pelo setor financeiro sem que haja a contrapartida de pagamento, enfim, o setor financeiro no Brasil faz muito mais do que o setor financeiro faz em outros países. Então é um pouco isso que eu estou me referindo.

A adequação dos níveis dos depósitos compulsórios, volto a dizer, hoje ele tem um impacto pequeno na composição do *spread*, podemos falar pouco sobre isso, e apoio a medidas de aperfeiçoamento dos mecanismos de concorrência. Então divulgando, na FEBRABAN nós temos um trabalho já de divulgação das tarifas, estamos agora terminando a questão da divulgação das taxas de juros. O Banco Central fez isso também, eu acho que quanto mais a gente estimular a concorrência, a transparência, eu acho que todos saem ganhando e a FEBRABAN foi pioneira nisso, não são muitas as associações de classe que divulgam todas as taxas de seus membros de maneira que o cliente possa fazer a comparação. A gente tem feito isso já há algum tempo e estamos fazendo agora na questão da taxa de juros também.

Por fim, no curto prazo a gente está dizendo que recomenda-se cautela e atenção, porém, com ações bem definidas e projetos especiais para setores específicos, fundos de aval, recebíveis, pequenas e médias empresas, enfim, algumas coisas que estão sendo trabalhadas. Eu acho que a gente pode também acelerar um pouco a retomada das carteiras e circular o crédito de uma forma mais fluida, embora eu acho que ele não voltará necessariamente a ter a mesma fluidez que tinha antes da crise. Eu costumo dizer que foi o excesso de crédito que criou essa crise no mercado internacional. É difícil se imaginar que voltaremos a ter o mesmo nível de crédito que tínhamos no mercado mundial antes da crise, porque foi o excesso de crédito, eu volto a dizer, que causou essa crise.

E, por fim, o sistema financeiro no Brasil não precisou de recurso dos cofres públicos. Aqui o sistema financeiro é parte da solução e não do problema. Então eu acho que é uma coisa que a gente tem procurado sempre conversar.

Eu acho que é super positivo que estejamos aqui, essa iniciativa bastante positiva do Senado também de procurar entender o assunto, de maneira que a gente possa, e o setor financeiro se coloca à disposição, buscar caminhos que possam ajudar o sistema a fazer a sua parte, de maneira que a gente possa passar o mais rapidamente possível por essa crise.

Senador, essas eram as considerações iniciais. Eu me coloco a disposição para qualquer coisa que possa ser levantada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Dr. Fábio Barbosa. Eu queria dizer aqui aos Srs. Senadores, pedir autorização. A assessoria enviou algumas questões à presidência da FEBRABAN. Eu perguntaria, se os senhores estivessem de acordo, que eu pudesse, antes de iniciar o debate ou, como sendo o primeiro, apresentar essas questões se os senhores estivessem de acordo.

Sr. Presidente, estudos do Fundo Monetário Internacional mostram que os *spreads* cobrados no Brasil são maiores do que os observados em outros países latino-americanos [ininteligível] grau de desenvolvimento semelhante. A inadimplência pode explicar tal diferença?

Seria o sistema de recuperação de crédito do Brasil mais efetivo ou menos efetivo que os existentes em outros países em desenvolvimento? Qual seria o provável efeito de uma eliminação ou redução substancial dos depósitos compulsórios sobre o *spread*? Qual foi o impacto das reduções nas alíquotas observadas desde o último trimestre de 2008?

Sr. Presidente, as tarifas bancárias há dez anos praticamente não existiam, não existia tarifa bancária. Hoje cobrem parte importante das despesas administrativas dos bancos. Por que razão os custos administrativos continuam a ter participação tão elevada no cálculo dos *spreads* se não são cobertos apenas pelas receitas dos empréstimos, mas, também, pelas altas tarifas cobradas pelas instituições financeiras?

O risco da inadimplência é usualmente apontado como um dos principais motivos do *spread* ser tão elevado no Brasil. Como as taxas de inadimplência variam de acordo com a modalidade de crédito e do tipo de tomador? Como elas viriam em cada caso? Em particular, quais são as taxas de inadimplência nas operações de cheque especial e nas operações de cartão de crédito? E quais são as taxas de recuperação efetiva do crédito nessas operações?

Sr. Presidente, os bancos fazem uma análise rigorosa quando se trata de empréstimo a pessoa jurídica. Entretanto, verifica-se que os bancos distribuem com grande facilidade cartões de crédito e cheques especiais a pessoas físicas, muitas delas sem capacidade de pagamento. Qual é o peso dos cartões de crédito e dos cheques especiais na inadimplência dos bancos?

Qual é o tipo de tomador que gera maior lucratividade para o banco: o que apresenta baixo, médio ou alto risco de inadimplência? Que fatores as instituições financeiras levam em consideração ao avaliar o grau de risco do tomador?

Muito se argumenta – e com propriedade – que a inadimplência do Brasil é alta porque as instituições do País impõem dificuldades para a recuperação do crédito. Ocorre que a inadimplência não pode ser considerada em um evento totalmente exógenos aos bancos. Para citar alguns exemplos, é muito fácil receber cartão de crédito, é distribuído em grande quantidade a pessoas que não têm capacidade para pagar. O financiamento de veículos com prazo muito longo constitui-se, na prática, em financiamentos sem garantia, tendo em vista a velocidade de depreciação do veículo. Diante do exposto, eu gostaria de saber qual é a proporção de inadimplência que pode ser atribuída aos fatores institucionais e qual poderia ser atribuída às decisões dos próprios bancos?

Com a aprovação do cadastro positivo em tramitação na Câmara, como ela repercutiria na redução dos *spreads*? Em que medida os empréstimos direcionados contribuem para explicar os *spreads* nas operações com recursos livres? No caso de crédito direcionado, o *spread* fixado é insuficiente para cobrir os custos administrativos e a cunha fiscal?

Sr. Presidente, são essas as questões que nós tínhamos apresentado, preparados pela assessoria, eu queria perguntar aos Senadores se eu transferiria a cada um dos senhores a pergunta e o Presidente responderia todas no final. Como é que vocês preferem?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu acho que essas questões que V. Exa. colocou, era bom que ele já respondesse, pois são bastante amplas e abrangentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Pois não, Presidente.

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: Eu vou tentar, enfim, endereçar a todos os pontos que foram aqui colocados. Eu peço desculpas, antecipadamente, se faltar alguma coisa, por favor, me lembrem, é uma lista extensa de considerações, mas eu acho bastante relevante e vou procurar comentar em cima de todas elas e de maneira resumida, obviamente.

A primeira questão diz respeito se os *spreads* cobrados no Brasil são maiores do que os observados em outros países? Se a inadimplência poderia explicar tal diferença e se o sistema de recuperação de crédito é melhor em outros países emergentes?

Eu acho que a primeira coisa é essa comparação com outros países tem sempre sido complicada em função da existência de três ou quatro pontos. A questão de impostos, volto a dizer, o Brasil tributa a intermediação financeira por "N" razões, não vai aqui nenhum juízo de valor, apenas uma constatação, o que torna obviamente o *spread* no Brasil mais elevado do que em outros lugares. A questão do compulsório, embora hoje represente ainda um percentual pequeno, um impacto pequeno, mas, também, incide sobre a intermediação financeira no Brasil diferentemente do que em outros países. O crédito direcionado também acaba sobrecarregando o quê? Os créditos livres, em detrimento daquelas operações que trabalham com o *spread* menor. E a inadimplência no Brasil, ela é, efetivamente, mais elevada do que nos outros países, mesmo em outros países que a gente pode chamar de emergentes. É difícil pegar as estatísticas, cada um usa um critério, tenho tido muito dificuldade de pegar, mas eu volto a dizer que no fato de operações como crédito imobiliário, no que Brasil representa um percentual ínfimo, é 3% do PIB, às vezes até 2%, é de 2% a 3% dependendo da conta, da estatística, ele é um fator que acaba puxando para cima o *spread* comparativamente a outros países, que ali é que está o *spread* mais baixo. Então a composição da nossa carteira de empréstimos torna o nosso *spread* um pouco mais elevado. Na medida em que o crédito imobiliário cresce, como tem crescido, nós vamos ver uma redução no

spread simplesmente por uma composição da carteira de empréstimos melhor do que a composição de carteira de empréstimos onde não há garantias. O nosso sistema de recuperação de crédito, eu acho que ele é tão efetivo quantidade em outros países emergentes, como foi colocado aqui, latino-americanos, como foi colocado. Eu acho que a questão é que a gente precisa ainda melhorar. Uma evolução fantástica e que trouxe resultados imediatos foi a questão do crédito imobiliário novamente, onde a criação da alienação fiduciária permitiu que a recuperação do imóvel acontecesse com muito mais rapidez e houve um crescimento expressivo no crédito imobiliário nos últimos anos, em alguns anos cresceram 40%, 50% ao ano e o Brasil voltou, finalmente, a financiar o mesmo número de imóveis que financiava há quase vinte, vinte e cinco anos atrás. Então houve uma recuperação e hoje se financia mais de trezentos mil imóveis, que é um volume que se fazia há quase vinte anos atrás, a gente perdeu muito tempo, e uma das coisas era justamente a dificuldade da recuperação da garantia, coisa que acontece com muita facilidade em outros países. Então eu acho que uma foi uma evolução importante e que mostra que quando você endereça o problema e faz o diagnóstico apropriado, o mercado reage, os bancos reagem e eu acho que todos saem ganhando com relação a isso.

A segunda pergunta fazia referência se uma redução substancial do compulsório impactaria o *spread* de uma forma relevante? Eu vou fazer uma colocação aqui que a redução que houve em 2008, e essa fazia parte da pergunta também, ela basicamente liberou compulsórios que eram remunerados. Então do ponto de vista muito técnico, não visava aquele movimento de redução de compulsório um impacto no *spread.* Visava sim colocar liquidez no sistema e o fez de forma muito feliz, tanto é que o Brasil não teve nenhum problema, mesmo nos momentos mais agudos. Então não se tratava de um compulsório que representava um ônus para o sistema financeiro, já que era remunerado basicamente na Taxa Selic, mas, sim, representava uma drenagem na liquidez do sistema. Então esse foi o objetivo do Banco Central, foi atingido, e agora existe ainda eu acho que uns 180 ou 200 bilhões, eu não me lembro de cabeça, de depósito compulsório, e uma parte sim é não remunerada, que é a parte de depósito à vista, e a outra parte que é remunerada, mas que tem implicações muito grandes de política monetária e tudo mais, há uma alteração nisso, mas não é hoje o fator mais determinante da questão do custo, mas, sim, da liquidez.

A terceira colocação diz respeito a se tarifas bancárias que praticamente há dez anos não existiam e hoje como é que funciona isso, já que os bancos cobram tarifas e como é que funciona já que ele, enfim, não tinha antes essas tarifas, agora tem, por que é que parte do custo acaba tendo que ser absorvida pelas operações de crédito? A minha consideração aqui, eu acho que foi uma evolução fantástica para toda a sociedade, porque não existiam tarifas, mas existia o *floating*. A inflação permitia aos bancos um ganho fruto de um bom gerenciamento dos fluxos financeiros deixando um ganho que na época era chamado como *floating*, ou seja, um ganho proveniente da inflação, que na minha opinião prejudicou muito a relação entre os bancos e os seus clientes porque não havia transparência, ou seja, o serviço era prestado, por ele nada se cobrava, ficava uma sensação ruim de que "Eu não pago, então não tenho direito". Eu acho que a gente evoluiu muito na medida em que, obviamente, acabando com a inflação, que teve todos os outros méritos, que não se faz necessário comentar, mas teve também um outro mérito que é o mérito da transparência na relação com os clientes. Então agora se existe uma tarifa, para essa tarifa se espera a contrapartida de um serviço e assim tem funcionado. Então eu acho que foi uma substituição saudável e uma parte das tarifas cobre sim custos do banco e uma outra parte acaba sendo coberta pelas operações de crédito.

A outra pergunta, que seria a quarta pergunta então, o risco de inadimplência é usualmente apontado como um dos principais motivos do *spread*. Então, quer dizer, o *spread* principalmente em cheque especial, em cartões de crédito. O *spread* e a inadimplência no cheque especial, no cartão de crédito, são bastante elevados. Segundo estudos do Banco Central é da ordem de 10% no cheque especial, mas eu acho que isso depende um pouco dos critérios utilizados, em alguns critérios usados em instituições privadas esse percentual é maior do que os 10% a que se refere o estudo do Banco Central. E no caso do cartão de crédito, depois eu me disponho até a entrar em mais detalhes, se for o caso, mas chega de ser de 25% sobre o tal saldo financiado. Eu queria lembrar que quando uma pessoa faz uma compra no cartão de crédito no dia 26 de março e vai pagar na sua fatura no dia 1º de maio, existe um risco de crédito daqui até o dia 1º de maio que é garantido, o banco garante isso para o lojista, mas há um risco de crédito que está incorrendo. Então não houve nenhum saldo financiado, mas houve sim um risco de crédito. Então tem muita inadimplência que acontece durante esse período, sem que haja uma base financiada. A partir daí pouca gente financia no cartão de crédito. Esses montantes que são financiados via cheque especial, 2% ou 3% do total de crédito no mercado, e via cartão de crédito é menos ainda do

que isso, ou seja, são percentuais muitos pequenos, porém, de alta visibilidade. Volto a dizer: então é 10%, segundo estudo do Banco Central, no cheque especial, e 25% no caso de cartão de crédito, mas em função dessa distorção a que me referi, ou seja, não é sobre o saldo financiado, mas também inclui aquele período. Eu não queria ser muito técnico, se for o caso a gente pode depois voltar.

Pela ordem que a pergunta foi feita aqui, a seguinte, foi que os bancos fazem uma análise muito rigorosa quando se trata de empréstimo a pessoa física. Entretanto, verifica-se que os bancos distribuem com grande facilidade cartões de crédito, cheques e tudo mais também. Bom, já mencionei aqui que as operações de financiamento de cheque especial, cartão de crédito, elas representam um valor relativamente pequeno no total de crédito no Brasil, chega a ser 3%, 4% do total de crédito, e realmente esse crédito, eu tenho sempre lembrado, tem que ser usado com muita prudência e cuidado. O senhor fala que o banco faz uma análise de crédito criteriosa e rigorosa quando se trata de empréstimo a pessoa jurídica, e de fato é assim porque existem condições, existem informações. As técnicas, em geral, para empréstimo a pessoa física, elas passam pelo que se chama de um *escoring*, de uma escoragem, de uma pontuação, porque não há condições de se analisar cada um, que seria um custo que se inviabilizaria. Eu acho extremamente positivo, se me permita, colocar uma outra visão sobre esse assunto, que o crédito no Brasil tenha se democratizado. A gente tem cada vez mais gente tendo acesso a crédito. Eu acho que isso é positivo. Isso é feito através de fato de concessão baseada em algumas informações como emprego, se está ou não está no SERASA, se tem alguma situação específica, questão de renda, se já existe relacionamento com o banco, se não se existe, e baseado nisso existe um sistema de concessão que, eu volto a dizer, poderia ser aprimorado se tivéssemos a questão do cadastro positivo, mas, de qualquer maneira, ele permite de fato a democratização. Eu tenho testemunhado isso e vejo com satisfação que o número de pessoas que têm conta em instituição financeira tem aumentado bastante e o número de pessoas que têm acesso ao crédito tem também aumentado bastante. Existem distorções nesse processo, a gente vai aprimorando na medida em que vai andando, mas de fato o conceito é esse mesmo, o conceito de uma análise detalhada no caso de grandes empresas e uma análise estatística no caso de pessoas físicas de maneira a democratizar. O que é que nós queremos fazer com relação a isso? Eu me bato muito nisso e toda a FEBRABAN, e várias bancos trabalham nessa situação, é a questão da orientação financeira ou educação financeira. As pessoas precisam saber melhor como utilizar esses mecanismos, quer dizer, que produto usar para que situação e eu acho que com isso a gente pode ganhar muito. Então eu dou um exemplo sempre, se me permitem aqui, do cheque especial. O cheque não é para ser usado por um período longo. Outro dia eu usei o exemplo, e repito aqui, é como pegar um táxi para ir de São Paulo para o Rio de Janeiro e, depois, achar que foi caro. Ele não é o meio de transporte adequado para uma viagem dessa, existem outros, e nisso precisa o banco colocar mais luz de maneira que os clientes conheçam as alternativas e os clientes terem uma orientação financeira e a gente tem trabalhado nesse sentido. Então eu espero com isso também que todos saiam ganhando. Não é do interesse do banco, obviamente, emprestar para alguém que não vai lhe pagar, porque isso causa prejuízo para todos, causa um desgaste na imagem e causa um prejuízo financeiro com o dinheiro que, eu gostaria de lembrar, não pertence ao banco, o dinheiro pertence aos depositantes e o banco zela por ele. Então não existe interesse.

A sexta pergunta, na ordem que nos foi passado aqui, que é a nº 5 na folha que eu tenho na minha frente, em geral qual é o tipo de tomador que gera maior lucratividade para o banco: o que apresenta baixo, médio ou alto risco de inadimplência? Que fatores as instituições financeiras levam em conta para avaliar o grau de risco de um tomador? Vou trazer aqui, além da questão da inclusão bancária que tem acontecido, eu queria trazer também a questão das garantias. A gente tem procurado trabalhar empréstimos com garantia, como é o caso do consignado, e empréstimos com garantia, como é o caso do financiamento de automóveis, traz um *spread* muito menor. Por quê? Porque existe um bem que, obviamente, representa uma redução naquele risco e, portanto, viabiliza uma operação a taxas menores. Eu acho que a gente vai nessa direção e é o interesse de todos. No caso de empresas, a gente tem procurado sempre também trabalhar com garantias, recebíveis, securitização, uma série de técnicas que reduzem um pouco esse risco. E não tenho uma resposta com relação ao qual representa a maior lucratividade para o banco, porque eu acho que existe uma peculiaridade no setor financeiro, que eu gostaria de colocar aqui, que também dificulta muito a comparação de taxas de juros, Senador, que é a questão de que diferentemente de um bem industrial, que é vendido por um mesmo preço, seja ele vendido para uma pessoa X, Y ou Z, o caso do cartão de crédito é diferente. O credito não tem um preço único. Uma geladeira custa mil reais, por exemplo, não importa quem a compre. O crédito não tem um preço fixo, ele

depende sim de quem compra, de quem está fazendo aquela operação. Então toda essa comparação fica um pouco mais difícil e eu acho que vale a pena, talvez, a gente também procurar entender um pouquinho mais isso, se for o caso.

A outra pergunta é que muito se argumenta – e com propriedade – que a inadimplência no Brasil é alta, porque as instituições no Brasil impõem dificuldades para a recuperação de crédito. Daí fala que ocorre que a inadimplência não pode ser considerada um evento totalmente exógenos aos bancos. Daí cita alguns exemplos, cartões de crédito, veículos. Olha, o cartão de crédito que eu mencionei, realmente existe uma oferta de produto e a gente tem que trabalhar na educação, na orientação, a fim de não fazer a seleção apenas após ter tido a inadimplência, mas evitar que a pessoa entre por um caminho que vai ser ruim para todos. A questão do financiamento de veículos em prazos muitos longos, Senador, eu acho que houve mais propaganda do que efetivamente prazos longos. Falava-se até em financiamento de noventa meses, cem meses, mas nós tivemos condições de averiguar isso, eram muito poucos os casos. Era mais uma coisa de marketing, uma chamada. De fato aconteceram alguns, mas não foram de uma forma relevante. Eles se balizaram mais ou menos nos quarenta e oito meses, que é bastante aceitável, dependendo também do tamanho da entrada, mas ali não tem um problema muito grande e eu acho que continua funcionando relativamente bem. Eu acho que tem um outro problema, depois a gente pode falar, que as aplicações, os depósitos que os bancos recebem no Brasil são de prazo curto, então torna muito difícil fazer operações de prazo longo de empréstimos. É esse um dos problemas que tivéssemos e que causou um pouco de insegurança durante o mês de outubro e novembro em algumas instituições, em particular, que é esse descasamento. Então eu acho que esse é um problema também que podemos falar mais para frente.

Voltando aqui à minha folhinha, com a aprovação do cadastro positivo em tramitação na Câmara dos Deputados, repercutiria na redução de *spread*? A resposta é sim. A gente trabalha com informação, é importante o cadastro positivo ser aprovado, que seja aprovado dentro de uma forma que seja operacionalizável, e lembrar também que ele é um processo, ele tem que ser constituído, tem que trazer um histórico. Eu tenho um pouco de receio em torno do barulho que se fez, a sensação é que no dia seguinte já teríamos. Tem que ser constituído, trabalhado, estamos preparados para isso, mas, com certeza, com melhores informações, teriam condições de uma precificação melhor e, precificando melhor, a tendência é que a precifique mais baixo.

E, por fim, em que medidas os empréstimos direcionados contribuem para explicar o *spread* nas operações com recursos livres? No caso o crédito direcionado, o *spread* fixado é insuficiente para cobrir os custos administrativos e a cunha fiscal? O empréstimo direcionado, ele, obviamente, faz parte dessa visão toda. Como eu mostrei ali, normalmente o *spread* é bem mais baixo nessas operações e podem, dependendo da extensão em que isso acontecer, sobrecarregar as operações ditas livres. Não é hoje um dos fatores que mais impactam, mas é mais um que se soma nessa miríade de razões que levam o *spread* no Brasil a ser um pouco superior... Um pouco superior não, a ser superior ao que se pratica no mercado internacional.

Mas eu acho que as perguntas levam justamente nessa direção que me agrada muito, de procurarmos entender quais são as razões que determinam o *spread*. Eu espero, é um tema bastante intenso e denso também, que eu procurei colocar de uma forma resumida e rápida, mas eu espero com isso ter despertado algumas provocações e explorar alguns temas mais a fundo se for de interesse dos Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Sr. Presidente. Nós vamos passar a palavra agora aos Senadores, são três Senadores.

Eu vou apenas colocar uma questão. O senhor disse que os cartões de crédito e o cheque especial representam um percentual muito pequeno nas receitas dos bancos.

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: No portfólio de empréstimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): No portfólio de empréstimo, que a inadimplência é muito grande nessas áreas. Por que motivo os bancos têm tanto interesse, enviam com tanta frequência uma grande quantidade de cartões de crédito para pessoas, às vezes, que não tem capacidade contributiva? E a outra questão, eu pergunto: o senhor disse que num crédito consignado o juro está na média de quanto por mês?

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: 2,3%.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Isso dá uma média de 27%, 28% ao ano. O senhor acha que isso é um *spread* pequeno.

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: Esse é o custo final para o tomador.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Quer dizer, quanto o tomador paga por mês de juros?

SR. RUBENS SARDENBERG: Aquilo é a taxa de juros--

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Quanto? 2,3%?

SR. RUBENS SARDENBERG: 2,3%.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): É quase 30% ao ano. É ou não é?

SR. OSWALDO DE ASSIS: Mas aí tem que tirar o custo do financiamento, a Taxa Selic tem que sair daí.

SR. RUBENS SARDENBERG: O *spread* seria isso menos a Taxa Selic, que seria 11,25%. Então estaríamos falando aí alguma coisa na faixa de 17%, 18%.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): O senhor acha uma taxa de juros baixa?

SR. RUBENS SARDENBERG: Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com toda essa garantia--

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: Tem que tirar os impostos, mas a taxa bruta, do qual tem que tirar o custo de *folding*(F) inclusive.

SR. RUBENS SARDENBERG: Só para esclarecer, aquele número, o 17%, 18%, seria o *spread* bruto, do qual teria que tirar aqueles pontos que o Fábio colocou.

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: Tem que tirar IOF, PIS, COFINS.

SR. RUBENS SARDENBERG: IOF, PIS, COFINS, compulsórios.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com a palavra o Senador Roberto Cavalcante.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de parabenizar o Presidente Senador Francisco Dornelles por nos dar a oportunidade de ter as informações que nós estamos obtendo nesse momento, ao Senador Garibaldi Alves, ao Presidente da FEBRABAN e a todos que compõem essa equipe da FEBRABAN.

Eu gostaria de, em primeiro lugar, enfatizar de que eu venho da iniciativa privada e, vindo da iniciativa privada, tenho uma visão empresarial e sou apologista do lucro, não venho aqui trabalhar contra o lucro. Eu acho que o lucro faz parte da atividade empresarial e é a alavancagem de toda a empresa. Empresa que não dá lucro é uma empresa fadada ao insucesso. Eu faço essa ressalva para que não seja mal compreendido no tocante a eventuais críticas ou observações no tocante a lucro.

No Brasil existe um setor, que eu vou citar só por questões mais ilustrativas, que é o setor da saúde. A saúde no Brasil vive esfacelada. O doente, o paciente, à mingua. Os hospitais totalmente destruídos economicamente. Médicos recebendo mal. Nós, contribuintes, pagando impostos máximos. E no meio dessa massa que opera a saúde do Brasil existem alguns privilegiados, por exemplo, os fornecedores de equipamentos para hospitais, os fornecedores de remédios, são beneficiários de todo um sistema. Então nós vemos o empobrecimento de um lado e, por outro lado, nós vemos o enriquecimento atípico, uma coisa que contrasta com a realidade de um determinado segmento.

Eu fiz essa ilustração para que se possa entender que no Brasil, conjunturalmente, nós todos estamos passando, não é de hoje, nós estamos passando há anos por crises e sempre o setor bancário tem uma saúde extraordinária. Essa saúde hoje é extremamente elogiada no sentido de nós sermos um País em que o sistema bancário está íntegro na crise internacional. Ele está íntegro por comportamento próprio e por comportamento do Banco Central. Graças ao comportamento brasileiro, do modelo brasileiro do Banco Central, os controles do Banco Central, operações de recuperação de entidades bancárias feitas há anos atrás e que nos permitiram ter esta consolidação, fortaleceu o sistema bancário brasileiro, o que é muito bom. Porém, o sistema bancário brasileiro, ele vem, diferentemente de qualquer outro segmento da atividade econômica brasileira, ele vem obtendo um privilégio em termos de resultados que é realmente espantoso. O cidadão brasileiro, ele não se apercebia disso porque ele vivia numa época inflacionária na qual tudo estava... A culpa era na inflação. O sujeito tinha uma moeda hoje e no dia seguinte, com a inflação de 100% ao mês, o cidadão brasileiro perdeu completamente a referência da moeda. Pouco a pouco, com a estabilização econômica brasileira, graças a medidas de diversos Governos, nós tivemos um Brasil que conseguiu que o cidadão brasileiro entendesse o que era um real e a partir do momento que o brasileiro começou a entender o que é um real nós começamos a entender o verdadeiro sentido da moeda.

Neste momento, a partir desse momento o sistema bancário começou a ficar acuado e ter que se justificar do seu comportamento. Essa palavra *spread*, que nós estamos hoje falando aqui, ela era desconhecida do cidadão brasileiro até pouquíssimo tempo. *Spread* é exatamente quando se foi espremendo as margens bancárias, que antigamente estavam imputadas em termos de inflação, impostos e tal, mas quando se

dissecou, dissecou, dissecou, então do tal espremido das tarifas se culpa agora o *spread*. Então nós estamos hoje aqui discutindo *spread*, que jamais, em nenhuma outra reunião, há tempos atrás no Brasil, nós estaríamos discutindo o *spread*. Nós estaríamos discutindo e imputando a culpa em outros fatores.

Então o que me espanta, na verdade, é essa margem atípica de lucro. Num momento em que nós estamos vivendo uma economia extremamente fragilizada, eu digo que a economia brasileira, mundial, ela está sofrendo de um problema, assim, que seria uma infecção generalizada, nós temos os bancos, excelentes bancos, como o Banco do Brasil, o Itaú, o Bradesco, mas com margens de rentabilidade de 21,5%, 23,6%, 32,5% sobre o patrimônio líquido. Então na hora que nós todos, em que todo o Brasil passa por uma situação de extrema angústia, de extrema sobrevivência, o empresariado brasileiro hoje sobrevive, então nós não sentimos... O que nós desejamos não é o enfraquecimento, jamais, do segmento bancário. O que nós queremos é o fortalecimento do sistema, mas que haja uma parcimônia nesses espaços, porque o que ocorre na verdade, quando se publicam balanços, hoje nós nos encabulamos com as margens dos balanços dos bancos. É uma coisa que poderia ser bem comemorada, mas na verdade nós nos encabulamos.

Então a minha pergunta é que até que ponto nós vamos ter que ter reuniões sequenciais para que possamos explicar, porque o cidadão brasileiro, não sou eu, a minha informação é em economia, eu posso entender, mas o cidadão brasileiro não entende o que se passa em assistir margens tão grandes e não entende também a remuneração que ele tem que pagar sobre um dinheiro, quando ele compara mundialmente com outros países que tem uma economia semelhante à brasileira no tocante à estabilização da moeda, as nossas taxas, nós antigamente, no Brasil, éramos recordistas em tudo, em inflação. Hoje que nós estamos com margens internacionais de comportamento econômico, porém, as margens de rentabilidade destes bancos brasileiros estão acima do que a população brasileira entende.

Então, finalizando, eu gostaria de fazer duas perguntas. Uma é a respeito da introdução no mercado brasileiro do Banco Asteca, que V. Sa. deve sobejamente conhecer a atuação, é um banco que atua no México e que tem uma capilaridade de agências fantásticas, atinge o crédito popular com taxas praticadas a nível internacional bem mais reduzidas do que as taxas brasileiras, e esse banco brasileiro, ele implantou-se recentemente em Pernambuco, e no Nordeste, de uma forma geral, se comenta que houve, por parte da FEBRABAN, uma certa objeção para que o mesmo fosse implantado no Brasil, que esse grupo empresarial do Salinas viesse para o Brasil, não é que houve uma cartelização do sistema bancária brasileiro. Porém, esse banco, como trabalha de uma forma atípica, ele foi supostamente, isso não é não uma afirmação, é uma suposição, supostamente boicotado pela FEBRABAN no tocante à sua entrada no Brasil. Essa seria a minha primeira pergunta.

A segunda pergunta se refere exatamente a estas margens, se o senhor confirma, se V. Sa. confirma essas margens dos bancos no momento da economia presente brasileira.

Para realmente encerrar, eu estranhei muito na apresentação dos gráficos de V. Sa. no tocante à curva do *spread* a partir de fevereiro de 2008. Nós vínhamos numa tendência de redução e quando chegou em fevereiro de 2008, exatamente no momento em que o sistema bancário brasileiro tinha as informações internacionais de que havia uma crise da magnitude que estava acontecendo e que aqui no Brasil se pregava de que esta crise não nos atingiria, de que seria de forma bastante superficial, que nós estaríamos imunes a essa crise, porém, o sistema bancário brasileiro, que tinha melhores informações que a população brasileira, já praticou a partir de fevereiro de 2008 uma evolução do *spread* que continua crescendo até fevereiro. Mostrar aquela curvazinha final ali de março, me desculpe o ex-Ministro Delfim Neto, mas parece aquelas mágicas de números do Delfim Neto. Era essa a minha abordagem.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com a palavra o Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela generosidade dos Senadores Tasso Jereissati e--

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Quando se dá a palavra não é generosidade, é obrigação dar sempre a palavra a V. Exa.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Estamos fazendo uma permuta, de tal modo que eu passaria a ser o segundo, permuta no bom sentido, uma troca-troca no bom sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Por favor, com a palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Tal como iniciou o nosso Senador, o Dr. Roberto, logicamente que no sistema em que nós vivemos, que é um sistema de economia de mercado, um sistema capitalista, o lucro é o motor do desenvolvimento

e, sendo assim, nós não poderíamos nos contrapor a esta consequência da prática de um sistema que nós adotamos no Brasil. No entanto, a lucratividade dos bancos nesses últimos anos tem sido extraordinária. Enquanto os lucros crescem, o *spread*, que deveria cair, aumenta assustadoramente, e vários fatores foram aqui apresentados por V. Exa., pelo Dr. Fábio Colletti Barbosa, Presidente da FEBRABAN, justificando, dentre outros fatores, para o aumento do *spread,* o risco com a inadimplência. Algumas perguntas foram feitas pelo nosso Presidente nesta direção, qual o nível da inadimplência, a recuperação dos créditos, e quero crer que o nobre Presidente deverá, ao final, e os demais Senadores, fazer perguntas nesse sentido: se essa inadimplência é permanente, se ela é transitória, se no decorrer de um determinado período alguém que foi inadimplente ou a empresa que foi inadimplente, não fez a cobertura do seu crédito e isso implicou em mau lucro para o banco, porque cobrou taxas de atraso. Enfim, o que eu quero demonstrar...

Os senhores conhecem um especialista, Doutor em economia, o Dr. Adriano Benayon. Ele é autor de Globalização x Desenvolvimento. Ele traz uns dados interessantes que eu colhi na internet, que eu gostaria que V. Sa. pudesse explicar. Entre 1995 e 2007, segundo os dados aqui colhidos, houve um crescimento real da lucratividade dos bancos da ordem de 468%, entre 1995 e 2007, aqui no Brasil. Nos oito anos... Eu vou falar em FHC, mas também vou falar no governo de Lula. Nos oito anos no governo FHC, a média anual dos bancos foi de 11%; no período foi de 130%, então. Nos dois primeiros anos do governo de Lula, a lucratividade ou o lucro dos bancos foi da ordem de 14%. Em 2005 foi de 21,5 %, em 2007 foi de 30,6%, tomando por base os cinco maiores bancos. Em cinco anos--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Ele já deixou a barba crescer igual a do Lula até.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É, ele está dizendo aqui que o senhor cresceu mais a barba no governo de Lula, mas no governo FHC foi um lucro muito grande também. Eu não sei porque não cresceu a barba [risos].

Então, em cinco anos, 147%, no governo atual, uma média anual de 19,5%. Então esse panorama, no entanto, é inverso com relação ao trabalho assalariado. Por quê? Se nós considerarmos São Paulo, que é a capital econômica do nosso País, em 1998 um assalariado ganhava em média lá em São Paulo R$ 1.626,00, isso em termos atuais, corrigidos pelo IPCA. Em 2008 essa remuneração caiu para R$ 1.202,00, isto é, houve uma queda de 35% em termos reais do salário do trabalhador em São Paulo. Agora de 1998 até o ano de 2002 houve uma queda de 36%, quer dizer, foi até maior.

Ora, o senhor falou nas receitas... O senhor não precisou muito a lucratividade dos bancos com relação às tarifas, que representam um fator importante do lucro dos bancos, inclusive cobrem a folha de pagamento, não cobrem, as tarifas?

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: Cobrem a folha de pagamento em alguns casos, mas não todos os custos relacionados ao serviço prestado, porque, como eu digo, sempre máquinas de autoatendimento não tem custo pessoal, mas tem um custo.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então as receitas das tarifas, segundo os dados aqui, cresceram 125%, enquanto que com relação aos impostos em 2005 os bancos pagaram 7,5 bilhões e de impostos, 7,5 bilhões de imposto de renda, 7,5 bilhões em 2005. O trabalho assalariado, aquele que é descontado em folha, pagou 30,75 bilhões. Ele quer dizer aqui, o Dr. Adriano Benayon, que o trabalho assalariado paga mais impostos que os bancos. No mesmo período, que foi em 2005, os senhores pagaram 7,5 bilhões, enquanto que o rendimento do trabalho assalariado pagou 30 bilhões e 750 milhões de reais.

Também a legislação que foi aprovada em 2005, já no atual Governo, isenção de impostos nos dividendos pagos aos acionistas. Existe isso? Não conhece não? Certo. Os bancos desfrutam ainda da alíquota de 15% do imposto de renda. Não é de 15%? Pois é, eu mesmo pago 27,5%.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): O que eu acho que o Senador está falando para vocês é que o lucro distribuído como juro de capital próprio não pagam imposto de renda de pessoa jurídica, nem a contribuição social sobre o lucro, paga somente 15% de imposto.

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: Seja banco, seja empresa industrial, todos.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Isso é verdade?

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: Todos, todos os setores.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Todos os setores. Muito bem. Então o que eu quero perguntar, finalmente, é o seguinte: se os bancos estão navegando em mar de rosas, os seus lucros sendo bombados anualmente, vivendo num País das mil maravilhas em termos de remuneração, por que então esse *spread* tão elevado? E as tarifas? O senhor reconhece como uma fonte de receita importante, inclusive para pagamento da folha dos trabalhadores dos bancos? É verdade que as receitas

com as tarifas cresceram 125% e que representam 25% dos lucros dos bancos? Eram as perguntas que eu queria fazer a V. Sa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Senador.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Todas as ordens do mundo.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu só queria acrescentar, até porque é o Senador Tasso que vai fazer a próxima indagação, eu vou abrir mão até naturalmente do tempo meu para ele. Só lembrando aqui o velho e saudoso Ministro e Embaixador Roberto Campos, o meu parente, ele já dizia que o melhor negócio do mundo é um banco bem administrado, Fábio. O segundo melhor negócio do mundo é um banco mais ou menos bem administrado. E o terceiro negócio melhor do mundo ainda é um banco mal administrado. Essa era a visão do Embaixador Roberto Campos, e que certamente aqui depois do Roberto, do Senador Roberto e do Senador Antônio Carlos Valadares, eu não tenho dúvida alguma de que atualmente ainda existe o quê? Que o melhor negócio do mundo é um banco. É *spread* vai, *spread* vem, juro vai, juro vem, taxa vai, taxa vem.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): O Rockefeller dizia que era a indústria de petróleo.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Mas eu tenho a sensação de que o banco, acho que ainda é o melhor negócio. Portanto, é só essa pontuação que eu quero fazer, que eu vou abrir mão do tempo aqui, que daqui a pouco vai abrir a Ordem do Dia e–

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Senador Tasso Jereissati.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Presidente, V. Exa. me permite? Eu queria saber se banco ainda é o melhor negócio do mundo mesmo numa crise financeira.

[risos]

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente Senador Dornelles, Dr. Fábio Barbosa, Dr. Oswaldo Assis, Dr. Sardenberg, Presidente Garibaldi Alves. Apenas para descontrair um pouco, mas o que eu vou contar é que com a queda da SELIC, com a tendência de queda da SELIC, evidentemente que as atenções, havia uma pressão muito grande da sociedade pela queda dos juros, um dos mais altos do mundo, sem dúvida, e com a queda da SELIC e a não queda dos juros as atenções agora se voltam sobre o *spread,* que vai ser a grande discussão do momento. *Spread* é uma palavra da língua inglesa que nós captamos e vamos ainda, Senador Garibaldi, captar muito mais ainda nessa crise que se aproxima. Ontem mesmo, Senador Dornelles, esses termos bancários, nós estávamos assistindo a apresentação do Presidente do Banco Central, o Meirelles, e ele disse também um termo que eu não conhecia, mas era que as operações do Banco Central de *default credit swap*(F) tinham dado grandes lucros e etc. E o Senador Garibaldi, que presidia com muita elegância, olhou para mim e disse: "Senador Tasso, você que é lá das minhas bandas, que diabo é isso que esse homem está dizendo aí, *credit default swap*(F). Nós vamos ficar assim ainda algum tempo, nós aqui do Nordeste vamos ter a maior dificuldade, inclusive o nosso Senador Marco Maciel, com toda a sua erudição internacional, em entender esses termos que estão aparecendo. Poderia até explicar hoje, Garibaldi, para você aqui, o nosso Fábio Barbosa, explicar a V. Exa. o que é *credit default swap*. É isso ou não? Tem o *reverse* também, tem o *swap reverse* também.

Mas voltando aqui ao nosso tema, Senador Dornelles, na verdade essa Comissão, basicamente, é uma Comissão para acompanhar, presidida pelo Senador Dornelles, o desenvolvimento da crise. Algumas coisas nos preocupam e essa preocupação, como eu disse, vai se acentuar muito agora, concentrada na questão do *spread*, porque há uma expectativa nossa, com certeza dos bancos, que daqui para o final desse ano a SELIC vá cair de uma maneira realmente importante e de uma maneira vertiginosa.

A outra questão que nos preocupa é a questão do crédito em si, quer dizer, da questão do aumento ou diminuição do crédito no País, que todas as informações que essa Comissão obteve, até agora, de várias Audiências Públicas, é que o crédito, apesar da curva que V. Sa. mostrou, não está normalizado no País. Os pequenos e médios bancos, por exemplo, nas nossas constatações aqui feitas, estão absolutamente parados e as operações dos grandes bancos e dos bancos estatais concentraram-se em grandes operações voltadas para grandes empresas que deixaram de ter acesso a crédito internacional e vieram buscar esses recursos aqui, e, principalmente, empresas estatais. Caso sobejamente sabido é o caso da PETROBRAS, que, por exemplo, veio e nas estatísticas vai apontar um incremento gigantesco de crédito, mas a PETROBRAS, sozinha, abocanhou grande parte desse crédito, tirando, asfixiando ainda mais as pequenas e médias empresas que estão sem acesso ao crédito. Nós todos sabemos que a retomada da economia, sem a participação das pequenas e médias empresas, é absolutamente impossível e é o que nos preocupa, especificamente, essa Comissão, é a retomada da economia para que não aprofunde a crise. Isso não está acontecendo, a

retomada do crédito, e os *spreads* continuam altos, porque a SELIC cai e o *spread* sobe.

Chama a atenção, então, essa é uma pergunta que tem a ver com a questão por que é e qual é a expectativa concreta de que o crédito volte a se expandir de uma maneira uniforme, não concentrada em PETROBRAS e em Vale do Rio Doce, em companhias, enfim, desse porte e que realmente volte a fluir pela economia.

Dentro da questão *spread*, um número que chama a atenção sempre são dois. Se falava em compulsório, em outras coisas mais, mas nós vimos e temos visto que os grandes números são a inadimplência, o que compõem a inadimplência, e impostos, são os dois grandes números, inadimplência e impostos.

Ontem o Presidente do Banco Central fez uma demonstração da evolução da inadimplência no mundo e no Brasil e nos deixou aqui um número que, realmente, nos deixou surpresos e perplexos. A inadimplência nos Estados Unidos, hoje, é igual à inadimplência no Brasil, com o número apresentado pelo Banco Central aqui, pelo Presidente Meirelles ontem. A inadimplência historicamente nos Estados Unidos é bem mais baixa que o Brasil, três vezes menor, e ela subiu, vem subindo, subindo, subindo e encontrou mais ou menos a inadimplência do Brasil. No entanto, como é o número que mais pesa na composição do *spread*, no entanto o *spread* aqui ainda é muito, muito maior do que nos Estados Unidos. Então essa questão da inadimplência é uma questão que nos deixou uma dúvida profunda sobre essa questão se no Brasil não há um exagero em função, outra questão aí, de uma concorrência menor. É evidente que no Brasil há uma concorrência bancária muito menor do que nos Estados Unidos e que seria uma das causas do alto *spread* também a concorrência pequena, se comparada a um País como os Estados Unidos, por exemplo, que tem mais de sete, oito mil bancos, enquanto no Brasil, eu acho que juntando os bancos pequenos e grandes, nós não temos vinte ou trinta bancos, eu não sei.

SR. RUBENS SARDENBERG: Cento e sessenta?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Cento e sessenta bancos com a agência de rua?

SR. RUBENS SARDENBERG: Não.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Com a agência de rua quantos?

SR. RUBENS SARDENBERG: Com a agência de rua, quase [ininteligível].

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Ok. Então essa pergunta eu faço, essa questão da concorrência, porque também de uma maneira absolutamente clara a concorrência nos Estados Unidos é muito maior e se tem como base a concorrência que faz com que os custos caiam.

Outra razão dessa certa acomodação em relação ao *spread*, que seria a outra pergunta, eu não sei se o termo correto é esse, mas em relação aos depósitos livres, eu não sei se é depósito livre, mas em relação àquilo que o banco tem condições de operar, quanto na média dos grandes bancos fica em títulos públicos? Teve algum tempo que eu me lembro de nós observarmos balanços de grandes bancos e vimos que os bancos no Brasil não precisavam emprestar a produção. A rentabilidade, a segurança e o custo operacional de colocar em títulos públicos é muito melhor do que sair correndo risco, emprestando para os amigos lá do Garibaldi do Rio Grande do Norte, que correm o risco de um *default*(F), *credit swap* enormes, gigantescos, que o título público não tem. Então qual é o percentual e se essa não é uma das razões fundamentais para a questão do *spread* no Brasil e a não necessidade de esforços dos bancos em emprestar para empresas privadas?

Essas são as questões que eu queria colocar a V. Sa. e agradecendo ao atendimento do nosso convite.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Obrigado ao Senador Tasso Jereissati. Eu passo a palavra ao próximo senador inscrito, que é o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente Senador Ministro Dornelles, Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Garibaldi, senhores convidados, que saúdo todos na pessoa do Dr. Fábio.

Eu só vou fazer um questionamento aqui, um adendo também às colocações do Senador Tasso, que quando você faz ou vai fazer o fechamento dos balanços de uma instituição bancária, você faz uma previsão, ou seja, provisiona naturalmente aqueles créditos que não vão ser quitados, ou seja, são pessoas que estão inadimplente, você faz a provisão e joga no balanço final para ser contabilizado. Eu imagino que isso já está inserido nos lucros e perdas de qualquer instituição financeira. Então nesse caso particularmente eu acho, mesmo assim, é de que não se pode computar para cobrar os *spreads* e, sobretudo, os juros, naturalmente o índice de inadimplência, que a maioria das vezes ou é regra do próprio Banco Central, dos próprios bancos, de que nesse caso, particularmente, isso que já está previsto já está inserido, já está como se fosse uma moeda podre. Eu imagino que isso não seria resultante para a cobrança de um *spread* mais alto e, muito menos, em relação também aos juros praticados no mercado.

Mas o meu foco, aqui todo mundo já perguntou em relação dos *spreads*, que a reunião tem afinidade maior a nesse assunto, eu quero fazer apenas uma indagação: o que é que se prepara ou se propõe, a FEBRABAN, para melhorar os atendimentos nas agências bancárias nesse País? Porque, lamentavelmente, Ministro Dornelles, o atendimento nas agências bancárias desse País aqui a cada dia que passa piora. Na última segunda-feira eu estava na cidade de Várzea Grande, lá no Mato Grosso, e ali eu tive a oportunidade de ir numa das agências do Banco do Brasil. Saí de lá realmente indignado de ver que cada dia que passa as agências bancárias estão de forma mais precária nos atendimentos. Velhinho nas filas, sem nenhum respeito e, com isso, certamente nos chama a atenção de que algo tem que ser feito para que nós possamos, realmente, quando formos numa instituição financeira nesse País ser tratado com dignidade, sobretudo os aposentados desse País aqui. Você vai lá, é cidadão que chegou muitas vezes sete horas, sete e meia nas portas dos bancos e não tem nenhum conforto. E os bancos, como todo mundo sabe, ninguém pode desconhecer aqui, Fábio, de que o melhor negócio do Brasil é ser banqueiro, queira ou não queira, quem desconhece ou não desconhece, o maior negócio é ser banqueiro nesse País aqui. Eu imagino que tem que ser dada alguma contrapartida, não só na redução dos juros dos *spreads*, mas, sobretudo, um melhor atendimento à nossa população, principalmente aqueles velhos que procuram os bancos em nosso País. Muito obrigado, Sr. Presidente, e demais convidados.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Senador Jayme Campos. Eu vou passar a palavra ao Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente Francisco Dornelles, da Comissão que acompanha, tenta contribuir e tem contribuído no sentido de atenuar e descobrir maneiras de, digamos assim, diminuir o efeito dessa crise monumental que vive o mundo de um modo mais geral e em particular o Brasil, sobretudo a empregabilidade. Senador Garibaldi Alves, Presidente da nossa Comissão de Assuntos Econômicos, Sr. Fábio Colletti Barbosa, Presidente da FEBRABAN, Dr. Oswaldo Assis e Dr. Rubens Sardenberg, que contribuem também para a criação da inteligência da FEBRABAN.

Quase tudo já foi dito aqui. Eu gostaria apenas de registrar, mais uma vez, eu tive a oportunidade de fazê-lo na visita aqui do Presidente do Banco do Brasil e da presidenta da Caixa Econômica, eu acho que as duas Comissões estão trazendo um tema absolutamente importante, absolutamente importante, focando num tema absolutamente importante, que é a questão do *spread* brasileiro. Nós passamos alguns anos, ultimamente, responsabilizando exclusivamente as taxas primárias como responsável único pelo custo do dinheiro do Brasil. E isso, para mim, foi um equívoco grande, continua sendo, porque quando se observa o custo, a relação entre o custo da SELIC, o custo primário do dinheiro no País e o custo na ponta, ou seja, o *spread* que é estabelecido no meio, se observa a mais absoluta, digamos assim, desconexão entre esses fatos. Trouxemos, na última Sessão, aqui trouxe uma relação de cinco anos, de 1993, se eu não estou enganado, a 1998, e nos últimos cinco anos agora, e não há nenhuma correlação entre o custo do dinheiro ou da SELIC e o custo ao consumidor, que é esse que induz o desenvolvimento, que é esse que gera empregabilidade, que é o grande objetivo desse trabalho dessas Comissões aqui. Então não há nenhuma conexão. Então na hora que essas duas Comissões saem do foco anterior e vem para esse foco que me parece o mais importante, eu acho que está dando uma contribuição efetiva no sentido de que se resolva de fato essa questão do desenvolvimento nacional com maior rapidez e, consequentemente, da empregabilidade no País. Então eu gostaria de registrar mais uma vez, Presidente, eu tinha feito isso há duas Sessões atrás, mas eu gostaria de registrar de novo essa minha percepção de que estamos no caminho certo da avaliação daquilo que proporciona o agravamento da crise econômica e de empregabilidade no Brasil.

Há uma série de explicações para esse *spread* elevado, sobretudo os bancos explicam ou pelo menos tentam explicar que a grande razão desses *spreads* é a cunha fiscal de um lado e a inadimplência de outro, o que me deixa um tanto quanto estranho, porque apesar disso os lucros são absolutamente robustos. Então se o *spread* fosse consumido de fato na inadimplência brasileira e na cunha fiscal brasileira, evidentemente que os lucros não seriam tão robustos como efetivamente têm sido apresentados.

Eu queria fazer aqui uma reflexão talvez um pouco teórica, eu diria, mas que valeria a pena. Uma das grandes razões, duas grandes razões que levam, na minha avaliação, a essa questão do *spread* elevado. Primeiro é aquilo que o Senador Tasso Jereissati com muita precisão colocou, que é a falta de competição, competição baixa entre os agentes. *Spread* é um serviço como um outro qualquer. O banco toma dinheiro de alguém, empresta a alguém e cobra por esse serviço aquilo que se chama de *spread*. Então tanto o menor a oferta do serviço, tanto maior a procura, evidentemente que isso encarece naturalmente, como carece o chuchu, a mandioca, o combustível, o pneu, enfim,

qualquer produto e qualquer serviço que por acaso seja oferecido no mercado.

Então o que eu quero, o que eu gostaria de chamar a atenção é para o seguinte: uma das razões do *spread* elevado é o rigor de uma política monetária brasileira. O Brasil tem, por falta de coragem, o Governo brasileiro, por falta de coragem, de ter políticas fiscais competentes e adequadas, ele prefere tentar controlar a inflação e coisas que o valha pelo lado da política monetária. É muito mais simples para o Governo, basta aumentar a taxa de juros primária que isso refreia de certa maneira o processo inflacionário. Falta coragem, repito, falta determinação de atacar a verdadeira causa do desequilíbrio brasileiro, que é o desequilíbrio fiscal que ainda acontece e existe na nossa economia. Então dentro desse princípio, política monetária é um instrumento de política de Governo. Então, na verdade, as taxas de juros estão muito elevadas, os *spreads* estão muito elevados porque se usa uma política monetária extremamente rigorosa. Então, na verdade, você diminui a oferta e aumenta a procura de dinheiro, e dinheiro, como é uma mercadoria como outra qualquer, ela tende a valorizar.

Então a minha pergunta é o seguinte: em sendo assim, em sendo assim o senhor não acha que o sistema financeiro está se apropriando de algo que não é dele, quer dizer, algo que não é mérito do sistema financeiro? Não é porque o sistema financeiro está, digamos assim, operando de uma maneira mais eficiente e gerando esses resultados tão extraordinários como efetivamente geram, e, sim, consequência de uma política monetária que o Governo é obrigado a fazê-lo, proporcionando uma escassez de dinheiro, o que faz com que seja possível vender dinheiro tão caro quanto se vende no Brasil, e isso, repito, graças a um acovardamento do dinheiro, numa falta de coragem do Governo de enfrentar o problema aonde ele deveria ser enfrentado, que era na política fiscal. Então eu acho que, talvez, há uma apropriação, me permita a palavra meio forte, mas uma apropriação indébita do sistema financeiro de parte desses resultados que, naturalmente, não seria deles se o Brasil tivesse uma política monetária normal, uma política monetária normal. Não haveria essa margem que existe porque a política monetária não é normal, ela é induzida, ela é forçada, ela é mais robusta do que naturalmente seria. Então uma parte desses resultados, os senhores não entendem que, repito, me perdoem a expressão, que é um pouco forte, mas é uma apropriação indébita do sistema financeiro sobre a economia nacional como um todo? Era isso, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado ao Senador João Tenório. Dou a palavra agora ao Presidente da FEBRABAN, Dr. Fábio Barbosa.

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: Eu fiz um monte de anotações aqui com muita informalidade, eu vou pedir desculpas caso eu não seja capaz de responder a todas as colocações que foram feitas, mas eu vou procurar responder a cada uma delas.

Vou começar pela primeira, mas antes vou fazer um comentário até ao Senador Tenório, se V. Exa. me permite, com relação a questão da política monetária, e até para ajudar a balizar algumas outras respostas, lembrar que o banco é um intermediário, ele compra dinheiro e vende dinheiro. Então quem ganha e recebe os juros altos, efetivamente, não é o banco, é o poupador, seja aquele que comprou um fundo, seja fundo de pensão, seja, enfim, o pequeno ou o grande poupador, as empresas ou a liquidez, o banco faz uma intermediação. O dinheiro do banco que hoje custa zero, que é depósito à vista, é praticamente todo tomado por compulsório e alocações definidas para crédito rural e outras obrigações.

O que me ajuda a responder também, embora eu vou colocar uma ordem nas minhas respostas aqui, a questão de que se os bancos ganham dinheiro sentando em cima de títulos públicos, a resposta é não. Eu não posso fazer um negócio, eu não sei se os senhores têm acompanhado, mas hoje, quando um tamanco toma dinheiro, e aplicadores maiores sabem disso, recebem uma remuneração de 101%, 102% de CDI. Ora, o título público rende 100% do CDI. Então não faria nenhum sentido que o banco tivesse uma política de comprar títulos públicos e ganhar dinheiro de uma maneira fácil, como muitas vezes é aludido, porque isso dá prejuízo, não dá lucro. Não existe mais o dinheiro gratuito. O dinheiro que vem como depósito à vista não remunerado, ele é totalmente, 90% dele, é canalizado e apenas 10% fica como um encaixe basicamente. Então eu queria só pegar esse ponto que foi mais contundente.

Eu vou me permitir agora seguir as minhas anotações aqui dando, obviamente, direito a V. Exªs., se sentirem que eu pulei algum ponto de maior relevância, por favor, me enderecem.

O Senador Roberto Cavalcante, também não necessariamente na ordem que foi colocado, mas talvez na ordem mais fácil aqui de responder, se me permitem, lembrar que o *spread* que subiu ali em fevereiro, o senhor tem razão, ele subiu porque naquela ocasião, fevereiro de 2008 ou janeiro de 2008, eu não me lembro bem o que o gráfico mostrava ali, o Governo estava preocupado com o excesso de crédito, uma economia que estava super questionada, e foi criado um IOF adicional que exatamente explica aquele *spread*, ele não

tem nada a ver com uma antevisão que tínhamos uma crise, que eu não tinha e o setor financeiro não tinha e eu acho que no mundo ninguém tinha, não tem nenhuma coisa a ver com uma avaliação de uma economia mais incerta e nem nada, tem simplesmente a ver com duas coisas: primeiro, subiu o IOF; segundo, foi instituído um compulsório sobre operações de leasing e esse aí é que determinou aquela elevação.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Mas houve uma quebra de tendência, vinha numa tendência decrescente e a partir daquele momento não mais baixou, continua em permanente elevação, permanente elevação.

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: Perfeito, mas aquela elevação primeira foi IOF e o segundo foi o compulsório sobre o leasing, veio um, depois veio o outro e depois entrou na crise. Por favor.

SR. RUBENS SARDENBERG: Depois eu acho que a gente pode mostrar, Senador, mas o gráfico mostra que logo no comecinho, em fevereiro, de fato sobe, depois cai de novo, depois volta a subir em meados de ano, aí sim, quando tem a crise internacional. A gente pode, depois, mostrar de novo, mas, assim, de fato tem uma concentração logo no comecinho que sobe, os *spreads* voltam a cair no primeiro semestre e, depois, eles voltam a subir e sobem daquela maneira mais pronunciada com a crise internacional.

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: E era um outro tempo, um tempo em que o Banco Central estava preocupado, eu me lembro na ocasião, estava preocupado, muitas pessoas, que o crédito estava crescendo demais, enfim, era um outro momento.

A segunda pergunta das três, que a terceira é mais longa, que diz respeito à rentabilidade, a segunda é do Banco Asteca. Eu vou ter que alegar aqui que eu conheço pouco o Banco Asteca, não conheço muito. A instituição que eu presido, o Santander e Real, nós temos, assim como outros bancos também, uma atividade de microcrédito que é um pouco o que o Banco Asteca se propõe a fazer, está engatinhando, tem muitas dificuldades, mas eu entendo bem a proposta do Banco Asteca e falo de forma muito claro e veemente que não existe qualquer objeção, eu desconheço qualquer subjeção, volto a enfatizar, por parte da FEBRABAN ou dos bancos com relação à entrada do Banco Asteca. Eu acho ótimo, é um nicho de mercado total diferente e acho que todos nós vamos ter, conhecendo o Brasil, que trabalhar cada vez mais a bancarização desses setores. Então eu desconheço e admiro até o trabalho dele e, diga-se de passagem, volto a repetir, assim como outras instituições, aquela que eu presido trabalha também nesse segmento e eu acho que é importante para o Brasil, sim, e vamos continuar trabalhando cada vez mais.

Com relação à rentabilidade do setor, que eu acho que foi a sua colocação mais extensa aqui, com relação a isso eu concordo, eu fiz algumas anotações enquanto o senhor falava, então eu vou também me permitir só lembrá-las aqui. Realmente o setor deve muito da sua solidez à questão do saneamento que foi feito há anos atrás, no Pró L(F), Pró S(F) e tudo mais, deve muito também à supervisão e aos controles do Banco Central, que eu acho que foram positivos, e deve um pouco, pelo menos, à administração também responsável que tem sido imprimida nos bancos. Eu fico muito satisfeito quando eu vejo transparência sobre o *spread*. Eu acho positivo. Alguém falou: "Ah, a gente não falava de *spread* um tempo atrás e agora fala". Eu acho ótimo. Eu sou a favor da política do que eu chamo de luz acesa, que se acenda a luz e se discuta. Eu não tenho absolutamente nada a esconder. Deve ter um monte de problemas, um monte de dificuldades, um monte de erros e estou disposto a conversar sobre qualquer assunto com qualquer um. Então, de fato, eu acho positivo que tenha caminhado nessa direção.

A rentabilidade dos bancos é uma coisa que virou, também, lugar comum, mas ela não se respalda em fatos com relação, seja a comparação com setores da economia brasileira, seja com outros bancos no setor financeiro no mercado internacional, e eu me refiro aqui, eu tenho uma tabela que está no anexo que poderia ser distribuído, se for o caso, que mostra, segundo o Valor Mil(F), uma publicação, tem outras, e todas apontam mais ou menos na mesma direção: o setor financeiro foi o 12º mais rentável em 2003, o 13º em 2004, o 5º em 2005, o 9º em 2006 e o 5º em 2007, ou seja, não é verdade que o setor financeiro esteja sistematicamente mais rentável, não é verdade que o setor... Não é verdade, eu preciso colocar, não se respalda em fatos e números essa percepção de que o setor financeiro sistematicamente ganha mais do que os outros. Eu entendo a sua colocação, que o melhor negócio do mundo eu acho que é um banco bem administrado, aparentemente há outros setores que representam melhor negócio e acho que é válido e tem todos os méritos o setor que estiver ganhando mais, mas o setor como um todo, embora possa ter expoentes de rentabilidade maior ou menor, que pode se dever a operações, às vezes, específicas feitas no ano de uma venda de participação, pode ser a competência daquela organização, mas uma coisa é importante: a lucratividade não destoa também em padrões internacionais. Segundo a *The Banker*(F), obviamente para fazer a comparação internacional eu tenho que resolver a uma publicação internacional chamada *The*

Banker(F), ou seja, O Banqueiro, e ela mostra, se eu marquei aqui, a rentabilidade do Brasil mais ou menos em sexto lugar, depois de Polônia, México, Espanha, China, Colômbia e Chile, depois o Brasil, Coreia, Inglaterra, então também não destoa. Eu acho que a gente se acostumou um pouco com essa história de que o banco é rentável e mais rentável que os outros setores, e com relação a ser rentável eu vou dizer: ainda bem que é rentável. O banco precisa de rentabilidade, o banco tem que ter base de capital crescente para fazer frente a uma carteira de crédito crescente. O banco tem que ter, eu vou simplificar, 10% do que ele faz de empréstimos, precisa ter 10% em capital, então o capital precisa crescer, o capital precisa crescer com lucro. Então eu acho saudável e não me parece que os números que temos aqui analisados, eu estou disposto obviamente a conversar e se tiver alguma outra estática também entender, mas não são números que destorçam em uma comparação frente aos demais setores da economia. Então eu acho que a importância que eu também queria destacar aqui de os bancos serem grandes. Nós não vamos ter um País grande se não tivermos bancos grandes. Eu costumo lembrar, sem muita precisão histórica, que os grandes bancos do mundo eram os ingleses, depois os americanos, depois os japoneses, depois os americanos e agora os chineses. E por que isso? Porque banco grande funciona numa economia grande e a economia grande precisa de um banco grande. A gente tem visto de fato uma consolidação do setor, que de um lado poderia falar um pouco sobre a questão da rentabilidade, ou seja, os bancos têm que buscar economia de escala, eficiência, e não conseguem sobreviver. Quantos foram os bancos que em algum momento desapareceram nos últimos anos? Nós poderíamos lembrar de um mundo de bancos que sumiram. Eu costumo lembrar que se banco fosse um negócio tão garantido, tão bom, não haveria razão para a busca de consolidações para fortalecer e dar ao banco uma condição competitiva melhor, o que é bom para o País. Eu não vejo como o Brasil pode se internacionalizar, como o Brasil pode ter empresas eficientes, se não tiver um setor financeiro à altura dos desafios que os empresários estão nos colocando. Eu estou no setor financeiro há quinze, vinte anos, não comecei no setor financeiro, aliás, eu estou há quinze, vinte anos, e fico impressionado com o tamanho das operações que fazemos hoje, quer dizer, não dá mais se o banco não for grande o suficiente. Para o banco ser grande, ele também tem que se capitalizar e eu acho que isso está explicado mais ou menos numa rentabilidade que tem que ser perene. Uma outra coisa que eu queria falar é que diferentemente de uma empresa que pode mostrar num ano ou no outro uma rentabilidade baixa, banco não pode. Na medida em o que banco mostra uma rentabilidade baixa, imediatamente existe uma preocupação e as pessoas vão em cima. Então o banco tem que preservar a sua rentabilidade de uma forma mais aguerrida do que outros setores, porque o próprio depositante, inclusive os senhores aqui presentes, seriam os primeiros a tomar uma iniciativa desse tipo, o que inviabilizaria aquela operação, ou seja, não há a possibilidade do banco um ano ganhar dinheiro, no outro não ganha, no outro ganha. Não existe isso. Nós estamos vendo agora o que aconteceu no mercado internacional. Ao primeiro sinal de que poderia haver problema, foi uma corrida em vários bancos e estamos aí com a situação que estamos, onde os Governos estão agindo, aliás, não para proteger bancos, mas para proteger depositantes acima de tudo, porque o valor do banco, já está colocado aqui num dos slides--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: É 10% do que era, 5% do que era, 15%, 20%, 40% nos melhores casos. Então eu acho que tem uma série de fatores para serem analisados e eu imagino que mais ou menos enderecei, tem muita coisa que o senhor colocou. Eu peço licença para passar para a próxima aqui, depois abrir novamente--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu só--

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: Por favor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu só gostaria, por gentileza, que V. Sa., com o talento e o domínio da área que tem, ficasse bem claro para o público e para nós que estamos aqui a diferença entre intermediação e tarifa. A tarifa que foi dita que os bancos não se beneficiam diretamente dos números, vamos dizer, se é 10, 15, 20 a tarifa, mas quando dá o lucro, o resultado, esse resultado é exatamente o fruto desta intermediação entre o captador e o tomador. Então é importante que fique bem claro, porque ficou meio confuso quando o senhor abriu a discussão, se referindo à contribuição de um nosso colega Senador, na qual o senhor fez a referência de que: "olhe, esses números e tal, o banco não ganha em cima da tarifa, a tarifa não é um lucro lógico", mas a intermediação sobre essa operação, que gera esses resultados brasileiros, esse é o fruto do benefício da intermediação.

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: Eu repito, então, eu espero que eu tenha entendido a sua colocação, se V. Exa. discordar, por favor, eu acho que eu entendi. O que eu quis dizer para o Senador foi o seguinte: muitas vezes se fala que como os juros básicos no Brasil são elevados, então os bancos se apropriam dessa política de juros elevados que o Brasil decidiu

seguir para combater a inflação. O que eu estou dizendo é: o banco não se apropria. Não é verdade que o banco tenha um custo zero no dinheiro e, portanto, ganhe, sei lá, 11,25%, que é a Taxa Selic hoje. O banco compra dinheiro a 11,25% e revende esse dinheiro com esse *spread*, que é essa intermediação financeira que é fruto da nossa conversa. Então o meu comentário visava, apenas, tirar essa impressão de que se o banco simplesmente comprar títulos públicos, ele se viabiliza. Eu coloquei de uma forma talvez até mais clara de que se o banco hoje ficar só comprando título público, ele não se viabiliza mais. Isso foi possível, sei lá, durante cinco, dez anos atrás, mas hoje, como o dinheiro rendendo para os grandes aplicadores um percentual inclusive superior--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: Nos grandes, mas nos pequenos, Senador--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: Eu vou fazer uma correção aqui, têm duas correções, se me permite. A colocação do Senador é no sentido de que isso beneficia os grandes. Os pequenos, hoje, têm dois tipos de investimento que eles fazem: ou vai em fundo, no caso vai no fundo de um Banco X, quando esse Banco X investe para o Banco Y, o Banco Y também compra esse dinheiro numa taxa bastante elevada. Hoje quem financia basicamente a dívida pública são os fundos. Pessoa física não compra muito CDB, quem compra são os fundos e os fundos é que fazem as compras. Segundo, ele vai para a poupança. A poupança é toda direcionada: 65% tem que ir para créditos imobiliário, enfim, tem todo um direcionamento. Então não existe muito aquele pequeno poupador que compra um CDB, é cada vez raro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E o depósito à vista?

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: O depósito à vista rende zero. Eu vou pedir um pouquinho de ajuda, só me confirma aqui, que eu não estou lembrado de cabeça agora, mas 55% é compulsório--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: 47%.

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: 47%, mais 8% de alguma coisa... 47%?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mais 8% das exigibilidades.

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: Mais 8% de exigibilidades, mais 2% que vai para o microcrédito, mas não sei quantas que vai... Basicamente o depósito à vista tem uma destinação, e eu me permitiria depois passar, eu deveria saber isso, mas me falta agora, 65% mais ou menos que está direcionado. Aí sobra uma parte. E o depósito à vista, enfim, tem um custo de captação, eu costumo dizer, elevado. O senhor lembrava agora, Senador, V. Exa. mencionava quais são os bancos que têm agências. Banco que tem agência, tem um custo na agência que viabiliza a captação do depósito à vista. Bancos que não têm agência, não tem o custo da agência, mas captam tudo no mercado a taxas superiores a 100% do CDI, que é o padrão no mercado hoje, fruto de uma busca maior por recursos. Enfim, é um assunto longo, mas eu espero ter respeitosamente também atendido às suas colocações.

O Senador, depois quem fez, foi o Senador Valadares que fez a colocação aqui sobre a lucratividade dos bancos, ele não está aqui agora, ele apresenta um estudo do Dr. Adriano que eu desconheço o estudo, mas eu só queria lembrar, ele falou algumas coisas interessantes. Mostra que houve um crescimento grande do lucro dos bancos e não da lucratividade, lucro dos bancos que, de fato, cresceu bastante por duas razões. Cresceu porque cresceu muito a carteira de crédito. O crédito vem crescendo no Brasil a 23% ao ano nos últimos oito anos. É impressionante o crescimento que temos. E isso, obviamente, significa que o banco precisa de mais capital e o banco tem mais lucro, mas a lucratividade, o lucro sobre o capital não tem crescido, pelo contrário, nos últimos anos tem caído. Então ele cresce em valores absolutos. Há uma outra colocação interessante que as tarifas cresceram 125%. Felipe(F), eu não sei se você conseguiu ver para mim aqui quanto cresceu o número de correntistas, porque a tarifa, eu estive aqui fazendo também uma Audiência Pública há um tempo atrás e mostrava que a tarifa por correntista caiu. Eu acho curioso isso. Ela subiu, mas aumentou brutalmente o número de correntistas mais do que dobrou... Eu tenho o número aqui, subiu bastante nos últimos anos. Tem algum número, acha aqui para mim, por favor. O número de correntistas subiu bastante, então subiu também a arrecadação de tarifas. Eu fiz duas colocações. Primeiro eu falei assim: se tem mais correntistas no banco, eu tendo a fazer uma provocação, até falando de economia de mercado, que banco não pode estar ficando mais caro, porque se tem mais gente tendo acesso a banco, mais caro ele não está, ele deve estar mais barato. E os números mostram isso, diga-se de passagem. Segundo, eu tive a oportunidade, numa conversa recente, falando com uma pessoa, ele falou: "Ah, mas as tarifas estão muito elevadas". E eu, desculpem o tom coloquial aqui, perguntei: "Mas quanto você paga de tarifa?" "Eu não sei." "Se você não sabe, como é que você sabe que está mais alto?" "Eu não sei se está mais autuada, mas

todo mundo fala". Então eu acho que tem uma questão nas tarifas também que elas foram inclusive regulamentadas pelo Banco Central a partir de maio do ano passado, muitas deixaram de ser cobradas, então as tarifas, a arrecadação de tarifas subiu, sim, mas subiu menos do que o número de correntistas que tem hoje nas organizações financeiras. Então também fica um pouco essa ideia de crescimento da tarifa. Eles colocaram aqui crescimento, falou sobre pagamentos de impostos, eu realmente não consigo argumentar, só sei que os bancos pagam todos os impostos que têm que pago pagar; se tem uma diferença em relação ao que vai no imposto do banco e ao que vai na folha eu precisaria entender um pouquinho melhor.

E, no fim, falando que banco navegando em mar de rosas, eu acho que não é bem assim. Nós tivemos aí várias situações aí no mercado internacional e também no mercado local, é um momento de atenção de todos nós mês de setembro.

O número de correntistas, enfim, subiu de 90 milhões para 115 milhões nos últimos dois anos, quer dizer, 20 milhões de correntistas. O número de correntistas está aumentando e muito no setor financeiro, o que eu acho muito bom, chegando em pessoas de mais baixa renda que estão tendo acesso a banco e que não tinham antes. Então eu concluo que não deve estar mais caro porque, ou pelo menos em relação ao poder aquisitivo deles, de alguma forma o pessoal está tendo acesso. Eu acho muito positivo, porque eu já vi muita gente que sem ter conta em banco acaba recebendo cheque, tendo que descontar no pequeno comércio, sempre a um custo elevado. Eu testemunhei isso com pessoas muito próximas a mim também e vejo a satisfação que a pessoa tem quando tem o seu cartão e vai ao banco e retira o dinheiro sem ter que ir no supermercado descontar cheque, porque até quando o faz, o faz em condições desvantajosas, até porque o negócio de supermercado não é descontar cheque. Então eu acho que é positivo com relação a isso.

Senador Tasso Jereissati, V. Exa. fez algumas considerações importantes sobre a questão do crédito, se o crédito está normalizado ou não está normalizado. Aí, realmente, procurei fazer uma colocação durante a minha apresentação de que o crédito vai voltar, mas ele não vai voltar como antes. Eu tenho dito isso desde outubro. Falei um pouco, repito talvez para aqueles que não tenham se atentado, eu falei: o que causou essa crise no mercado internacional foi o excesso de crédito. Ora, se excesso de crédito causou a crise, não esperamos o que crédito volte a ser como antes, o que não quer dizer que ele precisa ser ruim como esteve no mês de outubro, novembro, enfim, tudo mais.

Tem toda razão V. Exa. quando faz a menção de que existiu um congestionamento, se eu posso usar essa expressão, num primeiro momento. Eu fui um dos primeiros a vir a público, ao ver os números na instituição financeira em que eu trabalho, que o crédito continuava crescendo e ver as pessoas reclamando que o crédito [soa a campainha] tinha sumido, a minha única conclusão era que estava havendo um efeito, que acabou se comprovando até com o número da PETROBRAS que virou público, então podemos comentar, de empresas que não mais obtinham recursos no mercado bancário internacional, no mercado de capitais internacional, no mercado de capitais locais e, portanto, vieram buscar nos bancos. Ora, o banco tem uma capacidade limitada de empréstimos, o banco não é ilimitado. Se mais gente vem buscar, falta para alguns. E, de fato, faltou num primeiro momento, foi um desarranjo, se eu posso assim dizer, do setor creditício brasileiro, que foi atender a empresas que antes não se alimentavam nesse mercado, ao atendê-las acabou desatendendo algumas, acabou também acontecendo um problema com os bancos médios e pequenos que também em algum momento não tiveram condição de fazer esse atendimento, até porque a liquidez sumiu, e isso ficou realmente complicado. Eu acho que hoje está melhor, mas eu daria a mão à palmatória a V. Exa. que não estamos ainda com crédito. Embora esteja nos patamares de concessão semelhantes aos de agosto, setembro, hoje saiu as estatísticas que mostra que a concessão diária de crédito para a pessoa física está num patamar, se eu não me engano, de 7 milhões por dia, alguma coisa assim, que mais ou menos bate com o que era em agosto do ano passado, setembro, ou seja, está voltando o crédito, mas é verdade que existem bolsões que não estão atendidos. Nesse sentido nós temos conversado seja com o Banco Central, seja com o BNDES, para que--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Qual é a sugestão para que mais rapidamente volte?

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: Então, algumas sugestões estão sendo analisadas, que envolveriam o FGC, no sentido de dar aos bancos médios e... Deixa eu me permitir dar um passo atrás. Existe um diagnóstico também que ele deve ser parcialmente verdadeiro, mas não é 100%, mas pelo menos vamos resolver essa parte que nós entendemos, de que algumas empresas de pequeno e médio porte, que eram atendidas por bancos de pequeno e médio porte, não mais o são na extensão em que eram. Então nós precisamos também resolver o problema de captação por parte dos bancos pequenos e médios. Então em conversas com o setor financeiro, obviamente agora eu não sei mais em que pé está, mas é possível que

saia alguma coisa em breve, o próprio fundo garantidor de créditos dará condições para que bancos médios e pequenos possam restabelecer sua condição de captação e, portanto, ao terem mais liquidez, possam fazer as operações de empréstimo que faziam antes, sempre com a ressalva não na mesma extensão, mas, pelo menos, um interesse(F). É uma primeira proposta que tem sido trabalhada, está bastante avançada, mas agora, nos últimos dias, eu não tenho exatamente noção de que em que pé está.

Com relação ao risco de crédito, que muitas vezes, em função da incerteza da economia, obviamente existe um pouquinho mais de dificuldade na avaliação do risco de crédito. A gente tem conversado também sobre questão de fundo de aval, como é que a gente poderia estruturar alguma coisa que desse para o setor financeiro, seja bancos pequenos e médios, sejam grandes, no caso de alguma percepção de risco maior, um pouco mais de segurança com relação aos empréstimos que fariam para as empresas de pequeno e médio porte. Então eu basicamente reconheço a colocação feita por V. Exa. que existe um problema, um bolsão que ainda não está devidamente atendido. Estamos trabalhando tanto no sentido de capitalizar... Capitalizar eu não sei se é a palavra correta, mas de colocar fundos naqueles bancos que poderiam atender esse setor, além dos grandes, como também de mitigar um risco através de algumas estruturas, que essa preocupação que é sua é também nossa nesse sentido. Então estamos caminhando por isso.

Depois eu acho que é a colocação, a questão de que caiu a SELIC, mas o *spread* subiu, na verdade a SELIC caiu e o *spread*, nos últimos meses até veio a cair, e quando ele subiu, ele subiu por algumas razões, quer dizer, sumiu basicamente o crédito internacional, conforme já foi mencionado aqui, que representava 15%, 20% do total. Então, de fato, houve, em algum momento, um congestionamento, uma segurança. E eu acho que a gente está também fazendo uma outra coisa aqui, se me permite. A gente assumiu durante toda essa conversa de que o dinheiro para o banco custa a Taxa Selic. Isso eu estou deixando um pouco assim, porque eu não quero também ficar muito técnico e chato aqui, mas, na verdade, o banco não pode fazer um empréstimo de quatro anos para financiamento de veículo e tomar dinheiro com taxa de um dia, quer dizer, e nenhum dos senhores aqui presentes gosta de investir por quatro anos a taxa fixa, mas quando vai comprar um automóvel quer quatro anos de taxa fixa. Como é que se resolve esse dilema, como é que eu posso emprestar para alguém por quatro anos se todas as aplicações que nós recebemos são por virtualmente um dia precificado diariamente? Esse negócio já deu muito prejuízo no passado. Quando a taxa de juros sobe, eu não consigo chegar para a pessoa que tinha financiado o veículo e falar: "Olha, aquele empréstimo que o senhor pegou lá, dá para a gente renegociar porque os juros agora subiram?" Não consigo. Então existem descasamentos. Então uma coisa que a gente tem que trabalhar e temos conversado com o Banco Central também, e é difícil com toda a cultura brasileira, é alongar o que nós chamamos de o passivo do banco, ou seja, alongar os depósitos que são feitos no banco, deixar em taxas prefixadas por um prazo mais longo, de maneira que a gente possa de fato trabalhar com o risco menor, porque hoje, eu tomando dinheiro precificado no dia-a-dia e tendo que dar dinheiro para a média empresa por um ano, eu já criei um problema para mim aqui e esse problema acaba também onerando um pouco o *spread*. Então a gente tem procurado trabalhar também nessa possibilidade de alongamento. A economia brasileira hoje--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): [pronunciamento fora do microfone]

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: Olha, eu acho que é mais a percepção das pessoas aqui, os investidores querem o dia-a-dia.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É o comportamento do público. Durante muitos anos, está certo, no conjunto de incertezas, incertezas macroeconômicas que agora estão sendo diminuídas na medida em que a inflação caia, que a taxa de juros nominal vem caindo, isso permite que as pessoas tomem decisões com um horizonte maior. Quando ocorre uma crise dessa natureza, a tendência de todos os agentes investidores, ou não, é de encurtar os seus horizontes para ver o que vai acontecer.

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: Tem uma situação da economia brasileira que vem da época da inflação e que precisa ser trabalhado. Mas, enfim, então a colocação com relação a crédito no mercado local seria isso.

V. Exa. fez também a colocação de que a inadimplência nos Estados Unidos subiu. Subiu de fato de 1,5% para 4%, se eu não me engano, foi o número mostrado ontem, e no Brasil é 4,8%. Eu acho que tem uma diferença básica aqui. Nos Estados Unidos subiu de 1,5% para 4% e sumiu o crédito. Nós estamos às vezes fazendo comparações como se os Estados Unidos continuasse a operar. Eu acho que a gente poderia colocar de uma forma... Se eu for dar um argumento único para essa crise e é impreciso, porque é apenas um e têm vários, mas é a situação da economia americana. A economia americana está paralisada e um das razões é justamente porque a inadimplência subiu demais e, como subiu demais, os bancos não estão

emprestando. Como não estão emprestando, parou a economia americana. Parou a economia americana que é a locomotiva e os vagões que vêm atrás, aqueles mais próximos sentiram mais, os mais distantes um pouco menos, mas eu acho que é uma coisa séria e, portanto, eu estou muito atento, assim como todos os senhores, com relação às medidas que estão sendo tomadas no mercado americano, porque na minha opinião modesta, somente a retomada da economia americana é que vai dar condições para que o Brasil também retome e tenha um quadro de maior normalidade. Eu, com muita humildade, tenho dito que vi várias tentativas lá fora sendo feitas e nenhuma delas até agora endereçou o problema.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, permita-me, só pegando carona nesse tema que V. Sa. está tratando, já que essa é uma Comissão voltada para isso, qual é a sua expectativa em relação a essa crise, especificamente no Brasil? Aproveitando a carona do assunto, V. Sa. disse que na sua avaliação nós só retomaremos quando a economia retomar também, foi mais ou menos o que eu entendi.

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: Perfeito.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Então em termos de Brasil qual é a sua expectativa? Estamos no início de uma crise, enfim, qual é a sua expectativa?

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: Olha, o que eu quis dizer é que só retomaremos a plenitude na medida em que a economia americana retomar. Eu vou fazer uma análise rápida, mas eu não tenho condições, nesse momento, de fazer uma avaliação se a economia americana reconheceu finalmente onde está o problema e colocou os trilhões de dólares. A gente brinca que trilhões é uma palavra usada para PIB. Agora se popularizou, todo mundo fala em trilhões de dólares, eu não entendo o que é trilhão de dólares, mas em todo caso é trilhão de dólar para lá, trilhão de dólar para cá, mas aparentemente não encontraram ainda aonde que tem que ser colocado esse dinheiro porque a economia não reagiu. Aparentemente, eu sei que há muita gente fazendo argumentação ao contrário, mas aparentemente eu vou olhar a Bolsa de Valores, e em função da Bolsa de Valores, que tende a antecipar uma tendência, ter melhorado nos últimos dias, eu não sei o que está acontecendo hoje, eu estou aqui, mas eu acho que de repente, seja a somatória desses planos todos, seja o endereçamento desse plano ou seja, enfim, o momento também, talvez a gente veja algum sinal de recuperação lá fora. Mas eu queria dizer que se a economia americana não se recuperar, para nós fica mais difícil.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Dá para ter uma expectativa da taxa de crescimento esse ano?

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: Olha, nós temos, mais do que da FEBRABAN a gente faz uma... Vou falar de Brasil agora. Então eu posso falar um pouquinho antes e depois eu dou o número, por favor? Os canais de comunicação do que acontece lá fora e o que acontece aqui são dois óbvios: primeiro foi a questão das exportações e, segundo, foi a questão do crédito. Então não tem como a gente achar que o crédito no Brasil fica normal quando bancos que financiavam o Brasil desapareceram. Não é que não querem dar, não existe mais. O senhor vai lá, bate na porta, não tem mais. Então a gente está tentando e eu acho que o Banco Central agiu com rapidez: liberou o compulsório, o Banco Central fez esses leilões de linhas, colocando as reservas à disposição de tapar esses buracos a que me referi, então estamos tentando resolver esse problema para o lado de cá. Mas, de fato, não tem como resolver inteiramente, tem como atenuar. Então eu acho que a economia brasileira, que vinha num ritmo de crescimento acelerado e vinha num processo, como outros países de estocagem, de ter estoques muito elevados, sofreu uma queda abrupta quando a percepção de que a economia ia mudar seu ritmo ficou clara para as pessoas. Então todos passaram a consumir estoques, e me permitam, os economistas sabem mais do que eu aqui, mas em todo caso na própria China aconteceu isso também, quer dizer, o preço dos produtos foi lá para baixo e pessoas que compravam produtos na expectativa de que o preço iria subir e, portanto, é melhor guardá-los, de repente perceberam que o preço poderia cair e era melhor desová-los. Então teve uma queda muito abrupta. Eu acho que essa queda que aconteceu no PIB brasileiro no último trimestre tem muito a ver com esse ajuste de expectativa, ajuste de estoque e, portanto, não é essa a visão que nós temos com relação à extensão da crise.

Numa pesquisa que nós fazemos, que a opinião individual vale pouco, a gente faz uma pesquisa junto aos bancos, a expectativa de crescimento da economia brasileira, que foi divulgada esses dias, é de 0,3%, o que também é um pouco dessa perspectiva. É muito apertado, mas é muito melhor do que a gente está vendo. Eu mostrei um gráfico aqui que mostrava alguns países com 3%, 4%, 5% de queda. Nós estamos falando aqui ainda de um crescimento positivo e, também, uma condição do Brasil sair mais rapidamente. Nós termos quatro instrumentos importantes que outros países não têm para lutar contra isso: um é o espaço para a redução na taxa de juros. Os Estados Unidos trabalham hoje com juro zero, só por definição não tem mais o que fazer com relação a isso; em

compulsório ainda a ser liberado, que poderia também injetar liquidez. Não tem nada a ver com *spread*, como eu tentei mostrar, mas tem a ver com liquidez do sistema, que é sempre positivo; tem reservas que têm sido bem utilizadas, para nós é uma coisa importante, tem ajudado um pouco a tapar esse buraco do canal de crédito que secou; e tem o BNDES que também está, enfim, com um orçamento e disposição para fazer os investimentos necessários e manter a economia funcionando em alguns nichos.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, desculpa, mas eu acho que essas informações da FEBRABAN são importantes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Por favor, a sua participação é importante, só traz brilho a essa Sessão e V. Exa. realmente, até o final do mês, é pessoa que vai apresentar esse relatório em nome da Comissão, de modo que--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Obrigado pela gentileza. O BNDES, por exemplo, as notícias que nós temos é que em termos de *folding*(F) já está no limite. V. Sa. falou que o BNDES é uma das expectativas de injetar mais liquidez no mercado, mas já está no limite e não é essa a expectativa da FEBRABAN, existem recursos, fundos do BNDES realmente ainda bastante abundantes.

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: Eu não sou a melhor pessoa para responder isso, mas eu entendo que a dotação orçamentária feita para o BNDES, quando foi anunciado 100 bilhões, eu imagino--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não tem a fonte.

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: Mas eu imagino que seja possível se arrumar a fonte.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não tem a fonte desse dinheiro.

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: Não tem definida.

SR. RUBENS SARDENBERG: Não tem definido, mas eu acho que o Presidente está imaginando este papel do BNDES encontrando *folding*(F) especialmente nesses segmentos--

[falas sobrepostas]

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Porque sem *folding*(F), se é através de aumento de capital da União ou qualquer coisa parecida com recursos vindos da União, que não são orçamentários, o risco de nós estarmos plantando um problema futuro é gigantesco. Aí sim é um problema que nós vamos ter que voltar a tratar de crescimento de taxas de juros aqui. Logo, se existe uma expectativa de retomada, dentro do sistema financeiro brasileiro qual é a visão desse *folding*(F) que vai vir do BNDES, porque também não vai se inventar 100 bilhões de... Falou em trilhão, para mim milhão já é difícil. Então estão falando de 100 bilhões, é muito dinheiro para se inventar assim. Não tem *folding*(F), isso aí é misterioso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Dr. Fábio, antes de o senhor falar, o Senador Marco Maciel também pediu a palavra aqui.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pode terminar.

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: Bom, eu entendo que é uma decisão também política do Governo a questão da alocação e da destinação como vai ser feito o *folding*(F), mas também existe uma outra perspectiva, que não cabe a mim comentar, vou tomar cuidado, eu vou fazer um comentário que não cabe fazê-lo, mas existe abertura, como ficou já claro pela própria captação que a PETROBRAS fez no mercado internacional, de que algumas instituições de grande porte possam também fazer alguma captação no mercado internacional. Cabe a eles decidirem, não a mim, mas em todo caso seria uma saída que pode ser estudada e--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Existe na sua visão uma expectativa, uma certa possibilidade de captação, este ano, de 100 bilhões no mercado internacional(F)?

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: Não, longe de falar de 100 bilhões, mas uma parte desse dinheiro pode ser captado no mercado internacional. A PETROBRAS fez uma captação recente, o mercado está voltando, a expectativa... Existe muito dinheiro no mundo e o que a gente imagina é que o Brasil representa hoje uma das boas alternativas para a colocação desse dinheiro. Então existe uma expectativa de abertura de mercado para o Brasil antes de abrir para muitos outros países. E nesse sentido existiria e existe hoje condições para emissores desse gabarito de acessar ao mercado internacional num volume, V. Exa. tem total razão, pequeno ainda, mas, em todo caso, significa mais uma nessa somatória de alternativas que poderiam ser disponibilizadas?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Qual seria esse volume aproximadamente?

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: Eu acho que, por enquanto, ainda estamos falando em poucos bilhões de dólares numa emissão.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas o que é que seria poucos bilhões?

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: Dois, três bilhões numa emissão de dólares.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: Não, mas eu imagino que dos 100 também nem tudo tenha sido adicional, uma parte já estava lá?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É adicional.

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: Bom, eu desconheço o detalhe lá.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A notícia que me foi passada é que seria adicional.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Nós estamos tratando, eu volto à questão, nós estamos tratando de crise aqui. Nós não podemos é ficar... A nossa preocupação é alertar o País e dar sugestões concretas que possam, realmente, segurar a profundidade dessa crise no País. O que nós não podemos ficar, e é por causa disso que nós estamos fazendo esse tipo de conversa, não é um debate, é uma conversa com entidades responsáveis como a FEBRABAN, porque a gente também não se iluda com anúncios que são aí fantásticos e que nós sabemos que não são realistas a curto prazo. Nós estamos agora tratando de questões de curto prazo. A longo prazo não é possível. Nós sabemos que não é possível, por exemplo, construir um milhão de casas em dezoito meses, em um ano e meio. Levantar 100 bilhões para o BNDES não é factível no mercado internacional. No mercado interno, na fonte da União orçamentária não está orçamentado esse recurso, quer dizer, nós precisamos então realmente tentar fazer uma avaliação mais concreta do que está acontecendo. E uma entidade como a FEBRABAN, que congrega todo o sistema bancário brasileiro, tem informações que nos ajudam a discutir essa questão.

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: Eu volto a dizer que desconheço exatamente a proposta orçamentária, seja do BNDES, seja do Governo, não cabe a mim comentá-la, mas eu entendo que no fundo estamos falando de alocação de recursos escassos.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Presidente Francisco Dornelles, Dr. Fábio Barbosa, demais diretores do banco, prezados colegas. Eu vou ser muito breve na minha intervenção para dizer o seguinte: quando o Presidente Sarney constituiu essa Comissão, esse grupo de cinco Senadores, ele teve o objetivo não somente de acompanhar, mas, também, propor medidas. Daí o interesse nosso no esclarecimento dessas questões e na busca, também, de tentar captar propostas que sejam viáveis. E não somente no campo econômico. O Presidente Dornelles teve desde o começo a preocupação também com a questão social, questões de empregabilidade, enfim, todos esses outros em todos os outros setores da área social. Nesse sentido o Presidente Dornelles tomou uma providência que eu achei muito oportuna, de designar o Senador Tasso Jereissati para elaborar, inclusive, uma proposta que vai, inicialmente no campo econômico, mas [ininteligível] todas as outras áreas, chegando até à questão social.

Eu acho que a interação nessa hora entre os segmentos ativos da sociedade brasileira e o Congresso Nacional, eu acho que é uma coisa importante, pois depois pode ajudar a fazer com que saiamos mais rapidamente da crise. Eu acho até que podíamos estar numa situação um pouco melhor, não fora o fato de que a crise foi subavaliada, quer dizer, não se deu início logo, a percepção do Governo não foi logo que a crise podia ter um desenvolvimento desfavorável, mas eu acho que a essa altura há uma consciência nacional no sentido de que é fundamental que sejam adotadas medidas que garantam a retomada do nosso processo de crescimento. E, por isso, a importância da presença do Presidente da FEBRABAN e de outras instituições que estão sendo ouvidas e que podem trazer uma contribuição à solução dos problemas, inclusive de partidos políticos. Nós também temos, no DEM, temos feito alguns estudos, algumas avaliações que podem, depois, serem transferidas para o Senador Tasso Jereissati. Muito obrigado.

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: Bom, a nossa avaliação, portanto, da situação do Brasil, passou por um quarto trimestre muito difícil que não necessariamente teria que andar naquele ritmo que foi bastante negativo em função da acomodação dos estoques, mas eu acho que estamos falando no crescimento de 0,3%, ou seja, uma situação de parte, também sem um grau de precisão, alguma coisa de 0% ou 1%, mas vai ser um ano difícil. Eu acho que para nós o mais importante, até porque temos fôlego no Brasil em função de alguns desses fatores que eu coloquei, reservas, compulsório, taxa de juros, por um prazo X. Quanto mais longa for a crise no mercado internacional, obviamente mais difícil para todos os países do mundo e não seria diferente para o Brasil, mas eu acho que existem perspectivas de que a gente se acomode num matar, que o que está acontecendo, na minha opinião, a gente fala sempre em crise, mas é uma acomodação em outro patamar, quer dizer, o mundo ficou inflado em função de uma condição de crédito e outras tantas que poderíamos falar aqui e colocou o patamar de consumo num nível onde ele não se sustentará, seja para o Brasil, seja para o resto do mundo. Então nós vamos acomodar num patamar e a vida vai continuar a partir de um patamar mais baixo.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): A nossa preocupação aqui, evidentemente como Se-

nado Federal a nossa preocupação não é só no setor econômico, e V. Sa. sabe tão bem como nós outros, talvez com um nível de preocupação diferente, que um crescimento de 2% no Brasil é muito diferente de um crescimento de 2% na Alemanha. A Alemanha é um País com altíssima renda, já com uma série de conquistas realizadas, evidentemente com o crescimento de população menor e do mercado de trabalho, a população mais idosa, é diferente do crescimento de 2% no Brasil em que nós temos uma população gigantesca chegando no mercado de trabalho, dívidas sociais altíssimas, etc. Então nós devemos dizer que para nós 2% já é preocupante. Nós não podemos fazer também, a gente colocou que não pode fazer a comparação do nosso *spread* ou do nosso risco, os Estados Unidos é os Estados Unidos, nós não podemos fazer 2% com 2% na Alemanha, que é completamente diferente; 1% no Japão e 1% no Brasil são duas coisas muito diferentes.

Mas eu gostaria de esclarecer, ainda nessa questão desses recursos para alavancar, chamou a atenção de várias pessoas aqui, inclusive do nosso Presidente Dornelles, um repasse feito pelo Banco Central à União no mês de fevereiro de 185 bilhões de reais de lucro do Banco Central. Esse repasse, evidentemente, que é um número que chama a atenção, quer dizer, bilhão é muito bilhão, representava mais do que a arrecadação do País em dois ou três meses, se eu não me engano, mais do que isso. É um número fantástico, um lucro de 185 bilhões transferidos para a União, é uma receita fantástica. Parece-me que isto é um lucro contábil, é uma transferência contábil, parece-me, 185 bilhões para a União. Aí eu queria entender melhor esse mecanismo. E esse dinheiro, para a nossa intriga, Senador Dornelles, parte desse lucro, grande parte desse lucro é da valorização em reais das reservas do Banco Central. Tinha 200 bilhões de dólares e a valorização disso virou, por aí, virou lucro, mas parte disso é o lucro do Banco Central obtido com os derivativos dos perdedores daquelas operações dos derivativos das famosas empresas que fizeram aquelas operações, que tiveram problemas, não é isso Presidente? O lucro do Banco Central entrou aí. Eu queria entender, tecnicamente, como é que funciona isso, o que é que é contábil nessa transferência, o que é que é caixa e se isso vira caixa em algum momento do Tesouro, se transferir para um banco, para uma instituição financeira, e quais as implicações se isso virar caixa?

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: [interrupção no áudio] ...eu vou passar para você um pedaço dessa resposta, só isso, que é uma boa pergunta, eu não tenho necessariamente a resposta inteira.

Eu queria fazer só uma colocação. Durante anos a gente viu caindo o dólar, ele veio de 3,60, 3,70 e foi caindo, e muitas pessoas, o pessoal queria que o Banco Central comprasse dólares para segurar um pouco essa tendência. O Banco Central o fez, seja comprando dólares efetivamente reais, o dólar, quer dizer, físico por assim dizer, seja comprando contratos também no mercado futuro, saciando, portanto, uma demanda que tinha que falava assim: "Compra o dólar, senão ele vai cair mais". Então o Banco Central ficou com ativos elevados e esse ativo reprecificado... Foi até a 1,60, ele chegou a comprar dólar provavelmente próximo de 1,60. Quando o ativo foi reprecificado, o lucro que o Banco Central auferiu pode ser contábil e pode ser em caixa, dependendo se a operação foi um dólar que ele comprou que está nas reservas internacionais, que não é caixa por assim dizer, quer dizer, têm 200 bilhões de dólares, valia tantos bilhões de reais, agora vale muito mais, sei lá, valia 350 bilhões de reais, sei lá, e agora vale 450 bi, mas no fundo são 200 bilhões de dólares, não subiu nada. Então não tem um ganho nesse aspecto. Aqueles contratos que foram feitos em futuros atendendo, portanto, a uma demanda de venda de dólares quando ainda estava caindo e sem comprador o Banco Central passou a ser a contra parte, ali eu acho que houve um pouco de caixa, mas eu acho que o Oswaldo de repente conhece melhor que eu esse mercado. Se ele quiser e puder comentar, por favor.

SR. OSWALDO DE ASSIS: Fábio, é exatamente isso. Na verdade, Senador, do ponto de vista do balanço do Banco Central, ele tinha no ativo dele reservas, ativo em dólar, vamos dizer, moeda, e tinha também o que o senhor está chamado do *swaps*, que são ativos em dólares mediante contratos.

[falas sobrepostas]

SR. OSWALDO DE ASSIS: Na verdade é um contrato aonde foi prometido ao Banco Central entregar dólar a um determinado preço e na outra ponta o Banco Central se obrigava a pagar CDI. Por exemplo, é uma coisa simples, no caso do *swap*, isso se transforma no vencimento em caixa imediato. No caso das reservas, cada dólar que ele vende, ele transforma esse resultado em caixa. Agora do ponto de vista econômico as duas coisas são exatamente a mesma coisa.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas do ponto de vista financeiro, isto chegando ao Tesouro, por exemplo, nós estávamos discutindo 100 bilhões do BNDES. Esses 100 bilhões podem ser esse recurso?

SR. OSWALDO DE ASSIS: Pode, pode porque no balanço consolidado, está certo, do Governo Federal, existe aquele ativo que pode ser monetizado dependendo de decisões ou condições. Obviamente

se o dólar vier a cair lá na frente, o Banco Central vai apresentar um prejuízo equivalente, está certo, a essa desvalorização. Agora do ponto de vista econômico existe esse lastro sim.

SR. RUBENS SARDENBERG: Como já teve no passado e o resultado do Banco Central é sempre transferido ao tesouro, seja superavitário, seja--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Isso eu entendi bem. O que eu não consigo entender é quando ele chega ao Tesouro, o que é que é papel, o que é que é contábil e o que é que é caixa efetivo que a União pode, por exemplo, capitalizar ou jogar na habitação ou fazer o que quiser. O que é caixa e o que é contábil? É essa a minha dúvida.

SR. OSWALDO DE ASSIS: Eu imagino, está certo, exatamente como numa empresa que faz distribuição de seu lucro ao seu acionista, o Banco Central fará um cheque e entregará ao Tesouro. E o Tesouro, ao depositar este cheque contra o Banco Central, vai receber esses recursos.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): [pronunciamento fora do microfone].

SR. OSWALDO DE ASSIS: É verdade, mas economicamente, está certo, existe aquele valor.

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: Mas respondendo à sua pergunta, uma parte é caixa, eu não sei que parte, uma parte é caixa e uma parte não é, mas eu não sei, só o Banco Central que poderia dizer isso. O que é verdade, que ele está tentando dizer aqui, é que independentemente disso o Tesouro agora tem um ativo maior do que tinha antes e, portanto, pode criar passivos em relação a isso, seja ele caixa, seja ele não caixa.

Mas, enfim, posso tentar continuar aqui? Então respondendo às suas colocações, Senador Tasso Jereissati, faltou aqui a questão da concorrência, enfim, existe concorrência ou não existe concorrência? Foi também colocado pelo Senador João Tenório, ele também colocou, a questão da concorrência. Eu acho que na verdade existe uma concorrência grande entre os bancos. Eu não endosso a tese de que não exista. Os clientes pessoa jurídica são extremamente focados na questão da taxa de juros. Então se uma cotação custa, sei lá, 15% num banco e 15,10% no outro, ele vai fazer com 15% [ininteligível]. O cliente pessoa física tem outras considerações. Além da taxa de juros, ele vai olhar também a conveniência e o serviço que ele tem. Então a gente às vezes acha que a pessoa vai comprar exclusivamente baseado no preço e não é. Existem estratégias de precificação para diferentes segmentos. Tem gente que quer ser mais bem atendida, mesmo que pague juros mais altos, têm outros que não querem ser mais bem atendidos, tem um que quer só taxa. O que eu quero fazer é dar condição de transparência, é que as pessoas façam suas contas e vejam exatamente qual é o banco que melhor lhes atende. Eu exemplifico. Nós colocamos há um tempo atrás as tarifas todas num site da FEBRABAN que permite a pessoa saber quanto custa o Banco X, Y. Aí alguém falou para mim: "Mas é difícil porque as tarifas, uma é mais barata num banco, a outra é mais barata no outro". E eu também numa linguagem coloquial, me permita aqui, falei: "Assim também é em supermercado. Qual é o mais barato? Eu não sei. Às vezes aqui o leite condensado é mais barato, no outro o mais barato é a carne, no outro é o yogurte, no outro é a verdura". Que cada um defina o seu perfil de consumo, o seu patrão de consumo e possa identificar aquela instituição que melhor lhe entenda. Então o que é que nós queremos? Orientação financeira e educação financeira. Não tem solução. Ou a gente realmente coloca transparência às pessoas--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): [pronunciamento fora do microfone].

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: Olha, é verdade, Senador, me permita, eu acho que tem uma concorrência acirrada, mas, enfim, eu respeito a sua opinião. Eu acho que tem, são menos bancos, os bancos estão mais consolidados, têm vários setores assim, o setor de automóveis também é consolidado, têm vários setores, e isso não quer dizer que não haja uma guerra de preço a todo instante. O financiamento de automóvel é um bom exemplo, os bancos estavam brigando para colocar taxas cada vez mais baixas no financiamento de automóvel, porque ali a taxa é fator determinante. Foram com prazos mais longos, embora não fora de propósito, foram com taxas mais baixas, entradas menores, que a concorrência é focada em preço. Em outros lugares nós vamos concorrer na qualidade do serviço, no atendimento, na rapidez, do talão de cheque que é entregue na sua casa ao invés de cobrar uma taxa mais barata, porque alguns clientes valorizam isso. Então a concorrência se dá, mas eu concordo e temos estimulado, quer dizer, o que eu posso dizer é isso, é colocar no site da FEBRABAN as tarifas, estamos colocando no site da FEBRABAN as taxas de juros, sempre com aquela dificuldade, a taxa de juros tem essa diferença que as pessoas acham: "Bom, então o crédito custa 2%?" "Não, é 2% dependendo de quem está pegando". Se for uma pessoa cujo histórico de preço eu desconheço, aquele produto talvez não seja 2%, seja 3%. Se for um outro que tem uma aplicação no banco muitas vezes superior àquilo que ele está captando, de repente não é 2%, é 1%. Então torna um pouco difícil, por isso que nós

estamos trabalhando nisso, mas eu faço questão de dar transparência sempre.

O Senador Campos fez algumas colocações aqui, me permita também tentar elencá-las. Algumas falavam muito da questão da rentabilidade também do setor financeiro, que eu procurei elucidar mostrando que no ranking da Valor Mil(F) o setor financeiro não desponta como sendo aquele que sistematicamente aparece em primeiro lugar, e falou também sobre a questão de provisionamento de crédito na questão do fechamento do balanço. Aquele provisionamento de fato reflete um pouco do que se estima perder menos o que eu recuperei, há sempre um líquido, tudo que a gente estima perder vai para lá, menos aquele que a gente recuperou, que também diminui aquele valor. Agora a inadimplência, ela é pós-fato, quer dizer, eu estou emprestando hoje com um determinado *spread* na expectativa de uma inadimplência que eu não sei se vai se realizar ou não. Eu exemplifico: o mercado americano, quando o *spread* foi de 1,5% para 4%, inviabilizou os bancos, porque estavam precificados e imaginando uma inadimplência de 1,5%. A inadimplência vai para 4% e realmente fica difícil sobreviver e está aí o que está acontecendo em função disso. Então existe uma tentativa de estimar. Por isso que eu defendo um pouco, entre outras coisas, o cadastro positivo, porque ele dá um pouco mais de transparência. Não é a solução, não é que vai acabar os nossos problemas, mas melhora um pouco mais. Então é basicamente um sistema de informação que daria condições. Quanto melhor eu conhecer o meu cliente, melhor condição eu tenho de avaliar a situação de crédito dele.

E o que a gente tem proposto no atendimento bancário, que foi a colocação que talvez tenha também destoado um pouco das demais, até por não ser muito... Pois não, por favor.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Permita-me, Sr. Presidente, pela ordem. Fábio, eu acho que essa discussão é muito mais ampla, naturalmente, com relação a essa indagação que eu fiz. Mas o povo brasileiro de uma maneira geral, o mais humilde, sobretudo os idosos e a classe trabalhadora, eu fiz essa pergunta que não em foco na discussão dessa Comissão, mas é uma importante indagação que eu fiz e que V. Sa. possa leva naturalmente essa informação através do canal de televisão da TV Senado e do rádio para o povo brasileiro, sobretudo para aqueles mais humildes.

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: [interrupção no áudio] ...é muito grande, eu não tenho nenhum prazer em especial em ouvir que em alguma situação específica houve isso ou que há muitas vezes, não que haja em todas as vezes também. A gente está trabalhando muito nisso. Aumentou muito o número de bancarizados, muito, foi de 90 para 115 milhões, alguma coisa assim, são 25 milhões a mais de pessoas que, em geral, quando se bancarizam, vão às agências. O que nós temos investido é em máquinas de autoatendimento, que é a solução também, cartão, conta-cartão, para ver se as pessoas agilizam. Temos discutido com vários órgãos de Governo para desconcentrar, porque o problema que acontece é entre o dia 25 e o dia 5, onde têm os pagamentos do INSS, é tudo concentrado, vence o IPVA, sei lá, vence o condomínio, vence escola, vence tudo. A gente está numa conserva, primeiro colocar mais através de débito automático, desconcentrar isso para que a gente possa ao longo do mês ter um pouquinho mais... Porque as agências ficam muito tranquilas entre ao dia 10 e 25. Deve haver exceções, obviamente, mas em geral ficam e ficam congestionadas nessas dias. Então a gente está num trabalho muito intenso, mais débito automático, porque os bancos recebem coisa que nenhum outro lugar do mundo recebe, tudo aqui no Brasil se paga através do banco, não é verdade em outros lugares. E se tudo paga e tudo vence no dia 5, fica difícil ter a condição de atendimento. Realmente é uma coisa que me incomoda, a gente tem tratado disso, eu não tenho nenhum prazer, eu espero que a gente possa, com o passar do tempo, ter um serviço melhor. Segundo os números que nós temos, tem melhorado, mas diante de uma evidência como a que V. Exa. colocou, obviamente eu não tenho muito argumento. Foi no Mato Grosso, não foi?

SR. RUBENS SARDENBERG: Poderíamos encaminhar aquela pesquisa sobre filas que fizemos nos bancos.

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: É, a gente tem uma pesquisa muito intensa sobre filas, como trabalhar, a gente tem tido várias iniciativas desse tipo que eu falei para descongestionar e, também, entender um pouco melhor o que leva à fila: por que a pessoa está lá, devia estar, não está, por que é que não está naquela máquina de autoatendimento, de forma que a gente possa endereçar o problema.

Também foi feita uma colocação, eu acho que o Senador não está mais aqui, mas apenas para lembrar que muitas vezes falam assim: "Mas as tarifas já cobrem todo o custo de pessoal". Eu sempre dou o exemplo da ATM, uma ATM, que é essa máquina de autoatendimento, ela não tem nenhum custo de pessoal ali, mas tem uma série de tecnologia viabilizando aquele atendimento. Também falar que toda tarifa representa um custo de pessoal não reflete a realidade do setor.

Olha, eu me esmerei aqui em procurar endereçar a todos os pontos, mas eu estou em aberto caso eu não tenha endereçado todos os que foram colocados.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Dr. Fábio, eu agradeço aqui a sua presença, a do Rubens Sardenberg, a do Oswaldo Assis, e queria dizer o seguinte: nós estamos com um grande desafio. Existe aqui, o senhor mesmo reconhece, todos reconhecem que o *spread* nosso está muito elevado. A taxa de juros é elevada também. Nós vamos ter aqui, tudo indica, uma redução grande de SELIC. Então o que eu queria perguntar, nós temos aqui uma assessoria no Senado, se pudesse entrar em contato com a assessoria ou fazer um encontro do Marcos Borges, para que dissesse uma coisa muito prática: os componentes numa taxa de juros, quer dizer, nós vamos ter uma redução da SELIC, e em relação ao *spread* nós temos a inadimplência, o problema do depósito compulsório, os impostos. Vamos dizer um exagero: se o imposto fosse zero, quantos pontos percentuais cairia? Se o compulsório fosse zero, quanto cairia?

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): O que é que pode, quais são as medidas que pudesse reduzir a inadimplência para que nós pudéssemos chegar a uma taxa de juros igual a que existe em outros países. Então esse exercício, se fosse possível, que a gente devia fazer uma tentativa. Pode ser até um sonho, não chegar a nada, vamos dizer: o Brasil vai ter que ter uma taxa de juros semelhante à que existe em outros países. Por que é que não tem? Porque a SELIC é alta. Vamos admitir que a SELIC seja reduzida. Vamos admitir que o imposto seja zerado. Vamos admitir o que compulsório seja zerado. Vamos admitir que algumas medidas sejam tomadas para reduzir a inadimplência, quanto ficaria a taxa de juros, quanto ficaria o nosso *spread* no Brasil?

Eu agradeço imensamente a participação sua, a participação do Rubens e do Oswaldo, dizer que é uma honra sempre muito grande receber a FEBRABAN, que representa aqui um setor financeiro extremamente competente e que tem estado num dos pontos, uma das alavancas para que o País hoje não tenha tido e não tenha entrado numa crise mais profunda.

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: Eu agradeço, só queria fazer uma colocação final, de que a gente coloca a equipe da FEBRABAN e dos bancos para ajudar, são coisas mais detalhadas, se vocês quiserem, obviamente que é a nossa obrigação, mas também o nosso prazer, porque eu estou muito interessado em que nós discutamos concreta e objetivamente quais são os fatores que determinam esse *spread* levado. O *spread* levado, se nós trabalharmos nas causas e ele cair, vai ser bom para todo mundo, inclusive para os bancos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu acredito nisso.

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA: Então muito obrigado pela oportunidade, desculpem alguma coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado e meus parabéns.

Sessão encerrada às 16h52

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2009, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia trinta e um de março do ano de dois mil e nove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Tião Viana, Inácio Arruda, Antonio Carlos Valadares, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Roberto Cavalcanti, Expedito Júnior, Valdir Raupp, Romero Jucá, Eliseu Resende, Antonio Carlos Júnior, Efraim Morais, Adelmir Santana, Cícero Lucena, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Gilberto Goellner, Heráclito Fortes, José Agripino, Sérgio Guerra, Gim Argello, Sérgio Zambiasi, Osmar Dias e Jefferson Praia. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Marcelo Crivella, tendo falta justificada em virtude de licença para tratamento de saúde, César Borges, Francisco Dornelles, Gerson Camata, Neuto de Conto, Pedro Simon, Raimundo Colombo, Jayme Campos, tendo falta justificada em virtude de participação em reuniões político-partidárias no Estado que representa no Senado Federal, João Tenório e João Vicente Claudino. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da Pauta, Item 01– Mensagem do Senado Federal nº 05, de 2009, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que "encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2009", tendo como Relator o Senador Romero Jucá que oferece Parecer favorável nos termos do PDS que apresenta. O Presidente da

Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, designa o Senador Antonio Carlos Valadares Relator *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório, usam da palavra os Senadores Antonio Carlos Júnior, Aloizio Mercadante, Arthur Virgílio e Renato Casagrande. Encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável nos termos do PDS apresentado; Item 02– Projeto de Lei do Senado nº 02, de 2006, não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "altera o art. 8º da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para atribuir ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social metade dos dividendos mínimos pagos pela Caixa Econômica Federal ao Tesouro Nacional", tendo como Relator o Senador Jayme Campos que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01, que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 03– Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2007, terminativo, de autoria do Senador José Agripino, que "dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente em produtos escolares e estabelece alíquota zero na Contribuição para o PIS/Pasep e na Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Confins) sobre a importação e as receitas decorrentes da venda desses produtos", tendo como Relator o Senador Marcelo Crivella, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda de Redação nº 02, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 01-CE. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CE. Em 14/10/2008, foi concedida Vista ao Senador Romero Jucá, que devolveu com Voto em Separado pela rejeição da Matéria. Em 17/03/09 foi encerrada a discussão da Matéria. A votação fica adiada para o próximo dia 07 de abril; Item 04– Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2003, terminativo, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que "altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo Garantia-Safra", tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 01-CRA (Substitutivo), aprovada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a Subemenda que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Em 06/05/2008, foi concedida Vista ao Senador Eduardo Suplicy, que devolveu sem manifestação. Colocada a Matéria em discussão, usam da palavra os Senadores Renato Casagrande e Arthur Virgílio. Encerrada a discussão o Presidente procede à votação nominal da Matéria. Encerrada a votação, a Comissão aprova, por quatorze votos favoráveis, um contrário e nenhuma abstenção, o Parecer do Relator favorável nos termos da Emenda nº 01-CRA-CAE (Substitutivo). De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a Matéria será submetida, na próxima reunião da Comissão, a turno suplementar de discussão, por ter sido aprovado Substitutivo integral; Item 05– Projeto de Lei do Senado nº 77, de 2008, terminativo, de autoria do Senador Gilberto Goellner, que "dispõe sobre incentivo fiscal ao empregador para construção de habitação para o empregado", tendo como Relator o Senador Sérgio Zambiasi, que oferece Parecer favorável nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 01-CAS (Substitutivo). Colocada a Matéria em discussão, usam da palavra os Senadores Sérgio Zambiasi, Aloizio Mercadante, Arthur Virgílio, Heráclito Fortes, Antonio Carlos Júnior, Romero Jucá, Cícero Lucena e Antonio Carlos Valadares. A Matéria é retirada de pauta para reexame, a pedido do Relator; Item 06– Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Magno Malta, que "altera a redação dos §§ 1º e 3º do artigo 1.361, do Código Civil, e dá outras providências (altera as formas de constituição e de transferência da propriedade fiduciária)", tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 01, de autoria do Senador João Vicente Claudino. A Matéria será apreciada ainda pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 07– Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para impor às concessionárias de serviço público e de obras públicas e permissionárias o dever de elaborar escrituração contábil e elaborar e publicar demonstrações financeiras, referentes a cada exercício social, nos termos dos artigos 175 a 188 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976", tendo como Relator o Senador Raimundo Colombo, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria será apreciada ainda pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com decisão terminativa. Em 17/03/09 foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. A apreciação da Matéria é adiada; Item 08– Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2006, terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que "altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995 para conceder benefício no imposto de renda para empresas que utilizem produtos de plástico biodegradável ou hidrossolúvel", tendo como Relator o Senador

Gilberto Goellner, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02, que apresenta. A Matéria é retirada de pauta para reexame, a pedido do Relator; Item 09– Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2006, não terminativo, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que "acresce parágrafo único ao art. 48 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Cícero Lucena que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta, aprovando, ainda, as Emendas nºs 03 e 04, de autoria do Senador Pedro Simon. A Matéria será apreciada, ainda, pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 10– Projeto de Lei do Senado nº 392, de 2007, terminativo, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que "altera a Lei nº 9.496, de 1997, para autorizar a União e os Estados, no âmbito do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, a abater do cálculo do resultado primário despesas dos Estados com investimentos em obras de infraestrutura", tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CCJ. A apreciação da Matéria é adiada; Item 11– Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2007, terminativo, de autoria do Senador Papaléo Paes, que "altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo de imposto de renda da pessoa física, dos pagamentos efetuados a profissionais e estabelecimentos de atividade física após recomendação médica", tendo como Relator o Senador Neuto de Conto, que oferece Parecer favorável ao Projeto e pela rejeição da Emenda nº 01, de autoria do Senador Gerson Camata. A apreciação da Matéria é adiada e Item 12– Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2006, não terminativo, de autoria do Senador César Borges, que "altera o art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, para prorrogar, por mais dez anos, a não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) sobre as mercadorias cuja origem ou destino final seja porto localizado na Região Norte ou Nordeste do País", tendo como Relator o Senador Tasso Jereissati que oferece Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 01, de autoria do Senador Renato Casagrande. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada. A Comissão aprova, ainda, os seguintes Requerimentos: nº 15/2009-CAE, de autoria do Senador Francisco Dornelles, para que seja realizada Audiência Pública com a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade, dia 14 de abril de 2009, às 10 horas, com a presença do Sr. Jorge Gerdau Johannpeter; nº 16/2009-CAE, de autoria dos Senadores Cícero Lucena e Antonio Carlos Valadares**,** para a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de debater a diminuição significativa dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios – FPM e seus efeitos na administração dos municípios brasileiros, buscando soluções alternativas para uma efetiva recomposição das receitas daqueles entes, tendo como convidados o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, e o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski; nº 17/2009-CAE, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, para a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, para tratar sobre o assunto referido na Medida Provisória nº 457/2009 e o conseqüente impacto da previdência social nas finanças dos municípios, com a presença dos convidados: Dra. Lina Maria Vieira, Secretária da Receita Federal do Brasil, ou quem indicar como responsável pela receita previdenciária dos municípios; Dr. Waldir Moysés Simão, Presidente do Instituto Nacional de Seguro Social, ou quem indicar como responsável pela compensação previdenciária; Exmo. Sr. José Pimentel, Ministro de Estado da Previdência Social; Dr. Antônio Fernando Barros e Silva, Procurador-Geral da República, em razão da necessidade de expurgos de valores contidos na dívida previdenciária dos municípios; Exmo. Sr. Gilmar Mendes, Presidente do Supremo Tribunal Federal, em face da aplicação da Súmula Vinculante nº 8; Deputada Federal Rose de Freitas, relatora da MP 457/2009 e o Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios; nº 18/2009-CAE, de autoria do Senador Arthur Virgílio, para que seja realizada Audiência Pública desta Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade, com a presença dos economistas Edmar Bacha e Dionísio Dias Carneiro; nº 19/2009-CAE, de autoria dos Senadores Aloizio Mercadante e Antonio Carlos Valadares, para que seja realizada Audiência Pública neste Órgão Técnico, com a presença de representantes da Caixa Econômica Federal – CEF, Casa Civil, Ministério das Cidades, Associação dos Municípios, e Entidades representantes do Setor da Construção Civil; nº 20/2009-CAE, de autoria do Senador Romero Jucá, para que seja realizada Audiência Pública neste Órgão Técnico, com a presença do Presidente do CADE – Conselho Administrativo de Direito Econômico, SEAE

– Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Fazenda, SDE – Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Ministério Público Federal, representantes das Agências Reguladoras, Professor Gesner Oliveira – Presidente da SABESP, Caio Mário da Silva Pereira Neto, Professor da Fundação Getúlio Vargas e Elizabeth Farina, Professora da USP, a fim de discorrerem sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 06, de 2009; nº 21/2009-CAE, de autoria dos Senadores Antonio Carlos Júnior, Francisco Dornelles e Eduardo Suplicy, para que seja realizada uma Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, a fim de discutir o Projeto de Lei da Câmara nº 06, de 2009 e nº 22/2009-CAE, de autoria do Senador Arthur Virgílio, para que seja realizada uma Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, para instruir a apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 06, de 2009, que "Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências", com a presença das seguintes autoridades: Sr. José Elaeres Marques Teixeira, Procurador Regional da República em Brasília; Sr. Mauro Grinberg, Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional – Ibrac; Sr. Pedro Zanotta, Presidente da Comissão de Estudos da Concorrência e Regulação Econômica da OAB-SP e o Sr. Marcelo Calliari, ex-Conselheiro do CADE e ainda o Adendo ao Requerimento nº 14/2009-CAE, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que requer a retirada do nome do Senhor Alfredo Nascimento, Ministro de Estado dos Transportes e a inclusão do nome do Sr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para fins de expedição de convite para participar de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, com o fim de tratar de assunto relativo à crise do setor de caminhões no Brasil. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e treze minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Garibaldi Alves Filho,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

A pauta de hoje inclui a Mensagem do Senado Federal nº 05/09, não terminativa. Encaminho ao Senado Federal, nos termos do § 1º, do art. 6º, da Lei 9.069, de 29 de junho de 1995, a programação monetária para o 1º trimestre de 2009. Autoria do Sr. Presidente da República, tendo como relator o Senador Romero Jucá, o parecer é favorável. O Item nº 02 da Pauta de hoje, é o Projeto de Lei no Senado nº 02/2006, não terminativo, altera o art. 8º da Lei 11.124, de 16 de junho de 2005, para atribuir ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, metade dos dividendos mínimos pagos pela Caixa Econômica Federal ao Tesouro Nacional. Autoria, Senador Cristovam Buarque. Relator, Senador Jayme Campos.

O 3º Item da Pauta é o Projeto de Lei do Senado nº 160/2007, terminativo. Dispõe sobre a isenção do imposto sobre produtos industrializados, IPI, incidente em produtos escolares e estabelece alíquota zero na contribuição para o PIS/PASEP e na contribuição para o financiamento da Seguridade Social, COFINS, sobre a importação e as receitas decorrentes da venda desses produtos. Autoria, Senador José Agripino. Relator, Senador Marcelo Crivella. Esta discussão deste projeto de lei já foi encerrada na última reunião da CAE. Teremos agora apenas a votação desse projeto. Estou apenas, Senador Efraim, fazendo aqui um anúncio do que será votado no dia de hoje, V. Exa. pede a palavra.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Se trata de uma matéria terminativa, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É uma matéria terminativa. Essa do Item nº 03.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Item nº 04, Projeto de Lei do Senado, nº 266/2003, também terminativo, que altera a Lei 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir o parceiro outorgante como beneficiário, e os consórcios de condomínios como contratantes do Fundo de Garantia Safra. Autor, Senador Tasso Jereissati. Relator, o Senador Renato Casagrande. O parecer do relator é favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 01 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a subemenda que apresenta. O Item nº 05 diz respeito ao projeto de lei terminativo, que dispõe sobre o incentivo fiscal ao empregador para a construção de habi-

tação para o empregado, também é terminativo. E o Item nº 06, é o Projeto de Lei do Senado nº 247/2007, não terminativo.

O Item nº 07 é o Projeto de Lei do Senado que altera a Lei 8.897, de 13 de fevereiro de 1995, para impor às concessionárias de serviço público o dever de elaborar a escrituração contábil e elaborar demonstrações financeiras. Também é não terminativo. E o Item 8 é terminativo, projeto que altera a Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para conceder benefícios no Imposto de Renda para a empresa que utilize produto de plástico biodegradável ou hidrossolúvel. O projeto de item constante do Item nº 09 é aquele que acresce Parágrafo Único, é não terminativo ao art. 48 da Lei 10.257, e estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. E o Item 10 autoriza a União e os estados, no âmbito do Programa de Reestruturação de Ajuste Fiscal, a abater do cálculo o resultado primário, as despesas dos estados com investimento em obras de infraestrutura. Terminativo.

E o Item 11, terminativo também, permitindo a declaração da base de cálculo do Imposto de Renda da pessoa física, dos pagamentos efetuados a profissionais e estabelecimentos da atividade física após recomendação médica. E o 12, projeto de lei não terminativo, para prorrogar por mais 10 anos a não incidência do adicional do frete para a renovação da Marinha Mercante sobre as mercadorias cuja origem é o destino final seja porto localizado na região Norte ou Nordeste do país.

Requerimento: Requeiro nos termos do inciso II, do § 2º, do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II, do art. 49 e art. 113 do Regimento Interno do Senado, seja realizada, conjuntamente com a Comissão de Assuntos Econômicos, a Audiência Pública da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade, marcada para o dia 14 de abril de 2009, às 10 horas com a presença do Sr. Jorge Gerdau. Senador Francisco Dornelles. Requerimento: Em adendo ao requerimento nº 14/09, já aprovado nesta Comissão, requeiro a retirada do nome do Sr. Alfredo Nascimento, Ministro de Estado dos Transportes, e a inclusão do nome do Sr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, BNDES, para fins de expedição de convite para participar de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, como fim de tratar de assunto relativo à crise no setor de caminhões no Brasil.

Senador Marcelo Crivella. Requeiro nos termos regimentais a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, com o objetivo de debatermos a diminuição significativa dos recursos e do Fundo de Participação dos municípios, FPM e seus efeitos na administração dos municípios brasileiros, buscando soluções alternativas para recomposição das receitas municipais. Os convidados sugeridos são: Ministro Paulo Bernardo, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos municípios. O requerimento é de autoria do Senador Cícero Lucena.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu gostaria de apor a minha assinatura nesse requerimento, ainda é possível?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pode sim.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Apoio totalmente a pretensão do senador, porque realmente os municípios estão sofrendo um verdadeiro caos nas suas finanças com a redução do Fundo de Participação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. tem razão, e a Comissão precisa discutir esse problema à exaustão.

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, e art. 93, inciso II, do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública para tratar sobre o assunto referido na Medida Provisória nº 457/2009 e o conseqüente impacto da previdência social nas finanças dos municípios, com a presença dos seguintes convidados: Dra. Lina Vieira, Secretária da Receita Federal do Brasil; Dr. Valdir Moisés Simão, Presidente do Instituto Nacional de Seguro Social, ou quem ele indicar como responsável pela compensação previdenciária; José Pimentel, Ministro da Previdência Social; Dr. Antônio Fernando Barros e Silva, Procurador Geral da República, em razão da necessidade de expurgo de valores contidos na dívida previdenciária; Dr. Gilmar Mendes, Presidente do Supremo Tribunal Federal, em face da aplicação da Súmula Vinculante nº 8; Deputada Federal Rose de Freitas, relatora da MP 457/2009; Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos municípios.

Assina o requerimento o Senador Sérgio Zambiasi.

Em votação os requerimentos que acabam de ser lidos. Os três requerimentos, Audiência Pública para Medida Provisória 457, Audiência Pública para a crise dos municípios e redução do Fundo de Participação e Audiência Pública, conjuntamente com a Comissão de

Acompanhamento da Crise, para ouvir no dia 14 de abril de 2009, às 10 horas, o Sr. Jorge Gerdau. Srs. e Sras. Senadoras que concordam, que aprovam, aliás, esses requerimentos permaneçam como--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pois não, com a palavra o Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): É que nós estamos marcando a data. Se é um convite, acho que tem que haver um contato desta Presidência com as autoridades que estão sendo convocadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. tem razão, mas merece uma explicação. A autoria é do Senador Francisco Dornelles que é o Presidente da Comissão de Acompanhamento da Crise.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Concordo. Só quero considerar aí para que seja só contatado com a autoridade.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas ele adianta que--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Já está marcado?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Já está marcado.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Uma boa notícia.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o próprio autor, com o próprio convidado, aliás.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Boa notícia.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pois não.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu gostaria de propor como membro suplente da CAE, é que na reunião conjunta, numa das reuniões conjuntas, envolvendo a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Acompanhamento da Crise, nós incluíssemos dois nomes, eu estou formalizando agora o requerimento, eu julgo dois nomes vitais para o entendimento desse grave, dessa grave conjuntura por que passa o país. São os Professores Edmar Bacha e Dionísio Dias Carneiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. vai formalizar. Edmar Bacha e...?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Dionísio Dias Carneiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Dias Carneiro? Então vamos passar à Ordem do Dia. Item nº 01, Mensagem do Senado Federal nº 05/2009 que encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º, do art. 6º, da Lei 9.069, a programação monetária para o primeiro trimestre de 2009. Autoria, Presidente da República. Relator, Senador Romero Jucá. Parecer favorável, nos termos que apresenta. Na ausência do relator e de acordo com entendimento com o Senador Romero Jucá, eu concedo a palavra ao relator *ad hoc*, Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Em conformidade com o art. 6º, § 1º, da Lei 9.069, de 29 de junho de 1995, o Presidente da República encaminha ao Senado Federal, mediante a Mensagem nº 05/2009, a programação monetária relativa ao primeiro trimestre de 2009. A programação monetária é aprovada pelo Conselho Monetário Nacional, em sessão de 17 de dezembro de 2008, explicita as estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários e estimula metas indicativas de sua evolução para o primeiro trimestre de 2009. Acompanha a programação sucinta, a descrição do comportamento previsto para a economia nacional, nesse período, e as justificativas pertinentes à Comissão de Assuntos Econômicos, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 6º da referida lei.

Cabe emitir parecer sobre a programação monetária, o parecer servirá de base para a aprovação rejeição *in totum* da matéria pelo Congresso Nacional, vedada a introdução de qualquer alteração, conforme determina o § 3º do dispositivo acima citado. A Lei 9.069/95, entre outras matérias correlatas, cuidou do processo de formulação e operacionalização da política monetária, atribuindo ao Congresso Nacional participação e corresponsabilidade quanto à definição dos parâmetros e das metas relativas à evolução da oferta de moeda na economia.

Como se sabe, com a adoção do regime de metas de inflação a partir de 1999 a política monetária passou a basear-se fundamentalmente na utilização de taxa de juros como variável estratégica para a manutenção do processo de estabilidade do nível de preço na economia brasileira. Com o efeito, a programação monetária e o controle quantitativo da expansão da oferta de moedas na economia assumiriam importância secundária, ou assumiram importância secundária, digo melhor. Entretanto, persiste a determinação legal, acima referida, assim como a pertinência dos mecanismos institucionais de controle dos agregados monetários, daí a conveniência e a necessidade de apreciação da matéria por esta Comissão.

E, de fato, o Poder Executivo vem dando conseqüência à citada norma em prazos adequados e compatíveis com a possibilidade de participação do Congresso Nacional, no entendimento e na formulação da programação monetária trimestral. A programação monetária sob exame indica taxas de expansão nominal dos princípios agregados, compatível com o crescimento esperado, e com as características sazonais da economia, além da inflação, das taxas de juros e de câmbio. O documento foi elaborado já no contexto da crise financeira global, de acordo com o diagnóstico do Banco Central, a turbulência atual é mais séria do que outras das últimas décadas, pois originou-se nas economias centrais e não nos chamados mercados emergentes.

Como se sabe, com origem no mercado imobiliário norte-americano ela rapidamente contaminou outros mercados financeiros dos estados Unidos e da Europa e já compromete o desempenho da economia real no mundo todo. Nesse sentido, admite-se que os bons fundamentos macroeconômicos do Brasil não são suficientes para evitar a propagação interna da crise, ainda que amenizem seus efeitos, ou seja, o ambiente de incertezas elevadas é aversão ao risco e contração do crédito. Vem demandando medidas de ajuste, como a provisão de liquidez para o sistema bancário. Na programação monetária sob exame, as autoridades monetárias assim interpretam o cenário macroeconômico.

Os primeiros resultados relativos ao 4º trimestre de 2008, captando parcialmente os impactos do novo ambiente internacional sobre a economia doméstica, passaram a evidenciar arrefecimento da produção da indústria, em nível dos investimentos e, em menor intensidade, nos indicadores do mercado de trabalho, que respondem às situações de estresse com maior defasagem. Quanto às políticas monetárias e creditícias, cabe destacar da programação o seguinte entendimento e perspectivas das autoridades monetárias. Nesse contexto, a trajetória expansionista do crédito, embora ainda se sustente em patamar elevado, passou a apresentar tendência de arrefecimento, com ênfase na desaceleração registrada nas operações com pessoas físicas, relativas às modalidades de crédito consignado, e aquisição de veículos, que vinham registrando expansão mais significativa ao longo dos últimos anos.

Em perspectiva, ressaltam que a condução da política fiscal segue assegurando a redução da relação dívida/PIB e, mesmo com alguma moderação da arrecadação do Governo Federal, e dos governos regionais, além de eventuais impactos em gastos sociais, como seguro desemprego, essa trajetória deverá persistir em linha com o dinamismo da atividade econômica, sobretudo, tendo em vista, a posição credora do país em moeda estrangeira. No fronte externo, as autoridades preveem que em 2009, a restrição do crédito externo e a redução do ritmo da atividade econômica internacional deverão provocar deterioração do resultado do balanço de pagamentos, persistindo contudo condições adequadas de financiamento.

Não obstante, o setor privado enfrentará condições mais adversas para a renovação de empréstimos, em relação às experimentadas nos últimos cinco anos com impactos negativos sobre os prazos e os custos contratados. Julgamos, assim, oportuna a programação monetária, ora submetida à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos que já incorpora analiticamente os primeiros desdobramentos da crise financeira mundial. Uma vez que ainda permanecem em vigor os comandos legais, sobre a apreciação da programação monetária e de sua execução, cabe à CAE dar conseqüência às formalidades previstas na Lei 9.069/95 deliberando sobre a presença de programação monetária.

Cabe ainda lembrar que no dia 8 de outubro de 2008 foi aprovado o substitutivo ao PLS 26/2000, de autoria do então Senador Paulo Hartung tendo sido ele remetido à Câmara dos Deputados. Uma vez aprovada essa proposição criará o art. 6º A, da Lei 9.069/95, para que o Presidente do Banco Central compareça pessoalmente a esta Comissão, e relate a execução da política monetária. Registre-se ainda que o substitutivo, ora em tramitação na Câmara, também revoga os dispositivos da Lei do Real, a fim de que se encerre essa inócua obrigatoriedade. Diante do exposto, o voto é pela aprovação da programação monetária relativa ao 1º trimestre de 2009, nos termos dos seguintes projetos de decreto legislativo.

Projeto de Decreto de Legislativo 2009. Aprova a programação monetária relativa ao 1º trimestre de 2009, o Congresso Nacional decreta, art. 1º: Fica aprovada a programação monetária relativa ao 1º trimestre de 2009, com as estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, e as metas indicativas de sua evolução, nos termos da Mensagem Presidencial Nº 05/2009, art. 2º. Esse decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, é o parecer, Sr. Presidente, do Senador Romero Jucá, que eu tive o prazer de ler como relator *ad hoc.*

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, em discussão.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria continua em discussão, com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse procedimento de apresentação da programação monetária está defasado em função de que, na gestão da política monetária nós temos dois pilares, a oferta de moeda e a taxa de juros. Ele trata da oferta de moeda, mas a taxa de juros em função do regime da meta de inflação, ela predominou sobre a oferta monetária, portanto, tornou até o procedimento já ultrapassado. Além disso, existe esse projeto do Senador Paulo Hartung que libera dessa obrigatoriedade, desde que venha aqui o Presidente do Banco Central. A partir da gestão passada da CAE, do Senador Aloizio Mercadante, o Presidente Henrique Meirelles passou a vir trimestralmente a esta Casa prestar contas, e já veio, inclusive, na semana passada, o que, com isso, nos dá conforto para que nós aprovemos o relatório, portanto, eu voto favoravelmente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente**,** me inscreva, por favor.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu quero me associar à intervenção do Senador Antonio Carlos Júnior e ao parecer do Senador Antonio Carlos Valadares, porque o regime de metas de inflação, a melhor forma do Banco Central prestar contas ao Senado Federal é a transparência das informações, a credibilidade do regime depende, exatamente, do acesso aos dados. A Ata do COPOM é o grande instrumento de nós aferirmos a avaliação e a natureza das decisões do Banco Central. E a aprovação da programação monetária, no regime de metas, é um fato menos representativo de acompanhamento. Então, o grande momento do Senado são as audiências trimestrais.

Eu tenho dito, quero repetir mais uma vez, nós temos que ser muito rigorosos nessas audiências, cobrar informações, questionar decisões, problematizar, porque se o Senado americano tivesse sido mais exigente em realização às audiências permanentes de prestação de contas do FED, do Banco Central Americano, talvez a história econômica não seria... e a crise não teria as proporções e a gravidade que nós estamos enfrentando. Então, nós somos a instituição republicana que aprova a Diretoria do Banco Central e a quem compete acompanhar, fiscalizar e, portanto, questionar as referidas decisões. E a aprovação da programação monetária é um processo ritual necessário pela legislação atual, mas o momento verdadeiramente relevante de acompanhamento do Banco Central são as nossas Audiências Públicas.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, do mesmo modo, entendo que o projeto da lavra do Ex-Senador, Ex-Deputado, e atual Governador, Paulo Hartung é muito válido, porque faz parte do elenco de medidas que visam aperfeiçoar a abordagem pelo Sistema Financeiro Brasileiro e, no caso, aperfeiçoa o sistema de metas de inflação que tem sido tão valioso para o país. Portanto, a minha opinião é absolutamente favor da aprovação do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Como já foram preenchidas todas as formalidades com relação à instrução desse processo, vamos passar à votação. Em votação o parecer do relator. Os senadores e as senadoras que concordam com o parecer do relator permaneçam como se encontram. Aprovado o parecer do relator favorável nos termos do projeto de resolução, o do Senado, não é?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Decreto Legislativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): PDS já apresentado. Item nº 02 da Pauta.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, Sr. Presidente, só para declarar o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Renato Casagrande com a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só para declarar o voto muito rapidamente, e dizer também da minha votação favorável ao projeto, da importância deste acompanhamento pela Comissão de Assuntos Econômicos, uma prática já adotada pelo Ex-Presidente Aloizio Mercadante, mas aprovando um projeto, eu quero fazer o destaque que é do Governador do Ex-Senador e atual Governador do meu Estado, do Governador Paulo Hartung, então fazer um destaque e um registro da importância desse projeto, obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço a V. Exa., Projeto de Lei do Senado nº 02/2006, não terminativo, que altera o art. 8º da Lei 11.124, de 16 de junho de 2005,

para atribuir ao fundo nacional de interesse, Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, metade dos dividendos mínimos pagos pelo Caixa Econômica Federal ao Tesouro Nacional. Autoria do Senador Cristovam Buarque. Relator, Senador Jayme Campos, com parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 que apresenta. O Senador Jayme Campos está ausente, tendo em vista a ausência do relator, nós vamos passar para o item seguinte, e voltar à discussão da matéria na próxima reunião da Comissão.

Item nº 03, Projeto de Lei do Senado n º 160/07, terminativo, que dispõe sobre a isenção de Imposto Sobre Produtos Industrializados, IPI, e incidente em produtos escolares. Estabelece alíquota zero na contribuição para o PIS/PASEP, e na contribuição para financiamento da segurança social, COFINS, sobre a importação e a receita decorrente da venda desses produtos. Autoria, Senador José, Relator Senador Marcelo Crivella. O projeto está em votação já que a discussão--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Questão de ordem.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Foi encerrada na última reunião desta comissão.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Questão de ordem Presidente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Para encaminhar a votação depois, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, para uma questão de ordem, o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, nós tivemos um procedimento na Comissão de Assuntos Econômicos, que era o seguinte, quando o relator não está presente na sessão, nós aguardamos até duas sessões com ausência do relator, e aí é nomeado o relator *ad hoc* para votar qualquer matéria. Qual é o problema? É nós discutirmos uma votação que o relator não tem como argumentar, não está presente. Eu acho que nós deveríamos manter esse procedimento sugestão que eu faço a V. Exa.. Quer dizer, qualquer projeto, o relator não está presente? Ele sai da Pauta por duas sessões, se em duas sessões ele não comparecer, a gente vota, de qualquer circunstância. Porque senão fica difícil o debate sem o relator poder opinar, dar comentários e sugestões. Eu, inclusive, quero fazer sugestões de alterações, alterações construtivas a esse projeto, mas queria ouvir os argumentos do relator.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Que não me parece...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Cuja ausência prejudica no encaminhamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Para contraditar, com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não, não tenho nada para contraditar, é para dizer que eu vejo como o Aloizio Mercadante acabou de presidir a CAE e, portanto, fala abalizadamente, fala como quem vivenciou bem a praxe. É um projeto que, lamentavelmente, me coloca em posição contrária a do meu queridíssimo amigo e companheiro Senador José Agripino e, aliás, contra V. Exa. também, porque V. Exa. haverá de ter... É um projeto que prejudica o meu Estado, obviamente que eu tenho razões ligadas a LDO e ao orçamento para argumentar em contrário. Mas entendo que se é hoje, ou daqui a uma semana, não muda muito, e o Senador Aloizio Mercadante falou como Ex-Presidente da CAE, portanto, por que quebrar a praxe se pode, perfeitamente, cumpri-la?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador José Agripino e, em seguida, o Senador Efraim Morais.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, a discussão dessa matéria foi encerrada na sessão anterior. Agora, eu concordo, porque... Como essa matéria está despertando muita polêmica e há interesses, legítimos interesses, que são defendidos por senadores. O Senador Arthur Virgílio tem obrigação de defender a Zona Franca, eu tenho a obrigação de defender aquilo que eu penso sobre a educação, e cada qual vai usar os argumentos, as suas idéias e vai, ao final, ver qual é a idéia vencedora e qual é o mérito que pesa mais na consciência dos senadores. Agora, na verdade, na verdade, a presença do relator é fundamental, porque podem surgir ainda algumas idéias conciliadoras, nunca é tarde para se tentar uma conciliação e o entendimento.

Agora, sem a presença do relator fica difícil, porque é ele quem pode, ou não, incluir de acordo com o entendimento do Plenário, incluir as modificações que possam ser propostas e que possam ser objeto de entendimento e de consenso. Eu quero concordar com o Senador Aloizio Mercadante e sugerir a V. Exa.

que, em função da ausência do Senador Marcelo Crivella nós deixemos a votação desse projeto para a próxima reunião.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o quando Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, eu concordo com a questão levantada pelo Senador Mercadante, para que possamos analisar esses projetos com a presença do relator, mas, lamentavelmente, o Item nº 01 da Pauta, nós votamos sem a presença do relator. Não estou... Falou em projeto, ausência, ou não. Só para que não haja quebra, talvez passou despercebido. Eu não estou... Nada contrário... Mas o Item nº 01 da Pauta, o Senador Jayme Campos não se encontrava presente, ou melhor, Romero Jucá. Mas nada contra, já está aprovado, só para fazer observação. É esse registro que eu quero fazer para que se... Quando matéria de interesse de um lado, ou de outro, se passa despercebido e se levanta argumentos em seguida.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente? Uma diferença de qualidade aqui, uma diferença de qualidade aqui... O Senador Jucá havia combinado, ou seja, combinou com todos que seria o Senador Valadares, e aqui--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Mas está ausente, não tem essa...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Ninguém obstou. Agora, na outra hipótese, o relator é considerado necessário até, Senador Efraim, e porque há a possibilidade de se fazer um acordo.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Tudo bem, eu disse que isso não é problema. Agora, só acho que o argumento de combinar... Se alguém decide, é o Presidente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sem dúvida, é a ele que estamos nos dirigindo, V. Exa. tem razão, é a ele que nos dirigimos.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente? Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, o Senador Jefferson Praia, em seguida, o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Gostaria de dar uma contribuição. Nós, que estamos aqui, eu e o Senador Arthur Virgílio, somos do Estado do Amazonas e, é claro, vamos defender as posições relacionadas àquele modelo, que é o modelo de sucesso tem garantido a preservação e conservação da floresta, gerado emprego e renda. Agora, nós também percebemos a importância de... Eu falei há pouco com o Senador Agripino, de adequarmos, vendo, por exemplo, quais são os produtos que são produzidos lá, caneta e lápis, por exemplo, são produzidos na Zona Franca, mas tem outros produtos que não são produzidos lá, que nós não oporíamos em votar, já que nós percebemos o interesse do Senador Agripino nessa matéria, porque ela é importantíssima. Percebo o espírito e a importância como o Senador Agripino coloca esta matéria. Portanto, seria adequado nós termos mais um tempo para podermos conversar com o relator, ver, e verificarmos a possibilidade de encontrarmos uma solução. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, eu queria esclarecer duas questões. A primeira, nós estabelecemos como um procedimento da Comissão de Assuntos Econômicos, que nós aprovaríamos a programação monetária, colocaríamos em votação uma sessão subseqüente à sabatina do Presidente do Banco Central. A sabatina do Presidente do Banco Central foi feita semana passada. Então, nós nunca votamos antes da sabatina. E esse, como é um procedimento formal de homologação, nós sempre adiamos a votação para a sessão subseqüente à sabatina, por isso que eu não intervi na votação da aprovação da programação monetária, porque ela é pré-agendada em função da sabatina do Banco Central. Todos os demais projetos de mérito nós tivemos esse cuidado de exigir a presença do relator por até duas sessões, a partir daí, ou nós trocamos o relator, ou nós votaremos em qualquer cenário para não prejudicar os autores da matéria.

E a minha intervenção foi construtiva, eu ponderei ao Senador José Agripino, que o parecer como está, eu vou encaminhar pela rejeição do projeto, mas estou disposto a buscar construir uma solução que estimule a produção de material didático, barateie nas escolas públicas e não tenha impacto fiscal. Então, a minha intervenção foi, absolutamente, construtiva e por essa razão, inclusive, de comum acordo com ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, eu me manifesto rapidamente sobre o projeto, porque eu fui relator desse projeto da Comissão de Educação no ano passado. E, na Comissão de

Educação, nós fizemos uma alteração, apresentamos uma proposta alterando a proposta do Senador Agripino, porque o Senador Agripino, ele propõe a isenção e a redução de diversos tributos, IPI, PIS/PASEP, COFINS, e nós retiramos dessa isenção o IPI. Porque já achamos, Senador Agripino, que o IPI, como é um imposto partilhado entre estados e municípios, nós poderíamos estar prejudicando os estados e os municípios. Então, nós mantivemos as demais contribuições, as contribuições, e retiramos o imposto dessa proposta feita pelo Senador Agripino. Foi essa aprovação que nós fizemos à época, na Comissão de Educação, só para fazer esse registro, Sr. Presidente.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, para prestar esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o quando José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, eu gostaria de dizer a V. Exa. que muitos dos materiais escolares que eu sugiro, já gozam da isenção do IPI. Eu estou completando, estou fazendo a equalização. Por que o livo escolar, o livro didático tem completa isenção de impostos e, por exemplo, a borracha ou lápis já tem isenção de IPI. Eu até, na sessão anterior li sobre quais materiais já tinham a alíquota zero de IPI: Cola, borracha de apagar, caderno, pincel e lápis. Esses já tem, por uma lei anterior, já tem isenção de IPI. Nós estamos estendendo para artigos escolares confeccionados com plástico, borracha de apagar, pasta e mochila para estudante, agenda, caderno, classificador, pincel, caneta esferográfica, caneta e marcador com ponta de feltro, lápis, mochila.

Nós estamos estendendo para esses produtos, que fazem parte do *kit* escolar, os benefícios que já existem, ou para aqueles que já têm a alíquota zero de IPI, já não contribuem para o fundo de participação, como o PIS e a COFINS. Nós estamos querendo equalizar. Se tudo é material didático, que seja barateado todo o *kit* de material didático, para dar uma oportunidade aqui, e a evasão escolar seja frontalmente combatida, dando-se a oportunidade à família do estudante carente, e não, tirar o filho por falta de dinheiro para comprar o material escolar. Se está dando um adjutório para que ele possa comprar todo o material escolar. É a intenção do meu projeto, com os esclarecimentos. Mas eu concordo em que se possa, na próxima reunião, em função do entendimento que, sem macular o projeto, possa ser construído, nós votarmos, se possível, até por consenso, se não, decidirmos pelo voto a matéria. Aprovando ou rejeitando o meu projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Atendendo à proposta do Senador Aloizio Mercadante, o Plenário decidiu, sugeriu o adiamento da votação que, entretanto, de acordo com o art. 279, a deliberação será adiada, mas será realizada, agora, em dia determinado. Quando mesmo o relator ausente, será designado um relator *ad hoc* de acordo com o Item nº 03, do art. 279, sendo assim, fica designada a votação desta matéria para o próximo dia 7, próxima reunião da CAE. Item nº 04, Projeto de Lei terminativo, altera a Lei 10.420 de 10 de abril de 2002, para incluir o parceiro outorgante como beneficiário, e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo Garantia Safra. Autor, Senador Tasso Jereissati. Relator, Senador Renato Casagrande, parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a subemenda que apresenta. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Reforma Agrária em seis de maio de 2008 foi concedida vista ao Senador Eduardo Suplicy, que devolveu sem manifestação. A matéria está em discussão. O relator...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, eu já.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Renato Casagrande com a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu já apresentei o meu relatório, a única mudança que eu fiz foi uma mudança de correção no texto da lei, onde eu faço a troca do termo Seguro Safra por Garantia Safra, que é o termo correto. Mas o projeto, só para que a gente possa recordar aqui, o tema e o mérito para cada parlamentar... O projeto estabelece o rateio da contribuição para o Fundo Garantia Safra entre agricultor familiar e o parceiro outorgante, o qual passa, nos termos do art. 2º, a fazer jus também ao rateio do benefício na mesma proporção. Ele contribui e fará jus também ao benefício, caso ele tenha alguma dificuldade na sua atividade agrícola. Também o projeto estabelece a possibilidade da adesão de condomínios e consórcios de agriculturas familiares ao Fundo de Garantia Safra. Então, já fiz a apresentação do relatório, acho que é só para que a gente pudesse, para que a gente possa recordar aqui, com relação ao mérito, referente a esse projeto do Senador Tasso Jereissati, Sr. Presidente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Continua em discussão. Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, o projeto do Senador Tasso Jereissati é sensível e, basicamente, a fala final do Senador Ca-

sagrande explica um dos maiores valores do projeto, que é perfeitamente compreensível que se apoie a adesão de condomínios e consórcio de agricultores familiares ao Fundo de Garantia Safra. E mais, Sr. Presidente, que é justo que, em caso de calamidade, o parceiro proprietário faça jus ao benefício do Segundo Garantia Safra. E, do mesmo modo, seria injusto não se conceder a indenização ao proprietário, como obrigá-lo ao rateio do benefício social concedido aos agricultores familiares.

Portanto, Sr. Presidente, levando em conta que o Tasso Jereissati apresentou bom projeto que teve a clara e evidente participação do Senador Heráclito Fortes, dando o seu parecer na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e, portanto, aperfeiçoando a idéia, eu entendo que o voto do Senador Renato Casagrande está, absolutamente, merecedor de que, com ele, e com o substitutivo, se aprove a idéia oportuna do Senador Tasso Jereissati, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação, lembrando que o projeto é terminativo e exige **quorum** qualificado. Em votação o substituto, o substitutivo, aliás, desculpe e a subemenda. Consulto o Plenário se podemos fazer só uma votação. O Plenário concordando, vamos passar, então, à votação. Senador Eduardo Suplicy, Senador Delcídio Amaral, Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Veja, eu gostaria de ter negociado alterações no projeto, não foi possível, mas vou tentar ainda no Plenário. Eu voto *sim* para permitir a continuidade da discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Meu voto é não, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vota não. Agora, Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Voto sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Voto sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Voto sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Suplentes, Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, muito embora o projeto não explicite com clareza a diferença entre agricultura familiar e parceiro proprietário, para fazer jus ao Fundo de Garantia Safra, o que introduz uma dúvida que precisa ser dirimida, eu votarei favorável na suposição de que, no Plenário, nós possamos encontrar uma fórmula que atenda ao objetivo de assegurar ao agricultor familiar, o direito ao recebimento desse benefício. Agradeço a V. Exa.. Voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Relator, voto conhecido. Senadora Ideli Salvatti.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu acompanho o voto do Senador Antonio Carlos Valadares, votando *sim* e aguardando, no Plenário, nova formulação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Voto sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Heráclito Fortes.

SENADO HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Voto sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Jefferson Praia.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria foi aprovada, o projeto foi aprovado, 14 votos *sim* e um voto *não*. O projeto foi aprovado juntamente com uma subemenda. A Comissão aprova o projeto e a subemenda, nos termos da Emenda nº 01 da CRA da Comissão de Reforma Agrária, e da CAE, substitutivo, ficando prejudicado, portanto, o projeto nos termos do art. 300, Item nº 16, do Regimento Interno do Senado Federal. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno, a matéria será submetida, na próxima reunião da Comissão, a turno suplementar de discussão por ter sido aprovado o substitutivo integral.

Item nº 05: Projeto de Lei do Senado nº 77/08, terminativo. Dispõe sobre incentivo fiscal ao empregador, para a construção de habitação para o empregado. Autoria, Senador Gilberto Goellner. Relator, Senador Sérgio Zambiasi. O parecer é favorável nos termos do substitutivo que apresenta. A matéria já foi aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 01 da Comissão de Assuntos Sociais, substitutivo. O projeto é terminativo e exige, como o anterior, que nós já votamos, *quorum* qualificado. A matéria está em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o substitutivo. Vamos passar, portanto, à votação nominal.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi, relator da matéria.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente, inicialmente, quero cumprimentar o Senador Gilberto Goellner, pela sensível e inteligente iniciativa de provocar esta discussão em relação à habitação social no Brasil. Ela vem, exatamente... Ela chega aqui, exatamente, no momento em que... A discussão do projeto chega aqui, exatamente, no momento em que o Governo Lula lança o *Programa Minha Casa, Minha Vida,* que pretende construir, até 2010, 1 milhão de moradias, sendo 400 mil para famílias de zero a três salários mínimos; 400 mil para famílias com três a seis salários mínimos; e 200 mil para famílias com seis a 10 salários mínimos.

E destaco aqui, na justificativa do Senador Goellner, um item que eu acho que, em homenagem ao próprio autor, que diz que a obrigação de assegurar o direito social de habitação adequada, exige a pronta intervenção do Poder Público, seja no sentido de propiciar meios que assegurem a cada família o acesso à moradia, seja com o propósito de proteger os mais frágeis contra abusos que violem esse direito. O cumprimento dessa obrigação exige do aparelho estatal medidas eficazes, uma vez que a universalização do direito à moradia não poderá decorrer exclusivamente de iniciativas particulares.

Eu conversei com o Senador Goellner e ele está sensível à minha proposta de retirada de Pauta do projeto, nesse momento, para cotejá-lo e com o *Programa Minha Casa, Minha Vida*, inclusive, com apresentação de emenda à Medida Provisória 459, que está tramitando lá na Câmara. Eu também tenho um projeto nesta mesma direção, projeto que está aqui tramitando, que aguarda votação, e que dispensa da consulta ao SPC os interessados em financiamento para habitação social. E, para apressar essa apreciação, eu acabei de apresentar agora, de manhã, uma emenda à MP 459, porque eu entendo que o fundo garantidor já dá essa disposição, especialmente, na habitação social. Criou o fundo garantidor, não tem porque submeter uma família que não tem casa própria ao--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): À consulta ao SPC, então, com a compreensão do autor do projeto, estou retirando o projeto da Pauta hoje.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante, em seguida o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, nós precisamos de agilidade na crise, dada a proporção dessa crise internacional e, apesar dos indicadores econômicos estarem melhorando, alguns indicadores importantes: Consumo de combustível, energia. Especialmente nesse mês de março, produção automotiva, quer dizer, há sinais de recuperação da economia, longe de voltarmos aos ritmos interiores, mas um sinal de estabilização, um dos grandes instrumentos de geração de emprego, estabilidade social e alavancagem de um setor importante da economia é a construção civil e é a habitação.

Quer dizer, o programa do governo de priorizar de zero a três salários mínimos, com prestações de 50 a 150 reais, fixando o limite máximo de 10% do comprometimento do orçamento familiar, e se o trabalhador estiver desempregado, ele joga para o final do contrato o financiamento, e há uma desoneração importante tributária, então, eu quero parabenizar o autor e o relator por esse encaminhamento, porque parte dessa expectativa já está contemplada na me-

dida do governo. Mas, ainda assim, eu acho que vale a pena a gente aprofundar, porque esse caminho do proprietário ajudar a construir casa para os trabalhadores é mais um caminho para gerar emprego, é mais um caminho para alavancar a construção civil, é mais uma porta de acesso ao programa de moradia, que a gente deveria procurar desenvolver.

Então, era importante a assessoria fazer um estudo para ver o que já está contemplado, porque eu acho... Na desoneração tributária o fundamental já está contemplado, e nós explorarmos outras possibilidades para estimular a produção de casas populares, que é um grande objetivo e rápido para gerar emprego e compensar, especialmente, a perda de emprego no setor exportador da economia. Muito obrigado.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, o PSDB votaria e votará a favor do projeto da lavra do Senador Gilberto Goellner e, obviamente, se S. Exa. concorda com a proposta, que me parece bastante razoável, do Senador Zambiasi, nós aguardamos a próxima oportunidade de negociação e de discussão. Apenas chamo atenção para o fato de que nós estamos falando muito em urgência, enfim, mas o próprio Presidente Lula foi muito claro ao dizer que não queria ser cobrado nos limites de 2010. Não deu ele nenhuma segurança de que isso é, de fato, o que havia sido anunciado: Um projeto para a *toque de caixa* entregar um milhão de casas populares, reduzindo de oito para sete milhões o déficit de casa no país.

Sendo assim não sei se é 2011, 2012, eu vejo aí uma lacuna e um defeito. Porque se não se tem uma perspectiva de término da obra, fica inclusive mais difícil a fiscalização, mas, de qualquer jeito, nós não podemos deixar de discutir com imposição nobre algo que, como bem disse o Senador Mercadante, vem da cabeça do Senador Goellner, uma idéia muito boa, a de estimular empresários, facilitando, recebendo benefícios fiscais, facilitarem a construção de casas e a aquisição de casas por parte dos seus empregados. Só registro que a questão do tempo, o Presidente Lula foi muito claro, não é para 2010 não, ou seja, então nós não sabemos quanto realizará, eu espero que mais do que o PAC. Mas quanto realizará, até 2010 é que nós vamos ver, ao final de tudo, tomara que haja gerência e que haja competência na gerência de execução desse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Heráclito Fortes, em seguida, o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu quero louvar a iniciativa do Senador Goellner, e quero crer que esse deve ser o objetivo que o governo deveria procurar alcançar. O *Programa Minha Casa, Minha Vida*, ele vem, no seu bojo, com uma distorção tremenda ao contemplar apenas cidades com mais de 100 mil habitantes. Imagine V. Exa. que o meu Estado, o Estado do Piauí, seria contemplado com apenas duas cidades, a princípio. O Nordeste inteiro com... salvo engano, 46. O Norte, do Senador Arthur Virgílio, com 11. O Centro-oeste com 14, e por aí afora.

Ora, com um detalhe, os municípios inadimplentes ficarão de fora, Senador Arthur Virgílio. Com a crise que nós estamos vivendo, a tendência é que, pelo menos, metade dos municípios brasileiros não alcance os benefícios desse programa. Por outro lado, o maior erro do programa é estimular, novamente, o que fez no passado e que causou grandes danos às cidades brasileiras, uma corrida do cidadão, do seu *habitat*, da sua propriedade, da sua pequena cidade para os grandes aglomerados urbanos. Pois não, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É que no final deste ano, quando diziam que não havia crise, falavam em *marolinha,* e que diziam que éramos aves de mau agouro, enfim. Dos 61 municípios do interior do Amazonas, apenas 9 estavam adimplentes, hoje, a maioria pensa em recusar convênios federais por absoluta impossibilidade de entrar com a contrapartida.

Então, por outro lado, quero corrigir a promessa para o meu estado é mais ampla, é mais ambiciosa até, a promessa é de 22 mil casas. Seria muito bom que isso pudesse ser construído mesmo até 2010, mas o Presidente se descomprometeu disso, se descompromissou com isso, ele disse: Não me cobre até 2010, eu não sei se é 2011, 2012, 2014, 2015, aí já é outro governo, já não seria mais com ele, enfim. Eu quero saber o que é possível de fato fazer. Eu quero saber como vai funcionar essa gerência, qual vai ser o plano de metas para, de três em três meses, nós termos respostas em relação a como foram desembaraçadas as questões burocráticas. Como estariam avançando as obras, enfim... Vamos torcer para que, o que eu torço é para que o Presidente, desta vez esteja errado, que ele consiga fazer um milhão de casas em um ano, conforme prometeu.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Arthur Virgílio, V. Exa. trata de um problema que... É da maior pertinência. O governo lançou com

uma grande festa, eu fico aqui... O Senador Renato Casagrande talvez tenha a idéia de quantos municípios no Espírito Santo eram contemplados, quantos municípios possuem mais de 100 mil habitantes?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Em Sergipe, dois.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Dois. Então, além do mais, as obras entregues, mais uma vez, às empreiteiras. Nós tínhamos que entregar aos municípios, fortalecer os municípios brasileiros, as pequenas construtoras, para fazer grandes obras. E outra coisa, Sr. Presidente, essas obras deviam fazer, como projeto, que está em discussão, propõe... Era a fixação do homem no campo.

Porque, a partir do momento, que você faz construção dos grandes conjuntos habitacionais, o Senador Cícero Lucena é testemunha, João Pessoa na época revolucionária estava construindo um conjunto habitacional, e o prefeito com muita esperteza e inteligência, deu o nome do conjunto à mãe do, então, Presidente Figueiredo. Triplicaram o número das casas, e aí você traz o cidadão desempregado, do interior, para ser um cidadão desempregado na grande cidade. E transforma, e tem a possibilidade de transformar os seus filhos, pelo desemprego e pela fome, em candidatos a marginais. Essa coisa que é preciso ser vista, Senador Valadares, esse programa foi concebido por lentes sulistas, por lentes da maravilha, não viram a pobreza do Nordeste não viram a situação do Norte do Brasil, é absurdo esse programa ser lançado com o estardalhaço que está sendo e com objetividade quase nenhuma.

Será, Senador Mercadante, que São Paulo precisa de construção, nos grandes centros, dessas casas populares? Ou precisa de uma reestruturação urbana, recolocando o cidadão na sua cidade, na sua propriedade, por que não se fazer essas casas em torno do... De grandes projetos agrícolas, pequenas agrovilas, porque aí você fixa o homem no campo, por outro lado, o que esse programa está fazendo? É só examinar a especulação imobiliária. Os donos dos terrenos estão já aí com os seus portfólios, oferecendo às empreiteiras, terrenos a preço de ouro, Senador Casagrande. Por que não aproveitar as vastas extensões que temos aí, pelo Brasil afora, pertencentes à União, que recolhe esses terrenos em pagamentos de dívida. O INSS é uma prova disso. Portanto, eu louvo a iniciativa do Senador Gilberto, que é modesta, mas, pelo menos é exeqüível e não é vai colaborar para causar maiores distorções nos aglomerados urbanos que nós temos no Brasil.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente? Para discutir a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra Senador Antonio Carlos Júnior e, em seguida, o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): E em seguida?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E, em seguida, o Senador Valadares. [risos]

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, é meritório o projeto do Senador Gilberto Goellner, propiciando incentivo fiscal empregador que construa habitação para o empregado, acho que é uma iniciativa importante, uma iniciativa louvável e que terá, com certeza, o apoio maciço desta Comissão e, também, do Plenário. O Senador Zambiasi pediu que aguardasse a confrontação com a Medida Provisória, o que é razoável, mas esse projeto é meritório. Eu também queria concordar com o posicionamento do Senador Heráclito Fortes, no sentido de que, nós precisamos disseminar esse programa de habitação para o país inteiro. Não só para as grandes cidades, então, realmente, ele ficou elitista, embora tenha alguns méritos, mas ele ficou muito elitizado, concentrando em cidades acima de 100 mil habitantes, ou seja, ele precisava ser mais democrático e, portanto, penetrar nas cidades de médio e de pequeno porte.

Então, também aqui eu defendo a posição do Senador Heráclito Fortes no sentido de que esse programa seja modificado e venha abranger as cidades de menor porte, porque é uma forma também de não trazer para as capitais e as grandes cidades a população das cidades médias e pequenas e, trazendo transtornos e também, inclusive, desemprego. Esse é o problema, então, eu... Aqui parabenizo também o pronunciamento do Senador Heráclito Fortes.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, nós estamos acompanhando uma crise, que é a mais grave crise econômica desde 1929. Se a gente olhar, os estados Unidos já demitiu mais de 5 milhões de pessoas, e tem demitido em torno de 650 mil trabalhadores por mês. A produção automotiva dos estados Unidos caiu de 1 milhão de veículos para 500 mil. Na Europa, não é diferente o cenário, especialmente, a Europa do leste. É uma sucessão de moratórias, já declaradas, de inadimplência dos países, de grave crise cambial e fiscal. 90% dos países do leste europeu já estão recorrendo ao FMI, que não

tem recursos, hoje, para suportar a demanda que está sendo encaminhada.

O FMI tem um *fund(F)* de 250 bilhões de dólares, e nós estamos falando, na próxima reunião do G-20, de aumentar para 500 ou 750 bilhões de dólares para poder assumir. Na Ásia, o quadro também é um quadro dramático. O Japão projeta uma queda do PIB, este ano, de 5,6% do PIB. Taiwan, Coréia, Hong Kong, não só estão numa dramática recessão, porque são economias, predominantemente, exportadoras e o comércio mundial caiu 43%, desde o início da crise. Acho que o Brasil está muito melhor posicionado nesse cenário, não só pelas reservas cambiais de 200 bilhões de dólares, já permitirem estabilizar ao câmbio.

O sistema financeiro brasileiro, bastante preservado, não tivemos problemas de insolvência bancária como está acontecendo nos estados Unidos, Europa, Ásia. O sistema financeiro e, principalmente, os bancos públicos, 40% do crédito tem o papel muito importante da crise. A dívida pública caiu fortemente, como o Estado brasileiro era credor, nós tivemos uma redução da dívida de 5,8% do PIB, quer dizer, 181 bilhões de reais do Tesouro, do Banco Central para o Tesouro. E nós vínhamos crescendo 7% ao ano. Então, o impacto da crise nos atinge num momento de forte dinamismo econômico. Eu revejo que o mercado de trabalho em fevereiro já teve uma pequena reação no Brasil, ao contrário do que acontece no resto do mundo. As nossas exportações caíram menos do que o resto do mundo, caíram em torno de 20%, e nós temos margem de manobras na política monetária e fiscal para amortecer o impacto da crise, não para reverter a crise, o Brasil sozinho é 2% do PIB mundial, os estados Unidos é 25, Europa 28% do PIB.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Permite um aparte, Senador.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não temos como sair sozinho. Mas eu vejo que é muito importante a discussão que nós estamos iniciando aqui. Realmente, eu acho que nós precisamos deixar de lado, um pouco, governo de Estado, Prefeitura e Governo Federal, todos serão demandados no enfrentamento dessa crise, nós precisamos de parceria, precisamos de uma discussão republicana, e precisamos construir estratégias ágeis e eficientes em resposta à crise.

Os países da Ásia, se a gente analisar a hoje, Taiwan, Hong Kong, e vários países estão dando bônus de mais de 100 dólares para as pessoas, para consumir, para reativar a economia, criar o mercado interno, que eles não tem. Assim como a China não tem como pegar 40% do PIB de exportação e jogar no mercado interno. O crescimento da China já veio pra 5%, 6% e pode continuar caindo. A construção civil é um grande instrumento de política anticíclica, mostrou isso em 1929 e, no caso do Brasil, a casa própria dá uma estabilidade social, puxa toda uma cadeia produtiva de cimento, tijolo, madeira e alavanca também eletrodomésticos. As pessoas quando mudam de casa, a pesquisa mostra que, ou troca o fogão, ou troca a geladeira, ou troca a televisão, algum bem móvel eles também adquirem.

O modelo que foi construído de financiamento é um modelo que pode mudar, especialmente o enfrentamento do déficit até três salários mínimos. Porque nós estamos subsidiando a construção de casas e uma prestação de 50 a 150 reais no máximo, deve ser da renda familiar, e jogando quando há desemprego para o final do contrato, dá muita segurança à família que vai comprar. E há um seguro, inclusive, se os proprietários morrerem os filhos tem o direito à casa. Eu acho que é uma saída bastante exitosa. Eu concordo no que, qual a preocupação? O déficit habitacional está predominante nos grandes centros urbanos. É a periferias das grandes cidades, é a favela, é o cortiço, que é o grande desafio habitacional no país. Mas nós precisamos criar, além, nós temos já alguns programas para menos de 100 mil habitantes, mas nós precisaríamos criar também uma janela para os pequenos municípios. Não que a gente vá trazer a população da grande cidade para o interior, não acredito nisso, mas se nós diminuímos a mobilidade demográfica para os grandes centros, nós estamos ajudando equacionar, no futuro, a crise dos grandes centros.

Apesar do déficit estar concentrado nas grandes cidades, e esse é o foco da política do governo, eu acho que nós temos que abrir uma janela no programa para as cidades com menos de 100 mil habitantes, porque eu concordo com a preocupação do Senador Heráclito. Essas cidades, se nós temos a condição de moradia, essa população tende a permanecer no pequeno Município, onde a vida é mais tranqüila, é mais racional, mais agradável e diminui a pressão e a crise urbana, a violência, as dificuldades de saneamento e tudo, locomoção, trânsito... Nos grandes centros. Então, é racional, do ponto de vista da ocupação do espaço nacional, que a gente também faça um esforço, digamos assim... Pois não, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Senador Mercadante, na verdade, eu entendo que é hora de união mesmo, de sermos republicanos e lutarmos contra a crise, o que não implica em abrirmos mão de autocrítica aqui, autocrítica acolá. Essa era a crise que não iria atravessar o Atlântico. Atravessou conforme nós dizíamos, meses e meses atrás. Eu gostaria que V. Exa. admitisse, e admite, eu tenho certeza, que a razão estrutural que garante a saúde do sistema ban-

cário brasileiro é o PROER. É conjuntural, claro que a atitude equilibrada do Banco Central quando faz sua política monetária conservadora, como tantos dizem... E isso já sob a presidência do Presidente Meirelles, eu não estou para puxar a brasa para a sardinha de quem quer que seja...

E, por outro lado, eu chamo a atenção para um fato, já disse da minha preocupação quanto à gerência desse projeto, tomara que saia tudo bem. Agora, quando nós observamos que até 2012 o governo escalonou aumento de pessoal, investimento em pessoal, gasto com pessoal, que vai a 165 bilhões de reais e, agora se... Dívida, se a balança destinar 34 bilhões para a moradia popular. Eu pergunto se tivesse havido mais moderação no primeiro item, se nós não poderíamos ter feito muito mais no segundo e, aí sim, com muito mais possibilidade de reversão nesse quadro social. Mas, são certos leites derramados que vão render os seus efeitos daqui para frente seja quem venha a ser o Presidente do país.

E o que eu devo dizer é que, sinceramente, entendo que o papel nosso é torcer para que dê certo, para que não seja uma peça lançada que, depois, quando se vai fazer a aferição, 20% foi cumprido e o resto a burocracia não deixou, ou a gerência não permitiu. Eu torço para que nós acompanhemos passo a passo, acompanhemos, quem sabe, Senador Mercadante, acompanhemos passo a passo para nós cobrarmos as metas, daqui a 3 meses: O que foi feito? Daqui a mais 3 meses: O que foi feito? Daqui a mais 3 meses... Ou seja, tem a papelada burocrática toda, reduzir a burocracia de três meses para quantos dias, ou para quantas semanas, tem uma série de metas que devem ser acompanhadas passo a passo por nós, se é que a gente imagina que esse projeto deva virar, efetivamente, realidade. Obrigado a V. Exa. pela--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu concordo plenamente. Nós poderíamos fazer um balanço trimestral das iniciativas. Hoje a Caixa Econômica Federal já está fechando contratos, cerca de 3 mil contratos por dia. Então, o Programa de Financiamento Habitacional continua muito forte, apesar da crise. E há um grande desafio nos grandes centros, que é o maior déficit habitacional, que é, exatamente, acesso à terra. O solo urbano é mais caro e, não é fácil você, por exemplo, reurbanizar favelas, ou encontrar áreas disponíveis para fazer o programa habitacional. Além dos entraves burocráticos, desafetação do solo, [ininteligível], quer dizer, todos esses desafios nós precisamos agilizar e ter um grande movimento.

E acho que o Senado pode, talvez, Presidente, nós poderíamos fazer uma Audiência Pública aqui. Eu quero sugerir já, acho que todos estão de acordo, chamando as entidades do setor, chamando os responsáveis pelo programa habitacional, Caixa Econômica Federal, para fazermos esse debate em profundidade, para ver, inclusive os empresários, as entidades empresariais que vão estar à frente desse programa. Porque, inclusive, o programa permite que seja feito integralmente pela iniciativa privada. Quer dizer, a empresa pode ter o terreno, pode financiar, pode construir, pode entregar e há a garantia do financiamento, por parte do poder público.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. permite aparte.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Exatamente para agilizar. Nós poderíamos chamar algumas entidades, as construtoras que estão à frente disso no setor privado, as entidades representativas, chamar a Caixa Econômica Federal, chamar o Ministério das Cidades e nós fazemos, um debate aqui, de fundo, para ver, inclusive, se nós temos algumas medidas legislativas que possam acelerar esse processo e também avançarmos na direção do que foi sugerido aqui, de ajustarmos o programa para criarmos uma janela--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Fazendo cotejo--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): --Até 100 mil habitantes.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Fazendo um cotejo com a agenda legislativa do setor, porque o CREA e o CONFE e as entidades empresariais, cada um tem sua agenda legislativa, ver o que é o comum--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O que é comum e nós veríamos quais são as iniciativas da agenda legislativa da Câmara Nacional da Construção Civil, o CREA, enfim, as entidades, SECOVI, a gente poderia convidá-los e verificarmos o que é que nós podemos aprofundar nesse encaminhamento, porque eu acho que nós estamos, podemos enfrentar um déficit histórico, num momento de crise, com grande impacto no mercado de trabalho e reativando uma indústria importante.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. permite um aparte?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria dar uma sugestão municipalista, como é V. Exa., que trouxesse também para esse debate, os representantes de prefeitos municipais, que é exatamente onde ocorre o maior drama. Quero lembrar, Senador Mercadante, no meu primeiro ano de mandato nós tivemos uma discussão, V. Exa. era líder e não me

lembro, exatamente, do que se tratava, mas era uma medida que iria prejudicar tremendamente o Nordeste. E V. Exa., na discussão apresentou uma sugestão que foi aprovada em Plenário, invertendo o processo da escolha, e beneficiando os municípios com menor índice de IDH.

Acho que essa regra pode ser adotada, nós temos que inverter exatamente o processo, nós temos que dar chance de crescimento às cidades pequenas. Quando você coloca cidade acima de 100 mil habitantes, você engessa, completamente, a possibilidade e a perspectiva de crescimento dessas pequenas cidades. Acho que, para mim, e no meu modo de ver, é um erro. Até porque, quando você vai colocar esse dinheiro nas grandes cidades, você não vai acabar com as favelas existentes, porque ninguém vai comprar aqueles terrenos, porque tirá-los de onde estão é caro, demorado e não dá ibope. Tem retirada, muitas vezes, com violência, o governo nenhum vai querer fazer isso. Vai comprar terreno novo.

Então, você vai fazer, você vai estimular a construção de novas residências sem tirar as favelas. O grande problema é este que, acho que, o governo não examinou. Por outro lado, chamar para discussão as grandes empresas, as grandes empreiteiras brasileiras é um erro. Nós temos que oxigenar as pequenas empreiteiras, as empreiteiras das pequenas cidades, das pequenas regiões, que não tem o BDI tão alto, trabalham com o preço mais barato e tem a possibilidade de construir essas obras, atendendo às peculiaridades de cada uma das regiões. Esse é o meu ponto de vista. Agora, acho que para gerar emprego, para fazer com que a guitarra financeira funcione, o plano tem os seus méritos, o plano é louvável. Agora, precisa de alguns ajustes.

Com relação ao bônus, eu quero lembrar que o bônus, no Brasil, chegou antes, nós temos o Bolsa Família. E quero lembrar também que V. Exa. que São Paulo diminuiu muito, ou estancou o êxodo, a partir do momento que o Bolsa Família possibilitou grandes grupos nordestinos de retornar à sua origem, porque tinham como receber e foram para o Nordeste. Até, porque eles não vão para São Paulo, eles não saem do Nordeste, porque gostam de São Paulo, porque acham São Paulo uma beleza, porque a beleza de São Paulo não está ao alcance do retirante, só está ao alcance do retirante a miséria. Quando ele tem conforto, quando ele tem a oportunidade de conforto, ele vai para sua terra. E esse fato aconteceu. Se nós criarmos um programa dessa natureza, nós vamos andar para trás, nós vamos possibilitar, novamente, pela perspectiva de emprego, que esse pessoal saia de onde está, e volte à procura de residência nos grandes centros urbanos.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agora, esse fato ocorreu na revolução... Eu só não quero que esse erro se repita.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vou passar o aparte, mas, enfim... Nós estamos começando uma discussão bastante profunda e estratégica, só queria ponderar o seguinte, o maior impacto da crise da recessão no mercado de trabalho é, sobretudo, a indústria exportadora que está predominante nos grandes centros urbanos. Por isso, o déficit habitacional e o foco anticíclico tem que contemplar os grandes centros urbanos, nós não podemos fazer uma coisa ou outra. Temos que manter essa diretriz e abrir uma janela para os pequenos municípios, além dos programas que nós já temos que, a própria Caixa Econômica Federal tem programa, o PAR e outros programas para os pequenos municípios.

Acho que nós devíamos colocar também uma janela nessa direção, na perspectiva de dar estabilidade aos pequenos municípios, de gerar emprego, gerar dinamismo econômico para não estimular a concentração demográfica no país, Senador Romero.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu queria apenas agregar duas informações aos comentários feitos pelo Senador Mercadante e Senador Heráclito. O primeiro é que esse *Programa Minha Casa, Minha Vida,* ele agrega ações a um programa habitacional que já existe, portanto, as linhas do FINHIS, as outras linhas de OGU, de orçamento do governo, que atendem pequenos e médios municípios, eles continuarão a operar, essa é uma primeira informação. A segunda é dizer o seguinte, que também nessa Medida Provisória do programa habitacional, o governo se preocupou em tratar da regularização fundiária. Então, o programa, apesar de ter a construção de 1 milhão de casas, há uma vertente, na Medida Provisória, que é a regularização fundiária, tanto nos grandes centros, e houve uma mudança na sistemática e na legislação, que vai facilitar muito o trabalho--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador Romero, essa regularização fundiária vai entrar na conta do um milhão?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, não vai entrar na conta do um milhão. Há um programa de regularização fundiária para os grandes e médios municípios, porque a legislação é mais complexa, e há também, em andamento já, um programa de regularização fundiária para a Região Amazônica porque a maioria das cidades da Região Amazônica a base física é do INCRA e o Ministério do Desenvolvimento

Agrário está desenvolvendo junto com a SPU e junto com--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Inclui a regularização dos terrenos de Marinha, Senador?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Em parte, sim. Mas a legislação dos terrenos de Marinha--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Porque os grandes problemas--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Romero Jucá, não inclui. Eu estou até fazendo uma emenda, com relação a terreno de Marinha, porque acho que esse é um ponto importante.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, não, eu queria dizer o seguinte, o programa de regularização do INCRA inclui tudo. Nós estamos discutindo, o Senador Almeida Lima e o Senador Flexa Ribeiro estão ultimando uma proposta de revisão na legislação de terreno de Marinha, que será colocada no Senado para a discussão. É uma outra vertente que também vai se discutir, sobre a questão da regularização fundiária. Então, existem vários caminhos que estão sendo tratados, que são complementares, mas na Medida Provisória do programa habitacional há uma vertente de regularização fundiária, que simplifica bastante o processo de regularização e, portanto, o processo de autoconstrução, queria só fazer essa informação, obrigado.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria agradecer, Presidente, o debate e sugerir, então, que fosse oficializado uma Audiência Pública para nós discutirmos política habitacional e--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu queria lhe fazer um apelo para que V. Exa. formalizasse, ainda hoje, para que nós pudéssemos aprovar, ainda hoje, tendo em vista a urgência do problema, não é? Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, o que nós estamos vendo aqui, nesta Comissão, é a sede que o Senado está de debater alguns problemas do nosso país. Em particular esse item que foi provocado pelo anúncio de um milhão de casas sem data certa, sem prazo estabelecido. Que poderia então já ter estabelecido, Senador Romero, logo os sete milhões dos débitos, já que não tem prazo para atingir essa meta, que nós sabemos que é em torno de sete milhões. Então, se não tem prazo, tanto faz um milhão, como sete.

Presidente, eu queria me ater, também, ao projeto feliz que nós estamos discutindo, do Senador Gilberto Goellner, no sentido de que eu vivi... Eu vi uma experiência na China, há alguns anos atrás, principalmente, nas províncias interioranas, onde havia uma política de industrialização de algumas dessas províncias e de algumas cidades chinesas, onde, quando era fornecido o terreno para indústria se instalar, permitia-se que naquela área, próximo à indústria, fossem desenvolvidos programas habitacionais construídos com o financiamento do governo, com o objetivo de fixar o trabalhador e oportunizar ao trabalhador a sua residência ao lado da indústria que, em tese, ele iria trabalhar.

Então, é um programa que atende, no meu ver, essa preocupação no sentido de que a indústria seja parceira ou o empregador seja parceiro na solução de um problema tão sério do empregado, que é o problema habitacional, mas também, tem a visão que aqui nós discutimos, que é a necessidade de que nós possamos ver o processo de uma forma diferente. Essa centralização da economia do setor produtivo em algumas áreas do país é que, ao longo da história, tem estabelecido as desigualdades regionais ou, até mesmo, a desigualdade dentro dos próprios estados brasileiros. Daí a preocupação e o debate precisar ser aprofundado no sentido de que nós possamos ter políticas reais e verdadeiras de governo, onde estabeleça a interiorização do desenvolvimento. Porque senão, nós vamos, cada vez mais, ampliar esse fosso dessa injustiça da desigualdade regional.

E quanto ao programa de um milhão, repito, que poderia ser de sete, já que não tem prazo estabelecido, eu acredito que comete, entre outras injustiças, no caso da Paraíba em que nós temos 223 municípios. Repito, nós temos 223 municípios. E o governo, com esse programa de 100 mil habitantes, está atendendo apenas a três municípios: João Pessoa que é a capital, Campina Grande e a cidade de Santa Rita que tem pouco mais de 100 mil habitantes. E digo mais, Sr. Presidente, e pergunto e irei propor na emenda que seja modificado esse atendimento, porque uma cidade como Patos, por exemplo, no interior da Paraíba, a quarta cidade da Paraíba, tem 97 mil e 600 mil habitantes. Está penalizada, está fora do processo. Uma cidade como Cajazeiras, que recebeu nos últimos tempos investimentos, inclusive, crescimento da universidade, universidade com cursos, por exemplo, de Medicina, está num déficit habitacional gigante, e não tem um programa do governo para que possa suprir essa deficiência habitacional de municípios que estão em fase de crescimento, fase de desenvolvimento.

Então, esse programa, além de não ter prazo, além de ser o número que poderia, repito, ser sete milhões, já que não tem prazo para concluir, deveria atender os municípios e aí como disse o Senador Heráclito Fortes, mais uma vez, de centralizar nos gran-

des municípios onde tem, inclusive, mais dificuldade para equacionar a questão de lotes para que esses empreendimentos possam vir a ser executados. Então, nós precisamos debater bastante essa questão habitacional, mas sem antes parabenizar a iniciativa do autor do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Cícero Lucena, a situação no Rio Grande do Norte é semelhante à da Paraíba. Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, eu acho que o debate já se instalou aqui na Comissão sobre esse grave problema habitacional, um déficit mais de sete milhões de famílias, que precisam de uma habitação condigna para sobreviver, para viver. É verdade que a construção de habitações tendo como prioridade os grandes centros, significa que os municípios do interior serão penalizados, colocados no segundo plano já que, devido ao êxodo rural, e a falta de oportunidades, inclusive, habitacionais, levam as populações aos grandes centros, provocando o inchaço das grandes cidades, como ocorre atualmente São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife.

Portanto, eu acho da maior importância o debate em torno dessa questão. Assinarei, subscreverei o requerimento do Senador Mercadante, na suposição de que o debate vai... Que as autoridades responsáveis vão enfrentar aqui, nesta Comissão. Induzirão a que o governo deva dar também prioridade à interiorização do sistema habitacional. Mesmo porque, interiorizando o sistema habitacional, nós estaremos contribuindo não só para a geração de emprego e renda, como também, para a manutenção das pequenas indústrias que são instaladas na cidade e na zona rural, de produção de telhas, de tijolos, enfim, o aproveitamento da produção local na construção de habitações, gerando emprego e renda. Portanto, é de fundamental importância que nós possamos, através de emendas, na Medida Provisória que criou o programa habitacional do governo, lançado recentemente, de um milhão de habitantes, emendas que possam colocar no seu devido lugar aqueles municípios que não serão contemplados nesse programa.

Porque nós temos o receio de que, como a prioridade... O programa é de um milhão de habitações, os municípios, demais municípios que não forem contemplados, no caso do Estado de Sergipe, somente Aracaju e Socorro, os demais possam ser prejudicados. E a Caixa Econômica Federal que, hoje, atribui aos municípios alguns programas da construção de habitações, possa ter poucos recursos no atendimento a esses programas que estão sendo tocados atualmente. Agradeço a V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Tendo em vista a sugestão apresentada pelo relator que pediu que a matéria fosse adiada para um reexame, nós vamos passar do Item nº 05 para o Item nº 06. O Item nº 06 altera a redação dos §§ 1º e 3º do art. 1361, do Código Civil e dá outras providências. O autor é o relator, o autor é o Senador Magno Malta, o relator é o Senador Delcídio Amaral, tendo em vista a ausência do relator, e se trata da 1ª Sessão de discussão, nós vamos adiar a discussão da matéria para a próxima reunião. Discussão e votação.

O Item nº 07 altera a Lei 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, para impor às concessionárias dos serviços públicos, e de obras públicas e permissionárias o dever de elaborar a escrituração contábil, e elaborar e publicar demonstrações financeiras, referente a cada exercício social. Nos temos do artigo, dos arts. 175 e 188, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Autor, Senador Marcelo Crivella. Relator Senador Raimundo Colombo. Parecer favorável, entretanto, o relator não está presente. E é a primeira sessão, já é a segunda? Então, na próxima reunião nós vamos indicar, claro, se o Senador Raimundo Colombo não estiver presente, nós vamos indicar um relator *ad hoc*.

Item nº 08, o relator da matéria, Senador Gilberto Goellner, já pediu para que seja retirada de Pauta para reexame.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, poderíamos aprovar o requerimento? Já fiz a sugestão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O requerimento já está aqui na Mesa?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Associações dos municípios. Coloquei, associações de municípios.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com palavra o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Aproveito para pedir também a consideração sobre meu requerimento--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos colocar em votação--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Convidando Edmar Bacha e Dionísio Dias Carneiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): --tanto o requerimento de V. Exa., como do Senador Romero Jucá. Vamos colocar em votação, três requerimentos foram apresentados à Mesa no dia de hoje. Requeiro, nos termos regimentais e constitucionais que seja realizada Audiência Pública conjunta desta Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade, com a presença dos economistas Edmar Bacha e Dionísio Dias Carneiro. Assina Senador Arthur Virgílio.

O outro requerimento é de autoria do Senador Romero Jucá, que convida, nos termos regimentais, sejam convidados para Audiência Pública o Presidente do CADE, Conselho Administrativo de Direito Econômico, a Secretaria representante da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Ministério Público Federal, representante das Agências Reguladoras, Professor Gesner Oliveira, Presidente da Sabesp; Caio Mário da Silva Pereira Neto, Professor da Fundação Getúlio Vargas; e Elizabeth Farina, Professora da USP, a fim de discorrerem sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 06/2009 em conjunto com as demais comissões. Comissão a de Meio Ambiente, Comissão de Constituição e Justiça.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Assina Senador Romero Jucá. Pela ordem, com a palavra Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Como não há pedido de vistas nesse projeto, nós não podemos votar esse requerimento, mas eu queria ponderar o Senador Romero, nós podemos votar na terça-feira que vem. Só queria sugerir que a Audiência Pública tivesse o contraditório. Aí só tem gente com uma posição.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Terão representantes das agências, eu conversei com várias agências que estão colocando.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu sei, mas das agências pode ter, mas acho que nós precisamos fazer uma coisa que tenha mais contraditório para, exatamente, saber se há problemas, quais os problemas, que inspire a Comissão a formular. Então, eu gostaria de solicitar ao Senador Romero, se poderia encaminhar algum nome para a gente repensar um pouco o modelo. Está muito...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não só o Senador Mercadante, mas qualquer membro da CAE que queira introduzir um nome a mais, será bem-vindo.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu lamento não poder oferecer agora, mas me disponho, de hoje para amanhã, encaminhar a V. Exa. algumas sugestões.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Apenas para fazer um esclarecimento, Senador Mercadante, há um contraditório por parte de várias agências, eu tive uma reunião com as agências, ANATEL, ANEEL e as agências estão se coordenando para mandar dois ou três representantes das agências.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ajuda muito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, apenas para o registro, nós estamos... E isso tem se tornado comum, o governo não está se entendendo nesta Comissão.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós tivemos agora mais uma demonstração de entendimento completo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E V. Exa. está preocupado com isso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nem tanto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu pergunto ao Senador Aloizio Mercadante e ao Senador Romero Jucá. É porque há uma sugestão para que essa--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Se o requerimento estiver em aberto para uma composição, para a gente pensar um pouco.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Fica em aberto.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Deixa em aberto o requerimento a gente pode aprovar só--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): A idéia que pudesse ser no próximo dia 7 e há uma proposta aqui, Senador Garibaldi, de se fazer uma reunião conjunta, mas acho que nós devemos fazer na CAE, depois faremos na CCJ e depois faremos na Comissão de Fiscalização e Controle. Vamos fazer por partes, é uma matéria polêmica, foram levantadas algumas questões, acho que nós devemos esgotar essa matéria. Portanto, eu acho que podemos fazer só a Audiência Pública da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, não seria realizada no dia 7?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não seria na CAE.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Na CAE e há tempo para...? Oh... Senador Aloizio Mercadante, Senador Aloizio Mercadante, a proposta é para que essa Audiência seja realizada na próxima semana, depois da Sessão Ordinária.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Na semana que vem nós temos a Semana Santa, não é? Não é possível, mas depois da Semana Santa poderíamos fazer.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Já há uma audiência marcada depois da Semana Santa.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É porque na Semana Santa não tem como fazer.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Terça-feira?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Terça é possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Seria terça-feira, mas depois da Reunião Ordinária, faria uma Pauta pequena para a Reunião Ordinária e, em seguida, a Audiência.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Da minha parte não tem nenhuma objeção.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Parece que para o Senador Mercadante a Semana Santa é ela toda.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Então, fica em aberto tanto a indicação do nome do Senador Mercadante, quanto à indicação do nome do Senador Arthur Virgílio se a oposição não tiver um nome a mais para propor.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E podemos colocar em votação. Em votação, mas antes de colocar em votação eu queria, também, comunicar e, ao mesmo tempo, solicitar do Plenário a sua manifestação, é que o Senador Aloizio Mercadante está propondo aqui com a... Juntamente com o Senador Antonio Carlos Valadares, nos termos regimentais, que seja realizada uma Audiência Pública neste órgão técnico com a presença de representantes da Caixa Econômica Federal, Casa Civil, Ministério das Cidades, Associação dos municípios e entidades representantes do setor da construção civil.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Associações.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Quando seria, Sr. Presidente, quando seria esta Audiência Pública?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Aqui na CAE.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Quando, quando?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Quando? Vamos ainda marcar.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não está marcado. Eu, do meu modo, gostaria de pedir abertura para pensar em um ou dois nomes e sugerir dentro do mesmo princípio que se deve estabelecer o contraditório.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, só queria sugerir também o apoio do Senador Heráclito Fortes que se subscreve o requerimento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Aí há também necessidade da Confederação dos municípios.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está dito associações de municípios, porque pode ser mais de uma, mas pode ser a Confederação sem nenhum problema. Podia botar Confederação e Frente Nacional dos municípios, sãos as duas grandes entidades.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pronto.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pronto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Para discutir o *Programa Minha Casa, Minha Vida*. Então vamos colocar em votação, mas há um... há um novo requerimento. O Senador Antonio Carlos Júnior propõe, nos termos regimentais, que seja realizada uma Audiência Pública no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, a fim de discutir o Projeto de Lei da Câmara nº 06/2009. Ah, é o mesmo projeto? É, porque esse requerimento havia sido já apresentado, não é? Então vamos colocar em votação em globo os requerimentos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente eu voto favorável. Agora, deixar bem claro aí, que também a Confederação Nacional dos municípios está incluída nessa convocação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então vamos acrescentar desde logo a Confederação Nacional.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E a Frente Nacional dos municípios, as duas grandes entidades nacionais.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E a Frente Nacional dos municípios. Em votação.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, Sr. Presidente, V. Exa. anotou o que

eu pedi abertura para indicar um nome, talvez um nome mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E o Senador Arthur Virgílio propõe que--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu indicarei mais tarde.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Nessa da *Minha Casa, Minha Vida?*

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Nessa sobre *Minha Casa, Minha Vida.*

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Nessa audiência sobre *Minha Casa, Minha Vida*?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Exatamente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Há uma sugestão para que seja convidado para a Audiência Pública sobre o projeto que reestrutura o CADE, Projeto nº 06 do Professor Nelson Nery Júnior, Professor da USP. Em votação os requerimentos. As Sras. e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. Aprovados. O Item nº 09 da Pauta--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, sobre o anterior eu apresentei um requerimento aditando algumas pessoas sobre a livre concorrência.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos incluir os nomes. O Item nº 09 da Pauta está prejudicado, está prejudicada a discussão e votação desta matéria por conta da ausência do Relator Senador Cícero Lucena. Já é a 2ª Sessão.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Do mesmo modo--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A próxima Sessão terá um relator *ad hoc*. Claro, se o relator não tiver interesse em apresentar o seu relatório.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Do mesmo modo os quatro outros projetos também... Estamos sem os relatores presentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Todos os outros projetos estão prejudicados. Pela ausência dos relatores, V. Exa. já se antecipou, aqui. Então, está encerrada a Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, ficando marcada a próxima reunião para o dia 7, terça-feira da próxima semana, às 10 horas. Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada à 12h13.

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2009, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e um minutos do dia sete de abril do ano de dois mil e nove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Tião Viana, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, César Borges, Antônio Carlos Valadares, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Roberto Cavalcanti, Expedito Júnior, João Ribeiro, Gerson Camata, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Pedro Simon, Eliseu Resende, Antonio Carlos Júnior, Adelmir Santana, Jayme Campos, João Tenório, Tasso Jereissati, Gilberto Goellner, José Agripino, Flexa Ribeiro, João Vicente Claudino, Gim Argello e Jefferson Praia. Deixam de comparecer os Senadores Aloizio Mercadante, Francisco Dornelles, Efraim Morais, Raimundo Colombo, Cícero Lucena, Arthur Virgílio e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, comunica o recebimento do seguinte documento para conhecimento, Aviso nº 25/09, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de fevereiro de 2009, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A seguir, a Presidência dá início à Reunião, com a apreciação das Matérias constantes da 1ª Parte, Item 01-Turno Suplementar de discussão do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2003, terminativo, que "altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo Garantia-Safra", tendo como Relator o Senador Renato Casagrande. Em 31/03/09 foi aprovado Substitutivo integral, de acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a Matéria é submetida a turno suplementar de discussão. Não sendo oferecidas emendas na discussão suplementar, o Substitutivo é dado como definitivamente adotado; Item 02– Mensagem do Senado Federal nº 50, de 2009, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que "propõe ao Senado Federal seja

autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de até US$ 83,450,000.00 (oitenta e três milhões, quatrocentos e cinqüenta mil dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao financiamento parcial do "Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família (Proesf II)", tendo como Relator o Senador Inácio Arruda, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Inácio Arruda, usam da palavra os Senadores Antonio Carlos Júnior, César Borges, Flexa Ribeiro, Marcelo Crivella e Rosalba Ciarlini. Encerrada a discussão, a Matéria é colocada em votação e a Comissão aprova o Parecer favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 03– Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2007, terminativo, de autoria do Senador José Agripino, que "dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente em produtos escolares e estabelece alíquota zero na Contribuição para o PIS/Pasep, e na Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre a importação e as receitas decorrentes da venda desses produtos", tendo como Relator o Senador Marcelo Crivella, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda de Redação nº 02, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 01-CE. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Em 14/10/08, foi concedida Vista ao Senador Romero Jucá, que devolveu com Voto em Separado pela rejeição da Matéria. Em 17/03/09 foi encerrada a discussão da Matéria. Usam da palavra os Senadores Jefferson Praia, Flexa Ribeiro, José Agripino, Marcelo Crivella, Renato Casagrande, César Borges, Antonio Carlos Júnior, Expedito Júnior, Rosalba Ciarlini e Delcídio Amaral. A seguir, a Presidência procede à votação nominal e a Comissão aprova o Projeto por dez votos favoráveis, três contrários e nenhuma abstenção, aprovando, ainda, a Emenda de Redação n° 02-CAE e rejeitando a Emenda nº 01-CE. A seguir, a Presidência dá início à 2ª Parte da Reunião, Audiência Pública com a finalidade de debater a diminuição significativa dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios – FPM e seus efeitos na administração dos municípios brasileiros e, ainda, para tratar sobre o assunto referido na Medida Provisória nº 457/2007 e o conseqüente impacto da previdência social nas finanças dos municípios, em atendimento aos Requerimentos nº 16/09-CAE, de autoria dos Senadores Cícero Lucena e Antonio Carlos Valadares, e nº 17/09-CAE, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, com os seguintes convidados: Sra. Lina Maria Vieira**,** Secretária da Receita Federal do Brasil, Deputada Federal Rose de Freitas, Relatora da MP 457/2009, Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios – CNM e Sr. João Paulo Lima e Silva, Presidente da Frente Nacional de Prefeitos – FNP. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Rosalba Ciarlini, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Flexa Ribeiro, Antonio Carlos Valadares, Antonio Carlos Júnior, Tasso Jereissati, Roberto Cavalcanti, Jefferson Praia, Ideli Salvatti, Valdir Raupp e Pedro Simon. A Comissão aprova, ainda, os seguintes Requerimentos: nº 23/2009-CAE, de autoria do Senador César Borges, para que sejam designados os membros da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais–CAEAM, para o exercício de 2009/2010, e eleição de Presidente e Vice-Presidente, com o objetivo de reiniciar seus trabalhos; nº 24/2009-CAE, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior, para que seja realizada Audiência Pública para instruir a Medida Provisória nº 449, de 2008, com a presença da Sra. Lina Maria Vieira, Secretária da Receita Federal do Brasil e dos Srs. Antoninho Trevisan e Antonio Lopes de Sá; nº 25/2009-CAE, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer Audiência Pública desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, para que seja discutida a sistemática de formação de preços dos combustíveis, com a presença dos representantes da BR Distribuidora, da Petrobras e da Agência Nacional do Petróleo – ANP; nº 26, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer Audiência Pública para instruir a apreciação do PLC 6, de 2009 que "Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999 e dá outras providências", com os seguintes convidados: Sr. Alexandre Santos Aragão, Procurador da Procuradoria Geral do Rio de Janeiro; Sra. Helena de Araújo Lopes Xavier, Sócia da Xavier, Domingues Advogados e autoria, dentre outros, de "O Regime Especial da Concorrência no Direito das Telecomunicações"; Sr. Carlos Ari Sundfeld, Professor-doutor de Direito Administrativo da PUC-SP e Sr. Floriano Marques de Azevedo, Professor de Direito Administrativo da USP, da FGV-SP e da Escola Superior de Advocacia da OAB, e ainda, Adendo ao Requerimento nº 16/2009-CAE, (de audiência pública para

instruir a MP 457, DE 2009), de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que requer a inclusão do Presidente da Confederação Nacional dos Municípios e do Ex-Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Garibaldi Alves Filho,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Senadoras, que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento: "Aviso nº 25/9, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real, referente ao mês de fevereiro de 2009, as razões dela determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas". O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Item 1 da pauta. Turno suplementar em discussão do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei de nº 266, de 2003, terminativo: "Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir o parceiro outorgante como beneficiários e os consórcios em condomínios, como contratantes do Fundo Garantia Safra". O Relator é o Senador Renato Casagrande. Observação: em 31/03/2009, foi aprovado substitutivo integral de acordo com o art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria será submetida a turno suplementar de discussão. Não sendo apresentadas Emendas no turno suplementar e não havendo mais quem queira discutir e não sendo oferecidas Emendas na discussão suplementar, a Emenda nº 1 da CAE, substitutiva, é definitivamente adotada nos termos do art. 284, do Regimento Interno do Senado Federal.

Item 2 da pauta. Mensagem do Senado Federal nº 50, de 2009, não terminativo: "Propõe ao Senado Federal seja autorizado a contratação de operação de crédito externo no valor de até 83 milhões e 450 mil dólares dos Estados Unidos da América, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional, para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), destinado ao financiamento parcial do Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família (PROESF)". A Autoria é da Presidência da República. O Relator é o Senador Inácio Arruda. Parecer favorável nos termos do projeto que apresenta. Com a palavra o Relator. Estou sendo informado que o Relator está a caminho. Sendo imprescindível a palavra do Relator, eu vou ler algumas comunicações, enquanto ele chega, para dar prosseguimento à pauta.

Lembro às Sras. e aos Srs. Senadores que está marcada para o dia 14 de abril de 2009, terça-feira, às 10 horas, a 12º Reunião da CAE e a 7ª Reunião da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e de Empregabilidade, com a seguinte pauta: "Audiência Pública com a presença do Sr. Jorge Gerdau, Presidente do Conselho de Administração do Grupo GERDAU".

Ainda no mesmo dia 14, terça-feira, às 12 horas, a 13ª Reunião da CAE, com a seguinte pauta: "Audiência Pública, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara, nº 6, de 2009, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (Dispõe sob re a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica); altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivo da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1989".

Então, portanto, são duas Audiências Públicas: uma às 10 horas, para ouvir o Sr. Jorge Gerdau, em conjunto com a da Crise, e a outra para tratar do projeto de reestruturação do CADE, Projeto de Lei da Câmara. Isso tudo na próxima semana, depois da Semana Santa, às 10 horas, do dia 14 de abril.

Com a palavra o Senador Inácio Arruda, para relatar a Mensagem do Senado Federal nº 50, de 2009.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem nº 50, de 2009 (nº 194, de 31/03/2009, na origem), da Presidência da República, que solicita nova autorização para contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional, para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de 83 milhões e 450 mil dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família (PROESF II).

Sr. Presidente, com essa Mensagem, o Governo busca recursos para o financiamento deste importante programa do Ministério da Saúde. Estes recursos já tinham sido aprovados pelo Senado e tiveram que ser objeto de alteração face às modificações, anunciadas pelo Governo brasileiro, que foram tomadas de forma

unilateral pelo Banco Mundial, que altera os valores dos *spreads* cobrados pelo banco. Mesmo com essa alteração, o Governo considera que os recursos contratados com o Banco Mundial, que estão captados pelo Governo brasileiro com o Banco Mundial, estão em situações ainda muito favoráveis, frente aos valores que são oferecidos no mercado interno brasileiro. Então, o empréstimo ainda é a custo muito mais baixo do que os cobrados, tanto do ponto de vista de juros como de *spreads,* pelo mercado brasileiro.

Face a essas observações, que foram oferecidas pelo próprio Tesouro Nacional, o nosso Parecer é pela aprovação, com o Voto pela concessão da autorização pleiteada, nos termos do seguinte: "Projeto de Resolução do Senado, nº [ininteligível], de 2009, autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, junto ao Banco Interamericano, no valor de 83 milhões e 450 mil dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Expansão e Consolidação da Saúde da Família (PROESF II). O Senado Federal resolve: art. 1º: é a República Federativa do Brasil autorizada a contratar a operação de crédito externo, junto ao Banco Internacional, para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de 83 milhões e 450 mil dólares dos Estados Unidos da América; parágrafo único: os recursos, advindos da operação de crédito externo, referidos no *caput,* destinam-se a financiamento parcial do Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família (PROESF II); Art. 2º: a operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições: 1) Credor: Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD); 2) Valor do empréstimo: 83 milhões e 450 mil dólares dos Estados Unidos da América; 3) Modalidade: empréstimos em margem fixa; 4) O prazo de desembolso será de até cinco anos, contados a partir da data da entrada em vigor do contratado; 5) Amortização em 50 parcelas semestrais, consecutivas e, na medida do possível, iguais; a primeira cota de amortização deverá ser paga em 15/08/2013 e a última até o dia 15/02/2038, sendo que cada uma das parcelas corresponderá a 2% do valor desembolsado; 6) Juros: exigidos semestralmente na mesma data do pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa composta pela de taxa de juros *label* semestral para dólar americano, acrescidos de um *spread,* a ser determinado pelo BIRD, a cada exercício fiscal e fixado na data da assinatura do contrato, sendo de 0,75% ao ano a margem fixa acordada; 7) Juros de mora: 0.50% ao ano, acrescido aos juros devidos e ainda não pagos, após 30 dias à data prevista para o seu pagamento; 8) Comissão à vista: 0,25% sobre o valor do empréstimo a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade; Art. 3º: o prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 dias, contados a partir da sua publicação; Art. 4º: fica revogada a Resolução nº 39, de 2008, do Senado Federal; Art. 5º: Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação".

Sr. Presidente, é o nosso Voto e o nosso Parecer e pedimos a aprovação pelos nossos pares.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão. Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nesse projeto, o Governo pede autorização para contratar, com o Banco Mundial, um financiamento de 83 milhões de dólares para o Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família. Contudo, eu quero fazer uma observação em relação, digamos, a operações anteriores feitas pelo Governo. Recentemente, o Governo Federal devolveu 57 milhões de dólares ao BIRD, num programa de saneamento urbano que beneficiaria 123 municípios, alegando que esse programa passou para o PAC. Ou seja, por que devolver e aí contrata?

Então, embora as destinações sejam diferentes, vale a pena colocar que o Governo Federal recentemente devolveu a um órgão internacional de desenvolvimento recursos da ordem de 57 milhões de dólares. É só uma observação que eu quero fazer. Não sou contra o Projeto de Consolidação da Saúde da Família, não sou contra, porém é de estranhar que o Governo venha a devolver recursos de um programa, um programa de outra área, mas, de qualquer maneira, é muito estranha essa atitude do Governo de devolver recursos numa área e tomar dinheiro em outra. Eu não sou contra o projeto, porém, recursos tomados do BIRD para saneamento básico não deveriam ser devolvidos. É uma observação que eu queria fazer.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mesmo porque está na área da saúde, querendo ou não.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, na verdade, o Senado Federal, mediante a Resolução nº 39, de 10 de dezembro de 2008, conforme consta aqui no relatório do nobre Senador Inácio Arruda, já havia aprovado este empréstimo. O que volta hoje à apreciação desta Comissão é o fato de

que o Banco Mundial, provavelmente por conta das alterações acontecidas de setembro do ano passado para cá, no cenário macroeconômico mundial, muda, e muda de forma radical, as taxas de juros *label* com *spread,* a ser determinado pelo BIRD, com margem fixa inicialmente acordada. Veja bem, Sr. Presidente, em 0,05% ao ano, 0,05%. Essa taxa está elevada pelo banco para 0,75%. Então, se aumenta um percentual que chega... Eu estou tentando calcular aqui, mas de 0,05% para 0,75%, um aumento--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): De 15 vezes.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): De 15 vezes, né, o que significa 1600%. Era a taxa cobrada. Razão pela qual se faz necessário nova autorização do Senado Federal. Quer dizer, uma--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): 1400%.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): --mudança radical, a nível da taxa de juros *label* com *spread*. Claro que não podemos nem comparar com os *spreads* cobrados aqui no Brasil, que é algo que é estratosférico, comparado com este tipo de empréstimo, que é cobrado em outros países, mesmo em operações comerciais, se comparado com o Brasil. Mas eu quero destacar, e eu acho que o Senador Inácio Arruda pode confirmar... É, na verdade, o ponto principal por que nós estamos novamente apreciando aqui este projeto, uma alteração substantiva de acréscimo de custo para o Brasil, em função dessa crise. Então, esse é o primeiro destaque que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

O segundo é dizer que todo recurso para a saúde eu acho essencial, acho que ainda é pouco e a saúde merece mais. Esses recursos se destinam ao Programa de Saúde da Família, que é um Programa importantíssimo, só que V. Exa. como ex-Governador e que acompanha a vida dos municípios brasileiros, sabe que o Programa da Saúde da Família, que, na verdade, é uma parceria do Governo Federal com os Governos Estaduais e os Governos Municipais, um Programa que eu reputo importantíssimo e muito interessante, que precisa ser feito para contemplar 100% da população brasileira, entretanto, deixa, hoje, grande parcela do seu custo sobre os ombros dos municípios brasileiros.

Então, os municípios brasileiros estão arcando em torno de 70% do custo desse Programa. E nós estamos prestes a discutir aqui, com o Presidente da Confederação Nacional dos municípios, o momento difícil que os nossos municípios estão passando, por conta de uma redução das suas receitas, que não absolutamente foram eles que decidiram, foi o Governo Federal que, para combater o decréscimo da atividade econômica e de forma específica na indústria automotiva, fez uma redução de IPI, redução por três meses; agora, prorrogado por mais três meses. Nós vamos debater isso dentro de pouco, mas isso desequilibrou inteiramente as contas dos municípios. Se por um lado é importante a medida para acabar com o estoque que existia de automóveis e as vendas chegaram a índices interessantes, nos meses de janeiro, fevereiro e março, diferentemente do mês de dezembro, por outro lado, causou uma série de dificuldades aos municípios. Então, quando nós aprovamos um projeto para a saúde, é preciso – e eu faço esse pronunciamento para alertar – que o Governo Federal participe de um percentual maior para a implantação do PSF, porque os Governos Estaduais costumam dizer que estão implantando um PSF. O Governo Federal também se jacta disso. Eles são parceiros, mas, na verdade, quem arca com o custeio, a manutenção e a maior parcela dos gastos com o PSF são os municípios brasileiros. Eu quero que isso apenas reforce a nossa posição, para, em breve, discutir a situação dos municípios brasileiros, que nós não podemos desestruturá-los, em particular, no Nordeste brasileiro, onde muitos municípios vivem do Fundo de Participação. E eu até diria, Sr. Presidente, os estados também, onde têm uma perda substantiva do Fundo de Participação dos Estados. E isso acontece de forma mais particular e forte no Nordeste brasileiro, que o Fundo de Participação dos municípios e o Fundo de Participação dos Estados foi feito exatamente para procurar fazer uma justiça distributiva fiscal, com relação à diferença entre os estados do Sul do país e os estados do Norte e do Nordeste.

Portanto, eu queria fazer essas colocações e pedir ao Relator, o Senador Inácio Arruda, que possa confirmar se é realmente essa colocação, com o aumento do *spread* de 0,05% para 0,75%.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, é fato. A única razão pela qual nós estamos reexaminando esse empréstimo do Governo brasileiro para o Ministério da Saúde, com o Banco Mundial, é a alteração do *spread,* nesta monta que levantou aqui o Senador César Borges, de 0,05% para 0,75%, o que equivale a um aumento na casa de... Deve dar quase 1600% de reajuste no *spread*, que foi adotado de forma unilateral pelo Banco Mundial. Mesmo assim, com esses custos, com esse *spread,* com aumento tão substancial, ainda está muitas vezes, mas muitas vezes, abaixo dos *spreads* cobrados no Brasil, o que facilita com que o Ministério da Saúde tenha feito este esforço. Eu estive com o Ministro da Saúde, ele apelou pela aprovação, porque esses recursos estão inseridos em programa que ele considera, talvez, o mais

importante programa, que é o Programa de Saúde da Família, do Ministério da Saúde.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Garibaldi Alves, Vice-Presidente Senador Delcídio Amaral, Srs. Senadores. O Senador César Borges já colocou, com muita propriedade, as dúvidas com relação ao projeto de empréstimo pelo Governo brasileiro ao BIRD de 83 milhões e 450 mil dólares para o Programa de Expansão e Consolidação da Saúde da Família, o Programa Saúde da Família.

É lamentável, Senador Inácio Arruda, que, no momento de uma crise mundial, em que acabamos de ter uma reunião dos 20 países mais desenvolvidos do mundo, incluindo o Brasil, em que se busca encontrar meios para que a economia mundial retome o seu crescimento, que o Banco Mundial venha agora a fazer um aumento, eu diria absurdo, da taxa de *spread*, porque aumentar de 0,05% para 0,75%, 15 vezes a taxa de *spread*, é realmente um absurdo, um absurdo, até porque isso é ao ano. Não foi dito aqui a expressão ao ano. Ela está no seu Parecer, Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É ao ano.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois é, é ao ano. A cada ano, nós vamos ter um dispêndio 15 vezes maior do que teríamos naquilo que já estava acordado e aprovado pelo Senado Federal. Ainda num momento em que o Brasil se oferece para aportar recursos ao FMI. Ou seja, se há recursos para aportar ao FMI, eu não entendo, talvez--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Flexa, eu poderia fazer um aparte rápido?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu fui o primeiro a discutir e eu coloquei que o Brasil, recentemente, devolveu ao BIRD 57 milhões, que era de um programa de saneamento urbano que--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Tivemos uma Audiência Pública com--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Isso foi devolvido, foi um dinheiro que foi devolvido, alegando que o programa tinha passado para o PAC.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Inclusive foi motivo de uma Audiência Pública com o Ministro da Cidade. Senador Antonio Carlos Júnior, V. Exa., eu não sei se disse, mas o Brasil devolveu esses 57 milhões depois de ter pago o custo desse dinheiro não utilizado. Quer dizer, ele estava com o dinheiro transferido, pagou a comissão de permanência, não utilizou os recursos por falta de ação do Governo, de competência do Governo, teve que devolver com ônus para o Tesouro Nacional, ou seja, com ônus para a sociedade brasileira. E, agora, solicita ao Senado que se autorize um acréscimo de 1400%, numa taxa de *spread* ao Banco Mundial.

Olha, é lamentável, mas nós não podemos votar contra, não. Só podemos é lamentar que, ao invés de o Governo aportar recursos ao FMI, ele poderia estar financiando esse tipo de ação da maior importância.

Quero também deixar registrado o que o Senador César Borges disse: esse programa é da maior importância, que é o Programa de Saúde da Família, o PSF, ele é usado pelo Governo como uma ação mediática, porque os valores repassados para os municípios representam tão somente algo em torno de 30% do dispêndio do Município. Então, você tem um Município que tem possibilidade de ter 40 programas desse implantado; só implantam dois ou três porque o Prefeito, a Prefeitura, não tem condições de bancar os valores necessários para terem o médico, para terem o dentista, para terem o enfermeiro, para terem o auxiliar atendendo a população. Então, o programa deveria ser do Município, com o apoio do Governo Federal, e não do Governo Federal, dito do Governo Federal, porque ele é bancado, na sua maioria, pelos municípios.

Vou votar a favor, Senador Inácio Arruda, vou votar a favor, em nome, como você disse, da necessidade do programa, mas lamento, lamento que haja, realmente, uma distorção, em que o Governo se dobra unilateralmente, como disse o Senador Inácio Arruda, ao Banco Mundial, numa cobrança exorbitante, num aumento exorbitante da taxa de *spread*, quando discutimos aqui, na CAE, o *spread* interno, que precisamos também reduzi-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, apenas para declarar o meu voto favorável, porque, na realidade, esse empréstimo é fundamental para que a gente possa desenvolver ou atender às necessidades prementes na saúde pública do Brasil. Detalhe, Sr. Presidente, que precisamos consertar, mas não podemos deixar de aprovar este projeto.

Agora, eu gostaria, Sr. Presidente, apenas de fazer aqui um comentário. Em janeiro de 2009, os repasses ao Fundo de Participação, de que trata o art. 159 da Constituição Federal, apresentaram decréscimo – isso aqui é uma coisa que a gente precisa analisar -, apresentaram decréscimo, Sr. Presidente, de quase 30%,

quando comparados aos repasses oriundos do mês anterior, considerando, nesse cálculo, pagamento, em dezembro de 2008, da parcela de 1% do adicional do Fundo de Participação dos municípios, que foi instituído por aquela Emenda Constitucional nº 55, que nós votamos aqui, em 2007. Nós aumentamos o adicional em 1%, mas, ainda assim, Sr. Presidente, nós estamos tendo uma redução significativa no repasse dos Fundos. Não é só o Fundo de Participação dos municípios. Nós tivemos redução também no FUNDEB; o FUNDEB caiu 18,33%.

Então, eu acho que essa preocupação, Sr. Presidente, deve ser motivo de uma resolução, de uma decisão, de uma deliberação da nossa Comissão. Os Prefeitos estão aqui hoje em Brasília, estão nos procurando nos gabinetes, nós recebemos vários Prefeitos do meu Estado do Rio de Janeiro, que não só sofrem com a redução das alíquotas da distribuição dos Fundos Constitucionais, mas também com a redução dos *royaltys* de petróleo, tendo em vista que o preço do barril veio de um valor de 150 dólares para 50. Além disso, o estado foi muito castigado com as chuvas de verão e há muitas estradas, pontes e encostas, contenção de encostas para serem reconstruídas, para não falar de casas também, de pessoas que improvisam casas nas encostas. O Rio de Janeiro tem muitas elevações, muito morros.

Sr. Presidente, no momento em que nós renovamos o IPI, o desconto de IPI dos automóveis, talvez, Sr. Presidente, nós tivéssemos que compensar isso com o IPI do cigarro. Eu acho que essa Comissão podia tomar aqui uma decisão, uma deliberação, não vai compensar em tudo, mas que a arrecadação extraordinária do IPI do cigarro fosse, Sr. Presidente, inteiramente destinada a diminuir o prejuízo que os municípios estão tendo com esse decréscimo de quase 30% de fevereiro para janeiro. Presidente, quase 30%. Está aqui, os números estão aqui. Esse daqui é um boletim do Tesouro Nacional que eu trouxe aqui para a Comissão para nós analisarmos. É do próprio Tesouro e está na internet: www.tesouro.fazenda.gov.br. Está mostrando que os Fundos Constitucionais caíram 30% de um mês para o outro. Nós não sabemos se essa escalada vai aumentar. A crise está aí, a atividade econômica está diminuindo. Hoje, nas capas dos jornais, já mostram que o quarto trimestre do PIB europeu, da zona do Euro, caiu 2%.

Então, Sr. Presidente, fica aqui o meu apelo. Quem sabe nós pudéssemos compensar... Presidente Garibaldi, V. Exa., que tem sido sempre presente e lúcido, nesses momentos importantes, por que nós, da Comissão, não faríamos uma proposta para que o aumento da arrecadação com o IPI do cigarro viesse diretamente a compensar esse decréscimo que estados e municípios estão sofrendo nas suas arrecadações? Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão. Em votação o Parecer do Relator. A Senadora Rosalba pede a palavra.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Já está aberto para votação?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Está em votação, vai ser em votação simbólica.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então eu gostaria, Presidente Garibaldi, de dizer do quanto considero que é importante que possamos aprovar, porque, na realidade, a questão do Programa Saúde da Família, nós sabemos... Principalmente agora, nesse momento de crise, os municípios têm arcado praticamente com 50% do valor que é pago às equipes do PSF, além das despesas que são naturais de deslocamento, enfim, das inúmeras despesas do dia-a-dia, para a atuação da equipe, porque sabe-se muito bem que, numa atividade dessa, tão importante, tão nobre, para atendimento da saúde da população, na hora que a equipe necessita de algumas ações para potencializar o seu trabalho, o Prefeito é a primeira porta que está aberta, e ele, com certeza, se coloca à disposição e tem feito. O programa é um programa que nós sabemos que é importante, que traz bons resultados, mas ninguém pode jamais esquecer o papel relevante das Prefeituras, para consolidar, para que esse projeto realmente tenha sucesso. Se não tivesse o entendimento, a parceria, que é muito mais do que foi colocado dentro do programa pelo Ministério para os municípios, ele não daria resultados como vem dando em muitas regiões e muitas cidades. Então, é necessário mais recurso para o PSF, para aliviar os municípios que estão passando por uma situação crítica de crise muito grande. Para se ter uma ideia, no meu estado, 80% dos municípios são mantidos, administrados pelo Fundo de Participação, é o único recurso que recebe, e, quando o Senador Crivella, aqui, falava que o FUNDEB também vem caindo, Senador, é natural, porque, quando diminui a receita de estados e municípios, o FUNDEB também é afetado.

Então, eu quero aqui, desde já, antecipar que o meu voto é sim, porque considero relevante, importante que possamos ter mais condições, mais recursos para o Programa Saúde da Família.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Encerrada a discussão. Em votação o Parecer do Relator, o Deputado Inácio Arruda. Senador Inácio Arruda!

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não se preocupe, o que vale é a votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Senador Inácio Arruda não vai me perdoar isso, não.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Já está perdoado antecipadamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Os Senadores, que concordam com o Parecer do Relator, e as Senadoras, permaneçam como estão. Aprovado o Parecer do Relator, favorável nos termos do projeto de resolução apresentado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, requeiro a urgência, para que possamos, se possível, ainda apreciar, na Sessão plenária de hoje à tarde, a aprovação deste importante projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação a solicitação do Relator, solicitando o regime de urgência para a matéria. Os Srs. e as Sras. Senadoras, que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada a urgência.

Item 3 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2007, terminativo: "Dispõe sobre a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados, incidente em produtos escolares, e estabelece a alíquota zero na contribuição para o PIS/PASEP e na contribuição para financiamento da seguridade social sobre a importação e as receitas decorrentes da venda desses produtos". A Autoria é do Senador José Agripino. O Relator é o Senador Marcelo Crivella. Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda de redação nº 2 que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Educação. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 1. Em 14/10/2008 foi concedida vista ao Senador Romero Jucá, que devolveu com o voto em separado pela rejeição da matéria. Em 17/03/2009, foi encerrada a discussão da matéria. Lembro que o Projeto é terminativo e exige *quórum* qualificado. Em votação o projeto e as Emendas. Vamos proceder à votação nominal.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente?

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Questão de ordem, Sr. Presidente. Não cabe mais nenhuma discussão sobre o projeto?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Cabe o encaminhamento de votação. A discussão foi encerrada. V. Exa. quer encaminhar?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Eu gostaria de--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, conversei na Sessão de discussão com o autor, o Senador Agripino Maia, e a pouco consultei o autor novamente, o projeto de autoria do Senador Agripino tem, evidentemente, seus méritos ao retirar do material escolar a incidência dos impostos. Mas ele, também, propõe que haja também esse incentivo na importação desses materiais escolares. Eu pedi a ele da possibilidade de ele retirar essa questão de incentivar a importação, porque nós estamos, dessa forma, fazendo uma concorrência desleal com a indústria brasileira e gerando empregos lá fora, ao invés de gerarmos empregos no Brasil.

Então, eu gostaria de consultar, para poder dar o meu voto de forma consciente, se o Senador Agripino concorda em retirar do texto do seu projeto o incentivo à importação também dos materiais escolares. Era essa a questão que eu gostaria de ter esclarecida, antes de exercer o voto.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente? Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Eu gostaria também de acompanhar a sugestão feita pelo Senador Flexa Ribeiro, do Pará. Nós percebemos a boa intenção do Senador Agripino, a vontade dele em estimular a educação, principalmente quando apoia materiais escolares. Eu não sou contra essa questão de você reduzir tributos em cima de materiais escolares. Agora, nós teríamos que ver o projeto, seria o momento para ser reanalisado e aí caberia ao Senador Agripino verificar essa possibilidade. Por exemplo, nós, da Zona Franca de Manaus... Eu não vou votar favorável, embora ache a matéria e perceba a intenção do Senador Agripino muito boa, mas votarei contra, porque vai de encontro a empresas que estão instaladas no polo industrial de Manaus. Se verificássemos aqui quais são as empresas que estão instaladas no polo industrial de Manaus, que produzem produtos tais, e retirássemos deste projeto, e observando, é claro, a colocação do Senador Flexa Ribeiro, quando ele faz, de forma apropriada, essa questão relacionada à importação de materiais escolares e a redução de tributos nesse campo, nós corremos um risco de estarmos aí incen-

tivando a importação e, é claro, isso vai certamente trazer prejuízos à nossa economia dentro do contexto da geração de emprego e renda e impostos também. Era essa a minha observação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu lembro aos Senadores Flexa Ribeiro e Jefferson Praia que, neste momento da votação, não podem mais ser apresentadas Emendas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas seria do autor.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, nem o autor e nem o Relator, nem mais ninguém. Só em outro momento, caso a matéria for ainda ao Plenário, mas, nesse momento, não.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, eu consulto à V. Exa. o seguinte: o meu interesse é que a evasão escolar seja combatida. Eu concordo inteiramente em fazer um entendimento com o PSDB; o Senador Flexa Ribeiro atua aqui, no bom sentido, em nome do interesse do PSDB. Que, na importação dos bens aqui mencionados, a ressalva que, aqui, foi feita por ele, seja considerada. Nós teremos, para os produtos importados, a manutenção do IPI, como forma de você beneficiar a produção nacional. Eu concordo com isso. Eu não sei qual é a posição, e, aqui, eu consultaria a posição do Relator. Eu acho que, podendo ser feito um acordo de Plenário, se pudesse ser feito um acordo de Plenário, nós facilitaríamos a aprovação dessa matéria, que tem um enorme alcance. A inflação do começo do ano foi em 40% influenciada pelo custo da mensalidade escolar, pela majoração da mensalidade escolar e do material escolar. Na medida em que a gente aprove esse projeto, que é meritório, que está sendo muito debatido, muito discutido e muito considerado, nós vamos baratear, com certeza absoluta, num momento de crise, o custo do material escolar, do kit escolar. Vamos oportunizar a que a família da criança pobre possa comprar todos os itens, porque vão economizar num, possibilitando que comprassem todos os itens. Então, eu gostaria de consultar o Plenário e o Relator, evidentemente o Relator, a quem eu agradeço pelo trabalho exaustivo que fez até agora de conciliação e de elaboração de um relatório muito bem feito, acurado, dedicou especial atenção ao estudo da matéria. Eu consultaria a S. Exa., eu estou de acordo e até colocando uma frase: "Vão-se os anéis e ficam os dedos". Eu acho que, em nome do interesse maior, a gente até pode fazer uma concessão, entendendo o problema da Zona Franca e concordando com a ponderação do Senador Flexa Ribeiro. Se o Plenário estiver de acordo, eu concordaria em que a gente pudesse, fazendo a modificação, votar essa matéria.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu gostaria, Sr. Presidente, de acrescentar aqui alguns argumentos no nosso debate.

Com certeza, esse projeto, embora terminativo aqui, haverá de sofrer um requerimento da base do Governo, para que seja votado no Plenário, porque se trata de redução de impostos, num momento em que nós estamos aí com problema, inclusive, com os municípios. Eu já venci esse argumento porque acho que os municípios são os maiores compradores e vão ter grandes descontos com a redução do IPI.

No caso da importação, nós temos que ver os acordos que o Brasil assinou com a Organização Mundial do Comércio, porque, se nós dermos vantagem à indústria nacional e não dermos vantagem também à importação, poderá gerar questões nos fóruns internacionais. O Brasil também reclama muito quando se tira de fóruns internacionais as suas prerrogativas. Existe sim, "Flexinha". Eu é que fiz o relatório e estudei a matéria, por isso nós mantivemos. Hoje, o material escolar, no Brasil, gera inflação e, se não fosse pelo material importado de países onde a mão-de-obra é mais barata, certamente teria mais custo, que a concorrência é que mantém esse preço nos níveis em que estão. Você sabe que a economia de mercado é assim: quando há concorrência, os preços tendem a se manter mais estáveis.

Mas eu acho que, se o autor, vamos dizer, transige para o bem da matéria... Nós já estamos tentando aprovar essa matéria, Sr. Presidente, há meses, há meses, e ainda vamos ter que enfrentar um debate no Plenário. Então, se pudemos enfrentar a questão do IPI das importações lá no Plenário, seria até melhor. Senão, vamos transigir. Mas é importante aprovar, é importante aprovar. Nós precisamos mostrar ao povo brasileiro que estamos atentos, queremos que as crianças tenham o melhor material pelo menor custo. Isso vai beneficiar os municípios, eu consultei Prefeitos, eles gastam muito dinheiro com material escolar. Ontem mesmo, num programa da Bandeirantes, estava uma crítica ao Prefeito de São Paulo, no Programa CQC, porque haviam escolas que, há dois meses, não recebiam o kit escolar, e o organizador do almoxarifado estava falando exatamente sobre esse assunto que estamos debatendo agora. As Prefeituras precisam ter reduções nos impostos para que possam comprar rapidamente. Elas ficam aguardando o desembolso dos seus orçamentos. Então, quanto menor o preço, com certeza melhor estarão servidas as nossas crianças.

Eu estou convencido do relatório que fiz e olha que sofri muita pressão, sou da base do Governo, mas

apresentei aqui um relatório de consciência, de coração, de alma cristã. Eu acredito que isso trará benefício. São essas as minhas palavras, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, como eu disse na reunião passada, Sr. Presidente, na semana passada, eu fui o Relator desta matéria na Comissão de Educação. Fiz um relatório, aprovando e acatando parte da proposta do Senador Agripino. O Senador Agripino propõe a isenção de tributos sobre material escolar, PIS/COFINS e IPI. Eu acatei PIS/COFINS e não acatei IPI. O Senador Agripino está argumentando que o IPI já é isento em diversos materiais que compõem aí o conjunto de necessidades para o aluno começar seus estudos, o material escolar.

Naturalmente, numa votação, eu tendo a votar favorável à matéria, mas acho também que nós votamos aqui ainda e deveríamos sempre pedir à consultoria da Casa... Se tem, eu não vi; se não tem, deveria ter; Se tem, eu peço desculpas. Mas nós tínhamos que ter a repercussão dessa isenção para os cofres públicos, quanto que significa de isenção de PIS/COFINS e de IPI com esse material. Eu acho que a consultoria poderia ter anexado. Eu vou votar, naturalmente, vou votar favorável, mesmo tendo essa observação. Quando eu retirei o IPI, é porque eu pensei nos municípios. O Crivella disse que o Município é um grande comprador e vai economizar. Mas a gente fala em tese, a gente não tem dados. Nós não temos dados, informações que possam subsidiar o nosso trabalho. Então, eu acho que esses relatórios nossos precisam, de fato, de um nível de informação, para que pudesse dar segurança, e nós pudéssemos votar com uma confiança maior do que a gente vota. A gente vota mais na simpatia, na tese, do que nas informações exatas que nós precisaríamos ter numa votação como essa, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, eu, na verdade, quero parabenizar a iniciativa do Senador José Agripino por esse projeto. É claro que tudo que foi dito aqui agora, pela última fala do Relator, o Senador Renato Casagrande, sempre há essa preocupação sobre o impacto, sobre os tributos arrecadados pela União e, principalmente, pelos municípios. Eu vejo, Sr. Presidente e Senador Renato Casagrande, sempre que a isenção é em cima do IPI ou o Imposto de Renda, que é um imposto repartido com municípios e estados. Dificilmente você vê algo dado com PIS e COFINS. Esse projeto do Senador José Agripino tem esse mérito porque ele dá a isenção do IPI e dá a isenção de PIS e COFINS. Eu acho que a tendência de estimular a economia ou estimular, por exemplo, como um projeto desse, que tem um mérito de fundo, que é facilitar a aquisição de material escolar, possivelmente pelas famílias mais carentes, tem que ser em cima de PIS e COFINS, porque é uma contribuição unicamente para a União e que não é repartida, e, acabarmos com essa isenção de IPI, porque, senão, vamos liquidar os municípios brasileiros e os estados mais pobres, que têm, no IPI, uma parcela importante das suas receitas.

Aqui, o Senador Agripino colocou o IPI, e eu também não me atrevo a dizer que o IPI aqui vá prejudicar os municípios, porque, quando você faz uma desoneração de IPI, como é feito para a indústria automotiva, no recente momento em que vivemos, isso daqui deve ser "DX"(F).

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador, me permite um aparte?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pois não, Senador.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador César Borges, só que as Prefeituras, que são as grandes compradoras de material escolar, elas vão ter também uma redução no preço. Então, haveria, de certa forma, uma compensação.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pois é. Então, por isso que eu estou de acordo com o projeto, sem sombra de dúvidas. Agora, quero dizer que a isenção de IPI na indústria automotiva, se compararmos com isso aqui, é um nada, é uma gota d'água.

Então, por isso, eu não vejo por que não aprovarmos o projeto que tem o mérito de facilitar a educação em nosso país e tudo, que vem em direção de facilitar a educação. Eu acho que deve merecer o apoio nosso e a compreensão do Governo Federal que não é esta isenção que vai abalar as contas do Governo Federal. Era isso aí, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação o Projeto e as Emendas. Consulto o Plenário se podemos fazer uma--

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): --só votação.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, o Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): O Senador Renato Casagrande fez uma proposta de, de repente, encaminharmos para que a nossa assessoria possa nos dar... É possível ou não?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, porque nós estamos em votação já.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Não, mas foi antes da votação. Ele fez um pedido, estava em discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, não estava em discussão, não.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Está certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A discussão já foi encerrada. Então vamos proceder à votação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu continuo na minha dúvida: eu preciso saber se o Senador Agripino retirou a isenção às importações.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Esse acordo será feito posteriormente; o Senador José Agripino já concordou.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma observação. Como o Senador Crivella aqui colocou, com muita propriedade. Diante da polêmica, dificilmente o Governo não pedirá para que essa matéria vá ao Plenário. No Plenário, pode se construir esse acordo ao qual se refere o Senador Flexa Ribeiro e com o qual eu concordo. Então, nós podemos fazer esse entendimento com a votação em Plenário, que eu acho que haverá. Eu concordo que vá haver e concordo com a colocação feita pelo Senador Flexa Ribeiro. O que nós poderíamos era aprovar este projeto, com o compromisso de, no Plenário, onde haverá a votação, com certeza,--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ele vai para lá?

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Vai, vai, porque haverá recurso.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Haverá recurso ao Plenário e lá nós fazemos os ajustes necessários.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Recurso ao Plenário o próprio Senador Flexa Ribeiro pode fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É verdade.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Ele pode votar a favor e apresentar o recurso para que ele vá a Plenário; ele próprio pode fazer, garantindo que a matéria vá a Plenário. Assim, nós venceremos a etapa da Comissão, indo ao Plenário, e, no Plenário, se faria uma discussão mais ampla com os argumentos, que aqui foram colocados, em franco debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Expedito Júnior. Lembro que vamos iniciar a votação.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, eu até não ia votar favorável, eu iria encaminhar o meu voto contrário, mas, com essa abertura que nos propõe o Senador José Agripino, de buscarmos uma solução, de buscarmos uma alternativa, de repente, em Plenário, e, com essa proposta do Senador Flexa, eu, então, votaria favorável aqui na Comissão, esperando que nós pudéssemos fazer um acordo em Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A Secretaria da Comissão está observando que nós temos 13 senadores no Plenário da Comissão. Falta apenas um senador, porque a matéria exige *quórum* qualificado. Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Eu estou sendo informado que os Senadores Gilberto Goellner e Jayme Campos estão aqui ao lado. Pedi a um assessor para convidar as S. Exas., eles estão aqui até o final da votação. Eu acho que podemos começar a votação, e eles chegarão em tempo de votar.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Já tem **quórum**.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Já tem *quórum*?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Já tem **quórum**.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): 13.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Mas está chegando, está chegando.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Está chegando. Mas, enquanto eles chegam, eu gostaria, Sr. Presidente, de dizer o seguinte: eu acho que realmente esse é o caminho, aprovarmos essa matéria, porque ela é importantíssima para que nós possamos dar oportunidade aos alunos, principalmente às famílias mais pobres. Todos nós assistimos, no começo de cada ano, de cada ano letivo, o desespero, as dificuldades das famílias para poder pagar o material escolar, além de que vai favorecer a que possam ter acesso também a mais livros didáticos, a equipamentos, a instrumentos que vão favorecer a educação, que, com certeza, vai fazer com que... Olha, quando se trata da educação e no nível que se encontra a nossa educação, um nível tão baixo, deveria, inclusive, essas isenções não ser

apenas para material escolar, mas todo livro, de uma maneira geral, ter mais e mais isenções, para que o acesso fosse cada vez mais facilitado a todos os estudantes, a todo o material que levasse a melhorar as condições da educação.

Então, está de parabéns o Senador José Agripino, que, com muita sensibilidade, conhecendo essas dificuldades, colocou esse projeto. Tem um Relator que estudou, realmente eu sou testemunha da sua dedicação, o Relator Marcelo Crivella. E quero que os colegas da Amazônia, os Senadores, V. Exas. entendam que essa é uma questão que, quando da discussão em Plenário, poderá ser resolvida, como já garantiu aqui o Senador José Agripino. Vamos à votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos iniciar a votação. Peço silêncio [soa a campainha]. Votação nominal. Marcelo Crivella, voto conhecido, é o Relator. César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Garibaldi Alves com o relator. Pedro Simon?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Tasso Jereissati?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): João Vicente Claudino?

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, eu vou votar com o Autor e com o Relator, mas vamos discutir melhor no Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Expedito Júnior?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Rosalba Ciarlini?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): José Agripino, autor. Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, com o Relator, informando que apresentarei destaque no Plenário, para que possamos rediscutir o assunto na ocasião.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Jefferson Praia?

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, da forma como está, terei que votar não. Voto não.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Delcídio Amaral?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Voto não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Jayme Campos?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Foi aprovado o projeto com 10 votos "sim", com o Relator, e três "não". Não houve nenhuma abstenção. Nós temos aqui dois senadores que o voto apenas é dado para o *quórum*, consta do *quórum*, que é o Presidente e do Autor. Fica, portanto, aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2007, terminativo, com a Emenda de redação nº 2 e rejeitada a Emenda nº 1, da Comissão de Educação.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, eu peço a palavra, pela ordem, para encaminhar à V. Exa., talvez até de uma forma redundante, um requerimento de minha autoria, solicitando que, dentro do art. 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam designados, de imediato, os membros da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, para o exercício de 2009, com a respectiva eleição de Presidente e vice-Presidente, com o objetivo de reiniciar o mais rapidamente os seus trabalhos. Esta é uma Subcomissão dessa Comissão, ela é uma Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais. O Brasil inteiro está atento às dificuldades que os municípios estão enfrentando neste momento. Nós temos aqui no Auditório Nereu Ramos, do Senado, agora, uma reunião com Prefeitos de todo o país, estaremos aqui, em breve, recebendo figuras do Governo Federal, eu espero, atendendo ao convite da Comissão, não é possível que não venha alguém. Eu espero que eles estejam aqui presentes, porque foi feito, foi expedido um convite a essas autoridades e, também, o Presidente da Confederação Nacional dos municípios, o Paulo Ziulkoski,

que deverá estar aqui entre nós. Então, mais do que nunca, se faz necessário que também esta Comissão possa dar a sua contribuição para que seja instalada rapidamente, neste ano, a Subcomissão de Assuntos Municipais. Esse é o teor do meu requerimento, Sr. Presidente. Eu tenho certeza que V. Exa. deverá estar tomando as providências necessárias para a instalação desta Comissão o mais rapidamente e espero que nós possamos receber, ainda hoje, os convidados, os convidados, que foram a Sra. Lina Maria Vieira, Secretária da Receita Federal do Brasil, Deputada Federal Rose de Freitas, que eu já a vi entrando neste ambiente, o Sr. Paulo Ziulkoski e o Sr. João Paulo Lima e Silva, para que nós possamos discutir essa grave questão que está trazendo tanta inquietação às administrações públicas de mais de 5500 municípios brasileiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador César Borges, na próxima Sessão, na próxima reunião da Comissão, faremos a designação dos seus membros.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Srs. Senadores e--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em discussão o requerimento do Senador César Borges. Os Srs. e as Sras. Senadoras, que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Garibaldi Alves, encontra-se sobre a Mesa um requerimento de minha autoria, que solicita uma Audiência Pública conjunta com a CAE, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle e a Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, para que possamos discutir a sistemática de formação de preço dos combustíveis. Ainda há pouco tivemos aqui a presença do Presidente da PETROBRAS, Dr. Sérgio Gabrielli. Disse ele que o combustível no Brasil sai das refinarias por litro mais barato que o litro de uma água mineral. Então, não entendemos por que o combustível no Brasil é um dos mais caros do mundo. Então, é preciso que a gente possa esclarecer essa questão. Então, eu pediria que fosse colocado em discussão pelos membros da Comissão, para que, aprovado aqui, possamos fazer em conjunto com as outras Comissões essa Audiência esclarecedora à sociedade brasileira de como se compõe o custo dos combustíveis no Brasil e o porquê dele; quando sobe o petróleo, ele sobe de preço; quando desce o petróleo, ele não desce de preço e onerando a sociedade brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Flexa Ribeiro, vou colocar em votação o requerimento de V. Exa.: "Requeiro, nos termos regimentais, que seja realizada Audiência Pública para instruir a Medida Provisória nº 449, de 2008, com a presença da Sra. Lina Vieira, Secretária da Receita, e dos Srs. Antonio Trevizan e Antonio Lopes de Sá". Em votação o requerimento. As senhoras e os senhores, que o aprovam, senadores e senadoras, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, ainda--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Senador Antonio Carlos Júnior é o autor deste requerimento quanto à nº 449. Agora: "Requeiro, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 90, Item 5, do Regimento Interno, que sejam convidadas as autoridades abaixo relacionadas, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, seja discutida a sistemática de formação de preço dos combustíveis: representante da BR Distribuidora; representante da PETROBRAS; representante da Agência Nacional de Petróleo". Assinado: Senador Flexa Ribeiro. Em votação. As Sras. e os Srs. Senadores, que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares: "Requer a realização de Audiência Pública, com o objetivo de instruir a MP 457, com o escopo de incluir as seguintes autoridades: o Presidente da Confederação Nacional dos municípios e o ex-Secretário da Receita Federal, Everaldo Maciel". Em votação o requerimento. As Sras. e Srs. Senadores, que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sras. e Srs. Senadores--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Flexa Ribeiro, precisamos iniciar a Audiência Pública.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já iniciaremos, que é da maior importância a Audiência Pública que teremos para discutir a redução dos repasses do FPM. Mas, nesse assunto, é porque eu peço, pela ordem, à V. Exa., que tem um requerimento também, me parece que já aprovado, Gonzaga, já aprovado,

para a instalação de uma Subcomissão para rediscutir o pacto federativo, Sr. Presidente. É necessário que se faça isso. Na Sessão legislativa anterior, não instalamos essa Subcomissão, porque o nobre Senador Tasso Jereissati tinha um requerimento para tratar da questão da reforma tributária, e essa Subcomissão era muito mais abrangente. Então, foi feita a discussão da reforma tributária, na Sessão legislativa anterior, e eu solicito à V. Exa. que se possa fazer a discussão da revisão do pacto federativo, que vai influir diretamente nas transferências aos estados e municípios, haja vista que, hoje, a União arrecada 60% do esforço tributário da nação brasileira. Então, eu pediria à V. Exa. que fizesse a instalação dessa Subcomissão, para que nós possamos aprofundar essa questão da revisão do pacto federativo, tão necessária para o equilíbrio dos entes federados brasileiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. será atendido.

Audiência Pública com a finalidade de debater a diminuição significativa dos recursos do Fundo de Participação dos municípios (FPM) e seus efeitos na administração dos municípios brasileiros, ainda para tratar sobre o assunto referido na Medida Provisória nº 457, de 2009, e o consequente impacto da Previdência Social nas finanças dos municípios, em atendimento aos Requerimentos de nº 16, de 2009, de autoria dos Senadores Cícero Lucena e Antonio Carlos Valadares, e 17, de 2009, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi". Convido para compor a Mesa a Sra. Lina Maria Vieira, Secretária da Receita Federal do Brasil; convido para compor a Mesa a Exma. Sra. Deputada Federal Rose de Freitas, Relatora da MP nº 457, de 2009, na Câmara Federal; convido o Dr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos municípios. Já chegou o Dr. Paulo? Convido o Dr. João Paulo Lima e Silva, Presidente da Frente Nacional de Prefeitos.

Antes de conceder a palavra à Sra. Lina Maria Vieira, Secretária da Receita Federal, quero agradecer a ela pela presteza como atendeu ao nosso convite e quero dizer que ela atendeu, claro, sem impor nenhuma condição, nem restrição, mas fazendo apenas uma ponderação: é que ela veio expor, claro, a situação da arrecadação realizada pela Receita Federal; ela não tem a possibilidade de oferecer aos presentes aqui a essa Audiência Pública soluções para o problema. Isso só poderia ser feito pelo Tesouro Nacional ou pelo próprio Ministro da Fazenda, o Ministro Guido Mantega, mas eu acredito que com os números dela o Governo poderá ter a solução. Ela não pode apenas anunciá-la e eu espero que todos compreendam e não cobrem de Lina o que não é de Lina. É como César, aquela história de César, não cobrem de César o que não é de César, como diria no Evangelho. Então eu passo a palavra, com a maior satisfação, com o maior prazer, à Sra. Lina Maria Vieira, Secretária da Receita Federal do Brasil.

SRA. LINA MARIA VIEIRA: Senador Garibaldi, é um prazer estar aqui, agradeço pelo convite que me foi formulado, esperava encontrar aqui outros atores para o esclarecimento que todos necessitam, quero cumprimentar aqui a todos os Senadores, aos presentes, dizer da alegria da Receita em estar aqui para dividir com todos esse grande problema.

Eu fiz aqui alguns slides, são poucos, para mostrar o impacto da crise nas finanças, que acontece não só nas finanças do Município, mas dos Estados e da União. Dizer que nós compreendemos muito bem as dores dos municípios e essa compreensão se torna pelo lado de quem hoje está à frente da Receita Federal do Brasil muito mais evidente por já ter vivido e sofrido do outro lado, quando tive a oportunidade de ser Secretária de Tributação no Estado do Rio Grande do Norte, no Governo do nosso Senador Garibaldi e da Governadora Vilma. Então nós entendemos muito bem os problemas que estão sendo vivenciados, somos sensíveis a todos eles e da importância desse momento de nós conhecermos verdadeiramente a realidade dos grandes números, então o que é verdade e o que é mito dentro dessa discussão que fazemos a respeito do impacto da crise nas finanças de todos os entes da federação brasileira.

Então nós temos uma alternativa que fora dessa cooperação entre a União, os Estados e municípios isso não será possível. Então este momento, na verdade, é de encontrarmos esse elo de cooperação com os entes federados. A Receita Federal do Brasil, logo que eu assumiu, mesmo antes do anúncio da crise que aconteceu em setembro, em agosto nós fizemos uma reestruturação na estrutura do órgão central da Receita Federal e criamos uma coordenação de integração com Estados e municípios não prevendo o enfrentamento da crise, como eu disse, naquele momento nós ainda não a conhecíamos, mas por essa experiência anterior vivida no estado, um estado pequeno da Federação, e nós entendemos que as diferenças regionais nesse País são gritantes, precisam de um olhar atento e até uma discussão sobre o pacto federativo. Eu acho que isso é importante.

Certamente alguns setores da economia não estão colaborando para o enfrentamento desta crise. A Receita Federal em parceria com os Estados e municípios vai identificar aonde é que isso está acontecendo e como é que a administração tributária pode atuar melhor. Então nós estamos investindo muito na gestão da administração tributária, eu acho que é por

esse caminho. Como nós não temos mais espaço para o aumento dessa arrecadação num momento em que a economia é decrescente, de lançarmos mão, portanto, da eficiência da gestão, da administração tributária, para combater a sonegação e encontrar aí aquelas empresas que não arrecadam para que passem a arrecadar e a contribuir com a sua parcela, como é responsável aí pela cidadania deste País.

Então eu gostaria de apresentar, em primeiro lugar, essa questão federativa que eu falei, a dimensão federativa da crise, os impactos da crise na arrecadação, a coordenação necessária com os municípios e os créditos dos municípios, onde nós temos desenvolvido aí um trabalho importante com a ABRASF, as Secretarias de Finanças de algumas capitais, então já iniciamos esse trabalho com a nossa coordenação de integração.

Em relação à dimensão federativa da crise, os impactos da crise têm que ser analisados e discutidos na dimensão federativa, ou seja, os três entes devem compartilhar informações e experiências para maximizar receitas existentes e otimizar as despesas. A cooperação é fundamental para que os entes subnacionais colaborem com o processo de recuperação. As soluções devem ter um horizonte curto, médio e de longo prazo, com coordenações que representem o Governo Federal e os Governos subnacionais, e é necessário também distinguir as soluções emergenciais, que não precisarão de alteração constitucional, sem perder a trajetória de médio e longo prazo. Em um contexto em que todas as esferas de Governo estão sendo convocados para participar do esforço de minimizar os impactos da crise internacional, por meio da realização de investimentos públicos, é fundamental a coordenação das ações entre os entes federados.

Então eu passo aí à análise dos impactos da crise no Fundo de Participação dos municípios e mostramos aí alguns números. Essa tabela mostra a diferença entre a estimativa de Receita que foi incluída na LOA e a nova estimativa que foi baseada nos parâmetros revistos pela Secretaria de Política Econômica que inclui a previsão de crescimento de PIB de 2%. Então para o Fundo de Participação interessa a arrecadação do Imposto de Renda e do IPI porque são tributos compartilhados. No caso do IPI, a previsão caiu de 44,9 bilhões para 40 bilhões, uma diferença aí de 4 bilhões e 850 milhões. Para o Imposto de Renda a previsão caiu de 202,8 bilhões para 185,2 bilhões de reais, uma diferença de 17,6 bilhões. No total de Imposto de Renda e IPI, somados, a diferença apontada é de 22,4 bilhões de reais. Como o Fundo de Participação é formado por 22,5% desses recursos, tem-se uma previsão aí de queda nessa receita, em relação a um PIB de 2%, de 5,1 bilhões de reais, não consideradas aí as desonerações que foram instituídas em 2009 e que serão apresentadas a seguir.

Então aí nós temos as medidas que foram anunciadas, que deram impacto positivo e negativo nessa previsão de arrecadação. Então nós elencamos as medidas tomadas em 2009 e que impactaram essa arrecadação. Estas não estão incluídas na previsão que foi reestimada agora, em março, e encaminhada ao Congresso Nacional, pois essa revisão foi efetuada antes das referidas medidas. Então a Receita aguarda o fechamento dos dados trimestrais da venda de veículos, que foi um setor que foi desonerado, para calcular os efeitos líquidos dessa desoneração.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não tem estimativa para essa redução?

SRA. LINA MARIA VIEIRA: Não, nós temos as estimativas. Em relação aos veículos, Lettieri, você tem o valor aí? Está no próximo. Então no próximo slide nós vamos colocar isso. Então esse retorno, o impacto positivo nas vendas dos veículos e, consequentemente, na arrecadação de tributos relativos ao ICMS, PIS e COFINS, que foi a outra medida que nós colocamos aí como um impacto positivo, que foi o aumento da tributação do cigarro, isso vai impactar também na arrecadação do ICMS e, com isso, também a transferência para os municípios de 25%.

Então na tabela seguinte nós mostramos aí o impacto, os impactos positivos e negativos das medidas adotadas em 2009. Então nós temos aí, em relação ao Imposto de Renda, IPI e PIS e COFINS, a distribuição dos impactos dessa desoneração causou para a União 667 milhões de reais, para os Estados 153 e para os municípios 394. Então esses foram os impactos sofridos pelos entes da federação em relação às medidas que foram adotadas agora no primeiro trimestre de 2009 e que afetará a arrecadação deste ano.

Na planilha seguinte nós demonstramos aí especificamente os impactos nos municípios em relação ao Imposto de Renda, que vai ter arrecadação também em 2010, e do IPI com os impactos positivos em relação ao ICMS também nos anos de 2009 e 2010. Pode ser verificado aí que o subtotal nos dá um impacto negativo, em 2009, de 618, e em 2009 um impacto positivo de 223, alcançando, portanto, essa queda de 394, que eu já havia demonstrado no slide anterior.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Por favor, Presidente, pela ordem. Esse material poderia ser distribuído aos Senadores--

SRA. LINA MARIA VIEIRA: Lógico.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --para que pudéssemos acompanhar?

SRA. LINA MARIA VIEIRA: Distribuiremos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nessa pasta está ou não?

SRA. LINA MARIA VIEIRA: Não, mas nós já vamos pedir para rodar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Na transparência anterior V. Sa. colocou a redução do IPI e do Imposto de Renda e me parece que um acréscimo do PIS e COFINS, é isso? Lá em 2009, 324 milhões.

SRA. LINA MARIA VIEIRA: Certo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É isso?

SRA. LINA MARIA VIEIRA: É, o impacto para a União foi um impacto negativo de 1280 e o impacto positivo foi de 613.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Na penúltima coluna aqui, em 2009.

SRA. LINA MARIA VIEIRA: 667.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas houve um acréscimo aqui de 324 milhões no PIS e COFINS?

SRA. LINA MARIA VIEIRA: Houve.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): E quanto [ininteligível] que são repassadas às Prefeituras, caíram, este que não é repassado subiu--

SRA. LINA MARIA VIEIRA: Mas por conta do aumento que houve agora na tributação do cigarro.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Da venda dos carros.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Cigarro é IPI.

SRA. LINA MARIA VIEIRA: Também, foi PIS e COFINS também, Senador.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Foi antes do--

SRA. LINA MARIA VIEIRA: Não, agora, quer dizer, é a proposta, está no Congresso, é uma proposta de também aumento de PIS e COFINS. Aí foi em relação ao impacto de tudo que se desonerou e o efeito disso. Como não foi desonerado PIS e COFINS, então nós desoneramos IPI, houve esse reflexo e houve um aumento de recolhimento de PIS e COFINS.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas, Dra. Lina, a dúvida é que mesmo com a crise na arrecadação de PIS e COFINS haverá um acréscimo de 324 milhões em 2009, o que vem ajudar o caixa da União. Lamentavelmente toda a--

SRA. LINA MARIA VIEIRA: Mas também dos Estados. Na verdade quando você tem um aumento de--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas o COFINS, ele não é compartilhado.

SRA. LINA MARIA VIEIRA: Mas aumentou o faturamento das empresas e, aumentando o faturamento das empresas, aumentará também a arrecadação de ICMS, sendo que os Estados transferem para os municípios 25% dessa arrecadação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Bom, vamos deixar para discutir ao final.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Flexa Ribeiro, vamos aguardar o momento propício.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu só pediria a distribuição das tabelas, por favor.

SRA. LINA MARIA VIEIRA: Pois não. Bom, a série histórica no pós-real, de 1995 a 2008, ela mostra que nós já tivemos anos aí de quedas de arrecadação sem estar vivendo essa crise severa que estamos vivendo agora desde setembro de 2008. Então, por exemplo, os anos de 2003 em relação ao ano de 2002 e 1996 em relação a 1995, nós já tivemos até cinco quedas seguidas, com quedas reais aí no ano de 2003 e 1996 como está demonstrado aí na planilha que faz esse desempenho da arrecadação, um resgate desde 1996 para mostrar que não foi só no enfrentamento dessa severa crise que nós tivemos quedas de arrecadação. É importante observar também que nós não contamos mais com a CPMF e nem com aquela munição de redução de prazo de recolhimento de tributos que já tivemos no passado. Ao contrário, essa crise sistêmica está exigindo desonerações e dilatações de prazos e que é o empenho aí de todos os entes, União, Estados e municípios, para que essas empresas e, principalmente, os setores que mais empregam, possam manter essa empregabilidade no País. Pode passar

Eu falei na importância da cooperação. Eu acho que essa cooperação é que vai aperfeiçoar, efetivamente, o planejamento fiscal dos municípios e Estados. Então essas necessidades, elas foram apresentadas à nova coordenação de integração com Estados e municípios e diversos atores já dos municípios participaram de reuniões, como a ABRASF, a Frente Parlamentar dos municípios, e eu quero colocar aqui, como sempre esteve, meu gabinete é aberto para essas conversas, as discussões, o levantamento de necessidades e de informações, porque diferentemente da blindagem da Receita anterior esta Receita é transparente, ela está expondo todos os números, ela está fazendo levantamentos e, mais do que isso, ela está trabalhando, efetivamente, em parceria com as administrações tributárias dos Estados e municípios.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agora me ficou uma dúvida: qual é a administração anterior que a senhora está se referindo?

SRA. LINA MARIA VIEIRA: A administração anterior da Receita, onde eu, enquanto Secretária de Fazenda, assinava convênios para troca de informações--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É do Secretário Rachid?

SRA. LINA MARIA VIEIRA: Não, as administrações anteriores da Receita. Nós tínhamos uma blindagem da Receita Federal onde as informações não eram veiculadas. E eu digo isso porque fui Secretária de Fazenda no caso de tributação do Estado do Rio Grande do Norte, firmávamos convênios com a Receita Federal do Brasil, mas não conseguíamos realizar esses convênios de troca de informações a despeito da Emenda nº 42, a Emenda Constitucional nº 42 e tudo mais. Então essa abertura eu acho que é importante não só pelo cenário diferente, mas pela necessidade de combatermos a sonegação, o contrabando e o desencaminho, e a Receita sozinha não tem condições de fazer isso. Nós precisamos dos atores estaduais e municipais nessa cooperação para melhorar não só a arrecadação, mas melhorar a vida do cidadão brasileiro através da eficiência da máquina arrecadadora. É nesse sentido.

Bom, na verdade se por um lado os municípios estão colaborando com a Receita Federal e essa abertura de troca de informações vai facilitar e muito o trabalho dos municípios, por sua vez a Receita também recebe o apoio dos municípios no compartilhamento de informações que serão importantes para o trabalho da Receita Federal, como o compartimento da base de ITBI, as informações a respeito de habite-se, isso vai ser muito importante, o compartilhamento dos dados relativos ao cadastro de imóveis e o cadastro e base de dados de permissionários e concessionários de veículos automotores. Então enquanto pudermos ser organizados e cooperativos, eu acho que a Nação tem a ganhar com isso. Essa é a visão da administração tributária federal e que tem encontrado eco aí nas administrações estaduais e municipais.

Com relação aos créditos dos municípios, nós queremos colocar aqui em relação ao INSS algumas estimativas. Nós vamos colocar alguns números aqui que certamente não coincidirão com os números que também são veiculados pelas Federações, Confederações Municipais. O que nós precisamos é sentar, abrir esses números e, juntos, eu acredito que a gente encontre um caminho para esse grave problema que atravessam aí os municípios, principalmente os novos Prefeitos que têm que enfrentar aí essas dificuldades de redução de repasse do Fundo de Participação dos municípios. Então pela estimativa dos números que nós fizemos, colhidos alguns de repasses do próprio INSS, que nos deu a informação, nós temos aí 1,5 bilhão dos agentes políticos, que são aquelas contribuições pagas pelos Vereadores e Prefeitos, a contribuição previdenciária, a Súmula Vinculante que expurgou aí o entendimento da Receita Federal de que poderia se fazer a cobrança por dez anos, a Súmula já definiu isso, e multas e juros de um bilhão. Então esses números estão sendo analisados e a situação dos créditos dos municípios também. Infelizmente não é algo que se faça rapidamente porque nós precisamos, de uma parte desses processos nós vamos ter condições de fazer com o cruzamento de informações, outra parte nós vamos ter que fazer manualmente esses processos, e a construção do sistema para fazer esse encontro e expurgar os cinco anos da decadência, leva algum tempo para a construção disso. A Receita, ela não é independente na área de tecnologia, ela tem uma empresa que presta esse serviço para a Receita Federal, que é o SERPRO, então não depende só da Receita Federal o encontro aí dessas soluções.

Em relação aos créditos dos municípios, nós temos algumas considerações a fazer em relação aos agentes políticos: que uma parte dos municípios não sofreu o lançamento desses débitos, portanto, não possuem créditos; outra parte já teve seus débitos retificados e os valores correspondentes restituídos. Nós estamos estimando, portanto, um saldo aproximado de 1,5 bilhão de reais em relação a este item, agentes políticos.

Com relação à compensação previdenciária, que nós estimamos em dois bilhões de reais, os valores nos foram informados pelo INSS, e de multa e juros o levantamento que foi feito encontrou um bilhão.

Em relação aos créditos dos municípios da Súmula Vinculante nº 8 do STF, as considerações são que os valores precisos estão sendo apurados, isso é importante que fique bem claro. Na questão da Súmula, nós estimamos um crédito de 2 bilhões e 200 milhões. As informações sobre o cumprimento por parte da Receita do disposto na Súmula do Supremo, já estão sendo tomadas as providências pela Coordenação Geral de Arrecadação e Cobrança. A divulgação de comunicados internados orientando sobre os procedimentos a serem observados nas atividades de controle e cobrança para efetivo cumprimento da Súmula para extinguir esses créditos tributários estão sendo acelerados lá na Receita. A edição da norma de execução conjunta da CODAC e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional aprovando as instruções e procedimentos relativos ao tratamento a ser dado aos créditos tributários em razão

da aplicação da Súmula também dá essa orientação de como é que essas providências devem ser adotadas de débito a débito, por não ser impossível efetuar esse procedimento eletrônico em todos os casos, nós vamos ter que ter um trabalho aí manual grande em relação a esses processos. Os ajustes nos sistemas que controlam os créditos tributários e subsidiam a emissão da CND de acordo com o disposto na Súmula também está sendo observado.

Para baixas, através de saneamento *on-line*, o desenvolvimento está em andamento com previsão de liberação para homologação dia 13 de abril. Para a baixa automática o desenvolvimento deverá se iniciar em abril, com a previsão de homologação em junho deste ano.

Em relação à metodologia, que nós observamos lá – pode passar o próximo slide -, em relação aos créditos com os municípios do INSS nós temos 2 bilhões e 200 milhões. Então esses pagamentos, eles realizados, vão ser alocados aos débitos mais antigos, de acordo com o art. 163 do CTN. Apenas cinco dos dez anos parcelados estariam abrangidos pela Súmula e pela modulação dos efeitos da Súmula não cabe restituição dos valores já pagos e, assim, apenas 10% dessa dívida estaria prescrita ou decaída.

Nós temos na Procuradoria-Geral da Fazenda nacional 37975 processos de débitos inscritos na dívida ativa da União. Desses débitos inscritos, 5033 já estão decaídos, terão um tratamento automático, e os 32492 vão ser tratados manualmente.

A mesma coisa na Receita Federal. Nós temos lá um volume de 24837 débitos. Desses aí 3450 estão decaídos, será feito automaticamente, e 21387 terão um tratamento manual. Então a Receita Federal, ela também está elaborando a aplicação dos descontos previstos na Medida Provisória nº 449, que é o caso da remissão dos débitos de até dez mil reais.

Então eram esses os números que eu gostaria de passar. Como o Senador Garibaldi, Presidente dessa Comissão, frisou no início, eu gostaria muito de estarmos aqui todos os integrantes do Ministério da Fazenda e que poderiam dar aí muitas das respostas que os Srs. e as Sras. Senadoras certamente farão e eu não parei responder a todas, mas me comprometo de levar e tenho certeza que o Governo deverá, certamente hoje à tarde no mais tardar, anunciar aí medidas que possam trazer algum conforto para os municípios nesse trabalho, como eu disse, conjunto, que a Receita vem fazendo com os entes da administração tributária, os nove Secretários de Finanças que assumiram essa integração, nós já estamos construindo na Receita Federal do Brasil, e quero, mais uma vez, me colocar aqui à disposição de todos para os esclarecimentos que eu possa fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço à brilhante exposição da Secretária da Receita Federal Lina Vieira. Concedo a palavra ao Prefeito João Paulo, Dr. João Paulo, Presidente da Frente Nacional dos municípios.

SR. JOÃO PAULO LIMA E SILVA: Bom, eu quero dar o meu bom dia a todos os membros da Comissão, em particular ao nosso Presidente Garibaldi Filho, à Sra. Lina Maria, representando a Receita Federal, o nosso Paulo Ziulkoski, Presidente da CNM, e venho aqui em nome da Frente Nacional dos Prefeitos na perspectiva de dar uma contribuição, parabenizando a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado pela excelente iniciativa desse debate. Acho muito importante as informações dadas pela Secretária da Receita Federal e essas informações são muitos importantes inclusive para que nós possamos analisar e aprofundar esses dados. Mas, também, sentindo do ponto de vista político a necessidade de uma representação também mais política do Governo, que pudessem analisar as nossas propostas e as nossas sugestões. Nós preparamos aqui uma breve intervenção que eu vou fazer questão de ler para que possa sair com os dados mais claros.

A crise econômica mundial requer soluções políticas e a responsabilidade nossa no contexto é muito grande. A crise mundial exige do setor público e privado e das três esferas de governos respostas concretas para a sua superação. Temos dois temas importantes para tratar nesta audiência: 1) A queda do FPM; 2) As dívidas municipais.

Em relação ao FPM, é preciso destacar que no primeiro trimestre de 2009 tivemos uma queda em termos reais de 6,1% em relação ao mesmo período de 2008. Isso daí a gente pode até depois checar essas nossas informações com as da Receita. Isso tem afetado o cotidiano de muitas Prefeituras brasileiras, impedidas em cumprir seus compromissos, inclusive com o pagamento de salários. Sabemos que a queda do FPM é reflexo da diminuição da atividade econômica, provocada pela crise mundial. Contudo, as isenções tributárias promovidas pela União, especialmente a isenção do IPI da indústria automobilística, também se reflete no FPM, apesar de não representar causa exclusiva dessa flutuação. Mas é importante reconhecer que as medidas de desoneração tributária estão corretas: a indústria automobilística bateu recordes de vendas em março e a construção civil, conforme dados divulgados ontem, voltou a contratar no ritmo pré-crise. Mas como a queda do FPM é real, de 6,1%, se compararmos com 2008 e as consequências visíveis,

defendemos uma solução emergencial para atender privilegiadamente os municípios que mais precisam, respeitando-se as realidades diferenciadas que temos. Então nós defendemos que esse efeito dessa queda na transferência do FPM, ela teve quedas diferenciadas nos municípios no Brasil. Então têm municípios em que isso representa 1% na sua arrecadação, que é lógico que é uma redução, mas nós temos municípios que significam 90%; são realidades diferenciadas. Então tem Município que quase que se inviabiliza com a queda de arrecadação de 90%. Defendemos, ainda, que os recursos advindos do incremento do IPI sobre a produção de cigarros sejam privilegiadamente utilizados para compensar os municípios com queda importante do FPM. Defendemos, também, uma revisão nas atuais regras de distribuição do FPM, de tal forma a corrigir distorções e atender de maneira mais justa os municípios brasileiros. Defendemos, também neste tema das receitas públicas que o Congresso aprove a reforma tributária, especialmente critérios de transição para reparticipação do ICMS contidos nos relatórios da Comissão Especial da Câmara dos Deputados.

Dívida pública. Em relação às dívidas dos municípios, todos sabemos que seu pagamento é compulsório e condição necessária para a realização das transferências voluntárias. Assim, gostaríamos de trazer à consideração pública, ao agradecer os Senadores pela aprovação na quinzena passada onde nós estivemos aqui, a Frente Nacional dos Prefeitos, da PEC 12/2006, dos precatórios, pedimos aos Srs. Deputados que também aprovem a PEC 12, conforme redação oferecida pelo Senado Federal. Em relação à dívida previdenciária, defendemos que seja promovida uma revisão nos valores apontados pela União da dívida previdenciária com os municípios. Isso é fundamental para os municípios. Pedimos que a União respeite a Súmula nº 8, do Supremo Tribunal Federal, e expurgue das nossas contas os débitos já prescritos, que é um outro problema, também, esse pagamento indevido de dívidas que já foram prescritas. Que seja retirada da Medida Provisória 457, de 2009, a exigência de pagamento mínimo de 1,5 % da receita corrente líquida para o parcelamento da dívida previdenciária dos municípios. Essa exigência tem inviabilizado, na prática, o parcelamento para muitos municípios. Por exemplo, se mantida essa regra, Belo Horizonte só poderia parcelar seus débitos em 35 vezes; São Paulo, 17; Salvador, 21; Porto Alegre, 18; Fortaleza, 17; e o Rio de Janeiro, em apenas 9, ao invés do prazo de 240 vezes.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): [pronunciamento fora do microfone]

SR. JOÃO PAULO LIMA E SILVA: É da Medida nº 457. Então quando ele limita, ele limita uma renegociação dos 240 meses para... Não só esses aqui, eu coloquei esses aqui como referências. Que seja suspenso o pagamento da dívida previdenciária dos municípios até que se contemple a revisão devesse valores e sejam eliminados os valores prescritos, conforme determina a Súmula nº 8, dentre outros expurgos necessários. Que seja substituída a atual forma de correção da dívida previdenciária SELIC pela TJLP. A propósito, defendemos enfaticamente uma redução dos juros praticados no País, de tal forma a incentivarmos os investimentos e o crescimento econômico.

Gostaríamos, ainda, de registrar um apelo: para que os Estados respeitem o disposto na Lei das Diretrizes e Bases da Educação em relação ao financiamento do transporte escolar rural. Cada ente deve se responsabilizar pelo pagamento do transporte dos alunos matriculados na sua rede de ensino. Isso tem causado um prejuízo aos municípios estimados em um bilhão ao ano.

Tendo em vista a conjuntura econômica, também defendemos que as contrapartidas dos municípios nos investimentos com recursos federais e estaduais sejam reduzidas para valores simbólicos. E, ainda, pedimos ao Congresso que seja regulamentado o art. 23 da Constituição Federal, de tal forma a fixar normas de cooperação para as competências comuns dos entes federados. Defendemos que o compartilhamento de informações entre os fiscos das três esferas, quer dizer, aproveitando a sua presença aqui, que é uma reivindicação já antiga da nossa Frente, defendemos o quê? Que o compartilhamento de informações entre os entes e os fiscos das três esferas de Governo sejam incentivados e aprimorados de tal forma a permitir a utilização de instrumentos da inteligência fiscal para combater a sonegação e a evasão de tributos. Que o Ministério da Fazenda divulgue mensalmente análise precisa da previsão da arrecadação do IPI e do Imposto de Renda para o mês seguinte, para o fechamento do exercício também para os doze meses subsequentes para que possam dar uma capacidade maior de planejamento aos municípios.

Então, Sr. Presidente, eu queria, no fim dessa breve exposição aqui, falar que a Comissão do Senado que tomou essa brilhante iniciativa de nos proporcionar aqui as apresentações dos dados oficiais do Governo Federal, que esse trabalho não possa parar aqui. Eu acho muito importante a contribuição do Senado para que, junto com o Governo Federal, nós possamos encontrar as saídas colocadas a curtíssimos prazos, porque têm muitos municípios que já estão fazendo demissões de trabalhadores, principalmente prestadoras de serviços, situações a médio e a longo prazo, inclusive se sinaliza já para uma diminuição da crise já

no semestre vindouro, mas de qualquer forma que se monte uma estratégia do Governo Federal, se ouvindo o Senado, se ouvindo as representações aqui dos Prefeitos, para que a gente possa dar tranquilidade aos municípios e entendendo que é justamente no Município onde o cidadão e cidadãs vivem as suas primeiras necessidades. É normalmente nos pequenos municípios aonde os Prefeitos muitas vezes veem bater nas suas portas a reivindicações da população. Eu entendo que o Governo do Presidente Lula tem sensibilizado muito, nós entendemos que nós vivemos um período que nós tivemos, durante o Governo Lula, um crescimento de 10% na receita dos municípios acima da inflação, mas ninguém quer ter uma queda porque sabe que isso atrapalha os ritmos dos Governos Municipais.

No mais, quero agradecer a possibilidade de estar aqui junto na Comissão fazendo a exposição e já colocando as propostas da Frente Nacional dos Prefeitos.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Apenas para dizer ao Dr. João Paulo, que também foi Prefeito, eu também fui e--

SR. JOÃO PAULO LIMA E SILVA: Isso.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --tenho bem noção de tudo que os municípios estão passando. Mas eu gostaria de solicitar que as reivindicações, as propostas que o senhor colocou, pudessem ser distribuídas com todos nós, porque se queremos realmente encontrar um consenso unido de medidas que venham a beneficiar os nossos municípios, a tirá-los dessa situação de penúria que se encontram, de extrema dificuldade, nós gostaríamos de ter as suas solicitações e, com certeza, vamos ter as do Dr. Paulo, até porque eu gostaria aqui de dizer que quanto a que nós possamos, através da não cobrança dos débitos passados com a Previdência, por um período que eu já coloquei isso como uma proposta em Plenário de 120 dias, eu acho que isso já é algo que está de encontro ao que o senhor ou as Associações representantes e defensores dos municípios já colocam. Era só isso que eu queria solicitar.

SR. JOÃO PAULO LIMA E SILVA: Eu queria só, com a permissão do nosso Presidente aqui, com a palavra, eu queria pedir ao nosso Secretário Executivo da Frente se pudesse disponibilizar um computador para que ele já pudesse até agora mesmo entregar a cópia do pronunciamento aqui para o conjunto dos Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos tomar essa providência. Agradeço ao Presidente da Frente Nacional dos Prefeitos, a sua exposição, os seus esclarecimentos, as suas propostas. Concedo a palavra ao Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, o Dr. Paulo Ziulkoski.

SR. PAULO ZIULKOSKI: Muito bom dia senhoras e senhores, Senadores e Senadoras. Eu queria saudar inicialmente o Presidente Garibaldi, que preside essa Sessão, essa reunião. Saudar também o Senador Delcídio Amaral, a ilustre Relatora, a Deputada Rose, da Medida Provisória 457, a Sra. Secretária da Receita Federal Lina Vieira, muito especialmente o João Paulo, o nosso Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, mais uma vez os Senadores e Senadoras. É uma alegria muito grande para nós podermos estar participando nessa oportunidade desse diálogo aqui com o Senado na CAE.

Antes eu queria informar que estão conosco aqui vários Presidentes de Federações Estaduais e no auditório Petrônio Portela tem cerca de 700 Prefeitos reunidos neste momento, aqui no Senado, acompanhando, talvez pela TV Senado, esse debate que se trava aqui. Nós estamos realizando mensalmente uma vinda à Brasília, a próxima será em 6 de maio, depois em junho teremos outra, sempre no Petrônio Portela, e a marcha será realizado nos dias 13 e 14 de julho, a marcha dos Prefeitos brasileiros à Brasília.

Então feita essas informações, eu queria de imediato iniciar e pedir permissão, Presidente Garibaldi, para fazer uma apresentação e, antes, pedir desculpa, que eu não sou técnico, não sou tributarista, mas vamos tentar mostrar um pouco da crise. Trabalhamos com uma equipe muito pequena, a Receita Federal graças a Deus tem uma estrutura muito boa, queremos saudar a nossa Secretária, mas nós vamos trabalhar com o que temos disponíveis e dentro das nossas possibilidades. Então eu queria inicialmente passar as transparências e fazer alguns comentários. Pode ir passando. Eu vou ser um pouco rápido porque eu sei que os Senadores têm outros compromissos, lógico que a gente vai ter que apresentar, mas têm outras Sessões, tem o Plenário, então vamos tentar, dentro do possível, ser um pouco rápido. Pode ir passando.

Bom, que crise é essa? No estamos fazendo uma indagação na apresentação. A crise econômica é mais grave do que se imaginava. A gente tinha antes que seria fraca. O PIB desacelerou de mais 5,1, que foi em 2008, para algo para -0,5 ou +0,5 em 2009, atingindo as receitas tributárias e os Fundo de Participação que nós vamos referir mais aqui.

Parâmetros. O PIB em 2005: 5,1. Estimativa para 2009: o Governo iniciou afirmando que era 4 e nós trabalhávamos num cenário de 2; o Banco Central 3,2; nós em 1,2; e no momento a CNM, que tinha uma previsão de 2, trabalha com 0,5. Portanto, toda a nossa apresentação vai ser num PIB de 0,5.

Receitas federais nominais em 2008: 717 bilhões da União; o Governo com 756; nós estamos prevendo para 2009, agora, 740 bilhões, por causa da diferença do PIB. A União acha que vai ser 2 o PIB e nós estamos achando que vai ser 0,5. Lógico que não é o PIB em termos literais que vai dizer tudo isso, mas é um componente que nós estamos avaliando.

Bom, agora vamos pegar o FPM bruto. No ano passado, bruto, 51 bilhões arredondando. O orçamento – aí é que começa o grande drama dos municípios. Orçamento deste ano, previsto lá na LDO da União, no orçamento do ano passado. Todos os municípios fizeram LDO, a LOA, baseado no que previa a União. A União estava prevendo 58,2 bilhões para este ano de FPM. Todos os orçamentos foram feitos com esse montante. Aí o Governo reestimou agora para quanto? Tendo o PIB para 2 para 52,9; nós estamos afirmando que é 50 bilhões. Olha bem, cálculo otimista em 50 bilhões. Tomara que eu esteja errado, tomara que eu venha aqui até pedir desculpas para um cenário que não vai se realizar. É isso que o Brasil quer, um cenário melhor. Nós estamos mostrando os números. Pode passar.

Relação entre o IPI, o Imposto de Renda e o FPM. A Receita do FPM cresceu mais aqui, eu concordo com a Secretária: 65% de 2003 até 2008. Mas essa tendência foi interrompida pela crise, que atingiu frontalmente as principais bases vinculadas, a produção industrial e o lucro das empresas, porque 82% do FPM é Imposto de Renda e 18% é IPI. Então vocês olham ali como ele vinha turbinado, o IPI, o Imposto de Renda e o FPM. Já lá no finzinho agora, ele começa a criar. Pode passar.

O que ocorreu no primeiro trimestre agora já deste ano? Em valores nominais o FPM caiu 7,2; em valores reais, 12,3%. Isso são dados que estamos tirando da Receita, portanto, isso é dado que poderemos até, se estiver errado, corrigir, mas é isso que temos de informação. Então isso--

SRA. LINA MARIA VIEIRA: Isso é do Tesouro Nacional.

SR. PAULO ZIULKOSKI: É do Tesouro, exatamente. Bom, aí eu não sei, que o Governo é muito grande, nós trabalhamos com o que temos excesso, e valores corrigidos pelo IPCA. Eu não vou me deter ali nos valores, os senhores estão podendo acompanhar ali. Pode passar.

A crise e o FPM. A perda efetiva dos municípios é muito maior do que considerarmos o orçamento, veja bem, previsto pela União, agora com orçamento previsto. No primeiro trimestre o FPM deveria ter somado 11,7 bilhões pelas projeções do orçamento. O nosso orçamento é baseado nas informações da Receita, do Tesouro. Portanto, nós não temos como não agir assim. Mas o resultado foi apenas 9,4. Olha a diferença, ou seja, o FPM ficou 2,1 bi abaixo do que estava programado, conforme está demonstrado ali, chegando a uma queda, pelo programado, de 20% no trimestre, 20,3, e isso é que tem que ser tudo reestimado. Depois têm as deduções ali mais embaixo. Pode passar.

O impacto agora da desoneração. Até o final do ano as medidas tributárias já implantadas pelo Governo devem gerar – aqui até o final do ano de 2009 – uma perda de 8,9 bilhões para a União, Estados e municípios. O impacto nosso, no FPM, é de 2,1 bilhões e para os Governadores 1,9 bilhões. Portanto, 4 bilhões é nosso dessas perdas, conforme está aqui embaixo comprovado aonde ocorreram as desonerações, onde estão ocorrendo ainda. Pode ir passando.

Nesse ritmo o que se espera até o final do ano? Nós temos que orientar os Prefeitos, os 600 Prefeitos que estão ali querem informações de como é que vão readequar o seu orçamento. A crise vai melhorar? Bom, eu não sei, muitos dizem que vai, nós estamos trabalhando com isso. Agora os nossos prognósticos são esses ali, olha. O PIB de 0,5%, o lucro das empresas é com 5%, a produção industrial que encolha apenas 2% e a massa salarial cresça 6% em 2009, com esses parâmetros, considerando as desonerações do IPI e do Imposto de Renda que se somam, atualizamos a projeção de arrecadação dos impostos que compõem o bolo do FPM e dá esse resultado que está ali. Portanto, no ano passado eram 216 bilhões de IPI e de Imposto de Renda, 48 dos 22,5, mais 1% que foi votado aqui, deu 2 bi, deu 50 bi. Agora o Governo está prevendo, com 2% de PIB, 225, nós 212; 50 a União, nós 47. Nós trabalhamos com 50 bilhões e a União com 53 três, arredondando. Então está ali a queda se dividir um pelo outro. Pode mudar.

Aqui é uma outra questão para provar para os senhores a situação difícil, que é a sazonalidade, isso é histórico, eu não estou inventando. Aqui está o gráfico onde mostra. Outra forma de estimular os valores para este ano é analisar o padrão sazonal dos repasses que variam durante o ano. Se vocês pegarem 2003, aqueles pontinhos são do mês, janeiro, fevereiro, onde sobe, onde desce, vai indo. A cada ano olha o comportamento da Receita: ela vem e cresceu, como dissemos, 65%. Olha lá no finzinho já de 2008, que vai aparecer no seguinte: aí começou a despencar já em

outubro do ano passado, não é em janeiro, em janeiro já foi negativo. Então isso mostra a sazonalidade. O que é que nós vamos informar para os Prefeitos? Pode passar.

Aqui então podemos testar a nossa projeção pelo padrão sazonal dos últimos seis anos. Pela média geométrica móvel entre 2002 e 2008 foram 26,1% nos recursos que são repassados no primeiro trimestre; eu estou pegando janeiro, fevereiro e março só. Está ali em vermelho, lá no fundo, a média que dá para chegar aos 100%. Pode passar.

Agora vocês olham aqui a questão, considerando a oscilação em torno de uma média de 100%, temos os seguintes índices sazonais do FPM para serem utilizados na projeção: vocês olham ali a projeção. Então quando eu digo assim, me entrevistaram hoje vários: "A crise é violenta?", "Não, a crise ainda não chegou nos municípios, ela está batendo na porta". Aí é que está o drama dos municípios, aí é que está o problema. E não é terrorismo que eu estou fazendo, não. Eu estou mostrando a arrecadação, estamos mostrando a sazonalidade, não estamos inventando nada, porque dia 30, agora, termina o prazo de ajuste do Imposto de Renda. Em maio, ainda tem um picozinho de aumento – abril e maio -, já caindo em relação ao ano passado, na projeção da própria Receita e do Tesouro. Quando chegar em junho, fim de maio, despenca e só recupera quando? Lá em novembro, lá em novembro. Então, como é que vão estar as Prefeituras em julho? Tomara que eu esteja mentindo, repito aqui, mentindo no sentido de projetando mal, tomara que eu venha aqui pedir desculpas do erro, mas está aqui o que nós estamos mostrando matematicamente. Olha a projeção, quando chegar, agora, o mês de junho. E vai até novembro. São cinco meses que os Prefeitos que têm o FPM como básico, o que ocorre. Então, como é que vai se orientar para eles poderem fechar o ano? Pode passar.

Vocês olham aqui. Se replicarmos esse padrão sazonal, utilizando o valor estimado de 50 bilhões, que nós estamos estimando, projetando um valor para o primeiro trimestre realizado, que nos dá a segurança para prevermos os demais trimestres de acordo com a tabela base, nós vamos ter aquele resultado ali: fecha direitinho o realizado com o projetado. Portanto, não é invenção nenhuma. Olha, é 11.826 e 11.819 e fecha no restante do ano. Tomara que isso tudo mude para melhor. Podemos passar.

Eu estou querendo concluir, eu estou apurando aqui, eu estou sintetizando bem as questões. Os Prefeitos receberão, em 2009, 8 bilhões a menos do que planejavam receber quando organizaram seus orçamentos com base nas informações federais. Isso não é a queda real, isto é o que vai dar de queda em função do que estavam prevendo, que eram aqueles 58 que cai para 50, num cálculo otimista, otimista, porque todas as projeções, até agora, da Receita, do Governo Federal, eu talvez troque aqui, eu não sei se é do Tesouro ou da Receita, elas estão superestimadas. Até agora, mostrou-se isso, desde outubro até agora. Até agora, vem mostrando isso, mas nós estamos nos baseando nessas informações. A queda de FPM é variada de acordo com as unidades, tem estado que recebe mais e outros menos. Pode passar.

Agora vamos pegar um outro tributo. Os senhores sabem, porque, senão, parece que é o FPM que está apanhando. Não é o FPM, aí é que está o problema. No ano passado, nós arrecadamos 55 bilhões de ICMS e de FPM 50 bilhões. No primeiro bimestre agora, que são dados do CONFAZ, faltam quatro estados, olha bem, eu estou computando janeiro e fevereiro, olha quanto caiu o ICM no País: 6,6; em janeiro e fevereiro, a queda do ICM foi maior do que o do FPM. E aí com o maior respeito que tenho às capitais, às grandes cidades, eu não aceito essa acusação ou essa avaliação: "Não, são os pequenos que estão sofrendo". Os grandes sofrem mais, só que eles são mastodontes, ninguém nota. O sujeito que vive na periferia, falta de serviço público, é outra história. Isso atinge a todos. O FUNDEB é atingido por isso aqui, da educação, todas as vinculações são atingidas, da saúde, da educação, tudo passa por aqui. Então não é a queda do FPM, é a queda do maior tributo do Brasil, o ICMS. Vamos ver março, agora, quando fechar, e abril. Pode passar.

A crise... Como é que se soma... Olha no mapa que nós estamos mostrando. Em 1367 municípios, o FPM representa mais de 50% da Receita. Portanto, são números reais. Em 3871 é a soma de cota do ICM e do FPM que ultrapassa 50%. Então vocês olham o vermelho, o que dá ali. Poucos que têm... Esses dois tributos representam 60% praticamente da arrecadação nacional disponível, não as transferências voluntárias ou programas. Então, vocês olham a grandiosidade que está caindo nesses dois tributos que financiam todas as políticas públicas no Brasil. Pode passar.

Agora, a situação fiscal. É possível ajustar à crise? Eu não estou dizendo... Eu estou mostrando dados para os senhores aqui, são dados do FINBRA isso aqui, de 5300 municípios do Brasil. Vocês olham ali que a receita dos municípios cresceu nos últimos anos, mas a despesa acompanhou essa expansão, porque o Governo estimulou, o Congresso estimulou a botar Programa de Saúde da Família mais, a fazer mais creche, agentes comunitários de saúde, assumir várias atribuições num momento de aumento.

SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM-BA): Dr. Paulo, por favor, um esclarecimento. Porque aqui, na projeção da Secretária, ela apresenta para 2009, em 2006, distribuição dos impactos por tributos e esfera(F) do Governo, um ICMS total positivo, impacto positivo. A demonstração que V. Sa. apresenta é ao contrário, é uma queda--

SR. PAULO ZIULKOSKI: Janeiro e fevereiro é, inclusive o estado que mais perdeu foi Minas Gerais, depois... São Paulo, inclusive, que é a locomotiva, perdeu; parece que em março recuperou um pouco já São Paulo.

SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM-BA): Mas há uma discrepância grande entre a sua informação e a da Secretária.

SR. PAULO ZIULKOSKI: Eu estou baseado em dados oficiais do CONFAZ, o que houve efetivamente de arrecadação.

Bom, então ali os senhores olham o que nós temos: pessoal e auxílios, que é um vale-transporte que não é computado: 45% é pessoal, muito abaixo lá dos 60%; juros 1%; investimentos... Olhem bem, Srs. Senadores, nós investimos mais do que a União e os Estados: 10% dos 28% ou 29% de investimento que houve no País no ano passado; inversões financeiras 2,3%; e olha onde está o custeio ali: 40% arredondando. Então pessoal e custeio vai a 85% da despesa dos municípios. Pode passar.

É possível cortar gastos de custeio? O custeio da Prefeitura significa comprar medicamento, gasolina, é aquele dia-a-dia, tirar o lixo, enfim, é luz na rua, é a creche, é o remédio, é o transporte escolar, é a via pública. E ali aparece, olha, agora desdobrando só a parte do custeio: 36% é material de consumo; diárias 2%; contratos e obras, aí sim, 54%, que aqui entra toda a área de saúde, área de compras, de exames, hospitalizações, remédio, limpeza, segurança, entra todos os contratos; e, também, consultorias, transferência a pessoas e outras despesas. Pode passar.

Cuidados com os cortes para não atingir a área social. Olhem esse número aqui. A União tem 60% do bolo nacional. Os municípios gastam 52% de tudo que têm em saúde, educação e saneamento; e a poderosa União gasta 8%; 8%. Será que o Presidente, o ex-Presidente Itamar, o Fernando Henrique e o Lula foram ou são ditadores? Não. Isso não é provocação aos senadores, mas isso tudo foi construído aqui dentro do Congresso. Isto é Lei, isto é Lei, isto é que aparece os números. Será que a União não tem, agora, como manter esses programas ou vamos cortar lá no custeio e diminuir a limpeza da rua, o transporte, a alimentação, o programa de saúde da família, o programa do agente comunitário, o remédio, o combate, sair fora do Bolsa-Família, não contribuir? Nós temos 180 programas. Aí, senadores, é o problema do Brasil. Enquanto o Congresso não assumir esse debate, com o maior respeito que eu tenho, que é o pacto federativo, definindo atribuições, competência e recurso, que isto, sim, é descentralizar e não municipalizar, não tem solução para esse país. No nosso ver, não tem. O Senado é a Casa da Federação, e eu acho que, nesse momento de crise, como sugestão, com o maior respeito que tenho pelos senhores, é hora do Senado, talvez, constituir um trabalho mais efetivo para rever essa questão toda, porque nós não temos solução, os municípios não têm solução. No auge da arrecadação, vocês vão ver os números agora, quantos municípios eram deficitários no país, no auge da arrecadação turbinada. Podemos passar.

Como enfrentar a queda da Receita, se cerca de 1/3 dos municípios apresentou déficit? E olhem os números de quem é deficitário, para os senhores verem a realidade. Isso daqui são números oficiais, pessoal, isso daqui não é pesquisa. Superávit: 3500 municípios tiveram superávit, arrecadaram 127 bi, gastaram 133. Em 2007, isso. Eles tiveram 6 bi e 600 positivo; os deficitários: 1760, gastaram 81, receberam 78, menos 2(F). Portanto, em 2007, nós tivemos, no caixa, 4 bilhões a mais. Pode passar.

Olha o que dá agora no desdobramento. Os municípios que incorreram em déficit não são necessariamente os que gastam mal. Nós vamos ver agora aqui embaixo. Na média, os deficitários gastam menos em pessoal, mais em investimento e mais em saúde e educação, ou seja, o déficit não é causado pelo mal gasto, mas por falta de receita. Está ali embaixo mostrando, olha. No item superávit daqueles três mil e poucos: gastaram 46, enquanto o deficitário 44; em investimento, os que tiveram superávit, 9,9, investiram os outros deficitários 11; custeio e gastos sociais, tiveram 39 os que tiveram superávit, e os outros 40; educação e saúde, 52 a 53. Então vocês olham a conduta dos municípios do Brasil. Pode passar.

Bom, então isso aqui foi um diagnóstico muito breve. E outra coisa: o ISS também, em algumas capitais que nós temos os dados oficiais, também está caindo, porque ICMS, 55 bilhões no ano passado; FPM, 50 bilhões, 105 milhões(F) e 22 de ISS. Dá 130 bilhões só nessas três formas de arrecadação e as três estão caindo, as três estão caindo. E onde é que isto vai parar? Essa é a pergunta que nós estamos fazendo, porque hoje poderia se atacar essa crise até aqui, com a injeção de alguma coisa, mudando aqui ou ali. Como é que isso vai estar em julho? Como é que vai estar em outubro? Tomara que esteja, a União, acertando nas suas previsões, porque olha bem: se parar

em junho, a isenção do IPI para máquina, para veículos e tudo mais, o que é que vai ocorrer? Vai continuar se comprando automóvel? Na minha instituição, vai cair a arrecadação mais ainda do que hoje do IPI. Então, continua atingindo o nosso FPM.

Bom, agora, nós vamos... Já que foi colocada a parte da Previdência, para encaminhar, para não ocupar muito o tempo, duas ou três questões.

Essa questão aqui, pessoal, para nós, é muito importante. Pessoal não, Srs. Senadores, desculpem, parece que eu estou falando lá para os companheiros, para os Prefeitos. Decorre a nossa dívida do não pagamento das contribuições, da autuação de débitos e de períodos de autuação de dez anos, não de cinco. Pode passar. Eu vou tentar abreviar.

A Receita informou ao Senador Sérgio Zambiasi, a quem agradecemos pelo pedido de informação que foi feito, que os municípios devem hoje 22 bilhões e 212 milhões, que são dados oficiais. Quando o Presidente anunciou a Medida Provisória, em 10 de fevereiro, dizia que era 14 bilhões, e o Senador Efraim tinha um dado de 4,5 bilhões. Nós estamos trabalhando com os 22. Pode passar.

2 bilhões de convencional e 20 bilhões de especial. Pode ir passando. É só para dar uma ideia.

Aqui os estados dos senhores o que devem. O que mais deve é São Paulo, depois é a Bahia. E a Bahia porque insiste em ficar no sistema geral de Previdência, porque, se migrasse para o próprio, estaria como o Rio Grande do Sul, que é um estado mais ou menos assemelhado, um pouco menor, e que tem uma dívida quatro vezes menor. Mas é uma questão que os Prefeitos têm que se acertar. Pode passar.

No mês de dezembro, por exemplo, de 2008, nós garimpamos um por um os municípios. Que foi retido de FPM para pagar esse serviço da dívida, 159 milhões e mais 50 milhões que estimamos daqueles que pagaram direto, mas isso dos que pagaram, porque talvez a metade, são cinco mil que têm dívida, não pagaram, não puderam pagar. Então, a nossa avaliação é de 300 a 400 milhões por mês que o INSS abocanha dos municípios, a Receita. Apesar dos valores retidos [ininteligível], muitos municípios estão recebendo apontamentos de irregularidades no CAUC, que tem problema com as verbas que os senhores transferem para os estados e municípios. Nesse momento de crise a dificuldade agrava mais esse espaço. Pode passar.

Aqui para os senhores terem uma ideia, olha, 28% dos municípios estão no CAUC sem condições de contratar com a União. E mais, passando à lâmina seguinte, no CPR, que é o Sistema Próprio de Previdência, mais 28%. Em torno de 2500 municípios não têm como contratar hoje. Pode passar.

Aqui a atualização das dívidas. Veja bem, agora já estamos na Medida Provisória em que está aqui a nossa Relatora, a MP 457. Olhem bem ali o que fizeram com os municípios nesses anos, a Receita e a Previdência. É aplicada a SELIC. O IPCA está ali e estão ali os índices de correção. Olha quando deu a SELIC na nossa dívida. Por isso que não tem como pagar, Srs. Senadores, porque continuam na Medida Provisória, veio do Governo, e quando eu falei num evento aí que teve em Brasília, eu fui mal interpretado, que eu coloquei esse número. Eu não fui agredir ninguém, eu não fui ser inimigo de ninguém, eu fui colocar uma realidade que estava lá na Lei, na Medida Provisória. Pode passar.

Para os Senadores entenderem a gravidade. Vamos trabalhar aqui nesse exemplo com um Município de 20 mil habitantes, que tem uma arrecadação de 24 milhões por ano, 2 milhões por mês. Pela Medida Provisória se pagar 1,5, dá 30 mil reais por mês. Em doze meses quanto dá? Vai pagar em 165 parcelas e não em 240 como foi anunciado. Então ele vai pagar o valor. Passa para a lâmina seguinte.

O valor total da dívida no final de doze meses, porque vamos corrigir pela SELIC em dez só, no ano, eu não estou falando em onze, doze e nem em nove, em dez como média, porque a média dos anos anteriores é muito mais: 5,5; pagamos 360. Olha quanto que ficou para o ano que vem: 5 milhões e 140 mil. Se você projetar isso, eu fiz o cálculo, são 40 milhões de anos para pagar essa dívida desse Município e isso aqui são mais de três mil municípios no Brasil. Isto não é querer tumultuar e nem gozar. Isso é a realidade dos números, isso é a realidade dos números. Mas o Governo socorreu no passado um PROER, socorreu todo mundo, socorreu bancos, socorreu os estados, vem socorrendo agora até o FMI. Nós precisamos de socorro para os municípios, nós precisamos de um programa para socorrer os municípios. Então vocês olham dívidas em discussão na via judicial e olhem bem o que diz a Medida Provisória: obriga o Prefeito, Srs. Senadores, olhem bem isso, foi nas outras iguais, que tem que rever, isto é um escárnio, me permitam o que eu vou colocar, porque se está discutindo administrativamente, judicialmente, como é que uma Lei vem e obriga o Prefeito ao confessar, e que ele não lê, a admitir mais 8 bilhões de dívida? E isto foi feito nos anos anteriores em todas as Medidas Provisórias, que foram seis, e que hoje são Leis. Isto, Secretária, é que tem que rever na dívida, isto é que tem que rever na dívida, que está tudo mal lançado. Não tem cabimento chegar e chamar um Prefeito do interior à Feira de Santana, ir lá, obrigá-lo a confessar uma coisa que ele

não deve. Isto a União faz conosco, isto a União faz conosco. Pode passar.

Relação dos municípios com a Receita. Demora na regulamentação, agora já foi regulado, desrespeito à Súmula Vinculante nº 8. Aqui é uma questão que eu sou obrigado a falar, me desculpem, eu falo com o coração também, não me entendam mal. O Prefeito do Brasil que descumprir qualquer artigo da Constituição, o Promotor manda ele sair fora da Prefeitura. A União, desde junho do ano passado, não teve ainda condições técnicas de aplicar a Súmula, e na modulação que foi aqui já colocado, do Supremo, quem pagou não recebe mais. A cada mês estão sangrando dos municípios quantos milhões por não aplicar a Súmula. O que é que o Senado pode fazer pelos municípios e pela Lei e por uma interpretação do Supremo? Eu falo, a Relatora diz que eu sou muito veemente, que eu deveria me acalmar. Eu fico falando com o coração, companheiros, porque de nós estão sendo retirados desses valores e está prescrevendo, e está prescrevendo. Então a Súmula Vinculante, por que é que ela não é imediatamente aplicada? Os nossos números, com o maior respeito à Receita, não são esses, é muito mais. A Resolução nº 26, o Senado aqui publicou uma Resolução sabe quando? Em 2004, Senador Delcídio, porque o Supremo decidiu lá em 1997, quando os senhores extinguiram o IPC, que aposentava os Deputados, Senadores e Vereadores no Brasil, criaram a Lei 9.506 e colocaram na Lei que o agente político é contribuinte obrigatório. Nós entramos, eu entrei no Rio Grande do Sul naquele ano com um mandado de segurança, que o Município não pode entrar com ADIN, e o primeiro a ser julgado no Supremo foi um Município do Paraná, que declarou em outubro de 2003 que era ilegal porque foi Lei Ordinária e tinha que ser Lei Complementar e Prefeito não é profissão, nem Vereador. Não entra na 8212. Então declarou a ilegalidade. Só que está prescrevendo, porque a Receita não paga isso para nós. Nós entramos em junho e ganhamos em 200 municípios, todos ganharam, todos os municípios têm para receber porque todos pagaram ou está na dívida. Não existe Município que não está lá na dívida ou que não pagou. E o nosso cálculo não é esse de 1,5 milhão, são 6 bilhões. Então isso o Supremo decidiu, o Senado promulgou aqui a Resolução para dar efeito difuso e quantos anos faz de 2004 até 2009? Será que a Previdência não poderia ter olhado isso? E agora o que eles dizem é que a prescrição é em cinco anos e não é em cinco, porque é questão de decisão judicial. Então quanto vai a isso? As multas que foram aplicadas com a unificação da Super Receita agora, é a modulação é outra. Quanto tem nesse meio para devolver? E nós não vemos isso ser aplicado. Por quê? Porque os senhores concederam no art. 160 da Constituição que a União tem o poder, embora que nós somos um ente federado, tínhamos que ter autonomia respeitada e os tributos serem indisponíveis, como está na Constituição, os senhores autorizaram a Receita a retirar dos municípios dia 10, quando ela entende que nós temos dívida. Agora nós não temos como cobrar da União. Isso é dinheiro que não é do Prefeito, isso é dinheiro da saúde, da educação, é do cidadão. E falta de transparência, nós não temos dados mais efetivos. O que mais que tem na outra apresentação?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Presidente Paulo Ziulkoski, não é a Receita, é o Tesouro.

SR. PAULO ZIULKOSKI: O Tesouro. Desculpe, Secretária, porque eu confundo um pouco, então eu peço desculpas à senhora; é o Tesouro. Então está ali onde nós temos para receber. Pode passar.

Todos têm para receber. Pode passar, eu não vou me ater aqui, são valores. Aqui também eu não estou me reter.

Aqui estão os dados que nós comprovamos o que temos a receber, porque são 229 mil aposentados nos Fundos de Previdência dos municípios, só dos municípios, e a Lei 9.796, que é de 1998, não é aplicada; a Previdência diz que não tem estrutura ou a Receita para poder pagar isso para nós. Isto não dá para continuar assim, com o devido respeito que temos. Então temos para receber aqueles valores ali. Pode passar.

A Súmula Vinculante, quem disse isso não fui eu, foi o Dr. Fabrício Soller, para o Jornal Valor Econômico, quando saiu a Súmula Vinculante. Eu estou me baseando, ele não afirmou que é o Município, eu estou deduzindo pelo que ele falou e estou provando para os senhores de onde que está saindo a nossa avaliação, que é 13,5 bilhões. Eu posso estar errado, pode ser um bilhão, mas como eu não tenho as informações, é uma caixa preta e nós não temos acesso, eu não sei. Então nós estamos trabalhando com o que foi dito e que está na mídia por alguém que é um Procurador da Receita Federal. É só aquilo ali.

SRA. LINA MARIA VIEIRA: Procurador-Geral da Fazenda Nacional, não é Procurador da Receita; a Receita não tem Procurador.

SR. PAULO ZIULKOSKI: Então não é da Receita, foi colocado como da Receita no jornal, eu tirei do jornal. É da Procuradoria da União, então?

SRA. LINA MARIA VIEIRA: Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

SR. PAULO ZIULKOSKI: Procuradoria da Fazenda, Procuradoria da Fazenda. Eu tirei do Jornal Valor Econômico, isso não foi posto por nós. Então eu estou mostrando os números ali. Pode passar.

No montante desta dívida estão inclusive as multas que eu aqui avalio em um bilhão, não tenho como avaliar também, mas seguramente é mais. Pode passar.

Então nós estamos chegando a essa conclusão, que nós devemos 22 e temos 25 a receber. Agora isso poderá dar 15; eu não estou dizendo que é 25, eu estou mostrando de onde que saiu esses 25. Então o que é que a gente pede agora e entregamos para o Ministro Múcio, o Presidente Sarney, o Presidente Temer, ainda dia 11 de março: que a União já no dia 10 agora se abstenha de cobrar isso dos municípios, o que vão reter do FPM, porque se cobrar, o que ela cobrar no dia 10, não devolve mais, porque a modulação da Súmula diz que não tem mais como devolver. Então isso no mínimo tem que estancar e não estamos pedindo nenhum favor aqui, nós estamos fazendo apenas que se cumpra a Lei e as decisões do Supremo. É isso que nós estamos fazendo. E que se faça esse encontro de contas. Nós temos uma boa experiência com a Secretária Lina no Super Simples, no ITR, nos reunimos civilizadamente toda a semana, todos os meses, estamos encaminhando grandes soluções em parceria com a própria Frente Nacional dos Prefeitos para solucionar questões do Brasil. Eu acho que isso pode ser feito. E o Senado, o Senado olhar como pode contribuir para a solução disso, porque não é a queda do FPM. Pergunte a centenas de municípios do Brasil, dia 10, que é a maior parcelo do FPM, vai lá e vê o que é que sobra para aqueles municípios? Está aqui os Senadores que falam com os Prefeitos: é zerado, é zerado. Dia 20, quando tem que passar para as Câmaras o duodécimo, eles não têm mais FPM e nem recursos esses municípios. E temos isso para receber. E temos a desoneração que a gente afirma. Por que é que a União tem o poder na Lei e os senhores, como sugestão, não mudem a Lei para quando a União quiser a favor, seja o atual Governo ou o anterior, fazer igual, o outro que vier vai fazer igual? Se vai fazer favor, faça com a sua arrecadação, não faça com a nossa. Nós não temos, nós estamos lá sem condições na ponta. Então isso é uma sugestão que pode ser feita e encaminhada imediatamente.

Eu não sei se tem mais alguma coisa ou não. Então nós temos ainda, pela nossa estimativa, tomara que eu esteja certo, é daquilo que está ali. Eu não sei se tem mais alguma coisa ou não.

Bom, então aí têm propostas lá na Medida Provisória que nós fizemos, a Relatora está acolhendo, mas insistimos: todas vêm em boa medida, só que nós temos que rever é a dívida, porque não adianta combater o efeito lá adiante, tem que se combater a causa, qual é a origem da dívida, por que a Medida Provisória 457? E mais: pela medida anterior, que eu não me lembro o número dela, não há mais, Senador Agripino, a possibilidade que tinha na 8212, que foi revogada pela 449, de parcelar em 60 meses. E essa medida, ela vai reparcelar uma parte. Então o que é que vai acontecer com os municípios que amanhã ou depois ficam inadimplentes? Não tem mais, aí você tem que pagar na boca do caixa com o parcelamento de cinco a dez vezes no máximo, porque já foi alterado lá também a outra possibilidade histórica até que tinha de parcelamento. Então tudo isso começa a estrangular os municípios por toda essa situação. Eu não sei se tem mais alguma coisa, eu vou encerrar. Eu vou encerrar por aqui, porque são Emendas que estão lá, a Relatora está examinando.

Queria rapidamente agradecer a oportunidade da CAE, dos Senadores, dizer que a Confederação vai continuar mobilizando. Nós estamos mostrando números, o nosso papel é mostrar. Confiamos no Presidente Lula, quero deixar registrado aqui que o Presidente Lula acompanhou todas as nossas marchas, tivemos avanços bastante expressivos nos últimos anos, como tivemos alguns avanços também no Governo Fernando Henrique, tivemos acentuadamente no Governo Lula, mas nós não temos mais como administrar da forma que está. Os senhores votaram o piso do magistério, que hoje já é 1200 e poucos reais, os senhores não imaginam o impacto que isso está dando, porque não veio o recurso correspondente. Os senhores não imaginam o que é o Nordeste com o novo aumento do salário mínimo de 12,5%, o que isto impactou nas contas, a queda da arrecadação e a situação que nós estamos vivendo. Não é choro de Município, de Prefeito, nós mostramos os números. Nós estamos mostrando a vontade de ser parceiro da União e do Presidente Lula, que tem sido um parceiro dos municípios, do futuro Presidente que vier ou Presidenta que vier, nós estamos sempre nesta linha. Agora é impossível governar desta forma que está. Então nós estamos fazendo um apelo, pedindo aos senhores, encarecidamente à nossa Secretária, que embora não decida, segundo ela afirmou aqui, mas tem muita influência sim, foi Secretária de Estado, conhece essa realidade dos estados e dos municípios mais do que todos, e nós procuramos tentar contribuir para o debate dessa forma. Então estamos à Comissão da CAE, do Senado para o diálogo, para o debate, e do próprio Governo Federal para que possamos achar uma solução. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Dr. Paulo Ziulkoski, a sua exposição brilhante, o conhecimento que ele tem dos problemas dos municípios. Concedo a palavra à Deputada Federal Rose de Freitas.

DEPUTADA ROSE DE FREITAS (PMDB-ES): Boa tarde a todos. Eu queria, inicialmente, agradecer a oportunidade de estar aqui, embora ainda em fase de elaboração do nosso relatório. Eu não poderia deixar de ter atendido um convite feito por esta Comissão, através do nosso Presidente.

Eu queria, antes, esclarecer que essa Medida Provisória tem por objetivo exatamente fazer o reparcelamento, reabrir um prazo para o parcelamento das dívidas, débitos relativos às contribuições previdenciárias para os municípios. Nós queríamos dizer que há uma certa confusão sobre o alcance dessa Medida Provisória. Queria também ressaltar na fala do nosso veemente Presidente da Confederação Nacional dos municípios, que quando eu o encontrei ele estava muito alterado e tinha dificuldade de ouvir, mas que é toda a sua veemência, sua convicção, junto do nosso João Paulo à Frente Nacional dos municípios, que faz com que esses fatos todos aconteçam. Não existe nenhuma medida... O velho Ulisses já dizia que as grandes mudanças não se operam em época de calmaria. É em função disso que eu quero dizer que o nosso relatório está incompleto. Nós procuramos de todas as maneiras atender, verificar a compatibilidade, a necessidade, a justeza das medidas das propostas que foram apresentadas. Essa Medida Provisória, nós consideramos relevante e urgente, Senador, porque hoje a realidade diz exatamente o que os senhores colocaram, de que a maioria absoluta dos municípios estão em débito com a Previdência Social e em prejuízo à Lei 8.212, de julho de 1991, faz com que esses débitos tenham consequências nefastas à atuação dos municípios, porque os municípios necessitam da certidão negativa dos débitos para celebrar acordo, ajustes, celebrar convênios, e inadimplentes eles ficam restritos a qualquer uma dessas ações.

O que poderia ser um alívio financeiro através da MP nº 457, se não ajustada à realidade das pretensões dos Prefeitos que falam com muita clareza, eu sou uma Deputada municipalista, que falam muito do empobrecimento dos municípios, da necessidade de acudi-los, então se se pretende que essa medida seja um alívio, nós temos que construir um relatório nessa direção.

Eu procurei, e estou fazendo, torno a dizer que não é conclusivo, atender as medidas em relação à ampliação do prazo para adesão ao parcelamento, suprimi a palavra "até" porque nós temos que olhar essa medida sob duas óticas: primeiro que nós estamos com o país em crise, hoje já se fala em recessão. Vamos ser otimistas em falar que é uma crise cuja dimensão não podemos, nenhum de nós, nem o Governo ousa fazer, avaliar a extensão em profundidade. E se não podemos fazer, nós também não podemos limitar prazos, a não ser oferecer oportunidade para que elas [ininteligível] desses prazos e a interpretação deles venha sempre com o olhar de que essa crise pode afetar sobretudo os municípios, aonde vive a maioria do povo brasileiro, os pequenos municípios. Então a ampliação do prazo para adesão do parcelamento, que é uma medida pequena, mas que parece fundamental, porque hoje um Município, ao ter que fazer essa negociação, esse parcelamento até o prazo de 31 de maio, ele tem uma visão sobre essa crise; até julho ele terá outra.

Então nós queríamos atender a uma das propostas feitas, eu não sei se pelo Senador Heráclito, eu não tenho certeza, de que esse prazo tivesse uma maior maleabilidade para que você também tivesse Prefeito e os órgãos representando os municípios, que tivesse um olhar mais aprofundado dessa crise e, portanto, pudesse adotar medidas que fossem realmente no sentido de oferecer um parcelamento menor, um parcelamento maior, com esse ou aquela modalidade.

A substituição da taxa me parece óbvio que você não possa pensar em fazer um reparcelamento e adotar uma taxa, a mesma Taxa SELIC, que nós sabemos que é impagável aos olhos dos municípios.

A eliminação dos juros e multas de mora, que foi um leito pleito apresentado pela União, pelo João Paulo junto com a União, é a União Nacional... Federação? Eu chamo de União Nacional dos Prefeitos, eliminar, essa é uma medida cuja cujas Emendas, quase todas, versavam sobre ela.

E a alteração da forma de pagamento dos débitos, que a medida prevê que os débitos ainda não constituídos deverão ser confessados até 31 de maio. Então nós alteramos isso, a formalização e a opção pelo parcelamento mais longo e até incluímos essa palavra flexibilizando os prazos. E no tocante a multa e juros de mora, a Medida analisa e prevê a redução de 50% dos juros incidentes sobre o débito consolidado. Várias Emendas entendem esse mesmo percentual de desconto para multas ou, ainda, percentual maior ainda de até 100%. É o que nós adotamos na Medida Provisória. A redução em 100%, juros e multas, juros e multas.

Também foi tratado aqui, eu acho que pelo Sr. Paulo, a questão de como usufruir do parcelamento excepcional dos 244 meses. Nós entendemos que, de fato, manter o valor mínimo, eu citei isso aqui, de parcela em 1,5%, como disse o João Paulo, da receita corrente líquida mensal do Município, como tal está definida no art. 2º, do inciso IV, da Lei Complementar nº 101, serão prejudicados os municípios de médio e grande porte, cuja manutenção não se faz unicamente com os recursos do FPM. Nesses casos, a exigência

de parcela mínima correspondente a 1,5% da receita líquida corrente importará... Nós entendemos que importa realmente na redução significativa do número de prestações mensais e aí vai inviabilizar a adesão ao parcelamento. Então, dessa forma, nós estamos propondo um número mínimo de parcelas, pelo menos equivalente ao parcelamento convencional, que é de 60 prestações vencíveis, mensal e sucessivamente, desvinculando, nesse caso, a definição do número de parcela do limite de percentual da receita corrente líquida municipal mensal. Eu acho que, dessa forma, nós atendemos o pleito que, colocado aqui pelas duas organizações, que é exatamente de nós [soa a campainha] confirmarmos essas propostas, atendendo a questão dos municípios médios e de grande porte, como também atendemos mais adiante a questão dos pequenos municípios.

Nós estamos fazendo esse tratamento diferenciado, Prefeito Coser, em que pese aí várias Emendas que foram oferecidas como propostas, nós julgamos a sugestão contida na Emenda nº 12, que vai atender, com maior propriedade, a totalidade dos municípios brasileiros. Essa Emenda propõe que a amortização dos débitos seja feita mediante o emprego de 9% do Fundo de Participação dos municípios, percentual a ser reduzido para 3% para os mil municípios de menor capacidade de pagamento, medida pela receita, João Paulo, atendendo à sua solicitação, medida pela receita per capita; cerca de mil municípios serão atendidos pelo percentual de 3%, com a menor capacidade de pagamento das transferências constitucionais da União, impostos e circulação de municípios. E os outros 6% para os mil municípios seguintes, que eu relatei na Medida Provisória, e 3% aos municípios com o IDH muito baixo, menor do que 0,73%.

O nosso relatório, ele [ininteligível] fundamentalmente nessas questões que nós alocamos aqui. Ela atende também às principais questões levantadas pelo Sr. Paulo, na questão do prazo, na questão da taxa--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): E os débitos prescritos?

DEPUTADA ROSE DE FREITAS (PMDB-ES): Sobre os débitos prescritos, tem uma outra questão, que é: nós achamos um pouco... Ou pouco ou demais absurdo... Essa questão é a última questão que trato na relatoria, o art. 96, § 1º, que exclui a possibilidade de reparcelamento dos débitos parcelados na forma da Lei 9.639, de maio de 1988. Acontece que alguns municípios, sob o amparo da decisão judicial, como o caso de Juiz de Fora, do Custódio, eles tiveram o percentual desse desconto reduzido na forma da Lei, em determinado período. Nos casos em que as decisões foram cassadas, foi gerado um passivo desse parcelamento, e, na geração desse passivo, no contexto da legislação atual, elimina-se tudo, volta-se à estaca zero, cessa tudo quanto à antiga musa canta(F): a justiça não disse nada, nada foi feito; acontece que não que pode ser tratado assim. Então eu acho que se revela inviável esse texto e eu estou pedindo a retirada dele da Medida Provisória.

São as questões fundamentais que eu queria tratar. Eu espero ter atendido com isso... Não há uma diferença de se falar dentro de São Paulo ou em Laranja da Terra, que os reclamos são os mesmos. Não se pode tratar hoje a crise com insensibilidade em relação ao sofrimento dos municípios, e é com isso que nós tentamos fazer um relatório na justeza das palavras e ações que beneficiem a todos os municípios brasileiros. Portanto, diante dessa crise que ele o faça com mais humanidade possível. Por isso, qualquer outra distorção, qualquer outra interpretação, eu gostaria de tratar no debate que nós faremos nas próximas semanas acerca dessa Medida Provisória.

É o que eu tinha a dizer e dizer que finalmente todas as iniciativas mereceram o mérito da apreciação da relatoria, mas que a relatoria pretende, sobretudo, se é para atender os municípios brasileiros, atendê-los no momento de maior aflição e que o País, sem nenhuma perspectiva de analisar e dar dados concretos, que até muitos deles são contraditórios, visa acudir os municípios brasileiros, reparcelar os seus débitos.

Uma outra coisa que me ocorre sempre é que há uma dúvida quanto ao débito da União, dos municípios com a União. É preciso discutir isso. Eu falo uma palavra que o Paulo às vezes descorda, que é a tão chamada "conta gráfica", senador. É ver o que é que eu paguei e o que eu devo ainda. Me parece uma conta interminável, mas é impossível falar em parcelamento, sem que você faça esse encontro de contas com o Governo para saber realidatamente(F) a tal "conta gráfica" que nós sempre falamos que deve cada Município do Brasil. Se o País quer um Município saudável financeiramente, orçamentariamente, é preciso que ele ofereça essa oportunidade, disponibilize uma equipe para que eu diga ao Coser e diga ao Prefeito de Afonso Cláudio: "Olha, você pagou conto, negociou tanto, debitou tanto e deve tanto. Portanto, seria esse o seu débito, é esse que será parcelado". Era o que eu tinha a dizer e agradeço a atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço à Deputada Rose de Freitas, que inclusive fez um sacrifício para vir até aqui, porque estava contundida, mas mesmo assim veio até aqui e fez uma exposição completa--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): --sobre a matéria que está relatando na Câmara dos Deputados. Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem também, Sr. Presidente.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, eu vou precisar me ausentar, não vou participar dos debates, mas quero registrar a presença do Prefeito da capital do nosso Estado do Espírito Santo, o Prefeito João Coser, de Vitória, que está aqui presente conosco.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Prefeito?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): João Coser.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): João Coser. Satisfação, Prefeito.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E parabenizar aos expositores, em especial a Deputada Rose, que veio aqui dar uma contribuição como parlamentar desse Congresso, que é uma Medida Provisória muito importante. Então as entidades podem contar conosco para buscarmos caminhos, mas eu peço licença para poder me ausentar, que eu tenho outro compromisso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, eu não tive a oportunidade de estar durante todas as exposições por estar na Comissão de Educação com deliberação, mas eu queria, inclusive já pedi à nossa assessoria da liderança da bancada do PT e do bloco de apoio que pudesse distribuir aos parlamentares um trabalho que a nossa assessoria realizou, porque pegou os valores do FPM desde 1995, mês a mês. Então na primeira tabela nós temos os valores correntes, na segunda tabela nós temos os valores aonde foi aplicado o IPCA mensal, a preços de fevereiro de 2009, portanto, foi feita a correção inflacionária, e nas outras duas tabelas nós temos ainda os valores constantes, em comparativos percentuais com o mesmo período no ano anterior, e na última tabela comparação com o mês anterior.

Estas quatro tabelas, eu acho que elas acabam trazendo subsídios para o debate, um pouco mais na série histórica, um pouco mais comparativos inclusive, que não nos permite fazer apenas uma avaliação entre o que está acontecendo em 2009 e o que aconteceu em 2008, até porque em 2008 nós tivemos efetivamente um crescimento bastante significativo, de 5,4% na economia, e ainda tivemos em 2008 a estrada pela primeira vez do 1% a mais em dezembro. Então eu fico imaginando a situação dos Prefeitos que pegaram, aqui no montante em dezembro de 2008, 6 bilhões, e isto caiu em janeiro para 3,5 bilhões. Só que se você comparar isto com janeiro de 2008, que foi 3 bilhões e 600, em 2007 foi 2 bilhões e 963.

Então eu acho que é bom, eu quero dizer assim de forma muito clara que nós temos efetivamente uma consequência da crise, uma diminuição efetiva do FPM, mas não me deixa também com muita tranquilidade se a gente não fizer esta avaliação com um pouco mais de fôlego histórico, porque de repente o que é legítimo apresentar, reivindicar, pleitear por causa da consequência da crise, que se expande para todos os setores e não poderia deixar de ser diferente para as Prefeituras, de nós estarmos de repente ampliando mais do que efetivamente é, porque nós tivemos em 2008 duas situações de diferencial que precisam ser levadas em consideração. E é claro que quem está na administração pega um mês de dezembro por conta do 1% a mais e aí na sequência, no janeiro, cai praticamente a metade, é claro que isso dá um baque efetivo e pode inclusive repicar mais do que se nós não tivéssemos tido esse 1% a mais de FPM.

Então apenas para poder contribuir aí com os números, com os dados que podem nos dar uma avaliação eu acho que mais adequada da gravidade da crise.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Me permite um aparte?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, não é possível o aparte.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. está muito regimentalista. Eu só queria saber da Senadora Ideli, se ela fez esse mesmo raciocínio para as receitas da União, porque me parece que ela fez só para os municípios. Se fez para a União, ela vai encontrar o mesmo resultado ou melhor.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, já que V. Exa. não concedeu o aparte, mas ele o fez, eu vou responder, mesmo V. Exa. não me concedendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas aí eu vou renunciar à presidência.

[risos]

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, não faça isso, Sr. Presidente, não faça isso. É claro que--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Essa é boa.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É claro--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Se eu não puder ser obedecido, eu vou renunciar.

[risos]

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É claro, Sr. Presidente, que o FPM é fruto de arrecadação federal, não da totalidade, da parte. Então o que está aqui também de certa forma corresponde à arrecadação da União. Portanto, é por isso que eu estou buscando contribuir com o debate apresentando os dados de uma série histórica maior, porque eu acho que a gente... Inclusive porque é assim: se prestarem atenção, tem inclusive ano sem crise que a queda do FPM em janeiro, fevereiro e março é muito maior do que a que nós tivemos efetivamente aqui no mês do ano de 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senadora Ideli, V. Exa. está inscrita e ainda vai falar. Mas desse jeito, desse jeito ela termina não falando.

DEPUTADA ROSE DE FREITAS (PMDB-ES): Presidente, o senhor me permite?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Deputada Rose de Freitas. Com essas mulheres... Com a palavra a Deputada Rose de Freitas.

DEPUTADA ROSE DE FREITAS (PMDB-ES): Eu vou usar o poder de síntese, Sr. Presidente. É o seguinte: com essas preocupações todas que a Senadora inclusive abordou no seu levantamento aí sobre o FPM, eu queria dizer que é impossível dizer, até 31 de maio, como é que se comporta essa crise com relação aos municípios. Portanto, nós estendemos o nosso relatório até 31 de julho para a adesão e pactuação dos débitos, mas também, Presidente João Paulo e Presidente Paulo, os municípios, por uma questão que não contém Emenda dessa natureza, portanto, será um texto da relatoria, os municípios que possuírem 80% de sua receita anual provenientes do repasse do FPM, eles terão uma carência de doze meses para o início do pagamento parcelado e referidos nos débitos do *caput*. Eu acho que isso atende a essa ansiedade em relação à falta de visibilidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu quero registrar a presença aqui do Sr. Nilton Lima, Secretário-Geral da Frente Nacional dos Prefeitos e ex-Prefeito de São Carlos, em São Paulo; do Sr. Luiz Stival, Prefeito de Nova Veneza, em Goiás, diretor financeiro da Associação Goiana de municípios; e do Prefeito Benes Leocádio, Presidente da FEMURN – Federação dos Prefeitos do Rio Grande do Norte.

Senador Antonio Carlos Valadares com a palavra na qualidade de autor do requerimento de convite aos que estão aqui presentes na qualidade de convidados.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, inicialmente eu gostaria de registrar – e considero no meu dever – a participação deste requerimento como primeiro signatário do Senador Cícero Lucena, que por motivos superiores não está presente a esta reunião tão importante, que trata das dívidas dos municípios e da situação da grave crise que atravessam neste momento.

São impressionantes os dados aqui referidos por todos aqueles que se manifestaram, os convidados, principalmente pelo Presidente da Confederação Nacional dos municípios, o Dr. Paulo Ziulkoski – o nome é meio difícil de pronunciar. Ziulkoski. Acertei agora, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Quase.

[risos]

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Bom, e pelo Dr. João Paulo, Presidente da Frente Municipalista. Esses dados demonstram por "a + b" que a situação não é apenas grave, é mais do que isso. É caótica, é vexatória da maioria dos municípios brasileiros, não só com a redução do Fundo de Participação, mas com o endividamento dos municípios para com a Previdência Social.

A Senadora nos colocou aqui a pronúncia verdadeira: Paulo Ziulkoski. Senadora, é Paulo Ziulkoski, mas a dificuldade dos municípios são maiores do que a nossa pronúncia, disso não tenhamos dúvida.

Então, Presidente, a Previdência Social tem causado ao longo dos anos, através de cobranças devidas e não devidas, equivocadas e não equivocadas, muitos problemas às nossas comunas. O fiscal chega na Prefeitura, faz o levantamento e o Prefeito, de boa-fé, por desconhecimento total da legislação, às vezes por falta de uma assessoria, assina um acordo que no futuro ele vai se arrepender porque assinou, tornando inviável o pagamento da dívida decorrente deste acordo, isto é, a dívida, segundo o levantamento feito recentemente pelo IBAN, uma dívida de cem mil reais ao longo de 240 meses pode se tornar 44 vezes maior; cem mil reais pode se transformar em 4 bilhões e 400 milhões de reais.

Então eu acho que apesar da boa vontade, da boa intenção do Governo em fazer essa repactuação das dívidas previdenciárias, no futuro a mesma marcha que está acontecendo agora dos Prefeitos vai acontecer de novo. Uma bomba relógio nós estamos preparando para ser reativada daqui há alguns anos,

porque a dívida será impagável, de tão astronômica que vai se transformar. Além disso, eu acho que deveria haver, através dos órgãos competentes, do Governo... Boa vontade existe do Presidente Lula. Então deveria também haver boa vontade dos seus assessores mais afetos a essa questão. Fazer uma filtragem, desonerar tudo aquilo ou expurgar tudo aquilo que não for verdadeiro. Em respeito à Previdência eu não vou chamar de dívida podre, mas de dívida inexistente, de dívida indevida, dívida prescrita. Tudo isso poderia ser objeto, talvez fosse a maior obra do Governo. Ele está fazendo uma grande obra que é jogar a dívida para frente, 240 meses, mas a grande obra seria saber a verdade, quer dizer, que os Prefeitos soubessem a verdade: "Olhe, Prefeito, o senhor deve tanto, mas tem direito a receber tanto". Olha aí, o Presidente, Dr. Paulo Ziulkoski, já demonstrou que os municípios estão devendo 22, mas tem a receber 25 bilhões. Ora, se isso fosse constatado através de uma ação mais rápida do Governo, nós estaríamos salvando os municípios do pagamento de dívidas inexistentes e recompondo a sua arrecadação para a realização de suas obras em benefício da população, de investimentos que não podemos nem falar, porque se não fossem as Emendas parlamentares os municípios não poderiam fazer qualquer plano de administração. Ora, e diante dessa calamidade, mais de 2500 municípios que não podem contratar, não podem assinar convênios porque não têm certidão de regularidade previdenciária ou de débito, aí muitos parlamentares estão preocupados, inclusive eu, com essa situação, onde nós colocamos uma verba pensando em beneficiar um Município, uma dotação orçamentária, e esse Município não pode receber porque não tem condições de regularizar a sua dívida e obter a certidão exigida.

Então eu achava também que devia haver um limite, tanto é que eu apresentei uma Emenda, eu não sei se a Deputada está lembrada, estabelecendo um limite. Eu não sei se essa Emenda chegou às mãos de V. Exa. Conversei algumas vezes com o Dr. Paulo sobre isso, se era um limite incidindo sobre o Fundo de Participação ou sobre a arrecadação líquida dos municípios. Se houvesse um limite também atenuaríamos, sem dúvida alguma, o montante da dívida, sobrando alguma coisa para o Prefeito trabalhar. E apresentei uma outra Emenda, uma outra Emenda que também acredito estar aí com a nobre Relatora, que fala da substituição do índice de correção monetária. Ao invés de ser a Taxa SELIC, que seja o IPCA ou melhor índice, TJLP. É uma sugestão que eu estou dando aí à nobre Relatora, porque nós estaríamos, sem dúvida alguma, contribuindo para aprimorar o texto da Medida Provisória nº 457 do Presidente Lula.

Então, Sr. Presidente, eu acho que o relato aqui feito por todos aqueles convidados foi muito transparente. Trouxe a realidade, a situação de cada Município brasileiro. As soluções estão à vista. A crise está instalada. É verdade que ela [soa a campainha] não veio, a crise não foi criada aqui no Brasil, foi criada nos Estados Unidos, mas em decorrência dessa crise o Governo foi obrigado a reduzir o IPI, o Imposto de Renda, que são impostos que integram o Fundo de Participação dos Estados e dos municípios. Por essa razão eu gostaria de sugerir à representante aqui do Governo, da Receita Federal, a Dra. Lina, que se constituísse uma Comissão no Ministério o mais rápido possível para desvendar essa verdadeira caixa preta que são as dívidas cobradas aos municípios pela Previdência Social. Vários e vários Prefeitos ingressaram na justiça e alguns deles obtiveram sucesso. Então vamos incluir essas dívidas que ainda não foram reconhecidas em definitivo porque houve recursos da própria União? Essas dívidas que estão tramitando na justiça, elas vão participar do volume, do montante da negociação? Isso é totalmente injusto. Tudo hoje é informatizado, nada é difícil. Ora, o Presidente da Confederação Nacional dos municípios tem poucos funcionários e consegue trazer dados tão impressionantes quanto trouxe e que não foram contestados por ninguém. Imagina a Receita Federal, imagina a Previdência Social, que têm um grande número de assessores, todos competentes, todos engajados no trabalho não apenas do aumento da receita da Previdência, mas, também, da descoberta da verdade e de evitar que sejam feitas cobranças indevidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador, por favor.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Já estou terminando, Sr. Presidente. Pediria, então, à nobre Relatora, para finalizar, à nobre Deputada Rose, eu gostaria que V. Exa. apreciasse essa questão com muito carinho, da substituição--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Já acatou esta Emenda, Deputada? Eu queria saber da Deputada se esta Emenda da substituição do índice de correção monetária está sendo acatada pela relatoria da Medida Provisória 457. E, no mais, Receita Federal, por favor, vamos fazer uma Comissão lá no Ministério o mais rápido possível para desvendar a caixa preta da dívida previdenciária dos municípios, cobrar só aquilo que é verdadeiro. Aquilo que é falsificado não pode fazer parte de um Governo sério como é o Governo de Lula. Eu agradeço a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Quero registrar a presença da Presidente da Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará, Dra. Eliene Brasileiro.

Peço desculpas aos Prefeitos porque a sala da Comissão não vai permitir acomodar a todos como desejamos, mas se quiserem tomar assento, podem tomar assento aqui no Plenário, nos últimos lugares, porque os últimos serão os primeiros – já dizia o evangelho.

Eu quero fazer um apelo aos Senadores, porque nós vamos pedir a colaboração de todos para que possamos ter as intervenções limitadas a três minutos, sob pena de não termos a oportunidade de ouvir a todos e vamos encerrar essa reunião muito tarde.

Então eu gostaria agora, como o Senador Sérgio Zambiasi, que foi um dos autores do requerimento, assim como o Senador Cícero Lucena, não puderam comparecer, então nós vamos passar à lista dos oradores, concedendo a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini, que também se ausentou momentaneamente. Concedendo a palavra, então, ao Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Dra. Lina Maria Vieira, Paulo Ziulkoski, Dr. João Paulo, Deputada Rose. Eu vou fazer breves comentários, não vou fazer perguntas, mas vou fazer alguns comentários sobre a situação no longo prazo da situação dos municípios e dos estados.

Na verdade ao longo de um tempo razoável, ou seja, isso vem desde a Constituinte, lá se fez um pacto federativo, quer dizer, onde se estabeleceu, digamos, a repartição dos recursos entre União, estados e municípios, e de lá para cá todos os Governos, sem exceção, insistiram em aumentar a carga tributária através de contribuições e não de impostos, o que implicava sempre em não repartir com os estados e municípios o aumento dessa carga. Isso foi uma constante de mais de vinte anos, isso vem acontecendo e os municípios receberam encargos e não receberam as respectivas receitas que viessem a possibilitar cumprir com esses encargos.

Então nós tivemos essa tendência que vem desde a Constituinte e todas as tentativas que nós tivemos de reforma tributária, que nenhuma delas teve sucesso, nem esta vai ter, eu não acredito, sinceramente, que a reforma tributária seja sequer votada na Câmara e, se for votada na Câmara, aqui no Senado ela será absolutamente mudada porque ela não toca, quer dizer, ela não começa pelo pacto federativo, ela começa por remendos e por mudanças tópicas e que geram incertezas terríveis para estados e municípios sem que, digamos, acabe se chegando a um acordo por quê? Porque a sensação de incerteza em relação às perdas é muito grande.

Portanto, o projeto que o Governo colocou na Câmara dos Deputados, que foi modificado pelo Relator Sandro Mabel, ele não atende nem a estados, nem a municípios, e deixa grandes incertezas. Aqui no Senado, na Subcomissão presidida pelo Senador Tasso Jereissati, que teve como Relator o Senador Francisco Dornelles, nós fiz em um projeto melhor, mas ainda assim eu acho que é preciso começar tudo na rediscussão do pacto federativo. Então não adianta a gente tentar fazer remendos com reforma tributária. Eu acho que nós temos que partir para uma rediscussão do pacto federativo. Este é o ponto que eu acho que fundamental para que se possa a partir daí, a partir de repartição de receitas, de nova repartição de receitas e de encargos, então se empreender em definitivo uma reforma tributária. Eu acho que sem estabelecer esses princípios de repartição de receitas e encargos fica absolutamente impossível se empreender qualquer reforma tributária que venha a ter sucesso, principalmente quando ela deixa incertezas, quando muda radicalmente as regras do jogo da cobrança de impostos e faz com que as incertezas apareçam e que, é claro, são 26 estados e o Distrito Federal, então nós temos vinte e sete entes e mais os municípios que têm absolutamente seus interesses colocados em jogo de uma forma diferente, os interesses são diferentes e, portanto, geram pressões e contrapressões no sentido de que ela não seja aprovada.

Então é preciso que se pense primeiro num pacto federativo para depois se pensar então em realizar uma efetiva reforma tributária. São só esses comentários que eu gostaria de fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu gostaria de colocar para a Comissão, para ter a concordância de todos, nós vamos ouvir aqui um bloco de cinco Senadores, porque todos estão mais fazendo considerações do que perguntas, então vamos fazer em bloco de cinco, dois blocos de cinco. O Senador Pedro Simon acaba de se inscrever. Então vamos agradecer ao segundo orador inscrito nesse bloco, o Senador Antonio Carlos Júnior, e conceder a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini, que é a terceira.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas antes, Senadora, registrar a presença aqui do Prefeito de Itaituba, no estado do Senador Flexa Ribeiro, que é o Sr. Roselito Soares, que é o Presidente da Associação dos municípios da

Transamazônica (AMUT). Com a palavra a Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Presidente. Eu gostaria de, inicialmente, cumprimentar a Dra. Lina, dizer que quero parabenizá-la pela sua colocação com muita clareza, com muita honestidade os dados, conheço o seu trabalho, nós do Rio Grande do Norte tivemos a oportunidade de ver o seu brilhante desempenho quando esteve à frente da Secretaria de Tributação e que chegou a esse cargo tão importante da nossa Nação, é uma grande responsabilidade, e por ser mulher é um incentivo ainda mais para todas nós, mulheres, pois sabemos que temos condições e com a nossa luta, o nosso trabalho, galgar posições que dê uma contribuição decisiva para o benefício do nosso País. Cumprimentar a Deputada Rose, que na realidade eu sei, Deputada, relatar uma Medida Provisória de tanta responsabilidade, porque essa Medida Provisória está mexendo com a vida do País, é a vida do nosso País. Nós sabemos que a marolinha, para alguns, é terremoto para a maioria dos municípios brasileiros.

O Sr. João Paulo e o Paulo Ziulkoski como representantes tanto da Confederação como da Frente Nacional de Prefeitos sabem do que nós estamos falando, porque realmente não é alardeando, não é fazendo nenhum terrorismo, como bem colocou o Paulo, mas é verdade, não é fácil. Os municípios começaram praticamente, a grande maioria, agora. Vinham dentro de uma expectativa, já com algo que eu acho justo, mas que precisa ter como correspondendo a receita para que seja feito, que é o salário realmente dos professores, que é uma outra questão que foi debatida, defendi e continuo defendendo, porque eu acho que a educação se faz também valorizando o profissional, mas sei que precisa que os municípios tenham condições de arcar com esses aumentos. E aí vem uma crise. No meu estado, eu quero aqui aproveitar e cumprimentar o Presidente da Federação dos municípios do Brasil, de uma maneira geral, na pessoa do Presidente do meu estado, que é o Sr. Benes Leocádio, do Estado do Rio Grande do Norte, e também a minha suplente, a Ivonete Dantas, segunda suplente, que veio acompanhando vários municípios da Região do Seridó, ela que está lá na Secretaria, Garibaldi, está olhando, procurando, já foi à Secretaria.

Agora, minha gente, é isso que eu vejo, nós temos que realmente colocar que este é um momento de crise, é um momento que nós precisamos de medidas emergenciais para ontem, o dia 10 já está em cima, nós vamos ter mais uma vez aquele desespero, se não houver nenhuma providência tomada antes disso, de muitos municípios sem receber nada, porque fica negativo. Teve Município que até negativo ficou, foi menos o que foi retirado com o que ele precisava ter para honrar suas dívidas e seus compromissos da administração. Então o que é que acontece? Foi retirado realmente muito daquilo que não se pode, que se você tem um problema na sua casa, você vai ter que resolver o problema da sua casa, porque na casa do vizinho eu só posso entrar se pedir licença. Infelizmente aconteceu isso com a questão do IPI, a questão das desonerações dos tributos, em que o Governo Federal, para superar a crise, retirou de quem não poderia de forma nenhuma retirar, porque na hora que retira dos municípios está agravando a crise. O Município quando está em condições, quando tem mais Receita, o Município cresce. Pode observar que as coisas começam a andar, as oportunidades daquele Município. Por quê? Porque os compromissos estão em dia, o comércio por receber do funcionário que está em dia, por receber dos compromissos das despesas do próprio Município com a educação, com saúde, enfim, é recurso circulante. Com essa crise, isso está acabando com os municípios. Como é que podemos sair de uma crise se nós tivermos os municípios mais enfraquecidos do que já estamos, se estivermos os municípios realmente nessa situação pré-falimentar? Então não ainda se mostrar números e números se os números do Município não corresponder realmente a uma superação desse momento.

Então, eu vejo... Eu já coloquei isso em Plenário, venho defendendo desde o início, existem muitas solicitações. Inclusive, quando eu pedi ao Sr. João Paulo as suas solicitações, era para analisar, ou seja, para dizer que, em defesa do Município, eu sou intransigente, porque não se faz esse país forte e nem desenvolvido se não tivermos municípios também devolvidos, mas eu sempre defendi a suspensão imediata da cobrança da dívida do INSS, para dar uma oxigenação, para que se possa respirar pelo menos por 120 dias. E a partir daí, com a aprovação da Medida Provisória, na repactuação, na renegociação, aí nós teríamos a [ininteligível], porque nós ainda vamos ter tantas discussões até que ela realmente esteja, vamos dizer assim, valendo para valer, depois de ser aprovada na Câmara ainda vem para o Senado, então seriam esses cento e vinte dias. Eu não vejo outra saída imediata não, embora outras questões tenham que ser analisadas e que nós devemos neste momento, que é de crise, fazer uma reflexão realmente. Já que temos que superar esse momento, eu não sei, porque aí vem a história, quando você está com um doente muito grave, você precisa tirá-lo daquela situação, tirá-lo da UTI para depois ir estudar com mais detalhes aquele caso. Então é o que eu estou pensando aqui, nós precisa-

mos fazer o emergencial, a urgência, e não parar por aí, continuar discutindo, rediscutir exatamente o pacto federativo, porque está aí a Emenda 29, da saúde, e tantas e tantas outras questões. Uma reforma tributária justa onde possamos inverter essa pirâmide que hoje estão os municípios recebendo menos de 20% e ficando a grande concentração com o Governo Federal, inclusive sem que outras arrecadações façam parte desse bolo, que deveria ser um todo para dividir com os municípios.

Então era isso que eu queria colocar, a minha posição, e dizer que podem contar comigo. Eu continuo aqui, vim para esse Senado como uma municipalista e quero defender o meu País fazendo-o forte com os municípios fortes. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador César Borges, mas antes que ele faça as suas considerações, a Dra. Lina Vieira, em face de compromissos, está pedindo desculpas para se ausentar e está agradecendo a atenção de todos. Quer dizer alguma coisa ainda, Dra. Lina?

SRA. LINA MARIA VIEIRA: Eu acho que o Senador gostaria de falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O senhor queria?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu queria.

SER. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então eu acho que ela faz bem em ir logo.

[risos]

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, eu estou com a palavra, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu não sei.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu noto, provavelmente a senhora deve ter sido uma Secretária muito competente, com certeza, basta ter pertencido à equipe do Governador Garibaldi para já trazer essa credencial, mas eu vejo que ele está, desde que V. Sa. chegou aqui, preocupadíssimo em protegê-la. Ele já disse que não responderia a determinados tipos de perguntas, que ninguém poderia cobrar de outras coisas que não fosse isso, agora está fazendo isso, então eu louvo essa preocupação do nosso Presidente Garibaldi, que com certeza se deve ao seu desempenho quando deve ter aumento a arrecadação lá no Rio Grande do Norte de maneira realmente importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sem dúvida nenhuma.

[risos]

SRA. LINA MARIA VIEIRA: Eu tinha agendado a minha permanência aqui até as duas horas, das onze às duas. Eu tenho uma agenda também bastante cheia, como os senhores também devem ter, e não queria me furtar a responder aqui às questões inerentes à parte tributária. Certamente que o convite feito a mim, como Secretária da Receita, foi feito também ao Secretário do Tesouro, a outros atores, o Ministro da Previdência, o Presidente do INSS, para poder atender aqui este convite e as informações necessárias para que conseguimos dar encaminhamento, inclusive no posicionamento dos Senadores a respeito da matéria. Eu só lamento não pode ficar mais tempo, mas, como eu disse, coloco a Receita Federal à disposição, as portas do meu gabinete estão abertas, já recebi vários Senadores, Prefeitos e Deputados para tratarmos de matérias tributárias. Essa é a nossa posição, é a nossa obrigação.

Então, eu quero, mais uma vez, me colocar aqui à disposição e dizer que aquele início da minha fala, da discussão do pacto federativo, que eu ouvi aqui de quase todos os Senadores, é importante. Cabe a esta Casa, ao Congresso Nacional como um todo essa rediscussão do pacto federativo. A responsabilidade também dos municípios com a Constituição de 1988, nós sabemos do tanto de responsabilidades que foram transferidas aos municípios sem a adequada transferência dos recursos. Eu, enquanto Secretária de Tributação, quando assumi com o Governador, tive a oportunidade também, Senador, de estar no Ceará, no gabinete do senhor com o Secretário de Fazenda naquela época, o Edenilton, que era o nosso coordenador no CONFAZ, foi quando travamos aquela luta com a Lei Kandir, da desoneração das exportações, então conheço a realidade do outro lado do balcão, sou servidora pública federal, sou oriunda da Receita Federal, estava afastada há doze anos a serviço do Rio Grande do Norte, retornei à Casa, mas em momento algum deixei de entender e ser solidária com todas as dificuldades que os estados e municípios atravessam.

Então, terão de mim toda a necessária cooperação que precisamos construir, como disse. As administrações tributárias têm que estar juntas, caminhando para estarem fortalecidas e fazerem o combate necessário não só à sonegação, para alargar a base daqueles que contribuem. O tributo é pago pelo cidadão. Então na medida em que se tenha a necessária consciência e cada cidadão deveria ter, infelizmente nós precisamos ainda avançar muito na área da educação fiscal, precisamos que o cidadão entenda por que é que se paga tributo, uma Nação não existe sem tributo. O tributo é o preço da cidadania. Então nesse sentido, na medida em que tenhamos administrações tributárias fortes

e que o Município possa, na sua unidade, arrecadar efetivamente os tributos... Estamos agora transferindo por convênio, para mais de mil Prefeituras, o ITR. E queremos transferir o ITR, mas lastreado em toda uma conjuntura de se rediscutir o ITR, que para que não seja o tributo dos dez reais, mas que aqueles que tenham maior capacidade contributiva paguem mais. Então a rediscussão da tributação do ITR é algo que nós também estamos levando na nossa Casa e levando a proposta de construir um Simples do ITR. Então vamos beneficiar os pequenos produtores rurais, as pequenas glebas e produtivas. A discussão também do meio ambiente no contexto de que antes você dava uma tributação maior para terra improdutiva. E veio aí, com a criação da noção de proteção ambiental, uma outra realidade, que temos também que discutir. Então as coisas vão mudando, como a Lei de Responsabilidade Fiscal também, que foi feita num outro contexto, hoje precisa ser rediscutida, como a reforma tributária, que não pode ser colocada, principalmente num momento de crise, para o avanço dessa posição dos estados e dos municípios e da União frente a essa incerteza do crescimento ou não da economia.

Então eu queria agradecer o convite que me foi formulado, me sinto honrada de estar aqui com os Senadores e Prefeitos aqui presentes, o Presidente da Confederação e o Presidente da Federação dos municípios, da Frente Parlamentar, e dizer da importância dessa integração. E que a Receita se coloca à disposição para a abertura desses números e para esse trabalho conjunto. Eu gostaria muito de ficar mais tempo, mas eu estou vendo ali que já deu catorze horas, certamente vocês discutirão mais, mas se quiserem formular todos os questionamentos, eu poderei, na área da Receita Federal, atendê-los.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu tenho uma série de questões que eu gostaria de colocar, e gostaria então de já deixar um convite para que V. Sa., tanto quanto o Dr. Paulo Ziulkoski, venham a comparecer na Comissão de Crise e Empregabilidade, que existe nessa Casa, para que nós possamos discutir melhor esta questão da queda das receitas, principalmente dos municípios, a perspectiva, e a crise que o País travessa. É esse convite que eu gostaria de ser feito e eu gostaria que os senhores aceitassem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, uma questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Podemos fazer, inclusive, uma Audiência conjunta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, uma questão de ordem, Presidente. Aqui Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti, que já vinha pedindo a palavra a mais tempo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu tenho certeza que todos têm o maior respeito por todos os presentes, agora a presença da Dra. Lina é a figura maior, é a estrela maior desse dia. Então eu lamento muito, respeito a necessidade da ausência. Eu queria fazer um apelo para que nós fôssemos o mais pragmático possível, em três minutos, eu acho que só cinco faltariam, seriam quinze minutos, mas se não puder faria só um apelo que essa Comissão passasse às mãos de V. Sa. uma cópia dessa Sessão para que V. Sa. pudesse assistir em DVD o restante das perguntas e, nessa reunião próxima da Comissão de Assuntos Estratégicos, V. Sa. pudesse, então, nos enriquecer com alguns esclarecimentos que por ventura possam ser feitos por esses cinco ou seis Senadores faltantes.

SRA. LINA MARIA VIEIRA: Terei imenso prazer, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, essa Audiência Pública é da maior importância, face a gravidade da situação porque passam os municípios e estados brasileiros e a União também.

Eu queria fazer uma sugestão, não se possível, mas queria colocar à avaliação de V. Exa., dos convidados e dos meus pares: que V. Exa. pudesse suspender a Audiência nesse instante e retomarmos a Audiência ao final da tarde de hoje, às dezenove horas, dezoito horas, dependendo da possibilidade dos nossos convidados. Aí nós teríamos a possibilidade de ouvir a nossa chefe da Receita do Brasil num sentido de esclarecer. Eu tenho alguns pontos aqui que são importantes ouvir a opinião da Dra. Lina, do Dr. Paulo e dos nossos convidados. Então se pudéssemos suspender, já estamos com o Plenário em funcionamento. Se nós pudéssemos suspender, retornamos às dezenove horas ou às dezoito horas e concluirmos a Audiência Pública. Essa é a sugestão que eu faço para V. Exa., Sr. Presidente.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Obrigado, Sr. Presidente. A minha intervenção vai ser bastante

rápida, porque sem nenhum desmerecimento, claro, à Dra. Lina Maria Vieira, mas como V. Exa. colocou muito bem aqui no início, ela mesmo se escusou de que ela seja poder decisório; ela simplesmente executa uma política da Receita Federal, que é emanada de autoridades exteriores da República, do Ministério da Fazenda particularmente. Então ela já se eximiu de qualquer tipo de satisfação maior que pudesse dar, a não ser a disponibilidade da Receita de fazer parceria e abrir para os Prefeitos o conhecimento de tudo que ocorre dentro da Receita Federal e compartilhar esses dados até para que estados e municípios possam também fazer uma ação tributária mais efetiva. Então é essa a parceria que ela colocou. Eu acho que não adianta, a Dra. Lina não vai nos dar a resposta adequada, porque nós estamos vivendo uma questão política, seriamente política, e tem que ser decidida politicamente. Ela não é um elemento político, ela é simplesmente uma funcionária de alto escalão no nível federal, mas sem decisão política.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador César Borges, então V. Exa. está dizendo que houve um equívoco no convite da Dra. Lina?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): É, o meu requerimento, Sr. Presidente, era que o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, estivesse aqui conosco.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador César Borges, o Ministro Guido Mantega disse que não poderia vir hoje. E nós, então, não poderíamos deixar de frustrar a presença aqui dos Prefeitos com uma Audiência da Comissão--

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): De forma nenhuma, eu acho que V. Exa. fez muito bem em marcar essa Audiência com a Dra. Lina, com a Deputada Rose de Freitas, com o Paulo Ziulkoski e com o João Paulo. Eu acho que ilustra esse Senado. Entretanto, eu quero dizer que nós, V. Exa. e nós aqui no Senado, vamos precisar de uma Audiência com o Ministro da Fazenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Claro, e ele disse que virá.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu diria, adicionando à proposta dele, eu acho que essa Comissão deveria ficar em estado de convocação permanente até a vinda do Ministro da Fazenda, que nós pudéssemos discutir, porque a questão é emergencial. Ela, realmente, é de uma urgência urgentíssima e não pode ser para amanhã, porque toda a imprensa brasileira noticia que de hoje para amanhã o Presidente Lula, junto com o seu alto escalão, o Ministro da Fazenda, o Ministro do Planejamento, Casa Civil, Relações Institucionais, vai dar uma resposta à questão emergente dos municípios brasileiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Há um expectativa que isso venha a acontecer ainda hoje.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Claro, e o Senado não pode se furtar em estar participando, inclusive analisando o que sairá do Governo Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agora nós achamos que não devemos... Eu concordo com V. Exa., nós não devemos parar, não devemos simplesmente esperar. Já que o Ministro disse que não poderia vir hoje, nós não--

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu estou dando razão a V. Exa., parabenizando pela reunião e espero que ela não pare, que nós possamos ficar em convocação permanente. Até se o Ministro puder vir amanhã explicar as medidas que eventualmente hoje o Governo Federal possa anunciar para mitigar um pouco essa crise em que vivem os municípios, ele possa estar aqui conosco e debater esse assunto. Isso é democrático. Ele tem essa satisfação a dar ao Parlamento brasileiro, porque essa crise dos municípios não é de hoje, ela vem de muito tempo. Na verdade o que nós sabemos é que a União tem, lamentavelmente, uma tendência de desprezar um ente federativo como os municípios, não dar a importância devida, assim também como os estados brasileiros. Eu vi aqui no passado, nós conseguimos, eu fui Governador e consegui e vi uma renegociação com todos os estados brasileiros, que gerou a Lei de Responsabilidade Fiscal, após uma consolidação de todas as dívidas, que nós vivíamos um verdadeiro caos, onde cada estado podia emitir títulos públicos e ninguém sabia o tamanho da dívida brasileira. E no Governo passado, do Fernando Henrique, foi feita uma renegociação total das dívidas, o que trouxe uma tranquilidade muito grande aos estados brasileiros. Mesmo que alguns tenham dificuldade de arcar com os 13% obrigatórios que ficam retidos já, quando do repasse do FPE para os estados brasileiros, mas foi uma solução que deu possibilidade de você planejar o futuro. O que acontece hoje com os municípios brasileiros é que lamentavelmente a situação que eles vivem não levam hoje a nenhuma tranquilidade. E isso era antes da crise, isso era antes da crise. O Paulo Ziulkoski colocou aqui muito bem que já é uma questão aí latente, pendente de muito tempo e que não tem solução, lamentavelmente, porque não se dispõe o Governo Federal, a União, e eu não quero falar do Governo específico do Presidente Lula, mas do Governo Federal, da União como instituição, sentar com as Prefeituras Municipais, com as suas legítimas representações, aqui nós temos duas deles,

para discutir a sério essa questão da dívida, dos créditos, dos repasses, da participação dos municípios no bolo tributário nacional. Aqui todos os Senadores, tenha certeza disso João Paulo, Paulo Ziulkoski, todos os Senadores se pronunciam favoravelmente a uma solução para esse problema. Não tem ninguém contrário, é a unanimidade.

Eu acho que um ou outro, por dever de ofício, pode tentar fazer uma defesa do Governo, etc., mas eu quero acreditar até na boa vontade do Governo para resolver esse assunto. O que nós precisamos é resolver. Agora, sem sombra de dúvidas, houve algo que veio a agravar a crise existente, o que transformou a necessidade de ser urgente urgentíssima, porque ninguém esperava a crise e o tamanho que ela veio, o impacto, e que a medida para se manter a economia funcionando fosse uma redução drástica do IPI, como foi feito, para a indústria automobilística. Então foi uma opção do Governo sobre um imposto compartilhado. Eu perguntaria aqui aos representantes dos municípios: foram consultados para a tomada dessa medida? Esse é um imposto compartilhado. O mínimo possível, republicano, democrático, seria discutir esse assunto inicialmente com os Prefeitos e os municípios. Hoje se decide tomar uma medida através de uma Medida Provisória. Agora vamos resolver, administramos o medicamento, foi interessante, Deputada, para se manter o nível de arrecadação a nível econômico em estados produtores de automóveis, inclusive o meu Estado da Bahia produz automóveis, eu não combato a medida de forma nenhuma, mas deveria ser uma medida tomada em conjunto com os Governadores dos estados, convocados, que é uma crise que afeta a todos nós, e não apenas o Governo Federal resolverá essa crise--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador, por gentileza, eu queria só um aparte, só reforçando os argumentos de V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Roberto.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Nós todos estamos induzidos ao erro. A Dra. Lina trouxe um mapa aqui que é extremamente importante nós acordarmos. Nós estamos, na verdade, todos induzidos ao erro, porque que não foi a indústria automobilística e nem será a indústria automobilística responsável pelo que nós pensamos que é. Nós temos aqui um mapa que foi fornecido pela Dra. Lina na qual mostra que a participação das perdas com a indústria automobilística é menos de 10% das perdas totais. Isso nos preocupa ainda mais, porque na hora que nós estávamos induzidos ao erro, pensando que era a indústria, a indústria automobilística, porém, as perdas outras, Sr. Senador, são fantásticas, porque nós temos aqui demais perdas não esclarecidas, nós temos 14,9 bilhões, quando na verdade a indústria automobilística participa apesar no sexto lugar, com 3,4 bilhões. Então o meu medo, o meu medo é que nós tenhamos--

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu não tenho nada contra a indústria automobilística, muito pelo contrário, eu sou um entusiasta, eu lutei pela indústria automobilística.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu tenho certeza que não temos, mas o perigo é este, o perigo é nós estarmos sendo induzidos ao erro.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Não, nada contra a indústria automobilística, eu só acho que essa medida tem que ser compartilhada, ela não pode ser uma medida tomada unicamente pelo Governo Federal num imposto que é compartilhado. Se o imposto é compartilhado, tinha que conversar com os Prefeitos e com os Governadores de estado, para se ver logo que solução poderia ser dada, porque agravou-se e muito os problemas emergenciais dos municípios. Então era isso, Sr. Presidente, que eu queria colocar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Solução existe, a CNM oferece as soluções, o João Paulo ofereceu soluções, então basta que o Governo Federal abrace essas soluções, eu espero que o Governo Lula tenha essa sensibilidade hoje. O Presidente Lula estava viajando, pedi ao Vice-Presidente que fizesse uma reunião, já foi feita.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu fiquei preocupado que só falou no Nordeste, só as Prefeituras do Nordeste. O Presidente Lula tem que entender que o Norte faz parte do Brasil também; ele só falou do Nordeste.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas aí quem falou foi o Senador César Borges.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não, o Presidente Lula, saiu no noticiário.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu defendo o Nordeste aqui.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, o Presidente Lula é que pediu que acudíssemos os municípios do Nordeste, ele deixou essa recomendação, e eu pediria a ele que estendesse ao Norte.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): [falas sobrepostas] porque aquela que recebe mais FPM, aquele que recebe menos, capital ou cidade do interior, eu acho que tinha que ser uma medida que possa

contemplar a todos, porque o imposto é compartilhado. É isso que eu esperO, Presidente, e faço esse apelo a V. Exa., porque as soluções já foram ofertadas pelos representantes dos municípios, o próprio Governo conhece as soluções, não será a solução lamentavelmente ainda da Medida Provisória nº 457 que vai resolver esse problema.

Então nós esperamos que essa Comissão possa se manter em estado permanente, que V. Exa. faça um convite ao Ministro da Fazenda para que ele amanhã anunciei aqui para todos nós as medidas que hoje eu espero que saiam do laboratório do Governo Federal, vou chamar assim, que estão elaborando essas medidas. Essa é a minha intervenção.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Garibaldi, eu só--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu faço um apelo ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu é que faço um apelo a V. Exa., porque é importante que a Dra. Lina... O Senador Roberto Cavalcanti colocou aqui preocupado que não foi a isenção, o incentivo à indústria automobilística que trouxe a perda da receita total. Lógico que não, parte da receita. O Senador César Borges colocou com propriedade que o problema é que o Governo Federal usa receitas compartilhadas para dar incentivos. Aconteceu, Dra. Lina, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a questão da desoneração das exportações--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já concluo, Presidente, das desonerações dos semielaborados, que é um tributo estadual, o ICMS, e que seria isso compensado pela União através da Lei Kandir. Lamentavelmente a cada ano isso se aprofunda cada vez mais e os estados brasileiros perdem receita. O meu Estado do Pará perde mais de um bilhão de reais--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --por ano por uma ação do Governo Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então eu pediria a V. Exa. que suspendesse a reunião, não encerrasse, mantivesse a reunião permanente e que nós pudéssemos continuar a discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Flexa Ribeiro, não há condições de levar essa Sessão, quer dizer, suspendê-la, aliás, porque nós vamos ter uma reunião do Plenário e não sabemos que horas vai terminar essa reunião do Plenário para que nós voltássemos aqui. Por outro lado, os Prefeitos também têm outros compromissos. Eu farei, como disse o Senador César Borges, com o apoio de V. Exa., de Jefferson Praia, de Roberto Cavalcanti, de Pedro Simon, de Antonio Carlos Valadares, faremos outra reunião e traremos aqui o Ministro já para discutir as medidas que forem adotadas pelo Governo Federal. O Ministro não se recusou a vir. Ele disse, apenas, que não tinha ainda as respostas às indagações que estão sendo feitas, as dúvidas, e disse que estaria aqui numa outra reunião. Então vamos trazer o Ministro numa outra reunião, mas vamos esgotar essa reunião agora. Agradeço à Dra. Lina que, finalmente, foi liberada.

Com a palavra o Senador Jefferson Praia. Antes, registrando aqui a presença do Prefeito Odivar Facó, Prefeito de Beberibe, no Ceará. Prefeito, satisfação em tê-lo aqui. O Senador Tasso Jereissati deixou aqui uma saudação também para o ilustre Prefeito. Com a palavra o Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, eu vou ser breve, até porque já estamos aí com catorze horas e dezenove minutos, sendo que com a saída da Dra. Lina nós estaremos com uma pessoa importante dentro do contexto, que é o Governo, para perceber as nossas observações. Eu, portanto, Sr. Presidente, eu vou colocar minha visão rápida sobre alguns problemas que enfrentamos e deixar as minhas observações para o próximo debate sobre essa questão quando tivermos aqui o Ministro.

Eu vejo o seguinte: na verdade dessa crise pelo menos nós vamos tirar algumas coisas boas. Uma crise, claro, ela traz problemas, ela vai trazer muito problemas, ninguém esperava por ela, mas ela está provocando uma discussão sobre diversas questões nacionais que estão aí há anos para serem resolvidas e precisamos avançar. Então o aspecto positivo é esse. Por exemplo, falamos de reforma tributária. Nós já estamos quase chegando no meio do ano de 2009, no ano que vem é ano de eleição, dificilmente nós vamos aprofundar nessa debate, buscarmos o caminho para resolver essa questão da carga tributária do nosso País, isso passa por você viabilizar uma reforma tributária, porque não vai haver tempo.

Eu acredito que o Governo Lula perdeu aí uma grande oportunidade de dar um avanço dentro do contexto de discutirmos essa questão dos tributos no nosso País. Não dá para trabalharmos isso correndo agora. Agora também nós não podemos deixar que os problemas que estão acontecendo possam ser resolvidos no curto prazo. Portanto, a minha sugestão é uma agenda de curto prazo. O Sr. Paulo Ziulkoski

colocou diversos pontos importantes, eu acho que temos que ter uma agenda de curto prazo e continuarmos debatendo para ver como é que nós avançamos. Uma agenda de médio e uma agenda de longo prazo também para que possamos verificar como é que nós vamos sair desse momento difícil que nos deparamos na atualidade. Você vê que o estado brasileiro é um estado gigante, grande demais. Um dia desses li uma matéria de alguém, infelizmente eu não lembro o nome agora, senão poderia citar a fonte, mas a pessoa fazia uma rápida análise sobre a crise e dizia o seguinte: O estado brasileiro é como uma bloqueia; ficou tão grande, tão gorda que é difícil fazer as manobras. Poderia ser uma girafa, ser grande também, já que a questão do tamanho hoje facilita para a gente, mas ser mais rápido. Mas não, infelizmente nós temos um estado complicado, e aí eu falo desde quando você observa a questão do Governo Federal, Governos Estaduais e Municipais. Portanto, o Brasil precisa trabalhar muita coisa. Nós não temos um planejamento para esse País, trabalhamos sempre as questões em cima da hora, ninguém sabe qual vai ser o Brasil de 2015, de 2020.

Portanto, rediscutir e discutir todas as questões do nosso País, isso é fundamental. E a crise está provocando isso. Qual é o papel do Governo Federal dentro do contexto tributário, qual é o papel dos Governos Estaduais e dos Municipais. O Governo Lula, para finalizar, pode pelo menos dar continuidade nesse debate, vermos em que avançamos no curto prazo, porque dificilmente nós teremos as soluções caminhando no ano que vem. No ano que vem é ano de eleição. E outra coisa: como é que você vai discutir, veja bem, Flexa Ribeiro, você vai discutir se a reforma... Para mim a reforma tributária é diminuir peso de tributos no PIB, no Produto Interno Bruto, a reforma não é para aumentar mais. Se ela não é para aumentar, se ela é para reduzir, como é que tu vai reduzir uma coisa que não dá para reduzir agora? Você teria que começar trabalhando redução de despesa, você teria que enxugar o estado que está aí. É uma relação receita/despesa: despesa de Governo e receita através dos tributos. Senador Garibaldi, como é que nós vamos mexer na receita que atende essa despesa se você não reduz a despesa? Veja como nós temos problemas muito difíceis de resolvê-los. Agora tu vai reduzir despesa agora? Você vai, por exemplo, enxugar a máquina brasileira agora, como é que nós vamos fazer um processo de fazer com que a máquina... Esse estado que é muito grande, por exemplo, que no Governo Lula aumentou muito o número de funcionários públicos, como é que a gente vai querer que isso reduz agora? Cada desempregado é uma renda a menos, dentro do contexto do consumo é um impacto negativo.

Agora encerrando realmente, concluindo, olha só: toma a decisão, para manter uma demanda de carros, reduz o IPI. Tudo bem, conseguimos manter uma demanda, recuperou até as vendas de carros. Agora por outro lado é o impacto que V. Sas. estão percebendo e estão sentindo e hoje nós temos aí centenas de Prefeitos sentindo na pele: quando diminui o IPI, tem impacto no FPM, Fundo de Participação dos municípios, que por sua vez os Prefeitos já estão se adequando, veja bem, não é que vai chegar a crise não. O Paulo Ziulkoski, não é coisa daqui um mês não, já estão se adequando agora porque a redução já está entre 20% a 30%. Aí o Prefeito vai fazer o quê? Ele vai ver onde ele corta gasto. Corta gasto de pessoal, que dá para cortar, corta gasto, por exemplo, dos contratos, quer dizer, a impopularidade dos Prefeitos neste momento começa a crescer e aí, Senadores que estão aqui, nós vamos ter, por exemplo, se isso não for resolvido de uma forma tal, os Prefeitos pagarão o pato com essa impopularidade e você sabe que tem Município que o Prefeito está todo dia olhando ali, está frente a frente com os seus eleitores. Não é fácil a situação dos Prefeitos no Brasil hoje, tudo isso porque nós não temos um País que planeja, um País que organiza o seu orçamento, um País que não trata a coisa como deveria tratar. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu agradeço a V. Exa. e concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, que já falou em outras oportunidades nessa reunião, sempre trazendo um contribuição do maior brilhantismo. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pensei que V. Exa. não ia me conceder a palavra. Eu estava observando, Presidente, que V. Exa., como sempre generoso que é, quando providenciar algum lanche para a Mesa Diretora dos trabalhos, providenciei para o Plenário também, que já são 14h27. Mas eu serei breve, Presidente, serei breve, até porque eu só vou colocar alguns pontos que eu gostaria, depois, que nós pudéssemos, Prefeito João Paulo, Presidente da CNM Paulo Ziulkoski e Deputada Rose de Freitas, debater com mais profundidade.

A primeira pergunta, Presidente Garibaldi, a primeira solicitação que eu faço a V. Exa., eu acho que há uma unanimidade aí e a questão da crise solicita isso, que se faça realmente a instalação de uma Subcomissão para discutir o pacto federativo. A própria diretora da Receita Federal concordou, o Presidente da CNM, o representante dos Prefeitos. Então eu pediria a V. Exa. que aprovasse, ainda nessa Sessão, o requerimento para que nós pudéssemos fazer então essa instalação.

Eu queria deixar duas questões aí de que forma nós poderíamos ajudar os municípios emergencialmente. Está sendo falado da criação de um fundo emergencial, um fundo emergencial que venha a garantir, em 2009, os mesmos repasses do FPM de 2008, utilizando para isso o recurso da DRU e recurso do Fundo Soberano, que são propostas que estão tanto na Câmara quanto no Senado Federal. Eu acho que isso seria uma ação emergencial, enquanto se discute o que fazer para atender os municípios, porque na realidade das coisas é que os municípios estão sem condições de atenderem os seus munícipes, ou seja, no sentido de prover ações de saúde, segurança, de educação e de infraestrutura. Alguns meses atrás, Deputada Rose, Dr. Paulo Ziulkoski, alguns meses atrás o Presidente Lula foi à mídia e conclamando aos Estados e municípios que investissem, que não deixassem de investir, porque a forma de vencer a crise era fazer investimentos. Lamentavelmente nós estamos verificando que a capacidade não é de fazer investimento, a capacidade é de manter os Estados e as Prefeituras atendendo minimamente a população nas áreas necessárias, como eu disse, de saúde, segurança, educação. Aí eu perguntaria se não seria o caso, Dr. Paulo, V. Sa. fez uma demonstração aí de que há controvérsia entre os valores devidos pelos municípios à Previdência e valores de crédito dos municípios, há quase que um equilíbrio entre eles. Então não seria também uma proposta, Deputada Rose, para a sua relatoria, que se fizesse uma suspensão de parte desses valores que são retidos pela Previdência, pelos acordos já feitos pelas Prefeituras, para que desse uma certa folga a esses municípios, e determinado valor da dívida, se é correto o que a Previdência diz, se é correto o que a CNM argúi, pudesse ao final ser aditado esses valores que sobrassem. Então daria um fôlego agora aos municípios e jogaria para o final do parcelamento esse saldo se houvesse, se houvesse o saldo da dívida. Isso foi proposto, isso está proposto inclusive no Programa da Casa, de um milhão de casas, que se o mutuário ficar desempregado, ele suspende o pagamento por um determinado tempo, me parece, Senador Valdir Raupp, me parece que em dez meses, e nesses dez meses em que ele desempregado não vai poder arcar com a prestação, é transferido para o final do contrato. Seria uma proposta mais ou menos nessa linha que o Governo poderia imediatamente colocar em prática para trazer um fôlego nesse momento de crise para os municípios: suspende o parcelamento ou parte, eu já nem diria o parcelamento, suspende parte do parcelamento enquanto se discute o valor; definido o valor, se houver saldo, se coloca ao final do parcelamento e dá sequência a ele.

São as propostas que eu quero trazer, Presidente Garibaldi Alves, como sugestão. Eu sou municipalista. Eu estive agora em três municípios no vi Estado do Pará. Todos os três municípios insolventes, os Prefeitos dizendo que não têm condições de manter. Aprovamos agora, Dr. Paulo, aprovamos agora um empréstimo do BID ao Governo brasileiro de 83 milhões de dólares para ampliar o Programa de Saúde da Família. E foi dito aqui por quase todos os Senadores que o Governo Federal entra com 30% do valor necessário para implantar um PSF e aí é a Prefeitura que tem que entrar com o restante. Ela não consegue mais nem manter a folha, vai haver realmente um problema sério que já começou lamentavelmente no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu gostaria de fazer um apelo aos colegas Senadores, porque nós já estamos às 14h30 e os representantes dos Prefeitos, como a Deputada Rose de Freitas, eles têm compromissos. Então vamos procurar abreviar as intervenções para que possamos encerrar esta Audiência Pública. Sendo assim, eu concedo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Muito obrigado, Presidente. Parabenizo a todos por esta Audiência, especificamente ao Senador aqui presente, o Antonio Carlos Valadares, um dos subscritores dessa Sessão. Vou tentar ser o mais sintético possível dentro de um possível.

Os três expositores que são, na verdade, a Deputada Rose de Freitas, o Paulo Ziulkoski e o João Paulo, meu amigo pernambucano, traçaram todo um diagnóstico, com muita precisão, sobre o problema que está ocorrendo no País. Todos nós somos municipalistas, até porque quem não for municipalista não tem nem voto, então tem que chegar aqui e dizer que logo é municipalista. Em segundo lugar, existe uma unanimidade constatada de que existe uma crise econômica no mundo, essa crise econômica no mundo teve reflexo no Brasil, nos Estados e nos municípios. Nós todos também, por unanimidade, achamos que algo tem que ser feito, principalmente do lado do mais fraco, que é o Município, então não há dúvida de que algo tem que ser feito.

Agora eu queria, na verdade, registrar um erro de avaliação que está correndo entre todos nós. Eu não sei de que forma nós estamos sendo induzidos ao erro, mas o erro está aí. A Dra. Lina prestou excelentes serviços ao à época Governador Garibaldi Alves, chegou aqui e apresentou algumas transparências que depois, por sorte, nos fez chegar às mãos de forma impressa, porque as transparências às vezes são muito rápidas, e nessas transparências fica evidenciado o seguinte:

que aquele famoso vilão dessa crise perante os municípios, aquele na qual se diz que o Governo agiu com o chapéu alheio, que seria a cadeia automotiva, talvez porque a cadeia automotiva represente 5,4% do PIB brasileiro, eu não sei, talvez por ser o maior anunciante da mídia brasileira, talvez por ser o sonho de consumo de todo o cidadão, de todas as pessoas, talvez porque o Presidente Lula tenha sido oriundo de um sindicato do ABC ligado ao setor, talvez porque a cadeia automotiva empregue 600 mil pessoas diretamente, talvez porque empregue de forma indireta três milhões de brasileiros, algo acontece que a cadeia automotiva virou vilão, e o mapa da Dra. Lina traz uma preocupação muito maior. Eu até gostaria que, ao final dessa minha reunião, dessa minha análise, a cadeia automotiva fosse o vilão, e nós, através de alguma medida, poderíamos resolver o problema dos municípios. Ocorre que o fato é muito mais grave do que isso. Essa desmistificação de que a culpa é do incentivo dado à cadeia automotiva é que nos preocupa como um todo. Analisando o mapa da Dra. Lina, nós verificamos aqui que as perdas que foram projetadas para a cadeia automotiva, elas estão em sexto lugar dentre as diversas perdas que estão estimadas. Então, no mapa da Dra. Lina, nós temos aqui que 14,9 bilhões são consideradas agrupadas em demais perdas; 10,1 bilhões está só em perdas de Imposto de Renda na fonte; 6,08 são referente a rendimentos da renda do trabalho, impostos referentes a rendimentos do trabalho; 5,4 referentes às rendas de capital; 5,3 referentes a Imposto de Renda da pessoa jurídica; e apenas 3,4 referentes à cadeia automotiva.

Eu estou fazendo essa referência não para defender o Governo, no sentido de que concedeu um incentivo que multiplicou a venda de veículos, de que especificamente beneficiou uma categoria de veículos que são os carros de mil cilindradas, que tiveram zero por cento de impostos durante esse período ou de dois litros que teve em torno de 50% de contribuição, mas, na verdade, a nossa preocupação vem de que nós temos que nos sentarmos para verificarmos o problema dos municípios no tocante a essa perda total que, na verdade, existe uma perda total de 37,3 bilhões de reais. Então 37,3 bilhões de reais, a cadeia automotiva representa menos de 10%. Então está toda a mídia, todos nós preocupados com o suposto chapéu alheio que o Governo atuou e que na verdade não expressa... Quando nós formos materializarmos uma situação para os municípios, não adiantaria nada se o Governo tivesse ou não dado um incentivo à cadeia automotiva, em nada iria alterar uma suposta perda de arrecadação por parte do Governo Federal, dos Estados e municípios.

Então o meu alerta é de que a crise está aí, a crise tem que ser enfrentada, a crise tem que ser enfrentada com otimismo, mas nós temos que focarmos naquilo que é importante e não em função de mídia ou de determinadas frases de efeito imputarmos a um determinado setor as razões dessa verdadeira crise junto aos municípios que são merecedores de toda a nossa atenção. Meu muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, eu quero contribuir com o adiantado da hora aqui. O Senador estava falando das montadoras, as reportagens--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): A cadeia.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): A cadeia. As reportagens de hoje são extremamente animadoras, porque a questão da cadeia, como a gente diz lá da indústria automobilística, mexe com aço, com vidro, com tecido, com plástico, com borracha, com tinta, com autopeças, ou seja, repica em inúmeros outros setores e repica nas Prefeituras, no ruim. Mas o repique bom na economia, que eu acho que foi essa a medida não só na questão dos veículos, carros e as motos, mas, também, da construção civil, que essa daí inclusive é um repique mais popular, porque tudo é produzido aqui, nada vem de fora, e é interessante porque nas reportagens que estão aí, quem trabalha para as montadoras retomou a produção, cancelou férias coletivas e tem boa perspectiva. Quem demitiu, está readmitindo, portanto, numa situação extremamente positiva. E as vendas, os emplacamentos aqui de duas marcas de carro, por exemplo, que em fevereiro foram de 12 mil unidades, em março pulou para 19 mil e 600 unidades, ou seja, quase 40% de emplacamento de apenas dois modelos de veículos.

Então eu acho que é um algo interessante de nós podermos fazer aí a avaliação. Volto a reafirmar que nós temos que fazer os estudos do FPM numa série histórica maior, até para a gente poder ter a avaliação mais precisa. A própria Confederação Nacional dos municípios traz nos seus dados aqui que é histórico que janeiro, fevereiro e março há uma queda do FPM, sempre foi assim, então um pouco da queda também não é só da crise, é um pouco aquilo que historicamente já acontece.

Mas o que eu queria colocar são duas coisas: qualquer questão que seja feita pelo Governo para amenizar a questão da diminuição do FPM, qualquer coisa, terá que ter diferencial para tamanho de Município e região, porque os dados, e aqui eu estou com

esta revista Multicidades, que analisa as finanças dos municípios do Brasil, a edição de nº 4, de 2008, pode ter alguma pequena defasagem, mas acredito que os dados são bastante reais. Aqui é colocado que a dependência do FPM para municípios até dez mil habitantes é de 47,8%, ou seja, municípios de até dez mil habitantes, praticamente metade da arrecadação é FPM. Enquanto que você pega municípios acima 500 mil habitantes, o percentual do FPM é de apenas 5,2%. Então não é justo, não é legítimo que qualquer medida que seja feita para aliviar a queda do FPM seja uma medida linear beneficiando o pequeno e o grande Município de forma igual; tem que ser diferenciado. E se a gente pegar por região, também tem diferenças. Se você pegar, por exemplo, no Nordeste, os municípios até dez mil habitantes têm do FPM quase 56%, 55,4%, enquanto que no Norte, Senador Flexa Ribeiro, sinto lhe dizer, mas é de 42,6%, e no nosso Sul, apesar de ser chamado "Sul maravilha", é de 46,1%. Portanto, teria que fazer também diferença regional, diferença de tamanho e diferença regional obrigatoriamente.

E, por último, eu queria perguntar aos nossos três convidados, porque eu recebi e estou sendo acionada lá pelo meu estado no sentido de uma Resolução que foi aprovada aqui no Senado, que é a Resolução de nº 33. Esta Resolução permitia que os municípios e os Estados pudessem pegar a sua dívida ativa e fazer negociação no sistema bancário, ou seja, repassar a cobrança da dívida ativa para uma instituição financeira mediante o recebimento de uma parte do valor da dívida. Esta Resolução, ela é de 2006, mas até agora ela nunca foi efetivamente implementada. Eu não consegui entender ainda muito bem o que é que impede que ela seja implementada, mas se nós tivermos dificuldades e precisarmos negociar ou fazer alguma outra modificação, Senador Valdir Raupp, nós que com tanto sacrifício mexemos na questão dos precatórios, nós também poderíamos mexer nessa questão aí de poder negociar a cobrança da dívida ativa como forma de venda do Município, principalmente num momento como esse. Agora nós precisaríamos saber se isto viria ao encontro de solução, se isto é realmente algo relevante para a gente se debruçar, para a gente tentar encontrar uma solução para que a famosa Resolução nº 33 pudesse ser aplicada, já que ela está aprovada desde 2006 e até agora ela nunca foi viabilizada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço à Senadora Ideli e concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, eu vou pegar só uma palhinha aqui na fala da Ideli, eu não vou nem fazer pergunta, mas eu acho que a Mesa está muito representativa aqui do lado dos municípios. Cadê o Governo?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É, do Governo--

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Quem esteve aqui? Eu cheguei atrasado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): --estava a Secretária da Receita Federal.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): A Secretária da Receita? Tinha que estar alguém representando o Ministro Guido Mantega.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, realmente não estava o Ministro da Fazenda, o Secretário do Tesouro, esses--

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Da Casa Civil.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É. Esses disseram que não poderiam vir porque não tinham nada ainda acertado.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): É, eles que estão na Mesa podem fazer pressão e vão fazer, a Deputada Rose como Relatora, o Presidente da CNM, o João Paulo da FNP, da Frente Nacional dos Prefeitos. Eu estou ouvindo falar aí num fundo de 300 milhões; 300 milhões é muito pouco para socorrer os municípios, tendo em vista que a queda do FPM no primeiro trimestre foi de 1 bilhão e 700 milhões de reais. É isto mesmo, Presidente Paulo?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Aqui quem falou em 300 milhões?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Não, eu entendi, eu li.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O senhor está ouvindo falar?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu li na mídia que o Governo pensa em inicialmente um fundo de 300 milhões para socorrer os municípios; isso é muito pouco, isso é nada. Eu acho que os municípios do Norte e Nordeste têm até que ter um tratamento diferenciado--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senador, foram 2 bilhões e 100, segundo o Presidente, as perdas.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu ouvi falar em 1 bilhão e 700 milhões no primeiro trimestre.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu peço permissão a V. Exa.

Está havendo aqui um problema de ordem prática. O Presidente da Confederação Nacional dos municípios, Paulo Ziulkoski, ao mesmo tempo que nós estamos tendo essa Audiência Pública aqui está havendo uma reunião no Petrônio Portela que é presidida por ele. Então para nos prestigiar, para participar dessa reunião, ele se ausentou daquela outra. É uma reunião com 600 prefeitos e ele está pedindo permissão para ir ao encontro dos prefeitos naquela reunião.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu tenho certeza que o Presidente vai ouvir o conterrâneo Pedro Simon. Eu só pedi a palavra até o Senador Pedro Simon se posicionar para falar. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu agradeço ao Senador Valdir Raupp e concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu vou falar um minuto, Sr. Presidente. Se o Presidente está aqui e o pessoal está lá, é muito difícil a gente estar longe do eleitorado da gente. Os eleitores dele estão lá, que o elegeram por unanimidade.

Eu quero felicitar os expositores. Eu queria conhecer com mais profundidade a Sra. Lina Vieira, porque eu acho que ela está ocupando uma posição muito importante e os seus antecessores, na minha opinião, foram muito competentes. Eu acho que o que ocupou os primeiros quatro anos do Lula foi excepcional, eu acho que o que esteve lá no Governo do Fernando Henrique foi excepcional e o que faleceu agora, que foi do tempo do Presidente Itamar Franco, foi excepcional. Ela está numa posição realmente muito delicada. Se fossem os antecessores dela, não se esperaria para ver o que é que o Ministro falava. O Ministro, para falar, queria ouvir o que eles diriam. Mas ela, como está entrando agora, talvez ainda não esteja numa posição de profunda tranquilidade nesse caso.

Eu acho que é uma situação realmente muito delicada. Talvez como nunca a gente vê a falta de um pacto federativo no Brasil. Nós estamos vivendo um regime, e não é esse Governo, cada Governo leva mais adiante, onde a situação é o dinheiro na mão do Governo Federal e os Prefeitos e os Governadores têm que vir aqui de mão abanando, buscando, pedindo por favor aquilo que eles têm direito. Isso é a tradição, isso é a normalidade, quer dizer, cada vez mais passam para os municípios atividades que são dos Estados, que são da União. Eu me lembro lá no Rio Grande do Sul, numa época que um Prefeito, a Justiça Eleitoral só funcionava porque o Prefeito dava funcionário para fazer o levantamento, aí depois numa polícia, numa Delegacia de Polícia tinha três, quatro, cinco funcionários, o carro que quebrava só era recomposto se a Prefeitura fazia a reposição e pagava a gasolina. Cada dia são mais números de coisas do estado e da União que passam para o município. Entretanto, embora a gente saiba, embora países modernos, como os Estados Unidos, como a Alemanha, o grosso do dinheiro que tem que ser feito fica no Município e é realizado pelo Município, aqui no Brasil é exatamente ao contrário. Embora a gente saiba que uma obra feita pelo município é infinitamente mais barata do que a que é feita pelo estado e infinitamente mais barata do que a que é feita pela União, acontecem essas coisas que lamentavelmente vêm acontecendo. Eu acho que o Lula não teve sorte nesse sentido.

No ano passado a entidade presidida pelo Dr. Paulo Ziulkoski fez uma reunião espetacular, muito bonita, o Lula teve muita competência. Eu me lembro que no tempo do Fernando Henrique a gente tinha que ir lá pedir para o Fernando Henrique para ver quantos Prefeitos ele recebia no Palácio, quer dizer, era uma reunião feita por centenas, dezenas, milhares de Prefeitos e iam discutir quantos Prefeitos ele recebia no Palácio. O Lula, vamos tirar o chapéu, na reunião ia ele, os Ministros, ele teve um atuação realmente muito importante. No ano passado foi espetacular, no ano passado ele teve uma consagração muito, muito bonita. Esse ano ele cometeu o equívoco, quer dizer, resolveu fazer por conta própria, resolveu fazer uma festa patrocinada pelo Governo Federal. Foi lá, fez a festa patrocinada pelo Governo Federal, foi uma antipatia por parte da repercussão da sociedade, porque até agora se pergunta se foi ou não foi uma reunião eleitoral, qual foi o objetivo daquilo, quer dizer, o que ele poderia ter feito com o Paulo Ziulkoski ele foi fazer sozinho e deu tudo errado. O que é mais grave é que ali ele fez uma festa espetacular no sentido de que ia dar tudo certo e agora estão aí os municípios e está ele recorrendo ao Dr. Paulo para ver se faz um entendimento.

Eu acho, com toda a sinceridade, de que nós temos que olhar com mais seriedade para os municípios. Eu acho, com toda a sinceridade, que se nós não fizermos um pacto federativo que seja sério, onde a União fique com a sua parte, mas os Estados e os municípios também fiquem com as suas partes, nós nunca vamos iniciar realmente a seriedade na administração brasileira.

Eu felicito o João Paulo de Lima, eu felicito a querida Deputada Rose, mas de modo especial eu quero dizer ao meu amigo Paulo: eu sou um fã seu. Eu acho que o seu trabalho, a sua atividade na frente da sua entidade é qualquer coisa de espetacular. Eu acho que, na verdade, depois de muito tempo, nós vemos realmente os municípios tendo uma atividade, tendo uma condição de trabalho e tendo uma respeitabilidade que

eles nunca tiveram. Eu quero lhe felicitar. Acho que V. Exa. desempenha com muita tranquilidade e com muita autoridade. V. Exa. não é Governo, não é oposição, na presidência da entidade não tem partido, V. Exa. bate quando tem que bater, bate em nós, parlamentares, até têm muitos que nem gostam de V. Exa. porque V. Exa. diz o que deve dizer, mas V. Exa. faz a sua parte com muita, muita competência. Eu tenho muito orgulho de V. Exa. e acho que V. Exa. tem um papel muito, muito importante. Inclusive nesse momento, quando na verdade a gente tem que reconhecer, é claro que o Governo errou, errou feio. Esse negócio de aumentar a produção de automóvel à custa de dinheiro dos municípios, que dê o dinheiro dele, mas não o dos municípios. Em primeiro lugar, com todo o respeito, eu acho que três milhões de automóveis é muito automóvel para o Brasil. Não acho que é uma grande coisa nós sermos os maiores fabricantes de automóveis no mundo. Eu acho que está aí, vamos ver, três milhões de automóveis por ano, muito bacana. Vamos ver se ele consegue fazer um milhão de casa em dois anos, que é realmente mais importante, muito mais barato do que o automóvel. Agora de qualquer maneira não dá para dizer que a culpa é do Lula. Essa foi uma crise internacional real. O erro do Lula, que eu acho que foi um erro sério, foi ele dizer que era uma marolinha, não sei o que, eu acho que ele se equivocou nesse sentido, mas a crise é séria e até vamos ser sinceros, pegou o Brasil numa situação bem melhor do que nas vezes anteriores. Nas vezes anteriores, no Governo anterior, que eram crises infinitamente menores do que essa, o Brasil estava muito menos preparado e teve um reflexo muito maior. Hoje a gente está realmente preparado. Eu não digo que o Lula é o homem, que é o cara, mas que ele merece respeito, ele merece. Agora acho que com relação aos municípios ele seria muito mais coerente se ouvisse mais a V. Exa. e, realmente, desse a importância que merecem os municípios.

Eu agradeço, Sr. Presidente, lamento que a senhora Secretária não pudesse ficar aqui, eu gostaria muito de falar com ela, que eu estou doido para conhecê-la, porque para tirar o rapaz que estava lá, que era muito competente, e colocá-la, ela deve ter qualidades, parece que está mostrando que têm, mas eu acho que a hora é grave e eu agradeço. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senador Pedro Simon. Comunico ao Senador Flexa Ribeiro que vamos apreciar o requerimento dele na próxima reunião, porque nós estamos reorganizando as Subcomissões. Vamos encerrar a presente reunião. Senador Flexa Ribeiro, vamos encerrar agora a reunião porque, inclusive, há um apelo aqui do nosso convidado, o Senador Ziulkoski.

SR. PAULO ZIULKOSKI: Senador não.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador não, mas pelo tempo que passou aqui quase que se transforma em Senador.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Ainda não, mas cogita-se.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ainda não, mas está a caminho, cogita-se, segundo o Senador Pedro Simon. V. Exa. quer que seja votado ainda hoje? São dois requerimentos de V. Exa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Um é só um aditamento ao que já está aprovado. O outro, Presidente, é só uma questão de aprovar, depois V. Exa. fará a instalação. É unanimidade a questão do pacto federativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas era bom que V. Exa. tivesse uma maior representatividade aqui de Senadores.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Todos se colocaram a favor, mas vamos deixar para a próxima Sessão, como V. Exa. solicita.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Obrigado. Está encerrada a reunião e agradeço aos nossos convidados.

Sessão encerrada às 15h00.

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, E SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DE EMPREGABILIDADE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2009, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dez minutos do dia quatorze de abril do ano de dois mil e nove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho e, em seguida, do Senador Francisco Dornelles, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e de Empregabilidade, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, César Borges, Antonio Carlos Valadares, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, João Ribeiro, Valdir Raupp, Pedro Simon, Wellington Salgado, Lobão Filho, Antonio Carlos Júnior, Efraim

Morais, Adelmir Santana, Jayme Campos, João Tenório, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Rosalba Ciarlini, Kátia Abreu, José Agripino, Flexa Ribeiro, Osmar Dias e Jefferson Praia e, ainda, dos Senadores Marco Maciel, Membro da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e de Empregabilidade, Eduardo Azeredo e Lúcia Vânia. Deixam de comparecer os Senadores Tião Viana, Gerson Camata, Neuto de Conto, Eliseu Resende, Raimundo Colombo, Cícero Lucena, tendo falta justificada em virtude de estar em missão oficial, João Vicente Claudino e Gim Argello. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública sobre o tema "A Crise Internacional e o Brasil: Visão Empresarial", com a presença do Senhor Jorge Gerdau Johannpeter, Coordenador Geral da Ação Empresarial, e,ainda, do Sr. Cristiano Franco Neto, membro da Ação Empresarial. Após a exposição, usam da palavra os Senadores Aloizio Mercadante, Antonio Carlos Júnior, Tasso Jereissati, Jefferson Praia, Eduardo Suplicy, Kátia Abreu, Flexa Ribeiro, Adelmir Santana, Roberto Cavalcanti, José Agripino, João Tenório, Marcelo Crivella e Pedro Simon. A Comissão aprova o Requerimento nº 27/2009 – CAE, de autoria da Senadora Kátia Abreu, para a realização de Audiência Pública desta Comissão de Assuntos Econômicos, no dia 29 de abril, às 09 horas, no Plenário do Senado Federal, em conjunto com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, de Ciência Tecnologia, Inovação, Comunicações e Informática – CCT, de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, de Assuntos Sociais – CAS, de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, de Educação, Cultura e Esporte – CE, de Serviços de Infraestrutura – CI, e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – CRE, com a finalidade de analisar e discutir a Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs e o Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as Implicações para o Agronegócio, com a presença dos Senhores Gustavo Ribas Curcio, Doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da Embrapa Florestas em Colombo – PR, o qual tratará do tema: Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs: Uma Proposta de Parâmetros e Sr. Evaristo Eduardo de Miranda, Doutor em Ecologia e pesquisador Embrapa Monitoramento por Satélite em Campinas – SP, o qual tratará do tema: Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista: Implicações para o Agronegócio; e aprova, ainda, o Adendo ao Requerimento nº 27/2009 – CAE, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Marcelo Crivella, para incluir os nomes dos Senhores Adalberto Veríssimo, Pesquisador Sênior do Imazon – Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia, Márcio Santili, Instituto Socioambiental/ISA e Antônio Herman Benjamin, Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e vinte minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Garibaldi Alves Filho,** Presidente da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos – Senador **Francisco Dornelles,** Presidente da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e a 7ª Reunião da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e de Empregabilidade.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores. Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Estão aprovadas as Atas e elas serão publicadas no Diário do Senado Federal.

Na pauta de hoje temos a Audiência Pública sobre o tema A Crise Internacional e o Brasil, Visão Empresarial. Com a presença do Dr. Jorge Gerdau, Coordenador-Geral da Ação Empresarial, em atendimento ao Requerimento nº 15, de autoria do Senador Francisco Dornelles. Comunico, ainda, a presença do Sr. Cristiano Franco Neto, membro da Ação Empresarial. Antes de convidar o Dr. Jorge Gerdau para assumir aqui a sua cadeira à Mesa Diretora dos trabalhos da Comissão, das duas comissões, concedo a palavra à Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Sr. Presidente, colegas senadores. É um prazer receber aqui, no Senado Federal, o Dr. Gerdau, o Dr. Cristiano, pessoas tão importantes para o Brasil. E agradecer ao Presidente esta oportunidade de poder aprovar, antes da apresentação do Dr. Gerdau, da Audiência Pública, esse requerimento de minha autoria. Nós já aprovamos, Sr. Presidente, em quatro comissões. Esta é a quinta a que apresento e peço o apoiamento dos colegas e pretendo continuar, até o fim da manhã, tentando e pedindo a solicitação para que nós possamos aprovar em todas as comissões do Senado.

O Presidente Sarney cedeu o Plenário do Senado no dia 29, quarta-feira, às 09h30 da manhã, aonde nós faremos uma apresentação a todas as comissões do Senado, com relação ao Código Florestal Brasileiro, que está trazendo muita ansiedade, muita intranquilidade em todas as regiões do país. Uma matéria suprapartidária, aonde nós pretendemos que esses dois pesquisadores da EMBRAPA possam, aqui, apresentar seus trabalhos com relação à cobertura territorial imposta pela legislação ambiental, que significa para o Brasil e, também, os mitos e os esclarecimentos a respeito da necessidade com relação ao reflorestamento às margens dos rios, que é da maior importância, as APPs.

O trabalho desses dois pesquisadores já foi apresentado ao Presidente Lula, inclusive, um desses trabalhos foi por encomenda do Presidente. Ministros do Supremo Tribunal já assistiram a essas apresentações, eles já estiveram em vários fóruns no Brasil, para que nós possamos, Sr. Presidente, fazer com que o Código Florestal Brasileiro não seja apenas uma forma punitiva e coercitiva e de impossibilidade de cumprimento da lei. Mas que o Código Florestal Brasileiro possa ser real, que ele possa ser adaptado às nossas condições, para que o produtor e todos os cidadãos possam cumprir a legislação ambiental devido a sua importância. Então, eu peço também, por conta dos assuntos econômicos desta Comissão, que hoje também está influenciando nas obras, nos investimentos do país, a questão também ambiental, eu peço a esta Comissão a aprovação deste requerimento para o dia 29. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Antes de terminarmos os nossos trabalhos no dia de hoje vamos submeter à votação esse importante requerimento da Senadora Kátia Abreu. É porque no momento nós não temos, ainda, o *quorum* adequado para colocarmos em votação. V. Exa. quer...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não. Não tem *quorum*, não tem *quorum*. Vamos aguardar, então. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas, até o término dos trabalhos teremos *quorum*, inclusive, por conta aqui da presença do empresário Jorge Gerdau, a quem eu peço que tome assento aqui à Mesa dos trabalhos, e peço ao Senador Francisco Dornelles, Presidente da Comissão da Crise, que assuma a Presidência. Não é uma questão de idade, é uma questão de merecimento.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu queria dizer, sempre que V. Exa. estiver à Mesa, V. Exa. é que vai presidir. E, pra mim aqui, é uma honra estar ao seu lado e agradeço a sua gentileza, a sua fidalguia, eu apenas queria, nesse momento, passar a palavra ao nosso conferencista de hoje, o empresário Jorge Gerdau que tem o respeito e admiração de todos aqueles que acompanham a sua trajetória e que tem feito um trabalho fantástico no desenvolvimento, no setor industrial, da maior importância, e no próprio crescimento do país. Com a palavra o empresário Jorge Gerdau. Eu queria ainda comunicar que está presidindo à Mesa o nosso querido amigo Cristiano Franco Neto, membro da Ação Empresarial.

SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER: Bom dia, Excelentíssimo Sr. Senador Garibaldi, Excelentíssimo Sr. Senador Francisco Dornelles, Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores, Excelentíssima Senadora Kátia Abreu. Senhores, em primeiro lugar, eu quero ressaltar a importância do esforço do Senado no sentido de analisar a crise.

Eu vou, na minha apresentação, tentar de uma forma resumida caracterizar algumas informações que eu reputo importantes sobre o cenário da crise, um pouco do *por que aconteceu* e fazer um pouco da análise do como tem sido resolvido o problema em âmbito nacional, e colocar algumas idéias de visão estratégica, principalmente, também de longo prazo, dentro, um pouco, dessa frase de que a crise tem que ser aproveitada para buscar oportunidades e, eu acredito que, realmente, nós estamos num momento que, eventualmente, possa se fazer. E isso depende, essencialmente, de uma posição política e por isso da importância do envolvimento do Congresso, principalmente, o Senado nesse tema.

Impactos e alternativas. Eu vou passar rapidamente essa sequência de transparências, numa ou outra delas vou me deter mais. Quando nós... Próximo. Quando nós vemos esse controle dos sistemas financeiros, eu diria que volta e meia se discute o tema, hoje em dia, até sob aspectos fisiológicos que, no meu entender, em grande parte estão superados no cenário mundial. A grande falha do sistema, no meu entender, foi a não atuação dos bancos centrais e, principalmente, nesse cenário o Banco Central americano. E que, eu diria que nós do Brasil, pelo fato de nós termos vivido uma crise anterior, e termos tido algumas crises no sistema financeiro, a sustentação do sistema, a organização via PROER nos trouxe uma experiência, um conhecimento que, indiscutivelmente, fez com que hoje, no cenário mundial, a atuação do nosso Banco Central é diferenciada.

Eu tomo ainda, por exemplo, o fato da legislação *Sarbanes-Oxley*, essa é uma legislação que foi estabe-

lecida para todas as empresas que atuam no mercado de capitais das bolsas americanas, que fizeram com que, inclusive, as empresas brasileiras... Porque temos aí umas 40 empresas, acredito eu, que hoje utilizam o mecanismo ADR para trabalhar nas bolsas americanas, essa estrutura exigiu através da lei *Sarbanes-Oxley* uma gestão de auditoria extremamente detalhada. Então, eu não consigo entender que, de um lado, nós temos uma estrutura extremamente organizada, pós o caso da ENRON(F) e que, na área financeira... Comercialização de dinheiro é uma concessão pública. Como é que foi possível permitir uma liberação total do sistema de bancos de investimento, tendo os controles convencionais dos bancos comerciais e que levou a alavancagens, absolutamente, desproporcionais e, principalmente, ainda com um efeito mais grave, sem transparência das operações.

Eu até tenho brincado um pouco com o Ministro Meirelles, dito assim: "Olha, Meirelles, eu acho que nós temos é que transferir a experiência brasileira para todos os bancos centrais mundiais." Do grupo G-20 eu acho que houve uma definição clara nesse sentido, que nos traz esperança de que no mundo venha se estruturar os controles dos Bancos Centrais sobre qualquer tipo de atividade. Embora a criatividade do mercado financeiro faça com que surjam, permanentemente, novas operações que têm que se analisadas sob esse aspecto e risco.

Então, realmente, no meu entender, com essa multiplicidade também da alavancagem, mais a possibilidade de segunda, terceiras hipotecas... Levaram a um sistema de desequilíbrio total. De uma forma bem resumida, pode ser que, há 20 anos atrás, a relação dos ativos financeiros, comparados com os ativos da economia real, era uma variante de 1.2, e essa variante hoje passou a 4.6. Consequentemente, isso nos levou a um desequilíbrio total do excesso de liquidez e, consequentemente, nos levou a esse cenário da crise em consequência desse descontrole. Eu coloco isso porque eu, pessoalmente, tenho me posicionado muito claramente de que dinheiro é uma... Comércio de dinheiro é uma concessão pública. Nós controlamos concessões públicas de água, de energia, seja o que for, como é que os Estados Unidos permitiram deixar solto a comercialização da área financeira?

Então, isso levou a essas consequências. Que impacto isso tem sobre a nossa estrutura...? Próxima transparência. Atingir, vamos dizer... As dificuldades, a deterioração do mercado internacional... Na realidade, com essa queda, da crise, nós ficamos profundamente atingidos no Brasil nas nossas exportações. E, talvez, seja esse um dos fatores mais complexos, porque está fora do nosso controle, embora nós possamos, eventualmente, por mecanismos financeiros, ou mecanismos de aprimoramento tributário, que ainda nos falta, que vou tocar nesse tema posteriormente, aprimorar a nossa competitividade exportadora. Mas a realidade é que os mercados se encolheram de uma forma significativa. Se eu tomar o setor siderúrgico no qual o nosso grupo atua, as quedas mundiais, semelhantes ao que nós temos na América Latina e no Brasil, as quedas foram ao redor de 40% da produção, fora a China.

Então, realmente, esse tema é profundamente complexo no cenário e, hoje, como os países todos, inclusive o Brasil, a globalização é a realidade, então, mesmo que nós tenhamos soluções do mercado interno, conduzidas por mecanismos que o governo executivo está agenciando, gerenciando, no cenário internacional, nós temos uma dependência enorme, que atingiu praticamente todos os setores, todo setor exportador e, consequentemente, com os reflexos no mercado de trabalho e, também, na demanda interna. Outro tema interessante, são os financiamentos do exterior. No Brasil praticamente 20% da sua poupança provinha do exterior, seja dos financiamentos aos bancos na área de exportação comercial, ou na emissão de títulos das grandes empresas brasileiras. Esse fluxo simplesmente parou. Lógico que a queda não é de 20% de um dia para outro, porque isso, os vencimentos são garantidos, mas praticamente, o mercado internacional se fechou para esse tipo de operações e isso foi o grande fator da diminuição da disponibilidade de recursos para o mercado interno. E temos outros impactos consequentemente da economia e da economia industrial.

A próxima transparência. Eu vou falar sobre algumas medidas concretas que o governo tomou, que são as medidas adotadas pelo governo e eu, pessoalmente, acho que o governo tem agido com agilidade e flexibilidade inteligente no processo. Lógico que as medidas do governo, normalmente, elas têm demora na sua execução, pelos aspectos burocráticos, legais, etc. Então, entre uma medida decidida ou em nível de Presidente, até que ela venha ao... Eu diria... Simplificando, ao chão da fábrica, existe uma demora enorme. Mas as mudanças da regra do compulsório, leilões com dólar para possibilitar a substituição dos financiamentos, utilizando as nossas reservas, operações de *swap* com o Federal Reserve, a desoneração fiscal e, principalmente, com característica como o IPI, os aportes do BNDES, das linhas de exportação e também o capital de giro e a estruturação dos recursos que foram encaminhados ao BNDES, no meu entender, aumentaram a possibilidade.

O sistema habitacional, no meu entender, é um processo extremamente importante. Nesses processos

de capital de giro, etc, os impactos quando a gente... Eu tenho participado das reuniões do GAC, Grupo de Acompanhamento da Crise, e a gente vê como a discussão das medidas e até que elas, na realidade, acontecem... O próprio apoio à diminuição do risco do financiamento aos pequenos bancos, feitos com a garantia do Banco Central, são tudo medidas concretas, que os pequenos bancos que exerciam papel importante no sistema da pequena empresa ou, principalmente, também no financiamento de carros usados, etc, são mecanismos que atingiram o processo, mas que, de uma forma ou outra, nós vemos que o processo, eu diria, ele está andando bem.

E, felizmente, nós encontramos o país numa situação financeira absolutamente excepcional, diferenciada, até em termos do cenário internacional, que deu capacidade ao Executivo de ter essa mobilidade, seja pelo superávit primário, seja a política histórica, que sempre foi muito criticada, da política do empréstimo compulsório, que é um dos fatores do *spread*, também, no Brasil, ser caro. É um dos itens, não é, temos vários no sistema de financiamento. Mas, na verdade, é que nós entramos num momento, o país excepcionalmente forte para enfrentar a crise.

Próxima transparência. Agora eu vou tocar num ponto que talvez seja em relação à crise, no meu entender, e isso dentro de uma visão estratégica do país, eu diria que é o ponto no qual eu gostaria de informar ou alertar, chamar a atenção dos Srs. Senadores, que é o seguinte. Nas medidas de curto prazo, o Brasil está operando. Nós dependemos do todo, mas de uma forma, ou outra, podemos dizer que temos tido resultados nessa operação de curto prazo. Agora, no caso, nesse momento de crise, as não competitividades do país vêm à tona. E, na realidade, nós temos no país uma situação de reformas estruturais que nós temos postergado, eu diria, há dezenas de anos. E eu me permito fazer uma listagem em que realmente é bastante utópico falar nesses temas porque são temas que têm estado no Congresso, seja na Câmara dos Deputados ou aqui no Senado, que têm se arrastado por anos e anos. E do outro lado eu diria que fora do Legislativo, no próprio Executivo e, principalmente, nos Poderes Executivos estaduais, têm sido fator de impedimento dessas reformas estruturais.

E eu estou convicto, hoje, de que com as dificuldades que nós estamos tendo na exportação, por que o Brasil é um exportador essencialmente de produtos primários? Porque quanto mais longa a cadeia, maior é a dificuldade da competitividade somada. Seja pela logística, seja pela estrutura tributária, seja pelo sistema da legislação trabalhista, dos acúmulos de encargos que existem, a falta de eficiência do sistema todo. Se nós somarmos esses pontos, eu diria que é quase um milagre ainda, que o Brasil tenha uma linha de produtos industrializados e que compete. Mas também a exportação brasileira, se vocês analisarem a que mercados vão, são mercados normalmente menos competitivos, ou são mercados em que o Brasil tem acordos bilaterais, ou acordos tipo Mercosul, que possibilitam a competitividade do Brasil de uma forma melhor do que nos mercados abertos, mundialmente mais competitivos.

Então, meus senhores, eu, como empresário, que produzo o aço e que, no fundo, tenho no seu consumo uma linha de produção extremamente longa e que vem em várias etapas, e esse tipo de problema que nós temos, eu poderia estender a outras linhas de produção, que seja da árvore, do eucalipto, do *pinus* até o papel, o livro, ou o da petroquímica, até os produtos de consumo, de embalagem, etc, eu poderia me estender a várias. Em todas elas, pelo fato de termos uma estrutura, entre estrutura tributária na sua burocracia, na sua oneração sobre o imobilizado, no sistema de não utilizar todos os créditos que faz com que na exportação se exporte impostos. Nós temos um conjunto, sem falar na tributação absolutamente esdrúxula, que nós temos sobre a energia elétrica, por exemplo. Se os senhores analisarem a sua conta em casa, os senhores têm uma carga tributária de 100% sobre o custo da energia que é vendida pela concessionária. No setor industrial a captada, elétrica intensiva, esse custo é ao redor de 40%. Nós não podemos exportar 40% de impostos da energia que não se compensa no processo da tributação final. Então, nós temos essa visão na estrutura tributária.

Se nós tomarmos um custo de capital, compararmos o custo de capital, em nível de competitividade mundial, com o custo do capital de giro de uma estrutura brasileira, e nós tomarmos uma cadeia produtiva longa, que sai do minério a uma geladeira, a um automóvel, ou sairmos do eucalipto, que ainda tem anos de [ininteligível] da demora da plantagem, tomarmos esse custo do capital até chegarmos ao papel a ser exportado, seja o que for, lenço de papel, o que for, nós temos aí no mínimo, seis, oito, dez meses que têm encargos financeiros que são duas, três vezes maiores. Na hora da exportação esse custo novamente significa sobre o produto no mínimo 4% ou 5%.

O imobilizado paga 30% de impostos que eu não compenso praticamente nunca. O capital, o custo desse capital, 30% pela estrutura de imobilizado. Nós tomamos a logística que, realmente, nós ainda temos limitações grandes e custos caros. Houve evoluções, está havendo melhorias, mas ainda não temos uma logística competitiva. Consequentemente, o nosso produtor lá

no interior, seja o que for, ele fica onerado com esse custo. Depois, pegamos a legislação ambiental. Vocês devem estranhar por que eu coloco isso. Mas vocês já pensaram o que custa a um empresário, seja privado ou governamental, para conseguir executar um projeto? Muitas vezes faz os investimentos, as contratações, e leva um, dois anos, quanto é que custa em capital esse imobilizado? Nós vamos pagar o resto da vida, no custo financeiro, ou na depreciação, ou seja...

Então, o país não tabula as não competitividades que vão se somando nesse sistema. E, na questão trabalhista, flexibilização, existe hoje ainda uma estrutura de oneração da folha de pagamento que não é em benefício do operário, eu não estou falando dos benefícios diretos do operário, mas dos custos indiretos do qual, vamos dizer, talvez a contribuição patronal de 20%. No meu entender, com o fator previdenciário, hoje os 11% da Previdência tornam a arrecadação para a aposentadoria do operário, torna-se auto-sustentável. Teoricamente esse dinheiro que o empresário paga nos 20% é meramente um imposto para sustentar outras previdências não auto-sustentáveis. Isso é um imposto que o Brasil exporta. A soma de impostos sobre as folhas, no meu entender, é um número próximo a 40%. Se nós tomarmos que 40% do PIB é trabalho, e nessas linhas complexas nós podemos considerar que teríamos uma incidência com todos os serviços, que são contratados no sistema, temos aí uma incidência provavelmente de 40% do PIB brasileiro que são impostos.

E isso é uma estrutura medieval, que no início dos sistemas foram utilizando a folha de pagamento como instrumento da arrecadação, que é complemento obsoleto, dentro do cenário hoje mundial que, praticamente, deveria ter três impostos: Patrimônio, os patrimônios produtivos não deveriam ter impostos a não ser serviços; o IVA e o Imposto de Renda. E o resto, na exportação tem que limpar totalmente os impostos do IVA. Se nós tomamos essa estrutura trabalhista, nós temos novamente, sobre esses 40% do PIB nacional, na hora da exportação, nós temos provavelmente 16% dessa parcela, que paga novamente na exportação.

Então, se tomando o imobilizado, a energia, o processo de impostos não compensados no sistema, nós chegamos provavelmente a uma não competitividade, no nível de encargos num automóvel, numa folha de papel, num produto derivado de petroquímica, nós temos, no mínimo, 20% que são encargos da não competitividade. Por isso que nós quase não exportamos produtos manufaturados, exportamos mais o quê? Minério, soja, carne... Quanto mais curta a cadeia, mais competitividade nós temos. Quanto mais longa a cadeia produtiva, menos exportação. Mas o mais grave desse cenário é que nos produtos primários, a geração de empregos é pequena. O que nos interessa é exportar manufaturados para que possamos, através disso, exportar a capacidade de trabalho. A geração de emprego. Então, na minha visão, dentro desse cenário da crise, da competitividade, em que a não competitividade brasileira vem à tona, eu digo, é um problema de condição política. E por isso o meu apelo, Srs. Senadores, é de que, no meu entender, esse problema vem se arrastando há dezenas de anos.

O IVA estruturado na França foi há 50 anos. Há 47 anos eles terminaram o processo. Argentina, Uruguai, nossos vizinhos, o Chile, resolveram esse problema há mais de 20 anos atrás. Eu aqui ainda nessa reforma que está em debate na Câmara, ainda está se discutindo do crédito automático, ou não, da nota fiscal. No Canadá eu executo o meu sistema tributário com meio funcionário, gente. Porque é totalmente eletrônico o sistema. Eu recebo a mercadoria que entrou, se ela for igual a minha ordem eletrônica, ela vai automaticamente para o meu livro fiscal eletrônico, credito, não preciso fazer mais nada! A brincadeira que papel higiênico, a discussão que surgiu... O papel higiênico que usa na empresa, o imposto que está embutido, ele deve ser creditado? No mundo inteiro é.

Da complexidade dos sistemas brasileiros hoje sobre esse tema, vamos dizer, uma empresa que nem nós, trabalhamos em 27 Estados no Brasil, com cada Estado com uma legislação, nesse o ICM credita, e nesse não se credita. Eu tento discutir tudo, o que entra e não entra. Com PIS, IPI, COFINS, a mesma coisa. Aí eu tenho as discussões com os custos de advogados, os técnicos que dão pareceres... É um mecanismo de louco. Dos outros 14 países eu não tenho um processo nessa discussão. Porque todos têm... O Estados Unidos que só tem o [ininteligível] ou tem o IVA financeiro. Aqui se reage. Por quê? Porque o corporativismo não quer perder o poder de barganha em cima do contribuinte. O sistema tem que ser automático. Não podemos submeter, principalmente, o pequeno empresário à submissão da pressão dos sistemas tributários, estaduais, municipais, quer dizer, municipais não entra nesse tipo de discussão, na Federal, que impossibilita o sistema a trabalhar.

Meus senhores, a minha proposta nesse sentido é de que se estabelecesse uma Comissão pequena, como um representante do Executivo, Senado, Câmara dos Deputados, empresários, trabalhadores e representação estadual. Em outros Estados eu não sei se fazemos um representante ou três, dividindo por três ou quatro regiões, mas a verdade é o seguinte, nós estamos há 10, 15 anos debatendo esse tema. Eu pergunto aos senhores: O ano que vem vai melhorar?

Ou vai continuar igual? Daqui a 10 anos. Vai continuar igual hoje. Nós temos que atacar esse problema em uma visão estratégica e vencer etapa por etapa. Eu diria que talvez dentro dessa visão tributária, pelo menos vamos resolver dois problemas imediatamente. Vamos zerar o imposto da exportação.

Eu brinco às vezes, eu já tive debate com um deputado lá no Estado... Disse: "Mas vão isentar exportação, o imposto da exportação." Aí eu brinco e digo o seguinte: "Qualquer dos senhores quando chega do exterior, compra sua garrafinha de uísque para vir para o país. Os senhores estão dispostos a pagar o imposto da Escócia para que nós venhamos pagar o colégio, o hospital, o serviço de saúde na Escócia?" Não. Eu compro o meu uísque sem impostos, ou os senhores estão dispostos a pagar esse...? Eu tomo esse exemplo, assim, para ridicularizar o processo do absurdo da nossa estrutura. O fabricante de arroz, lá no Rio Grande do Sul, no meu Estado. O fabricante de arroz, quando exporta pro Uruguai o arroz do Brasil para o mundo, é zero de imposto.

O nosso, o arame que eu produzo, tem encargos tributários, tem compensações. Mas ele, fatalmente, no trator, no custo financeiro do arame, dos adubos, de uma forma, ou outra, impostos. Então, ele não tem condições de competir ali. Uma rua(F) para outra. Na hora de ter um torno para fazer um parafuso de reposição, aquele torno tem 20%, 30% de encargos. O processo produtivo tem que estar zerado de impostos, para eu ter competitividade. Isso atinge o setor primário, se eu pegar uma cadeia do setor de carne, a energia elétrica do frigorífico, ela tem 70%, 60% de encargos, de impostos. Isso é embutido no produto e o meu concorrente na Argentina, no Uruguai, é zero. Por isso que se criou o IVA, o imposto inteligente.

Nós tivemos uma Comissão Técnica da Organização Mundial do Comércio esses dias, visitando uma reunião que houve na Câmara dos Deputados, eu jantei com esse pessoal de noite, e olha, não dá pra entender por que vocês ainda não conseguiram. A França fez há 50 anos. Sabe quando é que a França fez? Quando nós criamos o ICM. O Brasil quando fez o ICM, começou a criar um sistema de débito e crédito. Mas não fez de uma forma completa. E como o estadual... Eu, como produtor, eu não quero saber se é estadual ou federal. Eu quero poder competir. Eu quero só uma coisa, isonomia competitiva com meus concorrentes do mundo. Não é justo que seja o produtor primário, ou o industrial, seja quem for, esteja onerado para competir mundialmente.

Então, esse ponto, no meu entender, são chaves para serem... E tem que ter uma visão estratégica e executar. Porque daqui a dez, cinco anos, vai continuar igual. Nós temos que atacar hoje o problema. E a crise traz a não competitividade toda. Hoje as dificuldades de exportação quando os preços vão realmente a *cash cost*, aí esses encargos que nós temos embutidos no nosso produto, na nossa produção, tornam-se... Levam à inviabilidade. Aqui eu anotei algumas propostas emergenciais para o enfrentamento da crise, que é, vamos dizer, tema sempre igual. Eu acho que nós estamos caminhando, mas realmente o nosso juro na competição, como eu mostrei na cadeia, o custo de capital de giro, etc, não poderia ser maior do que nos países mais desenvolvidos. Vá lá que custasse 1% a mais, mas nós temos que, rapidamente, atingir patamares em que sejam os juros, no máximo, de 8%, preferencialmente 7%. Promover o *spread* bancário.

O *spread* bancário é um tema complexo, está sendo atacado, mas no Brasil existe um imposto sobre o *spread* bancário, dentro, embutido. Quando você toma, dentro dessa abordagem de IVA, etc, se pode cobrar IVA sobre serviços que, eventualmente, o banco está cobrando. Mas, na intermediação do dinheiro, não pode ter imposto. Nós precisamos de dinheiro mais barato possível, para quem? Para atender dois usuários do dinheiro: Ou o pobre que precisa se endividar, então, não tem cabimento encarecer o dinheiro para quem precisa para comprar um bem, e o empresário, para construir a sua fábrica, construir a sua produção, o capital de giro.

Não pode ter custo do dinheiro. Existe, historicamente, que o beneficiário desse problema seria o banqueiro. O banqueiro é um comerciante de dinheiro. O governo põe a sua cunha fiscal no *spread*, é um absurdo, não tem. No IVA dos... Do Canadá, bem no começo, traz assim um artigo bem claro: "Não incidirá o IVA sobre intermediação de dinheiro." Não pode ter encarecimento do dinheiro. Isso é um fator limitador do desenvolvimento econômico. Por isso que tem que tributar sempre o consumo final. Então, ampliar os investimentos públicos, nós... Vamos dizer, é decisivo, neste momento, que a capacidade de investimento do governo cresça.

Com todo o PAC, etc, nós ainda estamos no Governo Federal apenas a 1%, próximo a 1% do PIB brasileiro. O certo seria, com a dimensão da carga tributária, que 4% do PIB fosse investimento da área governamental. Isso é um número elevado, mas se olhar países desenvolvidos, tem que se ter do orçamento federal deveria ter, no mínimo, 10% de investimentos. Nós temos apenas, hoje, com todo o PAC, que é um sistema gerencial, mais o montante de dinheiro que está passando no investimento, ainda está próximo a 1%. É um número irrisório, em relação a um país com necessidades de investimentos que exige.

Fomentar as exportações é um pouco o que eu falei do sistema, limpar. Existe, no momento, uma discussão importante que está na Medida Provisória 451, que a Câmara aprovou nesses dias, que possibilita mecanismos de compensação, que foi estruturado pela Diretora Lita, da CAMEX, que é extremamente importante esse ponto passar aqui no Senado com a MP 451, que é mecanismo de agilização em relação à redução de custo. E o acesso ao crédito, financiamento com *leasing* oficiais. Medidas tributárias, eu acho que já falei o suficiente, e eu gostaria ainda de mencionar um pouco o tema trabalhista.

No meu entender, o tema trabalhista é tremendamente complexo, porque tem interesses das estruturas, das centrais sindicais, etc, que no fundo têm uma posição extremamente conservadora. Eu, pessoalmente, digo o seguinte. O operário, pelo menos, na parte mais desenvolvida do país, praticamente, não precisa tutela. Tem que minimizar as obrigações, deixar o resto como absoluta negociação. Por exemplo, todas as nossas empresas do Canadá e Estados Unidos, são 19 usinas. O pessoal trabalha 12 horas por dia. Não fui eu que inventei. O pessoal prefere, é negociado. Trabalha 12 horas. E trabalham em turnos, trabalham três dias em uma semana, quatro dias na outra semana. Eles preferem. Com isso, tem uma redução de custo de transporte, de ida e volta, que é uma opção. Eu não sei dizer se é a melhor solução. Não quero dar o meu... Olha, aqui é dez vezes melhor, etc. Mas tem que se respeitar a flexibilidade de poder negociar.

No Brasil é impossível negociar um tema desses. Então, eu digo o seguinte, é preciso estabelecer flexibilidade. Não pode se discutir redução de horas de trabalho, para uma minoria do trabalho que está estruturado. Tem que se manter a estrutura com horário de trabalho, já não deveria ter reduzido para 44, devia ter ficado em 48, e dar a liberdade de negociação. Porque tem setores que têm condições, têm condições porque estão muito automatizadas, não interessa quantas horas de trabalho. Agora, eu gostaria de dizer assim: Faz o teste do plantador de verdura japonês e põe ele pra trabalhar 40 horas por semana, a que preço vai a verdura? Então, está fora da realidade do mundo. O mundo trabalha em tudo quatro horas, os aviões, os restaurantes, tudo. Então, tem que deixar a flexibilidade do setor. Ou será que isso não tem capacidade negocial?

Então, eu tenho uma observação extremamente clara nesse sentido. O problema de demissão, hoje, está sendo discutido, eu digo... Ioiô. Todos vocês sabiam o que é o ioiô. Ioiô ninguém mais quer. A fábrica fecha. Você tem que ter flexibilidade de deixar as coisas acontecerem. O ônus do desemprego é o ônus nacional e não da empresa. Não da empresa, porque eu não mando no mercado. Aumento e diminuição de mercado. Eu tenho que competir, a empresa tem que competir internacionalmente. Então, o custo social é de todos nós. Temos que participar do custo social. Não inviabilizar a competitividade da empresa. Então, esse tipo de intervenção, que hoje existe, eu tenho dúvida se ela é benéfica, em função da geração futura de emprego.

Nós temos que ter o máximo de flexibilidade, porque é um absurdo que o país tenha, menos da metade do emprego, formalizado. Por que tem a metade não formalizada? É que tem uma legislação absurda. A decisão de empregar é uma decisão complicadíssima. Apenas grandes estruturas de empresas podem fazê-lo. Mas, mesmo assim... Então, nós estamos trabalhando com uma legislação utópica em que aquela minoria está satisfeita, não quer mexer, quer manter, e nós prejudicamos a competitividade global. Os senhores podem observar que o movimento do mundo, cada vez, caminha mais nesse sentido.

E quais são os países mais competitivos de homem-hora de tonelada produzida, homem-hora de qualquer produto produzido? Países que têm o contrato de trabalho mais flexível. Quais são os países que têm o menor índice de desemprego? Que têm o contrato de trabalho mais flexível. Então, a burocracia quer amarrar cada vez mais. Mas, o mundo globalizado, a competição trabalha no caminho contrário. Está na mão de nós decidirmos qual é o caminho que nós queremos construir: De mais emprego ou menos emprego?

Finalmente, o próximo item, quais são... Em relação ao mercado interno, um dos grandes problemas, e eu posso mencionar muito o setor siderúrgico, que teve quedas expressivas dos seus preços internacionais, o preço do aço, hoje, no mercado interno internacional não paga o preço do minério mais o do carvão. Nem falo em operação, energia, nem em trabalho. E caiu do número, ao redor de mil dólares, por preço, ao redor de 400 dólares. O mercado internacional caiu, praticamente, 50%. Consequentemente, nossas exportações que o Brasil exporta 50%, caiu mais da metade. Então, o grande... A grande discussão é a gente ter que lutar para que o mercado interno seja fortalecido. Porque o mercado internacional vai continuar tremendamente difícil, principalmente, pelos nossos custos e não competitividades.

Então, nós temos que lutar para preservar as medidas que o governo tem tomado, nesse sentido, são benéficas, mas, é preciso trabalhar nessa linha de fortalecimento do mercado interno. E aí existe um problema também de evitar a competição, e a adoção de medidas contra importações predatórias. Dentro

desse cenário, hoje, nós temos processos tremendamente complexos por causa... A China, talvez, é o quadro mais complexo, mas a China, por exemplo, ela é o maior produtor de carvão de coque e exporta, inclusive, nós compramos ele. Ele tem um imposto de exportação de 40%. Consequentemente, o produtor de aço da China tem o carvão 40% mais barato que nós temos.

Eu estou dando apenas um exemplo. Eles criaram um imposto de compensação que, hoje, para exportação está em 13%. É semelhante, como nós tínhamos antigamente, com o IPI, que nos tem levado a discussões enormes, mas é... São temas extremamente importantes, que o Brasil ainda tem pendências judiciais complexas sobre a compensação do IPI, mas eu mostro só que, em relação ao comércio internacional, também a nossa legislação, por exemplo, no antidumping. O *dumping*, no Brasil, levava um ano e meio a dois, hoje está levando, dizem, um ano. Nos Estados Unidos, por exemplo, quando você entra com processo *antidumping*, se o processo foi aceito, daquela data em diante todas as importações, que foram feitas, estão sujeitas à retroatividade desde aquela data, em que o processo foi reconhecido.

Isso é uma proteção extremamente importante, eu tenho tentado debater esse tema, mas são, vamos dizer assim, numa situação de crise, a defesa dos interesses nacionais de preservação de mercado, evitar que a guerra predatória mundial venha a prejudicar, ou a gente permita perder empregos, acho que é uma posição extremamente forte, que tem que ser levada à frente, dentro do problema de buscar soluções competitivas.

Então, no meu entender, é decisiva essa posição de tentar fazer algumas correções pragmáticas e imediatas para a crise, em função dos nossos processos estruturais. Eu diria que, dentro da Reforma Tributária mais ampla, eu sonho com o IVA financeiro automático, estamos 20 anos atrasados em relação à América Latina, em relação à Europa são mais de 40 anos, mas eu diria que, nós deveríamos, pelo menos, atingir essas duas metas que eu mencionei que é a isenção total do imobilizado. Vou dar dois exemplos. Fiz um projeto em São Paulo, terminado há dois anos e meio, de 500 milhões de dólares, teve 120 milhões de dólares de impostos acumulados pagos na frente, para serem compensados. Dos quais eu vou poder compensar em cinco anos o ICM, mas tem alguns impostos que eu não vou compensar nunca. Então, fatalmente, eu vou ficar com o custo imobilizado, aproximadamente, de 15% acima do que me custaria em qualquer lugar do mundo.

Na Açominas nós fizemos investimento de um bilhão e meio de dólares, nós temos 350 milhões de impostos pagos na frente. Vou compensar também a metade, um pouco mais. Interessante que esse imposto, 350 milhões da Açominas, como eu me endividei na metade desse investimento, eu estou pagando esse juro duas, três vezes mais caro no Brasil durante um financiamento de dez anos. Eu nunca mais vou me desonerar disso. A minha depreciação é calculada sobre o imobilizado a mais. Como mencionei um táxi na Espanha, táxi, se credita do IVA para zerar o imobilizado dele. O hotel, do Uruguai, se vocês apresentarem o passaporte, ele não paga o IVA para o empresário que apresenta, que foi trabalhar do(F) IVA no(F) hotel do Uruguai. Porque aquele custo entra na empresa e entra para estabelecer a competitividade.

Estou trazendo exemplos bem esdrúxulos, do uísque para o trator, do táxi... Para nem falar nos imobilizados. Eu tive esse conceito tributário, imobilizado, acho que é uma origem absolutamente medieval. E que, quando não tinha impostos sobre circulação, o nobre no seu condado pediu o imposto na frente para se dar o direito do comércio. É um absurdo, no Brasil, a gente ainda estar imobilizando. Assim que eu defendo extremamente essa posição das reformas estruturais, que seria então, como eu falei no imobilizado, e também na exportação. Eu acho que nós temos uma responsabilidade, e por isso eu toco nesse tema, que é um tema... Essas reformas não é um problema técnico. No Brasil tem centenas, milhares de pessoas que dominam esse problema totalmente.

É um problema eminentemente político. E não é um problema político apenas no Senado, ele envolve os Estados. Mas, eu diria o seguinte, as soluções têm que ser feitas sem diminuir a receita dos Estados. Mas não pode fazer mecanismos, a tributação com os custos do consumo é que tem que pagar o imposto. Mas a produção não pode pagar impostos no seu processo, porque dificulta a nossa competitividade. Tomando um grupo que nem o nosso, se a cadeia consumidora dos nossos produtos de aço. Nós produzimos, essencialmente, aços especiais de alta liga, para caixa de câmbio, eixo, etc. Quanto é que aumentaria a demanda interna, se nós tivéssemos plena competitividade na cadeia produtiva? 20%, 30%, 50%? Está na nossa mão. Quanto é que geraríamos mais de impostos pela geração dos empregos, pelo conjunto?

Então, meus senhores, eu acho que, dentro do conceito de que, tem que se aproveitar esse momento de crise, para atacar os problemas com profundidade. Porque quando a gente não pega o momento de crise, em outras épocas, diz: "Não, está... tá... tá... Está ganhando dinheiro, deixa assim. Isso é uma briga muito

complicada." Eu recomendo que se crie um núcleo, extremamente pequeno, entre Executivo, Legislativo, os dois legislativos, uma representação empresarial e que esse, cada um desses representantes se acerte com seus parlamentares, se acerte dentro da estrutura executiva, para nós traçarmos uma meta concreta e objetiva.

O meu sonho, meus senhores, é que o país construa uma capacidade competitiva, a melhor do mundo. Hoje a gente só trabalha em conceitos [ininteligível]. Eu não posso aceitar que o Brasil que tem essa capacidade produtiva fantástica, possa conviver e aceitar a não competitividade. Por quê? Por mecanismos burocráticos. Por quê? Por interesses pequenos, secundários, corporativos. Está em nossa mão, senhores, temos que trabalhar juntos, porque o problema, politicamente, é complexo. Mas aceitar...? Eu pergunto aos senhores, algo vai estar diferente, em cinco anos, se esse problema não for atacado com energia, em dez anos? Nós já estamos convivendo 15, 20 anos com esse tema e não conseguimos resolver.

Conseguimos uma pequena melhora no começo, no final do Governo Fernando Henrique, e no começo do Governo Lula, com Palocci, eu me lembro ainda que negociamos esse tema do PIS/COFINS, que se fez o processo. Na verdade, que ele encareceu a carga tributária uns 15%, 20% nessa manobra, como sempre. Mas, a verdade é que se fez um sistema de débito e crédito, mas não financeiro. Novamente, não financeiro, para submeter o empresário à escravidão daquele fiscal que vai lá: "Isso entra, isso não entra..." E que tiver que discutir. O sistema tem que ser automático. Vamos limpar, vamos diminuir a dependência da burocracia. Eu agradeço a atenção e desculpe o entusiasmo sobre o tema, mas eu acredito que nós temos capacidade de construir isso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Queria agradecer ao Jorge Gerdau, essa aula magnífica que ele acaba de proferir. Vamos passar aos debates. Se os senhores estiverem de acordo, nós fazemos aqui de três em três senadores. De acordo? O primeiro orador inscrito é o Senador Aloizio Mercadante. Senador ACM Neto e Senador Tasso Jereissati.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Bom, queria primeiro saudar o Presidente Dornelles da nossa Comissão de Acompanhamento da Crise, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, o Senador Garibaldi Alves, saudar Jorge Gerdau e Cristiano Franco por esta oportunidade de discutirmos, com a ação empresarial, a visão da crise e uma agenda, sugestões e alternativas. Saudar também todos os demais senadores e senadoras que estão presentes. Eu queria dizer em relação ao diagnóstico, eu fico muito feliz de ver essa percepção porque eu acho que ela vai ser muito importante para a prevenção de crises futuras.

Quer dizer, na realidade, a emissão de moeda é o monopólio do Estado. E a história já ensinou que todas as vezes que o Estado perdeu o controle, nós tivemos grandes crises, inclusive, processo de hiperinflação. No entanto, na economia moderna, a emissão de moeda não é mais do que 3%, 4% da base monetária. Na realidade, você terceirizou, privatizou o processo de emissão de moeda, que é a alavancagem do sistema financeiro, sem nenhum controle, sem nenhuma regulação, especialmente, os bancos de investimentos americanos que sequer estavam subordinados à Basiléia. Então, esse processo--

SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER: [ininteligível] quem quisesse ainda olhar não tinha condições de analisar.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sem transparência nenhuma, sem controle, sem fiscalização, quer dizer, ninguém sabe, exatamente, o tamanho dos ativos próprios, onde eles estão. E, no entanto, já se sabe quanto eles estão custando. Para a Europa, 26% do PIB europeu, este ano, está comprometido como déficit público, se nós incorporarmos aí as garantias para enfrentar a crise bancária. E nos Estados Unidos alguma coisa em torno de 25%, se nós incorporarmos as garantias bancárias, e 12% do PIB é o déficit oficial do orçamento que já está expresso.

Então, nós estamos falando de uma agenda que vai ser fundamental. A reunião do G-20 ela foi muito importante, porque avançou no fortalecimento do FMI e redução das condicionalidades, nossa crise seria mais profunda. Avançou na idéia de que é preciso uma política concertada de todos os países, do ponto de vista da política fiscal, para amenizar o quadro recessivo. No entanto, avançou na idéia de que precisamos acabar com os paraísos fiscais, e controlar, e ter um comitê financeiro global de estabilidade financeira. Mas, estamos muito longe, ainda, de medidas de controle, transparência de fiscalização sobre o sistema financeiro. Muito longe.

E acho muito difícil imaginar o custo fiscal que nós teremos, porque o G-20 não resolveu. E como é que os ativos próprios serão administrados, especialmente, na economia americana. Porque essa idéia de leilão que eles estão propondo, você está transferindo para o setor privado a gestão, e para os bancos o custo fiscal dessa operação, que eu acho altamente questionável, no mínimo. De qualquer forma, queria fazer um segundo comentário.

Acho que o mundo não voltará a ser o que era em agosto de 2008, pelo menos, durante um bom período. Porque uma das grandes... Um dos grandes motores da economia mundial, que era a economia americana, exatamente, pela sua capacidade de endividamento das famílias, das empresas, do Estado, da sociedade, que era o grande consumo mundial, e que alavancava a produção e as exportações de demais países, está inviabilizado. E não voltará a ser, porque o nível de... Até deglutir toda essa dívida e reconstituir a capacidade de financiamento dos bancos americanos, muitos anos vão se passar. E acho que eles não voltarão a ser mais o que eram como país, como economia.

Há emergência de outros atores, inclusive o Brasil, porque os países que têm mercado interno forte e que foram mais precavidos, mais prudentes, e o Brasil acho que foi muito bem destacado, inclusive, nós vivemos a hiperinflação antes, vivemos a crise bancária antes, tínhamos mecanismos de controle e de prudência muito mais eficientes, e não teve tempo, também, de contaminar o nosso sistema. Estava começando a contaminar. Os derivativos de câmbio começaram a entrar, não tinham ainda contaminado o sistema. Então, acho que o Brasil pode sair na frente, está conseguindo amenizar o impacto da crise, e é muito importante que a gente tenha uma agenda corajosa de enfrentamento da crise.

Eu tenho dúvidas se, exatamente, porque quando você faz esse balanço dos últimos 15 anos, nós estamos discutindo a mesma coisa e avançamos muito pouco, e aonde avançamos os resultados são positivos, eu dou dois exemplos. Na crise de 92, nós fizemos uma desoneração na cadeia automotiva, na Câmara setorial de toda a cadeia produtiva, porque estava numa recessão gravíssima, e a repercussão foi imediata, em termos de produção, e de retomada das vendas e de toda a cadeia, porque a indústria automotiva é a indústria da indústria. Quer dizer, ela tem o efeito dinâmico muito grande. Atrás de automóvel tem vidro, plástico, borracha, ferro, aço... Enfim. E pra frente tem petróleo, pedágio, oficinas...

Então, naquela crise ficou demonstrado que a desoneração tem um impacto importante, em termos de produção. O exemplo do IPI agora é outro exemplo fantástico. Porque você reduziu o IPI, nós estávamos produzindo cem mil veículos em dezembro, produzimos 270 mil em março, recorde histórico de produção de automóveis. Então, a sociedade responde imediatamente. E na indústria da construção civil também. A desoneração tributária retomou a construção civil, que é um dos grandes fatores de amenização do impacto da crise no mercado de trabalho, porque ela continua contratando, e está dando saldo positivo. Então, nós precisaríamos avançar na desoneração.

É evidente que toda vez que os empresários falam esse tema, não aparece na pauta, existe um problema no Estado Brasileiro grave, que é a dívida pública, que melhorou muito nos últimos anos. Mas continua sendo um problema. O perfil da dívida, o custo da dívida, porque se nós não tivermos prudência fiscal, os juros não caem sustentadamente, sem os juros caírem, o custo capital não melhora, não tem crescimento sustentado, não tem competitividade. Então, nós precisamos ter um visão de equilíbrio fiscal e quero só chamar atenção do seguinte, quer dizer, vamos supor que as garantias bancárias da Europa e dos Estados Unidos não se efetivem. De qualquer forma o déficit público é 12% nos Estados Unidos e 10% na Europa. É 12% de um PIB que é 25% do PIB mundial. É 3% do PIB mundial. E o déficit público europeu, se as garantias não forem realizadas, é 10% de 28% do PIB mundial.

Nós estamos falando, só aí, de 6% de devido público o ano que vem, este ano, que vão ter que ser financiados no futuro. Isso é um custo para o futuro. A sociedade vai pagar essa dívida. Bom, nós não podemos, nós temos que fazer uma política fiscal agressiva, mas nós temos que ser prudente fiscalmente se nós quisermos sair sustentadamente no futuro e não tivermos pressão sobre a política monetária, não tivermos que, de novo, aumentar juros, não tivermos dificuldades de manter a capacidade de investimento do Estado. Então, nós precisamos manter superávit primário. Talvez, não na proporção que nós tínhamos, porque a dívida pública caiu muito, e temos que fazer uma política anticíclica, mas temos que ser prudentes do ponto de vista fiscal.

Bom, dado isso, o Estado está perdendo receita, Estados e Municípios e União, ontem mesmo o Presidente assumiu um compromisso de repor o Fundo de Participação dos Municípios, porque não tem sentido as cidades não tinham condições de pagar suas contas. Então, é um esforço muito grande. Para concluir, há uma limitação econômica estrutural, e há uma limitação política federativa, porque os Estados não querem perder o poder tributário, a máquina arrecadatória não quer perder o seu poder corporativo, e nós não conseguimos reverter isso sem o apoio dos governadores.

Eu acho que a proposta de juntar empresários, trabalhadores, Executivo, Senado e Câmara, é uma boa proposta. Talvez, os empresários, as centrais sindicais e os empresários constituíssem um fórum da sociedade e convidassem Senadores, convidassem Deputados, convidassem o governo para a gente, num ciclo de debate, transparente, avançar nesse diagnóstico e

avançarmos em propostas concretas na crise, realistas, sem perder a perspectiva de uma Reforma Tributária abrangente. Nós que estamos aqui já fizemos. O relator da última foi o Senador Tasso Jereissati.

Fizemos uma Subcomissão na Comissão de Assuntos Econômicos, fez uma nova proposta, aberta ao debate, pode ser emendada, mas tem uma proposta para discussão. Nós não temos como votar no Senado e mandar para a Câmara a Reforma Tributária porque ela não vai andar na Câmara. Não vai andar. Nós temos que aguardar a decisão da Câmara que não avança. Nem na nossa, nem a que o Executivo mandou. Porque tem problemas políticos graves. Por isso, a minha sugestão era abraçar essa idéia, e nós tentarmos focar em algumas medidas emergenciais, que apontem no sentido de uma reforma mais profunda. Desonerando investimento, desonerando exportação, e desonerando o emprego. Se nós conseguirmos avançar nessas três frentes, com medidas concretas e prudentes, eu acho que elas podem se efetivar, daria uma grande contribuição para o Brasil sair mais rápido da crise, mesmo porque o exemplo do automóvel. Teve gente que... Houve críticas em desonerar IPI. Mas o que adiantava produzir cem mil veículos se nós estamos produzindo 270 mil?

Se desonerou, mas toda a cadeia produtiva ganhou. Então, eu acho que investimento é a mesma coisa. Não vai ter investimento agora na crise. Então, ninguém está arrecadando nada, porque não tem investimento. Então, vamos desonerar para ter algum investimento. Seguramente, nós vamos gerar emprego, e vamos gerar competitividade futura. Então, se nós focarmos investimentos, exportação e emprego, alguma desoneração racional, e prudente, apontando para uma reforma para o IVA, que é uma coisa mais em longo prazo, e que nós vamos ter que aguardar a Câmara concluir, eu acho que nós poderíamos dar uma grande contribuição ao país. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Senador Aloizio Mercadante. O próximo inscrito é o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Garibaldi Alves Filho, Sr. Presidente da Comissão de Acompanhamento da Crise, Senador Francisco Dornelles, Dr. Jorge Gerdau, Cristiano Franco Neto. Eu achei muito lúcida a colocação do Dr. Jorge Gerdau na... Quanto à questão da necessidade dessas reformas para ajustar, colocar o país ajustado à competitividade internacional. É fundamental para os produtos brasileiros e para as empresas brasileiras. Nós enfrentamos problemas graves na área de tributação, a nossa tributação, o sistema tributário é distorcido, porque nós não temos controle sobre os gastos públicos correntes. E, portanto, sempre há aumento de carga tributária, quando precisa se financiar aumento de gastos públicos.

Esse ponto é um ponto nevrálgico que tem que ser combatido. À medida que seja possível cortar gasto público decorrente para você, então, possibilitar uma desoneração mais ampla, inclusive, é um absurdo que nós estejamos onerando o investimento. Quer dizer, o imobilizado das empresas sofre uma tributação severíssima que, claro, vai distorcer o sistema de preços automaticamente. E além do mais, esses excessivos gastos públicos foram responsáveis, no passado, trazendo para o presente, o porte da taxa de juros atual. Porque essa taxa de juros não foi por causa de política monetária, foi por causa de política fiscal.

Nós herdamos um passado de uma política fiscal desastrosa que fez com que a taxa de juros nossa se elevasse, e quando foi preciso usar a política monetária, nós, na verdade, tivemos que agravar ainda mais a taxa de juros. Então, ela tem um componente fiscal que precisa ser eliminado, mas, para isso, é preciso controlar gastos públicos. A Reforma Tributária que seria um caminho interessante para que se pudesse, se fosse possível desonerar, o caminho foi um caminho desastroso. O projeto do governo é muito ruim, ele foi emendado na Câmara de forma, absolutamente, tímida e, também, não resolve. Os Estados, realmente, não apoiaram esse projeto e, também, não tinham porque apoiar, porque o projeto é muito tímido.

O Senado fez um trabalho melhor na Subcomissão de Reforma Tributária, presidida pelo Senador Tasso Jereissati e o relatório do Senador Francisco Dornelles, nós fizemos um estudo muito mais interessante. Mas, como diz o Senador Mercadante, não adianta contrapor, votar esse projeto e mandar para a Câmara. Vamos aguardar para emendar o projeto da Câmara, se ele vier. Aí nós teremos um verdadeiro IVA. Porque o IVA, que vem do projeto do governo que está na Câmara não existe. Não existe. Ele não inclui ICMS, não inclui IPI. Então, não é IVA. É uma invenção que... Foi uma invenção, foi um arremedo que fizeram lá. Ou seja, é um projeto que, realmente, merece ser... Jogado fora. O nosso poderia ser um caminho para um projeto, quer dizer, um início de um projeto na linha que o Dr. Jorge pregou aqui, que acho também, é o caminho natural no longo prazo.

Além do mais, nós temos também, no Brasil, tributação de custo do dinheiro. É um absurdo. Os impostos diretos sobre os bancos são naturais. Mas os impostos indiretos, que vão atingir as operações financeiras, são absolutamente inviáveis. Outro ponto também que foi colocado, nós temos uma infraestrutura deficiente. O

governo não tem condições de... Por gastar muito no custeio, não tem condições de investir, mas é preciso que o governo, então, venha a facilitar o investimento privado na infraestrutura. Colocando marcos regulatórios, digamos, e estabilidade na legislação do longo prazo e não onerando, não buscando onerar esses investimentos em infraestrutura.

Então, isso é preciso fazer. Já que o governo não pode fazer, vamos facilitar o setor privado a fazer. E ainda temos, ainda lidamos com problemas na área trabalhista, na área ambiental, mas foi muito oportuna e muito lúcida a colocação do Dr. Jorge, porque eu acho que se nós não nos prepararmos para, digamos, para sermos competitivos, nós não vamos... Nós vamos perder o bonde da história. Nós temos uma grande oportunidade agora de nos prepararmos para isso. Porque nós vamos ser menos chamuscados nessa crise. Então, se nós nos prepararmos, no futuro, em outras crises, nós estaremos muito melhor posicionados, e teremos condições de crescer mais e aumentar o nosso comércio exterior que é fundamental.

Nós realmente temos um comércio exterior ínfimo. Nós precisamos aumentar esse comércio exterior. Quer dizer, exportar para também poder importar e tornar mais competitiva a economia brasileira e, inclusive ter, digamos, uma inflação até mais controlada. Porque se nós exportarmos, vamos poder importar aqueles produtos que são... Que são necessários e são mais baratos, e nós poderíamos, então, ter inclusive até um controle de inflação. Então, eu achei muito positiva a colocação do Dr. Jorge e esses pontos são fundamentais. Acho que o Brasil tem que encaminhar nessa linha, tem que perseguir essa linha, para que nós possamos ser, definitivamente, inseridos na economia internacional. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Dornelles, Presidente da Comissão de Acompanhamento da Crise, Senador Garibaldi, Presidente da CAE, Sr. José Jorge Gerdau Johannpeter, grande empresário brasileiro, Sr. Cristiano Neto, membro da ação empresarial, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. É bastante oportuna, Sr. Jorge, a sua colocação aqui trazida nesse momento de que nós, diante da crise, nós não podemos perder a perspectiva de médio e longo prazo. Se nós ficarmos focados, concentrados somente em soluções emergenciais, nós vamos nos iludir quanto às consequências do futuro do país, do futuro da economia e do futuro do desenvolvimento do nosso país. Principalmente porque, sem dúvida nenhuma, nós estamos nos saindo na crise, de uma certa maneira, mais amena, de uma maneira mais amena do que os países mais ricos, os países desenvolvidos. Mas isso não deixa de ser uma ilusão.

Quando um país europeu, por exemplo, cresce zero, para nós, crescer 2,5% é, talvez, pior do que um país europeu que cresce zero. Nós temos uma renda *per capita* muito baixa ainda, nós não estamos no nível de renda *per capita* satisfatória que esses países têm e, ao mesmo tempo, nós temos um crescimento demográfico e uma taxa de uma população em busca do mercado de trabalho, muito maior do que esses países, que têm uma certa, também, quase que, estabilidade no crescimento demográfico, no crescimento populacional. Então, nós não podemos nos iludir com esses números que, no momento, parecem satisfatórios, mas não são satisfatórios, mesmo relativamente, porque nos deixam ainda num débito maior com a população, do que os países desenvolvidos.

Por outro lado, nós não podemos esquecer que essas falhas estruturais também nos levaram, se nos levaram agora a uma crise mais amena, nos levaram também, nos últimos anos, a um crescimento menor do que os outros países, principalmente, os emergentes. É preciso colocar tudo isso na balança, e ver que nós precisamos olhar por que na época de abundância nós crescemos menos do que os outros países emergentes, e não esquecermos essa lição. Esse conjunto de fatores nos está levando a uma ilusão que me parece bastante oportuna a discussão que V. Sa. traz aqui a esta Casa, no sentido de que é hora de que nós consertemos as nossas falhas, para que nós possamos na retomada da economia mundial, pelo menos, voltar a crescer igual, ou melhor, do que os países, os outros países tanto emergentes, quanto países desenvolvidos.

Mas, a minha questão que vou fazer é muito concentrada na crise, porque nós aqui temos uma Comissão presidida pelo Senador Dornelles, voltada, focada na questão da crise. Eu gostaria de colocar três questões básicas. Primeiro, qual é o tamanho dessa crise para o país, na sua opinião, de médio e longo prazo? Segundo, o crédito. Como anda o crédito nesse país? Normalizou, regularizou, os bancos grandes voltaram a emprestar, os financiamentos para exportação voltaram de maneira natural? E as pequenas e médias empresas, por exemplo, seus clientes pequenos e médios, voltaram a ter acesso ao crédito? Em que ponto nós estamos exatamente, agora, aqui? Nós já ouvimos duas áreas. Uma: Dos bancos. E outra: Dos industriais. E as respostas são completamente diferentes. Gostaríamos de ouvir a sua. Muito obrigado pela sua presença a esta Casa.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Pela ordem, Senador. Talvez mais dois, de cinco em cinco para...

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Tinha acertado de três em três...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não houve perguntas... Não houve perguntas, agora apenas o Senador Tasso Jereissati com a primeira pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Por favor. Concordo com V. Exa.. Com a palavra o Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Bom dia. Eu gostaria de rapidamente também dar a minha opinião sobre o tema que estamos tratando hoje. Dr. Gerdau, é um prazer tê-lo aqui conosco e as observações feitas por V. Sa. são muito importantes. Primeiro sobre... Eu vou aqui, rapidamente, fazer algumas observações sobre os fatores limitativos à competitividade. Na verdade, o nosso país está empurrando isso com a barriga, todos os pontos que o senhor coloca aqui são pontos que são desafios, que temos que enfrentar cedo ou tarde. Infelizmente, todas essas questões ainda estão sendo levadas de uma maneira que se deixa para daqui a algum tempo as soluções.

Reforma Tributária. Na minha avaliação, até o final deste governo ninguém vai avançar na Reforma Tributária. Você vê aí uma pequena mexida no IPI, os problemas que tivemos nas Prefeituras. Ou você trabalha os gastos, ou você trabalha... Que o tamanho do governo para poder você trabalhar a receita ou, então, nós estaremos sempre dentro de um contexto difícil. E isso passa por um entendimento. Por um entendimento entre Governo Federal, entre governos estaduais, governos municipais. Então, é um desafio na minha avaliação para o próximo governo, isto é, se realmente for prioridade no próximo governo.

O custo do capital está sendo trabalhado nesse momento o quê? A questão do *spread*. O governo está avançando, discutindo. Acho que caminharemos dentro de uma perspectiva um pouco mais favorável. Logística. O nosso país não tem planejamento. Qual é o plano que temos, Plano Nacional de Desenvolvimento, vamos colocar dessa forma, para daqui a 5, 10, 20 anos? Um país que trabalha dentro de um contexto, de não termos um planejamento nacional, não sabe para onde vai direito, é difícil nós avançarmos. A questão da legislação ambiental. As instituições desestruturadas para funcionar. Por isso a lentidão. Você tem um órgão tal que não tem a quantidade de funcionários, muitas vezes, nem preparados para serem ágeis dentro do contexto de resolverem as demandas.

E aí chegamos num dos problemas que é outro, que cedo ou tarde, teremos que enfrentar. Eu sou de um partido que... Meu partido é o Partido Democrático Trabalhista, o PDT, que dentro do PDT eu trabalho para que nós possamos ver como é que avançamos dentro do contexto de um novo trabalhismo, porque da forma como está, também, eu concordo plenamente com V. Sa.. Não dá para avançarmos, aonde você tem mais da metade dos trabalhadores na informalidade. Quer dizer, tu tens hoje o trabalhador nível A, com todos os direitos, com todas as regalias, vamos colocar assim, e o nível B, que está no informal, está no mercado informal. E não... E dificilmente avança dentro desse contexto. Mas eu vou ser breve.

O meu questionamento, quando V. Sa. coloca as propostas emergenciais e estratégicas de enfrentamento da crise, redução da taxa de juros, promove ações para reduzir o *spread* bancário, ampliar o investimento público, fomentar exportações, acesso a crédito e financiamento com linhas oficiais. Veja bem, o senhor acredita que estimular os programas sociais que o governo tem, como o Bolsa Família, isso seria importante, também, para que nós pudéssemos ter um maior aquecimento na demanda interna? Porque dentro do ponto de vista da demanda, se nós formos perceber, por exemplo, a demanda externa. Dependemos do que vai acontecer no restante dos países. Não é mesmo? V. Sa. mesmo tem empresas que dependem de como os outros países vão conseguir sobreviver ou começarem a demandar, para poder aquecer, termos esse impacto no nosso mercado.

A demanda interna. Você tem os trabalhadores hoje, quem têm algum dinheiro com medo de gastar, porque o trabalhador diz: "Puxa, vou gastar e depois? Eu vou me comprometer com a compra daqui a 12 meses? E se eu perder o meu emprego daqui a seis meses?" Então, há uma insegurança, por parte dos trabalhadores. O empresariado também, diante do contexto, que ouviu falar que até agora ninguém sabe o tamanho dessa crise e, até hoje discutimos isso. O empresariado também está um pouco recolhido. Então, você percebe que dentro do contexto de termos aí uma demanda interna um pouco mais aquecida, nós temos essas dificuldades. A demanda externa com problema depende do que vai ser... Do andamento da crise lá fora, e aí nós temos o papel do governo. O governo dentro do contexto da sua demanda.

Investimentos. É importante que se faça, mas há uma certa lentidão, a burocracia que V. Sa. colocou muito bem, que emperra muitos desses trabalhos, e aí temos os programas... Temos os programas do ponto de vista do curtíssimo prazo, esses programas sociais. As pessoas terem renda para consumir, para gastar.

Portanto, e concluindo, eu gostaria de deixar aqui uma sugestão para pensarmos. Nós vamos ter que voltar a ter alguma coisa que já tivemos no passado, e aqui também é o momento, veja bem, nós estamos hoje discutindo os problemas que temos, porque temos uma crise. Talvez se não tivéssemos essa crise estávamos aí falando, estamos crescendo... E vai empurrando tudo com a barriga, sabe Deus pra quando resolver esses problemas.

A crise, pelo menos, do ponto de vista de um fator benéfico, o que eu vejo é essa: Discutirmos o que estamos errando e buscarmos as soluções. Agora, precisamos ter, isso certamente eu acredito que poderemos ter no próximo governo, porque tem que ser feito no início do governo, um grande entendimento nacional. Se não tivermos, dificilmente nós vamos avançar dentro dos pontos que V. Sa. faz as observações. O que nós percebemos hoje é o empresário que quer fazer os investimentos, mas a situação, pelo que ele passa, é uma situação muito difícil. Quer investir, há problemas, o governo tem toda uma burocracia que emperra. Então, eram essas as observações que eu gostaria de fazer. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com a palavra o nosso conferencista, Jorge Gerdau. Eu queria apenas dizer ao Dr. Jorge o seguinte, que o Senado aprovou na semana última um projeto de reformulação da defesa comercial, cuja meta é principalmente essa de agilizar a colocação dos direitos provisórios nos casos de *dumping*. Esse projeto foi para a Câmara, relatado inclusive aqui pela... Foi minha autoria, relatado por duas comissões, pelo Senador Aloizio Mercadante e pelo Senador Flexa Ribeiro, e eu espero que a Câmara possa aprovar, porque vai agilizar bastante a colocação desse direito provisório que é uma das distorções enormes no processo de defesa comercial do Brasil. Com a palavra.

SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER: Srs. Senadores, eu tenho duas perguntas colocadas. Uma pelo Senador Tasso Jereissati, os comentários, vamos dizer, iniciais, colocados. Eu vejo que existe uma identificação bastante clara sobre os temas. Eu diria que o problema do tamanho da crise é um tema tremendamente complexo, porque as informações são bastante diferentes e divergentes em relação aos aspectos. Na minha própria empresa, eu posso caracterizar que a demanda... Nós temos uma comercial que tem 72 filiais que vendem praticamente do pequeno consumidor. A minha demanda nessa ponta estão ao redor de 85%, 90% do número histórico. Então, é uma situação normal.

Quando eu pego as cadeias produtivas, automobilística, construção, bens de capital, a queda está a mais de 40%. Com recuperações gradativas. Porque como a economia estava em pleno impulso, havia estoques grandes e isso, esses ajustamentos, o setor siderúrgico é um setor diretamente vinculado a atitude de imobilizar. No fundo, até um automóvel, de certo modo, é ato de compra mais complexo. Então ele sofreu tremendamente. Isso no cenário mundial também. Então, tem essa visão. Esse número de informação da queda do setor industrial, números que andam ao redor de 15% a 17% são números extremamente significativos que no Brasil, historicamente, praticamente, desconhecíamos. Mas também, novamente são, no meu entender, situações de ajuste, de estoques de demanda.

O Senador Mercadante mencionou que a economia não vai mais retornar ao que era. É evidente que... Nós temos até experiências históricas do Brasil, quando se liberou demais a inflação, a emissão, que de repente a economia crescia e depois tomávamos um tombo. Nós temos dezenas de experiências históricas que nós aprendemos com esse processo anteriormente. Então, realmente, se tomar a economia americana que chegou a 16 bilhões e 500 mil carros, e está hoje em um número abaixo de oito milhões, eu digo... Não retorna mais. A própria estrutura brasileira, no momento, nós temos o IPI, mas o financiamento de carro, que chegou há 90 meses, nove anos, com entrada zero, é uma estrutura irrealista, que também sofreu correções, e hoje está se exigindo uma entrada aí de 20%, 30%... Depende do modelo, o carro, etc. Mas também ele está tomando financiamentos de prazos menores.

A realidade é que o mercado comprador de automóveis, dentro da nova estrutura de financiamento, ele deverá ser 20%, 30% menores dentro dessa faixa de consumidores. Tem 20% de casos que é vendido à vista. Então, a estrutura dessa bolha financeira dentro do novo cenário tem modificações. Então, eu estou convicto de que a nova estrutura global mundial cai, foi descrito bem essa relação China/América do Norte, que... Usava, financiava e vendia o produto. Então, se formou essa estrutura artificial. E tem correções, e que nos atinge na estrutura global, pelo peso do PIB americano no mundo. Então, eu diria que... O pedido do Senador Tasso Jereissati de, realmente, definir o tamanho da crise, eu diria que eu não tenho resposta. Eu gostaria de tê-la, porque a minha maior angústia hoje é definir qual é o tamanho do nosso mercado. E não só no Brasil, mundialmente.

A siderurgia mundial estava caminhando para um bilhão e 500 milhões de toneladas de produção de aço. Um milhão e 500 mil toneladas. E hoje, deve estar com um número ao redor de... A demanda ao

redor de um milhão. Tem 500 mil toneladas a mais em curto prazo no mundo. E qual é que vai ser a nova tendência? Ninguém consegue decifrar. É tremendamente complicado.

Sobre o sistema financeiro, eu diria o seguinte. Fatalmente a pequena empresa é a que está mais sofrendo no processo. E o dinheiro não chegou plenamente a ela, ainda, dentro do sistema. O processo é muito simples. As grandes empresas no país, e vamos tomar aqui a maior de todas elas: A PETROBRAS. Quando a PETROBRAS teve que recorrer ao mercado nacional, em vez de recorrer ao mercado internacional, é que o mercado internacional está praticamente fechado. Hoje a PETROBRAS está conseguindo já, parcialmente, financiamentos, mas ainda pequenos em relação aos seus projetos. Esse dinheiro que a PETROBRAS, ou as grandes empresas vão buscar, paramos de buscar no exterior, estamos... Ela vem faltar em quem? No último da fila. Do maior risco.

Então, fatalmente, quando 25 milhões de dólares são tomados, ou reais, são tomados pelo BNDES, esse dinheiro vai faltar na ponta da pequena empresa. Quando eu parei de captar dinheiro no mercado internacional e estou captando, no momento eu não estou captando, estou tentando baixar minhas dívidas, mas qual é o processo que existe? Então, fatalmente, o último da fila, que é o menor, que tem menos garantias, maiores dificuldades, é que sofre mais nesse processo. Então, esse processo é inevitável praticamente na crise. Eu acho que o governo ao fazer o sistema dos pequenos bancos, de refinanciar, sustentar os depósitos, os pequenos bancos, para que esses atendam esse cliente que ele está mais próximo a essa estrutura dessa economia, eu acho que são medidas concretas, extremamente benéficas. Mas o circuito não terminou.

Se você tomar a inadimplência, o crescimento da inadimplência nas grandes empresas, em relação aos seus clientes menores, é um fato que está acontecendo. Então, eu diria que o quadro, esse... Senador Jefferson, gostei de sua observação sobre planejamento. Coisa mais complexa de reestruturar um planejamento, principalmente governança, você tem que estruturar governança e subgovernanças. Cada área tem que ter estrutura de competência de decisão. Num país de 200 milhões de habitantes, estruturar a governança estrutural, com planejamento, é um tema complexo. Nós abandonamos o planejamento estruturado do país há muitos e muitos anos. E foi um erro de decisão, que vem até dos tempos do Ministro Delfim, que é mais operador, Fernando Henrique quando jogou no planejamento a gestão do orçamento...

Então, essa estrutura, no meu entender, nós temos aí atos históricos que continuam não resolvidos e que dentro dessa visão estratégica, vamos dizer... O fato de eu trazer um tema desses, da não competitividade, isso está errado em eu trazer esse troço. A estrutura de planejamento e percepção estratégica do país tinha que estar com isso à tona, e não eu, está certo? É só pra mostrar as deficiências de concepção estratégica. E o mundo exige concepções estratégicas na sua capacidade de produção.

O processo de Bolsa Família, eu acho que é uma solução inteligente, mas, ela fatalmente leva a distorções. Nós já temos, hoje, distorções pelo processo da Bolsa Família no mercado de trabalho. É como tudo. Toda vez que você tem uma intervenção, tem consequências. Então, eu tive o seguinte. Tem que se aprimorar a gestão pública para que sobrem recursos, e ter margem de aprimoramento de gestão pública, eu tenho experiência pessoal nos programas que o MBC fez, nós trabalhamos em nove Estados, duas Prefeituras, que em 12 a 18 meses nós melhoramos o orçamento em mais de 10%. Em 12 meses, melhorias de 10%. Só trabalhando o custo. Só melhorando receitas, sem mexidas.

Então, gestão pública é um tema decisivo na melhoria do país. E, consequentemente, ter mais dinheiro para investimento. Não pode a União ter 1% do PIB de investimento. Tinha que ser 4%. O país há 20 anos cresce 2,5%. O crescimento do país é definido pelo nível de poupança e investimento. Nós continuamos investindo pouco. Então, eu digo o seguinte, a Bolsa Família, eu gostaria que tivéssemos emprego para diminuir ao mínimo a dependência, a necessidade. E a política de poupança e investimento no país não leva à geração do crescimento econômico, e isso é um problema, há 20 anos que nós estamos vivendo isso. Eu não estou falando da situação atual. Na situação atual se fez o PAC para melhorar a gestão, mas a quantidade de dinheiro no investimento ainda é, absolutamente, insuficiente. Isso passa por uma estratégia de gestão pública para que se tenha uma meta.

A poupança privada é 17% do país. E essa é que faz a sustentação do investimento do PIB. Ela é sustentada pelo sistema, pelo cidadão, pelas empresas. O governo tem um. Os governos estaduais têm um número semelhante a isso. Mas é absolutamente... Com 40% do PIB está no governo... Dos governos, se esses 40% gastam tudo e não investem, o crescimento do país permanecerá um número de 2,5% ou 3%. Nós nos iludimos um pouco pelo *boom* mundial e eu, pessoalmente: "Como é possível que nós estejamos poupando tão pouco, estamos investindo tão pouco e estamos crescendo?" Que a economia global, nós to-

dos nos iludimos nesse... Nessa estrutura. Então, assim, estrategicamente ter uma visão de planejamento eu digo, enquanto nós não atingirmos que o Governo Federal invista 4% do PIB, no mínimo, de investimento, ela não vai atender à demanda e a taxa de crescimento vai continuar pequena.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Dr. Jorge Gerdau. Os próximos senadores inscritos é o Senador Eduardo Suplicy, Senador Osmar Dias, a Senadora Kátia Abreu e Senador Flexa Ribeiro. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Francisco Dornelles, Senador Garibaldi Alves--

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Queria pedir, de acordo com o Presidente Garibaldi Alves, poderíamos estabelecer um sistema, se tivessem de acordo, três minutos pra cada um. Pode ser?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Tudo bem. Sr. Cristiano Franco Neto, e prezado Sr. Jorge Gerdau Johannpeter, eu gostaria de cumprimentá-lo pela excelente contribuição e, sobretudo, pela interação constante que o senhor tem tido com o Governo do Presidente Lula, sempre trazendo sugestões e, inclusive, aqui para nós no Senado Federal. Eu achei importante as considerações que fez, relativamente a se avançar no sentido do diálogo com segmentos empresariais e de trabalhadores, inclusive, no que diz respeito à flexibilidade das condições de trabalho e da forma, segundo a qual, se arrecadam recursos, hoje mais na folha de pagamentos, pois avalio que será importante nós passarmos, em vez de estarmos cobrando taxas e impostos sobre a folha, passarmos mais para, digamos, enviar o valor adicionado.

E a sua experiência como empresário, com empresas no Brasil e em países inclusive desenvolvidos, como os Estados Unidos, Canadá e outros, lhe permite trazer uma visão muito interessante. Observou que no Canadá, por exemplo, os trabalhadores ali trabalham em uma semana quatro vezes 12 horas e, noutra semana, três vezes 12 horas. Isso dá em duas semanas 84 horas. 48 mais 36, na verdade, corresponde... Dividido por dois, a 42 horas. No Brasil, nós temos hoje um sistema de 44 horas semanais, pela legislação, 8 horas por dia, mas havendo a possibilidade de um banco de horas, com o máximo de 2 horas, mas é possível a um trabalhador, digamos, trabalhar 10 horas num dia e 6 horas em outro. Mas eu avalio que o exemplo que o senhor nos dá é algo que deveria estar à Mesa de negociações com respeito a isso.

Eu gostaria de trazer aqui uma reflexão sobre um avanço, por exemplo, que um economista, Prêmio Nobel de Economia, James Edward Meade, que viveu todo o século 20, praticamente, de 1906 a 1995, expôs, dizendo que para nós termos, ao mesmo tempo, alcançado os objetivos de muita eficiência, maior igualdade e... Os objetivos de... De eficiência, igualdade e outro que vou mencionar, seria importante nós termos, justamente, maior flexibilidade de preço de salários, muita interação entre empresários e trabalhadores e... Mas, inclusive... E para outro objetivo, o de igualdade e erradicação da pobreza, se ter um processo de uma renda garantida universal. Mas renda de cidadania. Nos países desenvolvidos como os Estados Unidos da América, hoje, nós temos um sistema de transferência de renda, em que precisam ser considerados pelos empresários brasileiros na hora de examinar o próprio grau de competitividade.

As suas empresas nos Estados Unidos, por exemplo, pagam aquilo que se chama o crédito fiscal por remuneração recebida. Vou dar um exemplo. Nos Estados Unidos, hoje, um trabalhador que ganha um salário mínimo, seis dólares e 55 por hora, se trabalhar 160 horas, vai receber 1.048 dólares por mês. Se trabalhar 12 meses, sua remuneração é de 12.576. Ora, ali nos Estados Unidos ainda há o crédito fiscal por remuneração recebida. No caso de um trabalhador, digamos, com mulher, duas ou mais crianças na sua família, ele tem direito a 40% a mais de remuneração, de crédito fiscal por remuneração recebida. E a sua remuneração é acrescida de 5.030 dólares anuais. Ou seja, a sociedade toda recolhe em impostos e acresce à remuneração do trabalhador que, com isso, está mais satisfeito, tem um maior grau de produtividade, mas não é a empresa que paga inteiramente, é a empresa mais a sociedade.

Há um lugar dos Estados Unidos onde, além de haver o crédito fiscal, tem o equivalente àquilo que eu denomino uma renda básica, objeto já de aprovação de lei pelo Congresso Nacional, que é o Estado do Alasca. No ano passado, além de haver o [ininteligível], todos os residentes no Alasca, há um ano ou mais, receberam 12.609 dólares por ano. Todas as pessoas. O fato de o Alasca ter este mecanismo, fez do Alasca, dos 50 Estados Americanos, o mais igualitário. E, de uma maneira tal que, também, não prejudicou o seu grau de competitividade. O que eu gostaria de sugerir é que acho muito positivo que possamos, sim, trabalhadores e empresários, Legislativo e Executivo, estarmos nos reunindo para chegar à solução de maior racionalidade e, inclusive, que envolva maior grau de competitividade para a economia brasileira, e com maior racionalidade também no sistema tributário. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado-– [interrupção no áudio] Eduardo Suplicy. Com a palavra o Senador Osmar Dias. Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Sr. Presidente. Gostaria, mais uma vez, de cumprimentar o Dr. Gerdau, dizer do prazer e alegria de tê-lo aqui conosco, é um poço de sabedoria e conhecimento. Entendo perfeitamente a sua angústia, a sua ansiedade, principalmente o senhor que conhece e sabe fazer a comparação da competitividade brasileira com outros países, porque o senhor opera, o senhor produz, o senhor trabalha também em outros países. E eu sei o quanto isso traz de indignação, essas comparações que o senhor deve fazer todos os dias, e sofrer por elas, todos os dias.

Eu gostaria de comentar dois pontos, e que o senhor pudesse falar a respeito deles, porque eu tenho certeza de que o senhor conhece bastante deste assunto. Comentou um pouco com o Senador Mercadante, mas eu queria que o senhor falasse um pouco mais sobre governança brasileira, em que níveis e patamares está a governança deste país, do Poder Público deste país, comparado aos demais. Gostaria que o senhor pudesse comentar o papel da educação na competitividade. Do Brasil comparado a outros países. Só quero aqui fazer coro com V. Sa. a respeito dos impedimentos à competitividade brasileira. Mas não só a questão tributária, não só as injustiças e a burocracia, nesse sentido, mas também é inadmissível um país entender, chegar a uma conclusão de que possa ter um Código Florestal, que compromete, se cumprido fosse, à risca, 100%, a legislação atual do Código Florestal, comprometeria 76% do território nacional com cobertura florestal.

Um país em desenvolvimento que passa por grandes percalços, admitir que uma legislação, admitir de braços cruzados, admitir que uma legislação possa permitir que apenas 30%, 33% do país possa estar disponível para a produção agropecuária e para as cidades. Um país que é considerado, dos países emergentes, a fazenda. Assim como a China é considerada a indústria, a Índia é considerada os serviços, eu já ouvi, algumas vezes, que o Brasil é considerado a fazenda. E eu tenho muito orgulho disso e acho que nós podemos tirar muitas vantagens dessa situação.

Como é que nós podemos ainda entender que um país nos últimos 15 anos possa ainda estar investindo 0,014 do PIB na construção de portos. Justo um país que produz alimentos, aonde as *commodities* fazem a diferença na balança comercial, aliás, é o único setor que faz... Mantém superavitada a balança comercial brasileira, possa enfrentar o investimento em portos, este país que já está estagnando sua produção e o consumo interno, e que precisa de novas fronteiras, para ampliar sua produção, a sua produtividade, levar para outros países.

Os investimentos nos portos são irrisórios, como se não bastassem investimentos baixíssimos nos últimos 15 anos, 0,014 do PIB, nós ainda temos decretos assinados no Palácio do Planalto que impossibilitam, que impedem a construção de porto privado misto neste país. Legislação ambiental que impõe a um empresário, quando ainda podia construir porto, quando ainda tinha esperanças de construir porto, uma licença ambiental que leva de três a quatro anos para ser emitida, para a construção de uma hidrelétrica, de um porto, de obras de infraestrutura que o senhor próprio disse agora há pouco da importância delas para combater a crise é, exatamente, fazer o papel da iniciativa privada neste momento e ampliar os investimentos.

Como nós podemos falar em competitividade se nós ainda aceitamos passivamente e eu culpo, principalmente, o Congresso Nacional de que faço parte, de permitir que usinas hidrelétricas possam ser construídas nesse país, sem a construção das eclusas. Eclusas essas que, construídas depois, custam quase 70% mais caras do que construídas simultaneamente. Apenas uma articulação simples de um Ministério das Minas e Energia, e o Ministério dos Transportes, para que isso pudesse ser oportunizado simultaneamente. E o senhor sabe os custos de frete numa hidrovia, em comparação com a rodovia, e eu não preciso aqui lhe dizer.

Um país que ainda o empresário, como aqui o senhor representa, vir pedir agilidade em crédito tributário de exportação. Um país que tem um cumprimento de leis baixíssimo, comparado a outros países, o nível de cumprimento de leis nesse país é vergonhoso. No direito... No respeito aos direitos de propriedade, o Brasil hoje está em 68º lugar. Gostaria que o senhor comentasse, especificamente, sobre a questão da importância do direito de propriedade para o crescimento de um país. Nós estamos em 68º lugar no cumprimento dos direitos de propriedade, aos direitos de propriedade. Ainda um país que se conforma em discutir cotas no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, com o mundo quase que acabando as nossas cabeças, discutindo cotas raciais e cotas sociais.

É praticamente, Dr. Gerdau, a confissão de um governo e de um Congresso, da ineficiência das escolas do seu país. Eu não consigo dar a educação que os brasileiros merecem, portanto, eu tenho que me submeter ao ridículo de estabelecer cotas raciais e sociais para contrapor à minha incompetência e a minha ineficiência. É só avaliar que o ensino básico no

país, o ano passado, Dr. Gerdau, teve investimento por aluno de 1.773 reais. Enquanto que o ensino superior, por aluno, gastou 11.820 reais, mesmo assim, tendo apenas 8% dos nossos jovens na universidade, em detrimento da Coréia, que gasta menos em educação em comparação ao PIB, e tem 83% de seus jovens na universidade.

Realmente, nós estamos com os papéis totalmente invertidos. E ainda nós somos o 105º país do mundo em liberdade econômica. Eu só posso dizer ao senhor e aos empresários do país, todos eles, pequenos, médios e grandes que eu me sinto envergonhada. Envergonhada de tanta... À frente de tanta obviedade, diante de tanto bom senso, de tantas ações simples, que poderiam ser resolvidas por nós, talvez eu aqui a menos experiente de todos os meus colegas, mas todos aqui muito capacitados, preocupados com o país e que, se nós quiséssemos nos unir em direção a ações simples, práticas, objetivas, eu tenho certeza que o país poderia ter um desempenho, e passar à frente dos demais e não ao contrário, ficando atrás e passando números e participando de números e estatísticas que nos envergonham a todos.

O senhor citou agora há pouco o setor agropecuário. Eu quero lembrar que de setembro a fevereiro deste ano foram mais de 150 mil trabalhadores formais demitidos, sem contar a atividade de açúcar e álcool no país. Um setor que está massacrado também pela burocracia e falta de planejamento, o setor, como eu disse agora há pouco, responsável pela balança comercial positiva, mas também responsável por um terço do emprego, um terço do PIB e um terço das exportações. Este país, este setor que já está prestes a plantar a próxima safra ainda não tem solução de como agirá para manter, pelo menos, a área plantada e o número igual do ano passado de grãos colhidos. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu quero lembrar aos Senadores componentes da Comissão de Assuntos Econômicos que após esta audiência, após a palavra do Dr. Gerdau e dos debates, nós vamos ter a votação do requerimento de Senadora Kátia Abreu, mas vamos ter também outra Audiência Pública com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, o CADE. Nós vamos ter a presença de vários convidados desta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Francisco Dornelles, da Comissão de Acompanhamento da Crise, Presidente Senador Garibaldi Alves, da CAE, Sr. Jorge Gerdau Johannpeter, Coordenador-Geral da Ação Empresarial, Sr. Cristiano Franco Neto, membro da Ação Empresarial. Para nós, Dr. Gerdau e Dr. Cristiano, é uma alegria muito grande recebê-los aqui no Senado Federal. A experiência de V. Sa.s nos traz esclarecimentos importantes para que possamos trabalhar para colocar o Brasil numa posição que permita a ele alcançar no menor espaço de tempo possível as condições de país de primeiro mundo. E que, lamentavelmente, pela sua brilhante exposição que fez, na abertura desta Audiência Pública, já nos leva a uma preocupação que é permanente.

Ainda no final da sessão legislativa passada, eu tive oportunidade de relatar um projeto que é uma coisa tão simples, e que demorou tanto de dar as condições às empresas nacionais que têm unidades fora do Brasil que pudessem ajustar às suas demonstrações contábeis, diminuindo o custo para que aumentassem a competitividade. São ações desse tipo, desse tipo, porque nós precisamos fazer aqui no Senado Federal e nós estamos abertos para essa troca de experiência que nos permite, Dr. Gerdau, ajudar o Brasil. Nós aqui, nos colocam como bancada de oposição, bancada de situação. Mas temos que entender e a sociedade tem que ter clareza disso, nós não somos oposição ao país. Muito pelo contrário, nós somos a favor do Brasil.

E aquilo que for para facilitar, para melhorar as condições econômicas e sociais do país, tem o apoio de todos nós. Eu... V. Exa., na sua exposição já retirou uma série de dúvidas que eu teria. Mas eu queria ouvir de V. Sa. algo que eu tenho como idéia e não sei... Eu não gosto muito de ter nada que seja engessado. Quer dizer, definições, por exemplo, o orçamento que tem que ser aplicado nisso, aplicado... Mas, lamentavelmente, Dr. Gerdau, Dr. Cristiano, lamentavelmente, se as coisas ficarem livres demais, dependendo dos governos que estão no poder, eles acabam fazendo o desvirtuamento dos recursos a serem aplicados. Acredito que se o Presidente Fernando Henrique Cardoso não tivesse feito tudo o que fez para colocar o Brasil em condições de ter continuidade no desenvolvimento, mas fez algo da maior importância que é a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ou seja, ele limitou o gasto público com a questão de pessoal.

Isso terminou a irresponsabilidade, a irresponsabilidade de gestores que deixavam os seus Estados, os seus Municípios endividados, para que o sucessor viesse encontrar essa dificuldade maior na gestão. E a Lei de Responsabilidade Fiscal, não. Ela define parâmetros que possam... Que devem ser adotados

e respeitados. Eu perguntaria a V. Sa. se nós colocássemos um indicador. Porque se nós colocássemos um indicador de investimento. Assim como nós temos o indicador de gastos, de saúde, de educação... Talvez esteja contra o princípio meu de não engessar, mas, num momento como esse, nós não teríamos um indicador de investimento mínimo para que o governo, os governos, aí eu não me refiro a um governo específico, os governos pudessem ter um controle de gestão, qualidade de gestão. Porque lamentavelmente, o que se vê por esse Brasil afora é um desperdício de recurso público. Desperdício.

Não há uma preocupação com qualidade de gasto, em orientar o gasto, para que esses investimentos tragam um aumento da arrecadação e, com isso, uma melhora de investimentos futuros. Como é que o senhor veria isso se nós pudéssemos colocar um indicador que pudesse ser crescente? Hoje V. Sa. diz que está 1% do PIB, e que os países desenvolvidos aplicam 4% do PIB. Então, poderíamos fazer algo que fosse crescente até chegarmos ao nível de país desenvolvido que todos nós gostaríamos de atingir. Uma outra... Outra opinião sua, que eu gostaria de ouvir. Reforma Tributária. Todos nós temos consciência que precisa ser feita. Não só tributária. Administrativa.

Nós precisamos saber o tamanho do Estado, até para saber o que precisamos arrecadar para manter o Estado. A Reforma Política... Todas essas. Mas vamos tratar da Reforma Tributária que V. Sa. colocou aqui com muita competência. Eu não acredito em Reforma Tributária nesse instante. Eu não acredito. Eu ouço, muito antes de vir para a política, como empresário, falar em Reforma Tributária há décadas. E, lamentavelmente, o que se faz são ações pontuais, todas elas voltadas para o aumento da carga tributária. Nunca para a redução da carga tributária. O governo precisa arrecadar mais, se cria uma possibilidade ou uma fantasia de Reforma Tributária e, no fim, vai ver o resultado, houve aumento da carga.

Eu pergunto a V. Sa. se não seria uma ação da Ação Empresarial no sentido de preparar junto com esse grupo que V. Sa. propôs, para o futuro governo. Aqueles que vão assumir o país, a partir de 2011, possam ter compromissos de campanha com relação à ação de fazer a redução e trazer uma carga tributária mais justa para a sociedade. Mais justa. Então, seria, vamos dizer, incorporado no plano de governo de todos os pretendentes à Presidência uma ação... Porque aí sim, o novo Presidente, qualquer reforma dessa, no meu entendimento, tem que ser feita no primeiro instante de governo. No primeiro instante de governo. Não no final desse governo, de qualquer governo.

E eu perguntaria, V. Sa. falou sobre a experiência das suas empresas no exterior. Citou exemplo de que no Canadá, por acordo, os operários trabalham três dias num turno e quatro dias... Ou seja, o que eu entendi é que, na semana, você pode trabalhar três dias, completa a carga horária e libera o restante. Me parece que... E com isso você faz... Aí, a minha pergunta é nessa questão do acordado e do legislado. E de V. Sa., o que seria mais importante para o país? O que for acordado entre as partes ou o que está amarrado, preso, engessado por essa legislação trabalhista dos anos 40? Que nós estamos vivendo hoje na tecnologia de ponta com uma legislação da década de 40. E, finalizando, qual o seu sentimento em relação à crise? O tamanho da crise. Se já atingimos o ápice, estamos no caminho de... Isso a nível mundial e em nível de Brasil. Ou se ainda haverá dificuldades maiores pela frente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Queria perguntar ao Dr. Jorge Gerdau, se nós não pudéssemos simplesmente, se estiverem de acordo, os próximos senadores inscritos, é o Senador Adelmir Santana, Roberto Cavalcanti e José Agripino. Se eu poderia dar a palavra aos três Senadores e V. Exa.--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): V. Exa. esqueceu-se de mim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu aqui, na ordem que eu tenho, veja só, tenho aqui o Senador Adelmir Santana, Roberto Cavalcanti, José Agripino, João Tenório, Eduardo Azeredo e Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Então, V. Exa. não esqueceu. Estou no próximo bloco.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Marcelo Crivella, como o senhor gosta de lembrar, os últimos serão os primeiros. É o evangelho, não é? É a lição do evangelho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com a palavra o Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Sr. Presidente da Comissão, Francisco Dornelles, da Comissão de Crise, coordenador da frente empresarial, Jorge Gerdau, Cristiano franco neto também da frente empresarial. O que nós sentimos aqui, nesta manhã, foi uma belíssima exposição e uma definição de cenários e de diagnóstico do país. Ficou claro para todos nós a necessidade de avançarmos nas questões das reformas. Notadamente, a Reforma Tributária, que se discute há mais de 10 anos, a reforma fiscal, a reforma trabalhista.

Foi feito aqui várias comparações com relação à falta de avanço dessas reformas. Ficou também muito bem comprovada a concordância política de todos nós com essa situação que o país atravessa. A concordância política do Congresso, do Poder Executivo, dos empresários, dos trabalhadores, na aceitação do quadro que foi delineado aqui nesta manhã. Há uma incidência, foi muito clara também, da incidência tributária, sobre as operações que encarecem os produtos. E dificulta, naturalmente, a competição. Principalmente, no que diz respeito às exportações.

As reformas também até pelos expositores e pelos questionadores, elas não avançam e, principalmente, a tributária, em razão do próprio posicionamento dos entes federativos, Estado, União e Municípios, muitas vezes a coisa se paralisa, e [soa a campainha] e o nosso expositor deixou... Fez uma demonstração da necessidade de desonerarmos na questão da Reforma Tributária, a produção, a folha de salários, a intermediação bancária, que não é justo que nós todos, ao tirarmos, fazermos qualquer tipo de operação, ali também esteja embutido uma forte carga tributária no simples processo de captar e emprestar. Poderia, sim, incidir uma operação, uma forte carga tributária na lucratividade do sistema, e não nessa questão da intermediação da apuração. Ou da intermediação das aplicações.

Com relação ao crédito nós já tivemos aqui nessas mesmas audiências e, ao ouvir os dirigentes dos bancos estatais, porque o Brasil tem um forte componente de bancos estatais, informações de que recursos estão disponíveis, principalmente, para os pequenos. E chegam a comprovar, a todos nós, a existência desses recursos. Entretanto, o que a gente sente, e o expositor Jorge Gerdau também fez referência, que ao minar, ao secar essa questão dos créditos internacionais, as grandes empresas, naturalmente acompanharam, entraram na fila, mas em posições privilegiadas, de menos risco. Pegando esses recursos disponíveis e esses recursos faltando na ponta para as micro e pequenas empresas brasileiras.

Mas aqui mesmo, em exposição do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, do BNDES, foi colocado que os recursos e até nos convence de que há um crescimento de volume de créditos para as micro e pequenas empresas, quando a gente ausculta a ponta e verifica que as dificuldades burocráticas, o nível de exigência, esses créditos não estão chegando. Então, o meu questionamento também envolve... Ainda queria colocar, o senhor fez referência à questão do PIB privado e o PIB público. E com apenas 40% de participação nesse PIB global, a iniciativa privada investe 17%. A outra parte, isto é, as entidades públicas, com 60% do PIB, fazem investimentos... É ao contrário. 40% do PIB investem apenas 1%. Então, aí vem a nosso questionamento.

Qual é o tamanho do Estado que nós queremos? E vai até numa das colocações feitas pelo Senador Flexa Ribeiro, talvez esteja na hora de nós criarmos parâmetros de definição de percentuais de investimentos. Porque não é justo que com 40%, ter investimento de apenas 1%, e com 60, investimento da ordem de 17%. Portanto, se continuar nesse diapasão, o país nunca crescerá. Porque o limite de crescimento da iniciativa privada está esgotado. 17% e 60, significam 30% da capacidade ou do total dos recursos disponíveis.

A minha pergunta é o seguinte, não está na hora de nós estabelecermos parâmetros de fixação para esses investimentos públicos? E com relação aos créditos, já que temos uma estrutura de bancos públicos tão importante, Banco do Brasil, Caixa Econômica, BNDES, nós também achamos que deveremos criar mecanismos de fiscalização se, de fato, os recursos que são carreados para determinados setores da economia, de fato, estão chegando lá. Mesmo nos Estados Unidos, aonde não existe bancos públicos, o Presidente americano há quatro semanas reuniu as autoridades, criou percentuais de investimentos do sistema bancário para as micro e pequenas empresas e, ao mesmo tempo, estabeleceu mecanismo para que o FED verificasse se esses recursos chegam de fato à ponta.

Então, uma das perguntas: Devemos criar esse tipo de mecanismo? Devemos criar o mecanismo também de fixação de percentual de investimento para o setor público? E outra pergunta. O senhor fala na desoneração da produção, da folha de salários, da intermediação bancária, da redução da burocracia... E a minha pergunta é a seguinte. Como desonerar a folha? Aonde vamos desonerá-la? E quais os mecanismos que temos que usar para fiscalizar esse processo de desoneração? A aula que o senhor nos deu aqui, claro que, dispensava inclusive esses questionamentos, mas é uma coisa que nos aflige a todos. Nós estamos aqui há muitos anos nessas discussões, e não avançamos no que diz respeito a essas reformas, naturalmente, a Reforma Tributária, trabalhista, fiscal... Entre tantas outras que precisam avançar. Esse é o meu questionamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Obrigado, Senador Adelmir Santana. Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria, mais uma vez, de parabenizar a Comissão de Acompanhamento da Crise externa. Acho que é importantíssimo para o Brasil a existência desta Co-

missão. E a maestria com que o Ministro, Senador Francisco Dornelles, acompanha e a mantém. Ao Senador Garibaldi Alves, ao grande empresário Jorge Gerdau Johannpeter, ao Dr. Cristiano Franco e foi realmente bastante... Um enriquecimento pessoal estar aqui presente. Vou tentar ser bastante sintético em função do horário e da quantidade de perguntas que já foram feitas, e, na verdade, me ater à dimensão empresarial do Dr. Jorge Gerdau.

O Brasil todo acompanha a trajetória empresarial do grupo e da pessoa do Dr. Jorge Gerdau. Então, acho que a Comissão teve, assim, uma extrema lucidez, através do Senador Dornelles, de fazer essa convocação. Eu acho que... Fazendo uma reflexão, que... Ficou evidenciado aqui que nós, dentre os grandes problemas nacionais, é o problema de nós não enfrentarmos as reformas de forma efetiva. Anos e anos se comenta, anos e anos se tenta priorizar qual é a reforma mais importante, se é a política, se é a econômica, se é a tributária. O que é, o que devemos fazer. E, na verdade, nós perdemos, como brasileiros, vários momentos. Vários momentos históricos.

Eu não gosto, como empresário, de legislar, nem agir em momentos de crise. Tenho medo, porque talvez saiam determinadas coisas distorcidas, exatamente, pelo contexto da crise. A crise é boa conselheira, mas, às vezes, ela é má conselheira. Então, eu tenho essa dúvida se, na verdade, o momento é esse. Mas nós temos que, na verdade, enfrentarmos porque a culpa é nossa. Eu me considero culpado como cidadão. Estou aqui como senador, mas como cidadão eu me considero culpado. Porque o Brasil não sai dessa mesmice de não resolver os problemas. Acho que esta Comissão poderia ser um grande momento, os relatores desta Comissão, estou aqui ao lado do Senador Tasso Jereissati, que é um talento, e está numa posição muito confortável de fazê-lo porque está na oposição e, às vezes, estando à oposição é demais confortável contrapor determinados argumentos. Mas acho que o Brasil não pode perder o momento, até o momento histórico desta Comissão.

Esta Comissão tem expoentes, são na verdade líderes dentro do Senado, e essas pessoas têm uma credibilidade fantástica. Então, será que nós Brasil vamos perder a oportunidade de fruto... Dos relatórios desta Comissão levarmos adiante. O Congresso Nacional ter a responsabilidade, assumir de uma vez por todas? Porque, na verdade, se nós fizermos uma reflexão vamos ver que é uma queda de braço. É o empresário falando do governo, o governo falando do empresário. É o Poder Executivo defendendo os seus interesses e contrapondo às determinadas mudanças na Reforma Tributária. O que vai acontecer?

Se nós não tivermos um fator, o fator talvez aí seja aquilo que no início eu critiquei: A crise. Então, nós estamos no momento de crise, essa crise é uma crise que veio para se instalar no mundo todo, e nós brasileiros temos que tomar a decisão de resolvermos. Eu acho que esta Comissão de Acompanhamento da Crise tem uma extrema responsabilidade em dar ao Congresso Nacional uma linha mestra e nós, de uma vez por todas, fazermos essa Reforma Tributária. Não há como esperar por uma outra... Outro momento de se fazer essa Reforma Tributária. Mas, deixando de lado o que eu penso, mas querendo explorar um pouco o pensamento desse grande líder, um dos meus questionamentos, quase, em parte, foi respondido.

É uma resposta, tenho certeza dificílima de ser dada, mas, quando na opinião de V. Sa. o mercado, principalmente, o mercado do aço, que é o mercado que V. Sa. domina, entrará numa normalidade. Normalidade que eu digo é o preço do aço, pelo menos, remunerar a atividade. Normalidade pra mim não é margens já do passado, que já aconteceram em termos de rentabilidade do setor. Mas na opinião de V. Sa., em que momento histórico, daí pra frente, nós teremos no mercado de aço uma atividade equilibrada, pelo menos, com o custo da produção? E, por fim, também questionar na verdade se... O PPP... Foi tão falada no Brasil essa parceria público-privada e isso não acontece na verdade no Brasil. Então, na opinião de V. Sa., o que está acontecendo no país por nós não materializarmos essa PPP, que seria, talvez, um dos caminhos que o Brasil pudesse superar, no futuro, a sua necessidade de crescimento econômico.

E, na verdade, finalizando, eu gostaria de dizer que o brasileiro cultua muito pouco os seus líderes. Líderes políticos, líderes empresariais e tal. E eu gostaria que isso fosse diferente. Eu gostaria, na verdade, que uma figura com o talento, com a história empresarial de um Jorge Gerdau pudesse dar autógrafos, pudesse pegar um autógrafo para o meu neto. Vamos dizer, o meu neto é empresário. E acho que no Brasil nós não fazemos isso. Nós achamos sempre que os líderes são coisas distantes. Outros países, não, você leva um papelzinho e se colhe um autógrafo. Acho que o Brasil deveria se espelhar mais em líderes como V. Sa.. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Agradeço muito, Senador Roberto Cavalcanti, suas observações, seus pontos levantados. Com a palavra o Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente Dornelles, Dr. Jorge Gerdau, Dr. Cristiano. Dr. Jorge, eu estava nos Estados Unidos e cheguei hoje de manhã, cheguei às oito horas da manhã e vim na

carreira aqui para lhe ouvir. Não perdi a sua exposição, não, porque enquanto eu passava em casa liguei a TV Senado e vi a sua exposição. Eu gosto muito de lhe ouvir. E depois, no caminho de casa até aqui, eu vim com o rádio ligado pela Rádio Senado, continuei lhe ouvindo. É muito bom, porque eu acabei de chegar do olho do furacão. Eu estive, durante três dias úteis, conversando com gente de Wall Street. Fui lá para dentro do furacão, para pegar a temperatura da crise. Até para trazer informações novas para cá. Wall Street está em pandemônios, você deve saber. As pessoas dos bancos grandes estão saindo às toneladas e é como a Lei do Lavoisier, na natureza nada se cria, nada se forma, tudo se transforma.

Os jovens talentos estão saindo, estão formando negócios novos. Aquisições de consultorias para administrar a crise... E está tudo muito em processo de acomodação. E esperando uma crise nova que vai chegar. Não estamos nem falando nela, a crise do cartão de crédito. Senador Adelmir, V. Exa. sabe quanto é que significa o rombo do subprime? 10,5 trilhões de dólares. Sabe quanto é que tem de crédito disponível em cartão de crédito na América? Cinco trilhões de dólares. Cinco. Sendo que o *turnove*r é de 800 bilhões de dólares. Porque no subprime você faz um contrato de um órgão financiador com o tomador, para pagar em 30 anos. Então, é um contrato com duas pontas.

Do cartão de crédito, alguém pode ter cinco cartões, até 10 cartões de crédito, e iniciou-se o processo pela inadimplência, pela perda de renda e pela irresponsabilidade que, assim como o subprime foi feita, também no cartão de crédito foi feito. Começou o processo de inadimplência e das empresas que operam o cartão de crédito de tentar resgatar, tomar de volta o cartão de crédito. Tem gente, Dr. Jorge, lá oferecendo 300 dólares de bônus para quem quiser pagar a conta e encerrar o cartão. Vai vir uma crise grande. Os especialistas de Wall Street dizem que até final de 2010 haverá um enxugamento no crédito americano de 2.7 trilhões de dólares em cartão de crédito. Isso vai provocar uma crise em cima da crise. Porque nós vivemos, em grande medida, do consumo dos Estados Unidos, ou do Japão, da União Européia. Muito bem.

A primeira pergunta que eu lhe faço é: Eu acho que aqui no Brasil nós temos três etapas de crise. A etapa das demissões, a do desemprego e a da perda de renda. Nós estamos no meio do caminho. As demissões quase que acabaram ou, no grosso, acabaram. Nós estamos agora na fase do desemprego. As pessoas estão no mercado e não tem quem empregue. E a terceira etapa vai ser o aviltamento do salário, que é a perda de renda pelo fato de ter muita oferta de mão-de-obra e pouca oferta de emprego. Que é o que vai acontecer, já está acontecendo nos Estados Unidos e aí a depressão do cartão de crédito. A primeira pergunta é: Em que fase nós estamos na sua visão de empresário, que convive com a classe política? E aqui o elogio: O senhor é um dos poucos empresários que participa da ação empresarial e que convive, com muita intimidade, com a classe política. Esse deve ser o terceiro, quarto, quinto, décimo encontro que tenho com o senhor para conversar coisas do Brasil.

Então, é sempre muito produtiva a nossa conversa e é sempre bom para nós ouvir as suas opiniões. Onde é que nós estamos? Estamos no meio da crise, estamos com 30% da crise, a quanto tempo vai, na sua visão, ainda vai permanecer a crise no Brasil? A segunda, eu quero fazer aqui uma conjectura que é a seguinte, Dr. Jorge. Nós temos um trunfo para sair da crise. A América está com o sistema financeiro meio destroçado. A Europa, idem. As injeções de trilhões de dólares são para salvar os bancos, o sistema financeiro. Graças ao PROER, graças ao PROER, o sistema financeiro brasileiro está inteirinho, inteiro. Agora, em compensação, eu sinto que nós estamos no fio da navalha. Quem sair da crise trabalhando bem a crise, sai competitivo. Que a palavra de ordem que eu ouvi do senhor foi competitividade.

Competitividade é a forma de você crescer de forma sustentada. Emprego hoje e amanhã e sempre, pela competitividade. Se nós temos um trunfo na mão, que é o sistema financeiro inteiro, nós temos, em contrapartida, o que o americano tem de muito bom, que é uma relação trabalhista moderna e madura, um regime tributário moderno e maduro, nós temos péssimo regime tributário, que além de exagerado, uma carga enorme, é complicado. Nós temos as duas coisas, a complicação e a oneração. E temos uma relação trabalhista confusa e atrasada. Eu temo que nós tenhamos perdido um espaço de tempo precioso. Porque à época de Fernando Henrique a carga tributária aumentou e aumentou muito. Por conta de que? Por conta fundamentalmente de crise. Da Rússia, do México, da Ásia... Crises que importavam questões de dificuldade cambial e nos obrigavam a aumentar a carga tributária. Agora, não. Não teve crise nenhuma e a carga aumentou. Por conta de que? De um Estado gigante. Por conta de um Estado gigante, que é a minha preocupação.

Nós estamos no fio da navalha. Por um lado, nós somos competitivos no que diz respeito ao sistema financeiro, mas somos incompetitivos no que diz respeito à carga tributária e às relações trabalhistas, que são as vantagens de quem vai competir conosco, a União Européia, o Japão, Cingapura, Estados Unidos, Canadá... E nós temos que tentar sair bem. E o Brasil é de todos nós. Não é pelo fato de eu fazer

críticas a esse governo, e as faço de peito aberto... Dr. Jorge, não tem cabimento nessa crise, em minha opinião, você administrar a crise cobrindo um santo e descobrindo outro. Para salvar a indústria de automóveis de São Paulo você reduz o IPI. Quebra as contas dos Municípios. É obrigado agora a dar um obolozinho aos Municípios.

Demitiram o Presidente do Banco do Brasil, porque querem melhorar o *spread*. Imediatamente houve uma queda nas ações do banco, na bolsa. O que tinha que ser feito? Não se baixa *spread* por decreto. Baixa *spread* bancário se você parar de cobrar IOF, cobrar... Eu ouvi o senhor dizer, cobrar de investimento? Cobrar imposto de investimento? Se baixar o IOF e se melhorar o compulsório, porque o acordo de Basiléia já está aí para suprir a necessidade de um compulsório. Com o Basiléia não precisa compulsório exagerado como é. Se você baixar o compulsório e eliminar o IOF não tem que demitir Presidente de Banco do Brasil nenhum. Deixa o homem trabalhar. Aí sim, deixa o homem trabalhar. Gerar lucro, ser competitivo. E aí baixa o *spread*.

A pergunta que eu quero lhe fazer, ao final, é a seguinte. Para nós sermos competitivos nós temos que baixar carga tributária e fazer as reformas de base que nós temos que fazer. Mas, fundamentalmente, baixar a carga tributária para que o Brasil possa ter fôlego para produzir e ter disponibilidade para investir numa infra-estrutura capaz de produzir competitividade. Aí minha pergunta ao senhor: O senhor vê alguma chance disso acontecer, sem o Brasil passar por uma brutal diminuição no tamanho do Estado? Uma brutal. Eu não digo uma pequena diminuição do Estado, uma brutal diminuição do Estado. Porque, pra mim, é uma facada no meio dos peitos ver o número, foram 17 bilhões de reais a mais que se aumentou na folha de pagamento, com 300 mil contratações nesses últimos cinco anos.

O presente que se deu aos funcionários públicos é muito bom dar quando se pode dar. Vai custar 30 bilhões de reais. E a competitividade, e o futuro do Brasil, e os nossos netos, como é que ficam? Então, a pergunta que lhe faço objetivamente: Em que estágio nós estamos da crise, na sua visão? Segundo, com o tamanho do Estado como está, dá para sustentar ou a gente tem que mudar governo para mudar a orientação política e partir para a diminuição de tamanho de Estado? É a pergunta que lhe faço.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Senador José Agripino. Eu queria consultar ao Dr. Jorge Gerdau, tem mais três senadores inscritos. Se poderíamos dar a palavra aos senadores e V. Exa. faria depois uma resposta global. Concordamos. Diante da concordância, com a palavra ao Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, Dr. Jorge Gerdau, eu tive a oportunidade de ouvir a sua exposição, infelizmente, estava viajando de Maceió para cá, mas gostaria de... Tinha decidido apenas fazer um comentário, um registro. Eu, como representante de Alagoas, do trabalho que V. Sa. está prestando a meu Estado. Alagoas saiu de um governo, o senhor sabe muito bem, sua equipe lá esteve, numa situação econômica extremamente debilitada, com níveis de déficits públicos acentuados, uma conta da ordem de grandeza de 500 milhões de reais em aberto. Houve... O Governo do Estado resolveu fazer com V. Sa. uma parceria, e as consequências dessa parceria é absolutamente visível.

O Estado, apesar de continuar com os índices sociais extremamente deprimentes, ele, pelo menos, e isso é a mais absoluta verdade, conseguiu reajustar, de certa forma, as contas públicas do Estado. Então, na verdade, a minha participação nesse encontro era apenas registrar o agradecimento do povo do Estado de Alagoas, do Governo de Alagoas e consequentemente do povo de Alagoas, pelo trabalho magnífico, que está sendo feito pelo movimento Brasil Competitivo, que é comandado por V. Sa.. Mas, de acordo com o andamento dos temas que circularam e, sobretudo, esse último do Senador José Agripino, eu gostaria de acrescentar um... Apenas um pequeno detalhe. Nós brasileiros adoramos combater o efeito e não a causa. É a febre, é a gripo, o mal-estar, e ninguém quer fazer a cirurgia para tirar o motivo que gera todo esse mal-estar.

O tamanho do Estado Brasileiro, em minha opinião, não cabe dentro da economia nacional. Ou se traz o Estado Brasileiro para um tamanho que possa ser financiado, sem gerar essas distorções, quais seja a carga tributária insuportável, qual seja uma taxa de juros insuportável, ou nada resolve. O Estado não morre. Ele vai buscar o alimento dele em qualquer lugar, mas ele não morre. Eu costumo dizer o seguinte, se o senhor tem um leão, o senhor tem que dar alimento ao leão. Tem que ser suficiente para o leão viver. Se em vez de um leão é um gato, não precisa tanto alimento, basta o alimento que o gato possa sobreviver. Agora, tentar alimentar um leão com comida de gato, não é possível, não existe isso.

Então, concordando plenamente com as palavras do Senador José Agripino, eu acho que enquanto não se trouxer esse Estado... Essa questão de Estado mínimo, de Estado... Estado adequado. Digamos, trazer o Estado para um tamanho que ele possa ser alimentado, sem comprometer com isso, via carga tributária,

via taxa de juros, o desenvolvimento econômico do outro lado da questão, do outro lado do muro que é a atividade econômica, a atividade privada, então, nós não teremos nenhuma solução para a questão.

Gostaria, também, de aproveitar aqui uma deixa que foi dada pela Senadora Kátia Abreu que fez uma referência à situação dramática se encontram algumas atividades agrícolas no país, sobretudo, o setor sucroalcooleiro no Brasil, de uma maneira geral e, muito particularmente, no nordeste. O nordeste está vivendo um momento dramático, são 150 mil funcionários públicos, das quais ontem o Governador de Pernambuco disse, das 22 usinas de Pernambuco, apenas 15 está conseguindo cumprir a folha de pagamento. Veja bem, porque é o último estágio da debilidade econômica que uma empresa pode passar, financeira. Porque deixa-se de pagar imposto, deixa de pagar o fornecedor, deixa-se de pagar tudo, a folha de pagamento é o último estágio de degradação financeira em que uma empresa se encontra.

Então, gostaria de aproveitar a lembrança da nossa Presidenta do CNA, Senadora Kátia Abreu, sobre esse tema que é muito relevante e afeta profundamente a vida do nordeste, do Brasil como um todo, e do interior do Brasil como um todo e, muito particularmente, do nordeste brasileiro. E mais uma vez, Dr. Gerdau, em nome de todos os alagoanos, registrar e agradecer o trabalho magnífico que tem sido feito lá por consequência práticas e... Tenho certeza que dentro dos 10 Estados se inclui o Estado de Alagoas. Muito obrigado em meu nome e em nome do povo alagoano.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Senador João Tenório.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Antes, com a permissão dos nossos convidados e do Presidente da Comissão da crise, eu quero fazer um apelo aos senadores e senadoras para que possamos ter aqui, com a presença de todos, uma Audiência Pública com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 06/09, que estrutura o Estado Brasileiro de Defesa da Concorrência, o CADE. Essa Audiência Pública ficou para as duas e meia. E eu farei um apelo aos senadores, porque nós temos a presença de convidados, não apenas aqui de Brasília, que exercem as suas funções na Capital Federal, como também em outros Estados da federação. Então, farei um apelo aos senadores para que estivessem aqui às duas e meia da tarde, logo mais às duas e meia da tarde.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. Jorge Gerdau, Dr. Cristiano, é sempre muito bom ouvi-lo aqui, Dr. Jorge, sua presença aqui como grande empresário que é, e sempre se interessou pela racionalização administrativa, pela produtividade, auxiliando não só a área pública, mas também ao terceiro setor. A sua atuação sempre é muito importante. Nós estamos aqui numa fase em que eu gostaria de ouvi-lo ainda sobre dois pontos específicos, fazendo só um preâmbulo aí. A questão dos gastos. Quer dizer, o Brasil continua, o governo continua gastando muito, e que nós lembremos, nós tivemos aí, na história recente, dois momentos em que o governo se preocupou mais com a questão do custo da máquina, do custo de governo, foi a desburocratização do Hélio Beltrão e depois o período dos ajustes do Plano Real no Governo Fernando Henrique, com o processo de privatização.

Foram dois momentos básicos em que houve uma preocupação com gastos de governo no Brasil. Hoje, infelizmente, eu não vejo isso. Quer dizer, o governo continua gastando como se a crise não existisse e, como se essa parte, corte de gastos, não fizesse parte do combate à crise. Nós temos aí alguns equívocos, meu modo de entender, acho que esse caso específico do IPI, o governo podia ter desonerado contribuições, ao invés de IPI, porque a contribuição fica só na mão do governo, o IPI tem que ser dividido com os Municípios, e a contribuição hoje representa 50% da receita do governo, ao contrário dos 20% de alguns anos atrás. O governo foi criando contribuições e com isso diminuindo o que é repartido com os Estados.

Os investimentos, isso já foi falado aqui, evidentemente, que os investimentos estão muito abaixo do que era necessário no momento de crise como esse, basta ver o panorama das estradas, mas eu queria dois pontos específicos. Sugestões na área de atuação dos governos estaduais, o que poderia ser sugerido nessa área. Alguns governos já têm tomado suas providências, os governos do meu partido com Aécio Neves em Minas, com José Serra em São Paulo, têm feito algumas ações que são possíveis no seu âmbito, mas eu gostaria de saber a sua opinião sobre outras ações que poderiam ser feitas no âmbito dos governos estaduais. E a questão do panorama da crise, Gerdau, em outros países onde a empresa atua, onde a Gerdau atua. Especificamente, o Canadá e talvez a Venezuela. São áreas... São dois países onde a Gerdau está atuando. E no caso da Venezuela vou até sair um pouquinho do objetivo desta Comissão aqui, se V. Exa. não tem medo de aplicar na Venezuela, na instabilidade política que está lá no momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado Senador Eduardo Azeredo. Com a palavra o último Senador inscrito, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente Garibaldi, Sr. Ministro Dornelles, Sr. Gerdau, Sr. Cristiano. É rápido. Eu tenho a maior admiração pelo Dr. Gerdau, ferrenho, ferrabrás, ferro puro, siderúrgico empresário brasileiro. E sempre uma voz muito lúcida. Nacionalista. Fala do coração... Verdadeiro, honesto, digno. Então eu tenho pelo senhor muito respeito. O senhor... Como é que o senhor vê o capital estrangeiro comprando minas no Brasil? Há interesse dos interesses em comprarem minas de ferro no Brasil. E como é que o senhor vê o relatório final do G-20? E muitos dizem ser, vamos dizer assim, aquela coisa do neoliberalismo, de um não... Não se importar com outro, de ser o mercado financeiro priorizado no seu apetite pelo lucro, deixando muitas vezes a solidariedade, o amor ao próximo de lado.

E hoje, pelo relatório do G-20, estão todos muito preocupados com o emprego, com a segurança das famílias, com os países pobres, em desenvolvimento, se dispondo, inclusive, a dar ajuda a eles. O relatório final do G-20... Aliás, Ministro Dornelles, gostaria de pedir a V. Exa. para incluir na Pauta aqui, discutir o relatório final do G-20. Mandei um ofício a V. Exa. para a gente discutir as medidas que eles tomaram lá, ver o que nos afeta aqui. Eram essas, Sr. Presidente, as minhas breves colocações. Muito agradecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com a palavra o Dr. Jorge Gerdau. Por favor, por favor. Eu quero dizer até por uma questão de contar história, Gerdau, quando nós começamos aqui a discutir o problema da administração da crise, o Senador Pedro Simon colocou que ninguém podia discutir esse assunto sem ouvir o Dr. Jorge Gerdau. De modo que eu quero dizer que ele é o dono, ele foi a pessoa que inspirou, que propôs, e que falou uma verdade que ninguém podia ouvir e falar de crise sem ouvir a experiência de V. Exa.. Com a palavra o Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu não falo sobre os assuntos todos que o Dr. Jorge fez uma ampla exposição, mas eu não podia deixar de aqui dizer a figura do Dr. Jorge. Um grande empresário, um empresário excepcional, uma fábrica de prego, hoje é o maior grupo da América Latina e um dos maiores do mundo. S. Exª realmente é um homem extraordinário. Mas o que chama atenção, e aí que eu quero salientar, é que o Dr. Jorge Johannpeter é desses, infelizmente, poucos empresários que têm a visão do Brasil, que têm a visão da sociedade, que têm a visão do mundo. Claro que ele pensa na empresa dele, luta pela empresa dele. Mas são impressionantes os movimentos em que o Dr. Jorge está envolvido, no que tange à sociedade e ao conjunto social brasileiro.

Eu tenho repetido muitas vezes, um exemplo que é talvez dos mais importantes no Brasil. S. Exª tirou uma instituição onde, de um lado, aparecem as pessoas que têm tempo disponível. E que podem ajudar e que podem colaborar. E, do outro lado, tem as instituições sociais que precisam, que necessitam. Eu já disse à sua esposa que quando eu deixar a política, a primeira coisa que vou fazer é lá me inscrever para ela para dizer que eu tenho um horário X para me botar onde for necessário. Porque é qualquer coisa de espetacular. O número de pessoas que se oferecem, que fazem, que trabalham, que dão um dia de expediente por semana, dois, três, quatro. É realmente algo que está chamando atenção. E hoje um exemplo para o Brasil inteiro.

A preocupação do Dr. Jorge com os jovens empresários, a preocupação em melhorar a estrutura do Estado, a preocupação em melhorar as condições de avançar e de desenvolver é, realmente, emocionante. Dr. Jorge é uma pessoa que está permanentemente voltado para as questões do seu país. Da indústria, da economia, da agricultura... Melhorar a estrutura, vai lá... Eu quando fui governador, ele veio lá, até me puxou as orelhas, mostrando que tem que ser por aqui, é aqui, o problema de ser candidato é uma coisa, ser governador era outra... E o que é muito importante, naquela época muito difícil, aquela época negra que nós atravessamos. O Dr. Jorge, no Rio Grande do Sul, foi uma pessoa de paz e entendimento. De fazer a ligação no sentido de encontrar o melhor caminho. E houve um momento em que ele foi à decisão.

Quando em 1974, com a vitória de Paulo Brossard, ele tomou posição. E quando cobraram dele, no sentido do que fazer, ele respondeu. Não, eu quero o bem do meu país. De um lado tem uma estação, do outro lado... Esse lado é o lado que eu tenho certeza que é o melhor para o país. Eu tenho muito orgulho de V. Exa., Dr. Jorge, tenho muita admiração pela luta, pelo trabalho, pela dedicação e eu acho que gaúcho, mas brasileiro, V. Exa. talvez seja, hoje, um dos empresários que tem um sentido do alcance social, do alcance da grandeza como poucos encontram. Eu me lembro da figura de Antônio Ermírio de Moraes, eu me lembro quando ele guiando um carrinho mixuruca, comprando só roupa, não digo à prestação, mas roupa... Na Ducal.

A gente se quisesse falar com ele, o lugar que a gente conseguia falar com ele era sexta, sábado e domingo lá na Beneficência Portuguesa. Ele passava

toda sexta, todo sábado e todo domingo ali naquele trabalho. São pessoas que nem V. Exa., que nem o Antônio Ermírio, que orgulham a gente. Eu tenho muito orgulho de ser seu amigo, de ser seu admirador, de lá na hora mais difícil, mais negra, eu tive em V. Exa. uma palavra de paz, de grandeza, de compreensão, e essa mudança que a gente fez, onde conseguimos uma democracia sem guerra, sem luta, sem revolução, sem guerrilha como muitos queriam, devo muito a V. Exa. que soube fazer a pacificação do lado de cá e do lado de lá, soube levar que esse era o grande caminho. Minha admiração muito grande a V. Exa., Dr. Jorge.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Senador Pedro Simon. A palavra é sua, Jorge.

SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER: Vamos ver se eu consigo colocar de uma forma mais resumida possível, diante do adiantado da hora. Em relação à posição do Senador Suplicy, eu digo o seguinte, porque eu tenho... Eu vou ler bem o seu papel, eu tenho acompanhado seus posicionamentos. Eu digo o seguinte, desde cedo, como eu aprendi minha vida desde os 14 anos, varrendo fábrica [ininteligível] com o meu avô e meu pai, eu nasci com um conceito de trabalho dentro da cultura familiar. Eu estou convicto de que o sucesso, o mais importante é construir uma relação na área do trabalho positiva. Investir na capacitação do operário e buscar a produtividade mais elevada mundial que aí todo mundo ganha. A sociedade ganha, o operário ganha.

Então, o investimento que nós fazemos, em média, só pra se ter idéia, são cem horas de treinamento para todas as pessoas, para as 45 mil pessoas que trabalham no grupo, nós investimos em média cem horas de investimento para o seu desenvolvimento, capacitação que, no meu entender, é uma peça chave desse desenvolvimento. Assim, que sem a harmonia do capital e trabalho porque, no fim, eles têm o mesmo interesse, a gente não chega lá.

Senadora Kátia Abreu, a sua exposição foi extremamente longa e forte, e tem alguns pontos, vamos dizer, quando eu falo na logística e dos portos, e indiscutivelmente eu já trabalhei na lei dos portos, foi o momento em que eu aprendi a conviver com o Congresso de uma forma extraordinária, noite adentro, madrugada adentro, eu acho que foi um avanço e foi um aprendizado importante pra mim. Eu entendo que dentre todo o processo de logística que tem que ser construído, seja estrada, ferrovias, aeroportos... Seja o que for, nós estamos com aquela deficiência de que eu falei. O país é muito grande, muito complexo. Deficiências na estratégia de planejamento e de governança. E cada área dessas tem que construir competência e governança próprias porque são muito complexos os problemas.

Então, eu diria o seguinte, a nossa máquina administrativa de Governo Federal, governos estaduais, praticamente trabalha igual há 40, 50 anos. Não se ajustou aos tempos modernos dos instrumentos de gestão. Por isso que eu trabalho tanto nesse tema de tentar transmitir um pouco da experiência empresarial de gestão via MBC, com o apoio do MDG, Professor Falconi, Professor Godoy, para realmente reduzir. Depois vou fazer um outro comentário ainda sobre esse tema complementar. O problema, vamos dizer, a senadora tocou talvez no ponto mais escandaloso que nós vivemos hoje, é o não recebimento dos créditos de exportação. É um absurdo que o empresário exporta, gera emprego, desenvolvimento, e fique com os créditos a não receber.

Nós temos hoje concordatas de empresas que tem centenas de milhões a receber de créditos de exportação. Quer dizer, é um absurdo total e que nós, no fim, convivemos com essa tolerância que é um desrespeito total às estruturas existentes. Por isso que eu ressalto tanto que a proposta construída aqui, Senador Dornelles, onde talvez ainda com a Presidência do Senador Garibaldi, os senhores elaboraram na sua Comissão, Tasso Jereissati, Mercadante, etc, trabalharam em um projeto que pra mim é o melhor projeto que já foi construído aqui no país no tema de Reforma Tributária. É realmente... É o projeto que mais se aproxima dos padrões das melhores coisas que tem no nível internacional. Lógico politicamente é complexo, difícil, mas eu não poderia deixar de fazer essa observação que os senhores estão de parabéns pelo trabalho elaborado aqui nesta Casa, em relação ao projeto. Seria bom que se pudesse aproveitar, pelo menos, que parcialmente o que foi construído.

Senadora, a senhora tocou em alguns temas tremendamente complexos, mas eu não posso deixar de meu posicionar. E entra um pouco na discussão de causa e efeito, quando toca no problema das cotas raciais. Como nós não estamos conseguindo trabalhar na causa, nós temos que resolver nos problemas de cotas. E a tendência a seguir é nós todos sermos tolerantes e compreensivos sobre esse tema. Mas isso é abandonar a causa. Nós temos que resolver o problema da educação básica e trabalhar, realmente, para que nós não tenhamos que estar trabalhando com paliativos, que nem o problema das cotas raciais.

Eu tenho analisado e lido um pouco sobre esse tema, na verdade, é o seguinte, o Brasil, durante o século XX, trabalhou fortemente dentro da sua história de ser um país sem racismo. E nós temos um risco enorme de que essa discussão de cotas raciais nos

leve a problemas racistas. Então, esse país que tem tido uma capacidade praticamente mundial no sistema de não ter problemas racistas, nós temos os riscos desse sistema eventualmente começar a ter problemas racistas. É um tema muito... Por isso que nós temos que trabalhar nas causas, para criar igualdades de oportunidades de fato. Aí passamos indiscutivelmente pela competência de gestão do Estado e da educação pública e que eu pessoalmente também me envolvo de uma forma forte.

Sobre o tema de propriedade, senadores, eu só quero pôr um item da importância do tema que a senhora tocou. A prosperidade dos países, normalmente, tem índice diretamente ligado no respeito da legislação clara da propriedade. Porque o Estado de Direito, em uma forma da relação do cidadão com o Estado e o judiciário, etc, passa de uma forma muito forte sobre o conceito da propriedade. Nós temos que reconhecer o aspecto da importância social da propriedade, mas tem que se tomar um cuidado enorme de não enfraquecer a propriedade, porque o enfraquecimento da propriedade muda o comportamento da relação social. Quer dizer, tem estudos filosóficos extremamente importantes e que valem a pena ser lembrados.

Educação eu acho que não cabe nem o que falar, eu acho que... Eu como estou envolvido no Movimento Todos Pela Educação, eu digo, se nós temos que ter uma meta de que a educação seja a primeira prioridade no país. São Paulo já tem regiões que definem a educação como segunda prioridade. O resto do país põe a educação em sexta prioridade. Enquanto nós pusermos a educação em sexta prioridade, nós não vamos vencer. Os países de maior sucesso que, provavelmente, a Coréia do Sul foi o que deu melhor exemplo nesse sentido, foi o investimento na capacitação da educação com qualidade. Quer dizer, qualidade é gestão na educação. Nós também nos submetemos a processos em que o interesse corporativo supera o interesse do aluno, mas eu acho que temos que criar mecanismos de reconhecimento e valorização, e que passam pelos temas de meritocracia e valorização do professor, mas temos que ser intolerantes em aceitar a má qualidade da educação.

Também não se pode aceitar que tenhamos mal e porcamente quatro horas de hora por dia, enquanto qualquer país razoavelmente civilizado tem aulas até as cinco horas da tarde. É impossível um país querer competir amanhã e depois com o sistema de educação dado de uma forma absolutamente incipiente. O Senador Flexa Ribeiro colocou dois temas que eu não vou entrar em outros, mas o problema é o seguinte. Tem um índice de participação. Vamos dizer, na reforma tem sido colocado... Na reforma do Senado fala uma de forma clara também, tem que haver um teto de carga tributária. E que não pode ser ultrapassado. O Congresso que discuta quanto quer ser. Deveria ser menor do que a atual, mas o principal é não crescer. E tem que ter uma definição legal de não permitir porque, caso contrário, o gasto cresce e a carga aumenta.

Segundo ponto, eu concordo plenamente com a idéia de ter um definidor de taxa de gestão de investimento mínimo. Que também tem que ser discutido democraticamente, mas eu volto ao trabalho do Banco Mundial, eu volto ao trabalho que foi feito pela Fundação Getúlio Vargas. O crescimento, desenvolvimento, é definindo pelo nível de investimento. Os países que investem abaixo de 20%, crescem no máximo 2%, 2,5% ao ano. E o nosso nível de investimento nos últimos 20 anos foi abaixo de 20% do PIB. São 20% do PIB, dá 2,5% de crescimento. E interessante que a curva cresce rapidamente. Quando você vai a 25%, 26%, 27%, o Brasil já teve esse número, o crescimento começa a atingir 6%, 7%. A curva não é proporcional. Então, é preciso poupança, é preciso investimento. E o Estado que tem hoje 40% praticamente, os Estados têm 40%, nós com esse percentual, extremamente baixo, estamos definindo o nível de crescimento.

Nós agora tivemos um certo entusiasmo do crescimento pelo cenário mundial, eu tenho dúvida, dentro da nova realidade, que aqui foi posto em questionamento, se nós não vamos voltar ao patamar médio de 2,5%. Porque se o investimento não cresceu, então, não tem motivo... Há 20 anos que isso acontece, gente. Se os senhores pegarem a estatística, sobe um ano, cai, o outro ano deu zero, nós estamos há 20 anos com crescimento de 2,5%. Sabe o que significa isso com o crescimento populacional que nós temos, nós vamos levar 100 anos, conforme o trabalho da CNI, vai levar 100 anos para dobrar a renda per capita. Nós não podemos aceitar isso. Então, essa macrovisão, dentro de uma visão de discussão como foi colocado de planejamento, estratégia, governança, é peça chave nesse sentido.

Senador Adelmir Santana colocou... Essa relação de bancos estatais, o PIB, etc, é extremamente interessante, vamos dizer, como é importante. Eu faço uma brincadeira sobre esse problema da carga tributária. O México tem uma carga tributária de 22%. Eu não quero dizer que seja certo, mas eu digo o seguinte, eu convido os senhores a fazer uma corrida de 10 mil metros, uma caminhada de 10 mil metros e nós, carregando uma sacola de 40 quilos e outros países, que competem conosco, carregam uma sacola de 20 quilos. E eis que os outros países já estão na frente dessa caminhada, nós conseguimos atingir? Então, o tamanho de Estado tem que ser discutido.

Agora, como as necessidades sociais são muito grandes, eu digo o seguinte, o tamanho do Estado é um tema porque nós não podemos abrir, provavelmente, mão de muitos serviços. Mas eu tenho convicção de que, com tecnologia de gestão, você reduz o custo do Estado em 30%. Não há área no governo, porque nas empresas privadas o número é atingido, tem redução de custo dos trabalhos que nós fizemos pelo MBC com o INDG, Alagoas, o senador nos mencionou, nós temos números fantásticos. O Rio Grande do Sul conseguiu reduzir o déficit em dois anos, de dois bilhões e 400 milhões sobre um orçamento de 13 ou 14 bilhões. Só trabalhando na gestão. Esbanjamentos e perdas. E você vai, qualquer tema que exista... Combustível, alimentação, telefonia, seja o que for, os esbanjamentos são fantásticos. Sem ainda analisar as produtividades.

Se nós tomarmos hoje o exemplo do Governo de Pernambuco, que trabalhou na área de educação, Pernambuco estava em último ou penúltimo lugar na educação. Dois anos e pouco de trabalho de gestão com o sistema de meritocracia, avaliação de aluno com o professor, reconhecimento, conseguiu passar a quarto lugar no nível do *ranking* da educação. Dois anos, gente. Em educação, dois anos conseguir isso é um milagre. Então, eu pela vivência pessoal, não há limite de que é possível fazer por eficiência nesse campo. Senador Agripino, vamos dizer, esse tema ele... Eu tenho convicção que ele pode resolver. Nós fizemos levantamento com o Falconi na Previdência Social, mas o projeto não avançou, nós poderíamos sem mudar a legislação fazer uma economia de 40 bilhões. Em três a quatro anos de trabalho da melhoria dos processos. Quer dizer, não há limite. Não há limite de eficiência de gestão nesse sentido.

O Senador Roberto Cavalcanti, eu concordo plenamente com a importância do trabalho aqui do Senado e da Comissão de Crise. Eu reforço a minha posição de que o senhor, talvez, tenha uma responsabilidade política nesse processo muito grande porque, afinal, o senador, como a própria palavra diz, tem uma senhoridade que pode fazer a colaboração da condução política. E eu diria o seguinte, vamos nos concentrar nesses dois objetivos da primeira etapa, mas vamos tentar criar uma Comissão de análise como construir um país. Qual é a meta? Qual é o sonho? Nas empresa, a gente trabalha. Na vida pessoal, o senhor, normalmente... Eu quero chegar até ali.

Então, é preciso definir isso claramente para que nós possamos fazer etapa por etapa. E vamos trabalhar nesses pontos básicos. Quando normaliza a crise, só para lhe dar uma informação, nós temos 14 altos-fornos do Brasil hoje, tem seis altos-fornos parados. Quer dizer, são quase 50% da capacidade. Nós temos a parte de siderurgia com sucata, que é 40%, mas é um número altamente expressivo. Então, nós temos essa angústia. Mas o problema do Brasil, eu acho que as coisas estão se caminhando, mas nós independente demais do cenário mundial. Daí a importância e a preocupação que foi mencionado pelo Senador Agripino. Os riscos externos da crise. Então, os riscos externos da crise, seja o leste europeu, seja o problema de cartão de crédito, etc, são temas que nós não temos condições de definir.

Eu acho que um ponto que eu gostaria de reforçar aqui, eu vou deixar para o final uma observação de *benchmarking,* que em geral se tem falado. Senador João Tenório, eu já falei um pouco sobre o MBC, eu agradeço muito as suas palavras e eu estou convicto de que esse conceito, causa e efeito(F), é uma das tecnologias da gestão(F) e o custo do Estado, eu tenho certeza que toda gestão pode ser feita com 30%, ou menos, melhorando a qualidade do troço. É um problema de tecnologia de gestão. É complexo, os corporativismos não aceitam muito bem, mas nós temos tido resultados expressivos, e minha esperança é que isso, que já tem acontecido em grande parte, cada vez mais, em Municípios, venha a ajudar a resolver esse problema.

Em relação ao Senador Eduardo Azeredo, eu diria o seguinte, senador, se eu pudesse fazer uma proposta hoje o que os governos estaduais devem fazer, eu passaria a arrecadação do ICMS para as pequenas empresas, que estão vinculadas ao *simples,* eu daria realmente o prazo absolutamente alongado. Porque isso não pesa demais no orçamento, mas é capital de giro que você pode dar que é tão difícil conseguir através do sistema financeiro. Eu faria. O próprio alongamento que o Governo Federal fez aí de cinco dias, que eu disse, eu disse esse ano. Para as grandes empresas não muda. Dá isso para a pequena empresa, dá 30 dias para a pequena empresa. 60 dias, 90 dias para a pequena empresa que têm dificuldades em obter o capital de giro.

Então, eu digo, assim, é uma medida extremamente simples e com um impacto social enorme porque é a pequena empresa que, realmente, gera empregos. Quando pergunta sobre os outros países, o Canadá, é um exemplo quase único, porque é um dos países mais ricos do mundo, em relação ao *per capita,* pelas riquezas naturais, exportadores. Sofre também um processo exportador estão muito vinculados aos Estados Unidos, consequentemente, eles têm um impacto também bastante sério da crise. Mas, mesmo assim, é um país, vamos dizer, com tamanha riqueza que, sem problemas sociais, vamos dizer, eles têm... Vamos dizer,

eles têm uma abundância em todos os sentidos que é um país difícil de se comparar com outros países.

No campo da saúde, educação, respeito ao cidadão, às nacionalidades... É um país absolutamente único nesse sentido, mas que a riqueza possibilita. Sobre a Venezuela, nós somos um empreendimento muito pequeno, então, nós estamos tendo resultados lá, mas... É que nós somos pequenos demais para o governo, eventualmente ter alguma perturbação. E eu acho que a crise do petróleo, fatalmente, vai ter que... O país lá também vai ter que achar soluções, porque com o petróleo a 150 é uma coisa, quando o petróleo está aí ao redor de 50 dólares modifica completamente o cenário, e eu acho que isso vai ter mudanças de política. Até o próprio governo lá já está começando a buscar as multinacionais novamente para fazer exploração, pela ineficiência de sua própria empresa.

Então, eu acho que a crise tem seus lados positivos também, sabe? Senador Marcelo Crivella, é extremamente interessante a sua pergunta de discutir mais o G-20. Eu acho que o G-20 tem aspectos positivos. Primeiro que a ampliação da... A importância do reconhecimento da ampliação do debate em que o Brasil hoje participa e são 20 países, acho que é uma evolução mundial atrasada, mas extremamente importante. E eu acho que o aspecto mais importante que... Existiam reações fortes do sistema bancário americano, era da definição clara da necessidade da regulamentação da sistematização. No meu entender, a falta de confiança de crédito, hoje, existe porque você não sabe como os bancos centrais se relacionam com os bancos de seus países. Então, é absolutamente, importante que uma Basiléia não faça recomendações que atuam com o sistema de auditoria mundial, no sentido da globalização funcionar. Eu tenho absoluta convicção disso.

O senhor fez observações importantes sobre solidariedade em relação com o próximo. Eu não acredito que esses conceitos possam funcionar nos gestores da Wall Street. Então, você tem que tocar regulamento e controle mesmo. Eu, pessoalmente, tenho convicções profundas de solidariedade, até meu amigo Pedro Simon mencionou do trabalho da Parceiros Voluntários, nós trabalhamos hoje com 280 mil voluntários do Estado do Rio Grande do Sul, espalhados em setenta e tantas unidades. Quer dizer, sistema carteirinha, horário definindo, capacitação, etc. Trabalho de gestão, essencialmente, de gestão. Eu pessoalmente acredito, mas eu acho que isso é um trabalho coletivo, tem que se trabalhar, mas eu não acho que os operadores de Wall Street vão se sensibilizar. Também a chamada dos resultados foi tão violenta que a solidariedade fica esquecida, eu acho. Agora, eu encerro aqui, expressando meu agradecimento ao meu amigo Pedro Simon--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, desculpa só lhe incomodar. Mas o que o senhor acha da inquisição das nossas minas por capital estrangeiro?

SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER: Certo. Eu sou basicamente um... Conceitualmente sou liberal. Acredito no mercado porque o ser humano, na sua estrutura, é estimulado pelo trabalho e tem que ter normas que regulam. Agora, eu diria o seguinte, isso é um conceito filosófico, mas você tem que trabalhar dentro da realidade. Então eu digo o seguinte, o Brasil é o país que tem as maiores reservas minerais, de minério, e tem poucos países que tem essa riqueza dessa forma. Então, como eu não consigo comprar mina de carvão na China e a China me compra o minério, eu estou disposto a fazer troca. Mas não posso, da base do princípio, fazer concessões em que não esteja negociando de forma absolutamente concreta os meus interesses do país.

Então, não adianta eu trabalhar, conceitualmente, de uma forma e diga-se, o mundo de competição não me permite ser tolerante dessas coisas. Então, dentro do cenário atual eu não abriria essa posição, embora eu tenha a preocupação, de excesso de concentração da atividade mineral, de minério de ferro do mundo, são três empresas que comandam 70% do mercado mundial, existem atividades de empresas menores que atuam também, as minas próprias, a maioria das usinas hoje tem. Mas eu digo assim, dentro do cenário mundial atual, eu acho que a gente tem que trabalhar com cuidado enorme, de quais concessões faz, que tolerâncias têm.

Então, eu, filosoficamente, eu tenho uma posição, mas, a prática me obriga a negociar as coisas dentro do mundo concreto e eu diria assim, toma cuidado, porque o que eu estou ganhando em contrapartida? Então, eu conjugo o mundo real com... Não sou muito tolerante nessas concessões. Senador Pedro Simon, meu agradecimento. É uma amizade de dezenas de anos. É melhor nem falar quantos, porque senão ficamos velhos demais. Mas... Eu agradeço muito as suas palavras, generosidade de amigo. O senhor abusou um pouco. Certo, Senador? Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Meu caro Jorge Gerdau, eu primeiramente quero dizer que o Senador Pedro Simon não abusou das palavras. Eu quero fazer dele as minhas palavras também, cumprimentar a parceria voluntária, esse trabalho fantástico que a Maria Helena vem fazendo. Eu queria dizer ainda... Eu queria dizer ainda, Jorge, que o trabalho tributário feito pela Subcomissão do Senado não foi um projeto de Reforma Tributária. Foi a apresentação de um novo sistema tributário. E eu tenho

consciência que um novo sistema tributário não pode ser aprovado de um dia para o outro. E nós temos algumas medidas prementes para serem tomadas.

Quando nós constituímos esta Comissão da Crise, nós escolhemos alguns tópicos. O primeiro deles foi o problema do *spread*. Trabalhamos profundamente no *spread* para descobrir por que razão as taxas de juros no Brasil são as mais elevadas do mundo e até o início de maio, o Senador Tasso Jereissati deve apresentar um relatório sobre essa matéria à Comissão. Agora, V. Exa. não vai sair daqui desse nosso encontro sem o dever de casa. Eu quero aqui fazer um desafio. Nós precisamos que V. Exa., que o senhor nos apresentasse, com a maior brevidade, uma proposta de desoneração de investimento da exportação e do emprego.

Gostaríamos que fosse uma proposta objetiva, concreta, para que nós realmente examinássemos e, estou certo, de que nós vamos fazer da sua proposta a proposta desta nossa Comissão. De modo que aqui o desafio, com a maior presteza possível. Uma proposta concreta e objetiva de como fazer, qual é o caminho para desonerar investimento, exportação e emprego. De modo que essa... Acho que o senhor não pensou que fosse sair daqui impunemente.

SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER: Não, eu estou pronto para isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Estou falando aqui em nome do Senador Pedro Simon, Senador Tasso, todos senadores aqui presentes... Nós precisamos dessa...

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pode ser da CAE também?

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): A CAE manda aqui. Uma proposta objetiva para que nós possamos mergulhar nessa sua proposta e, estou certo, de que vamos fazer da sua proposta a nossa proposta para, em curto prazo, podermos lutar nessa direção. Eu agradeço enormemente a sua presença e passo a palavra aqui ao nosso querido Presidente Garibaldi Alves.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu quero agradecer ao Dr. Jorge Gerdau, e ao Dr. Cristiano Neto, Franco Neto, e dizer que esta Comissão estará à disposição de V. Exa., quando V. Exa. puder voltar para nos dar uma lição como essa e, agora, não se trata apenas de uma lição, se trata de sugerir um projeto que eu creio que V. Exa. vai também fazer o seu desafio. Que ele seja aprovado o mais rápido possível. Essa que é a grande lição que nós vamos tirar daqui. Eu agradeço a V. Sa. e ainda tem um requerimento para submeter, mas V. Exa. fique à vontade. Se quiser deixar o nosso recinto...

Requerimento da Senadora Kátia Abreu. Requeiro, nos termos do Art. 93, que seja realizada Audiência Pública em conjunto com todas as comissões permanentes desta Casa, com a finalidade de analisar e discutir a definição de áreas de proteção permanente, APPs, e o alcance territorial da legislação ambiental. Senador Lobão Filho, conto com V. Exa. aqui às duas e meia para um debate sobre a estruturação do CADE. E com o Senador Roberto também. Duas e meia aqui.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu acresci uma sugestão de um nome ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Requerimento de V. Exa. também será votado aqui.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É na mesma... É a mesma... É para aditar um nome, Sr. Presidente. Na verdade, dois dos nomes já foram aprovados na outra Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O nome da Senadora Kátia são os nomes de: Gustavo Ribas Curcio, e de Evaristo Eduardo de Miranda. E os nomes de V. Exa. são: Adalberto Veríssimo... Não é verdade? Márcio Santilli e Antonio Herman Beijamin, Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, como a Comissão... A CMA, de Meio Ambiente, há pouco, aprovou dos três nomes, os dois primeiros, o terceiro também tem o apoio do Senador Marcelo Crivella, fica apenas a sugestão do terceiro nome adicional para exame desta Comissão em acréscimo aos que a Senadora Kátia Abreu sugeriu.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Fica apenas... Só o terceiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sim, porque como são--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É que não há prejuízo. Pode aprovar os três sem nenhum prejuízo. Depois a gente... Como são as comissões todas juntas, depois a gente faz a concertação dessa audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, vou submeter à votação. Em votação. As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Isso vale também para o requerimento do Senador Eduardo Suplicy. E o apelo para que estejamos juntos aqui, às 14h30, de hoje, para debater o CADE. Está encerrada a reunião, agradecendo aqui ao Senador Francisco Dornelles, que conduziu novamente de uma forma magnífica esta reunião. Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 13h20.

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2009, ÀS 14:30 HORAS, NA SALA Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e cinquenta e três minutos do dia quatorze de abril do ano de dois mil e nove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, César Borges, Antonio Carlos Valadares, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, João Ribeiro, Francisco Dornelles, Valdir Raupp, Pedro Simon, Wellington Salgado, Lobão Filho, Antonio Carlos Júnior, Efraim Morais, Adelmir Santana, Jayme Campos, João Tenório, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Rosalba Ciarlini, Kátia Abreu, José Agripino, Flexa Ribeiro, Osmar Dias e Jefferson Praia e, ainda, dos Senadores Marco Maciel, Eduardo Azeredo e Lúcia Vânia. Deixam de comparecer os Senadores Tião Viana, Gerson Camata, Neuto de Conto, Eliseu Resende, Raimundo Colombo, Cícero Lucena, tendo falta justificada em virtude de estar em missão oficial, João Vicente Claudino e Gim Argello. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 06, de 2009, que "estrutura o sistema brasileiro de defesa da concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências", em atendimento aos Requerimentos nº 20/09-CAE, de autoria do Senador Romero Jucá, nº 21/09-CAE, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior, nº 22/09-CAE, de autoria do Senador Arthur Virgílio, e nº 26/09-CAE, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, com a presença dos Senhores Arthur Badin, Presidente do Conselho Administrativo de Direito Econômico-Cade, José Elaeres Marques Teixeira, Procurador Regional da República em Brasília, Ronaldo Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, Gesner Oliveira, Presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp, Mauro Grinberg, Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos da Concorrência, Consumo e Comércio Internacional – Ibrac, Pedro Zanotta, Presidente da Comissão de Estudos da Concorrência e Regulação Econômica da OAB-SP e Carlos Ari Sundfeld, Professor da PUC-SP. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Antonio Carlos Junior, Arthur Virgílio, Romero Jucá, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezoito horas e seis minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Garibaldi Alves Filho,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Havendo número declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovada a ata.

Na pauta a audiência pública com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 06 de 2009 que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica, altera a Lei nº 8.137 de 27 de dezembro de 1990, o Decreto Lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941, o Código de Processo Penal e a Lei nº 7.347 de 24 de julho de 1985, revoga dispositivos da Lei nº 8.884 de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781 de 1º de janeiro de 1999 e dá outras providências. Em entendimento aos Requerimentos de nº 20/09 – CAE de autoria do Senador Romero Jucá, nº 21/09 – CAE de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior, nº 22/09 – CAE de autoria do Senador Arthur Virgílio, e nº 26/09 – CAE de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

Convido para compor a mesa o Sr. Arthur Badin, Presidente do Conselho Administrativo de Direito Econômico; o Exmo. Sr. José Elaeres Marques Teixeira, Procurador Regional da República em Brasília; o Sr. Ronaldo Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel; o Sr. Gesner Oliveira, Presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp; Sr. Mauro Grinberg, Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional – Ibrac; o Sr. Pedro Zanota, Presidente da Comissão de Estudos da Concorrência e Regulação Econômica da OAB São Paulo; e o Sr. Carlos Ari Sundfeld, professor da PUC de São Paulo.

Concedo a palavra ao Sr. Arthur Badin, Presidente do Conselho Administrativo de Direito Econômico.

SR. ARTHUR BADIN: Boa tarde a todos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, público aqui presente. Agradeço, enormemente, a oportunidade aos Senadores Romero Jucá, ACM Júnior, Arthur Virgílio e Flexa Ribeiro que fizeram o requerimento para que esta audiência pública se realizasse e nós tivéssemos então essa oportunidade de discutir, mais aprofundadamente, o Projeto de Lei nº 06 de 2009 que aprovado na Câmara dos Deputados no final do ano passado, está agora no Senado em discussão.

A mesa aqui composta, certamente, agregará e aprofundará muito o debate.

Eu vou fazer uma apresentação, até em respeito ao horário de todos, de cinco minutos sobre como é que eu vejo a importância do projeto para o Brasil ontem, nem hoje, mas o projeto, realmente, requer a urgência na sua aprovação, depois ouvidos todos eu posso fazer algum comentário, até algum esclarecimento, se me for possibilitado.

O projeto tem em seu espírito três alterações fundamentais sobre as quais diria um amplo consenso sobre a importância de ser implementada no Brasil, para colocar o país na rota, no traço e na trajetória dos países cujas jurisdições são reconhecidamente as melhores no mundo em combate, em política [ininteligível] em defesa da concorrência.

Em primeiro lugar, e esses três pontos fundamentais é um consenso que vem desde o governo passado, no seu projeto de criação da Agência Nacional de Defesa da Concorrência e foi incorporado e encampado por esse governo, alterado em questões ensilares, laterais, mas em sua essência mantida, porque sobre essa essência há um consenso da importância sobre essas mudanças que devem ser implementadas.

Em primeiro lugar o projeto reestrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência enxugando hoje, o que existe hoje, o chamado triplo guichê que são três órgãos governamentais: o CADE, a Secretaria de Direito Econômico e a Secretaria de Acompanhamento Econômico com competências quase que semelhantes em muitas matérias, e o que acaba redundando numa sobreposição, numa redundância, um retrabalho, uma proliferação, um excesso de pareceres, uma irracionalidade no procedimento para decisão. O processo para o CADE poder julgar passa por uma via-crúcis, ele começa na Secretaria de Direito Econômico, aí ele é encaminhado para a Secretaria de Acompanhamento Econômico, onde é feito um estudo, um parecer, depois ele é encaminhado para a Secretaria de Direito Econômico onde se faz um estudo, onde se faz um parecer, depois ele vai para a Advocacia da União onde se faz um estudo, se faz o seu parecer, aí vai para o Ministério Público Federal que faz também o seu estudo, a sua contribuição; se o mercado foi regulado isso também passou pela Agência Reguladora que fez seu estudo, seu parecer, vai para o conselheiro relator que faz o sétimo estudo, o sétimo parecer, e aí, sim, que é julgado pelo CADE. O projeto unifica essa estrutura e racionaliza na linha do que a França fez no final do ano passado, a Espanha fez no começo do ano passado, Portugal fez no final de 2007. Unificar a estrutura de modo a ter uma única autoridade em defesa da concorrência responsável por todo o trâmite processual e permitindo, com isso, um redesenho dos trâmites das etapas processuais para decisão. Isso vai permitir decisões mais rápidas, mais céleres, mas seguras que melhoram o ambiente de negócios do país, que vão garantir segurança jurídica aos negócios.

Uma outra alteração fundamental é a análise à instituição no Brasil de análise prévia de atos de concentração com prazos definidos e improrrogáveis de decisão, significa que o investidor, o empresário ao fazer sua operação vai ter certeza de quando terá uma resposta sobre a possibilidade ou não de aprovação de um ato de concentração. Acaba com o que existe hoje no país, que são prazos elásticos prorrogáveis por decisão e por vontade da autoridade e que podem gerar decisões com até dois anos depois da operação ter sido realizada. Isso é um perde-perde, perde a sociedade porque não consegue ver o seu órgão de defesa de tutela coletiva do bom funcionamento no mercado, e ter as decisões eficientes, efetivas sendo implementadas. Isso é ruim para o investimento no Brasil, para o empresariado na medida em que impõe aos negócios uma dúvida, um custo associado à incerteza jurídica sobre a possibilidade ou não, validade ou não jurídica daquela compra, daquela fusão, daquela operação. Isso, obviamente, atravanca os investimentos externos no Brasil e não passa de custo Brasil. No momento de crise, como esse que nós vivemos, eu acredito que todos os congressistas que eu tive a oportunidade de conversar, e todos os cidadãos brasileiros responsáveis estão sensíveis para a importância de se aprovar a agenda de reformas microeconômicas, uma agenda de reformas microeconômicas que melhorem o ambiente de negócio e que favoreça o investimento, e que torne o Brasil livre desses impedimentos a novos investimentos, e que possam, com isso, enfrentar melhor essa crise econômica mundial.

Terceiro ponto essencial do projeto é a instituição, a reestruturação de quadros e de carreiras dentro do CADE para que o CADE possa fazer frente de forma adequada aos novos desafios que vão lhe impor, e que hoje já são verificados no combate aos cartéis, onde

nós temos apenas 16 técnicos, bravos técnicos responsáveis pela investigação e condução de processos de cartéis no Brasil inteiro. Isso o próprio amigo Mauro Grinberg falou com propriedade, quer dizer, é o problema do jiboísmo. A Secretaria de Direito Econômico consegue desbaratar vários cartéis, mas não consegue digerir por falta de recursos humanos os documentos, as provas, as investigações que são verificadas.

Então, eu acredito que o projeto discutido na Câmara dos Deputados de uma comissão especialmente criada para isso, é um projeto de consenso, um consenso que foi construído democraticamente com muito esforço por todos os partidos, por todos os interessados, entidades de defesa do consumidor, empresariado, governo, os órgãos de defesa da concorrência. Alguns pontos que havia de divergência foram dirimidos no voto, e o texto que foi aprovado, se não é um texto ótimo, é um texto muito bom, é um texto que resolve os gargalos que hoje enfrentamento, e que impedem o Brasil continuar na trajetória ascendente de melhorias que se verificou nos últimos oito anos.

Portanto, Sr. Senador, eu acredito que nós temos uma, não diria uma janela, uma fresta de oportunidade para aprovar, discutir e aprovar o projeto ainda este ano. Isso, certamente, será muito importante para o país. E estou aberto aqui para poder ouvir o comentário dos demais membros da mesa, Srs. Senadores e poder discutir e aprofundar alguns temas específicos que, eventualmente, os senhores tenham a fazer. Muito obrigado, Sr. Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Dr. Arthur Badin, Presidente do Conselho Administrativo de Direito Econômico. E concedo a palavra ao Dr. Mauro Grinberg, Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional – Ibrac.

SR. MAURO GRINBERG: Ilustre Senador Garibaldi, demais Senadores aqui presentes, sobretudo, aqueles que pediram esta audiência pública, meus colegas de mesa. Eu quero falar um minutinho do Ibrac. O Ibrac existe, é um Instituto que existe há 18 anos, produz vários estudos sobre o direito da concorrência, efetuou já quinze seminários internacionais, o deste ano será aqui em Brasília. Publica uma revista que se tornou um ícone do direito da concorrência, e tem um site que pode ser acessado que é www.ibrac.org.br.

Eu sou presidente nesta gestão de 2008/2009, sucedi ao Sérgio Bruno, que, por sua vez, sucedeu ao Ubiratan Matos, aqui presente, que, por sua vez, sucedeu ao Carlos Francisco de Magalhães, o primeiro presidente.

Quero dizer que a opinião do Ibrac foi tomada através de uma discussão presencial e por Internet, várias pessoas cooperaram. Se eu tiver tempo eu posso dizer quais são elas, mas quero dizer o seguinte: vemos no projeto alguns pontos fortes: a unificação das agências, a eliminação do triplo guichê, são pontos fortes. A decisão monocrática para evitar que grande parte dos casos tenha que passar pelo plenário e a aprovação prévia evitando àquela aprovação que é sempre depois do negócio, e assim, invertendo o incentivo, fazendo com que as partes sejam incentivadas a apressar a aprovação, também é um ponto forte do projeto. Que problemas o projeto visou solucionar? Morosidade, falta de pessoal, e a inversão do incentivo que a parte não tinha incentivo, não tem incentivo até agora para apressar o caso.

A questão da morosidade, sobretudo, não será resolvida só com a mudança da lei. 90% dos casos passam, praticamente, em rito sumário, casos complexos nós teríamos, por ano, por volta de 50. Com alguns funcionários a mais, um número razoável de funcionários a mais, conseguiríamos trabalhar com estes casos e trabalhar bem com estes casos. Assim não é a lei, apenas, que vai resolver a questão da morosidade. Ainda mais os artigos 53 a 65 da Lei trazem uma confusão de prazos que, na verdade, podem chegar a 330 dias. Isto não é um procedimento rápido. E mais, o relator do caso pode determinar ao superintendente geral nova instrução, ou seja, aí começa tudo de novo. Existem algumas falhas neste projeto que superam as vantagens que ele traz. Vejam os senhores, uma delas: nomeação de... Art. 6º, § 6º, nomeação de conselheiro provisório quando não há quorum, e que pode se eternizar, porque pode demorar a aprovação do conselheiro definitivo. Ora, teremos um conselho num Tribunal, neste caso, no caso da lei nova, que se chamará Tribunal com conselheiros aprovados pelo Senado, sabatinados por esta Comissão, ao lado de conselheiros cujo voto terá o mesmo valor e que não terão esta mesma sabatina do Senado. Outro risco que este projeto traz, procurador-chefe será nomeado conjuntamente pelo superintendente geral e pelo presidente do Tribunal. Ora, nomeação conjunta pressupõe que estas duas pessoas tenham um relacionamento excelente, se não o tiverem não haverá nomeação, e nós não teremos procurador-chefe. Mas art. 20, § único, o CADE pode requerer ao Ministério Público a execução de julgados. Ora, isso é inconstitucional. Mas acredito que o Dr. Elaeres falará sobre isto.

A fiscalização das decisões do CADE deixa de ser feita pelo Tribunal e passa a ser feita pelo superintendente geral, ou seja, o Tribunal decide, aplica uma pena, o que seja, uma restrição a um ato de concentração, e nunca mais vê o processo.

Nas condutas. O que nós temos aqui é a possibilidade do superintendente geral arquivar um procedimento investigatório que é o nome que se dá no projeto a antiga averiguação preliminar, isoladamente sem mandar para o CADE, sem nenhuma supervisão. Claro, isso já existe hoje. Agora, hoje há vários casos que nunca chegam ao CADE, e isso não está certo. A vocação pelo Tribunal só ocorre nos casos de inquérito, não nos casos do procedimento investigatório que é inquisitorial, e tem que ser mesmo inquisitorial, mas deve haver algum controle, não pode ficar totalmente à disposição de uma pessoa só.

Outro problema: inspeção, art. 13, inciso VI, letra Com: decisão de inspeção não passa pelo Poder Judiciário. O CADE pode ingressar na empresa, é verdade, que com o aviso prévio de 24 horas. Isso já existe hoje na lei, mas há imensos conflitos judiciais, já há decisões contrárias; mas o assunto ainda não está pacificado na Jurisprudência. O projeto perde a grande oportunidade que tem de solucionar essa questão, e não revitalizá-la, vai recriar uma questão que está nos Tribunais e poderia ser resolvida facilmente. Mais ainda: o CADE tem muitos funcionários não concursados. Ora, nós teremos funcionários não concursados manuseando documentos sigilosos, obtidos em buscas e apreensões ou em inspeções. Isto cria um problema enorme porque esses funcionários não estão sujeitos a todas aquelas obrigações às quais estão sujeitas os funcionários públicos. E eu como Procurador da Fazenda Nacional aposentado, conheço bem essas obrigações, às quais estive sempre obrigado.

Passamos agora ao exame de algumas condutas. Mas em matéria de cartéis nós temos leniência, o famoso programa de leniência e o compromisso de cessação, que também chamado de TCC.

Está ocorrendo atualmente uma dúvida judicial imensa, qual seja: há acordos de leniência em que as partes que fazem a leniência obtêm um benefício que é a sua imunidade criminal prevista na lei. Existe até alguma dúvida, mas eu não vou entrar nesse assunto agora. Só que já há membros do Ministério Público acusando esses signatários de acordos de leniência do crime de quadrilha. Ora, há o crime de cartel e há o crime de quadrilha, a imunidade é concedida quando se assina um acordo de leniência para o crime de cartel, e aí determinados os membros do Ministério Público, diz: "não, mais aí crime de quadrilha é outro". Como o Ministério Público tem promotores independentes não estão sujeitos a uma autoridade central nas suas decisões, há um problema em potencial aqui que poderia ser resolvido, e que deve ser resolvido por este projeto, simplesmente dizendo que não se trata de crime de quadrilha, ponto, mas no o fez. Na verdade, nós não queremos, e esse risco seria uma alteração no art. 87 do projeto. Na verdade, o Ibrac não quer acabar com a leniência, quer ao contrário, fortalecer o instituto da leniência, dar-lhe segurança que hoje não tem, e com isto terá menos ainda. Quando se vai à assinatura de um compromisso de cessação, há uma dificuldade porque existem momentos distintos, seja de uma investigação, seja da economia, seja do próprio CADE, e o projeto só permite a tentativa do compromisso de cessação uma vez, tentou uma vez, a negociação não deu certo, cale-se para sempre. Isso vai em detrimento do próprio CADE, da própria administração do direito da concorrência. Mais ainda, o compromisso de cessação que, muitas vezes, leva a algumas dificuldades deveria ter a assinatura do membro do Ministério Público, necessariamente, para evitar conflitos posteriores com ações civis públicas e outros. Agora, chegamos a um ponto que eu considero quase que... Desculpe-me a expressão, quase escatológico, por quê? Nós chegamos ao art. 98 e vemos que só se suspende uma multa aplicada pelo CADE com o depósito. Mas não termina por aí. Aquele que quer se defender de uma multa aplicada pelo CADE indo ao Poder Judiciário tem obrigação de continuar a pagar juros e correção monetária, ele não tem, nem sequer, o benefício que tem. O devedor de tributos que ao pagar tributos, ao depositar um valor encerra a sua obrigação. Mais ainda, no art. já 99: em razão da gravidade pode ser requerida ao juiz a execução imediata após o depósito. Ora, nós sabemos pelas decisões do CADE de hoje que todos os casos de cartel são considerados graves, todos, todos eles o CADE diz que era grave. Então, em todos eles seguindo esse mesmo raciocínio não haverá mais defesa judicial. E vejam, há depósitos, desculpem, há multas de valores incomensuráveis. Nós vamos com isso aumentar os problemas criados pela crise, determinando um desembolso e o conseqüente desemprego, desembolso de valores que poderiam ser empregados na produção. Hoje existe, obviamente, a possibilidade de dar garantias ao Poder Judiciário, que sempre pede essas garantias, seja caução bancária, seja hipoteca, enfim, alguma garantia que realmente torne viável a cobrança da multa pelo CADE na hipótese do contribuinte perder a ação.

Agora passamos aos atos de concentração, ao controle de fusões. Originalmente esse processo previa aqui, o critério de subcomissão era de faturamento do grupo de 150 milhões de reais, e o outro grupo que estava participando do evento, 30 milhões de reais. De repente, nós vimos e havia um estudo econômico com base em dados do Banco Mundial, dados da OCDE, dizendo que esse seria o número razoável para a economia brasileira. Aumentou-se o número de

150 para 400, ou seja, alargando o filtro. Então, hoje pelo projeto temos 400 milhões e 30 milhões da outra parte. Não vimos ainda estudos que levem à lógica deste aumento. Eu tenho aqui um estudo, e os dados são de 2007, mas não muda muito. PIB do Brasil 1.35 e o PIB da Alemanha 2.36, ou seja, o dobro do PIB Alemanha/Brasil. Na Alemanha o critério é de 25 milhões de euros, o que daria grosso modo 150 milhões de reais internamente, isto algo que foi instituído há poucas semanas 5 milhões de euros, o que daria, mais ou menos, grosso modo, 15 milhões de reais internamente na Alemanha, e 500 milhões de euros no mundo de todas as empresas participantes, dos grupos de todas as empresas participantes daquele ato de concentração. Ora, a Alemanha com uma economia que é o dobro da brasileira tem um filtro muito menor, metade, menos da metade do filtro que se quer instalar no Brasil. Não há proporcionalidade, e há um risco de desproteger a coletividade, e eu cito exemplos aqui que podem facilitar a compreensão de todos. Supermercados, aquisição que um supermercado faz de uma padaria, de um quiosque, qualquer empresinha pequena. Por este critério aqui não tem que ir para o CADE, ou seja, de repente, uma vizinhança inteira só terá um fornecedor sem que o CADE tome conhecimento disto. Isso vale para farmácias, vale para postos de gasolina, vale, enfim, para N setores da economia. Nós não pensamos aqui somente em grandes multinacionais, em grandes mercados internacionais; pensamos em mercados locais também, e que são tão danosos, e nós sabemos que muitos postos de gasolina têm sido processados pelo--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Dr. Mauro Grinberg, V. Exa. vai me perdoar, V. Sa. vai me perdoar, eu não fixei o tempo, mas, na verdade, nós temos ainda cinco expositores.

SR. MAURO GRINBERG: Eu já estou terminando, Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, eu faria um apelo.

SR. MAURO GRINBERG: Não, não, eu já estou terminando. Eu tinha 18 fichas e já está na ficha... Não, 17, já está na ficha 16. Então, já estamos chegando ao final.

Outra, no art. 129 há revogações de várias leis, de vários trechos de leis que não incluem um artigo da lei geral de telecomunicações, que é a que trata da competência da Anatel para cuidar dos atos de concentração no que exceda a competência do CADE. Ora, sem entrar no mérito sobre se a Anatel deve ou não ter essa competência, sem entrar nesse mérito, a redação aqui é altamente duvidosa, e vai criar imensos problemas.

Eu estava conversando com o Dr. Sundfeld ali fora, e ele me dizia: "Mas o CADE que a lei geral de telecomunicações fala não é o CADE que este projeto prevê". Então, nós teremos um problema interpretativo, ou se afirma a competência na Anatel ou se revoga aquele dispositivo da lei geral de telecomunicações. Não dá para ficar no meio termo e fingir que o problema não existe. Cada caso envolvendo telecomunicações a vigorar, se este projeto se tornar uma lei, criará um imenso problema de competência que demorará anos no Judiciário para ser resolvido, vários anos. E, aliás, o mesmo problema vale para as fusões bancárias.

E já entro aqui na última ficha. Nós temos o art. 47 que fala das ações que os particulares podem fazer diretamente. Isto repete o art. 29 da lei atual que é gerador de um número imenso de problemas interpretativos. Nós até hoje não chegamos a uma conclusão sobre se alguém pode entrar em juízo usando diretamente o texto da lei ou não. Isso gera imensas contrariedades. E a lei teria oportunidade, o projeto perdeu uma excelente oportunidade de resolver uma questão, ao contrário de resolvê-la, recria a mesma confusão que vai chegar. E ainda fala de cobrança de prejuízos, perda e danos. Ora, isso está no Código Civil para que colocar nessa lei?

Eu quero agradecer a V. Exa., Senador Garibaldi e aos Senadores aqui presentes a paciência com que me ouviram. Muito obrigado. E estou à disposição. Quero só esclarecer que eu terei que sair, o mais tardar, às 5 horas, porque eu tenho um problema pessoal e tenho que voltar a São Paulo por questão de saúde em família.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Tendo em vista que são cinco expositores, nós vamos limitar o tempo para 15 minutos cada um. Acho que está... Os Senadores concordam?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Apenas a preocupação, Sr. Presidente, de, na medida do possível, compatibilizar com o início da ordem do dia.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): O Senador Suplicy sempre falou menos do que isso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): De maneira que se for possível, quem sabe fazer 10 minutos por causa desse problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): 10 minutos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Aí depende dos líderes.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não vai ter ordem do dia.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A da medida provisória que está trancando a pauta.

Sendo uma sugestão do Senador Suplicy, eu acho que com a autoridade que ele, acho que todos nós devemos acatar.

Vamos, então, passar para 10 minutos, com a prorrogação de três minutos.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): O poder de síntese do nosso Senador Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Sr. José Elaeres Marques Teixeira, Procurador Regional da República em Brasília.

SR. JOSÉ ELAERES MARQUES TEIXEIRA: Sr. Presidente desta Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho, demais componentes da mesa, Srs. Senadores, demais presentes. Eu, inicialmente, gostaria de agradecer esta oportunidade que está sendo dada a nós do Ministério Público de ser ouvido sobre esse Projeto de Lei, que considero um dos projetos mais importantes para a nação brasileira que está sendo discutido no Senado Federal. Agradeço, particularmente, ao Senador Arthur Virgílio que foi o autor do requerimento que me trouxe até aqui.

Eu digo que este é um dos projetos mais importantes, sem dúvida nenhuma, que está sendo discutido hoje no Senado Federal, por três razões principais. Primeiro: porque se trata de um projeto que mexe com a vida de boa parte das empresas nacionais, tanto empresa de capital nacional, quanto empresa de capital estrangeiro, que atua no território nacional. Segundo, porque, embora, muitos não saibam, a defesa da concorrência tem uma ligação estreita com a defesa dos consumidores. Boa parte das decisões que são tomadas no âmbito da defesa da concorrência, dos órgãos de defesa da concorrência atingem diretamente os consumidores. Então, esse projeto também é de interesse dos consumidores brasileiros. E também, porque e, talvez este seja um ponto talvez bastante polêmico, este projeto promove uma reestruturação profunda no Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Nós vemos aí um novo formato do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, e que, aliás, em razão dessa profunda alteração nos órgãos que compõem o sistema, é que tem surgido severas críticas ao projeto, porque afirmam alguns, tenho ouvido isso com freqüência, que para que houvesse um melhor dinamismo no funcionamento dos órgãos do sistema não haveria necessidade de uma nova lei. Bastaria que se fizessem alterações pontuais na Lei 8.884, dentre as quais o que já foi referido aqui, a questão da notificação dos atos de concentração econômica. Hoje os atos de concentração econômica são notificados após a sua realização. E me parecem que se constituem num certo consenso, a ideia de que os atos de concentração econômica devem ser notificados previamente. Para que isso seja alterado, creio eu que não basta um Projeto de Lei, uma nova lei, bastaria que houvesse alterações na Lei 8.884. E eu parabenizo a Comissão de Assuntos Econômicos, aos Senadores que compõem esta Comissão pela realização desta audiência pública. Eu creio que esta disposição em ouvir aqueles que estão mais diretamente envolvidos com a defesa da concorrência no Brasil, certamente, é um ponto extremamente importante na tramitação desse projeto. Esse projeto que nós sabemos foi redigido no âmbito do Ministério da Justiça, e aqui, com todo respeito aos integrantes do sistema, sem discussão com a sociedade. Esse projeto foi realizado, foi redigido na Secretaria de Direito Econômico, não houve discussão, seja com setores empresariais, seja com defensores dos consumidores, advogados, economistas e também, tão pouco, do Ministério Público. E chega ao Congresso com uma redação, com um texto que eu tenho, pelo menos, em alguns pontos extremamente preocupantes. Aliás, essa é uma segunda crítica que tenho ouvido também, que o projeto que está em tramitação hoje no Senado Federal não recebeu a devida atenção daqueles que o elaboraram no sentido de ouvir especialistas, defensores dos consumidores, advogados, sociedade; enfim, o setor empresarial que, sem dúvida nenhuma, um dos maiores interessados quando se fala de defesa da concorrência. Portanto, um espaço como esse que a Comissão abre de ouvir nesta audiência pública a nós que estamos aqui, sem dúvida nenhuma, assume uma função extremamente relevante.

Considerando o tempo que tenho, eu vou procurar me delimitar a dois pontos que eu acho críticos no projeto, e que eu espero que seja considerado aqui o que vou dizer a respeito desses dois pontos.

O primeiro ponto dele é no tocante às competências do superintendente geral. Fala-se em superpoderes do superintendente geral. O segundo ponto, e aí diz respeito, até mais, a nossa função como membros do Ministério Público, é a nossa preocupação quanto à verdadeira mutilação que está sendo feita com esse projeto, as atribuições do Ministério Público no âmbito do CADE.

Sobre o chamado superpoder do superintendente geral, que já tem sido chamado também até de novo xerife da concorrência, eu inicio dizendo o seguinte: que nesses quatro anos eu atuei no âmbito do CADE como representante do Ministério Público Federal, durante quatro anos, hoje quem está lá é o Dr. Augusto Aras que me sucedeu nessa atribuição. Eu tenho ouvido muitas críticas à disciplina da superintendência geral do novo CADE.

O que se afirma é que não se pode admitir que numa única pessoa se concentre tamanha gama de poderes, como estabelece o projeto. Inclusive, recentemente, nesta Comissão, nesta sala, há menos de um mês, estive aqui participando como ouvinte, na verdade, num seminário que foi realizado pela consultoria geral do Senado, e do qual que foi presidido pelo Senador Demóstenes Torres. Aqui falou o professor Nelson Nery Júnior, e que eu considero um dos juristas mais importante deste país, um profundo estudioso do direito da concorrência e dos consumidores. Nós, membros do Ministério Público, advogados, juízes, temos nas nossas instantes livros do professor Nelson Nery Júnior. Pois bem, esse renomado jurista brasileiro teceu severas críticas, e que eu sugiro a que os senhores ouçam, talvez tenha sido gravado o que foi dito por ele aqui. Teceu severas críticas ao poderes que o projeto confere ao superintendente geral, chamando-as de perniciosas e antidemocráticas. Afirmou o professor Nelson Nery que esse cargo, sem dúvida nenhuma, se tornará o cargo mais cobiçado da república, tamanha importância. Afirmou ainda que será um cargo mais importante do que o de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Na verdade, eu não vou detalhar os poderes que são conferidos ao superintendente no projeto. Eu gostaria apenas de mencionar algumas questões que até são curiosas, já foi mencionado pelo Dr. Mauro Grinberg que o chefe da Procuradora Jurídica do CADE e o chefe do departamento de direito econômico deverão ser nomeados pelo presidente do CADE em conjunto com o superintendente geral. Eu não consigo entender por que razão se coloca que a nomeação de dois [soa campainha] membros do CADE, dois servidores do CADE, necessitem da assinatura do superintendente, em conjunto com a presidência.

Na verdade, a quantidade de poderes, de atribuições que são dadas ao superintendente geral do projeto, eu fico pensando aqui pelos anos que participei dos trabalhos do CADE o que farão os seis conselheiros do Tribunal administrativo. Porque boa parte do que hoje é decidido no Tribunal, no plenário do CADE ficará por conta do superintendente geral. Tudo, na verdade, de importante estará nas mãos do superintendente geral, o superintendente geral vai investigar, vai instruir os processos administrativos, vai decidir os atos de concentração econômica. Não sei, realmente, o que sobrará para o plenário do Tribunal administrativo. E, aliás, e aqui eu sugiro a esta Comissão, deixo aqui uma sugestão no tocante a esse ponto que os senhores pensem na possibilidade de transferir, pelo menos, a instrução dos processos administrativos para os conselheiros do Tribunal administrativo. A instrução desses processos pelo projeto ficará a cargo do superintendente geral. É da nossa tradição jurídica que quem julga, instrui. Acredito que se a instrução dos processos administrativos ficarem a cargo dos conselheiros do CADE, isso, sem dúvida nenhuma, atenderá com mais fidelidade a dois princípios constitucionais tão caros a todos nós que é o princípio do contraditório e o princípio da ampla defesa.

Pois bem, acompanhados desses poderes todos que o projeto confere ao superintendente geral, salvo engano, são 28 competências da superintendência geral, nós temos aqui que o projeto produz uma redução significativa da participação do Ministério Público Federal no CADE. Diz o projeto que o Ministério Público Federal junto ao CADE apenas emitirá pareceres nos processos administrativos para imposição de sanção por infração à ordem econômica. Com essa redação pretende-se, pelo menos, três coisas: primeira, limitar e esse é um dado objetivo, limitar a participação do Ministério Público Federal no CADE que hoje se dá em todos os processos que tramitam no CADE, a não mais do que 6% do volume de casos que nós temos hoje no CADE. Segundo, cerceia um direito e o dever do Ministério Público Federal, porque quando fala em emitir pareceres, dá a impressão de que o órgão do Ministério Público Federal será um mero parecerista dentro do sistema. Quando nós sabemos que considerando as atribuições constitucionais do Ministério Público, quando atua o Ministério Público não só emite parecer, mas ele tem o poder também de requerer diligências, requerer a realização de provas, também produzir provas nos processos em que atua. Como está o texto? Parece que há uma clara intenção de reduzir ainda mais as atribuições do Ministério Público nesses casos que não vão corresponder a mais do que 6% do volume de processos. E eu acredito ainda que talvez seja até mais grave isso, pretende-se afastar o Ministério Público Federal das decisões da superintendência geral, limitando a atuação do Ministério Público Federal apenas ao final do processo administrativo quando eles já estiverem em fase de julgamento. Vejam os senhores que o superintendente geral com tantos poderes não terá ninguém que o fiscalize. Eu menciono... Eu vou tentar resumir aqui presidente, eu já sei que o meu

tempo já passou. Eu menciono um único argumento que eu ouvi até hoje. Eu tenho acompanhado a tramitação desse projeto desde o momento em que na Câmara foi constituída comissão especial no sentido de dar parecer sobre o projeto. Eu tenho acompanhado esse projeto, ofereci algumas sugestões sobre o capítulo do Ministério Público ainda no âmbito na Câmara, não fui ouvido, o texto que está aí não foi um texto resultado daquilo que o Ministério Público Federal entende que devam ser as suas atribuições no CADE.

Pois bem, o argumento que se utiliza é de que há necessidade, e aqui repetiu o Dr. Arthur Badin, há necessidade de se limitar a proliferação de pareceres nos processos que tramita no Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Chegou-se, inclusive, eu ouvi isso, chegou-se a falar do Ministério Público como mais um balcão dentro do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, o que é um tremendo equívoco, o Ministério Público Federal não é parte da burocracia estatal, o trabalho do Ministério Público Federal junto ao CADE não tem por função emitir mais um parecer os processos do CADE. A atribuição do Ministério Público Federal ali é de fiscal das decisões e ações dos agentes públicos que atuam ali. E eu posso depois dar alguns exemplos, eu trouxe alguns exemplos aqui e que posso mencioná-los se for do interesse dos Senadores, onde a atuação do Ministério Público Federal evitou decisões ilegais que estavam para ter tomadas no âmbito do CADE, decisões estas que eu considero, inclusive, que desmoralizariam o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência no Brasil.

Nós tivemos alguns momentos em que a participação do Ministério Público no CADE, sem dúvida nenhuma, constituiu o fiel da balança. E eu, para finalizar, presidente, espero, sinceramente, e faço um apelo aos Srs. Senadores que não cometam o erro, no meu ponto de vista, de votar um projeto conferido tamanha gama de poderes ao superintendente geral, e, praticamente, eliminando a participação do Ministério Público Federal que atua como fiscal, repito, das decisões ali proferidas, dos atos ali praticados, fazendo com que, na verdade, o Ministério Público Federal não participe, participe apenas, de não mais do que 6% dos processos que tramam no sistema.

Eu tomei a liberdade, presidente, de trazer aqui à Comissão uma sugestão de texto para o artigo que trata do Ministério Público Federal. Fiz uma breve exposição de motivos, presidente, e que espero que seja considerada pelos senhores na votação deste Projeto de Lei.

Encerro agradecendo, mais uma vez, a oportunidade, e me colocando inteiramente à disposição para quaisquer questionamentos dos senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos encaminhar ao Senador Romero Jucá este documento, já que ele é o relator da matéria. O documento que acaba de ser entregue vai ser--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): É a proposta do Ministério Público, é o texto do capítulo do Ministério Público.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É a proposta do Ministério Público.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu agradeço. Eu já recebi do Ministério Público, já me reuni com o Ministério Público, mas agradeço, e vou compilar para ver se é o mesmo texto, que nós já acordamos, inclusive, com o ajuste com o Ministério Público. Quero tranqüilizar o procurador que nós tivemos reunidos. Nós já acordamos um texto ampliando a participação do Ministério Público nesse capítulo. Portanto, para mim essa é uma matéria que já está encaminhada, mas, efetivamente, nos debruçaremos sobre a sugestão, e se puder agregar mais alguma coisa será visto com muito cuidado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Sr. Ronaldo Sardenberg, presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

SR. RONALDO SARDENBERG: Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Srs. Senadores. E quero também recordar aos Senadores que tomaram a iniciativa de propor medidas que levaram à realização desta audiência pública, senhoras e senhores convidados, meus colegas de mesa. A oportunidade de comparecer a esta Casa é um motivo de satisfação, e essa satisfação é tanto maior quando a Comissão de Assuntos Econômicos dispõe-se a ouvir os interessados na formulação de lei com relevante impacto na vida dos cidadãos, poderia dizer na vida dos consumidores, como meu predecessor insistiu.

Cumprimentar V. Exa. e os distintos membros desta Comissão. Parece-me oportuno um registro de que este meu pronunciamento versará tanto os interesses comuns das agências reguladoras, quanto à posição específica relativa à Anatel que expresso no exercício de minhas atribuições legais e regimentais, ou seja, na qualidade de presidente do conselho diretor e presidente executivo da Anatel.

Esclareceria, preliminarmente, algo que é conhecido de todos, mas eu desejo sublinhar que a Anatel é um órgão de Estado, e que, portanto, a Anatel cumpre e cumprirá as políticas públicas que vierem a ser adotadas pelo Legislativo e pelo Executivo.

Fico ainda muito agradecido a V. Exa. pela solicitação que me fez, que falasse em nome dos membros do foro de presidentes das agências reguladoras, assim como agradeço a V. Exa. o convite que dirigiu aos presidentes das agências, a que se fizessem fazer representar nesta oportunidade.

Eu vejo a iniciativa da CAE como perfeitamente oportuna. E desejaria mencionar que estaremos sempre à disposição, nós os presidentes das agências, sempre à disposição da CAE e de seus membros em tudo que for julgado necessário, sempre que for julgado necessário ouvir a nossa opinião.

Mencionaria, portanto, para começar alguns dos dispositivos e propostas com impacto na atuação das agências reguladoras, como um todo, mencionaria apenas três ou quatro que são os que, a meu juízo, são merecedores de atenção mais detido. Começo por citar o art. 9º que em seu § 3º dispõe sobre a obrigação de as agências reguladoras prestarem sob pena de responsabilidade toda assistência e colaboração que lhes for solicitada pelo CAE, e incluída a elaboração de pareceres técnicos sobre matérias de sua competência, sua competência das agências, interpreto. Esse dispositivo parece-me não reforçar os princípios da independência e da autonomia das agências, por submeter-se aos corpos diretivos aos dirigentes de outra entidade de mesma hierarquia. Assim creio, essa subordinação poderá causar constrangimento nas relações entre os órgãos, como poderá ensejar até conflitos de incompetência e insegurança jurídica. Além disso, a questão da responsabilidade nos parece estar adequadamente tratada em outros diplomas legais. Eu acho que todos nós temos profunda consciência do que a legislação existente trata em matéria de responsabilidade. Mencionaria também o art. 19º que trata da responsabilidade opinativa, de opinião, sobre regulamentos em consulta pública e sobre revisão tarifária.

Na forma como está redigido hoje, esse dispositivo avança, digamos assim, na competência legal das agências reguladoras, como são os casos das revisões tarifárias e regulamentares. Se tomarmos o exemplo da Anatel, a Anatel tem um poder de outorga ou de licenciamento, tem um poder de regulação, que é esse, tem um poder de fiscalização, e tem um poder de instruir os processos que sobem ao CADE, no caso do campo da concorrência. Esse dispositivo reduz a autonomia das agências, pois abre oportunidade para outro ente público atue com atribuições em tratar de assuntos que hoje são de responsabilidades específica das agências reguladoras.

Não parece, mas lembrar... Nós vamos passar direto para outro ponto por brevidade. Refiro-me também à proposta do art. 64 do projeto que fala em aprovação tácita de processos.

Esse dispositivo poderá expor os setores regulados, e seus modelos e políticas a prazos a serem cumpridos por outros órgãos do Poder Executivo, o que fragiliza o processo decisório, ademais, ela parece conflitar, esse dispositivo parece conflitar com a lei de processo administrativo que confere à administração o dever de, explicitamente, emitir decisão nos processos administrativos sob solicitações ou reclamações em matéria de sua competência. Para concluir esse ponto, eu referiria à proposta no art. 122, § 1º. Esse dispositivo fixa a impossibilidade de qualquer órgão do Poder Público federal recusar requisição de servidores por órgãos do SBDC, do Sistema Brasileiro de Defesa da Competição, da Concorrência, o que pode constituir um problema administrativo, tendo em vista, que é notório o fato que as agências têm até hoje deficiência nos seus quadros técnicos em termos diante da tarefa que devem cumprir.

Mencionaria agora as questões ligadas ao setor de telecomunicações. É claro que todos sabem que o que regula o setor de telecomunicações, essencialmente, é a Lei Geral de Telecomunicações, com as ressalvas das atribuições pertencentes ao CADE. Com respeito a esses aspectos específicos, devo dizer que a LGT, a Lei Geral traçou um modelo sofisticado de promoção e defesa da concorrência, no qual há uma complementaridade de competências entre a agência reguladora e os órgãos responsáveis pela defesa da concorrência.

Na atual configuração a LGT é explícita quanto à incidência dos princípios de livre concorrência e de repressão a abuso do Poder Econômico, atribuindo à Anatel competências complementares ao CADE em matéria de controle, prevenção e repressão das infrações da ordem econômica. Entretanto, a mesma lei determina que as normas gerais de proteção à ordem econômica são aplicáveis ao setor de telecomunicações apenas quando não conflitarem com o disposto na Lei, na LGT, ou seja, quando não houver choque com o presente modelo legal de competição do setor de telecomunicações, e as normas que regem o equilíbrio de mercado fixados na LGT e definidos pela Anatel.

O modelo de competição, ao qual se encontra hoje submetido o mercado de telecomunicações tem suas diretrizes delineadas em lei e em regulamentação infralegal baseadas na convivência harmônica entre as prestadoras de serviço em regimes públicos, chamadas concessionárias, e em regime privado chamadas autoridades sobre a égide de planos gerais de outorgas, todo esse ritual é previsto em lei, na LGT.

Essa colocação resultou num considerável manancial jurídico destinado a assegurar a livre, ampla e justa competição entre todas as prestadoras. No que diz respeito ao controle de atos de concentração de [soa campainha] condutas anticompetitivas... Já vou terminar. Deveria dizer que existe essa divisão de competências entre a Anatel e o CADE, e que até hoje obedeceu a uma lógica própria de cooperação. Vou dar um exemplo: a experiência desde 1988, 1998, ao longo desses onze anos de intensa cooperação, a Anatel instruiu e encaminhou ao CADE 133 atos de concentração e 22 processos de infração à ordem econômica. Tramitam hoje na agência 34 atos de concentração e seis processos de infração à ordem econômica que serão, uma vez, concluída a sua regular tramitação também encaminhados ao CADE. Quer dizer, a média em todo esse tempo de processos submetidos ao CADE é um processo por mês. E quanto aos prazos. Os prazos que são observados na Anatel são os prazos estabelecidos por leis que asseguram o direito das partes, de maneira que o que há de demora é decorrente do estado legal da situação.

Eu mencionaria que nesse campo das telecomunicações é necessário muito conhecimento especializado, e que a Anatel tem feito um esforço muito grande no sentido de obter pessoal capacitado. A Anatel já realizou três concursos no correr dos anos, um está em execução, e com vistas a obter, recrutar pessoal para tratar, inclusive, das questões ligadas à competição.

Eu gostaria ainda de mencionar uma outra ordem de considerações. Em recentíssimo documento da OCDE, relatório da OCDE, que foi encomendado pelo governo brasileiro, esse relatório recomenda que permaneça a dupla jurisdição entre a Anatel e o CADE, o sistema brasileiro tal como está estruturado, e que esse sistema funcione em cooperação, o que, de fato, ocorre.

Finalmente, eu queria mencionar, posso até citar o relatório da OCDE que diz: que tal cooperação reflete a tendência entre os países da OCDE de permitir no setor de telecomunicações a responsabilidade conjunta das autoridades de defesa da concorrência e do regulador específico do setor.

Mencionaria, do ponto de vista, da Anatel, no caso, que três pontos são fundamentais: a retirada de competências da agência de atuar nas questões relativas à defesa da concorrência e infração à ordem econômica, a submissão de regulamentos e processos de revisão tarifária à SEAE e a anuência prévia dos atos de concentração pelo CADE.

Eu acredito que esse projeto deve merecer uma consideração profunda no Senado, nas comissões do Senado, e mesmo nesta Comissão, tenho certeza, que assim será, porque ele é de enorme complexidade, ele afeta uma área muito grande. Eu mencionaria, por exemplo, que é difícil considerar as agências, como um todo, é um esforço que nós estamos fazendo no foro de presidentes das agências e continuaremos a fazer, mas é preciso pensar que a Anatel é diferente, não só por causa da revolução tecnológica que está em curso, estamos sempre correndo atrás da tecnologia, por causa do impacto de suas decisões imediato no mercado, o mercado reage dia-a-dia a decisões que são tomadas na Anatel. E também, porque o valor do setor, a sua receita operacional hoje é de 187 bilhões de reais, quer dizer, 6% do produto bruto, esse é o tamanho do problema que a Anatel administra, hoje em dia, somente o setor de telecomunicações responde por 6,1% do PIB brasileiro.

Esses pontos eu acho que devem ser tomados em consideração.

Com isso encerro com esse compromisso de no, que for possível, para facilitar a tramitação. Nós na Anatel, nós nas outras agências estamos dispostos a fazer, dar a nossa contribuição, inclusive, por meio do recrutamento de técnicos, se assim for o caso, de maneira que esse assunto tenha um tratamento adequado no legislativo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Embaixador Ronaldo Sardenberg. E concedo a palavra ao Sr. Gesner Oliveira, presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp.

SR. GESNER OLIVEIRA: Muito grande. Eu queria fazer uma saudação ao Exmo. Presidente e Senador Garibaldi Alves, na pessoa dele cumprimentar todos os Senadores participantes desta audiência, e agradecer pelo duplo privilégio de poder me dirigir a esse conjunto de Senadores, e compartilhar com essa mesa com os ilustres participantes e especialistas na defesa da concorrência.

Eu vou pedir licença ao Senador para cumprir rigorosamente os meus dez minutos. Vou pedir licença para passar alguns slides que tornaria a exposição mais objetiva, e daí eu cumpro os dez minutos.

Vou muito brevemente destacar três pontos básicos, diferentemente... Para cumprir a promessa, Senador, eu vou colocar aqui o relógio direitinho para gente não... Gostaria de destacar três pontos básicos em contraste com aqueles que me antecederam, eu gostaria de dar uma perspectiva histórica para a discussão que está sendo travada neste momento.

Queria chamar atenção como ganhou importância a defesa da concorrência nas últimas décadas, como ela estimula o crescimento e o investimento tão necessários hoje na conjuntura de crise que vivemos, e como

nós devemos perseguir tempo econômico, segurança jurídica e difusão da cultura da concorrência. Então, são esses os três pontos fundamentais que nós gostaríamos de estacar, e para isso há três breves blocos que, em dez minutos, nós faremos a exposição.

Nós estamos há quase meio século com defesa da concorrência, embora, isso nos surpreenda, porque o CADE foi criado em 1962. Ele era pouco conhecido, a economia era fechada, mas só a partir de uma maior abertura da economia e de uma maior concorrência nos mercados é que a defesa da concorrência ganhou importância.

A primeira lei que criou o CADE, então é de 1962. Nós tivemos um período de transição no início dos anos 90, e a lei que nós estamos discutindo uma possível reforma é de 1994.

A grande modificação e que nós estamos discutindo aqui é a modificação, quando nós comparamos o projeto com a Lei 8.884 é introdução de um controle de estrutura ecsant. O que é isso? De um controle de fusões e aquisições feitos antes que elas se realizem e não depois. Nós não podemos... Com todo respeito aos vários pontos extremamente importantes que foram colocados por aqueles que me precederam, mas nós estamos perdendo as grandes modificações dessa lei, e essa inovação, acho que o presidente do CADE, Dr. Arthur Badin destacou bem, essa inovação que é uma inovação boa que é a análise anterior aos atos de concentração. E um reforço da independência do CADE com um mandato maior de quatro anos. E eu tive o privilégio e a satisfação de ser sabatinado duas vezes aqui nesta Casa, e tive mandatos de dois anos, e sei que mandatos de dois anos com recondução não é um instituto adequado, seria mais adequado não haver recondução e haver um mandato um pouco mais prolongado, reforça a independência do órgão.

Então, eu queria fazer essa colocação inicial, e também do ponto de vista das empresas. O que é que as empresas dizem? Será que as práticas anticompetitivas que o CADE combate prejudica o crescimento ou não? Uma amostra extremamente representativa do Banco Mundial sugere que sim, que esse é um problema real para as empresas.

Eu gostaria de dizer como executivo de uma empresa pública que, de fato, a liberdade de mercado é fundamental para o crescimento do investimento e da produção. Uma outra evidência interessante é que em países menos desenvolvidos tem mais problemas de práticas anticompetitivas. Muitas vezes, se fala que defesa da concorrência é coisa de país rico, mas, na verdade, são os países menos desenvolvidos que precisam mais dessa concorrência. Eu vou poupá-los da explicação desse slide, porque seria tedioso, e também tomaria muito tempo. Mas eu queria chamar atenção para três coisas: por que é que a defesa da concorrência ganhou importância? Porque justamente os segmentos de infraestrutura, como há pouco destacava o ilustre presidente da Anatel, alguns segmentos importantes foram desestatizados, e a concorrência fundamental que seja garantida nesses segmentos de infraestrutura, a maior integração à economia mundial e a estabilidade de preços que foi conquistada nos anos 90.

Os dados de fusões e aquisições comprovam a enorme atividade de consolidação dos mercados, reforçada também pelos dados de atos de concentração julgados no CADE.

Eu vou passar rapidamente, justamente, para não tomar tempo, mas apenas para destacar essa mudança geral na economia que ocorreu, que forçou a uma defesa da concorrência atuante.

E queria chamar atenção para o fato de que a defesa da concorrência será tanto mais forte, quanto mais difundida a cultura da concorrência nas empresas, nas instituições públicas, e não apenas nos processos. É óbvio que os processos são muito importantes, sobretudo, como é feita demonstração, mas eles são uma fatia infinitesimal do que realmente acontece no mercado. Queria chamar atenção, então para a importância fundamental daquilo que no texto é chamado de advocacia da concorrência, ou que talvez nós possamos chamar de promoção da concorrência que é o fato de haver uma promoção geral da concorrência em todos os setores, e é muito importante, na minha visão, que o CADE tenha capacidade, sim, de nos setores regulados apontar aquilo que é anticoncorrencial. Nós assistimos diariamente vários entraves na concorrência, entraves à competição que ocorrem nos setores regulados, e é muito importante que haja uma autoridade que aponte esses entraves, essas barreiras à entrada, e que participe também do debate legislativo, que participe, por exemplo, de uma reforma da Lei de Licitações, visando mais velocidade, visando mais competição. Isso é fundamental que haja, do ponto de vista do país, naturalmente, com limitações, com debate, com entrechoque de idéias, e etc.; mas é fundamental que haja essa promoção da concorrência que está muito bem colocada no projeto.

Eu queria chamar atenção que as empresas devem ser convidadas a participar, não apenas no acordo de leniência que é previsto no projeto, que é muito importante, mas também em medidas preventivas, as empresas devem prevenir antes de remediar, elas devem ser pró-ativas. Então, nós gostaríamos de dar alguns exemplos nesse sentido, daí a importância do papel da SEAE a importância do papel do CADE como promotor da concorrência. E eu tomaria a liber-

dade de lhe dar três depoimentos, como executivo de uma empresa pública do efeito de três medidas que são pró-concorrenciais, que estão associadas à nossa política de compras, resumida nessa pequena cartilha que nós fizemos com ajuda de um acordo no convênio com a SDE, visando o quê? Visando maior concorrência nas compras públicas, visando maior concorrência nas compras empresariais, para quê? Para reduzir o custo do investimento, para fazer mais investimento. Essencialmente, é isso. Nós temos que ser mais pragmáticos. Que medida essa lei vai nos permitir crescer mais, gerar mais empregos? A inversão de fases gerou... [soa campainha] E eu vou terminar daqui a pouquinho. A inversão de fase gerou uma redução do tempo médio de licitações em 60 dias, o que é significativo. Os pregões geraram uma redução de 180 para 82 dias, que também é significativo. Além disso, com a inversão de fase no processo licitatório, há mais concorrência via preço, e isso tem um efeito extremamente positivo. Além disso, o compartilhamento de registro de preços que nós temos feito com outras empresas pelo Brasil, permite aumentar a escala, permite combater a divisão de mercado que empresas e mercados concentrados fazem. Só para dar uma ideia de como é a concentração de mercado no Brasil. Vejam alguns mercados onde há monopólios, isso encarece o produto que é necessário para o investimento, que é necessário para o crescimento. Portanto, eu chamaria novamente à atenção para essa ação pró-ativa das autoridades de difundir a cultura da concorrência. Essa promoção da concorrência pela SEAE e pelo CAD é fundamental, e, me permito divergir do ilustre presidente, a quem admiro muito, o presidente da Anatel, acho realmente que uma coisa é a regulação que é a competência das agências reguladoras, outra coisa é o aspecto concorrencial que é competência do CADE e que deve exercer essa competência em prol do investimento, sobretudo, nos setores de infraestrutura.

Finalizando. Eu destacaria que o nosso grande problema, e aí me permito divergir do ilustre representante do Ministério Público, acho que a participação do Ministério Público é fundamental, porém, há, de fato, um excesso de pareceres. Na minha experiência como executivo do CADE eu senti falta de velocidade, de tempo econômico. E se nós tivermos um número excessivo de pareceres, nós não teremos esse tempo econômico. E acho que o projeto, no conjunto, reflete um esforço que já houve de redução de tempo, porém, é preciso haver medidas adicionais para que, realmente, haja um aumento da eficiência. A principal medida é a redução do número de guichês, a unificação, a maior centralização no CADE. Eu, até em algum momento, sugeri que até nem precisava haver o papel do SEAE, poderia concentrar tudo no CADE, mas eu acho que o papel da SEAE está bem colocado no projeto, de novo, é claro que cada um tem várias sugestões para aprimorar o projeto, mas no conjunto parece um projeto bom, e que poderia auxiliar a maior eficiência da concorrência no país.

Agora, tudo isso só vai funcionar se houver, como prevê o art. 125, um aparelhamento institucional mínimo para o órgão, do contrário, não vai funcionar, não serão 16 ou 18 heróis abnegados que vão resolver o problema. E a introdução gradual prevista no art. 129, conceder um certo tempo para adaptação, sobretudo, para o setor privado que terá que apresentar seus atos de concentração antes da realização. Há um perigo muito grande se houver baixa produtividade e análise a ecsant, nós podemos travar a economia, então, isso é um perigo grande. Daí a necessidade de, realmente, desse aparelhamento institucional, e da garantia de produtividade. Acho que deve haver, do ponto de vista de regulamentação, uma preocupação com a medição do desempenho do CADE para que haja, de fato, indicadores de produtividade que correspondam a enorme responsabilidade que o órgão tem para a defesa da concorrência, para a tempo econômico, para a segurança jurídica, e essa difusão da cultura da concorrência que é essencial para que a lei seja bem sucedida. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao ex-presidente da CADE, Dr. Gesner Oliveira. E concedo a palavra ao Sr. Pedro Zanota, presidente da Comissão de Estudos da Concorrência e Regulação Econômica da OAB São Paulo.

SR. PEDRO ZANOTA: Boa tarde a todos, boa tarde... Um cumprimento especial ao Senador Garibaldi Alves, presidente da Comissão, Srs. Senadores, agradecimento ao Senador Arthur Virgílio pela convocação, pela ideia da audiência pública extremamente importante.

Uma responsabilidade enorme falar depois do Gesner que é sempre empolgante, falar antes do professor Carlos Ari, também é extremamente complicado. Mas eu vou procurar trazer a vocês algumas idéias que nós temos debatido no âmbito da Comissão, e que eu entendo possam ser úteis para a análise de V. Exas.

O saudoso professor Werter Faria que foi o presidente do CADE no final dos anos 80, se não me engano, ele dizia que o órgão era conhecido como CADÊ e não CADE, porque ninguém sabia o que era, o que fazia, aonde se reunia e quem eram os seus membros. Essa história mudou, certamente, e este Congresso foi o responsável pelo marco inicial dessa mudança, que foi a Lei 8.884 de junho de 94. A partir da nossa

atual lei de defesa da concorrência, o sistema brasileiro mudou radicalmente. Sucederam-se gestões eficientes nos três órgãos componentes do sistema, uma delas, indiscutivelmente, do professor Gesner. E nós advogados acreditamos também que temos contribuído bastante para aplicação da lei até chegarmos aos dias atuais onde temos 15 anos de prática dessa lei e prática de nos trouxe uma experiência que recomenda a mudança.

Hoje tramita no Senado e, em especial, nesta Comissão o PLC nº 06 que visa reestruturar o sistema de defesa da concorrência. É um projeto, como todos aqui ressaltaram, da maior relevância, da maior complexidade, e que terá um impacto econômico institucional muito grande no nosso País.

A Comissão de Estudos da Concorrência e Regulação Econômica da OAB é composta de 50, cerca de 50 advogados militantes nas áreas de concorrência e regulação que se reúnem regularmente, alguns deles aqui presentes, para a minha satisfação, e objetivando participar do processo de elaboração de leis com a nossa contribuição, com a nossa experiência. Fizemos isso no projeto enquanto tramitou na Câmara, foi possível participar e apresentar sugestões. Em 2007 foi criado dentro do âmbito da nossa comissão um grupo de trabalho que estudou o tema e ofereceu alguns subsídios para os senhores deputados, alguns deles, inclusive, acatados e incorporados no projeto que hoje está para análise dos Srs. Senadores.

Nesse momento em que o projeto está no Senado nós entendemos que se renova a oportunidade desse debate e da participação da sociedade civil interessada, aqui representada de diversas formas para apresentar contribuições sobre a matéria.

Nós temos um trabalho escrito que será entregue ao Senador Romero Jucá e aos demais Senadores, trazendo sugestões que nós entendemos necessárias para o aperfeiçoamento do projeto. O projeto está apoiado em três pilares principais, que seriam, o primeiro deles – eu vou repetir um pouco, é duro falar no final -, mas a eliminação de guichês extremamente importante, a simplificação de procedimentos será bastante útil para a agilidade do sistema. O segundo pilar é o de análise prévia de atos de concentração, adotando um modelo mundial, raríssimos países ainda adotam a análise à posteriori, então, análise prévia de atos de concentração é extremamente saudável e desejável. Tornará, sem dúvida, o sistema mais eficiente. E a criação, o terceiro pilar, que nós entendemos relevante para o projeto, é a criação do quadro de carreira, a estruturação administrativa e técnica dos órgãos componentes do sistema ou do novo órgão que surgirá decorrente do projeto que seja capaz de fazer o sistema funcionar. O sistema de análise prévia só vai poder funcionar se houver uma estrutura adequada e suficiente para cumprir os prazos que vêm previstos na lei.

Apesar desses três pilares serem todos bastante relevantes, bastante importantes e justificam a iniciativa do projeto, nós entendemos que há alguns pontos, não são muitos, extremamente delicados e complexos que merecem uma análise e podem ser aperfeiçoados. O sistema brasileiro precisa se adequar ao sistema internacional. Hoje no Valor Econômico há uma matéria extremamente interessante, mostrando os convênios e os contatos que as autoridades brasileiras têm tomado com autoridade de outros países, na atuação, especialmente, no combate conjunto a cartéis internacionais. E com isso para oferecer eficiência, economicidade e segurança jurídica nas matérias que serão de competência desse novo sistema que estamos estudando, é necessário, no nosso entendimento, e isso será trazido aos senhores, algumas pequenas alterações.

Alguns pontos, sem ordem de relevância, que eu gostaria de comentar, eu não entrarei tanto em detalhe como o Dr. Mauro. Mas alguns pontos que nós pretendemos trazer ao debate para os senhores são, do nosso entendimento, bastante necessários. Nós vamos sugerir, por exemplo, a alteração do § 6º do art. 6º do projeto que trata da possibilidade do presidente do CADE indicar qualquer servidor, este é o texto da lei, sem dúvida, com conhecimento jurídico e econômico adequado, mas qualquer servidor para cumprir o mandato vago. No nosso entendimento, essa possibilidade deveria ficar mais restrita. Os conselheiros, como é sabido, passam pelo crivo desta Comissão, passam pela aprovação do plenário do Senado, e não seria razoável imaginar que qualquer servidor poderia fazer esse papel.

A nossa recomendação será a de que o procurador chefe que também recomendaremos, seja aprovado por esta CAE, pelo projeto ainda não está, seja a pessoa a substituir o mandato vago ou na sua ausência, ou na sua impossibilidade um membro do Ministério Público, como a mudança do artigo no que diz respeito a qualquer servidor.

Outro ponto relevante que nós gostaríamos de enfatizar é o esforço do qual nós concordamos inteiramente das autoridades do sistema de preservar o instituto da leniência, sem dúvida, a ferramenta mais eficiente com que as autoridades contam para o desbaratamento de cartéis. Nesse sentido, a lei atual é razoavelmente... Ela garante, razoavelmente, uma certa imunidade àqueles que fazem o acordo de leniência, mas nós entendemos que para que essa imunidade seja plena e total, em especial, no aspecto criminal, o

cumprimento do acordo de leniência deveria ser levado à homologação judicial.

Então, no momento que for cumprido o acordo de leniência, ao invés, de uma decisão do plenário do CADE que pela lei atual essa decisão extingue automaticamente a punibilidade do agente. Nós entendemos que essa redação não é adequada, e ela deveria ser extinta por decisão de um juiz.

A valoração do estudo da leniência não precisa, por outro lado, enfraquecer outros institutos, igualmente irrelevantes no combate a práticas anticoncorrenciais. O acordo que vem previsto... [soa campainha] No art. 85 e seguintes do projeto que é o termo de cessação de conduta, ou termo de compromisso de cessação, precisa ter, na nossa avaliação, critérios mais claros e objetivos, de forma a criar segurança jurídica para as partes que pretendem propor esse acordo. Essa segurança estaria e, na nossa proposta isso vai ser levado aos senhores, em breve, ela passa por critérios mais objetivos de acordo. Esse acordo, basicamente, é apoiado em três pontos, um deles é uma contribuição, não é chamado de multa, mas quase o equivalente a uma multa. A colaboração dos agentes proponentes do acordo, a sua confissão ou não e os reflexos criminais disso decorrentes. Nós entendemos que o sistema atual já é bastante falho. Nós já apresentamos uma proposta, entregue ao presidente Badin, e estamos propondo, com alguma adaptação, essa mesma proposta entregue a ele, que seja incorporada ao texto do projeto.

Por fim, eu queria falar dos atos de concentração. Por fim, não, perdão, só tem mais um depois. Presidente, eu estou acabando. Os atos de concentração, sem dúvida, são tratados no projeto de uma forma bastante avançada, bastante evoluída, eu já disse que apoiamos integralmente a análise prévia dos atos de concentração. Mas entendemos também que o projeto pode ser melhorado, e essa é uma oportunidade única para fazê-lo. Pode ser melhorado numa definição mais clara, e isso o sistema tem batalhado bastante em procurar nas decisões do CADE formar essa jurisprudência, fruto de uma experiência de 15 anos do Projeto de Lei. Uma definição mais clara de que atos são sujeitos à aprovação do CADE. Nós hoje, depois de 15 anos, e com a ajuda das autoridades que, realmente, tem procurado definir em cada processo que decide, linhas de orientação para os administrados, mas ainda assim nós achamos que isso pode ser avançado mais, e uma definição mais clara de quais os atos sujeitos à aprovação prévia do CADE, ainda mais que será prévia no próximo sistema, o projeto pode ser melhorado também nesse sentido.

Assim sendo, e, ao mesmo tempo, em que em nome da Comissão e dos membros da Comissão eu cumprimento V. Exas. pela audiência pública, pelo debate que é bastante importante. Eu apelo aos senhores que façam análise bastante detida das nossas recomendações, de todas as manifestações aqui feitas, porque o objetivo nosso, e nós temos essa finalidade em todos os trabalhos que apresentamos, é a melhoria institucional das nossas leis e dos nossos sistemas democráticos.

Há sugestões que nós estaremos apresentando aos senhores partem da conclusão indiscutível de que o sistema de defesa da concorrência no Brasil vive um momento extremamente positivo, com reconhecimento internacional muito forte, recentemente, uma reunião de mais de quatro mil advogados em Washington do Instituto do IBA – International Bar Association, foi feito um elogio pelo diretor da divisão [ininteligível] do FDC americano, do DJ, do departamento de justiça, em que ele elogiou o sistema brasileiro, e os avanços do sistema brasileiro como o sistema que mais tem avançado na defesa da concorrência no mundo. É este cenário e este contexto que nós temos que aproveitar para fazer a melhor lei possível. E eu sempre usei até para meus filhos, que o ótimo é inimigo do bom, vamos buscar alguma coisa possível e não o impossível, mas eu acho bastante possível aperfeiçoar esse projeto, termos um projeto mais exeqüível e que atenda mais os seus objetivos de defesa da concorrência, defesa dos consumidores, dos efeitos maléficos da má concorrência, e é dentro desse cenário e desse contexto que eu apelo aos senhores para um trabalho bastante criterioso em cima desse Projeto de Lei.

A comissão permanece à disposição dos senhores para o que for necessário. Eu agradeço a oportunidade, Sr. Presidente, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu agradeço ao Dr. Pedro Zanota, presidente da Comissão de Estudos de Concorrência e Regulação Econômica da OAB São Paulo. E concedo a palavra ao Sr. Carlos Ari Sundfeld, professor da PUC de São Paulo.

SR. CARLOS ARI SUNDFELD: Senador Garibaldi, eu vou pedir licença para falar de pé. [interrupção no áudio] ...Eficácia do sistema, isto é, ele precisa funcionar melhor e ele precisa ser capaz de implantar a concorrência como um valor efetivo. Esta é a grande questão. Será que nós temos um sistema suficientemente eficaz ou não temos?

O diagnóstico que se faz do nosso sistema é que ele avançou muito, mas ele é não suficientemente eficaz. Uma mudança fundamental que se aponta consensualmente ser necessária é a introdução do controle prévio dos atos de concentração, isto é, é preciso que antes das empresas se fundirem, se unirem, ou pra-

ticarem outras espécies de ato de concentração, elas submetam essa decisão à autoridade da concorrência, de modo que a autoridade possa decidir a tempo e hora, impedindo uma concentração que seja danosa à concorrência. Este é um elemento então central para o aumento de eficácia. Mas tem uma contrapartida absolutamente indispensável. É necessário que se aumente a eficiência, a rapidez e a agilidade do funcionamento do sistema sob pena de isso introduzir o desastre completo, isto é, nós iríamos paralisar a economia brasileira se todos os atos de concentração tivessem que ser aprovados previamente pela autoridade, e a autoridade continuasse funcionando com esquemas pouco eficientes. Melhoraram os esquemas? Claro, foi feito um grande esforço de melhoria do esquema, mas se chegou ao limite desta modificação.

Então, qual é a grande contribuição do projeto? É adotar medidas realmente importantes e diferentes para tornar o mecanismo de funcionamento do sistema mais rápido e mais ágil. Isso, evidentemente, exige eliminar algumas características que o sistema tem, por exemplo, diminuir o papel do Ministério Público, o que se ganha e o que se perde com isso? Por que é que o Ministério Público precisa falar em todos os atos? Será que o seu controle não pode ser feito por outras maneiras? Como faz em outros setores no sistema ambiental, por exemplo, em todos os setores em que o Ministério Público está vigilante, propõe ações, representa, recomenda. Essa é uma ideia que foi adotada pelo projeto de que não era necessário exigir a manifestação do Ministério Público em todos os casos, e isso permitiria maior agilidade.

Em relação ao caso da Anatel. Por que centralizar as competências que hoje estão descentralizadas, em parte, para a Anatel? Pela mesma razão que está se centralizando as competências que hoje estão descentralizadas com a Secretaria de Acompanhamento Econômico e a Secretaria de Direito Econômico. Centraliza-se para aumentar a eficiência e diminuir os prazos de tramitação. Será que com isso se criou uma figura ditatorial que é do superintendente? A minha avaliação em relação ao texto é que isso não ocorreu, porque as suas decisões são sujeitos ao controle do plenário, e é assim que caminha, por exemplo, a organização da justiça no Brasil para aumentar eficiência. Houve época em que todas as decisões tinham que, necessariamente, ser tomadas pelo plenário dos Tribunais, e a tendência tem sido de delegar competências a autoridades dentro do Judiciário, claro, para tomar decisões singulares, permitindo que o plenário, o colegiado faça o controle posterior dessas decisões. Com isso se consegue mais agilidade sem prejuízo do controle das decisões da autoridade.

Portanto, essas foram decisões que foram tomadas pelo Projeto de Lei para simplificar e poder fazer com que houvesse um compromisso da lei com prazos, isto é, é preciso que a autoridade consiga decidir em prazos adequados, em prazos curtos, e se não os cumpriram o que é que o Projeto de Lei prevê? Se não cumprir o ato será aprovado por decurso de prazo, o que é uma conseqüência necessária para garantir o funcionamento da economia e se compatibilizar com a liberdade econômica sob pena de nós instaurarmos uma ditadura da burocracia sobre a economia.

Então, essa é uma questão essencial da obtenção de eficácia do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, é aumentar agilidade, para aumentar agilidade é preciso diminuir prazos, é preciso concentrar o poder em um único ente que está hoje disperso.

O segundo ponto extremamente importante, é preciso fortalecer a autoridade, é preciso fortalecer o órgão, a entidade que cuida da defesa da concorrência, e isto se está fazendo com esta reformulação, por exemplo, conferindo maior autonomia ao CADE, conferindo maior mandato aos conselheiros do CADE, que com isso aumenta a sua independência, e dando mandato ao superintendente que é o substituto do atual secretário de direito econômico, que não tem mandato escolhido pelo Presidente da República, e passa a ser escolhido com a participação do Congresso Nacional, especificamente, do Senado. Portanto, isto é um ganho de qualidade, o aumento da autonomia da independência pelo mesmo mecanismo que se utilizou em relação às agências reguladoras.

Um outro elemento importante com relação à eficácia das decisões levou esse dispositivo que foi criticado aqui, dispositivo que tenta impor a quem litiga na justiça contra as decisões do CADE, ônus por litigar, é preciso que haja ônus pela litigância fracassada, isto é, é preciso que não se incentive o ataque às decisões tomadas em processos administrativos consistentes que se procura tornar ainda mais consistentes que o Projeto de Lei, é preciso que não se incentive a ida a juízo simplesmente fazendo com que o ônus de litigar seja menor do que o ônus de não litigar. É preciso equilibrar essa relação para fazer com que a eficácia das decisões seja maior do que ocorre hoje em que há um problema ainda, e isso tem mudado, o controle judicial tem mudado, mas há um problema ainda de incentivo à litigância em juízo em função do projeto.

Eu queria destacar um último ponto que é a ampliação da cultura da defesa da concorrência, com a modificação completa do papel da SEAE da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda. O que é que a SEAE então vai passar a fazer? Algo que já faz hoje, mas como missão exclusiva, ser o

promotor da concorrência criticando e sugerindo para as autoridades reguladoras do País as providências que lhe pareçam necessárias para promover a concorrência. Não impõe nada a ninguém, simplesmente, emite opiniões e sugestões, isto é, é a influência pela relevância que possa ter a opinião da SEAE. Não há prazos necessários para ouvir a SEAE, simplesmente ela participa das consultas públicas, como pode fazer qualquer cidadão, mas com o peso que tem um órgão bem estruturado que faz parte do Ministério da Fazenda. Isto não significa, a meu ver, nenhum tipo de prejuízo às agências reguladoras, as agências reguladoras são obrigadas a fazer consulta pública, a Lei Geral de Telecomunicações impôs isso como obrigação, é muito relutante, a SEAE já tem feito contribuições nas consultas públicas, e isso não limita a competência das agências, pelo contrário, isto apenas aumenta o grau de informação das agências reguladoras para decidir sem modificação do poder de decidir que continua com as agências reguladoras. Muitos pontos relevantes de aprimoramento foram mencionados aqui, o problema, no entanto, é decidir o que se ganha e o que se perde em termos de oportunidade quando se passa a tentar melhorar esses pontos. Vários dos pontos que foram mencionados é possível melhorar sem dúvida, seria relevante melhorar, teremos esta oportunidade, teremos outras oportunidades, é preciso decidir, no entanto, o que se ganha mais, introduzindo já as mudanças que estão aprovadas na Câmara ou fazendo prolongamento da discussão. Esse é um grande desafio sopesar o que se ganha e o que se perde com a aprovação do projeto em relação a isso.

Eu gostaria de encerrar, dizendo que uma avaliação que não é interessada, diria eu, neste sentido do que se ganha, o que se perde, creio que se poder afirmar, ou pelo menos, eu afirmaria que o projeto introduz muitos ganhos e que aproveitar a oportunidade e aprová-lo introduzindo essas modificações mais rapidamente, eu creio que é um ganho que justifica, eventualmente, deixar para outra oportunidade algumas das melhorias que são importantes, e que poderão, evidentemente, ser feitas. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Dr. Carlos Ari Sundfeld.

E vamos agora dar início ao debate concedendo a palavra aos Senadores, autores dos requerimentos de convite às autoridades aqui presentes, aos convidados. Pergunto aos Senadores se há possibilidade de limitar o tempo? Se querem limitar o tempo ou não? Se limitar... Podemos ou não?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Podemos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então cinco minutos para cada.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior, autor de requerimento de convite.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Garibaldi Alves, senhores debatedores, Sras. e Srs. Senadores. Esse projeto é um projeto que eu julgo, da maior importância, inclusive, o projeto tem pontos, digamos, bastante avançados, pontos positivos, principalmente, a questão da análise prévia dos atos de concentração, que é um avanço importante para evitar depois que se tenha que retroceder esses atos. Sem dúvida, o projeto evolui uma série de pontos interessantes, porém, precisa ser debatida a exaustão, porque há muitas sugestões relevantes também para melhorá-lo.

Então, a minha proposta, a minha posição é no sentido de que a gente continue debatendo esse projeto, e discutindo, inclusive, as sugestões que forem dadas para melhorá-la. Eu acho que ele avança bastante, eu sinto que nenhum dos senhores é contrário ao projeto, claro, todos são a favor da melhoria do projeto, então, portanto, eu acho que nós deveríamos continuar debatendo ou em novas audiências, ou então discutindo os pontos com V. Sas. Mesmo, e para que a gente pudesse contribuir para a melhoria desse projeto, até que o relator pudesse acolher parte dessas emendas que viessem a aprimorar o projeto.

Eu não teria perguntas a fazer, e, sim, colocar a minha posição de que, embora, o projeto seja bom, ele merece uma discussão ampla para uma possível melhoria, porque eu já senti de vários dos senhores que há sugestões nesse sentido.

Então, a minha proposta, a minha posição é no sentido de que nós discutíssemos com profundidade, que nós continuássemos ou mais uma audiência, que eu acho que seria razoável ouvir mais algumas pessoas, e acolher as contribuições de V. Sas. e dos possíveis novos debatedores, para que, então, nós pudéssemos aqui dentro da Comissão debatermos com o relator, e daí a gente arredondar o projeto, torná-lo, digamos, melhor no sentido de continuar avançando, porque ele já avança bastante, mas, de qualquer maneira, poderíamos avançar mais ainda, e fechar possíveis brechas que ele, eventualmente, poderia ter.

Então, a minha sugestão, não quero me alongar, mas a minha sugestão era no sentido de que nós não colocássemos em pauta imediatamente. Nós podíamos ter uma outra rodada de audiências, inclusive, recolher informações, novas sugestões, e aí fazermos um encontro com o relator e tentarmos arredondar esse projeto, melhorá-lo, e aí, sim, poderíamos votá-lo e aprová-lo.

Então, essa é a minha posição de que a discussão deveria continuar pela relevância e pela importância que o projeto traz.

A gente não pode, digamos, já que avançamos, já que o projeto já avança bastante, vamos avançar mais ainda, e vamos consolidar um projeto melhor ainda para que nós possamos ter, digamos, a gestão da concorrência no Brasil feita de uma maneira mais segura. Essa é a minha posição.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senador Antonio Carlos Júnior. E concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, um dos autores do requerimento de convite.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente, eu partilho da opinião do Senador Antonio Carlos Júnior e insisto que nós devemos, quando nada, ouvir as pessoas que estão aprovadas pela Comissão e relacionadas, porque as opiniões são todas respeitáveis, e eu ouvi argumentos muito fortes em choque uns com os outros, me impressionou muito a fala do Gesner de Oliveira, como também me impressionou muito o conjunto de idéias que eu já conhecia das pessoas que eu próprio sugeri à Comissão convidasse para participar da audiência pública. E o Ministro Sardenberg eu supunha que fosse essa a sua opinião.

Eu gostaria de fazer algumas [soa campainha] observações. As observações são no sentido de que gostaria que o Dr. José Elaeres Marques desse algum exemplo da importância do Ministério Público, algum exemplo concreto que eu, tenho a impressão, que isso ilustrará. Outra coisa muito relevante para mim é eu perceber que a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda passaria a ter poderes para opinar sobre tarifas de serviços públicos. No seu caso, por exemplo, Dr. Ronaldo, telefonia e eletricidade. E eu pergunto se as agências reguladoras não perderiam a autonomia? E algo que eu não poderia conciliar em nenhuma hipótese. Eu entendo que... Eu tenho a melhor impressão do Dr. Arthur Badin, já pude externar essa impressão de maneira muito aberta aqui, quando aqui se discutia a sua indicação para o CADE.

Agora, eu entendo que o governo que está aí, como um todo, ele não compreendeu até hoje o papel das agências reguladoras, ele gostaria muito de ver os presidentes de agências reguladoras e os diretores subordinados a uma ordem do Ministério da pasta mais próxima, enfim, tanto que nós estamos vendo aí já sinais de escândalos graves envolvendo agências que foram politizadas, por coincidência, as que não foram a gente não ouve sinal, nem fumaça de escândalo de corrupção, e nada parecido.

Mas eu me preocupo muito com a questão das agências. Agora tem outra preocupação que para mim é fundamental. O superintendente geral seria nomeado pelo Presidente da República depois de aprovado pelo Senado Federal, indicado pelo Presidente, aprovado ou não pelo Senado, e se aprovado nomeado. Aí haveria dois adjuntos, os adjuntos não passariam por aqui. Eu discordo totalmente disso. Entendo que deve passar por aqui, até porque em algum momento eles poderão assumir as funções que caberiam ao superintendente geral. E, por outro lado, em relação aos conselheiros. Nós temos aqui o art. 6º, § 6º que diz o seguinte: que durante o período de vacância que anteceder a nomeação de novo membro do Tribunal, assumirá interinamente o cargo servidor em exercício no CADE com conhecimento jurídico ou econômico na área de defesa da concorrência e reputação ilibada, indicado pelo presidente do Tribunal, no qual permanecerá no cargo até a posse do novo membro do Tribunal escolhido na forma do caput nesse artigo. Não fala em temporalidade. E eu entendo que isso, sinceramente, Dr. Badin, e eu volto a dizer do respeito que tenho pela sua atuação, pela sua figura, mas me parece, de certa forma, uma afronta ao Senado Federal que termina tendo a sua competência esvaziada, e não tem porque abrir mão de um poder que lhe cabe. Enfim, eu não vejo em que é que faria mal o Senado opinar e reforçar a indicação de alguém que, certamente, haveria de ter mesmo essa tal reputação ilibada, e esse tal preparo específico para a função.

Portanto, eu gostaria muito de... Tem, inclusive, uma velha ideia que era de criar duas câmaras de três conselheiros e uma de sete para julgamento de casos específicos e recurso. Mas o fato é que em nome das prerrogativas do Senado, e levando em conta o emaranhado de opiniões inteligentes de pessoas que eu sei, plenas, de boa vontade, todas elas plenas de boa vontade, igualmente; eu entendo que nós deveríamos mesmo largar uma pressa que seria insensata, eu entendo que essa é uma reforma microeconômica essencial, nós precisamos mesmo criar, além, delas ambiente para novas reformas microeconômicas que vão ajudar a criar um bom ambiente para o Brasil no momento da retomada, ter um clima propício a mais negócio, enfim. Mas entendo que não é sensato nós sairmos aqui sem convencimento pleno. Isso não é matéria de oposição e nem de governo. Eu vejo um choque institucional, o Senado não deve abrir mão das suas prerrogativas, não vejo que isso aqui seja matéria de governo e nem de oposição, eu vejo que isso daqui seja matéria que influa na eleição do fulano ou da beltrana, não vejo nisso; eu vejo que é sensato nós, simplesmente, pensarmos em tirar uma posição comum ao Senado, comum à Comissão de Assuntos Econômicos e comum ao Senado. Isso é matéria para

nós brigarmos até o final pelo consenso máximo, porque eu sinto pontos muito obscuros, e muito complicado tudo que estou vendo aqui, quanto mais as pessoas falam, eu imagino que mais eu me embaraço por respeitar todos os que estão nesta mesa proferindo as suas opiniões. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá que é autor de um dos requerimentos e relator da matéria.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, Sr. Presidente, por enquanto, eu só sou ouvinte, Sr. Presidente. Vou ouvir todos, no final se tiver alguma dúvida eu coloco.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao silêncio de--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Tasso, eu vou pensar no embaraço do Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É que ele estava me ensinando com malícia, Senador Jereissati, que o meu embaraçado seria no sentido espanhol. Não é verdade, é impulsivo até por natureza.

Mas, Sr. Presidente, as perguntas feitas por cada Senador serão respondidas ao final. É isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): As perguntas serão respondidas ao final de cinco Senadores. São dois blocos de cinco.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu queria apenas fazer uma observação, Sr. Presidente, para registrar que concordando com o que disse o Senador Arthur Virgílio, nós vamos aqui... Eu sou o relator da matéria, e sou líder do governo, e quero registrar aqui a rapidez com que o governo quer ver votada essa matéria. Ela é igual à necessidade que nós temos de construir uma matéria que seja votada, se possível, por consenso, é uma matéria importante para o País, nós não vamos usar de nenhum subterfúgio de tentar apressar o procedimento em detrimento da qualidade da matéria que nós queremos votar. Essa matéria, além, desta Comissão, vai passar ainda na Comissão de Constituição, Justiça, Fiscalização e Controle, portanto, mas duas Comissões debaterão também essa matéria, e nós vamos discutir, claro, com rapidez, mas exaustivamente para que não fique nenhum ponto a descoberto. A ideia não é termos uma legislação que amanhã possa ser vítima de ações e de processo judicial em que, de certa forma, complique mais a concorrência do que ajude a dirimir as questões.

Então, nós vamos ter o cuidado, e o registro que o Senador Arthur Virgílio faz, como líder da oposição, é o mesmo registro que eu faço na mesma direção e na mesma sintonia que eu faço como líder de governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, autor de um dos requerimentos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Garibaldi Alves, Srs. convidados, Srs. Senadores. Eu estava meio apreensivo pelos depoimentos que assisti que, como foi dito aqui pelo Senador Antonio Carlos Júnior e Senador Arthur Virgílio, nós precisamos, realmente, aprofundar a discussão até para que possamos atingir aquela melhoria institucional que o representante da OAB se referiu.

Eu acho que a audiência pública nos leva a esse objetivo. Mas fiquei mais tranqüilo com o nosso Senador Romero Jucá, líder de todos os governos, é bom que se diga, não do governo, ele tem essa competência, de nos tranquilizar de que vai aprofundar a discussão para que nós possamos aprovar o projeto em consenso, porque há pouco eu ia fazer uma referência, até parece, a preocupação minha, é que houvesse uma urgência de aprovação para que não houvesse alteração no Senado, e ele não retornasse à Câmara, mas o Senador Jucá já se pronunciou que vai atender algumas sugestões do Ministério Público, me parece que ele fez essa intervenção. Então, isso já me tranqüiliza, porque nós vamos ter a oportunidade de dar sequência às audiências públicas, e junto com o relator poder definir a questão do aprofundamento do projeto. O projeto é da maior importância, e como tal, ele tem e deve ser melhor esclarecido no Senado Federal.

Eu quero aqui também, Presidente, reforçar a solicitação dos Senadores que me antecederam no sentido de que possamos dar sequência às audiências públicas com os outros convidados já aprovados. Eu próprio fiz sugestão de quatro nomes, e apenas um, o professor Dr. Carlos Ari que está nessa mesa de hoje. Então, teriam mais três outros nomes para que possamos dar continuidade.

Mas eu queria, só para esclarecer. Preocupa-me muito, Dr. Badin, essa alteração na estrutura do CADE no sentido de que ele possa vir a ter uma superposição, uma ingerência na questão das agências reguladoras. O Senador Arthur Virgílio fez referência a isso, e isso realmente nos preocupa até pela questão dos investimentos. Se não entraria essa introdução de um novo agente num ambiente regulatório, não poderá causar instabilidade dos mercados, além, de conflitos de competências, uma vez que a função das agências regular de forma autônoma e independente com vistas a manter o equilíbrio do mercado. Haveria uma gerência, vamos dizer assim, na função da agência. Que, lamentavelmente, num passado próximo elas fo-

ram desestruturadas, esvaziadas no primeiro mandato deste governo. Agora no segundo mandato me parece que houve uma alteração na função da agência que não tem nada a ver com a concorrência com o Ministério da área, mas, sim, no sentido de regular áreas que foram privatizadas, áreas de serviços públicos que foram privatizadas.

Eu colocaria se as agências, me parece que são [soa campainha] os órgãos que têm competência para fazer a questão específica de cada setor. Então, traria para o CADE essa obrigação, essa responsabilidade. Não sei se o CADE teria essa expertise de ter ações em todas as agências reguladoras, principalmente, no caso até de definir revisão de tarifa na questão das telecomunicações.

Com relação, foi colocado aqui também, com relação aos superpoderes do superintendente. Parece-me que ele pode arquivar denúncias em procedimento preparatório de crédito administrativo sem que se possa recorrer de tal decisão ao Tribunal do CADE. Ele pode enquadrar em três situações a denúncia, ele pode, como diz o projeto, enquadrar como procedimento administrativo como inquérito administrativo e como processo administrativo. Só em um dos casos cabe recurso, os outros dois se ele propor o arquivamento não haverá recurso. Isso está, me parece, dando ao superintendente poder que não há recurso a ser feito no caso de haver uma não concordância com o parecer dele.

Foi falado aí também com relação que é uma questão importante do controle prévio, no caso do controle prévio, mas do prazo do controle prévio. Então, o prazo estabelece que para o controle prévio de fusões, é de 240 dias prorrogado por mais 90. A experiência internacional aponta e regra esse prazo de 60 a 120 dias. Nós estamos com o dobro e mais 1/3 do dobro do prazo. Prazos menores são necessários em razão do grau da agilidade da economia. Então, eu pergunto: o longo prazo estabelecido no projeto... E aí as perguntas não são só para o Dr. Badin, mas a todos os nossos convidados. O longo prazo estabelecido no projeto não pode comprometer a própria viabilidade econômica da operação? O outro assunto levantado, se não me engano, também pelo representante da OAB, ou pelo Senador Arthur Virgílio, a questão da posição do Congresso Nacional, a indicação dos membros que não passaria pelo Congresso Nacional. Isso aí, Presidente Garibaldi Alves, não há como. Eu espero que o relator possa fazer essa alteração, e faça como é hoje a aprovação pelo Congresso Nacional dos membros indicados a comporem a nova estrutura do CADE. Mas também pelo projeto em tramitação, a representação feita pelo Congresso Nacional ou por qualquer de suas Casas, exige, tão somente, a instauração de inquérito administrativo. Nos termos da lei em vigor exige a instauração do processo administrativo. Então, o projeto não exige que o Tribunal analise os inquéritos administrativos arquivados pelo superintendente geral, ao passo que os processos administrativos instaurados devem, necessariamente, ser analisados pelo Tribunal. Aí eu pergunto: isso não significa que o projeto reduz a importância e celeridade das denúncias, denúncias representação, ofertadas pelo Congresso Nacional. Se houver uma denúncia do Congresso Nacional pelo projeto pode não ser revisto, pode não ser analisado pelo Tribunal.

Eu teria outras perguntas, Presidente, mas eu vou me limitar ao tempo e numa próxima audiência poderei fazê-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro. E concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, Garibaldi Alves, Srs. Palestrantes, eu gostaria apenas de colocar duas questões que me parecem... Dois pontos que me parecem importantes. Aqui o Dr. Gesner colocou que existem três questões fundamentais que motivou a existência desse projeto. Um é a questão do ecsant, e outro é diminuir a burocracia com excesso de pareceres e o terceiro--

SR. GESNER OLIVEIRA: É a difusão da cultura da concorrência, uma introjeção da cultura da concorrência pelo setor privado, pelos organismos dos Estados, e assim por diante.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Esses três itens colocados como básicos principais, eu acho que é um acordo, não existe nenhuma diferença maior, pelo que eu tenho ouvido, mesmo entre as pessoas que aqui falaram.

Dois pontos que me parecem que são pontos acessórios é que colocam alguma questão. E eu vou perguntar ao Dr. Badin e ao Gesner que basicamente defenderam o porquê disso. Por que tanto poder para o superintendente? Que é uma questão que foi bastante discutida aqui, o por que... E aí eu não entendi se é fato que interferiria mesmo na questão tarifária das agências reguladoras que é uma coisa precípua das agências reguladoras, e uma terceira questão, se existe um afastamento e por que do Ministério Público?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senador Tasso Jereissati. E concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, quero cumprimentar a todos os senhores

que vêm enriquecer muito o debate sobre o Projeto de Lei referente à defesa da concorrência.

E gostaria, à luz dos diversos comentários feitos, com contribuições tão significativas pelos diversos membros aqui presentes, perguntar ao presidente Arthur Badin do CADE, com respeito a este aspecto, na medida em que como presidente do CADE, considerar que algumas das sugestões aqui são bastante válidas, e que poderiam, portanto, contribuir para aperfeiçoar este Projeto de Lei, tendo em conta, inclusive, este aspecto que nós poderemos aqui simplesmente aprovar o Projeto de Lei que veio da Câmara para acelerar, mas uma possível alternativa seria um esforço Senado e Câmara de que o Senado pudesse, se essas contribuições forem consideradas, inclusive, pelo CADE, como relevantes, pudéssemos então acelerar a aprovação de eventuais sugestões, aperfeiçoadoras para então pedir à Câmara dos Deputados que logo as examine, e, portanto, quem sabe, possamos ter um entendimento das duas Casas para considerar essas possíveis alterações.

Alguns dos senhores aqui colocaram que há vantagens muito significativas no projeto que veio da Câmara que talvez valesse à pena aprovarmos, e numa segunda oportunidade então aperfeiçoarmos. Eu gostaria de ouvir a sua opinião e dos demais sobre esses prós e contras, porque nós vamos ter que nos debruçar sobre este dilema e esse procedimento decisório.

Eu já tive a oportunidade de dialogar com V. Exa., com V. Sa., eu estou considerando, mas quero ouvir a sua opinião no que diz respeito ao cargo de superintendente geral, se, além, da qualificação profissional e de ilibado conhecimento jurídico ou econômico que se fizesse uma exigência para o cargo de superintendente geral do CADE e fosse pessoa ou funcionário de carreira do Estado com formação e qualificação específica nas atividades desenvolvidas pelo CADE.

Agradeço se puder fazer uma consideração a respeito disso, uma vez que conforme já lhe transmiti, eu considero a hipótese de apresentar uma sugestão nessa direção.

Ainda hoje dialogando com membros da OAB [soa campainha] me foi transmitida a preocupação de que no Projeto de Lei, tal como está hoje colocado, pode haver uma decisão de uma única pessoa do CADE que, digamos, venha a ser uma decisão relativa à proteção de concorrência e sustar alguma operação de concentração. Mas isso com a responsabilidade de uma só pessoa, e a ponderação foi de que seria melhor que isto fosse sempre realizado de maneira colegiada.

Eu agradeço se puder dar a sua opinião e os demais se assim avaliarem também.

São estas as indagações, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Uma ainda. O Sr. Gesner Oliveira, presidente da Sabesp nos trouxe aqui uma informação de grande relevância com respeito à questão dos procedimentos de licitação que vêm sendo realizados pela Sabesp, e, sobretudo, me chamou atenção a grande vantagem de que, na prática, a Sabesp vem constatando com respeito, sobretudo, ao procedimento de inversão de fases. Ora, Presidente, nós tivemos aqui a votação no ano passado do projeto de licitação que ainda será votado em plenário, e eu como relator dei um parecer a favor da inversão de fases. E o Senador Francisco Dornelles, que eu tenho o maior respeito pela sua opinião, deu um parecer noutra direção, apresentou uma emenda que acabou sendo aprovada por ligeira margem. Eu tenho a intenção de solicitar a ele que modifique esse ponto de vista, mas, sobretudo, à luz do depoimento do Sr. Gesner Oliveira, presidente da Sabesp, eu agradece, se puder, e acredito que esteja até acompanhando, estou falando da reforma da Lei 8.666 de quão importante é para o benefício do setor público municipal, estadual, federal; o processo de inversão de fases, o que avalia que será importante nós considerarmos experiências como as da Sabesp.

Então, agradeço se puder nos dizer da sua recomendação relativo a este outro projeto que está por ser votado no plenário do Senado. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Sr. Arthur Badin para responder as perguntas dos Senadores e fazer os seus comentários finais.

SR. ARTHUR BADIN: Obrigado, Sr. Presidente, obrigado, Srs. Senadores, e demais colegas de mesa pela oportunidade de ouvir as sugestões e poder debatê-las. Os senhores podem ter certeza que o interesse do governo é debater profundamente, e que o projeto é tão importante para o País que deve se passar com o conforto que todos os senhores estejam, obviamente, confortáveis e seguros de que o projeto é importante para ser votado. E tantas vezes quanto os senhores me convocarem eu estarei aqui para explicar, esclarecer, tirar dúvidas; porque o projeto foi debatido profundamente durante os últimos, pelo menos, oito anos. Esse não é um projeto que começou na semana passada, é um projeto que na Câmara dos Deputados tramitou durante três anos com uma Comissão especialmente criada para debater a matéria, foi aprovado com a unanimidade por todos os partidos, por todos os membros da Comissão, teve, não sei, como a minha assessoria não está aqui, mas quantas audiências públicas, mas houve várias audiências públicas na Câmara dos Depu-

tados, onde se teve a oportunidade de discutir esses e outros temas. Então, é justo e é natural que o Senado queira e venha discutir profundamente.

Esse juízo de ponderação entre a oportunidade, os benefícios, as desvantagens e os contras de se discutir mais e talvez perder a oportunidade de se aprovar essas mudanças que me pareceu um consenso aqui na mesa de que são importantes para o País deixar para o ano que vem, um ano difícil de discussão; acho que são os senhores que são eleitos e representam o povo brasileiro e os Estados que têm condições de fazer essa avaliação. A minha função como técnico é dizer, acho que fazendo coro com todos aqui na mesa, o projeto traz modificações que colocam o País na mesma direção das melhores jurisdições do mundo, na sua essência o projeto é importante, ele é tecnicamente importante, quem opera, e o ex-presidente do CADE está aqui na mesa, advogados atuantes no sistema atualmente, representantes do Ministério Público, professores que participam, como o professor Carlos Ari da elaboração de diversos Projetos de Lei importantes para o País, convergem nesse sentimento de que é importante para o País aprovar essas alterações essenciais que foram mencionadas, análise prévia com prazos definidos e fixos para aprovação. É um custo que se impõe aos investimentos hoje no Brasil, a incerteza a respeito da possibilidade ou não de se fazer uma determinada operação. Têm casos, casos famosos que os senhores conhecem, que a decisão foi proferida dois anos após a operação ter sido realizada. Obviamente, que durante esse período quem investe ou qual é a certeza do investimento ou da capacidade de fazer? É isso que o projeto quer reduzir. O espírito do projeto é desburocratização, redução do custo Brasil, redução da incerteza jurídica. E o outro espírito do projeto é aumento da autonomia e independência dos órgãos técnicos, exatamente na linha do que o Senador Arthur Virgílio mencionou e se preocupou. Qualquer coisa que saia deste espírito deve ser mudado no projeto, porque não se coaduna com o espírito do projeto.

Eu acredito que as preocupações mencionadas pelos Srs. Senadores estão, razoavelmente, contempladas atualmente na forma com que o projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados.

O Senador Flexa Ribeiro... Eu acho que são três pontos de todos os Senadores, de alguma forma, com maior ou menor intensidade, acabaram se manifestando. Primeiro é um receio o problema da indicação de um membro para completar o quorum do CADE, indicado pelo presidente de Tribunal temporariamente. Para esclarecer do que é que se trata. Hoje já acontece isso, no caso de Procurador-Geral. Se um Procurador-Geral estiver com mandato expirado, o Conselho pode indicar hoje um Procurador-Geral ad hoc durante o prazo de 90 dias, e que vai se renovando, até que o governo e o Senador indiquem um novo por quê? Porque é importante, é muito preocupante um órgão público não poder tomar uma decisão, como acontece em alguns casos, por falta de quorum. Então, são hipóteses raras em que mais de quatro dos sete conselheiros estariam impedidos ou vagos ou impossibilitados de votar. Para esses casos que são raros e específicos é que haveria a possibilidade de uma indicação ad hoc, de um funcionário de carreira, de um servidor atuante nos quadros, para resolver um problema momentâneo e que jamais retiraria o poder do Senado que é a essência desse modelo, desse desenho regulatório que é mandato, mas os membros controlados pelo Senado Federal.

Então, eu acredito que essa previsão de indicação de um membro ad hoc para completar quórum em casos raros e específicos de ausência não afeta, de qualquer forma, o Senado, aprovando a indicação automaticamente ocupado o cargo pelo profissional que foi aprovado pelo Senado.

O outro problema é o que seria a questão das agências reguladoras e da autonomia das agências reguladoras. Projeto que prevê é que no processo de tomada de decisão das agências reguladoras haja um parecer que vai ser proferido pelo órgão técnico, responsável por isso, a Secretaria de Acompanhamento Econômico, traçando as suas considerações a respeito da proteção da concorrência. Como o professor Gesner mencionou, é importantíssimo que esse trabalho de promoção da cultura e defesa da concorrência se faça presente. Se a agência reguladora não quiser ler o parecer, se ela quiser rasgar o parecer, se ela não quiser fazer qualquer consideração, isso não altera a autonomia decisória, a dependência decisória da agência. O projeto não prevê prazos, não prevê obrigatoriedade de que a agência só decida depois que a SEAE se manifesta. Na verdade, o que o projeto prevê é mais um parecer que vai ser oferecido à consideração da agência reguladora.

Eu hoje, como julgador, vejo como quanto mais pareceres eu tiver, quanto mais informações para decidir eu tiver, melhor. Aliás, o que os senhores hoje reclamam, pedem que seja feito, mais debate. A única coisa que o projeto prevê em relação às agências reguladoras é que a SEAE vai dar mais um parecer no processo decisório de modo a informar ou trazer mais informações do ponto de vista da proteção da concorrência, da proteção do mercado para formulação das suas políticas públicas. Se não quiser acolher ou se achar que não são pertinentes, não acolhe, não é

obrigatório o acolhimento, e nem é obrigatório esperar que esse parecer seja dado.

E por essa razão não vejo porque interferência, aliás, é um papel que a Secretaria de Acompanhamento Econômico já faz hoje. É durante as consultas públicas que as agências são obrigadas, por lei, a fazer toda vez que vai editar um ato normativo, a SEAE já apresenta o seu parecer, o seu parecer já é apresentado durante a consulta pública, ele é levado em consideração ou não, junto com todas as manifestações que qualquer do povo pode fazer. Então, eu não vejo em que medida se entender que essa função da é interferência nas agências, a consulta pública também poderia ser acusada de ser uma interferência nas agências.

Questão do superintendente e dos supostos superpoderes do superintendente. Na verdade, não vejo assim, com devida vênia de quem pensa de forma contrária. O superintendente, na verdade, o que vai fazer é limpar a pauta do Tribunal. Muitos dos casos e dos processos que são levados a julgamento pelo Tribunal, pelo CADE hoje são casos muito simples, onde a concordância, a unanimidade, a conformidade e a consonância de todos os pareceres foram para o Ministério da Fazenda, o Ministério da Fazenda analisou, estudou, deu um parecer, a Secretaria de Direito Econômico concorda com esse parecer, a AGU concorda com esse parecer, o Ministério Público concorda com esse parecer, o relator concorda com esse parecer. Quer dizer, para esses casos em que não há divergência, em que não há impugnante, ou que nenhum consumidor, ou que nenhum concorrente veio questionar, seja aprovado, seja aprovado rapidamente pelo próprio superintendente. Nos Estados Unidos, inclusive, isso é feito sem qualquer motivação. No caso vai ter motivação. Nos Estados Unidos, inclusive, é isso, eles olham, os técnicos olham o ato de concentração, se não tiver problema arquiva. O Brasil segue um caminho de simplificação do processo. Agora, é sem controle? De forma alguma. Se qualquer dos conselheiros entender que essa decisão merece uma reanálise, uma análise pode avocar e mandar o processo subir. Se qualquer do povo entender que é interessante impugnar essa operação para o Conselho, pode apresentar um requerimento e vai automaticamente para o Tribunal. Se qualquer Senador da República, se qualquer congressista achar que tem que levar, leva; o Ministério Público pedir que seja levado ao Tribunal, esse caso vai. O que nós queremos fazer é para não onerar 95% dos casos por conta de 2% em que pode haver uma impugnação, uma resignação, algum recurso, não impor um custo a todos, à massa de processos que são julgados de forma simples com convergência de pareceres, sem precisar e resguardar ao Tribunal os casos mais complexos que envolvem a aplicação de multas por cartéis, pelas [ininteligível] competitivas ou as operações mais complexas que devem ser levadas.

Com relação ao inquérito administrativo. O que o projeto procurou fazer é algo homólogo ou parecido com o que tem no Processo Penal hoje. No Processo Penal hoje nós temos um Boletim de Ocorrência que qualquer um pode encostar a barriga no balcão da Delegacia de Polícia e contar um monte de coisa, o se acha. O inquérito policial que é o delegado entender que aquelas informações têm algum indício de que mereçam ser investigados, aí ele abre um inquérito policial. E o Processo Penal que é, e no caso do projeto do CADE o processo administrativo que é como se fosse a formalização da denúncia, a formalização de uma acusação à empresa. Então, essa primeira fase que não teria recurso para o Tribunal, ao contrário das outras duas, essa primeira fase, na verdade, é uma fase de triagem por quê? Porque chega muita coisa que não tem, absolutamente, nada a ver com CADE, nada a ver com concorrência, carta de... Por exemplo, outro dia, eu era chefe de gabinete da Secretaria de Direito Econômico recebi uma denúncia de cartel numa cidade que só tinha um posto de gasolina. Não tem como, cartel, pelo menos, tem que ter dois, não tem como combinar preço se é o único no mercado. Então, para eliminar esses casos simples e que primaface(F), uma primeira vista já não são é que a superintendência pode arquivar sem, sequer, abrir. Isso já funciona hoje, eu quero deixar claro que é assim que funciona hoje, é assim que funciona um Processo Penal, sem nenhuma novidade. E também quero dizer que não é sem controle, porque assim como hoje funciona, existe o controle do Judiciário que é sagrado, inafastável e que sempre poderá se o administrado entender que aquela denúncia, aquele Boletim de Ocorrência que ele trouxe contando que... Sei lá, uma coisa que não tem pé e nem cabeça, ou que não tem nada a ver com defesa da concorrência, em vez de onerar a máquina administrativa que já tem escassos recursos humanos materiais, ter que abrir para fazer todo o estudo, e aí ter que fazer uma nota de arquivamento e mandar para o Tribunal, se o administrado achar que tem um abuso do superintendente, tem Poder Judiciário para isso. De resto, todas as outras atuações do superintendente são revistas ou revisáveis pelo Tribunal administrativo. Então, se qualquer do povo estiver insatisfeito com a decisão do superintendente pode pedir a revisão ou do Judiciário, no caso dessa fase pré-processual, essa fase de triagem, essa fase que homóloga a do Boletim de Ocorrência, ou ao próprio Tribunal dentro do CADE.

Essa analogia com o Boletim de Ocorrência é porque 90% dos boletins de ocorrência das denúncias que são formuladas numa Delegacia de Polícia não viram o inquérito policial, por quê? Porque é muita coisa que, sequer, dar ou é impossível de se processar ou não ter nenhum fundamento que dê sustância para abrir o inquérito policial. Então, é, mais ou menos, esse modelo que o projeto reproduz.

A questão mencionada pelo Senador Suplicy de indicar um superintendente geral se, necessariamente, tem que ser um servidor público. Eu apoio irrestritamente, acho ótimo, acho que é o ideal. O ideal é que a Administração Pública tenha quadros capacitados e com experiência para ocupar esses cargos relevantes da administração. O problema é que hoje o técnico com mais experiência que eu tenho no CADE hoje, tem três anos de atuação. Nós temos um problema pessoal que talvez daqui dez anos, quando nós conseguirmos, se os senhores entenderem, realmente, importante a aprovação do projeto, a criação de quadros, criação de um corpo técnico especializado para evitar essa rotatividade, eu apoiaria irrestritamente que quadros técnicos sejam ocupados por pessoal técnico, não que eu acho que hoje isso não aconteça, mas o problema é: nós não temos hoje... A não ser que... Eu não tenho nenhuma dúvida que nenhum desses técnicos, os técnicos que trabalham hoje no CADE têm plena condição de assumir a função de conselheiros do CADE ou de superintendente do CADE, tanto que existe um esforço da atual administração de prestigiar a carreira que atua o quadro de funcionários. Hoje dois conselheiros do CADE são dessa carreira. Hoje o Procurador-Geral indicado é membro da carreira. Este é o caminho, essa é a direção. Mas obrigar, vincular e limitar a possibilidade do Senado Federal aprovar gente de fora, um quadro de fora, a ausência de identificar esses membros hoje capacitados para assumir a função, não sei se convém hoje, talvez daqui a dez anos, sem dúvida.

O Senador Flexa Ribeiro mencionou a questão do prazo do controle prévio. A preocupação é justa e é legitima, e a mesma que percorre e acompanha o projeto desde o governo passado, há oito anos e vem sendo discutida.

O pior dos mundos é análise prévia com prazos indefinidos de julgamento. E é por isso, Embaixador Sardenberg, que é importante a aprovação automática, se o órgão não cumprir o prazo legal, o ato é aprovado por quê? Porque a pior coisa para os investimentos e para o ambiente de negócios é não poder fechar o negócio, e ficar indefinidamente sendo discutido. Então, por isso que é importante prazos fixos.

O projeto prevê prazo de 180 dias para os casos mais complexos. Para os senhores ter uma ideia, nós fizemos um levantamento, 95% dos projetos vão ser julgados em até... Vão ser aprovados em até 20 dias. Hoje demora, em média, 80 dias. Eles devem ser julgados em até 20 dias, sob pena de aprovação automática. Isso é retirar custo do Brasil, isso é simplificar. Dos casos complexos e que vão requerer uma análise de, no máximo, 180 dias por parte da administração, pelo menos, mais da metade desses 5% vão ter autorização do Tribunal para fechar o negócio antes da aprovação, quer dizer, o Tribunal tem a possibilidade de autorizar o fechamento da operação, respeitadas algumas obrigações que ele vem impor, e, portanto, não será um risco, é algo muito parecido com o que acontece já hoje. E aqueles casos em que a operação não vai poder se concretizar, que eu imagino respeitará, mais ou menos, a mesma proporção de casos que foram rejeitados pelo CADE integralmente hoje que foram três, vão ser julgados em até 180 dias. Esse prazo de 240 é global, incluindo um prazo que é ônus da parte cumprir por quê? Porque o CADE tem até 20 dias para dizer, o novo CADE terá 90 dias para aprovar ou requisitar novas informações. E essas novas informações são ônus do administrado prestar. Se ele for diligente, responsável, colaborativo vai prestar em um dia, ele já vai saber quais são as informações, porque existem reuniões prévias, já vai estar preparado e isso vai andar rápido, e nunca vai se chegar nos tais 240 dias, 240 dias é um prazo global-–

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Meu caro presidente Arthur Badin, eu sei que V. Sa. tem todas as respostas, mas acontece que os outros têm direito também de responder.

SR. ARTHUR BADIN: Então, só para concluir, Sr. Presidente, a questão do Ministério Público, a questão do Ministério Público mencionado pelo Senador Jucá está dirimida, tem um acordo para resolvê-la. O Ministério Público representado pelo sub-Procurador-Geral da Câmara de consumidor apoiou expressamente o projeto, disse que o projeto é bom, a única ressalva era esta única preocupação em relação às competências do Ministério Público. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República também apoiou o projeto com esta ressalva. Então, acho que a questão está dirimida. Acho que foi o Senador Arthur Virgílio que me dirigiu a pergunta. Desculpe-me.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço a V. Sa. E concedo a palavra ao Dr. Mauro Grinberg, presidente do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, consumo e Comércio Internacional – Ibrac.

SR. MAURO GRINBERG: Eu serei bem mais breve do que fui na primeira participação, porque não vou endereçar assuntos pontuais. Já o fiz na primeira exposição.

Eu quero só fazer uma referência que foi falada aqui sobre vantagens e desvantagens deste projeto. Ele tem vantagens, o Ibrac entende que ele tem essas vantagens. A aprovação prévia, a aprovação monocrática, enfim, são vantagens que o projeto traz. Mas ele traz tantas desvantagens, tantas dúvidas e tantos potenciais problemas que ele gerará muito mais problemas do que avanços, neste momento, se ele não for aperfeiçoado. O aperfeiçoamento desse projeto eliminará, certamente, os defeitos e os potenciais problemas. Esta é a posição do Ibrac, e nós vamos apresentar isto que foi falado aqui por escrito, o mais tardar, na próxima semana será apresentado isso por escrito.

Quero dizer que o Ibrac como um instituto de estudos e pesquisas está à disposição do Senado e desta Comissão para qualquer esclarecimento que se fizer necessário, não só a minha pessoa, mas outros diretores, estão alguns aqui presentes, inclusive, o vice-presidente Dr. Marcelo Calhar está aqui presente. E quero, finalmente, pedir permissão aos senhores porque eu tenho que voltar com alguma pressa a São Paulo, em função de um problema de saúde em família. Mas o Ibrac estará aqui, permanecerá à disposição de V. Exas. Muito obrigado, Senador Garibaldi, muito obrigado a meus companheiros de mesa.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Dr. Mauro, apenas para solicitar que se as solicitações puderem ser encaminhadas ao meu gabinete, também as sugestões de V. Exa. eu as receberei com muito gosto e analisaremos com muito cuidado.

SR. MAURO GRINBERG: Serão encaminhadas e serão breves.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Dr. Mauro Grinberg. E concedo a palavra ao Dr. José Elaeres Marques Teixeira, Procurador-Geral da República de Brasília.

SR. JOSÉ ELAERES MARQUES TEIXEIRA: Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu identifiquei aqui três perguntas sobre as quais eu gostaria de me manifestar. E uma é do Senador Tasso Jereissati que pergunta se, realmente, o projeto promove um afastamento do Ministério Público perante o CADE. Eu afirmo que sim, o texto do art. 20 do projeto, sem dúvida nenhuma, altera as atribuições do Ministério Público junto ao CADE. O que o art. 12 da Lei 8.884 diz hoje é o seguinte: que o membro do Ministério Público junto ao CADE oficiará em todos os processos sujeitos a julgamento por aquela autarquia. E aqui eu gostaria de fazer uma observação, porque foram repetidas algumas vezes aqui, que há necessidade, efetivamente, de promover mais celeridade nos processos do CADE e que a participação do Ministério Público poderia se constituir no entrave ao andamento desse processo. A experiência que nós temos de anos e anos de atuação do Ministério Público do CADE é de que em nenhum momento, em nenhum momento o Ministério Público foi causa de entrave no andamento dos processos, pelo contrário, nós, vez por outra, temos ouvido que a participação do Ministério Público é fundamental no âmbito do Sistema Brasileira e Defesa da Concorrência. E o argumento de cortar esse ou aquele órgão do sistema vai promover uma maior celeridade no processo. No caso, especificamente, do Ministério Público isso não é verdade. E vou dizer por que. A preocupação maior com a questão da celeridade, especialmente, no que diz respeito aos atos de concentração econômica. Os atos de concentração econômica, como são analisados hoje pelo Ministério Público no CADE, o processo, sequer, sai do gabinete do conselheiro relator. O Ministério Público Federal recebe do conselheiro relator as principais peças do ato de concentração econômica e analisa, ao mesmo tempo, em que o processo está sendo objeto de análise também pelo conselheiro. Essa é uma prática que foi adotada pelo Ministério Público, obviamente, com essa mesma preocupação de celeridade nos atos de concentração econômica, e que demonstra claramente que, na verdade, a participação do Ministério Público em todos os processos, na verdade, não constituem nenhum tipo de empecilho à celeridade que se quer buscar, especialmente, nesses casos.

Eu gostaria de dizer o seguinte: eu fico, de certa forma, satisfeito com a informação que o Senador Romero Jucá dá a esta Comissão de acolhimento àquela sugestão que a NPR entregou ao nobre Senador, de alteração do texto do art. 20. É possível que a sugestão que acabei de entregar aqui na Comissão tenha alguma diferença mínima do texto de redação apenas. Mas eu me coloco à disposição do Senador para, eventualmente, discutirmos melhor qual seria a redação mais adequada.

O Senador Arthur Virgílio pediu que eu citasse alguns exemplos de atuação do Ministério Público no CADE no sentido de demonstrar a importância dessa atuação. Eu vou citar alguns exemplos. O primeiro deles, e aqui a questão como já ressaltei, no interesse sempre dos consumidores. Nós tivemos a fusão da Sky com a Direct TV. A Sky adquiriu a Direct TV, e nós sabemos que a Sky é uma empresa que fornece canais de televisão por assinatura, e os sinais são emitidos por satélite, é a única no Brasil que fornece sinal por satélite de TV por assinatura.

Sabemos que o CADE aprovou essa fusão e aprovou com uma contribuição que considero extremamente relevante do Ministério Público Federal. Qual foi essa contribuição? Nós sugerimos ao então relator, salvo engano, o conselheiro Prado, que fosse estabelecida na aprovação dessa fusão, que a empresa garantisse, no mínimo, o mesmo valor dos pacotes aos consumidores praticados nos grandes centros: São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, onde há concorrência, garantisse, no mínimo, o mesmo valor desse pacote aos locais, por exemplo, aqui o Senador é do Amazonas. No interior do Amazonas se alguém quiser TV por assinatura, só tem uma saída, é recorrer à Sky Direct TV. Então, nós sugerimos que fosse estabelecida essa condição na aprovação dessa fusão, no sentido de preservar aí o interesse dos consumidores que estão situados em locais onde não há concorrência nenhuma entre televisão por assinatura.

Um outro caso que eu poderia citar também é o seguinte: há algum tempo o CADE decidiu que a chamada cláusula de raio de shoppings centers é uma cláusula ilegal que fere o direito da concorrência, e, portanto, estabeleceu uma penalidade na época, salvo engano, era o Shopping Iguatemi cujo processo foi instaurado em razão de uma denúncia do Shopping Eldorado. Na época nós nos manifestamos no sentido de que, efetivamente, a cláusula de raio, em alguma circunstância, poderia ser estabelecida, mas o CADE seguiu outra direção. Nós naquele momento tivemos a percepção de que se o CADE estava decidindo num caso envolvendo dois shoppings centers que a cláusula de raio feria o direito da concorrência, era necessário que se investigasse todos os shoppings centers que adotam a cláusula de raio. E assim nós formulamos o requerimento, ao conselho, ao plenário do CADE, na época, que foi acolhida e determinada essa ideia que os shoppings centers que têm a chamada cláusula de raio fosse objeto de investigação. E eu creio que hoje a SDE está realizando essa investigação.

Um último exemplo que eu poderia citar aqui é o seguinte: há um processo, e aqui, com todo respeito, ao Dr. Arthur Badin, que era o Procurador-Geral do CADE, há época, porque nesse caso nós nos posicionamos diversamente da posição que assumiu a Procuradoria-Geral no chamado cartel do suco de laranja. Existe um processo no CADE onde se investiga aquilo que se chama de cartel do suco de laranja, as empresas processadoras de laranja estariam formando um cartel na aquisição do produto, ou seja, dividindo o mercado e tabelando o preço da laranja. Esse é o objeto, em síntese, desse processo administrativo. A Secretaria de Direito Econômico propôs, há época, em agosto de 2006, um acordo no sentido de encerrar esse processo administrativo, de arquivar esse processo administrativo, um acordo que eu até gostaria de não tecer comentário sobre o conteúdo do acordo, e a Procuradoria-Geral do CADE concordou com os termos desse acordo. Nós, na época, analisamos com detalhes aquilo que se propunha, e chegamos à conclusão de forma muito clara de que aquele acordo não era permitido pela lei, por quê? Porque a lei, há época, não autorizava acordo para encerramento de processo administrativo que envolvesse cartel, que envolvesse investigação em cartel. Na época, inclusive, eu alertei o CADE de que se fosse aprovado um acordo naqueles termos, na verdade, o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência estaria dando um péssimo sinal para o setor produtivo nacional e a sua relação com o setor industrial, porque estaria arquivando um processo que ainda está em tramitação hoje, porque o CADE não acolheu a proposta de acordo, um processo sério de cartel, e que então nós, nessa manifestação, acredito que foi fundamental para que o Conselho decidisse por sete a zero, foi a decisão do CADE, decidisse que não aceitava aquele acordo, porque não estava amparado na lei. Eu creio que nesse momento o CADE, na verdade, deu uma das suas decisões mais importantes do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, e nós, acredito, contribuímos, sem dúvida nenhuma, para que essa decisão viesse a acontecer, especialmente por quê? Porque o CADE, na época, era composto de uma maioria de economistas, e tinha em mãos um parecer da Procuradoria-Geral do CADE, um parecer jurídico que afirmava que não havia nenhuma ilegalidade nesse acordo, e nós demonstramos claramente que o acordo não era possível, que a lei não autorizava aquele tipo de acordo, e o CADE se convenceu dos nossos argumentos e não acolheu o acordo, e o processo hoje continua em tramitação na Secretaria de Direito Econômico.

Por fim--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se me permite, Presidente, sobre essa questão específica eu agradeceria se pudermos falar, até porque esse procedimento ainda continua conforme o senhor ressaltou e, inclusive, há um requerimento para uma audiência pública aqui com o CADE, produtores de laranja, de suco. Poder-se-ia pensar em sugerir à luz do que está no Projeto de Lei uma eventual câmara de arbitragem como a Consecitrus, algo que ocorre já, por exemplo, na cana-de-açúcar e que tem tido até objeto de sugestão do ex-ministro Roberto Rodrigues, se o Projeto de Lei consideraria propor um entendimento nesta direção. Só isso. Eu agradeço se puder informar.

SR. JOSÉ ELAERES MARQUES TEIXEIRA: O Projeto de Lei, ao que me consta, não estabelece nada

a respeito de resolução de problemas concorrenciais através de câmaras, todas as questões concorrenciais são atribuídas ao CADE, composto do Tribunal administrativo da superintendência geral e da Secretaria de Assuntos Econômicos.

Até onde eu conheço esse processo administrativo, eu me recordo que, efetivamente, houve, há notícias no processo de tentativas de acertos do setor industrial com o setor produtivo, e que, ao que me consta, não houve nenhum avanço nisso, e o certo é que no âmbito desse processo, pelo menos, eu acredito que não seria possível esse tipo de solução, porque se trata de um processo administrativo que a lei não prevê quando se identifica infração à ordem econômica, especialmente, de formação de cartel, não há previsão de acertos entre lesados, setores lesados e setores que seriam os autores dessas ações.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu preciso me retirar, Sr. Presidente, tenho um compromisso agora que, realmente, já está vencido. Mas dizer que fica a seu critério a marcação das próximas audiências públicas dentro da ideia que nós temos que foi unanemente aprovada por todos da mesa e pelo consenso da Casa, e que é preciso debatermos isso mais aprofundadamente. Fica a seu critério. Os nomes são aqueles. Não sei se alguém tem mais alguma contribuição a dar, mas vejo que aqueles nomes são expressivos e vão compor um mosaico bastante esclarecedor. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senador Arthur Virgílio. E concedo a palavra ao Embaixador Ronaldo Sardenberg, presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

SR. RONALDO SARDENBERG: Muito obrigado, Presidente. Eu me pediria permissão para ser telegráfico(F) nos meus comentários, tendo em vista, o adiantado da hora.

O primeiro ponto que eu queria mencionar é que o foro dos presidentes das agências reguladoras está estudando a preparação de um documento que levante não apenas dúvidas quanto ao projeto, mas, se possível, apresente sugestões, e isso no prazo dos próximos 15 dias. Esse era o motivo que eu havia solicitado ao senhor, e o senhor indeferiu com motivos justíssimos que nós realizássemos essa reunião apenas no dia 28.

Então, quero esclarecer que as minhas colocações são colocações ainda preliminares, e que nós voltaremos a esse ponto sempre que for oportuna, essa questão sempre oportuna.

Eu quero dar um esclarecimento também de que nós não somos contra o projeto, nós acreditamos que certas excepcionalidades que estão na lei, na LGT com relação à Telecom sejam explicitadas excepcionalidades, e que alguns ajustes de caráter mais amplos sejam feitos.

Com relação à tramitação, Presidente. Tramitação me sinto incapaz de dizer muito, devido à posição peculiar das agências especializadas, agências reguladoras e da Anatel, inclusive, no espectro político brasileiro, eu não posso falar pelo governo. Mas eu quero registrar a satisfação, nossa satisfação com a preocupação dos Srs. Senadores e ir ao fundo das questões em discussão e realizar novos eventos que permitam essa discussão de maneira ampla e democrática.

Com relação à revisão tarifária e regulatória. Cumpre-me esclarecer que essas revisões são hoje, sim, de responsabilidade legal das agências regulatórias.

Com relação aos pareceres da SEAE, eu acho que aí talvez possa haver um caminho para nós encontramos uma solução que, por um lado, preserve a autonomia das agências, e, por outro, esclareça exatamente em termos legais onde esses pareceres seriam entregues.

Eram esses os pontos, Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço a V. Sa. E concedo a palavra ao último convidado que é o Sr. Gesner Oliveira, presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, Sabesp.

SR. GESNER OLIVEIRA: Obrigado, Presidente. Serei muito breve. Mas agradeço muito as perguntas, e, obviamente, nos colocamos à disposição depois para algum detalhe adicional, se for necessário.

Em relação ao suposto excesso de poder do superintendente. Eu estou convencido da ponderação que foi feita antes acerca do recurso ao plenário no conjunto. Acho que há um equilíbrio entre a instância da superintendência e instância da decisão colegiada. Mas acho que o Dr. Badin deu vários detalhes a esse respeito.

Eu faria duas colocações, uma acerca da importante preocupação do Senador Jereissati com a autonomia das agências reguladoras, aliás, uma preocupação geral também manifestada pelo Embaixador Sardenberg.

Aqui eu acho que no projeto, na verdade, está sendo tratado, está sendo sugerido uma natureza dis-

tinta entre a defesa da concorrência de um lado, e a regulação de outro lado. A agência reguladora pode ser forte, independente; mas a atividade de proteção da concorrência é uma atividade de natureza distinta que pode ser feita pelo CADE e pela SEAE. O que nós observamos, na prática, nos setores de infraestrutura, é que, em geral, a agência reguladora setorial se preocupa com aspectos extremamente relevantes com investimento naquele setor, com o equilíbrio entre a perspectiva do investimento e a tarifa que o consumidor paga e etc., agora aspectos de natureza concorrencial relacionados ao grau de competição existente no mercado, há barreiras à entrada que, eventualmente, possam ser eliminadas. Essas preocupações costumam ser mais fortes nas agências de defesa da concorrência. É por esse motivo que em várias jurisdições autoridades de defesa da concorrência tem, sim, uma voz nas ações setoriais, nos setores de infraestrutura, e isso é benéfico, essa soma de uma preocupação com a ótica de regulação setorial, com uma ótica mais geral de concorrência tende a gerar um equilíbrio que beneficia o investimento no setor. Muitas vezes empresas encontram muitas barreiras à entrada em um determinado setor e recorrem à autoridade de concorrência para, por exemplo, ter acesso a uma infraestrutura essencial, ter reduzidas algumas barreiras técnicas, normalmente, colocadas em determinados setores, e isso nós observamos na prática de vários segmentos. A literatura tanto sobre regulação, quanto sobre defesa da concorrência é farta em demonstrar a vantagem de uma ótica concorrencial para os setores de infraestrutura que têm as suas agências reguladoras, que têm competências específicas. Em alguns países há apenas uma agência. Por exemplo, no caso da Austrália, a atividade de regulação e de concorrência estão reunidas em uma nunca agência. No caso brasileiro as agências setoriais, mas seria muito importante que houvesse um advogado da concorrência, por assim dizer, que tivesse essa ótica geral.

Então, é esse conceito que eu acho que o projeto contém, e que não fere a autonomia das agências reguladoras, pelo contrário, fortalece a regulação próconcorrencial e avança muito a defesa da concorrência no Brasil.

Em relação à inversão de fase e o projeto de licitação, é um exemplo muito... Eu procurei citar esse exemplo, porque eu acho que nós deveríamos envolver os órgãos de defesa da concorrência nessa discussão, porque eles têm muito a contribuir. Eu vou dar um exemplo concreto: no desenho de edital, nós, por exemplo, encontramos poucos fornecedores de ferro fundido, por exemplo, que são muito importantes para a nossa infraestrutura. Ao adotarmos conceitos de defesa da concorrência e ampliarmos o mercado, e incluirmos...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. GESNER OLIVEIRA: Exatamente. São 100% que foi mostrado aí. Então, o que é interessante é nós ampliarmos já no edital e verificarmos que conjunto de produtos pode atender determinadas especificações num conceito de substitutibilidade, é um conceito de mercado relevante que é um conceito típico de defesa da concorrência. Esta ajuda, digamos assim, é que nós chamamos de uma cooperação pró-ativa, não há uma preocupação do órgão de defesa da concorrência de reprimir, mas de promover a concorrência e orientar o setor privado e o setor público no sentido de melhorar os seus processos de licitação.

Segundo ponto muito importante, Senador, é, certamente, o tempo mais reduzido, nós reduzimos em 1/3. Essa é uma amostra, depois terei o maior prazer de dar mais detalhes, é uma amostra de casos que nós tivemos desde a aprovação no Estado de São Paulo da inversão de fases, uma lei estadual foi também discutida, ela foi submetida em 2007, foi aprovada em 2008, julho de 2008, em agosto, a partir de agosto de 2008 nós começamos a adotar na Sabesp, e, de fato, verificamos uma redução do tempo. E o mais interessante que nós mencionamos antes é a preocupação em ser mais agressivo nas propostas de preço, porque digamos, só um subconjunto de propostas será analisada, se o preço estiver muito alto não entrará na fase de habilitação.

Então, essas características são pró-concorrenciais, aumenta a eficiência do processo, e que nós sabemos processo licitatório é muito demorado.

Então, é um exemplo, é um bom exemplo e é um bom exemplo no qual as agências de defesa da concorrência tem um grande papel a cumprir no sentido de promoção da concorrência.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, é um testemunho importante para o Senador Francisco Dornelles conhecer, com respeito à decisão que estamos por tomar no Projeto de Lei de licitação. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Embaixador Ronaldo Sardenberg.

SR. RONALDO SARDENBERG: Perdoe-me Presidente, mas eu queria fazer mais um comentário. A ideia de que a Anatel é uma agência setorial é perfeitamente verdadeira, mas eu mencionei um dado hoje, eu devia ter mencionado outros que a receita operacional das operadoras é de 187 bilhões anuais que é 16% do produto, então não se trata de um setor qualquer, se

trata de um setor que cada dia tem mais impacto na vida nacional e a cada dia mais solicitado e demandado. Então, eu queria fazer essa observação.

Com relação à Anatel ainda, eu queria dizer que nós temos uma competência no que diz respeito à concorrência, apenas de instruir os processos que vão para o CADE. Nunca houve na Anatel nenhum movimento de subtrair ao CADE a competência sobre a decisão, decisória, e não há nenhuma intenção de modificar esse sistema. Nossa percepção é que é necessário que a Anatel tenha um conjunto de poderes, que eu já identifiquei aqui, que haja de forma sinergética entre eles, que haja uma sinergia, de maneira que a Anatel possa ser respeitada perante esse setor, de maneira que todas as empresas saibam que no correr de sua vida, e em diferentes momentos elas têm que parar na Anatel.

São quatro poderes que eu mencionei, o último é esse poder relativo à instrução de processos de concorrência. Perdido esse aspecto ou perdido qualquer outro diminui a capacidade de autonomia da Anatel, e de atuação da Anatel. É só isso. Não desejo polemizar a essa altura do campeonato, nós já temos mais de três horas de reunião. Mas eu aprecio o fato que os temas hoje tratados continuem em aberto no Senado, de maneira que nós estaremos à disposição, se esse for o caso de darmos esclarecimentos adicionais. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço a V. Exa. E, tendo em vista, o feriado do dia 21 de abril, terça-feira, a nossa reunião ordinária vai ficar marcada para o dia 28, entretanto, se a Comissão decidir por realizar uma reunião extraordinária, nós convocaremos essa reunião.

Agradeço aos convidados, agradeço aos Senadores. E está encerrada esta reunião.

Sessão encerrada às 18h06.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA QUINTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS.

Às dez horas e vinte e quatro minutos, do dia vinte e seis de março de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência do Senhor Senador **PAULO PAIM,** com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS**, **AUGUSTO BOTELHO, MARCELO CRIVELLA, ROBERTO CAVALCANTI, MÃO SANTA, EFRAIM MORAIS, CÉSAR BORGES, EDUARDO SUPLICY, INÁCIO ARRUDA, JOSÉ NERY e VALDIR RAUPP.** Justifica a ausência o Senador João Durval. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo ao Requerimento nº 02 de 2009 – CAS, de autoria do Senador Paulo Paim com vistas a debater e conhecer o novo indicador social do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. O Senador Paulo Paim solicita aos membros da Comissão que seja incluído requerimento extra-pauta, solicitação acatada pelo Plenário da Comissão. **ITEM EXTRA-PAUTA – REQUERIMENTO Nº 16, DE 2009 – CAS** "Senhora Presidenta da Comissão Permanente de Assuntos Sociais do Senado Federal, nos termos regimentais, e em aditamento ao RQS nº 13/CAS/2009, requeiro que seja incluído na lista de convidados a participar da audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais para discutir as gorjetas pagas em bares, restaurantes e similares, as suas implicações econômicas, trabalhistas e previdenciárias e, conseqüentemente, instruir o PLS nº 725, de 2007, que "Acrescenta parágrafos ao art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para dispor sobre gorjetas pagas aos garçons e dá outras providências", de autoria da Senadora Patrícia Saboya, o Presidente da Confederação Nacional do Turismo, Sr. Nelson de Abreu Pinto". **Autor:** Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado.** O Presidente dá início a reunião convidando para comporem a Mesa, o Dr. Marcio Pochmann – Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, o Dr. Ladislau Dowbor – Doutor em Ciências Econômicas – Professor Titular no departamento de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, o Dr. Paul Singer – Secretário Nacional de Economia Solidária – SENAES – Ministério do Trabalho e Emprego e o Senhor Carlos Alberto Sampaio de Freitas – Secretário de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, do TCU – representando o Presidente do Tribunal de Contas da União, informando que terão cada um 15 minutos para suas exposições com a devida tolerância para suas considerações. Fizeram uso da Palavra os Senadores Valdir Raupp, Marcelo Crivella, Eduardo Suplicy e José Nery. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e três minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senador **Paulo Paim,** Vice-Presidente.

5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 25 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Havendo número regimental declaro aberta a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal. Antes de iniciarmos nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu queria, nesse primeiro momento, solicitar dos Srs. Senadores, a possibilidade de se colocar, extrapauta, um requerimento em adendo a uma Audiência Pública que teremos, onde o Presidente da Confederação Nacional do Turismo gostaria de participar desse evento que foi aprovado ontem, que vai ser um debate sobre as gorjetas pagas em bares, restaurantes e afins, as suas implicações econômicas, trabalhistas e previdenciárias.

Então, se V. Exas. concordarem, eu coloco extrapauta a concordância. Em votação o requerimento. Srs. Senadores, Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos, então, à nossa Audiência Pública. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, com a finalidade de debater e conhecer o novo indicador social do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA. Chamo nesse momento à Mesa os nossos convidados: Representando o TCU, o Secretário de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo do TCU, representando o Ministro do Tribunal de Contas da União, chamo o Sr. Carlos Alberto Sampaio de Freitas. Convidamos também o Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, Dr. Márcio Pochmann. Dr. Márcio Pochmann está dando uma entrevista aqui ao lado e já está se deslocando para a Mesa.

Convido também o doutor em Ciências Econômicas, professor titular do Departamento de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Dr. Ladislau Dowbor. Está aqui o Dr. Ladislau, ao nosso lado.

Vamos iniciar a nossa Audiência Pública. O tempo destinado a cada expositor, eu vou propor que seja em torno de 15 a 20 minutos com a devida tolerância desta Mesa. Logo após a exposição abriremos a fala aos Srs. Senadores e Senadoras. A inscrição se fará logo após a exposição. Eu pergunto aos expositores, quem gostaria de falar primeiro? Então, o Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, Dr. Márcio Pochmann está com a palavra.

SR. MÁRCIO POCHMANN: Muito bom dia a todos os presentes. Quero inicialmente saudá-los por terem... Saudá-los a todos pela decisão tomada, de participar neste momento, porque para nós do IPEA é muito importante, pois estamos compartilhando a divulgação de um indicador aqui no Poder Legislativo, no Senado Federal, o qual nós temos o maior respeito pelas ações que desenvolve para o conjunto do Brasil.

Quero agradecer aos membros da Comissão do Senado de Assuntos Sociais em nome... O Vice-Presidente, Senador Paulo Paim, Senador Efraim que está aqui também nos acompanhando, muito obrigado pela oportunidade de compartilharmos esse momento, agradecer também o Dr. Carlos Freitas que está aqui representando o Tribunal de Contas da União, nós entendemos que é absolutamente fundamental a presença do Tribunal de Contas da União, o IPEA, inclusive, já vem há alguns anos relacionando-se, de forma articulada, no desenho de indicadores e da contribuição de avaliação de políticas junto com o Tribunal. Nós, inclusive, ao final do ano passado, início desse ano, construímos um convênio, cujo objetivo é estreitar ainda mais o trabalho do IPEA com as realizações que o Tribunal vem desenvolvendo. E ficamos muito felizes com a participação do Tribunal, porque acreditamos que a contribuição que o IPEA está dando aqui, possivelmente, vem ainda mais ajudar o trabalho que o Tribunal vem desenvolvendo.

Também quero agradecer e cumprimentar o Professor Ladislau Dowbor que é um dos nossos mestres, uma pessoa de referência na área econômica e social brasileira, uma personalidade com grande experiência na pesquisa e em desenvolvimento de políticas, inclusive, para além do Brasil, ele tem uma experiência fora do Brasil, junto às Nações Unidas, apoio a outros países. Nós temos uma grande satisfação em poder contar aqui, porque as suas palavras nos ajudarão certamente a melhorar no desenvolvimento desse indicador.

Bom, a nossa fala aqui será relativamente curta porque nós vamos tratar... É um pouco cansativo, talvez, mas tentar explicitar como é composto esse indicador. Nós achamos que esse indicador permite contribuir, em termos de monitoramento das políticas públicas que estão sendo implementadas no Brasil. Em que medidas as políticas públicas... E é claro que não se trata apenas de políticas públicas, trata-se também de decisões do setor privado, decisões da sociedade em geral. Em que medida esse conjunto de relações está alterando para o bem, ou para o mal, o desenvolvimento brasileiro? Nós optamos, na verdade, por construir um indicador que nos permitirá, evidentemente, com

fragilidades, mas, enfim, é um esforço ousado, eu diria assim, inédito no país, e até mais inédito no mundo, de nós termos, na verdade, um indicador com uma visão ampla que permite, então, combinar o tema econômico, o tema social, ambiental e o tema das relações do Brasil com o mundo.

A questão é saber se o esforço que se está fazendo no Brasil está permitindo, do ponto de vista geral, global, melhorar as condições da sociedade e do Brasil com o mundo. Essa preocupação, se nós analisarmos a qualidade do desenvolvimento, evidentemente que não é nova. Do ponto de vista filosófico, moral, teórico, nós podemos encontrá-la, evidentemente, desde o surgimento do pensamento econômico com o Francois Quesnay, *Tableau Économique*, já apresentava isso no Século XVIII, a preocupação em olhar a economia, não apenas do ponto de vista quantitativo, mas também com aspectos qualitativos, envolvendo o desempenho da população. Adam Smith é outro importante autor que traz à luz a preocupação do desenvolvimento no espaço territorial.

Essas contribuições originais foram, de certa maneira, sendo incorporadas com a preocupação de que não seria suficiente a elevação, os ganhos produtivos, a capacidade do homem de transformar a realidade, a riqueza, os recursos humanos em riqueza, mas, também era fundamental compartilhar esses ganhos de riquezas com a população. Então, nós vamos ter um conjunto importante de outros autores, que se debruçam sobre o tema da desigualdade, em que medida a geração da riqueza, não sendo bem distribuída, aprofunda as desigualdades no interior de países e também entre países. Porque o desenvolvimento não é algo que ocorre de forma generalizada, embora seja uma preocupação de, praticamente, todos os países, avançar no seu desenvolvimento, a gente sabe que há países mais desenvolvidos do que outros, tanto é que surge praticamente a segunda metade do século passado, a preocupação de utilizar o termo do subdesenvolvimento, que seria uma categoria de países que estariam abaixo da condição do desenvolvimento.

Mais recentemente, se criou outros termos para fazer essa diferenciação entre países desenvolvidos e países não desenvolvidos, que nem os países emergentes. Isso, evidentemente, denota a preocupação que se tem em identificar que o desenvolvimento, embora sendo uma preocupação universal, não ocorre de forma generalizada e de forma homogênea. E, praticamente, no final dos anos 60, início dos anos 70 do século passado, se introduziu um elemento adicional, porque não bastava expandir as forças produtivas, os ganhos materiais... Não seria suficiente, melhor distribuir esses ganhos em termos de riqueza para o conjunto da população, porque precisaria se considerar, na verdade, a capacidade do planeta sustentar esse padrão de produção e de distribuição de riqueza.

Então, já desde o final dos anos 60, e dos anos 70, começa haver preocupações nesse sentido. O Clube de Roma tem um estudo chamando atenção para os limites desse tipo de desenvolvimento, o Professor Celso Furtado tem um livro chamado *Mitos do Desenvolvimento* que trata muito bem desta dificuldade de se combinar desenvolvimento econômico com distribuição de riqueza, e o tema ambiental. E hoje, não há dúvida, pelos estudos já existentes de diferentes instituições, a despeito de bases estatísticas e metodológicas diferenciadas, que o planeta não sustenta o desenvolvimento que temos hoje, o desenvolvimento que penaliza, que degrada as condições de sustentabilidade ambiental.

Projetado no tempo, há evidentemente diferentes indicações, mas podemos trabalhar com algumas delas que apontam, por exemplo, no Brasil, a partir... Daqui três décadas, por exemplo, nós teremos uma realidade muito diferente na Região Norte, ao invés da Floresta Amazônica, por exemplo, uma Savana Amazônica. Portanto, está também colocado algo que é, absolutamente, fundamental de ser analisado, considerado no conjunto das políticas, que não é apenas a sua legalidade, mas também os seus efeitos positivos ou negativos sobre a qualidade do desenvolvimento brasileiro. É dentro desse espírito que o IPEA vem se preocupando, nos últimos 12 meses, em fazer um esforço para poder oferecer à sociedade brasileira, ao governo, ao Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, elementos que possam, mensalmente, indicar um movimento da qualidade do desenvolvimento brasileiro.

Então, isso está sendo feito por esse indicador que é um indicador síntese, que nós queremos, então, aqui compartilhar desse esforço que foi feito pelo conjunto de técnicos do IPEA. IPEA que, nesse ano, comemora 45 anos de fundação. Então, de forma muito simplificada, quer dizer, podemos dizer que esse indicador, o índice de qualidade de desenvolvimento, que é o primeiro indicador feito com essa perspectiva, diferente, por exemplo, do IDH, o Índice de Desenvolvimento Humano, de certa maneira, é um indicador mais voltado para o tema social do desenvolvimento da humanidade, a parte mais econômica relativamente frágil, e o tema ambiental, ele não inclui. Então, digamos, é um indicador com uma preocupação mais ampla, e nesse sentido nós estamos tendo condições agora de avaliar, de discutir as alternativas do desenvolvimento brasileiro e, ao mesmo tempo, sabermos se o sentido que está sendo dado no desenvolvimento o fortalece ou o fragiliza.

Vamos passar para o próximo. Esse indicador, esse índice de qualidade é constituído a partir de um tripé. Esse tripé mede basicamente a qualidade, no que diz respeito ao crescimento econômico, mede a qualidade da inserção externa, isto é, relação do Brasil com o mundo, porque, inclusive, pelo que ocorreu nas últimas duas décadas em termos da globalização, o Brasil não é, embora, quase um país continental não é um país isolado, precisa considerar as relações do Brasil com o mundo, em que nível sua dependência tecnológica ou não, seu grau de soberania e, por fim, a qualidade do bem-estar da sociedade. Então, a combinação desses três indicadores nos dá um índice de qualidade do desenvolvimento a ser monitorado mensalmente.

Então, vamos olhar o que compõe cada um desses três indicadores que sintetizam a qualidade do desenvolvimento. Do ponto de vista do crescimento, nós temos o acompanhamento da produção setorial brasileira. Os dados setoriais em termos de desempenho da economia, agricultura, comércio, serviços e indústria. Depois nós temos o comportamento da massa de salários, da remuneração dos ocupados, depois nós temos um indicador de confiança dos empresários, em que medida estão confiantes, ou não, em aumentar a produção, os investimentos e, por fim, nós temos o indicador de meio ambiente que, basicamente, considera tanto a emissão de carbono, que aí está definida, como também, o indicador de queimadas no Brasil.

Então, são esses os indicadores que constituem a qualidade do desenvolvimento, do crescimento econômico do país. O segundo componente que está relacionado ao tema da inserção externa, relação externa do Brasil com o mundo, considera as exportações de manufaturas que daria o grau de adensamento do valor agregado à produção brasileira relacionada ao exterior. Acompanharia os investimentos estrangeiros no Brasil; acompanharia os termos de troca, de como é que o Brasil, em termos monetários, troca com o setor externo; a renda líquida enviada ao exterior, se está saindo recurso do Brasil, as grandes empresas, corporações transferem recursos para o exterior, que é um movimento que se viu muito no ano passado, em função da crise. E a situação das reservas internacionais nos garantiriam um grau de soberania nas trocas internacionais. Então, são esses os cinco itens que compõe a qualidade da inserção externa.

E, por fim, nós temos o índice de qualidade do bem-estar que aí também compreenderia cinco outros subitens relativos à situação do desemprego, taxa do desemprego, o nível da ocupação formal dos empregos com carteira assinada, que seriam os melhores empregos que o Brasil gera, acompanharia o grau de desigualdade no interior da renda do trabalho, que é dado pelo Índice de Gini que varia de 0 a 1, por exemplo. Nós também acompanhamos a taxa de pobreza, contingente da população que vive abaixo de meio salário mínimo *per capita*, familiar e, também, a mobilidade social, que seria, justamente, as mudanças, os movimentos em termos de estratificação social, no conjunto da população. Em que medida há uma melhora, a mobilidade social também é uma síntese do que ocorre em termos de emprego, de educação das pessoas, da qualidade da ocupação, uma ascensão ou um descenso social do ponto de vista da população.

Então, são esses três subindicadores que compreendem a qualidade do bem-estar. De forma sintética, nós estamos trabalhando, então, com 15 subitens que compõem, cada um dos três, indicadores de qualidade e que se constituem, finalmente, num índice de qualidade do desenvolvimento brasileiro, que é um pouco o que vem a seguir. É importante ressaltar que cada um desses indicadores acompanhados variam de 0 a 100. Quer dizer, na medida em que... Por exemplo, o desemprego. Se o desemprego num determinado mês é maior do que do mês seguinte, ele não está, o aumento do desemprego não está contribuindo para que haja uma elevação da qualidade do desenvolvimento, se aumenta o desemprego, a qualidade do desenvolvimento cai.

Então, se a taxa de desemprego cai em relação ao mês anterior, ele não agrega qualidade, portanto, a sua valorização é igual a 0. Mas se a taxa de desemprego, em relação ao mês anterior, reduziu-se, ele agrega qualidade ao desenvolvimento brasileiro, portanto, ele é valorado em 100. Então, cada um dos nossos indicadores encontra-se numa dualidade variando de 0 a 100. Isso vai dar uma pontuação para cada um dos indicadores que vai nos permitir ter, então, para cada um dos subíndices de qualidade do crescimento, da inserção externa e bem-estar social, varia, no seu somatório pode ser de 0 e chegar até 500 pontos porque, na verdade, o somatório dos 500 nos daria 1500 pontos. E nós fazemos a variação média. Então, desses 1500 divididos por três, nos permite chegar a 500 que seria o ponto máximo, ou a 0, que seria o ponto mínimo, do ponto de vista desse indicador de qualidade do desenvolvimento.

Bom, essa é basicamente a explicação metodológica, a gente pode fazer alguma coisa mais extensiva, se for o caso, mas não quero cansá-los aqui com dados metodológicos. Eu posso dizer que a gente fez vários testes, nós vamos apresentar aqui os resultados, é um indicador de consistência, que é um indicador robusto, que permite, de certa maneira, expressar de forma

sintética um comportamento tão amplo em termos de desenvolvimento, sua qualidade para o Brasil. Podemos passar para o próximo. E agora, para dizer que como esse indicador, esse índice varia de 0 a 500, nós qualificamos as faixas desta pontuação. Então, entre 0 e 100, se o indicador de qualidade tiver, estiver entre 0 e 100, significa que a qualidade do nosso desenvolvimento é péssimo.

O que é péssimo? Na verdade, nós temos um quadro de retrocesso econômico social, que apontaria para o declínio do desenvolvimento. O que nós estaríamos fazendo pelo país não nos permitiria construir um país melhor, pelo contrário, seria um retrocesso. O segundo... A segunda escala de qualificação, a partir dos valores dados, que seriam de 100 a 200, seria uma qualidade ruim do nosso desenvolvimento. Por que seria ruim? Porque, na realidade, a contribuição seria baixa, ou nenhuma, para o crescimento. Crescimento econômico muito reduzido, sem crescimento econômico não se gera emprego, não se melhora o bem-estar da população. Não haveria registro de distribuição de renda, em termos de qualidade do bem-estar social, e a inserção externa seria muito frágil.

O terceiro... A terceira faixa de qualificação desse desenvolvimento, variando na pontuação de 200 a 300, seria qualidade de desenvolvimento instável. Instável em que sentido? Instável porque, de certa maneira, há uma situação em que o crescimento da economia, a sua distribuição de renda e a inserção externa não estariam envolvidas numa trajetória comum, quer dizer, nós poderíamos ter melhor distribuição de renda, por acaso, mas um crescimento baixo, ou uma inserção internacional em que as nossas exportações estariam em queda, ou em que as remessas líquidas para o exterior estariam em alta. Quer dizer, nós não perceberíamos, na verdade, uma convergência em termos desses três indicadores, então, instável nesse sentido.

Já para a penúltima faixa, que seria uma qualidade boa do nosso desenvolvimento, variando entre 300, 400, nós já começaríamos a ter alguma convergência. É o crescimento, embora baixo, mas haveria alguma distribuição de renda e uma melhora na inserção externa. E, por fim, ou melhor faixa, melhor ambiente que seria uma qualidade ótima do desenvolvimento, na pontuação de 400 e 500, além de termos convergência entre os três indicadores, crescimento, bem-estar, qualidade, indicador social e inserção externa, nós teríamos, muito rápido a expansão desses indicadores, desses três índices. Perfeitamente, Senador, bem vindo. Podemos passar para o próximo?

Então, o que acontece? Nós estamos apresentando aqui o número do indicador de qualidade de desenvolvimento para o mês de janeiro. No mês de janeiro, a somatória da contabilidade para cada um dos quinze indicadores constituídos nos deu um número de 225,4. 225,4 é uma fase intermediária entre o limite superior, 500 e o limite inferior, zero. Portanto, a qualidade do desenvolvimento brasileiro, em janeiro, é uma qualidade instável. Instável porque nós não temos mais convergências, em termos de expansão social, econômica e da inserção externa. Então, há uma instabilidade na qualidade do nosso desenvolvimento brasileiro. Então, podemos dizer que é o quadro atual é janeiro, quer dizer, a gente consegue, vai conseguir informar mensalmente, mas com certo atraso. Atraso, basicamente, de um mês a dois meses porque nós utilizamos indicadores gerados desde o Banco Central, IBGE, várias instituições que produzem dados primários.

Então, a gente depende da divulgação para poder utilizar de forma agregada, mas o dado que temos, relativamente, bastante atual, em janeiro, não é isso? Daria um quadro de instabilidade para o nosso desenvolvimento.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Presidente...

SR. MÁRCIO POCHMANN: Pois não.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): O IPEA trabalha com cenários futuros também?

SR. MÁRCIO POCHMANN: Sim, trabalhamos.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Qual seria a previsão futura para o 2º semestre?

SR. MÁRCIO POCHMANN: Se o senhor me permitir, lhe apresento assim que eu apresentar o índice, porque a gente tem indicadores. Ontem lançamos, inclusive, uma carta de conjuntura para o ano de 2009. A menos que o senhor tenha que sair agora...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A pergunta é boa e interessa a todos.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Aguardo, aguardo, vou aguardar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós queremos saber o amanhã.

SR. MÁRCIO POCHMANN: Não só olhar para trás, não é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. MÁRCIO POCHMANN: Não, perfeito. Bom, então, podemos passar para o próximo. A gente mostra, na verdade, que não há uma conexão, uma convergência entre os três indicadores que constituem a qualidade do desenvolvimento. Mas o bem-estar social é o mais alto, é onde, em termos de qualidade, nós estamos melhores, que é o indicador de bem-estar social, em termos de situação de ocupação, em termos de emprego com carteira assinada, com desigualdade,

enfim, é um indicador relativamente... Que ainda está no quadro de instabilidade, mas é positivo. Depois nós temos o indicador do crescimento econômico que já é um pouco menor, mas ainda está na faixa de instabilidade. Agora o quadro de inserção externa é muito ruim, está certo? Ele está abaixo de 182, que dá aquela faixa de 100 a 200, que qualificaria como uma qualidade ruim do nosso desenvolvimento, em termos de relação externa.

Então, esses são os três componentes para o mês de janeiro. Agora nós teríamos, então, uma evolução desses três componentes e mais o próprio IQD, desde março de 2003 até o mês de janeiro. O que nós podemos dizer aqui? Aí tem a contribuição, a variação mensal de cada um desses indicadores, ele sai em março de 2003 em 250 que é a sua pontuação, e nós temos a sua evolução, então, basicamente nos últimos seis anos. O que mostra esse gráfico aí? Ele mostra justamente que nós, de março de 2003 a janeiro de 2009, nós tivemos dois momentos que foram bastante positivos, em termos de qualidade do desenvolvimento brasileiro. O primeiro, no que diz respeito ao ano de 2004 que, embora em 2004, porque vamos dizer o seguinte, todo... O que tiver acima, eu vou dizer aqui, eu sou meio daltônico, na faixa verde, acima de 300, seria, então, já uma qualidade boa do nosso desenvolvimento.

Então, nós tivemos lá, nesse período de março de 2004, praticamente até setembro, um indicador econômico e de crescimento de bem-estar acima, na faixa verde. A inserção externa que não estava tão positivo, mas esse foi o momento melhor desse período e, mais recentemente, no período de 2007 e início de 2008, nós também tivemos uma qualidade do desenvolvimento brasileiro muito positiva porque, de certa maneira, os três indicadores externos, econômico e social estiveram acima de 300 pontos. Afora essa outra identificação, a gente percebe, na verdade, uma queda na qualidade do desenvolvimento brasileiro, a partir aí de 2008. E isso está nos apontando justamente para uma mudança de faixa.

Nós estamos calculando se nós não conseguimos inverter a trajetória desse indicador, a partir de maio, nós voltaríamos a um quadro, praticamente, de um quadro ruim do nosso desenvolvimento. A gente perderia, digamos, as conquistas que foram obtidas em períodos anteriores, porque seria um quadro que, basicamente, a situação econômica não estaria favorável, a situação externa e, também, os ganhos sociais. O ganho social é o indicador em vermelho, que é o mais alto ali, digamos, o que mais tem sustentado a qualidade do desenvolvimento brasileiro, tem sido os dados sociais, a qualidade do bem-estar em termos de pobreza, redução da pobreza, redução da desigualdade, a volta da mobilidade social no Brasil, redução do desemprego. Quer dizer, esse indicador é o que vem sustentando o melhor desempenho da qualidade do desenvolvimento brasileiro, mas, infelizmente, certamente, em função da crise, nós não estamos conseguindo garantir essa mesma qualidade em termos de bem-estar social.

Bom, agora aqui tem a evolução acumulada dos ganhos marginais, ou seja, se nós olharmos, o nosso desenvolvimento está melhor ou pior do que era nos anos anteriores? Então, o que dá para dizer? Que o índice de qualidade do desenvolvimento brasileiro, ele é 7,6 vezes maior do que era, por exemplo, em abril de 2002. Houve ganhos inegáveis. Por que a gente está acompanhando de 2002 para cá? Está certo? Esse indicador não foi feito para acompanhar o Governo Lula. Esse indicador foi feito para acompanhar o desenvolvimento do Brasil. Mas se a gente começou em 2002 porque, na verdade, os indicadores que nós passamos a ter acesso, de forma freqüente, mensal, não é, se dão basicamente homogeneidade a partir de 2002. Antes disso a gente não teria todos os indicadores. Por exemplo, uma base importante da nossa base de dados é a pesquisa mensal de empregos do IBGE.

No ano de 2001 ela sofreu uma alteração metodológica que impede comparações para trás. Então, nós não conseguimos retroagir mais no tempo. Portanto, a referência termina sendo 2002, em função dos dados estatísticos. Então, o que nós temos aí é uma melhora de forma generalizada, mas quando a gente analisa cada um dos indicadores, a gente percebe que, em termos de qualidade do crescimento econômico, ele está em janeiro de 2009, ele é 2,5 vezes maior do que era, por exemplo, no ano de 2002. Já os dados de inserção externa e de bem-estar social estão bem melhores, 7,6 vezes ou 12,8 vezes num ambiente externo. Então, o patamar que o Brasil alcançou a partir aí do ano de 2007 em termos da qualidade do seu desenvolvimento, se manteve basicamente até outubro do ano passado e, agora, vem sofrendo uma queda considerável.

Acredito que é basicamente isso que nós tínhamos para apresentar em termos da qualidade do nosso desenvolvimento. Eu poderia falar muito rapidamente, não sei, tudo o que o Senador Raupp nos pediu, e tem [ininteligível] um pouco para frente, mas é que para frente nós vamos falar basicamente do desempenho econômico do Brasil. Posso falar de dois indicadores que nós temos. O primeiro é o chamado sensor econômico. Imagino que os senhores devam ter ouvido com freqüência. O indicador FOX do Banco Central, um indicador mensal, semanal, me desculpem, que apon-

ta uma expectativa para o crescimento da economia, comportamento da inflação, alguns outros indicadores. Esse indicador é feito com menos de 100 instituições do setor financeiro. Esse indicador tem uma representatividade de em torno de 6% do PIB brasileiro.

Não sei se não era interessante chamar o Professor Paul Singer que também faz parte da Mesa [ininteligível]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Convidamos o Professor Paul Singer que, como me orienta aqui o meu Presidente, junte-se a nós, como nosso convidado, e irá fazer uso da palavra também.

SR. MÁRCIO POCHMANN: Obrigado, Paul Singer, bem vindo. A gente fez uma apresentação do indicador e agora eu estou encerrando minha exposição aqui, basicamente, para atender um questionamento do Senador Raupp. Então, estava dizendo, o IPEA criou, tem dois meses atrás, o sensor econômico, inclusive, se encontra nesta publicação aqui. Esse sensor começou a ser feito em janeiro do ano passado, então, nós já temos dois anos, dois meses, desculpem, e mede a expectativa do setor produtivo brasileiro. São mais de 100 instituições que são pesquisadas, que respondem a um questionário sobre um olhar para frente do país, como é que estão pensando a coisa da economia, do desempenho econômico, das exportações, dos juros, da inflação, do desemprego, 24 questões. E esse setor produtivo tem uma representação de 80 % do PIB brasileiro.

A expectativa, em termos econômicos, do setor produtivo é que o Brasil, do ponto de vista econômico, deva crescer acima de 1,6% nesse ano de 2009. Isso foi a média das respostas 1,6, acima de 1,6%. Ontem nós fizemos a divulgação da chamada carta de conjuntura, que é o esforço que um conjunto de técnicos especializados na parte de projeções faz a cada ano para o Brasil, em termos de variações de dados. Diferentemente de outras instituições que divulgam um número de projeções, vai crescer X, Y, Z, o IPEA projeta dados e analisa quando erra e acerta. Nós fizemos na divulgação. Essa contribuição, [ininteligível], está no nosso site, quem tiver interesse, não sei se nós temos aqui para distribuir, mas quem tiver interesse, também pode ser acessado. A gente pode enviar, não há problema.

Nós temos uma avaliação das projeções feitas em 2008. E nós, praticamente, acertamos mais de 2/3 das previsões feitas. E a gente analisa por que errou. A gente sabe, acompanha os meios de comunicação que consultorias, bancos, dizem: A economia vai crescer X% nessa semana. Na semana seguinte eles divulgam outro número. A gente nem sabe por que mudou o número. Então, nós que trabalhamos com modelagens estatísticas, nossa preocupação, inclusive, é de fazer projeções de não tão curto prazo, de um ano, mas as projeções nossas são de 10, 15, 20 anos.

Então, nós temos uma preocupação fundamental que é uma preocupação de uma instituição pública, analisar o erro. Onde é que você errou o erro, por que errou? Porque corrigindo o erro a gente aprende com o erro. Está certo? E o nosso balanço, é que nossas projeções foram bastante próximas da realidade, a gente fez até uma análise sobre isso. Mas em termos, para o ano de 2009, a nossa projeção é que o Brasil não terá recessão em 2009. Terá um desempenho econômico positivo, porém, muito menor do que fora o ano passado.

Nossa estimativa é que a economia deverá crescer entre 1,5% a 2,5%, o seu ponto central em torno de 2%. E esse comportamento econômico será diferenciado no tempo. Nós deveremos ter nesse primeiro trimestre, praticamente uma estagnação da economia, um crescer, uma estimativa nossa de 0,2%, nós não teremos queda na nossa projeção, neste ano, neste primeiro trimestre. E depois, nós vamos ter, a cada trimestre, uma expansão, uma recuperação, ou seja, no nosso diagnóstico, é que o efeito da crise no Brasil é um efeito de uma crise em V. O que é V? Ou seja, caiu no último trimestre do ano passado, caiu 3,6 pontos percentuais.

Pela forma metodológica que o IBGE calculou, que nós achamos que está correta, inclusive, porque do ponto de vista da modelagem estatística, nem sei, é um assunto meio chato de falar, mas apenas para dar uma consistência no que eu estou dizendo. O indicador do IBGE caiu 3,6% no último trimestre do ano passado, foi uma queda drástica. E toda a vez que há uma mudança tão rápida, nós vínhamos crescendo e houve uma queda. Quando há uma mudança nesse sentido, a modelagem estatística identifica que esses elementos que alteraram... É uma mudança ou não? É algo eventual que ocorreu naquele momento ou é uma mudança de trajetória. Então, ele sinaliza, identifica esses elementos como elementos fora da curva. E você tem duas opções, em termos de estatística, que é de pegar esses elementos fora da curva, que alteraram a rota, e distribuíram ao longo do tempo, porque você não tem certeza se, de fato, foi uma ruptura ou apenas uma mudança eventual, ou de você colocar essas mudanças no mesmo mês, no mesmo período.

Os *outliers(F)*, aí, os elementos fora da curva. E o que eles fizeram foi colocar tudo no último trimestre do ano. Se eles tivessem distribuído no tempo para os próximos trimestres, o PIB não teria caído 3,6, teria caído em torno de 2%, está certo? Como, do ponto

de vista estatístico, contábil, eles analisaram como sendo um efeito daquele momento, portanto, o indicador apresentou esses dados tão negativos no último trimestre do ano. Agora, para os próximos, os dados que nós estamos trabalhando é que a gente recupere. Então, a crise nivela, ela caiu no último trimestre do ano, mas no primeiro trimestre tem uma pequena recuperação, e os próximos recuperam. Essa é a nossa expectativa em termos de trabalho produzido. Não sei se tornei mais claro a sua, o seu questionamento, suas dúvidas, mas eu acho que eu ficaria por aqui, Senador Paim, agradecendo a oportunidade para ouvir os colegas da Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço ao meu amigo Dr. Márcio Pochmann pela exposição que mostra um novo indicador que, para mim, vai ser fundamental para termos a visão do presente e do futuro. Eu queria já cumprimentar também o Dr. Paul Singer que está conosco já aqui, ficamos muito felizes com a sua presença. Queria agradecer muito aos senadores aqui presentes nesse momento, Senador Valdir Raupp que está acompanhando o debate, o Senador Crivella e o Senador Eduardo Suplicy. Também já estiveram conosco, e voltarão, Senador Roberto Cavalcanti, Senador Mesquita Júnior e também o Senador Efraim. Efraim Morais também esteve conosco e voltará.

E, de imediato, eu passo a palavra para o debate, que está muito interessante, tem tudo a ver com a crise. Enfim, o momento atual por que passa o nosso país... Eu passo a palavra ao Dr. Ladislau Dowbor, doutor em Ciências Econômicas, professor titular do Departamento de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. V. Sa. tem o tempo que achar necessário para a sua exposição.

SR. LADISLAU DOWBOR: Deixe eu fazer um pouco de comentários mais gerais. Nós estamos numa sociedade cada vez mais complexa, cada vez mais diversificada, correndo cada vez mais rápido, rumos cada vez mais inseguros. E as medidas de avaliação dos nossos trajetos evoluíram muito pouco no geral. Nós continuamos basicamente com o Produto Interno Bruto, chamado PIB, que foi desenvolvido basicamente para medir a reconstrução da Europa. Foi parcialmente alterado em 1953, parcialmente em 1993, mas basicamente, ele mede rapidez dos fluxos de atividades econômicas. Não mede a qualidade do que é produzido, não mede para quem é produzido, não mede a que custos ambientais, para natureza, é produzido.

De certa maneira, a visão da economia apenas medindo a rapidez dos fluxos é um pouco... Imagine um carro que só meça a velocidade. Nós temos que saber também para onde a gente vai, com que custos e com que passageiros, ou seja, a quem da sociedade cabe que parte desse processo. A realidade é que a consciência da insuficiência desse sistema de avaliação dos nossos resultados, ela é hoje planetária. A grande reação começou com a Amartya Sen com os indicadores do desenvolvimento humano que, pelo menos, já acrescentou ao PIB e ao PIB *per capita* a visão da saúde e da educação, tivemos os indicadores *Calvert-Henderson* que já trabalha com 12 grandes áreas e, a partir daí, tivemos uma explosão na linha do Banco Mundial, que começou a trabalhar a mudança da variação.

É muito interessante, por exemplo, a Arábia Saudita aumenta a extração de petróleo, isso é apresentado como aumento do PIB. O Banco Mundial passou a calcular a partir de 2003, isso uma redução de estoques. Você não vai aprovar qualquer conta de uma empresa ou de um Município se você não fizer a variação de estoques. Da mesma maneira, a extração das florestas nativas, Indonésia, Amazônia, etc, é uma redução de estoques. Quando a gente calcula, aumentou o PIB, estamos produzindo mais madeira, como se a gente estivesse produzindo essa madeira, como se os países estivessem produzindo petróleo, e quem produz petróleo? Nós estamos reduzindo os estoques. Então, desse deslocamento, deixa eu só pegar alguns elementos chave que estão no debate internacional sobre esse tipo de mudança das medidas.

Não basta só o medidor de velocidade, temos que ter outros elementos, lembrar, por exemplo, que quando Exxon Valdez se estatelou nas costas do Alaska, gerou um desastre ambiental gigantesco e exigiu imensos investimentos de limpeza daquelas costas, o que aumentou brutalmente o PIB do Alaska, não é? Porque gerou contratos, o que aumenta o PIB, não é? Então, a gente... Desastres ambientais são excelentes para o PIB. Eu fiz pequenos cálculos em que a atividade que mais aumenta o PIB é a criminalidade, não é? Porque o que isso gera em compra de grades, em construção de cadeias, em contratação de seguranças, enfim, até o setor informal que apita de noite nas nossas ruas, enfim, é a dinamização de atividades imensas, não é?

Nós podemos pegar outro exemplo aqui que é da pastoral da criança. A pastoral da criança que por atividades preventivas reduz drasticamente a mortalidade infantil, mas também as doenças e as hospitalizações. Quando você tem menos doenças, menos hospitalizações você consome menos remédio, consome menos salas de hospital, tudo isso reduz o PIB. Você está melhorando a situação das crianças, mas você está reduzindo o PIB, o que é uma coisa atroz, naturalmente. Porque o que é importante é o PIB... Nós podemos ampliar, por exemplo, perto de Bertioga ali se fechou

um conjunto de praias. Antigamente, as pessoas iam lá e tomavam banho, enfim. Hoje não, você entra porque, inclusive tem placas simpáticas, dizem... Você tem... A empresa X te oferece as praias e as ondas maravilhosas dessa região, como se fosse um produto.

Na realidade do momento que você fechou, reduziu o acesso, a partir daí, tem uma empresa ganhando com essa praia, aumenta o PIB. Você reduziu o acesso a lazer, você está aumentando o PIB. Não há muito mistério, não vou entrar em mais detalhes. O fato é que a massa de pessoas, que estão conscientes de que nós temos que mudar os rumos em termos de como a gente contabiliza as nossas atividades, é muito grande. Nós fizemos em 2003, reunimos em Curitiba, com apoio de Rodrigo Loures, reunimos algumas centenas de estatísticas de diversas partes do mundo. Todo mundo conhece, enfim, o muro das lamentações ali, dizendo. Gente, não dá para se fazer contas desse jeito, só na parte ambiental, a conta é simplesmente tecnicamente errada. Você não pode dizer que está liquidando os recursos naturais e está aumentando teu produto, não é?

Esse é o pano de fundo, isso está levando a todo um movimento, por exemplo, temos a Comissão [ininteligível] agora, tem Comissão [ininteligível] para tudo, é uma coisa impressionante como está, mas a Comissão [ininteligível] a pedido do Presidente da França está gerando com o Amartya Sen, o Fitoussi e mais toda uma equipe da Hazel Henderson e outros, estão preparando um novo sistema de avaliação das contas nacionais. E já era tempo, não é? O movimento se chama *Beyond GDP(F),* além do PIB. Eles devem apresentar aproximadamente os relatórios, nós temos um movimento, nós trabalhamos na PUC, eu sou professor de Economia da PUC, a gente tem uma equipe, digamos, fazendo esse tipo de pesquisa. Tem um movimento a reconsiderar a riqueza.

Para quem se interessar foi publicado um excelente balanço que chama *Os Novos Indicadores de Riqueza,* foi publicado pelo SENAC, organizado por um francês, Jean Gadrey, fez um balanço: Que indicadores estão sendo utilizados, por quem, com que resultados, com que problemas? Ou seja, quais são as novas tecnologias da medição, de como a gente anda. Eu diria o seguinte. Eu acho que nós não podemos... É como se a gente tivesse um *boeing*, uma economia moderna poderosa com o sistema de um fusca, enfim, indicadores e reloginhos de um fusca. Entende? Não dá. Nós temos que... Segundo ponto é que os dados existem, nós temos uma imensidão de dados. Eles não são agregados de forma coerente, de maneira que a gente possa ter a imagem do essencial. O que é o essencial? É a qualidade de vida das pessoas. A gente quer viver melhor. E mais, também, que as outras gerações não vivam sem petróleo, não vivam sem florestas, de maneira sustentável é que a gente quer viver melhor.

Então, há uma tendência de reorientar a forma de agregar os indicadores, em função da qualidade dos resultados para a vida das pessoas. Eu acho que este aporte aqui, significativo, em particular porque ele traz a visão da problemática ambiental que, normalmente, a gente não insere nesses processos. Ela insere questão da qualidade da inserção internacional, o que na fase da globalização me parece extremamente importante e significativa, em particular permite, digamos, identificar a nossa vulnerabilidade externa que é vital para a gente começar a se proteger melhor. O planeta se reduziu drasticamente e a parte internacional dos processos se tornou central.

Eu teria uma avaliação em termos das deficiências. Não é da deficiência do que está sendo apresentado porque, inclusive, a retrospectiva mostrou a coerência das cifras, mas mais coisas que nós temos para frente. Então, por exemplo, eu lembro que tinha uma reunião que eu tive com o Secretário de Planejamento de Minas, ele disse que apenas 1/3, dos Municípios de Minas, fez alguma prospecção de subsolo para saber quais são os potenciais. Não pode, quer dizer, nós somos 5564 Municípios. Uma coisa é ter a imagem global. A unidade, o bloco que constrói o país é o Município. Como é que a gente tem um sistema integrado de informação, se está melhorando a qualidade de vida, o uso dos recursos, enfim, aproveitamento dos potenciais em cada Município?

O IBGE nos dá, por exemplo, grandes cifras. Ótimo, são necessárias. Mas são cifras agregadas demais porque elas se dão num nível onde as pessoas não participam diretamente num processo de intervenção. Se eu sei que há 9% de analfabetismo eu fico triste, uma cifra nacional. Para eu intervir e me organizar no Município concreto eu tenho que saber concretamente quem são, que bolsões, onde estão, ou seja, a desagregação das cifras... Hoje é necessário, o IBGE está muito lento nesse processo, na minha interpretação, para puxar a informação para um nível, onde o cidadão pode se apropriar dela e pode se transformar em processos participativos de gestão, esse é um elemento que me parece fundamental.

Um segundo elemento é que nós temos que articular esse tipo de indicadores com indicadores de percepção da população. Uma coisa é a gente ter indicadores de como está a situação de diversas áreas que interessam à população, outra coisa é a gente fazer as pesquisas qualitativas que permitam que a população diga: Olha, isso é mais importante para nós.

Temos uma inovação metodológica interessante, é chamado FIB, Felicidade Interna Bruta, em vez de PIB, é um jogo de palavras, tem um pouco a sua dimensão, porque surgiu no Butão, então, parece essas coisas de gente esotérica, digamos assim, mas na realidade é muito sério, porque está sendo aplicado no Canadá, está sendo aplicado, ou seja, no caso, eles trabalham com oito grandes eixos, diretamente vinculados ao interesse da população, a qualidade de uso do tempo, por exemplo, coisa que não entra normalmente.

Se você olha a Zona Leste de São Paulo, o pessoal levanta as 4h30 da manhã para poder estar no emprego, volta às 22h00. Que qualidade de vida é essa? O uso do tempo é fundamental. Empresas ou bancos que desperdiçam nosso tempo, que nos fazem ligações, que nos tiram do banho para perguntar se a gente quer um cartão determinado, ninguém calcula o tempo. O tempo é um custo, o tempo livre das pessoas é um custo, não só o tempo empresarial. Então, há novos indicadores que estão surgindo e nesse processo, em Butão, no caso, eles trabalham nove grandes eixos indicadores, como aqui, como tem três, lá são nove. Eles trabalham a avaliação da percepção dessas prioridades pela população. E isso entra na Secretaria, no Ministério do Planejamento e se transforma em ações, em função do que a população acha que é prioritário.

Deixa eu só dizer que no movimento "Nossa São Paulo", vocês podem ver, nós elaboramos, e eu ajudei a montar esse sistema, 134 indicadores básicos da cidade de São Paulo, pela primeira vez temos um retrato desagregado por Subprefeituras, para ver como está melhorando, ou não, a qualidade de vida. Enquanto a gente não puxar essa realidade básica que, o que interessa é melhorar a qualidade das pessoas, a gente vai estar com uma coisa extremamente insuficiente. E deixo o terceiro elemento, que me parece que deveria ser reforçado, a prazo, nessa visão desse tipo de qualidade... É que a parte ambiental tem que ser reforçada, eu não acho que só com emissões de carbonos e alguns indicadores mais. A situação ambiental do planeta está se deteriorando com extrema rapidez, eu acho que a gente tem que aumentar, digamos, essa dimensão, há disponibilidade dos dados, há cada vez mais dados, não é? Mas o equilíbrio dos dados econômicos, dos dados sociais e dos dados ambientais, é o que está traçando a reformulação do PIB que é uma tendência planetária.

O PIB é um cálculo tecnicamente errado, ele é fortíssimo na sociedade por uma razão muito simples, porque aquilo que dá um frio na barriga da gente, no grosso da população, no meio da noite, quando a gente acorda é o desemprego. E a gente sabe quando o PIB está aumentando estão empregando, e quando o PIB está baixando estão desempregando. Agora, o que estão fazendo, se é útil ou não, que custos ambientais, as pessoas, na sua angústia, passam por cima e, na realidade, nós precisamos ter sistemas mais sofisticados. Eu acho extremamente importante esse aporte do IPEA, mas, ao mesmo tempo, eu vejo isso como um caminho, digamos, da gente estar construindo sistemas mais sofisticados. A economia é demasiado complexa e sofisticada para ter esse tipo de indicadores que vemos hoje. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência agradece ao Dr. Ladislau Dowbor e, de imediato, passamos a palavra ao Professor Paul Singer, se me permitir pelo tempo que entender necessário para sua exposição, já que o representante do Tribunal de Contas, o Sr. Carlos, pediu para que ele pudesse fazer o seu informe muito rápido, porque ele só vai dizer como é que o TCU está vendo todo esse momento. Por favor, Dr. Paul.

SR. PAUL SINGER: Pois não, antes de mais nada, bom dia e minhas desculpas. O maior prejudicado fui eu. Perdi uma grande parte da exposição do Márcio, que eu acho que é vital, eu não queria perder, mas eu fiquei preso, não literalmente, atrás de grades, mas fiquei preso às minhas obrigações lá no Ministério, porque não houve jeito. Mas, enfim, ouvindo o fim da sua exposição e, agora, as palavras do Ladislau, me permitem, quem sabe, contribuir alguma coisa para esse debate, vai ser num nível altamente abstrato e filosófico, porque eu só vi agora, muito rapidamente, o novo indicador que o IPEA está fazendo e ele, acho que, enfim, enriquece o nosso conhecimento porque é para isso que ele foi feito.

Eu queria falar um pouco sobre a tirania dos números. Nós, no Governo Brasileiro, estamos o tempo todo iniciando ações, quer dizer, essa é a unidade. A unidade da governança, a unidade da atividade de quem governa esse país chama-se ação. Já é uma coisa numérica. Minha Secretaria tem um programa que tem onze ações. Isso é bom? Se tivesse quinze, seria melhor para o país? Então, isto é a tirania dos números. Você precisa contar. Cada ação tem que ter, obrigatoriamente, metas quantitativas, número de pessoas beneficiadas, não importa o que seja, tem que ter um número. No caso da minha Secretaria, e não é o único, eu diria que a grande maioria, o objetivo não é beneficiar no sentido simples. É mudar, é ocasionar mudanças sociais nessa sociedade tremendamente desigual e injusta na qual nós vivemos.

Isto é qualidade, não é número. O número tem a sua importância, mas é muito relativa. Então, esse esforço que o Ladislau agora descreveu muito bem,

muito competentemente, eu acompanho de longe por falta de tempo, não por falta de interesse, é para procurar encontrar, nos números, aquilo que os números não podem dar, que é a qualidade. Isto é um velho problema da teoria do valor. Quer dizer, a teoria... O valor econômico é expresso em números, no caso, o número de unidades monetárias. Agora, esse número não exprime, na verdade, aquilo que nos interessa. Para dar um exemplo, cada indicador é uma resposta a alguma questão.

E, geralmente, a questão é diferente da resposta, porque a resposta efetiva nós não conhecemos, nós não sabemos nem como medi-la, porque só sabemos medir em quantidade e não em qualidade. A qualidade que tem dimensões quantitativas, intensidade, etc, não dá para medir. Então, há problemas dessa natureza, quer dizer, eu me sinto mal cada vez que eu assino termos da referência das nossas chamadas para convênios, através de convênios e de entidades da sociedade civil que nós fazemos as políticas. Então, eu tenho que me comprometer não só com metas quantitativas, mas cronogramas que digam a cada trimestre, ou ano, etc, o que vai ser alcançado e quanto vai ser desembolsado. Isso tudo tem que ser controlado, a tomada de contas. É tudo fictício. Espero que não me demitam por isso. Porque nós estamos querendo mudar gente, nós não queremos só beneficiar.

Nós estamos querendo que as pessoas sejam diferentes. Quando você aumenta a escolaridade, o que você está fazendo? Você está mudando a pessoa, você está dando à pessoa acesso a conhecimentos que, de outra maneira, ela não tinha. Se você alfabetizar, por exemplo. Todas as análises da atividade educacional são feitas por números. Deixa eu explicar o meu desconforto. Na verdade, mais do que isso, enquanto economista, portanto, o partícipe de tudo isso que nós estamos criticando. O número de analfabetos no país é medido por alguma forma, não sei se é autodeclaração, pouco me interessa. Ele é falso. Ele é falso, para começar, porque há um grande número de analfabetos voluntários. Tem pessoas que não tem interesse, nem tem oportunidade de usar o conhecimento de escrever e ler. E não são poucos, gente. Então, eles serem contados como deficientes, porque analfabetismo, é uma deficiência social, pode ser um erro.

Eu conheço muita gente, as pessoas mais pobres nesse país que desaprendem, passaram para os 4 anos do primário, aprenderam ler e escrever, nunca usaram. Você não consegue manter um conhecimento se você não usa. Então, eu não me assusto quando parece uma estatística, 9% dos brasileiros acima de 15 anos não sabem ler e escrever. Porque não sei, na verdade, a qualidade disso que eu estou afirmando. Será que eles não sabem porque não tiveram oportunidade e precisam muito disso? Ou será que eles não sabem porque, na verdade, eles não tem acesso à leitura e nem à escrita? É só um exemplo que eu estou dando. Mas isso se soma aos paradoxos que o Ladislau estava enunciando. Quer dizer, toda a parte ambiental, felizmente, a crise, cada crise nos ensina muito, isso é uma das coisas que eu queria observar aqui.

Parece que o Márcio, antes de eu chegar, relatou que esses novos indicadores, esse novo indicador que o IPEA está nos apresentando foi testado para trás, porque ele pretende permitir predições. Ok? E eu acho que fizeram muito bem. E você mencionou que a quantidade de erros é menor do que de acertos. Isso é uma pena. Porque só com os erros que você aprende. Se você comete um erro, você vai querer saber o porquê. Porque estava errado? Se você acerta, está perfeito. Pode não estar. E isso faz parte de experiência de vida, gente. A gente é muito elogiado. Algumas vezes é criticado. É com as críticas que a gente aprende. Quando a crítica acerta o alvo, ou seja, realmente aponta alguma coisa que você errou, porque você é deficiente, não cuidou, não prestou atenção, aí você vê se você pode mudar tua conduta, você pode aprender algo de novo.

Com os elogios você não aprende nada, teu ego fica magnífico, eu me sinto muito feliz, confesso a vocês, grato pelo reconhecimento, mas não mudo nada na minha maneira de... Está certo? O elogio é uma confirmação de que você está indo muito bem. De qualquer forma, eu quero dizer que é preciso prestar mais atenção à qualidade e ter um esforço de obter indicações de qualidade, etc. E nesse sentido a idéia da felicidade, como é que é? O produto... A Felicidade Interna Bruta, o FIB, é magnífico a meu ver, eu estou feliz com isso? Eu não sabia dessa, essa eu aprendi agora. Porque a felicidade é um conjunto de situações inteiramente qualitativas, que são muito diferentes de pessoa a pessoa. Não é verdade que você possa medir a felicidade média do país porque as pessoas não são iguais. Tem pessoas que ficam felicíssimas com alguma coisa que, talvez, não deixam feliz outros.

Então, o que nós precisamos, a meu ver, é recorrer muito mais à psicologia, quem sabe, à psicanálise. Talvez, haja informações no nosso subconsciente, que nós reprimimos, que são importantes que vão sendo desveladas, não só para a saúde individual da pessoa, mas também, para tomar decisões coletivas. Eu estou pensando... Felizmente nós estamos avançando, quer dizer, só o reconhecimento dessas limitações já é uma grande coisa. Quando eu estudei economia, a contabilidade social estava engatinhando. Eu sou muito velho, quer dizer, a ONU era uma coisa novinha naquela

época, e foi a ONU que, na verdade, permitiu criar uma sistemática de comparação das economias.

O PIB foi desenvolvido através das teorias do Keynes, mas por entidades concretas do governo mundial, enfim, limitado, que hoje a ONU e... A família da ONU nos oferece. E eu não vou defender o PIB aqui, mas eu tenho certeza de que ele vai continuar sendo medido, e vai continuar sendo importante, porque ele orienta decisões concretas dos empresários, os possuidores do capital, público e privado. As políticas que o nosso governo está fazendo são criticadas ou, pelo contrário, elogiadas, pelo comportamento do PIB. A tal da queda dos 3,6% do PIB no último trimestre do ano passado. Ele, talvez, não tenha sido real mesmo.

A crítica mais óbvia é a seguinte. Ele foi medido em relação a um trimestre em que a crise não tinha nos atingido. É óbvio que ter que transformar uma situação de crescimento em decréscimo é um impacto brutal, eu mesmo usei isso numa entrevista que dei. É muito brutal. E eu concordo inteiramente que, na verdade, há um erro aqui, porque isso já vinha se acumulando e vai ter desdobramentos, por exemplo, a brutalidade dessa medida está sendo hoje, digamos, suavizada pela não queda contínua em janeiro. Em janeiro, praticamente, a economia não caiu mais. Em fevereiro, pelo que estão me contando, também não, possivelmente nem em março.

Então, nós temos agora a impressão, que pode ser ilusória, de que a crise já... O pior já passou, o pior foi entre outubro e dezembro, daí por diante só pode ficar igual para crescer. Pode ser uma ilusão, gente. Então, para concluir, eu estou, não me preparei, precisava ter ouvido mais a discussão anterior, mas eu queria dizer basicamente isso. Nós temos que tentar entender os efeitos qualitativos, do que está sendo feito, ouvindo mais as pessoas. E, ao lado da estatística, hoje, há uma arte que é a pesquisa de mercado. Há muito dinheiro gasto com pesquisa de mercado porque ela é vital. Ela orienta decisões que podem custar muito mais se a pesquisa não fosse feita. A pesquisa de mercado hoje melhor e eu já trabalhei nessa área, ela é totalmente qualitativa, são chamadas discussões em grupo. Em vez de você procurar aplicar um questionário chapado, numérico, com discrições fechadas, escolha ou alternativa a 5 milhões de pessoas, você ouve 150 pessoas, em grupos diferentes, e você tem um especialista nisso, que provoca as pessoas a dizer o que pensam e, inclusive, a dizer coisas que não sabiam que sabiam. Os resultados são muito interessantes.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PAUL SINGER: Como? E as pesquisas... Desculpem, as campanhas eleitorais são feitas assim. Campanhas eleitorais há grupos sendo consultados a cada programa gratuito na televisão e isto orienta decisões. Enfim, o que eu quero dizer é o seguinte. O assunto aqui é importantíssimo, sobretudo, se nós não nos limitarmos meramente ao indicador novo que o IPEA está nos apresentando que eu gostaria de poder criticar para ver se melhora, mas eu só posso elogiar no momento, porque ele, realmente, nos dá mais informações do que tínhamos antes. E é para isso que ele foi feito. Embora ainda numéricas.

Quem sabe, um dia, seremos capazes de termos indicadores a partir de discussões em grupo, ou talvez, também discussões em grupo e não, meramente, o uso dos questionários que, para ser eficiente, é extremamente pobre. Era basicamente isso. Muito obrigado.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Obrigado Senador... Paul Singer. Senador Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, eu quero aqui pedir a V. Exa. que me conceda apenas um minuto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nesta Comissão o Senador quando pede a palavra sempre é atendido.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):): Muito obrigado, Sr. Presidente, pela generosidade de V. Exa....

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está com a palavra, depois falará, depois da bela exposição do Senhor Paul Singer falará o Sr. Carlos Alberto pelo TCU.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, eu tenho uma audiência com o Vice-Presidente da República, que é o Presidente do meu partido, mas eu não poderia sair, sem dizer aqui do meu apreço, da minha admiração por pessoas tão inteligentes, e que isso aqui é uma aula cristã. Na verdade, as pessoas... Eu vou dar aqui um exemplo que eu vi quando era menino, Nery. O sujeito vai à casa de uma pessoa, ele é convidado, e quando o anfitrião vai dormir, ele vai à cozinha e rouba a colher de pau. Mas ele deixa ali um diamante. E aí há uma discussão filosófica se ele roubou ou não. É roubo você subtrair um objeto de alguém, deixando em contrapartida um outro de mais valor? Então, isso é um argumento para se considerar a criação bíblica da mulher, porque Deus fez o homem dormir, sem a sua autorização tirou uma costela, o que é um furto, mas deixa no lugar um precioso diamante.

O que eu gostaria de dizer, com essa pequena história é que a felicidade, conforme nós estamos

vendo aqui, a qualidade de vida, a satisfação, é muito mais do que a parte material, o que prova que nós temos alma e espírito, que somos seres espirituais. Às vezes, nós achamos... Ficamos surpresos como meninos e meninas das classes mais ricas da nossa sociedade, ou entre os países mais ricos, cometem crimes bárbaros contra seus próprios pais. E a gente pergunta: Meu Deus, mas se não faltou lazer, se não faltou educação, se não faltou uma boa alimentação, se não faltou... Por que cometer crimes assim?

E nós verificamos que os índices de civilidade de um país precisam passar também, Dr. Márcio Pochmann, pela nossa evolução espiritual. Quer dizer, eu verifiquei aqui, com muita alegria, o indicador. Ele fala sobre inserção, ele fala sobre mobilidade social, diminuição da desigualdade, não só o crescimento do PIB, Dr. Ladislau, e todos aqui que falaram são... Eu também lamento, Dr. Paul Singer, não ter ouvido o brilhante Dr. Márcio Pochmann desde o princípio. Agora, eu não sei aonde entraria a nossa... Os índices de criminalidade e também os índices de espiritualidade, que não se manifestassem apenas no aumento das igrejas e na freqüência aos templos, mas também aos espetáculos culturais, a outras representações de enlevo, que poderiam mostrar nesses índices como é que está a nossa sociedade, efetivamente, não apenas com os dados que estamos acostumados a celebrar e festejar e, muitas vezes, são traiçoeiros.

Então, eu acho que o IPEA é extraordinário, quer dizer, o Dr. Márcio Pochmann, desde que assumiu o IPEA, a gente esperava grandes transformações, o país aguarda, realmente, para que esses dados possam nos dirigir a dias melhores, a sermos uma nação mais humana, onde as pessoas tenham mais felicidade e bem-estar. Senador Paulo Paim, desculpa aqui esta interrupção, e pedindo perdão aqui a todos porque eu tenho essa audiência com o Vice-Presidente da República, e que não é uma coisa que eu posso adiar, ele está em recuperação, e só faz meio expediente. Muito agradecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Crivella, queria também cumprimentar, já estão conosco o Senador José Nery e o Senador Mão Santa. Senador Suplicy já havia cumprimentado antes e agradecer, agora, ao Senador Crivella que vai ter que se retirar porque tem um encontro com nosso Vice-Presidente, leve a ele um forte abraço, muita saúde e recuperação. Precisamos muito dele. Passo, de imediato, a palavra para depois permitir que o Senador Suplicy, José Nery e Mão Santa usem da palavra, ao Sr. Carlos Alberto Sampaio de Freitas, Secretário de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, do TCU, representando o Ministro do Turismo daquele Tribunal.

SR. CARLOS ALBERTO SAMPAIO DE FREITAS: Bom dia a todos. Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer, em nome do Presidente do TCU, a oportunidade do TCU estar presente aqui no Congresso Nacional, uma vez que o apoio técnico às atividades de controle é uma das atividades mais nobres que o TCU exerce. Quanto ao assunto em pauta, do novo indicador, é uma decisão técnica que... É sempre bem vinda a iniciativa de mais indicadores sobre diferentes perspectivas, não só sob perspectivas quantitativas, mas sob perspectivas qualitativas.

O TCU vem, desde os anos... Desde o início dos anos 2000, final dos anos 99, estimulando, incentivando e apoiando os órgãos da Administração Pública a terem indicadores. Indicadores de desempenho, porque os indicadores de desempenho que mostrem não só a eficiência no gasto público, mas qualidade na prestação do serviço público, e transparência nas atividades governamentais. É essencial para um bom gasto do dinheiro público. E vem fazendo isso por intermédio de auditorias operacionais, que é um produto diferenciado do TCU que é um tipo de auditoria em que ele não visa somente irregularidades, ou ele não tem um foco em irregularidades, ele tem um foco em melhorar, justamente, as dimensões de desempenho do gasto público, da eficácia do atingimento de metas, da eficiência, fazer mais com menos, da efetividade.

Os índices estão reduzindo, as pessoas estão efetivamente tendo uma melhor qualidade de vida? Então, por intermédio desse produto, equipes do Tribunal oferecem essa perspectiva qualitativa e, às vezes também quantitativa, mas principalmente qualitativa, explicando, exemplificando melhor a atuação dos programas de governo. Então, pelo TCU é muito bem vindo, a gente acredita que isso aumenta bastante os níveis de, a *accountability*, de transparência da administração. E vendo... Particularmente, vemos também como a contribuição do tripé no monitoramento da crise, porque é um indicador também prospectivo, não só retrospectivo, preocupação que o TCU também tem, em dar sua contribuição para minimizar os efeitos dessa crise que assola o país, melhorando, justamente, a eficiência dos gastos públicos, melhorando a articulação entre os diferentes órgãos de controle.

Ontem tivemos no TCU a celebração do Protocolo de Intenções entre vários órgãos da Administração Pública para, justamente, melhorar esse intercâmbio e melhorando assim a eficiência no combate, não só a irregularidades, mas também, melhoria de como o dinheiro é gasto. E também melhorando, desenvolvendo ações de educação, porque o gestor tendo oportu-

nidade, tendo técnica, tendo uma melhor informação de como gastar o dinheiro, isso melhora também a eficiência do gasto público. Então, em linhas gerais, seriam esses os comentários, agradecendo novamente a participação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço ao Dr. Carlos Alberto Sampaio de Freitas, pela sua exposição em nome do TCU. E, de imediato, eu passo a palavra ao Senador Suplicy. Senador Suplicy...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu vou usar da palavra agora, eu volto a ligar ao senhor em seguida. Queria marcar uma visita ao senhor. Obrigado. Perdão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Suplicy com a palavra. Sem problemas.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O Juiz Fausto de Sanctis estava retornando a minha ligação. Perdão. Sr. Presidente Senador Paulo Paim, quero cumprimentar esta Mesa por, inclusive, por ter entre os seus membros, especialmente os Professores Paul Singer, Márcio Pochmann e Ladislau Dowbor, pessoas com quem, há muito interajo, são meus amigos e pessoas com muita afinidade de propósitos e, também, quero cumprimentar o Sr. Carlos Alberto Sampaio de Freitas e, sobretudo, pelo trabalho importante que o Tribunal de Contas da União vem realizando e, acredito que nós tivemos hoje uma exposição muito importante, primeiro pelo Professor Márcio Pochmann, Presidente do IPEA, que nos falou a respeito destes novos indicadores que o IPEA está colocando, para que tenhamos uma qualificação melhor sobre a qualidade do desenvolvimento brasileiro.

Eu gostaria de lhe perguntar, caro Márcio Pochmann, se este novo índice de qualidade de desenvolvimento que varia de 0 a 500, indicando se estamos em posição péssima, ruim, estável, boa ou ótima, que se iniciou agora em janeiro, se se trata de um índice de iniciativa do IPEA, sem contrapartida em outros países do mundo, ou ele é algo que já outros países estão colocando em prática e, portanto, se tal como no que diz respeito aos indicadores do Produto Interno Bruto, PIB *per capita*, o Índice de Desenvolvimento Humano e assim por diante, se é um índice que nós vamos poder compará-lo com o que está acontecendo em outros países.

Como se trata de um novo índice, assim como também o outro índice que o senhor nos transmitiu, com respeito ao... Estava aqui... Perdão. O índice do sensor econômico, agora... O último é... O recente de 4,36 que indica apreensão. Se também com respeito a esse índice, se isto é algo, digamos, de originalidade apresentada pelo IPEA, ou se há contrapartidas para a comparação com o que acontece em outros países? Com respeito a certos... Então, o IPEA nos apresenta esta nova forma de medir a qualidade do desenvolvimento.

Acredito que, obviamente, isso deve ser feito ao lado dos demais indicadores, que hoje são feitos, inclusive, pela ONU, pelo Banco Mundial, uma vez que o Índice de Desenvolvimento Humano, que teve a colaboração, dentre outros, do Professor Amartya Sen, que foi citado, inclusive, pelo Professor Ladislau, constitui um índice muito interessante, pois ali nós temos... São índices que reúnem indicadores que são todos de natureza importante e positivos, tais como... Além obviamente da renda *per capita* ou do PIB *per capita,* mas temos ali o índice de expectativa de vida ao nascer que, obviamente, constitui um índice qualitativo da vida humana, que não há por que, não há, digamos, fatores negativos sobre este índice.

Assim como o índice de alfabetização, quão melhor, melhor para a sociedade, não há dúvida. Assim como o índice de mortalidade infantil, que é o outro indicador muito importante. Claro que sempre quão mais baixa a mortalidade infantil, sempre é positivo. E acho que o próprio Professor Amartya Sen tem participado de estudos para acrescer o Índice de Desenvolvimento Humano, que hoje é um indicador internacional, e hoje, no Brasil, o próprio IBGE tem feito o Índice de Desenvolvimento Humano, inclusive, para os Estados e para os Municípios. E o acompanhamento, portanto, deste indicador é algo muito positivo e importante para todos nós.

Então, eu gostaria de lhe perguntar, prezado Márcio, em que medida este índice de qualidade vai estar sempre ao lado do Índice de Desenvolvimento Humano nas suas diversas formas de aperfeiçoamento. O Professor Ladislau Dowbor nos trouxe uma colaboração muito interessante ao citar inúmeros exemplos de como, às vezes, aquilo que possa parecer algo positivo tem o aspecto que não é tão bom, seja o exemplo de as pessoas trabalhando em São Paulo, mas ali no extremo da Zona Leste, precisando gastar tanto tempo para pegar a sua condução, embora, então, estando empregados, ativamente produtivos, mas precisam dedicar muito do seu tempo para o transporte. E outros exemplos, como o citado de que ali, na Arábia Saudita, às vezes, o que pode ser considerado muito positivo, de maior produção de petróleo, aumento do GNP, tem ser levado também no aspecto de diminuição das suas reservas de petróleo que, para as gerações futuras, poderá ser algo negativo.

É claro que uma nação como essa que tem, como o Alaska, o Iraque, ou o próprio Brasil, nós sempre te-

mos que pensar em como pensar na geração futura, inclusive, por exemplo, no que diz respeito àquilo que é a boa nova do petróleo embaixo do pré-sal, no Oceano Atlântico, ao mesmo tempo em que precisamos pensar em como bem utilizar estes recursos, temos que pensar que eles não serão permanentes e, portanto, como bem aplicá-los, para estarmos pensando na época em que não haverá mais tantas reservas. Então, isso é muito importante e a sua cooperação é... Eu acho que é muito importante que possamos agregar elementos, inclusive, acho que a sua cooperação, com respeito ao próprio índice de felicidade, em que medida isso poderá estar inserido no Índice de Desenvolvimento Humano, de forma mais sofisticada ou no índice da qualidade de desenvolvimento. Até gostaria de saber se houve uma interação com o IPEA sobre esta... Seus estudos e a interação.

Com respeito ao Professor Paul Singer, em sendo ele o Secretário Nacional da Economia Solidária e nos colocando que a sua preocupação tem tido muito a ver com a qualidade, até da organização da sociedade, para que se melhore a própria qualidade de vida de todos num aspecto importante, qual seja, Professor Paul Singer, é um dos maiores estimuladores no Brasil das formas cooperativas de produção. E eu agradeceria muito se puder aqui nos dar um breve relato de como é que tem, o Governo do Presidente Lula e, sobretudo, no tempo que tem estado à frente da economia solidária, que avanços podemos ter constatado, no que diz respeito às experiências positivas, de formas cooperativas de produção e nas mais diversas áreas.

Ainda ontem, o Senado Federal, no Plenário, aprovou o projeto que agora será transformado em lei, porque já veio da Câmara e nós votamos no Senado, acredito que vá à sanção do Presidente, sobre as cooperativas de crédito e, então, esse é um ponto importante. E ali diversos senadores expressaram que agora, com esta regulamentação, as cooperativas de crédito poderão ter um maior desenvolvimento. Mas as formas de cooperativas são muitas, desde as cooperativas de artesanatos, as cooperativas na agricultura, ali onde se realizam os assentamentos, por exemplo, isto é algo que é muito importante para os trabalhadores rurais, o MST, a CONTAG, por exemplo, aprecia muito que nos assentamentos haja formas cooperativas de produção. Mas, no Estado do Senador Paulo Paim, há uma tradição muito significativa das formas de cooperativas, das mais diversas, seja na área habitacional, seja nas áreas produtivas.

Eu tenho conhecimento que o Professor Paul Singer também acompanhou de perto os esforços de muitas... De movimentos sociais que junto às fábricas que, por vezes, estavam por fechar as suas portas, os trabalhadores resolveram dizer ao governo, às autoridades, inclusive, ao BNDES: Olha, nós queremos dar continuidade à produção e, se puder nos abrir oportunidade, nós vamos continuar e, inclusive, com um processo, muitas vezes, quase que autogestionário, ou formas cooperativas de produção. Eu estou citando inúmeras, porque agradeceria se pudermos fazer um balanço de como é que anda o progresso das formas cooperativas de produção.

Finalmente, Presidente, eu quero transmitir, não posso falar o mesmo do Sr. Carlos Alberto Sampaio de Freitas, mas estão na Mesa, coincidentemente, três pessoas que foram e que se dispuseram a cooperar com aquilo que vai acontecer em 1º e 2 de julho do ano próximo. E se refere ao 13º Congresso Internacional da Rede Mundial da Renda Básica, da Basic Income Earth Network, então, eu quero muito agradecer tanto ao Professor Paul Singer, ao Presidente Márcio Pochmann do IPEA e ao Professor Ladislau Dowbor, porque os três estão dentre, aproximadamente, 18 pessoas, hoje, que nas mais diversas instituições estarão, acho que, são mais de 20 pessoas hoje, que estarão cooperando para o bom êxito deste encontro.

Quero lhe informar que o Presidente Lula aceitou fazer a palestra de abertura, dia 1º de julho e ainda lhes dar outra boa nova, neste final de semana, sexta e sábado, ali em Santo Antônio do Pinhal, na Câmara Municipal, lotada com 80 pessoas, o Prefeito e os Vereadores e pessoas de todos os segmentos. E, no dia seguinte, na praça desta cidade de 7 mil habitantes, com mais de 600 debaixo de garoa forte, com guardas chuvas levantados e as pessoas ali reunidas, não arredaram o pé, e proclamaram todas o seu desejo de fazer de Santo Antônio do Pinhal, o exemplo pioneiro de uma Renda Básica de Cidadania. Então, gostaria de lhes dar essa boa nova. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Queria só perguntar se o Senador Mão Santa gostaria de fazer... Tá. Antes de passar a palavra para a Mesa para que todos façam as suas considerações finais, ao mesmo tempo as provocações colocadas pelo Senador Suplicy possam ser respondidas. Eu gostaria de informar a todos que estão aqui que o Senador José Nery estava saindo "devagarinho", e... Eu tranquei aqui ele, *tranquei* é termo do Rio Grande lá, não é? Criei um obstáculo, fechei as cancelas porque ele estava saindo para o seu aniversário e ele está de aniversário, vai ter um almoço agora, eu vou passar lá, mas vamos dar uma salva de palmas a ele pelo seu aniversário.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É um lutador, o qual conquistou respeito,

tenho certeza, de toda a Casa. Parabéns Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Meu agradecimento e obrigado pela surpresa. [risos]. Até no almoço, muito obrigado, é o que eu posso dizer. É o que eu posso dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): No final eu passo o endereço para todos aqui. Mas para as considerações finais dos nossos convidados, eu começaria com o Dr. Márcio Pochmann que fez a abertura e, ao mesmo tempo, ele poderá já responder às perguntas mais dirigidas a ele.

SR. MÁRCIO POCHMANN: Muito obrigado Senador Paim, quero agradecer as considerações muito instigantes dos Srs. Senadores e também pelos colegas aqui da Mesa que, de certa maneira, ajudaram e estão ajudando a colocar, de maneira mais ampla, a problemática que tem instituições de pesquisa, como o IPEA, de buscar, apresentar um quadro que, ainda que sintético, de como a realidade de uma sociedade, tão heterogênea como a brasileira, se situa.

Nós sabemos que um indicador como esse que o IPEA está oferecendo é um indicador que tem fragilidades, que decorrem justamente da baixa capacidade que temos de obter informações contínuas, e de curto prazo, a respeito de várias áreas necessárias de acompanhamento. O tema ambiental, por exemplo, nós passamos um longo período dentro do próprio IPEA buscando ter acesso às informações de caráter ambiental. Os dois levantamentos que nós temos, o carbono, e de focos de queimada, certamente não são suficientes para nos dar uma informação abrangente sobre a problemática ambiental, mas é o que nós temos de forma... De indicadores ambientais para o Brasil como um todo.

Há, em algumas cidades, como no caso de São Paulo, medições sobre poluição, por exemplo, sobre níveis de ruído, enfim, mas analisar o Brasil, nos daria um bom retrato. Portanto, nossa perspectiva é que esse indicador nos ajude, inclusive, as diferentes áreas a produzirem informações de forma sistemática, ainda que tenha, evidentemente, o prejuízo de ser apenas quantitativa. Mas até nessa perspectiva, o indicador o IQD, qualidade do desenvolvimento, ele faz parte de uma família de indicadores que o IPEA adotou como elemento necessário para, neste século, fazer contribuições mais precisas a respeito da temática do desenvolvimento. Então, nós apresentamos um sensor econômico que é o indicador que trabalha com a expectativa do setor produtivo, é uma inovação brasileira, Senador Suplicy.

Esse indicador é feito em outros países, nos Estados Unidos tem levantamento dessa natureza, mas eles, na verdade, tratam basicamente da expectativa empresarial. Nosso indicador [ininteligível] considera também o enfoque dos trabalhadores porque acreditamos que eles contribuem do ponto de vista de decisões importantes, em termos de gasto, em termos de elevação da barganha salarial. No Brasil, o estágio democrático em que vivemos hoje, vários fundos públicos contém a participação de trabalhadores, portanto, seus atos, suas decisões tem repercussões inegáveis no desempenho econômico social do país. Então, nesse sentido, ele termina sendo um indicador sem comparações, embora existam em outros países, mas ele não envolve, digamos, a expectativa dos trabalhadores.

Um segundo componente dessa família de novos indicadores, além desse indicador aqui, que estamos lançando no Senado. A gente escolheu o Senado para lançar, porque acredita que as contribuições do IPEA não são contribuições acadêmicas, como diz o nome, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, tem que estar aplicada, evidentemente, não apenas ao Poder Executivo, mas Legislativo e Judiciário. E a gente gostaria muito que o Senado fizesse uso desses indicadores, quer dizer, que de certa maneira ele permite monitorar o que é feito aqui na Casa. A Casa produz leis, essas leis evidentemente visam mudar a realidade do país.

Esse indicador, de certa maneira, vai nos permitindo acompanhar em que medida isso vai sendo... Que implicações tem no ponto de vista do conjunto do país. Mas o segundo indicador que nós teremos é o indicador a respeito da percepção das famílias. Aí começamos a entrar no aspecto mais subjetivo. Então, será uma pesquisa amostral com mais de três mil famílias no Brasil, como um todo, cujo objetivo é poder acompanhar as implicações na ocupação, decisões de trabalhar, ou não trabalhar, por exemplo. Decisões de gastar ou não gastar, em que gastar. Decisões de se endividar ou tomar crédito, que é uma carência enorme que temos no Brasil esse tipo de informação. Então, entramos na parte subjetiva, digamos.

E um outro indicador, que deve sair no 2º semestre desse ano, é o indicador de percepção da população, em termos de políticas públicas. Então, por pesquisas feitas com um universo de quatro mil famílias no Brasil, nós vamos poder começar a ter melhor informação a respeito da análise da qualidade da política pública. Então, educação, o Tribunal acompanha lá se o dinheiro está sendo gasto legalmente, etc. Podemos dizer se a população está satisfeita ou não com aquele tipo de gasto. Se a educação, por hipótese, a educação básica no Brasil está satisfatória ou não. No Norte, no Sul, quer dizer, nós vamos começar a ter uma avaliação mais qualitativa da política pública, não apenas educa-

ção, na política pública como um todo, no transporte, na segurança, no saneamento.

Então, eu acredito que essa contribuição que nós estamos fazendo é, justamente, de permitir, dada a complexidade, dado o conhecimento, nós estamos construindo, sociedade pós-industrial, do conhecimento... Urge nós termos mais informações, mais dados, analisar, sistematizar. Então, parte importante desses dados são dados inéditos, originais do Brasil, não temos como ainda como compartilhar. Qual o nosso esforço para poder compartilhar com outros países? Nós estamos dentro do IPEA, com um movimento de internacionalização do IPEA. Qual é a perspectiva nossa? É de socializar o nosso conhecimento, o trabalho que o IPEA vem fazendo com outros países. Então, é uma ação com países latino-americanos e com países africanos de língua portuguesa num primeiro momento.

Infelizmente alguns países latino-americanos, tinham instituições que se aproximavam do IPEA, por exemplo, que tinham a mesma função do IPEA, de avaliar política pública, de planejamento de longo prazo e foram fortemente alteradas ou até destruídas as instituições que tinham esse caráter [ininteligível] em outros países latino-americanos . E agora há um movimento, sobretudo, em função da crise de poder ter uma visão antecipada do que pode ocorrer com a crise, como sair da crise. Então, nós estamos nessa perspectiva de vários países latino-americanos... Semana passada estive no México, por exemplo, estamos tratando de um convênio com o México para poder, nessa perspectiva de criar indicadores, análise, formação de quadros, etc, em outros países.

Então, acreditamos que isso vai nos favorecer, Senador, a criar em outros países, essa perspectiva de dados. Esse indicador, o IQD, ao nosso ponto de ver, ele é superior ao IDH, porque embora o IDH tenha uma contribuição inegável, de ter estabelecido dados de qualidade da educação, indicadores de quadro de educação, por exemplo, mas ele não considera a questão ambiental, por exemplo. Não há nada que ele não possa incorporar e, também, é um problema das Nações Unidas, certamente, não tenha dúvida que a Comissão do Amartya Sen que trabalhou em torno do IDH, tinha o objetivo de terem indicadores mais amplos. O problema é que vários países não tem os indicadores. Então, não adianta você criar indicadores muito mais sofisticados se não há dados para informar. Então... Agora em relação a esses conjuntos novos de dados, a nossa tentativa de buscar, na medida do possível, socializar com outras instituições.

O Professor Ladislau vai responder a indagação do Senador Suplicy, eu gostaria de antecipar que nós, por exemplo, temos dentro do IPEA, um grupo de pesquisadores em torno de novos indicadores, nessa perspectiva mais de qualidade. Estamos fazendo parte de um grupo em que a equipe do Professor Ladislau faz parte também com a Madame Mitterrand que coordena um grupo na França de pesquisadores em torno dessa temática mais da qualidade do desenvolvimento. Então, essa relação mais de cooperação internacional e técnica, a nosso modo de ver vai permitir que o Brasil, inclusive, tenha um certo protagonismo em contribuir nessa ânsia que se tem de ter dados mais adequados à sociedade como um todo. Então, seriam essas as minhas palavras, mais uma vez muito obrigado pela oportunidade de estar aqui.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como o Presidente Márcio Pochmann já deu a indicação, eu passo, então, a palavra ao Dr. Ladislau Dowbor, para que faça as suas considerações finais e algum ponto mais que queira esclarecer.

SR. LADISLAU DOWBOR: Deixa eu comentar que... Enquanto a gente não define as medidas, em função do que a gente quer, está precário. Se você tem uma bússola que está apontando para o lado errado por qualquer desvio, não adianta andar rápido. Nós estamos aprofundando duas situações que são críticas no sentido mais forte, não acadêmico, coisa assim, que é a desigualdade e o drama ambiental. Nós temos que rearticular ou reorientar o uso dos recursos, em função de prioridades, é um problema de governança e se a gente aponta com clareza as direções para onde a gente precisa ir, facilita essa orientação dos recursos. As novas tecnologias permitiram uma explosão de dados, indicadores, informações estatísticas. Estão simplesmente nos dados, não é? E nunca tivemos tão perdidos.

Tem essa dimensão que a gente tem que efetivamente iluminar, não jogar luz para todos os lados, mas iluminar o caminho em função dos objetivos. O trabalho que a gente está desenvolvendo com o Daniel [ininteligível], eles agora, está o Patrick Viveret, Jean Gadrey, o pessoal da Comissão que ali que surgiu de Bruxelas, não é? Em torno do Amartya Sen, do Fitoussi, dos [ininteligível], enfim, e outros, eles trabalhando numa visão mais próxima de governo, esses outros trabalhando de maneira, sugestão mais alternativa, mais voltada... Um pouco de ideologia sempre nesses processos, tem gente que acha que o importante é o econômico. Se o econômico funciona o resto vai acompanhar. Hoje a gente entendeu que não é mais o caso e a gente está deslocando, digamos, bastante esse foco, não é?

Mas o essencial é isso, o essencial é qualidade de vida de longo prazo no planeta que possa sobrevi-

ver, isso é o que está na mesa. É um desafio que não é no sentido acadêmico, tem um americano que diz de maneira interessante, ele chama, o que a gente está fazendo de *slow motion* catástrofe, catástrofe em câmera lenta, porque antigamente a gente tinha medo de que alguém em Moscou, em Washington apertasse aquele botão vermelho e explodia tudo. Agora não precisa apertar mais botão nenhum, é só ir tocando as coisas. Daí a importância de uma sociedade informada. Uma, que são as tecnologias, a forma como a gente está agregando a informação, dela se tornar mais significativa. A outra é torná-la suficientemente transparente para que se possa tornar apropriável pela população em geral, porque senão ela não se transforma em força política.

É impressionante como depois do filme do Al Gore, de uma série de coisas, a população se apropriou desse problema do aquecimento global, está se tornando força política, esse processo é importante. Em termos técnicos, nós estamos descobrindo que é preciso... Em geral essa minha convicção na avaliação dos resultados práticos, os melhores são os que combinam, os quantitativos e os qualitativos. O indicador apenas indica, não substitui a análise, a explicação das causas e processos do gênero. Agora, quando a gente junta, porque são vários, não é? Nós temos indicadores físicos, indicadores monetários, quantitativos, qualitativos, enfim, temos diversos, diversas qualificações, temos setoriais.

Muita gente trabalha com setorial, mas não trabalha suficientemente com o territorial, porque, vejam bem, nós não temos praticamente um município no país que tenha um sistema decente de informação. Eu trabalho muito com prefeitos, passei com equipes de 600 pessoas das prefeituras do Nordeste, agora, segunda-feira. É impressionante. O Prefeito nos diz, eu entendo tudo no meu Município, ou seja, simplificando um pouco ele sabe com quem deve jantar para ser eleito. Se você pergunta qual é a taxa de poluição dos rios, os recursos, as potencialidades subutilizadas, enfim... Quer dizer, nós temos que ter as informações, e organizá-las para uma apropriação pelos diversos atores, no nível dos processos decisórios concretos e, em particular, na base da sociedade, os sistemas articulados de informação são extremamente precários, não é?

Eu acho, Senador, quando a gente pega os indicadores do desenvolvimento humano municipais, é significativo, mas extremamente insuficiente para orientar ação. E a informação tem que ser desagregada num nível onde as pessoas possam participar, ou seja, o nível local. Então, eu acho que nós estamos caminhando para o processo. Deixa eu só dar um exemplo, só para fechar, que é o problema do tempo que eu mencionei. Pensem o seguinte. São Paulo tem 10 milhões de habitantes, São Paulo Município, tem cinco milhões de pessoas que se deslocam todo dia para o trabalho. Imaginem que a gente ache que o tempo das pessoas tenha valor, não só quando estão dentro da empresa, mas quando estão... Eu diria o seguinte, o tempo é o nosso recurso não renovável, não é? [risos].

O Singer se ri, porque a nossa idade... Pois não é renovável nisso, não é? Isso tem valor. Quando você é obrigado a perder horas no transporte, olhando ali o Rio Tietê, faz um cálculo. Imagine que a gente dê um valor de cinco reais a hora de uma pessoa em idade ativa. São cinco milhões de pessoas que se deslocam diariamente. Digamos que a gente consiga reduzir em meia hora o tempo perdido. A cinco reais, cinco milhões de pessoas ativas, são 12 milhões e meio de reais por dia. Por que isso é importante? Porque em 10 dias são 125 milhões. Em um mês justifica a construção de um quilômetro de metrô. Ou seja, a conta adequada, se a gente pensa que o tempo da vida tem valor, eu posso repensar, por exemplo, a política dos bancos. A gente ensina, eu sou professor dessas áreas. A gente diz: Olha, a fila das pessoas lá fora é tempo perdido das pessoas, a fila das pessoas aqui dentro é dinheiro do banco. Então, vamos aumentar a fila das pessoas lá fora, se chama externalização de custos.

O tempo das pessoas não tem valor? Eu estou trazendo esse exemplo porque isso muda, por exemplo, a forma da gente avaliar projetos. Eu lembro que quando se discutia metrô em São Paulo, teve candidato que dizia: Não, metrô é muito caro. Faça um cálculo incluindo o tempo das pessoas? E o tempo das pessoas está diretamente ligado à qualidade de vida. Eu acho que a gente tem que avançar nessa construção, eu dou imensa importância a isso. O problema não é só a gente avançar rápido, a gente avançar na direção adequada. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passo a palavra, queria agradecer, naturalmente, ao Dr. Ladislau Dowbor pela sua exposição, ao Sr. Carlos Alberto Sampaio de Freitas, representando o TCU para as suas considerações finais.

SR. CARLOS ALBERTO SAMPAIO DE FREITAS: Só gostaria de, concordando aí com o Professor Ladislau, sobre a importância da avaliação qualitativa, dizer que essa é uma... Do ponto de vista governamental, da máquina pública, o TCU tem uma vertente que estimula fortemente isso. É uma jornada já de algum tempo e aqueles que quiserem informações, porque informação é uma coisa na sociedade de conhecimento é uma coisa bastante valorizada, consultem o Portal

do TCU, tem várias análises sobre avaliações, sobre programas, políticas públicas que podem ser utilizadas para o processo decisório, agradecendo, mais uma vez, a oportunidade à Comissão de Assuntos Econômicos para que o TCU se pronuncie. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Obrigado, Sr. Carlos. Passamos de imediato a palavra para o encerramento aqui das considerações finais e, se quiser colocar algum outro ponto de vista, o Professor Paul Singer.

SR. PAUL SINGER: Eu vou tentar ser breve, mas a vontade é falar mais, porque o assunto está realmente apaixonante e tem muito mais a fazer, vamos ver se depois, no futuro, vamos ter mais encontros como esse. Esse é altamente oportuno. Não adianta ficar lamentando as limitações porque o resultado está muito interessante. E queria, antes de mais nada, dizer o seguinte. Há um círculo de efeitos que é vicioso, ou seja, quando o indicador, qualidade do desenvolvimento indicar alguma coisa, ele vai provocar mudanças do objeto que ele investigou, porque ele vai inspirar decisões de consumidores, de investidores, de empresários e de políticos.

Então, se o indicador de qualidade do desenvolvimento for positivo, é muito provável que o desenvolvimento se tornará de melhor qualidade dali em diante. Há uma enorme responsabilidade. Agora, seria ótimo, então, vamos fabricar os indicadores para melhorar o país. Mas tem que ter credibilidade. Se eu não tiver credibilidade não funciona. Então, ele tem que ter um compromisso com a realidade, quer dizer, imagine que a gente resolva junto com o IBGE, IPEA e etc só fazer indicadores econômicos positivos para superar a crise. Isto, em tese, poderia funcionar, mas teria fôlego muito curto, porque se não funcionar, desmoraliza completamente os indicadores.

Então, falando agora um pouco da importância prática e muito concreta disso que o IPEA está nos apresentando. Eu estou muito feliz de que ele não só apresenta coisas novas e que venha, a partir de uma visão crítica do que está sendo feito, mas que ele submete isso, por exemplo, a esse painel. Eu acredito que submeterá a outros e isto dará contribuições importantes também. Eu vou... Meu amigo, Senador Suplicy, fez um pequeno pedido para eu dizer a quantas andamos na economia solidária nesse país, no cooperativismo e assim por diante. Nós também incorremos em todos os pecados que eu critiquei aqui, nós temos um mapeamento da economia solidária que é inteiramente quantitativo. Ele é qualitativo na medida em que nós obtemos informações quantitativas das pessoas que estão vivendo a economia solidária nesse país.

Eu vou dar um rápido resumo do que nós, até agora, conseguimos descobrir. A economia solidária é extremamente diversificada e ela, portanto, abrange desde comunidades, não são cooperativas, comunidades inteiras de quilombos, de comunidades indígenas, de comunidades de ribeirinhos, pescadores, outra forma coletiva também de produzir, repartir e assim por diante. E ela é extremamente pobre. A economia solidária pode ser definida como cooperativismo dos que não tem capital. Ao contrário de um cooperativismo, eu diria, bastante forte dos que tem capital. São dois cooperativismos análogos, se você quiser, mas que tem essa profunda diferença. Portanto, o acesso a recurso, o acesso a capital é absolutamente indispensável para que a economia solidária tenha efeitos, senão, ficamos no discurso.

E a lei que o Senado aprovou, acho que, anteontem, porque eu li ontem no Jornal do Senado, pode ser de uma importância enorme, porque esse é um tremendo ponto de estrangulamento, acesso ao capital. Quero deixar claro para os que não estão, talvez, entendendo o que eu estou falando. Há muito dinheiro acumulado no FAT, ele é, na verdade, restrito e havia investido com medo da inflação. Só por isso. São recursos de apoio ao trabalhador, que o trabalhador não vê nem a cor, porque o medo é de que, se jogar muito dinheiro nessas ações, acabaremos tendo inflação. No momento, o grande perigo é a deflação, não é a inflação, porque estamos, realmente, numa crise internacional de enormes proporções, na verdade, desconhecidas para todos nós.

Eu estou acentuando isso porque não basta permitir que as cooperativas de crédito tenham acesso aos recursos do FAT, para eu saber em que condições, como, isso provavelmente eu não li a lei, pode ser que esteja tudo já especificado. Mas em geral, é a letra miúda dos decretos reguladores que decidem os efeitos das leis que são aqui aprovadas. Como eu conheço o Presidente da República da Casa Civil, assim por diante, eu estou muito esperançoso que a regulamentação dessa lei abra esse ponto de estrangulamento e permita, realmente, uma melhor distribuição do capital entre a empresa capitalista e a economia solidária. Poderá ter um impacto, eu diria, extremamente importante.

Queria, além disso, comunicar a todos, mas particularmente ao Senador Eduardo Suplicy, que eu estive na semana passada no México, num Fórum de Economia Solidária convocada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado do México e lá eu, enfim, numa reunião, descobri o seguinte, a Cidade do México adotou a Renda Básica de Cidadania para todas as pessoas acima de 70 anos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): De 67, baixou, já.

SR. PAUL SINGER: Opa! Isso é essa semana agora?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não, foi recente...

SR. PAUL SINGER: Estou brincando porque foi a semana passada que eu soube.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Em 31 de abril, o Pablo Yanes, Secretário da Área de Desenvolvimento Social do Distrito Federal do México, que tem 19,5 milhões de habitantes, informou-nos, estava presente Patrus Ananias na Mesa Redonda, quando foi aprovada a primeira medida para todos de 70 anos ou mais, houve inclusive, muita contestação da parte de setores da oposição à medida. E quando agora, acho que, faz alguns meses, dois, três meses que foi votada, para estender para todos de 67 anos. Então, foi tão positivo o resultado para todos os de 70 anos ou mais, que agora não houve oposição, foi por consenso.

E, portanto... E a perspectiva é de baixar até que um dia se tenha a Renda Básica Universal é, pelo menos, a intenção do responsável Secretário de Desenvolvimento Social da Cidade do México, expôs isto na Mesa Redonda, cujo nome era A Perspectiva da Renda Básica na América Latina, organizado pelo ingresso básico, o ingresso universal *Ciudadano* Pablo Yanes, que organizou a mesa, onde estávamos, justamente Patrus Ananias, três membros, economistas brasileiros, e o Prefeito de Santo Antônio do Pinhal que ouviu do Ministro Patrus Ananias que ele dará o apoio ao projeto piloto neste Município de Santo Antônio do Pinhal.

SR. PAUL SINGER: Olha, eu estou muito feliz com o que eu acabo de ouvir porque realmente a idéia da Renda Básica de Cidadania, ou seja, um certo valor que todas as pessoas receberão, não importa se precisam ou não, portanto, sem controle, sem burocracia que desperdiça a maior parte do dinheiro, na verdade é isso, está finalmente sendo transformada em realidade, inclusive, em nosso país. Provavelmente pelo que eu ouvi agora do senador, a Renda Básica de Cidadania vai ser rapidamente, digamos, socializada para parcelas crescentes da população da Cidade do México e o critério de dado é um critério objetivo e fácil de aplicar e se pode, inclusive, adequar a disponibilidade de recursos, porque é o orçamento municipal que paga isso, então, é preciso ver até onde se pode ir.

Eu vou acompanhar, se for possível a experiência de Santo Antônio do Pinhal porque é neste nível que a gente pode avaliar melhor os efeitos disso. Na maior cidade do mundo, que é a do México vai ser complicado saber quais são os efeitos. Não são os efeitos quantitativos, melhora de... Sei lá, de saúde, longevidade, etc, mas, sobretudo, do tal índice de felicidade humana. Será que isto altera para melhor a felicidade das pessoas? Provavelmente sim, mas seria interessante ver de que formas. E aí eu vou, viu, Márcio, dar a minha contribuição, se for possível, eu gostaria muito de ajudar, porque estamos na mesma, nós estamos atrás da verdade, pelo menos nós, professores, queremos saber o que realmente é a verdade.

Eu acho que nesses novos indicadores que o IPEA está desenvolvendo com amostras relativamente pequenas de famílias, três, quatro mil é uma amostra pequenininha para um país de 190 milhões de habitantes. Eu sugiro, eu estou imaginando que vá ser por questionário.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PAUL SINGER: É... O questionário que eu, como cidadão, de vez em quando deva responder, me deixa perplexo. Eu, geralmente, não sei responder, porque vem uma pergunta e alternativas de resposta. Nenhuma delas me satisfaz. E algumas vezes vêm, discorda, discorda inteiramente, discorda com entusiasmo, concorda, mas tudo são coisas pré-moldadas e você pode perder a essência. Então, minha sugestão é de essas amostras poderiam ser acompanhadas por um certo número de discussões em grupo, com homens, com mulheres, com jovens, com velhos. E essas discussões em grupo duram horas e trazem à tona muito mais do que a mera aplicação do questionário. Uma coisa... Não podemos excluir a outra, está certo? Não estou dizendo que não se deva fazer por questionário também, porque é uma forma prática, mas a interpretação do que o questionário está nos dizendo, a discussão em grupo pode ajudar muito. Então, é só uma sugestão que eu estou fazendo aqui.

Eu queria manifestar em público o meu prazer de estar aqui no Senado, estou feliz de que o Senado está ajudando a encontrar a verdade das nossas políticas. Há uma preocupação de todos nós que estamos no governo, no Legislativo, tenho certeza, no Tribunal de Contas, o que é que nós estamos realmente fazendo com o poder e os recursos que a sociedade está nos confiando. E uma parte dessa pergunta está hoje sendo objeto dessa discussão aqui. Portanto, eu estou muito feliz, lamento só não ter conseguido chegar antes, mas o pedaço de tempo que eu pude ficar aqui realmente é altamente agradável para mim. Muito obrigado, gente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria agradecer muito a todos os painelistas, Sr. Carlos Alberto Sampaio de Freitas que

representa o TCU, o meu amigo sempre, digo, Dr. Márcio Pochmann, que me deu as primeiras aulas de economia internacional. Ele, um jovem estudante; eu, um operário metalúrgico no CAMP, eu sempre conto essa história, repito, ele me deu primeiro... Ele era um jovem estudante, eu já, como digo, o outro nego velho, mas era um sindicalista, ele me deu a primeira visão de economia internacional lá no CAMP.

Agradeço muito aqui a presença do Dr. Ladislau Dowbor, Diretor, Doutor em Ciências Econômicas e Professor Titular do Departamento de Pós-Graduação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e o Professor Paul Singer, que terminou com essa bela exposição. Queria também agradecer muito aos senadores que estiveram aqui presentes. Estiveram aqui conosco o Senador Valdir Raupp, Mesquita Júnior, Marcelo Crivella, Mão Santa, José Nery, Flexa Ribeiro, Roberto Cavalcanti, Efraim Morais, Eduardo Suplicy e estão aqui conosco, até o momento, o Senador Mão Santa e Senador Eduardo Suplicy. Deixa eu falar duas, três palavras só e vou encerrar.

Eu fiquei muito empolgado, lhe confesso, Márcio, com esse novo Índice de Qualidade do Desenvolvimento. Você me dizia que o IPEA faz 45 anos. Eu não sei como é que eu vou fazer, mas esse debate, para mim, tinha que ir para o Plenário. Eu me comprometo aqui, sei que teria o apoio dos senadores, de eu entrar com um requerimento no Plenário, não sei se vai ser sessão de homenagem, ou não, eu sei que essa exposição eu quero que ela seja feita no Plenário do Senado. Então, fica aqui o compromisso, você me dizia, inclusive, como informação que o fundador do IPEA foi o economista Reis Veloso há 45 anos atrás. Na época que o Ministro era Roberto Campos que foi Senador. É isso? Então, tem tudo a ver com esse momento do Senado, e nós conversávamos...

Eu trabalho muito com IDH, todo e qualquer movimento que eu faço para os 496 Municípios gaúchos e até 2010 , não vai ter um Município que não tem uma participação direta comigo de uma forma de ajudá-lo, eu trabalho com o IDH. E daqui para frente, eu vou começar também a trabalhar com Índice de Qualidade de Desenvolvimento. Eu acho que é um fato novo, um índice que fala da qualidade de vida, que é a qualidade de desenvolvimento e eu entendo que todos os senadores deveriam assistir esta exposição. Então, fica o compromisso de nós levarmos esse debate de uma forma ou de outra, vamos ver a forma regimental, para o Plenário do Senado, o mais rápido possível. Parabéns a todos.

Está encerrada esta Audiência Pública.

[palmas]

Sessão encerrada às 12h35.

ATA DA SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, CONJUNTA COM A SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, A REALIZAR– SE EM 01 DE ABRIL DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e trinta e três minutos, do dia primeiro de abril de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **ROSALBA CIARLINI,** com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, PAULO PAIM, ROBERTO CAVALCANTI, GILVAM BORGES, GARIBALDI ALVES FILHO, MÃO SANTA, EFRAIM MORAIS, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, JOÃO DURVAL, FÁTIMA CLEIDE, CÉSAR BORGES, INÁCIO ARRUDA, IDELI SALVATTI, LEOMAR QUINTANILHA, HERÁCLITO FORTES, MARISA SERRANO, SÉRGIO GUERRA e GIM ARGELLO.** Justificam a ausência os Senadores Marcelo Crivella e Augusto Botelho. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Iniciada a reunião é aprovado o **Requerimento nº 17, de 2009 – CAS** "Nos termos regimentais e em aditamento ao Requerimento nº 01, de 2009-CAS, requeiro nos termos regimentais que a referida Audiência Pública seja realizada em reunião conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA", de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini. **Resultado: aprovado**. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo aos Requerimentos nº 01 de 2009 – CAS e nº 09, de 2009 – CMA, de autoria dos Senadores Efraim Morais e Marisa Serrano, respectivamente, com vistas a debater sobre a utilização de recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que deveriam ser aplicados no âmbito do Programa de Ação Social em Saneamento (PASS), bem como a devolução pela União de US$ 57 milhões do referido Programa. A Presidente comunica o recebimento do ofício do Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Senador Fernando Collor de Mello, indicando os Senadores Inácio Arruda, Flexa Ribeiro e Efraim Morais como representantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura na presente Audiência Pública para discorrer sobre o Programa de Habitação de Casas Populares. A Presidência esclarece que, conforme o Art. 398, inciso X, do RISF, o Ministro disporá de trinta minutos para suas exposições e posteriormente interpelação pelos Senadores escritos,

dentro do assunto tratado, dispondo o interpelante de cinco minutos, assegurando igual prazo ao interpelado, após o que poderá este ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se ao Ministro de Estado o mesmo tempo para a tréplica. O Ministro Márcio Fortes ao chegar, assume seu lugar à Mesa e a Presidente dá início à reunião. Às doze horas e vinte e três minutos o Senador Cícero Lucena, Vice-presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, assume a Presidência. Às doze horas e trinta minutos a Senadora Rosalba Ciarlini reassume os trabalhos. A Senadora Rosalba Ciarlini registra a presença dos Senhores Rodolpho Salomão – Especialista em infraestrutura Sênior do Ministério das Cidades, Victor Carvalho Pinto – Consultor Legislativo do Senado Federal, Sérgio Antônio Gonçalves – Diretor de Articulação Institucional da Secretaria de Saneamento do Ministério das Cidades, Manoel Renato Machado Filho – Diretor de Desenvolvimento e Cooperação Técnica do Ministério das Cidades, João Feu Rosa – Assessor Especial do Ministério das Cidades, Leodegar Tiscoski – Secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, Juraciema Marciano de Amorim – Assessor do Ministério das Cidades e Dalva Helena de Souza – Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério das Cidades. Fizeram uso da Palavra os Senadores Efraim Morais, Marisa Serrano, Jéferson Praia e Roberto Cavalcanti. Findo os debates e não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às quatorze horas e dezessete minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senadora **Rosalba Ciarlini,** Presidente.

6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, CONJUNTA COM A 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 01 DE ABRIL DE 2008, ÀS 11 HORAS E 33 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo número regimental declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais e da 6ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle da 30ª(sic) Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Levo à consideração da Comissão o requerimento que passo a ler: "*Nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 1 de 2009 da CAS, requeiro que a referida Audiência Pública seja realizada em reunião conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle-CMA*". Senhores que aprovam, senhores e senhoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores. Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Gostaria de inicialmente agradecer a presença do Ministro Márcio Fortes, Ministro das Cidades, que, a convite da nossa Comissão, veio para apresentar trabalhos do seu... Relacionados com o seu Ministério e de uma maneira específica responder a questionamentos voltados ao Programa de Ação Social em Saneamento, PASS, bem como a devolução pela União de 57 bilhões do referido programa, atendendo, inclusive, ao requerimento de nº 01 da CAS e nº 09 da Comissão de Meio Ambiente.

Gostaria de levar ao conhecimento dos Srs. Senadores, ofício que recebi do Excelentíssimo Sr. Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Infraestrutura: "*Excelentíssima Sra. Presidente, solicito a V. Exa.. receber como representantes escolhidos por esta Comissão de Infraestrutura na reunião do dia 26 de março de 2009, os Srs. Senadores, Inácio Arruda, Flexa Ribeiro e Efraim Morais, na Audiência Pública dessa Comissão de Assuntos Sociais, a se realizar no próximo dia 1º de abril do ano em curso, quando será recebido o Excelentíssimo Sr. Márcio Fortes, Ministro das Cidades, para discorrer sobre o Programa De Habitação De Casas Populares. Certo de poder contar com aquiescência e apoio da ilustre Presidente, renovo as expressões do meu apreço. Atenciosamente, Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão*".

De acordo com o regimento, art. 398, quando houver comparecimento de Ministros de Estado perante o Senado adotar-se-ão as seguintes normas: "*Terminada a exposição do Ministro de Estado, que terá duração de meia hora, abrir-se-á a fase de interpelação pelos Senadores inscritos, dentro do assunto tratado, dispondo o interpelante de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, após o que poderá este ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se ao Ministro de Estado o mesmo tempo para a tréplica*".

Dando início agora à nossa Audiência Pública nós iremos passar a palavra ao Ministro Márcio Fortes, após a palavra do Ministro, Senador Efraim, como primeiro inscrito, por ser, inclusive, o autor do requerimento e

Senadora Marisa Serrano também, coautora do requerimento. A lista de inscrição já está aberta.

Com a palavra o Ministro Márcio Fortes.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Cumprimento a todos os Senadores, a Presidente Senadora Rosalba Ciarlini. Em particular saúdo os Senadores que apresentaram o requerimento quanto a minha presença aqui, o convite para estar presente.

Quero assinalar que desde o primeiro momento coloquei a disposição, era a minha intenção, até de ter uma, já... No mesmo dia que foi apresentado, queria ter uma audiência até com o Senador Efraim para já adiantar os dados, acontece que a agenda atropelada que nós temos em função de muitas questões do PAC, impediram que pudesse realizar esse meu intento, eu pedi várias vezes que me desculpasse, eu queria vir estar com o Senador Efraim no seu gabinete, sem, é claro, qualquer prejuízo de estar aqui, mas para dar algumas explicações naquele primeiro momento.

Eu fiz o seguinte, Senadora Rosalba: eu coloquei no *PowerPoint* uma série de quadros para mostrar a evolução desse programa, em particular das decisões que foram tomadas para a tentativa de sua implementação, mas que, em última análise tivemos a decisão final de cancelamento.

Ficará bem claro na exposição que o objetivo foi preservar ao máximo as ações que pudessem viabilizar os objetivos do programa.

Pudesse passar o primeiro slide, por favor. O primeiro *PowerPoint*.

Os Senadores, todos aqui conhecem bem, eu gostaria de repetir, é uma colocação que é a seguinte: quando, muitas vezes, se fala em acordo internacional, um empréstimo internacional e muitos pensam que... Não aqui, obviamente, os Senadores, mas a mídia em geral, pensa que eu tenho orçamento, de um certo tamanho, eu pego um empréstimo internacional, se eu tenho 100, pego um empréstimo internacional de 100, muitos pensam que meu orçamento virou 200. Não é nada disso. Já foi época lá atrás que isso acontecia. Nós temos simplesmente o adentramento do empréstimo no orçamento do Ministério.

Eu pergunto: qual é a vantagem, se é o mesmo orçamento? Bem, poderia haver a vantagem do lado financeiro em que se teria a liberação do financeiro garantida. Desvantagens? Teríamos o empréstimo, obviamente, teríamos que, como qualquer empréstimo, pagar juros, pagar taxa de compromisso e seguir os critérios que estariam constando do contrato de financiamento.

Em termos orçamentários, isso deixar bem claro, Senadores, um empréstimo internacional não soma em nada a capacidade orçamentária do Ministério. Parece estranho isso mas é a realidade. Eu tive, eu já fui Secretário Executivo de alguns Ministérios, eu tive uma situação dessa no Ministério da Agricultura, em que havia um empréstimo internacional encaminhado quando eu cheguei ao Ministério, para fazer uma reformulação da Secretaria de Defesa Agropecuária; eram 44 milhões de dólares.

Acontece que quando chegou a esse pleito, eu já tinha feito um... Esquema operacional do Ministério, orçamentário-financeiro, que me dava total tranquilidade quanto ao limite orçamentário e limites financeiros. O quê que aconteceu? Seria inteiramente desnecessário assinar o contrato. Mesmo que a área econômica pediu que assinasse, que era importante, talvez houvesse o interesse não propriamente do objetivo, mas ali naquele caso de acrescentar divisas ao país, os 44, apesar do valor ser relativamente pequeno em termos globais, mas acrescentar divisas ao país. Em termos operacionais, não me acrescentava nada, e apesar de todas as solicitações que houve da área da Fazenda, Diretor do Banco Mundial que veio, eu não assinei, porque era desnecessário.

Então, eu quero compreender bem essa questão: não dobra, se eu tenho 100 mais 100 não dobra, continua com o mesmo 100, a única vantagem que poderia ter é na liberação do financeiro que estaria acordada, mas há outros pontos que são mais negativos do que positivos, que eu relatarei em seguida.

[ininteligível] O que que acontece? Quando entra o empréstimo ele tem que, para ser realizado ele pega uns limites orçamentários do Ministério. Então, não soma nada, então, a execução dos contratos de empréstimo precisa se dar dentro do limite orçamentário e financeiro da pasta, não me é acrescentado em nada, um centavo que seja em orçamentário ou em financeiro, teria só alguma liberdade de pegar o financeiro.

É bom assinalar que entre 2005 e 2008, os limites orçamentários que nós tínhamos já não dariam para executar regularmente os programas nossos e os programas financiados de recursos internacionais, que já encontrei como o HBB, que nós estamos aqui falando, PAT PROSANEAR, que esses dois acabaram migrando para o PAC, que essa é uma das questões que colocarei mais adiante, migração para o PAC, o PMSS e o PASS-BID.

Então, HBB, PAT PROSANEAR, migraram para o PAC, o PMSS e o PASS-BID são objeto aqui da nossa apresentação, particularmente o último, que é o PASS-BID.

Pode passar o quadro. Por favor, pode passar o quadro, quem está controlando... Não...

Contrato de empréstimo, sim. Só para situar qual é o contrato que nós estamos falando, é um contrato que foi assinado em 2004, um prazo inicial de contrato de 50 meses, como foi concebido, a um custo de programa envolvendo os recursos do empréstimo e o recurso da contrapartida, num total de 95 milhões de dólares. Aí os senhores vêem que 60% correspondem aos 57 milhões que são objeto da convocação do Senador Efraim, aí temos o valor de 60%, mas nós tínhamos a contrapartida e já viram como é que é pesada essa contrapartida? 40%?

Só para lembrar, quando nós falamos de PAC, mais adiante mencionarei isso, a contrapartida vai cair para 5, 10, 15%. Então, veja aí o peso adicional que haveria para estados e municípios que usariam esse contrato.

Então, o Governo Federal assume, em primeiro momento e repassa a contrapartida que vai para 25%, estados e municípios, para fazer as obras, uma parcela nossa e outra parcela para estados e municípios.

Pode mudar o quadro.

É um quadro, isso aqui é um histórico, histórico para deslocalizar exatamente o que que houve, porque se havia velocidade, não havia velocidade no programa. O programa foi concebido em meados da década de 90, eu diria em torno de 1995, que foi a concepção e discussão do tema. E só lá para o ano de 2000, 2002, que começaram a ser verificadas as necessidades e elaborados alguns projetos de engenharia e nesse momento é que se começou a fazer conta para verificar o que seria necessário atender para os municípios que viessem a ser elegíveis. Então, o valor seria 200 milhões de dólares naquela época.

Entretanto, já por limitações orçamentárias, o programa foi concebido valor bem menor, de 95 bilhões, sendo que o empréstimo em si, de 57 milhões de dólares. Certo? Eu estou colocando bem didaticamente, bem lentamente, a evolução da discussão e evolução do que se chegou num primeiro momento. Pode passar, por favor.

Bem, a que se destinava esse contrato? Investimento de sistema de saneamento, de abastecimento de água, esgotamento sanitário. Aí estão os componentes: implantação, ampliação e melhoria de sistema de abastecimento, água, de esgotamento sanitário.

Mas não era só isso, era também melhoria da gestão dos prestadores do serviço de saneamento, porque esse é um problema que sempre ocorre, a questão da capacidade gerencial das empresas que estão voltadas à execução do serviço, seja uma empresa municipal, seja uma autarquia, que estaria levando adiante essa operação. E contribuição para o desenvolvimento da política do setor de saneamento, parte de estudos. Temos estudos sobre tarifas e subsídios. Temos uma parte aí, obviamente, que é de custeio, temos uma parte de investimento em cima e parte de custeio nos itens 2 e 3. Está claro?

Podemos passar para o quadro seguinte?

Naquele momento, o que se poderia alcançar? Nas contas que foram feitas, nas discussões iniciais, a concepção inicial era para atender 109 municípios que tivessem população entre 15 mil e 75 mil habitantes, que estivessem em situação de IDH abaixo da média nacional, ou seja, que é 0,76, e estariam esses município localizados nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Norte de Minas Gerais e Espírito Santo. E municípios que tivessem obviamente um baixo índice de cobertura de abastecimento água, e esgotamento sanitário, como é óbvio, pela concepção do Programa.

Vamos passar.

Bem, já estou dando aqui uma posição final do que aconteceu com esse número 109, em determinado momento, no Executivo, fez-se uma decisão que acima de um certo número de população, ficaria essa ação com o Ministério das Cidades, abaixo, ficaria com a FUNASA. Então, foi feito um corte na faixa de 50 mil habitantes, então, dos 109, 70 passaram para a FUNASA, saíram da nossa área de atuação; 39 municípios com população maior do que 50 mil habitantes, estavam no âmbito do Ministério das Cidades.

Só para adiantar o que será dito mais adiante, houve uma migração, 25 municípios foram atendidos pelo PAC já em 2007. Seis permaneceram no programa que nós discutimos agora que é o PASS-BID e oito tiveram atendimento inviabilizado, vamos ver em seguida porquê.

Pode trocar o quadro.

Os projetos, como eu disse aos senhores, a concepção veio da década de 90, a discussão no início da década atual, os projetos feitos ainda pela SEDUR, Secretaria de Desenvolvimento Urbano e a Presidência da República, os projetos teriam que ser atualizados já quando discutimos, já, a implementação do projeto, desatualizados, oriundos daquele momento lá atrás.

Verificou-se um problema sempre do prestador do serviço de saneamento com fluxo de caixa negativo, que estava contrário às determinações do BID, e, na maioria dos casos, inadimplência no cálculo, que era um problema sério; a inadimplência no cálculo inviabilizava qualquer assinatura de convênio.

Podemos passar.

Quais são os municípios, então, que ficaram eleitos aqueles seis, seria Limoeiro do Norte no Ceará, Quixeramobim, também no Ceará e Ipojuca e Surubim em Pernambuco, Santa Cruz do Capibaribe, Pernambuco, e Assu no Rio Grande do Norte... Senador, eu

fui verificar se Assu era com dois *ss* ou com *cê-cedilha* porque o Rio Açu é com *cê-cedilha*, mas a cidade é com dois *ss*. O senhor me corrija, está certo? [risos]. Assu, pois é. Esperei o Senador Garibaldi me corrigir, mas está perfeito.

Vamos passar, por favor.

Bem, então na revisão de metas, esses que ficaram os... Exatamente, estamos repetindo aqui, quais são os municípios que ficaram contemplados, Limoeiro, Quixeramobim, Ipojuca, Surubim, Santa Cruz do Capibaribe e Assu.

Vamos passar.

O quadro é difícil de ler, mas os municípios que estavam inicialmente beneficiados são esses, está Limoeiro do Norte, Assu, Quixeramobim, Santa Cruz do Capibaribe, Ipojuca e Surubim, num valor inicialmente concebido em, já, em 81 milhões de reais. Já numa revisão. Valor concebido de 81 milhões de reais, um valor aquém do que se pensava inicialmente. Já se vez o ajuste.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Estou dando tempo aos senhores que querem ver a listagem dos valores... Do ajuste. Podemos passar, então, se os Senadores já viram o quadro.

Passaremos, então.

Na implementação, então, do programa, o que nós temos que mencionar aqui? Restrições orçamentárias, como eu disse no início, como o contrato entra dentro do orçamento, eu tenho também que ter um limite para operá-lo, eu tenho que operar o meu Ministério, tenho que operar esse contrato internacional e outros que eu já encontrei. Então, havia limitações pelo contingenciamento do recurso... Contingenciamento orçamentário-financeiro.

Um ponto que foi objeto de preocupação ao longo da implementação foi a questão dos questionamentos do órgão de controle, Tribunal de Contas e a CGU, sobre a prevalência da legislação brasileira sobre as políticas do BID, ou seja, a regra das licitações 8.666 *versus* as regras das entidades internacionais.

Isso é um tema complexo, eu tenho enfrentado essa discussão não só aqui no âmbito desse contrato mas também, por exemplo, no âmbito da CBTU, que é uma empresa do nosso Ministério, em que nós, recentemente, um problema para discutir, um problema em discussão, que era como levar adiante... Lá atrás num contrato feito e uma licitação feita no âmbito do BID, do Banco... Do BID, por preço global, *turn key*, e houve um momento depois, de se fazer uma reformulação de preço em função de troca de projeto, como se calcular cada item de per si, se estava tudo feito por um *turn key*, um projeto básico global.

Então, essas questões, estão sendo objeto de discussão no Tribunal, em várias situações não só nessa aqui. Então, e também havia um outro problema que era a necessidade de adequar os custos dos itens a mediana do SINAP, sem período de transição e sem disponibilização restrita do sistema.

É o sistema interno da Caixa, isso foi determinação do TCU, que se houvesse, tivesse como critério a mediana do SINAP, que é o sistema de preço, é o sistema interno da Caixa, esse sistema só progressivamente que foi sendo liberado, e só recentemente poderia dizer que está já em função, porque ele tinha sido liberado sintético, no ano passado, analítico, sem, ainda, composição de custos e ele é usado como referencial de custos, e só recentemente que foi aberto esse tema porque a determinação do TCU era para que ele, o serviço de base, mas ele não está disponibilizado e as prefeituras não tinham acesso para saber, afinal de contas, qual era o valor que se aplicava na execução dos trabalhos.

Podemos passar? Podemos trocar o quadro?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Hein?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Computador? Ok. Bem, na parte operacional eu queria dizer o seguinte, falar, resumo do que está ali. Os senhores sabem que eu já trabalhei em outros Ministérios, como disse antes, e vários dos senadores já me conhecem até por execução de convênios, com "N" municípios desse país.

Quando estava na agricultura, eu tinha um número elevado de funcionários e com isso eu tinha possibilidade de ter "N" gestores, por uma quantidade enorme de convênios que nós fazíamos. Diferente do Ministério das Cidades, Ministério novo, criado pelo Presidente Lula em 2003, um quadro pequeno, eu não tinha possibilidade, como já encontrei também essa situação no Ministério, eu realmente confirmei, não tinha possibilidade de levar adiante a realização de convênios, número exigido não só por esse programa, por outros programas do Ministério.

Então, nós no Ministério adotamos a relação com a Caixa Econômica Federal, os senhores já vêem hoje que na execução dos programas do Ministério do PAC sempre a Caixa aparece, ela é nossa parceira, nossa mandatária, ela tem a remuneração pelos serviços prestados de análise inicial dos projetos, que depois são aprovados por nós.

Então, nesse momento aqui também se colocou a questão: nós não tínhamos condição de, também nesse convênio, de levar adiante o que era esperado de uma ação do Ministério com o gestor presente no convênio. Fomos para o sistema que adotávamos, que era colocar a Caixa. Entretanto, nesse acordo não vingou, da Caixa, BID, Ministério das Cidades, por várias questões operacionais, não é só o nível de remuneração, é nível de participação da Caixa nesse relacionamento e não prosperou e não foi adiante. Então, isso foi um ponto também delicado no encaminhamento do programa. Podemos passar.

Bem, vamos ver como o que eu já disse *en passant* no início, algumas dificuldades. Então, o alto valor da contrapartida para estados e municípios. Esses contratos internacionais, eles são de larga maturação na discussão e também têm a questão da contrapartida elevada. Então, no caso aqui ficaria para os estados e municípios 25% em cada caso, que fosse necessário o Município contemplado, ele teria que participar com 25%.

Os eternos problemas que haveria para a obtenção de licença ambientais, a questão fundiária também para execução das obras. O item 3 já foi de alguma maneira referido antes, mas é o problema da insegurança dos municípios quanto a regras de licitação, inseguros quanto a fazer pela 8.666 ou seguir as regras do BID; não esqueça que havia os órgãos de controle para acompanhar a situação e os municípios, os prefeitos tinham dúvidas quanto a isso.

Então, por exemplo, dois casos: cláusula de confidencialidade na divulgação das propostas concorrentes, isso o BID exige; e da planilha de custo estimado, isso também não podia ser divulgado, então, era confidencialidade, os municípios tinham dificuldade em lidar com esses temas.

Houve necessidade de contratação de uma empresa gerenciadora. Houve o atraso em função de apontamentos de órgãos de controle no edital, todas as exigências foram cumpridas, isso atrasou, e como no caso de licitações normais é sempre depois, depois de adjudicado, a questão dos recursos. Então, os recursos impetrados entre os participantes, também, esses recursos contribuíram para o atraso geral que houve para que se pudesse ter empresa gerenciadora contratada, que era fundamental nos termos de determinação do Banco... DO BID, como exigência para operação. Vamos seguindo.

Bem, temos aqui a questão, então, o cerne da questão, Senador Efraim, da sua colocação, Senadora, também, Marisa, que é a questão do encerramento do programa. Em face de tudo que foi colocado aqui, além de negociações que houve ao longo do período, com o CGU, com o TCU que eu já mencionei, com a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, nós tivemos aí uma decisão conjunta com o Ministério do Planejamento, da não prorrogação do contrato de empréstimo.

Essa regra, conflito às regras do BID, a legislação brasileira, envolvendo, inclusive, um Acórdão do Tribunal de Contas dando prevalência da 8.666, um conflito adicional com a regra do Banco Mundial... Do Banco... Do BID, Banco Interamericano, mais uma confusão. E o custo elevado financeiro, você ter um contrato daquele valor apenas para realizar seis obras, isso ficou desequilibrado. Podemos passar.

O que que... Estou só repisando algumas coisas que foram ditas, mas que agora eu torno a resposta definitiva à convocação dos Srs. Senadores.

A vantagem da migração dos projetos para o PAC. No PAC todos sabem, não há qualquer contingenciamento orçamentário ou financeiro, ou seja, se a obra foi migrada de um lado para o outro, está garantida na sua execução porque obra medida é obra paga. O orçamento das obras foi ampliado, o qual passar para o PAC, os que passaram para o PAC, tiveram atualização. A contrapartida ficou entre 5 e 10%, ou seja, os Prefeitos saíram ganhando com isso. E dentro do PAC, uma lei que foi aprovada pelo Congresso, 11.578, não há necessidade de submissão ao CAUC, para você poder celebrar os contratos e receber o pagamento dos recursos.

Eu acrescentaria também aqui, em termos gerais, dentro do esforço do Governo de reduzir dívidas internacionais, também por aí foi o que se tomou a decisão no momento que no PAC nós temos o orçamento, temos o financeiro, temos toda essa garantia da execução das obras, porque continuar, no momento que você estava pagando, saindo de dívida internacional, você continuar com um contrato que se verificou desnecessário na sua manutenção? Até porque tem custos, pagamento de juros, taxa de compromisso e também você ficar amarrado a regras de execução, quando, passando para o PAC, você tem a execução definida já por ações próprias do Ministério, em relação com a Caixa, definida pelo CGPAC, Conselho Gestor do PAC, coisas internas nossas sem submissão externa.

Então, recursos alocados no PAC, os senhores podem ver, Limoeiro passou a ter 17 milhões, 17,2 milhões, Quixeramobim 22,5 milhões, Ipojuca 4,9 milhões, Surubim 25,8 milhões, Santa Cruz do Capibaribe 21,9 milhões e Assu 2 milhões. Ou seja, passamos aí para o PAC 94,3 milhões de reais, que seria aproximadamente 41 milhões de dólares em valores atualizados.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Hein? Deixa eu ler, depois...

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Já, não, não... Assu não, eu tenho a tabela inicial, tenho que voltar àquele quadro inicial. Já era pequeno, já era pequeno. É que eu passei... está aí, Assu...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Assu era 2 milhões e 50...

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Olha, está lá. A lá, tinha 2,150, as duas obras de Assu tinha 2,153, aproximadamente. Assu foi mantido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Já era pouco.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Já era pouco, os outros foram atualizados, aumentaram. Então, o número original ali estava em 81 milhões e nós fomos a 94 milhões.

Podemos voltar, então, ao final, por gentileza. Anterior, anterior.

Então, está aí o quadro que dá o resumo de como ficaram os municípios selecionados e os valores alocados. Gostaria de indicar aos Senadores que, me corrija minha assessoria, se não me engano foi Limoeiro do Norte que teve um problema sério de licitação, que foi... Licitações foram canceladas, foram, tiveram que ser refeitas por determinação dos órgãos de controle.

Então, também passando por essa questão da dicotomia de legislação da 8.666 e do Banco Interamericano. Então, isso atrasou mais ainda a situação de Limoeiro do Norte, que deu mais ainda instabilidade com os Prefeitos em relação aos procedimentos a seguir.

Por gentileza.

Então, o que que ficou realizado no PASS-BID? Porque tinha 57 milhões de dólares, os senhores vão ver que o saldo de recurso é 54.980, alguma coisa tinha sido realizada. Em Limoeiro do Norte, 574 mil dólares, planejamento, operacionalização, 2,130 milhões de dólares, isso aqui investimentos, despesas realizadas, pagamento de juros, 118 mil dólares, Comissão de crédito 358 e saldo e recurso do BID 54,980.

Então, senadores, é maneira sintética que eu trouxe a informação, repisando aquele ponto inicial, que deve ser levado em consideração, que a devolução não significa que o meu Ministério tenha perdido orçamento, porque em nenhum momento um contrato internacional aumenta o meu orçamento, ele simplesmente, ele tem que ser executado dentro do orçamento do Ministério com os limites do Ministério. E agora os princípios foram selecionados e estão enquadrados num programa que não é objeto de contingenciamento e tem já um recurso claramente definido, e eu repito, obra medida é obra paga.

Creio que fiz a exposição dentro do tempo solicitado, as idéias gerais estão colocadas, estou a disposição dos senhores Senadores, agradeço a oportunidade de dar esclarecimento aqui às Comissões que me convocaram.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Sr. Ministro, inclusive, quero parabenizá-lo duplamente, porque foi dentro do tempo.

Eu gostaria aqui antes de passar a palavra para o Senador Efraim, dizer o quanto é importante que a gente possa discutir, esclarecer, porque acho que nós temos esse papel importante de acompanhar, de fiscalizar e quando se fala em saneamento, Ministro, eu tenho uma experiência de quem foi Prefeita de uma cidade de porte médio como a cidade de Mossoró. E se eu só tivesse um recurso e alguém viesse me perguntar que obra a senhora realizaria? Não tenha dúvida que eu diria, de imediato, saneamento básico, porque eu sei o que significou isso na minha cidade. Não fizemos tudo ainda, inclusive, ainda vamos precisar muito de concluir, mas passamos, com certeza, quando eu fui Prefeita, passamos dos 50%, chegando a 62%. E a cidade mudou, a cidade tem outra feição, porque o saneamento básico ele mexe com o meio ambiente, mas sempre para melhor.

Se a gente está agora nessa transposição do Rio São Francisco e eu, como relatora da Subcomissão, de acompanhamento, venham vendo o que a gente defende, que seja um rio vivo; como é um rio vivo? Onde não haja poluição e para não ter poluição tem que as cidades estarem saneadas e se nós sabemos que 1 Real investido no saneamento é 4 Reais que a gente economiza na saúde, eu que tive a experiência e vi crescer o IDH depois do saneamento, vi chegar indústrias que não chegavam ao município porque antes não tínhamos saneamento, vi chegar prédios, a cidade crescer verticalmente porque só assim depois do saneamento.

Então, houve realmente, é uma obra importantíssima, ela mexe com... Ela está enterrada mas ela deixa a gente ver pela fisionomia feliz do povo. Então, daí a nossa preocupação quando o Senador Efraim trouxe aqui essa questão. Tenho certeza que o sentimento foi de todos, ficamos estarrecidos porque precisávamos esclarecer o porque de num país onde é tão necessário saneamento, de repente obras tão importantes, com recursos que vinham externos, esses recursos estavam sendo devolvidos.

Então, Ministro, agora eu vou passar a palavra ao Senador...

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Se a senhora permitir, se eu pudesse...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Senadora... Primeiro, quebrando o protocolo...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E com um detalhezinho, Sr. Ministro, que eu ainda mexi com uma cidade minha lá do meu Estado, que na realidade ainda está recebendo pouco, precisa de mais para poder fazer todo o saneamento, que ela fica nas margens do rio Açu, que nós temos que preservar também o nosso rio.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Um fato que eu queria ressaltar aqui é o seguinte: o que a senhora disse, bate com toda a preocupação do Governo. Esgoto é uma situação que afeta a saúde humana e a saúde do meio ambiente. Não basta coletar, tem que coletar e tratar, se coletar e der o destino que é um riacho, uma lagoa, um manancial, não resolvemos, criamos um problema adicional.

Então, é a preocupação... Lembrar que 83% dos domicílios brasileiros já têm um atendimento de água, então, podemos considerar que a situação é razoável, mas encaminhado para boa. Mas na parte de coleta, nós temos aproximadamente 50% dos domicílios brasileiros já com coleta, mas quando jogar coleta com tratamento esse número abaixa, está abaixo de 40%, então é um número que precisamos atacar e não depende do tamanho da cidade, da sua riqueza, é coisa impressionante. Vamos às cidades ricas e a gente descobre que tem 2% apenas de esgoto coletado e tratado. No PAC, nós fizemos levantamentos, estudamos isso e fomos adiante com esse objetivo.

Só para referir o dado que era de lá, mas por causa da intervenção da nossa Presidente, da Senadora Rosalba, queria dizer o seguinte, a preocupação está refletida na evolução do orçamento do Ministério, que é um Ministério novo. Em 2003 quando foi criado, o OGU tinha 35 milhões; subiu, chegou em 2005, quando já estava no Ministério, cheguei no Ministério estava com 94, em 2006, ainda com o contingenciamento estava com 74 milhões de dólares, de reais apenas. O senhor vê que esse programa aqui não conseguia entrar no Ministério, pelo orçamento, porque já tinha um número pequeno de OGU, já tinham outros programas também do Ministério e outros programas internacionais.

Aí, um dia, vem o PAC. Senadores, então, a gente pula de 74 milhões, que eu brincava até que era um número que mal dava para fazer o saneamento em torno do meu Ministério, nós pulamos para 1 bilhão 513, orçamento de 2007, em 2008 para 1 bilhão 808, em 2009 para um 1 bilhão 990 só para saneamento. Sem contar a parte de financiamento também que é administrado por nós, dentro do programa saneamento para todos, em que os números, em 2005, 2006 quando eu cheguei ao Ministério nós conseguimos colocar 2 bilhões e 200, em 2007 foi a 6 bilhões e em 2008, 6 bilhões de reais e em 2009, nessa fase agora estamos, com 2 bilhões e 200 pela execução dos programas do PAC. Ou seja, de 2003 a 2009 no Orçamento Geral da União nós tivemos 5 bilhões 686 milhões e financiamento de 19 bilhões e 970.

Como o Senador Garibaldi me fez aquela pergunta sobre Assu, está preocupado daqui no caso desse contrato, queria lembrar que fora desse contrato, mas também, já relações do PAC, nós temos lá para universalização de serviço urbano de abastecimento de água e esgotamento, nós temos 400 mil reais para projetos e 9,1 milhões de reais para esgotos.

O número pode soar alto, Senador, em alguns casos, mas para o tamanho do problema ainda é pequeno. Com tudo o que fazemos é dentro de um esforço grande de ampliar o orçamento e ampliar financiamento, mas a dimensão do problema nacional está naqueles números que eu falei, sobre números de homicídios atendidos em água, em esgoto, em coleta, em destinação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vou passar a palavra ao Senador Efraim que tem seus questionamentos e também, depois, à Senadora Marisa. Com a palavra o Senador Efraim.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, queria cumprimentar o Ministro Márcio Fortes, das Cidades, parabenizar pela exposição dele, embora vamos aqui... Também tive o cuidado de trazer algumas transparências para que nós pudéssemos junto aos nossos senadores e senadoras do meio ambiente, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa Do Consumidor, Fiscalização e Controle.

E dizer, Sr. Ministro, que a nossa iniciativa, como tenho certeza também da eminente Senadora Marisa Serrano, partiu de uma matéria publicada pelo *Estado de São Paulo* e se V.Exa. também me permitir, além dessa questão do saneamento, nós queremos também, tirarmos algumas dúvidas em relação à questão de habitação, porque na mesma matéria o jornalista Lu Aiko Otta, ela fala na habitação teve 202 milhões.

Então, acho que a vinda de V.Exa. a essa Comissão é de maior importância, para que nós possamos esclarecer, principalmente no momento em que o Governo apresenta um plano de habitação para a construção de um milhão de casas no país, embora, dentro de um "*país de todos*" que é o *slogan* do Go-

verno, nós já começamos a contestar esse projeto, porque ele é excludente, no momento em que ele só mostra que o projeto é para cidades com mais de 100 mil habitantes.

Se eu citar o caso da minha Paraíba, para que V.Exa. tenha uma idéia, apenas três cidades, de acordo com o censo, que foi revisto agora em 2007, a Paraíba tem apenas a nossa querida capital, Senador Cícero Lucena, de João Pessoa, nossa estimada Campina Grande e a nossa Santa Rita lá na Grande João Pessoa. Então, dos 223 municípios, apenas três municípios, Senadora Rosalba, serão beneficiados com esse programa.

Daí nós entendermos que este Congresso Nacional e espero que isso aconteça já na Câmara dos Deputados, acabe com esse limite, porque está excluindo brasileiros de serem beneficiados com esse projeto.

E eu daria o exemplo, hoje tive oportunidade de receber no meu gabinete e vou precisar, exatamente, do Prefeito da cidade de São José da Lagoa Tapada, do Sertão Paraibano. Disse que, quando do anúncio do Presidente da República sobre a habitação de um milhão, nada mais, nada menos do que mais de dez pessoas já estiveram na sua casa, no mesmo dia, dizendo que queriam uma casa e a cidade tem sete mil habitantes, sete a oito, a nove mil habitantes no máximo. Então, daí vê que também se faz necessário evitar esse limite. Eu espero que o Congresso Nacional tome essa posição.

Mas, Ministro, só para que eu possa me situar e vou pedir, no caso, à Senadora que, não excluindo os outros senadores, mas tanto a mim como a Senadora Marisa Serrano, por sermos autores, uma pequena tolerância para que nós possamos já que, tenho certeza, os outros estudaram, mas nós tivemos um cuidado de fazer um estudo detalhado sobre essa questão. O programa de ação social e saneamento, o PASS, vamos fazer--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vou conceder mais 5 minutos, vou entrar aqui no [falas sobrepostas].

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Não sei se será suficiente já que nós vamos utilizar a transparência. Já vai... Já tenho mais cinco. O acordo assinado com o BID, em setembro de 2004 foi assinado. O final do projeto, março de 2009, prorrogável por mais dois anos. Então, nós ainda teríamos a possibilidade de prorrogá-lo por mais dois anos.

O acordo previa um total de 224 milhões e equivalente aquele valor em dólar mostrado por V.Exa., para atender 129 municípios, 41% no semi-árido nordestino, com obras de esgoto e tratamento de água, estruturação de empresas municipais de gestão e serviços. E pagamento de 577 mil dólares cada ano do contrato a título de taxa de compromisso.

Isso aqui V. Exa. mostrou, estou só repetindo para que a gente possa fazer uma idéia do que vamos trabalhar. Então, eu repito: o pagamento, que foi assinado no acordo feito com o BID, era de 577 mil dólares por ano, que era o contrato da taxa de compromisso. Muito bem.

Cronologia do projeto: o primeiro ano foi todo dedicado a contratação de empresa para a gestão do programa. Segundo: somente em 2006 começou a seleção dos municípios beneficiados. Terceiro: Segundo o levantamento do jornal o *Estado de São Paulo*, o ano de 2007 foi dedicado aos debates sobre a possível vinculação do programa ao PAC. Quarto; em 2008, decidiu-se pela utilização do PASS em apenas seis cidades – Limoeiro do Norte e Quixeramobim no Ceará, Assu no Rio Grande do Norte e Ipojuca, Santa Cruz do Capibaribe e Surubim em Pernambuco. Perfeito? Quinto: assim, apenas as obras de Limoeiro do Norte foram iniciadas. Duas outras licitadas e preparados os editais de contratação das demais. No mês passado, o Ministério das Cidades, evidentemente aí [soa a campanhia] quando eu falo Ministério das Cidades, eu sei que o Governo Federal, está certo, resolveu encerrar o contrato com o BID, devolvendo 134 milhões de reais e anunciando a transferência das obras para o PAC.

Essa foi a cronologia do projeto. As perguntas que faço a V. Exa., sobre essa questão, Senadora, porque depois eu vou falar um pouco sobre habitação e também saneamento, utilizando o próprio Orçamento da União. Por que não... A primeira pergunta, por que não utilizar os recursos contratados e disponíveis? V.Exa. deu uma explicação que poderá resumir. Por que... Segunda pergunta, Por que o procedimento de contratação da empresa gestora demorou um ano? Terceira, por que durante três anos apenas três licitações foram realizadas? E quais foram as outras duas obras licitadas além do projeto de Limoeiro do Norte? Quanto foi pago ao BID durante o projeto, a título de taxa de compromisso ou administração? V.Exa. parece que já... Já coloca na transparência. E finalmente, sobre esse assunto, qual foi a empresa contratada para gerir o programa e quanto foi pago pelos serviços prestados? Quais serviços foram prestados?

Seriam essas as primeiras perguntas se V.Exa. puder me responder e com a permissão dos demais senadores e senadoras, aí iria os recursos para habitação, transferido para pagamento de juros da dívida pública. Seria inicialmente, isso, Sr. Ministro, as nossas primeiras perguntas.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Senador, o senhor notou que o projeto, em si, foi, na sua fase ini-

cial objeto de um consumo grande de dias, de anos, concebido em 95 pela sua complexidade e pelas restrições orçamentário-financeiras, ele foi sendo levado adiante, até que só em 2004 que é concebido em 95, só em 2004 que se conseguiu chegar a um contrato.

O nome do projeto, inclusive, ainda é da administração anterior, esse nome PASS foi dado lá nas discussões antes de 2003, Programa de Ação Social em Saneamento, não foi dado por nós, como é que é, foi complexa essa evolução, aquela preocupação havia lá atrás, mas a questão da negociação com o BID, a questão... Isso, não vou dizer que é exceção, as negociações com o BID também quando a gente estava discutindo o PAC, para outras situações, fizeram com que muitos municípios desistissem das negociações com o BID e viessem para o PAC, pela larga duração de negociações e pelos custos que eu referi aqui, então muitos migraram, desistiram, estavam com o financiamento encaminhado, vieram para cá, somando-se aquela questão de momento que nós estamos diminuindo dívida e pagando o que tem lá fora e devolvendo empréstimo por não ter ainda situação de pagamento de juros, com o pagamento de taxa de compromisso.

Então, esse, esse... Esse largo período continuou em torno das negociações com as situações operacionais que eu mencionei, que se somou, aí, a questão do conflito de legislação, a questão, eu posso... O senhor pergunta: Por que não utilizar os recursos contratuais que estavam aqui? Então, acho que de alguma maneira respondi no quadro anterior, apenas usamos alguns, está no último quadro, apenas usamos alguns recursos que já responde até suas perguntas.

Utilizamos investimentos realizados em Limoeiro, 574 mil dólares, planejamento e operacionalização 2 milhões, 130 mil dólares, juros 118 mil dólares e comissão de crédito, que está incluído aí no meio, a taxa de permanência ou taxa de compromisso, 358 mil 338 dólares, o saldo ficou em 54.980.

Por que demorou um ano a questão de seleção da empresa gestora? Qualquer licitação tem um prazo razoável, com recursos, podemos contar com algo de três a seis meses aí como demora. E houve apontamentos edital da licitação, também para os órgãos de controle, por isso é que se levou. O senhor fala, por três anos, só, três... Licitações realizadas.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Qual foi a empresa que foi contratada?

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: A empresa que foi contratada chama-se Ecoplan. Foi pago à empresa 4,7 milhões de reais e foi pago ao BID 358 mil dólares, como eu falei aqui para o senhor, não só no quadro, como agora eu repeti o número. As obras licitadas, são... Limoeiro do Norte, Quixeramobim e Assu, essas que foram licitadas, além de Limoeiro do Norte, Quixeramobim e Assu.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Que estão paralisadas? As obras não estão em andamento, estão paralisadas?

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Eu não sei da situação exata de cada obra, nós temos um caderno com a situação de cada obra dentro do PAC.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só Limoeiro do Norte está em andamento, não está paralisada.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Sim, essa estava.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E as outras duas não foram iniciadas, porque teve que cancelar a licitação por causa daquele litígio.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Pois é, Quixeramobim, Assu. Senador, confirmando, Quixeramobim e Assu tiveram problema de licitação também por causa de divergências da legislação aplicável, para o senhor ver como é que foi complexa à situação porque uma coisa é fazer a licitação e outra coisa fazer licitação e com o órgão de controle, então, levanta a dicotomia lei interna e lei internacional, regra do banco, regra brasileira.

Então, o que foi feito, teve que ser cancelado, elas não foram iniciadas, houve um retardo porque os editais tiveram que ser modificados em função da colocação de um órgão de controle. Lembrar que eu falei há pouco que houve, inclusive, um acórdão do Tribunal de Contas, sobre essa situação do conflito das legislações.

Eu não sei, Senadores, se em algum momento esse assunto pudesse ser mais refletido até no âmbito do Congresso, para verificar como fica essa dicotomia porque isso está travando em muitos casos o andamento dos projetos, porque na origem, já no edital, se coloca a questão ou quando se trata de editais anteriores como eu citei o caso da CBTU, quando se vai fazer uma revisão, se vai trocar de um *turn key*, um projeto básico, e você tem que colocar um projeto novo, e como é que você vai conseguir identificar os valores individuais.

As empresas, no caso da CBTU, as empresas que foram objeto, que ganharam as licitações, tiveram que ser objeto de negociação particular minha também, eu tive que entrar para convencer as empresas a abrir porque elas diziam: "Eu não preciso abrir, eu tenho um contrato já feito. O contrato é perfeito, liquidado, não preciso fazer nada, não preciso dizer quanto custou, eu só tenho que fazer no global a modificação." Então, é muito mais amplo, muito mais séria essa questão do que uma simples referência, que houve um atraso, aqui

como eu estou repetindo que Quixeramobim e Assu tiveram atraso, é um problema muito mais amplo, diz respeito a "N" situações nessa relação internacional.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): A minha preocupação, Ministro, é por que o próprio Governo não devolveu esse dinheiro mais cedo? Porque o dinheiro que foi gasto de juros de compromisso dava para se construir muitas casas populares, pelo menos nos municípios abaixo de 100 mil habitantes.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Houve intensa negociação como eu disse ao senhor.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Ao foram recursos do Governo.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Foi... Houve negociação intensa com o Tribunal de Contas, CGU, com a Caixa para poder tornar operacional, depois com a CEAIM para verificar qual era o tamanho do contrato podia ficar, que houve até uma proposta de redimencionamento do contrato, mas eram tantas as questões, e também, como ficava no final um número pequeno de municípios que poderiam ser atendidos, e também desde o momento que o senhor se lembra estão pagando até o Fundo Monetário Internacional, devolvemos recursos, pagamos dívidas, diminuímos, isso aqui entrou também dentro dessa linha de... Se temos a alternativa do PAC, vamos tocar no PAC, não haverá nenhum... Prejuízo, ao contrário, as prefeituras contempladas estão muito mais contentes agora do que antes, porque a sua contrapartida, até num momento de crise internacional, até melhor para eles num momento que tem que pagar menos ainda, menos ainda do que estariam pagando, se tivessem um compromisso internacional seria mais complicado.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Tudo bem, Ministro, me parece que dessas perguntas só falta uma única coisa: quais serviços foram prestados por essa empresa? Ela recebeu o recurso. Então, por que recebeu esse recurso se as obras não caminharam, não houve nenhuma ação positiva, nenhum retorno para a sociedade?

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Nos contratos internacionais, sempre há a necessidade de contratação de uma empresa gerenciadora do contrato, ou seja, para acompanhar as questões das licitações, acompanhar a questão dos projetos, das adequações necessárias entre o que o Banco Mundial exige, o que vai ser colocado na prática, ou seja, é uma gestora do contrato, gestora do contrato, são todos os serviços necessários a implementação do que vai ser realizado mais adiante.

O atraso, um ano, foi, possivelmente, prazo da 8.666 mais os conflitos que houve do apontamento, mais questão de recursos, foi colocado, inclusive, no quadro, recursos entre os participantes. Não sei se eu mencionei, o senhor notou, no final, também teve problema de recursos, um ano, mas muitos casos, esse problema...

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): [falas sobrepostas] Estou com uma dúvida, se depois a assessoria informa a própria Casa detalhando se for o caso, só para controle na própria Comissão. Sr. Ministro, eu vou tratar aqui, o recurso para habitação transferido para o pagamento de juros da dívida pública.

Segundo o jornal o *Estado de São Paulo*, na mesma matéria aqui, sobre habitação, o Ministério das Cidades dispunha de 450 milhões para construção de casas e deixou de empenhar 202.4 milhões. Isso em 2008. Esse montante não empenhado foi utilizado para o pagamento de juros da dívida pública, é o que afirma o jornal. A minha pergunta é muito rápida. Os dados informados pelo referido jornal estão corretos?

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Deixa eu...

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): E se estão corretos por que o Ministério das Cidades deixou de empenhar tais recursos?

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Senador, as obras que estão no PAC, elas têm um valor anual, que é um programa plurianual, de empenho. E elas vão sendo empenhadas a medida da evolução delas; se há atraso, o senhor se lembra que não há problema em passar para o ano seguinte, esses empenhos podem ser passados para o ano seguinte, e faremos e estamos fazendo os empenhos, de acordo com o andamento das obras.

Lembrar, Senador, que o PAC foi lançado em 2007. Diferentemente dos Ministérios do Transporte, de Minas e Energia, eu, eu que eu digo o Ministério, não faço projetos, não encaminho solicitações, nós priorizamos recursos, selecionamos projetos. Todas as ações são realizadas por municípios ou pelo Governo do Estado, é assim que funciona.

Então, o ano de 2007 e boa parte de 2008, esses dois períodos foram consumidos em apresentação, elaboração pelos municípios e estados dos projetos, porque não havia a cultura de ter projeto em prateleira. No caso do Ministério dos Transportes, é só tirar da prateleira. Eu quero fazer estrada, eu quero fazer Aeroporto, está pronto, ou está quase pronto. Eu não tenho nenhum projeto. Eu dependo, eu digo: "Vamos priorizar a solução de uma favela em tal lugar. Cadê o projeto?" É a Prefeitura que vai trazer, é o Governo do Estado que vai trazer. Tempo para fazer isso? é o tempo local. A questão de licença ambiental, a questão de regularização fundiária, onde é que vai ser feita a obra? A funcionalidade dos projetos apresentados, funcionalidade e qualidade dos projetos, discussões

realizadas através da Caixa que é nossa mandatária, através da sua gerência, a GEDU, que é área de desenvolvimento urbano.

Então, esse ano de 2007 e boa parte de 2008, Senador, consumidos, como disse, os dois períodos para levar adiante essa iniciativa. Vários projetos começaram, então, agora a ganhar vida. Até como figura de retórica, estou dizendo, é como um avião que está parado ali no *finger* a espera da ordem da torre, "O senhor pode ir para a cabeceira".

Então, muitos estavam lá parados lá, no *finger*, a espera que toda essa parafernália se completasse. "Estão agora indo para a cabeceira", significa o seguinte, que as obras começam a ser realizadas. Então, os empenhos estão sendo feitos para atender a evolução das obras e serão todos, todos realizados, como eu disse, repito aqui, PAC não tem cancelamento, PAC não tem contingenciamento, obra realizada, obra medida é obra paga.

Agora, tem uma coisa, Senador, nós estamos agora olhando com cuidado projetos que não progrediram, que não vingaram, projetos que foram considerados definitivamente como inviáveis, projetos que têm situação ambiental insustentável, nós vamos... Estamos fazendo uma revisão, no caso de saneamento, mais na parte de financiamento, estamos fazendo uma revisão em valores que poderão ser realocados para outra chamada, porque nós não podemos ficar parados a espera da situação, porque eu disse, como o projeto não é meu, eu não fiz, eu não licitei, eu dependo de terceiros, e se não progredir por qualquer motivo, não consigo superar, não vamos parar, porque saneamento é algo importante demais para ficar esperando, então, vamos trocar para outros projetos.

No caso da habitação, *mutatis mutandi*, é a mesma coisa.

Queria responder também a uma colocação que o senhor fez no início a respeito do programa novo, da questão dos municípios.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu chegarei lá...

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: O senhor tocou na frase... O senhor tocou na frase.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu vou chegar lá...

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Perdão, perdão, pensei que V.Exa.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Vai avançar um pouco no meu tempo porque eu pediria... Sobre, veja bem, no caso da habitação, eu pediria aí que se possível o Beto colocasse aí para a gente ter...

Isso aqui é o orçamento do Ministério das Cidades. Tive a oportunidade de fazer o estudo de 2002, final de 2002 até 2008. E veja bem V.Exa. Eu sei que... Aqui eu não culpo o Ministro, não culpo o Ministro Márcio Fortes, porque eu sei que há uma determinação, claro, da Casa Civil, do próprio Presidente da República.

O que nós achamos nesse gráfico aí interessante, é o aumento significativo do volume de empenho nos anos 2004, que aumentou em 60%, em 2006 aumentou 709% e em 2008, 198% percentuais, em comparação ao ano anterior. Coincidentemente, anos de eleição, 2004 ano de eleição, eleição municipal, 2006 eleições gerais, reeleição do atual Presidente, 2008, eleições municipais.

É impressionante, por exemplo, em 2008, 2006, aumentou o empenho em 709%, em 2008, 198%. Aumento significado do volume de pagamento nos anos de 2004, 2006 e 2008. Para se ter uma idéia, se nós compararmos 2003, 2004, 2005 a 2009, em 2004 o Ministério pagou 806% a mais do que o ano anterior. Em 2006, 1498% em relação ao ano anterior e agora em 2008, nas eleições de 2008, 36.241% a mais do que 2007. E não podemos falar em crise, que em 2007 não tinha crise, 2005 não tinha crise. Então, não se pode justificar essa mera coincidência de se aumentar exatamente nos anos de eleições.

Claro, a não ser que seja uma questão do Governo. Aqui eu retiro, não do Ministro, do Governo, de ter alguma coisa contra anos ímpares, números pares. Pode ser essa a condição. E é interessante o baixíssimo nível de pagamento dos recursos empenhados no exercício. Vamos lá na "F", naquela última coluna, na última coluna, veja bem o que é que está escrito lá. Se tratando de habitação, dos recursos que foram empenhados, por exemplo, em 2008, foram autorizados 827 milhões, foram empenhados 769 milhões e foram pagos 91 milhões, ou seja, aí eu acho que aí fica claro exatamente o perfil, o que foi autorizado, o que foi empenhado e o que foi pago.

Empenho autorizado, que aí lamentavelmente nós que fazemos política, senadores e deputados, anunciamos, principalmente quem é da base do Governo, não contesto ninguém, tem dois lados, quem é base e quem é oposição, eu acho que o país, a democracia precisa dos dois lados, mas aí se chega, muitas vezes, se engana o eleitor dizendo que foi empenhado tantos milhões de reais que vai ser liberado e depois não se empenha. Mas o Governo coloca como obra executada, como obra feita e distribui nos gráficos por aí afora, na propaganda do PAC.

E quero considerar ainda aí o constante crescimento do volume acumulado em restos a pagar, que até o dia 23/03/2009, o Ministério tem 936 milhões em restos a pagar. Quase um bilhão de reais em resto a pa-

gar. E isso na área de habitação. Eu vou a saneamento para depois fazer as perguntas para ganhar tempo.

Na área de saneamento, o aumento significativo do volume de pagamentos nos anos 2006 e 2008, coincidente novamente com os anos eleitorais. Em 2006 o volume de pagamento foi 6.193% e em 2008, 2.378% percentuais em comparação com o ano anterior. Levanta um pouco a tabela para se observar exatamente. O que nós estranhamos aí é o baixíssimo nível de pagamento dos recursos empenhados no exercício, ou seja, lá no "F", se nós temos tanto dinheiro em restos a pagar e até agora foi gasto algo insignificante, em torno de 20 milhões, se nós temos autorizado 2 bilhões 196 milhões e empenhados 235, e só foi pago até agora 20 milhões de reais, 20 milhões de reais, se tem 2 bilhões e 200 milhões empenhados, que é o que o Governo está dizendo que já gastou em três meses. Ele diz o que está exatamente autorizado, é a propaganda que faz e foi pago apenas 20 milhões.

Então, no geral eu diria o seguinte, eu ainda teria aqui que considerar que o constante crescimento do volume acumulado de restos a pagar. No caso de saneamento, no caso de saneamento, nós temos até 23/03, 1 bilhão e 600... 1,6 bilhões de reais. Então, eu queria considerar o seguinte: não podemos, saliente-se que não podemos considerar os pagamentos realizados como execução efetiva dos projetos, haja visto que mesmo depois de emitidas as ordens bancárias os recursos somente serão liberados pela Caixa na medida em que os estados e municípios submetam à Caixa projetos executivos, processos licitatórios e diversas medições e mais medições de execução das obras.

Eu vou repetir que nós não podemos considerar os pagamentos realizados como execuções efetivas de projetos. Porque nós sabemos da dificuldade que está tendo os Governos e os municípios em relação à Caixa. Aliás, a aprovação de projetos e a supervisão da execução das obras não são realizadas pelo Ministério das Cidades, Ministro. Queria chamar a atenção desse fato.

A aprovação dos projetos e a supervisão da execução das obras não são realizadas pelo Ministério das Cidades, mas sim pela Caixa, que por sua vez quarteiriza essas atividades. Basta consultar qualquer Prefeito de qualquer Estado para constatar que cada procedimento demora meses para ser concluído.

Em resumo, nem o Ministério das Cidades, nem a caixa, tem estrutura adequada para realizar tais atividades nos volumes atuais e muito menos nos volumes anunciados pelo Governo.

As minhas perguntas são as seguintes, sobre essa matéria. Por que os extraordinários aumentos dos volumes de empenho e pagamentos nos anos eleitorais? Segundo: por que a Caixa, na qualidade de agente financeiro remunerado, não consegue atender a crescente demanda de contratos de repasses celebrados, mesmo podendo contratar terceiros para apoiá-lo?

São essas duas perguntas sobre esse assunto que eu achei interessante para essa Comissão que vai discutir, ao lado de tantas outras, a questão do PAC, mais principalmente na questão de ação social, que é habitação e saneamento, isso é interessante porque V.Exa. nos dá um caminho tanto a meio ambiente, fiscalização e controle e aí essa... Essa Comissão, o que nós, qual o caminho que nós devemos fazer primeiro, porque nós estamos torcendo que esse projeto tenha sucesso, nós queremos que o saneamento chegue nos nossos estados, nós queremos que as casas populares elas sejam para todos, para que nós possamos fazer nossa parte de fiscalização. Ministro.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Pois não, Senador. A respeito dos empenhos, não tem nada a ver com ano eleitoral. Gostaria de citar algumas situações. O quê que aconteceu em 2006 na área da habitação? Qual foi o grande fato que aconteceu em 2006 na área da habitação? Constituição do Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social e dotação de 1 bilhão de reais para o Fundo. Esse é o fato que foi inicial.

Naquele momento, nós vimos o que havia em carteira, até no Ministério para chamar, que os Prefeitos trouxessem carteira de estágio das situações, estágio que nós sabíamos que havia que projeto realizado, para poder andar ao fim nisso. Então, de 2006, foi empenho.

Nos anos seguintes o assunto foi mais, do que eu expliquei ao senhor dentro do PAC, passado para uma visão de vir, virem os projetos, dentro do PAC, uma visão mais ampla, valores maiores, mais complexos para a realização. O primeiro, FNHIS, teve muito valor picado, valor picado, já depois eram projetos maiores, projetos mais complexos.

Então, e outra coisa, mesmo o que foi aprovado no PAC em 2007, Senador, isso é o projeto plurianual, ele é dividido pela sua execução ao longo do tempo e ele não foi por quatro anos, 25, 25, 25, 25. Os empenhos foram menores, se não me engano o primeiro ano foi apenas 10 ou 11%, se a memória não falha, mais ou menos 10, 11%, 17, aumentou, mas inicialmente era 10, 11, foi para 17, e depois, progressivamente, foram aumentados o valor de empenho.

O senhor sabe que numa apresentação da Ministra Dilma, de balanço do PAC, vi uma pergunta ao contrário uma vez e a Ministra passou para eu responder: "Ministro, Ministro", perguntando, "Imagina que falta de eficiência no mesmo Ministério das Cidades pagou um bilhão e tanto no mês seguinte pagou 80

milhões. Que ineficiência é essa? Parou o PAC, como é que é?" Pelo seguinte: a execução das obras não é linear. É uma quantidade enorme de obras, uma grande pode andar e naquele mês você ter um pagamento, e em outro mês pode ser que nenhuma grande tenha andado e várias pequenininhas somadas é uma coisa ínfima também.

Então, não existe uma visão linear que tudo vai acontecer no mesmo ritmo, tem que ser tudo naquele mês, tudo naquele ano. Ao contrário. Pode ser que não aconteça nada. Como, vou dar a situação de obras do Rio de Janeiro, da parte de habitação. O senhor colocou essa questão da dificuldade da execução da Caixa, responder, eu não sou da Caixa, mas posso responder, somos... a Caixa é nossa contratada, estamos juntos nessa empreitada. Dificuldades de execução de projetos, tão importante como aquele Complexo do Alemão, Complexo Manguinhos, havia várias, várias situações na legislação que estavam dificultando exatamente o andamento das obras.

São coisas novas que nunca haviam sido feitas nesse país, inclusive, até dentro da execução das obras quando você entra numa favela o geólogo não podia imaginar que houvesse uma situação de você colocar uma estrutura, uma viga para 5 metros, e de repente você está em 25 metros e não acha base para isto, os custos mudaram muito. Então, foram feitos, em comum acordo com a CGU e com o TCU, algumas alterações de procedimentos para viabilizar.

Então, de uma hora para outra, o senhor vai descobrir que obras como essa que eu falei, que são de grande porte, tem andamento mais rápido agora, estamos deslanchando no Rio de Janeiro, não estávamos, porque a legislação tradicional tinha vários percalços e várias interpretações do que não podia fazer.

Então, não tem nada a ver com eleitoral, as obras não têm uma sequência linear, elas estão escalonadas ao longo do tempo, quatro anos, a maioria está planejada e a Ministra Dilma, no último balanço indicou, a maioria está para ser completada até o final de 2010, eu diria até que na faixa de 90%, aproximadamente, e as outras seguem além de 2010, que as obras não podem completar, porque são muito complexas.

Então, essa explicação porque que oscila. Então, 2006 tivemos o FNHIS foi um fato novo, e dali para diante foi o ano do PAC, eu acabei de dizer para o senhor que 2007 foi um ano quase que perdido nessa história de que as coisas aparecessem. Agora, os pagamentos são de acordo com o andamento da obra. O andamento da obra, aqui, inclusive os dados, não sei se o senhor está com dado só de PAC, nós temos obras de emendas também, que a medida que elas são executadas elas são realizadas.

Para o senhor ter uma idéia, senador, nós temos prorrogado, inclusive, as situações de projetos que estão na Caixa, muitos deles até com cláusula suspensiva de 2007, seja por falta de projeto, não apresentado pelos prefeitos, depois, [ininteligível] por acaso, mostrado, coloquei uma Portaria do Diário Oficial, ontem, anteontem, sobre a situação de projetos, cláusula suspensiva, relativamente a 2007, gente que não apresentou nada, gente que está pelo meio do caminho com a cláusula suspensiva parcial, que poderá, então, ser salvo ainda do processo.

Senador, lançar o programa é uma coisa, como eu não faço projeto, eu não faço a licitação, eu dependo dos prefeitos, também com o problema eleitoral muitos se desinteressaram, houve "N" casos, o senhor não vai acreditar, houve "N" casos que o prefeito, tinha, por exemplo, uma rotina de prorrogar o contrato com a Caixa em novembro do ano passado ele perdeu a eleição, não passou lá, o dinheiro foi perdido, porque eu não posso prorrogar algo que foi terminado, eu não posso prorrogar algo que terminou, então, houve problema-–

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Mas muito fácil também, Ministro, não é só V.Exa., o Governo, de uma forma em geral, tudo é culpa dos prefeitos e dos governadores. Quando não dá certo o culpado é o prefeito e o governador.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Não, ao contrário, quer dizer-–

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): É lamentável, que essa desculpa ela está cansando, inclusive, porque ela não é verdadeira.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Desculpa, Exª., são pura realidade, os Prefeitos estão pedindo agora para ver como eu posso recompor muitas situações que foram perdidas, ou seja, colocar novamente no orçamento os projetos que estavam interrompidos.

Então, eu estou dando um quadro em geral, não é nenhuma acusação específica contra alguém, as situações que ocorreram e que no quadro eleitoral complicaram a situação.

Também, outra coisa Senador: o Prefeito pode em determinado momento se desinteressar do projeto porque ele tem que dar contrapartida, apesar de bem menor que no caso do anterior que nós vimos aqui do PASS-BID, ele pode num determinado momento querer fazer outra coisa, uma emergência qualquer ter feito desistir, então, aquele projeto...

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Neste Governo... o Prefeito não... O Prefeito não vai... se tiver os recursos ele não vai. Acredito que o que na realidade acontece é essa questão da Caixa.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Vou responder a Caixa, vou responder a Caixa. Eu posso lhe dar só, isso é autêntico, eu posso colocar, com outro... Com outro.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Claro, claro.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Eu quero dizer, a par do que foi dito. Uma Prefeita de uma cidade lá, quando foi lançado o FNHIS lá no Rio de Janeiro, encontrei no feirão da Caixa o Secretário lá de habitação, perguntei: "Como é que vai o projeto do FNHIS?" E ele não estava, imagine, de Habitação, não estava ligado no assunto e ligou para a Prefeita, falou: "Prefeita, tudo bem? Como vai a senhora e tal? Como é que vai o nosso projeto aí? Projeto de habitação?" "Projeto de habitação? Que valor?" "A senhora deve saber, seu município é pequeno, 10 milhões de reais para fazer o FNHIS aí, a senhora vai apresentar os projetos." "E tem contrapartida?" Eu falei: "Tem, tem contrapartida." "Ah, Ministro, se é para dar contrapartida eu não vou fazer não porque não tem condição."

Então, apesar de ser um problema seriíssimo de habitação, a gente passa o recurso, o problema da contrapartida, às vezes, criou na cabeça dos prefeitos uma situação insuperável, que o senhor está dizendo, pega logo ali [ininteligível] e não pega, porque ele tem uma alternativa.

Agora, deixa eu voltar a questão da Caixa, se o senhor permite. A Caixa, realmente, tem um problema muito sério porque não atende só ao nosso Ministério, não atende só Habitação e Saneamento, ela atende a vários Ministérios. E a Caixa procurou, exatamente, para dar, começar a dar resposta a essa situação de medições de análises e projetos, ela fez a contratação ano passado de cerca de oitocentos, está previsto mil, cerca de oitocentas pessoas foram contratados. Estão sendo contratado, agora, trezentas e mais cem, progressivamente tem sido a Caixa autorizada a colocar mais pessoas dentro dessa área de fiscalização, de medição e de acompanhamento dos projetos. O esforço é progressivo.

Para esse programa novo, inclusive, há uma cartilha, não sei, já foi, naquele dia da cerimônia foi distribuída, também sobre procedimentos que vão levar à redução de prazo necessariamente, senador, ou seja, prazos que têm que ser cumpridos de qualquer maneira, ou seja, redução de prazos para poder o programa andar.

Porque... Eu quero antecipar, já tocar num outro programa, refletindo a sua pergunta. O senhor vai dizer: "Mas por que no programa novo o foco passou para a empresa? Por que não está passando recurso via Governo de Estado ou Prefeitura? Primeiro porque nesse caminho, a experiência do FNHIS nos ensinou o seguinte: como eu não faço projeto, eu não faço licitação, isso é lá, local, a licitação local leva tempo. A situação ambiental local, leva tempo. A questão na adjudicação e depois os recursos entre os participantes, leva tempo. Então, nesse caminho se fez agora também se procurou, se procurou, se procurou...

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Aqui levou um ano para escolher uma empresa, imagine V. Exa. quanto vai ser agora lá nas cidades, no Estado, se faz bem mais rápido do que aqui.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Não, mas não vai haver licitação mais, o esquema não é de licitação, o recurso não vai mais via prefeitura e o estado. O prefeito e o governador vão ter um papel importantíssimo, duplo, de disponibilizar áreas para doação e para organizar os cadastros, ou seja, os cadastros dos beneficiários. O recurso vai direto financiamento para a empresa que vai dentro do esquema do PAR, que é aquele esquema em que o empresário traz o projeto à Caixa, e depois é disponibilizado para aluguel, para a demanda que foi identificada, então, nesse caminho nós diminuiremos o prazo para concepção do projeto, entrega das chaves, como estaríamos, também, diminuindo custos.

Mas o senhor vai fazer outras perguntas sobre isso, não quero me adiantar.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): [falas sobrepostas].

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Eu estou colocando que esse programa entra no que o senhor falou, a questão da velocidade, tentar reduzir o prazo, o menor possível, se está colocando um prazo médio de onze meses para construção desses projetos habitacionais e diminuir dentro desses prazos os custos e as custas.

Então, esse é o objetivo, o senhor tem toda a razão, há sim necessidade de agilizar e o Governo tem autorizado as contratações, mas o esforço é gigantesco, os programas são intensos.

Senadores, é o seguinte: uma expressão que se usa corriqueiramente que a vida continua, não é só... O programa novo não é... Não tem um mote, déficit habitacional, o mote do programa novo é gerar, no momento que há repercussão da crise internacional é gerar emprego, gerar emprego aonde? Num setor que tenha mão-de-obra intensiva, que não tinha importação de insumos, então, que possa acionar um problema delicado que é o de déficit habitacional, essa sequência da lógica.

Então, aí temos aí um programa com esse objetivo. Agora, ele não vai resolver todos os problemas e está resolvendo esse... 1 milhão é apenas 14% do

déficit que temos no momento, mas é para agilizar a economia, rodar a economia e, inclusive, mudar o enfoque para ver, inclusive, se ele funciona, uma idéia, é funcionar muito rapidamente do que o outro do FNHIS, do tradicional que está sendo feito até agora.

Agora, eu quis dizer o seguinte, Senador, a vida continua, é o seguinte: o FNHIS continua; nós estaríamos fazendo uma convocação agora para o Município de qualquer tamanho a partir de abril. A Resolução 460 do Fundo de Garantia continua. Colocamos o crédito solidário, que é um crédito também que estava para morrer, porque ele teve o ônus do êxito, conseguir acabar com o dinheiro todo, de tantas obras que nós fizemos, então, ele vai ter um reforço de 500 milhões e vamos também, já colocamos 500 milhões de reais para habitação rural, que é um pleito que todos tinham e que nós estamos colocando, 500 milhões para rural e 500 para crédito solidário, roda 460, roda o FNHIS, então, a vida continua.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): E esse dinheiro não está no corte não? Porque parece que ele não é PAC, se ele não é PAC, entrou no corte, Ministro.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Qual?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Esse.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: O FNHIS é PAC, o FNHIS é PAC.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): É?

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: O FNHIS é PAC.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Que não vem... Pois não, Senador Cícero.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Me permita um aparte só lembrar o seguinte: esses programas orçamentários que a vida continua, mas vai continuar sem casa porque a questão dos subsídios que está previsto nesse programa, não contempla exatamente esse programa que a vida continua.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Senador, o FNHIS é totalmente subsídio, ele é 1 bilhão de reais totalmente subsídio. Ele não... Ele... O Orçamento Geral da União sem qualquer ônus de pagamento. E a Resolução 460 do Fundo de Garantia-–

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): E a contrapartida é de quem?

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: A contrapartida é do município ou do estado, então, continua então o que eu digo, subsídio pleno. No caso do... Do... Resolução 460 do Fundo de Garantia, a operação chama-se operação estruturada.

O próprio Fundo de Garantia ele não só prevê e provê financiamento, ele acoplado, tem um recurso de subsídio automático junto, para poder viabilizar o acesso ao financiamento. Como vem a operação estruturada, governo do estado, da prefeitura, doa o terreno, o tomador na ponta praticamente não paga nada. Então, praticamente subsídio total também na 460. O crédito solidário é um programa para baixíssima renda, 20 anos, sem juros, e também está colocado agora no Fundo um valor de 500 milhões para continuar a operacionalização, que é um programa de êxito.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): V.Exa., eu vou concluir...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Efraim, porque a Senadora Marisa está inscrita, Senador Jefferson...

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu já pedi permissão a ela aqui, ela me deu um minuto mais.

[risos].

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Só um minuto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Você pode fazer as perguntas e deixa para o final.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Já que o Ministro entrou na questão do FNHIS, o Fundo Nacional de Habitação do Interesse Social, Ministro, eu tive o cuidado de assistir, inclusive, a uma palestra de V.Exa. e guardei, no dia 20 de março de 2007, na Câmara dos Deputados.

E V.Exa., naquela data de 20 de março, completou um ano, aliás, dois anos, ao apresentar o PAC das Cidades, V.Exa. anunciou que dos anos de 2007 a 2007, 2010, aliás, os quatro anos, por intermédio do FNHIS, seriam aplicados 4 bilhões, 4 bilhões para construção de moradia e urbanização de favelas.

O orçamento de 2007 previa apenas 674 milhões para o FNHIS. O de 2008, 827 milhões, está aqui, eu estou com dados aqui que me foram dados pela própria Consultoria do Orçamento, e em 2009, 1,2 bilhões, totalizando nos três anos 2,7 bilhões.

Nos mesmos três anos, 207, 208, 209, foram empenhados, que nós já discutimos aqui, não é obra concluída, pouco mais de um bilhão. Até agora, em dois anos e pouco foi empenhado algo em torno de um bilhão. Considerando que o contingenciamento anunciado pelo Decreto 6.808, publicado no Diário Oficial de anteontem, prevê um corte de 36,1% no Orçamento do Ministério da Cidade, o valor previsto para o FNHIS, para 2009 cairia para 1,2 bilhões. De 1,2 bilhões para 766 milhões.

Se acreditarmos que serão empenhados neste ano esse valor, o volume de empenho nos 3 anos seria de aproximadamente de 1,8 bilhões. Se tudo o que está

previsto seja empenhado. Isso significa que em 2010 o Governo teria de empenhar 2,2 bilhões para atingir a meta de 4 bilhões pelo Ministério. A capa do caderno de economia do *Correio Brasiliense* que está aqui comigo, editado ontem, o Diretor de Política Econômica do Banco Central, Mário Mesquita, reconheceu que o Governo terá papel fundamental para evitar que o Brasil feche 2009 com retração na economia. A Manchete é bem clara: "*Recessão será evitada por dinheiro público, aumento do salário mínimo, benefícios assistenciais, investimentos em obras e gastos com a máquina, impedirão derrocada maior da economia*".

A Manchete, eu vou repetir, ela é bem clara. "*Recessão será evitada por dinheiro público, aumento do salário mínimo, benefícios assistenciais, investimentos em obras e gastos com a máquina, impedirão derrocada maior da economia*". Essa é a opinião do Diretor de Política Econômica do Banco Central, Dr. Mário Mesquita.

Minhas perguntas são as seguintes, para encerrar, são as últimas, garanto, Sra. Presidente, Sr. Ministro.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Estou às ordens.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Por que as metas previstas para 2007/2008 não foram cumpridas? Por que apesar disso o Governo contingência o orçamento do Ministério das Cidades em 36,1%? Anunciar investimento em obras e decretar um contingenciamento nos níveis do Decreto 6.808 não parece incoerência do Governo? São essas as perguntas. E agradeço a V. Exa. pela paciência e aos demais, senadoras e senadores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós já fomos muito tolerantes com o senhor. Após a resposta do Ministro, concedo a palavra a Senadora Marisa.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Por isso que eu já me despedi, Presidente.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Eu estou às ordens e é um prazer estar aqui. Senador, para cada ano foi feita a seleção de um bilhão de reais, todos os anos. Como eu disse, o FNHIS não é contingenciável, porque é parte do PAC, ele tem orçamento dentro do PAC e os empenhos são feitos, dentro a evolução, o empenho é feito dentro da evolução do programa, que é plurianual. Posso lhe enviar a lista, todas as autorizações de empenho que foram para a Caixa, pode haver um caso ou outro em que o Município não tenha assinado, não tenha trazido o projeto, mas é um bilhão por ano, sim, numa listagem que eu posso passar para a sua assessoria, que não tem aqui como passar agora, posso passar a lista de todos os municípios...

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): [pronunciamento fora do microfone] a consultoria, a Câmara dos Deputados.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Sim, mas eu quero dizer, estou explicando ao senhor, a seleção... O que conta é uma coisa é orçamento porque ele é um plurianual, é colocado uma parcela a cada ano, mas a seleção, autorizações de empenho são feitas, têm prazo, eu faço a convocação, *on line*, na tela, os municípios se habilitam, o governo de estado, é dado o resultado da seleção e é dado autorização para apresentar os projetos na Caixa e nós vamos colocando uma parcela do valor para poder as obras serem executadas, as obras não são executadas num dia, elas são em quatro anos. Então-–

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu não estou falando de obras, eu estou falando de empenho, isso aí...

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: [falas sobrepostas] o empenho é progressivo.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Isso aí, me permita, isso aí, está atualizado do dia 23 deste mês, me concedido isso aí pela Comissão de Orçamento, a assessoria que nos forneceu isso, que acompanhou todo o SIAF.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: A distorção que existe é porque é feito o empenho progressivamente que é plurianual, por isso que é o fato, agora, o que conta é a seleção e todos os municípios que foram autorizados. Eu posso disponibilizar, estou falando com... Aqui não está o pessoal de habitação, para o senhor, a listagem todas de todos os anos.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu solicitaria de todos os municípios brasileiros que forem autorizados.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Posso passar com o maior prazer, todas as licitações que foram um bilhão ao ano, inclusive, agora e agora, inclusive, estamos já preparando para esse um bilhão adicional no mês de abril, faremos a licitação.

Isso é público, nós colocamos, é possível até que esteja no nosso *site*, se eu não me engano, a listagem pode estar no nosso site de cada um desses anos, a listagem, senador, até para facilidade da sua assessoria, independente de eu enviar, se há dificuldade, acho que nosso site tem a listagem anual de toda a seleção do FNHIS.

FNHIS envolve construção, envolve melhoria habitacional, envolve assistência técnica, envolve plano de habitação. Então, são quatro modalidades e elas estão todas por ano no nosso *site*, é um bilhão de reais ao ano, o empenho é em função de ser plurianual o programa e as obras, os empenhos são feitos

dentro de percentuais, como disse há pouco, na área de saneamento foi 17%, no início era 11%, progressivamente vai sendo colocado o empenho, e por isso o senhor falou também, eu tenho tantos restos a pagar, por ser o programa plurianual, progressivamente, vão sendo feitos empenhos, o recurso não é perdido em nenhum momento.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Bom, eu agradeço a V. Exa..

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Passar a palavra a Senadora Marisa, mas antes eu quero aqui registrar a presença do Dr. Vitor Carvalho Pinto, Consultor Legislativo do Senado; Rodolfo F. Salomão, Especialista em Infraestrutura Sênior, Coordenador Substitutivo do PASS-BID; Sérgio Antônio Gonçalves, Diretor de Articulação Institucional da Secretaria de Saneamento; Manoel Renato Machado Filho, Diretor de Desenvolvimento e Cooperação Técnica do Ministério das Cidades; João Feu Rosa, Assessor Especial do Ministro das Cidades; ex-Deputado Federal, Leodegar Tiscoski, Secretário Nacional de Saneamento; Juraciema Marciano de Amorim, Assessor do Ministério das Cidades e Dalva Helena de Souza, Chefe da Assessoria Parlamentar.

Com a palavra a nossa Senadora Marisa Serrano, essa mulher paciente.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sra. Presidente, quero agradecer a V.Exa. e agradecer ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor e dizer ao Sr. Ministro que a gente agradece a sua vinda aqui, para nós isso é importante para a população brasileira é importante, afinal de contas, V. Exa. e nós temos que dar respostas à sociedade. Nós fomos eleitos pela sociedade, o senhor foi convocado pelo Presidente da República, que foi eleito para servir a sociedade. Então, nós temos que dar essa resposta.

E é por isso que a gente tem pedido aos Ministros, as entidades que venham aqui, que dialoguem, que conversem, que dê as explicações. Se a nossa Comissão, eu faço, sou suplente da Comissão de Assuntos Sociais, mas sou titular na Comissão de Fiscalização e Controle. E se nós formos fiscalizar e controlar o Governo, que é a nossa função, com os relatórios do TCU que esse ano estamos acompanhando *pari passu*, nada mais justo que a gente ouça de quem de direito para que a gente possa fazer bem o nosso serviço, o nosso trabalho e a sociedade acredite realmente que este Congresso e o Senado, principalmente, tenha uma resposta, está dando uma resposta à sociedade. Portanto, eu quero agradecer ao senhor, a toda a sua equipe, principalmente o Deputado Feu Rosa, um querido e grande amigo de muitos anos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Mas eu queria, Sr. Ministro, voltar algumas coisas, também o Leal também, falando do Leal, o Leal, desculpe, Leal, o Leal eu vejo mais amiúde.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Marisa está encontrando aqui seus ex-companheiros da Câmara.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sempre a gente tem os nossos companheiros da Câmara.

Mas queria dizer ao Ministro, e vou voltar, pretendo não voltar às questões que foram tratadas aqui pelo Senador Efraim, que todas elas eu acompanhei, eu sou subscritora, se me permite das suas preocupações.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Claro.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Mas queria colocar algumas outras questões, talvez um pouco mais sociais do programa.

Sr. Ministro, não quero falar da crise, nem dos cortes do orçamento, nem de contingenciamento agora, mas eu queria colocar que a falta de saneamento atinge 53% da população brasileira. São 47 milhões de brasileiros sem saneamento e 19 milhões de brasileiros sem água. Não é pouca coisa.

É certo que nós somos um país continental, é certo que nós temos muitos problemas mas isso é fundamental para as famílias brasileiras. As principais vítimas da falta de esgoto são as crianças de um a seis anos, são os pequenininhos, são aqueles que estão nas creches e pré-escolas e principalmente, eu não sei se V.Exa. sabe, que os meninos pequenos morrem mais do que as meninas nas favelas, nas localidades que não tem esgoto, justamente porque os meninos brincam mais fora de casa nas valas negras que existem.

A universalização da rede de esgoto no ritmo que nós estamos, vai levar, pelo menos, 113 anos, Ministro. Essa é a previsão. O que daria em 2122, mais ou menos, que nós completaríamos o país, essa universalização. É claro, eu sou da área de educação e eu sei o quanto nós estamos penando ainda, ainda nos falta um pouquinho para universalizar a educação fundamental, quiçá, educação básica.

Mas as estatísticas também revelam que morrem... A morte dos pequenininhos, Senadora Rosalba, V.Exa. que é médica, a morte dos pequenininhos, se deve principalmente a essa falta de serviços. Aí entra esgoto, água, lixo... Coleta de lixo, banheiro que não tem nas casas, são essas fossas que existem, aqueles buracos no chão.

No Brasil nós gastamos 0,09% com saneamento e 1.76 com saúde. Mas, Ministro, a gente gostaria muito menos com saúde se nós gastássemos mais com saneamento. Apesar de todas essas informações, que eu tenho certeza que V. Exa. sabe, os meus colegas Senadores aqui sabem também, e sabendo principalmente dessa correlação de saúde e saneamento que eu ouço no Brasil inteiro, no Brasil inteiro, o Ministério das Cidades devolveu 57 milhões de dólares do BID, recursos que seriam alocados em programas de saneamento em 129, ou em 109, aí os números estão meio confusos hoje aqui, das cidades que tinham o menor IDH, no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste, o menor IDH, as cidades mais necessárias, as que realmente precisavam.

Como é que a gente vai explicar, Senadora Rosalba, como é que a gente vai explicar, Sr. Ministro, às mães que perderam os filhos pequenos, nesses anos todos? Por infecção contraída com essas valas negras, com essas fossas, com esses banheiros de buraco ainda, para dizer que nós não tivemos a capacidade de ajudar a salvar seu filho e dizer que foi... Levamos um ano discutindo uma empresa, levamos tempo, aí depois nós esperamos, porque vinha o PAC, aí já são cinco anos, aí eu não sei se vamos terminar o ano que vem, que termina o Governo do Presidente Lula.

Como é que a gente vai explicar para as mães que perderam os filhos, as mães que estão lá e aqui eu falo em nome dessas mulheres todas, porque elas que estão criando seus filhos, como a gente vai explicar? "Olha, não, demorou, porque teve licitação, olha, demorou porque..." Para a família brasileira que perde um filho, para a família brasileira que vive lá nessas fossas, para a família brasileira que vive atrás, filas e filas nos Postos de Saúde, é muito duro a gente explicar com essa parte tão fria de números e dizer que não fizemos porque não deu.

É duro Sr. Ministro, e eu queria deixar essa minha angústia de professora, de mulher e, tenho certeza, da Senadora Rosalba, de mãe.

Mas aí eu vejo outra questão que eu queria colocar aqui. Se em 2006, se em 2004 foi assinado o projeto, o contrato com o BID, se 2006 começamos a seleção de municípios, 2004 assinamos um convênio, 2006 começamos a seleção de municípios, que dava de 15 a 75 mil e dos menores e mais baixos IDH dessa região. Aí, em 2008, só seis se mantiveram, eu queria fazer pergunta, uma pergunta ao Ministro, quais foram, objetivamente, as razões para que o Governo criasse tanta expectativa de obra tão importante para a saúde da população nesses 129 municípios, que no final de cinco anos, depois de cinco anos, cancelaram esse projeto.

O senhor acabou de dizer aqui que o saneamento é muito importante para esperar, o senhor falou isso agora há pouquinho. Já esperamos cinco anos. Os projetos já estavam prontos em 2002 pelo que o senhor colocou aqui na transparência. As prefeituras que aceitaram o programa, como esse, já sabiam, se é um programa com recursos internacionais, externo, já sabiam dos seus compromissos. Se não era viável, se não aumentava a capacidade orçamentária do Ministério, por que será que nós entramos num projeto como esse?

Se não era interessante, V.Exa. diz aqui que isso não é interessante, que o juro é alto, que não aumenta a capacidade orçamentária, e eu concordo com o senhor, não aumenta mesmo, mas é dinheiro novo. Por que, então, que nós faríamos qualquer tipo de negociação internacional que esse Senado aqui aprova?

Então, Senador Cícero, Senadora Rosalba, não vamos mais aprovar. Então, não é a questão, se não interessa, se não é importante, por que é que nós vamos brigar? E é caro. Por que é, Senador Jefferson, para que nós aqui no Senado vamos continuar apoiando e aprovando tudo o que o Governo Federal nos pede de recursos internacionais, porque passam por aqui? Se mandou é porque tinha viabilidade, espera-se que tenham estudado bastante para chegar até 2004 e nos dê uma resposta.

Aí, eu pergunto: O senhor disse que, talvez, fosse ineficiência. Não sei se é ineficácia, ineficiência, incompetência, falta de estrutura, afinal, foi um contrato feito, e contrato, nós estamos vendo aqui que muito daquilo contratado, empenhado também não está sendo pago, mas não é só na sua pasta não. É o Governo todo. Eu quero dizer para o senhor que está uma briga aqui. Esses dias vieram todos os prefeitos do meu estado para discutir aqui. Eu não pude estar aqui porque eu estava numa viagem fora, mas o Deputado Feu Rosa estava e explicou, como pôde, para dizer que realmente a Caixa Econômica estava lá, não é isso? Para poder justificar.

Mas aí depois teve o problema da saúde, teve que justificar. Aí problema do mapa, tem que justificar. Então, é um problema de Governo. Para mim é ineficiência do Governo porque é impossível. Tudo está atrasado, nada está se pagando, um caos nesse país, as estradas, Ministro, o senhor sabe disso.

Bom, para fazer a última pergunta que eu gostaria, eu queria colocar, assim, se essa unidade, essa empresa que é gestora do contrato, o senhor disse que é a ECAPLAN, ECAPLAN? Ela... ECOPLAN, ela levou 4 milhões e 700 mil de recursos, segundo o senhor, pagos para um projeto que não foi adiante. Ela foi a gestora do contrato. Ministro, eu queria perguntar:

nesse caso, há algum tipo de penalidade para uma empresa que era gestora de um contrato, que tinha a obrigação de adiantar as licitações, que tinha a obrigação de acompanhar as licitações? O senhor disse aqui que a função dela, recebe 4 milhões de reais, 4 milhões de reais e fica por isso mesmo?

Quer dizer, como é que nós, Senador Cícero, que estamos lá na Comissão de Fiscalização e Controle, eu já estava pedindo para o TCU porque eu quero acompanhar mais isso, como paga para uma empresa dessas que tinha todas essas obrigações e fica por isso mesmo? Eu não sei. Eu queria perguntar ao Ministro se essa empresa teve alguma penalidade para acompanhar essas licitações, essas, pelo menos, essas três licitações.

Ministro, existe no Ministério uma unidade de gerenciamento de projetos. Existe? Não sei se existe. Mas, em geral, os Ministérios têm, que cuidam dessa estruturação de projetos internacionais. Se existe, se ela trabalha em projetos internacionais, ou pelo menos a notícia que eu tenho, que esse contrato que foi assinado em 2004, encerrado em 2009, que tem cerca de quatro anos e meio de existência, dessa unidade que era comandada pelo Sr. Errol Seidler, não sei se essa informação é correta.

Então, eu gostaria de saber quanto foi gasto com essa unidade de gerenciamento, se ela é diferente dessa empresa gestora de contrato que trabalhou durante esse tempo do projeto, quais os custos diretos e indiretos dessa unidade? Quanto se gastou de custeio para manutenção dessa estrutura, salário, aluguel, tudo isso? Quanto se gastou com propaganda institucional com este programa? Porque o problema de propaganda aqui é fácil nesse país, joga a propaganda para tudo quanto é lado, a população fica acreditando que é verdade. E quanto se pagou ao BID em taxa de permanência pelo recurso não utilizado? V.Exa. nos disse aqui que a comissão de crédito foi de 358 mil dólares.

Essas eram algumas das perguntas, Sr. Ministro, completando todas as que o Senador Efraim fez. Eu queria, voltei mais para esse lado social, Senadora Rosalba, não é porque sou mulher não, mas é porque o saneamento diz respeito não ao Ministro, diz respeito à sociedade brasileira.

E saneamento, falta de saneamento são os pobrezinhos, os ricos têm saneamento, quem não tem saneamento é o pobrezinho. Então, nós temos que saber aqui por que é que os pobrezinhos desse país podem passar por tantos percalços como esses que nós estamos vendo aqui, porque dói, Sr. Ministro, a hora que bateu aqui e aí a gente tem que...

Estava dizendo ao Senador Flávio Arns que às vezes a gente briga com a imprensa, discute, mas a gente tem que agradecer a imprensa, às vezes, porque ela ajuda muito a gente na fiscalização e controle do país, porque nós não estamos nem conseguindo acompanhar tudo o que a imprensa tem dado para poder justificar ao país a fiscalização e controle das obras e dos gastos do Governo.

Eu queria agradecer muitíssimo a vinda do Ministro, isso para nós é importante. Não é nenhuma, como disse o Senador Efraim, nada pessoal e não pode ser, Ministro, nada pessoal. V.Exa. como funcionário do Governo, nós aqui como servidores do povo, nós temos a obrigação de dar a resposta.

Eu, como mulher, que vivo mais junto com as mulheres no meu estado e nesse país, a cobrança é educação, é saneamento, ontem, por exemplo, Ministro, eu fiquei arrasada com o corte em segurança pública e em educação. Eu falo: um país que numa crise não gasta com educação, não gasta com a mente das pessoas, não vai ser com serviço braçal que nós vamos reconstruir um país se nós, a crise bater muito pesado em cima da gente. É justamente com as mentes brilhantes que a gente espera que a educação tenha. Isso bate, agora imagino o senhor como é que está acabrunhado com um corte tão grande no seu Ministério.

Mas eu espero que a gente possa levantar a cabeça, ir para a frente e continuar acreditando. Obrigado, Sr. Ministro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora, antes de passar a palavra aqui ao Sr. Ministro, só gostaria de... Ela falou muito se referindo à minha pessoa, até porque na realidade eu tenho um conhecimento em função de ser pediatra, só para lhe dar um dado aqui, Senadora.

Em áreas que são saneadas, comparando com antes de não ser saneada, a mortalidade infantil, quando você passa o comparativo é de 40%, a redução na mortalidade infantil. Olhe o quanto é grave a falta de saneamento. E o custo com a saúde, nesses valores que a senhora mostrou aqui não contabilizou também outros custos que são, podemos dizer assim, com saúde, mas que na realidade são temporários e, talvez, não esteja nessa cifra que é a questão da dengue, que ela é bem maior em função da falta de saneamento, da cólera e de tantas outras doenças que também são transmitidas em função da falta... E eu acho que o saneamento não é só, não atinge só pobre não.

Se há uma coisa que atinge pobres e ricos, depende, inclusive, exatamente das cidades, têm cidades com 2% saneado, com certeza, pobres, ricos, são todos atingidos.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com toda a razão, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com a palavra... Com o senhor, V.Exa.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Senadora, a senhora colocou as suas preocupações, eu tenho as mesmas, acho que todos aqui presentes têm as mesmas preocupações, porque nós sabemos a gravidade. Como eu disse há pouco, independe do tamanho do município, da riqueza do Município, essa questão é terrível, as áreas de favelas, de palafitas.

Eu ando muito nessas regiões, eu sou daquela... Eu faço até uma brincadeira, eu sou do PNB, não do PNB Produto Nacional Bruto, mas do pé no barro, eu vou aos lugares e fico impressionado com situações, Senador Efraim, que, por exemplo, Nova Iguaçu... São Gonçalo, eu fui visitar várias áreas, as praças públicas não têm lago, tem esgoto. O lago é de esgoto. É uma coisa impressionante. Maré que quando sobe, reverte o esgoto para dentro das casas, com rato, uma coisa inacreditável.

Uma cidade que está há 30 quilômetros do Rio de Janeiro, um milhão e pouco de habitantes, 800 mil eleitores... Está lá numa situação crítica, ao lado do Rio de Janeiro. O senhor imagine em áreas remotas, como é que é a situação. A gravidade... É tema nacional isso.

O grande mérito do Ministério das Cidades, a partir, inclusive, desses valores do PAC, do valor do saneamento para todos, foi de colocar isso na agenda, chamar atenção para um tema que, obviamente, estava um pouco esquecido ou estava até jogado embaixo dos outros documentos, [ininteligível] Novo Hamburgo, cidade rica, rica de exportação, de calçados, aquilo, uma cidade muito bonita, vai ver o que tem de esgoto coletado, tratado. Você fala: "Não é possível."

A senhora vai em capitais que além do problema, já que a senhora é da Comissão de Meio Ambiente, além do problema da saúde, a senhora vê o Pantanal Mato-Grossense, a senhora vê bacias de rios como o Sinos, Capibaribe, rios que são afetados seriamente pela colocação de afluentes não tratados e aquilo afeta manancial e as pessoas bebem daquela água, sem tratamento, uma coisa horrível.

Então... Isso é um dos problemas nacionais mais sérios que nós temos. Fala-se muito em segurança, eu troco esta segurança por esta em saneamento, porque não é só também a parte de água e esgoto, saneamento envolve também a questão de drenagem, drenagem e lixo, porque muita gente morre aí por falta de drenagem e drenagem é saneamento.

Então, estamos, inclusive, agora para definir principalmente esses dias, talvez hoje ou amanhã, uma liberação de recursos para a drenagem, para situações que têm áreas críticas, enchentes recorrentes, para dar também resposta a esses pleitos das populações que sofrem com isso, que têm morrido, sofrem com as inundações, que uma coisa é o momento emergencial que o Ministério da Integração faz com a Defesa Civil e depois eu entro com a parte subseqüente, mas eu tenho que prevenir lá atrás, prevenir com obra de drenagem no projeto e na realização.

A respeito desse dado de 113 anos para chegar, a ABDIB há um tempo atrás colocou uns números que dava entender que podia ser esse horizonte. Não sei... Nós olhamos os cálculos e ficamos, as conclusões que chegaram alguns que poderia ser a partir dos dados da ABDIB que chegaram esse número, mas se leva em consideração o que foi feito até agora, o que está colocado no PAC, nossas previsões, que mudamos essa conta algumas vezes, mais um pouco ou mais ou menos, se é repetido o orçamento para os anos subsequentes ou ampliado progressivamente, também se é repetido, se ampliado progressivamente o valor do financiamento, as contas que temos feito são no sentido que por volta de 2027, 2028, teremos grande chances de estar chegando a uma universalização nessa área de esgoto, água e esgoto.

Então, os números necessários, os números divergem 200, a 220 bilhões de reais, colocados, dentro desse horizonte, agora, senador e senadora, o importante, Senadores, é que o tema não saia mais da pauta. Habitação e saneamento são temas da pauta hoje em dia de qualquer administrador, de qualquer partido, de qualquer ideologia, tem que continuar na pauta, tem que ser resolvido, por um caminho ou por outro tem que ser resolvido, cada cabeça cada sentença, cada partido com sua ideologia, cada Senador, cada Deputado, cada Prefeito, tem sua visão, mas o importante é que esteja na pauta e seja dada sequência ao tema.

Então, essa questão é variável de acordo com o levantamento feito de economistas, nosso número vai, a partir, inclusive, do PAC, prever 40 bilhões de reais, como nesses quatro anos temos, inclusive, migrações internas dentro do programa para poder facilitar as ações, migrações, por exemplo, tivemos, colocamos valor alto para o setor privado, operações de mercado, que não apareceram ainda a nível que queríamos, não é só Governo, é chamar também empresas privadas, para fazer operações de mercado, fazerem PPPs, algumas já apareceram e fizeram, mas não no volume para usar todo o recurso, fizemos até remanejamento para atender a drenagem, para não parar.

Então, os 40 bilhões no período de quatro anos, se isso é repetido, e aumentado, não só repetido, mas aumentado e executado, isso pode levar à essa conta que eu lhe falei, de até 2027, no máximo 2030, estarmos com essa questão equacionada.

A senhora colocou, muito bem, essa questão de anos que se... ou já foi colocado aqui antes, anos que se teve o estudo, que teve a não execução, etc. Mas os senhores vêem que as vezes é falta até de preocupação e tradição. O senhor vê que começou em 1995 e lá em 92, em 2002, perdão, já chegava a ter uma seleção de projetos, alguns foram feitos. E depois se levou à assinatura. Esse número que foi colocado de municípios elegíveis, não significa municípios selecionados, porque, inclusive, depois eu posso passar para a senhora aqui uma carteira, carteira do que era necessário para atender as necessidades todas aqui, o valor para essas cidades, cento e poucos, seria algo de um bilhão e tantos reais. Então, isso aqui seriam municípios elegíveis.

Na prática, a senhora viu, por várias questões, a questão de... Ou de CAUC, que é questão momentânea, mas a questão de projetos que precisavam ser realizados e também outro foco de atendimento que se deu, não se perdeu, para a FUNASA foram 70 municípios. Porque os esgotamentos de 50 mil habitantes passou a ser nível de atuação da FUNASA, e nós ficamos com o restante e aproveitamos o restante apenas, alguns não puderam, por problemas técnicos, serem aproveitados, mas como resposta foi dado o que era necessário, seis ficaram para as BID, 25 ficaram no PAC, a senhora viu a hora que eu passei, inclusive, com valores aumentados, só oito tiveram o atendimento inviabilizado, por questão técnicas de projeto ou inadimplência no CAUC. Então, número elegível não significava projetos eleitos. Caso contrário o valor do contrato teria que ser maior ainda.

Os tempos que foram perdidos desde 95 até hoje, sempre se diz respeito à morosidades administrativas, problemas de controle, problemas de discussões econômico-financeiras, de execução de contrato, que eu já mencionei anteriormente. Não creio que em nenhum momento, alguém tenha dito deliberadamente "Vamos refrear, vamos andar devagar".

Agora, a senhora fala da incompatibilidade do valor do contrato, com a execução. Como eu disse, a senhora colocou bem, repetiu o que eu disse, que não soma nada, não soma nada no orçamento, o orçamento é o mesmo, como eu li para a senhora aqui, em 2005 eram 94 milhões, em 2006, 74 milhões, valores do orçamento do Ministério para saneamento.

Então, a senhora vê, só esse contrato aqui se ele fosse sozinho já não cabia no orçamento, sozinho não caberia, se fosse colocar aqui, e tem outros programas também para executar. A partir de 2007, saltamos com um 1 bilhão 513, 1 bilhão 808, 1 bilhão 990, para saneamento. Aí já dentro do PAC nós fizemos a migração, não esquecer também que a FUNASA está no PAC também, certo? Então, esse perigo de que alguma coisa não possa ser feito, ele não existe dentro do PAC, porque não há motivo, não há CAUC que vá impedir, que não há contingenciamento que se coloque.

Os empenhos que o Senador Efraim colocou, às vezes, os empenhos, dão a interpretação equivocada do que está acontecendo, porque são feitos progressivamente em um programa plurianual, em medida de corrida ou não das obras, as obras maiores começam a aparecer, de repente tem que empenhar, então, são situações que têm que ser analisadas, cada caso é um caso, estou falando de modo genérico.

A [soa a campanhia] questão que foi colocada, então, de... Sobre empresa, ECOPLAN, o que ela fez... Não... Pra ser jogado fora, administrou o contrato, mas ela encaminhou as questões relativas aos projetos que foram aproveitados dentro do PAC. Quanto por fora do projeto, na unidade gestora, só duas pessoas, a senhora mencionou e outro está ali que é o Rodolfo, está ali, o terceiro está ali sentado, são apenas dois funcionários da unidade gestora que nós temos para acompanhar esses projetos.

Quanto ao que a senhora falou que não vale a pena analisar projetos que venham para cá, projetos internacionais, eu volto àquela expressão: cada caso é um caso. Por que aqui especificamente não haveria necessidade do contrato? Porque se criou um programa alternativo, que era o PAC, que passou a ter dotações muito maiores sem contingenciamento, e a senhora deve receber, inclusive, comentários de outros Ministérios que as vezes o contrato internacional ele é executado as vezes lentamente porque existe um contingenciamento, limite orçamentário ou limite financeiro que impede que ele tenha sequência normal, porque ele compete, dentro do orçamento, com o próprio programa daquele Ministério [soa a campanhia] ou com outras iniciativas até de outros contratos internacionais.

Então, é por isso que muitas vezes não vai adiante. No momento específico aqui a questão da devolução, bateu adicionalmente com a questão de liquidação de dívidas, não necessidade de continuar com recursos que já tinham substitutivo que era o PAC, que daria seqüência. Esses números aqui que eu indiquei permitiram isso, ou seja, se continuasse lá atrás com números baixos, era uma situação delicada como executar o projeto, teria que reduzir ainda mais, até porque reuniões foram feitas com planejamento, com os órgãos de controle até para fazer uma revisão do projeto para estreitá-lo mais ainda para trazer para a realidade, para a realidade orçamentária. Como entrou a realidade orçamentária diferente de 2007, a alternativa foi jogá-lo dentro do PAC, já que aqui havia uma

garantia de execução e com, inclusive, para as prefeituras, uma contrapartida menor.

Então, a preocupação existe sim com saneamento, existe todo dia, eu só falo nisso, eu falo até muito mais em saneamento do que habitação, porque eu vejo, eu ando por aí, eu vejo que a situação é delicada, não é só no esgoto. Fomos a Manaus, uma solenidade um dia, [ininteligível] uma unidade de água, uma senhora disse assim para nós: "Nunca tinha tomado um banho de chuveiro na vida. Nunca tinha". E a água, que a situação é muito melhor do que saneamento, agora, saneamento, a senhora imagina o que ocorre nesse país, país afora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Passamos agora...

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero usar a minha réplica.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Marisa, Senadora Marisa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu tenho o direito. Sr. Ministro, o senhor reconhece que o problema é sério, nós reconhecemos, drenagem, lixo, água, esgoto, fundamental para a vida da população brasileira. Eu queria perguntar ainda a V.Exa. o seguinte: o PAC já começou ou já fez ou já concluiu o saneamento nesses 129 municípios considerados de baixo IDH que estavam previstos, que foram analisados pelo seu Ministério, que o seu Ministério elencou como necessários, portanto, se eram necessários, provavelmente eles todos entraram no PAC, que eram os 129 municípios com mais necessidade. Afinal de contas, foram cinco anos de espera, eles estão no PAC, estão sendo feitos? Já concluíram, como é que estão esses 129 municípios?

E, além disso, por favor, Ministro, antes de assinar qualquer contrato internacional, veja se esse valor do empréstimo [soa a campanhia] cabe dentro do orçamento.

Agora, assinar um contrato em 2004, achando que isso não ia caber dentro do orçamento, não entra na minha cabeça, não sou financista, Ministro, mas é difícil a gente, entrar na cabeça da gente que vou assinar um contrato desse teor.

Em segundo. Criou-se o PAC em 2007. "Tá", criou-se. Será possível que na criação do PAC não se discutiu projetos, não estou dizendo só na sua área, em todas as áreas do Governo, mas é uma ineficiência enorme de um Governo que cria um programa como esse, com 129 municípios, um projeto internacional, um acordo feito assinado que passou por esse Congresso, tem que ter passado por aqui, criou-se o PAC, não sei, Senadora Rosalba, se todos esses municípios entraram no PAC, se eram prioritários ou não.

Quer dizer, tira daqui, "eu estou com dinheiro aqui", se entrou no PAC, se tem dinheiro é porque graças a Deus o mundo estava crescendo tanto em 2006, 2007 que eu acho que o Brasil deu para relegar recurso. Só pode ser. Com tanta necessidade, com tanta carência, mesmo tendo o PAC, Ministro, não me sai da cabeça, que a gente tinha aí um contrato feito, já estavam gastando tanto dinheiro e não operacionalizar.

Porque o PAC não vai suprir todas as necessidades. Se o senhor me garantir que os 129 estão completos, e olha, falta só um ano e meio para o Governo Lula, se o senhor disser que o PAC cobre isso, garante o saneamento dessas 129 cidades, eu ainda posso dizer: "Bom, jogamos fora um dinheiro, devolvemos, porque o Brasil não precisa mais de saneamento." E o saneamento como V.Exa. diz, para mim é coisa tão séria que como mulher e mãe eu fico preocupada com o que acontece nesse país, principalmente nessa área.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Eu não sou médico, mas sou filho de médico, que é pior ainda. A pior coisa não é ser médico, é ser filho de médico, a gente compreende mais, com o conhecimento do pai a gente quer resolver as coisas na hora, como eu fico angustiado quando entro nessas favelas, essas situações que eu me referi anteriormente.

Senadora, são 109, não 129, são 109, como eu mencionei, 25 estão atendidas no nosso PAC da cidade, 70 passaram para o PAC da FUNASA, apenas oito, apenas oito não, infelizmente oito, porque para mim um que faltar seria ruim, então oito não conseguiram entrar, por causa daqueles problemas que eu coloquei, ou deficiência do projeto ou questão de CAUC, que... agora nós temos...

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Não, seriam 109 no total, 70, foram para o PAC da FUNASA, 25 para o Ministério das Cidades, apenas oito que não foram contemplados.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ministro, como é saneamento, eu não sei se o senhor tem essa... Se o senhor não tiver, realmente [soa a campanhia] eu fazer depois um requerimento à FUNASA, ao Ministério da Saúde, a FUNASA, e oficialmente à V.Exa., porque tem que chegar, é o Governo, o Governo é um só.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Por favor.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E saneamento é uma coisa só, seja da FUNASA, seja do Ministério das Cidades.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Eu já passei, aqui, inclusive, nos quadros, os valores que foram alocados no PAC, que foram, inclusive, acrescentados, se fosse o caso até de repetir o quadro aqui.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Só nessas cidades.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Se pudesse repetir... É um dos penúltimos quadros.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Está aqui...

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: O senhor tem a mão.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: O senhor tem os nossos aí, quando foram reforçados, inclusive, até do Senador...

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Só que eu não tive a sorte de ser filho de médico, mas terminei engenharia...

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Eu sou filho de médico.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Por analogia, dentro de um cálculo rápido, nós não...

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não tem 120 aí.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Nós não podemos imaginar que nenhum desses municípios tenha começado. As obras...

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Começado?

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: [falas sobrepostas] as obras.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu desconheço, porque... Há de convir que foi devolvido, porque ficaram inviabilidades.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): 39 municípios.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Não, tenho 25 que são atendidos no PAC.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sim, mas já começaram?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Não podiam ter começado antes de devolvido o dinheiro.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Não, mas eles estão no PAC, estão...

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Mas o PAC está empenhando e não está começando. Ministro...

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: O orçamento está garantido, Senador, o orçamento está garantido, o recurso está garantido.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Mas não começou, a pergunta da Senadora é nesse sentido.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Se não começou num lado, não começaria no outro, se ele começaria de um lado, começaria do outro, porque estaria em condições de começar.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): O problema é que não começou as obras, infelizmente o que o Governo está anunciando é o que não faz...

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Não-–

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): O Governo, nós não podemos comparar obras concluídas com empenho, porque está o exemplo que eu mostrei aqui.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A pergunta minha?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Tem caso que o 0,1%.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Nós temos o mapa de todos-–

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A pergunta minha é se os 109 municípios, seja os 39 do Ministério das Cidades, os 70 da FUNASA, se pelo menos esses 39 estão em andamento?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sei que V.Exa. não tem como responder pela FUNASA, não é?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Enquanto o Ministro recolhe aqui as informações, vocês estão falando em 109 municípios, mas sabe quantos municípios têm o nosso Brasil? 5664.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pelo menos os piores IDH.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E quantos são 100% saneados? Era isso que eu também gostaria de saber. Acho que... É muito... Vamos fazer esses questionamentos para que a gente possa acompanhar. Eu acho que nenhum. Eu conheço, assim, 100%.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Ministro, a nossa dúvida é só essa aqui. Veja bem, eu vou dar um exemplo de 2007, no caso de habitação, vamos um caso de saneamento, pronto. Saneamento. Quem estava falando em saneamento, em 2007, para não se voltar aquele ponto crítico que V.Exa....

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Efraim, muito rápido, porque ainda temos dois Senadores aguardando e a hora já está... Temos que terminar às duas horas.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Foram empenhados 1 bilhão 532 milhões. E só foi pago de

empenho 1 milhão. E foi empenhado 1 bi, 1 bi e 700, 1 bi e 500 e foi pago um milhão. Então, é isso que nós estamos aqui tendo a dúvida, daí o requerimento de V.Exa. ser importantíssimo, para sabermos o início dessas obras, porque o que está acontecendo, Ministro, tudo, não é só na área de V.Exa., todos os municípios, quando se levanta uma questão, "Está no PAC" e por isso, "Está no PAC", e "Está no PAC. Está no PAC" e a obra empacou, ela está empacada.

E nós precisamos, nós estamos fiscalizando essas obras se existe um empenho de 1 bilhão e meio e se foi gasto 1 milhão de reais tem alguma coisa errada. Estou falando de uma forma em geral, aqui não levantamos nenhuma suspeição, nada disso, pelo contrário, nós queremos é ter o direito de fiscalizar que é nossa obrigação.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: E queremos ser fiscalizados até para aprimorar os procedimentos. Agora, Senador, é o seguinte: da nossa parte, na ponta que nós estamos é o seguinte, a obra vai... Anda, é solicitada a vistoria à Caixa, é feita a confirmação, a glosa, discute-se o valor que está colocado, é feita a comunicação ao Ministério e nós providenciamos imediatamente o pagamento. É assim que é feito, o recurso, o limite orçamentário, o limite financeiro existe e são liberados, não estão contingenciados, basta ver o pedido que, inclusive, temos o G(F) agora dentro da própria Secretaria de Saneamento que já libera diretamente. Então, não há problema algum.

Sobre as perguntas de andamento, Limoeiro do Norte, a assessoria informa, já está com 20% andando e um dos casos aqui, por exemplo, que é de lá do Ceará, Morada Nova, que veio do PASS-BID está com 70% de execução. Eu posso fazer à senhora...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Assu já começou?

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: A senhora queria fazer um requerimento, da nossa parte do Ministério, eu posso combinar, estão aqui os nossos Secretários, as pessoas, os coordenadores para... Porque nós temos o caderno de todas as obras, como elas andam, como estão todas elas, para informar sobre como está nesse caso, se já apresentou projeto, se já foi aprovado, se já foi dado início de obra, se já foi medido, se está sendo pago, nós temos o detalhamento inteiro.

Agora, o importante é estar enquadrado, se estiver nessa fase de assinatura de contrato, é uma coisa, se já tiver andado é outra, se estiver medido é outro, então as velocidades, agora, o importante é que já está dentro, não está aquela... "Vai entrar no PAC, já entrou', isso já entrou.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):[pronunciamento fora do microfone] As nossas 25 e as outras são 70, que são da FUNASA, da nossa parte nós podemos até pedir depois à FUNASA para encaminhar à senhora, podemos fazer também, [ininteligível] não há problema algum, estamos juntos nisso, mas, de imediato, comunicar à senhora o andamento das obras.

São mapas como esse aqui detalhados, a senhora vê a descrição da obra, seu investimento, CGU, contrapartida, situação, início da obra, previsão de conclusão, andamento total executado, número de famílias, beneficiados, que a gente já pagou, nós temos o acompanhamento detalhado e é bom até que, a respeito da fiscalização, a senhora possa ter um documento desse até para nos cobrar mais alguma coisa para informar.

Porque o nosso interesse é realizar obra e outra coisa, senador, e o senador sabe muito bem, eu tenho falado isso, nós chamamos os prefeitos, esquecendo aqui só essa questão do PASS-BID e não perguntamos que partido são, os prefeitos. A senhora sabe que eu já fui de vários Governos, inclusive, já fui do Governo anterior como Secretário...

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Não, não, gostaria de dizer isso, é importante mencionar para mim, é importante dizer isso. Já fui do Governo anterior, já fui desse Governo, nós não perguntamos a qualquer prefeito. Eu circulo, eu faço reuniões com prefeitos, convoco, quando eu vejo tem prefeito de tudo quanto é partido, eu vou lá, eu pergunto: "O que está acontecendo?" Eu levo, tipo desse formulário assim e mostro para o prefeito, "Olha aqui", parece até que eu sou o interessado que eu quero ver a coisa realizada, como as senhoras, não quero ver criança morrendo, eu não quero ver criança morrer.

Eu vou lá, "Prefeito, olha aqui. O senhor está com uma CAUC suspensiva. O quê que foi? O senhor não conseguiu a licença, o seu projeto não está funcional, o senhor tem que ir lá na Caixa e apresentar. O senhor tem que ir lá." Outra coisa, o Prefeito diz assim: "Olha aqui, já tem uma medição, está colocado 30%, mas já me mediram 80. Então, eu vou ver na Caixa por que não chegou ainda para mim para eu pagar, pode ser que tenha havido alguma glosa", eu fico atrás. Eu dou meu telefone para todo mundo, o senhor sabe disso, [ininteligível] televisão, jornal, para as pessoas me ligarem, eu respondo, eu fico atrás, eu falo com prefeito, governador, secretário, mestre de obra, eu vou perguntar o que está acontecendo, para todo mundo,

porque eu quero obra realizada, eu estou atrás para poder fazer.

E nesse caso aqui específico, nós achamos esse caminho para poder dar garantia até da execução, porque eu teria o medo se fosse um orçamento menor, porque o PAC é o PAC, e outra coisa é o orçamento a parte, que de um momento para outro, um contingenciamento parasse a obra que não está na PAC, no PAC é garantido que vai.

Então, quanto aquela questão de caber ou não caber, a senhora falou, é claro que você pode depois diluir o valor do contrato pelos anos. Mas agora, que é fatal é, é que não soma um contrato não soma nada, porque esse procedimento mudou, no passado não era assim.

Eu tive essa experiência, como eu disse à senhora, com o Banco Mundial, no Ministério da Agricultura, que eu não assinei porque não tinha vantagem, eu ia ficar preso a regras do banco e eu tinha o financeiro, o orçamento e o financeiro equacionados, facilmente equacionados e não precisava trocar. A senhora sabe que pressões eu recebi para assinar? Toda a área econômica naquele momento precisava de aumento, aumentar reservas internacionais, até do Diretor do Banco Mundial eu recebi visita. Até fiquei pensando: Será que tem algum bônus aí também, tipo da [ininteligível], tinha que pagar um bônus... Diretor, por que ele veio visitar, veio de Washington visitar para assinar? Eu não quis assinar e não assinei. Eu era só Secretário Executivo, não era Ministro, não assinei. Não assinei porque não havia necessidade.

Agora, aqui, então, o importante é que teve alternativas, se não tivesse alternativa, estudaríamos outras soluções para o caso, mas a alternativa foi do PAC. Agora, o importante é informar, informarei a senhora como anda cada projeto, como está cada situação e, se for o caso, junto, se for o caso, quando fizer uma visita a uma dessas cidades, gostaria que os senadores pudessem ir comigo para a gente ver lá a realidade, o quê aconteceu? Pegar um caso, um *case*, um desses aqui para ver o que aconteceu, o que aconteceu, se realmente a coisa anda ou não anda, é a realidade da vida.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Cuidado para não escolher só os que estão perto de inaugurar.

[risos].

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Hein? Perdão? O quê? Perdão, Senador? Perdão?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ele está brincando.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu estou dizendo, brincando, cuidado para não escolher só os que estão perto de inaugurar.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Não, eu visito, eu ando por eles todos, eu vou pelo meio do caminho. E nossas áreas, não são só habitação e saneamento. Ontem, por exemplo, eu estava em São Leopoldo visitando, sabe o que, Senador? As obras de extensão do TRENSURB(F), que é empresa do nosso Ministério, de São Leopoldo e Novo Hamburgo [soa a campanhia], eu estava lá vistoriando, aquele lamaçal danado, uma poeirada danada, para ver se a coisa anda mesmo, porque aquela... O olho do dono que faz a vaca...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Como é que é? Exatamente, essa expressão. Então, eu vou lá para poder cobrar e fico o dia inteiro nessa loucura, o Brasil inteiro, eu faço isso, eu vou à reunião dos prefeitos, eu quero ver à obra ser realizada.

Não interessa esse negócio de papel, que assinou, eu quero ver, dado concreto. Eu faço isso, não tenho limite e não uso, maioria dos casos eu não uso avião oficial [soa a campanhia], eu uso avião de carreira, eu sou maratonista de aeroporto, gosto de fazer isso, porque é o meu espírito, sempre foi assim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Passamos agora a palavra ao Senador Jefferson Praia. Em seguida ao Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Bem, senhora Presidente, eu vou ser breve, vou apenas fazer algumas observações e dar a minha contribuição com relação a essa questão dos projetos que trabalhamos no nosso país.

Primeiro é importante nós verificarmos o seguinte: a falta de planejamento. Quando há planejamento no Governo Federal, não há nos estaduais e nos municipais. O Brasil não tem um planejamento. Nós temos idéias... "Vamos fazer tal obra e fazemos aí um plano tal e vamos fazer tantas obras" e lá na ponta o Prefeito que muitos até não estão preparados para gerir nem o seu Município, por isso que V.Exa. teve aquela observação do prefeito, da prefeita que disse: "Olha, Ministro, não adianta o senhor ter o recurso e eu não ter uma contrapartida." Quer dizer, olha só a falta de visão de um administrador, de uma administradora do município, em fazer essa observação [soa a campainha].

Na verdade, ela colocou como se fosse uma pressão para V. Exa.: "Não, o senhor resolve, eu preciso do dinheiro." Então, essa questão do planejamento, nós vamos ter que trabalhar isso no nosso país. Trabalhar o planejamento, eu defendo o planejamento a médio

e longo prazo, nós não temos isso, independente dos Governos, nós temos que fazer isso, porque o resultado final, sabe qual é, Ministro? Quando começa, às vezes, a obra, não termina. Aí temos aí centenas, às vezes milhares de obras inacabadas, porque vem o Governo seguinte e não dá continuidade, então, um ponto para ser trabalhado.

Agora, eu gostaria de saber diante dos problemas enfrentados aí pelos municípios, para ter acesso aos recursos que estamos trabalhando aqui, projetados, o que o senhor sugere? Qual a sua sugestão para melhorarmos esse quadro? O que o Município tem que fazer? Principalmente aqueles que não tiveram acesso a esse programa que estamos tratando. O senhor foi a Manaus, Manaus é minha cidade, eu nasci lá, sou do Estado do Amazonas.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: O senhor identificou a questão do chuveiro que foi lá exatamente.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Eu tomei banho com o povo lá também porque, eu vou te dizer uma coisa, uma vergonha, aquilo é na verdade uma vergonha para a gente. Amazônia, o mundo das águas você não ter água, você não ter água na capital, rapaz, faltar água lá, há anos o povo não tinha água, agora que se começou a trabalhar uma coisa dessa natureza.

Agora você não ter água, abastecimento de água ineficiente, esgoto sanitário, nem se fala Senadora Rosalba Ciarlini. Coleta de lixo, você ter uma idéia, tem um Município que nós estamos trabalhando junto com o prefeito, até para ajudá-lo, porque aquela população precisa de ajuda, na realidade o Município do Estado do Amazonas chamado Inhamundá, é uma ilhazinha pequena, acho que é dois quilômetros de diâmetro, alguma coisa assim, na vazante eles colocam o lixo ali, quando vem a cheia, o rio leva os lixos. Olha só, quer dizer, nós não temos uma política adequada.

Eu falei com o Prefeito recentemente, disse, "Olha, rapaz, uma das coisas fundamentais no teu município é resolvermos aquele problema." Por que ali, a senhora imagina a quantidade de doença que nós estamos aí, na verdade, estimulando.

E para finalizar, no contexto da política de saneamento, eu queria saber, quais são... Eu queria saber sobre o seu Ministério, quais são as dificuldades que o senhor tem no seu Ministério, para priorizar a política que V.Exa. trabalha? O que o senhor... Eu sei que aqui não é hora de o senhor abrir o seu coração para a gente, [risos] mas, veja bem, a minha intenção é perceber que dificuldade o senhor atravessa para que nós, que estamos aqui também vermos como é que nós podemos ajudar, porque nós queremos, eu quero também que as obras cheguem aos municípios, que a população seja ajudada. Eram essas as minhas observações.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Pois não, Senador, o senhor colocou a questão do planejamento, da ação conjunta com estados e municípios.

Quando começamos a montar o PAC, nós começamos a chamar os governadores, os prefeitos de regiões metropolitanas, em cidades, de maior porte em cada Estado, para a gente discutir as necessidades e as interações. Eu vou contar um dado aqui que o senhor pode até não acreditar, mas o senhor vai ficar boquiaberto, vou dizer logo a cidade qual foi, São Paulo, região Metropolitana, chamamos todo mundo, do Governo do Estado, toda a região Metropolitana e a Ministra Dilma estava comigo, eu estava conduzindo as perguntas, etc, e o nosso objetivo era ver o que era necessário fazer de obras estruturantes, tanto municípios, um junto ao lado do outro, eu não vou fazer obra de saneamento aqui sem olhar o do lado, isso é... Região Metropolitana, isso é básico [soa a campanhia].

E comecei a fazer perguntas, passei perguntas também para a empresa estadual de saneamento para ver quais eram as prioridades do programa de investimento ao longo dos anos. E de repente começou na exposição lá na empresa alguma coisa eu passei para os prefeitos, começaram a dizer "Olha, eu tenho essa prioridade sim, mas não é para 2025, é para 2009, eu quero agora e outro assim. Espera aí, quem disse que eu quero fazer isso no meu Ministério... No meu Município?" Depois entre os municípios, "Espera aí, você vai fazer isso, não vai passar para discutir comigo", foi uma reunião, assim, surrealista que eu descobri o seguinte: politicamente todos eles se conheciam e falavam, mas esse tema de saneamento não estava na pauta, como eu mencionei para o senhor, tem que estar na pauta deles todos.

O senhor sabe que, Senador, sabe o que me pediram e a Ministra Dilma? Era uma quinta-feira, "Será que a gente podia fazer o seguinte, terça-feira a gente faz reunião em São Paulo, enquanto isso a gente conversa sobre esse tema?" Isso dá espírito de que...

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Ministro, me permita.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: O senhor colocou, é a falta de entrosamento, de planejamento, entre os órgãos envolvidos numa região metropolitana, agora, para eu poder atuar eu simplesmente quero priorizar o que o grupo vai trazer para mim. Nós não impusemos nada, "Eu quero fazer isso, eu quero fazer aquilo", nós selecionamos alguns temas importantes e foram colocados pelos participantes, sim, e nós queremos isso, não queremos aquilo, mas para ele dizer

isso em conjunto, tiveram que voltar e conversar porque nunca tinham tratado do assunto.

Então, o tema planejamento, realmente, sim é delicado em todos os níveis, mais do que isso, a interação e o entrosamento têm que existir, por isso que nós temos agora esses planos, exatamente, no FNHIS, temos o Sistema Nacional de Habitação e Interesse Social, temos a questão do Plano Nacional de Saneamento, Plano Nacional de Habitação, registrar que o Congresso Nacional, há pouco tempo, deu uma demonstração da priorização do sistema de saneamento, passando uma lei que vinha sendo discutida há 10 anos, ela foi aprovada aqui no Senado por unanimidade e foi aprovada por aclamação na Câmara. Então, e foi sancionada como veio pelo Presidente da República, depois, intensas forças de negociação, eu participei disso, com todos os envolvidos [soa a campanhia], com trabalhadores, empresários, empresas estaduais, municipais, sempre que há divergência, para lá e para cá, tudo foi colocado na mesa, privadas, públicas, e saiu a lei.

Então, conseguimos, num esforço, montar o marco regulatório do saneamento, foi um grande avanço. Agora nós estamos querendo colocar todo mundo junto para definir o planejamento como é que isso funciona. Então, Plano Nacional de Saneamento está na lei e é obrigatório fazer e cada Município também tem que ter o seu plano, cada estado tem que ter o seu plano. E vamos nesse esforço adiante. É uma conscientização e uma realização prática diuturna que estamos fazendo.

Agora, foi colocado aqui que pode ser problema, exatamente o senhor vê que a origem está também na falta de experiência de quem está na ponta, porque não havia uma cultura de realizar, realizar, realizar projetos que seja habitação e saneamento, é um aqui, outro acolá, não adianta passar os recursos para vários municípios, eu sei o problema, até usei emenda parlamentar alguma vezes, eu coloco recursos para lá e depois o prefeito fica entalado com recurso e não consegue fazer, porque ele não consegue o quê? Ter uma equipe técnica lá e nós temos que dar ajuda aqui com pessoal nosso vai ajudar, ou a Caixa Econômica também, por instrução do Presidente, está com escritórios para ajudar a montar, não fazer, mas a montar os projetos.

Então, está faltando, eu digo, mais capacitação no conjunto todo, para que os projetos venham melhores, mais ágeis no exame porque senão um projeto complicado, vai demorar a sua análise, você vê numa formatação mais fácil, com a clarividência da sua funcionalidade, as coisas fluem mais rapidamente.

Então, problema sim, é essa coordenação toda de planejamento e ação conjunta e nós na execução dos projetos nós ficamos dependurados no telefone, fazemos teleconferência, e vídeo-conferência com todo o Brasil, para que as obras andem. Nós somos interessados, como disse à Senadora, sim, em resolver o problema, em resolver o problema, sem qualquer interesse político, queremos resolver a questão, não importa aonde seja.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Aqui ninguém falou [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Não, mas eu estou falando -–

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ainda bem que ninguém aqui [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Eu estou falando porque o nosso desejo, o nosso desejo como já fui de vários governos, eu posso falar sobre isso com isenção, o que nós queremos é realizar a obra para acabar com esse problema, a criança sai de casa e bota o pé numa língua de esgoto. Não há quem aguente isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Agora vamos dar continuidade. Concedo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de parabenizar a Senadora Rosalba Ciarlini pela condução dos trabalhos que já várias horas que nós temos o privilégio de ouvir essas informações, mas exige muita paciência e concentração de todos nós, então, parabenizo a Presidente da Comissão.

Parabenizo também os subscritores, senadores desta convocação, que nos deu a oportunidade de nos inteirarmos de várias informações que poderemos transmitir nas nossas bases. Eu parabenizo ao Ministro pelas... Já o conhecia, conhecia da sua competência, conhecia da sua cordialidade, cordialidade esta que foi transmitida ao longo o de todo esse debate, assisti a cordialidade em *off* aqui, perante as câmeras, uma cordialidade, talvez, da cena necessária e o senhor a teve, mas principalmente a cordialidade que eu assisti nos bastidores, fora da cena, fora da câmera, que foi a forma carinhosa que o senhor recebeu o Presidente do PSDB que é um partido de oposição, o Senador Sérgio Guerra, nosso amigo, e que se percebe no relacionamento e na forma de conduzir as coisas públicas, o senhor sabe diferenciar o que é oposição, o que é situação e sabe conduzir esse Ministério da melhor forma.

Foram acrescidas as... Esses atributos que eu já o conhecia, de conferencista, porque o senhor aqui

durante mais de três horas nos enriqueceu de uma série de informações e eu diria de forma, assim, mais de brincadeira, de um novo atributo, que é a coragem. O senhor esteve aí durante todo o tempo e não esteve em nenhum momento cercado por um... Ladeado, por um assessor que vou chamar de *Google*, que fica fornecendo todas as informações necessárias e diferentemente de muitos outros que aqui passam e que se cercam de uma série de assessores ao lado, às vezes o senhor colocava o olho cumprido aqui para o meu lado esquerdo, mas, na verdade, era para sinalizações pontuais, o que demonstra o domínio da pasta que V. Exa. hoje toma conta no Brasil.

Eu fico feliz também porque minha visão é a visão empresarial. Empresarial eu não me desligo da análise das pessoas. E me sinto feliz como cidadão brasileiro e como empresário, de assistir que o país está em boas mãos, o país tem gestores competentes, tomando conta da nossa nação. Há poucos dias assisti aqui o Presidente da PETROBRAS, o Sérgio Gabrielli, que fez uma brilhante exposição, assisti o Presidente do Banco Central, o Meirelles, assisti o Ministro do Turismo, o Juca Ferreira, todos eles demonstrando, da mesma forma que o senhor demonstra, extrema competência.

Gostaria, no entanto, de fazer alguns questionamentos que são... Vou tentar ser bastante sintético devido ao adiantado da hora, mas são quatro rápidas observações. Uma é o seguinte, devolução de empréstimo, se tratando de empréstimo internacional, externo, é uma coisa que um empresário estranha; existe no mundo atual, talvez, o ponto onde está a análise da crise mundial, é a carência de crédito. A carência de crédito internacional, talvez, expresse a maior causa das dúvidas para onde o mundo vai evoluir economicamente [soa a campanhia]. E é exatamente em função desta devolução de um empréstimo externo que nós estamos aqui inicialmente convocados.

Foi... Foram priorizados municípios dentro de um critério que eu considero que à época, quando os recursos, a origem dos recursos eram origens de empréstimo externo, então, o critério de seleção desses empréstimos deve ter sido muito, vamos dizer, deve ter havido um critério muito rigoroso porque ninguém toma empréstimo externo sem ter a visão de prioridade, até porque o empréstimo externo é um empréstimo na qual o país em si não sabe a que preço vai devolver, em função das variações monetárias.

E dentro desse critério os municípios elegíveis foram municípios, 109 municípios, entre 15 e 75 mil habitantes. Esta Casa desde ontem questiona os critérios deste novo projeto que é o *Projeto Minha Casa, Minha Vida* no tocante ao dimensionamento desses municípios. Foi citado aqui pelo Senador Efraim, exatamente o caso da Paraíba, dos municípios na Paraíba só três municípios que teriam capacidade de atingi-los. Isso é... Um fator extremamente questionado por nós.

Então, na qualidade de gestor de um Governo como um todo, nós pediríamos que V.Exa. fizesse chegar aos gestores, demais gestores desse Governo, de que esse... O projeto habitacional brasileiro, esse novo projeto habitacional, ele tem pontos bastante interessantes, pontos fortíssimos, chega em bom momento, exatamente na crise internacional, geração de empregos [soa a campanhia], incremento de crédito à construção civil, num momento que a construção civil se ressente e o segmento da construção civil é um segmento por demais carente de crédito, mas, na verdade, esse projeto necessita uma adequação: a limitação do valor de habitantes na quantidade de habitantes, 100 mil habitantes para incluir o projeto é demais prejudicial à execução desse projeto.

E eu diria, reforçaria com as seguintes observações. A estratégia me parece ser a concentração em grandes cidades, exatamente nas grandes cidades nós vamos ter maiores restrições ambientais, nós vamos ter maiores restrições de disponibilidade de áreas. Então, se o projeto visa a regularização fundiária exatamente dessas áreas, nos municípios menores isso seria feito de uma forma muito mais prática, muito mais fácil. Então, se nós assistirmos agora mesmo um projeto, todo um volume de recursos externos serem devolvidos, porque o Governo não conseguiu materializar o projeto como um todo, então, nós como brasileiros desejamos que o Governo materialize esse projeto de 1 milhão de residências e se esse projeto for estendido para os municípios de menor dimensão, ele vai, na verdade, conseguir o seu objetivo de uma forma mais rápida.

E por fim, eu gostaria de solicitar ao Ministro qual a repercussão, já que houve um contingenciamento de 36,6% no Ministério de V.Exa., de que forma isso atinge o Ministério, mesmo sabendo que o projeto, os projetos que estão incluídos no PAC eles não são atingidos por esse contingenciamento, porém, esses 36,6% de alguma forma vai atingir o Ministério de V. Exa. Eram essas... Os meus questionamentos.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Senador, obrigado pelas suas palavras amáveis, exageradas, eu diria, a meu respeito. Passando à questão do questionamento, o senhor colocou a visão empresarial.

Eu também já atuei em empresa privada, um empréstimo internacional é fundamental; pegar a *FC*, empréstimo da *FC*, favorecia para desenvolver o projeto petroquímico, ela fazia isso, era excelente. Por

quê? Na empresa eu tenho orçamento aqui, o outro orçamento já é aqui e eu passo a ter isso aqui porque eu tenho inteira liberdade de atuação, não tenho problema de limite orçamentário ou financeiro. No caso do... empréstimo internacional do Poder Público, esse orçamento entra aqui dentro, fica o mesmo, e aí o senhor pode executá-lo dentro desse limite, ele não soma, se era 100, eu trago 100, continua 100. Eu não fico com 200.

Se aquela idéia que eu estou perdendo um empréstimo internacional, eu não estou perdendo nada. Eu estou simplesmente trabalhando com o mesmo número, poderia haver uma facilidade de utilizar o financeiro mais facilmente fora de... Outro cronograma de liberação do tesouro, a única vantagem que teria, e eu teria o empréstimo que teria que ser pago algum dia, eu já estou recebendo, mas tenho que devolver algum dia. Eu vou ter que devolver, vou ter que pagar juros, e pagar taxa de permanência.

A visão que o senhor disse, a visão empresarial é perfeita, tivesse que fazer o exame empresarial agora, administrasse, tivesse alguém me oferecendo os 95 milhões, eu estava na mesma hora pegando os 57 milhões, que a parte de empréstimo, estaria pegando na hora para empresa, mas dentro da contabilidade pública, só posso fazer isso, só usarei se eu tiver sérias dificuldades de liberação de financeiro ou de liberação de orçamentário.

A imigração para o PAC foi feita porque não precisaria mais preocupar com limite. Eu estava dizendo há pouco, em resposta às perguntas que qualquer obra que é executada, ela é parcialmente executada e que é medida parcialmente, ela é paga imediatamente, é assim que funciona. Então, eu não dependo de ninguém, não dependo de procurar dinheiro em algum lugar, ou está no orçamento, já está planejado, o próprio Senador Efraim colocou a questão dos valores estão empenhados, resto a pagar altos, porque já estão empenhados, estão garantidos lá. Aí empenhado, vai sendo pago. Não tem problema nenhum.

Então, esse é o quadro, a empresa, o senhor tem toda a razão, mas no serviço público por essa modalidade de contabilização é que as coisas não funcionam como funciona a empresa privada. A questão do... O senhor colocou da concentração na cidade de mais de 100 mil habitantes, podendo chegar a 50 mil, tem uma ressalva, pode chegar a 50 mil, não está fechada a porta até 50 mil, a concentração está mais porque ali está o déficit habitacional mais sério, nas cidades grandes, nas regiões metropolitanas, [ininteligível] pode ter cidade com 5 mil, 4 mil, que está na região Metropolitana, não interessa o tamanho.

Mas existe também um outro lado que é interessante. Fica mais dramática a situação do déficit habitacional numa cidade grande porque muda o relacionamento entre as pessoas, de repente, até com problema de segurança, o tráfico invadindo a área de favela, etc. Nas cidades menores de alguma maneira ou de outra, também [ininteligível] operacional, por outros caminhos que nós temos, o próprio FNHIS, o 460 que eu falei, o crédito solidário, se for na área rural, cidade do interior tem área rural, também nós temos recursos para isso, então vai ser... Continua com aquela expressão que eu falei, que a vida continua, os outros projetos que nós temos continuam a ser executados, então, será atendimento.

Na cidade grande o senhor colocou o problema de restrições ambientais, o valor da terra. Nós tivemos cuidados no programa, o valor da terra. O senhor deve ter visto que, ouvido que foi colocado um valor de 60 bilhões, 60 bilhões envolvidos nesse projeto. De onde saiu esse número mágio, qual é esse número mágico? É 1 milhão de unidades *versus* alguma coisa, *versus* 60 mil, vezes 60 mil. De onde saiu os 60 mil, porque a gente só fala nos subsídios que estão a 34, que 60 mil são esses? 60 milhões são esses? Foi, colocou-se para sustentar o programa, para ter os valores disponíveis, foi colocado um valor médio numa cidade que tivesse o preço da terra elevado, foi São Paulo, uma unidade de 45 metros quadrados, então ali você tem um valor de 60 mil, então você pode jogar para cima, para baixo. Até ontem saiu na televisão, a expressão, isso não significa que seja o valor das casas de 60 mil, pode ser menos, inclusive, porque a Prefeitura, os governos de estado, vão doar terrenos, vai custar muito menos do que isso.

Agora se tiver que custar esse valor o programa aguenta, não tem problema nenhuma porque alguém colocou todo o subsídio vai se perder porque o valor da terra vai estar elevado, mas ele está montado para suportar também esse valor. Não há problema algum.

A questão das restrições ambientais foi feito para se montar esse programa, está lá na exigência do programa que foi feita uma negociação com entidades, órgãos ambientais, com entidades representativas que existem até associações nesses órgãos que tratam de programas ambientais, estados, municípios, até da União também e o Ministro Minc também participou, liderou essa questão, foi feito o compromisso de que não estando declarado em área de preservação permanente, não estando em beira de córrego, em fundo de vale, nas situações normais, a licença, o licenciamento será dado no máximo em um mês.

As solicitações que pudesse ser liberado mais rapidamente para terraplanagem, supressão de ve-

getação, mas ficou, assim, é o compromisso de um mês. Então, o problema da terra está colocado pelo valor médio colocado, o programa suporta isso e também a questão ambiental por essa decisão de ser em um mês.

Só completar o seu raciocínio matemático, de 60 bi, de onde saiu o 34, só para refrescar a memória aqui, o seguinte, subsídios: até 0,3, de zero a três salários mínimos de renda, são 16 bilhões de reais que é uma continha simples, é 400 mil unidades, vezes 40 mil, se colocou um preço médio nessa faixa. Depois de três salários até seis salários [soa a campainha] nós temos aí 10 bilhões de subsídios, 2,5 bilhões do OGU e 7,5 bilhões do Fundo de Garantia. O Fundo de Garantia sempre pediu, eu sou do Conselho Curador, sempre pediu que houvesse uma ação também de subsídio do Governo Federal, do OGU, está aí a resposta aí com 16, mais 2,5, tem 18,5 aí colocados contra 7,5 do Fundo de Garantia.

Temos aí, temos 10, com 16, deu 26 bilhões de subsídios, da operação mesmo, do valor do terreno. Tem mais 2 bilhões de subsídio aí que se refere, subsídio da questão do seguro de vida, porque está sendo, a tabela está sendo mudada, subsidiada e mudada e também a questão do fundo garantidor para poder fazer com que muitos mais possam participar do projeto, porque muitos não entravam anteriormente com medo de perder o emprego no meio do caminho, ou não entravam porque o valor do subsídio era baixo e não deixava. Então, o teto do subsídio que está, por exemplo, na faixa de três salários mínimos, que é 23 mil, antigamente era 6, inviabilizava, muita gente vai entrar e muita gente que não tinha coragem vai entrar porque o fundo garantidor permite refinanciar para o final.

Então, voltando a conta, 10, 16, 26, não do valor do terreno, tem mais dois, 28, aí tem 34 que foi colocado como subsídio que são duas operações de financiamento, vai ter subsídio, 1 bilhão para capacitar pequenas e médias empresas para não fazer que só empresas grandes participem do projeto. 1 bilhão para as empresas capacitarem sua gestão, para participarem do processo, até capacitarem seus funcionários. E 5 bilhões também para evitar aquela acusação: "O empreendimento vai ficar lá isolado no meio do mato, longe da cidade." Não, ele vai ficar próximo e se tiver que fazer conexões, os 5 bilhões de reais são para fazer a ligação, não só para infraestrutura do projeto, uma conexão de água, esgoto, pavimentação, luz, o que for necessário para integrar o conjunto ao ambiente da cidade.

Então, aí está o 34. A diferença até 60 que calculamos 60 bilhões é o dinheiro do financiamento do Fundo de Garantia que não foi dito isso muitas vezes, eu estou colocando isso no discurso, a diferença, já aprovamos 19 bilhões do Fundo de Garantia, com a primeira etapa, primeiro valor disponível, a diferença do que foi necessário financiar o Fundo de Garantia completo e chegou a 60 bi como valor de referência.

[soa a campanhia].

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Ministro, é só para complementar, a preocupação no tocante as cidades de grande parte se prendem a não concentração, há toda uma tendência de não se concentrar, não se trazer a migração rural para a concentração urbana. Então, eu acho que é muito importante que esse ponto seja ressaltado...

[interrupção no áudio].

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Caiu o sistema aí?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Nas discussões internas do Governo para que através de um projeto fantástico não se... Incentive a migração urbana que é um fator de geração de favelas, de geração de insegurança. Então, esse ponto é que eu gostaria que V. Exa. fosse porta-voz desse nosso anseio. Muito obrigado.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Senador, em FNHIS anteriores, eu pessoalmente empenhei por isso, tivemos "N" projetos, em "N" municípios com valor de 300 mil, 400 mil reais, Maria do Carmo, está aqui que é da área, isso é para 30 casas, 40 casas, para exatamente resolver o problema, segurar o pessoal, não deixar irem para a cidade grande.

Mas esse projeto agora não é para resolver o problema habitacional todo, a ênfase como eu disse anteriormente é a questão de geração de emprego, evitar a repercussão maior da crise internacional, fazer que a construção civil se movimente e é um setor que tem mão-de-obra intensiva, não tem importação de insumos, a gente pode atacar o déficit habitacional, não é para resolver todos os problemas.

Todos os problemas serão resolvidos, com implementação do PLANHAB, Plano Nacional de Habitação que nós já temos elaborado que vai até os próximos 1cinco anos, até 2023, definindo os valores que serão necessários de Orçamento Geral da União ou de Fundo de Garantia, seja para financiamento, seja para subsídio.

E lembrar que o senhor sabe que aqui na Casa, na Casa, digo, aqui no Congresso Nacional existe uma PEC que está sendo discutida aqui, sobre uma alternativa que foi apresentada pelos Deputados, no sentido, tem um programa que se chama *Moradia Digna* em que se procura vincular um valor percentual do orçamento para habitação.

É um tema que vai ser discutido entre os senhores, é um tema que foi apresentado pelo próprio Congresso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bem, eu queria, agora para finalizar, agradecendo ao Ministro ter atendido ao nosso convite, dizer que esse assunto é tão extenso, Ministro, veja que nós já passamos aqui da hora regimental...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Eu não...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com certeza, não estranhe se o senhor for convidado novamente.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: É um prazer.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Até porque, na realidade é sempre um assunto que vai sempre... De interesse de toda a sociedade. Mexe com FGTS, questão de Casa, questão do saneamento que é importantíssimo.

E gostaria aqui, também, mais uma vez, dizer da importância que todos falaram, mas nós sabemos o quanto é importante que esse programa de casa chegue para os municípios que tem menos de 100 mil habitantes, que no meu Estado, somente Natal, Mossoró e Parnamirim é que poderão ser atendidas, são as cidades maiores, cidades, inclusive, que têm o IDH mais alto e que tem melhores condições de renda.

E veja, Ministro, a questão, quando você faz no Município menor e a licitação, eu discordo quando diz que demora, acho que o município que esteja interessado ele tem que correr com a licitação, porque a empresa da terra é beneficiada, os trabalhadores serão da terra, os recursos ficaram no comércio da cidade e se nós tivermos as cidades vivas a crise nós vamos superar, não somente as grandes, as mega cidades como São Paulo.

Além de que tem também essa questão de que as cidades menores é de onde partem as imigrações. Então, nós vamos conter.

Então, vai ser muito importante que vamos encaminhar ao senhor oficialmente a solicitação com relação ao saneamento de todas as cidades que estão sendo saneadas, como estão cada projeto, e também vou sugerir à Comissão, se for aprovado que também encaminhemos com relação às casas, não somente desse programa *Minha Casa, Minha Vida* que é 1 milhão, mas de todos os programas que têm através do Ministério, para que a gente possa conhecer melhor todo o seu trabalho que nós queremos parabenizar e desejar sempre sucesso e agradecer, mais uma vez, a presença do senhor.

Querendo, finalizando eu quero comunicar aos Srs. Senadores Efraim, Marisa Serrano, Senador Roberto, Senador... Todos que por aqui passaram, como Senador Cícero, Senador Mão Santa, Senador Jefferson Praia, Ideli Salvatti, Flávio Arns, que amanhã teremos reunião da Comissão, deliberativa às 10h00 da manhã e quero informar os senhores que existem dez projetos terminativos da mais alta importância.

Queremos contar com a presença de todos para que possamos andar com questões importantes sociais que falam da vida das nossas crianças, das nossas mães, do nosso povo de uma maneira em geral.

Muito obrigado e até amanhã se Deus quiser.

Sessão encerrada às 14h20.

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS.

Às onze horas e dois minutos, do dia dois de abril de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **ROSALBA CIARLINI,** com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, ROBERTO CAVALCANTI, RENATO CASAGRANDE, GILVAM BORGES, PAULO DUQUE, GARIBALDI ALVES FILHO, MÃO SANTA, EDUARDO AZEREDO, MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO DURVAL, FÁTIMA CLEIDE, CÉSAR BORGES, INÁCIO ARRUDA, LOBÃO FILHO, VALDIR RAUP, LEOMAR QUINTANILHA e HERÁCLITO FORTES.** Justificam a ausência os Senadores Augusto Botelho e Marcelo Crivella. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidente apresenta as diretrizes para os trabalhos da CAS, as quais serão posteriormente encaminhadas aos membros da Comissão, sendo as seguintes: as matérias que permanecerem sem relatório por mais de trinta dias , sem justificativa, serão cobradas pela secretaria da Comissão, passados mais de 15 dias, a própria Presidente, conversará sobre a possibilidade de mudança da relatoria; quando houver matéria pautada por duas ou mais reuniões, cujo relator não esteja presente, a Presidência designará um relator "*ad hoc*"; Todas as reuniões da CAS e das Subcomissões que a integram serão acompanhadas por um ou dois Consultores Legislativos que prestarão esclarecimentos em caso de dúvidas por parte do Presidente ou dos membros da Comissão; Nas audiências públicas convocadas pelo Presidente, deverá ser norma, de

acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, a convocação de expositores com posicionamentos divergentes quanto ao tema em questão. Sugere-se ainda que as audiências públicas contem com, no máximo, quatro participantes, para que se possa ouvir todos os expositores, questioná-los e avaliar adequadamente suas opiniões e sugestões. A consultoria se compromete a disponibilizar resumos conclusivos das audiências públicas e os nomes dos participantes serão sugeridos pelos autores dos Requerimentos, aberta aos demais Membros a possibilidade de apresentar sugestões que serão apreciadas em reunião da Comissão. A Presidência faz a designação dos membros das Subcomissões, obedecendo à proporcionalidade partidária, sendo estas: **SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**: **MEMBROS TITULARES** – SENADOR FLÁVIO ARNS, SENADOR PAULO DUQUE, SENADOR EFRAIM MORAIS, SENADOR EDUARDO AZEREDO, SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI; **MEMBROS SUPLENTES** – SENADOR PAULO PAIM, SENADOR LEOMAR QUINTANILHA, SENADOR JAYME CAMPOS, SENADORA MARISA SERRANO e SENADOR GIM ARGELLO; **SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE**: **MEMBROS TITULARES** – SENADOR AUGUSTO BOTELHO, SENADOR MÃO SANTA, SENADOR ADELMIR SANTANA, SENADOR PAPALÉO PAES, SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI; **MEMBROS SUPLENTES** – SENADOR MARCELO CRIVELLA, SENADOR PAULO DUQUE, SENADOR RAIMUNDO COLOMBO, SENADOR JOÃO TENÓRIO e SENADOR JOÃO DURVAL; **SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**: **MEMBROS TITULARES** – SENADOR PAULO PAIM, SENADOR MÃO SANTA, SENADOR ADELMIR SANTANA, SENADORA LÚCIA VÂNIA, SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, **MEMBROS SUPLENTES** – SENADOR JOSÉ NERY, SENADOR WELLINGTON SALGADO, SENADOR EFRAIM MORAIS, SENADOR PAPALÉO PAES e SENADOR GIM ARGELLO. A instalação das Subcomissões e a eleição de seus Presidentes e Vice-Presidentes serão marcadas em data a ser definida. A Presidente faz um Balanço do Primeiro mês de trabalho da Comissão, sendo estes: 05 Reuniões Extraordinárias realizadas, sendo uma de Audiência Pública, com a presença do Ministro Márcio Fortes, Ministro das Cidades; 36 matérias foram pautadas, sendo 28 apreciadas; ressalta-se ainda que os Itens apreciados foram de matérias de caráter não terminativo e foram aprovados também 10 Requerimentos para Audiências Públicas. Passa-se à apreciação das matérias. **ITEM 01 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2007** "Dispõe sobre a criação dos Comitês de Estudos e Prevenção à Mortalidade Materna". **Autores:** Deputada Ana Corso e outro(s) Sr. (s) Deputado (s). **Relatora:** Senadora Marisa Serrano. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, na forma do substitutivo que apresenta. **Resultado: Retirado de pauta, a pedido da relatora, para reexame**. **ITEM 02 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, DE 2008** "Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para suspender a incidência da contribuição previdenciária no caso que especifica". **Autor:** Senador Gilberto Goellner. **Relator "*ad hoc*":** Senador Leomar Quintanilha. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Lido o relatório, foi concedida vista coletiva.** O Senador Renato Casagrande solicita que a Consultoria do Senado forneça esclarecimentos sobre o Impacto da Previdência Social à luz do Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2008. A Presidente informa que a solicitação será encaminhada à Consultoria Legislativa.. **ITEM 08 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 526, DE 2007** "Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a manutenção da qualidade de segurado do regime geral de previdência social, para fins de geração da pensão por morte, daquele que tiver, no mínimo, cento e oitenta contribuições mensais" **Autor:** Senador Paulo Paim. **Relator "*ad hoc*":** Senador Roberto Cavalcanti. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. **Resultado: Lido o relatório, foi concedida vista coletiva. ITEM 10 – REQUERIMENTO Nº 18, DE 2009 – CAS** "Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2.º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do RISF, **REQUEIRO** a realização de Audiência Pública, **com vistas a instruir o relatório do Projeto de Lei do Senado nº 159 de 2005, que dispõe sobre o exercício da profissão de Físico. Autores**: Senador Paulo Paim e Senadora Rosalba Ciarlini. **Resultado: Aprovado**. **ITEM 06 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 463, DE 2007** "Extingue a obrigatoriedade do registro das admissões e dispensas de empregados regidos pela legislação celetista e determina a disponibilização ao público de todas as informações contidas na Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP". **Autor:** Senador Garibaldi Alves Filho. **Relator "*ad hoc*":** Senador Valdir Raupp. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Lido o relatório, foi concedida vista ao Senador Roberto Cavalcanti.** O Senador Flávio Arns solicita que seja registrado em ata o pedido de inclusão na pauta da próxima reunião, do Projeto de Lei do Senado nº 526, de 2007. Faz também um apelo pela manifestação do Ministério do Trabalho e Previdência

para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 463, de 2007. **EXTRA PAUTA ITEM 11 – REQUERIMENTO Nº 19, DE 2009 – CAS** "Nos termos do disposto no art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja realizado, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais e da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, um Ciclo de Debates sobre o Sistema Único da Saúde – SUS". **Autora**: Senadora Rosalba Ciarlini. **Resultado: Aprovado.** O Senador Mão Santa solicita que seja convidado o Dr. Adib Jatene, Médico Cirurgião Cardiovascular, e o Senador Garibaldi Alves Filho solicita que seja convidado o Dr. Ézio Cordeiro, idealizador do SUS, para participarem do Ciclo de Debates sobre o Sistema Único de Saúde.Os itens 03, 04, 05, 07 e 09 ficam adiados. Fizeram uso da palavra os Senadores Leomar Quintanilha, Flávio Arns, Roberto Cavalcanti, Renato Casagrande, Valdir Raupp, Mozarildo Cavalcanti, Garibaldi Alves Filho e Mão Santa. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e doze minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senadora **Rosalba Ciarlini,** Presidente.

7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2009, ÀS 11 HORAS E 01 MINUTO.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bom dia a todos, Srs. e Sras. Senadoras, senadores e senadoras, assessores, convidados.

Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Só para relembrar: na reunião anterior, nós tivemos uma Audiência Pública, que aconteceu ontem, com a presença do Ministro Márcio Fortes, solicitado pela Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Meio Ambiente, de autoria do Senador Efraim Morais, o requerimento, e da Senadora Marisa Serrano. O Ministro aqui veio para trazer esclarecimentos e explicações sobre a devolução de 57 milhões de dólares que eram destinados ao saneamento, do BID. E também aproveitou, foi questionado sobre a questão dos programas de moradia que o Governo já desenvolve e o novo programa que está sendo lançado, que é o *Minha Casa, Minha Vida*.

Então, senadores, a Ata se refere exatamente a essa Audiência Pública, e os senadores, que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

Eu gostaria, aqui, também, de apresentar diretrizes para os trabalhos da nossa Comissão e também ouvir dos senhores se estão de acordo ou não.

> "*Nossa Comissão detém competência regimental para apreciar matérias especialmente sensíveis para a população brasileira, por tratar especialmente de temas afetos à saúde, trabalho e previdência social. Devemos examinar de maneira criteriosa, transparente e democrática as matérias legislativas que nos forem submetidas, discutir os temas de interesse envolvidos, além de fiscalizar a aplicação de recursos públicos.*
>
> *Para bem desempenharmos esta missão, creio ser necessário estabelecer e explicitar algumas diretrizes que pretendo adotar durante os trabalhos da Comissão de Assuntos Sociais, nesses próximos dois anos.*
>
> *As matérias que permanecerem sem relatório por mais de 30 dias, sem justificativa, serão cobradas pela Secretaria da Comissão. Passados mais 15 dias sem manifestação, eu mesma, após entendimento com o relator, faremos a mudança da relatoria.*
>
> *O objetivo desse procedimento é reduzir o prazo para a entrega dos relatórios e tornar mais célere nossos trabalhos*".

Bom dia, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Tudo bem?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Tudo bem.

> "*Quando houver matéria pautada por duas ou mais reuniões, cujo relator não esteja presente, a Presidência designará um relator ad hoc, ainda com o intuito de acelerar o trabalho desta Comissão.*
>
> *Todas as reuniões da CAS e das subcomissões que a integram serão acompanhadas por um ou dois consultores legislativos, que prestarão esclarecimentos em casos de dúvidas por parte do Presidente ou dos membros da comissão*".

Inclusive essas normas nós iremos encaminhar para todos os senadores da Comissão, para que vocês

fiquem com... Não somente... Fiquem mais interados, possam analisar com mais calma e também com os nomes dos consultores que vão estar à disposição.

> "*Nas audiências públicas, convocadas pelo Presidente, haverá ser norma, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, a convocação de expositores com posicionamentos divergentes quanto ao tema em questão. Sugiro que as audiências públicas contem com, no máximo, quatro participantes, para que possamos ouvir todos os expositores, questioná-los e avaliar adequadamente suas opiniões e sugestões. A Consultoria se compromete a disponibilizar resumos conclusivos das Audiências Públicas.*
>
> *O nome dos participantes serão sugeridos pelos autores dos requerimentos, aberta aos demais membros a possibilidade de apresentar sugestões que serão apreciadas em reunião da Comissão*.
>
> *Conto com o apoio dos nobres membros desta Comissão não apenas para a aprovação destas sugestões, mas, principalmente, para que adotemos os procedimentos, acima mencionados, em nossas trabalhos*".

Senhores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Faço, agora, as indicações das subcomissões, obedecendo a proporcionalidade partidária: Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência. Titulares: Senador Flávio Arns, Senador Paulo Duque, Efraim Morais, Eduardo Azeredo e Mozarildo Cavalcante. Suplentes: Paulo Paim, Leomar Quintanilha, Jayme Campos, Marisa Serrano, Gim Argello. Acho que não há necessidade de dizer os partidos. Se os senhores quiserem...

Subcomissão Permanente de Promoção e Acompanhamento e Defesa da Saúde. Titulares: Augusto Botelho, Mão Santa, Adelmir Santana, Papáleo Paes, Mozarildo Cavalcanti. Suplentes: Marcelo Crivella, Paulo Duque, Raimundo Colombo, João Tenório, João Durval.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ah, tem. Subcomissão Permanente de Defesa do Emprego e da Previdência Social. Titular: Paulo Paim – não poderia deixar de estar aqui – é o nosso vice-Presidente, Mão Santa, Adelmir Santana, Lúcia Vânia, Mozarildo Cavalcanti. Suplentes: José Nery, Wellington Salgado, Efraim Morais, Papaléo Paes e Gim Argello.

A Secretaria da Comissão entrará em contato com os senhores, membros de cada Subcomissão, para procedermos à instalação e à eleição dos Srs. Presidentes e vice-Presidentes, em data ainda a ser marcada.

Vamos passar agora para... Eu vou ler para os senhores o balanço do primeiro mês de trabalho, mês de março, da Comissão de Assuntos Sociais: "Foram realizadas cinco reuniões extraordinárias, sendo uma de Audiência Pública, com a presença do Ministro Márcio Fortes, Ministro das Cidades. 36 matérias foram pautadas, sendo 28 apreciadas. Todas as matérias apreciadas foram itens não terminativos. Nenhum item terminativo foi apreciado. E foram aprovados também 13 requerimentos para Audiências Públicas".

Passamos agora para a pauta do dia. A pedido da relatora Senadora Marisa Serrano, fica retirado de pauta o item 1, PLC 100, de 2007, para reexame.

Gostaria de convidar o Senador Leomar Quintanilha para ser relator *ad hoc* do item 2, decisão não terminativa, Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2008, que "*Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para suspender a incidência da contribuição previdenciária no caso que especifica*". O parecer foi pela aprovação do projeto. Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha, em substituição ao Senador Valdir Raupp, relator.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sra. Presidente, Srs. Senadores.

> *"Em análise, nesta Comissão, o Projeto de Lei 79, de 2008, de autoria do Senador Gilberto Goellner, que pretende desonerar a exportação, isentando da incidência das contribuições sociais a agroindústria.*
>
> *Para alcançar o objetivo a que se propõe, acresce um artigo, o 22-C, à Lei 8.212, de 1991, que determina a não incidência de contribuições sociais sobre as receitas da agroindústria, decorrentes da exportação de produtos, cuja comercialização ocorra a partir de 02 de dezembro de 2001.*
>
> *Estabelece ainda os parâmetros a serem utilizados para identificar as pessoas jurídicas, preponderantemente exportadoras, para os fins que especifica; serão aquelas que tiveram receita bruta decorrente de exportação, no ano calendário imediatamente anterior ao da aquisição, maior que 80% da receita bruta total no mesmo período.*
>
> *Nos termos do projeto, para fazer jus à isenção, as empresas deverão atender aos termos e condições estabelecidos pela Receita Federal do Brasil e declarar ao vendedor, de forma expressa e sob as penas da lei, que atende a todos os requisitos estabelecidos.*

A iniciativa também determina que a pessoa jurídica, que, após adquirir a produção de agroindústria beneficiada com a suspensão, der-lhe destinação diversa da exportação, ficará obrigada a recolher as contribuições não pagas pelo fornecedor, acrescidas de juros de multa, de mora ou de ofício, contados da data da aquisição.

Finalmente, para atender ao disposto na Lei Complementar 101, de 04 maio de 2001, a Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto determina que o Poder Executivo estimará o montante da renúncia da receita, decorrente da isenção nela prevista, e o incluirá no demonstrativo a que se refere o §6º, do art. 165, da Constituição, o qual acompanhará Projeto de Lei Orçamentária subsequente à publicação da lei, bem como incluirá a renúncia mencionada nas propostas orçamentárias dos exercícios seguintes.

Análise. Um dos maiores desafios do Brasil é desonerar de tributos as suas exportações, para conseguir colocar sua produção no mercado internacional em melhores condições competitivas.

É preciso incentivar a nossa agroindústria a exportar; o projeto pretende estabelecer relativamente a contribuição previdenciária, benefício semelhante ao que estabelece a legislação do PIS e da COFINS, que exclui a tributação sobre as operações de venda de produtos, com a finalidade da exportação, para empresas conhecidas como tradings, até o momento da efetivação da transação.

Essa diferença de tratamento, conforme oportunamente apontou o autor da iniciativa, Senador Gilberto Goellner, em sua justificação, tem criado uma situação de grande injustiça, pois, atualmente, somente são beneficiadas as grandes empresas com capacidade de exportar diretamente.

Os produtores que têm menor porte, envolvidos em operações de exportações indireta, se veem na contingência de ter que se valer de intermediações das tradings, caso queiram exportar, e o que é pior, sem poder se beneficiar da não incidência das contribuições pela falta de estatuto jurídico que assim determine.

Assim, para fomentar a exportação e dar maior equidade entre os setores produtivos do nosso país, a iniciativa é de alta relevância para a sociedade brasileira. Em razão do exposto, opinamos pela aprovação do PLS nº 79, de 2008". É o voto, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão a matéria. Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sra. Presidente, depois da apreciação pela Comissão de Assuntos Sociais, este projeto ainda será apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos, para prosseguimento. Eu... Inclusive, eu sou, assim, sempre favorável a que haja incentivos em termos de exportação, seja para setores já contemplados com isto ou para o setor da agroindústria, como colocado no projeto.

Sempre me preocupa o fato de não haver competição, vamos dizer, entre aspas, "desleal", com quem tem a produção aqui dentro do país. Porque as empresas sofrem – e todos sabemos disso – com uma carma tributária, assim, exorbitante, extremamente grande, para a atividade dentro do país, e a empresa desonerada em termos de exportações.

O que acontece é que há certas peculiaridades que podem tornar, às vezes, a competição muito danosa para quem quebra a cabeça e está o tempo inteiro tentando ultrapassar os problemas internos. Por exemplo, o que é uma pessoa jurídica preponderantemente exportadora? Que tem que vender e que não pode vender dentro do mercado. Porque, se ela, ao invés de exportar, vender(F) dentro do mercado e não foi tachada em termos de tributos, então ela não vai poder vender aqui dentro, porque, senão, um paga 50% de impostos e o outro não paga 50% de impostos.

Mas aqui, por exemplo, está escrito que, no ano calendário imediatamente anterior ao da aquisição, houver sido superior a 80% da sua receita bruta. Quer dizer, numa hora de crise, como esta, em que o mercado externo não está adquirindo o produto brasileiro, pelas dificuldades, isso vai fazer com que muitas dessas empresas se voltem para o mercado interno. Porque, no ano imediatamente anterior, certamente não vão cumprir a meta de que 80% vá para o mercado externo.

Então, nesse sentido, existe uma preocupação, mas, ao mesmo tempo, eu não gostaria nem de pedir vistas do projeto e nem nesse sentido, aqui, na Comissão de Assuntos Sociais, porque eu considero importante que haja uma isonomia entre os setores da sociedade, em termos de geração de emprego e renda, mas, ao mesmo tempo, é um assunto que deve ser bem debatido, imagino, dentro da Comissão de Assuntos Econômicos.

Então, apesar, apesar disto, ainda penso que esse assunto deveria ser melhor debatido, com mais profundidade, ver as implicações de tudo isto. A não

ser que haja, talvez, assim, uma possibilidade de retirada de pauta, para o que próprio autor pudesse explicar... Assim, nos explicar mais detalhes, para haver um aprofundamento disto.

Então, salvo melhor juízo, com reservas, eu aprovaria no sentido de que esse debate aconteça dentro da Comissão de Assuntos Econômicos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Roberto Cavalcanti

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sra. Presidente, eu acompanho 100% o que foi dito aqui pelo Senador Flávio Arns, porém eu teria que ter também um certo esclarecimento sobre a matéria, no que se refere ao que está contido aqui no texto, que.. "*Suspender a incidência da contribuição previdenciária, sob as receitas decorrentes de exportação de produtos cuja comercialização ocorra a partir de 12 de dezembro de 2001*". Como está havendo um "*ocorra a partir de 12 de dezembro 2001*", como retroage quase nove anos, pelo menos oito anos e alguns meses, eu estou com essa dúvida, de qual o efeito desse retroativo, ou se há algum erro de imprensa, erro de datilografia, e como o verbo está "*ocorra a partir de*", eu não sei se "*tenha ocorrido a partir de dezembro*"...

A minha dúvida... Gostaria que se, porventura, o senhor relator, nobre colega, pudesse aqui ter algum esclarecimento a respeito desse detalhe, que é o detalhe... Eu pediria ao Senador Valdir Raupp se, porventura, ele poderia, nesse campo, tecer algum esclarecimento, no tocante a essa... Aos efeitos econômicos, tributários, desse retroativo, dezembro de 2001 a março de 2009.

Era isso, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Seria bom que o próprio autor... Que o relator apenas media as partes. Então, que o próprio autor pudesse fazer essa justificativa, mas eu creio que, no relatório que o Senador Leomar Quintanilha fez, já pode ter esclarecido algumas dúvidas.

E quanto à retroação, eu acho que a retroatividade não tem nenhum problema que um projeto possa retroagir a algum benefício.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria aqui de fazer uma sugestão, que acho que vai de encontro ao que o Senador Flávio Arns aqui colocou. Essa matéria é não terminativa, ela vai para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Se nós pararmos agora, pedirmos vistas aqui, vai atrasar ainda mais a tramitação, e, lá, com certeza, nós poderemos debater com mais... com a presença, inclusive, do autor, que faz parte da Comissão de Assuntos Econômicos. É uma sugestão.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu concordaria em parte com o que foi sugerido pela Senadora Rosalba Ciarlini.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Agora, aqui, também, o senador tem razão.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): O problema é o seguinte: em todos nós cabe uma carga de responsabilidade, [ininteligível].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É verdade.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu temo que, amanhã, quando isso estiver em outra comissão, olhem para trás e digam: "Na Comissão de Assunto Sociais, aquilo foi passado, não se aperceberam". Se nós pudermos aprovar com esta ressalva, dessas cautelas... Eu não sei como existe na formalidade burocrática da Casa, mas eu acho prudente que haja uma ressalva de que nós estamos aprovando, porém, na verdade, desconhecemos os efeitos inerentes da aprovação futura desta matéria.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sra. Presidente-–

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Na realidade... Deixa eu... No caso seria apresentar uma emenda.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu poderia sugerir, Sra. Presidente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Se V. Exa. permite, há dúvidas, assim... Não propriamente dúvidas, mas aspectos que devem ser esclarecidos, e aquilo que o Senador Roberto Cavalcanti colocou é importante também.

Quer dizer, a gente precisaria discutir, em termos, assim, dos efeitos previdenciários, porque o efeito previdenciário faz parte desta comissão, inclusive foi criada uma Subcomissão de Trabalho e Previdência Social.

Eu penso, Sra. Presidente, que, talvez, se o relator concordar, o mais prudente seria só retirar de pauta, para que esses esclarecimentos pudessem ser feitos e todos votaríamos mais tranquilos, mais seguros, com mais propriedade, na próxima reunião ou-–

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Caso... Caso, tendo em vista a evolução do processo,

a retirada de pauta não seja possível, poderíamos fazer uma vista coletiva.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pronto, exatamente.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Uma vista coletiva atenderia os anseios de todos, e, imediatamente, na próxima reunião, nós estaríamos aptos a votar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E estaria de acordo com o regimento. Retirar de pauta só se o autor pedir.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): O Sr. Relator concorda?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Concorda, Sr. Relator?

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Presidente...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Realmente está essa dúvida. A gente não sabe se é se referindo a quem exporta, desde essa data, ou se é para os efeitos tributários, os incentivos recaírem sobre débitos, talvez, desde essa data. Está meio... Essa dúvida, então, o relator, com certeza-–

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --com a sua autorização, acho que vistas coletivas concedidas.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com certeza. Agora, eu tenho conhecimento de empresas que exportaram há cinco, seis e até sete, oito anos e que não receberam aquelas compensações que a União deveria fazer

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A Lei Kandir.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): E não tem feito, talvez seja um processo mais ou menos semelhante ao dessa retroatividade. Mas eu concordo plenamente na retirada do projeto, para que seja sanada dessa dúvida.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Se os senhores concordam...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu concordo, mas eu queria fazer só uma observação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A observação é que, se nós já pedíssemos à consultoria e à assessoraria técnica da Comissão que pudesse, na hora de nós realizarmos a apreciação da matéria aqui, a gente tenha, de fato, essa repercussão, o que significa isso para a Previdência Social.

Porque nós estamos tratando da isenção da contribuição previdenciária, por isso que a matéria passa por aqui, porque nós temos também uma responsabilidade com o equilíbrio do Sistema Previdenciário Brasileiro.

Então, eu acho que essa informação seria importante, essa projeção daquilo que vai significar a retirada ou abrirmos mão da contribuição previdenciária para um setor, para que a gente possa tomar uma decisão de forma mais consistente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Inclusive, Senador Casagrande, nós temos consultores aqui presente, e eu gostaria já de informar que vamos levar à consultoria, mas só um esclarecimento aqui: na realidade, esse projeto, ele tem um mérito, que é tentar igualar as condições para exportação dos pequenos com os grandes, os grandes têm esse tipo de incentivo.

Então, os pequenos que já também exportam, eles estão tendo que usar o *trading* dos maiores exportadores, de forma... Porque não pode não ter esse benefício.

Então, eu acho que é muito interessante. Realmente, a consultoria vai esclarecer para todos nós e o próprio autor com o relator. Então, fica concedida vista coletiva e esperamos, na próxima reunião, já voltarmos a esse assunto.

Senador Roberto Cavalcanti, o Senador Heráclito Fortes, que é o relator do item 8, que inclusive é uma decisão terminativa, ele esteve aqui na comissão anteriormente e, não podendo permanecer, solicitou que o senhor fosse o relator *ad hoc*.

Então nós vamos passar para o item 8, que apesar de ser terminativo, esperamos que o quórum--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Dar quórum.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas vamos encaminhando com a leitura já do relatório. Projeto de Lei do Senado nº 526, de 2007: "*Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a manutenção da qualidade de segurado do regime geral de previdência social, para fins de geração da pensão por morte, daquele que tiver, no mínimo, 180 contribuições mensais*". O autor é o Senador Paulo Paim; o relator, Senador Heráclito Fortes, e o relator *ad hoc,* Senador Roberto Cavalcanti. O parecer é pela aprovação do projeto, com três emendas que apresenta.

Concedo a palavra ao... Ao Senador Roberto Cavalcanti, para proferir o seu relatório.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sra. Presidente, eu queria pedir escusas ao colega e ao nobre relator *ad hoc*, mas eu queria vista desse projeto também, que a nota técnica do Governo é para que estude melhor esse projeto. Pode até ler o relatório, mas...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Tem que ler para que todos possam tomar conhecimento do relatório.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sra. Presidente, eu já tinha recebido um bilhetinho aqui: "Governo vai pedir vistas". Então...

[risos]

Então, eu já estava preparado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Olha, eu fico muito preocupada, porque o trabalhador... Nós temos que também... O Governo quer ganhar todas, mas essa aí...

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): É.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Tem que... O trabalhador tem que ser defendido e respeitado.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Na verdade, é um privilégio relatar *ad hoc* um projeto de lei de autoria de Paulo Paim, que é um expoente aqui nessa Casa, cuja relatoria é de Heráclito Fortes, que muito me honrou de ter vindo a esta Mesa pedir para que eu o substituísse.

Trata-se de um projeto, que é o PLS 526/07, que acrescenta o dispositivo ao Plano de Benefícios da Seguridade Social, Lei 8.213/91, com o propósito de permitir que a pensão por morte seja paga aos dependentes do segurado, que, tendo contribuído por mais de 180 meses, 15 anos, tenham perdido o benefício em razão da interrupção prolongada dos recolhimentos, por prazos variáveis até, ao máximo, de 24 meses.

A síntese do parecer diz o seguinte: "*Ao se elaborar o parecer, levou-se em consideração que, de fato, configuraria situação socialmente injusta o dependente do trabalhador perder a condição de segurado de pensão por morte, por deixar o trabalhador de contribuir por 24 meses, havendo contribuição por mais de 15 anos.*

Levou-se em consideração também que a pensão por morte possui caráter eminentemente social, mas também se levou em consideração que o equilíbrio financeiro do sistema previdenciário deva ser mantido.

Em vista disso, propõe-se a aprovação do PLS com três emendas; duas de mérito e uma de redação. Acredita-se que, com isso, assegurar-se-iam a função social da Previdência e o seu equilíbrio financeiro".

Era isso, Sra. Presidente, o parecer do relator é favorável, e, com todo o respeito, nós vamos observar as vistas que o Governo está pedindo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O Senador Valdir Raupp solicitou vista, em nome do Governo.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Estou com um pedido de vistas, com todo o respeito aí ao relatório. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O relatório, realmente, é pela aprovação, vamos conceder vistas, aguardando que o Senador Valdir Raupp devolva o projeto o mais rápido possível, até porque se trata de uma matéria que tem muito com o social, e, nesse momento, inclusive, de crise que estamos passando, já pensou nos desempregados que, porventura, sejam atingidos e interrompam o pagamento de INSS e sejam, venham a sofrer algum... Venham a morrer. Na época que você está desempregado, sua família fica sem nenhuma assistência em função desse período, tendo ele já pago pelo menos 15 anos.

Realmente é uma questão muito... Eu vou passar aqui para o Senador Flávio Arns, para discussão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, eu acho que o pedido de vistas foi feito, havia essa recomendação inclusive para mim também. Mas eu quero dizer que eu concordo inteiramente com o projeto de lei. É um projeto de lei justo, por que é justo? Porque se diz que o segurado... O segurado, não. A pessoa que contribuiu falece e contribuiu durante 15 anos de forma não contínua para a Previdência, para assegurar a pensão por morte, a pensão por morte.

E se nós olharmos, não é, Senador Valdir Raupp, nós vamos ver que a pessoa pode requerer a aposentadoria, caso esteja pagando, pode requer a aposentadoria, desde que tenha contribuído durante 15 anos seguidos. Então, é mais do que justo, eu penso, uma pessoa que contribuiu no decorrer da vida, durante 180 meses, caso faleça, os seus dependentes poderão ter a pensão por morte, porque quem vai se aposentar, também, se tiver contribuído durante 15 anos, também vai ter acesso à aposentadoria.

Por que não ter o acesso à pensão por morte, tendo contribuído durante 180 meses ou 15 anos? Então, é extremamente justo, não é retroativo, conforme a emenda coloca. Está bem claro que tem que ter contribuído durante 180 meses. Eu acho que é realmente uma questão de Justiça que deva ser feita, já que, por isonomia, a pessoa também vai se aposentar se tiver contribuído durante 15 anos. Então, eu considerado adequado e requeiro, Sra. Presidente, que este

projeto de lei volte à pauta na próxima semana, não é, Sra. Presidente?

Se puder constar da pauta na próxima semana, para que venha esse esclarecimento, né? Entendo o pedido de vistas, mas eu quero dizer... Até eu próprio recebi esse mesmo aviso, para pedir vistas ou rejeitar a matéria, mas eu acho que isso aí tem que ser pensado melhor.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu queria só, a título de esclarecimento, ilustrar que o relator, o Senador Heráclito Fortes, foi tão cuidadoso, tão meticuloso nessa sua revisão, que acresce uma emenda que diz: "*No intuito de manter esta prudente garantia de sustentabilidade do sistema previdenciário, julgamos necessária a inclusão de dispositivo que vede a percepção dos montantes retroativos entre o falecimento do ex-segurado e a concessão do benefício, com base na alteração da Lei 8.213, de 1991, se vier a ocorrer*".

Então foram incluídas salvaguardas para preservar o Sistema Previdenciário. Então, eu acredito que possamos, na próxima reunião, aprovarmos esta matéria.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sra. Presidente, eu quero também pedir vistas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu vou conceder vista coletiva e para que... E esse projeto constará da pauta da próxima reunião, porque realmente ele é um projeto que tem esta questão, esse mérito social que realmente é muito justo.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Exatamente, em função do esclarecimento que V. Exa. deu e das argumentações, eu entendo que esse projeto efetivamente mereça ser analisado e votado urgentemente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigado, Senador. Então, fica para a próxima reunião o retorno desse projeto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É um pedido de vista favorável.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Enquanto... O Senador Eduardo Azeredo é o relator do item 06, Projeto de Lei do Senado, de autoria do Senador Garibaldi Alves, que já se encontra aqui presente. Nós vamos, antes disso, pôr em votação o requerimento de autoria do Senador Paulo Paim: "Sra. Presidente da Comissão Permanente de Assuntos Sociais do Senado Federal, com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, requeiro a realização de Audiência Pública, com vistas a instruir o relatório do Projeto de Lei do Senado, nº 159, de 2005, que dispõe sobre o exercício da profissão de Físico. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados representantes da Sociedade Brasileira de Física e CONFEA – Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Senador Paulo Paim e Senadora Rosalba".

Eu mesma mandei para mim.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senadora, por gentileza, qual é o item que está sendo discutido?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É o item 6, o Senador Eduardo Azeredo está presidindo a Comissão de Relações Exteriores e solicitou que fosse colocado um relator *ad hoc*.

Eu gostaria de convidar o Senador Valdir Raupp para ser o relator *ad hoc* no projeto de lei do Senado nº 463, de 2007, que "*Extingue a obrigatoriedade do registro das admissões e dispensas de empregados, regidos pela legislação celetista e determina a disponibilização ao público de todas as informações contidas na Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP*". O autor é o Senador Garibaldi Alves Filho e o relator *ad hoc*, Senador Valdir Raupp. O parecer é pela aprovação do projeto.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, para proferir relatório.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. "*Sob análise nesta Comissão, em decisão terminativa, Projeto de Lei do Senado nº 463, de 2007, acima emendado, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, a proposição revoga o art. 1º, da Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001, e acresce art. 32 à Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para extinguir o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, CAGED.*

Segundo aponta o autor em sua justificação, os dados que são coletados pelo CAGED são os mesmos que os empregadores têm que enviar mês a mês na guia de recolhimento do FGTS, informações à Previdência Social.

Continua o autor, em sua justificação, explicando que tanto os dados do CAGED quanto os da GFIP são incorporados ao Cadastro Nacional de Informações So-

ciais, que é o banco de dados que reúne as informações sobre atividades trabalhistas dos brasileiros.

Assim sendo, afirma: a extinção do CAGED não teria nenhum prejuízo institucional, especialmente ao Ministério do Trabalho e Emprego, que já utiliza dados do próprio CNS, na gestão do programa de seguro desemprego e na verificação dos dados referentes aos vínculos trabalhistas.

O projeto determina ainda que os dados sejam colocados à disposição de pesquisadores e órgãos públicos, responsáveis pelo controle externo, que, até o momento, não têm acesso a essas informações. Nesses casos, o projeto prevê a possibilidade de acesso a microdados, a seus pesquisadores terem acesso ao universo dos dados, mas não aos nomes das empresas e dos trabalhadores. Até o momento, não foram apresentadas emendas ao projeto".

Do voto. "*Diante do exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 463, de 2007*". É o voto, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão a matéria. Senador Mozarildo... Depois... Certo, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senadora, eu gostaria de pedir vistas, tendo em vista que eu tenho informação... É verdade. [risos] Eu tenho informação de que o Ministério da Previdência Social, em nota de novembro de 2007, também se posiciona contrariamente a matéria, uma vez que a disponibilização ao público de todas as informações contidas na GFIP implicaria em violação das informações das empresas e dos trabalhadores, protegidos por sigilo fiscal, face a natureza eminentemente tributária dos dados contidos na referida guia.

Então, tendo em vista que nós já sabemos que vamos ter, por parte do Ministério do Trabalho e por parte do Ministério de Previdência Social uma oposição a esse projeto, eu pediria vista, para analisá-lo de forma mais consistente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senhor... Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quer dizer que o autor do projeto está presente, o Senador Garibaldi Alves Filho, que tem sempre manifestado uma preocupação enorme com o bem-estar do conjunto da população, e é um projeto, também, que eu quero dizer que é de natureza meritória, porque procura diminuir a burocracia, a repetição de dados. E essa burocracia no Brasil, de fato, acaba matando, vamos dizer, a paciência das pessoas. Já tem os dados do CAGED e tem os dados da GFIP. Então, por que ter os dois dados, se a coleta de dados pode ser feita através de um instrumento só?

É recurso do empresário que é gasto inadequadamente, é uma burocracia, é uma repetição de dados, é um orçamento que é destinado para isso. Agora, a preocupação é válida, como fazer com que os nomes das empresas e os nomes das pessoas que contribuem possam se preservar em termos de sigilo, para que dados fiscais, tributários, não sejam disponibilizados.

Mas o sistema da informática, da tecnologia, como o relatório coloca, em termos de micro-sistemas, é perfeitamente possível ser direcionado para dizer: "Olha, tem acessos a esses dados e não tem acesso a outros que impliquem em violação, assim, da particularidade tributária e fiscal".

Mas, de qualquer forma, havendo a dúvida, eu acho importante... O Senador Roberto Cavalcanti pediu vistas e também eu faço um apelo para que volte, que o Ministério se manifeste logo e que volte à pauta, para que a gente possa apressar também a tramitação das matérias.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu tenho um profundo respeito e admiração pelo Senador Garibaldi Alves. Eu não percebi a presença dele em Plenário, na Comissão, e eu pediria à gentileza que, se, porventura, neste momento, houver o mínimo de esclarecimento no tocante a esta ressalva do Ministério da Previdência, eu estaria disposto a retirar o meu pedido de vista.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Garibaldi. Senador.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu agradeço aos senadores presentes, principalmente ao Senador Roberto Cavalcanti, mas a finalidade do meu projeto é essa que foi já abordada na intervenção dos senadores, que falaram aqui da necessidade da desburocratização de informações, que só fazem elevar os custos, tanto do Governo, como também das empresas.

São informações, como eu digo na justificação, importantes para a Administração Pública, mas quase todas elas são repetitivas, gerando um gasto desnecessário para o Governo e um custo adicional para as empresas.

Em 2006 – esse dado está na justificação do projeto -, o Governo Federal gastou pouco mais de 17 milhões, com a gestão do CAGED, e, com relação ao nosso projeto, nós mantemos apenas o GFIP, porque o GFIP tem um nível de sub-notificação muito menor

que o CAGED, traz dados de estoque de empregados, enquanto o CAGED traz apenas informações da movimentação, ou seja, de emissões e contratações.

Com a GFIB, com a GFIP, desculpe, temos melhor condição de apurar a massa salarial, a quantidade de empregos gerados, a duração do emprego e o perfil das empresas e dos trabalhadores no mercado de trabalho formal.

Atualmente, o Ministério da Previdência social não disponibiliza dados da GFIP para utilização por pesquisadores de órgãos públicos responsáveis pelo controle externo. Esse projeto de lei, este projeto, determina que o Poder Executivo disponibilize micro-dados da GFIP para esses fins, tal qual o IBGE faz em relação às suas principais pesquisas, como a pesquisa nacional por amostra de domicílio, o PNAD.

Os micro-dados permitem que os pesquisadores tenham acesso ao universo dos dados, sem ter conhecimento dos nomes das empresas e trabalhadores.

Por isso eu agradeço ao Senador Flávio Arns e ao Senador Roberto Cavalcanti, ao Senador Mozarildo, Senador Mão Santa, pela compreensão dessa situação, principalmente o Senador Roberto Cavalcanti, se ele puder colaborar para que essa discussão avance, porque esse projeto, ele já foi adiado... Esse é um dos projetos que sofrem aquela, aquelas protelações, ele já foi adiado várias vezes para que tivéssemos encerrada a sua discussão e a sua votação neste Plenário da Comissão.

Por isso, Presidente, eu faço um apelo a todos, para que possamos avançar na discussão do projeto.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sra. Senadora, ficou claro, por parte do autor do projeto, de que os danos serão efetivamente menores.

Eventualmente, se o INSS achar e o Ministério da Previdência Social achar que há um dano no tocante à exposição desses dados, certamente, lá na frente, ele vai pedir vistas em outro momento, interpor um veto, via Governo.

Eu retiro o meu pedido de vistas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então, retirada de vistas concedida.

[risos]

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas o que acontece? Criou-se aqui uma situação curiosa e inusitada: o Senador Roberto Cavalcanti pediu para retirar a vista, mas eu vou pedir a ele para pedir vista. [risos] Pelo seguinte: porque, com o pedido de vista dele, esgota-se o expediente regimental do pedido de vista, e, na próxima sessão, aí, sim, o projeto poderá ser votado. Então, se for o caso, V. Exa., se não se sentir constrangido, volta a pedir vista.

[risos]

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): No início da minha reconsideração de pedido de vista, fiz a referência que eu não poderia negar nada ao eminente Senador Garibaldi Alves. Então, eu não posso me negar a pedir novamente vistas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então, vistas concedida.

[risos]

Então, na realidade, a matéria voltará a ser apreciada na próxima reunião, já que ela já constou da reunião do dia 18 de março, do dia 25 de março, e, agora, o relatório está lido, as discussões estão encaminhadas, e a votação acontecerá na próxima reunião.

Não havendo mais... Não havendo quórum para as demais matérias, que são terminativas, nós vamos finalizar, suspender--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Só dando uma informação aos senhores, que, como nós temos a responsabilidade sobre as questões da saúde e acho que é algo extremamente preocupante para todos nós, os problemas de saúde, eles têm, nos últimos tempos, só tem crescido, eu estou sugerindo uma criação de um ciclo de debates sobre o SUS, para que nós possamos analisar mais detalhadamente, saber como é a aplicação, os programas existentes. E, com isso, nós poderemos, com certeza, com mais conhecimento da realidade, além do que já sentimos, no dia-a-dia, nos nossos estados, quando vamos, assistimos, ouvimos as críticas, as cobranças... Recentemente, a cidade de Natal estava um verdadeiro, uma verdadeira calamidade com a questão de saúde, o Governo... Há uma... O Governo Estadual deixando de cumprir algumas metas. Enfim, foi um... Ainda não há paralisação... Parou, não está havendo mais, mas, de qualquer forma, a situação é muito grave, muito difícil.

Nós sabemos que, então, nós precisamos realmente nos deter sobre essa questão e, aqui, podemos debater sobre o SUS que queremos, nós queremos aquele SUS que sonhamos, Senador Mão Santa, quando, durante muito anos, foi analisado, debatido, quantas idéias, quantos sonhos, para que pudéssemos ter realmente uma saúde que... Para todos, direito de todos, mas uma saúde que realmente fosse digna do cidadão. Senador Flávio Arns.

Se os senhores estiverem de acordo, primeiro eu vou colocar aqui em...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, eu estou de acordo. Eu quero dizer que eu estou de acordo, e acho que esse debate é importante, é necessário

fazer-se uma avaliação uma discussão, chamar a sociedade, ver o que pode ser feito, aprimorado, e isto tem que ser feito permanentemente. Inclusive um dos assuntos que vão ser objeto, nesses próximos dias, aqui, do Senado, é a questão do direcionamento do DPVAT, por exemplo, que está indo para... Não pode mais ir para hospitais credenciados pelo SUS, com o argumento de que o SUS já está pagando os procedimentos, quando a gente sabe que os procedimentos pagos pelo SUS estão muito aquém daqueles recursos necessários para o atendimento das pessoas nos hospitais.

Há uma defasagem extraordinária entre o custo que um hospital tem e aquilo que o SUS repassa. Então, eu penso que há, assim, um debate que a gente tem que fazer. Estava falando com um hospital, ainda hoje cedo, lá do Paraná, hospital filantrópico também, que isto vai significar, assim, mais um problema extraordinário para a área da saúde.

Isso faz parte de uma Medida Provisória, nunca foi debatido nem com a base, como, aliás, sempre acontece com as Medidas Provisórias. A gente fica sabendo das Medidas Provisórias. Alguém pergunta para a gente: "Mas você é da base do Governo, você é do partido, o que você fala disso?", eu digo: "Eu soube pelo jornal, eu preciso saber o que as pessoas fizeram".

E esta Comissão tem a saúde, como V. Exa. colocou, por isso que está fazendo a proposta do SUS, para dizer: "Olha, é bom", "Não é", dificuldades e tudo, para que nós nos posicionemos, espero, contrariamente à proposta do Governo de alteração da sistemática do DPVAT, que vem numa Medida Provisória, sem um debate maior da nossa parte, porque, afinal, esta é a nossa Comissão, saúde faz parte desta Comissão.

E mesmo que alguém não concorde, pelo menos temos que discutir o assunto, para chegarmos aí a uma conclusão sobre se é o caminho correto, se não é, o que pode ser feito.

Então, eu só quero concordar com V. Exa., mas alertar que vamos discutir o SUS, mas me admira, inclusive, que o Ministro da Saúde não se manifeste a esse respeito.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas o Ministro vai ser convidado, será o primeiro-–

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, mas até para falar do DPVAT também, que isso significa... Num momento em o que Ministério da Saúde não tem um orçamento suficiente para terminar o ano, no momento em que o orçamento da Saúde é cortado em 10, 15%, e ainda tira-se o DPVAT do sistema também, quer dizer, tem que haver manifestações, aí, nesse sentido, para se melhorar a área.

E eu acho que esta Comissão tem que... Na semana que vem, talvez até a gente possa já colher dados e tudo, ou contrariamente ou favoravelmente. Eu até quero respeitar a opinião de cada um, mas que a gente tem que discutir esse assunto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com certeza, e tem também a questão da Emenda 29, que nunca foi, realmente... Foi aprovada, e não está sendo utilizada.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Senadora Rosalba, eu quero, primeiro que tudo-–

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): --parabenizar V. Exa. pela iniciativa. Se faz até, digamos assim, tardiamente um pouco, mas antes tarde do que nunca. Porque, coincidentemente, hoje, iniciou lá no Parlamento da LBV, da Legião da Boa Vontade, um fórum, até V. Exa. estava convidada, não pôde, porque estava presidindo essa sessão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Infelizmente eu não pude ir, mas...

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Mas foi um fórum... Aliás, um fórum que vai se estender durante alguns dias, em que tem um representante da ONU, da LBV e de outras organizações não governamentais, mas também do Governo do Distrito Federal, de Goiás, porque eu entendo que só essa ação conjunta governamental e não-governamental, realmente nós podemos mudar a assistência à saúde.

E o SUS, como eu disse lá, inclusive na oportunidade em que eu falei, é, do ponto de vista do projeto, excelente, mas, no que tange a execução, nós, principalmente médicos, sabemos, e a população toda sabe, que está longe de ser sequer razoável.

Então, como nós não temos uma comissão específica da saúde, [ininteligível] da Câmara e aqui é a atribuição desta comissão, eu acho que é o fórum adequado para se discutir de maneira ampla o financiamento, como o Senador Flávio Arns disse... O Governo numa iniciativa de tirar recursos do SUS e chia quando, por exemplo, se pretende fazer alguma outra coisa, como foi no caso da CPMF. Eu acho que é oportuno discutirmos, sim, e frisar, como também falou o Senador Flávio Arns, aqueles que estão a favor, contra, ouvir as diversas opiniões de todos os setores, para que nós possamos, quem sabe, fazer até um novo modelo de SUS mais atualizado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Exatamente, Senador Mozarildo, eu acho que é isso que nós estamos precisando,

é fazer essa avaliação. Já se passaram 20 anos da implantação do SUS e claro que tudo... Houve muitas modificações, muito... Em outra... A própria medicina evoluiu, em muitos setores. Então, nós precisamos ver isso.

Inclusive eu gostaria de comunicar que já temos uma audiência, aqui, já encaminhada, para debatermos a saúde mental, nos moldes que, hoje, é preconizado no SUS, com a presença da Dra. Helena Kalil, Professora de Psiquiatria da Escola Paulista de Medicina, e a Dra. Maria Alice Toledo, Professora de Psiquiatria da UNB, Antônio Geraldo da Silva, Presidente da Associação de Psiquiatria de Brasília, e um representante do Ministério da Saúde.

Essa audiência foi solicitada desde o ano passado e vai entrar nesse ciclo de debates. Como também, Senador Flávio Arns, nós já fizemos aqui um convite ao Ministro, o Sr. Ministro Paulo Bernardo, do Planejamento, para ele expor exatamente sobre os recursos orçamentárias na área social e da saúde. Porque eu acho que ele é que poderá nos dar maiores esclarecimentos. Também já foi feito esse convite e, também, o Ministro da Saúde já foi convidado, para que possamos já começar a debater as questões do SUS.

Pois não, Senador Roberto.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senadora, eu estou com preocupação, quando nós falamos a respeito da próxima reunião da nossa Comissão. A respeito de quórum, por se tratar da quinta-feira da Semana Santa. Eu também, eu gostaria-–

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A próxima reunião-–

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): --que houvesse um esclarecimento de que se realmente está confirmada e qual a expectativa que nós temos de quórum, tendo em vista de que a quinta-feira já haverá bastante ausência em Brasília por parte dos Srs. Senadores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não, na quinta-feira, não haverá reunião, até porque também não haverá Plenário. Na quinta? Quinta, acho que não. Quinta-feira Santa, não. Ainda está... Vai haver, Presidente? Não.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não sou mais Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas foi. Quem foi rei, nunca perde a majestade. Você pode... Mas tem experiência.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Quinta-feira, não vai haver.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Quinta-feira, não vai haver. Então, também não teremos... Será na outra semana.

Sim, deixa eu... Precisamos aprovar o requerimento, exatamente, do... Primeiro, eu quero... Em votação o requerimento de proposta do ciclo de debates sobre o SUS. Aprovado. Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Realmente, eu tenho mais anos de médico do que a senhora de idade, eu tenho.

E o SUS, nós dizemos ele, nós somos, né? Então, é isso daí, mas o Senado tem muita culpa. Muita. Muita. Nós. O Senado todo. A culpa não é de hoje, não, é antiga.

Eu ainda não fui Presidente desta Casa, mas ia lá quando estava o Garibaldi, aquele tempo de Sarney, e olhei lá o quadro, eu não sei... O Garibaldi foi tão rápida a sua passagem, tinha tanto tormento, que, talvez, ele não fez a reflexão.

Mas eu fiz. O primeiro Senado tem lá... Brasileiros eram 42, atentai bem, 42, porque tinham uns de Portugal, não é? Isso aqui era Vice-Reino Portugal, Brasil, Algarve.

De 42 brasileiros, primeiros senadores, 22 eram da área da Justiça. 22! Dez eram militares, tipo Duque de Caxias, que era senador. Sete eram da igreja. Esse povo da igreja gosta de Governo, eram sete, não é? Padre Feijó, eu estou dizendo. Dois médicos, dois. E dois da área rural, fazendeiro, agricultura e do campo.

De lá para cá, esse povo da área da Justiça... A Justiça é divina, negócio de Deus, entregou a Lei para Moisés. "Bem aventurados os que têm fome e sede de Justiça". De lá para cá, só se tem feito lei boa para eles mesmos.

V. Exa. tem sabido que, hoje, um Magistrado de alto escalão ganha 27 mil de aposentadoria, não é? E médico e as professorinhas... Médico, eu aqui, olha para a cara, eu talvez fui o médico... Como o Pelé fez mais gol, eu talvez tenha feito mais cirurgia nesse Brasil. Eu fui grande cirurgião e tenho todos os cursos.

Olha, a minha aposentadoria eu não olho, porque dá úlcera, gastrite, a Adalgizinha que responde, é dois mil e pouco.

Então, essa distorção aí, médico velho, na minha cidade de Parnaíba, onde eu trabalhei, tem um Dr. Cândido Ataíde. Senadora Rosalba, ele morreu com 94 anos, trabalhando. Na véspera, ele fez uma cesariana, porque era um homem digno de vergonha e por necessidade. Você sabe.

Todos médicos – eu ainda estou novo, mas eu já tenho 42 anos de formado – da minha geração, cirurgiões de alto nível, do mesmo padrão que eu fiz, estão se socorrendo nesse tal de Médico de Família... Tudinho, eu sou novo.

Então, tem muito a ver isso. E é natural que eles corram para mim. Eu fui a um casamento lá no Paraná,

aí aquelas pessoas, neurocirurgião, piauiense, ficou morando lá. Olha um processo de uma neurocirurgia. Olha a complicação. Eu não fui porque eu tive medo de ser neurocirurgião, eu tive o convite, mas era complicado. Eu vou fazer cirurgia geral, é mais maneiro. Olha, é 300 reais, um neurocirurgião. Você sabe o pré, [ininteligível] operatório é um dia operando, os UTI, e o pós operatório e o diabo. Hein?

Então, eu sugeriria a senhora o seguinte: então, desde lá, do primeiro Senado, eles vêm fazendo lei boa, nós se acachapamos. Aqui passou correndo o aumento deles para 27, eu fiquei calado. A senhora entendeu? E eles estão pedindo mais, e as professorinhas aí não se paga. Aquele mínimo, piso, esta é a imoralidade.

Os países civilizados – atentai bem -, a diferença dos salários menor para o maior é dez. Faça a matemática... Um, da Suprema Corte ou qualquer da área de Justiça, qualquer, e uma professorinha, é 80 vezes a mais.

Deus não fez aquele da área de Justiça com 80 estômagos e a professorinha com um estômago e o médico, com um e meio, essa é a verdade. Então, quis Deus que a senhora estivesse na terra, que a senhora é médica, tem essa sensibilidade, Deus foi bom para nós, que somos Senador aí com um tanto de anos. Aliás, hoje é visto que não é melhor ser Senador, não, é funcionário do Senado.

Então, é o seguinte: eu queria que a senhora convidasse para cá com um homem que eu vi, convivi, e Deus me permitiu, no nascer da cardiovascular, eu o auxiliar, cirurgia eles(F) do Rio de Janeiro. Ela nasceu e chamaram o Zerbini para resolver uns casos lá, ele não foi e mandou, e eu era residente e foi o auxiliar que ele designou para uma tríplice cirurgia. Era o Jatene, e esse homem simboliza a história, que sabe, a honradez, a competência, a dignidade e tudo. Que ele viesse aqui para começar, para a gente começar bem, expor, na realidade, o que nós pudemos fazer para essa SUS. Então, essa: vamos convidar Adib Jatene, e ele tem a moral suficiente, pelo trabalho, pela luta. Ele é um continuador de Zerbini, que fez o primeiro transplante cardíaco no país, seguindo Christiaan Barnard, da África do Sul, para nós começarmos a ver a realidade como está, os honorários do SUS, que são irrisórios.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): São vergonhosos. Irrisórios não, são vergonhosos.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Mas vamos mostrar aquele que tem realmente muita história, muita credibilidade, tanto é que ele conseguiu, desse país, desse Congresso, aquele CPMF para a saúde, e foi enganado, e nós enterramos. Então, eu apenas... Isso, eu gostaria, pelos meus... O Mozarildo tem a experiência dele, a história, a vivência, que talvez seja até mais importante do que a minha, porque o exercício dela foi em um... Era um território, um estado, cheio de uns paradigmas lá diferente, externo(F) também.

Mas eu acho, vendo, Dra. Rosalba Ciarlini, que Deus colocou e a CAS, a saúde está dentro dela, vamos promover esse debate, porque o médico que eu tinha, ele morreu com 94 anos, e, da Santa Casa, ele tinha feito uma cesárea na véspera.

Mas... E vou lhe dizer mais, só um quadro vale dez mil palavras.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu vou terminar. Esse médico fez o parto de João Paulo Reis Velloso, que foi o Ministro, ele é maranhense, Diretor da Santa Casa. Todos estão trabalhando. Eu dei esse exemplo, de aposentado, por necessidade.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Garibaldi, pois não.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu quero sugerir para participar desse debate o nome de Dr. Ézio Cordeiro, que foi um dos idealizadores do SUS, o próprio Ministro Temporão participou, mas o Dr. Ézio foi um dos idealizadores do SUS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, nós vamos colocar na lista de convidados o Dr. Jatene e o Dr. Ézio.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E se os Srs. Senadores tiverem mais algum outro convidado, nós aguardaremos. Façam por escrito, encaminhe à Secretaria da Comissão.

Só queria, agora, para finalizar, possamos votar, colocar em votação o requerimento do Senador Paulo Paim, referente, que já foi lido, para instruir o relatório do Projeto de Lei do Senado, nº 159, de 2005, que dispõe sobre o exercício da profissão de Físico. Os senhores e senhoras, que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Então, vamos declarar encerrada a presente sessão, marcando a próxima para o dia... Daqui a 15 dias, dia 15. Agradecendo a todos que aqui compareceram, dizendo que foi bastante produtivo, principalmente com relação à saúde, que nós vamos ter um debate que vai realmente trazer muitos esclarecimento, maior conhecimento, para que nós possamos trabalhar nesse sentido de ajudar a saúde, porque, na realidade, Se-

nador Mão Santa, o senhor está coberto de razão. A desvalorização-–

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --do valor que têm os profissionais da saúde.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Presidente, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Está certo, então fica também registrada a sua sugestão.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Que o meu morreu com 94 anos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas eu tenho um pediatra ainda muito disposto, que está aposentado e, hoje, no Programa de Saúde da Família, isso pela mesma razão, para poder sobreviver.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Usando o mediquês, Presidente, vamos fazer um diagnóstico atual, para a gente instituir uma terapêutica adequada para o SUS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Exatamente. Vamos mostrar que nós fomos bons alunos de Semiologia e de tantas outras matérias que ajudaram, né, a exatamente...

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu ainda sugiro à senhora, eu, Papáleo, fez uma Subcomissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E aprender a fazer uma boa anamnese .

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Olha, Dra. Rosalba, ele fez...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Para fazer um bom diagnóstico.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Dra. Rosalba, estou tentando ajudar. No começo do mandato, o Papáleo teve a feliz ideia de fazer uma Subcomissão e fazer esse debate às 07 horas da noite, que nós estávamos desocupados, resolvemos aquele problema de hemodiálise, da nefrologia, muitas coisas públicas, porque, à noite, a gente tem menos ocupações, e, vindo nomes laureados, como o que eu sugeri, de experiência, não é, tem garantia a presença aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigado.

Sessão encerrada às 12h15.

ATA DA OITAVA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e cinquenta e dois minutos, do dia quinze de abril de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência do Senhor Senador **PAULO PAIM,** com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, ROBERTO CAVALCANTI, PAULO DUQUE, MÃO SANTA, ROSALBA CIARLINI, EFRAIM MORAIS, LÚCIA VÂNIA, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO DURVAL, FÁTIMA CLEIDE, CÉSAR BORGES, INÁCIO ARRUDA, IDELI SALVATTI, JOSÉ NERY, VALDIR RAUPP e HERÁCLITO FORTES.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente comunica o recebimento do Aviso nº 362-GP/TCU de 06 de abril de 2009, encaminhando cópia do Acórdão nº 502/2009, referente ao processo nº TC-023.181/2008-0, que trata do relatório de auditoria realizada pela 4ª secretaria de controle externo na Agência Nacional de Saúde Suplementar, assim como cópia do processo TC-018.717/2004-9, referente à solicitação do Congresso Nacional oriunda do Requerimento Nº90/2004 (de autoria do Deputado Federal José Aristodemo Pinotti) remetido a esta casa pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados. Os referidos documentos ficarão à disposição das Senhoras Senadoras e Senhores Senadores por 15 dias na Secretaria da Comissão. **ITEM 10 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2008** "Dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contém fenilalanina". **Autor:** Deputado Sérgio Zambiasi. **Relator:** Senador Papaléo Paes. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado: Retirado de pauta, para reexame, a pedido do relator.** Passa-se à apreciação das matérias. **ITEM 13 EXTRA-PAUTA REQUERIMENTO Nº 20, DE 2009 – CAS** "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de uma Audiência Pública para subsidiar os Senhores Senadores integrantes desta Comissão com as informações contidas no documento "Emprego Público no Brasil: Comparação Internacional e Evolução Recente" – Comunicado da Presidência nº 19, publicado pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), no dia 30 de março de 2009, com a presença do seguinte convidado: – Exmo. Sr. Marcio Pochmann, Presidente do IPEA ou representante. A ser realizada em reunião conjun-

ta com a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social". **Autores**: Senadora Ideli Salvatti e Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado. ITEM 14 EXTRA-PAUTA REQUERIMENTO Nº 21, DE 2009 – CAS** "Senhora Presidenta da Comissão Permanente de Assuntos Sociais do Senado Federal, Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2.º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do RISF, requeiro a realização de Audiência Pública, com vistas a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 152 de 2007 e o Projeto de Lei do Senado 115 de 2007 que tramitam conjuntamente, dispondo sobre a regulamentação da profissão dos Comerciários. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados: CNTC, UGT, FÓRUM SINDICAL, FECOMERCIO e outros a serem escolhidos pela própria Comissão". **Autor:** Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado**. **ITEM 15 – REQUERIMENTO Nº 22 , DE 2009-CAS** "Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão, em conjunto com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, de Assuntos Econômicos – CAE, de Ciência Tecnologia, Inovação, Comunicações e Informática – CCT, de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, de Educação, Cultura e Esporte – CE, de Serviços de Infraestrutura – CI, de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – CRE, com a finalidade de analisar e discutir a Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs e o Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as Implicações para o Agronegócio. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidadas para participarem da presente audiência pública: – Gustavo Ribas Curcio, Doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da Embrapa Florestas em Colombo – PR, o qual tratará do tema: Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs: Uma Proposta de Parâmetros; – Evaristo Eduardo de Miranda, Doutor em Ecologia e pesquisador Embrapa Monitoramento por Satélite em Campinas – SP, o qual tratará do tema: Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista: Implicações para o Agronegócio. Acrescente-se o nome do Sr. Márcio Meira, Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Diante do grande número de Comissões envolvidas no debate e da importância do tema a ser debatido, requeiro que a presente audiência pública seja realizada no próximo dia 29 de abril, às 09 horas, no Plenário do Senado Federal". **Autores:** Senadora Rosalba Ciarlini, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Paulo Paim e Senadora Kátia Abreu. **Resultado: Aprovado**. Às doze horas e um minuto a Senadora Rosalba Ciarlini assume a Presidência. **ITEM 09 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007** "Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica" **Autor:** Deputado José Carlos Elias. **Relator**: Senador Mozarildo Cavalcanti. **Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva 01-CAS apresentada pelo Senador Mozarildo Cavalcani e o Requerimento de Urgência, apresentado pelo Senador Flávio Arns (item 16, extra-pauta). ITEM 16 – REQUERIMENTO N° 23, DE 2009-CAS** "Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 60 de 2007, que "dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica". **Autor:** Senador Flávio Arns. **Resultado: Aprovado.** A Presidente esclarece que o item 01 (um) fica adiado aguardando, da parte da Consultoria Legislativa do Senado Federal, o envio de nota técnica sobre o impacto na Previdência**. ITEM 11 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 432, DE 2008 – COMPLEMENTAR** "Altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para permitir o saque do saldo das contas individuais dos participantes do PIS-PASEP portadores de doenças graves". **Autor:** Senador Sérgio Zambiasi. **Relator "ad hoc":** Senador Paulo Paim. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto,com uma emenda que apresenta. **Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda 01-CAS. ITEM 07 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 526, DE 2007** "Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a manutenção da qualidade de segurado do regime geral de previdência social, para fins de geração da pensão por morte, daquele que tiver, no mínimo, cento e oitenta contribuições mensais". **Autor**: Senador Paulo Paim. **Relator** "**ad hoc**"**:** Senador Roberto Cavalcanti. **Parecer**: **Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta**. **Resultado: Retirado de pauta, para reexame, a pedido do relator.** A Presidente sugere em relação ao Ciclo de Debate sobre o SUS, que as reuniões sejam realizadas às segundas-feiras, às 18:00, sendo aprovado pelos Senadores membros da Comissão. **ITEM 12 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2008** "Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social". **Autor**: Deputado Mauro Nazif. **Relatora:** Senadora Lúcia Vânia. **Parecer:** Pela Aprovação do Projeto. **Resultado: Retirado de pauta, para reexame, a pedido da Relatora.** Os itens 01, 02, 03, 04, 05,

06 e 08 ficam adiados. Fizeram uso da palavra os Senadores Mozarildo Cavalcanti, Roberto Cavalcanti, Flávio Arns e Paulo Paim. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senadora **Rosalba Ciarlini,** Presidente.

8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2009, ÀS 11 HORAS E 52 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão da Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Senadoras e senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Comunico o recebimento do Aviso nº 362, de 6 de abril de 2009, encaminhando cópia do Acórdão 502/2009, referente ao processo TS 023.181/2008 que trata do relatório de auditoria realizada pela 4ª Secretaria de Controle Externo na Agência Nacional de Saúde Suplementar. Assim como cópia do processo TC 018717 de 2004, referente a solicitação do Congresso Nacional oriundo do Requerimento 90 de 2004, de autoria do Deputado Federal José Aristodemo Pinotti, remetido a essa casa pela Comissão de Segurança Social e Família da Câmara dos Deputados. Os referidos documentos ficarão à disposição das Sras. Senadoras e Srs. Senadores por 15 dias, na Secretaria da Comissão.

Por solicitação do relator, Senador Papaléo Paes, fica retirado de pauta o PLS 107 de 2008 para... PLC 107 de 2008, para reexame.

Requerimento: "*Nos termos regimentais, requeiro a realização de uma Audiência Pública para subsidiar os Srs. Senadores e Senadoras, integrantes dessa Comissão com as informações contidas no documento Emprego Público no Brasil, Comparação Internacional e Evolução Recente, Comunicado da Presidência nº 19, publicado pelo Instituto de Pesquisa Aplicada, IPEA, no dia 30 de março de 2009, com a presença dos seguintes convidados: Excelentíssimo Sr. Marcio Pochmann, Presidente do IPEA, ou representante, e outros que essa Comissão assim entender indicar*".

Como a Senadora Ideli Salvatti não está presente, eu assinarei também o requerimento. Se ninguém tem nada contra, eu coloco em votação para que possamos ouvir aqui o Sr. Marcio Pochmann, sobre *Emprego Público no Brasil, Comparação Internacional e Evolução Recente.*

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pode ser. Proposta aqui da assessoria, nós já faríamos, Senador Mozarildo Cavalcanti, entendo que essa Comissão há de aprovar, que eu e V. Exa. possamos presidir a Subcomissão de Emprego e Previdência, faríamos já essa audiência conjunta entre a Subcomissão de Emprego e Previdência e a Comissão de Assuntos Sociais. Se V. Exa. concorda, coloco em votação. Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Esse requerimento, Senador Mozarildo, é de minha autoria, com fundamento no disposto do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, "*Requeiro a realização de Audiência Pública com vista a instruir o Projeto de Lei nº 152 de 2007 e o Projeto de Lei nº 115 de 2007, que tramitam conjuntamente, dispondo sobre a regulamentação da profissão dos comerciários. Para tanto eu gostaria que fossem convidados CNTC, UGT, Fórum Sindical, FECOMÉRCIO, as Centrais Sindicais e outros a serem escolhidos pela Comissão*".

Esse projeto, na verdade, é um de minha autoria e outro do Senador Pedro Simon, que visa regulamentar a profissão dos comerciários. Em discussão, senadores que concordam, vou colocar em votação, os que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Quando a gente está com pressa o celular fica o tempo todo tocando, vou só desligar ele.

Senador Mozarildo, há um requerimento aqui que a Senadora Kátia Abreu já encaminhou a todas as comissões, não sei se V. Exa. conhece o requerimento, se V. Exa. concordasse em assinar o requerimento, que a Senadora Kátia não está presente, ele já foi aprovado em todas as comissões, inclusive a assessoria da, assessoria da base do governo está aqui, a mim foi dado, inclusive, e eu encaminhei também outros nomes e foram aprovados todos por tranqüilidade. Eu não sei se nessa Comissão também há a indicação de algum nome. Eu queria que seguisse o mesmo ritual das outras comissões.

Na Comissão de Direitos Humanos, aprovamos por unanimidade o da Senadora Kátia Abreu e uma sugestão que foi me encaminhado naquela Comissão, numa outra Comissão eu também aprovei, na Comissão de Educação aprovamos também o mesmo requerimento.

Se o Senador Mozarildo, como a Senadora Kátia não está presente, quiser assinar esse documento da Kátia ou eu também assino, não há problema nenhum, para aprovarmos o requerimento dela nessa Comissão com o adendo que eu acho que vai ser encaminhado à Mesa,

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Posso?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V. Exa. assina? Então eu passo para o Senador Mozarildo, se V. Exa. quiser ler o requerimento, inclusive.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Perfeito. Assinado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, eu vou passar a ler o requerimento da Senadora Kátia Abreu, que tem o aval aqui do Senador Mozarildo e o meu aval também, depois nós encaminhamos o outro aqui que eu assinei.

> "*Requeiro nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante essa Douta Comissão, em conjunto com as comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle-CMA, de Assuntos Econômicos-CAE, de Ciência, Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática-CCT, de Constituição, Justiça e cidadania-CCJ, de Agricultura e Reforma Agrária-CRA, Desenvolvimento Regional do Turismo-CDR, de Direitos Humanos e Legislação Participativa-CDH, de Educação, Cultura e Esporte-CE; de Serviço e Infraestrutura-CI; de Relações Exteriores e Defesa Nacional-CRE, com a finalidade de analisar e discutir a definição de área de proteção permanente, a PPS e o alcance territorial da legislação ambiental indigenista e a aplicação para o agronegócio.*
>
> *A oportunidade, apresento sugestão no sentido que sejam convidados para participarem da presente Audiência da República, Gustavo Ribas Curcio, Doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da EMBRAPA Florestas em Colombo, Paraná, o qual tratará do tema Definição de Áreas de Proteção Permanente, APPs e uma proposta de parâmetros.*
>
> *Ainda o Sr. Evaristo Eduardo de Miranda, Doutor em Ecologia e pesquisador da EMBRAPA, Monitoramento por Satélite, em Campinas São Paulo, o qual tratará do tema: Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista, Aplicação para o Agronegócio.*
>
> *Diante do grande número de comissões envolvidas no debate e da importância do tema a ser debatido, requeiro que a presente Audiência Pública seja realizada no próximo dia 29 de abril, às 9 horas, no Plenário do Senado Federal*".

Senhores senadores que concordam permaneçam como se encontram. Agora, tem aqui um adendo à Mesa, com o mesmo objetivo, que embora tenha quatro nomes, como os outros três nomes nós já aprovamos em outras comissões, onde eu estou propondo o nome do Dr. Márcio Meira, Presidente da Fundação Nacional do Índio-FUNAI para também ser ouvido. Houve um entendimento, já firmado, que cada Comissão indicará pelo menos mais um nome ao caso aqui em questão.

Então, os senhores que concordam com esse requerimento por mim assinado e pelo Senador Mozarildo, da inclusão para essa mesma Audiência Pública, do Dr. Márcio Meira permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passo a palavra, com muito orgulho aqui, à nossa Presidente, que nós estamos correndo, hoje, viu? Nós estávamos lá na Comissão de Direitos Humanos, uma Mesa só de mulheres, V. Exa. teve que sair, depois eu tive que sair, mas a Senadora Fátima Cleide foi para lá.

Então, eu passo a presidência e vou continuar aqui [sobreposição de falas].

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paulo Paim, quero agradecer a sua presença e o trabalho, mas dizer que nós estamos na quarta-feira sobrecarregados, porque eu tive que passar na Comissão de Educação, na Comissão de Direitos Humanos, agora estamos aqui e são comissões cada qual mais importante, com assuntos que, realmente, bastante relevantes.

Então, nós temos, hoje, inclusive, nessa, nós temos aqui a instalação das subcomissões, que é importante que possamos fazer, porque já várias audiências dependem, são em conjunto com as subcomissões, mas antes vamos passar a palavra ao Senador Mozarildo, para o item 9, que é o Projeto de Lei da Câmara nº 60 de 2007, não terminativo, que "*Dispõe sobre a prestação de serviço de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica*". O autor é

o Deputado José Carlos Elias, o relator, Senador Mozarildo e o parecer é pela aprovação.

Passamos a palavra ao Senador Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Senhora Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu vou direto ao voto, já que tanto o relatório quanto a análise já estão, é de conhecimento dos Srs. Senadores, porque no voto eu introduzo uma alteração, para qual eu peço atenção e o apoio dos senhores senadores.

O voto é: "*Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007, na forma do substitutivo a seguir apresentado*".

Então, começa na ementa, Sra. Presidente: "*Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica*".

Então, o art. 1º passa a ter a redação:

> "*Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais.*
>
> *As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações voltadas para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais*".
>
> O § 2º: "*O trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino*".
>
> O art. 2º: "*Necessidades específicas de desenvolvimento por parte do educando serão atendidas pelas equipes multiprofissionais da escola e, quando necessário, em parceria com os profissionais do SUS*".
>
> E o art. 3º: "*Os sistemas de ensino disporão de um ano, a partir da data de publicação desta Lei, para tomar as providências necessárias ao cumprimento de suas disposições*".
>
> E, por último, o art. 4º: "*Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação*".

É o voto, portanto, com apresentação do substitutivo agora lido, com a alteração de substituir a palavra *assistência* por *serviço*, tanto na ementa quanto no art. 1º. É o voto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): [ininteligível] em discussão. Srs. Senadores, que aprovam, permaneçam como se encontram.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Aprovado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Aprovado. Passamos agora ao item 1, Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2008, também projeto não terminativo, projeto do Senador Gilberto Goellner, que "*Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para suspender a incidência da contribuição previdenciária no caso que especifica*".

Convidamos o Senador Paulo Paim para ser o relator *ad hoc*. Senador Valdir Raupp explicou a impossibilidade de estar presente e solicitou que o senhor fosse o relator.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Já foi lido e já foi concedida vista.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Já foi lido?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Já foi concedida vista coletiva.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Já foi concedida vista coletiva no dia 2 de abril. Sem manifestação. [pronunciamento fora do microfone].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Olha, nós temos aqui também um problema, uma questão, Senador Paim, que.... Diante a nota técnica? Não chegou? Fui informada, aqui tem uma nota técnica que ainda não chegou da consultoria; então nós vamos deixar esse item 1 para a próxima sessão, solicitando, inclusive, que seja encaminhado logo [sobreposição de falas].

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu até aceitaria ser relator *ad hoc* na próxima se necessário, para tomar conhecimento, mesmo, porque eu fico sempre olhando com carinho a questão da previdência e sei que a intenção do autor foi das melhores, mas acho que o encaminhamento da senhora contempla a minha preocupação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Exatamente. A nota técnica nós iremos encaminhar a todos e ficará melhor assim... Melhor esclarecido, para melhor conhecimento.

Agora passamos ao item 11, Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2008-Complementar, que "*Altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para permitir o saque do saldo das contas individuais dos participantes do PIS/PASEP portadores de doenças*

graves". O autor é o Senador Sérgio Zambiasi e convido o Senador Paulo Paim para ser o relator *ad hoc*.

Vai ser *ad hoc*, esse aqui já está... Tem outro? Esse aqui, esse aqui.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Roberto Cavalcanti. Ah, é terminativo.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senhora Presidente, eu vou com satisfação ler o projeto do nobre Senador Sérgio Zambiasi. É o item 11?

Relatório: "*Submetida à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei no Senado nº, 432 de 2008-Complementar que altera a Lei Complementar 26, de 11 de setembro de 75, que permite o saque do saldo de contas individuais dos participantes de PIS/PASEP portadores de doenças graves.*

Para inclusão da respectiva hipótese no ordenamento legal propõe-se nova redação ao §1º do art. 4º da citada lei complementar.

Na justificativa, o autor argumenta que o Conselho Diretor do Fundo de Participação do PIS/PASEP, mediante resoluções, autorizou a liberação dos saldos das contas dos referidos fundos ao titular, quando ele próprio, ou qualquer de seus dependentes, for portador de neoplasia maligna ou de vírus HIV. Pondera, ainda, que, além de a lei específica não mencionar doenças entre as hipóteses de saques, as resoluções instituíram um tratamento diferenciado para algumas classes de doentes, o que é extremamente injusto. No prazo regimental, não foram oferecidas emendas ao Projeto".

Sra. Presidente, eu... O relatório é longo, eu entendo que o Senador Zambiasi está com toda a razão, quando aponta essa possibilidade e por isso eu vou diretamente ao voto.

> "*Diante do exposto, com o intuito de aprimorar a iniciativa da apresentação deste projeto de lei, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2008 – Complementar, com a seguinte emenda*", que foi feita pelo nobre Senador Valdir Raupp e que eu endosso.
>
> *Suprima-se o termo 'casamento' contido na redação proposta para o §1º do art. 4º da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, conforme art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2008 – Complementar*".

É uma bela iniciativa do Senador Zambiasi, eu até dizia para ele hoje que nós temos uma dívida com o Senador Zambiasi sobre um projeto terminativo de autoria dele, que é apenas uma adequação de redação e que nós precisaríamos ter quórum para votar, porque ele é terminativo. Mas, avançamos com a dívida que temos com ele, votando esse projeto que eu entendo que tem um alcance social relevante.

Pela aprovação do projeto, Senador Zambiasi.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão. Srs. Senadores... Não havendo quem queira discutir passamos, então, à votação. Em votação. Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2008 – Complementar com a emenda que apresenta. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Realmente nós avançamos nessa matéria que vai agora para a Comissão de Assuntos Econômicos, que é muito importante, Senador Mozarildo também é médico, como eu sou, e não precisa ser médico para ter uma noção da importância desse projeto, porque na realidade, quando portadores de HIV e de doenças de... Neoplasias malignas podem ter acesso a esse tipo de benefício, existem também outras doenças tão graves e tão debilitantes, que deixam inclusive, muitas vezes, os pacientes em situações de... Totalmente inoperantes, que também merece. Então, acho que é muito justo e que os trabalhadores passarão, os contribuintes, a ter mais esse apoio social no momento mais difícil.

Passamos agora para... Eu gostaria aqui de tratar com os senhores, nós vamos encerrar essa Comissão, essa reunião, para iniciarmos uma outra onde serão instaladas Subcomissões de Saúde, Subcomissão de Controle... Subcomissões... De saúde...

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sra. Presidente, eu queria fazer uma... Uma...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência e de.. A Subcomissão em Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Mas antes, pois não, Senador Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu queria fazer uma ponderação à V. Exa., já que aqui se encontram várias profissionais da área de serviço social e que apelaram para que a gente pudesse votar o item 12, embora a Senadora Lúcia Vânia não esteja presente, eu acho que se V. Exa. decidir pela votação, poderia designar qualquer um dos senadores aqui presentes para relatar e nós votarmos, já que não é terminativo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Mozarildo, eu gostaria muito, entendo a urgência, a necessidade e a importância, mas acontece que a primeira, nós, ficou determinado, já há normas aqui dos nossos trabalhos, que quando um projeto for apresentado a primeira vez e a relatora estiver ausente, nós não poderemos colocar um *ad hoc*; na segunda vez sim.

Então, infelizmente hoje ele está sendo apresentado a primeira vez, e nós não podemos nomear um *ad hoc*, mas na próxima reunião, fica confirmado que estará na pauta, da próxima quarta-feira. E se a Senadora Lúcia Vânia não puder vir o senhor já está desde já nomeado *ad hoc*.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Agradeço a V. Exa..

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sra. Presidente. Você fez o relatório do 9, Mozarildo? Você fez o relatório do 9? Sra. Presidente, poderia... Foi hoje, foi hoje? Foi hoje, foi hoje? Hoje? Ah, tá. Posso só usar a palavra, só um minutinho?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu estava só indagando do Senador Mozarildo Cavalcanti a respeito do relatório do item 9, onde ele foi indicado como relator *ad hoc*, que já foi votado pelo que ele me informa, o item 9 da pauta.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Item 9... não, o item 9. Não, o item 9... Foi votado, sim.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Já foi votado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Foi votado, Senador Mozarildo relatou, Senador. Era o senhor Relator inclusive, não é?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim, eu agradeço ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Foi aprovado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): E só quero destacar, Sra. Presidente, que eu considero esse projeto da mais alta relevância, porque dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas redes públicas de educação básica.

Então, ter estes profissionais dentro da rede pública de educação básica, quer dizer, o assistente social e o psicólogo, integrados dentro da sistemática educacional, dentro do projeto político-pedagógico desenvolvido pela escola, dentro das normas de educação daquela realidade.

Até nós deveríamos ter outros profissionais, também, dentro da escola, da educação básica como, por exemplo, eu penso as crianças que tenham um problema de fala, de linguagem, de deglutição, seria excelente que tivéssemos no contexto escolar o fonoaudiólogo, ou fisioterapeuta, não para fazer propriamente o atendimento, mas para já fazer a triagem, identificação, ajudar nos encaminhamentos, orientar a família, mas pelo menos temos o profissional do serviço social e o profissional da psicologia.

Eu só quero dizer que esse Projeto de Lei foi bastante discutido com o Conselho de Serviço Social Nacional e com o Conselho de Psicologia. Porque não aborda, assim, a parte clínica na escola, aborda a parte educacional, de formação, projeto político-pedagógico, mas abrindo a oportunidade para que esses profissionais possam ter essa interação, quando necessário, essa parceria com o SUS também. Então, é uma perspectiva educacional.

Eu penso, assim, que seria muito bom se uma família, por exemplo, de uma escola pública, quiser ter acesso a programas sociais do governo, aposentadoria dos pais, se está correta, se não está, que esse serviço social da escola pudesse, inclusive, auxiliar nesse sentido. Então, eu penso que é um avanço importante, quero elogiar os profissionais da área do serviço social, os profissionais da área da psicologia, isto, inclusive, vai enfatizar muito sem a formação desses profissionais, é uma nova perspectiva necessária no campo da educação e oxalá isso se torne realidade.

Então, há uma mudança em relação ao projeto da Câmara, precisamos, Sra. Presidente, assim, fazer com que esse projeto acho que vai para o Plenário agora, vai para o Plenário, porque não terminativo, porém a sequência ia para o Plenário, porque passou pela Educação, está aqui na Comissão de Assuntos Sociais e irá para o Plenário.

Indo para o Plenário, que é o item 9 da pauta, eu gostaria, inclusive, de requerer, Sra. Presidente, não sei se isso ajuda ou atrapalha, mas gostaria de perguntar para a Secretaria se, por exemplo, se nós pedirmos, fizermos a solicitação de urgência na apreciação desse projeto, se isso é um fator que ajuda ou se atrapalha. Se ajudar, eu quero requerer a esta Comissão que este projeto seja apreciado com a devida urgência no Plenário, no Plenário. A urgência ajuda.

Então, Sra. Presidente, gostaria de solicitar urgência na votação, no encaminhamento desse projeto para que ele conste também como uma decisão da Comissão de Assuntos Sociais em termos de urgência, obrigado.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sra. Presidente, eu queria...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): De V. Exa. a permissão para abordar o item 07 da pauta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador, o item 7, ele é terminativo.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Isso, estou sabendo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós podemos aguardar mais um pouco, foi pedido.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu acho que a proposta nossa era, essa proposta coincide com o interesse do autor, na qual nós trocamos ideia, nós sugeriríamos que, tendo em vista que é um projeto extremamente sensível, extremamente importante, mas extremamente sensível, que tem injunções no tocante a segurados e a Previdência, ele requer um certo ajuste que está sendo feito aqui a 4 mãos e que na qualidade de relator *ad hoc*, eu pediria que ele fosse retirado de pauta e colocado no próximo dia, na próxima reunião, para que nós pudéssemos, exatamente, através de uma emenda, ajustarmos o texto para que ele tivesse a sua aprovação futura assegurada.

Visa, exatamente o interesse de ajustar o texto, isso... Houve o contato junto ao Ministério da Previdência, que concordou com a filosofia do projeto, mas gostaria que houvesse algumas ligeiras alterações, nós concordamos com essas alterações, tanto o autor como o relator, então, pediria a V. Exa. que esse projeto estivesse disponível para ser colocado em votação, por ser terminativo, na próxima reunião.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Coloco em votação a retirada, Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Vamos encaminhar ao seu gabinete, para que na próxima reunião ele possa... Ele possa ser mais uma vez analisado.

Mas vamos colocar também aqui em votação o pedido de urgência, o requerimento de urgência do Senador Flávio Arns para o projeto do item 9. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Quero aqui dizer o quanto é importante que realmente que tenhamos esse pedido de urgência, porque esse é um projeto de alto alcance social e de suporte, de apoio à educação. Hoje, as escolas, elas têm... Os problemas sociais são muito graves, em função, nós sabemos, de conflitos das crianças, com a família, da questão de drogas.

Enfim, uma série de questões que estão trazendo muitas preocupações dentro da escola. Então, essas profissionais, assistência social e também profissional de... Psicólogo é fundamental. Como será bom no dia que pudermos ter, pelo menos, um assistente social e uma psicóloga nas escolas, em cada escola brasileira.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então, vamos trabalhar nesse sentido, para apoiar, porque é dar um apoio, sim. A professora sozinha, hoje, ela não fica... Muitas vezes tem situações que nós temos assistido, temos visto fatos que são notícias de primeira página, muitas vezes de violência dentro da escola e que uma assistente social e psicóloga iria dar uma contribuição, com certeza, muito grande, muito grande mesmo, para a educação, no amplo sentido. Porque a gente sempre fala em educação. Muita gente pensa, Senador Paim, que é só aprender ler e escrever; não, educação no sentido amplo. É formação do cidadão, é promover a cidadania, educação para a paz. Enfim, é dessa forma que nós, aqui na Comissão, pensamos, e tenho certeza, senador, parabéns pelo pedido de urgência, e vamos trabalhar bem no Plenário para que isso seja aprovado o mais rápido possível. Conta com o meu apoio.

Agora, passamos... Gostaria também de colocar para apreciação dos senhores... Na última reunião, ficou aprovado um ciclo de debates da saúde, sobre o SUS. A nossa intenção é darmos uma contribuição, contribuição de cada um de nós que fazemos essa Comissão, na avaliação das questões da saúde, do SUS especificamente, o que é que poderá ser melhorado, fazer... O SUS já, da forma como ele foi projetado, como ele foi, vamos dizer assim, idealizado, nós sabemos que uma coisa você idealiza, mas, na prática, muitas vezes precisa de ajustes, precisa de modificações.

Então, esse ciclo de debates seria para darmos a nossa contribuição. E, para isso, já está agendado que a primeira reunião, já foi feito o convite, vamos marcar a data para que o Ministro da Saúde seja o nosso primeiro palestrante, a primeira sessão... Na primeira semana de maio, a assessora aqui do Ministério, que está presente, queremos trabalhar nesse sentido, começar em maio, mês das rosas, mês das mães, mês do trabalho, mês de Nossa Senhora... Vamos lá, vamos começar em maio essa primeira audiência.

Seria com o Ministro, especificamente o Ministro, para que ele possa nos falar de como anda, os seus projetos, as dificuldades que tem encontrado, e, para isso, eu também gostaria de que nós pudéssemos ter um dia específico. Depois dessa audiência, e aí com a Subcomissão de Saúde, e a sugestão dos senhores também, nós iríamos ter... As outras audiências seriam específicas. Por exemplo, saúde materna-infantil, como anda, ouvir como está a saúde mental, alta e média complexidade, por módulos, que aí nós teríamos uma visão global e cada um poderia, assim, darmos a nos-

sa contribuição de pensarmos realmente num ajuste, numas modificações que venham a fazer com que o SUS possa chegar lá na ponta, onde nós sabemos que existe as deficiências e as necessidades.

Além das dificuldades que nós sabemos, por falta de recursos, das dificuldades muitas vezes de gestão, mas as dificuldades passam também da forma de ele ser mais adequado à realidade local, no dia-a-dia da vida dos brasileiros.

Então, eu gostaria aqui de saber se os senhores concordam com esse modelo e sugerir que essa reunião, já que, na quarta-feira, vocês estão vendo, nós temos CCJ, nós temos várias comissões acontecendo no mesmo horário.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Direitos humanos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Que ela pudesse acontecer na segunda-feira, final da tarde, quando termina... Porque o Plenário, na segunda-feira, ele termina geralmente às cinco da tarde. E nós... E é o horário que muitos estão chegando. Para ser feita essa avaliação, eu fico aqui aguardando a opinião de todos vocês.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que seja... A proposta da Senadora que esse ciclo de debates sobre a saúde, a gente possa fazer, devido o acúmulo de trabalho nas comissões, hoje, mesmo nós ficamos num impasse, como ir na CCJ, como ficar na Direitos Humanos, como estar aqui. E ela propõe que seja na segunda-feira às cinco da tarde.

Eu, de minha parte, não há problema, eu me disponho, não sei qual é a opinião dos outros senadores, que o meu vôo permite que eu esteja aqui sempre a partir das duas da tarde.

Eu quero só elogiar a iniciativa, essa decisão foi tomada, Senadora Rosalba Ciarlini, exatamente numa quinta que eu estava num Rio de Janeiro, num debate sobre os aposentados e lá foi me pedido exatamente isso, que eu trouxesse para Brasília um pedido para fazermos, até comentei no Plenário o Senador Mozarildo estava lá, um ciclo sobre a saúde pública no Brasil, e eles falaram que era uma questão de direitos humanos e eu tive a liberdade, logo que cheguei, de entrar com o requerimento, isso que eu quero combinar com V. Exa., lá na Comissão de Direitos Humanos, para também discutir.

Mas, entendo eu que o fórum adequado é aqui, porque tem uma Subcomissão, inclusive, de saúde. Então, se V. Exa. concordar e os senhores também, eu apenas convidaria que a Comissão de Direitos Humanos participasse, como convidados; a iniciativa é da Comissão de Assuntos Sociais e alguns nomes que eu estava encaminhando para lá eu vou encaminhar para a Comissão, pela iniciativa, para mim adequada, correta, total apoio.

Eu é que não sabia e fiz um passo além, agora quero me fazer uma auto-crítica, e, se vocês concordarem, eu trazer os o nomes para debater a questão da saúde pública no Brasil, exatamente aqui como a senhora encaminhou. Tem todo o meu apoio, em resumo é isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu acho que a participação da Comissão de Direitos Humanos irá, com certeza, fortalecer ainda mais esse encontro, esse debate.

Já nos dá uma nova ideia, quem sabe de fazermos, inclusive, ampliar com outras comissões e fazermos um ciclo bem mais forte, a partir daqui da Comissão de Assuntos Sociais, onde está a área específica de saúde já com direitos humanos, levar educação, enfim, acho que tudo tem muito a ver com toda essa questão que é prioritária, saúde, realmente, nós precisamos, temos que refletir.

Aqui não vai a questão de saber se o governo fez, deixou de fazer, claro, isso será analisado, mas dentro de uma ótica de saber o que que nós queremos é contribuir para que todos possam fazer o melhor, seja a nível municipal, seja estadual, seja federal, e que nós possamos dar a nossa contribuição, de até termos uma visão mais ampla, mais... Mais... Mais, vamos dizer assim, mais detalhada das necessidades, quantas vezes nós lutamos aqui como lutamos com a Emenda 29, mais recursos para a saúde.

Esse ciclo de debate vai nos fortalecer, nos dar argumentos para que nós possamos, a nível de orçamento, também analisar essa questão de mais recursos para a saúde.

Então, se os senhores concordarem, nós queríamos agora passar para a... Vou encerrar essa reunião e vamos abrir, pois não, Senador.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, senador.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com permissão, um esclarecimento, eu perdi o texto como um todo: seria uma segunda-feira ou todas as segundas-feiras essa convocações, porque isso implica em agendamento, principalmente para quem reside, como senhora reside no Rio Grande do Norte, a Paraíba, tal, o deslocamento um dia antes, estar aqui a tarde de uma segunda-feira, significa viajar pela manhã na própria segunda-feira. Então, um esclarecimento só se é uma eventual ou se seria isso uma...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não, a ideia seriam duas por mês, então, seria a cada 15 dias.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Ok. Positivo, fica claro, muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Se surgirem assuntos... que é tão palpitante, tão importante a questão de saúde que vai depender muito da participação dos senhores e de assuntos que sejam levantados. Mas vamos iniciar com duas por mês, concordam? Então vamos... Mas também, se houver necessidade, nós temos quarta e quinta e podemos adequar.

Sessão encerrada às 12h32.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – CASDEF

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE – CASSAUDE

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – CASPREV

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE E DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2009, ÀS 12 HORAS E 32 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo número regimental declaro aberta a 1ª Reunião de instalação da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde e da Subcomissão Permanente de Defesa do Emprego e da Previdência Social, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à instalação das referidas subcomissões assim como a apresentação dos membros e das chapas a serem votadas para Presidente, Vice-Presidente, para o biênio 2009/2010.

Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência. Senadores titulares: Efraim Morais, Democratas; Eduardo Azeredo, PSDB; Flávio Arns, PT; Paulo Duque, PMDB; Mozarildo Cavalcanti, PTB. Suplentes: Senador Jayme Campos, pelos Democratas; Marisa Serrano, PSDB; Paulo Paim, PT; Leomar Quintanilha, PMDB; Gim Argello, PTB. Para Presidente o Senador, Flávio Arns e Vice-Presidente Senador Eduardo Azeredo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não, na realidade nós não podemos fazer a votação agora, porque o número tem que corresponder ao número de membros que dá a Comissão. Nós só temos, precisamos ter...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Porque o Senador Paulo Paim, é suplente do Senador Flávio Arns, os dois estão presentes, por isso que não tem número. Precisaria que Senador Eduardo Azeredo estivesse aqui.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não tem presente. Então, nós deixamos para amanhã, antes da Audiência Pública, fazemos a votação.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vamos ler e amanhã será a votação.

Subcomissão Permanente de Promoção de Acompanhamento e Defesa da Saúde. Titulares: Adelmir Santana, Papaléo Paes, Augusto Botelho, Mão Santa e Mozarildo Cavalcanti. Suplentes: Raimundo Colombo, João Tenório, Marcelo Crivella, Paulo Duque e João Durval. Para Presidente o Senador Augusto Botelho e para Vice-Presidente o Senador Papaléo. Papaléo...

[pronunciamento fora do microfone].

Subcomissão Permanente de Defesa do Emprego e da Previdência Social. Senadores titulares: Adelmir Santana, Lúcia Vânia, Paulo Paim, Mão Santa, Mozarildo Cavalcanti. Suplentes: Efraim Morais, Papaléo, José Nery, Wellington Salgado, Gim Argello. Para Presidente o Senador Paulo Paim e Vice o Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Quantos titulares [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): São cinco titulares e cinco suplentes.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É possível sim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria propor à V. Exa., como nós fizemos, sem o microfone, lá na Comissão de Direitos Humanos, que V. Exa. pudesse indicar um senador da comissão no lugar de um outro que não está presente, para efeito de quórum de votação sem prejuízo de depois, o Senador não concordar, sair, V. Exa. tem a liberdade de colocar, aí nós teríamos para votar todas as comissões agora. Teríamos três senadores.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu concordo, já liquidava [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Foi feito agora, lá na Comissão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Regimentalmente, a senhora pode fazer isso, porque a indicação é da Presidência da Comissão. E volta ao Estado anterior.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sem prejuízo de na próxima houver a mudança.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A questão é da proporcionalidade [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas é para efeito de votação só, só para efeito de votação. Depois volta ao normal, porque as chapas todas são unânimes, ninguém aqui questiona quem são os presidentes ou os vices.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não é uma disputa. Todos aqui presentes concordam, não há discordância nenhuma, e essas indicações de Presidente e Vice são de acordo. V. Exa. não é da base. Claro, V. Exa. votou, o Senador Cristovam votou na outra Comissão.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Presidente vota.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): E o PTB não está no bloco.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): O PTB não está no bloco.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Qual é a solução, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A solução é que nós vamos... Eu vou, designo o Senador Paulo Paim, eu estou me designando para ir e dou a Presidência para o Senador Paulo Paim. Pronto.

[troca de presidência]

[interrupção no áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos iniciar o processo de votação. Chamamos o nobre Senador...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu chamo o Senador Mozarildo Cavalcanti para votar, repito que V. Exa. vai receber uma chapa onde V. Exa. é o Vice-Presidente e esse Senador seria o Presidente. Seria... se... Senadora Rosalba Ciarlini, por favor. Só vou dizer que é chapa única, o voto é secreto [risos]. Depois que V. Exa. votar, a senhora assume e eu vou votar.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Mas só essa comissão?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Todas, todas. Eu convido já a Senadora Ciarlini para, depois de votar, assumir aqui, para que eu possa votar.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Até a próxima. Eu tenho que... Rubricar, é? Agora os outros podem votar? Aí pode? Pode votar? Não, eu digo... Vamos, vamos fazer, fazer logo. Mozarildo votou, Roberto Cavalcanti. Ah, não faz parte, então, queremos convidar o Senador Roberto Cavalcanti como escrutinador.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senadora, por unanimidade foi aprovada toda a Comissão. Presidente Senador Paulo Paim, Vice-Presidente Senador Mozarildo Cavalcanti.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito bem. Parabéns, aos dois. Vamos agora à votação da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência. Para... Em substituição ao Senador Jayme Campos, eu designo Rosalba Ciarlini e convido o Senador Paim para presidir.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Convidamos de imediato a Senadora Rosalba Ciarlini para votar, isso, que depois eu voto também. Senadora Rosalba Ciarlini e chamo de imediato já o Senador Flávio Arns. Senador Mozarildo Cavalcanti, por favor. Senador Roberto Cavalcanti para que mais uma vez faça o escrutínio.

[interrupção no áudio]

Flávio Arns e quem?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, a eleição foi também por unanimidade. Para Presidente o Senador Flávio Arns e para Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Declaro empossado o Senador Flávio Arns como Presidente e o Senador Eduardo Azeredo como Vice da Subcomissão permanente de Assuntos Sociais das pessoas com deficiência, passo a presidência à Senadora Rosalba Ciarlini.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Parabenizar o Senador Flávio Arns e o Senador Eduardo Azeredo, que passam agora a estar a frente da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência.

A votação da Presidência e Vice-Presidência da Comissão de Saúde nós faremos amanhã, antes da Audiência Pública, com a presença do Senador Presidente Augusto Botelho e Vice-Presidente Papaléo.

E convidamos para a reunião de amanhã, sobre o debate com relação a... Uma Audiência Pública solicitada pelo Senador César Borges e onde será debatido questões ligadas às doenças endêmicas e a dengue.

Então fica encerrada a presente sessão, convocando para amanhã às 10 horas.

Sessão encerrada às 12h45.

ATA DA NONA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 16 DE ABRIL DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS.

Às dez horas e trinta e três minutos, do dia dezesseis de abril de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **ROSALBA CIARLINI,** com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS**, **ROBERTO CAVALCANTI, PAULO DUQUE, MÃO SANTA, EFRAIM MORAIS, MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO DURVAL, CÉSAR BORGES, EDUARDO SUPLICY, INÁCIO ARRUDA, JOSÉ NERY, VALDIR RAUPP, WELLIGNTON SALGADO DE OLIVEIRA, HERÁCLITO FORTES e GIM ARGELLO.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo ao Requerimento nº 12 de 2009 – CAS, de autoria do Senador César Borges com vistas a obter informações e discutir sobre a situação da dengue em todo o território nacional, e especialmente no Estado da Bahia. A Presidente dá início à reunião convidando para comporem a Mesa, o Dr. Giovanini Coelho – Coordenador do Programa Nacional de Controle da Dengue do Ministério da Saúde, o Sr. Denílson Magalhães – Representante da Confederação Nacional de Municípios, o Sr. Roberto Oliveira Maia – Presidente da União dos Municípios da Bahia e o Sr. Ismar Barbosa Cruz – 4º Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, informando que terão, cada um, 10 minutos para as suas exposições com a devida tolerância para as suas considerações. A Presidente comunica que o Sr. Jorge José Santos Pereira Solla, Secretário de Saúde da Bahia, não compareceu, sem ter justificado, por escrito, a sua ausência. A Senadora Rosalba Ciarlini registra a presença da Drª. Carla Magda Domingues, Diretora da Vigilância Epidemiológica do Ministério da Saúde e informa que a partir de maio haverá, nesta Comissão, um Ciclo de Debates sobre saúde pública e como foco mais importante o SUS, convidando a todos presentes. Às onze horas e quarenta e um minutos, o Senador Mão Santa assume a Presidência e às onze horas e cinqüenta minutos, a Senadora Rosalba Ciarlini reassume seu lugar à mesa. Também fez uso da palavra, o Deputado Federal da Bahia, Colbert Martins Filho. O Senador César Borges faz referência à matéria da Tribuna da Bahia referente a casos de meningite, e solicita que seja entregue ao Dr. Giovanini Coelho. O Sr. Denílson Magalhães enfatiza a importância do debate sobre a judicialização da saúde, tendo em vista que, segundo pesquisa da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), mais de 2 milhões de reais foram gastos com a aquisição de medicamentos excepcionais e de autocusto, em virtude de demandas judiciais. Fizeram uso da palavra os Senadores Mão Santa e César Borges. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e vinte minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senadora **Rosalba Ciarlini,** Presidente.

9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 16 DE ABRIL DE 2009, ÀS 10 HORAS E 33 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa

da leitura e a aprovação das Atas das reuniões anteriores. Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 12, de 2009, da CAS, com a finalidade de obter informações e discutir sobre a situação da dengue em todo o território nacional e, especialmente, no Estado da Bahia. Convido aos nossos ilustres convidados para tomarem lugar à mesa: Dr. Giovanini Coelho, representante do Ministério da Saúde, representante da Vigilância Epidemiológica e Coordenador do Programa Nacional do Controle de Dengue do Ministério da Saúde; o Sr. Denílson Magalhães, representante da Confederação Nacional de Municípios; Sr. Roberto Oliveira Maia, Presidente da União dos Municípios da Bahia; Sr. Ismar Barbosa Cruz, Quarto Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União. Esclareço que também foi convidado o Sr. Jorge José Santos Pereira Solla, Secretário de Saúde do Estado da Bahia, que infelizmente não pode comparecer e nem mandou justificativa. Esclareço que cada convidado terá dez minutos para a sua exposição, com dois minutos de tolerância. Logo após as exposições, abriremos a palavra aos Srs. e Sras. Senadoras para os seus questionamentos. A lista de inscrição já está aberta.

Vamos iniciar a Audiência com a palavra do Dr. Giovanini Coelho, que é representante da Vigilância Epidemiológica e Coordenador do Programa Nacional de Controle da Dengue no Ministério da Saúde, a quem queremos desde já agradecer a sua presença, Dr. Giovanini, e dizer que infelizmente nós estamos aqui mais uma vez para uma Audiência Pública sobre essa questão que continua a afligir o povo brasileiro. Essa Audiência foi solicitada pelo Senador César Borges, já que o seu Estado passa por uma situação também de muita preocupação e eu também me coloco, porque no meu Estado, especificamente na minha cidade, Mossoró, também estamos tendo um surto, inclusive comparando com anos anteriores, bem maior, bem preocupante, e em contato com as autoridades municipais, eles estão realmente fazendo tudo que é possível, mas faltando um apoio maior, um somatório maior de forças que venham de outras esferas para que possamos vencer mais uma vez e diminuir essa questão. Então eu passo a palavra ao Dr. Giovanini para as suas considerações.

SR. GIOVANINI COELHO: Bom dia. Eu queria cumprimentar, em nome da mesa, a Senadora Rosalba Ciarlini e queria fazer uma correção, Senadora Rosalba, que a Dra. Carla Magda é a nossa Diretora de Vigilância Epidemiológica, eu assumo somente as funções de Coordenador do Programa de Dengue.

Bem, rapidamente eu fiz uma apresentação, já que o tempo é muito exíguo. O seguinte, por favor.

Eu acho que é importante sempre destacar inicialmente que dengue é um problema mundial. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, cerca de 2,5 bilhões de pessoas – o seguinte, por favor – vivem em zona de risco, zona essa que compreende essa zona intertropical entre os paralelos 35 cinco norte e sul. Pelo menos cem países são endêmicos, com mais de cem milhões de casos sendo notificados anualmente e desses pelo menos 440 mil são da sua forma mais grave, que é a febre hemorrágica. O seguinte.

No Brasil o mosquito, e me desculpem as pessoas que não são da área, a dengue só é tramitada por um mosquito, o Aedes aegypti, sendo que nós temos um franco processo de expansão do mosquito no País. Em 1995 nós tínhamos cerca de 1700 Municípios com a presença do Aedes aegypti; em 2008 já são mais de 4 mil Municípios. O seguinte.

Eu acho que um aspecto importante que deve ser abordado, e dengue é uma doença muito singular porque muitos fatores incidem fortemente sobre essa doença, fatores esses que são, digamos, macrodeterminantes e muitos deles externos ao setor saúde. Particularmente eu queria chamar a atenção para a questão do lixo, a questão do abastecimento de água, a aglomeração e concentração urbana em centros urbanos populosos, muitas das vezes em centros sem a devida organização e planejamento. O seguinte.

Alguns indicadores são muitos presentes aqui no Brasil. Infelizmente o País ainda tem problemas relacionados, por exemplo, com a questão do lixo. A pesquisa nacional de saneamento, feita em 2000, demonstrou que a produção de lixo no País é cerca de 125 mil toneladas por dia; 32% do lixo urbano concentra-se em treze cidades com mais de um milhão de habitantes; e pelo menos 63% dos Municípios não têm destino adequado e utilizam o lixão. Isso tem uma relação direta com dengue por quê? Porque o mosquito Aedes aegypti é um mosquito que encontrou no nosso meio condições favoráveis para sua proliferação. Ele é um mosquito que se prolifera principalmente em recipientes artificiais como, por exemplo, o pneu, o copinho de iogurte, o prato de vasos e em plantas. Então se você tem no ambiente urbano uma condição dessa de vulnerabilidade ambiental, obviamente as condições para você ter a transmissão da doença são muito propícias. O seguinte.

Outro dado importante é a questão das viagens áreas. Para se ter uma ideia, por que isso tem uma relação com dengue? O vírus da dengue, a doença dengue é transmitida pelo Aedes aegypti e tem quatro sorotipos: o dengue 1, 2, 3 e 4. Quando há a introdução de um

determinado vírus desse numa população suscetível, você tem a ocorrência de epidemia de grande magnitude. O transporte internacional e doméstico contribui enormemente para que você tenha o deslocamento de pessoas para áreas onde não têm a presença do vírus e com isso a ocorrência de epidemias. É o exemplo, por exemplo, da quantidade de deslocamentos dentro do País. No Brasil, de acordo com a ANAC, pelo menos em 2007 45 milhões de passageiros viajaram, 4 milhões sendo passageiros internacionais, ou seja, pessoas vindo para locais daquelas áreas que eu citei endêmicas de dengue, e o Brasil tem uma relação com pelo menos 31 países com transporte regular de passageiros. O seguinte.

Bom, isso aí é só para demonstrar a velocidade com que há dispersão de vírus pelo mundo. Isso é só um exemplo. No descobrimento do Brasil, a nau portuguesa levou vários meses e transportando um número pequeno de pessoas, e hoje, com a tecnologia da aviação, em termos de questão de horas você transporta um número significativo de pessoas. O seguinte.

Bom, esse aqui eu vou apresentar rapidamente, é uma metodologia que o Ministério da Saúde utiliza para avaliar e identificar o risco entomológico que tem nas cidades. O seguinte.

O LIRA é um levantamento que identifica os criadouros predominantes e o grau de infestação do Aedes aegypti em cada Município. O Município é dividido em áreas homogêneas e com esse levantamento, que dura no máximo cinco dias, é possível você identificar situações de risco entomológico e, com isso, nós classificamos os Municípios em Municípios com condições satisfatórias, em situação de alerta e com risco de surto. O seguinte.

Então pegando como exemplo a Bahia, esse foi um resultado do levantamento de 2007 a 2008, só para demonstrar que esse levantamento é feito em outubro, que é o período onde nós temos, digamos assim, o período de mais baixa transmissão da doença no País. Dengue é uma doença sazonal e o mês de outubro é um período que antecede o verão, que é o período de maior transmissão. Então esse levantamento é feito exatamente de forma antecipada para identificar as áreas críticas nos Municípios e, com isso, realizar as ações de prevenção, evitando que com a chegada das chuvas você não tenha no ambiente um ambiente propício para a transmissão da doença. Então no exemplo aqui da Bahia, dos Municípios que fizeram, demonstrando assim o risco de Camaçari com risco de surto e Itabuna com 16,5% de índice de infestação. O seguinte.

Esse aqui é um exemplo, só para transportar, a importância dos macrofatores que eu citei, que são importantes na manutenção da doença, se vocês observarem, muitos dos criadouros predominantes, ou seja, criadouros que têm a presença do mosquito Aedes aegypti, são relacionados ao problema de abastecimento de água. Então pegando o exemplo de Itabuna, por exemplo, que tem o maior índice: 74% das lavras encontradas no levantamento foram em recipientes utilizados para armazenar água e 40% em depósitos de lixo, ou seja, os fatores de risco para a manutenção da transmissão da doença foram fortemente associados com questões ambientais, principalmente aquelas relacionadas à questão da água e do lixo. O seguinte.

Bom, esse aqui é um breve histórico da situação no Brasil, nos temos pelo menos vinte anos de transmissão da doença no Brasil. Ali vocês podem observar que tem uma setinha com dengue 1, dengue 2 e dengue 3. Toda vez que você tem a introdução de um sorotipo viral, você tem a ocorrência de epidemias importantes. Eu quero chamar a atenção principalmente para o último período, onde nós temos um aumento da gravidade do problema no País, com o aumento de casos graves, principalmente em crianças, e naquela linha vermelha essa gravidade é refletida exatamente no número de hospitalizações. No começo da década, na metade da década de 80 nós tínhamos epidemias de dengue, porém com menos gravidade, tanto é que nós não tínhamos registro de hospitalizações pelo vírus da dengue. Já na segunda metade da década de 90 nós temos a ocorrência de epidemias importantes, lamentavelmente acompanhadas de um quadro de gravidade maior, o que tem, obviamente, causado uma maior carga nas hospitalizações. O seguinte.

A situação epidemiológica do Brasil mais atualizada é de 2009, e fazendo um comparativo com a Bahia, tendo em vista o objeto dessa Audiência. No Brasil, até março, foram cerca de 140 mil casos de dengue. A Bahia com 45.683, correspondendo por 32% dessas notificações, 42% das notificações de febre hemorrágica, dos vinte e cinco óbitos por febre hemorrágica dez se deram na Bahia, uma letalidade de 9,4%, no Brasil de 10%, e uma qualificação de dengue com complicação, que é um caso grave de dengue, mas que não se enquadra [soa a campainha] na qualificação de febre hemorrágica. O seguinte, por favor.

A questão de Jequié, a questão da situação epidemiológica especificamente na Bahia. Na Bahia nós temos uma epidemia, como já foi citado inclusive pela imprensa, houve uma demanda por parte da Secretaria de Saúde do Estado que decretou estado de emergência em alguns Municípios, e, na verdade, o que a gente observa é uma concentração importante de casos em pelo menos oito Municípios, com cerca de 60%, que seria nos Municípios de Jequié, Itabuna,

Porto Seguro, Ilhéus, Salvador, Ipiaú, Irecê e Jacobina. O seguinte.

Um resumo da situação epidemiológica em 2009: são 140.531 casos no Brasil como um todo, é uma situação melhor do que em relação a 2008, nós temos uma redução global no País de cerca de 30%. Sete Estados apresentam aumento no número de casos: Acre, Roraima, Amapá, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul. E uma confirmação de 253 casos de febre hemorrágica e 25 óbitos, 452 casos de dengue com complicações e 12 óbitos. Um dado que eu gostaria de destacar aqui são dois: primeiro é essa redução em relação ao ano anterior e até o momento, que os dados são parciais, uma redução importante, comparando com 2008, no número de casos de febre hemorrágica e no número dos casos graves. O seguinte.

Quais são alguns avanços que nós temos dito e que o Ministério tem feito em articulação com outras áreas, junto com os Estados e os Municípios, e entendendo que muitos desses desafios são desafios que transcendem o setor saúde eu vou apresentar rapidamente algumas ações feitas. O seguinte.

Eu acho que a primeira questão é sempre destacar que o Ministério da Saúde, em articulação com os Estados e Municípios, tem um programa nacional, desde 2002, que é um programa que é permanente, que adota como seus fundamentos ações de comunicação e mobilização social para gerar também a participação de indivíduos e da sociedade; a melhoria na qualidade do trabalho de campo, ou seja, aquele trabalho em que o agente de saúde faz casa a casa, ele precisa ser feito com qualidade; a inserção de ações de dengue na atenção básica; o uso de instrumentos jurídicos para apoiar ações específicas como, por exemplo, nós temos um grave problema nos grandes centros urbanos, até por conta do problema de violência em algumas cidades, a falta de adesão dos moradores em abrir as suas casas para o trabalho dos agentes. Então é necessário que se tenha instrumentos jurídicos para apoiar essa ação; uma articulação com o meio ambiente, principalmente na questão dos resíduos sólidos; e a questão do monitoramento e a gestão do programa. O seguinte.

Alguns desafios são importantes, é sempre bom deixar claro, nós estamos lidando com um problema de alta complexidade, apesar de ser, digamos, um mosquitinho que causa todo esse problema, mas existem importantes determinantes que dificultam o controle. Primeiro, as limitações dos métodos de controle. Nós não temos uma vacina contra a dengue e isso é um fator importante para que as ações tenham impacto limitado; um outro desafio importante é a ocorrência de epidemia em grandes centros urbanos, que é o que nós sempre falamos: controlar dengue num Município de cinco mil habitantes, você tem uma dimensão; controlar dengue num Município como Salvador, como o Rio de Janeiro, é outra dimensão, porque você tem uma série de outros problemas que incidem e que dão complexidade a esse controle. A questão do controle também em grandes centros urbanos, particularmente em regiões metropolitanas, muitos Municípios são conurbados e são autônomos e muitas das vezes você tem heterogeneidade na execução dessas atividades de controle, fazendo com que você não tenha uma eficácia igual. E essa questão da execução das ações intersetoriais integradas. Cada vez mais é um desafio nós termos articulado e de forma convergente as ações fora do setor saúde, e tentar resolver questões importantes como a questão do abastecimento de água regular e da coleta adequada de lixo. O seguinte.

Rapidamente, eu acho que o Sistema Único de Saúde, que é o sistema que rege a gestão do sistema de saúde pública no País, é um sistema [soa a campainha] de responsabilidades. Eu acho que é importante frisar. Dentro das ações do Ministério da Saúde cabe a articulação entre Estados e Municípios, o financiamento, treinamento e capacitação, informação e mobilização e supervisão e fiscalização aos Estados e Municípios. O seguinte.

Algumas ações que foram feitas para ilustrar, e já estou concluindo, Senadora, o Ministério da Saúde fez um plano de contingência para algumas áreas prioritárias visando exatamente... São áreas que têm a circulação do tipo 2 da dengue e que são áreas que esse tipo 2 foi associada às formas graves da doença, como aconteceu no Rio de Janeiro, então foi feito um trabalho de visita a esses Estados exatamente elaborando e confeccionado planos para, em situação de epidemia, a gente ter um enfrentamento e uma resposta adequada. O seguinte.

Outro exemplo importante é a organização nos Estados. O Ministério da Saúde tem uma rede nacional de alerta e resposta à emergência em saúde pública, chamada Rede Sieves(F). Esse é um exemplo, por exemplo, no Rio de Janeiro, onde foi montada uma sala de situação onde por intermédio dessa sala de situação você tem um planejamento e uma resposta mais adequada. O seguinte.

A questão do isolamento viral. O País, o Brasil, é pioneiro nessa estratégia, tem uma rede de unidade sentinelas para garantir o isolamento viral mais adequado e, com isso, detectar a eventual entrada do sorotipo dengue 4, que felizmente ainda não chegou no Brasil. O seguinte.

Dentro das nossas atribuições, a questão de capacitação de recursos humanos. O Ministério da Saúde disponibilizou para todos os Estados e Municípios protocolos clínicos de orientação para médicos e pessoal de enfermagem sobre o manejo e diagnóstico [soa a campainha] dos pacientes. Houve um vigoroso processo de capacitação de recursos humanos. Hoje nós pomos falar com toda a tranquilidade que nenhuma Unidade da Federação não possui um médico ou uma enfermeira referência para multiplicar esses treinamentos para os Municípios. O seguinte.

E um processo, uma iniciativa do Ministro Temporão de iniciar esse processo de articulação interministerial, entendendo que o enfrentamento adequado da dengue vai se dar não somente pelo Ministério da Saúde, vai se dar exatamente com o que nós sempre falamos, com todos os Ministérios da Explanada. Então esses daqui são alguns exemplos do esforço que está sendo feito: o Ministério da Defesa com a disponibilização de militares para apoiar em áreas específicas; o Ministério da Educação incluindo em seus curriculuns escolares questões de educação e de orientação para a dengue; o Ministério das Cidades com um trabalho para identificar a estratégia para reduzir questões relativas à intermitência do abastecimento de água. O seguinte.

O meio ambiente, a questão do Ministério da Justiça, particularmente a questão de estratégias para garantir a execução de ações que permitam a entrada do agente naquelas casas fechadas, e o turismo, principalmente em articulação com a ABAV para orientar o setor hoteleiro e o setor de turismo com informações sobre ambiente livre de Aedes aegypti. O seguinte.

A Secretaria de Comunicação Social, particularmente para potencializar mensagens de prevenção e controle da dengue; integração nacional, a defesa civil tem apoiado e muito os Estados em situações de emergência; e o setor de transporte em articulação com o DNIT, principalmente para em anéis rodoviários, que em muitos centros, em grandes centros urbanos são importantes locais e depósitos de lixo. Então há a necessidade dessa articulação com o setor de transporte. O seguinte.

A questão dos recursos financeiros. O Ministério da Saúde, na área de vigilância, estima o gasto com o programa de dengue em cerca de 1,08 bilhão; desses, mais de 600 milhões são transferidos fundo a fundo para os Estados e Municípios; e esses outros recursos são para... No ano passado houve um recurso adicional para cerca de 633 cidades de 128 milhões de reais; os outros recursos são gastos em campanhas publicitárias, aquisição de veículos e equipamentos que são disponibilizados para os Estados e Municípios; cerca de 260 milhões para o pagamento da folha de pagamento dos agentes municipalizados. É sempre bom destacar que o Ministério da Saúde não tem mais execução direta como tinha, por exemplo, na época da SUCAN. Esses agentes todos, no processo de descentralização, foram repassados para os Estados e Municípios, mas a folha de pagamento ainda é responsabilidade do Ministério da Saúde; compra de inseticidas e capacitação de recursos humanos. O seguinte.

A questão da Bahia, só para esclarecer, houve um adicional esse ano de cerca de 9 milhões de reais, um aumento de 30% no teto, eu não vou citar, mas vários Municípios da Bahia foram contemplados. O seguinte [soa a campainha].

Algumas ações que fazem parte do cotidiano do programa de dengue. A permanente ação de informação e mobilização, com parceria com instituições. O seguinte.

Uma campanha publicitária que já está em curso desde outubro com o uso de cartazes, folders. O seguinte.

Isso aqui é um alerta que foi dado pelo Ministro Temporão no final do ano, em vários fóruns que ele participou com Governadores. Pode passar.

Deixando claro que abril e dezembro de 2008 a necessidade de se ter ações ininterruptas, principalmente por conta das eleições municipais, aonde com a mudança de gestores não se ter descontinuidade nas ações de prevenção e controle. O seguinte.

Bom, algumas providências específicas adotadas para a situação atual da Bahia. Eu acho que isso é importante destacar, que embora a Bahia esteja numa situação de epidemia, o Ministério da Saúde tem apoiado os Estados e os Municípios com algumas ações específicas. Bom, primeiro o Ministro da Saúde reuniu-se com o Governo do Estado e Prefeitos em dezembro de 2008, exatamente já naquela ocasião conclamando os gestores sobre a necessidade de não haver a interrupção das atividades de controle. Foi feito, esse ano já, uma transferência adicional de 1,35 milhões para a aquisição de capas de caixa d'água, isso foi repassado ao Estado. A ideia é que, como vocês podem observar, o LIRA demonstrou que a questão do abastecimento de água, o armazenamento de água era um aspecto epidemiológico importante, então a necessidade de se ter capas para fazer uma proteção mecânica dessas caixas d'água; o Ministério da Saúde tem feito, com um grupo executivo das diversas áreas do Ministério, área de assistência, do controle de vetores, de vigilância epidemiológica, assessoria direta aos Municípios mais críticos da Bahia como Itabuna, Porto Seguro e Jequié; implantamos em Salvador unidades sentinelas exatamente tendo em vista a questão do carnaval, que

é um evento que atrai milhões de pessoas de várias partes do mundo, nós implantamos unidades sentinelas exatamente para monitorar a possível introdução do sorotipo dengue 4. O seguinte.

Nós repassamos alguns quites de um teste diagnóstico rápido para apoiar o diagnóstico precoce dos casos graves. Esse é um teste absolutamente novo que o Ministério da Saúde incorporou agora em alguns locais e que permite, no máximo em três dias, você diagnosticar os casos de dengue. Isso tem uma importância fundamental principalmente em crianças, que a criança, como é um paciente que não fala e a dengue é uma doença muito inexpressiva(F), que você tenha um diagnóstico preciso da enfermidade que está acometendo a criança. Foram repassados cerca de cem mil cartões de acompanhamento do paciente para ajudar a monitorar os pacientes com dengue; fluxogramas de atendimento ao paciente; repasse adicional de larvicidas e inseticidas. O seguinte.

Uma intensificação de mídia já esse ano, independente de todo aquele movimento que foi feito o ano passado, mas esse ano foi feito uma intensificação de mídia, principalmente por conta da situação epidemiológica, no período foi feito um Salvador e em Jequié com ações em rádio, televisão, outdoor, telemarketing. O seguinte.

O Ministério da Defesa, dentro desse processo de articulação entre Ministério, está apoiando com cerca de 390 militares para as ações de combate ao vetor e 40 médicos e enfermeiros no suporte à assistência aos pacientes com dengue em Itabuna e também em Salvador. Estivemos essa semana em Salvador com um grupo dando assessoria técnica ao Município. Exatamente Salvador, como vocês devem ter observado, é um Município ainda que não tem transmissão epidêmica da doença, mas por ser um grande centro urbano demanda preocupação e nós estivemos essa semana, junto com o Estado e com o Município, organizando a capacidade de resposta para uma eventual epidemia [soa a campainha] que vai se traduzir exatamente nessa última ação, que é a implantação dessa sala de situação para monitorar a transmissão da doença e a capacidade de resposta.

Era isso que eu tinha que colocar. Eu agradeço, Senadora, a paciência, mas infelizmente o tema é complexo e necessitei desse tempo exatamente para procurar dar os maiores esclarecimentos possíveis. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada ao Dr. Giovanini. Eu entendo que realmente esse é um tema que muitas vezes exige mais tempo para que possamos chegar a todos os esclarecimentos, mas nós temos vários expositores e temos que, realmente, avançar rapidamente. Passamos agora a palavra para o Sr. Denílson Magalhães, representante da Confederação Nacional dos Municípios. O senhor terá dez minutos e, se necessário, poderemos estender por mais cinco minutos.

SR. DENÍLSON MAGALHÃES: Bom dia Exma. Senadora Rosalba Ciarlini, em nome da qual cumprimento os demais membros da mesa, os demais Senadores presentes, as senhoras e os senhores.

Nós entendemos que essa situação da dengue no País realmente necessita de um enfrentamento muito maior e a grande responsabilidade é por parte dos Municípios que estão lá mais próximos da população, mais próximos dessa situação, da realidade que a população brasileira vive. O próximo.

Mas é importante ressaltar o que prevê a legislação do Sistema Único de Saúde, em que ela diz que o sistema é regionalizado e hierarquizado. Nós possuímos uma hierarquia dentro do sistema e nós passamos por um processo de descentralização, não só das ações de epidemiologia, de vigilância em saúde, como de muitas outras ações que eram do Governo Federal e do Governo Estadual. Pode passar para o próximo.

Essa legislação contempla a vigilância em saúde e prevê que a vigilância em saúde é responsabilidade das três esferas de gestão do SUS. Coloca, também, nos arts. 16, 17 e 18 as competências da União, Estado e Municípios com relação à vigilância epidemiológica, na Lei 8.080, e nós temos que se o Município não tem condições de executar as ações de vigilância epidemiológica, ele pode ser suplementado por ações do Estado. Caso o Estado passe por problemas semelhante, ele deverá ser suplementado por ações do Governo Federal. Pode passar ao próximo.

Eu não vou me deter muito nessa questão epidemiológica porque já foi muito bem explanada pelo Dr. Giovanini, mas só ressaltar o que ocorreu no número de casos de dengue nos anos de 2007 a 2008. Nesse período nós já tínhamos aqui um aumento do número de casos nas regiões Norte e Nordeste, principalmente na região Norte. Pode passar ao próximo.

Aqui nós podemos ver como é que foi essa situação do Nordeste, esse incremento que ocorreu, e destacamos o Estado de Sergipe nesse período de 2007 para 2008, que ele teve 2850% a mais no registro de casos de dengue e a Bahia 218%. Em Sergipe nós tivemos 1705 habitantes que contraíram dengue a cada cem mil habitantes. Pode passar ao próximo.

Nessa distribuição de registro de casos por semana epidemiológica nós podemos observar que o estado da Bahia, quase que no final do ano de 2008, já se previa um aumento de casos para 2009. Pode passar ao próximo.

Aqui são os treze aglomerados escolhidos, eleitos pelo Ministério da Saúde com base nos dados epidemiológicos do primeiro semestre de 2008, aonde já se previa e já se anunciava que essas eram áreas de risco para um número muito maior de transmissão de dengue.

O que eu quero destacar para vocês dessa questão epidemiológica é que o sistema de informação, ele é muito útil justamente por isso, para se fazer previsões, para se intensificar ações de controle. E nisso a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde tem trabalhado muito, tem colocado esses dados à disposição das Secretarias Estaduais e Municipais e tem alertado sempre essas possibilidades de aumento de casos de dengue no País. Nós, na Confederação Nacional de Municípios, nós temos alertado muito os Municípios com relação ao cuidado com os bancos de dados, ao cuidado com a alimentação dos dados, para que nós possamos ter dados reais, cada vez mais atualizados, e que nós possamos justamente trabalhar no enfrentamento dessas doenças com previsão, podendo evitar que as doenças se alastrem mais no País.

Agora o que eu quero destacar para vocês com relação à luta que a Confederação Nacional tem enfrentado para melhorar e qualificar a gestão municipal do SUS, é o financiamento da saúde. Pode passar ao próximo.

Nós temos no financiamento, previsto na legislação federal, que todo financiamento do Sistema Único de Saúde é tripartite: União, Estados e Municípios. Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 29, em 2000, foram estabelecidos limites para o Estado, para os Municípios e uma previsão de limite também financeiro que a União deveria investir em saúde. Pode passar ao próximo.

Nós trazemos informações para vocês do sistema de informação de orçamentos públicos da saúde, o CIOPs, onde em 2007 nós temos que apenas seis Estados não cumpriram o que prevê a Emenda Constitucional nº 29, ou seja, investir pelo menos 12% em saúde, mas a grande maioria dos Estados permaneceu nesta linha entre 13% e 11% de investimento. Quando nós analisamos as informações do FINBRA – Finanças do Brasil, da Secretaria do Tesouro Nacional, nós temos em 2007 que dez Estados não cumpriram com a Emenda Constitucional nº 29 e deixaram de investir quase 500 milhões de reais em saúde. Quando nós avaliamos essas informações no CIOPs, em 2008, primeiro semestre, apenas dezesseis Estados apresentaram os seus gastos com saúde, dos quais só quatro cumpriram com a Emenda Constitucional nº 29. Só no primeiro semestre, entre esses doze Estados que não cumpriram com a Emenda, nós tivemos aí um valor de quase dois bilhões de reais que os Estados deixaram de investir em saúde. Pode passar ao próximo.

Quando nós verificamos no período de 2000 a 2007, todos os gastos, todos os investimentos com saúde pelo FINBRA – Finanças do Brasil, da Secretaria do Tesouro Nacional, nós verificamos que, em média, a União gasta com saúde 25,5%, enquanto que os Municípios ficam com 73% de investimento em saúde e os Estados estão com 0,7% de investimento em saúde. Então o que a CNM tem levantado é que os 12% que foram estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 29 como participação dos Estados em investimento em saúde ainda é muito pouco para que ela participe realmente do investimento na área de saúde. Pode passar.

Aí nós apontamos várias fragilidades na política de financiamento do SUS e isso tem causado grande dificuldade para que o Município se articule, que o Município consiga melhorar a qualidade dos seus serviços e consiga melhorar a qualidade da gestão do SUS. Nós verificamos num estudo publicado pela equipe do CIOPs, com base nos dados de 2005, que principalmente Estados e União não cumprem o que foi previsto pela Emenda Constitucional nº 29. Os Municípios, 98% conseguiram atingir os 15% previstos e até mais, pois a maioria investe muito mais do que 15% em saúde. A regulamentação da Emenda Constitucional nº 29 acabou se tornando uma luta sem fim desde 2003, PLP nº 1, de 2003, que começou a tramitar na Câmara e o Projeto nº 89, o PLP nº 89, que começou a tramitar desde 6 de novembro de 2007 nesta Casa. Nós vamos apontar três pontos muito importantes que nós estamos visualizando nessa fragilidade do financiamento da política de financiamento do SUS. Pode passar ao próximo.

Quando nós falamos em subfinanciamento de saúde, subfinanciamento das ações de saúde [soa a campainha], o que é que nós queremos dizer com isso? A União, o Governo Federal, por meio do Ministério da Saúde, estabeleceu e implantou vários programas de saúde, várias estratégias de saúde, várias políticas de saúde, e essas políticas, normalmente, elas têm um incentivo financeiro que é transferido para o Estado ou para a União. Esse incentivo financeiro, ele é calculado, na sua grande maioria, com base na população dos Municípios. Pode passar ao próximo.

O programa, por exemplo, do PSF, o Programa Saúde da Família, PSF e Agente Comunitário de Saúde, nós temos estimado, para 2009, 11,6 bilhões de reais, só com a manutenção das equipes de saúde da família e os agentes comunitários de saúde; mais 2,1 bilhões de reais para a manutenção das unidades de

PSF. As transferências da União estão previstas em 5,3 bilhões de reais e aí nós apontamos como déficit, porque o Município está assumindo a grande maioria desse complemento financeiro para a manutenção das equipes e aí vai em torno de 8,4 bilhões de reais só em 2009. Temos também a PEC nº 323, de 2009, que prevê aí o piso nacional de salário para o agente comunitário e o agente de combate a endemias, e nós queremos deixar claro que a Confederação não é contra de maneira nenhuma ao aumento de salário para os agentes comunitários, nós reconhecemos o trabalho que eles têm feito no País, mas o que nós alertamos é o impacto disso nas contas municipais, porque os Municípios já estão com as suas contas tão apertadas e nós pedimos para que tanto a Câmara como o Senado estudem esse impacto financeiro, o que é que isso vai trazer de impacto financeiro para os Municípios. Pode passar ao próximo.

Um outro ponto importante: as perdas financeiras em decorrência de estimativas populacionais defasadas. Nós fizemos um estudo na Confederação Nacional de Municípios e detectamos que, em 2007, 2475 Municípios estão com população a menor, e nós fizemos esse estudo apenas para o piso da atenção básica, a parte fixa do piso, o teto financeiro de vigilância em saúde e a assistência farmacêutica básica, e nós verificamos que em 2008, esses 2475 Municípios, por estarem com população a menor, perderam quase que 87 milhões de reais. Se essas populações não forem corrigidas, em 2009 nós teremos 3454 Municípios perdendo recursos só nesses três componentes, em torno de 171,5 milhões de reais. Então se nós somarmos esses dois anos, nós teremos aí mais de 258 milhões de reais que deixaram de ser repassados para os Municípios. É isso que nós apontamos como subfinanciamento, é isso que nós apontamos como fragilidade na política de financiamento atual do SUS. Pode passar ao próximo.

Uma outra perda muito importante, aqui só com relação à vigilância em saúde, ao teto financeiro de vigilância em saúde. Em 2008 uma perda de aproximadamente 23 milhões de reais e em 2009, se não forem corrigidas as bases populacionais, uma perda de 44,5 milhões de reais. O Estado da Bahia foi o mais prejudicado e só em 2009 ele perde 7 milhões de reais. Então são 7 milhões de reais a menos que os Municípios vão ter em suas contas para aplicar em ações básicas de saúde. Pode passar ao próximo.

Outro ponto muito importante é a depreciação desses valores dos incentivos. Normalmente quando os incentivos são estabelecidos, as políticas são estabelecidas, aqueles valores não são corrigidos de acordo com a inflação, de acordo com os reajustes que devem ocorrer ano a ano. Aqui o exemplo é o teto financeiro de vigilância em saúde, que foi instituído em 2004 por Portaria do Ministério da Saúde. Ele foi instituído em quatro Estados, como nós podemos observar, e aí o seu total aqui vai variar em torno de R$ 7,71 até R$ 3,52. Nós fizemos a estimativa de quanto esse valor deveria ter sido reajustado de 2004 até 2009; nós já deveríamos ter aqui, nesse extrato, por exemplo, de R$ 7,71, pelo menos R$ 9,83. Nós sabemos que o limite financeiro de vigilância em saúde é corrigido pela base populacional. A última correção foi em 2008 com a base populacional de 2007, só que os valores não estão sendo corrigidos e esses valores sofrem depreciação ao longo do tempo. Só essa depreciação de 2004 a 2009, nós estimamos que foi em torno de 27%. Nós temos aí uma perda estimada de 262,8 milhões de reais; só o Estado da Bahia perde 22 milhões de reais nos seus 417 Municípios. Então são perdas que nós estamos computando e estamos vendo que realmente há necessidade de uma revisão da política de financiamento do SUS; não é apenas redirecionar ações, não é apenas reorganizar ações, mas se nós não tivermos uma revisão dessa política de financiamento, os Municípios não terão como sustentar muitas ações. Foram muitas ações descentralizadas, mas nós observamos que a política de financiamento não acompanha a descentralização dessas ações.

Uma questão, por exemplo, muito importante que nós estamos estudando, é a questão da descentralização da epidemiologia na região Norte, onde a Fundação Nacional de Saúde atuava com muitos funcionários e na época em que houve essa descentralização para os Estados e para os Municípios [soa a campainha] a Fundação Nacional de Saúde também transferiu esses funcionários e colocou à disposição das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde. Só que de 2001 até agora muitos profissionais faleceram, se aposentaram, voltaram para o seu órgão de origem e os Municípios e os Estados ficaram sem esses funcionários. E esse recurso que pagava esses funcionários não foi para os Municípios; eles tiveram que contratar agentes de endemias com recursos próprios. Então são recursos que o Município vai investindo, são recursos que o Município vai tendo que assumir com seu recurso próprio de ações que foram descentralizadas e que não tem a participação da União e do Estado nessas contratações. A questão, por exemplo, do Saúde da Família, especificamente, a grande maioria dos Municípios não recebe a participação do Estado no financiamento. E a Portaria nº 648, que implantou a Política Nacional de Atenção Básica, ela deixa muito claro que o financiamento dessa política é tripartite, que o Estado é cofinanciador dessa política e nós vemos que no PSF

não há quase investimento no Estado. Quando essa parcela do Estado, tem um número enorme de indicadores, de responsabilidades que o Município têm que atender e que têm que assumir e que até superam as responsabilidades que a própria Política Nacional de Atenção Básica coloca para os Municípios e para os Estados. O próximo, por favor.

Então o que nós queremos e o que nós trazemos para vocês é justamente isso, que nós precisamos rever essa política de investimento. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o IPEA, publicou este ano um estudo em que ele mostra que o Brasil consegue investir muito bem os seus recursos em saúde. Ele pesquisou trinta e dois países e o Brasil ficou em primeiro lugar dentre esses trinta e dois países. Os Estados Unidos ficou em último lugar nessa pesquisa com investimento em saúde. Então nós vemos que os investimentos estão sendo feitos na área de saúde, mas nós precisamos rediscutir essa política de financiamento nacional. Pode passar ao próximo.

E nós trazemos aí para a sustentabilidade desses avanços: conseguir consolidar o Sistema Único de Saúde, e os ganhos nos últimos anos, justamente a questão do financiamento do SUS, o cumprimento da legislação que não tem sido cumprida por parte dos entes federados e a necessidade de revisão da política de financiamento. Pode passar ao próximo.

Nós entendemos que não tem como discutir a sustentabilidade do Sistema Único de Saúde, não tem como se garantir qualificação da gestão e nem consolidação do SUS se nós não tivermos uma política de financiamento tripartite e equânime, que ela realmente vise aquele que tem menos condições de investir, aquele que tem menos condições de manter as suas ações de saúde.

Então era isso que eu tinha para trazer para vocês. Pode passar ao próximo.

Eu agradeço, em nome da Confederação Nacional de Municípios, o convite para estarmos aqui conversando sobre essa situação. O que nós entendemos é que ela é emergente, nós precisamos enfrentar essa situação da dengue no País, principalmente na Bahia, e se nós tivermos a participação da comunidade também, que isso está previsto na legislação do SUS, a comunidade não fica isenta da sua responsabilidade com a saúde, se nós não tivermos a participação da comunidade será muito difícil realmente enfrentar essa situação da dengue no País. Muito obrigado, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós agradecemos também ao Dr. Denílson e queríamos desde já, Dr. Denílson, que o senhor levasse à Confederação dos Municípios a informação de que esta Comissão, a partir de maio, vai iniciar um ciclo de debates sobre saúde pública e como foco mais importante o SUS como idealizamos, o SUS que queremos e o SUS que precisamos analisar e melhorar para atender melhor a população. Com certeza a Confederação dos Municípios vai poder estar presente e nos dará uma grande contribuição. Muito obrigada. Passo agora a palavra ao Sr. Roberto Oliveira Maia, Presidente da União dos Municípios da Bahia.

SR. ROBERTO OLIVEIRA MAIA: Quero aqui cumprimentar a Senadora Rosalba Ciarlini, a quem eu cumprimento toda a mesa, cumprimentar aqui os Senadores do meu Estado, o Senador João Durval Carneiro, o Senador César Borges, os Srs. Deputados, senhores e senhoras.

Eu quero primeiro aqui, Senadora, lamentar a falta de um representante da Secretaria Estadual de Saúde, que seria de grande proveito que ele estivesse aqui para que nós pudéssemos estar tirando algumas dúvidas das ações do Governo do Estado no combate à dengue lá na Bahia. A Bahia que está passando por um momento de extrema gravidade com relação à dengue. Nesse momento, 70% dos Municípios têm casos notificados. Já foram notificados, até dois dias atrás, 45683 casos. Em cidades como Jequié, já ocorreram treze óbitos, mas não diferente de Itabuna, Irecê, Porto Seguro, Jacobina, Ipiaú e Ilhéus, e o que nos deixa preocupado é que não são casos isolados, estão praticamente em todo o Estado da Bahia, porque essas cidades que eu estou aqui falando são das regiões oeste, sul, sudeste, região metropolitana e isso mostra que a doença está em todo o Estado da Bahia.

Eu fico realmente muito preocupado por conta da situação que chegou a questão da dengue na Bahia. Eu vou falar aqui um pouco sobre a minha cidade, que eu administro, que é Bom Jesus da Lapa, cidade que fica na margem do Rio São Francisco, uma cidade que é visitada por mais de um milhão de pessoas durante todo o ano devido à romaria que esse ano completou 317 anos. E lá, por ser uma cidade turística, nós temos ainda enfrentado problemas maiores devido a esse fluxo de pessoas que vão pelos acampamentos. O romeiro é um turista muito pobre e eles, muitas vezes, ficam acampados nas margens do Rio São Francisco e isso tem dificultado muito o combate à questão da dengue. Lá em Bom Jesus nós recebemos pelo TFCD, que é o Teto do Financiamento da Vigilância em Saúde e Endemias, R$ 17.552,00, isso para tratar das diversas endemias: Leishmaniose, Esquistossomose, Doença de Chagas, a Malária e a Dengue. E aí com esses recursos nós temos que fazer todo o custeio para enfrentar essas endemias. Lá nós temos, por exemplo, cinquenta agentes concursados e alguns outros

contratados pelo Município para fazer este trabalho. Só esses agentes consomem aproximadamente R$ 30.000,00, ou seja, praticamente o dobro do que nós recebemos do Governo Federal, sendo que ainda temos que gastar com o material, fardamento, combustível, equipamentos, manutenção dos veículos. Todos esses custos são referentes ao Município, é repassado para o Município, campanhas de rádio, folheto, todo esse trabalho é custeado com este recurso, ou seja, o Município mais do que dobra o valor do que recebe do Governo do Estado. Lá a doença está em certo ponto controlada, não tem casos muitos graves, mas é um problema que está acontecendo em todo o Estado.

A questão da saúde, e aqui eu quero parabenizar o Denílson pela sua exposição, o problema realmente no combate às doenças e a questão da saúde como um todo está realmente no financiamento público da saúde, que tem trazido distorções muito grandes e tem trazido problemas muito sérios à nossa gestão como um todo. Só para vocês terem ideia, na questão da dengue, por exemplo, o Governo Federal entra, como eu falei anteriormente, com R$ 17.552,00. O Estado não entra com absolutamente nada; para não dizer absolutamente nada, a DIRES, que é a regional da saúde, entrega aos Municípios o veneno que é a larvicida para colocar dentro dos equipamentos dos agentes para que eles possam estar fazendo a borrifação, fazendo o trabalho de campo. Nós temos também lá a questão que foi falada aqui do repasse dos funcionários do Governo Federal ou da SUCAN para o combate à dengue. É verdade que foram repassados, mas temos tido aí problemas para com essas pessoas, porque são normalmente funcionários idosos, funcionários já antigos da entidade e que não fazem o trabalho de campo. Uma pessoa idosa não vai colocar uma bomba costal nas costas para estar no sol a pino fazendo esse trabalho e nós temos dificuldades em fazer com que esse trabalho seja feito e, por isso, muitas vezes, da contratação. Eu lá no meu Município fiz o concurso na esperança de que os funcionários que fossem cedidos pela SUCAN pudessem também estar colaborando com o trabalho. Não consegui êxito com isso e por isso tive que fazer algumas contratações emergenciais para chegar a cinquenta o número de agentes para fazer o combate no dia-a-dia para que nós pudéssemos estar aí tendo avanços.

Eu vou procurar dizer qual é a solução, o que eu vejo aí de solução para os problemas, principalmente da questão da dengue que o Senador César Borges convocou aqui esta Comissão para nós estarmos tratando sobre esse assunto. Primeiro, nós temos que ver a questão dos lixos, do lixão, dos aterros sanitários. A grande maioria das cidades baianas não tem aterro sanitário e isso é um foco muito sério que traz e que os Municípios neste momento não têm condições de fazer. Os Municípios brasileiros estão atravessando uma das piores crises da sua história. Lá no nosso estado a maioria dos municípios estão sem poder ainda pagar a folha de pagamento do mês passado, por conta da crise econômica que está atingindo a todos nós, isso está sendo debatido no dia-a-dia, o Presidente Lula agora fez uma ação para que garantisse pelo menos o repasse do ano passado aos municípios, para que nós não tivéssemos perda, mas perda já há, pois houve o aumento do salário mínimo em 12,5% e os municípios vão ter a mesma receita do ano passado. Então muitos municípios, sem ter contratado um único funcionário, um único funcionário, vai infringir a Lei de Responsabilidade Fiscal por estar atingindo, passando do limite que é de gasto com o pessoal. Por quê? Vai permanecer a mesma receita e vai haver um aumento da despesa e isso vai trazer sérios problemas para os Municípios daqui para frente, por conta que os Municípios muitas vezes não podem demitir, porque a maioria dos funcionários são concursados, e isso está trazendo aí um problema muito grande. Então nós temos dois problemas: é a crise econômica que assola todos os Municípios baianos e brasileiros, mas principalmente os Municípios do Nordeste brasileiro, Senador, isso é bom deixar claro, porque nós enfrentamos outras situações, a exemplo da seca, de tantos outros problemas que o nordestino enfrenta, e agora, apesar da crise econômica, nós temos agora a questão da dengue.

Então nós estamos aqui participando dessa questão para buscar... Não para achar culpados, nós estamos aqui para buscar soluções, ouvir aqui as afirmações do Secretário do Ministério da Saúde, dos Senadores, dos Deputados, o que é que nós podemos fazer, o que é que os Governos, tanto Federal e Estadual podem fazer neste momento de crise para ajudar os Municípios baianos, brasileiros e nordestinos, principalmente. Então essa é a nossa discussão e mais uma vez eu falo aqui da falta de um representante da Secretaria do Estado da Bahia para que nós pudéssemos aqui trocar algumas ideias, fazer algumas cobranças e fazer alguns questionamentos.

Por exemplo, eu tenho informação que Itabuna teve uma ação efetiva do Governo do Estado: carros, pessoal, médicos da Aeronáutica reativaram a Santa Casa, o Governo fez lá um trabalho lá em Itabuna, mas Feira de Santana, que é um Município próximo de Salvador, é o segundo maior Município do nosso Estado, até então não teve nenhuma ação efetiva, não recebeu absolutamente nada do Governo do Estado. Então eram questionamentos como esses, Senadora,

que nós precisávamos estar aqui com o representante do Governo, o Secretário na verdade é que deveria estar aqui, o Sr. Jorge Solla, para que nós pudéssemos estar discutindo essas questões. Eu quero aqui agradecer a oportunidade e estamos aqui abertos para quaisquer esclarecimentos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu quero agradecer ao Prefeito e Presidente da União dos Municípios da Bahia, o Sr. Roberto Oliveira Maia, dizer que foi fundamental a sua presença, porque traz a experiência do dia-a-dia, da sua vivência como Prefeito, e que nós sabemos que todas essas questões de saúde estão ligadas diretamente ao Município, então não poderá de forma nenhuma estar ausente. E lamento, mais uma vez, quero aqui concordar com o senhor, que a ausência de um representante estadual nos passa um sentimento de não valorização com essa questão que é tão séria, tão importante para a saúde do Estado, como também consideramos assim que faltou atenção a esta Comissão pelo fato que nós estamos aqui para discutir saúde, entendendo que saúde é vida, saúde é prioridade e não existe, de forma nenhuma, nós não estamos aqui para caçar bruxas e nem muito menos para tratar as questões tão importantes priorizando "a" ou "b" e muito menos entendendo que passa por questões políticas e partidárias. Se houve, de certa forma, esse entendimento, eu quero aqui deixar bem claro que aqui nós estamos para aplaudir as ações certas, para debatermos os caminhos que possam melhorar e que possam somar. Na saúde é algo importantíssimo que nós possamos estarmos juntos. A Emenda nº 29 é importante a nível federal, estadual e municipal. A Emenda nº 29 que nós defendemos, que nós perseguimos, nós estamos perseguindo, é de fundamental importância. Nós queremos é mais recursos para a saúde. Nós queremos é que exatamente o Ministério da Saúde tenha do Governo Federal a sensibilidade de que mais recursos cheguem para a saúde. Entenda que essa é uma prioridade maior e que consequentemente possa atender mais aos Municípios nas suas questões de saúde. Mas eu quero aqui passar a palavra para o nosso último expositor, que é o Sr. Ismar Barbosa Cruz, Quarto Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União.

SR. ISMAR BARBOSA CRUZ: Muito obrigado à Senadora Rosalba Ciarlini, em nome de quem cumprimento os colegas da mesa, Exmos. Srs. Senadores, a quem cumprimento na presença do Senador César Borges, autor do requerimento para essa importante discussão que nós temos no dia de hoje.

Gostaria primeiramente, Senadora, de dizer da nossa satisfação de mais uma vez termos o Tribunal de Contas da União em parceria com o Congresso Nacional no debate de questão que aflige e muito a sociedade brasileira, numa questão tão importante como a saúde. Represento o TCU nessa oportunidade por designação do Ministro, do Presidente Ubiratan Aguiar, na condição de Secretário da Quarta Secretaria de Controle Externo, responsável pela coordenação da fiscalização do TCU na área da saúde. Quero dizer também que essa parceria entre o TCU e o Congresso, especificamente nessa área de saúde, é muito auspiciosa e tem produzido resultados muito importantes. Eu gostaria apenas de destacar um recente acórdão do Tribunal em que foi enfrentada a questão do ressarcimento pelas operadoras privadas de plano de saúde ao SUS pelos atendimentos prestados aos beneficiários desses planos pelo SUS. É um acórdão que tem uma origem no Congresso Nacional, um trabalho solicitado pelo Congresso Nacional e um potencial de retorno de mais de quatro bilhões de reais aos cofres da saúde.

Então feito esse primeiro parêntese eu queria dizer também que a dengue é uma preocupação do TCU, tem sido uma preocupação constante no Tribunal de Contas da União e eu pretendo passar, para contribuir para o debate, o resultado do nosso trabalho em relação a esse problema, a esse programa, passar alguns dados sobre a situação da dengue no Brasil e no Estado da Bahia. Aproveitar a oportunidade para inserir essa discussão da dengue, do programa da dengue numa questão um pouco mais ampla que nós estamos chamando de efetividade das ações descentralizadas de saúde, como melhorar, como contribuir para que seja aperfeiçoada a execução dessas ações e os desafios e expectativas que estão colocadas para nós, órgãos de controle, em conjunto com o Congresso Nacional.

Bom, primeiramente eu queria dizer que em relação ao combate à dengue nós dividimos assim a importância da atuação dos órgãos de controle, dos órgãos de Governo, e da sociedade dessa forma aqui. O programa da dengue, como de resto todos os demais da área de saúde, da área social, depende fundamentalmente da ação dos Governos, do estado e da sociedade. Em relação a ações diretamente voltadas para a conscientização da sociedade, nós daríamos que o TCU tem uma baixa capacidade de intervenção. Nós podemos, como temos feito, eventos de sensibilização em relação a determinadas questões, mas isso tem pouco alcance pelas nossas competências. Num outro prisma, aí sim eu acredito que nós tenhamos uma contribuição bem maior a dar, que é a avaliação das ações do estado, dos Governos em relação à condução dos programas por intermédio das nossas auditorias, das nossas fiscalizações. Pode passar, por favor.

Esse quadro demonstra ou revela a importância da articulação, da cooperação, de uma ação coordenada entre as três esferas de Governo. O programa da dengue é um programa que tem participação direta de União, estados e municípios e cada um com o seu papel deve desempenhar essas ações com vistas à boa execução do programa. Então eu não vou me deter aqui a cada uma das competências, mas apenas para mencionar a importância dessa articulação entre os três níveis de Governo. Destacando apenas que os municípios – e aí reforçando o que foi dito aqui pelo palestrante que me antecedeu – têm a competência mais diretamente ligada ao combate ao vetor da dengue, ao Aedes aegypti, que é a visita aos imóveis e a eliminação dos criadouros de lavras. Pode passar, por favor.

A partir de agora um breve relato dos trabalhos desenvolvidos pelo TCU recentemente. Eu trago aos senhores e senhoras quatro trabalhos, a partir de 2007, que foram realizados exclusivamente com o objetivo de avaliar ações dos Governos Federal, Estaduais e Municipais do Programa Nacional do Controle da Dengue.

O primeiro deles é um levantamento de auditoria que foi conduzido inicialmente em quatro estados que apresentavam naquele momento a situação mais grave de infestação. Foram então selecionados: Mato Grosso do Sul, Paraná, Tocantins e Piauí. Essa auditoria, ela começa a partir de um depoimento do próprio Ministro da Saúde de que a situação nesses quatro Estados era de muita gravidade em relação à infestação pela dengue. A metodologia do trabalho foi a padrão que adotamos em trabalhos do gênero, entrevistas com gestores, as análises documentais e visitas *in loco* a todas essas localidades.

Um segundo trabalho foi feito no especificamente no Estado do Rio de Janeiro porque nos preocupava muito a proximidade dos Jogos Pan-Americanos, e o próprio Ministério da Saúde deu uma atenção especial ao combate à dengue naquele momento e nós também acompanhamos a ação dos Governos Federal, Estadual e da Prefeitura do Rio de Janeiro em relação a esse assunto.

O terceiro trabalho, o que nós chamamos de FOC, que é a sigla de Fiscalização de Orientação Centralizada, ele é desdobramento, vamos por assim dizer, do primeiro trabalho, que foi aí sim estendido a catorze Unidades da Federação e vinte e três Municípios foram auditados. Naquele momento, por alguns critérios, foram escolhidos esses estados, critérios de 2007, nós estamos falando de 2007, critérios que envolviam tanto a questão sanitária de cada um deles como a nossa própria capacidade operacional. Embora o Estado da Bahia não tenha sido auditado naquele momento, todo o resultado desse trabalho nós entendemos que é útil nessa situação que nós discutimos aqui hoje, porque o quadro é muito parecido em todo o País. A principal questão de auditoria, o principal problema que nós investigamos, a principal questão, foi se cada ente federativo desempenhou adequadamente as tarefas, aquelas competências que lhes é reservada, como foi mostrado no slide anterior. Pode passar, por favor.

Um último trabalho, o monitoramento, que é o termo que nós utilizamos, para acompanhar as medidas determinadas pelo Tribunal de Contas da União. Esse monitoramento foi focado no trabalho realizado no Estado de Mato Grosso do Sul, no qual a situação era mais grave. Campo Grande era a situação mais grave, eu vou falar um pouco com mais detalhes à frente. Pode passar, por favor.

Bom, eu dividi aqui os resultados desses trabalhos em três níveis: no nível da União, dos estados e dos municípios. Eu teria muito a dizer em relação a esses resultados, mas eu procurei selecionar o que de mais importante nós entendemos seja preciso destacar de forma a contribuir para o debate que nós temos hoje. Pode passar, por favor.

Na coluna da esquerda nós temos o que o Tribunal constatou e na coluna da direita nós temos o que o Tribunal adota como medida visando solucionar, resolver esses problemas. Eu não vou ler todo o slide, mas eu vou destacar algumas constatações. Em relação ao Governo Federal, a gente constatou que a coordenação geral do programa dispõe de uma equipe reduzida de servidores em função da abrangência da dimensão do programa e da ação que se requer. Detectamos, também, problemas de comunicação e troca de informações entre os três níveis de Governo, situação que se repetiu em todos os estados visitados. Uma outra constatação é que embora o Programa Nacional de Controle da Dengue faça parte do Teto Financeiro de Vigilância em Saúde, na transferência não há uma especificação, uma destinação específica ao controle da dengue; ele entra no teto como um todo e isso talvez possa ser aperfeiçoado. No trabalho que foi feito de monitoramento da auditoria específica no Estado de Mato Grosso do Sul, nós constatamos uma notável evolução no combate à doença, comparativamente aos anos de 2007 e 2008. Nós estamos falando do trabalho mais recente que avaliou então as medidas que o Tribunal determinou. Foi nítida então a melhoria na integração Estados/Municípios/União e isso se refletiu diretamente na qualidade dos indicadores da localidade, especificamente Campo Grande e o Estado de Mato Grosso como um todo.

Algumas determinações foram feitas ao Ministério da Saúde e eu vou destacar apenas as que eu considero mais importantes. A segunda ali, que é regulamentar a competência dos construtores do programa, que são agentes do Ministério nos Estados. Isso contribui bastante nessa atividade de supervisão. Foi determinado também o desenvolvimento de uma norma contento indicadores [soa a campainha] relativos à incidência... Eu pergunto à presidência se tenho mais algum tempo e qual o tempo que tenho?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): [pronunciamento fora do microfone].

SR. ISMAR BARBOSA CRUZ: OK. É importante trazer essas informações, entendemos, e a questão de treinamento também foi apontada. Pode passar, por favor.

E uma série de recomendações ao Ministério da Saúde. Destaco ali a primeira, de deixar claro nas ações de educação e comunicação aquilo que eu falei no início, a responsabilidade do Poder Público Municipal de modo que os cidadãos possam exercer o controle social, envolvimento da sociedade no controle da execução desse programa. Uma outra especial conclusão, eu destaco, e aí diz muito diretamente com o que nós estamos discutindo hoje, que é essa aqui. Nesse trabalho o Tribunal tomou como base o levantamento feito pelo Ministério, em 2006, o LIRA, que revelava os municípios que tinham um grau de infestação maior. Em função disso o Ministro Relator, o Ministro Valmir Campelo, encaminhou um ofício direto aos Prefeitos das cidades que estavam com a situação mais críticas indagando quais as ações que estavam sendo feitas para que essa situação fosse enfrentada. Eu destaco que a maioria respondeu, mas três Municípios da Bahia, Salvador, Camaçari e Ilhéus, sequer responderam ao questionamento do TCU. Isso foi seguido então de uma sugestão que o Tribunal fez ao Ministério que enfocasse, que fortalecesse a supervisão nas ações de combate à dengue desses municípios que sequer responderam ao TCU o que vinham fazendo para enfrentar uma situação clara de risco de dengue que já se anunciava. Salvador, Camaçari e Ilhéus naquele momento; Itabuna foi questionada, mas chegou a responder. Pode passar, por favor.

Bom, foi sugerido ao Congresso Nacional medidas – que eu vou comentar um pouco mais à frente – de aperfeiçoamento das normas relacionadas. Também comunicar dessa mesma situação dos Municípios lá embaixo, que sequer responderam ao questionamento do Tribunal, também para os Tribunais de Contas dos Estados, Municípios, Ministério Público Federal, para que fortalecessem a sua atuação em relação a essas localidades. Nos Estados tem uma série de constatações também que foram comuns: a precariedade da supervisão, fiscalização e controle das ações descentralizadas, a falta de alimentação de informações nos sistemas, enfim, e uma série de determinações e recomendações foram feitas também às Secretarias Estaduais de Saúde ali na coluna da direita. Pode passar.

Os municípios, como eu disse também, um conjunto bastante relevante de achados, de falhas. Eu destacaria a terceira ali, um número de agentes inadequado, agentes de endemia, agentes que fazem a visitação aos locais para combater os focos, a questão de equipamentos, de insumos que muitos municípios se ressentem da falta, enfim, são os principais que eu gostaria de destacar.

Recomendações também que foram endereçadas aos Prefeitos, às Prefeituras, não vou destacar nenhuma específica. O slide, o material, tem aí o que a gente considera mais importante. Pode passar, por favor.

Em função desse resultado do trabalho nós agora entramos na situação mais presente, mais atual, e o quadro que se revela é um quadro que o Ministério da Saúde divulga como tendo um avanço em relação ao Brasil como um todo, é uma queda de 28,6% no número de casos, mas alguns Estados, como já foi relatado aqui pelo Dr. Giovanini, apresentam aumento nessa incidência da dengue, inclusive em primeiro lugar a Bahia. Pode passar.

Uma outra notícia do boletim também do Ministério da Saúde informando que até a décima semana de 2009 os casos de dengue hemorrágica já atingiam 235 casos e a Bahia liderava esse número com 30% então dos casos. Pode passar.

A Revista Isto É, em 15 de abril, traz também a informação do aumento da incidência da dengue na Bahia, equivalente a 347% em relação ao ano anterior, dados da própria Secretaria de Saúde da Bahia, e no dia de ontem o jornal espanhol El País traz uma notícia que teve muito impacto, muito destaque, dizendo do problema da dengue na Bahia e citando os dados da própria Secretaria Estadual de Saúde de que trinta e oito pessoas já morreram em decorrência da dengue neste ano e o número de casos teria tido um aumento muito significativo em relação ao ano passado, na ordem de 313%. Esse é apenas um comentário da dimensão do alcance desse problema, que tem uma repercussão internacional, com prejuízos certos ao turismo da região e do País e, porque não dizer, à própria atividade econômica da região. Pode passar, por favor.

Temos aí boletins que eu não acho necessário abrirmos, que é a situação epidemiológica da dengue nos Estados. A gente pode passar e passar para alguns gráficos apenas para destacar que a situação da

dengue na Bahia se revela aqui em 2008 e 2009 preocupante. Em 2009 nós temos aqui um quadro que nem na metade do ano já estamos bem próximos do que foi notificado no ano passado, então a partir de 2008 a gente percebe esse aumento na incidência cada vez maior da situação da epidemia. Pode passar.

Esse outro gráfico traz um dado que nós entendemos interessante destacar, de quão dramática é a situação dessa doença que atinge pessoas, a maioria das pessoas na faixa de cinco a catorze anos; nós estamos falando então dos jovens, adolescentes, das crianças que são as maiores vítimas dessa doença. Uma outra informação importante, que nós entendemos deva ser considerada nesse momento, é a desabilitação do Município de Itabuna da condição de gestão plena do sistema de saúde. Itabuna é um dos maiores focos da dengue atualmente e essa desabilitação é reflexo de uma ação deficiente, digamos assim, na gestão dos recursos que são repassados pelo Ministério da Saúde. Embora decidido isso no âmbito da Comissão Intergestores Baiana, o Ministério da Saúde aguarda uma decisão judicial em que o município ingressou na justiça para impedir essa inabilitação. Esse dado é apenas para ilustrar que a gravidade da situação tem reflexo já desde... Bom, desde 2008 já se anunciava.

Finalmente eu gostaria de trazer à consideração desta Casa e dos Srs. Senadores, enfim, da Mesa, uma questão que nos preocupa do ponto de vista do órgão de controle, que eu acho que é um desafio para nós. De que forma podemos contribuir para garantir uma melhor efetividade nas ações descentralizadas da saúde? Como sabemos, o SUS se baseia pelo princípio da municipalização e pela descentralização dos recursos. Em função dessa lógica de organização, os Estados e os Municípios devem cumprir uma série de requisitos que estão listados ali para que possam receber esses recursos. Então eu não vou ler todos, não vou mencionar todos, mas apenas a implicação dessa forma de transferência das características que ela tem e da consequência que nós estamos percebendo. Pode passar, por favor.

O que é que nós temos como garantia do marcoregulatório para que as ações em saúde e serviço de saúde sejam efetivamente aplicados por estados e municípios? A primeira garantia constitucional é de aplicação de um mínimo da receita própria em ações de serviço sob pena da intervenção da União nos Estados e dos Estados nos Municípios. Pode passar, por favor.

A segunda diz diretamente às garantias de execução dessa modalidade de transferência, que é a transferência fundo a fundo. Na prática o que é que acontece? Quando um dos Municípios e Estados não atende, não cumpre com a sua obrigação, com as suas metas que foram pactuadas, a única consequência concreta que o Poder Público Federal, vamos dizer, que o Ministério da Saúde tem, é a suspensão dos recursos para aquela localidade. Essa é uma consequência que a nosso ver não é suficiente para resolver a questão. Pode passar, por favor.

As outras que a legislação infraconstitucional estabelece são as comunicações desse fato aos órgãos de controle, mas, também, sem nenhum disciplinamento em relação ao que fazer com essa situação quando o Município e Estado, por exemplo, não cumprem com as suas atribuições. Pode passar, por favor.

Apenas um contraponto. Nós estamos falando da transferência fundo a fundo, que é a modalidade em que são transferidos os recursos para o combate à dengue. O convênio, que é a outra modalidade tradicional, tem uma série de garantias, de requisitos que facilitam o controle. Não quero aqui fazer uma defesa do convênio ou um libelo contra a transferência fundo a fundo, apenas marcar a posição com relação ao momento em que se decide pela transferência fundo a fundo abre-se mão de uma série de controle que antes tínhamos. Pode passar.

Os desafios, talvez, seja desenvolvermos, aperfeiçoarmos essa modalidade de controle das transferências fundo a fundo. Então as fragilidades do modelo que nós percebemos é que, na prática, o que existe como garantia de execução pelos Estados e Municípios é a suspensão da transferência dos recursos e as funções das responsabilidades respectivamente por Estados ou União. Porém, essa hipótese, a nosso ver, ela acaba por penalizar a própria população, que deixa de receber, por intermédio da sua Prefeitura ou do Governo do Estado, os recursos que devia. Não há prestação de contas desses recursos, é um problema porque, enfim, o poder público repassador não tem notícia de como esses recursos são aplicados. Há uma deficiência na atuação dos Conselhos de Saúde, o controle social que é instituído de forma a ser uma instância importante da área de controle e temos também estruturação insuficiente dos sistemas de auditoria, que são um dos pilares do Sistema Único de Saúde previsto na legislação.

A partir desse quadro surge, então o TCU passa a discutir de que forma pode tratar a responsabilização por uma gestão ineficaz ou ineficiente. Nós estamos falando aqui não de desvio de recurso, não de malversação de valores, mas nós estamos dizendo [soa a campainha], eu estou concluindo, de quais consequências podem ser vislumbradas no caso de um gestor estadual ou municipal não cumprir as metas em função das quais recebeu os recursos federais para

implementação das ações de saúde. No nosso caso, no Tribunal de Contas da União, nós estamos nesse momento avaliando a responsabilidade dos gestores do Município de Campo Grande pelos acontecimentos que levaram à epidemia de dengue em 2007. A gente menciona que essa situação é muito grave porque o gestor tem o recurso, tem os meios e não faz o trabalho que se espera, enfim, as ações pelas quais se comprometeu. Com isso, ele compromete inclusive o trabalho profilático, o trabalho que outros Municípios vizinhos fazem, porque as epidemias não reconhecem as fronteiras geográficas, como sabemos. Pode passar, por favor.

Finalmente, senhoras e senhores, eu gostaria de trazer aqui alguns pontos para reflexão. O que é que podemos fazer então para contribuir na solução, no enfrentamento desse problema? O primeiro ponto que nós nos comprometemos, o TCU, é em monitorar, acompanhar a implementação de todas as medidas que foram determinadas pelo TCU às três esferas do Governo; isso está sendo feito e temos visto progresso tanto na ação do Ministério da Saúde como dos Municípios e Estados que são destinatários das nossas recomendações. Em segundo lugar, eu acho que não pode deixar de ser dito e considerado que a gestão do PNCD no Estado da Bahia e nos Municípios baianos mais graves deve ser avaliada. Essa gestão precisa passar por um processo de controle, de auditoria, porque o quadro se revela muito mais grave do que o que motivou o Tribunal a encetar uma ação em todo o País. E aí eu diria que tanto o TCU quanto o próprio Ministério da Saúde, o Congresso Nacional, podem e devem contribuir na avaliação de que forma nós vamos fazer essa aplicação. Como terceiro ponto de desafio, a nosso ver, para sanar essa questão da limitação dos órgãos de controle, é o desenvolvimento, algo que nós temos tentado e temos tentado aperfeiçoar, de uma metodologia de fiscalização que nos permita selecionar áreas, programas e localidades em que os órgãos de controle devem atuar preventivamente, antes que a situação se agrave.

E, finalmente, uma sugestão, mais uma vez falada nesta Casa, o Congresso tem um papel fundamental, a nosso ver, a respeito desse assunto, que nós precisamos discutir o aperfeiçoamento das medidas legais e administrativamente que visem o comprometimento efetivo dos gestores da área de saúde em relação aos recursos que recebem do Governo Federal. Essa é uma questão que nos preocupa bastante e do ponto de vista do TCU, um órgão de controle então, nos basta apenas respeitar as decisões em relação à alocação do volume de recursos, que é uma questão decidida pelo Congresso Nacional, pelo Governo Federal, mas, sim, a nossa contribuição, a forma como nós pensamos que podemos melhor auxiliar o Congresso Nacional no controle externo, que é a sua competência constitucional, é fiscalizando a aplicação desses recursos e fiscalizando a adoção das ações que se espera dos gestores públicos.

Eu agradeço à Senadora Rosalba Ciarlini pela oportunidade e estamos, como sempre, à disposição no TCU para interagirmos, tanto com o Ministério, com as entidades aqui representadas e, principalmente, com o Congresso Nacional, que a gente já se coloca à disposição para esse debate que a Senadora Rosalba anunciou aí, que eu acho que podemos nos aliar mais uma vez. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada, Dr. Ismar Barbosa, e fico muito feliz em saber que vamos contar com a participação, com a parceria do Tribunal de Contas da União nesse ciclo de debates sobre saúde e SUS, que é de fundamental importância a experiência, o controle externo, a fiscalização, porque o TCU tem um papel importantíssimo. Muitos gestores têm até o receio de dizer o nome do TCU porque só pensam na questão de punição. Não é isso, o TCU é muito mais um órgão de orientação, de nos dar, com certeza, ensinamentos, ideias, sugestões para que possamos fazer com que o recurso que é do povo possa ser aplicado da melhor maneira possível e possa multiplicar as ações para o povo brasileiro. Então muito obrigada.

Eu passaria agora para o autor, o Senador César Borges, que solicitou essa Audiência Pública, para as suas considerações.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Muito obrigada, Senadora Rosalba Ciarlini, que preside tão bem esta Comissão. Eu começo, inclusive, agradecendo a V. Exa. pela rapidez de ter atendido ao nosso requerimento, que foi datado de 25 de março, lavrado nos seguintes termos: “Que seja realizada Audiência Pública perante essa douta Comissão com o objetivo de obter informações e discutir sobre a situação da dengue em todo o território nacional e, especialmente, no Estado da Bahia”. E coloquei as participações dos seguintes convidados: Ministro do Estado da Saúde José Gomes Temporão, que aqui está representado pelo Dr. Giovanini Coelho, que é o responsável no Ministério da Saúde com a questão do Plano Nacional de Combate à Dengue, que eu agradeço a presença e a exposição que foi feita muito elucidativa, mostrando que o Ministério está a par do que está acontecendo a nível de Brasil e a nível da Bahia com relação à dengue; o Presidente da Confederação Nacional de Municípios, Dr. Paulo Ziulkoski, que não veio, mas mandou o seu representante, o Denílson Magalhães, que nos

brindou aqui com uma apresentação mostrando a visão da Confederação Nacional dos Municípios, que é a visão dos Municípios brasileiros de que o sistema está injusto, está capenga, está jogado à responsabilidade maior sobre os Municípios que arcam com aproximadamente 70% dos gastos com saúde no País, ficando a União com 29% e 0,7% com os Estados brasileiros. Foi a situação aqui demonstrada e que precisa se cumprir a Emenda Constitucional nº 29 e outras modificações para que a saúde brasileira possa melhorar; convidamos também o Secretário de Saúde do Estado da Bahia, o Dr. Jorge Santos Pereira Solla. Convidamos pelo fato de que o assunto é dengue e de forma específica a Bahia, porque eu acho que o requerimento que eu fiz, fiz na minha qualidade de representante como Senador da Bahia. Aqui também está o Senador João Durval que já se pronunciou no Plenário também sobre o mesmo assunto, porque eu acho que pelo menos uma característica comum, várias houveram aqui, mas uma característica comum de todos os pronunciamentos é que a Bahia tem uma questão anômala, uma questão diferenciada. Eu cito um dado, dado pelo Ministério da Saúde, que de 145 mil notificações, 45 mil estão na Bahia, ou seja, aproximadamente 40%, e a Bahia só tem 4% da população brasileira. Então só tem 4% da população e está com 40% dos casos notificados no Brasil, inclusive em relação a óbitos. Então essa é uma situação anômala. Então a presença aqui, no meu requerimento, do pedido que o Secretário da Saúde estivesse presente é porque eu tenho certeza absoluta que essa questão não é uma questão de responsabilidade exclusiva de nenhum ente federativo. É uma responsabilidade conjunta de todos os três entes federativos: da União, dos Estados e dos Municípios. E como parlamentar, como membro congressista, eu acho que é nossa responsabilidade também discutir essa questão. Então eu me associo com todos aqui que protestaram contra a ausência do Secretário que sequer mandou representante, porque há uma situação grave na Bahia, eu vou falar sobre ela, mas há uma situação grave na Bahia; convidamos também o Presidente da União dos Municípios da Bahia, porque ele poderia colocar, inclusive algo que eu tenho lido na imprensa, de que há uma transferência de responsabilidade para os Municípios e às vezes até para a população. "Não, a dengue está aumentando, a culpa é dos Municípios que houve uma mudança de administração e os Municípios não acompanharam com eficiência e eficácia essa mudança para fazer o combate à dengue". Então é uma das acusações que eu tenho visto na imprensa, às vezes sai de alguma autoridade federal e de autoridades estaduais. O Dr. Roberto Maia já colocou aqui as dificuldades enfrentadas pelos Municípios que nós sabemos. Por outro lado também, em determinados momentos eu vejo querendo transferir para a população: "Não, a população precisa tomar cuidado, prevenção". Claro que nós sabemos que tem que ter a parceria do cidadão e foi colocado muito bem, mas não podemos jogar agora sobre as costas do cidadão a responsabilidade do que está acontecendo. A responsabilidade, afinal de contas, existe o Governo para isso, para enfrentar essas situações, alertar a população, tomar as medidas eficazes, eficientes e eficazes, porque eficácia é fundamental. Se você não tomar a medida no momento oportuno, você vai correr atrás do prejuízo. E aqui nós estamos falando de saúde humana, nós estamos falando de perdas de vidas. E foi colocado aqui pelo Tribunal de Contas, perdas de vidas que nós temos nas nossas estatísticas também, de pessoas jovens, de jovens que você tem a perda de uma vida que normalmente teria um outro tipo de alcance a nível de presença no nosso mundo; e o representante do Tribunal de Contas, que tem essa obrigação constitucional, é parceiro do Congresso Nacional em fazer este acompanhamento da aplicação desses recursos.

Então eu me sinto cumpridor do meu dever com o Brasil e com a Bahia quando pedi o requerimento, agradeço à Presidenta que fez essa convocação e estamos aqui dois Senadores baianos, um Deputado baiano, Deputado Colbert Martins, que eu acho que estamos todos preocupados com essa questão, não estamos atrás de bodes expiatórios, mas eu acho que cada um tem que assumir a sua responsabilidade diante desse grave momento que se passa com relação à dengue na Bahia, porque eu acho que essa é uma tragédia anunciada. Ela não é uma tragédia que aconteceu porque veio de uma hora para outra. Se previa e foi dado aviso pelo Ministério da Saúde da questão epidemiológica que nós teríamos, em alguns Estados brasileiros e na Bahia, em particular, um surto de dengue. As providências teriam que ser tomadas no ano passado, em 2008.

Eu tenho aqui um relato, por exemplo, de um anuncio feito pela Secretaria de Saúde da Bahia, em 2 de março de 2007, anunciando a redução de 45% no número de casos na Bahia, em 2007, dizendo que houve uma redução em relação a 2006. Mas já em relação a 2007 e 2008, já se verificava um incremento e o Ministério da Saúde alertou, alertou e disse: "Olha, vai haver uma epidemia de dengue na Bahia, vai haver uma crise". E lamentavelmente as providências começam a serem tomadas já no último mês do primeiro trimestre de 2009. Então se olharmos as estatísticas, as curvas da epidemia, pode se verificar tranquilamente, isso foi colocado aqui, o Tribunal de Contas colocou,

como está acontecendo na Bahia esse avanço dessa situação. É uma situação totalmente diferenciada, Senadora. Volto a repetir: 40% dos casos e dos óbitos de dengue estão na Bahia e nós só temos 4% da população brasileira.

Então eu começaria a dizer ao Ministério da Saúde que eu acho que tem que dar um tratamento diferenciado à Bahia, como se deu num passado recente ao Rio de Janeiro, com efeitos benéficos. O Rio de Janeiro conseguiu ter uma redução e eu diria que o País como um todo reduziu a dengue e na Bahia nós temos um incremento, então é uma situação diferenciada. É precise se implantar ali, eu acho que o Ministério da Saúde chama de escritório de emergência ou... Deixa eu ver exatamente qual foi o nome.

SR. GIOVANINI COELHO: Sala de situação.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Uma sala de situação na Bahia nesses Municípios baianos, é a Rede Nacional de Alerta de Recursos de Emergência, sala de situação. É preciso implantar, é uma situação diferenciada. Eu fiz o primeiro pronunciamento sobre dengue aqui no mês passado e quando eu fiz esse pronunciamento não estava sequer decretado o estado de emergência, foi no dia 3 de março, e eu dizia o que estava lendo na imprensa, porque eu não tenho esses dados e eu procurei ver o que a imprensa noticiava. E a imprensa da Bahia noticiava, a imprensa baiana, está no Jornal A Tarde, "Enquanto o Brasil comemora a redução no número de casos notificados de dengue com relação a 2008, na Bahia [soa a campainha] as notificações cheguem crescendo. Só nos primeiros 90 dias desse ano foram registrados 45.683 casos, uma média de 507 notificações por dia. 38 mortes pela doença foram confirmadas, outras 45 aguardam confirmação". Após esse pronunciamento, eu acho que não foi por conta do pronunciamento, deve ter sido por conta da constatação pela própria Secretaria da Saúde da situação epidemiológica, o Estado decretou emergência nessas cidades mais afetadas, que eu tenho que lamentar que a minha cidade natal, a cidade onde eu tenho a minha família, Jequié, seja a cidade que está mais afetada com a dengue na Bahia: são 137 casos notificados, já são 13 óbitos acontecidos em Jequié. Foi decretada a emergência em Jequié, Itabuna, Porto Seguro, Jacobina, Ipiaú, Ilhéus e Irecê. Como disse o Dr. Roberto Maia, cidades em regiões das mais díspares do Estado, cidades que estão na região cacaueira, outras numa região turística como Porto Seguro, Ilhéus, inclusive Salvador sendo ameaçada.

Ainda na imprensa da Bahia, está aqui hoje na Tribuna da Bahia, outro jornal: "Dengue e meningite já mataram sessenta", porque agora não é só a dengue. Eu alerto para um surto também de meningite e que mata muito mais rapidamente no Estado da Bahia. Está noticiado, aqui não é proselitismo político em hipótese nenhuma, é alertando um fato real que está existindo.

Então eu quero nesse momento, aproveitando até que foi citado aqui pelo Tribunal de Contas que tomou conhecimento, eu também tomei, eu ontem fiz um pronunciamento a respeito, quer dizer, a Espanha já noticia que a Bahia tem 38 mortes, 45 mil casos de dengue. Imaginem o efeito disso econômico para um Estado que se pretende turístico e que tem na atividade turística um elemento importante da sua base econômica? É um desastre, é um desastre.

Então, Senadora, na verdade eu venho aqui parabenizar aos expositores, que eu acho que todos diagnosticaram muito bem dentro das suas áreas os problemas, mas também pedir soluções urgentes. Imaginar que os Municípios terão condições nessa grave crise que estão atravessando e isoladamente resolver essa questão, não; tem que ser a União, que tem capacidade e pode alocar recursos da forma que desejar. Isso nós verificamos quando quis reabilitar a indústria automobilística, em São Paulo foi só reduzir o IPI. Agora atendendo ao reclamo de todos os parlamentares e dos Prefeitos Municipais está alocando recursos para manter pelo menos estável o FPM dos Municípios no ano de 2009. Então que a União faça uma sala de emergência na Bahia com a emergência, com a urgência necessária, porque se não nós vamos continuar lamentando mortes, porque de março para cá, de quando eu falei, o primeiro discurso em 3 de março, deviam ter 21 ou 22 mortes e nós estamos agora com 38 mortes a lamentar no Estado da Bahia. Então é preciso essa urgência. Se o Tribunal puder atuar junto com o Governo Federal, que o faça, junto com o Governo do Estado, que o faça, e convoque as Prefeituras. É um trabalho conjunto, é uma somatória, sem sombra de dúvidas, de esforços.

Eu inclusive trouxe aqui à guisa de contribuição, eu não sei, eu recebi isso de um médico veterinário, Presidente da Associação Brasileira de Medicina Veterinária, dizendo o seguinte: Que a dengue é uma zoonose que tem causado preocupação em todo mundo, mas que existe um medicamento hoje, um larvicida que o Ministério da Saúde inclusive está testando, já testou em Sergipe, o Diflubenzuron, que ele age diferentemente dos que atualmente são utilizados e que já, na verdade, desenvolveram resistência na larva. Então que esse medicamento, ele não é tóxico, não causa qualquer dano ao meio ambiente, é avaliado pela Organização Mundial de Saúde, é registrado pela ANVISA e pode ser muito bem utilizado. Mas até a população, se você conversar com a população

da Bahia, todo mundo diz: "Por que não tem mais fumacê?" Porque antigamente a solução era o fumacê. Hoje não está existindo. Nós sabemos aqui, já foi dito a questão da Fundação Nacional de Saúde, a perda de organismos que funcionavam e a responsabilização cada vez maior dos Municípios, que eu acho que não podem aceitar porque é uma situação dispare em relação aos recursos que têm a União com recursos que têm os Municípios.

Então eu perguntaria ao representante do Ministério da Saúde, Dr. Giovanini, se realmente há possibilidade, se ele conhece esse tipo de medicamento, se há possibilidade de se instalar na Bahia o mais urgentemente uma sala de situação e dizer que eu acho que as medidas que foram tomadas na Bahia são medidas ineficazes porque não têm diminuído o número de notificação, em absoluto.

Agradecer aqui as contribuições outras recebidas pela Confederação Nacional dos Municípios, realmente alerta para o Parlamento, para nós, a importância de avançar na Emenda Constitucional nº 29 e procurar fazer uma repartição, primeira, mais justa dos tributos entre os entes federativos, onde a União fica com 65%, os Estados com 25% e os Municípios de 15% a 10%. E procurar ver também se o Estado da Bahia, o Governo do Estado da Bahia entende que a saúde não pode ser feita só com os Municípios. Eu vejo toda hora anunciar assim: "Foi inaugurada uma unidade do Programa de Saúde da Família". Eu digo: "Mais um encargo para o Prefeito". Mais um encargo para o Prefeito porque o custo de manutenção, 70% ou mais, recai sobre a Prefeitura Municipal. Então é um programa excepcional? É, mas o custeio desse programa está essencialmente jogado para os Municípios. E eu vejo o dilema de um Prefeito: ele quer atender a sua população ampliando a rede do Programa de Saúde da Família, mas ao mesmo tempo ele fica: "Como é que eu vou pagar o funcionalismo, o médico, o dentista e todas as obrigações que eu tenho diante do Município?"

Então, Sra. Presidente, para encerrar, já falei demais, eu quero lhe agradecer a presteza de ter marcado rapidamente essa reunião. Eu acho que atingimos objetivos desejados, aqui as contribuições foram muito boas, mas quero deixar esse pleito, esse apelo, esse grito da Bahia: Não vamos perder mais vida de baianos por falta de providências com relação ao combate à dengue. Muito obrigado, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria, antes de passar a palavra ao Senador Mão Santa, de dizer ao Senador César Borges, ao Senador João Durval e ao Deputado que nos honra com a sua presença, o Deputado Colbert Martins Filho, que realmente esse grito da Bahia não pode calar enquanto não tiver soluções, porque são vidas que precisam ser salvas. É um grito que nós também sabemos que outras regiões, outros Estados também estão precisando unir para que tenha eco realmente e que tenha soluções. E o Senador César Borges, com a experiência também de quem foi Governador, com o conhecimento, com a competência que tem demonstrado aqui no Senado, mas ele traz algo que eu considero de uma importância bem maior: nas suas palavras, nas suas colocações nós sentimos o seu amor à sua terra, à sua querida Bahia, da mesma forma que faz lembrar Antônio Carlos Magalhães que também, quando se expressava, passava para a gente toda essa emoção, todo esse amor à Bahia, a Bahia de todos os Santos, a Bahia de todos os brasileiros.

Senador Mão Santa, a palavra agora está com o nobre Senador do Piauí.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Senadora Rosalba Ciarlini, quero cumprimentá-la por essa Audiência. Nós nos unimos pela medicina. V. Exa. mais afeita, eu um médico cirurgião, mas V. Exa. foi uma das ícones da neonatologia do Estado do Rio Grande do Norte.

Mas eu quero dizer que bem mais velho do que a senhora, talvez não tivesse nascido, eu tenho quarenta e dois anos de médico, tinha poucos livros de medicina em português, daí eu até gostar muito de ir em Buenos Aires, porque a gente ia comprar livro em [ininteligível] Atheneu(F). Eram espanhóis ou em língua inglesa ou francesa, mas tinha um muito interessante, Afrânio Peixoto, o primeiro livro de higiene do Brasil. Afrânio Peixoto dizia no livro dele que a saúde pública era feita no Brasil pelo sol, chuva e os urubus. Depois dele veio o Oswaldo Cruz e o mosquitinho era o mesmo, o mesmo mosquitinho. Isso é uma vergonha. Não era o Boris Casoy que dizia isso quando podia dizer, quando tinha liberdade de dizer? Isto é uma vergonha. Então o Oswaldo Cruz se celebrizou, nós o homenageamos, ele é o símbolo da saúde pública e o mosquitinho era o mesmo, apenas que a doença era febre amarela, mas o mesmo agente transmissor dessa dengue. Então é uma vergonha mesmo o que a gente vê aqui no Brasil, mas tem que se enfrentar.

Eu fui Prefeitinho, daí porque estou aqui com toda a minha humildade, porque essa mulher foi três vezes Prefeita. Então nós estamos aqui para ensinar o Presidente da República, que ele não foi Prefeito, e isso acontece é no Município.

Eu acho que a página mais bonita que eu fiz, embora tenha sido cirurgião, foi quando o Prefeito teve uma epidemia de cólera. Nós fomos buscar e não morreu ninguém, pelo contrário, vinham do Maranhão e do Ceará se internar numa UTI que eu fiz; por isso

que eu estou aqui. Eu sou o brasileiro mais votado em uma cidade num pleito para o Governador de Estado. Tirei enquanto Prefeito, enquanto Governo, 94%. Não morreu ninguém da cólera, fizemos uma UTI. Um dia eu estava num campo de futebol, César Borges, cujo nome botaram na minha ausência Mão Santa, um Presidente da Câmara quando eu viajei, aí ele era um tipo do Maranhão, eu atento, a minha simplicidade, eu mesmo chegava guiando o carro, entrava e estava assistindo. Aí disseram que na rodoviária do lado estava um homem morrendo, eu só peguei a chave e mandei levar ele para o hospital; depois eu vou ver. Ele tinha vindo do Ceará porque sabia que na Parnaíba tinha UTI para cólera, diarréia intensa, que tem que hidratar e tal. Mas quero dizer que tem que se enfrentar, agora tem que ter objetividade.

Agora a minha preocupação é que um País desse, que a grandeza médica está na saúde pública: Carlos Chagas, Veronezi(F), Samuel Pessoa, Alencar, Arali(F), os Coutinho(F) da Bahia. Na Bahia diziam que quem não é Marques está marcado e quem não é Coutinho(F) está coitado. É na Bahia ou no Pernambuco, no Nordeste.

Então eu queria dizer que um País desse, e o Ministro da Saúde, o Ministro é um rapaz competente, é um sanitarista, é um bom Ministro, quer dizer, talvez esteja faltando a ele o apoio dos recursos necessários, a somação da União. Existiu em Londrina Dalton Paranaguá, piauiense que foi Prefeito de Londrina. O Álvaro Dias foi Vereador dele, bem novinho. Dalton Paranaguá, ele mesmo mandou um livro e ele disse que se celebrizou pelo combate a essa febre amarela. Então ele dizia uma frase, Rosalba, muito atual: "O mosquito não é do Município, não é do Estado, não é do Brasil; o mosquito, todos nós temos que enfrentá-lo".

Agora o que nos preocupa, nos preocupa. Atentai bem. A Bahia não é só a Bahia, a Bahia, todo mundo quer ir na Bahia; não é o Nordeste, não é o Brasil, é o mundo. Então está aí um desafio e que não saíamos daqui repetindo o que Afrânio Peixoto advertiu: "A saúde pública é feita pelo sol, a chuva e os urubus". Está na hora do Luiz Inácio, que não foi Prefeitinho, chamar esse Ministro da Saúde que é bom, é um técnico, e honrado, outro dia ele denunciou, até o meu partido ficou contra, mas eu fiquei a favor, de corrupção, porque a corrupção é que causa isso, a corrupção é que não mata o mosquito [soa a campainha], que protege os mosquitos; a corrupção é que faz as filas nos hospitais; a corrupção é que sucateia a educação.

Então é hora e eu vim aqui para cumprimentar o César Borges e os outros, o nosso companheiro Senador, que já foi Prefeito também, agora tem aí um filho Prefeito, e mostrar que nessas horas os Prefeitos têm que ser apoiados. Esse mosquito não é municipal, não é estadual, ele é do Brasil, é um problema de todos nós.

Então eu quero cumprimentar por essa Audiência Pública e que leve aqui a nossa confiança no Ministro, mas o Presidente tem que dar instrumentos. Eu era menino e a minha casa era invendida(F), tinha aqueles guardas da malária, era um mosquito, era um mata-mosquito e assim se celebrizou e assim hoje essas instituições estão acabadas. A FUNASA, que era para combater, já foi mais organizado esse País. Esse País teve o FCESP(F), eu sou orgulhoso de ser cirurgião, mas eu tinha inveja dos que faziam o FCESP(F). Primeiro eles eram exclusivos, eram dedicados só à saúde pública. Hoje não tem mais nada exclusivo e os salários são tão poucos que eles saem fazendo bico e estripulia por aí. Esse País já foi mais organizado e mais sério; isso é o que nós temos a lamentar. Essas doenças não existiam e estão voltando a existir. Então V. Exa. foi muito feliz e que essa reunião, apesar de simples, que seja de um alerta [soa a campainha] ao Presidente da República. Esse negócio de só conversa, conversa, não adianta não. No Piauí o Governador é do Partido dos Trabalhadores, eu li um blog muito interessante. O rapaz, porque eles compram jornais oficiais, a imprensa se vende, é uma vergonha, aí botou um rapaz do blog: o senhor me tira(F). Então não adianta essa conversa não; o que adianta é ação. O País está retrocedendo em saúde pública e quem diz sou eu, médico há quarenta e dois anos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador Mão Santa. O senhor também como médico, ex-Prefeito, Governador, tem a sua experiência, já viu os dois lados da moeda, sabe do sofrimento do povo como médico e como administrador tentou e fez muito para diminuir os problemas graves de saúde, daí porque está aqui, como o senhor bem colocou, como Senador e tendo a sua cidade, que o senhor foi Prefeito, tendo sempre estado ao seu lado e lhe dando grandes vitórias em função do trabalho que realizou junto à sua gente. Da mesma forma o Senador João Durval, um homem experiente, Prefeito da sua cidade, Feira de Santana, depois Governador, grande trabalho na sua Bahia e que está aqui com a preocupação de quem quer encontrar caminhos, soluções rápidas, salas emergenciais que sejam colocadas realmente com o máximo de urgência para que a Bahia possa melhorar nessa questão.

Eu gostaria, antes de passar a palavra ao Deputado Colbert Martins Filho, fazendo aqui uma exceção, porque eu acho que é importante que o Deputado que aqui está representando a bancada da Bahia possa também colocar as suas considerações e fazer esse

coro com todos nós em benefício de ações que venham a diminuir a dengue. Mas antes eu gostaria de cumprimentar a Dra. Carla Magda Domingos, que é a diretora da Vigilância Epidemiológica e coordenadora do Programa Nacional de Controle da Dengue do Ministério da Saúde. Agradecer a sua presença também aqui nessa Audiência. E dizer que na próxima quarta-feira nós vamos ter uma Audiência Pública com o Ministro Patrus Ananias, ele vai estar aqui, estamos já informando para que todos os senhores estejam presentes e possam trazer suas ponderações, suas interrogações com relação às questões da assistência social e do orçamento da assistência social. Então nós teremos na próxima quarta-feira e na próxima quarta-feira também será a eleição do Presidente e Vice da Subcomissão de Saúde que ontem foi instalada. O Presidente, a não ser que surja outra chapa, por enquanto está colocada ao Senador Augusto Botelho para presidir e o Senador Papaléo para ser o Vice-Presidente, como também na reunião da quarta-feira nós iremos fazer a indicação dos Relatores para acompanhar o ciclo de debates da saúde e do SUS. Nós falamos Relatores porque todo esse ciclo de saúde vai acontecer em parceria com a Subcomissão de Saúde. Então nós queremos dois Relatores para que no final possamos ter um documento que vai colocar para a Nação, para o Ministério, que seja a nossa contribuição na forma que vamos debater com a sociedade, com os órgãos governamentais, com representantes das entidades de profissionais da área de saúde, enfim, com todos, que possamos dar uma contribuição positiva na revisão, no melhoramento do SUS e das ações de saúde. Então eu queria, antes, colocar que a primeira reunião que vai acontecer na segunda feira, dia 4 de maio, às dezoito horas. Será sempre nas segundas-feiras às dezoito horas as reuniões desse ciclo de debates da saúde. É importante aqui que representantes do Ministério, do Tribunal de Contas da União, enfim, todos possam estar presentes para que possam, com a sua presença e com ideias, sugestões, nos ajudar nesse grande trabalho que eu tenho certeza que será bastante proveitoso para que possamos encontrar caminhos e melhorar a saúde no nosso País. Então nós teremos, como primeira reunião, gostaríamos que a primeira reunião fosse com o Ministro da Saúde, mas, infelizmente, em função de viagem, ele não vai poder estar no dia 4, mas provavelmente dia 11 ou 12 ele estará, a assessora aqui do Ministério está confirmando, e será então com o Ministro do Planejamento. Estamos aguardando a confirmação para que seja com o Ministro do Planejamento, que já começamos realmente com esclarecimentos sobre orçamento, sobre financiamentos, enfim, nessa área que nós sabemos que saúde precisa de ter esse acompanhamento ainda maior da área financeira, porque sem recursos também você não faz uma saúde digna para o nosso povo. Passo agora a palavra ao Deputado Colbert Martins Filho, Deputado da Bahia pelo PMDB.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Senadora Rosalba, eu quero agradecer a V. Exa., inclusive a exceção. Eu imaginei que aqui nós tivéssemos o mesmo comportamento da Câmara, no qual Audiências Públicas são abertas a todos e essa participação eu acho muito própria, mas aqui entendo que o Regimento possa ser diferente, mas deva ser modificado, até porque nas ações públicas todos nós, congressistas, e não só nós apenas, as outras pessoas que compareçam à Audiência Pública deverão ter a palavra assegurada. Mas eu agradeço a V. Exa. a essa exceção, cumprimento a todos da mesa, cumprimento aos Senadores que aqui estão para dizer da grande responsabilidade que todos nós temos ao tratar deste assunto e que diz respeito a todos nós.

Evidentemente que a última situação que aconteceu no Rio de Janeiro em 2005, 2006, na época do Pan-Americano, na época de um grande surto de epidemias no País que envolveu o Rio de Janeiro, envolveu o Espírito Santo, envolveu Sergipe, saltaram a Bahia naquele momento, mas em boa parte do Nordeste também chegaram, mostravam a perspectiva que se tinha, é claro, de se ter um aumento grande do número de casos.

A Secretaria de Saúde do Estado da Bahia está completamente equipada no seu tratamento, na sua forma de conduzir as ações que são divididas em duas partes: as ações preventivas têm sido conduzidas pelos Municípios; as ações de atenção à saúde hospitalar têm sido conduzidas, na sua grande maioria, pela Secretaria de Estado. A responsabilidade é de ambos e nós entendemos que mais importante do que discutir-se a quem se responsabiliza é efetivamente intervir para que essa situação seja resolvida da maneira mais rápida.

Acredito que o Tribunal de Contas da União deva fazer como entidade, que é entidade deste Poder, órgão auxiliar deste Poder, órgão de controle externo deste Poder, deva fazer uma avaliação bem mais própria quando se trata da redistribuição de recursos, principalmente fundo a fundo. Na Bahia, mais de quarenta cidades estão recebendo recursos diretos do Ministério via fundo a fundo. Então é importante que a avaliação seja feita pelo Estado e pelas cidades aonde esse tipo de financiamento vai e concordo com o senhor, nós temos que aumentar o nosso nível de controle, mas acho que os Municípios na Bahia têm feito um esforço muito grande. Eu acho que o Governo do Estado tem

feito o esforço possível. Existe um grande número de óbitos nesse momento porque nós estamos, neste momento, com quatro vírus circulando na Bahia: tipo 1, tipo 2, tipo 3 e agora o tipo 4, e essa grande mistura de vírus provoca, quando acontece, os casos de dengue hemorrágica. E quem mais é atingido são as crianças, efetivamente são as pessoas de menor idade.

Eu quero dizer, Senadora, que na semana passada, na minha cidade hoje começa um carnaval fora de época, que é um carnaval grande que reúne mais de 500 mil pessoas, que é a mesma cidade do Senador João Durval, e nessa discussão houve uma contestação de um médico, Senador Mão Santa, de que a Micareta deveria ser suspensa para poder não se piorar o risco da dengue. E o que é que aconteceu lá? O Ministério Público, reunido essa semana, determinou que se mantivesse a Micareta que todas as ações possíveis estão sendo realizadas. Não se trata de uma ação política não, trata-se de uma ação própria do Ministério Público que acha que as condições neste momento, numa cidade que vai reunir 500 mil pessoas a partir de hoje são adequadas, porque o que tem que ser feito adequadamente está sendo.

Eu acho que é importante fazer mais e o Ministério da Saúde, a sugestão dada pelo Senador César Borges, eu conheço a Secretaria de Saúde da Bahia, o quadro técnico é o mesmo, não mudou, ele está sendo inclusive aperfeiçoado. Sala de situação lá tem, podemos fazer duas ou três, tem sala de situação na nossa universidade em Feira, eu acho que o que está faltando agora é muito mais ação, muito mais recurso e isso eu defendo que seja feito o mais urgente e imediatamente possível. Eu me ombro neste momento com o Senador César Borges, com o Senador João Durval, com o Senador Mão Santa, com a senhora, Senadora Rosalba, com o Roberto Maia que é a pessoa que coordena hoje os Municípios da Bahia para que nós possamos ter esses investimentos o mais rapidamente possível.

Eu vou aguardar essa informação do Senador César Borges de que tipo [soa a campainha] de larvicida é esse, pode ser que seja alguma coisa realmente nova. Eu entendo larvicida, porque se fosse para fumacê não seria a condição; fumacê não atinge larva. V. Exa. deu a informação que me interessa ter, porque o que está aparecendo no Estado de novas fórmulas que podem resolver a questão da dengue, nesse momento elas aparecem, e tomara que apareça uma fórmula mais efetiva para que nós possamos nos livrar rapidamente dessa doença. Falo isso porque eu sou uma pessoa que estou com risco, todos nós lá na minha cidade estamos com risco, não se trata do risco de uma outra pessoa, trata-se do nosso próprio risco e para isso sei do esforço que nesse momento faz o Governo do Estado, sei do esforço que as Prefeituras estão fazendo e sei que é preciso fazer mais ainda. Mas concluo dizendo que para nós é importante que esse esforço possa ser ampliado.

Eu vou somente concluir para descordar, Senador Mão Santa, da sua última afirmação. O senhor tem quarenta e dois anos de formado como médico cirurgião e eu tenho vinte e quatro, sou médico e sou cirurgião. Estamos avançando muito na área da saúde, muito. Temos ainda problema? Temos, mas na minha cidade, na nossa cidade, em 1977, quando eu me formei, não tinha banco de sangue. Feira de Santana hoje, com 600 mil habitantes, há trinta anos atrás não tinha banco de sangue, tinha uma geladeira aonde o sangue era guardado. Eu fiz transfusão braço a braço. A única forma que se fazia era ver qual era o tipo de sangue, não fazia mais exame nenhum. Isso há trinta anos, na segunda cidade da Bahia. Avançamos, crescemos muito. Eu fiz transplante de rim na minha cidade em 1988. Eu fico muito alegre que nós avançamos muito. A primeira UTI de Feira de Santana é de 1986; nós estamos atrás, inclusive, do Piauí. Então eu acho que nós avançamos, quero avançar mais, acho que nós precisamos avançar mais, mas eu acredito que o Brasil tem gente, tem perspectivas, tem características, tem equipamentos e tem muita gente trabalhando numa área e, concluo, definitivamente, na tecnologia. Nós estamos buscando um mosquito que seja estéril, tanto quanto mosca, porque esse mosquito se reproduz numa velocidade muito grande e transmite não só, e V. Exa. tem razão, não só dengue, é o único(F) mosquito que pode transmitir febre amarela, que está aumentando no Rio Grande do Sul. Aliás, esse mosquito agora resolveu passear na Argentina, um lugar bem mais frio. Discutimos hoje na nossa Comissão de Mudanças Climáticas que mudanças que estão acontecendo com esses tipos de mosquitos e outros que estão mudando inclusive seus próprios hábitos, vão para os lugares mais frios do mundo e estão conseguindo se manter vivos.

Eu agradeço a V. Exa., a essa exceção, e, por favor, transmita a todos que nós estamos absolutamente juntos, Roberto Maia, na ação para que a Bahia possa sair dessa situação o mais rapidamente possível. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu agradeço também ao Dr. Colbert Martins, doutor e colega, que eu também sou médica, eu sou pediatra, e realmente eu concordo que nós estamos aqui com a saúde bem representada.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Presidente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador, um minuto, eu passo já a palavra ao senhor.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu agradeço.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu concordo que realmente nós avançamos muito, nós tivemos melhoramentos em várias áreas, mas agora voltando exatamente como nós queremos melhorar ainda mais e como no Estado do senhor, conforme foi anunciado pelo Senador César Borges, também está acontecendo meningite, eu gostaria aqui de aproveitar e dizer ao Dr. Giovanini Coelho, que aqui representa o Ministério, que para a dengue nós não temos vacina, mas a meningite bacteriana temos. Não é justo que só aqueles que podem pagar possam vacinar os seus filhos. Eu sou pediatra e realmente é muito doloroso saber que a vacina de meningite ainda só chega para aqueles que podem pagar. Está na hora de termos uma modificação e eu sei que o Ministro tem essa visão, porque ele mostrou com os casos de rubéola, entende que a vacinação é realmente algo que é prioritário, que realmente traz soluções e resoluções rápidas e duradouras, então fica aqui: por que não iniciar de imediato uma campanha, porque se está na Bahia, daqui a pouco está em Pernambuco, Alagoas, Sergipe, vai se estendendo, vai se estendendo. Já teve aquela crise muito grave no Rio de Janeiro em que morreram muitos, uma época de uma epidemia de meningite no Rio de Janeiro. Agora ela já chega na Bahia e da Bahia para chegar aos outros Estados é bem ligeirinho, porque a Bahia, como eu disse, é de todos nós, principalmente os nordestinos, muitos estão circulando agora pela Bahia e podem levar a contaminação para os outros Estados. Então fica aqui o nosso apelo de que se está localizado, não seja apenas a Bahia, que se entre rapidamente com uma ação preventiva para evitar que se alastre e que chegue à morte de pessoas e nós sabemos que a criança, nesse caso, será com certeza a mais afetada. Passo a palavra para o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu agradeço à Senadora Rosalba, mas eu fui instado pelo Deputado Colbert e quero dizer que aqui eu estou em franca minoria, a área médica domina completamente, mostrando como é fácil ser político sendo da área médica, sendo médico, cirurgião dentista. Eu sou engenheiro civil, mas sendo médico eu acho que é muito mais fácil alcançar sucesso na carreira política.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É interessante ouvir isso. Eu só queria lhe dar de presente alguns plantões num pronto-socorro daqueles sem condições em que a gente tem que receber atendendo muitas vezes até no chão para poder tentar salvar uma vida.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): E eu parabenizo a todos da área médica, que eu sei que fazer medicina é um sacerdócio.

Mas com relação à meningite que V. Exa. citou, esses dados, eu vou ler uma matéria da Tribuna da Bahia para não dizer que eu estou apenas fazendo qualquer tipo de proselitismo. Começa assim: "Os números são alarmantes. De acordo com a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, apenas este ano a dengue e a meningite já mataram pelo menos 60 pessoas em todo o Estado. Até o fim de março a meningite viral e a bacteriana infectaram 219 pessoas. Mas as vítimas fatais podem chegar a 79, se confirmados alguns casos que dependem de laudo médico". Mais adiante: "Silenciosa a meningite é causada por uma multiplicidade de agentes como bactérias e vírus, é também uma doença grave, podendo matar em poucas horas depois do aparecimento dos primeiros sintomas. É uma infecção das membranas (meninges) que recobrem o cérebro por vírus, bactérias, fungos ou protozoários. A infecção é contraída por vias respiratórias. Em crianças, o diagnóstico pode ser mais difícil, principalmente nas menores, pois não há queixa de dor de cabeça e os sinais de irritação nas meninges. A bactéria da meningite pode infectar qualquer pessoa, mas crianças com menos de um ano de idade e final da adolescência são particularmente vulneráveis. Mesmo com tratamento imediato, a mortalidade pode ocorrer de maneira muito rápida. Aproximadamente uma de cada cinco que sobrevivem à doença apresentará sequelas como: surdez, cicatrizes permanentes, amputações ou lesões cerebrais. Quem mora em alguma das cidades aonde a doença vem se alastrando de forma inigualável teme e se preocupa com mais infestação, como é o caso do técnico em segurança do trabalho Adriano Silveira, 36 anos. Morador de Itabuna, ele já teve os dois sobrinhos internados com a moléstia. 'Os casos mais graves foram os deles que precisaram ser hospitalizados. Minha mãe e meus irmãos também tiveram, mas a situação foi mais branda'. Grávida de oito meses e também moradora da cidade, a funcionária pública Lúcia Dantas, 34 anos, disse ficar muito mais preocupada com qualquer sintoma de mal estar. 'Fico muito preocupada a todo o instante, ando pelas ruas observando se não existe foco, ou pelo menos a sua possibilidade'. Com a aproximação do período de frio a funcionária pública deu um alerta. 'É quando aumentam visivelmente os casos de meningite. Porém as duas doenças tem a ver com sujeira'". Aí lembrando aqui o Senador Mão Santa: "O calor e as chuvas rápidas fazem com que aumente a proliferação de insetos. De

acordo com a Fundação Nacional de Saúde é importante que a população observe a limpeza nos quintais e nas ruas e avenidas para que não haja acumulo de lixo ou de água parada".

Eu queria dizer o seguinte: com relação à medicação que eu falei, eu recebi esse e-mail, eu vou passar aqui para o Dr. Giovanini, é emitido pelo Dr. Josélio Andrade Moura, Presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, que é um baiano de Jequié, minha terra, e me fez o e-mail: "Urgente: Dengue. Estimado Senador César, parabéns pela iniciativa de Audiência Pública sobre a grave epidemia de dengue no País e, principalmente, na Bahia. Essa zoonose tem causado preocupação em todo o mundo. Alguns entes públicos insistem em utilizar larvicidas e inseticidas que já criaram resistência. A Organização Mundial de Saúde recomenda um rodízio para evitar formação de cepas de insetos resistentes a produtos. Estou às ordens para conversar sobre o tema que tenho dedicado com a realização de diversos estudos sobre a matéria. Com o meu apresso, Josélio Moura".

"Matéria sobre utilização do Diflubenzuron em Sergipe. O Ministério da Saúde enviou a Sergipe esta semana representantes do Programa Nacional de Controle da Dengue para discutir a utilização de um novo larvicida. O produto apresentado é o Diflubenzuron, que substituirá o Temephos, atualmente usado pelos agentes de endemias de todo o Estado. As reuniões acontecem até esta sexta-feira, 27, no auditório da Secretaria de Estado da Saúde, e têm como público alvo técnicos de Itabaiana, Aracaju e região metropolitana. 'A apresentação do novo produto já é na verdade uma espécie de treinamento', esclareceu a assessora técnica do programa, Ima Braga, que juntamente com a consultora do Ministério da Saúde, Roberta Gomes Carvalho, explicou aos participantes do treinamento as características do Diflubenzuron, as diferenças existentes entre ele e o Temephos, como age no combate à larva do mosquito transmissor, o Aedes aegypti, e como pode ser utilizado. De acordo com a coordenadora do Núcleo de Endemias do Estado, Sidney Sá, a recomendação da troca do larvicida partiu do Ministério, com base em análises laboratoriais feitas nos últimos dois anos. 'Na capital e em Itabaiana foi detectada a resistência do vetor à ação do Temephos, por isso que eles estão sendo os primeiros municípios a receberem esse treinamento. A idéia é que, logo depois, eles já comecem a trabalhar com o Diflubenzuron', disse a bióloga. Sidney acrescenta que a Secretaria de Saúde de Sergipe estendeu a convocação aos Municípios da região metropolitana por conta da proximidade territorial com Aracaju e por possuírem um número considerável de imóveis. 'Numa etapa posterior e de forma gradativa, a gente vai discutir o assunto com as demais cidades sergipanas e, em parceria com o Governo Federal, promover capacitações para os técnicos de endemias dessas localidades', adiantou a coordenadora. Em Aracaju, a Coordenação de Vigilância Epidemiológica do Município já planeja capacitar, em abril, os cerca de 400 agentes de endemias atualmente em atividade. 'A previsão é que, a partir de maio, o Diflubenzuron comece a ser aplicado, mas antes vamos fazer um levantamento do índice de infestação do mosquito em todos os bairros da capital', informou Taíse Cavalcante, responsável pelas ações da Secretaria Municipal da Saúde no combate à dengue.

"Diflubenzuron – O produto age como um controlador de crescimento de insetos. No caso do Aedes aegypti, ele inibe a formação da cutícula – a 'pele' – das larvas, impedindo seu desenvolvimento. Depois que o Diflubenzuron é aplicado, elas têm dificuldades na mudança periódica de pele, conhecida como ecdise. A conseqüência disso é que a cutícula mal formada pode não conseguir dar suficiente suporte aos músculos do inseto, resultando na morte das larvas e cortando o ciclo da doença na fonte. Biodegradável, o Diflubenzuron não é tóxico e, portanto, não causa qualquer dano ao meio ambiente. 'Trata-se de um produto avaliado pela OMS (Organização Mundial da Saúde) e registrado pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária)', garantiu Ima Braga. Segundo ela, a recomendação pelo uso do Diflubenzuron vem sendo feita pelo Ministério da Saúde em diversas localidades do País. 'Atualmente, ele já é utilizado nos estados do Pará, Ceará, Alagoas, Rio Grande do Norte e Minas Gerais', informou a assessora técnica do Ministério da Saúde".

Passarei aqui a V. Sª., que eu acho que o Ministério da Saúde está fazendo algo importante e aqui já em campo com o treinamento no Estado de Sergipe. Eu agradeço, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não. Solicitamos que o assessor da Comissão pegue com o Senador César Borges esse documento para ser entregue ao Dr. Giovanini, de sugestões ao combate da dengue.

Agora, para finalizar, passamos agora à fase final, nós vamos para as considerações finais dos nossos expositores. Cada um terá cinco minutos, se achar necessário. Começamos com o Dr. Giovanini Coelho para as considerações finais.

SR. GIOVANINI COELHO: Inicialmente eu queria parabenizar a apresentação dos colegas de mesa e entender que foram questões importantes que foram abordadas, particularmente no que diz respeito à questão do financiamento do setor saúde. Eu quero

ser solidário, eu acho que todos nós que militamos na área de saúde somos favoráveis ao aumento de recursos, até porque entendemos que têm, em algumas áreas específicas, problemas de subfinanciamento e, obviamente, nós temos ainda muitas necessidades de saúde que precisam ser supridas.

Eu queria fazer uma referência especial à apresentação do Dr. Ismar a respeito da auditoria que foi feita pelo Tribunal de Contas da União. Eu acho que é sempre bom destacar, a Senadora Rosalba citou que muitas das vezes o Tribunal de Contas é interpretado como um órgão caçador de bruxas e só de penalidades. Eu queria destacar que essa auditoria que o Tribunal de Contas fez no Programa de Dengue foi uma auditoria extremamente positiva do ponto de vista de, primeiro, uma visão externa exatamente procurando entender a complexidade do problema e que concretamente, no meu entendimento, obviamente não em todas as questões, mas que conseguiu apontar questões importantes, inclusive para o próprio Ministério da Saúde, que nós, de forma muito diligente, estamos procurando adequar. Então a exemplo do papel do consultor estadual, dos consultores que o Ministério da Saúde disponibiliza para os Estados, nós inclusive regulamentamos o seu papel, as suas atribuições, mas obviamente o Brasil é um País continental e a gente sabe que todas essas mudanças exigem tempo, mas de qualquer forma eu queria assim deixar muito claro a importância que essa auditoria teve e que, no nosso entendimento, nós gostaríamos que o Tribunal de Contas continuasse ainda com esse papel de apoio, até em alguns casos dessa visão externa mesmo visando o aprimoramento das nossas atividades.

Eu queria só apenas fazer um comentário e destacar mais uma vez e, depois, responder especificamente aos questionamentos do nobre Senador César Borges. Eu acho que a questão da dengue, como eu tentei explicar muito rapidamente, é um problema complexo. Particularmente porque nos seus determinantes, na sua manutenção, etc., existem alguns aspectos que estão absolutamente fora da governabilidade do setor saúde. Então os locais que têm epidemias de dengue, as cidades que têm epidemias de dengue são cidades que têm uma grande vulnerabilidade socioambiental. Aí eu quero reiterar: cidades que têm uma concentração urbana muito grande, são locais que têm problemas de abastecimento de água, são locais que têm problemas relacionados à questão do lixo, então, ou seja, são vulnerabilidades que o Secretário de Saúde do Município, do Estado, o próprio Ministro da Saúde tem governabilidade para resolver.

Então eu acho que esse entendimento, esse esforço da convergência desse entendimento que embora o problema seja [soa a campainha] um problema de saúde, embora seja um mosquitinho singelo, digamos assim, que provoca isso, mas por trás desse problema de saúde nós temos macrodeterminantes que exigem uma ação que extrapola o setor saúde. Então eu acho que uma questão que eu colocaria aqui como sugestão e, obviamente, é só uma sugestão, a pouco tempo eu estava lendo um editorial de um jornalista desses jornais em que ele citava e eu achei uma relação muito próxima com a questão da dengue, o Brasil não tem uma Política Nacional de Resíduos Sólidos, que segundo a informação desse periódico, essa política que foi encaminhada pelo Poder Executivo tramita aqui no Congresso sem votação. Então se defendi, como eu coloquei na minha apresentação, e como foi citado aqui pelos que me antecederam, o problema do lixo nas cidades, 63% dos Municípios brasileiros colocam o seu lixo em lixões inadequados. Então eu acho que são políticas fora do setor saúde que certamente vão impactar nessa questão de saúde de dengue que eu estou falando.

Então eu que é importante destacar isso, até por entender que para um problema complexo dessa natureza não existe soluções fáceis. Seria muita pretensão de quem quer que seja atribuir uma solução mágica e fácil para um problema que tem, como já citei aqui, determinantes socioambientais extremamente complexas.

Bom, respondendo diretamente ao Senador César Borges, um tratamento diferenciado da Bahia. Como o ilustre Senador Mão Santa mesmo citou, todo mundo quer ir para a Bahia. Eu, pelo menos, para a Bahia, esse ano, eu fui, pelo menos, umas três vezes. O meu diretor de Vigilância, que é o meu chefe, pelo menos isso, o Ministro já esteve lá, então a Bahia está tendo um tratamento, dentro das responsabilidades do Ministério da Saúde, que eu diria, dentro de seus limites, o que é possível. Além do aporte financeiro adicional, como eu citei, foi transferido cerca de 1,3 milhões para as questões das capas, o apoio da articulação que o Ministério da Saúde fez com as Forças Armadas para conseguir mais médicos, etc., materiais, e recentemente, parece que o senhor estava adivinhando, Senador, nós tivemos essa semana um grupo de técnicos que sentou lá com o pessoal do Estado e do Município de Salvador [soa a campainha], porque a preocupação agora é exatamente o Município de Salvador, porque é o período em que a questão das chuvas pode colocar Salvador como a área de maior vulnerabilidade. Então essa equipe saiu ontem de Salvador, durante todos esses dias exatamente discutindo uma estratégia de montagem da sala de situação, exatamente para a gente ter, não só para a Bahia, mas especificamente

para Salvador, uma resposta, caso se tenha epidemia, mais ordenada, mais articulada.

Sobre a questão do larvicida de Diflubenzuron, eu falo isso com muito orgulho, não por ser o coordenador do Programa, mas por ser membro do Ministério da Saúde, o Programa Nacional de Controle da Dengue é o único programa das Américas e talvez do mundo que tem um programa de monitoramento de resistência dos inseticidas que são utilizados em saúde pública [soa a campainha]. Nós temos uma rede de quatro laboratórios de referência e--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não é sendo indelicada, mas eu gostaria só de que o senhor nos desse as respostas com uma certa brevidade porque nós temos um tempo regimental, dentro de pouco tempo deverá começar a Sessão Plenária e aí as Comissões têm que serem paralisadas.

SR. GIOVANINI COELHO: Então eu peço desculpas, Senadora. Então só para resumir, a questão do Diflubenzuron faz parte da estratégia, o senhor já adiantou muito a minha resposta porque foi citado, o senhor leu a matéria. O Ministério da Saúde tem uma estratégia de monitoramento das áreas onde têm problemas de resistência ao produto utilizado e de primeira eleição recomendado pela Organização Mundial de Saúde, então onde há um problema de resistência há um processo de manejo de resistência, de maneira que nós já estamos fazendo, trocamos na região metropolitana em Belo Horizonte, no Ceará, etc. O problema que precisa se entender é que Brasil é um País continental. Num problema dessa complexidade não se troca um inseticida no apertar de um botão; você precisa treinar gente, etc. e etc. Então isso é um processo gradativo e que, obviamente, na medida em que forem sendo treinadas as pessoas, a gente vai fazendo a troca. O Diflubenzuron é uma das alternativas. O processo de compra de larvicidas é um processo que o Ministério da Saúde faz por intermédio de uma licitação internacional e que, obviamente, aquele produto que é testado pelo Ministério e que atende às recomendações é implementado.

Eu só queria, como a Dra. Rosalba me alertou que nós estamos ligados e conectados ao mundo, uma retificação a uma informação do Deputado Colbert Martins. Na verdade, Deputado, nós temos circulando no Brasil somente o sorotipo dengue 1, dengue 2 e dengue 3; o dengue 4, felizmente ainda não circula. Circula em países vizinhos como a Venezuela, o Peru, e essa é uma preocupação permanente do Ministério em monitorar para exatamente evitar, com a introdução do sorotipo, a ocorrência de epidemias.

Obrigado, Senadora, e desculpe pela extensão do tempo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria de lhe dar mais tempo, até porque o senhor nos traz informações e orientações, o que é muito importante. Mas agora passamos a palavra ao Sr. Denílson Magalhães também para as suas considerações finais. Cinco minutos, Dr. Denílson.

SR. DENÍLSON MAGALHÃES: Bom, primeiro eu agradeço novamente ao convite, agradeço, Senador, a preocupação em ter a Confederação Nacional presente neste debate. Quero justificar a ausência do nosso Presidente, o Paulo Ziulkoski, por compromisso que assumiu em Porto Alegre, mas nos pediu para estar aqui presente e falar em nome da Confederação.

Eu apenas quero colocar duas questões. Uma é com relação à atuação do Tribunal de Contas, Dr. Ismar, que os Municípios nos procuram muito e reclamam com relação à atuação do Tribunal de Contas, da Controladoria-Geral da União, quando fiscalizam os Municípios, e essa questão, essa bandeira que os Municípios levantam da igualdade no cumprimento da legislação do nosso País envolve também essa atuação do Tribunal de Contas e da CGU. São muitas reclamações de que normalmente a União e o Estado recebem recomendações do Tribunal de Contas da União, orientações a respeito das constatações que são feitas, enquanto que os Municípios normalmente são punidos pelas constatações em suas ações. Nós tivemos um exemplo de um Município do Estado do Pará que recebeu, no ano passado, a auditoria da Controladoria-Geral da União, e eu tive inclusive o cuidado de analisar o relatório que foi elaborado pela equipe da CGU naquele Município. Infelizmente fiquei até assustado com as constatações que foram feitas porque elas permaneciam no relatório mesmo não estando relacionadas ao problema que era mencionado naquele Município e foram apenas o que parecia para constatar no relatório que existiam algumas irregularidades.

O outro ponto é com relação a uma manifestação dos Municípios de uma situação que já vem sendo discutida entre os Prefeitos e que eu trago como sugestão para essa Comissão, para que ela já inclua nos seus ciclos de debate, que é a judicialização da saúde. Nós estamos fazendo um levantamento de todas as despesas que os Municípios tiveram no ano passado, em 2008, somente com demandas judiciais, que não estavam previstas nos seus planos de saúde. A Lei 8.080 deixa isso bem claro: todo recurso do SUS, ele tem que ser executado de acordo com o plano de saúde elaborado, municipal, estadual e o nacional. E são muitas essas demandas judiciais que têm ocorrido

e, principalmente, com relação aos Municípios. Esse é um grito que tem sido dado não só pelos Municípios brasileiros, mas também o próprio Distrito Federal publicou matéria sobre isso, a União já tem publicado matéria sobre isso, que vem sofrendo uma despesa muito alta com essas demandas judiciais. Para vocês terem uma ideia, no Estado de Rondônia os Municípios, durante o encontro que nós tivemos lá, relataram que tiveram que comprar medicamentos importados, que não passaram pelo controle do Ministério da Saúde, porque foram adquiridos direto pelo Município, e fere a legislação de importação de medicamentos e de registro de medicamentos no País, mas amparados por uma determinação judicial que deveriam adquirir um medicamento importado sob ameaça de prisão. Também um tratamento capilar de implante de cabelo, que foi determinado pela justiça de que o Município deveria financiar o implante de cabelo a um cidadão que não queria mais ser calvo, que estava cansado de ser calvo. Então são relatos que acontecem dos Prefeitos e que isso [soa a campainha] demanda recursos financeiros de ações para a população para atender a demanda de um único cidadão. Então nós tivemos aí só com a resposta de 127 Municípios, que já responderam à nossa pesquisa, no ano passado já foram 4,2 milhões de reais só com demandas judiciais. Desses 4,2 milhões de reais, mais de 2 milhões de reais foi com a aquisição de medicamentos excepcionais e de alto custo, que de acordo com a Política Nacional de Assistência Farmacêutica que vigora no País desde 1998, só que ela é regulamentada por Portarias do Ministério da Saúde, e parece que a justiça não atende a essas Portarias, os medicamentos excepcionais de alto custo são de responsabilidade da União e dos Estados e não dos Municípios. E os Municípios tiveram que gastar adquirindo esses medicamentos. Então nós trazemos como sugestão esse tema, a judicialização da saúde, que possamos ter o Judiciário também aqui discutindo essa questão junto com os gestores municipais do Sistema Único de Saúde.

No mais, eu agradeço pelo convite, fico à disposição da senhora para qualquer informação que necessitar posteriormente. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada ao Dr. Denílson. Eu acho que a sua sugestão já está devidamente anotada, eu acho que é pertinente, é importante que nós possamos também discutir esse aspecto na prestação de serviço de saúde. Muito obrigada. Passamos agora para o Dr. Roberto Maia, Presidente da União dos Municípios da Bahia.

SR. ROBERTO OLIVEIRA MAIA: Eu quero agradecer pela convocação da UPB, a União dos Prefeitos da Bahia, por está aqui representada pelo seu Presidente e para estar discutindo essa questão tão importante na vida dos baianos e dos brasileiros. Parabenizar ao Senador César Borges, autor aqui do requerimento para a instalação dessa Comissão para tratar deste assunto, aqui ao Senador João Durval, que esteve presente aqui ouvindo a nossa situação, o Senador Mão Santa, ao nosso Deputado Colbert Martins, que é do nosso partido, parabenizar a Senadora Rosalba pela condução aqui do trabalho, ela que médica pediatra sabe que as crianças são as que são mais afetadas pela questão da dengue.

Dizer que esta Sessão foi muito importante, porque nós não estávamos aqui para identificar culpados; não, de forma nenhuma. Nós estamos aqui querendo identificar soluções, buscar caminhos para que nós possamos diminuir ou mesmo resolver este problema que aflige a todos nós. Os Prefeitos, que são penalizados e muitas vezes culpados por determinadas coisas que acontecem no seu Município, e nós sabemos que não é, tem que sempre encontrar um culpado e o Prefeito, por estar mais perto, por estar ali vivenciando o dia-a-dia da cidade, porque nós sabemos que o cidadão, as pessoas moram nas cidades e os Prefeitos que moram nela são os primeiros a serem cobrados. A população, com quem tem mais acesso no meio político, é o Prefeito, que está ali dentro da sua comunidade, convive no seu dia-a-dia, o Prefeito abre a sua porta e tem ali já as pessoas já para atender e isso hoje aqui foi muito bem debatido e nós vamos buscar e estar sempre dispostos a discutir, a ouvir, a dialogar, a nos reunirmos com as autoridades que são responsáveis pela questão da saúde no Estado da Bahia e no Brasil para que juntos, poderes municipais, estaduais e federais, estarem juntos de braços dados para enfrentarmos esse problema que é de todos, não apenas dos Municípios, quero deixar isso aqui muito claro. Nós temos no passado, como foi dito anteriormente, dificuldades muito sérias, e fazemos aqui um apelo aos Deputados, Senadores, para a questão da Emenda nº 29, da saúde, que ela seja votada o mais rápido possível aqui nesta Casa para que os Municípios possam estar tendo mais recursos, tendo mais condições de enfrentar os problemas que nos aflige no dia-a-dia.

Então agradecer e parabenizar aqui ao Senado Federal, a esta Casa, por essa importante reunião no dia de hoje.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada ao Prefeito Roberto Maia. Eu gostaria também aqui de complementar, só fazer aqui uma observação. Na realidade a meningite, os mais atingidos são as crianças, infelizmente e de forma muito brutal, porque em questão de horas

nós podemos perder uma criança e a dor de perder um filho é algo que a gente não pode nem imaginar de tão grande que é. A dengue também, apesar das crianças serem menos atingidas, ela já está chegando nas crianças, coisa que no início não acontecia, eram menos atingidos, mas tem um outro lado: quando os seus pais são atingidos, inegavelmente a família toda é que sofre.

Então eu passo agora para finalizar ao Dr. Ismar Barbosa Cruz, Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União.

SR. ISMAR BARBOSA CRUZ: Obrigado, Senadora. Bom, em primeiro lugar eu gostaria de agradecer ao Dr. Giovanini pelo reconhecimento público que faz em relação à contribuição do trabalho do Tribunal. Eu diria que isso não é comum, é raro e foi dito que às vezes o Tribunal é mal interpretado em função da sua ação punitiva, ação repressora que deve fazer em razão de suas competências, mas que não é o nosso objetivo principal. No nosso meio nós costumamos dizer que há duas máximas: a máxima mentira do auditor é quando ele chega e diz: "Nós estamos aqui para te ajudar", falando para o gestor. E o gestor tem a sua máxima mentira que é: "Você é sempre bem-vindo e volte sempre".

Bom, eu queria dizer ao Dr. Denílson que a ação do Tribunal, nesse sentido, tem cada vez mais se fortalecido, se direcionado à orientação. Nós temos aqui, num fórum fundamentalmente de área médica, área de saúde, e para nós também da área de controle é muito mais barato e muito mais efetivo investir na prevenção do que na correção, na prevenção da gestão do recurso bem feita do que na sua recuperação quando desviado. Então nós temos várias ações nesse sentido. Eu gostaria de dizer e destacar aqui que o nosso Presidente é um educador por excelência, o Ministro Ubiratan Aguiar que dedicou a sua vida política basicamente na área de educação e que na presidência agora está conduzindo treinamentos, cursos para todas as Prefeituras brasileiras. A ideia é chegar a todas as Prefeituras; a região Norte e Mato Grosso já estão sendo prestigiados com treinamentos na área de convênios, na área de licitação, na área da Lei de Responsabilidade Fiscal. Então eu gostaria de dizer aqui que a gente gostaria que o nosso trabalho fosse encarado dessa forma, porque mesmo os apontamentos são sempre no sentido de promover melhorias para o Programa e trazer benefícios concretos para a sociedade.

Não posso fazer nenhuma menção à auditoria mencionada pela CGU porque não conheço, por questões éticas não vou me manifestar.

E queria, finalmente, parabenizar mais uma vez a Comissão, a iniciativa dessa reunião, dessa Audiência, porque para nós é muito claro que às vezes comportamentos indevidos ou má gestão em determinadas áreas do Governo, como uma obra que não se finaliza ou uma escola que não tem professor, eu costumo dizer que quando uma obra não se finaliza a sociedade pode esperar um pouquinho mais, às vezes com sofrimento, mas pode; quando um professor falta à sua aula, à sua sala de aula, o aluno pode aguardar no dia seguinte que terá a sua reposição. Agora na área de saúde o paciente, às vezes, a espera pelo médico que não está no posto de saúde ou pelo medicamento que não existe, pode significar que ele não terá uma segunda chance. Então eu gostaria de elogiar, porque essa área da saúde tem que ser tratada e encarada dessa forma como a Comissão está tratando nesse momento, com a emergência de uma situação crítica que precisa ser enfrentada.

Com essas palavras eu gostaria de finalizar e dizendo, mais uma vez reiterando, que o Tribunal está à disposição dessa Casa e dessa Comissão com toda a certeza. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu quero agradecer ao Dr. Ismar e dizer já que estamos aqui de pronto. Vamos entrar em contato com o Presidente, com o professor Ubiratan Aguiar, cearense, que conheço de muito tempo. Eu sou do Rio Grande do Norte. Eu acho que o Mão Santa também conhece, porque o Ceará fica entre o Piauí e o Rio Grande do Norte. Eu sou lá do Rio Grande do Norte e de uma cidade muito próxima do Ceará, a cidade de Mossoró. Então no passado os filhos iam para estudar muito em Fortaleza e eu conheci o professor Ubiratan ainda professor de ensino ginasial, de segundo grau. Desde então ele sempre mostrou a sua competência, a sua responsabilidade e a sua preocupação com a educação. E o TCU tem também essa característica de educar, de orientar.

Então nós queremos inclusive dizer, como o Senador Mão Santa ali falava, é um papel importantíssimo do TCU por quê? Muito se perde, nós precisamos inclusive de encontrar caminhos, meios para conter, para deter a corrupção que infelizmente acontece, é algo que nós não podemos tapar o sol com a peneira, e corrupção na saúde eu acho que é um crime ainda maior, porque quando você pega medicamentos, cuida da questão de medicamentos de forma sem o resguardo, sem os critérios e como agora recentemente nós vimos no nosso Estado milhares e milhares de caixa de medicamentos que tiveram que ser jogadas fora porque foram compradas e não distribuídas no tempo hábil para que chegasse para salvar vidas, então isso dói, isso é doloroso, isso realmente é algo que a gente não aceita quando vê uma criança morrer por

falta de uma medicação tão simples. E agora mesmo, hoje eu vi notícias que acho que são pertinentes que se verifique, que faça-se realmente uma fiscalização porque, tomara que não, mas se for verdade, mais uma vez recursos, tão poucos, para tratamento hospitalar, estão sendo utilizados de forma errada, com denúncias que apareceram na mídia do uso do Cartão SUS, que nós tanto lutamos para ter o Cartão SUS, para organizar melhor, para ter um trabalho, podemos dizer assim, até de compensação Município ao Município através do Cartão SUS e que hoje denúncias dizem que está sendo usado de forma fraudulenta para gerar a IAGAS(F) para este ou aquele hospital. Eu não estou aqui citando nome, até porque a notícia saiu e, se ela foi levantada, eu acho que precisa ser investigada e ter resposta.

Declaro encerrada a Audiência Pública, agradecendo a todos que aqui compareceram, que acompanharam, e desejando que as providências sejam as mais ágeis e rápidas possíveis para salvarmos vidas no nosso País. Muito obrigada.

Sessão encerrada às 13h20.

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e trinta e dois minutos, do dia vinte e dois de abril de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **ROSALBA CIARLINI,** com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, MARCELO CRIVELLA, RENATO CASAGRANDE, ADELMIR SANTANA, EFRAIM MORAIS, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, FÁTIMA CLEIDE, EDUARDO SUPLICY, INÁCIO ARRUDA, JOSÉ NERY, VALDIR RAUPP, LEOMAR QUINTANILHA e JOSÉ AGRIPINO.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo ao Requerimento nº 08 de 2009 – CAS, de autoria dos Senadores Rosalba Ciarlini, Marcelo Crivella, Flávio Arns, Adelmir Santana e Augusto Botelho, com vistas a debater as políticas, programas e projetos a serem implementados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome ao longo do ano de 2009, tendo como convidado o Excelentíssimo Sr. Ministro Patrus Ananias. É dado início à reunião, com a exposição do Excelentíssimo Sr. Ministro Patrus Ananias. Após o término da exposição do Ministro, a palavra é aberta aos senhores Senadores inscritos para as interpelações. Às dez horas e vinte e um minutos a Senadora Fátima Cleide assume a Presidência. Às doze horas e vinte e seis minutos Senadora Rosalba Ciarlini reassume os trabalhos. Por solicitação do Senador Eduardo Suplicy é votado um item extra-pauta, sendo o Requerimento nº 24, de 2009 – CAS. **ITEM EXTRA-PAUTA – REQUERIMENTO Nº 24, DE 2009 – CAS** "Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja convidado o Senhor Eduardo Pereira Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a comparecer em reunião desta Comissão de Assuntos Sociais visando prestar informações pormenorizadas acerca do próximo Censo Demográfico que deverá se realizar no próximo ano". **Autores:** Senadores Eduardo Suplicy, Valdir Raupp, Eduardo Azeredo, Fátima Cleide, Papaléo Paes, Inácio Arruda, Rosalba Ciarlini, José Nery e Adelmir Santana. **Resultado: Aprovado.** Às doze horas e quarenta e oito minutos o Senador Eduardo Suplicy assume a Presidência. Às doze horas e cinqüenta e seis minutos a Senadora Rosalba Ciarlini reassume os trabalhos. Fizeram uso da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Papaléo Paes, Valdir Raupp, José Nery, Eduardo Azeredo, Adelmir Santana, Fátima Cleide e Rosalba Ciarlini. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senadora **Rosalba Ciarlini,** Presidente.

10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2009, ÀS 11 HORAS E 32 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores. Os senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo ao Requerimento de nº 08 de 2009, da CAS, com a finalidade de debater as políticas, programas e projetos a serem implementados

pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome ao longo do ano de 2009.

Antes de passarmos a palavra ao Ministro Patrus Ananias, eu gostaria aqui de agradecer a atenção que teve o Sr. Ministro, de responder de pronto, de se colocar a nossa disposição para que nós pudéssemos, escolhendo a data como foi escolhida, podermos aqui tomar conhecimento das ações que são executadas, do que está programado e, Sr. Ministro, inclusive, eu tive a oportunidade de recentemente participar da abertura, um grande encontro lá na cidade de Curitiba e realmente havia muitos questionamentos, porque era o encontro de todos os conselhos municipais de assistência social e todos preocupados com essa questão da crise, qual o efeito, se haveria alguma repercussão, algum contingenciamento maior sobre as questões sociais.

Eu tenho certeza que essa é uma área da maior importância, nada, nenhum outro setor, você pode pensar em algo, simplesmente estático, técnico, você tem sempre que pensar que o social tem que ser atendido.

Então, eu vejo que o senhor tem essa sensibilidade, a experiência de quem já foi prefeito, eu acho que isso é muito válido, porque eu também tive essa oportunidade numa cidade, claro, não era a capital, como o senhor foi prefeito da capital e muito bem avaliado, eu fui prefeita três vezes de uma cidade que é do interior, mas é a segunda cidade do nosso estado, a cidade pólo, e sei que esse nosso conhecimento, na base, no dia-a-dia com certeza, é muito importante, para que a gente possa desenvolver ações sociais.

Então, acho que o senhor traz essa experiência de quem foi Prefeito, de quem vivenciou os problemas de periferia, dos mais pobres, dos mais carentes, aqueles que mais precisam, que realmente, como a gente diz, o governo foi feito para pobre, quem precisa de governo é pobre, rico não precisa de governo, não é para precisar, porque pode arcar com todas as suas despesas.

Então, eu gostaria aqui de agradecer a atenção e dizer que estamos, também, nós que fazemos a Comissão de Assuntos Sociais ao seu inteiro dispor.

Quero agradecer também aqui a presença dos senadores que aqui estão, Valdir Raupp, o Senador Suplicy, o Senador Papaléo que já esteve com o Ministro, convidar a todos os que, para se fazerem presente e dizer que a lista de inscrição já está aberta.

E com a palavra o Ministro Patrus Ananias.

SR. MINISTRO PATRUS ANANIAS: Bom dia a todos e a todas. Eu quero saudar a Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, saudar o Senador Eduardo Suplicy, saudar o Senador Valdir Raupp, aqui presentes.

Também como disse a Senadora Rosalba, quero também agradecer a presença aqui e a acolhida do Senador Papaléo Paes, quero saudar todas as pessoas que aqui estão presentes, os servidores do Senado, os integrantes da nossa equipe no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, os trabalhadores da imprensa, jornalistas, cinegrafistas, fotógrafos e dizer também da minha satisfação por estar aqui.

Nós atendemos rapidamente ao convite da Comissão de Assuntos Sociais do Senado, porque nós entendemos também que é o espaço importante de diálogo onde nós podemos estabelecer uma interlocução sempre na perspectiva de melhorarmos, ampliarmos e aperfeiçoarmos as nossas obras, as nossas ações e as nossas políticas sociais.

Eu quero saudar também aqui a presença entre nós do Senador Marcelo Crivella, agradecer também a presença do Senador. Eu pretendo, então... Te mencionei também? Faltou aqui o Senador Papaléo Paes, já tinha mencionado aqui a sua presença, mas agora o senador se integra novamente conosco, o Senador Papaléo Paes.

Nós vamos, eu vou fazer uma apresentação sucinta do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, das nossas principais políticas sociais e a partir daí abriremos então um debate, que certamente será fecundo, especialmente para o Ministério com os senadores e senadoras presentes.

Lembrando aqui, Senadora Rosalba que o Ministério, ele já tem um conjunto de ações, então, 2009 será seguramente um desdobramento sempre na perspectiva de aperfeiçoarmos, ampliarmos e consolidarmos as políticas que nós estamos desenvolvendo.

O Ministério, podemos ir, o Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome, foi criado em janeiro de 2004; ele unificou três estruturas distintas preexistentes: O Ministério da Assistência Social, o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome e a Secretaria Executiva do Programa Bolsa Família, até, então, vinculada à Presidência da República.

Na estrutura do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, nós constituímos cinco secretarias: a Secretaria Nacional de Assistência Social; a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, que é a Secretaria mais diretamente responsável pela gestão do Programa Bolsa Família; a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação e a Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias.

Eu quero registrar aqui também conosco a presença da Senadora Fátima Cleide, agradecer a sua presença, Senadora. Muito obrigado.

Nós vamos ver agora a evolução do orçamento do Ministério, que mostra como que a questão social e a questão dos pobres no Brasil passou a ser uma questão central, uma questão prioritária, nuclear, considerando os investimentos, os recursos aplicados.

Em 2004, o primeiro ano do nosso Ministério nós tivermos um orçamento de 14 bilhões e 300 milhões; 2005, 18 bilhões e 300 milhões, fomos para 21 bilhões; 21,6 bilhões em 2006, 24,7 bilhões em 2007; 28,7 em 2008 e esse ano nós estamos operando com orçamento na faixa de 32 bilhões e 700 milhões de reais. É muito? Não.

Considerando o histórico, a dívida social que o Brasil tem, considerando os desafios que nós temos na perspectiva da redução das desigualdades e das injustiças sociais no país, mas é significativo, é um valor que mostra que a questão social passa a ser uma questão prioritária dentro do Governo Federal, no caso o governo do Presidente Lula.

Dentre os nossos programas, nós temos com destaque, com maior visibilidade, vinculado ao Ministério e à Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, o Programa Bolsa Família, que articula a estratégia de desenvolvimento social e combate à fome com foco nas famílias pobres em todos os municípios do Brasil. Nós estamos atendendo hoje, em torno de 11 milhões e 100 mil famílias pobres, em todos os municípios do país, de forma integrada a rede de proteção e promoção social.

Esse é um dado importante, nós vamos voltar a ele, mas o Bolsa Família não é um programa isolado, os resultados positivos do programa, como mostram as pesquisas, e há um reconhecimento internacional através do Banco Mundial, da Organização Internacional Do Trabalho e tantas outras, o programa das Nações Unidas para o desenvolvimento, esses dados, esses dados positivos do programa, tem a ver também com o fato de que o Bolsa Família está inserido numa grande rede nacional de proteção e promoção dos pobres, de proteção e promoção social.

Então, na área, por exemplo, da assistência social, o Bolsa Família integra com o Programa de Atenção Integral às Famílias, o Programa de Atenção Integral às Famílias, o PAIF, ele se materializa através dos Centros de Referência da Assistência Social, os CRAS, o Bolsa Família interage com o programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, com os equipamentos que favorecem o acesso a alimentos a famílias mais pobres, como os restaurantes populares, as cozinhas comunitárias.

Temos também agora o ProJovem Adolescente, um programa vinculado à Secretaria Nacional de Assistência Social, atendendo aproximadamente 500 mil jovens dentro do nosso programa mais amplo, o ProJovem, coordenado pela Secretaria Nacional da Presidência da República, o ProJovem Adolescente vinculado ao nosso Ministério trabalha com adolescentes de 15 a 17 anos e são basicamente os jovens do programa Bolsa Família, decorrentes da ampliação da faixa etária que nós tivemos o ano passado, quando o Presidente da República assinou um decreto ampliando a faixa etária para adolescentes de até 17 anos.

O valor médio do benefício hoje está em torno de 85 reais, o valor máximo 182, o valor máximo 182 reais, considerando o benefício do Governo Federal, onde o governo municipal ou o governo estadual tenham também programas de transferência de renda, nós somamos e os benefícios, o benefício pode atingir um valor superior.

Como eu disse, nós incluímos 1 milhão e 900 jovens entre 15 e 17 anos, a renda *per capita* para entrada foi atualizada agora para 137 reais, a partir de maio. A cobertura será ampliada para 12 milhões e 400 mil famílias em 2009; nós teremos agora uma ampliação de 300 mil famílias em maio, 500 mil famílias em agosto, e 500 mil famílias em outubro. E o orçamento do Bolsa Família para 2009 está prevista em 11 bilhões e 400 milhões de reais.

Nós temos um outro programa de grande impacto, com recursos superiores, inclusive, ao Bolsa Família que é o Benefício de Prestação Continuada, o BPC, um benefício não contributivo, previsto na Constituição Federal. Beneficia com um salário mínimo 3 milhões e 400 mil pessoas.

Registramos aqui também entre nós a presença do Senador Adelmir Santana.

Desses 3 milhões e 400 mil pessoas, 1 milhão e 800 mil pessoas com deficiência, incapacitadas para o trabalho, e 1 milhão e 600 mil idosos, acima de 65 anos pertencentes a famílias com renda *per capita* mensal inferior a 1/4 do salário mínimo, que hoje corresponde a 116 reais e 25 centavos. Mas como o benefício corresponde a um salário mínimo, o orçamento do programa integrado com a renda mensal vitalícia para 2009, é de 18 bilhões e 500 milhões de reais.

Nós temos a nossa rede de... A rede e serviços assistência social, a rede de equipamentos, nós temos, como eu disse, o programa de atenção integral às famílias. Esse programa se materializa através dos centros de referência da assistência social, os CRAS que nós chamamos também casa das famílias.

Nós estamos, hoje, presentes em 3.188 municípios com 3843 unidades cofinanciadas pelo Governo

Federal, e temos também os Centros de Referência Especializado da Assistência Social, os CREAS que trabalham em situações mais delicadas de desconstituição familiar, trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes.

Nós temos 1.054 unidades em 1.230 municípios e o CREAS trabalha integrado com o PETI, com o programa de erradicação do trabalho infantil, que atende hoje 871 mil crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade com relação ao trabalho precoce, e também como eu disse, integrado com o nosso serviço de proteção social à criança e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual que é o nosso Programa Sentinela, que acompanha hoje 66 mil crianças e adolescentes no Brasil.

E agora, como eu disse também, o ProJovem Adolescente vinculado ao... À idade da faixa etária, com presença em 2.320 municípios e em 2008 nós atendemos 394 mil jovens, pretendemos chegar a 500 mil esse ano e 1 milhão até 2010.

Na Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, nós temos entre outros programas, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiarizar, o PAA, também conhecido como o Programa da Compra Direta, é um programa de compra direta de alimentos de agricultores 'pronafianos', o PAA está vinculado ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, gerido pelo nosso Ministério, co-irmão, Ministério Do Desenvolvimento Agrário, e nós atendemos hoje 1.954 municípios, 120 mil agricultores, e apoio alimentar a mais de 8 milhões de pessoas.

Temos também a nossa rede de equipamentos, que estão sendo implantados, os restaurantes populares, as cozinhas comunitárias, eu vou me dispensar de ler os números, por conta de nós ganharmos um pouco mais o tempo. Temos também as cisternas na região do semi-árido, do nordestino, do Maranhão, ao norte de Minas, na região da SUDENE, são hoje prontas 226 mil unidades, mas com várias já conveniadas, certamente estaremos chegando o final desse ano a mais de 300 mil.

Anunciar aqui também entre nós o Senador José Nery.

Também na parte de equipamentos nós temos os bancos de alimentos, que são equipamentos para guarda de alimentos, inclusive interagindo com os restaurantes populares, com as cozinhas comunitárias e temos também outros programas em nível menor, mas também com presença em alguns municípios, são implantação de feiras e mercados populares que visam facilitar a relação direta produtor-consumidor, afastando os especuladores atravessadores, e também programas de agricultura urbana, pele urbana, implantação de hortas, lavouras comunitárias etc.

Um outro programa agora, uma outra frente que nós estamos dando grande prioridade, são as ações, as políticas de geração de oportunidade, trabalho e renda através da nossa Secretaria de Articulação... Mudou agora o nome, Secretaria de Articulação... era Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias, nós estamos transformando numa Secretaria de Articulação para a Inclusão Produtiva, com ênfase nessa parte de qualificação, de capacitação profissional dos nossos beneficiários, especialmente dos beneficiários do programa Bolsa Família.

Nós firmamos um compromisso nacional pelo desenvolvimento social, 18 estados já aderiram, a nossa meta é alcançar todos os Estados do Brasil, estamos firmando também esse compromisso com os municípios... O que nós queremos aí é a adesão dos Estados a essas políticas de qualificação profissional de capacitação profissional, nós estamos empenhados em integrar o programa Bolsa Família, com os programas de desenvolvimento local, regional, os chamados "arranjos produtivos locais" estamos buscando também ações integradas com o SEBRAE, universidades, na perspectiva da formação de micro, pequenos empreendedores, também na linha da economia solidária, do cooperativismo.

E, agora, bem concretamente nós estamos desenvolvendo o Plano Setorial de Qualificação do Bolsa Família, o PLANSEQ Bolsa Família Construção Civil, Bolsa Família PAC, que visa a qualificação de 185 mil beneficiários do Bolsa Família, para a inserção de postos de trabalho gerados por investimentos do PAC na construção civil.

Nós trabalhando nas cidades maiores, nas capitais nas regiões metropolitanas, capacitando as pessoas beneficiárias do Bolsa Família, para as oportunidades de trabalho, emprego, renda que estão sendo geradas pelo Programa de Aceleração do Crescimento.

Estamos também implantando o PLANSEQ, Bolsa Família Turismo, o plano setorial de qualificação do Bolsa Família para as oportunidades que estão surgindo no Brasil com o desenvolvimento do turismo em 23 capitais e a nossa meta é a qualificação, esse ano, de 26 mil e 700 mil famílias.

Nós estamos desenvolvendo também outras ações de qualificação e inserção ocupacional de beneficiários dos programas do Ministério, através de acordos com empresas, no caso, por exemplo, a empresa Norberto Odebrecht, firmou conosco um convênio para a qualificação dos trabalhadores da hidrelétrica de Santo Antônio, em Porto Velho Roraima, Rondônia, em Rondônia. Nós tivemos lá recentemente e agora

estamos ampliando esse convênio para todas as obras da empresa no Brasil. Ela vai qualificar com recursos próprios, e aqui fica um apelo também para que outras empresas, especialmente vinculadas às obras do PAC, também colaborem conosco nesse processo de qualificação e capacitação profissional.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Só para não perder esse quadro, Ministro, Sra. Presidente, o outro complexo lá do Jiral, as empresas também não procuraram o Ministério para firmar a mesma parceria de formação de mão-de-obra? [falas sobrepostas].

SR. MINISTRO PATRUS ANANIAS: Formalmente, ainda não, eu tive, já tive notícia que há interesse, mas nós não formalizamos ainda, de qualquer forma foi bom, que nós vamos tomar a iniciativa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ministro, também eu quero aqui aproveitar, já que é no mesmo contexto, com relação as obras da transposição do Rio São Francisco e da Transnordestina até, porque existe a subcomissão no Senado, que eu sou relatora, estive recentemente visitando essas obras, são obras grandiosas eu sei que tem uma parte que é muito maquinário, mas nós vamos chegar também para uma... Um nível que vai ter empregabilidade na construção civil muito intensa.

Então, antes eu também queria sugerir que fosse visto, dentro daquela já existe nove grandes empresas que estão trabalhando fora lá no... Fora as que, as outras que entraram até pouco tempo.

SR. MINISTRO PATRUS ANANIAS: Há um grande interesse da nossa parte, do Ministério, porque uma grande prioridade nossa em 2009 é exatamente essa dimensão da qualificação profissional, da capacitação dos beneficiários dos nossos programas, especialmente do Bolsa Família.

Bom, agora uma colocação também sucinta, já caminhando para fechamento, com relação às políticas sociais no contexto da crise. As políticas sociais devem ser vistas como garantidoras de direitos sociais, e também como elemento fundamental para a superação de situações de crise, promovendo um padrão de desenvolvimento mais justo, inclusivo e sustentável. Aqui dois pontos. Primeiro, há um avanço no Brasil hoje na medida em que nós estamos superando a fase histórica do assistencialismo, Senadora Rosalba, do clientelismo, dos pobres de cada um, do quem indica e colocando a questão social à questão dos pobres, dos trabalhadores de baixa renda, dos agricultores familiares e de outros setores que lutam com mais dificuldades, no campo das políticas públicas. Políticas de Estado, dos direitos e dos deveres. Esse é um ponto importante.

O outro ponto é o caráter republicano das nossas políticas. Nós trabalhamos com prefeituras, governos estaduais, de todos os partidos. Agora mesmo estamos liberando os editais para a implantação de restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, programa da aquisição de alimentos da agricultura familiar, e o processo é absolutamente transparente. Nós estamos trabalhando sempre na perspectiva do bem comum, e procurando cumprir e respeitar as diretrizes da Constituição e do Pacto Federativo Brasileiro.

E o outro ponto importante nesse aspecto, que nós queremos chamar atenção, é que as políticas sociais, além da sua dimensão ética, humanitária, assegurar às pessoas, famílias, comunidades, caso de comunidades indígenas, quilombolas, o direito à vida, dignidade, cidadania, tem também uma dimensão prática, que as pesquisas estão mostrando: as políticas sociais têm um efeito anticíclico e anticrise; os pobres estão comprando e com isso aquecendo as economias locais, regionais, o comércio a indústria, gerando empregos, e certamente é um dos fatores pelos quais o Brasil está resistindo de cabeça erguida essa grave crise internacional.

Então, as políticas sociais, em especial as transferências de renda às famílias pobres, como o Bolsa Família, tem um efeito dinamizador sobre a economia, mantendo o consumo e contribuindo para reduzir os efeitos da crise.

Em 2008 o Benefício de Prestação Continuada e o Bolsa Família transferiram mais de 26 bilhões para a população mais pobre no país. Tendo relevantes efeitos na economia; é um dinheiro que vai direto para o mercado, as pessoas compram bens e serviços básicos. Esse montante equivale a 75% dos recursos repassados aos municípios pelo Fundo de Participação Dos Municípios.

Agora também colocar na perspectiva de 2009, até por uma ação mais integrada com o Senado, e com a Comissão de Assuntos Sociais, alguns desafios: intensificar o ritmo de redução da pobreza e das desigualdades no contexto da crise, nós continuamos também com um claro objetivo: erradicarmos a fome, a desnutrição e a pobreza extrema no Brasil; fortalecer a institucionalidade das políticas sociais e do Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome em particular. O que que é isso? O nosso Ministério é um Ministério ainda frágil, depois nós falaremos um pouco mais sobre isso.

Criado há pouco mais de cinco anos, nós somos o Ministério que ainda não tem uma casa própria, esse ano o Congresso garantiu os 15 milhões para nós começarmos a construir o anexo, nós não temos ainda a sede, a casa definitiva do Ministério, nós estamos

hospedados em seis diferentes lugares em Brasília, somos um corpo muito reduto de funcionários. Nós somos menos de 1.400 funcionários como vamos ver mais a frente, menos de 1400, em seis diferentes lugares em Brasília e mesmo assim nós somos a maior concentração de servidor público por metro quadrado em Brasília; poucos, dispersos, amontoados, a maioria mal remunerada, mas mesmo assim uma turma de bravos, determinados, porque cuidam de mais de 60 milhões de pessoas pobres em todos os municípios do Brasil.

Então, fortalecer também a institucionalidade é fazer com que todas as nossas políticas se tornem cada vez mais políticas públicas. Por exemplo, programas como o programa da aquisição de alimentos da agricultura familiar, o Programa de Atenção Integral às Famílias, o PAIF e os seus equipamentos, os Centros de Referência da Assistência Social são políticas que ainda estão na fase de construção e nós queremos cada vez mais que sejam políticas juridicamente fundamentadas, no sentido de se tornarem políticas de Estado.

Em outras palavras, nós queremos que as políticas sociais do Brasil se tornem um patrimônio do povo brasileiro, um patrimônio da sociedade, do Estado, independente mesmo dos governos, é claro, que governo com maior ou menor sensibilidade, mas que a estrutura básica seja mantida.

Nós precisamos também fortalecer a articulação federativa, cada vez mais desenvolver como eu disse, numa linha republicana suprapartidária, os estados e municípios e também a sociedade civil, aprofundar a intersetorialidade, promover ações integradas na perspectiva que as políticas sociais se complementam. Elas têm especificidades, mas são complementares. Uma criança na escola não aprende sem ter saúde, uma criança não tem saúde se não tiver assegurado, junto com a sua família, o direito humano à alimentação adequada se não tiver água potável, saneamento básico, moradia e assim por diante.

E também aprofundar o diálogo com os agentes públicos e sociais envolvidos não rede de proteção e promoção social os agentes municipais, estaduais e sempre buscando também a integração com a sociedade.

Aqui nós temos algumas premissas para a reestruturação organizacional dos nossos serviços. A identificação dos principais gargalos e pontos críticos na estrutura existente; um deles é esse, é o descompasso entre a nossa presença do Ministério, nós temos presença hoje com as nossas obras, em todos os municípios do Brasil, atendendo mais de 60 milhões de pessoas pobres, como eu disse, com uma estrutura precária.

Temos, portanto, nesta linha, nós temos desafios que eu quero aqui compartilhar com relação, por exemplo, ao acompanhamento de convênios. Como nós somos um Ministério muito enxuto, que ficou mesmo aquém das suas necessidades, nós operamos numa linha republicana, democrática com os estados e municípios. Mas é claro que nós precisamos também de instrumentos de avaliação, de monitoramento, cumprimento de prazos, resultados, com relação a essas parcerias.

Nós estamos buscando também a otimização das estruturas das áreas do Ministério, de forma não duplicar esforços, maximizar os nossos recursos, criar sinergias, a intensificação da relação, com outras esferas de governo, a integração com outros Ministérios, Saúde, Educação, Trabalho, Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária, especialmente trabalhe da CONAB, EMBRAPA, etc. Aumento de qualidade no serviço prestados aos beneficiários, qualificações das pessoas, naquela linha de que os pobres merecem ser bem atendidos, em termos de equipamentos, em termos de pessoas qualificadas e que ajudem realmente na promoção e na emancipação dessas famílias, o reforço e melhor alocação de recursos para unidades finalísticas.

Ali são os dados que eu mencionei; em 20/04/2009, a força de trabalho do Ministério totalizava 1.411 pessoas. Isso é o que tem qualquer Secretaria de Assistência Social de capital no Brasil, sendo 736 servidores e 675 prestadores de serviço. Dessa força de trabalho, apenas 221, 16%, são servidores efetivos do MDS, que mostra o desafio que nós temos para consolidar o Ministério como um espaço público definitivo.

Aqui algumas linhas de reestruturação, a criação da Secretaria de Articulação Institucional para Inclusão Produtiva, com ênfase, como eu mencionei, na parte de capacitação profissional, qualificação, geração de emprego, trabalho, renda, enfim, todas as ações de integração das possibilidades do PAC, desenvolvimento regional, formação de micro e pequenos empreendedores, integração com a economia solidária, fortalecimento e integração das áreas fins, para atender o atual volume de atividade e as novas demandas em curso na agenda social. Essa agenda social é uma agenda do Ministério que integra também com outros ministérios do governo, com outros programas, que por exemplo, no caso, os Territórios da Cidadania, novas atribuições decorrentes do estabelecimento das mudanças das regras para certificação das entidades beneficentes de assistência social.

Esse é um problema que nós temos também, houve um mal entendido, um desacerto, não vou voltar a esse caso, nós não resolvemos, a Medida Provisória

foi derrotada, o fato é que nós temos hoje um vácuo, nós temos um vácuo, nós temos um vácuo com relação a questão das entidades beneficentes da assistência social. Porque há um projeto aqui no Congresso, há um projeto na Câmara, outro aqui no Senado, é um desafio para nós, porque nesse momento não há nenhum espaço, não há nenhuma base jurídica institucional para a apreciação dos certificados de filantropia das entidades beneficentes de assistência social.

E aí a melhoria das áreas de gestação e administração visando a consolidação do Ministério, da estrutura do Estado, já falamos sobre isso.

Por último, ou quase último, penúltimo, penúltimo. Nós temos as propostas em tramitação prioritárias para o Ministério, aqui no Senado e na Câmara Federal. Aqui no Senado Federal, nós temos o Projeto de Lei da reestruturação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que está agora aguardando a emissão de relatório pelo Senador Tasso Jereissati na Comissão de Constituição e Justiça.

O que é essa é reestruturação? Essa legislação é um projeto que foi aprovado na Câmara e nós estamos pedindo a criação de... Quantos? Menos de 200 cargos, 164 cargos, para uma situação emergencial, para esse Ministério que tem pouco mais de 1.400 funcionários, então, nós estamos pedindo, considero absolutamente legítimo e cá entre nós, com toda a franqueza também, quem conhece o Ministério sabe que ali não prevalece critério político-partidário, prevalece ali o compromisso com os professores, a competência, a seriedade o espírito ético.

Há uns anos... No ano passado, um grande jornal brasileiro foi fazer o levantamento de quantos filiados ao Partido dos Trabalhadores tinham na direção do Programa Bolsa Família; das onze pessoas mais representativas na gestão do programa, uma era filiada ao Partido dos Trabalhadores, 10 não eram e essa proporção continua.

A nossa inesquecível funcionária, servidora pública exemplar que nós perdemos o ano passado, Rosane Cunha, não era filiada ao Partido dos Trabalhadores, como não é filiado ao Partido dos Trabalhadores a sua sucessora. Então, quero deixar claro, assim, esses funcionários serão pessoas, inclusive, certamente escolhidas num processo amplo, com os nossos parceiros, governos estaduais, governos municipais.

O outro Projeto de Lei-–

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Dos 11 só o Ministro, então?

SR. MINISTRO PATRUS ANANIAS: Não, tinha uma pessoa, uma pessoa. O Ministro sim.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO PATRUS ANANIAS: É, mas jamais colocou a questão partidária acima do interesse público lá dentro.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas o Ministro que eu saiba é filiado?

SR. MINISTRO PATRUS ANANIAS: Sim e, com muita honra, mas sempre na linha.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Como esse Senador aqui.

SR. MINISTRO PATRUS ANANIAS: Não é, Senador Suplicy? Nós sempre entendemos que o nosso partido é importante como instrumento de serviço ao país.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito bem.

SR. MINISTRO PATRUS ANANIAS: Acima do nosso partido está o nosso país e todos aqueles que lutam conosco por um Brasil melhor.

O outro programa, esse... O outro é um programa, um Projeto de Lei para a criação da carreira de analista de políticas sociais; esse pressupõe concurso e a criação de uma espécie de gestor social, está também aqui no Senado, foi ao Plenário uma vez para votar, houve um imprevisto, está aguardando inclusão na Ordem do Dia no Plenário. Na verdade, esse projeto está vinculado a outros. O total são quantos cargos? Nosso. Nós queremos criar 300 cargos, 300 e poucos cargos, com a aprovação de...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO PATRUS ANANIAS: O Senador Adelmir, inclusive é um problema sério que nós enfrentamos com o TCU, porque o Tribunal de Contas da União e outros órgãos estão cobrando de nós o fim dos terceirizados, nós estamos espremidos. Oi? O Senador Adelmir foi Relator.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): É o número 130... Não foi relatado o nosso já foi.

SR. MINISTRO PATRUS ANANIAS: Já foi... Exatamente, já foi relatado, está aguardando inclusão na Ordem do Dia no Plenário. E o... Aí, também para esclarecer também, não só os senadores sabem bem, mas as pessoas que estão aqui presentes, mesmo os telespectadores, há uma questão que é importante, esse projeto, o analista de políticas sociais está vinculado a outras carreiras, também no serviço público.

Agora, o concurso será definido pelo Governo Federal também obedecido critérios objetivos, inclusive em sintonia com as condições econômicas. Não há nenhuma obrigatoriedade que se faça todos os concursos simultaneamente, então, também essa confiança que eu espero que a gente obtenha aqui no Senado.

E, por último, nós temos o Projeto de Lei CEBAS, que é o certificado das entidades beneficentes da assistência social, também a tramitação, ele está com o senador... Relatoria do Senador Valdir Raupp e o Senador Flávio Arns.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Acho que na CAS já foi votado, acho que o Senador Arns já apresentou o relatório, acho que sim.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Acho que está na CAE pronto para a pauta, informação que me passaram, na CAE tinha havido um pedido de vista do Senador Raimundo Colombo, de Santa Catarina, e por isso que demorou um pouco, mas está pronto para entrar em pauta na CAE, pelo menos na CAE onde eu sou Relator, ele está pronto.

SR. MINISTRO PATRUS ANANIAS: Aí tem uma questão, Senador, tem uma questão Senadora Presidente, tem uma questão o seguinte: tem um projeto na Câmara também, vai ter um momento que vai ter que fazer o acerto, porque vamos ver na Câmara, na Câmara nós temos o PL, agora na Câmara Federal, na Câmara dos Deputados, na Câmara dos Deputados nós temos um Projeto de Lei SUAS, SUAS é o Sistema Único da Assistência Social, está com o Deputado Raimundo Gomes de Matos; aí são mudanças é um projeto mais técnico, digamos assim, no sentido de cada vez mais colocar as políticas da assistência social no campo das políticas públicas, visa ir consolidando juridicamente e dando maior embasamento jurídico ao Sistema Único da Assistência Social.

Depois nós temos uma PEC da alimentação como direito social, como direito social fundamental. Integra, coloca entre os direitos fundamentais da Constituição.

E, o que é o ponto mais polêmico, porque tem a interface aqui com o projeto relatado pelo Senador Valdir Raupp que é um outro projeto da CEBAS na Câmara, que foi apensado ao Projeto de Lei 7.994 de 2006 o Relator é o Deputado Gastão Vieira na CEC, depois está agora com o Deputado Aelton Freitas.

Já está em regime de urgência para votação no Plenário. Depois teria que ver, aqui não é o momento mais adequado para isso, como é que fica do ponto de vista funcional, como é que acertamos aí a questão do Senado e da Câmara. Mas é uma questão delicada, eu faço esse apelo aqui aos senadores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas, na realidade, Ministro, da Câmara virá para o Senado e aqui, consequentemente, em geral se apensa, não é assim, Senador Papaléo, o senhor que tem mais tempo no Senado do que eu. Geralmente, quando são assuntos-–

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Se for por questão de tempo, o Senador responderá por nós,

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Ele já estando aprovado, Está vencendo etapas aqui nas comissões, aprovando na Câmara e estando aprovado aqui, já vai direto para o Plenário. Quando vier da Câmara vai direto para o Plenário.

SR. MINISTRO PATRUS ANANIAS: Bom, essa exposição é claro que eu procurei ser sucinto, fiz uma exposição sucinta sobre o Ministério, exatamente para termos agora um tempo de debate, de compartilharmos reflexões, de ouvirmos também as vozes do Senado, que certamente vão enriquecer muito o nosso trabalho e as nossas atividades do Ministério.

Muito obrigado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada Ministro... Na realidade, o senhor já está inscrito. Nós vamos passar agora à segunda parte, inscrições, eu gostaria aqui de dizer que realmente é importante que a gente possa tirar aqui uma série de dúvidas, porque a nossa intenção, quando eu coloco a Comissão de Assuntos Sociais à disposição do Ministério colocando para que a gente possa exatamente, Ministro, somar no sentido de que o seu Ministério possa acertar ainda mais no combate à fome, no combate à miséria nas ações sociais que venham beneficiar a nossa população.

Ministro [ininteligível], com relação inclusive quando o senhor colocava aqui não se trata de questão partidária, de forma nenhuma. O senhor pode ficar tranqüilo, que até por ser democrata eu entendo que a importância desses programas é fundamental, que tudo corra bem e que nós queremos é contribuir para os acertos. Então, eu passo agora a palavra ao Senador Papaléo, que é o primeiro inscrito.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sra. Presidente, eu quero parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos e dizer, acredito que em nome dos demais senadores e a senadora, que é muito honra para nós recebermos o Ministro Patrus Ananias, que hoje gerencia uma pasta de suma importância para o país, na área social, e V.Exa. sabe muito bem como conduzir este Ministério, que foi muito bem mostrado os resultados sociais importantes que ele dá ao país, à sociedade brasileira e também as dificuldades que ele passa para fazer, evoluir todo esse processo, de uma maneira em que nós possamos até pensar na

constante evolução, coisa que está acontecendo nos programas sociais.

Eu, eu... Sr. Ministro, eu quero aqui dizer a V.Exa., que eu tenho um respeito muito grande por V.Exa., tenho uma conclusão da atuação de V.Exa. como Ministro do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, como um homem extremamente sério, responsável e que, exatamente, faz a política pública, que nos deixa muito satisfeitos. Porque nós não podemos ficar passando nesse país por situações, que políticas públicas, normalmente elas são feitas por gestões e as outras gestões fazem as suas e aquelas que deram certo vão ficando para trás, porque tem marca ou carimbo de algum partido político ou de alguma autoridade política.

Então, me deixou muito satisfeito ouvir V.Exa., independente se tem 1 ou 11 com o PT, o importante é que nós temos uma efetivação muito positiva do... Das obrigações do seu Ministério e por isso eu quero parabenizar V.Exa. e de antemão asseguro a V.Exa. que devido a necessidade extrema no seu Ministério e na área social, nós que somos dos partidos que não compomos a base do governo e que somos muito resistentes a criação de novos cargos, eu quero antecipar a V.Exa. que eu votarei a favor e tenho certeza absoluta que os meus companheiros do PSDB terão a mesma sensibilidade para votarmos e aprovarmos o mais rápido possível, porque é uma necessidade absoluta do seu Ministério.

Então, agradeço a V.Exa. a sua presença aqui, sua simpatia, seu desprendimento, e que realmente o senhor vem trazer a essa Comissão o valor que ela tem. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então eu gostaria aqui de convidar a Senadora Fátima Cleide para assumir a Presidência, porque a próxima inscrita sou eu.

[troca de presidência].

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Bom, quero cumprimentar aqui o Ministro Patrus Ananias, dizer que é uma grande satisfação compor esta Mesa ao seu lado Ministro, eu passo a palavra imediatamente à Senadora Presidenta desta Comissão, Rosalba Ciarlini, depois estão inscritos Senador Suplicy, Senador Adelmir Santana e eu em seguida.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Ministro, eu gostaria aqui de ter mais, assim, alguns dados, alguns esclarecimentos sobre a questão do ProJovem, dos restaurantes populares, porque o senhor falou que agora estava já lançando licitações para os restaurantes populares e também para a cozinha comunitária e com relação também às ações de cursos profissionalizantes na área de turismo, na área de construção civil que eu vejo que já é um trabalho, não sei, vai ficar aqui, o senhor poderá nos dar uma explicação melhor.

Com relação ao Bolsa Família, Ministro, nós temos 12 milhões e 400 famílias já, vamos chegar a isso esse ano. As ações, claro que eu sei que esse é a intenção do Governo, a intenção do Ministro, a nossa expectativa que essas pessoas estejam no Bolsa Família apenas por um período e que elas possam, num futuro próximo serem emancipadas, possam, realmente, sair dessa, dessa situação de miséria, porque se estão no Bolsa Família é, porque infelizmente elas são consideradas famílias que cuja renda *per capita* está dentro da linha, abaixo da linha de pobreza.

Então, gostaria de perguntar, Ministro, como vai acontecer essa emancipação? Eu estou vendo que aqui já se fala em cursos voltados na área de construção, na área de turismo. Então, eu gostaria de saber se isso já é o começo de um trabalho, como está previsto, as avaliações, como irá ser feito? Claro que hoje os municípios todos têm os cadastros, o que é uma coisa muito boa, eu sempre digo aos prefeitos, porque fui prefeita, que se na época que eu fui prefeita tivesse o cadastro como hoje todos têm das famílias carentes que precisam de ações mais diretamente, mais rápida,s seria bem mais fácil de trabalhar.

Na realidade, eu não peguei essa fase, mas já é algo bom para todos os prefeitos poderem trabalhar, desde que as ações realmente venham direto para o município, essa é uma coisa que eu gostaria aqui de saber, se o ProJovem, se essa questão das ações voltadas também nas famílias do campo que estão no Bolsa Família e todos, de uma maneira geral, se serão ações onde o município será não somente o executor, mas também será aquele que irá fazer as escolhas, fazer, vamos dizer, a triagem, a palavra certa não é escolha, é triagem, os direcionamentos, porque o senhor sabe muito bem, que quem vive no Município, quem administra a cidade tem muito mais condições de avaliar, de ter essa realidade.

Então, eu gostaria que era isso que eu queria colocar com relação ao ProJovem, se ele está sendo, com os municípios, decisão do município, triagem do município, comissão do município, porque muitas vezes quando você passa estado, município, há uma burocracia, há uma demora, há outros fatores e outros interesses que passam muitas vezes a conflitar, aí vem aquela história, "O governo é de um partido, o município é de outro", que conflita, a verdade é essa, não adianta querer tapar o sol com a peneira, isso nós temos, eu sou do Nordeste, vejo isso, muitas vezes o Governo Estadual tem um programa e nem comunica

ao município que porventura tem um Prefeito que foi oposição na sua eleição.

Então, isso, realmente é triste, mas acontece. Nós ficamos muito felizes em ver como o Ministério está se comportando, de forma mesmo republicana. Sabendo que o que nós estamos fazendo hoje, tem que ter reflexo para o futuro e no futuro é bom que a gente possa olhar para trás sabendo que nós deixamos pegadas firmes, não vão ser apagadas pela poeira nem pelo vento fácil. Pois era isso, Ministro, que eu queria colocar, agradecendo desde já os seus esclarecimentos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Suplicy com a palavra.

[troca de presidência].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sra. Presidente, Senadora Fátima Cleide, Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente da CAS, e caro Ministro Patrus Ananias.

Primeiro, gostaria de prover a oportunidade aqui a V.Exa. para fazer uma reflexão sobre um pronunciamento que, no início deste ano legislativo, há pouco mais de um mês, teve bastante repercussão, com uma avaliação crítica feita pelo Senador Jarbas Vasconcelos num contexto maior sobre a questão de desvios de procedimento no Poder Público, no âmbito dos diversos partidos, do seu próprio partido, no âmbito do Executivo, do Congresso Nacional, mas a certa altura, eu até tive a oportunidade de conversar com ele, porque nesse ponto, eu acho que o discurso dele foi como que um alerta para todos nós, mas quando ele, em certo momento disse, e esta frase teve a repercussão nos principais órgãos da imprensa, que o Programa Bolsa Família seria o maior programa de compra de votos que já existiu, então, eu disse a ele que discordava desta avaliação.

Mas eu avalio que seria importante, eu até procurei o Senador Jarbas Vasconcelos nesse instante para saber se ele estaria aqui, porque gostaria muito de que esse diálogo fosse com ele também, mas ele precisou fazer uma viagem se deslocando para o seu estado, para Recife, só por isso, porque senão gostaria que ele estivesse aqui.

Pois já na sua exposição, V.Exa. tocou na questão de, como é que o Programa Bolsa Família não poderia ser caracterizado como algo que pudesse significar ou ter por objetivo a persuasão de pessoas para votar, seja naquele partido que está no poder e tudo. Eu sei dos argumentos que eu próprio tenho a respeito, mas eu acho que seria muito importante que nós aqui no Senado pudéssemos ouvir a sua análise, primeiro, portanto, deste ponto.

Depois de ouvir a análise, eu até gostaria de acrescentar um ou outro ponto, mas eu acho que seria muito importante isso. E depois, um outro ponto de uma avaliação crítica relativamente ao desenvolvimento do Programa Bolsa Família em relação ao Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás, uma vez que uma das pessoas pelas quais ambos temos maior consideração, respeito, e sempre fala conosco da maneira mais construtiva, que é aquele que foi assessor do Presidente Lula, no início do governo de 2003, o Frei Beto, porque ele há pouco mais, há cerca de um mês também formulou uma crítica no jornal *O Estado de São Paulo*, que acredito V.Exa. tenha lido, onde ele avalia que o caráter de participação que havia nos conselhos gestores que estariam lado a lado desenvolvendo o Programa Cartão Alimentação, de alguma forma deixaram de existir e ele acabou formulando uma crítica que guarda uma relação com aquela feita pelo Senador Jarbas Vasconcelos. Por isso que eu acho que seria interessante ouvi-lo a respeito deste assunto.

Eu gostaria também de lhe perguntar com respeito a qual o número de famílias hoje, que de forma mais atualizada, o Ministério do Desenvolvimento Social tem de beneficiários do programa Bolsa Família em relação àquelas famílias que, tendo renda, até 15 dias atrás, até 2 semanas atrás aquelas que não ganhavam 120 reais per capita agora são aquelas que não recebem 137 reais *per capita*?

Ou seja, em relação primeiro ao patamar que existia até duas semanas atrás, quando o patamar era 120 reais *per capita*, quantas famílias potencialmente tinham o direito, mas que ainda não estavam recebendo estes recursos. Porque eu tenho notado ao dialogar com prefeitos, que há prefeituras onde este, digamos, esse percentual que falta para que todos aqueles que têm direito, conforme diz a lei, estão sendo beneficiados é relativamente pequeno. Já em outros municípios é um pouco maior.

Então, eu agradeceria se nós pudermos ter a informação, a mais precisa, nacionalmente qual é, digamos, o déficit que falta para atender a todas as famílias que ganham até 120 reais *per capita*, que era até a pouco, porque o decreto que validou para 137 reais *per capita* é mais recente, acredito que de 10 dias para cá, algo assim, mas... mas considerando este novo patamar, quantas são as famílias que, pela lei tem o direito e que ainda não estão tendo o acesso? E aí a pergunta complementar até para esclarecimento, digamos, dos prefeitos e dos secretários de assistência social ou de desenvolvimento social em cada município ou estado. Qual é a informação que cada Prefeito pode dar no seguinte sentido: "Aqui neste município todas as famílias que não recebem hoje até 137 reais *per capita* tem direito ao benefício do Bolsa Família."

Podem estas famílias se inscrever, logo se cadastrar e, uma vez atendendo aos requisitos, então, serem prontamente beneficiadas ou há um calendário como que na sua exposição foi apresentado, digamos, até o mês de agosto, todas estas famílias terão esse direito e o Ministério do Desenvolvimento Social assegurará o devido repasse a cada município e essa informação os prefeitos poderão, efetivamente ter.

Outra questão que gostaria de formular é que dentre os projetos que apresentou, que tramitam no Senado e na Câmara de interesse maior do Ministério do Desenvolvimento Social, eu gostaria de acrescentar mais duas sugestões se me permite o Ministro. A primeira refere-se ao Projeto de Lei que institui a linha oficial de pobreza; trata-se de projeto já aprovado no Senado, é de minha autoria, tramita na Comissão de Constituição e Justiça, o relator, com parecer favorável, é o Deputado Odair Cunha, e basta apenas ser colocado na pauta da CCJ e ser votado, porque teria, tem caráter terminativo.

Apenas autoriza o governo a através, IBGE e do IPEA, das instituições que cuidam destes assuntos instituir a linha oficial de pobreza que permitirá, portanto, ao Brasil, seja ao governo nos seus diversos ministérios, mas no Ministério do Desenvolvimento Social saber a cada ano quantas pessoas estão abaixo da linha que então se definirá, e quais as metas de erradicarmos a pobreza a cada ano no futuro e, portanto, em termos, digamos, da linha oficial de pobreza absoluta, uma vez que já hoje o governo considera critérios, mas ainda não são considerados propriamente oficiais e quem sabe, isto possa significar um avanço.

O segundo projeto e sobre o qual eu tenho dialogado com V.Exa., refere-se ao projeto que cria o Fundo Brasil de Cidadania, trata-se do Projeto de Lei 7.430, de 2006, este é o número que está na Câmara, ele teve a origem em 1999, aqui no Senado, foi aprovado no Senado Federal em todas as comissões, foi para a Câmara, já passou na Comissão de Família e Seguridade Social

E Desde 2007 na Comissão de finanças e tributação o ex-Ministro da Integração e Deputado Federal Ciro Gomes é o Relator. E ainda na semana passada eu tive a oportunidade de dialogar com ele, ele como que está esperando um sinal verde das áreas de governo, sejam da Fazenda, mas acredito também do Desenvolvimento Social e do Planejamento para, digamos, poder dar um parecer que possa ser positivo.

V.Exa. sabe que o Fundo Brasil de Cidadania separa uma proporção dos *royalties* decorrentes da exploração dos recursos naturais, uma parcela do... Das receitas de concessões de serviços públicos, de obras públicas, 50% dos aluguéis dos imóveis pertencentes à União, que pertencem a todo o povo brasileiro e isto para formar um fundo de cidadania que, uma vez constituído, poderá transformar em realidade a possibilidade de se financiar uma renda básica como um direito à cidadania para todos os brasileiros.

Conforme eu já relatei a V.Exa., por exemplo, a Ministra Dilma Rousseff, do Gabinete Civil da Presidência da República, quando expus este assunto, ela considerou muito interessante e este assunto certamente será objeto de debate entre todos aqueles que se tornarão candidatos à Presidência da República no próximo ano e eu avalio que, inclusive, os candidatos aos governos estaduais. De maneira que eu vou instar V.Exa. se porventura for candidato a Governador, ou candidato à Presidência, a considerar este assunto como uma das prioridades do Ministério do Desenvolvimento Social e, portanto, naquele quadro que V.Exa. apresentou dos projetos de interesse do seu Ministério, é a minha sugestão que acrescente esse.

E, finalmente, gostaria de dar notícia de que o Prefeito José Augusto Guarnieri Pereira de Santo Antônio do Pinhal [soa a campanhia], agradece muito a-—

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador o tempo já está esgotado, já.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Estou terminando.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Seja rápido. Obrigada.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Agradece muito a atenção de V.Exa. e o apoio que disse, dará a um projeto piloto de uma renda básica de cidadania, que poderá acontecer naquele município.

Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigado, Senador Suplicy com a palavra agora o Senador Adelmir Santana. Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Dra. Rosalba, Ministro Patrus Ananias, Sras. e Srs. Senadores.

Primeiro eu queria parabenizar pela exposição que atende exatamente o princípio do nosso requerimento, que era exatamente termos conhecimento de como V.Exa. anda com seu Ministério, e nós estamos, creio, satisfeito com as exposições feitas aqui.

Uma coisa que nos chama atenção é que 11 milhões de famílias atendidas até 2008, 11,1 milhões de famílias, além das, provavelmente, 1 milhão e meio, quase 2 milhões no programa de prestação continuada, os idosos e com deficiência física. Para 2009, o ano em curso, a previsão do Bolsa Família, 12 milhões e

400 mil famílias e, naturalmente também, o acréscimo do programa BEC(F).

Essas políticas compensatórias, esses programas compensatórios, o senhor teve na sua exposição a oportunidade de mostrar o quanto isso é importante, inclusive, amenizar a questão da crise no Brasil. Porque movimenta os pequenos municípios, a pequena mercearia, a pequena farmácia, enfim, é uma renda transferida diretamente para as unidades municipais e as pessoas consomem ali e fazem, atendem as suas necessidades de serviços e todas elas no próprio município.

Mas uma coisa que nos vem sempre à cabeça e muitos estudiosos falam, apesar do senhor também ter feito uma rápida exposição sobre convênios, programas de formação de mão-de-obra, programa de oportunidade de trabalho e renda, micro empreendedores individuais, quem sabe a partir de julho pelo programa que aprovamos aqui, do MEI, através do SEBRAE, tudo isso são políticas importantes e certamente serão desenvolvidas pelo seu Ministério juntamente com outros ministérios e outras entidades.

Mas a pergunta que faço e que eu sinto e que nós todos aqui nos fazemos, é qual é a janela, qual é a saída? Porque a cada ano nós estamos sentindo o acréscimo desse volume de pessoas que recebem essas políticas compensatórias, que volto a repetir, não somos contra ela, na verdade é necessário e até para o enfrentamento da crise e da pobreza, mas o que gostaria que o senhor desenvolvesse mais ou nos falasse mais, qual é o futuro? Como é que se pensa em estancar, não digo estancar, mas diminuir o volume? Como é que essas pessoas vão sair dessas políticas compensatórias.

Porque nós já sentimos há depoimentos aqui no Senado em outros momentos inclusive de, da formação do hábito, de pessoas que não querem muitas vezes se arriscar ao trabalho, a se dedicar ao estudo na busca de melhorias sociais por se confortarem ou por se satisfizerem apenas com a política de compensação, o recebimento desses recursos.

Então, eu gostaria muito que o senhor desse mais esclarecimentos, nos desse mais informações do que pensa a instituição, Ministério do Desenvolvimento Social, com relação a janela, à saída como se dará a saída dessas pessoas da questão de assistido para uma pessoa independente do ponto de vista econômico e social?

Esse é o meu questionamento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada, Senador Adelmir Santana, que realmente, esse é um ponto muito importante para que nós possamos avaliar a continuação do programa.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Agora eu gostaria antes, Senador Nery, Senadora Fátima Cleide.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): É, uma permuta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Por permuta, o Senador Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sra. Presidente Senadora Rosalba Ciarlini, Excelentíssimo Ministro Patrus Ananias, Srs. Senadores.

Primeiro uma palavra de reconhecimento ao trabalho feito pelo Ministro Patrus Ananias a frente do Ministério do Desenvolvimento Social. É inegável a forma como tem atuado o Ministro Patrus Ananias para fazer do seu trabalho no Ministério uma... Um organismo vivo no combate à pobreza, à miséria e às desigualdades sociais. Creio que, é fundamental, talvez, na perspectiva de planejamento de médio e longo prazo pensar cada vez mais o Ministério como um instrumento na garantia da cidadania e da, e de políticas sociais que de fato tornem as pessoas menos dependentes do Estado, no sentido da concessão de bolsas e benefícios, muito embora eu seja defensor da Bolsa Família, de programas como o programa de erradicação do trabalho infantil, do programa da... Que possibilita as pessoas com renda até um quarto do salário mínimo, o benefício da prestação continuada.

Porém, eu creio que pensando no projeto de desenvolvimento nacional que interessa construir, ao lado do programa de bolsas e garantia mínima dos recursos para as pessoas sobreviverem, tal qual o programa Bolsa Família ou PETI, Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil, eu creio que é muito importante o planejamento do Ministério do Desenvolvimento Social ir caminhando numa direção de justamente de como apontam alguns dos seus programas atuais, mas eu creio que o direcionamento, a ênfase, precisava começar a ser colocada nos programas de geração de oportunidade de trabalho e renda, tal qual está sendo iniciado a experiência, há exemplos, há perspectiva nesse sentido mas eu diria que essa poderia ser a grande meta do Ministério, tendo em vista que, se por um lado é necessário a política de política de bolsas, porém ela não pode ser uma política eterna. Tem que ser uma política que vá permitindo... Se essas políticas compensatórias se justificam no atual quadro de exclusão social, de miséria de parcela significativa da população brasileira, seja no campo, seja na cidade, mas é preciso ir, adequando, para o meu ver, para um

programa do Ministério do Desenvolvimento Social, tenham um, cada vez mais, um perfil relacionado com o desenvolvimento social e não com as políticas compensatórias, que via de regra o Estado muitas vezes realiza, as políticas de assistência social necessárias num quadro de profunda desigualdade e violência, de uma elite que é, historicamente, espoliou as maiorias, governou só para os ricos.

Então, acho importante um direcionamento no sentido de que as políticas de longo prazo do próprio Ministério, Senadora Fátima Cleide, sejam caminhadas no sentido de cada vez mais formar a mão-de-obra como está aqui previsto no Programa de Geração de Oportunidade de Trabalho e Renda.

Essa afirmação, talvez, dessa secretaria de articulação instituciona,l para a inclusão produtiva, talvez, ao longo do próximo período do planejamento do trabalho do Ministério essa secretaria alcançar uma importância fundamental para o tipo de desenvolvimento social que nós concebemos e queremos para o país.

Diminuir e gradativamente, adotando essa política do qual o cidadão seja ele mesmo o próprio agente da sua própria mudança, transformação e inclusão e aqui eu estou defendendo a política hoje adotada, porém, eu vejo a necessidade de pensar estrategicamente para os próximos anos o seu planejamento essa questão da inclusão. Aliás, essa inclusão produtiva, sobretudo, geração, trabalho e renda.

E por último, dizer que o projeto que trata da reestruturação do Ministério, o Ministério tão pequeno, tão enxuto quando o Ministério do Desenvolvimento Social, terá da nossa parte todo o apoio, como de resto tem tido os projetos que visam garantir a estrutura do Estado brasileiro, melhores condições para atender o povo e suas necessidades nas diversas políticas públicas.

Portanto, quando eu vejo uma gritaria aqui no Congresso e no Senado não é diferente, na Câmara em relação aos gastos do Estado, ao crescimento da despesa dos gastos do Estado brasileiro, o gasto público desenfreado eu acho que em algum sentido sim, porém, quando se trata da garantia de estrutura para os ministérios, sobretudo da área social, ter condições de efetivamente aplicar as suas políticas, executar as suas políticas, como é o caso Ministério do Desenvolvimento Social, eu creio que aqui não devemos em pensar duas vezes em aprovar essa reestruturação do Ministério, sobretudo quanto a criação da carreira de agentes, de analistas sociais e que portanto, essa iniciativa contará com todo o nosso apoio, seja aqui nas comissões, seja na decisão em Plenário e além do mais, eu prefiro, como tenho dito, que o Estado gaste e gaste bem com as políticas sociais, do que coloque os seus recursos, os recursos orçamentários como hoje, quase 40 e poucos porcento do recurso do orçamento da União, do orçamento da União, serve para pagar o serviço da dívida pública externa e interna, dívida essa impagável no mecanismo como elas são, como é feito hoje, portanto eu prefiro criar cargos e funções para servir diretamente aos empobrecidos, aos excluídos e à sociedade, do que pagar banqueiro, empreiteiras e outros mais que sobrevivem sim, muitas vezes da espoliação dos recursos públicos.

E com isso eu agradeço a Senadora Fátima Cleide por ter permitido essa permuta e ao Ministro pela visita que nos faz nessa Comissão, nesse debate nessa Audiência Pública e aqui, sem dúvida, é um momento para a gente reforçar, apoiar os instrumentos que o Estado pode oferecer para minorar a desigualdades sociais no nosso país, V.Exa. está de parabéns e estamos aqui para apoiar aquilo que possa significar a alteração desse quadro de profunda desigualdade existente em nosso país. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Senador Nery, muito obrigado agora tem a palavra a Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Ministro, Srs. senadores, eu quero inicialmente parabenizar a Senadora Rosalba Ciarlini pela condução deste debate importantíssimo para a Comissão de Assuntos Sociais, que é ter o conhecimento das políticas sociais que estão sendo desenvolvidas pelo Governo Federal, e quero parabenizá-lo também, Ministro, pela belíssima apresentação aqui, que a nós só cada dia mais tranquiliza por conta das, da forma como o senhor colocou que estão sendo desenvolvidos trabalhos no Ministério do Desenvolvimento Social, de forma republicana que é um valor e um princípio deste governo e dizer, e também parabenizar pelo trabalho em si que está sendo desenvolvido a frente do MDS.

Mas, Sr. Ministro, eu gostaria que nas suas considerações finais, o senhor tecesse algumas palavras a respeito de uma política que eu considero muito importante do Governo Federal, e eu acho que tenho certeza que o senhor também considera, mas não sei porque motivo, não sei se foi antes de eu chegar, eu não ouvi nada sobre o território da cidadania e o MDS é um parceiro dos mais importantes nessa política pública, desenvolvida pelo Governo Federal.

E queria também que o senhor dissesse se há algum critério para que os estados assinem o compromisso nacional pelo desenvolvimento social. Eu tenho total concordância com que foi dito aqui pela Senadora Rosalba Ciarlini, eu acredito que a política pública desenvolvida diretamente com os municípios, ela tem

muito mais, uma resposta imediata para o cidadão que está lá na ponta, necessitando do apoio em termos de políticas sociais, políticas públicas sociais.

E quero lamentar, porque não vi ali a adesão do meu estado, que é o Estado de Rondônia e também dizer que isso, mais uma vez, só confirma o que nós estamos dizendo todos os dias naquele estado, o senhor citou aqui, por exemplo, uma importante ação que é o programa de formação de mão-de-obra junto à Odebrecht em Porto Velho e esse programa, ele acontece Senador Adelmir Santana, em Rondônia hoje por esforço da Prefeitura Municipal de Porto Velho de buscar o Ministério do Desenvolvimento Social, buscar os empresários, para que isso possa acontecer e eu quero dizer aqui, Ministro, que vou trabalhar para que o outro consórcio, responsável pela construção da Usina de Jirau, também assine este pacto o mais rápido possível, porque o Estado de Rondônia não pode aguardar muito mais pela formação de mão-de-obra uma vez que as empresas já estão lá, já estão trabalhando, precisam, cada dia que passa, a medida que o cronograma das obras vão sendo implementados, de mais gente para trabalhar e nós não temos mão-de-obra qualificada.

Então, essa ação é de fundamental importância, eu quero parabenizar o MDS, que prontamente atendeu ao chamado da Prefeitura Municipal de Porto Velho para colaborar nesse sentido, junto com a empresa Norberto Odebrecht.

Espero que a gente possa ter sucesso para que todas as obras do PAC tenham esse mesmo trabalho, no sentido de formar mão-de-obra e desta forma a gente contribui para que haja cada vez menos necessidade de famílias adentrarem ao programa Bolsa Família. É uma política que substitui de certa forma a outra, a medida que nós vamos qualificando as pessoas para [soa a campanhia] entrar no mercado de trabalho.

E, no mais, Ministro, eu gostaria de convidá-lo, deixar um convite expresso, o nosso mandato, junto com o mandato do Deputado Eduardo Valverde está promovendo, no dia 7 de maio, um seminário em Porto Velho para discutir o desenvolvimento regional do entorno dos empreendimentos hidrelétricos na cidade de Porto Velho e o MDS é um convidado especial para estar presente nesta atividade.

E dizer, para finalizar, que a proposta de reestruturação do MDS também conta com total apoio da Senadora Fátima Cleide. Eu entendo que fazer política pública na área do desenvolvimento social, neste país, tem que ter o comprometimento como política de Estado e não apenas de governo, e a gente não consegue fazer política de Estado com apenas 211 servidores efetivos.

Obrigada, Ministro.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senadora Fátima Cleide. Eu gostaria também aqui Sr. Ministro, retornar a palavra ao Sr. Ministro, para que ele faça suas respostas e as suas considerações e gostaria só de colocar também aqui é uma coisa que a Fátima Cleide falou e que V.Exa. ao colocar também me fez aqui uma, fazer uma reflexão e desde já uma cobrança ao meu Estado, não é o Ministro, é o meu estado, ao Rio Grande do Norte que ainda também não está, não assinou o compromisso nacional pelo desenvolvimento social. Então a cobrança fica já feita aqui, à Governadora, aos Estados.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Muito claramente aos Estados por isso eu perguntei se há algum critério que impeça, que limite a adesão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois é, isso que a gente... Porque o meu estado, também ainda não, e é um estado pobre, do Rio Grande do Norte, é um estado que precisa realmente de muitas políticas e que pode, esse somatório é muito importante.

Então, passo aqui para o Ministro, deixando agora bem claro que eu estou cobrando, não o senhor, mas a Governadora do meu estado que agilize, acredito, não tenho como entender que queira ficar fora de um compromisso tão importante desse, como também acredito que o seu estado, Fátima Cleide não queiram ficar fora, mas que agilizem, que alertem, que andem rápido para que as coisas possam acontecer.

SR. MINISTRO PATRUS ANANIAS: Aqui tem muitas questões importantes que foram postas e tentarei ser sucinto.

O Senador Papaléo Paes foi generoso na avaliação do nosso trabalho, da nossa conduta, eu quero agradecer, Senador. O Senador não está mais aqui presente conosco, mas fica o registro da generosidade dele quando fez referências a nós e ao Ministério.

Mas o... Ele tocou num assunto importante quando ele falou da questão das políticas públicas, que é um centro das nossas preocupações, garantir a continuidade das políticas. Ou seja, esse é um momento importante que nós estamos vivendo na história do Brasil no campo das políticas sociais, porque, como eu disse e quero reiterar, e esse é um esforço compartilhado por governadores, prefeitos, de vários partidos, pelo Congresso Nacional, estamos aqui nessa conversa franca, fraterna, construtiva na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal; mas essa mudança de paradigma, quer dizer, a questão social, a questão dos pobres entra no campo das políticas

públicas , políticas de Estado, direitos e com isso nós estamos superando, como eu disse na exposição inicial, a fase do assistencialismo, do clientelismo, dos pobres de cada um, do que que indica, as pessoas saem e entram nos programas segundo critérios objetivos, juridicamente normatizados.

A Senadora, nossa Presidente Rosalba Ciarlini levanta algumas questões bem objetivas. Com relação ao ProJovem, o ProJovem, Senadora, ele... Ele entra no lugar de um programa mais restrito que nós já tínhamos que é o Agente Jovem, que trabalhava exatamente nessa faixa etária, 16, 17 anos, atendendo jovens pobres, egressos de medidas sócio educativas.

Nós, com o aumento da faixa etária do Bolsa Família, nós criamos o ProJovem adolescente no contexto mais amplo do ProJovem, que tem quatro vertentes: nós temos o Projovem Urbano, coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República, nós temos o ProJovem Trabalhador, vinculado ao Ministério do Trabalho, o ProJovem Rural, vinculado ao Ministério da Educação, que está na linha da formação também e o ProJovem Adolescente, vinculado ao nosso Ministério, trabalhando portanto nessa faixa etária de 15 a 17 anos, nós trabalhamos 16, 17 anos, nós trabalhamos com jovens em situação de risco, egressos do sistema sócio educativo e com jovens do programa Bolsa Família.

Como eu disse, nós atendemos aproximadamente 400 mil jovens em 2008, a meta é alcançarmos 500 mil em 2009, para chegarmos a 1 bilhão em 2010. Na verdade, os jovens do Bolsa Família, eles recebem através da mãe, um benefício de 30 reais, que compõe hoje o total do Bolsa Família, até o limite máximo de 2, portanto 60 reais. Agora, além desse benefício e do acompanhamento do jovem na escola, o ProJovem adolescente, aí entra também a assistência social, os espaços físicos dos CRAS, a rede de proteção e promoção social, esses jovens são atendidos, acompanhados na sua formação, nas suas atividades.

Então, nós fornecemos atividades esportivas, culturais, ambientais, leitura, reforço escolar, capacitação profissional, inclusão digital, acesso à informática. Numa linha, numa luta determinada para impedir, evitar que esses jovens tomem o caminho do mal, da violência, do crime, porque são jovens pobres, muitas vezes em áreas conflagradas, em áreas com presença da violência, do chamado crime organizado, que na verdade desorganiza tudo.

Então, é um trabalho um esforço que nós estamos desenvolvendo no sentido de possibilitar que esses jovens adolescentes pobres, especialmente vinculados às famílias do Bolsa Família possam ter um futuro digno, futuro decente, de honradez de trabalho etc.

Ele trabalha na linha municipal, Senadora, nós buscamos sempre a ação, porque o ProJovem–

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O ProJovem adolescente.

SR. MINISTRO PATRUS ANANIAS: O ProJovem adolescente está integrado com O SUAS com o sistema único da assistência Social, e o SUAS é uma rede que trabalha no município, o município tem sua rede de proteção social básica, proteção especial etc., tem o Estado, esse sistema hoje ele funciona mais ou menos com as especificidades próprias em relação como funciona o Sistema Único de Saúde, ele é um sistema descentralizado, então, nós operamos com os Estados e especialmente com os municípios.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO PATRUS ANANIAS: Também, em tese sim, mas eu não tenho assim o dia-a-dia da dinâmica desses trabalhos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria de saber, que alguns municípios tem sentido dificuldade de ter acesso a esses programas.

SR. MINISTRO PATRUS ANANIAS: Urbano, a lógica do trabalho do rural, agora o urbano também é uma ação integrada com os municípios. Agora, a dinâmica, o nosso caso interage diretamente através do sistema, do SUAS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Porque, na realidade, existem programas que as Secretarias Estaduais de Estado, secretarias estaduais, claro que é de Estado, Secretaria de Ação Social dos estados, muitas vezes eles estão... Não estão fazendo essa, vamos dizer assim, essa parceria com os municípios.

Então, estão fazendo diretamente, muitas vezes beneficiando adolescentes que já são beneficiados em programas municipais.

SR. MINISTRO PATRUS ANANIAS: No caso, Senadora Rosalba, no caso nós trabalhamos diretamente com os municípios, o pacto nós vamos falar depois sobre os governadores, é para os governos do estado ajudarem, mas a nossa ação é diretamente com os municípios.

O Sistema Único da Assistência Social, ele tem como ponto de referência a ação familiar, a ação na família, e a família no contexto da comunidade, trabalhando essa dimensão fundamental do território que é o município, é o nosso parceiro fundamental, os municípios. São os nossos parceiros fundamentais.

Na mesma linha os restaurantes populares; os restaurantes populares são equipamentos, que nós

também operamos com as prefeituras, nós repassamos os recursos, para que as prefeituras construam, repassamos o recursos para a construção, para a compra de equipamentos, e trabalhamos com prefeituras que tenham mais de 100 mil habitantes. Porque a pesquisa mostra que com menos disso não há demanda. Aí nós temos um outro equipamento que supre, que são as cozinhas comunitárias.

Com relação às ações profissionalizantes, já foi colocado um pouco aqui, também, nós estamos fazendo convênios, firmando convênios com empresas, no caso citado aqui de Rondônia, em Porto Velho, para que as empresas capacitem. Aí no caso, com recursos próprios, agora no caso do PLANSEQ, o Plano Setorial de Qualificação Bolsa Família, PAC, a capacitação objetiva é em 2009 nós capacitarmos 185 mil beneficiários do programa, a ação se faz através de uma qualificação com recursos do governo, quer dizer, nós fizemos uma ação também com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção, eles nos oferecem as ações que estão sendo desenvolvidas, é uma ação integrada no governo pelo nosso Ministério e pelo Ministério do Trabalho e com a coordenação da Casa Civil.

Então, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção nos ajudou a identificar, as empresas, numa ação também de boa vontade, numa ação voluntária, se dispõe a dar prioridade aos beneficiários do Bolsa Família, o que não pode ser imposto, e nós estamos capacitando essas pessoas, aí com recursos do governo, numa ação integrada nossa com o Ministério do Trabalho, inclusive com a participação muito intensa da área social nossa, na base.

Nós trabalhamos com o SINES, os postos do Ministério do Trabalho, mas estamos envolvendo também os CRAS, para identificar as pessoas e a partir daí nós estamos desenvolvendo, em ações com entidades que são selecionadas em editais, entidades especializadas em qualificação profissional, para formar esses profissionais para as oportunidades de trabalho que o PAC está oferecendo.

Mesma coisa com relação ao turismo. A... A Senadora Rosalba, a senhora coloca uma questão, Senadora, V.Exa., que eu acho que merece uma reflexão também, e que está na mesma linha também das questões postas pelo Senador Adelmir, quando ele fala também da questão das políticas, do prazo das pessoas, qual a janela, qual a saída.

É claro que essa é uma questão que se coloca para nós, nós temos plena consciência de que o trabalho é um valor fundamental, é o que dá a dignidade ao ser humano é o trabalho e é pelo trabalho também que nós nos realizamos humanamente, que nós desenvolvemos as nossas potencialidades, que nós nos disciplinamos, que nós interagimos com os outros, desenvolvemos a nossa auto-estima e é pelo trabalho também que nós aportamos a nossa contribuição ao bem comum.

Então, o trabalho é um valor fundamental do ponto de vista da pessoa, da família e do ponto de vista também do país. Isso é um... Quanto a isso nós estamos inteiramente de acordo e temos dado uma ênfase muito grande, vamos dar cada vez mais a essas políticas emancipatórias, estruturantes que nós estamos desenvolvendo agora já num nível mais de massa, trabalhando com, só com ações do Ministério são mais de 200 mil pessoas sendo qualificadas esse ano. Portanto, 200 mil famílias.

Agora, nós temos que considerar também um... Nós trabalhamos no Bolsa Família, com famílias em diferentes níveis. Grosso modo, podemos dividir em dois níveis, de um nível nós atendemos famílias com... Que são trabalhadores de baixa renda, tanto que os 137 reais como renda mensal por pessoa. Então tem pessoas que no Bolsa Família que são trabalhadores pobres e o benefício entra como um acréscimo de renda, para ajudar a manter as crianças na escola, a ter uma alimentação decente etc.

Mas são famílias, digamos, estruturadas e certamente são essas pessoas que nós estamos buscando com esses programas de qualificação profissional. Agora, nós atendemos também famílias muito pobres. Os herdeiros dessa pobreza secular no país, pessoas que não tiveram no passado direitos e oportunidades básicas, nós temos ainda no Brasil em torno de 10% da população brasileira analfabeta. Não estou falando de analfabetos funcionais não, não estou falando de analfabetos funcionais não, estou falando de pessoas que nunca utilizaram uma caneta, um lápis que não sentaram no banco de uma escola. É claro que essas pessoas terão dificuldades em conseguir trabalho no mundo de hoje, num mundo...

Ô, Senador Eduardo Azeredo, prazer em vê-lo, seja bem-vindo.

Fraterno conterrâneo, amigo. Recebi lá o livro, *Janelas de Minas*, gostei muito. O cartão também muito afetuoso.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, já recebi até a sua carta também, Ministro, seja muito bem-vindo aí. Estamos acompanhando o seu trabalho.

SR. MINISTRO PATRUS ANANIAS: Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gosto de ver, esse bairrismo, esse amor tão grande que os mineiros tem por

sua terra. Acho que todos nós temos que repetir isso em cada recanto.

SR. MINISTRO PATRUS ANANIAS: Mas, estava então... São pessoas muito, pessoas que não tiveram, por exemplo, não tem nenhum acesso hoje a conhecimento de informática. Difícil conseguir trabalho, pessoas que estão desempregadas há muito tempo que nunca trabalharam, auto-estima baixa, nós temos que recuperar a auto-estima dessas pessoas, problemas muitas vezes também decorrentes do desemprego, de alcoolismo, de drogas, de desconstituição familiar.

Então vamos ser claros, tem uma parte que o investimento é mais longo e nós estamos investindo mesmo é nas crianças, nos filhos, nos netos, daí a importância das condicionalidades, relacionadas com a educação, com a saúde, o resgate da auto-estima, a valorização da família, não é, Senador Adelmir e Senadora Rosalba. Bom, o que não quer dizer, deixo claro isso, nós estamos priorizando as ações emancipatórias, queremos o trabalho, agora muitas vezes para chegarmos ao trabalho nós temos que passar por fases anteriores de resgate da auto-estima, de valorização da pessoa, de valorização de valores e vínculos familiares etc.

Você ia falar, Senador, com muito prazer.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): São dívidas sociais tão imensas que a gente fica realmente assustado.

SR. MINISTRO PATRUS ANANIAS: É, mas...

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Um país que tem mais de 10 milhões, 15 milhões que não sabem nem assinar o nome, são dívidas sociais que, reconheçamos, são grandiosas.

SR. MINISTRO PATRUS ANANIAS: Demandam um certo tempo, não é isso?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Na área da educação é muito grande essa dívida.

SR. MINISTRO PATRUS ANANIAS: Mesma linha também Senadora Rosalba, participação do município no cadastro. Quem faz o cadastro hoje é o município. Nós estamos valorizando o município num nível muito forte nesse processo, inclusive agora nós estamos no Bolsa Família, tem um índice de gestão descentralizada, que são recursos que nós repassamos para os municípios, para fazerem o cadastro bem feito, garantir a mais correta focalização do programa, computador, acompanhar na fiscalização, no controle das condicionalidades, educação e saúde, participar também em programas emancipatórios, de geração de trabalho, emprego e renda etc.

O Senador Suplicy levantou aqui alguns pontos também, primeiro com relação às críticas feitas, que teriam sido feitas, vi pela imprensa, então... Eu tenho muita dificuldade, Senador Suplicy, de comentar declaração de outras pessoas pela imprensa, com todo o respeito que eu tenho pela imprensa, não vai nenhuma crítica, mas a gente ouvindo a pessoa, a gente ouvindo tudo que a pessoa falou, ou ler um texto na íntegra, muitas vezes a gente tem dificuldade para interpretar e corre o risco de ser injusto com a pessoa.

Então, o que nos chega pela imprensa às vezes são... Não quero entrar nessa polêmica, até porque eu tenho uma relação muito boa com o Senador Jarbas Vasconcelos, nós fomos prefeitos juntos, eu Prefeito em Belo Horizonte, sucedendo o Senador Eduardo Azeredo e ele Prefeito em Recife, temos uma relação muito respeitosa. Agora, então eu não vou responder a colocação dele, eu vou colocar a questão mais geral, de uma crítica sim que muitas pessoas fazem ao programa, portanto, procurando despersonalizar, evitar qualquer caráter polêmico na questão.

De vez em quando alguém coloca isso, que o Bolsa Família é um programa eleitoreiro. Eu definitivamente não concordo, como não concordam um número crescente de pessoas, de analistas de estudiosos das políticas sociais, eu acho que eleitoreiro é a fome, a miséria. Quanto mais as pessoas vão melhorando as suas condições de vida, e a meu ver, o primeiro degrau do direito à cidadania, da dignidade humana, do direito à vida é o direito à alimentação, alimentação com regularidade, qualidade etc. O Bolsa Família é um programa, é uma política pública, então o que eu estou dizendo aqui quem faz o cadastro são os prefeitos de todos os partidos, nós apostamos nos prefeitos. Daí a importância, cada vez mais, nós valorizarmos o voto na escolha dos nossos prefeitos, a fiscalização local, tudo, eles que fazem a...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Até porque as transferências são extremamente representativas.

SR. MINISTRO PATRUS ANANIAS: Exatamente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Quase igual ao fundo [falas sobrepostas].

SR. MINISTRO PATRUS ANANIAS: Como eu disse é isso, quer dizer, não há nenhum... As pessoas entram e saem segundo os critérios objetivos.

Nosso Senador Aloizio Mercadante, que é o meu líder.

Então, as transferências são feitas também com critérios objetivos, as pessoas entram e saem do programa segundo critérios objetivos. Não tem ninguém do Governo Federal fazendo uma listinha de... E a fiscalização do Ministério Público, com quem nós temos parcerias, e outros mecanismos de controle. O Tribunal de Contas acompanha o programa Bolsa Família *pari passu*, nós estamos sempre lá constantemente, conversando, discutindo, assim como a CGU, a Con-

troladoria Geral da União, então essa crítica eu penso que não prevalece.

Da mesma forma, também quero evitar qualquer tipo de polêmica com um amigo especialíssimo que eu tenho de mais de 30 anos, que é o Frei Beto. Meu irmão, pessoa por quem eu tenho uma estima, uma admiração enorme... Podemos ter opiniões diferenciadas, faz parte também do processo democrático, da vida, mas são algumas pessoas que às vezes também, também procurando não vi, li a entrevista, mas é como eu disse, eu tenho muito cuidado com essas, as pessoas às vezes, sai algum... Não sai na plenitude do pensamento e tudo.

Na verdade, quando foi lançado em 2003, quando o Presidente Lula começa o movimento do Fome Zero, mobilizar o Brasil na luta contra a fome, a desnutrição etc., foi criado o cartão, o Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação, o Cartão Alimentação e começaram a ser criados os comitês gestores do Fome Zero em alguns municípios.

Aí são duas questões: claro que nós queremos sim o mais amplo, controle social; nós queremos a participação da sociedade, a minha trajetória política foi muito nessa linha como Prefeito de Belo Horizonte, trabalhei muito a perspectiva da democracia participativa, do orçamento participativo. Agora, os conselhos gestores tinham um aspecto questionável do ponto de vista da representação, que era 2/3 da sociedade. Aí é uma concepção que eu respeito, mas que eu discordo, a ideia de que a sociedade é boa e o Estado é ruim, o Poder Público é ruim.

Eu acho que nós devemos cada vez mais aperfeiçoar os dois e trabalharmos na melhoria dos dois, até porque o Estado é a representação, o Estado expressa a sociedade. E sempre defendi conselhos paritários. Esse é um aspecto, o outro aspecto é que os comitês gestores do Fome Zero eram localizados em poucos lugares, como nós expandimos de maneira muito forte, muito vigorosa o Bolsa Família, realmente, não havia como ir reproduzindo junto aos conselhos.

Eu, inclusive, entendo que nós vamos ter que rediscutir algumas questões de política social para frente, esse é um debate, Senadora Rosalba, que nós podemos fazer depois, sobre os desafios das políticas sociais, as questões que nós mencionamos aqui de passagem, a questão, por exemplo, da intersetorialidade, a integração de políticas sociais... Deixa eu dar um abraço aqui ao Senador Adelmir.

Porque essa questão, por exemplo, dos conselhos, hoje coloca desafios, nós queremos, eu acho que foi um momento importante na democracia brasileira, a criação dos conselhos, SUS, Sistema Único de Saúde, o nosso Sistema Único da Assistência Social, o SUAS, os conselhos ligados à educação, a educação tem uns três ou quatro, tem a merenda escolar... Tem os conselhos dos direitos da criança e do adolescente. Esses conselhos são fundamentais e deram um grande avanço à Democracia Brasileira, agora talvez esteja na hora de nós pensarmos formas superiores a integração desses conselhos.

Então, coloca desafios aí que a gente pode... Agora nós estamos inteiramente de acordo com relação a importância da participação popular, dos mecanismos de controle social.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ministro, é muito bom saber da sua disposição de voltar aqui para que a gente possa debater questões tão importantes quanto essas que o senhor está colocando, já fica o convite permanente.

SR. MINISTRO PATRUS ANANIAS: Eu virei com o maior prazer, tem uns assuntos assim a gente pode [risos] Fazer uma...

O senador também colocou a questão das famílias, a determinação do Presidente, Senador Suplicy, é que todas as famílias que estejam dentro dos critérios, sejam atendidas pelo programa Bolsa Família.

E aí é claro que nós contamos também com a participação das prefeituras que fazem o cadastro, com os nossos parceiros. Por isso essa ampliação, esse ano, decorre disso. Nós identificamos, hoje, um milhão e 300 mil famílias que teriam direito ao programa Bolsa Família, hoje elas estão saindo, na verdade, nós vamos fechar o ano com menos de 12 milhões. No ano passado nós cancelamos em torno de 500 mil benefícios, em 2008, o programa está sendo rigorosamente monitorado. Mais de... Em torno de cinco milhões de pessoas, de famílias já saíram do programa desde que começou a existir, pelos mais variados motivos; controle, pessoas que pedem para sair, porque alcançaram uma melhor condição de vida, falta de cumprimento das condicionalidades. Então, nós estamos caminhando nessa perspectiva.

Agora, nós estamos também pedindo aos prefeitos que façam um cadastro, que fiscalize o cadastro. Para entrar quem precisa, mas também tem que ir saindo quem vai alcançando os benefícios, as condições de vida além do que a lei estabelece.

Eu acho importante, esse projeto de lei, não conheço Senador, quero deixar claro, quero até pedir a minha assessoria que me ajude a fazer uma leitura mais atenta sobre ele, mas eu acho uma coisa importante no Brasil, hoje, uma decisão, uma coisa importante, nós estabelecermos o critério de renda, uma linha de renda básica, nós não temos. É, nós não temos.

Só no nosso ministério, conversa franca, a gente tem que... Só no nosso Ministério nós temos 4 ou

5, o Bolsa Família tem dois, o PETI tem um, mais um três, agora você que o PETI está integrando o Bolsa Família, mas tem os remanescentes. O BPC tem outro, quatro, tem mais algum aí? Tem... Assim... Nós não temos... Agora tem para estabelecer a linha de pobreza, eu acho importante nós trabalharmos também a questão que vá além da renda. Porque você manter um programa social, como é o Bolsa Família, por exemplo, BPC, esses programas de massa, que atendem milhões de pessoas, de famílias, só com o critério da renda é um desafio grande, porque a renda é aquilo que nós chamamos de volatilidade, é 137 reais, mas no mês pode ser um pouquinho mais, aí entra a questão da economia informal, entra um ganho extra que a pessoa pode ter, entra um biscate, entra, enfim, uma atividade específica, a pessoa não deixa de ser pobre, não sai da linha da pobreza.

Então, um desafio para nós discutirmos aqui também Senadora Rosalba, fazer um ponto, essa questão para discutirmos uma linha de pobreza que considere a renda, mas que considere também outros critérios; local de moradia, acesso a determinados bens e serviços básicos, a questão da territorialidade, às vezes as pessoas, famílias moram no mesmo bairro ou na mesma favela, enfrentam as mesmas dificuldades, mas por uma diferença às vezes de 50 a 60 reais, uma família está no programa e a outra não. Então, são critérios, são desafios que nós temos para ir aperfeiçoando os nossos programas e essa rede de proteção e promoção social.

Bom, a mesma coisa com relação ao projeto do fundo, acho que tudo que diz respeito a questão de dignidade humana, cidadania, nós temos que discutir sim.

O Senador Adelmir, já falei das políticas compensatórias, a questão da janela que vinculei aqui a pergunta da Senadora Rosalba. Ah, tem um outro dado agora importante no programa, para ajudar. Nós estamos estabelecendo agora, a pessoa entra no Bolsa Família, fica 2 anos. A menos que aconteça um fato extraordinário, é claro se ganhar na loteria sai, mas em condições normais, mesmo que ela melhore um pouco a sua condição de vida, mesmo que tenha um pouco mais de salário fica 2 anos.

Até para a pessoa ter a segurança também. Porque muitas vezes, a pessoa fala assim: "Ah, o Bolsa Família não estimula o trabalho." Não concordo com isso não. Não concordo mesmo, respeito quem diz isso, mas acho que está embutido aí, um certo preconceito com os pobres. Os pobres também querem progredir na vida, os pobres também querem melhorar a vida de seus filhos, agora, o que pode gerar é uma situação de insegurança. Às vezes a pessoa consegue um trabalho, mas no Brasil não tem segurança no emprego, o trabalhador pode ser dispensado a qualquer momento, o contexto agora dessa crise internacional.

Então, ele fica ansioso e às vezes, por exemplo, não assina a carteira por... Então nós estamos deixando claro: "Dois anos fica. Pode assinar sua carteira, pode fazer o curso de capacitação, de qualificação profissional, fique tranquilo." Ao final de dois anos nós repassamos o cadastro. Aqueles que realmente melhoraram de vida nesse período, que ascenderam socialmente saem do programa.

Nesse sentido eu quero dar testemunho aqui de uma viagem que eu fiz agora recentemente a Genebra, a convite da OIT, foi uma reunião interessantíssima, eu fiquei... Porque a Organização Internacional do Trabalho está incluindo as políticas de proteção social, como nós estamos fazendo o Brasil, eles têm experiência do Brasil como uma referência, como sendo também constitutivas do direito do trabalho.

Então eles estavam, nós estávamos discutindo lá: primeiro, interessa a eles rede de proteção social, porque quando o trabalhador está desempregado ou cai o seu salário, ou subempregado a rede de proteção social, como o bolsa família e outros programas possibilitam que a família permaneça, que o trabalhador não se desconstitua e não desconstitua sua família; segundo, eles querem o trabalho digno e dizem que programas como o Bolsa Família, estão dando aos pobres, aos trabalhadores de baixa renda, um mínimo de capacidade de barganha, para não se submeterem ao trabalho escravo, ao trabalho indigno; terceiro, programas de capacitação profissional, como nós estamos implementando no Brasil agora, fazem parte também desse conceito mais ampliado de trabalho.

Eu penso que as questões do Senador Nery já foram respondidas também aqui quando eu falei das outras questões, e por último, a questão dos Territórios da Cidadania, que a Senadora Fátima Cleide mencionou, esse é um belo programa mesmo, Senadora. E acontece, ele é um programa gerido com a nossa participação, mas a gestão do programa está com o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O nosso Ministério, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome é o que aplica mais recursos. Porque o Território De Cidadania, agora são 120 no Brasil, essa dimensão, incorpora também da luta contra a pobreza, na luta pela inclusão social, o conceito de território, que é muito importante.

Então, o que nós estamos buscando? Integrar todas as ações que estejam presentes no território, e fazer uma convergência entre elas, e criar aí uma sinergia, uma confluência positiva, uma soma de esforços, é o Bolsa Família, é o benefício de prestação

continuada, é o programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar, o PRONAF, vinculado ao programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, o nosso PAA, são os equipamentos como os restaurantes populares, as cozinhas comunitárias, os bancos de alimentos, um conjunto... Luz para todos, os programas também relacionados com a saúde, com a educação etc. Foi bom você ter mencionado, não dá para falar mais agora sobre ele, mas é um programa que tem sido bem discutido.

E, por último, a questão do critério, é mais um processo pedagógico, eu não gostaria também de politizar, não sei os motivos, são 18, porque a adesão começou agora recentemente. Nós não queremos muito não, não tem nenhuma, é uma adesão dos governos estaduais até do ponto de vista logístico de colocar para a gente também disponibilidade, recursos humanos, recursos financeiros também, mas dentro das possibilidades. Agora, mais do que os recursos financeiros, recursos humanos, para ajudar, por exemplo, na fiscalização, no acompanhamento, no controle das nossas políticas, dos convênios, é mais nessa linha.

No mais eu quero agradecer a todos e acho que o Senador... Com muito prazer.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu quero também, Ministro, agradecer a sua presença e participação, e acho que o senhor ainda está sendo solicitado pelo Senador Azeredo que chegou, o seu conterrâneo e também o Senador Suplicy, mas eu queria aqui só para complementar algo que o senhor estava colocando, com relação a exatamente essa garantia, essa garantia de que aqueles que estão no Bolsa Família, ao adquirir o emprego, de imediato não são desligados, porque eu quero contar aqui um fato que eu vivenciei de perto.

Uma pessoa da minha família com dificuldade de assinar a carteira da empregada doméstica, porque ela disse se assinar não era, era de uma cidade vizinha, lá na cidade que eu sou, que ela mora, ela trabalha numa dessas cidades vizinhas da grande Natal, "Se eu assinar eu perco a minha Bolsa Família, e eu sei que se eu vou ficar aqui nesse emprego muito tempo?"

Então, tem essa questão e olhe que isso não é tão raro não. Conversando com as pessoas de uma maneira geral todos estão afirmando isso. As pessoas estão com receio que assine a carteira, porque vai perder o Bolsa Família. Então, essa garantia é muito importante, para que eles possam, inclusive, informar, "Estou trabalhando" e servir também como indicativo para o número de empregos no país, formais, muitas vezes nós estamos com um número que não retrata a realidade, ou para mais ou para menos. Então, isso é muito importante.

E também queria aqui também dizer ao senhor que temos um projeto que está entrando, que está sendo encaminhado, que trata também dessa questão, acho que é uma contribuição que vamos dar, com relação a emancipação. Porque na hora que você treina a mão-de-obra e não é somente no turismo, não é somente na construção civil, muitos cursos que fazem parte do município, da assistência social do Município, cursos outros que possam promover a emancipação, as pessoas ficam sem condição de colocar às vezes um próprio negócio, que seria a grande solução.

Se no Brasil nós tivéssemos realmente um programa definido, duradouro, assim, para fazer todo esse trabalho de emancipação onde você põe à disposição daquelas pessoas recursos para que eles possam montar o seu próprio negócio.

O senhor sabe muito bem, muitas vezes a questão é mínima, não precisa ser dado, precisa ser facilitado, então é isso que eu tenho que colocar, porque é aquela velha história: ninguém aqui, eu não sou de forma nenhuma contra o Bolsa Família, de forma nenhuma, como não foi contra quando em épocas passadas, em situações de emergência, situações graves havia uma seca grande, tinha que chegar com uma cesta básica, não ia deixar morrer de fome.

Mas aí eu lembrava sempre de Luiz Gonzaga que dizia, "Seu doutor, a esmola humilha ou vicia o cidadão." Então, nós não queremos nem humilhar, nem muito menos viciar. Nós queremos o que se cumpra o que está na Bíblia: daí de comer a quem tem fome, de beber a quem tem sede, com a dignidade do seu trabalho. Não é verdade?

SR. MINISTRO PATRUS ANANIAS: Mas aí tem uma outra questão, Senadora, só um minutinho.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É o que eu estou dizendo. Não é, não estou colocando como, que isso é temporário, que isso é algo que precisa ser feito, porque realmente as famílias não tem. Eu sou a favor da Bolsa Família, sou a favor que amplie, inclusive, acho que a faixa, ela é muito restrita, porque se você fizer na ponta do lápis o que significa 120 reais, realmente é muito pouco, 137 ainda é pouco. 137 agora?

SR. MINISTRO PATRUS ANANIAS: 137 renda familiar por pessoa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Por pessoa.

SR. MINISTRO PATRUS ANANIAS: 137 vezes o número de pessoas da família.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mesmo isso é baixo, é para não deixar a pessoa passar fome, é para tirar daquela situação de miséria, o que é muito válido, eu sou, não

estou aqui, eu defendo que continue o programa com esses critérios que com esses cuidados que o Ministério está tendo, de realmente ser amplo, seja para todos e republicano, está bom, Ministro? Obrigada.

Eu passo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Ministro, eu quero cumprimentá-lo aqui na sua vinda à Comissão de Assuntos Sociais, Presidente, e não é só cumprimentá-lo, eu não tenho nenhuma dificuldade política lá em Minas, a gente convive uma política muito boa, sabe Presidente, eu quero cumprimentá-lo pelo seu desempenho também no Ministério.

Sem dúvida alguma, é um bom desempenho, o Ministério está indo bem, eu acho que é um ponto positivo do Governo Lula. Não me inscrevo, nunca me inscrevi entre aqueles que são contra ou vejam o Bolsa Família como eleitoreiro. Ele, evidentemente, tem conseqüências eleitorais boas, mas se é um bom programa, que tenha boas condições, o que tem que se fazer é buscar aprimorá-lo, que é o que nós propormos que ele possa ser aprimorado com o tempo.

E nesse aprimoramento, Ministro, quer dizer, é claro que o programa Fome Zero, na verdade, como foi instituído no princípio, ele não deu certo, aí o grande mérito que teve o Ministro Patrus, Presidente, ele conseguiu fazer uma coisa que é dificílima, que é juntar cadastro, que é fazer cadastro funcionar.

Quer dizer, nós todos, nós temos pequenos cadastros no nosso gabinete e sabemos a luta que é, o sujeito morre, um separa, o outro muda, é uma luta. E nós sabemos que existe, realmente, fraude, infelizmente existe fraude também. Quer dizer, é claro que o programa Bolsa Família tem fraude sim, mas é fundamental que o governo esteja perseguindo para que essa fraude esteja mínima, esteja contida em parâmetros que são quase impossíveis de perseguir.

A minha colocação é mais Ministro, nessa questão então do... Da temporariedade, ou seja, o Chile tem um programa que é semelhante, mas ele tem algumas diferenças, ele é de um ano e meio só, depois de um ano e meio, tem pelo menos uma interrupção, o sujeito volta a receber o senhor está colocando os dois anos, eu não conhecia essa questão dos dois anos.

A questão do prazo, Senadora Rosalba, realmente se você tiver com 137 com cinco pessoas que é um tamanho razoável na família de baixa renda, tem mais filhos, falta de conscientização ainda, mas se tiver o pai e a mãe, três filhos, já dá uma renda de 700 reais, praticamente, eu acho que isso até já avançou bem sim, a abrangência do programa.

O Senador Suplicy, eu tenho acompanhado ele sempre, propondo a pequenos países na nossa Comissão de Relações Exteriores, propondo a solução, não só da renda mínima, mas Bolsa Família é um tipo de renda mínima e tem colocado sempre aí numa catequese que ele faz, e com muita pertinácia, porque--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pequenos e grandes países.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pequenos e grandes países, sim, vale para grandes, mas eu digo assim, quando eu digo pequenos, é mais do ponto de vista econômico, países que são menos desenvolvidos. É verdade, sim, vale, mas um país como o Haiti, um país como a própria Índia, alguns outros países da África, seguramente eu sei que tem sido feito isso, essa alternativa como a solução mais emergencial, ela é muito válida, sim, de combate a miséria, combate a questão da fome imediata e que a pessoa possa ter pelo menos alguma subsistência.

Então, eu enfocaria nessa questão da duração. Não há nenhum estudo no sentido de que o programa tivesse uma, um prazo e aí depois tem que sair, para poder voltar, porque são essas questões que já foram colocadas aqui, essa do sujeito que não quer sair do..., Não quer assinar carteira, são essas coisas que a gente ouve falar um pouco mais, em termos dos problemas que o programa tem, está bem? Só cumprimentá-lo pela sua vinda e pelo seu trabalho.

SR. MINISTRO PATRUS ANANIAS: Só um comentário rápido, Senador Eduardo Azeredo. Nós tratamos aqui já mais cedo da... Primeiro, há uma pobreza no Brasil que é uma pobreza, digamos, secular, nós estávamos falando aqui de pessoas que sequer sabem assinar o nome ainda no país, que nunca frequentaram uma escola, pessoas que não tiveram no ano passado direitos e oportunidades básicas.

Então, essas pessoas exigem realmente um acompanhamento por mais tempo e certamente em alguns casos nós estamos investindo mesmo é nos filhos e até mesmo nos netos, para quebrar esse ciclo intergeracional da pobreza. Daí a importância das condicionalidades, da educação, da saúde.

Depois também nós temos que reconhecer que nós não temos uma sociedade em pleno emprego, sempre tem pessoas desempregadas, a evolução tecnológica aumentou mais ainda. As empresas produzem mais com menos gente. V.Exa. é um especialista nessa área e conhece muito bem, assim... E também, agora essa questão da crise internacional.

Mas eu dizia antes que o objetivo é sempre a emancipação, o direito fundamental, o direito que constitui a pessoa entre outros, é claro, educação, é o tra-

balho. Agora, essa rede ela tem esse papel também muitas vezes de suprir algumas deficiências.

Agora nós estamos trabalhando com o prazo, eu coloquei aqui de dois anos para monitorar, assim, dar um tempo para a pessoa: "Ó, pode procurar melhorar de vida, pode assinar sua carteira, sem nenhum problema", para não criar também, porque a pessoa também... O trabalho tem uma certa instabilidade, precário, então, é um processo que a gente vai aperfeiçoando e eu agradeço muitos as suas ponderações.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria, agora... Senador Suplicy tinha solicitado que nós fizéssemos aqui a leitura do requerimento de uma Audiência Pública.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se quiser eu sintetizo o requerimento, porque eu gostaria de fazer uma-–

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu vou ter que ler, Senador, e o senhor faz a explicação rápida.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Está bem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Faz parte do regimento. Antes de concluirmos, Ministro, porque na realidade... Ministro, porque, na realidade, nós temos um horário, duas horas nós temos que encerrar.

Então, "*Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal requeiro seja convidado o Sr. Eduardo Pereira Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro Geografia e Estatística, IBGE, a comparecer em reunião dessa Comissão de Assuntos Sociais, visando prestar informações pormenorizadas acerca do próximo Censo Demográfico que deverá ser realizado no próximo ano*." Nós sabemos que o Brasil hoje tem acho que quase 60 milhões de residências.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): 58 milhões de residências e será necessário um número muito significativo de pesquisadores do IBGE.

O Presidente gostaria de aqui apresentar o relato da... O relato da relevância do Censo, inclusive, para que compreendamos os recursos que se farão necessários para o IBGE realizar este censo, então ele agradeceria a oportunidade.

Em verdade todos os senadores que aqui estiveram presentes assinaram o requerimento, se o Senador Eduardo Azeredo puder fazê-lo também, acho que será importante, inclusive, para que tenhamos o melhor diagnóstico, assim como que o raio-X da situação econômica e social brasileira e que será muito relevante para o Ministério do Desenvolvimento Social, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador Suplicy, V.Exa. traz aqui realmente um assunto que é muito importante, é pertinente, nós precisamos realmente que esse Censo seja realizado dentro do... Com muito critério e para isso é necessário que existam os meios, sem os meios não se pode colocar por todo esse país, que é um território imenso onde já vivem mais de 200 milhões de pessoas, fazendo e trazendo a realidade.

Porque, a partir daí é muito importante, o censo nos dá a real dimensão da realidade de como podemos também programar políticas públicas, políticas, enfim, aqui falando de Bolsa Família, falando nas políticas sociais isso é muito importante, exatamente, também vem, será de grande auxílio, não somente para o Ministério de Ação Social, mas de educação, e para todos os brasileiros que aqui, desde planejamentos de trabalho, de ações, é muito importante.

Parabéns e colocamos agora em votação o requerimento. Srs. senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Senhora presidenta, se...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se me permite um breve comentário, sobre o fenômeno que a senhora observou. O exemplo que falou a respeito da empregada doméstica que às vezes teria preocupação de formalizar-se para não perder o programa Bolsa Família.

Justamente este, de alguma maneira, estender o programa do Bolsa Família garantindo às famílias que por 24 meses tenham a sua garantia de estar no programa, evita, até o período de 2 anos, este chamado fenômeno da dependência, que é um dos principais fenômenos na análise dos economistas e filósofos, que justamente avaliam que melhor que um programa condicionado a níveis de renda, será a renda básica incondicional. O direito de todos partilharem da riqueza da nação, através de uma renda que na medida do possível será suficiente para as necessidades vitais de cada um.

Senador Eduardo há pouco aqui disse que eu às vezes falo sobre isso para pequenos países, mas na verdade eu falo isso para o Planeta Terra, inclusive como...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Do ponto de vista econômico.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não, mas é, porque se nos Estados Unidos da América, há um programa de transferência de renda que hoje atinge cerca de 24, 25 milhões de famílias que é muito relevante, toda a família nos Estados Unidos da América

e, por exemplo, se ela tiver marido, mulher e duas ou mais crianças, se a sua renda familiar *per capita* for abaixo de 34 mil reais por ano, ela vai ter direito a algo como 40% do que recebe.

Vamos supor uma família que receba nos Estados Unidos algo como 12 mil dólares, o equivalente a um salário mínimo hoje nos Estados Unidos, ela tem direito a quatro mil dólares adicionais de crédito fiscal. Em 2006, por exemplo, mais de 23 mil famílias receberam uma média de 2.375. Isto é algo que, na análise dos programas de transferência de renda nós precisamos estar levando em conta, inclusive do ponto de vista da competitividade da economia brasileira.

O que eu tenho argumentado que melhor ainda que um sistema tal como esse, ou do programa Bolsa Família, que eu apoio, será o dia em que ele for transformado no direito universal do 190 e poucos milhões de brasileiros que somos hoje, de recebermos uma renda que será cada vez maior e suficiente para atender as necessidades básicas de cada um como direito de todos sermos sócios, inclusive a Senadora Rosalba Ciarlini vai ter o direito de receber.

Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Como o Senador Suplicy também, que é o autor de todo esse projeto. Mas não estou dizendo que você está fazendo isso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Já aprovado pelo Congresso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas não estou dizendo que você está fazendo isso em causa própria não. Eu sei que será para todos, você também faz parte de todos nós.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Os que temos mais, contribuiremos para que nós mesmos e todos os demais recebam.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Olha, eu gostaria agora de agradecer, mais uma vez, a presença do Sr. Ministro encerrando essa audiência.

Sr. Ministro, o senhor nos trouxe... Foi um prazer muito grande, uma honra estar aqui conosco e mais uma vez nos colocamos à disposição, queremos continuar esse debate, esse diálogo, para que nós possamos, ampliando os nossos conhecimentos da área de serviços de assistência social, possamos contribuir cada vez mais para que os programas sociais possam dar continuidade e emancipação realmente ao povo brasileiro, que precisa ter a sua cidadania fortalecida.

Muito obrigada.

Sessão encerrada às 13h49.

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, CONJUNTA COM A 01ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE COM A 01ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 12:00 HORAS, NA SALA Nº 09, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às doze horas e trinta e dois minutos, do dia quinze de abril de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora ROSALBA CIARLINI, com a presença dos (as) Senadores (as) JOÃO DURVAL, PAPALÉO PAES, MOZARILDO CAVALCANTI, membros da Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, ROSALBA CIARLINI, JOSÉ NERY, PAULO PAIM, MOZARILDO CAVALCANTI, membros da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, EDUARDO AZEREDO, FLÁVIO ARNS, MOZARILDO CAVALCANTI e PAULO PAIM membros da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência. Deixam de comparecer os demais membros das Subcomissões. A Presidente declara aberta a reunião conjunta, propondo a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A presente reunião destina-se à instalação da Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social e da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, assim como a eleição de seus Presidentes e Vice-Presidentes para o biênio 2009/2010. A Presidente faz a leitura dos nomes dos respectivos membros das Subcomissões. A Senadora Rosalba Ciarlini é designada como membro suplente do Partido Democratas na Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social em substituição ao Senador Efraim Morais. Às doze horas e trinta e nove minutos o Senador Paulo Paim assume a Presidência. Em substituição ao Senador Jayme Campos a Senadora Rosalba Ciarlini é designada como membro suplente do Partido Democratas na Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência. Distribuídas as cédulas e procedida a votação, o Senhor Presidente convida o Senhor Senador Roberto Cavalcanti para

servir como escrutinador. São declarados eleitos por unanimidade o Senador Paulo Paim para Presidente e o Senador Mozarildo Cavalcanti para Vice-Presidente da Subcomissão em Defesa do Emprego e da Previdência Social, o Senador Flávio Arns para Presidente e o Senador Eduardo Azeredo para Vice-Presidente da Subcomissão de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência. Às doze horas e quarenta e um minutos a Senadora Rosalba Ciarlini reassume os trabalhos. Fica adiada a eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde. Fizeram uso da Palavra os Senhores Senadores: FLÁVIO ARNS, PAULO PAIM e MOZARILDO CAVALCANTI. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Gisele Ribeiro de Toledo Camargo, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senadora **Rosalba Ciarlini,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – CASDEF

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE INSTALAÇÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE E DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2009, ÀS 12 HORAS E 32 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo número regimental declaro aberta a 1ª Reunião de instalação da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde e da Subcomissão Permanente de Defesa do Emprego e da Previdência Social, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à instalação das referidas subcomissões assim como a apresentação dos membros e das chapas a serem votadas para Presidente, Vice-Presidente, para o biênio 2009/2010.

Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência. Senadores titulares: Efraim Morais, Democratas; Eduardo Azeredo, PSDB; Flávio Arns, PT; Paulo Duque, PMDB; Mozarildo Cavalcanti, PTB. Suplentes: Senador Jayme Campos, pelos Democratas; Marisa Serrano, PSDB; Paulo Paim, PT; Leomar Quintanilha, PMDB; Gim Argello, PTB. Para Presidente o Senador, Flávio Arns e Vice-Presidente Senador Eduardo Azeredo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não, na realidade nós não podemos fazer a votação agora, porque o número tem que corresponder ao número de membros que dá a Comissão. Nós só temos, precisamos ter...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Porque o Senador Paulo Paim, é suplente do Senador Flávio Arns, os dois estão presentes, por isso que não tem número. Precisaria que Senador Eduardo Azeredo estivesse aqui.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não tem presente. Então, nós deixamos para amanhã, antes da Audiência Pública, fazemos a votação.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vamos ler e amanhã será a votação.

Subcomissão Permanente de Promoção de Acompanhamento e Defesa da Saúde. Titulares: Adelmir Santana, Papaléo Paes, Augusto Botelho, Mão Santa e Mozarildo Cavalcanti. Suplentes: Raimundo Colombo, João Tenório, Marcelo Crivella, Paulo Duque e João Durval. Para Presidente o Senador Augusto Botelho e para Vice-Presidente o Senador Papaléo. Papaléo...

[pronunciamento fora do microfone].

Subcomissão Permanente de Defesa do Emprego e da Previdência Social. Senadores titulares: Adelmir Santana, Lúcia Vânia, Paulo Paim, Mão Santa, Mozarildo Cavalcanti. Suplentes: Efraim Morais, Papaléo, José Nery, Wellington Salgado, Gim Argello. Para Presidente o Senador Paulo Paim e Vice o Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Quantos titulares [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): São cinco titulares e cinco suplentes.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É possível sim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria propor à V. Exa., como nós fizemos, sem o microfone, lá na Comissão de Direitos Humanos, que V. Exa. pudesse indicar um senador da comissão no lugar de um outro que não está presente, para efeito de quórum de votação sem prejuízo de depois, o Senador não concordar, sair, V. Exa. tem a liberdade de colocar, aí nós teríamos para votar todas as comissões agora. Teríamos três senadores.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu concordo, já liquidava [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Foi feito agora, lá na Comissão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Regimentalmente, a senhora pode fazer isso, porque a indicação é da Presidência da Comissão. E volta ao estado anterior.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sem prejuízo de na próxima haver a mudança.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A questão é da proporcionalidade [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas é para efeito de votação só, só para efeito de votação. Depois volta ao normal, porque as chapas todas são unânimes, ninguém aqui questiona quem são os presidentes ou os vices.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não é uma disputa. Todos aqui presentes concordam, não há discordância nenhuma, e essas indicações de Presidente e Vice são de acordo. V. Exa. não é da base. Claro, V. Exa. votou, o Senador Cristovam votou na outra Comissão.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Presidente vota.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): E o PTB não está no bloco.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): O PTB não está no bloco.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Qual é a solução, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A solução é que nós vamos... Eu vou, designo o Senador Paulo Paim, eu estou me designando para ir e dou a Presidência para o Senador Paulo Paim. Pronto.

[troca de presidência]

[interrupção no áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos iniciar o processo de votação. Chamamos o nobre Senador...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu chamo o Senador Mozarildo Cavalcanti para votar, repito que V. Exa. vai receber uma chapa onde V. Exa. é o Vice-Presidente e esse Senador seria o Presidente. Seria... se... Senadora Rosalba Ciarlini, por favor. Só vou dizer que é chapa única, o voto é secreto [risos]. Depois que V. Exa. votar, a senhora assume e eu vou votar.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Mas só essa comissão?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Todas, todas. Eu convido já a Senadora Ciarlini para, depois de votar, assumir aqui, para que eu possa votar.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Até a próxima. Eu tenho que... Rubricar, é? Agora os outros podem votar? Aí pode? Pode votar? Não, eu digo... Vamos, vamos fazer, fazer logo. Mozarildo votou, Roberto Cavalcanti. Ah, não faz parte, então, queremos convidar o Senador Roberto Cavalcanti como escrutinador.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senadora, por unanimidade foi aprovada toda a Comissão. Presidente Senador Paulo Paim, Vice-Presidente Senador Mozarildo Cavalcanti, da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito bem. Parabéns, aos dois. Vamos agora à votação da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência. Para... Em substituição ao Senador Jayme Campos, eu designo Rosalba Ciarlini e convido o Senador Paim para presidir.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Convidamos de imediato a Senadora Rosalba Ciarlini para votar, isso, que depois eu voto também. Senadora Rosalba Ciarlini e chamo de imediato já o Senador Flávio Arns. Senador Mozarildo Cavalcanti,

por favor. Senador Roberto Cavalcanti para que mais uma vez faça o escrutínio.

[interrupção no áudio]

Flávio Arns e quem?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, a eleição foi também por unanimidade. Para Presidente o Senador Flávio Arns e para Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Declaro empossado o Senador Flávio Arns como Presidente e o Senador Eduardo Azeredo como Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, passo a presidência à Senadora Rosalba Ciarlini.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Parabenizar o Senador Flávio Arns e o Senador Eduardo Azeredo, que passam agora a estar a frente da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência.

A votação da Presidência e Vice-Presidência da Subcomissão de Saúde nós faremos amanhã, antes da Audiência Pública, com a presença do Senador Presidente Augusto Botelho e Vice-Presidente Papaléo.

E convidamos para a reunião de amanhã, sobre o debate com relação a... Uma Audiência Pública solicitada pelo Senador César Borges e onde será debatido questões ligadas às doenças endêmicas e à dengue.

Então fica encerrada a presente sessão, convocando para amanhã às 10 horas.

Sessão encerrada às 12h45.

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, CONJUNTA COM A 01ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE COM A 01ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 12:00 HORAS, NA SALA Nº 09, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às doze horas e trinta e dois minutos, do dia quinze de abril de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **ROSALBA CIARLINI,** com a presença dos (as) Senadores (as) **JOÃO DURVAL, PAPALÉO PAES, MOZARILDO CAVALCANTI, membros da Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, ROSALBA CIARLINI, JOSÉ NERY, PAULO PAIM, MOZARILDO CAVALCANTI, membros da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, EDUARDO AZEREDO, FLÁVIO ARNS, MOZARILDO CAVALCANTI e PAULO PAIM membros da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência.** Deixam de comparecer os demais membros das Subcomissões. A Presidente declara aberta a reunião conjunta, propondo a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A presente reunião destina-se à instalação da Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social e da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, assim como a eleição de seus Presidentes e Vice-Presidentes para o biênio 2009/2010. A Presidente faz a leitura dos nomes dos respectivos membros das Subcomissões. A Senadora Rosalba Ciarlini é designada como membro suplente do Partido Democratas na Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social em substituição ao Senador Efraim Morais. Às doze horas e trinta e nove minutos o Senador Paulo Paim assume a Presidência. Em substituição ao Senador Jayme Campos a Senadora Rosalba Ciarlini é designada como membro suplente do Partido Democratas na Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência. Distribuídas as cédulas e procedida a votação, o Senhor Presidente convida o Senhor Senador Roberto Cavalcanti para servir como escrutinador. São declarados eleitos por unanimidade o Senador Paulo Paim para Presidente e o Senador Mozarildo Cavalcanti para Vice-Presidente da Subcomissão em Defesa do Emprego e da Previdência Social, o Senador Flávio Arns para Presidente e o Senador Eduardo Azeredo para Vice-Presidente da Subcomissão de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência. Às doze horas e quarenta e um minutos a Senadora Rosalba Ciarlini reassume os trabalhos. Fica adiada a eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde. Fizeram uso da Palavra os Senhores Senadores: **FLÁVIO ARNS, PAULO PAIM e MOZARILDO CAVALCANTI.** Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora

Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senadora **Rosalba Ciarlini,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – CASEMP

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE INSTALAÇÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2009, ÀS 12 HORAS E 32 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo número regimental declaro aberta a 1ª Reunião de instalação da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde e da Subcomissão Permanente de Defesa do Emprego e da Previdência Social, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à instalação das referidas subcomissões assim como a apresentação dos membros e das chapas a serem votadas para Presidente, Vice-Presidente, para o biênio 2009/2010.

Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência. Senadores titulares: Efraim Morais, Democratas; Eduardo Azeredo, PSDB; Flávio Arns, PT; Paulo Duque, PMDB; Mozarildo Cavalcanti, PTB. Suplentes: Senador Jayme Campos, pelos Democratas; Marisa Serrano, PSDB; Paulo Paim, PT; Leomar Quintanilha, PMDB; Gim Argello, PTB. Para Presidente o Senador, Flávio Arns e Vice-Presidente Senador Eduardo Azeredo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não, na realidade nós não podemos fazer a votação agora, porque o número tem que corresponder ao número de membros que dá a Comissão. Nós só temos, precisamos ter...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Porque o Senador Paulo Paim, é suplente do Senador Flávio Arns, os dois estão presentes, por isso que não tem número. Precisaria que Senador Eduardo Azeredo estivesse aqui.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não tem presente. Então, nós deixamos para amanhã, antes da Audiência Pública, fazemos a votação.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vamos ler e amanhã será a votação.

Subcomissão Permanente de Promoção de Acompanhamento e Defesa da Saúde. Titulares: Adelmir Santana, Papaléo Paes, Augusto Botelho, Mão Santa e Mozarildo Cavalcanti. Suplentes: Raimundo Colombo, João Tenório, Marcelo Crivella, Paulo Duque e João Durval. Para Presidente o Senador Augusto Botelho e para Vice-Presidente o Senador Papaléo. Papaléo...

[pronunciamento fora do microfone].

Subcomissão Permanente de Defesa do Emprego e da Previdência Social. Senadores titulares: Adelmir Santana, Lúcia Vânia, Paulo Paim, Mão Santa, Mozarildo Cavalcanti. Suplentes: Efraim Morais, Papaléo, José Nery, Wellington Salgado, Gim Argello. Para Presidente o Senador Paulo Paim e Vice o Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Quantos titulares [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): São cinco titulares e cinco suplentes.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É possível sim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria propor à V. Exa., como nós fizemos, sem o microfone, lá na Comissão de Direitos Humanos, que V. Exa. pudesse indicar um senador da comissão no lugar de um outro que não está presente, para efeito de quórum de votação sem prejuízo de depois, o Senador não concordar, sair, V. Exa. tem a liberdade de colocar, aí nós teríamos para votar todas as comissões agora. Teríamos três senadores.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu concordo, já liquidava [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Foi feito agora, lá na Comissão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Regimentalmente, a senhora pode fazer isso, porque a indicação é da Presidência da Comissão. E volta ao estado anterior.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sem prejuízo de na próxima haver a mudança.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A questão é da proporcionalidade [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas é para efeito de votação só, só para efeito de votação. Depois volta ao normal, porque as chapas todas são unânimes, ninguém aqui questiona quem são os presidentes ou os vices.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não é uma disputa. Todos aqui presentes concordam, não há discordância nenhuma, e essas indicações de Presidente e Vice são de acordo. V. Exa. não é da base. Claro, V. Exa. votou, o Senador Cristovam votou na outra Comissão.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Presidente vota.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): E o PTB não está no bloco.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): O PTB não está no bloco.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Qual é a solução, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A solução é que nós vamos... Eu vou, designo o Senador Paulo Paim, eu estou me designando para ir e dou a Presidência para o Senador Paulo Paim. Pronto.

[troca de presidência]

[interrupção no áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos iniciar o processo de votação. Chamamos o nobre Senador...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu chamo o Senador Mozarildo Cavalcanti para votar, repito que V. Exa. vai receber uma chapa onde V. Exa. é o Vice-Presidente e esse Senador seria o Presidente. Seria... se... Senadora Rosalba Ciarlini, por favor. Só vou dizer que é chapa única, o voto é secreto [risos]. Depois que V. Exa. votar, a senhora assume e eu vou votar.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Mas só essa comissão?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Todas, todas. Eu convido já a Senadora Ciarlini para, depois de votar, assumir aqui, para que eu possa votar.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Até a próxima. Eu tenho que... Rubricar, é? Agora os outros podem votar? Aí pode? Pode votar? Não, eu digo... Vamos, vamos fazer, fazer logo. Mozarildo votou, Roberto Cavalcanti. Ah, não faz parte, então, queremos convidar o Senador Roberto Cavalcanti como escrutinador.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senadora, por unanimidade foi aprovada toda a Comissão. Presidente Senador Paulo Paim, Vice-Presidente Senador Mozarildo Cavalcanti, da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito bem. Parabéns, aos dois. Vamos agora à votação da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência. Para... Em substituição ao Senador Jayme Campos, eu designo Rosalba Ciarlini e convido o Senador Paim para presidir.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Convidamos de imediato a Senadora Rosalba Ciarlini para votar, isso, que depois eu voto também. Senadora Rosalba Ciarlini e chamo de imediato já o Senador Flávio Arns. Senador Mozarildo Cavalcanti, por favor. Senador Roberto Cavalcanti para que mais uma vez faça o escrutínio.

[interrupção no áudio]

Flávio Arns e quem?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, a eleição foi também por unanimidade. Para Presidente o Senador Flávio Arns e para Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Declaro empossado o Senador Flávio Arns como Presidente e o Senador Eduardo Azeredo como Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, passo a presidência à Senadora Rosalba Ciarlini.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Parabenizar o Senador Flávio Arns e o Senador Eduardo Azeredo, que passam agora a estar a frente da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência.

A votação da Presidência e Vice-Presidência da Subcomissão de Saúde nós faremos amanhã, antes da Audiência Pública, com a presença do Senador Presidente Augusto Botelho e Vice-Presidente Papaléo.

E convidamos para a reunião de amanhã, sobre o debate com relação a... Uma Audiência Pública solicitada pelo Senador César Borges e onde será debatido questões ligadas às doenças endêmicas e à dengue.

Então fica encerrada a presente sessão, convocando para amanhã às 10 horas.

Sessão encerrada às 12h45.

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, CONJUNTA COM A 01ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA COM A 01ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 12:00 HORAS, NA SALA Nº 09, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às doze horas e trinta e dois minutos, do dia quinze de abril de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **ROSALBA CIARLINI,** com a presença dos (as) Senadores (as) **JOÃO DURVAL, PAPALÉO PAES, MOZARILDO CAVALCANTI, membros da Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, ROSALBA CIARLINI, JOSÉ NERY, PAULO PAIM, MOZARILDO CAVALCANTI, membros da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, EDUARDO AZEREDO, FLÁVIO ARNS, MOZARILDO CAVALCANTI e PAULO PAIM membros da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência.** Deixam de comparecer os demais membros das Subcomissões. A Presidente declara aberta a reunião conjunta, propondo a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A presente reunião destina-se à instalação da Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social e da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, assim como a eleição de seus Presidentes e Vice-Presidentes para o biênio 2009/2010. A Presidente faz a leitura dos nomes dos respectivos membros das Subcomissões. A Senadora Rosalba Ciarlini é designada como membro suplente do Partido Democratas na Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social em substituição ao Senador Efraim Morais. Às doze horas e trinta e nove minutos o Senador Paulo Paim assume a Presidência. Em substituição ao Senador Jayme Campos a Senadora Rosalba Ciarlini é designada como membro suplente do Partido Democratas na Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência. Distribuídas as cédulas e procedida a votação, o Senhor Presidente convida o Senhor Senador Roberto Cavalcanti para servir como escrutinador. São declarados eleitos por unanimidade o Senador Paulo Paim para Presidente e o Senador Mozarildo Cavalcanti para Vice-Presidente da Subcomissão em Defesa do Emprego e da Previdência Social, o Senador Flávio Arns para Presidente e o Senador Eduardo Azeredo para Vice-Presidente da Subcomissão de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência. Às doze horas e quarenta e um minutos a Senadora Rosalba Ciarlini reassume os trabalhos. Fica adiada a eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde. Fizeram uso da Palavra os Senhores Senadores: **FLÁVIO ARNS, PAULO PAIM e MOZARILDO CAVALCANTI.** Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senadora **Rosalba Ciarlini,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE – CASSAUDE

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE INSTALAÇÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2009, ÀS 12 HORAS E 32 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo número regimental declaro aberta a 1ª Reunião de instalação da Subco-

missão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde e da Subcomissão Permanente de Defesa do Emprego e da Previdência Social, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à instalação das referidas subcomissões assim como a apresentação dos membros e das chapas a serem votadas para Presidente, Vice-Presidente, para o biênio 2009/2010.

Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência. Senadores titulares: Efraim Morais, Democratas; Eduardo Azeredo, PSDB; Flávio Arns, PT; Paulo Duque, PMDB; Mozarildo Cavalcanti, PTB. Suplentes: Senador Jayme Campos, pelos Democratas; Marisa Serrano, PSDB; Paulo Paim, PT; Leomar Quintanilha, PMDB; Gim Argello, PTB. Para Presidente o Senador, Flávio Arns e Vice-Presidente Senador Eduardo Azeredo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não, na realidade nós não podemos fazer a votação agora, porque o número tem que corresponder ao número de membros que dá a Comissão. Nós só temos, precisamos ter...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Porque o Senador Paulo Paim, é suplente do Senador Flávio Arns, os dois estão presentes, por isso que não tem número. Precisaria que Senador Eduardo Azeredo estivesse aqui.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não tem presente. Então, nós deixamos para amanhã, antes da Audiência Pública, fazemos a votação.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vamos ler e amanhã será a votação.

Subcomissão Permanente de Promoção de Acompanhamento e Defesa da Saúde. Titulares: Adelmir Santana, Papaléo Paes, Augusto Botelho, Mão Santa e Mozarildo Cavalcanti. Suplentes: Raimundo Colombo, João Tenório, Marcelo Crivella, Paulo Duque e João Durval. Para Presidente o Senador Augusto Botelho e para Vice-Presidente o Senador Papaléo. Papaléo...

[pronunciamento fora do microfone].

Subcomissão Permanente de Defesa do Emprego e da Previdência Social. Senadores titulares: Adelmir Santana, Lúcia Vânia, Paulo Paim, Mão Santa, Mozarildo Cavalcanti. Suplentes: Efraim Morais, Papaléo, José Nery, Wellington Salgado, Gim Argello. Para Presidente o Senador Paulo Paim e Vice o Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Quantos titulares [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): São cinco titulares e cinco suplentes.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É possível sim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria propor à V. Exa., como nós fizemos, sem o microfone, lá na Comissão de Direitos Humanos, que V. Exa. pudesse indicar um senador da comissão no lugar de um outro que não está presente, para efeito de quórum de votação sem prejuízo de depois, o Senador não concordar, sair, V. Exa. tem a liberdade de colocar, aí nós teríamos para votar todas as comissões agora. Teríamos três senadores.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu concordo, já liquidava [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Foi feito agora, lá na Comissão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Regimentalmente, a senhora pode fazer isso, porque a indicação é da Presidência da Comissão. E volta ao estado anterior.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sem prejuízo de na próxima haver a mudança.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A questão é da proporcionalidade [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas é para efeito de votação só, só para efeito de votação. Depois volta ao normal, porque as chapas todas são unânimes, ninguém aqui questiona quem são os presidentes ou os vices.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não é uma disputa. Todos aqui presentes concordam, não há discordância nenhuma, e essas indicações de Presidente e Vice são de acordo. V. Exa. não é da base. Claro, V. Exa. votou, o Senador Cristovam votou na outra Comissão.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Presidente vota.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): E o PTB não está no bloco.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): O PTB não está no bloco.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Qual é a solução, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A solução é que nós vamos... Eu vou, designo o Senador Paulo Paim, eu estou me designando para ir e dou a Presidência para o Senador Paulo Paim. Pronto.

[troca de presidência]

[interrupção no áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos iniciar o processo de votação. Chamamos o nobre Senador...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu chamo o Senador Mozarildo Cavalcanti para votar, repito que V. Exa. vai receber uma chapa onde V. Exa. é o Vice-Presidente e esse Senador seria o Presidente. Seria... se... Senadora Rosalba Ciarlini, por favor. Só vou dizer que é chapa única, o voto é secreto [risos]. Depois que V. Exa. votar, a senhora assume e eu vou votar.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Mas só essa comissão?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Todas, todas. Eu convido já a Senadora Ciarlini para, depois de votar, assumir aqui, para que eu possa votar.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Até a próxima. Eu tenho que... Rubricar, é? Agora os outros podem votar? Aí pode? Pode votar? Não, eu digo... Vamos, vamos fazer, fazer logo. Mozarildo votou, Roberto Cavalcanti. Ah, não faz parte, então, queremos convidar o Senador Roberto Cavalcanti como escrutinador.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senadora, por unanimidade foi aprovada toda a Comissão. Presidente Senador Paulo Paim, Vice-Presidente Senador Mozarildo Cavalcanti, da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito bem. Parabéns, aos dois. Vamos agora à votação da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência. Para... Em substituição ao Senador Jayme Campos, eu designo Rosalba Ciarlini e convido o Senador Paim para presidir.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Convidamos de imediato a Senadora Rosalba Ciarlini para votar, isso, que depois eu voto também. Senadora Rosalba Ciarlini e chamo de imediato já o Senador Flávio Arns. Senador Mozarildo Cavalcanti, por favor. Senador Roberto Cavalcanti para que mais uma vez faça o escrutínio.

[interrupção no áudio]

Flávio Arns e quem?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, a eleição foi também por unanimidade. Para Presidente o Senador Flávio Arns e para Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Declaro empossado o Senador Flávio Arns como Presidente e o Senador Eduardo Azeredo como Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, passo a presidência à Senadora Rosalba Ciarlini.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Parabenizar o Senador Flávio Arns e o Senador Eduardo Azeredo, que passam agora a estar a frente da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência.

A votação da Presidência e Vice-Presidência da Subcomissão de Saúde nós faremos amanhã, antes da Audiência Pública, com a presença do Senador Presidente Augusto Botelho e Vice-Presidente Papaléo.

E convidamos para a reunião de amanhã, sobre o debate com relação a... Uma Audiência Pública solicitada pelo Senador César Borges e onde será debatido questões ligadas às doenças endêmicas e à dengue.

Então fica encerrada a presente sessão, convocando para amanhã às 10 horas.

Sessão encerrada às 12h45.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

RETIFICAÇÃO DE ATAS
2009

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2009.

Onde está escrito *"Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marina Silva, Expedito Júnior, Valter Pereira, Álvaro Dias, Heráclito Fortes, José Agripino e Eduardo Azeredo, que justifica a ausência."*

leia-se:

"Deixam de comparecer os Senhores Senadores Expedito Júnior, Valter Pereira, Álvaro Dias, Heráclito Fortes e José Agripino. Justificam a ausência os Senhores Senadores Marina Silva e Eduardo Azeredo."

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2009.

Onde está escrito *"Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Cleide, Paulo Paim, Inácio Arruda, Marina Silva, Expedito Júnior, Valter Pereira, Geraldo Mesquita Júnior, Wellington Salgado de Oliveira, Heráclito Fortes, Lúcia Vânia e Marisa Serrano. Justificam a ausência os Senhores Senadores Sérgio Zambiasi e Romeu Tuma."*

leia-se:

"Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Cleide, Paulo Paim, Inácio Arruda, Expedito Júnior, Valter Pereira, Geraldo Mesquita Júnior, Wellington Salgado de Oliveira, Heráclito Fortes, Lúcia Vânia e Marisa Serrano. Justificam a ausência os Senhores Senadores Marina Silva, Sérgio Zambiasi e Romeu Tuma."

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2009.

Às onze horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de março de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim, Inácio Arruda, Expedito Júnior, Gilvam Borges, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Heráclito Fortes, Cícero Lucena, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Ideli Salvatti, José Nery, Roberto Cavalcanti, Pedro Simon, Valdir Raupp, Lobão Filho, Gilberto Goellner, Jayme Campos, Efraim Morais, Eliseu Resende, Papaléo Paes, Mozarildo Cavalcanti e Jefferson Praia reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Cleide, Valter Pereira, Geraldo Mesquita Júnior, Wellington Salgado de Oliveira, Francisco Dornelles, José Agripino, Adelmir Santana, Álvaro Dias e Lúcia Vânia. Justificam a ausência os Senhores Senadores Marina Silva e Cristovam Buarque. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após a Presidência registra a presença para acompanhar a reunião, do Deputado Gastão Vieira (PMDB/MA), ex-Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta, comunicando que o autor dos **Itens 001** (**Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2008**) e **005** (**Projeto de Lei do Senado nº 003, de 2008**), Senhor Senador Cristovam Buarque, solicita a retirada dos projetos supracitados, em virtude das conversações que estão sendo feitas com o Ministério da Educação – MEC a respeito dos temas. A Presidência consulta o Senhor Senador Marco Maciel, relator do **Item 001**, que concorda com a retirada de pauta. Os projetos são retirados de pauta. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta, pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Álvaro Dias, que "Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre veículos para transporte coletivo de estudantes, quando adquiridos por Prefeituras Municipais e pelo Distrito Federal, bem como por profissionais autônomos e suas cooperativas habilitados e dedicados exclusivamente ao transporte escolar". O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o parecer é favorável. Na reunião do dia 17/03/09 foi concedida vista ao Senador Gerson Camata, que não apresentou manifestação por escrito. O parecer é aprovado. **Item 004: Projeto de Lei da Câmara nº 079, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Ivan Valente, que "Institui a obrigatoriedade de incluir o quesito cor/raça nas fichas de matrícula e nos dados cadastrais das instituições de educação básica e superior, públicas ou privadas, em suas diversas modalidades de ensino". O relator designado é o Senador Inácio Arruda e o parecer favorável é aprovado. **Item 007: Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que "Altera as Leis nºs 3.268, de 1957, e 4.324, de 1964, para dispor sobre o exame de proficiência dos médicos e dos cirurgiões-dentistas". O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o parecer é pela rejeição. Na reunião do dia 17/03/09 foi concedida vista à Senadora Ideli Salvatti, que não apresentou manifestação por

escrito. O parecer pela rejeição é aprovado. **Item 014: Projeto de Lei da Câmara nº 014, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Alex Canziani, que "Denomina José Hosken de Novaes o Campus Londrina da Universidade Técnológica Federal do Paraná, localizado no município de Londrina, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o parecer favorável é aprovado. **Item 012: Projeto de Lei da Câmara nº 089, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Paes Landim, que "Denomina o trecho da BR-324 compreendido entre as cidades de Remanso, no Estado da Bahia, e São Raimundo Nonato, no Estado do Piauí". O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o parecer favorável é aprovado, com a emenda nº 01-CE. Neste momento a Senhora Senadora Marisa Serrano requer, oralmente, pela ordem, a inclusão, extrapauta, de Requerimento, o que é aprovado **(Ver Extra-Pauta Item 001). Item 016: Requerimento nº 04/09 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Fátima Cleide, Paulo Paim e Inácio Arruda, que requer "...nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater a implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com a presença dos seguintes convidados: **Fernando Haddad**, Ministro da Educação; **Paulo César Pereira**, Representante dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; **Tânia Guerra**, Representante do SENASEFE – Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 001: Requerimento nº 0509 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que requer "...na forma do disposto no art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal e nos arts. 90, V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizadas nesta Comissão **Audiências Públicas** para tratar da situação atual da educação básica no Brasil, especialmente sobre as reformas educacionais em andamento. Deverão ser convidados Secretários Estaduais de Educação de Estados que têm desenvolvido experiências importantes que repercutem na qualidade e na gestão da Educação, além de representarem as dificuldades e os óbices identificados para o cumprimento das determinações legais. Para tratar da remuneração dos professores deverão ser convidados os secretários dos Estados de São Paulo, Pernambuco e Piauí. Para tratar da gestão escolar e certificação de diretores de escolas deverão ser convidados os Secretários de Minas Gerais, Distrito Federal e Acre. Para tratar da avaliação da aprendizagem, formação de professores e alfabetização deverão ser convidados os secretários do Rio Grande do Sul, Ceará e Mato Grosso do Sul. Em cada uma das audiências deverá estar presente um representante do CONSED e da UNDIME a fim de participar e enriquecer o debate". O Requerimento é aprovado. Prosseguindo, a Senhora Senadora Marisa Serrano pede a palavra e solicita a inclusão, extrapauta, de Requerimento de Informação, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 002: Requerimento de Informação nº 06/09 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria das Senadoras Marisa Serrano e Rosalba Ciarlini, que "Nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos IX, X e XI, e o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam prestadas, pelo Ministério da Cultura, as seguintes informações: a) Relatório completo do Fundo Nacional de Cultura (FNC) contendo a movimentação e utilização de verbas no ano de 2008. b) Relação completa dos projetos que receberam recursos por meio da Lei Rouanet com a indicação de: Nome do Projeto; Número do Pronac; Nome do proponente; Estado do proponente; Valor aprovado; Valor captado; Área cultural do projeto; Segmento do projeto (artigo 18 ou 26); Relação de empresas que destinam recursos para cada projeto; Valor destinado por cada empresa para cada projeto". O Requerimento é aprovado. **Item 017: Comunicados da Presidência: Comunicado 01:** "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de correspondência, do Vice-Presidente no Exercício da Presidência do Comitê Olímpico, Sr. André Gustavo Richer, encaminhando a Apresentação da Aplicação Técnica e Financeira dos Recursos da Lei Agnelo/Piva 2008 e as Metas das Confederações para o ciclo olímpico 2009/2012". **Comunicado 02:** "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de correspondência dos Conselhos Federal e Regionais de Educação Física, informando que este ano foi escolhido como o Ano da Educação Física Escolar, visando à universalização, inclusão, diversidade, individualidade e a cidadania. Serão desenvolvidos vários eventos no decorrer de 2009, que estão sendo organizados por aqueles Conselhos, com o apoio da Comissão de Assuntos Sociais do Senado, da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, do Conselho Nacional de Educação, do Ministério do Esporte e do Ministério da Educação. Por sugestão da Senadora Marisa Serrano, esta Comissão também passa a apoiar as ações a serem desenvolvidas no ano corrente". Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 384, de 2007; Item 006: Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2008; Item 008: Projeto de Lei da Câmara nº 056, de 2008; Item 009: Projeto de Lei do Senado nº 603, de 2007; Item 010: Projeto de Lei**

do Senado nº 302, de 2008; Item 011: Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2008; Item 013: Projeto de Lei da Câmara nº 061, de 2008; Item 015: Projeto de Lei da Câmara nº 014, de 2008. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e trinta e cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Flávio Arns**

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 24 DE MARÇO DE 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): [soa a campanhia] Havendo número regimental declaro aberta a 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário, a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os senadores e senadoras que estiveram de acordo permaneçam como se encontram. Aprovadas.

Quero comunicar ao Plenário que no dia de amanhã, às 10 horas, nós teremos aqui na sala 15, dessa Comissão de Educação, Cultura e Esporte, audiência pública com o Ministro de Estado da Cultura, João Luís Silva Ferreira. Os programas, tendo como tema: *Os Programas Prioritários, as Metas e os Recursos Orçamentários Disponíveis para 2009 no Âmbito do Ministério da Cultura*. Autoria do requerimento para audiência com o Sr. Ministro da Cultura, de minha autoria também, no Senador Marco Maciel, do Senador Cristovam Buarque, Gerson Camata, João Vicente Claudino e Alvaro Dias.

Portanto, amanhã, então, nós teremos, com alegria, a presença do Ministro para discutir as propriedades, os desafios, orçamento, da Pasta da Cultura para... Não só este ano, mas o ano que vem e os entrosamentos que podem decorrer disto, com essa Comissão.

Eu quero também comunicar aos Srs. Senadores, Sras. Senadoras, que na semana passada foi aprovado um requerimento do senador Cristovam Buarque, em função da distribuição de livros no Estado de São Paulo, com erros, como todos se lembram, erros de Geografia e erros de outra... De outra natureza também. E o requerimento que foi aprovado nessa Comissão, foi no sentido de se enviar ofício ao Sr. Governador José Serra, pedindo a imediata retirada, o recolhimento daquele material. Como no meio tempo, este recolhimento aconteceu, entramos em contato com o Senador Cristovam Buarque, autor do ofício e alteramos o ofício para o senhor Governador, da seguinte maneira que eu passo a ler ao plenário, para... Eu tenho a impressão, refletir a realidade dos fatos:

> "*Sr. Governador, cumprimentado-o cordialmente, dirijo-me a V.Exa. em nome desta Comissão, para apoiar a decisão desse executivo estadual, no sentido de retirar de circulação os livros didáticos distribuídos na rede pública do estado, que continham graves erros de Geografia.*
>
> *Na reunião deliberativa no dia 17 de março do corrente, foi aprovado, por unanimidade, pela maioria dos membros deste colegiado. O Requerimento nº 02/2009, Comissão de Educação, em anexo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que solicitava imediata retida dos livros supracitados.*
>
> *Uma vez que tal problema foi sanado com a pronta e correta providência adotada por V.Exa., cabe-nos reconhecer e elogiar a iniciativa.*
>
> *Atenciosamente, Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão*".

Então isto reflete, vamos dizer, aquilo que foi aprovado, a mudança na sequência e não havia mais razão, na verdade, para solicitar que o Governador retirasse os livros que haviam sido distribuídos, já que isso já havia acontecido.

Nós temos um quórum para apreciação de projetos de natureza não terminativa. Então nós vamos passar a esses projetos em primeiro lugar.

Eu quero dizer que o item 1 da pauta que é natureza terminativa, com a relatoria do Senador Marco Maciel, que trata da cesta básica do livro, o Senador Cristovam Buarque pediu para que esse projeto fosse retirado de pauta, já que está havendo um processo de negociação com o Ministério da Educação a respeito do conteúdo do projeto. Então, se V.Exa. não se opuser, Senador Marco Maciel, a pedido do autor do projeto, para retirada de pauta.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu estou totalmente de acordo com o providência adotada por V.Exa., e de comum acordo com o autor, o nobre Senador Cristovam Buarque.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Certo. E também... O nº 5 também? E tam-

bém, da mesma forma, o item 05 da pauta, que é de natureza terminativa, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Universitário de Apoio a Alfabetização de Jovens e Adultos. Autoria, também é do Senador Cristovam Buarque, a relatoria é do Senador Gerson Camata, que ele está a caminho, já assinou o livro e conversamos, inclusive, agora há pouco, não sobre este assunto.

Mas o Senador Cristovam Buarque, como autor do projeto, também solicita a retirada de pauta para este entendimento que nos fez chegar ao conhecimento, está mantendo com o Ministério da Educação.

Passamos então, ao item 02 da pauta, de natureza não terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 240/2008, que "*Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, IPI, da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, incidentes sobre veículos para transporte coletivo de estudantes, quando adquiridos por prefeituras municipais e pelo Distrito Federal, bem como por profissionais autônomos e suas cooperativas, habilitados e dedicados exclusivamente ao transporte escolar*". Autoria é do Senador Alvaro Dias, a relatoria é do senador Cícero Lucena, o parecer é favorável.

A matéria é terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos e, na reunião de semana passada, de 17/3/2009, foi concedida vista ao senador Gerson Camata. O Senador Gerson Camata não se manifestou a esse respeito e nós havíamos, já na semana passada, dito que esse assunto voltaria a pauta nessa semana.

Então, está em discussão a matéria. Já foi lido o parecer, pelo Senador Cícero Lucena, a discussão, inclusive, aconteceu, não foi encerrada, não havendo quem queira discutir. Então está encerrada a discussão. Em votação o item nº 2 da pauta, o Projeto de Lei do Senado 240/ 2008. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Muito bem, Senador Cícero Lucena, parabéns pelo relatório proferido. Pois não, Senador Cícero Lucena, com a palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Querido Presidente, eu é que tem que parabenizar as senadoras e senadores aqui presentes, bem como naquela sessão passada, porque realmente eu tive, inclusive, além da sensibilidade do autor do projeto, o Senador Gerson Camata, dizer que a repercussão, em particular, no meu estado, foi muito favorável, até porque, não só o poder público, estado e município, vai poder adquirir esses equipamentos tão importantes para um item que é fundamental para evitar a evasão escolar, como também daqueles profissionais que alguns que perderam emprego, em crise passadas, em momentos atuais, vão poder ter alternativa de adquirir veículos de boa qualidade a um custo mais baixo e, consequentemente, prestar um serviço melhor, a exemplo do que hoje é feito pelos taxistas, que são favorecidos com leis semelhantes a essa.

Então eu quero parabenizar a todos demais senadores que aqui colaboraram.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente. E principalmente, assim com isso, além de se gerar emprego e renda garantir-se o acesso do educando com qualidade, também.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Isso. Qualidade, segurança.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): À escola, com segurança. Passamos ao item 04 da nossa pauta, de natureza não terminativa, que é o Projeto de Lei de Câmara nº 79/2006, que "*Institui a obrigatoriedade de incluir o quesito cor/raça, nas fichas de matrícula e nos dados cadastrais das instituições de educação básica e superior, públicas ou privadas, em suas diversas modalidades de ensino*". A autoria é do Deputado Ivan Valente, o relator o Senador Inácio Arruda, o parecer é favorável. E a matéria constou na pauta da reunião do dia 17/03/2009.

Com a palavra, então, o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, na verdade, o Deputado Ivan Valente procura fazer uma adequação da legislação que é utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que incluiu, entre os quesitos que são levados à população para verificação do critério de cor e raça, este quesito.

No caso das escolas, as escolas não têm a possibilidade de uso desse instrumento. No seu formulário, que é posto para que todos os estudantes possam responder sobre a sua vida, como é que se desenvolve, critérios econômicos, sociais, não consta esse critério que já é utilizado pelo IBGE. E o Deputado Ivan busca fazer valer esse critério que é usado pelo IBGE, também no Ministério da Educação, nas escolas da rede pública, da rede privada, em todo Brasil.

Um argumento que o Deputado utiliza, e que o MEC acolhe com tranquilidade, é de que o fato de você poder distinguir bem o critério de cor, possibilita, facilita, a aplicação das políticas de inclusão social. Então, tem esse viés também do projeto do Deputado Ivan Valente.

Por essas razões nós acolhemos a proposição, nos termos que foi apresentada pelo Deputado Ivan Valente e pedimos, então, também o apoios dos nossos pares para que a gente consiga aprovar essa importante iniciativa de adequação da utilização de critérios pelo IBGE e também pelo Ministério da Educação.

Muito obrigado Sr. Presidente. É o relatório e nosso voto é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem Senador Inácio Arruda, está em discussão a matéria. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, de forma muito rápida, só para dizer que concordo na íntegra com autor e o relator. Principalmente(F) eu que trato tanto desse tema, do combate ao preconceito racial.

Sabe por que não tinha, Deputado(sic) Inácio Arruda, até um passado... Essa distinção, inclusive, no Estatuto da Igualdade Racial, nós também colocamos algo semelhante a isso. E aquelas que são contra, acham que é uma ação discriminatória, dizer se você é negro ou é branco.

Isto até tinha fundamento no momento em que o racismo era tão forte, tão contundente que o próprio povo negro, senador, tinha receio de dizer que era negro. Mas felizmente avançamos, a auto-estima da comunidade negra, com certeza, avançou muito nesse processo. E hoje, cada um com a maior tranquilidade, diz: "Sou negro, sou branco, sou índio".

Então, cada um assume a sua identidade, a sua história, a sua vida, tanto que na sala de aula hoje, já por lei, que eu tive a alegria de ser o autor da primeira proposta aprovada na Câmara, infelizmente na época aqui o Senado não aprovou, depois a Deputada Esther Gross, reapresentou, a gente conta hoje, aí sim aprovada, a verdadeira história da participação dos negros na formação do povo brasileiro.

Então só vem esse projeto, de autoria do Deputado Ivan Valente, relatado pelo Deputado Inácio Arruda, apenas aprimorar, porque cada um com a maior tranquilidade assume. Eu sempre digo: "Cada um tem que dizer, sou negro, sou branco", inclusive, a sua descendência, de italiano, de alemão, qual é o problema, de africano.

Parabéns pela iniciativa, tanto o autor quanto o relator.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com a palavra...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, Senador Paulo Paim.

Eu só quero antes de passar a palavra à Senadora Marisa Serrano, só dizer que praticamente estamos próximos, assim, de um quórum para matérias de natureza terminativa.

Na medida do possível, a gente sabe que os compromissos também são vários, em outras Comissões, que se a gente puder, pelo menos, até meio dia, aí nós termos aí o quórum para essa finalidade também.

Senadora Marisa Serrano, para discutir a matéria.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada Sr. Presidente. Eu concordo, acho a matéria meritória e no sentido de lutarmos para garantir a promoção da igualdade racial. Eu acho que essa tem que ser uma luta de todos os brasileiros. Que não haja discriminação, que todos tenham as mesmas oportunidades e que todos, principalmente, independente de raça, cor, credo, onde more, tenha a possibilidade de conquistar uma vida melhor, conquistar seus sonhos e, principalmente, que não haja discriminação.

A única preocupação minha, Sr. Presidente, eu voto favorável e sou favorável a qualquer projeto que vise a promoção da igualdade racial. Mas a única preocupação minha é que nós não comecemos a criar nesse país uma... Um fosso.

Que seja integração, como nós queremos fazer com os portadores de necessidades especiais, que eles sejam incluídos, que haja um sentimento de acolhimento. É nesse sentido que eu acho que a nós temos que ter o cuidado. A luta tem que ser nesse sentido. E a minha preocupação é que às vezes me parece que queremos fazer dois grupos, agora aqui é um grupo e aqui é outro, e não é essa, esse o sentimento de nação, o sentimento que nós queremos de cidadania.

É justamente aí a palavra inclusão. E essa inclusão é que nós queremos de todas as raças, de todos os credos, que formam a nação brasileira. Eu acho que é esse o sentimento que a gente tem que ter.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Agradeço a Senadora Marisa Serrano.

Não havendo mais quem queira discutir está em votação a matéria, os que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Muito bem, passamos ao item 07 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 102 de 2006: "*Altera as Leis nºs 3.268, de 57, e 4.324, de 64, para dispor sobre o exame de proficiência dos médicos e dos cirurgiões-dentistas*". Autoria da Senadora Serys Slhessarenko, a relatoria é do Senador Papaléo Paes. O parecer é pela rejeição. A matéria é terminativa na Comissão de Assuntos Sociais.

No dia 30/10/2007, foi realizada audiência pública para instruir o projeto. Na reunião do dia 17/03/2009, semana passada, foi concedida vista à Senadora Ideli Salvatti, que devolveu... Não propriamente devolveu, mas que não se manifestou a respeito do mérito do Projeto de Lei. Com a palavra o Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Semana passada eu expus meu relatório, fiz a leitura do relatório

e mantenho meu voto pela rejeição do PLS, por motivos explicados no relatório já lido por mim e que está em mãos dos Srs. Senadores, das Sras. Senadoras. Então, meu voto é pela rejeição do PLS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. O voto é pela rejeição, está em discussão a matéria nº 07 da pauta. Não havendo quem queira discutir, está em votação. Srs. Senadores, Sras. Senadoras, que estiveram de acordo com o relatório.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, se me permitir ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como é um projeto da Senadora Serys Slhessarenko, e ela não está presente, não sei se dá tempo, eu também vou respeitar a orientação que V.Exa.... Já encerrou o tempo de discussão. Eu não sei se é possível nós dialogarmos com ela, para ver qual é a opinião dela, mas eu respeito que já passou o tempo de discussão. V.Exa. está em regime de votação. Eu cumprirei o regimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero só ponderar com V.Exa., que de fato isso poderia ser feito, mas, inclusive, foi pedido vistas aos projeto na semana passada, foi retirado de pauta, está retornando a pauta nessa semana. E não é terminativo nesta Comissão. Então é terminativo na Comissão de Assuntos Sociais.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu me submeto, que eu nem estava aqui a semana passada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, mas, só Senador Paulo Paim, havendo, assim, a necessidade de um debate, de um aprofundamento, isso pode perfeitamente acontecer na Comissão de Assuntos Sociais. Está bem?

Muito bem, os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que estiveram de acordo com o parecer do Senador Papaléo Paes, permaneçam como se encontram. O parecer está aprovado.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): A rejeição do projeto está aprovada. Parecer pela rejeição. Deixando bem correta a expressão.

Passamos ao item 14 da pauta, de natureza não terminativa, o Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2008, que institui o dia do Prefeito. Autoria do Deputado Eliseu Padilha, relatoria do Senador Valdir Raupp, e o parecer é favorável.

Então, com a palavra o senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

"*O Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2008, de autoria do Deputado Eliseu Padilha, institui o Dia do Prefeito, a ser celebrado no dia 11 de abril, em todo o País.*

Na Casa de origem, a proposição foi apreciada pelas Comissões de Educação e Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania, que se pronunciaram por sua aprovação. Em análise na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, o projeto não recebeu emendas.

Nos termos do disposto no inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação, Cultura e Esporte opinar sobre o mérito de matérias que versem sobre datas comemorativas.

Esse é, precisamente, o objeto da proposição, ao eleger uma data para celebrar o relevante papel político e social dos Prefeitos e tornar nítida a importância dos municípios na configuração federativa de nosso país continental.

Muito apropriadamente, a justificação do projeto enfatiza que o Município é a célula de todo o tecido organizacional do território nacional. Sem dúvida, é no ambiente municipal que as políticas públicas alcançam a plena realização, surtem seus efeitos, demonstram sua maior ou menor eficácia, ditando a eventual correção de rumos em áreas sensíveis como a de saúde, da educação, do trabalho e de tantas outras visceralmente atreladas à vida em comunidade.

No cumprimento de seu mandato, o Prefeito, como gestor da execução dessas políticas, exerce um papel de primordial importância na administração da sociedade.

Cabe também ressaltar a pertinência da escolha da data, plena de significado histórico, destinada à celebração, pois foi exatamente no dia 11 de abril de 1835, na então Província de São Paulo, que o cargo de prefeito foi instituído por lei.

Assim, a partir das razões expostas, entendemos que a oportunidade do projeto está amplamente justificada".

Do voto. "*Nesse sentido, examinado o mérito, e por não identificar óbices de natureza constitucional, jurídica ou de técnica legislativa, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2008*".

É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Está em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, em votação. Srs. Senadores, Sras. Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos ao item 12 da pauta, também de natureza não terminativa. Já havia sido conversado para que o Senador João Vicente Claudino, fosse o relator da matéria. Ele não se encontra presente, como o autor, a relatoria era do Senador Heráclito Fortes do DEM, estamos solicitando ao Senador Marco Maciel que seja o relator *ad hoc*.

É o Projeto de Lei da Câmara nº 89 de 2008, que denomina o trecho da BR 324 compreendido entre a cidade de Remanso, no Estado da Bahia e São Raimundo Nonato, no Estado do Piauí. A autoria do Deputado Paes Landim, relatoria do Senador Heráclito Fortes, agora do Senador Marco Maciel, como relator *ad hoc*, parecer favorável com a emenda oferecida. A matéria constou na pauta da reunião dos dias 10/03/209, 17/03/2009.

Com a palavra, o Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Ilustre Presidente Senador Flávio Arns, Sra. Senadora Marisa Serrano, Srs. Senadores.

Sr. Presidente: A proposição agora anunciada, de autoria do Deputado Paes Landim, portanto matéria que se iniciou na Câmara dos Deputados, "*Tem por objetivo dar o nome de Rodovia Luís Eduardo Magalhães, ao trecho da BR-324 situado entre as cidades de Remanso, no Estado da Bahia, e São Raimundo Nonato, no Estado do Piauí.*

Em prol de sua proposição, o autor, o Senador Heráclito Fortes, argumenta que o empenho do Deputado Luís Magalhães junto ao Governo da Bahia foi de fundamental importância para a conclusão dessa estrada, a qual propiciou a melhoria do acesso ao Parque Nacional da Serra da Capivara", que é realmente um dos grandes sítios ecológicos, porque tem muitas inscrições rupestres e é também um patrimônio arqueológico, então essa estrada propicia a melhoria ao acesso ao Parque Nacional da Serra da Capivara, *"contribuindo fortemente para o ecoturismo, bem como para a pesquisa cultural e arqueológica na localidade*".

"*Na Câmara dos Deputados, o projeto foi apreciado e aprovado nas Comissões de Viação e Transportes e de Constituição e Justiça e de Cidadania. No Senado Federal, distribuído exclusivamente para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o projeto não recebeu emendas*.

Luís Eduardo Magalhães, como todos nós sabemos, foi um dos grandes e destacados parlamentares da política brasileira dos nossos dias. "*Duas vezes deputado estadual e três vezes deputado federal, assumiu, em 1995, a Presidência da Câmara dos Deputados, onde se notabilizou principalmente pela liderança e pelo trânsito fácil com parlamentares de todas as tendências. Faleceu precocemente aos 43 anos, em 21 de abril de 1998, num dos momentos mais importantes da sua carreira, quando iniciava sua campanha para o Governo da Bahia*".

Ele era, como todos nós sabemos, candidato a governador.

> "*Assim, é de indiscutível mérito que a proposição por meio da qual o nobre Deputado Paes Landim quis atribuir à rodovia que liga o interior da Bahia ao sítio cultural e turístico da Serra da Capivara, no sudeste do Piauí, o nome de Luís Eduardo Magalhães. Sobretudo, Sr. Presidente, trata-se uma de homenagem justa, uma vez que o associa à estrada que ajudou a implementar, por vislumbrar, à época, a importância daquele sítio para a pesquisa cultural e científica sobre as origens do homem americano, que vem sendo desenvolvida há muitos anos na localidade*".

Eu já tive a oportunidade de visitar duas vezes a Serra da Capivara e devo dizer que realmente é algo que fascina pela sua riqueza arqueológica, pelas inscrições rupestres, e pela preservação do sítio, que graças a participação de cientistas brasileiros e estrangeiros, tem permitido fazer com que a Serra da Capivara seja adequadamente preservada. Inclusive, é um empreendimento que tem contado com o apoio do Banco Interamericano do Desenvolvimento, sobretudo no tempo em que era Presidente da instituição, o Dr. Enrique... Ele era o Presidente, que era o Presidente do Banco Interamericano do Desenvolvimento o BID, o Dr. Enrique Iglesias.

> *"O Projeto de Lei da Câmara, PLC 89, de 2008, ademais, não contém vícios de iniciativa e apresenta-se em conformidade com os preceitos constitucionais e as normas da boa técnica legislativa. Atende ainda ao preceito firmado na Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que: "dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação", a qual determina que um trecho de via poderá ter, supletivamente à terminologia oficial, a designação de nome de pessoa falecida que haja prestado re-levante serviço à Nação ou à Humanidade.*
>
> *O único reparo necessário à proposição recai sobre a ementa, cuja redação deixou de explicitar, como convinha e como convém, a denominação que será dada à Rodovia 324 no trecho em questão.*

Pelo exposto, meu voto, Sr. Presidente, concluí pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara, com emenda que apresentamos. A Emenda é muito singela, mas, porém, indispensável. Daí porque, sou de parecer com o Relator ad hoc, que se de a Ementa do Projeto de Lei nº 89 de 2008, a seguinte redação: "Denomina a rodovia Luís Eduardo Magalhães, a BR 324, no trecho entre a cidade de Remanso no estado de Bahia e de são Raimundo Nonato no estado do Piauí".

Este é o meu parecer como relator *ad hoc*.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, Senador Marco Maciel, está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação o parecer que é favorável com a emenda oferecida. Os que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu... Só antes, eu gostaria de destacar a presença do Deputado Gastão Vieira do PMDB do Maranhão, colega nosso, da Câmara dos Deputados, do Senador Paulo Paim, do Inácio Arruda, da Marisa Serrano. Já foi presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, na época, depois que foi dividida lá, Esporte e Turismo.

E hoje ele tem uma grande responsabilidade na Câmara dos Deputados, de relatar o Projeto de Lei 3021 e outros projetos relacionados ao assunto, que tratam da questão do terceiro setor, da isenção, das isenções, discussão de isenção e imunidade, registro nos órgãos próprios, obtenção dos certificados de assistência social, da divisão nos Ministérios. É um assunto que interessa sobremaneira o terceiro setor.

E quando nós soubemos que o Senador Gastão Vieira, junto, agora, com o Senador Eduardo Barbosa lá na Comissão de Seguridade Social e Família, são os relatores dessa matéria tão fundamental para a sociedade, na Câmara, eu digo: "Olha, eu acho que nós, dentro de um quadro de muito debate e discussão, temos uma grande oportunidade de termos uma lei adequada e boa para atender essas entidades".

Inclusive, Deputado Gastão, semana passada, pelo fato de nós estarmos iniciando o mandato, o mandato como Presidente da Comissão de Educação, muitas entidades tem procurado entrar em contato. E semana passada estavam aqui as entidades educacionais comunitárias. Quer dizer, aquelas sem fins lucrativos, católicas, batistas, protestantes, e com várias preocupações, entre elas a questão de lei que está sob sua relatoria. E eu falei exatamente o que eu estou falando aqui, falei para eles e tenho falado para todas as entidades pelo Brasil: "Que bom que nós temos uma pessoa tranquila, sabe do valor, sensata" e que junto com o Deputado Eduardo Barbosa, na área da assistência e da saúde, V.Exa., na parte da educação, pode fazer um excelente trabalho para o Brasil.

Eu só quero dizer da alegria de termos, apareça sempre, essa é a sua Comissão também.

DEPUTADO GASTÃO VEIRA (PMDB-MA): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não há, evidentemente, quórum para decisões de natureza terminativa.

Antes, eu só quero colocar em votação, em apreciação, o item nº 16 da pauta, que é de natureza não terminativa, é o Requerimento da senadora Fátima Cleide.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Do senador Paulo Paim, do Senador Inácio Arruda, também.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria também, se fosse possível colocar extrapauta um Requerimento de minha autoria que está sobre a Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não, está sobre a Mesa, sobre a mesa. Está bem, colocaremos na sequência.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, se me permitir eu queria fazer uma rápida consideração sobre esse Requerimento da senadora Fátima Cleide, é de autoria dela, eu assinei por ela não estar presente, e o Deputado(sic) Inácio Arruda também, no momento em que V.Exa. entender mais adequado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim, colocarei em discussão. Não, nós vamos colocá-lo em discussão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agora?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Além da nossa concordância absoluta com o Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Isto. Então, a Senadora Marisa Serrano solicita que nós tenhamos o item 17, requerimento extrapauta, se todos concordarem. Há uma concordância, então colocaremos na sequência.

Item 16: "*Requeiro nos termos do art. 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal. A realização de Audiência Pública para debater a implantação dos institutos federais de educação, ciência e tecnológica, com a presença dos seguintes convidados: Fernando Haddad, Ministro da Educação, Paulo César Pereira, representante dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; Tânia Guerra, representante do SENASEFE, Sindicato Nacional dos Servidores Federais de Educação Básica e Profissional*". Autoria da

Senadora Fátima Cleide, do Senador Paulo Paim, e do Senador Inácio Arruda. Está em discussão o Requerimento.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, bem rapidamente só para dizer que...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Deu certo.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deu. A iniciativa da nobre Senadora Fátima Cleide vem no momento adequado. Esse ano, até por iniciativa de um projeto do Senador Camata, Gerson Camata que eu tive a alegria de relatar, é os 100 anos do ensino técnico. E é nesse viés que vai essa audiência pública, para que a gente fortaleça o ensino técnico no país.

Eu sempre digo que o bom seria que tivéssemos pelo menos uma escola técnica em cada cidade do país, por menor que ela seja. Claro que gostaríamos que nos grandes centros tivéssemos 10, 20, 30, 40, quantas fossem possíveis.

É fundamental para tirar a nossa juventude, que fica a mercê, muitas vezes do narcotráfico, a entrada nas escolas técnicas. Foi aí que eu comecei a minha vida e foi fundamental a oportunidade que eu tive de fazer a minha formação numa escola técnica.

Isso sim, que é inclusão objetiva e direta, dar oportunidade aos jovens a aprender uma profissão lá nos bancos escolares.

Meus cumprimentos à Senadora Fátima Cleide.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Continua em discussão a matéria. Eu quero destacar, da minha parte, que inclusive, a escola técnica, é motivo de desenvolvimento social, econômico de uma região. Há estudos que mostram que o IDH se altera significativamente quando existe a presença de uma escola técnica em uma região empobrecida.

Então, é uma questão, assim, a se discutir sempre, que a presença de uma escola técnica, geograficamente, deve estar localizada numa região que precise se desenvolver, para que nós não aumentamos aquilo que a Senadora Marisa Serrano colocou agora há pouco, o fosso entre regiões mais desenvolvidas e menos desenvolvidas.

A tendência é muitas vezes pensarmos numa escola técnica, num instituto federal, num município já desenvolvido, quando, na verdade, esta distância pode se alargar, ao fato que se colocamos num município mais... Economicamente mais carente, numa região mais empobrecida, isso pode ser a motivação para a aproximação também entre as duas regiões.

Muito bem. Está em votação, os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

E, por último, eu quero lembrar a todos e a todas e a Senadora Marisa Serrano, que, inclusive, era, é ainda, era e é, e sempre será da Subcomissão da Cultura, Cinema, Teatro, Música e Comunicação [risos], que amanhã nós teremos a presença do Ministro da Cultura.

Ao Senador Inácio Arruda, ao Senador Paulo Paim, Efraim Morais, Marco Maciel, o Ministro da Cultura estará nessa Comissão, às 10 horas da manhã, procuraremos começar pontualmente, para que haja espaço para ele se manifestar com tranqüilidade, para que os componentes dessa Comissão possam perguntar, e indignar, e ver os planos e os desafios. Então, amanhã, às 10 horas.

E quero lembrar também que está acontecendo hoje, participei da abertura, agora há pouco, lá no auditório Nereu Ramos, um grande encontro sobre aprendizagem e educação de jovens e adultos. Um encontro importante, organizado pelo Ministério da Educação, pela UNESCO e pela Fundação Santillana, com o apoio da Câmara dos Deputados, a Comissão de Educação e Cultura lá da Câmara. Eu estive representando a Comissão de Educação, Cultura e Esporte na abertura, inclusive, disse, que depois os resultados seriam trazidos aqui para à Comissão, para que a gente possa, como um relato de alguém que se encarregue de fazer isto, para que tomemos conhecimento do que foi debatido e concluído nesse dia lá na Câmara dos Deputados.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Solicito a V.Exa. a minha inclusão já nessa Subcomissão, Cinema, e Vídeo, que a gente possa ficar mais próximo da Senadora Marisa Serrano entre outras coisas importantes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exato. Eu acho que foi bom V.Exa. ter lembrado isso, porque nós tínhamos dito numa outra ocasião que nós esperaríamos a manifestação das pessoas, do interessante, em participar nesta Comissão.

Então, nós a partir da manifestação do interesse indicaremos as pessoas e queremos ver se até semana que vem podemos instalar esta Comissão, Subcomissão, permanente. E, aliás, bons debates tem sido... Acontecendo já, até pelo tempo que essa Comissão funciona.

A outra subcomissão permanente e lembro a todos que desejarem dela participar, será a Subcomissão do Esporte. Então, esporte é uma Subcomissão e a outra... E só poderemos ter duas subcomissões permanentes. Então, Esporte, Cinema, Teatro, Música e Comunicação. Também aguardamos a manifestação dos que desejarem participar da Subcomissão Permanente do Esporte.

Muito bem, o Requerimento de autoria da Senadora Marisa Serrano: "*Requeiro na forma do disposto no art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal e nos arts. 90, V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizadas nesta comissão, audiências públicas para tratar da situação atual da educação básica no Brasil. Especialmente sobre as reformas educacionais em andamento. Deverão ser convidados secretários estaduais e de educação dos estados, que têm desenvolvido experiências importantes que repercutem na qualidade e na gestão da educação, além de apresentarem as dificuldades e os óbices identificados para o cumprimento das determinações legais. Para tratar da remuneração dos professores, deverão ser convidados Secretários do Estado de São Paulo, Pernambuco e Piauí. Para tratar da gestão escolar e certificação de diretores de escolas, deverão ser convidados os Secretários de Minas Gerais, Distrito Federal e Acre. Para tratar da avaliação da aprendizagem, formação de professores e alfabetização, deverão ser convidados os Secretários do Rio Grande do Sul, Ceará e Mato Grosso do Sul. Em cada uma das audiências deverá estar presente o representante do CONSED e da UNDIME, a fim de participar e enriquecer o debate*". Está em discussão o Requerimento.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senadora Marisa Serrano com a palavra.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A justificativa desse requerimento, a alguns podem parecer que isso deveria ser feito pelas assembléias legislativas de cada estado. Mas nós estamos votando aqui, e votamos leis importantíssimas para a educação nacional. Mas não estamos tendo retorno. Não sabemos como é que elas estão sendo aplicadas nos estados, quais os obstáculos que os estados estão enfrentando e que tipo de experiências exitosas estão sendo implantadas em cima daquelas propostas das leis que nós estamos aprovando aqui.

Então, o acompanhamento do Plano Nacional e do Programa de Desenvolvimento da Educação, do FUNDEB, do valor que nós estamos pagando e que votamos aqui como um piso básico aos professores do país. Os governadores têm discutido muito isso – mas nós não estamos aqui vendo o reflexo do que isso está melhorando a educação dos estados.

Então, é uma forma, eu procurei colocar aí, independente de coloração partidária, os estados que estão dentro desses temas, e estão sendo referências no país. Eu acho que é uma forma de nós acompanharmos e vemos se as leis que estamos votando aqui estão refletindo favoravelmente nos estados. Ou se nós precisamos aperfeiçoá-las e se nós precisamos fazer novas leis que possam ajudar os estados na consecução dos seus objetivos.

E coloquei o CONSED e a UNDIME como instituições que estão acompanhando todo o desenrolar da educação nacional. É uma forma de *feedback* que nós temos também, não só trazermos os Ministros, que eu acho importantíssima a ideia de V.Exa., que cada Ministro possa apresentar aqui as suas propostas para esse ano, isso é muito importante. Mas também é importante que a gente possa ouvir quem está lá na ponta, a respeito daquilo do nosso trabalho aqui.

Então, era essa a razão desse requerimento que eu peço a aprovação de todos os pares.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, continua em discussão a matéria. Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu quero dizer que eu subscrevo integral e totalmente a proposta da Senadora Marisa Serrano e estou totalmente de acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só vou aproveitar esse momento para dizer para a Senadora Marisa Serrano que eu concordo na íntegra com esse debate, nós sabemos a importância da educação e resgatar um pouquinho a primeira fala, acho que eu e a senhora fizemos daquela questão de nós assegurarmos nos bancos escolares a forma de identidade de cada um, inclusive enquanto se é italiano, se é alemão, enfim o princípio é o mesmo que a senhora divulgou, é da inclusão, cada cidadão não tem que ter vergonha, da sua origem, da sua precedência e da cor da sua pele.

É que ensinaram uma vez no passado, e foi nessa linha que eu falei, que levou um ponto que o cidadão negro... Tem um dado da Bahia que é interessante; houve uma pesquisa na Bahia, e somente parece que 15% dos cidadãos da Bahia, disseram que eram negros. Então eu acho que isso daí está superado, e eu quer dizer que eu concordo na íntegra com seu pronunciamento é a inclusão de todos, brancos, negros, índios, italianos, alemães, enfim.

Eu quero resgatar isso, para não dar a impressão que nós tínhamos, temos posições diferentes. A posição é a mesma: é a inclusão de todos, com um único objetivo e a educação é o caminho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu não tenho dúvida que não existe qualquer tipo de divergência entre V.Exa., Senadora Marisa Serrano e eu próprio, né, porque eu também já tenho assim o privilégio de acompanhar tanto o trabalho de V.Exa., como da Senadora Marisa Serrano, há vários

anos. E a gente sabe muito bem da filosofia de vida, que é pela inclusão, pela independência, pela qualidade, o tempo todo.

E, inclusive, dentro dessa ótica do requerimento de fazer um cotejamento entre aquilo que se aprova aqui, aquilo que é feito lá. E não só do que vem dando certo, às vezes ali que foi um problema, foi uma dificuldade, pode lançar luzes para que o trabalho seguinte possa surtir, assim, o sucesso desejado.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente, eu queria ainda extrapauta, se fosse...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só um minutinho ainda, só para gente votar o requerimento, os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Então está aprovado o requerimento. Com a palavra V.Exa..

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Há um outro requerimento de informação, como todos nós estamos vendo pela imprensa, e amanhã o Ministro da Cultura deverá falar isso aqui, é uma reformulação da Lei Rouanet. E esse requerimento de formação, é justamente para nos facilitar; já estou fazendo um estudo sobre a Lei Rouanet, essa reformulação, que eu sempre acreditei que precisava ser feita. Fiquei feliz em saber que o Ministro vai nos trazer também essa proposta para a discussão e votação aqui.

Mas eu acho que alguns quesitos são extremamente importantes. Por exemplo, o relatório completo do Fundo Nacional de Cultura, contendo a movimentação e a utilização de verbas no ano de 2008. Então, não temos essas informações. Como as informações e relação completa dos projetos que receberam recursos por meio da Lei Rouanet, com a indicação de nome do projeto, número do PRONAC, nome do proponente, estado do proponente, valor aprovado, valor captado, área cultural do projeto, segmento do projeto, relação de empresas que destinaram recursos para cada projeto e valor destinado para cada empresa e para cada projeto.

Parece que é muito, mas isso é a essência da Lei Rouanet. Se nós não tivermos essas informações, nós nunca vamos poder discutir e votar a modificação da lei que o Ministro deve mandar, o Governo deve mandar para nossa Comissão, já que eu li ontem e antes de ontem pela imprensa que deve nos chegar proximamente a essa Casa, a reformulação da Lei Rouanet.

Portanto, eu pediria, também, Sr. Presidente, que colocasse extrapauta e pediria já, a aprovação dos meus pares.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Então, em primeiro lugar a solicitação para um requerimento de informação extrapauta. Os que estiverem de acordo com a inclusão permaneçam como se encontram. Então, está aprovada a inclusão.

E o teor do requerimento é exatamente: "*Nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos IX, X e XI, do art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam prestadas pelo Ministério da cultura, as seguintes informações:*", exatamente aquelas que foram lidas pela Senadora Marisa Serrano a poucos momentos.

Então, os que tiveram de acordo com esse requerimento de informação para subsidiar o exame das mudanças da Lei Rouanet, conforme já enfatizado pela senadora, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu quero dizer, Senadora Marisa Serrano e para todos os membros, de que nós fizemos uma reunião semana passada bastante interessante e oportuna com as assessorias dos Ministérios, com a consultoria da casa, a consultoria de orçamento e das áreas, para justamente acharmos um caminho para tornarmos o orçamento acessível para qualquer pessoa do Brasil, que queira saber, qual que é o valor que é gasto em cada ação do Ministério, qual que é o valor gasto? Como que é gasto? Para onde está indo? Para que nós possamos, inclusive, como Comissão, contribuir para que o orçamento seja melhorado, aprimorada e que a população toda acompanhe. Então, nesse sentido, inclusive o requerimento de V.Exa. reforça aquilo que foi discutido na semana passada.

Eu quero também lembrar que nós temos feito várias reuniões administrativas, chamadas assim. Semana passada nos reunimos com o Conselho Federal de Biblioteconomia, para discutir a biblioteca escolar, Senador Paulo Paim, a Senadora Rosalba Ciarlini, que está aqui presente também, o Senador Heráclito Fortes, Senador José Nery.

Também discutimos com o ECAD a questão dos direitos autorais, propusemos, assim, um estudo sobre o estado da arte, não é? Quer dizer, em que pé que está tudo isso, para ver... Para que... Um grupo fala uma coisa, outro grupo fala outra coisa. Vamos estudar, vamos ver, vamos levantar as situações.

Falamos com a ANCINE, Agência Nacional do Cinema, através do seu Presidente que pediu o apoio dessa Comissão, em termos dos recursos do fundo setorial, para a construção de 500 salas de cinemas no Brasil, quer dizer um debate que pode acontecer e de multiuso, não só de cinema, mas de teatro, de apresentações, de formaturas. Enfim, salas de multiuso.

Nos encontramos com as instituições educacionais comunitárias, que também foi um belo encontro, com o Conselho Federal do Cinema.

E na semana que vem, às 09h30, haverá o início de um debate no Conselho Nacional de Educação, sobre a revisão do Plano Nacional de Educação, que nós também iremos nos deter sobre isso na sequência e estarei representando essa Comissão, na abertura desses debates, sobre o Plano Nacional de Educação.

Então, eu penso que essas reuniões trarão, sem dúvida, muitos subsídios e quero só relatar isso, para que todos nós nos sintamos, assim, bem participantes com toda a liberdade de sugerir, de apresentar, de propor iniciativas para Comissão. O quórum dá Comissão, hoje, a gente sabe que uns 20 senadores passaram pela Comissão, só que em momentos diferentes, o que impediu a apreciação de matérias de natureza terminativa. Mas nós poderíamos, talvez, para semana que vem, falarmo-nos entre nós próprios para dizer: "Olha, vamos estar lá, durante uma hora, concentradamente, porque então as matérias de natureza terminativa, poderão ser objetivo de apreciação na próxima semana". Eu acho que todos nós podemos contribuir um pouquinho para isso.

Agora os de natureza não terminativa, foram todos apreciados, com exceção daqueles em o que Relator não estivesse presente ou que não tivesse passado esta... Não tivesse feito essa delegação para outro senador.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Que V.Exa. colocasse, por exemplo, um horário para que todos nós da Comissão, suplentes e titulares, soubéssemos e naquele "horariozinho" todo mundo estivesse aqui. Eu acho que daria para gente fazer isso. Porque toda hora vem um e vai, mas naquele horário nós ficaríamos aqui para votar os terminativos. Três Comissões pesadas, quatro, cinco, no mesmo horário é [ininteligível] impossível.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero, eu concordo. Vamos combinar, até vou falar com V.Exa. na sequência, com a senadora Rosalba, para ver como fazer isso. Mas de qualquer forma eu quero antecipar, porque eu procuro estar sempre antes das onze aqui, quer dizer, eu já fico aqui, para inclusive a TV mostrar lá para os gabinetes que a gente já está aqui, se alguém olhar lá nos gabinetes.

E a gente começa tão logo seja possível, mas a gente sabe que alguém tem que passar numa comissão, na outra. Mas vamos combinar com as pessoas para que durante uma hora, pelo menos, para que fora dessa hora a gente pode apreciar os não terminativos.

Mas nós, na semana que vem, vamos começar as onze mesmo, trazendo assuntos para que, sempre tem quórum às 11 horas. O número regimental, às 11 horas, já está atingido, só que o pessoal passa, assina, tem outras Comissões. Para nós irmos discutindo os temas, que tem muitos temas que merecem um pouco mais de abordagem.

Então, às 11 horas nós vamos começar com a abordagem de temas, algumas pessoas podem ir fazendo esse debate também, mas combinando assim, mas que concretamente num determinado horário, que eu não vou dizer qual que é, porque eu também tenho um pouco de receio, porque se eu disser um outro horário diferente das onze, aí as pessoas já não vem às onze, então é um problema.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É 11 horas, 11 horas estamos aí, das onze ao meio-dia, estaria liquidado o assunto. E depois nós poderíamos ficar com os não terminativos, requerimentos, notícias. Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente eu gostaria de subscrever o Requerimento da Senadora Marisa, sobre a questão de Lei Rouanet, que é extremamente importante para que a gente possa saber como estão sendo esses incentivos, já que nós que temos o interessante maior, estamos muito próximo dos nossos estados dessa área cultural, e de se envolver e impulsionar, muitas vezes somos muito questionadas sobre a questão de como chegar à Lei Rouanet já que eles têm muito dificuldade.

E falar em Lei Rouanet, eu gostaria também de aqui colocar, que sou relatora da nova lei do teatro. E que esse relatório já se encontra pronto. Colocamos a disposição da Mesa do Sr. Presidente, para que logo, o mais rápido possível, que achar oportuno, possamos votar, porque essa nova lei, ela vai exatamente criar para novos mecanismos para quê? O incentivo fiscal chegue de forma mais rápida, mais fácil, menos burocrática, sem termos que... Nós não queremos acabar a Lei Rouanet, nó queremos é criar um novo instrumento para fomentar a cultura no nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Se V.Exa. concordar, como relatora do projeto, nós colocaremos o projeto na nossa reunião da próxima semana.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ah, pois não, será um prazer muito grande. E quero até dizer, Sr. Presidente que eu não estive aqui anteriormente, porque hoje também, essa questão dos horários que são, está acontecendo uma audiência pública com o Presidente da PETROBRAS na Comissão de Infra-

estrutura, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos. Eu faço parte das duas.

E essa questão da PETROBRAS, é algo que eu realmente tenho um interessante maior, já que meu estado, o meu pequeno Rio Grande do Norte, graças a Deus também contribuiu para esse país com Petróleo.

Então, tem muitas questões que nós estamos interessados e eu não poderia deixar de estar naquela audiência, inclusive, somente agora eu pude vir aqui dar a minha participação na Educação. Mas na próxima reunião eu estarei aqui e pronta para relatar a lei do teatro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está ótimo. O que V.Exa. coloca, todos nós sabemos que é exatamente o que acontece, há uma concorrência entre as várias comissões e muitas vezes com a presença dos presidentes, aí dos... Ou ministros.

Como amanhã, amanhã nós teremos a presença do Ministro da Cultura, às 10 horas, e nós queremos começar às 10 horas, pontualmente, para que a gente, todos nós possamos ficar dentro um horário estabelecido.

Mas a pauta solicitada por V.Exa., em relação a lei geral do teatro constará da próxima reunião então.

Senador José Nery com a palavra.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente Senador Flávio Arns, queria lembrar e convidar a todos membros da Comissão para a sessão especial do Senado no dia de amanhã, que homenageia os 45 anos da Campanha da Fraternidade da CNBB e também será uma oportunidade muito importante para refletir sobre o tema da Campanha da Fraternidade de 2008... De 2009, que trata do tema: *Fraternidade e Segurança Pública*.

E sendo este um tema muito presente na realidade do nosso país, eu creio que seria muito importante, logo após aqui a reunião da Comissão de Educação, que pudesse contar com a participação de V.Exa., e dos Srs. Senadores e Senadoras membros da Comissão de Educação e Cultura do Senado, nesse importante evento que marca... A sessão especial está marcada para as 11 horas da manhã. Eu creio que iremos, teremos aí sempre em média uma hora e meia, duas horas de sessão quando trata de um tema dessa magnitude.

E pela participação, pela ligação que o senhor tem com o trabalho da CNBB, com o trabalho da campanha de fraternidade, creio que seria muito importante a presença de V.Exa., bem como dos Srs. Senadores e Senadoras membros dessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Agradeço a V.Exa. e quero, da minha parte, Senador José Nery, reforçar todo o argumento apresentado por V.Exa.. A campanha da fraternidade, que deixou de ser uma campanha unicamente da igreja católica, passou a ser das igrejas cristãs, já faz alguns anos, e trata de assuntos da mais alta significação.

Entre eles, o deste ano, o debate vai até o ano que vem, quer dizer, de uma maneira concentrada até a páscoa, mas também se prolonga até o início da campanha da fraternidade do ano que vem. Que tem como lema, dentro do tema de segurança que a paz é fruto da justiça. Então é isso que temos que buscar. E isso interessa, inclusive, para todas as pessoas que, inclusive, não professam qualquer religião.

Quando a gente pensa em solidariedade, fraternidade, direitos sociais, humanos, segurança, justiça, paz, construção da paz, de uma cultura da paz, é exatamente o que todas as pessoas, independentemente de religião, desejam.

Até na discussão hoje cedo, na abertura do seminário que acontece na Câmara, sobre educação de jovens e adultos, eu procurava lembrar que a educação de jovens e adultos, tem que ser realmente reforçada ainda mais no Brasil, porque é objeto importante, instrumento importante para inclusão social. Quer dizer, se nós pensarmos no sistema carcerário, que tipo de educação que está sendo levada para a pessoa presa, para ela ser incluída na sociedade? Que tipo de educação que pode ser levada para o adolescente, para o jovem em conflito com lei, para ele ser incluído? Que tipo de educação de jovens e adultos, pode ser levada para pessoa com deficiência? Que é um dos maiores desafios hoje, a pessoa não consegue o trabalho dentro das cotas, porque não teve acesso a educação.

Então, a educação de jovens e adultos acaba dentro desse tema também da segurança, quer dizer, a paz é fruto da justiça. Que haja justiça, que haja paz e inclusão social.

Mas, sem dúvida, foi bem lembrado por V.Exa..

Eu quero só ler dois comunicados dessa Comissão.

"*Comunico aos Srs. Senadores e Senadoras, o recebimento da correspondência do Vice-Presidente no exercício da presidência do Comitê Olímpico, Sr. André Gustavo Richer(F), encaminhado a apresentação da aplicação técnica e financeira dos recursos da Lei Agnelo/Piva 2008, e as metas das confederações para o ciclo olímpico 2009-2012*". Senadores, senadoras, que desejarem uma cópia da apresentação poderão se dirigir à Secretaria dessa Comissão. A matéria vai para o arquivo.

Também outro comunicado: "*Comunico aos Srs. Senadores e Senadoras o recebimento de correspondência dos Conselho Federal e Regionais de Educação Física, informando que este ano foi escolhido como o ano da educação física escolar, visando a universalização, inclusão, diversidade, individualidade e a cidadania. Serão desenvolvidos vários eventos no decorrer de 2009, que estão sendo organizado por aqueles Conselhos Federal e Regionais de Educação Física, com o apoio da Comissão de Assuntos Sociais do Senado, da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, o Conselho Nacional de Educação, do Ministério do Esporte, e do Ministério da Educação*". Por sugestão da Senadora Marisa Serrano, esta Comissão também passa a apoiar as ações a serem desenvolvidas no ano corrente, portanto, o ano de educação física escolar. Os Srs. Senadores e Senadoras que desejarem uma cópia da correspondência, poderão se dirigir à Secretaria dessa Comissão. A matéria vai ao arquivo.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião. Obrigado.

Sessão encerrada às 12h35.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia vinte e cinco de março de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Flávio Arns, e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Inácio Arruda, Expedito Júnior, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Marco Maciel, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, João Pedro, Ideli Salvatti, Roberto Cavalcanti, Gilberto Goellner, Mozarildo Cavalcanti e Jefferson Praia reúnese a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Cleide, Paulo Paim, Valter Pereira, Geraldo Mesquita Júnior, Gilvam Borges, Francisco Dornelles, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana, Álvaro Dias, Cícero Lucena e Lúcia Vânia. Justificam a ausência os Senhores Senadores Marina Silva e Cristovam Buarque. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 03/09 – CE de autoria dos Senadores Flávio Arns, Marco Maciel, Cristovam Buarque, Gerson Camata, João Vicente Claudino e Álvaro Dias, que tem como objetivo discutir **"Os programas prioritários, as metas e os recursos orçamentários disponíveis para 2009, no âmbito do Ministério da Cultura"**. A Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Publica, do Senhor Jefferson Boechat, Diretor de Gestão Estratégica do Ministério da Cultura e Senhor Oswaldo Reis Junior, Chefe de Gabinete do Ministro da Cultura. Como expositor, comparece à Audiência Pública o Excelentíssimo Senhor João Luiz Silva Ferreira, Ministro de Estado da Cultura. Finda a apresentação do expositor, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Logo após, usam da palavra a Senhora Senadora Ideli Salvatti, o Senhor Senador Gerson Camata – autor do Requerimento, Senhor Senador Roberto Cavalcanti, Senhora Senadora Marisa Serrano, Senhor Senador Augusto Botelho e Senhor Senador Romeu Tuma. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e dezoito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Flávio Arns,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 25 DE MARÇO DE 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimental declaro aberta a 5ª reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e aprovação da mesma. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião atende ao requerimento número 3 da Comissão de 2009 de autoria dos Senadores Flávio Arns, Marco Maciel, Cristovam Buarque, Gerson Camata, João Vicente Claudino e Alvaro Dias

para a realização de Audiências Públicas destinados a ouvir, individualmente, os Exmos. Srs. Ministros da Educação, Fernando Haddad, da Cultura João Luiz Silva Ferreira e do Esporte Orlando Silva, sobre os programas prioritários, as metas e os recursos orçamentários disponíveis para 2009 no âmbito dos respectivos Ministérios.

Dando início à Audiência Pública solicito ao Senador Roberto Cavalcante está aqui, Gerson Camata que também se encontra aqui na sala ao lado, que acompanhe o Exmo. Sr. Ministro para tomar assento à Mesa.

Quero novamente ressaltar, ao Sr. Ministro João Luiz Silva Ferreira da Cultura, que o requerimento aprovado nesta Comissão é de autoria também do Senador Marco Maciel, Cristovam Buarque, Gerson Camata, João Vicente Claudino e Alvaro Dias, além de ter a minha assinatura também. E o objetivo é, dentro desta Comissão que é de cultura, educação, cultura e esporte, discutirmos os programas, metas, desafios, recursos orçamentários para este ano de 2009, mas dizer, Sr. Ministro, que esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte tem todo o objetivo naturalmente, toda a intenção e desejo de apoiar a cultura no Brasil numa interação muito próxima, num diálogo próximo com o Ministério da Cultura, também com a sociedade organizada, com outros setores do Executivo, a fim de que como resultado desse esforço coordenado independente, porém harmônico, coordenado, convergente nós podemos ter avanços importantes que são desejados, sem dúvida por V. Exa., por todos nós e por toda a sociedade. Então, o senhor, o senhor é muito bem-vindo nessa Comissão, que seja uma primeira oportunidade de muitas que não só o senhor, mas toda a assessoria ou secretarias dos ministérios que possamos ter, assim, um diálogo muito próximo e interessante a favor da área. Então, eu passo a palavra a V. Exa., há um prazo regimental de 30 minutos para a fala para que na sequência, também, Sr. Senadores e Sras. Senadoras possam fazer perguntas, esclarecimentos e posicionamentos. Então, seja muito bem-vindo a esta Comissão. Com a palavra V.Exa.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Bom-dia, eu quero saudar todos os Senadores e Senadoras presentes, saudar o Senador Flávio Arns que preside essa Comissão, dizer do meu interesse em manter essa relação proposta pelo Senador, de proximidade com a casa e com a Comissão.

O Ministério da Cultura compreende que parte da nossa missão se realiza dentro dessa casa na medida em que muitos projetos de interesse da cultura brasileira passam por aqui, e aqui é o lugar privilegiado para a negociação da sociedade, para a definição e das linhas mestras. Então, nós temos interesse nessa proposta de, frequentemente, estarmos aqui debatendo temas importantes da cultura.

Eu vou fazer uma apresentação que eu espero cumprir menos do que os 30 minutos para dar tempo de que nós possamos debater. Eu digo espero, porque às vezes a gente se entusiasma e acaba ocupando o tempo inteiro e às vezes até correndo perigo de ultrapassar o tempo.

Quando nós chegamos ao Ministério, a cultura não era tratada como uma política pública. Não era da tradição brasileira, tratar a cultura como política pública era algo especial que pairava um pouco a margem. Não era infraestrutura, não era política social, não tinha uma inserção no conceito do papel do Estado, pelo contrário, tínhamos, enquanto sociedade, uma preocupação muito grande que o Estado não exagerasse na sua intervenção na área cultural.

Com isso, nós não tínhamos condição, nós criávamos um ambiente desfavorável para o desenvolvimento cultural do Brasil, por que o Estado tem responsabilidades intransferíveis, responsabilidades na área da educação artística, responsabilidades na área da regulação dos mercados culturais, responsabilidades na área de definição de políticas e investimentos para criar uma infraestrutura necessária para o desenvolvimento dessas atividades, no suporte das atividades que não têm condições de se desenvolver enquanto mercadoria, portanto, não tem possibilidade de desenvolver uma autossustentabilidade da atividade. Então, em todo o lugar do mundo o Estado tem uma responsabilidade na cultura, varia forma, varia intensidade, varia compreensão, mas quanto mais desenvolvido o país, mais o Estado tem uma clareza. A sociedade define claramente o papel do Estado na cultura.

Nosso trabalho, desde que o Ministro Gil assumiu, e eu estou dando continuidade a esse trabalho, é exatamente colocar a cultura como uma política pública. Por que a cultura é uma política, precisa ser tratada como uma política pública pelo Estado brasileiro? Porque a cultura é uma necessidade, uma necessidade básica. O ser humano tem necessidade de simbolização e tem necessidade de todo esse campo de articulação da subjetividade. Não há possibilidade de desenvolvimento da condição humana pensando apenas nas condições materiais.

As políticas sociais não podem se restringir ao estômago, à saúde, à habitação, evidente que essas dimensões são importantes, garantem uma qualidade de vida sob o ponto de vista material, mas a cultura é uma parte da política social, é uma parte da satisfação das necessidades básicas dos brasileiros individualmente e coletivamente. Então, o lugar da cultura é o

lugar numa política básica, dentro do plantel de políticas do Estado brasileiro, a cultura não tem outra maneira de ser tratada a não ser como algo fundamental que é algo que merece o respeito e a atenção. Evidentemente, que isso na nega, pelo contrário, obriga a termos uma responsabilidade importante de que o Estado não pode dirigir e fortalecer tendências, o papel do Estado é garantir o máximo de liberdade possível para a criação, liberdade de opinião e os meios necessários para o desenvolvimento cultural.

Quem faz cultura é a sociedade, quem faz cultura são os artistas os produtores culturais, as coletividades, mas o Estado tem um papel importante. Se nós não formos capazes de desenvolver políticas públicas que de fato tenham a amplitude e a acessibilidade que a República exige nos seus fundamentos, nós não teremos condições de enfrentar os desafios no século XXI, os índices culturais no Brasil são muito negativos.

Como não era política pública, o Ministério da Cultura foi o único Ministério na época do censo, no governo passado, que não fez o levantamento dar informações sobre sua área, então nós não sabíamos exatamente. Pois bem, nós fizemos o acordo com o IBGE, exatamente para constituir políticas públicas objetivas e já estamos com o IPEA e com outras instituições já estamos recebendo esses dados sobre a vida cultural brasileira.

Os números são terríveis, por exemplo, não mais de 5% dos brasileiros alguma vez na vida entrou em um museu. Em torno de 10% os brasileiros que vão ao cinema. O número semelhante, um pouco menos, já foi alguma vez na vida assistir um espetáculo de dança. Os livros, quase a totalidade dos livros comprados no Brasil, estão nas mãos pouco mais de 17% dos brasileiros. 1,7 livros per capita ano são lidos no Brasil, um número inferior, quase três vezes inferior à Colômbia, muito inferior à Argentina.

Eu vou ler os dados mais importantes para vocês perceberem a importância do Estado em suprir isso. Porque não é missão do mercado, o mercado não trabalha com essa perspectiva de disponibilização de acesso, o mercado trabalha com outra perspectiva e não cabe aqui uma discussão mais profunda, mas quando nós não refletimos sobre essa importância, para discutir orçamento é necessário compreender qual é a missão do Estado, por isso que eu estou começando por aí.

Só 14% dos brasileiros vão ao cinema pelo menos uma vez por mês. Quando você pega o número dos que vão com a frequência maior, cai para pouco mais de 5%. 92% não frequentam museus, 93% nunca vão à exposição de arte, 78% nunca assistiram espetáculos de dança, 90% dos municípios não tem cinema, teatro, museus ou espaços multiuso. Então, esses números são muito fortes, caracterizam quase que um appartaid cultural no Brasil, ou seja, nunca chegamos a 20% do atendimento a essas demandas em necessidade.

Apesar desses números a população faz cultura. O Brasil é um país rico culturalmente, mas nós não podemos enclausurar a população brasileira na cultura que eles têm capacidade de produzir autonomamente, independente do Estado. Essa é uma dimensão importante da cultura, mas essa tem que ser associada a bens, serviços e produtos culturais que o Estado tem obrigação de disponibilizar o acesso. É a soma dos dois que possibilita, de fato, a gente garantir o desenvolvimento cultural da sociedade. Fortalecer, garantir os produtos culturais e os processos culturais que as comunidades desenvolvem autonomamente, nós estamos conversando agora, por exemplo, numa área pequena desse mundo do que é produzido pelas comunidades que é o artesanato, e que precisa ser fortalecido e apoiado pela sociedade, mas os brasileiros precisam ter acesso a livros, os brasileiros precisam ter acesso aos produtos audiovisuais, os brasileiros precisam ter acesso às peças de teatro, os brasileiros precisam ter acesso aos espetáculos de dança, aos museus. Então é disso que nós estamos falando, de uma disponibilização de bens, serviços e recursos culturais para que a nossa comunidade como um todo, que a população brasileira como um todo, tenha a oportunidade e possibilidade de vivenciar um desenvolvimento cultural.

Quando nós passamos a tratar cultura como uma política pública, por essa dimensão, por essa importância que a cultura tem como a necessidade básica e, portanto, o Estado passa a ter a obrigação quando você trata a cultura como necessidade básica, nós fomos vendo que o nosso orçamento é profundamente insuficiente para satisfazer as necessidades e demandas da sociedade brasileira, ou seja, a cumprir o papel que o Estado tem dentro dessa satisfação, porque evidentemente que o mercado satisfaz em outra dimensão e uma parte também, o provimento é feito pela própria comunidade.

O orçamento do Ministério quando nós chegamos ao Ministério em 2003, era em um pouco mais de 0,2% do total da massa orçamentária do Governo Federal, 0,2. Os museus com tratamento insuficiente, o patrimônio cultural brasileiro, Ouro Preto, Olinda, São Luís, Pelourinho e por aí, pelo Brasil afora, com uma incapacidade de receber recurso e, portanto, de garantir a preservação desse patrimônio cultural, os artistas sem um apoio um atendimento necessário. Então, nós tínhamos uma precariedade tão grande e

como não era visto como algo de responsabilidade do Estado, como não era visto como algo que se insira nas necessidades básicas da população, aquele 0,2% parecia que era algo suficiente.

Na medida em que nós fomos modificando o conceito de cultura nós fomos ampliando a missão do Estado brasileiro na área cultural, nós fomos demandando recursos e o Governo Federal foi respondendo, insuficientemente, mas foi respondendo a nossa demanda e o Congresso também foi se somando, compreendendo a necessidade de um incremento orçamentário. Nós saímos de 0,2 para em torno de 0,6% do total do orçamento. É um crescimento razoável, mas é um crescimento insuficiente nesses 6 anos. Todos os estudos apontam para algo, um em torno de um pouco mais de 2,5% do total do orçamento federal.

Então, nós vivemos uma situação de crescimento, mais uma situação, ainda de precariedade, de impossibilidade de satisfazer as necessidades e demandas da população. O mecanismo, isso eu gostaria de dizer, porque a imprensa está cobrindo, nós apresentamos uma proposta de mudança do perfil de fomento e financiamento da cultura por parte do Governo Federal. Nós herdamos um modelo baseado, principalmente, na renúncia fiscal. A renúncia fiscal corresponde a um percentual absolutamente majoritário dentro do o que Governo Federal disponibiliza para as atividades culturais. O orçamento é bem menor, por exemplo, quase 400 milhões que é gasto nas artes no Brasil, só pouco mais de 20 bilhões é o orçamento da Funarte para ser aplicado nas artes. A parcela do orçamento da Funarte que é voltado para a aplicação nas artes é infinitamente menor do que, eu dei o dado agora, aqui.

A renúncia fiscal é um mecanismo que não se presta para desenvolver política pública. Ele não é capaz de dar o atendimento ao conjunto das atividades. Eu vou descrever, rapidamente, como funciona a renúncia, porque talvez alguns Senadores e Senadoras não tem ocasião, não teve ainda ocasião de se aproximar. É um imposto devido, 4% das empresas, do lucro das empresas, é de lucro real, pode ser disponibilizado através da chamada Lei Rouanet para financiar cultura.

Pois bem, esse imposto devido é dinheiro público. Ele deixa de ser recolhido para ser aplicado na cultura. É uma permissão, é um crédito, ele só se torna real quando a empresa se associa e pretende financiar o projeto, ou seja, o projeto passa pelo crivo do Ministério, primeiro um crivo legal depois um crivo de mérito, de avaliação do orçamento, da coerência interna do projeto, vai para a Comissão Nacional de incentivo à cultura e é aprovado. Mas até aí, até nós aprovarmos dentro do sistema público de aprovação dos projetos que acessam a Lei Rouanet para ter o benefício de acesso a recurso público, é apenas um crédito. O crédito só se realiza quando a empresa pretende e assume o compromisso de financiar e disponibiliza o recurso para financiar aquele projeto.

A empresa que se associa, ela se associa, eu não vou fazer crítica, isso é parte da lei, portanto é da natureza da lei, então, eu só estou constatando. A empresa quando se associa, ela quer um retorno de marketing, ela quer um retorno de fortalecimento da imagem da empresa. É o chamado marketing cultural. Pois bem, quando a empresa se associa buscando esse retorno, inevitavelmente, uma seleção, os artistas consagrados têm muito mais possibilidade de dar retorno de imagem, as atividades culturais mais ligadas aos brasileiros de maior poder aquisitivo, que são os consumidores em potencial, os projetos culturais do sudeste brasileiro, de Rio-São Paulo tem muito mais possibilidade de dar esse retorno de imagem para a empresa, e pela concentração das empresas brasileiras, em São Paulo e no Rio de Janeiro, o destino do investimento da cultura através da renúncia já está decidido. 90%, depois de 6 anos de evangelização, de tentativa de mostrar a necessidade cultural brasileira de todo o território, nós conseguimos baixar para 80% apenas da concentração do Estado Rio-São Paulo.

Então, é um mecanismo que não supre a demanda e a necessidade que o Estado, e é a obrigação que o Estado tem de cobrir todo o território brasileiro, de cobrir todas as áreas culturais, de disponibilizar recurso para garantir de fato, um desenvolvimento cultural da sociedade brasileira.

Eu passei muito tempo sem entender por que o Estado brasileiro preferiu investir na cultura através da renúncia fiscal. Depois eu fui percebendo, na medida em que fui lendo os documentos nesses 6 anos, em parte, porque tivemos a ilusão durante esse período que o Estado era um ente caduco que poderia prescindir do Estado e transferir a responsabilidade de parte da sua responsabilidade para a área privada. Hoje, com essa crise mundial, está se percebendo que o Estado é um ente necessário, faz parte da esfera pública com objetivos e responsabilidades intransferíveis. Não é o único, temos os empreendedores, temos as organizações da sociedade civil, mas o Estado tem responsabilidade que é o ente responsável, exatamente para garantir equidade, garantir os principais republicanos; equidade, justiça, distribuição equitativa.

Mas não era essa a motivação principal, é porque a renúncia fiscal não conta na hora de calcular o superávit. O dinheiro que é disponibilizado através da renúncia fiscal não aparece no cálculo do superávit. Eu chamo isso de uma hipocrisia contábil, ou seja, a

opção por um mecanismo que não tem condição de atender as demandas em necessidade da sociedade brasileira e não através de uma política clara diretamente orçamentária sob uma responsabilidade de um sistema público sob controle social. Isso é uma distorção, mas uma distorção que tem uma base no momento em que o Brasil dependia do FMI, frequentemente estavam os fiscais aqui do FMI, então, tudo que pudesse passar para um financiamento através do mecanismo da renúncia fiscal, não aparecia na área de contabilidade do processo.

Nesses 18 anos nós geramos distorções profundas através dessa opção. O que é diretamente orçamentário, que vai para o fundo nacional para ser aplicado com critérios transparentes com controle social, é muito menor do que o "bolo" que é disponibilizado através da, percentualmente é muito menor do que é disponibilizado através da renúncia, e a renúncia ajudou a concentrar a produção cultural brasileira, a renúncia ajudou a aprofundar o abismo social na medida em que a Lei Rouanet, através do mecanismo da renúncia, prefere as atividades culturais ligadas às parcelas de brasileiros que têm poder aquisitivo. O investimento, também a distorção territorial da concentração dos investimentos do Estado em dois ou três Estados no Brasil, por exemplo, o Estado do Espírito Santo que faz parte da região sudeste consegue ter acesso através da Lei Rouanet a pouco mais de 1% do que é disponibilizado na região, por quê? Porque não tem a importância de Rio e São Paulo e as empresas não querem fazer imagem nesses Estados que não tem importância.

Uma vez eu chamei atenção para o diretor de uma empresa, de que nós temos no Piauí, no interior do Piauí, um dos traços mais antigos da existência e da presença do ser humano no planeta, e que é cientificamente retocável, tiveram uma polêmica com a Academia de Ciência da França e ganharam a polêmica, sobre o ponto de vista de parque, um dos parques arqueológicos mais modernos do mundo. Você sabe o que foi que o diretor da empresa me disse? Ministro, você quer que eu enterre dinheiro no interior do Piauí?

Quer dizer, é claro que há uma distorção evidente. Então, nós não somos contra o mecanismo da renúncia, mas ele tem que ser um mecanismo secundário. O "bolo", o pequeno "bolo" orçamentário que o Congresso e o Executivo disponibiliza para ser aplicado na cultura, tem que ter um mecanismo de critério de política pública, um critério de equidade, de transparência, de impessoalidade que garanta o desenvolvimento cultural de todo o território brasileiro. E tem outro aspecto mais grave que precisa ser dito aqui, não, volta aí, volta, volta. Não vão avançando independente da fala não, não sei quem é que está mexendo no computador, porque senão... Eu tenho facilidade de comunicação, mas assim fica difícil. Não, pode ir adiante eu quero naquele percentual que vocês mostraram aí.

Uma distorção que eu estou chamando nesse momento, que eu estou pedindo, é aqui, só 10% nesses 18 anos de Lei Rouanet nós só conseguimos agregar 10 % do total como contribuição da área privada. Na verdade, o mecanismo da renúncia é o velho e bom dinheiro público coletado através de impostos em todo o Brasil que está financiando o mecanismo da renúncia. Nós não fomos capazes de gerar o mecenato no Brasil, isso é importante compreender, só 10% do total quase todas as empresas, inclusive as estatais, só querem trabalhar com 100% de renúncia, eles adiantam o dinheiro e na hora da declaração do imposto, recebem o dinheiro de volta. Então, por que submeter o dinheiro público a um controle de critério que não é o critério republicano que trata todos os brasileiros iguais, trata todas as regiões iguais e disponibiliza para todas as áreas da cultura com um espírito de equidade? Por que submeter a esse critério de concentração, de exclusão, de segmentos pobres da sociedade, das atividades culturais ligadas a esses segmentos que não têm acesso através desse mecanismo?

Então, nós infelizmente, geramos a distorção profunda, por isso que nós não podemos manter esse critério como o critério básico de financiamento da política cultural e de atendimento das necessidades e demandas da sociedade. Não há o que correr, isso é estatístico, isso é um dado e é fácil compreender, e eu não estou criticando as empresas quando se associam, querem o retorno de marketing, porque é essa a essência do mecanismo. O que eu estou dizendo é que dinheiro público é do espírito da Constituição, não pode ser disponibilizado sem a avaliação de mérito, sem a avaliação do custo benefício daquele dinheiro que é coletado pelo trabalho de todos os brasileiros. Toda a vez que eu fizer assim, mexe. Então... Porque, ou eles mexem rápido ou mexem devagar, então, vamos fazer um pacto. Vamos...

É nesse sentido que nós estamos chamando atenção de que, o que nós estamos fazendo, é modernização do fomento e financiamento da cultura. Alguns produtores culturais e, principalmente os intermediários, que além do mais, o mecanismo da Lei Rouanet gera um custo desnecessário de intermediários e facilitadores, os que procuram as empresas para tentar conquistar o dinheiro e os que representam os produtores culturais junto ao Ministério, acabam consumindo 20% desse dinheiro que é disponibilizado pela Lei Rouanet, 20% de 1 bilhão de reais é muito dinheiro para país como o Brasil que tem uma necessidade imensa

na área cultural. Nós não podemos nos permitir esse luxo de patrocinar atividades desnecessárias, superficiais, supérfluas que acabam canalizando em torno de 20% dos recursos da atividade para a intermediação e a facilitação, estimulando até práticas não recomendáveis, porque quando você abre a oportunidade de facilitação e de intermediação você está abrindo a possibilidade de muito negócio por debaixo da Mesa, o que não é necessário, o que não é justo, que a gente precisa se ver livre.

Eu vou passar rapidamente, 3% dos proponentes, outra distorção importante. Nesses 18 anos 3% dos proponentes captam por volta de 50% dos recursos que são disponibilizados pela renúncia, evidentemente, que esses 3% vão vir para cima do Ministério de forma pouco elegante, porque não querem perder essa oportunidade. Imagine o que é 50% dos recursos de 1 bilhão de reais sendo disponibilizado para 3% dos proponentes. É um dinheiro público, praticamente, privatizado. É uma garantia de acesso a um recurso que deveria estar sendo disponibilizado para todo o Brasil, para toda a produção cultural. Por exemplo, artista que está trabalhando desenvolvimento de linguagem que é uma etapa importante no desenvolvimento cultural, romper com o padrão e reinventar tudo, Glauber Rochas, todos os grandes artistas que tiveram que inventar a linguagem. No momento da invenção, eles não são compreendidos pelo gosto público, eles precisam do apoio para poder garantir o desenvolvimento cultural da nossa sociedade, depois as linguagens assimilam. Por exemplo, na minha geração Godard era conhecido pela ousadia de invenção de linguagem a tal ponto que pouca gente tinha uma piada famosa do jaguar na época que na saída de um filme de Godard dois espectadores, um dizia para ao outro: Eu não entendi nada, mas o diretor é genial! [risos]. É hoje, os recursos de linguagem que ele criou, são usados na televisão, diariamente, e as pessoas já assimilaram, mas naquele momento não, no momento da invenção é um momento de ruptura com a possibilidade de compreensão. Então, esses artistas não têm acesso a Lei Rouanet, porque nenhuma empresa quer se associar a imagem de alguém que não é compreendido. É evidente. Isso é uma... mas o Estado tem obrigação de sustentar. É por isso que, da proporção entre o que deve ser disponibilizado diretamente para os produtores culturais e o que deve ser disponibilizado pelo mecanismo da renúncia fiscal, a renúncia fiscal é secundária, é um mecanismo que não tem condições de dar o atendimento básico que o Estado precisa ter para cumprir sua obrigação de dar suporte, financiar e fomentar a produção cultural.

Outra coisa, nós tínhamos a ilusão na época, lá atrás, 18 anos atrás, quando foi criada a Lei Rouanet, que nós íamos criar um capitalismo, uma economia cultural. As empresas ficaram dependentes do Estado, aconteceu um fenômeno parecido com que aconteceu na época que a indústria da informática do Brasil, tinha o mercado protegido, tinha um dinheiro garantido; cria uma preguiça empresarial, um inercial, isso é próprio do capitalismo, você tem que estimular a concorrência, tem que estimular a qualidade tem que estimular que os produtores culturais busquem o seu público, se afirmem dentro da produção da sua área.

Então, hoje, o que nós temos é uma dependência profunda desse dinheiro, muitos produtores teatrais e de espetáculos de dança preferem temporadas mais curtas para poder ter acesso a mais recursos da Lei Rouanet se desobrigando completamente da relação com seus produtores. Então, as distorções que o mecanismo atual provocou, são profundas na área cultural e que é preciso refletir. O Estado tem obrigação de ser um ente saudável, garantir liberdade de expressão, garantir liberdade absoluta de opinião e criar os meios necessários para o desenvolvimento cultural do Brasil. O mecanismo que nós criamos não é capaz de dar suporte como o mecanismo principal, como mecanismo secundário sim.

Então, outro aspecto que eu queria chamar atenção para os Senadores terem consciência plena da necessidade de mudança. O Ministério aprova em torno de 20 mil projetos ano de todas as regiões do Brasil, de todas as áreas culturais, de todas as tendências, artista de vanguarda, artista mais conservador, produção sofisticada, produção popular.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não esqueça o boi-bumbá de Parintins.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Não, não. Não está esquecido, não.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas é para os dois bois, não é?

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Para os dois, é evidente. Nós já financiamos a manifestação cultural que o Senador se referiu.

Pois bem, nesses 20 mil que a gente procura dentro de um esforço de gerar equidade, justiça, amadurecimento do Estado brasileiro. Mas até a nossa aprovação não existe o mecanismo, não existe o financiamento, existe o financiamento no momento que a empresa se associa. Aí as empresas pinçam, a partir dos seus critérios, que eu não critico, porque a lei prevê isso, ela pinça que o pode dar retorno de imagem ou que é bom associar a imagem da empresa e aí quando você vai ver a verdadeira política cultural, que sai desse esforço imenso, que é gerado por esse dinheiro

que é muito maior do que o dinheiro que é disponibilizado diretamente, atividades culturais no centro sul, voltados para as parcelas mais bem aquinhoadas [soa a campainha] em termos de condição social.

Então, é preciso rever isso, não há possibilidade da gente conviver e garantir desenvolvimento cultural, e nós não vamos acabar o mecanismo, nós vamos reformatar o mecanismo, mas a grande mudança que a gente está fazendo nesse momento, é a mudança de que nós vamos diversificar os mecanismos, o fundo nacional de cultura passa a ser o principal mecanismo de disponibilização de recursos para área cultural, não esse fundo nacional de cultura que nós temos aí que é ruim, nós reformatamos, nós estudamos os fundos na França, em Portugal, na Itália, nos Estados Unidos e descobrimos que nós temos aqui no Brasil um fundo altamente desenvolvido, que é o Fundo de Ciência e Tecnologia, que consegue disponibilizar os recursos da melhor maneira possível, dentro de um critério de equidade, dentro de uma objetividade e um controle social imenso.

Então, nós vamos reformatar o fundo, ele irá se tornar o principal mecanismo e, portanto, terá que ser o mais bem aquinhoado dentro do conjunto dos recursos que serão disponibilizados por essa casa, pelo Parlamento e pelo Executivo. Manteremos a renúncia fiscal com a reformatação para garantir uma verdadeira parceria público-privada. Vamos criar o vale-cultura, que é um instrumento importantíssimo, é um mecanismo semelhante ao vale-refeição só que em vez de ser para alimentar o estômago é para alimentar o espírito. O trabalhador terá direito a um vale mensal de 50 reais, para entrar no cinema, espetáculo de dança, para comprar um livro, para comprar um CD, então, nós estimularemos o consumo cultural e ao estimular o consumo cultural você está garantindo desenvolvimento cultural, acesso à cultura e estamos garantindo também o incremento de plateia e de público em todas as atividades culturais que nós temos.

Vamos criar uma loteria da cultura, também o projeto faz parte, já dá viabilidade econômica aos estudos, tudo isso são mecanismos secundários. E estamos criando, também, uma nova forma de parceria público-privada. Ampliando, ou seja, nós não temos nenhum preconceito em trabalhar com a área privada, só que dinheiro público tem que ter critério público. E ao se associar à empresa privada é associar o critério público com o critério privado. No momento, é dinheiro público com critério privado, porque quase 100% do dinheiro de renúncia é dinheiro público. 90% de tudo que foi disponibilizado nesses 18 anos de Lei Rouanet é dinheiro público, o velho e bom dinheiro público coletado através de impostos da população de todo o Brasil e só 10% foi agregado.

Infelizmente, nós não conseguimos estimular o mecenato no Brasil. Porque mecenato no mundo inteiro é meter a mão no próprio bolso e disponibilizar dinheiro, no Brasil a gente inventou mecenato que é meter a mão no bolso do governo para fazer benesses na área cultural com critérios alheios aos critérios públicos. É por isso que é necessário mudar, é por isso que a imprensa está compreendendo o nosso esforço de dotar o Brasil de uma estrutura de produção e de fomento à cultura mais desenvolvida.

Avançamos na direção de um dirigismo cultural? Não, pelo contrário, nós estamos fazendo, nós estamos trazendo para dentro do Fundo Nacional de Cultura um modelo de gestão da Lei Rouanet, um modelo compartilhado, onde a metade são produtores culturais e representantes da sociedade civil, e metade representantes do Poder Público. Então, pela primeira vez na história do Brasil, o dinheiro da cultura que vai ser disponibilizado, o velho e bom dinheiro orçamentário, vai ser gerido de forma compartilhada entre o Estado.

Então, é o caminho contrário a um possível dirigismo, além de mantermos a CNIC, a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, nós vamos fortalecê-las, vamos desenvolver as CNICs setoriais, ou seja, que analisa a arte que entende de arte, quem analisa patrimônio e memória é a CNIC de Patrimônio e Memória. Nós vamos qualificar a gestão compartilhada público-privada dos recursos da cultura, então, essa argumentação de que nós somos dirigistas, nós não somos estatistas, nós não amamos o Estado, nós amamos a produção cultural brasileira, somos servidores dessa área e o que nós estamos fazendo é dar responsabilidade ao dinheiro público que é gasto através dos mecanismos que a Lei Rouanet e que o orçamento proporciona.

Então, nós estamos fazendo uma mudança, é o que vai dar sentido a todo o esforço de ampliação do conceito de cultura e da responsabilidade do Estado na área cultural que nós temos feito nesses seis anos.

Temos mais duas grandes mudanças a fazer, ainda nesse governo. É a aprovação do Plano Nacional de Cultura, que vai dar um status de política pública complexa e madura, como todas as outras. O Plano Nacional de Cultura já foi pactuado em todo o Brasil, mais de mil emendas ao projeto inicial, fizemos em cidades no interior, em todas as capitais, fizemos reuniões setoriais e vamos entrar, também, com a modernização da lei do direito autoral no Brasil, porque é uma necessidade. Porque não há economia da cultura se não houver uma política de direito autoral que garanta o direito do autor, o direito do empresário e o direito de acesso da população aos bens e serviços culturais.

Nós temos "caixas pretas" nesse processo herdados do período autoritário e que precisamos bafejar com o vento fresco da democracia e da possibilidade de controle social de todas as etapas da realização do direito autoral no Brasil. Então, essa reformulação da Lei Rouanet e do sistema de fomento e financiamento da cultura é uma parte importante do amadurecimento do Estado brasileiro para cumprir suas obrigações.

Só para fechar, para poder não atrapalhar muito o trabalho do Presidente da Casa, eu queria dizer o seguinte: Esse modelo só dará certo se a sociedade brasileira, a elite política brasileira, o Congresso Brasileiro, o Executivo brasileiro compreender de que esse fundo terá que ter um mínimo orçamentário para garantir o fomento e o financiamento da cultura.

Nós saímos de 0,2, quando o Presidente Lula foi eleito, para 0,6. As Nações Unidas recomendam de que nunca seja inferior a 1%, e nós, pelos estudos do Ministério, chegamos a uma necessidade em torno de 2,7% do total do "bolo" orçamentário, alguns dizem: Não, mas não vamos amarrar o orçamento, porque engessa os gestores. Esse argumento não é válido, esse argumento não é justo. Esse 2% é um patamar muito baixo é o mínimo civilizado para garantir que o Estado e a sociedade brasileira se desenvolva culturalmente e que o Estado cumpra a sua responsabilidade de garantir esse desenvolvimento.

Se a sociedade, espontaneamente, não está conseguindo garantir um patamar mínimo, porque os museus não têm o atendimento que precisam, não têm capacidade de atrair os estudantes e as novas gerações para dentro dos museus. Os espetáculos de danças são assistidos num percentual de brasileiros muito pequeno. Os grupos de teatro...

Precisamos desenvolver culturalmente o Brasil. O Brasil não será uma grande nação que tem possibilidade de ser, não terá sucesso no mundo globalizado se nós não formos capazes de enfrentar os desafios do século XXI. Enfrentar os desafios do século XXI tem na educação e na cultura, um pilar estratégico para capacitar a sociedade e individualmente todos os brasileiros para enfrentarem esses desafios.

Então, é nesse sentido que eu vim aqui conversar. Eu estou disponibilizando aí o perfil desse ano dos recursos que são pequenos, eu estou acendendo vela em casa para o que Ministro Paulo Bernardo não corte o nosso orçamento, que compreenda que a "faca amolada" do contingenciamento ela é amolada e o que segura a "faca" não pode ser cego. Quer dizer, devem ter orçamentos que tem até possibilidade de cortar sem agredir a possibilidade de curto cumprir sua função básica. Mas alguns ministérios como o nosso que vivem essa pobreza de acesso a recursos, quando você corta de forma igual, é injusto. Você não pode tratar desiguais de forma igual. O Ministério da Cultura se tiver, agora, um contingenciamento nós vamos frustrar a sociedade brasileira que tem acompanhado o esforço de nós transformarmos o Estado brasileiro no instrumento de dinamização e de fomento da cultura.

Eu conto com essa Casa para o orçamento de 2010, que seja um orçamento, minimamente, capaz de dar conta dessas responsabilidades que eu me referi aqui e conto também no sentido de apoiar esse ano, porque se nós formos cortados nós não teremos condições de atender, minimamente, porque já atendemos de forma muito primária essas necessidades e demandas da sociedade. Muito obrigado, Presidente.

[palmas]

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pela ordem, Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu vou pedir mil escusas ao nosso querido Ministro, o Juca, não é? João Luís, não...

[risos]

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Só minha mãe me chama de João Luiz. Então, o Senado está liberado para quando eu vir aqui botar Juca Ferreira. Se ela tiver assistindo em casa a sessão da TV Senado, ela vai ficar orgulhosa do Presidente ter posto o nome que ela gosta.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu queria, inclusive, justificar, nós vamos ter agora--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só quero lembrar para a assessoria que o Ministro autorizou se colocar Juca Ferreira, não é? Então, não é João Luiz mais. [risos]

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Nós vamos ter agora, a gente sabe que não começa no horário, mas está marcado para 11 horas, o lançamento do Programa Habitacional do Governo. Então, eu vou estar lá, mas eu não poderia deixar de registrar, Ministro, a satisfação com que, não tenho dúvida nenhuma, a Comissão de Educação, o Congresso Nacional e a sociedade brasileira acolhe essas mudanças fundamentais na Lei de Incentivo à Cultura. São mudanças, assim, imprescindíveis... Claro, provavelmente, nós faremos aqui aprimoramentos, terá um grande debate, vai ter emenda, vai ter proposta, mas a iniciativa de enfrentar esta questão da Lei Rouanet, das modificações e, principalmente, esta questão da privatização do recurso e pior do que a privatização do recurso. Porque se tem acusação de dirigismo, tem um dirigismo instalado sob a ótica mercantil, sobre a ótica do merchandising, do marketing, porque quem decide onde é que vai ser

aplicado, é exatamente as empresas que não põe a mão no bolso e que decidem pelo incentivo fiscal aonde o recurso vai ser aplicado, em que tipo de atividade cultural vai ser aplicado.

Então, eu acho que as mudanças, há muito tempo nós estávamos aguardando a iniciativa, e eu acho que vai ser um bom debate, e eu tenho certeza que a Comissão de Educação vai fazer esse debate, assim, de forma muito, eu diria assim, sabe? Contundente e precisa, por isso eu peço desculpa de estar me retirando, mas pode contar conosco aqui nesse debate que esse é um debate que a gente estava aguardando há muito tempo e elogiar a iniciativa do Ministério. E com relação à tesoura e a faca, Ministro, nós vamos pegar o Paulo Bernardo com certeza.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): A Senadora Ideli Salvatti havia solicitado a palavra pela ordem e eu quero, inclusive, lembrar que esse debate sobre a Lei Rouanet, a renúncia fiscal, leis de incentivo vem sendo objeto, assim, de discussão até permanente nessa educação e nessa Comissão de Educação Cultura e Esporte, e a Senadora Marisa Serrano, inclusive, como vice-presidente posterior da subcomissão do cinema, teatro, música e comunicação, também é uma instância bastante adequada, para se começar a discussão desses aspectos.

Mas eu quero em primeiro lugar passar a palavra aos autores do requerimento e na pessoa do Senador Gerson Camata para também fazer uso aí da palavra e fazer os posicionamentos que desejar.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, primeiro quero me congratular com o Ministro, dizendo que não foi uma exposição foi uma aula de mestrado, pós-graduação sobre cultura. Parabéns e eu até dizia quando o Ministro Gilberto Gil era o Ministro, eu dizia assim: "O Gilberto é o filme e o Juca é a filmadora". Agora o filme e a filmadora estão juntos. Parabéns, uma belíssima exposição. Eu nunca tinha tido uma visão da Lei Rouanet que é distorcida, pode ter sido importante, cumpriu o seu papel, esgotou; V.Exa. demonstrou isso, tem que mudar, do jeito que está não dá. Parabéns!

Eu vou fazer uma exposiçãozinha, o vale-cultura, também, eu vi a exposição de V.Exa. na televisão ontem, genial, espetacular, importante, muita gente vai entender, para quê? Aí que V.Exa. acentuou como é importante isso. Não é só a barriga não, a cabeça é muito... Talvez mais, não é? Não precisa ter barriga para ter a cabeça.

Descentralização. Acompanho a luta de V.Exa. para tirar o recurso, Rio e São Paulo, Rio e São Paulo, Rio e São Paulo. Tem méritos também, São Paulo, são duas... Mas se ficar sempre só lá, e veja V.Exa. que eu estou acompanhando agora, até a linguagem regional, aqueles sotaques estão desaparecendo por causa da televisão que é feita no Rio-São Paulo. É claro que, às vezes, a novela vem um com sotaque meio italiano, com o sotaque paulista do interior, mas não fixa, está se fixando um padrão de linguagem ensaiada. A roupa, a gente anda o Brasil todo, a roupa é toda igual, não sei, parece que é toda feita no Rio-São Paulo e agora as televisões, elas vendem a roupa da novela. Não tem mais... mas está desaparecendo. Por isso que era bom regionalizar e V.Exa. tem lutado para isso.

Lá no Espírito Santo, por exemplo, tem uma lei que copatrocina quando o filme, tem uma parte filmada no Espírito Santo, quando mostra paisagem, que mostre coisas do estado, costume e tal, o Bands(F), tem um fundo cultural... ele dá um apoiozinho, mas é também dinheiro público. E agora o Governador Paulo Hartung, por que o Espírito Santo teve no começo do século um teatro que era o Carlos Gomes, um belíssimo teatro, V.Exa. conhece, quando eu era Governador eu fiz um teatro, Carmélia Alves, e agora, depois de tantos anos o Governador Paulo Hartung está fazendo um teatro que vai ser o melhor e mais bonito teatro do Brasil. Ele vai deixar aquela cidade da música do Rio de Janeiro no chinelo, bem estruturado... Não é um teatro, é um centro cultural, todas as manifestações culturais terão lugar nesse lugar. E também está incentivando um convênio com as prefeituras, fazer o cine teatro nos municípios, é um cinema que tem um palco grande, que pode ser um teatro também ou um cinema, isso está se tornando muito importante para nós.

Eu queria, a pergunta que eu queria fazer, esse 0,6 inclui os incentivos ou só a parte orçamentária? Ah, inclui os incentivos também, que agora V.Exa. pretende fazer com que eles sejam melhor, mais democraticamente aplicados, não é? Então, feita essa pergunta e contente com a exposição que V.Exa. fez, encorajar V.Exa. que vá a frente com esse projeto da lei nova, conte com o apoio da gente, conte com a briga da gente pelos recursos, pelo trabalho exemplar, revolucionário que V.Exa. está fazendo na cultura e que precisa ter coragem para fazer. Cumprimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, Senador Gerson Camata, um dos propositores desta Audiência Pública, passo em seguida, se permitirem, fazer em bloco de três, talvez, ou de quatro, passar a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti para suas considerações.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Ministro, é com extrema satisfação que percebo que o nosso governo está em boas mãos. Veio da iniciativa

privada e na iniciativa privada o "olho de lupa" [soa a campainha] do gestor é muito grande.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não é o sinal para V. Exa., era do tempo anterior ainda. Pode continuar a vontade.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): E tive hoje esse privilégio de acompanhar essa exposição e de saber que um do setor cultural do Brasil está em boas mãos. E parabéns à Comissão por essa convocação por essa oportunidade que está nos dando e nos dando até a população brasileira através da TV Senado de saber que o país terá uma nova visão e nesta área cultural.

Eu gostaria de registrar que tenho extrema consciência do que é política pública e que o Estado, dentro desse conceito, está definido como o principal incentivador, mas não é o único incentivador e essas possibilidades de abertura, na Lei Rouanet ou de modificações na sua gestão, eu acho que vem em extremo bom, em bom momento, em grande oportunidade.

Eu tenho uma origem que me deu uma sensibilidade cultural mais aprimorada que foi, eu venho de uma família que meu pai era médico psiquiatra, então, era um médico que pensava-se no lado espiritual de forma mais forte, tenho de casa como hóspede, e como pessoa que a vida toda, conviveu conosco que foi Darcy Ribeiro e meu pai era da escola do Professor Gilberto Freire em Pernambuco, na qual, no alpendre do casarão de Gilberto Freire lá em Apipucos, que eu tive o privilégio de conviver.

Então, esse lado cultural meu pai, inclusive, escreveu há mais de 50 anos atrás, o livro sobre o ceramista popular Vitalino lá em Caruaru e era um profissional que, fruto da medicina, se especializou, medicina cultural por causa da psiquiatria, ele se especializou em cultos afro-brasileiros e estudou nos Estados Unidos cultos afro-brasileiros. Isso, na verdade me deu uma sensibilidade maior, aliado a estar casado com uma arquiteta que também nos dá privilégios como conversava em *off* com V. Sa.

Eu considero que existe um agrupamento de órfãos na cultura brasileira, e na minha infância, eu convivi no eixo Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e nesse eixo eu verifiquei, nesta minha infância a presença e folguedos populares fantásticos, esses folguedos populares, eles poderiam, o fandango, bumba-meu-boi, reisado, ciranda, caboclinho, pastorio, os próprios blocos carnavalescos, e hoje se vê um esfacelamento, uma destruição de toda essa cultura nordestina que estava em momentos, nas datas de suas festas, até com vestimentas ricas. Hoje para se ver um urso no carnaval, é um menino de favela com frascos de vazios de pet pendurados e com chocalho na mão coletando dinheiro pelas ruas, quando antigamente se verificava nas ruas de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte essa cultura, rica, rica no sentido de não mendiga como hoje mendiga e órfão. E acredito que possa o Ministério com a sensibilidade que V. Sa. tem de olhar um pouco para esses chamados órfãos que são os folguedos populares que foram totalmente massacrados pela modernidade, não diria globalização, pela modernidade que são os bons trio elétricos, tenho nada contra, porém são como V. Sa. mesmo definiu, os grandes patrocinadores olham para estes grandes eventos não é olham, na verdade, para o DNA cultural que é o DNA tão rico que nós temos no nordeste.

E como um ponto também extremamente importante e fundamental para a Paraíba, na qual eu aqui estou representando, eu gostaria que fosse também pensado, por parte do Ministério, uma atuação mais forte, mais decisiva [soa a campainha] na área do artesanato. O artesanato na Paraíba, ele está extremamente bem estruturado, o artesanato da Paraíba tem hoje mais de 5 mil artesãos catalogados e acompanhados. Então, eu acho que chegou a hora do artesão brasileiro, do artesão nordestino ser reconhecido.

Eu, na verdade, teria só, não teria uma pergunta a fazer, teria uma sugestão que seria pegando carona na exposição de V. Sa., no tocante às distorções, não fortalece a sustentabilidade nem a democratização ao acesso. Eu sugeriria que talvez fosse criado nesse fundo um compulsório que seria direcionado a essas atividades que são atividades carentes que não tem patrocinadores.

Ao aprovar uma unidade, digamos, sem, de um incentivo fiscal da Lei Rouanet, um percentual 10% ou X% fosse direcionado, obrigatoriamente, ao Ministério como um fundo e o Ministério, então, de forma com a sua competência fazia gestão desse percentual e aplicaria em áreas que são áreas não incentivadas e não merecedoras de atratividade pelos grandes patrocinadores. Seria essa a nossa sugestão e encerro mais uma vez parabenizando a explanação de V. Sa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, agradeço a participação nesse momento do Senador Roberto Cavalcanti, passo a palavra a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Eu queria aqui, cumprimentar o nosso Ministro, dizer que é o primeiro dos três Ministros que virão a essa Comissão, Educação Cultura e Esporte para que a gente possa ter uma visão do que os nossos Ministros estão pensando para este ano e para que essa Comissão possa trabalhar em sintonia, sempre que possível com as propostas de cada Ministério.

Obrigado, Sr. Ministro por ter aceito o convite do nosso Presidente, da nossa Comissão, e dizer que a mudança da Lei Rouanet é vital, é importante, essa Comissão já há 8 anos vem trabalhando aqui, mesmo eu estando aqui há 2 anos, mas há 8 anos a Comissão tem trabalhado nessa direção.

Ultimamente temos debatido muito a questão, temos proposta pontas para colocar em discussão, e bom que V. Exa. tenha também uma proposta do Executivo, porque esta Casa aqui também tem ideias já pinçadas de inúmeras Audiências Públicas que foram feitas em todas, em todas as questões, principalmente, na questão da Lei Rouanet. Portanto, acho que podemos aí, compartilhar Executivo e Legislativo de uma proposta que seja melhor para o governo e para a população brasileira.

Mas eu queria colocar para V. Exa. que, conhecendo a cultura um pouco do meu Estado e pelo que eu tenho trabalhado anos a fio com ela, dizer que, Ministro, nunca vi nem nos Estados brasileiros, nem no Governo Federal, o Executivo e o Legislativo colocarem a cultura como prioritária, como questão de formação do povo brasileiro, como questão, principalmente, de cidadania. A cultura não é vista por ninguém, Ministro, que dirige o país, que dirige os Estados que dirige os municípios, porque se o senhor pegar o orçamento dos municípios brasileiros, o orçamento dos Estados brasileiros, é a mesma coisa, Ministro, então, a gente tem a ideia de que não entrou ainda, não está arraigada na formação dos nossos gestores executivos a ideia de que a cultura não é só a formação do povo, mas que a cultura também rende emprego, rende trabalho, é dinheiro que circula, é importante para a economia. E isso, Ministro, a gente não sente e não sente nessa Casa aqui, Sr. Ministro. A discussão das, dos orçamentos sempre a cultura, o esporte é relegado a segundo plano, não vê isso como importante.

Por isso que essa nossa união tem que ser muito sólida, a união do seu Ministério, e a união dessa Comissão, assim, da Câmara também para que a gente possa fechar um acordo mesmo de... fraterno que a gente possa garantir que o orçamento seja visto de outra forma, inclusive pelos nossos pares, inclusive pelos ministros da área econômica.

Bom, essa é uma das questões que me preocupa, mas eu queria fazer algumas pequenas perguntas a V. Exa., se for possível. Embora nós tenhamos, hoje, o lançamento da campanha da fraternidade e eu sou terceira a discursar lá, mas já começou, não é?

Mas eu queria perguntar ao Ministro se a cultura nossa sempre foi muito voltada para o atlântico, voltada para Europa, etc e tal. Ministro, eu sou de Mato Grosso do Sul e meu Estado faz fronteira com a Bolívia e o Paraguai. E eu queria saber se o nosso Ministério tem alguma proposta para a cultura de fronteira que vai lá de Oiapoque ao Chuí, mas que pega toda uma vasta extensão territorial brasileira e que tem uma cultura [soa a campainha] miscigenada, porque é a nossa, mas também nós importamos a cultura dos países que estão, fazem fronteira conosco. Essa é uma pergunta. A segunda, o senhor afirmou aqui a concentração dos recursos da Lei Rouanet e de toda a cultura mais elitista brasileira no eixo Rio-São Paulo. Como o senhor pensa em trabalhar a política pública nessa descentralização? Como é que o Ministério vai fazer para promover esses eventos, essa cultura descentralizada, que modelo de descentralização o Ministério tem sem descuidar, claro, dos grandes centros, porque ali estão as maiores cidades brasileiras, é o maior fluxo da população e não há como descuidar. Mas eu gostaria de saber que tipo de política de descentralização nós teríamos nesse item.

O segundo, Ministro, fora a bolsa cultura que eu achei muito interessante a proposta e tenho certeza que todos nós aqui vamos apoiar integralmente, qual é a proposta que o Ministério tem, por exemplo, com essa descentralização, com a mudança da Lei Rouanet, com o incentivo do Fundo Nacional de Cultura, dos ingressos que todos reclamam que são caros, nós tivemos a batalha crível aqui, cultura, produtores culturais, estudantes para ver como é que nós iríamos fazer com esse bendito preço dos ingressos que estão cada vez mais proibitivos no país.

E o último item que eu queria levantar para V. Exa., é sobre as bibliotecas. As escolas têm bibliotecas, o Ministério incentiva as bibliotecas, os prefeitos fazem as bibliotecas, constroem as bibliotecas, os governos dos Estados também, aí consegue os acervos e não tem quem tenha condições de implementar, realmente a biblioteca como ela deve ser, implementada, principalmente, na época de hoje com a internet aí, com a época dessa carga todinha de tecnologia que nós temos.

Os cursos de biblioteconomia no país são pouquíssimos, Ministro. Eu conversei com alguns prefeitos não tem quem possa comandar uma biblioteca, dirigir uma biblioteca. Não há especialização para isso, mas também não há cursos profissionalizantes para isso. O Ministro da Educação vai vir aqui, provavelmente, falar dos inúmeros cursos técnicos, escolas técnicas que estão sendo criadas nesse país. Por que não utilizar essas escolas técnicas que o Ministro Haddad fala com tanto gosto em todo o país, para que tenha, também, cursos nas áreas que interessam à cultura? São cursos técnicos, não só, nesse caso as bibliotecas, como em outros casos que possam interessar à cultura. Eu

acho que um casamento entre a educação e a cultura, nessa área, é muito importante, porque ninguém quer assumir os encargos da manutenção das bibliotecas, aí fica aqueles mausoléus que ninguém vai e que não atrai o público.

Desculpe-me, Ministro, eu ter feito tantas perguntas e tantos questionamentos. Eu teria inúmeros outros, mas quero parar por aqui, agradecendo a sua presença e parabenizando, mais uma vez, o nosso Presidente pela condução brilhante que está tendo em nossa Comissão. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço, Senadora Marisa Serrano. Eu penso que nós poderíamos encerrar as participações, se concordarem, o Senador Augusto Botelho e Senador Romeu Tuma. Passo a palavra ao Senador Augusto Botelho e na sequência o Ministro abordará as questões levantadas em bloco.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu gostaria de agradecer a presença do Ministro e pedir desculpas porque eu tive que participar da abertura do 8º Fórum de Saúde Mental Infanto-Juvenil e me atrasei para chegar aqui.

Ele sabe que eu sou fã do Ministério, inclusive, um programa que foi lançado novo, que eu tinha um problema nas bibliotecas das escolas do meu Estado, que todas são deficitárias e o Ministério criou um programa que a gente pode fazer um *upgrade* nas bibliotecas públicas dos Estados, nós fizemos uma emenda nesse sentido. Outra coisa é o cobrar o espaço cultural de Roraima que já foi anunciado e ainda não saiu – um espaço cultural no meu Estado.

Ministro, e também o senhor grande comunicador, mas na hora da sua fala só cometeu um engano aí, em relação ao seu orçamento. O orçamento do Ministério da Cultura não é bom "bolo", tem que chamar de broinha, de biscoito, de alguma coisa, não pode ser chamado de "bolo", não tem nem 1% do orçamento da União.

Então, eu acho o que Paulo Bernardo não vai cortar mais isso, já é um pouquinho ele vai tirar mais daquele pouquinho? É um "biscoitinho" do orçamento. É um "biscoito". Quando falar, fale "biscoito". Não diga "bolo", não, porque o nosso da cultura é um "biscoito" e a cultura é o alimento da alma. Nós temos que aumentar a alma dos brasileiros. Ela é a expressão da nossa alma e alimenta a alma das pessoas.

Eu vou lhe fazer, formular uma pergunta que me foi transmitida pelos produtores socioculturais, em respeito aos critérios que serão considerados para estabelecer a pontuação para indicar o enquadramento dos projetos que poderão ser beneficiados com a dedução do Imposto de Renda, conforme definem os art. 24 e 32 do Projeto de Lei que cria o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura, o PRONIC, recentemente encaminhado ao progresso. Eles querem saber se o senhor poderia esclarecer em relação a esses critérios.

E dizer que continue mesmo que o senhor está no caminho certo. Eu visitei muitas bibliotecas no meu Estado, quer dizer a pessoa, o aluno não pode ser estimulado a ler, começa que a biblioteca não tem refrigeração, quando tem é precária. As condições de instalações são... e fui nas escolas do Estado, nas melhores escolas do Estado. As nossas bibliotecas são deficientes. Nós fizemos um projeto para melhorar 10 e esperamos executar as 10 e o ano que vem multiplicar mais nas escolas, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Sempre penso que a biblioteca deva ser o lugar mais privilegiado de uma escola ou de uma instituição de ensino superior, quer dizer, tem que ser o mais privilegiado. Então, esse debate tem que acontecer e o Conselho Federal de Biblioteconomia, inclusive, já esteve aqui numa reunião administrativa e nós vamos, na sequência, convidar os Ministérios da Educação e da Cultura para junto com o Conselho Federal de Biblioteconomia, inclusive, em relação aos cursos, discutirmos também essa matéria, aprofundarmos mais. Senador Romeu Tuma, por favor.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ministro, bom-dia. Eu peço desculpas por ter chegado com atraso, tinha uma reunião no BNDES e no Banco do Brasil. Eu não sabia, Presidente, que eu sou vice-líder do governo, de repente aqui, me nomearam, me designaram não é me avisaram. Então, eu fui convocado, tomei um susto que eu sou aliado da Senadora Marisa, eu vou ter que tomar cuidado aí. [risos] Mas eu acho que a Senadora Marisa tocou num ponto importante que é a biblioteconomia, é esse o curso, não é?

Eu tenho acompanhado, quando fui primeiro secretário, o desenvolvimento da nossa biblioteca que estava um pouco abandonada e a diretora tinha, assim, um desespero para poder modernizar os meios e possibilidade de consulta, interna, externa, até internacional e conseguiu evoluir. Hoje, eu acho que é uma das melhores bibliotecas que nós temos aqui no Distrito Federal e no Brasil.

E eu tenho visto, Senadora Marisa, até com profundo, com um pouco de tristeza que às vezes o cidadão de uma favela, de um lugar resolve pegar os livros usados de algumas outras pessoas, vai no quartinho da sua casa e forma uma biblioteca de emprestar livros para as crianças que moram naquela área que não tem dinheiro para comprar um livro, não sei se vai ter para ter o vale, vale-cultura que se refere aqui,

que vai te custar alguma coisa esse vale-cultura, para ter acesso a cinema, acesso ao teatro. Depois eu vou ver direitinho aqui, porque são coisas interessantes, eu já ouvi falar sobre vale-cultura, até de uma explicação na televisão e acho importante essa mudança do projeto. Eu vou seguir o voto da Senadora Marisa, já estou declarando publicamente, porque ela é interessada no assunto. Ela foi Presidente da Comissão de Educação do MERCOSUL e não quis aceitar ficar lá mais como titular, porque todos os países desejavam que ela continuasse pelo brilhante trabalho que desenvolveu nesse sentido. Não estou falando bem para te agradar, estou falando, porque eu me senti feliz que uma brasileira soube conduzir uma Comissão tão importante num conjunto de países que o Brasil, praticamente, é o líder.

Então, eu acho que esse projeto a gente tem que ler com calma. Tem um caso aqui interessante que cita a doação de prédio, a transferência, previamente, aprovada pelo Ministério da Cultura. Acho importante o Ministério da Cultura assumir tudo que é de cultura. Não adianta ficar com o Ministério, com outro, cada um com um pedaço e na hora da decisão não sabe se o planejamento vai concordar ou não.

Eu vi ontem na reunião das lideranças que fui convocado que vai ter mais de 21 milhões de contingenciamento e não sei se a cultura está lá, eu trouxe o papel vou mandar para senhora para a gente estudar junto. Não sei se a cultura está, deve estar no rolo, porque disse que vão cortar todo mundo.

Então, essa doação de bem móvel que tem que ser autorizado pelo Ministério da Cultura... Eu tive um caso, tinha um prédio que a Polícia Federal usava durante um tempo quando eu era diretor. Pediram para lá fazer o Museu do Bexiga, que é uma área de cultura das comunidades italianas que chegaram e não tinha um lugar para fazer o museu. Eu consegui que o Ministro da Justiça concordasse comigo em doar esse prédio para formar um Museu do Bexiga. Então, se concentra na cultura, para nós é muito mais tranquilo pedir ao Ministro da Cultura que se vire para arrumar.

Então, é importante para nós a presença do senhor, enriquece essa Comissão, como a Senadora diz [soa a campainha] que é o primeiro Ministro que aqui vem para trocar ideias sobre isso. Eu acho que esse projeto é bom, nós temos que analisar e chegar a uma conclusão de acordo com o próprio Ministério, que às vezes tem umas leis que não são aplicáveis, não se consegue. Por exemplo, se a lei penal que é mais especializado da minha vida, eu fiquei 50 anos na segurança, quando tem um projeto, que eu sou o Relator ou que é da minha autoria, eu vou nos Juízes que são meus amigos perguntar se eles conseguem aplicar aquilo que está lá de pena ou de comportamento. Disse: Não, aqui tem... não dá por causa disso, tem que fazer assim, então, eu sigo a quem vai usar.

Então, eu acho que a cultura, nós temos que conversar com as pessoas que estão ligadas diretamente a cultura, para aprovarmos uma lei que a gente tem certeza que ela vai ser autoaplicável e vai buscar os objetivos principais, melhorar a cultura do brasileiro. Muito obrigado, desculpa acho que eu passei do meu tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): V. Exa. está perfeitamente dentro do tempo. Eu vou passar agora a palavra, então, para o Ministro Juca Ferreira, não mais João Luís que só é conhecido, como ele falou, pela mãe que o chama assim, mas só antes do Ministro falar dizer que tenho absoluta certeza de que num dos aspectos mais importantes da cultura, como em qualquer outra área, que é a questão financeira, orçamentária, o Ministério da Cultura tem todo o apoio desta Comissão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): De cultura.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Informar o Ministro se fosse possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Para que o orçamento não seja cortado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu vi os caminhos dele, mas eu mandei dentro da minha cota, editar a reforma da língua em braile para oferecermos aos cegos. Porque, normalmente, as organizações não-governamentais que cuidam, V. Exa. é um especialista nisso, reclamam que o Estado não distribui nem livros didáticos aos cegos. Então, eu acho que deve estar pronto esses dias e eu queria que o senhor fizesse o lançamento, talvez aqui até na própria Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Estaria ótimo. Senadora?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Já o que Senador Romeu Tuma interrompeu, eu queria só me desculpar com o Ministro e com o Presidente, assim que eu precisar, já me avisaram que eu sou a próxima a discursar e eu tenho que atender também os...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu, inclusive, antes desta audiência, eu estava explicando para o Ministro, assim, das várias reuniões de comissões, além da sessão solene que está acontecendo pela campanha da fraternidade, mas só deixando muito claro que esta Comissão, a gente sabe perfeitamente do espírito que norteia os trabalhos que o Ministério da Cultura terá todo o apoio para que não haja cortes num orçamento que já é não um

"bolo" orçamentário, mas um "biscoito" orçamentário conforme os Senadores... Se não for mais o "biscoito", o que vai ser aí, não é? Então, vai acabar o orçamento. Mas assegurar essa disposição da Comissão para o Sr. Ministro. Passo a palavra, então agora, ao senhor Ministro.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Bem, eu agradeço as intervenções. Eu vou passar rapidamente pelos temas levantados que são temas que exigem um tratamento mais demorado.

Eu peço desculpas, mas vou me referir primeiro a fala da Senadora Marisa Serrano, porque ela vai se retirar e eu gostaria de comentar. Primeiro, a Senadora é uma aliada da cultura, já nesses anos como Ministro e nesses anos que nós temos contado com a colaboração da Senadora, nós temos conseguido enfrentar muitos problemas e formular soluções para boa parte deles.

A questão da cultura como prioridade, realmente, o Brasil ainda não conseguiu realizar plenamente isso, e não é defeito particular de nenhuma família política, de nenhum segmento, praticamente, todo mundo tem um pouco a compreensão, eu diria, superficial da importância da cultura para a construção de uma sociedade saudável.

Às vezes a gente pensa nos desafios do século XXI apenas pelo lado da tecnologia, às vezes pelo lado da economia, mas não consegue compreender que se os brasileiros não tiverem educação de qualidade e cultura, acesso à cultura, acesso pleno à cultura, nós não conseguiríamos, nós não conseguiremos enfrentar os desafios do século XXI. Então, isso é um esforço que tem que ser feito. Acho que estamos avançando, o Congresso, hoje, já trata a cultura como prioridade, o governo já conseguiu incluir a cultura na pauta da agenda social, mas tudo isso, na hora, por exemplo, de definir o orçamento, esquecem tudo isso e a gente ainda acaba seguindo a série histórica de desprezo e de desatenção.

Acho que a questão da descentralização é um esforço que nós estamos fazendo, não se justifica que a gente concentre 90% dos recursos em dois Estados, quando nós temos cultura pelo Brasil inteiro. Nós temos uma tradição de concentração, infelizmente, o desenvolvimento cultural brasileiro e o desenvolvimento brasileiro foi concentrado, nós não conseguimos levar o desenvolvimento para todo o território brasileiro.

Eu me lembro quando eu estive na China na delegação do vice-presidente, fomos assinar uma série de tratados. Nós passamos 12 dias, lá pelo 10º dia eu chamei a minha contraparte chinesa que me acompanhava, falava muito bem português, era da Academia de Ciências da China, eu disse: "Olha, eu já vi as qualidades da China, agora me diga as grandes dificuldades da China". Ele aí se referiu, ele disse: "Eu vou falar de um tema que nós não temos solução e é um tema que vocês já vivenciaram", e eles sabiam os dados brasileiros. Ele disse: "Até a década de 60 só 20 e poucos por cento brasileiros viviam em algum tipo de cidade, e hoje são mais de 80%". Foi uma urbanização muito acelerada, impossível garantir serviços, educação, infraestrutura, esgotamento sanitário numa velocidade tão grande. Aí ele disse: "Imagine a China. Nós também não estamos conseguindo garantir esse desenvolvimento o que mundo inteiro está admirado para todo o território chinês". São três ou quatro regiões que estão se desenvolvendo e os chineses estão saindo do campo, já criamos um mecanismo que só pode se deslocar para outra cidade com o passaporte, eles estão tentando, mas ele disse: "Não há quem consiga, se nós não desenvolvermos um projeto de crescimento da China para todas as regiões, nós seremos engolidos, no Brasil foi dramático essa urbanização acelerada e esse desenvolvimento sem planejamento. Imagine na China. Será trágico bilhões de pessoas vagando pela cidade, imaginem os índices sociais que gerarão uma desordem dessa ordem.

Então, nós precisamos contra balançar isso, garantir o desenvolvimento para todo o Brasil. A cultura do oeste brasileiro, a cultura de todas as regiões brasileiras, a cultura dessa região fronteiriça, a cultura norte brasileiro, a cultura do sul, todas elas são relevantes e fazem parte do patrimônio cultural brasileiro.

Eu morro de vergonha do fato de uma, aquela grande artista, me esqueço agora o nome dela, aquela violeira, Helena Meirelles teve que ser descoberta pelos americanos para o Brasil admirar o seu trabalho.

Nós temos feito, nós já inauguramos museus, tem muitos pontos de cultura que estão sendo financiados lá na região, e nós estamos fechando, eu nem sei se eu posso anunciar uma coisa que ainda não é realidade, mas nós estamos fechando um patrocínio para as atividades culturais de Itaipu. Itaipu vai entrar na Lei Rouanet, financiando uma parte das atividades culturais, não só do lado brasileiro, mas do lado dos vizinhos, porque como bem a senhora disse, tem uma similitude, uma proximidade quase a mesma base cultural, com diferenças da língua e diferenças de nacionalidade. Mas, então, nós estamos procurando desenvolver não só o lado brasileiro, mas desenvolver a amizade entre os dois lados e o fortalecimento das atividades culturais.

Outra, a questão dos ingressos caros no Brasil. A economia da cultura no Brasil, foi desenvolvida como outras economias no Brasil para poucos, não se justi-

fica um show de um grande artista custar 80, 100, 200 reais, é proibitivo até para a classe média brasileira.

Nós temos o problema da carteira estudantil, essa falsificação generalizada de carteiras estudantis que contribui, mas esse não é o único fator, na verdade é uma economia que foi pensada para poucos, mesmo quando entra dinheiro público. Na nova lei do financiamento, na nova lei do financiamento, o índice de dedução será diretamente proporcional ao efeito de, no preço da entrada que terá o incremento de dinheiro público para aquela atividade cultural.

O grande problema do Cirque du Soleil, não é que era uma produção estrangeira que o brasileiro precisa também ter acesso a produção estrangeira, é que não diminuiu nenhum centavo sequer o preço da bilheteria a entrada de 300 reais e coisa semelhante. Então, quando entra dinheiro público, inevitavelmente, terá que ter uma ampliação da acessibilidade como um benefício por ter contado com a contribuição do dinheiro público, senão, não terá o dinheiro público.

A questão das bibliotecas, nós temos esse ano 66 milhões para investir em bibliotecas no Brasil, ou seja, o Ministério, mesmo com orçamento pequeno, que o senhor ressaltou, nós estamos dedicando uma parte desse orçamento ao desenvolvimento de uma rede nacional de bibliotecas municipais, estaduais, federais e privadas. Qualquer biblioteca que seja de livre acesso é importante para o desenvolvimento cultural brasileiro. Nós vamos zerar no segundo semestre desse ano, nós vamos zerar municípios brasileiros sem biblioteca. Quando nós chegamos ao Ministério eram quase 2 mil e nós estamos já em torno de 400, nós estamos fazendo um levantamento, que às vezes, uma biblioteca que a gente conta como existente, o prefeito fecha. Então, nós vamos fazer o levantamento agora, porque no segundo semestre nós vamos viver num país que não terá um município sequer sem biblioteca. Isso é um esforço que nós estamos fazendo com esse recurso pequeno.

Queria dizer, também, que nós estamos em outra preparação de um convênio, que brevemente nós vamos anunciar com o FAT de uso de recurso do FAT para treinar as bibliotecárias do Brasil no universo e numa metodologia de treinamento à distância para que a gente tenha uma dinamização das nossas bibliotecas, a transformação em bibliotecas modernas. Como, eu não me lembro qual foi o Senador que chamou atenção, mas uma... Hein?... Foi a Marisa.

Uma biblioteca não pode ser um depósito de livros. Se uma biblioteca fica, estaticamente, esperando que alguém venha recorrer aos seus serviços, você só conta com o brasileiro, que é um percentual muito pequeno, que já tem o livro no seu imaginário.

Então, a biblioteca tem que ser um verdadeiro centro cultural que estimule a leitura que forme novos leitores, que associe a leitura a outros suportes e a outras linguagens para estimular e dinamizar a leitura no Brasil. O índice de 1,7 livros per capita ano é muito pouco para uma nação que se pretende ser importante e desenvolvida como é o Brasil. Então, a biblioteca está, está entre as prioridades do Ministério da Cultura e nós vamos dar esse índice positivo para o Brasil ainda esse ano.

Queria comentar a intervenção do Senador Romeu Tuma. Ele tem razão, nós precisamos levar essas bibliotecas até as favelas, aos bairros populares, para tornar a leitura acessível para todos os brasileiros, bibliotecas dinâmicas, modernas que tenham capacidade de gerar uma atratividade. Eu fui numa biblioteca dessa nova geração de biblioteca no Chile, fiquei impressionado, e quando eu cheguei a diretora me disse: “Ministro, a nossa meta aqui é concorrer com o shopping center. Nós queremos que a atratividade que hoje faz com que dezenas de milhares em todo o Chile de jovens matem o tempo dentro do shopping center que eles venham para cá, porque aqui vai ser mais interessante e mais atrativo do que os corredores do shopping center”.

Então eu vi que essa biblioteca tinha uma rádio comunitária que para o jovem fazer parte da rádio comunitária tinha que fazer cursos, tinha que ler, tinha cursos de dança também associada à leitura, por exemplo, dança africana, leituras sobre a cultura africana, as diversas culturas africanas, sobre as línguas, sobre o desenvolvimento, ou seja, colocavam explicitamente a relação da leitura com os interesses possíveis dos jovens e com outro suporte com outras dinâmicas culturais estimulando e facilitando, 3 mil jovens por dia frequentavam essa biblioteca com o computador, com a internet, fazendo leitura, acesso à internet guiada para um uso qualificado da internet.

Então, eu sou favorável, infelizmente, o Senador se retirou, mas espero que tenha algum assessor do Senador. Nós também vamos desenvolver uma série de seminários no Brasil da relação entre cultura e combate à violência. Onde existe desenvolvimento cultural, onde a população tem acesso à cultura e ao esporte também e à educação, há uma redução, viu Senador, eu estava dizendo que nós temos tido contato com pessoas da área de segurança, não só do Brasil, nós temos participado de seminário, e a cultura é um instrumento de combate à violência. Quando é disponibilizada a atividade cultural, a atividade esportiva para as comunidades, isso qualifica as relações humanas, qualifica o ambiente onde vivem essas comunidades,

e com isso a cultura passa a ser um instrumento importante de uma política pública de segurança.

Então, nós estamos também com essa preocupação, porque boa parte dos bairros populares no Brasil vivem uma situação dantesca de ocupação do território por parte de traficantes, um índice de violência altíssimo, relações humanas com baixo nível de qualificação. Então, a atividade cultural, seja através de bibliotecas, seja através de centros culturais multiusos disponibilizados, ou estímulo à leitura, ou cineclubes, não importa qual é a atividade cultural a depender do interesse da comunidade, mas o Ministério precisa, deve já estar chegando a essas periferias como instrumento também de construção de um ambiente saudável.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ministro, no meu ponto de vista, até quando se fala na Campanha da Fraternidade, cidadania e segurança pública, a segurança pública no meu ponto de vista, não é a segurança física do cidadão ou do seu patrimônio. Ela incorpora todos os direitos que o cidadão tem de viver em liberdade e confiabilidade. Então, cultura é uma parcela importante dessa campanha.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: E ela acaba tendo, Senador, um efeito funcional de qualificar o ambiente, de gerar um ambiente de respeito, de realização humana. Então, a cultura como instrumento de segurança também é uma dimensão que às vezes a gente subestima, porque fica tratando com cultura na sua dimensão mais nobre, mas na verdade essa é uma dimensão nobre.

Infelizmente, o Estado brasileiro não tem conseguido garantir segurança para todo, para o conjunto da população. Eu confesso que me entristece quando eu vejo os agentes do Estado, as forças policiais entrarem num bairro aumentando ainda mais a insegurança, às vezes morrem 10 pessoas, 20 pessoas. Na verdade, a ação da polícia é essencial, a polícia tem que ter uma ação qualificada, baseada em inteligência e numa capacidade de que o confronto com crime organizado não pode ver a população como cenário, pelo contrário, é um instrumento de aumento da segurança daquela própria população que vive ali. E se a gente associar essa ação, a ação cultural a gente vai ter, certamente, um índice de segurança muito maior. É isso.

Eu queria também comentar as palavras do Senador Augusto Botelho. Ele tem razão, nós estamos fazendo um esforço lá para construir o centro cultural. É a única capital do Brasil que ainda não tem um teatro, um centro cultural multiuso, antes de sair nós vamos realizar isso, já tivemos dificuldade de disponibilização da emenda, mas vamos, o Ministro está pessoalmente empenhado para a gente, mas já temos conseguido [soa a campainha] fazer investimentos lá na área.

E os critérios que as organizações culturais pediram para o senhor verbalizar, os critérios a gente pretende discutir publicamente, construir esses critérios publicamente para amadurecer o projeto de fomento e financiamento da cultura. Mas ele deverá ser baseado nos critérios que, sob o ponto de vista da cultura como o fato simbólico, critério da cultura como direito de cidadania e cultura como economia, aí a gente deve ver como a gente garantir uma política republicana que dê acesso a esses recursos e esses meios, para todo o Brasil, para todos os produtores culturais, para atividade de todos os segmentos sociais da sociedade brasileira, para que a gente possa de fato viver uma pujança e um desenvolvimento cultural.

Então, pode dizer que a disposição do Ministério é construir publicamente, porque política pública não se constrói dentro de gabinete e de repartição pública. Política pública a gente tem que construir, assim, a luz do dia com toda a possibilidade de intervenção da sociedade e dos diretamente interessados.

Queria também me referir à fala do Senador Camata, levantou uma questão importante. Nós não podemos pensar que o Governo Federal deve substituir os outros entes, os Estados e os municípios. Eles também têm responsabilidades culturais, às vezes, eu vou citar um caso da minha cidade, Salvador, a imprensa local, as autoridades locais e a opinião pública local queria que o IPHAN, que é uma organização, uma instituição do Ministério da Cultura fizesse o tombamento de uns casarões que foram importantes no desenvolvimento da cidade. Eram os casarões das elites rurais e dos ingleses quando tinham negócios importantes na Bahia, principalmente no porto.

A atividade portuária e ferroviária era desenvolvida pelos ingleses, isso no início do século XX, e eles foram responsáveis por uma arquitetura eclética sem grandes valores estéticos, mas que tinha para a cidade de Salvador, uma importância decisiva ali no corredor da vitória. Mas um patrimônio cultural, nitidamente local, que não tem relevância sob o ponto de vista nacional, não deve ser tombado pelo IPHAN, é para ser tombado pelos poderes locais, pela instituição correspondente da área de patrimônio e memória ou do Município ou do Estado. E nós tivemos uma discussão pública que ajudou a amadurecer que é a... Na cultura é preciso ter um sistema nacional de cultura, é preciso dividir as responsabilidades e associar os recursos. Os orçamentos estaduais também precisam reservar uma parcela significativa para o investimento na cultura e os municípios também.

Então, com essa, esse compartilhamento das responsabilidades e com a divisão do trabalho, a gente vai incrementar, ainda mais... Nós precisamos enviar

aqui para essa Casa, e para a Câmara de Deputados, um Projeto de Lei de um sistema nacional de cultura que dê conta da singularidade da cultura dentro, evidentemente, do padrão federativo do Brasil para que a gente possa ter também... O mais importante é que isso gera parceria e gera a possibilidade de cooperação e sinergia entre o Governo Federal, os Governos Estaduais e Municipais. Nós já estamos trabalhando, quase todos os editais do Ministério são federalizados. Por exemplo, agora os novos pontos de cultura, que nós estamos fazendo com os Estados e já estamos preparados para trabalhar com os municípios no sentido de repassar recursos, compartilhar os critérios e permitir que o Governo Estadual e Municipal faça a gestão dessa iniciativa. Mas de qualquer jeito, um sistema nacional de cultura vai ser fundamental para garantir de fato, um sistema articulado de cultura que seja eficiente, eficaz com a divisão de trabalho clara e, evidentemente, com compartilhamento orçamentário correspondente.

Queria chamar atenção, também, para uma fala importante do Senador Roberto Cavalcanti. Ele chamou a atenção para a importância para o Brasil, principalmente para o nordeste, mas todas as regiões têm folguedos, manifestações culturais populares que estão à míngua. Há muito tempo não se relacionava, às vezes o espírito desenvolvimentista da modernidade, via essas manifestações como atraso, como uma sobrevivência de um tempo, quando, na verdade, você não precisa descobrir o fogo todo dia, a densidade cultural brasileira, vive em parte, das manifestações, muitas vieram da África, muitas já existiam aqui com os povos indígenas, muitas foram trazidas pelos portugueses por essas levas de imigrantes que fazem do Brasil, talvez o maior laboratório de convivência do mundo.

Nós temos aqui, praticamente, todos os povos do mundo. Na formação brasileira, desse país que nós chamamos de Brasil que amamos tanto, nós fomos produtos de empreendimento colonial português, europeu, mas tivemos a colaboração dos africanos, que apesar de terem vindo como escravos para o Brasil foram capazes de marcar a singularidade brasileira, talvez até mais do que outras contribuições. É impossível a gente pensar a personalidade do Brasil, a alegria do Brasil, o jeito de corpo do Brasil, a gastronomia brasileira, o futebol brasileiro, o carnaval brasileiro sem compreender a contribuição dos africanos, temos a contribuir dos povos indígenas, mas particularmente, a partir do final do Século XIX, início do século XX, nós temos aqui mais libanês do que no Líbano, nós temos mais de 20 milhões de descendentes de italiano, nós temos a maior colônia japonesa fora do Japão, nós temos coreano, nós temos ucranianos... Agora eu estou indo com um Deputado visitar uma região do Paraná que é colonizada por ucranianos. Então, nós temos, praticamente, todos os povos do mundo e construindo um modelo de convivência excepcional que é modelo para o mundo.

Ontem eu tive reunião com o representante da Bélgica, com o embaixador da Bélgica e uma pessoa da estrutura cultural da Bélgica e eu perguntei: "O que é que nós podemos contribuir para a Bélgica? O que é que o Brasil tem que desperta o interesse de vocês?" Ele disse: "A convivência interétnica na Bélgica e na Europa toda, é um problema. O máximo que a gente consegue propor é tolerância", ou seja, mesmo que você não goste respeita o outro que vou ter o mesmo direito. Ele disse: "Vocês parecem que gostam da convivência e dessa complexidade étnica que vocês têm aqui". Esse é o grande patrimônio brasileiro.

Nós estamos constituindo um modelo que vai ser capaz de dialogar com um problema que é problema do século XXI, as pessoas não se toleram pela diferença, as guerras ali da região central da Europa são todas guerras étnicas de enfrentamento e da intolerância entre diferente. Não é que aqui não tem desigualdade, o Brasil tem desigualdade. Os negros não conquistaram, ainda, as mesmas condições que os brancos e esses imigrantes reclamam, porque não são reconhecidos, muitas vezes, sua cultura não é reconhecida como parte da cultura brasileira. Mas na verdade a gente tem um país extremamente generoso, um povo extremamente generoso que tem praticado o diálogo interétnico num patamar que eu não vejo, olha que eu já conheço, já tenho viajado antes de ser do Ministério e representando o Ministério, e não vejo igual nenhum lugar do mundo.

Nós precisamos transformar isso num patrimônio nosso e para isso o Estado passa a ter obrigação de dar atendimento a todas as regiões do Brasil, a todas as manifestações culturais, principalmente, essas tradicionais que se não contar com o apoio do Estado brasileiro, seja dos municípios dos estados ou do Governo Federal, desaparecem desnecessariamente empobrecendo culturalmente o país.

Toda a indústria cultural e as manifestações mais elaboradas vivem dessas raízes culturais. A música erudita europeia, toda ela, vive das manifestações culturais, da base cultural e do folclore. A música italiana, a música finlandesa, a música alemã, todas elas têm raízes, a música erudita que eu estou me referindo, tem raízes nessa base popular e que alimenta a indústria cultural e alimenta a cultura mais erudita.

Então, o senhor tem razão em chamar atenção, eu me proponho vir aqui para discutir isso. Nós herdamos uma tradição que não é boa, o artesanato que o

senhor chamou atenção dentro desse conjunto – não foi só área de folguedos -, vem sendo tratada pelo Estado brasileiro apenas como empreendimento, como uma mercadoria com outra qualquer. A grande diferença do artesanato para um produto de outra natureza, é que outro produto, uma pasta de dente a lata de conserva qualquer, esse produto é desencarnado culturalmente e um produto artesanal, ele é o produto que vive de uma capilaridade simbólica com uma série de manifestações e sistemas simbólicos e precisa ser tratado nessa dimensão. Por isso que desde que o Ministro Gil assumiu, nós estamos paulatinamente, assumindo a responsabilidade de compartilhar com o SEBRAE o desenvolvimento de um artesanato complexo, profundo. Da comunidade, exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): A profissão do artesão, não é regulamentada no Brasil, veja a que ponto nós chegamos. Então...

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Só isso já demonstra o descaso.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Temos que trabalhar em conjunto para que essa massa brasileira de talentos possa ter, pelo menos, sua profissão regulamentada.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Vou dar um exemplo para finalizar que eu quero fazer o último comentário. Tem um lugar no litoral norte da Bahia, chamado Arembepe, que ficou famoso mundialmente porque foi um dos pontos do hippismo no mundo.

Eu uma vez fui lá, vi o Mick Jagger o líder da banda Rolling Stones, Janis Joplin esteve lá. Pois bem, tem uma comunidade muito próxima, próxima daquele empreendimento turístico que é ali, me esqueço agora o nome... Hein? Costa do Sauípe. Tem a comunidade do Sauípe que é comunidade de pescadores. Eles têm uma tradição de uso de uma palha, de uma palmeira, que é endêmica, não é licorí, não é... Pois bem, uma hippie, uma pessoa que vivia lá naquela comunidade, depois de passada a onda mais alternativa ela, italiana, vive até hoje lá, ela percebeu a importância daquele artesanato. Ela só acrescentou duas coisas, faltava uma arte finalização que desse longevidade para aqueles produtos, eram bolsas, carteiras, alguns produtos... Não, não é, lá não ocorre o capim dourado. Eu me esqueci agora o nome. Eu só conheço o nome científico, por isso que eu tenho a dificuldade de recorrer. Pois bem, essa pequena intervenção a nível da qualidade da finalização do produto, e uma contribuição na arte do design, uma pequena modificação também para poder adaptar ao um mercado estrangeiro.

Hoje, essa comunidade vive do trabalho dessas mulheres. O trabalho do artesanato dessa comunidade, hoje, gera muito mais renda do que o trabalho dos pescadores que são os maridos. Mudou a correlação social de importância, a mulher passou, eu não diria mandar, mas passou a ter uma importância maior na comunidade. São donas dos restaurantes, inclusive, explorando outro conhecimento cultural que é a gastronomia local. Resultado: Esse potencial é do Brasil inteiro, da Paraíba, de qualquer Estado do Brasil. Então, isso não pode ficar como algo perdido, como um, desaparecendo... O empobrecimento cultural do Brasil é um empobrecimento de possibilidades econômicas também. E as atividades... Hoje, o nordeste vive em grande parte do carnaval, do São João e dê outros folguedos que despertam a atração, justamente, com a natureza de estrangeiros. Pessoas vêm de longe, exatamente, desfrutar dessa generosidade e dessa complexidade cultural.

Isso tem que se transformar em política pública, o Estado tem uma responsabilidade em garantir que isso se insira no desenvolvimento do país. Então, o senhor tem plena razão e conta com a simpatia do Ministério da intervenção do senhor.

Por último, queria também fazer um comentário, a discussão do uso do dinheiro público nas democracias mais amadurecidas. É o momento nobre dos parlamentos. É o momento, onde o país inteiro... Eu um dia estava nos Estados Unidos, e era o dia que os Senadores estavam discutindo o orçamento para definir os percentuais. O país para. Todo mundo com o radinho ligado, quer dizer, para não, servindo o hambúrguer, o outro dirigindo o táxi, mas aonde você ia estavam acompanhando o trabalho do Congresso que era o dia que ia ser definido o orçamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Romeu Tuma só para efeito das notas taquigráficas se V. Exa. puder só usar o microfone.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não queria atrapalhar, mas aqui foi discutido muito outro dia, com essas crises que estão acontecendo no Parlamento, a coisa mais importante do Parlamento, senão a própria razão da existência é a feitura do orçamento.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Evidente. Eu queria também, como uma pessoa parlamentarista de formação, que compreende que a democracia vive da Casa para de fato garantir a participação social numa definição do destino, o orçamento do Ministério vai ser discutido publicamente. Os recursos do fundo serão discutidos publicamente. Os critérios que serão adotados para a distribuição desses recursos serão discutidos publicamente. E nós temos já um capital político acumulado que desde que o Ministro Gil

assumiu tudo que nós tomamos de decisão foi discutido publicamente, ao ponto que uma vez um Ministro, um colega nosso, ligou para mim e disse: "Ministro, não dá para fazer a gestão cultural com menos barulho, não?". Porque ele achava estranho ter tanta discussão. Mas eu disse: "Pelo menos na Cultura a boa gestão democrática é feita a luz do dia com muita discussão para que a gente possa produzir, de fato, consensos e possibilidade de amadurecimento.

Muito obrigado, Presidente. Eu procurei responder o máximo de perguntas possíveis e vejo essa Casa como aliada, não só na hora de produzir um orçamento, minimamente satisfatório que ainda não atingimos como garantia de que não contingenciem. Não se contingência o nível de pobreza, "biscoitinho" como diz o Senador. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Mas, queremos pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Sr. Ministro, agradecer a presença de V. Exa., agradecer a presença da assessoria também, estiveram aqui, eu me penitencio por não ter anunciado antes o diretor de Gestão Estratégica do Ministério da Cultura, Jefferson Boechat, o chefe de gabinete do Ministro da Cultura, Oswaldo Reis Júnior, o Paulo Brum, assessor parlamentar e amigo de longa data pessoal. Ele está sempre presente aqui nos acompanhando, nos ajudando e dizer ao Sr. Ministro e ao Ministério que de fato, podem contar com a Comissão de Educação, cultura e Esporte como aliada de fato, no grande objetivo da construção de uma política pública adequada, consistente, financiada, envolvente, discutida, dialogada na área da cultura com a sociedade.

Então, nesse sentido, queremos nos empenhar, queremos colaborar e que o grande objetivo da construção como senhor mencionou, que esse objetivo seja alcançado. E para ser alcançado, tem que haver, necessariamente, políticas públicas, discutidas, dialogadas consistentes, adequadas para a realidade, vendo todas essas diferenças culturais existentes no Brasil e também financiadas, não é? Só política pública, sem o financiamento, também passa a ser algo, eu costumo até usar a palavra que é, assim, demagogia, não é?

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Fica na vontade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Fica na vontade. É importante, a criança e o adolescente é importante, precisa ir para a escola, precisa ter saúde, precisa ir ter isso, precisa ter aquilo... Então, me mostra o orçamento para ver se essas importâncias se refletem no orçamento, mas eu só quero dizer a V. Exa. que estamos juntos nessa caminhada, Senadores, Senadoras, Ministério e sociedade para o grande objetivo final que é isto que tudo que o senhor, de forma magnífica, clara, consistente, apresentou nessa Audiência Pública.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Quero agradecer em nome da Comissão e desejar sucesso.

Declaro encerrada a presente reunião, esta Audiência Pública.

Obrigado.

Sessão encerrada às 12h18.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2009.

Às onze horas e vinte e cinco minutos do dia trinta e um de março de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Expedito Júnior, Valter Pereira, Gerson Camata, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Heráclito Fortes, Adelmir Santana, Cícero Lucena, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, Ideli Salvatti, Roberto Cavalcanti, Valdir Raupp, Gilberto Goellner, Efraim Morais, Eliseu Resende, Eduardo Azeredo e Jefferson Praia reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Cleide, Inácio Arruda, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Francisco Dornelles, Raimundo Colombo, José Agripino, Álvaro Dias e Lúcia Vânia. Justificam a ausência os Senhores Senadores Augusto Botelho e Marina Silva. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta, pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 007: Projeto de Lei da Câmara nº 076, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Geraldo Resende, que "Denomina Campus Universitário Professor Celso Muller do Amaral o Campus Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados, localizado em Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul". A relatora designada é a Senadora Marisa Serrano e o parecer favorável é aprovado. **Item 018: Projeto de Lei da Câmara nº 086, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Arlindo Chinaglia, que "Institui o Dia Nacional da Assistên-

cia Farmacêutica". O relator designado é o Senador Adelmir Santana e o parecer favorável é aprovado. **Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 740, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Romeu Tuma, que "Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Artistas e de Técnico em Espetáculos de Diversões, e dá outras providências". A relatora designada é a Senadora Rosalba Ciarlini e o parecer favorável, na forma do substitutivo oferecido, é aprovado. **Item 005: Projeto de Lei da Câmara nº 056, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Nilmar Ruiz, que "Institui o Dia Nacional do Engenheiro Ambiental". O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o parecer favorável é aprovado. **Item 017: Projeto de Lei da Câmara nº 014, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Alex Canziani, que "Denomina José Hosken de Novaes o Campus Londrina da Universidade Técnológica Federal do Paraná, localizado no município de Londrina, Estado do Paraná". O relator designado, ad hoc, é o Senador Paulo Paim e o parecer favorável é aprovado. **Item 011: Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado José Santana de Vasconcellos, que "Denomina Viaduto Márcio Rocha Martins o viaduto localizado na BR-040 entre os Municípios de Ouro Preto e Itabirito, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer favorável é aprovado. A Presidência retorna à ordem original da pauta, uma vez que já há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 603, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Jayme Campos, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Norte do Mato Grosso (UNINORTE), com sede no município de Sinop". O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE aprovada por 14 (quatorze) votos. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, passa a Presidência à Senadora Marisa Serrano, para relatar o seguinte item. **Item 010: Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda, que "Institui o Ano Nacional Patativa do Assaré, em 2009". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 18 (dezoito) votos favoráveis. Reassume a Presidência o Senhor Senador Flávio Arns. **Item 015: Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que "Institui o 'Dia Nacional da Educação Ambiental'". A relatora designada é a Senadora Rosalba Ciarlini e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE aprovada por 14 (quatorze) votos. **Item 012: Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que "Institui o Dia Nacional da Aqüicultura". O relator designado, ad hoc, é o Senador Inácio Arruda e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 014: Projeto de Lei do Senado nº 192, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Magno Malta, que "Denomina "Rodovia Ignez Cola" o trecho da rodovia BR-393 compreendido entre Cachoeiro do Itapemirim (ES) e o contorno de Volta Redonda (RJ)". O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 006: Projeto de Lei do Senado nº 384, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Wilson Matos, que "Altera § 2º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre o estudo da música no ensino fundamental". A relatora designada é a Senadora Marisa Serrano e o parecer é pela prejudicialidade. A declaração de prejudicialidade (nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal) é aprovada por 14 (quatorze) votos. **Item 008: Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Vital do Rêgo Filho, que "Denomina Rodovia Governador Pedro Gondim o trecho rodoviário da BR-230, entre as cidades de Cabedelo e João Pessoa, no Estado da Paraíba". O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o parecer favorável é aprovado. **Item 009: Projeto de Lei da Câmara nº 146, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Marcondes Gadelha, que "Denomina Rodovia Josita Almeida a rodovia BR-104 desde a ponte sobre o rio Paraíba, na cidade de Barra de Santana, até a cidade de Alcantil, ambas no Estado da Paraíba". O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o parecer favorável é aprovado. **Item 019: Comunicados da Presidência: Comunicado 01:** "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de convite do Ministério das Relações Exteriores, para o Seminário Internacional "A Propriedade Intelectual como Instrumento de Política Industrial: Lições e Desafios", a se realizar nos dias 29 e 30 de abril de 2009, no Auditório Wladimir Murtinho do Palácio do Itamaraty, em Brasília". **Comunicado 02:** "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de correspondência do Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Ubiratan Aguiar, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do Processo TC 013.016/2007-5, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que fundamentaram aquela decisão, cujos objetivos foram verificar as providências tomadas

em resposta às recomendações exaradas no Acórdão 214/216-Plenário; analisar a sistemática de acompanhamento dos convênios firmados entre o Ministério do Esporte e as ONGs responsáveis pela implementação do Programa Segundo Tempo; e verificar os processos relativos aos convênios firmados com entidades objeto de denúncias". Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 001: Projeto de Lei da Câmara nº 023, de 2007; Item 004: Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2008; Item 013: Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2008; Item 016: Projeto de Lei da Câmara nº 061, de 2008.** O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e trinta e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Flávio Arns,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 31 DE MARÇO DE 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Inicialmente, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma. Srs. Senadores e Sras. Senadoras, que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Eu quero--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, me permite um comunicado?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não, o Senador Gerson Camata com a palavra.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu queria comunicar à V. Exa., Sr. Presidente, e, ao mesmo tempo, convidá-lo. Lá em Vitória, na próxima quinta-feira, depois de amanhã, nós vamos inaugurar a exposição Leonardo da Vinci. É uma exposição que percorreu o mundo todo, eu a vi fora do Brasil já, apresentando quadros, inventos, escritos desse gênio da humanidade que foi o Leonardo da Vinci. Vai ser uma exposição, pela primeira vez no Brasil, gratuita. Mais de 12 mil alunos das escolas públicas já tem o convite para visitar essa exposição. Ela está sendo patrocinada pelo Prof. Antônio Pinhatão(F), que é dono do curso Leonardo da Vinci, em Vitória, e pela Rede Gazeta de Rádio e Televisão, que é a afiliada da Rede Globo lá no Espírito Santo. Trata-se de um evento cultural muito importante para o nosso estado, de modo que, ao registrar, eu quero também convidar V. Exa. Eu sei das suas atribuições aqui, da dificuldade de comparecer, mas a Comissão de Educação é a Comissão própria para a gente fazer um registro de um evento cultural tão importante para nós, capixabas.

Eu quero cumprimentar o Prof. Pinhatão(F), cumprimentar a Rede Gazeta por essa iniciativa, e cumprimentar, também, o Consulado Italiano, que facilitou o andamento de toda a burocracia para instalarmos essa grande manifestação cultural para os capixabas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Nós, inclusive, iremos, em função da manifestação de V. Exa., manifestar o recebimento do convite por escrito também, desejarmos que o evento tenha o sucesso, a participação que V. Exa. mencionou, e parabenizar a iniciativa, sem dúvida alguma. Lembrando a todos que fazemos sempre questão de ressaltar os objetivos em três direções desta Comissão, que é a educação, cultura e esporte.

Eu quero, inclusive, assinalar dois aspectos. Que, hoje de manhã, eu tive a oportunidade de estar no Conselho Nacional de Educação, aquele Conselho Nacional já esteve aqui, fazendo uma visita de cortesia a esta Comissão, e, nesta participação, hoje cedo, no Conselho Nacional de Educação, aquele conselho deu início a um debate nacional sobre o Plano Nacional de Educação. A lei do Plano Nacional de Educação é do ano de 2001, portanto, até 2011. Início do ano de 2011, o Plano Nacional de Educação tem que passar por um processo de revisão, adequação, ver o que deu certo, o que deu errado; não propriamente o que deu errado, mas como é que as coisas estão acontecendo, participação de estados, municípios, orçamento, participação das entidades. Então, este debate do Plano Nacional de Educação, que, lá no Conselho Nacional de Educação, hoje cedo, estava tendo a participação do Prof. Jamil Cury, que é de Minas Gerais, está lá na PUC de Minas Gerais, ex-conselheiro, e fazendo uma palestra sobre esse tema.

Então, eu tive a ocasião de me manifestar e de colocar essa Comissão de Educação, Cultura e Esporte também num processo de sintonia, de diálogo, de entendimento, de convergência com o Conselho Nacional de Educação, para que a gente possa atuar em conjunto, sempre que possível, respeitando, naturalmente, a independência de cada órgão, como é natural, de acordo com a legislação, mas nós estamos, no fundo,

buscando os mesmos objetivos; ou seja, qualidade, expansão da educação, valorização do professor, questão da gestão das escolas, aplicações, recursos para a educação. Os desafios são os mesmos.

E a Deputada Maria do Rosário, que é Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, também estava presente, e, inclusive, ela deveria hoje passar aqui nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a nossa, não foi possível em função da participação dela no evento do Conselho Nacional de Educação. Mas o desejo também é que nós façamos esta sintonia com a Câmara dos Deputados. Então, numa outra ocasião, ela estará vindo para esta Comissão, e, provavelmente, amanhã cedo, durante uns 10, 15 minutos, eu participarei também da reunião, lá na Câmara dos Deputados, para deixar este desejo manifestado para os deputados e deputadas, esse entrosamento que também pode acontecer, aprimorar, pelo menos, conversarmos bastante entre as Comissões do Senado e da Câmara.

Então, nós temos a nossa pauta que está distribuída. Da pauta, fazem parte processos de natureza terminativa e não terminativa. Alguns poderão ser relatados de maneira com relatores *ad hoc*. Nós vamos começar com o item 6 da pauta... 7 da pauta, que 6 é terminativo, a Senadora Marisa Serrano, que é a relatora, está aqui presente. O item 7 da pauta é de natureza não terminativa. Vamos começar com o item 7 da pauta. O Senador Adelmir Santana também é relator de um projeto de número...

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Solicito a esta Presidência, logo após o item 7, se nós pudéssemos colocar o item 18, em razão de compromissos outros que eu tenho fora da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não, Senador, inclusive há um apelo da área para que o projeto de nº 18, que tem a sua origem na Câmara dos Deputados, também seja apreciado, para que os festejos nesse ano possam acontecer.

Então, em primeiro lugar, Senadora Marisa Serrano, se V. Exa. puder relatar o item nº 7, de natureza não terminativa. É o Projeto de Lei da Câmara nº. 76/2008. "Denomina Campus Universitário Professor Celso – deve ser Müller, eu acho que faltou o trema – do Amaral o Campus Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados, localizado em Dourados, no Estado do Mato Grosso do Sul". A autoria do projeto é do Deputado Geraldo Resende, a relatora é a Senadora Marisa Serrano, e o parecer é favorável. Com a palavra V. Exa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente.

A Universidade Federal da Grande Dourados é uma universidade federal nova. Foi desmembrada na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e está situada na segunda maior cidade do Estado, uma cidade que é universitária e que congrega 26 municípios ao seu redor. É uma instituição extremamente importante, multicampi, extremamente importante para o estado, e fica numa região próxima à fronteira com o Paraguai, está a 100 km de Ponta Porã.

A ideia de dar o nome do Professor Celso Müller do Amaral, um político e educador que honra o Estado de Mato Grosso do Sul e que, durante muitos anos, trabalhou na educação dessa região e, principalmente, da cidade de Dourados. Quando Deputado Federal, Geraldo Resende propôs que levasse o nome da Universidade Federal da Grande Dourados do Professor Celso Müller do Amaral, todos nós ficamos muito contentes, porque sabemos que é um interesse não só da comunidade de Dourados, mas também orgulha o Mato Grosso do Sul.

Portanto, eu quero informar a todos os nobres pares que podem, tranqüilamente, votar num nome de um educador sério, comprometido com as causas públicas, e que foi político também, coordenou a sua vida em torno do trabalho com a sua comunidade.

Fica aqui a hipótese, na análise do projeto, o meu relatório a favor do nome do professor e político Celso Müller do Amaral, para dar o seu nome à Universidade Federal da Grande Dourados, que passaria a se chamar Campus Universitário Professor Celso Müller do Amaral.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O relatório da Senadora Marisa Serrano, portanto, é favorável. E está em discussão a matéria.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para concordar, naturalmente, com a Deputada(sic) Marisa Serrano. Permita-me, Deputada(sic) Marisa Serrano, inclusive, te dizer que eu fiz questão de falar ontem no Plenário, senadora, do seu pronunciamento, o seu pronunciamento ontem, um pronunciamento positivo, afirmativo e falando muito bem da importância da cultura no nosso país. Meus cumprimentos pelo plano(F) de ontem e pelo relatório de hoje.

Aproveito também, Sr. Presidente, para comentar rapidamente a introdução que V. Exa. fez, que eu entendo dessa parceria que V. Exa. está fazendo também com a Comissão de Educação da Câmara, na figura da minha amiga e querida Deputada Federal Maria do Rosário. Eu digo que estive recentemente com ela, em

Canoas, lá, com o Prefeito Jairo Jorge, trabalhando para a instalação rápida de uma escola técnica lá na nossa cidade. Está praticamente tudo já acertado, e a escola técnica começará já a ser implantada a partir deste ano.

Só faço esta rápida consideração, cumprimentando a presidência de V. Exa., com o brilhantismo de sempre nesta Comissão, e, ao mesmo tempo, aproveito para cumprimentar a minha querida amiga e Deputada Maria do Rosário, pelo brilhante que está fazendo também lá na Câmara dos Deputados.

Era isso. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço V. Exa. Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, para discutir também, manifestando o meu apoio--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O item 7 da pauta.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Obrigado. O meu apoio ao projeto relatado pela Senadora Marisa Serrano. Eu acho que é uma homenagem justa que se presta. E dizer que, na quinta-feira passada, na Câmara dos Deputados, foi aprovado um projeto de minha autoria, passou por aqui, foi para a Câmara já há um ano e meio, que cria esse ano O Ano Nacional do Ensino Técnico--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu fui relator.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): O relator foi exatamente o Senador Paulo Paim.

E veja, V. Exa., que neste ano que nós comemoramos 100 anos da fundação pelo Presidente da República de então, Nilo Peçanha, da primeira escola técnica brasileira, 100 anos da introdução do ensino técnico. Durante todos esses 100 anos, foram construídas no Brasil 32 escolas técnicas. O Presidente Lula, neste ano, está inaugurando 110 escolas técnicas. Então, veja, V. Exa., que, num ano, ele está fazendo duas vezes mais, ou três vezes mais do que todos os Presidentes da República juntos, durante 100 anos. Então, nós temos que jogar foco nesse evento, transformando este ano – o projeto está indo para sanção do Presidente Lula esta semana – O Ano Nacional do Ensino Técnico. E se comemora muito bem, com 114 novas escolas técnicas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Bem lembrado por V. Exa. Continua em discussão o item 7 da pauta. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras, que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu só quero lembrar, só para reforçar, eu não quis falar antes, também, mas parabenizar o Senador Gerson Camata pelo projeto, o Senador Paulo Paim por ter relatado, a convite do Senador Gerson Camata, e também estar em sintonia com o que o Senador Gerson Camata colocou, da importância do ensino técnico para os jovens, para os adultos, para o Brasil, comemorando-se, neste ano, 100 anos. Até podemos pensar em alguma iniciativa, assim, para destacar isto, seja na Comissão ou no Plenário, sem dúvida, nos meios de comunicação aqui do Senado, porque é um momento importante, sem dúvida alguma.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Ainda sobre esta matéria, Sr. Presidente, se me permitir...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não, Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Fez lembrar o senhor ao falar que estamos comemorando 100 anos. Realmente, 1909, Nilo Peçanha. E ficamos 100 para ultrapassar 100 escolas, não chegamos a 100 escolas técnicas no Brasil.

Então, num momento em que se discute isso, e que há um propósito do Governo de, até 2011, ter, pelo menos, 400 escolas técnicas no Brasil, isso é um fato a ser destacado. Tanto faltava essa questão de ensino técnico, que a iniciativa privada, os empresários da indústria, do comércio; enfim, todo o grupo empresarial, o setor produtivo, teve que entrar nessa questão da formação técnica através do Sistema S, que vem prestando e que tem prestado uma grande contribuição na questão da formação profissional, inclusive com alterações que se iniciaram agora em 2009, com relação à gratuidade. Vai até 2014, e a tendência é que todos esses cursos, mesmo realizados pelo Sistema S, sejam gratuitos, dentro das contribuições compulsórias empresariais.

Eu queria fazer esse destaque, porque, depois de 100 anos, na verdade, o país desperta para intensificar essa questão da formação profissional.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sem dúvida.

Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Já que entramos na discussão da escola técnica e dos cursos profissionais, eu queria fazer aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Foi um aparte, mas eu acho que um aparte importante e necessário.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Mas o Senador Paulo Paim puxou aí. Eu quero agradecer as palavras elogiosas dele. Mas eu queria colocar o seguinte: nós tivemos--

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): O assunto(F) não está em pauta.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pois é. Mas é interessante discutir...

Nós tivemos aqui, no Brasil, uma época em que o ensino médio se tornou o ensino técnico. Foi a época em que nós acabamos com o científico. Que muitos dos nossos senadores aqui, tenho certeza que o Senador Gerson Camata, o Senador Paim cursaram, ou o científico, ou o curso normal, ou o curso técnico de contabilidade, ou clássico – eram os quatro cursos que nós tínhamos. Quando houve a reforma e acabamos com os quarto e tornarmos todo o ensino médio profissionalizante, foi uma desagregação nacional, porque nós não tínhamos nem laboratórios, nem pessoal especializado, nem currículo suficiente, para poder transformar as nossas escolas de 2º Grau, na época, o ensino médio hoje, em escolas técnicas, que seriam escolas profissionais. Criamos também os CEFETs e as escolas técnicas federais no país. Mas eu quero deixar aqui só... Sou amplamente a favor. Lutei a vida inteira pelo ensino profissional e o ensino técnico, que nenhum país sobrevive no desenvolvimento sem garantia de escolas técnicas. Mas não é só construir, é construir e equipar. Mas também não é só construir e equipar, é a garantia de professores que tenham condições de transformar essas escolas em centro de aprendizagem. E isso não é fácil. É necessário que se pense qual é o projeto pedagógico de cada escola, que os cursos a serem realmente implantados nessas escolas estejam de acordo com as necessidades regionais, estejam voltadas para um plano de desenvolvimento da região e do estado. Não dá para a gente pensar numa escola técnica voltada para um setor, se o desenvolvimento da região está indo para outro lado. Ela tem que se coordenar com todo o desenvolvimento.

Eu quis fazer só esse lembrete para dizer que eu fico muito contente. Quero 400 escolas, quero 1 milhão de escolas técnicas. Eu acho que podia já botar 1 milhão de escolas técnicas, mas desde que a gente pensasse com seriedade na garantia de que essas escolas realmente tenham--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Permita-me um aparte, Senadora.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --e ofereçam o serviço que...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O Senador Gerson Camata pede um aparte.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Para informar. No mesmo dia em que o Presidente Lula inaugurou quatro escolas técnicas no Espírito Santo, de uma vez só; em 100 anos, inauguraram uma, ele inaugurou quatro num dia. Nós chegamos lá em São Mateus no município de Linhares, onde está a central... O Presidente inaugurou também a Central de Processamento de Gás de Cacimbas. Dessa central, para o senhor ter uma ideia, vai sair metade do gás de cozinha consumido no Brasil. O Brasil, hoje, importa metade. Metade vai ser produzida nessa central. Com a nova central, que está sendo produzida em Anchieta, 70% do gás de cozinha, consumido no Brasil, virá lá dos postos de gás do Espírito Santo. O Presidente inaugurou uma; o ano que vem, no começo, inaugura a segunda.

O Ministro Fernando Haddad estava lá, estavam os operários que operam aquela usina, é uma usina complexa, moderna. E aí ele disse: "Quem fez a escola técnica?". Escola Técnica de São Mateus, inaugurada há uns dois anos. Metade dos operários levantaram a mão. "Nós somos da Escola Técnica do curso de petróleo em São Mateus, adaptada à produção da região. Na de Linhares, foi o Prefeito José Carlos Elias que comprou o prédio, os laboratórios têm ar-condicionado central, os mais modernos que eu vi na minha vida estão lá. Melhor do que a de Vitória, que tem 100 anos, a Escola Técnica de Linhares.

Então, eu acho que responde um pouco a preocupação certa da senadora, elas estão indo numa direção muito interessante e muito importante, se adaptando à... Nova Venécia, curso de agricultura, curso de processamento de leite, porque lá tem uma produção grande de leite e agricultores. Então, elas vão se modulando à vocação da região, o que é importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sem dúvida.

A Senadora Marisa Serrano deseja concluir? Por que foi um aparte?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Agradecer apenas a intervenção do Senador Camata e vamos acompanhar e rezar para que tudo dê certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero destacar, antes de passar a palavra para o Senador Adelmir Santana, de que tanto o Senador Adelmir como eu, participamos, quarta-feira da semana passada, de um evento muito interessante, com a participação do Sistema S, do Ministério da Educação, para se estabelecer esse entendimento, essa parceria, visando justamente a profissionalização e ensino técnico. E, naquela ocasião, eu só fiz questão de lembrar, e lembro agora também, para a gente não esquecer, Senadora Marisa Serrano, também V. Exa. é dessa área, mas todos os senadores, das iniciativas fundamentais que a própria sociedade oferece para a profissionalização, através de entidades não lucrativas, sem fins lucrativos, comunitárias, e cursos de 500 horas, 600 horas. Eu dou só um exemplo, para ser bem

rápido. Lá perto de Curitiba, na região metropolitana, existe uma entidade que ofereceu um curso com 60 vagas e apareceram 600 candidatos para um curso de 500 horas; 600 para 60 vagas, de alta qualidade, entidade sem fins lucrativos, numa pareceria com os empresários, com o Sistema S. Então, eu imagino a frustração daquelas 540 famílias que não puderam, infelizmente, participar desse curso. Mas, se houver um pouco de ajuda, um pouco de incentivo para entidades sérias, que façam bons cursos, nós poderemos multiplicar essa necessidade de profissionalização pelo Brasil inteiro. Porque isso acontece em Mato Grosso, Espírito Santo, lá no Paraná, Rio Grande, Pernambuco, aqui no Distrito Federal. Quantas entidades que fazem questão de participar, e que, se tivesse um pouco mais de apoio, se multiplicaria isto por milhares de pessoas para entrarem no mundo do trabalho.

Eu passo a palavra, em seguida, ao Senador Adelmir Santana, que vai relatar o item 18 da pauta. Projeto de Lei da Câmara nº 86/2008, que institui o Dia Nacional da Assistência Farmacêutica. Autoria do Deputado Arlindo Chinaglia, relatoria do Senador Adelmir Santana, e o parecer é favorável. Com a palavra V. Exa.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, como V. Exa. colocou, esse é um projeto originário da Câmara, de autoria do Deputado Arlindo Chinaglia.

O Projeto de Lei nº 86 institui a data a ser comemorada: o dia 15 de setembro, como Dia Nacional de Assistência Farmacêutica. O objetivo do projeto é possibilitar a conscientização da sociedade para os temas relacionados com a assistência farmacêutica. E aqui, Sr. Presidente, é bom que se diga que todo o Sistema Único de Saúde, o SUS, peca pela falta da assistência farmacêutica integral. Existem, no Brasil, verdadeiras cidades pólos, que funcionam como áreas de turismo médico. As pessoas se deslocam dos pequenos municípios, na busca de uma consulta, marcam essa consulta para 30, 60 dias. Na verdade, depois da consulta, peregrina pelas várias drogarias e farmácias, buscando o menor preço desses produtos, muitas vezes não os adquirem por falta de recurso, retornam ao seu município de origem e, algum tempo depois, voltam a essas cidades pólos, com o seu caso agravado, quando poderia ter sido solucionado, se tivéssemos uma assistência farmacêutica mínima no município originário. Falta, portanto, uma conscientização da sociedade, das autoridades, dos governantes, no sentido de dar a assistência farmacêutica integral no primeiro atendimento.

Muitos dos recursos despendidos na assistência à saúde, como o retorno desses doentes num segundo momento, que, às vezes, chegam em emergência ou até mesmo em casos de uso de UTI, poderiam ser evitados se tivesse tido uma assistência farmacêutica adequada no primeiro momento.

Então, esse projeto, ao criar esse dia, tem também por objetivo essa conscientização.

O Presidente do Senado, por opção, optou que esse projeto não seria terminativo aqui, mas também iria ao Plenário, por isso ele ainda será submetido a Plenário, mesmo sendo terminativo aqui.

A assistência farmacêutica se compõe de um conjunto de ações voltadas à promoção, à proteção e à recuperação da saúde individual e coletiva, mediante a utilização de medicamentos de forma orientada e acessível.

Então, o projeto, portanto, a data escolhida alude ao início da I Conferência Nacional de Medicamento e Assistência Farmacêutica, realizada entre os dias 15 e 18 de setembro de 2003. Portanto, é uma iniciativa já antiga que tramita nesta Casa. Não há o que questionar quanto ao mérito da iniciativa; da mesma forma, inexistem embargos de natureza constitucional, jurídica ou regimental, para que a proposição siga o seu curso.

Finalmente, cumpre salientar que sua formulação atende aos preceitos esculpidos na Lei Complementar, nº 95, de 1998, que trata da redução de atos normativos. Diante disso, o nosso voto é pela aprovação sem reparo ao Projeto de Lei complementar ou Projeto de Lei da Câmara nº 86/2008. Esse é o nosso voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Senador Adelmir Santana. Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Os que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram.

Passamos ao item 5... A relatora está presente? A Senadora já está em condições de relatar o item 2 da pauta? Passamos, então, o item 2 da pauta.

Eu só quero lembrar sempre para a Comissão o seguinte: que os projetos de natureza não terminativa – todos sabem, mas vamos só ressaltar – são aqueles que vêm da Câmara e que estamos aprovando nesta Comissão, porque irão para o Plenário, como o Senador Adelmir Santana colocou, irão para o Plenário na seqüência. Então, estamos dando vazão aos não terminativos, ou projetos que depois de passar, que tenham origem no Senado e que depois passem por outra Comissão.

Então, eu só quero lembrar o seguinte: que os projetos de natureza terminativa são aqueles de produção dos senadores e senadoras, e que a gente precisa sempre do quórum qualificado, a maioria, para fazer a votação. Então, eu faço um apelo só para as pessoas,

para a gente procurar ter o quórum para projetos de natureza terminativa, para que possamos votar os projetos também de autoria dos senadores e senadoras e que tem a natureza terminativa nesta Comissão.

Eu até não me lembro, e colocamos em discussão e já foi votado o anterior. Não votamos, então, o projeto de nº 18. Em votação. Sras. Senadoras e Senadores, que estiverem de acordo, permaneçam como se acham. Está aprovado.

Passamos ao item 2 da pauta, Senadora Rosalba, que é o Projeto de Lei do Senado nº 740/2007, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de artistas e de técnico em espetáculos de diversões, e dá outras providências. Autoria do Senador Romeu Tuma, relatoria da Senadora Rosalba Ciarlini. O parecer é favorável na forma do substitutivo oferecido. A matéria é terminativa na Comissão de Assuntos Sociais. Com a palavra V. Exa.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Projeto de Lei de autoria do Senador Romeu Tuma, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de artistas e de técnicos em espetáculos de diversões e dão outras providências, na realidade, ele é muito meritório, porque vai trazer, com certeza, o apoio a atividades que são desenvolvidas e que precisa, realmente, estar inserida dentro das normas trabalhistas.

Então, esses profissionais terão, com certeza, com a aprovação desse projeto, oportunidade de desenvolver melhor o seu trabalho e de criarmos mais um espaço de profissão no nosso país.

Análise do projeto: "Nos termos do inciso II, do art. 102, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre o mérito das matérias que lhe foram submetidas. A matéria objeto da proposição: condições para o exercício de profissões, nas áreas de espetáculos e diversões, pertence ao ramo do Direito do Trabalho. O presente projeto, fundamentalmente, define as atribuições, competências e critérios de capacitação das profissões, e DJ profissional de cabine de som e produtor DJ, produtor disc-jóquei. As normas propostas, regulamentando o exercício desses dois ofícios, não afrontam os princípios adotados pela Constituição, estando aptas para entrar em nosso ordenamento jurídico. Infelizmente, os disc-jóqueis, que conduzem os sons das pistas de dança com a habilidade, que conhece profundamente os ritmos e os efeitos sonoros, unindo o som e a tecnologia para embalar casas noturnas, eventos e festivais, não têm ainda a sua profissão regulamentada. Ainda que estejam atuando há décadas em clubes, danceterias, casas de espetáculo, casas de festas, emissoras de rádio e de televisão, festas particulares, eventos diversos e Internet, são contratados sobre outra denominação profissional, já que a classificação brasileira de ocupação do Ministério do Trabalho e Emprego não contempla os quase 1 milhão de disc-jóquei. Nesse contexto, o presente projeto pretende inserir, entre as atividades artísticas desenvolvidas hoje em dia, a figura do disc-jóquei, eis que a Lei nº 6.533, de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de artistas e técnicos em espetáculos de diversões, não abrange esses profissionais, tendo em vista que a época que foi elaborada pouco se cogitava sobre a figura dos disc-jóqueis. A iniciativa é, sem dúvida alguma, meritória, pois, além de estar preenchendo uma grande lacuna em nosso ordenamento jurídico, trará maior segurança jurídica a esses profissionais, quanto a seus direitos e deveres".

À vista do exposto, Sr. Presidente, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 740/2007, na forma do seguinte substitutivo: o substitutivo já está publicado, todos os senadores já têm em mãos o Projeto de Lei, com o substitutivo nº 740. Portanto, o voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O parecer, o voto da Senadora Rosalba, é favorável. Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Está aprovado.

Eu peço aos Srs. Senadores e Senadoras para procurarem permanecer aqui, que só temos a necessidade de mais duas pessoas que já estão vindo e que darão o quórum para as matérias de natureza terminativa.

Enquanto isso, Senador Gerson Camata, passamos para o item 5 da pauta, que é de natureza não terminativa, Projeto de Lei da Câmara nº 56/2008, que institui o Dia Nacional do Engenheiro Ambiental. Autoria do Deputado Nilmar Ruiz, a relatoria é do Senador Neuto De Conto, e o Senador Gerson Camata está sendo solicitado para servir como relator *ad hoc*. O parecer é favorável e a matéria constou na pauta das reuniões dos dias 17/03/2009 e 24/03/2009. Com a palavra a V. Exa.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, é com satisfação que eu relato, substituindo o Senador Neuto De Conto. Este projeto do Deputado Alex Canziani, que registra se é o coordenador da Frente Parlamentar, em defesa do ensino técnico, do qual nós todos fizemos parte... Eu vou direto à análise. O Projeto de Lei da Câmara, nº 14/2008, apresenta robusta justificativa para homenagem ao Sr. Hosken de Novaes, mineiro, nascido da cidade de Carangola, em 1917, e que, após a formatura em Direito, na Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, passou a viver na cidade paranaense de Londrina, onde atuou como advogado

e professor universitário. Com a redemocratização do país, em 1945, José Hosken de Novaes iniciou a sua notável trajetória política pela União Democrática Nacional. Exerceu cargos importante no Paraná como de Procurador-Geral do Estado, Secretário do Estado da Fazenda e membro da Comissão Estadual de Revisão de Terras e Consultas. Prefeito de Londrina, a partir da 63, sua administração foi considerada modelar naquela cidade norte do 3stado.

Em 1979, quando era vice-governador do estado foi alçada à condição de titular do cargo, em razão da desincompatibilização do então Governador Ney Braga, que pleiteava a cadeira no Senado da República. Após cumprir sua trajetória política, retornou às atividades de advogado e professor de Direito Civil, na cidade de Londrina. A homenagem a José Hosken, portanto, é justa e apreciável, tanto pelos serviços que prestou à Londrina e ao Paraná quanto pelo fato de que sua trajetória vencedora reitera a hospitalidade e o traço não discriminatório dos estados brasileiros, que, em regra, aceito de bom grado a participação de cidadãos de outras paragens nas suas instâncias de poder. Do ponto de vista formal, o projeto não padece de vícios de constitucionalidade, regimentalidade ou técnica legislativa. Voto. Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 14/2008. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O parecer, o voto é favorável. E está em discussão a matéria. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, a família Hosken, como foi mencionada, é lá de Carangola, depois também o seu descendente Juarez Hosken foi deputado por Minas. Eu quero apenas também manifestar a minha concordância e os cumprimentos pela homenagem que é feita.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero também manifestar a minha concordância com o projeto. A autoria do projeto é de um deputado do Paraná Alex Canziani e denomina o Campus Londrina também com o nome de José Hosken de Novaes. José Hosken de Novaes sempre teve grande credibilidade, exerceu o mandato de governador, é de Londrina, quer dizer, residente em Londrina, é de Minas Gerais. E nesse sentido também é uma homenagem justa que se presta a uma pessoa que contribuiu decisivamente para o Paraná. Parabéns à V. Exa. pelo relatório. Está em votação a matéria. Os que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nós, praticamente, já temos o quórum, falta um senador. Então, eu peço só a participação de todos no sentido de permanecerem. Antes disso, vamos passar só para o item 5 da pauta, que é de natureza não terminativa. Aliás, item não 5, desculpe. É o item 11 da pauta, Projeto de Lei da Câmara nº 126/2008, que "denomina Viaduto Márcio Roxa Martins, o viaduto localizado na BR 040, entre os municípios de Ouro Preto, Itabirito, Estado de Minas Gerais. Autoria: Deputado José Santana de Vasconcelos, relatoria do Senador Wellington Salgado". Solicito ao Senador Eduardo Azeredo para fazer a relatoria *ad hoc* e o parecer é favorável.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, em boa hora, o Deputado José Santana, no meu estado, apresentou esse projeto de homenagem a Márcio Roxa Martins, que é engenheiro, teve uma carreira de 45 anos, tendo sido responsável pela construção de obras de grande porte, como viadutos, metrôs, pontes e prédios residenciais em vários estados do país. Nascido em 38, veio a falecer em 2006. Ele se formou em engenharia civil, em 1961, pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas, depois foi presidente também do Sindicato da Indústria de Construção Pesada do nosso Estado, diretor também da Associação Nacional de Empresas de Obras Rodoviárias, além de diretor e fundador de diversas empresas. Na Câmara dos Deputados, o projeto foi aprovado pelas Comissões de Aviação e Transporte, Educação e Cultura, Constituição e Justiça. Neste Senado, cabe apenas a esta Comissão a análise.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que, em substituição ao Senador Wellington Salgado, eu tenho muita honra em poder relatar esse projeto. Eu conheci o Márcio Roxa Martins, que foi proprietário de uma grande empresa de Minas, uma empresa de qualidade, responsável, como foi dito aqui, por várias obras importantes, obras de engenharia, especialmente nessa área de viadutos, de pontes, de maneira que nada mais correto do que homenageá-lo neste momento a este viaduto, que está localizado na 040, entre os municípios de Ouro Preto e Itabirito, no Estado de Minas Gerais. Meus cumprimentos ao Deputado José Santana. E esta homenagem, eu reitero, é muito justa. Ante o exposto, portanto, o voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço o Senador Eduardo Azeredo. Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Como nós temos o quórum para decisões terminativas, passamos ao item 3 da pauta. Projeto de Lei do Senado, Senador Gilberto Goellner, nº 603/2007, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Norte do Mato Grosso – Uninorte -, com sede no município de Sinop. Autoria do Senador Jayme Campos, relatoria do Senador Gilberto Goellner. O

parecer é favorável com a emenda oferecida. A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 17/03/2009 e 24/03/2009. Com a palavra V. Exa.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, se trata da concessão do Poder Executivo em criar uma universidade no norte de Mato Grosso, especificamente no Município de Sinop. A análise é favorável, e eu opino pela aprovação do projeto, para que os demais senadores aprovem o mesmo, e a gente conceda ao Município de Sinop a nova universidade, que deverá chamar, com a emenda que coloquei aqui, em vez de Uninorte, com a emenda, passa a ser Ufenorte. É pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço a V. Exa. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir...

Faço o apelo para que permaneçam no Plenário. Em votação. Como é projeto terminativo, passo à votação nominal. Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B– CE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Expedito Júnior. Está aqui. Sim. Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Valdir Raupp. Gilberto Goellner. O voto é conhecido. É o relator. Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está aprovado o projeto.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B– CE): Sr. Presidente, eu peço inversão para o item 10.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O item 15 da minha autoria, Sr. Presidente. A relatoria da Senadora Rosalba 15.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Da mesma forma, Sr. Presidente, o item 12.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B– CE): E Inácio Arruda item 10. Porque aí fica na ordem 10, 12 e 15.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Se permitirem seguimos na ordem então solicitada. Item 10 terminativo Projeto de Lei do Senado nº 322... Eu peço para a Senadora Marisa Serrano se puder me auxiliar nesse projeto, porque eu sou o relator. E institui o Ano Nacional Patativa do Assaré. Se V. Exa... Institui o Ano Nacional Patativa do Assaré, em 2009. Autoria do Senador Inácio Arruda, a relatoria é minha própria e o parecer é favorável. O item 10 da pauta. Passo a presidência à Senadora Marisa Serrano, para que o relatório possa ser feito.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com a palavra o relator, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O relatório. Patativa do Assaré representa um artista cujo trabalho permanece ainda sem o merecido reconhecimento nacional. Isso, possivelmente, seja devido ao fato de que, no nosso país, a valorização da cultura e de seus realizadores está acentuadamente deslocada para o Sudeste do Brasil. Assim, sendo um artista oriundo de outra região do Brasil, acaba por ter uma projeção nacional mais efetiva, a partir do momento em que se torne conhecido no eixo cultural Rio de Janeiro/São Paulo. Grandes artistas nacionais fizeram essa trilha; entretanto, por ter permanecido no Nordeste e por ter a circulação de sua obra restrita a certas esferas, Patativa do Assaré acabou por não receber o devido reconhecimento. Por isso, essa homenagem virá em boa hora. A homenagem é para que, através do Projeto de Lei, instituir o Ano Nacional Patativa do Assaré, em 2009. Pelo mérito e por sua constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado, nº 302/2008.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Terminada a relatoria. Em discus-

são. Não havendo quem queira discutir. Em votação nominal. Senador Flávio Arns--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Conhecido já o voto.

Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B– CE): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Aprovado por unanimidade.

Devolvo a palavra ao Senador Flávio Arns.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço à Senadora Ideli Salvatti. Passo ao item 14 da pauta.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu agradeço muito o agradecimento. Mas o senhor o deve à Senadora Marisa Serrano.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim. Agradeço à Senadora Marisa Serrano pela ajuda na condução dos trabalhos. Desculpe.

Passo ao item 15 da pauta, porque houve inversão. De natureza terminativa Projeto de Lei do Senado, nº 211/2008, que "institui o Dia Nacional da Educação Ambiental". Autoria é da senadora que acabou de estar na presidência, a Senadora Marisa Serrano; a relatoria é da Senadora Rosalba Ciarlini, e o parecer é favorável com a emenda oferecida. Com a palavra V. Exa.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Sr. Presidente.

É este o relatório. Projeto de Lei do Senado nº 211/2008, de autoria da Senadora Marisa Serrano. "Institui o Dia Nacional da Educação Ambiental, a ser anualmente celebrado no dia 6 de junho em todo o país". Essa data vai ser difícil eu esquecer, 6 de junho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Desculpe, senadora.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O dia 6 de junho vai ser difícil de eu esquecer, porque é uma coisa que marca muito na minha vida. É o dia do nascimento de um filho. Então, a gente não esquece, né? 6 de junho. No art. 2º, a proposição determina que a coordenação... E, além do mais, ser uma coisa tão nobre, que é o meio ambiente que a gente tem que preservar, tem que realmente fazer com que todos entendam da importância maior desse dia.

Então, a questão... Não foram apresentadas emendas ao projeto. Análise: "Nesse início de século, no qual as questões relacionadas ao meio ambiente alcançaram o patamar das prioridades mundiais, muito oportunamente ocorre à legisladora a iniciativa de instituir um dia especialmente voltado para a educação ambiental, tema que deverá chamar atenção da sociedade e ocupar lugar de destaque na programação das atividades escolares. Anualmente, o dia 6 de junho, em todo território nacional. A formação e a consolidação de uma consciência ecológica tem ocupado a agenda da maioria das nações. O Brasil não foge à regra. Aqui o tema tem alcançado currículo e a programação das instituições de ensino público e privada, onde tem, usualmente, encontrado amplo acolhimento. De fato, não sobram dúvidas quanto à pertinência de fazer constar, entre os conteúdos da educação formal, conhecimentos específicos sobre a preservação e a conservação do meio ambiente, providência capaz de gerar atitudes

de grande alcance, no sentido de contribuir para a luta em favor da qualidade de vida da atual e das gerações vindouras. Como esclarece a justificação do projeto, a escolha da data recaiu sobre o dia 6 de junho, para que ela possa figurar entre as comemorações da semana do meio ambiente, tradicionalmente celebrada no início do mês de junho. Assim definida a celebração do Dia Nacional da Educação Ambiental, ocorrerá na seqüência das atividades relacionadas ao Dia Mundial do Meio Ambiente, que é 5 de junho, como forma de atribuir justa ênfase ao papel da escola em relação à formação da consciência ambiental".

O voto, Sr. Presidente. Pelo exposto, pela importância, pelo mérito da questão, parabenizando a autora do projeto, o voto é pela aprovação nos termos da emenda que se segue.

Tenho que ler a emenda. Dê-se ao art. 2º, do Projeto de Lei nº 211/2008, a seguinte redação: art. 2: fica o Poder Executivo autorizado a coordenar as comemorações e as atividades educacionais relacionadas co-relatas do Dia Nacional de Educação Ambiental. Essa é a emenda. E o voto é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B– CE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Expedito Júnior. Valter Pereira. Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Rosalba Ciarlini. Isso é conhecido. Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Marisa Serrano. Está aqui. Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Valdir Raupp. Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Valter Pereira. Já foi chamado. Gilberto Goellner. Efraim Morais. Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está aprovado.

Passamos ao item...

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu só queria agradecer e dizer que é importante que a gente tenha, nas escolas, um dia para a consciência de toda a população, mas, principalmente, das crianças, do meio ambiente, da preservação ambiental, numa época tão difícil que nós estamos vivendo nessa área. Era só isso. E agradecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu peço só a compreensão do Plenário para mais dois projetos, só dois, de natureza terminativa.

O item 12 da pauta institui o Dia Nacional da Aquicultura. Autoria da Senadora Ideli Salvatti, a relatoria do Senador João Vicente Claudino. E peço ao Senador Inácio Arruda que ofereça o relatório como relator ad hoc. O parecer é favorável e a matéria constou na pauta da reunião do dia 24/03/2009.

Com a palavra V. Exa.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B– CE): Sr. Presidente, como relator *ad hoc,* eu quero fazer apenas um acréscimo. É que nós já tivemos duas grandes concessões de título de uso da água da União, uma para o lago de Itaipu, na represa de Itaipu, e outra para a barragem de Castanhão, no Estado do Ceará, que acumula 6.8 bilhões de metros cúbicos de água, e, já com essas concessões, tem possibilitado a existência de várias fazendas de produção de pescados. Então, a matéria é muito meritória. Nosso parecer é favorável pela aprovação. E peço apoio de todos os meus pares nesse instante.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está em discussão a matéria. Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Muito rapidamente, Presidente. A importância de instituir esse Dia Nacional da Aquicultura é porque esta atividade econômica, ela teve, exatamente no dia 20 de março, o instrumento... 20 de março do ano passado, o instrumento adequado para que ela venha se transformar, efetivamente, numa atividade produtiva de grande porte no nosso país. O Brasil detém nada mais, nada menos, do que 12% da água doce disponível no planeta. E as nossas barragens, os nossos lagos, os nossos açudes, os nossos rios; como os nossos 8 kms de costa, é uma fonte inesgotável de riqueza, se soubermos explorá-la devidamente, adequadamente, inclusive com o reconhecimento efetivo da propriedade, ou seja, da licença da concessão para a utilização da água. E o dia 20 de março, que nós estamos propondo que seja o Dia Nacional da Aquicultura, foi exatamente o dia que o Presidente Lula instituiu, no ano passado, a primeira

concessão. Foi exatamente lá no lago de Itaipu, no estado de V. Exa., e, na segunda, na sequência, na barragem do Castanhão no Ceará.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não havendo quem queira discutir mais, em votação.

Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B– CE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Valdir Raupp. Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Gilberto Goellner. Efraim Morais. Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está aprovado.

Passamos para o item 14 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 192/2008, "denomina a 'Rodovia Inês Cola' o trecho da rodovia BR 393 compreendido entre Cachoeiro do Itapemirim, Espírito Santo, e o contorno de Volta Redonda, Rio de Janeiro". Autoria do Senador Magno Malta, relatoria do Senador Gerson Camata, e o parecer é favorável. Com a palavra V. Exa.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, é uma homenagem justa que o Senador Magno Malta presta à D. Inês Cola, que foi esposa do empresário Camilo Cola. D. Inês dedicou a vida inteira ao serviço social da Itapemirim, que é a maior empresa de transporte coletivo do Brasil. Estruturou o serviço social da companhia e todo o trabalho social da Diocese de Cachoeiro de Itapemirim tinha o nome dela, a presença dela, a ajuda financeira dela, numa atividade modelar e exemplar de dedicação ao povo de Cachoeiro, e se estendendo algumas atividades para o Brasil inteiro. De modo que é uma homenagem justa que se presta e o parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Eu peço ainda... Eu não tinha observado. Só mais um item terminativo e aí terminamos a pauta de natureza terminativa. Só mais um depois desse. Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B– CE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Gerson Camata. Conhecido. Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Marisa Serrano. Ideli Salvatti. Valdir Raupp. Garibaldi Alves Filho.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Gilberto Goellner. Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eduardo Azeredo. Está aprovado o projeto.

Passamos ao último item terminativo. Item 6, Projeto de Lei do Senado nº 384/2007, "altera o § 2º, do art. 26, da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 96, para dispor sobre estudo da música no ensino fundamental". Autoria do Senador Wilson Matos, a relatoria é da Senadora Marisa Serrano, o parecer é pela prejudicialidade. A matéria constou na pauta da reunião do dia 17 de março de 2009.

Com a palavra V. Exa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Embora a medida seja importantíssima, eu propus aqui, à relatoria, pela prejudicialidade, porque, no dia 18 de agosto de 2008, é a Lei nº 11.769, que altera o art. 26, da LDB, já colocou a música na escola como obrigatoriedade no país. Portanto, embora o mérito do projeto seja importantíssimo, ele se torna prejudicado por essa votação anterior.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está em discussão a matéria. Encerrada a discussão. Declaro a prejudicialidade do projeto. Está em votação a declaração de prejudicialidade. Os Srs. Senadores e Senadoras, que concordam com a prejudicialidade, devem votar, sim.

Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o relator. Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B– CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim. Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Marisa Serrano. Conhecido. Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Valdir Raupp. Garibaldi Alves Filho.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Gilberto Goellner. Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então, está prejudicado o projeto.

Os itens de natureza terminativa foram apreciados, e, para isso, foi importante a participação de todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Passamos, agora, aos itens de natureza não terminativa, ainda restantes.

O item nº 8. Projeto de Lei da Câmara, nº 120/2008, "denomina a Rodovia Governador Pedro Gondim, o trecho rodoviário da BR 230, entre as cidades de Cabedelo e João Pessoa, no Estado da Paraíba". Autoria do Deputado Vital do Rêgo Filho; a relatoria, do Senador Cícero Lucena. E o parecer é favorável. Com a palavra V. Exa.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, por demais meritório a proposta do Deputado Vital do Rêgo Filho, neto do homenageado ex-governador da Paraíba, Pedro Moreno Gondim, o nosso voto é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos ao item 9 da pauta. Projeto de Lei da Câmara nº 146/2008, que "denomina a Rodovia Josita Almeida, a Rodovia BR 104, desde a ponte sobre o Rio Paraíba, na cidade de Barra de Santana até a cidade de Alcantil, ambas no Estado da Paraíba". Autoria, Deputado Marcondes Gadelha; relatoria do Senador Cícero Lucena. O parecer é favorável. Com a palavra V. Exa.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Da mesma forma, Presidente, muito válida a iniciativa do Deputado Marcondes Gadelha em homenagear a Sra. Josita Almeida, que é de uma família tradicional política do nosso estado, denominando a Rodovia BR 104, desde a ponte sobre o Rio Paraíba até a cidade Barra de Santana até a cidade de Alcantil. Meu voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os que estiverem de acordo com o parecer, permaneçam como se encontram. Aprovado o parecer.

Terminamos também os itens da pauta de natureza não terminativa.

Leio um comunicado da presidência. "Comunico aos Srs. Senadores e Senadoras o recebimento de convite do Ministério das Relações Exteriores para o seminário internacional: 'A Propriedade Intelectual como Instrumento de Política Industrial, Lições e Desafios', a se realizar nos dias 29 e 30 de abril de 2009, no auditório Wladimir Murtinho, do Palácio do Itamaraty em Brasília. Os Senadores e Senadoras, que desejarem uma cópia do convite, poderão se dirigir à secretaria desta Comissão ou poderão consultar a página de divulgação do evento: www.dip.mre.gov.br". A matéria vai ao arquivo.

Um outro comunicado dessa presidência. "Comunico aos Srs. Senadores e Senadoras o recebimento e correspondência do Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Ubiratan Aguiar, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do processo TC013.016/2007-5, bem como do relatório da proposta de deliberação, que fundamentaram aquela decisão, cujos objetivos foram verificar as providências tomadas em respostas recomendações, exaradas no acórdão 214/2006, Plenário, analisar a sistemática de acompanhamento dos convênios firmados entre o Ministério do Esporte e as ONGs, responsáveis pela implementação do programa Segundo Tempo, e verificar os processos relativos aos convênios firmados com entidades, objeto de denúncias. Os senadores, que desejarem uma cópia do aviso, poderão se dirigir à secretaria desta Comissão". E eu sugiro, inclusive, que este assunto seja examinado em detalhe, como todas as decisões e encaminhamentos do Tribunal de Contas da União.

Precisamos, na minha ótica, aprimorar o exame das matérias vindas do Tribunal de Contas, para que possamos nos debruçar com mais propriedade, tranqüilidade, nas questões orçamentárias, na legislação e valorizarmos o suficiente, uma ajuda tão importante, como é o trabalho do Tribunal de Contas da União.

Até eu indico para a secretaria que possamos ver como que este relatório poderá receber a importância devida desta Comissão. A matéria vai ao arquivo, porém, com esta observação de que vamos examinar procedimentos, para que possamos examinar, com mais propriedade, aspectos tão importantes como convênios, programa Segundo Tempo e denúncias em relação a convênios, e as recomendações, principalmente, que o Tribunal de Contas, certamente, está fazendo. Fica à disposição dos Senadores e Senadoras, mas vamos apreciar com mais calma.

Nada mais havendo a deliberar, em termos de natureza terminativa ou não terminativa para os Projetos de Leis, quero novamente agradecer a participação dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras, dizer que, na próxima terça-feira, o Ministro... Quarta-feira, o Ministro do Esporte estará presente nesta Comissão para debater os programas, prioridades, desafios do Ministério do Esporte. Já tivemos a participação do Ministro da Cultura, e, na seqüência, teremos também a presença do Ministro da Educação Fernando Haddad, também para colocar os desafios, as perspectivas, os problemas, as esperanças que têm que ser muito grandes na área também da educação. Então, educação, cultura e esporte.

Agradeço a participação de todos e declaro encerrada a presente reunião. Obrigado.

Sessão encerrada às 12h37.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2009.

Às onze horas e trinta e um minutos do dia sete de abril de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim, Inácio Arruda, Marina Silva, Expedito Júnior, Valter Pereira, Gerson Camata, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Adelmir Santana, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, João Pedro, Ideli Salvatti, Eduardo Suplicy, Roberto Cavalcanti, Pedro Simon, Neuto De Conto, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho, Eliseu Resende, Eduardo Azeredo, Marconi Perillo, João Vicente Claudino e Jefferson Praia reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Cleide, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Francisco Dornelles, Raimundo Colombo, Heráclito Fortes, José Agripino, Álvaro Dias, Cícero Lucena, Lúcia Vânia, Marisa Serrano e Sérgio Zambiasi. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após a Presidência registra a presença para acompanhar a reunião, da Senhora Rita de Cássia Souza Barros, Presidente da Associação de Amigos de Deficientes Visuais – AADV; Senhor Fernando Rodrigues, Vice-Presidente da Associação de Amigos de Deficientes Visuais –

AADV e demais membros da Associação; Senhor Antônio Leitão, Vice-Presidente da Associação Brasiliense de Deficientes Visuais – ABDV e demais membros da Associação e alunos e professores do Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais – CEEDV. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 005: Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que "Institui o 'Dia Nacional do Sistema Braille'". O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 006: Projeto de Resolução do Senado nº 031, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador João Pedro, que "Denomina "Senador Jefferson Peres" a Sala das Comissões nº 02, da Ala Sen. Nilo Coelho". A relatora designada é a Senadora Marina Silva e o parecer favorável, com a emenda de redação nº 01-CE, é aprovado. **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Autoriza o Poder Executivo a criar, no Ministério da Educação, o Programa Cesta Básica do Livro, para garantir um acervo mínimo de livros às famílias de estudantes do ensino público fundamental e médio". O relator designado é o Senador Marco Maciel. Na reunião do dia 17/03/09 foi concedida vista à Senadora Ideli Salvatti, que não apresentou manifestação por escrito. O projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE aprovada por 13 (treze) votos. **Item 007: Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Adelmir Santana, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Gama, no Distrito Federal". O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, na forma da emenda substitutiva nº 01-CE. Em virtude da aprovação do substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 010: Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Piratini, no Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Pedro Simon e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 009: Projeto de Lei da Câmara nº 061, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Alice Portugal, que "Institui o dia 2 de julho como data histórica no calendário das efemérides nacionais". O relator designado é o Senador João Pedro e o parecer favorável, com a emenda de redação nº 01-CE, é aprovado. **Item 011: Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Geraldo Thadeu, que "Denomina Rodovia Agnaldo Salles o trecho da rodovia BR-491, entre as cidades de Alfenas e Varginha, no Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer é favorável. O projeto é retirado de pauta, atendendo à solicitação do relator. **Item 015: Projeto de Lei da Câmara nº 032, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Gorete Pereira, que "Dispõe sobre a criação do Dia Nacional do Espiritismo". A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o parecer favorável é aprovado. Neste momento a Senhora Senadora Ideli Salvatti requer, oralmente, a inclusão, extra-pauta, de dois Requerimentos, o que é aprovado **(Ver Extra-Pauta Itens 001 e 002)**. **Item 014: Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Júlio Redecker, que "Institui o Dia Nacional do Curtidor, nas condições que especifica". O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer favorável é aprovado. **Extra-Pauta, Item 001: Requerimento nº 0709 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que requer "...nos termos regimentais, a realização de uma Audiência Pública para debater a implantação da **Lei nº 11.738 – Piso Salarial dos Professores e a aplicação da Lei nº 11.301 – Aposentadoria Especial para os exercentes de Direção, Coordenação e Assistentes Pedagógicos**, com a presença dos seguintes convidados: **Presidente do CONSED** – Conselho Nacional de Secretários de Educação – Maria Auxiliadora Seabra Rezende. **Presidente da UNDIME** – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Justina Iva de Araújo Silva. **Presidente do CNTE** – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – Roberto Franklin de Leão". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 002: Requerimento nº 0809 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ideli Salvatti e Senador Flávio Arns, que requer "...nos termos regimentais, que seja agendada Audiência da **Comissão de Educação do Senado Federal, com Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes**, para tratar do andamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada contra a implantação da **Lei nº 11.738 – Piso Salarial dos Professores**, também com a presença dos **Ministros Joaquim Barbosa (Relator) e Menezes Direito**". O Requerimento é aprovado. **Item 016: Comunicados da Presidência: Comunicado 01:** "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de convite para o lançamento da Conferência Nacional de Educação, a realizar-se dia 23 de abril do corrente, a partir das 9h30, no audi-

tório do edifício-sede do Ministério da Educação, em Brasília". **Comunicado 02:** "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de correspondência, da Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia, Sra. Nêmora Arlindo Rodrigues, encaminhando o Manifesto em Defesa da Biblioteca Escolar, a ser lançado, nacionalmente, no dia 23 de abril do corrente, como objetivo de mobilizar a sociedade brasileira em prol da biblioteca escolar". Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 002: Projeto de Lei da Câmara nº 023, de 2007; Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 389, de 2007; Item 004: Projeto de Lei da Câmara nº 053, de 2008; Item 008: Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2008; Item 012: Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2008; Item 013: Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2008.** O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Flávio Arns,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE ABRIL DE 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião Ordinária de Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto, inicialmente, à apreciação do Plenário a dispensa da leitura Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os senadores e senadoras, que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovada. Gostaria, em primeiro lugar, de reforçar o convite para a 8ª Reunião Extraordinária, que vai acontecer hoje à tarde, às 14h30, reunião conjunta com a Comissão de Meio Ambiente. Nós teremos aqui, na Comissão de Educação, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, às 14h30, pontualmente e com o término previsto para as 15 horas. Portanto, 14h30 às 15 horas. Nós teremos o Ato de entrega da Carta das Responsabilidades para Enfrentamento das Mudanças Ambientais Globais.

Essa Carta é resultado da 3ª Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente. Então, as pessoas participantes, três representantes estarão aqui, às 14h30. O Presidente José Sarney está convidado; Deputada Maria do Rosário; Deputado Roberto Rocha e Deputado Sarney Filho, além desta Comissão e da Comissão do Meio Ambiente. O horário vai ser assim cumprido, assim, até para todos saberem, às 14h30 às 15 horas. E, depois, eu solicito à Senadora Ideli Salvatti, o Senador João Pedro, Paulo Paim, Romeu Tuma, Marina Silva, que nós possamos contribuir com a entrega desse documento, repercutindo esse fato no Plenário, não é, fazendo menção a esse documento, a essa solenidade, para, inclusive, valorizarmos ainda mais o trabalho feito, desenvolvido, nesta Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente.

Então, 14h30, não é, pontualmente, até 15 horas. 15 horas estaremos encerrando a Reunião Extraordinária. É um Ato de entrega de documento. Portanto, assim, algo mais rápido. Porque, na sequência, esse mesmo documento será entregue para o Presidente da República, para o Ministro da Educação, Ministro do Meio Ambiente e Ministro da Educação. Então, há uma antecipação, uma deferência, ao Congresso Nacional, para entrega desse documento, nesta Comissão. Eu quero também destacar que estão presentes, e quero fazer isso com bastante ênfase, pessoas com deficiência visual, pessoas que atuam na área da deficiência visual, professores, ou cegos, ou pessoas com visão, mas que atuam na área da deficiência, familiares, amigos de entidades que lutam nessa área e que estão aqui para acompanhar o Item nº 5 da pauta que, justamente, aborda a instituição do Dia Nacional do Sistema Braile, não é?

O Senador Cristovam Buarque é o relator, é um projeto de natureza terminativa. Eu estava explicando para as pessoas que estão aqui que nós faremos, quando o Senador Cristovam Buarque chegar – ele está na Comissão de Relações Exteriores -, inverteremos a Pauta em função da necessidade de o grupo se ausentar ao meio-dia, para que, pelo menos, tenhamos a leitura do relatório. Na sequência, havendo *quórum* para projetos de natureza terminativa, o projeto será votado, e tenho certeza que será aprovado. Porque o Senado, de uma maneira geral, é extremamente sensível e solidário para com as necessidades da pessoa com deficiência.

Agora, caso, por alguma razão, não haja do *quórum* nesta semana, nós faremos a votação da semana que vem, porque é um projeto de natureza terminativa. Espera-se que haja o *quórum*. Mas numa deferência, inclusive, particular, a todos vocês que estão aqui presentes, nós faremos a leitura do relatório. E, já disse antes e, quero repetir, que essa Comissão que é da Educação, de Cultura e de Esporte, está à disposição de todos, para que, havendo necessidade, possamos

perfeitamente discutir os encaminhamentos necessários para a área e que necessitem do envolvimento desta Comissão. A Comissão está à disposição.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, V. Exa. permitiria, sobre esse assunto, eu fazer um convite?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Às pessoas com deficiência visual e aos senadores. No final do ano passado, quando surgiu a Reforma da Língua Portuguesa, nos países de língua portuguesa, imediatamente, eu requeri, dentro da minha cota, a elaboração do livro em braile, com toda a Reforma da Língua Portuguesa. Graças a Deus, depois de muitas dificuldades em publicações, de ordem errada da própria edição do Diário Oficial e outras, nós conseguimos editar. E quarta-feira, às 18h30, nós vamos entregar às Organizações Não Governamentais, que cuidam de deficientes visuais, a Reforma Ortográfica em braile, que já está pronta, ficou muito bonita, graças a um trabalho excelente que a nossa gráfica realizou. Então, pedir licença à V. Exa., porque ela faz, sem nenhuma dúvida, boa ligação com esse projeto que vai ser votado no Item nº 5. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem lembrado, Senador Romeu Tuma, e que é uma pessoa batalhadora, sempre a favor da área e sempre com iniciativas importantes nesse sentido de inclusão social, não é? Quero dizer que é uma pessoa que participa de todos os aspectos de vida comunitária. Senador Paulo Paim, com a palavra, que, inclusive, é uma outra pessoa com uma história voltada para a pessoa com deficiência.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, só para fortalecer a sua iniciativa, dizer que esse projeto seja votado efetivamente hoje, esperamos que, feita a leitura, a gente consiga *quórum* para votar. Enquanto isso não acontece, Presidente, eu proporia que a gente votasse, eu sei que é a orientação de V. Exa., os que não são terminativos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu tenho o Item nº 14, eu sou relator, que eu estou aqui. Se pudéssemos, é um projeto simples, que é pela segunda vez que eu sou o relator de um projeto do Deputado Júlio Redecker, deputado que faleceu, naquele acidente da TAM, lá em São Paulo, e que tinha uma atuação muito voltada para o campo da exportação. Entendo que essa iniciativa dele também vai na linha de fortalecer o trabalho interno, no sentido de que o couro fosse, todo ele, industrializado, trabalhado e manufaturado aqui no Brasil. Esse é o pedido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Enquanto-–

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pela ordem, para fazer uma correção. O lançamento é quarta, dia 15, não é amanhã.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está certo, quarta-feira, dia 15, é muito importante. O Senador Paulo Paim tem razão. Só que, antes, nós vamos... Se V. Exa. permitir... Tem o Item nº 6 da Pauta que é de natureza...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com certeza, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Antes de anunciar o Item 6, eu só quero anunciar a presença, acompanhando, representando junto com as pessoas com deficiência visual, cegueira, resíduos visuais, nós temos aqui a Rita de Cássia Souza Barros, não é? Pode levantar até a mão para todo mundo... Ah, está aqui do nosso lado direito do nosso Plenário. Rita de Cássia Souza Barros, que é Presidente da Associação de Amigos de Deficiente Visuais. O Fernando Rodrigues, não é? Esse está lá atrás. Fernando Rodrigues, que é o vice-Presidente da Associação de Amigos de Deficientes Visuais, a AADV, e demais membros da Associação que estão aqui também. Antonio Leitão, lá no fundo também, vice-Presidente da Associação Brasileira de Deficientes Visuais, ABDV, e demais membros da Associação. E alunos e professores do Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais, que é o restante do pessoal.

Eu quero só, em função do... Senadora Marina Silva, ainda permita, solicitar à Comissão, porque existe um problema de transporte das pessoas da área visual, que estão aqui presentes, que precisam daqui a pouco se retirar daqui da Comissão. Então, numa ocasião... Eu já expliquei antes que, caso tenha *quórum*, na sequência, então, vai votar. Mas que, pelo menos, o Senador Cristovam Buarque, que é relator da matéria, possa fazer a leitura do relatório em homenagem a todas as pessoas que estão aqui presentes. A votação, como eu disse antes, só repetindo, acontecerá ou no dia de hoje, na sequência, caso o *quórum* se estabeleça, ou na semana que vem.

Eu penso que vai até ser bem possível de se fazer hoje. Mas, então, nós vamos inverter a pauta. Os que estiveram de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado. Então, eu passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, para relatar o Item 5 da Pauta, Projeto de Lei do Senado, nº 263/08, que "instituiu o Dia Nacional do Sistema Braile". Autoria do Senador Flávio Arns, minha autoria; relatoria do Se-

nador Cristovam Buarque, o parecer é favorável. Com a palavra V. Exa.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, eu creio que esse é um dos projetos de lei que eu tenho orgulho em relatar e considero um privilégio estar sendo o relator. Eu quero também cumprimentar todos os portadores de deficiência visuais que estão aqui, especialmente um deles, que é meu grande amigo, Antonio Leitão, morador aqui do Distrito Federal, e que é um dos grandes líderes, não apenas dos portadores de deficiências visuais, mas de todos os portadores de deficiências físicas, e lutador pelas políticas de discriminação afirmativa, que possa dar a eles as condições de vida que as demais pessoas conseguem naturalmente.

Esse projeto, o PLS nº 263/08, como o senhor sabe, Sr. Senador, propõe a instituição do Dia Nacional do Sistema Braile, assim celebrado no dia 8 de abril. Além da criação da data comemorativa, a proposição lista seis ações a serem reforçadas, todas elas com o propósito de proporcionar a eliminação das barreiras que existem, separando as pessoas cegas daquelas que têm o privilégio de ver. A data escolhida homenageia o José Álvares de Azevedo, que foi nascido em 8 de abril de 1934, cego. Ele passou seis anos aprendendo o método em Paris. E, de volta ao Brasil, passou a ensinar e difundir de uma forma pioneira. Em apreciação, está em caráter terminativo nesta Comissão, a proposição não recebeu emendas.

Vale mencionar que, em setembro de 2008, o Senador Virgílio de Carvalho, então designado a relator da matéria, apresentou minuta de relatório favorável, a qual reproduzimos em larga medida, por estar inteiramente de acordo com o seu teor. A análise, Sr. Presidente, nos termos do Regimento Interno do Senado, as proposições que tratam das datas comemorativas, como é o caso desta análise, devem ser apreciadas por esta Comissão, a qual se pronunciará sobre matéria terminativamente. No Brasil, vem de longa data as tentativas de inclusão a pessoas cegas. Basta constatar que umas das primeiras instituições educativas criadas no Brasil foi o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, ainda por iniciativa de D. Pedro II, em 1854. Hoje, essa instituição tem o nome de Instituto Benjamin Constant, e prossegue fazendo o seu trabalho.

Não obstante esse pioneirismo, há descontinuidade nas ações e ainda há muito o que fazer, tendo em vista a persistência de diversas barreiras à acessibilidade; dentre elas, especialmente a da leitura e da escrita. É, justamente, o sistema braile que representa uma das maneiras mais efetivas para permitir que os cegos tenham acesso à cultura e ao conhecimento, por meio de leitura e da escrita. Como relembra o senhor autor, em suas justificativas, o sistema braile assumiu um caráter decisivo, para permitir a inclusão social dos deficientes visuais que, no Brasil, são aproximadamente 150.000 cidadãos e cidadãs. Embora, nos últimos anos, tenham surgido formas de acessibilidade alternativas, particularmente, com intermédio da informática, as obras em braile continuam a constituir um manancial, a que recorrem os cegos para estudarem ou, simplesmente, para informação ou lazer.

Do ponto de vista constitucional, a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção social em [ininteligível] sua vida comunitária, constitui um dos princípios da assistência social. No âmbito da legislação ordinária, dispomos da Lei 10.098, 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção de acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência, ou com mobilidade reduzida. Pelo dispositivo dessa lei, é dever do poder público eliminar barreiras da comunicação, estabelecer mecanismos e alternativas técnicas, que tornem acessível o sistema de comunicação e sinalizações para pessoas portadoras de deficiência sensorial. No que diz respeito aos cegos, existe a obrigação de se promover a formação de profissionais intérpretes, de escrita em baile, de guias intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa de portadora da deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.

Eu acrescento ainda, Sr. Presidente, ao mesmo tempo, meus elogios à sua iniciativa e a manifestação da importância de haver um dia, como está, inclusive, na sua justificativa. Ao haver um dia próprio, nós vamos não apenas criar movimentos nacionais nesse dia, por parte dos portadores de deficiência visuais, como nós vamos fazer com que outras pessoas, sobretudo nas escolas de todo o Brasil, esse dia seja lembrado como uma forma de quebrar o preconceito e ajudar os portadores de deficiências visuais a superarem essa barreira que a natureza, por uma razão ou outra, lhes colocou, e que elas podem ser superadas, essas barreiras, pelo menos em parte, graças a métodos de comunicação, e, entre eles, o mais importante é o método braile.

Por tudo isso, pelo mérito, constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Lei 263/08, que faz do dia 8 de abril o Dia Nacional do Sistema Braile.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Está em discussão a matéria. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, cumprimentar o Senador Cristovam Buarque pelo relatório, por chamar atenção a alguns itens importan-

tes desse projeto, que não é só a fixação da data de comemoração ao braile, mas um dia aos governantes, da importância de realizarem ações. É isso mesmo, Senador Cristovam? Então, tem uma coisa que eu gostaria de alertar: quando o Primeiro Secretário desta Casa, nós lutamos muito para a elaboração e impressão de livros em braile, de interesse da cidadania, daqueles que tinham deficiência visual, como a Constituição Brasileira, os códigos de interesse, a lei da cidadania, todos aqueles que faziam parte do ordenamento jurídico de interesse do cidadão.E quando nós fazíamos entregas, principalmente nas exposições de livros, em vários estados, inclusive no Rio Grande do Sul, Senador Paim, com muito sucesso, a grande reclamação que recebíamos, depois de termos lançado o primeiro dicionário em braile, com dez mil verbetes, era que o governo pudesse editar permanentemente livros didáticos, Senador Cristovam, livros didáticos, que tem que dificuldade para fornecer às escolas de 1º e 2º grau, onde os alunos têm a necessidade de acompanhar a classe, dentro do possível, porque as organizações têm muita dificuldade, não só de adquirir papel, as máquinas são caras e tudo isso. Então, fica aqui o registro desta importante decisão. E que o Governo tenha, no Ministério de Educação, um setor especial de edição de livros didáticos para os deficientes visuais em braile.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Eduardo... Desculpe. Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Só em rápida intervenção. Eu gostaria de congratular a iniciativa que V. Exa. está, como Presidente, concorrendo para a sua aprovação e dizer que, de fato, essas providências têm um elevado propósito de permitir fazer com que, cada vez mais, haja um processo de inclusão social das pessoas e a superação, assim, de forças que ainda existem nesse território. Portanto, eu acho que o parlamento brasileiro, de modo especial a Comissão de Educação e Cultura, dá um bom exemplo nesse sentido, quem sabe, servindo de paradigma para outras iniciativas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, eu quero manifestar concordância total, é muito importante que nós possamos aproveitar uma data comemorativa para divulgar mais, que as pessoas possam, exatamente, saber da importância. O Senado tem feito sua parte, vários documentos, várias edições já foram feitas aqui no Senado, em braile. É importante lembrar, realmente, sempre, da importância. Esse projeto vem nesse sentido, vindo da sua lavra. Eu quero ainda, só lembrar, Presidente... Eu sempre me recordo, com muita satisfação mesmo, de que a primeira, eu diria, o primeiro contato na área pública que eu tive com a área das pessoas com deficiência, foi exatamente ainda com o Presidente da PRODEMGE, empresa de informática de Minas. Quando eu fui procurado, na época, eram dois programadores com deficiência visual. E foi exatamente através da impressora em braile que nós conseguimos que eles fossem, exatamente, inseridos no mercado de trabalho, participassem. Os resultados foram extremamente positivos. Precisando apenas, exatamente, foram impressoras em braile, na época, o teclado especial que, na época, foi fornecido pela IBM. Isso fez com que eles pudessem colaborar, pudessem participar. E foi muito positiva essa inclusão que tivemos na época, exatamente, utilizando o sistema braile.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Posso fazer dois registros só, Senador Paim? Um a favor de V. Exa.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Paim, Senadora Heloísa Helena. Heloísa Helena, que dedicou toda a sua cota de papel, durante o período que aqui permaneceu, para a elaboração de material em braile. E o Senador Paim, que tem, no seu gabinete, algumas pessoas eficientes com deficiência visual e temos um respeito enorme pelo trabalho que o Senador Paim tem demonstrado na sua atividade parlamentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, uma fala bem rápida. Na verdade, eu tenho dois companheiros meus que são cegos, o que coordena o gabinete no Rio Grande do Sul e outro que atua aqui, que o Senador Flávio Arns conhece bem, que é o Luciano. Eu só queria dar um depoimento rápido, cumprimentado a gráfica do Senado, que tem apanhado tanto também. Dizer que a gráfica do Senado tem feito um trabalho brilhante nessa linha. Toda vez que nós vamos à Feira do Livro, é lançado também em braile todo o material aqui do Senado; pelo menos alguns são impressos em braile, para que as pessoas tenham acesso.

Eu quero dizer que o meu livro, "O Cantar dos Pássaros na Manhã do Brasil, que é o relatório de tudo o que foi feito nos dois anos na Comissão de Direitos Humanos, também foi feito em braile e distribuído gratuitamente. Então, meus cumprimentos pela sua iniciativa, Senador Flávio Arns. Eu acho que isso é um incentivo

para que, efetivamente, não só a gráfica do Senado, mas todo o Brasil produza o material em braile, para que os nossos amigos e amigas, enfim, toda a população, com dificuldade visual, possa ler em braile. Parabéns à V. Exa. e ao Cristovam, que foi relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu gostaria de parabenizar ao Senador Cristovam e Senador Flávio e, principalmente, às pessoas com deficiência visual. Lá no meu estado, quando eu cheguei aqui nessa Casa, nós não tínhamos publicação em braile nas bibliotecas. Mas graças à gráfica do Senado, volto a fazer o que Senador Paim fez, elogiar, porque nós temos, hoje, todas as obras que saem aqui... As nossas bibliotecas, a principal biblioteca da cidade, das universidades Estadual, Federal, e do CEFET, e uma biblioteca também no Sul do estado, onde tem um grupo também.

E quando começaram a chegar esses livros, eles começaram se organizar, e nós temos a Associação de Deficientes Visuais de Roraima, o nome é ADVIR, o nome é até bonito, ADVIR, que funciona e estão todos trabalhando. Eu gosto de relatar que a Presidente da nossa Associação lá fez um curso de doutorado em Cuba, quando ela tinha visão comum, mas ficou deficiente visual. E, depois de quase três anos com deficiência, foi defender a tese dela no Rio Grande do Sul, mesmo com a deficiência visual. E foi aprovada com o título de Mestra na ciência dela. Parabéns a todos o que lutam e vencem e podem contar que esta Casa, eu tenho certeza de que todos nós, senadores desta Comissão, somos comprometidos em melhorar as condições de vida e de acesso das pessoas portadoras de qualquer deficiência. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): As pessoas com deficiência que estão aqui, as que acompanham pela TV Senado, Rádio Senado, podem ter absoluta certeza, pelas manifestações todas, assim, da solidariedade, do diálogo, da abertura, que este Senado tem em relação à área. Então, qualquer assunto, de fato, poderá ser amplamente discutido e, em conjunto, acharmos os caminhos. Pois não, Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Flávio, eu volto aqui para falar outro assunto em relação às pessoas com deficiência, que é aquela história de extinguir as escolas especiais. Eu visitei as nossas escolas em Roraima. V. Exa. está incumbido, juntamente comigo, da gente fazer um movimento para o Ministério da Educação, de convocar, inclusive, audiência para explicar. Existe uma lei agora que quer acabar com todas as escolas. Mas todos nós, que convivemos com essas pessoas, sabemos que algumas pessoas têm extrema dificuldade, nem têm condição de participar de uma escola convencional. Só para trazer esse assunto para todas as pessoas saberem que nós estamos trabalhando para evitar que isso aconteça.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero dizer que não existe lei que determine isso, é interpretação equivocada de algumas pessoas em relação às leis existentes. Então, é nesse sentido.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Então, o governador do estado já baixou até um decreto tentando extinguir a nossa lá. Eu vou reclamar, [falas sobrepostas] fazer ele voltar para trás.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Seria ilegal, porque a LDB, que é a Lei de Diretrizes e Base de Educação... Está claro, lá na LDB, que isso é possível, é legal.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Tenho certeza de que ele foi, ele foi também conduzido a isso, que ele não é a favor disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu estou só falando... Que o governador é tucano, mas pode brigar com ele. Se ele está fazendo assim, pode brigar.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu vou arrancar umas penas dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero dizer o seguinte, então: como já explicado, há a necessidade da presença de mais quatro senadores, três senadores. E teremos o *quórum* daqui a pouco. O apelo que já... Mais três ou quatro senadores que estão vindo para cá, que estão nas outras Comissões. O apelo que eu faço a todos e a todas, que estão aqui presentes, que aguardemos uma meia-hora, não para as pessoas com deficiência visual, que estejam livres, assim, em função dos compromissos, mas que os senadores que estão aqui, que, por favor, não saiam desse recinto antes de fazermos essas votações. Vamos para os projetos de natureza... Então, a discussão está interrompida e recomeçamos daqui a pouco.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): [pronunciamento fora do microfone].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senadora Marina Silva, desculpa.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): É muito mais para parabenizá-lo pela iniciativa e também o Se-

nador Cristovam. Dizer que, cada vez mais, o estado e as empresas, os diferentes segmentos da sociedade devem dar suporte, para que as pessoas que têm deficiência física ou necessidades especiais... Hoje, nós sabemos que há uma disputa em relação a como é que vai permanecer, se a gente continua dizendo que as pessoas têm necessidades especiais ou não.

Mas, independentemente da terminologia adotada, há necessidade de que haja inclusão de todas as pessoas, e que todas elas possam ter suporte em ações como essas que nós estamos discutindo aqui. Até porque, um dia que vai fazer uma celebração sobre essa técnica, que dá acesso às pessoas que não têm condição da leitura pelo processo da visão normal, é um dia que vai suscitar, como já foi dito, por parte das autoridades, de empresas, da opinião pública, a necessidade de que a produção desses materiais possa acontecer em maior quantidade. Inclusive não só para os processos educativos formais, mas para o deleite, para o lazer, para que as pessoas possam ter uma vida plena em todos os aspectos.

Então, eu parabenizo V. Exa. E apenas para fazer uma reparação, porque aqueles que defendem a educação inclusiva, Senador Botelho, eles não têm uma posição unilateral em relação a alguns casos das pessoas que têm necessidades especiais. No caso das pessoas que são surdas, eles sabem que precisam de um tratamento especial com a língua de sinais, para que as pessoas possam, depois, ir para uma sala normal, uma sala, digamos comum. E o que se defende é que todas as pessoas possam ter o direito à convivência com outros alunos, para que o exercício dessa convivência faça com que aqueles que são portadores de necessidades especiais não se sintam privados do convívio com outras crianças.

Nos casos em que isso não é possível, em que é diagnosticado, é claro que elas terão um atendimento especial. O que os professores, os educadores, os psicopedagogos, os psicólogos, enfim, defendem é que haja um processo de interação entre todas as crianças, inclusive para que se aprenda o exercício de alteridade. As pessoas que têm necessidades especiais, elas as têm e, nem por isso, devem ser privadas do convívio com aqueles que não têm essas necessidades. É só esse reparo, para que não pareça que existe uma visão unilateral que não considera as especificidades, e essas especificidades devem, sim, ser acolhidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, Senadora Ideli Salvatti havia pedido...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, eu não me pronunciei a respeito do projeto, já quero deixar aqui meu integral apoio, estamos aguardando o *quórum*, não é? Faltam apenas mais três senadores, espero que a gente tenha o sucesso para poder aprovar essa matéria tão importante. Agora, se V. Exa. vai interromper o debate, eu queria apresentar, como questão de ordem, um requerimento para a Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Nós interrompemos a discussão, porque voltamos, então, para pauta, e, se V. Exa. concordar, a gente deixaria os requerimentos para o final, porque eu já havia, inclusive, anunciado--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente, eu quero apresentar o requerimento à Comissão, eu ainda não protocolei. Se V. Exa. me permitisse apenas apresentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, pode apresentar, que nós colocaremos como extrapauta.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente, é que eu tenho, depois, que ir para outras comissões. Então, se V. Exa. me permitisse, eu queria apenas explicar o porquê do requerimento. Pode ser? É bem rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Bem rapidinho, então. Está bem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Na realidade, eu estou apresentando um requerimento para que a Comissão possa realizar uma Audiência Pública para debater duas questões. A primeira é a implantação de Lei 11.738, que é a lei do piso salarial dos professores. Nós aprovamos a lei, houve uma ADIN, teve uma liminar. Esta liminar, inclusive, Presidente, o acórdão, Senador Cristovam, até agora não foi publicado. Ao não ser publicado, mesmo aquilo que foi garantido na lei do piso, não vem sendo implementado, porque os governadores e boa parte dos prefeitos dizem... dão a sua interpretação. Como não está o preto no branco lá no acórdão, então, cada um dá a sua interpretação do que foi ou do que não foi concedido na liminar, pelo Supremo. Então, nós precisaríamos ter a audiência, para poder debater a implantação da lei. E eu quero, aqui, junto com a audiência, Presidente, propor que a Presidência da Comissão marque uma audiência com o Presidente do Supremo Tribunal Federal. Porque nós precisamos, primeiro, a rapidez da publicação do acórdão, para que, aí, governadores e prefeitos parem de dizer o que eles entenderam da liminar, e a gente tenha a decisão oficial do Supremo para podermos ter a implementação.

E a outra questão é de que, além da publicação do acórdão, nós precisaríamos ter uma data para a decisão final, para que isso não se arraste lá no Supremo, por anos, anos e anos, como tantas outras matérias.

Então, além da Audiência Pública para debater a implantação da lei do piso, eu queria pedir que a Presidência da Comissão, em nome desta Comissão aqui, de todos os parlamentares, que nós pudéssemos ter uma audiência com o Presidente do Supremo e com o relator da matéria, que é o Ministro Joaquim Barbosa, que é o relator de lei do piso, e, também, o Ministro, que é o responsável pela publicação do acórdão, que é o Ministro Direito de Menezes (sic).

Então, eu já queria... Esse requerimento do pedido, para que tenha a audiência lá com o Supremo, eu estou fazendo de forma oral. Mas a Audiência Pública para debater a implantação do piso, esta eu estou apresentando o requerimento. E, junto com essa Audiência Pública para debater a lei do piso, eu queria também que fosse incluída a aplicação da Lei 11.301. Esta é uma lei que nós já aprovamos, o Presidente Lula já sancionou, em 2006. É uma lei que permite a aposentadoria especial para aqueles que exerceram atividade de direção de escola, coordenação, assistência pedagógica, ou seja, o pessoal que, no exercício da função do magistério, se deslocou para outras funções e perdeu a aposentadoria especial. O Congresso aprovou.

E, portanto, essa lei, que está em vigor desde de 2006... O Congresso... Aliás, o Supremo decidiu uma ADIN, no ano passado, em novembro, se não me falha a memória, do ano passado. O acórdão só foi publicado agora, no dia 26 de março, nós tivemos a publicação de acórdão. E, mais uma vez, mesmo com o Supremo tendo decidido, o acórdão estando publicado, pelo menos no meu estado, o Governo do Estado não vem dando andamento nos processos de aposentadoria para quem exerceu direção de escola, para quem exerceu outras atividades na função do Magistério. Então, Sr. Presidente, eu estou apresentando este requerimento para Audiência Pública, pedindo o convite para a Presidente do CONSED, Conselho Nacional de Secretários da Educação, a Profª. Maria Auxiliadora Seabra Resende; a Presidente da UNDIME, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Justina Iva de Araújo Silva; e o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, o Prof. Roberto Franklin de Leão.

Então, a audiência para debater a implantação do piso e a aplicação da lei da aposentadoria especial, não é, e, também, o pedido para que V. Exa., na condição de Presidente da Comissão de Educação, marque uma audiência com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes, com uma participação dos dois ministros, o Ministro Joaquim Barbosa, relator da matéria do piso, e o Ministro Direito de Menezes (sic), que é o responsável pelo acórdão da decisão da liminar que já foi concedida parcialmente em dezembro do ano passado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então, existem os dois requerimentos da Senadora Ideli Salvatti, como extrapauta. Os que concordam com a inclusão, como extrapauta, permaneçam como estão. Aprovado para inclusão ao final desta reunião. Eu peço só, ainda, a gentileza da permanência de todos, porque estamos precisando só de mais um senador, além da Senadora Rosalba, mais um só. Então, é 2... 4... 6... 8, 9, 10, 11, 12, 13. Nós precisamos de 14. Então, só uma questão, assim, de mais cinco minutos. Enquanto isso, a Senadora Marina Silva tem a palavra do Item nº 6 da pauta, de natureza não terminativa, é o Projeto de Resolução do Senado nº 31/08, que "denomina Senador Jefferson Peres a Sala das Comissões nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho". Autoria do Senador João Pedro, a relatoria é da Senadora Marina Silva e o Parecer é favorável com a emenda oferecida. V. Exa. tem a palavra.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Passo a relatar o projeto de autoria do Senador João Pedro, Projeto de Resolução nº 31/08, de autoria do senador já mencionado, representante do Estado do Amazonas nesta Casa e do Partido dos Trabalhadores. O projeto objetiva denominar, nos termos do seu Art. 1º, o Plenário Senador Jefferson Peres, a Sala nº 2 da Sala (sic) Senador Nilo Coelho, hoje destinada às reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Conforme insculpido no Inciso II, do art. 102, do Regimento Interno do Senado Federal, encontra-se no rol das competências da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, emitir parecer sobre proposições que versem sobre a rendição de homenagem, como é o caso da presente matéria.

Não foram oferecidas emendas ao projeto, que seguirá, posteriormente, à consideração da comissão diretora, em atendimento ao dispositivo no Inciso IV, do art. 98, também do Regimento Interno. Passo à análise da referida matéria. A biografia pessoal e política de Jefferson Peres já confirma, por si, o mérito dessa iniciativa do Senador João Pedro. Nascido em Manaus, no dia 19 de março de 1932, foi professor e advogado. Iniciou-se na vida pública em 1988, como vereador, em sua cidade natal, tendo sido reeleito quatro anos após. Nos pleitos de 1994 e 2006, elegeu-se Senador pelo Estado do Amazonas. Antes, na década de 50, participou da *Campanha "O Petróleo é Nosso",* credencial que passou a identificá-lo para toda a sua vida como defensor intransigente dos interesses nacionais.

Foi assim que atuou no Senado Federal durante todo seu percurso dentro desta Casa. Optou pelo ideário do Partido Democrático Trabalhista, com o objetivo

de fazer cumprir o seu estatuto, por meio da luta, sob a inspiração do nacionalismo e no trabalhismo, pela soberania e pelo desenvolvimento no Brasil, pela dignificação do povo brasileiro e pelos direitos e conquistas do trabalho e do conhecimento, fontes originárias de todos os bens e riquezas, visando a construção de uma sociedade democrática e socialista. Pautou-se por esses mesmos ideários, por esse mesmo ideário, quando da eleição presidencial de 2006, como candidato à vice na chapa do seu partido e no exercício da liderança partidária nesta Casa.

De suas declarações, talvez a mais marcante se relacione com a conduta ética do político. Nesse sentido, assim se manifestou no Plenário desta Casa, com a explicação pessoal, no dia 30 de outubro de 2007. "Ética, para mim, não é pose, não é bandeira eleitoral, não é construção artificial de imagem para usa externo. Ética, para mim, é compromisso de vida; agir eticamente, para mim, é tão natural quanto o ato de respirar". Em suma, a proposição merece acatamento, não apenas em homenagem a um dos maiores expoentes da vida pública nacional, senador da mais alta envergadura, coerente em seus atos e afirmações, intransigente e defensor da liberdade e da democracia, mas, também, em decorrência desse perfil, por seu valor simbólico na valorização da vida pública brasileira.

Analisando sob os aspectos de mérito, competência específica desta Comissão, e de constitucionalidade, de juridicidade, competência específica da Comissão de Educação, em substituição à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, nada a obstar à referida proposição. Quanto ao requerimento de que a decisão seja comunicada aos familiares e amigos do homenageado, que consta somente da justificação do projeto, deve-se aludir que foge à obediência do processo legislativo, sendo proposta admissível apenas mediante a formulação de iniciativa específica. A formalização poderá ser exercida pelo autor da inicial, mediante manifestação pessoal, de cunho administrativo, para que seja encaminhada aos familiares do Senador Jefferson Peres e às demais pessoas, relacionadas no último parágrafo da justificação, comunicação referente à homenagem a ele prestada, tão logo a tramitação desse projeto tenha sido concluída.

Apresento, por fim, emenda de redação, para que seja corrigido o nome do homenageado, acrescendo a acentuação que dele faz parte. Como trata-se de uma emenda de redação, apenas para colocar o assento que faz parte do nome do Senador Jefferson Peres, meu voto é pela aprovação da matéria, já que, tanto no mérito quanto nos aspectos da constitucionalidade e da legalidade, não há nada a obstar à proposta do Senador João Pedro. Eu gostaria apenas, Sr. Presidente, de fazer aqui uma rápida colocação, a respeito da minha convivência com o Senador Jefferson Peres. Ele foi eleito em 1988, vereador pelo seu estado, na mesma data em que eu fui eleita também, a primeira vereadora do Partido dos Trabalhadores no Estado do Acre, no Município de Rio Branco. E foi eleito em 1994, Senador da República, quando fui eleita, também, senadora, a primeira senadora do PT, aqui no Senado, pelo Partido dos Trabalhadores.

E devo dizer que a convivência foi muito amigável, mas, sobretudo, parceiro. O Senador Jefferson Peres era um homem que dizia o que pensava e tinha o mérito de ser muito sincero. Quando apresentei o projeto de lei que estabelece a regulamentação para o uso das florestas públicas, o Senador Peres, inicialmente, tinha uma visão crítica e até se colocou em oposição ao projeto. Durante o debate, sobretudo, as conversas que tivemos, o senador teve um convencimento pessoal e passou a ser um ferrenho defensor daquela iniciativa. Devo dizer, Sr. Presidente, que eu devo muito ao Senador Peres a aprovação daquela matéria, porque ela contou com o apoio de membros de todos os partidos desta Casa. E não tenho dúvidas de que ele ajudou muito nesse convencimento. De sorte que essa homenagem é feita inicialmente pelo Senador João Pedro, mas eu quero aqui dizer que, a partir desse momento, ela é uma homenagem de todos nós. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Está em discussão a matéria. Não havendo--

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente eu gostaria apenas de subscrever. Lógico, isso é uma palavra de retórica, ao parecer da Senadora Marina Silva, e dizer que, de fato, é uma homenagem que o Jefferson Peres merece, do Senado Federal, a instituição da qual ele fez parte em duas legislaturas, e cuja atuação é inquestionável. É um político sem jaça, de elevado espírito público e que enriqueceu o Senado com seus conhecimentos nos campos jurídicos e, também, por que não dizer nos campos da literatura e da arte. Muito obrigado à V. Exa.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Presidente, o Jefferson Peres, é uma unanimidade. Então, eu queria fazer um apelo a todos, que, numa homenagem ao Jefferson Peres, que a gente vote a matéria, com o Senador Cristovam, o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Isso, está encerrada a discussão. Os Srs. Senadores, Sras. Senadoras, que estiveram de acordo com o relatório, permaneçam como se encontram. Aprovado. Voltamos ao Item 5 da pauta, Projeto de Lei do Senado, 263, "que instituiu o Dia Nacional do Siste-

ma Braile", autoria: Senador Flávio Arns, relatoria do Senador Cristovam Buarque, parecer favorável. Já lido o relatório. Está em discussão ainda a matéria. Não havendo quem queira discutir, porque também já foi discutida agora há pouco, por muitos dos Srs. Senadores, está em votação. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Marina Silva?

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Rosalba Ciarlini, Adelmir Santana, Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Cristovam Buarque?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): João Pedro?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pedro Simon?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Neuto De Conto?

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Marconi Perillo?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está aprovado. Passamos ao Item 1 da pauta, que é terminativo também. Peço a presença de todos ainda. "Autoriza o Poder Executivo a criar, no Ministério da Educação, o Programa Cesta Básica do Livro, para garantir um acervo mínimo de livros às famílias de estudantes do Ensino Público, Fundamental e Médio". Autoria do Senador Cristovam Buarque; relatoria, do Senador Marco Maciel. O parecer é favorável. A matéria constou na pauta da Reunião do dia 16/12/2008, a matéria foi lida e iniciada a discussão na Reunião no dia 17/03/2009. Na Reunião do dia 17/03/2009, foi concedida vista à Senadora Ideli Salvatti, que não apresentou manifestação por escrito. Continua em discussão a matéria. Senador Marco Maciel, relator da matéria.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, na condição de relator, como lembra V. Exa., eu desejo que o Sr. Presidente, tendo em vista que não foi oferecida nenhuma emenda à proposição, fazer uma emenda do próprio relator, para que nós possamos escoimar de qualquer dúvida a questão da legalidade, a juridicidade, da constitucionalidade da matéria. E como a matéria é apreciada terminativamente aqui na Comissão de Educação e Cultura, eu gostaria de oferecer a emenda que altera o art. 2º e, com isso, quando a matéria for submetida à Comissão de Constituição e Justiça, não poderá haver arguição de infringência a dispositivo constitucional legal.

O dispositivo, então, do art. 2º, teria a seguinte redação: "*Cada família que tenha filho ou filha entre seis e 18 anos de idade, em escola pública de Ensino Fundamental e Médio, receberá, a cada bimestre letivo, dois livros de conteúdo literário, artístico ou científico, constantes de catálogo, elaborado e aprovado pelos órgãos governamentais, pelos órgãos competentes".* Então, com isso, nós queremos dizer que... Isso convalida a iniciativa do Parlamento, desde que a proposição, já faz constar do seu art. 2º, que o Poder Executivo será o poder que, consequentemente, não somente elaborará, mas também aprovará o início desse novo programa. Era o que eu gostaria de observar por oportuno, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Continua em discussão a matéria. Não ha-

vendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Em votação. Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente, Inácio Arruda, muito bom. Marina Silva?

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Marco Maciel? Voto conhecido. Rosalba Ciarlini, Adelmir Santana? Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Cristovam Buarque, conhecido autor. João Pedro?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, o senhor me permite apenas, eu vou... Eu fiz o pedido de vista, vou dar voto favorável ao projeto, tendo entendimento do mérito. Nós tentamos viabilizar uma negociação com o Ministério da Educação, porque qual é o problema deste projeto? Ele é autorizativo, ou seja, ele não torna obrigatório. E a Câmara dos Deputados... Ou seja, ele vai sair daqui do Senado com o apoio da Comissão de Educação, mas, quando chegar lá na Câmara, nós já sabemos o que vai acontecer. A Câmara vai arquivar o projeto.

Portanto, eu até estava comentando aqui com o Senador Cristovam, talvez o nosso trabalho aqui, para dar viabilidade numa proposta que é relevante, que é importante, que tem sustentação, eu acho que é uma matéria que todos nós gostaríamos de vê-la implementada, aplicada. Talvez até valasse a pena a gente não votar como autorizativo e tentar encontrar uma solução, mas, para isso, nós precisaríamos ter algum tempo e ver se é possível encontrar a solução. De qualquer forma, eu quero aqui deixar registrado meu voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Voto favorável. Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pedro Simon?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Neuto De Conto?

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Marconi Perillo?

O projeto está aprovado. Parabenizar o Senador Marco Maciel pelo relatório, e o Senador Cristovam Buarque, pela autoria. Pergunto ao Plenário, em relação à emenda, se os Srs. Senadores e Sras. Senadoras mantêm o mesmo voto em relação à emenda apresentada pelo Senador Marco Maciel como relator.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, eu acho que todos concordam, mas, se puder, depois, mandar como ficou o texto, com a correção feita pelo Senador Marco Maciel, seria interessante, pela importância do projeto e pelo o que foi argumentado pela Senadora Ideli, quando for para a Câmara.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está aprovada a emenda. Só mais dois terminativos com relatores presentes. Então, o Item 7 da pauta... Só mais alguns minutos, eu peço a presença de todos. Item 7, terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 166/08, que "autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Gama, no Distrito Federal". Autoria do Senador Adelmir Santana, relatoria do Senador Cristovam Buarque, o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. A matéria constou da Pauta da Reunião de dia 31 de março de 2009, sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em Pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, no termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, o número é...? Para localizar mais fácil... 7? Está aqui. Sr. Presidente, de uma maneira rápida, eu quero dizer que encontra-se para exames desta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei nº 166/08, de autoria do Senador Adelmir Santana, que tem como finalidade autorizar o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Gama, no Distrito Federal. Observando-se as distribuições das escolas técnicas

federais no território brasileiro, percebe-se uma razoável distorção que favorece as regiões Sul, Sudeste, e Nordeste. Sem a explicação precisa, observa-se que a Região Centro Oeste foi pouco beneficiada e, dentro dela, o Distrito Federal esteve completamente excluído dessa rede de escola.

Receamos que teremos de apresentar um substituto, tendo em vista que o texto da proposta em exame apresenta algumas impropriedades que, no nosso modo de ver, pode comprometer a clareza. Com efeito, a referência ao Conselho Nacional de Educação, no art. 2º, não é apropriada, pois não cabe a esse órgão decidir sobre os cursos a serem oferecidos nas escolas técnicas. A oferta de curso deve ter como base estudos que revelem as necessidades do mercado produtivo de trabalho. Por sua vez, o art. 4º deve ser excluído, considerando que leis dessa natureza não requerem regulamentação, e que o art. 3º já dispõe sobre o mesmo tema. Mesmo assim, queremos aqui reafirmar a importância do projeto do Senador Aldemir, dizer que ele tem todo o apoio, que essas pequenas falhas foram corrigidas, com um substitutivo que vai abaixo e, no caso desse substitutivo, defendo aqui a aprovação do Projeto de Lei nº 166, do Senador Aldemir, que visa criar uma escola técnica na cidade do Gama.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Está em discussão o relatório, eu peço só a gentileza, porque temos este, que é de natureza terminativa, e mais um. E aí terminemos a apreciação dos projetos de natureza terminativa. Está em discussão o parecer do Senador Cristovam, que é favorável na forma do substitutivo oferecido. Vamos votar. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Augusto Botelho. Vamos para votação.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Marina Silva?

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Rosalba Ciarlini, Adelmir Santana, Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Cristovam Buarque, conhecido. João Pedro?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pedro Simon?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Neuto De Conto? Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Marconi Perillo?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Aprovado o projeto. Passamos ao Item 10 da Pauta, que é o último terminativo. É o Projeto de Lei do Senado nº 288/08, que "autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Piratini, no Estado do Rio Grande do Sul". Autoria do Senador Paulo Paim, aqui presente. A relatoria é do Senador Pedro Simon, aqui presente também, e o parecer é favorável. Com a palavra V. Exa., Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, eu teria muito o que falar, eu gostaria muito que falar, o projeto é muito importante, é mais um projeto do Senador Paim, extraordinário. Mas eu vou atender ao pedido de todos, e sei que todos querem que eu diga que sou favorável e que vamos votar.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Paulo Paim, conhecido. Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Marina Silva?

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Rosalba Ciarlini, Adelmir Santana, Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Cristovam Buarque?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): João Pedro?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pedro Simon, conhecido. Neuto De Conto?

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Marconi Perillo?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está aprovado o projeto constante do Item 10 da pauta. Passamos agora para os projetos de natureza não terminativa. Eu só quero lembrar, fazer um apelo ainda aos senadores, hoje à tarde, às 14h30, uma reunião conjunta das 14h30 às 15 horas, durante meia-hora, com a Comissão de Meio Ambiente. Haverá entrega da Carta das Responsabilidades para Enfrentamento das Mudanças Ambientais Globais. A carta é resultado da 3ª Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente. Então, hoje à tarde, 14h30, Senador Marco Maciel, Inácio Arruda, Romeu Tuma, Augusto Botelho, Paulo Paim, Cristovam Buarque, João Pedro, Ideli Salvatti, Flávio Arns, Eduardo Azeredo, todos nós estamos convidados. Pontualmente, 14h30 até às 15 horas.

Então, reunião extraordinária conjunta. Passamos ao Item 9 da pauta, não terminativo, Projeto de Lei de Câmara nº 061/08, que "institui o dia 2 de julho como data histórica no calendário das efemérides nacionais". Autoria: Deputada Alice Portugal. Relatoria: Senador João Pedro, parecer favorável com a emenda de redação oferecida. A matéria constou na Pauta da Reunião dos dias 24 de março de 2009, 31 de março de 2009. Com a palavra o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, esse projeto diz respeito à história do Brasil, à história da Bahia, da Deputada Alice Portugal. E da análise, eu digo o seguinte, página 77: "A independência do Brasil, proclamada no dia 7 de setembro de 1822, só foi inteiramente consolidada graças ao esforço e à bravura de alguns estados do Nordeste, cuja população tomou a si a tarefa de libertar a região do domínio português, em substituição às Forças Armadas Nacionais, pouco estruturadas, à época, para atender às exigências de nossa portentosa extensão territorial.

Na Paraíba, no Pará, Piauí e, particularmente, na Bahia, as intensas e cruentas lutas contra as tropas coloniais, foram decisivas na determinação da soberania brasileira, mediante a expulsão das forças da Coroa Portuguesa, resistentes à nossa recém proclamada independência. As várias batalhas que ocuparam as terras baianas, por quase um ano, tiveram, no seu ponto culminante, o dia 2 de julho de 1823, quando forças populares expulsaram a derradeira resistência das tropas lusitanas, consolidando a independência brasileira, oficialmente proclamada em setembro do ano anterior.

Esses episódios bélicos foram, muitas vezes, protagonizados por verdadeiros heróis, oriundos do povo, que marcaram páginas decisivas da história daquele estado e do Brasil. Várias e severas lutas transformaram o território baiano no mais completo cenário de batalha, marcado por contendas na terra e no mar, em favor da consolidação da independência do país. Oportunamente, a proposição em comento contribui para que seja devidamente reconhecida a atuação histórica de figura, como João Francisco de Oliveira, o João das Botas, que lutou ao lado de Thomas Cochrane, o almirante inglês, que, por solicitação do imperador, chefiava a expulsão da esquadra portuguesa.

Ainda, como Luís Lopes, o Corneteiro Lopes, que, recebendo a ordem de retirada, decidiu contrariar a instrução. E, mediante o toque de avançar cavalaria, provocou a debandada temerosa das tropas portuguesas. Destaque-se que, recentemente, um dos destaques históricos daquele período, a brava guerreira Maria Quitéria, foi alçada, em merecido reconhecimento, ao patamar de patrona do quadro complementar de oficiais do exército brasileiro. Assim, a proposição em comento reveste-se de grande oportunidade e pertinência, uma vez que 2 de julho, de alto significado para o Estado de Bahia, deve ser, igualmente, reverenciado por todos os brasileiros, integrando o calendário das efemérides nacionais, conforme advoga o projeto.

Por fim, cabe acrescentar que, considerando o seu inquestionável mérito, o projeto em análise padece de certa imprecisão redacional ao mencionar o dia 2 de julho, sem vínculo explícito ao ano preciso do feito histórico, 1823. A redação original da emenda e do art. 1º não traduz o elevado intuito de resgate da relevância histórica do episódio.

Nesse sentido, com o objetivo de oferecer aperfeiçoamento à altura do propósito do legislador, oferecemos substitutivo que dirime a referida imprecisão. O voto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Conforme exposto, apreciados o mérito, a constitucionalidade, a juridicidade, e a técnica legislativa, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 61/08. Nos termos da seguinte emenda de redação".

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Este é o relatório do Senador João Pedro, em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Em votação. Srs. Senadores e Sras. Senadoras, que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

O Senador Eduardo Azeredo pediu para retirar o Item 11 da pauta, cuja relatoria pertence a ele. Passamos ao item... Se houver a concordância do Plenário, uma inversão de Pauta entre os Itens 14 e 15, ou 15 antecedendo de nº 14. Se estiverem de acordo, então, invertemos a Pauta. Item nº15 da Pauta, não terminativo. Projeto de Lei da Câmara nº 32/08, "dispõe sobre a criação do Dia Nacional do Espiritismo". Autoria da Deputada Gorete Pereira, a relatoria é da Senadora Ideli Salvatti, e o parecer da senadora é favorável em relação à matéria. Com a palavra V. Exa.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, o projeto de autoria da Deputada Gorete Pereira é o projeto que institui o dia 18 de abril como o Dia Nacional do Espiritismo. 18 de abril é exatamente o dia... Quando foi dada publicidade... O Alan Kardec lançou em 1857, na França, O Livro dos Espíritos, considerado por muitos como a pedra fundamental da referida doutrina. Uma doutrina que levanta os ânimos abatidos e faz suportar com resignação as vicissitudes da vida. E, para Alan Kardec, Deus povoou os mundos de seres vivos, concorrendo todos ao objetivo firme da Providência. Portanto, é um projeto meritório, do nosso ponto de vista, e nós somos pela aprovação do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está em discussão a matéria. Senador Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, só pra dizer da minha concordância. Hoje, nós temos dias nacionais, praticamente de todas as religiões. É mais do que legítimo que o espiritismo tenha um dia, conforme apresentado pela deputada, e relatado pela Senadora Ideli.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero também me associar ao relatório, à ideia, e dizer da importância também de toda a comunidade espírita no Brasil, que faz um trabalho social, dos mais importantes e relevantes, com alto espírito público. E transformador, inclusive, da realidade, sempre para melhor, nos seus aspectos de inclusão, sociais, econômicos e de ajuda as pessoas.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Antes de votarmos, eu quero registrar, primeiro, o esforço que os comunistas fizeram para que fossem garantidas as liberdades no nosso país. E, entre elas, a liberdade de culto, que era muito significativa para nossa pátria desde o ano de 1946, desde a Constituição de 1946.

Em seguida, registrar a presença nos cinemas brasileiros, aproveitando a aprovação desta data importante, para que os espíritas possam comemorar não só o surgimento do Espiritismo no mundo, mas, sobretudo, as suas obras, como V. Exa. disse, obras sociais de grande relevância que são praticadas no Brasil, também reverenciar um dos maiores espíritas no nosso país, o Médico Bezerra de Menezes, que está numa bela película sendo apresentado em todo Brasil. Então, aqueles que tiverem a oportunidade, também podem aproveitar para assistir a esse filme muito interessante, da obra de um espírita que não dedicou-se apenas a trabalhar no seu estado, mas transformou-se em um homem público do Brasil, espalhando uma quantidade enorme de empreendimentos sociais no território brasileiro. Então, aproveito a oportunidade, também, para homenagear essa figura histórica do espiritismo no Brasil, que é Bezerra de Menezes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, está encerrada a discussão. Em votação a matéria. Os que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado. Passamos, se V. Exa. ainda permitir, Senador Paulo Paim, uma inversão de pauta, porque a Senadora Ideli Salvatti tem que se retirar, e ela apresentou um requerimento subscrito por ela que, para ser aprovado, tem que ter a presença da autora. "*Requeiro, nos termos regimentais, a realização de uma Audiência Pública para debater a implantação da Lei nº 11.738, piso salarial dos professores, e a aplicação da Lei nº 11.301, aposentadoria especial para os exercentes de direção, coordenação, e assistentes pedagógicos, com a presença das seguintes convidados: Presidente do CONSED, Conselho Nacional de Secretários de Educação, Maria Auxiliadora Seabra Resende; Presidente da UNDIME, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Justina Iva de Araújo Silva; Presidente do CNTE Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Roberto Franklin de Leão*". Autoria da Senadora Ideli Salvatti, ela já fez a justificativa, a exposição da motivação do requerimento e são dois assuntos da mais alta relevância, sem dúvida alguma. Senador Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu quero só cumprimentar a Senadora Ideli pelas duas iniciativas, eu considero uma vergonha os governadores estarem contestando um piso salarial para o educador de... Em torno de... Dois salários mínimos. E a outra questão também é relevante, que é a garantia à aposentadoria especial para aqueles que exercem função, não somente professor, de diretor e de outra atuação na sua respectiva escola. Totalmente favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento. Está aprovado. Eu quero só dizer à Senadora Ideli Salvatti que ela também requereu que esta Presidência marcasse audiências no Supremo Tribunal Federal para os encaminhamentos decorrentes das decisões do Supremo, para que esse assunto pudesse ter continuidade no Brasil. Então, faremos esta marcação de audiências, avisaremos aos membros da Comissão, particularmente, à Senadora Ideli Salvatti. E os senadores e senadoras que assim desejarem, faremos um grupo para... Um grupo de visita e de discussão ao Supremo Tribunal Federal para debatermos esse assunto. Passamos ao Item nº 14 da Pauta, não terminativo. Projeto de Lei da Câmara nº 123/08, que institui o Dia Nacional do Curtidor, nas condições que especifica: Autoria do Senador Júlio Redecker. Homenagem, como o Senador Paulo Paim já colocou antes, ao deputado que faleceu no acidente de avião da TAM, em São Paulo, e sendo lembrado agora também. A relatoria do Senador Paulo Paim, o parecer é favorável. Com a palavra V. Exa.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu faço questão de ler, pela importância que foi o próprio Deputado Júlio Redecker, o qual eu posso dizer que meu amigo lá do Rio Grande do Sul, da minha região do Vale de Sinos, ele do PSDB e eu do PT e sempre tivemos uma relação excelente, eu posso dizer. Eu sempre conto um fato, me permita Senador Flávio Arns, eu tinha que fazer uma palestra sobre setor de exportação, para convidados de toda a América, e o Júlio era o principal debatedor, disse ele: "Paim fique tranquilo, fica mais com a questão interna, fala do mundo dos trabalhadores, que o pepino maior que é a questão externa eu faço a palestra e administro".

Foi, na verdade, uma forma dele me passar total tranquilidade naquele momento em que eu falava para representantes, praticamente, de toda a América, sobre a questão tão importante como a nossa produção de calçado e o setor exportador. Então, eu sempre tive por ele um enorme respeito e um enorme carinho. E faço questão de ler aqui no relatório, ele é curto e é, na verdade, uma homenagem, sim, ao Júlio Redecker que, como V. Exa. falou, faleceu nesse acidente de avião. O Projeto de Lei da Câmara nº 123/08, de autoria do nobre deputado, meu amigo, Júlio Redecker, institui o Dia Nacional do Curtidor, a ser celebrado anualmente em 5 de maio. Em sua justificação, o autor enfatiza a importância do setor produtor de couro para a economia brasileira.

O autor esclarece também que a data de 5 de maio, foi escolhida por corresponder ao dia em que, em 1965 foi criada a Escola de Curtimento, SENAI, Centro Tecnológico de Couro de Estância Velha, lá no meu Rio Grande, ali no Vale do Sino. Essa iniciativa marcou o avanço tecnológico do setor de couro, com o aprimoramento técnico dos profissionais do curtimento. Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 6.120/05, foi aprovado sem emendas pela Comissão de Educação e Cultura e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado Federal, o PLC nº 123/08, após ser apreciado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, segue ainda para decisão em Plenário. Não foram apresentadas emendas. O setor produtor de couro faz parte de uma das cadeias produtivas mais importantes da economia brasileira. Nossos calçados, como dizia sempre o Júlio, e demais produtos em couro, exportados para o mundo inteiro, são reconhecidos internacionalmente, pela sua boa qualidade. Grande gerador de mão-de-obra, o setor de curtimento de couro exige profissionais cada vez mais bem qualificados,

para atender a demanda crescente de um mercado altamente seletivo e competitivo.

Nesse contexto, é pertinente, justa e meritória, a instituição da efeméride nacional para homenagear o profissional curtidor de couro. Tal iniciativa do nobre amigo Júlio Redecker, falecido, além de valorizar o trabalhador brasileiro, responsável pela qualidade da produção e pelo sucesso alcançado pelo segmento do couro, também reconhece a importância do setor para toda a nossa economia. No que tange aos aspectos de constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa, também não há reparos a fazer à nobre iniciativa do nosso querido deputado, ao PLS 123/08. Voto, diante do exposto, Sr. Presidente, como não poderia ser diferente, o meu voto é totalmente favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 123/08 de autoria do nosso sempre inesquecível amigo, Deputado Júlio Redecker.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem Senador Paulo Paim, está em discussão a matéria. Eu quero novamente Senador Paulo Paim, só aproveitar a ocasião, para fazer a homenagem ao deputado Júlio Redecker, à sua família, os amigos, a todos aqueles que aprenderam a admirá-lo no decorrer na vida. Lembrar o grave acidente no qual ele, e tantos outros faleceram, duas centenas de pessoas lá no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, o acidente do qual todos se lembram, que envolveu o avião de TAM. E, inclusive, pensar também nas outras famílias que, sem dúvida, nos lembrando do Júlio Redecker, que foi uma pessoa aqui do Congresso Nacional, mas tantas outras famílias que também ainda estão lutando para que os direitos, as necessidades, os fatos sejam apurados, que a verdade venha à tona e que a segurança possa ser transmitida para as famílias.

E até dizer, Senador Paulo Paim, também o Senador Augusto Botelho, está aqui o Senador Cristovam Buarque, que nós temos toda a disposição, como esta Comissão, Comissão de Assuntos Sociais, Comissão de Direitos Humanos de estarmos totalmente à disposição para que através do Júlio Redecker, essa mensagem chegue a todas as famílias para que nós possamos ajudar, contribuir, no que for necessário para que este assunto seja, devidamente, encaminhado para o bem dos todas as pessoas.

Então, não havendo mais quem queira discutir está em votação o projeto de lei do Deputado Júlio Redecker, relatado pelo Senador Paulo Paim. Está aprovado. Eu quero ainda dizer que nós temos feito, aqui na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, muitas reuniões administrativas. Reuniões administrativas, significam pessoas, entidades, instituições, que vem a esta Comissão, para pensarmos juntos nos encaminhamentos, nas dificuldades, nos problemas, não é? E naquilo que pode ser feito. Tivemos, por exemplo, semana passada, uma reunião administrativa importante com o Dr. Vincent Defourny, o representante da UNESCO no Brasil, junto com outras pessoas da UNESCO, da área da cultura e buscando assim, um entrosamento desta Comissão com a UNESCO também. Que aliás, já vinha sendo enfatizado, também, nas gestões passadas.

Também na semana passada, com os empresários, com o setor de livros, com a preocupação que eles tem em relação a orçamento, à venda, a livros nas escolas, nas bibliotecas, direitos autorais, o projeto de lei. E foi, assim, uma discussão também bastante interessante e necessária. Também nos reunimos ainda na semana passada com representantes da área da educação à distância, que é uma área que precisa ser melhor debatida. E, em função dessas reuniões, nós articulamos, muitas vezes outras reuniões para que os problemas sejam resolvidos. Por exemplo, o PET, Programa de Educação Tutorial, como havia... Tinham vários problemas que... Estavam enfrentando dificuldades, então, nós fizemos aqui uma reunião com a CENAPET que é a Comissão Nacional e Executiva do Programa do PET, junto com a Secretaria do Ensino Superior do MEC. Em função disso elaboramos o documento, que está sendo enviado ao Ministro de Educação, para que os problemas discutidos que a gente pensa que possam ser ultrapassados com diálogo, ou com convergência possam ser equacionados.

Na questão, por exemplo, do Conselho Federal de Biblioteconomia que o Conselho tem um projeto muito interessante de biblioteca escolar. Então, nesse sentido, nós estamos articulando uma reunião de trabalho com o Conselho Nacional de Educação para pensarmos em conjunto nas diretrizes, aula de biblioteca, por exemplo, com o Ministério da Cultura, o Ministério da Educação para vermos como que nós podemos trabalhar nesse sentido. Estamos trabalhando, já tivemos duas ou três reuniões com a Assessoria dos Ministérios e a Consultoria do Senado, para termos um orçamento bem popular. Porque todas as pessoas olhando o orçamento, não vendo aquelas peças complicadas, difíceis de serem interpretadas, que as pessoas tenham acesso ao orçamento, assim, onde que está sendo gasto o recurso? Como é que eu posso ter acesso ao programa? Como é que o meu Município pode participar da iniciativa?

Então isso está sendo encaminhado. E a gente espera que esse debate possa acontecer. Eu só quero lembrar a todos que acompanham os trabalhos desta Comissão de Educação Cultura e Esporte, que nós estamos abertos para receber sugestões, por exemplo, na área de cultura, houve um corte de 30% agora, no

contingenciamento. No esporte de 85%, na educação de 10%, além de não ter sido ainda aprovada a DRU. Temos que discutir a Lei Rouanet, temos que discutir o direito autoral, a propriedade intelectual, não é? Os orçamentos, o vestibular que o Ministro está anunciando, o piso salarial que foi aprovado hoje, a questão da aposentadoria dos diretores, dos supervisores, do quadro educacional da escola, a lei do teatro.

Então, as pessoas todas podem contribuir, significativamente, para que não seja só um debate dos senadores e senadoras nas Audiências Públicas, mas, que através dos mecanismos de comunicação, da internet todos possam participar, não é, Senador Paulo Paim? Também isso pode ser feito.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador, primeiro cumprimentar V. Exa. pela forma brilhante como está dirigindo esta Comissão com apoio de todos senadores. Percebo que, mesmo os projetos terminativos, aqui não ficam encalhados. Meus cumprimentos a V. Exa. e toda a equipe aí, não é, pela continuação do trabalho feito aqui pelo nosso colega e Senador Cristovam. Mas, Presidente, me permita, eu queria rapidamente deixar aqui a minha justificativa de ter apresentado e aprovado hoje, com o apoio de V. Exa., a Escola Técnica de Piratini. Eu quero só que V. Exa. me permita eu apresentar só a metade da justificativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não, até para efeito de registro das notas taquigráficas V. Exa. está com a palavra, Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Presidente. Já que naquele momento importante, nós queríamos votar a questão do Dia do Braile, não é? Nós, então, deixamos para fazer a justificativa nesse momento. Só dizer, rapidamente, Sr. Presidente, que a cidade de Piratini fica a 200 quilômetros de Porte Alegre. A cidade é banhada pelos Rios Camaquã e Piratini, e por um grande número de arroios. Os limites são, ao norte, com o Município de Santana de Boa Vista e Encruzilhada do Sul, ao leste com Canguçu e Pedro Osório. Ao sul com Pedro Osório e Herval, e a oeste ao Pinheiro Machado. Isso demonstra a posição estratégica em que ele se encontra para ter essa escola técnica que vai atender toda a região.

Bom o que eu quero destacar aqui, Sr. Presidente, é o ponto de vista histórico. Piratini ficou conhecida como centro de operações da Revolução Farroupilha. Eu que falo tanto da Revolução Farroupilha e a bela história desse povo. Ocupada que foi pelos farrapos em 1935, e depois, como capital republicana do movimento em 1945, devido a isso, foi rebaixada à condição de Vila. Cumpre lembrar que Piratini teve seus rebanhos dizimados, suas lavouras abandonadas, além de ter perdido grande parte dos seus filhos nos conflitos que envolveram a Guerra dos Farrapos. Politicamente, houve perseguição, descriminação e abandono, a muito leal e patriótica cidade da Nossa Senhora da Conceição de Piratini.

Nesses termos, seria o momento da República Federativa do Brasil devolver a Piratini o que aí foi perdido em defesa do movimento e dos ideais republicanos. O Município recente-se da ausência do Ensino Técnico Profissionalizante, que complementa a Educação Básica mediante a qualificação e a especialização dos seus alunos, tanto de Piratini, como das cidades, como eu dizia, da região. Termino, Sr. Presidente, só dizendo que com a criação de Escola Técnica Federal de Piratini, os jovens não precisarão mais deslocar-se para outros centros, a fim de receberem a formação profissional necessária à modernização e à dinamização da economia local.

Sr. Presidente, eu que sou apaixonado pelo ensino técnico, acho nesse ano, que aos cem anos do ensino técnico do Brasil é mais do que justo que a gente faça a nossa querida cidade de Piratini, essa homenagem, instalando lá, de forma definitiva, uma Escola Técnica Federal. Era isso, muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem Senador Paulo Paim. Muito bem justificado e com amplo conhecimento de causa. A Senadora Ideli Salvatti também havia representado um requerimento, que já foi defendido por ela, e eu próprio já tinha abordado na minha fala, mas como veio na forma escrita, passo a ler e submeter ao Plenário. Requeiro, nos termos regimentais, que seja agendada a audiência da Comissão de Educação do Senado Federal com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes, para tratar do andamento da Ação Direita de Inconstitucionalidade impetrada contra a implantação da Lei 11.738, piso salarial dos professores.

Também com a presença dos Ministros Joaquim Barbosa, relator, e Menezes Direito. Já convido, de imediato, os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim, Augusto Botelho, que estão aqui presentes, para que possam acompanhar esse debate, no Supremo Tribunal Federal, de acordo com o requerimento da Senadora Ideli Salvatti, e que é um requerimento muito importante, em termos daquilo que possa ser encaminhado nessa área. Como a Senadora Ideli Salvatti não está presente, eu também subscrevo o requerimento para que ele possa, na sequência, ser votado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio, me permita essas duas frases, primeiro que você pode contar comigo, eu que não sou muito de ir a Ministérios e nem às instâncias do Judiciário, no caso,

ao Supremo; nesse caso, vou. [risos] E me permita [ininteligível] dizer que o Senador Pedro Simon fez um brilhante relatório, dentro da sua... De todo seu conhecimento da história do Rio Grande. E eu não vou deixar de registrar aqui que foi graças ao relatório dele, também, que a Escola Técnica de Piratini foi aprovada por unanimidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Eu quero também, para finalizar, parabenizar toda a comunidade que tem deficiência visual, pela aprovação do Dia Nacional do Sistema Braile, projeto relatado pelo Senador Cristovam Buarque, que teve aqui a participação de dezenas de pessoas com deficiência visual. Quero lembrar ao Senador Paulo Paim, Augusto Botelho e Cristovam Buarque que amanhã teremos às 10 horas a presença do Ministro do Esporte, Orlando Silva, nessa Comissão, para abordar os programas prioritários, as metas e os recursos orçamentários disponíveis para 2009, no âmbito do Ministério do Esporte. E lá ao que foi relatado pelos meios de comunicação, o corte foi de 85%, eu diria que sumiu o orçamento.

Alguém tinha falado, outro dia, que era o bolo do orçamento, e o Senador Augusto Botelho, disse: "Bolo, não. Biscoito." Mas aqui não é nem mais biscoito do orçamento, já é uma pretensão de ser um biscoito, não é verdade? Muito bem. Hoje à tarde, lembro, senadores, 14h30, aqui nesta Comissão, até 15 horas, para recebermos, eu só quero lembrar de novo, recebemos a Carta das Responsabilidades para o Enfrentamento das Mudanças Ambientais Globais, fruto da 3ª Conferência Nacional Infanto-Juvenil, isso é que bonito também, Infanto-Juvenil, pelo Meio Ambiente.

Então, estaremos recebendo essa Carta e pedindo a todos que façam os desdobramentos, a repercussão dessa Carta no Plenário também. Obrigado a todos. Declaro encerrada... Ah, só um minutinho, ainda desculpe. Dois comunicados. Comunico aos Srs. Senadores o recebimento de convite para o lançamento da Conferência Nacional De Educação. A realizar-se dia 23 de abril, do corrente, a partir das 9h30, no auditório do Edifício Sede no Ministério da Educação, em Brasília. Os senadores que desejarem uma cópia no convite, poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

A matéria vai ao arquivo e o comunicado seguinte, e último: *Comunico aos Srs. Senadores e Senadoras, ao recebimento de correspondência da Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia. Sª Nêmora Arlindo Rodrigues, encaminhando manifesto em defesa da biblioteca escolar a ser lançado nacionalmente no dia 23 de abril, do corrente, com o objetivo de mobilizar a sociedade brasileira em prol da biblioteca escolar.*

Aliás, uma iniciativa das mais importantes. Senadores e senadoras, que desejarem uma cópia do manifesto e da programação do dia 23 de abril, poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A matéria vai a arquivo. Eu quero encaminhar também, fazer o encaminhamento para a Secretaria que já envie, de imediato, a todos os gabinetes, independentemente da solicitação, os dois comunicados que são dos mais importantes. Agradeço também a presença de todos, do *quórum* muito importante, matérias terminativas foram votadas, não terminativas, requerimentos, o debate foi feito. E declaro encerrada a presente reunião. Obrigado.

Sessão encerrada às 13h08.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE E 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2009.

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

CONJUNTA

Às quatorze horas e cinqüenta e sete minutos do dia sete de abril de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim, Marina Silva, Valter Pereira, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Adelmir Santana, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, João Pedro, Ideli Salvatti, Eduardo Suplicy, Roberto Cavalcanti, Pedro Simon, Neuto De Conto, Eduardo Azeredo, Jefferson Praia, Renato Casagrande, João Ribeiro, Gim Argello reúnem-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Cleide, Inácio Arruda, Expedito Júnior, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Francisco Dornelles, Raimundo Colombo, Heráclito Fortes, José Agripino, Álvaro Dias, Cícero Lucena, Lúcia Vânia, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi, Leomar Quintanilha e Arthur Virgílio. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete à Comissão de Educação, Cultura e Esporte e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle a dispensa das leituras das Atas das Reuniões anteriores e a aprova-

ção das mesmas, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Reunião Extraordinária, para o **"Ato de entrega da 'CARTA DAS RESPONSABILIDADES PARA ENFRENTAMENTO DAS MUDANÇAS AMBIENTAIS GLOBAIS', resultado da III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente"**. Neste momento a Presidência informa que a Mesa está constituída pelo Senhor Senador Marconi Perillo, 1º Vice-Presidente do Senado Federal e membro desta Comissão, Senhor Senador Renato Casagrande, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, Senhor Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, Senhora Senadora Ideli Salvatti, Presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas e Senhora Deputada Maria do Rosário, Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. A Presidência registra a presença para acompanhar a Reunião Extraordinária, da Senhora Deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB – AM), Vice-Presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, Senhor Deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB – SP), Senhor Deputado Luiz Carlos Setim (DEM – PR) e Senhor Deputado Fernando Ferro (PT – PE). Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, passa a Presidência ao Senador Marconi Perillo, justificando que por ser o 1º Vice-Presidente do Senado Federal, representa as várias Comissões desta Casa. Prosseguindo, o Presidente Eventual, Senador Marconi Perillo, convida os jovens Mariana Castro Santos, do estado do Amazonas; Caio, do estado do Pará; Ana Luiza, do Distrito Federal; Isabel, do estado da Paraíba; Sara, do estado do Mato Grosso do Sul; Thays Metiato Bobbio, do estado do Espírito Santo e Davi Henrique Dias, do estado do Paraná, representantes da III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, para a leitura da Carta e entrega do documento. Finda a entrega do documento e a leitura da Carta, a palavra é franqueada aos Senhores Parlamentares presentes. Usam da palavra o Senhor Senador Renato Casagrande, Senhora Senadora Ideli Salvatti, Senhora Deputada Maria do Rosário, Senhor Senador Eduardo Azeredo e Senhora Senadora Marina Silva. O Senhor Presidente Eventual, Senador Marconi Perillo, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às quinze horas e vinte e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Marconi Perillo,** Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE ABRIL DE 2009.

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

CONJUNTA

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma. Os senadores e senadoras, que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovadas.

A presente reunião destina-se ao ato de entrega da *Carta das Responsabilidades para Enfrentamento das Mudanças Ambientais Globais*, fruto dos trabalhos desenvolvidos na III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo meio ambiente.

E para o recebimento dessa carta e os trabalhos decorrentes do recebimento, esta Mesa está constituída, até o momento, com a presença do Senador Marconi Perillo, membro da Comissão de Educação, mas especialmente na condição de 1º Vice-Presidente do Senado Federal; do Senador Renato Casagrande, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; da Deputada Maria do Rosário, Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados e do Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

Ao mesmo tempo, quero enfatizar a presença de senadores e deputado, o Senador Romeu Tuma, o

Senador Roberto Cavalcanti, a Senadora Ideli Salvatti, o Deputado Federal do nosso estado, amigo, Setim, e o Senador Inácio Arruda.

Estamos aqui, oficialmente pelo Senado, para esta solenidade de entrega desta Carta, fruto da Conferência Nacional Infanto-Juvenil.

Para presidir a sequência dos trabalhos, eu tenho a honra de solicitar que o Senador Marconi Perillo o faça, na condição de 1º Vice-Presidente do Senado Federal, porque ele representará, com isto, as várias comissões do Senado e, além de ser uma pessoa, também, titular, membro titular da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

Então, com muita alegria, com muita honra, passo a presidência dos trabalhos ao Senador Marconi Perillo.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação Cultura e Esporte, ao Senador Renato Casagrande, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, Defesa do Consumidor, que me convidam para presidir essa cerimônia. Cumprimento o Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Comissão de Relações Exteriores; Deputada Maria do Rosário, Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, tenho a satisfação de convidar para a leitura da carta aos Srs. e Sras. Senadores, as crianças que já estão preparadas para este ato. As crianças podem se dirigir aqui ao microfone ao lado. Representando o Estado do Espírito Santo, Thays Metiato(F) Bobbio; Davi Henrique Dias, Paraná, e Mariana Castro Santos, do Amazonas.

Gostaria de convidar as crianças, para que possam vir aqui à frente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Crianças e jovens.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Crianças e jovens, adolescentes.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ele quer falar alguma coisa?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Só vai entregar a Carta.

[palmas]

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Passamos à leitura da Carta.

MARIANA CASTRO SANTOS: Primeiramente, boa tarde. Como já foi dito aqui, o meu nome é Mariana, represento o Estado do Amazonas, e nós, jovens, que estamos aqui presentes, vamos ler, vamos fazer a leitura da Carta das Responsabilidades, feita na III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente.

> "*Carta das Responsabilidades para Enfrentamento das Mudanças Ambientais Globais.*
>
> *Somos jovens estudantes de diferentes regiões do Brasil, na III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, pequenos guerreiros da paz, com o mesmo propósito e o mesmo desejo: cuidar do Brasil, mobilizando a população brasileira sobre as mudanças ambientais globais.*
>
> *Reconhecemos o panorama ambiental nacional e nos comprometemos a lutar e defender o meio ambiente, não apenas buscando o conhecimento e o entendimento, mas também realizando ações para minimizar os problemas causadores de impactos ambientais.*
>
> *Para isso, junto com milhares de escolas e comunidades em todo o país, assumimos as seguintes responsabilidades*".

CAIO: Boa tarde, meu nome é Caio, represento o Estado do Pará e farei a leitura da primeira responsabilidade: "1: p*reservaremos as nascentes e margens dos rios, protegendo as matas ciliares existentes e recuperando as que estão degradadas*".

ANA LUIZA: Boa tarde, eu sou a Ana Luiza e represento o Estado do Distrito Federal. 2ª responsabilidade: "*Praticaremos e promoveremos os 5 'Rs': refletiremos sobre os processos de produção, desde a matéria prima até a distribuição e o descarte; recusaremos produtos que causem danos ao meio ambiente e à nossa saúde; reduziremos o consumo e a geração de lixo; reutilizaremos, sempre que possível, e reciclaremos, quando necessário*".

3: "*Sensibilizaremos e estimularemos as escolas e comunidades para que economizem energia e utilizem fontes limpas, econômicas, acessíveis e renováveis*".

ISABEL: Vou ler... Eu sou... Boa tarde, primeiramente, eu sou Isabel, sou da Paraíba e vou ler a responsabilidade 4, 5 e 6:

> "*Distribuiremos e plantaremos mudas e sementes para arborizar nossas escolas, ruas e comunidades.*
>
> *5. Diminuiremos o uso de sacolas plásticas e adotaremos as biodegradáveis, reutilizáveis e embalagens retornáveis na nossa comunidade.*
>
> *Junto com a comunidade escolar, denunciaremos as queimadas, as irregularidades do lixo urbano e qualquer ação que degrade o*

meio ambiente, propondo, quando necessário, ações corretivas aos órgãos competentes".

SARA: Boa tarde, eu sou a Sara, do Mato Grosso do Sul, vou ler a responsabilidade 7: "*Somaremos esforços e experiências, repensaremos os modos de utilização da água e desenvolveremos novos valores e atitudes sustentáveis no cotidiano*.

8. Mostraremos à comunidade a importância de reduzir os transportes poluentes, incentivaremos e cobraremos o investimento do Governo em transporte público ecológico, assim minimizando a emissão de gases que intensificam o aquecimento global.

9. Disseminaremos conhecimentos, para que os estudantes e a comunidade protejam e conservem o planeta, sensibilizando-os sobre as consequências do aquecimento global e sobre as possíveis soluções".

THAYS METIATO(F) BOBBIO: Meu nome é Thays, eu sou representante do Estado do Espírito Santo e eu vou ler a conclusão da carta: "*Nós, jovens brasileiros, estamos unidos e contribuindo para cuidar do planeta. Esse é o nosso compromisso. Pedimos o total apoio da sociedade brasileira: autoridades, poder público, movimentos sociais, ONGs, escolas e comunidades, para que essas responsabilidades sejam cumpridas. Vamos cuidar do Brasil? Junte-se a nós!*".

[palmas]

THAYS METIATO(F) BOBBIO: Bom, e, para essa carta n,ão ficar só no papel, a gente pede a assinatura de vocês e o apoio numa ficha, para que a gente possa tirar todas essas ideias do papel e assim dar continuidade a um projeto, a esse projeto, para que nós possamos ter um Brasil melhor para as futuras e futuras gerações. Muito obrigada.

[palmas]

ANA LUIZA: Lembrando que essa assinatura não é a assinatura que você acha legal, que você acha bonitinho, mas é uma assinatura que "eu concordo com essas responsabilidades e eu vou fazer a minha parte para cumprir essas responsabilidades".

SARA: Essa responsabilidade é em conjunto, porque só uma pessoa, se ela, só na casa dela fizer, não adianta; todos, em conjunto, vamos fazer, para que essa responsabilidade possa sair do papel.

CAIO: Porque nós, que somos jovens brasileiros, estamos unidos aqui, mas nós precisamos do apoio de vocês, precisamos da ajuda de vocês, para que possamos construir um Brasil melhor para a gente viver.

ISABEL: E nós, jovens de todo o Brasil, jovens e as jovens também, a gente quer mudar o Brasil e esse é o nosso primeiro passo.

[palmas]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A Presidência agradece aos jovens, às jovens, pela leitura do documento, da carta de responsabilidades. Nós, depois, queremos ver as fichas, para que a gente possa assinar já imediatamente e iniciarmos aqui a colaboração efetiva, através das muitas comissões, aqui representadas por seus Presidentes, incluindo a Senadora Ideli Salvatti, que também é Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas. Gostaria de pedir que a Senadora também fizesse parte da Mesa.

O documento já foi entregue. Eu passo a palavra, agora, ao Senador Renato Casagrande, para que ele possa fazer uso da palavra.

Agradecendo mais uma vez aos jovens pela leitura dessa Carta de Responsabilidades, que, sem dúvida alguma, haverá de mobilizar muito os nossos esforços aqui nos próximos dias, nos próximos meses e anos.

Com a palavra o Senador Renato Casagrande, Presidente da Comissão de Meio Ambiente.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Bem, quero cumprimentar todos os membros da Mesa, senadores, Deputada Maria do Rosário, mas, especialmente, cumprimentar os jovens presentes e às jovens presentes nesta sessão conjunta que nós estamos fazendo.

Senador Romeu Tuma ficou até mais novo ali, com tanta juventude perto.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E já conseguiu. Mas a alegria de estar aqui junto com vocês, recebendo a contribuição da III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, uma Carta de Responsabilidades com relação às mudanças ambientais globais... É fundamental que nós possamos compreender que só é possível nós fazermos uma alteração da caminhada que nós estamos percorrendo no mundo se nós tivermos o envolvimento da comunidade, especialmente da juventude, porque a juventude, ela tem um papel de mobilização, de motivação, de animação muito grande e de envolvimento de outras pessoas na mudança de algumas culturas; a cultura da preservação, a cultura da reciclagem, a cultura que nós temos que ter uma sociedade que não seja tão consumista como é a nossa sociedade, a sociedade hoje está nessa situação porque nós temos muita desigualdade, nós temos a Administração Pública ainda ausente de muitas ações e nós temos uma sociedade de consumo.

Então, seja na área da violência, seja na área da destruição ambiental, o comportamento das pessoas é um comportamento que interfere em muito naquilo

que nós queremos construir agora e aquilo que a gente quer construir para o futuro.

Então, a minha alegria de estar recebendo, Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado da República, me colocando à disposição, para que nós possamos, além de assinar, para que a gente possa colocar em prática na Comissão aquilo que vocês estão orientando, como jovens que estão no presente e no futuro desse país. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti, Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Srs. Presidentes das diversas comissões da Câmara e do Senado, queria cumprimentar a juventude que nos traz este, este ar de renovação e de esperança, porque, se as nossas crianças, os nossos adolescentes estão com esta disposição de cuidar do Brasil, isto é extremamente importante para nós que temos a tarefa de atender a este anseio e esta disposição.

Hoje, nós teríamos, na Comissão de Mudanças Climáticas, a aprovação do nosso plano de trabalho, ou seja, o que é que nós iríamos debater, implementar, na Comissão, que é uma Comissão que se transformou em Comissão permanente, e é bastante interessante que, no dia que nós iríamos aprovar o nosso plano de trabalho, nos é entregue esta Carta, com estes nove itens, estes nove compromissos e responsabilidades, Senador Romeu Tuma, que eu acho que pode servir de balizamento para o nosso trabalho. Eu acho que vem em muito boa hora, para que a gente possa, efetivamente, ter como subsídio, claro, aquilo que a sensibilidade e o olhar que os jovens, que os nossos adolescentes, que as crianças têm para com o meio ambiente, para com os animais, para com a flora, para com tudo aquilo que nos cerca, o ar, a terra, as águas, seja por nós realmente valorizado e tenhamos a condição de fazermos todas as ações necessárias, para que as mudanças ambientais, que, efetivamente, vêm acontecendo, possam ter os seus efeitos minimizados e não estejamos todos preparados para a sua mitigação e o seu, e a sua superação.

Então, em nome da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, em nome da nossa vice-Presidente, a Deputada Vanessa Grazziotin, que também estava aqui, saiu agora há pouquinho, mas ela estava sentadinha aqui, a gente quer, em nome da Comissão, saudar aos organizadores dessa III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, e o nosso abraço e o nosso carinho para todos os jovens, né, que vieram aqui nos dar esta lição, neste dia, do que nós devemos estar atentos e o que nós devemos fazer para cuidar bem do nosso querido Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra a Excelentíssima Sra. Deputada Maria do Rosário, Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara. Logo após, o Senador Azeredo, Presidente da Comissão de Relações Exteriores.

DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS): Prezado Senador Marconi Perillo, 1º vice-Presidente do Senado Federal, amigo e Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e de Esporte, Senadora Ideli Salvatti, Senador Eduardo Azeredo, Senador Renato Casagrande, Srs. Deputados, deputadas, senadores e senadoras aqui presentes.

Eu quero, em nome da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, cumprimentar, também referindo aqui à presença dos Deputados Mendes Thame, Deputado Fernando Ferro, do Deputado Setim, que está conosco, já referida aqui a presença da Deputada Vanessa Grazziotin.

Eu quero cumprimentar as crianças do Brasil, os jovens brasileiros e dizer, Senadora Marina Silva, o quanto é importante estarmos recebendo uma carta com estes pontos para que achamos também nós mais uma vez este compromisso. Quando a juventude brasileira, Senador Marconi Perillo, nos traz, elaborado, pensado, estes itens, e nos convida, vamos juntos cuidar do Brasil, e nós estamos aqui assinando este documento, fruto de uma conferência que trata as questões das mudanças ambientais globais, trata também da responsabilidade do Brasil.

E nós não queremos simplesmente transferir essa responsabilidade às novas gerações que estão aí. Há um poema da Gabriela Mistral que eu sempre me refiro a ele que diz: "O nome da criança é hoje". E o nome da natureza também é hoje. A nossa relação com o meio ambiente, a nossa relação com os resíduos sólidos, a nossa relações com o modo de viver que preserve ambientalmente o Brasil e o mundo contemporâneo só tem uma palavra que pode, que possa caracterizar o tempo no qual nós temos que atuar sobre ela. E é tão urgente quanto a própria infância, de ser preservada e de ser garantida, que é o hoje.

Portanto, eu quero assumir, em nome da Comissão de Educação e Cultura, que tratemos esse tema a partir de uma visão de cultura e de educação e que possamos divulgar também na Câmara dos Deputados plenamente o documento hoje entregue aqui ao Senado Federal, registrando este documento, Deputada Vanessa, no Plenário da Casa, registrando esse documento na reunião da Comissão de Educação e Cultura, e fazendo com que todos os nossos parlamen-

tares, de forma integrada, cumpram estes 5 "Rs", que estão aqui desafiados para todos nós.

Nós entendemos a mensagem de vocês e o que temos que fazer com os resultados dessa III Conferência, é colocá-la, verdadeiramente em prática, como vocês muito bem disseram, tirar do papel aquilo que está escrito e com especial carinho, porque foi escrito pela mão e pelo olhar das crianças e jovens brasileiros.

Muito obrigada e parabéns aos organizadores e aos jovens participantes.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Marconi Perillo, nosso 1º vice-Presidente do Senado, Senador Flávio Arns, Senador Renato Casagrande, Deputada Maria do Rosário, Senadora Ideli, Srs. Senadores, senadoras, deputadas e deputados, jovens que aqui hoje comparecem.

Eu quero, exatamente, lembrar que as questões ambientais são questões globais; a poluição não tem fronteiras. Nós temos, na Comissão de Relações Exteriores, a obrigação de também defender a questão do país, tanto é que a Comissão é Relações Exteriores e Defesa Nacional, Defesa Nacional, no meu entender, significa também defender a nossa floresta, defender as nossas riquezas naturais, de maneira que eu quero dizer a todos vocês, jovens, que vêm aqui, que também farei essa distribuição a todos os membros da comissão, com este compromisso que está aqui colocado, colocando-nos à disposição de todos vocês, nessa luta a favor de um meio ambiente que seja bom para todo o país, para toda a população.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Alguns senadores acenaram com o desejo de falar, incluindo o Senador Jefferson Praia, Senadora Marina Silva.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Inácio Arruda.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Romeu Tuma, Senador Inácio Arruda, Senador Eduardo Suplicy, nós temos aqui as presenças da Deputada Vanessa, Deputado Mendes Thame, Deputado Setim, Deputado Fernando Ferro, que nos honra com suas presenças, mas, segundo me informa aqui o Presidente Flávio Arns, as crianças ainda têm uma agenda de compromissos para a tarde de hoje, vão à Presidência da República, o Presidente da Câmara.

Então, se houver aquiescência dos ilustres colegas, senadores e senadoras, nós vamos dar por encerrado o recebimento da Carta, em função destes motivos, já aqui relatados por mim, e as informações que recebi do Senador Flávio Arns.

Eu queria apenas encerrar dizendo que estamos todos convencidos de o que Brasil do futuro será efetivamente um outro país, o nível de consciência das crianças, em relação à preservação ambiental, em relação a essa questão das mudanças climáticas, é cada vez mais crescente, e a Carta que recebemos hoje, de Responsabilidades, define bem o padrão de consciência crítica das crianças brasileiras, em relação ao nosso presente e ao nosso futuro.

É com muito prazer que recebemos essa Carta de Responsabilidades, vou fazer a leitura no Plenário do Senado e estou convencido de que, de parte do Presidente da Casa, as providências necessárias serão tomadas, coadjuvados todos nós por todas as lideranças e presidências de comissões. Muito obrigado a todos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente, permita que possa a Senadora Marina só dizer uma breve palavra em nome de todos nós, até por ela ter sido a--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Ministra... E pelo engajamento dela.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --ministra que criou a conferência infanto-juvenil sobre o meio ambiente. Então, ela falando, todos nós nos sentiremos contemplados.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo a concordância de todos, eu considero justíssimo que a Ministra Marina possa fazer uso da palavra, representando a todos os colegas.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC) Primeiro, Sr. Presidente, boa tarde a todos, me sinto honrada com o acolhimento da proposta do Senador Eduardo Suplicy, Srs. Senadores, deputados e deputadas, senadoras.

Essa conferência, ela surgiu em 2003, quando assumi o Ministério do Meio Ambiente. No processo de transição, quando o Presidente Lula me chamou para compor a sua equipe, pensamos na conferência adulta, e já entrei no Ministério com essa determinação de que iria trabalhar para a realização de uma Conferência Nacional de Meio Ambiente.

Eu vou encurtar bastante aqui a história, mas a conferência infanto-juvenil surgiu de uma sugestão das minhas filhas, da Moara e da Maiara, quando eu estava lendo o material da conferência dos adultos, e elas, impacientes, ainda eram crianças, uma criança e a outra adolescente, por que eu estava tão absorvida no meu

final de semana, em vez de dar atenção a elas, e ela perguntou: "O que está lendo aí, mãe?", e eu falei que era a conferência. E ela disse: "Vai ter uma para criança também?", e eu engoli seco e falei: "Não". E a Moara, que é muito aguerrida, falou: "Então, por que não faz uma também para as crianças?". Imediatamente, eu fiquei remoendo aquilo. Quando cheguei na segunda-feira, falei com a minha equipe, se era possível pensar um processo que fosse horizontal, que não fosse uma disputa entre as crianças para se transformar em delegados, mas que, de fato, eles pudessem debater os temas dentro das escolas e que os que viessem para a conferência nacional passassem por uma seleção de conteúdo, de articulação e de processo. E eu quero homenagear a equipe que respondeu depois, com uma proposta, aqui na pessoa da Raquel, que ela é um dos grandes, uma das grandes sustentações desse processo de conferência.

Inicialmente, foi o Ministério do Meio Ambiente, depois nós internalizamos dentro do Ministério da Educação, porque é quem tem capilaridade, mas muito rapidamente, a I Conferência contou com a participação de mais de 5 milhões de jovens e adolescentes, a II Conferência foram cerca de 4 milhões de jovens e adolescentes e a III Conferência, agora, são 3 milhões, 700 mil jovens e adolescentes, de sorte que já são mais de 11 milhões de jovens e adolescentes com a qualidade desses que leram essa Carta de Responsabilidades.

E mais do que isso, eles não ficaram só no papel, como eles dizem, eles criaram processos dentro das escolas, como, por exemplo, hoje existem cerca de 4 mil COM-VIDAS, que eles chamam de COM-VIDAS, que são as comissões de meio ambiente dentro das escolas. Eles têm uma Rede de Juventude, que é a REJUMA, e tem, também, um Coletivo de Juventudes. Só para vocês terem uma ideia, o Coletivo de Juventudes são 150 coletivos no Brasil, a Rede de Juventude conta com 600 jovens, que é a REJUMA, e assim vai. E trabalham projetos concretos na comunidade, nas escolas.

E mais ainda, eles nos dão uma lição aqui, porque geralmente quando a gente vai para algum evento, a gente leva um conjunto de reivindicações, para o Presidente, para os senadores, para quem quer que seja e eles vieram aqui com um conjunto de responsabilidades que eles estão assumindo.

Isso é para nos constranger eticamente, de que eles com tão poucos poderes, com tão poucas ferramentas, são capazes de assumir compromissos tão ousados e muitas vezes, nós, com todo esse poder, com toda essa ferramenta, não dispomos dos meios necessários para fazer as transformações que o Brasil e o mundo precisa. Eu me sinto muito feliz de, junto com a equipe, ter estabelecido esse processo da conferência, já é a terceira conferência, e eu digo: nós somos convencidos a defender meio ambiente e a sustentabilidade, eles são verdadeiros convertidos, os deputados, senadores, médicos, advogados, artistas, espiritualistas, que passaram por essa experiência, com certeza, terão uma outra atitude diante da natureza e diante de nós mesmos.

E eu digo: muitos pais mudaram já suas atitudes em função do trabalho dessas crianças. Eu conheço um empresário que mudou a sua atividade em função do seu neto, a ECOLEO, eu vou citar aqui, porque é uma coisa positiva, ele me disse: "Senadora, antes eu fazia atividade madeireira de qualquer jeito, eu sou de uma família que historicamente trabalhou com madeira. E foi graças aos meus netos que eu mudei a minha atividade, hoje eu só trabalho com madeira certificada".E eu acho que é o único posto de madeira certificada em São Paulo, que vende tora de madeira para quem quiser comprar, certificada, graças a atuação dessas crianças, que elas, mais do que dizerem, elas são capazes de fazer uma mudança de atitude. Muito obrigada, parabéns aos senhores por esse gesto de receber essas crianças, num dos atos mais belos que eu posso constatar nesse Senado. Cuidar do futuro, agora.

Muito obrigada.

[palmas]

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): A Raquel me lembra aqui que o Ministro Haddad, ele está nos convidando a todos para... Ele vai receber as crianças lá na frente do MEC, e, de lá, vão fazer... No Teatro Nacional, onde será feita a entrega da Carta das Responsabilidades para as autoridades. Presidente Lula também foi convidado, há uma expectativa de que ele possa comparecer. De qualquer forma, estará lá o Ministro da Educação, o Ministro do Meio Ambiente, e ele convida a todos nós, para que estejamos, juntos, selando esse compromisso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É agora?

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Agora, às 17h30.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Os cumprimentos de toda a Mesa Diretora à iniciativa da querida Senadora, colega, Ministra Marina Silva, da criação da primeira conferência, a toda a sua equipe também, os nossos cumprimentos.

Declaro encerrada a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e a 7ª (sic) Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente.

Muito obrigado a todos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Os parlamentares da Comissão Mista de Mudanças Climáticas é só mudar a sala, porque nós vamos... Vamos, vamos lá trabalhar.

Sessão encerrada às 15h29.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia oito de abril de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Flávio Arns, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Expedito Júnior, Marco Maciel, Cícero Lucena, Romeu Tuma, Ideli Salvatti, José Nery, Roberto Cavalcanti, Gilberto Goellner e Jefferson Praia reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Inácio Arruda, Marina Silva, Valter Pereira, Geraldo Mesquita Júnior, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Francisco Dornelles, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana, Álvaro Dias, Lúcia Vânia, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi e Cristovam Buarque. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 03/09 – CE de autoria dos Senadores Flávio Arns, Marco Maciel, Cristovam Buarque, Gerson Camata, João Vicente Claudino e Álvaro Dias, que tem como objetivo discutir **"Os programas prioritários, as metas e os recursos orçamentários disponíveis para 2009, no âmbito do Ministério do Esporte"**. A Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Publica, da Senhora Ana Cristina Petta, esposa do Ministro do Esporte; Senhor Waldemar de Souza, Chefe de Gabinete do Ministro e Senhor João Luiz dos Santos, Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministro do Esporte. Como expositor, comparece à Audiência Pública o **Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Esporte**, **Orlando Silva.** Finda a apresentação do expositor, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque – um dos autores do Requerimento, Ideli Salvatti, Jefferson Praia, José Nery, Sérgio Zambiasi, Gilberto Goellner, Cícero Lucena e Paulo Paim. Neste momento o Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, sugere ao Plenário que esta Comissão oficie aos Senhores Ministros de Estado da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, solicitando a revisão dos cortes dos recursos efetuados no orçamento do Ministério do Esporte. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e trinta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Flávio Arns,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA,REALIZADA NO DIA 08 DE ABRIL DE 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto, inicialmente, à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, e aprovação da mesma. Os senadores e senadoras, que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião, Sr. Ministro, atende ao Requerimento nº 3, da Comissão de Educação, 2009, de autoria dos Senadores Flávio Arns, eu próprio, Marco Maciel, Cristovam Buarque, Gerson Camata, João Vicente Claudino e Alvaro Dias, de todos os partidos políticos, portanto, para realização de Audiências Públicas, destinadas a ouvir individualmente os Excelentíssimos Srs. Ministro da Educação, Fernando Haddad, da Cultura, João Luiz da Silva Ferreira, que já esteve aqui, ele pediu para não dizer João Luiz, mas Juca, Juca Ferreira, até perguntando se poderíamos usar o nome Juca Ferreira. Ele disse: "Não", só a mãe dele que o conhece por João Luiz da Silva Ferreira, então... [risos] E do esporte, com muita honra, hoje, de V. Sa., Orlando Silva, sobre os programas prioritários, as me-

tas e os recursos orçamentários disponíveis para 2009, no âmbito dos respectivos ministérios.

Então, eu quero destacar, em primeiro lugar, a importância da vinda do senhor, Sr. Ministro, que a área do esporte, todos nós sabemos, mas é bom sempre, novamente, reafirmar, é essencial para o desenvolvimento do país.

Um conjunto de áreas que são importantes, seja para a criança, para o adolescente, para o adulto, se nós pensarmos no esporte educacional, todas as escolas estarem envolvidas com isso, numa interface também com outros Ministérios, esporte recreativo, de lazer, que é fundamental na comunidade, uma questão de cidadania, de dignidade, jovens de rua, que, pelo esporte, estão tendo a possibilidade de se incluírem socialmente. O esporte competitivo, de rendimento, programas sociais através do esporte, como o *Segundo Tempo*, ou até o envolvimento da população carcerária, o envolvimento da população de comunidades economicamente menos favorecidas também, na elaboração de material.

Então, nós queremos dizer ao senhor, Sr. Ministro, que nós, desta Comissão, estamos, assim, muito desejosos de fazermos um trabalho bastante integrado com todo o setor desta área do Brasil, para que o esforço compartilhado possa levar a bons resultados. Mas com o Ministério, de uma maneira muito particular, a favor, como nós dissemos, de um direito até fundamental, que é onde a cidadania se concretiza pelo esporte.

Então, estamos muito satisfeitos de tê-lo aqui nesta Comissão, que é de Educação, Cultura e Esporte, vamos sempre enfatizar o Esporte também, com Educação, Cultura e Esporte, para discutirmos os desafios, os orçamentos, as perspectivas, e fazermos, assim, um trabalho, assim, conjunto, a favor da nossa população.

Então, que bom, Sr. Ministro. Quero dizer isso ao Senador Sérgio Zambiasi, também fará parte, nós teremos duas subcomissões permanentes aqui nesta Comissão, e uma delas será de esporte. A outra, na área do cinema, teatro, música e comunicação, que é a área da cultura. E a área da educação, sem dúvida, já está recebendo, assim, uma ênfase especial em Grupos de Trabalho, Audiências Públicas, mas uma subcomissão permanente será de esporte.

Então, eu passo, com muita alegria, a palavra ao senhor, Sr. Ministro.

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA: Bom dia. Eu quero agradecer ao Senador Flávio Arns e a Comissão de Educação do Senado, Educação, Cultura e Esporte, pelo convite, para compartilhar com vocês os programas, as iniciativas, a agenda, que é desenvolvida, por ora, no Ministério do Esporte do Brasil.

É muito importante que o Senado da República tenha presente essa temática, que mobiliza o interesse, a atenção de milhões de brasileiros, e creio que as políticas públicas de esporte e lazer dependem da interferência, da ação, da colaboração, da participação, do diálogo entre o Poder Executivo e Poder Legislativo Brasileiro.

Então eu queria agradecer a iniciativa do Senado da República de permitir que o esporte seja tratado aqui no âmbito da Comissão, e tenho certeza que bons resultados serão colhidos para o desenvolvimento desse tema em plano nacional.

Permita, Senador Flávio Arns, que nós façamos uso de um recurso áudio-visual para simplificar a compreensão, para facilitar a fixação de alguns temas relevantes que são trabalhados na Agenda do Ministério do Esporte hoje.

Eu queria iniciar, por favor, iniciar com uma primeira tela, que fala da missão, mesmo, do Ministério. Criado em 2003, como todos sabem, o Presidente Lula, pela primeira vez, permitiu que o esporte e o lazer tivessem um órgão singular na Administração Federal, cujo objetivo, cuja missão é universalizar o acesso e promover a participação da população brasileira em todas as suas dimensões. Quero dizer no esporte de alto rendimento, no esporte recreativo, e no esporte educacional. Partindo da premissa de que é o esporte um direito, conforme estabelece a Constituição da República, no seu art. 217, o direito de cada um, e esse direito, portanto, deve ser objeto de políticas públicas.

E considerando a crença de que a atividade esportiva pode ser uma referência importante para o desenvolvimento humano, pode permitir, como desdobramento da atividade física, a qualificação da educação, a integração do ambiente social, a promoção de saúde, de modo a que também essa vivência sirva ao desenvolvimento no nosso país.

E é claro, há outras dimensões como me referi, a dimensão, mesmo, econômica, já que há uma cadeia produtiva em torno da atividade física, em torno da atividade esportiva, e creio que o bom cumprimento da missão que o Ministério possui pode repercutir no campo social, no campo econômico e no campo da auto-estima do nosso povo, porque, se tem um tema no Brasil que eleva a auto-estima, motiva a nossa população, são as conquistas esportivas em todas as modalidades, a projeção do país no plano internacional a partir da atividade esportiva. Então, eu diria que cumprir essa missão é um desafio importante que o nosso país possui hoje. Pode seguir.

São quatro eixos, Sr. Presidente, que orientam a agenda do Ministério do Esporte. Um primeiro eixo é a inclusão social através do esporte, que é a idéia do esporte como um direito, a vivência esportiva como alternativa de ocupação saudável do tempo livre.

Um segundo eixo diz respeito ao esporte de alto rendimento, é o esforço de qualificação, de desenvolvimento do esporte de alto rendimento, que é o esporte competitivo, que é o esporte, inclusive, que tem a maior visibilidade. Então, é um desafio importante.

O terceiro: ampliação da infraestrutura. Inúmeras vezes nós temos encontros com os Parlamentares, com os Srs. Senadores, Srs. Deputados, e o que vimos é a demanda crescente de localidades, de prefeituras, de Governos estaduais, pela ampliação de infraestrutura, já que há um déficit de estrutura, de equipamentos esportivos no nosso país; então é um tema importante.

E por fim, a promoção de grandes eventos, que tenham a dimensão não só esportiva, mas mesmo a dimensão... Uma dimensão econômica muito importante. Então, eu diria que esses quatro eixos orientam a agenda que é desenvolvida no âmbito do Ministério do Esporte.

Vou comentar cada uma delas.

Primeiro a questão da inclusão social pelo esporte. Nós fixamos a idéia de um programa prioritário, cujo público alvo é composto por crianças e jovens. A impressão que nós temos é que valorizar essa fase de formação pode ajudar tanto a conquista do hábito saudável, por parte de crianças e jovens, hábito conquistado da atividade física e pode ser levado para toda a vida, mas, sobretudo, pode permitir instituir uma espécie de rede de proteção para a nossa infância, para a nossa adolescência, para a nossa juventude.

Então o programa *Segundo Tempo* é o programa de inclusão social através do esporte, cujo público central é o público infanto-juvenil. *Segundo Tempo*, porque, para nós, o primeiro tempo é o tempo da atividade escolar, da educação regular. O *Segundo Tempo* passa a ser o tempo da atividade física.

O *Programa Segundo Tempo*, e me parece que esse esforço é de encontrar um vídeo, é isso, meu amigo? O *Segundo Tempo*, Presidente, é uma atividade que acontece no contraturno da escola. Ou seja, quem estuda de manhã, faz esporte à tarde; quem estuda à tarde, faz esporte de manhã. E dessa maneira, nós inclusive assessoramos a atividade educativa, já que há testemunho de muitos professores, de muitos educadores, mesmo registro de famílias, de que a incorporação dessas crianças e jovens na atividade física, na atividade esportiva, repercute positivamente no rendimento escolar e no comportamento social dessas crianças e desses jovens.

Então, um registro que eu falo, faço com muito prazer é que os resultados colhidos com o *Programa Segundo Tempo* tem tido repercussão na atividade física, no bem estar dessas crianças, no melhor equilíbrio familiar e mesmo no rendimento escolar.

Nesse momento, Sr. Presidente, nós temos 908.280 crianças e jovens que participam de atividades do *Segundo Tempo* a partir de convênios com prefeituras municipais, com Governos estaduais, e com entidades não-governamentais. E vale a pena fazer um registro: Nós fizemos uma opção de priorizar os convênios com o poder municipal e com o poder estadual, e reduzir as parcerias com entidades não-governamentais.

E o objetivo dessa prioridade nossa é inclusive facilitar o controle social da aplicação desses recursos, uma vez que o poder municipal, o poder estadual, tem uma série de instituições quê... A quem deve informações permanentes quanto à execução dos recursos públicos. Então, o controle social passa a ser mais efetivo com a utilização dos convênios, com o Poder Público. E essa é uma marca importante nos últimos três, quatro anos e, felizmente, nós temos tido bons resultados.

Nesse instante, 1.363 municípios do país têm presença de núcleos do *Programa Segundo Tempo*. Para nós, isso é um número muito expressivo, já que permitiu irradiar para todas as regiões do país, todos os estados da Federação, atividade desse programa.

Não sei se ele encontrou o vídeo... não encontrou. Então vamos fazer sem vídeo mesmo, viu Presidente?

Presidente, tem uma outra ação que tem uma repercussão social importante, que diz respeito à ressocialização de internos do sistema prisional brasileiro. É um programa que tem uma dupla face de serventia social. Uma primeira face é uma oportunidade que se dá à população carcerária de ocupar o seu tempo de modo produtivo, trabalhar, cada três dias trabalhados comutar um dia da sua pena, ou seja, trabalha e reduz a pena dessas pessoas que estão detidas, gera renda para a família desses detentos, o que é algo importante, também, para manter inclusive o equilíbrio familiar dessa população. E o que é melhor, o resultado do trabalho dos detentos se transforma em produtos, em material esportivo, que alimenta os programas sociais do Governo Federal e serve à doação que é oferecida a escolas públicas em todo o nosso país.

Esse é um programa que teve início ainda no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas que ganhou uma extensão notável a partir da experiência do Presidente Lula. Então, para nós, o *Pintando a Liberdade* é um programa que tem um impacto social

importante para a população retida, detida, e para os programas sociais do Governo.

E a partir desse programa, nós tomamos uma outra iniciativa, que era criar uma programa que chamamos de *Pintando a Cidadania*, que permite a produção de material esportivo em comunidades, servindo de alternativa para a geração de emprego e renda. Aqui, há inclusive uma preocupação maior com segmentos da população que tem mais dificuldade de acesso ao mercado de trabalho. Mulheres e a partir de 40 anos, elas, sobretudo a partir de cooperativas, se organizam e produzem material esportivo cujos resultados serve para a geração de renda à comunidades, e o material esportivo produzido serve à doação de escolas e alimentação e programas sociais.

Então são duas iniciativas muito importantes, que no ano passado ganhou um reforço, que é uma parceria do Ministério do Esporte com o Ministério da Justiça através do *Programa Nacional De Segurança E Cidadania*, o PRONASCI, que tem colaborado inclusive com recursos financeiros para a extensão do *Programa Pintando a Cidadania* e do *Programa Pintando a Liberdade*, gerando mais alternativo de emprego, renda e ampliando a produção de material esportivo.

Alguns números do *Pintando a Liberdade*, desde 1999, como eu me referi anteriormente, já utilizou a mão-de-obra de 12.700 presos em todo o país. O *Pintando a Cidadania*, mais recente, 2004, 1.853 pessoas participaram dessa atividade, a maior parte continua participando, e há um número importante de itens, 1 milhão e 300 mil, itens, que são bolsa, redes, bandeiras do Brasil, produzidos e distribuídos.... Já alcançamos mais de seis mil escolas públicas em todo o país.

Aliás, é importante dizer: o material vai direto para a escola, como forma de garantir que chegue e sirva ao objetivo principal que tem esse programa.

Por favor.

Um terceiro programa, uma terceira iniciativa muito importante para nós diz, respeito ao esporte e lazer da cidade. Não está ali veiculado à marca, mas é o *Programa Esporte e Lazer Da Cidade*. Porque se o *Segundo Tempo* é um programa para crianças e jovens, o *Esporte e Lazer* é um programa intergeracional. No núcleo participam crianças, jovens, mas pessoas da melhor idade, há uma preocupação particular com pessoas com deficiência, que precisam ter também alternativa de ocupação do seu tempo livre.

E o *Programa Esporte e Lazer Da Cidade* tem uma diferença: o *Segundo Tempo*, ele funciona em núcleos regulares, com atividades durante três dias por semana. O *Esporte e Lazer* funciona com atividades assistemáticas. As pessoas podem participar regularmente, podem participar eventualmente, porque como o foco incorpora segmentos da população que não tem, digamos, o tempo livre que uma criança ou um jovem possui, a população trabalhadora encontra nesse programa alternativas. Então, no final de semana, à noite, há uma multiplicidade de possibilidades de participação de atividades desse programa. Tem... Os três milhões e meio de pessoas que participaram foram nas múltiplas possibilidades. Então, é um programa para nós também que tem uma relevância muito grande.

E destacamos dele inclusive, temos dado um foco, assim como pessoas com deficiência e necessidades especiais, também para a melhor idade. *Vida Ativa*, como nós chamamos, é uma ação focada para atender com muito cuidado e critério, as pessoas da melhor idade.

Por favor.

O segundo eixo que eu me referi, porque até aqui falei apenas em inclusão social através do esporte, é o esporte de alto rendimento, é o esforço, pode seguir, por favor, de qualificação do esporte de alto rendimento.

Eu vou fazer aqui um registro de ações que eu considero que são ações centrais e que podem ter uma repercussão muito positiva.

Uma primeira é o *Programa Bolsa Atleta*, que permite uma renda fixa para atletas que tem boa performance e não tem patrocínio. Aqui eu falo os atletas que estão na primeira, segunda ou terceira colocação, seja atleta estudante, que disputa as olimpíadas escolares, ou as olimpíadas universitárias, sejam atletas que têm essas performance em torneios nacionais e internacionais.

Desse modo, nós estimulamos aqueles que têm uma boa performance e não tem apoio, a que contem com algum mecanismo que permitam ou que estimulem a permanência na atividade esportiva. O critério é a manutenção dessa performance.

Então, nós tivemos uma evolução importante, o *Programa Bolsa Atleta*, só para que os senhores tenham uma visão, partiu em 2006, que foi o seu primeiro ano, de 900, perto de 1.000 bolsas, e alcançou em 2009 o total de 3.313 bolsas. Quer dizer, na verdade, nesse momento, esse é o número total de bolsistas.

Pela primeira vez, o programa conseguiu atender todos os atletas que se inscreveram e cumpriram com as formalidades legais. Para nós isso é uma marca importante, porque no primeiro, no segundo, mesmo no terceiro ano, nós tentávamos, mas ao fim, ao cabo, o orçamento impedia que nós alcançássemos esse resultado. Pela primeira vez, nós conseguimos atender a todos os atletas.

Eu chamo a atenção que esse é um programa que incorpora muitas modalidades. Tem tido um papel

importante no apoio a atletas paraolímpicos. Aqui, entre esses inclui-se atletas olímpicos e paraolímpicos. Toda a delegação olímpica, toda a delegação paraolímpica pode habilitar-se para receber essa bolsa.

E é interessante que algumas modalidades, como o futebol feminino, por exemplo, a metade da seleção brasileira de futebol feminino recebe a bolsa do Governo Federal. E há testemunho de algumas delas que o que faz permanecerem no Brasil é essa ajuda que elas recebem. Já que nós conhecemos a realidade, ainda temos que avançar muito na estruturação da liga nacional, de torneios, para o futebol feminino, apesar do encanto que essa modalidade, essas atletas têm junto a nossa população, pela performance que apresentaram nos jogos olímpicos, jogos Pan-Americanos, pela beleza da prática que elas desenvolvem.

Eu dei o exemplo dos paraolímpicos e da seleção feminina de basquetebol para mostrar o que objetivo central é apoiar os que têm menos apoio, os que têm menos condição, os que têm menos, as modalidades que, inclusive, têm menor repercussão.

Por favor.

Mas, evidentemente que eu falei muito do esporte, do Bolsa Atleta, porque é uma medida que sensibiliza muito a população brasileira. Muitas vezes nós ouvimos o lamento, a crítica, inclusive dos próprios atletas, da falta de apoio, e essa é uma iniciativa, que precisa se somar a outras.

Inclusive, nós temos estimulado estados, os Governos estaduais e os Governos municipais a também criarem programas semelhantes, porque não dá para imaginar que apenas o Governo Federal, com estímulos a atletas, vai atender toda a demanda, até porque aqui, você alcança apenas uma parcela, que eu diria a elite do esporte naciona,l pela performance que já alcançou. A elite do Estado, a elite da cidade, já que é o esporte de alto rendimento, é a performance que vale, precisa ter o suporte do estado e da cidade.

Tem três ações que eu diria relevantes, que eu vou apenas citá-las, uma rede de laboratórios, grupo de pesquisa, que fazem um trabalho importante, chamamos a Rede CENESP, que são Centros de Excelência Esportiva fundados, sobretudo, nas universidades federais e que servem de suporte à pesquisa, suporte colocando a ciência e a tecnologia do esporte a serviço do aperfeiçoamento da performance dos nossos atletas.

A *Descoberta do Talento Esportivo* é um trabalho de identificação, que têm sido feito em parceria com clubes, sobretudo clubes sociais e núcleos de esporte de base; é o financiamento que nós temos oferecido a prefeituras municipais, sobretudo, mas também a alguns clubes, onde nós compramos equipamento, ou fazemos pequenas reformas e instalações, para, digamos assim, preparar a base do esporte de alto rendimento.

É uma ação que tende a repercutir no médio e no longo prazo, na medida em que você, identificado o talento e colocado à disposição dos clubes sociais, sobretudo os clubes esportivos, que formam a base do esporte brasileiro, isso pode ter uma repercussão no desenvolvimento dos talentos no futuro.

Por favor.

Ampliação da infraestrutura. Aqui, há uma medida que, para nós, é importante, é a instalação de equipamentos públicos que servem atividade recreativa, atividade do esporte educacional e atividade do alto rendimento. Os Centros de Excelência Esportiva, a decisão era construir cinco centros, um em cada região, de modo a nacionalizar o aperfeiçoamento técnico de atletas.

O Centro de Excelência de Manaus está em funcionamento hoje, já há algum tempo, o Presidente Lula, à época o Ministro Agnelo Queiroz fizeram a inauguração do Centro de Excelência em Manaus. O Centro de Excelência de Campinas está em fase final de construção; há poucas semanas nós fizemos o... A inauguração do parque aquático, está em construção a área de atletismo, a área de tênis, e em licitação o ginásio poliesportivo. Então, o Centro de Campinas, a expectativa é que até o final de 2010 nós tenhamos inaugurado o centro de Excelência de Campinas que atenderia à Região Sudeste.

Goiânia: nós tivemos há duas semanas lá em Goiânia acompanhando a retomada das obras do Centro de Excelência, o ginásio do Rio Vermelho foi completamente reformado, os laboratórios estão em fase final de conclusão e iniciaremos a reforma do parque aquático, restando apenas o estádio olímpico, que será obra para 2010, que também pretendemos concluir o Centro de Excelência que atenderia a uma região inteira, a região Centro-Oeste.

Em Recife, o Centro de Excelência vai partir de um equipamento público já existente, que é o Centro Santos Dumont, mas que estava, digamos assim, em condições precárias. E nós fizemos o investimento, uma parceria com o Governo do Estado, e lá será referência para a região Nordeste.

E na cidade de Maringá, no norte do Paraná, nós inauguramos no ano passado, o Centro de Excelência que é uma referência para a Região Sul.

Desse modo, procuramos espalhar mais equipamentos de alto nível, o que permite aperfeiçoar tecnicamente jovens talentos, jovens atletas, e, desse modo, dar uma contribuição para o desenvolvimento do esporte no Brasil.

Quadras poliesportivas nas escolas públicas, eu fiz um registro, especial, primeiro em reverência a essa comissão, que tem, ano após ano, dado uma contribuição, tem inclusive aprovado emendas ao orçamento do Ministério do Esporte, para a destinação, para a construção de quadras poliesportivas e escolas públicas no Brasil.

Há um número enorme de escolas públicas que não possuem equipamentos esportivos e o que é mais grave, não possuem, portanto, a sala de aula da educação física, que é um equipamento esportivo numa escola é o espaço onde a educação física se desenvolve. Por isso que essa colaboração do Senado da República, da Comissão de Educação, é algo central para nós, Sr. Presidente, eu acredito que nós temos dado uma contribuição importante, depois eu vou mostrar o número, que é muito importante, de construção de equipamos, principalmente nas escolas públicas.

E uma última iniciativa que merece destaque é a que nós chamamos de Praça da Juventude. O Ministério do Esporte percebeu, ao longo do tempo, que há uma demanda muito forte, sobretudo das cidades para equipamentos qualificados, principalmente em regiões periféricas da cidade. E nós acabamos desenvolvendo um projeto, criamos inclusive, contratamos inclusive um projeto básico, um projeto executivo para oferecer como alternativas às prefeituras, de modo a reduzir o custo das prefeituras na execução desses equipamentos, e preparamos uma peça que é um equipamento que chamamos praça da juventude, porque é destinado principalmente para esse público, mas, evidentemente, pode ser utilizado por qualquer segmento da população.

E ali nessa praça, que ocupa uma área aproximadamente de um quarteirão, nós temos um poliesportivo, uma área para futebol, para vôlei, para caminhada, uma pista de skate, uma área, um mini-teatro de arena, já que pode ser um espaço de congregação, de reunião, de atividades culturais.

Então, tem tido uma repercussão muito importante. A expectativa nossa é que esse ano, entre esse ano e o ano próximo, nós tenhamos entre 250 e 300 praças construídas em todo o país. E vai ter o impacto e eu creio, importante, sobretudo, na requalificação do espaço urbano das cidades, principalmente em áreas da periferia.

Um número que é relevante, que é a evolução dos contratos que são firmados para construção ou reformas de equipamentos esportivos. Os senhores podem ver que nós partimos do patamar, em 2003, de 795 contratos, houve uma pequena queda em 2004, 2005 e 2006 houve uma expansão importante e 2008 foi o melhor resultado, 1.994 contratos para construir ou reformar equipamentos esportivos no Brasil.

Aqui está desde um Centro de Excelência, como eu me referi aqui, em Maringá, até uma quadra poliesportiva numa escola. Então, há diferentes equipamentos contratados aí. O que chama atenção é o número, um total de 7.703 obras contratadas e aqui uma contribuição importante do Parlamento Brasileiro. Deputados e senadores que oferecem emendas parlamentares, que repercutem na construção desses equipamentos, permitindo esporte e lazer à população do nosso país.

Por favor.

O último eixo, Presidente, diz respeito à promoção de grandes eventos. Os senhores têm acompanhado a importância que tem essas atividades, até porque revela, reflete, repercute a situação nova que o Brasil tem no cenário internacional. O Brasil é hoje um agente importante na cena internacional, no plano econômico, no plano político, no plano cultural, e no plano esportivo.

Nós acreditamos que inserir o país no circuito esportivo internacional tem uma repercussão na cadeia produtiva do esporte, estimula os segmentos que atuam na construção de equipamentos, na produção de material esportivo, pelo que mobiliza a população em torno da atividade esportiva, a partir dos eventos que são realizados.

Serve a colocação do esporte na agenda nacional, e tem ganhos outros, na área do turismo, na área da infraestrutura, como eu vou comentar daqui a pouco.

Por favor.

Eu chamaria a atenção de três itens chaves; que é a realização dos jogos mundiais militares, que é um grande evento, que reunirá mais de 5 mil atletas militares, os senhores sabem que as Forças Armadas sempre, em todos os mundos, em todas as partes do mundo, congrega, agrega o que há de mais relevante na formação de atletas. Então, a tradição militar ela é muito relevante para o esporte; a Copa do Mundo de Futebol de 2014, em que a cidade de Florianópolis, da nossa querida Senadora Ideli Salvatti apresentou um belíssimo projeto para participar, é um tema muito importante também nessa nossa agenda; e a candidatura olímpica do Rio de Janeiro aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Então, esses são os três temas centrais da agenda de grandes eventos, não vou comentar mundiais, Pan-Americanos, outros eventos internacionais que servirão para ocupar os espaços existentes no Rio de Janeiro, e em nosso país, e para promover o nosso esporte e o nosso país.

Comentarei brevemente sobre cada um deles.

2014, as oportunidades são as conhecidas pelos senhores, a promoção do Brasil no mundo, única, por

ser a Copa um evento de grande visibilidade. Durante um período largo, o mundo inteiro estará concentrado no Brasil, acompanhando não só os jogos de futebol, mas as nossas tradições culturais, nossas belezas naturais, conhecendo os nossos destinos turísticos.

Então, eu diria que é uma plataforma única para a promoção do nosso país, não só do ponto de vista turístico, mas para evidenciar a competência do país, mostrar o Brasil moderno, um país que tem estabilidade política, estabilidade econômica, capacidade de realização, capacidade de investimento. Então, a promoção do Brasil ganha muito com o mundial da Fifa em 2014.

É uma oportunidade para investimento em infraestrutura urbana. Nós fizemos um acordo de cooperação com a CBF, com a Confederação Brasileira de Futebol, com a Associação Brasileira da Indústria de Base, ABDIB, e já concluímos o mapeamento das demandas de investimento em infraestrutura que a Copa do Mundo produz. Porque, evidentemente, que o estádio é importante, mas se não tiver aeroporto funcionando, porto eficiente, estradas, a infraestrutura necessária para receber milhares e milhares de visitantes de todo o mundo, que inclusive circularão pelo país, você não tem capacidade de cumprir a missão a que a FIFA nos confiou.

Então, o investimento em infraestrutura que seria feito mais cedo ou mais tarde, seria feito, mas que será antecipado em função da preparação do país para a Copa de 2014 é uma oportunidade fabulosa.

A qualificação de serviços. Eu falo de serviços essenciais como saúde, como transporte, como segurança, que é muito importante para o nosso povo, e que a Copa do Mundo vai produzir o incremento na qualificação desses serviços.

Inclusive, serviços de receptivo, de hospitalidade, que é muito importante para a indústria do turismo, e que a Copa do Mundo tem exigência maior e creio que nós conquistaremos dividendos para o futuro, na medida em que essa qualificação maior de serviços fica para o nosso país depois do mundial.

E por fim, uma rede de arena de última geração, nós teremos a partir da copa a possibilidade de construir ou reformar estádios e oferecer a nossa torcida, sobretudo. Aqui, eu tenho a convicção pessoal que é também a convicção do Presidente da República, é que deve ser estimulado o setor privado, a agir nesse setor, nessa área. Estádio de futebol, digamos assim, é um tema que pode ser objeto de interesse privado. E o Poder Público pode concentrar seu esforço, seu investimento, no que é infraestrutura, no que é serviço [soa a campanhia] que vai servir e atender à nossa população. Então, as arenas, os estádios, na nossa visão, devem ser objeto de investimento do setor privado, dos clubes que são proprietários desses espaços, de parcerias público privadas, que sirva inclusive no futuro para criar um modelo de gestão diferenciado, de modo que os nossos Estados e municípios, digamos assim, não arquem com o ônus de sustentar esses equipamentos.

Por favor.

A candidatura do rio 2016. Melhor pular esse vídeo? Vai ser acessível esse vídeo?

Por favor.

Aí é um exemplo de uma campanha de mobilização que está sendo feita.

[apresentação de vídeo].

>> O Rio é uma das quatro cidades candidatas às Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016.

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA: Está sendo feito... A Campanha de mobilização que está sendo feita...

>> Sediar os jogos vai trazer grandes investimentos em transporte, organização e segurança.

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA: Mostrando as conquistas que a cidade pode alcançar.

>> Essa conquista também vai gerar milhares de empregos e desenvolvimento não só no Rio, mas no país todo.

Agora, é hora de mostrar para o mundo que a nossa torcida faz a diferença. Para o Rio largar na frente, a gente depende de você e do braço forte do povo brasileiro.

Acesse o portal do Ministério do Esporte e assine embaixo o seu apoio.

Olimpíadas no Brasil. Esse jogo dá futuro!

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA: Eu creio que é apenas um pequeno exemplo do trabalho de motivação e mobilização que precisa ser feito no Brasil, mostrando as vantagens, as possibilidades que o trabalho, que os Jogos Olímpicos podem trazer para o Brasil.

Os senhores sabem que o Rio de Janeiro concorre com Madri, Tóquio e Chicago, três cidades internacionais, três cidades de grande peso na cena mundial. Mas o Rio de Janeiro tem tido... O projeto do Rio tem tido uma repercussão fabulosa em todo o mundo.

Na semana passada o Presidente Lula visitou inclusive o parque olímpico de Londres, fez uma entrevista coletiva com a imprensa internacional e o que nós percebemos é a acolhida muito grande do projeto do Rio, porque a América do Sul é um subcontinente que possui 400 milhões de habitantes, 60 milhões de jovens, e nunca teve o privilégio de fazer uma Olimpíada.

Olimpíada circula no mundo inteiro, esteve na Oceania, na Ásia várias vezes, na Europa inúmeras, nos Estados Unidos, mas nunca na América do Sul. Nós

acreditamos que o Rio de Janeiro, com a repercussão positiva alcançada com os jogos Pan-Americanos, se qualificou junto à a comunidade esportiva internacional para receber esse evento.

E registro para os senhores senadores, nós temos conversado com a comunidade olímpica e a acolhida é muito boa. O Rio reúne, de fato, condições reais de receber os jogos por decisão do Comitê Olímpico Internacional, que se dará no dia 2 de outubro de 2009, na cidade de Copenhagen. Seria importante, inclusive, se o Senado da República pudesse acompanhar a delegação brasileira que lá fará a defesa. O Sr. Presidente Lula inclusive estará presente conosco, fazendo a defesa da candidatura brasileira.

Os ganhos importantes para nós, assim como na Copa, impulsionar e modernizar a infraestrutura, a ampliação da oferta de transporte de qualidade, que é um desafio de todas as cidades e uma preocupação do Comitê Olímpico Internacional é qualificar a cidade e o que faz com que o Rio tenha mais chances, porque Madri, Tóquio e Chicago, são cidades prontas, se acontecer ou não, pouco mudará na vida daquela cidade, se acontecer ou não a Olimpíada lá. O Rio, a olimpíada será um indutor do desenvolvimento urbano da cidade. E isso é muito levado em conta pelo Comitê Olímpico Internacional.

Há uma agenda ambiental, que também é muito valorizada pelo Comitê Olímpico Internacional, sobretudo do sistema lacunar da Barra, a Barra será o centro da competição. Uma agenda social educacional forte, há uma parceria programada da cidade, do estado, do Governo Federal para reforçar programas sociais esportivos, e como numa Copa do Mundo, é uma plataforma fantástica para a divulgação internacional.

Por favor.

O último comentário, para concluir, Presidente, sobre o orçamento. Tem a ver com financiamento, tem a ver com as preocupações dessa Casa, inclusive. Vale a pena fazer dois registros.

Primeiro a lei, a LOA de 2009.

Por favor, segue.

Mostramos aqui, para valorizar o esforço que o Congresso tem feito junto com o Presidente Lula, para expandir o investimento na atividade esportiva. Debaixo para cima, os senhores podem perceber a evolução do orçamento aprovado aqui na Casa. Em 2003, nós estávamos na casa de 371 milhões de reais. Houve evolução importante em 2004, 2005, 6 e 7, nós fizemos uma... Uma, digamos assim, uma diferenciação por conta dos jogos Pan-Americanos. Então, o orçamento de 2005 foi para 673 é o total, aquela faixa amarela, mas um pedaço deveu-se aos Jogos Pan-Americanos, 2006 pulou para 1 bi e 8 milhões, mas um pedaço é os Jogos Pan-Americanos, e em 2007, 1 bilhão 561 em função dos jogos Pan-Americanos.

Ou seja, a faixa amarela é o orçamento total do Ministério [soa a campanhia]. Inclui o Pan e a agenda ordinária do Ministério. A faixa vermelha é se considerássemos apenas a agenda regular do Ministério. Então, o que é relevante é mostrar uma evolução do vermelho, claro, uma evolução do vermelho e a faixa lilás, digamos assim, lá em cima, é o último número aprovado para o orçamento de 2009.

E eu faço esse registro porque é uma evolução significativa, você ter o incremento de 1 bilhão de reais de 2003 a 2009, para nós é motivo de satisfação, de comemoração, em que pese reconhecer que ainda está muito aquém das necessidades que existem na sociedade brasileira, de investimento em infraestrutura, as necessidades de desenvolvimento dos programas sociais, as necessidades de apoio ao esporte competitivo, mas houve uma evolução, que eu considero positiva.

Vamos agora ao contingenciamento orçamentário que tocou o coração de muitos parlamentares. Que se solidarizaram, Senadora Ideli Salvatti, conosco, nesse último período.

Aprovado este número mais expressivo, autorizado um valor muito aquém, muito abaixo daquilo que foi aprovado no Congresso Nacional.

Evidentemente que todo o Governo, todo o Governo, vive constrangimento orçamentário em função da crise internacional que repercute na queda da arrecadação, a nossa visão é que é preciso, no caso do esporte, uma sensibilização e temos feito esse trabalho, Senador Romeu Tuma, temos feito esse trabalho junto ao Ministério do Planejamento, junto ao Presidente da República, de modo a que nós possamos desbloquear parte expressiva.

Aqui, há um contingente muito importante de emendas parlamentares, e eu sei que no tempo adequado essas emendas serão desbloqueadas e haverá a possibilidade de cumprir com os compromissos orientados pelo Congresso Nacional.

O caminho que temos trilhado é o caminho de dialogar e eu tenho certeza que, num curto prazo, nesse primeiro semestre ainda, notícias boas virão no sentido do desbloqueio desse contingenciamento, digamos assim, que inibe a atividade do Ministério.

Por favor. Pode passar para o seguinte.

Essa é a última tela, Presidente. Porque é uma.. O outro lado da moeda, digamos assim, porque é um projeto que foi aprovado aqui no Congresso, em 2006, Senadora Ideli inclusive participou do processo de negociação da lei de incentivo ao esporte, e nós tivemos para a ciência dos senhores 1.295 projetos já apresen-

tados, praticamente a metade deles aprovados, e 13 2 milhões de reais foram investidos no esporte.

Isso é dinheiro novo, isso não é orçamentário, mas é um orçamento... Financiamento público indireto, e eu creio que essa é uma conquista do esporte brasileiro, aproximadamente 1 milhão e meio de pessoas foram beneficiados por esses programas e essa conquista do esporte brasileiro também nós devemos creditar o trabalho do Congresso Nacional, porque os deputados e senadores aprovaram em tempo recorde a Lei de Incentivo ao Esporte.

O projeto entrou aqui no mês de abril de 2006, e no dia 30 de dezembro de 2006 ele foi sancionado pelo Presidente da República, ou seja, a Câmara e o Senado examinaram com muito cuidado esse projeto, muita celeridade, e nós-—

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E com toda a controvérsia com a cultura.

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA: Com toda a controvérsia que o Senado soube arbitrar, com muita competência.

Então, eu comemoro esse resultado e a minha expectativa é que com crise internacional e tudo, nós tenhamos 2009 uma captação maior do que 2007, e 2008 juntos , que na verdade, isso correspondeu a 15 meses, já que a captação começou bem no finalzinho de 2007, foi praticamente o ano de 2008 o principal ano, o primeiro ano dessa lei.

Era isso que eu tinha a registrar, senhor Senador Flávio Arns, queria agradecer mais uma vez a presença dos senadores, a gentileza do convite, e dizer que é uma agenda que tem motivado, mobilizado cada vez mais setores da sociedade brasileira, a agenda do esporte, e o desafio orçamentário nosso, que eu espero contar com a solidariedade e a participação, o apoio dessa Casa, efetivar o orçamento aprovado em 2009, de modo a que nós possamos seguir na trilha do desenvolvimento do esporte do nosso país.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu agradeço a participação do Sr. Ministro nessa primeira etapa da Audiência Pública.

Quero destacar a presença da Ana Cristina Petta, esposa do Ministro Orlando Silva.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): 1ª Dama do Ministério do Esporte. Seja bem vinda, viu? Veio conhecer hoje, primeira vez? Ah, está bom, venha mais vezes, acompanhe sempre o marido aí para... Valdemar de Souza, Chefe de Gabinete do Ministro e João Luiz Santos, Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministro.

Muito bem. Passamos agora aos comentários e como nós temos, nós faríamos... Se permitem, em bloco de três. Senadora Ideli Salvatti, na sequência o Senador Jefferson Praia, e na sequência o Senador José Nery. Senadora Ideli Salvatti com a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero... Vamos combinar um tempo também, cinco minutos estaria bem? Cinco minutos, está bem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço, Presidente. Quero cumprimentar com muito carinho o nosso querido Ministro Orlando, a sua esposa, que nos brinda com a visita.

Eu não vou nem fazer questionamento, até pedindo já escusas ao Ministro, porque nós temos na Comissão de Constituição e Justiça o debate ainda do famoso projeto das cotas nas universidades e nas escolas profissionalizantes. E isto demanda, eu tenho que participar lá, não tenho como permanecer aqui na audiência.

Mas, Ministro, primeira questão. Eu não tenho dúvida de que este contingenciamento tão grande no Ministério dos Esportes, significativo, ele não vai resistir, principalmente porque o Ministério dos Esportes é um Ministério que, pela implementação, por todo o resultado das políticas que vêm sendo adotadas, é um Ministério que atraiu um número significativo de emendas parlamentares.

A maior parte inclusive do orçamento é de emenda parlamentar, e ninguém acredita que as emendas parlamentares não vão acontecer, a sua liberação ao longo do ano, vão acontecer, não é Senador Cristovam? E se isso não vier a acontecer, o senhor pode ter certeza de que a trincheira aqui vai estar armada no sentido da gente poder pleitear e insistir que efetivamente sejam executados os valores orçamentários.

E para nós, há uma grande expectativa da escolha das cidades que vão sediar a Copa, há uma disputa acirrada entre algumas. Tem algumas que já estão tranqüilas, tem outras que não. No caso lá de Florianópolis, nós estamos numa grande expectativa, porque todos nós sabemos o resultado indutor de desenvolvimento que um evento desta magnitude desenvolve.

Eu queria inclusive colocar ao Ministro que nós vamos ter dois eventos, colocar ao Ministro que nós vamos ter dois eventos, um agora em maio, que inclusive precede, é uma das etapas de classificação do *Iron Man*, acontece na América Latina, só acontece em Florianópolis, então nós vamos ter agora no dia 31 de maio esta etapa. E a outra, a outra escolha que muito nos honrou também foi o Campeonato Mundial

de Handebol, que vai acontecer também em várias cidades de Santa Catarina.

Por isso que para nós, a expectativa da escolha a gente sabe que não depende do Ministério, é da FIFA e tal, mas a gente sabe que a palavra do Ministro tem peso. Por isso que em nome de Santa Catarina, mais uma vez, a gente reitera a importância para o desenvolvimento do nosso estado, um estado que tem um atrativo turístico muito forte, e que, portanto, a presença, sediar, vai ser, indiscutivelmente, um grande, um grande, uma grande alavanca para o desenvolvimento do nosso estado.

Então, era isso, parabenizar mais uma vez toda a equipe. Nós temos lá um grande trabalho do *Segundo Tempo* no nosso Estado, que o Ministério desenvolve para a inclusão, para o trabalho com as nossas crianças, e investimentos significativos, que o Ministério vem fazendo em todo o nosso estado.

Então a gente só pode agradecer a presença, a atuação e o carinho com que o Ministro sempre atende sempre os convites dos catarinenses para estar presente lá com bastante frequência em Santa Catarina.

Então era isso, eu peço desculpas, então, ao Ministro e aos demais Senadores que eu tenho que ir lá para a CCJ.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço à Senadora Ideli Salvatti. Peço desculpas ao Senador Jefferson Praia, só para, antes de dar a palavra ao Senador Cristovam Buarque, porque ele é autor do requerimento.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, mas não tem problema,.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, não.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu posso esperar sem nenhum problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, não.Não... Antes, a gente...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, na sequência, o Senador Jefferson Praia, o Senador José Nery.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não haveria problema. Eu sou um autor que chegou atrasado [soa a campanhia], porque estava na Comissão de Direitos Humanos, que eu presido. Aliás, esporte deveria ser um direito humano.

Mas, Ministro, eu lamento ter perdido a sua exposição, porque sei de sua... Sempre admirei a sua maneira de falar, o seu empolgamento, a sua retórica, desde o seu tempo de estudante, que a gente se conhece por causa da UNE, não eu na UNE, eu Reitor.

Mas eu li, eu li aqui as transparências e eu fiquei preocupado porque só aparece uma única vez a palavra escola – na hora que fala das quadras esportivas. E eu gostaria de saber como é que anda o casamento do Ministério da Educação com o Ministério do Esporte.

Eu creio que é aí que se faz esporte, é aí que a gente gera o esportista, é aí que a gera o hábito pela prática do esporte ao longo da vida, tanto no ensino básico como no ensino superior.

Então, a minha pergunta é uma só, aliás, eu tenho duas. A primeira é como vai o casamento e como aumentar, se é um simples namoro que tem hoje, e um verdadeiro casamento entre os dois Ministérios? E o segundo é o que a gente pode ajudar para superar o problema do corte de verbas para o seu Ministério? Porque eu considero que o Ministério do Esporte deve ter o máximo de apoio.

Vou dizer por que: porque é um Ministério de alto retorno, mais do que educação, por exemplo. Por quê? Porque, na educação, a gente precisa de bilhões de reais para conseguir uma melhoriazinha qualquer. Esporte e cultura, com pequenos investimentos, você dá um salto no nível de consciência, de qualidade de vida.

Então, o que é que eu posso fazer para lhe ajudar a superar essas dificuldades? Mas a pergunta mesmo é como vai o casamento, íntimo, entre esporte e educação?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Agradeço ao Senador Cristovam Buarquê. Passo em seguida a palavra ao Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Presidente. É um prazer tê-lo aqui, Ministro Orlando. Lembro-me quando nos conhecemos pela primeira vez, lá em Manaus, que se prepara para ser uma das sedes aí da Copa do Mundo.

E eu vou fazer aqui algumas observações que são... Que eu não posso perder oportunidade, até para ver como é que a gente contribui dentro do contexto atual de redução no orçamento e dar uma visão também como ex-atleta, fui um... Não fui um grande atleta, mas cheguei a representar meu estado quando fui campeão de judô e depois vim representar--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Tem que tomar cuidado aí.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Embora tenha perdido três vezes, não ganhei nenhuma luta. Mas essa questão do esporte mexe comigo, e por isso que eu estou aqui hoje.

Veja bem, a questão da visão qual é? Redução do orçamento, é claro que nós vamos sentir essa redução. V. Exa. já conta com o nosso apoio para ver

no que nós podemos contribuir nesse sentido. Mas a questão do esporte, ela envolve as pessoas de uma forma tal, que, mesmo com pouco orçamento, se tivermos criatividade, boa vontade, na verdade, tudo se resume numa simples palavra, sensibilidade, você pode fazer muita coisa.

Por exemplo: o Senador Cristovam Buarque colocou um ponto aqui, e eu vou colocar outros também, a importância das escolas. Quantas quadras de esportes nós temos no Brasil? Só em escola. Quantas quadras nós temos? Portanto, qual é a infraestrutura que precisa ser feita? Estão lá as quadras.

Por que não envolver? Veja bem, é claro que não depende só de V. Exa., depende dos Governos estaduais e municipais. Mas, por exemplo, eu prego isso e há muito tempo, lá no nosso estado, falo sobre isso. Quando eu fui Secretário do Trabalho e, depois, do desenvolvimento econômico, nós fizemos dezenas de parcerias, por exemplo, em relação a cursos de capacitação e qualificação profissional. Sabe como é que nós fazíamos? Eu não fui criar uma escola de capacitação e qualificação profissional. Não fiquei reclamando: "Olha, falta dinheiro para isso". Procuramos verificar o seguinte: "O que nós temos? Nós temos as escolas, vamos usar as escolas". As salas das escolas que não funcionavam à noite, ocorria um curso de capacitação e qualificação profissional. Tem espaço no Sindicato? Tem espaço? Eu estou dando exemplo daqui de capacitação, mas chega no esporte. Portanto, é aproveitar o que existe, e a força de vontade da população.

Olha, Ministro, nós temos em Manaus o maior campeonato de peladas do mundo, chamado "Peladão". Senador Cristovam, "Peladão" sabe o que é? O maior campeonato de futebol do mundo! Agora eu pergunto: quanto se gasta para fazer o peladão? Rapaz, insignificante os recursos que se gasta; sabe por que não se gasta nada? Porque você envolve o povo, você envolve os campos de futebol em todos os bairros, você divide a atribuição com a população e com os times. Os times se auto-organizam.

O que, por exemplo... Qual é a dificuldade de você fazer torneios de futebol nas escolas? Qual é a dificuldade? Chama nos bairros o pessoal envolvido, eles vão organizar. Agora, eles querem o quê? Que tenha pelo menos o mínimo possível. É campeonato de futebol, vai ter uma bola de futebol; quanto custa uma bola? Vai ter uma redezinha, eles arranjam o árbitro lá, eles vão organizar o futebol, Orlando, e vão organizar tudo. E, no final, sabe o que a gente vai precisar? Um troféu e algumas medalhas. Será que isso é caro? Eu pergunto.

Então, é o seguinte. Eu aprendi com o meu pai que, com dinheiro, todo mundo faz. Eu quero fazer com pouca grana. Agora chegou a hora de... V. Exa., veja bem, eu estou aqui me colocando à disposição de ti, vamos lutar por dinheiro para o esporte.

Mas eu quero colocar o seguinte. Não vai ser com pouco dinheiro que você não realiza. Eu acho que, com pouco dinheiro, você realiza, basta você chamar a sociedade.

Agora, a dificuldade qual é? Convencer governadores para, por exemplo, no caso das escolas, aproveitarmos as escolas, convencer prefeitos. Agora, chama a sociedade, discute o torneiozinho de futebol ali, se tu não vai ter o torneio de futebol, de basquete, de muitas coisas acontecendo?

Portanto, essa visão de tornar [soa a campanhia] as coisas simples, Ministro Orlando, eu gostaria de que, se fosse possível, nesse momento de crise que estamos passando, de vermos como é que nós adequamos. Porque, se nós ficarmos centrando nossas observações em infraestrutura, meu amigo, nós não vamos avançar, porque tem muita infraestrutura ineficiente nesse país. Quantos ginásios estão aí fechados? Está lá a coisa bonita, você não vê o jogo lá dentro, você não vê as coisas acontecendo. Gastamos milhões, sabe Deus quanto, e você não vê a coisa acontecendo.

Então, se não dá para construir uma infraestrutura como nós gostaríamos, o que nós não podemos parar é o esporte. Porque, na formação do ser humano, para mim, principalmente crianças, jovens e adolescentes, é estudar e praticar esporte. E aí, tem uma coisa que o Senador Cristovam coloca muito. O filho dos ricos e da classe média têm essas condições. Agora, o filho do pobre vai mal para uma escola, com o ensino que não é adequado, aí não tem como jogar bola, e ele vai procurar fazer o quê? Preencher sua cabeça com outras coisas que não são adequadas.

Eu fico triste, Ministro Orlando, quando eu vejo, por exemplo, um atleta... Eu estou concluindo. Quando eu vejo um atleta que nos representou nas Olimpíadas, como aquela atleta da ginástica, reclamando porque não tem patrocínio, porque não tem dinheiro para continuar praticando o esporte. Eu acho que, com pouca grana que nós temos, com pouco dinheiro que nós temos, nós temos que ver quem são esses atletas que estão mendigando, rapaz. Isso é uma vergonha para a gente. O cara... O atleta passou a vida inteira para chegar lá, foi nos representar; hoje, mendigam patrocínio!

Então nós temos... Eu sei que V. Exa. tem uma Bolsa Atleta, mas essa bolsa atende a essas pessoas? Não atende? Eles têm que recorrer à parceria privada? Como é que o estado, nesse momento, dá a mão para esses atletas?

Eu fico triste quando eu chego, por exemplo, num cruzamento e vejo jovens com a roupa, com quimono, são atletas do jiu-jitsu, fazendo coleta ali de recursos, que é vergonhoso, para irem representar o seu estado, como eu já vi na minha cidade. Eu fiquei chocado com aquilo, porque eu lembrei lá, 1976, quando nós estávamos correndo com um pires nas mãos para representar o Estado do Amazonas. Quer dizer, de 76 para cá... Lá, pelo menos, nós não avançamos como deveríamos avançar de ter essa questão como prioridade.

Estou concluindo, Sr. Presidente. Então, essa questão da parceria com o Governo Estadual e Municipal é muito importante, levar essa mensagem das parcerias, né, e verificarmos aí como é que nós podemos avançar de forma simples.

Não dá para comer um peixe nobre nosso lá, não dá para comer pirarucu, porque está custando caro. Mas dá para comer jaraqui, mano. Vamos comer jaraqui. Eu não posso é ficar com fome, não é mesmo? Não dá para ter infraestrutura adequada, dá para nós fazermos os torneios. Dá para o Ministério comprar bola. Dá para o Ministério comprar rede. Dá para o Ministério viabilizar, por exemplo, troféus e medalhas, e organizar, lá na ponta, porque lá vai passar, parceria com o estado: "E aí, vocês nos ajudam a organizar?".

Tu imaginas essas escolas como o Senador Cristovam colocou. Nós temos quanto? Milhares de escolas. Nós estamos atendendo seis mil e poucas; seis mil e poucas escolas no Brasil inteiro. Quantas escolas nós temos nesse país?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: 200 mil.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): 200 mil, rapaz! Olha só, tu tens 200 mil infraestruturas prontas, Orlando! Agora, convencer Governador e convencer prefeito que não é culpa dele.

Se os Governadores tivessem sensibilidade... Aí bota um Secretário de esporte municipal: "Ah, porque nós não temos dinheiro". Bota o estadual: "Ah, porque não temos dinheiro". Não tem é criatividade, não tem sensibilidade, não tem condições de fazer as coisas em parceria com a população.

Chama a população, porque a população quer, ela participa de esporte. Não é um trabalho para o jovem que está na periferia ele organizar o calendário de disputa, Senador Cristovam Buarque, ele não sente aquilo como um trabalho, é um prazer. Quem vai jogar contra quem, reuniões e tal. Então essas coisas são nossas já, principalmente futebol.

Então, eram essas as contribuições que eu gostaria de dar. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço a V. Exa. pelo conhecimento, pela veemência também, e até me desculpe, às vezes, por causa do tempo, porque é mais para organização. Não, mas está ótimo. Passo a palavra ao Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente Senador Flávio Arns, quero cumprimentar o Ministro Orlando Silva pelo trabalho, pelo esforço que tem feito à frente do Ministério do Esporte em nosso país, e, sem dúvida, dizer da importância dessa audiência, quando o Ministro vem aqui para tratar de metas, planos, ações e atividades do Ministério que dirige. Para nós, sempre é importante ter essa dimensão da atividade de Ministério com um cunho social tão importante quanto o Ministério do Esporte.

No entanto, creio que, nessa audiência, seria importante termos, primeiro, muito claro de que essa vinculação que o Senador Cristovam Buarque se refere, entre educação, esporte, uma das exigências, acho que muito claro, deveria ser... O Ministério da Educação deveria, em cada escola construída, obrigatoriamente, deveria ter uma quadra poliesportiva. Até porque uma das disciplinas ministradas na escola, a Educação Física, precisa de um local adequado, embora isso não seja uma realidade em grande parte das escolas do nosso país. É preciso talvez uma orientação muito mais clara, de que a escola, ao ser construída, deva constar, do seu projeto, a implantação de quadras poliesportivas para a prática de esportes e, sobretudo, até para o desenvolvimento das atividades da disciplina de Educação Física.

Seria importante que nós tivéssemos conhecimento aqui, Ministro, em relação a um importante programa, que eu reputo um dos mais importantes do Ministério do Esporte, que é o *Esporte e Lazer na Cidade*, que, dos anos anteriores, o Ministério ofereceu a possibilidade que estado, município e entidades participassem [ininteligível] através dos editais do Ministério, que possibilitou o atendimento a uma série de municípios, de estados do país. Mas 2009, por exemplo, o edital não foi feito para o *Programa Esporte e Cidade*, tendo em vista os compromissos dos anos anteriores, sobretudo de 2008.

Então, não sei se seria importante a gente saber aqui o volume de recursos e o quantitativo de projetos de esporte e lazer que estão previstos de execução em 2009, tendo em vista a sua totalidade não ter... Aquilo que estava previsto para 2008 não foi efetivamente executado.

Um outro aspecto que seria importante, se o senhor pudesse nos dizer, nos informar aqui, projeto que consideramos também muito relevante, que é o *Projeto Praça da Juventude*, o senhor nos anunciou a perspectiva de construção de 250 praças no país. Eu gostaria, se nós pudéssemos, de ter uma visão aqui...

Essa... Em que estados essas 250 Praças da Juventude serão construídas em dois mil... Eu entendi que é para 2009.

Um outro aspecto importante trata-se dos investimentos do Ministério, do Governo Brasileiro, junto ao Comitê Olímpico Brasileiro [soa a campanhia]. Saber se os investimentos que têm sido feito, apoio que tem sido oferecido, se tem também representado a cobrança de metas, de resultados, que corresponde, em alguma medida, aos recursos que têm servido de apoio às atividades do Comitê Olímpico Brasileiro, sobretudo o resultado em competições internacionais, sobretudo em Olimpíadas.

Seria... O senhor também se referiu à construção de centros de excelência em algumas regiões do país. Duas coisas seriam importantes a gente ter dimensão aqui: como está pensada a gestão desse centro de excelência e como os profissionais de educação física trabalharão nesses centros, se serão vinculados à União ou estados, qual é a modalidade de gestão prevista para o funcionamento adequado desses centros de excelência. E qual... Em perspectiva, que resultados se espera desse tipo de investimento em relação ao resultado concreto para os atletas brasileiros?

E, por último, comentar esse aspecto gravíssimo do contingenciamento do orçamento do Ministério, da ordem de 86%. Como é possível conferir prioridade a uma atividade absolutamente necessária e importante, com resultados práticos bastante visíveis? Como executar um conjunto de ações e programas previstos pelo Ministério, sobretudo os que o senhor citou hoje, com um recurso tão diminuto de 1 bilhão e 375 mil, boa parte dele, mais de 1 bilhão, em emendas parlamentares, mas o Governo, o Ministério do Planejamento, contingenciou de tal medida, restando-lhe apenas 194 milhões e 195 mil? Como é possível?

E, sobretudo, aquela pergunta feita pelo Senador Cristovam: o que nós, aqui, na Comissão de Educação especificamente, podemos fazer para mudar esse quadro, porque isso aqui é a declaração de que as metas previstas e o esforço empreendido não terá a resposta adequada, porque como trabalhar metas sociais no esporte, tão importantes, com um contingenciamento dessa magnitude? Porque aí tem a questão do foco, a questão de prioridade.

Sabemos que a dívida pública continua sendo paga de forma bastante... Sem muito critério. Então, a minha pergunta é como nós devemos superar aqui... Eu acho que o debate se coloca para todos nós: como fazer esse descontingenciamento, tendo em vista... Aqui está uma política social de largo alcance para as camadas mais empobrecidas da população brasileira.

É a minha contribuição e espero, evidentemente, que, dessas respostas, dessas questões, possamos avançar na implementação dessas políticas do esporte, sobretudo esporte, voltado para as camadas mais pobres da população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço, Senador José Nery.

Antes de passar a palavra ao Sr. Ministro, eu indago aos Senadores Sérgio Zambiasi e Gilberto Goellner se têm alguma ponderação a fazer, porque isso, eu penso, facilitaria as respostas... Que o Sr. Ministro daria as respostas em conjunto, muitas perguntas já foram feitas, indagações a respeito dos programas, e aí é importante, principalmente, esta aproximação entre o Ministério do Esporte e a Comissão de Esporte, também, além de Educação e Cultura, para, dentro da ótica do Senador José Nery, nós trabalharmos em conjunto, em convergência, a favor dos grandes objetivos da área. Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Flávio Arns, apenas registrar a satisfação de ter o Ministro Orlando Silva aqui na nossa Comissão, porque é sempre importante a presença do Ministro para trazer essas informações mais pontuais, mais diretas, que geram, às vezes, muitas dúvidas, não apenas conosco, mas com a população, de forma geral. E poder apresentar os programas do Ministério, para que o Brasil tome conhecimento, através dos nossos gabinetes, através dos veículos de comunicação do Senado, e para que possa haver, inclusive, uma participação direta da comunidade.

Quando o Ministro vem aqui e fala dos programas, a comunidade responde para os nossos gabinetes, a comunidade questiona, a comunidade age, a comunidade interage, inclusive, o que, para nós, é importante.

Que, às vezes, nós somos demandados lá em determinadas regiões, e o Ministro, na sua presença aqui, ele dá uma... Faz uma dupla função: ao nos responder, ele responde também diretamente a essas comunidades.

Eu acho que o Ministério, ele tem uma responsabilidade social extremamente grande, a inclusão social através do esporte, os programas do Ministério são extremamente importantes. Eu acho que um dos grandes lances do Governo Lula foi a criação do Ministério do Esporte, e eu espero que logo possa recuperar orçamentariamente o contingenciamento que ocorreu, que a crise possa ser superada, porque cada ginásio, cada local de acesso para a prática do esporte é fazer com que jovens tenham uma atividade, e, com esta atividade, eles possam estar de bem com a vida.

Estando de bem com a vida, estão longe de problemas sociais, que, às vezes, provocam conseqüências, assim, terríveis, verdadeira tragédia. Quando o Ministério do Esporte age, ele realmente provoca, promove uma inclusão social verdadeira.

Então, a minha manifestação é para enaltecer o trabalho do Ministro Orlando Silva e sua equipe no Ministério do Esporte.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Senador Sérgio Zambiasi.

Eu quero inclusive sugerir ao Plenário que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte possa oficiar, fruto dessa Audiência Pública, ao Ministro da Fazenda, ao Ministro do Planejamento, Presidente da República, para a recomposição do orçamento, particularmente nesses programas, assim, de largo alcance social.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não sei, eu acho que seria bom, assim, a gente também fazer isto. Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Ministro Orlando Silva, é uma... Para mim, esporte está relacionado à saúde. Dentro desse contexto, os dois grandes eventos mundiais que o Brasil vai sediar, 2014, provavelmente também 2016, no Rio, seria uma oportunidade, como o senhor coloca aqui, de promover o Brasil no contexto mundial.

E, dentro desse aspecto, eu estou propondo às grandes capitais que vão sediar esses eventos, a exemplo de Goiânia e Cuiabá, que poderão sediar subcomissões da Copa do Mundo de Futebol, para que suas Prefeituras adotem um novo modelo de combustível, de uso de combustível, que faria do Brasil... Faria... Daria ao Brasil uma grande visibilidade, mas, principalmente, traria saúde para a população.

Esse combustível é um combustível verde, é o óleo vegetal puro, é o óleo vegetal, não é o B100, é o óleo vegetal *in natura*, e que, dentro de um projeto que está sendo analisado aqui no Senado, ele vai se constituir, no futuro, como já o têm alguns países da Europa, quase todos, principalmente Alemanha e a Inglaterra; outros países, a França. Eles utilizam, em vez do diesel, o óleo vegetal. Utilizam também o B20, B5, mas o Brasil daria um grande exemplo de fazer com que a população, os ônibus que trafegam na área urbana, pudéssemos, então, diminuir o teor de enxofre, o teor de partículas finas, diminuindo a poluição.

Curitiba também me lembro que teve um projeto nesse sentido ali, de ônibus, no tempo do Prefeito Lerner, e Goiânia já está... Já foi autorizado pela ANP o uso desse combustível. Os ônibus apenas têm uma pequena [soa a campanhia] modificação de um kit, e, futuramente, já virão da fábrica esses motores a diesel, adaptados para o uso do óleo vegetal.

Então, para se ter uma idéia comparativa, 10% do que trafega numa grande capital, como São Paulo, são combustíveis, são veículos a diesel, que responde por 45% da poluição, de tão poluente que é o óleo diesel. Isso aí poderia ser zerado, zerado, e nós poderíamos ter, então, uma melhor qualidade de vida e fazer uma propaganda, uma promoção para o mundo desse combustível verde, que é o óleo vegetal.

Então, concomitante com a sua atuação na organização, na estruturação da infraestrutura que o Brasil vai fazer para ter a Copa do Mundo, também vai acontecer, paralelamente, já, um incentivo ao uso desse combustível para que o Brasil tire proveito e a população brasileira também. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O Ministro, eu passo a palavra ao senhor, então, para as colocações.

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA: Obrigado, Presidente. Na verdade, eu partilho das mesmas opiniões que muitos dos Senadores expressaram aqui, opiniões que são também reflexões acerca da importância que tem a atividade física, o esporte, no cotidiano da nossa população.

Uma primeira questão levantada pelo nosso Senador Cristovam Buarque diz respeito à questão da relação do esporte e a educação, o esporte e a escola.

Em que pese, Sr. Senador, haver uma... Um registro explícito dessa relação quando me referi à quadra, a equipamentos esportivos na escola, evidentemente que o programa ou a iniciativa que eu me referi aqui mais largamente, que foi o *Programa Segundo Tempo*, ele necessariamente passa pela escola.

Então, apesar de não haver um registro explícito na tela, mas no que procurei informar, eu registrei, Senador, que o *Programa Segundo Tempo* ele tem entre seus objetivos a qualificação da atividade na escola, a contribuição para a educação, educação para a cidadania, usando as possibilidades que a vivência esportiva traz.

Eu me recordo de um encontro, à época no gabinete do Ministro da Educação Cristovam Buarque, em que foi gestado esse *Programa Segundo Tempo*. Um almoço que tivemos junto com o então Ministro Agnelo Queiroz, não sei se o Senador recorda, inclusive, quando comentei com ele sobre a forma, eu falei: "Senador, o *Segundo Tempo* eu acho que pode ser uma boa expressão desse nosso projeto". E o Senador prontamente registrou e falou: "É isso aí, essa é a boa marca que comunica"-—

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É preciso lembrar mais, temos um convênio e o dinheiro saía do Ministério da Educação.

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA: Eu registro a origem desse programa, que ganhou forma institucional, de acordo de cooperação, houve recursos do Ministério da Educação, inclusive para que nós iniciássemos. Mas eu faço esse registro apenas para evidenciar que a relação entre esporte e a escola no caso concreto de uma ação central do Governo Federal, se dá através do *Programa Segundo Tempo*.

O *Programa Segundo Tempo*, senador, eu insisto, ele, cada vez mais se concentra em parceria com prefeituras e estados, e o requisito que nós colocamos para as prefeituras e para os estados, é que esse programa seja incorporado nas escolas, fazendo parte do projeto político-pedagógico de cada uma das escolas, porque faz sentido a sua implantação, a sua execução, como parte do projeto político-pedagógico das escolas. Portanto, eu me referi, à vivência esportiva pode educar; pela disciplina que oferece, pelo hábito saudável que conquista, pelos valores que difunde, solidariedade, senso de coletivo, persistência, perseverança, tudo o que é muito próprio da atividade esportiva e que vale para a formação crítica, emancipadora, para a formação para a cidadania.

Então, eu diria que esse relacionamento do esporte e da escola tem, talvez, no *Segundo Tempo* o seu principal leito. Agora, senador, eu tenho que registrar que também na relação entre o esporte e a escola, há uma carência, uma carência de... Digamos, uma abordagem matricial de política pública.

Esse é um problema que existe no Brasil em todos os níveis de administração e é um desafio, que permanece sendo desafio a ser superado, que é ter um trabalho mais matricial. A mesma relação, o equivalente poderia se estabelecer entre a atividade esportiva e a saúde.

Aliás, nós vimos no domingo último uma ação conjunta que foi o Dia Internacional da Atividade Física, em que houve uma ação no Rio de Janeiro, do esporte e da saúde. Então, o que eu diria para o senhor é que há uma parceria através do *Programa Segundo Tempo*, há uma parceria na qualificação do ambiente escolar com investimentos em infraestrutura, porque diferentemente como nós podemos imaginar, Senador Jefferson Praia, há um déficit de infraestrutura nas escolas públicas do Brasil.

Pensando em país, na Região Nordeste, sobretudo, na Região Norte, há muitas escolas que não possuem nenhum equipamento esportivo. Não possuem, portanto, a sala de aula da educação física. Essa é uma realidade. Por isso a necessidade ainda de nós termos equipamentos esportivos nas escolas. Sonho com um dia em que todas as escolas construídas no Brasil, todas, se incorpore um equipamento esportivo. Que parece evidente, óbvio, mas ainda hoje isso é uma realidade a ser enfrentada.

Então, no *Segundo Tempo*, na infraestrutura, são os flertes, digamos, para usar a alegoria próxima da alegoria do Senador Cristovam Buarque, que existe entre o esporte e a educação.

E no esporte competitivo, digamos assim, as olimpíadas escolares e universitárias que acontecem hoje e têm tido uma adesão crescente dos Estados e das universidades, são também possibilidades de cooperação entre essas áreas.

Mas é preciso avançar mais. Avançar mais nos três planos de Governo, e avançar, sobretudo, na visão de uma gestão matricial, em que você articule a chamada intersetorialidade e ela deixe de ser um conceito da administração e se reflita praticamente.

Esse é um debate, há um esforço. No mais, educação, há um acordo de cooperação entre o Ministério do Esporte e o Ministério da Educação, que tem avançado, mas num ritmo talvez menor do que o que nós pretendemos, sobretudo para o que país tenha mais relevância no plano esportivo. O--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero perguntar ao Senador Cícero Lucena, V. Exa. pediu um aparte pequeno? Sim, por favor. Se o Ministro permitir.

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA: Evidente.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Ministro, agradeço e aos demais Senadores, dizer o seguinte: que todo educador, ou administrador, cidadão mesmo, eu acho que esse sonho não pertence a um, mas pertence a todos aqueles que querem um Brasil melhor, e o Professor Cristovam Buarque sabe muito bem disso, que é o sonho da gente ter a escola em tempo integral. Eu acho que todo esforço nesse sentido é fundamental.

E eu vivi uma experiência como Prefeito da cidade de João Pessoa, Presidente Senador Flávio Arns, que para mim eu acho que foi muito importante, porque, compreendendo as limitações do município naquela oportunidade, quando nós saímos de 27 mil alunos para 74 mil alunos, não poderia ser diferente que as condições financeiras da Prefeitura não permitiam fazer a escola dos nossos sonhos e muito menos adotar em tempo integral, mas nós fizemos algo que eu acho que pode ser multiplicado, e deve ser adotado, Ministro, se tivermos parcerias com o Governo Federal.

Nós criamos projeto chamado *Campeões Do Amanhã*, onde a sede da Prefeitura, no caso, na oportunidade, o centro administrativo, nós compramos da

empresa TELPA, que era a empresa de telecomunicação, e tinha a área recreativa. Lá tinha piscina, tinha campo de futebol, tinha ginásio coberto, na associação dessa empresa. Como nós desapropriamos e instalamos, então nós criamos projeto de natação com a Federação de esportes aquáticos, o Caio Márcio, que todos nós conhecemos, que é paraibano, era, vamos dizer assim, o motivador desses alunos, ele antes treinava no Flamengo, passou a treinar lá em João Pessoa, exatamente para estimular.

E esse convênio com a Federação nós fizemos com a Federação de natação, aproveitamos, não sei se é o caso de outras cidades no país, mas no caso de João Pessoa havia uma tendência das falências dos clubes sociais, por ser uma cidade litorânea, mas nós fazíamos parceria com o Esporte Clube Cabo Branco, com Astréa, pegava a AABD, pegava todos os clubes, o Clube Militar, todos os clubes e colocava os alunos para treinar natação nesses clubes no turno oposto ao que ele frequentava a escola.

Fizemos isso com os clubes de futebol, que também têm necessidades. Nós fizemos parcerias para que os alunos que a aptidão fosse o esporte, o futebol, também usar as instalações desses clubes de futebol profissionais, ou não profissionais, sem necessariamente a Prefeitura ter que investir no equipamento.

Fizemos com a Federação de vôlei de praia, que lá tem uma cultura, os nossos representantes hoje treinam na Paraíba, tem paraibanos no vôlei de praia, e temos a nossa orla. Fizemos também parceria com a Federação, a de judô, a de handebol, e todo esse conjunto não necessariamente nós investimos em instalações físicas, mas pagava o professor, fazia um subsídio à Federação para que a Federação assim... E praticamente nós criamos esse *Segundo Turno*.

E para mim ficou muito marcado, Presidente, Ministro, foi uma declaração de uma professora que ouviu de um jovem, que tinha sido através da natação que ele tinha deixado a droga, isso um jovem de 13, 14 anos de idade. Então, é uma demonstração de que nós podemos, sem necessariamente fazer grandes investimentos, mas criar essa consciência de fazer parceria privada e pública no sentido de buscarmos a escola de tempo integral, com esporte sendo [interrupção no áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço o Senador Cícero Lucena. Retorno, então, a palavra ao Sr. Ministro.

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA: O Senador Cícero Lucena registra uma experiência de João Pessoa que poderia ser aproximada ou identificada com algumas boas práticas de algumas outras cidades. E foram essas boas práticas, como é o caso de João Pessoa, e essa experiência relatada pelo Senador Cícero Lucena, que inspirou essa, esse *Programa Segundo Tempo*, ao qual nos referimos, que a idéia, senador, que eu me referi no início, do primeiro tempo é educação regular, formal, o segundo tempo é a atividade, o tempo ocupado com a atividade física. Então eu creio que essas experiências do poder local é que serviram de fonte inspiradora para a realização do *Programa Segundo Tempo*.

E como o Senador Cícero Lucena falou, e eu dialogo agora com a manifestação do Senador Jefferson Praia, é muito barato. É impressionante como é barato. Por vezes, dialogando com autoridades de outros lugares do Brasil, mesmo no interior do Governo, muitas pessoas se surpreendem com números que nós apresentamos em função do limitado orçamento que possuímos no esporte. É uma evidência objetiva do quanto é barato. Você, com algo em torno de 200, 250 reais por ano, consegue desenvolver uma atividade física orientada para um jovem, para uma criança, por ano.

Claro, você tem núcleos e o que facilita a redução, você pode tomar medidas para reduzir custos, e sobretudo, ocupar esses espaços.

A experiência que o senhor relatou, Senador, é prática hoje. E mais que isso, é importante observar: a legislação tributária nos municípios, na maioria dos casos, dá um tratamento tributário diferenciado a essas associações, aos clubes. E exige, na previsão legal, contrapartidas, que por vezes, não são cumpridas pelos clubes, que podem inclusive facilitar o desenvolvimento de programas como esse, na medida em que a ocupação dos espaços dos clubes se concentra, sobretudo, nos finais de semana.

Então, durante um período da semana os clubes podem oferecer a sua contrapartida. Sei que a maioria deles tem interesse, quando já não o fazem. Então, eu saúdo, digamos assim, o registro do Senador Cícero Lucena, incorporando, digamos assim, a essa experiência muito positiva, que o poder local tem desenvolvido de atividades que vão no sentido do nosso querido, e meu conterrâneo, Anísio Teixeira, que quando falava da *Escola Nova*, ele falava da escola em tempo integral, quando projetou as Escolas Parque, que tão brilhantemente foi resgatada pelo educador Darcy Ribeiro, Senador Darcy Ribeiro, ele valorizava atividade cultura, atividade esporte.

E se voltarmos atrás, mesmo Mário de Andrade, quando registrou, pesquisou sobre a necessidade da cultura brasileira, e Ruy Barbosa, no parecer que fez sobre a educação para a nossa República, registrava a importância de ocupar com atividade física, com atividade cultural, o tempo, digamos, numa visão integral

da formação humanística que deve marcar a atividade educativa. Então, eu saúdo, assim, essa reflexão do Senador, incorporando ao trabalho... Que orienta o nosso trabalho.

O Senador Jefferson Praia deu um testemunho muito vivo do desenvolvimento da atividade esportiva em Manaus, eu tive o privilégio de acompanhar e conhecer o "Peladão", que é o maior torneio de futebol de várzea, digamos assim.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA: Claro, é que a turma fala assim em São Paulo, futebol de várzea. É do mundo, pelo número de pessoas que mobiliza, que envolve. E o depoimento do Senador Jefferson Praia reforça a convicção da importância do esporte e do custo baixo.

Eu faria o registro, Senador, que há demandas em algumas escolas, desse contingente enorme, de quase 200 mil escolas informado pelo Senador Cristovam Buarque, é uma parcela expressiva, que são escolas rurais, que têm um número diminuto de alunos e a cultura local, digamos assim, orienta várias formas de práticas corporais, que não necessariamente tem que ser em núcleos, digamos assim, 200 alunos, como é o programa segundo tempo.

Essas 6.500 escolas que eu me referi parte, sobretudo, das escolas com mais de 500 alunos. Então nós concentramos a doação de material esportiva em escolas que tem mais de 500 alunos, que representa um contingente muito expressivo das escolas públicas do Brasil, porque há uma quantidade enorme de escolas que tem um número diminuto de alunos, e é a possibilidade que nós temos. Não há possibilidade de alcançar essa escala. Apenas o Ministério da Educação teria capacidade orçamentária, logística de atender esse alcance, mas eu concordo com o senhor que muito há que ser feito ainda.

Eu falei do orçamento do custo baixo e concordo com o Senador Jefferson Praia que é preciso simplificar as iniciativas. Porque é simples mesmo, a atividade física; o que nós temos que concentrar atenção e termos feito isso recentemente, é cada vez mais valorizar a capacitação dos agentes, dos orientadores, dos profissionais da educação física, dos monitores, dos estagiários. Porque qualificar e animar essas pessoas é que pode repercutir na qualidade do trabalho que está sendo oferecido. Então, esse é um desafio muito importante que temos que enfrentar.

E o último comentário que o senador fez, que eu concordo, diz respeito à visão sistêmica, não há desafio que deva ser cumprido apenas pelo Governo Federal. Ou os Governadores, os Prefeitos, o poder local, poder regional se mobiliza, ou não há alternativa. Eu também tentei transmitir essa idéia.

Eu até, de vez em quando, acompanho com interesse as críticas que são feitas ao Governo Federal na área do esporte, e fico imaginando: Parece que não tem nenhum problema no âmbito do estado, nenhum problema no âmbito da cidade. Porque os jornais aqui são locais, por vezes, por hipótese, jornal de São Paulo, ou o jornal de Brasília, ou um jornal do Rio de Janeiro, concentra tanta energia na crítica à política que é feita no plano federal, que eu imagino que se o mesmo fosse feito no plano do estado, do município, poderia haver uma contribuição para o desenvolvimento de uma política nacional, porque é fundamental que haja uma visão sistêmica, o poder federal não é capaz de enfrentar todos os desafios. Ou o poder local, o poder regional contribui, ou não há solução. Simplesmente não há orçamento, não há meios, não há equipes que dêem conta de enfrentar tantos desafios. Então eu queria concordar com o Senador Jefferson Praia com relação a essa visão sistêmica.

E um registro importante com relação à atleta Jade. Eu acho que sensibilizou todos os brasileiros, pela atleta da ginástica, a Jade, queria informar ao senador que todos os atletas olímpicos, pelo mero fato de compor a delegação olímpica do Brasil, pode inscrever-se e habilitar-se para receber uma bolsa do Governo Federal. O fato de estar, participar da delegação olímpica, já o qualifica para receber a Bolsa Atleta. Evidentemente, desde que, continue tendo um programa de treinamento e participação em competições. Isso se aplica à atleta Jade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Qual é o valor?

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA: Hoje, 2.500 reais é o valor da bolsa que é oferecida aos atletas.

Esse é um tema que eu creio que nós poderíamos sofisticar, contribuir mais com os atletas, na medida em que nós sensibilizemos empresas para inclusive utilizar a lei de incentivo ao esporte que permite deduzir até 100% daquilo que a empresa pagaria de imposto de renda ao Estado Brasileiro, na medida em que ele financia um atleta, um projeto, um evento, e creio que esse é um desafio e uma possibilidade que pode ajudar situações como essa, da atleta Jade, evidentemente mereceria uma apuração, senador, com mais cuidado, do caso concreto, porque existe um patrocínio que é oferecido pela Caixa Econômica Federal à Confederação Brasileira de Ginástica e atletas individualmente.

Por vezes, por vezes, um atleta ou outro avalia o que valor da Bolsa Atleta ou o valor do patrocínio oferecido pela Caixa Econômica Federal, por vezes,

eles avaliam que não é suficiente, e não assina, simplesmente, o contrato, imaginando, especulando que poderia ter adiante uma outra proposta, e por vezes, essas propostas não vêm. Então, eu diria quê.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Me permita só, eu não conheço essa questão a fundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Quando assina o contrato com a bolsa, com a bolsa que o Governo proporciona--

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA: Se recebe a bolsa, não pode receber patrocínio. Por quê? Porque o objetivo nosso é ajudar aquele que não tem patrocínio. Porque sob pena de... Digamos assim, nós reforçarmos um ciclo de concentração entre os que já têm visibilidade e já têm apoio.

Então, é um critério apoiar quem não tem patrocínio, mas nós temos feito um estímulo à participação dos empresários. Por exemplo, na segunda-feira próxima, eu estarei em Recife, num seminário com a Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco para fazer uma apresentação pormenorizada, pormenorizada da lei de incentivo ao esporte, de modo a que eles possam, digamos assim, se sensibilizar e apoiar muitos atletas que têm bons rendimentos, boa capacidade de reforçar a marca das empresas, é um bom negócio para a empresa, a imagem e os produtos das empresas, apoiando e deduzindo do imposto que deve.

Mas eu diria que vale a pena, talvez eu até possa encaminhar ao senador diretamente, um relatório, assim, minucioso da situação concreta dessa atleta, já que era de uma seleção nacional, mas eu creio que a Confederação, e eu fiz questão de chamar a atenção da Confederação, precisava prestar atenção numa situação que ganhava ares de dramaticidade, de modo que a Confederação desse o apoio necessário a essa atleta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Ministro, só dois apartes rápidos do Senador Paulo Paim e do Senador Cristovam Buarquê.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ministro Orlando Silva, eu peço desculpa a V. Exa.. Eu queria muito estar desde o início, havia me comprometido inclusive com o meu querido amigo Senador Inácio Arruda e o Senador Flávio Arns e tantos outros para ouvir a sua exposição.

Mas como eu conheço seuu trabalho, eu quero primeiro cumprimentá-lo pelo trabalho que tem feito à frente da Pasta, sem sombra de dúvidas, um trabalho que orgulha a todos nós, orgulha mesmo a todos nós.

E fica aqui a minha solidariedade em matéria do corte dos recursos. Todos nós sabemos que o esporte é lazer, é educação, é cultura, é vida, é vida, e por isso eu não poderia deixar de estar aqui, de fazer essas rápidas considerações.

Eu apenas, não é que V. Exa. tenha que ainda expor sobre isso, mas eu só gostaria de contribuir nesse debate sobre duas questões rápidas. Uma, eu fiquei muito alarmado a partir dos anúncios de ontem quanto à obesidade no Brasil e no mundo, também; já vira uma verdadeira epidemia. E nesse sentido, eu entendo que talvez o Ministério dos Esportes possa, naturalmente, com outros Ministérios, somar numa grande campanha de reeducação alimentar e que passa naturalmente pelo esporte, porque não adianta fazer só a tal do controle da alimentação, se não praticar o esporte.

Eu vejo por mim mesmo. Eu consegui emagrecer um pouco depois que eu cuidei a alimentação e fui para a esteira. Então, eu deixo só essa consideração rápida, eu penso que V. Exa. deve ter pensado também nesse sentido.

E depois eu conversava aqui com o Senador Cristovam, que vai falar em seguida, e ele me dizia: "Você perguntou para ele como é que está a questão do esporte e dos trabalhadores?" "Não, ainda não porque não tive oportunidade", mas pelo que vi aqui no programa que recebi da assessoria, existe iniciativas nesse sentido.

No mais, é mais cumprimentar V. Exa.. Eu sei que não dá para atender toda a vontade dos senadores e, naturalmente, da população brasileira, mas sei que V. Exa. dentro dos poucos recursos que possui, está fazendo até milagre. Meus cumprimentos a V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Cristovam Buarquê.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ministro, algumas perguntas que eu gostaria de saber. Uma é uma curiosidade teórica, digamos. Existe algum estudo que mostre a correlação entre o entusiasmo de um país por esporte e a prática desse país por esporte? A sensação que eu tenho é que poucos países têm tanto entusiasmo quanto o Brasil para torcer por qualquer esporte, e que, ao mesmo tempo, o número dos que praticam não é tão grande. Mas é uma sensação. Eu quero saber se existe alguma análise disso.

Segundo, se já foram estudados os projetos que serão cortados caso seja mantido o corte de verbas?

E terceiro, como é que andam as instalações do Pan? Quais delas são utilizadas, além, obviamente, do glorioso Botafogo que assumiu o estádio, que muito me orgulha quando passo por ele, e me preocupa com as finanças do clube, que dizem que é muito caro o aluguel. Mas independente disso, como é que andam as

instalações? Até para nos prepararmos, caso venha a Olimpíada para cá, o nosso investimento não virar depois sucata por falta de utilização.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Eu retorno a palavra ao Ministro, mas posso imaginar a dificuldade dele, porque o Senador José Nery ainda havia perguntado antes, Senador Gilberto Goellner, mas considere essas perguntas também...

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA: Claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): No seu relato.

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA: Eu queria, assim, agradecer as observações feitas generosamente pelo Senador Paim e a oportunidade que o Senador Cristovam Buarque nos oferece para tratar de temas relevantes da nossa agenda.

Mas antes, se o Senador Cristovam me permite, eu queria fazer um registro com relação a alguns questionamentos feitos pelo Senador José Nery. O senador pautou primeiro a questão do orçamento do *Esporte e Lazer da Cidade*. Eu vou abstrair o orçamento do *Esporte e Lazer da Cidade*, naquilo que é infraestrutura, e vou considerar apenas o que é animação, o que é atividade, o que é programa.

O *Esporte e Lazer da Cidade* nós introduzimos um critério no Ministério, para nós inédito, que é a seleção de parcerias por edital público. Então publicamos o edital estabelecendo quais são os critérios para inscrição, nesse edital e o Poder, o Poder Público, municípios, Governos estaduais e entidades não-governamentais se inscrevem, é feita uma seleção por uma comissão de especialistas que dão pareceres, qualificando em grupos diferenciados e, senador, nós financiamos no limite do orçamento. O ano passado, foi um total de 39 milhões, esse ano um total de 43 milhões. É o orçamento para o *Esporte e Lazer da Cidade*, atividades de animação.

Seguramente, nós não conseguimos atender, financiar, todos os programas que foram selecionados, e a pretensão nossa é utilizar a seleção já feita, e aplicar o recurso disponível em 2009, porque veja, se já houve um processo criterioso de seleção e nós não conseguimos atender a toda a demanda, nós não só faremos um retrabalho, como economizaremos tempo, recurso humano, em fazer uma seleção novamente, até porque nós percebemos que a demanda é muito maior do que a capacidade de atender.

Segunda questão. O senhor questionou sobre o *Programa de Praça da Juventude*. A nossa referência é um equipamento público um pouco... De um valor um pouco mais relevante, 1 milhão e 600 mil reais, e a nossa referência é implantar, levando em conta o mapa da violência que foi elaborado pelo Ministério da Justiça.

O Ministério da Justiça e o PRONASCI, eles construíram um mapa identificando as regiões do Brasil onde há conflitos mais acentuados, inclusive jovens são vítimas de violência, sobretudo, nessas regiões. Então, um primeiro critério é nós operarmos a partir do mapa da violência. E um segundo critério é garantir a nacionalização, chegar em todas as unidades da Federação, que para nós também é importante, que nós tivéssemos equipamentos disponíveis em todas as unidades da Federação.

Evidentemente, que há casos em que há um direcionamento, o Senador Almeida Lima, por exemplo, para falar um exemplo de um parlamentar dessa Casa, ele, do total de 10 milhões de reais que tinha à disposição para, enfim, emendar o orçamento público de 2009, ele colocou 9 milhões e 600 mil reais no Ministério do Esporte, para destinar à construção de seis Praças da Juventude. Então, nesse caso, há um direcionamento que nós não temos capacidade de utilizar outros critérios que não o atendimento de um território definido a partir de uma indicação do senador. Mas então, enfim, espero ter conseguido explicar.

Com relação a centro de excelência nas regiões, o critério nosso é que o poder local assuma a gestão em parceria com as Confederações, quase sempre com as Federações locais. Nós continuamos dando uma contribuição para a manutenção, no caso de Manaus, por exemplo, damos uma contribuição, mas a gestão é local, no caso de Manaus é do Governo do Estado, em parceria com as Federações. No caso de Maringá, é do Poder Municipal, em parceria com as Federações.

Comitê Olímpico Brasileiro já dialoga com o questionamento feito pelo nosso Senador Cristovam Buarquê. O Senador José Nery questiona... Recursos direcionados ao Comitê Olímpico Brasileiro e se há alguma vinculação com algum sistema de metas.

Veja, Senador, primeiro que é declinante a transferência de recursos do Governo Federal, do Ministério do Esporte, para o Comitê Olímpico Brasileiro. É declinante por quê? Porque há alguns anos, o Congresso Nacional aprovou uma lei que foi batizada como Agnelo/Piva em homenagem a dois parlamentares que tiveram protagonismo nesse processo, o Deputado Federal à época Agnelo Queiroz, o Senador à época Pedro Piva, e esse projeto destina 2% da arrecadação bruta das loterias para financiar o esporte olímpico e o esporte paraolímpico brasileiro.

O entendimento nosso é que essa receita extra oferecida ao Comitê Olímpico Brasileiro, aliada ao fato de que nós mobilizamos todas, todas as empresas es-

tatais do Governo Federal para apoiar várias modalidades esportivas, aliado ao fato de que existe a lei de incentivo ao esporte, que é uma porta de entrada de recursos privados para o Comitê Olímpico Brasileiro, nós consideramos que ali já há possibilidades evidentes de que seja financiado o esporte olímpico brasileiro. Então, é declinante a transferência voluntária da União em função dessa situação de fato.

Eu abri um diálogo com o Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, nosso querido Carlos Arthur Nuzman, quanto à necessidade de alinhar as fontes de financiamentos e estabelecer um sistema de metas, de resultados, porque aqui se trata de esporte competitivo, de esporte de alto rendimento. Então, os recursos devem levar em conta uma lógica do resultado.

É diferente do testemunho pessoal do nosso Senador Jefferson Praia, que comentou que ao treinar judô, não obteve os melhores resultados, digamos assim, mas foi muito importante a experiência dele para o bem estar próprio, o bem estar pessoal. Então, é o esporte de alto rendimento com um, digamos assim, é o próprio rendimento de cada um que está em jogo, é a saúde individual. Senador, por favor.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Não obtive bons resultados a nível nacional, mas no meu Estado eu fui campeão.

[risos].

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA: Ah, então agora compreendi. Mas o que importa é o resultado pessoal que ele teve. O Comitê Olímpico Brasileiro não trata de bem estar, trata de resultado. Então, o Comitê Olímpico assimilou essa proposta, abriu um debate com as Confederações Nacionais, que discute um sistema de metas, de resultados, e nós estamos dialogando com o Comitê Olímpico Brasileiro.

Ainda não fechamos o diálogo com eles sobre o plano para o ciclo de 12 e 16, e na minha opinião, o caminho é condicionar financiamento para as modalidades, claro, garantir o financiamento mínimo, mas condicionar a ampliação aos resultados, porque é uma forma de você estimular a busca de melhor performance, a busca de melhor gestão, é preciso evoluir na gestão.

E há, hoje, na minha opinião, com essa lei que foi aprovada no Congresso, e esses recursos regulares transferidos às Confederações, ao COB e às Confederações, uma zona de conforto. De repente, quando se tem o recurso mínimo para administração daquela modalidade, se criou uma zona de conforto que paralisou em alguns casos, a evolução necessária e pretendida quando o Congresso aprovou essa lei, pretendia estimular, não criar uma zona de conforto para determinado nível da burocracia esportiva brasileira. Por isso que nós provocamos o Comitê, eles debateram internamente e estão em diálogo conosco para aperfeiçoar esse sistema de resultados.

O Senador Cristovam pergunta sobre Pan-Americano, as instalações oriundas do Pan-Americano.

Senador, uma primeira observação, o Rio de Janeiro tem a mais elevada taxa de instalações esportivas prontas, habilitadas, para sediar os Jogos Olímpicos de 2016 entre os concorrentes, por conta dos jogos Pan-Americanos. Muitas instalações foram construídas, outras foram reformadas, e há uma taxa desigual de utilização; você tem um equipamento como o Maracanã que foi reformado para o Pan ou o Maracanãzinho que tem uma boa taxa de utilização, você tem o estádio olímpico João Havelange que tem uma taxa relativa de utilização, porque o Botafogo fez uma parceria muito importante com a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro para utilização daquele equipamento nos seus jogos de futebol, mas houve um impasse entre o Botafogo e o Comitê Olímpico, entre o Botafogo e a Confederação Brasileira de Atletismo para utilização daquele espaço para atividade do atletismo, o que prejudicou, na minha opinião, o desenvolvimento da modalidade atletismo no Rio de Janeiro, em particular, e no Brasil.

Porque veja, você ter um estádio olímpico e não utilizar aqueles equipamentos, as raias, os equipamentos das várias disciplinas do atletismo, é surreal, digamos assim. Mas isso foi creditado a um impasse gerado entre a Prefeitura e o Botafogo , que foi recentemente superado e haverá competições de atletismo lá. Então, ali houve um impasse e houve uma solução.

Você tem a arena, a arena multiuso que tem sido utilizada, a gestão é privada hoje, tem sido utilizado para algumas atividades esportivas, para outras atividades culturais, que é uma forma de dar sustentabilidade e não onerar o Poder Público, mas vai ser utilizado no projeto olímpico, e está à disposição para a realização de atividades.

O Governo Federal é responsável diretamente por um único equipamento. Único não, um conjunto de equipamentos numa área militar, na Vila Militar em Deodoro, e lá nós realizamos mais de 50 atividades na área. Torneios, competições nacionais e internacionais. No Centro Nacional de Tiro, que é um equipamento de ponta, então lá há uma utilização bastante importante. É inclusive objeto de muitos elogios da comunidade internacional da área de tiro pela excelência daquele equipamento [soa a campanhia].

Temos utilizado bem a área de hipismo, alguns torneios nacionais, alguns internacionais e um trabalho de base. Tem sido utilizado bem a área de hóquei sobre

grama, na preparação das nossas seleções nacionais, uma modalidade que nós temos pouca tradição.

Mas para ficar por aqui, para não ficar sendo exaustivo, há equipamentos bem utilizados, há equipamentos utilizados relativamente.

O Parque Aquático Maria Lenk poderia ser melhor utilizado, assim como o velódromo e o Comitê Olímpico Brasileiro firmou um acordo com a Prefeitura Municipal, que cedeu para a gestão do Comitê Olímpico Brasileiro. Então, eu creio que ali, senador, nós temos que ainda aperfeiçoar a utilização desses equipamentos.

E ficou uma lição para nós do Pan. Que, na eventualidade de realizarmos os jogos olímpicos, preparar a utilização do legado paralelamente à preparação das instalações dos equipamentos. O que eu quero dizer? Você vai construir e já projetar no processo de construção a utilização futura. Não apenas por parte do Poder Público, mas mesmo por iniciativa privada, para dar sustentabilidade a esses equipamentos.

O Senador levantou ainda um questionamento sobre orçamento, o que seria cortado com o contingenciamento de hoje. Me permita antes fazer um último comentário da fala do Senador Gilberto Goellner, Goellner, assim que se fala?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Goellner.

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA: Goellner, Senador Gilberto Goellner. Eu fiquei muito impressionado com a manifestação do senador, e se o senador permitir, seria conveniente um ponto com a tua assessoria, da minha equipe, porque eu tenho todo o interesse de incorporar essa possibilidade de tecnologia e de combustíveis alternativos, de modo a marcar tanto a Copa quanto a candidatura brasileira, com o selo verde, com o selo de sustentabilidade ambiental.

Porque o Brasil é visto no mundo como alternativa de um país que produz, tem uma matriz energética preocupada com o equilíbrio ambiental. Então, eu vou procurar a equipe do Senador de modo a que nós possamos incorporar no discurso e incorporar mesmo no projeto. Eu não conheço detalhe, mas eu teria interesse e sei que isso terá uma grande repercussão.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Ok, lhe agradeço e já a partir da próxima semana, poderemos entrar em contato para crescer nesse item.

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA: O Senador Paulo Paim não avançou no questionamento que iniciou com relação à esporte para os trabalhadores, mas queria fazer um registro.

Está sendo gestado com o nosso apoio, no âmbito do Ministério do Trabalho, uma grande realização, *Olimpíada dos Trabalhadores*. E nós acreditamos que contará com todo o nosso apoio, evidentemente, entusiasmo, mobilização, suporte, e pode ser uma alternativa, uma mobilização importante também para os trabalhadores do Brasil.

Evidentemente que vários estados possuem olimpíadas, sobretudo a partir do Sistema "S", que motiva vários eventos, mas essa iniciativa será muito importante e terá uma parceria com o Ministério do Trabalho.

Por fim, faria apenas um último comentário sobre o contingenciamento. Eu agradeço a solidariedade do Sr. Presidente, de todos os senadores que ser manifestaram aqui, e queria fazer um registro.

Eu, recentemente, no encontro com o Presidente Lula, informei para ele, detalhadamente, da repercussão potencial que teria a manutenção desse grau de contingenciamento. Sobretudo, 200 milhões de reais que corresponde a custeio, à atividade, manutenção de atividade de programas, e fiquei muito feliz com a manifestação do Presidente Lula, explícita, de que atividade programada, atividade em curso, como é *Bolsa Atleta*, como é *Esporte e Lazer da Cidade*, como é *Segundo Tempo*, tem que ter continuidade. E adotará as medidas administrativas necessárias para que isso aconteça. A minha leitura foi o contingenciamento será relaxado imediatamente naquilo que for manutenção de atividade por parte do Ministério do Esporte.

Por isso, Senador Cristovam, eu não projeto restringir nenhuma atividade animada, nenhum programa como esses que eu me referi aqui. O que pode haver de restrição é obra, investimento em infraestrutura. Que, ao mesmo tempo, eu imagino que pode ser relaxado o contingenciamento, porque no momento de crise internacional, em que os estados nacionais aumentam investimento sobretudo em atividades que geram mais emprego, como é a construção civil, que é responsável por esses equipamentos, seria um contrasenso imaginar uma restrição de investimento justamente numa atividade geradora de empregos em grande escala.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não afeta a Copa?

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA: Não, não. A Copa do Mundo nós teremos em final de maio a decisão por parte da FIFA quanto a quais cidades serão sede de jogos.

Eu me referi no início, Senador, que há um mapeamento que nós já fizemos sobre as demandas de investimento em infraestrutura, e o Presidente Lula tem dito de elaborar o que ele chama próprio de PAC da Copa, que é agrupar quais são os investimentos necessários em infraestrutura para a Copa do Mundo e todos sabemos que os investimentos do PAC onde seria incorporado esse PAC da Copa, estão salvo de qualquer tipo de constrangimento orçamentário.

Então, não há uma preocupação maior. Agora é claro, a manifestação do Senado ajuda muito a sen-

sibilizar os nossos companheiros de Governo que todos têm um apreço enorme pelo esporte e eu estou muito confiante. Eu não estou cogitando fazer cortes relevantes a partir dessa manifestação do Presidente Lula, de que haverá um relaxamento desse constrangimento orçamentário para garantir as atividades programadas.

Queria, por fim, agradecer ao convite feito pela Comissão, agradecer a participação de cada um dos Senadores e, mais uma vez, me colocar à disposição no Ministério do Esporte para contribuir com o esforço que os senhores fazem a favor do nosso país. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Eu quero, em nome da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, agradecer a presença do Sr. Ministro, as explicações, a colocação das prioridades, os caminhos, orçamento. Agradecer a presença dos senadores e senadoras que passaram por esta Comissão em bom número, inclusive, se fosse o caso, que não é o caso de hoje, porque é Audiência Pública, teríamos inclusive no decorrer da exposição, quórum para decisões terminativas.

Quero também ressaltar, Sr. Ministro, que esta comissão vai acompanhar o corte orçamentário, o contingenciamento, 86% é um contingenciamento muito significativo. Eu diria, inclusive, que praticamente tiraram o orçamento do Ministério do Esporte, passar de 1 bilhão e 300 para 200 milhões.

E, ao mesmo tempo, a gente sempre pensar, eu inclusive escutei uma manifestação do senhor também, nos meios de comunicação, dizendo que a questão, a prioridade, a gente vê a prioridade do Governo no orçamento, não é verdade? E se o orçamento baixar para 200 milhões, então, a prioridade realmente ficaria também muito fragilizada, nesse caso.

Então, neste sentido, nós precisamos recompor o orçamento e a Comissão de Educação vai oficiar para os Ministérios da Fazenda, do Planejamento, para a Presidência da República, vamos acompanhar, porque esse é um dos desafios, sem dúvida, principais.

Há outros desafios importantes que até eu pediria a colaboração do Ministério, que já vem colaborando, mas para nos aprofundarmos na análise dos repasses de recursos. Temos uma reunião hoje à tarde, inclusive, com o Tribunal de Contas da União, para termos uma sistemática de avaliação dos recursos, da lei de incentivo ao esporte, como que isso está acontecendo, do Bolsa Atleta também, já existem estudos bastante aprofundados aqui da Consultoria do Senado, mesmo a Lei Agnelo/Piva, que afinal os recursos são públicos, quer dizer, há uma lei públicas, não é orçamentária, extra-orçamentária, mas olharmos muito a dinâmica dentro das Federações e Confederações, principalmente assim, na composição de processos democráticos.

Porque nós já discutimos nessa mesma Comissão aqui no ano passado, por exemplo, a necessidade de haver uma rotatividade dos dirigentes, também, e com critérios muito claros para vermos, assim, para que ninguém, nenhuma área, no Brasil, no esporte de rendimento, fique, por exemplo, no domínio de uma pessoa, ou de um grupo de pessoas, mas que haja, sim, um processo democrático, bem discutido, com atletas, com técnicos, com sociedade, com o Ministério.

E a dúvida que havia era no sentido de que a Comissão, o Governo, não pode interferir na organização de uma entidade privada. Mas o Governo pode interferir no repasse de recursos públicos para uma entidade privada que não cumpra determinados objetivos de haver, assim, um processo de democratização nas suas, nos seus relacionamentos, na sua estrutura interna.

Então, há um conjunto, assim, de desafios, de aprofundamentos, que nós gostaríamos assim de... Abordar com a participação da Consultoria, do Ministério, do Tribunal de Contas da União, para que, ao final, a gente possa, assim, contribuir efetivamente para aquilo que o senhor colocou, de maneira tão clara, que é uma transparência, que é a boa aplicação do recurso público, que o pouco recurso público seja bem direcionado, mas que, principalmente, a gente tenha, eu costumo até brincar Sr. Ministro, digo muitas vezes, lugar de criança, as pessoas dizem, lugar de criança é na escola, eu digo, lugar de criança é no orçamento, porque se tiver orçamento, tem escola. Não, esporte é importante. Esporte educacional, recreativo e de lazer, é importante. Então vamos olhar no orçamento para ver se o orçamento dá importância necessária também para que isto se concretize.

E queremos ajudá-lo, porque eu sei que um corte de 86%, apesar de haver assim esperança de que seja descontingenciado, mas o Ministro, os Ministros têm dito que isto talvez seja bastante difícil, mas, de qualquer forma, esta Comissão vai se empenhar ao máximo para se somar a esse esforço, para que haja recursos para uma área tão fundamental como é o esporte no Brasil.

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA: Estou a disposição, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então, eu quero agradecer de novo, enaltecer a presença da Primeira-Dama do Ministério do Esporte, sua esposa, que seja sempre muito bem vinda aqui no Senado, na Comissão, a Assessoria também, Chefe de

Gabinete, o Chefe também da Assessoria Parlamentar, e todos os demais funcionários, e vamos em frente.

Agradeço e declaro encerrada a presente Audiência Pública.

Sessão encerrada às 12h38.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2009.

Às onze horas e trinta e oito minutos do dia quatorze de abril de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Paulo Paim, Inácio Arruda, Marina Silva, Wellington Salgado de Oliveira, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, José Agripino, Adelmir Santana, Álvaro Dias, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Eduardo Suplicy, José Nery, Roberto Cavalcanti, Valdir Raupp, Jayme Campos, Efraim Morais, Eduardo Azeredo e Jefferson Praia reúnese a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Expedito Júnior, Valter Pereira, Gilvam Borges, Gerson Camata, Francisco Dornelles, Raimundo Colombo, Heráclito Fortes, Lúcia Vânia, Marisa Serrano, Cristovam Buarque e Cícero Lucena, que justifica a ausência. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta, pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 005: Projeto de Lei da Câmara nº 038, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Antônio Carlos Biffi, que "Denomina Dr. Weimar Gonçalves Torres o prédio que abriga o Fórum Eleitoral da Comarca de Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul". A relatora designada é a Senadora Marisa Serrano e o parecer favorável é aprovado. **Item 006: Projeto de Lei da Câmara nº 053, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Geraldo Resende, que "Denomina Hospital Universitário Dr. Antônio Alves Duarte o Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados, localizado em Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul". A relatora designada é a Senadora Marisa Serrano e o parecer favorável é aprovado. **Item 008: Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Alberto Fraga, que "Institui, na República Federativa do Brasil, a data de 13 de maio como sendo o Dia do Policial Militar". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o parecer favorável é aprovado. **Item 012: Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Neilton Mulim, que "Institui o Dia Nacional da Imigração Italiana". O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o parecer pela prejudicialidade é aprovado. **Item 013: Requerimento nº 09/09 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que requer "...nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão, em conjunto com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, de Assuntos Econômicos – CAE, de Ciência Tecnologia, Inovação, Comunicações e Informática – CCT, de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, de Assuntos Sociais – CAS, de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, de Serviços de Infraestrutura – CI, e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – CRE, com a finalidade de analisar e discutir a definição de áreas de proteção permanente – APPS e o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e as implicações para o agronegócio. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidados para participarem da presente audiência pública: Gustavo Ribas Curcio, Doutor em Engenharia Florestal e Pesquisador da Embrapa Florestas em Colombo – PR, o qual tratará do tema: Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs: Uma Proposta de Parâmetros; Evaristo Eduardo de Miranda, Doutor em Ecologia e pesquisador Embrapa Monitoramento por Satélite em Campinas – SP, o qual tratará do tema: Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista: Implicações para o Agronegócio. Diante do grande número de Comissões envolvidas no debate e da importância do tema a ser debatido, requeiro que a presente Audiência Pública seja realizada no próximo dia 29 de abril, às 09 horas, no Plenário do Senado Federal". O Requerimento é aprovado. Neste momento a Senhora Senadora Kátia Abreu registra a presença para acompanhar a reunião, dos Vereadores da cidade de Palmas – TO, Senhora Cirlene Pugliese e Senhor Tibúrcio Tolentino. Logo após o Senhor Senador Paulo Paim requer, oralmente, a inclusão, extra-pauta, de Aditamento ao Requerimento nº 09/09 – CE, o que é aprovado **(Ver Extra-Pauta Item 001)**. **Item 014: Requerimento nº 10/09 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Marconi Perillo, Marisa Serrano e Álvaro Dias, que declara "...nos termos regimentais, e requeiro a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2006, sobre o Exame de Ordem da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, convidando o Senhor Raimundo Cezar Britto Aragão, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Senhora Maria Paula Dallari

Bucci, Secretária da Educação Superior – MEC, Senhor Emerson Rodrigues – Presidente do Movimento Nacional dos Bacharéis de Direito – MNBD". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 001: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 09/09 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer "...nos termos regimentais, Aditamento ao Requerimento nº 09 de 2009 – CE, que *objetiva analisar e discutir a definição de áreas de proteção permanente – APPs e o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e as implicações para o agronegócio*, em conjunto com as outras dez Comissões Permanentes da Casa, para que sejam incluídos os nomes dos seguintes convidados: Adalberto Veríssimo – Pesquisador Sênior do Imazon – Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia, Márcio Santilli – Instituto Socioambiental/Isa e Antônio Herman Benjamin – Ministro do Superior Tribunal de Justiça". O Requerimento é aprovado. **Item 015: Comunicados da Presidência: Comunicado 01:** "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de convite do Exmo. Sr. Ministro de estado da Educação, Fernando Haddad, para a solenidade de lançamento do Programa e do documentário Mulheres Mil, a realizar-se no dia de hoje, às 14 horas, no auditório do edifício-sede do Ministério da Educação, em Brasília". Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 003, de 2008; Item 003: Projeto de Lei da Câmara nº 023, de 2007; Item 004: Projeto de Lei do Senado nº 404, de 2007; Item 007: Projeto de Lei da Câmara nº 054, de 2008; Item 009: Projeto de Lei do Senado nº 389, de 2007; Item 010: Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2008; Item 011: Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2008.** O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e quarenta e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Flávio Arns,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Em primeiro lugar submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Quero saudar a todos, dar o bom dia, saudar de uma maneira especial a Senadora Marisa Serrano, que depois da cirurgia do joelho e andando com o carrinho motorizado aí pelo Senado, já é uma grande defensora da acessibilidade, mas vai se tornar uma defensora ainda mais ferrenha de que todos os ambientes, sejam do Senado, fora do Senado, sejam construídos sem barreiras arquitetônicas, não é verdade? E se a gente pensa nisso na planta, sempre sai mais barato do que ter que fazer a reforma posteriormente. Cumpra-se a Lei, quer dizer, a Lei da Acessibilidade. Espero que a recuperação seja rápida, breve e boa. Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Flávio Arns, nesta mesma linha eu estava lendo hoje pela manhã que uma das preocupações com o Programa Minha Casa Minha Vida é exatamente já atender na planta essa questão, a da acessibilidade, para que não tenha que sofrer ajustes no futuro. Não constou do projeto original e já há uma mobilização no sentido de corrigir essa falha de encaminhamento de maneira que todo o processo habitacional desse novo Programa que o Presidente Lula está disponibilizando, me parece que agora para todos os Municípios brasileiros, que eu acho extremamente importante, e me preocupava inclusive limitando municípios com mais de cem mil habitantes porque poderia provocar uma corrida migratória em busca da casa própria.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Mas assim com esta preocupação de estender para todos os municípios, os quase seis mil municípios brasileiros, o Programa de Financiamento da Casa Própria, nós já democratizamos o processo. Na própria Medida Provisória que está na Câmara, ela deverá conter esse dispositivo tornando obrigatório a acessibilidade, as portas com a largura adequada para passar uma cadeira de rodas, enfim, atendendo a essa disposição para a qual o senhor está chamando a atenção. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente. Eu quero chamar a atenção para dois fatos ainda.

O primeiro é que V. Exa. mesmo, no ano passado, fez uma Emenda ao orçamento, que foi aprovada nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, destinando recurso para a melhoria da área de esporte e enfati-

zando na Emenda a questão de espaços recreativos e de lazer adaptados, quer dizer, eu me lembro bem que foi bem ressaltado na justificativa.

E, ao mesmo tempo, o Projeto de Lei do Senador Romeu Tuma que aplica multas severas para aquelas iniciativas que por ventura não estiverem considerando a questão da acessibilidade nos projetos, que está para ser aprovada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação participativa.

Senadora Marisa Serrano, tudo em função da questão da acessibilidade.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para complementar essa questão, dizer que só quando a gente realmente precisa, como eu estou precisando de uma muleta, de um carrinho, uma cadeira de rodas para andar, é que a gente sente o quanto faz falta a acessibilidade.

Eu gostaria até de nós discutirmos aqui que as escolas todas do Brasil, porque se uma criança venda os olhos e tenta achar como é que ela vai utilizar a mobilidade numa sala de aula, por exemplo, no recreio, ela vê o quanto é difícil. É como brincar de cabra-cega, é a mesma coisa.

Há dificuldade, por exemplo, se você não houve, há dificuldade se você não fala, há dificuldade se você não anda, para que as pessoas, desde pequenas, entendessem como é importante a gente incluir a todos aqueles que têm algum tipo de deficiência. Eu acho que esse é um trabalho que nós temos que fazer para todo o País, começando dos pequenos nas escolas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente. Só para completar eu quero dizer a V. Exa. que no começo deste ano eu tive a ocasião de ir à Foz do Iguaçu, no Jamboree Nacional dos Escoteiros, quer dizer, o grande acampamento dos escoteiros, cinco mil pessoas acampando lá no terreno da Itaipu mesmo, no Parque Tecnológico. E uma das atividades pelas quais todos passavam era a atividade justamente como nem V. Exa. está indicando, quer dizer, futebol de cegos, todo mundo com a venda e vendo realmente como é que as pessoas se saíam no futebol de cegos; ou basquete em cadeira de rodas. Então, quer dizer, colocando, montando situações para que as pessoas possam observar as dificuldades e necessidades pelas quais as pessoas com deficiência passam. Parabéns a V. Exa. e parabéns pelo trabalho também a favor desta área da pessoa com deficiência.

Dentro da nossa pauta o primeiro item, não terminativo, é o Item 5 da pauta: "Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2008, que denomina Dr. Weimar Gonçalves Torres o prédio que abriga o Fórum Eleitoral da Comarca de Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul". A autoria é do Deputado Antônio Carlos Biffi. A relatoria é da Senadora Marisa Serrano e o Parecer é favorável. Com a palavra V. Exa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Sr. Presidente. A solicitação e o projeto do Deputado Antônio Carlos Biffi, do meu Estado de Mato Grosso do Sul, dá o nome ao Fórum Eleitoral da Comarca de Ponta Porã para uma pessoa que é extremamente conhecida no Estado, o Dr. Weimar Gonçalves Torres. Na região da Grande Dourados, a região de fronteira do meu Estado, ele foi um desbravador, um médico extremamente conceituado. Eu fico muito feliz em saber que o Deputado Biffi outorga o seu nome ao Fórum Eleitoral da Comarca de Ponta Porã. Foi uma solicitação da Câmara Municipal daquele Município e isso quer dizer que a sociedade pontaporanense está de acordo com a proposta apresentada. Portanto, em face disso, eu peço o apoio de todos os pares a esse Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 6 da pauta, não terminativo: "Projeto de Lei da Câmara nº 053, de 2008, que denomina Hospital Universitário Dr. Antônio Alves Duarte o Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados, localizado em Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul". A autoria é do Deputado Geraldo Resende. A relatoria é da Senadora Marisa Serrano. O Parecer é favorável. A matéria constou na pauta da reunião do dia 7 de abril deste ano. Com a palavra V. Exa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Sr. Presidente. A proposta do Deputado e Médico Geraldo Resende é muito importante para o Mato Grosso do Sul e para o Estado não só porque está outorgando o nome de uma pessoa que trabalhou tanto em Dourados, criou o Hospital Evangélico, é uma pessoa extremamente conhecida.

Eu gostaria de ler a análise proposta. "A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) teve a sua origem em 1962 com a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia em Campo Grande. Em 1969 foi instituída a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Em 1970 foram criados e incorporados ao UFMT os Centros Pedagógicos de Corumbá, Três Lagoas e Dourados. Com a divisão do Estado, a instituição foi federalizada como Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em 1979. O Campus de Dourados da UFMT teve início em 1970, com a criação do Centro Pedagógico, inicialmente projetado para abrigar o Curso de Agronomia, somente implantado em 1978. Promoveu em 1971 o seu primeiro vestibular para os Cursos de Letras e Estudos Sociais. O Curso de Me-

dicina surgiu em 2000, juntamente com os de Direito e Administração.

Em decorrência da criação da Universidade Federal da Grande Dourados em 2006, todos os cursos passaram a integrar a nova instituição. O Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados nasceu não apenas como essencial à prática da medicina pelos alunos, como também para atender a população de Dourados e de trinta e oito municípios adjacentes.

A função social daquele estabelecimento hospitalar coincide com a missão confiada a um dos maiores benfeitores da região, o Dr. Antônio Alves Duarte. Embora nascido no Estado do Rio de Janeiro e tendo estudado medicina na então Universidade de Minas Gerais, foi em Dourados que desenvolveu a sua grande obra como clínico geral e cirurgião. Conforme ressaltado na justificação do Projeto, este ilustre cidadão lutou brava e ativamente pelo desenvolvimento do município, colaborando para a construção da história e de uma importante região do nosso País. Exerceu, também, a atividade política como Vereador, Vice-Prefeito e Deputado Estadual.

Por sua devoção à medicina e ao Município de Dourados, nada mais relevante que homenageá-lo como patrono do Hospital da Universidade Federal da Grande Dourados, que passa a levar o seu nome conforme prevê o Projeto em análise.

Quanto ao mérito da iniciativa, nada a opor. Portanto, eu solicito a todos os meus pares a aprovação desse Projeto, não só pela vida e obra de uma pessoa que se devotou, um médico que se devotou ao trabalho da medicina, mas, também, a um político, um grande político do meu estado e que é extremamente benquisto em todo o Mato Grosso do Sul. Portanto, eu peço a aprovação de todos os senadores presentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Está em discussão a matéria. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria cumprimentar a Senadora Marisa Serrano, que tão bem representa o seu estado, que com sorriso e a perna suspensa aqui comparece, demonstrando o amor que tem pelo Senado e em defesa do seu Estado.

Eu me lembro, Senadora, que quando na polícia fiz uma diligência na cidade de Dourados. Isso pode se dizer há mais de trinta, quarenta anos, não tinha nada. Nós ficamos hospedados, que o avião teve um defeito, nós estávamos transportando os estrangeiros clandestinos, ficamos em Dourados numa casa lá. Só se ouvia música paraguaia. Hoje eu sei, depois posteriormente visitei, o progresso da cidade de Dourados. Hoje ela está inserida como um dos principais municípios de Mato Grosso.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É a segunda cidade.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É a segunda cidade. Então o dourado vem para a senhora também e eu gostaria de votar a favor em homenagem a esta cidade tão importante da economia brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Continua em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão. Em votação. Quem estiver de acordo, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos, Senador Romeu Tuma, para o Item 8 da pauta, que é o projeto não terminativo, "Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 2008, que institui na República Federativa do Brasil a data de 13 de maio como sendo o Dia do Policial Militar". A autoria é do Deputado Alberto Fraga. A relatoria é de V. Exa., Senador Romeu Tuma. O Parecer é favorável. Então com a palavra V. Exa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Com a Emenda lida por V. Exa. fica bem esclarecido que a proposta do Deputado Fraga é para instituir a data de 13 de maio como sendo o Dia do Policial Militar.

Ele faz uma boa análise do trabalho que desenvolve anonimamente os profissionais dessa digna profissão de policial militar e nós concordamos com a proposta. Então nós pediríamos pela aprovação da Lei da Câmara nº 140, de 2008 (PL nº 778 na Câmara dos Deputados). O relatório é favorável à pretensão do Deputado, no qual nós homenageamos a Polícia Militar do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. O Parecer do Senador Romeu Tuma é favorável. Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que estejam de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos, Senador Sérgio Zambiasi, ao item 12 da pauta, não terminativo, que é o "Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2008, que institui o Dia Nacional da Imigração Italiana". A autoria é do Deputado Neilton Molin. A relatoria é de V. Exa., Senador Sérgio Zambiasi. O Parecer é pela prejudicialidade. A matéria constou na pauta da reunião do dia 7 de abril de 2009. Com a palavra V. Exa.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Flávio Arns, [interrupção no áudio] de autoria do Deputado Neilton Molin institui o Dia Nacional da

Imigração Italiana, a ser comemorado anualmente no dia 2 de junho, data nacional da Itália.

Aprovado na Câmara, a proposição foi apreciada pelas Comissões de Educação, Cultura e CCJ daquela Casa. No Senado seguiu para exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a qual incumbe opinar relativamente a matérias que versem sobre datas comemorativas, a exemplo da proposição em apreço.

Resta salientar, por oportuno, que consta do processado abertura de prazo para recebimento de Emendas, nem em decorrência se elas foram oferecidas.

É inequívoca, Presidente Flávio, a relevância da homenagem proposta pelo Projeto em comento. A contribuição dos imigrantes italianos e de seus descendentes para a formação da identidade brasileira merece reconhecimento e reverência por parte dos cidadãos e também do Poder Público. Corroborando esse entendimento, foi sancionada a Lei nº 11.687, de 2 de junho de 2008, publicada no Diário Oficial da União no dia 3 de junho de 2008, que versa exatamente sobre a matéria, ao instituir o Dia Nacional do Imigrante Italiano. Acrescente-se que a Lei nº 11.687, de 2008, que teve origem no Senado Federal por iniciativa do nosso colega Senador Gerson Camata, foi sancionada no dia 2 de junho, exatamente para marcar a referência à data do surgimento do Estado Moderno Italiano.

Neste sentido, à luz do disposto no art. 334, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a existência da norma jurídica coincidente com os objetivos da matéria impõe o entendimento de que a iniciativa se encontra prejudicada.

O Voto. Então, pelo exposto, o Voto conclui pela prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara que institui o Dia Nacional da Imigração Italiana, uma vez que no curso da sua tramitação foi sancionada a Lei nº 11.687, de 2 de julho de 2008, que versa exatamente sobre a matéria, instituindo o Dia Nacional do Imigrante Italiano. Esse é o Voto, Presidente Flávio Arns, pela prejudicialidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Enfatizando, pela prejudicialidade por já ter sido aprovada matéria de conteúdo semelhante. Em discussão o voto do Parecer do Senador Sérgio Zambiasi pela prejudicialidade. Os que estiverem de acordo com o voto pela prejudicialidade permaneçam como se encontram. Aprovado o Parecer pela prejudicialidade.

Eu quero lembrar aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras que amanhã teremos Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2007, que propõe instituir a residência educacional a professores da educação básica. O requerimento é de minha autoria, é um requerimento do ano passado; a autoria do Projeto é do Senador Marco Maciel. Teremos amanhã os seguintes convidados: Antônio Carlos Caruso Ronca, vai ser uma honra recebê-lo nesta Comissão, que é o Presidente da Comissão Bicameral de Formação de Professores do Conselho Nacional da Educação; também da Professora Jussara Dutra Vieira, Secretária de Finanças e ex-Presidente da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação); e, também, da Helena Costa Lopes de Freitas, do MEC, que é Coordenadora Geral de Formação de Professores da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.

Faço dois apelos, se for possível aos Srs. Senadores e Senadoras. O primeiro é para esta Audiência Pública no dia de amanhã, dez horas, nesta Comissão. Tivemos uma Audiência das mais proveitosas também na semana passada com a presença do Sr. Ministro de Esporte, o Orlando Silva. E ao mesmo tempo fazer um apelo para que, se possível, ainda permaneçamos por mais algum tempo porque há necessidade só de mais três Senadores para apreciarmos também as matérias de natureza terminativa. Se isto for possível, então mais três Senadores que estão a caminho, porque várias Comissões funcionam concomitantemente, então fazer um apelo para mais uns dez minutos, que aí nós teríamos o quorum necessário para apreciação de matérias terminativas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador, V. Exa. poderia por o Item 13?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim, é o que eu farei nesse momento.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Para fazer jus a que ela permanência aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está certo.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E depois, Sr. Presidente, se possível, o Item 14.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente. V. Exa. subscreveu, é de autoria do Senador Marconi Perillo, exatamente.

Então passamos ao Item 13 da pauta, fazendo um apelo para que aguardemos a chegada de mais três Senadores para as matérias de natureza terminativa. São só três terminativos que a Secretaria lembra.

Item 13 da pauta, não terminativo, Requerimento: "Requeiro nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante essa douta Comissão em conjunto com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de Assuntos Econômicos, de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Sociais, de Desenvolvimento Regional e Turismo, de Direitos Humanos e Legisla-

ção Participativa, de Agricultura e Reforma Agrária, de Serviços de Infraestrutura, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a finalidade de analisar e discutir a definição de Áreas de Proteção Permanente (APP) e o alcance territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as implicações para o agronegócio. À oportunidade apresento sugestão no sentido de que sejam convidados para participarem da presente Audiência Pública: Gustavo Ribas Curcio, Doutor em Engenharia Florestal e Pesquisador da EMBRAPA Florestas em Colombo/PR, o qual tratará do tema 'Definição de Áreas de Proteção Permanente – Uma Proposta de Parâmetros'; Evaristo Eduardo de Miranda, Doutor em Ecologia e Pesquisador EMBRAPA Monitoramento por Satélite em Campinas/SP, o qual tratará do tema 'Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista – Implicações para o Agronegócio'. Diante do grande número de Comissões envolvidas no debate, da importância do tema a ser debatido, requeiro que a presente Audiência Pública seja realizada no próximo dia 29 de abril, às nove horas, no Plenário do Senado Federal". A autoria é da Senadora Kátia Abreu, a quem passo a palavra como autora.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras. Essa já é a sétima Comissão que eu apresento o mesmo requerimento, inclusive têm vários colegas aqui que já votaram neste requerimento em outras Comissões. É com relação à questão ambiental. Poderiam estranhar porque também na Comissão de Educação, mas é apenas um pedido de alerta a todos os Senadores, uma oportunidade para que nós possamos discutir esse tema que está realmente afligindo não só as cidades, mas os produtores rurais do Oiapoque ao Chuí deste País. Não só o Código Florestal Brasileiro, mas também um Decreto publicado ao final do ano passado que praticamente criminaliza e confisca, através de multas exorbitantes, as propriedades rurais de todo o Brasil. Quero lembrar ainda a questão dos licenciamentos ambientais que vem atrasando as obras de infraestrutura do Governo Federal, do Governo dos Estados e também das Prefeituras locais.

É um tema, Sr. Presidente, que realmente tem trazido uma incerteza, uma insegurança jurídica por todo o País. Estive ontem em Santa Catarina onde, de autoria do Governador Luiz Henrique, foi aprovado pela Assembléia Legislativa, na unanimidade dos presentes, o Código Florestal de Santa Catarina, um Código aonde trata da APP e Reserva Legal, por conta de que se a legislação cumprida fosse hoje à risca, 100%, no Estado de Santa Catarina sobraria apenas 10% para a produção. E um dos palestrantes, o Dr. Evaristo Eduardo de Miranda, já que apresentou esse trabalho para o Presidente Lula, para vários Ministros do Supremo Tribunal Federal, demonstra, através da EMBRAPA Satélite, que se a Lei Ambiental fosse rigorosamente cumprida, 100% em todo o Brasil, nós teríamos 76% de todo o território nacional ocupado com cobertura florestal. E, ao mesmo tempo, o Dr. Gustavo Ribas, também da EMBRAPA Floresta, demonstra a realidade e a questão da APP, que são as margens de rios, as nascentes, os olhos d'água e também das foz, o que realmente é necessário e importante fazer para que esse bem natural possa ser preservado, e não uma regra geral como o Código Florestal impõe a todo o Brasil, onde independente do solo, independente da declividade, independente da textura, independente da profundidade do solo, passa-se uma regra geral em todos os rios do Brasil como se todos pudessem ser encarados de forma idêntica e que nós não tivemos um Brasil continental a ser observado regionalmente e do ponto de vista estadual, inclusive infringindo o art. 24 da Constituição Federal que diz que matéria de meio ambiente tem competências concorrentes, ou seja, a União legisla o geral e os Estados legislam as peculiaridades.

Então eu gostaria de pedir o apoiamento dos colegas para que esse requerimento, também de importância nacional, para todos os segmentos e setores, pudesse aqui ser aprovado e que no dia 29, quarta-feira, nove e meia da manhã, o Presidente Sarney já cedeu e autorizou o espaço do Plenário do Senado, aonde nós pudéssemos, na parte da manhã, fazer essa apresentação. Infelizmente nós não teremos muito tempo para outros palestrantes, para vários outros debatedores, por conta de que às catorze horas, no mesmo Plenário, teremos a homenagem a Dom Hélder Câmara, requerimento dos Senadores Tasso Jereissati e Inácio Arruda. Então nós não teremos comprometimento no sentido de aprovar vários outros participantes sob pena deles próprios não poderem ter tempo para expor as suas posições, mas que nós possamos continuar o debate em outras oportunidades com quantos palestrantes os Senadores e Senadoras entenderem que é importante vir aqui discutir.

Então eu encerro, Sr. Presidente, pedindo a todos que possam aprovar na íntegra o nosso requerimento. Muito obrigada.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Continua em discussão a matéria.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senadora Marisa Serrano, posteriormente o Senador Romeu Tuma e Senador Álvaro Dias.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):: Sr. Presidente, eu quero dizer da minha aprovação ao requerimento da Senadora Kátia Abreu, mas eu queria colocar um outro enfoque: a importância da educação ambiental. Propus e estou editando uma cartilha, um catálogo para os professores terem acesso, todos os professores do ensino médio e fundamental terem acesso a tudo aquilo que existe no País sobre educação ambiental. Nós votamos aqui, foi aprovado pelo Senado o Dia da Educação Ambiental, tudo isso para dizer o quanto é importante a preservação do meio ambiente. Eu acho que está na hora de a gente discutir a função do lado daqueles que produzem, dos produtores, e discutir a questão ambiental como fator primordial, fundamental para a existência do homem nesse planeta. Essa questão, são dois pesquisadores da EMBRAPA que trabalham justamente no monitoramento das APAs e das PPPs e para nós é importante discutir. Então não é só discutir de uma parte, para quem produz. Discutir a função ambiental, a preservação, o que é que pode ser feito para produzir, para que o País continue produzindo, mas, também, para que a população brasileira tenha uma consciência e acompanhe para que nós preservemos aquilo que é fundamental das águas, das nossas matas, do nosso ar, das águas subterrâneas, das águas superficiais, mas tudo aquilo que é importante para a sobrevivência humana. Eu acho que esse é um debate que deve ser feito por esta Casa e eu quero parabenizar a Senadora Kátia Abreu pela iniciativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria dizer, Senadora Marisa, Senadora Kátia, que a sensibilidade feminina se faz presente nesse momento, porque a preocupação demonstrada pela Senadora Kátia com o seu requerimento e a exposição da Senadora Marisa da sua proposta da área de educação, veja Senadora Kátia a importância de ter proposto nessa Comissão também. Eu acho que ela vai ter um brilho especial porque é uma forma diferenciada de requerimento que eu cumprimento a Senadora Kátia: ela dá o nome dos palestrantes e o tema que vai ser discutido. Não haverá confusão durante a reunião porque todos os participantes já vão com o objetivo pronto para saber o que vai ser discutido.

Eu pediria licença à Senadora Kátia, se fosse possível incluir a nova Comissão Mista de Aquecimento Global, que iniciou seus trabalhos essa semana, sob a presidência da Senadora Ideli Salvatti. Eu pediria licença, porque também é importante isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, Senador Romeu Tuma, também fundamental a sugestão, eu acho que pode perfeitamente ser incluído na sequência. Senador Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente Flávio Arns, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Apenas para cumprimentar a Senadora Kátia Abreu pela iniciativa. Eu acho da maior importância, nós estamos devendo. Até esse momento não há segurança no meio rural brasileiro, não há uma compatibilização entre os interesses da produção e da preservação ambiental. Há um conflito permanente entre produtores rurais e preservacionistas e nós temos que ter competência para estabelecer uma legislação que compatibilize os interesses do progresso com a necessidade indispensável da preservação ambiental. O Congresso Nacional está devendo. Aonde nós percorremos, no interior, em qualquer Estado, eu fui há algum tempo no Mato Grosso e vi um drama pungente de produtores rurais ameaçados na sua atividade, todos eles adeptos da preservação ambiental, não são contrários à preservação ambiental. Há uma ausência de regulação e nós temos o dever de buscar um consenso para oferecer tranquilidade ao setor produtivo e certeza de que estamos preservando corretamente o meio ambiente. Por isso, a iniciativa da Senadora Kátia Abreu deve ser aplaudida e apoiada. Espero que não apenas as palestras ocorram, o debate se dê, mas na sequência a providência legislativa, ou seja, nós passamos da tese, do debate, das ideias, para a execução prática, com uma legislação competente e que venha a tranquilizar o meio rural brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, Senador Álvaro Dias. Eu passo a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Flávio Arns, Presidente, eu gostaria de também me somar aqui aos colegas no aplauso à Senadora Kátia Abreu pela sugestão, pelo requerimento para que possamos, através dessa Audiência Pública, diversas Comissões em conjunto, analisar esse assunto que tem que estar presente no dia-a-dia de todos os cidadãos brasileiros, que é a questão que trata realmente de definir Áreas de Proteção Permanente e que, com isso, tenhamos também todos os resguardos, todos os cuidados, todo o aprendizado. Daí porque a Senadora Marisa, quando aqui também colocou a parte voltada para a educação ambiental, todos os cuidados e resguardos para que possamos realmente proteger o meio ambiente. Porque se falamos em meio ambiente na questão de delimitar áreas, de definir espaços para

o agronegócio, isso tem que ser feito com sustentabilidade, porque não poderá acontecer só durante um período curto. Nós temos que criar condições para que isso possa realmente existir durante toda uma vida, toda uma existência. Daí porque a Senadora Kátia mostra a sua sensibilidade, preocupação com o meio ambiente, preocupação com o futuro, e vamos ter a oportunidade de, ouvindo pesquisadores, profissionais da área, também fazermos a nossa análise e podermos dar a nossa contribuição para fazer com que o meio ambiente seja realmente defendido, preservado e que faça parte da vida de todos os brasileiros e de todo mundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, Senadora Rosalba Ciarlini. Reforço o argumento dessa integração de esforços da Audiência por questão da produção do meio ambiente e outros aspectos correlatos. Senador Paulo Paim, que é o último inscrito para a discussão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, nós já participamos em outras Comissões desse debate com a Senadora Kátia Abreu. Parabéns mais uma vez pela iniciativa que visa discutir a questão ambiental e a ampliação para o agronegócio. Eu estou sintetizando aqui o requerimento da Senadora. Em todas as Comissões, pelo que entendi, Senador Flávio Arns, ficou ajustado entre nós que as Comissões poderiam indicar um nome. Eu estou aqui e recebi do Partido dos Trabalhadores, da base de apoio, três nomes. Se a Senadora Kátia Abreu me permita que eu me dirija à senhora, como eu estou com três nomes, o acordo que eu tinha entendido era que cada Comissão poderia indicar um nome; foi isso que eu entendi na última reunião da Comissão de Direitos Humanos. Como eu estou aqui com três nomes, eu vou apresentar à Mesa os três nomes, mas que fique o compromisso, talvez até de V. Exa., de indicar só um dos três. Eu vou ler o nome dos três: Adalberto Veríssimo, Pesquisador Sênior do IMAZON (Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia); Márcio Santilli, Instituto Socioambiental (ISA); Antônio Herman Benjamin, Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Eu faria esse encaminhamento, mas na linha do que eu percebi na Comissão de Direitos Humanos, que se todos indicarem meia dúzia de nomes não vai ter espaço suficiente para o debate, e que desses três V. Exa. indicaria somente um.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. A Senadora Kátia Abreu inclusive sinaliza no sentido da concordância com essa situação. Eu só quero lembrar que esta Audiência Pública está sendo feita de maneira conjunta com várias Comissões, inclusive acontecendo no ambiente do Plenário por ser exatamente de todas as Comissões. Então se houver a aprovação de algum nome aqui, esse nome, teoricamente, teria que ser aprovado nas outras Comissões também, porque todas as Comissões estão aprovando os dois nomes.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas está sendo feito esse entendimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então eu só diria que nós podemos tomar a iniciativa de aprovar os nomes sugeridos, com a indicação de um deles, mas que haja esta articulação para que não haja, assim, problemas regimentais no sentido de que as outras Comissões eventualmente não se pronunciem a respeito.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Já que se vai fazer uma proposta, Presidente, como--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --está definido o tema, nós poderíamos propor outra posteriormente para vir aqueles que estão interessados nas discussões que os Senadores apresentariam os nomes. Esta já tem definido qual é o tema que eles vão expor e, provavelmente aprovado esse requerimento, não poderá sair desses dois temas.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Teria que repassar em todas as outras. Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Realmente eu devo confessar que eu não tinha me lembrado dessa norma regimental. Os demais nomes, nós tínhamos imaginado um nome por Comissão, mas na realidade todos esses, dessas Comissões, deverão ser aprovados por todas. Eu vou tentar para a semana que vem, nós temos mais uma terça e uma quarta, aglutinar, por exemplo, têm dois nomes que o Senador Paulo Paim apresentou que já foram apresentados em outras, para ver se nós conseguimos entrar num acordo de quatro nomes para todas elas e eu rapidamente tento fazer um requerimento para conseguir aprovar quatro, porque não vai dar tempo, que duas horas começa a homenagem ao Dom Hélder Câmara e não dá para adiar nenhum minuto. Então eu acredito que dois, e se nós conseguirmos mais três, quatro, de comum acordo de todos, a gente pode aprovar rapidamente, eu vou me empenhar e tenho o maior interesse que isso aconteça.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Então o encaminhamento ficou claro no sentido de que o que está sendo sugerido é que os nomes sejam aprovados e, dentro desses nomes, seja feita a escolha, esse processo coordenado

por V. Exa., em conjunto com a Senadora Kátia Abreu. Muito bem.

Então está encerrada a discussão do requerimento. Em votação com o acréscimo sugerido pelo Senador Paulo Paim, com a concordância da Senadora Kátia Abreu. Em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigada, Sr. Presidente, ao senhor e aos colegas Senadores. Eu gostaria de registrar a presença de vários Vereadores que estão aqui do Estado de Tocantins, fazendo a visita ao Senado, a Vereadora Cirlene Pugliesi, Tibúrcio Tolentino, da nossa capital Palmas. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Eu quero dizer aos Srs. Senadores que em função não só da necessidade de se ter mais dois Senadores, mas também pela ausência dos relatores dos Projetos de natureza terminativa, eles constarão da pauta na próxima semana.

O Item 14 da pauta, que é um requerimento do Senador Marconi Perillo, ele foi subscrito pela Senadora Marisa Serrano e, também, pelo Senador Álvaro Dias. O requerimento diz o seguinte, no Item nº 14: "Declaro nos termos regimentais e requeiro à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2006, sobre o exame de ordem da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), convidando: o Sr. Raimundo Cezar Britto Aragão, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Sra. Maria Paula Dallari Bucci, Secretaria da Educação Superior MEC; e do Sr. Émerson Rodrigues, Presidente do Movimento Nacional dos Bacharéis de Direito (MMBD)". Senador Marconi Perillo, Senadora Marisa Serrano e Senador Álvaro Dias. Está em discussão a matéria. Não havendo--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, só uma pergunta que faço.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Paulo Paim com a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É possível inserir mais um nome? Esse movimento é um movimento muito forte no Rio Grande do Sul. Se V. Exa. permitir, eu poderia indicar um nome? Se deixasse essa janela possível no requerimento, eu indico hoje à tarde.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não há dificuldades.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É possível?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): V. Exa. pode aditar. Não será feito na próxima semana porque há algumas Audiências Públicas já agendadas, mas V. Exa. pode na semana que vem fazer um requerimento de aditamento.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não. Está encerrada a discussão. Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que estejam de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Lembro, antes de ler os comunicados, da Audiência Pública, Senador Paulo Paim, Senador Álvaro Dias, Senador Cristovam Buarque, Efraim Morais, Audiência Pública amanhã para discutir o Projeto de Lei do Senador Marco Maciel que institui a residência educacional a professores da educação básica.

Leio o seguinte comunicado: "Comunico aos Srs. Senadores o recebimento de convite do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação Fernando Haddad para a solenidade de lançamento do programa e do documentário Mulheres Mil, a realizar-se no dia de hoje, às catorze horas, no auditório do edifício sede do Ministério da Educação em Brasília". Os Senadores que desejarem uma cópia do convite, poderão se dirigir à Secretaria dessa Comissão. A matéria vai para o arquivo.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não, Senador Paulo Paim com a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Enquanto V. Exa. encaminha a próxima votação, eu queria só lembrar a V. Exa. que na Comissão de Direitos Humanos hoje nós tivemos um encaminhamento e--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É, eu até quero que V. Exa. relate, como autor do requerimento, só para dar uma pequena introdução, que foi feita a reunião na Comissão de Direitos Humanos e constava lá que seria em conjunto com a Comissão de Educação. Não foi em conjunto porque nós não havíamos aprovado o requerimento aqui na Comissão de Educação. Porém, percebendo que o requerimento não havia sido aprovado aqui, nós convidamos todos os membros da Comissão de Educação, em nome da Comissão, para participarem lá da Audiência Pública. Mas então V. Exa. pode fazer o relato.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): De forma resumida, Senador Flávio Arns. Houve uma Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos sobre a situação das escolas itinerantes lá no Rio Grande do Sul, dos trabalhadores na área rural. Houve um tal de TAC que acabou proibindo essas escolas de funcionarem da forma do que estava acontecendo, o que provocou uma reação muito forte de todos os movimentos

sociais e a maioria dos educadores, intelectuais de todo o País. Mas mediante o fato, nós tivemos lá dois encaminhamentos e queríamos fazê-lo em parceria com a Comissão de Educação. Um que mandaríamos hoje uma carta, uma correspondência à Governadora do Estado do Rio Grande do Sul e ao Ministério Público do Estado pedindo que as aulas retomassem de imediato; sem prejuízo, até é uma proposta de V. Exa., que o debate na busca do entendimento do tema continue. A segunda questão foi que se não houvesse o atendimento a essa solicitação da Comissão de Direitos Humanos e de Educação, nós faríamos uma diligência conjunta, Comissão Educação – Câmara e Senado, Direitos Humanos – Câmara e Senado, para uma ida no Rio Grande do Sul para dialogarmos com o Ministério Público, com a Assembléia Legislativa, com a Governadora sobre o que está acontecendo em matéria das escolas itinerantes que é um direito, no nosso entendimento, dos trabalhadores que atuam na área rural.

Eu queria ver se seria possível. Lá na Comissão de Direitos Humanos nós vamos aprovar o requerimento da diligência e só vamos fazer a diligência, se necessário, amanhã pela manhã. Se eu poderia encaminhar o requerimento extrapauta aqui a V. Exa. para a gente aprovar ainda hoje essa possibilidade. Esse é o resumo e a pergunta que eu faço a V. Exa. O requerimento está até aqui nas minhas mãos, se V. Exa. quiser–

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu posso sugerir a V. Exa., até eu conversei, eu participei da Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos, e é uma situação, assim, que já houve algum tipo de encaminhamento, inclusive com o reconhecimento por parte do Promotor Público de que ele estava isolado nesse processo de interrupção das aulas e, assim, ao fechamento e a tentativa de fechamento das escolas. O que nós discutimos foi o seguinte: que essas escolas que estariam sendo objeto de fechamento, elas atendem crianças, crianças na educação infantil, quatro e cinco anos de idade, crianças nas séries iniciais do ensino fundamental, de primeira à quarta série, e educação de jovens e adultos no ensino fundamental. Foi uma atitude, ao que tudo indica, assim, a gente não pode dizer que foi do Ministério Público do Rio Grande do Sul, porque como já dito até nós acompanhamos V. Exa. em outras ocasiões quando havia o debate sobre a criminalização de movimentos sociais no Rio Grande do Sul em função de iniciativa de Promotores individualmente. Fomos falar com o Procurador-Geral de Justiça na época e ele disse: "Olha, eu também não posso impedir que um Promotor tome a iniciativa. Depois, se for equivocada, inadequada, ele terá que responder perante o Ministério Público pelos seus atos".

Então o que eu gostaria de sugerir a V. Exa. é que nós fizéssemos um requerimento partindo do princípio de que todos nós achamos um absurdo tão grande isso que aconteceu, que nós gostaríamos de apelar para o Governo do Rio Grande do Sul e para o Procurador-Geral de Justiça para que todas as iniciativas que estiverem ao alcance para o restabelecimento do diálogo, do entendimento, para a tranquilidade das famílias, para o atendimento das crianças, que pudesse ser feito. E ao mesmo tempo, eu até disse naquela Comissão, que no momento em que houvesse esse ofício para o Estado, eu próprio, como Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, telefonaria para a Governadora do Rio Grande do Sul dizendo: "Olha, o debate foi feito, estamos mandando ofício, queremos que seja restabelecido o entendimento, o diálogo"; faria esse mesmo telefonema para o Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul, o atual. E, ao mesmo tempo, com a esperança de que isto resolva a situação, quer dizer, dando, vamos dizer, uma oportunidade para o diálogo. Agora ao mesmo tempo, se não resolver, eu faria um apelo a V. Exa. para que dentro do espírito de uma cultura de paz, construção de uma cultura de paz, a gente já deixasse o requerimento pronto para, não havendo encaminhamentos, na próxima semana a gente aprovar.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu deixei o requerimento então protocolado junto à Mesa. Eu acompanho a análise de V. Exa., que foi o que eu fiz lá na Comissão, eu disse: "Hoje mesmo vamos encaminhar um documento da Comissão e espero também isso da Comissão de Educação". Pode ser feito em conjunto, que V. Exa. e o Senador Cristovam pelos Direitos Humanos entrem em contato com a Governadora para ver se há uma conciliação para que as escolas voltem a funcionar, a escola itinerante, dentro da normalidade. Se não houver, na semana que vem a gente aprova os requerimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente, eu agradeço a V. Exa. Eu penso que faremos esse encaminhamento, esse apelo, eu peço para a Secretaria fazer para o Ministério Público do Rio Grande do Sul, para o Procurador-Geral de Justiça, para a Governadora e, ao mesmo tempo, além de mandar o ofício, que já acontecerá hoje ou amanhã, de imediato estarei telefonando para as duas autoridades para dizer: "Olha, todo mundo ficou abismado, é impensável isso acontecer; vamos criar a alegria, a alegria da criança estar na escola, de ir para a escola, vamos dialogar". Há coisas a serem mudadas? Vamos mudar, que todo mundo deseja a qualidade. Então se

todos concordarem mandamos esse ofício, mas, claro, se nada acontecer--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Na semana que vem aprovamos o requerimento que eu dei entrada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Aproveitando a presença do Senador Augusto Botelho, grande amigo e companheiro da Comissão, ainda vamos apreciar o Item 1 da pauta, que é de natureza não terminativa, sendo que a relatoria está com o Senador. Então Item 1 da pauta, "Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2008, que dispõe sobre a instalação de carteiras escolares para alunos canhotos". A autoria é do Senador Marconi Perillo. A relatoria é do Senador Augusto Botelho. O Parecer é favorável. Com a palavra V. Exa.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, eu vou direito à análise do Projeto do Senador Marconi Perillo. Eu tenho três filhos, dois dos meus filhos são canhotos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não me diga!

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu e a minha mulher não somos canhotos, não somos canhotos também. Esse Projeto beneficia os alunos canhotos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só quero dizer que a minha netinha é canhota também, então--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Todos nós temos canhotos na família. Lá em casa nós somos cinco membros e dois são canhotos.

É fato sabido que a nossa sociedade é excludente. Muitos são os motivos para a prática de segregacionismos e, também, é frequente que a sociedade, por meio de seus aparelhos de estado, procurem coibir uma série de comportamentos. Os estudantes canhotos foram e são parte dessa história. Por muito tempo o uso da mão esquerda para a atividade de escrita, de desenho, de pintura e esportiva foram dissimuladas. As nossas escolas ainda hoje preservam um número insignificante de carteira para canhotos, geralmente posicionadas em locais secundários na sala de aula. Com um advento de pesquisa mais acuradas, a ciência tem revelado que a preferência lateral da criança precisa ser respeitada, porque interferir nesse campo significa contradizer a organização do cérebro infantil, com reflexos prejudiciais à cognição.

Na justificativa do Projeto, aspectos sociais, além dos biológicos, são levantados com propriedade pelo autor, o Senador Marconi Perillo. Nesse contexto, a medida ora proposta busca permitir a igualdade de condições de permanência em sala de aula para todos os alunos, indistintamente, como assegura o inciso I do art. 206 da Constituição Federal. Acredita-se que ela possa beneficiar cerca de 10% dos alunos brasileiros, percentual estimado de canhotos no País. De todo o modo, convém deixar que a mensuração seja feita pela esfera do Governo responsável pelos diversos níveis de ensino.

O Projeto em análise pretende proporcionar, no âmbito das redes públicas, nos diversos níveis de ensino, número suficiente de carteiras escolares para atender ao contingente de estudantes canhotos. A existência de número não desprezível de estudantes nessas condições nas escolas da educação básica e nas instituições superiores de da educação do País exige atenção. Destarte, pela necessidade de fazer com que os canhotos e destros tenham as mesmas condições de estudar e aprender, fazendo com que a sacola seja mais democrática e igual, consideramos que o Projeto atinge o patamar meritório de ser acatado por esta Casa legislativa.

Os dispositivos do Projeto, por outro lado, não coíbem a introdução de mobiliário escolar mais adequado aos estudantes da educação básica, composto de cadeira e mesa. Esta última dimensão é compatível com o uso de destros e canhotos.

O Voto, Sr. Presidente. Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 305, de 2008, do Senado. Esse é o meu Voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, Senador Augusto Botelho. Está em discussão a matéria. Eu só quero dizer, até para discutir, porque essa questão da carteira escolar é uma situação que precisa ser de fato melhor estudada, porque o Projeto de Lei se refere àquela carteira, se a gente puder dizer, aquele braço, aquele apoio ou no lado direito ou no lado esquerdo. Agora eu também quer dizer que, na minha opinião, é o pior tipo de carteira; aquilo nem é carteira, aquilo é uma cadeira, quer dizer, é o pior tipo de situação para uma criança, um adolescente poder escrever, porque aquilo, quer dizer, um adolescente principalmente no ensino fundamental, não tanto mais no ensino médio, eu não sei, teria que ser discutido, mas é a pior situação possível, porque é pequena, me parece, eu não sei se tem braços maiores hoje em dia, mas o mais adequado é ter-se uma mesa, uma mesa para apoiar bem, colocar o papel.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O que eu quero dizer com isso é que nós deveríamos até uma hora pensar um pouco melhor no tipo de carteira que se utiliza para se ver, assim, a relação disto com--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): É fundamental.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): --um prazer maior de escrever, de ter o material na mesa.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Nas classes do ensino fundamental a tendência é ainda se usar aquelas cadeiras que eu e o senhor estudamos nelas, era uma mesinha normal com uma cadeira, tipo uma mesa normal. Está havendo uma tendência para ser(F) isso nas escolas de primeira à quarta série. Depois o aluno já está definido, pode ser usada essa cadeira que é muito mais econômica e mais durável do que a outra, essa cadeira tipo universitário que a gente fala que tem aquela prancheta do lado.

Mas eu acho que a tendência do Brasil é fazer com que todas as escolas iniciais sejam uma mesa e uma cadeira, aquela carteirinha tipo uma mesa para os alunos. Esta aqui é mais para me dirigir àquela cadeira que o senhor não chama de carteira, é cadeira com aquela pranchinha do lado. Eu acho que ela vai atingir e, realmente, aí é que eles têm mais dificuldades, os canhotos, porque o lugar de escrever fica desse lado, fica provocando um defeito postural grave para ele escrever, que ele torce muito a coluna.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, já que V. Exa. provocou--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu confesso que na hora eu tive a reflexão que V. Exa. teve também. O ideal é uma carteira onde ou com a direita ou com a esquerda você se apóie e você se escreva normalmente. Agora calcule numa sala de aula alguns deslocando aquelas cadeiras: "Não, eu sou canhoto, eu quero lá, porque o meu é mais a esquerda"; "o meu é a direita". Eu estou entendendo o mérito do Projeto, mas entendo também que V. Exa. está coberto de razão. Tinha que ter um padrão mínimo para que, seja canhoto ou use a mão direita, ele pudesse apoiar para poder escrever com o mínimo, o mínimo de conforto. Eu conheço aquele bracinho, aquele bracinho ou na esquerda ou na direita. Daí os alunos ficam trocando a carteira no local, a cadeira, como o senhor falou muito bem: "Não, essa aqui é minha porque eu trabalho com a esquerda". Cria quase que uma discriminação indireta para ver quem vai sentar na cadeira ou da direita ou da esquerda, quando se resolveria isso numa questão de acesso a todos pela proposta de V. Exa. Mas já que não chegamos nesse estágio ainda, eu sigo aí a aprovação do Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu até quero, em função do Projeto, sugerir que a Secretaria da Comissão oficie ao Ministério da Educação e ao próprio Conselho Nacional de Educação se algum tipo de debate poderia, antes de oficiar, pelo menos telefonar e, se for necessário, oficiar na sequência, se for necessário, para ver se existe algum tipo de estudo a respeito de carteiras escolares e que pudesse pelo menos satisfazer a nossa curiosidade a respeito, não é verdade? Eu só quero lembrar a questão da lateralidade, a definição, a implicação disto para a maturação do sistema neurológico que V. Exa. colocou, quer dizer, a orientação, quer dizer, não só a carteira, mas a orientação sempre que presente para os pais, para os professores, para não acontecer aquilo que acontecia antigamente: a pessoa ia escrever com a mão esquerda, praticamente amarravam a mão esquerda para usar a mão direita. Isso acontecia muito. E hoje em dia as pessoas ainda muitas vezes enxergam isto como algo que não é normal em muitas situações, quer dizer, há uma tendência, há uma lateralidade, uma predominância lateral no processo de desenvolvimento do ser humano aonde vai se definir. Não respeitar isso é que causa problemas de aprendizagem, porque isso vai impedir um processo harmonioso, tranquilo de maturidade. Agora eu queria só ir um pouquinho além disso, é ver outras questões de definição de lateralidade como, por exemplo, a utilização... Têm pessoas que usam a mão direita, usam o pé esquerdo. Com que ouvido que nós atendemos ao telefone? Será que é com o direito ou será que é com o esquerdo? Se atendemos sempre com o esquerdo e escrevemos com a direita, isso é uma lateralidade não definida também e isso causa dificuldades na gente se analisar aqui para ver. "Não, eu sempre escrevo com a direita, mas atendo ao telefone com o ouvido esquerdo", quer dizer, a não ser que haja um problema de surdez, mas, se não, seria uma lateralidade não definida também, não é verdade? Bom, é só para a gente ver.

Está em discussão a matéria. Encerrada a discussão. Os Srs. Senadores que concordam com o relatório do Senador Augusto Botelho, com o Parecer favorável, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu só quero dizer ao Senador Paulo Paim e ao Senador Augusto Botelho que no dia de ontem o Secretário da Comissão, o Júlio Linhares, eu próprio, estivemos no Rio de Janeiro, junto com o Ministro Juca Ferreira e várias pessoas do Ministério da Cultura, participando num grande debate lá no Teatro do Leblon e, depois, ao lado, com cerca de quinhentas, seiscentas pessoas a respeito da Lei Rouanet, Lei não só de renúncia

fiscal, mas da Lei Rouanet de maneira geral para se discutir a proposta do Ministério da Cultura, que está em consulta pública, com a sociedade. Nós vamos colocar a partir de hoje também no site da Comissão de Educação, então foi uma discussão bastante grande, artistas, produtores, as pessoas preocupadas e outras, assim, incentivando, preocupadas com esta análise da Lei, que tem que ser modificada, todos concordam que tem que ser modificada, mas ao mesmo tempo com preocupações de como que esses encaminhamentos vão ser feitos. Então foi uma discussão das seis da tarde até meia-noite e meia, quer dizer, meia-noite e meia, uma discussão intensa e nós temos, nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, eu assumi o compromisso lá de que nós façamos já nas próximas semanas uma Audiência Pública, podemos estabelecer um grupo de trabalho com a participação da sociedade para darmos uma contribuição bastante concreta naquilo que for necessário em relação a essa Lei. O Ministro esteve aqui algumas semanas atrás, falou sobre isto e vamos também enfatizar esses aspectos.

Agradeço a todos. Não havendo mais nada a deliberar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

Sessão encerrada às 12h43.

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 5ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2009, ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e quatorze minutos do dia trinta e um de março de dois mil e nove, na Sala nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **LEOMAR QUINTANILHA, GILBERTO GOELNNER, KÁTIA ABREU, HERÁCLITO FORTES, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO, GIM ARGELLO, JEFFERSON PRAIA, INÁCIO ARRUDA, ROMERO JUCÁ, VALDIR RAUPP, ALMEIDA LIMA** e **ADELMIR SANTANA.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada e encaminha a deliberação da pauta. **Item 01) REQUERIMENTO Nº 10, DE 2009-CMA-NÃO TERMINATIVO,** que requer "nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública no âmbito desta Comissão, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2007, que susta a aplicação do artigo 3º do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003, que regulamenta o direito à informação, assegurado pela Lei nº 8.078, de 11/09/1990, quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, sendo convidadas as seguintes instituições de pesquisa e órgãos de defesa do consumidor para discutirem os aspectos do projeto em questão: Dirceu Raposo de Mello, Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; Lisa Gunn, Coordenadora-Executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC; Ricardo Morishita Wada, do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, e Gilda Pereira Carvalho, Sub-Procuradora Geral da República do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério Público Federal". Autoria: Senador **JEFFERSON PRAIA. Resultado: Aprovado com aditamento do Senador RENATO CASAGRANDE convidando, também, um representante da ASPTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. Item 02) REQUERIMENTO Nº , DE 2009-CMA-NÃO TERMINATIVO,** que requer "nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública no âmbito desta Comissão em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para debater a Medida Provisória nº 458, de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, altera as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.0115, de 31 de dezembro de 1973, 6.383, de 7 de dezembro de 1976, e 6.925, de 29 de junho de 1981, com os representantes das entidades nominadas a seguir: Representante do Greenspeace; Representante da CONTAG e Representante da CNA". Autoria: **JOÃO PEDRO. Resultado: Adiado. Item 03) OFÍCIO "S" Nº 9, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal, o Relatório sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, referente ao ano de 2007". Autoria: Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente". Relatoria: Senador **HERÁCLITO FORTES.** Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Aprovado o parecer pelo arquivamento. Item 04) AVISO Nº 9, DE 2008**

– NÃO TERMINATIVO, que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 187/2008, proferido nos autos do processo nº TC 004.151/2005-4, bem como do Relatório e dos Votos que o fundamentaram, referente a Pedido de Reexame contra o Acórdão 2.289/2005, que julgou improcedente a representação a respeito de possível irregularidade na ocupação de espaços físicos no Senado Federal". Autoria: **Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador JOÃO PEDRO.** Parecer: Pelo encaminhamento do presente Aviso aos órgãos competentes do Senado Federal para a adoção das determinações constantes do seu item 9.2, e posterior envio do documento ao Arquivo. Resultado: **Adiado. Item 05) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 718, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO,** que "altera o Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, para dispor sobre a devolução de embalagens vazias de produtos de uso veterinário". Autoria: Senador **GERSON CAMATA.** Relatoria: Senador **CÉSAR BORGES.** Parecer: Favorável à matéria com cinco emendas que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 06) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 90, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO,** que "susta a aplicação do artigo 3º, do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003, que regulamenta o direito à informação, assegurado pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, e da Portaria nº 2.658, de 22 de dezembro de 2003, do Ministério da Justiça, que regulamenta o disposto no § 1º, do artigo 2º, do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003". Autoria: Senadora **KÁTIA ABREU.** Relatoria: Senador **RENATO CASAGRANDE.** Parecer: Contrário à matéria. Resultado: **Sobrestado para realização de Audiência Pública**. **Item 08) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, DE 2003 – TERMINATIVO,** que "acrescenta inciso XVIII ao artigo 51 da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, que 'dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências', para prever a nulidade da cláusula que surpreenda o consumidor após a conclusão do contrato". Autoria: Senador **AUGUSTO BOTELHO.** Relatoria: Senador **ALMEIDA LIMA.** Parecer: Contrário à matéria. Resultado: **Adiado. Item 09) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 348, DE 2003 – TERMINATIVO,** que "institui incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente". Autoria: Senadora **SERYS SLHESSARENKO.** Relatoria: Senador **VALDIR RAUPP.** Parecer: **Contrário à matéria. Resultado: Adiado.** EXTRA-PAUTA, é deliberado o **REQUERIMENTO Nº 11, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que requer "nos termos do artigo 90, III e IX, do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida por esta Comissão, audiência pública tendo como convidado o Ministro do Meio Ambiente Carlos Minc Baumfeld para falar sobre as políticas e instrumentos que objetivem reduzir a zero, até o ano de 2015, o desmatamento do país". Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE.** Resultado: **Aprovado.** A Presidência encaminha a deliberação do Item 7 da pauta. **Item 07) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 193, DE 2008 (PL Nº 6.238, DE 2005, na origem) – NÃO TERMINATIVO,** que "acrescenta inciso IV ao § 2º do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. (Acrescenta causa de interrupção do prazo decadencial para reclamações por vícios aparentes ou de fácil constatação)". Autoria: Deputado **CELSO RUSSOMANNO.** Relatoria: Senador **GILBERTO GOELNNER.** Parecer: Favorável à matéria com duas emendas que apresenta. Resultado: **Aprovado o parecer favorável com as emendas nºs 1 e 2-CMA.** Ainda EXTRA-PAUTA, é deliberado o **REQUERIMENTO Nº 12, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que requer "nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 8, de 2009-CMA, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2007, que institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária, que no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA seja convidado o Sr. Luiz Carlos Balbino, representando a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA". Autoria: Senador **GILBERTO GOELLNER**. Resultado: **Aprovado.** Usam da palavra os Senhores Senadores **JEFFERSON PRAIA, HERÁCLITO FORTES** e **GILBERTO GOELLNER.** A Presidência dá conhecimento ao Plenário da Comissão que recebeu, do Tribunal de Contas da União, os Avisos de números 146, 232, 60, 122, 142, 202, 1244, 1825, 268, 1881 e 1864, do corrente ano; e, da Controladoria-Geral da União, o Ofício nº 37107. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada.

Senador **Renato Casagrande,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 31-3-2009

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Os Senhores senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, permaneçam como se encontram. Aprovada a Ata.

Primeiro item da Pauta é o requerimento do Senador Jefferson Praia, que requer nos termos do art. 90... De... Quanto a... [ininteligível], do âmbito desta Comissão, trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 90, que susta a aplicação do art. 3º do Decreto nº 4.680, quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, sendo convidadas as seguintes instituições de pesquisa e órgãos de defesa do consumidor: Dirceu Raposo de Mello, Presidente da ANVISA; Lisa Gunn, Coordenadora-Executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor; Ricardo Morishita, do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor; Gilda Pereira Carvalho, Sub-Procuradora Geral da República do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor.

E também foi... Chegou às minhas mãos, Senador Jefferson Praia, e vamos colocar para a apreciação de V.Exa., uma sugestão da... "*Nos termos do artigo*".... A Ministra Marina Silva tem sugestão de dois nomes, depois eu vou receber esses nomes e...

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Posso rapidamente dar uma contribuição?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pode sim. Antes da discussão.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Eu acredito que... Bem, todas as contribuições serão importantes, o que nós queremos é que seja debatida essa questão, já que tivemos aqui, na última reunião, posições divergentes, é claro que elas deverão ser analisadas, e o objetivo dessa audiência é que possamos ouvir essas instituições para analisar essa questão relacionada aos alimentos transgênicos.

Portanto, a sugestão da Senadora Marina Silva é com muito prazer que já tem a minha aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ok. A representação da Assessoria em Serviços e Projetos em Agricultura Alternativos, o representante dessa entidade, está certo?

Colocamos em apreciação o requerimento, os Senadores que forem favoráveis ao requerimento, com o acréscimo feito pela Senadora Marina Silva, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item n° 2, também um requerimento do Senador João Pedro, mas ele não se encontra, deixamos para a sessão seguinte, reunião seguinte.

Item n° 3, Senador Heráclito Fortes, que "*Encaminha o relatório, sobre gestão de florestas públicas e produção sustentável, referente ao ano de 2007*", relatório encaminhado pelo Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente. Foi concedida vista ao Senador Flexa Ribeiro, que não se manifestou sobre a vista. Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, esse tema já foi discutido na comissão, apenas o Senador Flexa Ribeiro pediu vista, não apresentou nenhuma objeção, retorna, então, à votação e nada mais tenho a acrescentar e coloco em discussão, solicitando aos pares a aprovação da matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Heráclito Fortes, em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação a matéria, os senadores que forem favoráveis à matéria, permaneçam como se encontram. Aprovado. Obrigado, Senador Heráclito Fortes.

O Item 04, o Senador João Pedro não se encontra, pediu para que a gente pudesse retirar de pauta e sobrestar(F) a matéria.

O Item 05, o Senador César Borges também fez essa solicitação.

O item nº 06 sobrestado, que é a relatoria... A autoria da Senadora Kátia Abreu, eu sou o Relator, que trata dos alimentos transgênicos, está sobrestado para a realização da audiência pública de autoria do Senador Jefferson Praia.

O item n° 07, Senador Gilberto Goellner não se encontra, também fica para a próxima sessão.

O item nº 08 é terminativo, nós não temos... O nº 08 e o número 09 são terminativos, nós não temos presença na comissão.

Só quero colocar mais um requerimento como extrapauta, da minha autoria, convidando o Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, para falar sobre as políticas e instrumentos que objetivem reduzir a zero até 2015 o desmatamento no país.

O plano nacional de mudanças climáticas estabeleceu metas, a meta de reduzir a zero o desmatamento até 2015. Queremos que o ministro apresente quais são os instrumentos, medidas, ações, programas, projetos, que o governo está implementando, em via de serem implementados, para que a gente possa atingir essa meta até 2015. Os senadores que concordam com a inclusão extrapauta desse requerimento, permaneçam como se encontram. Aprovado. E em discussão o requerimento, os senadores que foram favoráveis ao requerimento também permaneçam como se encontram. Está aprovado o requerimento.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Presidente, uma questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pois não, Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Apenas para ressaltar que essa semana, nós teremos, em

Manaus, na sexta-feira, uma diligência pública aprovada aqui nessa comissão, para tratarmos a questão da Medida Provisória, que trata sobre a questão fundiária.

Portanto, nós estamos indo à Assembléia Legislativa, numa parceria com a Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas. Estamos convidando aí muitas instituições, as instituições do nosso estado, do Estado do Amazonas, que eu quero, através desse debate, saber as posições das instituições, com relação a essa Medida Provisória, que trata da questão fundiária na Amazônia.

Portanto, V.Exa. se tiver oportunidade, tiver a sua agenda... Se tiver espaço.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Já marcamos a data?

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Marcamos para sexta-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sexta-feira agora?

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): É, os convites já foram encaminhados, estamos agora apenas aguardando posições para confirmar se realmente essa diligência ocorrerá na sexta-feira.

Mas seria uma grande oportunidade, será uma grande oportunidade de termos senadores que participam dessa comissão, e uma honra para todos nós do Amazonas, se pudéssemos ter a presença de vocês, nessa discussão que será muito importante, muito proveitosa, sobre a Medida Provisória que trata da questão fundiária na Amazônia.

Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Jefferson Praia, e parabéns pela iniciativa. Só para que a gente possa reforçar o convite, nós teremos amanhã uma audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e também da Comissão de Assuntos Sociais. É uma reunião conjunta, onde o senador... De autoria do Senador Efraim Morais e da Senadora Marisa Serrano, com o Ministro das Cidades, o Dr. Márcio Fortes, que vai falar sobre, às 11 horas da manhã, aqui... Deve ser nessa sala, não, vai ser na sala n° 9, às 11 horas da manhã, para discutir os investimentos no âmbito de Programa de Ação Social em Saneamento, bem como a devolução, pela União, de 57 milhões de dólares, do referido programa.

Então, há uma audiência amanhã, às 11 horas, na sala nº 9, estão convidados os senadores a participar.

Nós ainda não encerramos a nossa reunião, temos o prazer da companhia do Senador Gilberto Goellner, e ele é relator do item n° 07 vamos aproveitar e pedir para que ele possa apresentar o seu relatório e nós possamos discutir e, se possível, deliberarmos sobre o item nº 07.

Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, eu vou ler a análise do projeto, trata-se de Projeto de Lei, oriundo da Câmara, nº 193 de 2008, que acrescenta inciso IV do parágrafo 2º, do art. 26, da lei 8.078, de 11 de setembro de 1990. Ele acrescenta a causa de interrupção do prazo decadencial para reclamações por vícios aparentes ou de fácil constatação.

Então, "*Cabe a esta Comissão opinar sobre matérias referentes à defesa do consumidor, nos termos do art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal. Pode, também, pronunciar-se a respeito da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da aludida proposição, dado que, em princípio, ela não será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa.*

O PLC 193 está em consonância com os preceitos constitucionais atinentes à competência normativa concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal, segundo o art. 24, inciso V, da Lei Maior. Além disso, está conforme com as determinações pertinentes às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa. A proposição não contraria disposições constitucionais nem regimentais.

Para a avaliação do mérito, vale assinalar que o instituto da decadência é o perecimento de um direito subjetivo pela falta de seu exercício no interregno previsto na lei. A decadência resulta, portanto, da omissão do titular do direito.

De acordo com o projeto de lei, a decadência é obstada quando, a fim de sanar o vício, o consumidor apresenta reclamação oficializada perante órgão ou entidade com atribuições de defesa do consumidor, até a negativa formal do fornecedor em audiência ou o descumprimento do acordado. Trata-se de um estágio anterior à propositura de ação judicial, com o propósito de solucionar a questão.

Nesse caso, consideramos muito apropriada a interrupção do prazo decadencial, para que se possa eliminar o risco de perda de direito por decurso de tempo.

Ademais, registre-se que um dos princípios basilares da Política Nacional de Relações de Consumo – estabelecida no art. 4° da mencionada Lei n° 8.078 – é o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo.

Observe-se que é louvável toda medida que, reconhecendo a vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo, contribua efetivamente para o aperfeiçoamento do mencionado diploma legal e, por conseguinte, da tutela do consumidor. Portanto, é inegável o alcance social da proposição em referência.

Cumpre-nos, ainda, recordar que o veto do inciso II, do § 2°, do art. 26 do Código de Defesa do Consumidor ocorreu graças ao fato de que, por meio dele, eram atribuídas a entidades privadas funções que deveriam ser destinadas, por sua própria natureza, aos agentes públicos. Com isso, seria gerada ameaça à estabilidade das relações jurídicas.

Entretanto, cabem alguns reparos à proposição, com o intuito de adequá-la às disposições da Lei Complementar n° 95, de 26 de fevereiro de 1998. Para tanto, são apresentadas duas emendas no fim deste parecer. A primeira delas consiste em aprimorar a emenda de modo a explicitar melhor o objeto da lei. A segunda emenda aperfeiçoa a redação do inciso acrescentando ao § 2° do art. 26 do Código de Defesa do Consumidor, porquanto a redação do projeto compreende, além dos órgãos públicos, órgãos privados de defesa do consumidor, o que, pelas razões mencionadas, não seria desejável".

Voto. "*Pelos motivos expostos, somos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara n° 193, de 2008, com as emendas a seguir indicadas*".

A primeira emenda: "*Acrescenta o inciso IV ao § 2° do art. 26 da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir causa de interrupção do prazo decadencial para reclamação por vícios aparentes ou de fácil constatação*".

A segunda emenda: "*Dê-se ao § 2º do art. 26 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, nos termos do que dispõe o art. 1° do Projeto de Lei da Câmara nº 193, de 2008, a seguinte redação: "Art. 26. IV – a reclamação oficializada perante órgão ou entidade da administração federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal de defesa do consumidor, até a negativa formal do fornecedor em audiência ou até o descumprimento do acordado*".

Sr. Presidente, o projeto, trocando em miúdos, ele tem como objetivo interromper esse prazo que está prescrito quando, a fim de sanar o vício, o consumidor apresenta reclamação oficial perante o órgão ou entidade com atribuição de defesa do consumidor.

Então, com essas duas emendas nós vemos que vamos estar melhorando a lei e restringindo, então, a reclamação aos órgãos públicos e fazendo uma correção na ementa que é a emenda n° 1, o meu voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Gilberto Goellner. Em discussão a matéria. Eu também manifesto minha posição favorável à matéria, eu acho que a matéria tem procedência, tem mérito, importante para que a gente possa aperfeiçoar a Defesa do Consumidor. Então parabenizo V.Exa. pelo relatório e o Deputado Celso Russomano pela autoria do projeto.

Em votação à matéria, Senadores que forem favoráveis à matéria, permaneçam como se encontram, aprovado.

Não havendo mais nada a tratar nessa presente sessão.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pois não, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de entregar um Requerimento e que fosse aprovado ainda nessa sessão que é a inclusão na audiência pública, do requerimento, incluindo, dentro do Ministério da Agricultura, que seja convidado, representando o Ministério da Agricultura, o Sr. Luiz Carlos Balbino, representando a EMBRAPA, dentro do Ministério da Agricultura, já que se trata de uma audiência pública específica, que é do Consórcio Silvo-Pastoril.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senadores que forem favoráveis à inclusão à pauta do adendo, do acréscimo ao requerimento, já aprovado aqui nessa comissão, de autoria do Senador Gilberto Goellner, permaneçam como se encontram. Aprovado o extrapauta.

Os Senadores que forem favoráveis a votação e ao acréscimo desses dois convidados para a audiência pública que vai tratar do sistema Agro-Silvo-Pastoril, também permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nós temos também, só para dar conhecimento aos membros da comissão, diversos avisos que foram encaminhados do Tribunal de Contas da União para essa Comissão de Defesa do Consumidor, o Aviso 146, que é o relatório da auditoria, de natureza operacional, sobre o trânsito dos florestais no IBAMA, o Acórdão 232, que os desdobramentos e providências tomada em decorrência do Acórdão 453 de 2001, e da Decisão 214 de 2001 e o Acórdão 376 de 2009.

O Aviso 60, que trata da segunda etapa do programa de concessões de rodovias federais. O Aviso 122, que trata do serviço de transporte de passageiros por meio de trem de alta velocidade entre Rio de Janeiro e São Paulo, é o processo... Acompanhamento do processo de licitação para concessão do serviço. O aviso 142, o Acórdão 303 de 2009 referente à Comissão de Fiscalização e Controle sobre contrato entre a Guascor e Ceron.

Aviso 202... Acórdão que requereu auditoria em licitação realizada pela CODEBA para a instalação de terminal de grãos no Porto de Aratu, na Bahia. O aviso 1244, referente ao terceiro trimestre de exercício financeiro, um relatório. O aviso 1825, relatório realizado

pela ANATEL, em cumprimento ao Acórdão 1196 de 2005. Aviso 268, a representação a cerca de prováveis irregularidades nas dispensas de licitação da Fundação Universidade de Brasília, na FUB.

Aviso 1881 acompanhamento do processo de licitação e contratação de parceria público-privada do Projeto de Irrigação Pontal em Petrolina. Aviso 1864, relatório de levantamento de auditoria da FISCOBRAS, 2007, referente a construção de berço sem alargamento do Cais sul e ampliação do Porto de Itaqui, no Maranhão.

Recebemos ainda da Controladoria Geral da União o ofício 37107, que encaminha o CD referente a 26ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos.

Esses documentos se encontram na Secretaria da Comissão a disposição dos Senadores.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente Reunião.

Sessão encerrada às 12h34.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 6ª REUNIÃO, CONJUNTA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, COM A 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 2009, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e trinta e três minutos, do dia primeiro de abril de dois mil e nove, na Sala de reuniões nº 9 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora ROSALBA CIARLINI, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores FLÁVIO ARNS, PAULO PAIM, ROBERTO CAVALCANTI, GILVAM BORGES, GARIBALDI ALVES FILHO, MÃO SANTA, EFRAIM MORAIS, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, JOÃO DURVAL, FÁTIMA CLEIDE, CÉSAR BORGES, INÁCIO ARRUDA, IDELI SALVATTI, LEOMAR QUINTANILHA, HERÁCLITO FORTES, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO, SÉRGIO GUERRA, GIM ARGELLO, JEFFERSON PRAIA, ALMEIDA LIMA e FLEXA RIBEIRO. Deixam de comparecer os demais membros das Comissões. A Presidente declara aberta a reunião conjunta, propondo a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores dessas Comissões, que são dadas como aprovadas. A seguir, a Presidência informa que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo aos Requerimentos nº 01, de 2009 – CAS e nº 09, de 2009 – CMA, de autoria dos Senadores Efraim Morais e Marisa Serrano, respectivamente, com vistas a debater sobre a utilização de recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que deveriam ser aplicados no âmbito do Programa de Ação Social em Saneamento (PASS), bem como a devolução pela União de US$ 57 milhões do referido Programa. A Presidente comunica o recebimento do ofício do Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Senador Fernando Collor de Mello, indicando os Senadores Inácio Arruda, Flexa Ribeiro e Efraim Morais como representantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura na presente Audiência Pública para discorrer sobre o Programa de Habitação de Casas Populares. A Presidência esclarece que, conforme o Art. 398, inciso X, do RISF, o Ministro disporá de trinta minutos para suas exposições e posteriormente interpelação pelos Senadores escritos, dentro do assunto tratado, dispondo o interpelante de cinco minutos, assegurando igual prazo ao interpelado, após o que poderá este ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se ao Ministro de Estado o mesmo tempo para a tréplica. O Ministro Márcio Fortes ao chegar, assume seu lugar à Mesa e a Presidente dá início à reunião. Às doze horas e vinte e três minutos o Senador Cícero Lucena assume a Presidência. Às doze horas e trinta minutos a Senadora Rosalba Ciarlini reassume os trabalhos. A Senadora Rosalba Ciarlini registra a presença dos Senhores Rodolpho Salomão – Especialista em infraestrutura Sênior do Ministério das Cidades; Victor Carvalho Pinto – Consultor Legislativo do Senado Federal; Sérgio Antônio Gonçalves – Diretor de Articulação Institucional da Secretaria de Saneamento do Ministério das Cidades; Manoel Renato Machado Filho – Diretor de Desenvolvimento e Cooperação Técnica do Ministério das Cidades; João Feu Rosa – Assessor Especial do Ministério das Cidades; Leodegar Tiscoski – Secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades; Juraciema Marciano de Amorim – Assessora do Ministério das Cidades e Dalva Helena de Souza – Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério das Cidades. Fizeram uso da Palavra os Senadores Efraim Morais, Marisa Serrano, Jefferson Praia e Roberto Cavalcanti. Findo os debates e não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às quatorze horas e dezessete minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador CÍCERO LUCENA, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senador **Cícero Lucena,** Presidente em Exercício da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 01/04/2009

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo número regimental declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais e da 6ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle da 30ª(sic) Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Levo à consideração da Comissão o requerimento que passo a ler: "*Nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 1 de 2009 da CAS, requeiro que a referida Audiência Pública seja realizada em reunião conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle-CMA*". Senhores que aprovam, senhores e senhoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores. Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Gostaria de inicialmente agradecer a presença do Ministro Márcio Fortes, Ministro das Cidades, que, a convite da nossa Comissão, veio para apresentar trabalhos do seu... Relacionados com o seu Ministério e de uma maneira específica responder a questionamentos voltados ao Programa de Ação Social em Saneamento, PASS, bem como a devolução pela União de 57 bilhões do referido programa, atendendo, inclusive, ao requerimento de nº 01 da CAS e nº 09 da Comissão de Meio Ambiente.

Gostaria de levar ao conhecimento dos Srs. Senadores, ofício que recebi do Excelentíssimo Sr. Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Infraestrutura: "*Excelentíssima Sra. Presidente, solicito a V. Exa.. receber como representantes escolhidos por esta Comissão de Infraestrutura na reunião do dia 26 de março de 2009, os Srs. Senadores, Inácio Arruda, Flexa Ribeiro e Efraim Morais, na Audiência Pública dessa Comissão de Assuntos Sociais, a se realizar no próximo dia 1º de abril do ano em curso, quando será recebido o Excelentíssimo Sr. Márcio Fortes, Ministro das Cidades, para discorrer sobre o Programa De Habitação De Casas Populares. Certo de poder contar com aquiescência e apoio da ilustre Presidente, renovo as expressões do meu apreço. Atenciosamente, Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão*".

De acordo com o regimento, art. 398, quando houver comparecimento de Ministros de Estado perante o Senado adotar-se-ão as seguintes normas: "*Terminada a exposição do Ministro de Estado, que terá duração de meia hora, abrir-se-á a fase de interpelação pelos Senadores inscritos, dentro do assunto tratado, dispondo o interpelante de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, após o que poderá este ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se ao Ministro de Estado o mesmo tempo para a tréplica*".

Dando início agora à nossa Audiência Pública nós iremos passar a palavra ao Ministro Márcio Fortes, após a palavra do Ministro, Senador Efraim, como primeiro inscrito, por ser, inclusive, o autor do requerimento e Senadora Marisa Serrano também, coautora do requerimento. A lista de inscrição já está aberta.

Com a palavra o Ministro Márcio Fortes.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Cumprimento a todos os Senadores, a Presidente Senadora Rosalba Ciarlini. Em particular saúdo os Senadores que apresentaram o requerimento quanto a minha presença aqui, o convite para estar presente.

Quero assinalar que desde o primeiro momento coloquei a disposição, era a minha intenção, até de ter uma, já... No mesmo dia que foi apresentado, queria ter uma audiência até com o Senador Efraim para já adiantar os dados, acontece que a agenda atropelada que nós temos em função de muitas questões do PAC, impediram que pudesse realizar esse meu intento, eu pedi várias vezes que me desculpasse, eu queria vir estar com o Senador Efraim no seu gabinete, sem, é claro, qualquer prejuízo de estar aqui, mas para dar algumas explicações naquele primeiro momento.

Eu fiz o seguinte, Senadora Rosalba: eu coloquei no *PowerPoint* uma série de quadros para mostrar a evolução desse programa, em particular das decisões que foram tomadas para a tentativa de sua implementação, mas que, em última análise tivemos a decisão final de cancelamento.

Ficará bem claro na exposição que o objetivo foi preservar ao máximo as ações que pudessem viabilizar os objetivos do programa.

Pudesse passar o primeiro slide, por favor. O primeiro *PowerPoint*.

Os Senadores, todos aqui conhecem bem, eu gostaria de repetir, é uma colocação que é a seguinte: quando, muitas vezes, se fala em acordo internacional, um empréstimo internacional e muitos pensam que... Não aqui, obviamente, os Senadores, mas a mídia em geral, pensa que eu tenho orçamento, de um certo tamanho, eu pego um empréstimo internacional, se eu tenho 100, pego um empréstimo internacional de 100, muitos pensam que meu orçamento virou 200. Não é nada disso. Já foi época lá atrás que isso acontecia. Nós temos simplesmente o adentramento do empréstimo no orçamento do Ministério.

Eu pergunto: qual é a vantagem, se é o mesmo orçamento? Bem, poderia haver a vantagem do lado

financeiro em que se teria a liberação do financeiro garantida. Desvantagens? Teríamos o empréstimo, obviamente, teríamos que, como qualquer empréstimo, pagar juros, pagar taxa de compromisso e seguir os critérios que estariam constando do contrato de financiamento.

Em termos orçamentários, isso deixar bem claro, Senadores, um empréstimo internacional não soma em nada a capacidade orçamentária do Ministério. Parece estranho isso mas é a realidade. Eu tive, eu já fui Secretário Executivo de alguns Ministérios, eu tive uma situação dessa no Ministério da Agricultura, em que havia um empréstimo internacional encaminhado quando eu cheguei ao Ministério, para fazer uma reformulação da Secretaria de Defesa Agropecuária; eram 44 milhões de dólares.

Acontece que quando chegou a esse pleito, eu já tinha feito um... Esquema operacional do Ministério, orçamentário-financeiro, que me dava total tranquilidade quanto ao limite orçamentário e limites financeiros. O quê que aconteceu? Seria inteiramente desnecessário assinar o contrato. Mesmo que a área econômica pediu que assinasse, que era importante, talvez houvesse o interesse não propriamente do objetivo, mas ali naquele caso de acrescentar divisas ao país, os 44, apesar do valor ser relativamente pequeno em termos globais, mas acrescentar divisas ao país. Em termos operacionais, não me acrescentava nada, e apesar de todas as solicitações que houve da área da Fazenda, Diretor do Banco Mundial que veio, eu não assinei, porque era desnecessário.

Então, eu quero compreender bem essa questão: não dobra, se eu tenho 100 mais 100 não dobra, continua com o mesmo 100, a única vantagem que poderia ter é na liberação do financeiro que estaria acordada, mas há outros pontos que são mais negativos do que positivos, que eu relatarei em seguida.

[ininteligível] O que que acontece? Quando entra o empréstimo ele tem que, para ser realizado ele pega uns limites orçamentários do Ministério. Então, não soma nada, então, a execução dos contratos de empréstimo precisa se dar dentro do limite orçamentário e financeiro da pasta, não me é acrescentado em nada, um centavo que seja em orçamentário ou em financeiro, teria só alguma liberdade de pegar o financeiro.

É bom assinalar que entre 2005 e 2008, os limites orçamentários que nós tínhamos já não dariam para executar regularmente os programas nossos e os programas financiados de recursos internacionais, que já encontrei como o HBB, que nós estamos aqui falando, PAT PROSANEAR, que esses dois acabaram migrando para o PAC, que essa é uma das questões que colocarei mais adiante, migração para o PAC, o PMSS e o PASS-BID.

Então, HBB, PAT PROSANEAR, migraram para o PAC, o PMSS e o PASS-BID são objeto aqui da nossa apresentação, particularmente o último, que é o PASS-BID.

Pode passar o quadro. Por favor, pode passar o quadro, quem está controlando... Não...

Contrato de empréstimo, sim. Só para situar qual é o contrato que nós estamos falando, é um contrato que foi assinado em 2004, um prazo inicial de contrato de 50 meses, como foi concebido, a um custo de programa envolvendo os recursos do empréstimo e o recurso da contrapartida, num total de 95 milhões de dólares. Aí os senhores vêem que 60% correspondem aos 57 milhões que são objeto da convocação do Senador Efraim, aí temos o valor de 60%, mas nós tínhamos a contrapartida e já viram como é que é pesada essa contrapartida? 40%?

Só para lembrar, quando nós falamos de PAC, mais adiante mencionarei isso, a contrapartida vai cair para 5, 10, 15%. Então, veja aí o peso adicional que haveria para estados e municípios que usariam esse contrato.

Então, o Governo Federal assume, em primeiro momento e repassa a contrapartida que vai para 25%, estados e municípios, para fazer as obras, uma parcela nossa e outra parcela para estados e municípios.

Pode mudar o quadro.

É um quadro, isso aqui é um histórico, histórico para deslocalizar exatamente o que que houve, porque se havia velocidade, não havia velocidade no programa. O programa foi concebido em meados da década de 90, eu diria em torno de 1995, que foi a concepção e discussão do tema. E só lá para o ano de 2000, 2002, que começaram a ser verificadas as necessidades e elaborados alguns projetos de engenharia e nesse momento é que se começou a fazer conta para verificar o que seria necessário atender para os municípios que viessem a ser elegíveis. Então, o valor seria 200 milhões de dólares naquela época.

Entretanto, já por limitações orçamentárias, o programa foi concebido valor bem menor, de 95 bilhões, sendo que o empréstimo em si, de 57 milhões de dólares. Certo? Eu estou colocando bem didaticamente, bem lentamente, a evolução da discussão e evolução do que se chegou num primeiro momento. Pode passar, por favor.

Bem, a que se destinava esse contrato? Investimento de sistema de saneamento, de abastecimento de água, esgotamento sanitário. Aí estão os componentes: implantação, ampliação e melhoria de sistema de abastecimento, água, de esgotamento sanitário.

Mas não era só isso, era também melhoria da gestão dos prestadores do serviço de saneamento, porque esse é um problema que sempre ocorre, a questão da capacidade gerencial das empresas que estão voltadas à execução do serviço, seja uma empresa municipal, seja uma autarquia, que estaria levando adiante essa operação. E contribuição para o desenvolvimento da política do setor de saneamento, parte de estudos. Temos estudos sobre tarifas e subsídios. Temos uma parte aí, obviamente, que é de custeio, temos uma parte de investimento em cima e parte de custeio nos itens 2 e 3. Está claro?

Podemos passar para o quadro seguinte?

Naquele momento, o que se poderia alcançar? Nas contas que foram feitas, nas discussões iniciais, a concepção inicial era para atender 109 municípios que tivessem população entre 15 mil e 75 mil habitantes, que estivessem em situação de IDH abaixo da média nacional, ou seja, que é 0,76, e estariam esses município localizados nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Norte de Minas Gerais e Espírito Santo. E municípios que tivessem obviamente um baixo índice de cobertura de abastecimento água, e esgotamento sanitário, como é óbvio, pela concepção do Programa.

Vamos passar.

Bem, já estou dando aqui uma posição final do que aconteceu com esse número 109, em determinado momento, no Executivo, fez-se uma decisão que acima de um certo número de população, ficaria essa ação com o Ministério das Cidades, abaixo, ficaria com a FUNASA. Então, foi feito um corte na faixa de 50 mil habitantes, então, dos 109, 70 passaram para a FUNASA, saíram da nossa área de atuação; 39 municípios com população maior do que 50 mil habitantes, estavam no âmbito do Ministério das Cidades.

Só para adiantar o que será dito mais adiante, houve uma migração, 25 municípios foram atendidos pelo PAC já em 2007. Seis permaneceram no programa que nós discutimos agora que é o PASS-BID e oito tiveram atendimento inviabilizado, vamos ver em seguida porquê.

Pode trocar o quadro.

Os projetos, como eu disse aos senhores, a concepção veio da década de 90, a discussão no início da década atual, os projetos feitos ainda pela SEDUR, Secretaria de Desenvolvimento Urbano e a Presidência da República, os projetos teriam que ser atualizados já quando discutimos, já, a implementação do projeto, desatualizados, oriundos daquele momento lá atrás.

Verificou-se um problema sempre do prestador do serviço de saneamento com fluxo de caixa negativo, que estava contrário às determinações do BID, e, na maioria dos casos, inadimplência no cálculo, que era um problema sério; a inadimplência no cálculo inviabilizava qualquer assinatura de convênio.

Podemos passar.

Quais são os municípios, então, que ficaram eleitos aqueles seis, seria Limoeiro do Norte no Ceará, Quixeramobim, também no Ceará e Ipojuca e Surubim em Pernambuco, Santa Cruz do Capibaribe, Pernambuco, e Assu no Rio Grande do Norte... Senador, eu fui verificar se Assu era com dois *ss* ou com *cê-cedilha* porque o Rio Açu é com *cê-cedilha*, mas a cidade é com dois *ss*. O senhor me corrija, está certo? [risos]. Assu, pois é. Esperei o Senador Garibaldi me corrigir, mas está perfeito.

Vamos passar, por favor.

Bem, então na revisão de metas, esses que ficaram os... Exatamente, estamos repetindo aqui, quais são os municípios que ficaram contemplados, Limoeiro, Quixeramobim, Ipojuca, Surubim, Santa Cruz do Capibaribe e Assu.

Vamos passar.

O quadro é difícil de ler, mas os municípios que estavam inicialmente beneficiados são esses, está Limoeiro do Norte, Assu, Quixeramobim, Santa Cruz do Capibaribe, Ipojuca e Surubim, num valor inicialmente concebido em, já, em 81 milhões de reais. Já numa revisão. Valor concebido de 81 milhões de reais, um valor aquém do que se pensava inicialmente. Já se vez o ajuste.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Estou dando tempo aos senhores que querem ver a listagem dos valores... Do ajuste. Podemos passar, então, se os Senadores já viram o quadro.

Passaremos, então.

Na implementação, então, do programa, o que nós temos que mencionar aqui? Restrições orçamentárias, como eu disse no início, como o contrato entra dentro do orçamento, eu tenho também que ter um limite para operá-lo, eu tenho que operar o meu Ministério, tenho que operar esse contrato internacional e outros que eu já encontrei. Então, havia limitações pelo contingenciamento do recurso... Contingenciamento orçamentário-financeiro.

Um ponto que foi objeto de preocupação ao longo da implementação foi a questão dos questionamentos do órgão de controle, Tribunal de Contas e a CGU, sobre a prevalência da legislação brasileira sobre as políticas do BID, ou seja, a regra das licitações 8.666 *versus* as regras das entidades internacionais.

Isso é um tema complexo, eu tenho enfrentado essa discussão não só aqui no âmbito desse contrato mas também, por exemplo, no âmbito da CBTU, que

é uma empresa do nosso Ministério, em que nós, recentemente, um problema para discutir, um problema em discussão, que era como levar adiante... Lá atrás num contrato feito e uma licitação feita no âmbito do BID, do Banco... Do BID, por preço global, *turn key*, e houve um momento depois, de se fazer uma reformulação de preço em função de troca de projeto, como se calcular cada item de per si, se estava tudo feito por um *turn key*, um projeto básico global.

Então, essas questões, estão sendo objeto de discussão no Tribunal, em várias situações não só nessa aqui. Então, e também havia um outro problema que era a necessidade de adequar os custos dos itens a mediana do SINAP, sem período de transição e sem disponibilização restrita do sistema.

É o sistema interno da Caixa, isso foi determinação do TCU, que se houvesse, tivesse como critério a mediana do SINAP, que é o sistema de preço, é o sistema interno da Caixa, esse sistema só progressivamente que foi sendo liberado, e só recentemente poderia dizer que está já em função, porque ele tinha sido liberado sintético, no ano passado, analítico, sem, ainda, composição de custos e ele é usado como referencial de custos, e só recentemente que foi aberto esse tema porque a determinação do TCU era para que ele, o serviço de base, mas ele não está disponibilizado e as prefeituras não tinham acesso para saber, afinal de contas, qual era o valor que se aplicava na execução dos trabalhos.

Podemos passar? Podemos trocar o quadro?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Hein?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Computador? Ok. Bem, na parte operacional eu queria dizer o seguinte, falar, resumo do que está ali. Os senhores sabem que eu já trabalhei em outros Ministérios, como disse antes, e vários dos senadores já me conhecem até por execução de convênios, com "N" municípios desse país.

Quando estava na agricultura, eu tinha um número elevado de funcionários e com isso eu tinha possibilidade de ter "N" gestores, por uma quantidade enorme de convênios que nós fazíamos. Diferente do Ministério das Cidades, Ministério novo, criado pelo Presidente Lula em 2003, um quadro pequeno, eu não tinha possibilidade, como já encontrei também essa situação no Ministério, eu realmente confirmei, não tinha possibilidade de levar adiante a realização de convênios, número exigido não só por esse programa, por outros programas do Ministério.

Então, nós no Ministério adotamos a relação com a Caixa Econômica Federal, os senhores já vêem hoje que na execução dos programas do Ministério do PAC sempre a Caixa aparece, ela é nossa parceira, nossa mandatária, ela tem a remuneração pelos serviços prestados de análise inicial dos projetos, que depois são aprovados por nós.

Então, nesse momento aqui também se colocou a questão: nós não tínhamos condição de, também nesse convênio, de levar adiante o que era esperado de uma ação do Ministério com o gestor presente no convênio. Fomos para o sistema que adotávamos, que era colocar a Caixa. Entretanto, nesse acordo não vingou, da Caixa, BID, Ministério das Cidades, por várias questões operacionais, não é só o nível de remuneração, é nível de participação da Caixa nesse relacionamento e não prosperou e não foi adiante. Então, isso foi um ponto também delicado no encaminhamento do programa. Podemos passar.

Bem, vamos ver como o que eu já disse *en passant* no início, algumas dificuldades. Então, o alto valor da contrapartida para estados e municípios. Esses contratos internacionais, eles são de larga maturação na discussão e também têm a questão da contrapartida elevada. Então, no caso aqui ficaria para os estados e municípios 25% em cada caso, que fosse necessário o Município contemplado, ele teria que participar com 25%.

Os eternos problemas que haveria para a obtenção de licença ambientais, a questão fundiária também para execução das obras. O item 3 já foi de alguma maneira referido antes, mas é o problema da insegurança dos municípios quanto a regras de licitação, inseguros quanto a fazer pela 8.666 ou seguir as regras do BID; não esqueça que havia os órgãos de controle para acompanhar a situação e os municípios, os prefeitos tinham dúvidas quanto a isso.

Então, por exemplo, dois casos: cláusula de confidencialidade na divulgação das propostas concorrentes, isso o BID exige; e da planilha de custo estimado, isso também não podia ser divulgado, então, era confidencialidade, os municípios tinham dificuldade em lidar com esses temas.

Houve necessidade de contratação de uma empresa gerenciadora. Houve o atraso em função de apontamentos de órgãos de controle no edital, todas as exigências foram cumpridas, isso atrasou, e como no caso de licitações normais é sempre depois, depois de adjudicado, a questão dos recursos. Então, os recursos impetrados entre os participantes, também, esses recursos contribuíram para o atraso geral que houve para que se pudesse ter empresa gerenciadora contratada, que era fundamental nos termos de de-

terminação do Banco... DO BID, como exigência para operação. Vamos seguindo.

Bem, temos aqui a questão, então, o cerne da questão, Senador Efraim, da sua colocação, Senadora, também, Marisa, que é a questão do encerramento do programa. Em face de tudo que foi colocado aqui, além de negociações que houve ao longo do período, com o CGU, com o TCU que eu já mencionei, com a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, nós tivemos aí uma decisão conjunta com o Ministério do Planejamento, da não prorrogação do contrato de empréstimo.

Essa regra, conflito às regras do BID, a legislação brasileira, envolvendo, inclusive, um Acórdão do Tribunal de Contas dando prevalência da 8.666, um conflito adicional com a regra do Banco Mundial... Do Banco... Do BID, Banco Interamericano, mais uma confusão. E o custo elevado financeiro, você ter um contrato daquele valor apenas para realizar seis obras, isso ficou desequilibrado. Podemos passar.

O que que... Estou só repisando algumas coisas que foram ditas, mas que agora eu torno a resposta definitiva à convocação dos Srs. Senadores.

A vantagem da migração dos projetos para o PAC. No PAC todos sabem, não há qualquer contingenciamento orçamentário ou financeiro, ou seja, se a obra foi migrada de um lado para o outro, está garantida na sua execução porque obra medida é obra paga. O orçamento das obras foi ampliado, o qual passar para o PAC, os que passaram para o PAC, tiveram atualização. A contrapartida ficou entre 5 e 10%, ou seja, os Prefeitos saíram ganhando com isso. E dentro do PAC, uma lei que foi aprovada pelo Congresso, 11.578, não há necessidade de submissão ao CAUC, para você poder celebrar os contratos e receber o pagamento dos recursos.

Eu acrescentaria também aqui, em termos gerais, dentro do esforço do Governo de reduzir dívidas internacionais, também por aí foi o que se tomou a decisão no momento que no PAC nós temos o orçamento, temos o financeiro, temos toda essa garantia da execução das obras, porque continuar, no momento que você estava pagando, saindo de dívida internacional, você continuar com um contrato que se verificou desnecessário na sua manutenção? Até porque tem custos, pagamento de juros, taxa de compromisso e também você ficar amarrado a regras de execução, quando, passando para o PAC, você tem a execução definida já por ações próprias do Ministério, em relação com a Caixa, definida pelo CGPAC, Conselho Gestor do PAC, coisas internas nossas sem submissão externa.

Então, recursos alocados no PAC, os senhores podem ver, Limoeiro passou a ter 17 milhões, 17,2 milhões, Quixeramobim 22,5 milhões, Ipojuca 4,9 milhões, Surubim 25,8 milhões, Santa Cruz do Capibaribe 21,9 milhões e Assu 2 milhões. Ou seja, passamos aí para o PAC 94,3 milhões de reais, que seria aproximadamente 41 milhões de dólares em valores atualizados.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Hein? Deixa eu ler, depois...

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Já, não, não... Assu não, eu tenho a tabela inicial, tenho que voltar àquele quadro inicial. Já era pequeno, já era pequeno. É que eu passei... está aí, Assu...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Assu era 2 milhões e 50...

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Olha, está lá. A lá, tinha 2,150, as duas obras de Assu tinha 2,153, aproximadamente. Assu foi mantido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Já era pouco.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Já era pouco, os outros foram atualizados, aumentaram. Então, o número original ali estava em 81 milhões e nós fomos a 94 milhões.

Podemos voltar, então, ao final, por gentileza. Anterior, anterior.

Então, está aí o quadro que dá o resumo de como ficaram os municípios selecionados e os valores alocados. Gostaria de indicar aos Senadores que, me corrija minha assessoria, se não me engano foi Limoeiro do Norte que teve um problema sério de licitação, que foi... Licitações foram canceladas, foram, tiveram que ser refeitas por determinação dos órgãos de controle.

Então, também passando por essa questão da dicotomia de legislação da 8.666 e do Banco Interamericano. Então, isso atrasou mais ainda a situação de Limoeiro do Norte, que deu mais ainda instabilidade com os Prefeitos em relação aos procedimentos a seguir.

Por gentileza.

Então, o que que ficou realizado no PASS-BID? Porque tinha 57 milhões de dólares, os senhores vão ver que o saldo de recurso é 54.980, alguma coisa tinha sido realizada. Em Limoeiro do Norte, 574 mil dólares, planejamento, operacionalização, 2,130 milhões de dólares, isso aqui investimentos, despesas realizadas, pagamento de juros, 118 mil dólares, Comissão de crédito 358 e saldo e recurso do BID 54,980.

Então, senadores, é maneira sintética que eu trouxe a informação, repisando aquele ponto inicial, que deve ser levado em consideração, que a devolu-

ção não significa que o meu Ministério tenha perdido orçamento, porque em nenhum momento um contrato internacional aumenta o meu orçamento, ele simplesmente, ele tem que ser executado dentro do orçamento do Ministério com os limites do Ministério. E agora os princípios foram selecionados e estão enquadrados num programa que não é objeto de contingenciamento e tem já um recurso claramente definido, e eu repito, obra medida é obra paga.

Creio que fiz a exposição dentro do tempo solicitado, as idéias gerais estão colocadas, estou a disposição dos senhores Senadores, agradeço a oportunidade de dar esclarecimento aqui às Comissões que me convocaram.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Sr. Ministro, inclusive, quero parabenizá-lo duplamente, porque foi dentro do tempo.

Eu gostaria aqui antes de passar a palavra para o Senador Efraim, dizer o quanto é importante que a gente possa discutir, esclarecer, porque acho que nós temos esse papel importante de acompanhar, de fiscalizar e quando se fala em saneamento, Ministro, eu tenho uma experiência de quem foi Prefeita de uma cidade de porte médio como a cidade de Mossoró. E se eu só tivesse um recurso e alguém viesse me perguntar que obra a senhora realizaria? Não tenha dúvida que eu diria, de imediato, saneamento básico, porque eu sei o que significou isso na minha cidade. Não fizemos tudo ainda, inclusive, ainda vamos precisar muito de concluir, mas passamos, com certeza, quando eu fui Prefeita, passamos dos 50%, chegando a 62%. E a cidade mudou, a cidade tem outra feição, porque o saneamento básico ele mexe com o meio ambiente, mas sempre para melhor.

Se a gente está agora nessa transposição do Rio São Francisco e eu, como relatora da Subcomissão, de acompanhamento, venham vendo o que a gente defende, que seja um rio vivo; como é um rio vivo? Onde não haja poluição e para não ter poluição tem que as cidades estarem saneadas e se nós sabemos que 1 Real investido no saneamento é 4 Reais que a gente economiza na saúde, eu que tive a experiência e vi crescer o IDH depois do saneamento, vi chegar indústrias que não chegavam ao município porque antes não tínhamos saneamento, vi chegar prédios, a cidade crescer verticalmente porque só assim depois do saneamento.

Então, houve realmente, é uma obra importantíssima, ela mexe com... Ela está enterrada mas ela deixa a gente ver pela fisionomia feliz do povo. Então, daí a nossa preocupação quando o Senador Efraim trouxe aqui essa questão. Tenho certeza que o sentimento foi de todos, ficamos estarrecidos porque precisávamos esclarecer o porque de num país onde é tão necessário saneamento, de repente obras tão importantes, com recursos que vinham externos, esses recursos estavam sendo devolvidos.

Então, Ministro, agora eu vou passar a palavra ao Senador...

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Se a senhora permitir, se eu pudesse...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Senadora... Primeiro, quebrando o protocolo...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E com um detalhezinho, Sr. Ministro, que eu ainda mexi com uma cidade minha lá do meu Estado, que na realidade ainda está recebendo pouco, precisa de mais para poder fazer todo o saneamento, que ela fica nas margens do rio Açu, que nós temos que preservar também o nosso rio.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Um fato que eu queria ressaltar aqui é o seguinte: o que a senhora disse, bate com toda a preocupação do Governo. Esgoto é uma situação que afeta a saúde humana e a saúde do meio ambiente. Não basta coletar, tem que coletar e tratar, se coletar e der o destino que é um riacho, uma lagoa, um manancial, não resolvemos, criamos um problema adicional.

Então, é a preocupação... Lembrar que 83% dos domicílios brasileiros já têm um atendimento de água, então, podemos considerar que a situação é razoável, mas encaminhado para boa. Mas na parte de coleta, nós temos aproximadamente 50% dos domicílios brasileiros já com coleta, mas quando jogar coleta com tratamento esse número abaixa, está abaixo de 40%, então é um número que precisamos atacar e não depende do tamanho da cidade, da sua riqueza, é coisa impressionante. Vamos às cidades ricas e a gente descobre que tem 2% apenas de esgoto coletado e tratado. No PAC, nós fizemos levantamentos, estudamos isso e fomos adiante com esse objetivo.

Só para referir o dado que era de lá, mas por causa da intervenção da nossa Presidente, da Senadora Rosalba, queria dizer o seguinte, a preocupação está refletida na evolução do orçamento do Ministério, que é um Ministério novo. Em 2003 quando foi criado, o OGU tinha 35 milhões; subiu, chegou em 2005, quando já estava no Ministério, cheguei no Ministério estava com 94, em 2006, ainda com o contingenciamento estava com 74 milhões de dólares, de reais apenas. O senhor vê que esse programa aqui não conseguia entrar no Ministério, pelo orçamento, porque já tinha um número

pequeno de OGU, já tinham outros programas também do Ministério e outros programas internacionais.

Aí, um dia, vem o PAC. Senadores, então, a gente pula de 74 milhões, que eu brincava até que era um número que mal dava para fazer o saneamento em torno do meu Ministério, nós pulamos para 1 bilhão 513, orçamento de 2007, em 2008 para 1 bilhão 808, em 2009 para um 1 bilhão 990 só para saneamento. Sem contar a parte de financiamento também que é administrado por nós, dentro do programa saneamento para todos, em que os números, em 2005, 2006 quando eu cheguei ao Ministério nós conseguimos colocar 2 bilhões e 200, em 2007 foi a 6 bilhões e em 2008, 6 bilhões de reais e em 2009, nessa fase agora estamos, com 2 bilhões e 200 pela execução dos programas do PAC. Ou seja, de 2003 a 2009 no Orçamento Geral da União nós tivemos 5 bilhões 686 milhões e financiamento de 19 bilhões e 970.

Como o Senador Garibaldi me fez aquela pergunta sobre Assu, está preocupado daqui no caso desse contrato, queria lembrar que fora desse contrato, mas também, já relações do PAC, nós temos lá para universalização de serviço urbano de abastecimento de água e esgotamento, nós temos 400 mil reais para projetos e 9,1 milhões de reais para esgotos.

O número pode soar alto, Senador, em alguns casos, mas para o tamanho do problema ainda é pequeno. Com tudo o que fazemos é dentro de um esforço grande de ampliar o orçamento e ampliar financiamento, mas a dimensão do problema nacional está naqueles números que eu falei, sobre números de homicídios atendidos em água, em esgoto, em coleta, em destinação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vou passar a palavra ao Senador Efraim que tem seus questionamentos e também, depois, à Senadora Marisa. Com a palavra o Senador Efraim.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, queria cumprimentar o Ministro Márcio Fortes, das Cidades, parabenizar pela exposição dele, embora vamos aqui... Também tive o cuidado de trazer algumas transparências para que nós pudéssemos junto aos nossos senadores e senadoras do meio ambiente, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa Do Consumidor, Fiscalização e Controle.

E dizer, Sr. Ministro, que a nossa iniciativa, como tenho certeza também da eminente Senadora Marisa Serrano, partiu de uma matéria publicada pelo *Estado de São Paulo* e se V.Exa. também me permitir, além dessa questão do saneamento, nós queremos também, tirarmos algumas dúvidas em relação à questão de habitação, porque na mesma matéria o jornalista Lu Aiko Otta, ela fala na habitação teve 202 milhões.

Então, acho que a vinda de V.Exa. a essa Comissão é de maior importância, para que nós possamos esclarecer, principalmente no momento em que o Governo apresenta um plano de habitação para a construção de um milhão de casas no país, embora, dentro de um "*país de todos*" que é o *slogan* do Governo, nós já começamos a contestar esse projeto, porque ele é excludente, no momento em que ele só mostra que o projeto é para cidades com mais de 100 mil habitantes.

Se eu citar o caso da minha Paraíba, para que V.Exa. tenha uma idéia, apenas três cidades, de acordo com o censo, que foi revisto agora em 2007, a Paraíba tem apenas a nossa querida capital, Senador Cícero Lucena, de João Pessoa, nossa estimada Campina Grande e a nossa Santa Rita lá na Grande João Pessoa. Então, dos 223 municípios, apenas três municípios, Senadora Rosalba, serão beneficiados com esse programa.

Daí nós entendermos que este Congresso Nacional e espero que isso aconteça já na Câmara dos Deputados, acabe com esse limite, porque está excluindo brasileiros de serem beneficiados com esse projeto.

E eu daria o exemplo, hoje tive oportunidade de receber no meu gabinete e vou precisar, exatamente, do Prefeito da cidade de São José da Lagoa Tapada, do Sertão Paraibano. Disse que, quando do anúncio do Presidente da República sobre a habitação de um milhão, nada mais, nada menos do que mais de dez pessoas já estiveram na sua casa, no mesmo dia, dizendo que queriam uma casa e a cidade tem sete mil habitantes, sete a oito, a nove mil habitantes no máximo. Então, daí vê que também se faz necessário evitar esse limite. Eu espero que o Congresso Nacional tome essa posição.

Mas, Ministro, só para que eu possa me situar e vou pedir, no caso, à Senadora que, não excluindo os outros senadores, mas tanto a mim como a Senadora Marisa Serrano, por sermos autores, uma pequena tolerância para que nós possamos já que, tenho certeza, os outros estudaram, mas nós tivemos um cuidado de fazer um estudo detalhado sobre essa questão. O programa de ação social e saneamento, o PASS, vamos fazer--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vou conceder mais 5 minutos, vou entrar aqui no [falas sobrepostas].

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Não sei se será suficiente já que nós vamos utilizar a transparência. Já vai... Já tenho mais cinco. O acordo assinado com o BID, em setembro de 2004 foi assinado. O

final do projeto, março de 2009, prorrogável por mais dois anos. Então, nós ainda teríamos a possibilidade de prorrogá-lo por mais dois anos.

O acordo previa um total de 224 milhões e equivalente aquele valor em dólar mostrado por V.Exa., para atender 129 municípios, 41% no semi-árido nordestino, com obras de esgoto e tratamento de água, estruturação de empresas municipais de gestão e serviços. E pagamento de 577 mil dólares cada ano do contrato a título de taxa de compromisso.

Isso aqui V. Exa. mostrou, estou só repetindo para que a gente possa fazer uma idéia do que vamos trabalhar. Então, eu repito: o pagamento, que foi assinado no acordo feito com o BID, era de 577 mil dólares por ano, que era o contrato da taxa de compromisso. Muito bem.

Cronologia do projeto: o primeiro ano foi todo dedicado a contratação de empresa para a gestão do programa. Segundo: somente em 2006 começou a seleção dos municípios beneficiados. Terceiro: Segundo o levantamento do jornal o *Estado de São Paulo*, o ano de 2007 foi dedicado aos debates sobre a possível vinculação do programa ao PAC. Quarto; em 2008, decidiu-se pela utilização do PASS em apenas seis cidades – Limoeiro do Norte e Quixeramobim no Ceará, Assu no Rio Grande do Norte e Ipojuca, Santa Cruz do Capibaribe e Surubim em Pernambuco. Perfeito? Quinto: assim, apenas as obras de Limoeiro do Norte foram iniciadas. Duas outras licitadas e preparados os editais de contratação das demais. No mês passado, o Ministério das Cidades, evidentemente aí [soa a campanhia] quando eu falo Ministério das Cidades, eu sei que o Governo Federal, está certo, resolveu encerrar o contrato com o BID, devolvendo 134 milhões de reais e anunciando a transferência das obras para o PAC.

Essa foi a cronologia do projeto. As perguntas que faço a V. Exa., sobre essa questão, Senadora, porque depois eu vou falar um pouco sobre habitação e também saneamento, utilizando o próprio Orçamento da União. Por que não... A primeira pergunta, por que não utilizar os recursos contratados e disponíveis? V.Exa. deu uma explicação que poderá resumir. Por que... Segunda pergunta, Por que o procedimento de contratação da empresa gestora demorou um ano? Terceira, por que durante três anos apenas três licitações foram realizadas? E quais foram as outras duas obras licitadas além do projeto de Limoeiro do Norte? Quanto foi pago ao BID durante o projeto, a título de taxa de compromisso ou administração? V.Exa. parece que já... Já coloca na transparência. E finalmente, sobre esse assunto, qual foi a empresa contratada para gerir o programa e quanto foi pago pelos serviços prestados? Quais serviços foram prestados?

Seriam essas as primeiras perguntas se V.Exa. puder me responder e com a permissão dos demais senadores e senadoras, aí iria os recursos para habitação, transferido para pagamento de juros da dívida pública. Seria inicialmente, isso, Sr. Ministro, as nossas primeiras perguntas.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Senador, o senhor notou que o projeto, em si, foi, na sua fase inicial objeto de um consumo grande de dias, de anos, concebido em 95 pela sua complexidade e pelas restrições orçamentário-financeiras, ele foi sendo levado adiante, até que só em 2004 que é concebido em 95, só em 2004 que se conseguiu chegar a um contrato.

O nome do projeto, inclusive, ainda é da administração anterior, esse nome PASS foi dado lá nas discussões antes de 2003, Programa de Ação Social em Saneamento, não foi dado por nós, como é que é, foi complexa essa evolução, aquela preocupação havia lá atrás, mas a questão da negociação com o BID, a questão... Isso, não vou dizer que é exceção, as negociações com o BID também quando a gente estava discutindo o PAC, para outras situações, fizeram com que muitos municípios desistissem das negociações com o BID e viessem para o PAC, pela larga duração de negociações e pelos custos que eu referi aqui, então muitos migraram, desistiram, estavam com o financiamento encaminhado, vieram para cá, somando-se aquela questão de momento que nós estamos diminuindo dívida e pagando o que tem lá fora e devolvendo empréstimo por não ter ainda situação de pagamento de juros, com o pagamento de taxa de compromisso.

Então, esse, esse... Esse largo período continuou em torno das negociações com as situações operacionais que eu mencionei, que se somou, aí, a questão do conflito de legislação, a questão, eu posso... O senhor pergunta: Por que não utilizar os recursos contratuais que estavam aqui? Então, acho que de alguma maneira respondi no quadro anterior, apenas usamos alguns, está no último quadro, apenas usamos alguns recursos que já responde até suas perguntas.

Utilizamos investimentos realizados em Limoeiro, 574 mil dólares, planejamento e operacionalização 2 milhões, 130 mil dólares, juros 118 mil dólares e comissão de crédito, que está incluído aí no meio, a taxa de permanência ou taxa de compromisso, 358 mil 338 dólares, o saldo ficou em 54.980.

Por que demorou um ano a questão de seleção da empresa gestora? Qualquer licitação tem um prazo razoável, com recursos, podemos contar com algo de três a seis meses aí como demora. E houve apontamentos edital da licitação, também para os órgãos de

controle, por isso é que se levou. O senhor fala, por três anos, só, três... Licitações realizadas.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Qual foi a empresa que foi contratada?

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: A empresa que foi contratada chama-se Ecoplan. Foi pago à empresa 4,7 milhões de reais e foi pago ao BID 358 mil dólares, como eu falei aqui para o senhor, não só no quadro, como agora eu repeti o número. As obras licitadas, são... Limoeiro do Norte, Quixeramobim e Assu, essas que foram licitadas, além de Limoeiro do Norte, Quixeramobim e Assu.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Que estão paralisadas? As obras não estão em andamento, estão paralisadas?

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Eu não sei da situação exata de cada obra, nós temos um caderno com a situação de cada obra dentro do PAC.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só Limoeiro do Norte está em andamento, não está paralisada.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Sim, essa estava.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E as outras duas não foram iniciadas, porque teve que cancelar a licitação por causa daquele litígio.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Pois é, Quixeramobim, Assu. Senador, confirmando, Quixeramobim e Assu tiveram problema de licitação também por causa de divergências da legislação aplicável, para o senhor ver como é que foi complexa à situação porque uma coisa é fazer a licitação e outra coisa fazer licitação e com o órgão de controle, então, levanta a dicotomia lei interna e lei internacional, regra do banco, regra brasileira.

Então, o que foi feito, teve que ser cancelado, elas não foram iniciadas, houve um retardo porque os editais tiveram que ser modificados em função da colocação de um órgão de controle. Lembrar que eu falei há pouco que houve, inclusive, um acórdão do Tribunal de Contas, sobre essa situação do conflito das legislações.

Eu não sei, Senadores, se em algum momento esse assunto pudesse ser mais refletido até no âmbito do Congresso, para verificar como fica essa dicotomia porque isso está travando em muitos casos o andamento dos projetos, porque na origem, já no edital, se coloca a questão ou quando se trata de editais anteriores como eu citei o caso da CBTU, quando se vai fazer uma revisão, se vai trocar de um *turn key*, um projeto básico, e você tem que colocar um projeto novo, e como é que você vai conseguir identificar os valores individuais.

As empresas, no caso da CBTU, as empresas que foram objeto, que ganharam as licitações, tiveram que ser objeto de negociação particular minha também, eu tive que entrar para convencer as empresas a abrir porque elas diziam: "Eu não preciso abrir, eu tenho um contrato já feito. O contrato é perfeito, liquidado, não preciso fazer nada, não preciso dizer quanto custou, eu só tenho que fazer no global a modificação." Então, é muito mais amplo, muito mais séria essa questão do que uma simples referência, que houve um atraso, aqui como eu estou repetindo que Quixeramobim e Assu tiveram atraso, é um problema muito mais amplo, diz respeito a "N" situações nessa relação internacional.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): A minha preocupação, Ministro, é por que o próprio Governo não devolveu esse dinheiro mais cedo? Porque o dinheiro que foi gasto de juros de compromisso dava para se construir muitas casas populares, pelo menos nos municípios abaixo de 100 mil habitantes.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Houve intensa negociação como eu disse ao senhor.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Ao foram recursos do Governo.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Foi... Houve negociação intensa com o Tribunal de Contas, CGU, com a Caixa para poder tornar operacional, depois com a CEAIM para verificar qual era o tamanho do contrato podia ficar, que houve até uma proposta de redimencionamento do contrato, mas eram tantas as questões, e também, como ficava no final um número pequeno de municípios que poderiam ser atendidos, e também desde o momento que o senhor se lembra estão pagando até o Fundo Monetário Internacional, devolvemos recursos, pagamos dívidas, diminuímos, isso aqui entrou também dentro dessa linha de... Se temos a alternativa do PAC, vamos tocar no PAC, não haverá nenhum... Prejuízo, ao contrário, as prefeituras contempladas estão muito mais contentes agora do que antes, porque a sua contrapartida, até num momento de crise internacional, até melhor para eles num momento que tem que pagar menos ainda, menos ainda do que estariam pagando, se tivessem um compromisso internacional seria mais complicado.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Tudo bem, Ministro, me parece que dessas perguntas só falta uma única coisa: quais serviços foram prestados por essa empresa? Ela recebeu o recurso. Então, por que recebeu esse recurso se as obras não caminharam, não houve nenhuma ação positiva, nenhum retorno para a sociedade?

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Nos contratos internacionais, sempre há a necessidade de contratação de uma empresa gerenciadora do contrato,

ou seja, para acompanhar as questões das licitações, acompanhar a questão dos projetos, das adequações necessárias entre o que o Banco Mundial exige, o que vai ser colocado na prática, ou seja, é uma gestora do contrato, gestora do contrato, são todos os serviços necessários a implementação do que vai ser realizado mais adiante.

O atraso, um ano, foi, possivelmente, prazo da 8.666 mais os conflitos que houve do apontamento, mais questão de recursos, foi colocado, inclusive, no quadro, recursos entre os participantes. Não sei se eu mencionei, o senhor notou, no final, também teve problema de recursos, um ano, mas muitos casos, esse problema...

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): [falas sobrepostas] Estou com uma dúvida, se depois a assessoria informa a própria Casa detalhando se for o caso, só para controle na própria Comissão. Sr. Ministro, eu vou tratar aqui, o recurso para habitação transferido para o pagamento de juros da dívida pública.

Segundo o jornal o *Estado de São Paulo*, na mesma matéria aqui, sobre habitação, o Ministério das Cidades dispunha de 450 milhões para construção de casas e deixou de empenhar 202.4 milhões. Isso em 2008. Esse montante não empenhado foi utilizado para o pagamento de juros da dívida pública, é o que afirma o jornal. A minha pergunta é muito rápida. Os dados informados pelo referido jornal estão corretos?

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Deixa eu...

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): E se estão corretos por que o Ministério das Cidades deixou de empenhar tais recursos?

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Senador, as obras que estão no PAC, elas têm um valor anual, que é um programa plurianual, de empenho. E elas vão sendo empenhadas a medida da evolução delas; se há atraso, o senhor se lembra que não há problema em passar para o ano seguinte, esses empenhos podem ser passados para o ano seguinte, e faremos e estamos fazendo os empenhos, de acordo com o andamento das obras.

Lembrar, Senador, que o PAC foi lançado em 2007. Diferentemente dos Ministérios do Transporte, de Minas e Energia, eu, eu que eu digo o Ministério, não faço projetos, não encaminho solicitações, nós priorizamos recursos, selecionamos projetos. Todas as ações são realizadas por municípios ou pelo Governo do Estado, é assim que funciona.

Então, o ano de 2007 e boa parte de 2008, esses dois períodos foram consumidos em apresentação, elaboração pelos municípios e estados dos projetos, porque não havia a cultura de ter projeto em prateleira. No caso do Ministério dos Transportes, é só tirar da prateleira. Eu quero fazer estrada, eu quero fazer Aeroporto, está pronto, ou está quase pronto. Eu não tenho nenhum projeto. Eu dependo, eu digo: "Vamos priorizar a solução de uma favela em tal lugar. Cadê o projeto?" É a Prefeitura que vai trazer, é o Governo do Estado que vai trazer. Tempo para fazer isso? é o tempo local. A questão de licença ambiental, a questão de regularização fundiária, onde é que vai ser feita a obra? A funcionalidade dos projetos apresentados, funcionalidade e qualidade dos projetos, discussões realizadas através da Caixa que é nossa mandatária, através da sua gerência, a GEDU, que é área de desenvolvimento urbano.

Então, esse ano de 2007 e boa parte de 2008, Senador, consumidos, como disse, os dois períodos para levar adiante essa iniciativa. Vários projetos começaram, então, agora a ganhar vida. Até como figura de retórica, estou dizendo, é como um avião que está parado ali no *finger* a espera da ordem da torre, "O senhor pode ir para a cabeceira".

Então, muitos estavam lá parados lá, no *finger*, a espera que toda essa parafernália se completasse. "Estão agora indo para a cabeceira", significa o seguinte, que as obras começam a ser realizadas. Então, os empenhos estão sendo feitos para atender a evolução das obras e serão todos, todos realizados, como eu disse, repito aqui, PAC não tem cancelamento, PAC não tem contingenciamento, obra realizada, obra medida é obra paga.

Agora, tem uma coisa, Senador, nós estamos agora olhando com cuidado projetos que não progrediram, que não vingaram, projetos que foram considerados definitivamente como inviáveis, projetos que têm situação ambiental insustentável, nós vamos... Estamos fazendo uma revisão, no caso de saneamento, mais na parte de financiamento, estamos fazendo uma revisão em valores que poderão ser realocados para outra chamada, porque nós não podemos ficar parados a espera da situação, porque eu disse, como o projeto não é meu, eu não fiz, eu não licitei, eu dependo de terceiros, e se não progredir por qualquer motivo, não consigo superar, não vamos parar, porque saneamento é algo importante demais para ficar esperando, então, vamos trocar para outros projetos.

No caso da habitação, *mutatis mutandi*, é a mesma coisa.

Queria responder também a uma colocação que o senhor fez no início a respeito do programa novo, da questão dos municípios.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu chegarei lá...

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: O senhor tocou na frase... O senhor tocou na frase.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu vou chegar lá...

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Perdão, perdão, pensei que V.Exa.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Vai avançar um pouco no meu tempo porque eu pediria... Sobre, veja bem, no caso da habitação, eu pediria aí que se possível o Beto colocasse aí para a gente ter...

Isso aqui é o orçamento do Ministério das Cidades. Tive a oportunidade de fazer o estudo de 2002, final de 2002 até 2008. E veja bem V.Exa. Eu sei que... Aqui eu não culpo o Ministro, não culpo o Ministro Márcio Fortes, porque eu sei que há uma determinação, claro, da Casa Civil, do próprio Presidente da República.

O que nós achamos nesse gráfico aí interessante, é o aumento significativo do volume de empenho nos anos 2004, que aumentou em 60%, em 2006 aumentou 709% e em 2008, 198% percentuais, em comparação ao ano anterior. Coincidentemente, anos de eleição, 2004 ano de eleição, eleição municipal, 2006 eleições gerais, reeleição do atual Presidente, 2008, eleições municipais.

É impressionante, por exemplo, em 2008, 2006, aumentou o empenho em 709%, em 2008, 198%. Aumento significado do volume de pagamento nos anos de 2004, 2006 e 2008. Para se ter uma idéia, se nós compararmos 2003, 2004, 2005 a 2009, em 2004 o Ministério pagou 806% a mais do que o ano anterior. Em 2006, 1498% em relação ao ano anterior e agora em 2008, nas eleições de 2008, 36.241% a mais do que 2007. E não podemos falar em crise, que em 2007 não tinha crise, 2005 não tinha crise. Então, não se pode justificar essa mera coincidência de se aumentar exatamente nos anos de eleições.

Claro, a não ser que seja uma questão do Governo. Aqui eu retiro, não do Ministro, do Governo, de ter alguma coisa contra anos ímpares, números pares. Pode ser essa a condição. E é interessante o baixíssimo nível de pagamento dos recursos empenhados no exercício. Vamos lá na "F", naquela última coluna, na última coluna, veja bem o que é que está escrito lá. Se tratando de habitação, dos recursos que foram empenhados, por exemplo, em 2008, foram autorizados 827 milhões, foram empenhados 769 milhões e foram pagos 91 milhões, ou seja, aí eu acho que aí fica claro exatamente o perfil, o que foi autorizado, o que foi empenhado e o que foi pago.

Empenho autorizado, que aí lamentavelmente nós que fazemos política, senadores e deputados, anunciamos, principalmente quem é da base do Governo, não contesto ninguém, tem dois lados, quem é base e quem é oposição, eu acho que o país, a democracia precisa dos dois lados, mas aí se chega, muitas vezes, se engana o eleitor dizendo que foi empenhado tantos milhões de reais que vai ser liberado e depois não se empenha. Mas o Governo coloca como obra executada, como obra feita e distribui nos gráficos por aí afora, na propaganda do PAC.

E quero considerar ainda aí o constante crescimento do volume acumulado em restos a pagar, que até o dia 23/03/2009, o Ministério tem 936 milhões em restos a pagar. Quase um bilhão de reais em resto a pagar. E isso na área de habitação. Eu vou a saneamento para depois fazer as perguntas para ganhar tempo.

Na área de saneamento, o aumento significativo do volume de pagamentos nos anos 2006 e 2008, coincidente novamente com os anos eleitorais. Em 2006 o volume de pagamento foi 6.193% e em 2008, 2.378% percentuais em comparação com o ano anterior. Levanta um pouco a tabela para se observar exatamente. O que nós estranhamos aí é o baixíssimo nível de pagamento dos recursos empenhados no exercício, ou seja, lá no "F", se nós temos tanto dinheiro em restos a pagar e até agora foi gasto algo insignificante, em torno de 20 milhões, se nós temos autorizado 2 bilhões 196 milhões e empenhados 235, e só foi pago até agora 20 milhões de reais, 20 milhões de reais, se tem 2 bilhões e 200 milhões empenhados, que é o que o Governo está dizendo que já gastou em três meses. Ele diz o que está exatamente autorizado, é a propaganda que faz e foi pago apenas 20 milhões.

Então, no geral eu diria o seguinte, eu ainda teria aqui que considerar que o constante crescimento do volume acumulado de restos a pagar. No caso de saneamento, no caso de saneamento, nós temos até 23/03, 1 bilhão e 600... 1,6 bilhões de reais. Então, eu queria considerar o seguinte: não podemos, saliente-se que não podemos considerar os pagamentos realizados como execução efetiva dos projetos, haja visto que mesmo depois de emitidas as ordens bancárias os recursos somente serão liberados pela Caixa na medida em que os estados e municípios submetam à Caixa projetos executivos, processos licitatórios e diversas medições e mais medições de execução das obras.

Eu vou repetir que nós não podemos considerar os pagamentos realizados como execuções efetivas de projetos. Porque nós sabemos da dificuldade que está tendo os Governos e os municípios em relação à Caixa. Aliás, a aprovação de projetos e a supervisão da execução das obras não são realizadas pelo Ministério das Cidades, Ministro. Queria chamar a atenção desse fato.

A aprovação dos projetos e a supervisão da execução das obras não são realizadas pelo Ministério das Cidades, mas sim pela Caixa, que por sua vez quarteiriza essas atividades. Basta consultar qualquer

Prefeito de qualquer Estado para constatar que cada procedimento demora meses para ser concluído.

Em resumo, nem o Ministério das Cidades, nem a caixa, tem estrutura adequada para realizar tais atividades nos volumes atuais e muito menos nos volumes anunciados pelo Governo.

As minhas perguntas são as seguintes, sobre essa matéria. Por que os extraordinários aumentos dos volumes de empenho e pagamentos nos anos eleitorais? Segundo: por que a Caixa, na qualidade de agente financeiro remunerado, não consegue atender a crescente demanda de contratos de repasses celebrados, mesmo podendo contratar terceiros para apoiá-lo?

São essas duas perguntas sobre esse assunto que eu achei interessante para essa Comissão que vai discutir, ao lado de tantas outras, a questão do PAC, mais principalmente na questão de ação social, que é habitação e saneamento, isso é interessante porque V.Exa. nos dá um caminho tanto a meio ambiente, fiscalização e controle e aí essa... Essa Comissão, o que nós, qual o caminho que nós devemos fazer primeiro, porque nós estamos torcendo que esse projeto tenha sucesso, nós queremos que o saneamento chegue nos nossos estados, nós queremos que as casas populares elas sejam para todos, para que nós possamos fazer nossa parte de fiscalização. Ministro.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Pois não, Senador. A respeito dos empenhos, não tem nada a ver com ano eleitoral. Gostaria de citar algumas situações. O quê que aconteceu em 2006 na área da habitação? Qual foi o grande fato que aconteceu em 2006 na área da habitação? Constituição do Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social e dotação de 1 bilhão de reais para o Fundo. Esse é o fato que foi inicial.

Naquele momento, nós vimos o que havia em carteira, até no Ministério para chamar, que os Prefeitos trouxessem carteira de estágio das situações, estágio que nós sabíamos que havia que projeto realizado, para poder andar ao fim nisso. Então, de 2006, foi empenho.

Nos anos seguintes o assunto foi mais, do que eu expliquei ao senhor dentro do PAC, passado para uma visão de vir, virem os projetos, dentro do PAC, uma visão mais ampla, valores maiores, mais complexos para a realização. O primeiro, FNHIS, teve muito valor picado, valor picado, já depois eram projetos maiores, projetos mais complexos.

Então, e outra coisa, mesmo o que foi aprovado no PAC em 2007, Senador, isso é o projeto plurianual, ele é dividido pela sua execução ao longo do tempo e ele não foi por quatro anos, 25, 25, 25, 25. Os empenhos foram menores, se não me engano o primeiro ano foi apenas 10 ou 11%, se a memória não falha, mais ou menos 10, 11%, 17, aumentou, mas inicialmente era 10, 11, foi para 17, e depois, progressivamente, foram aumentados o valor de empenho.

O senhor sabe que numa apresentação da Ministra Dilma, de balanço do PAC, vi uma pergunta ao contrário uma vez e a Ministra passou para eu responder: "Ministro, Ministro", perguntando, "Imagina que falta de eficiência no mesmo Ministério das Cidades pagou um bilhão e tanto no mês seguinte pagou 80 milhões. Que ineficiência é essa? Parou o PAC, como é que é?" Pelo seguinte: a execução das obras não é linear. É uma quantidade enorme de obras, uma grande pode andar e naquele mês você ter um pagamento, e em outro mês pode ser que nenhuma grande tenha andado e várias pequenininhas somadas é uma coisa ínfima também.

Então, não existe uma visão linear que tudo vai acontecer no mesmo ritmo, tem que ser tudo naquele mês, tudo naquele ano. Ao contrário. Pode ser que não aconteça nada. Como, vou dar a situação de obras do Rio de Janeiro, da parte de habitação. O senhor colocou essa questão da dificuldade da execução da Caixa, responder, eu não sou da Caixa, mas posso responder, somos... a Caixa é nossa contratada, estamos juntos nessa empreitada. Dificuldades de execução de projetos, tão importante como aquele Complexo do Alemão, Complexo Manguinhos, havia várias, várias situações na legislação que estavam dificultando exatamente o andamento das obras.

São coisas novas que nunca haviam sido feitas nesse país, inclusive, até dentro da execução das obras quando você entra numa favela o geólogo não podia imaginar que houvesse uma situação de você colocar uma estrutura, uma viga para 5 metros, e de repente você está em 25 metros e não acha base para isto, os custos mudaram muito. Então, foram feitos, em comum acordo com a CGU e com o TCU, algumas alterações de procedimentos para viabilizar.

Então, de uma hora para outra, o senhor vai descobrir que obras como essa que eu falei, que são de grande porte, tem andamento mais rápido agora, estamos deslanchando no Rio de Janeiro, não estávamos, porque a legislação tradicional tinha vários percalços e várias interpretações do que não podia fazer.

Então, não tem nada a ver com eleitoral, as obras não têm uma sequência linear, elas estão escalonadas ao longo do tempo, quatro anos, a maioria está planejada e a Ministra Dilma, no último balanço indicou, a maioria está para ser completada até o final de 2010, eu diria até que na faixa de 90%, aproximadamente, e as outras seguem além de 2010, que as obras não podem completar, porque são muito complexas.

Então, essa explicação porque que oscila. Então, 2006 tivemos o FNHIS foi um fato novo, e dali para diante foi o ano do PAC, eu acabei de dizer para o senhor que 2007 foi um ano quase que perdido nessa história de que as coisas aparecessem. Agora, os pagamentos são de acordo com o andamento da obra. O andamento da obra, aqui, inclusive os dados, não sei se o senhor está com dado só de PAC, nós temos obras de emendas também, que a medida que elas são executadas elas são realizadas.

Para o senhor ter uma idéia, senador, nós temos prorrogado, inclusive, as situações de projetos que estão na Caixa, muitos deles até com cláusula suspensiva de 2007, seja por falta de projeto, não apresentado pelos prefeitos, depois, [ininteligível] por acaso, mostrado, coloquei uma Portaria do Diário Oficial, ontem, anteontem, sobre a situação de projetos, cláusula suspensiva, relativamente a 2007, gente que não apresentou nada, gente que está pelo meio do caminho com a cláusula suspensiva parcial, que poderá, então, ser salvo ainda do processo.

Senador, lançar o programa é uma coisa, como eu não faço projeto, eu não faço a licitação, eu dependo dos prefeitos, também com o problema eleitoral muitos se desinteressaram, houve "N" casos, o senhor não vai acreditar, houve "N" casos que o prefeito, tinha, por exemplo, uma rotina de prorrogar o contrato com a Caixa em novembro do ano passado ele perdeu a eleição, não passou lá, o dinheiro foi perdido, porque eu não posso prorrogar algo que foi terminado, eu não posso prorrogar algo que terminou, então, houve problema-–

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Mas muito fácil também, Ministro, não é só V.Exa., o Governo, de uma forma em geral, tudo é culpa dos prefeitos e dos governadores. Quando não dá certo o culpado é o prefeito e o governador.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Não, ao contrário, quer dizer-–

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): É lamentável, que essa desculpa ela está cansando, inclusive, porque ela não é verdadeira.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Desculpa, Exª., são pura realidade, os Prefeitos estão pedindo agora para ver como eu posso recompor muitas situações que foram perdidas, ou seja, colocar novamente no orçamento os projetos que estavam interrompidos.

Então, eu estou dando um quadro em geral, não é nenhuma acusação específica contra alguém, as situações que ocorreram e que no quadro eleitoral complicaram a situação.

Também, outra coisa Senador: o Prefeito pode em determinado momento se desinteressar do projeto porque ele tem que dar contrapartida, apesar de bem menor que no caso do anterior que nós vimos aqui do PASS-BID, ele pode num determinado momento querer fazer outra coisa, uma emergência qualquer ter feito desistir, então, aquele projeto...

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Neste Governo... o Prefeito não... O Prefeito não vai... se tiver os recursos ele não vai. Acredito que o que na realidade acontece é essa questão da Caixa.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Vou responder a Caixa, vou responder a Caixa. Eu posso lhe dar só, isso é autêntico, eu posso colocar, com outro... Com outro.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Claro, claro.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Eu quero dizer, a par do que foi dito. Uma Prefeita de uma cidade lá, quando foi lançado o FNHIS lá no Rio de Janeiro, encontrei no feirão da Caixa o Secretário lá de habitação, perguntei: "Como é que vai o projeto do FNHIS?" E ele não estava, imagine, de Habitação, não estava ligado no assunto e ligou para a Prefeita, falou: "Prefeita, tudo bem? Como vai a senhora e tal? Como é que vai o nosso projeto aí? Projeto de habitação?" "Projeto de habitação? Que valor?" "A senhora deve saber, seu município é pequeno, 10 milhões de reais para fazer o FNHIS aí, a senhora vai apresentar os projetos." "E tem contrapartida?" Eu falei: "Tem, tem contrapartida." "Ah, Ministro, se é para dar contrapartida eu não vou fazer não porque não tem condição."

Então, apesar de ser um problema seriíssimo de habitação, a gente passa o recurso, o problema da contrapartida, às vezes, criou na cabeça dos prefeitos uma situação insuperável, que o senhor está dizendo, pega logo ali [ininteligível] e não pega, porque ele tem uma alternativa.

Agora, deixa eu voltar a questão da Caixa, se o senhor permite. A Caixa, realmente, tem um problema muito sério porque não atende só ao nosso Ministério, não atende só Habitação e Saneamento, ela atende a vários Ministérios. E a Caixa procurou, exatamente, para dar, começar a dar resposta a essa situação de medições de análises e projetos, ela fez a contratação ano passado de cerca de oitocentos, está previsto mil, cerca de oitocentas pessoas foram contratados. Estão sendo contratado, agora, trezentas e mais cem, progressivamente tem sido a Caixa autorizada a colocar mais pessoas dentro dessa área de fiscalização, de medição e de acompanhamento dos projetos. O esforço é progressivo.

Para esse programa novo, inclusive, há uma cartilha, não sei, já foi, naquele dia da cerimônia foi distribuída, também sobre procedimentos que vão levar

à redução de prazo necessariamente, senador, ou seja, prazos que têm que ser cumpridos de qualquer maneira, ou seja, redução de prazos para poder o programa andar.

Porque... Eu quero antecipar, já tocar num outro programa, refletindo a sua pergunta. O senhor vai dizer: "Mas por que no programa novo o foco passou para a empresa? Por que não está passando recurso via Governo de Estado ou Prefeitura? Primeiro porque nesse caminho, a experiência do FNHIS nos ensinou o seguinte: como eu não faço projeto, eu não faço licitação, isso é lá, local, a licitação local leva tempo. A situação ambiental local, leva tempo. A questão na adjudicação e depois os recursos entre os participantes, leva tempo. Então, nesse caminho se fez agora também se procurou, se procurou, se procurou...

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Aqui levou um ano para escolher uma empresa, imagine V. Exa. quanto vai ser agora lá nas cidades, no Estado, se faz bem mais rápido do que aqui.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Não, mas não vai haver licitação mais, o esquema não é de licitação, o recurso não vai mais via prefeitura e o estado. O prefeito e o governador vão ter um papel importantíssimo, duplo, de disponibilizar áreas para doação e para organizar os cadastros, ou seja, os cadastros dos beneficiários. O recurso vai direto financiamento para a empresa que vai dentro do esquema do PAR, que é aquele esquema em que o empresário traz o projeto à Caixa, e depois é disponibilizado para aluguel, para a demanda que foi identificada, então, nesse caminho nós diminuiremos o prazo para concepção do projeto, entrega das chaves, como estaríamos, também, diminuindo custos.

Mas o senhor vai fazer outras perguntas sobre isso, não quero me adiantar.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): [falas sobrepostas].

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Eu estou colocando que esse programa entra no que o senhor falou, a questão da velocidade, tentar reduzir o prazo, o menor possível, se está colocando um prazo médio de onze meses para construção desses projetos habitacionais e diminuir dentro desses prazos os custos e as custas.

Então, esse é o objetivo, o senhor tem toda a razão, há sim necessidade de agilizar e o Governo tem autorizado as contratações, mas o esforço é gigantesco, os programas são intensos.

Senadores, é o seguinte: uma expressão que se usa corriqueiramente que a vida continua, não é só... O programa novo não é... Não tem um mote, déficit habitacional, o mote do programa novo é gerar, no momento que há repercussão da crise internacional é gerar emprego, gerar emprego aonde? Num setor que tenha mão-de-obra intensiva, que não tinha importação de insumos, então, que possa acionar um problema delicado que é o de déficit habitacional, essa sequência da lógica.

Então, aí temos aí um programa com esse objetivo. Agora, ele não vai resolver todos os problemas e está resolvendo esse... 1 milhão é apenas 14% do déficit que temos no momento, mas é para agilizar a economia, rodar a economia e, inclusive, mudar o enfoque para ver, inclusive, se ele funciona, uma idéia, é funcionar muito rapidamente do que o outro do FNHIS, do tradicional que está sendo feito até agora.

Agora, eu quis dizer o seguinte, Senador, a vida continua, é o seguinte: o FNHIS continua; nós estaríamos fazendo uma convocação agora para o Município de qualquer tamanho a partir de abril. A Resolução 460 do Fundo de Garantia continua. Colocamos o crédito solidário, que é um crédito também que estava para morrer, porque ele teve o ônus do êxito, conseguir acabar com o dinheiro todo, de tantas obras que nós fizemos, então, ele vai ter um reforço de 500 milhões e vamos também, já colocamos 500 milhões de reais para habitação rural, que é um pleito que todos tinham e que nós estamos colocando, 500 milhões para rural e 500 para crédito solidário, roda 460, roda o FNHIS, então, a vida continua.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): E esse dinheiro não está no corte não? Porque parece que ele não é PAC, se ele não é PAC, entrou no corte, Ministro.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Qual?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Esse.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: O FNHIS é PAC, o FNHIS é PAC.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): É?

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: O FNHIS é PAC.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Que não vem... Pois não, Senador Cícero.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Me permita um aparte só lembrar o seguinte: esses programas orçamentários que a vida continua, mas vai continuar sem casa porque a questão dos subsídios que está previsto nesse programa, não contempla exatamente esse programa que a vida continua.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Senador, o FNHIS é totalmente subsídio, ele é 1 bilhão de reais totalmente subsídio. Ele não... Ele... O Orçamento Geral da União sem qualquer ônus de pagamento. E a Resolução 460 do Fundo de Garantia-–

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): E a contrapartida é de quem?

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: A contrapartida é do município ou do estado, então, continua então o que eu digo, subsídio pleno. No caso do... Do... Resolução 460 do Fundo de Garantia, a operação chama-se operação estruturada.

O próprio Fundo de Garantia ele não só prevê e provê financiamento, ele acoplado, tem um recurso de subsídio automático junto, para poder viabilizar o acesso ao financiamento. Como vem a operação estruturada, governo do estado, da prefeitura, doa o terreno, o tomador na ponta praticamente não paga nada. Então, praticamente subsídio total também na 460. O crédito solidário é um programa para baixíssima renda, 20 anos, sem juros, e também está colocado agora no Fundo um valor de 500 milhões para continuar a operacionalização, que é um programa de êxito.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): V.Exa., eu vou concluir...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Efraim, porque a Senadora Marisa está inscrita, Senador Jefferson...

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu já pedi permissão a ela aqui, ela me deu um minuto mais.

[risos].

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Só um minuto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Você pode fazer as perguntas e deixa para o final.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Já que o Ministro entrou na questão do FNHIS, o Fundo Nacional de Habitação do Interesse Social, Ministro, eu tive o cuidado de assistir, inclusive, a uma palestra de V.Exa. e guardei, no dia 20 de março de 2007, na Câmara dos Deputados.

E V.Exa., naquela data de 20 de março, completou um ano, aliás, dois anos, ao apresentar o PAC das Cidades, V.Exa. anunciou que dos anos de 2007 a 2007, 2010, aliás, os quatro anos, por intermédio do FNHIS, seriam aplicados 4 bilhões, 4 bilhões para construção de moradia e urbanização de favelas.

O orçamento de 2007 previa apenas 674 milhões para o FNHIS. O de 2008, 827 milhões, está aqui, eu estou com dados aqui que me foram dados pela própria Consultoria do Orçamento, e em 2009, 1,2 bilhões, totalizando nos três anos 2,7 bilhões.

Nos mesmos três anos, 207, 208, 209, foram empenhados, que nós já discutimos aqui, não é obra concluída, pouco mais de um bilhão. Até agora, em dois anos e pouco foi empenhado algo em torno de um bilhão. Considerando que o contingenciamento anunciado pelo Decreto 6.808, publicado no Diário Oficial de anteontem, prevê um corte de 36,1% no Orçamento do Ministério da Cidade, o valor previsto para o FNHIS, para 2009 cairia para 1,2 bilhões. De 1,2 bilhões para 766 milhões.

Se acreditarmos que serão empenhados neste ano esse valor, o volume de empenho nos 3 anos seria de aproximadamente de 1,8 bilhões. Se tudo o que está previsto seja empenhado. Isso significa que em 2010 o Governo teria de empenhar 2,2 bilhões para atingir a meta de 4 bilhões pelo Ministério. A capa do caderno de economia do *Correio Brasiliense* que está aqui comigo, editado ontem, o Diretor de Política Econômica do Banco Central, Mário Mesquita, reconheceu que o Governo terá papel fundamental para evitar que o Brasil feche 2009 com retração na economia. A Manchete é bem clara: "*Recessão será evitada por dinheiro público, aumento do salário mínimo, benefícios assistenciais, investimentos em obras e gastos com a máquina, impedirão derrocada maior da economia*".

A Manchete, eu vou repetir, ela é bem clara. "*Recessão será evitada por dinheiro público, aumento do salário mínimo, benefícios assistenciais, investimentos em obras e gastos com a máquina, impedirão derrocada maior da economia*". Essa é a opinião do Diretor de Política Econômica do Banco Central, Dr. Mário Mesquita.

Minhas perguntas são as seguintes, para encerrar, são as últimas, garanto, Sra. Presidente, Sr. Ministro.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Estou às ordens.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Por que as metas previstas para 2007/2008 não foram cumpridas? Por que apesar disso o Governo contingência o orçamento do Ministério das Cidades em 36,1%? Anunciar investimento em obras e decretar um contingenciamento nos níveis do Decreto 6.808 não parece incoerência do Governo? São essas as perguntas. E agradeço a V. Exa. pela paciência e aos demais, senadoras e senadores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós já fomos muito tolerantes com o senhor. Após a resposta do Ministro, concedo a palavra a Senadora Marisa.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Por isso que eu já me despedi, Presidente.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Eu estou às ordens e é um prazer estar aqui. Senador, para cada ano foi feita a seleção de um bilhão de reais, todos os anos. Como eu disse, o FNHIS não é contingenciável, porque é parte do PAC, ele tem orçamento dentro do PAC e os empenhos são feitos, dentro a evolução, o

empenho é feito dentro da evolução do programa, que é plurianual. Posso lhe enviar a lista, todas as autorizações de empenho que foram para a Caixa, pode haver um caso ou outro em que o Município não tenha assinado, não tenha trazido o projeto, mas é um bilhão por ano, sim, numa listagem que eu posso passar para a sua assessoria, que não tem aqui como passar agora, posso passar a lista de todos os municípios...

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): [pronunciamento fora do microfone] a consultoria, a Câmara dos Deputados.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Sim, mas eu quero dizer, estou explicando ao senhor, a seleção... O que conta é uma coisa é orçamento porque ele é um plurianual, é colocado uma parcela a cada ano, mas a seleção, autorizações de empenho são feitas, têm prazo, eu faço a convocação, *on line*, na tela, os municípios se habilitam, o governo de estado, é dado o resultado da seleção e é dado autorização para apresentar os projetos na Caixa e nós vamos colocando uma parcela do valor para poder as obras serem executadas, as obras não são executadas num dia, elas são em quatro anos. Então-–

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu não estou falando de obras, eu estou falando de empenho, isso aí...

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: [falas sobrepostas] o empenho é progressivo.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Isso aí, me permita, isso aí, está atualizado do dia 23 deste mês, me concedido isso aí pela Comissão de Orçamento, a assessoria que nos forneceu isso, que acompanhou todo o SIAF.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: A distorção que existe é porque é feito o empenho progressivamente que é plurianual, por isso que é o fato, agora, o que conta é a seleção e todos os municípios que foram autorizados. Eu posso disponibilizar, estou falando com... Aqui não está o pessoal de habitação, para o senhor, a listagem todas de todos os anos.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu solicitaria de todos os municípios brasileiros que forem autorizados.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Posso passar com o maior prazer, todas as licitações que foram um bilhão ao ano, inclusive, agora e agora, inclusive, estamos já preparando para esse um bilhão adicional no mês de abril, faremos a licitação.

Isso é público, nós colocamos, é possível até que esteja no nosso *site*, se eu não me engano, a listagem pode estar no nosso site de cada um desses anos, a listagem, senador, até para facilidade da sua assessoria, independente de eu enviar, se há dificuldade, acho que nosso site tem a listagem anual de toda a seleção do FNHIS.

FNHIS envolve construção, envolve melhoria habitacional, envolve assistência técnica, envolve plano de habitação. Então, são quatro modalidades e elas estão todas por ano no nosso *site*, é um bilhão de reais ao ano, o empenho é em função de ser plurianual o programa e as obras, os empenhos são feitos dentro de percentuais, como disse há pouco, na área de saneamento foi 17%, no início era 11%, progressivamente vai sendo colocado o empenho, e por isso o senhor falou também, eu tenho tantos restos a pagar, por ser o programa plurianual, progressivamente, vão sendo feitos empenhos, o recurso não é perdido em nenhum momento.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Bom, eu agradeço a V. Exa..

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Passar a palavra a Senadora Marisa, mas antes eu quero aqui registrar a presença do Dr. Vitor Carvalho Pinto, Consultor Legislativo do Senado; Rodolfo F. Salomão, Especialista em Infraestrutura Sênior, Coordenador Substitutivo do PASS-BID; Sérgio Antônio Gonçalves, Diretor de Articulação Institucional da Secretaria de Saneamento; Manoel Renato Machado Filho, Diretor de Desenvolvimento e Cooperação Técnica do Ministério das Cidades; João Feu Rosa, Assessor Especial do Ministro das Cidades; ex-Deputado Federal, Leodegar Tiscoski, Secretário Nacional de Saneamento; Juraciema Marciano de Amorim, Assessor do Ministério das Cidades e Dalva Helena de Souza, Chefe da Assessoria Parlamentar.

Com a palavra a nossa Senadora Marisa Serrano, essa mulher paciente.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sra. Presidente, quero agradecer a V.Exa. e agradecer ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor e dizer ao Sr. Ministro que a gente agradece a sua vinda aqui, para nós isso é importante para a população brasileira é importante, afinal de contas, V. Exa. e nós temos que dar respostas à sociedade. Nós fomos eleitos pela sociedade, o senhor foi convocado pelo Presidente da República, que foi eleito para servir a sociedade. Então, nós temos que dar essa resposta.

E é por isso que a gente tem pedido aos Ministros, as entidades que venham aqui, que dialoguem, que conversem, que dê as explicações. Se a nossa Comissão, eu faço, sou suplente da Comissão de Assuntos Sociais, mas sou titular na Comissão de Fiscalização e Controle. E se nós formos fiscalizar e controlar o Governo, que é a nossa função, com os relatórios do TCU que esse ano estamos acompanhando *pari passu*,

nada mais justo que a gente ouça de quem de direito para que a gente possa fazer bem o nosso serviço, o nosso trabalho e a sociedade acredite realmente que este Congresso e o Senado, principalmente, tenha uma resposta, está dando uma resposta à sociedade. Portanto, eu quero agradecer ao senhor, a toda a sua equipe, principalmente o Deputado Feu Rosa, um querido e grande amigo de muitos anos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Mas eu queria, Sr. Ministro, voltar algumas coisas, também o Leal também, falando do Leal, o Leal, desculpe, Leal, o Leal eu vejo mais amiúde.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Marisa está encontrando aqui seus ex-companheiros da Câmara.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sempre a gente tem os nossos companheiros da Câmara.

Mas queria dizer ao Ministro, e vou voltar, pretendo não voltar às questões que foram tratadas aqui pelo Senador Efraim, que todas elas eu acompanhei, eu sou subscritora, se me permite das suas preocupações.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Claro.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Mas queria colocar algumas outras questões, talvez um pouco mais sociais do programa.

Sr. Ministro, não quero falar da crise, nem dos cortes do orçamento, nem de contingenciamento agora, mas eu queria colocar que a falta de saneamento atinge 53% da população brasileira. São 47 milhões de brasileiros sem saneamento e 19 milhões de brasileiros sem água. Não é pouca coisa.

É certo que nós somos um país continental, é certo que nós temos muitos problemas mas isso é fundamental para as famílias brasileiras. As principais vítimas da falta de esgoto são as crianças de um a seis anos, são os pequenininhos, são aqueles que estão nas creches e pré-escolas e principalmente, eu não sei se V.Exa. sabe, que os meninos pequenos morrem mais do que as meninas nas favelas, nas localidades que não tem esgoto, justamente porque os meninos brincam mais fora de casa nas valas negras que existem.

A universalização da rede de esgoto no ritmo que nós estamos, vai levar, pelo menos, 113 anos, Ministro. Essa é a previsão. O que daria em 2122, mais ou menos, que nós completaríamos o país, essa universalização. É claro, eu sou da área de educação e eu sei o quanto nós estamos penando ainda, ainda nos falta um pouquinho para universalizar a educação fundamental, quiçá, educação básica.

Mas as estatísticas também revelam que morrem... A morte dos pequenininhos, Senadora Rosalba, V.Exa. que é médica, a morte dos pequenininhos, se deve principalmente a essa falta de serviços. Aí entra esgoto, água, lixo... Coleta de lixo, banheiro que não tem nas casas, são essas fossas que existem, aqueles buracos no chão.

No Brasil nós gastamos 0,09% com saneamento e 1.76 com saúde. Mas, Ministro, a gente gostaria muito menos com saúde se nós gastássemos mais com saneamento. Apesar de todas essas informações, que eu tenho certeza que V. Exa. sabe, os meus colegas Senadores aqui sabem também, e sabendo principalmente dessa correlação de saúde e saneamento que eu ouço no Brasil inteiro, no Brasil inteiro, o Ministério das Cidades devolveu 57 milhões de dólares do BID, recursos que seriam alocados em programas de saneamento em 129, ou em 109, aí os números estão meio confusos hoje aqui, das cidades que tinham o menor IDH, no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste, o menor IDH, as cidades mais necessárias, as que realmente precisavam.

Como é que a gente vai explicar, Senadora Rosalba, como é que a gente vai explicar, Sr. Ministro, às mães que perderam os filhos pequenos, nesses anos todos? Por infecção contraída com essas valas negras, com essas fossas, com esses banheiros de buraco ainda, para dizer que nós não tivemos a capacidade de ajudar a salvar seu filho e dizer que foi... Levamos um ano discutindo uma empresa, levamos tempo, aí depois nós esperamos, porque vinha o PAC, aí já são cinco anos, aí eu não sei se vamos terminar o ano que vem, que termina o Governo do Presidente Lula.

Como é que a gente vai explicar para as mães que perderam os filhos, as mães que estão lá e aqui eu falo em nome dessas mulheres todas, porque elas que estão criando seus filhos, como a gente vai explicar? "Olha, não, demorou, porque teve licitação, olha, demorou porque..." Para a família brasileira que perde um filho, para a família brasileira que vive lá nessas fossas, para a família brasileira que vive atrás, filas e filas nos Postos de Saúde, é muito duro a gente explicar com essa parte tão fria de números e dizer que não fizemos porque não deu.

É duro Sr. Ministro, e eu queria deixar essa minha angústia de professora, de mulher e, tenho certeza, da Senadora Rosalba, de mãe.

Mas aí eu vejo outra questão que eu queria colocar aqui. Se em 2006, se em 2004 foi assinado o projeto, o contrato com o BID, se 2006 começamos a seleção de municípios, 2004 assinamos um convênio, 2006 começamos a seleção de municípios, que dava de 15 a 75 mil e dos menores e mais baixos IDH

dessa região. Aí, em 2008, só seis se mantiveram, eu queria fazer pergunta, uma pergunta ao Ministro, quais foram, objetivamente, as razões para que o Governo criasse tanta expectativa de obra tão importante para a saúde da população nesses 129 municípios, que no final de cinco anos, depois de cinco anos, cancelaram esse projeto.

O senhor acabou de dizer aqui que o saneamento é muito importante para esperar, o senhor falou isso agora há pouquinho. Já esperamos cinco anos. Os projetos já estavam prontos em 2002 pelo que o senhor colocou aqui na transparência. As prefeituras que aceitaram o programa, como esse, já sabiam, se é um programa com recursos internacionais, externo, já sabiam dos seus compromissos. Se não era viável, se não aumentava a capacidade orçamentária do Ministério, por que será que nós entramos num projeto como esse?

Se não era interessante, V.Exa. diz aqui que isso não é interessante, que o juro é alto, que não aumenta a capacidade orçamentária, e eu concordo com o senhor, não aumenta mesmo, mas é dinheiro novo. Por que, então, que nós faríamos qualquer tipo de negociação internacional que esse Senado aqui aprova?

Então, Senador Cícero, Senadora Rosalba, não vamos mais aprovar. Então, não é a questão, se não interessa, se não é importante, por que é que nós vamos brigar? E é caro. Por que é, Senador Jefferson, para que nós aqui no Senado vamos continuar apoiando e aprovando tudo o que o Governo Federal nos pede de recursos internacionais, porque passam por aqui? Se mandou é porque tinha viabilidade, espera-se que tenham estudado bastante para chegar até 2004 e nos dê uma resposta.

Aí, eu pergunto: O senhor disse que, talvez, fosse ineficiência. Não sei se é ineficácia, ineficiência, incompetência, falta de estrutura, afinal, foi um contrato feito, e contrato, nós estamos vendo aqui que muito daquilo contratado, empenhado também não está sendo pago, mas não é só na sua pasta não. É o Governo todo. Eu quero dizer para o senhor que está uma briga aqui. Esses dias vieram todos os prefeitos do meu estado para discutir aqui. Eu não pude estar aqui porque eu estava numa viagem fora, mas o Deputado Feu Rosa estava e explicou, como pôde, para dizer que realmente a Caixa Econômica estava lá, não é isso? Para poder justificar.

Mas aí depois teve o problema da saúde, teve que justificar. Aí problema do mapa, tem que justificar. Então, é um problema de Governo. Para mim é ineficiência do Governo porque é impossível. Tudo está atrasado, nada está se pagando, um caos nesse país, as estradas, Ministro, o senhor sabe disso.

Bom, para fazer a última pergunta que eu gostaria, eu queria colocar, assim, se essa unidade, essa empresa que é gestora do contrato, o senhor disse que é a ECAPLAN, ECAPLAN? Ela... ECOPLAN, ela levou 4 milhões e 700 mil de recursos, segundo o senhor, pagos para um projeto que não foi adiante. Ela foi a gestora do contrato. Ministro, eu queria perguntar: nesse caso, há algum tipo de penalidade para uma empresa que era gestora de um contrato, que tinha a obrigação de adiantar as licitações, que tinha a obrigação de acompanhar as licitações? O senhor disse aqui que a função dela, recebe 4 milhões de reais, 4 milhões de reais e fica por isso mesmo?

Quer dizer, como é que nós, Senador Cícero, que estamos lá na Comissão de Fiscalização e Controle, eu já estava pedindo para o TCU porque eu quero acompanhar mais isso, como paga para uma empresa dessas que tinha todas essas obrigações e fica por isso mesmo? Eu não sei. Eu queria perguntar ao Ministro se essa empresa teve alguma penalidade para acompanhar essas licitações, essas, pelo menos, essas três licitações.

Ministro, existe no Ministério uma unidade de gerenciamento de projetos. Existe? Não sei se existe. Mas, em geral, os Ministérios têm, que cuidam dessa estruturação de projetos internacionais. Se existe, se ela trabalha em projetos internacionais, ou pelo menos a notícia que eu tenho, que esse contrato que foi assinado em 2004, encerrado em 2009, que tem cerca de quatro anos e meio de existência, dessa unidade que era comandada pelo Sr. Errol Seidler, não sei se essa informação é correta.

Então, eu gostaria de saber quanto foi gasto com essa unidade de gerenciamento, se ela é diferente dessa empresa gestora de contrato que trabalhou durante esse tempo do projeto, quais os custos diretos e indiretos dessa unidade? Quanto se gastou de custeio para manutenção dessa estrutura, salário, aluguel, tudo isso? Quanto se gastou com propaganda institucional com este programa? Porque o problema de propaganda aqui é fácil nesse país, joga a propaganda para tudo quanto é lado, a população fica acreditando que é verdade. E quanto se pagou ao BID em taxa de permanência pelo recurso não utilizado? V.Exa. nos disse aqui que a comissão de crédito foi de 358 mil dólares.

Essas eram algumas das perguntas, Sr. Ministro, completando todas as que o Senador Efraim fez. Eu queria, voltei mais para esse lado social, Senadora Rosalba, não é porque sou mulher não, mas é porque o saneamento diz respeito não ao Ministro, diz respeito à sociedade brasileira.

E saneamento, falta de saneamento são os pobrezinhos, os ricos têm saneamento, quem não tem

saneamento é o pobrezinho. Então, nós temos que saber aqui por que é que os pobrezinhos desse país podem passar por tantos percalços como esses que nós estamos vendo aqui, porque dói, Sr. Ministro, a hora que bateu aqui e aí a gente tem que...

Estava dizendo ao Senador Flávio Arns que às vezes a gente briga com a imprensa, discute, mas a gente tem que agradecer a imprensa, às vezes, porque ela ajuda muito a gente na fiscalização e controle do país, porque nós não estamos nem conseguindo acompanhar tudo o que a imprensa tem dado para poder justificar ao país a fiscalização e controle das obras e dos gastos do Governo.

Eu queria agradecer muitíssimo a vinda do Ministro, isso para nós é importante. Não é nenhuma, como disse o Senador Efraim, nada pessoal e não pode ser, Ministro, nada pessoal. V.Exa. como funcionário do Governo, nós aqui como servidores do povo, nós temos a obrigação de dar a resposta.

Eu, como mulher, que vivo mais junto com as mulheres no meu estado e nesse país, a cobrança é educação, é saneamento, ontem, por exemplo, Ministro, eu fiquei arrasada com o corte em segurança pública e em educação. Eu falo: um país que numa crise não gasta com educação, não gasta com a mente das pessoas, não vai ser com serviço braçal que nós vamos reconstruir um país se nós, a crise bater muito pesado em cima da gente. É justamente com as mentes brilhantes que a gente espera que a educação tenha. Isso bate, agora imagino o senhor como é que está acabrunhado com um corte tão grande no seu Ministério.

Mas eu espero que a gente possa levantar a cabeça, ir para a frente e continuar acreditando. Obrigado, Sr. Ministro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora, antes de passar a palavra aqui ao Sr. Ministro, só gostaria de... Ela falou muito se referindo à minha pessoa, até porque na realidade eu tenho um conhecimento em função de ser pediatra, só para lhe dar um dado aqui, Senadora.

Em áreas que são saneadas, comparando com antes de não ser saneada, a mortalidade infantil, quando você passa o comparativo é de 40%, a redução na mortalidade infantil. Olhe o quanto é grave a falta de saneamento. E o custo com a saúde, nesses valores que a senhora mostrou aqui não contabilizou também outros custos que são, podemos dizer assim, com saúde, mas que na realidade são temporários e, talvez, não esteja nessa cifra que é a questão da dengue, que ela é bem maior em função da falta de saneamento, da cólera e de tantas outras doenças que também são transmitidas em função da falta... E eu acho que o saneamento não é só, não atinge só pobre não.

Se há uma coisa que atinge pobres e ricos, depende, inclusive, exatamente das cidades, têm cidades com 2% saneado, com certeza, pobres, ricos, são todos atingidos.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com toda a razão, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com a palavra... Com o senhor, V.Exa.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Senadora, a senhora colocou as suas preocupações, eu tenho as mesmas, acho que todos aqui presentes têm as mesmas preocupações, porque nós sabemos a gravidade. Como eu disse há pouco, independe do tamanho do município, da riqueza do Município, essa questão é terrível, as áreas de favelas, de palafitas.

Eu ando muito nessas regiões, eu sou daquela... Eu faço até uma brincadeira, eu sou do PNB, não do PNB Produto Nacional Bruto, mas do pé no barro, eu vou aos lugares e fico impressionado com situações, Senador Efraim, que, por exemplo, Nova Iguaçu... São Gonçalo, eu fui visitar várias áreas, as praças públicas não têm lago, tem esgoto. O lago é de esgoto. É uma coisa impressionante. Maré que quando sobe, reverte o esgoto para dentro das casas, com rato, uma coisa inacreditável.

Uma cidade que está há 30 quilômetros do Rio de Janeiro, um milhão e pouco de habitantes, 800 mil eleitores... Está lá numa situação crítica, ao lado do Rio de Janeiro. O senhor imagine em áreas remotas, como é que é a situação. A gravidade... É tema nacional isso.

O grande mérito do Ministério das Cidades, a partir, inclusive, desses valores do PAC, do valor do saneamento para todos, foi de colocar isso na agenda, chamar atenção para um tema que, obviamente, estava um pouco esquecido ou estava até jogado embaixo dos outros documentos, [ininteligível] Novo Hamburgo, cidade rica, rica de exportação, de calçados, aquilo, uma cidade muito bonita, vai ver o que tem de esgoto coletado, tratado. Você fala: "Não é possível."

A senhora vai em capitais que além do problema, já que a senhora é da Comissão de Meio Ambiente, além do problema da saúde, a senhora vê o Pantanal Mato-Grossense, a senhora vê bacias de rios como o Sinos, Capibaribe, rios que são afetados seriamente pela colocação de afluentes não tratados e aquilo afeta manancial e as pessoas bebem daquela água, sem tratamento, uma coisa horrível.

Então... Isso é um dos problemas nacionais mais sérios que nós temos. Fala-se muito em segurança, eu troco esta segurança por esta em saneamento, porque não é só também a parte de água e esgoto, saneamento envolve também a questão de drenagem,

drenagem e lixo, porque muita gente morre aí por falta de drenagem e drenagem é saneamento.

Então, estamos, inclusive, agora para definir principalmente esses dias, talvez hoje ou amanhã, uma liberação de recursos para a drenagem, para situações que têm áreas críticas, enchentes recorrentes, para dar também resposta a esses pleitos das populações que sofrem com isso, que têm morrido, sofrem com as inundações, que uma coisa é o momento emergencial que o Ministério da Integração faz com a Defesa Civil e depois eu entro com a parte subseqüente, mas eu tenho que prevenir lá atrás, prevenir com obra de drenagem no projeto e na realização.

A respeito desse dado de 113 anos para chegar, a ABDIB há um tempo atrás colocou uns números que dava entender que podia ser esse horizonte. Não sei... Nós olhamos os cálculos e ficamos, as conclusões que chegaram alguns que poderia ser a partir dos dados da ABDIB que chegaram esse número, mas se leva em consideração o que foi feito até agora, o que está colocado no PAC, nossas previsões, que mudamos essa conta algumas vezes, mais um pouco ou mais ou menos, se é repetido o orçamento para os anos subsequentes ou ampliado progressivamente, também se é repetido, se ampliado progressivamente o valor do financiamento, as contas que temos feito são no sentido que por volta de 2027, 2028, teremos grande chances de estar chegando a uma universalização nessa área de esgoto, água e esgoto.

Então, os números necessários, os números divergem 200, a 220 bilhões de reais, colocados, dentro desse horizonte, agora, senador e senadora, o importante, Senadores, é que o tema não saia mais da pauta. Habitação e saneamento são temas da pauta hoje em dia de qualquer administrador, de qualquer partido, de qualquer ideologia, tem que continuar na pauta, tem que ser resolvido, por um caminho ou por outro tem que ser resolvido, cada cabeça cada sentença, cada partido com sua ideologia, cada Senador, cada Deputado, cada Prefeito, tem sua visão, mas o importante é que esteja na pauta e seja dada sequência ao tema.

Então, essa questão é variável de acordo com o levantamento feito de economistas, nosso número vai, a partir, inclusive, do PAC, prever 40 bilhões de reais, como nesses quatro anos temos, inclusive, migrações internas dentro do programa para poder facilitar as ações, migrações, por exemplo, tivemos, colocamos valor alto para o setor privado, operações de mercado, que não apareceram ainda a nível que queríamos, não é só Governo, é chamar também empresas privadas, para fazer operações de mercado, fazerem PPPs, algumas já apareceram e fizeram, mas não no volume para usar todo o recurso, fizemos até remanejamento para atender a drenagem, para não parar.

Então, os 40 bilhões no período de quatro anos, se isso é repetido, e aumentado, não só repetido, mas aumentado e executado, isso pode levar à essa conta que eu lhe falei, de até 2027, no máximo 2030, estarmos com essa questão equacionada.

A senhora colocou, muito bem, essa questão de anos que se... ou já foi colocado aqui antes, anos que se teve o estudo, que teve a não execução, etc. Mas os senhores vêem que as vezes é falta até de preocupação e tradição. O senhor vê que começou em 1995 e lá em 92, em 2002, perdão, já chegava a ter uma seleção de projetos, alguns foram feitos. E depois se levou à assinatura. Esse número que foi colocado de municípios elegíveis, não significa municípios selecionados, porque, inclusive, depois eu posso passar para a senhora aqui uma carteira, carteira do que era necessário para atender as necessidades todas aqui, o valor para essas cidades, cento e poucos, seria algo de um bilhão e tantos reais. Então, isso aqui seriam municípios elegíveis.

Na prática, a senhora viu, por várias questões, a questão de... Ou de CAUC, que é questão momentânea, mas a questão de projetos que precisavam ser realizados e também outro foco de atendimento que se deu, não se perdeu, para a FUNASA foram 70 municípios. Porque os esgotamentos de 50 mil habitantes passou a ser nível de atuação da FUNASA, e nós ficamos com o restante e aproveitamos o restante apenas, alguns não puderam, por problemas técnicos, serem aproveitados, mas como resposta foi dado o que era necessário, seis ficaram para as BID, 25 ficaram no PAC, a senhora viu a hora que eu passei, inclusive, com valores aumentados, só oito tiveram o atendimento inviabilizado, por questão técnicas de projeto ou inadimplência no CAUC. Então, número elegível não significava projetos eleitos. Caso contrário o valor do contrato teria que ser maior ainda.

Os tempos que foram perdidos desde 95 até hoje, sempre se diz respeito à morosidades administrativas, problemas de controle, problemas de discussões econômico-financeiras, de execução de contrato, que eu já mencionei anteriormente. Não creio que em nenhum momento, alguém tenha dito deliberadamente "Vamos refrear, vamos andar devagar".

Agora, a senhora fala da incompatibilidade do valor do contrato, com a execução. Como eu disse, a senhora colocou bem, repetiu o que eu disse, que não soma nada, não soma nada no orçamento, o orçamento é o mesmo, como eu li para a senhora aqui, em 2005 eram 94 milhões, em 2006, 74 milhões, valores do orçamento do Ministério para saneamento.

Então, a senhora vê, só esse contrato aqui se ele fosse sozinho já não cabia no orçamento, sozinho não caberia, se fosse colocar aqui, e tem outros programas também para executar. A partir de 2007, saltamos com um 1 bilhão 513, 1 bilhão 808, 1 bilhão 990, para saneamento. Aí já dentro do PAC nós fizemos a migração, não esquecer também que a FUNASA está no PAC também, certo? Então, esse perigo de que alguma coisa não possa ser feito, ele não existe dentro do PAC, porque não há motivo, não há CAUC que vá impedir, que não há contingenciamento que se coloque.

Os empenhos que o Senador Efraim colocou, às vezes, os empenhos, dão a interpretação equivocada do que está acontecendo, porque são feitos progressivamente em um programa plurianual, em medida de corrida ou não das obras, as obras maiores começam a aparecer, de repente tem que empenhar, então, são situações que têm que ser analisadas, cada caso é um caso, estou falando de modo genérico.

A [soa a campanhia] questão que foi colocada, então, de... Sobre empresa, ECOPLAN, o que ela fez... Não... Pra ser jogado fora, administrou o contrato, mas ela encaminhou as questões relativas aos projetos que foram aproveitados dentro do PAC. Quanto por fora do projeto, na unidade gestora, só duas pessoas, a senhora mencionou e outro está ali que é o Rodolfo, está ali, o terceiro está ali sentado, são apenas dois funcionários da unidade gestora que nós temos para acompanhar esses projetos.

Quanto ao que a senhora falou que não vale a pena analisar projetos que venham para cá, projetos internacionais, eu volto àquela expressão: cada caso é um caso. Por que aqui especificamente não haveria necessidade do contrato? Porque se criou um programa alternativo, que era o PAC, que passou a ter dotações muito maiores sem contingenciamento, e a senhora deve receber, inclusive, comentários de outros Ministérios que as vezes o contrato internacional ele é executado as vezes lentamente porque existe um contingenciamento, limite orçamentário ou limite financeiro que impede que ele tenha sequência normal, porque ele compete, dentro do orçamento, com o próprio programa daquele Ministério [soa a campanhia] ou com outras iniciativas até de outros contratos internacionais.

Então, é por isso que muitas vezes não vai adiante. No momento específico aqui a questão da devolução, bateu adicionalmente com a questão de liquidação de dívidas, não necessidade de continuar com recursos que já tinham substitutivo que era o PAC, que daria seqüência. Esses números aqui que eu indiquei permitiram isso, ou seja, se continuasse lá atrás com números baixos, era uma situação delicada como executar o projeto, teria que reduzir ainda mais, até porque reuniões foram feitas com planejamento, com os órgãos de controle até para fazer uma revisão do projeto para estreitá-lo mais ainda para trazer para a realidade, para a realidade orçamentária. Como entrou a realidade orçamentária diferente de 2007, a alternativa foi jogá-lo dentro do PAC, já que aqui havia uma garantia de execução e com, inclusive, para as prefeituras, uma contrapartida menor.

Então, a preocupação existe sim com saneamento, existe todo dia, eu só falo nisso, eu falo até muito mais em saneamento do que habitação, porque eu vejo, eu ando por aí, eu vejo que a situação é delicada, não é só no esgoto. Fomos a Manaus, uma solenidade um dia, [ininteligível] uma unidade de água, uma senhora disse assim para nós: "Nunca tinha tomado um banho de chuveiro na vida. Nunca tinha". E a água, que a situação é muito melhor do que saneamento, agora, saneamento, a senhora imagina o que ocorre nesse país, país afora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Passamos agora...

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero usar a minha réplica.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Marisa, Senadora Marisa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu tenho o direito. Sr. Ministro, o senhor reconhece que o problema é sério, nós reconhecemos, drenagem, lixo, água, esgoto, fundamental para a vida da população brasileira. Eu queria perguntar ainda a V.Exa. o seguinte: o PAC já começou ou já fez ou já concluiu o saneamento nesses 129 municípios considerados de baixo IDH que estavam previstos, que foram analisados pelo seu Ministério, que o seu Ministério elencou como necessários, portanto, se eram necessários, provavelmente eles todos entraram no PAC, que eram os 129 municípios com mais necessidade. Afinal de contas, foram cinco anos de espera, eles estão no PAC, estão sendo feitos? Já concluíram, como é que estão esses 129 municípios?

E, além disso, por favor, Ministro, antes de assinar qualquer contrato internacional, veja se esse valor do empréstimo [soa a campanhia] cabe dentro do orçamento.

Agora, assinar um contrato em 2004, achando que isso não ia caber dentro do orçamento, não entra na minha cabeça, não sou financista, Ministro, mas é difícil a gente, entrar na cabeça da gente que vou assinar um contrato desse teor.

Em segundo. Criou-se o PAC em 2007. "Tá", criou-se. Será possível que na criação do PAC não se discutiu

projetos, não estou dizendo só na sua área, em todas as áreas do Governo, mas é uma ineficiência enorme de um Governo que cria um programa como esse, com 129 municípios, um projeto internacional, um acordo feito assinado que passou por esse Congresso, tem que ter passado por aqui, criou-se o PAC, não sei, Senadora Rosalba, se todos esses municípios entraram no PAC, se eram prioritários ou não.

Quer dizer, tira daqui, "eu estou com dinheiro aqui", se entrou no PAC, se tem dinheiro é porque graças a Deus o mundo estava crescendo tanto em 2006, 2007 que eu acho que o Brasil deu para relegar recurso. Só pode ser. Com tanta necessidade, com tanta carência, mesmo tendo o PAC, Ministro, não me sai da cabeça, que a gente tinha aí um contrato feito, já estavam gastando tanto dinheiro e não operacionalizar.

Porque o PAC não vai suprir todas as necessidades. Se o senhor me garantir que os 129 estão completos, e olha, falta só um ano e meio para o Governo Lula, se o senhor disser que o PAC cobre isso, garante o saneamento dessas 129 cidades, eu ainda posso dizer: "Bom, jogamos fora um dinheiro, devolvemos, porque o Brasil não precisa mais de saneamento." E o saneamento como V.Exa. diz, para mim é coisa tão séria que como mulher e mãe eu fico preocupada com o que acontece nesse país, principalmente nessa área.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Eu não sou médico, mas sou filho de médico, que é pior ainda. A pior coisa não é ser médico, é ser filho de médico, a gente compreende mais, com o conhecimento do pai a gente quer resolver as coisas na hora, como eu fico angustiado quando entro nessas favelas, essas situações que eu me referi anteriormente.

Senadora, são 109, não 129, são 109, como eu mencionei, 25 estão atendidas no nosso PAC da cidade, 70 passaram para o PAC da FUNASA, apenas oito, apenas oito não, infelizmente oito, porque para mim um que faltar seria ruim, então oito não conseguiram entrar, por causa daqueles problemas que eu coloquei, ou deficiência do projeto ou questão de CAUC, que... agora nós temos...

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Não, seriam 109 no total, 70, foram para o PAC da FUNASA, 25 para o Ministério das Cidades, apenas oito que não foram contemplados.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ministro, como é saneamento, eu não sei se o senhor tem essa... Se o senhor não tiver, realmente [soa a campanhia] eu fazer depois um requerimento à FUNASA, ao Ministério da Saúde, a FUNASA, e oficialmente à V.Exa., porque tem que chegar, é o Governo, o Governo é um só.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Por favor.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E saneamento é uma coisa só, seja da FUNASA, seja do Ministério das Cidades.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Eu já passei, aqui, inclusive, nos quadros, os valores que foram alocados no PAC, que foram, inclusive, acrescentados, se fosse o caso até de repetir o quadro aqui.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Só nessas cidades.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Se pudesse repetir... É um dos penúltimos quadros.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Está aqui...

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: O senhor tem a mão.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: O senhor tem os nossos aí, quando foram reforçados, inclusive, até do Senador...

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Só que eu não tive a sorte de ser filho de médico, mas terminei engenharia...

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Eu sou filho de médico.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Por analogia, dentro de um cálculo rápido, nós não...

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não tem 120 aí.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Nós não podemos imaginar que nenhum desses municípios tenha começado. As obras...

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Começado?

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: [falas sobrepostas] as obras.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu desconheço, porque... Há de convir que foi devolvido, porque ficaram inviabilidades.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): 39 municípios.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Não, tenho 25 que são atendidos no PAC.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sim, mas já começaram?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Não podiam ter começado antes de devolvido o dinheiro.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Não, mas eles estão no PAC, estão...

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Mas o PAC está empenhando e não está começando. Ministro...

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: O orçamento está garantido, Senador, o orçamento está garantido, o recurso está garantido.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Mas não começou, a pergunta da Senadora é nesse sentido.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Se não começou num lado, não começaria no outro, se ele começaria de um lado, começaria do outro, porque estaria em condições de começar.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): O problema é que não começou as obras, infelizmente o que o Governo está anunciando é o que não faz...

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Não-–

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): O Governo, nós não podemos comparar obras concluídas com empenho, porque está o exemplo que eu mostrei aqui.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A pergunta minha?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Tem caso que o 0,1%.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Nós temos o mapa de todos-–

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A pergunta minha é se os 109 municípios, seja os 39 do Ministério das Cidades, os 70 da FUNASA, se pelo menos esses 39 estão em andamento?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sei que V.Exa. não tem como responder pela FUNASA, não é?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Enquanto o Ministro recolhe aqui as informações, vocês estão falando em 109 municípios, mas sabe quantos municípios têm o nosso Brasil? 5664.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pelo menos os piores IDH.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E quantos são 100% saneados? Era isso que eu também gostaria de saber. Acho que... É muito... Vamos fazer esses questionamentos para que a gente possa acompanhar. Eu acho que nenhum. Eu conheço, assim, 100%.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Ministro, a nossa dúvida é só essa aqui. Veja bem, eu vou dar um exemplo de 2007, no caso de habitação, vamos um caso de saneamento, pronto. Saneamento. Quem estava falando em saneamento, em 2007, para não se voltar aquele ponto crítico que V.Exa....

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Efraim, muito rápido, porque ainda temos dois Senadores aguardando e a hora já está... Temos que terminar às duas horas.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Foram empenhados 1 bilhão 532 milhões. E só foi pago de empenho 1 milhão. E foi empenhado 1 bi, 1 bi e 700, 1 bi e 500 e foi pago um milhão. Então, é isso que nós estamos aqui tendo a dúvida, daí o requerimento de V.Exa. ser importantíssimo, para sabermos o início dessas obras, porque o que está acontecendo, Ministro, tudo, não é só na área de V.Exa., todos os municípios, quando se levanta uma questão, "Está no PAC" e por isso, "Está no PAC", e "Está no PAC. Está no PAC" e a obra empacou, ela está empacada.

E nós precisamos, nós estamos fiscalizando essas obras se existe um empenho de 1 bilhão e meio e se foi gasto 1 milhão de reais tem alguma coisa errada. Estou falando de uma forma em geral, aqui não levantamos nenhuma suspeição, nada disso, pelo contrário, nós queremos é ter o direito de fiscalizar que é nossa obrigação.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: E queremos ser fiscalizados até para aprimorar os procedimentos. Agora, Senador, é o seguinte: da nossa parte, na ponta que nós estamos é o seguinte, a obra vai... Anda, é solicitada a vistoria à Caixa, é feita a confirmação, a glosa, discute-se o valor que está colocado, é feita a comunicação ao Ministério e nós providenciamos imediatamente o pagamento. É assim que é feito, o recurso, o limite orçamentário, o limite financeiro existe e são liberados, não estão contingenciados, basta ver o pedido que, inclusive, temos o G(F) agora dentro da própria Secretaria de Saneamento que já libera diretamente. Então, não há problema algum.

Sobre as perguntas de andamento, Limoeiro do Norte, a assessoria informa, já está com 20% andando e um dos casos aqui, por exemplo, que é de lá do Ceará, Morada Nova, que veio do PASS-BID está com 70% de execução. Eu posso fazer à senhora...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Assu já começou?

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: A senhora queria fazer um requerimento, da nossa parte do Ministério, eu posso combinar, estão aqui os nossos Secretários, as pessoas, os coordenadores para... Porque nós temos o caderno de todas as obras, como elas andam, como estão todas elas, para informar sobre como está nesse caso, se já apresentou projeto, se já foi aprovado, se já foi dado início de obra, se já foi medido, se está sendo pago, nós temos o detalhamento inteiro.

Agora, o importante é estar enquadrado, se estiver nessa fase de assinatura de contrato, é uma coisa, se já tiver andado é outra, se estiver medido é outro, então as velocidades, agora, o importante é que já está dentro, não está aquela... "Vai entrar no PAC, já entrou', isso já entrou.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):[pronunciamento fora do microfone] As nossas 25 e as outras são 70, que são da FUNASA, da nossa parte nós podemos até pedir depois à FUNASA para encaminhar à senhora, podemos fazer também, [ininteligível] não há problema algum, estamos juntos nisso, mas, de imediato, comunicar à senhora o andamento das obras.

São mapas como esse aqui detalhados, a senhora vê a descrição da obra, seu investimento, CGU, contrapartida, situação, início da obra, previsão de conclusão, andamento total executado, número de famílias, beneficiados, que a gente já pagou, nós temos o acompanhamento detalhado e é bom até que, a respeito da fiscalização, a senhora possa ter um documento desse até para nos cobrar mais alguma coisa para informar.

Porque o nosso interesse é realizar obra e outra coisa, senador, e o senador sabe muito bem, eu tenho falado isso, nós chamamos os prefeitos, esquecendo aqui só essa questão do PASS-BID e não perguntamos que partido são, os prefeitos. A senhora sabe que eu já fui de vários Governos, inclusive, já fui do Governo anterior como Secretário...

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Não, não, gostaria de dizer isso, é importante mencionar para mim, é importante dizer isso. Já fui do Governo anterior, já fui desse Governo, nós não perguntamos a qualquer prefeito. Eu circulo, eu faço reuniões com prefeitos, convoco, quando eu vejo tem prefeito de tudo quanto é partido, eu vou lá, eu pergunto: "O que está acontecendo?" Eu levo, tipo desse formulário assim e mostro para o prefeito, "Olha aqui", parece até que eu sou o interessado que eu quero ver a coisa realizada, como as senhoras, não quero ver criança morrendo, eu não quero ver criança morrer.

Eu vou lá, "Prefeito, olha aqui. O senhor está com uma CAUC suspensiva. O quê que foi? O senhor não conseguiu a licença, o seu projeto não está funcional, o senhor tem que ir lá na Caixa e apresentar. O senhor tem que ir lá." Outra coisa, o Prefeito diz assim: "Olha aqui, já tem uma medição, está colocado 30%, mas já me mediram 80. Então, eu vou ver na Caixa por que não chegou ainda para mim para eu pagar, pode ser que tenha havido alguma glosa", eu fico atrás. Eu dou meu telefone para todo mundo, o senhor sabe disso, [ininteligível] televisão, jornal, para as pessoas me ligarem, eu respondo, eu fico atrás, eu falo com prefeito, governador, secretário, mestre de obra, eu vou perguntar o que está acontecendo, para todo mundo, porque eu quero obra realizada, eu estou atrás para poder fazer.

E nesse caso aqui específico, nós achamos esse caminho para poder dar garantia até da execução, porque eu teria o medo se fosse um orçamento menor, porque o PAC é o PAC, e outra coisa é o orçamento a parte, que de um momento para outro, um contingenciamento parasse a obra que não está na PAC, no PAC é garantido que vai.

Então, quanto aquela questão de caber ou não caber, a senhora falou, é claro que você pode depois diluir o valor do contrato pelos anos. Mas agora, que é fatal é, é que não soma um contrato não soma nada, porque esse procedimento mudou, no passado não era assim.

Eu tive essa experiência, como eu disse à senhora, com o Banco Mundial, no Ministério da Agricultura, que eu não assinei porque não tinha vantagem, eu ia ficar preso a regras do banco e eu tinha o financeiro, o orçamento e o financeiro equacionados, facilmente equacionados e não precisava trocar. A senhora sabe que pressões eu recebi para assinar? Toda a área econômica naquele momento precisava de aumento, aumentar reservas internacionais, até do Diretor do Banco Mundial eu recebi visita. Até fiquei pensando: Será que tem algum bônus aí também, tipo da [ininteligível], tinha que pagar um bônus... Diretor, por que ele veio visitar, veio de Washington visitar para assinar? Eu não quis assinar e não assinei. Eu era só Secretário Executivo, não era Ministro, não assinei. Não assinei porque não havia necessidade.

Agora, aqui, então, o importante é que teve alternativas, se não tivesse alternativa, estudaríamos outras soluções para o caso, mas a alternativa foi do PAC. Agora, o importante é informar, informarei a senhora como anda cada projeto, como está cada situação e, se for o caso, junto, se for o caso, quando fizer uma visita a uma dessas cidades, gostaria que os senadores pudessem ir comigo para a gente ver lá a realidade, o quê aconteceu? Pegar um caso, um *case*, um desses aqui para ver o que aconteceu, o que aconteceu, se realmente a coisa anda ou não anda, é a realidade da vida.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Cuidado para não escolher só os que estão perto de inaugurar.

[risos].

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Hein? Perdão? O quê? Perdão, Senador? Perdão?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ele está brincando.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu estou dizendo, brincando, cuidado para não escolher só os que estão perto de inaugurar.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Não, eu visito, eu ando por eles todos, eu vou pelo meio do caminho. E nossas áreas, não são só habitação e saneamento. Ontem, por exemplo, eu estava em São Leopoldo visitando, sabe o que, Senador? As obras de extensão do TRENSURB(F), que é empresa do nosso Ministério, de São Leopoldo e Novo Hamburgo [soa a campanhia], eu estava lá vistoriando, aquele lamaçal danado, uma poeirada danada, para ver se a coisa anda mesmo, porque aquela... O olho do dono que faz a vaca...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Como é que é? Exatamente, essa expressão. Então, eu vou lá para poder cobrar e fico o dia inteiro nessa loucura, o Brasil inteiro, eu faço isso, eu vou à reunião dos prefeitos, eu quero ver à obra ser realizada.

Não interessa esse negócio de papel, que assinou, eu quero ver, dado concreto. Eu faço isso, não tenho limite e não uso, maioria dos casos eu não uso avião oficial [soa a campanhia], eu uso avião de carreira, eu sou maratonista de aeroporto, gosto de fazer isso, porque é o meu espírito, sempre foi assim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Passamos agora a palavra ao Senador Jefferson Praia. Em seguida ao Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Bem, senhora Presidente, eu vou ser breve, vou apenas fazer algumas observações e dar a minha contribuição com relação a essa questão dos projetos que trabalhamos no nosso país.

Primeiro é importante nós verificarmos o seguinte: a falta de planejamento. Quando há planejamento no Governo Federal, não há nos estaduais e nos municipais. O Brasil não tem um planejamento. Nós temos idéias... "Vamos fazer tal obra e fazemos aí um plano tal e vamos fazer tantas obras" e lá na ponta o Prefeito que muitos até não estão preparados para gerir nem o seu Município, por isso que V.Exa. teve aquela observação do prefeito, da prefeita que disse: "Olha, Ministro, não adianta o senhor ter o recurso e eu não ter uma contrapartida." Quer dizer, olha só a falta de visão de um administrador, de uma administradora do município, em fazer essa observação [soa a campainha].

Na verdade, ela colocou como se fosse uma pressão para V. Exa.: "Não, o senhor resolve, eu preciso do dinheiro." Então, essa questão do planejamento, nós vamos ter que trabalhar isso no nosso país. Trabalhar o planejamento, eu defendo o planejamento a médio e longo prazo, nós não temos isso, independente dos Governos, nós temos que fazer isso, porque o resultado final, sabe qual é, Ministro? Quando começa, às vezes, a obra, não termina. Aí temos aí centenas, às vezes milhares de obras inacabadas, porque vem o Governo seguinte e não dá continuidade, então, um ponto para ser trabalhado.

Agora, eu gostaria de saber diante dos problemas enfrentados aí pelos municípios, para ter acesso aos recursos que estamos trabalhando aqui, projetados, o que o senhor sugere? Qual a sua sugestão para melhorarmos esse quadro? O que o Município tem que fazer? Principalmente aqueles que não tiveram acesso a esse programa que estamos tratando. O senhor foi a Manaus, Manaus é minha cidade, eu nasci lá, sou do Estado do Amazonas.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: O senhor identificou a questão do chuveiro que foi lá exatamente.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Eu tomei banho com o povo lá também porque, eu vou te dizer uma coisa, uma vergonha, aquilo é na verdade uma vergonha para a gente. Amazônia, o mundo das águas você não ter água, você não ter água na capital, rapaz, faltar água lá, há anos o povo não tinha água, agora que se começou a trabalhar uma coisa dessa natureza.

Agora você não ter água, abastecimento de água ineficiente, esgoto sanitário, nem se fala Senadora Rosalba Ciarlini. Coleta de lixo, você ter uma idéia, tem um Município que nós estamos trabalhando junto com o prefeito, até para ajudá-lo, porque aquela população precisa de ajuda, na realidade o Município do Estado do Amazonas chamado Inhamundá, é uma ilhazinha pequena, acho que é dois quilômetros de diâmetro, alguma coisa assim, na vazante eles colocam o lixo ali, quando vem a cheia, o rio leva os lixos. Olha só, quer dizer, nós não temos uma política adequada.

Eu falei com o Prefeito recentemente, disse, "Olha, rapaz, uma das coisas fundamentais no teu município é resolvermos aquele problema." Por que ali, a senhora imagina a quantidade de doença que nós estamos aí, na verdade, estimulando.

E para finalizar, no contexto da política de saneamento, eu queria saber, quais são... Eu queria saber sobre o seu Ministério, quais são as dificuldades que o senhor tem no seu Ministério, para priorizar a política que V.Exa. trabalha? O que o senhor... Eu sei

que aqui não é hora de o senhor abrir o seu coração para a gente, [risos] mas, veja bem, a minha intenção é perceber que dificuldade o senhor atravessa para que nós, que estamos aqui também vermos como é que nós podemos ajudar, porque nós queremos, eu quero também que as obras cheguem aos municípios, que a população seja ajudada. Eram essas as minhas observações.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Pois não, Senador, o senhor colocou a questão do planejamento, da ação conjunta com estados e municípios.

Quando começamos a montar o PAC, nós começamos a chamar os governadores, os prefeitos de regiões metropolitanas, em cidades, de maior porte em cada Estado, para a gente discutir as necessidades e as interações. Eu vou contar um dado aqui que o senhor pode até não acreditar, mas o senhor vai ficar boquiaberto, vou dizer logo a cidade qual foi, São Paulo, região Metropolitana, chamamos todo mundo, do Governo do Estado, toda a região Metropolitana e a Ministra Dilma estava comigo, eu estava conduzindo as perguntas, etc, e o nosso objetivo era ver o que era necessário fazer de obras estruturantes, tanto municípios, um junto ao lado do outro, eu não vou fazer obra de saneamento aqui sem olhar o do lado, isso é... Região Metropolitana, isso é básico [soa a campanhia].

E comecei a fazer perguntas, passei perguntas também para a empresa estadual de saneamento para ver quais eram as prioridades do programa de investimento ao longo dos anos. E de repente começou na exposição lá na empresa alguma coisa eu passei para os prefeitos, começaram a dizer "Olha, eu tenho essa prioridade sim, mas não é para 2025, é para 2009, eu quero agora e outro assim. Espera aí, quem disse que eu quero fazer isso no meu Ministério... No meu Município?" Depois entre os municípios, "Espera aí, você vai fazer isso, não vai passar para discutir comigo", foi uma reunião, assim, surrealista que eu descobri o seguinte: politicamente todos eles se conheciam e falavam, mas esse tema de saneamento não estava na pauta, como eu mencionei para o senhor, tem que estar na pauta deles todos.

O senhor sabe que, Senador, sabe o que me pediram e a Ministra Dilma? Era uma quinta-feira, "Será que a gente podia fazer o seguinte, terça-feira a gente faz reunião em São Paulo, enquanto isso a gente conversa sobre esse tema?" Isso dá espírito de que...

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Ministro, me permita.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: O senhor colocou, é a falta de entrosamento, de planejamento, entre os órgãos envolvidos numa região metropolitana, agora, para eu poder atuar eu simplesmente quero priorizar o que o grupo vai trazer para mim. Nós não impusemos nada, "Eu quero fazer isso, eu quero fazer aquilo", nós selecionamos alguns temas importantes e foram colocados pelos participantes, sim, e nós queremos isso, não queremos aquilo, mas para ele dizer isso em conjunto, tiveram que voltar e conversar porque nunca tinham tratado do assunto.

Então, o tema planejamento, realmente, sim é delicado em todos os níveis, mais do que isso, a interação e o entrosamento têm que existir, por isso que nós temos agora esses planos, exatamente, no FNHIS, temos o Sistema Nacional de Habitação e Interesse Social, temos a questão do Plano Nacional de Saneamento, Plano Nacional de Habitação, registrar que o Congresso Nacional, há pouco tempo, deu uma demonstração da priorização do sistema de saneamento, passando uma lei que vinha sendo discutida há 10 anos, ela foi aprovada aqui no Senado por unanimidade e foi aprovada por aclamação na Câmara. Então, e foi sancionada como veio pelo Presidente da República, depois, intensas forças de negociação, eu participei disso, com todos os envolvidos [soa a campanhia], com trabalhadores, empresários, empresas estaduais, municipais, sempre que há divergência, para lá e para cá, tudo foi colocado na mesa, privadas, públicas, e saiu a lei.

Então, conseguimos, num esforço, montar o marco regulatório do saneamento, foi um grande avanço. Agora nós estamos querendo colocar todo mundo junto para definir o planejamento como é que isso funciona. Então, Plano Nacional de Saneamento está na lei e é obrigatório fazer e cada Município também tem que ter o seu plano, cada estado tem que ter o seu plano. E vamos nesse esforço adiante. É uma conscientização e uma realização prática diuturna que estamos fazendo.

Agora, foi colocado aqui que pode ser problema, exatamente o senhor vê que a origem está também na falta de experiência de quem está na ponta, porque não havia uma cultura de realizar, realizar, realizar projetos que seja habitação e saneamento, é um aqui, outro acolá, não adianta passar os recursos para vários municípios, eu sei o problema, até usei emenda parlamentar alguma vezes, eu coloco recursos para lá e depois o prefeito fica entalado com recurso e não consegue fazer, porque ele não consegue o quê? Ter uma equipe técnica lá e nós temos que dar ajuda aqui com pessoal nosso vai ajudar, ou a Caixa Econômica também, por instrução do Presidente, está com escritórios para ajudar a montar, não fazer, mas a montar os projetos.

Então, está faltando, eu digo, mais capacitação no conjunto todo, para que os projetos venham me-

lhores, mais ágeis no exame porque senão um projeto complicado, vai demorar a sua análise, você vê numa formatação mais fácil, com a clarividência da sua funcionalidade, as coisas fluem mais rapidamente.

Então, problema sim, é essa coordenação toda de planejamento e ação conjunta e nós na execução dos projetos nós ficamos dependurados no telefone, fazemos teleconferência, e vídeo-conferência com todo o Brasil, para que as obras andem. Nós somos interessados, como disse à Senadora, sim, em resolver o problema, em resolver o problema, sem qualquer interesse político, queremos resolver a questão, não importa aonde seja.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Aqui ninguém falou [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Não, mas eu estou falando -–

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ainda bem que ninguém aqui [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Eu estou falando porque o nosso desejo, o nosso desejo como já fui de vários governos, eu posso falar sobre isso com isenção, o que nós queremos é realizar a obra para acabar com esse problema, a criança sai de casa e bota o pé numa língua de esgoto. Não há quem aguente isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Agora vamos dar continuidade. Concedo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de parabenizar a Senadora Rosalba Ciarlini pela condução dos trabalhos que já várias horas que nós temos o privilégio de ouvir essas informações, mas exige muita paciência e concentração de todos nós, então, parabenizo a Presidente da Comissão.

Parabenizo também os subscritores, senadores desta convocação, que nos deu a oportunidade de nos inteirarmos de várias informações que poderemos transmitir nas nossas bases. Eu parabenizo ao Ministro pelas... Já o conhecia, conhecia da sua competência, conhecia da sua cordialidade, cordialidade esta que foi transmitida ao longo o de todo esse debate, assisti a cordialidade em *off* aqui, perante as câmeras, uma cordialidade, talvez, da cena necessária e o senhor a teve, mas principalmente a cordialidade que eu assisti nos bastidores, fora da cena, fora da câmera, que foi a forma carinhosa que o senhor recebeu o Presidente do PSDB que é um partido de oposição, o Senador Sérgio Guerra, nosso amigo, e que se percebe no relacionamento e na forma de conduzir as coisas públicas, o senhor sabe diferenciar o que é oposição, o que é situação e sabe conduzir esse Ministério da melhor forma.

Foram acrescidas as... Esses atributos que eu já o conhecia, de conferencista, porque o senhor aqui durante mais de três horas nos enriqueceu de uma série de informações e eu diria de forma, assim, mais de brincadeira, de um novo atributo, que é a coragem. O senhor esteve aí durante todo o tempo e não esteve em nenhum momento cercado por um... Ladeado, por um assessor que vou chamar de *Google*, que fica fornecendo todas as informações necessárias e diferentemente de muitos outros que aqui passam e que se cercam de uma série de assessores ao lado, às vezes o senhor colocava o olho cumprido aqui para o meu lado esquerdo, mas, na verdade, era para sinalizações pontuais, o que demonstra o domínio da pasta que V. Exa. hoje toma conta no Brasil.

Eu fico feliz também porque minha visão é a visão empresarial. Empresarial eu não me desligo da análise das pessoas. E me sinto feliz como cidadão brasileiro e como empresário, de assistir que o país está em boas mãos, o país tem gestores competentes, tomando conta da nossa nação. Há poucos dias assisti aqui o Presidente da PETROBRAS, o Sérgio Gabrielli, que fez uma brilhante exposição, assisti o Presidente do Banco Central, o Meirelles, assisti o Ministro do Turismo, o Juca Ferreira, todos eles demonstrando, da mesma forma que o senhor demonstra, extrema competência.

Gostaria, no entanto, de fazer alguns questionamentos que são... Vou tentar ser bastante sintético devido ao adiantado da hora, mas são quatro rápidas observações. Uma é o seguinte, devolução de empréstimo, se tratando de empréstimo internacional, externo, é uma coisa que um empresário estranha; existe no mundo atual, talvez, o ponto onde está a análise da crise mundial, é a carência de crédito. A carência de crédito internacional, talvez, expresse a maior causa das dúvidas para onde o mundo vai evoluir economicamente [soa a campanhia]. E é exatamente em função desta devolução de um empréstimo externo que nós estamos aqui inicialmente convocados.

Foi... Foram priorizados municípios dentro de um critério que eu considero que à época, quando os recursos, a origem dos recursos eram origens de empréstimo externo, então, o critério de seleção desses empréstimos deve ter sido muito, vamos dizer, deve ter havido um critério muito rigoroso porque ninguém toma empréstimo externo sem ter a visão de prioridade, até porque o empréstimo externo é um empréstimo na qual o país em si não sabe a que preço vai devolver, em função das variações monetárias.

E dentro desse critério os municípios elegíveis foram municípios, 109 municípios, entre 15 e 75 mil ha-

bitantes. Esta Casa desde ontem questiona os critérios deste novo projeto que é o *Projeto Minha Casa, Minha Vida* no tocante ao dimensionamento desses municípios. Foi citado aqui pelo Senador Efraim, exatamente o caso da Paraíba, dos municípios na Paraíba só três municípios que teriam capacidade de atingi-los. Isso é... Um fator extremamente questionado por nós.

Então, na qualidade de gestor de um Governo como um todo, nós pediríamos que V.Exa. fizesse chegar aos gestores, demais gestores desse Governo, de que esse... O projeto habitacional brasileiro, esse novo projeto habitacional, ele tem pontos bastante interessantes, pontos fortíssimos, chega em bom momento, exatamente na crise internacional, geração de empregos [soa a campanhia], incremento de crédito à construção civil, num momento que a construção civil se ressente e o segmento da construção civil é um segmento por demais carente de crédito, mas, na verdade, esse projeto necessita uma adequação: a limitação do valor de habitantes na quantidade de habitantes, 100 mil habitantes para incluir o projeto é demais prejudicial à execução desse projeto.

E eu diria, reforçaria com as seguintes observações. A estratégia me parece ser a concentração em grandes cidades, exatamente nas grandes cidades nós vamos ter maiores restrições ambientais, nós vamos ter maiores restrições de disponibilidade de áreas. Então, se o projeto visa a regularização fundiária exatamente dessas áreas, nos municípios menores isso seria feito de uma forma muito mais prática, muito mais fácil. Então, se nós assistirmos agora mesmo um projeto, todo um volume de recursos externos serem devolvidos, porque o Governo não conseguiu materializar o projeto como um todo, então, nós como brasileiros desejamos que o Governo materialize esse projeto de 1 milhão de residências e se esse projeto for estendido para os municípios de menor dimensão, ele vai, na verdade, conseguir o seu objetivo de uma forma mais rápida.

E por fim, eu gostaria de solicitar ao Ministro qual a repercussão, já que houve um contingenciamento de 36,6% no Ministério de V.Exa., de que forma isso atinge o Ministério, mesmo sabendo que o projeto, os projetos que estão incluídos no PAC eles não são atingidos por esse contingenciamento, porém, esses 36,6% de alguma forma vai atingir o Ministério de V. Exa. Eram essas... Os meus questionamentos.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Senador, obrigado pelas suas palavras amáveis, exageradas, eu diria, a meu respeito. Passando à questão do questionamento, o senhor colocou a visão empresarial.

Eu também já atuei em empresa privada, um empréstimo internacional é fundamental; pegar a *FC*, empréstimo da *FC*, favorecia para desenvolver o projeto petroquímico, ela fazia isso, era excelente. Por quê? Na empresa eu tenho orçamento aqui, o outro orçamento já é aqui e eu passo a ter isso aqui porque eu tenho inteira liberdade de atuação, não tenho problema de limite orçamentário ou financeiro. No caso do... empréstimo internacional do Poder Público, esse orçamento entra aqui dentro, fica o mesmo, e aí o senhor pode executá-lo dentro desse limite, ele não soma, se era 100, eu trago 100, continua 100. Eu não fico com 200.

Se aquela idéia que eu estou perdendo um empréstimo internacional, eu não estou perdendo nada. Eu estou simplesmente trabalhando com o mesmo número, poderia haver uma facilidade de utilizar o financeiro mais facilmente fora de... Outro cronograma de liberação do tesouro, a única vantagem que teria, e eu teria o empréstimo que teria que ser pago algum dia, eu já estou recebendo, mas tenho que devolver algum dia. Eu vou ter que devolver, vou ter que pagar juros, e pagar taxa de permanência.

A visão que o senhor disse, a visão empresarial é perfeita, tivesse que fazer o exame empresarial agora, administrasse, tivesse alguém me oferecendo os 95 milhões, eu estava na mesma hora pegando os 57 milhões, que a parte de empréstimo, estaria pegando na hora para empresa, mas dentro da contabilidade pública, só posso fazer isso, só usarei se eu tiver sérias dificuldades de liberação de financeiro ou de liberação de orçamentário.

A imigração para o PAC foi feita porque não precisaria mais preocupar com limite. Eu estava dizendo há pouco, em resposta às perguntas que qualquer obra que é executada, ela é parcialmente executada e que é medida parcialmente, ela é paga imediatamente, é assim que funciona. Então, eu não dependo de ninguém, não dependo de procurar dinheiro em algum lugar, ou está no orçamento, já está planejado, o próprio Senador Efraim colocou a questão dos valores estão empenhados, resto a pagar altos, porque já estão empenhados, estão garantidos lá. Aí empenhado, vai sendo pago. Não tem problema nenhum.

Então, esse é o quadro, a empresa, o senhor tem toda a razão, mas no serviço público por essa modalidade de contabilização é que as coisas não funcionam como funciona a empresa privada. A questão do... O senhor colocou da concentração na cidade de mais de 100 mil habitantes, podendo chegar a 50 mil, tem uma ressalva, pode chegar a 50 mil, não está fechada a porta até 50 mil, a concentração está mais porque ali está o déficit habitacional mais sério, nas cidades grandes, nas regiões metropolitanas, [ininteligível]

pode ter cidade com 5 mil, 4 mil, que está na região Metropolitana, não interessa o tamanho.

Mas existe também um outro lado que é interessante. Fica mais dramática a situação do déficit habitacional numa cidade grande porque muda o relacionamento entre as pessoas, de repente, até com problema de segurança, o tráfico invadindo a área de favela, etc. Nas cidades menores de alguma maneira ou de outra, também [ininteligível] operacional, por outros caminhos que nós temos, o próprio FNHIS, o 460 que eu falei, o crédito solidário, se for na área rural, cidade do interior tem área rural, também nós temos recursos para isso, então vai ser... Continua com aquela expressão que eu falei, que a vida continua, os outros projetos que nós temos continuam a ser executados, então, será atendimento.

Na cidade grande o senhor colocou o problema de restrições ambientais, o valor da terra. Nós tivemos cuidados no programa, o valor da terra. O senhor deve ter visto que, ouvido que foi colocado um valor de 60 bilhões, 60 bilhões envolvidos nesse projeto. De onde saiu esse número mágio, qual é esse número mágico? É 1 milhão de unidades *versus* alguma coisa, *versus* 60 mil, vezes 60 mil. De onde saiu os 60 mil, porque a gente só fala nos subsídios que estão a 34, que 60 mil são esses? 60 milhões são esses? Foi, colocou-se para sustentar o programa, para ter os valores disponíveis, foi colocado um valor médio numa cidade que tivesse o preço da terra elevado, foi São Paulo, uma unidade de 45 metros quadrados, então ali você tem um valor de 60 mil, então você pode jogar para cima, para baixo. Até ontem saiu na televisão, a expressão, isso não significa que seja o valor das casas de 60 mil, pode ser menos, inclusive, porque a Prefeitura, os governos de estado, vão doar terrenos, vai custar muito menos do que isso.

Agora se tiver que custar esse valor o programa aguenta, não tem problema nenhuma porque alguém colocou todo o subsídio vai se perder porque o valor da terra vai estar elevado, mas ele está montado para suportar também esse valor. Não há problema algum.

A questão das restrições ambientais foi feito para se montar esse programa, está lá na exigência do programa que foi feita uma negociação com entidades, órgãos ambientais, com entidades representativas que existem até associações nesses órgãos que tratam de programas ambientais, estados, municípios, até da União também e o Ministro Minc também participou, liderou essa questão, foi feito o compromisso de que não estando declarado em área de preservação permanente, não estando em beira de córrego, em fundo de vale, nas situações normais, a licença, o licenciamento será dado no máximo em um mês.

As solicitações que pudesse ser liberado mais rapidamente para terraplanagem, supressão de vegetação, mas ficou, assim, é o compromisso de um mês. Então, o problema da terra está colocado pelo valor médio colocado, o programa suporta isso e também a questão ambiental por essa decisão de ser em um mês.

Só completar o seu raciocínio matemático, de 60 bi, de onde saiu o 34, só para refrescar a memória aqui, o seguinte, subsídios: até 0,3, de zero a três salários mínimos de renda, são 16 bilhões de reais que é uma continha simples, é 400 mil unidades, vezes 40 mil, se colocou um preço médio nessa faixa. Depois de três salários até seis salários [soa a campainha] nós temos aí 10 bilhões de subsídios, 2,5 bilhões do OGU e 7,5 bilhões do Fundo de Garantia. O Fundo de Garantia sempre pediu, eu sou do Conselho Curador, sempre pediu que houvesse uma ação também de subsídio do Governo Federal, do OGU, está aí a resposta aí com 16, mais 2,5, tem 18,5 aí colocados contra 7,5 do Fundo de Garantia.

Temos aí, temos 10, com 16, deu 26 bilhões de subsídios, da operação mesmo, do valor do terreno. Tem mais 2 bilhões de subsídio aí que se refere, subsídio da questão do seguro de vida, porque está sendo, a tabela está sendo mudada, subsidiada e mudada e também a questão do fundo garantidor para poder fazer com que muitos mais possam participar do projeto, porque muitos não entravam anteriormente com medo de perder o emprego no meio do caminho, ou não entravam porque o valor do subsídio era baixo e não deixava. Então, o teto do subsídio que está, por exemplo, na faixa de três salários mínimos, que é 23 mil, antigamente era 6, inviabilizava, muita gente vai entrar e muita gente que não tinha coragem vai entrar porque o fundo garantidor permite refinanciar para o final.

Então, voltando a conta, 10, 16, 26, não do valor do terreno, tem mais dois, 28, aí tem 34 que foi colocado como subsídio que são duas operações de financiamento, vai ter subsídio, 1 bilhão para capacitar pequenas e médias empresas para não fazer que só empresas grandes participem do projeto. 1 bilhão para as empresas capacitarem sua gestão, para participarem do processo, até capacitarem seus funcionários. E 5 bilhões também para evitar aquela acusação: "O empreendimento vai ficar lá isolado no meio do mato, longe da cidade." Não, ele vai ficar próximo e se tiver que fazer conexões, os 5 bilhões de reais são para fazer a ligação, não só para infraestrutura do projeto, uma conexão de água, esgoto, pavimentação, luz, o que for necessário para integrar o conjunto ao ambiente da cidade.

Então, aí está o 34. A diferença até 60 que calculamos 60 bilhões é o dinheiro do financiamento do Fundo de Garantia que não foi dito isso muitas vezes,

eu estou colocando isso no discurso, a diferença, já aprovamos 19 bilhões do Fundo de Garantia, com a primeira etapa, primeiro valor disponível, a diferença do que foi necessário financiar o Fundo de Garantia completo e chegou a 60 bi como valor de referência.

[soa a campanhia].

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Ministro, é só para complementar, a preocupação no tocante as cidades de grande parte se prendem a não concentração, há toda uma tendência de não se concentrar, não se trazer a migração rural para a concentração urbana. Então, eu acho que é muito importante que esse ponto seja ressaltado...

[interrupção no áudio].

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Caiu o sistema aí?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Nas discussões internas do Governo para que através de um projeto fantástico não se... Incentive a migração urbana que é um fator de geração de favelas, de geração de insegurança. Então, esse ponto é que eu gostaria que V. Exa. fosse porta-voz desse nosso anseio. Muito obrigado.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Senador, em FNHIS anteriores, eu pessoalmente empenhei por isso, tivemos "N" projetos, em "N" municípios com valor de 300 mil, 400 mil reais, Maria do Carmo, está aqui que é da área, isso é para 30 casas, 40 casas, para exatamente resolver o problema, segurar o pessoal, não deixar irem para a cidade grande.

Mas esse projeto agora não é para resolver o problema habitacional todo, a ênfase como eu disse anteriormente é a questão de geração de emprego, evitar a repercussão maior da crise internacional, fazer que a construção civil se movimente e é um setor que tem mão-de-obra intensiva, não tem importação de insumos, a gente pode atacar o déficit habitacional, não é para resolver todos os problemas.

Todos os problemas serão resolvidos, com implementação do PLANHAB, Plano Nacional de Habitação que nós já temos elaborado que vai até os próximos 1cinco anos, até 2023, definindo os valores que serão necessários de Orçamento Geral da União ou de Fundo de Garantia, seja para financiamento, seja para subsídio.

E lembrar que o senhor sabe que aqui na Casa, na Casa, digo, aqui no Congresso Nacional existe uma PEC que está sendo discutida aqui, sobre uma alternativa que foi apresentada pelos Deputados, no sentido, tem um programa que se chama *Moradia Digna* em que se procura vincular um valor percentual do orçamento para habitação.

É um tema que vai ser discutido entre os senhores, é um tema que foi apresentado pelo próprio Congresso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bem, eu queria, agora para finalizar, agradecendo ao Ministro ter atendido ao nosso convite, dizer que esse assunto é tão extenso, Ministro, veja que nós já passamos aqui da hora regimental...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Eu não...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com certeza, não estranhe se o senhor for convidado novamente.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: É um prazer.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Até porque, na realidade é sempre um assunto que vai sempre... De interesse de toda a sociedade. Mexe com FGTS, questão de Casa, questão do saneamento que é importantíssimo.

E gostaria aqui, também, mais uma vez, dizer da importância que todos falaram, mas nós sabemos o quanto é importante que esse programa de casa chegue para os municípios que tem menos de 100 mil habitantes, que no meu Estado, somente Natal, Mossoró e Parnamirim é que poderão ser atendidas, são as cidades maiores, cidades, inclusive, que têm o IDH mais alto e que tem melhores condições de renda.

E veja, Ministro, a questão, quando você faz no Município menor e a licitação, eu discordo quando diz que demora, acho que o município que esteja interessado ele tem que correr com a licitação, porque a empresa da terra é beneficiada, os trabalhadores serão da terra, os recursos ficaram no comércio da cidade e se nós tivermos as cidades vivas a crise nós vamos superar, não somente as grandes, as mega cidades como São Paulo.

Além de que tem também essa questão de que as cidades menores é de onde partem as imigrações. Então, nós vamos conter.

Então, vai ser muito importante que vamos encaminhar ao senhor oficialmente a solicitação com relação ao saneamento de todas as cidades que estão sendo saneadas, como estão cada projeto, e também vou sugerir à Comissão, se for aprovado que também encaminhemos com relação às casas, não somente desse programa *Minha Casa, Minha Vida* que é 1 milhão, mas de todos os programas que têm através do Ministério, para que a gente possa conhecer melhor todo o seu trabalho que nós queremos parabenizar e desejar sempre sucesso e agradecer, mais uma vez, a presença do senhor.

Querendo, finalizando eu quero comunicar aos Srs. Senadores Efraim, Marisa Serrano, Senador Roberto, Senador... Todos que por aqui passaram, como Senador Cícero, Senador Mão Santa, Senador Jefferson Praia, Ideli Salvatti, Flávio Arns, que amanhã teremos reunião da Comissão, deliberativa às 10h00 da manhã e quero informar os senhores que existem dez projetos terminativos da mais alta importância.

Queremos contar com a presença de todos para que possamos andar com questões importantes sociais que falam da vida das nossas crianças, das nossas mães, do nosso povo de uma maneira em geral.

Muito obrigado e até amanhã se Deus quiser.

Sessão encerrada às 14h16.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 7ª REUNIÃO, CONJUNTA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, COM A 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2009, ÀS 14:30 HORAS

Às quatorze horas e cinqüenta e sete minutos do dia sete de abril de dois mil e nove, na sala de reuniões n° 15 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **FLÁVIO ARNS,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Assinam os livros de presença os Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE, MARINA SILVA, JOÃO RIBEIRO, VALTER PEREIRA, GIM ARGELLO, JEFFERSON PRAIA, ADELMIR SANTANA, JAYME CAMPOS, FLEXA RIBEIRO, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, MARCO MACIEL, ROSALBA CIARLINI, ROMEU TUMA, CRISTOVAM BUARQUE, JOÃO PEDRO, IDELI SALVATTI, EDUARDO SUPLICY, ROBERTO CAVALCANTI, PEDRO SIMON, NEUTO DE CONTO** e **EDUARDO AZEREDO.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros das Comissões. O Senhor Presidente declara aberta a reunião conjunta, propondo a dispensa da leitura das atas das reuniões anteriores dessas Comissões, que são dadas como aprovadas. A seguir, a Presidência informa que a reunião tem por finalidade o **"Ato de entrega da 'CARTA DAS RESPONSABILIDADES PARA ENFRENTAMENTO DAS MUDANÇAS AMBIENTAIS GLOBAIS', resultado da III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente"**. Na sequência, a Presidência informa que a Mesa é constituída pelo Senhores Senadores **MARCONI PERILLO**, 1º Vice-Presidente do Senado Federal; **RENATO CASAGRANDE**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal; **EDUARDO AZEREDO**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal; Senhora Senadora **IDELI SALVATTI**, Presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas e Senhora **Deputada MARIA DO ROSÁRIO**, Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. A Presidência informa que estão presentes na reunião a Senhora Deputada VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B – AM), Vice-Presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas; os Senhores Deputados Federais ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP); LUIZ CARLOS SETIM (DEM – PR) e Fernando Ferro (PT – PE). A seguir, o Senhor Presidente, Senador FLÁVIO ARNS, passa a Presidência ao Senhor Senador MARCONI PERILLO, justificando que por ser o 1º Vice-Presidente do Senado Federal, representa as várias Comissões desta Casa. Em seguida, o Presidente Eventual, Senador Marconi Perillo, convida os jovens Mariana Castro Santos, do Estado do Amazonas; Caio, do Estado do Pará; Ana Luiza, do Distrito Federal; Isabel, do Estado da Paraíba; Sara, do Estado do Mato Grosso do Sul; Thays Metiato Bobbio, do Estado do Espírito Santo e Davi Henrique Dias, do Estado do Paraná, representantes da III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, para a leitura da Carta e entrega do documento. Após a entrega do documento e a leitura da Carta, a palavra é franqueada aos Senhores Parlamentares. Usam da palavra o Senhor Senador RENATO CASAGRANDE, Senhora Senadora IDELI SALVATTI, Senhora Deputada MARIA DO ROSÁRIO, Senhor Senador EDUARDO AZEREDO e Senhora Senadora MARINA SILVA. O Senhor Presidente Eventual, Senador MARCONI PERILLO, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão. Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador **MARCONI PERILLO**, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada

Senador **Marconi Perillo,** Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 07/04/2009

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor

e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma. Os senadores e senadoras, que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovadas.

A presente reunião destina-se ao ato de entrega da *Carta das Responsabilidades para Enfrentamento das Mudanças Ambientais Globais*, fruto dos trabalhos desenvolvidos na III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo meio ambiente.

E para o recebimento dessa carta e os trabalhos decorrentes do recebimento, esta Mesa está constituída, até o momento, com a presença do Senador Marconi Perillo, membro da Comissão de Educação, mas especialmente na condição de 1º Vice-Presidente do Senado Federal; do Senador Renato Casagrande, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; da Deputada Maria do Rosário, Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados e do Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

Ao mesmo tempo, quero enfatizar a presença de senadores e deputado, o Senador Romeu Tuma, o Senador Roberto Cavalcanti, a Senadora Ideli Salvatti, o Deputado Federal do nosso estado, amigo, Setim, e o Senador Inácio Arruda.

Estamos aqui, oficialmente pelo Senado, para esta solenidade de entrega desta Carta, fruto da Conferência Nacional Infanto-Juvenil.

Para presidir a sequência dos trabalhos, eu tenho a honra de solicitar que o Senador Marconi Perillo o faça, na condição de 1º Vice-Presidente do Senado Federal, porque ele representará, com isto, as várias comissões do Senado e, além de ser uma pessoa, também, titular, membro titular da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

Então, com muita alegria, com muita honra, passo a presidência dos trabalhos ao Senador Marconi Perillo.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação Cultura e Esporte, ao Senador Renato Casagrande, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, Defesa do Consumidor, que me convidam para presidir essa cerimônia. Cumprimento o Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Comissão de Relações Exteriores; Deputada Maria do Rosário, Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, tenho a satisfação de convidar para a leitura da carta aos Srs. e Sras. Senadores, as crianças que já estão preparadas para este ato. As crianças podem se dirigir aqui ao microfone ao lado. Representando o Estado do Espírito Santo, Thays Metiato(F) Bobbio; Davi Henrique Dias, Paraná, e Mariana Castro Santos, do Amazonas.

Gostaria de convidar as crianças, para que possam vir aqui à frente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Crianças e jovens.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Crianças e jovens, adolescentes.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ele quer falar alguma coisa?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Só vai entregar a Carta.

[palmas]

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Passamos à leitura da Carta.

MARIANA CASTRO SANTOS: Primeiramente, boa tarde. Como já foi dito aqui, o meu nome é Mariana, represento o Estado do Amazonas, e nós, jovens, que estamos aqui presentes, vamos ler, vamos fazer a leitura da Carta das Responsabilidades, feita na III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente.

> "*Carta das Responsabilidades para Enfrentamento das Mudanças Ambientais Globais.*
>
> *Somos jovens estudantes de diferentes regiões do Brasil, na III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, pequenos guerreiros da paz, com o mesmo propósito e o mesmo desejo: cuidar do Brasil, mobilizando a população brasileira sobre as mudanças ambientais globais.*
>
> *Reconhecemos o panorama ambiental nacional e nos comprometemos a lutar e defender o meio ambiente, não apenas buscando o conhecimento e o entendimento, mas também realizando ações para minimizar os problemas causadores de impactos ambientais.*
>
> *Para isso, junto com milhares de escolas e comunidades em todo o país, assumimos as seguintes responsabilidades*".

CAIO: Boa tarde, meu nome é Caio, represento o Estado do Pará e farei a leitura da primeira responsabilidade: "1: p*reservaremos as nascentes e margens*

dos rios, protegendo as matas ciliares existentes e recuperando as que estão degradadas".

ANA LUIZA: Boa tarde, eu sou a Ana Luiza e represento o Estado do Distrito Federal. 2ª responsabilidade: "*Praticaremos e promoveremos os 5 'Rs': refletiremos sobre os processos de produção, desde a matéria prima até a distribuição e o descarte; recusaremos produtos que causem danos ao meio ambiente e à nossa saúde; reduziremos o consumo e a geração de lixo; reutilizaremos, sempre que possível, e reciclaremos, quando necessário*".

3: "*Sensibilizaremos e estimularemos as escolas e comunidades para que economizem energia e utilizem fontes limpas, econômicas, acessíveis e renováveis*".

ISABEL: Vou ler... Eu sou... Boa tarde, primeiramente, eu sou Isabel, sou da Paraíba e vou ler a responsabilidade 4, 5 e 6:

> "*Distribuiremos e plantaremos mudas e sementes para arborizar nossas escolas, ruas e comunidades.*
>
> *5. Diminuiremos o uso de sacolas plásticas e adotaremos as biodegradáveis, reutilizáveis e embalagens retornáveis na nossa comunidade.*
>
> *Junto com a comunidade escolar, denunciaremos as queimadas, as irregularidades do lixo urbano e qualquer ação que degrade o meio ambiente, propondo, quando necessário, ações corretivas aos órgãos competentes*".

SARA: Boa tarde, eu sou a Sara, do Mato Grosso do Sul, vou ler a responsabilidade 7: "*Somaremos esforços e experiências, repensaremos os modos de utilização da água e desenvolveremos novos valores e atitudes sustentáveis no cotidiano*.

8. Mostraremos à comunidade a importância de reduzir os transportes poluentes, incentivaremos e cobraremos o investimento do Governo em transporte público ecológico, assim minimizando a emissão de gases que intensificam o aquecimento global.

9. Disseminaremos conhecimentos, para que os estudantes e a comunidade protejam e conservem o planeta, sensibilizando-os sobre as consequências do aquecimento global e sobre as possíveis soluções".

THAYS METIATO(F) BOBBIO: Meu nome é Thays, eu sou representante do Estado do Espírito Santo e eu vou ler a conclusão da carta: "*Nós, jovens brasileiros, estamos unidos e contribuindo para cuidar do planeta. Esse é o nosso compromisso. Pedimos o total apoio da sociedade brasileira: autoridades, poder público, movimentos sociais, ONGs, escolas e comunidades, para que essas responsabilidades sejam cumpridas. Vamos cuidar do Brasil? Junte-se a nós!*".

[palmas]

THAYS METIATO(F) BOBBIO: Bom, e, para essa carta n,ão ficar só no papel, a gente pede a assinatura de vocês e o apoio numa ficha, para que a gente possa tirar todas essas ideias do papel e assim dar continuidade a um projeto, a esse projeto, para que nós possamos ter um Brasil melhor para as futuras e futuras gerações. Muito obrigada.

[palmas]

ANA LUIZA: Lembrando que essa assinatura não é a assinatura que você acha legal, que você acha bonitinho, mas é uma assinatura que "eu concordo com essas responsabilidades e eu vou fazer a minha parte para cumprir essas responsabilidades".

SARA: Essa responsabilidade é em conjunto, porque só uma pessoa, se ela, só na casa dela fizer, não adianta; todos, em conjunto, vamos fazer, para que essa responsabilidade possa sair do papel.

CAIO: Porque nós, que somos jovens brasileiros, estamos unidos aqui, mas nós precisamos do apoio de vocês, precisamos da ajuda de vocês, para que possamos construir um Brasil melhor para a gente viver.

ISABEL: E nós, jovens de todo o Brasil, jovens e as jovens também, a gente quer mudar o Brasil e esse é o nosso primeiro passo.

[palmas]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A Presidência agradece aos jovens, às jovens, pela leitura do documento, da carta de responsabilidades. Nós, depois, queremos ver as fichas, para que a gente possa assinar já imediatamente e iniciarmos aqui a colaboração efetiva, através das muitas comissões, aqui representadas por seus Presidentes, incluindo a Senadora Ideli Salvatti, que também é Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas. Gostaria de pedir que a Senadora também fizesse parte da Mesa.

O documento já foi entregue. Eu passo a palavra, agora, ao Senador Renato Casagrande, para que ele possa fazer uso da palavra.

Agradecendo mais uma vez aos jovens pela leitura dessa Carta de Responsabilidades, que, sem dúvida alguma, haverá de mobilizar muito os nossos esforços aqui nos próximos dias, nos próximos meses e anos.

Com a palavra o Senador Renato Casagrande, Presidente da Comissão de Meio Ambiente.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Bem, quero cumprimentar todos os membros da Mesa, senadores, Deputada Maria do Rosário, mas, especialmente, cumprimentar os jovens presentes e

às jovens presentes nesta sessão conjunta que nós estamos fazendo.

Senador Romeu Tuma ficou até mais novo ali, com tanta juventude perto.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E já conseguiu. Mas a alegria de estar aqui junto com vocês, recebendo a contribuição da III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, uma Carta de Responsabilidades com relação às mudanças ambientais globais... É fundamental que nós possamos compreender que só é possível nós fazermos uma alteração da caminhada que nós estamos percorrendo no mundo se nós tivermos o envolvimento da comunidade, especialmente da juventude, porque a juventude, ela tem um papel de mobilização, de motivação, de animação muito grande e de envolvimento de outras pessoas na mudança de algumas culturas; a cultura da preservação, a cultura da reciclagem, a cultura que nós temos que ter uma sociedade que não seja tão consumista como é a nossa sociedade, a sociedade hoje está nessa situação porque nós temos muita desigualdade, nós temos a Administração Pública ainda ausente de muitas ações e nós temos uma sociedade de consumo.

Então, seja na área da violência, seja na área da destruição ambiental, o comportamento das pessoas é um comportamento que interfere em muito naquilo que nós queremos construir agora e aquilo que a gente quer construir para o futuro.

Então, a minha alegria de estar recebendo, Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado da República, me colocando à disposição, para que nós possamos, além de assinar, para que a gente possa colocar em prática na Comissão aquilo que vocês estão orientando, como jovens que estão no presente e no futuro desse país. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti, Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Srs. Presidentes das diversas comissões da Câmara e do Senado, queria cumprimentar a juventude que nos traz este, este ar de renovação e de esperança, porque, se as nossas crianças, os nossos adolescentes estão com esta disposição de cuidar do Brasil, isto é extremamente importante para nós que temos a tarefa de atender a este anseio e esta disposição.

Hoje, nós teríamos, na Comissão de Mudanças Climáticas, a aprovação do nosso plano de trabalho, ou seja, o que é que nós iríamos debater, implementar, na Comissão, que é uma Comissão que se transformou em Comissão permanente, e é bastante interessante que, no dia que nós iríamos aprovar o nosso plano de trabalho, nos é entregue esta Carta, com estes nove itens, estes nove compromissos e responsabilidades, Senador Romeu Tuma, que eu acho que pode servir de balizamento para o nosso trabalho. Eu acho que vem em muito boa hora, para que a gente possa, efetivamente, ter como subsídio, claro, aquilo que a sensibilidade e o olhar que os jovens, que os nossos adolescentes, que as crianças têm para com o meio ambiente, para com os animais, para com a flora, para com tudo aquilo que nos cerca, o ar, a terra, as águas, seja por nós realmente valorizado e tenhamos a condição de fazermos todas as ações necessárias, para que as mudanças ambientais, que, efetivamente, vêm acontecendo, possam ter os seus efeitos minimizados e não estejamos todos preparados para a sua mitigação e o seu, e a sua superação.

Então, em nome da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, em nome da nossa vice-Presidente, a Deputada Vanessa Grazziotin, que também estava aqui, saiu agora há pouquinho, mas ela estava sentadinha aqui, a gente quer, em nome da Comissão, saudar aos organizadores dessa III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, e o nosso abraço e o nosso carinho para todos os jovens, né, que vieram aqui nos dar esta lição, neste dia, do que nós devemos estar atentos e o que nós devemos fazer para cuidar bem do nosso querido Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra a Excelentíssima Sra. Deputada Maria do Rosário, Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara. Logo após, o Senador Azeredo, Presidente da Comissão de Relações Exteriores.

DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS): Prezado Senador Marconi Perillo, 1º vice-Presidente do Senado Federal, amigo e Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e de Esporte, Senadora Ideli Salvatti, Senador Eduardo Azeredo, Senador Renato Casagrande, Srs. Deputados, deputadas, senadores e senadoras aqui presentes.

Eu quero, em nome da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, cumprimentar, também referindo aqui à presença dos Deputados Mendes Thame, Deputado Fernando Ferro, do Deputado Setim, que está conosco, já referida aqui a presença da Deputada Vanessa Grazziotin.

Eu quero cumprimentar as crianças do Brasil, os jovens brasileiros e dizer, Senadora Marina Silva, o quanto é importante estarmos recebendo uma carta com estes pontos para que achamos também nós

mais uma vez este compromisso. Quando a juventude brasileira, Senador Marconi Perillo, nos traz, elaborado, pensado, estes itens, e nos convida, vamos juntos cuidar do Brasil, e nós estamos aqui assinando este documento, fruto de uma conferência que trata as questões das mudanças ambientais globais, trata também da responsabilidade do Brasil.

E nós não queremos simplesmente transferir essa responsabilidade às novas gerações que estão aí. Há um poema da Gabriela Mistral que eu sempre me refiro a ele que diz: "O nome da criança é hoje". E o nome da natureza também é hoje. A nossa relação com o meio ambiente, a nossa relação com os resíduos sólidos, a nossa relações com o modo de viver que preserve ambientalmente o Brasil e o mundo contemporâneo só tem uma palavra que pode, que possa caracterizar o tempo no qual nós temos que atuar sobre ela. E é tão urgente quanto a própria infância, de ser preservada e de ser garantida, que é o hoje.

Portanto, eu quero assumir, em nome da Comissão de Educação e Cultura, que tratemos esse tema a partir de uma visão de cultura e de educação e que possamos divulgar também na Câmara dos Deputados plenamente o documento hoje entregue aqui ao Senado Federal, registrando este documento, Deputada Vanessa, no Plenário da Casa, registrando esse documento na reunião da Comissão de Educação e Cultura, e fazendo com que todos os nossos parlamentares, de forma integrada, cumpram estes 5 "Rs", que estão aqui desafiados para todos nós.

Nós entendemos a mensagem de vocês e o que temos que fazer com os resultados dessa III Conferência, é colocá-la, verdadeiramente em prática, como vocês muito bem disseram, tirar do papel aquilo que está escrito e com especial carinho, porque foi escrito pela mão e pelo olhar das crianças e jovens brasileiros.

Muito obrigada e parabéns aos organizadores e aos jovens participantes.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Marconi Perillo, nosso 1º vice-Presidente do Senado, Senador Flávio Arns, Senador Renato Casagrande, Deputada Maria do Rosário, Senadora Ideli, Srs. Senadores, senadoras, deputadas e deputados, jovens que aqui hoje comparecem.

Eu quero, exatamente, lembrar que as questões ambientais são questões globais; a poluição não tem fronteiras. Nós temos, na Comissão de Relações Exteriores, a obrigação de também defender a questão do país, tanto é que a Comissão é Relações Exteriores e Defesa Nacional, Defesa Nacional, no meu entender, significa também defender a nossa floresta, defender as nossas riquezas naturais, de maneira que eu quero dizer a todos vocês, jovens, que vêm aqui, que também farei essa distribuição a todos os membros da comissão, com este compromisso que está aqui colocado, colocando-nos à disposição de todos vocês, nessa luta a favor de um meio ambiente que seja bom para todo o país, para toda a população.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Alguns senadores acenaram com o desejo de falar, incluindo o Senador Jefferson Praia, Senadora Marina Silva.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Inácio Arruda.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Romeu Tuma, Senador Inácio Arruda, Senador Eduardo Suplicy, nós temos aqui as presenças da Deputada Vanessa, Deputado Mendes Thame, Deputado Setim, Deputado Fernando Ferro, que nos honra com suas presenças, mas, segundo me informa aqui o Presidente Flávio Arns, as crianças ainda têm uma agenda de compromissos para a tarde de hoje, vão à Presidência da República, o Presidente da Câmara.

Então, se houver aquiescência dos ilustres colegas, senadores e senadoras, nós vamos dar por encerrado o recebimento da Carta, em função destes motivos, já aqui relatados por mim, e as informações que recebi do Senador Flávio Arns.

Eu queria apenas encerrar dizendo que estamos todos convencidos de o que Brasil do futuro será efetivamente um outro país, o nível de consciência das crianças, em relação à preservação ambiental, em relação a essa questão das mudanças climáticas, é cada vez mais crescente, e a Carta que recebemos hoje, de Responsabilidades, define bem o padrão de consciência crítica das crianças brasileiras, em relação ao nosso presente e ao nosso futuro.

É com muito prazer que recebemos essa Carta de Responsabilidades, vou fazer a leitura no Plenário do Senado e estou convencido de que, de parte do Presidente da Casa, as providências necessárias serão tomadas, coadjuvados todos nós por todas as lideranças e presidências de comissões. Muito obrigado a todos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente, permita que possa a Senadora Marina só dizer uma breve palavra em nome de todos nós, até por ela ter sido a--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Ministra... E pelo engajamento dela.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --ministra que criou a conferência infanto-juvenil sobre o meio ambiente. Então, ela falando, todos nós nos sentiremos contemplados.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo a concordância de todos, eu considero justíssimo que a Ministra Marina possa fazer uso da palavra, representando a todos os colegas.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC) Primeiro, Sr. Presidente, boa tarde a todos, me sinto honrada com o acolhimento da proposta do Senador Eduardo Suplicy, Srs. Senadores, deputados e deputadas, senadoras.

Essa conferência, ela surgiu em 2003, quando assumi o Ministério do Meio Ambiente. No processo de transição, quando o Presidente Lula me chamou para compor a sua equipe, pensamos na conferência adulta, e já entrei no Ministério com essa determinação de que iria trabalhar para a realização de uma Conferência Nacional de Meio Ambiente.

Eu vou encurtar bastante aqui a história, mas a conferência infanto-juvenil surgiu de uma sugestão das minhas filhas, da Moara e da Maiara, quando eu estava lendo o material da conferência dos adultos, e elas, impacientes, ainda eram crianças, uma criança e a outra adolescente, por que eu estava tão absorvida no meu final de semana, em vez de dar atenção a elas, e ela perguntou: "O que está lendo aí, mãe?", e eu falei que era a conferência. E ela disse: "Vai ter uma para criança também?", e eu engoli seco e falei: "Não". E a Moara, que é muito aguerrida, falou: "Então, por que não faz uma também para as crianças?". Imediatamente, eu fiquei remoendo aquilo. Quando cheguei na segunda-feira, falei com a minha equipe, se era possível pensar um processo que fosse horizontal, que não fosse uma disputa entre as crianças para se transformar em delegados, mas que, de fato, eles pudessem debater os temas dentro das escolas e que os que viessem para a conferência nacional passassem por uma seleção de conteúdo, de articulação e de processo. E eu quero homenagear a equipe que respondeu depois, com uma proposta, aqui na pessoa da Raquel, que ela é um dos grandes, uma das grandes sustentações desse processo de conferência.

Inicialmente, foi o Ministério do Meio Ambiente, depois nós internalizamos dentro do Ministério da Educação, porque é quem tem capilaridade, mas muito rapidamente, a I Conferência contou com a participação de mais de 5 milhões de jovens e adolescentes, a II Conferência foram cerca de 4 milhões de jovens e adolescentes e a III Conferência, agora, são 3 milhões, 700 mil jovens e adolescentes, de sorte que já são mais de 11 milhões de jovens e adolescentes com a qualidade desses que leram essa Carta de Responsabilidades.

E mais do que isso, eles não ficaram só no papel, como eles dizem, eles criaram processos dentro das escolas, como, por exemplo, hoje existem cerca de 4 mil COM-VIDAS, que eles chamam de COM-VIDAS, que são as comissões de meio ambiente dentro das escolas. Eles têm uma Rede de Juventude, que é a REJUMA, e tem, também, um Coletivo de Juventudes. Só para vocês terem uma ideia, o Coletivo de Juventudes são 150 coletivos no Brasil, a Rede de Juventude conta com 600 jovens, que é a REJUMA, e assim vai. E trabalham projetos concretos na comunidade, nas escolas.

E mais ainda, eles nos dão uma lição aqui, porque geralmente quando a gente vai para algum evento, a gente leva um conjunto de reivindicações, para o Presidente, para os senadores, para quem quer que seja e eles vieram aqui com um conjunto de responsabilidades que eles estão assumindo.

Isso é para nos constranger eticamente, de que eles com tão poucos poderes, com tão poucas ferramentas, são capazes de assumir compromissos tão ousados e muitas vezes, nós, com todo esse poder, com toda essa ferramenta, não dispomos dos meios necessários para fazer as transformações que o Brasil e o mundo precisa. Eu me sinto muito feliz de, junto com a equipe, ter estabelecido esse processo da conferência, já é a terceira conferência, e eu digo: nós somos convencidos a defender meio ambiente e a sustentabilidade, eles são verdadeiros convertidos, os deputados, senadores, médicos, advogados, artistas, espiritualistas, que passaram por essa experiência, com certeza, terão uma outra atitude diante da natureza e diante de nós mesmos.

E eu digo: muitos pais mudaram já suas atitudes em função do trabalho dessas crianças. Eu conheço um empresário que mudou a sua atividade em função do seu neto, a ECOLEO, eu vou citar aqui, porque é uma coisa positiva, ele me disse: "Senadora, antes eu fazia atividade madeireira de qualquer jeito, eu sou de uma família que historicamente trabalhou com madeira. E foi graças aos meus netos que eu mudei a minha atividade, hoje eu só trabalho com madeira certificada".E eu acho que é o único posto de madeira certificada em São Paulo, que vende tora de madeira para quem quiser comprar, certificada, graças a atuação dessas crianças, que elas, mais do que dizerem, elas são capazes de fazer uma mudança de atitude. Muito obrigada, parabéns aos senhores por esse gesto de receber essas crianças, num dos atos mais belos que eu posso constatar nesse Senado. Cuidar do futuro, agora.

Muito obrigada.

[palmas]

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): A Raquel me lembra aqui que o Ministro Haddad, ele está nos convidando a todos para... Ele vai receber as crianças lá na frente do MEC, e, de lá, vão fazer... No Teatro Nacional, onde será feita a entrega da Carta das Responsabilidades para as autoridades. Presidente Lula também foi convidado, há uma expectativa de que ele possa comparecer. De qualquer forma, estará lá o Ministro da Educação, o Ministro do Meio Ambiente, e ele convida a todos nós, para que estejamos, juntos, selando esse compromisso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É agora?

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Agora, às 17h30.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Os cumprimentos de toda a Mesa Diretora à iniciativa da querida Senadora, colega, Ministra Marina Silva, da criação da primeira conferência, a toda a sua equipe também, os nossos cumprimentos.

Declaro encerrada a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e a 7ª (sic) Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente.

Muito obrigado a todos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Os parlamentares da Comissão Mista de Mudanças Climáticas é só mudar a sala, porque nós vamos... Vamos, vamos lá trabalhar.

Sessão encerrada às 15h29.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA,REALIZADA NO DIA 07 DE ABRIL DE 2009.

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

CONJUNTA

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma. Os senadores e senadoras, que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovadas.

A presente reunião destina-se ao ato de entrega da *Carta das Responsabilidades para Enfrentamento das Mudanças Ambientais Globais*, fruto dos trabalhos desenvolvidos na III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo meio ambiente.

E para o recebimento dessa carta e os trabalhos decorrentes do recebimento, esta Mesa está constituída, até o momento, com a presença do Senador Marconi Perillo, membro da Comissão de Educação, mas especialmente na condição de 1º Vice-Presidente do Senado Federal; do Senador Renato Casagrande, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; da Deputada Maria do Rosário, Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados e do Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

Ao mesmo tempo, quero enfatizar a presença de senadores e deputado, o Senador Romeu Tuma, o Senador Roberto Cavalcanti, a Senadora Ideli Salvatti, o Deputado Federal do nosso estado, amigo, Setim, e o Senador Inácio Arruda.

Estamos aqui, oficialmente pelo Senado, para esta solenidade de entrega desta Carta, fruto da Conferência Nacional Infanto-Juvenil.

Para presidir a sequência dos trabalhos, eu tenho a honra de solicitar que o Senador Marconi Perillo o faça, na condição de 1º Vice-Presidente do Senado Federal, porque ele representará, com isto, as várias comissões do Senado e, além de ser uma pessoa, também, titular, membro titular da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

Então, com muita alegria, com muita honra, passo a presidência dos trabalhos ao Senador Marconi Perillo.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação Cultura e Esporte, ao Senador Renato Casagrande, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, Defesa do Consumidor, que me convidam para presidir essa cerimônia. Cumprimento o Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Comissão de Relações Exteriores; Deputada Maria do Rosário, Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, tenho a satisfação de convidar para a leitura da carta aos Srs. e Sras. Senadores, as crianças que já estão preparadas para este ato. As crianças podem se dirigir aqui ao microfone ao lado. Representando o Estado do Espírito Santo, Thays Metiato(F) Bobbio; Davi Henrique Dias, Paraná, e Mariana Castro Santos, do Amazonas.

Gostaria de convidar as crianças, para que possam vir aqui à frente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Crianças e jovens.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Crianças e jovens, adolescentes.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ele quer falar alguma coisa?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Só vai entregar a Carta.

[palmas]

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Passamos à leitura da Carta.

MARIANA CASTRO SANTOS: Primeiramente, boa tarde. Como já foi dito aqui, o meu nome é Mariana, represento o Estado do Amazonas, e nós, jovens, que estamos aqui presentes, vamos ler, vamos fazer a leitura da Carta das Responsabilidades, feita na III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente.

> "*Carta das Responsabilidades para Enfrentamento das Mudanças Ambientais Globais.*
>
> *Somos jovens estudantes de diferentes regiões do Brasil, na III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, pequenos guerreiros da paz, com o mesmo propósito e o mesmo desejo: cuidar do Brasil, mobilizando a população brasileira sobre as mudanças ambientais globais.*
>
> *Reconhecemos o panorama ambiental nacional e nos comprometemos a lutar e defender o meio ambiente, não apenas buscando o conhecimento e o entendimento, mas também realizando ações para minimizar os problemas causadores de impactos ambientais.*
>
> *Para isso, junto com milhares de escolas e comunidades em todo o país, assumimos as seguintes responsabilidades*".

CAIO: Boa tarde, meu nome é Caio, represento o Estado do Pará e farei a leitura da primeira responsabilidade: "1: p*reservaremos as nascentes e margens dos rios, protegendo as matas ciliares existentes e recuperando as que estão degradadas*".

ANA LUIZA: Boa tarde, eu sou a Ana Luiza e represento o Estado do Distrito Federal. 2ª responsabilidade: "*Praticaremos e promoveremos os 5 'Rs': refletiremos sobre os processos de produção, desde a matéria prima até a distribuição e o descarte; recusaremos produtos que causem danos ao meio ambiente e à nossa saúde; reduziremos o consumo e a geração de lixo; reutilizaremos, sempre que possível, e reciclaremos, quando necessário*".

3: "*Sensibilizaremos e estimularemos as escolas e comunidades para que economizem energia e utilizem fontes limpas, econômicas, acessíveis e renováveis*".

ISABEL: Vou ler... Eu sou... Boa tarde, primeiramente, eu sou Isabel, sou da Paraíba e vou ler a responsabilidade 4, 5 e 6:

> "*Distribuiremos e plantaremos mudas e sementes para arborizar nossas escolas, ruas e comunidades.*
>
> *5. Diminuiremos o uso de sacolas plásticas e adotaremos as biodegradáveis, reutilizáveis e embalagens retornáveis na nossa comunidade.*
>
> *Junto com a comunidade escolar, denunciaremos as queimadas, as irregularidades do lixo urbano e qualquer ação que degrade o meio ambiente, propondo, quando necessário, ações corretivas aos órgãos competentes*".

SARA: Boa tarde, eu sou a Sara, do Mato Grosso do Sul, vou ler a responsabilidade 7: "*Somaremos esforços e experiências, repensaremos os modos de utilização da água e desenvolveremos novos valores e atitudes sustentáveis no cotidiano*.

8. Mostraremos à comunidade a importância de reduzir os transportes poluentes, incentivaremos e cobraremos o investimento do Governo em transporte público ecológico, assim minimizando a emissão de gases que intensificam o aquecimento global.

9. Disseminaremos conhecimentos, para que os estudantes e a comunidade protejam e conservem o planeta, sensibilizando-os sobre as consequências do aquecimento global e sobre as possíveis soluções".

THAYS METIATO(F) BOBBIO: Meu nome é Thays, eu sou representante do Estado do Espírito Santo e eu vou ler a conclusão da carta: "*Nós, jovens brasileiros, estamos unidos e contribuindo para cuidar do planeta. Esse é o nosso compromisso. Pedimos o total apoio da sociedade brasileira: autoridades, poder público, movimentos sociais, ONGs, escolas e comunidades, para que essas responsabilidades sejam cumpridas. Vamos cuidar do Brasil? Junte-se a nós!*".

[palmas]

THAYS METIATO(F) BOBBIO: Bom, e, para essa carta n,ão ficar só no papel, a gente pede a assinatura de vocês e o apoio numa ficha, para que a gente possa tirar todas essas ideias do papel e assim dar continuidade a um projeto, a esse projeto, para que nós possamos ter um Brasil melhor para as futuras e futuras gerações. Muito obrigada.

[palmas]

ANA LUIZA: Lembrando que essa assinatura não é a assinatura que você acha legal, que você acha bonitinho, mas é uma assinatura que "eu concordo com essas responsabilidades e eu vou fazer a minha parte para cumprir essas responsabilidades".

SARA: Essa responsabilidade é em conjunto, porque só uma pessoa, se ela, só na casa dela fizer, não adianta; todos, em conjunto, vamos fazer, para que essa responsabilidade possa sair do papel.

CAIO: Porque nós, que somos jovens brasileiros, estamos unidos aqui, mas nós precisamos do apoio de vocês, precisamos da ajuda de vocês, para que possamos construir um Brasil melhor para a gente viver.

ISABEL: E nós, jovens de todo o Brasil, jovens e as jovens também, a gente quer mudar o Brasil e esse é o nosso primeiro passo.

[palmas]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A Presidência agradece aos jovens, às jovens, pela leitura do documento, da carta de responsabilidades. Nós, depois, queremos ver as fichas, para que a gente possa assinar já imediatamente e iniciarmos aqui a colaboração efetiva, através das muitas comissões, aqui representadas por seus Presidentes, incluindo a Senadora Ideli Salvatti, que também é Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas. Gostaria de pedir que a Senadora também fizesse parte da Mesa.

O documento já foi entregue. Eu passo a palavra, agora, ao Senador Renato Casagrande, para que ele possa fazer uso da palavra.

Agradecendo mais uma vez aos jovens pela leitura dessa Carta de Responsabilidades, que, sem dúvida alguma, haverá de mobilizar muito os nossos esforços aqui nos próximos dias, nos próximos meses e anos.

Com a palavra o Senador Renato Casagrande, Presidente da Comissão de Meio Ambiente.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Bem, quero cumprimentar todos os membros da Mesa, senadores, Deputada Maria do Rosário, mas, especialmente, cumprimentar os jovens presentes e às jovens presentes nesta sessão conjunta que nós estamos fazendo.

Senador Romeu Tuma ficou até mais novo ali, com tanta juventude perto.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E já conseguiu. Mas a alegria de estar aqui junto com vocês, recebendo a contribuição da III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, uma Carta de Responsabilidades com relação às mudanças ambientais globais... É fundamental que nós possamos compreender que só é possível nós fazermos uma alteração da caminhada que nós estamos percorrendo no mundo se nós tivermos o envolvimento da comunidade, especialmente da juventude, porque a juventude, ela tem um papel de mobilização, de motivação, de animação muito grande e de envolvimento de outras pessoas na mudança de algumas culturas; a cultura da preservação, a cultura da reciclagem, a cultura que nós temos que ter uma sociedade que não seja tão consumista como é a nossa sociedade, a sociedade hoje está nessa situação porque nós temos muita desigualdade, nós temos a Administração Pública ainda ausente de muitas ações e nós temos uma sociedade de consumo.

Então, seja na área da violência, seja na área da destruição ambiental, o comportamento das pessoas é um comportamento que interfere em muito naquilo que nós queremos construir agora e aquilo que a gente quer construir para o futuro.

Então, a minha alegria de estar recebendo, Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado da República, me colocando à disposição, para que nós possamos, além de assinar, para que a gente possa colocar em prática na Comissão aquilo que vocês estão orientando, como jovens que estão no presente e no futuro desse país. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti, Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Srs. Presidentes das diversas comissões da Câmara e do Senado, queria cumprimentar a juventude que nos traz este, este ar de renovação e de esperança, porque, se as nossas crianças, os nossos adolescentes estão com esta disposição de cuidar do Brasil, isto é extremamente importante para nós que temos a tarefa de atender a este anseio e esta disposição.

Hoje, nós teríamos, na Comissão de Mudanças Climáticas, a aprovação do nosso plano de trabalho, ou seja, o que é que nós iríamos debater, implementar, na

Comissão, que é uma Comissão que se transformou em Comissão permanente, e é bastante interessante que, no dia que nós iríamos aprovar o nosso plano de trabalho, nos é entregue esta Carta, com estes nove itens, estes nove compromissos e responsabilidades, Senador Romeu Tuma, que eu acho que pode servir de balizamento para o nosso trabalho. Eu acho que vem em muito boa hora, para que a gente possa, efetivamente, ter como subsídio, claro, aquilo que a sensibilidade e o olhar que os jovens, que os nossos adolescentes, que as crianças têm para com o meio ambiente, para com os animais, para com a flora, para com tudo aquilo que nos cerca, o ar, a terra, as águas, seja por nós realmente valorizado e tenhamos a condição de fazermos todas as ações necessárias, para que as mudanças ambientais, que, efetivamente, vêm acontecendo, possam ter os seus efeitos minimizados e não estejamos todos preparados para a sua mitigação e o seu, e a sua superação.

Então, em nome da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, em nome da nossa vice-Presidente, a Deputada Vanessa Grazziotin, que também estava aqui, saiu agora há pouquinho, mas ela estava sentadinha aqui, a gente quer, em nome da Comissão, saudar aos organizadores dessa III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, e o nosso abraço e o nosso carinho para todos os jovens, né, que vieram aqui nos dar esta lição, neste dia, do que nós devemos estar atentos e o que nós devemos fazer para cuidar bem do nosso querido Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra a Excelentíssima Sra. Deputada Maria do Rosário, Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara. Logo após, o Senador Azeredo, Presidente da Comissão de Relações Exteriores.

DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS): Prezado Senador Marconi Perillo, 1º vice-Presidente do Senado Federal, amigo e Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e de Esporte, Senadora Ideli Salvatti, Senador Eduardo Azeredo, Senador Renato Casagrande, Srs. Deputados, deputadas, senadores e senadoras aqui presentes.

Eu quero, em nome da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, cumprimentar, também referindo aqui à presença dos Deputados Mendes Thame, Deputado Fernando Ferro, do Deputado Setim, que está conosco, já referida aqui a presença da Deputada Vanessa Grazziotin.

Eu quero cumprimentar as crianças do Brasil, os jovens brasileiros e dizer, Senadora Marina Silva, o quanto é importante estarmos recebendo uma carta com estes pontos para que achamos também nós mais uma vez este compromisso. Quando a juventude brasileira, Senador Marconi Perillo, nos traz, elaborado, pensado, estes itens, e nos convida, vamos juntos cuidar do Brasil, e nós estamos aqui assinando este documento, fruto de uma conferência que trata as questões das mudanças ambientais globais, trata também da responsabilidade do Brasil.

E nós não queremos simplesmente transferir essa responsabilidade às novas gerações que estão aí. Há um poema da Gabriela Mistral que eu sempre me refiro a ele que diz: "O nome da criança é hoje". E o nome da natureza também é hoje. A nossa relação com o meio ambiente, a nossa relação com os resíduos sólidos, a nossa relações com o modo de viver que preserve ambientalmente o Brasil e o mundo contemporâneo só tem uma palavra que pode, que possa caracterizar o tempo no qual nós temos que atuar sobre ela. E é tão urgente quanto a própria infância, de ser preservada e de ser garantida, que é o hoje.

Portanto, eu quero assumir, em nome da Comissão de Educação e Cultura, que tratemos esse tema a partir de uma visão de cultura e de educação e que possamos divulgar também na Câmara dos Deputados plenamente o documento hoje entregue aqui ao Senado Federal, registrando este documento, Deputada Vanessa, no Plenário da Casa, registrando esse documento na reunião da Comissão de Educação e Cultura, e fazendo com que todos os nossos parlamentares, de forma integrada, cumpram estes 5 "Rs", que estão aqui desafiados para todos nós.

Nós entendemos a mensagem de vocês e o que temos que fazer com os resultados dessa III Conferência, é colocá-la, verdadeiramente em prática, como vocês muito bem disseram, tirar do papel aquilo que está escrito e com especial carinho, porque foi escrito pela mão e pelo olhar das crianças e jovens brasileiros.

Muito obrigada e parabéns aos organizadores e aos jovens participantes.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Marconi Perillo, nosso 1º vice-Presidente do Senado, Senador Flávio Arns, Senador Renato Casagrande, Deputada Maria do Rosário, Senadora Ideli, Srs. Senadores, senadoras, deputadas e deputados, jovens que aqui hoje comparecem.

Eu quero, exatamente, lembrar que as questões ambientais são questões globais; a poluição não tem fronteiras. Nós temos, na Comissão de Relações Exteriores, a obrigação de também defender a questão do país, tanto é que a Comissão é Relações Exteriores e

Defesa Nacional, Defesa Nacional, no meu entender, significa também defender a nossa floresta, defender as nossas riquezas naturais, de maneira que eu quero dizer a todos vocês, jovens, que vêm aqui, que também farei essa distribuição a todos os membros da comissão, com este compromisso que está aqui colocado, colocando-nos à disposição de todos vocês, nessa luta a favor de um meio ambiente que seja bom para todo o país, para toda a população.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Alguns senadores acenaram com o desejo de falar, incluindo o Senador Jefferson Praia, Senadora Marina Silva.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Inácio Arruda.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Romeu Tuma, Senador Inácio Arruda, Senador Eduardo Suplicy, nós temos aqui as presenças da Deputada Vanessa, Deputado Mendes Thame, Deputado Setim, Deputado Fernando Ferro, que nos honra com suas presenças, mas, segundo me informa aqui o Presidente Flávio Arns, as crianças ainda têm uma agenda de compromissos para a tarde de hoje, vão à Presidência da República, o Presidente da Câmara.

Então, se houver aquiescência dos ilustres colegas, senadores e senadoras, nós vamos dar por encerrado o recebimento da Carta, em função destes motivos, já aqui relatados por mim, e as informações que recebi do Senador Flávio Arns.

Eu queria apenas encerrar dizendo que estamos todos convencidos de o que Brasil do futuro será efetivamente um outro país, o nível de consciência das crianças, em relação à preservação ambiental, em relação a essa questão das mudanças climáticas, é cada vez mais crescente, e a Carta que recebemos hoje, de Responsabilidades, define bem o padrão de consciência crítica das crianças brasileiras, em relação ao nosso presente e ao nosso futuro.

É com muito prazer que recebemos essa Carta de Responsabilidades, vou fazer a leitura no Plenário do Senado e estou convencido de que, de parte do Presidente da Casa, as providências necessárias serão tomadas, coadjuvados todos nós por todas as lideranças e presidências de comissões. Muito obrigado a todos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente, permita que possa a Senadora Marina só dizer uma breve palavra em nome de todos nós, até por ela ter sido a--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Ministra... E pelo engajamento dela.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --ministra que criou a conferência infanto-juvenil sobre o meio ambiente. Então, ela falando, todos nós nos sentiremos contemplados.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo a concordância de todos, eu considero justíssimo que a Ministra Marina possa fazer uso da palavra, representando a todos os colegas.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC) Primeiro, Sr. Presidente, boa tarde a todos, me sinto honrada com o acolhimento da proposta do Senador Eduardo Suplicy, Srs. Senadores, deputados e deputadas, senadoras.

Essa conferência, ela surgiu em 2003, quando assumi o Ministério do Meio Ambiente. No processo de transição, quando o Presidente Lula me chamou para compor a sua equipe, pensamos na conferência adulta, e já entrei no Ministério com essa determinação de que iria trabalhar para a realização de uma Conferência Nacional de Meio Ambiente.

Eu vou encurtar bastante aqui a história, mas a conferência infanto-juvenil surgiu de uma sugestão das minhas filhas, da Moara e da Maiara, quando eu estava lendo o material da conferência dos adultos, e elas, impacientes, ainda eram crianças, uma criança e a outra adolescente, por que eu estava tão absorvida no meu final de semana, em vez de dar atenção a elas, e ela perguntou: "O que está lendo aí, mãe?", e eu falei que era a conferência. E ela disse: "Vai ter uma para criança também?", e eu engoli seco e falei: "Não". E a Moara, que é muito aguerrida, falou: "Então, por que não faz uma também para as crianças?". Imediatamente, eu fiquei remoendo aquilo. Quando cheguei na segunda-feira, falei com a minha equipe, se era possível pensar um processo que fosse horizontal, que não fosse uma disputa entre as crianças para se transformar em delegados, mas que, de fato, eles pudessem debater os temas dentro das escolas e que os que viessem para a conferência nacional passassem por uma seleção de conteúdo, de articulação e de processo. E eu quero homenagear a equipe que respondeu depois, com uma proposta, aqui na pessoa da Raquel, que ela é um dos grandes, uma das grandes sustentações desse processo de conferência.

Inicialmente, foi o Ministério do Meio Ambiente, depois nós internalizamos dentro do Ministério da Educação, porque é quem tem capilaridade, mas muito rapidamente, a I Conferência contou com a participação de mais de 5 milhões de jovens e adolescentes,

a II Conferência foram cerca de 4 milhões de jovens e adolescentes e a III Conferência, agora, são 3 milhões, 700 mil jovens e adolescentes, de sorte que já são mais de 11 milhões de jovens e adolescentes com a qualidade desses que leram essa Carta de Responsabilidades.

E mais do que isso, eles não ficaram só no papel, como eles dizem, eles criaram processos dentro das escolas, como, por exemplo, hoje existem cerca de 4 mil COM-VIDAS, que eles chamam de COM-VIDAS, que são as comissões de meio ambiente dentro das escolas. Eles têm uma Rede de Juventude, que é a REJUMA, e tem, também, um Coletivo de Juventudes. Só para vocês terem uma ideia, o Coletivo de Juventudes são 150 coletivos no Brasil, a Rede de Juventude conta com 600 jovens, que é a REJUMA, e assim vai. E trabalham projetos concretos na comunidade, nas escolas.

E mais ainda, eles nos dão uma lição aqui, porque geralmente quando a gente vai para algum evento, a gente leva um conjunto de reivindicações, para o Presidente, para os senadores, para quem quer que seja e eles vieram aqui com um conjunto de responsabilidades que eles estão assumindo.

Isso é para nos constranger eticamente, de que eles com tão poucos poderes, com tão poucas ferramentas, são capazes de assumir compromissos tão ousados e muitas vezes, nós, com todo esse poder, com toda essa ferramenta, não dispomos dos meios necessários para fazer as transformações que o Brasil e o mundo precisa. Eu me sinto muito feliz de, junto com a equipe, ter estabelecido esse processo da conferência, já é a terceira conferência, e eu digo: nós somos convencidos a defender meio ambiente e a sustentabilidade, eles são verdadeiros convertidos, os deputados, senadores, médicos, advogados, artistas, espiritualistas, que passaram por essa experiência, com certeza, terão uma outra atitude diante da natureza e diante de nós mesmos.

E eu digo: muitos pais mudaram já suas atitudes em função do trabalho dessas crianças. Eu conheço um empresário que mudou a sua atividade em função do seu neto, a ECOLEO, eu vou citar aqui, porque é uma coisa positiva, ele me disse: "Senadora, antes eu fazia atividade madeireira de qualquer jeito, eu sou de uma família que historicamente trabalhou com madeira. E foi graças aos meus netos que eu mudei a minha atividade, hoje eu só trabalho com madeira certificada".E eu acho que é o único posto de madeira certificada em São Paulo, que vende tora de madeira para quem quiser comprar, certificada, graças a atuação dessas crianças, que elas, mais do que dizerem, elas são capazes de fazer uma mudança de atitude. Muito obrigada, parabéns aos senhores por esse gesto de receber essas crianças, num dos atos mais belos que eu posso constatar nesse Senado. Cuidar do futuro, agora.

Muito obrigada.

[palmas]

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): A Raquel me lembra aqui que o Ministro Haddad, ele está nos convidando a todos para... Ele vai receber as crianças lá na frente do MEC, e, de lá, vão fazer... No Teatro Nacional, onde será feita a entrega da Carta das Responsabilidades para as autoridades. Presidente Lula também foi convidado, há uma expectativa de que ele possa comparecer. De qualquer forma, estará lá o Ministro da Educação, o Ministro do Meio Ambiente, e ele convida a todos nós, para que estejamos, juntos, selando esse compromisso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É agora?

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Agora, às 17h30.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Os cumprimentos de toda a Mesa Diretora à iniciativa da querida Senadora, colega, Ministra Marina Silva, da criação da primeira conferência, a toda a sua equipe também, os nossos cumprimentos.

Declaro encerrada a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e a 7ª (sic) Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente.

Muito obrigado a todos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Os parlamentares da Comissão Mista de Mudanças Climáticas é só mudar a sala, porque nós vamos... Vamos, vamos lá trabalhar.

Sessão encerrada às 15h29.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 8ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2009, ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e quatorze minutos do dia quatorze de abril de dois mil e nove, na Sala nº 9 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **MARINA SILVA, JOÃO PEDRO, JOÃO RIBEIRO, WELLINGTON SALGADO, GILBERTO GOELNNER, KÁTIA ABREU, MARISA SERRANO, JEFFER-**

SON PRAIA, FÁTIMA CLEIDE, CÉSAR BORGES, INÁCIO ARRUDA, VALDIR RAUPP, ADELMIR SANTANA, JAYME CAMPOS e **FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, e encaminha a deliberação da pauta. **Item 01) REQUERIMENTO Nº 13, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que requer "nos termos do inciso VII do art. 71 da Constituição Federal combinado com o parágrafo único do art. 102-B do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam remetidas à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), pelo Tribunal de Contas da União, as seguintes informações: 1) Relatório final do Processo TC 013.299/2006-0, de relatoria do Ministro Augusto Nardes, cuja inspeção iniciou-se em 26/7/2006, com o objetivo de avaliar os processos de concessões de diárias a colaboradores eventuais, como também os processos relativos aos convênios e aos de contrato de repasse celebrados entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no Distrito Federal, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com a Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária (ANARA), ligada ao Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) e suas respectivas prestações de contas; 2) Relatório final do Processo TC 016.480/2006-3, de relatoria do Ministro Benjamin Zymler, aberto para cuidar, especificamente, das possíveis irregularidades na aplicação dos recursos repassados à ANARA – Maranhão, pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente/MMA". Autoria: Senadora **MARISA SERRANO. Resultado: Aprovado. Item 02) REQUERIMENTO Nº 14, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que requer "nos termos do disposto no inciso IV do art. 71 da Constituição Federal e no art. 102-A, inciso I, alínea '*e*' do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja solicitado, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, ao Tribunal de Contas da União, que realize auditoria a respeito dos gastos com cartões corporativos por parte da Presidência da República no primeiro trimestre deste ano de 2009, conforme anunciado pela imprensa, em março deste mesmo ano de 2009". Autoria: Senadora **MARISA SERRANO. Resultado: Aprovado.** O Senhor Senador **FLEXA RIBEIRO** e a Senhora Senadora **KÁTIA ABREU** requerem, e a Comissão aprova, a inversão de pauta para deliberar os itens 7 e 9 respectivamente. **Item 7) REQUERIMENTO Nº 19, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidadas as autoridades abaixo relacionadas para que no âmbito desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e com a Comissão de Assuntos Econômicos, seja discutida a sistemática de formação de preços de combustíveis, com os seguintes convidados: representante da BR distribuidora; representante da PETROBRÁS e representante da Agência Nacional do Petróleo – ANP". Autoria: Senador **FLEXA RIBEIRO.** Resultado: **Aprovado. Item 09) REQUERIMENTO Nº 20, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública perante esta douta Comissão, em conjunto com as comissões de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, de Assuntos Econômicos – CAE, de Ciência Tecnologia, Inovação, Comunicações e Informática – CCT, de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, de Assuntos Sociais – CAS, de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, de Educação, Cultura e Esporte – CE, de Serviços de Infraestrutura – CI, e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – CRE, com a finalidade de analisar e discutir a definição de áreas de proteção permanente – APPs e o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e as implicações para o agronegócio, com os seguintes convidados: Gustavo Ribas Curcio, Doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da Embrapa Florestas em Colombo – PR, o qual tratará do tema: Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPS: uma proposta de parâmetros; e Evaristo Eduardo de Miranda, Doutor em Ecologia e pesquisador Embrapa Monitoramento por Satélite em Campinas – SP, o qual tratará do tema: Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista: Implicações para o Agronegócio". Autoria: Senadora **KÁTIA ABREU.** Resultado: **Aprovado.** EXTRA-PAUTA, é deliberado o **REQUERIMENTO Nº 22, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 20, de 2009-CMA**,** que objetiva analisar e discutir a definição de áreas de proteção permanente – APPs e o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e as implicações para o agronegócio, em conjunto com as comissões de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, de Assuntos Econômicos – CAE, de Ciência Tecnologia, Inovação, Comunicações e Informática – CCT, de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, de Assuntos Sociais – CAS, de desenvolvimento regional e turismo – CDR, de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, de Educação, Cultura e Esporte – CE, de Serviços de Infraestrutura – CI, e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – CRE, para que sejam convidados os

senhores Adalberto Veríssimo – Pesquisador Sênior do IMAZON – Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia; e Márcio Santilli – Instituto Socioambiental-ISA e Antônio Herman Benjamin – Ministro do Superior Tribunal de Justiça". Autoria: Senadora **MARINA SILVA.** Resultado: **Aprovado os nomes dos Srs. Adalberto Veríssimo e Márcio Santilli.** A Presidência dá prosseguimento à pauta. **Item 03) REQUERIMENTO Nº 15, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos constitucionais e regimentais, sejam convidados os Srs. Chefe do Departamento de Operações Bancárias (DOB) do Banco Central, o Secretário de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça, o Secretário de Acompanhamento Econômico (SEAE) do Ministério da Fazenda e o Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs), para discutir o diagnóstico do mercado de cartões de crédito e sugerir alternativas com vistas a reduzir a influência do duopólio no citado mercado". Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE.** Resultado: **Aprovado. Item 04) REQUERIMENTO Nº 16, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do art. 90, III, IX e X do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida, por esta Comissão, audiência pública tendo como convidados as seguintes autoridades: Valmir Campelo – Ministro do Tribunal de Contas da União; Fausto Pereira dos Santos – Diretor Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS; Alberto Beltrame – Secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde para debaterem sobre o Relatório do TCU nº 023.181/2008-0, Fiscalização nº 401/2008, que trata de auditoria realizada na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS". Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE.** Resultado: **Aprovado.** Observação: o Ministro Valmir Campelo será convidado como representante do Tribunal de Contas da União. **Item 08) REQUERIMENTO Nº , DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que requer "nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam solicitadas ao Exmo. Sr. Ministro de Estado do Meio Ambiente as seguintes informações para instruir a análise do Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2006, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle: 1) Quais estudos foram realizados para a elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos? Solicito cópia desses estudos, caso tenham sido realizados. 2) Qual a justificativa técnica para a definição dos limites da zona de amortecimento dessa unidade de conservação, que chega a ultrapassar 250 km de distância do parque nacional? 3) O Parque Nacional Marinho dos Abrolhos possui Conselho Gestor? Quando foi instituído e quem participa dele? Solicito cópia dos atos legais que instituíram o Conselho. 4) O Conselho Gestor acompanhou a elaboração do Plano de Manejo da unidade de conservação, conforme determina o art. 20, inciso II, da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000? Solicito cópia das atas das reuniões realizadas para essa finalidade". Autoria: Senador **HERÁCLITO FORTES.** Resultado: **Adiado. Item 10) REQUERIMENTO Nº , DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, sobre os problemas e perspectivas para disseminação do emprego da energia solar no Brasil e o incremento da participação dessa fonte na matriz energética nacional, contando com a participação dos seguintes expositores, representantes de segmentos públicos e privados diretamente ligados à temática em questão, a serem convidados: Dr. Altino Ventura Filho, secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia (MME); Dr. Máximo Luiz Pompermeyer, Superintendente de Pesquisa, Desenvolvimento e Eficiência Energética da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); Dr. Mozart Siqueira, representante da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine) Professor Dr. Rubem Cezar Rodrigues Souza, Coordenador do Centro de Desenvolvimento Energético Amazônico (CDEAM); e Dra. Flávia Grosso, Superintendente da Suframa". Autoria: Senador **JEFFERSON PRAIA.** Resultado: **Adiado. Item 12) AVISO Nº 20, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União (TCU), referente ao exercício de 2007". Autoria: **Tribunal de Contas da União.** Relatoria: Senador **JEFFERSON PRAIA.** Parecer: **Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.** Resultado: **Adiado. Item 13) AVISO Nº 18, DE 2009 – NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia de acórdão proferido nos autos do processo nº TC 018.233/2006-1, bem como do Relatório e voto que o fundamentaram, referente ao reexame do Acórdão nº 1.989/2006, que trata de convênio celebrado entre o Ministério da Saúde e a Secretaria de Estado da Saúde do Piauí". Autoria: **Tribunal de Contas da União.** Relatoria: Senador **JEFFERSON PRAIA.** Parecer: **Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.** Resultado: **Adiado**. **Item 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 718, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO,** que "altera o Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, para dispor sobre a devolução de

embalagens vazias de produtos de uso veterinário". Autoria: Senador **GERSON CAMATA.** Relatoria: Senador **CÉSAR BORGES.** Parecer: Favorável à matéria com cinco emendas que apresenta. Resultado: **Concedido pedido de vista coletivo.** A Presidência encaminha a deliberação dos itens 5, 6 e 11 da pauta. **Item 05) REQUERIMENTO Nº 17, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que requer "nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública no âmbito desta Comissão em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para debater a Medida Provisória nº 458, de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, altera as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.0115, de 31 de dezembro de 1973, 6.383, de 7 de dezembro de 1976, e 6.925, de 29 de junho de 1981, com os representantes das entidades nominadas a seguir: Representante do Greenspeace; Representante da CONTAG e Representante da CNA". Autoria: **JOÃO PEDRO. Resultado: Aprovado com aditamento da Senadora MARINA SILVA, convidando, também, representante do IMAZON. Item 06) REQUERIMENTO Nº 18, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão em conjunto com a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, para debater o Impacto das Mudanças Climáticas Globais, nas áreas social, ambiental e econômica". Autoria: Senador **JOÃO PEDRO.** Resultado: **Aprovado. Item 11) REQUERIMENTO Nº 21, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento 10 de 2009 – CMA, de autoria do senador Jefferson Praia, aprovado em reunião realizada no dia 31 de março deste ano, que seja incluído no rol dos convidados da audiência pública para instruir o PDS 90/2007, de autoria da senadora Kátia Abreu, os seguintes convidados: Dr. Flávio Finardi Filho, Professor do Departamento de Alimentos e Nutrição Experimental da USP e membro da CTNBio; e Dra. Maria Lúcia Zaidan Dagli, Professora Titular da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo – USP". Autoria: Senador **GILBERTO GOELLNER.** Resultado: **Aprovado com aditamento da Senadora MARINA SILVA, convidando, também, Ricardo Tatesuzi de Sousa – Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Grãos Não-Transgênicos.** Em razão da falta de quórum para deliberar, a Presidência adia os demais itens da pauta. **Item 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 2007 – TERMINATIVO,** que "altera a Lei nº 8.313, de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), para tornar obrigatória a previsão da emissão de carbono e o respectivo cálculo de sua neutralização nos projetos culturais beneficiados pelo Poder Público". Autoria: Senador **EXPEDITO JÚNIOR.** Relatoria: Senador **RENATO CASAGRANDE.** Parecer: **Contrário à matéria.** Obs.: Foi apresentado voto em separado, de autoria do Senador **CÉSAR BORGES**, favorável ao projeto, na forma do relatório oferecido pelo Senador **MARCO MACIEL** na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Resultado: **Adiado. Item 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, DE 2003 – TERMINATIVO,** que "acrescenta inciso XVIII ao artigo 51 da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, que 'dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências', para prever a nulidade da cláusula que surpreenda o consumidor após a conclusão do contrato". Autoria: Senador **AUGUSTO BOTELHO.** Relatoria: Senador **ALMEIDA LIMA.** Parecer: Contrário à matéria. Resultado: **Adiado. Item 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 348, DE 2003 – TERMINATIVO,** que "institui incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente". Autoria: Senadora **SERYS SLHESSARENKO.** Relatoria: Senador **VALDIR RAUPP.** Parecer: **Contrário à matéria. Resultado: Adiado.** No transcorrer dos trabalhos, assume a Presidência temporariamente o Senhor Senador **JOÃO PEDRO.** Usam da palavra os Senhores Senadores **MARISA SERRANO, FLEXA RIBEIRO, KÁTIA ABREU, MARINA SILVA, FÁTIMA CLEIDE, GILBERTO GOELLNER, JOÃO PEDRO** e **BORGES.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada.

Senador **Renato Casagrande,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 14/04/2009

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Srs. Senadores e Senadoras que concordam com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Primeiro ponto de pauta da nossa sessão, da nossa reunião é um requerimento de autoria da Senadora Marisa Serrano que solicita relatório final do processo do Tribunal de Contas nº. 013299/2006-0 de relatoria do Ministro Augusto Nardes cuja inspeção iniciou-se em 26/07/2006 com o objetivo de avaliar os processos de concessões de diárias e colaboradores eventuais, como também os processos relativos aos convênios e aos de contrato de repasses celebrados entre o Instituto Nacional de Regularização e Reforma Agrária no Distrito Federal, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério do Trabalho e Emprego, com a Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária ligada ao movimento de libertação dos sem-terra com suas respectivas prestações de contas. E pede também o relatório final do processo 016480/2006-3 do Ministro Benjamin Zymler aberto para cuidar especificamente das possíveis irregularidades na aplicação de recursos repassados a Anara – Maranhão pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente. Com a palavra a Senadora Marisa Serrano como autora.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Nós aqui, às vezes, deixamos passar em branco, é uma área que é muito importante nesta Comissão, porque é claro que o meio ambiente puxa uma área e um vetor importantíssimo para a humanidade, haja vista que a Comissão de Educação agora está discutindo um requerimento justamente sobre a APAS, PPPs neste País para dizer o quanto é importante, até a educação está pensando nisso. Mas aí, Sr. Presidente, há duas outras questões desta Comissão que são fundamentais: a defesa do consumidor, o consumidor brasileiro tem nesta Comissão a sua voz, e tem que ter aqui a ressonância de tudo aquilo que o consumidor brasileiro acredita que é importante para ele, para que a sua vida seja melhor, aquilo que ele consome, o transporte público que ele utiliza, tudo aquilo que pode favorecer a sua vida, e há uma outra que é fiscalização e controle. Todos os relatórios do TCU passam por esta Comissão, nada mais justo que todos nós nos debrucemos nesses relatórios, que possamos discuti-los e que possamos ajudar o Governo Federal e as entidades que são vistoriadas pelo TCU que a gente possa aqui dar a nossa contribuição. E é por isso que eu estou pedindo aqui, Sr. Presidente, tendo em vista inúmeras denúncias nos jornais sobre recursos repassados a entidades que depois possam repassar a outras entidades recursos federais públicos, portanto, a função é nossa de acompanhar e fiscalizar que eu estou pedindo aqui os dois relatórios, tanto do relatório do Ministro Augusto Nardes quanto do Benjamim Zymler para que a gente possa analisar, discutir nesta Casa questões que são relevantes para o País, que estão na ordem do dia da imprensa nacional, e que para todos aqueles que trabalham nessa área, que, de alguma forma, tem a imposição, ou trabalho em qualquer tipo de instituto de reforma agrária, ou que estão trabalhando com os sem-terra, em qualquer dessas áreas que eles possam se defender também, que possam depois dizer: "eu recebi dinheiro do Governo Federal, cumpri está aqui, o TCU está dizendo que está ok". Se estiver tudo certo nós podemos discutir até o mérito, mas aceitar que o recurso foi realmente gasto para a função pela qual foi imposta pelo governo, ou colocado pelo governo. Agora se houve problemas esta Comissão tem obrigação de conhecer e dar uma resposta à sociedade. Então, Sr. Presidente, era nessa ótica dos dois lados, mas que a gente tem que conhecer o que está acontecendo nesse País. Era só isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senadora Marisa. Continua em discussão. Encerrada a discussão. Em votação o requerimento da Senadora Marisa. Os Senadores que forem favoráveis à matéria, permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

Item nº. 2 também de iniciativa de Senadora Marisa Serrano. Que requer nos termos do disposto do inciso IV do art. 71 da Constituição Federal, que realiza auditoria a respeito dos gastos com cartões corporativos por parte do Presidente da República no primeiro trimestre deste ano de 2009, conforme anunciado pela imprensa em março deste mesmo ano de 2009. Então, ela está requerendo que seja solicitada uma auditoria nos gastos com cartões corporativos dos primeiros três meses do ano de 2009. Então, com a palavra a Senadora Marisa Serrano como autora do requerimento.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente, esta Casa sabe e o Brasil acompanhou uma CPI dos Cartões Corporativos no ano passado. Eu presidi essa Comissão, foi uma Comissão extremamente pesada, extremamente vigiada e fiscalizada, grandes embates aconteceram sobre a questão do uso dos cartões corporativos. E aí, Sr. Presidente, houve uma coisa boa, diminuíram os usos dos cartões corporativos no país, o Ministro Félix baixou uma portaria rigorosa quanto a esse uso, aberto mais algumas concessões para o Governo Federal central, mas, principalmente, para os órgãos de defesa, mas aí para a nossa surpresa afrouxamos tudo, e o gasto do cartão corporativo subiu estratosfericamente muito mais do que foi o caso de levar a essa CPI. Então, eu acredito que nós temos que acompanhar isso. Se esta Casa fez uma CPI e uma CPI mista, deputados e senadores, então é hora de nós continuarmos acom-

panhando o trabalho que fizemos aqui. Não deixar morrer algo que esta Casa debateu por tanto tempo. A sociedade brasileira está de olho no Congresso Nacional, e tem que estar mesmo, como deve estar de olho no Executivo, como deve estar de olho no Judiciário acompanhando, porque a vida e o povo têm o direito de acompanhar o que o seu País faz com o seu dinheiro dos impostos que paga. Portanto, aqui é uma justificativa de um acompanhamento de uma CPI que eu participei ativamente, e que a gente tem que saber o porquê que nesse momento foi liberado o uso dos cartões corporativos, e um custo enormemente estratosférico para aquilo que nós estávamos pretendendo. Nós pretendíamos, justamente, encolher esse uso, e agora esse uso se tornou geral.

Eram essas as minhas considerações, as minhas justificativas. E eu gostaria muito que a exorbitância desses números fosse aqui explicada. E é por isso a razão do meu requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Continua em discussão o requerimento da Senadora Marisa Serrano. Não havendo quem queira discutir o requerimento. Coloco em votação. Senadoras e Senador que concordam com o requerimento da Senadora Marisa Serrano, permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pela ordem, Senador Flexa, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação desta Casa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Meu competente Presidente Renato Casagrande, eu pediria a V. Exa. que ouvido os membros, nós pudéssemos fazer uma inversão de pauta para anteciparmos o item 7. Eu estou numa audiência pública lá do acompanhamento da crise, e preciso colocar esse requerimento à apreciação dos meus pares aqui na Comissão, para que possamos fazer uma audiência conjunta com a Comissão de Meio Ambiente.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pela ordem, Senadora.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu gostaria também de fazer essa solicitação. Eu estou também um pouco apreensiva, porque eu tenho mais duas Comissões onde será apreciado o mesmo requerimento. E é a última quarta-feira que eu tenho para fazê-la, haja vista que a audiência pública era o dia 29, é com relação àquela audiência conjunta de todas as comissões--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Qual o requerimento de V. Exa.?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): --No plenário... Item 9. O Senador Flexa Ribeiro, a Senadora Marisa Serrano, a Senadora Marina Silva conhecem o assunto, apenas a Senadora Fátima Cleide não estava presente em nenhuma das Comissões, e eu gostaria também de pedir essa inversão para que eu possa ir à CAE aprovar ainda este requerimento que já foi lido. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em apreciação os dois requerimentos feitos pelo Senador Flexa Ribeiro e pela Senadora Kátia Abreu. Os Senadores e as Senadoras que forem favoráveis à inversão da pauta, votando primeiro o item 7, e, posteriormente, o item 9, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Com a palavra a Senadora Marina Silva.

Nós vamos discutir o item 7 primeiro, Senadora Marina. Primeiro o item 7.

Então requer nos termos do art. 50, requerimento do Senador Flexa Ribeiro que sejam convidados autoridades abaixo relacionada para o âmbito desta Comissão em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a Comissão de Assuntos Econômicos seja discutida a sistemática de formação de preços de combustíveis. Requer representante da BR Distribuidora da Petrobras, representante da Agência Nacional de Petróleo.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro, autor do requerimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Renato Casagrande, Sras. Senadoras, grande dia. O requerimento que eu apresentei, Senador Casagrande, era para que nós pudéssemos fazer em conjunto uma audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia, da Comissão de Assuntos Econômicos que já está aprovada lá e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor sobre a sistemática de formação dos preços de combatíveis.

Nós tivemos na CAE uma audiência pública com o presidente da Petrobras. Ele, nessa ocasião, disse que o litro da gasolina custa na refinaria mais barato do que um litro de água. Palavras do Dr. Gabrielli. Lamentavelmente, a Petrobras não vende gasolina em PET para que talvez pudesse ficar mais barato. Então, eu acho que o consumidor brasileiro precisa tomar conhecimento como é que esses valores são definidos para que quando o preço do petróleo caia, ele volte à normalidade, o que não tem acontecido. Então, pediria a V. Exa. que ouvido os nossos pares, possamos fazer essa audiência em conjunto das três Comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão o Requerimento do Senador Flexa Ribeiro. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Os Senadores e Senadoras que forem favoráveis à matéria, permaneçam como se encontram. Aprovada a matéria.

Item 9 da Senadora Kátia Abreu. Requer que seja realizada uma audiência pública conjunta de todas as Comissões Permanentes desta Casa para fazer e realizar a discussão, e analisar a definição de áreas e preservação permanente, e alcance territorial da legislação ambiental indigenista, e as implicações para o agronegócio com os seguintes convidados: Gustavo Ribas Curcio, doutor em engenharia florestal, e pesquisador da Embrapa Florestas em Colombo no Paraná, o qual tratará do tema: definição de áreas e proteção permanente, numa proposta de parâmetros, e o Sr. Evaristo Eduardo de Miranda, doutor em ecologia e pesquisador da Embrapa Monitoramento por satélite em Campinas, a qual tratará do tema: alcance territorial da legislação ambiental indigenista, implicações para o agronegócio. Senadora Kátia Abreu com a palavra, posteriormente Senadora Marina Silva.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Sr. Presidente, Senadoras se Senador. Esse requerimento já foi aprovado em sete Comissões, ainda pretendo pedir o apoiamento na CAE, no dia de hoje. E é com relação ao Código Florestal Brasileiro. Nós estamos vivendo uma apreensão muito grande em todo o País, aonde existe uma criminalização em cima dos produtores, por parte dos produtores pelo não cumprimento de regras que foram impostas pelo código e agravadas pelo decreto publicado o ano passado, e a intenção, Sr. Presidente, é que nos possamos ter um código florestal e uma legislação que, realmente, possamos cumprir. O Dr. Evaristo, especialmente, ele já fez uma apresentação sobre encomenda para o Presidente Lula, para vários Ministros do Supremo Tribunal Federal em vários Fóruns que estão preocupados com essa legislação que, na realidade, se 100% cumprida de acordo com a Embrapa Satélites ocuparia 76% do território com cobertura florestal. Isso é a indicação de sua palestra. Mas o importante de tudo isso é que nós possamos rever esse código que nem uma Bíblia, toda legislação nesta Casa pode ser reformulada, atualizada, debatida, discutida com a evolução da sociedade, e, portanto, o Código Florestal, de acordo com o que está acontecendo em todo País, acho que chega em boa hora nós compatibilizarmos definitivamente a produção agropecuária com a cobertura florestal para preservação da biodiversidade, especialmente, da água.

Então, essa matéria, Sr. Presidente, eu julgo da maior importância para todas as Comissões, e, graças a Deus, tem tido o apoiamento de todas. Temos apenas um contratempo, esta Comissão iniciará as 9h30 da manhã no plenário do Senado já com autorização do Presidente do Senado, e 2h em ponto inicia a homenagem a Dom Helder Câmara, autoria de Tasso Jereissati e Inácio Arruda, e nós não poderemos ter atraso. Algumas Comissões abriram mão de indicação de outros participantes, mas nós teríamos feito um acordo já a semana passada, que cada Comissão por serem onze Comissões poderia indicar uma pessoa apenas para participar. E, então, eu peço apoio no sentido de aprovar os dois palestrantes, e em seguida se tiver alguma indicação que nós possamos indicar apenas uma pessoa desta Comissão. Muito obrigada. Isso não impede que o debate continue em outras oportunidades e em outras audiências públicas requeridas também em conjunto. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senadora Marina Silva, com a palavra. Mas já anunciando um requerimento da Senadora que propõe que na audiência que objetiva analisar e discutir definição de áreas de proteção permanente, sejam convidados o Adalberto Veríssimo, Pesquisador Sênior do Imazon, e o Sr. Márcio Santilli, Instituto Socioambiental, e o Sr. Antônio Herman Benjamim, Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Com a palavra a Senadora Marina Silva. E enfatizando a Senadora Marina Silva a Senadora Fátima Cleide assinala o requerimento.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Eu entendo da maior importância a realização de audiências públicas dentro do Senado. É um espaço para que as contribuições da sociedade e da academia possam chegar aos senadores, e de que nós possamos fazer o debate de forma a assegurar que as nossas votações, os nossos processos de tomada de decisão, possam ser o mais esclarecido possível, agregando as informações que passam por essas audiências e pelos debates que aqui realizamos. Então, todas as audiências têm sido de grande valia para instruir matérias que tramitam dentro da Casa.

Na discussão que tivemos na CCJ, foi feito um apelo de que não havia como ter onze pessoas. No entanto, naquela oportunidade eu já advogava o nome de duas pessoas, o Dr. Márcio Santilli que disse que depois eu juntamente com o Senador Eduardo Suplicy iríamos indicar, e do pesquisador Beto Veríssimo do Imazon do Estado do Pará, e o Senador do Rio de Janeiro, Crivella, sugeriu o nome do Dr. Herman Benjamim. Foram feitos apelos também ao Senador naquela oportunidade, mas ele manteve, e eu acolhi a sugestão do Herman Benjamim. De sorte que eu entendo que ainda que haja esse apelo ninguém pode dizer às Co-

missões que façam assim ou assado, as Comissões vão deliberar, e, no meu entendimento, os dois nomes de altíssima relevância já aqui colocados pela Senadora Kátia Abreu os nomes que eu estou propondo de Beto Veríssimo e de Márcio Santilli e o nome proposto pelo Senador Crivella também são contribuições muito relevantes, além, da contribuição da Comissão de Direitos Humanos que já foi aprovada, e que eu já apresentei também uma sugestão. Então, o apelo que faço aos colegas Senadores é de que possamos assegurar o princípio do contraditório nessa audiência, considerando que o Dr. Herman Benjamim vai se ater muito mais às suas experiências nos aspectos legais, e não vai entrar, necessariamente, no mérito dessa discussão em termos técnicos, como serão feitas as exposições pelos pesquisadores que foram aqui elencados pela Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pela ordem, Senadora.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu gostaria de colocar em votação se esta Comissão indicará um ou dois palestrantes, assim como a Senadora disse que é uma prerrogativa da Comissão essa decisão, nós colocaríamos na praticidade em votação, e resolveríamos o problema, haja vista, que eu tenho mais duas Comissões para aprovar o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senadora Marisa Serrano, primeiro para se pronunciar. Estava inscrita.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente.

Eu queria aqui colocar o que já fiz na Comissão de Educação a importância de uma outra vertente, a importância desse requerimento. Como disse a Senadora Kátia Abreu, como disse a Senadora Marina Silva, é extremamente importante. Não é só discutir quem vem e quem vai falar. O contraditório que se discuta, que se aprofunde a discussão, como disse a Senadora Kátia Abreu, que se façam quantas audiências públicas que forem necessárias. O que importa não é só ir à discussão, se temos terra suficiente para que quem produz possa continuar produzindo. Isso é fundamental. O povo brasileiro não fica e não vive se nós não garantirmos à população, ao povo brasileiro, condições de continuar plantando e colhendo neste País. Quer dizer, alimentação é fundamental, e isso não se discute. Mas também é fundamental que esta Comissão, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, que esta Comissão também acompanhe aquilo que é importante também para a sociedade brasileira que é a preservação do meio ambiente. Então, essa preocupação com o meio ambiente, a conscientização da população, garantir que nós tenhamos mata suficiente, que nós tenhamos água limpa, água potável, que os nossos rios continuem a ter peixe. Eu fiquei indignada agora na semana santa, e alguns pescadores, amigos meus que estavam no Estado, não tem mais peixe; vieram conversar comigo. Alguns pescadores profissionais e outros amadores que não têm como pescar. Estão acabando com os peixes nos nossos rios. A poluição é muito grande, a falta de fiscalização é muito grande. Essa é uma Comissão que trata disso também. Então, nós temos que conscientizar a população do meio ambiente. A questão é: como garantir que a gente possa produzir e produzir o suficiente para que o povo brasileira tenha o que comer, para que não morra de fome, que a gente não tenha pessoas, como tem certas regiões da África: esquálidas. E já me disseram que no nosso País ainda existe isso. Eu custo a acreditar que prefeitos, vereadores, governadores, Presidente da República, e nós mesmo parlamentares, não tenhamos conhecimento de situações como essas. Então, neste momento é necessário que a gente se uma, a Senadora Kátia Abreu, a Senadora Marina Silva, e que nós tenhamos, sim, condições de discutir questões como essa. Se vamos separar quanto para as APAS, quanto para as PPPs, o que vamos fazer para que as pessoas continuem plantando, mas também que o povo brasileiro tenha consciência de que precisa ter meio ambiente preservado para a sua sobrevivência também. São dois pólos importantíssimos. E não são excludentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senadora. Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Eu me inscrevi, Sr. Presidente, porque a fala da Senadora Marisa Serrano foi bastante provocativa. Acredito que como a Senadora Marisa falou, nós somos uma Comissão de Meio Ambiente, e a questão ambiental hoje não é mais uma questão que deva ser limitada a pessoas que têm uma preocupação com o verde apenas, de forma muito pejorativa, nós ouvimos isso por muito tempo. Hoje nós estamos vivenciando, na prática, no dia-a-dia, grandes desastres ambientais em todo o mundo e no Brasil também. Também como afirmou a Senadora Marisa, considero importantíssimo nós garantirmos a produção de alimentos neste País, é garantirmos a produção agropecuária. Porém, ê preciso compatibilizar, e eu acho que isso coloca para esta Comissão uma responsabilidade muito grande. Parabenizo a Senadora Kátia Abreu pela iniciativa que vai mobilizar

todo o Senado Federal, uma vez que vai envolver nove Comissões. O tempo é considerável se iniciarmos e formos, realmente, disciplinados e iniciarmos às 9 da manhã até as 2 da tarde é um bom período para debate. E eu acredito que esta Comissão deverá participar, em peso, deve estar maciçamente participando deste debate. É importante que, realmente, a gente possa pactuar se o Código Florestal deve ser alterado, se não. Eu ainda aqui fico aflita porque entre os nomes que foram colocados não vejo ninguém que fale da política indigenista, e no requerimento da Senadora Kátia Abreu levanta também essa questão da política indigenista. Então, eu aditei, subscrevi o requerimento de aditamento da Senadora Marina Silva com a intenção de aditar também o nome de alguém ligado à política indigenista. Mas abro mão, neste momento, de fazer a indicação de mais uma pessoa, considerando o apelo feito pela Senadora Kátia Abreu, porém, considero por ser essa uma Comissão de mérito no que diz respeito à questão ambiental, e se nós estamos discutindo a possibilidade de promover alterações no Código Florestal, eu acredito que esta Comissão não pode ficar limitada à indicação de uma única pessoa que garanta a contraditório. Eu acho que o requerimento da Senadora Marina Silva. É que são duas: Marisa, Marina. Estou me enrolando toda aqui hoje. Mas o requerimento da Senadora Marina Silva traz três pessoas. E eu acredito que a gente pode chegar aí num consenso, não queria ter que votar se a gente vai indicar um ou se vai indicar dois. Eu acredito que esta Comissão, por ser de mérito, ela deveria ter a liberdade de apresentar mais que um nome para esta audiência. E como disse a Senadora Marina: sem prejuízo da apresentação técnica que os dois indicados pela Senadora Kátia Abreu vão fazer. Mas que a gente possa garantir o contraditório para que possamos ter subsídio suficiente para embasar as nossas decisões políticas para alterações futuras no Código Florestal, se é que elas tenham que haver.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senadora. Senadora Kátia Abreu, alguma coisa a mais?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então, vamos colocar em votação os requerimentos. Temos dois requerimentos.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Eu só queria fazer um apelo, porque a Senadora Kátia Abreu está propondo que não se decida se vai ser um ou duas pessoas.

Na Comissão de Educação já foi aprovado esse mesmo requerimento, de sorte que nenhuma Comissão aqui tem competência para revogar a decisão de uma outra Comissão. Então, os três já estão aprovados na Comissão de Educação. Então, se, mesmo assim, a Senadora Kátia Abreu quer fazer a votação aqui, não tem nenhum problema, eu mantenho, mas fico feliz que a Comissão de Educação já aprovou.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Um esclarecimento.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só um esclarecimento às Senadoras. Que nós não temos competência para dizer se tem um ou dois, temos competência para rejeitarmos ou aprovarmos o requerimento.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Exatamente. Não é isso que eu estou dizendo.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem, Sr. Presidente. Na Comissão de Educação não foram aprovados três nomes, a Senadora não estava presente, foram apresentados três nomes e ficou a critério do Presidente Flávio Arns escolher um deles, obedecendo a minha solicitação, atendendo a minha solicitação, todas as Comissões estão indicando apenas um.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Então, Sr. Presidente...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Estou com a palavra, Senadora. A Comissão de Educação apresentou três nomes, repito, e Flávio Arns escolherá um.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Por favor. Eu quero colocar o seguinte: a Senadora Kátia Abreu foi acolhida por todos os Sr. Parlamentares, inclusive, por mim sugerindo dois nomes. Eu gostaria que esta Comissão, como é uma Comissão de mérito e o que vai se discutir são mudanças, e que está se discutindo na Casa, são mudanças profundas na Legislação Ambiental Brasileira. O apelo que faço é para que possamos ter, já que estamos discutindo as teses dos cientistas, daqueles que acumularam pesquisas no que concerne à área de preservação permanente, à criação de reservas indígenas, é que se assegure duas pessoas que têm uma contribuição muito importante. Essas são as duas pessoas que sugeri, inclusive, inspirada na Senadora Kátia Abreu que apresentou também dois nomes. O Senador Crivella sugeriu o nome do Dr. Herman Benjamim, e eu acolhi no meu requerimento, já que ele não está aqui. Mas os nomes que proponho, inclusive, inspirada na Senadora Kátia

Abreu, é de Beto Veríssimo e de Márcio Santilli, para que esta Comissão de mérito tenha também o acolhimento, como teve as sugestões da Senadora Kátia Abreu, em toda as Comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só um pedido de esclarecimento, como presidente, vê se consigo encaminhar. Todas as Comissões fizeram indicações?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não, nem todas. Uma apenas ainda não fez, porque eu tenho que voltar lá, que estão aguardando apenas para encerrar a Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Nós podemos pedir, por exemplo, à Comissão de Assuntos Econômicos que não faça uma indicação? Que a gente possa compreender, pedir a compreensão da Comissão de Assuntos Econômicos. Eu sou membro da Comissão--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Isso eu não posso responder, Sr. Presidente, eu não posso responder pelo quorum da Comissão pelos membros-–

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Quero tentar ver se... Não é que aprove o requerimento sem indicação de um nome. Minha sugestão é essa, que aprove-–

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem. Eu não estou compreendendo tanta aflição da ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva, mesmo porque qualquer Senador aqui tem a prerrogativa de convocar também uma comissão única no plenário e fazer esse debate a qualquer momento, a qualquer hora. Esse debate com esses dois pesquisadores, da maneira como ela diz, parece que é uma palestra e uma audiência definitiva para o Código Florestal. Nós estamos tentando discuti-lo a cinco, seis anos, oito anos que nós estamos discutindo, nada impede que nós... Senadora, eu estou com a palavra. A senhora me permitir, por favor? Nada impede que a ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, Senadora, possa também convocar novas audiências públicas para que isso possa ter debatido. O que eu gostaria de deixar aqui considerado, em respeito a esses próprios que ela está indicando, que nós não podemos dar cinco minutos para cada palestrante que se dispõe a vir ao Senado Federal aqui ajudar a orientar as nossas decisões, que possa ser dado a eles cinco minutos, isso seria desrespeitoso, e vai prejudicar a audiência pública de minha autoria, e eu não gostaria que isso fosse permitido, Sr. Presidente. Eu gostaria que nós tivéssemos que entender que nós temos três horas para treze palestrantes, isso é inadmissível e até desrespeitoso com o meu requerimento. Muito obrigada.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para conciliar, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Para conciliar eu concedo a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A Senadora Kátia Abreu tem razão quando pede que cada Comissão indique um membro como debatedor aos dois pesquisadores. São onze Comissões, serão onze membros, será uma audiência pública que terão treze participantes, e depois os Senadores e as Senadoras terão a possibilidade de fazer os questionamentos.

Então, para conciliar, Senadora Marina. A Senadora Marina tinha três nomes, me parece, pelo que eu entendi, um já foi confirmado numa Comissão pelo Senador Crivella.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Posso ajudar V. Exa. Senador? Um desses dois nomes--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vai estar na Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Um desses dois nomes, esquecendo o terceiro nome que seria do Senador Marcelo Crivella, neste momento, um desses dois nomes será acolhido na Comissão de Educação.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Isso. Pelo que informa a Senadora Kátia Abreu, de acordo com o acolhimento da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E o outro nome poderia ser acolhido na Comissão de Meio Ambiente, nossa Comissão aqui agora.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E se houver, Senadora Marina, houver necessidade de um terceiro nome, como o Senador propôs, vamos tentar na CAE, na CDH.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu estou querendo propor à Senadora Marina e à Senadora Kátia que nós possamos assim; tendo um nome aprovado na Comissão, se os dois requerimentos, se o Senador Flávio Arns vai escolher um desses dois nomes--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O segundo será aqui.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Ótimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Podemos aprovar o requerimento com os dois nomes aqui, que não vai ter nenhum acréscimo de nome na audiência.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Eu acho que V. Exa.--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Entendeu, Senadora Kátia?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Já passou em quase todas as Comissões...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Já o Senador Flávio Arns vai escolher um desses dois nomes que aqui estão colocados pela Senadora Marina. Minha proposta é que nós aprovemos o acolhimento de V. Exa. já que não vai ter acréscimo de nomes-–

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sábia decisão de V. Exa. Da minha parte não tem nenhum problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Uma decisão vai ser da Comissão de Educação e outro nome vai ser da Comissão de Meio Ambiente. Não teremos acréscimo de nomes.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, é o que estou defendendo, um por Comissão. Não estou mudando nada, absolutamente nada.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Mas como nós não sabemos qual vai ser a escolha, a proposta de V. Exa. está mais adequada.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Aprovemos os dois nomes, e não vai ter acréscimo de nomes na audiência pública.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Correto. O que não for na outra Comissão entra por aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Aí eu acerto com o Flávio.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pode ser até que os dois nomes estejam lá fora e a gente tem que escolher um terceiro.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Até porque a maioria das Comissões já aprovou o requerimento sem aditamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em apreciação o requerimento da Senadora Kátia Abreu. Senadores que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovado. Em apreciação a inclusão de pauta do Requerimento da Senadora Marina Silva, com os dois nomes de Adalberto Veríssimo e Márcio Santilli. Quem for favorável à inclusão, permaneçam como se encontram. Aprovado. Em apreciação o requerimento. Quem for favorável ao requerimento, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 3 da pauta.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Eu só queria fazer uma sugestão que esta Comissão, como é a Comissão de mérito das questões de meio ambiente, e eu entendo que o nosso papel aqui é fazer o debate, mas, sobretudo, defender o meio ambiente. Então, uma sugestão para que façamos aí, a secretaria da mesa, um levantamento de como esses requerimentos estão sendo aprovados, porque no meu entendimento não há que se ter medo do debate. O debate não é algo que se possa querer impor um pensamento único, cerceando as outras formas de pensamento. Então, a gente fazer um levantamento, porque a minha tese de defender dois nomes é porque a CCJ aprovou dois nomes, a priori, e acho importante que tenhamos os dois nomes. Mas nenhuma Comissão, e, enfim, é claro que o apelo, o convencimento é importante, pode abrir mão das suas prerrogativas, já que a pretensão é fazer uma audiência com onze Comissões que as onze Comissões possam também apresentar sugestões. É clamo que vai prevalecer o bom senso, mas que a gente possa fazer um levantamento para que se tenha uma audiência produtiva, e eu não tenho medo do contraditório. Aliás, a ciência se faz exatamente assim, não é seguindo essa ou aquela orientação, a priori.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então, determino que a secretaria da Comissão faça esse levantamento, que nós possamos dar informação a todos os membros da Comissão para que nós tenhamos conhecimento efetivo de quem vai estar debatendo o tema na audiência pública conjunta.

E também, Senadora Marina Silva, no ano passado como membro desta Comissão, eu propus, e foi realizado um seminário de controle público interno, externo, diversas audiências públicas foram realizadas num seminário que se aprofundou sobre o tema. Acho que a questão do Código Florestal que está sendo muito debatida e discutida, e que tem visões distintas, e é uma legislação, de fato, que pode ser debatida, e precisa ser debatida pela Comissão. Nós, independente, desta Comissão geral que vai se instalar no plenário, nós poderemos aprofundar o tema aqui na Comissão, que é função nossa esse aprofundamento do tema aqui na Comissão, porque realmente eu tenho uma concordância, falei isso na Comissão de Constituição e Justiça na semana passada, uma audiência pública com onze nomes, com doze ou com treze nomes se torna um pouco improdutiva porque as pessoas não têm tempo de apresentar suas idéias. Nós tivemos fora da sessão ordinária nossa aqui, nós fizemos um debate mais extenso. Num seminário nós teremos condições de aprofundar o tema no debate, se vai reformular ou não, porque eu tenho muitas preocupações com a ideia de reformulação, parece que a reformulação caminha no sentido de flexibilização do Código. Mas o debate sobre o Código é fundamental que nós possamos fazer.

Item nº. 3. Um requerimento de minha autoria, que seja formulado um convite ao José Antônio Marciano, chefe do departamento de operações bancárias do Banco Central, Mariana Tavares de Araújo da Secretaria de Direitos Econômicos do Ministério da Justiça, Antônio Henrique Pinheiro Silveira da Secretaria de Acompanhamento Econômico, Ministério da Fazenda e um representante da Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços para comparecer a esta Comissão em data a ser marcada visando ouvir sobre diagnóstico do mercado de cartões de crédito que mostra fortes indícios de exercício de poder de mercado. Todos vocês acompanharam as notícias com relação aos cartões de crédito, as taxas cobradas pelos cartões de crédito, e o objetivo é conhecer o trabalho que foi feito por essas instituições, para que na área de defesa do consumidor a gente avance nessa reflexão. Em discussão o Requerimento. Quem for favorável ao Requerimento, permaneça como se encontra. Aprovado o Requerimento.

Um outro Requerimento, o item 4 de minha autoria. Que seja feita uma audiência pública com o representante do Tribunal de Contas da União, um representante da Agência Nacional de Saúde Suplementar e o Alberto Beltrame, Secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde para debater sobre o relatório do Tribunal de Contas da União que trata de auditoria realizada nas Agências Nacionais de Saúde Complementar para que a gente possa fazer o debate sobre o intercâmbio e o fluxo de recurso dos planos de saúde privado para o Sistema Único de Saúde, e por que é que isso não está acontecendo, segundo relatório do Tribunal de Contas da União. Senadores que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovado.

O item 5 o Senador João Pedro não se encontra, e o item 6 também do João Pedro, não se encontra. E 7 já foi apreciado. Item 8º do Heráclito Fortes também o Senador não se encontra. O item 10 Jefferson Praia não está presente. O item 14 Senador César Borges que é o relator da matéria, Projeto de Lei do Senado nº. 718/2007, altera o Decreto Lei 467 de 3 de fevereiro de 1969 para dispor sobre a devolução de embalagens vazias e de produtos de uso veterinário. Autoria Senador Gerson Camata, relatoria Senador César Borges.

Com a palavra Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, Sra. Senadora Marina. Sr. Presidente, V. Exa. já fez referência, esse é o Projeto de Lei do Senado 718 de autoria do Senador Gerson Camata, em caráter não terminativo nesta Comissão.

A proposição acrescenta o Decreto Lei 467 de 13 de fevereiro de 1969 os art. 3A e 3B. Nos termos do caput do art. 3A fica estabelecido que os adquirentes de produtos de uso veterinário deverão efetuar a devolução das embalagens vazias aos estabelecimentos comerciais e que forem adquiridos. De acordo com as instruções previstas nas respectivas bulas no prazo de até um ano contado da data de compra do produto ou prazo superior, se autorizado pelo órgão registrador, podendo a devolução ser intermediada por postos ou censo de recolhimentos desde que autorizados e fiscalizados pelos órgãos competentes.

O § 1º do art. 3A prescreve que será facultada a devolução da embalagem em até seis meses após o término do prazo de validade, se ao término do prazo de que trata o caput do referido artigo remanescer produto da embalagem ainda no seu prazo de validade. Por força do disposto do § 2º do art. 3A quando se tratar de produto importado assumirá a responsabilidade de que trata o § 2º a pessoa física ou jurídica é responsável pela importação, e em se tratando de produto importado submetido à processamento industrial ou a novo acondicionamento, caberá ao órgão registrador defini-la.

O § 3º do art. 3A determina que as empresas produtoras e comerciantes de medicamento de uso veterinário são responsáveis pela destinação das embalagens vazias dos produtos por elas fabricadas ou comercializadas, após a devolução pelos adquirentes e pela destinação dos produtos apreendidos pela ação fiscalizadora e dos produtos impróprios para utilização ou em desuso com vistas a sua reutilização, reciclagem ou destruição, obedecidas as normas e instruções do órgão registrador e dos órgãos sanitários ambientais competentes.

Pelo disposto do art. 3B aquele que em descumprimento às exigências estabelecidas na legislação pertinente produzir, comercializar, transportar, aplicar, prestar serviço ou dar destinação a resíduos e embalagens vazias de medicamentos de uso veterinário estará sujeita à pena de reclusão de dois a quatro anos, além, de multa. Finalmente, o art. 2º do PLS prevê a vigência imediata da norma. Não foram apresentadas emendas.

A proposição em análise atende aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade não configurando vício de iniciativa nos termos dos art. 61 da Constituição Federal. No mesmo sentido pela adequação do instrumento legal e pelo tratamento inovador que prescreve a destinação das embalagens vazias de produtos de uso veterinário, o projeto se afigura correto quanto à juridicidade. Quanto ao mérito julgamos oportuna a iniciativa do PLS nº. 718/2007 pelas razões a seguir expostas. A Lei 9.974 de 6 de julho de 2000 estabeleceu a obrigatoriedade de devolução

pelos usuários das embalagens de agrotóxicos vazias aos estabelecimentos comerciais onde os produtos forem adquiridos, objetivando mitigar os riscos que esses produtos representam à saúde da população e ao meio ambiente.

Os produtos de uso veterinário guardando as suas especificidades oferecem riscos semelhantes à saúde da população e ao meio ambiente, não havendo razão para tratamento diferenciado. Assim a iniciativa, em pauta, supre convenientemente a lacuna existente na regulamentação do descarte de embalagens vazias de produtos de uso veterinário, aplicando a solução já experimentada com sucesso na destinação das embalagens de agrotóxico.

Entretanto, observamos algumas imperfeições no texto do projeto que merecera atenção e nos levaram a apresentar as correções necessárias da forma de emendas. A primeira correção necessária é supressão da vírgula na referência contida no caput do art. 1º do PLS, a data do Decreto Lei nº. 467 de 13 de fevereiro de 1969, o que exige uma emenda de redação.

A segunda correção objetiva dar uma nova conceituação ao caput do art. 3A restringindo o controle sobre as embalagens dos produtos veterinários que oferecem riscos à saúde e ao meio ambiente excluindo os de baixo risco como xampus, por exemplo. Nesse sentido adote-se como referência os produtos que contenham pesticida como princípio ativo. Pela mesma razão apresenta-se nova redação ao art. 3º B.

Uma terceira mudança é especificar o órgão regulador e fiscalizador do corpo da própria lei. Nesse sentido caberá ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento regulamentar e fiscalizar a destinação desses produtos sendo coerente como definido pelo Decreto Lei nº. 467 de 1969 que estabelece a competência de registro, fiscalização e regulamentação dos produtos veterinários. Essa regulamentação também conterá, com a devida precisão, a definição dos pesticidas de uso veterinário, os chamados ectoparasiticidas, cujas embalagens serão objeto de devolução.

As instruções para devolução deverão ser contidas nas respectivas bulas ou rótulos bulas. Os estabelecimentos comerciais que vendem esses produtos não estão preparados para receber as embalagens utilizadas, sendo mais adequado o destino para instituições com competência específica para este fim, a exemplo do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias, o IMPEV que somente no período de janeiro a novembro de 2008 reciclou ou incinerou mais de 23 mil toneladas de embalagens vazias de defensivos agrícolas.

Cabe ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, juntamente com o setor produtivo coordenar esses processos de devolução das embalagens de produtos de uso veterinário. Sugere-se mais três mudanças no conteúdo do § 1º do art. 3A. A primeira suprimir o termo: "remanescer produto da embalagem", já que o produto veterinário poderá ter a sua estabilidade prejudicada após aperto e não utilizado, implicando perda do poder de eficácia. A segunda é a inserção do termo: "Adquirente deverá dar destinação a embalagem primária vazia". O processo de destinação será objeto de regulamentação pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como determina a boa técnica legislativa. Além disso, se restringe à devolução as embalagens que possuem contato direto com o produto ectoparasiticida, dispensando desse procedimento outros tipos de invólucros tais como: caixas, bulas, papelões, dentre outros que fazem parte do produto.

O objetivo de aperfeiçoar o projeto de acordo com a técnica legislativa optou-se por suprimir o § 3º do art. 3A que deverá ser tratado na regulamentação dessa Lei. Adicionalmente, é sugerida a eliminação do § 2º do art. 3A por entender que o produto veterinário importado e licenciado e comercializado em sua embalagem original de forma similar ou nacional, dispensando tratamento específico.

Finalmente, entende-se que no art. 3B devem ser suprimidas as especificações sobre as penalidades cabíveis de dois a quatro anos de reclusão e multa, pois já existe legislação pertinente que determina essas punições de acordo com a infração.

Vale ressaltar que essas mudanças objetivam aperfeiçoar o projeto e torná-la eficaz, levando em consideração as sugestões e críticas dos principais agentes que serão diretamente influenciados pelo projeto, ou seja, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o órgão regulador e fiscalizador que é o órgão regulador e fiscalizador, os representantes do setor produtivo, tais como: Sindicato Nacional da Indústria de Produtos de Saúde Animal – animal – SINDAM, Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal – Sindirações, os distribuidores com a participação da Associação Nacional dos Distribuidores de Insumo Agrícolas e Veterinários – ANDAV, e, finalmente, esse parecer também recebeu aval da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária.

Pelo exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 718/2007 com as emendas a seguir já relatadas.

Eu destaco, Sr. Presidente, que esse foi um trabalho feito a várias mãos, porque aqui nós tivemos a colaboração do Ministério da Agricultura, de todas essas entidades do setor privado, dos produtores, dos usuários, da Sociedade Brasileira de Medicina Vete-

rinária, ou seja, foi um trabalho em conjunto em parceria procurando se adequar à proposta meritória do Senador Gerson Camata. Há projetos já existentes na Casa, projetos de outros senadores que já... Aqui está o Senador Gilberto Goellner que sabe que havia um projeto do nosso saudoso Senador do Mato Grosso, e esse projeto foi discutido amplamente, amadurecido e vem hoje à apreciação em caráter não terminativo a esta Comissão com voto favorável com as emendas ora apresentadas, Sr. Presidente.

Mas eu agradeço a todos aqueles que participaram do esforço para construir esse projeto, que era um sonho do Senador Jonas Pinheiro, no passado, que se transforma aqui em realidade com todos os setores que participaram da formulação final desse relatório. Muito obrigado, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Parabéns, Senador César Borges, pelo seu relatório, pelo detalhamento do seu relatório.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão, para discutir Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Primeiro eu quero aqui louvar a iniciativa do Senador Camata. De fato, o Senador Camata apresenta um projeto que vai na direção do esforço que fiz juntamente com a minha equipe durante o período em que estava no Ministério do Meio Ambiente, quando apresentamos através do Poder Executivo, obviamente, o Projeto de Lei nº. 1.991/2007, e o projeto encaminhado pelo Executivo tratava, trata, aliás, que está tramando, da instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos, e a Política Nacional de Resíduos Sólidos está fortemente calçada na ideia da responsabilidade pós-consumo. E é esse princípio da responsabilidade pós-consumos que o Senador Camata antecipa no seu Projeto de Lei, que no meu entendimento as emendas apresentadas pelo ilustre relator desconstitui a iniciativa do Senador Camata na sua intenção de fazer com que aqueles que comercializam esses produtos tenham a responsabilidade em relação à destinação dos vasilhames, e transfere essa responsabilidade para o Poder Público, no caso o Ministério da Agricultura e para o adquirente, a pessoa que compra o produto. No meu entendimento, a maior parte dos agricultores, médios e pequenos não tem condição de dar conta desse recado, de sorte, que quem vai ficar prejudicado é o meio ambiente e a sociedade pelas contaminações.

Eu não quero entrar no debate aqui do relatório e das emendas apresentadas, porque eu vou fazer um pedido de vista da matéria com intuito de apresentar, de dar uma contribuição para resgatar a ideia original do Senador Camata que, no meu entendimento, está em concordância com a proposta de uma Política Nacional de Resíduos Sólidos, com o princípio avançado da responsabilidade pós– consumo que já vem sendo adotada em várias regiões do mundo, e que no Brasil nós estamos muito atrasados, tanto é que a discussão sobre resíduo sólido no Brasil está tramando há 24 anos no Congresso Nacional.

Mas eu faço o pedido de vista, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vista concedida. Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu solicitaria à Senadora Marina Silva a inclusão para vista coletiva de nossa parte, Senador, se assim me permitir, que eu também tenho sugestões a dar sobre esse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vista coletiva concedida.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, eu apenas gostaria como relator, eu acho--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com a palavra o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): --Que com todo respeito à Senadora Marina Silva, ela precisa atentar um pouco mais ao relatório. Em momento nenhum eu quis colocar sob responsabilidade, ao contrário, fiz uma emenda exatamente tirando a inserção do termo adquirente deverá dar destinação a embalagem primária vazia. Esse foi um trabalho feito aqui a várias mãos. Nós fomos procurados pelo Governo Federal, pelo Ministério da Agricultura, pelo Sindicato Nacional da Indústria dos Produtores, Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal e a própria Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária. Todos participaram, foi um trabalho em conjunto. Claro que a preservação do meio ambiente não é privilégio da Senadora Marina Silva e nem de qualquer setor, de qualquer grupo, eu acho que é uma obrigação de todos nós. E procuramos exatamente atender a preservação ambiental e de forma que o projeto pudesse ser eficaz, porque aqui se dá uma destinação correta, e até citei o exemplo do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias que vem prestando um papel relevante com relação aos agrotóxicos.

Então, eu acho que o projeto, conforme foi relatado, foi com maior aquidade, responsabilidade, e ouvimos todos os setores para se tornar, realmente, um projeto importante para a preservação do meio ambiente e para a sociedade brasileira. Nós não pro-

curamos descaracterizar, em momento nenhum, o projeto do Senador Gerson Camata, apenas adaptá-lo a uma realidade que já existe no campo brasileiro, e está tendo bons resultados, e que nós queremos que esses resultados sejam ampliados para esses produtos. Mas está aí o nosso parecer feito cuidadosamente de forma, eu lhe diria, com bastante paciência, porque procuramos ouvir todos os setores, inclusive, o próprio Governo Federal que se mostrou sempre interessado na construção dessa solução que ora nós apresentamos.

Era essa informação que eu queria dar à Senadora Marina Silva que fez menção em relação ao meu parecer.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Feito o registro, eu quero dizer que o presidente saiu para dar uma entrevista, mas ele registrou o pedido de vista coletiva. A não ser que haja uma mudança de--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não, não. Gostaria de me referir ao presente projeto e dizer do seu mérito, da sua envergadura, porque ele segue o que já foi exitoso como projeto que o Projeto de Lei 9.974 que eu acho que é esse o número dele, que institui o recolhimento de embalagens vazias de produtos agroquímicos para a agricultura brasileira.

Esse projeto foi de autoria do Senador Jonas Pinheiro. Ele tem uma eficácia, uma efetividade tão grande, para vocês terem uma ideia, que 98% das embalagens do Estado de Mato Grosso são recolhidas e devolvidas, porque existem os fabricantes, daí sim, eu vejo que a Senadora Marina Silva, a sua contribuição, a sua preocupação, Senador, em relação à forma de recolhimento.

O setor de agroquímicos da indústria de produtos agrícolas instituiu e banca 80%, praticamente, dos custos de uma instituição do instituto que chama IMPEV, e que esse instituto é altamente eficaz, ele recicla tudo, ele tem hoje... Ele é uma referência mundial. Países como Alemanha que são altamente conscientes do recolhimento de embalagens e dos Estados Unidos, recolhem 40, 60%, o Brasil já está acima de 90. Então, o que se quer, possivelmente, o que se pode fazer é indicar que esses fabricantes de produtos veterinários façam também, instituam uma empresa específica para o recolhimento das embalagens recicláveis, e as de descarte veterinário como ampolas de vidro, metal tem um outro fim o que daí, Senador César Borges, a característica de produtos veterinários tem essa peculiaridade que ela se confunde com a mesma dos hospitais, dos medicamentos; são seringas, são produtos a base de vidro, e que precisam de uma destinação em separado. Então, você ter produtos plásticos que são amplamente fáceis de reciclar, papelões também, embalagens; mas a dificuldade maior é isso aí. E se nós colocarmos algo de comprometimento dos fabricante, daí sim, eu vejo que nós teremos o êxito final que é a preservação do meio ambiente.

Então, nesse sentido eu quero contribuir, Senadora Marina Silva, analisar muito bem isso aqui, porque eu estive na semana passada visitando o IMPEV, e sei do seu êxito, dos seus resultados e da sua contribuição para que esse Projeto de Lei das embalagens, inclusive, que foi instituído o Dia do Campo Limpo no País, já é merecedor de elogios da parte do mundo todo. Ninguém acredita que o Brasil é tão eficiente no recolhimento de embalagens da agricultura. E agora virá esse projeto complementar e solucionar problema de embalagens veterinárias que não tem um fim específico ainda. Muito obrigado.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Obrigado. Com a palavra a Senadora Marina.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Como nós fizemos o pedido de vista coletiva. Eu me lembro que, inclusive, V. Exa. já havia me falado no plenário da vossa preocupação com essa questão das embalagens. E fico muito feliz de saber que vamos trabalhar juntos. Eu só queria, mais uma vez, até pelo respeito que tenho ao Senador César Borges, dizer que a emenda que V. Exa. apresenta é exatamente no sentido da preocupação que eu levantei. O que diz a emenda? Os adquirentes de produtos de uso veterinário que contenham um ou mais pesticida como princípio ativo e considerados perigosos, conforme regulamentação e fiscalização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, deverão dar destinação às embalagens primárias vazias, de acordo com as instruções contidas nas respectivas bulas ou rótulos bulas no prazo de até um ano contado da data e tal. No meu entendimento o que está transferindo aqui é a responsabilidade.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Senadora, me permite um aparte? É que a senhora não leu no todo. Mas, eu tenho certeza, que na hora que V. Exa. ler e pegar todo o espírito do que está com as emendas compondo a lei, V. Exa. vai ver que de acordo com as instruções contidas na respectiva bula ou rótulo bulas que vai dar exatamente a destinação em parceria com o setor produtivo. E se ler a emenda do art. 3B, ele passa a dizer o seguinte: "Aquele que fabricar, comercializar, transportar, aplicar, prestar serviço de destinação a resíduos e embalagens vazias dos produtos veterinários

que contenham um ou mais pesticida como princípio ativo, em descumprimento a exigência estabelecida na legislação pertinente estará sujeita às penalidades previstas em lei". Ou seja, o que se procurou fazer foi exatamente uma simbiose entre o setor do campo e os produtores que terão a responsabilidade no rótulo bula já virá, porque o Ministério da Agricultura vai ser vigilante que o rótulo já indica como será feito exatamente o descarte dessas embalagens. Nós procuramos fazer isso da melhor forma possível e trabalhando o tempo todo junto com o governo e o setor produtivo que terá essa responsabilidade como tem nesse exemplo dado pelo Senador Gilberto Goellner de tanto sucesso com as embalagens de agrotóxicos.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Como a gente vai fazer o debate numa outra oportunidade, nós vamos ter, digamos, a chance de colocar muito bem essas questões. Mas no meu entendimento eu reitero, aqui está tirando a responsabilidade pós– consumo e colocando no adquirente no lugar de ser aquele que tem a responsabilidade de dar destinação ao vasilhame, e ainda a questão do governo. Com certeza, o Ministério da Agricultura é importante ter audiência para uma discussão como essa, mas também o Ministério da saúde, através da Anvisa, porque produtos perigosos são também aqueles que têm hormônio é uma série de outros que causam risco à saúde e ao meio ambiente. E o próprio Ministério do Meio Ambiente e aqueles que lidam com essa agenda do cotidiano da contaminação em função desses vasilhames que são colocados indevidamente nos lugares mais inadequados contaminando córregos, rios, solos, cursos d'água, de um modo geral.

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senadora Marina Silva. Está concedida vista coletiva, e teremos oportunidade, de fato, de fazermos o debate.

Vamos agora retornar ao item 5. O Senador João Pedro está presente, um requerimento da sua autoria. Que seja realizada audiência pública no âmbito da Comissão, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para debater a Medida Provisória 458 que dispõe sobre a regularização fundiária dos ocupantes das ocupações incidentes nas terras situadas na área da União no âmbito da Amazônia legal. Convida o representante do Greenpeace, representante da Contag e representante da CNA. Senador João Pedro com a palavra.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Srs. Senadores, Sras. Senadoras, é no espírito de nós compreendermos o caráter e a importância da Medida Provisória que diz respeito à regularização fundiária. Tem a presença aqui do Greenpeace que cuida fundamentalmente da questão ambiental, e nós não podemos discutir a questão fundiária separadamente do componente ambiental, principalmente, na Amazônia.

O debate está acontecendo na Câmara, no Senado. E eu penso que é importante que as duas Comissões de agricultura e de Meio Ambiente façam essa discussão no sentido de nós compreendermos, de nós melhorarmos, de nós refletirmos acerca da Medida Provisória.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador João Pedro. Continua em discussão. Encerrada a discussão.

Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Eu considero esse debate, talvez, um dos mais importantes que nós vamos ter durante esse ano de 2009 por quê? Foi apresentado pelo governo, pelo Executivo uma medida provisória instituindo o processo de regularização fundiária na Amazônia. Essa é uma medida desejável e que já faz parte das ações previstas no Plano de Combate ao Desmatamento da Amazônia que começou a se implementado em 2004. Qual é a diferença do que está sendo proposto agora do que havia sido, enfim, encaminhado no âmbito do Plano de Combate ao Desmatamento? É que dentro da proposta do Plano de Combate ao Desmatamento regularização fundiária fazia parte de uma estratégia de ordenamento territorial na Amazônia. Infelizmente, essa parte do ordenamento territorial vem sendo secundada, para não dizer que foi inteiramente secundada, nesse ano de 2008, até agora, e se atendo apenas ao aspecto de regularização fundiária. Não é uma regularização fundiária qualquer, Sr. Presidente, trata-se de regularizar 64 milhões de hectares de terra na Amazônia. Eu lembro que na discussão da Lei de Gestão de Florestas Públicas nós estávamos falando de treze milhões até 2015, sei lá, enfim...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senadora, um esclarecimento. O que é que muda isso na prática? As pessoas já estão lá ocupando essas terras? O que é que muda na prática, no objetivo de preservar a floresta que é o objetivo principal nosso?

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Em primeiro lugar uma boa parte dos que já estão ocupando, estão ocupando ilegalmente, criminosamente por grilagem, por invasão, inclusive, por processos violentos semelhantes ao que levou ao assassinato da irmã Dorothy e V. Exa. conhece. Se nós não separarmos o joio do trigo, isso que eu falei que é um processo de ordenamento territorial e fundiário e regularização fundiária. O projeto encaminhado pelo Executivo tem

pontos muito importantes, e eu disse que é necessária a regularização fundiária. Quando ele diz: "Que aqueles que não têm posse mansa e pacífica, aqueles que não ocuparam as terras de boa-fé", uma série de cláusulas importante. Qual é a desdita dessas cláusulas importantes? É que diz que o processo é autodeclaratório e que dispensa a vistoria.

V. Exa. que eu sei que é um homem que tem toda uma sensibilidade para a questão ambiental, para o combate à grilagem, à ocupação indevida de áreas de floresta, sabe que nenhum daqueles que ocupam ilegalmente, que entraram de forma ilegítima ocupando as áreas públicas que são de todos os brasileiros, vai chegar a declarar: "Eu, de fato, entrei usando expedientes ilícitos, entrei de má-fé". O processo é autodeclaratório. Então, o Requerimento do Senador é altamente irrelevante, porque nós podemos estar fazendo um processo de regularização da grilagem. Não estou falando daqueles com direito líquido e certo que estão ocupando e que são, inclusive, salvaguardados por vários mecanismos legais, inclusive, a forma como eles foram assentados em várias regiões estimulados, inclusive, por políticas públicas. Não estou me referindo a esses, eu estou dizendo é que aqueles que estão lá de má-fé não devem ter o mesmo tratamento, e é isso que a media provisória vai acabar viabilizando.

Então, a minha sugestão é que, além, do Greenpeace seja também chamado um representante do Imazon para que possa também colocar as suas questões. E por que estou dizendo isso? Porque o Greenpeace ainda que tenha uma visão socioambiental, ele vai se ater muito às questões de cunho ambiental, e eu sei que eles estão dando contribuições importantes para essa discussão no que concerne ao Código Florestal, mas acho que o Imazon que trabalha, efetivamente, com os processos de uso sustentável da terra, mais diretamente pode dar uma contribuição para além dos que já estão propostos aí. É um aditamento para que também participe o Imazon.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pois não, Senador Gilberto Goellner, com a palavra.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu vejo que como está hoje composto representação para essa audiência pública, ela não está solicitando comparecimento de atores principais, hoje, que vão ter... Primeiro um que já tem a obrigação de ter feito, de ter trabalhado pela regularização fundiária deste País que é Incra, o segundo é o MDA a quem competirá também poderes para fazer essa regularização dentro dessa nova proposição aonde a Medida 458 dispõe. E também, eu diria, que um órgão que contribui muito, e onde se discutiu muito internamente que é a Secretaria de Assuntos Estratégicos do Governo onde faz parte o Ministro Mangabeira Unger. Então, essa visão que todos temos da necessidade da regularização fundiária do País é relevante. Agora, uma ONG que simplesmente não está afeta à regularização fundiária, e, sim, questões socioambientais como Greenpeace e outros, eu acho que pouco irão contribuir, porque a questão hoje é de como efetivar a regularização fundiária num país. Então, nós precisamos também ver o que é que esses órgãos que vão trabalhar diretamente e o próprio Incra a quem competia até agora, a quem compete a regularização fundiária, e que muito pouco tem feito devido as suas limitações de pessoal, de equipamento, de determinação do Ministério para que ele tenha esse êxito.

Então, eu acho que deveria também se chamar o Incra, Secretaria de Assuntos Estratégicos e o MDA a quem vai ter uma função importante nesse contexto aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador João Pedro com a palavra. Tem sugestões da Senadora Marina Silva e sugestão do Senador Gilberto Goellner.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Só para informar que o governo já está convidado e aprovado nesta Comissão e já tem data do indicativo da audiência pública com os Ministros do MDA, Incra. O diferencial aqui é a proposta da Senadora Marina em propor o Imazon que é um instituto com sede em Belém que trabalha na Amazônia. Os demais estão aprovados e tem uma data, salvo engano, do dia 28 o MDA, Incra eles virão aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Aqui na nossa Comissão?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Também.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Desculpe, eu não estou me recordando. Nós aprovamos requerimento aqui convidando o Ministro dos MDA, da Agricultura--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Mangabeira.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): --Convidamos para aqui na nossa Comissão fazermos um debate?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então, poremos...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Se é sobre esse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Na avaliação de V. Exa. faremos duas audiências?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): São muitos os convidados. Poderíamos discutir a metodologia para definir isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então, tem a sugestão da inclusão da Imazon. Quero saber se V. Exa. concorda? Se concordar nós vamos acrescentar ao requerimento. Havendo concordância de V. Exa., concordância também do Senador Gilberto Goellner que já está contemplada a sua sugestão da presença dos órgãos públicos. Nós vamos colocar em apreciação. Quem for favorável ao Requerimento, permaneça como se encontra. Aprovado.

Item nº. 6

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): O item 11, Sr. Presidente, se for possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Já voltaremos rapidamente ao item nº. 6, e, posteriormente, do item nº. 11.

Requer nos termos do art. 90 realização de audiência pública no âmbito desta Comissão m conjunto com a Comissão Permanente de Mudanças Climáticas para debater o impacto das mudanças climáticas globais nas áreas: social, ambiental e econômica. Senador João Pedro, autor com a palavra.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): É o item 6, Sr. Presidente?

Eu quero chamar atenção da Comissão e chamar atenção da nossa Senadora Marina Silva, já há uma mobilização grande, agora mesmo uma reunião importante no sentido da construção do protocolo que irá substituir Kyoto. Então, nós temos Kopenhagen em dezembro. O que é que eu estou propondo aqui? É um requerimento para que as duas Comissões das duas Casas e mais a Comissão Mista de Mudanças Climáticas que a gente possa organizar um seminário com a pauta internacional no sentido do congresso brasileiro contribuir, e passando pelas regiões da Amazônia, do Nordeste, do Centro-Oeste, do Rio Grande do Sul no sentido de nós ouvirmos a sociedade civil e terminarmos aqui no Senado com uma proposta onde o congresso brasileiro possa levar para Kopenhagen no sentido de nós marcarmos uma posição do nosso País, das diferenças; mas acima de tudo, da preocupação e das proposituras que nós pudermos construir no congresso brasileiro acerca de um tema tão importante que é essa agenda internacional sobre mudanças climáticas.

Acho que a Casa, o Congresso não pode ficar fora disso. Ou seja, estou propondo, não tem detalhes, até porque gostaria de ouvir mais. Nós não estamos com uma reunião com uma presença que possa colaborar ainda mais, mas realizar seminários com a pauta da agenda de mudanças climáticas nos sentido do congresso brasileiro e das nossas Comissões apresentarem propostas para o debate e para que a sociedade assuma, governos assumam compromissos com a vida, com o planeta terra. É esse o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Senadores que forem favoráveis à matéria, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 11. Relatoria do Senador Gilberto Goellner que requer em aditamento ao Requerimento 10/2009, de autoria do Senador Jefferson Praia aprovado em reunião realizada no dia 31 de março deste ano, que seja incluído no rol dos convidados da audiência pública para instruir o PDS 90/2007 autoria da Senadora Kátia Abreu os seguintes convidados: Dr. Flávio Finardi Filho, professor do Departamento de Alimento de Nutrição Experimental da USP e membro da CTNBio, Dra. Maria Lúcia Zaidan Dagli, professora titular da Faculdade de Medicina, Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo. Gilberto Goellner Senador, autor do requerimento com a palavra.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, esse projeto 90/2007 diz respeito aos transgênicos, aos alimentos, à rotulação dos mesmos e foi requerido pelo Senador Jefferson Praia então uma reunião, uma audiência pública que foi marcada para o dia 31 de março. Já passou, aliás, ela foi aprovada no dia 31 de março. A minha solicitação é para que se inclua esses dois cientistas, um membro da CTNBio que é o Dr. Flávio e a Dra. Maria Zaidan que é professora da Universidade de São Paulo.

Eu vejo que a importância para que esse debate tenha contraditório a respeito de um assunto tão polêmico que é a rotulação dos alimentos transgênicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Gilberto Goellner. Em discussão a matéria. Senadora Marina Silva com a palavra.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Bem, Sr. Presidente, eu acho que é uma audiência pública muito importante, as contribuições que serão aportadas pelos expositores nos dará, com certeza, base para um conjunto de atitudes que iremos tomar em relação ao projeto de lei que está tramitando nesta Casa, e, particularmente, nesta Comissão. E como já temos um número grande de pessoas, me parece que já são seis pessoas, a minha sugestão é de que se façam duas audiências, para que a gente possa ter o debate, como foi alegado aqui por alguns Srs. Senadores anteriormente, e que a gente possa, inclusive, verificar melhor a estrutura dessas audiências, porque se são

duas audiências, têm muitas pessoas pedindo para participar da audiência, inclusive, os representantes dos produtores livres de transgênicos que me pediram. Como novos nomes estão chegando, eu estou agregando também essa sugestão de que sejam ouvidos também os representantes, um representante daqueles que têm uma associação, de produção não transgênica. E por que eles querem ser ouvidos? Porque a situação dessas pessoas é muito difícil, porque toda responsabilidade foi transferida para eles. Nós estamos em um país que não respeitando o princípio da precaução aprovou que não tem nenhum problema os organismos geneticamente modificados, e que não aprovou o que nós estávamos propondo no Ministério do Meio Ambiente é que se criasse no Brasil um regime de co-existência, ou seja, é possível transgênico e não transgênico. A lei aprovada no Brasil só permite um lado, só segura um lado: os transgênicos por quê? Porque ao não assegurar que haverá armazenagem separada, que haverá obrigatoriedade de silos separados, que haverá transporte separado, e uma série de outros pré-requisitos, os que querem produzir não transgênicos, eles estão completamente inviabilizados porque eles são contaminados, e os que não são contaminados é porque fazem um esforço muito grande para evitar essa contaminação. E eles estão pedindo direito de também colocar a posição deles, porque já que tão aviltados do ponto de vista da lei e das estruturas para que eles possam ter o direito de produzir sem transgênico, eu estou aditando que eles sejam convidados, já que a audiência, no meu entendimento, deva ser em duas etapas, e aí seria inteiramente possível uma audiência com quarto, outra com três, para que a gente possa favorecer o debate e o entendimento dessa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Questiono e pergunto ao Senador Gilberto Goellner se concorda com a inclusão da associação de produtores não transgênico?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu concordo, e, inclusive, vejo que o produtor não transgênico hoje no Brasil se encontra até diferenciado, se encontra comercialmente diferenciado, e pode usar muito esse mercado que deverá crescer muito. Então, nada mais justo do que ouvir também desde que ele rotule o seu alimento, o seu produto como não transgênico, ele se diferencie e muito no mercado. Como está acontecendo no mundo todo. A grande dificuldade hoje é rotular o que é transgênico, agora rotular o que não é transgênico é que nós precisamos dar as condições para o País.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ok. Aprovamos diversas matérias nesta data, e vamos votar mais um requerimento do Senador Gilberto Goellner, com a inclusão feita pela Senadora Marina Silva, que depois eu peço que encaminhe à secretaria da Comissão o nome do representante da associação. Os Senadores que forem favoráveis à matéria, ao requerimento, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Então, conseguimos aprovar os requerimentos pautados, e debatemos um problema importante que é da restituição de embalagens de agrotóxicos, mas temos que fazer uma pauta efetiva, porque temos muitas audiências públicas aprovadas, e nós vamos precisar usar muito bem o nosso tempo para que nós possamos dar conta do recado, porque tem algumas audiências públicas que são temas da conjuntura atual e não pode ficar para um tempo muito longo. Portanto, eu peço que nós tenhamos condições de ter uma atividade permanente da Comissão, como tivemos hoje, para que tenhamos resultados efetivos do trabalho nosso aqui. O tema ambiental é um tema central do desenvolvimento brasileiro e mundial. Para que nós consideremos, de fato, um tema central, é fundamental que nós possamos priorizar o debate, a presença e a participação aqui na Comissão. E eu quero agradecer a participação e a presença de todos.

Senador João Pedro, antes que eu encerre.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, por conta do Requerimento nº. 6 de minha autoria, mas é nosso da Comissão, a Senadora Marina não falou, mas me chamou atenção para um aspecto. Esses seminários que nós vamos trabalhar eu proponho que seja agosto ou setembro. Nós precisamos elaborar para que haja uma contribuição da sociedade e para que haja para que o Congresso Nacional tenha um conjunto de proposta sobre a questão de mudanças climáticas.

A Senadora levantou aqui uma questão, se nós não cuidarmos, quem cuida dessa questão é o Itamaraty, do tema.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Já está cuidando.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Pois é. Então, nós temos... Não estou discutindo legitimidade, mas nós temos o dever, e a nossa Comissão impõe isso, essa responsabilidade de tratarmos o tema. Mas fazermos uma interlocução com o Itamaraty. V. Exa. que é o nosso presidente podia fazer uma interlocução e dizer--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O que eu proponho, Senador João Pedro, é que com a proposta de V. Exa. aprovada nós possamos sentar e nós possamos fazer uma

programação desse debate, que é um debate que vai até o final do ano.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): O detalhamento ok. Mas tem essa questão--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O Itamaraty tem que estar presente, porque o Itamaraty fala pelo governo brasileiro, pela posição brasileira nesses fóruns.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Mas eu penso que o Itamaraty tem que falar, mas falar, inclusive, a partir do trabalho que as Comissões estão fazendo no Congresso Nacional, ou seja, tem que passar pelo Congresso.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas o Itamaraty tem feito, tem sido bastante ativo nesse debate das mudanças climáticas, nem sempre na direção que nós queremos, ou desejamos, com a velocidade que nós desejamos, mas a Ministra Marina Silva que esteve à frente desse processo até recentemente sabe que o governo brasileiro avançou na sua posição política--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não tenho nem dúvida. A nossa Constituição, o capítulo ambiental de 88 tem um avanço importante. Mas nós precisamos-–

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): --Internacional. Temos avanço. Então, eu acho que nós poderemos fazer uma boa atividade nesse tema preparatória, de fato, para Kopenhagen.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): A Senadora está pedindo um aparte aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Eu acho que o alerta do Senador João Pedro é no sentido de que, oficialmente, o Itamaraty fala pelo Brasil, e juntamente com o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério de Ciência e Tecnologia, são os três Ministérios que lidam com essa questão no âmbito da Convenção. As posições brasileiras são firmadas, e ao chegar lá elas serão negociadas, mas não há como a gente ficar levando uma posição do Senado, uma posição do Itamaraty. O Brasil vai com uma posição brasileira. E o Itamaraty coordena esse processo de discussão, inclusive, com reuniões formais e informais, das quais participam representantes da sociedade, da academia e também do Senado. O importante é que possamos assegurar a nossa participação nesse processo de formação da posição brasileira, como parte daqueles que irão formar essa posição, e o debate aqui com a presença do Itamaraty e as conversas informais que temos que fazer também como membros da Comissão, serão fundamentais para que a posição brasileira também reflita o olhar do Congresso Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senadora Marina Silva, obrigado, Senador João Pedro.

E nada mais havendo a tratar nesta reunião, declaro encerrada. Pode almoçar, Senador João Pedro. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 14h44.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia 4 de março de 2009, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Paulo Duque,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a Presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Renato Casagrande, João Ribeiro, Tião Viana, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Geraldo Mesquita Junior, Efraim Moraes, Demóstenes Torres, Marco Maciel, Heráclito Fortes, João Tenório, Eduardo Azeredo, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Flávio Arns, Marina Silva, Antonio Carlos Valadares, Magno Malta, Wellington Salgado de Oliveira, Adelmir Santana, Rosalba Ciarlini, Alvaro Dias, Arthur Virgílio, Mozarildo Cavalcanti e Cristovam Buarque.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos, submetendo à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente informa que a reunião destina-se a instalação dos trabalhos e eleição do Presidente da Comissão. O Presidente inicia o processo de votação, chamando nominalmente os Senadores para exercerem o direito ao voto. O Presidente designa o Senador Wellington Salgado de Oliveira e a Senadora Marina Silva como escrutinadores. O Presidente encerra o processo de votação e proclama o resultado que elege o Senador Eduardo Azeredo como o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com 18 votos Sim e 1 voto em branco. O Senador Eduardo Azeredo assume a Presidência. O Presidente faz seu pronunciamento, e em seguida fazem uso da palavra os Senadores **Flávio Arns, Wellington Salgado de**

Oliveira, Antonio Carlos Valadares e Flexa Ribeiro. O Presidente eleito, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às onze horas e cinco minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião.

Senador **paulo duque,** Presidente (art. 88, § 1º RISF) – Senador **Eduardo Azeredo,** Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE MARÇO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 26 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Primeira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior. Não havendo quem conteste este pedido, está aprovada.

A presente Reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente da Comissão para o biênio de 2009 a 2010. Até o presente momento existe registrada a presença de doze senadores entre suplentes e titulares efetivos. Até o momento acha-se registrado o pedido de inscrição para disputar a presidência dessa Comissão o Senador Eduardo Azeredo, a quem eu rendo as minhas homenagens.

Sobre a mesa encontram-se à disposição dos Srs. e Sras. Senadoras as cédulas de votação, devidamente rubricadas pela presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para a votação. Daqui a pouco vou proceder à chamada nominal.

Peço ao auxiliar da presidência para abrir a urna e mostrar aos presentes. Eu convido os Senadores presentes, na medida em que forem chegando, para servirem como escrutinadores.

Dou início à votação. Vou chamar pela ordem aqui. Os membros titulares são os seguintes: Eduardo Suplicy...

Eu convido o Senador Tião Viana para ajudar como escrutinador. Convido a Senadora Marina Silva para ajudar como escrutinadora nos nossos serviços e o Senador Tião Viana. Por favor.

Senador Francisco Dornelles, Senador Eduardo Azeredo, Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Dá para fazer uma chapa dissidente, ainda tem chance?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Já acabou essa fase. Senador Heráclito Fortes, Senador Demóstenes Torres, Senador Flávio Arns, Senador Cristovam Buarque, Senadora Marina Silva, Senador Fernando Collor de Mello, Senador Pedro Simon, Senador Flexa Ribeiro, Senador Wellington Salgado, Senadora Rosalba Ciarlini.

Vou fazer a última chamada: Eduardo Suplicy, João Ribeiro, João Pedro, Antonio Carlos Valadares, Magno Malta, Efraim Morais.

Vou fazer a segunda e última chamada: Eduardo Suplicy, João Ribeiro, João Pedro. A presidência vai aguardar dez minutos para possíveis retardatários.

Senador Magno Malta.

Votaram um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete... Dezenove Senhores componentes dessa Comissão. Convido o Senador Wellington Salgado, juntamente com a Senadora Marina Silva, para proceder à apuração.

Vou proclamar o resultado da apuração: votaram dezenove Srs. Senadores, sendo votos sim em Eduardo Azeredo, dezoito votos. Houve um voto em branco, de maneira que eu saúdo o Presidente eleito. Convido-o para me substituir.

Agradeço aos dois ilustres escrutinadores e faço votos para que S. Exª. tenha uma excelente gestão à frente desta tão importante Comissão.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Srs. Senadores e Senadora. Eu quero, inicialmente, agradecer a confiança dos Senadores membros dessa Comissão, Comissão da qual eu participo desde que assumi o mandato de Senador em 2003 e que era até recentemente o Vice-Presidente, acompanhando o Senador Heráclito Fortes.

Registro, também, o meu agradecimento, evidentemente, ao meu partido que fez a indicação do meu nome, ao líder Arthur Virgílio, ao nosso Presidente Sérgio Guerra, ao Senador Tasso Jereissati, a todos os nossos colegas do PSDB.

Quero, também, registrar o meu agradecimento ao Senador Fernando Collor que teve o desprendimento de na disputa abrir mão e que nós pudéssemos chegar a um consenso.

Não tenho dúvida de que as funções dessa Comissão são extremamente relevantes. Eu tenho sempre repetido que o Brasil, especialmente a partir da redemocratização em 1985 e da estabilidade econômica em 1994 foi crescendo de importância no cenário internacional. Somos umas das dez maiores economias do mundo, um país líder entre os países emergentes. Portanto, a expressão brasileira cresce e nós precisamos sempre estar acompanhando os problemas que também crescem.

Ao mesmo tempo, esta é uma Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. É fundamental que as Forças Armadas tenham sempre o acompanhamento, o apoio do Congresso Nacional, elas que são responsáveis especialmente pela proteção de nossas fronteiras. Aí está o narcotráfico, aí está a biopirataria, a necessidade de permanentemente o Brasil se proteger.

Eu quero, portanto, nessas palavras iniciais, agradecer mais uma vez a presença de todos e a confiança que depositam em meu nome para dirigir a Comissão nos próximos dois anos.

Eu quero explicar que a questão do Vice-Presidente, que está em aberto, ainda, também é objeto de ação conjunta dos líderes, ou seja, os líderes é que vão decidir em função das demais Comissões. Depois é que teremos, então, uma segunda eleição, que será a eleição para o Vice-Presidente da Comissão. Então, por enquanto, eu fico sem Vice, ficamos apenas com o Presidente.

Ainda eu quero dizer, já de antemão, que estarei convocando uma Reunião para amanhã, nós vamos correr atrás do tempo. Nós já estamos no mês de março e amanhã de manhã, normalmente, como normalmente acontece, teremos já uma Reunião às dez horas. Existem vários requerimentos na pauta, muito assunto acumulado para que possamos decidir. Com a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, só quero também, novamente, parabenizá-lo pela eleição, pela indicação do partido, pela confiança que todos os partidos depositaram pelo voto no trabalho que V. Exª. vai desempenhar como Presidente. Dizer do acerto dessa escolha, do perfil de V. Exª., da competência, da dedicação e dizer também que estamos juntos nessa caminhada porque é uma Comissão das mais importantes, particularmente nesse momento da história do Brasil, onde além de assuntos econômicos o relacionamento com os outros países, num momento de crise, é fundamental também. Como foi enfatizado, em termos da defesa nacional o apoio também às nossas Forças Armadas em todos os seus objetivos constitucionais.

Então parabéns, bom trabalho, eu tenho certeza que vai ser, e estamos juntos nessa caminhada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado. Eu quero agradecer ao Senador Paulo Duque que exatamente dirigiu esses trabalhos iniciais e que, realmente, sempre participa da Comissão. Vamos continuar com a sua presença aqui no dia-a-dia.

Senador Wellington, eu quero antes agradecer ao Senador Flávio Arns, dizer também da importância do seu partido, do PT, na questão do respeito ao critério de proporcionalidade e registro também, portanto, o meu agradecimento ao PT e também ao Presidente Sarney que, como Presidente desta Casa, buscou o consenso, buscou evitar as disputas.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Azeredo, eu simplesmente queria saudá-lo. V. Exª. assume a presidência dessa Comissão, uma presidência merecida diante dos trabalhos de anos que V. Exª. vem realizando junto a essa Comissão. Essa Comissão que normalmente tem, na presidência, ou ex-Presidentes ou ex-Presidentes do Senado, quer dizer, é uma Comissão que dá brilho para o país no exterior e V. Exª., mais uma vez, dá orgulho a Minas. Eu acho que a história de V. Exª. mostra que já foi Prefeito de Belo Horizonte, Governador de Minas Gerais, muito bem representa o Estado, a política mineira é muito boa representada por V. Exª. aqui no Senado Federal.

Então eu queria parabenizá-lo e sinto também que Minas está feliz com a indicação e com V. Exª. assumindo a presidência dessa Comissão. Sei o quanto V. Exª. trabalhou por essa presidência, é uma presidência de uma Comissão que, realmente, dá prestígio ao país, prestígio à Casa e, dessa maneira, eu sinto que Minas se sente, também, privilegiada com a presidência de V. Exª. É um mineiro que representa todas as tradições de Minas e o jeito político, o jeito mineiro de fazer política, sempre converso com V. Exª. e com o Senador Eliseu, tenho a honra de sentar entre V. Exª. e o Senador Eliseu, então Minas hoje vai dormir feliz, com certeza V. Exª. também. Parabéns, Minas se sente honrada com a presidência dessa Comissão por V. Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Wellington Salgado, eu quero agradecer as suas palavras, exatamente que vem desta convivência que acabamos tendo aqui no Senado e que é uma convivência muito boa realmente. Eu quero lhe agradecer, não só as palavras, mas agradecer essa convivência que temos tido, mesmo sendo de partidos adversários na política mineira, mas é exatamente isso, eu acho que Minas Gerais tem que estar sempre unida e nós estamos aqui para representar o nosso Estado, e aqui, como Presidente da Comissão, evidentemente Minas não tem mar, mas Minas tem interesses internacionais também.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente? Eu gostaria--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu gostaria de manifestar a V. Exª. e a esta

Comissão o meu regozijo pela sua escolha, porque se trata de uma personalidade política que todos nós conhecemos pela sua cordialidade, pela sua experiência e, acima de tudo, pelo seu devotamento à causa pública e ao fortalecimento do Senado Federal. V. Exª. já participou ativamente dos trabalhos desta Comissão na Sessão Legislativa anterior e demonstrou, através da sua assiduidade e do conhecimento que tem da natureza desta Comissão, que é uma pessoa que se identifica, é um político que se identifica, um Senador que tem um entrelaçamento muito grande com as relações exteriores, com as relações bilaterais entre o Brasil e os demais países com os quais o Brasil mantém relações. Isso é uma preocupação de V. Exª. Eu tive a oportunidade de verificar isso quando V. Exª. presidiu uma delegação do Brasil, quando viajamos à China, e lá o brilho da sua inteligência foi capaz de traduzir os sentimentos do povo brasileiro em relação à boa relação que deve manter com todos os demais países, principalmente com a China.

Por isso, meus parabéns, desejo que V. Exª. faça uma boa gestão. Eu sou um suplente que não deixo de comparecer à Comissão de Relações Exteriores. Pode contar comigo nas Reuniões para as quais V. Exª. achar necessário me convocar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito obrigado, Senador Valadares. A sua experiência também de Governador do Estado mostra que o Brasil realmente precisa estar permanentemente discutindo essas questões que têm repercussão direta no nosso dia-a-dia. As questões internacionais, cada vez mais, influenciam a vida dos brasileiros. Eu quero agradecer as suas palavras e faço questão de contar com a sua presença aqui no dia-a-dia das ações do Senado, a começar amanhã, quando já faremos a primeira Reunião.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu estarei aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito obrigado. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Eduardo Azeredo, Senador Antonio Carlos Valadares. Eu quero congratular-me com V. Exª., dizer que hoje é um dia especial para a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal. V. Exª. que tem todos os pré-requisitos para assumir importante função de presidir essa Comissão fez por merecer a indicação unânime do PSDB, unânime da bancada, dos seus pares no Senado Federal, para presidir esta Comissão.

Sei da forma como V. Exª. trata as questões da diplomacia e tenho absoluta certeza que esta Comissão, sob a presidência de V. Exª., fará um trabalho da maior importância para estreitar as relações de amizade, relações culturais, relações comerciais do Brasil com as Nações amigas. E a diplomacia parlamentar que V. Exª. tão bem conduz e já deu demonstrações dessa competência ao exercer a vice-presidência por duas Sessões Legislativas desta Casa, vai agora poder emprestar o brilho da sua inteligência na presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

Então eu quero parabenizá-lo também porque a ascensão de V. Exª. nesta função une a bancada de Minas Gerais. Ainda a pouco, tivemos depoimento do nobre Senador Wellington Salgado que, como V. Exª. diz, é de um partido de oposição ao nosso PSDB em Minas, mas ele aqui ressaltou as suas qualidades. Fez justiça ao seu trabalho como Governador de Minas, como Senador que honra aquele Estado e então aqui eu quero parabenizar o povo mineiro por o terem elegido Governador e por o terem elegido para representá-los da forma tão honrosa que V. Exª. o faz como representante daquele querido Estado no nosso Senado Federal.

Que Deus o abençoe, que ilumine a sua administração, o seu mandato à frente da Comissão de Relações Exteriores. Que esse mandato seja coroado de êxito e que nós possamos, realmente, fazer da diplomacia parlamentar um caminho para que o Brasil se posicione em relação aos outros países do globo terrestre. E mais: eu tenho certeza absoluta que este passo que V. Exª. dá agora vai lhe dar pré-requisitos para que num futuro governo do PSDB V. Exª. possa ser o Chanceler do nosso governo a partir de 2011. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro, amigo, caro amigo, companheiro do PSDB. Eu quero realmente dizer que esse é um desafio realmente que eu assumo agora para os próximos dois anos, mas com o apoio exatamente de todos os Senadores, a começar pelo meu partido, eu não tenho dúvida de que nós vamos conseguir realizar um bom trabalho aqui em defesa do país e em favor dos brasileiros. Eu lhe agradeço e espero que no próximo governo do PSDB nós estejamos juntos seguramente em várias posições, não nessa posição de Chanceler, que não é a minha área. Eu apenas sou realmente um interessado pelas questões internacionais, que são questões extremamente importantes como eu pude dizer anteriormente. Muito obrigado, Senador.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente Reunião, convocando a Reunião Ordinária para amanhã, às dez horas.

Sessão encerrada às 11h05

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 2ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia 05 de março de 2009, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a Presença dasSenhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Paulo Duque, Heráclito Fortes, João Tenório, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Patrícia Saboya, Flávio Arns, Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Rosalba Ciarlini, Arthur Virgílio, Mozarildo Cavalcanti** e **Cristovam Buarque,** e do Senador não-membro **Romeu Tuma**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos, submetendo à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente faz a inversão da Pauta. **Item 2:** Projeto de Decreto Legislativo nº 268, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"aprova o texto do ajuste complementar, por troca de notas, ao acordo sobre cooperação financeira entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da Alemanha relativo ao projeto "programa de saúde e saneamento básico no Piauí", concluído em Brasília, em 06 de setembro de 2006".* O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Mozarildo Cavalcanti, para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado. **Item 4:** Projeto de Decreto Legislativo nº 280, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "*aprova o texto da convenção de extradição entre os Estados membros da comunidade dos países de língua portuguesa, assinada na cidade de praia, em 23 de novembro de 2005 , concluído em Brasília, em 06 de setembro de 2006".* O Presidente concede a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, Relator "Ad Hoc", para fazer a leitura do relatório. Aprovado. O Senador Flexa Ribeiro assume a presidência. **Item 6:** Projeto de Decreto Legislativo nº 275, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "*aprova o texto do memorando de entendimento entre a conferência das nações unidas para o comércio e desenvolvimento e o governo da República Federativa do Brasil para a capacitação em "software" livre e aberto nos países em desenvolvimento, assinado em Túnis, em 16 de novembro de 2005".* O Presidente em exercício concede a palavra ao Relator, Senador Eduardo Azeredo, para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado. **Item 7:** Projeto de Decreto Legislativo nº 284, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), "*que aprova o texto do acordo de cooperação na área do turismo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República do Panamá, celebrado em Brasília, em 25 de maio de 2007".* O Presidente em exercício concede a palavra ao Relator, Senador Eduardo Azeredo, para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado. O Senador Eduardo Azeredo reassume a presidência. **Item 8:** Projeto de Decreto Legislativo nº 287, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), *"aprova o texto do memorando de entendimento entre o governo da república Federativa do Brasil e o governo do Reino da Suécia sobre cooperação na área de Bioenergia, incluindo Biocombustíveis, celebrado em Estocolmo, em 11 de setembro de 2007".* O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador João Tenório, para fazer a leitura do seu relatório. O Senador **Flexa Ribeiro** faz uso da palavra. Aprovado. **Item 3:** Projeto de Decreto Legislativo nº 279, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "*aprova o texto do acordo de cooperação técnica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo de Barbados, assinado em Bridgetown, em 21 de novembro de 2004".* O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Augusto Botelho, para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado. **Item 9:** Requerimento nº 02, de 2009 – CRE de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que "*nos termos do art. 73 do regimento interno do Senado Federal, requer a extinção da subcomissão da Amazônia, criada no ano de 2003 pelo requerimento nº 06, de 2003, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, em substituição a esta, a criação da Subcomissão permanente da Amazônia e da faixa de fronteira, composta de sete membros titulares e igual número de suplentes*". O senador **Mozarildo Cavalcanti** faz uso da palavra. Aprovado. **Item 1:** Requerimento nº 01, de 2009 – CRE de autoria do Senador Heráclito Fortes, que "*nos termos do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, bem como do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, requer que seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, Tarso Genro, a comparecer a esta Comissão para prestar esclarecimentos sobre o denominado caso Cesare Battisti".* Fazem uso da palavra os Senadores **Heráclito Fortes, Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, Augusto Botelho, Antônio Carlos Valadares** e **Romeu Tuma.** Aprovado. O Senador Cristovam Buarque sugere sejam convidados os Membros da CDH para reunião conjunta. O Senador **Antonio Carlos Valadares** faz uso da palavra. **Item 5:**

Projeto de Decreto Legislativo nº 282, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "*aprova o texto do acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Oriental do Uruguai para construção de uma segunda ponte internacional sobre o rio Jaguarão, nas proximidades das cidades de Jaguarão e Rio Branco, celebrado em San Juan de Anchorena, colônia, em 26 de fevereiro de 2007".* O Presidente concede a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, Relator "Ad Hoc", para fazer a leitura do relatório. Aprovado. **Item 10:** Requerimento nº 03, de 2009 – CRE de autoria da Senadora Kátia Abreu e do Senador Flexa Ribeiro, que, "*requerem, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública perante esta douta Comissão em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, a fim de debater o cumprimento das metas de desenvolvimento do milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas – ONU, no ano 2000, e adotadas por 189 países, inclusive o Brasil, que devem ser atingidas até 2015, com a participação dos seguintes convidados: Ministro de Estado da Casa Civil; representante da Organização das Nações Unidas no Brasil – ONU; Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ministro de Estado da Saúde; Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento".* Os Senadores **Flexa Ribeiro, Augusto Botelho, Cristovam Buarque** e **Romeu Tuma** fazem uso da palavra. O Presidente sugere a inclusão do Ministro de Estado da Educação. Aprovado. O Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às onze horas e cinqüenta e oito minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião.

Senador **Eduardo Azeredo**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 36 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental declaro aberta a 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Aprovado. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Já está aprovada.

Então, agora nós vamos passar já dando início à pauta. Eu vou fazer uma primeira inversão de pauta, já aproveitando a presença do Senador Mozarildo Cavalcanti, e pedir a ele que é o relator do item nº. 2, não terminativo, que é o Projeto do Decreto Legislativo nº. 268, de 2008, que "*Aprova o texto do ajuste complementar, por troca de notas, ao acordo sobre cooperação financeira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Alemanha, relativo ao Projeto 'Programa de Saúde e Saneamento Básico no Piauí, concluído em Brasília em 6 de setembro de 2006*". Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti, relator da matéria.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadoras.

> "*A tramitação do projeto observou o disposto nos arts. 49, inciso I, e 84, inciso VIII, da Constituição Federal.*
>
> *A Nota da República Federal da Alemanha torna claro o objeto deste Ajuste Complementar ao Acordo sobre Cooperação Financeira, que foi celebrado entre os dois países em 24 de outubro de 91. Trata-se de contribuição financeira adicional à quantia estipulada no artigo I, §1º, do citado Acordo, no valor de até cinco milhões de euros, a ser prestada pela República Federativa da Alemanha, por meio do Grupo Bancário KFW, em favor da República Federativa do Brasil. O montante destina-se especificamente ao Programa de Saneamento Básico no Estado do Piauí.*
>
> *Cumpre, portanto, ressaltar que o Acordo de Cooperação Financeira, de 1991, respalda juridicamente o Ajuste em exame, uma vez que os §§ 7º e 8º de seu art. 1º prevêem a possibilidade de obtenção de novos empréstimos ou contribuições financeiras junto à instituição alemã e autorizam, até mesmo, a substituição dos projetos originalmente concebidos por outros, desde que de comum acordo entre os governos.*
>
> *Quanto ao mérito da proposição, estamos certos de que sua aprovação será mais que importante para as ações de saneamento básico no Estado do Piauí. Vale dizer que se trata de unidade da federação que necessita enormemente de iniciativas governamentais no âmbito social. Assim, a reunião de esforços de política externa com políticas sociais são de valor indiscutível para o desenvolvimento social e humano da região. Lembramos, ainda,*

que o Decreto Legislativo nº. 25, de 92, que aprovou o citado Acordo sobre Cooperação Financeira, de 91, dispõe que 'são sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão ou modificação do presente acordo, e à apreciação privativa do Senado Federal, nos termos do disposto no inciso V, do art. 52 da Constituição Federal, as condições gerais para cada operação de empréstimo realizada com base no referido Acordo de Cooperação Financeira' (art. 1º, parágrafo único).

Nesse sentido, a própria Nota do governo brasileiro, subscrita pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Amorim, alerta para a necessidade de se encaminhar o Ajuste ao Congresso Nacional e, mais especificamente ao Senado, para o exercício de sua competência constitucional privativa para autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios ou dos Municípios (art. 52, inciso V, da Constituição).

No entanto, a Nota do Governo alemão declara que a contribuição financeira adicional constitui valor não reembolsável e, ainda, que não se aplica ao art. 2, §2º, do Acordo sobre Cooperação Financeira, de 91, que trata da necessidade de garantia pela República Federativa do Brasil. Desse modo, trata-se de operação financeira já autorizada nos termos do art. 13 da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal que estabelece:

Art. 13. São autorizadas, de forma global e nos termos desta Resolução, as operações de crédito externo de natureza financeira de interesse da União, de suas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, a que se refere o inciso V do art. 52 da Constituição, de caráter não-reembolsável, assim caracterizadas as doações internacionais e outras de espécie. Parágrafo único. O Ministério da Fazenda informará ao Senado Federal, semestralmente, as operações a que se refere o 'caput' deste artigo contratadas durante o período, incluindo informações quanto à compatibilidade com o Plano Plurianual, os benefícios econômicos ou sociais decorrentes, as dotações orçamentárias existentes para o ingresso dos recursos e para eventual contrapartida financeira de responsabilidade do beneficiário'.

Tendo em vista a autorização global, já concedida pela citada Resolução a operações financeiras dessa natureza, bem como os interesses nacionais, no campo social, envolvidos no Acordo, reafirmamos a necessidade de aprovação da proposição ora em exame."

Voto: "*Por todo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 268, de 2008, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais*". É o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado Senador Mozarildo. Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação. Senhoras e Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

O item 3, o relator, Senador Augusto Botelho, que ainda está a caminho.

Passamos para o item 4, que é o projeto de Decreto Legislativo nº 280 de 2008, também é um acordo, que "*aprova o texto da Convenção de Extradição entre os países, entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na Cidade de Praia, em 23 de novembro de 2005*". O relator é o Senador Almeida Lima que está em viagem, eu solicito ao Senador Antonio Carlos Valadares que seja relator *ad hoc*. Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agradeço, Presidente.

"*É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 280, de 2008, cuja ementa está acima epigrafada.*

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Sr. Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional acima referido.

A proposição em exame, composta por vinte e sete artigos, foi aprovada pela Câmara dos Deputados, na forma prevista pela Constituição e pelo Regimento Interno daquela Casa, em 30 de outubro de 2008, mesma data em que foi encaminhada ao Senado.

Acompanham a proposição a Mensagem nº 575, de 2006, do Poder Executivo, que encaminha o texto do Acordo ao Congresso Nacional, e a Exposição de Motivos de 5 de maio de 2006, do Senhor Ministro de Estado

das Relações Exteriores, na qual se destaca"... É esta proposição.

"*Diante do exposto, por ser constitucional, legal e de boa técnica legislativa, além de conveniente e oportuno aos interesses nacionais, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 280, de 2008*".

Em resumo, Sr. Presidente, é o que diz o projeto de Decreto Legislativo. Ementa: "*Aprova o texto da Convenção de Extradição entre os Estados Membros da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa, assinada na Cidade de Praia, em 23 de novembro de 2005*".

"*O Congresso Nacional decreta: Art. 1º. Fica aprovado o texto da Convenção de Extradição entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na Cidade de Praia em 23 de novembro de 2005. Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção e bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I, do 'caput', do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.*

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação".

É o parecer, Sr. Presidente. Como designado por V. Exa., como relator *ad hoc* do Senador Almeida Lima.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado Senador Antonio Carlos Valadares. Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação. Senhoras e Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa, para as devidas providências.

O item 5, também o relator Senador Pedro Simon não está presente.

O item 6 e 7 sou eu o relator. Nós ainda não temos um Vice-Presidente designado para ser votado por nós, ainda não foi indicado o Vice-Presidente, então, eu vou pedir para que eu possa ser relator dessas duas, peço ao Senador Flexa Ribeiro se pode assumir aqui a Presidência.

Senador Flexa Ribeiro é Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, então assume temporariamente aqui para que eu possa ler o relatório desses dois itens, o item 6 e 7, nós estamos aguardando também para voltarmos aos itens passados, o item 3, os relatores presentes.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra o nobre Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para relatar os itens 6 e 7 da pauta. O item 6 é o PDS 275 de 2008,que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento e o Governo da República Federativa do Brasil para a Capacitação em "Software" Livre e Aberto nos Países em Desenvolvimento, assinado em Túnis, em 16 de novembro de 2005.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): [ininteligível] Srs. Senadores, trata-se da aprovação do texto do memorando de entendimento entre a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento e o Governo da República Federativa do Brasil para capacitação em *software* livre e aberto dos países em desenvolvimento, assinado em Túnis, em 16 de novembro de 2005.

Eu vou direto à análise.

"*Composto de onze dispositivos, o presente Memorando tem por objetivo, segundo disposto no art. 1°, contribuir para a redução do hiato digital por meio da promoção, nos países em desenvolvimento, do uso efetivo do "software" livre e aberto. O art. 2° estabelece a abrangência das áreas de cooperação em que as Partes procurarão se empenhar. O art. 4° versa que a implementação do presente instrumento ocorrerá por meio de acordos específicos entre as Partes sobre atividades de implementação e o art. 5° que o financiamento das atividades será decidido caso a caso, em conformidade com os acordos específicos sobre atividades de implementação. Conforme o art. 6°, não há comprometimento de fundos, quer da parte da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, quer da parte do Governo brasileiro. Os arts. 8°, 9°, 10 e 11 dispõem, respectivamente, acerca da entrada em vigor e extinção, solução de controvérsias, privilégios e imunidades, e emendas do presente Memorando de Entendimento*".

O voto. "*Tendo em consideração a importância do instrumento em análise na inclusão digital dos países em desenvolvimento, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 275 de 2008*".

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em discussão o relatório do Senador Eduardo Azeredo. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

Retorno a palavra ao Senador Eduardo Azeredo para relatar o item nº 7 da pauta, que... Projeto de Decreto Legislativo nº 284 de 2008, que aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá, celebrado em Brasília, em 25 de maio de 2007.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente Flexa Ribeiro, senadores, este é um acordo de cooperação na área de turismo, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá, celebrado em Brasília em 25 de maio de 2007.

> "*A exposição de motivos do Ministro de Estado das Relações Exteriores que acompanha o documento Presidencial informa que o Acordo tem por objetivo incrementar o fluxo de turistas e de investimentos entre ambos os países. Esclarece ainda que os principais pontos são o estímulo à cooperação entre os órgãos oficiais de turismo e outras organizações correlatas de ambas as partes, a cooperação entre peritos de ambos os países e o compromisso de coibir as atividades turísticas relacionadas aos abusos de natureza sexual e outras que afetem a dignidade humana*".

O Acordo foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 11 de novembro de 2008 e enviado aqui ao Senado no fim do ano passado.

No mérito, o Acordo estipula, portanto essa colaboração, prevê que haverá essa facilitação do intercâmbio entre os dois países, inclusive, no sentido de estimular alunos e professores de turismo a aproveitar as oportunidades de bolsa de estudo oferecida por faculdades, universidades, centros de treinamento do outro país.

O Instrumento dispõe ainda que as partes atuarão de acordo com as recomendações da Organização Mundial do Turismo, além de se comprometer em envidar esforços a fim, como relacionei antes, de coibir atividades turísticas relacionadas com os abusos de natureza sexual e outros que afetem a dignidade humana.

O acordo em análise entrará em vigor na data da sua... Da última notificação entre as partes e eu quero apenas ainda acrescentar, Sr. Presidente, que do ponto de vista, inclusive, da relação turística do Brasil com o Panamá, a Companhia Aérea do Panamá, que é a Copa Airlines, ela tem tido uma atividade muito interessante de novas ligações do Brasil com o Panamá, exatamente para incentivar esse turismo.

A própria cidade de Belo Horizonte, a Capital mineira, tem hoje um vôo diário que faz essa ligação de Belo Horizonte com o Panamá e a partir dali toda a região da América Central e do Caribe.

Os vôos existem com o Rio de Janeiro, existem vôos com São Paulo. Então, é uma companhia panamenha que tem feito já este, facilitando essa atividade turística entre o Brasil e o Panamá. Eu queria só dar essa informação adicional.

Mas o texto, então, sendo considerado o interesse nacional e relacionamento entre as partes, eu voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 284 de 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação. Os senhores... As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

Retorno a Presidência da Comissão ao Senador Eduardo Azeredo.

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado. O item 8 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 287, de 2008, que "*Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suécia, sobre cooperação na área de bioenergia, incluindo biocombustíveis, celebrado em Estocolmo, em 11 de setembro de 2007*". O relator é o Senador João Tenório, a quem concedo a palavra para ler o seu relatório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, primeiramente gostaria de registrar a participação, a satisfação daqueles, que imagino de todos, mas falo em meu nome, daqueles que participam dessa Comissão, em ter V.Exa. como nosso Presidente, visto a vocação que V.Exa. tem para diplomacia é nata, claramente nata, e, além do mais, o conhecimento que V.Exa. adquiriu durante esse tempo, sobretudo durante o período em que foi Vice-Presidente dessa Comissão.

E fazer um registro, também, ao trabalho muito bem feito pelo nosso Heráclito Fortes, Senador Heráclito Fortes, no momento em que ele presidiu essa Comissão.

O nosso relatório diz respeito a um entendimento, Memorando de Entendimento que seria estabelecido, será estabelecido, entre o Brasil e a Suécia no que

diz respeito a um, digamos assim, uma cooperação na área de biocombustível.

Convém lembrar que a Suécia foi um dos países que mais se interessaram pela utilização de biocombustível, mesmo quando o petróleo não apresentou aqueles níveis de preço tão extraordinários como aconteceu durante os últimos anos. Então, a preocupação da Suécia, no que diz respeito à utilização de biocombustível, foi muito mais centrada na questão ambiental do que mesmo na questão econômica, devido aquela alta extraordinária que aconteceu no preço do petróleo.

Portanto, vou resumir aqui, apenas, ler a análise que está posta, para facilitar o andamento da nossa sessão.

> *"Cumpre ressaltar, de início, que não há reparos a serem feitos ao projeto no que concerne à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.*
>
> *O instrumento internacional em análise é composto por nove dispositivos denominados seções.*
>
> *A primeira seção estabelece o escopo do diálogo sobre políticas energéticas, de forma a estreitar vínculos e tratar de questões de interesse mútuo das Partes.*
>
> *Conforme a Seção 2, os Países contratantes comprometem-se a encorajar a cooperação entre as respectivas organizações e instituições, públicas e privadas, envolvidas na pesquisa e no desenvolvimento da bioenergia, incluindo os biocombustíveis, tendo em vista a melhora do desempenho técnico, o aumento da eficiência e a promoção do desenvolvimento sustentável.*
>
> *A Seção 3 confere a possibilidade de cooperação com terceiros países, bem como com organizações multilaterais e bancos de desenvolvimento; e, de acordo com a Seção 4, as Partes procurarão estimular o comércio bilateral na área de bioenergia, incluindo biocombustíveis.*
>
> *A Seção 5 institui um Grupo de Trabalho, integrado por representantes de alto nível de cada Governo, para conduzir a implementação das atividades realizadas no âmbito do Memorando.*
>
> *As disposições acerca dos custos de implementação estão definidas na Seção 6, a qual determina que os custos estarão sujeitos à disponibilidade de fundos apropriados e serão pagos pelo Participante que neles incorra, salvo acordo mútuo em contrário.*
>
> *Por sua vez, as Seções 7, 8 e 9 definem as regras acerca, respectivamente, de eventuais emendas, controvérsias e da entrada em vigor, vigência e denúncia do Memorando de Entendimento.*
>
> *O presente Memorando é marco importante tanto para o relacionamento bilateral quanto para o estabelecimento da política bioenergética a vincular ambos os países. Destaca-se, por igual, a circunstância de o tratado enlaçar Estados pertencente a região do globo que debate, no momento presente, a definição de sua matriz energética.*
>
> *Cuida-se, pois, de importante procedimento no sentido de impulsionar, de maneira determinante, a adoção do biocombustível nessa matriz. Trata-se, em resumo, de acordo internacional de destacado relevo a unir dois países com sólido relacionamento internacional em campo temático de superlativa importância nos tempos de agora".*

O voto. "*Tendo em consideração a importância do Memorando na cooperação entre os dois países, bem como no desenvolvimento bilateral de fontes de energia de baixo custo, limpas e sustentáveis, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo n° 287, de 2008*".

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado Senador João Tenório. Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Eduardo Azeredo, Srs. Senadores. Eu quero parabenizar o Senador João Tenório pelo parecer que ele apresentou aprovando o termo de cooperação entre o Governo do Brasil e do Reino Unido da Suécia, numa cooperação na área de bioenergia, incluindo os biocombustíveis. Acho que o Brasil, ele ocupa uma posição de destaque nessa produção de energias renováveis e biocombustíveis, como sendo uma delas.

O nobre Senador João Tenório preside uma Subcomissão de biocombustíveis na Comissão de Agricultura. E tem desempenhado um trabalho da maior importância no sentido de buscar a implementação definitiva desse importante sistema de geração de energia.

E o Brasil, ele possui, face a sua área de... Agricultável e o seu clima, capacidade de ser um dos

expoentes, a nível mundial, Senador João Tenório, na produção desse segmento de energia limpa, incluindo aí o etanol e os biocombustíveis.

Eu quero aqui festejar esse Memorando e até incentivá-lo no sentido de que possam ser feitos outras tratados de cooperação com outros países, em que o Brasil possa desenvolver a sua tecnologia e transferir esses conhecimentos abrindo um Campo Novo, a nível de mercado internacional. Parabéns ao Senador João Tenório pelo trabalho que desenvolve nesse segmento de energia limpa e renovável.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado Senador Flexa. Sem dúvida alguma o Senador João Tenório tem exatamente se envolvido e defendido toda essa questão da bioenergia, da energia renovável. Aproveito inclusive para agradecer suas palavras também em relação a minha pessoa e a minha eleição aqui como Presidente dessa Comissão.

Mas continuando, então, em votação, Sras. e Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada para a Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

Com a chegada do Senador Augusto Botelho eu vou retornar, então, ao item 3, depois passaremos para o item 9 que é do Senador Mozarildo. Mas o item 3 é um projeto de Decreto Legislativo nº 279 de 2008, que "*Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados, assinado em Bridgetown em 21 de novembro de 2004*". Relator Senador Augusto Botelho, a quem concedo a palavra.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Sr. Presidente. É um prazer ter o senhor na Presidência da nossa Comissão.

Relatório. "*Nos termos do disposto do art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Sr. Presidente da República submeteu à consideração do Congresso... Congressional, mediante Mensagem nº 625 de 26 de junho de 2006, o texto de Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados, assinado em Bridgetown, no dia 21 de novembro de 2004.*

A exposição de motivos do Sr. Ministro de Estado Interino das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que acompanha o documento presidencial, informa que o objetivo do referido instrumento é a definição da moldura básica para o desenvolvimento, implementação de atividades, programas e projetos concretos de cooperação técnica em áreas de interesse mútuo, consideradas prioritárias e que poderá envolver instituições do setor público e privado, assim como organizações não governamentais de ambos os países.

O acordo foi apresentado à Câmara dos Deputados no dia 1º de agosto de 2006, ele obteve aprovação por aquela Casa Legislativa, 30 de outubro de 2008 e foi remetida à apreciação do Senado na mesma data. A proposição foi distribuída a essa Comissão nos termos do art. 376, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal.

Destaca-se, além disso, que não foram apresentadas emendas no prazo regimental, a matéria foi em sequência distribuída".

Análise. "*Cumpre ressaltar, de início, que não há reparos a serem feitos ao projeto no que concerne à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.*

Composto de 10 artigos o acordo em apreço tem por objetivo a promoção da cooperação técnica nas áreas consideradas prioritárias pelas partes contratantes. O art. 2º do tratado especifica as formas pelas quais os programas, projetos, atividades de cooperação serão constituídos. O art. 4º dispõe sobre a garantia de sigilo de documentos, informações e de outros conhecimentos obtidos em decorrência da implementação do acordo.

As regras com relação ao pessoal enviado por uma parte a outra, no âmbito do presente instrumento, estão estabelecidas nos artigos 5º, 6º e 7º. Os artigos finais, 8º e 9º, disciplinam respectivamente a vigência e a entrada em vigor do acordo.

O instrumento em comento não destoa da prática da República nesse domínio. Desse modo ele se assemelha a tratados dessa natureza que vinculam nosso país a tantos outros.

O presente acordo ganha em dimensão na medida em que fortalece o relacionamento bilateral com o estado caribenho, o que demonstra a abertura da política externa brasileira para todas as latitudes do Globo".

Voto. "*Tendo em consideração a importância do acordo para o relacionamento bilateral, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 279 de 2008*". Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Augusto Botelho. Eu coloco em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação. As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

Portanto, aprovado o Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Governo de Barbados.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente. Eu poderia aproveitar... Existe interesse do meu Estado em relação a Barbados, porque um empresário lá de Barbados, Sr. Simpson, manifestou a intenção de fazer uma estada de ferro saindo de Georgetown, que é capital da Guiana, até um ponto do meu Estado e ele deverá fazer a visita nesse mês ou no outro mês, ao Estado, para abrir os entendimentos com o Governo do Estado, quer dizer, esse acordo é assinado na hora certa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeito.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu creio que o Estado vai progredir muito se houver uma estrada de ferro ligando Georgetown a Manaus, que seria o ponto ideal.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): No primeiro estágio seria ligando Georgetown até Roraima?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Até um ponto de Roraima, não foi definido nada ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): E a ponte lá está pronta?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): A ponte está pronta, deverá ser inaugurada brevemente.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Obrigado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já tem a estrada?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Estrada tem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Até a ponte?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Não, tem estrada... Asfaltaram até... O nosso lado todo asfaltado, o lado da Guiana não é asfaltado ainda, mas é de piçarra; transitável, com dificuldade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador. Vamos passar agora para o item 9, o Senador Mozarildo está aqui presente. É o Requerimento, depois nós voltamos para o item 1, que é o requerimento do Senador Heráclito Fortes, já que ele foi, também, pelo Senador Flexa Ribeiro subscritor. Eu estava aguardando o Senador Heráclito, está a caminho. E temos ainda o item 10.

Então, vamos para o item 9, que é não terminativo, Requerimento nº 2, de 2009 – CRE. Nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, o Senador Mozarildo Cavalcanti, requer a extinção da Subcomissão Permanente da Amazônia, criada em 2003, através do Requerimento nº 6, de 2003, no âmbito dessa Comissão e, em substituição a esta, a proposta de que nós tenhamos uma Subcomissão Permanente da Amazônia e da faixa de fronteira, composta de sete membros titulares e igual número de suplentes.

Portanto, é uma ampliação da atual Subcomissão Permanente da Amazônia, que será extinta, mas simultaneamente está se propondo a criação da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira. Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sr. Presidente, senhores Senadores, eu gostaria de esclarecer, fui Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia.

Na verdade, atendendo as exigências do regimento nós estamos propondo, na prática, uma ampliação da Subcomissão, como V.Exa. disse. Mas como tem que ser extinta uma Subcomissão e criada outra, estou propondo justamente a inclusão da faixa de fronteira, que é um ponto importante da questão da defesa nacional e que a Amazônia sozinha tem dos 18 mil quilômetros de faixa de fronteira, tem 11, então, nós estaríamos incluindo os 7 mil quilômetros que faltam, pegando os estados do Centro-Oeste e do Sul.

Portanto, gostaria de contar com o apoio dos colegas Senadores para aprovação desse... E, portanto, dar uma maior dimensão à Subcomissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado Senador Mozarildo. Em discussão, portanto, o requerimento do Senador Mozarildo Cavalcanti. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação. As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Quer falar sobre esse assunto, Senador? Não. Esse assunto...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu estou olhando para V.Exa., admirando a sua nova função.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito obrigado, Senador Heráclito. Nosso Presidente, sempre Presidente. Portanto, está aprovado o requerimento do Senador Mozarildo Cavalcanti com esta extinção da Comissão... da Subcomissão Permanente da Amazônia e a criação da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, composta de sete membros titulares e igual número de suplentes. Após aprovação, portanto, a Secretaria da Comissão encaminhará ofício à Secretaria Geral da Mesa, informando sobre a aprovação da presente matéria.

Já com a presença do Senador Heráclito Fortes, nosso ex-Presidente, eu passarei... Não, vou aguardar

o Senador Simon. Eu passo, portanto, para o item 1 da pauta, que é não terminativo, Requerimento nº 1, é o primeiro requerimento deste ano de 2009. "*Nos termos do art. 90, §5º, do Regimento Interno do Senado Federal, bem como do art. 58, §2º, da Constituição, requeiro que seja convidado o Excelentíssimo Sr. Ministro do Estado da Justiça, Tarso Genro, a comparecer a esta Comissão para prestar esclarecimentos sobre o denominado caso Cesare Battisti*", que é a questão do refúgio político concedido ao italiano Cesare Battisti, que tem sido objeto de muita polêmica dentro do entendimento de que o Brasil tem um tratado de extradição com a Itália. Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agradeço a V. Exa., até porque estou sendo já chamado para uma reunião da Mesa e agradeço por ter invertido a pauta, já que cheguei aqui atrasado.

Sr. Presidente, esse requerimento é para dar oportunidade ao Ministro Tarso Genro a explicar a sua posição com relação ao episódio do Sr. Cesare Battisti. Na realidade eu não entro no mérito da questão do Sr. Cesare Battisti. A minha indagação é saber por que o Ministério e o Ministro agiram de maneiras distintas em dois episódios semelhantes e parecidos: é o caso do Cesare Battisti e o caso dos boxeadores cubanos.

Faço isso em respeito a essa Comissão, já que o Ministro não foi preciso no depoimento que aqui prestou no caso dos cubanos. E faço também em respeito a essa extraordinária figura de justiceiro, que é o Senador Eduardo Suplicy, que tem sido um paladino em busca da verdade, dos esclarecimentos, que envolve essa questão do Sr. Cesare Battisti.

E nada melhor e mais propício do que a presença aqui de S. Exa., o Sr. Ministro, para que preste esses esclarecimentos. E aí poderá nos dizer se num caso ele agiu de maneira arrojada e no outro não. É um direito que essa Casa tem, que essa Comissão tem, é necessário que a Comissão faça esse convite, daí porque essa proposta, que espero ter o apoio unânime dos companheiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Cristovam... Senador Suplicy com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, por missão oficial, uma vez que eu estive no Congresso da *U.S. Basic Income Guarantee Networ*k, sexta, sábado e domingo, em Nova Iorque, e por ter Estado em Havana na segunda e terça-feira, para o 11º Encontro Internacional de Economistas, promovido pela Associação Nacional de Economistas de Cuba, com a presença de mais de mil economistas, inclusive, laureados com o Prêmio Nobel, como Robert Mundell e outros, infelizmente não pude, portanto, estar presente ontem na eleição de V. Exa. para a Presidência da CRE.

Eu quero cumprimentá-lo, dizer que se eu estivesse aqui teria votado em V. Exa., Senador Eduardo Azeredo, porque avalio que, inclusive, como Vice-Presidente, como membro desta Comissão, tem realizado um trabalho muito importante e tem todos os méritos para conduzir bem os nossos trabalhos e aproveito a oportunidade também para cumprimentar o Senador Heráclito Fortes, que nesses dois anos trabalhou com muita... Muito fervor, muita assiduidade, conduzindo com muito dinamismo os trabalhos de nossa Comissão.

Ele, como é próprio do seu estilo, por vezes, como ainda há pouco, gosta de instar-me a reagir aos mais diversos assuntos, mas eu aprendi a ter uma relação de respeito e de amizade mesmo com o Senador Heráclito Fortes, ainda que, às vezes, divergindo em alguns temas, mas por outro lado eu tenho a convicção de que nossos anseios e objetivos, na maior parte das vezes, são comuns.

E eu quero dizer que considero adequado o requerimento e mais do que justo que ele aqui expresse a sua vontade de obter esclarecimentos do Ministro da Justiça, Tarso Genro, que, inclusive, já comunicou a sua disposição de vir o quanto antes a esta Comissão.

E o Senador Heráclito Fortes faz o seu requerimento em termos bastante adequados, levando em conta, inclusive, a tradição desta Comissão de convidar os Ministro, quando é o caso, então, ele, na forma adequada de convite para esse esclarecimento, e sabendo da disposição do Ministro Tarso Genro de dialogar conosco mais uma vez, aqui ele comparecerá, acredito que de comum acordo isso poderá ser feito, se possível, quinta-feira da semana que vem, pois é a vontade do Ministro da Justiça vir a esta Comissão, se possível até antes da decisão do Supremo Tribunal Federal a respeito.

E eu gostaria de recomendar a todos os senadores que possam, inclusive, tomar conhecimento da carta que li da Tribuna do Senado, no dia 26 último, do próprio Cesare Battisti, aos 11 Ministros do Supremo Tribunal, onde ele relata a sua história, das razões pelas quais, diante do sequestro e morte, assassinato de Aldo Moro, resolveu que de maneira alguma iria atingir qualquer ser humano, que não teria realizado os quatro assassinatos pelos quais ele foi condenado à pena de morte... À pena de prisão perpétua, perdão, e, inclusive, dizendo de como nos processos havidos na Itália, houve uma procuração falsa dos advogados que o defenderam e que, portanto, teriam sido coniventes com a sua própria condenação.

Eu soube, Sr. Presidente, que o Parlamento na Itália fez uma moção no sentido de que o Brasil venha a extraditar. Eu gostaria aqui de dizer aos parlamentares italianos que gostaria de ver a iniciativa deles próprios, de verificar em que medida houve este falseamento da procuração com respeito aos advogados que foram coniventes, segundo a defesa de Battisti, com a... Com... O Senador Heráclito tem uma sugestão? Pois não, com prazer.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Queria pedir sua colaboração.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sim.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu vou ter que sair, estou sendo chamado para a reunião da Mesa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pois não. Sim.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E a maré não está para qualquer peixe. Então, ao invés de na quinta-feira, teria sessão especial na quarta, porque quinta-feira eu vou invadir o seu território, eu vou a São Paulo, espero que com a sua devida permissão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com prazer. O Piauí será bem-vindo a São Paulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Teria uma grande vantagem adicional se pudesse ser na quarta, porque nós estamos com acúmulo de matérias aqui na Comissão, então, nós poderíamos realizar a reunião normal.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E qual horário seria? Em comum acordo com o Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Aí, até do Ministro, até do Ministro, exatamente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Está bem. Não há problema, mesmo que seja ao final da tarde.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Poderia ser uma Reunião Extraordinária.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Extraordinariamente, para não coincidir com a Comissão de Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu quero pedir... Eu quero informar aos Srs. Senadores que ontem eu já recebi um telefonema do Ministério, exatamente informando da disposição do Ministro em comparecer, se manifestando previamente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Ótimo. Muito bem. Então, eu estou de acordo com os termos do convite ao Ministro Tarso Genro. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado Senador Suplicy. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Eduardo Azeredo, Srs. Senadores, eu... O Senador Suplicy já foi bastante didático na defesa do requerimento do Senador Heráclito Fortes.

Como ele próprio disse e V. Exa. acabou de reafirmar, eu quero aqui até saudar a disposição do Ministro Tarso Genro de estar ligando através da sua assessoria, do seu gabinete, para que... Se colocando à disposição para vir até aqui ter essa disposição com os senadores da Comissão de Relações Exteriores. É da maior importância.

O Senador Suplicy fez um comentário a respeito das afirmativas do Senador Heráclito Fortes, é que, talvez, Senador Suplicy, o Senador Heráclito queira só que V.Exa. tenha esse mesmo arrojo que o Ministro Tarso Genro fez referência, não no limite que o Movimento dos Sem-Terra teve com relação à invasão lá em Pernambuco, em que provocou quatro assassinatos, mas que V. Exa. também tenha esse arrojo, que é o que o Senador Heráclito Fortes pretende, que V.Exa. que tão bem representa os interesses em defesa do Sr. Cesare Battisti e que aí nós vamos ter a oportunidade de ter, com essa presença do Ministro Tarso Genro, conhecimento do que levou o Ministro Tarso Genro a conceder o asilo político ao Sr. Cesare Battisti.

Porque as informações que se tem é que ele esteve também refugiado na França e lá ele não buscou o asilo. Ele de lá veio para o Brasil, veio buscar aqui o respaldo desta condição de asilado. Mas V.Exa. se mostrou também favorável para que a sociedade brasileira tenha acesso a essas informações que, como disse o Senador Eduardo, o Senador Heráclito Fortes, uma decisão num caso agora do Cesare Battisti diferente da decisão que atingiu os dois pugilistas cubanos durante os jogos Pan-Americanos, em que eles foram, na realidade, deportados do Brasil, com um avião que noticiado pela imprensa, um avião colocado a disposição pelo Governo da Venezuela, para levar naquela ocasião os pugilistas do Brasil.

E hoje, um deles que disse que tinha solicitado que fosse... Retornasse a Cuba, hoje ele se encontra asilado nos Estados Unidos. Então, essas explicações nós vamos poder ter, então, nessa oportunidade, como o Senador Heráclito colocou, numa Reunião Extraordinária na quarta-feira, dentro da disponibilidade da agenda do Ministro Tarso Genro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado Senador Flexa Ribeiro. Eu quero, inclusive, comunicar também que eu já entreguei ontem, apresentei uma proposta de Emenda

Constitucional, prevendo que o Senado seja ouvido em casos como esse, ou seja, foi o apoiamento de 36 Srs. Senadores e Senadoras para que, numa situação em que o Brasil decida por não extraditar uma pessoa que já tem uma condenação definitiva, que o Senado tenha que referendar essa decisão. Essa PEC foi apresentada ontem, começará a tramitar aqui no Senado.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero também manifestar meu apoio, dentro da linha do Senador Suplicy, e o convite ao Senador Tarso Genro. Eu creio... Ao Ministro.

Eu creio que é do maior interesse de todos nós. Eu devo ter sido um dos poucos Senadores que nesse período todo não me manifestei sobre esse assunto. Aliás, o que me incomoda, porque eu gosto sempre de tomar uma posição, me manifestar. Até hoje não tomei qualquer posição criticando o Ministro e a decisão de dar asilo, também não saí, e admiro o Senador Suplicy, na defesa do senhor Battisti.

Mas está na hora da gente, cada um, tomar a sua posição. É em função disso que, inclusive, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, eu pedi para fazer uma visita a ele. E estamos pensando eu e o Vice-Presidente, o Senador Nery, irmos na quarta-feira. Eu quero ouvir a história que ele conta, porque ao mesmo tempo que me incomoda profundamente o Brasil dar asilo a uma pessoa que tenha cometido crime de sangue, eu lembro que no Brasil a gente perdoou os que cometeram crimes similares através da anistia que está fazendo 30 anos.

Segundo, no Brasil há uma prescrição de crime, não de crime, uma prescrição da responsabilidade criminal e já faz mais de 30 anos que foi cometido. Então, essa posição de que ao mesmo tempo em que incomoda ver uma pessoa que cometeu crime de sangue ter asilo, ao mesmo tempo permite que a gente faça análise por outro lado.

Então, eu tenho o maior interesse em ouvir o Ministro, para que ele dê sua explicação. Consulto, inclusive, Presidente, se seria o caso de ter uma... De convidarmos também os membros da Comissão de Direitos Humanos para estarem presentes, porque há, sim, envolvido nisso Direitos Humanos. Não só Direitos Humanos dele, mas também Direitos Humanos das famílias das vítimas, a gente não pode esquecer, e eu tenho lido e visto entrevistas delas. Se for o caso a gente faria essa sessão ou conjunta ou convidaria os que quisessem vir aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeito.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas eu apoio, como membro dessa Comissão, eu apoio totalmente o convite.

Quanto aos cubanos, eu acho que é preciso dar explicações, sim, porque seria um erro completo não dar asilo aos cubanos. O erro maior é ter dado asilo a um e não ter dado asilo a outro.

Mas eu lembro, Senador Flexa, que eu li nessa semana e me surpreendeu, eu confesso, de que teria passado na televisão, no domingo, uma entrevista feita nos Estados Unidos com um desses pugilistas em que ele dizia que de fato pediu para voltar para Cuba. Eu li no jornal, eu não vi a entrevista na televisão. E é estranho que ele tenha pedido para voltar e tenha ido embora logo depois. Tudo isso é um fato que eu preciso esclarecer. E a vinda do Ministro Tarso Genro ajudaria muito nisso.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado Senador Cristovam.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Queria só fazer uma complementação... É muito...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só colocar que os membros da Comissão de Direitos Humanos serão muito bem-vindos, nós teríamos só que aprovar o requerimento também na Comissão de Direitos Humanos a tempo dela ser conjunta. Mas claramente serão muito bem-vindos, será muito bom. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador, o pugilista, foi ele para Estados Unidos, a família dele ficou em Cuba. Se ele não dá uma declaração dessa, eles vão pressionar a família.

Lá em Roraima tem muito exilado cubano, mais de 30 ou 40 pessoas que vieram de Cuba para lá e eles dizem: "Eu sei como é que é a história lá". Provavelmente é isso que está acontecendo, estão em cima da família dele, pressionando, fazendo alguma... Tirando privilégio, a pessoa não tem acesso a Universidade, tiram tudo da pessoa, se ele disser aquilo, pelo menos, devem deixar a família dele em paz.

Mas é pouco provável essa história do indivíduo sair da delegação, pedir asilo para ir para a Alemanha, "Mas eu só quero ir para a Alemanha, para outro lugar não serve, eu quero voltar para Cuba". Essa conversa não entrou na minha cabeça até agora porque eu conheço muitos exilados cubanos no meu Estado. Muitos mesmo. E são meus amigos. E vários viraram cidadãos brasileiros. E é isso que deve estar acontecendo lá. Eles me transmitem essa história. Já são brasileiros, já têm filhos, já não têm mais medo de acontecer nada com

eles. Eles contam como é que é a coisa lá. Igual aqui no tempo da ditadura. [ininteligível] violento.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Antonio Carlos Valadares com a palavra. Antes eu quero registrar a presença do Senador Romeu Tuma, que foi membro ativo dessa Comissão e lamentar que não esteja aqui mais como membro desta Comissão, mas esperando também que ele possa retornar à Comissão. A palavra, então, ao Senador Antonio Carlos Valadares, depois...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, acho que todo e qualquer Governo que se intitula democrático, como é o Governo atual do Brasil, Governo do Presidente Lula, não pode de maneira nenhuma colocar debaixo do tapete uma questão polêmica como esta, a de o Governo Brasileiro conceder refúgio a um condenado pela justiça italiana, que teria praticado, o Sr. Battisti, atos de terrorismo numa época bastante conturbada da política européia, notadamente da política italiana, quando, inclusive, Aldo Moro foi estupidamente, cruelmente assassinado por uma organização terrorista e que teve uma repercussão internacional muito negativa contra esse tipo de retaliação praticada por organizações radicais, que desejavam a substituição da democracia italiana por um regime comunista radical.

Então, é de bom alvitre que o Presidente da República, o Presidente Lula, que é um democrata, veja com bons olhos a vinda do Ministro Tarso Genro, que em nenhum momento deixou de dar as suas explicações à comunidade nacional e internacional, através de várias entrevistas, inclusive, eu acompanhei esse episódio pela imprensa e verifiquei que o Ministro não teve nenhuma renitência, não teve nenhum arrependimento quanto a concessão deste refúgio, objeto do requerimento do Senador Heráclito Fortes.

E acredito que a sua vinda aqui à Casa democrática do Senado, a esta Comissão, que tem poderes para investigar tais atitudes, ouvir as autoridades envolvidas, que o Ministro possa dar explicações condizentes sobre o comportamento da diplomacia brasileira, sobre o comportamento do Governo Brasileiro em relação a esse episódio que repercutiu internacionalmente, inclusive, prejudicando um pouco as boas relações entre o Brasil e os italianos.

Por isso, como Vice-Líder da bancada do Governo, apoio integralmente a aprovação desse requerimento, na certeza de que o Ministro Tarso Genro jamais se negaria a um convite desta Comissão para explicar um assunto que está na ordem do dia, apesar de já ter acontecido há mais de um mês no Brasil.

Por isso aprovo e dou meu voto favorável ao requerimento do Senador Heráclito Fortes, achando que esta Comissão está cumprindo com o seu papel.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares. Quero, inclusive, lembrar que hoje mesmo nós acabamos de aprovar outro Tratado de Extradição, entre os Estados, membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e o Brasil. Está aí nas fls. 35 e este texto todo de um tratado que é importante, um tratado de extradição entre os vários países.

Convido, pergunto ao Senador Romeu Tuma se quer se manifestar a respeito desse assunto?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, eu... Eu vou me manifestar, sim, a respeito dos temas da Comissão. Eu pedi licença e vou incomodar V.Exa., porque eu venho apreciar, pela importância dessa Comissão na minha atividade parlamentar desde o início, que assumi o meu mandato, depois fui reeleito, sempre pertenci a esta Comissão. Infelizmente por não ter uma vaga, por enquanto, não consegui voltar.

Porque eu acho que tem temas importantíssimos na área internacional, ela está bem presidida por V. Exa. e que teve o objetivo de aqui estar, sempre encontrei V. Exa. aqui comigo, discutimos, eu acho que é muito importante.

E trazer o tema do Battisti tem uma importância que, talvez, a população não possa entender muito essa discussão, porque tem um fato que, talvez, possa ser discutido, que é o respeito à justiça italiana, porque dar asilo ou não é uma questão do Governo brasileiro, mas agredir o Poder Judiciário italiano como se houvesse falsidade no processo, eu acho que o Itamaraty deve se sentir um pouco acanhado porque é um... Eu vou dizer que o Direito Brasileiro se baseia muito do direito italiano, do direito romano, quando a gente está na faculdade, primeiro se estuda o direito romano, para depois entrar no mérito das matérias brasileiras. Então, cumprimento V. Exa. por trazer isto e também pela Presidência, que sei que vai exercer com sucesso durante o período do mandato.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito obrigado. Para discutir... Encerro a discussão e coloco em votação. As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. Está, portanto, aprovado o requerimento e nós aguardaremos o contato com a assessoria do Ministro para a data, se possível, a próxima quarta ou quinta-feira.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, com a palavra o Senador

Antonio Carlos Valadares antes de prosseguirmos a pauta.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, apenas para um registro, em breves palavras, do meu regozijo com a decisão do Presidente Barack Obama, dos Estados Unidos, em comparecer, depois de hesitar, à 5ª Cúpula das Américas, no mês de abril.

Esta reunião internacional, ela abriga todos os países da América Latina. Como o Brasil estará presente e confiamos que a nossa diplomacia seja bastante incisiva na presença do representante norte-americano, no que diz respeito ao reatamento de relações entre os Estados Unidos e Cuba, inclusive, com o fim do bloqueio econômico.

Naturalmente que nós, como Democratas, esperamos que haja uma mudança visível nos destinos da política e da democracia em Cuba, com mais liberdade e permitindo o deslocamento normal entre os seus habitantes e para outros países, até para os Estados Unidos e vice-versa, isto é, o direito internacional, reconhecido por todas as cortes internacionais, de ir e vir, que Cuba venha reconhecer este direito inalienável do cidadão local, do cidadão de Cuba, em poder sair do seu país e ao sair, querendo, vamos dizer, enfrentar as leis do próprio país, muitas vezes, se abriga, procura exílio num país como aconteceu com os boxeadores que vieram ao Brasil.

Quer dizer, esses fatos lamentáveis, que dão uma imagem negativa da democracia cubana devem, a meu ver, ser superados, respeitamos a autonomia de Cuba, achamos que cada país tem o seu regime próprio; no entanto, temos que reconhecer que a democracia é o melhor regime, e que a democracia seja implementada lá não pela exigência ou pela pressão dos Estados Unidos, mas por uma exigência do próprio povo, dos seus próprios habitantes, que querem crescer, se desenvolver, querem ter oportunidades de trabalho dentro de um regime de liberdade.

Portanto, eu acho que essa reunião da 5ª Cúpula das Américas, a ser realizada no próximo mês, tem uma importância muito grande para a discussão dos mais variados temas, inclusive sobre a repercussão da crise internacional na América Latina, que os Estados Unidos voltem as suas vistas para os países do seu próprio hemisfério e não fiquem preocupados tão somente nos países onde há o terrorismo ou há interesses na exploração de petróleo, como acontece no Iraque e voltem as suas vistas finalmente para o seu próprio umbigo, para a sua política interna e para a política com seus vizinhos latino-americanos.

É isso que eu desejo que a 5ª Cúpula das Américas seja um instrumento indispensável para o bom entrosamento entre os países que pertencem ao nosso hemisfério. Cuba e Estados Unidos têm que reatar as suas relações e isso será da maior importância para o fortalecimento da democracia na nossa região.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Valadares. Nós vamos ter ainda mais dois itens da pauta de dez, para concluirmos as atividades de hoje.

O item 5, eu estava aguardando a presença do Senador Pedro Simon, que não pôde comparecer, então, eu solicito ao Senador Eduardo Suplicy que seja o relator *ad hoc* do PDS 282 de 2008 que é um acordo entre o Governo do Brasil e do Uruguai para construção de uma segunda ponte internacional sobre o Rio Jaguarão, nas proximidades das cidades de Jaguarão e Rio Branco, que foi celebrado em San Juan de Anchorena, em Colônia, em 2007. Com a palavra o Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, o relatório do Senador Pedro Simon informa que o art. 1º assenta no ordenamento pátrio, o caráter impositivo que se pretende com a proposição em apreço e seu Parágrafo único reafirma que qualquer complementação que se queira fazer no presente acordo terá que ser também submetida à apreciação do Congresso Nacional. O art. 2º, dá vigência à norma na data da publicação.

> *"Cabe inicialmente apontar que é de competência do Poder Executivo assinar o acordo em exame, de acordo com a Constituição. Na exposição de motivos que propõe o acordo, o Ministro das Relações Exteriores informa que o presente instrumento visa dar prosseguimento às ações referentes a construção de uma segunda ponte internacional rodoviária sobre o rio Jaguarão, incluindo a infraestrutura complementar necessária e seus acessos, situada nas proximidades das cidades de Jaguarão no Brasil e de Rio Branco no Uruguai, ressaltando que segundo os termos do acordo será também examinada a possibilidade de se estabelecer um sistema integrado de passe de fronteira reservando a atual ponte internacional Barão de Mauá para o trânsito de veículos leves já que apresenta limitações para o tráfico internacional de passageiros e de carga.*
>
> *É de se destacar que o presente acordo visa o desenvolvimento sócioeconômico dos dois países na região, a consolidação no Mercosul e a integração física da América do Sul, coadunando-se com os dispositivos Constitucionais que regem nossas relações internacionais, em particular com o disposto*

no art. 4º, inciso IX e Parágrafo único da Constituição Federal.

Este instrumento conta com sete artigos em sua seção dispositiva, dentre os quais destacamos o art. 1º que dispõe sobre o citado compromisso das partes em construir uma segunda ponte internacional rodoviária sobre o Rio Jaguarão e com mais detalhes, nos termos do melhor entrosamento da integração dentre os dois países, Uruguai e Brasil.

Cumpre registrar que em fevereiro do ano passado, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou seu colega Tabaré Vásquez, encontro do qual resultaram, dentre outros, um acordo para restauração da ponte Barão de Mauá e um novo acordo de construção de segunda ponte sobre o Rio Jaguarão, ora em exame.

Nos termos acordados, a obra tida pelas autoridades Sul-Americanas como prioritária para integração física da América do Sul, terá seus custos compartilhados entre o Brasil e o Uruguai, ficando cada parte responsável pelas obras de acesso em seus respectivos territórios, sendo mantida a Comissão Mista Brasileira-Uruguaia anterior, criada em 2004, que se encarregará dos trabalhos preparatórios para sua execução.

O presente acordo visa ao desenvolvimento sócioeconômico dos dois países, a consolidação do Mercosul, a integração física da América do Sul, portanto, de acordo perfeitamente com os nossos objetivos Constitucionais.

Nenhum óbice foi encontrado na proposição Legislativa e no texto do acordo. Estão em consonância com as disposições Constitucionais vigentes e os princípios consagrados no ordenamento jurídico em vigor. Isso posto nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa do Projeto do Decreto Legislativo 282, de 2008".

É o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Suplicy. Portanto, eu coloco em discussão, não havendo quem queira discutir, vamos partir para a votação. Em votação, Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa, para as devidas providências. Passando, portanto, ao último item da pauta que é o requerimento. Cadê? Está aqui. Requerimento da Senadora Kátia Abreu também subscrito pelo Senador Flexa Ribeiro, que é o requerimento nº 3 de 2009 que "*Requer nos termos do inciso 2º do art. 93, do Regimento Interno do Senado, seja realizada audiência pública perante esta Comissão, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a fim de debater os cumprimentos das metas e desenvolvimento do milênio fixadas pela ONU no ano 2000 e adotadas por 189 países, inclusive o Brasil, que devem ser atingidas até 2015, com a participação dos seguintes convidados: Ministro da Casa Civil, representantes da Organização das Nações Unidas do Brasil, Ministro do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Ministro das Relações Exteriores, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Ministro da Saúde, da Agricultura*". Eu acredito só que tem muito Ministro aqui, Senador Flexa, para discutir. Com a palavra, o autor do requerimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Eduardo Azeredo, Srs. Senadores. A Senadora Kátia Abreu apresentou um requerimento da maior importância e que eu tive a honra de subscrevê-lo para que pudéssemos discuti-lo e colocá-lo em apreciação dos membros desta Comissão.

Realmente, V. Exa. tem toda a razão de que uma audiência pública com a participação de cinco Ministros de Estado não é uma tarefa tão fácil de ser atendida. Mas é que o tema que a Senadora Kátia Abreu em boa hora trouxe à discussão nesta Comissão, é um tema muito amplo.

Só fomos ver, Senador Suplicy, as metas de desenvolvimento do milênio, eu vou fazer só a leitura do... Simplificada, das metas. "*Meta 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome. Meta 2: Atingir o ensino primário universal. Meta 3: Reduzir a mortalidade infantil. Meta 4*"... Meta 3, melhor dizendo, "*Promover a igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres. Meta 4: Reduzir a mortalidade infantil. Meta 5: Melhorar a saúde materna. Meta 6: Combater o HIV/AIDS, malária e outras doenças. Meta 7: Garantir a sustentabilidade ambiental. Meta 8: Estabelecer uma parceria global para o desenvolvimento*".

Então, na realidade, a amplitude dos temas é tão grande que nós teremos que fazer não só com a Comissão de Relações Exteriores, mas de Assuntos Sociais, de Educação, de Infraestrutura.

E eu digo que em bom tempo a Senadora apresenta o requerimento que eu subscrevo, porque essas metas se pretende que sejam atingidas até 2015, de 90, de 1990 até 2015, quer dizer, um intervalo de 25 anos. Nós estamos já passando da metade desse intervalo, estamos em pleno ano de 2009 e é importante que se faça uma avaliação do que é que se já avançou em relação ao atingimento das metas que foram estabelecidas em 90.

Até porque, para sabermos se elas estão sendo... Tendo o encaminhamento adequado, se é necessário que se... As nações que subscreveram o compromisso com a ONU... Esse compromisso da ONU... Foram adotados por 189 países, inclusive, o Brasil, então é importante que a gente faça uma análise e uma verificação do andamento das metas.

E aí, em função disso se tomem as providências, porque todos nós queremos que tenhamos as condições de ter as metas todas atingidas em 2015, são todos temas da maior importância e que todas as nações do mundo buscam atingi-la.

Essa... É o argumento que eu gostaria de usar pedindo aos membros da Comissão que aprovem o requerimento para que possamos dar início, então, a essa audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu gostaria de fazer uma sugestão, Senador Flexa. As metas são estabelecidas, oito metas. Então, que as audiências, uma audiência só não vai dar para trazer esse monte de Ministros, que a gente estabelecesse para cada meta pertinente a área do Ministério, a gente chamasse determinado Ministro.

Seria um assunto bom para a gente discutir, inclusive, para debater, puxando cada um para seu assunto, mortalidade materna e mortalidade infantil, Ministério da Saúde; diminuição da mortalidade, da alimentação. Agora, tem assuntos que são imbricados em dois Ministérios, por exemplo, mortalidade infantil, está relacionado com a fome e com os cuidados da saúde. Então, a gente poderia fazer uma análise bem detalhada do requerimento, para agrupar os Ministros, em vez de ser uma audiência, fazer três, quatro audiências, mas cada um viesse na sua área para a gente poder ter uma discussão, o que atingiu, o que impediu que progredisse, atingir a meta, ou o quê que nós... Porque eu acho que tem algumas metas que nós já passamos da meta do milênio aqui, graças a Deus.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Na verdade ainda falta, se for nessa linha, falta o Ministro da Educação, que é uma outra meta fundamental também, está colocada. Então, não sei, Senador Flexa, como podemos... Altera alguma questão aí no requerimento?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu concordo com a intervenção do Senador Augusto Botelho. Acho que poderíamos, em conjunto com a Senadora Kátia Abreu, que é a primeira signatária do requerimento, fazer o desmembramento, porque, como eu disse, as metas tem uma amplitude muito grande, então, acho que a intervenção do Senador Augusto Botelho vai poder direcionar e ter uma melhor qualidade das audiências públicas.

E faríamos tantas audiências públicas tentando incorporar, se possível, Ministérios ou temas que tivessem afinidade. Acho que a sugestão é válida, podemos conversar com a Senadora Kátia Abreu e fazer essa divisão que o Senador Augusto Botelho sugere, que eu concordo com ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Flexa, nós podemos fazer esse desmembramento com audiência administrativa. Nós podemos aprovar o requerimento, um requerimento "guarda-chuva", digamos assim, como está aqui, depois a audiência pública seria dividida em várias audiências. O problema sempre vai ser questão de agenda. Eu acho que é importante esse ciclo de revisão sobre as metas do milênio, é muito importante. Está bem, assim?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É isso... Aprovamos o requerimento e fazemos depois o desmembramento da disponibilidade da agenda da Comissão e dos Ministros.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Exato.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): E a retificação, incluindo o Ministro da Educação também.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Também, aí incluiríamos os outros todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então incluiria o Ministro da Educação aqui. Está bom. Então, não havendo mais quem queira discutir, eu coloco, eu encerro a discussão e coloco em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro... Antes de declarar, só um instantinho, Senador Cristovam pede a palavra antes que eu faça, termine a frase de encerrar a reunião.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É o seguinte, Senador, aí tem muito a ver com o senhor. Nós estamos vendo milhares e milhares de brasileiros no exterior sendo obrigados a pegar o avião e vir embora por causa da crise mundial. E nós não temos aqui no Brasil quem os defenda do ponto de vista político. O Itamaraty faz o seu trabalho local. Há um Projeto de Lei de Reforma da Constituição, que

está desde agosto na Mesa do Senado. O Senador Azeredo que foi o relator desse projeto tem insistido, a gente não consegue deslanchar. Eu creio que esse é o momento de conseguirmos, termos aqui a aprovação dos parlamentares representantes dos brasileiros no exterior. É um momento. Então, eu queria propor a essa Comissão que aprovasse um pedido de urgência para ser levado aos líderes na hora deles formularem a pauta de votação. Essa é a minha proposta, que demonstremos a urgência de votar esse projeto de reforma da Constituição.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeito, Senador Cristovam. Já me manifestei até pela Tribuna também pedindo, considero esse projeto muito importante, mas trata-se de uma proposta de Emenda Constitucional.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Emenda Constitucional.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não sei se é cabível a questão de pedido de urgência.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A urgência é no sentido...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está na pauta já. Eu acho que é mais uma questão de nós levarmos ao Presidente do Senado, porque ela já está na pauta, então, na verdade ela já está incluída na pauta, não tem como ela ter uma aceleração dentro da pauta, a não ser através da inversão de pauta, quer dizer, da colocação de uma prioridade maior.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas ela deveria já estar na primeira. O que os líderes dizem e foram francos na reunião que eu estive, é de que aumentar o número de parlamentares hoje, com o desprestígio que nós vivemos é querer atiçar a opinião pública, porque isso aumentaria gastos.

É quase insignificante o aumento de gastos se a gente considerar apenas quatro parlamentares e eles não vão ficar recebendo quatro viagens por mês para irem aos seus países. Daqui eles representariam, como já existe nos demais países que têm característica de imigrantes. Então, eu queria propor que fosse pedido... A palavra urgência pode não estar bem feita e não é no sentido legal que eu falo, é no sentido da motivação para que isso entre logo em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeito, Senador. Eu me comprometo também a procurar o Presidente Sarney nesse sentido de que nós possamos ter essa inclusão e também os líderes, o líder do meu partido, o Senador Arthur Virgílio esteve aqui presente na reunião no início, mas é muito bem lembrado, os problemas estão aumentando e vão aumentar.

Mais cedo conversava com a Embaixadora Gladys sobre exatamente isso, quer dizer, os problemas estão aumentando, a crise econômica internacional ela aumenta, nós estamos vendo os problemas com os brasileiros que estão no Japão, dekasseguis.

Então, temos aqui no Congresso Brasileiro, nós já temos 517 Deputados, 514... 514? 513 Deputados e 81 Senadores. Então, se nós tivermos no meio dos Deputados 513, formos acrescentar alguns poucos, não excederia nem a... É quatro, cinco, seis, coisa desse número, eu também acredito que não tem o menor sentido uma crítica.

E também, se nós ficarmos com medo de crítica nós não vamos fazer nada, nós não vamos legislar. Se nós tivermos aqui medo de crítica nós não vamos, nós temos a autenticidade do voto popular para tomar a decisão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, não, na verdade, é porque já tem um projeto, tem uma proposta de Emenda Constitucional.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas eu digo para adiantar para evitar...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Bom, seria uma outra idéia que teríamos que discutir, seria uma Comissão...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É uma situação de crise, provisoriamente uma Subcomissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Uma Subcomissão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sob a Presidência do Cristovam ou quem o senhor indicar e já ficar trabalhando em cima desse ponto até a informação.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero informar que eu soube que virá uma comissão de brasileiros residentes nos Estados Unidos com audiência marcada com o Presidente Sarney, para pedir que esse projeto avance.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Seja colocado em pauta.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Há uma mobilização internacional dos imigrantes. Então, era essa a proposta. Agora, tem mais um ponto, Presidente, que tem a ver mais com a Comissão de Inteligência, talvez.

Ontem eu ouvindo uma palestra de um intelectual norte-americano, ele de uma hora puxou o passaporte

e mostrando como as liberdades individuais estão sacrificadas a partir do Governo Bush, ele disse: "Esse meu passaporte contem um chip, a partir do qual o serviço de informações do meu país sabe o lugar exato onde eu estou. E através do satélite sabe com quem eu estou, desde que não esteja debaixo de teto". Ele disse: "Acabou a privacidade de mobilização". E ele disse que essa experiência está sendo transmitida a outros países, inclusive, o Brasil. Eu creio que a gente deveria procurar saber se isso é fato ou não é fato. Porque se estiver acontecendo é grave.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Permita...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agora, se estiver acontecendo sem a gente saber, o dono do passaporte, é muito mais grave ainda.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O quê que acontece... desculpa, estar intervindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Quando eu estava na Polícia Federal, há uma uniformidade de passaportes, mas não em chips, mas para identificar, evitar a falsificação. É a própria INTERPOL que propôs. O problema dos chips é novidade, mas nós podemos através da Polícia Federal ou departamento de estrangeiros uma informação bem rápida para o senhor.

Eu acho que mesmo é arriscado, porque eu sei que o Governo Americano tem um sistema de satélite que sabe tudo onde se encontra e quando se encontra. Mas eles têm até dificuldade, quando o senhor chega com passaporte, eles pegam aquele livrão para saber se tem ou não alguma coisa contra o senhor e o natural também.

Mas o passaporte está sendo uniformizado para evitar a falsificação, mas não para acompanhar aonde o sujeito... O senhor declara para onde vai viajar, e pode trocar informações através da Interpol, mas vigiar eu acho que já é fora de...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas ele disse isso e mostrou o passaporte americano.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Passaporte americano, passaporte americano que ele disse.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Norte-americano.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Norte-americano, mas qualquer passaporte americano?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Todos os passaportes norte-americanos a partir...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu também não tenho conhecimento disso não, seria um sistema de GPS.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O medo [ininteligível].

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Contra o terrorismo, eu acho que para saber se está com terrorista, mas também visa proteger, no caso de você ser seqüestrado. O fato é que ele estava indignado e disse que diversos países estão fazendo isso e citou o Brasil no meio. Eu acho importante a gente saber até para tomar cuidado aonde é que a gente vai.

[risos].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está ótimo, tudo bem. Se o Senador Romeu Tuma puder trazer essa informação. Dos passaportes brasileiros atuais, que não tem chip, seguramente não tem chip, só se tiver um programa, se tiver um programa futuro de colocação, de uniformização dos passaportes pelo país. Está ótimo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É, de uniformizar os passaportes.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Uniformizar para evitar falsificação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Isso, está ótimo. Eu agradeço a presença de todos os Senadores nesta 1ª Reunião Ordinária que tive a honra de presidir, e declaro encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 11h58.

3ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EM CONJUNTO COM A 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE MARÇO DE 2009, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia doze de março do ano de dois mil e nove, na sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência dos Senadores **Eduardo Azeredo** e **Cristovam Buarque**, reúnem-se as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, João Ribeiro, João Pedro, Tião**

Viana, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Efraim Moraes, Marco Maciel, Heráclito Fortes, João Tenório, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Patrícia Saboya, Flávio Arns, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Rosalba Ciarlini, José Nery, Mão Santa, do Senador não-membro **Romeu Tuma,** e dos Deputados Federais **Jair Bolsonaro** e **José Eduardo Cardozo.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente, Senador Eduardo Azeredo, declara abertos os trabalhos, submetendo às Comissões a dispensa da leitura das atas das reuniões anteriores, que são dadas como lidas e aprovadas. O Presidente submete à apreciação o Requerimento nº 5, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *"Nos Termos do Art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, bem como do Art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, requeiro, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, Tarso Genro, a comparecer em audiência conjunta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para prestar esclarecimentos sobre o denominado caso Cesare Battisti".* Aprovado. O Presidente faz a leitura do expediente para o conhecimento da Comissão: *"Recebimento do Aviso nº 95, de 2009, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 015.227/2001-0, pelo plenário daquela Corte na sessão ordinária de 11/02/2009, que trata da auditoria de natureza operacional realizada no programa EMAER-32, sobre a aplicação dos recursos oriundos da cobrança das tarifas aeroportuárias, no âmbito do Comando da Aeronáutica".* O Presidente inicia a apreciação da Pauta. Audiência Pública com a presença do Ministro de Estado da Justiça, Tarso Genro, *"para prestar esclarecimentos, acerca do denominado caso Cesare Battisti"*, em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Heráclito Fortes e dos Requerimentos nº 1, de 2009 – CDH e nº 5, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Cristovam Buarque. O Presidente convida para comporem a mesa o Ministro de Estado da Justiça, Tarso Genro; o Secretário Nacional de Justiça, Romeu Tuma Júnior; e o Secretário-Executivo do Ministério da Justiça, Luís Paulo Barreto. O Presidente concede a palavra aos Senadores **Romeu Tuma** e **Cristovam Buarque.** O Presidente concede a palavra ao Ministro **Tarso Genro,** para fazer sua exposição. O Presidente concede a palavra ao Senador **Eduardo Suplicy,** que sugere seja apresentado vídeo em que o pugilista cubano Erislandy Lara é entrevistado, e ao Senador **Heráclito Fortes.** O Presidente autoriza a exibição das imagens. O Presidente concede a palavra aos Senadores **Heráclito Fortes, Eduardo Suplicy, Romeu Tuma, Aloizio Mercadante, Antonio Carlos Valadares** e **Flexa Ribeiro,** para questionar o Ministro**.** O Senador Cristovam Buarque assume a Presidência, e concede a palavra ao Senador **Eduardo Azeredo** para fazer os seus questionamentos. O Senador Eduardo Azeredo reassume a Presidência, e concede a palavra aos Senadores **José Nery, João Pedro, João Tenório** e **Pedro Simon** para discutir a matéria. O Presidente nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às treze horas e cinqüenta e seis minutos, lavrando a presente Ata os Secretários José Alexandre Girão Mota da Silva e Altair Gonçalves Soares que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião.

Senador **Eduardo Azeredo,** Presidente CRE – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente CDH

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 3ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EM CONJUNTO COM A 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE MARÇO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 16 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA DO SENADO FEDERAL.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em conjunto com a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Sras. Senadoras e Senadores que o aprovaram, permaneçam como se encontram. Aprovadas.

Antes de iniciar a apreciação da pauta, submeto ainda à apreciação dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras o Requerimento nº 05 de 2009 da Comissão de Relações Exteriores de autoria do Senador Cristovam Buarque, que versa nos seguintes termos: os termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, bem como do art. 58 da Constituição Federal, requeiro que seja convidado o Exmo. Sr. Ministro do Estado da Justiça Tarso Genro a comparecer à audi-

ência conjunta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para prestar esclarecimentos sobre o denominado caso Cesare Battisti. Em votação. Aprovado.

Ainda para conhecimento da Comissão, eu quero dizer que recebemos o Aviso nº 95, de 2009, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 015.227/2001-0, pelo plenário daquela... O requerimento...

ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, que eu não entendi. O senhor colocou em votação o requerimento, esse requerimento não havia sido aprovado anteriormente?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Exatamente. Coloquei aprovado o requerimento para audiência conjunta com a Comissão de Direitos Humanos.

ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Direitos humanos. Que eu não tinha compreendido. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É que agora eu estou só lendo esse aviso recebido do Tribunal de Contas, pelo plenário daquela corte na sessão ordinária de 11/02/ 2009 que trata da auditoria de natureza operacional realizada no programa EMAER-32 sobre aplicação dos recursos oriundos da cobrança das tarifas aeroportuárias no âmbito do Comando da Aeronáutica. Então esses dados estão à disposição de todos os Sr. Senadores.

Passamos agora então à apreciação da pauta de audiência pública sobre o denominado caso Cesare Battisti em atendimento aos Requerimentos nº 01/2009 de autoria do Senador Heráclito Fortes, aprovado dia 05/03/2009, e o da Comissão de Direitos Humanos também nº 01 de autoria do Senador Cristovam Buarque, aprovado dia 11 de março; e ainda o Requerimento nº 05/2009 da CRE de autoria do Senador Cristovam Buarque, aprovado hoje. Registro então a presença do Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

E convido para compor a mesa o Exmo. Sr. Tarso Genro, Ministro do Estado da Justiça. Convido ainda o Sr. Romeu Tuma Júnior, Secretário Nacional de Justiça, e Luiz Paulo, Secretário-Executivo também do Ministério da Justiça.

Sr. Ministro, queremos agradecer o seu pronto atendimento ao convite formulado por esta Comissão para discutir o chamado caso Cesare Battisti, de maneira que já, de pronto, quero lhe passar a palavra para fazer a sua exposição. Muito obrigado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, eu poderia aqui com licença do Ministro--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Um momento. Então, com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --Além, de saudá-lo, saudar o Secretário-Geral do Ministério, o Secretário Nacional de Justiça, que, infelizmente, não toma mais a minha benção, disse que só toma do senhor, e isso tem me entristecido um pouco, V. Exa. Presidente.

Porque eu tinha uma informação a passar como obrigação da designação ao Senador Cristovam Buarque sobre o chip. E hoje pode até perguntar ao Ministro. Mas as informações, eu estive pessoalmente na Polícia Federal, conversei com o Diretor, conversei com o responsável pelos passaportes, e não há nenhuma indicação de que possa ser usado o chip individual de vigilância, e ele tem desconhecimento que os Estados Unidos possa fazer isso pela incapacidade até de profissional, não da não existência de tecnologia. Ali o que vende são chips, por exemplo, na área de segurança de um empresário de grande poder econômico, de colocar o chip para poder evitar um seqüestro ou qualquer coisa, mas o passaporte não possui, e nem há intenção internacional. A própria Interpol está modernizando os passaportes. O Brasil já está expedindo os novos passaportes. Ainda não são em todas as cidades, não é isso Dr. José Paulo? Não são em todas as cidades, ainda não teve a capacidade de modernizar todos os passaportes. Mas eu queria tranqüilizar V. Exa., que realmente não há do conhecimento das autoridades polícias brasileiras desta possibilidade do americano estar acompanhando individualmente cada cidadão americano.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Permita-me, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Simplesmente para explicar ao Ministro que talvez esteja assustado com este assunto. É que eu estive numa reunião com um norte-americano aqui, semana passada, e, de repente, ele tirou o passaporte do bolso e disse: “Esse passaporte carrega um chip que diz aonde eu estou em qualquer lugar do mundo. E pelo satélite eles podem saber com quem eu estou se tiver em espaço aberto”. E disse: “Outros países estão elaborando esse sistema, inclusive, o Brasil”. Então, eu aqui fiz a pergunta para sabermos. E agradeço muito pessoalmente ao Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O que pode estar havendo é o chip de identificação, esse pode estar, por quê? Porque hoje não tem no chip o menor o

nome do pai e da mãe em aberto. Então, a leitora vê se é ou não a família. Então chips--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Chip de identificação, não de segmento.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --De identificação, de vigilância não, mas identificação sim.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está bem. Agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado. Então, com a palavra agora o Ministro Tarso Genro.

SR. MINISTRO TARSO GENRO: Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, Sr. Presidente Senador Cristovam Buarque, Secretário Romeu Tuma Júnior, Secretário-Executivo Luiz Paulo Barreto. Srs. Presidentes, eu queria, em primeiro lugar, agradecer essa oportunidade de diálogo com essas duas importantes Comissões do nosso Senado Federal que representam, sem a menor sombra de dúvida, toda a qualidade política, institucional dessa alta Casa, e que tem o dever de questionar os Ministros de Estado, ou outras autoridades em assuntos de grande importância política, como se tornou essa questão do refúgio do Sr. Cesare Battisti em nosso País. É sabido que o nosso Supremo Tribunal Federal apreciou outros casos semelhantes ao do Sr. Battisti, quatro casos, e que não tiveram a mesma repercussão de que teve esse caso, assim como as autoridades italianas, naquela oportunidade, também não manifestaram o mesmo interesse que manifestam a respeito do Sr. Battisti. E esse interesse do governo italiano, evidentemente, é que outorgou grande importância, e que valoriza esse debate, esses esclarecimentos que eu tenho o dever de dar a V.Exas.

O ato de concessão de refúgio é um ato político do Executivo que deve ser fundado juridicamente em todos os países civilizados. Faz parte de todo o acúmulo do Direito Internacional Público e das eventuais relações privadas que orientam a concessão do refúgio, essa característica essencial conquistada, particularmente, no plano dos direitos humanos e dos direitos políticos depois da segunda guerra mundial.

Eu pretendo fazer uma exposição rápida, porque tenho convicção que o mais importante são as perguntas que serão feitas aqui, e que eu terei o enorme prazer em esclarecer. Mas me permito prestar algumas informações preliminares para que o debate seja um debate baseado em pressupostos normativos de Direito Interno e de Direito Internacional para que a gente possa raciocinar e lidar, tanto tecnicamente, como politicamente com essa questão de maneira adequada.

No plano normativo internacional global o direito de asilo é preconizado no art. 14 da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, na Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, e seu protocolo adicional de 1967, assim como a Convenção de Viena sobre relações consulares e os Convênios de Genebra de 1949 e seus protocolos adicionais de 1967.

No plano internacional regional americano são marcos legais do direito de asilo a carta da Organização dos Estados Americanos, a Declaração Americana Sobre os Direitos e Deveres do Homem, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, o Protocolo Adicional à Convenção Sobre Direitos Humanos em matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o Protocolo Adicional à Convenção Americana Sobre Direitos Humanos referente à Abolição da Pena de Morte, a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir Tortura, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, a Declaração de Cartagena.

Em relação à Carta da Organização dos Estados Americanos, o art. 3º determina que os estados americanos proclamem os direitos fundamentais da pessoa humana sem distinção de raça, nacionalidade, credo ou sexo. De acordo, com a Declaração Americana Sobre Direitos e Deveres do Homem, o Estado deve respeitar aos direitos fundamentais do indivíduo como direito à vida, à liberdade e à integridade pessoal. Especificamente, no tema de refugiados o art. 27 dispõe: "Toda pessoa tem o direito de procurar e receber asilo em território estrangeiro, em caso de perseguição que não seja motivada por delitos de direito comum, e de acordo com a legislação de cada país e com as convenções internacionais". É bom mencionar que o pedido de extradição feito pelo estado italiano, fundado em decisão judicial faz o pedido de extradição por cometimento de crimes contra o estado. A Convenção Americana estabelece no art. 22 que o direito de circulação e de residência resultam em crucial proteção aos refugiados e solicitantes de refúgio ao estabelecer tanto o direito ao asilo, como princípio da não devolução. O art. 22 desta Convenção diz que: "Toda pessoa tem o direito de buscar e receber asilo em território estrangeiro, em caso de perseguição por delitos políticos ou comuns conexos com crimes políticos, e de acordo com a legislação de cada estado e os convênios internacionais". Faço essa menção, porque a legislação brasileira, a lei de refúgio, a nossa lei de refúgio está estribada, portanto num acúmulo originário dessas relações internacionais, e nos direitos políticos de direitos civis que dela decorre.

É necessário salientar, neste caso concreto, do Sr. Battisti que a sua conceituação como refugiado político tem um precedente, que foi a sua permanên-

cia na França durante onze anos e meio, reconhecido pelo então governo do Presidente Mitterrand a partir da chamada Doutrina Mitterrand como refugiado político. Naquela oportunidade ocorreram no território francês diversos militantes políticos que estiveram envolvidos em atos de violência contra o estado italiano, os chamados: anos de chumbo na Itália. Naquele momento em que mesmo mantida a ordem democrática e o estado democrático de direito, ocorreram uma série de movimentações que proporcionaram organizações clandestinas, tanto de ultra-esquerda ou de extrema esquerda, organizações clandestinas de natureza fascista que cometeram uma série de violências contra autoridades italianas, uma série de violências contra adversários políticos, e redundaram num "caldo de cultura" que levaram à barbárie do assassinato no Premier Aldo Moro.

Quando esses refugiados chegaram ao território francês o Presidente Mitterrand que, obviamente, não pode ser acusado de simpatizante com qualquer ato dessa natureza, solicitou que aqueles que quisessem permanecer em solo francês fizessem uma declaração que renunciava a luta armada. Essa luta armada que foi deflagrada por motivos políticos dentro do estado italiano que reagiu de acordo com a sua constituição, inclusive, votando, naquela oportunidade, normas de exceção para combater essas organizações violentas que sacudiam o panorama político italiano.

Todos aqueles que assinaram este compromisso foram acolhidos, de fato, como refugiados, o caso do Sr. Battisti que esteve em território francês durante onze anos e meio, considerando pelo estado francês, que não pode ser qualificado como estado democrático de direito débil, como um refugiado político que estava protegido pelas leis do Direito Internacional e pelo Direito Interno Francês mediado por essa decisão da Doutrina Mitterrand originária do Presidente da República.

Quando muda o ambiente político francês inicia-se a dissolução da doutrina Mitterrand, e, portanto, aquele compromisso assumido pelo estado italiano começa a ser esvaziado pelo governo do Presidente Chirac. Isso causou, certamente, um conjunto de anormalidades e perturbações nas relações internas dos refugiados, o que determinou a fuga do Sr. Battisti e a sua chegada ao Brasil, onde solicitou refúgio, depois de estar clandestinamente no território nacional.

Quando nós decidimos pelo refúgio, um recurso o qual esse Ministro era a instância recursal, nós não levamos em consideração, em nenhum momento, qualquer fato que desabonasse a existência de um estado de direito na Itália, muito pelo contrário, nós dizemos de maneira escrita e formal no nosso despacho, parte essa do despacho que jamais foi divulgada até agora, embora fossem muito bem divulgados os argumentos do governo italiano solicitando o refúgio do Sr. Battisti, solicitando o cancelamento do refúgio do Sr. Battisti numa constante alusão ao nosso País, e, inclusive, a própria fragilidade da nossa soberania, e, inclusive, fazendo juízos a respeito dos juristas brasileiros, como se aqui no Brasil fosse um país de dançarinas e não de juristas, esquecendo que nós temos orgulho que este é um país de dançarinas, sim, e é um país de grandes juristas.

Esta decisão foi tomada rigorosamente dentro da tradição jurisprudencial brasileira do Supremo Tribunal Federal em decisões que foram tomadas em diversas oportunidades, e levando em consideração esse reconhecimento do estado francês do Estatuto de Refugiado, de fato, concedido ao Sr. Battisti.

Numa parte do nosso despacho, que os senhores devem ter conhecimento, os Srs. Senadores e Senadoras, nós dizemos que o estado italiano reagiu legitimamente contra aqueles que se insurgiam naquele momento em armas, se insurgiu dentro das regras do Estado de direito. Mas nós também fizemos um comentário que é um comentário doutrinário, que é um comentário teórico e doutrinário sobre a questão do estado, e que nós queremos manifestar aqui. Nós dizemos em nosso despacho que todo Estado de direito contem sempre o germe da exceção, e que, em determinados momentos de perturbação política, em determinados momentos de ameaça de anomia, em determinados momentos de perturbação em que o Estado tende a perder o controle da estabilidade social, a exceção pode aparecer, e sem desconstituir o Estado de direito e o regime democrático se tornar, inclusive, instrumento normativo para o combate à desestabilização que está sendo promovida contra o Estado. E não é estranho a que os Estados de direito componham Tribunais de exceção e instituições prisionais de exceção. E quando se reconhece isso não está se dizendo que aquele Estado se tornou um Estado ditatorial ou que deixou de ser um Estado de direito, basta ver, por exemplo, que é impossível negar e deixar de afirmar que existe democracia política nos Estados Unidos, que os Estados Unidos são um Estado de direito, mas que é um Estado de direito que em determinados momentos constituem instituições prisionais em território estrangeiro, instituições de exceção, e que, inclusive, buscou normas de exceção para aprovar, inclusive, como elemento probatório confissões obtidas sobre tortura, refugiando-se, portanto, na exceção para, segundo essas autoridades, e aqui não estou fazendo juízo de valor, estou fazendo uma análise jurídica e política do estado de direito para

manter o próprio Estado de direito, segundo afirmações do próprio governo americano e dos seus juízes que acataram e agora começam a desmontar, graças ao Presidente Obama, essas excepcionalidades. Portanto, quando nós afirmarmos o nosso despacho que a exceção, eventualmente, convive com o Estado de direito, e que ela pode causar, sim, a partir do ocorrido na época um fundado temor de perseguição, nós não estamos agredindo o Estado de direito italiano, nem a sua tradição jurídica, muito menos, o conteúdo iluminista das suas instituições. Aliás, é o ex-ministro Francesco Cossiga um dos autores dessa legislação que faz uma carta dizendo: "Vocês são delinquentes políticos". Que no juízo do Sr. Cossiga são piores do que delinquentes comuns. Mas isso não é o que diz o Direito Internacional, e não é o que diz o Direito Interno Brasileiro.

Portanto, eu lamento que em alguns momentos tenham assacado contra o despacho que eu proferi não somente preconceitos ideológicos e preconceitos políticos sem examinar o conteúdo jurídico das suas afirmações para tentar formar um juízo na opinião pública que antecede o julgamento do Supremo Tribunal Federal. O Supremo Tribunal Federal que, inclusive, já havia julgado casos análogos, inclusive, havia derrotado por 9 a 1 a proposição de revisão da lei, da revisão interpretativa da lei que consagra o despacho do Ministro como apto para interromper o processo de extradição.

Quero dizer a V.Exas. que também recebi a informação que está tramitando, ainda não chegou ao Ministério da Justiça, que eu saiba, um pedido de refúgio, o Secretário Luiz Paulo, o nosso Presidente da Comissão Nacional de Refugiados, solicitando o refúgio para o integrante, um jovem integrante naquela época, tinha 18 ou 19 anos de um esquadrão fascista que foi recrutado por motivos políticos para esse esquadrão e cometeu delitos análogos a esses que estão imputados ao Sr. Battisti.

Eu quero dizer a V.Exas. que se chegar até este Ministro o pedido de refúgio desse cidadão e as condições factuais, as condições materiais, as condições políticas que envolvem a posição daquele então jovem fascista forem as mesmas do Sr. Battisti, este Ministro dará um despacho concedendo a ele o refúgio. Porque isto é uma postura de neutralidade do Estado em relação à lei e ao Direito Internacional. Isto é desidiologizar uma questão que não está na esfera da política partidária, mas está na esfera dos direitos humanos e do Direito Internacional, e que obriga o administrador vincular-se a esses preceitos para decidir sob pena dele incorrer numa postura que não atende aos pressupostos do Estado democrático de direito que ele representa naquele despacho.

Quero dizer a V.Exas. que o nosso País, também depois se quiserem, posso comentar, não é o caso em função desses pressupostos que eu coloquei de comentar o processo na Itália. Mas posso comentá-lo se for necessário, porque estudei o processo, li o processo, tenho um juízo sobre ele. E entendo que, independentemente dos elementos políticos legais que envolvem essa decisão, também haveria pressupostos de avaliação de prova e de técnica processual para conceder o refúgio ao Sr. Battisti.

Quero apenas citar um fato estribado na Jurisprudência do nosso País. O nosso País, pelo nosso Supremo Tribunal Federal, dezenas de vezes anulou penas porque concluiu que o réu não teve ampla defesa, que para o réu não foi obedecido o princípio do contraditório, e quando o Supremo Tribunal Federal decide isso ele não impugna na ordem jurídica do país, ele se manifesta sobre um fato concreto, e nem desconstitui um Estado de direito de um país, faz um juízo sobre um determinado processo. E a mim, apenas como argumento subsidiário, me parece que não há exercício da ampla defesa, como exige a constituição e a lei brasileira, no caso do Sr. Battisti, porque ele deu uma procuração em branco e foi preenchida a posteriori por um advogado que ele não conhecia, que defendeu coréus que o denunciaram. Ou seja, não há, pelo menos, no material apresentado à justiça brasileira, na minha opinião, a demonstração de que houve a ampla defesa, ou que foi obedecido o princípio do contraditório expressamente em relação ao Sr. Battisti.

Então, são essas as minhas informações iniciais. Eu quero dizer que esta questão tem sido debatida na Europa, onde o Brasil tem sido, inclusive, em minha opinião, muito agredido na sua soberania por determinadas falas de autoridades italianas, mas, felizmente, há um contraditório em andamento. O escritor e filósofo Bernard Henri Levy, por exemplo, que não pode ser apontado como simpatizante, sequer, da esquerda, como sou eu uma pessoa de esquerda, e foi ministro do Presidente Chirac, é um dos defensores da ideia correta de refúgio ao Sr. Battisti no país. A ex-candidata a presidente Ségolène Royal, a Sra. Danielle Mitterrand, intelectuais e professores da Espanha, de Portugal, intelectuais franceses estão olhando para o Brasil neste momento, o Brasil que já deu asilo político para o General Pidou que conspirou para assinar, por diversas vezes, o grande General De Gaulle, e que aqui recebeu acolhimento do Brasil. Já deu refúgio para pessoas das mais distintas origens e colorações político-ideológicas, e que se organiza de cumprir os seus compromissos internacionais e

observar o Direito Internacional, sem nenhum tipo de preconceito e sem nenhum tipo de distorção político-ideológica em questões dessa natureza, e com essa seriedade. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito obrigado, Ministro Tarso Genro. Passaremos então à lista de inscrição que já está aberta. O primeiro inscrito é o Senador Heráclito Fortes, autor do Requerimento de audiência pública para discutir o assunto Cesare Battisti. Senador. Um momento, Senadores. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, ainda ontem eu conversei com o Senador Heráclito Fortes que é o autor do Requerimento para que o Ministro Tarso Genro pudesse ser convidado para aqui esclarecer o assunto Cesare Battisti. E no requerimento dele ele também faz menção à questão dos boxeadores cubanos que foram enviados à Cuba em 2007. Como surgiu há cerca de duas semanas, na Rede Globo, no programa Esporte Espetacular uma declaração do próprio boxeador Erislandy Lara que juntamente com Guillermo Rigondeaux foram encaminhados daqui para Cuba, e depois saíram de Cuba, uma vez que não tiveram o direito de participar das competições classificatórias para as Olimpíadas de Pequim e resolveram sair de Cuba, e agora estão em Miami, segundo o noticiário. Mas como esse pugilista fez uma declaração altamente esclarecedora sobre as indagações que o próprio Senador Heráclito Fortes e outros aqui fizemos, eu perguntei ao Heráclito se ele estaria de acordo que pudéssemos passar, brevemente, as declarações feitas pelo próprio Erislandy Lara ao jornalista da Rede Globo de televisão que acredito, pelo menos, contribuirão para o esclarecimento, e o Senador Heráclito disse que estava de acordo com isto, e quem sabe isso possa até preceder a indagação que ele formulará se o Ministro considerar adequado e os Senadores, Sr. Presidente. Já está tudo pronto para passar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu não só concordo, como acho da maior importância a exibição desse vídeo. Eu quero deixar bem claro aqui que a minha convocação ao Ministro Tarso Genro não entra no mérito da questão do Sr. Cesare Battisti, e, sim, no tratamento diferenciado dado pelo Ministro nos dois casos envolvendo os cubanos e envolvendo o Sr. Cesare Battisti.

Eu gostaria, para facilitar ao Senador Suplicy, que ficasse à disposição também aqui a fita do vídeo do depoimento do Ministro, inclusive, com a participação do Secretário-Geral, quando deram informações inverídicas a esta Comissão sobre o episódio, inclusive, sobre prefixo de avião. É bom para relembrar um pouco aqui os fatos como ocorreram. Porque o Senador Suplicy com essa sua vocação de justiceiro teve um cuidado de dizer uma coisa que eu considero fundamental. Ele não disse que os cubanos saíram de Cuba, fugiram de Cuba, ele disse que os cubanos saíram. V. Exa. se antecipa à informação que recebi de entidade de direitos humanos cubana que dizem que a saída deles foi uma farsa negociada, para que os que colaboraram para a fuga não ficassem expostos à opinião pública nacional. V. Exa. pelo fato já de, com cautela, dizer que eles saíram e não fugiram, ajuda e muito a tese que eu aqui defendo. De forma que eu acho fundamental a exibição desse vídeo, mas também que seja colocado à disposição da Comissão os vídeos de quando o Ministro esteve nesta Casa com o Secretário-Geral. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Heráclito.

Antes, portanto, de assistirmos o vídeo que segundo, informações do Senador Suplicy, é de três minutos. Eu pediria só aos que estão aqui presentes que, pelo Regimento, não é permitido a colocação de faixas ou cartazes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, faixas?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Cartazes que foram colocados ali ao fundo. Tudo bem. Mas vamos continuar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu gostaria também que o Senador Suplicy desse um depoimento das viagens que ele fez à Cuba tentando um diálogo com os boxeadores e não conseguiu.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim. Isso eu acompanhei de perto essa questão. Realmente, ele não conseguiu.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Para ver exatamente o clima de liberdade com que esses rapazes espontaneamente deram entrevistas a respeito da matéria. E proponho que esta Comissão permita que alguns Senadores, inclusive, eu me disponho, ou convidemos o cubano para vir ao Brasil, ou nós entrevistarmos o cubano lá, à nossa dispensa, Senador Suplicy, sem ônus para o Senado. Nós irmos a Miami ouvi-los.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vamos lá. Então, Senador, eu peço à secretaria que possa começar então o vídeo que está... Não quer iniciar... Quer antes do vídeo ainda?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL–PA): Não. Eu queria me inscrever, mas também dizer a V. Exa. que o senhor a pouco fez a observação em relação aos cartazes exibidos aqui no plenário. Eu já fiz a observação de que as pessoas seguirão a orientação de V. Exa. Mas eu queria que orientasse a polícia legislativa, a segurança no sentido de não incomodar nenhuma pessoa que está ali assistindo democraticamente esta importante audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeitamente. A audiência é livre, é aberta. Não há nenhuma restrição a que assistam. Apenas à questão das faixas, e que eu pedi antes que tirassem sem chamar a polícia legislativa. Eu não fiz isso. Eu só pedi a eles mesmo que não usassem as faixas. Por favor, então a secretaria pode começar.

[apresentação de um vídeo].

"Eu tinha um contrato assinado na França com eles. Eles foram me buscar nos Jogos Pan-Americanos do Brasil, decidimos fugir, mas as coisas não deram certo". Lara e Rigondeaux chegaram a se encontrar com o advogado da empresa no Brasil, mas o caso repercutiu na mídia brasileira, e a Polícia Federal buscou os atletas por todo o País. Quase duas semanas depois de terem fugido na Vila do Pan, Lara e Rigondeaux acabaram sendo reconhecidos e pegos pela polícia numa pousada na Região dos Lagos, Estado do Rio.

"Eles foram para a Alemanha e nos deixaram sozinhos, não ficou ninguém. Nós voltamos para Cuba". A rápida ação da polícia na deportação dos lutadores provocou muita polêmica e críticas ao governo brasileiro por não ter concedido refúgio aos atletas. Pela primeira vez, e com exclusividade para o Esporte Espetacular, Erislandy Lara conta o que realmente aconteceu.

> *"Nós quisemos voltar à Cuba não foi pelo Governo Brasileiro e nem por ninguém. Já que as coisas deram errado, então sabíamos que não íamos mais poder lutar lá, mas tomamos uma decisão e quisemos voltar".*

Enquanto estava no Brasil o cubano falou com o Presidente Lula. "Ele me tratou bem, me ofereceu tudo que podia fazer, até que voltei para Cuba. Ele perguntou se eu queria ficar no Brasil, eu disse que não, que queria voltar para Cuba".

De volta para casa. Perto da família e longe do esporte por ter fugido teve caçado o direito de lutar boxe. Não era mais um atleta para os dirigentes da ilha comandada pela família Castro. Mas Lara não desistiu. Se para lutar era preciso fugir ele estava disposto a tudo. Com a empresa alemã ele já tinha um contrato assinado, a filial nos Estados Unidos era o destino. Lara decidiu tentar novamente sair de Cuba, era voltar a ser boxeador e receber por isso, ser profissional. "O título mundial amador ganhei na China em 2005, ganhei o prêmio de 5 mil dólares, mas esse dinheiro eu não vi, porque foi de mão em mão. Eu desci no ringue e tive que entregá-lo para os dirigentes, não tive nenhum benefício dos 5 mil.

Amigos, família e a pátria ficaram para trás. Em uma lancha Lara fugiu, chegou a Cancun no México. A escolha estava feita. Ele não podia mais voltar atrás. De Cancun para a Alemanha onde encontrou os representantes que planejam sua carreira profissional. Hoje Lara tem um passaporte alemão. Mas algumas perguntas ficam no ar: Lara jamais ganhou o suficiente para viver dignamente do boxe em Cuba. "Não tinha o que queria, nem o que precisava. Para encontrar o que precisava em Cuba tinha muito trabalho. Se queria algo era difícil, tinha que fazer negócios sujos com a polícia. Em Cuba passava necessidades". Então como pagar uma lancha para fugir? Como se manter dois meses em Cancun? Como chegar até a Alemanha? Quem pagou por tudo isso? Ricardo de Cubas, americano, filho de imigrantes cubanos, e Armet Omer turco que vive em Hamburgo na Alemanha dono da empresa. Lara, de Cubas e Armet, três pessoas, duas versões distintas para uma mesma história: a fuga.

> *"Vamos deixar bem claro. Nós não ajudamos ninguém a sair de Cuba, é um crime federal aqui nos Estados Unidos, e a pena é de 20 anos de prisão. E nós não temos nada a ver com isso, apenas promovemos lutadores".*

> *"Claro que não podemos pagar uma lancha para eles escaparem de Cuba. Lara tinha dinheiro suficiente e pagou por isso".*

> *"Não fui eu, tudo foi feito com a Arena Promotion, o pessoal da minha agência, o grupo alemão"*

A lei dos Estados Unidos prevê uma condição especial para os cubanos no país, literalmente após pisar no solo americano, o imigrante não pode mais ser preso, é considerado legal e com prazos indefinidos recebe documentação para se manter nos Estados Unidos. Lara hoje vive em Miami, na Flórida, cidade de clima agradável. Faz calor na maior parte do ano, imigrantes não faltam e o capitalismo seduz. Hoje o carro é luxuoso, o apartamento em um belo condomínio, a televisão e o vídeo game são de última geração.

"Estou tranqüilo aqui. Não tenho preocupação com comida, do que vou comer hoje. Em Cuba tinha que inventar para comer. Aqui não, se eu não tenho comida vou à esquina e compro carne, pão". Nos Estados Unidos, Lara vive casado com Yuriorkis, cuba-

na que conheceu na Alemanha. Os treinos são nesse ginásio. Quem passa pela rua não imagina que esse prédio é onde o campeão sua sem parar. Para animar e amenizar o ritmo alucinante dos exercícios, música genuinamente cubana, lutar é também bailar pelo tabulado, swingue não falta ao povo da ilha caribenha. Encontramos Lara durante quatro dias. Com ele conhecemos as belezas de Miami, tudo de bom que o dinheiro conquistado pode comprar, novidades na vida de quem passou por tantos problemas.

"Quando viajava trazia coisas para a minha avó vender, comprava roupa e vendia, dava dinheiro para minha mãe, tinha que fazer negócios para sobreviver". Chegar a Miami é o início da consolidação da carreira como profissional, já que aqui nos Estados Unidos se paga mais do que em qualquer outro lugar do mundo para lutadores de boxe. Lara segue o seu caminho com um objetivo muito claro. "Confio em mim, tenho boa preparação, técnica, juventude e creio que não devo ter problemas para disputar o título mundial". Para tornar o sonho em realidade e ser campeão mundial agora entre os profissionais, Lara já se mostrou disposto a tudo. No seu caminho adversários são pequenos perto das dificuldades já vencidas. Na quarta luta como profissional o clima era de final de campeonato de futebol. Torcida que foi à loucura em um minuto e nove segundos. Esse foi o tempo que ele precisou para levar a nocaute o americano Keith Gross e se manter invicto.

Voltar a Cuba hoje é impossível para Lara. Ele é considerado um desertor, abandonou a pátria para buscar o seu sonho. "Estou feliz, mas não contente, porque não tenho minha mãe, meus filhos, minha irmã aqui; eles sempre estiveram comigo a todo momento. Minha mulher estava na Alemanha, tenho uma família com ela, o filho dela é como se fosse meu filho, e estamos os três lutando". Esse é Erislandy Lara um lutador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito obrigado. Agora, então com a palavra o Senador Heráclito Fortes para a sua participação, com ele que é o autor juntamente com o Senador Flexa Ribeiro do pedido de audiência aqui nas Relações Exteriores e do Senador Cristovam Buarque na Comissão de Direitos Humanos. Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, Sr. Ministro da Justiça, Sras. e Srs. Senadores, o meu pedido para que essa audiência pública hoje, esse convite fosse realizado prendeu-se exclusivamente no fato do tratamento desigual dado pelo Ministro da Justiça em duas questões: a questão, a maneira como o Brasil agiu com relação aos cubanos, meu caro Suplicy, foi desumana, foi criminosa. Tanto é prova que a matéria na Revista Veja resgata tudo aquilo em termos de informações que nós quisemos obter, da Revista Isto É, perdão, nesta Comissão aqui, nesta mesma sala. As informações repassadas ora pelo próprio Ministro, ora pelo seu Secretário-Geral, em nenhum momento condiziam com a realidade, e a matéria de V. Exa. me ajuda. Aquele momento o que se afirmava é que a Polícia Civil do Rio de Janeiro tinha sido encarregada da operação de resgate dos cubanos. Ali as imagens mostram que foi a Polícia Federal. Veja a diferença. Minha preocupação, Senador Suplicy, é com a sua biografia, com a defesa dos seus colegas boxeadores. Não é possível, Senador Suplicy, que a gente continue querer encobrir um erro histórico. O Brasil agiu, neste caso dos cubanos, como a revolução lá atrás, a Ditadura agiu com a Olga Benário. Eles tiveram mais sorte, porque houve uma negociação, e V. Exa. foi cauteloso ao dizer que eles não fugiram. Mas sim. Saíram. E V. Exa. conhece bem o assunto, porque foi lá, pelo menos, duas vezes. Mesmo assim, não teve, sequer, o direito de avistar-se com o cubano ainda remanescente na ilha, naquela época. Foi, inclusive, palavras de V. Exa. por uma roda de Senadores, foi inclusive, desaconselhado pelos diplomatas brasileiros, para que os rapazes não participassem, não fossem perseguidos. Paralelamente, a isso a pressão externa em cima de Cuba por conta da exposição permanente do governo brasileiro facilitou essa rápida livre saída. Eles não fugiram nesses pneumáticos que estão sendo mostrados aí, e nem naquelas bóias aonde o risco de vida de cada um é grande. Eles foram em lanchas confortáveis adredemente preparado. Isso é o motivo, foi o motivo da minha solicitação da presença do Ministro, porque acho que é preciso a nação ter explicações sobre isso. Naquele momento a argumentação aqui é de que eles ficaram, coitadinhos, preocupados com os familiares lá na ilha. E agora não tem mais preocupação, os familiares continuam lá. O que é que há de verdade nisso? Aliás, Sr. Ministro, a facilidade com que nós levamos cidadãos cubanos que estão aqui no Brasil refugiados para Cuba é impressionante.

No dia 30 de agosto do ano passado, a partir do dia 30 de agosto um Learjet da Força Área Brasileira foi deslocado para Goiânia para transportar para Cuba uma senhora que vivia clandestinamente no Brasil há mais de 25 anos. Sofreu um acidente, foi a um hospital e no hospital encontraram irregularidade na documentação dela, e ela foi devolvida num avião requisitado pelo Ministério da Justiça, Sr. Ministro. A partir do dia 30 de agosto o avião ficou à disposição para fazer esse voo. Deve ter feito entre o dia 30 e o dia 1º. Fiz um pronunciamento aqui da tribuna pedindo esclarecimento, e até hoje não recebi resposta, até hoje não

recebi resposta. Qualquer dúvida o Secretário pode ligar para o setor responsável de deslocamento de aviões na Força Aérea para o exterior, e vai ver mais esse fato, não é Sr. Presidente?

Com relação ao episódio Cesare Battisti não é demais esclarecer, aliás, tem um artigo aqui, Cesare Battisti Refúgio ou Asilo? De Carlos Eduardo Caputo Bastos e Márcio Garcia. Mal os conheço, mas recebi. E eles fazem uma diferenciação aqui interessante. "Nunca é demais recordar que refúgio, que o refugiado é vítima da injustiça, e não alguém que foge da justiça". E mais: no caso Battisti os crimes que são atribuídos... Eu não entro no mérito do caso Battisti. Vou lhe dizer com toda honestidade, eu não conheço. O Ministro pode estar coberto de razão ou pode estar coberto de erro, daí porque eu acho que a grande instância, a instância é o Supremo para resolver essa questão. Eu não entro nesse mérito, não quero cometer, não sou leviano, não tenho tradição de leviandade. Eu não entro no mérito da questão Battisti, eu não conheço o caso. Não posso lhe dizer se ele foi condenado à revelia, circunstância que foi. Não posso lhe dizer por que é que a Primeira-Dama Carla Bruni veio aqui pedir por ele, se agiu como Primeira-Dama da França ou como cidadã italiana, são questões que precisam ser esclarecidas.

Agora o Brasil tem tradição de repúdio ao terrorismo. Se as apurações feitas contra o Sr. Battisti é de terrorismo, não é tradição brasileira esse tipo de atitude.

Eu gostaria, Sr. Presidente, portanto, que essa matéria da Revista Isto É ficasse registrada nos anais da Casa, porque ela é muito grave. Ela mostra, inclusive, que um agente secreto do governo cubano, Sr. Tomás Issac Mendez Parra, veio para o Brasil num avião da empresa de petróleo da Venezuela para levar esses rapazes que saíram espontaneamente. E para tanto, contaram também, com a colaboração do Sr. José Ilário um cubano que mora em São Paulo, e que ajudou não só a localizar os cubanos, juntamente com os policiais designados, como também ajudou a colocá-los dentro do avião. Está aqui.

Por que um avião venezuelano? Por que a rapidez do episódio? Por que a calada da noite do embarque? Portanto, Sr. Ministro , Sr. Presidente, esse é um fato coberto de mistérios. E acho que o governo brasileiro poderia ter passado sem isso.

Eu peço inscrição ordinária para, se necessário, voltar ao assunto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pela ordem Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, citado me sinto na responsabilidade de esclarecer alguns pontos. Primeiro: quando ocorreu o episódio dos boxeadores Guillermo Rigondeaux e Erislandy Lara que foram encaminhados no avião venezuelano para Cuba. Naquela circunstância, que entendi como difícil, eu resolvi escrever uma carta juntamente com o maior pugilista da história brasileira, Éder Jofre, campeão mundial dos galos, pois dele sou amigo, fui colega na Câmara Municipal, mas antes, na minha adolescência, eu treinei boxe com ele, inclusive, e de quando em quando me convidam para fazer luvas com ele.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ele apanhou muito.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Apesar dele ser peso galo, e eu ser hoje um peso pesado. Olha, querido Senador Heráclito, olha, o Éder Jofre continua a ser, e ele está próximo dos 70 anos, eu acho que tem a minha idade, eu tenho 67, mas ele tem uma forma física invejável, é extraordinária. Inclusive, continua a realizar seus exercícios diariamente. É um exemplo de saúde e de esportista para todos os brasileiros até hoje. Pois bem.

Então, ele veio à minha casa e nós redigimos juntos uma carta muito respeitosa ao Comandante Fidel Castro para que ele pudesse compreender que ainda que tivessem os pugilistas cubanos abandonado os Jogos do Pan, e ainda que conforme o Comandante Fidel Castro disse na sua... Porque ele escreveu três artigos para o Grama(F), pelo menos, sobre isso, e dito que eles tinham cometido um erro grave semelhante aos daqueles que estão numa batalha, abandonam os seus companheiros em meio à batalha, e que isso era extremamente grave. Mas que eles seriam bem tratados em Cuba. Mas ele não afirmou, com clareza, que eles teriam direito de, novamente, disputar as olimpíadas em Pequim que era o grande sonho deles. Então nós fizemos um apelo para que pudesse Fidel Castro e Ruz compreender que, às vezes, as pessoas cometem erros e deveriam dar a oportunidade a ele de voltar. E eu entreguei essa carta ao Embaixador, pessoalmente, de Cuba no Brasil. Fui à Embaixada. Disse a ele que a carta seria publicada na Folha, e eu falaria da tribuna do Senado. O Embaixador Pedro me estranhou: "Mas como? O senhor vai entregar uma carta? Vai ler, tornar público um apelo?" Eu falei: "Eu vou porque se trata de uma questão importante que eu acho que precisa ser pública". Mas ele entregou a carta ao Presidente Fidel Castro, mas que, infelizmente, até hoje não me respondeu.

E é fato, conforme o Senador Heráclito relatou, que eu estive em Cuba em janeiro último. Fui convida-

do para participar de um simpósio, um diálogo entre cubanos e alemães por parte da Fundação Frederick Herbert que há muitos anos sempre me convida para simpósios e tal. E estranhei porque uma semana antes do diálogo fui comunicado pela Fundação Freaderick Herbert que a contraparte cubana havia dito que eu não poderia participar. Então, eu fui à Embaixada Cubana, fui ao Itamaraty, conversei com o Presidente Lula, e ele falou: "Acho que é melhor você esclarecer isso". E então me recomendou e eu falei com o Ministro Interino do Itamaraty e em questão de horas no dia seguinte, ou de sexta para segunda, fizeram o convite para que eu fosse a Cuba e tivesse ali diversas ações, e eu perguntei: "Mas será que é por causa do meu apelo ao Presidente Fidel Castro sobre os pugilistas que ocorreu isso?" E ali fui recebido pelo Sr. Sérgio Cervantes que, no aeroporto e tudo, inclusive, esclareceu uma série de episódios, e eu manifestei a disposição minha de ir à casa do Sr. Guillermo Rigondeaux para dialogar com ele. E é fato, e eu relatei ao Senador Heráclito Fortes, que foi me recomendado de não fazer isso, porque eu poderia criar um incidente, um problema, porque o Sr. Rigondeaux e o Sr. Lara estavam sendo considerados, pela opinião pública cubana, como tendo cometido uma falta muito grave de traição.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Quem é a opinião pública cubana? Para esclarecer.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pelo povo cubano. Nas palavras dele isso me foi dito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Dele quem? Houve algum plebiscito para ouvir o povo cubano sobre isso?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu ouvi V. Exa. com atenção, eu vou ser breve.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Suplicy, para concluir, por favor.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E eu quero aqui dizer: é a minha intenção de voltar a escrever nova carta ao Comandante Fidel Castro, ao Presidente Raul Castro Ruz, aos dois irmãos, para que eles tenham a devida consideração para com esses esportistas. O Presidente Lula, e isso está citado na minha carta, poucos dias antes do que eu escrevi, mencionou a vontade dele de que nas Américas possa haver a livre circulação de pessoas. V. Exa., Presidente Eduardo Azeredo, e o Presidente que me antecedeu, sabe das inúmeras vezes que eu aqui tenho batalhado por este ponto. Nós precisamos nas Américas ter a integração, não apenas do ponto de vista da livre circulação dos capitais, dos bens e serviços que o Presidente Lula tem defendido, mas também do que é mais importante: dos seres humanos. E eu que batalho e o fiz novamente e recentemente, inclusive, entregando a carta de todos nós Senadores e Deputados ao Embaixador dos Estados Unidos Clifford Sobel junto com a Presidente da Comissão de Amizade Brasil/Cuba. Com ela, entreguei a carta de todos nós pedindo que acabe com o bloqueio econômico/cultural e de pessoas em relação a Cuba para o Presidente Barack Obama. Eu batalho e nisso eu sou solidário, Senador Heráclito Fortes, a esta causa, de qualquer ser humano, inclusive dos pugilistas. Quero que qualquer ser humano tenha liberdade. E vou escrever nesta carta ao Presidente Fidel Castro e ao Presidente Raul Castro, porque ele soube junto a um dos maiores esportistas das Américas compreender e ter uma atitude de quem diz: "Você errou, mas eu quero lhe dar uma nova oportunidade". V. Exa. sabe qual é esse grande esportista. O Senador Heráclito Fortes sabe qual é.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não entendi. Repita.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É que V. Exa. não estava prestando atenção. Qual o grande esportista das Américas que teve depois de ter cometido um erro grave, do ponto de vista, do exemplo a todos os seus compatriotas? Maradona. Pois bem, o Comandante Fidel Castro, depois de Maradona ter tomado muito álcool, ter engordado, ter sido não no exemplo do melhor atleta--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Parabenizo-lhe pelo exemplo que V. Exa. cita agora.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --Foi o então Presidente Fidel Castro Ruz que disse a ele: "Maradona, venha aqui a Cuba. Nós temos um excelente centro de recuperação para quem ingeriu algumas coisas e fizeram mal ao seu corpo. E nós aqui daremos uma nova oportunidade". E Maradona se recuperou de tal forma que hoje é o técnico da Seleção Argentina, e já jogou diversos jogos, inclusive, dando o exemplo. Então, eu quero fazer um paralelo e aqui faço ao Comandante Fidel Castro Ruz, ao Presidente Raul Castro, demonstre também compreensão. Quem de nós, às vezes, não cometem erros? Sim, os pugilistas cubanos cometeram erro grave. Imagine deixar a delegação na véspera deles se tornarem campeões dos Jogos Olímpicos do Pan aqui no Rio de Janeiro, porque saíram às vésperas disso. Não disputaram. Mas eles são excelentes. Eu contei também ao Senador Heráclito Fortes que o próprio Ministro da Embaixada de Cuba foi à residência de Guillermo Rigondeaux, conversou com ele pessoalmente, e este lhe disse, como agora disse aqui Erislandy Lara, que sim, ele, de fato, assinou, Ministro Tarso Genro, e ele quis voltar a Cuba, quis voltar aos seus familiares. Naquela ocasião foi sincera a assinatura dada... Ele próprio, Vilmar

Coutinho, Ministro de nossa Embaixada. Eu não fui lá para não causar um outro problema ali, mas continuo interessado, e aqui formulo publicamente ao governo de Cuba, mostre da mesma maneira como fizeram com Maradona. Se os dois pugilistas cometeram erro, eles merecem ter a oportunidade de lutar boxe, inclusive, por Cuba e, quem sabe, sagrarem-se campeões mundiais, mas tendo a oportunidade de conviver com os seus familiares cubanos e todos aqueles que em Cuba, e disso eu sei, os admiram por serem esportistas extraordinários. De um lado há um ponto, Sr. Presidente, que Sérgio Cervantes me disse: "Olha, acontece que em Cuba eles eram pessoas pobres que tinham origem humilde, e Cuba deu todas as condições para eles se tornarem campeões", e assim por diante.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Suplicy, possa concluir porque nós temos ainda cinco oradores inscritos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Desculpe-me. Mas o próprio Senador Heráclito gosta sempre de estimular-me a esclarecer as coisas. Mas eu aqui procuro esclarecer da maneira a melhor possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): E o Senador Heráclito pede a palavra outra vez. Rapidamente, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu quero apenas prestar esclarecimento ao Senador Suplicy. Eu estava absolutamente prestando atenção ao que ele dizia. Quero lhe dizer que me assustei e fiquei em pânico. Minutos antes V. Exa. disse que tinha, era o [ininteligível] de Éder Jofre. A sensação que eu tinha quando V. Exa. bateu na mesa é que ia me nocautear. E eu não queria de maneira nenhuma. Confesso que fiquei em pânico.

Agora, a pergunta de V. Exa. jamais seria respondida por mim, porque dizer que o Maradona é um dos grandes ídolos da América, o maior ídolo da América é uma injustiça. Eu prefiro ficar com o Pelé, com o Romário, com o Ronaldo, com o Zico. Eu prefiro ficar com esses que são exemplos na vida e no esporte.

Agora eu gostaria que o Sr. Presidente solicitasse ao Senador Suplicy--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O meu ponto é que toda pessoa tenha o direito de, uma vez cometido erros, se recuperar, reconhecer.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --Deixa-me finalizar. Sim, mas isso não invalida a minha admiração pelo Pelé e pelos brasileiros citados.

Agora eu quero concluir. Queria solicitar ao Senador Suplicy que enviasse a esta Comissão a carta-resposta que recebeu do Comandante Fidel Castro sobre o episódio.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não recebeu.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O correio de Cuba está em crise? Porque a carta tem vários anos, um ano e meio.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É de 2007.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agora para finalizar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só para avisar que nós temos que ouvir o Ministro novamente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero finalizar, Sr. Presidente. O Suplicy ficou muito... E eu conheço o espírito dele, ele pede que haja o retorno à liberdade de ir e vir entre Cuba e os demais países. Quero solicitar a ele que aproveite a oportunidade deste encontro do Lula com o Obama e, possivelmente, depois com Raul Castro aonde será escolhido o grande mediador, que coloque como contrapartida a abertura cubana. Aí V. Exa. agirá exatamente como um Barão de Rio Branco do tempo moderno. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com a palavra o Ministro Tarso Genro para poder responder as colocações do Senador Heráclito e também do Senador Suplicy.

SR. MINISTRO TARSO GENRO: Eu preferia, se o senhor permitisse, Presidente, me resguardar para responder vários questionamentos para dar ampla liberdade para os Senadores colocarem suas posições. Mas apenas passar uma informação. A questão da Polícia Federal, Senador Heráclito, lá no Pan-Americano, tinha uma estrutura compreendida pela Polícia Civil, pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, pela Força Nacional, pela Polícia Rodoviária Federal que compunham o Comitê de Segurança.

Quando os rapazes chegaram, eles foram trazidos pela Polícia Militar, efetivamente, e aí a jurisdição para tratar do caso, a competência era da Polícia Federal, por isso que eles foram para uma delegacia da Polícia Federal. Mas quem os trouxe, ou os prendeu porque eles já estavam em documentários, mas não houve prisão, houve um pedido deles--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Já tinha, inclusive, acabado o Pan.

SR. MINISTRO TARSO GENRO: --Foi a Polícia Militar, Senador Heráclito, foi ela quem conduziu os cubanos para a Polícia Federal.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ministro, eu me baseio exatamente na declaração do rapaz. Disse que foi preso pela Polícia Federal.

SR. MINISTRO TARSO GENRO: Está na ata.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sim, mas eu me baseio exatamente no que disse o rapaz.

SR. MINISTRO TARSO GENRO: Eu acho que eles não distinguem muito o que é uma Polícia Federal ou outra, na minha opinião. Mas eu só queria dar esse esclarecimento porque...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu gostaria, como autor do requerimento, eu tenho um compromisso daqui a uma hora e pouco. Se o Ministro pudesse dar as resposta, até porque eu não entro no mérito da...

SR. MINISTRO TARSO GENRO: Pois não, posso fazê-lo.

Nós tivemos a preocupação durante todo esse período de informar à sociedade brasileira o comportamento da conduta que nós tivemos em relação à questão dos cubanos. Inclusive, passando e repassando informações para a imprensa, alguns jornais publicaram, outros não, televisão publicou recentemente, de que naquela mesma oportunidade, Senador Heráclito, nós demos refúgio para diversos cubanos, inclusive da equipe Pan-Americana, que solicitaram refúgio. E lembramos, inclusive, que nós temos hoje aqui no Brasil em torno de 150 refugiados cubanos, que por diversos motivos solicitam refúgio estabelecendo um contencioso político com o regime cubano. Nós nem fazemos investigação se esse contencioso é verdadeiro ou não, a não ser que haja um caso gritante de informação falsificada.

Em relação a quatro cubanos que nós demos refúgio no Pan-Americano, nós recebemos, inclusive, uma nota da Embaixada Cubana dizendo que eles estavam, na verdade, tentando criar um momento de conflito do Brasil com Cuba, porque eles estavam querendo subverter o prestígio da autoridade cubana no Brasil. Para nós bastou essa informação para verificar que eles eram adversários políticos no regime. E nós demos o refúgio para eles.

Então, é necessário verificar se existiria da nossa parte, minha, do Luiz Paulo, da Polícia Federal, do Procurador da República que deu assistência a eles, e do representante da OAB que deu assistência aos dois boxeadores, se teria algum precedente nosso, no sentido de negar refúgio para cidadãos cubanos ou cidadãs cubanas que solicitassem, para emprestar algum grau de veracidade à versão que foi publicada de que nós expulsamos os cubanos no Brasil contra a vontade deles. Não ocorreu. Ocorre se a Polícia Federal não leva em conta o regramento concreto que incide sobre aquele caso, e nesse caso o regramento foi devidamente obedecido, a Polícia Federal pode ser acusada, inclusive, de crime, de tentar sequestrar ou de manter aqui ilegalmente cidadãos que não querem ficar no território brasileiro. E no caso concreto desse cubano, o senhor me permite uma explicação que tem um pouco de subjetividade, mas tem a subjetividade de quem acompanhou o caso desde o começo. Primeiro, é claro que Cuba e Venezuela queriam rapidamente tirá-los daqui, assim como o empresário que tentou levá-los, queria tirá-los rapidamente daqui, pelo valor que eles têm como atletas e por interesses do estado cubano nos atletas, ou de não ser desprestigiado com a permanência deles aqui no Brasil. Assim como o empresário, esse que queria levá-los para Alemanha, estava olhando, evidentemente, o rendimento que ia ter sobre a atividade desses jovens cubanos, excelentes boxeadores.

Então, eu também percebi que rapidamente a Venezuela ofereceu um avião a Cuba, pediu um avião e o avião veio buscar. O fato é que quando o avião aqui chegou, todos os pressupostos legais, todos, sem exceção, estavam cumpridos. Eu tenho o depoimento deles aqui. Foram ouvidos por um delegado da Polícia Federal, Delegado Felício Laterça, que acho que não pode ser acusado de cúmplice do regime cubano, um Procurador que conversou com eles e disse: "Olha, se vocês estão sofrendo alguma pressão me digam porque eu entro com habeas corpus e mantenho vocês aqui". Eles ficaram frustrados, inclusive, porque o empresário cubano os deixou na mão. Eles ficaram numa praia desabrigados. Eles tinham companhia feminina, de certo. Perderam a companhia feminina. Beberam o que tinha direito de beber aqui no Brasil, a nossa boa cerveja, certamente, e ficaram desamparados. E aí eles procuraram um pescador, dono de uma venda lá e pediram, disseram: "Nós queremos voltar para a nossa delegação". E aí a Polícia Militar do Rio de Janeiro foi acionada e os levou para o centro de segurança do Pan-Americano e para a delegacia de polícia que fez a verificação. Foram assistidos também por um advogado, representante da OAB. Tem aqui a palavra do Presidente Wadi Damus. Foram assistidos por um Procurador-Geral, um Procurador do Ministério Público Federal, e quiseram voltar.

Eu acho, Senador Heráclito, vou lhe dizer com toda boa-fé que eu quero que o senhor empreste algum valor a ela. Eu acho que eles ficaram realmente perdidos aqui no Brasil e se apavoraram. E a tendência dessas circunstâncias são meninos totalmente fora do contexto político, de disputa política lá em Cuba, aqui no Brasil, e quiseram voltar, e registraram que queriam voltar. Se nós aqui no Brasil detivéssemos, nós estaríamos cometendo um grave delito, porque estaríamos prendendo pessoas contra a vontade delas que queriam voltar para o seu país. E eu não acho que Cuba seja um regime democrático. Não acho, nunca achei isso.

Há muitas décadas venho discutindo isso na própria esquerda brasileira. Agora tem normas de Direito Interno, normas internacionais, relações internacionais e tem também o aspecto humano. Como é que nós íamos deter aqui dois jovens cubanos que não queriam sair? Ao contrário do Battisti que quer ficar, e que expressa de maneira cabal, pública em todos os momentos que quer ficar: "Quero um refúgio político".

Então, não é possível comparar, não é possível dizer, Senador Heráclito, o senhor me perdoe, que nós usamos dos critérios diferentes. Nós não usamos critérios diferentes, nós usamos os critérios legais, rígidos que tratam dessas questões. Porque como resposta eu poderia dizer o seguinte: "Não, o Senador Heráclito quer manter aqui quem quer ir embora e quer mandar embora quem quer ficar". Não seria verdadeiro também. Porque eu sei que o Senador Heráclito está preocupado com a legalidade, com os direitos humanos, com a legislação internacional; seria um sofisma da minha parte fazer isso, por isso eu não digo, apenas menciono, que poderia ser dito como contra-argumento.

Então, eu quero que o senhor me atribua, ao Ministro de Justiça do País, boa-fé em relação a essa questão, e estrita observância da legalidade. Eu, por exemplo, se fosse um boxeador cubano eu pediria refúgio, eu pediria por quê? Porque para a minha carreira e para os resultados econômicos que essa carreira tem, para jovens que não são adeptos do regime que querem lutar no cenário internacional, querem fazer dinheiro, é um direito que eles têm. Eu se estivesse no caso deles, pediria, mas eles não pediriam. Ao contrário do refugiado Battisti que solicita refúgio e que recebeu o refúgio pelos mesmos critérios legais jurídicos que os cubanos foram liberados para voltar para o seu país.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Ministro.

Eu quero só lembrar que o objetivo principal nosso aqui, pedir aos Srs. Senadores, é a questão do Cesare Battisti, que a questão de Cuba, evidentemente, é importante, mas que nós focássemos mais na questão do Cesare Battisti.--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu quero argumentar com V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Nós temos ainda oito inscritos. Só um instantinho, Senador.

Eu só quero colocar, eu mesmo colocar para o Ministro. Permita-me, Ministro, eu só não entendi bem V. Exa. falou de passagem de Cuba e Venezuela. O que é que Venezuela tinha a ver com esse assunto? Só isso que fica no ar.

SR. MINISTRO TARSO GENRO: Uma relação de solidariedade que existe entre Cuba e Venezuela que são países que se avocam com posições políticas idênticas. Então, Cuba solicitou um avião para a Venezuela que mandou um avião para buscar os meninos aqui e levá-los para Cuba. Foi isso que ocorreu.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero dizer a V. Exa. que o meu requerimento se baseia na diferenciação do tratamento dado nas duas questões.--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está ótimo. Tudo bem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --Daí porque eu enfoquei esse caso.

Agora eu quero dizer ao Ministro que as informações passadas pelo Ministério não eram as informações precisas. O próprio Secretário-Geral, aqui, depois de fazer um telefonema para alguém no Ministério, deu um prefixo de um avião completamente diferente, aliás, deu três prefixos. Podia ser esse, esse, esse e esse. E as informações prestadas à Revista Isto É não foram pelo Ministério da Justiça, vamos fazer justiça, mas pelo Ministério da Defesa, através do Ministro Nelson Jobim. O Ministério da Justiça não prestou as informações. As informações que nós tivemos foram prestadas pelo Ministério da Defesa, elas estão aqui, inclusive, na Comissão. E o que me surpreendeu é que era de caráter sigiloso. Antes de chegar aqui à Comissão já havia um vazamento da revista. Quando eu recebi, sigilo nenhum existia mais porque a matéria já estava publicada. Quero fazer esse registro.

Agora, Sr. Ministro, o Brasil pela posição que ocupa e a circunstância da devolução desses dois jovens, inclusive com esse avião venezuelano chegando aqui de madrugada, tinha que, pelo menos, colocado esses jovens para ser ouvido por Comissão de Direito Humanos Internacional. Faltou cautela, faltou... Até para V. Exa. dizer que cumpriu todos os trâmites.

O depoimento daqueles rapazes, naquele momento sob coação, eles diriam qualquer coisa, porque a imprensa da época relata: eles estavam com os familiares sendo ameaçados, eles estavam recebendo pressão psicológica de toda natureza, tanto é que Cuba deslocou para cá o mais temido agente deles – cônsul cubano, que é o homem também da área de informação, se deslocou de São Paulo para o Rio de Janeiro e ficou no encalço desses rapazes. Nós tínhamos que ter tido, pelo menos, a cautela e o zelo para deixar esses jovens indefesos por mais algum tempo no Brasil

para que não pairasse sobre nós essa dúvida que vai se arrastar por muito tempo.

Daí porque eu sugiro, Senador Suplicy que nós façamos... Ou se traga os rapazes aqui ou que nós possamos, às nossas custas, veja bem, cada um pagando a sua passagem, e vamos ouvi-los em Miami. Você não viu que agora ele está comendo do bom e do melhor. Vamos ouvi-los.

SR. MINISTRO TARSO GENRO: Nós poderíamos ouvi-los e, inclusive, trazê-los para cá que eu concedo refúgio.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois é. Eles agora não precisam mais. Eles agora não querem mais.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só fazer uma pergunta rapidinha--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senadores, por favor, vamos ser mais rápidos, realmente, senão nós não vamos conseguir ouvir todos.--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --Só uma pergunta. Não vou entrar no mérito--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): -O Senador Cristovam Buarque é o seguinte orador, também co-autor. Mas só o Senador Tuma, por favor.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --Só uma pergunta de foro íntimo. Quando eu estava na administração da polícia num período difícil da república brasileira, V. Exa., todos sabem, eu tinha um contato permanente com a ACNUR que é o órgão internacional de proteção aos refugiados. Eu faço a pergunta: eles têm a liberdade que tinham à época do período em que eu dirigia a Polícia Federal? Eu acredito que sim. Estão sempre vigilantes com respeito à dignidade com que são tratados os refugiados. Eu gostaria que V. Exa. pudesse informar a postura da ACNUR.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Deixa-me só divergir fraternalmente do meu colega Romeu Tuma, por quem eu tenho muito respeito e uma convivência muito saudável, mas falar em liberdade naquele período, é uma ofensa, não tinha liberdade nenhuma--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Liberdade que eu dava. Na minha postura.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E a esquerda não foi só perseguida aqui, como a Operação Condor mostra que havia uma articulação supranacional de perseguição dos refugiados em vários países do Cone Sul.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, Mercadante, não vamos entrar no mérito. Não. Eu estou dizendo da ACNUR que eu tratava diariamente e eles estavam na minha presença para evitar que qualquer refugiado sofresse qualquer tipo de pressão. É diferente do que V. Exa. está falando.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Tinha, mas a liberdade interna.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Que é a liberdade pessoal de respeito à legalidade que eu tentava impor naquele tempo, e por várias vezes fui ameaçado de ser demitido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vamos ouvir então o Senador Antonio Carlos Valadares. O Senador Cristovam Buarque declina de falar nesse momento. Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, Sr. Ministro Tarso Genro, demais componentes da mesa, Senador Cristovam Buarque. Está fora de cogitação, Sr. Presidente, qualquer suspeita com relação ao caso cubano de qualquer pressão ou interveniência do Ministério da Justiça visando livrar-se a qualquer custo da presença dos dois cubanos, dos dois atletas Guillermo e Lara que aqui participaram, estavam para participar dos Jogos Pan-Americanos.

Nem a Polícia Federal, nem a Procuradoria da República no Rio de Janeiro registraram qualquer interveniência, qualquer intromissão direta do Ministério da Justiça quanto a este caso. Tanto isso é verdade que os atletas tiveram toda a oportunidade, tiveram a oportunidade de ouro para, no caso de uma permanência no Brasil, pedirem refúgio. E o Procurador da República, Dr. Leonardo Luiz Figueiredo Costa, foi bem enfático a esse respeito: "Se vocês quiserem pedir refúgio, é uma tradição no Brasil. Há 150 refugiados cubanos no Brasil. Se vocês quiserem morar no Brasil, viver conosco aqui no Brasil, nós entramos imediatamente com uma ação judicial e vocês vão ganhar o direito à concessão desse refúgio". Mas eles preferiram, por razões que nós desconhecemos, só eles próprios podem explicar, e até na imprensa, numa entrevista que eles deram que agora foi repassada no âmbito desta Comissão, ficou comprovado, através de declarações de um dos atletas, de que eles saíram do Brasil sem nenhuma intromissão do governo brasileiro. Antes, pelo contrário, quando eles dizem, quando ele diz que o Presidente Lula foi bondoso, foi compreensivo, na verdade eles quiseram dizer, muito embora eles não tenham tido um contato pessoal com o Presidente Lula, eles quiseram que o governo brasileiro, se dependesse do governo brasileiro, eles teriam ficado no Brasil.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas eles disseram que tiveram contato com o Presidente Lula.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Mas, na verdade, eu não acredito, eu não sei, não está comprovado que eles estiveram com o Lula. Só o Ministro pode dizer se eles estiveram com o Lula.

SR. MINISTRO TARSO GENRO: Uma observação. Eles não estiveram com o Presidente Lula, eles não falaram com o Presidente Lula. Eu entendo que aquela manifestação--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): A ação psicológica, a meu ver...

SR. MINISTRO TARSO GENRO: --É uma identificação muito normal em Cuba entre estado e presidente, entre governo e estado, está simbolizado numa pessoa--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Fala com o comandante.

SR. MINISTRO TARSO GENRO: -- Então, o que ele quis dizer é que ele falou com o governo brasileiro, e falou com a Polícia Federal, falou com o Procurador, falou com o advogado da OAB.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A Polícia Federal participou.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu acho que a intenção deles foi essa, mostrar que da parte do governo brasileiro não havia intenção nenhuma em prejudicá-los, em expulsá-los do Brasil; eles seriam bem recebidos como cidadãos que, porventura, estivessem sendo constrangidos no seu país de origem. Então, isso aí está mais do que explicado.

No mais, a meu ver, com todo respeito aos que divergem de mim, mas eu acho que isso é um equívoco, é uma exploração que não tem o menor sentido, porque se existisse alguma prova, por mais leve que fosse da interveniência, intromissão, pressão do governo para que isso acontecesse, já estaria no ar. Eles próprios que estão livres, fora do Brasil e de Cuba poderiam estar dizendo, blasonando: "Sofri tanta pressão para sair do Brasil que eu não pedi asilo, que eu não pedi refúgio".

Então, eu acho que especular em política, na mídia, tudo isso é normal, principalmente, num país democrático como o nosso. Mas a verdade veio à tona, porque nem em nível de Brasil, e nem em nível externo ou internacional ficou comprovado que o Governo teve alguma interveniência nesse caso de Cuba.

Agora quanto ao--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Cesare Battisti.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Ao Battisti, ao militante Battisti da Itália, eu acho que o Governo, mais uma vez acertou. Por que acertou? Porque o Battisti foi julgado em 1979, se não me engano, e esse julgamento teve o direito ao contraditório, à ampla defesa, inclusive, ele foi condenado como subversivo, a justiça italiana o condenou como subversivo, contra atos que visavam enfraquecer ou destruir o estado italiano. Então, neste caso a justiça italiana agiu acertadamente, porque durante o passado, a vida do Battisti, do Cesare Battisti, ficou comprovado que ele era um homem de índole humanística, participou do PAC, viu Senador, ele passou do PAC, Proletários Armados pelo Comunismo, o PAC naquela época na Itália, mas não é o PAC do Brasil. Então, ele participou deste movimento armado, mas não consta que nenhum assassinato tenha sido cometido diretamente ou indiretamente por ele, antes, pelo contrário, era um dos militantes que mais resistiam à violência. Tanto isso é verdade que os quatro crimes pelos quais ele foi acusado, na ausência, porque depois que ele foi preso, dois anos depois ele fugiu da prisão, foi para a França, depois para o México e depois voltou para a França, e é nessa ausência que ele é condenado por um testemunho nebuloso de alguém que até hoje nem conhece, ninguém conhece, ninguém nunca ouviu falar de que ele teria cometido quatro crimes, dois dos quais, Sr. Presidente, cometidos em horários praticamente iguais em lugares muito distantes, impossível de terem acontecido, esses crimes--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Permita-me um aparte.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): --Ele foi julgado... Um momento, Sr. Heráclito Fortes, com muito prazer eu darei daqui a pouco. Então, depois que ele foi julgado à revelia, eu acho que não há motivo nenhum para deixar de dar a ele, como o Governo está dando um refúgio político, de vez que a própria Constituição Federal assegura o refúgio político, e o Brasil tem uma tradição humanística de, respeitando o direito dos refugiados, não colocar os refugiados nas mãos daqueles que, politicamente, querem condenar de qualquer forma um refugiado.

Então, eu concedo um aparte a V. Exa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Veja V. Exa. onde nós estamos chegando. Felizmente, como é bom o debate.

Se há um pressuposto de que o cubano mentiu com relação ao encontro com o Presidente Lula, quem duvida de que ele mentiu no resto da reportagem? Se essa matéria não é uma matéria conduzida, induzidas dentro deste acordo que eu falei no início desta sessão. Solta-se o cubano, mas ele cala para sempre com relação a esse episódio. Quem garante que não houve isso. Por outro lado, nobre Senador, com a sua experiência, a sua vivência, alguma coisa que me pre-

ocupa. Com a proposta feita pelo Ministro de Direitos Humanos, Sr. Vannuchi de que nós recebêssemos aqui os presos de Guantánamo, nós poderemos ser um celeiro internacional de terrorismo, nós não podemos, de maneira nenhuma, e esse é um fato grave que foi anunciado, V. Exa. veja bem, para onde nós podemos ir ou será que o Ministro não se colocou à disposição de que esses presos de Guantánamo, se esvaziasse Guantánamo e o Brasil receberia. Será que a imprensa está mentindo?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Mas quem é que está defendendo?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, eu estou só lhe mostrando--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vamos concluir, por favor.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --Que essa quebra de ruptura que, de vez em quando, os nossos Ministros anunciam em seminários internacionais pode nos levar a fatos graves. E isso é bastante preocupante. Agora quero relembrar que se esse cubano mentiu com relação à fala que teve com o Presidente Lula, ele pode ter mentido com o resto, e o esforço do grande advogado do Suplicy cai por terra.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, mas para terminar, eu acho que o bom relacionamento entre as nações se origina pelo respeito entre ministros, principalmente de Relações Exteriores. O Ministro de Relações Exteriores da Itália, ele raivoso, chamou o nosso embaixador na Itália para pressioná-lo, que o Brasil refizesse a decisão que havia tomado de conceder o refúgio. Além disso, outros ministros prometeram represálias contra o Brasil em encontros internacionais.

E, por último, como é que a Itália age assim com o Brasil, de forma humilhante, querendo humilhar o Brasil se há pouco tempo o Governo da França não atendeu ao pedido de extradição de Marina Petrella, que com Battisti, na mesma época, foi militante de movimento político chamado Brigadas Vermelhas. Quer dizer, dois pesos e duas medidas, ou eles consideraram o Brasil uma republiqueta da América Latina, e a França eles tiveram medo de responder na mesma medida em que responderam o Brasil. Eu acho que foi uma atitude covarde, oportunista do Ministério das Relações Exteriores da Itália e que eu repudio nesse instante.

Por último, o que é que dispõe a Lei 9.474--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Apoiada pelo Ministério de Relações Exteriores do Brasil.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): --De 97 que trata do Estatuto dos Refugiados no Brasil que: "Será reconhecido como refugiado o indivíduo que devido a fundados temores de perseguição por motivos de opinião política encontra-se fora de seu país de nacionalidade, e não queira acolher-se à proteção do seu próprio país". De forma que o Brasil agiu de acordo com a lei, com a legislação brasileira, com os cânones de decisões do nosso Supremo Tribunal Federal que também agiu da mesma forma em vários outros casos semelhantes. O Brasil foi coerente e merece, portanto, a nossa palavra de apoio e de solidariedade.

É o que eu tenho a dizer, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado. Não há nada a responder. Aqui o próximo inscrito-–

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): --Só um instantinho. O próximo inscrito sou eu mesmo. E eu vou pedir ao Senador Cristovam que assuma a presidência para que eu possa fazer uma observação, prometendo ser bem rápido, Ministro, e depois o Senador Mercadante. Mas, pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro já está inscrito aqui.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pediria a V. Exa. que cumprisse o ritual das audiências públicas, que os subscritores do requerimento tivessem preferência nos questionamentos. Só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, Senador Flexa, mas é que V. Exa. não pediu a inscrição para falar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, eu sou subscritor, não preciso pedir.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É co-subscritor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, co-subscritor ou subscritor, co– pelo entendimento de V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está bem. Então, se os Srs. Senadores estiverem de acordo, depois eu passarei a palavra ao senhor. Eu já anunciei a minha palavra e a palavra do Senador Mercadante. Logo em seguida--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu deixei de ser subscritor para ser co-subscritor.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu só queria propor como encaminhamento que nós fizéssemos, todos os Senadores que tem arguição e encaminhasse, e o Ministro falasse ao final, e que, se possível, não houvesse intervenção ao longo da arguição para que a gente pudesse cumprir a participação de todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Tudo bem. Então, Senador Flexa quer falar agora?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu queria contestar. Eu acho que essa--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Aí não vamos conseguir, Senador Heráclito, senão nós não vamos conseguir--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --Resposta de bloco prejudica quem interpela. Basta lhe dizer que nas pequenas perguntas que eu fiz, por exemplo, o caso da Guiana não recebi nenhuma resposta.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, questão de ordem, Presidente. Eu gostaria que seguisse a lista de inscrição. Eu estou aqui pacientemente aguardando a minha vez de poder argüir.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu pediria ao Senador Mercadante que, democraticamente, respeitasse, pelo menos, uma questão de ordem levantada por um colega que não tem o seu brilhantismo, nem o seu poder, mas que tem o direito de sentar nessa tribuna.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu faço, mais uma vez, um apelo à Presidência que siga a ordem de inscrições.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): São rápidas as intervenções, o Ministro poderá responder duas perguntas, duas ou três em seguida-—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu pedi uma resposta sobre o caso e eu não atendi.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): --Não vou esperar todos, eu pediria a ele que respondesse dois, três; mas desde que nós todos sejamos rápidos nas nossas observações.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu apelaria a V. Exa. o Ministro tem uma resposta, o Senador Mercadante interrompeu e eu não consegui ouvi-lo sobre a questão da cidadã cubana.

SR. MINISTRO TARSO GENRO: Se o senhor me permite, eu informo em 30 segundos.

Nós recebemos agora a informação. Foi uma ação de praxe do governo brasileiro que, sequer, passou pelos escalões superiores do Ministério. O que é que ocorreu? Tinha uma senhora cubana que estava em estado vegetativo com situação ilegal no país. Então, o Governo do Goiás, o Governo do Estado de Goiás solicitou ao governo brasileiro que colocasse à disposição um avião para levá-la por razões humanitárias, para levá-la para Cuba, e isso foi feito. Esse avião foi colocado à disposição pelo Ministério da Defesa, e o avião levou essa senhora para morrer no seu país. Por que é que teve que abrir essa exceção? Porque ela estando em situação ilegal no país ela seria "tecnicamente jogada para fora do país", como determina a lei, senão a autoridade prevarica não fazendo isso. Então, o Brasil por razões humanitárias colocou esse avião à disposição para que a senhora fosse levada para Cuba.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Morreu lá em Cuba, então?

SR. MINISTRO TARSO GENRO: Provavelmente. Nós não acompanhamos. Provavelmente, sim.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agora eu queria apenas que V. Exa. pudesse informar em situações iguais análogas quantas deportações foram feitas ao longo da sua administração?

SR. MINISTRO TARSO GENRO: Posso informar. Nós fazemos esse levantamento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agradeço.

SR. MINISTRO TARSO GENRO: Eu também vou lhe informar o número de cubanos que estão aqui refugiados inicialmente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Só com Cuba não, com os outros países também.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem.

Eu quero passar a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, e a ele não preciso, porque eu sei que na linha que ele vai, mas pedir que a gente volte ao tema central que é o caso Battisti.

Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente Cristovam, Sr. Ministro Tarso Genro, eu quero voltar só a questão específica que o Brasil está chamando para si um problema que é da Itália. Na verdade, o refúgio, nós temos na Legislação do Refúgio, e eu me reporto, realmente, a esse artigo publicado pelos membros do Centro de Estudos de Direito Internacional na Revista consultor Jurídico, e o direito dos refugiados apresenta controles mais técnicos, apresenta cláusula de exclusão, por ela não se beneficiaram da condição de refugiados indivíduos que tenham cometido crime contra a paz, crime de guerra, crime contra a humanidade, crime hediondo, participado de atos terroristas, que parece inequívoco que tenha participado, ou tráfico de drogas, e, diferentemente, da questão do asilo. Mas à frente, a hipótese de dúvida quanto à ampla defesa do mencionado italiano e respeito ao devido processo legal, não é primeiramente causa para concessão do refúgio.

Eu recebi, a pedido do Senador Suplicy a escritora Fred Vargas, li todo o texto, a carta que o Cesare

Battisti mandou para o Ministro, Presidente do Supremo. Mas eu acho que nós estamos querendo entrar no mérito, nós estamos duvidando da justiça italiana. É evidente que nenhum de nós concorda com críticas rápidas que foram feitas, a "bobajada" de bailarina, não tem nada a ver com isso, é evidente que ninguém concorda com isso, mas o fato é que nós também estamos duvidando, o Brasil está duvidando da justiça italiana. E a justiça italiana é de um país democrático, um país que tem relações normais com o Brasil, é um país que não estava em regime de exceção naquele momento. Daí então a insistência de que, quer dizer, nós estamos querendo fazer o quê? Nós estamos reavaliando o processo italiano, aí, quer dizer, reavaliando o processo italiano, entrando na área da defesa. Mas quais são as testemunhas? Testemunhas de acusação, testemunha de defesa? É isso que nós vamos fazer? O Brasil vai entrar no mérito? De alguma forma, Sr. Ministro. Eu acho que nós estamos entrando no mérito.

Eu quero ainda lembrar, até o Senador Valadares que já saiu, que a corte européia de direitos humanos e decisão no final de 2006 não encontrou qualquer mácula na decisão condenatória que se cogita, quer dizer, não é uma questão também que foi uma condenação simples. Eu escutei bem, perguntei a Fred: "Mas quatro assassinatos? Houve erros em quatro? Então, já aconteceram recursos, e já entrando no mérito, houve recursos, os recursos não foram aceitos, a Comunidade Européia se manifestou pela área de direitos humanos, agora o Parlamento Europeu se manifestou. De maneira, Ministro, que eu queria só insistir nisso, quer dizer, os crimes comuns mais graves prevalecem em relação aos crimes políticos. E o Brasil, de alguma maneira, está sendo, na minha opinião, muito benevolente, ao analisar essa questão do Cesare Battisti. A Itália tem Tratado de Extradição com o Brasil? Tem. Ele está condenado na Itália? Está. Por quatro assassinatos. Ele teve direito de defesa? Teve. A Comunidade Européia se manifestou? Sim. Por que é que nós estamos entrando no mérito dessa decisão?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu, ao mesmo tempo, que passo a palavra ao Senador Eduardo, enquanto isso, eu passo a palavra ao Senador José Nery que não está, não posso passar, passo ao Senador Mercadante, depois João Pedro, depois o Senador João Tenório, Eduardo Suplicy... O Senador Nery chegou em cima da hora. Mas eu queria pedir permissão, Senador Nery, que eu já passei a palavra ao Senador Mercadante--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu falo e passo, em seguida, para ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): --E o senhor falaria depois.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos; Senador Cristovam Buarque, Ministro Tarso Genro; Secretário-Executivo, Luiz Paulo Barreto, nosso Secretário Nacional de Justiça, Romeu Tuma Júnior. No meu entendimento, o refúgio é fundamentalmente, uma relação entre o cidadão e um estado nacional. A relação do refúgio não é uma negociação entre estados. Nós não podemos conduzir esse debate nessa direção, senão, seguramente, nós estaremos caminhando para inviabilizar o refúgio como uma prerrogativa de um único indivíduo perante um Estado nacional.

Vou tentar traduzir isso de uma forma bastante... Um exemplo análogo. Nós temos um refugiado brasileiro na Noruega, é um travesti. A argumentação de refúgio é que no Brasil há violência contra homossexuais, e ele está ameaçado de ato de violência no Brasil. O estado brasileiro poderia responder dizendo: "Esse é o pais que tem a maior parada gay do planeta. É um país que a liberdade sexual cresce a cada dia". Mas, no entanto, o Estado Brasileiro não deve e não fez isso. O Estado Brasileiro deixou que a Noruega avalie aquele único indivíduo se as argumentações e as condições em que ele alega para sua demanda de refúgio são procedentes ou não. Não é um juízo de valor sobre a presença da homofobia na cultura brasileira, não é essa a discussão, é a relação entre o indivíduo e o estado. Então, se nós perdermos essa dimensão, seguramente, nós não caminharemos numa boa direção.

Segunda questão: O Brasil, este governo, tem tido alguma dificuldade ideológica política de conceder refúgio a cidadãos cubanos? Não. Nós temos, pela informação que eu tenho, 124 refugiados cubanos no Brasil, 124 refugiados cubanos no Brasil. No próprio jogo Pan-Americano Michel Fernandez Garcia que era um ciclista, Rafael Capoti que era jogador de futebol e Lázaro Rainel Lamelas Ramirez, treinador de ginástica artística, os três receberam refúgio, portanto, no mesmo jogo. Aqueles que pleitearam, formalmente ao Estado Brasileiro a demanda de refúgio foram acolhidos.

Eu concordo com a preocupação manifesta, e só nisso eu concordo com a preocupação manifesta do Senador Heráclito no sentido que nós temos que ter todas as cautelas quando um cidadão numa relação, evidentemente, confusa que esses dois pugilistas tiveram nesse episódio, mas que sugere a possibilidade de algum tipo de constrangimento de qualquer natureza, para que possa ser uma decisão bem amadurecida e segura. Mas o que eu acho que não é justo é dizer que o Procurador-Geral de República, Leonardo Luiz Figueiredo Costa que estava no ato, que estava em contato com esses pugilistas, ou o Presidente da OAB do Rio

de Janeiro, o Sr. Wadir Damus, ou o Conselheiro da OAB Cláudio Pereira de Souza Neto, ou os representantes da Polícia Federal que estavam lá tenham feito qualquer tipo de conluio com o governo brasileiro para prejudicar esses dois por causa de um regime político. Eu acho que não procede essa suspeição.

E só queria concluir da seguinte forma: à medida que eles vêm a público agora, quando estão fora de Cuba, e, mais uma vez, reafirmo --

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. me permite um aparte?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): --Que não quiseram, eu acho que nós deveríamos dar um voto de confiança ao Procurador, aos dois Diretores da OAB, ao Presidente da OAB do Rio de Janeiro--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. me permite um aparte?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): --Que, de fato, trabalharam com cautela. Ainda, sim, eu quero reafirmar o que é que eu concordo, nós deveremos ter mais cautela, dar o tempo que for necessário e buscar aqui na condição desses indivíduos que se sentem fragilizados nos seus estados nacionais, as prerrogativas do refúgio sejam, efetivamente, amplas e cuidadosas.

Então essa ponderação... Eu prefiro caminhar nessa direção do que usar esse tipo de situação limite, digamos assim, porque a três foram concedidos os refúgios e dois não foram, porque não formalizaram o pedido, usar para que a gente retroceda no refúgio, seja um exemplo negativo, ou seja, agora vamos generalizar as normas, se dois cubanos não tiveram refúgio, vamos agora ter o mesmo procedimento com o cidadão italiano que está solicitando refúgio no Brasil.

Esse é o caminho que eu acho que nós não deveremos avançar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. me permite um aparte?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Deixa-me concluir, Heráclito. Deixa-me eu concluir o meu raciocino. Eu ouvi tantas vezes você falar. Eu queria concluir o meu raciocínio, depois eu concederei.

Se nós analisarmos agora o debate nos Estados Unidos, que é um debate que envolve a questão do valor essencial na história americana, que são as garantias e direitos, prerrogativas individuais, Obama eleito pelo povo vem dizendo: "Nós acabaremos com a Guantánamo". Por quê? Porque é uma justiça de exceção, porque nos momentos de enfrentamento os valores fundamentais dos direitos humanos, das garantias e prerrogativas individuais são violados. E quero dizer que eu não tenho nenhum tipo de simpatia pelo Sr. Cesare Battisti. Não tenho. Jamais aceitaria essa forma de atuação na sociedade italiana, como um bom caminho de transformação da sociedade. Não foi e, seguramente, as conseqüências que nós estamos aqui tratando hoje ficam, para quem sabe, ele, como disse o Senador Suplicy, outros possam amadurecer que na sociedade democrática, o caminho da transformação é o voto, é o partido, é o sindicato, é a manifestação social, é a luta democrática e cidadã para a transformação da sociedade. Não tenho. Mas também não tenho nenhuma simpatia pelos atos que o Governo Berlusconi tem manifesto, especialmente, à xenofobia que começa cada vez estar mais presente.

Um governo que aprova uma lei dizendo que o médico tem que denunciar o imigrante ilegal, não pode ser considerado com tanta segurança como uma voz abalizada para tratar de um indivíduo na relação com o Estado Brasileiro. E quero voltar a dizer: é a relação de um indivíduo com o Estado Brasileiro.

A justiça européia não julgou o mérito, ela apenas disse que o cidadão fora do seu país pode ser julgado se houver devida manifestação no processo legal, que ele, inclusive, questiona que tenha tido. Disse que não teve, que não há o depoimento dele e que o documento que ele encaminhou não é um documento com a sua assinatura, a prova grafotécnica questionou, enfim, há toda uma discussão sobre esse procedimento que coloca aí uma indagação.

Mas a única decisão da corte foi essa, não foi o mérito sobre essa questão. Agora, se nós vamos pegar algum exemplo, o melhor exemplo não é Guantánamo, exemplo é o estado francês, um país que viveu a revolução francesa e construiu uma longa tradição de acolhimento de refugiados, de valores de cidadania, de valores republicanos e que não só acolheu o Sr. Cesare Battisti por onze anos e meio, onze anos e meio, como acaba de acolher a Sra. Marina Petrella que era militante de Brigadas Vermelhas, ao mesmo tempo, nas mesmas condições, com as mesmas convicções, eu diria, descabidas, que o Sr. Cesare Battisti teve num determinado momento no processo italiano. Acolheu, e não há um questionamento do estado italiano diante do estado francês, talvez porque estejam na mesma comunidade européia, ou talvez porque talvez não considerem que essa tradição francesa é uma tradição que deve ser respeitada, tanto como o caso desse mesmo cidadão, o refúgio foi estendido por onze anos e meio.

Por isso, Sr. Presidente, eu acho que nós estamos diante de uma questão que tem um simbolismo importante para o que nós queremos ser como sociedade, como povo, como nação. Eu acho que os valores da anistia neste país contaminam as nossas instituições. Nós somos um país que soube perdoar, que soube

buscar concórdia, que soube construir uma relação de convivência, e essa atitude da anistia permitiu que hoje não haja... Ainda que alguns setores recalcitrantes não haja a busca de voltar àquele debate que nós superamos. Nós estamos construindo o Brasil para frente, convivendo com o pluralismo, com a democracia, com as liberdades. Esses valores estão impregnados nas nossas culturas e nas nossas instituições. E que bom que eles estão impregnados. Por isso eu, particularmente, prefiro Obama do que Bush, prefiro tolerância à intransigência, prefiro que a gente preserve o refúgio com uma condição fundamental de um indivíduo perante o Estado. E se for para errar, errar porque nós fomos tolerantes demais, e por isso concordo com a preocupação em relação ao episódio que nós tivemos no passado. Mesmo com procurador, Polícia Federal, OAB; nos próximos procedimentos vamos dar todas as condições, nos acercar de todos os cuidados, porque eu acho que nós temos que nos diferenciar coma uma sociedade inovadora, que não quer viver mais a intransigência, o confronto e, sobretudo, um Estado que viole os direitos que seja de um único indivíduo, e ainda de um indivíduo estrangeiro em condições políticas e difíceis que o Estado Brasileiro se encontra nessa situação.

Eu prefiro ficar com essas prerrogativas, do que correr o risco de violá-las.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. me dá um aparte?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Evidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agradeço. Senador Mercadante, nós estamos bem próximos de um entendimento. Eu, em nenhum momento, disse que esses rapazes receberam ou foram coagidos pela Polícia Federal ou pela OAB ou quem quer que seja dos cidadãos brasileiros que acompanharam o processo. Eu digo é que eles foram coagidos psicologicamente pelos agentes cubanos que estavam aqui dentro e, aliás, o Ministro da Justiça do Brasil dá um argumento aqui nesta Comissão que mostra a precipitação da devolução desses cubanos. Ele disse que os dois cubanos foram para uma praia, tomaram todas que tinham direito e se envolveram com mulher, perderam as mulheres. Ora, se eles estavam nessas circunstâncias de perderem as recentes amadas, e tomaram todas que tinham direito, era obrigação do Governo dar, pelo menos, a eles um momento de curtir uma ressaca. Não podia, de maneira nenhuma, a coisa ter sido feita com a pressa que foi. Paciência. Argumento maior do que esse não existe. Já pensou se os cubanos saem com perspectiva de dinheiro, de mundo novo, de ir para Alemanha e vem para o Brasil; tomam todas. Nas palavras do Ministro da Justiça do Brasil. Juntam-se a mulheres, naturalmente, a paixão, dessas paixões... Perde tudo e estão com as baionetas silenciosas dos cubanos em cima deles. Não foram amadores não, vieram os profissionais, o homem mais temido pelos cubanos, o homem da repressão veio para cá, juntou-se a um. Eu estou me baseando no que está aqui dito. Então, tinha que se, pelo menos, Senador, ter tido mais um pouquinho de paciência, dado uma semana para que ele curasse a paixão e a ressaca e depois ouvi-los, porque eles estavam sob coação, psicológica e sentimental.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu concordo com a precaução e com a cautela. Evidente que refúgio não pode ser Engov. E a questão que me preocupa é: Por que é que haveria um constrangimento desses dois boxistas e não houve a mesma atitude do estado cubano e do Estado Brasileiro nessa suposta flexibilização da atitude do estado brasileiro, porque eu acho que jamais ocorreu, porque não era só Estado, estava a OAB, dois diretores, Presidente da OAB do Rio de Janeiro, com os outros três que foram concedidos o refúgio.

Então, realmente, eu prefiro acreditar que o Estado Brasileiro, os agentes do Estado, a sociedade civil brasileira tem no refúgio um valor fundamental, quer construir uma sociedade de tolerância, quer dar sinais ao mundo de que nós preferimos correr riscos para preservar esses valores das garantias e prerrogativas individuais do que caminharmos num tempo que nós conhecemos do que foi a exceção. Talvez porque nós tenhamos vivido as dores do que é viver num estado de exceção, e ter participado como sociedade de momentos tão trágicos como nós passamos, que nós queremos construir uma outra cultura e uma outra atitude. Estamos externalizando isso neste indivíduo para mostrar que essa é a nossa concepção: civilidade. E por isso eu concordo no essencial, tirando todo o debate, eu concordo no essencial da intervenção do Senador Heráclito. Vamos caminhar nessa direção, sempre, independente de quem é o Estado, de quem é o indivíduo. Vamos caminhar na direção de dar as garantias, prerrogativas, o tempo necessário para que qualquer cidadão que tenha alguma condição de solicitar o refúgio, alguma necessidade, o faça com toda tranquilidade, com toda liberdade. Evidente, respeitando a lei que eu tenho certeza que o Supremo Tribunal Federal, depois de uma sessão como esta, desse grande entendimento que nós estamos manifestando, saberá preservar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Mercadante, sabe V. Exa. por que é que tudo

isso ocorreu? Porque não eram dois cidadãos comuns, eram dois atletas campeões e que expunham--

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --Vou concluir e, inclusive, me retirar. Eram dois atletas que expunham o regime cubano. E aonde eles estivessem naquelas circunstâncias o governo estava exposto. Tanto é verdade que veio um avião da Venezuela. Com que interesse? Essa senhora, que o Ministro me deu a informação, foi no avião da FAB, esperou um avião da FAB. E por que é que os cubanos receberam esse tratamento vip de um jato, um Falcon 900, Senador, que custa 50 milhões de dólares? Por que é que foi feito isso? Porque eram atletas de primeira linha, e eles estavam no período do Pan-Americano num processo de rebelião, inclusive os outros atletas sem querer retornar a Cuba. Tanto é verdade que o governo antecipou o retorno de todos os atletas, a delegação cubana não participou das finais do Pan-Americano. Está passível de punição, inclusive, pelas regras do Pan-Americano, exatamente porque havia esse clima de insubordinação. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Vamos ouvir então o Senador José Nery, depois o Senador João Pedro, e o Senador João Tenório. Senador José Nery então.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo; Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Cristovam Buarque; Exmo. Sr. Ministro da Justiça, Tarso genro; Sr. Secretário Nacional de Justiça, Romeu Tuma Júnior; Sr. Luiz Paulo, Secretário-Executivo do Ministério da Justiça. Primeiro, é bom relembrar porque exatamente está sendo ressuscitado aqui os fatos que envolvem os dois atletas cubanos em associação com a questão principal desse debate, aqui, que é a concessão de refúgio política ao cidadão italiano Cesare Battisti. Essa associação, ou melhor, a tentativa de tratar essa questão simultaneamente seria porque o Estado Brasileiro ao analisar situações de cidadãos estrangeiros em nosso país, como, de fato aqui tão bem relatado, teria tomado posições distintas. Resta provado que, embora as circunstâncias e fatos diferentes, mas a natureza da situação desses estrangeiros aqui é similar, guardadas as circunstância e a natureza. Mas a natureza da situação deles é igual, cidadãos estrangeiros no Brasil que tiveram, no caso dos atletas, tiveram um tratamento adequado, foram instados a saber se desejariam permanecer no Brasil sob a condição de refugiados, e resta provado, inclusive com testemunho da Ordem dos Advogados do Brasil e de um Procurador da República, a quem se deve conferir um mínimo de isenção, afirma que foi oferecida aos dois atletas a possibilidade de refúgio, no entanto, eles optaram voltar para Cuba. Portanto, resta provada essa situação, no qual o caso dele vem à tona para uma situação de alguns aqui, para afirmar que o Brasil teria usado dois pesos e duas medidas. Deu igualmente o mesmo tratamento. Portanto, vamos tratar no que é essencial fazer aqui: avaliar, analisar a decisão soberana do governo brasileiro, através da decisão em grau recursal do Ministro da Justiça, Sr. Ministro Tarso Genro, de conceder o asilo político ao Sr. Cesare Battisti.

Tem sido alardeado na mídia internacional e por vários setores da sociedade brasileira, e aqui no Parlamento tem sido alardeado que os crimes que se imputariam ao Sr. Cesare Battisti seriam crimes de natureza comum. No entanto, para desmentir essa tese, até no processo de extradição pleiteada pela Itália, o Sr. Battisti é classificado como ex-militante da extrema esquerda italiana. O que vem a ser então militante da extrema esquerda italiana? Senão associação muito clara com as atividades políticas desenvolvidas pelo grupo que faziam parte. E aqui, Srs. Senadores, Sra. Senadora, Sr. Ministro, sem entrar no mérito quanto aos métodos e a atuação daquele grupo político, daquele grupo que ele fez parte. Não é essa a questão. A questão é de que aquelas atividades que tem, evidentemente, a nossa discordância quanto ao método e a forma como foram feitas. Mas não podemos negar, e quem tentar fazer isso está falando contra os fatos, inclusive contra a própria constatação do pedido de extradição que identifica o Sr. Cesare Battisti como ex– militante da extrema esquerda italiana. Portanto, o que diz a Constituição e o que afirma o Estatuto dos Refugiados exatamente de que é importante avaliar se aquelas atividades, se aquele cidadão no seu país de origem, mesmo acusado de crime, mas se for crime de natureza política, essa é uma circunstância, uma situação que encontra guarita na nossa lei maior para a concessão do refúgio.

Também, Sr. Presidente, queria dizer que no meu entendimento está havendo, e eu quero aqui emitir a minha opinião estritamente pessoal, não é a opinião do Senado, não é a opinião da Comissão de Relações Exteriores, mas o meu entendimento que, nesse caso específico do Cesare Battisti, há dois pesos e duas medidas no Supremo Tribunal Federal do nosso país, dois pesos e duas medidas. Pior, eu enxergo claramente um casuísmo jurídico. Porque o Estatuto dos Refugiados no seu art. 33 é muito claro: "O reconhecimento da condição de refugiado obstará o segmento de qualquer pedido de extradição baseado nos fatos

que fundamentaram a concessão de refúgio". Art. 34: "A solicitação de refúgio suspenderá até a decisão definitiva qualquer processo de extradição pendente em fase administrativa ou judicial, baseado nos fatos que fundamentaram a concessão de refúgio".

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, caberia ao Supremo Tribunal Federal, tomada a decisão administrativa que reserva ao Poder Executivo a atribuição constitucional e a competência para tomar decisões que tenham reflexão no plano das relações internacionais do Estado Brasileiro, o poder privativo de conceder asilo ou refúgio. Isso posiciona o Exmo. Sr. Procurador-Geral da República quando da análise desse fato emitida por ele logo após a decisão da concessão do refúgio. Diz o Dr. Antonio Fernando Barros e Silva, Procurador-Geral da República: "O pedido de extradição não conhecido e extinto o processo, sem julgamento de mérito, e determinada a soltura do extraditando". Essa providência no tomou a nossa corte maior de justiça. Quando fez em caso ou situações similares, não muito tempo, vou lembrar pelo menos um fato, quando o pedido de extradição pela Colômbia do ex-padre Olivério Medina. O argumento de que não se teria seguido o mesmo procedimento no caso Medina seria porque naquela situação havia sido o Conare quem decidiu pela concessão de refúgio. E nesta circunstância relativa ao fato Cesare Battisti foi uma decisão de Ministro da Justiça que agindo de acordo, e eu vou usar aqui expressões da própria manifestação do Procurador-Geral da República: "O Ministro da Justiça, agindo legitimamente no exercício de atribuição recursal, a decisão concessiva de refúgio que vier a proferir tem natureza substancialmente igual ao que tivesse sido proferida pelo órgão colegiado". A lei respectiva, a Lei 9.474/97, aqui chancelada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, sancionada, diz que a lei respectiva, e diz aqui o Procurador-Geral da República: "Não atribui qualquer diferença de eficácia a decisão conforme tenha sido proferida pelo Conare ou pelo Ministro da Justiça. Portanto, trata de circunstância irrelevante para o deslinde da questão.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sra. Senadora e Sr. Ministro, quero me referir, Sr. Presidente, à postura, a meu ver, equivocada, inconseqüente, das autoridades italianas que patrocinaram um cem número de situações constrangedoras, querendo nos constranger diante do nosso direito como país soberano de decidir conforme nosso entendimento sobre situação dessa natureza e conforme a nossa legislação, de promover as ameaças que fez. Não podemos esquecer. Primeiro: chamam nosso Embaixador em Roma para explicações. Segundo: chamam o seu Embaixador no Brasil para explicações. Terceiro: ameaça não convidar o Brasil para o Encontro do G8 que se realizará na Sardenha em julho de 2009. Quarto: ameaça pedir o cancelamento de um jogo entre as nossas duas seleções nacionais e promove, até eu diria até com justeza, não tem nenhum problema realizar pressões ao apresentar argumentos a um país com o qual mantemos relação de amizade e diplomáticas, comerciais e políticas, não há nenhum mal nisso. Mas vejo com tristeza a insistência, Sr. Presidente, com que autoridades italianas se preocuparam, todos os dias, de tentar achincalhar a nossa decisão pensando que ainda somos uma colônia européia. Não somos. Somos um país independente, livre e soberano que tem que zelar pela sua soberania.

Portanto, Sr. Presidente, consideram que alterar o entendimento e a Jurisprudência do art. 33 da Lei 9.447/97 é sim, será sim, um casuísmo jurídico, político, ético que nos coloca numa posição de subserviência e submeter a interesses de outros que não são os nossos. E, ademais, se nós analisarmos com profundidade a história recente do Brasil, muitos de nós que estamos aqui sentados nessa sala, exercendo cargo de senadores, de deputados, de ministros, de representantes de movimentos sociais. Quem não se lembra dos tempos tão presentes, tão recentes de ditadura, de perseguição política, de morte, de assassinato, de exílio, de cassação de mandatos, de perseguição política, de tortura e de morte, inclusive nas prisões? Não fosse o entendimento de países irmãos da América Latina, da Europa, da Itália, da França, da Alemanha, da Suécia, da Suíça e de outros que acolheram tantos brasileiros e brasileiras na condição de exilado, de refugiado político.

Portanto, fazer diferente do que prega a nossa Constituição e a Lei de Refugiado, diferente do que é a nossa tradição jurídica, política, diplomática e humanitária, para decidir com nosso próprio entendimento o que é mais adequado e coerente ao Brasil. Nós não precisamos de lições de ninguém. Nós agradecemos. Não porque somos superiores a ninguém, mas porque estamos tentando construir fundamentos, leis, regulamentos, normas que nos tornem um país reconhecido também pela nossa capacidade de tolerância, pela nossa capacidade de transigir. E aí a intransigência não faz bem a ninguém. Está aí, as tantas guerras, a violência entre estados, a invasão de estado soberano, como faz o primor da democracia mundial que são os Estados Unidos. Ou não é assim proclamada como a maior democracia ocidental? Não são eles que criam um instrumento de inserção pelo seu próprio país, invadem países soberanos, criam mecanismos para punir pessoas de outras nacionalidades em território estrangeiro? Não é esse o nosso caminho, o nosso

caminho é outro, é o da concórdia, de buscar o entendimento, de buscar o diálogo.

E, portanto, Sr. Presidente, Srs. Presidentes, por que Battisti, se outros quatro italianos em situações semelhantes, em mesmas circunstâncias? O Brasil concedeu asilo ao Sr. Luciano Pessina, Achille Lollo, Pietro Mancini e Pasquale Valitutti e não houve essa gritaria toda, e não houve essa rebelião mundial para tentar nos condenar e nos impelir a pecha de que aqui estaríamos acobertando criminosos. Porque Battisti é um intelectual, Battisti que viveu aqueles tempos nos anos de chumbo, da perseguição, e os instrumentos de inserção que a própria Itália fez para punir os seus--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador, para concluir, por favor, para gente poder...

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): --Pois não, Sr. Presidente. Portanto, por que não houve essa gritaria toda quando Battisti ficou onze anos e meio na França abrigado sob os princípios que orientaram a chamada Doutrina Mitterrand? Portanto, Sr. Presidente, Srs. Presidentes, Srs. Senadores, não podemos admitir dois pesos e duas medidas, se o Brasil submetesse a essas pressões.

E, ontem, um jornalista de uma agência de notícia italiana me perguntava o que eu achava do Ministro da Justiça do Brasil estar pressionando os Ministros do Supremo Tribunal Federal para confirmar a decisão tomada no âmbito do Poder Executivo, que é uma atribuição prevista na nossa, na nossa Constituição? Eu disse, simplesmente... e pedia para comentar a fala, o pronunciamento do Ministro da Defesa Italiana. Eu digo: "O que é então essa própria manifestação do Ministro da Defesa Italiana? Algo questionado, um assunto da nossa governança, um assunto interno do Brasil? Não é o exercício de uma pressão? Se aqui fosse feito, eu diria que até seria legítimo porque feito no âmbito no nosso próprio país. E as pressões desmedidas feitas pelo governo italiano, governo que trata, sim, como disse a pouco o Senador Mercadante, trata os imigrantes como inimigos, como criminosos, e que a União Européia, inclusive, que aprovou, tem 750 mil no parlamento europeu, aprovou uma moção de apoio às pretensões italianas para que fosse tornar sem efeito a decisão de concessão de refúgio pelo governo brasileiro. Foi tomada por 55 membros dos seus 750, com oito votos contra, mas a mídia mundial disse aos quatro cantos que foi o parlamento europeu que aprovou a moção pedindo a revisão da decisão do governo brasileiro.

E, por último, é o último argumento, Sr. Presidente. O último argumento que a mim resta sobejamente necessário para a decisão do Supremo e para a compreensão de todos nós brasileiros do que está sendo discutindo aqui. As leis italianas prevêem que uma vez concluído o julgamento de transitado em julgado, a condição para execução da pena deve ocorrer no prazo de 20 anos. Pois bem, no dia 13 de dezembro de 2008 completaram-se 20 anos desde que aquela sentença, a última sentença em relação ao Sr. Cesare Battisti transitou em julgado, portanto está nula perante as leis italianas a possibilidade de estar prescrito, perante as leis italianas, para que o Sr. Cesare Battisti seja extraditado, e lá ia cumprir a pena de prisão perpétua em cela italiana. Portanto, [soa campainha], além do mais, Sr. Presidente, esse argumento me parece que deve ser agora, não estou usando questões que aqui tratamos e aduzimos. No entanto, essa questão da prescrição deve ser o argumento final para se por fim a essa polêmica e afirmar a soberania, a grandeza e a decisão soberana do Brasil que disse, mais de uma vez, ao Ministro Tarso Genro, essa decisão nos orgulha e nos enche de confiança, de que aqui direitos humanos, a nossa tradição humanitária está, mais uma vez, referendada nessa decisão pela concessão de refúgio a Cesare Battisti. Liberdade para Cesare e o Supremo cumpra o que manda a nossa lei, e não fique dando de ocasião, mudando o seu entendimento para, quem sabe, criar prejuízos inomináveis no futuro em relação a situações semelhantes.

Pela afirmação do que está nas nossas leis e pela libertação imediata de Battisti. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador José Nery.

O Ministro vai se ausentar só alguns segundos. E passamos a palavra para o João Pedro e para o João Tenório, e depois ainda temos o Senador Suplicy. São os três últimos inscritos.

Eu só peço, eu sei que todos os anteriores se excederam um pouco no tempo, é que nós consigamos ser mais rápidos, apesar de reconhecer que eu deveria ter cortado o tempo anterior aqui. Mas tudo bem. [ininteligível] os outros todos.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Obrigado, Senador Azeredo pela condescendência, mas o senhor agiu corretamente. Parabéns pelo senhor não usar também aqui dois pesos e duas medidas, como tenta fazer o Supremo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está bom. Só aguardar para que a gente possa dar segmento. O Senador João Tenório, eu pediria que aguardasse um pouco também, que pudesse usar da palavra. Esse assunto é um ponto importante do ponto de vista realmente das repercussões internacionais, e que tem reflexo, evidentemente, dentro do país. Não é à-toa que foi aprovado esse

requerimento como primeiro requerimento aprovado nesta Comissão neste ano de 2009. E acredito que nós poderemos ter ainda a palavra do Ministro. Ele já tem também que se ausentar até 1h, um pouco antes, que ele tinha pedido, mas vamos ver se nós conseguimos concluir nesse período de 15 minutos em toda a audiência pública prevista.

Senador Cristovam queria falar agora ou não?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Fazer uma consulta, Presidente.

Os dois presidentes, ao Presidente Cristovam e Azeredo. É a seguinte consulta, isso aqui é uma audiência pública no Senado, eu gostaria e minha pergunta é se é possível remeter a ata deste debate para conhecimento do governo italiano, tem um caráter público?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não há nenhum impedimento. Por sua solicitação poderemos fazer o envio.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): No sentido de conhecer o espírito do Senado, e, fundamentalmente, da Comissão de Relações Exteriores.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ótimo. Tudo bem.

Então, com a palavra o Senador João Pedro, já com o retorno do Ministro Tarso Genro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Ministro Tarso Genro, Srs. Senadores, os dois Presidentes das duas importantes Comissões do Senado, Direitos Humanos e Relações Exteriores, Secretário Romeu Tuma Júnior, Luiz Paulo. Esse debate aparece com muito vigor em nível internacional na hora em que o Senado estava em recesso por conta da decisão do Ministro que foi no mês de janeiro.

Então, o Senado estava em recesso, e faz então uma audiência pública com duas Comissões que eu considero da maior importância. Primeiro, porque isso destaca o Estado Brasileiro, a postura, e a postura de Ministro de Estado. A decisão do Executivo, uma decisão formal, correta do ponto de vista das suas formalidades, provocou, no meu entendimento, uma reação exagerada, grosseira, mal educada do governo italiano. Até porque se nós olharmos o contexto dessa situação, dirigentes da esquerda da década de 70 estão no Japão, estão na França. E eu não vi nenhuma manifestação, até então, com esse teor, com essa veemência, com essa falta de educação, falta de diplomacia, de respeito à soberania nacional contra o Japão, que lá estão os líderes, inclusive, das Brigadas Vermelhas, grupos diferenciados do PAC. Então, eu quero nessa primeira parte da minha fala, como Senador, condenar, repudiar essa postura do governo italiano, principalmente quando aborda o embaixador brasileiro na Itália, uma cobrança, no meu ponto de vista, que rompe com a tradição da relação da Itália com o Brasil. Essa é a minha primeira questão.

A segunda: o Ministro Tarso Genro quando toma decisão, ele não tomou decisão sem a observância de regras do arcabouço jurídico nacional, primeiro porque quem concede o asilo é a nossa Constituição, a Constituição Brasileira. O asilo político é tratado no seu art. 4º da nossa Constituição de 88. Ou seja, não sei por que se estranhar isso. E aí, eu acompanhando todo esse debate aqui, em nível nacional, de setores da mídia quando trata isso como se isso não tivesse uma garantia jurídica. Então, o asilo político está garantido na Constituição de 88 no seu art. 4º.

E nós não podemos deixar de desconhecer, e isso me chama a atenção, é por conta desse debate no Supremo Tribunal Federal. Eu fico pensando, e agora pensando alto, como que o Supremo vai decidir este fato quando no Estatuto do Estrangeiro, Sr. Presidente Azeredo, o que é que diz o Estatuto do Estrangeiro estabelecido na Lei 8.815, art. 77? Não se concederá a extradição quando inciso III: "o Brasil for competente segundo suas leis para julgar o crime imputado ao extraditando". Inciso VII: "o fato constituir crime político". O Estatuto do Estrangeiro é muito claro nisso – o fato constituir crime político.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Permita-me um apartezinho só.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Pois não, Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu só queria, eu acho que é importante o que o Supremo está julgando. O Supremo, provavelmente, está julgando um processo de extradição que continua vivo lá dentro. Então, diante da decisão do Ministro, eles teriam que, em tese, cancelar o andamento do processo e tomar as medidas legais com respeito ao... Então, ele tem obrigação de examinar o procedimento que está em andamento lá, e não pode simplesmente arquivar.

Eu estou só falando isso para gente não criticar o Supremo e nem a justiça italiana, porque eu acho que no mérito, Ministro, a concessão do asilo político, ou não, não entra no mérito do processo, sim, do que possa ser violado como direitos humanos do cidadão que está recebendo ou não a decisão do Ministro. Agora o Supremo tem que julgar se dá andamento ou não no processo de extradição em respeito à solicitação da justiça italiana. Não estou nada contrariando o que V. Exa. leu da Constituição. Apenas para preservar que o Supremo tenha a obrigação de julgar o andamento do processo ou arquivá-lo. Não sei se os senhores concordam com isso. Mas apenas para poder...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Senador Tuma, segundo o entendimento do nosso Procurador-

Geral, ainda teremos uma decisão do Presidente da República, no que diz respeito à extradição, ou seja... E aqui eu quero, inclusive, abordar um pouco isso. Eu espero que pela trajetória do Presidente Lula, pelo governo que temos, pela importância desse debate, porque esse debate é simbólico para mim, eu espero que, se o caso chegar à Presidência da República, que o Presidente Lula não tome uma decisão diferente do que tomou o seu Ministro de Estado da Justiça Tarso Genro.

Pois bem. Eu fico aqui aguardando a decisão do Supremo. Agora será uma rotura, será um precedente se o Supremo não observar este artigo do Estatuto do Estrangeiro. Penso que não poderia ser outra a postura do Ministro, a decisão do Ministro Tarso Genro. O Sr. Cesare Battisti está há dois anos no Brasil, preso. Formaliza ao Estado Brasileiro o pedido de asilo. Não poderá ser outro senão nos marcos do que reza a Constituição Brasileira e as normas internacionais. Eu quero elogiar a postura do Ministro Tarso Genro, não pela sua trajetória brilhante de homem de esquerda, não é isso não, mas pelo zelo a todo esse arcabouço jurídico onde o Brasil não poderia transgredi-lo. Aí é uma decisão do Estado Brasileiro.

A minha fala é nesse sentido de dizer, de ressaltar, aqui, a decisão do Ministro e de cobrar como cidadão do Supremo Tribunal. Ou ninguém pode cobrar do Supremo Tribunal uma vigilância intransigente do que reza as normas jurídicas? O Estado Brasileiro ruim, e fica complicado, é um Ministro de Estado tomar uma decisão, do ponto de vista da competência do Poder Executivo, e o Supremo tomar outra. Neste caso, para mim, é muito claro o asilo do Sr. Cesare Battisti. Eu não estou entrando no mérito. Quando se lê... Eu já li um pouco, fiz algumas perguntas juntamente com alguns deputados do Congresso.

Senador José Nery, tive uma oportunidade de fazer uma visita, Presidente Eduardo Azeredo, na Papuda, ao Sr. Cesare Battisti, e fiz perguntas para formar o meu juízo. Do ponto de vista do mérito dos autos do que aconteceu na Itália ainda não conclui. Agora, do ponto de vista, isso é concreto, a condição de militante de esquerda, o que aconteceu no contexto nos anos 70 na Itália, ninguém pode duvidar da história e dos fatos e nem que o cidadão está no Brasil. Foi um militante político que participou de todo aquele contexto, está no Brasil [soa campainha], pede asilo, e o Brasil nega? O estado democrático de direito nega um Direito Internacional?

Então, eu quero finalizar. Estava aqui imaginando o meu companheiro colega Heráclito Fortes, se Ministro fosse, ele daria o asilo pelo que expôs a minha conclusão aos cubanos. Mas no caso do Cesare Battisti, não. No mérito é a mesma, um provocou o estado brasileiro e formalizou o pedido de asilo, de refúgio, e os cubanos não, não formalizaram.

E eu quero dizer que estava aqui na audiência pública quando o Ministro Tarso esteve aqui nesta Comissão. E as palavras do Ministro não são diferentes, os limites da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, os limites da Polícia Federal, as condições que se deu num evento internacional. Eu lembro bem das palavras de V. Exa., da arguição, do debate, e não foi diferente do que disse hoje. Naquele caso faltou formalidade e V. Exa. foi rigoroso no cumprimento das regras, como está sendo agora.

V. Exa. merece o nosso respeito. V. Exa. decidiu nos marcos da legislação e eu não tenho dúvida que isso engrandece o currículo de V. Exa., mas engrandece o estado brasileiro. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador João Pedro. Senador João Tenório, com a palavra.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente Eduardo Azeredo, Sr. Presidente Cristovam Buarque, Sr. Ministro Tarso Genro, Dr. Tuma Júnior. Serei rápido, até por determinação do nosso Presidente.

Mas, na verdade, Presidente, eu não teria muito a acrescentar, sobretudo aquilo que já foi dito aqui. Apenas um pequeno desabafo. O Ministro Tarso Genro registrou com veemência aqui e com propriedade, digamos assim, pronunciamentos, atitudes tomadas pela imprensa, pelos governantes italianos, no que diz respeito à sociedade brasileira de um modo geral. Citou até um exemplo muito elucidativo quando alguém lá chamou o país de país de bailarinas, as bailarinas, ou coisa que o valha.

Então, realmente, o Ministro foi veemente, com toda razão, afinal de contas o país e o povo brasileiro merecem todo o respeito que, evidentemente, nós merecemos.

E o desabafo e essa posição do Ministro, evidentemente, foi seguida pela chancelaria brasileira, o Ministro de Relações Exteriores também manifestou, o próprio Presidente Lula, em algum momento, manifestou essa solidariedade à sociedade brasileira, e, sobretudo, à atitude do Ministro Tarso Genro, que tinha tomado aquela decisão em relação ao italiano. O que me faz fazer um registro e um desabafo é que no momento em que o Presidente Chaves disse que o Congresso Brasileiro era uma casa que cacarejava a favor dos interesses americanos, não houve nenhum pronunciamento, nenhuma solidariedade do Executivo do governo brasileiro, da chancelaria brasileira em relação ao Senado Brasileiro.

Então, eu acho que essa atitude assimétrica que o Governo está tomando neste caso, e no caso anterior que eu citei, há oito meses, há um ano, ou coisa que o valha, mostra claramente que há um viés ideológico em todo esse processo que acontece.

Sei, Sr. Ministro, que isso, na verdade, não é algo que tem a ver diretamente com o seu Ministério, é uma coisa que tem a ver com a chancelaria, o Ministério de Relações Exteriores. Mas V. Exa. vai permitir um desabafo, eu acho que como membro desta Casa nós tivemos a mais absoluta falta de apoio, falta de solidariedade do grupo do governo brasileiro, da chancelaria brasileira, do Ministério de Relações Exteriores, o próprio Presidente da República que não teve, digamos assim, a consciência de uma palavra, de um ato, de um gesto para com esta Casa no sentido de dizer "chega". Da mesma maneira que é indelicado, é indevido dizer que o Brasil é um país de bailarinas, é muito indevido dizer que o Congresso Brasileiro, sobretudo o Senado brasileiro, cacareja a favor dos interesses americanos.

Era esse, Sr. Presidente, apenas o desabafo, Ministro, me permita, mas nada mais a acrescentar do que tudo aquilo que foi dito pelos colegas anteriores.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador João Tenório, inclusive, pela sua paciência de aguardar para poder fazer as suas observações. Realmente, essa questão está pendente até hoje, e foi exatamente um pedido meu, foi um apelo que eu apresentei aqui, o Senador Suplicy assinou pedindo que o Presidente Chaves revisse aquela questão da televisão venezuelana, e ele respondeu dessa maneira, e até hoje não se desdisse, ou não pediu desculpas, ou não fez um registro de um mal entendido que fosse. E essa questão continua pendente.

Senador Suplicy, com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Eduardo Azeredo; Sr. Presidente, Cristovam Buarque; prezado Ministro, Tarso Genro; Sr. Secretário-Executivo, Luiz Paulo Barreto; e Secretário Nacional da Justiça, Romeu Tuma Júnior. Aqui já disse algumas palavras até dirigidas hoje ao Presidente Raul Castro Ruz, ao Comandante Fidel Castro Ruz, a respeito da questão dos pugilistas cubanos.

Mas neste caso, agora, sobre o Cesare Battisti, eu quero, inclusive, muito carinhosa e respeitosamente dirigir-me então ao nosso Embaixador, que acredito, esteja nos assistindo, Michele Valensise, da Itália no Brasil. Inclusive aos deputados italianos que nos visitaram, dentre os quais o presidente da Associação Parlamentar de Amizade Itália/Brasil, Domenico Scilipoti, e os demais que estiveram conosco, e ao Primeiro-Ministro Silvio Berlusconi, e ao Presidente Napoleoni que escreveu para o Presidente Lula a respeito deste tema.

Quando a Sra. Fred Vargas, arqueóloga, historiadora e escritora me procurou em 2007, comecei a ouvi-la com atenção de pronto. Fiz uma visita a então Polícia Federal, à prisão onde ali se encontrava Cesare Battisti. Foi a primeira ocasião que dialoguei e ouvi. Inclusive, as suas palavras reiteradas outras ocasiões, porque depois eu o visitei cerca de três ou quatro vezes na Papuda para compreender a sua história. E ali ele me disse o quanto que, de fato, nos seus anos mais jovens de 17, 18, 19, 20 anos, e até os 25 anos, de fato, participou da organização Proletários Armados para o Comunismo, que cometeu inúmeras ações, que naquela época tantos italianos participaram, alguns nas Brigadas Vermelhas, outras em dezenas de organizações tais, como essa do PAC, que era até das menores dentre tantas. E me disse de como os jovens em toda a Europa, desde 1968, avaliavam que era importante modificar aquele Estado. Um Estado que na ocasião avaliavam que defendiam um sistema inteiramente inadequado para o interesse da maioria da população dos trabalhadores. É bem verdade, como muitas vezes se reiterou, que na Itália já havia um governo de coligação da Democracia Cristã com o Partido Comunista Italiano. Mas o fato de ter havido um governo democrático, assim eleito, não significa, Sr. Presidente, que num governo democrático, às vezes, não ocorram em organismos, seja da segurança pública, em organismos policiais, seja em órgãos até da justiça, ou que não se tenha instrumentos de exceção, como aqui já foi citado.

Ainda na semana passada, Sr. Presidente, o jornal O Estado de São Paulo, na primeira página, registrou que em São Paulo, governado pelo PSDB, pelo DEM, estava ocorrendo aqui, novamente, estava se vivendo uma situação ali de organização de esquadrão da morte, como ocorrera durante o regime militar. Portanto, às vezes, num regime democrático ocorrem abusos como neste caso aconteceu. Mas a partir daí, Sr. Presidente, eu passei a estudar esse assunto, e digo aqui como bisneto, neto de italiano, com toda amizade aos queridos italianos, povo que amo, de que neste caso é a minha determinação de ir até o fundo na busca da verdade.

Eu aprendi, ao estudar a vida de Galileu Galilei, de Nicolau Copérnico, de Giordano Bruno, de Leonardo da Vinci, que os grandes cientistas italianos deram exemplos sobre como se buscar a verdade para se alcançar a justiça. E gostaria de dizer aos parlamentares italianos, ao próprio Embaixador Valensise, que eles ainda não responderam algumas questões que leva-

ram o Ministro da Justiça Tarso Genro, sobretudo nos itens conclusivos da sua decisão, dizer que é bom que reste claro que o caráter humanitário, que também é o princípio da proteção internacional da pessoa humana, perpasse o refúgio implicando o princípio indúbio próréu – na dúvida, a decisão de reconhecimento deverá inclinar-se [soa a campainha] a favor do solicitante do refúgio. E por aí ele segue para concluir pela concessão do refúgio.

Ora, Sr. Presidente, ao examinar a história de Cesare Battisti pude averiguar que ele reconheceu ter participado das atividades do PAC, algumas delas de caráter subversivo, às vezes, inclusive, utilizando de armas, mas nunca atingindo pessoas, e, sobretudo, com a preocupação que ele próprio me descreveu. Porque ele confessou, sim, e por isso foi condenado a doze anos e pouco de prisão, ter participado de ações que ele considerava, assim classificava, de reapropriações proletárias, mas na hora de fazer estes assaltos a estabelecimentos, os mais diversos, quando se encontrava com uma situação em que um companheiro dele pudesse, eventualmente, atingir uma pessoa da segurança de um banco, então ele passou a ter o seguinte procedimento: ele pulava nas costas do guarda que estava, eventualmente, para apontar uma arma e deitava com essa pessoa no chão para que esse homem não levantasse a sua arma, não fosse atingido por um de seus companheiros. Portanto, sempre procurando evitar que houvesse alguém atingido.

E ele também manifestou desde o nosso primeiro encontro, e reiterou, que quando, em maio de 1968, soube do seqüestro e assassinato do Primeiro-Ministro Aldo Moro, que ele ali tomou a resolução para si de nunca atingir qualquer pessoa, de nunca matar qualquer pessoa, e assim procedeu, inclusive, com respeito aos seus companheiros dos PACs. Porque daí ele, conforme descreveu na carta para os Ministros do Supremo Tribunal Federal, e que distribuí, lida na Tribuna do Senado, ele ali disse com clareza que participou, sim, de reuniões na casa daquele que o acusou, Pietro Mutti, para, justamente, dizer que não deveriam os membros do PAC realizar ações que pudessem causar a morte de pessoas. E nessa reunião houve divergências sérias [soa campainha], e, inclusive, em altos brados, ele, nesta e depois na reunião seguinte, quando já tinha ocorrido um assassinato, ele soube de que poderia haver outra pessoa atingida, foi lá para dizer que discordava, porque na maioria havia eles votado para que não houvesse. O primeiro assassinato se deu por divergência de alguns grupos dentro dos PACs, conforme ele assim descreveu.

Sr. Presidente, eu não vou detalhar todas as incongruências e tudo. Mas quero aqui ressaltar quando, por exemplo, o Sr. Wálter Fanganiello Maierovitch, jurista que muito respeito, disse em algumas ocasiões que a justiça italiana quando nota uma contradição de um arrependido, de um dissociado, imediatamente desqualifica o seu depoimento e o anula. Na verdade, quando constatado diversas contradições e inverdades feitas pelo principal acusador de Cesare Battisti, o Sr. Pietro Mutti, o seu depoimento, a sua denúncia não foi anulada. E não há, Sr. Presidente, e aqui digo aos deputados e senadores italianos, até agora, não apresentaram uma pessoa sequer que, não sendo dissociado, não tendo sido arrependido, não sendo pessoa normal, que tenha realmente visualizado, testemunhado olho no olho e dito: "Eu vi o Cesare Battisti assassinar as quatro pessoas". Não há, Sr. Presidente, o que há, sim, é a evidência que foi detectada pela escritora, historiadora e arqueóloga Fred Vargas, de documentação, onde ela comprovou com a devida confirmação por parte de grafóloga oficial francesa, que, conforme o Ministro Tarso Genro observou, que houve a designação fraudulenta dos dois advogados que [soa campainha] defenderam outras pessoas e não Cesare Battisti. E eu gostaria, inclusive, de perguntar ao Ministro Tarso Genro, uma vez que ele mencionou que ele e sua equipe estudaram aos autos, porque eu perguntei aos que estudaram os autos completos, se, porventura, houve da parte dos advogados, Fuga(F) e Pelasa(F), os dois que se utilizaram da falsa procuração para defendê-lo? Se, durante o julgamento, inclusive, em segunda e terceira instâncias ali na Itália, o Advogado Fuga(F) defendeu o Sr. Cesare Battisti? Se o Advogado Pelasa(F) defendeu o Sr. Cesare Battisti? A informação que eu tenho, e peço para ser confirmada, é que o advogado Fuga(F) nem falou na defesa, e nem outra forma, e o Advogado Pelasa(F) foi conivente com as denúncias daqueles que fizeram como arrependidos e dissociados para ganhar a premiação de sua liberdade, portanto, utilizando do instrumento da delação premiada é que eles foram, portanto, que isto... E para eles houve a libertação e para Cesare Battisti a condenação em prisão perpétua, inclusive, não permitida pela Constituição Brasileira. Assim, Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Para concluir, Senador Suplicy, por favor.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --Quero aqui dizer, inclusive, aos jornalistas que não deram aos seus leitores todos os lados da questão, e, inclusive, menciono Mino Carta, menciona a Revista Carta Capital com a exceção de ela ter publicado, sim, a manifestação do Ministro Tarso Genro, mas não completa noutro aspecto, porque foi oferecida à Carta Capita,

foi oferecida à Revista Veja a possibilidade de publicarem esses documentos, inclusive, a manifestação da arqueóloga e historiadora Fred Vargas. E com muita amizade e respeito ao Mino Carta, eu digo, pessoalmente, a ele, não foi dada até agora na sua revista a possibilidade deste esclarecimento.

A Veja e a Carta Capital publicaram a reprodução do que saiu na Revista Panorama, uma entrevista de Pietro Mutti, em que ele estaria confirmando o que teria dito lá atrás, e dizendo: "Aí está o Pietro Mutti apareceu com sua foto e tudo". Eu perguntei para Cesare Battisti: "essa aqui na Panorama publicada na Veja é a foto de Pietro Mutti atual, ele apareceu, de fato e abertamente como você está fazendo dizendo o que aconteceu?" "Esta foto era do tempo em que ambos éramos companheiros".

Sr. Presidente, há muitas razões para que, Caro Ministro Tarso Genro, V. Exa. tenha acertadamente dito que na justiça é muito importante o princípio de na dúvida pró-réu. Assim Sr. Presidente, em conclusão, eu quero destacar os três pontos fundamentais que um dos maiores juristas deste País escreveu a respeito. Três pontos fundamentais devem ser levados em conta na decisão sobre a concessão do Estatuto do Refugiado ao antigo imigrante italiano ou a negação da extradição. Em primeiro lugar: não existe a mínima dúvida de que ele participou de atividades que mesmo tenham chegado à prática de violência física, o que não está comprovado, configuraria um crime político, ficando constitucionalmente excluída a extradição. Em segundo lugar: os antecedentes justificam plenamente o temor de aplicação de penalidades em decorrência de julgamento irregular sem respeito ao princípio do devido processo legal. Além disso, dispõe a lei dos refugiados que será concedida a condição de refugiado aquele que por fundado temor não queira acolher a proteção do país de sua nacionalidade. Por tudo isso, querido Senador Pedro Simon, a Constituição e a Lei dos Refugiados dão fundamento ao atendimento do pedido de refúgio, como já foi observado, o Conselho Nacional dos Refugiados, possivelmente, por excesso de trabalho ou por inadvertência não levou em conta elementos de prova fundamentais que foram anexados ao memorial final e ressaltados na defesa oral. Quisera eu, ter tido mais tempo perante o Dr. Luiz Paulo Barreto com a Fred Vargas, como fiz perante o Dr. Romeu Tuma Júnior, logo depois da decisão do Conare de explicar com maior detalhe a falsa procuração e a comprovação da mesma que foi então diagnosticada.

O eminente Ministro da Justiça poderá suprir essa falha processual, considerando tais elementos quando for proferir a sua decisão no recurso impetrado pelo interessado, os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e a Constituição Brasileira vão a favor da concessão do status de refugiado ao solicitante Cesare Battisti, e uma decisão em tal sentido será coerente com as exposições constitucionais e será, essencialmente, um ato de soberania do Estado Brasileiro. Assina o eminente jurista Dalmo de Abreu Dallari.

Para concluir, Sr. Presidente, a Sra. Fred Vargas nos últimos dias encaminhou as fotografias publicadas no relatório da anistia internacional que comprovam que, ao tempo em que foi feito o julgamento de Cesare Battisti houve, de fato, abusos por parte de pessoas que estavam no comando de procedimentos judiciais na Itália, inclusive, com respeito àqueles que eram da Brigada Vermelha, não que Cesare Battisti tenha sido torturado, mas a evidência da época comprovada por estas fotos é de que houve as torturas, e por isso, Sr. Presidente, eu vou encaminhar para entregar a V. Exa. essas fotos. Eu só quero perguntar também se o Ministro Tarso Genro recebeu as fotos porque estarei encaminhando. Não vou querer exibi-las aqui, Sr. Presidente, porque nas fotos há apenas a evidência de braços, mãos, costas, pernas que foram, evidentemente, objeto de tortura, mas inclusive, os órgãos sexuais do líder da Brigada Vermelha que foram objetos de torturas. Não preciso aqui ficar exibindo isso pela TV Senado, mas encaminho a V. Exa. para evidenciar. Portanto, Ministro Tarso Genro a sua--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não quero ver também não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): V. Exa. não precisa ver, mas então--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas será encaminhada à secretaria.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --Pergunta apenas ao Ministro Tarso Genro se ele também recebeu. Ainda não chegou. Então, vou encaminhar a V. Exa., mas não é que precise ver, mas está no relatório da anistia internacional. E se Primeiro-Ministro Silvio Berlusconi e o jornalista Mino Carta e da Veja, todos quiserem ver, eu posso mostrar. É que eles não procuraram ter muito interesse para àquilo que eu gostaria de ter mostrado.

Quero apenas, Sr. Presidente, continuar buscando a verdade para alcançar a justiça. Por isso que meus eleitores me fizeram chegar ao Senado por três vezes. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Nós vamos ouvir então o último orador inscrito que é o Senador Pedro Simon, e depois em seguida o Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legis-

lação Participativa Cristovam Buarque que é também o responsável por essa audiência pública.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente. Queria só que V. Exa. como Presidente do Senado possa--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Do Senado não, da Comissão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --Fazer a gentileza de convidar a ex-Deputada Federal Maria Luíza Fontenele para sentar aqui conosco, porque ela tem esse direito.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Por favor, pode sentar, Deputada.

Senador Pedro Simon com a palavra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Em primeiro lugar eu quero pedir desculpas, Sr. Presidente, porque eu cheguei atrasado. Eu fazia parte de uma mesa redonda que se realizou na Procuradoria-Geral da República, com a presença do Presidente do Senado, o Presidente do Supremo.

Mas eu fazia muita questão de estar aqui. Lamento que não ouvi o debate, não sei o que é que aconteceu na reunião.

Eu quero, em primeiro lugar, dizer com muita sinceridade, eu tenho o maior respeito e a maior admiração pela atuação do Ministro da Justiça. Acho que desde que ele assumiu, ele vem tendo uma atitude muito firme, muito coerente e por as mais variadas razões ele vem sendo marcado no sentido de querer, inclusive, desestabilizar o Ministro.

Eu acho que pode se discutir a operação com relação ao... Eu sou a favor da ação desenvolvida pelo Ministério da Justiça, eu sou a favor, em tese, da ação desenvolvida pela Polícia Federal, eu vejo com muito respeito esse delegado que vai terminar preso, e o Procurador, o Promotor que também é capaz de terminar preso, e o juiz que teve a coragem de decretar duas prisões àquele banqueiro e que já está respondendo a três processos.

Na minha vida eu só fui advogado de defesa, Sr. Presidente, no Júri que eu atuei eu não sei acusar, eu só trabalhei na defesa. E trabalhando na defesa a minha tese fundamentada era uma: *in dubio pro reo*, e, principalmente, no Brasil que a prisão é uma fábrica de criminosos, me perdoem a sinceridade. No Brasil, a cadeia não regenera e não altera o Direito Penal Brasileiro, a punição não é vingança, a gente pune alguém que cometeu um delito para se regenerar, para que se recupere, para voltar à sociedade.

E eu sempre dizia no meu júri, eu não me lembro de um cidadão que eu absolvi que voltasse para o Tribunal de Júri para cometer outro delito. Mas eu vi muita gente que foi condenada voltarem para o banco dos réus. E, lamentavelmente, no Brasil, e isso não é de hoje, é sempre, a penitenciária é uma fábrica de criminosos, a começar pelos jovens, a começar pelas crianças que entra num retiro desses e Deus me perdoe.

Então, não é a mim que vivi na época da ditadura, as violências, os arbítrios; diariamente tirando alguém da cadeia, vendo tortura, vendo morte, vendo assassinato, principalmente, nós do Rio Grande do Sul. Não é a mim que ninguém vai dar lição de defesa dos direitos individuais, de valorização da pessoa humana, porque eu acho que isso é fundamental.

Agora, Sr. Presidente, eu me lembro que eu estava assistindo do meu gabinete, quando o Senado parecia, eu nunca vi uma reação tão radical, quando apareceu na televisão aquele banqueiro preso, e o ex-prefeito Pitta de pijama, preso de pijama. Mas tremeram as bases do Senado. Mas que barbaridade, em que país nós estamos, onde é que nós estamos, uma coisa como essa? Algemar, aparecer na televisão. Eu não me contive e fui para a tribuna do Senado. Deus me perdoe, eu acho que eu cometi um pecado. Mas quando eu o vi algemado até que eu gostei, pelo menos, eu vi um banqueiro algemado, eu digo assim: "Eu acho que eu cometi um pecado". Sinceramente, mas quantas crianças que morrem, que matam, que levam tiro, quanta miséria que acontece nesse país e nunca se faz nada. E até hoje o Presidente do Supremo está com a ideia fixa, e tudo começou porque o banqueiro foi preso, foi algemado.

E eu acho que se deve gerar uma grande discussão, mas esse debate tinha que ser mais profundo, e não pode ser bate-boca. Não pode ser o presidente do Supremo, agora primeiro bateu boca com o Procurador-Geral da República, dizendo que o Procurador-Geral da República é responsável porque não toma providência com relação aos sem-terra, que devia ser mais genérico. E acho que o Procurador-Geral da República foi muito feliz na resposta dele. E na CNBB tivemos uma reunião onde o Bispo disse o seguinte: "Mas então por que é que ele não pede também que se tome providência com relação às terras que plantam maconha e que deviam ser desapropriadas e não são desapropriadas? E por que é não tomam providência nas fazendas que é praticado o trabalho escravo e não acontece nada". Por que o Presidente do Supremo não pede isso?

Esse problema da Itália eu vejo com muita singeleza. Esse cidadão condenado à revelia, e a informação que eu tenho é que um ex, a tal da delação premiada foi lá e disse montanha de coisas, e ele sem nunca ter sido ouvido e nem coisa nenhuma. Eu acho que o princípio humanitário, 30 anos depois eu vejo com simpatia, não é, pelo amor de Deus, não é um sentimento

de amizade, de carinho muito grande entre o governo brasileiro e o governo italiano, isso é de dentro. Não há nada de pessoal nesse sentido. Mas eu vejo com simpatia, o homem onde é que está, prisão perpétua, o cara não foi ouvido, não depôs e nem coisa nenhuma, e baseado numa delação premiada, onde tudo indica que o cara, em troca da liberdade dele, contou uma história. Mas de modo especial pode até se divergir da decisão do Ministro da Justiça, mas que deve respeitar. Não dá para querer imaginar que o Ministro teria essa intenção, que teve aquele, que é a sua origem, não sei quanto. Não. Eu acho que foi uma decisão profunda, séria, responsável. E eu vejo com simpatia.

Nós estamos vivendo numa hora muito complicada. Eu estou insistindo. Hoje terminei de vir de um debate lá no Supremo, na Procuradoria-Geral da República, onde o Presidente Sarney falou bonito, bonito, bonito, todo mundo falou bonito sobre o que é que é direito, o que é que é justiça, o que é que é não sei mais o que, e eu falei feio uma barbaridade, porque eu disse as coisas que eu acho. No Brasil hoje um fato grave. Um: eu hoje lamento, eu lutei pela Assembléia Nacional Constituinte exclusiva, mas eu não me tinha dado conta que era tão grave o nosso erro de não fazer exclusivo, fosse tão grande quanto hoje estou me dando conta. [ininteligível] nós não teríamos essas coisas que estão aí, defesa da classe dominante, de A, de B, de C, ou de D. É o que eles queriam, um grupo de gente se reúne, faz a Constituinte, não tem nenhuma preocupação e vai embora e depois a gente entra. Agora o grave da Constituinte é que como o Tancredo morreu, eu não estou criticando o Dr. Sarney, eu acho que ele fez um belo trabalho, foi muito competente, mas ele não tinha autoridade, ele não tinha peso, então ele não exerceu influência nenhuma na Constituinte. E pior a briga dele com o Dr. Ulysses. Então o que é que aconteceu? Aconteceu que você pega os assuntos mais importantes da Constituinte, lá na Constituição, reforma agrária, não chegaram à conclusão? Não. Então fica no buraco negro, está no buraco negro, está no buraco negro. Reforma agrária, nem sei o que é que diz. Lei complementar regulamentará. Está até hoje. Problema financeiro, remessa de lucro, coisa que o valha, lei complementar regulamentará, e até hoje não tem lei, não tem coisa nenhuma. E o crime é maior que a lei, a medida provisória. E a medida provisória foi feita, porque o projeto da Assembléia Nacional Constituinte, a Constituição era parlamentarista, e no parlamentarismo a medida provisória faz parte. Quando caiu o parlamentarismo eu não era constituinte, eu estava lá no Rio Grande do Sul, mas eu fiz um apelo e disse: "Olha, não precisa nem votar. A comissão de redação final deve tirar a medida provisória. Caiu o parlamentarismo cai a medida provisória". E está aí esse exagero que vem desde o Governo Sarney até hoje. E o Congresso ainda não tem coragem de tomar uma posição dura no sentido de agir dessa maneira.

E a segunda questão para mim se chama a impunidade. O que está levando o Brasil à desgraça se chama: a impunidade. Não é que o Brasil tenha mais ladrão que os Estados Unidos, que a Europa, que a França; não é verdade. O problema é que no Brasil só pobre vai para a cadeia e nos outros países rico também vai. Quatro primeiros-ministros italianos se mataram para não ir para a cadeia. Olha que coisa espetacular [ininteligível] o Obama ali, uma senhora bacana, tida com o maior nome da liderança que ela ia colocar, 900 dólares, ela não pagou a contribuição da empregada doméstica, porque era estrangeira ilegal. Teve que cair fora, não pode. O outro que era o homem mais importante do governo dele, que ia ser o homem da saúde que ia fazer um programa revolucionário. Os Estados Unidos têm 40 milhões de americanos que não têm nada de saúde, porque lá a saúde é só privada, e eles não têm seguro, não têm coisa nenhuma. Um projeto nesse sentido ele era o único que ia fazer. 15 mil dólares de sonegação, não sei o que, não pode ser. Funciona. Agora no Brasil eu acho que nós temos a obrigação de fazer isso. Eu defendo uma tese e tenho um processo que diz assim, 1: na verdade, quem tem ficha suja não pode ser candidato. Mas é um absurdo? É. Quem tem ficha suja não pode ser candidato. Mas a justiça tem que julgar o caso dele até a eleição, não pode ficar na gaveta nem do delegado, nem do juiz, nem do procurador e nem do Tribunal. E se por algum acaso não julgar até a eleição, os que ganharam, e aí o número diminui tem que ser julgado até a posse. Aí muda tudo, aí muda tudo. Aí acusar: o Simon é ladrão, o fulano é isso, o fulano é aquilo, não tinha aquela história de nivelar por baixo. Ninguém é condenado, mas ninguém é absolvido. Então, essas coisas estão acontecendo. Eu não vejo o Presidente do Supremo Tribunal falar numa matéria que nem essa, que é a matéria, volto a repetir, a impunidade.

Dentro desse contexto eu quero dizer que tenho a maior admiração por V. Exa., porque acho V. Exa. está tendo coragem. V. Exa. me deu uma resposta que eu fiquei irritado, que foi muito competente. Eu disse para V. Exa. conversando nós dois: "Olha, eu acho que você está certo, Tarso. Esse negócio realmente tem que ser apurado, tem que se apurar essa questão dos crimes militares, esse programa do que é anistia, do que não é anistia, mas eu acho que não é agora". Aí o homem responde assim: "É. Geralmente essa matéria todo mundo diz que ainda não é agora, e o tempo passa". Mas eu acho que V. Exa. está certo.

Com muito carinho e com muito respeito eu trago a minha admiração a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Pedro Simon. Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ministro, eu retomo exatamente aonde o Senador Simon parou.

Antes mesmo de analisar o que está por trás do caso Battisti, de emitir um juízo, eu quero dizer aqui da minha admiração pela coragem que o senhor tem tido nesse caso. Nós que fazemos política costumamos olhar mais os jornais do que os livros de história. Nós temos mais medo dos jornalistas do que os historiadores que, no futuro, vão analisar os nossos gestos. E o senhor tomou uma decisão pensando nos livros de história. Pode ser que esteja errado, pode ser que esteja certo. Mas não fez pensando nos jornalistas e nos jornais. Porque no Brasil, de vez em quando, se criam algumas unanimidades. E agora, de repente, criou-se uma unanimidade de que o caso Battisti deve ser tratado devolvendo-o para a Itália. É como se fosse uma unanimidade. E o senhor teve a coragem de tomar a posição que o senhor acha que é correto.

Eu evitei até aqui falar sobre esse assunto. Foi ao assumir a Comissão de Direitos Humanos que sentei na cadeira e disse: "Vou visitar o Cesare Battisti para conversar e ouvir a história dele. E marquei para hoje. Era para estar lá agora nesse momento, à 1h. Já telefonamos desmarcando. Eu ia com o Senador Nery. Na próxima semana ele não pode ir e eu irei. Vou conversar com ele.

E creio que a Comissão de Direitos Humanos deve analisar o assunto. Para mim a gente tem que analisar na ótica, um: da soberania. Não tínhamos que estar ligando se os italianos estão ou não pedindo, estão ou não querendo. Há uma soberania e tem que ser respeitada. Segundo: eu creio que a gente tem que analisar as provas, se ele esteve realmente envolvido em crimes de sangue ou não, porque não está claro isso, pelo menos, para mim. Terceiro: nós temos que analisar o caráter, se foi político ou não foi político. Embora, eu seja, como o Senador Mercadante, radicalmente contra a alternativa das armas e das mortes, vamos falar com coerência. Nós perdoamos os crimes políticos de sangue, perdoamos com anistia companheiros nossos da esquerda que cometeram atos desse tipo, e perdoamos os torturadores que antes de matar torturaram, e estão perdoados, não estão presos. Nós temos que analisar o prazo, se houve ou não prescrição gente. No Brasil eu creio que já estaria prescrito esse caso. Nós temos que analisar se a justiça italiana, com toda a sua soberania, claro, foi ou não imparcial, se ouviu o Cesare, se levou em conta ou não, como parece que tem feito.

E eu creio que a gente tem que analisar também o tamanho da pena, no Brasil não há pena perpétua. Eu creio que ele está condenado a uma pena perpétua. Então, nós temos que analisar na ótica da soberania nacional, temos que analisar na ótica de se houve ou não crime de sangue com a participação dele, temos que analisar se houve esse crime, respeitando que para os brasileiros nós tratamos diferentemente no caso de ser ou não por razões políticas. E a gente não pode ser incoerente, porque ele é um italiano, mas ele é primeiro um ser humano, daí a Comissão de Direitos Humanos estar aqui.

Então, Ministro, o senhor primeiro tem toda a minha simpatia pela coragem, independente de eu assinar embaixo da sua decisão. Segundo, nós da Comissão de Direitos Humanos vamos analisar o fato a partir da minha visita a ele na próxima semana, e do envolvimento nosso, eu não estava envolvido nisso. Eu agora não tenho direito de ficar calado diante desse assunto, uma análise de tudo que a gente vê que está por trás. E isso é o que eu tenho que dizer com Presidente de Direitos Humanos. E na próxima semana nós vamos discutir o assunto, logo depois da minha volta, se for possível eu ir lá antes, talvez não seja, porque nossa reunião já é na terça-feira. E quero dizer que a sua defesa feita aqui da sua posição, foi extremamente, a meu ver, convincente, foi com muita substância e com muita firmeza como devem ser esses fatos. Lamento que a gente tenha dedicado muito tempo ao caso dos cubanos, lamento. Se fosse o caso de querer discutir, discutamos o caso dos cubanos um dia aqui, mas não deveríamos ter misturado as duas coisas.

E, finalmente, eu quero compartir a posição do companheiro João Pedro dizendo que, de fato, seria interessante mandar para a Itália a transcrição dessa reunião, que mostrou uma profunda seriedade por parte dos Senadores querendo tomar uma posição a favor ou contra o governo. Mas independente, na medida do possível, se somos ou não oposição ou situação.

Fico satisfeito e concluo cumprimentando o nosso Presidente da Comissão, Senador Eduardo Azeredo pelo bom nível que nós tivemos nesta Sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Cristovam.

Nós vamos então concluir com as palavras finais do Ministro Tarso Genro, indagando do próprio Ministro se o Dr. Luiz Paulo, o Dr. Romeu Tuma Júnior também teriam alguma questão a acompanhar. Fica à sua disposição.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permita apenas, Sr. Presidente, informar--

SR. MINISTRO TARSO GENRO: Dar continuidade. Eu vou falar brevemente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --Permita-me apenas informar que encaminhei às mãos do Ministro Tarso Genro as fotos que eu mencionei de pessoas que foram torturadas, segundo o relatório da anistia internacional há época do julgamento de Cesare Battisti. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está ótimo. Recebemos na secretaria. Obrigado. Ministro Tarso Genro.

SR. MINISTRO TARSO GENRO: Sr. Presidente, eu queria manifestar o meu agradecimento à V. Exa. pela forma correta, democrática e pertinente com que o senhor conduziu esta sessão, sobre um tema que é um tema extraordinariamente difícil. Eu me congratulo com V. Exa., e me coloco à disposição no Ministério da Justiça para que o senhor como Presidente da Comissão de Relações Exteriores esteja à vontade sempre para solicitar qualquer atitude, qualquer informação, qualquer postura do Ministério da Justiça em relação às questões que nos vinculam institucionalmente.

Queria agradecer as manifestações do Senador Cristovam Buarque. Eu estive com ele recentemente em Oslo no Instituto Nobel, num grande debate sobre direitos humanos, criminalidade, direitos sociais, promovido pelo governo norueguês, em parceria com a Academia Latino-Americana, dirigida pelo professor, pelo nosso professor Cândido Mendes. E lá recebemos uma lição extraordinária do Senador Cristovam Buarque, inclusive, sobre temas que estivemos aqui discutindo em parte, conexos com essa questão.

Senador Pedro Simon, V. Exa. sabe, há muito tempo, da minha admiração, do meu respeito. Nós estivemos juntos na época da redemocratização, e eu atuando na legalidade e na clandestinidade o Senador Simon como líder político do meu Estado que agregava todas as forças políticas de centro, de centro-esquerda, de centro-direita, de ultra-esquerda que lutava pelo regime democrático do País. V. Exa. foi sempre a nossa referência aberta e pública. Por isso é um enorme orgulho tê-lo aqui nesta sessão e ouvir de V. Exa. essas palavras como um representante do meu Estado e um representante legítimo do que melhor a política brasileira produziu ao longo das últimas décadas.

Vou ser bastante breve. Primeiro em relação à questão dos cubanos. Cuba tem um regime político diferente do Brasil, não é um regime de estado de direito democrático, como o nosso, é um regime próprio originário da revolução cubana. É um país amigo do Brasil. A Venezuela tem um projeto político diferente, um projeto político brasileiro, o nosso projeto de desenvolvimento. É um país amigo do Brasil. A Itália na sua tradição renascentista iluminista, a Itália produtora de grandes pensadores, grandes juristas, grandes intelectuais, grandes políticos tem um governo diferente do governo brasileiro. É um país amigo do Brasil. Os Estados Unidos tem um projeto democrático que tem exercido influência mundial nos seus aspectos positivos e negativos, tem um presidente hoje muito semelhante, em minha opinião, pelas suas propostas, pela sua visão de mundo, pela sua visão humanista muito semelhante ao Presidente da República, guardadas as origens políticas e as circunstâncias sociais que envolveram essas duas grandes lideranças. E os Estados Unidos estão hoje terminando com suas instituições de exceção, e os Estados Unidos hoje estão revertendo, inclusive, uma visão incrustada no seu direito interno que já vinha da década de 70, não é de hoje, que provas obtidas ilegalmente podem ser aceitas para dar sustentação a condenações criminais. É uma jurisprudência que foi se formando na Suprema Corte Americana nos Tribunais intermediários, e que, de repente, numa circunstância global adversa, numa circunstância global de confronto os Estados Unidos transformaram numa normativa para interrogatórios realizados fora do seu território. Salve o Presidente Obama que começa a reagir contra isso e começa a fazer uma síntese superior da democracia americana que também deve nos orientar do ponto de vista político naquilo que é cabível à nossa formação social.

Em relação aos cubanos que foi criado um conflito político importante do qual eu não me arrependo de ter participado, e, inclusive, agradeço a imprensa pela relevância que deu a essa questão, embora, fosse uma relevância, sobretudo, distorcida a respeito do assunto, porque permitiu que num país democrático como o nosso, nós fizéssemos um grande contencioso sobre o assunto. Agora a imprensa está aqui presente agora, ela viu o que restou da questão dos cubanos, na expressão do Senador Heráclito Fortes. Ele diz: “Não. A única divergência que eu tenho é que não devia ter tido tanta pressa. Não é em relação às formalidades. Nós achamos que o Ministro cumpriu a lei, mas podia esperar mais um pouco”. Na visão do Senador Heráclito, que eu respeito, há uma orientação no sentido de que nós então prendêssemos os cubanos para que eles refletissem em cinco dias a respeito da decisão que tinham tomado. Pode ser uma recomendação saudável, mas é ilegal, e eu não faria e não farei se isso acontecer de novo. A menos que esta Casa parlamentar mude a lei e diga: “Quem pedir para sair, quem não pedir refúgio, deve ficar detido pela Polícia Federal durante cinco dias para refletir”. Aí eu farei, embora a contra gosto, porque isso é uma normativa legal oriunda de um órgão legítimo para decidir sobre

essa matéria. Isso é o que restou da questão dos cubanos. Eu queria deixar bem claro para que este assunto que tanto ocupou as páginas da nossa imprensa e o nosso debate político ficasse colocado agora em um novo patamar que é solicitar ao nosso Congresso Nacional que se for o caso mude as regras de concessão de refúgio. Nós administradores estamos obrigados a cumpri-la quando elas são pertinentes ao ato que está em desenvolvimento.

Quero dizer também por consciência que se nós tivermos uma determinada normativa legal que eu não possa cumprir por consciência, eu me demito da condição do Ministério da Justiça. Até agora não encontrei nenhuma lei que me impedisse o exercício desta função pública.

Eu vim preparado, na verdade, para um grande debate jurídico, sobre a questão do Battisti, e nós tivemos aqui um debate político, importante e pertinente para esta Casa. Mas eu quero, rapidamente, em poucos minutos, dar alguns argumentos jurídicos que sustentam essa decisão política do governo. Porque esta é uma decisão política de um governo em todos os países civilizados que tem que ser fundamentada juridicamente, tem que ser fundamentada na ordem jurídica interna do país, e foi exatamente isso que eu fiz em relação ao refugiado que nós estamos tratando, o Sr. Battisti.

Uma decisão do Supremo Tribunal Federal do relator Ministro Sydney Sanches, um dos primeiros casos de extradição onde se discutia a extradição de um eventual terrorista. O número da extradição: 694. O Ministro Sydney Sanches não foi nomeado pelo Presidente Lula, e nem é apontado como uma pessoa que tenha qualquer tipo de simpatia com a esquerda. Eu diria até, pelo que eu conheço dos seus votos, e da sua brilhante trajetória, que poderia ser qualificado como um centrista democrático. Diz ele: "Que concedia a extradição porque subverteram violentamente a ordem econômica e social do estado italiano, de promover uma insurreição armada e suscitar a guerra civil no território do estado, de atentar contra a vida e a incolumidade das pessoas para fins de terrorismo e de diversão da ordem democrática". É crime político. Queria a extradição, não foi concedida. Queria mencionar aqui rapidamente uma manifestação do 1º Tribunal do Júri de Apelação de Milão numa sentença em que esse Tribunal de Milão decide sobre o Sr. Cesare Battisti. Diz ele: "Um só projeto criminoso instigado publicamente para a prática dos crimes de associação subversiva constituída em quadrilha armada, de insurreição armada contra os poderes do estado de guerra civil, de qualquer maneira por ter feito propaganda no território nacional para subversão violenta do sistema econômico e social do próprio país". Lembra as decisões das nossas auditorias militares aqui no país durante a ditadura militar, e não é uma decisão de um Tribunal de exceção e nem uma decisão proferida num país ditatorial. É uma decisão proferida num país democrático sobre crimes políticos contra o estado democrático de direito, e não quanto ao estado, de fato, que se instala através de regimes militares. Mas isso não deixa de caracterizar os atos, como diz o próprio Tribunal, e como reconhece o Ministro Sydney Sanches como atos de criminalidade política, portanto, inscritos dentro da sistemática legal, nacional e internacional como passível de serem abrigados pelas leis que regulam o refúgio e o asilo político.

E para finalizar. Uma carta do Sr. Francesco Cossiga que foi Ministro de Estado na época dos anos de chumbo na Itália, e que remete essa carta para alguns dos processados por delitos contra a ordem democrática italiana. Diz ele: "Vocês todos de esquerda e de direita eram revolucionários impotentes, em particular, vocês subversivos de esquerda que acreditavam com atos de terrorismo, não certamente de poder fazer, mas, pelo menos, escorvar a revolução conforme os ensinamentos de Lenin que condenava em via de princípio o terrorismo, mas que justificava, ou melhor, achava útil e legítimo de um ponto de vista do marxismo leninismo os atos de terrorismo só se propedêuticos à revolução e capaz de conduzi-la. Os crimes que a subversão de esquerda e a invenção de direita cumpriram são certamente crimes, mas não certamente crimes comuns, porém, crimes políticos". Diz o Sr. Francesco Cossiga. Eu fundo o temor de perseguição ou de ausência de neutralidade do estado, não estado de direito italiano, como abstração, e nem na situação política atual do Judiciário Italiano, mas eu fundo a visão de que há fundado o temor de perseguição no resultado da cultura política e institucional produzida nos anos de chumbo que podem ter reflexo, inclusive, neste fundado temor de perseguição de uma parte, e, inclusive, podem ter influenciado a condução do processo. Um processo concreto, estou me referindo, e não ao Judiciário Italiano. Tenho ouvido algumas vozes defendendo a extradição do Sr. Battisti dizendo que eu ofendi o estado italiano. Está aqui a minha decisão, não tem uma linha que eu refiro ao estado italiano que não seja de elogio ao estado democrático de direito, mas dizendo o que qualquer jurista medíocre como eu poderia dizer, que a exceção sempre convive com o estado de direito. Às vezes de forma mais aguda, às vezes de forma subsumida, às vezes, impotente, às vezes, de forma dominante. Dependendo das circunstâncias sociais e políticas em que o processo social, o processo de reformas, ou o processo revolucionário naquele país

está envolvido. Isso que determinou a minha decisão de conceder o refúgio ao Sr. Battisti.

Eu quero manifestar a minha repulsa por todos aqueles que manifestaram publicamente, porque não conhecem a minha vida, não conhecem a minha história política, não conhecem a minha conduta que eu teria dado acolhimento ao pedido do Sr. Battisti porque eu tenho simpatias pelo terrorismo. Só uma absoluta má-fé, uma absoluta ignorância ou uma absoluta vontade de perverter os fatos pode fazer uma alusão dessa a meu respeito. Eu tenho, evidentemente, outros flancos que possam ser atacado com mais dignidade, e, inclusive, com justiça, como todos nós seres humanos apresentamos na nossa vida, as nossas falhas, mas essa simpatia pelo terrorismo nunca tive. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Agradecendo, mais uma vez, ao Ministro Tarso Genro, ao Dr. Romeu Tuma Júnior, ao Dr. Luiz Paulo Barreto, ao Presidente Cristovam Buarque, aos Senadores e Senadoras que aqui compareceram.

Está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 13h56.

ATA DA 4ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia 19 de março de 2009, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, João Ribeiro, Tião Viana, Pedro Simon, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Efraim Morais, Demóstenes Torres, Marco Maciel, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Flávio Arns, Augusto Botelho, Wellington Salgado de Oliveira, Valdir Raupp, Adelmir Santana, Arthur Virgílio, Mozarildo Cavalcanti e Cristovam Buarque**. Justifica a ausência o Senador **João Tenório.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos, submetendo à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente submete à Comissão a indicação do nome do Senador Geraldo Mesquita Júnior para a Vice-Presidência da Comissão. O Presidente faz a chamada nominal dos membros, para exercerem o direito de voto. Em seguida, o Presidente dá conhecimento aos membros da Comissão do recebimento do Ofício nº 5, de 2009, do Presidente da Comissão Nacional de Relações Internacionais do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, manifestando a posição daquela entidade sobre a abstenção do Brasil na votação que aprovou a Resolução condenatória à violação dos Direitos Humanos no Irã, no Terceiro Comitê da Assembléia Geral da ONU, realizado em 20 de novembro de 2007, e solicitando a adoção de políticas, pelo governo brasileiro, que visem a defesa dos direitos humanos naquele país. O Senador **Arthur Virgílio** faz uso da palavra. O Presidente convida os Embaixadores **Paulo Antônio Pereira Pinto, Renate Stille e Marcela Maria Nicodemos** para compor a Mesa. O Senador **Tião Viana** faz uso da palavra e solicita seja promovido um fórum para discutir questões inerentes à Amazônia, com a participação dos Chanceleres dos países amazônicos. O Senador **Cristovam Buarque** faz uso da palavra. O Presidente faz inversão da pauta e dá inicio à sua apreciação. **Item 2: Mensagem nº 284, de 2008,** do Senhor Presidente da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora Renate Stille, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Nova Zelândia".* O Presidente concede a palavra ao Senador **Cristovam Buarque**, relator "Ad Hoc", para fazer a leitura do relatório. **Item 3: Mensagem nº 3, de 2009,** do Senhor Presidente da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhora Marcela Maria Nicodemos, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Armênia"*. Presidente concede a palavra ao Senador Tião Viana para fazer a leitura de seu relatório. **Item 1: Mensagem nº 260, de 2008,** do Senhor Presidente da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Paulo Antonio Pereira Pinto, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão"*. O Presidente concede a palavra ao Senador **Eduardo Suplicy**, relator "Ad Hoc", para fazer a leitura do relatório. O Presidente concede a palavra a Embaixadora **Renate Stille** para fazer sua exposição. O Senador **Eduardo Suplicy** faz uso da palavra. O Presidente encerra o processo de votação para a Vice-Presidência da Comissão. A Em-

baixadora **Marcela Maria Nicodemos** e o Embaixador **Paulo Antonio Pereira Pinto** fazem suas exposições. Os Senadores **Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque e Geraldo Mesquita Júnior** fazem uso da palavra. O Presidente solicita aos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque que realizem o escrutínio da votação realizada para a Vice-Presidência da Comissão. Realizada a contagem dos votos, o Presidente comunica a eleição do Senador Geraldo Mesquita Júnior como Vice-Presidente da Comissão, com 18 (dezoito) votos Sim e 1 (uma) Abstenção. O Presidente torna a reunião secreta às treze horas e doze minutos. A sessão é reaberta às treze horas e vinte e um minutos. O Presidente comunica a aprovação dos Embaixadores. O Presidente submete à deliberação da Comissão o **Requerimento nº 6, de 2009,** de sua autoria, que *"nos Termos do Art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja convidado o Excelentíssimo Senhor Embaixador Otto Maia, a comparecer, em audiência pública nesta Comissão, para tratar da situação dos brasileiros no exterior, em especial as conseqüências que ocorrem em virtude da crise financeira internacional"*. O Senador **Eduardo Suplicy** faz uso da palavra. Aprovado. O Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às treze horas e vinte e cinco minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião.

Senador **Eduardo Azeredo**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 4ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE MARÇO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 34 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram, aprovada. Realizaremos na presente reunião, a eleição do Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2009/2010. Foi registrado, até o momento, o nome do Senador Geraldo Mesquita Júnior para ocupar a Vice-Presidência. Sobre a Mesa, encontra-se à disposição das Sras. e Srs. Senadores, a cédula de votação, devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas após chamada nominal da votação.

A Presidência irá proceder à chamada dos Srs. Senadores, obedecidas as composições partidárias para que exerçam o seu direito de voto. Os Senadores que são membros da Comissão, Senador Eduardo Suplicy, Senador Antonio Carlos Valadares, Senador João Ribeiro, Senador João Pedro, Senador Tião Viana, Senador Pedro Simon, Senador Francisco Dornelles, Senador Geraldo Mesquita Júnior, Senador Romero Jucá, Senador Paulo Duque, Senador Efraim Morais, Senador Demóstenes Torres, Senador Marco Maciel, Senador Heráclito Fortes, Senador João Tenório, Senador Eduardo Azeredo, Senador Flexa Ribeiro, Senador Fernando Collor, Senadora Patrícia Saboya. E também Senador Flávio Arns, Senadora Marina Silva, Senador Renato Casagrande, Senador Magno Malta, Senador Augusto Botelho, Senador Almeida Lima, Senador Leomar Quintanilha, Senador Wellington Salgado de Oliveira, Senador Valdir Raupp, Senador Gilvam Borges, Senador Adelmir Santana, Senadora Rosalba Ciarlini, Senador José Agripino, Senadora Kátia Abreu, Senador Alvaro Dias, Senador Arthur Virgílio, Senador Tasso Jereissati, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Cristovam Buarque.

As cédulas, portanto, já estão disponíveis para os Srs. Senadores que quiserem exercer o voto para a Vice-Presidência desta Comissão. Nós vamos também... Eu vou passar, antes de chamar os Srs. Embaixadores, enquanto já vai encaminhando o processo de votação, já podem votar. Podem, na medida em que tiver, pode exercer.

Ainda no expediente, para conhecimento da Comissão, recebemos o Ofício nº 5/2009, do Presidente da Comissão Nacional de Relações Internacionais da Ordem dos Advogados do Brasil e que manifesta a posição daquela entidade sobre a abstenção do Brasil na votação que aprovou a Resolução Condenatória à Violação dos Direitos Humanos no Irã, o 3º Comitê da Assembléia Geral da ONU, realizada em 20 de novembro de 2007. Solicita ainda a adoção de política pelo Governo Brasileiro que visa à defesa dos Direitos Humanos naquele país.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Senador Arthur Virgílio, antes de passarmos à apreciação da pauta.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, antes de mais nada, quero dizer que o meu voto nesse episódio não é secreto, eu considero da maior justiça se indicar uma figura correta, fraterna, e de excelente convivência como o Senador Geraldo Mesquita Júnior para auxiliar Vossa Excelência nessa missão nobre de dirigir a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

No mais, sendo esta a primeira reunião de que participo, sob a sua Presidência e, com muita alegria, sob a sua Presidência, eu devo, eu sugeriria, como tema de meditação e, quem sabe, de deliberação desta Comissão, nós não deixarmos passar em branco nada que signifique agressão a direito da pessoa humana em nenhum quadrante do planeta. E não importa se a violência é de centro, se ela é de esquerda, se ela é de direita, se ela é de bola, se ela é de rebola, se ela é de carambola. Não me interessa. O importante é o respeito ao direito da pessoa humana.

O Brasil tem que ser levado a condenar violações ao direito da pessoa humana, sejam essas violações praticadas por quem for. Não tem torturador amigo, não tem violador aliado, não existe razão tática. Candidata não sei ao quê, não é perdoável. Fuzilamento sumário é fuzilamento sumário. Agressão à democracia é agressão à democracia. Eu creio que esta Comissão pode pegar um viés, dando continuidade a excelentes presidências que aqui já vivenciamos com elas os problemas da Comissão, mas pode pegar um viés muito proativo. Seja abordando a constituição econômica que tem a ver com as relações internacionais, seja abordando a questão democrática, que é essencial, a constituição democrática é essencial.

Eu não acredito em prosperidade, e isso ficou muito patente, seja quando se implantaram ditadura de esquerda, seja quando se implantam ditadura de direita. Eu não conheço nenhuma próspera, nenhuma próspera. Se a gente conhece um país que tem prosperado e ainda não se pode dizer que é um país democrático, é um país que está se abrindo, no econômico, muito e, forçosamente, terá que se abrir no político. E ele é tão peculiar, tão peculiar, que não dá para se compará-lo a nenhum outro país, eu me refiro à China. Mas não conheço nenhum país do mundo que seja dirigido por autoritários e que seja próspero. Que ofereça o que o povo necessita. E, sobretudo, algo que é essencial ao ser humano, que é o direito de se expressar, o direito de falar.

Portanto, eu desejo a Vossa Excelência o melhor êxito nessa passagem que haverá de ser profícua pela Comissão, com a esperança de que nós sejamos capazes de fazer três coisas muito básicas. Primeiro, muita coerência acima de posições ideológicas em relação à defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Agressão à liberdade de imprensa é agressão venha de onde ela vier. Não tem companheiro, se o companheiro agride a liberdade de imprensa, o nosso país preserva a liberdade de imprensa.

Segundo, que nós saibamos estar à altura, tem a Comissão de Assuntos Econômicos, tem a Comissão de Acompanhamento da Crise, que são relevantes, mas esta Comissão não pode se omitir no debate econômico. Afinal de contas, é a globalização que provoca esse efeito contágio tão forte que se alia aos problemas internos do Brasil, para nos trazer uma crise tão grave que é mais do que tsunami, não tem tempo para acabar. Mesmo que tenhamos avisado que ela ia começar no Brasil, jamais *marolinha*, sempre soubemos que era uma onda muito forte, era um vagalhão muito forte, era um caixote.

E, por outro lado, como terceiro ponto, que nós saibamos Sr. Presidente Senador Eduardo Azeredo, junto com a análise da questão dos Direitos Humanos, junto com a análise da economia, firmarmos uma clara posição em defesa dos princípios básicos da Democracia, sem o que a gente não tem nem a paz econômica, e nem tem o respeito aos Direitos Humanos.

Eu vejo que são pontos nobres, que deveriam ser por nós observados de maneira muito rígida. Eu não sei por que uns se chocam com uma coisa, uns se chocam com outra. Eu me choco com qualquer violência, venha ela de onde vier. Se a violência é praticada por um ditador de direita, simplesmente é uma violência que eu condeno. Se é praticada por um ditador de esquerda, é uma violência que eu condeno do mesmo modo. Eu não consigo justificar, já passei dessa fase de esquerdista de bar, que diz: "Ah, mas o socialismo tem que ser preservado. O ser humano não." E o socialismo deu no que deu, deu no fracasso que deu, no impacto ecológico negativo, deu no atraso, deu tudo o que deu. Não quero discutir passado, quero discutir futuro. E tem ainda governos do passado que afrontam o futuro deste mundo.

Portanto, eu acho que nós temos muito o que fazer. E mais ainda, se pudesse fazer uma quarta observação, nós temos visto aqui, nós temos um corpo técnico do melhor nível. Nós temos consultores do melhor calibre intelectual. Mas as sabatinas tem sido sempre muito mornas, ou seja, nós temos que, efetivamente, questionar os sabatinados como faz o Senado norte-americano. Sabatinar. O objetivo não é o de impedir, quem quer que seja, que vá para o posto tal, mas procurar mostrar conhecimento sobre o posto, e exigir que o sabatinado mostre conhecimento sobre o seu posto. Acima daquela história de tem tantos milhões de quilômetros quadrados, faz fronteira não sei com quem, aquela coisa que qualquer criança, olhando o mapa, percebe.

É hora de nós darmos uma qualidade diferente a um país que já é um *player* global e que, portanto, não pode continuar virado para o seu umbigo, ignorando, por exemplo, como já vi aqui... A gente tendo que pegar Senador no corredor para vir dar *quorum* para a sabatina do Embaixador do Brasil nos Estados

Unidos. É uma hora em que o Brasil se revela provinciano. O Brasil tem que perceber... Nem deve ser um megalomaníaco, nosso Presidente hoje está muito mais tarimbado, muito mais experimentado, mas teve uma declaração dele que eu guardei. Porque eu vou contar para o meu neto. Quando ele se reúne com... E foi horrível aquilo... Uma tentativa infrutífera de chegar ao Conselho da ONU como membro permanente... E sai da reunião com o ditador da CIA, e sai um comunicado conjunto. "Israel deve abandonar Golã imediatamente." Eu fiquei imaginando, "Meu Deus, que tropa que ele vai mandar para lá para obrigar Israel a fazer isso?" Essas declarações de grande eloquência dão impressão de que, às vezes, ele não percebe o tamanho exato do Brasil.

Nós temos que perceber, primeiro, o nosso tamanho, não é nem tão grande, nem tão pequeno, é uma potência econômica expressiva e média. Ou seja, o país pode atuar como agente da paz, como agente da conciliação. Não tem vocação belicista, não tem vocação imperialista, não tem vocação expansionista. Pode ser um agente da paz, pode ser um agente da luta pela volta ao multilateralismo, muito mais do que pela tal vaga no Conselho que, um dia, poderá vir, mas não deve virar obsessão. Não precisa criar 200 embaixadas para nós, um dia, sermos do Conselho de Segurança da ONU. Dar dinheiro para embaixada que não serve, aí falta dinheiro para a embaixada fundamental que é de Nova Iorque, ou que é de Washington, ou que é de Buenos Aires, por exemplo. Então, eu entendo que o Brasil deve, avaliando o seu próprio tamanho, ser bastante ousado a partir de iniciativas do Congresso. O Congresso tem que participar da formulação de política externa e não só reagir ao que os jornais dizem.

O Coronel Chávez faz uma violência e nós aqui então comentamos a violência, cada um tem o seu gosto, justificando, e outros dizendo que é um atentado à democracia. Nós temos que ser proativos. Nos antecipar aos fatos e mostrar a capacidade de formular, até para mostrarmos ao Itamaraty que parte... E o Itamaraty faz muito bem o seu papel, parte da formulação da política externa, grande parte, a maior parte, cabe ao Executivo. Mas uma parte, que nós temos que determinar, de acordo com a nossa capacidade, teria que caber ao Congresso através de uma ação que tem tudo para dar certo, Sr. Presidente, e Vossa Excelência, da Comissão de Relações Exteriores. Isso dará a grandeza prática que corresponderá à grandeza simbólica desta Comissão.

Muito obrigado, e parabéns a V. Exa., e parabéns antecipados ao Vice-Presidente Senador Geraldo Mesquita Júnior. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Obrigado, Senador Arthur Virgílio. É muito boa a sua presença aqui, como líder do PSDB, e pelas palavras que traz, e eu agradeço, também, os votos de sucesso na minha gestão. Senador Cristovam Buarque, só que o Senador Tião Viana já tinha pedido a palavra antes. Mas antes de passar a palavra aos dois, eu queria só convidar para compor a Mesa os Embaixadores Paulo Antonio Pereira Pinto, indicado para a República do Azerbaijão, a Embaixadora Renate Stille, indicada para a Embaixada do Brasil na Nova Zelândia, e a Embaixadora Marcela Maria Nicodemos, indicada para a República da Armênia. Todas as três vão ser sabatinadas ainda hoje. Senador Tião Viana com a palavra.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Sr. Presidente Senador Eduardo Azeredo, Srs. Senadores. Eu tenho o Senador Arthur Virgílio como uma referência e um guia nesse debate sobre política externa, sobre relações multilaterais, sobre o papel do Brasil neste momento no cenário internacional, e gostaria muito que Vossa Excelência pudesse incorporar dentre as responsabilidades da Comissão, um olhar muito especial, Sr. Presidente, um olhar muito especial de Vossa Excelência na agenda que vamos montar para a questão Amazônica.

Senador Arthur Virgílio, ontem estava tentando fazer o debate sobre a Amazônia e acho que esta Comissão tem o dever de chamar à responsabilidade o Itamaraty sobre essa matéria. Eu não lembro, em toda a história do Itamaraty, dele ter ido à Amazônia debater a Amazônia. Não sei quantos Ministros foram à Amazônia. Eles debatem no mundo inteiro, mas não discutem o papel efetivo da soberania nacional, o papel efetivo da Amazônia perante o cenário internacional hoje, o potencial estratégico que a Amazônia, como portal do Brasil para o mundo nesse terceiro milênio. Então, que nós sejamos capazes de despertar no Itamaraty a substituição do debate formal sobre as questões amazônicas por um debate estratégico e efetivo que nos garanta um papel de agentes.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Permite um aparte?

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Pois não, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): O Senador Tião Viana é tão oportuno, porque tem um deputado do partido dele, Deputado Francisco do PT do Amazonas, que cunhou uma frase que eu morro de inveja. Eu fico, eu não sou dado a roubar, mas eu tenho a maior vontade de roubar a frase do Deputado Praciano, porque ele diz que "O mundo cobiça a Amazônia, o Brasil não." O Brasil ama a Amazônia, mas não

cobiça, senão, daria uma assistência de Estado, muito maior do que tem dado tradicionalmente.

E recebi ontem um e-mail do ex-deputado federal do Estado de Amazonas também, Deputado Carrel Benevides, que não convive com o Deputado Praciano, que disse algo parecido. A propósito do discurso que fiz e que pretendo... Não deu para fazer ontem em função coisa lamentável que foi a morte do meu querido amigo, e colega, Clodovil Hernandes, querido amigo mesmo, mas foi adiada, então, para terça-feira essa fala.

Diz o Deputado Carrel, que ele não conhece bem, se disser que conhece o Deputado Praciano, diz ele, Senador Tião, que "É preciso o Brasil também cobiçar a Amazônia." O Brasil dá impressão muito clara, entra governo, sai governo, de que ele não cobiça a Amazônia. Eu considero isso, aqui para nós, se eu fosse colunista social, eu diria que é cafonérrimo, que é *out* não conhecer o Amazonas, é *out*, bola preta para quem não conhece o Amazonas, é cafonérrimo. É revelação de crassa ignorância alguém imaginar ter qualquer posição de responsabilidade no país, e--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Você já está substituindo o Clodovil, então, aqui... No palavreado dele...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): No palavreado, quem sabe. No talento para desenhar roupa para os outros, não, infelizmente. Na irreverência, assim tampouco. Mas no palavreado, quem sabe. Mas o fato é que, com esse... Engraçado que o Senador Eduardo Azeredo, ele faz a mordacidade e fica vermelho ele... Não eu, eu que fui a vítima não fico vermelho, enfim. [risos] Mas o fato, Senador, é que, Presidente Senador Eduardo Azeredo, é que nós temos que olhar que é a última fronteira de expansão econômica desse país. Olhar com olhos grandes.

O INPA, por exemplo, que junto com o Museu Goeldi é o centro de excelência científica, o INPA diz... Fica morrendo de alegria quando a gente quase duplica aquele dinheirinho de nada, para eles fazerem pesquisas. Não é possível se contentarem com aquilo. Tínhamos que estar falando de bilhões para estudar biodiversidade, e não de poucas dezenas de milhões de reais por ano. Então, o Brasil precisa ter mais lucidez em relação à Amazônia. Muito mais clareza. Desculpe, Senador, pelo aparte tão longo--

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Eu agradeço a Vossa Excelência a minha fala, e termino, Sr. Presidente, sugerindo a Vossa Excelência que promova, juntamente com o Ministro das Relações Exteriores e o Secretário Geral do Itamaraty, ou Secretaria Executiva, o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, uma agenda, um fórum sobre o papel, a visão do Brasil, a visão estratégica do Brasil perante a Amazônia, reunindo os chanceleres dos países amazônicos, em Manaus, sede-mãe da vida do Senador Arthur Virgílio, é a minha sugestão, na forma de um painel ou de um fórum.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Senador Tião Viana, o senhor tem toda a razão.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Levando a Comissão de Relações Exteriores para coordenar tal evento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Sim, nós vamos estar lá, a Subcomissão da Amazônia e da fronteira, mas independente dessa Subcomissão, acho que, a Comissão como um todo também precisa, até porque esta Comissão, além de Relações Exteriores, é também de Defesa Nacional. E um dos principais papéis das Forças Armadas Brasileiras, hoje, é, sem dúvida alguma, é essa, da proteção da Amazônia contra a biopirataria, contra o narcotráfico, na proteção geral da Amazônia, de maneira que, é muito proveitosa a sua intervenção, e vamos, exatamente, dar segmento para que haja esse tipo de preocupação mais adequada com a Amazônia. Obrigado.

Senador Cristovam Buarque, além de lhe passar a palavra, eu depois já o convidaria para ser o relator *ad hoc*, já que a Senadora Patrícia Saboya, também do seu partido, não está presente.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Quero me referir à fala do Senador Arthur Virgílio, dizendo que estou de acordo com ele, que nós tenhamos posições muito claras em relação aos Direitos Humanos, em qualquer parte do mundo, e quero colocar a Comissão de Direitos Humanos à disposição da Comissão de Relações Exteriores para trabalharmos juntos, sempre que for o caso.

Também estou de acordo com ele... Que a gente deveria ampliar as atividades, e fazer aqui alguns debates sobre política, sobre estratégias de política externa. Por exemplo, ele falou que, talvez, fosse melhor não ter tantas embaixadas, eu discordo dele. Eu acho que o Brasil tem que ter embaixadas em todos os lugares, mas vamos debater. Melhor poucas embaixadas com muito apoio, ou muitas embaixadas com o apoio necessário? Esse é um tema que a gente deveria debater aqui entre nós. Um outro. Quais são as prioridades que a gente vai ter para a política externa no futuro? Eu acho que a gente deveria debater.

Hoje, a impressão que se tem é o Conselho de Segurança. Mas certamente há outra. Mas quais são... O que os Senadores vêem? E aquilo que eu venho insistindo aqui: Qual a estratégica nas relações, com os países fronteiriços nossos? Que, cada vez, a gente tem um arrepio por algum fato que ocorre, e somos surpre-

endidos sem estarmos preparados com antecedência para o que esses países estão fazendo.

Como estarmos bem informados do que pode acontecer lá, e qual é a nossa estratégia. A gente discute agora a entrada da Venezuela no Mercosul, se entende, significa uma estratégia sobre qual é a nossa relação com os países fronteiriços. Eu sou francamente favorável a que a Venezuela, e qualquer país, venha para o Mercosul, qualquer país, obviamente, com a legitimidade do ponto de vista geográfico, independente do governo que tiver, salvo, no dia que tiver um facínora, no dia que tiver um ditador que tenha dado um golpe, um ditador que não se submeta, de tempos em tempos, à opinião pública. Mesmo que se tivesse lá eu votasse de outra maneira.

Então, eu estou de acordo com o Senador Arthur Virgílio e acho que valeria a pena a gente fazer alguns debates sobre a posição do Senado em relação à política externa brasileira. Fatos por fatos. E eu disse aqui, Senador Arthur Virgílio, que ponho a Comissão de Direitos Humanos à disposição para sua, o seu alerta, e que estejamos atentos a quem fere Direitos Humanos independente, como o senhor disse, se é o inimigo ou um ex-amigo, porque se feriu, já não é mais amigo. Então, a Comissão de Direitos Humanos tem todo o interesse em participar conjuntamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Ótimo, Senador Cristovam Buarque. Muito obrigado. Vamos então dar segmento.

Eu solicito a Vossa Excelência, então, que leia o relatório da Mensagem nº 284, de 2008, da embaixadora indicada para a Nova Zelândia, que é a Embaixadora Renate Stille, Ministra de 2ª Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Nova Zelândia. A relatora é a Senadora Patrícia Saboya do PDT, mas que, por motivo de força maior, não pôde estar presente. Então, eu solicito que Vossa Excelência seja o relator *ad hoc,* concedo, portanto a palavra a V. Exa.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu não sei qual é o motivo da ausência da senadora--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Morreu um tio dela, faleceu um tio dela.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Por isso não vou dizer que estou feliz que ela não esteja aqui. Pode ser uma questão de saúde ou outra qualquer. Mas eu quero dizer que eu estou feliz em poder substituí-la. Não estou por ela, também, pela embaixadora.

Trata-se, Sr. Presidente, da análise da Mensagem nº 1000, número muito redondo, o nº 1000 que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Sra. Renate Stille, Ministra de 2ª Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do nosso país na Nova Zelândia. É com base no Art. 52, Inciso IV, como todos sabem, na Constituição Federal, que estamos aqui analisando essa mensagem.

A mensagem vem acompanhada do *curriculum vitae* da indicada, no qual cabe destacar que é filha de Martin Guter Stille [ininteligível]e Hermine Stille. Formou-se em Letras na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na Universidade Católica de Petrópolis em 1977 e em Economia na Universidade de Brasília em 1973. Ingressou no Curso de Preparação à Carreira Diplomata do Instituto Rio Branco em 1969, tendo sido promovida à 3ª Secretária em 12 de março de 1971; 2ª Secretária em 18 de dezembro de 1975; 1ª Secretária em 21 de junho de 1979; Conselheira em 30 de junho de 1989; Ministra de 2ª Classe em 17 de junho de 1997, o que mostra uma carreira consistente de promoções.

Na Secretaria de Estado, foi Chefe Substituta da Divisão da Associação de Integração, em 1982; Coordenadora Executiva da Sub-Secretaria Geral de Integração em 1993; Chefe da Divisão de Ciência e Tecnologia em 1994. E teve outros cargos relevantes ao longo da sua carreira. No exterior, serviu à embaixada em Paris em 1986, na missão do Brasil junto a ALADI, hoje, Missão do Brasil junto a ALADI/Mercosul, em Montevidéu, 1979; na Missão Permanente Genebra, 1986; na embaixada em Argel em 1991; na embaixada em Washington em 2000; e na embaixada em Yerevan, em 2006.

Chefiou a delegação brasileira a 14ª Reunião da Comissão Assessora, nomenclatura da ALALCA aqui em Montevidéu, a 2ª e 3ª Ações do Comitê de Peritos Sobre a Harmonização de Leis de Produção de Invenções, a real união sobre o desenvolvimento e tecnologia no setor da energia, ao Comitê Permanente de Cooperação para o Desenvolvimento de Direito Autoral, de direitos correlacionados ao Comitê Permanente da OMPI, e comitê permanente encarregado de informações em matéria de patentes PCPI. E a 11ª Sessão Extraordinária ao Comitê de Orçamento da OMPI, todos em 1987. Foi cedida pelo Ministério das Relações Exteriores e desempenhou função de Sênior Program Officer, no Departamento da América Latina, da OMPI em Genebra.

É autora da tese *O Fundamentalismo Islâmico e Instabilidade Política na Argélia*, que foi apresentada em 1993 ao Instituto Rio Branco, dentro do Curso de

Altos Estudos. Recebeu da Legião de *Honneur,* no Grau de Cavaleiro, outorgado pelo Governo da França. Consta ainda do processo, Sr. Presidente, informação indexadas pelo Itamaraty, sobre a Nova Zelândia. O documento dá conta da abertura da Embaixada do Brasil Wellington em 1997, e da inauguração da embaixada neozelandesa em Brasília em 2001, um ano depois do lançamento pela então Primeira Ministra, Helen Clark, da chamada estratégia latino-americana.

Faz referência no documento à visita de autoridades brasileiras à Nova Zelândia, tanto do Ministro da Cultura, Ministro da Agricultura e, obviamente, o Chanceler Celso Amorim duas vezes, em 1994 e 2008. Nessa última ocasião, foram assinados dois acordos. Programa de Férias e Trabalho Sobre Intercâmbio de Jovens e o memorando, entendimento sobre Cooperação em Matéria de Conservação Ambiental. A cooperação bilateral entre os nossos dois países, segundo assinaram documento, oferecem inúmeras oportunidades, principalmente, nas áreas do agronegócio, ciência, tecnologia e educação.

Quero dizer que eu fiquei muito feliz que o documento esteja incluindo ciência e tecnologia, educação e cultura, o que é raro. Porque o Itamaraty tem, como todos os governos brasileiros, uma fixação pela economia e pelo comércio internacional. E eu creio que na relação com Nova Zelândia tem muito que se fazer em ciência, tecnologia, educação e cultura. No que tange à política interna da Nova Zelândia, foi adotado em 1993, sendo proporcional-misto que manteve, até agora, as características do bipartidarismo. Nesse contexto, o partido trabalhista e o partido nacional vêm se revezando no poder, há mais de 50 anos, dando uma continuidade de políticas sociais que faz da Nova Zelândia um dos países com melhor IDH em todo o mundo.

No tocante às linhas gerais da política externa neozelandesa, o documento informa que, para o governo daquele país, são prioritárias as relações com os Estados Unidos [ininteligível] e Japão, que, depois da Austrália, obviamente, pode se ver ali pelo mapa, mantém sólidos laços econômicos e políticos culturais com a Austrália. A despeito de existência de divergências no campo da segurança internacional. Esse é um dado interessante, que eu não sabia que existia essa discordância entre Austrália e Nova Zelândia, em relação à forma de manter a segurança nacional.

Sabe-se que o Produto Interno Bruto da Nova Zelândia chegou a 128 bilhões em 2007, sendo que a economia vem crescendo a taxas que não são das mais altas, como 2,3 em 2006 e 3,5 em 2007. O setor primário exportador responde por 20% do PIB. O agronegócio está dedicado basicamente à criação de ovinos e bovinos, correspondente à cerca de 50% das exportações da Nova Zelândia, parte das quais para o Brasil. Há restaurantes aqui em Brasília cuja carne é totalmente neozelandesa, não servem carne de outro país. No setor de serviço, o turismo [ininteligível] bem como a telefonia, energia, engenharia e serviços públicos.

O documento esclarece que, embora modesto, em termos absolutos, o comércio do Brasil com a Nova Zelândia apresenta potencial de crescimento. Entre 2003 e 2007, as trocas aumentaram mais de 70%, o que é uma taxa muito considerável, alcançando hoje 72,1 milhões de dólares exportados pelo Brasil. No tocante às importações, elas totalizaram 28 milhões, o que mostra que o Brasil tem um superávit a favor, a nosso favor, de 43,5 bilhões. Ou seja, mais da metade do que a gente exporta vai para o superávit, compõe o superávit. Não vai porque não fica no superávit. O Brasil exporta, principalmente, suco de laranja, soja, que é o principal produto, café, motores elétricos, motocicletas. Importa maquinários agrícolas, laticínios e açúcares.

No que diz respeito a investimentos neozelandeses no Brasil, em 2003, concretizou-se a primeira *joint venture* entre empresas da Nova Zelândia e da América Latina, formando o *Dairy Partners America*. No ramo de melhoramento genético, isso é importante, a empresa neozelandesa Rissington Breedline mantém *joint venture* com o frigorífico brasileiro Marfrig. Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse relatório. Eu quero, entretanto, manifestar pessoalmente que, mais uma vez... O Itamaraty, mais uma vez, o Governo Lula mantém consistência na indicação de embaixadores de carreira. Eu creio que isso é positivo, não sou contra que, em alguns momentos, haja embaixadores políticos, mas que demonstrem competência diplomática de alguma forma. E a melhor maneira de todas é concentrar na carreira.

Quero dizer da satisfação de estar defendendo aqui a indicação da Embaixadora Renate Stille e dizer que tenho certeza que o Brasil estará muito bem representado, que as relações entre esse dois países, talvez o mais distante que tenhamos do Brasil, do ponto de vista de distância, como se deve medir em termos de horas de vôo, passando pelos aeroportos, que essa relação aumente. E fusos horários.

Então, eu tenho certeza e desejo à embaixadora... Obviamente, não deveria desejar antes da votação, mas eu desejo que, caso indicada, como eu espero, como relator, que ela tenha um período muito agradável na sua vida pessoal, mas, sobretudo, que deixe uma marca brasileira naquele longínquo território de uma população trabalhadora, rica, que conseguiu transfor-

mar praticamente um deserto, do ponto de vista de gente, em um país com um altíssimo índice de desenvolvimento humano. Esse é o meu parecer e a minha opinião, também, pessoal, além do parecer formal, quase burocrático que temos que fazer aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Obrigado, Senador Cristovam Buarque. Antes de ouvir a embaixadora, nós vamos passar ainda à leitura dos outros dois relatórios. Então, eu pediria ao Senador Tião Viana que fizesse a leitura do relatório, da Mensagem nº 3, de 2009, que submete à apreciação do Senado Federal, a escolha da Srª Marcela Maria Nicodemos, Ministra de 2ª Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Armênia. Eu concedo, portanto, a palavra ao Senador Tião Viana, relator da mensagem para ler o seu relatório.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Constituição Federal atribui competência privativa do Senado, apreciar previamente e deliberar, por voto secreto, a escolha do Chefe de Missão Diplomática de Caráter Permanente.

O Ministério das Relações Exteriores atendendo o preceito, elaborou o currículo da Diplomata, Srª Marcela Maria Nicodemos, nasceu em Petrópolis no Rio de Janeiro, é filha de Wilson Nicodemos e Nelinda Teixeira. Em 1978, graduou-se em Direito pela Associação de Ensino Universidade do Distrito Federal, no Instituto Rio Branco; freqüentou o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1976; Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1982; e o Curso de Altos Estudos em 2005. Nomeado 3ª Secretária em 1977; a Diplomata foi promovida à 2ª Secretária em 1979; por merecimento à 1ª Secretária em 1987; à Conselheira em 1995; e à Ministra de 2ª Classe em 2005.

Entre outras, destacam-se as seguintes missões de que participou a diplomata, bem como cargos por ela ocupados: 1ª Secretária encarregada de negócios da Embaixada da Guatemala; Chefe Substituta da Divisão do Mar da Antártida e do Espaço e da Divisão das Nações Unidas; Delegada Chefe da Comissão Interamericana de Mulheres; Chefe da Divisão de Temas Sociais; Conselheira da Missão junto à Organização das Nações Unidas; e Ministra Conselheira na Embaixada em Lima.

Foi agraciada com as seguintes condecorações nacionais: Ordem do Mérito Rio Branco, Comendador, Medalha do Pacificador e Medalha Mérito Santos Dumont. Além do currículo, consta do processo também, informação sobre a República da Armênia, país que tornou-se independente em 1991 após o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A partir de então, buscou com dificuldade a sua adequação aos parâmetros das economias de mercado. Apesar de sua posição estratégica por constituir área de passagem de oleodutos em direção ao ocidente, a falta de acesso ao mar faz com que a Armênia dependa de seus vizinhos para a importação de recursos energéticos, dos quais é extremamente dependente.

O Brasil e Armênia estabeleceram relações diplomáticas em 1992. No campo comercial o potencial das relações bilaterais é ainda pouco explorado. Exportamos principalmente fumo, café e carnes. Em nossa modesta importação incluem-se mantos impermeáveis de fibra sintética artificial.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu quero desejar pleno êxito à nossa embaixadora, junto à República da Armênia, dizer que o Brasil tem orgulho de tê-la em missão tão nobre. Toda sorte. O meu parecer e o meu voto são pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Obrigado, Senador Tião Viana. Nós estamos com uma coincidência aqui, a Embaixadora Renate Stille está, exatamente, saindo da Armênia, então, nós temos aqui: Quem está saindo da Armênia e quem está indo para a Armênia, não é?

Então, eu quero passar ao 3º relatório, que é da Mensagem 260, de 2008, do nosso Embaixador Paulo Antonio Pereira Pinto, indicado para o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão, e eu submeto, então, à apreciação do Senado, a indicação. Está submetida à apreciação do Senado a indicação. O Embaixador Paulo Antonio Pereira Pinto é Ministro de 2ª Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores. Relator, o Senador Almeida Lima... Eu estava aguardando notícias, mas fui informado agora de que ele não estará presente. Então, eu solicito ao Senador Eduardo Suplicy, que seja o relator *ad hoc* do Embaixador Paulo Antonio Pereira Pinto .

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com prazer, Presidente, Senador Eduardo Azeredo. Sr. Embaixador Paulo Antonio Pereira Pinto, esta Casa é chamada a opinar sobre a indicação de Sua Exª, Ministro de 2ª Classe de Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão.

A constituição atribui competência privativa ao Senado para aprovar previamente por voto secreto, após arguição, a escolha dos Chefes da Missão Diplomática em caráter permanente. O Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata, bem como a análise conjuntural do posto que a se

destina. Nascido no Recife em 28 de janeiro de 1948, o indicado é filho de José Paulo Pereira Pinto, Maria José Ney Pereira Pinto. Graduou-se em economia pela Universidade do Distrito Federal em 1973. Ingressou na carreira diplomática, no posto de 3º Secretário em 1976; ascendeu a 1º Secretário em 1984; a Conselheiro em 1993; a Ministro de 2ª Classe em 2002. Em todas as ocasiões por merecimento. Na Chancelaria exerceu, entre outros, as seguintes funções: Assessor da Divisão da Ásia e Oceania em 1985.

No exterior desempenhou os cargos de Conselheiro Encarregado dos Negócios da Embaixada em Manila; Consultor Geral em Mumbai 2000, perdão, Diretor de Escritório Comercial em Taipé, 1998, do Consulado Geral em Mumbai 2006. Na Presidência da República, foi Coordenador Geral de Planejamento e Articulação Institucional da Secretaria de Assuntos Estratégicos, 1995. Chefiou delegações e encontros destinados a discutir temas relacionados aos países produtores de estanho e à Organização Internacional da Borracha, no tocante ao posto designado; Embaixada do Brasil em Baku.

Refirimo-nos a algumas das considerações trazidas pelo Itamaraty. O relacionamento bilateral mais próximo se consolidou com a visita do Chanceler azerbaijano, Elmar Mammadyarov, ao Brasil, em 2006. Na oportunidade, o Presidente da República manifestou intenção de abrir representação diplomática residente em Baku. As tratativas, nesse sentido, se completaram com a anuência do Governo do Azerbaijão no romper do segundo semestre deste ano. As relações bilaterais entram nessa forma, em novo patamar neste ano de 2008.

A abertura da Embaixada no Azerbaijão solidifica o bom entendimento das relações bilaterais no plano multilateral, que se reflete no apoio mútuo de candidaturas internacionais. O país, por conta de sua enorme riqueza mineral, petróleo e gás natural, é, nos dias de hoje, um dos maiores destinatários de investimentos estrangeiros diretos. No plano bilateral, o comércio ainda se revela escasso. Há, contudo, amplas perspectivas no tocante à cooperação nas áreas agrícolas, bancária e de infraestrutura. Considerando o relacionamento externo ampliado, o tema vinculado ao Azerbaijão, que suscita maiores preocupações é a situação dos territórios de Nagorno-Karabakh.

Cuida-se de situação que se colocou com o conflito armênio no ano de 1993. A ocupação armênia mereceu condenação do Conselho de Segurança das Nações Unidas. No momento presente, a região é independente de fato, e intimamente, associada à Armênia. Inexiste, entretanto, apoio internacional consistente para essa situação. O quadro é ainda bastante obscuro e não há, de resto, indicação segura de sua alteração nos próximos anos. Sobre o assunto, a posição brasileira funda-se na necessidade de diálogo permanente das partes com vistas à solução pacífica para a controvérsia.

Portanto, o senhor está sendo indicado para ser o primeiro Embaixador em Azerbaijão. Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial e avalio que o Sr. Paulo Antonio Pereira Pinto preenche inteiramente as condições de representar tão bem o Brasil no Azerbaijão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Eu reitero que continua em aberto o processo de votação para a eleição do Vice-Presidente da Comissão, o nome indicado do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que representa o Acre, aqui conosco. Nós já temos computados, não apurados, evidentemente, 18 votos, falta apenas um, para que nós possamos fechar o processo de votação. Falta um voto só, do representante do PMDB ainda. Mas então, dando continuidade, eu vou, com muita honra, passar a palavra à Embaixadora Renate Stille, para que possa fazer a sua exposição. O prazo estipulado é 10 minutos, prorrogáveis se for necessário.

SRA. RENATE STILLE: Obrigada, Sr. Presidente, obrigada ao meu relator. A Nova Zelândia tem 270 mil e 500 quilômetros quadrados, que é um território semelhante à Itália, Grã Bretanha ou Japão. Normalmente, como se vê no mapa, lado a lado com a Austrália, tem-se a impressão de que é um país muito pequeno. Não é tão pequeno. A população é que é muito menos densa do que no caso dos três países que eu citei, porque são apenas 4 milhões 200 mil habitantes. Mas, como já disse o Senador--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Ela é equivalente à soma dos três citados?

SRA. RENATE STILLE: Como? Não, eu estou dizendo que a superfície é semelhante a um desses três.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): A uma delas, Itália.

SRA. RENATE STILLE: Que se correspondem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pensei que fosse a soma.

SRA. RENATE STILLE: Não, a soma não. Eles têm menos habitantes. Então, o Japão que é tão densamente povoado, não é? Mas está entre os 20 países do mundo de melhor qualidade de vida. É uma monarquia constitucional, o sistema político segue o modelo da Grã Bretanha. Ele tem um parlamento unicameral com 120 deputados, 69 dos quais são eleitos por voto

direto e 51 por votação na lista do partido. Os dois partidos mais importantes, como já foi dito, é o Trabalhista de centro esquerda, e o Nacional de direta.

O Chefe de Estado é a Rainha do Reino Unido e da Nova Zelândia Elisabete II, mas ela é representada no país pelo Governador Geral no momento, Anand Satyanand, com o mandato de cinco anos. É a primeira vez na história que é um indígena dos maoris, que ocupavam já a Nova Zelândia antes da chegada dos europeus, e que são... Correspondem apenas a 4,2% da população. Então, se orgulham muito de agora valorizarem essa população indígena, eles têm assentos reservados no parlamento e, independentemente, podem concorrer também às eleições com os demais. Mas alguns assentos já são reservados.

Apesar da distância geográfica e das marcadas diferenças de dimensão territorial, econômica, de população, prioridades regionais, as relações entre os dois países são muito boas e há possibilidade para intensificá-las. A aproximação se deu, inicialmente, por identificação de convergências no plano regional e no plano multilateral. No plano regional, o maior interesse comum é com relação a Timor Leste, que interessa à Nova Zelândia pela proximidade territorial. Eles, inclusive sempre mandam tropas para lá, para ajudar na manutenção da paz, e nós temos interesses culturais conhecidos por ser um país de língua e cultura portuguesa, originalmente.

No plano multilateral, há coincidência de posição em vários temas. A eliminação do subsídios agrícolas, defesa do multilateralismo e reforma da ONU, desarmamento, defesa do meio ambiente, temos cooperação na Antártida, somos ambos membros do Tratado da Antártida e temos posições muito conservacionistas com relação a essa região. Com relação a meio ambiente, a Nova Zelândia propôs a criação de um mecanismo de diálogo bilateral com o foco em mudança do clima, biodiversidade, biossegurança, biocombustíveis, parques nacionais e áreas protegidas e ecoturismo. Nós temos mecanismos desse tipo com vários países e, desde que tenham, que sejam bastante flexíveis, tem se revelado muito úteis para intercambiar informações e pontos de vistas, coordenar posições, e aprofundar a cooperação bilateral.

As relações bilaterais foram estabelecidas em 1964, mas apenas 30 anos depois ocorreu a primeira visita oficial em nível de Ministro. Foi o atual Ministro do Estado das Relações Exteriores, Celso Amorim, quando ocupou a pasta pela primeira vez. Com a abertura da Embaixada Wellington, em 1997, as relações se intensificaram. Houve aumento de contatos oficiais e teve a presença de um grande número de estudantes brasileiros lá. Entre as visitas, se registram a do Ministro da Cultura Gilberto Gil em 2004; da Agricultura, Roberto Rodrigues em 2005; e no ano passado, novamente, do Ministro das Relações Exteriores. Em 2001, a Primeira Ministra Helen Clark visitou o Brasil quando inaugurou a Embaixada da Nova Zelândia em Brasília.

O Brasil é uma das poucas alternativas disponíveis para a Nova Zelândia para matizar a crescente dependência do mercado asiático e os vínculos, cada vez mais estreitos, com a Austrália. Por isso, a primeira Ministra Helen Clark lançou a estratégia latino-americana em 2001, e a partir daí, realmente, se intensificaram as relações. Só que não está claro ainda, não houve declaração formal do novo governo, que é do partido *National*, portanto de direita, depois de quase 10 anos de governo do partido trabalhista, se eles manterão essa estratégia latino-americana. As prioridades atuais da Nova Zelândia são determinadas por sua circunstância geográfica, sobretudo os países vizinhos, Austrália e ilhas do Pacífico, e a Ásia, seguida dos Estados Unidos e Europa, em especial, Reino Unido.

Da América Latina, o Chile e o México tem a presença maior na Nova Zelândia do que o Brasil, do ponto de vista comercial. Mas, culturalmente nossa presença tem sido crescente, a embaixada lá tem promovido muitos eventos culturais, não só na capital, também em outras cidades, e a comunidade brasileira na Nova Zelândia, atualmente, já é maior do que, individualmente, cada uma das outras comunidades latino-americanas. A partir de 2002, nós tivemos reuniões periódicas do mecanismo de consultas políticas Brasil-Nova Zelândia, e está previsto para ocorrer este ano, aqui em Brasília, a 5ª Reunião desse mecanismo de consultas.

Em agosto, durante agosto do ano passado, durante a visita do Ministro Celso Amorim, foram assinados dois importantes instrumentos bilaterais: Acordos sobre Programa de Férias e Trabalho, que eu tenho... Se interessar a alguém consultar... E em memorando de entendimento sobre cooperação em áreas de proteção ambiental. Com relação ao acordo de trabalho e estudo, já eles colocaram em vigor imediatamente. O nosso, ele chegou à apreciação do Congresso Nacional recentemente. Mas eles já estão lá com 300 estudantes brasileiros e disse-me que, um diplomata da embaixada aqui que, em três semanas, depois de anunciado, já tinham preenchido essas 300 vagas. E que, futuramente, quando estiver em vigor no Brasil, também, se pode até estudar um aumento desse número.

A orientação do novo governo é, sobretudo, econômica. E neste campo, a América Latina é pouco conhecida e tem menor peso que outras regiões. Mas, nos dois últimos meses, já houve sinais de interesse

em estreitar os laços com a região. É uma política necessária de diversificação de parcerias, no contexto internacional de crescente protecionismo, especialmente agora, com a crise internacional. Inclusive, eles estão propondo examinar novas fórmulas de diálogo entre MERCOSUL e o Acordo de Relações Próximas Econômicas que eles têm com a Austrália, CER, *Closer Economic Relations*.

A economia da Nova Zelândia depende do comércio exterior e, por isso, a Nova Zelândia é forte defensora da liberalização do comércio internacional. Claro que [soa a campainha]. Perdão, mais um pouco? Eles privilegiam o multilateralismo e as negociações de DOHA. Mas enquanto essas não se concluem, a Nova Zelândia tem negociado tratados de livre comércio. No ano passado, assinou com a China, e esse ano já iniciou negociações com a Índia e mais recentemente com a Coréia, seria explorar se também nós partimos para esse caminho. O comércio bilateral com o Brasil, como já disse o Senador Cristovam Buarque, está aquém das possibilidades, mas apresenta tendência de crescimento desde 2004.

Eu tenho dados um pouco mais recentes, que em 2008, totalizou 159 milhões. 81 milhões exportados pelo Brasil, e 78 importados. Foi um aumento de 57,5% com relação ao ano anterior, e foi a primeira vez, nesse período que a balança comercial ficou um pouco mais equilibrada, de 81 exportados, 78 importados, porque nos anos anteriores, realmente, havia um superávit muito grande. Isso é bom, porque a outra parte não gosta de sempre ver o superávit só de um lado. Então, se a coisa se equilibra, nós temos esperança de aumentar mais ainda esse intercâmbio. Os principais produtos exportados, eu não vou citar, porque já foram mencionados, mas, a Nova Zelândia é conhecida por pesquisas muito avançadas em tecnologias do setor agrícola, em especial, na área de laticínios, genética animal, campos de pesquisa, em que já se examinam possibilidades de cooperação com a EMBRAPA.

A iniciativa é bem sucedida da FONTERRA que é a maior fábrica de leite do mundo. Ela opera no Brasil com investimentos de cerca de 15 milhões de dólares anuais em *joint venture* com a Nestlé do Brasil. Elas formaram uma empresa *Dairy Partners América*, para a produção, venda local e exportação, utilizando sua tradicional rede de fregueses já, no exterior. Além disso, há interesse em cooperar nas áreas de meio ambiente, áreas de proteção ambiental e ecoturismo, pesquisa agrícola. Em especial, no setor de laticínios, genética animal, emissões agrícolas com relação à mudança do clima. E no campo da educação.

E uma breve referência à crise financeira internacional. A Nova Zelândia foi bastante atingida, teve crescimento zero no ano passado. Há até quem fale em recessão. O desemprego é de 4% no início desse ano, antes eles sempre tinham pleno emprego, por isso o interesse em ter estudantes que podem trabalhar, e eles receiam que chegue a 7% o desemprego no final do ano e também preveem crescimento zero durante esse ano. Mas, não obstante, o governo tem um enfoque muito positivo, eles dizem que, embora o país passe por momentos difíceis, a atitude, eles se autointitulam kiwis como o passarinho e não como a fruta, que essa atitude positiva leva a maioria das empresas a adotar ações positivas para sair da desaceleração da economia e ficarem preparadas para retomar o crescimento quando a crise passar.

E tem, inclusive, há sites eletrônicos do governo e das associações de empresários para dar consultoria e informações às pequenas e médias empresas como contornar a crise. Mas, não obstante, em recente palestra, o Secretário de Tesouro alertou para os efeitos negativos que atingem empresas, instituições financeiras e famílias. Destacou a redução do crédito e da atividade econômica em geral, redução das exportações, desemprego, dificuldade de pagamento de hipotecas, a população é altamente endividada. E redução do valor dos bens imobiliários. Para o governo, déficit fiscal, aumento da dívida pública e redução da taxa de crescimento nos próximos anos.

Mas concluiu com a nota positiva recordando que a taxa de juros relativamente elevada e o baixo nível de endividamento público, possibilitarão ao governo apoiar atividade econômica do país nos próximos anos. Muito obrigada. Estou aberta a perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Obrigado, embaixadora. Antes ainda de dar prosseguimento, eu quero declarar já encerrado o processo de votação da escolha do Vice-Presidente da Comissão, e antes ainda, a presença do Senador Geraldo Mesquita Júnior, mas eu vou, na verdade, vamos ouvir novamente. Já vamos ouvir o embaixador, já que o Senador Geraldo Mesquita Júnior não está presente ainda, seria bom que ele estivesse presente no processo de apuração. Então nós vamos passar a palavra, pela ordem, que estava colocado, vamos colocar, então, agora a palavra para a Srª Marcela Maria Nicodemos, que é indicada para a República da Armênia, exatamente em substituição à Embaixadora Renate Stille, e tem a palavra a Embaixadora Marcela Maria Nicodemos para fazer a sua exposição.

SRA. MARCELA MARIA NICODEMOS: Muito obrigada, Sr. Presidente, Excelentíssimos Senadores. É para mim uma honra ter sido indicada pelo Presidente Lula para representar o Brasil junto à República da Armênia. Caso conte com a aprovação de V. Exas.,

procurarei desenvolver o melhor trabalho dentro das minhas capacidades intelectuais e segura da responsabilidade e da seriedade que é representar uma nação como o Brasil no exterior.

Eu pretendo, com a permissão de V. Exas., dividir a minha exposição em três partes. Inicialmente, apresentar rapidamente uma visão sobre a Armênia, as relações bilaterais, o estado atual das relações bilaterais, e áreas em que eu considero que, dando segmento ao excelente trabalho já desenvolvido pela Embaixadora Renate Stille, podem ser desenvolvidas e caso aprovado por V. Exas., eu pretendo dedicar-me com afinco nesse sentido. Queria fazer só um pequeno comentário a respeito do diálogo do debate anterior sobre a Amazônia porque, nesse momento, eu me encontro servindo como Ministra Conselheira na Embaixada do Brasil em Lima e, como Ministra Conselheira da Embaixada em Lima, um país limítrofe que tem uma fronteira de três mil quilômetros com o Brasil, exatamente, na Amazônia.

Eu tive a oportunidade de visitar, pessoalmente, as obras que estão sendo realizadas, que vão interligar a costa pacífica peruana ao Estado do Acre, e daí ao interior do Brasil, e a costa atlântica brasileira, e também tive oportunidade, no ano passado, no curso oferecido pelo Itamaraty, sobre Ciência e Tecnologia, de visitar o INPA e, de fato, eu concordo inteiramente que essa área da Amazônia é uma área que todos deveríamos dar maior atenção e me alegro muito poder aqui dar o meu testemunho de, como funcionária do Itamaraty, eu tive essas experiências profundamente enriquecedoras.

No que diz respeito à Armênia, é um país para dizer o mínimo, de grandes contrastes. Se por um lado é um país que é uma nação das mais antigas do mundo, que tem um povo e uma linguagem que permanece, inclusive, escrita até hoje, que remonta acerca do Século VI A.C., portanto, é uma das nações mais antigas da humanidade, como Estado moderno, como nós conhecemos atualmente, é um país jovem. A independência da Armênia se deu como República da Armênia, ao final, depois do desmoronamento da União soviética, em 21 de setembro de 1991. Além disso, é um país que, pela sua conformação geográfica, pela sua localização, apresenta uma série de desafios, mas também grandes oportunidades.

Ela é um país pequeno, de cerca de 30 mil quilômetros quadrados, apenas, com uma população residente no país de cerca de 3 milhões 200 mil habitantes, mas com uma diáspora de, por volta de, 7 milhões de habitantes. É também um país sem acesso ao mar, tem quatro países de fronteira, o Azerbaijão a leste, o Irã ao sul, o enclave do Azerbaijão no Sudoeste e a Turquia a oeste. Ela não tem... E ao norte a Geórgia. Ela não tem, portanto, saída para o mar. Um país que não tem recursos energéticos, ela depende 95% de importações.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Mas não ter saída para o mar não tem problema, Minas Gerais também não tem. [risos].

SRA. MARCELA MARIA NICODEMOS: Aí estão as oportunidades, Sr. Presidente, aí estão as oportunidades. Como eu dizia, 95% das importações de energia, da energia consumida, vem de fora, é importada, sobretudo da Rússia e atualmente um pouco também do Irã. Ela tem pouquíssimos recursos naturais e, basicamente, é um país pobre, com um PIB de 12 bilhões de dólares. Apresentou taxas expressivas de crescimento econômico, de dois dígitos, ao longo dos últimos cinco, seis anos, mas no ano passado já sofreu os efeitos da crise internacional, tendo diminuído esse crescimento, essa taxa de crescimento para cerca de 7%.

A inflação ainda não chega a ser um problema, embora tenha havido, recentemente, uma grande desvalorização da moeda local, o que deve provocar maiores níveis de inflação. O importante a ressaltar é que, basicamente, a Armênia é um país em transição, como a grande maioria dos países que compuseram a ex-União Soviética. Ela é um país em transição: De uma economia centralizada para uma economia de mercado. Em transição: De um regime fechado, autoritário, para um Estado de direito democrático. E, com essas contradições todas, ela procura se inserir no cenário, seja regional, seja no cenário internacional.

Ela tem procurado diversificar as suas parcerias e, para isso, ela se associou às Nações Unidas e já é parte da grande maioria de convenções internacionais assinadas e aprovadas no âmbito das Nações Unidas. Ela também é parte da comunidade de Estados Independentes, no âmbito regional, é parte também da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, do Conselho Europeu. Mas, a realidade é que o país ainda é, por motivos econômicos, comerciais, energéticos, e de segurança, ainda é muito dependente da Federação da Rússia. E eu acho que aí o Brasil pode cooperar para tratar de ajudar nessa diversificação, de relacionamentos no cenário internacional da Armênia.

A nossa embaixada, como já foi dito aqui, é uma embaixada bastante recente, ela foi inaugurada pela Embaixadora Renate Stille em 2006. As relações diplomáticas datam de 1992, o Governo da Armênia tem reiterado sua intenção de vir abrir uma embaixada residente em Brasília, esperamos que isso possa se concretizar proximamente e, é importante ressaltar que,

até o momento, o Brasil é o único país latino americano com uma embaixada residente em Yerevan. E esse fato é muitíssimo apreciado pelos armênios, que tem uma comunidade fora do país e, inclusive, no Brasil, não muito grande no Brasil, mas bastante expressiva, bastante expressiva concentrada, sobretudo, no Estado de São Paulo.

Caso aprovada por V. Exas. a minha indicação, eu, como disse, pretendo dar continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido, porque é um trabalho que tem dado excelentes frutos até agora e, eu não creio que devemos inventar a roda. As consultas políticas, a aproximação, o entendimento mútuo, o conhecimento mútuo tem que ser privilegiados e nesse sentido, é possivelmente o estabelecimento de consultas políticas em nível adequado entre os dois países. Seria importante, da mesma forma, que seria importante também que [soa a campainha] autoridades brasileiras pudessem, em algum momento, visitar a Armênia em retribuição as, já inúmeras, visitas realizadas por autoridades armênias no Brasil.

O primeiro Presidente da República da Armênia esteve no Brasil em 1992, para participar da Rio 92; o anterior Presidente também esteve no Brasil; o anterior Ministro das Relações Exteriores, já houve mais de duas visitas de Ministros de Relações Exteriores, e nesse período todo, o Brasil enviou apenas uma missão, que não foi no mais alto nível, embora uma importante missão, à Armênia. Esse é um campo a ser explorado. O comércio entre os dois países é um comércio muito pouco expressivo, porque não dizer quase inexistente? Mas a boa notícia é que, pelo menos, do lado das exportações brasileiras, nos últimos cinco, seis anos, verificou-se um aumento de cerca de 400% nas exportações brasileiras.

Por exemplo, 2003, nós exportávamos 8 milhões de dólares para a Armênia. Em 2008, exportamos 31 milhões e meio de dólares. E de 2007 para 2008, houve um aumento de 60%. Em compensação, nós não importamos praticamente nada da Armênia. Ao contrário, de 2003 a 2008, chegou a haver um ligeiro decréscimo, de 300 mil dólares importados, passamos a importar, ano passado, 261 mil dólares. É importante diversificarmos a nossa pauta de exportações, e isso pode ser feito por meio de produtos, sobretudo manufaturados, na área de alimentos, na área de calçados, vestuários, de têxteis, mas também de equipamentos.

Também a penetração da Embraer no mercado local, há grandes possibilidades nesse sentido, por meios de voos de aviões regionais, de voos executivos, mas também, tratarmos de incentivar e identificar áreas em que os armênios tenham produtos, cuja importação seja competitiva para o Brasil para tratar de equilibrar esse grande desequilíbrio verificado. Importante... A área de cooperação é onde eu vejo que há um campo muito grande aberto e, nesse sentido, é com grande satisfação que eu reporto que, sob a gestão da Embaixadora Renate Stille foram negociados e já foram aprovados pelos órgãos competentes do Poder Executivo brasileiro, é um projeto de Acordo de Cooperação Técnica e um memorando de entendimento entre os Ministérios de Esportes dos dois países.

A partir daí, uma série de programas concretos podem ser implementados. Em termos de cooperação técnica, que também pode vir a redundar em cooperação científica e tecnológica, eu vejo, por exemplo, a área de agricultura, aonde os próprios armênios já manifestaram interesse para receber cooperação na área, por exemplo, agroflorestal, para o melhor aproveitamento dos solos para cultivos, porque a Armênia tem um território que é 80% montanhoso, e o solo apresenta alta salinidade. A EMBRAPA, que é um órgão de excelência nessa área, já manifestou em contato com a embaixadora Renate Stille, com interesse em tabular conversações com o lado armênio, para ver o que pode ser feito em termos de cooperação.

A área de saúde também, porque temos programas excelentes, por exemplo, na área de combate ao tabagismo. O tabagismo é extremamente elevado na Armênia, sendo de mais de 55% entre os homens maiores de 15 anos de idade. E por volta de 4% entre as mulheres. E a Armênia é, como o Brasil, parte da Convenção Quadro das Nações Unidas para o Combate ao Tabagismo. Na área de saúde familiar, na área de vacinação, por exemplo, com vacinações, campanhas de vacinação contra a rubéola, que estamos na fase de erradicação, mas que ainda é uma doença prevalecente na Armênia. Na área de formação de bancos de leite materno porque, embora cercada por países muçulmanos, é um país majoritariamente cristão. Então, não há qualquer sentimento cultural, religioso, que possa ser ferido. E bancos de leite materno podem vir a ajudar a reduzir, inclusive, as taxas de mortalidade infantil que ainda são altas na Armênia.

Também temos cooperação na área de pobreza, eles têm, também, feito esforços nesse sentido, como o Brasil, na área de educação. A embaixadora já estabeleceu um eleitorado de português em nível de pós graduação, pode ser feito também em nível de graduação, um curso também, uma cátedra de estudos brasileiros também pode ser feita, e também na parte cultural, onde já existe amplo programa. Eu sei que muito mais pode ser feito, eu sei que muito mais coisas podem ser ditas na Armênia, sobre a Armênia, mas eu não quero exceder muito mais o meu tempo.

Agradeço a atenção dos senhores, e estou inteiramente à disposição para perguntas e, inclusive, também para sugestões e tudo o que se fizer necessário. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Obrigada, Embaixadora Marcela Maria Nicodemos. Antes ainda de passar a palavra para os senadores para início do processo de inquirição, eu quero passar a palavra ao Embaixador Paulo Antonio Pereira Pinto, indicado para a República do Azerbaijão para que faça a sua exposição, Azerbaijão que é vizinho da Armênia.

SR. PAULO ANTONIO PEREIRA PINTO: Muito obrigado Sr. Presidente, senhores membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Eu pretendo, a seguir, fazer uma breve exposição sobre aspectos políticos e econômicos da inserção internacional do Azerbaijão, país para o qual fui designado Embaixador, dependendo ainda da aprovação de V. Exas.

Em linhas gerais, procurarei identificar interesses para a identificação e oportunidade de negócios com o nosso país. O Azerbaijão, também conhecido como a Terra do Fogo, situa-se na Região Sul do Cáucaso, entre a Europa oriental e a Ásia Ocidental. E sempre foi local de trânsito e encontro entre diferentes culturas. Atualmente, faz fronteira ao leste com Mar Cáspio; ao norte com a Rússia; ao noroeste com a Geórgia; ao Sudoeste com a Armênia; e ao sul com o Irã. Foi onde nasceu Zaratrusta, profeta do Zoroastrismo, cujos locais de preces são conhecidos como Templos de Fogo. A origem do nome Azerbaijão é encontrado em língua da Pérsia antiga e significa protegido pelo fogo.

Uma das repúblicas que se tornaram independente com a dissolução da União Soviética, o Azerbaijão, segundo grandes empresas petrolíferas dos Estados Unidos da América, seria a Houston do Mar Cáspio, tendo em vista, a existência de um quarto das novas reservas petrolíferas mundiais disponíveis. O país, portanto, tem importância estratégica pelos seus recursos energéticos. Apresenta, ademais, grandes possibilidades de desenvolvimento, pois além do petróleo, possui importantes reservas de gás. Esse fato permite antecipar, desde já, a possibilidade de cooperação e oportunidades comerciais com o Brasil, na área energética, inclusive, no que diz respeito ao grande projeto de Infraestrutura, cooperação e instalação de gasodutos e oleodutos.

A população do Azerbaijão é de maioria muçulmana xiita. É um país com sistema republicano unitário, da mesma forma que a Turquia, com quem possui vínculos étnicos e linguísticos, é um dos países muçulmanos mais secularizados, isto é, existe uma bem definida separação entre a Mesquita e o Estado. Há cerca de 20 milhões de pessoas etnicamente azeris vivendo no Irã, ao sul do Azerbaijão, quase um quarto da população iraniana, culturalmente mais próximos, portanto, de Baku, a capital do Azerbaijão, do que de Teerã. Os assentamentos humanos iniciados no território atual do Azerbaijão datam da Idade da Pedra.

No Século VI, A.C, os persas, sob o reinado de Ciro, o Grande, ocuparam a região, que 300 anos após, iria ser conquistada pelo macedônio Alexandre, também conhecido como O Grande. No Século VII da era cristã, os povos árabes islamizaram as tribos locais. Nos Séculos XVI e XVII a região era disputada entre o Império Persa e o Império Turco Otomano. No Século XIX, o país foi dividido entre a Rússia e o Irã, segundo as fronteiras atuais. Em 1917 o domínio russo arrefeceu e o Azerbaijão pôde fundar com o apoio da Turquia, uma república independente, inaugurada em 1918. Teve pouca duração, no entanto, essa primeira república independente do Azerbaijão, pois dois anos mais tarde, o exército vermelho invadiu o país e o integrou à União soviética.

Com a extinção da União Soviética em 1991, o Azerbaijão reconquistou a soberania política e aderiu à comunidade de Estados independentes, juntamente com outras dez antigas repúblicas soviéticas. Com a falência da União Soviética, ocorreu a emergência de quinze repúblicas independentes que adotaram, a partir de então, projetos distintos para garantir a sua sobrevivência e prosperidade. Em risco se encontrava, naquele momento, a identidade de estados-nações, cujos legados político e cultural haviam permanecido sufocados durante 70 anos, do regime comunista imposto por Moscou. As três repúblicas situadas no Cáucaso, a Armênia, a Geórgia e o Azerbaijão, foram as mais prejudicadas, em virtude do ressurgimento de tensões étnicas que haviam permanecido adormecidas durante a existência da União soviética.

Assim, eclodiu uma guerra civil na Geórgia, em razão da disputa pelos territórios de Abecásia e Ossétia, resultando no ano passado, numa guerra entre a Geórgia e a Rússia. Armênia e Azerbaijão entraram em conflito pelo enclave de Nagorno-Karabakh e os levou à guerra no período de 1992 a 1994. O Brasil considera fundamental, com respeito ao conflito entre Armênia e o Azerbaijão, que prossigam as negociações no âmbito das molduras já estabelecidas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e que a condução dessas negociações seja feita sob o auspício da Organização para Segurança e Cooperação Européia.

O Azerbaijão é hoje rota indispensável para qualquer projeto de redução da dependência energética da

Europa de fontes controladas por Moscou. No momento, apenas oleoduto, Baku-Tbilisi-Ceyhan, evitam território russo, percorrendo a partir do Azerbaijão, a Geórgia e a Turquia. Ademais, planos de construção, a partir de 2010, de gasoduto que exportaria o produto originário do Azerbaijão, do Cazaquistão e do Turcomenistão para os europeus ocidentais. É importante registrar que o diálogo bilateral entre Brasília e Baku, conforme já foi mencionado pelo Senador Eduardo Suplicy, ganhou dinamismo, com a visita oficial ao Brasil, em abril de 2006, pelo Chanceler do Azerbaijão. Na ocasião, o Sr. Presidente Luís Inácio Lula da Silva anunciou a sua intenção de abrir a embaixada residente em Baku.

Durante a sua visita, o Chanceler do Azerbaijão manteve encontros com altos representantes do Ministério das Minas e Energia e da PETROBRAS, para identificar modalidades de cooperação na área energética entre os dois países. Em agosto de 2008, o Governo do Azerbaijão deu uma anuência formal para a abertura da embaixada residente do Brasil em Baku, cuja chefia muito me orgulharia ocupa, desde que aprovado por V. Exas.. Em linhas gerais, portanto, o Azerbaijão é hoje um dos maiores receptores mundiais de investimentos estrangeiros diretos, em virtude da imensa riqueza e potencial da sua indústria petrolífera, com acesso privilegiado às jazidas do Mar Cáspio e papel central no transporte de petróleo e gás natural do Cáucaso.

O comércio bilateral com o Brasil já é significativo, discordaria da informação de que forneceram ao senhor, mais variável, porque, em 2007, o intercâmbio com o Azerbaijão totalizou 314 milhões de dólares; sendo que houve um saldo favorável ao Azerbaijão de 241 milhões de dólares. Já em 2008, esse intercâmbio chegou a, no máximo, 28 milhões de dólares e foram totalmente a nosso favor. Por quê? Porque importamos, principalmente do Azerbaijão, óleo bruto de petróleo e exportamos carne. Uma das primeiras missões que eu pretendo executar, caso seja aprovado como Embaixador em Baku, será a de incentivar, diversificar esse comércio com o Azerbaijão, incentivando, obviamente, a exportação de manufaturados. Procurarei também avaliar a possibilidade de estudar modalidades de cooperação em área de construção, de infraestrutura portuária, rodoviária e em comunicações, tendo em vista as novas oportunidades surgidas, com entrada em operação do, já referido, gasoduto, Baku-Tbilisi-Ceyhan, a partir de 2006, bem como o futuro funcionamento do gasoduto, que espera-se que seja construído a partir de 2010. Após essa breve exposição, eu me coloco à disposição de V. Exas. para algum esclarecimento adicional que esteja ao meu alcance ou sobre a inserção internacional do Arzeibaijão e o interesse para a cooperação e a oportunidade de negócios com o Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Obrigado, Embaixador Paulo Antonio Pereira Pinto, e relembro que o embaixador foi também o representante do Brasil junto a Taiwan, e teve uma atuação muito importante naquela questão do Brasil, que foi muito divulgada pela imprensa, o brasileiro que estava na polêmica se vinha para o Brasil, se ficava morando lá com os avós, ou se ficava aqui no Brasil. Mas eu quero já passar a palavra ao primeiro inscrito, que é o Senador Eduardo Suplicy. Em seguida, o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente Senador Eduardo Azeredo, cumprimento as três pessoas indicadas, e gostaria de formular algumas perguntas aos três. A Embaixadora Renate Stille, que percebo, teve o... Antes de terem ocorrido situações ainda de mais intensa repercussão mundial, com respeito ao islamismo, mas como teve a oportunidade de fazer uma tese relativamente ao impacto do fundamentalismo e do islamismo, ali na Argélia, se, à luz dos seus estudos de 1993, continuou a estudar este assunto e, sobretudo, naqueles países que, de alguma maneira [soa a campainha] continuam a ter conflitos. E se pode nos dizer alguma coisa à luz daquilo que estudou, mais para... Especialmente para a Argélia, mas como isto aconteceu, ainda que na Nova Zelândia, pelo que sei, não há uma presença tão significativa desses seguidores do islamismo.

Mas sobre a Nova Zelândia, não conheço o país, mas tenho ouvido falar de, conforme salientou na sua exposição, é um dos países de melhor qualidade de vida, com melhor índice de desenvolvimento humano, e isto, em boa parte, graças a uma forma de equilíbrio, que ao longo, sobretudo, destes últimos 40, 50 anos, se desenvolveu na Nova Zelândia um sistema de bem estar por diversos mecanismos e eu, inclusive, gostaria de conhecê-los melhor. Sei que na Nova Zelândia, inclusive hoje, aqueles que advogam a instituição de uma renda básica, como um direito à cidadania para toda a população e eu gostaria de me colocar à disposição, inclusive, de interagir sobre isso, e esta é uma observação que vale para o Azerbaijão, para a Armênia, mas eu acho que, especialmente, a Nova Zelândia pode ter algumas experiências que sejam muito significativas para o esforço que o Brasil tem realizado para melhorar a questão de conseguimos ter um desenvolvimento com equidade.

Com respeito ao Embaixador Paulo Antonio Pereira Pinto, como o Azerbaijão tem essa extraordinária reserva petrolífera que mencionou na sua exposição, agradeço se puder nos informar qual é a sistemática que

existe ali sobre a destinação dos *royalties* decorrentes da exploração dos recursos naturais e, em especial, do petróleo. Se por acaso há ali alguma sistemática semelhante ao do fundo permanente do Alasca, que propicia a todos os seus residentes um dividendo igual para todos, que no ano passado chegou a 2.069 dólares para cada um. Trata-se da experiência bem sucedida de uma renda básica de cidadania no mundo.

Além da experiência do Alasca, existe uma experiência que se iniciou na Namíbia, no vilarejo rural onde há uma população rural de aproximadamente mil pessoas, que desde janeiro de 2008 passaram a receber o equivalente a 100 dólares da Namíbia, ou 12 dólares norte-americanos, e isso já, portanto, há 15 meses. Quem sabe o Azerbaijão tenha uma experiência interessante significativa, eu gostaria de conhecer. O outro lugar do mundo onde poderá acontecer isso, que poderá resultar dos diálogos que acontecerão amanhã e sábado, na Câmara Municipal e na Praça do Artesão, é em Santo Antonio do Pinhal.

Quero, inclusive, reencomendar ao Senador Cristovam Buarque e Senador Eduardo Azeredo que acompanhem de perto essa experiência perto de Minas Gerais, lá perto da Pedra do Baú, um Município de sete mil habitantes, com 53 pousadas, como também ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, cumprimento pela sua eleição para Vice-Presidente aqui de nossa Comissão. Perdão? Ah, não apurou ainda? Mas eu já votei favorável ao registro que quero fazer. E tenho pequenos e médios agricultores. Então nós vamos pensar em como constituir um fundo, porque, de qualquer fonte de riqueza que se crie num, numa comunidade, num Município, num Estado, num país, pode-se chegar a ter algo como o que existe no Alasca.

E a Embaixadora Marcela Maria Nicodemos, da Armênia, que é importante registrar que, de fato, existe no Brasil um número significativo de pessoas da Armênia, acredito que boa parte destes se encontram no Estado de São Paulo. E gostaria de me colocar à disposição, inclusive, como residente em São Paulo, onde há armênios e sempre que a senhora avaliar que seja interessante, que eu possa colaborar no desenvolvimento de boas... De tudo aquilo que podemos ter de melhor relacionamento, de estar à disposição da senhora e, também, dizer que com respeito à interação das experiências de transferência de renda, me coloco à sua disposição para interagir com o Governo e o Parlamento da Armênia. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu tenho acostumado nesses anos que estive aqui, a aproveitar essas sabatinas, para fazer uma reflexão sobre a política externa do Brasil no futuro, mais do que ver o que cada senador vai fazer no seu país, no que se refere aos aspectos específicos. Na verdade, a minha preocupação, eu digo, com toda a franqueza, é tirar proveito do conhecimento de vocês para poder trabalhar uma proposta que permita a gente pensar no futuro das relações exteriores do Brasil nos próximos anos.

Então, eu sempre tenho uma lista do que eu considero que são os problemas que a gente vai enfrentar no futuro, e gostaria, se der tempo, porque, em geral, termina sem haver tempo. Que me dissessem o que, no cargo de embaixador no respectivo país, o que cada um poderia fazer sobre esses aspectos, que eu vou ler. Ou então, escolha um desses aspectos, porque nem todo o país permite trabalhar para todos. Ou então, tire o chapéu de embaixador no país e ponha o chapéu de diplomata brasileiro e tente ajudar um senador a tentar refletir sobre esse assunto e depois debater isso com outros, como eu espero, fazendo a minha tese, embora eu não seja do CAE, mas vai ser uma tese de senador, pensando na política externa do meu país. E se quiserem, coloquem outros problemas que eu não tenha listado aqui.

Eu não vou dizer todos, mas eu coloco como os grandes problemas que nós vamos enfrentar no futuro, em primeiro, é o problema do meio ambiente. E que é um problema fundamental para os diplomatas, porque os políticos serão incompetentes para encaminhar esse problema, por uma razão, nós somos eleitos por uma fatia muito pequena da população mundial, nós somos eleitos pelos moradores do Estado onde moramos. Então, a gente fala para eles. E somos submetidos à eleição a cada, no caso do Senado, há oito anos, e a gente não consegue pensar nove anos. Se a gente pensar em nove anos, a gente perde a eleição. Os diplomatas têm a facilidade de pensar o globo inteiro e pensar em longo prazo, o que nós não temos.

Então, como é que vocês veem o papel do Brasil na busca de um projeto de civilização onde o meio ambiente seja respeitado? O que a diplomacia brasileira pode fazer? O outro, eu diria, que é quase o contrário disso: Por que o uso dos recursos naturais? Como é que a gente vai agir? Quais serão os problemas que vamos ter daqui para frente por causa da escassez de recursos naturais? Eu falo especialmente e acho que mereceria até um capítulo especial, a água. Como é que a gente vai cuidar da escassez de água? Não estou falando nos próximos meses, estou falando nos próximos 50 anos. Política externa, se a gente não pensa 30, 50 anos, tem dificuldade de definir um caminho. O outro é o comércio. Na embaixada de cada um,

como é que o comércio internacional vai ser tratado? Eu não falei o comércio do Brasil, eu falei o comércio internacional.

Ao lado disso, eu ponho, mais separadamente, como é que veem os blocos. Nós vamos entrar nos blocos? Por exemplo, o Azerbaijão tem tudo a ver, por causa da OPEP. A gente vai entrar no bloco com o Pré-Sal que se fala, que eu confesso sinceramente que não acredito muito, eu acho que vai ser difícil ter o recurso para explorar, a não ser que preço do petróleo estoure por um tempo longo. A gente entra ou não em blocos? Aqui está uma das grandes defensoras do Mercosul. A gente sente, eu sou deputado lá, as dificuldades de fazer com que o nosso trabalho avance. Quais são os blocos em que devemos entrar, ou não devemos entrar em bloco nenhum?

O outro problema é o terrorismo. O terrorismo. Mas aqui eu faço questão de colocar o terrorismo de fanáticos individualizados e o terrorismo de Estado, que a gente vê em diversos países, praticando ou prontos para praticar. E, finalmente, o problema da desigualdade social crescente, nem tanto entre países, mas entre pessoas, classes dentro do próprio país. Eu gostaria de ver a reflexão das senhoras e do senhor, sobre como inserir isso, ou como já está inserido, se é o caso, na consciência dos nossos diplomatas, a preocupação com esse assunto. E outros que vocês consideram que são os que vão influir.

Eu, por exemplo, só para citar, eu já coloquei pontos demais, eu coloco, como um dos itens, o problema da ilicitude crescente no mundo. A gente caminha para uma quebra de leis, o problema da pirataria, cada vez mais fácil, pelo problema das fronteiras cada vez mais frágeis, pelo problema do consumo cada vez maior de bens, independente da origem, e aí eu coloco a droga também, como uma das ilicitudes. Esses são os pontos que eu gostaria de ver. Como, na embaixada de cada um, isso pode ser... Pode representar as próprias políticas do Brasil, mas, sobretudo, como diplomatas, independente do cargo específico que ocuparão, que eu espero que sejam eleitos. Como é que, como diplomatas, vocês pensam que a gente deve fazer com que o Brasil comece a pensar décadas na frente, em relação aos problemas fundamentais que vamos enfrentar no futuro?

Finalmente, só para concluir, mudando esse assunto, eu quero parabenizá-los por terem chegado aqui, esse já é o coroamento de uma carreira, a indicação pelo Presidente, eu acho que alguém, se um dia for recusado aqui, deveria colocar no currículo, fui indicado pelo Presidente e o Senado me recusou, mas já é um ponto alto da carreira. Quero parabenizá-los e dizer que, e eu já disse mais uma vez, aqui, quando vem gente aí, é porque está com algum problema em alguma CPI. Quem está do lado de cá não tem nenhuma inveja de quem está do lado de lá, salvo nas sabatinas, da inveja de poder estar em alguns lugares. Apesar das maravilhas da Nova Zelândia, eu creio que, mais estimulante ainda, é ficar nessa região formidável do mundo, onde tantos fatos já aconteceram, o chamado grande jogo, que aconteceu todo ele aí na Ásia central. Esse grande jogo que continua em andamento, continua em andamento.

Então, aí vocês vão ter chance de observar como se fosse um laboratório, a diplomacia mundial disputando recursos, idéias, pelos choques de civilizações, e tudo isso. Parabéns e, quem sabe, o Presidente não organiza alguma missão para que nós possamos ir visitar esses embaixadores e ver se eles estão merecendo o voto que a gente deu a eles.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Nós vamos ter que visitar os 120 países. [risos] onde o Brasil tem hoje embaixadas, nós estivemos aí na caça de novas embaixadas, e delas, exatamente, a do Azerbaijão e da Armênia. Bom, Senador Geraldo Mesquita Júnior, com a palavra.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Diplomatas, presentes, eu gostaria, em primeiro lugar, de felicitar as diplomatas, o Dr. Paulo, pela indicação desse honroso cargo que, tenho certeza absoluta, de que as senhoras e o senhor exercerão com muito profissionalismo e com muita dignidade. Eu sou... Eu gosto muito desta Comissão.

No período passado, participei, ela nos dá oportunidade de convivermos com profissionais, com pessoas que tem entre suas atribuições a responsabilidade de pensar o Brasil. Internamente eu diria e, na sua relação com os países de todo o mundo. Eu sou daqueles que não me... Prefiro, ou por outra, eu acho natural que o país tenha realmente representação, se possível, em todo o mundo. Eu acho apenas que a gente precisa, a gente precisa, na interlocução com o restante do mundo, a gente precisa inovar um pouquinho. Ao Brasil cabe instalar representação em todo o mundo. Agora, cabe a nós, pensarmos de uma forma diferenciada acerca das nossas representações.

Eu acho que a gente tem que se despir é da pompa da circunstância, não é? Imprimir o profissionalismo, cada vez mais, na nossa atuação mundo afora, mas as representações, não. Temos que ter. Temos que ter, porque... Eu digo isso, até por uma pequena experiência de ter junto com o Senador Eduardo Azeredo, junto com outros senadores aqui, naquilo que a gente, e que o Senador Heráclito Fortes costumava denominar de Diplomacia Parlamentar. Tive oportunidade de ir a

dois, três continentes, e verificar *in loco* a dedicação, o profissionalismo dos nossos diplomatas, daqueles que estão nos servindo, por vezes em locais como Timor, de condições precaríssimas. E o fazem com orgulho, com dedicação, com denodo.

Eu sou testemunha disso, sou testemunha da dedicação da Embaixadora Gladys que está aqui conosco permanentemente, conversando conosco, trocando informações, não é? Fazendo com que o trabalho desta Comissão se faça da melhor maneira possível. Retorno à Comissão, como eu disse, com muito prazer. Como eu disse, gosto muito desta Comissão. Para a nossa satisfação, temos agora substituindo o nosso grande companheiro Senador Heráclito Fortes, o Senador Eduardo Azeredo, uma figura pública respeitadíssima aqui no Senado, e na companhia do qual será sempre um prazer a gente atuar e perseguir nossos objetivos aqui. Eu acho que nos despirmos da pompa e da circunstância mundo afora é uma provocação que devemos fazer ao corpo diplomático do mundo inteiro, muita coisa que a gente pode descartar.

Como aqui, Senador Eduardo Azeredo, modestamente, eu ofereço até uma pequena sugestão, sem querer interferir nos trabalhos da Comissão, mas eu estava conversando aqui com o Senador Cristovam Buarque, que o formalismo, que por vezes se impõe de forma muito forte aqui nesta Casa, nos faz, por vezes, fazer coisas aqui. Por exemplo, eu acho que um encontro como esse, que a gente denomina de sabatina, a fala dos indicados, dos diplomatas, deveria preceder a leitura do relatório, não é? Porque, Senador Cristovam Buarque, por exemplo, foi relator aqui de uma das indicações, poderia perfeitamente, de pronto, acrescentar algumas informações no próprio relatório, na hora, de acordo com o que ouviu, com o que possa ouvir aqui.

De forma que, eu acho que a gente devagarzinho precisa pensar também em dar uma sacudida na nossa Comissão e ver até onde a gente pode se despir desse formalismo, tão pesado, às vezes. Mas enfim, é com satisfação que, mais uma vez, a gente participa aqui da oitiva de embaixadores, diplomatas, que vão cumprir missões especiais, missões por vezes até muito difíceis, não é? Portanto, meus parabéns, tenho certeza absoluta da aprovação das indicações e, daqui do Senado, nós ficamos à inteira disposição para continuarmos com a interlocução. Não vamos encerrar aqui o nosso contato, não. Precisamos manter contato, o Senado precisa, além desta audiência, manter contato com as senhoras e o senhor. Porque eu acho que esse momento aqui não encerra a nossa responsabilidade pela atuação das senhoras e dos senhores.

Eu acho que, de outra forma, vocês também não devem se descolar do Senado Federal. Eu acho que devemos manter, além desta audiência, contato, não diria permanente, mas eventual, alguma notícia, alguma coisa que... Porque isso aqui é uma escola, isso aqui é uma experiência. Ela não deve se cingir apenas a este momento. Eu acho que devemos continuar. Meus parabéns aos indicados.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Obrigado, Senador Geraldo Mesquita Júnior. Não há dúvida, Vossa Excelência tem toda a razão. Eu acho que nós podemos fazer alterações na forma processual, desde que a legislação permita. Por exemplo, nós vamos ter que depois transformar em secreta a reunião, uma parte, porque está previsto no Regimento Interno e, também, no Art. 52 da Constituição Federal. De maneira que, nem sempre há necessidade de fazer essa transformação. Eu acho que seria só quando nós tivéssemos realmente motivo ou justificativa. Mas podemos, vamos discutir isso, especialmente, com a sua colaboração, como futuro Vice-Presidente desta Comissão, de que maneira podemos tratar a questão.

Mas eu quero voltar ao que o Senador Cristovam Buarque colocou, Senador, só a questão de nós ouvirmos, eventualmente, os demais embaixadores, eu acho que é muito importante essa colocação. Eu já falei da questão de nós termos que correr o mundo todo, mas, na verdade, eventualmente, nós podemos chamar os embaixadores também aqui para algumas informações adicionais durante o período em que eles são embaixadores do Brasil. Eu acho que essa informação ao vivo, conosco, ela é importante. É evidente que o Itamaraty tem todos os seus canais, tem os representantes por cada área do mundo. Mas ouvir o próprio embaixador é realmente mais importante, talvez, ou mais adequado.

De maneira que esse é um ponto também que nós temos que avançar. Se não for uma reunião como essa, pelo menos, algumas reuniões mais informais, em que aproveitando, às vezes, que o embaixador está aqui no Brasil, que ele possa vir aqui à Comissão e fazer uma exposição, ainda que rápida, de como é que está indo o seu trabalho no país. Esse é um ponto que podemos discutir sim, eu acho que seria muito importante. Mas eu quero ouvir novamente a Embaixadora Renate Stille para que ela possa fazer as observações a respeito do que foi colocado pelos Srs. Senadores.

SRA. RENATE STILLE: As perguntas do Senador Eduardo Suplicy. A minha tese sobre fundamentalismo islâmico na Argélia foi motivada pelo fato deu estar vivendo o problema no dia a dia, porque eu servi na Argélia de 1991 a 1993, quando foi o auge da ação dos

irmãos muçulmanos dos fundamentalistas com terrorismos, com sequestros de funcionários de embaixadas e consulados, ameaças aos estrangeiros que teriam que deixar o país. E era um momento de fazer minha tese para o CAE e quando a gente está vivendo um problema, é mais fácil estudá-lo e escrever a respeito, do que quando a pesquisa se limita aos livros.

Claro que isso manteve o meu interesse pelo fundamentalismo e vi, de longe, ações terroristas muito mais graves acontecendo, como o 11 de setembro em Nova Iorque, em 2001, quando então já estava na Noruega, sempre conversei muito com outros interessados sobre o tema, mas não posso me considerar assim uma estudiosa do problema islâmico. Porque pela nossa profissão começamos a nos interessar em seguida por outras coisas, exigências do posto, do dia a dia. Eu acho que, realmente, talvez, um colega neozelandês com quem eu falei esta semana tenha razão, porque só combater... A Nova Zelândia foi um dos primeiros que mandou tropas para o Afeganistão, atendendo ao pedido norte-americano, depois do 11 de setembro, e depois, nós conversamos sobre essa iniciativa de choque de civilizações.

A Nova Zelândia é um, foi um dos primeiros a preparar o Plano Nacional Sobre Aliança de Civilizações. E ele me disse, olha, nós achamos que esse contato entre civilizações, negociações sobre um entendimento maior, inclusive, eles lideram também outro movimento de contatos interreligiões. Ele me disse, eu acho, que é uma coisa muito interessante para se examinar, explorar daqui para frente, que isso pode dar muito mais resultado contra o terrorismo, do que o combate, tipo, invadir um país para eliminar os terroristas que seriam mandados de lá para outros países no mundo.

Talvez, se conseguíssemos chegar a uma compreensão maior entre os povos, respeitando as diferenças, e não achando que algum país tem a solução do regime de governo ideal, talvez, fosse uma forma de evitarmos a longo prazo, atos terroristas. Mas isso é uma opinião, por enquanto, muito pessoal, gostei da idéia neozelandesa, estou feliz que poderei ter interlocução maior sobre esse tema na Nova Zelândia.

Quanto à sua outra pergunta, relativa à igualdade social, realmente, eu acho que desse ponto de vista pode se considerar a Nova Zelândia um modelo, porque há 50 anos eles têm medicina social, lutam pela eliminação da pobreza. Nos últimos anos, chegaram a um ponto que já não é mais livre para todo mundo. O atendimento médico, em si, até um certo nível continua, mas é oferecido pelo Estado a todos que não podem pagar, porque ainda, mesmo com as poucas diferenças que há, sociais e econômicas, ainda há uma camada da população necessitada e tende a aumentar agora, com o desemprego que, infelizmente, vai haver. Mas é um país modelo nesse ponto de vista social, da igualdade social.

Quanto às perguntas do Senador Cristovam Buarque, não sei se vou poder me referir a todas. Eu andei examinando também as posições da Nova Zelândia. Com relação a isso, eu acho que, quanto ao meio ambiente, é um país que tem já um avanço muito grande na proteção do meio ambiente, na exploração com ecoturismo, e preservar áreas de preservação, parques.

Eu acho que o Brasil pode se beneficiar muito de uma cooperação com a Nova Zelândia, eu acho que, também, temos que internamente, que é também a sua pergunta, tornar essa preocupação muito mais presente em todos os níveis de ensino, porque eu acho que no Brasil, ainda é um problema para o qual a pessoa desperta mais como um adolescente, e um adulto, porque alguma coisa o motivou. Não há uma orientação que eu vejo, nas escolas, para toda essa coisa de preservação do meio ambiente, a começar pelo próprio tratamento do lixo, coleta, são poucas as cidades do Brasil, até hoje, onde temos a coleta diferenciada, que é um grande passo em proteção do meio ambiente, porque é um problema cada vez maior, o que fazer com isso.

Então, eu acho que sim, podemos cooperar muito com países que já tem boas experiências na proteção ambiental, mas temos que, talvez, também motivar muito mais toda a nossa população para a importância do meio ambiente. A Noruega onde eu servi, também era um exemplo nisso, porque eles sempre diziam "preservação do meio ambiente não é um benefício para nós, é um benefício para os nossos netos, porque se se continuar destruindo o meio ambiente, que vida eles terão?"

Eu já li sobre que daqui a 50 anos,a água será tão escassa que as pessoas não terão mais direito a tomar banho. Se usarão assim, lenços úmidos, como esses que no avião nos dão para limpar as mãos para higiene pessoal. Isso seria uma tragédia, nada tão bom como um banho, vamos proteger nossa água. Ah, deixa eu ver sobre o que eu gostaria de falar.

Bom, terrorismo eu já acho que eu já me referi. O comércio. Eu acho que, realmente, globalização e comércio, livre comércio é uma coisa fundamental que espero que se volte a negociar, e que na OMC... Porque já não é mais possível nenhum país ter uma economia fechada. Nós vimos para o Brasil como foi importante, por exemplo, o desenvolvimento do agronegócio em anos recentes, em que em outras áreas a economia não ia tão bem. O fato de estarmos nos colocando no mercado internacional nessa área equilibrou, nos deu

o resultado positivo na economia em geral. Então, eu acho que uma das funções do embaixador é divulgar no exterior o produto do país, mas também encontrar o que eu, infelizmente, não consegui na Armênia, quando o próprio país não consegue, tentar encontrar produtos que possam ser importados no nosso país, porque o comércio só pode funcionar, a longo prazo, como uma via em duas direções.

A Armênia exporta molibdênio, que nós compramos quando precisamos. Ela exporta conhaque, que é um dos melhores do mundo. O Churchill só tomava conhaque Ararat, da Armênia. Mas que o excedente que eles têm, 90% da produção é adquirida pela Rússia. Então, os armênios, em São Paulo, são os primeiros a me dizer: "Nós adoraríamos importar, mas não conseguimos fornecedor". É um trabalho que eu passo para a Marcela, já dizendo que vai ser muito difícil, mas nós temos que descobrir o que importar deles. Inclusive, a cooperação que eu procurei com a EMBRAPA e que, talvez, pudesse também procurar com os nossos exportadores de frutas, especialmente, do Vale São Francisco, não me alcançou. O tempo, porque eles têm frutas maravilhosas, que eles não podem exportar, porque eles não têm nenhuma noção de conservação, nem de embalagem. Isso é um ponto que eu acho que deve ser explorado.

Mas eu sou 100% a favor de, cada vez mais, se procurar liberar o comércio e tentar desenvolvê-lo nas duas vias. Eu acho que é o que eu tenho a dizer no momento, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Ótimo, obrigado. Eu quero pedir... Vou passar a palavra para o Embaixador Paulo Antonio Pereira Pinto, antes, porém, lembrando que o embaixador, hoje, é nosso cônsul em Mumbai, e eu queria, exatamente, também nessa linha, que nós pudéssemos ouvir um pouco os embaixadores sobre os cargos que estão ocupando. Eventualmente, seria bom nos dar alguma informação a respeito.

Então, no caso do Embaixador Paulo Pereira Pinto, eu queria saber um pouco a questão, depois, dos atos terroristas do início de dezembro, que aconteceram na Índia, lá em Mumbai, que é aquele terrorismo que matou quase 200 pessoas, que ele pudesse nos dar alguma informação sobre o estágio atual.

SR. PAULO ANTONIO PEREIRA PINTO: Eu comecei a pesquisar sobre o Azerbaijão, uma das primeiras curiosidades que eu tive foi estudar essa questão que o senhor colocou, em que medida os recursos, os *royalties* obtidos com a exportação do petróleo teriam sido bem divididos pela sociedade. Mas, conforme salientado pelo Senador Eduardo Azeredo, eu fui fortemente condicionado para estar servindo na Índia. E na Índia, claro, a questão do Consulado, mas em apoio à Embaixada de Nova Delhi, tem dado grande importância para divulgar os nossos programas de combate à fome. Certo? Enfim.

Então, eu tenho a impressão que a minha primeira reação com... Eu identifiquei que existe, realmente, um projeto no Azerbaijão de melhor divisão das rendas, mas a impressão é que o desafio, com o qual eu vou me deparar, não é, com o devido respeito, de comparar o projeto deles, com o que ocorre no Alasca ou na Namíbia, mas, em que medida podemos nós trazermos os nossos insumos das conquistas, em termos de elevação do padrão social brasileiro e, nesse sentido, sim, estabelecer uma interlocução com eles. Eu acho que é esse que, realmente, seria o desafio.

Eu sei que existe um programa, infelizmente, eu não trouxe aqui o nome do programa, mas eles têm essa preocupação, daí ser um mercado, inclusive, em expansão para os produtos manufaturados brasileiros e, também, facilitar essa interlocução. Enfim, aqui já, em parte, entrando no que eu pretendo responder à questão do Senador Cristovam Buarque que colocou, em que medidas essa... Quer dizer, é muito fácil, por exemplo, com relação à Índia, outros países em que eu servi, identificar as diferenças. O desafio é procurar identificar aqueles pontos que já temos em comum. Então de repente, essa questão de inserção social de camadas menos favorecidas, que já temos conquistas obtidas no Brasil, penso que é isso que nós devemos apresentar em relação ao Azerbaijão.

Então, respondendo a sua pergunta, sim, eu tenho registro de que eles têm um programa, infelizmente, não trouxe aqui o nome do programa, eles têm essa preocupação de difundir para a sociedade os ganhos com recursos petrolíferos, mas eu tenho a impressão, se o senhor me permite, que eu priorizaria estudar melhor, conforme já tenho a introdução adquirida no trabalho lá em Mumbai, respondendo a sua pergunta, de comparar aquilo que já conquistamos aqui, que acredito poderá ser aproveitado lá, quais são as coisas, quais são as convergências que já existem para, a partir daí, podermos fazer um trabalho mais construtivo. Então é assim que eu gostaria de responder a sua pergunta.

Com relação aos temas apresentados pelo Senador Cristovam Buarque, evidentemente que o tema sobre terrorismo me afeta diretamente, porque eu presenciei, mas eu não gostaria de, enfim, esgotar a minha intervenção explicando os detalhes, enfim. Felizmente, ninguém estava no... Nenhum brasileiro, nem nós estávamos no lugar errado, na hora errada. Mas eu gostaria de relacionar naquela perspectiva que o

senhor mencionou, divisão estratégica, juntamente a questão do choque de civilizações e do terrorismo.

Então, tenho a impressão de que pensando da maneira que o senhor colocou, pensando no futuro, vivemos um momento no cenário de hegemonia unipolar por uma única potência militar e econômica. O cenário que eu vejo no futuro, melhor para o Brasil, seria um cenário multipolar e que, ao invés da força militar e a economia, a multiculturidade fosse, realmente, uma fonte de poder. Nesse sentido, Brasil, Índia, China, seriam países, enfim, que teriam realmente uma realidade de poder, resultando dessa capacidade de administrarmos nossos próprios choques de civilização. Enfim, nisso a Índia é um exemplo, ou um laboratório que eu tenho procurado observar permanentemente, e esse que é o desafio que me interessa muito na questão do Azerbaijão.

Nos locais em que eu servi anteriormente, eu servi 20 anos na Ásia oriental, que podemos chamar de um universo chinês. E, assim como a Índia, são locais de destino. Durante gerações, durante milênios, pessoas se dirigiram a esses países, a China e a Índia como destino. O Azerbaijão ficava na rota da seda, e é um local de trânsito, conforme eu procurei colocar aqui. Então, é interessante como é que foi possível durante milênios, tantas civilizações, conforme eu coloquei aqui, uma convergência de cultura persa, cultura otomana, cultura russa, conseguiram conviver bem entre si e viverem numa área em que, enfim, há conflito bélico entre o Azerbaijão e Armênia, mas não é um local afetado pelo terrorismo, por exemplo.

Nesse quesito, por exemplo, a questão do terrorismo na Índia, que presenciamos agora, é uma história que, enfim, durante gerações... Quer dizer, a contradição principal para usarmos a figura do camarada mal, há sempre uma contenção principal, que é de rivalidade entre os muçulmanos e os hindus, enfim. Essa... Com a chegada dos ingleses, eles procuraram justamente agravar essa rivalidade para dividir e governar. Com a independência, veio a *partition,* os ingleses forçaram a criação do Paquistão, alegando que era impossível os muçulmanos viverem sob o domínio hindu, e, no âmbito da Índia, na área ali de Mumbai, continuou a haver rivalidade entre muçulmanos e indianos, que se chutavam, batiam, enfim, quebravam, usando pedras, porretes, enfim, aqueles bambus, e a polícia tentava controlar, ou não, usando os mesmos recursos.

Com a industrialização da Índia, principalmente na área de recursos eletrônicos, os terroristas, essas partes rivais se sofisticaram. Hoje em dia, o celular na Índia é uma arma, enfim, porque, normalmente, as bombas são detonadas por controle remoto. E as forças de segurança não se sofisticaram. Então, tem sido impossível até o ano passado conter o terrorismo, que era *high-tech.* O diferencial agora, enfim, nesse atentado ocorrido em novembro do ano passado é que, pela primeira vez, houve terroristas suicidas, pessoas que eram 10, dizem que são 10, mas ninguém acredita que, realmente, fossem apenas 10, para fazer o estrago que fizeram e, enfim, também o fato de terem agredido, atingido a comunidade estrangeira, que isso não ocorria, enfim.

Essa que era a minha preocupação como Cônsul em Mumbai, de permanentemente monitorizar, entrar em contato com alguns hospitais, e hotéis, para saber se havia algum brasileiro entre as vítimas, finalmente, não houve, enfim, mas senão, também ficamos muito preocupados com relação ao assunto. Não, o assunto não foi resolvido. Enfim, inclusive, não se acredita que fossem só 10 terroristas, aparentemente, haveria outros ainda lá dispersos, tramando. Espera-se que esses terroristas continuem... Enquanto haja, justamente, esse diálogo. Que esse choque de civilização, no caso da Índia, não ocorre apenas entre países diferentes. Ocorrem também no âmbito de determinados países. Ocorre na Índia, ocorre no Paquistão.

Espero, pelo que eu pude entender até agora, que não ocorra no âmbito do Azerbaijão. Mas já há um choque de civilização entre justamente os armênios e os de azerbaijões. Então, é esse tipo de reflexão que eu tenho me permitido fazer e que eu gostaria de apresentar para os senhores em resposta ao seu pedido de, enfim, de dissertação sobre o assunto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E o senhor assistiu o filme *Quero ser um milionário*, que se passou em Mumbai?

SR. PAULO ANTONIO PEREIRA PINTO: Como eu assisti *Cidade de Deus,* eu achei melhor não assistir, porque o início é o mesmo. Enfim. E o problema é que como tudo na Índia é tudo muito controvertido, então, houve logo uma série de choques de opiniões sobre a exploração indevida da miséria ou não, e os protestos que ocorrem na Índia são muito violentos. Não são pessoas com placas na rua protestando. Eles queimam logo o cinema quando as pessoas estão lá dentro. Então, eu achei melhor não assistir o filme lá. Como eu tenho tempo aqui no Brasil, talvez eu consiga assistir aqui, enquanto não se tranquiliza a situação lá, eu prefiro não assistir, mas vi muitos comentários. Enfim, quando protestam eles queimam igrejas, queimam cinemas, enfim.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas eu recomendo que o senhor assista e eu agradeceria muito se, depois, puder nos dizer a sua opinião, porque eu assisti *Cidade de Deus* e, de fato, tem alguma coisa em comum, o fato de que mostra ali a vida nas

favelas de Mumbai, que no início dos anos 90, eram, o senhor tem melhor conhecimento do que eu, mas, no filme mostra como eram de uma densidade muito grande, dentro de Mumbai, mas que em, aproximadamente 10 anos, aquelas favelas se transformaram em edifícios muito modernos e tudo, mas há o contraste ainda em lugares que tenha favela e outros. Mas o filme é muito interessante, muito bem feito, e não é à toa que ganhou mais de oito "Oscars"

SR. PAULO ANTONIO PEREIRA PINTO: Sim, senhor.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu acho que ganhou 8 Oscars"", e o que se notou é que ali na Índia, pelo menos, houve um festejo, inclusive, nas áreas mais carentes, e as pessoas estavam torcendo muito para que o filme fosse, de fato, agraciado, mas, como sobreviveu lá, acho que seria muito interessante a sua análise do filme. Eu recomendo que veja.

SR. PAULO ANTONIO PEREIRA PINTO: Eu preferia, eu tentei participar do debate sim, agora em Dubai, mas entre a comparação feita, sugerida pela imprensa de Mumbai entre o filme do Danny Boyle e a novela da Globo, apresentada aqui. O que eu acho que é fundamental no sentido de que todos os filmes... Eu estou há dois anos e meio em Mumbai... Todos os filmes que eu vi, feitos por estrangeiros, [ininteligível] é feito por um estrangeiro, na verdade, é quase que um filme inglês, é sempre colocado a cultura indiana como algo exótico, do qual deve ter visto... Tem a vaca, tem não sei o quê, e um fenômeno interessantíssimo, a meu ver, na novela da Globo, com quem eu tenho tido um intenso diálogo, tanto com a autora, quanto com os produtores. Eu os recebi em Mumbai, coloquei a minha equipe à disposição deles, enfim, estive já duas vezes aqui no PROJAC, participei da festa de lançamento deles. A nossa capacidade, mais uma vez, de demonstrar a antropofagia cultural.

Essa novela, talvez, por ter me envolvido tanto com o assunto, é capaz de narrar, quer dizer, o primeiro capítulo, quando eles mostram a cidade de Varanasi e colocam uma música do Raul Seixas, eles são capazes de descrever uma civilização de cinco mil anos com versos brasileiros, agora isso é fantástico, ninguém conseguiu fazer isso. As explicações feitas pelo personagem Lima Duarte e Tony Ramos, há dois anos e meio, que eu procuro me informar sobre a cultura indiana, estou aprendendo através deles, pela capacidade que nós temos. Então, isso, eu tenho participado, inclusive, na imprensa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É capaz dessa novela ter muito sucesso lá.

SR. PAULO ANTONIO PEREIRA PINTO: Mas é como eu digo, aproxima, aproxima as duas civilizações.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sem dúvida.

SR. PAULO ANTONIO PEREIRA PINTO: A busca de temas em comum. Eu acho que é isso que remete ao desafio. Quer dizer, eu lamento, mais uma vez, enfim, procurar mais a visão estratégica, mas realmente o filme eu não assisti e preferi não assistir para não perder a capacidade de ver sempre ressaltar esse mantra, que é o que temos em comum entre o Brasil e a Índia, e o desafio será tentar identificar o que temos em comum entre o Brasil e a população azeri, digamos assim. Obrigado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Obrigado. A novela o senhor recomenda, então?

SR. PAULO ANTONIO PEREIRA PINTO: Do meu ponto de vista sim. Até o momento, eu tenho achado muito interessante.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Eu já assisti o filme, eu gostei também. Eu estou com o Senador Eduardo Suplicy, eu achei muito interessante sim. Embaixadora Marcela Nicodemos.

SRA. MARCELA NICODEMOS: Muito obrigada Sr. Presidente, Srs. Senadores. Agradeço os comentários. Referindo-me à questão levantada pelo Senador Eduardo Suplicy sobre renda básica, o governo atual da Armênia tem um programa de redução da pobreza, um programa de longo prazo, de 2008 a 2015, mas não tem nada para garantia de renda básica.

Na verdade, a renda da população é bastante baixa. A renda média da população são 150 a 300 dólares. Então, eu acho que, desse ponto de vista, nós temos muito a aportar, podemos aportar muito com a nossa experiência, com os nossos programas sociais, para trocar idéias e ver de que maneira a sociedade armênia, o governo armênio, enfim, com todas as suas características tão diferenciadas da nossa, mas eles possam incorporar e encontrar soluções nas soluções que nós temos encontrado até o momento.

Eu agradeço muito o seu oferecimento, colocando-me à disposição para contatos com a comunidade armênia. Certamente, enfim, e sendo aprovada por Vossa Excelência, será minha intenção proximamente fazer visita em São Paulo, aproveitando a minha estada aqui no Brasil, à comunidade armênia, porque é realmente uma comunidade muito ativa. Eles estão muito vinculados ao país de origem, ainda que nascidos aqui, mas eles têm, pelo *jus solis* eles têm a cidadania, e são muito representativos, e tem uma atuação muito grande também aqui no Brasil.

A Embaixadora Renate Stille tem, por exemplo, um projeto que esperamos que se possa concretizar esse ano, de levar o filme *Chega de Saudade* com o ator Stepan Nercessian, de origem armênia, para ser exibido na Armênia. Então, quem sabe, também a novela, aquela que passou com a Aracy Balabanian em que ela retrata uma armênia no Brasil, pena que vai ser difícil traduzir a linguagem que ela falava para o armênio, vai se perder totalmente. [risos].

As questões do Senador Cristovam Buarque, realmente são de interesse global, e qualquer um de nós, sobretudo, enfim, como representantes do Estado, nos envolvermos e termos interesses em relação a isso. Eu, particularmente, em termos de meio ambiente, já tive algumas experiências profissionais. Trabalhei na Divisão do Mar da Antártica, do Espaço, aqui na Secretaria de Estado, trabalhei com a Comissão de Diversidade Biológica enquanto estive no Consulado, em Montreal, com protocolos de Montreal para a proteção da camada de ozônio.

Existem já, no mundo, instrumentos internacionais que são capazes de regular todas as questões, salvo a água. Salvo a questão da água, eu acho que ainda não existe nenhum. E que eu acho, e eu digo sempre para os meus filhos. A água é um recurso natural esgotável. Eu acho que, minha opinião pessoal que, no futuro, a água será realmente um fator de conflito. Pode vir a ser um fator de conflito muito mais grave que o petróleo, recursos energéticos, porque estamos aí descobrindo recursos, fontes alternativas. A água... Parece que existe até um brasileiro, isso eu fiquei sabendo no curso sobre Ciência e Tecnologia, que eu participei no ano passado, no Itamaraty... Um brasileiro que conseguiu dessalinizar completamente a água do mar. Mas também, a própria água do mar também, um dia, vai se acabar se não houver um bom uso.

E nisso, tanto o meio ambiente, como recursos naturais e também, por exemplo, em desigualdade social, Senador, eu compartilho muito com o senhor uma visão sua de que a educação é fundamental. Como disse a Embaixadora Renate, tem que ser nos níveis iniciais da escola, tem que haver a conscientização, e tem que haver campanhas. Porque senão, não haverá a mobilização suficiente para que cada um de nós, nos mais diferentes níveis, em todos os países, possa fazer a sua parte. É claro que os governos tem um papel fundamental, mas o cidadão comum também precisa, o empresário tem um papel fundamental.

A Armênia, por exemplo, tem graves problemas, nem conversei muito com a Embaixadora Renate, mas eu suponho que tenha graves problemas de poluição ambiental, porque ela me disse, por exemplo, que eles não usam catalisador. Então, portanto, a gasolina tem que ter chumbo. E são altos, fumam incrivelmente, tem pouca vegetação no país. Então, tudo isso são desafios e que, além da atuação de governos, além da conscientização empresarial, tem que haver uma conscientização, a meu ver, das gerações jovens por meio da educação.

Eu me lembro quando eu estive em Los Angeles, não querendo me estender muito sobre esse tema, mas quando eu servi em Los Angeles, foi o meu primeiro posto, e pouco tempo atrás, Los Angeles era uma região, assim como Lima, também, que por microclimas tem muito pouca chuva. E Los Angeles, com a quantidade de veículos que existe em circulação, e também indústrias, tudo isso, é muito poluída, porque fica entre o mar e logo tem a cadeia de montanhas de São Bernardino e depois um vale. Então, sem chuva, não se dissipa aquela poluição.

E a população começou a ser conscientizada, porque houve uma época em que, realmente, os reservatórios de água estavam quase nos níveis mínimos, e houve uma conscientização por meios de comunicação, nas escolas, para economizar água. E a economia de água foi tão grande que quando voltaram as chuvas ao normal, a companhia de água estava tendo prejuízo, então, tiveram que fazer uma campanha, o que demonstra que com conscientização, é possível lograr-se alguma coisa. E eu acho que isso também é o caso que tem que ser feito tanto no Brasil como em países como a Armênia.

Quanto aos blocos, só rapidamente, eu vejo a Armênia, enfim, é parte da comunidade de Estados independentes, mas também é parte de organismos do bloco ocidental. E eu creio que no mundo de hoje, Senador, a minha opinião é de que é muito difícil nesse mundo tão globalizado, onde a competição em todos os níveis é tão acirrada, é poder sobreviver num país por mais peso específico, por mais riqueza que tenha, isoladamente. Salvo a grande potência, mas que também está passando por uma situação extremamente difícil, com consciência para todos nós. Eu acho que blocos, tem que haver um critério, mas eu acho que os blocos, que a integração é uma alternativa. Dois tem muito mais força do que um. Não sei se o senhor quer fazer algum comentário.

Terrorismo, por sorte, eu nunca tive experiência com relação a terrorismo. Mas eu acho que, aliás, as civilizações... É um grande passo. A Armênia não tem um problema exatamente de civilização, de choque de civilização, no meu entender, com o Azerbaijão. Foi, esse foi um conflito, até certo ponto, pelo menos na minha visão, criado, que foi criado e que persistiu, porque naquela região, conviveram durante décadas, ou mais de décadas, provavelmente, séculos, tanto co-

munidades armênias, quanto comunidades azeris. Mas que depois, no final da União Soviética, com autonomia concedida, mas dentro da República do Azerbaijão, aí se criou o problema.

É um problema de integridade territorial, de autodeterminação dos povos, são esses dois princípios aí que estão em jogo e que não é exatamente um conflito de civilizações. Os armênios convivem bem com os da Geórgia, convivem bem com o Irã, muçulmanos. A Turquia está vivendo um descongelamento das relações e é muito possível que num prazo, não muito distante, possa haver o reestabelecimento de relações diplomáticas entre a Armênia e a Turquia, que se solidarizou com o Azerbaijão pelo fato de serem populações muçulmanas.

A desigualdade social, enfim, eu acho que eu já mencionei também, e só gostaria de fazer um comentário final sobre a colocação do Senador Geraldo Mesquita Júnior, dizendo que como agente do Estado, eu acho que, realmente, o senhor tem toda razão. Nós diplomatas, sobretudo na função de embaixadores, nós temos sim que defender interesses pontuais, circunstanciais do país, mas nós não devemos nunca perder de vista o interesse permanente da nação. E eu agradeço imensamente a colocação dos senhores. Obrigada.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Me permite? Eu quero voltar a... Só como comentário, não como pergunta. Eu quero... Essas colocações que eu ponho, é porque o Brasil vai ter daqui para frente, um papel, a meu ver, importante. Não por causa das armas, não por causa do potencial econômico, mas sim, porque nós somos o melhor retrato da civilização que há no momento. A renda per capita do Brasil é igualzinha à renda per capita do mundo. Os indicadores sociais nossos são iguais à média. Só tem uma coisa que a gente é pior do que a média que é a educação. O Brasil está pior que o mundo. No resto, nós somos muito parecidos.

Além disso, nós somos uma composição de culturas, de etnias, de tudo, que permite fazer do Brasil um retrato. Se tivéssemos uma proposta a partir da política externa, eu acho que a gente teria condições de influir e, sobretudo, e aí a gente vai perdendo a chance, porque está terminando o governo, sobretudo, com o governo atual. Porque, além de pegar uma evolução que veio do Fernando Henrique Cardoso em relação à política externa, eu creio que o Lula, a única coisa que ele fez de inflexão foi na política externa. A economia ele deu continuidade, e tinha que dar. Na política social ele foi um pouco mais generoso, um pouco não, foi bastante mais generoso, mas ele deu continuidade. Na capacidade política, ele usou de aglutinar o país, é provisória.

Quando sair a genialidade dele, quando sair o carisma dele, outra vez vão aflorar conflitos que hoje estão amaciados, porque os sindicatos se intimidaram, os estudantes ficaram quietos, os intelectuais silenciados, não é? Mas isso é fruto de uma realidade provisória. Eu acho que houve um retrocesso no Governo Lula com relação ao debate ideológico, o Brasil recuou, hoje se produz menos idéias, hoje se debate menos do que antes. Agora, uma coisa o Brasil deu uma inflexão, a meu ver, positiva, desculpe usar a expressão de esquerda, alguns não vão gostar, foi na política externa. Nós demos uma inflexão. Há uma diferença na política externa do Lula para os governos anteriores. Única diferença qualitativa, as outras são quantitativas.

Só que eu acho que há uma timidez ainda. Há uma ambição correta na expansão, mas não no aprofundamento. Eu tenho a impressão que essa, como eu digo, a instituição Lula-Amorim não se deu conta do poder, do respeito que hoje eles têm no mundo. Eu estive, faz 15 dias, três semanas, na Islândia. O Presidente da Islândia fala do Brasil, do papel do Brasil, do interesse em visitar o Brasil como se fosse o Paraguai, como se fosse um país vizinho. Eu acho que a gente não percebeu que está na hora, e que podia sair do Brasil a proposta de um Bretton Woods global, mas não global no sentido do planeta, que já é diferente de 1945, em que não havia essa possibilidade de globalidade. Mas global tematicamente, um Breton Woods do social, do ecológico, do econômico e do financeiro. Até porque eu acho que a gente não vai ter saída se não tratar isso juntos.

A alternativa do Presidente Lula de aumentar a venda de automóveis é contra producente do ponto de vista ambiental. Gera emprego, e depreda a natureza. Não se conseguiu, não quiseram, até aqui, dar um salto. A gente pode criar emprego para proteger a natureza, a gente pode criar emprego para erradicar o analfabetismo, nenhuma indústria gera 100 mil empregos. A gente pode contratar 100 mil jovens para serem alfabetizadores e erradicar o analfabetismo em quatro anos. Propostas como essas podem transformar um Bretton Woods global em um Plano Marshall social, ecológico e global.

E aqui alguém falou Direitos Humanos. E a gente pode levar os Direitos Humanos novos ao mundo inteiro. Porque a gente não consegue ter o Senador Eduardo Suplicy é um defensor ferrenho disso, porque a gente não coloca como direito humano o direito de ir e vir, independente das fronteiras nacionais? Ele é o grande defensor disso. Por que a gente não coloca como direito humano o direito à educação de qualidade, não importa o país da África, onde esteja a criança? O direito à saúde? O direito ao meio ambiente?

Obviamente. Até o direito ao emprego, não no setor industrial, privado, isso a gente não pode exigir que o empresário quebre para manter o emprego, mas descobrir outras formas de emprego que permitam manter todo mundo com uma atividade.

Então, esse Bretton Woods global, esse plano Marshall social, eu não vejo outro lugar, que não o Brasil, para propor. Porque a Europa e os Estados Unidos não precisam disso, eles não tem os problemas da humanidade. A África não tem condições, porque não tem os recursos para enfrentar, o Brasil tem os recursos e os desafios. E tem uma capacidade, uma massa crítica capaz de pensar isso, de formular. E nesse momento, a gente tem uma liderança que eu sempre digo que é dupla, na política externa, que é o Presidente e o seu Ministro, que a meu ver, não foi usada para isso. Foi usada corretamente para fazer essa inflexão, o Brasil, hoje, não é mais um país que balança a cabeça a um país ou outro. Consegue encontrar em caminho. É um país que se expandiu na sua política externa, mas na profundidade de trazer uma proposta alternativa para o mundo, não trouxe.

De vez em quando a gente vê o Patrus Ananias dizendo que leva o Bolsa Família. Ah, isso eu já fiz com o Bolsa Escola e ele fez com a Renda Mínima, não precisava nem do governo. Isso a gente fez, eu consegui implantar na Bolívia, no Equador, na Argentina, com minha ONG na Tanzânia, Angola não, mas na Tanzânia e São Tomé e Príncipe, Moçambique, são programas. Isso aí o Banco Mundial faz. Agora, repensar os destinos da humanidade, eu acho que a gente devia tentar. Provavelmente não ia conseguir, mas devia tentar. Porque também, embaixadora, a gente tem hoje as instituições necessárias no organismo das Nações Unidas para tudo isso, mas cada uma para um lado.

O Quênia pensa em ambiente, mas não pensa desenvolvimento. Pensar o meio ambiente sem desenvolvimento é conservacionismo. Não é uma política de desenvolvimento equilibrada. A OMC pensa o comércio, a OIT pensa o trabalho. Não há... Na verdade, a única que poderia pensar globalmente seria a UNESCO, não como ela está hoje, ela está... Hoje ela não consegue pensar nada. Seria a única que poderia. As outras todas pensam isoladamente, até porque Nova Iorque pensa política, também não pensa a combinação dos diversos problemas. É isso que eu insisto que a gente deveria dar um salto de qualidade. Mas, eu creio que passou né? Já está até terminando.

O Lula-Amorim está terminando como instituição de poder. Vamos continuar como instituição histórica. Mas de poder, só falta um ano e meio, só falta um ano. Daqui um ano não tem mais esse governo. Um ano talvez ainda desse para lançar as bases. Eu achava que o encontro do Lula com o Obama seria mais ambicioso, porque ele, provavelmente, teria receptividade em propostas do Lula, ousadas, globalmente vistas da parte do Presidente Obama. Eu acho que esse cara está procurando alguma coisa, eu acho que ele está tentando ser [ininteligível] global, mas não vai conseguir, porque lá não tem os problemas iguais. Lá ele tem que pensar no eleitor dele, não no eleitor mundial, mas aqui no Brasil, quando a gente pensa no eleitor da gente, a gente está pensando no eleitor global, porque nós somos um retratinho, cada um da gente, de um cidadão do mundo.

Esse desafio é que eu lamento que a gente não esteja enfrentando nesse momento. Daí as minhas perguntas querendo juntar quais os problemas que, de fato, a humanidade está enfrentando e saber como transformar isso em política externa. Até porque, como eu já disse, nós, políticos, não vamos ter condições de fazer isso, porque nós trabalhamos só no curto prazo da próxima eleição. E trabalhamos no local do nosso eleitorado. Vai precisar de alguma outra coisa, até mesmo, a meu ver, mudar a democracia, essa é outra agenda que a gente devia discutir. A democracia como ela é praticada há 2.500 anos, desde que os gregos inventaram, está superada.

Não quero dizer com isso que a ditadura é melhor, de jeito nenhum. Está superada. Ela é nacional e curto prazo, e os problemas de hoje são globais e de longo prazo. Como combinar o longo prazo com os interesses individuais do eleitor? Hã? É difícil, porque o eleitor, ele pensa no imediato. Como combinar o interesse local de uma cidade, de um país, com os interesses planetários? Esse é um grande desafio, que vai exigir uma nova democracia, talvez uma democracia debaixo de valores éticos tão fortes que os políticos não possam mudar. E valores éticos internacionais, o certo é regras internacionais tão fortes que os políticos dos países não consigam mudar.

Mas é difícil, prova que o outro não conseguiu, os americanos não conseguiram assinar Kyoto, porque Kyoto enfrentaria interesses internos, geraria desemprego em alguns setores, eles não conseguem pensar setores alternativos, como por exemplo, o setor social, o setor cultural, que gera emprego também. Criamos a mania de que emprego é só automobilístico, e as coisas afins, não é? É nesse sentido que eu faço esses desafios e que eu tiro muito proveito desta Comissão, da qual eu nem sou mais membro permanente, eu só posso vir aqui votar quando a Senadora Patrícia Saboya não vem. Eu fico pedindo para ela faltar.

Mas era isso que eu tinha para dizer, e no mais, muito boa sorte ao trabalho de cada um e das duas, de cada um não, de um e das duas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Senador Cristovam Buarque, será sempre bem vindo, mesmo quando a Senadora estiver presente, sua presença sempre assídua aqui e muito importante pelo seu conhecimento, pela sua expressão. Mas eu quero, então, agradecer aos embaixadores. Nós não vamos terminar ainda, só agradecendo as intervenções, eu quero pedir ao Senador Cristovam Buarque e Senador Eduardo Suplicy, que nós possamos fazer o escrutínio da eleição do Vice-Presidente. Depois nós vamos ter que suspender a reunião, ainda do ponto de vista, para que ela seja secreta, como prevê a Constituição, para algum questionamento que ainda possa acontecer, talvez, sobre terrorismo possamos falar mais alguma coisa na parte secreta.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu tenho uma dúvida aqui. Algum dos dois acumula com Geórgia ou não? Que é um equívoco, não é? Do ponto de vista da política externa brasileira, devia tirar de Moscou e colocar na Armênia.

SRA. MARCELA NICODEMOS: Mas Senador, está secreto?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Ainda não, ainda não está secreto.

SRA. MARCELA NICODEMOS: Mas podemos conversar na parte secreta.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não é o melhor lugar para representar.

SRA. MARCELA NICODEMOS: Inclusive, se me permite, houve pedido oficial dos georgianos, que fosse, que nenhum país mais tivesse cumulatividade via Moscou, depois da guerra. Inclusive, eles não tem mais relações diretas. A Embaixada da Suíça em Moscou está representando os interesses georgianos, Embaixada da Suíça em Tbilisi os interesses russos. Mas está em estudo no Itamaraty qual seria o país mais indicado.

Eu, como Embaixadora na Armênia, e que já concedo, há dois anos e meio, todos os vistos dos georgianos em Yerevan, eu dei uma série de argumentos favoráveis, passaria a ter um mercado muito maior para promover produtos brasileiros, eventos culturais facilmente poderiam ser realizados nos dois, porque é o único país da região onde se pode fazer o contato entre as duas capitais de carro, em quatro a cinco horas. Então, inclusive, o último embaixador, perdão, em Moscou, quando queria se despedir, ele teve que vir a Yerevan, nós alugamos um carro com motorista para ele, que o levou para Tiblis, porque eles também já tinham tido atritos, não havia mais voos de Moscou para Tbilisi. Obrigada.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Deve ter tido problemas para voltar para Moscou também. E a Turquia também não é um bom país para... O Embaixador na Turquia também não, pelo passado não é? Mas é, eles até tem boas relações com a Geórgia, mas também não tem a mesma proximidade.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E ficou uma pontinha da mágoa antiga.

SRA. MARCELA NICODEMOS: Eu acho que para o posto. Para a nossa política externa na região, isso é muito positivo, se pudesse ser com a Armênia, a cumulatividade.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Uma pergunta a mais só, existe uma literatura importante, grandes escritores na Armênia?

SRA. MARCELA NICODEMOS: Há, sim, alguns traduzidos.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Traduzidos inclusive para o português? Não, não, para o inglês.

SRA. MARCELA NICODEMOS: Há poucos livros, a comunidade armênia em São Paulo me deu alguns, quando eu fui para a Armênia, eles traduziram por lá, escreveram sobre a Armênia, sobre toda essa história de genocídio, e tem autores armênios que só escrevem em outros idiomas, como Willian Saroyan que é americano, mas é de origem armênia, todos esses nomes terminam em *ian* já podem conduzi-lo a supor que a pessoa seja armênia. Mas eles têm uma literatura muito importante no próprio idioma armênio, e em russo também, autores deles escrevem em russo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Encerrado, terminada a apuração dos votos, foi verificado o resultado de 18 votos *sim* e uma abstenção. Eleito, portanto, para Vice-Presidente, o Senador Geraldo Mesquita Júnior. Eu também tive 18 e uma abstenção, também equiparados aqui, exatamente, uma abstenção. Então, estamos ótimos, estamos juntos aqui. Eu convido o Senador Geraldo Mesquita Júnior para que assente aqui conosco para que nós possamos continuar.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu quero, antes que se levante suspeita de alguém, eu quero esclarecer que a abstenção foi minha. [risos].

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu achava que já estava na fase secreta, fiquei contente da transparência.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Mas o problema é que é uma questão constitucional, nós temos que suspender, ainda que possamos retomar logo em seguida, que não haja nenhuma pergunta, nós temos que fazer de acordo com o disposto no Inciso IV, do Art. 52 da Constituição Federal, combinado com o Parágrafo Único do

Art. 383 do Regimento Interno, a reunião da Comissão será transformada em secreta a fim de que os embaixadores sejam arguidos se houver algum assunto que assim necessite.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu consultaria se os embaixadores têm alguma coisa que, segundo eles, poderia ser tratada apenas numa sessão secreta de suas conveniências.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Mas independente da vontade deles, nós temos que fazer.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não, com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Nem que seja 30 segundos, está bem? Solicito aos embaixadores, podem permanecer.

Sessão passa a ser secreta às 13h12.

Sessão é reaberta às 13h21.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): A reunião está reaberta. E comunico que a aprovação por unanimidade dos votantes, dos Embaixadores Paulo Antonio Pereira Pinto, para a República do Azerbaijão, Renate Stille para a Nova Zelândia e Marcela Maria Nicodemos para a República da Armênia.

Antes ainda de encerrar a reunião, eu quero colocar também, extrapauta, um requerimento apresentado por mim, Requerimento nº 06/2009, que nos termos do Art. 93, § 2º do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja convidado o Exmº Sr. Embaixador Otto Maia a comparecer em Audiência Pública nesta Comissão para tratar da situação dos brasileiros no exterior, em especial as conseqüências que ocorrem em virtude da crise financeira internacional. Nós sabemos de dificuldades especiais com brasileiros no Japão, os dekasseguis, e também de brasileiros que estão nos Estados Unidos, muitos mineiros mesmo, de Valadares, que estão por lá, e que estão tendo dificuldades.

Então seria muito oportuno essa presença do Embaixador Oto Maia em data a ser marcada, para que nós possamos ouvir dele o que o Brasil está fazendo para poder socorrê-los. Eu recebi, inclusive, uma carta do embaixador do Brasil, do Embaixador do Japão no Brasil, falando o que o Japão está fazendo a favor dos brasileiros que estão lá. Então, é importante que a gente tenha o conhecimento das providências que Brasil está tomando. Coloco, portanto, o requerimento em discussão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, estou de pleno acordo. Eu acho que é importante, e queria também chamar atenção, até pedir que haja aceleração da tramitação, há um projeto de lei do Deputado Willian Woo, que recebeu parecer e o voto favorável com algumas modificações do Deputado Carlos Zarattini, que trata de direitos de pessoas que estavam, que migraram para o Brasil, mas estavam em condição de dificuldade ou, às vezes, ilegais e tudo, mas com a possibilidade de, com maior rapidez, terem os seus documentos, a sua situação legalizada, como é o caso de muitos bolivianos e outros, paraguaios, etc, no Brasil. E eu acho que é muito importante que o Brasil possa mostrar rapidez em poder regularizar a situação dessas pessoas.

Então, agradeço. Se puder, logo que chegar este projeto que está na CCJ, virá para cá, se puder, logo designar um relator para dar o parecer rapidamente, e podermos aqui apreciá-lo, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Ótimo, Senador Eduardo Suplicy. Vem no mesmo sentido e faremos isso, daremos toda a agilidade ao processo. Eu quero também lembrar o projeto de Emenda Constitucional do Senador Cristovam Buarque que estava aqui até há pouco conosco, que trata da criação de parlamentar representante de brasileiros no exterior, a ser eleito por essas comunidades que estão no exterior, que está na pauta do Plenário do Senado, tão logo as Medidas Provisórias deixem, nós podemos votar.

Então, não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação, está em votação, está aprovado portanto o requerimento. Eu quero portanto, finalmente, só, realmente agradecer a presença de todos os senadores, dos embaixadores, embaixadoras. Hoje é maioria as mulheres, e realmente dizer da minha satisfação pessoal em poder ter o Senador Geraldo Mesquita Júnior ao meu lado na direção dos trabalhos desta Comissão durante os próximos dois anos. O Senador é, exatamente, uma pessoa preparada, qualificada, e dedicada, e vai poder nos auxiliar muito nesses trabalhos aqui.

Nada mais haver, ainda, a tratar, está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 13h25.

ATA DA 5ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia 26 de março de 2009, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Geraldo Mesquita Júnior,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa

Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, João Pedro, Tião Viana, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Paulo Duque, Efraim Morais, Marco Maciel, Heráclito Fortes, João Tenório, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Patrícia Saboya, Flávio Arns, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Valdir Raupp, Tasso Jereissati e Mozarildo Cavalcanti.** Justificam a ausência a Senadora **Marina Silva** e os Senadores **Eduardo Azeredo e Cristovam Buarque.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos, submetendo à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente convida os Senhores Embaixadores Antônio Fernando Cruz de Mello, José Vicente da Silva Lessa e Arthur Vivacqua Correa Meyer para comporem a Mesa. O Presidente dá início à apreciação da Pauta. **Item 1: Mensagem nº 2, de 2009,** do Senhor Presidente da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Antônio Fernando Cruz de Mello, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Ucrânia, e, cumulativamente, junto à República da Moldova"*. O Presidente concede a palavra ao Senador **Pedro Simon**, relator "ad hoc", para fazer a leitura do relatório. **Item 2: Mensagem nº 38, de 2009,** do Senhor Presidente da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor José Vicente da Silva Lessa, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Namíbia"*. O Presidente concede a palavra ao Senador **João Pedro** para fazer a leitura do seu relatório. **Item 3: Mensagem nº 39, de 2009,** do Senhor Presidente da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Arthur Vivacqua Correa Meyer, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de São Tomé e Príncipe".* O Presidente concede a palavra ao Senador **Flexa Ribeiro** para fazer a leitura do seu relatório. O Presidente declara aberto o processo de votação. Os Senadores **João Pedro e Efraim Morais** fazem uso da palavra. Os Embaixadores **Antônio Fernando Cruz de Mello, José Vicente da Silva Lessa** e **Arthur Vivacqua Correa Meyer** fazem suas exposições. O Senador **Renato Casagrande** faz uso da palavra. O Presidente submete à Comissão a apreciação do Requerimento nº 8, de 2009-CRE, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que "*requer, nos termos do Art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir a matéria do Projeto de Decreto Legislativo nº 430 de 2008, que aprova o texto do Protocolo de Adesão da Venezuela como membro pleno do MERCOSUL, com a presença das seguintes autoridades e personalidades: Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim; Embaixador do Brasil na Venezuela, Antonio José Ferreira Simões; Governador de Roraima, José de Anchieta Junior; Embaixador Rubens Barbosa; e Embaixador Sérgio Amaral*". Os Senadores **Tasso Jereissati** e **Mozarildo Cavalcanti** fazem uso da palavra. Aprovado. O Presidente torna a reunião secreta às onze horas e trinta e três minutos. A sessão é reaberta às onze horas e quarenta e sete minutos. O Presidente comunica a aprovação das indicações dos Embaixadores. O Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às onze horas e quarenta e nove minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião.

Senador **Geraldo Mesquita Júnior**, Presidente, em exercício.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 5ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 28 MINUTOS.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores, que aprovaram, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos, agora, à apreciação da pauta. Convido para comporem à Mesa os Embaixadores Antônio Fernando Cruz de Mello, José Vicente da Silva Lessa e Arthur Vivacqua Correa Meyer. O Embaixador Antônio Fernando, indicado para a República da Ucrânia; o Embaixador José Vicente, indicado para a República da Namíbia; o Embaixador Arthur Vivacqua, para a República Democrática de São Tomé e Príncipe.

O item 1 da nossa pauta, não terminativo, mensagem do Senado Federal, nº 02, de 2009, que "submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor

Antônio Fernando Cruz de Mello, Ministro de Segunda Classe da carreira diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Ucrânia e, cumulativamente, junto à República da Moldova". A indicação é do Senhor Presidente da República, a relatoria coube ao Senador Cristovam Buarque, ausente. Eu solicito a gentileza do Senador Pedro Simon proferir o relatório como "Ad Hoc".

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Senhor Presidente, Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, o parecer do Senador Cristovam sobre o Senhor Fernando Cruz de Mello está firmado nos seguintes termos: *"A Constituição Federal, ela atribui competência privativa ao Senado. O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou o curriculum vitae do diplomata. Nascido no Rio de Janeiro, Antônio Fernando Cruz de Mello, filho de Hugo Bozin de Mello e Carlota da Cruz de Mello, graduou-se em ciências jurídicas, pela Universidade Federal de Fluminense, frequentou o Instituto Rio Branco, o curso de preparação e carreira diplomata, curso de aperfeiçoamento diplomata, e o curso de altos estudos. Foi nomeado 3º Secretário em 1974. Entre os cargos exercidos e as missões importantes de que participou, cumpre destacar: 1º Secretário na Embaixada em Buenos Aires; Chefe da Divisão de Operações de Promoção Comercial e da Divisão de Formação e Treinamento, Diretor-Adjunto da Agência Brasileira de Cooperação, Conselheiro da Embaixada de Montevidéu, e na missão junto à Organizações das Nações Unidas; Consultor Geral em Ciudad del Este, Chefe da Delegação no colóquio sobre Cooperação Latino-Americana, no campo nuclear e na missão da Agência Brasileira de Cooperação para a conclusão das negociações dos programas de cooperação técnica para os países da América Central. Consta ainda, no seu currículo um documento informativo sobre a República da Ucrânia e da Moldova.*

A Ucrânia caracteriza-se como república parlamentarista, independente desde 1991, tendo o atual Presidente sido eleito em 2004, após turbulento processo eleitoral.

Ainda no campo econômico, é importante lembrar que, desde a Independência, a Ucrânia atravessou profunda crise econômica, uma vez que o modelo de subsídios à empresa mostrava-se pouco competitiva na realidade das autonomias de mercado. Em 2008, o volume de comércio entre Brasil e Ucrânia ultrapassou a cifra de 1 bilhão de dólares, com déficit para o lado brasileiro. O Brasil é o maior exportador de carne para a Ucrânia; além disso, exporta café, fumo, bauxita, refrigerantes, tratores, e importamos, sobretudo, uréia, ferro, breu, carvão e pigmentos. Ressalta-se, ainda, haver sinais de cooperação na área espacial e perspectiva de cooperação na área energética, um destaque para o interesse ucraniano em nossos conhecimentos sobre biocombustíveis.

A República de Moldova também se tornou independente em 1991, após a fragmentação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Durante a década de 90, o país passou por prolongada crise, em que se verificou redução, em três vezes, o seu PIB, bem como da desindustrialização. Nesse novo quadro, também os indicadores foram reajustados. Embora a integração de Moldova à União Européia conste como prioridade em sua política externa, o bloco, até o momento, tem se limitado a parcerias e cooperação, sem a respectiva admissão como membro a médio prazo. As relações diplomáticas entre Brasil e Moldova foram estabelecidas em 93 e caracteriza-se por contatos esporádicos, apesar de o comércio bilateral vir apresentando crescimentos constantes, com sucessivo superávit para o Brasil, exceto o ano de 2007. O Brasil exporta produtos, carnes de suínos, de bovinos e aves e importa produtos elétricos e têxteis. Tendo em vista o relatório, ele é absolutamente favorável à indicação do Senhor Embaixador". É o parecer, Senhor Presidente.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Pedro Simon, agradeço a gentileza de V. Exa. em proferir o relatório.

O nosso segundo item é a mensagem nº 38 que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor José Vicente da Silva Lessa, Ministro de Segunda Classe na carreira diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para ele exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Namíbia. A indicação é do Presidente da República, e a relatoria é do nobre Senador João Pedro, a quem concedo a palavra para proferir o seu relatório.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Senhor Presidente, Srs. Senadores, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Presidente da República faz ao Senhor José Vicente da Silva Lessa, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, junto à República da Namíbia.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente e deliberar, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

O Senhor Vicente da Silva Lessa aqui se faz presente. "*Nasceu em Salvador, é filho de Vicente Fonseca Lessa e de Carmem da Silva Lessa, e graduado em Ciências Sociais, pela Universidade Federal da Bahia. No Instituto Rio Branco, frequentou o curso de preparação à carreira de diplomata em 79; o curso de aperfeiçoamento diplomata, em 84; o curso de altos estudos, em 2003. Nomeado 3º Secretário em 1980, o diplomata foi promovido a 2º Secretário em 83, e, por merecimento, a 1º Secretário, em 91, a conselheiro, em 2001, e a Ministro de Segunda Classe, em 2005. Destacam-se, entre outras, as seguintes missões de que participou, bem como cargos por ele ocupados: 1º Secretário e Encarregado de Negócios da Embaixada em Pequim, 1992; 1º Secretário na Embaixada em Bonn, em 95; Coordenador de Planejamento e Articulação Institucional da Subsecretaria de Análise e Avaliação da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, em 1998; Assessor e Chefe da Divisão de Atos Internacionais, em 1999; Ministro-Conselheiro da Embaixada em Berna.*

Além do currículo, consta, do processado, um documento informativo sobre a República da Namíbia. O país tornou-se independente em 1990, após realizações de eleições supervisionadas pela ONU. Desde então, o país vive em clima de estabilidade e consolidação das instituições democráticas. Digna de nota: ainda há circunstância de os sucessivos governos terem investido fortemente na área social, bem como no combate à corrupção. Em ambos os quesitos, o país se destaca em relação ao restante do continente africano. Há, no entanto, problemas relacionados à Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, a AIDS, e a questão agrária.

Sobre a articulação diplomática bilateral, note-se que a Namíbia, como o Brasil, é membro da zona de paz e cooperação do Atlântico Sul, estabelecido em 86, graças à iniciativa brasileira, na Assembléia Geral das Nações Unidas. A zona de paz tem por objetivo promover a cooperação regional e a manutenção da paz e segurança na região.

A taxa média de crescimento da economia local foi de 3.8, em 2007, e de 3.6, em 2008. O comércio exterior responde por quase 60% do seu produto interno bruto. Entre os produtos exportados, merece destaque: pescado, carne, diamante, urânio, ouro e cobre. O principal parceiro econômico é a África do Sul, com 32% das exportações e 80% das importações. Brasil e Namíbia estabeleceram relações diplomáticas em 1990; entretanto, só em outubro de 2003, a Namíbia abriu Embaixada em Brasília. No mesmo ano, o Presidente brasileiro visitou o Windhoek. A viagem representou importante marco no relacionamento bilateral e resultou na assinatura de nove tratados bi-laterais. Em julho de 2004, o Presidente Sam Nujoma esteve no Brasil. Observa-se crescente interesse no fortalecimento da cooperação bilateral nas áreas de agricultura, desenvolvimento urbano, e, sobretudo, na área naval.

Nesse domínio, o intercâmbio entre as duas marinhas tem sido crescente e exemplar. Ela se dá tanto no campo de treinamento de oficiais namibianos, no Brasil, quanto na construção de navio-patrulha e de lanchas-patrulha.

No campo comercial, o relacionamento entre os dois países cresceu 600%, de 3,8 milhões de dólares, em 2002, para 23 milhões de dólares, em 2008. Não obstante, o incremento do comércio bilateral, ele ainda requer desenvolvimento. As importações, provenientes da Namíbia, equivalem a cerca de 0,2% do total das importações brasileiras.

Entre os produtos importados, destacam-se carne de tubarão, plantas medicinais, aparelhos de telefonia e circuitos integrados. E quanto ao fluxo de exportação, os principais produtos da pauta brasileira com destino à Namíbia são móveis de madeira, pedaços e miúdos de galinha, bombons, garrafões e garrafas de vidro.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório. Sala de reunião, é o relatorio". Tenho dito, Senhor Presidente.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Agradeço a gentileza do Senador João Pedro em proferir o relatório.

O nosso próximo item é a mensagem nº. 39, de 2009, que "submete à apreciação do Senado a indicação do Senhor Artur Vivacqua Correa Meyer, Ministro de Segunda Classe da Carreira Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, junto à República Democrática de São Tomé e Príncipe". A indicação é do Senhor Presidente da República, e a relatoria coube ao ilustre Senador Flexa Ribeiro. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Geraldo Mesquita, Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, esta Casa é chamada a se manifestar sobre a indicação do Senhor Arthur Vivacqua Correa Meyer, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de São Tomé e Príncipe.

O Ministério das Relações Exteriores elaborou o curriculum do diplomata, do qual extraímos, para este relatório, as informações que se seguem. "Arthur Vivacqua Correa Meyer, nascido no Rio de Janeiro, é

filho de Arthur Maciel Correa Meyer e de Eloísa Vivacqua Corrêa. É graduado em ciências econômicas, pela Universidade Estadual da Guanabara. No Instituto Rio Branco, frequentou o curso de preparação à carreira de diplomata, em 1969; o curso de aperfeiçoamento de diplomatas, 1978; o curso de altos estudos, em 1992.

Nomeado 3º Secretário, em 1971, o diplomata foi promovido a 2º Secretário, em 1975; a 1º Secretário, em 1980; a Conselheiro, em 1989, e a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 1999.

Destacam-se, entre outras, as seguintes missões em que participou, bem como cargos por ele ocupados: Cônsul-Geral Adjunto em Chicago, em 1975; Subchefe da Divisão de Europa 1, em 1987; Conselheiro na Embaixada de Tóquio, em 1992; Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, em 1996; Embaixador em Bissau, em 1999, e, em Georgetown, em 2005.

A República Democrática de São Tomé e Príncipe tornou-se independente de Portugal em 1975, sua economia é historicamente dependente do cacau. Os sucessivos governos têm se esforçado, por diversificar a economia, mediante a adoção de políticas de promoção de novos setores produtivos, com destaque para o turismo e a pesca. Nos últimos sete anos, a economia santomense cresce acima de 5% ao ano. Não obstante, ainda depende de doações internacionais. Assim, por exemplo, foi anunciado, em 2007, a decisão do Banco Mundial e do FMI de cancelar a dívida externa do país.

São Tomé e Príncipe importa praticamente tudo que consome. O principal fornecedor segue sendo Portugal, de onde vem mais de 60%. Em seqüência, aparece os Estados Unidos, com 11%; o Gabão, com 4,5%, e a Bélgica, com 3.9%. O cacau responde por 50% das exportações.

O plano bilateral Brasil, São Tomé e Príncipe, tem buscado acelerar a cooperação mútua, com destaque para o aumento de investimentos brasileiros naquele país. O Presidente brasileiro esteve por duas vezes em São Tomé e Príncipe; em 2003 (visita bilateral) e, em 2004 (encontro da Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP). Já o mandatário santomense visitou o Brasil em 2005. As parcerias estabelecidas tratam da cooperação nos campos da formação profissional, do desenvolvimento agrícola e da ampliação da infraestrutura de São Tomé e Príncipe. No campo comercial, o relacionamento ainda é bastante modesto. No entanto, tem crescido de maneira significativa nos últimos anos. Nesse sentido, as exportações brasileiras, peças e acessórios para motocicletas, cresceram mais de 700% entre 2003 e 2007. Já as importações, pescados, diminuíram de forma sistemática até cair a zero, em 2007.

Tendo em vista a natureza da matéria, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório. E o nosso parecer é pela aprovação da indicação, pelo Senhor Presidente da República, Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do nome do Embaixador Arthur Vivacqua Correa Meyer para representar o nosso país, na República Democrática de São Tomé e Príncipe".

SENHOR PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro pela gentileza da leitura do relatório.

E com os nossos relatórios já proferidos--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, pela ordem, Presidente.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): --eu declaro aberto o processo de votação para os senadores que assim preferirem.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): É isso, eu estava pedindo... Vou pedir para votar e pedir desculpa dos Embaixadores, vou ter que me ausentar da reunião por conta de uma viagem para o meu estado agora. Desejo boa sorte nessa nova empreitada de vocês, que não é de vocês, é do Brasil. Obrigado.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Senhor Presidente, pela ordem.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Pela ordem, o Senador Efraim.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Da mesma forma, até porque conhece muito bem V. Exa. o movimento das Comissões nesta Casa, e outras Comissões estão realizando sessão, mas quero desejar ao Embaixador José Vicente, Embaixador Arthur e ao Embaixador Antônio Fernando sucesso na nova missão, nos colocando sempre, nós que fazemos a Comissão de Relações Exteriores, à disposição de V. Exas., até porque sabemos das dificuldades que irão surgir, normalmente, nessas novas missões que cabem a V. Exas., mas nos colocando sempre, na condição de Senador da República e membro desta Comissão, à disposição de V. Exas., e espero repetir o nosso voto, na próxima semana, lá no plenário do Senado Federal.

Boa sorte e sucesso. Sabemos... Estão publicados os currículos de V. Exas., sabemos da competência e temos certeza que tanto na Namíbia como em São Tomé e Príncipe, e na República da Ucrânia e da Moldova, o Brasil estará bem representado. Sucesso.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito obrigado, Senador Efraim. Falou em nome de todos, segundo o Senador Pedro Simon.

Eu concedo a palavra ao Embaixador Antônio Fernando Cruz de Mello, para fazer a sua exposição.

SENHOR ANTÔNIO FERNANDO CRUZ DE MELLO: Senador Geraldo Mesquita Júnior, agradeço aos Senadores que fizeram a relatoria, no meu caso, especificamente, ao Senador Pedro Simon. Cumprimento meus colegas que aqui estão, Arthur Vivacqua e o nosso grande amigo Lessa, a todos aqui presentes, enfim, amigos, senadores, deputados, Embaixadora Gladys, representando a AFEPA no Itamaraty. Enfim, é para mim motivo de uma honra ter sido indicado para representar o Brasil, junto à República da Ucrânia, cumulativamente com a República da Moldova.

A Ucrânia e o Brasil, como muito bem definiu o Senador Pedro Simon, tem uma relação dinâmica e de curto prazo. Enfim, uma relação que se estende há poucos anos, já que, com a independência da Ucrânia, em 91, nós estabelecemos relações diplomáticas, em 92. Em 93, a Ucrânia abre sua Embaixada em Brasília, e nós reciprocamos em 95. A partir daí, se estabelece um grande dinamismo no relacionamento do Brasil com a Ucrânia. E dinamismo esse baseado, sobretudo, nas potencialidades dos dois países. A Ucrânia é um país que conta com uma riqueza acadêmico-científica e tecnológica muito grande, isso favoreceu muito o intercâmbio com o Brasil, ávido, também, de absorver uma série de conhecimentos existentes naquele país. Isso propiciou um terreno bastante fértil para que várias missões e vários entendimentos pudessem se realizar entre os nossos dois países. Um aspecto relevante, no contexto do relacionamento com a Ucrânia, é a familiaridade que nós já temos com aquele país, familiaridade esta que deriva das levas de imigrantes ucranianos no Brasil. O Brasil é o terceiro lugar, o terceiro destino da imigração ucraniana no mundo, após os grupos, as agrupações de ucranianos no Canadá e nos Estados Unidos. Esse acervo humano que nós temos no Brasil contribui muitíssimo para o adensamento da relação do Brasil com a Ucrânia. Eu mesmo já tive alguns entendimentos com líderes das comunidades ucranianas aqui, e vou prosseguir, antes de ir a Kiev. Lá, estarei, enfim, conversando novamente com essas lideranças.

Mas eu gostaria de dizer aos senhores que a relação do Brasil com a Ucrânia, obviamente, através desse momento de crise econômica que está passando o cenário mundial, ela tende a sofrer alguns percalços, isso é natural porque, sobretudo, olhando-se para o lado da Ucrânia, por exemplo, a Ucrânia teve interrompido um surto de desenvolvimento muito grande ao longo da última década... Aliás, ao longo desta década. De 2000 até 2008, mais precisamente, até a eclosão dessa crise financeira mundial, financeira-econômica, a Ucrânia cresceu a índices bastante elevados, mas, ao mesmo tempo, também, com uma inflação muito alta. Isso gerou problemas seriíssimos de vulnerabilidade externa da Ucrânia. O país, para que os senhores tenham uma ideia do grau da crise na Ucrânia, em agosto, teve um crescimento real do seu PIB de 11%, em agosto. Em novembro, o crescimento foi negativo em 14%. Isso faz com que a Ucrânia tenha um acumulado, ao longo de 2008, de cerca de 4% de redução no seu crescimento econômico. Isso, obviamente, afeta o relacionamento. Algumas crises políticas, também, internas no país, derivadas, inclusive, dos efeitos da Revolução Laranja, que foi uma revolução feita justamente para coibir a corrupção no país. Isso também trouxe alguns entraves, sobretudo, postergando algumas visitas que estavam previstas para serem realizadas entre altos dignatários dos dois países.

A Ucrânia e o Brasil se conhecem um pouco. O Presidente Lula já esteve com o ex-Presidente da Ucrânia, um senhor de nome Kuchma, e o Presidente da Ucrânia atual, Yushchenko, estaria com visita programada para o Brasil em julho. Essas visitas são importantes porque elas ocorrem, hoje, num momento de particular abrangência da cooperação científico-tecnológica com a Ucrânia. Nós temos um acordo espacial, que trata da utilização de uma base em Alcântara para lançamento de foguetes, criou-se, inclusive, uma empresa bi-nacional entre o Brasil e a Ucrânia, que é a Alcantara Cyclone, que é uma empresa, enfim, destinada justamente a permitir que haja lançamentos estratégicos desta nova base. O Brasil e o Ministério da Aeronáutica concederam, agora, depois de uma série de impasses que existiam na escolha do sítio para a construção dessa base, depois de uma série de soluções e equacionamento de problemas na área ambiental e na área social – nós tivemos problemas aí com os quilombolas da região -, conseguiu-se, enfim, um sítio específico para a construção dessa base que deverá ocorrer agora.

Um outro aspecto importante também diz respeito à cooperação na área de fármacos. Nós temos um programa importante, entre a Fiocruz e a empresa Indar, da Ucrânia, sobre a produção de insulina, essa insulina para o SUS. Esse é um acordo misto, como, aliás, tudo que nós estamos fazendo com a Ucrânia, tem duas vertentes: uma vertente de comércio e outra vertente de transferência tecnológica; isso sempre numa abordagem de um relacionamento mais estratégico com o país. Aliás, isso também é o que existe, hoje em dia, no relacionamento do Brasil com a Rússia. E com a Ucrânia, então, nessa área de insulina, nós já tivemos... O SUS, por exemplo, já pôde fazer uma economia de 70 milhões de dólares, na aquisição de

insulina de parte da Ucrânia, quando, na verdade, antes, nós estávamos sempre colocados à disposição, enfim, nós estávamos à mercê dos mercados de multinacionais conhecidas. Então, essa parceria já começa a dar resultado entre a Fiocruz e o Indar, e nós esperamos que, em 2012, o Brasil... Espero eu ainda estar lá, para estar presente à criação, à materialização efetiva desse empreendimento conjunto entre a Fiocruz e a Indar, para produção de insulina.

Mas não só nessa área de insulina há a possibilidade de colaboração. A Ucrânia abre portas para uma série de importantes avanços tecnológicos com o Brasil. O que falta, no momento, justamente, é nós intensificarmos relacionamentos; visitas mais freqüentes do Ministério da Saúde, de indústrias brasileiras da área de fármacos. Enfim, tudo isso, já na esteira de um relacionamento importante, ditado pela Fiocruz.

Dois aspectos importantes que eu gostaria também de mencionar aqui, em termos da importância do que representa essas visitas. Um deles foi a visita do Senador Alvaro Dias, que esteve, no passado, para a solenidade do Holodomor, que se tratou de um grande, inefasto acontecimento na Ucrânia, onde pereceram, por força dos expurgos de Stalin, entre 7 e 10 milhões de ucranianos. O Holodomor, na verdade, foi uma fome induzida, onde as hostes soviéticas proibiram que os ucranianos pudessem alimentar-se. E isso foi um ano entre 32 e 33, um ano de um inverno bastante rigoroso, onde, enfim... Esse tipo de atitude por parte de Stalin, que não só fez isso com a Ucrânia, fez também com a própria Rússia, com a Geórgia e etc., dentro do âmbito dos expurgos por ele processados, que levou, sobretudo, na Ucrânia a, verdadeiramente, uma matança, uma mortandade extraordinária. O Senador Alvaro Dias representou o Congresso Nacional nas solenidades alusivas ao dia da fome induzida.

Outra visita de grande peso, que nós assistimos, na Ucrânia, recentemente, foi a visita do Prof. Mangabeira Unger, da Secretaria de Assuntos Estratégicos. Essa visita trouxe novas aberturas para a colaboração estratégica entre o Brasil e a Ucrânia. Em uma de suas visitas ao Vice-ministro das Relações Exteriores da Ucrânia, este propôs aberturas extraordinárias, em termos de cooperação, não só em termo de venda de produtos, mas também de transferência tecnológica a ela associadas, e, sobretudo, nessa área de cooperação militar. Também há interesse na Ucrânia na área de biocombustíveis, inclusive com a possibilidade de associações com grupos brasileiros.

O Ministro Unger, durante esses trabalhos, propôs a constituição de grupos de trabalho, para acelerar a colaboração com a Ucrânia. Estes grupos de trabalho, que deverão ser realizados, sobretudo, porque já contam com a anuência do Governo da Ucrânia, dizem respeito ao futuro da cooperação espacial, à colaboração em matéria de energia nuclear, cooperação em tecnologia de defesa, mísseis e artilharia antiaérea, colaboração entre indústrias civis de alta tecnologia, biocombustíveis e fertilizantes e educação e ciência.

Pois bem, nós temos com a Ucrânia, ainda, uma série de outros elementos de colaboração; entre estes, a própria Embraer está em entendimentos com a empresa Antonov, que é a produtora desses aviões de transporte militar. E a Embraer pretende examinar as possibilidades no tocante a ver de que maneira Brasil e Ucrânia poderiam, enfim, se dedicar a uma produção, talvez até mesmo conjunta, de um avião para a Força Aérea Brasileira.

Bem, senhores, eu, obviamente, não abordei todos os aspectos da relação com a Ucrânia, sobretudo, porque creio que já excedi até meus 10 minutos a ser requeridos. Mas estou à disposição de todos os senhores. Dei rápidas pinceladas a respeito do que tem sido a relação do Brasil com a Ucrânia e, agora, me ponho à disposição dos Srs. Senadores, daqui dos presentes, do Senhor Presidente, para quaisquer perguntas que forem de interesse para melhor compreensão do assunto.

Devo dizer que, logo em julho, está programada a visita do Presidente Yushchenko ao Brasil. Essa visita será importante. Eu já chegarei, enfim, já nesse momento de ultimar os preparativos dessa visita. Minha missão é uma missão de aprofundar, de adensar o relacionamento, e eu acredito que é nesse sentido que estarei atuando. Na Ucrânia, gostaria também de deixar claro a importância das visitas entre parlamentares dos dois países, porque esse tipo de visita, esse tipo de aproximação, consolida e abre uma série de novos espaços de colaboração. Muito obrigado a todos.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Esta Comissão agradece, Embaixador Antônio Fernando, a exposição que V. Exa. fez.

Em seguida, concedo a palavra ao Embaixador José Vicente da Silva Lessa, para a sua exposição.

SENHOR JOSÉ VICENTE DA SILVA LESSA: Muito obrigado, Senhor Presidente. Desejo cumprimentar os senhores membros da Comissão, meus colegas aqui presentes, senhoras e senhores. Eu creio que seria enfatizar o óbvio dizer da importância, da relevância e da honra que eu tenho em ser indicado para representar o Brasil na República da Namíbia. Não desconheço também a importância e o significado de contar com a aprovação, de poder contar com a generosa aprovação desta Casa, e de ter, assim, o apoio de um dos poderes da República que melhor traduz, por excelência,

a vontade da nação brasileira, o que muito legitima a minha atuação futura no estreitamento de relações, no aprofundamento de relações com a Namíbia.

Sobre a Namíbia, haveria muito a dizer. Eu pretendo, contudo, me limitar aos aspectos principais do relacionamento. É um país novo, um país com apenas 19 anos, como assinalou o relator, o Senador João Pedro, que ganhou a sua independência em 1990 e tem um futuro verdadeiramente promissor.

A Namíbia se destaca na África Austral por seu potencial econômico, pela estabilidade política, pela paz social; o legado de um processo emancipador, exemplarmente conduzido sobre os auspícios das Nações Unidas, sobre o signo da reconciliação, sem espaço para sequelas de ódio e de ressentimentos históricos. É um país rico, muito rico, em recursos minerais, embora essa riqueza ainda não tenha se traduzido em benefício para a totalidade de sua população. Um potencial turístico também muito, muito, muito interessante, que estaria para ser descoberto ainda por brasileiros.

Ao considerar as possibilidades de ampliação e diversificação da cooperação do intercâmbio e da presença brasileira nesse país, um país vizinho, nosso vizinho sul-atlântico, percebo melhor a importância da tarefa que me é proposta. A Namíbia vê com grande interesse a possibilidade de diversificação de contatos internacionais, que lhe possibilite a reduzir a enorme dependência, enorme influência que exerce a África do Sul na sua vida, no seu comércio, na sua... E essa circunstância nos ajuda a entender o vigoroso crescimento do comércio, como foi apontado pelo Senador João Pedro, de 600%, nos últimos anos. Não podemos, contudo, festejar esse fato, dada a circunstância do enorme desequilíbrio dessas trocas. A participação dos produtos da Namíbia na balança de comércio bilateral, que já teve o seu ponto máximo em 1997, 27% da pauta bilateral, decresceu abruptamente nos anos subseqüentes, para se situar em 0,4%, em 2007 e 2008.

Acredito que uma das tarefas da minha missão seria trabalhar em favor do reequilíbrio, compensar um pouco esse desequilíbrio do comércio bilateral. Há uma enorme receptividade à ideia desse estreitamento dentro da Namíbia. O próprio Presidente Hifikepunye Pohamba, que esteve aqui no Brasil, no mês passado, expressa, de forma muito sincera, um apreço que ele tem pelo Brasil e pelo desejo que tem a Namíbia de ver a maior presença brasileira nas diversas áreas, diversos setores do país.

A Namíbia vem mantendo um ritmo crescente de desenvolvimento, a mercê de políticas econômicas bem orientadas, que visam, entre outros objetivos, aumentar agregação de valor de sua produção de minérios e de alimentos. Cresce a participação dos manufaturados no PIB e na pauta exportadora da Namíbia. Assim sendo, acredito que iniciativas, em curso, de integração econômica, que os dois países buscam implementar, mormente no âmbito do acordo de comércio preferencial, entre Southern African Customs Union (SACU) com o MERCOSUL, possa significar o início de uma reversão de desequilíbrio. Porém, não está no comércio o fulcro do relacionamento bilateral. Há programas e projetos em curso que, sobre a forma de uma cooperação verdadeiramente estratégica, devem propiciar àquele país benefícios consideráveis de médios e longos prazos. Menciono a cooperação naval como um caso muito especial de cooperação entre dois estados soberanos. Eu acredito que isso seja uma cooperação sem precedentes entre dois países soberanos, e é possível que tenha havido alguma coisa de semelhante entre a Grã-Bretanha e suas ex-colônias, mas entre dois países soberanos, assim como outro tipo de cooperação é verdadeiramente inovador e significativo.

O Brasil não só está treinando oficiais de alta patente, ajudando na formação do corpo de fuzileiros navais da Namíbia, fornecendo navio-patrulha, que está a caminho, que está para ser entregue no mês de abril, e mais quatro lanchas-patrulha, já doou uma corveta, que está operacional, e está praticamente montando toda a Marinha Namibiana, em termos de regulamentos, de procedimentos e especializações, treinando especialistas na...

Atualmente, 162 oficiais namibianos estão sendo treinados no Rio de Janeiro, e 478, já formados, integram o oficialato da Marinha Namibiana. Igualmente importante foi a doação de cartas náuticas do Porto de Walvis Bay, no levantamento hidrográfico realizado pela Marinha Brasileira, e, em conexão com esse levantamento, a Higeplon [ininteligível], empresas brasileiras, com apoio da Marinha Brasileira, está elaborando levantamento, projeto de levantamento geológico e geofísico da plataforma continental da Namíbia e realizando relatório a ser submetido à Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, cujo prazo vai até maio deste ano.

Muitas são as áreas de cooperação em curso e ampla perspectiva, mas, para não prolongar muito essa exposição, desejo apenas expressar a esperança de que os estudos preliminares realizados, a serem realizados pela PETROBRAS, possam resultar em efetiva exploração de petróleo e de gás natural, em águas territoriais da Namíbia. É o meu mais sincero desejo colaborar ativamente para que esta e várias outras iniciativas prosperem e frutifiquem em benefício mútuo e em consonância com as melhores tradições da política externa brasileira.

Considero já o relacionamento Brasil/Namíbia um caso exemplar de cooperação Sul-Sul, com enorme potencial de converter-se em benefícios concretos para um povo merecedor de melhores dias. O dia-a-dia de uma Embaixada demanda uma atividade constante, variada e complexa, mas uma representação diplomática também é conhecida como missão, e esse é seu objetivo central.

Aprendi com bons chefes, com quem tive o prazer de trabalhar na minha vida diplomática, que, desde a chegada do embaixador ao posto até sua saída, esse sentido de missão deve ser o principal norte, a principal ideia orientadora. Grandes são as expectativa e esperança que a Namíbia deposita no relacionamento com o Brasil. E esses também são meus sentimentos de grandes e fundadas expectativas que grandes realizações poderão ser atingidas na minha missão em Windhoek.

São esses meus sentimentos. Muito obrigado, senhores. Eu agradeço. Estarei à disposição para explicações mais detalhadas de qualquer aspecto que possa interessar aos senhores. Muito obrigado.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Esta Comissão é que agradece a V. Exa., Embaixador.

E concedo, de imediato, a palavra ao ilustre Embaixador Arthur Vivacqua, que irá representar o Brasil, certamente, em São Tomé e Príncipe. Com a palavra, Embaixador.

SENHOR ARTHUR VIVACQUA CORRÊA MEYER: Exmo. Senhor Senador Geraldo Mesquita, Presidente em exercício da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, Exmo. Senhor Senador Flexa Ribeiro, relator do meu processo, Exmos. Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, senhoras e senhores. Sabem, V. Exas., que São Tomé e Príncipe é um país de pequenas dimensões econômicas e demográficas, com apenas 1.000km2 de superfície e uma população de 160 mil habitantes. Mas, no contexto africano, já dispõe de uma renda per capita superior a 1.200 dólares anuais, o que lhe dá uma posição de certo relevo no continente africano e, sobretudo, na região em que está inserido.

São Tomé e Príncipe é um país importante para o Brasil, especialmente por duas razões: pelo fato de ter uma localização estratégica no Golfo da Guiné e pelo fato de ser um país relativamente rico em reservas de petróleo, fato que desperta crescente atenção da comunidade internacional, inclusive até do governo dos Estados Unidos da América.

Apesar de ser um país pequeno, e o Brasil tem tido ao longo dos anos, desde o estabelecimento de relações diplomáticas, uma relação extremamente frutífera e calorosa com a República Democrática de São Tomé e Príncipe. Como assinalou o Senador Flexa Ribeiro, o Senhor Presidente da República já fez duas visitas a esse país, em 2003 e em 2004, e, no ano de 2005, visitou o Brasil o Presidente de São Tomé e Príncipe, o Senhor Fradique de Menezes.

No ano passado, a própria Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, então presidida pelo Senador Heráclito Fortes, fez uma visita de trabalho também a esse país. O Senhor Ministro das Relações Exteriores do Brasil, o Embaixador Celso Amorim, também fez visita oficial. No corrente ano, cabe assinalar o fato de que o Ministro dos Negócios Estrangeiros de São Tomé e Príncipe, Carlos Tiny, visitou o Brasil em janeiro, e, no corrente mês, o primeiro-ministro desse país, o Senhor Rafael Branco, também fez visita oficial ao Brasil, e, há poucos dias, concluiu visita a São Tomé e Príncipe o Ministro da Defesa do Brasil, Dr. Nelson Jobim, para tratar de vários assuntos de cooperação na área militar.

O Brasil tem tido uma atividade de cooperação extremamente importante com São Tomé e Príncipe na área educacional, em primeiro lugar. Eu queria assinalar que, neste momento, se encontra em andamento um programa de cooperação, na área de alfabetização de adultos, com aquele país, que já atende cerca de 3 mil pessoas, e, durante a visita do Chanceler Carlos Tiny, em janeiro, foi assinado o documento da quinta fase desse projeto, que deverá atender até 10 mil pessoas em futuro próximo. Outro elemento de informação interessante é o fato de que, neste momento, estão no Brasil quase 200 jovens santomenses, estudando gratuitamente em universidades e em instituições de ensino superior do Brasil, ao abrigo do Programa de Estudante-Convênio de Graduação, o PEC-G.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB–ES): Qual a população de São Tomé e Príncipe?

EMBAIXADOR ARTHUR VIVACQUA CORRÊA MEYER: 160 mil habitantes, Senador, e dá uma renda per capita de, mais ou menos, 1.200 dólares pelo Produto Interno Bruto a preços correntes, e, pelo critério da paridade do poder de compra, mais alta ainda.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB–ES): Um conjunto de ilhas?

EMBAIXADOR ARTHUR VIVACQUA CORRÊA MEYER: Duas ilhas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

EMBAIXADOR ARTHUR VIVACQUA CORRÊA MEYER: São duas ilhas: São Tomé e a Ilha de Príncipe.

O Brasil está, no momento, em negociações avançadas, para instalar, em São Tomé, o mais tardar em 2010, um centro de formação profissional, que será operado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, o SENAI, de Pernambuco, que vai dar uma

grande ajuda ao desenvolvimento econômico e social do país. Nesse centro de formação profissional, também deverá haver técnicos do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, o SENAC, dando também cursos de formação para a mão-de-obra santomense.

Nós temos, ainda, em andamento, com a República de São Tomé e Príncipe, programas de apoio à merenda escolar no ensino primário, programa de formação de professores do ensino primário e do curso médio, temos um programa importante de apoio à governação eletrônica do país, conduzido pelo lado brasileiro, pelo SERPRO, dotando o país de equipamentos e de formação de pessoal qualificado na governação eletrônica e gestão pública, e várias outras atividades que eu gostaria de enumerar brevemente. Como os senhores sabem, São Tomé é um país que tem reservas de petróleo apreciáveis no seu mar territorial, na zona econômica exclusiva, e o Governo de São Tomé e Príncipe vem tentando interessar a PETROBRAS em participar desse trabalho de prospecção e exploração. A reação tem sido positiva, embora a PETROBRAS também tenha muitas outras atividades a serem consideradas, a começar aqui no Brasil, com a exploração das reservas do pré-sal, mas, de qualquer forma, há um interesse, a princípio, nessa ideia.

O Primeiro-Ministro de São Tomé e Príncipe, o Senhor Rafael Branco, ao visitar, há poucos dias, o Brasil, avistou-se com o Senhor Presidente da República e lhe solicitou a concessão de uma linha de crédito de 40 milhões de dólares, que possibilitará, caso venha a ser aprovada e desembolsada, a Empresa Norberto Odebrecht executar um projeto de grande importância para o desenvolvimento econômico de São Tomé e Príncipe, que é a construção da estrada que ligará a capital do país ao porto de águas profundas de Fernão Dias. São Tomé é um país que aspira a se converter na grande plataforma de exportação de bens e serviços por toda a costa do Golfo da Guiné, na África. E após ser dotado de um porto de águas profundas, que será construída por uma empresa francesa, terá condições de ser um grande [ininteligível] para o atendimento de toda essa região, com benefícios, inclusive, para a exportação brasileira.

Há, também, outras atividades interessantes de cooperação sendo cogitadas com São Tomé e Príncipe. São Tomé, como os senhores sabem, é um país muito pouco energizado, precisaria dispor de uma capacidade de geração de energia elétrica da ordem de 12 megawatts, mas dispõe de apenas 8 megawatts no momento e grande parte dessa energia gerada é perdida na distribuição. O Governo santomense tem feito repetidas solicitações de assistência ao Brasil, bem recebidas aqui, para desenvolver, no país, o uso do biodiesel e melhorar a qualidade da distribuição de energia elétrica para diminuir as perdas que comprometem a eficiência do serviço naquele país. Há, também, outras ideias interessantes sendo cogitadas, como a formação de policiais e agentes de polícia, em geral, que seria executado pelo Governo do Distrito Federal. O Ministério da Educação está planejando enviar uma missão de estudos no próximo mês, possivelmente, a São Tomé, para identificar novas oportunidades de cooperação acadêmica e universitária. A televisão estatal de São Tomé e Príncipe têm feito repetidos pedidos de ajuda ao Brasil, na parte de cessão de conteúdos para televisão local, e isso envolverá, no Brasil, a Imprensa Brasileira de Comunicação e, possivelmente, a TV Globo. Por exemplo, há muito interesse em São Tomé, como, aliás, ocorre em outros países lusófonos da África, em receber de forma gratuita ou quase gratuita novelas brasileiras, que são grande fonte de entretenimento da população.

Na área do Ministério das Minas e Energia, há também a ideia de se apoiar a construção de uma pequena central hidroelétrica em São Tomé, que ajudaria muito o país a diversificar suas fontes de energia e a diminuir o ônus, representado pela importação de combustíveis derivados do petróleo, o que pesam muito no seu balanço de pagamentos. São Tomé e Príncipe, por enquanto, ainda é um país que tem um déficit crônico no seu balanço de pagamentos, porque exporta, tem quase que... Só pode exportar presentemente cacau e pescado, e importa quase tudo que consome, embora haja uma perspectiva de mudança para melhor, nessa situação, quando começar a exploração do petróleo, dentro de poucos anos. O Governo santomense deu indicações ao Brasil de que poderá contar com receitas advindas da exploração petrolífera no início do próximo decênio.

Nós temos, então, Senador Geraldo Mesquita, uma agenda de projetos de cooperação com São Tomé e Príncipe bastante rica e diversificada, não obstante ser um país de dimensões reduzidas, tanto do ponto de vista territorial como demográfico. Mas valeria assinalar que, embora sendo um país pequeno, é um país que tem apresentado taxas de crescimento econômico apreciavelmente elevadas nos últimos anos, da ordem de 5 a 6%, o que é, especialmente no contexto africano, um bom desempenho e é um país onde o Brasil é visto com extrema simpatia, e um país que o Brasil tem de valorizar, porque está empenhado também em fortalecer a comunidade dos países de língua portuguesa, que é um dos grandes veículos da afirmação e da projeção internacional do Brasil.

Para encerrar essa breve exposição, ainda gostaria de lembrar que São Tomé e Príncipe, tal como os demais países lusófonos, tem uma posição extrema-

mente simpática ao Brasil, nos fóruns internacionais, e apóia sempre os candidatos brasileiros.

Então, me empenharei ao chegar àquele país em adensar as relações. Falava ainda há pouco com o Senador Flexa Ribeiro sobre a possibilidade de propor, ao lá chegar, a criação de um grupo parlamentar entre Brasil e São Tomé, que também contribuiria para reforçar as nossas relações, e firmar, cada vez mais, a nossa presença nesse país, que está destinado a ter um papel importante na costa ocidental da África.

Eu fico à disposição de V. Exas. para quaisquer esclarecimentos ou perguntas que desejarem fazer. Muito obrigado.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Embaixador Arthur Vivacqua, nós é que agradecemos a exposição esclarecedora feita por V. Exa. Como nós sabemos, a Constituição e regimento impõe a necessidade de transformarmos essa reunião em secreta para a inquirição dos Srs. Embaixadores.

Porém, antes, submeto à apreciação dos Srs. Senadores o requerimento de autoria do Senador Tasso Jereissati, que propõe a realização de uma audiência pública para instruir a matéria do PDS 430/2008, que aprova o texto do protocolo de adesão da Venezuela como membro pleno do MERCOSUL, e relaciona autoridades e personalidades que, certamente, serão convidadas para essa audiência; entre elas, o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim; Embaixador do Brasil na Venezuela, Antônio José Ferreira Simões; Governador de Roraima, Senhor José de Anchieta Júnior; Embaixador Rubens Barbosa, e o Embaixador Sérgio Amaral.

Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati, para justificar o requerimento.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senhor Presidente, Senador Geraldo Mesquita, Srs. Senadores, dada a importância, a delicadeza da votação que esta Comissão vai ter que colocar em pauta, em que se aprova, ou não, a entrada da Venezuela no MERCOSUL. Dadas as posições bastante controversas em relação a esse assunto, com posições prós, contras, com argumentos muito respeitáveis de ambos os lados, eu entendi que seria bastante esclarecedor que nós, desta Comissão, tivéssemos a oportunidade de ouvir especialistas na questão internacional, assim como ouvirmos o autor da ideia, o Ministro Celso Amorim, o relato do nosso Embaixador do Brasil na Venezuela, para que esclareça algumas dúvidas que nós possamos ter. E a pedido do Governador de Roraima, a presença do Governador de Roraima, que tem uma relação, pretende ter uma relação intensa com a Venezuela, devido a sua proximidade geográfica, aos seus limites diretos e fronteiriços com a Venezuela e dois grandes especialistas, com grande experiência internacional, nessas relações, inclusive que participaram da criação do MERCOSUL. Dado esses argumentos, eu gostaria que esta Casa, com a liderança de V. Exa., colocasse em votação e aprovasse essas Audiências Públicas.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Presidente.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com a palavra o Senador Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu quero, primeiro, até pedir permissão ao Senador Tasso Jereissati para subscrever também esse requerimento, porque acho que... Tenho dito que a relação do Brasil com a Venezuela é uma relação entre Caracas e São Paulo, entre Caracas e Brasília. E, por exemplo, o meu estado, que é Roraima, que está encravado geograficamente dentro da Venezuela, a gente só vê os aviões passarem, e a economia que realmente interessa ali para aquelas populações é ao contrário, altamente complicada. O Governo Federal não tem interesse de regulamentar. Fora o aspecto, que, aqui, eu acho que nós temos que discutir, com certeza, deve ser o objetivo também do Senador Tasso Jereissati, dos aspectos interessam ao MERCOSUL, no que tange uma parte a V. Exa., a questão de como é que vive hoje a Venezuela, a questão da democracia, a questão de relativizar a democracia, equiparando com a democracia de Cuba, sem nenhuma crítica. Mas quero louvar, inclusive, a inclusão do Governador de Roraima, José de Anchieta Júnior, porque, realmente, se fôssemos aqui ouvir, por exemplo, só os Ministérios, esses Ministérios não estariam falando por Roraima, com certeza.

Então, quero, repito, pedir permissão para subscrever o requerimento e aprovar, porque acho muito importante e oportuno esse debate.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não havendo mais quem queira se manifestar sobre o requerimento, submeto o requerimento aos Srs. Senadores. Aqueles que o aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Posteriormente, esta Comissão entrará em contato com o Senador Tasso Jereissati, para marcar e agendar uma data adequada para a realização dessa audiência.

Essa sessão, portanto, será transformada em secreta, para que os Srs. Embaixadores possam ser argüidos pelos membros da Comissão. Peço à secretaria que providencie as condições adequadas.

Sessão passa a ser secreta às 11h33.

Sessão reaberta ao público às 11h47.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): A reunião está reaberta. Quero comunicar a aprovação dos Srs. Embaixadores. Esta Comissão felicita e parabeniza os Srs. Embaixadores e tem a certeza do cumprimento de missões importantes, deseja todo e o mais completo sucesso aos Srs. Embaixadores, e daqui nos colocamos, desde já, à disposição para que esse contato não seja interrompido, permaneça com trocas de informações, para que possamos evoluir no contato com os demais países na área que V. Exas. Dominam, que é a área da diplomacia.

Consulto os Srs. Embaixadores se querem fazer uso da palavra para um esclarecimento adicional.

SENHOR ARTHUR VIVACQUA CORRÊA MEYER: Dizer apenas, Senador, que estarei sempre às ordens do Senado, da sua Comissão de Relações Exteriores, para qualquer coisa que possa ser útil na minha missão.

SENHOR JOSÉ VICENTE DA SILVA LESSA: Da mesma forma, a Namíbia é um país que tem uma atividade parlamentar muito intensa, um regime bicameral, e também estarei às ordens para qualquer tipo de contato, de intercâmbio entre o Congresso Brasileiro e o Parlamento Namibiano.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito obrigado. Embaixador Antônio, alguma coisa?

SENHOR ANTÔNIO FERNANDO CRUZ DE MELLO: De minha parte, igualmente, quero, enfim, considerar a importância desse relacionamento parlamentar, dessa, também, diplomacia, existente entre os congressos e os países, e convidá-los a se fazerem cada vez mais presentes também na Ucrânia, para o adensamento das relações do Brasil com aquele país. Muito obrigado.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com os agradecimentos renovados de nossa parte aos Srs. Embaixadores, declaro encerrada a presente reunião.

ATA DA 6ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE ABRIL DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e trinta e um minutos do dia 2 de abril de 2009, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **Antonio Carlos Valadares, João Ribeiro, João Pedro, Tião Viana, Pedro Simon, Paulo Duque, Marco Maciel, Heráclito Fortes, João Tenório, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Patrícia Saboya, Flávio Arns, Renato Casagrande, Leomar Quintanilha, Valdir Raupp, Rosalba Ciarlini, Alvaro Dias, Mozarildo Cavalcanti e Cristovam Buarque.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos, submetendo à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente convida os Senhores Embaixadores **Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura, Paulo Wangner de Miranda e Appio Claudio Muniz Acquarone Filho** para compor a Mesa. O Presidente registra pesar pelo falecimento do ex-Presidente da Argentina, Raul Alfonsín. O Presidente dá início à apreciação da Pauta e faz inversão da mesma. **Item 2: Mensagem nº 42, de 2009,** do Senhor Presidente da República, que "*submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Paulo Wangner de Miranda, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Granada".* O Presidente concede a palavra ao Senador **Heráclito Fortes** para fazer a leitura de seu relatório. **Item 3: Mensagem nº 43, de 2009**, do Senhor Presidente da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Appio Claudio Muniz Acquarone Filho, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Barbados".* O Presidente concede a palavra ao Senador **João Tenório** para fazer a leitura de seu relatório. **Item Extrapauta**: **Requerimento nº 9, de 2009-CRE**, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que "*em aditamento ao Requerimento nº 8, de 2008 – CRE, aprovado no último dia 26 de março, requeiro seja convidado o Excelentíssimo Senhor Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, para participar de Audiência Pública para instrução do Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2009, que "aprova o texto do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, assinado em Caracas, em 4 de julho de 2006, pelos Presidentes dos Estados Partes do Mercosul e da Venezuela"*. Aprovado. O Presidente declara aberto o processo de votação. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores **Paulo Wangner de Miranda** e **Appio Claudio Muniz Acquarone Filho**, para fazerem suas exposições. **Item 1: Mensagem nº 41, de 2009**, do Senhor Presidente da República, que "*submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Qua-*

dro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa". O Presidente concede a palavra ao Senador **Pedro Simon** para fazer a leitura de seu relatório. O Presidente concede a palavra ao Embaixador **Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura**, para fazer sua exposição. Os Senadores **Romeu Tuma, João Pedro e Flexa Ribeiro** fazem uso da palavra. **Item Extrapauta: Requerimento nº 1.574, de 2008,** que *"requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor ao Juiz da Corte Internacional de Justiça (Corte de Haia) Dr. Antônio Augusto Cançado Trindade pelo lançamento de seu mais novo livro, Evolution Du Droit International Des Gens, no dia 4 de dezembro de 2008, em Paris"*. O Senador Eduardo Azeredo faz a leitura de seu relatório. O Senador Flexa Ribeiro assume a Presidência. Aprovado. O Senador Eduardo Azeredo reassume a Presidência. O Presidente torna a reunião secreta às doze horas e vinte e sete minutos. A sessão é reaberta às doze horas e trinta e quatro minutos. O Presidente comunica a aprovação das indicações dos Embaixadores. O Senador **Romeu Tuma** faz uso da palavra. O Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às doze horas e trinta e oito minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião.

Senador **Eduardo Azeredo,** Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 6ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2009, ÀS 10 HORAS E 31 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Passamos à apreciação da pauta. Eu convido, inicialmente, para comporem a mesa os Embaixadores Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura, indicado para a República do Líbano; o Embaixador Paulo Wangner de Miranda para a Granada e o Embaixador Appio Claudio Acquarone Filho para Barbados.

Antes de passar à pauta, propriamente dita, eu quero registrar aqui o pesar de toda a Comissão de Relações Exteriores, pelo falecimento do ex-presidente da Argentina Raúl Alfonsín que teve um papel fundamental na redemocratização, não só do seu país, mas de vários países da América do Sul, pela sua relação com o Brasil, sempre foi um amigo do Brasil. De maneira que a morte de Raúl Alfonsín, nesse momento, deve ser realmente registrada, com pesar por todos nós, como foi feito ainda na reunião de ontem, e com a presença do Presidente do Senado José Sarney aos funerais em Buenos Aires.

Nós vamos começar pelo item nº 2 que é a mensagem nº 42, de 2009.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Se V. Exa. pudesse colaborar com esse admirador. Eu sou relator do item--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): 2.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): 2?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Exatamente o que eu estou fazendo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Era o item 3.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu já li os seus pensamentos. O item 1 o relator é o Senador Pedro Simon que ainda está a caminho. Então nós vamos começar pelo item 2 que é a Mensagem nº 42, de 2009 que submete à apreciação do Senado Federal nos termos do art. 52, inciso IV da Constituição Federal culminado com o art. 39 da Lei 11.440 de 29 de dezembro de 2006, a escolha do nome do Sr. Paulo Wangner de Miranda, Ministro de Segunda Classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério de Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Granada. O relator é o Senador Heráclito Fortes, aqui nosso ex-presidente e Primeiro Secretário desta Casa, a quem concedo a palavra para ler o seu relatório.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nós temos hoje a aprovação do Embaixador do Líbano, Granada, Barbado. Eu queria fazer apenas uma indagação a V. Exa. para um país em crise. Nós estamos começando a ver uma série de Embaixadas que cujas instalações são de custos elevadíssimos para o país. O meu questionamento é se todas essas Embaixadas a serem criadas têm justificativas plausíveis, Sr. Presidente, ou vai onerar os gastos do Tesouro com a sua criação? Evidentemente, que se houver importância que justifique tal fato, tudo bem, mas é apenas uma questão que eu gostaria de

levantar para que esta Casa pudesse discutir e esta Comissão é o foro próprio para isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Heráclito Fortes, eu até ontem ao receber o Embaixador Appio que está sendo indicado para Barbados, ainda comentava com ele, já que ele está vindo de Tanzânia, onde ele reabriu a Embaixada, que ele poderia aqui hoje exatamente nos falar a esse respeito. Quais foram os custos para abrir a Embaixada na Tanzânia, qual foi o resultado da abertura dessa Embaixada, no caso foi uma reabertura. E, realmente, V. Exa. tem toda razão, são várias Embaixadas que estão sendo abertas, o número é elevado, e algumas, realmente, são em pequenas ilhas como Ilhas do Caribe sem uma população, inclusive, de brasileiros que têm uma presença lá.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vamos então ao voto.

Eu faço apenas esta observação para debate, porque eu acho que nós poderíamos ter um Embaixador que respondesse por duas, três, quatro Embaixadas dessa, inclusive, tendo em vista a proximidade. Mas de qualquer forma, vamos ao relatório.

Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República deseja fazer do nome do Sr. Paulo Wangner de Miranda, Ministro de Segunda Classe de carreira diplomática do quadro permanente do Ministério de Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Granada. A Constituição atribui competência privativa ao Senado para examinar previamente por voto secreto a escolha do chefe de missão diplomática de caráter permanente, art. 52, inciso IV. De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério de Relações Exteriores em razão do preceito regimental, o Sr. Paulo Wangner de Miranda é filho de Luiz Miranda e Maria Lino Miranda, tendo nascido em julho de 1950 em Pitangui – Minas Gerais. Eu acho que V. Exa. deve se orgulhar, acho que Minas Gerais é disparadamente a campeã de indicação de embaixadores e aprovação nesta Casa, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Estamos precisando de mais.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Bacharel em Geografia pelo Instituto de Geociência da Universidade Federal de Minas Gerais e em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais, ingressou na carreira diplomática em 76 por concurso, tornando-se assistente de Secretário no ano seguinte, memória que exerceu a função de assistente na divisão do oriente próximo. Entre as funções desempenhadas na administração pública destacam-se a de Chefe Substituto da Divisão de Informação Comercial e de Coordenador-Geral da Coordenação de Cooperação recebida bilateral da Agência Brasileira de Cooperação. No exterior exerceu, entre outros cargos, de Conselheiro em Jakarta, em Singapura e Helsinki e de Cônsul Geral Adjunto em Londres.

De acordo com o informe preparado pelo Ministério de Relações Exteriores, anexo à mensagem presidencial as relações entre os dois países tem se desenvolvido nos últimos anos com destaque para cooperação da área de transferência de tecnologia em setores como agrícola e energético. Diante do exposto julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficiente para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório. É o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Heráclito Fortes. Tendo o relatório favorável, portanto já estaria aberto à votação, no caso apenas ainda do Embaixador Paulo Wangner. Nós teríamos que ter a leitura do relatório e em sendo favorável vai se abrindo aos poucos a votação de cada um dos Embaixadores.

Mas vamos passar então ao item 3 que é o Senador João Tenório que é o relator.

O item 3 é a Mensagem nº 43, de 2009. Submete à apreciação do Senado Federal nos termos do art. 52, inciso IV da Constituição Federal com o art. 39 da Lei 11.440 de 29 de dezembro de 2006, a escolha do nome do Sr. Appio Claudio Muniz Acquarone Filho, Ministro de Segunda Classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério de Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Barbados. O relator é o Senador João Tenório, a quem concedo a palavra para ler o seu relatório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, só um registro na mesma linha de preocupação do Senador Heráclito Fortes, de que haja um critério, no mínimo rigoroso, no sentido da escolha de abertura de novas Embaixadas em países, evidentemente, que traga vantagem para o Brasil. Evidentemente, que essa localização não depende muito do tamanho delas, ela depende, sobretudo, e, principalmente, da função estratégica que cada uma dessas áreas contribuem para o desenvolvimento, quer seja ele político, cultural ou econômico do Brasil com esses países. Daí porque cabe essa preocupação do Ex-presidente Heráclito Fortes, nosso querido Senador Heráclito Fortes, e apenas lembraria que isso depende, muitas vezes, ver uma ilha pequena, um país pequeno, mas que tem uma interação, que tem uma conveniência de um relacionamento com o país que ultrapassa, digamos

assim, aquela primeira aparência do tamanho da área em que se destina.

Mas vamos ao relatório. Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Appio Claudio Muniz Acquarone Filho, Ministro de Segunda Classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Barbados. A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente e deliberar por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, o art. 52 do inciso IV.

O Ministério de Relações Exteriores atendendo o preceito regimental, elaborou o currículo do diplomata do qual extraímos para este relatório as informações que se seguem. Appio Claudio Muniz Acquarone Filho nasceu no Rio de Janeiro, – quebrando um pouco a rotina, Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Como se dizia, o Rio é uma parte de Minas, as nossas praias.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): --É filho de Appio Cláudio Muniz Acquarone e Neide Morais Acquarone e graduado em Direito na Universidade de Cândido Mendes. No Instituto Rio Branco frequentou o curso de aperfeiçoamento de diplomatas em 1984 e de curso de altos estudos em 99. Nomeado Terceiro Secretário em 78 o diplomata foi promovido a Segundo Secretário em 1990, e por merecimento o Primeiro Secretário de 1988, a Conselheiro de 1995 e a Ministro de Segunda Classe em 2004. Destacam-se, entre outras, as seguintes missões de que participou, bem como, cargos que ele ocupou, assistente da divisão de organização de Estados Americanos em 87, Chefe da Divisão Jurídica em 1999, Cônsul Adjunto do Consulado Geral em Buenos Aires em 1990, Conselheiro na Embaixada em Ottawa em 1997, Conselheiro na Embaixada de Haia em 2001, Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de privilégios e imunidade em 2003, Embaixador na Embaixada de *Dar El Salaam* em 2005.

Além do currículo consta do processado documento informativo sobre Barbados. Integrando o arquipélago das pequenas antilhas, Barbados oferece elevado padrão social a sua população. Sobre isso é eloqüente o relatório de desenvolvimento humano para o período de 2007/2008 divulgado pelo programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. O documento atribui ao país o 31º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH o que representa o mais elevado índice da América Latina do Caribe. Barbado tem tido um papel de destaque no plano associativo regional.

Nessa linha foi um dos proponentes e fundadores da Associação Caribenha do Livre Comércio – CARIFTA em 1968, posteriormente transformada na Comunidade do Mercado Comum do Caribe em CARICOM em 1973. Essa Organização congrega quinze países que formam grupos decisivos de atuação no âmbito da Organização dos Estados Americanos – OEA, onde detém cerca de 44% dos votos da Assembléia Geral da OEA. O grupo representa ainda 7% dos votos da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, no caso a ONU. O país por conta de longa tradição de estabilidade política e de serviços diplomáticos exemplar, tem produzido uma política externa ativa e ocupado importante projeção política na esfera sub-regional com destaque para a sua atuação na CARICOM. No contexto diplomático bilateral as relações formais têm sido em 1976 com abertura do Vice-cônsul em Bridgetown que é a capital do país.

Em 1995 foi instalado na Embaixada na capital barbadiana. No ano passado o governo de Barbados manifestou intenção de abrir Embaixada residente em Brasília. O relacionamento adquiriu maior impulso dos últimos anos, destaca-se a significativa atividade bilateral, uma assinatura de dois acordos, bem como a expressiva realização de visitas oficiais. De tudo isso resulta a relação pautada pela cordialidade e pelo estabelecimento de corporação técnica nas áreas de educação, cultura e saúde. Desse quadro observa-se a adoção, iniciativas conjuntas, bem como a defesa de interesses assemelhados no plano internacional. Assim, por exemplo, a defesa do aumento do número de membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, e ampliação do diálogo entre o mercado como o sul, MERCOSUL e o CARICOM, objetivando parcerias econômicas e políticas mais sólidas. O comércio exterior de Barbado apresenta como principais parceiros nos índices de exportações os seguintes países: Trinidad e Tobago, Reino Unido, Estados Unidos da América, Santa Luzia e Jamaica. No tocante às importações figuram os Estados Unidos da América, Trinidad e Tobago, Reino Unido e Canadá. Na pauta dos produtos de exportação destacam-se combustíveis, óleos, ceras minerais, máquinas e aparelhos de materiais elétricos, bebidas, produtos farmacêuticos, açúcares e produtos de confeitaria; pérolas naturais ou cultivadas. O país importa, em síntese, os seguintes itens: combustíveis, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, veículos, automóveis, plásticos e madeira.

O relacionamento comercial entre os dois estados apresentam intercâmbio da ordem de 47 milhões de dólares. Essa cifra é de 2008 e apresenta incremento de 60% em relação ao idêntico período do ano anterior.

A balança é de resto deficitário para o Brasil. Nossas exportações estão centradas nos itens: madeira, carvão vegetal, papel, pasta de celulose, aparelhos e instrumentos mecânicos, produtos cerâmicos e calçados; importamos combustíveis, óleos e ceras minerais.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe outra consideração no âmbito deste relatório. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador João Tenório.

Eu tenho aqui ainda na pauta também o requerimento nº 9, 2009 – CRE, de minha autoria que em aditamento ao Requerimento nº 8, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores aprovado no último 26 de março. Requeiro que seja convidado o Exmo. Sr. Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima para participar de audiência pública para instrução do Projeto Decreto Legislativo nº 430/2008, que aprova o texto do protocolo de adesão da República Bolivariana da Venezuela MERCOSUL, assinado em Caracas em 4 de julho de 2006, pelos presidentes dos estados partes do MERCOSUL e da Venezuela. Nós já temos aprovada a vinda dos outros dois Embaixadores, o Embaixador Sérgio Amaral e o Embaixador Rubens Barbosa. Eu estou apenas aditando que também o Embaixador Paulo Tarso pela sua ampla experiência, principalmente, na questão de comércio exterior, possa também nos dar a sua participação e a sua opinião.

Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir. Coloco em votação. Aprovado.

Então nós continuamos aguardando ainda. Então vamos agora já passar, enquanto falta ainda a leitura do relatório do Embaixador Paulo Roberto Fontoura, mas antes disso eu queria já passar para o Embaixador Paulo Wangner de Miranda, indicado para Granada, que ele possa já fazer a sua exposição. E declaramos já aberto o processo de votação.

Com a palavra, portanto, o Embaixador Paulo Wangner de Miranda para fazer a sua exposição.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, já abriu o processo de votação?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim. Já declarei aberto. Está aberto o processo de votação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Já podemos votar?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, porque os dois relatórios já foram lidos. Falta o terceiro relatório do Senador Pedro Simon, mas eu já adianto como está instituído para todos, o relatório também é favorável. Está aberto o processo. Pode votar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu já tive acesso ao relatório de V. Sa.

SR. PAULO WANGNER DE MIRANDA: Exmo. Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sra. Senadora, Srs. Embaixadores, senhoras e senhores presentes. É uma honra elevada estar aqui perante esta Comissão para, enfim, seguindo em seqüência a mensagem presidencial para defender a minha ou para avaliar a minha indicação para Embaixador em Granada.

É o sonho de todo diplomata estar nesta situação perante esta egrégia Comissão, quando o seu nome é a sua missão são avaliados nessa instância em obediência a um preceito constitucional e é uma prática consagrada da nossa harmonia de poderes entre o Legislativo e o Executivo.

Desde já, eu gostaria de passar à questão suscitada pelo Sr. Relator, Exmo. Sr. Relator, a respeito da justificação de abertura de missões novas na região do Caribe. No caso específico Granada é o posto para qual eu estou indicado, e que, eventualmente, recebendo a aprovação dos senhores se merecer para onde eu estarei indo como Embaixador do Brasil.

Nós sabemos que no momento o Brasil vive uma situação bastante auspiciosa na região do Caribe. O Brasil, em função da sua presença, em cumprimento de um mandato das Nações Unidas MINUSTAH no Haiti o Brasil tem ganhado projeção internacional, tem ganhado reconhecimento e tem feito muito bem, tem muito bem cumprido o seu papel, não só como força estabilizadora num país esfacelado, mas também proporcionando, criando oportunidades para que a estabilização da economia e a prosperidade voltem a beneficiar aquele pobre país caribenho. E em função justamente, dessa projeção, dessa visibilidade que o Brasil ganha, a nossa presença no Caribe então passa a ter... Nós passamos a reconhecer, a entender melhor, a praticar mais a nossa dimensão caribenha. O país é um país continental, como é com seus 8 milhões e 500 mil km2, o Brasil tem reconhecidamente uma dimensão amazônica, temos uma dimensão platina, temos uma dimensão do Cone Sul, uma dimensão do Atlântico sul, e por que não uma dimensão caribenha? Com o Caribe o Brasil comunga com as nações do Caribe, o Brasil comunga de afinidades, várias afinidades, entre elas a nossa própria formação étnica, a formação econômica, as dificuldades porque passaram esses países caribenhos, nos seus tempos de colônia, e, posteriormente, na sua afirmação como nações jovens. O Brasil, justamente, em função dessa sua projeção, o Brasil tem essa responsabilidade, vê essa responsabilidade, e eu acredito que nós teremos oportunidade também ao ouvir o colega, o Embaixador Appio Claudio, sobre a sua missão prospectiva em Bar-

bados, esta Comissão poderá avaliar o que significa a presença, como é o caso de Barbados, Barbados nós temos uma Embaixada que já funciona, 1/4 de século, o que é a presença de uma Embaixada residência num país caribenho. Citaria também o caso da Embaixada nossa em Trinidad e Tobago, também um conjunto de ilhas diminutas de população pequena, mas que tem desenvolvido, com o qual o Brasil tem desenvolvido grandes laços, profundos laços comerciais e laços econômicos igualmente.

No caso de Granada, o país como apresentado pelo Sr. Relator, o país tornou-se independente em 1974, tem, portanto, 35 anos de vida independente. E Granada se singulariza no Caribe por ser um país de economia modesta, mas que recebeu, enfim, foi um país invadido, um país ocupado pela força do maior poderio militar do planeta no ano de 1983. E os traumas, as sequelas dessa ocupação ainda se mantém vivas. É um país onde hoje há a presença, é um país, no entanto, próspero que tem um turismo florescente, que tem uma indústria ainda que pequena, mas uma indústria fluorescente, tem uma renda per capta acima de 5 mil dólares. Mas é um país carente de capacitação profissional, de assistências e políticas públicas nas áreas da saúde, da agricultura; em que o Brasil pode, perfeitamente, na condição de país que tem uma atuação reconhecida na prestação de assistência técnica, o Brasil pode muito bem fazer a diferença.

Eu até me permito aqui citar um caso, embora, não particularmente próprio, não componente da nossa política externa, mas que mostra como essas nações, como pode ser benéfico a essa nação a presença de uma política ou, às vezes, até de uma pessoa, uma personagem que possa fazer a diferença. Tomemos, por exemplo, o caso da Jamaica que no ano de 1998 foi qualificada a equipe de futebol da Jamaica, foi qualificada para disputar o Campeonato Mundial de Futebol na França, e justamente tendo um brasileiro Renée Simões à frente, o quanto que a imagem do Brasil se tornou positiva, o quanto isso valeu para a nossa imagem junto àquele país caribenho. À parte essas questões individuais, nós temos uma política externa consistente. Nós tivemos várias visitas presidenciais a países caribenhos, e todas essas visitas se fazem com a preparação e tem um segmento. E justamente na área principalmente da nossa cooperação técnica as ações que se têm proposto, as ações que têm sido solicitadas mostram o quanto a presença brasileira contribuindo na área da cooperação técnica desenvolvendo comércio, abrindo caminho também para que as nossas instituições, que empresas brasileiras possam participar, se envolver na prestação de serviços. No caso de Granada, por exemplo, nós temos uma infraestrutura que foi devastada quando houve dois ciclones sucessivos, dois furacões, o Furacão Ivan em 2004, e em seguida em 2007 o Furacão Emily que provocaram grande devastação na ilha de Granada.

E em função justamente da solidariedade internacional, em função do socorro que foi prestado ali, o país teve um surto de desenvolvimento, de recuperação, de recomposição da sua infraestrutura.

Portanto, eu acho que há uma validade, enfim, que é importante que se examine a questão sobre esse prisma também. A importância do Brasil, a presença do Brasil nesta parte que é, [soa campainha] de alguma forma, uma extensão de nossa projeção quase continental. Ali em Granada nós temos representação, por exemplo, da Venezuela, de Cuba, da China que estão ocupando um espaço construtivo, naturalmente, e do qual nós podemos e devemos compartilhar.

Muito obrigado, Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado Embaixador.

Nós vamos ainda agora já ouvir o Embaixador Appio Claudio Muniz Acquarone Filho, que é o nosso atual Embaixador na Tanzânia, e que está indicado para Barbados.

Com a palavra o Embaixador Appio Claudio.

SR. APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO: Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sra. Senadora, senhores do Ministério de Relações Exteriores que nos honram com a presença, senhoras e senhores. Eu tive, nesse momento, duas sortes, a primeira foi de ter um excelente relator que me fez, praticamente, esgotar o tema de Barbados em seu relatório. Quero agradecer o empenho do Senador João Tenório, e, ao mesmo tempo, tive do meu colega Paulo Wangner uma belíssima introdução sobre a importância do Caribe para o Brasil. Farei o favor de não repetir as palavras dele. Tentarei puxar o assunto um pouco mais para a área barbadiana, e depois como havia já conversado com o Exmo. Sr. Presidente da Comissão, poderia talvez passar para os senhores uma ideia de quem foi inaugurar uma das Embaixadas do Brasil. Nos últimos cinco anos abrimos várias, continuamos abrindo, como a de Granada, por exemplo, mas gostaria de talvez dar um testemunho mais prático do que foi abrir uma Embaixada para que se possa ter um campo suficiente para se aquilatar por que se abre uma Embaixada, para que se abre uma Embaixada, qual a região atingida pela intenção de se abrir uma Embaixada. Enfim, dar-lhes um testemunho um pouco mais do trabalho realizado com abertura da Embaixada da Tanzânia. Eu já sou reincidente frente à Comissão de Relações Exteriores, quando estive aqui há três anos e meio para ser aprovado e cuja aprovação agrade-

ço. Acho que vale a pena trazer esse testemunho, até mesmo como uma satisfação àqueles que tiveram o interesse em aprovar a criação da Embaixada e o do meu nome para ocupá-lo.

Barbados é uma ilha que, se eu posso dizer um pouco diferente, dentro do Caribe, o que já é difícil, mas é uma ilha que pelo seu significado histórico tem realmente uma personalidade diferente dentro do arquipélago caribenho, como um todo. É uma ilha com um excelente desenvolvimento social, os índices são bastante expressivos. No Índice de Desenvolvimento Humano Barbados ocupa 31ª posição entre 177 países, o que em si já é uma prova de uma certa personalidade especial dentro do arquipélago. A expectativa de vida é ao redor de 77 anos, o que também é bastante elevado. E tem uma renda per capta que se situa entre a terceira e a quarta renda per capta das Américas, em primeiro lugar os Estados Unidos e depois o Canadá, sem dúvida nenhuma, e o arquipélago das Bermudas e Barbados mantém entre si o terceiro e o quarto lugares.

Foi fundado pelos ingleses em 1627 e permaneceu colônia até 1966 quando foi dada a independência pelos próprios ingleses. Foi uma passagem, digamos, bastante pacífica de colônia a país independente. Com o Brasil temos uma história que começa em 1640 quando os holandeses foram expulsos do Nordeste brasileiro, vários deles foram para Barbados e levaram mudas da cana-de-açúcar brasileira, que foi a origem da produção de cana-de-açúcar que se mantém em Barbados até hoje. Essa bilateralidade vai se aprofundando, até chegar aos nossos tempos com a criação da Embaixada em 1985. É um dos membros fundadores do CARICOM, é um dos três países que sedia, que possui uma sede da Universidade das Ilhas Ocidentais, o que faz crer que Barbados junto Trinidad e Tobago e Jamaica é um dos celeiros dos cérebros caribenhos que foi importantíssimo na formação não só do CARICOM, como também do mecanismo regional caribenho de negociações que inclui os 15 membros do CARICOM mais Cuba e mais República Dominicana em 97 foi a fundação desse mecanismo para que o Caribe pudesse representar de uma forma mais aberta a região nos diversos fóruns internacionais.

Temos pelo relatório do Senador João Tenório, muito bem fundamentado, os vários números do comércio bilateral com o Brasil. Não creio que seria o caso de repeti-los porque o Exmo. Sr. Senador já o fez muito bem. Mas eu gostaria de, nesse ponto, falar um pouco sobre o que nós temos hoje com Barbados, e talvez lançar uma projeção para daqui a um certo tempo.

Nós temos hoje com Barbados uma parceria que pode ser bastante interessante, não só para Barbados em si, como também para as nossas outras representações futuras ou presentes. Existe uma iniciativa do governo americano que permite a exportação para o mercado norte-americano na base do regime *duty-free*. O que abre para nós no Brasil, e a primeira experiência está sendo feito na Jamaica, a possibilidade de alcançar o mercado norte-americano para o nosso etanol combustível hidratado em países do Caribe. Já existe em Barbados um anteprojeto de uma usina que vai nos custar, mais ou menos, uns 26 milhões de dólares, que vai produzir para exportação aos Estados Unidos como numa operação triangular: Brasil, Barbados e Estados Unidos, um etanol que vai ser, claro, bastante bem vindo no mercado norte-americano e bastante bem vindo também na nossa pauta de exportação, sem dúvida nenhuma as novas Embaixadas a serem abertas no Caribe também terão à disposição delas essa possibilidade de incluírem a entre os seus projetos primordiais.

Hoje em dia nós temos também com Barbados um convênio assinado com universidades brasileiras para extensão universitária em tecnologia do petróleo e administração portuária. Existe já uma série de reuniões bilaterais na área de prospecção de gás e de petróleo. Existem já algumas tentativas com bastante sucesso, aliás, de integração do sistema de transporte barbadiano com equipamentos brasileiros. E creio que no momento em que eu lá chegar terei bastante assunto para me dedicar. Talvez seja interessante, a essa altura, se o Senador Eduardo Azeredo achar por bem que eu possa adiantar um pouco um arrazoado sobre a minha passagem pela Tanzânia e a necessidade, os benefícios, os interesses que uma nova Embaixada pode trazer para o país.

Quando eu cheguei à Tanzânia, tem três anos e meio, mais ou menos, havia um desconhecimento total do Brasil. O Brasil era, enfim, claro, um expoente no futebol, um expoente no carnaval e tudo aquilo, mas o país ainda se mantinha sobre a influência britânica como várias ex-colônias ainda se mantém, a ideia de um centro de atenções era sempre Londres com as suas ramificações através da...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pode continuar.

SR. APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO: Mas através de palestras sobre o Brasil em universidades na imprensa, em centros empresariais, nós começamos a dar uma ideia de que o nosso país poderia ser uma opção contra dentro de um panorama razoavelmente esgotada, digamos, de opções, e que nós poderíamos dentro do diálogo sul-sul(F) ser um ponto de apoio a mais para um país como a Tanzânia

que ainda se encontra em seu momento, digamos, de decolagem econômica.

Uma Embaixada residente, eu posso dizer que tem várias vantagens sobre uma Embaixada cumulativa. A Embaixada na Tanzânia antes de ser aberta como residente em *Dar El Salaam*, ela era coberta pela nossa Embaixada em Nairóbi. Havia sempre um intercâmbio, inclusive, bastante numeroso de visitas dos nossos diplomatas em Nairóbi, mas talvez, ao invés, de teorizar um pouco mais sobre isso, talvez fosse interessante citar alguns casos que possam servir de exemplo mais vivo para tornar a nossa conversação.

É muito importante que um embaixador residente socialize com centros de decisões locais, e os mantenha sempre não só abastecidos de informações do seu próprio país a partir do Brasil, como também participar de possibilidades a serem exploradas bilateralmente. O Brasil e a Tanzânia foram membros não permanentes do Conselho de Segurança durante quase todo o tempo, e isso fez com que a Embaixada residente fosse um ponto mais de consulta mais rápido, de acesso mais rápido que se não tivesse uma Embaixada residente lá. O acesso a informações políticas para informações, orientações a empresas brasileiras. Eu vou lhe dar um exemplo. A República da Tanzânia é a República Unida da Tanzânia que se originou da independência de Tanganica que foi uma ex-colônia alemã até a primeira guerra mundial, quando ao perdeu a primeira guerra as colônias alemães foram entregues à liga das nações para administração. Tanganica se tornou independente em 66 e Zanzibar um ano depois formaram a Tanzânia, Tanganica e Zanzibar, mas essa aglutinação não se mantém tão pétria quanto eles gostariam nesse momento.

Essa apreciação eu pude passar à diretoria da Petrobras quando eu estive reunido com essa diretoria no Rio de Janeiro, porque eles estavam interessados em explorar possibilidades na Tanzânia. Foi-me dito que a Petrobras estaria em quatro países da África: Nigéria, Angola, Líbia e Tanzânia, os três primeiros de fácil compreensão porque são profecias petrolíferas tradicionais. E a aposta na Tanzânia era uma aposta da própria Petrobras, e uma Embaixada residente nesse momento pôde informar à Petrobras quais seriam as conotações políticas de escolha de faixas entre as nove faixas com que foi dividido o litoral da Tanzânia, algumas dessas faixas tocavam o Zanzibar, a administração, digamos, política do assunto não seria a mais confortável para a Petrobras, e nós poderemos aconselhar à diretoria a talvez se inclinar em relação a outras áreas do território da Tanzânia, o que foi acatado pela diretoria da Petrobras. Um outro exemplo que posso adiantar esse, talvez de mais fácil compreensão, num fim de semana em Dar Es Salam depois de ter nossa Embaixada já instalada, eu estava jogando golfe com pessoas desconhecidas entre essas pessoas desconhecidas uma delas era o diretor da Air Tanzânia, uma empresa aérea de bandeira tanzaniana que tinha sido vendida para South African Air alguns meses antes, mas que teria sido retomada pelo governo da Tanzânia por não cumprimento das cláusulas contratuais pela empresa aérea da África do Sul. E nesse momento eu pude, a partir ali do campo de golfe, entrar em contato telefônico com a Embraer em São José dos Campos porque essa pessoa, esse diretor estava a procura de aviões para compra. Já havia sido aprovada a compra pelo Banco Mundial de socorro a essa empresa, e a falta de, digamos, um embaixador residente que pudesse estar, nesse momento, colhendo essa informação que seria de bastante importância para empresas brasileiras, eu acho que em si é um ponto a favor de se manter uma estrutura permanente residente em um país como esse.

Outras impressões eu poderia adiantar várias, mas eu creio que--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Chegou a bom termo a venda de aviões? Ainda não?

SR. APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO: Eu espero que sim. Está chegando a bom termo. Mas é mais um exemplo para tornar vivo o que eu estava querendo exemplificar.

Para nós uma Embaixada em Barbados custou no papel, perdão, a Tanzânia custou no papel 250 mil dólares, talvez tenha sido um pouco menos do que isso, mas o que já foi gerado de oportunidades nesses três anos e meio, já excedem com bastante folga esse, digamos, investimento inicial.

Agradeço a oportunidades de ter sido ouvido e espero continuar à disposição da Comissão para o Sr. Presidente julgar conveniente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito obrigado, Embaixador. Nós vamos ter exatamente em seguida ainda a fase de perguntas dos Srs. Senadores e Senadoras.

Mas nós voltamos agora ao item nº 1 que é a Mensagem nº 41, de 2009, que submete à apreciação do Senado Federal nos termos do art. 52, inciso IV da Constituição Federal, combinado com o art. 39 da Lei 11.440 de 29 de dezembro de 2006, a escolha do nome do Sr. Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério de Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa, de autoria do Presidente da República. O relator é o Senador

Pedro Simon. Concedo, portanto, a palavra ao nosso Senador Pedro Simon, um dos nossos decanos aqui no Senado Federal.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Em primeiro lugar eu peço desculpa por ter chegado atrasado. Mas eu com 79 anos, quase 80, fui chamado ao colégio pela direção por causa do meu filho Pedrinho. Eu tenho um filho que podia ser meu bisneto, então eu parei tudo e fui ver o que é que era. Graças a Deus não era nada de grave. Mas eu digo: "o senhor poderia ter me avisado, porque eu vim correndo aqui", e agradeço a gentileza de deixar para o fim.

Para mim era uma questão muito importante, eu fazer esse relatório pela pessoa do Embaixador e porque o Líbano é terra dos meus antepassados pelo qual eu tenho um carinho muito grande.

Nós vamos opinar para uma indicação que o Presidente da República faz de S. Exa. Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura. Esse Tarrisse é patrício ou não?

SR. PAULO ROBERTO CAMPOS TARRISSE DA FONTOURA: Não sei, Senador.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Ah, Tarrisse é Tarrisse. Tarrisse da Fontoura, porque o Tarrise é patrício libanês, e o Fontoura é lá no Rio Grande do Sul, na fronteira dos Neves da Fontoura, é uma dupla forte. Olha, é uma origem excepcional.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Francês no Líbano.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É verdade. Para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa. A Constituição atribui competência privativa ao Senado para examinar previamente por voto secreto a escolha do chefe das missões diplomatas de caráter permanente. Eu acho que talvez essa é uma das missões mais importantes desta Casa, Sr. Presidente. Não há dúvida nenhuma que talvez a gente nem se dê conta, mas o fato de nós aqui termos a honra de conhecer, debater, de analisar e de dar a palavra final à escolha dos nossos Embaixadores, eu acho que talvez seja a grande missão desta Casa.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério de Relações Exteriores, Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura é filho de Marcelo Maria Tarrisse da Fontoura e de Arlete Campos da Fontoura, tendo nascido a 10 de outubro de 1957 na cidade do Panamá, sendo brasileiro nato na forma do art. 129 da Constituição. O senhor não pode ser Presidente da República?

SR. PAULO ROBERTO CAMPOS TARRISSE DA FONTOURA: Posso. Meu pai era diplomata.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Então, foi registrado na Embaixada? É porque nós estávamos lançando a candidatura do Temporão para presidente, e agora fomos ver que ele é português, veio com um ano para cá. Quer dizer, o senhor pode ser presidente?

SR. PAULO ROBERTO CAMPOS TARRISSE DA FONTOURA: Posso ser presidente. Mas não quero.

[risos].

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mais uma coisa já está esclarecida então.

O diplomata em apreço ingressou na carreira em 1979 por concurso. Dentre as missões importantes que participou cumpre destacar as seguintes: membro da representação especial junto aos organismos econômicos especializados em Londres, membro da delegação permanente junto à Associação Latino-Americana de Integração em Montevidéu, Chefe da Chancelaria da Embaixada do Brasil e de Trinidad e Tobago. Além disso, também ocupou os cargos de assessor do chefe e chefe de divisão das Nações Unidas, chefe de gabinete de departamento de organizações internacionais, Ministro-Conselheiro da representação permanente do Brasil junto às Nações Unidas, Coordenador-Político da Delegação do Brasil como membro não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas e representante junto ao Comitê Gestor do Fundo de Constituição da Paz na ONU. De fato, o querido diplomata possui vasta experiência junto a organismos internacionais, e foro multilaterais tendo, inclusive, publicações a esse respeito. Com destaque para o livro O Brasil e as Operações, Manutenção da Paz nas Nações Unidas, publicada pela Editora Funag em 1999. São também inúmeras as condecorações de Tarrisse Fontoura. Destacamos a Medalha do Pacificador, a Medalha ao Mérito de Santos Dumont, a Medalha ao Mérito de Tamandaré, bem como, a Ordem do Mérito das Forças Armadas; cavaleiro e oficial, as ordens do Mérito Militar, do Mérito Aeronáutico e do Mérito Naval, todas comendador e a ordem do Rio Branco grande oficial.

Acompanha ainda mensagem informe preparado pelo Ministério de Relações Exteriores, são as relações Brasil/Líbano. A esse respeito é sempre importante destacar o estreito laço que une os nossos dois países, e mais ainda os dois povos, uma vez que a presença libanesa no Brasil remonta algumas gerações. Os primeiros libaneses que aqui chegaram ao Brasil colônia passando pela grande quantidade dos que para cá emigraram no século XIX as novas vagas que chegaram a esse país nos anos 70 do século XX os homens e mulheres do Líbano deixaram sua valiosa marca em nossa história, nossa cultura e nossa gente.

É no Brasil que se encontra a mais numerosa comunidade libanesa em todo o mundo, constituindo parte indissolúvel de nosso tecido social, de nossas

origens, dos nossos primeiros comerciantes aos mascates que se estabeleceram no Brasil, fazendo negócios pelos mais longínquos rincões do nosso país, aos seus descendentes profissionais das mais diferentes áreas, sempre tivemos nomes de origem libanesa, entre os mais renomados médicos, juristas, professores, servidores públicos, empresários, militares e demais trabalhadores no Brasil.

Também devemos lembrar dos milhares descendentes libaneses que têm regressado ao país de seus país, com o objetivo de promoverem o desenvolvimento daquela nação. Assim os brasileiros também imigraram para o Líbano e com eles vai uma parcela do Brasil enriquecendo ainda mais aquele povo e sua cultura valiosa.

O Embaixador Tarrisse da Fontoura tem uma nobre missão: contribuir para a manutenção dos estreitos laços entre Brasil e Líbano. A tarefa envolve a promoção de projetos de cooperação nas mais distintas áreas, conforme citado no relatório encaminhado pelo Itamaraty.

Saiba, Sr. Embaixador, que esta Casa presa muito esses laços, e que são, na verdade, nações irmãs. Diante do exposto, com grande emoção, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presencial, ainda mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

É com muita satisfação, Sr. Presidente, que eu apresento o meu parecer. Tive a oportunidade de receber e conversar com o nosso Embaixador. Tive a oportunidade de conhecer a sua capacidade, a sua cultura, a grandeza do seu espírito, e não há dúvida que o espírito do nosso Itamaraty que é um orgulho nosso. Eu tenho dito e tenho repetido que o Ministério de Relações Exteriores tem tanta competência, tem tanta categoria que mesmo nas horas mais negras, nas horas de chumbo da ditadura o Itamaraty se comportou com dignidade. O Itamaraty mesmo nos generais de plantão presidente, teve uma atitude exemplar, abertura das relações com a África, o estreitamente das relações com a nossa América, fase que tenhamos que reconhecer a capacidade, a competência e a seriedade dos homens que integram o nosso Itamaraty, onde V. Exa. se encontra em primeira grandeza.

Eu vi nos jornais de ontem o nosso Chanceler fazendo um oferecimento, porque tem quatro instituições encarregadas de buscar a paz no Oriente Médio, são os Estados Unidos, a ONU, a Rússia, e eu me lembro quem mais, e a União Européia, e ele oferece ao Brasil. Eu falo com toda sinceridade, eu encarei isso com a maior simpatia. Eu acho que, realmente o Brasil reúne todas as condições para participar dessa Comissão, pela sua posição. Porque o Brasil tem tido a competência de nesse relacionamento difícil lá no Oriente Médio de manter uma posição de respeito através de todas as representações com Israel, com o mundo árabe, com os católicos, com os ortodoxos, com os mulçumanos. Eu acho que esse momento é um momento importante.

Eu tenho dito, e disse pessoalmente a V. Exa., Sr. embaixador, o Líbano paga um preço muito caro, e se há uma entidade, um país no mundo que foi cruelmente tratado pelo mundo, foi o Líbano. O Líbano era um país sem exército, o Líbano era a Suíça do Oriente Médio, o Líbano reunia duas civilizações, a civilização do Oriente tinha tudo que tinha em Cairo e tudo que tinha no mundo oriental, e o Ocidente tinha tudo que tinha em Paris. Eram duas civilizações convivendo na mesma cidade, dois mundos convivendo ali. O porto do Líbano era o porto de saída das grandes exportações de toda aquela região. Os bancos do Líbano eram bancos onde os xeiques e tudo mais eram os grandes depósitos que estavam ali. Era uma relação de paz. Tinha conseguido uma fórmula, e eu dizia ao meu pai: "Um dia vai dar errado, pai". Mas ele dizia: "Não". Primeiro-Ministro Presidente da Assembléia Nacional e Presidente da República, um era ortodoxo, outro era mulçumano e o outro era católico. E vinha funcionando bem, até quando a ONU tendo como Presidente Oswaldo Aranha tirou o Estado de Israel e criou o Estado Palestino. Uma decisão, e naquela época, que ali naquele mundo militar não tinha nem nação independente, as nações eram colônia ou da Inglaterra ou da França. Ali depois da guerra no momento que criou o Estado de Israel, e acho que devia ter criado, e foi muito certo. Mas criou o Estado Palestino, no momento que tirou milhões que estavam ali há não sei quantos mil anos em Jerusalém, na Palestina, se tivesse cumprido a decisão da ONU, criado o Estado de Israel e criado o Estado Palestino, nada do que aconteceu teria acontecido, nada teria acontecido. E ali era muito fácil, porque ali podiam colocar o Estado Palestino onde bem entendesse, porque pegasse a Argélia que é um país enorme, um pedaço da Argélia onde quisessem colocar. Mas o que é que fizeram? Criaram o Estado de Israel e pegaram milhares e milhares, não sei quanto de palestinos e jogaram. E 600 mil foram para o Líbano, no sul no Líbano, que os acolheu com tranquilidade pacificamente. Só que esses palestinos que foram para o sul do Líbano, dali do sul do Líbano começaram a atacar Israel e Israel começou a responder, só que Israel nas respostas não ficou no sul do Líbano, foi para cima de Beirute, e destruíram Beirute. Daí uma guerra civil estúpida, ridícula, incompreensível. E cá entre nós, a Síria lá de cima também não apaixonada gostando

entrou, os judeus bombardeando os palestinos que estavam no sul, e a Síria a pretexto de ajudar entrou e não quis sair mais pelo norte, e o Líbano pagou um preço muito caro, que foi o preço da destruição, um preço dramático. Aí apareceu um Primeiro-Ministro espetacular e fez uma coisa que é um verdadeiro milagre, porque não se sabia como reconstruir porque estava tudo destruído e não se sabia quem era o dono. Como é que vai fazer? Como é que vai fazer? Ele fez uma técnica que, realmente, é emocionante, ele conseguiu fazer uma entidade onde quem teve o segredo destruído entrava com ação e reconstruiu o Líbano, reconstruiu e dizem, eu não sei, dizem que é calunia, mas que é calunia verdadeira, que a Síria, o chefe da Síria mataram esse Primeiro-Ministro, e agora está essa situação cruel que lá existe.

V. Exa. vai numa posição lá muito importante, muito importante. V. Exa. vai desempenhar um papel... E eu tive na Embaixada, Sr. Embaixador, eu fui à revelia de tudo, Senador, e quis ir visitar à terra de meus pais e não me deixaram entrar, porque era um período dramático que estava vivendo ali. Eu fui à revelia, saí e cheguei lá, quando desci em Beirute estava um troço e cercaram o avião, porque o que eles diziam é o seguinte: "Não, o senhor é um irresponsável, o senhor vem aqui e daqui a pouco lhe seqüestram e cria um caso internacional". Aí me levaram direto para a Embaixada do Líbano, a Embaixada do Brasil no Líbano. E eu estava lá no dia que bombardearam a Embaixada. Aquele célebre dia que a Embaixada foi bombardeada eu estava ali seqüestrado pelo Embaixador na Embaixada. Então, eu--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eles tiveram a informação de que uma autoridade importante lá se encontrava.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu sei lá. Eu sei que me seqüestraram, me levaram; quando eu vi, eu estava lá, e de noite bombardearam a Embaixada.

Então, eu sinto isso. Eu acho tão bonita a relação dos libaneses... O árabe com o israelense aqui no Brasil. Eu acho que é um exemplo para o mundo inteiro, é um exemplo de convivência, de carinho e de respeito. Lá no Rio Grande do Sul é uma maravilha. Nos damos bem demais, temos um entendimento, temos um respeito, temos um carinho. Eu não sei, Deus me perdoe, mas houve um momento ali no final do Governo Clinton quando ele fez a pacificação e quando o Primeiro-Ministro de Israel e o Primeiro-Ministro Palestino ganharam um Prêmio Nobel porque fizeram um entendimento, e a paz estava consolidada. Eu acho que quando entrou o Bush, ele botou tudo a perder de propósito. Eu acho que ali voltou tudo à estaca zero de propósito. Não sei se o Obama... Eu torço muito para ele, embora eu esteja assustado. O Obama está saindo do Iraque, mas está entrando demais, na minha opinião, lá no Afeganistão. Não sei se tem que ser, se não tem que ser, daqui a pouco ele vai fazer do Afeganistão um novo Iraque. E olha, Deus me perdoe, mas nem o Bush e nem ninguém... Ele não está há três meses no governo e já mandou 20 mil homens para o Afeganistão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas ele falou isso em campanha que ia enfraquecer o Iraque...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): E está fazendo. Mas ele mandou a Clinton, e a missão dela foi importante.

Ele fez uma declaração que eu achei muito inteligente com relação ao Irã, o Primeiro-Ministro de Israel confirmou, e eu acho que nós estamos vivendo um momento muito importante que V. Exa. vai chegar lá num momento muito importante e que talvez a gente possa chegar nesse momento.

Eu quero dizer que para mim foi uma honra. Eu quero que V. Exa. saiba que o Presidente da Comissão me indicou para ser relator numa amizade de carinho querendo valorizar esse Senador, e ele conseguiu me valorizar porque veja que coisa interessante. Eu ia procurar o Sr. Presidente da Comissão para pedir para ser relator. Quando eu vim aqui para pedir para ser relator a minha secretaria disse: "Não. Mas o senhor já é o relator". Então, ele se antecipou ao meu pedido, que eu agradeço. E digo que foi uma honra e uma alegria muito grande em ser o relator de V. Exa.

Peço desculpa pelo atraso. Mas um velho de 70 anos, de 80 anos, um filho de 14 anos a gente... Pelo amor de Deus... Ainda mais eu que perdi um com 10 anos, e esse agora para mim... Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Simon, nós estávamos aguardando e aguardaríamos o tempo todo. Eu só tinha pedido à Senadora Patrícia que ficasse de prontidão, se não chegasse a tempo ela que seria a relatora.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Até me arrependi. Se eu soubesse que era ela. Eu sei e de uma coisa eu tenho certeza, o Embaixador não gostou. O Embaixador estava feliz da vida, quando eu entrei... A troca foi muito negativa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, eu não sei se a gente pode usar a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Romeu Tuma que foi membro desta Comissão, sempre bem vindo, Senador. Também patrício.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A concorrência foi desleal para ele, ele pegar a relatoria. E

ontem eu estive com o Embaixador, conversamos. E ele falou: "Você saiu da Comissão". Eu, realmente, e estou na expectativa de poder voltar, já à vista que o próprio Presidente tem simpatia por isso. Eu desde que ingressei no Senado sempre fui da Comissão de Relações Exteriores. É claro que os partidos têm pedido, os partidos têm que fazer essa rotatividade. E fiquei contente quando o Senador Eduardo Azeredo foi eleito presidente pela dedicação que também tem a esta Comissão.

Mas Embaixador Tarrisse ou Paulo Roberto, como é a simpatia que os seus amigos o tratam dentro do Itamaraty? É Tarrisse? Então, é o nome de guerra é que vale.

Mas eu só queria--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Tuma, eu queria só poder ouvi-lo. Vamos ouvir só o Embaixador e depois nós passamos--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Depois eu queria só um minuto para contar uma história que eu vivi com o Ministro, o Embaixador Flecha de Lima, e, infelizmente, com Michel News(F) que era Embaixador no Líbano e que teve aquele triste acidente. Gostaria de relatar a importância do Líbano para nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está ótimo, Senador. Muito bem.

Vamos só então ouvir o Embaixador Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura para exatamente fazer a sua exposição no tempo estimado de 10 minutos, mas o tempo que V. Exa. necessitar.

SR. PAULO ROBERTO CAMPOS TARRISSE DA FONTOURA: Bom dia. Eu gostaria de começar a minha apresentação cumprimentando o Presidente da Comissão, Senador Eduardo Azeredo. Como eu disse, eu gostaria de agradecer ao Presidente da Comissão Eduardo Azeredo, assim como a meu relator, Pedro Simon e os demais membros da Comissão que aqui estão. Assim como agradecer ao Presidente da República e ao Ministro de Estado, Celso Amorim, por terem submetido o meu nome à consideração do Senado para chefiar a Embaixada do Brasil no Líbano.

Eu pretendo fazer uma apresentação em duas partes, na verdade, complementar a intervenção do Senador Pedro Simon. A primeira parte diz respeito à importância do Líbano para o Brasil, e a segunda seria o papel do Líbano no seu entorno regional.

A importância, portanto, o primeiro bloco, eu acho que a importância do Líbano para o Brasil é justamente, eu diria, o seu impacto na composição da sociedade brasileira. Existe no Brasil mais de 10 milhões de pessoas de origem árabe, desse total 7, 8 milhões são de origem libanesa. Esse número ganha em grandeza quando se sabe que no Líbano há 4 milhões de pessoas. Se contarmos, os palestinos citados pelo Senador e os sírios que lá vivem, são apenas 3 milhões de libaneses contra 8 milhões de libaneses no Brasil. E se levarmos em consideração que a diáspora libanesa mundo a fora é de 14 milhões de pessoas, nós temos mais de 50% a diáspora aqui no nosso território nacional. Isso faz com que não se possa falar do componente, da vertente árabe no Brasil, da sociedade brasileira, do povo brasileiro sem falar do vetor libanês que ocupam todo tipo de atividade profissional, políticos. Temos aqui o Senador Romeu Tuma e o relator Pedro Simon, temos o Senador Tasso Jereissati, diplomatas, tem o Embaixador Bustani, o Embaixador Abdenur. Esportistas: Zagalo; Luís Mattar; Almyr Klink, navegador solitário, escritores, poetas, músicos, Fagner, João Bosco, [ininteligível], escritores, o falecido Antônio Aisse(F), apresentadores: William Bonner da Rede Globo. Isso mostra a vocês como que a sociedade brasileira absorveu ao componente libanês no seu dia-a-dia.

Mas não é só isso, também existe no Líbano uma grande comunidade de cidadãos, por outro lado, brasileiros que voltaram para lá. Nós estamos falando de uma comunidade de 50 a 60 mil pessoas que mantém os seus laços de família profissionais de trabalho com o nosso país. Assim não é à-toa que desde o início do governo do Presidente Lula em 2003, o Brasil recebeu em nível de relação entre governo a governo o Primeiro-Ministro do Líbano, no final de 2003 foi a vez do Presidente Lula ir a Beirute, em 2004 retribuindo a visita tivemos aqui no nosso território o Presidente libanês. Em 2005 ocorreu um episódio inovador graças à iniciativa brasileira da primeira reunião de cúpula entre países árabes e os países sul-americanos. Nós estamos falando de 34 países, 12 da América do Sul e 22 do mundo árabe. Na seqüência desse evento aqui de Brasília, tivemos a visita do Primeiro-Ministro libanês, e o próprio Presidente da República esteve agora com o Presidente Libanês à margem da Assembléia Geral das Nações Unidas em Nova Iorque, e o próprio Ministro, Ministro Celso Amorim esteve quatro vezes no Líbano. A última das quais em agosto de 2006, logo após a sensação de hostilidade entre o Hezbollah e o Israel. Tudo isso faz com que nossas relações com o Líbano sejam cordiais, fluídas, corretas, instituída de entraves, de problemas. Ela, eu diria, transcede até a dimensão geográfica dos dois países, e ela se baseia ancorada um laço de solidariedade fantástico.

O Brasil sempre quando pode faz chegar às autoridades libanesas, sua disposição de colaborar seja para manutenção da paz interna, seja para o seu de-

senvolvimento, sempre à luz das nossas possibilidades e de pedidos específicos de governo libanês.

Na verdade, nossas relações com o Líbano datam até mesmo antes da independência desse país em 1943, em 1920 quando ainda era protetorado francês o Brasil criou em Beirute um consulado, dado justamente com movimentos, fluxos migratórios que já se destinava para o Brasil.

Em 44 o Brasil reconheceu a independência do Líbano, dois anos depois em 46 criou uma alegação, porque dois anos depois, porque foi quando as tropas francesas deixaram definitivamente o Líbano, o Brasil abriu sua alegação. Em 54 então transformando essa alegação em Embaixada. Em 2006, além da Embaixada, criamos um consulado geral, de modo que as pontas de lança do governo no Líbano tem dois lados: a Embaixada e o consulado geral.

O que eu gostaria aqui também de registrar foi a reação brasileiro aos eventos que ocorreram em 2006, foi o conflito a hostilidade no sul do Líbano, mas que chegaram também a Beirute entre o Hezbollah e Israel.

O Brasil participou logo após a sessão de hostilidade de dois movimentos: um bilateral e outro multilateral. Na parte multilateral participamos da Conferência de Doadores de Estocolmo, logo a seguir de Paris, na seqüência de Viena para reconstrução do Líbano. Em nível bilateral o Itamaraty coordenou uma mobilização de grande equipe de técnicos especialistas que visitaram não só Beirute, mas também outros locais, de modo a mapear possibilidade e cooperação técnica, e até hoje nós estamos tirando fruto desse trabalho através de agência ABC no Itamaraty e de outros governos, de outros ministérios.

As nossas relações, eu diria, econômicas, comerciais, elas, necessariamente, precisam refletir a realidade dos dois mercados. Ela foi em 2007 de 241 milhões de dólares os quase 226 milhões foram exportações e 15 milhões de importação. O Brasil terá sempre um superávit estrutural com o Líbano, mas essa nossa participação poderá aumentar. Diante da crise que hoje afeta os países desenvolvidos, os nossos mercados tradicionais não há crise de liquidez no mundo árabe, onde falta dinheiro eles têm condição de compra. O que nós precisamos é elaborar mecanismos ou tentar explorar novas avenidas porque é muito difícil competir com os vizinhos como Síria, Arábia Saudita, Turquia ou mesmo por razões de custo e transporte com a União Européia que está a duas horas de voo de Líbano. O que nós não podemos é desistir. Isso jamais.

Eu não pretendo, estando no Líbano, redescobrir a roda. Como eu disse, nós estamos lá desde 1920, mas, sim, colocar meu grão, colocar, digamos, mil tijolos nessa construção que nós estamos fazendo com o Líbano. E eu vejo quatro avenidas de trabalho imediato, uma: a tentativa de resgatar um acordo de cooperação técnica [soa campainha] que poderá servir de guarda-chuva para ações tanto privada como na área pública. Examinar as possibilidades de reabrir as conexões aéreas que já houve, mas todas elas foram suspensas por falta de demanda, mas resistência e tentativas anteriores, mostra que existe vontade de tornar essa linha lucrativa.

O contato com parlamentares, empresários, diplomatas, com as entidades aqui do governo, de modo a descobrir novos caminhos, novos meios de poder atuar no Líbano. E essas avenidas é aquilo que estão na minha pauta, é aquilo que pretendo fazer.

Minha segunda parte da apresentação que é bem rapidamente, Sr. Presidente, diria respeito, na verdade, à questão da presença dos palestinos no Líbano, seria a questão do Israel no sul do Líbano, seria a questão do relacionamento com a Síria, e seria a questão da presença nas Nações Unidas que lá tem uma força de paz e também a criação do Tribunal Especial do Líbano para julgar justamente os responsáveis pelo atentado contra o Ex-primeiro Ministro Rafik Hariri. E poderei responder a perguntas que forem feitas a esse respeito dependendo do interesse da Comissão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Embaixador.

Nós estamos acompanhando essa recuperação do Líbano para que seja permanente nossa relação. Agora os números realmente impressionam, esse número de libaneses aqui no Brasil e libaneses lá. Nós temos mais aqui do que lá.

Nós passamos então à fase de indagações dos Srs. Senadores. O Senador Romeu Tuma que nos honra com sua presença, ele tinha já começado, depois o Senador João Pedro.

Eu peço só ao Senador Flexa que assuma rapidamente aqui a presidência.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria saudar os Srs. Embaixadores, e, eu, infelizmente, não estou como membro da Comissão, mas gosto de estar aqui, pelo menos, acredito eu que os ensinamentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permita-me, Senador Tuma, V. Exa. é membro nato de todas as Comissões do Senado Federal.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigado. Não, é que é uma alegria para mim estar aqui. Eu, inclusive, conversei com o Embaixador ontem. Já nos conhecemos há muito tempo, sei das qualidades dele, e é uma terra que está no sangue aqui, que a gente sempre pisa no chão descalço para que a terra

se misture com o sangue para gente ter certeza que está dentro do coração alguma coisa que diga respeito àquele país que nós amamos. Porque aqui eu aprendo muito. Eu gosto de vir aqui mesmo, espero voltar e vou voltar para esta Comissão, porque o Itamaraty nos ensina a política externa brasileira e aprendemos até geografia. Porque, às vezes, a gente não sabe nem aonde é localizado um país que alguém venha apresentar, tanta a figuração de divisão geográfica e política que tem acontecido no mundo depois da queda do muro de Berlim, tem país que a gente fica: "Onde é esse negocio aí? É na África, na Ásia, na Europa?" Então você fica meio perdido. Há um interesse. A Secretaria de Educação de São Paulo distribuiu um livro de geografia que tinha dois Paraguais. Não cuidaram nem de revisar. Essas crianças diziam: "Tem dois Paraguais, um no norte e outro no sul. Como é que é esse negócio aí?" Então, aqui a gente aprende muito.

Eu quando estava na presidência da Comissão, Embaixador, eu condensei todos os documentos que o Itamaraty fazem acompanhar a indicação do Embaixador. E condensei esse livro hoje e ele tem utilidade de consulta das escolas, principalmente, quem tem que estudar o Direito Internacional, comércio exterior e tudo isso, provavelmente, eu vou sugerir ao presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Queria uma cópia.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Que o Presidente faça isso, porque tem uma importância vital, porque, normalmente, o Embaixador vem e faz a exposição limitada pelo tempo, mas os dados que estão aqui se cruzam no interesse do Brasil e do país representado. Eu quando fui... O Senador Pedro Simon já, praticamente, relatou o que é que é o Líbano as guerras e tudo aquilo. Ontem nós conversávamos sobre as religiões monoteístas que praticamente todas nasceram lá, e esse conflito tem milhares de anos que, infelizmente, cresce às vezes no interesse econômico de países fora do mundo árabe. E eu vejo, ele fala: "Eu nasci na Rua 25 de março, nasci na vila dentro da 25 de março". E fui a vários casamentos de filhos de árabes com filhos de judeus. A comunidade vive num convívio pacífico enorme. Recentemente teve o aniversário do holocausto e fui convidado, o discurso do representante do presidente da entidade dizia assim: "não vamos importar aquilo que se passa no Oriente Médio. O Brasil não tem o direito de fazer importar essas guerras que estão destruindo algo que podia ser maravilhoso dentro da amizade, e no mundo econômico também. O Líbano era a Suíça do Oriente, e hoje vive nesse período difícil com os palestinos nômades hoje, os palestinos são nômades hoje. No Brasil tem muito palestino. Você pega, às vezes, tem uma diligência policial, Foz do Iguaçu que eu fico preocupado, porque quando estava na Polícia Federal muita denúncia e até hoje tem, que Foz é reduto de guerrilheiro palestino que não é verdade. As famílias refugiaram, abriram um comércio e uma parte desse dinheiro manda para aqueles que não têm como se alimentar. Então, acho que ajuda para proteger a guerrilha lá. Ninguém até hoje provou que isto é real.

Há dois anos o Embaixador americano esteve pessoalmente e não conseguiu nenhuma informação que indicasse que realmente lá era refúgio de guerrilheiros, até não tem, a distância é tão grande que, dificilmente, se pode usar, a não ser alguém que tivesse muito dinheiro para poder fazer essa transferência.

Quando houve a primeira recuperação do Líbano. Eu estava contando para a Embaixadora. Eu estava aqui numa quinta-feira à tarde. E veio representante do Itamaraty e queria um parlamentar para acompanhar a delegação Washington onde ia ter uma discussão de recuperação e reconstrução do Líbano. O Embaixador nosso lá era o Flecha de Lima que, infelizmente, tinha sofrido aquele acidente vascular cerebral, mas estava presente, foi firme, conduziu a delegação, e eu fui, e me propuseram se eu poderia ir, porque eu era o único descendente de árabe que estava presente aqui e era emergencial. Eu fui disposto a pagar para depois ser ressarcido, porque não havia a verba, e, realmente, foi uma discussão muito boa. O Hariri estava como Primeiro-Ministro do Líbano discutindo como os países... Tinham 21 países para saber como eles poderiam colaborar com a reconstrução do Líbano. O Brasil tinha parte mais de prestação de serviços, dinheiro era difícil, mas os países ricos muitos deles puseram esparadrapo na boca, não se manifestaram em nada para ajudar, ou liam, iam pensar, iam estudar. E depois eu fui a Beirute onde o Hariri fez uma exposição de maquete e tudo, nos levou a algumas áreas de reconstrução, inclusive, aquele hotel maravilhoso. Espero que o senhor se hospede lá, ao invés de ir para casa, ficar naquele hotel. E foi uma coisa... Não conhecia o Líbano, como não conhecia Damasco onde tem a origem da minha família de São Tomé, e lá tem Bab-Tuma que é o bairro dos Tumas. Eu fui conhecer ainda mais, porque o pai nasceu em Homes(F) na Síria, e minha mãe é originária, a família dela, porque ela nasceu no Brasil, de Trabus que é no Líbano, e é por isso que ela é da família Trabus. Então, Trabus é considerado como Itu brasileiro. Tudo é maior lá. Tem o rio Bardauni, que eu espero que o senhor vá almoçar num restaurante da beira do rio Bardauni e verifique que o senhor não enxerga a outra margem, apesar de pular com um pé só. Mas é um lugar maravilhoso, Trabus. E fui às ruínas de Balbeque. O que é que aconteceu, Senador? O senhor

disse que estranhou quanta gente do Líbano aqui vive, porque a comunidade libanesa, Síria, Palestina hoje é muito maior do que no Oriente. Então eu tinha o guia das ruínas de Balbeque, ele ficava olhando para mim, eu fiquei até meio encabulado, porque ele não tirava o olho, ia explicando e ficava olhando. Aí ele falou: "Doutor, o senhor é o Dr. Tuma?" Eu falei: "Sou". Largou todo mundo e ficou comigo, ele morou 20 anos no Paraná. E como eu aparecia muito na televisão ele então quis conversar comigo sobre o Brasil e tal.

Então, essa vinculação, essa presença maciça de orientais e de israelenses tudo, tem uma convivência muito pacífica e muito importante. Quando surgiram aqueles skinreads que atacavam algumas unidades judaicas aqui, eu fui, praticamente, o único que fui chamado para poder identificar e prender esses skinheads. E quando houve o caso do Menguer(F), o governo americano mandou o vice-primeiro-ministro de estado para dizer que o Brasil não poderia investigar o aparecimento do corpo do Menguer(F). Ia-se identificar ou não. E quando deram para mim disse: "É filho de árabe, como é que ele vai apurar? De jeito nenhum". A colônia israelense inteira se colocou ao meu lado, disse que não abria mão, e a Fundação Vizental(F) também apoiou e mandou três médicos que eu convidei que acompanhasse. Então, eu fui prestigiado pela colônia israelense naquele tempo, presidi todo o procedimento de investigação, e uma comitiva de empresários judaicos queriam me levar para Israel, porque o policial de Israel ficou comigo o tempo inteiro para ajudar algumas identificações, algumas escritas que tinha. Que o Menguer naquele tempo começou a filosofar, Embaixador. Ele escrevia sobre algumas coisas espirituais, que estava escrito em alemão, e o pessoal tinha que ler lá. Eu só acho hoje tão estranho que esta no processo no Supremo e ninguém procurou saber o que é que estava escrevendo. Eu recebi uma reprodução em bronze da fisionomia dele reconstruída por uma técnica alemã até hoje não consegui dar para ninguém, ninguém quer. A minha mulher falou: "Tira isso aí daqui que ninguém quer". Então, é claro que não tem nada, é que a gente vai lembrando, a cabeça da gente é como um filme, quando a gente começa a falar de alguma coisa, vão surgindo outros fatos.

Mas eu acho que esse papel do Brasil dentro do que vem acontecendo naquela região é importante. O ministro de Relações Exteriores nosso já esteve lá para participar de uma discussão mais aberta, para buscar paz, o Presidente Lula já se manifestou mais de uma vez nesse sentido. E eu vi até no currículo do senhor que tem se discutido nesta Comissão o problema dos refugiados que o senhor em 1988, não sei se escreveu alguma coisa, foi escrito a Editora Paz. Gostaria, se fosse possível, de receber uma cópia, me indicar onde eu poderia adquirir, porque é um tema que nós temos discutido aqui, principalmente, do italiano e de outros fatos que aconteceram com os cubanos, e esta Comissão tem tentando discutir.

Outra coisa é o problema do direito do mar na Assembléia-Geral das Nações Unidas. Toda vez que eu vou à ONU eu procuro saber a evolução da pesca que tem uma comissão especial, tem uma diplomata lá que ela é praticamente interessada nessa parte, estava para sair uma edição a respeito de uma resolução da ONU com respeito às dimensões à prática de pesca irregular, e o senhor também participou daquela mais importante convenção sobre os oceanos e direitos no mar. Eu comprei um livro na ONU, mas não sei se ele preenche todas as partes que foram discutidas que eu sei que foi importante, e, se não me engano, foi em Lisboa e o senhor participou dela.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Dessa aí.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, porque diz aqui... Ah, não, aqui é assembléia dos estados partes da convenção sobre oceano. Não foi a mundial que defendeu o país. Mas deve ter uma ligação muito forte.

Desejo paz e sorte para o senhor lá. Eu acho que o Brasil tem muito a colaborar para que a paz retorne, e se procure resolver o problema dos palestinos, que é uma situação muito triste ficarem confinados, às vezes, em lugares sem poder se mexer, sem assistência, proibir até a chegada de alimentos. Uma coisa terrível. Eu acho que o senhor preenche todos os pré-requisitos para que isso possa ajudar a ser resolvido. Muito obrigado, Presidente, e desculpe. E cumprimento os outros dois que, infelizmente, não ouvi a exposição. Mas cumprimento e desejo sorte também.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito obrigado, Senador Romeu Tuma. Seja sempre bem vindo aqui na nossa Comissão.

Com a palavra o Senador João Pedro que representou o Amazonas aqui conosco no Senado.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Bom dia todos e a todas.

Primeiro eu quero dizer da importância da presença do Brasil nestas regiões do mundo, a presença do Itamaraty, a presença das nossas políticas. Independente de tamanho, nós acabamos de ler e conhecer os Índices de Desenvolvimento Humano aqui na América Central, aqui no Caribe, de dois pequenos países. Mas tem um ditado popular que diz que se tamanho fosse vantagem o elefante seria o dono do circo. E eu considero muito importante porque nós não temos que olhar o país em si, mas nas regiões, mas que a presença do Brasil no Caribe é uma região estratégica. Nós não

podemos desconhecer da disputa política nas Américas, nas regiões. A presença do Brasil é estratégica aqui no Caribe. Então, considero muito importante, e também eu não tenho uma visão apenas comercial, acho que a relação cultural, científica com os países, com os povos é de fundamental importância para nós. Acho que isso engrandece não só o Itamaraty, mas a presença do nosso País e a forma da relação, uma relação contemporânea, uma relação democrática, uma relação respeitando soberanias, mas trocando dividindo, construindo, principalmente, não só o presente, mas construindo o futuro das relações dos países, dos povos. Então, a minha opinião é de que o Brasil deve se expandir para tratar dos interesses não só nacionais, mas dos interesses mundiais do ponto de vista de nós olharmos as relações humanas, principalmente. A minha expectativa agora no G20 não é só de nós criarmos novos paradigmas para resolver a crise econômica, a crise financeira; mas de nós melhorarmos a relação humana dos povos. Nós precisamos disso, quebrar barreiras. Então essa é uma primeira questão.

A segunda, a presença do Embaixador Paulo no Líbano, é uma outra região estratégica, atual. O Líbano acabou de ser reconstruído e já foi destruído, uma capital, uma cidade que guarda culturas, saberes milenares. É um desafio a presença do Brasil ali, porque não se trata só do Líbano, mas se trata de toda a região dos grupos políticos, e está ali entre Síria e Israel. Agora mesmo esse último conflito de janeiro na Faixa de Gaza, isso tem um reflexo em toda a região, não é só na região, no mundo, por conta da forma.

E quero dizer, Embaixador, desejar uma missão exitosa, e leve na bagagem a presença, essa relação do libanês, do povo árabe com a nossa região na Amazônia. Belém e aí quem fala de Belém com conhecimento e profundidade é o Senador Flexa, mas eu sei porque já estudei a presença do povo árabe na Amazônia. Mas, fundamentalmente, do libanês, já lá no ciclo da borracha eles estavam ali fazendo, navegando e fazendo a comercialização. Manaus, a capital do meu Estado tem uma presença do povo árabe muito forte, mas a presença no comércio de Manaus dos libaneses até hoje é muito marcante. Então, nós temos uma relação cultural, nós temos uma relação afetiva da Amazônia, do povo brasileiro com o povo libanês, e que a missão do Brasil, a missão que V. Exa. tem é de estreitar ainda mais, mas de construir políticas fortes, profundas do Brasil com o Líbano. Eu penso que o Brasil, quero registrar aqui e alguém, V. Exa., registrou o evento de quatro anos atrás do Brasil com os países árabes aqui em Brasília, se nós precisamos dar continuidade naquelas resoluções no sentido de melhorarmos não só a questão comercial, econômica; mas a relação cultural com o povo árabe que merece, do ponto de vista do Brasil, nós estreitarmos, aprofundarmos e construirmos políticas que possam orgulhar esses povos e essas nações. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador João Pedro.

Antes de passar ao Senador Flexa Ribeiro, eu quero só informar aos Srs. Senadores que as duas audiências públicas que estão previstas para discutir a questão da Venezuela no MERCOSUL já foram até marcadas. Nós temos no dia 16 a reunião com os embaixadores Rubens Barbosa, Sérgio Amaral e Paulo Tarso Flecha de Lima, e no dia então teremos a presença do Ministro Celso Amorim e do Governador de Roraima José Anchieta.

Ainda com relação à semana que vem, a nossa reunião semanal vai cair na quinta-feira santa, então nós vamos antecipar, não definimos ainda se será quarta ou terça-feira e aí nós teremos ainda mais dois embaixadores com os três embaixadores de hoje estão completando nove embaixadores, houve um acúmulo por força exatamente do início de ano, e aí teremos mais dois a semana que vem, e depois a ideia que eu tenho, é que nós possamos fazer sempre sabatinas com um ou dois embaixadores no limite máximo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, pela ordem. Como sugestão V. Exa. vai decidir, mas eu gostaria que fosse na terça-–

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu quero ouvir.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: --Na terça-feira e não quarta a reunião, que a gente antecipasse para terça-feira, eu acho que aí tem um quorum privilegiado, qualificado para fazer esse debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só esperando se é possível vir os embaixadores nesse dia. Já é? A Embaixadora Gladys diz que já é. Então tal ok. Então vamos optar por terça-feira, porque estava dependendo se os embaixadores poderiam vir, porque alguns deles têm que vir de longe para poder participar dessa reunião. Então faremos uma reunião na terça-feira.

Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Terça-feira próxima com os embaixadores?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim. É uma reunião nossa de quinta-feira será antecipada para terça em virtude da quinta-feira da semana santa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas V. Exa. fez referência às Audiências Públicas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): As audiências públicas serão no dia 16 e dia 30 de abril.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas no dia 16 virão os Embaixadores?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Os embaixadores.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E no dia 30 o Chanceler e o Governador de Roraima?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): E ainda está convidado também o Embaixador do Brasil na Venezuela, o Governador Simões que acompanhará o Ministro Celso Amorim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu queria propor que pudesse fazer uma alteração nos convidados, porque nós vamos ter painéis e audiências em que vamos ter uma posição sem ter contraponto. Essa reunião do dia 30, o Chanceler, Celso Amorim, o Governador de Roraima e o Embaixador do Brasil na Venezuela, os três têm o mesmo ponto de vista, não haverá então a possibilidade de termos um debate que possa esclarecer e possa dar aos Senadores subsídios para que possamos votar a inclusão ou não da Venezuela no MERCOSUL. Então, eu proporia, Presidente Eduardo Azeredo, que nós pudéssemos mesclar as duas audiências de tal forma que tivéssemos convidados que fossem a favor e convidados que tivessem posição contrária para que fosse mais proveitosa a audiência. Essa é a sugestão que eu faria a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu vou levar, Senador Flexa, vou levar a sugestão ao Senador Tasso Jereissati que é o relator e autor do requerimento. Evidente, que o contraditório pode ser feito conosco, com os próprios Senadores.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, mas é importante que haja entre os convidados também.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Diplomaticamente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Diplomaticamente. É como deve ocorrer e como ocorre as audiências aqui na Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu vou levar o Senador Tasso Jereissati para verificar e temos que compatibilizar as agendas também.

Mas tudo bem. Com a palavra, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu vou ser bem breve. Quero apenas parabenizar os nossos três Embaixadores, o Embaixador Paulo Roberto Fontoura que vai nos representar na República Libanesa, o Embaixador Paulo Wangner de Miranda em Granada e o Embaixador Appio Claudio Filho em Bermudas. Desejar a V. Sas. que tenham êxito na missão de representar o nosso País nessas nações amigas.

E estive ontem conversando com o Embaixador Paulo Roberto Fontoura, o Embaixador Paulo Roberto que vai nos representar no Líbano. Como disse o Senador João Pedro, o Brasil, São Paulo tem mais libaneses, descendentes de libaneses do que no Líbano, o Líbano tem 4 milhões de habitantes, no Brasil existem 8 milhões de descendentes, só em São Paulo tem 4 milhões. Eu não tenho número da colônia libanesa no Pará, mas, com certeza absoluta, ela é representativa não só na quantidade, como na qualidade.

O Senador Romeu Tuma quando chega a Belém, ele é recebido pelos patrícios, como se diz lá. Então, tem lá o primo...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Fizeram um jantar com 70 pessoas de nome Tuma, [ininteligível] da Associação Comercial.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O querido amigo nosso, empresário foi Presidente da Associação Comercial do Pará, Oswaldo Tuma que é primo aqui do Senador Tuma. Ele é um dos expoentes da colônia e vários outros. O próprio ex-governador Almir Gabriel de família, descendente de família libanesa. Domingo almoçava com ele em Bertioga em São Paulo, e ele fazia referência, Embaixador, da recepção que ele teve quando Governador visitando o Líbano, e até hoje ele guarda essa recepção. E me disse ele que ele não pretende voltar ao Líbano, apesar de ter vontade, porque ele acha que não vai ter mais aquela recepção que teve, e que isso que o fez guardar até hoje essa lembrança. Mas, com certeza, ele irá, ele irá, porque como disse o Senador Tuma as raízes são muito fortes, e os libaneses, os árabes nos ajudam bastante.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador, fala com ele que sem as amarras do poder ele vai poder andar com mais dignidade pelas ruas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É verdade. E eles nos ajudam muito a desenvolver o nosso País, principalmente, a Amazônia. A parte de negócios que corre no sangue do árabe, do libanês, fez que se criasse aqueles regatões na Amazônia e que o próprio Adib Jatene, o caloni(F) todo nasceram em Xapuri no Acre e depois vieram alguns para Belém... Jarbas Passarinho vieram para Belém e depois para São Paulo fazer carreira exitosa, como é o caso do médico Adib Jatene. Então desejo a todos, sucesso.

E gostaria só de ter uma opinião de V. Sa. Nós todos tomamos conhecimento que o Brasil criou, a imprensa tem noticiado umas 30 novas Embaixadas aqui na área do Caribe, como disse o Senador João

Pedro, algumas com população da ordem de 30, 40 mil habitantes.

Eu gostaria de ter de V. Sas. a opinião se essa instalação de novas Embaixadas nesses países que ainda não alcançaram uma posição em nível de comércio internacional, qual seria o objetivo do Brasil para que pudesse ser feito, já agora, a instalação dessas novas Embaixadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então, Embaixador Paulo Wangner de Miranda que indicado para Granada, e é uma nova Embaixada, a de Granada será aberta.

SR. PAULO WANGNER DE MIRANDA: Granada é um país de 344 km2, a metade de Singapura, exata. Onde eu tive a oportunidade de servir. Naturalmente, que são ilhas com vocações distintas e com histórias distintas.

Mas no caso de Granada, especificamente, nós temos a perspectiva, ou seja, já ser uma Embaixada. Em Granada nós temos um comércio exterior com Granada que importa, as importações são de 6 milhões e 800 mil dólares anualmente, isso sem a ação de uma Embaixada residente. O país, portanto, com seus 110 mil habitantes tem um poder de consumo, uma renda per capta semelhante a do Brasil, tem perspectivas grandes de abertura de frentes de comércio em várias áreas, e também num assunto em que o Brasil tem uma atuação já crescente a uma demanda também bastante grande que é na cooperação técnica. O Brasil tem condições de presença de fornecer nas áreas da saúde, nas áreas da agricultura. Eu me recordo agora, eu gostaria de mencionar aqui que lendo justamente no jornal do Senado era a edição de janeiro ou fevereiro deste ano a referência a uma missão parlamentar no Caribe, e foram visitados cinco países, num deles o Panamá, por exemplo, o próprio presidente panamenho Omar Torihos pediu encarecidamente a abertura de uma representação da Embrapa, o que demonstra o quanto é fecunda, o quanto é importante a atuação nossa no sentido de dar um empoderamento, de participar nessas ações estruturantes de apoio ao desenvolvimento local, porque o Brasil tem instituições de excelência e, independentemente, do tamanho das populações eu acho que a minha percepção é que o Brasil pode, efetivamente, fazer a diferença.

No caso de Granada já há uma série de solicitações do governo granadense no tocante à saúde. Nós temos programas desenvolvidos pelo Ministério da Saúde que são compartilhados com quase 50 nações no mundo, várias delas na África, outras já no próprio Caribe, sobre até cuidados básicos, elementares à saúde. E isso eu acho que é um custo bastante pequeno no sentido de investimento para projetar a imagem benfazeja, a imagem construtiva do Brasil nessas pequenas nações.

Granada tem também indícios de petróleo, de descoberta de petróleo e gás natural. É uma oportunidade que nós temos de participação de envolvimento também nessa... Os países vizinhos que são Trinidad e Tobago onde o senhor vê aí, Portos Pain(F), Bridgetown. Perdão pela interrupção, mas tanto Barbados quanto Trinidad e Tobago e a Venezuela tem bacias petrolíferas e gasíferas de grande produtividade, grande produção. Então, Granada está configurada nessa mesma bacia

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone],

SR. PAULO WANGNER DE MIRANDA: É a comunidade britânica das nações. Fazem parte.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Primeiros-Ministros.

SR. PAULO WANGNER DE MIRANDA: São Primeiros-Ministros. O sistema é semelhante ao sistema britânico, são democracias parlamentares.

Mas aí, portanto, há na área da piscicultura, da aquicultura nós temos uma Secretaria de Pesca que tem desenvolvido técnicas no Brasil de abastecimento nessas áreas de desenvolvimento dessas culturas, e que poderia perfeitamente ser compartilhada também com essas ilhas, no caso especificamente Granada.

Eu creio que talvez o Embaixador Appio que, além, de ter a experiência de já ter chefiado uma Embaixada, mas ele agora está indo também para uma dessas ilhas, e, talvez ele se sentiria à vontade para falar alguma coisa nesse sentido. Muito obrigado, Sr. Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Embaixador Appio, por favor.

SR. APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO: Tentarei ser bastante breve.

Gostaria só de juntar aos argumentos do meu colega Paulo Wangner o fato de esses países muito esperarem do Brasil. Isso há uma expectativa em torno ao que o Brasil não só já representa, como pode ainda representar de apoio a essas pequenas ilhas do Caribe, como o senhor exemplificou. O Brasil pode por à disposição dessas ilhas uma série de tecnologias desenvolvidas propriamente aqui, que serão, sem dúvida nenhuma, de muito valor para essas ilhas. Muito obrigado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O que eu noto na ONU é que todos eles--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: São nações soberanas todas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO: Queria só, respondendo ao senhor...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É a visão dentro do Ministério da Agricultura saber se o Brasil quer o voto para ir para o conselho.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Acho que essa é... A política na diplomacia. Agora o Brasil já--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, mas eu acho que quanto mais--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --Teria que ter o assento já na ONU por merecimento.

SR. APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO: Esses países representam 44% dos votos da Organização dos Estados Americanos, e 7% de todos os votos da Assembléia Geral das Nações Unidas. Então, isso traz uma importância para nós bem vinda.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O crescimento econômico também-–

SR. APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO: Sem dúvida.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --Só arrumar clientela, Está na mão de meia dúzia e depois o senhor ter uma crise dessa e não ter mais comprador. Também, além, de política a parte econômica talvez seja bastante interessada do Itamaraty que tem feito um levantamento geral de onde deve criar as Embaixadas.

SR. APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO: Perfeito.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O nosso Chanceler aqui do Senado, o Senador Eduardo Azeredo, defende o Brasil como participando do Conselho Permanente da ONU com direito a vetos e todos nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, claro, claro. Eu estou defendendo. Claro que sim.

Nós vamos ter que passar para a parte secreta. Mas antes ainda eu quero colocar extrapauta o Requerimento nº 1.574, de 2008 de louvor aqui do Senador Arthur Virgílio, e que eu sou o relator, é um voto de louvor ao Professor Antonio Augusto Cançado Trindade, juiz da Corte internacional de Justiça em Haia pelo lançamento recente do livro "Evolution du Droit International des Gens". Na verdade, é um voto apresentado pelo Senador Arthur Virgílio e que o Professor Antonio Augusto Cansado Trindade é um jurista de renome internacional. Coincidentemente ele lá do meu Estado de Minas Gerais, voto de louvar. Coincidentemente ele é lá do meu Estado de Minas Gerais e ele é editor de mais de 30 livros na área jurídica, especialmente, direitos humanos. Sou militante, vou receber mais de 30 homenagens de títulos entre os quais o Prêmio Yorke da Universidade de Cambridge, o título de comendador da ordem do Rio Branco e a Grã Cruz da ordem do mérito do Ministério de Relações Exteriores do Peru.

Seu notório reconhecimento acadêmico pode ser medido pelos seis títulos e Doutor Honoris Causa e, dentro dos quais, concedido pela Universidade Central do Chile.

No dia 6 de novembro deste ano o Professor Antônio Augusto Cansado Trindade foi eleito para a Corte Internacional de Justiça em Haia para um mandado de nove anos a partir de 2009. Ele recebeu apoio de 163 membros da Assembléia Geral das Nações Unidas e de 14 membros do Conselho de Segurança da ONU o que representou a maior votação da história das eleições para a Corte.

O nosso secretário me alerta que eu deveria passar a presidência antes de fazer a leitura do relatório. Agora já estou terminando.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ficou para presidente.

{Troca de Presidência}

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Senador Tuma tinha até uma sugestão dizendo assim...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É que nós já fomos indiscretos em algumas perguntas. Não há razão para secreta. A não ser que os Embaixadores tenham algo a relatar à Comissão de reservada ou secreta. Senão, eu acho que o senhor nem precisa fazer porque já perguntou.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas é uma questão constitucional mesmo. Se nós não tivermos nem que seja por um minuto, isso pode levar a uma anulação, e aí nós teríamos que chamar os três outra vez aqui.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, aí nós vamos ter que ser os árabes, beijar um por um para dizer que é irmão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas então o voto de louvor, o voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Coloco em votação. Aprovado.

{Troca de Presidência}

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então, vou pedir agora, de acordo com o disposto no art. 52 da Constituição Federal culminado com o § único do art. 3/83 do Regimento Interno, a reunião será transformada em secreta. Peço aos Embaixadores que permaneçam, a Embaixadora Gladys também, a fim de que os Embaixadores sejam

argüidos pela Comissão, se houver algum assunto que assim o justifique.

E quero também designar o Senador João Pedro para atuar como secretário da mesa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu fui o relator de duas vezes a renovação da presença com o Exército brasileiro.

[Sessão secreta às 12h27].

[Sessão reaberta ao público às 12h34].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A reunião está reaberta. Eu comunico a aprovação dos Embaixadores Paulo Roberto Campos Tarrise da Fontoura para a República Libanesa, com 16 votos a favor. Paulo Wangner de Miranda de Granada, também com unanimidade. E o Embaixador Appio Claudio Muniz Acquarone Filho para Barbados por unanimidade.

Então, estão aprovados os três Embaixadores. Eu indago se os Sedores querem ainda usar a palavra os Sr. Embaixadores.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com honra. Foram aprovados com honra.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Todos eles aprovados com honra, de maneira que--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu só gostei da citação do Haiti, porque eu fui o relator por duas vezes da renovação da importância das tropas brasileiras presentes no Haiti.

Eu sou muito amigo do General Heleno que agora saiu da Amazônia, e até agora não sei porque é que o afastaram, e eu trabalhei muito com ele, a época que ele colaborava com o Presidente Fernando Collor, tinha uma logística muito clara de distribuição de alimentos que caía no perdimento porque os pequenos produtores não tinham como resgatar dívida, então entregava o alimento. E ele fazia a distribuição nos lugares mais pobres do País. Então, ele tinha uma logística. Ele era major, chegou a general e foi para o Haiti e fez um bom trabalho lá de presença... Porque o Exército brasileiro tinha presença de polícia lá, e era para manter a ordem e acabar com os bandos e quadrilhas que foram surgindo ao longo do tempo depois da recomposição democrática. Então, não dá para o Brasil sair quando recebe uma missão dessa por qualquer razão. Eu acho que é uma presença importante com programas que têm em Angola, no Haiti; onde quer que seja, porque o Brasil tem hoje uma experiência importantíssima do IBAMA, Embrapa, tudo isso que tem que ficar à disposição dos países que têm condições menores que a nossa para o seu desenvolvimento.

Então, eu acho que... Não sei se o senhor ia falar bem ou não da presença brasileira no Haiti, mas eu acho que a gente não deve nunca negar essa possibilidade de atendimento internacional quando o Brasil é chamado a isto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Tuma, eu quero até dar o depoimento aqui. Semana passada eu assisti uma palestra do Ex-presidente Bill Clinton, e ele, realmente, tinha acabado da chegar do Haiti, e ele fez questão, na palestra, de registrar a importância do trabalho brasileiro, cumprimentando o Presidente Lula, cumprimentando o general pelo trabalho que está sendo feito lá em nome dos brasileiros.

De forma que altero aqui ainda só nessas últimas palavras, ante de encerrar a reunião, de agradecer a presença de todos os Senadores que aqui estiveram hoje, Senadores e Senadoras, agradecer aos Embaixadores que estão, portanto, aprovados como nossos embaixadores. O Embaixador Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura para a República Libanesa, o Embaixador Paulo Wangner de Miranda para Granada e o Embaixador Appio Claudio Muniz Acquarone Filho para Barbados.

Muito obrigado e está encerrada a reunião.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador, só uma coisa bem caricata, se assim pode se falar. Quando os árabes fugiram do domínio otomano meu pai veio com dez anos de idade, então era todo mundo turco, hoje pergunto por que turco, turco? Porque eles vinham com passaporte turco, porque a Turquia comandava na região e dava o passaporte turco, hoje foram corrigidos, mas é turco, porque o passaporte que era registrado a sua entrada era turco. Tem muita gente que fala: "É turco". Não é turco, turco porque o documento era da Turquia.

Sessão encerrada às 12h38.

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 1ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 4 DE MARÇO DE 2009.

Às onze horas e cinquenta e um minutos do dia quatro de março de dois mil e nove, na Sala 7, da Ala Alexandre Costa, sob a Presidência, eventual, do Senador **ROMEU TUMA**, reúne-se a Comissão de

Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores(as): **AUGUSTO BOTELHO, LEOMAR QUINTANILHA, NEUTO DE CONTO, GERSON CAMATA, GILBERTO GOELLNER, RAIMUNDO COLOMBO, KÁTIA ABREU, JAYME CAMPOS, MARISA SERRANO, OSMAR DIAS, VALTER PEREIRA, PAULO PAIM, FÁTIMA CLEIDE, ROMERO JUCÁ, HERÁCLITO FORTES, E FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as): Delcídio Amaral, João Pedro, Magno Malta, Lúcia Vânia e Mário Couto. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. O Senhor Presidente eventual, Senador Romeu Tuma, informa que a presente reunião destina-se à instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da CRA, para o biênio 2009/2010. Distribuídas as cédulas e procedida a votação, o Senhor Presidente convida os Senhores Senadores Leomar Quintanilha e Flexa Ribeiro para servirem como escrutinadores. Após a apuração dos votos foram eleitos, por unanimidade, os Senadores **Valter Pereira** e **Gilberto Goellner** para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da CRA, respectivamente. Fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre o assunto, os seguintes Senadores(as): Valter Pereira, Flexa Ribeiro, Leomar Quintanlilha, Neuto de Conto e Gilberto Goellner. O Senador Valter Pereira faz uso da palavra e agradece a honra com que foi distinguido pelos seus pares para presidir tão importante Colegiado, expondo a importância dos trabalhos da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Romeu Tuma,** Presidente, Eventual, da CRA.

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 04 DE MARÇO DE 2009, ÀS 11 HORAS E 51 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à instalação e à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2009/2010, nos termos do art. 88 do Regimento Interno.

Há uma chapa registrada: para Presidente, Senador Valter Pereira; para Vice-Presidente, Senador Gilberto Goellner.

Vamos dar início, então, à eleição para confirmação ou não da chapa apresentada. Em votação. A votação aberta, convido os senhores senadores a apanhar a cédula na Mesa.

Pode votar. Eu queria que viesse alguém aqui para anotar os eleitores, os votantes. Mas fica aqui perto, por favor. Senador Leomar. Qual é o número que... Qual é o mínimo?

[interrupção no áudio].

Esclareço aos senhores senadores e senadoras que a eleição se dará em escrutínio secreto, que foi feito de acordo com o art. 60, do Regimento Interno do Senado Federal.

Tendo alcançado o número regimental e ultrapassado, solicito ao Senador Leomar Quintanilha e ao Senador Flexa, que sejam os escrutinadores e dando por encerrada a votação.

Pergunto se falta alguém que queira ainda assinar a folha e fazer a votação?

[interrupção no áudio].

De forma que, antes de passar a Presidência ao Senador Valter Pereira, o qual declaro eleito por unanimidade nesta Comissão, queria desejar sorte e felicidade, porque competência eu não vou desejar, porque ele já tem de sobra, até demonstrado em todos os trabalhos que tem desenvolvido nas comissões a que pertence.

Senador Valter Pereira chegou a substituir um grande e saudoso amigo nesta Casa, que nos traz uma saudade imensa e soube corresponder à expectativa daquele que o escolheu para ser seu suplente.

Então, Senador Valter, a admiração que eu tinha pelo titular, não deixei de ter por V.Exa. por ter correspondido à expectativa e o trabalho que ele desenvolveu nessa Casa, e V.Exa. soube dar continuidade. Que Deus o abençoe e lhe dê saúde e felicidade.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Ao assumir a Presidência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, quero inicialmente agradecer a todos aqueles que contribuíram para a minha eleição, especialmente o eminente Senador Romeu Tuma, que concluiu a Presidência desta Sessão com viva emoção, ao lembrar de um dos mais valorosos parlamentares que passaram pelo Senado e que privaram de uma amizade sincera e leal com o Senador Romeu Tuma e comigo.

O Senador Ramez Tebet foi um parlamentar exemplar, um amigo sincero e um político escorreito. Portanto, a homenagem... Aliás, a emoção, que foi, neste momento, exteriorizada pelo Senador Romeu Tuma, nós transformamos em homenagem à memória daquele que propiciou, aos seus representados lá de

Mato Grosso do Sul e ao Senado Federal, um orgulho inquestionável.

Agradeço aqui o meu antecessor, Senador Neuto de Conto, pelo trabalho, pela competência com que se houve no exercício do comando deste órgão técnico do Senado Federal.

Acredito que esta última gestão foi assinalada de resultados promissores para a agricultura. E o meu grande desafio é estar à altura daqueles que compõem esta Casa e, especialmente, esta Comissão, e farei tudo para conseguir alcançar esse objetivo.

Meus agradecimentos a todos os Srs. Senadores e o meu... E a minha convocação para que, neste momento de crise, nós possamos dar à agricultura a resposta que o segmento merece, afinal de contas, nesse momento de crise, nós temos que considerar que todos os segmentos serão afetados, mas as pessoas no Brasil e fora do nosso país, vão continuar se alimentando, vão continuar comendo, e os produtores que conseguirem colocar na produção as condições ideais para a venda, colherão os resultados.

E a agricultura brasileira enfrenta algumas dificuldades que são palpáveis, visíveis, e exigem enfrentamento. Por exemplo: o custo de produção precisa ser reduzido, a fim de tornar o nosso produto mais competitivo. E esse é um dos desafios. É um dos desafios que nós vamos ter que enfrentar. O endividamento do setor é outro desafio. A modernização também vai estar na nossa frente para ser debatida.

Portanto, o que nós teremos que fazer é estar conscientes de todas essas dificuldades, arregaçar as mangas e ir ao trabalho.

Neste momento, eu passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro e, em seguida, ao Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Valter Pereira, senhores senadores. Quero registrar aqui a satisfação pela eleição de V.Exa. para presidir esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, das mais importantes do Senado Federal.

V.Exa., indicado pelo seu partido, e como não poderia deixar, teve a unanimidade dos votos para que assumisse a Presidência e tendo ao seu lado o Senador Gilberto Goellner como Vice-Presidente.

V.Exa. já fez na abertura dos trabalhos uma exposição do enfrentamento que V.Exa. terá num momento de crise, que é uma crise globalizada, e que lamentavelmente o Brasil vai ter que pagar um preço em função das dificuldades momentâneas da economia do planeta.

E V.Exa. representa aqui o Estado de Mato Grosso do Sul, e o Senador Gilberto Goellner representa o Estado de Mato Grosso. Dois Estados do Centro-Oeste brasileiro, um deles da Amazônia legal, e que são, sem sombra de dúvida, os celeiros, os produtores, as locomotivas do agronegócio brasileiro.

Então, V.Exa. tem toda autoridade, junto com o Senador Gilberto Goellner, de presidir e encaminhar as soluções para esse importante segmento da economia do nosso país, que é a agricultura, a agricultura familiar, a agricultura do agronegócio, da agroindústria, e que segurou esse país ao longo de vários anos, vários anos dando superávit na balança comercial, e que enfrenta, como V.Exa. colocou, dificuldades enormes. Dificuldades cambiais, dificuldades de mercado, dificuldades ambientais para que possam manter, dificuldades logísticas.

Porque a competência do brasileiro na produção é inconteste. Nós temos capacidade de competir, a nível internacional, até a porta da fábrica ou até a porteira da fazenda. A partir daí não cabe ao produtor, não cabe ao industrial ter uma ação direta na competitividade que tem que ter, não no piso da fábrica ou na fazenda, mas sim no consumo, lá na ponta.

E a partir daí depende de uma ação de Governo, de uma política de Governo para que instrumentalize o país com as necessidades de logística, de transporte, de energia, para que possa ter essa competitividade. Ainda ontem, e V.Exa. é de um Estado também abençoado pela possibilidade de ter vias navegáveis, ontem eu fiz um pronunciamento sobre... Deus queira que dê certo, uma proposta do Diretor-Geral do DNIT, de se fazer um PAC das hidrovias.

Eu, quando falo em PAC, já fico meio preocupado, porque espero que este não seja um palanque, mas seja realmente uma proposta de desenvolvimento para o nosso país. Mas as hidrovias, e para o agronegócio elas são importantes, não só para o agronegócio mas para o país como um todo, serão sem sombra de dúvida a solução para que a gente possa ter essa competitividade que hoje ela é retirada quando tem que tirar a soja de Mato Grosso para caminhar no sentido oposto--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. tem razão. Deixa eu fazer uma pequena intervenção.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A logística tem tudo a ver com o custo Brasil. O custo Brasil hoje é extremamente pressionado pelos defeitos, pela precariedade da logística de transporte. Então, V.Exa. tem razão.

Eu assisti o discurso de V.Exa. e acho que tocou na ferida. E o mais importante: V.Exa. reconheceu que se o Governo efetivamente agir nessa direção, estará

recebendo aqui os aplausos e a contribuição de todos os partidos, inclusive o partido de V.Exa., que é da oposição.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sem sombra de dúvida. Eu serei, como fui ontem, o primeiro a me colocar em apoio a um programa que seja, um programa verdadeiro, de implantação do sistema hidroviário no nosso país.

E quero dizer à V.Exa. que a Comissão, como eu já me referi anteriormente, está em boas mãos, peço a Deus que o abençoe nessa sua gestão junto com o Senador Gilberto Goellner, e como foi lembrado aqui, V.Exa. substitui com galhardia, de forma honrada e competente o saudoso Senador Ramez Tebet. E o Senador Gilberto Goellner também substitui com galhardia, com competência, com honradez o saudoso Senador Jonas Pinheiro. Eram dois Senadores voltados também representando Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, voltados à agricultura como um dos caminhos para que possamos sair o mais rapidamente dessa crise.

Parabéns a V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado pelas palavras generosas de V.Exª, e que recebo com os devidos descontos creditados em razão da nossa amizade.

Quero dizer que tive dois incentivos para assumir esse comando aqui. O primeiro deles do Senador Neuto de Conto, que em momento de muita lucidez apontou para mim todos os grandes... Todas as grandes virtudes que esta Comissão tem, e a contribuição que ela pode dar ao país. E o outro grande incentivo veio daquele que já estava praticamente colhido como vice dessa Comissão, o Senador Gilberto.

O Senador Gilberto teve a delicadeza de procurar-me, em meu gabinete, para incentivar-me a entrar nessa disputa. Então, tenho a convicção de que com esses sinais que foram dados pelo Senador Gilberto, ele será um grande parceiro nesses desafios que nós teremos que enfrentar daqui pra frente.

Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente, nobre colega Senador Valter Pereira, V.Exa. acaba de assumir a Presidência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado. Uma das mais importantes comissões da Casa, acompanhado do ilustre Senador Gilberto Goellner, que assume a Vice-Presidência.

V.Exa. sucede o eminente Senador Neuto de Conto, que deu uma vida nova, que deu um ritmo, que proporcionou um ritmo energizado de atuação dessa importante Comissão. Sabedores que somos de que V.Exa. haverá de enfrentar um grande desafio em razão das peculiaridades e das atribuições dessa importante Comissão.

Essa Comissão é ligada ao agronegócio, essa Comissão é ligada a uma das atividades econômicas mais importantes do planeta, que é a agricultura, secundada pela pecuária. Com seus problemas, com as suas dificuldades--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Além, além da Reforma Agrária.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Além da Reforma Agrária. Mas os problemas que a agricultura brasileira enfrenta hoje, sobretudo com o descasamento do preço dos produtos com os preços dos insumos, que enquanto os preços dos produtos caem, os preços dos insumos continuam subindo, criando uma dificuldade muito maior para o desenvolvimento dessa importante atividade que muita alegria deu para a economia do país, e resultado deu para a economia do país, porque é uma atividade que... É uma atividade econômica como as demais, mas tem um caráter de nobreza porque ela se dedica a produzir um elemento essencial à vida, que é o alimento.

Então, nós teremos aí muitas questões de natureza agrária, a Reforma Agrária mencionada por V.Exa., as questões relacionadas à própria produção, a convivência com os apelos ambientais cada vez mais fortes que estão... Que precisam encontrar, nós precisamos encontrar o caminho adequado da harmonia entre a orientação ambiental e a orientação de produção, e eu tenho certeza que aqui é o foro adequado para o debate, para a discussão, para a busca deste encaminhamento. Além das questões fundiárias que o país também enfrenta, V.Exa. haverá de presidir os debates, as discussões desses importantíssimos temas que certamente virão para o bojo dessa Comissão.

Nós a integramos com muita satisfação, com muito orgulho. Nós estaremos sob a sua Presidência, procurando dar a nossa modesta contribuição para que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária possa alcançar plenamente os seus objetivos e trazer a participação do Legislativo Brasileiro a essa importante e necessária contribuição ao encaminhamento do desenvolvimento econômico do nosso país.

Boa sorte a V.Exa., boa sorte ao nosso querido Senador Gilberto Goellner.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Ao agradecer as palavras generosas de V.Exa., sou compelido a reconhecer que não esperava outra manifestação, senão a vontade de continuar trabalhando e de se dedicar a este setor que é vital para a economia do país e para a sobrevivência das pessoas, obviamente do meio ambiente também, porque na discussão da agricultura a questão ambiental é

indispensável. De sorte que me cumpre apenas agradecer o engajamento de V.Exa.

Com a palavra o Senador Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Presidente, Senador Valter Pereira, ao cumprimentá-lo cumprimento o nosso Vice-Presidente, Senador Gilberto Goellner, cumprimento as senhoras senadoras e senhores senadores.

A agricultura, Sr. Presidente, que alimenta 190 milhões de brasileiros, ela é responsável por um terço do PIB nacional, 34% das exportações, 37% dos empregos no país e é responsável, nos últimos cinco anos, por todo o superávit da balança comercial do país. Estes dados já nos dão a grandeza da Comissão e também da responsabilidade.

Sr. Presidente, este país que ainda tem 30 milhões de hectares de terras degradadas nas fazendas, que pode se utilizar de 90 milhões de hectares nos cerrados do Centro-Oeste e do Nordeste, sem agredir o meio ambiente e sem desmatar as nossas florestas.

Esta Comissão, em que é responsável também, e ela entra no eixo de toda a economia da nação, e entra na hidrovia, nas ferrovias, nas rodovias, na energia, não só para movimentar as nossas máquinas rurais, mas, principalmente agora que nós tratamos da bioenergia. E com as terras que possuímos, e com a quantidade... Essa terra fantástica que a natureza nos deu, que nos deu clima, nos deu sol, água, nos deu tecnologia e nos deu o homem para trabalhar.

Nos dá a segurança e a certeza que nós vamos ser o maior produtor de alimentos do mundo e o maior exportador de alimentos do mundo. Vamos ser o maior produtor de bioenergia do mundo e vamos ser também o maior exportador de energia do universo.

Esses dados nos dão a segurança e a certeza que a crise que nós vivemos ela é passageira. Ela é passageira, Sr. Presidente, meu caro amigo e companheiro Valter Pereira, porque os estoques no mundo estão se terminando.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. permite uma pequena intervenção?

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. está fazendo um discurso tão objetivo e coerente, mas eu tenho um dever agora, nesse exato momento, decorrente da minha idade. Como eu sou o membro mais velho... É isso? Segundo mais velho. E estou em substituição do primeiro numa determinada... Na Comissão de Meio Ambiente, eu vou ter que correr para lá pra presidir a eleição. O Goellner, o Senador Goellner vai assumir aqui.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Meu caro Presidente, em um minuto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Já está terminando.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu encerro num minuto. Dizendo somente que os estoques no mundo estão sendo gastos. O consumo aumentará, principalmente pelo maior consumo da China e da Índia. E ainda considerando em que a diferença do câmbio, em que nós tínhamos a 1.5 no ano passado, já está em 2.4, essa diferença cambial vai nos dar mais recursos para a agricultura e mais segurança para a exportação.

É o primeiro segmento que vai dar a resposta positiva, se o Governo assim entender, de dar recursos e financiamento para o segmento, para que ele possa ajudar a sair da crise o Brasil, ajudar a alimentar os brasileiros e ajudar a alimentar o próprio mundo.

Agradeço e quero cumprimentá-lo, aplaudi-lo e homenageá-lo pela função que assume e pela responsabilidade que aqui estaremos juntos para ajudar o Brasil a sair desta crise. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E em nome da Comissão eu quero agradecer a V.Exª pelo diligente trabalho, pelo zelo com que se houve na Presidência desta Comissão. A agricultura brasileira hoje será... Aliás, tem o devido reconhecimento por V.Exa. por tudo que fez, e esta Comissão o agradece pelos brilhantes trabalhos aqui realizados.

Eu passo a Presidência, nesse momento, ao meu eminente companheiro de comando nessa Comissão, Senador Gilberto Goellner, que certamente vai ser um dos motores desta Comissão.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Muito bem. Eu quero parabenizar, então, a Comissão, pela escolha da direção da Mesa, e cumprimentar o Senador Valter por ter aceito a indicação do seu partido, o PMDB, e também agradecendo aos demais membros dessa Comissão pela nossa escolha também como Vice-Presidente.

Cumprimentar o Senador Neuto pelo brilhante trabalho que realizou nos últimos dois anos à frente dessa Comissão, e dizer a todos que devido às outras comissões que também hoje se instalam aqui, que nós temos compromissos, nós vamos dar por encerrada essa sessão de eleição da Mesa, a Constituição da Presidência e Vice-Presidência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e desejando então, convidando a todos os membros para nós colocarmos realmente aqui um rito, como o senhor também, Senador Neuto, colocou, de apreciação das matérias,

da discussão, de fazer um... Quem sabe uma... Como houve sugestão em plenário de alguns Senadores, escolhendo um dia, de sexta-feira, possivelmente, para a ocorrência das audiências públicas para que não interfira, no desenrolar da semana, mas isso é algo que vai ser decidido ainda.

Então, fazer tudo com que essa Comissão cumpra o seu dever, e nós realmente façamos com que essa... Todos os assuntos inerentes a essa Câmara Temática sejam apreciados com dignidade e com rapidez, e auxilie a agricultura e a Reforma Agrária do país. Nosso muito obrigado e encerramos essa sessão.

Sessão encerrada às 12h58.

ATA DA 2ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 10 DE MARÇO DE 2009.

Às nove horas e trinta e seis minutos do dia dez de março de dois mil e nove, na Sala 9, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores(as): **DELCÍDIO AMARAL, JOÃO PEDRO, NEUTO DE CONTO, GERSON CAMATA, GILBERTO GOELLNER, RAIMUNDO COLOMBO, JAYME CAMPOS, MARISA SERRANO, ROMEU TUMA, EXPEDITO JÚNIOR E FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Augusto Botelho, Magno Malta, Leomar Quintanilha, Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Mário Couto e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a pauta da presente reunião é de caráter administrativo. **RESULTADO: REUNIÃO REALIZADA. EXTRA-PAUTA: REQUERIMENTO N° 1, DE 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos regimentais, que seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública para tratar dos impactos da crise financeira na indústria frigorífica nacional e suas repercussões na pecuária de corte, com a presença dos seguintes convidados: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Ministério da Fazenda – MF; Frigorífico Independência, representado pelo seu presidente, Dr. Roberto Graziano Russo; Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne – ABIEC, representada pelo seu Presidente, Dr. Marcus Pratini de Moraes; Associação Brasileira de Frigoríficos – ABRAFIGO – representada pelo seu Presidente, Dr. Péricles Salazar; Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, representada pela Senadora Kátia Abreu. AUTOR: Senador Gilberto Goellner. No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores Senadores: Gilberto Goellner, Jayme Campos, Raimundo Colombo e Romeu Tuma. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. REQUERIMENTO N° 2, DE 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para discutir a grave situação por que passa a suinocultura no Brasil. **Autor: Senador Raimundo Colombo.** No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores Senadores: Raimundo Colombo, Gilberto Goellner, Jayme Campos, João Pedro e Romeu Tuma. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. REQUERIMENTO N° 3, DE 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos regimentais, que seja realizada audiência pública para debater o conteúdo da **MP 458, de 2009**, e ainda, para convidar, como debatedores, o Excelentíssimo Ministro do Meio Ambiente e o Excelentíssimo Ministro do Desenvolvimento Agrário. **Autores: Senador João Pedro e outros senadores.** No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores Senadores: João Pedro, Raimundo Colombo, Gilberto Goellner, Romeu Tuma, Gerson Camata, Jayme Campos, Flexa Ribeiro e Neuto de Conto. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dois minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Valter Pereira,** Presidente da CRA.

2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2009, ÀS 9 HORAS E 36 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada. Se todos estiverem de acordo, está aprovada.

Comunico à Comissão o recebimento do Ofício s/nº, subscrito por vários representantes da cidade de Limeira, São Paulo, que explicitam posicionamento totalmente contrário à Portaria 258 do Ministro Paulo Bernardo, publicada em 28 de agosto de 2008, bem como, da Portaria nº 53, da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, de 24 de setembro de 2008, a qual cede, provisoriamente, a área do Horto Florestal daquela cidade ao INCRA, para fins de reforma agrária.

A presente reunião destina-se, além da abertura e início dos trabalhos, à discussão da agenda, às matérias a serem apreciadas, bem como, às Audiências Públicas e assuntos de interesse público relevantes para o biênio 2009/2010. Consulto o Plenário, se alguém quer fazer algum comentário sobre essa correspondência recebida da cidade de Limeira do Estado de São Paulo. Realmente, é um assunto relevante e, de certa forma, é surpreendente porque, de repente, o esclarecimento que está sendo prestado através do ofício, não deixa de ser inusitado, porque é difícil entender como fazer reforma agrária no Horto Florestal.

Eu acho que é muito estranho que uma atitude, dessa natureza, tenha sido adotada, porque contraria, muito provavelmente, duas áreas, já que o Horto Florestal, por força da legislação ambiental, deve ter a proteção dessa área e, para fins de reforma agrária, todos nós que atuamos nesta Comissão, sabemos muito bem que a produção agrícola, mesmo da agricultura familiar, exige um mínimo de espaço, a mínima condição para a produção. E a utilização de uma área urbana, por si só, já é muito estranho quando se cogita de um projeto de reforma agrária. E eu consulto a Comissão, se não seria o caso de convocar para prestar esclarecimentos, neste órgão técnico, as pessoas, as autoridades responsáveis por esta decisão. Então, com a palavra o Plenário.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, me permita. Eu posso me...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra o Senador Gilberto, que é Vice-Presidente desta Comissão.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Acho que nós devemos avaliar essa comunicação. Foi apenas uma manifestação de representantes da cidade de Limeira, acho que esta Comissão deveria ser inteirar mais do fato. Saber se o Horto Florestal está sendo explorado como tal e, também, o que é que motivou o Ministro Paulo Bernardo a assinar uma portaria colocando essa área disponível para a reforma agrária e, posteriormente, nós podemos também, eu acho, que não vejo uma necessidade de convocação, mas sim, podemos até, anteriormente, pedir uma explicação ao Ministro sobre essa portaria e, após avaliada essa posição, da situação em si da área, que daí se tome uma providência. Essa é a nossa sugestão.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria aqui de informar o Plenário sobre os signatários desse documento. A Associação Comercial e Industrial de Limeira, ACIL; a Associação de Reabilitação Infantil Limeirense, ARIL; Associação de Engenheiros e Arquitetos de Limeira, AEL; Associação das Empresas de Construção, ASSEMCO; Associação Beneficente Barão de Limeira; Associação Prudente de Moraes; Centro das Indústrias do Estado de São Paulo; Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, CONDEMA; Conselho Municipal de Assistência Social; CREA, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia; CRECI, Conselho Regional de Corretores Imobiliários; o DEA, Departamento de Entidades Assistenciais; a FIESP, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, certamente, local; o Instituto de Arquitetos do Brasil, IAB; o Instituto de Desenvolvimento de Limeira; a Ordem dos Advogados do Brasil, secção local; a ONG Preservação; a Secretaria de Planejamento e Urbanismo; o Sindicato da Indústria de Construção e afins de Limeira; o Sindicato do Comércio Varejista de Limeira; Sociedade Ruy Barbosa; Associação de Professores das Empresas de Contabilidade, dos Profissionais das Empresas de Contabilidade e Contabilistas de Limeira; o Centro de Aprendizado Metódico e Prático de Limeira; o Lyons Club de Limeira Norte; Associação Limeirense de Jóias; o Sindicato da Indústria de Joalheria, Bijuteria e Lapidação de Gemas do Estado de São Paulo.

Vejam os senhores, que é uma reação em cadeia de toda a sociedade daquele Município.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Favor ou contra Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Como?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): A favor da ação ou contra?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Contra. Manifestação contrária. Então, de repente, pode surgir uma dúvida que seria o seguinte: Será que esta casa teria que se intrometer num fato que está ocorrendo num Município do Estado de São Paulo? Será que isso afeta a competência do Senado da República? E eu lhes respondo que sim, por quê? Porque aqui é a Casa da Federação, e são entes federativos, além dos Estados brasileiros, todos os Municípios. E no momento em que a sociedade de Limeira se mobiliza para reagir contra uma ação que pode trazer problemas à sua paisagem urbanística, o seu meio ambiente ou, às vezes, trazer até perturbação

social na área, cumpre, sim, ao Senado Federal e, especialmente, a esta Comissão, e também à Comissão de Meio Ambiente, conhecer o problema.

Nesse sentido, eu acho que seria de bom alvitre, a designação de um relator para se inteirar completamente desse assunto e sugerir as medidas necessárias, ou a convocação das autoridades, aqui mencionadas, ou a solicitação de informações sobre as razões que levaram essas autoridades a tomar tais medidas. Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, eu sugiro o nome do senador componente desta Comissão, representante do Estado de São Paulo, Senador Romeu Tuma, a sugestão de se inteirar dessa situação e trazer a esta Comissão mais detalhes para, então, tomar uma tomada de posição. Ele não se encontra presente, mas...

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Srs. Senadores, V. Exa., no início da sua fala, disse que não estava quase entendendo nada em relação a, naturalmente, esse pleito aqui, sobretudo, até me parece que, pelo documento que V. Exa. leu, é uma doação do Governo Federal, via Ministério do Planejamento, para que este parque seja transformado em área de assentamento para pequenos produtores lá na cidade de Limeira. Todavia, quando o senhor disse que ficou até perplexo, na medida em que, imagino que todos os municípios brasileiros dos seus estados gostariam de ter o seu parque. Entretanto, não é de se admirar, Sr. Presidente, na medida em que, há poucos dias atrás, V. Exa. e todo o Brasil, acompanharam pela imprensa e mídia nacional, sobretudo eletrônica, que o MST, movimento vermelho, em alguns Estados do nordeste, invadiu várias propriedades rurais ali e algumas até culminando com assassinatos, crimes de bandoleiro e pistoleiro e o Ministro da Justiça, Tarso Genro, vai à televisão e diz que apenas foi um movimento mais arrojado, que isso quase é natural no país. Isso é uma vergonha! Isso é um estímulo à pistolagem, à bandidagem e, lamentavelmente, partindo da pessoa que tem, acho que, por força constitucional, papel de zelar pela nossa Constituição, pela lei, sobretudo pela segurança, justiça e paz.

Quando V. Exa. lê aqui um documento aqui, imagino que é o sentimento de toda uma sociedade do Município de Limeira. Aqui, parece que todas as entidades de classe aqui, V. Exa. acabou de ler aqui, me parece mais de 50, aqui, todas contra. Então, acho que como V. Exa. disse, esta é a Casa da Federação, nós temos o papel e o dever de defender o interesse de uma sociedade. Acho que a Comissão, esta Comissão de Agricultura, urgentemente, V. Exa., tem que tomar providência, sobretudo, designando um senador. Sobretudo, como referiu o Senador Gilberto, Senador Romeu Tuma que é homem de bem, homem conhecedor perfeitamente das problemáticas do seu Estado, mas designá-lo para que apure com maior consistência e substância, naturalmente, as informações. Caso contrário, acho que isso aqui é o fim do mundo.

Um Horto Florestal, se não me falha a memória, não sei nem quantos hectares, não sei quantos hectares que é esta área. E o Governo Federal, melhor ainda, se desculpando, com todo respeito, imagino que não passa mais de uma arte de fazer política. Porque política se faz é com altivez, com grandeza, sobretudo, respeitando o direito de toda uma população. Portanto, faço uma sugestão a V. Exa., de que tomemos as providências, esta Casa, esta Comissão capitaniada por V. Exa., Senador Valter, acho que vamos fazer um trabalho penoso, competente e, acima de tudo, defender os interesses daqueles que, certamente, esperam do Congresso Nacional, realmente, o papel que tem que cumprir, o papel de legislar e bem fiscalizar as leis nesse país, muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Acho que V. Exa. tem razão, por que a reação produzida na sociedade de Limeira é sintomática. E, certamente, está causando uma indignação, porque eu tenho por base o que é que seria, por exemplo, na minha cidade, Campo Grande se, de repente, o Horto Florestal de lá fosse transformado num assentamento. Obviamente, haveria uma irresignação de toda a sociedade, como já aconteceu anteriormente, quando se pretendeu instalar indústrias alcooleiras na região do Pantanal, e a sociedade se mobilizou e impediu que isso acontecesse, por quê?

Porque iria degradar uma área de extraordinária preservação, que é para todos nós, nós de Mato Grosso do Sul e nós do Mato Grosso, Estado que V. Exa., Senador Gilberto Goellner, representa, sabe da importância que tem para os nossos Estados.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Senador, pela ordem. Eu gostaria só de estar informar que eu cheguei um pouquinho atrasado e não consegui... Mas o Senador Gilberto está me informando, a disposição do governo é doar um parque da cidade, o Horto Florestal?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É ceder para fins de reforma agrária o Horto Florestal que é, certamente, uma área da União Federal. Então, é uma portaria, Portaria nº 258 do Ministério do Planejamento. Senador Colombo veja que, realmente, é muito estranho.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Será que eles ouviram o Ministério do Meio Ambiente? Isso é um negócio inacreditável. Acho que fazer Audi-

ência Pública, o senhor tem toda a razão, e tem todo o nosso apoio, nós precisamos conhecer melhor, porque é o assunto de um Município, mas é um assunto que interessa, até porque envolve o patrimônio público federal e nós precisamos nos debruçar sobre isso, porque é uma coisa que vai totalmente na contramão do que a gente está vendo hoje, da própria ação do governo. Eu estou surpreso, acho que a gente tinha que estudar bem isso para ver o encaminhamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que a atitude prudente é designar, realmente, o senador de São Paulo, como sugeriu o Senador Gilberto, e vou designar, então, o Senador Romeu Tuma que é membro desta Comissão, para que ele traga as informações mais atualizadas, já que esse ofício deu entrada em nossa Comissão no dia 8 de dezembro de 2008, e pode ser até que, em função dessa reação em cadeia, que ocorrera no Município de Limeira, o Ministro do Planejamento já tenha até revogado. Então, nós não podemos fazer tempestade em copo d'água, acho que é prudente indicar um relator. E aqui, é bom lembrar que, há um mecanismo regimental que permite, inclusive, ao Senado Federal sustar, através de resolução, o efeito dessa portaria.

É preciso, então, que seja designado um relator e nós faremos isso brevemente. Bom, eu gostaria de propor a todos os pares, a elaboração de uma resolução com objetivo de alterar as datas de realização das nossas reuniões.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de encaminhar uma solicitação de Audiência Pública, eu gostaria de saber se nós podemos nos valer desta sessão para o encaminhamento, inclusive, pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não tem problema.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu posso relatar?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pode.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Requeiro, nos termos do art. 58, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada no âmbito desta Comissão, Audiência Pública para tratar dos impactos da crise financeira da indústria frigorífica nacional e suas repercussões na pecuária de corte. Para tanto, solicito que sejam convidados o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Fazenda; Frigorífico Independência, representado pelo Sr. Presidente Dr. Roberto Graziano Russo; Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne, ABIEC, representada pelo seu Presidente Dr. Marcos Pratini de Moraes; Associação Brasileira de Frigorífico, ABRAFRIGO, representada pelo seu Presidente Dr. Péricles Salazar; e a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA, representada pela Senadora Kátia Abreu.

Sr. Presidente, o recente caso do fechamento do Frigorífico Independência, que tem capacidade instalada de abate de 11 mil e 800 bovinos/dia, com a atuação em 7 Estados brasileiros, com sede também no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, entre outros Estados. Com uma atuação e um frigorífico no Paraguai, suscita preocupação de verificar se esse é um caso isolado, ou há algum risco sistêmico na indústria frigorífica nacional. O Brasil é o maior exportador mundial de carne bovina e uma política de fortalecimento da pecuária e da indústria frigorífica é de interesse nacional.

Sr. Presidente, causou surpresa no mercado e já passam a ser consideradas as dificuldades de outros frigoríficos, que passam por uma situação de dificuldade financeira, liquidez de caixa, recursos, não conseguem adquirir bovinos para abate, não conseguem pagá-los. Está causando uma instabilidade muito grande em todo o setor da pecuária nacional e alguns Municípios que têm como única agroindústria esses estabelecimentos em todo o país, como no Estado de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul. Está causando uma indisposição muito grande no comércio, na geração de emprego, no desemprego que ocasionou aos frigoríficos e outros já se colocam nessa linha. Incluindo, inclusive, outras, outras áreas de carnes, como frangos e suínos que também passam por sérias dificuldades e, principalmente, pelo Estado de, pela situação de mercado que, pontualmente, as exportações diminuíram de todas as carnes e a única consideração maior desses frigoríficos de mercado é o mercado interno brasileiro.

Então, o estudo, a análise dessa situação, desse segmento da agroindústria frigorífica vai propiciar uma tomada de decisão, inclusive, do Executivo do governo, de vir a socorro dessa categoria, porque ele vai estar atendendo diretamente o pecuarista, que tem a sua renda anual baseada na venda de bovinos. Então, coloco isso aqui à disposição do encaminhamento a essa Presidência e que gostaria de ver a posição dos outros pares para a gente aprovar.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em discussão o requerimento. Para discutir. Bom, então, nós vamos colocar a em votação o requerimento da Audiência Pública, proposta pelo

Senador Gilberto Goellner. Os senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado. Em seguida.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu gostaria de, Senador Valter Pereira, nosso Presidente, de apresentar também o requerimento de realização de uma Audiência Pública, esse final de semana eu procurei, convivi com bastantes pessoas ligadas ao setor da suinocultura e, também conversei com as pessoas ligadas à Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina.

Para que os senhores tenham uma idéia, em outubro, o preço do suíno era R$ 3,00 o quilo, hoje é R$ 1,60. O custo de produção é R$ 2,60. Nos portos, nós temos mais de 10 mil toneladas estocadas. E nós temos mais de 200 mil toneladas em estoque, não há... O mercado internacional está retraído, a inadimplência está alta e a questão do mercado interno também está diminuindo o seu consumo. E a tendência é diminuir muito mais, porque a crise, ela vai se acentuar, nas informações que a gente tem, a partir de maio.

Então, a minha preocupação é o que fazer? Que orientação dar? Inclusive, que informações receber? A minha sugestão, eu tenho aqui por escrito, mas gostaria que V. Exa., a Assessoria determinasse as pessoas envolvidas, mas eu gostaria que tivesse um membro do governo, para não ter muita gente, um membro do setor de carnes e alguém da indústria, porque a indústria também está com problemas sérios internos. Então, são três setores, o governo, a indústria e os produtores que têm a sua associação, a gente vê algumas ações do governo e aplaudem elas. Como, por exemplo, no setor de automóveis, uma série de incentivos, incentivos até as revendas de automóveis, o que também não somos contra, porque há uma crise, é inegável, mas o setor primário da economia brasileira é quem exporta, é quem sustenta, essas multinacionais dos automóveis elas não têm a mesma importância. Só em Santa Catarina, cerca de 300 mil catarinenses vivem desse setor.

Mantido isso, nós vamos ter um problema seriíssimo pela frente, e é uma coisa que até peço ao senhor, uma certa urgência, porque eles precisam também de informações. Informações que eu não me senti capaz de dar naquela hora e gostaria de ouvir as pessoas que têm esse processo com relação diária de comércio ou de defesa, para que a gente possa encaminhar, junto ao governo, algumas medidas necessárias, porque inclusive, as empresas começam a sacrificar já os animais recém nascidos, porque não... A crise vai se acentuar e não há mais como conduzir, nós temos um problema sério no mercado russo, sério no mercado da Venezuela e a situação tende a se agravar, e muito.

E veja, Senador João Pedro, o preço em outubro era R$ 3,00, hoje no mercado é R$ 1,60 e o da produção é R$ 2,60. Você perde um mês, dois meses, três meses, não tem mais como manter esse prejuízo, vai quebrar todo mundo. E é uma realidade dura de enfrentar, porque o problema é lá fora. E o que fazer? Que medidas precisam ser tomadas? Então, a Audiência Pública junto com a do Senador Gilberto me parece essencial e a tendência, vendo tudo que está acontecendo na economia internacional é essa situação se agravar, e o Estado existe, exatamente, para proteger o setor numa hora como essa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de fazer uma consulta, aqui, o Senador Gilberto propõe uma Audiência Pública com o grupo expressivo, são seis, seis entidades distintas.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obviamente, uma Audiência Pública com tanta participação, rouba um tempo expressivo, né? Poderíamos marcar, então, em data diferente. Embora o assunto tenha uma certa relação.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Tanto a questão da carne bovina, a crise é um pouco diferente, mas a crise bovina está entrando agora, o preço está caindo violentamente em Santa Catarina, o preço do boi vivo hoje está caindo para R$ 2,60, estava R$ 3,10.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. acha que poderia fazer na mesma data?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu acho que poderia ser uma só, mas não com 9, porque aí não é, se pudesse a própria Secretaria coordenar.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, Senador.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): O Pratini pode tratar das duas na área dele, o Governo pode tratar das duas, talvez se pudéssemos ficar com 4 ou 5.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Talvez, se o Senador Gilberto propusesse o enxugamento desse primeiro rol aqui, aí poderíamos conciliar e fazer na próxima sessão já.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Seria o ideal. É uma coisa rápida o problema está muito

grave e vai se acentuar, não é fácil de resolver, porque é um problema lá fora.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Jayme, pela ordem.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Na medida que eu vejo o requerimento do Senador Gilberto, é pertinente para o momento, sobretudo esta crise, não só do setor bovino, até do suíno, aqui, conforme a palavra do Senador Raimundo Colombo, todavia, quando se propõe aqui a convocação apenas, Senador Gilberto, do Grupo Independência eu imagino, se fosse possível, entretanto V. Exa., disse aí, tendo em vista, que são seis entidades convocadas aqui, aqui nós tínhamos que convocar, aqui está dizendo o Frigorífico Independência. No Mato Grosso, particularmente, nós temos três situações: Uma é o Grupo Independência que há menos de 30 dias entrou no programa, ou seja, no projeto de recuperação. Como também, já há dias atrás nós tivemos o Grupo Barantes, também é um grupo que tem hoje 12 plantas no Brasil, dentre elas, 4 plantas no Estado do Mato Grosso, e o Grupo Quatro Marcos que também tem 6 plantas no Mato Grosso do Sul, ou seja, tem 8 plantas a nível nacional e 6 plantas em nível de Mato Grosso.

O que nós temos que chamar atenção, Sr. Presidente, na verdade, é pertinente isso aqui, é que o governo vai ter que fazer alguma intervenção. Lamentavelmente, a situação de penúria que hoje estão vivendo os produtores suínos do Estado de Santa Catarina, talvez seja menos pior do que a da pecuária no Mato Grosso. É grave, e triste, para que V. Exa. tenha conhecimento, só nesses últimos dias, algo parecido em torno de 14 a 15 mil empregos que tinham no setor, hoje, naturalmente estão desempregadas essas pessoas e pior, Sr. Presidente, isso é efeito em cadeia, efeito dominó, isso atingiu todo um Estado. Não só o desemprego, mas, acima de tudo, atingiu o comércio da região.

Desde o dono da farmácia, o dono do Posto de Gasolina e assim por diante... Estão prejudicados. Então, eu acho que precisa, urgentemente, de uma intervenção do Governo Federal. Isso é efeito em cadeia, para você ter uma noção, houve um desaquecimento da economia do Mato Grosso. Quando o Senador Raimundo diz aqui que o preço do suíno saiu de R$ 3,00 para R$ 1,60 se não me falha a memória, o quilo, a carne nossa, Sr. Presidente, há 60, há 75 dias atrás, era vendida uma arroba, ou seja, 15 quilos de carne, por R$ 84,00 de boi gordo e R$ 76,00 de vaca gorda. O senhor sabe quanto está hoje uma arroba de vaca no Mato Grosso? R$ 55,00! Mais grave, Sr. Presidente, não tem aonde os nossos produtores colocar no mercado, na medida em que perdeu a confiabilidade no setor.

Aquela velha história, ali é a confiança de ambas as partes. Eu lhe vendo, lhe dou o prazo, o senhor me paga com 30 dias, porque à vista, já o setor não estava comprando no nosso Estado. E V. Exa. que é um conhecedor dos nossos Estados: Mato Grosso do Sul, sobretudo do Mato Grosso, como velho parlamentar do nosso querido Mato Grosso, da década de 1970, estamos vivendo uma situação que o setor hoje não sabe a quem recorrer. Então, eu acho que tem que ser tomada uma medida drástica, e esta Comissão aqui tem um papel preponderante de convocar o Ministro da Agricultura, o Presidente da ABIEC, o Presidente da ABRAFRIGO para nós fazermos alguma coisa, na medida em que, lamentavelmente, é uma quebradeira no setor e, acima de tudo, prejudicando naturalmente aqueles nossos produtores, talvez não os grandes, mas o pequeno, aquele que demorou 3 anos e meio para vender um boi, vendeu e não recebeu. Eu faço um apelo a V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não tenho a menor dúvida, as dificuldades do setor exigem, efetivamente, eu acho que, a iniciativa dos dois parlamentares, para trazer esses dois segmentos é muito importante e nós vamos tomar as providências.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu acho que são coisas um pouco diferentes. E o ideal é fazer duas, duas audiências, porque a questão do Mato Grosso implica num problema já, também, das empresas privadas e tal, não é essa a realidade...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Embora a crise da carne seja sistêmica, né?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Dos dois setores, exatamente. Eu acho muito difícil nós conseguirmos fazer numa só, talvez até em momentos separados, pode até ser uma. Mas primeiro uma, depois a outra.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós podemos fazer o seguinte, na primeira reunião uma Audiência Pública para apurar essa questão dos frigoríficos e, na outra, essa questão. OK.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu acho que nós vamos ter um resultado melhor, uma produção maior.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Está ótimo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que não há nem necessidade de colocar em votação que por aclamação, pelas manifestações já é perceptível a vontade da Comissão de tomar essa medida.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente**,** se desse licença.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa., pela ordem, ou até para discutir.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só para me referir ao requerimento, que eu cheguei atrasado em razão de estar tomando providências com respeito à denúncia que a Revista Veja fez ontem, nesse último domingo, a respeito do Senador Jarbas Vasconcelos. A Corregedoria está tomando algumas providências, então, atrasei um pouquinho, por ter que despachar na Secretaria Geral da Mesa, mas eu, o senador me disse que São Paulo tem, praticamente, os maiores abatedouros, e a gente sente as grandes dificuldades de ordem econômico financeira pela quebra da exportação de carne e as grandes dificuldades que o Brasil está enfrentando em alguns aspectos, que competiria discutir com uma Audiência Pública mesmo.

E mesmo no Mercosul, Senador Jayme Campos, está sendo discutido o problema da aftosa, que não dá para você tratar no Brasil da aftosa e, na linha vizinha divisória da nossa constituição geográfica, do outro lado, não se trata. Então, ela atravessa tranqüilamente os animais e isto traz hoje, com a concorrência quase que desleal no mercado internacional, o prejuízo para o Brasil é grande. Então, eu queria cumprimentar V. Exa. e o autor do requerimento, que é bom para a gente ter o conhecimento maior. Como ele só sabe do boi do caprichoso, lá do Amazonas, então é bom a gente saber do boi em pé.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Eu consulto à Comissão se tem alguma objeção à aprovação do requerimento. Então, está aprovado por unanimidade.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Antes de passar a palavra a V. Exa., eu vou comunicar ao Senador Romeu Tuma, que S. Exa. acaba de ser designado pela Presidência para relatar, para se inteirar de um assunto trazido pela comunidade da cidade de Limeira, que exige uma tomada de posição desta Casa, mas é preciso atualizar essas informações, já que o requerimento fora encaminhado a esta Comissão no dia 8 de dezembro. Portanto, pode ter ocorrido alguma mudança sobre o Horto Florestal. Então, eu gostaria que V. Exa. se inteirasse e sugerisse as medidas necessárias, se necessárias, até a convocação das autoridades que estão responsáveis pelo fato. Com a palavra o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, Valter Pereira, Srs. Senadores. Tudo bom, Senador Gerson? Apresento, quero dizer da minha concordância com o debate aqui, no âmbito da Comissão, do assunto da crise que passam os frigoríficos, a exportação e a criação, a assistência técnica, vem no bolo todo essa... Apresentado pelo Senador Gilberto Goellner. Tem a minha concordância, eu penso que a Casa precisa discutir temas desta natureza. Acho que nós vamos entendendo melhor as regiões que formam esse grande país.

Eu quero, estou apresentando em seguida um requerimento, a Assessoria está providenciando, de uma Audiência Pública, também, para discutirmos aqui na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Ministros do Meio Ambiente, do MDA, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, sobre a Medida Provisória 458, que trata da regularização fundiária na Amazônia. É um tema complexo, há uma reivindicação histórica, eu quero dizer da minha concordância com a regularização fundiária, com a legalidade da terra. E a medida provisória foi editada agora, no dia 10 de fevereiro, e considero da maior relevância nós convidarmos o ministro que está executando a regularização fundiária, que é o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministro Guilherme Cássio, de participar de um debate, aqui conosco, sobre esta proposta que diz respeito a regularizar 61%, a regularização fundiária é de 61% do território nacional que compõe a Amazônia, Amazônia legal.

Então, ela é importante, mas é complexa, e está tramitando na Câmara, está tramitando na Câmara e penso que, penso não, tenho a certeza, de que esta Comissão poderá dar contribuições importantes no sentido de nós fazermos uma discussão, compreendermos a magnitude da regularização fundiária na Amazônia. Então, eu apresento em seguida, eu já estou levantando aqui o requerimento para a Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O Senador João Pedro traz a proposta para começar a discussão da MP 458. Na verdade, essa MP trata da regularização e junto com ela, e para instrumentalizá-la, propõe uma mudança na estrutura administrativa dos órgãos que cuidam da reforma agrária. O que é, talvez, um fato tão relevante quanto o próprio objetivo da medida. Porque o que se busca aí, na verdade, é uma secção do INCRA. Eu acho que o alerta de V. Exa. é muito apropriado, porque o assunto tem uma profundidade muito grande. Na verdade, haverá um desmembramento de uma área importante da administração do INCRA para promover,

no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, essa regularização fundiária e é bom, realmente, que o Senado comece a se preocupar com as implicações que poderão advir dessa MP, mas...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Tinha pedido primeiro o Senador Gerson Camata.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): O senhor pode? É sobre a 458 também?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, pela ordem, o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Nós devemos nos retirar, porque já iniciou a CAE, que também tem matérias que eu tenho relatoria lá, mas eu gostaria de colocar que a gente aprovasse antecipadamente essa solicitação, esse requerimento, Senador João Pedro, para a gente, independentemente deles terem protocolado para que, então também, aprovássemos isso. Mas eu gostaria de ampliar um pouco mais essa discussão.

Eu vejo que nós devemos, não só da MP 458, mas de todas as MPs, que as comissões do Senado, atinentes às diversas comissões, algumas concomitantes com duas ou três comissões, ou uma comissão independente, no caso aqui, a Comissão de Reforma Agrária, nós deveríamos incluir também a Comissão de Meio Ambiente, para que estudássemos antecipadamente. Fazer igual à Câmara está propondo, com 10 dias de antecedência ao encaminhamento da matéria a Plenário, que se analisasse todas as MPs, para que os senadores pudessem contribuir, discutir e não simplesmente aqui, quem sabe não vamos ter o prazo hábil para poder sugerir, porque pode ter vencido a aceitação de emendas e que, então, as emendas--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A sugestão, no caso, de V. Exa. é para...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Posterior às análises em Comissão, das MPs.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A sugestão de V. Exa., certamente, é para discutir as MPs, cujos temas são correlacionados com esta Comissão?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Acho que é pertinente, mas isso aí teríamos que aprovar e solicitar à Casa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Permite um aparte, Senador? Só um aparte, desculpe. Acho que o Senador tem razão num aspecto: A gente, às vezes, é surpreendido em Plenário com a leitura de uma Medida Provisória para votação, nunca por inteiro, sempre com o resumo do relator que, às vezes, é escolhido na hora. Então, os senadores têm razão, há uma Comissão Especial para discutir MP, então, ela não tem a comissão temática. Talvez, com isto, V. Exa. esteja procurando admitir que a importância da comissão temática de apreciar as Medidas Provisórias.

Ela tem uma razão ideal para isto, eu acho que ela começa a mostrar que não adianta ir para o Plenário ler e votar, se não se sabe nem direito o que está contido dentro da estrutura da MP, porque é sempre o resumo que o relator faz, pela rapidez com que é obrigado a fazê-lo, em Plenário. Desculpa, Senador, mas isso tem me afligido bastante e eu tenho pedido muito, às vezes, que o relator fale por inteiro, porque às vezes o senhor não sabe o que está inserido no âmago, no centro da discussão da Medida Provisória. Muito obrigado, obrigado.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, só gostaria de complementar, haja vista que as comissões mistas, ainda não foram instaladas, nem funcionou. Então, ou se coloca em funcionamento as comissões mistas, ou as comissões temáticas passem a analisar também em conjunto, formando essa comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, não era o assunto próprio que eu ia enfocar, mas lá na comissão que estuda a mudança do Regimento, já se propõe, quando a comissão mista própria não se reuniu, não votou a admissibilidade, quando chega ao Senado direto para a Comissão de Justiça, a Comissão de Justiça tem que votar a admissibilidade, para evitar impasses que nós vimos acontecer aqui. Agora, o Senador Gilberto Goellner e V. Exa. me apresenta até uma boa, além da Comissão de Justiça, que tramitasse na comissão apropriada, né, se a agricultura tramita ali, se é sobre economia, vai para a CAE, né? Pelo menos, agora, mesmo com o prazo exíguo, para não retarda, mas que passasse por lá, e quem tivesse emenda corresse lá. Sobre essa medida provisória também, ela comete uma injustiça, Sr. Presidente, grave, com o Brasil inteiro. Por que não se legalizam os terrenos da União, como os terrenos de Marinha, nas ilhas internas do Brasil, nós já votamos aqui até uma emenda constitucional, que o governo resolveu não cumprir, quer dizer, quem mora no Amazonas, na Amazônia legal vai ter o direito a regularizar a sua terra.

Agora quem mora no Espírito Santo, em Niterói, Salvador, Santa Catarina, Ilha de Marajó, Ilha de Marajó pode, porque... Porque eles têm esse privilégio com todo o direito e os outros brasileiros não podem ter o direito de, pagando, ter legalizada também a propriedade da sua terra, não terra rural, porque as terras rurais foram legalizadas pelo Estado, mas, veja V. Exa., Vitória tem praças federais, porque é uma ilha, tudo é terreno de Marinha, a distância de um tiro de 33 metros de canhão de 183, tudo é do Governo Federal. Aí a praça federal, viu a praça federal? Lá no Espírito Santo tem, como toda a região litorânea tem.

Entrava o desenvolvimento da cidade, entrava tudo, porque agora, por exemplo, nós estamos numa época de desemprego e nas praias tem aquelas barracas bonitas, bem construídas, sólidas no calçadão da praia que vendem refrigerantes, elas são boas por quê? Porque quando uma criança, uma família quer tomar um refrigerante lá na praia, ou o indivíduo vai tomar uma cerveja, ele não tem que atravessar a rua, que é perigoso, carro passando nas avenidas. Ali na beira da praia ele tem uma, um tipo, um barzinho que fornece refrigerante, água, até alimentação. Agora o SPU proibiu, ali é terreno da União, é do Governo Federal, não pode ter botequins, bar ali, nada. Então, vai o pessoal ter que atravessar a rua para ser atropelado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas aí é fácil, é só indicar para um Movimento Sem-Terra que ele faz uma ocupação aí não tem problema.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Seria ideal, ainda ganha dinheiro da União para ocupar. Como fizeram ontem com a Aracruz Celulose, destruíram 4 milhões e 300 mil de mercadorias que estavam prontas para serem exportadas que não eram nem da Aracruz. Eu não sei que prazer esse povo tem de fazer isso, sabe? Falta de vergonha na cara, falta de lei nesse país, Excelência, o que está faltando é isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Aliás, nesse sentido, a gente precisa reconhecer o que Presidente Lula está começando a tomar uma atitude.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Temos que cumprimentá-lo por isso, matar não é legal em nenhum lugar. Matar pessoas indefesas não é correto em nenhum lugar do mundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Ele tomou essa atitude e tomou uma outra atitude também que nós precisamos prestar atenção, recomendou ao Advogado Geral da União que agilizasse, junto ao Supremo, a apreciação e o julgamento de uma ação que tramita lá há vários anos já, onde os autores teriam pedido a inconstitucionalidade da MP, que impede que as terras ocupadas ilegalmente sejam levadas à aquisição por compra ou por desapropriação. Então, o objetivo do Presidente, segundo o que a imprensa diz, é exatamente colocar a termo, colocar um ponto final nessas, nessa onda de violência que está tomando conta desses movimentos, inclusive, agredindo o patrimônio público, além do patrimônio particular.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Chegaram aqui e quebraram o Senado todinho, os computadores, não aconteceu nada, ainda receberam um elogio.

Agora, queria colocar outros pontos nesse debate, que nós vamos fazer sobre problema da agricultura, veja V. Exa., o governo, na área da construção civil, está aplicando agora recursos substanciais para criar emprego, desenvolver a área em cima da crise, um milhão de residências, ótimo. Na área dos automóveis, tirou o IPI, melhorou as condições de venda, recuperou o emprego na indústria automobilística. Os bancos estão recebendo uma boa ajuda, as indústrias, 60 bilhões de dólares para continuarem tendo financiamento e exportar, mas, Sr. Presidente, eu estou andando pelo interior e nós todos andamos pelo interior, se não houver um subsídio, o empréstimo subsidiado para adubo, a agricultura brasileira vai parar.

O adubo estava, a saca de 60 quilos a R$ 20,00. Agora está a R$ 60,00, nenhum agricultor mais, com a baixa do preço do produto agrícola, está tendo condição de adubar, ele não aduba, cai a produção. Então, vamos ter uma crise muito mais séria do que estão imaginando por aí. Outro problema, falei até com o Ministro Edison Lobão que é do PMDB, o petróleo estava U$ 160, caiu para U$ 40. Está certo, não pode abaixar o preço da gasolina, senão o álcool vai ser prejudicado, aí ninguém mais vende álcool, as indústrias de álcool vão fechar, não sei se é... Estão dizendo isso, o óleo diesel, Excelência, podia estar 1/3 do preço que está, a metade do preço que está, baixava o custo de vida, melhorava as condições de transporte, fazia com que os transportadores tivessem mais trabalho, mais chance. O que custa, meu Deus do céu? Estava U$ 160, está U$ 40 e pouco, baixa o óleo diesel pela metade, os caminhoneiros os tratoristas, os tratores que produzem. É uma coisa que eles tinham que pensar nisso, nesse momento que nós estamos vivendo aqui. Quer dizer, simples de fazer. O subsídio ao adubo nós temos que ver se a gente consegue fazer com que o ministro entenda isso, a gasolina diz que usa para passear e tal... Com muito prazer.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu quero fazer um aparte ao Senador Gerson Camata, muito pertinente a sua colocação aqui, mas dizer ao

Senador que V. Exa. tem mais conhecimento, talvez, do que eu, mas o adubo brasileiro que nós ocupamos aqui é, na verdade, o seguinte, lamentavelmente, existe um cartel formado pelas grandes multinacionais, nós produzimos apenas, aqui no Brasil, 20%, 80% é importado do Egito a Argentina. E nós temos aqui grandes reservas do Brasil, o senhor sabe disso, que os alvarás de pesquisa de concessão estão na mão das multinacionais, o que eles fizeram? Pegaram os alvarás e sentaram neles e com isso não permitem que nós explorarmos aqui, no Mato Grosso foi descoberto duas jazidas lá, já foram lá, já compraram para quê? Para nós não conseguirmos explorar.

Com isso, o senhor pode ter a certeza, de que está na mão de cinco ou seis empresas, grandes multinacionais, que não permitem, nós temos um abundância aqui. Lamentavelmente, fizeram alvará de pesquisa, foram no Governo Federal e estão com essa concessão e não colocam, ou seja, não vão lá extrair, ou seja, para fazer com que nós tenhamos o adubo, nós produzindo aqui vai ficar 20% dos valores do que nós pagamos hoje para nós plantarmos aqui no Brasil.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu respondo o aparte dizendo o seguinte: Vamos mudar o Código de Mineração. [ininteligível] Jazida, ficou um ano sem explorar, perde a concessão. Aquilo não é propriedade deles não, é propriedade subsolo de quem é? Da União de todos nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu concordo com a preocupação expedida aqui pelo Senador Gerson Camata e pelo Senador Jayme Campos, no sentido de que esse é um assunto gravíssimo para a agricultura, porque onera substancialmente o custo de produção. Você, reunindo o custo de produção, mais o custo do Brasil, especialmente, na questão da logística de transporte, a competição da agricultura brasileira no mercado internacional, fica extremamente prejudicada. Essa questão dos fertilizantes é uma questão que essa Comissão tem que enfrentar.

Eu estou preparando um requerimento para a realização de uma Audiência Pública para tratar, especificamente, dessa questão dos fertilizantes. Incluindo as dificuldades de importação e a questão da produção local. O Presidente da República, ainda há pouco tempo atrás, pediu publicamente à Petrobras, que investisse na produção de fertilizantes. Obviamente, é uma saída importante que o país tem, produzir os seus próprios fertilizantes. Mas de lá para cá nada se cogitou mais, é preciso que esta Comissão, que tem a função de dar toda a guarida à agricultura, que enfrente essa questão, que enfrente esse problema. E nós... E o começo seria uma Audiência Pública, secundada de medidas legislativas a serem propostas pela própria Comissão. E é essa aí a proposta que eu vou trazer para a próxima reunião.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, me permite? Dentro do que V. Exa. acaba de dizer, o Estado do Espírito Santo assinou há 2 anos, há 3 anos atrás um protocolo com a Petrobrás, diante da expansão da produção de gás no Espírito Santo. O Estado do Espírito Santo concedeu à Petrobrás a total administração do gás do Estado, que era da empresa do Estado, passou para a Petrobrás, mas nesse protocolo, a Petrobrás assumiu o compromisso da fábrica de fertilizantes no Espírito Santo, onde está a produção de gás.

O Presidente Lula esteve lá no Espírito Santo na sexta-feira, e veja V. Exa., ele inaugurou a terceira etapa de Cacimbas, que é a unidade de processamento de gás que fica no Município de Linhares, no Espírito Santo. É interessante, no Brasil tem umas coisas, que a gente não sabe nem que tem, nem eu, que sou capixaba sabia. Metade do gás de cozinha consumido no Brasil, o Brasil exporta gás de cozinha, vai ser produzido naquela unidade de Cacimbas, metade, 50%, veja V. Exa., sendo que 20 milhões de m3, além disso, desse gás de cozinha, a metade do que é consumido no Brasil.

E com a unidade de Anchieta, que já está em construção também, o Espírito Santo vai produzir, então, em torno de 65 a 70% de todo o gás de cozinha consumido no Brasil, ainda vamos importar um pouquinho da Argentina. Mas vamos produzir agora, estamos mandando para o Rio de Janeiro, 20 milhões de m3 de gás natural, que é mais de 60% do que a Bolívia nos manda diariamente. Que ela manda 30 milhões num dia, no outro dia manda 22, eles têm problema lá de produção e de bombeamento. Então, veja V. Exa., eu não sabia que tinha uma unidade tão importante da Petrobras no meu Estado, sabia que tinha lá uma unidade.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Colaborar.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Então, o Presidente da República foi lá, e o Governador Paulo Hartung cobrou do Presidente e da Petrobrás, que a Petrobrás cumpra o protocolo de instalar a fábrica de fertilizantes no Brasil. Há uma questão entre a Petrobrás e a União e o Estado do Espírito Santo, para que o fertilizante chegue ao consumidor brasileiro com o preço razoavelmente adequado, tem que baixar um pouco o preço do gás que vai para usina que produz o fertilizante. Com o preço atual o fertilizante fica tão caro que é melhor importar, que sai mais barato. Então, está essa... Esse debate que se realiza em tor-

no da produção de fertilizante que tem que uma hora que ser resolvido.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Tem que ser enfrentado, porque realmente, hoje a agricultura brasileira é dependente da exportação que está nas mãos de duas ou três empresas que exercem, praticamente, o monopólio do setor. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Valter Pereira, Srs. Senadores, eu quero dizer da alegria de retomarmos os trabalhos dessa importante Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal sob a presidência de V. Exa. e tendo o Senador Gilberto Goellner como Vice-Presidente. Eu pude me inteirar já das propostas colocadas aqui pelos meus pares, e quero só reafirmar e pedir a V. Exa. que a proposta feita pelo Senador João Pedro de que possamos fazer de forma urgente, urgentíssima, uma Audiência Pública para que possamos discutir aqui, nesta Comissão, a Medida Provisória 458 que trata da questão, da legalização fundiária na Amazônia legal.

Essa Medida Provisória, ela está em... Sendo discutida na Câmara Federal, mais de duas centenas de emendas foram adicionadas ao texto original e ela vai vir ao Senado Federal. Já foram colocadas aqui por vários senadores, que essas Medidas Provisórias, lamentavelmente, elas acabam não tramitando nas comissões e indo diretamente ao Senado e pior, elas são retidas na Câmara Federal até o limite final da sua queda de validade. Exato.

Então, na realidade, não se faz a emenda, não se discute a Medida Provisória, ela chega ao Senado com 24 horas, 48 horas do prazo de extinção e nós temos que aprová-las, sem que possamos aprofundar o conhecimento sobre os seus méritos. Então, é importante que possamos antecipar na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária esta discussão da MP 458 que é da maior importância para a Amazônia legal, que trata da questão da regularização fundiária. Eu peço a V. Exa., que possamos marcar esta audiência já para as próximas semanas, antecipando a chegada aqui da MP. Isso vai nos dar, com certeza, a todos os senadores desta Comissão e a todos os senadores que tenham interesse na matéria a possibilidade de, com conhecimento de causa, discutirmos no Plenário, quando da votação, espero que não seja de forma açodada, como tem acontecido comumente aqui no Senado.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Senador Flexa, V. Exa. apresentou emendas?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não apresentei emendas, mas tenho várias a serem apresentadas na tramitação. Não, mas vou sugerir ao relator que vai ser indicado, para que possamos discutir com o relator, e ele possa acolher essas sugestões como emendas próprias.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O relator, às vezes, é designado na hora da leitura.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É verdade, eu acho que é da maior importância, Sr. Presidente, que nós possamos marcar essa Audiência Pública, senão para semana próxima, na seguinte, antes que ela realmente possa chegar até aqui, a Medida Provisória.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu soube que foram apresentadas 228 emendas. Eu acho que com as emendas do Senador Flexa Ribeiro chega a 500 emendas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não digo que chegará a 500, mas umas 250, com certeza.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, eu queria registrar ainda antes que V. Exa. coloque a matéria, a primeira matéria em votação, que nessa viagem que o Presidente Lula fez ao Espírito Santo e, aí entra, também, o problema da agricultura. O Espírito Santo, desde o dia em que Nilo Peçanha fundou a primeira escola técnica, em 1909, até 2009, em 100 anos nós tivemos três escolas técnicas, em 100 anos. O Presidente Lula, na sexta-feira, inaugurou de uma vez só, quatro: Nova Venécia, São Mateus, Aracruz e Linhares. Num dia só inaugurou quatro. E sete escolas técnicas estão em construção no Espírito Santo.

Então, é um numero que tem que ser registrado, em 100 anos fizeram três. Em 4 anos, o Presidente Lula fez 11 escolas técnicas no Espírito Santo. Interessante, quando chegamos nessa unidade de gás, o Ministro Fernando Haddad perguntou: "Tem alguns dos técnicos aqui que trabalham e operam essa usina, que estudaram na escola técnica que nós vamos inaugurar?" Já tinha uns 10 que já tinham feito o curso de petróleo e gás nessas escolas técnicas. Mas tem cursos de... Como mecânico de trator, técnico agrícola, uma série de cursos destinados a implementar os meios humanos e técnicos para a agricultura do Espírito Santo.

Mas o Presidente não fez só isso não, num bairro humilde lá de Vitória, um bairro, não é uma favela, mas é um bairro de morador, de gente mais humilde, ele inaugurou um programa do PRONASCI, de 49 milhões de reais, além de chamar os jovens para os centros comunitários, onde eles são remunerados para aprender uma profissão, onde tem as mães da paz que vigiam o que está acontecendo no bairro, para que não haja uma repressão policial violenta e, sim, para que toda a comunidade participe para tirar aqueles meninos que, por acaso, se desviam para o caminho das drogas, que eles voltem a convivência de suas famílias, tema muito interessante.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Camata, permite um aparte?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Por favor.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Desculpa, é que o PRONASCI, é um projeto excepcional.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Aprovado por unanimidade no Senado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É segurança com cidadania.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com cidadania.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ele vem sendo desenvolvido ao longo do tempo e já foi implantado em alguns morros do Rio de Janeiro, com ótimo resultado. Eu sei por que eu acompanho através do Romeu Júnior, que é Secretário Nacional de Justiça e fica em cima de mim. Quando tem alguma coisa que possa prejudicar o PRONASCI, ele liga aqui e, também, a prioridade que o governo tem dado através do Ministério da Educação e ao próprio Presidente da República para as escolas técnicas, aonde são explorados o aprendizado da vocação da cidade onde são instaladas. Você já não tem mais razão para abandonar seu Município, sua cidade, porque está desenvolvendo uma atividade que é própria do Município. Sai da escola com o emprego garantido.

Então, essa prioridade nós temos que aplaudir sempre, eu acho que o PRONASCI, as escolas técnicas que estão surgindo com muita rapidez, Senador Camata, V. Exa. mesmo disse que inauguraram quatro depois de 100 anos com duas ou três.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Tem mais sete em construção.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ninguém se preocupava com a escola técnica antigamente e ela sempre... Ficava aquele curso secundário para a universidade, para várias faculdades, depois no local não tinha o que fazer e, normalmente, às vezes, nem universidade tinha, tinha que sair para os grandes centros para poder estudar. Então, esse é o meu aparte e eu agradeço V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Antes de colocar em votação o requerimento do Senador João Pedro, eu vou reprisar um assunto que referi no início desta sessão e que carece também de uma deliberação. A proposta foi no sentido de transferir a reunião deste órgão, que por força do Regimento se realiza às quintas-feiras, para terça. E no horário que não se choca com nenhuma das comissões, que seria às 9h30 da manhã. Hoje nós fizemos o primeiro teste, que deu bom resultado. Então, eu quero preparar um projeto de resolução a fim de mudar o Regimento, instituindo esse novo horário. E quero a aprovação, então, da Comissão para essa mudança, que seria benéfica, porque teríamos o quórum com mais facilidade. Então, eu gostaria de saber se alguém tem alguma objeção para opor...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu não tenho objeção, eu acho o seguinte: terça-feira, vê o exemplo da discussão dos assuntos que foram realizados hoje, nós temos o assunto do dia, na quinta-feira, provavelmente, já desgastados, então, V. Exa. tem o nosso apoio, porque com essa semana, o sábado, o domingo tem várias notícias, terça-feira é o dia próprio para discuti-los.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, não havendo objeção está aprovada a proposta. Vou providenciar a elaboração com o projeto e submeter à apreciação do Plenário, gostaria também de dar uma informação, uma informação que eu acho que é muito importante para esta Comissão. A nossa Comissão, até agora, não tem endereço, funciona em prédio emprestado, nós somos uma Comissão sem-teto, e paraquedista.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Vamos conversar com o MST.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Talvez o MST possa arrumar pelo menos as lonas, certo? Mas eu quero transmitir aqui aos colegas uma informação boa, que resulta de uma conversa que tive com o Presidente da casa, Senador José Sarney. Ele já viabilizou o endereço, será na sala nº 6, que está em reforma e brevemente, então, esta Comissão não precisará mais da lona do MST para funcionar. Certo? Agora vamos colocar em votação.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Antes do Senador Camata sair, só queria... Ele falou em MST, é claro que eu não vou entrar no mérito dos últimos acontecimentos, mas qualquer um de nós, ao nos lançarmos candidato, a primeira providência é ter o CNPJ da campanha, para que o Tribunal Eleitoral e a Receita possam controlar aquilo que a gente recebe e gasta durante a campanha. Então, existe um CNPJ separado. Por que esses movimentos não são obrigados a ter o CNPJ? Essa é a minha interrogação.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Na verdade, V. Exa. , advogado como eu, sabe muito bem que existem as organizações que são informais. E tem, hoje, organizações informais com grande capacidade de mobilização e até de demolição. Infelizmente, a democracia tem esses ônus. Agora, a questão da reforma.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Felizmente, não é infelizmente. É felizmente, isso compõe a democracia.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não, mas eu acho que enriquece a democracia, fortalece a democracia as entidades mesmo informais, que não tenham um viés de violência, de agressividade e, infelizmente hoje, nós estamos com noticiário ainda em nossa retina, estamos assistindo, não de parte do MST, é bem verdade, é uma entidade mais radical que o MST, a chamada Via Campesina, que acabou de quebrar o próprio público, né? Instalações do Ministério da Agricultura e, sob pretexto pueril, que não tem nenhuma sustentação. Infelizmente esse é o preço da democracia, o preço, às vezes, da onisciência de algumas autoridades, da transigência com que tem se lidado com movimentos sectários que têm trazido tantos prejuízos ao nosso país.

Não só no setor agrícola, é bem verdade. Veja, por exemplo, quantos ônibus que nós já assistimos serem quebrados, quantas universidades que já foram depredadas em pleno regime democrático, em plena liberdade, com um governo que ninguém pode questionar sobre o seu caráter, sobre a sua índole popular e democrática. Mas, infelizmente, tem acontecido isso. E, felizmente, o Presidente da República, parece ter acordado, bastando para confirmar isso, cotejar as últimas declarações e os últimos procedimentos que ele tem adotado para estancar essa onda de violência que não se justifica.

Eu convivi muito com o período de violência e V. Exa. era um policial de grande respeitabilidade na época, onde havia um pretexto, havia um fundamento muito forte, que era a luta contra a ditadura. A ditadura agia com radicalismo, com violência, então, acabava motivando a violência do outro lado. Mas, hoje, nós temos um governo democrático, um governo liberal, um governo que tem recebido, tem conversado, dialogado, debatido com todos os segmentos. E, infelizmente, o sectarismo ainda viceja em muitos setores, inclusive nesse setor da reforma agrária. Sempre defendi a reforma agrária e essa é a uma Comissão que trata, não só da agricultura, como da reforma agrária também.

E a reforma agrária que eu sempre defendi, é a reforma agrária racional, não a reforma agrária arrancada a fórceps pela violência, pela agressão, né, de forma muito injustificada, de sorte que o episódio, que aconteceu recentemente no Ministério da Agricultura foi lastimável, e aqui eu gostaria, inclusive, de dizer da minha solidariedade pessoal ao Ministro da Agricultura, que recebeu os protestos, indevidamente. Até porque lá foi pretextado que era a questão do crédito fundiário a motivação, que não é da competência do Ministério da Agricultura, é do Ministério da Reforma Agrária. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nessa linha, Presidente, Valter Pereira, a Via Campesina na sua ação, eu diria, totalmente à margem da lei, ela usa como argumento esse que V. Exa. colocou agora e, também, que o Ministério da Agricultura só cuida do agronegócio, seria difícil o Ministério da Agricultura cuidar do Turismo ou da Saúde. Tem que tratar do agronegócio mesmo. Então, acho que é raro o local da...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. tem razão, eu tenho discutido muito em assentamentos, que na minha trajetória, eu não deixo de ir no assentamento, eu não discuto aqui só no gabinete. Nos assentamentos eu tenho travado a seguinte discussão: É uma ficção, é um equívoco muito grande imaginar que entre a agricultura familiar e o agronegócio exista uma incompatibilidade. Eu acho que converge.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Lógico, se complementam.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Se complementam, a agricultura tem um determinado foco, um determinado mercado e o agronegócio um mercado mais amplo, mas ambos são setores que buscam negócios. Porque imaginar que hoje, o produtor mesmo, o da agricultura familiar tenha que cingir-se ao suprimento de produtos de subsistência, é um equívoco que não tem sentido, hoje o pequeno produtor busca lucro, busca realizar negócios. Se não tiver, pelo menos, esse objetivo, não tem sentido a reforma agrária.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, eu acho que nessa linha, Presidente, a reivindicação que eles deveriam fazer era junto ao MDA, junto ao INCRA, para que desse estrutura logística de manter a condição de produção e escoamento, nesses assentamentos, que na realidade, eu diria, que são subumanos. As pessoas são jogadas lá no meu Estado, que tem 40% dos assentamentos no Brasil. É lastimável a situação em que essas pessoas se encontram. Eu mesmo tive oportunidade de ir a vários assentamentos desses, o que se constata? É que nem 20% das pessoas que se encontram hoje, são as que foram originalmente assentadas. Elas desistem, passam adiante e não há o menor controle por parte do MDA, nem do INCRA sobre esses casos, e muito menos respeito a esses brasileiros, que lá são colocados, que não recebem acompanhamento técnico, não recebem equipamentos, não recebem sementes e nem têm condições de escoar aquilo que, possivelmente, poderiam produzir, porque também não produzem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Flexa Ribeiro, é outro assunto que nós vamos ter que enfrentar. A questão dos

resultados da reforma agrária que se faz em nosso país, porque para esse projeto, diga-se de passagem, o Presidente Lula tem dado sim, prioridade, tem liberado, generosos recursos. Agora, como é que estão chegando esses recursos na ponta? Como que estão sendo utilizados pelo agricultor, pelo produtor que chega no assentamento? Essa é uma questão que nós temos que enfrentar. V. Exa. está falando em assistência técnica.

Havia, anteriormente, antes desse modelo que está sendo executado que, a bem da verdade, não é um modelo criado pelo Presidente Lula, certo? Antecede a sua própria administração, mas anteriormente, havia um sistema de assistência e extensão rural que era executado em nosso país. Isso, hoje, está nas mãos de movimentos sociais. Os recursos são recursos do governo, que vão para os movimentos sociais, e como é que estão sendo prestadas, como é que está sendo prestada essa assistência? Essa é uma das discussões que nós temos que travar.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): É que eu estou com requerimento para ser votado e eu preciso...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É que essa discussão me apaixona, Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Nós vamos ter o ano todo para fazer a discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Vamos ter o ano todo.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Importantíssimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado, aqui o requerimento do Senador João Pedro para que seja realizada Audiência Pública para debater o conteúdo da MP 458 que trata da regularização fundiária da Amazônia e, ainda, para convidar como debatedores, o Excelentíssimo Ministro do Meio Ambiente, o Excelentíssimo Ministro do Desenvolvimento Agrário.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Para discutir o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu já me posicionei favoravelmente ao requerimento do Senador João Pedro, gostaria só de aditar aos dois ministros convidados, o Ministro Mangabeira Hunger, da Secretaria de Assuntos Estratégicos, que também está com uma ação voltada à questão da regularização fundiária na Amazônia que, sem o que, é inócua a discussão com relação à questão da preservação da floresta, porque está comprovado que essa questão, do caos que está instalado na questão fundiária da Amazônia é um dos elementos, talvez, se não o maior deles, que provocam a questão da grilagem, a questão... E com isso, vem também o desmatamento que todos nós queremos combater, já que não há necessidade de se derrubar uma única árvore a mais na Amazônia, para que nós possamos fazer o seu desenvolvimento sustentável, desde que utilize de forma inteligente, aquilo que já foi antropizado ao longo desse século, que representam menos do que a reserva legal, que se quer manter 20%, temos só 17 a 18% de áreas antropizadas na Amazônia.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Consulto o Senador João Pedro, se concorda com o aditamento para incluir o nome do Senador Mangabeira, aliás, do Ministro Mangabeira Hunger.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Dificilmente, é uma questão de princípio vetar um membro do governo, por mais que tenha divergência, mas é um membro de governo que, inclusive, participou do início desse processo, no encaminhamento da discussão da regularização fundiária. Então, eu não vou, de forma alguma, me contrapor à propositura do Senador Flexa Ribeiro, até porque, no mérito, não tem nenhuma, nenhuma, não vai alterar, né, a estratégia de fazermos a discussão aqui para compreendermos, discutirmos a questão da regularização fundiária na Amazônia.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem, Senador Neuto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Presidente, Valter Pereira, Sras. Senadoras, e Srs. Senadores. Acho que são temas de alta relevância para o país, temas em que o debate vai nos esclarecer. Eu sou daqueles, meu caro Senador João Pedro, que há muito tempo eu tenho lutado para que se fizesse um cadastro dos sem-terras no país. Um novo cadastro para que o movimento de sem-terra não seja movimento de massas, não seja movimentos... Que nesses acampamentos tem muita gente que nunca viram como se planta, como ara, como se maneja a terra.

Num cadastramento muito bem feito, municipalizado, que os Estados têm estruturas em todos os Municípios, através das suas Secretarias de Agriculturas e de Reforma Agrária, que poderia se produzir, num curto espaço de tempo. Ali se sabe, o sindicato sabe quem tem aptidões para terra, estão sem-terra, o padre sabe, a igreja sabe, a sociedade sabe. E ele, sabendo... Num cadastro em que ele nos vai dar o norte para saber quantos são os sem-terra, quanta terra nós precisamos para integrar essas pessoas e,

partindo desse princípio, nós teríamos, além de termos o conhecimento profundo do segmento, nós também passamos a eliminar esses movimentos que lhes são justos, muitos deles são justos, são necessários, mas a grande maioria faz com que passem a criar climas.

Veja o que aconteceu essa semana, empresa que pesquisa, que exporta, o país precisa de divisa, precisa de emprego, se destrói como se destruiu material pronto para exportar, em razão de acampamentos que vão... Além de buscar o seu direito, querem também destruir o que os outros produziram. Por isso, eu sou favorável ao requerimento do Senador, do Senador João Pedro, e somos favoráveis a todas as ações que se lutam para isso, mas é muito difícil encontrar solução para a reforma agrária, sem antes conhecermos, profundamente, quem são os sem-terras, aonde temos terra, se é no Município, se é no Estado, se é na União, para terminar de vez por todas, esse problema que se arrasta ao longo do tempo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, queria fazer um pedido a V. Exa., que se fosse possível, solicitar à Secretaria da Comissão distribuir a Medida Provisória e todas as emendas, que já estão em poder da Câmara, para que nós tivéssemos meios para discutir aqui, quando houver a Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Fa-lo-ei.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Agradeço-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em votação, o requerimento do Senador João Pedro, subscrito pelo Senador Romeu Tuma, por um senador ilegível, Flexa, Senador Flexa Ribeiro e o Senador Gerson Camata. Então, com o Senador Neuto de Conto também, ex-Presidente desta Comissão. E com adendo do, da convocação também do Ministro Mangabeira Hunger. Não havendo nenhuma manifestação em contrário, está aprovado o requerimento.

Bom, hoje então, nós concluímos esta reunião com a aprovação das seguintes audiências: Na primeira terça-feira que vem, autoria do Senador Gilberto Goellner, para tratar da crise da carne bovina. Na segunda terça, do Senador Raimundo Colombo, para tratar da crise dos suínos, da carne suína e a terceira terça-feira seguinte...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Crise da terra.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): [risos] Crise da terra. Essa aqui já é a solução, a regularização é a busca da solução. É de autoria do Senador João Pedro, para analisar a MP 458 e a quarta terça-feira é a que eu vou propor aqui, para discutir os fertilizantes. As dificuldades, os entraves, os gargalos que compõem aqui o mercado dos fertilizantes.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não esquecer também da agricultura familiar, que precisa de fertilizante também e tem tido dificuldade de adquirir no mercado varejista.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Correto. Correto. Boa lembrança. Mas não havendo mais assunto a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião e convocando a outra para a próxima terça-feira, enquanto não for mudado o Regimento, nós vamos trabalhando na extraordinária.

Sessão encerrada às 11h02.

ATA DA 3ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 17 DE MARÇO DE 2009.

Às nove horas e quarenta e sete minutos do dia dezessete de março de dois mil e nove, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores: **AUGUSTO BOTELHO, GILBERTO GOELLNER, RAIMUNDO COLOMBO, KÁTIA ABREU, JAYME CAMPOS, OSMAR DIAS, EXPEDITO JÚNIOR, VALDIR RAUPP, ROSALBA CIARLINI E FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Delcídio Amaral, João Pedro, Leomar Quintanilha, Neuto de Conto, Gerson Camata, Lúcia Vânia, Mário Couto e Marisa Serrano. Deixa de comparecer por motivo justificado o Senador Romeu Tuma. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: Audiência Pública, em cumprimento aos **Requerimentos nºs 1 e 4, de 2009–CRA**, ambos de autoria do Senador **Gilberto Goellner**, aprovados em 10/3/09 e 17/3/09, respectivamente, com a finalidade de tratar dos impactos da crise financeira na indústria frigorífica nacional e suas repercussões na pecuária de corte, com a presença dos seguintes convidados: **Deputado Reinhold Stephanes** – Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA**; **Sr. Roberto Giannetti da Fonsêca** – Presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne – **ABIEC**; **Sr. Péricles Salazar** – Presidente da Associação Brasileira de Frigoríficos – **ABRAFRIGO**; **Sra. Senadora Kátia Abreu** – Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – **CNA**; **Sr.**

Antenor Nogueira– Presidente do Fórum Nacional de Pecuária de Corte– Representante da **CNA**; **Sr**. **Márcio Augusto Esmeraldo Montella** – Executivo da Diretoria de Agronegócios do Banco do Brasil – **BB**. Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Osmar Dias, Jayme Campos, Valdir Raupp, Kátia Abreu, Augusto Botelho e Wellington Salgado. Também fizeram o uso da palavra os Deputados Federais Ernandes Amorim e Homero Pereira. **EXTRA-PAUTA: REQUERIMENTO Nº 4, DE 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos do artigo 58, inciso II, da Constituição Federal e do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja incluído no rol dos convidados da audiência pública aprovada pelo Requerimento nº 1, de 2009 – CRA, para tratar dos impactos da crise financeira na indústria frigorífica nacional e suas repercussões na pecuária de corte, o Vice-Presidente de Agronegócios do Banco do Brasil, Sr. Luis Carlos Guedes Pinto. **AUTOR:** Senador Gilberto Goellner. No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores Senadores: Gilberto Goellner e Jayme Campos. **RESULTADO: Aprovado. REQUERIMENTO Nº 5, DE 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requer a participação desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, no encontro a ser realizado no município de Uberaba-MG, durante a realização da 75ª Exposição da Pecuária de Gado Zebuíno – Expozebu 2009, em data a ser definida entre os dias 28 de abril a 10 de maio, a fim de debater o direito de propriedade no Brasil, com a participação do jurista Ives Gandra da Silva Martins, do Professor Doutor Denis Resenfield, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, do Presidente José Olavo Borges Mendes, da ABCZ, Associação Brasileira dos Criadores de Zebu, e desta parlamentar, como Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. **AUTORA: Senadora Kátia Abreu.** No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Kátia Abreu, Gilberto Goellner, Jayme Campos, Osmar Dias, Wellington Salgado e Augusto Botelho. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinco minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Valter Pereira,** Presidente da CRA

3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 17 DE MARÇO DE 2009, ÀS O9 HORAS E 47 MINUTOS.

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do plenário, é dada como aprovada. Não havendo nenhuma manifestação em contrária, portanto, está aprovada.

Comunico a Comissão o recebimento dos ofícios CF1865(F) e 1868/2008, ambos da Primeira Secretaria do Senado Federal, aos quais encaminho informações do Ministro de Estado do Planejamento e do Ministro de Estado da Integração Nacional, solicitadas por meio dos requerimentos número 190 e 191 de 2008. Tais requerimentos foram originários do aviso número 26/2006. CN do Tribunal de Contas da União que recomendou a presidência do Congresso Nacional que atentasse para a previsão na Lei Orçamentária anual do mínimo de 20% dos recursos destinados à irrigação para a região centro-oeste em cumprimento ao Art. 42.1 do ato das disposições constitucionais transitórias. Vale lembrar que referido aviso do TCU foi relatado pelo Senador Jonas Pinheiro e em seu parecer aprovado pela Comissão de Agricultura. Concluiu por oficiar vários órgãos do governo sobre o cumprimento do dispositivo constitucional.

Sobre a mesa há requerimento do Senador Gilberto Goellner, no qual solicita em aditamento ao requerimento número 1 de 2009 CRA, seja convidado o vice-presidente do agronegócio do Banco do Brasil, Dr. Luiz Carlos Guedes Pinto, para que seja incluído no rol dos convidados desta Audiência Pública. Em votação o requerimento. Eu gostaria antes de colocar em votação, de informar que nós deferimos *ad referendum* desta votação o referido requerimento. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Não havendo manifestação em contrário, está aprovado por unanimidade.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública em cumprimento aos requerimentos números: 1 e 4/2009 da CRA, ambos de autoria do Senador Gilberto Goellner, com a finalidade de tratar dos impactos da crise financeira na indústria frigorífica nacional e suas repercussões na pecuária de corte. Com a presença dos seguintes convidados que, desde já, estão convidados para comparecer a este recinto.

Já o convidei para participar da Mesa, o primeiro a se pronunciar sobre o assunto para o qual fora convidado, o Exmo. Sr. Ministro da Agricultura Pecuária e Abastecimento, o Ilustre Deputado Reinhold Stephanes. E os demais convidados vão ficar na sessão enquanto aguardam as suas... A vez de cada um usar da palavra. São os senhores...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu até acho que era bom inverter o primeiro porque... [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, os demais convidados, Roberto Giannetti da Fonseca, Presidente da Associação Brasileira de Indústrias Exportadoras de Carne, ABIEC. O Sr. Péricles Salazar, Presidente da Associação Brasileira de Frigoríficos, ABRAFRIGO. A Senadora Kátia Abreu que já está presente, presidente da Confederação Nacional da Agricultura. A Sra. Rosemeire Cristina dos Santos, assessora técnica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. O Sr. Márcio Augusto Esmeraldo Montella, diretor, gerente executivo da Diretoria de Agronegócio do Banco do Brasil.

E nós vamos... Antes de passar a palavra aos expositores, nós vamos fazer uma breve digressão sobre a metodologia de trabalho desta sessão.

É sobejo que a crise financeira está afetando o setor, o setor produtivo de carne de nosso país. O setor produtivo, de maneira geral, especialmente a pecuária. E em razão disso, a Comissão de Agricultura e Pecuária e Reforma Agrária acolheu o requerimento do Senador Gilberto Goellner para ouvir, não só o setor, como também agentes do Governo Federal, incluindo o ministro, o Ilustre Ministro Reinhold Stephanes para se posicionar sobre o assunto.

A preocupação decorre do fato de que há uma... Um movimento nessa área frigorífica que preocupa a muitos, não só em razão dos prejuízos que tem causado aos produtores que fornecem carne aos frigoríficos, como também em consequência do volume de desemprego. O prejuízo é de grande monta, fala-se em 500 milhões de reais só em frigoríficos da região centro-oeste e o desemprego também já se fala na casa de milhares e milhares de postos de trabalho que estão sendo registrados, que estão sendo registrados como perdas. Há números que preocupam, inclusive, porque se fala em mais de 50 mil postos de trabalho que estão ficando vazios.

É claro que uma crise dessa monta não poderia passar em brancas nuvens por esta Comissão que tem a responsabilidade de debater as questões relacionadas à pecuária. E em razão de tudo isso, está aqui instalada esta sessão onde nós vamos ouvir, inicialmente, os representantes do setor para depois ouvirmos a palavra do ministro, já que da exposição que será feita por cada um dos representantes que aqui foram convidados para debater o assunto, poderão surgir notícias que exigirão intervenções do ministro para responder e anunciar providências que poderão o seu ministério, promover. De sorte que nós abriremos a primeira exposição com a palavra do representante da ABIEC, Sr. Roberto Giannetti da Fonseca.

Não estando presente, nós convocamos o representante da ABIEC. Outro representante chamado foi o Sr. Péricles Salazar da ABRAFRIGO. Está presente. Nós convidamo-lo para participar desta mesa e fazer a sua exposição. Nós convidamos também o Sr. Antenor Nogueira, presidente do Fórum Nacional da Pecuária de Corte que vai representar a CNA para participar da Mesa. Passaremos a palavra, portanto, ao primeiro... Então, com a palavra o Sr. Péricles Salazar. O Sr. Péricles Salazar é Presidente da Associação Brasileira de Frigoríficos, a ABRAFRIGO.

SR. PÉRICLES SALAZAR: Bom-dia a todos. Quero, inicialmente, cumprimentar o Senador Gilberto Goellner, o Senador Valter Pereira, o Sr. Ministro Reinhold Stephanes, os Srs. Parlamentares, Senador Osmar Dias, ademais senadores, deputados... Bom-dia a todos.

É uma grande satisfação estarmos aqui hoje, agradeço a oportunidade do convite que foi dirigido à nossa entidade e com muito prazer estamos aqui hoje para discutir essa crise que assola a cadeia produtiva da pecuária de corte nacional.

Quando nós recebemos o convite que o tema era para discutir o momento, a atual conjuntura, porque através, pela qual atravessa a indústria frigorífica brasileira e por extensão toda a cadeia produtiva, eu imaginei que seria uma boa oportunidade para que nós pudéssemos aqui ter um diálogo produtivo, um diálogo bastante interessante que tenha, por fim, realmente beneficiar o conjunto dessa cadeia.

Eu diria que historiando um pouco a partir de 2008, os setores, tanto em nível de produção quanto em nível da indústria, vinham trabalhando normalmente. As exportações vinham se verificando num ritmo ascendente, o abastecimento interno correndo de forma normal, porém... o abastecimento de carne, porém, nós já, na indústria, verificávamos a indisponibilidade, eu diria, uma indisponibilidade de bovinos terminados para o abate. A indústria já se ressentia da falta de matéria-prima para abate. Isso até o mês de setembro quando chegou a crise financeira internacional.

E qual a razão dessa pouca oferta de animais para abate que estávamos verificando em todas as regiões do Brasil? Como todos recordam, nós tivemos, no ano de 2005, um problema de febre aftosa, até hoje discu-

tida no nosso estado, no Estado do Paraná, e que por extensão também atingiu primeiramente o Estado do Mato Grosso do Sul, depois o Paraná, e o Ministério da Agricultura entendeu, como rege o regulamento, considerar os Estados e a própria OIE determinou isso que os estados vizinhos fossem impedidos de exportar.

E assim, muitos estados, foram impedidos de exportar carne bovina. E, a partir dali, o preço reduziu muito para o produtor. Eu diria isso a partir do início do ano de 2006. Então, nós tivemos em 2006 e 2007, baixos preços pagos ao produtor. Estes preços baixos desestimularam a atividade pecuária e fizeram com que muitos pecuaristas migrassem para outro campo de atividade que era o etanol. Arrendar suas terras, suas fazendas para a produção de cana. E muitos desistiram da atividade pecuária.

Também houve um forte processo de matança de matrizes. O descarte de matrizes. Muitas matrizes foram sacrificadas nesses dois anos. E, evidentemente, que num prazo maior, num prazo mais longo, nós, inevitavelmente iríamos sentir os efeitos dessa, desse descarte de matrizes.

SRA. SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, pela ordem. Desculpa a interrupção, Sr. Péricles, mas eu gostaria de fazer-—

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

SRA. SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigado, presidente. Eu gostaria que V. Exa. pudesse pedir à Secretaria da Comissão para que ligasse na presidência da ABIEC e tentar ver o que aconteceu, porque eu acho a nossa Audiência Pública está bastante prestigiada, mas eu acho que a presença da ABIEC aqui é fundamental e eu tenho notícia que eles confirmaram a vinda até aqui. Então enquanto os nossos convidados, outros, estivessem falando, nós poderíamos tomar informação -—

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Invertemos a ordem dos expositores para dar um pouco de tempo a fim de que ele chegue, mas eu vou tomar providência sugerida por V. Exa.

SRA. SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigado, presidente, desculpe, Sr. Péricles.

SR. PÉRICLES SALAZAR: Obrigado, senadora. Então, como vinha comentando, esses dois fatores combinados, tanto o descarte de matrizes pela desmotivação do produtor, como também a migração de uma atividade para outra, fizeram que, já no segundo trimestre do ano de 2008, a indústria brasileira começasse a sentir os reflexos dessa combinação de fatores, e começou a faltar boi para abate nas indústrias brasileiras. E pela lei da oferta e procura, o preço do boi começou a aumentar. Então nós estávamos praticando um preço até o mês de setembro de 2008, os preços estavam razoavelmente satisfatórios para o produtor.

Eu, inclusive, tive a oportunidade de no mês de agosto de 2008 fazer uma visita a alguns importadores russos, no mês de agosto, e lá nós recebemos muitas críticas dos preços que o Brasil vinha praticando para o mercado Russo. Os russos já se ressentiam dos preços elevados, mas como eles precisam, e precisavam comprar a carne brasileira, principalmente carne de dianteiro para a fabricação de embutidos, eles continuavam comprando. E nós viemos vindo até o mês de setembro nessa conjuntura de preços elevados para o consumidor. E também preços que eu considero satisfatórios remuneradores para o produtor. Tanto que estes preços para o produtor começaram a inverter a lógica do processo. Os produtores já com o preço mais elevado começaram a reter as matrizes nas suas propriedades, o que tanto para os produtores, quanto para as indústrias é um processo extremamente positivo para todos nós. Até porque a indústria precisa do animal no curtíssimo prazo, no médio e no longo prazo.

Quando a crise financeira internacional chegou a partir de 15 de setembro, com a quebra do Banco Lehman Brothers, logo os efeitos da crise se espalharam para a atividade pecuária. Principalmente a cadeia da pecuária de corte. E aí nós começamos a realmente sentir os efeitos negativos da crise.

O efeito perverso do fechamento das torneiras dos bancos inibindo todo e qualquer financiamento para capital de giro; para investimentos e principalmente, nos Adiantamentos de Contratos de Câmbio, os ACC, fizeram com que a indústria brasileira que sempre foi muito dependente do crédito, principalmente do ACC, fizeram que a grande indústria brasileira realmente tivesse sofrido um baque muito grande.

As exportações no trimestre: outubro, novembro, dezembro de 2008, praticamente despencaram. Os efeitos da crise também repercutiram intensamente na Rússia. Isso porque o rublo se desvalorizou, tornou mais cara a importação da carne brasileira, que já era cara para eles, e ficou mais cara ainda. E combinado também com uma, um enxugamento da liquidez no sistema financeiro russo, também fez com que os créditos para os importadores diminuíssem a tal ponto de que as nossas exportações para a Rússia, o nosso principal parceiro comercial na carne bovina, diminuíssem drasticamente no trimestre: setembro, outubro e novembro.

Como todos sabem a própria União Europeia, pelas informações que temos, pela defesa dos seus mercados, colocando restrições à carne brasileira por questões de rastreabilidade, SISBOV, que eu, particu-

larmente entendo que são restrições muito mais comerciais do que técnicas, também, a União Europeia suspendeu fortemente as suas importações da carne brasileira.

Então, os dois principais parceiros comerciais do Brasil, a Rússia e a União Europeia, praticamente fez com que as nossas, embora nós exportemos para mais de 150 países, mas estes dois, estas duas regiões concentram a grande maioria, a grande parcela das nossas exportações, fizeram com que nós tivéssemos aí, uma... Um problema verificado, principalmente, nos grandes frigoríficos exportadores.

Os grandes frigoríficos exportadores diante da impossibilidade de exportar, pelos motivos já mencionados, e como não podem fechar suas plantas, precisam redirecionar suas produção. E essa produção foi redirecionada para o mercado interno.

Então o excesso de carnes, principalmente carnes de traseiro, que é a carne de primeira, foi dirigido aos supermercados nesse final e início de ano. Tanto que todos nós tivemos a oportunidade de verificar os preços que estavam sendo praticados nos supermercados brasileiros do filé mignon e do contra filé. Preços muito baixos em função dos estoques elevados que eram direcionados para a exportação, não foram, e foram direcionados para o mercado interno.

A Lei da Oferta e da Procura é infalível. A combinação desse excesso de oferta no mercado interno fez despencar os preços no atacado brasileiro. Infelizmente não acompanhado na mesma proporção no varejo, no grande varejo brasileiro.

Então, a nossa preocupação hoje, com relação à crise que se instalou, não é uma crise que diga respeito a apenas os grandes frigoríficos. A crise se instalou em todo o país. Lá mesmo no meu estado, semana passada, tivemos, infelizmente, uma pequena empresa, pequena, média empresa que fechou, suspendeu seus abates em Tapejara e que infelizmente vai ter que, se a situação não melhorar, vai ter que demitir seus funcionários. Isso tem ocorrido em todo o país.

ABRAFRIGO estima hoje que nós temos 50 plantas com seus abates paralisados, e dentro dessas 50 nós já temos as plantas, inclusive, somadas as plantas do Frigorífico Independência, que foi o caso de maior repercussão no país hoje.

Essas 50 plantas que suspenderam a sua produção, uns fecharam de forma definitiva, outros suspenderam de forma temporária, essas plantas, elas possibilitam um abate mensal em torno de 30 mil cabeças de bovinos por mês. E pelas estimativas que temos, somam aproximadamente 15 mil empregos. 15 mil empregos.

Nos últimos 20 dias, em algumas regiões do país, inclusive no meu estado, no Paraná, o preço do boi diminuiu ao produtor. Diminuiu ao produtor porque também o mercado atacadista reduziu o seu preço pelo excesso de oferta que estava ocorrendo. Mas os preços, embora tenham diminuído ao produtor, ainda estão bem distantes daquele preço verificado em 2005 de 42 reais a arroba que nós verificávamos quando da deflagração do processo sanitário, aftosa, no meu estado, no Paraná.

A crise hoje é comum a todos, a toda a cadeia produtiva. Eu diria que se a indústria brasileira está com dificuldade, e continua com dificuldades de fazer escalas longas, hoje o frigorífico brasileiro faz escala de bois com dois dias, no máximo três dias, porque não tem boi em quantidade suficiente para preencher suas escalas de longo prazo. Quando me refiro a longo prazo, coisa de escala de 15 dias para frente.

Portanto, se a indústria ela se encontra num momento de dificuldades, essas dificuldades foram ainda mais exacerbadas quando nós verificamos o pedido de recuperação judicial do Frigorífico Independência. Por quê? Porque é natural, é natural que uma, um grupo deste porte, com um grupo que cresceu com méritos, porque cresceu com méritos, tenha repercussões intensas na cadeia produtiva. Evidente que os pecuaristas, e eu vejo isso como uma reação absolutamente normal, que os pecuaristas, no país todo, e nós estamos sentindo isso nas nossas plantas, que os pecuaristas tenham medo de vender o boi a prazo para os frigoríficos.

Normalmente, normalmente, isso em termos normais – embora nós verifiquemos que existem vários tipos de negócios – mas, em média, o preço do boi é comercializado com 30 dias de prazo. E o frigorífico, também, por sua vez, concede o seu prazo ao grande varejo. O que nós estamos verificando hoje? Um receio profundo e generalizado, compreensível, por parte dos produtores brasileiros, de vender o seu boi à vista. O seu boi a prazo, tentando fazer com que as empresas comprem e pagam à vista. Este é um efeito muito perverso, principalmente para a pequena e média empresa que não tem capital de giro suficiente para bancar o pagamento de boi à vista e vender a prazo como querem os supermercados. Esse é um problema muito sério.

Outro efeito decorrente do problema que se verificou no Frigorífico Independência foi o mercado financeiro. Que se já estava fechado por força das circunstâncias da crise financeira internacional, fechou mais ainda. As restrições aumentaram muito mais e as garantias solicitadas também aumentaram na mesma proporção da crise. Ou seja, nós entramos todos em

parafuso. Tanto o grande frigorífico, a grande indústria, quanto o pequeno e médio frigorífico.

Qual a saída para isso? Eu confesso que não tenho, discutimos muito isso dentro da nossa entidade, como diversos sindicatos espalhados pelo país, nós não temos ainda uma solução. Foi com muita surpresa, com muita surpresa que ontem vimos a publicação no jornal valor econômico a informação de que o governo prepara uma, um pacote para socorrer frigoríficos. Até então, pelo que eu saiba, nós, nenhuma das entidades conseguiu, tinha conseguido conversar com o Presidente Lula, embora solicitações tivessem sido feitas para isso. E o Presidente Lula se reuniu – pelo que diz no jornal – na quarta-feira, e teria, teria, porque é informação do jornal, tomado a decisão de preparar o pacote.

Eu quero colocar aqui a posição da nossa entidade, da ABRAFRIGO em relação a esse pacote, e ontem eu passei o dia inteiro conversando com a imprensa do país todo sobre esse assunto. A ABRAFRIGO sempre foi, antes, contrária a qualquer tipo de participação acionária do BNDES em setor frigorífico. Sempre foi. [soa a campainha]. Até porque nós entendemos que se nós temos um registro do Ministério da Agricultura, a informação que temos que são 750 plantas registradas no SIF, no Serviço de Inspeção Federal, entre pequenas, médias e grandes empresas, por que o BNDES tem que participar acionariamente do capital dessas grandes empresas? Já éramos contra isso. Já formulamos, inclusive, demandas junto ao BNDES manifestando a posição contrária dos pequenos e médios frigoríficos que a ABRAFRIGO representa em todo o país.

Essa surpresa que tivemos ontem nos causou um espanto total. Um total espanto. Por que elitizar o crédito? Por que socorrer empresas que, sabidamente, ao lado de problemas conjunturais e estruturais que sabidamente também cometeram erros estratégicos internos? Por que capitalizar o lucro e socializar o prejuízo? Por que é que o BNDES ou o Banco do Brasil têm que colocar mais dinheiro numa empresa, ou nas empresas que pediram... que fizeram peita pedido de recuperação judicial? Por que é que uma meia dúzia, uma dúzia de empresas tem que ser priorizada? Quando se fala na matéria que o objetivo é socorrer frigoríficos, leia-se grandes frigoríficos. Ninguém está pensando em socorrer o pequeno e o médio empresário da indústria frigorífica brasileira.

Nós corremos todos os riscos. O processo de, o processo que ocorreu ao longo dos dois últimos anos com o crescimento vertiginoso dos grandes frigoríficos brasileiros, eu diria isso até prazerosamente, porque cresceram por seus méritos próprios. Cresceram quando o sol brilhava a todos e eles todos tiveram o mérito de crescer com muita competência. Por que agora, na sombra, quando erros internos foram cometidos dentro das empresas. Por que é que o governo tem que socorrer essas empresas? Se tiver que socorrer a grande indústria, é necessário atentar para o universo de pequenas e médias empresas que abastecem 70% do mercado interno brasileiro.

Então, eu quero aqui manifestar, e isso foi objeto, ontem, de uma ampla discussão, dentro da nossa entidade, pelo Brasil todo. Muitas pessoas me ligaram de norte a sul do país, manifestando a indignação, e aqui eu sou o porta-voz dessas empresas, desses sindicatos, a indignação da pequena e média empresa brasileira para o pacote de socorro que se pretende dar aos grandes frigoríficos.

Eles souberam crescer quando os ventos sopravam a favor. Devem se virar quando os ventos sopram contra. Com certeza eles vão, e têm competência para isso, todos eles, têm muita competência para isso, vão redirecionar os seus negócios, vão escolher os melhores instrumentos para sair da crise, terão que cumprir os seus compromissos com os produtores brasileiros para que o efeito não seja danoso ainda mais ao conjunto, à grande maioria do setor frigorífico. E terão que formular um norte para sair da crise. [soa a campainha] Mas sem que o BNDES, sem que o Banco do Brasil, com o dinheiro público, com o nosso dinheiro, financie essa atividade para sair da crise.

Nós, e aqui, prezados senadores, prezado ministro, caro Roberto, nós, a ABRAFRIGO, ontem, consultando todas as suas bases, sou o porta-voz da entidade, nós nos manifestamos absolutamente contrários dessa intervenção financeira do governo nos frigoríficos. Acredito que nós possamos adotar outros procedimentos. Acredito que nós podemos, como até já nos permitimos fazer, vamos pedir ao senhor ministro, para que convocasse a cadeia produtiva, para que chamasse a CNA, a sociedade rural brasileira, chamasse a ABIEC, chamasse a ABRAFRIGO. Discutisse os problemas, diagnosticasse os problemas e nós, juntos, acharmos soluções que não passem por esse tipo de solução, porque isso não será. E nós sabemos que a injeção financeira nas empresas que pediram recuperação judicial não será o remédio adequado para combater a crise. O problema é muito mais estrutural do que conjuntural.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Giannetti, eu vou conceder-–

SR. PÉRICLES SALAZAR: Péricles.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Péricles, aliás. Vou lhe conceder um minuto para concluir o seu raciocínio já que nós temos outros expositores.

SR. PÉRICLES SALAZAR: Perfeito. Como todos sabem, é do conhecimento de todos, de que a entidade, a ABRAFRIGO, juntamente com a ABIEC, nós já há mais tempo, temos insistido na desoneração tributária do PIS/COFINS, uma distorção tributária do PIS/COFINS que existe. Se nós compararmos aquilo que seria o benefício fiscal para o setor, para o que se está falando, que se disse no jornal valor econômico de ontem, é uma ninharia a correção da distorção tributária do PIS/COFINS.

Eu quero, eu quero agradecer, agradeço bastante a oportunidade do convite e me coloco à disposição de todos para o que for necessário. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradecemos o Sr. Péricles pela exposição feita. Manifestando a posição da ABRAFRIGO. E registramos a presença do Sr. Giannetti, Roberto Giannetti, que já está compondo a Mesa e a seguir passamos a palavra a ele para que faça a exposição acerca da visão que a ABIEC tem sobre essa conjuntura que nós estamos atravessando.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador [ininteligível].

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu gostaria que V. Exa., naturalmente transmitisse aos convidados, o número de minutos que eles vão ter direito a oportunidade de falar, para que nós possamos ter uma oportunidade ímpar de ouvir os demais convidados. Caso contrário...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É pertinente, é pertinente...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A manifestação pela ordem, nós vamos fixar o prazo que foi dado ao primeiro de 10 minutos. Está registrado lá.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Gostaria de registrar aqui a presença dos deputados: Homero Pereira, PR do Mato Grosso, Deputado Hernandes Amorim, PTB de Rondônia, bem como a presença do presidente da Sociedade Rural Brasileira, Dr. Cesário Ramalho e do presidente da ASSOCON, Associação Nacional dos Confinadores, Dr. Ricardo Merola.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra o Sr. Giannetti, representante da ABIEC.

SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA: Muito bom-dia, bom-dia Sr. Presidente, bom-dia Sr. Ministro Reinhold Stephanes, Srs. Parlamentares, senhores e senhoras aqui presentes.

É uma satisfação poder dar esclarecimentos a essa Casa, nessa Audiência Pública, a respeito da situação da indústria da carne bovina no Brasil. Ouvi atentamente aqui as palavras do meu colega Péricles Salazar, presidente da ABRAFRIGO. Cheguei na metade da exposição dele, mas suficiente para ouvir algumas das ponderações que ele colocou. Certamente nós vivemos, hoje, um momento preocupante, turbulento da economia internacional e, evidentemente, que o setor da carne bovina já apresenta os efeitos dessa crise internacional que experimentamos.

É bom lembrar que a indústria da carne bovina brasileira, ela tem feito, tem tido o desempenho espetacular nos últimos 10, 15 anos. Ela é composta de empresas que nasceram de forma muito modesta no interior do nosso país, por empreendedores que arriscaram desde a sua origem, desde o início, e eu os conheço, muitos, desde essa época, arriscaram todo o seu capital, todo o seu trabalho, anos de vida para criar empreendimentos que hoje são vencedores. Por exemplo, para citar o caso específico do Frigorífico Independência – que foi aqui, nominalmente citado pelo Péricles – O Frigorífico Independência nasceu pela iniciativa do seu fundador, Antoninho(F) Russo, eu primeiro montou em Charqueada, no interior de São Paulo, e modestamente começou a partir de Charqueada a desenvolver uma indústria de carne bovina que hoje se apresenta entre as melhores do mundo. O mesmo poderia dizer das outras empresas que hoje são associadas da ABIEC, que são cerca de vinte e uma empresas, e que representam cerca de 80% das exportações de carne bovina realizada pelo Brasil.

O Brasil se tornou, nos últimos anos, senhores, o maior exportador mundial de carne. Eu participei, na qualidade de Secretário-executivo da CAMEX, do governo brasileiro na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso. E tive oportunidade, naquela época, com o Secretário-executivo da CAMEX, de me aprofundar e entender da situação da competitividade do setor da carne bovina no Brasil. E de apoiar, na medida do possível, com as ferramentas, os mecanismos que dispúnhamos para que esse setor aumentasse a sua, o seu coeficiente de exportação, resolvesse os problemas financeiros, tributários, que ainda ocorrem, mas que foram em parte resolvidos, e o setor passou de 1 bilhão de dólares em 2001 para cerca de 5 bilhões e 300 milhões de dólares que fechou o ano de 2008. Exportando para 150 países. São poucos os países, apesar de importantes, em que a carne brasileira não tem acesso. Entre eles, citamos os Estados Unidos, o Japão, a Coreia, até recentemente o Chile, vamos

poder agora voltar a exportar, mas o Brasil conseguiu conquistar uma posição ímpar no mercado internacional da carne e hoje, do comércio internacional da carne o Brasil detém o *marketing share* de 33%. Ou seja, de cada 3 quilos de carne exportada no mundo, uma é brasileira.

Quais os benefícios disso para o país? Primeiro: a geração de empregos. Mais do que tudo. Estamos falando de centenas de milhares de empregos criados na indústria da carne bovina e que trouxe para vários estados brasileiros a instalação de importantes unidades industriais criando valor agregado à carne, não simplesmente vendendo a carne *in natura*, mas também carne industrializada e produtos derivados de carne, fazendo com que o Brasil pudesse também agregar valor ao seu produto.

Segundo lugar: valorizou a pecuária brasileira. As pessoas, às vezes, não pensam o que aconteceria com a pecuária brasileira se nós não tivéssemos exportando esse volume de carne que hoje nós exportamos. Se toda essa podo produção fosse destinada ao mercado interno, o que aconteceria seria uma depressão fantástica dos preços, tanto da carne, quanto da pecuária, trazendo certamente a inviabilidade para muitas das operações que hoje existem.

O que está ocorrendo atualmente é que exatamente pelo sucesso que essas empresas tiveram de investirem pesadamente, alavancando empréstimos no Brasil e no exterior, comprando empresas em dificuldade no Brasil e no exterior, aumentando o ritmo da sua produção e de abate, elas se tornaram, evidentemente, vulneráveis a uma crise que tem um nome: crédito financeiro. No momento em que o crédito financeiro se tornou escasso e caro, obviamente todas as empresas em qualquer setor, e inclusive na carne bovina, passaram a viver dificuldades.

Como funciona o crédito de capital de giro na indústria da carne bovina? Isso, igualmente, tanto faz para o frigorífico grande quanto o médio, o pequeno que o meu amigo Péricles Salazar representa. Eles trabalham, evidentemente, com crédito de curto prazo. No caso da exportação, chamado adiantamento de contrato de câmbio com fontes externas. De repente, esse crédito, da noite para o dia sumiu. A empresa ia ao banco e o banco dizia o seguinte: "Não, eu não tenho mais crédito para lhe dar. Você pague o valor que lhe foi emprestado e na melhor das hipóteses eu vou te renovar por 30 dias. Vou arrolar por 30 dias contratando um novo ACC igual ao valor anterior".

Então, o financiamento que era de 180 dias, que é o prazo da ACC, passou a ser de 30. E o custo que era de 5, 6% ao ano em dólar passou a ser de 15, às vezes até 20. No mês seguinte, isso foi em outubro, no mês seguinte o frigorífico voltava ao banco e dizia: "Bom, agora parece que a situação está melhorando, o Banco Central está dispondo de parte das reservas, vamos renovar então as linhas para 180 dias". O banco dizia: "Não, eu estou inseguro quanto ao desempenho do seu setor. Vamos renovar de novo para 30". Então o valor de outubro e novembro, em vez de ser renovado por 180 dias eram mais 30, caía em dezembro. Chegava em dezembro, mais 30. Então o valor de outubro, novembro, dezembro, janeiro passava a ser tudo 30 dias. E assim foi. O que era curto virou curtíssimo prazo. A dívida de capital de giro das empresas hoje é toda vencida, vencível a 30 dias. E ao custo de duas a três vezes maiores do que era anteriormente.

Então, o primeiro problema é essa questão do crédito, de fato, o Banco Central dispôs de reservas externas para financiamento do comércio exterior brasileiro. O fato é que os bancos não estão dispostos a dar crédito. Eles não estão passando esse crédito, o crédito não chega na mão da empresa. Esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto: quem são os nossos principais importadores? Os nossos principais importadores são países em desenvolvimento. Por incrível que pareça, quer dizer, fora a União Europeia que foi um grande importador, está tornando agora de novo a ser com processo da extrabilidade que está crescendo, o nosso maior importador hoje é a Rússia. Depois temos vários países do Oriente Médio importantes, o Egito, a Arábia Saudita, a Argélia, Israel, Irã... Depois temos a Venezuela, enfim, esses... A Rússia, principalmente, está vivendo um processo de crise talvez mais grave entre todos os países em desenvolvimento. A Rússia perdeu 170 bilhões de dólares de reserva e mesmo que as empresas lá estejam com capacidade de pagamento em moeda local, o atraso verificado para as remessas é superior a 60 dias. Então, passamos a ter também não inadimplência, vamos deixar claro, mas atraso no pagamento dos importadores. Atraso esse que, evidentemente, agrava a questão de capital de giro aqui, porque o fluxo de caixa deixou de contar, em parte, com a entrada do crédito de curto prazo dos bancos, que ficou todo de 30 dias e o atraso de pagamento dos importadores.

E, finalmente, senhores, uma terceira razão veio combinar simultaneamente com as outras duas para retirar o capital de giro das empresas. E essa é, de fato, de uma forma lamentável, que é os créditos tributários acumulados nos balanços das empresas, tanto Federal, quanto Estadual. Verifiquem os balanços, alguns são públicos. [soa a campainha]. Estão aí à disposição pela Internet ou publicado nos jornais, nos principais jornais.

Os créditos tributários de PIS/COFINS e de ICMS que essas empresas dispõem são de centenas de milhões de reais cada uma. Por quê? Porque não se respeita no Brasil a Constituição que diz que a exportação tem Imunidade Tributária. Tanto o Governo Federal quanto o Estadual, teimam em querer cobrar impostos dos exportadores. O PIS/COFINS não é dado liquidez. Agora até recentemente o Governo Federal colocou uma cláusula, um artigo na medida provisória 449 que proibia a compensação do PIS/COFINS com qualquer outro imposto que não o próprio PIS/COFINS.

Então, se a empresa tem um alto coeficiente de exportação, portanto, no mercado interno ela não tinha muito como compensar PIS/COFINS, ela simplesmente ia empossando crédito tributário, retirando a capacidade de liquidez dela para fazer frente aos seus compromissos. No Governo Estadual é a mesma coisa. As empresas comprando carne com osso de determinados estados; levam para outro para fazer a industrialização; a desossa, e os estados não reconhecem o ICMS transferido de um estado para outro, o que constitucionalmente é absolutamente inaceitável.

Então vivemos um problema de crédito tributário que é um verdadeiro pesadelo. As empresas não conseguem dar liquidez aos créditos tributários que dispõem.

Normalmente, as empresas têm hoje um coeficiente de exportação da ordem de 30 a 70%. Dentre os associados da ABIEC, portanto, elas têm um forte componente de exportação. Se nós não resolvermos o problema de crédito tributário de forma relativamente satisfatória, eu temo de que elas vão ser quase que compulsoriamente obrigadas a reduzir o coeficiente de exportação por um problema de capital de giro, jogar mais carne no mercado interno, e aí todos nós vamos ter imenso prejuízo, Péricles, e a pecuária vai ter prejuízo também porque vai cair a demanda agregada total, porque nós não vamos poder abater o mesmo volume de gado que estamos vindo abatendo até hoje.

Então, a exportação é hoje uma variável necessária, não é mais uma opção: vamos ou não exportar. Se nós não exportarmos um volume significativo da produção de carne bovina brasileira significa um grande prejuízo à indústria da carne e à pecuária brasileira.

Mas eu quero terminar aqui as minhas palavras, Sr. Presidente, se me conceda mais um minuto, já estamos chegando aqui nos 10 minutos, que o principal problema que nós temos hoje, eu lamento que o Péricles tenha uma visão desse pequeno e grande frigorífico como se fossem coisas distintas, porque o BNDES está aberto para todos; se a empresa pequena ou média for competente, tiver o balanço em dia, os documentos em ordem, vai lá e consegue ter acesso também ao dinheiro do BNDES. Aqui não há distinção, Péricles, de empresa grande, pequena ou média. O BNDES tem recursos do fundo de amparo ao trabalhador, em primeiro lugar, para manter o nível de emprego desse país. Se nós empregamos centenas de milhares de pessoas, e o BNDES tem a disposição de apoiar setores sérios, organizados, formais da economia brasileira, deve fazê-lo sim. Como está fazendo nos Estados Unidos, na Europa e com os outros países, os seus governos. Com o dinheiro, recurso público e privado que se dispõe num momento ao apoiar medidas anticíclicas, necessárias para mantermos a nossa posição de liderança na produção de carne do Brasil, do mundo.

Mas eu quero dizer aqui que o nosso principal inimigo ele não citou aqui, que é o abate clandestino. Senhores, cerca de 35 a 40% do gado abatido no Brasil é abatido sem fiscalização sanitária, é abatido com sonegação de todos os impostos e, portanto, não... Representa uma concorrência desleal, que nós temos que conviver no dia-a-dia. Pagam, às vezes, até alguns trocados a mais para o pecuarista, o pecuarista acha bom, claro, está vendendo um preço um pouco melhor, mas dali para adiante é tudo na sonegação e sem fiscalização sanitária. Nós temos que colocar a indústria formal organizada pequena, média e grande como uma prioridade para realmente ocupar o espaço da produção de carne do Brasil de uma forma séria, responsável. E se há um combate a ser feito aqui é em cima do abate clandestino que ainda ocupa uma parcela significativa do abate do gado bovino no Brasil.

Essa é a principal bandeira que eu acho que nós deveríamos defender para organizar a indústria da carne bovina do Brasil de uma forma correta. [soa a campainha] Muito obrigado pela atenção.

SR. SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Osmar Dias.

SR. SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É que ainda falta lá um minuto para o tempo do Sr. Roberto, foi bom, né, que terminou antes. Mas poderia aproveitar esse minuto, se fosse possível responder uma pergunta só, dentro desse tempo. A quem devem os associados da ABIEC e quanto é a dívida de curto prazo?

SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA: Bom, eu não tenho a resposta de todos os associados, né? Eu não tenho... São 21 empresas, mas certamente eles devem a bancos, primeiro lugar, a pecuaristas, que evidentemente têm lá o seu fluxo de abate com eles, a sua escala de abate, e creio que alguns têm dívidas tributárias também. Mas eu diria que essas são as três

principais contas que eles têm. Devem a pecuaristas, a bancos e a dívidas tributárias.

SR. SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): E o valor?

SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA: Eu não saberia dizer, Senador. Não poderia chutar um número aqui para o senhor sem ter certeza, porque eu não tenho um balanço consolidado do setor, eu não tenho.

SR. SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É mais ou menos 700 milhões?

SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA: O senhor diz geral, de todas?

SR. SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É.

SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA: Não, é mais. É mais do que isso. É mais do que isso, com certeza. Bem mais do que isso.

SR. SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É? Eu falei 700 só para saber quanto era. [risos].

SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA: Não, é bem mais do que isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O Senador Osmar Dias fez uma pergunta que é pertinente e, aliás, o senhor daria uma contribuição muito grande para essa Comissão se conseguisse compilar todos esses números, até porque, para se apreciar qualquer socorro ao setor é preciso que se tenha a notícia mais próxima possível da realidade. Então se o senhor puder levantar através da sua entidade e mandar para a Comissão seria muito oportuno. Nós agradecemos.

SR. SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Viu, presidente, mesmo porque, para que essas empresas se candidatem ao pacote, não é bem pacote, porque o Presidente Lula não gosta dessa palavra, mas o programa de apoio aos frigoríficos, elas vão ter que apresentar seus balanços e todas as conta em dia. Entre elas, quanto elas devem e para quem. Então seria bom já que fosse agilizado esse levantamento para a Comissão tomar conhecimento e a Comissão poder opinar também a respeito da opinião do Sr. Péricles e do Sr. Roberto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Correto. Eu acho que é pertinente o enfoque de V. Exa. Ao agradecer ao Dr. Roberto Giannetti pelos esclarecimentos prestados, nós anunciamos agora o próximo expositor que é o Sr. Antenor Nogueira, que é presidente do Fórum Nacional da Pecuária de Corte, e que aqui representa a CNA e o faz por designação de sua presidente Senadora Kátia Abreu que preferiu participar desta sessão enquanto senadora, na condição de parlamentar permitindo que o representante da CNA falasse pela entidade. Com a palavra, o Sr. Antenor Nogueira.

SR. ANTENOR NOGUEIRA: Bom-dia a todos. Bom-dia Sr. Presidente, Senador Valter, bom-dia Senador Gilberto, bom-dia ministro, Reinhold Stephanes, outros palestrantes, Roberto, Péricles. Bom, inclusive eu, nós estávamos reunidos Srs. Senadores, Srs. Ministros, nós estávamos reunidos na CNA agora cedo, preocupados com toda essa, esse problema que nós estamos vivendo, os pecuaristas.

Eu quero dizer ao Senador Osmar Dias que 700 milhões é só a dívida hoje, hoje, dos frigoríficos que estão em recuperação judicial. Só eles devem 700 milhões para os pecuaristas. E eu queria dizer aos senhores, que nós estamos muito preocupados, nós temos feito reuniões em diversos estados, temos, foi feito reunião no Mato Grosso, foi feito reunião em Goiás, Mato Grosso do Sul, e nós estamos colhendo essas informações que estão chegando dos estados para que a gente pudesse fazer uma reunião hoje, aqui em Brasília, do Fórum Nacional de Pecuária de Corte, lá na CNA, onde a gente poderia discutir tudo o que está acontecendo. Quando a senadora pediu que nós representássemos aqui hoje, com muito prazer, e eu queria dizer aos Srs. Senadores, às autoridades, que está presente aqui todos os representantes dos estados, eu fiz questão de trazê-los aqui, de todos os estados produtores de bovino, de gado de corte do país, estão aqui conosco. Estão também alguns técnicos da pecuária de corte, do CEPEA, da USP de São Paulo, e que também mais tarde se precisar poderá dar alguma contribuição.

A CNA, a CNA, nós tivemos a oportunidade de estar, alguns dias atrás, em São Paulo e aqui em Brasília com o Dr. Roberto Giannetti. Não tivemos com o Péricles, mas estivemos com o Dr. Roberto, onde foi colocado para nós algumas posições dos frigoríficos, o que esses frigoríficos gostariam de ter, né? Eu quero dizer aos senhores que a CNA, até aquele momento concordou, que... Sobre o crédito tributário, concordou na ajuda financeira... Mas, ao mesmo tempo, nós fizemos uma pergunta e como é que fica o produtor. Como é que fica o produtor para receber esse dinheiro do frigorífico? Quando é que vai ser pago isso? Será que vai ser pago da mesma forma que o Frigorífico Estrela aí que se, que nós pedimos, inclusive, a Assessoria Jurídica da CNA que arrumasse uma cópia dessa proteção judicial que o Estrela está tendo, que, se não me engano, foi dada a eles a oportunidade de quitar dívida com 20 anos. Srs. Senadores, 20 anos meu neto vai receber se eu tiver dinheiro lá, né? Porque eu não vou receber. Seguramente não vou.

Então, são negócios que nós queríamos trazer a nossa preocupação aqui para os Srs. Senadores que até nessa recuperação judicial é preciso olhar o lado do produtor. Como é que fica o produtor? Como é que fica? Ele vai receber em 20 anos, vai receber em 10 anos? É o capital dele, não é? É o capital dele. Quer dizer, como é que ele vai viver daqui para frente? Eu queria... A senadora, nós defendemos publicamente, até na Câmara setorial essa questão do PIS/COFINS, o ministro Reinhold Stephanes tem dado uma ajuda excepcional para nós com relação a esse assunto no Ministério da Fazenda, como o assunto também do imposto sobre exportação de couro, que é um absurdo, que o ministro tem batido firme para ver se acaba com isso também. Que impacta diretamente o preço da arroba do produtor... Enfim, mas eu acho que nós temos que saber também se no PIS e COFINS vai premiar o produtor também. Por que o boi é isento de PIS e COFINS, a carne é isenta de PIS e COFINS e a ração para produzir o boi não é? Nós queremos também a isenção sobre as rações, né? Caso contrário como é que fica? Nós vamos... Não é? São dois pesos e duas medidas.

Então a gente tem, a gente tem estado muito preocupado. Preocupado quando números que a gente tem visto aí no dia-a-dia. Hoje, por exemplo, tem ações da bolsa de determinados frigoríficos que caíram 92% do preço de lançamento. Quer dizer, como é que fica esse frigorífico? Outro caiu 70%. Então, quer dizer, a gente fica preocupado. Preocupado, como é que fica o produtor aí? Nós temos feito todo o possível, a senadora tem dado todo o apoio, Senadora Kátia Abreu, tem dado todo o apoio para nós, mas a gente está vendo o tapete escapulir dos pés, não é? Sem que tenha aí o lado de proteção ao produtor. O produtor também precisa de uma proteção. Se o frigorífico consegue aí uma recuperação judicial de 20 anos, e o produtor que tem gado para receber dele? Não vai conseguir também não? Ué, seria uma saída.

Então, é um negócio... E o que nos preocupa mais ainda é que esses frigoríficos, Senador Osmar Dias, que estão com recuperação judicial hoje, significa um volume de empregos monstruoso. Que não é só o emprego da indústria. É emprego do pecuarista que vendeu o gado e não recebeu; que não pode pagar sua mão-de-obra a mais. É o emprego do transportador de gado do caminhão, que transporta o gado que também não recebeu e que não vai poder transportar mais. É do... Da fábrica de ração que tem recebido pecuarista, que o pecuarista também não pode pagar, porque não recebeu do frigorífico. Quer dizer, enfim, se você for analisar, é uma cadeia, é uma cadeia produtiva muito complexa. E essa cadeia produtiva ela traz reflexo, grandes reflexos aí na economia brasileira. Principalmente quando se trata de campo. Então a gente fica preocupado.

Outra coisa que nós gostaríamos de dizer é que se falou muito aqui em crise internacional, em crise internacional e falta de crédito, falta disso. Agora, na realidade, nós todos sabemos, entendeu, que é só analisar de dois anos para cá, nós todos sabemos que a voracidade que os grandes frigoríficos tiveram em comprar imobilizados. Eles saíram comprando aí, né, o crédito estava fácil.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Só um apartezinho. E comprar aquilo que não valia, né? A verdade é isso. Pagar o que não valia. 50, 100% a mais, que é o mais grave.

SR. ANTENOR NOGUEIRA: Então, quer dizer, foi muito fácil arrumar crédito, o BNDES aí soltando dinheiro à vontade. ACC à vontade... Então, quer dizer, na realidade eu acho também que houve uma falta de prever o futuro aí, ficar um pouquinho com o pé no chão para poder, no caso de ter um problema como nós tivemos da crise internacional, tivesse aí condições de pagar.

Para terminar, gente, eu queria só dizer o seguinte: a CNA está firme aí para ajudar, acho que tem que ajudar. Acho que a gente tem que ir, mas como diz o próprio Senador Osmar Dias, nós temos que abrir – isso que eu tive a oportunidade de falar isso para o Dr. Roberto Giannetti – nós temos que abrir a guarda aí, nós temos que mostrar os números, ver quem é quem, não é? Nós temos defendido, sim, a venda para o frigorífico somente à vista. Pecuarista que tiver consciência não vende a prazo mais. Até uma forma de a gente saber quem está bom das pernas e quem não está. Porque aquele que cobrar o juro caro do pecuarista para descontar a INP Ré sinal que está ruim das pernas. Então, é... é importante que tem. [soa a campainha]. Agora para terminar, Sr. Presidente, eu só queria dizer que eu não concordo, desculpa o Roberto, mas eu não concordo com o abate clandestino de 30 e 35%.

O abate clandestino aí, ele é feito pelo Serviço de Inspeção Estadual, serviço de... Não é SIF, mas Serviço de Inspeção Estadual e outros serviços de inspeção que cobre aí todo esse interior brasileiro que é praticamente impossível que se tenha uma distribuição coordenada de qualquer... Qualquer frigorífico não tem condições de ter uma distribuição coordenada no interior do Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradecer ao Sr. Antenor, representante da CNA. Nós anunciamos agora a manifestação do Sr. Márcio Augusto Esmeraldo Montella, do Banco do

Brasil, o qual convidamos para participar dessa Mesa e fazer a sua exposição.

SR. MÁRCIO AUGUSTO ESMERALDO MONTELLA: Bom dia a todos, Senador Valter Pereira, Senador Gilberto Goellner, Ministro Reinhold Stephanes, demais parlamentares presentes. Em nome do Banco do Brasil, agradeço essa oportunidade de estarmos aqui, discutindo relevante assunto, aí, que a gente sabe que está... a situação que vem sendo, que temos vivenciado, principalmente após a crise internacional. Mas eu gostaria de reiterar o apoio do Banco do Brasil ao setor pecuário.

Hoje, o volume de crédito existente em nossa carteira, cerca de 22% do nosso volume de crédito é dirigido ao setor pecuário, que daria algo em torno de 15 bilhões, sem considerar os recursos que foram citados aqui, vinculados à operação da área externa, principalmente ACC, ACE, pré-pagamento, Finimp, capital de giro para exportação, que são linhas usualmente utilizadas pelo setor, e, como foi bem citado, salvo engano, pelo Dr. Roberto, que, em função de um problema de liquidez mundial, que todos acompanharam, quer dizer, uma dificuldade muito grande na captação de recursos externos, que obrigou o Banco Central, no ano passado, a efetuar reservas, leilão das nossas reservas cambiais, e o Banco do Brasil sempre atuou fortemente, também, nesses leilões, com 100% de participação neles. Isso gera ainda um saldo de algo em torno de 2 bilhões de reais de operações em ser somente vinculado a esse tipo de produto. Ou seja, o nosso apoio, ele vai, hoje, muito focado com visão de cadeia. Temos produtos específicos com esse modelo de atuação, onde o financiamento a um produtor rural, a um pecuarista, a um integrador, ele vai vinculado a uma compra da produção por parte do frigorífico, fora as linhas de capital de giro, que também foram aqui citadas, dirigidas aos frigoríficos.

Além disso, em 2007, nós criamos um programa especial, típico para a pecuária leiteira, que é o chamado... Ah, desculpa, a pecuária de corte, pecuária leiteira, que é o chamado BB Pecuário, onde a gente, o Banco do Brasil, incrementou em cerca de 30% o volume aplicado na safra 2006/2007 perante a safra 2007/2008.

Além disso, outras alternativas que existiam no passado e que, hoje, também, em função da crise, eu diria que elas estão um pouco quietas, pouco se falam nisso, mas, principalmente, de atração de investidores externos, fundos *private equity*, aonde investidores passam a ter participação nas empresas. Tivemos também esse tipo de participação, e, obviamente, que, depois da crise, houve uma certa dificuldade em captar principalmente investidores externos.

Mas a realização desse tipo de operação ainda continuou a acontecer no Brasil, principalmente antes da abertura de capital, por parte de certas empresas.

Então, além disso, como também foi citado aqui, a notícia que saiu ontem, no Valor Econômico, nós já havíamos disponibilizado uma linha de crédito, onde o banco faz um desconto das CPRs que estão encarteiradas no frigorífico. Então, já direcionamos um volume de recursos para atender a essa demanda.

Então, eu só queria registrar aqui o apoio do Banco do Brasil ao setor, acho importante esse tipo de discussão, e a nossa disponibilidade em estar apoiando as medidas decorrentes dessa discussão e que a Comissão vai encaminhar para o banco. Temos total disposição para isso. E eu estou livre aí para as perguntas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos a participação do representante do Banco do Brasil, do agronegócio do Banco do Brasil, Márcio Augusto. E eu acho que já foi estabelecido aqui, ministro, o contraditório. Nós ouvimos a palavra dos representantes dos frigoríficos e ouvimos também a palavra dos produtores. Portanto, acho que V. Exa. já está à vontade para fazer a sua exposição e, depois, participar do debate sobre esse momentoso assunto, que tanto preocupa o Senado Federal quanto aos produtores desse país inteiro. Então, nós vamos passar a palavra, agora, para o Exmo. Sr. Ministro Reinhold Stephanes.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: É, eu até posso fazer uma brincadeira, né, não temos elementos suficientes ainda para decidir, né? Ainda faltam muitas informações.

Mas, veja, em primeiro lugar, eu queria colocar o seguinte: alguém aqui citou que o Presidente Lula ainda não havia recebido os representantes de uma das áreas, eu acho que foi o Giannetti. Aliás, perdão, perdão, foi o Péricles. Perdão. Foi o Péricles, né? Bom, eu acho que ainda não é hora de conversar isso com o Presidente da República. Afinal, tem o Ministro da Agricultura, tem o Ministro da Fazenda, tem o Banco do Brasil e tem BNDES, que estão totalmente abertos para essa discussão. Eu, inclusive, tomei iniciativa e liguei para o Giannetti, aí foi para o Giannetti, dizendo: "Olha, eu estou à disposição, eu quero ouvir vocês". Assim como ouço, até individualmente, cada frigorífico, para saber o que está efetivamente acontecendo à CNA.

Então, eu acho, primeiro, importante que se estabeleça uma discussão um pouco mais profunda, para que se possa avaliar, com um pouco mais de clareza, efetivamente, o que é que está acontecendo e o que é possível fazer.

Quer dizer, nós já sabemos quais são os reflexos, mas ainda existe muitas dúvidas. Quer dizer, a pergunta levantada pelo Senador Osmar Dias foi muito precisa. Afinal, o setor deve quanto e para quem? Essa é uma resposta que ninguém tem.

E, também, ficou claro aqui que cada frigorífico, ou cada conjunto de frigorífico, é uma situação diferente. Não é? É uma situação diferente. Todos concordam. Então, nós não podemos, também, adotar medidas gerais. Quer dizer, então... E muitas questões, evidentemente, estão muito claras, aconteceram ou pelo crescimento muito rápido de determinadas unidades, né, foi consequência disso, e outras, pelo próprio crescimento nosso, muito rápido, no mercado. E, agora, evidentemente, surge um ajuste, porque, afinal de contas, temos uma crise pela frente. E é evidente que o Governo está aberto, e o Ministério da Agricultura muito mais, como está aberto para todos os outros setores com quem nós temos conversado, que, hoje, não estão aqui em debate, que é o caso do frango, o caso dos suínos também e outros setores de produção, no sentido de sempre encontrar qual é o melhor caminho.

E algumas questões, efetivamente, são complexas. Eu até vou dar o exemplo de outra questão, que está muito em discussão no momento, que é a questão do café, que é uma questão estrutural. Então, bom, o que precisa ser feito? Como poderá ser feito? Há muita dúvida ainda em relação a isso, não só por parte do Governo, como pela própria categoria, pelos próprios representantes, como também, ali, também temos divergências, como aqui nós também temos divergências, dentro desse contraditório, conforme falou o nosso senador, Presidente dessa Comissão, Valter Pereira.

Mas eu gostaria de colocar algumas questões pontuais que foram levantadas de forma, também, pontuais.

O Péricles Salazar, da ABRAFRIGO, ele tratou de algumas questões que eu queria, assim, pontualmente colocar.

Primeiro; não há nada de concreto, nem de específico, na reportagem que saiu. Eu acho que até a primeira posição que o Presidente da ABIEC devia ter... Não, perdão, da ABRAFRIGO, da ABRAFRIGO, devia ter tomado era ligar, exatamente, para saber o que é que está acontecendo. E não há absolutamente nada. O que nós sabemos é que o BNDES está fazendo uma análise para ver o que é que está acontecendo com alguns frigoríficos. Apenas isso. Não há discussão de pacote, não há discussão de medida ainda, até porque há muita dúvida que medidas devem ser tomadas, neste caso.

Claro que uma medida, evidentemente – essa questão foi levantada aqui, e aí eu estou totalmente de acordo com o que foi levantado aqui -, é que, entre algumas decisões do Governo, entre o crédito à disposição e o crédito chegar na ponta, está levando muito tempo.

E como... Assim como também isso já foi discutido em reunião com o Presidente do Banco do Brasil e com o BNDES, que, evidentemente, qualquer crédito de ACC, com menos de 180 dias, não seria possível, e as taxas muito elevadas também não, já que o Governo colocava isso a 4 ou 5%, e o Banco do Brasil e outros bancos estavam colocando a 12, 13, 15 ou até mais do que isso. Quer dizer, isso evidentemente não é possível.

Eu até acredito que, pelo menos naquela reunião, o Banco do Brasil não tinha sequer conseguido aplicar os recursos, porque não tinham tomadores.

Quer dizer, para esse prazo, esse nível, não tem tomadores. Então, evidentemente que, nesta questão, isso nós deveríamos acompanhar mais de perto, no sentido de, inclusive, agirmos, para evitar que isso continue acontecendo.

Aqui se falou e foi colocado, por dois expositores, a questão do mercado externo. Quer dizer, a nossa saída continua sendo o mercado externo, e é ali que nós temos que trabalhar firmemente. E o Ministério procura caminhar firmemente, inclusive reduzindo todos os prazos de negociação nas questões sanitárias, de prestar as informações, de mandar missões... Enfim, isso nós estamos correndo, temos até um calendário, nós marcamos data para cada país, no sentido de estabelecer claramente objetivos e prazos, para cumprir as nossas obrigações nesse país ou até para solicitar que esses países também acelerem os entendimentos que eles têm com o Brasil, que nós sabemos que nós temos que caminhar nesta direção.

E aí eu coloco, dentro disso, a questão da União Europeia.

Efetivamente, nós tivemos problemas com a União Europeia, chegamos... Quer dizer, nós exportávamos em torno de 18% do volume, quase 30% do valor das nossas exportações eram da União Europeia, isso praticamente caiu a zero e, agora, retornou e estamos mais ou menos num terço daquilo que nós exportávamos lá atrás. Ou seja, nós estamos crescendo e temos que trabalhar muito. E aí é claro que, nisso, que temos que trabalhar muito, eu falo principalmente dos exportadores e principalmente os frigoríficos, no sentido de nós caminharmos mais rápido, para aumentar a nossa participação nesse mercado, que as possibilidades ainda são bastante grandes desta participação.

Os entendimentos, do ponto de vista sanitário, eu acho que estão indo muito bem. O próximo relatório, deveremos receber, talvez, aqui, dentro de 30 dias, mas as auditorias estiveram no Brasil, saíram muito satisfeitas, segundo as informações que nós temos, e eu conversei com os coordenadores das três auditorias que aqui estiveram, e isso é um bom sinal. Quer dizer, então, agora, depende muito também aqui do Brasil, de nós darmos mais velocidade à inscrição de novas fazendas, e os frigoríficos também realizarem um sistema de maior fidelização com os fornecedores da matéria-prima, né, enfim, para exportação.

Então, eu acho que isso está dependendo muito de nós. Quanto à simplificação do sistema, nós já conseguimos também negociar e estamos negociando a simplificação do sistema. Enfim, eu acho que a gente está avançando bastante nisto. Como isso foi especificamente citado aqui, a União Europeia, eu queria prestar este esclarecimento.

É verdade que os preços caíram, e vêm caindo, mas ainda estão acima dos preços históricos, né? Quer dizer, isso ainda... Eu não vou dizer que é bom, mas, quer dizer, considerando um quadro de crise, isso ainda é bom.

Quer dizer, nós ainda estamos nisto. A questão do PIS e COFINS foi bem colocada aqui, né, o Antenor colocou, né? O Péricles também colocou. E eu acho que nós teríamos que trabalhar muito nessa direção, no sentido de equalizar a questão do PIS/COFINS entre os que produz só para o mercado interno, como também aqueles que produzem para o mercado externo. Eu acho que nós temos que chegar a um entendimento a isso, isso eu acho que é fundamental, até para diminuir um pouco [soa a campainha] o abate clandestino. Eu acho que isso também ajuda.

Bom, as questões levantadas pelo Dr. Giannetti... Quer dizer, a questão do crédito, acho que nós estamos totalmente de acordo. A questão de crédito tributário, acho que não é uma questão também complexa, difícil, parte tem que ser enfrentada pela Reforma Tributária – a questão dos estados – e a outra parte, evidentemente, tem que ser resolvida pelo Governo, e eu acho que isso aí poderia fazer parte de uma pauta de discussões, e, assim que o setor assim o desejasse, nós poderíamos fazer isso entre o Ministério da Fazenda e o Ministério da Agricultura, sentar numa mesa e discutir estas questões, que me parece que são bastante objetivas, no sentido que mereçam um tratamento.

É, a outra questão, também, pontual, que foi levantada aqui, ela é pequena, mas é quase que simbólica, né, de se tratar dela, é a questão da tarifa sobre a exportação de couro. Quer dizer, não faz nenhum sentido esta tarifa. Por quê? Nós produzimos 45 milhões de peças de couro, mais ou menos, 40, 45 milhões, usamos no mercado interno 12 milhões, e por que nós temos que ter uma tarifa de exportação para isso? Aí eu peço a ajuda de todos, para a gente derrubar o mais rápido possível esta tarifa.

Então, eram esses comentários iniciais que nós poderíamos fazer, dentro do que foi colocado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem, nós agradecemos ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, Deputado Reinhold Stephanes, as suas intervenções, e passamos, então, aos debates.

O primeiro... Aliás, às perguntas. Primeiro inscrito é o Senador Gilberto Goellner. Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Bom dia, Sr. Ministro, Srs. Senadores, Expositores, que foram convidados, requerimento que encaminhei na sessão da semana passada a essa Comissão e tão prontamente já conseguimos reunir aqui os principais setores envolvidos, entidades que representam a pecuária de corte brasileiro.

Realmente, um assunto de extrema importância, de um momento, que é uma atividade que representa, hoje, significação muito grande na balança comercial e o ocorrido com frigoríficos, que estão requerendo recuperação judicial já em número de sete em todo o país, com uma previsão já de 50 mil desempregos do setor como um todo, não só dos frigoríficos, mas de toda a cadeia desse agronegócio. [soa a campainha] Está ensejando uma preocupação da recuperação dos mesmos e também de salvaguardas dentro dessas recuperações judiciais, no sentido de salvaguardar, realmente, o produtor pecuarista que entregou bovinos a essas empresas, antes do pedido da recuperação judicial.

Nós temos um caso específico do Frigorífico Independência, onde se tem notícia de mercado, Srs. Senadores, de que, durante 21 dias, houve o abate médio... Dos 21 dias que antecederam o pedido de recuperação judicial, houve um abate médio de 9 mil bovinos por dia, totalizando 180 mil bovinos, e que deu... Os pecuaristas entregaram, então, 240 milhões de reais, referente a esses bovinos, e a pergunta que se faz é o seguinte: Como é que ficam esses pecuaristas que confiavam naquele seu frigorífico regional, esses municípios que têm hoje? São mais de 11 plantas no país, mas, hoje, totalizando 50 plantas frigoríficas paralisadas no país. Como é que ficam esses produtores que confiaram o seu capital, inclusive esse capital de bovinos, após o recebimento? Eles são transformados na aquisição de bezerros ou são transformados na aquisição de garrotes, ou boi magros, novamente,

para a engorda? Então, a verdade é que se pensa até que houve, que nós precisamos, aqui, colocar salvaguarda, no sentido dessa recuperação, que esses créditos, esses créditos que vão ser dados a esses frigoríficos, porventura, se for essa uma definição, que eu acho que nós precisamos fazer com que haja a recuperação desses frigoríficos. Porque, ao contrário, nós vamos ter mais concentração, nós poderemos ter mais concentração, frigoríficos em melhores situação financeira. Nós temos, no país, frigoríficos, hoje, internacionais, que poderão adquirir e cada vez ficar mais, maior a concentração, como já, hoje, é evidente em todo o país, que é do setor de carnes.

Então, dentro dessas salvaguardas, eu acho que é... Essa Comissão poderia tirar uma definição, iniciando pela premiação aos produtores que confiaram sua matéria-prima a esses frigoríficos, dando prioridade nessa recuperação judicial, da mesma forma como é as questões trabalhistas desses empregados que perderam seus empregos e também vão, cada vez mais, onerar essa recuperação judicial.

Então, outra questão que se põe é em relação ao crédito do BNDES. Se ficar comprovado que o frigorífico que pede recuperação não recebe mais crédito do BNDES, dificilmente vai poder receber, se ficar isso, não removido esse obstáculo, nós vamos criar ainda condições piores a quem solicitou recuperação judicial.

Quer dizer, não mantido o crédito, dificilmente haverá uma recuperação dos mesmos.

Então, eu coloco essas questões... Não vou colocar nada diretamente a nenhum dos expositores. O importante é nós tirarmos aqui as conclusões definitivas para auxiliar esse processo. Auxiliar o produtor, auxiliar os trabalhadores dos frigoríficos, auxiliar a recuperação dos mesmos, para que não fique mais ainda concentrado esse setor importante da balança comercial e da atividade econômica do país.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. O primeiro orador... Aliás, o segundo orador inscrito é o Senador Osmar Dias. Com a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, só para saber, são três minutos, né?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Três minutos.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Então, dentro dos meus três minutos, eu gostaria de insistir numa questão.

Para que a gente tenha uma dimensão exata da crise, porque ela está afetando toda a cadeia, em especial está afetando aqueles que dependem praticamente do capital de giro mensal; o sujeito, quando comercializa garrote ou quando ele vende boi gordo, ele precisa desse dinheiro para custear a sua, o seu negócio, a sua atividade, com margens que, na média, são muito estreitas para o pecuarista. O pecuarista brasileiro, aquele criador extensivo, principalmente, ele tem uma margem muito estreita. E, de outro lado, o confinador, ele não pode deixar um dia a mais o boi, depois que ele chegou no ponto ideal, porque, daí, conversão cai, ele está gastando o mesmo que gastava para fazer um quilo e meio, um quilo e 800 por dia, para manter, praticamente, o peso daquele boi. Então, ele não pode manter esse boi confinado. Uma situação gravíssima que está, hoje, preocupando todo o mundo.

Eu acompanhei o ministro numa exposição, nesse final de semana, em Umuarama, o Ministro Reinhold Stephanes, e eu conversei com pecuaristas que estão muito preocupados e desanimados, o que é pior, uma região de pecuária, em função dessa contaminação que está havendo em toda a cadeia, por problemas que começaram a ocorrer, em especial nos grandes frigoríficos, que, nos últimos anos, têm aumentado a sua participação no mercado e diminuído, dessa forma, a participação dos pequenos frigoríficos, e, desta forma, esse oligopólio, ele acaba trazendo essas consequências.

Uma crise em cima dessas empresas afeta todo o sistema, não é? E eu entendo o seguinte: a ABIEC... Eu não sei se o número está correto ou não está, mas algo próximo disso... Deve ter o quê? 21 associados. 21 associados. Se a ABIEC não tem os dados de 21 associados [soa a campainha], ou os associados não dão muita bola para a ABIEC, ou a ABIEC não dá muita bola para os seus associados. Porque a ABIEC tem por obrigação ter a situação de cada associado. São 21. Se a ABIEC não puder informar qual é o tamanho da dívida, do problema que afeta o setor de exportação, que é a ponta, a ponta de cima, que afeta aqueles que fornecem para essas empresas, fica difícil diagnosticar. Então, eu não entendo uma coisa: como é que o Governo vai, não é, trabalhar um conjunto de medidas, sem conhecer o tamanho do problema? Eu fico pensando agora o que o Ministro Reinhold Stephanes vai dizer para o Ministro da Fazenda, vai dizer para o Presidente do BNDES: "Olha, vocês liberam aí 500 milhões". O que vai acontecer? Nada? "Ah, então libera 10 milhões", mas ele não sabe. Agora, se a entidade que representa essas empresas associadas, que são 21, não puder clarear isso para o país, para os pecuaristas, para que os pecuaristas que são clientes leais, que produzem, que entregam, fica muito difícil para o Governo, fica muito difícil para os pecuaristas continuar confiando no segmento.

Eu acho que aí nós estamos diante de uma crise financeira e, agora, uma crise de credibilidade, que não pode afetar essas empresas, porque, daí, é o fim de tudo, né? Se nós não tivermos um diagnóstico, não dá para combater a crise. A crise precisa ser combatido a partir de um diagnóstico, de um raio-X, onde a associação que representa essas empresas diga claramente: "Olha, o tamanho do buraco é esse, e, para tapar o buraco, nós precisamos disso, do Governo; disso, do setor privado, e a gente vai continuar comprando, pagando em dia e acabar com a inadimplência". Porque, se for para colocar lá um pouquinho de concreto num buraco enorme, não vai resolver, e o Governo só vai jogar dinheiro fora. Se for para colocar muito num buraco pequeno, o Governo vai jogar dinheiro fora. E nós temos que cuidar, nesse momento de crise, que o dinheiro do Governo, o dinheiro público, o dinheiro do país, do povo brasileiro, seja aplicado de forma correta e que possa resolver o problema desses milhões, desses milhares de trabalhadores, né? Quando o Péricles, o Sr. Péricles falou aqui que nós temos, só nessas, nesses 50 frigoríficos, abates(F) paralisados, 15 mil empregos, são 15 mil famílias, né? 15 mil famílias. Não dá para brincar com isso.

Então, se a ABIEC tem, deve revelar; se não tem, deve buscar bem rápido, porque, senão, essa Audiência Pública, aqui, sabe o que vai concluir? Que a solução do problema virá quando tiver uma solução para a crise mundial. Aí não vale, né? Aí não vale. É só isso que nós podemos concluir, até agora, dessa conversa aqui. A solução para o problema virá quando vier a solução para a crise mundial. Aí só Deus sabe quando ela virá, né? Mas vamos nos ajudar, Presidente, Roberto. Vamos nos ajudar. Vamos fornecer as informações, vamos clarear, vamos tornar transparentes os negócios das associadas da ABIEC, com os produtores, com os demais frigoríficos, porque, daí, a gente pode, em conjunto, lutar por uma solução; senão, não. Eu repito a pergunta ao senhor, para que, nesse tempo, quem sabe, o senhor tenha tido as informações necessárias para nos dizer. Quanto deve... Quanto devem as empresas associadas da ABIEC e para quem, efetivamente?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Osmar Dias, eu não posso perder a oportunidade de fazer uma intervenção em cima do que V. Exa. está cobrando. Tem algumas coisas que estão nos surpreendendo aqui. A primeira delas é essa que V. Exa. está aferindo, que é saber o diagnóstico. Porque você não pode tratar nenhuma patologia, sem, primeiro, ter o diagnóstico.

E o segundo, a segunda surpresa que nós estamos tendo aqui é que, curiosamente, estamos diante de uma crise de grandes proporções, e, de repente, o que se observa, pelos depoimentos, é que os atores principais não foram aqueles que provocaram esse debate, essa discussão.

Na verdade, houve aqui um comentário de que o Presidente da República estaria cobrando uma intervenção, uma solução nessa crise, e, também, de que o ministro, preocupado, estaria tomando iniciativas de procurar o setor para saber, de fato, o que é que se passa. Mas não foi o setor que provocou. Então, na verdade, o ministro está cumprindo o seu papel, o Presidente também o faz, da mesma forma, e nós, aqui, enquanto Comissão, ouvindo os clamores das ruas, tomamos também a iniciativa de chamar esses segmentos diretamente afetados, o que é, de fato, uma circunstância muito peculiar. Porque, nessas crises, geralmente, aqueles que são afetados é que começam a procurar, a pressionar, a fazer toda a demanda possível, para encontrar alguma solução para os seus problemas. Nesta crise da carne, estamos realmente tendo uma surpresa muito interessante.

Mas eu não poderia deixar de fazer uma indagação aqui. Se não me engano, o Sr. Péricles, da ABRAFRIGO, fez uma crítica a uma possível intervenção do Governo nessas empresas, no momento de fazer socorro, se é que isso virá. E não houve uma manifestação do Sr. Osmar, da ABIEC, acerca – aliás, Giannetti -, acerca de como enxerga isso. Porque eu acho que, eu acho que é bom fazer esse debate aqui para saber como é que os produtores... Será que há uma segurança maior? Há uma segurança maior para os pecuaristas, se enxergar realmente que o setor dos frigoríficos vai ter uma intervenção maior do estado? Ou para o setor é indiferente se o BNDES tem uma participação maior ou uma participação menor? Quero...

SR. ANTENOR NOGUEIRA: Eu acho que tudo gira em torno do que o Senador Osmar Dias falou. Nós não sabemos qual o tamanho do déficit do... Não sei, do rombo aí, eu não sei. Não sei se esse volume de ajuda é suficiente ou não é, se vai ajudar todas as indústrias, eu acho que não pode ser somente indústrias grandes, tem que ajudar todo mundo. Pequena, grande, média, tem que atender todo mundo.

Então, eu não sei. Então, é difícil para nós respondermos. Agora, se nós ficamos contentes e sossegados, não ficamos, não. Continuamos querendo vender à vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não, a indagação parte do seguinte pressuposto: se houver uma intervenção maior do estado nos frigoríficos, isso tranquiliza mais, abre uma perspectiva maior de segurança para os produtores, os invernistas?

SR. ANTENOR NOGUEIRA: Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, vamos ao próximo.

SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA: Senador, será que eu poderia responder? Ou faremos no final? Presidente, como é que...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): [pronunciamento fora do microfone]

SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA: Sim. Bom, Senador Osmar Dias, eu acho que a sua colocação é bastante pertinente, e eu lamento que eu não tenha aqui para lhe apresentar, nesse momento, os números, de forma precisa, dos setores. Mas não quer dizer que eu não poderei prestar essa informação. Eu nunca falei isso; ao contrário, eu me disponho a prestá-las. Acho até importante que o setor demonstre sua capacidade econômica e a sua posição patrimonial e de liquidez, de forma a fazer frente a eventuais dúvidas e críticas que, porventura, existam a respeito do desempenho das empresas do setor. Muitas delas, por sinal, são empresas de capital aberto, que trabalham com absoluta transparência dos números, publicam seus balanços de forma contínua, trimestral, segundo a lei das SA, das empresas de capital aberto e que tem gestão de governança corporativa na melhor qualidade, contrataram profissionais de altíssimo nível. Portanto, são empresas muito bem administradas. Nós, como brasileiros, podemos nos orgulhar de que essas empresas não são, ao contrário do que alguns pensam ou disseram, empresas que estão com uma gestão deficiente ou medíocre. Ao contrário, são empresas que estão fazendo frente à concorrência mundial de forma vigorosa. Nós temos grandes concorrentes no mundo, na área da carne: Austrália, Argentina, União Europeia, Estados Unidos, e as nossas empresas têm se saído muito bem na competição.

Depois, outro ponto importante a relatar é o seguinte: como em qualquer cadeia produtiva, o sucesso de um é o sucesso do outro.

Ninguém tem sucesso isolado ou insucesso isolado, na cadeia produtiva. Portanto, se houve um grande incremento na produção pecuária no Brasil, se houve uma valorização da pecuária de corte no Brasil, isso tudo se deve ao trabalho que foi feito pelo conjunto, não isoladamente por fulano ou beltrano, mas pelo conjunto da cadeia produtiva. Nós reconhecemos o mérito da pecuária de corte no Brasil, no que teve em termos de melhoria genética, de melhoria na taxa de desfrute, da melhoria das condições de fiscalização sanitária, feitas pelo Ministério da Agricultura. Tudo isso é importante na cadeia produtiva, mas também é importante, e nós não podíamos tirar o mérito, a abertura de mercado, do risco, do investimento que as empresas exportadoras fizeram.

Fala-se na inadimplência dos frigoríficos com os pecuaristas – é lamentável, eu também acho -, mas não se fala da inadimplência dos importadores com os frigoríficos, como se não tivesse nada a ver uma coisa com outra. Nós todos corremos o risco da cadeia produtiva. Se há uma ruptura do fluxo de caixa na cadeia produtiva, claro que afeta a todos. Afeta também a inadimplência do pecuarista com o produtor de ração, com o fornecedor de vacina, com os trabalhadores. São todos partes do processo. O sucesso de um será o sucesso dos outros, e vice versa.

Então, eu acho que colocar a crítica no grande frigorífico, porque ele está sendo certamente a ponta onde o problema aparece, como se fosse o grande vilão do sistema, não é justo.

Porque são empresas que estão trabalhando de forma séria. Quando o sucesso vem, elas são aplaudidos; quando vem o insucesso, eles são também criticados.

Eu acho que o problema é de todos. Nós temos que trabalhar pela recuperação.

Eu queria falar, finalmente, para concluir, a questão do aporte do BNDES, que também foi colocado aqui pelo Sr. Presidente, o Senador Valter Pereira. A questão do aporte do BNDES, no caso específico do Frigorífico Independência, foi feito um aporte inicial, por abertura de capital da empresa, de 200 milhões de reais e havia mais um desembolso de 250, que deveria ocorrer agora em março, que está suspenso por conta da recuperação judicial e que poderá ser recolocado, ou não, pelo BNDES, na medida em que evolua os fatos e os números da empresa.

O que eu posso lhe dizer, e falo sem procuração da independência, por conta própria, é de que o Frigorífico Independência não tem nenhum interesse em levar essa recuperação judicial adiante; ao contrário, eles estão fazendo um esforço sobre-humano para terminá-la antes do prazo. Porque não tem... Um frigorífico, em recuperação judicial, perde a sua capacidade de giro e de produção, de forma muito crítica. Então, eles não têm nenhum interesse em manter essa situação. Ao contrário, estão lutando, e, se algo que nós temos feito, sim, nós talvez estejamos atuando com discrição, Sr. Presidente. Nós não fomos, certamente, bater na porta do Sr. Presidente da República ou ficar procurando, através da imprensa, fazer críticas aqui ou acolá, nós estamos trabalhando, dentro da discrição necessária, com o Governo Federal, o Governo Estadual, por exemplo, na recuperação dos créditos tributários. E, sim, estamos perto de uma solução que, certamente, será objeto de Medida Provisória ou que é

uma coisa de urgência, virá, talvez, até como emenda em algumas das medidas provisórias que estão aí, já em trânsito, em trâmite, porque nós temos urgência, sim, de encontrar uma solução tributária adequada para o setor, que elimine essa questão da cobrança do PIS/COFINS na entrada e na saída tanto do mercado interno, do frigorífico pequeno e médio, quanto do grande, e que, ao mesmo tempo, reconheça a necessidade do crédito presumido para aqueles que exportam, que tem a isenção na saída, mas que tem o custo do PIS/COFINS nos insumos que são adquiridos. Então, na medida que nós conseguimos essa solução com o Ministério da Fazenda e conseguimos adequar também a solução... Ontem, por exemplo, eu estive com o Secretário Mauro Ricardo, do Governo do Estado de São Paulo, tentando resolver a questão dos frigoríficos. Nós não estamos de braços cruzados, assistindo a crise. Estamos trabalhando, e muito, mas trabalhando com a descrição necessária para fazer realmente um trabalho eficaz e sério, e não simplesmente fazendo discursos ou críticas vazias, que não levam a nada.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem, vou conceder a palavra à V. Exa., pela ordem. Eu gostaria só de fazer uma pergunta, antes de passar a palavra à V. Exa. Eu gostaria que fosse esclarecido o seguinte: qual que é a repercussão do PIS/COFINS em todo esse montante? E passo, em seguida, a palavra, pela ordem, ao Senador Osmar Dias, que, certamente, vai fazer alguma...

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É bem rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Alguma pergunta. Então, faça.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Não, é bem rápido. É que, pela fala do Sr. Roberto Giannetti, nós estamos crucificando os frigoríficos. De minha parte, começando do Presidente Lula, passando pelo Ministro Stephanes, passando por cada um de nós, aqui, e chegando até aquele criador de uma vaca de leite, que vendeu o bezerro descarte, no menor açougue do Brasil, todos, nessa cadeia, querem exatamente a recuperação dos frigoríficos, querem que os frigoríficos voltem a ficar adimplentes, que paguem os seus fornecedores, para que os seus fornecedores paguem os pecuaristas. O que nós estamos aqui não é crucificando o frigorífico. De minha parte, eu estou, simplesmente, cobrando, e faço isso em nome de milhares de brasileiros, que os frigoríficos deem, com clareza, os números sobre a crise, para que o Governo possa atuar sobre a crise, conhecendo a realidade do setor.

Não vamos desviar o foco do debate. Nós não estamos aqui procurando vilões, nós estamos juntos, procurando soluções. É diferente. E para que a gente encontre solução, a gente tem que ter a realidade dos fatos colocados sobre a Mesa. De minha parte, eu torço muito mesmo para que os 21 associados da ABIEC recebam dos seus importadores e paguem aqueles que venderam para os 21 associados. Aí a corrente se refaz novamente. Não é procurando vilões, nós estamos atrás de soluções. E, para isso, tem que ser colocado aqui a realidade.

O Presidente disse que vai enviar, eu faço uma sugestão: que o senhor envie ao Presidente Valter e que o Presidente Valter repasse aos membros da Comissão esses dados, que são importantes.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O Senador Osmar Dias está refletindo exatamente o pensamento da Comissão. A Comissão quer entender a crise, quer entender a extensão dela, quer entender os mecanismos dela, e é nesse sentido, inclusive, que eu faço essa indagação. Qual que é a repercussão do PIS/COFINS nesse montante? E talvez seja outra informação que V. Exa., os senhores não tenham no momento e que possam passar novamente para cá. Porque, de repente, a gente começa a focar num determinado tema e, se for analisar efetivamente a intensidade dele, não é aquela, aquele volume todo que pudesse...

SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA: Senador, poderia dar essa informação?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pode.

SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA: Nós temos uma estimativa, sim. É evidente que esses números mudam a cada mês porque há compensações e créditos e débitos permanentes. Mas a estimativa que nós temos do final de 31 de dezembro de 2008 eram de 600 milhões de reais, nos 21 associados da ABIEC; 600 milhões de reais.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A repercussão do PIS/COFINS?

SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA: De crédito de PIS/COFINS acumulados, créditos legítimos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Aí é um esclarecimento importante.

SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA: De insumos, comprados com o PIS/COFINS, e que, na saída, não tivemos a forma de recuperar. E, portanto, eles estão, vamos chamar assim, empossando o capital de giro das empresas, que poderia estar disponível pagando os pecuaristas, pagando os fornecedores, enfim.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agora, como é que vocês chegaram a esse número, se desconhece o-–

SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA: Nós fizemos a fotografia de 31 de dezembro de 2008, que tivemos uma discussão com o Ministério da Fazenda, eu tinha que ter esses números em algum momento. Eu não tenho o de hoje. Hoje, provavelmente, é um pouco mais. Mas em 31 de dezembro de 2008, eram, portanto, esse valor de 600 milhões de reais, que é bastante representativo.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, o Deputado Homero, ele não pode falar, mas eu vou falar o que não-–

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Vai falar.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Ele falou uma coisa importante, que talvez resuma tudo. Ele disse o seguinte: "Bom, eles precisam de ajuda para resolver o problema, mas eles não falaram ainda que tipo de ajuda que eles querem". E aí, então, eu emendo na minha pergunta, né? Tem que ter o diagnóstico para dizer: "Olha, para resolver esse problema, que está aqui nesse diagnóstico, nós precisamos disso, disso, disso", e o Governo vai analisar se pode, se não pode, se é correto ou não é correto. Senão, a gente vai ficar nessa discussão, vai fazer mais umas 15 audiências públicas, a crise vai embora, e a gente... Aí só vai encontrar a solução quando já foi.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Próximo. Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Senador Valter, Sr. Vice-Presidente Senador Gilberto, ilustre Ministro Reinhold Stephanes, demais convidados, serei bem mais rápido que os demais colegas senadores, aqui, nas suas indagações. Não vou criticar, não. Mas, na verdade, o assunto, ele é muito preocupante, sobretudo, na medida em que os estados, o Mato Grosso, o Mato Grosso do Sul, têm uma pecuária forte, que ninguém pode desconhecer. Um dos maiores rebanhos de bovino nesse país está concentrado no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul. Entretanto, o que nos chama muito a atenção, com todo o respeito que eu tenho pelo Roberto, aqui, é que, na medida em que os frigoríficos, que, há poucos dias atrás, eram pequenos frigoríficos, ou seja, pequenas empresas, transformaram, da noite para o dia, em grandes empresas. Empresas essas que, para nós, produtores rurais, a bem da verdade, eu acho que foi até prejudicial. Neste(F), formou-se praticamente um cartel aqui no Brasil, na mão de cinco ou seis grandes empresas do setor. Isso, para o pecuarista propriamente dito, ele é muito ruim.

Todavia, esses mesmos frigoríficos, ninguém pode desconhecer aqui, eles saíram do foco do setor, que eu acho, imagino que o cidadão que está no setor, de forma concreta, alguns estão capitalizados. Entretanto, o que você percebe, com muita clara evidência, é de que muitos desses frigoríficos, empresas frigoríficas, deixaram de cumprir o seu papel empresarial, ou seja, investir na sua própria indústria e deslocaram, alguns até nas áreas de privatização de estradas, outros no setor elétrico, etc., etc. E eu fico muito indignado, na medida em que o próprio BNDES, que é uma instituição que busca alavancar e aportar recursos para o desenvolvimento do nosso país, ele associou-se do Grupo Independência, se não me falha a memória, comprando 28% da sua participação. Liberou. 28 foi uma informação de um dos proprietários, se não me falha a memória, do grupo, do BNDES. Ou seja, liberaram primeiro 200 e tantos milhões de reais e aguardando, naturalmente, a liberação desses 200 e tantos que está faltando.

Ora, onde que eu quero chegar? O senhor imagina um produtor rural, um pecuarista, que vê ali, como sócio do Grupo Independência, o BNDES, como que não ia confiar, naturalmente, na venda do seu produto, do seu boi, da sua vaca gorda, para uma empresa como esta? Isso é uma liberação feita por volta do mês de janeiro, se não me falha a memória, ou dezembro. Dezembro, se não me falha a memória, dezembro liberou. Passaram 60 dias, 75 dias, esse frigorífico entra com uma recuperação judicial, naturalmente os motivos o tem, imagino que não só por falta de fazer os ACC, de receber os seus créditos que há, imagino, lá no mercado externo, e veio perto(F) uma recuperação judicial.

O senhor sabe quantos pecuaristas, só a nível de Mato Grosso, que eu imagino ter? São milhares. Se for uma cadeia de efeito dominó, afetando não só naturalmente os pecuaristas, mas, sobretudo, desde o pequeno comércio, fornecedor do posto de gasolina, farmácias, etc., etc... Isso é muito grave. Eu imagino que o BNDES tinha que liberar rapidamente, ministro, o dinheiro de uma parcela de uma sociedade que ele fez com o Grupo Independência, tendo em vista que, hoje, o discurso que está sendo usado pelo Grupo Independência, em relação aos pecuaristas – eu falo, conhecimento de causa, em relação ao meu estado, Mato Grosso -, é de que só não pagou os pecuaristas e fechou as portas é na medida que o BNDES não liberou essa segunda parcela dessa sociedade que fez com eles. Isso é verdade, isso é mentira, se é o suficiente, ou se não é o suficiente para, ou seja, quitar essa pendência com o nosso pecuarista, eu imagino que o BNDES teria que liberar.

Todavia, é bom que se chame atenção que não é só o Grupo Independência. No Mato Grosso, nesses últimos dias, três grandes grupos entraram em pedido de recuperação, que é o Grupo Quatro Marcos e o Grupo Arantes. Na verdade, alguns agindo até de má-fé. Ninguém pode desconhecer. Onde o senhor pergunta: "O senhor sabe quanto que é a tendência?", que o Senador Osmar Dias fez essa indagação à V. Sa., aí, em relação, ninguém sabe, viu, Roberto? É só conversa. Nós temos que jogar o jogo claro, transparente, porque ninguém sabe quanto que é o buraco. O buraco é mais fundo que estão pensando aí.

Então, eu acho que nós temos que, agora, ser muito lúcidos aqui e, sobretudo, fazer, apurar de tal forma, para que, amanhã ou depois, não aconteça o que está acontecendo no setor. Virou um cartel no Brasil.

Eu não discordo do que o Péricles disse aqui, de que, lamentavelmente, eu imagino que os créditos está previsto, o Governo vai estudar a possibilidade de liberar, tem que ser socializado esse caso. Não é só para o grande, não é só para as celebridades, não. Também tem que entrar o pessoal lá da raia miúda, que está lá na ponta, que não tem recebido nenhum aporte. Eu acho que o Brasil, o Governo tem um papel preponderante, nesse exato momento, de socorrer o setor. Não parte do setor, sob a pena de que essa grande parte do setor, ou seja, as grandes celebridades, as grandes empresas, não é só eles que, naturalmente, está tendo a demanda, a demanda do Brasil. Muito pelo contrário, eu imagino que 70% está na mão daqueles que tem uma planta, outros que tem duas, e para por aí. Então, eu acho que nós temos que tomar providências realmente mais sérias.

Segundo, eu quero deixar bem claro aqui: o Senado, o Congresso Nacional, eu não sei se é Projeto de Lei, se é PEC, nós não podemos, ilustre Deputado Homero, Amorim, permitir que essa recuperação judicial... Estão fazendo nas coxas. É verdadeira brincadeira! Lamentavelmente, o Poder Judiciário, com todo o respeito que eu tenho pelo Poder Judiciário, está sendo generoso, bondoso, até sendo coadjuvante, até mesmo em algumas construções, algumas [ininteligível], que, naturalmente, não é a verdade.

Então, o próprio Congresso Nacional tem que tomar alguma providência para revermos, naturalmente, a formatação nesse pedido de recuperação. Caso contrário, todos os dias e toda hora. Há poucos dias atrás, no Mato Grosso, agora, já entrou mais um pedido de recuperação de um cidadão que tem oito curtumes. Hoje, também, o cidadão que tem o couro para vender por aqui, também não tem, está jogando fora. Por quê? O curtume que comprava dele também pediu recuperação judicial.

Então, está formando uma cadeia: o frigorífico, aqui, também, o homem do curtume, etc., etc., etc. Então, é uma coisa mais séria, nós temos que fazer um estudo profundo. V. Exa., que é um grande jurista, tem, eu acho que tem que procurar ver qual a possibilidade de se estudar [ininteligível] no Congresso Nacional, em relação aos pedidos de recuperação. Caso contrário, isso vai virar como se fosse a carne fresca. Todos os dias, o cidadão achou que está meio apertado, não está com a situação privilegiada, com o caixa abarrotado de dinheiro, ele vai pedir o quê? Crédito de recuperação judicial. Portanto, eu acho que o BNDES tem que liberar o dinheiro? Tem, tem que liberar urgente. O ministro já está... Quando... O Péricles disse aqui que o ministro... O senhor tinha tentado, ia tentar uma audiência com o Presidente da República, o ministro já está monitorando faz horas, está ajudando, tanto é verdade que eu tive com o Homero há pouco tempo atrás lá, o ministro já tinha falado com o Presidente da República, mostrando sua preocupação, que ele sabe quanto representa esse setor para a economia brasileira, indiscutivelmente, sobretudo, na questão de geração de emprego, renda, etc., etc. Nós temos a felicidade de ter o ministro de visão ampla, arejada, que, sobretudo, tem defendido com muita clara evidência aqui, não só a nível de cobrança, mas, sobretudo, a nível de Poder Executivo, Políticas Públicas para o setor.

Eu posso confessar de público aqui, com muita humildade, de que nós estamos muito bem representados na área, aqui, neste Governo de Lula, pelo Ministro Reinhold, que, sem dúvida alguma, é um dos grandes ministros que o país teve. Não só Ministro da Previdência; agora, como Ministro da Agricultura. É *hours concours*, sobretudo, é um homem que tem o respeito de todos nós, brasileiros.

Portanto, para concluir, Presidente Valter, a coisa é mais complicada. Não vamos conhecer aqui. Eu acho que nós temos que fazer, com certeza, aqui, uma formatação diferente, um novo modelo para o setor; caso contrário, nós vamos tirar apenas esse pessoal, agora, da UTI, vai voltar, depois vai a óbito, não tem conversa afiada. O pessoal exagerou, de forma exacerbada, de forma excessiva, naturalmente daquilo que tinha... Deram a perna... Botaram a perna onde não alcançava. Mentira. Muitos que estão aí no setor, não tinham perna para alcançar um metro, avançaram 10 metros; deu no que deu! É aquela velha história: "Comeu demais, vai empachar", né? Deu no que deu. Vai a óbito e não tem Governo que vai conseguir sustentar.

Esse negócio de um deve um bilhão, dois bilhões, ninguém sabe o tamanho do rombo. Tem gente que deve... Até a quinta geração dele não tem como pagar e quer continuar no setor? Essas pessoas têm

que ser excluída, por favor. Nós não aguentamos, em hipótese alguma, mais, mais uma pancada como essa daí. O setor vinha muito bem, enquanto a economia estava muito bem, estava conseguindo alavancar dinheiro todos os dias, enchia o caixa, aí ficava muito fácil comprar "jatão", planta que valia 30 milhões comprar por 70 milhões, construir usina hidrelétrica, etc., etc.. Basta! Nós temos que, agora, acertar o setor, porque, de uma maneira geral, isso é prejudicial de tal maneira que os senhores não estão avaliando. Não é 15 mil, viu, Péricles, que você disse que está desempregado. Só no Mato Grosso, nessas 15 plantas que estão aí, são mais de 12 mil. E isso aí não é só lá dentro, tem os diretos e os indiretos.

SR. PÉRICLES SALAZAR: Os números aí também não batem. Fala-se em 50 mil.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Mas eu imagino, se fosse número de plantas, por aí. Você imagina quantos caminhões estão parados. Só em Mato Grosso, hoje, deve ter parado, no mínimo, no mínimo, contei lá, pela informação que tenho, mais de 1200 caminhões parados. Não é só boiadeiro, também tem os caminhões dos frigoríficos, também, que transportam. Isso forma uma cadeia que ninguém sabe o tamanho do rombo.

Portanto, ministro, quero fazer um apelo à V. Exa. – ao senhor, para ajudar – e o Presidente Lula. Tem que entrar duro no setor, ver se nós temos que, urgentemente, fazer com que os créditos de exportação que existe, que o Governo Federal tem uma pendência, ninguém pode desconhecer... Naturalmente, os frigoríficos exportadores passa, urgentemente, devolver esse dinheiro. Ou seja, pagar. É uma dívida que tem, ninguém pode desconhecer. Foi feito um processo, dado entrada, aprovado, esse dinheiro tem que ser devolvido para o setor. Eu acho que seria até para minimizar. Eu não sei o tamanho do valor, mas deve ser muito dinheiro, e isso já daria, sobretudo, se o BNDES também liberar os recursos, o próprio Banco do Brasil, como bem disse o Márcio, aqui. Primeiro, Márcio, estabelecer de forma contratual que esse dinheiro seja para pagar primeiro o pecuarista, que alguns estão morrendo de fome lá, que vendeu 20 vacas gordas, cinco boi gordo lá, e, hoje, não tem o dinheiro para comprar nem a boia, ou seja, comida para pôr na panela dentro da sua casa, na sua pequena propriedade. Então, urgentemente, alguma coisa tem que ser feita, Sr. Presidente, Sr. Ministro e demais convidados, para que o setor não morra, como está morrendo, morrendo por inanição. Muito obrigado.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Presidente-–

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. está mudando o diagnóstico. O primeiro diagnóstico foi de empachamento; agora, de inanição.

[risos]

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Acompanhando aqui a fala do Senador Osmar Dias e do Jaime Campos, ele falou que ia falar pouco, né? Eu vou falar um pouco menos.

Praticamente, as minhas indagações já foram respondidas na fala do Dr. Gilberto, Roberto Giannetti e, também, nas indagações aqui do Senador Jaime Campos, é sobre o Frigorífico Independência. Hoje, no meu estado, que tem lá acho que uma meia dúzia ou mais de grupos, frigoríficos, com mais de 30 frigoríficos no estado, mas quem fechou, mesmo, as portas foi o Independência, com duas unidades, e tem lá mais de mil servidores parados, se bem que estão recebendo ainda, né, enquanto não se decide essa questão da recuperação judiciária. Só foi mudado o nome, né, de concordata para recuperação judicial, um pouco mais simpática, né? Mas a quantidade eu acho que vai ser maior, com essa crise que já começa a chegar no Brasil, do que na época das concordatas, lamentavelmente. E o BNDES, ele tinha que ser um pouco mais rápido nessa questão do Independência.

O BNDES já é sócio com 12% e vai chegar a 28, e está sujeito a ter prejuízos maiores, se não socorrer o mais rápido possível. Acho que deveria fazer isso um pouco mais rápido. Se o Brasil teve 4 bilhões de reais para socorrer o Banco Votorantim, que eu nem sei se estava precisando naquele momento, é um grupo poderoso, por que não socorreu o grupo Independência, que está há 30 anos no mercado, nunca teve problema? Parece que é o primeiro problema que ele está tendo. E essa crise de frigoríficos não é problema... Não é só em momento de crise. Nós sabemos que, há pouco tempo, antes da crise, o Grupo Maggi teve problemas sérios, como outros grupos também tiveram dificuldade. Então, essa é uma área um tanto instável, que, mesmo sem crise, acontecem os problemas. Eu conheço, né, exemplo, lá no meu estado mesmo, produtores que ficaram muito tempo sem receber e num momento que o setor da carne não estava em crise.

Então, o que eu peço ao Sr. Ministro, que eu sei que já esteve em audiência... O Neto Russo, né, do Grupo Independência já esteve lá, esteve no meu gabinete também, esteve na Maria Serrano, esteve no Valter Pereira, pedindo socorro, porque tem uma atu-

ação forte no Mato Grosso do Sul, no Mato Grosso e em Rondônia. Em outros estados, são mais acho que 30 plantas industriais. Então, um grupo desse não pode ficar demorando para ter o socorro.

Acho que... Reforço aqui ao Sr. Ministro que entre em contato com a diretoria do BNDES, para socorrer o mais rápido, sob pena de ter um prejuízo maior para todo mundo, tanto para a indústria, para os produtores, e, sobretudo, para o BNDES, que já tem dinheiro público aplicado neste grupo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Eu, antes de passar a palavra aos Srs. Deputados, eu gostaria de fazer um comentário. Me impressionou aqui... Me impressionou aqui os números desse encontro de contas, e eu acho que, se o Governo agilizar esse encontro de contas, vai dar uma condição de saneamento que é fundamental para alavancagem de crédito para essas empresas. Acho que é... O ministro Reinhold Stephanes está aqui e está com toda a disposição para ajudar o setor. Ele não esperou nem que o setor o procurasse. Então, aqui, eu acho que vale um apelo ao Sr. Ministro, para que ele intensifique e leve à área econômica do Governo um apelo desta Comissão, no sentido de intensificar todos os esforços para um encontro de contas do PIS/COFINS, porque aí reside uma fonte de saneamento, de significativo valor. E uma empresa que está em processo de recuperação judicial, quanto maior for o abatimento que tiver em seus débitos, quanto maior for o saneamento, maior condição creditícia ela terá. Então, vai aí esse apelo.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Antes de passar a palavra aos deputados, tem um orador inscrito, que é o Senador Augusto... Aliás, tinha a Senadora Kátia Abreu, que estava... Em seguida, Senadora Kátia Abreu; depois, o Augusto Botelho. Mas, pela ordem, o Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): O nosso expositor, o Antenor Nogueira, deseja fazer uma comunicação a alguns membros que estão assistindo aqui o debate.

SR. ANTENOR NOGUEIRA: Só para avisar que, quando sair daqui, acabar essa reunião, nós vamos continuar a reunião lá na CNA, por favor, a reunião do Fórum.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Sr. Presidente. Eu estava no meu gabinete, mas assisti grande parte de todos os depoimentos, especialmente da ABIEC e do meu ministro, que é sempre um prazer e uma alegria ouvi-lo.

Presidente, eu acho que nesses momentos de gravidade, de crise econômica, não interessa a ninguém, e muito menos ao Senado Federal, e a própria CNA, colocar lenha na fogueira e dificultar, dificultar as coisas. Muito pelo contrário. Se trata de um assunto da maior gravidade e que nós estamos prontos para colaborar.

Tanto a CNA está pronta para colaborar que a primeira atitude foi receber o Frigorífico Independência, no sentido de nos aliarmos a ele, para que nós pudéssemos resolver o problema do frigorífico.

Imediatamente, liguei para o Ministro Reinhold Stephanes que, em 15 minutos, recebeu o proprietário do Independência no seu gabinete, o deputado Mooca(F) acompanhou, para que ele pudesse ouvir do Independência essa situação. Marquei com o presidente da ABIEC, o Sr. Roberto, na FIESP, em que pese ele só pôde conversar comigo menos de 15 minutos, embora eu tenha ido no horário que combinamos, mas com a demonstração clara de que fomos lá também para colaborar.

Mas não senti, sinceramente, do Sr. Roberto, por parte da ABIEC, qualquer gesto que pudesse ir no sentido de nós fazermos uma grande união para ajudar esse setor da maior importância para o Brasil, especialmente uma cadeia que lutou e sobrevive com todos os percalços, com muito pouco dinheiro de governo, com muito pouco financiamento de governo, às custas dos pecuaristas deste Brasil, que há mais de 20 anos vem trabalhando tecnologia e chegamos aonde chegamos.

O primeiro ponto, Sr. Presidente, é exatamente o que foi discutido aqui. Nós queremos um mapa verdadeiro da situação. A cadeia dos frigoríficos, a exemplo de que o próprio dono do Independência disse, que nós, toda vida, cobramos a transparência da cadeia quando brigamos por conta de preços da arroba do boi no país. E a cadeia sempre se recusou a dar essa transparência. Então, em toda cadeia saudável, não cabe mais espaço para espertos e espertalhões. Cabe espaço apenas para que todos [soa a campainha] possam trabalhar honestamente e que todos possam ganhar e ter a sua renda garantida, desde o início dessa cadeia até o final dela. Então, nós temos que confessar que essa situação nos incomoda ao longo dos anos e, inclusive, foi, deu origem a essas dúvidas, deu origem a uma ação no CADE, aonde nós vencemos em primeira instância, mas, infelizmente, o CADE, no Brasil, tem uma autonomia para fazer uma negociação com a parte prejudicada sem a consulta prévia àqueles que entraram com a ação no CADE; que é uma coisa inad-

missível, mas os culpados somos nós, o Congresso Nacional, que não mudamos essa legislação.

Então, Sr. Presidente, nós queremos, ministro, que o senhor nos ajude no sentido de nós, nesse momento, se é possível, pelo menos nesse momento, que essa transparência possa existir. Que essa transparência pode vir à baila, não acredito que o presidente da ABIEC possa vir ao Senado Federal, numa Audiência Pública, sem os números que aqui não trouxe.

Eu imaginei [soa a campainha] que V.Sa. já tivesse sido preparado para essa reunião e que aqui nós pudéssemos, não com os mínimos detalhes, claro, de cada frigorífico é um frigorífico, mas que nós pudéssemos ter uma abertura maior nessas discussões. Nós queremos, na verdade, é saber que dia, quando e como os produtores do país vão receber esse dinheiro.

Esse é o nosso ponto principal. Nos interessa muito pouco, Sr. Presidente da ABIEC, a origem e as bondades da indústria da carne, eu acredito em todas elas, mas esse não é o nosso foco. Nós queremos saber que dia vamos receber esse dinheiro. Nós queremos a transparência total e absoluta com relação aos recursos que o BNDES emprestou para o Independência. E isso foi em novembro de 2008, nós estamos falando, Sr. Presidente, de 250 milhões de reais que não desaparecem do nada. Novembro de 2008.

O mesmo Frigorífico Independência conquistou, no mercado financeiro, a título [soa a campainha] de pagamento de euro bônus, mais de 100 milhões de reais há poucos dias atrás. Nem pagou o euro bônus e nem pagou os produtores do Brasil. Nós queremos saber que mágica foi essa. E a segunda parcela, tão reclamada pelo Independência, de mais 200 milhões de reais não liberados pelo BNDES, eu quero aplaudir o BNDES. Sou uma senadora de oposição, mas sou uma senadora justa, procuro ser justa e realista. O BNDES fez muito bem de não entregar a outra parte.

Há dez dias, depois de tomar os recursos de bancos privados, mais de 100 milhões de reais, o frigorífico pede a sua concordata.

E nós já estamos vendo, ministro, que o Frigorífico Independência está caminhando judicialmente para um plano de recuperação. Não estou falando de plano de recuperação de governo, não. Estou falando de plano de recuperação na judicial, de pagamento das suas dívidas.

Nós não queremos impedir sua concordata. Nós não queremos impedir que o Frigorífico Independência, que até concordo que possui uma boa imagem com os produtores rurais do país, não quero absolutamente fazer nenhuma crítica negativa, não é o momento para isso, mas nós queremos estar participando *pari passo* desse plano de recuperação. Esse plano de recuperação, Sr. Presidente da ABIEC, os produtores rurais não ficarão no último da fila, não. Nós entraremos em todos os municípios que forem necessários, na justiça, nós contrataremos advogados para tentar reivindicar a nossa parte.

Nós queremos que essa cadeia seja mantida. E ela só vai ser mantida na sua origem, é preservando esses produtores. Quando o senhor diz que passa de 700 milhões de reais essa dívida, isso me assusta muito. Me assusta muito, muitíssimo! Porque o Independência, nós sabemos da novidade que isso significou no mercado, justamente pela [soa a campainha] sua capacidade e pela sua grandeza.

Agora, eu li uma reportagem do presidente da ABRAFRIGO, o Sr. Péricles, que representa os frigoríficos médios do país, falando a respeito de gestão. Recursos do BNDES não é só para aqueles frigoríficos que estão, aí, na hora da morte. Nós queremos um tratamento igualitário, porque todos os frigoríficos, como todas as empresas do país, estão passando por dificuldades por conta da crise. Isso é uma coisa bastante justa.

Agora, nós temos que avaliar aqueles frigoríficos que compraram mais frigoríficos com dinheiro de curto prazo.

Aqueles que compraram e fizeram investimentos, imobilizaram com capital de giro. Porque quando se imobiliza com capital de giro, eu que não sou economista, nem nada, eu sou apenas uma produtora rural, mas que procuro ler o máximo que posso, para me inteirar das coisas, nós sabemos que quem imobiliza com capital de giro, na hora [soa a campainha] da crise, é um desastre.

Então, nós queremos, sim, que as empresas brasileiras, especialmente do agronegócio que represento, os produtores do país, que possam ser socorridas diante da crise, mas de maneira justa. Chegou a hora, Sr. Ministro Reinhold Stephanes, de nós apoiarmos os frigoríficos médios deste país. Nós temos que dar uma atenção especialíssima à questão do crédito presumido de PIS e COFINS, sob pena de nós acabarmos com essa cadeia, a exemplo do mundo todo, aonde os produtores aumentam de números e os frigoríficos diminuem, em contrapartida. Se nós quisermos manter um número maior de frigoríficos e, portanto, uma cadeia mais competitiva, com preços melhores para os nossos produtores, nós temos que lutar para manter, o máximo de tempo possível, um maior número de frigoríficos no país.

Então, defendo a ajuda, sim, mas de forma justa, igualitária, a todos aqueles que estão passando por dificuldades.

Ponto dois: Queremos saber como foi essa operação do Independência via BNDES e esses recursos que foram emprestados sem, já na iminência de uma concordata, e nenhum produtor rural deste país recebeu, inclusive agora, nos últimos 10 dias.

Então, e terceiro ponto, com relação ao plano de recuperação. Quero apenas declarar a ABIEC que nós estaremos bastante atentos a essa proposta de recuperação de todos os frigoríficos que pediram concordata. E gostaria muito, ainda, de colocar, apesar da pouca atenção, me colocar totalmente à disposição da ABIEC, dos 21 frigoríficos, também da ABRAFRIGO, em nome da CNA, para que nós possamos deixar as nossas diferenças para o futuro e que nós possamos nos unir em prol deste país, da cadeia da carne, para que a gente possa ter sustentação e colaborar com o nosso Ministro Reinhold Stephanes. Muito obrigado a todos que participaram e puderam contribuir aqui, nesta manhã. Eu acho, Sr. Presidente, Senador Valter Pereira, lhe parabenizar, foi uma audiência da maior importância, que nós estamos discutindo aqui no Senado. Talvez a pecuária de corte, para não ser injusta também com a soja, é um dos produtos mais importantes da cadeia do agronegócio brasileiro. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Próximo orador, Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, Sr. Ministro, senhores expositores, eu sinto, assim, que está havendo uma desarmonia aqui, nos nossos argumentos, porque alguns estão omitindo dados, outros estão, não é, defendendo outros pontos de vista. Mas eu acho que, assim, que realmente, quando a gente vem para cá, a gente vem para tentar achar uma solução. Essa audiência foi pedida, no meu entender, para achar um caminho nessa crise atual.

A perspectiva para a pecuária, para a carne do Brasil, é sempre melhor. Os países europeus, os países que fazem subsídio pesado na pecuária, vão ficar sem condições de fazer isso. A Argentina está reduzindo o rebanho dela, agora. E os nossos frigoríficos, nesse momento, começam a ter problemas. Há, realmente, uma diversificação de atividades que talvez tenha prejudicado, como a presidente da CNA, a Senadora Kátia Abreu falou aqui, o capital de giro desviado, imobilizado. Quer dizer, então o que tem que haver, eu acho, devem todos sentar na mesa, porque quando quebrar os frigoríficos, vai prejudicar todo mundo, do grande até o pequeno. Acho que deveria haver uma conversação franca, esclarecendo, cada um colocando qual é o seu problema, qual é o seu montante, qual é a sua dificuldade, para que se chegue a uma solução. Não se pode trabalhar se uma ponta não dá a informação correta. Ela acabou de falar aqui que a ABIEC tem uma caixa-preta. Então, nós temos que abrir essa caixa para poder entender, para poder ajudar e achar a solução, porque o dinheiro público não pode ficar sendo aplicado sem que seja, claro, nós entramos, espero que esse país entre numa fase de transparência mesmo, em todos os setores, e nesse setor, principalmente, que é uma das principais atividades nossa, não pode ficar dessa forma.

Eu sugiro que reúnam-se todas as partes interessadas, para fazer, tipo, uma Câmara de Discussão, para se chegar a uma conclusão, para se chegar a uma solução. Não se pode ficar trabalhando dessa forma, um diz uma coisa, outro diz outra. Nós temos que chegar... Por que é que nós tínhamos que reunir aqui? É para evitar que o Brasil perca essa oportunidade que está surgindo, de se tornar o principal exportador e produtor de carne do mundo, mesmo, e ocupar o mercado.

Se a gente começar a quebrar a nossa cadeia aqui dentro, nós não vamos fazer isso. Então, sugiro que se reúnam e façam uma discussão, não sei como, uma Câmara, para achar...

Porque o ministro só pode... Eu sou médico, nós só podemos dar um remédio para o paciente quando ele tem um diagnóstico, o resto que fizer--

[risos]

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Tenho uma dúzia de garrotes lá. A gente, a gente só pode dar um remédio adequado se tiver o diagnóstico preciso. Senão, não vai adiantar.

Sugiro que se reúna, se discuta, e que as coisas fiquem mais transparentes ou mais claras. Quem não quiser participar, realmente... Quando existe monopólio, não é bem um monopólio, é um oligopólio, mais ou menos, que a ABIEC apresenta; 21 pessoas, só, nesse país todo, imenso, nesse monte de frigorífico? Então, nós temos que abrir, melhorar. Então, eles têm que continuar com o seu oligopólio, mas tornar transparente as coisas. Enquanto não tinha dinheiro público, não tinha obrigação. Mas, agora tem dinheiro público, tem obrigação de tornar as coisas claras. Só isso, ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa., que é médico, deve ficar mais confuso ainda porque não estava aqui na hora que o outro curandeiro tinha dado o diagnóstico, o Senador Jayme Campos. Ele deu dois diagnósticos, simultâneos, e, na minha avaliação, contraditórios. O primeiro foi de empachamento e o segundo de inanição. Então, é uma situação, realmente, delicada. E V.Exa., que é médico, também não está conseguindo entender, então, realmente, a situação está complicada. Mas, é... pode...

SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA: Eu gostaria de fazer alguns esclarecimentos. Em primeiro lugar, agradecer a manifestação da Senadora Kátia Abreu, que levantou alguns pontos muito relevantes que me permitem, portanto, respondê-la.

Eu gostaria de começar, em primeiro lugar, senadora, lhe pedindo desculpas se deu a impressão de que eu não lhe dei atenção aquele dia que nós conversamos na FIESP. Ao contrário, eu prestei muita atenção e lhe falei que faríamos todos os esforços possíveis na ABIEC para manter informado ao setor da pecuária de corte sobre a situação dos frigoríficos e sobre a pontualidade do pagamento dos demais. Porque o que a senhora trouxe aquele dia como preocupação foi exatamente do risco sistêmico que poderia haver em relação aos outros frigoríficos estarem na mesma situação.

E se eu não pude lhe atender mais tempo aquele dia, também foi muito bem esclarecido que nós estávamos recebendo na FIESP, naquele momento, o primeiro-ministro da Holanda, e eu estava escalado para fazer a abertura do seminário. Portanto, eu não pude, realmente, ficar, mas, depois, voltei... V.Exa. tinha ido aquele dia a FIESP para o conselho de agronegócio. Eu assisti a sua palestra inteira no agronegócio. Não sei se a senhora se lembra, eu estava sentado na primeira fila, não é? Então, por favor, eu lhe dediquei atenção e dedicarei muito mais, porque a senhora merece, como senadora, como presidente do CNA, o meu respeito e a minha admiração.

Bom, em relação à questão do oligopólio, eu gostaria de esclarecer um ponto aos senhores senadores, senhores parlamentares: os frigoríficos associados da ABIEC são 21 e eles têm um abate global de 15 milhões de cabeças, num total de 40 milhões de cabeças abatidas no Brasil. Então, nós estamos longe de representar uma força dominante, ainda mais que é distribuída por 21 que concorrem entre si. Não existe essa ideia de que esses 21 trabalham consorciados. Eu desafio quem prove. Desafio quem prove. Ao contrário, eles concorrem entre si de forma ferrenha. Eu sou testemunha disso. Eu entrei na ABIEC há 8 meses, sucedendo, com muita honra, o Ministro Pratini de Morais que antes, por 5 anos, havia sido presidente da ABIEC.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Roberto, desculpe. Só uma coisa: repita para mim os dados. É 15 de 40?

SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA: 15 milhões de cabeças de 40 milhões de cabeças.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Anuais?

SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA: Anuais.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E aí, V.Sa. acha que isso não é ser uma grande-–

SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA: Sobre os 15 milhões são 21 frigoríficos que concorrem entre si.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sim, mas dos 40 milhões, a associação detém 15.

SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA: 15.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E isso não é uma força?

SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA: Não, mas não é um oligopólio, no sentido... Por exemplo, eu não vou começar aqui... Mas, tem outros setores. Se formos ver cimento, cerveja, a participação de grandes empresas é muito maior. E, aliás, nós não devemos ter vergonha, no Brasil, de termos grandes empresas. Grandes países só existem se tiverem grandes empresas por trás. Aliás, esses frigoríficos que hoje estão aqui na ABIEC, foram pequenas empresas; eles estavam na ABRAFRIGO, provavelmente, há 15, 20 anos atrás. São todos, pessoas que são *self-made man.* E por que surgiram eles? Tem que ver um pouco a história. Talvez os senhores não lembram que há 15 anos atrás existia Frigorífico Mouran, Frigorífico Bordon, Frigorífico Cotia, Frigorífico Tião Maia, todos eles, Caiova, todos eles quebraram. Quebraram! Vamos ver um pouco a história do Brasil. E o que é que aconteceu com essas unidades industriais? Foram compradas por esses senhores que vinham de posições modestas do interior do Brasil. Compraram, recuperaram essas empresas, se capitalizaram com os resultados que foram reinvestidos, alguns até de, de fato, diversificaram seus investimentos em outros setores; eu não tenho nenhuma autorização, procuração para criticar ou defendê-los de terem feito diversificação de investimentos. A decisão é de cada empresário, continuar investindo no seu próprio negócio ou diversificar investimento. Mas o fato é que eles se tornaram, sim, empresas poderosas, que nós devíamos ter orgulho, porque são empresas que estão aí, hoje, dominando o mercado mundial de carne. Estão investindo, inclusive, tanto no Brasil quanto no exterior, porque eles têm, sim, capacidade de gestão e de competição bastante relevantes.

E se conseguiram hoje, essa posição de destaque, isso não deve ser nenhum demérito, não. Ao contrário, deve ser motivo de orgulho. Como nós devemos ter orgulho das nossas empresas na área de construção

civil, na área de aeronáutica, da Embraer, ou em outras áreas que são empresas destacadas no mundo.

Bom, a questão que nós temos hoje, aqui, de forma objetiva, é uma situação da inadimplência de alguns frigoríficos que pediram recuperação judicial. Muito bem, o que pode ser feito? Vamos ser objetivos para não, enfim, não alongar esse debate. O que pode ser feito são poucas coisas, que são, de fato, passíveis de solução e que recuperam rapidamente a situação do setor.

O primeiro é a questão da liquidez dos créditos tributários, que eu já falei aqui. E quero esclarecer um pouco mais o que acontece, para os senhores terem ideia qual é o problema do empresário.

A Receita Federal demora, às vezes, de 6 meses a um ano para homologar os créditos, para reconhecer que aqueles são créditos legítimos, créditos dos insumos que entram e que as empresas adquirem e depois não conseguem utilizar na velocidade necessária para recuperar o capital de giro.

Então, o que nós estamos pedindo, hoje, ao Ministério da Fazenda e tivemos várias reuniões nas últimas semanas com o Secretário-executivo Nelson Machado, é garantia de liquidez desses créditos. Nós não podemos mais conviver com uma situação hipócrita, onde nós temos a imunidade tributária das exportações, mas, por outro lado, o Governo Federal, tanto quanto possível, faz, atrasa, dificulta a recuperação dos créditos e os estaduais também. Os governos estaduais a mesma coisa. Fazem fluxo de caixa em cima das empresas exportadoras. Então, esse é um ponto que é primeiro que eu quero dizer.

Segundo: questão de crédito financeiro. Citei aqui, expliquei o exemplo de como o crédito de curto prazo se tornou de curtíssimo prazo. Todo vencível a cada 30 dias. Nós temos que conseguir, junto aos bancos, especialmente junto ao Banco do Brasil e ao BNDES, linhas de 180 dias ou 360 dias para embarque, para poder financiar, de forma adequada, o giro dos frigoríficos, que é muito alto. Só, por exemplo, só o Independência, para dar uma ideia aos senhores, são 14 milhões de reais, por dia, de pagamento de abate. Cerca de 10, 11 mil cabeças. 14 milhões de reais por dia. Então, se ele, por acaso, tem atraso de pagamento de importação, se ele tem encurtamento das suas linhas de crédito de curto prazo, se ele tem créditos tributários não liquidados, certamente o seu capital de giro se dilui. E o que acontece? Vamos ver também um pouco, quer dizer, o lado do por que, o que leva um empresário a pedir recuperação judicial? De novo, quero dizer aqui, que eu não tenho procuração do Independência, eles não pediram para mim defendê-los. Eu defendo porque eu acredito nos empresários que são sérios. Na quarta-feira, eles receberam uma ameaça de falência, de forma absolutamente inesperada. Tiveram 40... E não foi nada planejado, não houve essa arquitetura de: "Vamos pedir uma recuperação judicial lá na frente e vamos capitalizar, criar recursos", nada disso.

Eles tiveram subitamente uma ameaça de falência de um credor que, por motivo de sigilo fiscal, eu não posso dizer aqui. E na sexta-feira, tiveram, portanto, a sua, o seu pedido de recuperação judicial para se proteger, exatamente, desse risco, porque a empresa é sólida, a empresa é boa. Economicamente, eles têm viabilidade. Simplesmente, eles precisam recuperar sua liquidez. Se proteger, como diz a lei, e como a lei oferece o mecanismo de proteção judicial, como diz o nome, para que eles possam, realmente, ter capacidade de liquidar integralmente todos os seus débitos, como farão, eu tenho certeza absoluta e arrisco a palavra, aqui, de estar afirmando isso em público, diante de pessoas ilustres aqui, nessa Audiência Pública.

Então, o que eu quero dizer é que são poucas as medidas necessárias. Se tivermos liquidez nos créditos tributários, se tivermos financiamento para embarque adequado e o terceiro ponto, que eu gostaria de pedir, isso, sim, ajuda do Ministro Reinhold Stephanes e do Ministério da Fazenda: conseguirmos fazer uma missão financeira, não é comercial, é uma missão financeira à Rússia, e não é só para carne bovina, é para o frango e para o suíno também. Porque o problema de pagamento, de atraso de pagamento da Rússia, é para todos. É para todos. A Sadia e a Perdigão estão enfrentando problema de pagamento, também, na Rússia. Nós temos que ir lá, conversar com as autoridades russas, com os bancos russos, com o apoio do BNDES, do Banco do Brasil, para vermos o que nós podemos fazer para evitar que essa situação se agrave ainda mais. Porque se houver, realmente, uma inadimplência dos importadores, aí a situação se torna muito mais séria do que é atualmente. Muito obrigado.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu gostaria de fazer uma proposta para a nossa Comissão, para que nós pudéssemos aprovar, neste momento, um requerimento, solicitando ao Ministério da Fazenda todo o crédito tributário, principalmente desses frigoríficos que pediram a sua recuperação, e que nós pudéssemos ajudar o nosso Ministro da Agricultura, a Comissão de Agricultura do Senado, a CNA está pronta para colaborar também, no sentido de fazer a recuperação desse crédito tributário, mas com prioridade para pa-

gamento dos pecuaristas do Brasil, como os credores prioritários no recebimento desses créditos.

Então, nós poderíamos fazer um levantamento dos créditos-–

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. poderia incluir, também, os números do PIS/COFINS.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não é PIS/COFINS, presidente. É, é só PIS e COFINS. Nós levantaríamos o crédito de cada um deles, aprovaríamos isso e a solicitação de que esses créditos pudessem ser pagos, mas, direto aos credores pecuaristas do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Direto não sei se dá. Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A seguir, Senadora Kátia Abreu. Viu, senadora, a seguir, nós vamos colocar em votação.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Direto, claro que não tem a menor possibilidade. Mas que pudesse fazer com prioridade.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Isso, isso. Correto.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente Valter Pereira, Ministro Reinhold Stephanes, demais componentes da mesa, é... Eu queria fazer uma colocação, citando um exemplo. Eu tenho um irmão que é do ramo, consequentemente eu sou sócio dele em tudo e acabo sendo do ramo também. Embora eu tenha um medo de cobra danado. Eu não ando muito em fazenda porque eu tenho medo de cobra. Então, quando ele resolveu entrar no ramo, eu peguei e fui ver, parece que ele compra indexado por arroba. Então, é o alqueire por tantas arrobas. Muito bem, eu peguei, já que eu não sou do ramo, fui dar uma "historiazinha" e eu vi o seguinte: o histórico da arroba, mais ou menos 20 dólares, que fica histórica. Eu não sei, se eu tiver errado, os senhores me corrijam. Muito bem, eu estava aqui com o Senador Osmar e, consequentemente, à medida que eu vou pagando as prestações, em arroba, saiu dos 20 dólares. Chegou quase que, uma conta que eu fiz, a 44.44 dólares. Ou seja, aqui, agora está todo mundo reclamando. Está o representante do meu irmão ali, reclamando, mas vendeu a arroba a 44 dólares. Estão aqui os frigoríficos falando, reclamando. Por que a Rússia não paga? Porque o petróleo caiu. Ela não tem dinheiro para pagar. Isso não adianta ir lá na Rússia, reclamar. Eles vão falar: "Olha, o petróleo era 140, agora está a 40. Eu não tenho dinheiro para pagar vocês, segura que a gente vai ver como vai escalonar isso". Aí chega, fizeram uma série de operações, IPO, esses senhores de Nova Iorque vieram aqui, a gente acompanha nos jornais, não é isso? Eu olhava aqueles valores, eu falava: "Mas não é possível, como é que pode valer tanto isso?!" No ramo, também, que eu estou, que é de escola, "Ah, 6 mil reais o aluno". Como é que pode valer 6 mil reais um aluno, que é só um aluno? De onde tirou esse número? Eu não sou do ramo porque entrei, não. Minha mãe começou com jardinzinho de infância, então eu já passei por todas as crises. Ou seja, chega aqui e me diz que o número está em 15 bilhões, a dívida. Sr. Roberto, eu sou um capitalista, sou do ramo, não tenho nada contra a colocação do senhor aqui, pareceu até que eu estava contra o seu posicionamento. Citou alguns frigoríficos que quebraram aí, falou o nome, não sou do ramo, não conheço. Eu quero saber o seguinte: esses frigoríficos que quebraram, pagaram aos que entregaram a carne para ele ou não? Ou está na justiça até hoje?

SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA: O senhor quer saber aqueles do passado, que eu falei os nomes?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O que o senhor citou o nome, V.Sa. citou o nome.

SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA: Acredito que a maioria deles teve a sua massa falida decretada e quem comprou os novos frigoríficos pagou parte do que era devido.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então vê ali, o representante do meu irmão.

SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA: Mas ele deve saber melhor do que eu, porque eu não acompanho.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pagou nada. A verdade é essa: não pagou nada! E é assim que funciona. Aí entra um outro, vai lá e compra aquele equipamento que está lá e começa de novo a roda. E aí vai rodando. Uns fingem que pagam, outros fingem que recebem e vai vivendo, e assim vão vivendo. Passa geração por geração. Eu vejo lá, meu avô vendia boi, comprava em Nanuque e vendia em Governador Valadares, educou a família inteira fazendo esse trabalhinho, entendeu, lá na antiga Matiza. O Senador Jayme Campos deve conhecer a Matiza. Então, aí os senhores fazem os acordos, cai tudo, porque um reflexo lá de fora, dentro, que vem ao Brasil, nós não temos culpa do que aconteceu. A culpa nossa qual foi? É achar que aquele momento vai se eternizar. Você pega um momento financeiro de um ramo de negócio e joga isso para 50 anos, hein,

Sr. Roberto, eterniza aquele momento, e não é assim que funciona. Aquele momento muda daqui um ano, três anos; é cíclico, cai, sobe, é assim que funciona todos os ramos. Aí, o que é que faz? Os senhores vêm aqui, claro, que nós temos representantes aqui, e vamos tentar que o Ministro Reinhold Stephanes faça uma reunião com o presidente, com o ministro. Vamos encontrar uma solução para um rombo de 15 bilhões, não é isso? Não, falou 15 bilhões aqui, não foi falado isso, mais ou menos, hein? Não, não, não, no início, no início, no início, eu ouvi aqui que o rombo, somando tudo, o Osmar citou aqui, o Senador Osmar, que era de 700 milhões, mas, com tudo, tributária, não sei o que, ia 15 bilhões. Foi falado aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Wellington Salgado, na verdade, o que o Senador Osmar Dias cobrou foi a exatidão dos números. Mas os números não tem... O que ficou muito patente aqui é que são incertos esses números. Existe, até agora, muita informação-–

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Valter, depois poderemos, até, ver a degravação.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): -– muitos números que não se confirmam.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Podemos ver a degravação, está registrado. A gente pode pedir isso, depois eu posso mostrar para V.Exa. Mas eu tenho esse número e foi citado aqui. Eu acho um-–

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não, ele falou, an passant, o seguinte: nós não sabemos se é de 10 ou de 15 bilhões, é isso aí. Mas, na verdade, não tem o número; que foi a cobrança. O eixo da discussão foi exatamente a cobrança.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está bom, vamos citar aí, vamos botar um bi e meio, pronto. 700 milhões, eu não sei nem qual dos dois deve mais, se é o interno ou externo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Na verdade, nós não podemos estimar nenhum número, porque todos os dados, até agora, são passíveis de confirmação.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, veja bem, tem no Triângulo Mineiro, Araguari, tem um matadouro lá, que, inclusive, deve ser o padrinho do meu filhinho, que nasceu tem dois meses, que é o Murilo, do Mataboi. A informação que eu tenho, o Mataboi está pagando, é o único que paga certinho. A informação que eu tenho, não sou do ramo. Agora, só que o Murilo é o seguinte: você sai para jantar com o Murilo, ele só fala em boi. Não sabe falar de mercado financeiro, é boi; compra, venda, arroba, só pensa nisso. Quer dizer, é o negócio dele. É o negócio dele. Aí, quando se começa a fazer derivativos, começa todo mundo a achar que vai lá para frente, que vai ganhar dinheiro... Por favor, senhores, eu acompanhei nos jornais. As operações que aconteceram, as operações que aconteceram no Brasil, no mercado internacional, vindo aqui, aportando dinheiro aqui, e que, realmente, resolveram levar, e aí V.Sa. tem razão, não aconteceu só com o pessoal de exportação de boi, aconteceu com os bancos também, que pegaram dinheiro lá fora para emprestar aqui, naquele dinheiro que debita na folha, para 24 meses. Chegou lá fora, falou: "Eu quero o meu dinheiro hoje". Aí não tem. Aí, a Caixa Econômica e o Banco do Brasil estão comprando recebíveis sem a gente saber quanto é o percentual, qual é o deságio e de quem é, porque, se falar o nome, o sistema acaba. É isso que está acontecendo hoje. Eu, quando eu quero me informar do mercado, eu converso com o Senador Jayme Campos. É verdade! No cafezinho, "Como é que está, Senador Jayme?" Ele, hoje, falou para mim: Wellington, olha, a arroba, olha", não foi isso? O homem é do ramo. Agora, eu já vi que vou ter que me consultar com outro que tem aqui, também, que eu não sabia, eu soube hoje, aqui. Então, senhores, Senador Valter Pereira, V.Exa. tem uma responsabilidade imensa: tentar encontrar uma solução para um problema que é histórico. Entra matadouro, quebra, assume outro frigorífico, compra aquelas instalações e começa tudo de novo. E todo mundo vai vivendo feliz. O pai da minha mulher reclama; é aquele que pega o boizinho, bota lá 500 cabeças, faz as contas dele, está vivendo. Agora, se V.Exa. conseguir, junto com o ministro, junto com o Ministro da Fazenda e com o presidente, encontrar uma solução para esse problema, já valeu a presidência de V.Exa. nessa Comissão. Outro dia, eu fui visitá-lo, estava lá com uma série de assessores de vários ramos, orientando. Acabei sentando na mesa e conversamos mais uma hora lá. Está sensacional o trabalho que V.Exa. está fazendo. Agora, esse problema não é de fácil solução.

Não podemos achar que o ministro... É muita responsabilidade que vai jogar para ele. Ninguém consultou na hora de vender. Ninguém consultou o ministro na hora de fazer a operação. Aí deu tudo errado, "Ministro, senta aqui, vamos encontrar uma solução com o Lula, com o BNDES". O BNDES só empresta dinheiro para quem está com dinheiro. Quem tem uma certidão negativa, ele não empresta.

É feito para emprestar dinheiro para quem está bem; quem está mal não tem dinheiro, o sistema funciona assim. Você só vai a banco quando tem dinheiro; quando você não tem dinheiro, o banco não empresta.

Esse é o sistema que a gente vive. Ou, então, é na diretoria do banco. Chega lá, lá não tem consulta de risco, não tem nada. O presidente olha, "Bradescão", antigamente era o Sr. Márcio, agora é outro. Se o "Bradescão" olhar, sabe a sua história, ele mete a caneta, não quer central de risco, não quer nada, a verdade é essa. O risco é dele, ele, no cheiro sabe, no *feeling*. Então é isso mesmo. Hoje é o Sr. Trabuco. Se o Sr. Trabuco meter a caneta, não tem consulta de central de risco nenhuma, a responsabilidade é dele. Então, ministro, jogaram um problema, para V.Exa., que é histórico, e eu acredito que V.Exa. pode tentar intermediar, mas não tem grande, tem uma responsabilidade, como ministro, de tentar conciliar, mas não pode ser responsabilidade dele e nem do governo Lula o que está acontecendo, porque a gente sabe que vem de fora. E o Senador Valter, se conseguir ajeitar, como V.Exa. bem diz, preparar, para tentar passar por esse momento, encontrar uma solução, já valeu a presidência de V.Exa. nessa Comissão. Só isso que eu queria colocar.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho, Senador Wellington Salgado, que hoje nós avançamos, porque, além do diagnóstico do Senador Jayme, que foi de um curandeiro, houve também uma receita do representante da ABIEC, que, acho que são ações de governo, plenamente viáveis, que pode aliviar significativamente a crise. E para todos nós que estamos nessa discussão, ao invés de discutir as mazelas do passado, eu acho que o mais importante é discutir uma saída para o futuro, porque, indiscutivelmente, hoje, existe uma crise internacional que está pressionando, sim, todos os setores.

As críticas que V.Exa. faz são procedentes, já as ouvi em muitos fóruns espalhados pelo país e sei que são procedentes.

Mas, neste momento, ao invés de procurar os autores dessas crises do passado, o que nós temos que procurar, na verdade, é uma solução para o presente e para o futuro. Mas nós--

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem, um minuto só. Eu gostaria que V.Exa. concedesse, aqui, para o Deputado Homero, conhecedor profundo, e para o nosso ex-senador, Deputado Federal Amorim, para falar, também, breve, rápido, porque daqui a pouco o senhor vai encerrar a sessão, ainda vai ouvir mais alguns componentes da mesa, que permitisse, concedesse a palavra aos dois companheiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Vou passar a palavra para os dois, pela ordem. Primeiro, pediu a inscrição o Deputado Ernandes Amorim e depois o Deputado Homero Pereira. Então...

DEPUTADO ERNANDES AMORIM (PTB-RO): [pronunciamento fora do microfone]

Sr. Ministro, esse problema é uma polêmica que já viemos batendo desde outubro. O Ministro Stephanes já recebeu o documento do nosso gabinete, quando já previa todo esse problema e, inclusive a Casa Civil, o Presidente da República recebeu documentação já prevendo estes problemas, onde fazíamos queixa em relação ao próprio BNDES, que não tinha critérios para jogar dinheiro em mãos de frigoríficos.

Depois, fiz um documento ao BNDES, para nos informar; o BNDES disse que o deputado não teria direito de informações porque lá dentro tudo era sigiloso. Eu fiz uma solicitação à presidência da Câmara, para criar uma Comissão de fiscalização e controle, para ver o quanto de dinheiro jogou na mão desses frigoríficos. Na verdade, hoje, como disse o Senador, nós temos, no Brasil, um cartel de uma minoria, embora tenha 21 frigoríficos organizados entre 700 e poucos, mas só uma minoria tem direito no BNDES. Não sei se por ser sócio, por ter gente lá dentro ou vice-versa.

Agora mesmo, eu vi [soa a campainha] a publicação dessa medida provisória que o presidente acha que vai, ou melhor, que eu acho que vai ter uma medida provisória aí, e onde ele quer botar um bilhão e meio, mais dois bilhões e pouco para ajudar frigoríficos. Mas, essa ajuda, não ajudar o frigorífico agora falado aqui, que foi o primeiro a debater esse assunto. Até porque, são vários frigoríficos que estão em dificuldades. Dificuldades por quê? Ou pela incompetência ou por ter investido o dinheiro que recebeu em outras atividades. Nós sabemos que no período de 10 anos, tem frigoríficos aí que começaram do zero, foram a milionários e compraram frigoríficos aqui, em volta do Brasil, compraram plantas aqui, geral, no Brasil, montou indústrias de couro, de sabonete, de tanta coisa aí. E se for levantar lá no BNDES, eles todos estão atolados lá. Então, o que é que, primeiro, teria que ser feito? Antes que o presidente pense em até ajudar meia dúzia, um ou dois que possa ser considerado, da minha maneira leiga de dizer, apadrinhado, e não olhar o pequeno produtor, desde da bacia leiteira, que é o que produz o bezerro para o pecuarista, ao pecuarista, a todo o segmento, como é o caso da suinocultura, da questão das aves e tantas outras coisas, que estão todos na mesma dificuldade. Pegar esse dinheiro para entregar para 11 pessoas, 11 frigoríficos, ou meia dúzia, não justifica. Esse dinheiro tem que ser repassado, talvez, para todas essas bases. A meu ver, o governo teria que ver essa questão do imposto, nós temos aí, na Câmara, aqui no Senado é uma medida provisória que está tratando de diminuir, de protelar, de dar... De uma série de coisas em relação a impostos e incluir isso

nessa medida provisória. A outra parte seria o próprio Senado, e eu já fui Senador aqui, tive, fiz parte da Comissão de fiscalização e controle. É uma das comissões que tem poder e lá, segundo o BNDES, diz que só uma Comissão, uma CPI, e, no caso,a Comissão de fiscalização e controle tem poder de CPI; se esta Comissão requerer o direito de ir no banco, levantar quais são os frigoríficos que tomaram o dinheiro e qual o patrimônio que eles deram em garantia, a partir daí, nós estaríamos fazendo a nossa obrigação de parlamentar, para poder subsidiar o Governo Federal e dizer quem merecia dinheiro e quem não merecia. Porque, o que se sabe aí é que a maioria dos frigoríficos que receberam dinheiro do BNDES desviaram os recursos para aplicar em outros setores.

E agora? O exemplo está aí. Esse frigorífico que fala agora, ele recebeu 200 e poucos milhões há poucos dias, recebeu mais 100 milhões, como a senadora bem disse aí, e esse dinheiro desapareceu. Quer dizer, aí, 200 e tantos milhões do cidadão, do povo, do pecuarista, está na mão dessa elite que está montada em aviões modernos, em dinheiro para todo lugar, espalhado, e como é? O banco vai financiar essa gente? Ou nós, deputados e senadores, vamos fazer, aqui, pé de meia para que essa pessoa pegue mais dinheiro do povo, dinheiro do Governo Federal, que deveria estar aplicando na saúde, na educação, em outros lugares? Nós vamos dar tantos milhões ou bilhões para meia dúzia de pecuarista, para manter no "cartelismo". Eu sou de Rondônia e tive informes que, há meses atrás, diziam os frigoríficos: "Vamos fechar, vamos parar de comprar, que é para o boi cair, o boi diminuir". O dólar era 1,60, o boi chegou a 80 e pouco. Hoje, o dólar é 2,30 e o boi está a 60 reais, 70 reais aqui fora. No meu estado é 62 reais.

Alguma coisa tem que ser estudado. Esta casa, o Congresso Nacional não pode fechar os olhos, para deixar essa coisa correr livre, sendo que nós temos instrumento. Principalmente aqui, nesta Casa, que tem facilidade de criar uma Comissão de fiscalização e controle e abrir esse livro preto que tem aí, que ninguém sabe quanto deve, quem deve, porque pegou financiamento. O que eu sei é que o BNDES tem dado dinheiro, aí, sem sequer perguntar qual é a garantia ou, senão, pega-se fazendas e mais fazendas que, a nível de céu(F), o título definitivo, e recebe como garantias, para emprestar dinheiro.

Então nós precisamos ser mais responsáveis, procurar colocar isso na mesa, esclarecer. Se o presidente mandar essa medida provisória para cá, para esse empréstimo, é estudar com cautela. Os senadores, aqui, tem todo o instrumento para o senhor [ininteligível], como é que diz, representantes, tem todo o instrumento para fiscalizar isso e é o que eu espero do Senado. Porque lá na Câmara eu tenho dificuldade.

São 513 deputados e é difícil de montar uma Comissão para poder ir lá ver esses dados, ver quem são os privilegiados. Porque, na maioria dos frigoríficos, como disse aqui o deputado, o senador e a senadora ali, todos os frigoríficos merecem o respeito e merecem o apoio. Não adianta dizer que o frigorífico tal é que tem direito, frigorífico tal é que tem que pegar mais dinheiro, que seria uma irresponsabilidade se a gente chegasse no BNDES e [ininteligível] o BNDES para fornecer mais 200 e tantos milhões para um frigorífico, sem que não ajudasse os outros. E, para ajudar, tem que ter esse levantamento sério. Essas são as minhas indicações.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O senhor não prefere responder em conjunto? Porque já fala o deputado Homero. Deputado Homero com a palavra.

DEPUTADO HOMERO PEREIRA (PR-MT): Presidente, gostaria de agradecer a oportunidade. Eu ouvi com muita atenção, estou aqui desde o início dessa audiência, porque eu sou, também, autor de um requerimento de uma Audiência Pública lá na Câmara, para tratar deste assunto. E, logicamente, que a bovinocultura de corte é um dos setores da economia mais importantes do país. Temos o maior rebanho comercial do mundo e nós temos que, a idéia, aqui, é a gente buscar uma solução, não é? Já tivemos problemas no passado, conforme foi aqui diagnosticado. Agora, nós temos uma constatação emergencial. Tem um problema, de fato, ocorrendo: nós temos pecuaristas que deram... Não são aqueles de muitas cabeças de gado. Eu fui no Município de Juína, em Mato Grosso, nessa semana, e tem gente que só tinha uma viagem de boi, duas viagens de boi e hoje ele não tem mais condições de pagar o seu funcionário, arrisca a sair da atividade. Tem gente que precisava pagar tributo. Então, eu acho que o que nós temos que buscar aqui é uma solução. É isso que o Congresso Nacional se propõe aqui, com essa, na sua presidência, aqui na Comissão do Senado. Agora, eu imagino que nas próximas audiências, e lá na Câmara, eu já queria antecipar aqui que, certamente, tanto a ABRAFRIGO como a ABIEC serão também convocadas, que a gente tivesse esses números, já antecipar esses números. Nós precisamos ter um diagnóstico para a gente saber como ajudar. Todo mundo está querendo ajudar, certo? Temos problemas anteriores? Temos, acho que nós temos que, num segundo momento, acertar a relação, a cadeia produtiva da bovinocultura de corte é talvez a cadeia

produtiva menos transparente que nós temos dentro do setor agropecuário brasileiro.

A relação que temos é uma relação decana, uma relação decana que nós temos.

Agora, nós temos que resolver o problema emergencial. O problema emergencial é saber como a gente, primeiro, arrumar a situação dos fornecedores, arrumar a situação dos trabalhadores, certo? Eu acho que aí, o FAT, o Fundo de Amparo ao Trabalhador tem que entrar nessa parada. Nós estamos falando muito só do BNDES para arrumar capital de giro, mas o Fundo de Amparo ao Trabalhador também tem que entrar dentro dessa cesta de oportunidades, porque nós estamos falando aqui de empregos e, há poucos dias atrás, nós vimos o governo salvar outros setores da economia, a exemplo de tirar IPI do setor automobilístico, salvar os empregos na indústria automobilística. Foi assim com o setor bancário e se tem um problema grave na cadeia da bovinocultura de corte, é legítimo que o setor pleiteie um socorro. Agora, é importante vir do setor o que o setor quer. É importante vir do setor o que o setor quer. É importante vir do setor o que o setor quer, para saber como nós, políticos, eu sou Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso, que tem o maior rebanho bovino do Brasil, certo? Então, como que a gente pode ajudar? Sou também deputado. Como que a gente pode ajudar? Então é importante a gente ter o diagnóstico, porque, aqui, nós já temos dois diagnósticos diferentes. Enquanto o setor exportador pede um crédito, o setor das pequenas indústrias fala: "Não, não empresta. A não ser que empreste também para a gente". Então é importante que o setor, independente que seja exportador ou não, quem sabe possa unir a ABRAFRIGO com a ABIEC para ter uma proposta unificada, para a gente saber como atuar, certo? E não, conforme disse aqui o senador, a gente jogar o mico para o governo agora. O governo pode ser parte da solução. Mas, certamente não estará só no governo a solução. Estará em todos nós, para que a gente possa solucionar. Então, essa é a minha participação, quero agradecer, aqui, os senadores, e dizer que os senhores estarão recebendo, dentro em breve, também um convite para participar dessa Audiência Pública que nós estamos aprovando amanhã, na sessão de amanhã, para a gente fazer essa Audiência Pública também lá na Câmara dos Deputados, num requerimento da minha autoria, junto com o Deputado Onyx Lorenzoni e outros 20 deputados que resolveram assinar também, dada a importância que a gente tem dentro dessa cadeia produtiva. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. O representante da ABIEC queria fazer um esclarecimento.

SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA: A respeito do BNDES. Primeiro lugar, o BNDES, para dispor de um crédito, de um financiamento para qualquer empresa, não é só frigorífico, qualquer empresa, ele é extremamente rigoroso nas garantias e nas condições, como falou aqui, o nobre senador que colocou com muita clareza, quer dizer, que ele empresta, às vezes, para quem não precisa. Porque tão rigoroso que ele é nas condições. Então, não é assim que você vai lá e é apadrinhado e recebe o financiamento. Isso não existe. Ao contrário, o BNDES costuma recuperar quase a totalidade dos seus créditos, raras são os inadimplentes que o BNDES... 3%, pois é. E zela com o dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador, aplica de forma muito adequada, sempre gerando emprego em setores que são empregadores, que são exportadores e, portanto, eu acho que, dentro de uma... Não tem procuração para defendê-los, não. Faço, às vezes, até com crítica, que eles são rigorosos demais.

E depois, esse dinheiro que entrou no Independência não sumiu. Imagina se o dinheiro sumiu! O Independência é um frigorífico que tem capital aberto, é regulado pela CVM. Se tivesse tido qualquer desvio de recurso lá, já estaria absolutamente transparente para todo mundo, para o próprio BNDES, para a CVM, que o dinheiro foi mal versado. Ao contrário, ele foi aplicado como capital, e as pessoas podem perguntar: "Mas, por que o BNDES participa do capital de empresas?" Bom, aí é um problema de regulação. Ele não participa só do capital de frigoríficos, ele participa do capital da Embraer, do capital da Brasken, do capital de dezenas ou centenas de empresas no Brasil. É uma política do banco. Se discuta a política do banco. Se ele tem uma carteira de participação em ações, qualquer empresa, qualquer empresa da ABRAFRIGO, da ABIEC, de qualquer outra associação, pode ir lá e pleitear. Quero ter o BNDES como sócio, é uma opção do empresário, ter ou não o BNDES como sócio. Sabe que se tiver o BNDES como sócio, vai ter um sócio rigoroso, que vai cobrar condições, vai cobrar documentos, vai fazer, realmente, um acompanhamento rigoroso. Por sinal, alguns frigoríficos têm, também, participação de empresas internacionais, de instituições internacionais, como o Banco Mundial. O *International Finance Corporation,* que é um braço de investimento do Banco Mundial, é sócio de um frigorífico no Brasil, por quê? Achou aquele frigorífico, do ponto de vista de investimento, uma oportunidade atraente e ele respeita meio ambiente, respeita regras trabalhistas, o Banco Mundial via isso tudo e investiu nesse frigorífico. Está

errado o Banco Mundial? Não, não está errado. Fez um bom investimento, vai ter o seu retorno no médio e longo prazo da forma como ele previa e está fazendo isso porque observa, também, que o Brasil, em proteína animal, é o país mais competitivo do mundo e que precisa investir na produção de proteína animal no Brasil porque o problema da fome e da energia no mundo é um problema global. Nós nos esquecemos que essa crise apagou, por 6 meses, o drama que nós estávamos vivendo até agosto, de falta de alimentos, de escassez de alimentos, onde a carne, assim como o frango, assim como a carne suína, assim como os grãos, representam, hoje, fonte imprescindível de fornecimento a vários países do mundo que dependem do fornecimento do Brasil. Caso o Brasil não tivesse fornecendo, a crise seria muito pior. Então, nós, sim, cumprimos um papel econômico, social, de gerar renda, emprego e exportações.

Se nós, hoje, temos 200 bilhões de dólares de reserva no Banco Central, senhores, esse dinheiro não caiu do céu. Esse dinheiro foi colocado lá por quem? Pelos exportadores brasileiros que correram riscos, que abriram mercados, que investiram. E, se hoje o país não está numa situação pior nessa crise mundial porque tem os 200 bilhões de dólares, o mérito não é do Banco Central, não! O Banco Central não gerou esse dinheiro. Quem gerou esse dinheiro fomos nós, exportadores. Eu, na minha vida, já fui mais de 70 vezes à África, dezenas de vezes à Ásia. Como se diz em gíria: "Rodar bolsinha para vender o produto brasileiro". Eu fico indignado quando as pessoas acham que o dinheiro caiu do céu, que nós não tivemos trabalho, que não tivemos que nos expor a riscos, a sacrifícios, a problemas pessoais, de família, para poder gerar as exportações do Brasil.

E, depois, são vistos como: "Ah, o exportador é um aproveitador. Vem aqui e quer só benesses, quer só..." Não quero benesse nenhuma! A ABIEC não precisa de favor de ninguém. Quer simplesmente que tenha crédito financeiro e o crédito tributário devido disponível, nada mais do que isso. Eu não estou pedindo nenhum aporte de BNDES, ou de qualquer favor do governo. Eu não vim aqui pedir isso. Não é essa a intenção dessa Audiência Pública.

A intenção dessa Audiência Pública aqui é expor aos senhores deputados, senadores e ao público, as informações que são necessárias. E se eu não as tenho agora, as informações dos balanços das empresas, me dispus, aqui, a trazê-las. Não estou omitindo nenhuma informação. Não queiram imputar aqui a problema da omissão, porque eu não vou me omitir de informar. E faço questão, Senador Jayme Campos, de trazer as informações e de garantir aos pecuaristas brasileiros que eles estão em boas mãos, com frigoríficos que têm responsabilidade e seriedade e vão fazer, pelo futuro da pecuária do Brasil, uma parceria que vai fazer com que todos nós sejamos vencedores. Obrigado.

DEPUTADO ERNANDES AMORIM (PTB-RO): Só para, uma questão de... No caso do Independência, em dezembro, janeiro ele quebrou. Em dezembro, ele recebeu dinheiro do BNDES. Quer dizer, será que o BNDES tinha dinheiro sobrando para entregar, ou tem fiscalização, tem trabalho feito, técnico, para, em dezembro emprestar, acho que o valor do empréstimo era um bilhão; será que ele tinha esse conhecimento? Que era 200 e pouco mais 300 e pouco, agora 200 e pouco? Tudo bem. Mas ele, de qualquer maneira, são 500 e tantos bilhões. Entendeu? Conclusão: será o que BNDES não tinha conhecimento disso? Entendeu? É isso que me refiro e o que nós queremos ver é essa caixa-preta, estou tentando lá pela Câmara, não estou conseguindo, talvez aqui pelo Senado, através da Comissão de fiscalização e controle, possa conseguir. Se não conseguir, eu vou buscar me interferir com a Polícia Federal, porque lá é mais fácil da gente buscar essas informações mais precisas.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, pela ordem. Desculpe, mas vai ser rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Deputado, eu acho que também não pode usar a Polícia Federal. Acho que não é, aqui é uma casa do Legislativo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu sei, mas não podemos chegar a esse ponto. Aqui nós temos que dar solução ao problema. Achei que eu estava apoiando V.Exa. até esse momento. Eu acho que aí extrapolou um pouquinho, talvez pelo momento, de estar falando, eu vou considerar que foi pelo momento. E pela história de V.Exa.

DEPUTADO ERNANDES AMORIM (PTB-RO): Senador Wellington, no mínimo tem uma quirela-–

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Wellington, eu gostaria só de prestar um esclarecimento a V.Exa., que V.Exa. falou ali, naquele momento, na sua intervenção, num volume de recursos da ordem de 15 bilhões de reais.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E eu gostaria de esclarecer esse ponto. Na verdade, foi o Dr. Márcio Augusto Esmeraldo que deu esse número como crédito que o banco concedeu à agropecuária brasileira de maneira geral, não foi isso?

SR. MÁRCIO AUGUSTO ESMERALDO MONTELLA: A pecuária brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A pecuário brasileira de maneira geral.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente Valter Pereira, nesse momento que o senhor colocou os 15 bilhões, eu estava com o Senador Osmar, nós ouvimos ele falando assim: "Então 15 com 15 zerou oposição". Aqui nós conversamos isso. Pode mandar vir para trás, que falou nos 15 bilhões. Concorda comigo? Mas também isso é outro assunto, que vai... Eu só queria dizer o seguinte, deputado Henrique, eu queria... Ernandes Amorim, desculpe. Deputado, V.Exa. já foi senador e tudo, eu queria dizer que eu sou membro da fiscalização, vou pedir ao meu gabinete para entrar em contato com o gabinete de V.Exa., para que já que está mais inteirado no assunto do que a minha posição, montar um ofício que encaminharei, já que eu sou membro titular da Comissão de fiscalização, para pedir essas informações. Só isso que eu queria colocar.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senhores senadores, nós estamos chegando no final dessa nossa reunião, mas eu não poderia deixar de tecer uma consideração sobre as razões desta Audiência Pública.

Nós estamos, hoje, diante de uma crise. Uma crise que não foi criada pela pecuária brasileira e não foi criado por nenhum setor da economia do nosso país. Mas é uma crise que sinaliza uma baixa de estoques de alimentos inédita em todo o planeta. Nesta circunstância, o Brasil, que tem terras, terras férteis, que tem produtores capazes, tecnologia e uma capacidade enorme de produção, tem que aproveitar. E para aproveitar, tem que superar a crise. Essa é a realidade que nós enfrentamos. O governo tem que fazer a sua parte, o setor tem que fazer, também, a sua e o congresso está aqui, cumprindo o seu dever cívico.

Pois bem, acho que a Comissão de Agricultura, Pecuária e Reforma Agrária marcou, hoje, um tento na sua contribuição. E tem que agradecer, aqui, a participação de todos, especialmente do ilustre Ministro da Agricultura, Deputado Reinhold Stephanes, que, pacientemente, esteve presente o tempo todo, ouvindo, anotando e, tenho certeza, levando consigo nessas anotações, subsídios preciosos para conhecer melhor a intensidade da crise e para contribuir. Ele, que é o representante do setor no governo para o enfrentamento dessa monumental crise que contamina o setor.

Então, eu quero, ao ressaltar essa dedicação, o desvelo do ministro, quero agradecê-lo por ter nos distinguido com a sua contribuição para esse debate e para o enfrentamento da crise.

Consulto, antes de encerrar esse debate, eu consulto o ministro, se quer fazer alguma consideração antes de ser liberado desta reunião.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Alguns comentários bem rápidos. Claro, primeiro, agradecer muito a generosidade das palavras do Senador Jayme Campos. Acho que o senhor foi muito generoso comigo. Mas, de qualquer forma, essa é minha forma de trabalhar, minha forma de conduzir as coisas, ouvindo muito, conversando muito e, principalmente, aqueles que conhecem e entendem mais do que eu.

Algumas sugestões surgiram da reunião e que me parecem extremamente importantes e muito válidas. A primeira, é evidente que nós temos que facilitar mais o crédito para quem está exportando, não é? Isso é uma questão, não é só para os frigoríficos, é para todos os exportadores que passam a ter dificuldades, porque nós temos que exportar. Então, se a Rússia está tendo algumas dificuldades, nós temos que sustentar esse crédito para continuar exportando. Só como exemplo.

Segundo, evidentemente, essa questão de créditos tributários, que muitos levantaram, e o Senador Jayme Campos, depois, condensou essas propostas. Eu acho que também é uma questão que temos que achar uma forma de agilizar isso.

E surgiu uma terceira sugestão, uma missão financeira à Rússia e aí eu quero informar que agora, no dia primeiro de maio, nós estamos recebendo dois ministros russos e um grupo de empresários russos a convite nosso, do Ministério da Agricultura, mas eu concordo que nós podemos tratar, neste momento, como também, eventualmente, bem melhor o que é que está acontecendo com a Rússia em termos de capacidade de pagamento, como nós podemos negociar melhor essa questão. Eu achei isso bem colocado.

Agora, gostei da intervenção do nosso Senador Wellington Salgado, não é, mostrando, exatamente, a dificuldade e a complexidade do assunto.

Eu quero informar que eu tenho conversado muito, individualmente, com vários frigoríficos. E o interessante é o seguinte: dentro dos frigoríficos que compõem o grupo dos 21, você tem divergências extremamente grandes de opiniões. Dentre eles, não é... não é do grupo dos 21 e outros, os demais quase 300 frigoríficos que tem... que são os demais, no caso, bovino, de carne bovina. Não, mas entre eles, você tem diver-

gências de opinião. E até vou me reportar também, o que eu li, através dos jornais, aonde o assessor técnico da ABRAFRIGO diz o seguinte: "Olha, nós temos questões que são pontuais para cada frigorífico". Ou seja, a própria ABRAFRIGO concorda que você não consegue ver exatamente o que está se passando, porque cada caso acaba sendo um caso. Como eu disse, eu tenho conversado com vários, inclusive com o Independência.

Por que eu atendi o Independência? Bom, primeiro porque eu acho que eu devo atender a todos, até para ouvir, para sentir o que está acontecendo. Segundo, porque o conceito, a história que, pelo menos aqui a gente ouviu, era boa, a história, o conceito, o passado. Mas, principalmente, por aquilo que o Goellner levantou e que o Antenor Nogueira levantou. Eu tenho que me preocupar, claro, com a cadeia inteira, mas fundamentalmente com o produtor. Eu sou Ministro da Agricultura e Pecuária, eu tenho que me preocupar com pecuarista. Eu tenho que ver o que vai acontecer com o meu pecuarista. Esse é o meu foco principal. E por isso, quer dizer, aí eu ouvi e também conversei com o BNDES e [ininteligível] que o BNDES analisasse, até porque é sócio, não é? Analisasse, porque, sob o ponto de vista prático, se ele tem que pagar e tem fornecedores e tem mercado, vamos ver o que é que está acontecendo, para colocar isso novamente em funcionamento. Mas aí, tratando como uma empresa qualquer, sem estar, vamos dizer, muito no detalhe. Aí eu me reporto um pouco ao que levantou o deputado, aliás, desculpa, o Senador Augusto Botelho, sobre o diagnóstico.

Olha, o Ministério da Agricultura, na verdade, nós temos e obrigatoriamente temos que ter a capacidade de termos uma avaliação macroeconômica de todos os setores de produção, inclusive, evidentemente, da carne, de todo o setor da carne. E nós temos isto. Agora, a dificuldade está exatamente quando se entra, quer dizer, há uma crise, a crise bateu em todas as empresas, em todos aqueles que exportavam, houve um problema de crédito, não há dúvida nenhuma, houve um problema de mercado, não há dúvida nenhuma e aí não é só para os frigoríficos, isso aconteceu praticamente em todos os setores. Então, essa análise macro, nós efetivamente temos. A dificuldade é quando se tem que penetrar especificamente em cada caso. Aí o diagnóstico, efetivamente, se torna muito difícil. E a reunião, até certo ponto, com a exceção de 3 pontos que eu acho que a gente pode tirar como definição, como importantes, esses três pontos, ou seja, do crédito para a exportação, que isto flua melhor, funcione melhor, efetivamente 30 dias, 60 não é suficiente, não é? Quer dizer, você tem que ter um crédito adequado para isso. Não há nenhuma dúvida aí, o Banco do Brasil e o BNDES terão que ver isso. Isso já tem sido discutido a nível de governo. Também essa questão do crédito tributário.

Agora, no demais, as informações tornam, vamos dizer, o quadro cada vez mais difícil, cada vez mais complexo até para você tomar uma decisão e isso ficou muito claro aqui, nas exposições, hoje.

Mas, de qualquer forma, a minha função é ouvir, anotar e aí o nosso querido Senador Valter Pereira acertou quando disse que eu anotei quase tudo, não é? Cabe a mim, sem absolutamente nenhum, vamos dizer, preconceito, eu tenho que, enfim, ouvir todos os lados e aí tentar ver o que é melhor e ver se a gente consegue chegar a uma conclusão em relação a isso.

Eu quero dizer que a minha participação aqui, hoje, ela foi muito mais importante pelo que eu ouvi do que pelo que eu falei. E eu, desde o início, me dispus rapidamente a vir aqui, porque era importante que eu ouvisse não só os setores representados aqui na mesa, mas também a opinião dos senhores senadores, porque vivem a questão lá embaixo, nos seus estados. Agradeço muito essa oportunidade e até a próxima.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Solicito aos senhores senadores que permaneçam no local, que nós temos dois requerimentos para serem votados.

O primeiro dos quais: nos termos regimentais, requeiro a participação desta douta Comissão no encontro a ser realizado no Município de Uberaba, Minas Gerais, durante a realização da 75ª Exposição Agropecuária de Gado Zebuíno, Expo Zebu 2009, em data a ser definida entre os dias 28 de abril e 10 de maio, a fim de debater o direito de propriedade no Brasil, com a participação do Jurista Ives Gandra da Silva Martins, do Professor Dr. Denis Rosenfeld, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, do Presidente José Olavo Borges Mendes, da ABCZ, e desta parlamentar, como Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA; subscreve Kátia Abreu. Em discussão, em votação, como não há manifestação em contrário, está aprovado por unanimidade.

O outro requerimento, o outro requerimento, também da Senadora Kátia Abreu será apreciado na próxima sessão, porque ela o fez apenas oralmente e precisa, por força regimental, de ser formalizado. E na próxima sessão, estando formalizado, será votado.

Não havendo mais assunto a tratar, dou por encerrada esta sessão, convocando outra extraordinária para a próxima terça-feira.

Sessão encerrada às 13h05.

ATA DA 4ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 24 DE MARÇO DE 2009.

Às nove horas e cinqüenta e sete minutos do dia vinte e quatro de março de dois mil e nove, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO AMARAL, JOÃO PEDRO, AUGUSTO BOTELHO, GERSON CAMATA, GILBERTO GOELLNER, KÁTIA ABREU, JAYME CAMPOS, MARISA SERRANO, ROMEU TUMA, OSMAR DIAS, EXPEDITO JÚNIOR, VALDIR RAUPP, ROSALBA CIARLINI E FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Magno Malta, Leomar Quintanilha, Neuto de Conto, Raimundo Colombo, Lúcia Vânia e Mário Couto. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 482, DE 2007. (TURNO SUPLEMENTAR). EMENTA:** Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **AUTOR:** Senador Raimundo Colombo. **RELATOR "AD DOC"**: Senador Leomar Quintanilha. **OBS:** Em reunião realizada em 26/11/2008 foi aprovada a Emenda nº 1-CRA (substitutiva). Nos termos do art. 282, § 2º, poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar até o encerramento da discussão. Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação (art. 284-RISF). **RESULTADO: Retirado de pauta. ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318, DE 2003 (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Acrescenta § 2º ao artigo 928 da Lei nº 5869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil. (Dispõe sobre a expedição do mandado liminar de manutenção ou de reintegração de posse). **AUTORA**: Senadora Serys Slhessarenko. **RELATOR "AD HOC":** Seador Delcídio Amaral. **RELATÓRIO:** Pela aprovação do projeto. **RESULTADO: Retirando de pauta. ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 597, DE 2007 (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Isenta o óleo diesel utilizado na produção agrícola e na produção de energia da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide-combustíveis). **AUTOR**: Senador Marconi Perillo. **RELATOR:** Senador Expedito Júnior. **RELATÓRIO:** Pela Aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta. OBS: Em reunião realizada em 4/3/2008, a matéria constou da pauta, sendo concedido vista ao Senador Delcídio Amaral, que o devolveu sem manifestação. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Kátia Abreu, Gerson Camata, Marisa Serrano, Gilberto Goellner, João Pedro e Romeu Tuma. Passa-se a votação da matéria, ocasião em que foi aprovada pela maioria dos membros presentes. **RESULTADO: Aprovado o parecer favorável com a emenda nº 1 – CRA. A matéria será encaminhada à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e, posteriormente, à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2006 (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Altera os arts. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho possessório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências. **AUTOR**: Comissão Parlamentar Mista de Inquérito "da Terra" (SF). **RELATOR:** Senador Delcídio Amaral. **RELATÓRIO:** Pela rejeição do projeto. **RESULTADO: Retirado de pauta. ITEM 5: REQUERIMENTO Nº 6, DE 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – CRE, a fim de debater o cumprimento de Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas – ONU, no ano 2000, e adotadas por 189 países, inclusive o Brasil, e devem ser atingidas ate 2015, com a participação dos seguintes convidados: Ministro de Estado da Casa Civil; Representante da Organização das Nações Unidas no Brasil – ONU; Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministro de Estado das Relações Exteriores – Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ministro de Estado da Saúde; Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **AUTORA:** Senadora Kátia Abreu. No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Kátia Abreu, Marisa Serrano e Romeu Tuma. Passa-se a votação da matéria, ocasião em que foi aprovada pela maioria dos membros presentes. **RESULTADO: Aprovado, com adendo da Senadora Marisa Serra-**

no, no sentido de convidar também o Exmo. Sr. Ministro de Estado do Meio Ambiente. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 6: REQUERIMENTO Nº 7, DE 2009 – CRA. ASSUNTO: Requer seja solicitada ao Ministro de Estado da Fazenda, na condição de representante do governo no Conselho Nacional de Política Fazendária– CONFAZ e a Secretaria da Receita Federal, informações sobre os créditos tributários dos frigoríficos instalados no País, principalmente daquelas empresas que pleitearam recuperação judicial, verificando a possibilidade de utilização desses créditos para pagamento direto aos credores pecuaristas dessas empresas. **AUTORA:** Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – SF. No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Kátia Abreu, Romeu Tuma, Gilberto Goellner e Marisa Serrano. Passa-se a votação da matéria, ocasião em que foi aprovada pela maioria dos membros presentes. **RESULTADO:** Aprovado. Será encaminhado à SGM, uma vez que depende de decisão da Mesa, nos termos do art. 215, I, "a" – RISF. **EXTRA-PAUTA: ITEM 1: REQUERIMENTO Nº 8, DE 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requer nos termos do inciso II, do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Publica, com a finalidade de analisar e discutir a antecipação de crédito para o Plano SAFRA, com a presença dos seguintes convidados: Representante do BANCO CENTRAL; Representante do BANCO DO BRASIL; Sr. Guilherme Dias– CNA; Representante da CONTAG. **Autor:** Romeu Tuma. No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Kátia Abreu, Romeu Tuma, Gilberto Goellner e Marisa Serrano. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 2: REQUERIMENTO Nº 9, DE 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requer nos termos do inciso II, do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, tendo em vista o quadro atual de dependência externa de fertilizantes, seja realizada audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, com a finalidade de buscar alternativas para redução dos preços e, principalmente, da dependência externa dos fertilizantes e insumos químicos, com a presença dos seguintes convidados: **Sr. Edson Lobão** – Ministro das Minas e Energia; **Sr. Ali Aldersi Saab** – Assessor Técnico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA**; Representante da **CNA**; Representante da **Petrobras**; Representante da **Associação do Misturadores do Brasil** – **AMA**; e Ministro **Mangabeira Unger. Autor:** Valter Pereira. No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Kátia Abreu, Romeu Tuma, Gilberto Goellner, João Pedro, Gerson Camata e Marisa Serrano. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será** provado em 10/3/2009, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência **cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 3: REQUERIMENTO Nº 10, DE 2 009 – CRA. ASSUNTO:** Requer, em aditamento ao Requerimento nº 3, de 2009 – CRA, a pública em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle , para debater a Medida Provisória nº 458, de 2009, que trata da regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, com a presença dos seguintes convidados: Representante do Greenpeace; Representante da CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Representante da CNA – Confederação Da Agricultura e Pecuária do Brasil; **Autor:** Senador João Pedro. No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Kátia Abreu, Romeu Tuma, Gilberto Goellner, João Pedro, Gerson Camata e Marisa Serrano. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinqüenta e oito minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Valter Pereira,** Presidente da CRA

4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 24 DE MARÇO DE 2008, ÀS 09 HORAS E 57 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da Ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Sobre a Mesa, Ofício nº. 038/2009, datado de 18 de março do corrente, subscrito pelo Deputado Fábio Souto, Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câ-

mara dos Deputados, no qual comunica a aprovação do Requerimento 343/2009, que propõe encontro no Município de Uberaba, Minas Gerais, por ocasião da 75ª Exposição de Pecuária de Gado Zebuíno – ExpoZebu 2009, com o objetivo de analisar e discutir o direito de propriedade no Brasil, sugerindo, ainda, seja realizado em conjunto com esta Comissão de Agricultura, uma vez que foi aprovado requerimento com igual teor.

A presente reunião destina-se a apreciações das matérias elencadas em nossa pauta. Mas, antes de colocar a pauta sob apreciação de todos os senhores, eu gostaria de dar uma informação que eu acho que é muito importante.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente? Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pois não, Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu participei da discussão, ainda no ano passado, desse Item 1 da Pauta, e eu estou propondo que ele fosse retirado, para a gente conversar melhor com o Senador Colombo, por conta de Emendas que apresentei, e eu estou lendo aqui e não consta. Então eu gostaria de conversar com ele. Ele está já numa fase... É uma votação terminativa, e eu gostaria que ele fosse retirado de pauta, para que eu conversasse com o senador, no sentido de lembrar a discussão que fizemos, ainda no ano passado, sobre esse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, o autor não estando presente, o ideal é aguardá-lo, antes de apreciar o projeto, especialmente pela razão apontada por V. Exa. V. Exa. tem uma Emenda para discutir com ele--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu apresentei, e ela não está aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que é importante que ele esteja presente.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): OK.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então nós vamos retirá-lo da pauta até que seja promovido esse encontro entre V. Exa. e o autor.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu agradeço, Presidente.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Pela ordem, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Da mesma forma, o Item nº 2, a autora, a Senadora Serys, e o relator, o Senador Delcídio, ainda falta a nota técnica do Governo. Então, se pudesse adiar, tendo em vista que não se encontra nem o relator e nem a autora.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Deferido o requerimento de V. Exa.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Será retirado de pauta.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, até que se complete o quórum para a votação, eu queria fazer um apelo à V. Exa., se V. Exa. pudesse autorizar. Lá na CAE, nós estamos convidando autoridade do Ministério da Agricultura, do Conselho Nacional do Café, do Departamento Nacional do Café, os Secretários de Agricultura dos Estados Produtores de Café.

Há duas semanas atrás, numa segunda-feira, em Varginha, 25 mil cafeicultores fizeram uma manifestação e mostraram que, se nós não tomarmos cuidado, agora, com o agronegócio do café, o Brasil, que detém há mais de dois séculos o título de maior produtor mundial do café, poderá perder para a Índia esse título. Os produtores estão atravessando a pior época da história da lavoura cafeeira do Brasil, da história do Brasil. Então, nós vamos fazer um debate sobre o que é que nós podemos fazer, como o Senado pode, como o Governo pode injetar alguns recursos para salvar esse produto que ainda representa, só no Espírito Santo, que é o segundo maior produtor do Brasil, 320 mil empregos. No Brasil todo são milhões de empregos, esparramados pelo interior do Brasil. E veja, V. Exa., nessa crise, o Governo já deu dinheiro para os bancos, já deu dinheiro para as fábricas de automóvel, já deu dinheiro para os grandes exportadores, mas, para os pequenos lavradores, que o café é uma lavoura familiar, nenhum centavo, nenhum incentivo, nenhum apoio de exportação. Se nós não rompermos isso, daqui um pouquinho... Para se ter uma ideia, eles distribuíram lá um documento... Há dois anos se comprava com uma saca de café, com a venda de uma saca de café, cinco sacos de adubo, e, agora, se compra duas. Trator, então, foram fazendo a comparação, e, nos últimos oito anos, enquanto todos os produtos dos insumos da cafeicultura subiram de 500 a 800%, o preço do café subiu apenas 16%. Então, veja, V. Exa., que crise que essa lavoura atravessa. Então, seria interessante que nós juntássemos, naquele dia, a CAE com a Agricultura, para a gente poder amplificar esse debate, que é muito importante nessa hora difícil que--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O debate é hoje?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Não, não, nós vamos marcar de acordo com V. Exa. e junto com o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que é oportuna a sugestão de V. Exa. e eu sugeriria que V. Exa. entrasse em contato com o comando da CAE--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --para que pudéssemos promover em conjunto esta reunião para discutir a crise cafeeira lá de Varginha.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu agradeço a V. Exa., eu agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que é pertinente a intervenção de V. Exa.

Srs. Senadores, há uma notícia que tem o seguinte título, pinçada de um site: "Crédito é a maior ameaça para o agronegócio brasileiro". E aqui faz uma avaliação sobre as repercussões que têm, às vezes, o atraso dos créditos, a falta do crédito, etc.

Tem uma outra notícia que foi publicada no Canal Rural, que isso aqui eu acho que é de grande relevância para todos os produtores do país, que assinala, inclusive, uma mudança de postura que é digna de nota e é digno de que todos nós prestemos atenção, os componentes desta Comissão, e também os produtores que certamente estão acompanhando a reunião desta manhã: "Banco do Brasil antecipa linha de financiamento para a compra de insumos". Veja que é, realmente, uma notícia inusitada. "Produtores que estejam em dia com o pagamento das dívidas podem aderir ao financiamento". Diz o seguinte: "De olho na safra de verão, que começa a ser plantada em setembro, normalmente os produtores rurais fazem a compra de sementes e fertilizantes no meio do ano. Desta vez, porém, o Banco do Brasil antecipou a linha de financiamento para a compra de insumos, que já está disponível para os cultivos de milho e soja. Ainda neste mês, o Banco também pretende liberar o crédito para a compra de insumos dos arrozeiros do Rio Grande do Sul e dos produtores de algodão da Bahia e de Mato Grosso. Ao todo, está disponível a quantia de R$ 1,5 bilhão. Podem aderir ao financiamento os produtores que estejam em dia com o pagamento das dívidas. O prazo para contratação é até o dia 30 de junho. Os juros são de 6,75% ao ano e a primeira parcela será paga 30 dias após a colheita". Então, realmente, é uma notícia inusitada, porque a questão da pontualidade é um dos graves entraves que enfrenta o produtor--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --no momento em que se prepara para iniciar um processo produtivo, e de sorte que aqui é uma notícia que merece registro. A Senadora Kátia Abreu pede a palavra, pela ordem.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, antes de mais nada, eu gostaria de pedir desculpas ao senhor por tirar a sua alegria diante dessa matéria, mas é exatamente esse tipo de manchete e esse tipo de matéria que nos prejudica enormemente.

O senhor me desculpe, Presidente, mas eu gostaria muito de estar contente como o senhor e acreditar que essa matéria fosse verdadeira. Ela não é verdadeira e o Banco do Brasil sabe disso. Hoje, se o Governo resolver financiar 100% da lavoura brasileira, a juros de 6,75%, neste momento, nesse exato momento, é mentira, Sr. Presidente, porque os produtores rurais estão com risco altíssimo na carteira de crédito do Banco do Brasil e quem nos informou isso foi o Banco do Brasil, não foi outra pessoa, não. Então, o risco da carteira de agronegócio do Banco do Brasil, que, de 2003, era de 3%, hoje é 14,9%. Então, o Banco do Brasil sabe que tem Resolução no Banco Central, 2800 e alguma coisa, que, quando um produtor rural não paga a sua primeira parcela do endividamento e ela é prorrogada para a última, arrasta todas as demais para o risco inadmissível de ser tomado mais dinheiro. Então, não adianta esses anúncios eleitoreiros e populistas.

Sinceramente, Presidente, eu tenho o maior respeito com o Banco do Brasil, tenho uma convivência com eles mais do que razoável, o próprio Presidente Lima Neto foi superintendente no Tocantins, o Vice-Presidente de Agronegócio, o Guedes, tem a melhor convivência possível conosco, mas isso não ajuda em nada, neste momento, a crise do agronegócio, não ajuda em nada a próxima safra 2009/2010.

Nós estamos com um grupo trabalhando, o Ministério da Fazenda junto com o Dr. Gilson, Reinhold Stefani, Agricultura, o próprio Guedes, Banco do Brasil e a CNA, onde nós estamos tentando formatar um novo modelo de crédito rural para o país. Um dos graves problemas é que nós temos que trocar o pneu, Sr. Presidente, com o carro andando. Nós estamos projetando alguma coisa para o futuro, a médio e longo prazo, mas, infelizmente, tem a safra de 2009/2010 que tem que ser plantada. E exatamente nós temos dois graves problemas para essa safra de agora, que está tirando o nosso juízo e o nosso sono. Não é só meu, não, do Banco do Brasil também, do Ministro

Reinhold Stefani também e da Fazenda também, eles estão cansados de saber disso. Não adianta, porque os produtores estão com o risco elevadíssimo e não vão conseguir tomar nenhum dinheiro com juro zero, por, simplesmente, Resoluções do Banco Central não permitir. Eu não quero aqui criticar essa Resolução, muito pelo contrário. São Resoluções que foram saudáveis para o sistema financeiro brasileiro, que fez a diferença do Brasil com outros países do mundo, mas, infelizmente, nada no mundo é perfeito. E, neste caso, essas Resoluções atrapalham e dificultam ainda mais a questão do endividamento.

Então, esses recursos, eu sinto muito, a intenção e a manchete é maravilhosa, quem é que não quer antecipação de recursos para a safra? Isso é inteligente, isso é moderno, mas não é factível, Sr. Presidente, não é factível. O senhor sabe que, há dois anos atrás, anunciou-se, na imprensa nacional, mais um calote dos produtores, especialmente do seu estado, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Está aqui o Goellner que sabe disso, o senador: 1,5 bilhão de reais para os produtores do Centro-Oeste, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Tem dois anos, Sr. Presidente, os produtores numa puseram a mão. Mais dois bilhões do FRA, da mesma forma, manchetes e manchetes, e o produtor rural não pegou um centavo desse dinheiro, Sr. Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): O FRA é o Fundo de Recebíveis do Agronegócio.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Então, Sr. Presidente, o senhor, como Presidente da Comissão, nós sabemos da sua--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho o seguinte: V. Exa. coloca claramente que se trata de uma propaganda enganosa.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Propaganda enganosa, isso não é verdadeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E se o é, entendo que é indispensável que esta Comissão faça um requerimento de informações para o Banco do Brasil, a fim de que ele esclareça quantos produtores serão beneficiados com essa medida, para que, efetivamente, deixe claro aí que o Governo está se valendo de uma propaganda enganosa para iludir o produtor e para vender uma falsa imagem.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Nesse caso específico, é anúncio do Banco do Brasil, Sr. Presidente, ele que tem que vir aqui responder a consequência disso e o que é que ele está querendo dizer com isso. Às vezes, nós não estamos sabendo. Às vezes, é uma surpresa para todos nós, e, de repente, criou-se um fundo de aval aonde vai diminuir os riscos dos produtores e ainda não foi anunciado na imprensa. Se isso acontecer, realmente diminuirá os riscos dos produtores e nós poderemos, então, retomar os financiamentos bancários, não só no Banco do Brasil como em qualquer instituição financeira. Se esse fundo não existiu, se o Governo não vai bancar parte desse risco, esse dinheiro é propaganda enganosa, que está sendo anunciado, mais uma vez, como se os produtores estivessem num mar de rosas e não estão. Está aqui o Camata, o Senador Camata, que acabou de declarar sobre o café.

Ainda vou te lembrar mais, Senador Camata. Durante o período de crise, nos últimos quatro meses, o Governo já destinou, em isenções e socorro a setores do Brasil – importantíssimos, não estou aqui criticando – 345 milhões de reais, e, para a agricultura, 14. Muito obrigada

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É bem rápido, eu queria só um aparte.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Propor ao invés de um ofício, eu não sei se os senhores concordam, um convite para o diretor responsável por essa área, que venha o mais urgente possível dar uma explicação pública aqui nesta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É, eu acho que a notícia é importante, não tenho a menor dúvida, alvissareira, o que nós mais temos batido é com relação à pontualidade, que sempre que o Governo concede o crédito com impontualidade, ou seja, com atraso, ele acaba expondo o produtor a risco, certo? Então--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É porque o tempo é marcado pelo próprio clima.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pelo próprio clima.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O espaço de tempo é--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Às vezes,o produtor é compelido a dispensar o financiamento ou a correr um risco muito alto. Então neste momento--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Quem sabe vocês concordam com a vinda dele aqui, para que os outros agricultores todos tomem conhecimento, são avisados que ele vai vir aqui e--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Correto, procede a proposta de V. Exa.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de colaborar com a intervenção da Senadora Kátia Abreu e concordar plenamente com a situação que está ocorrendo. Inclusive, quando da vinda, na semana passada, aqui, do Presidente do Banco do Brasil, Dr. Lima Neto, eu fiz a mesma proposição a ele, que deveria se rever essa Resolução do Banco Central, para que o Plano Safra, não só esses créditos para insumos, que, bem intencionalmente, o Banco do Brasil coloca ofertando ao setor. O que acontece é o seguinte: é que são insumos, tanto defensivos agrícolas como fertilizantes, que poderiam ser financiados. Infelizmente, quem se utiliza desses recursos são grandes companhias, fabricantes de insumos, que recorrem a esses recursos, aplicam, captam a 6,75, aplicam a 14% ao ano e terminam, depois, repassando para os produtores com mais 20% de custo, como um crédito para o ano seguinte. Olha só o que está acontecendo. Por quê? Porque esse motivo é essencial, o que a Senadora Kátia Abreu colocou. Enquanto não se mudar a Resolução do Banco Central, e é difícil mudá-la, porque é um acordo de Basiléia, que diz respeito ao risco dos bancos, qualquer renegociação de dívidas que o produtor tenha feito, mediante aprovação desse Congresso, nós aprovamos no Senado. Todas as MPs e a Lei 11.115, o que é que aconteceu? O produtor que refinanciou qualquer parcela está impedido de contratar um novo custeio ou qualquer outra proposta.

Então, eu diria o seguinte: que o que está acontecendo e que poderá ocorrer, que eu alertei o Presidente do Banco do Brasil, o Lima Neto, é de que o Plano Safra do Governo vai ficar comprometido por essa situação. Então nós devemos aqui ampliar essa conversa, já nos preparar para dizer como que vai ser aplicado o Plano Safra se os produtores que renegociaram dívidas não vão ter acesso ao crédito.

Então é um assunto muito importante que foi tratado aqui, e eu vejo que nós precisamos fazer uma antecipação desses assuntos para alertar o Governo que o produtor brasileiro não vai ter acesso ao crédito. Muito obrigado.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, apenas um último comentário, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): O senhor desculpa a gente estar insistindo, mas é porque, no dia-a-dia, na luta com relação a esse endividamento, desgasta todos nós, independente de partido, é um sofrimento completo estar discutindo isso todos os anos, esse empurra-empurra, que, às vezes, pode parecer que é um benefício, e, na realidade, é um grande malefício. A cada parcela prorrogada, Sr. Presidente, de um financiamento de um produtor, onera a sua dívida total em mais 25%. Então, a cada ano prorrogado, que a imprensa divulga com toda a veracidade, foi prorrogado mesmo, e que a população lê como um benefício, na realidade, está aumentando o risco do agricultor, e ele faz a renegociação e, naquele momento que ele assina, talvez, às vezes, paga 10, 15, 20% para aderir à prorrogação e ele fica sem crédito. Não é porque o banco é mal, não, é porque a Resolução manda assim. Então se todos prorrogarem... Eu estive em audiência com o Presidente Lula há quatro segundas-feiras atrás e eu disse isso para ele. Tem 12 bilhões de investimento prorrogado para o dia 30 de março, que deverá prorrogar para o dia 30 de junho. Eu disse: "Presidente, se todos os agricultores pagarem os 12 bilhões no dia 30 de março, o senhor sabe o que vai acontecer? Nada, absolutamente nada, porque isso não altera o risco que os agricultores se encontram hoje, por conta dos acordos e das normas de Basiléia".

Então, se não for tomada uma medida urgente, nós temos 1/3 da safra apenas financiada pelo Poder Público e 2/3 pela iniciativa privada, pelas *tradings*, pelas multinacionais que o dinheiro sumiu, o dinheiro surtou por causa da crise, que nós ainda temos essa pendenga, que não sabemos de onde vai vir o crédito para 2/3 da safra brasileira. Claro que as *tradings* não vão se afastar 100% do crédito, mas, no mínimo, 50% nós já fomos avisados. Então, além de nós não estarmos contando com os recursos da iniciativa privada, ou seja, *trading*s e demais companhias, Bunge, Cargill, todas elas que financiam a agricultura, os outros 2/3, nós ainda não poderemos contar com o dinheiro que está aí anunciado com tanto alarde porque o risco está altíssimo. É o conjunto de uma crise interna com a crise externa, a falta de crédito e a impossibilidade do agricultor brasileiro.

Então, isso nos dá muita... Um tipo de manchete desse, de manhã cedo assim, muito cedo, Sr. Presi-

dente, o senhor me desculpa, mas isso dá uma tristeza na gente--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senadora, só uma coisa. Eu não sou muito entendido de agricultura, mas falo com muito agricultor, viu, senadora? Eu estou inteiramente com a senhora.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O que é que o agricultor oferece em garantia?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): O patrimônio inteiro.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, ele está sujeito a perder o que tem.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Claro, o risco é dele.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não vai ter nem a terra mais para poder plantar. Então, o risco é maior do que eu poderia imaginar, pela sua expressão.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): É, é uma coisa inadmissível e insuportável. Olha, Senador Camata, eu tenho a maior solidariedade com o café, a CNA esteve presente lá em Varginha, é um dos setores... Olha, café, algodão e cana-de-açúcar, está pior do que todos, mas todos os setores estão em dificuldade, estão em dificuldades, como o café.

Nós estamos trabalhando nessa hipótese de solução, com esse grupo de trabalho, aonde nós já avançamos bastante numa proposta a curtíssimo, a médio e longo prazo. Se não acontecer essas três coisas juntas, nós não vamos chegar a lugar algum. Então, desculpe, mais uma vez, Sr. Presidente, mas a gente vai ficando assim um pouco... Eu concordo com o Tuma de trazer aqui o banco para explicar como é que vai ser feito isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O Senador Tuma propôs, então, um convite ao Banco do Brasil, para que compareça a essa Comissão, através de um de seus representantes que cuide de crédito agrícola, a fim de esclarecer se realmente essa notícia tem ou não procedência.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Mas, Presidente, o que eu solicito é que se amplie esse debate, convidando o Banco Central, o responsável, o diretor responsável do risco de crédito.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Para explicar.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, as duas instituições.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): As duas instituições.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que não há objeção pela--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas sempre o diretor que entende do negócio.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Isso.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, em votação o convite para o Banco Central e Banco do Brasil, através das autoridades responsáveis por esse tipo de crédito.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu gostaria ainda de incluir--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu vou pedir para a diretoria para que promova a formalização do convite.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Desculpa, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma inclusão se fosse possível, se os colegas concordarem, de nós trazermos o economista Guilherme Dias, que é um especialista em agronegócio, professor da USP, e que está trabalhando conosco, com o Banco do Brasil, com a Fazenda, com o Banco Central, com o Ministério da Agricultura, representando, inclusive, o Agronegócio, Indústria da FIESP, para que ele pudesse também estar totalmente integrado nesse processo, para que pudesse vir nos dar uma palavra aqui, também, em nome da CNA.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós vamos realizar, então, uma Audiência Pública--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --com a participação dos três.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu acho importante--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): E com urgência, Sr. Presidente.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não, pode ser quatro também, Presidente. Eu acho que a agricultura familiar, que também tem acesso ao crédito...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Quem que V. Exa. sugere?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Pode ser a CONTAG, alguém que represente esse setor, para fazer essa discussão, para fazer essa discussão. A agricultura

familiar, ela tem uma importância importante em nível nacional, tem crédito, que é o PRONAF, PRONAF A, PRONAF B, PRONAF C, PRONAF D, PRONAF MULHER, e são créditos importantes. Então, eu acho que a agricultura familiar deveria estar representada aí. Na minha opinião, pode ser a CONTAG.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Presidente, pela ordem. Eu tenho um adendo às palavras do Senador João Pedro. Nessa oportunidade, tendo em vista que vai discutir também aqui a questão do PRONAF, com relação aos pequenos, eu imagino que está tendo um grave problema, o senador deve estar tendo conhecimento, é em relação... Por exemplo, eles não estão tendo acesso também ao crédito, tendo em vista que a maioria absoluta não tem GEO e não tem LAU. Nesse caso, também, não está saindo nenhum financiamento via Banco do Brasil ou outra instituição, que é mais grave, Senador Valter, na medida em que as pessoas, que, hoje, na maioria dos assentamentos, não tiveram nem acesso a documentos e, muito menos, agora, ao GEO e a LAU. Nesse caso, o banco não está abrindo, em hipótese alguma, nenhuma linha de crédito para atender esse segmento, que é um segmento que ninguém pode desconhecer, que, hoje, representa uma grande parcela da produção do nosso país. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, só uma coisa, a gente--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em votação a proposta para a Audiência Pública, com a participação de um representante do Banco Central, outro do Banco do Brasil, o Sr. Guilherme Dias, e um representante da CONTAG a fim de discutir essa antecipação do crédito.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente?

[sobreposição de falas]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pois é, é o do crédito, é a antecipação do crédito para a safra de inverno.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu gostaria de solicitar à V. Exa., depois, naturalmente, da conclusão dessa Audiência Pública que já está prevista, nós convocarmos também aqui o INCRA, para que o INCRA possa agilizar também a inscrição da GEO e da LAU. No Mato Grosso, Senadora Kátia, está engessado o setor também.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Depois?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu imagino que, nessa aqui, já tem quatro ou cinco convidados, não será possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho, que nessa aqui, como já tem quatro, seria exaustivo.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Exato, depois... E só crédito.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, com foco no crédito.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Só o crédito.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Depois nós convocaremos o INCRA, também, para buscar a solução para o setor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Numa outra Audiência Pública?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, como mentira tem perna curta, nós esperamos que esta, se for, se for uma propaganda enganosa, também acabe ruindo aqui nesta--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, eu vou torcer demais para não ser enganosa, para ser verdadeira em alguma coisa, em alguma mágica que tenham inventado. Eu ficarei muito feliz e pedirei desculpas ao banco.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, vamos colocar em votação primeiro. Em votação a proposta. Como não há nenhuma manifestação contrária, está aprovado por unanimidade.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu não diria que essa é uma propaganda enganosa, que, efetivamente, colocando-se recursos à disposição do setor, é alvissareiro, é o que todo o setor quer, porque, num momento de falta de liquidez de crédito, é o que precisa se colocar às cooperativas e aos produtores. Porém, o que nós estamos colocando é que, efetivamente, a contratação dos empréstimos fica prejudicada pelo risco que os produtores têm--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O que foi colocado aqui, Senador Gilberto, é em dúvida a veracidade da informação.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não, senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sim, senhor. Foi por isso--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não, os recursos existem, eu vou lhe explicar qual é a situação. Porém, a efetividade da aplicação dos mesmos é que está em questão, além do que a efetividade depende de nós considerarmos que um alongamento de uma dívida, que foi aprovada aqui no Congresso, de todo o sistema de FINAME, BNDES, dos recursos do FAT, GIRO, que, agora, estão sendo avaliados pelo Governo, de todas as prestações de investimentos, dos custeios, de todas as lavouras do país, do cacau, do café, de tudo, esse alongamento, quando, na realidade, ele vem a facilitar a capacidade de pagamento dos produtores brasileiros, porque ele alonga por quatro ou cinco anos, então a prestação anual ficou a metade; o que era quatro virou oito ou nove, então ficou menos da metade, e, além disso, deu carência ainda. Então, o que está se considerando é o seguinte: que esse alongamento devia permitir a permissão de um crédito, a efetivação de um crédito futuro de custeio. E o que é que está acontecendo? O produtor que alongou tem o seu risco aumentado e fica impedido de contratar novos empréstimos. Então, é essa a questão chave.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A questão chave foi a seguinte: a Senadora Kátia Abreu esclareceu que essa notícia é uma notícia que não tem procedência porque é inexequível, dadas as condições impostas pelo Banco Central. Se é inexequível, é uma propaganda enganosa; é claro. Foi essa a questão. O que a Senadora Kátia Abreu foi isso, foi essa a questão.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não, propaganda enganosa quem falou foi V. Exa., foi V. Exa., que eu acho uma coisa precipitada. A melhor coisa é chamar o Banco do Brasil e a gente fazer a discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Fazer a discussão, mas o que a Senadora Kátia Abreu--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Porque não falta dinheiro para custeio.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, eu quero lhe ajudar, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O que a Senadora Kátia Abreu colocou foi o seguinte: esta notícia não tem sustentação na realidade, ou seja, ela é inexequível, é uma propaganda que é inexequível.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): O anúncio é inexequível.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Um anúncio que é inexequíve,l e, se é inexequível, é propaganda enganosa.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu concordo com V. Exa., Sr. Presidente. Um assunto inexequível, com consciência total e completa do banco a respeito do assunto, é propaganda enganosa. Eu concordo com V. Exa.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Então por que trazer o Banco do Brasil, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Para se confirmar se é uma propaganda enganosa ou não. Se for uma propaganda enganosa--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sinceramente, eu acho que os adjetivos aqui acabam sendo contraditórios com a própria história do Banco do Brasil, que é uma instituição importante na história da nossa República. Então, nós estamos vivendo um momento de crise, não tem um iluminado, não tem um iluminado. Eu penso que é de bom senso trazer o Banco do Brasil para a gente discutir esses gargalos, porque não falta dinheiro para custeio nos bancos oficiais do Brasil, mas tem uma série de dificuldades para você ter, principalmente o pequeno, não é só o agronegócio, o pequeno também, de ter acesso a esse dinheiro. Então, vamos trazer o Banco do Brasil e fazer uma discussão tranqüila, no sentido de a gente ajudar fundamentalmente a agricultura no Brasil, o pequeno agricultor.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, se V. Exa. me permite--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): --eu vou nessa linha: o Banco do Brasil é uma instituição secular, respeitável. Se ele divulgou isso, talvez ele encontrou uma fórmula de quebrar esses gargalos, e aí a coisa começa a acontecer a partir de manhã, de depois.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Aí não será propaganda enganosa.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Exatamente. Nós já estamos pré-julgando uma instituição que merece da gente a confiança e a credibilidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, superada essa questão da propaganda enganosa, vamos para o Item 3 da Pauta, que é o Projeto de Lei nº 597, de 2007, não terminativo, que "Isenta o óleo diesel utilizado na produção agrícola e na produção de energia de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE – incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível". O autor é o Senador Marconi Perillo. O relator é o Senador Expedito Júnior, que não está presente. O relatório é pela aprovação do projeto, com

a Emenda que apresenta. Em reunião realizada no dia 04/03/2008, a matéria constou da pauta, sendo concedida vista ao Senador Delcídio Amaral, que o devolveu sem manifestação. Em discussão.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu acho essa matéria da maior importância, como tudo que tem tramitado nesta Casa, aqui nesta Comissão especialmente, mas esse assunto vem de encontro ao que nós estávamos acabando de discutir aqui, anteriormente, que é a dificuldade do produtor rural brasileiro implantar a sua safra, não só por conta da crise interna. Daquele período de 2003 a 2006, foram três safras consecutivas, onde o agricultor brasileiro plantou com o dólar alto e colheu com o dólar baixo, três safras consecutivas, aliando-se ainda a alguns Estados, como o de V. Exa. e Paraná e Rio Grande do Sul, que sofreram uma seca tremenda nesse período, especialmente em 2005.

Então, essa crise interna, Sr. Presidente, veio de encontro com a externa, que é a falta de crédito, e o custo da produção está muito alto. Da mesma maneira que caíram os preços, em nível internacional e nacional, os custos de produção não acompanharam essa mesma queda de preços. Tudo que nós pudéssemos fazer, principalmente nesse momento, para reduzir o custo da produção de grãos no Brasil, ela será bem vinda, porque, se eu reduzo o custo da produção, eu, de certa forma, também melhoro a questão do risco dos produtores. Se o custo é menor, portanto, a viabilidade deles aumenta e a sua capacidade de pagamento também.

Especificamente com relação ao óleo diesel, eu quero lembrar que, nos Estados Unidos, apenas para constar – eu fiquei muito horrorizada quando descobri essa informação -, o óleo diesel é 40% mais barato do que no Brasil. Mas, aqui no Brasil, de janeiro de 2002 a fevereiro de 2009, aconteceu uma coisa curiosa: a gasolina subiu 57% de 2002 a 2009, e o óleo diesel subiu 138%. Os preços que hoje estão sendo praticados pelo barril do petróleo, o preço calculado hoje, é como se o barril do petróleo estivesse a 60, e, na realidade, o barril do petróleo está a 40. Então, se caiu o barril do petróleo, por que é que o diesel no Brasil não pode cair? A gasolina teve um aumento pequeno e não é conveniente que possa ser manipulado por conta da questão do álcool no Brasil, porque, senão, é outro setor que deverá ir à bancarrota se tiver uma concorrência com a gasolina, mas o óleo diesel, Sr. Presidente, ele é fundamental para o agronegócio, para os transportes e para a geração de energia. Então, se nós estamos com o barril de 40, por que os preços vão se manter no barril de 60, o preço para a agricultura, transporte e energia?

Apenas para lembrar, dessa safra, de uma safra para a outra, 2007/2008 para a safra 2008/2009, houve um aumento no diesel de 16,75%. Isso significa a mais, no custo da safra nacional, 2 bilhões e 200 milhões de reais. Se nós pudéssemos retroagir e baixar o preço, como foi de 60 o barril para 40, daria uma conta mais ou menos de 23%, uma queda mais do que razoável para o diesel, nós teríamos uma economia, no agronegócio, de 3,4 bilhões de reais. Se incluir transporte, se incluir também a queda do preço para a energia e para o agronegócio, os três setores juntos, num momento de crise como esse, reduziria o custo de produção em quase 20 bilhões de reais.

Eu sei que o mérito aqui é com relação à CIDE, que é muito bem-vindo também essa exclusão, mas nós temos que discutir com a PETROBRAS o que está acontecendo, por que é que o preço... E, na Argentina, eu não tenho o percentual exato, por isso não quero dizer, mas, com certeza absoluta, o diesel na Argentina é muito mais barato do que no Brasil. O que é que nós temos com isso? Eles são nossos concorrentes. Se eles têm um custo mais baixo do que o nosso, eles vão ficar mais competitivos.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): A sorte é que a Cristina ajuda a gente.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Exato, a Cristina ajuda bem. Então, nós precisamos considerar isso, nesse momento oportuno da discussão desse Projeto de Lei, do preço do óleo diesel de 2002 a 2009, em apenas seis anos, quase que o triplo da gasolina, quase que o preço do triplo da gasolina. E o diesel, nós sabemos da importância de movimentar essa máquina que se chama Brasil, em termos de produção e competitividade.

Então, eu queria apenas, para reforçar a aprovação dessa proposta do Senador Marconi Perillo, que nós pudéssemos também estar atentos a essa questão dessa diferença de preço e, quem sabe, Sr. Presidente, discutir também esse assunto com aqueles responsáveis e nos explicar por que insistem em não reduzir esse preço. O único ganhador desse preço mantido dessa forma é a PETROBRAS, em detrimento de 5 milhões de agricultores por esse Brasil afora, e, se nós somarmos todo o agronegócio, tirando os outros setores da economia, nós vamos encontrar 1/3 da população brasileira que está ligada ao agronegócio, de alguma forma, empregado nela. Muito obrigado.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Para discutir, Senador Gerson Camata.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente, eu falarei em seguida.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, a gente tem que concordar em gênero--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em seguida, está inscrita a Senadora Marisa Serrano.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): A gente tem que concordar em gênero, número, grau, neutro, positivo, negativo, em tudo, com a Senadora Kátia Abreu. V. Exa. se recorda que a bancada do PMDB há poucos dias convidou para uma reunião o Ministro Edison Lobão, que é do PMDB, e mostrou ao Ministro, toda a bancada do PMDB, V. Exa. estava presente, o que é que está representando essa elevação dos custos do óleo diesel para a agricultura brasileira, e a Kátia Abreu mostra, agora, para todos os setores da economia brasileira.

Na verdade, nós estávamos com o petróleo a 140 dólares o barril, está a 40 e poucos dólares o Brasil. Nós pedimos ao Ministro, pelo menos, uma redução de 30% no preço do óleo diesel. Dissemos a ele, naquele dia, e V. Exa. foi um dos que disseram, que a gasolina a gente entendia, poderia dar um choque violento na economia da produção de álcool no Brasil, mas o subsídio que a gasolina dá à PETROBRAS a mais do petróleo de 140 para 40 poderia subsidiar pelo menos em 7%, reduzindo não só nos 23%, que a queda do barril de petróleo representa, mais 7%; 30% na redução do custo do óleo diesel no Brasil. Nessa hora, é a melhor maneira de ajudar os transportes que estão em crise, ajudar a agricultura que está em crise, ajudar na produção de energia elétrica que está em crise. É fácil de fazer, é factível, é possível.

Tanto que eu estou saindo daqui, Sr. Presidente, daqui um pouco, o Sérgio Gabrielli está ali na CAE, nós temos um grupo de senadores, eu estou vendo que o Gilberto Goellner, a Kátia e V. Exa. iremos para lá, para mostrar a ele que, nesse momento, a PETROBRAS, que é um patrimônio do povo brasileiro, construída com o suor, sangue e o petróleo mais caro do mundo que o brasileiro paga, está na hora de abaixar pelo menos o preço do óleo diesel. E dizer outra coisa: a PETROBRAS fez uma propaganda ufanista, autossuficiência de petróleo, dois milhões de barris. O que é que o povo brasileiro ganhou com isso? Nada, ganhou gasolina mais cara e óleo diesel mais caro. Que diabo de ufanismo é esse? O que é que adianta uma grande conquista para o país, se ela não é uma conquista do povo? E aí vai contra a política do Presidente Lula, que sempre quer que as conquistas – e ele disse isso no caso do petróleo, do pré-sal – não devem ser da PETROBRAS, devem ser do povo brasileiro. E essa meta e essa proposição do Presidente têm que ser cumprida também pela PETROBRAS. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Eu ouvi todas os questionamentos aqui, principalmente da Senadora Kátia Abreu, e é interessante notar que todos pediram para convidar os Presidentes, os responsáveis por cada órgão para vir aqui dar explicação a nós. Isso significa, Sr. Presidente, que os requerimentos que os senadores fazem, pedindo aos Ministros, aos Presidentes de autarquias e de órgãos, informações que nos são importantes e relevantes para o exercício do nosso trabalho, não chegam.

O Senador Romeu Tuma estava dizendo que ele faz um requerimento, em 30 dias o Ministro tem que responder, não responde, e vai para as calendas. Então, é por isso que todo mundo aqui, hoje, está pedindo para o próprio vir aqui. Então, se os Ministros, se os Presidentes de autarquias cumprissem aquilo que determina, o nosso Regimento, que em 30 dias, respondessem aquilo que nós perguntamos, resolveria o nosso problema. Então nós vamos fazer um monte de Audiência, vamos chamar todo mundo, convidar, embora o nosso Regimento diga que nós devemos convocar, para que eles possam vir aqui nos explicar aquilo que eles não respondem através dos nossos requerimentos.

Mas agora falando do nosso Projeto de Lei em questão, eu quero dizer que a informação que me chegou, que o óleo diesel a 0,39, só a área plantada de soja no país já daria, se nós votarmos a favor desse requerimento, meio bilhão de reais, só a área plantada de soja, só. Então o que vale dizer é que imagine todas as outras culturas, todo o agronegócio. Portanto, se isso realmente for colocado em prática e se nós tivermos forma de fazer com que chegue ao consumidor, porque aí nós queremos que o povo brasileiro tenha uma comida mais barata, aí facilita para o povo brasileiro. Numa época de crise, como essa, nós queremos que o produtor tenha condições de plantar, mas queremos também que o povo compre o alimento mais barato. Essa é a cadeia que nós queremos, é uma cadeia do agronegócio, mas uma cadeia que chegue ao bolso do consumidor. Portanto, eu sou amplamente favorável a esse Projeto de Lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Senador Romeu Tuma, depois o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Você entende mais do que eu.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não, não é por isso, é que nós temos também a outra audiência, logo em seguida, com o Presidente da PETROBRAS, e o assunto é pertinente ao que nós estamos discutindo aqui.

Mas eu gostaria de colocar aqui que o mérito da redução do combustível na atividade agrícola e na geração de energia, que são os motores a diesel, que se propõe esse projeto, ele é meritório, como já foi destacado aqui pela Senadora Kátia Abreu. Porém, eu diria, senadora, que o nosso gargalo também está no transporte rodoviário, e esse transporte rodoviário está onerando hoje, devido à falta de infraestrutura, de estradas melhores, devido à falta de logística de modais ferroviários e aquaviários mais consistentes no país, que não foram feitos esses investimentos, que nós deveríamos incluir o transporte rodoviário aí como um todo, porque eu diria: já se pensou o que é que está sendo aplicado em estradas, que foi o objetivo da CIDE? Onde é que estão esses recursos? Estão paralisados. Eles não foram, não estão sendo aplicados. No último levantamento que eu fiz, existiam mais de 19 bilhões retidos e sendo utilizados por outros setores no orçamento. Então eu diria: de que forma nós vamos ficar onerando, coletando impostos no país às custas de uma atividade primária essencial a todos e, que, na realidade, se encontra endividada, precisando de renda? Essa é uma forma de baratear, porém, devemos incluir o transporte.

Eu gostaria de ressaltar aqui que nós temos um combustível alternativo, que é 15 a 20% de menor custo do que o biodiesel. Trata-se do óleo vegetal, o biocombustível vegetal, que eu estou com um projeto encaminhado a essa Comissão, que vai ser analisado em Audiência Pública preliminarmente, e essa matriz energética já é utilizada na Europa, nos Estados Unidos, difundidamente. Na Alemanha, principalmente, os automóveis são movidos a óleo vegetal, inclusive tem competições de carro de corrida com motores a diesel, movidos com óleo vegetal de igual rendimento. Nós temos aqui no país condições ímpares para produzir esse óleo, consumi-lo nas próprias regiões e viabilizar, assim, uma agricultura familiar que poderá plantar, fazer o óleo do dendê, fazer o óleo do pinhão-manso. O pinhão-manso, inclusive, pode ser usado até em substitutivo à querosene de avião, nos Boeings, já foi testada e comprovada a sua eficiência. Então, eu diria que nós precisamos mexer nisso aí, que é o momento de se utilizar uma nova matriz. O biodiesel não deu certo, estão aí as indústrias, os fabricantes que paralisaram já as suas atividades porque estão a vender esse óleo vegetal tratado, que é bem mais caro, que ele é feito pela cadeia do metanol para poder ser misturado ao diesel, ele fica 15 a 20% mais caro, onera de 30 a 40 centavos o litro na compra pela PETROBRAS, e a PETROBRAS acaba subsidiando isso aí no óleo diesel comum.

Então eu diria que, além dessa situação, nós temos o problema da distribuição, que, hoje, é monopólio da PETROBRAS. No Brasil, já se encontram companhias importando óleo diesel e gasolina, com custo viável pelo Porto de Santos. Unicamente fica prejudicado quando internamente ele depende exclusivamente de uma companhia fazendo a logística pela PETROBRAS. Então, nós precisamos abrir essa concorrência a todas as distribuidoras. E se isso aí for viável, daí nós vamos manter esse mercado competitivo, viabilizando, então, a importação e viabilizando os óleos vegetais do país para serem consumidos em motores a diesel integralmente. Era essa a proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Duas questões, não de mérito, mas no âmbito da discussão eu quero colocar aqui. Quem recebe o CIDE? São os municípios, são os municípios. Uma parte significativa do CIDE vai para os municípios, não é? Então eu quero falar do reflexo disso aqui. Os municípios, isso é um Projeto de Lei... Duas questões que eu quero levantar aqui. Quem recebe CIDE são os municípios, e, quando a gente faz essa redução aqui, que é pequena, mas é uma redução, faz um bolo, os municípios vão receber menos, bem menos.

A outra questão é que, no pico dos 140 dólares o barril, o diesel brasileiro não subiu. Eu quero colocar isso porque foi levantado aqui questão do ponto de vista da postura da PETROBRAS. Não subiu o óleo diesel no pico de 140 dólares o barril no início do ano de 2008. Então, é bom colocar isso, porque se faz uma análise aqui, com toda a minha franqueza, de uma crítica que não é construtiva, no sentido de a gente construir, ter uma política tributária e fiscal correta. Então, eu quero chamar a atenção para isso, do pico do barril do petróleo, do valor em 2008, não subiu o diesel, e essa situação do repasse da CIDE para os municípios. Isso aqui é reduzir esse repasse para os municípios. Eu quero chamar a atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não havendo mais inscritos para discutir--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, eu--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Romeu Tuma, pela ordem.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Por gentileza, eu sabia que o Senador Gilberto é muito mais profundo conhecedor do que eu e--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. não tinha falado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu só queria, Senador João Pedro, eu ouvi ontem ou anteontem um diretor da PETROBRAS dizendo que não reduz o preço dos combustíveis enquanto não superar o prejuízo, quando o barril de petróleo estava a 140, 145, que não puderam subir o preço do combustível. Essa é a explicação que a PETROBRAS deu. Está na televisão, foi--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, a PETROBRAS precisa mostrar qual foi o prejuízo para, depois, sinalizar--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Que foi o argumento usado na televisão.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Para, depois, sinalizar o montante da compensação.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Agora, eu não sei se a CIDE vai para o fundo de participação, porque só vai impostos... Porque é uma contribuição, contribuição... Normalmente, os Governos impuseram a maioria dos aumentos em contribuição para não ter a distribuição para os municípios. O senhor é municipalista, eu sou, um monte, a senadora também, sabe as dificuldades que o município tem, que só vai para o fundo IPI, Imposto de Renda e um outro imposto, jamais uma contribuição irá para o fundo.

O senhor verifica que aqui é bastante importante esse projeto, vários argumentos, até o aumento para o transporte, que eu acho importante. Eu não sei se seria importante votar hoje, Presidente, eu não sei se isso daria... Eu sei que não pode pedir mais vistas porque já foi dado vistas ao próprio autor, o relator, o Delcídio, e se poderia esperar para que cada um pudesse apresentar um outro argumento, para, realmente, ter uma consistência na hora da votação, para beneficiar realmente os produtores da área--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente Valter, esse foi um movimento nos últimos anos, fortíssimo, dos Governadores, porque para onde que vai esse recurso? A lei aqui é CIDE. Vai para a infraestrutura. Ele tem um norte, ele tem uma aplicabilidade.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Quando tiraram o imposto da gasolina, tiraram--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Então, essa foi uma reivindicação dos estados, dos Governadores em relação à CIDE. Eu... Realmente, está me faltando aqui entre 15 a 20%. Eu não tenho esse percentual, mas esta foi uma reivindicação dos Governadores, para que esse recurso seja destinado à infraestrutura. Então, é Governadores e municípios.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Kátia Abreu, pela ordem.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): O Senador João Pedro tem absoluta razão quando diz que os Governadores gostariam muito de ter uma parte da CIDE, mas a CIDE é destinada para três coisas: financiar infraestrutura de transporte, financiar projetos ambientais ligados na indústria da PETROBRAS e subsídio à pesquisa. Então, não existe uma divisão de percentuais entre os entes federados, da CIDE não, Sr. Presidente, tanto é que, hoje, a grande reclamação de todos nós, inclusive na reforma tributária que começou a ir e não ir, é que a CIDE, ao invés de cumprir o seu fim e, na realidade, fazer infraestrutura, está fazendo superávit primário. Então, não existe a CIDE dividida percentualmente em bolo, num bolo tributário entre os entes federados. Existe a possibilidade de fazer uma estrada no Estado de Tocantins, no Município de Axixá, mas que o dinheiro vai para a Prefeitura, as informações que eu tenho é que não procede. Os Governadores, na reforma tributária, é que queriam como compensação, mas não viram nem a cor, Presidente, ainda não.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Srs. Senadores e Sras. Senadoras, eu acho que não resta dúvida de que fertilizantes e o diesel são fortes componentes de pressão do custo de produção. Pois bem. Será que, se esta Comissão aprovasse essa matéria hoje, não sinalizaria para o Governo que estamos efetivamente determinados a repercutir as medidas no custo de produção, na redução do custo de produção? Esse não é um compromisso dessa Comissão? Então, eu acho que, embora eu tenha que agir como Presidente e não como senador, eu acho que a sinalização aqui, por si, já seria benéfica para o Governo entender que aqui há uma determinação, sim, no sentido de reduzir o custo de produção dos insumos agrícolas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador, pela ordem.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Presidente, pela ordem.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Em votação, Presidente. Por favor, Presidente, em votação.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): V. Exa. age como Presidente, mas também como um senador, porque, se houver empate, V. Exa. tem que participar da votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Correto, mas eu acho difícil ocorrer empate nessa votação. Então, nós vamos colocar em votação.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu vejo o seguinte: a inconstitucionalidade que existe na matéria diz respeito da segregação do combustível que é adquirido em bombas pelos pequenos produtores. Os grandes têm acesso direto à distribuidora; os pequenos adquirem em bomba. Como é que vai se calcular? No transporte rodoviário, fica embutido a tributação e, no uso agrícola, não. Então, não tem como separar, não tem como separar, o combustível é o mesmo. Então, nós estamos aprovando uma matéria que não tem forma de executar. Isso aí vai ser barrado na CCJ. Ou nós isentamos o CIDE de todo o combustível, que não pode ser separado o uso, tem dificuldade. Era essa a questão.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Presidente, olha, é verdade. A Argentina já teve o chamado combustível agrícola. O Uruguai teve o combustível agrícola. Então, quem ia com o trator, pagava menos. Quem ia com uma caminhonete agrícola, pagava menos. Serviu para tudo quanto foi negociata que já existiu, porque é impossível o Governo controlar. Veja, atualmente, em que estão falsificando tanto a gasolina, falsificando tudo, imagine se tiver uma chance de passar como combustível agrícola. Vai ter na Praça da Sé, em São Paulo, bomba de gasolina vendendo combustível agrícola.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, esta matéria vai para duas outras Comissões, para a Infraestrutura e para a CAE, não vai para a CCJ. Todavia, nós, que somos... Eu, principalmente, que sou advogado, sou obrigado a admitir que ela tem um vício de inconstitucionalidade, sim. Ela tem um vício de inconstitucionalidade porque implica em concessão de um favor fiscal. Então traz--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sim.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas a iniciativa, a iniciativa tem que ser do Executivo, ela é privativa do Executivo. O que eu entendo é que a aprovação da matéria sinaliza politicamente que esta Comissão está com o compromisso, está determinada a reduzir custos e que o Governo vai ter que se armar aqui para impedir essas matérias ou buscar alternativas, porque, se for, realmente, submetida a uma análise do ponto de vista de constitucionalidade, tem dificuldade, sim. Posso afiançar com toda a segurança. Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, só para ler. Na nossa Constituição, no art. 159, inciso III: "do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico, previsto no art. 177, § 4º, 29% para os estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que refere o inciso II, c, do referido parágrafo".

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Município é quanto?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): 29% para os estados e o Distrito Federal.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Município nada?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Nada. Então, veja só, nós estamos trabalhando–

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): É para o estado.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): É para os estados, os municípios não recebem, não.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não, para os município, 22,5%.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Está aqui, "vinte e dois inteiros e cinco décimos por centavos(F) ao Fundo de Participação dos Municípios", art. 159. Então é importante nós observarmos essas regras, senão, ela vai ser paralisada na Comissão de Constituição e Justiça.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): É inconstitucional.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu não tenho dúvida sobre a inconstitucionalidade. Eu não arriscaria nem a discussão dessa repartição. Eu já vou no vício da iniciativa, a iniciativa é privativa do Presidente da República.

[sobreposição de falas]

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): É só PEC, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É só PEC, é verdade.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): É só PEC, pé do Legislativo, mas é PEC.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Tem razão.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): O senador tem razão, o João Pedro.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Tem razão. Então, com esse vício, eu submeto à apreciação, depois de encerrada a discussão, para saber se o Plenário está de acordo com a sua aprovação.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu acho melhor retirar de pauta para--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Só para explicação, Sr. Presidente.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Uma explicação apenas.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): A Comissão de Agricultura vota mérito e a CCJ vota constitucionalidade.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente, mesmo que o espírito seja--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Uma sugestão, uma sugestão ao veto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu estava pedindo uma explicação, Sr. Presidente. Mesmo que aquilo que V. Exa. colocou, que o espírito é importante, é o espírito dessa Casa desonerar a produção nacional, fazer com que esse país caminhe e ande, mesmo com isso, se ele é inconstitucional, eu acho que não tem como a gente votar a favor, certo? Agora, por essa razão, não pelo mérito.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A matéria tem vício de constitucionalidade e, tendo vício de constitucionalidade, ela fatalmente vai cair no Plenário, mesmo que não passe pela CCJ, que, aliás, eu acho que é um defeito do nosso Regimento Interno, que eu acho que todas as matérias deveriam passar pela CCJ, porque todas elas precisam ter o crisma da constitucionalidade, certo, mas no Plenário será fatal.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas V. Exa. pode sugerir a apreciação da CCJ.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Posso sugerir. Agora, tem que ver como é que o nosso crítico vai interpretar esta posição.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como é que nós vamos aqui votar inconstitucionalidade se não é função nossa? Quer dizer, se nós vamos trabalhar o mérito, ao mérito eu sou favorável.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Aqui é só o mérito, Sr. Presidente, deixa a CCJ discutir. A CCJ discute a constitucionalidade, não precisava dela.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Aqui é só mérito, V. Exa. tem toda a razão. Todavia, essa matéria vai para o Plenário, e, lá no Plenário--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Aí é uma outra história.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pode requerer a--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --discutir-se-á, portanto, a constitucionalidade. Então, resta saber se nós, mesmo sabendo que é uma matéria que tem um vício de constitucionalidade, deva ser aprovada.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como essa Comissão é de mérito, eu sou a favor.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Nós temos que levantar o problema, mesmo que seja inconstitucional, pelo reconhecimento, mas nós temos que ser a favor da discussão e mostrar as consequências da cobrança total do imposto sobre o óleo diesel. Eu acho que é um tema que tem que ser discutido em Plenário mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então eu gostaria de ver a manifestação. A Senadora Marisa já se manifestou.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu voto a favor do mérito, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador João Pedro.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): A favor do mérito.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sou contrário.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A favor do mérito.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Gerson.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Contra, Excelência. Cumprir a Constituição, obedecer a Constituição não tem horário, não, é o dia inteiro, é obrigação de todos os brasileiros, principalmente nossa. Contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Por maioria, foi aprovada a matéria, foi

aprovado o projeto. Obviamente, vai produzir um efeito de natureza eminentemente político. Nós estamos sinalizando que, nesta Comissão, efetivamente, há um compromisso com a redução dos custos de produção da agricultura.

O Item 4, o Senador Delcídio Amaral pediu que retirasse da pauta, já que ele quer participar da discussão. Então nós vamos para o Item 5.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, sobre esse Item 4, o senhor me permitiria só uma questão de ordem?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu gostaria que V. Exa. ouvisse.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Aqui fala de crimes de esbulho possessório, não é isso? Invadir, saquear, depedrar e incendiar a propriedade. Eu consulto V. Exa. se essa Comissão poderia requerer a quem de direito o porquê de movimentos sociais não ter CNPJ para se formar uma pessoa jurídica de um trabalho que desenvolve dentro dos padrões constitucionais. Entendeu? Eu gostaria de deixar essa pergunta aqui, por que é que... Aqui falha em esbulho possessório. A quem o senhor vai atingir se um desses movimentos sociais invadir, quebrar, destruir? Aí individualiza o crime de cada um que participou, mas a entidade não responde, porque, juridicamente, ela não é constituída. Está certo, Presidente? V. Exa., que é um jurista, deve saber como que nós poderíamos exigir que todos os movimentos sociais tivessem uma existência jurídica, até para poder colaborar, assumir responsabilidade e ser respeitada no âmbito daquilo que se propõe a trabalhar.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Romeu Tuma, se me permite um aparte, o senhor já terminou, mas era apenas para dizer que está aí uma boa ideia. Eu acho que o senhor devia fazer essa proposta, porque a incitação... O Brasil está ficando uma coisa incrível. Qualquer grupo, agora, pode invadir, ir e fica por isso mesmo. Não pode. A legislação tem que ser para todos. Se a nossa legislação diz que se invadir e depedrar, acabar com a produção ou qualquer outra coisa, se é crime, tem que ser responsável quem está incitando também. Então, senador, eu acho que é uma boa ideia do senhor fazer essa proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, é preciso esclarecer o seguinte: a pessoa jurídica pode ser processada e a pessoa física também. Um movimento caracterizado pela informalidade, não há como ser processado. Os indivíduos que compõem esse movimento podem responder pelo crime, enquanto pessoa física ou enquanto bando, não como uma instituição, porque, efetivamente, não o é. Certo? Mas como bando, como quadrilha, como tudo isso aí, pode responder, certo? Isso está previsto no Código Penal. Mas, de qualquer forma, o relator da matéria--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O Senador Delcídio Amaral, que é o relator da matéria, pediu que sobrestasse para a próxima Sessão. Vamos acatar a vontade dele, depois ele vai fazer a sustentação que ele achar que é conveniente.

Vamos passar, então, ao item seguinte, o Item 5, que é um requerimento de autoria da Senadora Kátia Abreu, "Nos termos do inciso II, do art. 93, do Regimento Interno, para que seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – CRE, a fim de debater o cumprimento de Metas de Desenvolvimento do Milênio, fixadas pela Organização das Nações Unidas, no ano de 2000, e adotadas por 189 países, inclusive o Brasil, e devem ser atingidas até 2015, com a participação dos seguintes convidados: Ministro de Estado da Casa Civil; representante da Organização das Nações Unidas no Brasil; Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministro de Estado das Relações Exteriores – Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Ministro de Estado da Saúde; Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento".

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Esse requerimento aqui tem sete convocações previstas pela autora. Com a palavra a autora, a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que, na Comissão de Relações Exteriores, esse requerimento já foi aprovado, e, lá, chegamos ao entendimento que nós dividiríamos essas visitas em grupos menores, por conta da dificuldade de agendamento de um número tão grande de Ministros. Caso esse requerimento seja aprovado, aqui, pelos colegas, eu sugiro que essa agenda possa ser feita junto com Relações Exteriores e, na medida do possível, ir fazendo de dois em dois, de três em três.

Eu gostaria de justificar esse requerimento, porque alguns dos colegas pode estar perguntando o que é que a Comissão de Agricultura--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Mas o foco-–

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu vou dizer agora.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): É isso, eu estou querendo que V. Exa.--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Por que é que a Comissão... Eu vou chegar lá [risos]. Onde é que eu estava? Eu ia dizer do mérito. Calma, senador, o senhor está apressado hoje.

Sr. Presidente, as Metas do Milênio, estabelecidas pela ONU, são oito metas. A nº 1 é o combate à fome e redução da fome até 2015, a metade da fome no mundo. Todos esses países que assinaram esse acordo da ONU, essas metas, não foi nem em 2000, aqui tem um equívoco, é 2001 que essas metas foram assinadas, para minha surpresa, inicialmente, a CNA, que representa os produtores do Brasil, estava de fora dessa discussão. Não existe nenhuma mágoa com relação a isso, muito pelo contrário. Por responsabilidade social, por responsabilidade ética, nós achamos que os protagonistas nessa matéria, neste tema, que acabar com a fome, sem comida, é meio difícil, nós gostaríamos de nos inserir nesse processo e nessa discussão. Como senadora membro da Comissão de Agricultura e também suplente em Relações Exteriores, eu acho da maior importância que nós, brasileiros, que assinamos essas metas, junto com 189 países na ONU, que nós possamos dar uma atenção especialíssima ao cumprimento dessa metas. Eu percebo até que algumas ações estão sendo feitas, mas de forma um pouco descoordenada e sem o conhecimento de todos. Se nós pudéssemos, dentro do Senado Federal, tratar desse assunto, que é da maior importância para o Brasil e para o mundo, que é o fim da fome, nós temos um bilhão de pessoas no mundo que passam fome, e é difícil não discutir esse assunto com quem produz e com as comissões representativas do setor de alimentos no país. Então, a CNA, Sr. Presidente, através do nosso "S", SENAR, nós estabelecemos, como uma das nossas metas do nosso "S", é o acompanhamento e nós vamos nos integrar no cumprimento dessa metas. Nós não só estamos fazendo o nosso trabalho no Brasil, mas também estamos sendo chamados para, por exemplo, fazer o treinamento nos países africanos, vamos iniciar em Angola, com o Itamaraty, onde nós queremos não apenas acabar com a fome distribuindo cesta, mas ensinando como se faz. Nós temos *know-how*, nós temos tecnologia, temos capilaridade e nós vamos, até então, alguns países africanos fazer a nossa pequena demonstração, a nossa pequena parte, no sentido de ensiná-los a tal assunto, assim como transformaremos as nossas fazendas no Brasil em escolas fazendas, onde receberemos, também, agricultores africanos, para que possam aprender essa tecnologia conosco, hospedado em nossas fazendas, para ensinar essas práticas que o "S" tem pelo Brasil, na formação de quase um milhão de trabalhadores todos os anos, e nós queremos, então, entrar nessa contribuição, num pacto internacional de produção.

Eu gostaria muito de poder ver aprovada nessa Comissão aqui, para que nós possamos estar integrados nessa discussão. É uma questão social da nossa Comissão e, também, um interesse econômico. Nós somos o único país do mundo que temos condições, de fato, na realidade, de contribuir para o fim dessa fome. A Índia e a China são dois países que não têm um palmo de chão a mais para a produção de grãos ou de carne. Os Estados Unidos ainda tem uma pequena parte, a Rússia, apesar de oito meses debaixo de gelo, ainda tem uma pequena parte, mas o grande país aonde tem ainda mais de 200 milhões de hectares possíveis de transformação para a agricultura, sem desmatamento, é o Brasil. Então, eu acho da maior importância que nós pudéssemos estabelecer, nessa Comissão, uma Subcomissão para o acompanhamento do cumprimento dessas metas pelo Brasil. A Casa Civil está aqui como primeiro convocado, como primeiro convidado, porque é justamente o Ministro da Casa Civil, é a Casa Civil que coordena todo o cumprimento dessas metas, junto com esses outros Ministérios. Não fui eu também que inventei esses Ministérios, eles estão na lista, no grupo, coordenado pela Casa Civil, do acompanhamento dessa metas. Por isso, eu achei interessante chamar todos esses organismos, Ministérios e a ONU, para que cada um pudesse dar a sua declaração aqui do que está fazendo para o cumprimento dessa meta que foi assinada. Não basta estar ligado à ONU, não basta ser signatário e nós cruzarmos os braços. As metas que são assinadas devem ser cumpridas. Então, aqui eu encerro, Sr. Presidente, muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Marisa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Sr. Presidente. Eu queria cumprimentar a Senadora Kátia Abreu, enquanto Presidente da CNA, dessa ideia incrível de fazer uma parceria com os países mais pobres, aqueles que mais precisam, principalmente os africanos, a quem nós devemos muito uma reparação, inclusive por tudo aquilo que o Brasil usou e passou desde a época da escravidão. Então, é uma forma de nós podermos ajudá-los a sair dos problemas que estão vivenciando, principalmente nessa questão da fome. Achei a ideia brilhante e acredito que vai ser uma revolução no conceito do Brasil no mundo.

Mas, também, eu queria lembrar à Senadora Kátia Abreu que, mesmo não estando dentre os Ministérios que terão que responder pelas Metas do Milênio, o Ministério do Meio Ambiente é fundamental. Primeiro porque trata da água e trata do solo, da terra e de tudo aquilo que é fundamental.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mudanças climáticas.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Mudanças climáticas. O que é fundamental para que essas metas aconteçam. Sem o meio ambiente, hoje em dia, não há como se falar em produção com a quantidade e as metas que nós queremos.

O Senador João Pedro e eu acabamos de chegar da Turquia, do 5º Fórum Mundial de Águas, e, para nossa surpresa, mesmo que a gente tenha conhecimento, mas não tinha vivência do que está acontecendo no mundo a respeito da água. Quando ouvi um parlamentar da Jordânia dizer que o problema deles, o mais caro para eles é a água, não é o petróleo. O problema deles é a água. Fazem qualquer coisa para resolver o problema da água. Então, isso nos dá só um exemplo de quão isso é importante, de quanto nós precisamos avançar.

Portanto, eu não sei, não é o meio ambiente... Mesmo que não esteja, eu acho que nós tínhamos que integrar.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Perfeito.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sem ele, fica sem uma perna o nosso requerimento.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Para responder à Senadora, Sr. Presidente. Senadora Marisa, eu concordo plenamente com a sua sugestão e, só para tranquilizar os colegas aqui da Comissão, eu já protocolei na Mesa do Senado um pedido de Constituição de uma Comissão Temporária, para que nós possamos fazer um outro horário todas essas Audiências Públicas, para não interferir no andamento da nossa Comissão, porque são muitos os convidados para prestarem conta. Então, eu espero que o Presidente Sarney possa destinar a essa Comissão Temporária, que eu peço por doze meses, para nós fazermos esse acompanhamento, tem os membros da Comissão, cinco membros titulares, cinco membros suplentes. Então, eu estou no aguardo e peço o apoiamento de todos para que a gente possa fazer.

Na sugestão da Senadora Marisa, embora o meio ambiente não está constituído no grupo de acompanhamento das metas, mas, Senadora Marisa, a ONU, no seu relatório do ano passado, o 30º relatório, veio um relatório maravilhoso, que, se não viu, recomendo a leitura, um relatório pequeno, mas bastante interessante, ela coloca de forma clara que, nesse cumprimento das Metas do Milênio, nós temos que nos preocupar não é com a dação de comida, mas com a pequena propriedade, com a agricultura familiar, no sentido de dar-lhes mais renda e mais produtividade.

Então, o grande ato seria nós, é o que nós estamos fazendo nos países africanos e trazendo para cá, que nós queremos que, no mesmo pedacinho de chão, ele pode tirar o máximo do mínimo, que ele possa tirar mais comida daquele mesmo chão e ele vai ter uma implementação melhor e, quem sabe, até alguma sobra para que possa vender também o seu produto e sair da subsistência.

E, nesse relatório da ONU, ela coloca um conceito que está se expandindo no mundo todo e que interessa, principalmente, à pequena propriedade, que é a questão dos serviços ambientais. Coloca que seria uma renda, uma remuneração a mais, especialmente para os pequenos, no sentido de que o que irão ganhar os produtores rurais do mundo por estarem preservando a biodiversidade, o que ganharão eles por serem gestores de água e o que ganharão eles por estarem sequestrando CO2 todos os dias, indo ao Banco do Brasil, tirando custeio, pondo a sua propriedade em risco e sequestrando CO2 indiretamente todos os dias, cooperando com a preservação ambiental. Então, a ONU coloca esses três serviços como importantíssimos para o combate à fome e à pobreza, que é aumentar a renda da pequena propriedade. Então, eu acho perfeito que o Ministério do Meio Ambiente possa integrar esse grupo e, também, vir debater esse assunto e outros, sugeridos aqui pela senadora.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então inclui a sugestão da Senadora Marisa?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): OK.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Positivo, Senadora Kátia. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu só queria cumprimentar a Senadora Kátia Abreu. É engraçado que eu tinha aqui escrito, Presidente... Viu Presidente? Eu tinha aqui botado uma... Viu, Senadora Kátia? Eu tinha colocado aqui a possibilidade de criar uma Subcomissão para acompanhar o Desenvolvimento do Milênio. Então, eu fico feliz de que a senhora está sempre um passo à frente.

Mas eu queria cumprimentá-la, eu acho isso importantíssimo, até porque na área de saúde, Presidente, o Dr. David Uip tem, quase que há dez anos, Senadora Kátia, um projeto de acompanhamento para evitar a AIDS em recém-nascidos ou durante a gestação, aplicada em Angola. Inclusive, meu filho lá este-

ve, para dar orientação na área de neurologia, porque a saúde lá é precária, há uma disseminação do HIV, e isto é um trabalho bonito que a medicina brasileira está fazendo naquela área.

Eu acho que esta Comissão Especial, proposta pela Senadora Kátia, tem uma importância vital, e o requerimento, sem dúvida nenhuma, tem a nossa aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós vamos, então, submeter à votação, incluindo a sugestão da Senadora Marisa Serrano. Os senadores, que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram.

Nós vamos, agora, passar para o Item 6. Requerimento da Senadora Kátia Abreu, para "solicitar ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre os créditos tributários dos frigoríficos instalados no país, principalmente daquelas empresas que pleitearam recuperação judicial, verificando a possibilidade de utilização desses créditos para pagamento direto aos credores pecuaristas dessas empresas".

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Para discutir, a Senadora Kátia Abreu.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria me inscrever também, Presidente.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu gostaria de acrescentar aqui, Presidente, que os meus colegas senadores pudessem acompanhar o pedido do requerimento, apenas acrescentar: "Requeiro nos termos regimentais, observando-se estritamente o prazo estipulado pela Constituição Federal, sob pena de crime de responsabilidade, seja solicitado ao Ministro de Estado da Fazenda – acrescentar essa frase -, na condição de representante do Governo Federal no CONFAZ", porque esses créditos, a grande maioria é ICMS. Então, nós precisamos do seu PIS e COFINS, claro, mas do seu papel como Ministro da Fazenda, junto ao CONFAZ, para o levantamento. É apenas um adendo, é uma coisa simples.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A senhora me permite um aparte?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O problema é o seguinte: eu fui Secretário da Receita. Quando o exportador... Aí fala de frigoríficos, mas os exportadores, quando requerem a devolução no imposto pago, que é um direito deles, a fiscalização fica dois, três anos para dar uma resposta se tem direito, ou não, à devolução. Então, isso traz um atraso porque o capital de giro vai embora. Então, eu acho que, talvez, fosse importante, se a senhora concordar, também trazer a Secretária da Receita, para que pudesse estabelecer uma discussão mais clara de como o requerente teria maior velocidade na possibilidade de readquirir esse direito para botar no capital de giro, o pagamento, como a senhora diz, o pagamento de pecuarista.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Só para concluir, Senador Tuma, esse requerimento é pedindo informações ao Ministro, ainda não é a vinda dele aqui, mas nós podemos acrescentar esse pedido de informação à chefe da Receita, sim, Dra. Lina, acho que cabe nós estendermos a ela, por sugestão do Senador Tuma, as informações sobre esse crédito tributário, porque tem também PIS e COFINS, certo?

Então, ao Ministro da Fazenda, a Senador Marisa Serrano não tinha ouvido esse acréscimo, é apenas "ao Ministro de Estado da Fazenda, na condição de representante do Governo Federal no CONFAZ". Qual que é a ideia? Aqui até tem um erro, Sr. Presidente, quando eu falo que esses créditos sejam usados para pagamento direto aos credores pecuaristas. Na realidade, não é possível, o pagamento direto não é possível, mas nós temos que achar alguma condição e algum caminho para que, levantados esses créditos, nós possamos ir ao Ministério da Fazenda, junto com os frigoríficos e ABIEC, para que isso pudesse ser condicionado em primeiro lugar ao credor pecuarista, fornecedor do gado, porque o banco, Sr. Presidente, ele tem tantos outros milhares de clientes e ele pode, ainda, parcelar e dar tempo. Agora, o pecuarista não, Sr. Presidente, ele leva três anos para engordar um boi, a média nacional é quatro, para, depois, ele levar um calote. Então, ele fica sem a sua recomposição e a cadeia, há uma interrupção nela, porque, imediatamente, vendeu o boi gordo, ele tem que comprar dois bezerros, quando dá, né? Comprar dois bezerros, para poder repor e começar de novo a cadeia da engorda. Então, a urgência no pagamento desses pecuaristas, que são pecuaristas, na sua grande maioria, médios fornecedores de frigoríficos, médios produtores. Normalmente, os grandes pecuaristas do Brasil vendem à vista, Sr. Presidente, e os médios, como não têm grande escala, têm que se sujeitar aos 30 dias e os 40 dias possíveis a calote.

Então, nós gostaríamos muito que, de alguma forma, de forma inteligente, legal, criativa, nós, de posse desses créditos tributários, o mais rápido possível, que isso pudesse ser negociado no sentido de fazer o recebimento por parte dos pecuaristas do Brasil, repito, a sua grande maioria, médios pecuaristas, que estão desesperados nesse momento, quase um bilhão de reais sem pagamentos.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Gilberto, para discutir.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu vejo que a Senadora Kátia Abreu coloca aqui uma sugestão dentro da linha que já foi tratado aqui, na Audiência Pública, que aconteceu na semana passada, sobre a situação dos frigoríficos do país. Porém, esses créditos tributários, represados em alguns frigoríficos, que se calcula da ordem de 600 milhões de reais, claro, viriam a sanar parte dos créditos que os fornecedores de bovinos têm com frigoríficos que pediram a falência. Nesse sentido, eu, preocupado com essa matéria--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Recuperação judicial.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Recuperação judicial. Então, dentro da Lei de Falências, da Lei de Recuperação Judicial, a 11.101, nós precisaríamos estar aqui, discutindo-a pormenorizadamente, porque, além de colocar uma mudança nessa Lei de Recuperação Judicial, a 11.101, se não me falha a memória, de 2007, nós deveremos, além de colocar os credores que forneceram não só na cadeia de bovinos, mas de suínos, os integrados de aves, de matérias-primas como soja, como milho, que, hoje, tem indústrias com a mesma situação, pedindo recuperação judicial, onde esses fornecedores não estão como prioritários, como preferenciais na recuperação desses créditos.

Então, nós precisamos... Além disso, tem várias outras questões da Lei de Falências que já estão sendo estudadas. Eu já tomei pé dessa situação, nós convocamos um grande especialista que veio aqui, um professor universitário, um procurador que conhece muito bem, que auxiliou na redação dessa Lei, juntamente com o Deputado Federal Osvaldo Biolchi, do Estado do Rio Grande do Sul, que foi o relator da matéria, e que nós devemos, então, trazer aqui, Senadora Kátia, mudanças emergenciais na Lei de Falências, porque o que não pode é ficar o credor instituído como uma recuperação de crédito a longo prazo, imbuído como todos os outros credores, esperando uma recuperação de 20 anos para ele receber esses créditos que foram emergenciais, que, hoje, eu diria, que os ativos dos frigoríficos e das *tradings* permite colocá-los como credores preferenciais fora da recuperação, assim como os créditos tributários também são, são fora da recuperação.

Então, eu acho que nós devemos fazer uma Audiência Pública aqui, eu sugiro que a gente estabeleça, então, os nomes para discutir essa matéria, porque, como está, está se procurando soluções de toda forma para colocar esses credores como prioritários. Porém, se não for feito, se não for possível fazer com esses créditos tributários, devemos, sim, mudar essa lei urgentemente. Obrigado.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, o Tuma deu uma ideia ótima.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Marisa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente, eu acredito que, então, foram duas propostas colocadas aqui para esse requerimento. Uma delas é da Senadora Kátia Abreu, pedindo a vinda do Ministro da Fazenda, enquanto representante do Governo Federal no CONFAZ, da Chefe da Receita Federal, segundo a sugestão do Senador Romeu Tuma, para verificar a possibilidade de utilização desses créditos no pagamento direto aos credores pecuaristas. Então esse é um item.

Só, Senador Goellner, que aí nós temos que colocar mesmo a urgência nessa questão. Aquilo que eu disse antes, de ficar 30 dias, não vir resposta, mais 30 dias, mais 60 dias, mais um ano, Senador Romeu Tuma, já não nos interessa ter essa resposta, porque é um requerimento que teria obrigatoriedade de nos informar em 30 dias. E a segunda, V. Exa. propôs aqui que seria uma reformulação, uma adequação, uma reformulação da lei, que... Segundo V. Exa., a 11.101. Então, são duas questões. Uma, agora, que nós vamos votar, é só o requerimento, não é isso? É um requerimento da Senadora Kátia Abreu, com o acréscimo do Senador Romeu Tuma, da Chefe da Receita Federal, para a possibilidade de utilização dos créditos. Só que eu pediria que V. Exa., o nosso Secretário, que verificasse a possibilidade de uma resposta rápida. Se for depois de um ano, dois anos, já não nos interessa, já passou toda a urgência que os credores têm a respeito disso.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, só para complementar o que a Senadora Marisa disse. Isso é da maior importância, porque nós, senadores, não temos como ir na Fazenda tentar um acordo desse, se não sabemos o volume disso. Se o volume, quando dá para pagar, quantos pecuaristas, corresponde a quê? Segundo o Frigorífico Independência, que foi um dos que pediu a recuperação judicial, parece que o seu crédito tributário chega a 200 milhões de reais e o seu débito com os pecuaristas também é 200 milhões de reais. Então, isso seria o melhor dos mundos, se nós tivéssemos essa informação o mais rápido possível, para que a gente pudesse prosseguir no nosso pleito.

[troca de presidência]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Já lhe concedo a palavra, Senador Tuma. Eu gostaria de informar à autora do requerimento, Senadora Kátia Abreu, e a preocupação da Senadora Marisa Serrano também, de que esse requerimento deverá ser passado à Mesa para, dependendo da decisão da mesma, ser encaminhado ao Ministro, já que há uma informação que essa Comissão poderá repassar esse documento apenas à Mesa, isso baseado no art. 215, do Regimento Interno. Então, eu acho procedente a gente se preocupar com a tramitação célere do mesmo, já que precisa de uma adequação rápida. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Nenhum requerimento passa pela Mesa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Esse requerimento tem que ir à Mesa porque é um requerimento de consulta e poderá demorar a resposta. É o que eu falei antes, 30 dias que, às vezes, normalmente, não é cumprido. Então, poderia se reestudar outra forma.

Mas outra coisa que eu proporia ao senhor, porque aqui nós temos, pelo menos, três ou quatro senadores que são dos estados agrícolas, 100% agrícola, é o uso desses créditos para vender para quem tem a necessidade de cumprir a obrigação fiscal. Então, poder dispor desse crédito para poder negociar com outros empresários que têm débito com a Receita. Então pagariam e--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Um encontro de contas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): De contas.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Uma higienização de contas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então eu proponho aí... Esse negócio de ir para a Mesa, tem que reunir a Mesa para decidir, e a Mesa depois encaminha, e aí, a partir da data do recebimento, tem 30 dias que poderá, ou não, ser cumprido. Se bem que há responsabilidade criminal quando não é respondido.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu só quero colocar aqui a posição da Comissão, é de que o requerimento de autoria da Senadora Kátia Abreu será, então, submetido como encaminhamento da Comissão de Agricultura à Mesa. Vai ser um requerimento da Comissão de Agricultura à Mesa Diretora do Senado.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Ótimo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Já está aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Então, vamos colocar em votação. Os senadores, que estiverem favoráveis, permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente?

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Antes de passar ao próximo item da pauta, eu gostaria de fazer uma cobrança ao Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Se for de Limeira--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Limeira.

[risos]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu vou explicar. Eu conversei duas vezes com o Prefeito e... Pois não.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): O Presidente está cobrando uma tarefa que V. Exa. não pode--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Graças a Deus, eu sou cumpridor daquilo que eu assumo a responsabilidade de fazer.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Veja que a cobrança é pública. [risos]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, eu acho que o Presidente tem razão. Eu falei com o Prefeito duas vezes essa semana e--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu pediria ao Senador Gilberto que aguardasse.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu vou terminar rapidamente. Então, eu falei com o Prefeito, há uma angústia profunda dos cidadãos de Limeira com a perda do Jardim Botânico, que o IBAMA tomou conta para reforma agrária, que eu acho um absurdo quando se pede aqui para saber o porquê foi feito isso. Então, eu marquei uma reunião com ele e com a Câmara Municipal, para nós sabermos qual é o caminho que nós poderemos seguir, para ajudá-los a resolver esse problema, que é praticamente uma intervenção em algo da própria população local.

Há uma profunda revolta e angústia. Já conversei com eles, esta semana devo ir à Limeira para poder, pessoalmente, dentro da Câmara, discutir mais diretamente sobre o assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu consulto V. Exa. se não seria melhor chamar aqui as autoridades que estão diretamente

envolvidas com esse episódio, juntamente com as autoridades municipais.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Teria que chamar o Prefeito e o IBAMA.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Trazer aqui numa audiência, porque, realmente, é um assunto muito estranho transformar um Horto Florestal de uma cidade num projeto de reforma agrária.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O pior é que já tomaram conta lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Já invadiram?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Quer dizer, não houve invasão porque foi autorizado.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, deve ser altamente produtivo, um Horto Florestal deve ser altamente produtivo do ponto de vista da biodiversidade, nem justificaria a improdutividade. Se fosse animal, também, porque o lugar mais produtivo do Brasil é um Jardim Zoológico.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, eu proponho... O Prefeito está à disposição para vir onde a gente quiser. Chamá-lo, chamar o Ministro responsável pela decisão de tomar o Jardim Botânico e discutirmos aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que é bom chamar o Ministro do Meio Ambiente, chamar aqui o Ministro do Planejamento.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Provavelmente, serão decisões que servirão para outros municípios.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, eu vejo que, para o encaminhamento de uma Audiência Pública, o Senador Romeu Tuma deverá fazer--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A formalização.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): --oficialmente, formalmente. Porém, o que eu solicito, Sr. Presidente, é que seja atendido o meu requerimento, que já está nessa Comissão há muitos dias, que é a realização da Audiência Pública do óleo vegetal, dos biocombustíveis, que está merecendo apenas a marcação, a formalização da data. Então, eu gostaria que a Secretaria da Mesa pudesse organizar já, marcar a data urgente, porque ela vai instruir um projeto de suma importância, de minha autoria, que é a distribuição e o uso do óleo vegetal no país. Dado ao contexto que já formulamos desde o início, eu acho importante essa discussão, nós vamos trazer aqui especialistas da área, vamos trazer a EMBRAPA, vamos trazer o Ministério da Agricultura, Meio Ambiente e vários outros especialistas do setor, que poderão, então, passar todas as informações para instruir esse projeto de suma importância. Então, eu gostaria que o senhor pudesse marcar e--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu vou determinar aqui à Secretaria da Comissão que promova o agendamento, pegar a primeira data e colocar na agenda.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Tem um requerimento aqui, também, que eu acho que é de suma importância, que é extrapauta, e eu gostaria de submeter à apreciação de V. Exas. É de minha autoria. É convocando o Ministro Edison Lobão, o assessor técnico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Sr. Ali Aldersi Saab, o representante da CNA, o representante da PETROBRAS e representante da Associação dos Misturadores do Brasil, para discutir a questão da dependência externa de fertilizantes e a busca de alternativas para a redução do preço desses insumos na agricultura.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, Ministro das Minas e Energia-—

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Porque aqui diz respeito também à produção interna de fertilizantes. Quer dizer, então nós temos que discutir aqui qual que é o caminho que tem que se adotar para--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Quais seriam os convidados?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Um é especialista na área, que é assessor do Ministério da Agricultura; o outro é o Ministro Edison Lobão; o outro é um representante da CNA, cuja Presidente faz parte dessa Comissão; um representante da PETROBRAS; e um representante da Associação dos Misturadores do Brasil. É para discutir essa questão dos fertilizantes, essa aí é uma caixa preta que precisa ser aberta.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu poderia--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Tinha pedido pela ordem, primeiro, a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, acho da maior importância esse requerimento, fico muito feliz com a sua iniciativa. Agora, eu penso que nós poderíamos incluir, além da CNA... Tem a Associação dos Importadores e a Associação Nacional. Então, que nós pudéssemos convidar a Associação Nacional dos Misturadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Essa daqui já está.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Qual é?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): AMA, é a representante da Associação dos Misturadores do Brasil, eles são os que importam e misturam.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Mas não era isso que eu ia falar, não. Eu ia falar outra coisa. O Ministro Mangabeira Unger fez, numa ocasião, acho que talvez em janeiro, um grande reunião no gabinete dele, do Ministério, discutindo sobre esse assunto. Então, ele tem uma riqueza de material a respeito deste tema, e eu penso que talvez ele pudesse ser convidado para vir e expor aqui esse trabalho que ele está se dedicando muito nele.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Aqui nós temos cinco. Será que não seria muito, Senadora Kátia?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): É, pode ser. É Minas e Energia?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Minas e Energia e PETROBRAS juntos, as duas, mais um especialista do Ministério da Agricultura, mais um representante da CNA e da Associação dos Misturadores.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Então vamos fazer o seguinte: eu me encarrego de conversar com eles, a CNA e a AMA ficam com uma vaga só, a CNA e a AMA, fazemos uma palestra juntos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Positivo.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): OK, obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E inclui o Senador Mangabeira, aliás, Ministro Mangabeira Unger. Aliás, eu estou falando senador, mas, de repente, numas conversas que eu tive com ele aí, ele até gosta da ideia. O Senador Gilberto gostaria de comentar?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Só colaborando, eu ia também sugerir o nome do Ministro Mangabeira Unger, dado o seu interesse pelo assunto. Eu vejo que nós vamos estar aqui, Senador Valter Pereira, consolidando já um avanço dos trabalhos que o país já discutiu em 2008. Nós, agora, vamos ter, então, as providências que os Ministérios de Minas e Energia e Agricultura, principalmente esses dois, tomaram, e os avanços dos investimentos nesse setor, já que avanços houveram. Porém, é importante a PETROBRAS, porque ela deverá participar principalmente dos nitrogenados. Lá em Corumbá, tem condições de fazer nitrogenados na Usina de Corumbá, Mato Grosso do Sul, seu Estado. Então, eu vejo que nós estamos estar aqui evoluindo, já é uma Audiência Pública, onde nós vamos trazer os futuros investimentos que se farão nessa atividade de primordial importância no país.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em votação o requerimento. Os senadores, que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado por unanimidade.

Requerimento extrapauta: "Nos termos do art. 104-B, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado, requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, para debater a Medida Provisória nº 458, de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas nas áreas da União no âmbito da Amazônia Legal. Altera as Leis 8.666, de 21 de junho de 1993; 6.015, de 31 de setembro de 1973; 6.383, de 07 de setembro de 1976; e 6.925, de 29 de junho de 1981. Deverão ser convidados a expor seus pontos de vista sobre a MP os representantes das entidades nominalmente a seguir: representante do GREENPEACE; representante do Grupo de Trabalho da Amazônia – GTA; representante da Via Campesina; representante da CONTAG". Assina o Senador João Pedro. Senador, o senhor está mexendo com a Via Campesina? Com a palavra o Senador João Pedro, autor do requerimento.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, eu penso que já está aprovada a vinda do Ministro Guilherme Cassel para discutir esta Medida Provisória. A assessoria do Ministro fez um contato no dia de ontem comigo, pedindo para que seja no início de abril agora. Ele virá aqui. Esses convidados são representantes legítimos de trabalhadores, de organizações.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agora, essa Via Campesina, eu não tenho certeza do que eu vou falar, mas, pelo que me consta, não está inserida dentre aquelas entidades formalmente instituídas, ou seja, é despida de CNPJ, com aquela característica que me reportei anteriormente.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Mas, Presidente, não está no Regimento nosso que é proibido de convidar algum movimento por conta de ele não ter o CNPJ.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não, não tem.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu estou convidando porque eles representam... Porque eles trabalham com trabalhadores e a regularização fundiária, V. Exa. que é um defensor da regularização fundiária, eles representam esse segmento. Eu acho que nós temos que discutir com todos os setores que vivem na Amazônia, que representam os trabalhadores. Discutir a Medida Provisória. Eu acho que faz um bem à sociedade, a esta Casa, e a Via Campesina tem legitimidade, ela representa. V. Exa. pode até discordar, mas--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, para discutir.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): --eles podem trazer contribuições importantes por conta do mérito, que é a regularidade das terras da União.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Para discutir, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente. Olha, sinceramente, eu me recuso a discutir com descumpridores da lei e que abalam o estado de direito todos os dias nesse país, principalmente nos últimos meses. Os representantes legais dos trabalhadores deste país chamam-se CONTAG. Com a CONTAG, eu, pessoalmente, teria o maior prazer em debater sempre, em todos os momentos, porque é uma instituição que tem a sua representação legal e que nunca trabalhou em prol da anarquia e do descumprimento da lei. Então, MST e Via Campesina, na minha opinião, andam juntas, trazendo insegurança ao país, insegurança jurídica e trazendo insegurança à democracia. Pessoalmente meu voto é contrário. Desculpe, Senador João Pedro, mas eu não poderia, como sempre, deixar de ser sincera no meu voto. CONTAG, todas as instituições que obedeçam a lei, mesmo que não tenham CNPJ, eu terei o maior prazer de debater, mas, com CNPJ ou sem CNPJ, que invade terra, eu me recuso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Gilberto Goellner, para discutir.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu, da mesma forma, apóio o requerimento parcial. Nós devemos discutir, sim, a 458. Agora, vamos colocar, então, vamos repetir os nomes, vamos aprovar, então, a abertura, de acordo com o contraditório, inclusive, da lei.

Então, eu gostaria que o senhor colocasse novamente as entidades convocadas, para eu sugerir ou avaliar, para nós podermos votar esse requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então eu indago ao Plenário se todos estão de acordo com o convite ao representante do GREENPEACE. Em votação.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não, não, o senhor não entendeu a minha posição, Sr. Presidente. Eu pedi que o senhor repetisse aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É porque, na verdade, aqui, pelo que eu estou sentindo, há uma ressalva com relação a uma entidade.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Tá, mas gostaria de acrescentar outra.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. quer acrescentar outra?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de acrescentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Os nomes são os seguintes: representante do GREENPEACE.; representante do Grupo de Trabalho da Amazônia – GTA; representante da Via Campesina; mais o representante da CONTAG.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Tá, eu gostaria de acrescentar a CNA, que representa--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu estou impressionada de como o Senador João Pedro gosta do contraditório. [risos]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O GREENPEACE, também, eu não estou entendendo.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Porque, senão, nós não vamos ter contraditório, Sr. Presidente.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Estamos numa democracia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): GREENPEACE... Essa MP... Aliás, Sr. Presidente, o GREENPEACE, nós temos conversado constantemente sobre a mudança do Código Florestal, mas o mérito dessa MP não é a titulação de terras, e o GREENPEACE não é uma entidade ambientalista?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Ambientalista.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu não entendo, eu não estou entendendo assim o objetivo e a presença deles aqui.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Como é que a gente pode discutir regularização fundiária, sem a questão ambiental?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não, é ao contrário, Sr. Presidente, não dá é para fazer meio ambiente sem regularizar terra.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Claro.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Tem que regularizar a terra primeiro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Por isso que é legítimo a presença de uma instituição que trabalha a questão ambiental.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu não tenho o menor problema. GTA, por favor, poderia explicar o Senador o que é GTA, que eu não tenho conhecimento?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): É um Grupo de Trabalho na Amazônia, são várias entidades da sociedade civil. Funciona há tempos isso, GTA.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): GTA? Eu não conheço essa entidade, e, portanto, não posso votar na vinda dela.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu vejo que o Ministério que está à frente da regularização fundiária do país, que sugeriu, inclusive, que foi criado por uma sugestão que eu também já discuti internamente com o Sr. Ministro das Relações de Assuntos Estratégicos, Ministro Mangabeira Unger, é incluir o Ministério de Assuntos Estratégicos ou a Secretaria de Assuntos Estratégicos, que tem à frente o Ministro Mangabeira Unger. Por quê? Porque, com a criação do IRFAM, que é o Instituto de Regularização Fundiária da Amazônia, eu vejo que esse órgão, constituído ou não, ou a presença aqui do Sr. Ministro para consolidar, então, o que é que está levando o país a fazer essa regularização, vai ser muito importante. Então, eu proponho a inclusão do nome do Sr. Ministro Mangabeira Unger a essa Audiência Pública. Muito obrigado.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria, também, Sr. Presidente, se o senhor me permitir--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra, pela ordem, a Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): --incluir o INCRA, pois o INCRA é que vai titular essas terras.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não, é o IRFAM.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Quem?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): O IRFAM.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Foi criado um órgão especialmente para esse fim.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Pois é, ele e o Mangabeira Unger é a mesma pessoa? O Mangabeira Unger representa o IRFAM?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não, não tem ainda, não está formatado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Vai ser, na verdade, subordinado diretamente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): É isso que reza a Medida Provisória.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Essa é a destinação.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Então eu acho que esse IRFAM aí--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, talvez, seria o Ministro Guilherme Cassel, porque vai ficar subordinado ao Ministério dele.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, isso já está aprovado, nós já aprovamos, nós já aprovamos isso. Eu estou aditando, eu estou aditando essas entidades da sociedade civil.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Tá.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Mas, da mesma forma, eu gostaria que o Ministro Mangabeira Unger, como o criador, se colocasse também o mesmo junto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Me informa aqui a assessoria que o Ministro Mangabeira Unger já foi convocado no outro requerimento.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): E vai ser a mesma audiência? Então recapitulando, Sr. Presidente, para ver se eu entendi: Ministro Cassel, Mangabeira Unger, OK. Então, nós apresentamos aqui, Gilberto Goellner e eu, a CNA e aprovamos o GREENPEACE. Eu gostaria de votar contrário à Via Campesina e essa outra, a GTA, porque, senão, fica muita gente, muitos participantes e não é produtivo.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): OK.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): CNA, CONTAG, GREENPEACE e Mangabeira Unger.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então há uma proposta supressiva aqui da Senadora Kátia Abreu com relação ao representante do Grupo de Trabalho da Amazônia e à Via Campesina, essas duas ressalvas. Então, V. Exa.--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu concordo--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Concorda com a senadora-–

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): --incluindo o Ministro Mangabeira e a CNA.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Deixa eu fazer uma ponderação com relação ao Ministro Mangabeira, que é um intelectual, que é um membro do Governo. Agora, a Medida Provisória está em vigor desde fevereiro, 11 de fevereiro, essa Medida Provisória, e a pasta é do Ministro Guilherme Cassel. Eu penso que nós não estamos aqui confrontando, a Medida Provisória está em vigor. Então, a gente poderia trazer não os dois Ministros.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador João Pedro, no outro requerimento, está aprovado já--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Já está aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --o Minc e o Cassel, os dois, e o Mangabeira Unger também.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): O Mangabeira Unger está aprovado, os três. Na mesma audiência?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Na mesma audiência.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Tá. Então, os três Ministros, CONTAG e CNA.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu acho que mais do que cinco é improdutivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É, já tem gente demais aqui.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu acho que CNA e CONTAG, Sr. Presidente, faríamos cinco: trabalhadores, patrões e três Ministérios.

[sobreposição de falas]

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): CNA, CONTAG e três Ministros.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): CONTAG e CNA, vamos lá.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): E os três Ministros que estão aprovados.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, fica aqui a restrição. Eu acho que nós temos que votar é só a restrição, porque o resto está tudo--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não tem restrição, não, Presidente, não tem restrição, não, Presidente.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não é nem restrição, Sr. Presidente, não é veto. O meu veto é a Via Campesina, o restante não é veto, é apenas para otimizar e nós ficarmos mais produtivos.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): A senadora pediu uma informação.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A exclusão aqui da Via Campesina.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Do GREENPEACE, nesse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E a exclusão do representante do Grupo de Trabalho, não por restrições, mas--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Do Grupo de Trabalho, sim, por otimização.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --por economia--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): E, numa outra oportunidade, poderá ser convidado, inclusive o GREENPEACE também, eu acho importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas, aqui, agora, V. Exa. não está sugerindo a supressão do GREENPEACE? Ou está também?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não, só se... Eu não sei, se os colegas acharem que está muita gente. Seis. Eu acho que não, talvez pudesse manter o GREENPEACE, hein, João Pedro?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu acho importante.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): É, então, seis. Cada um fala 15 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, a exclusão dos dois.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu prefiro que V. Exa. utilize o termo supressão.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Supressão.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Para ninguém estar excluindo ninguém.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): É.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Isto, supressão.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Por favor.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Perfeitamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, em votação, suprimindo o representante do Grupo de Trabalho da Amazônia e a Via Campesina.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não tem que votar, Presidente, eu, como autor, já estou...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Concordou.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Então, vota-se as proposituras que têm acordo, que têm entendimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Perfeito.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Três Ministros--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então em votação. Aprovado por unanimidade o requerimento.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): OK.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, eu gostaria de submeter à discussão aqui, Senadora Kátia Abreu, e V. Exa. foi uma das protagonistas aqui da última Audiência Pública, quando ficou acertado que as empresas frigoríficas deveriam prestar as informações solicitadas por essa Comissão. Se eu não me engano, foi V. Exa. que pediu as informações.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): O Osmar Dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Osmar Dias, Senador Osmar Dias, ABIEC. Acontece que nós não recebemos as informações ainda. Eu vou tomar uma iniciativa aqui de formalizar a reiteração do pedido de informações, para que nós possamos apreciá-las na próxima reunião, mas é bom que cada um dos senhores, membros desta Comissão, avaliem a hipótese de não chegar aqui essas respostas, qual que seria a conduta desta Comissão, porque eu acho que, para avalizar qualquer socorro, pedido de socorro aos frigoríficos, eu acho que é indispensável que tomemos conhecimento das informações que aqui foram pedidas, já que elas podem sinalizar se, efetivamente, os financiamentos recebidos foram aplicados de forma apropriada ou se houve algum desvio que contribuiu para que a crise se pronunciasse de forma mais forte.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, apenas um adendo. Eu creio que essa obrigatoriedade, talvez, eles não tenham, de informar a Comissão, por ser iniciativa privada, a respeito dos detalhes. Talvez uma ação no CADE, alguma coisa mais forte por parte da Comissão.

Mas eu acredito que essas informações, o que eles têm que entender é que nós queremos colaborar, não queremos acabar com a cadeia da pecuária de corte no Brasil; muito pelo contrário, quem muito mais vai sofrer com isso são os pecuaristas que nós representamos, que é a maioria do país dessa cadeia.

Então, eu acredito que, na realidade, o que está falando é objetividade por parte deles. O problema existe e a nossa questão é: como, quando e quanto pagarão aos pecuaristas? Qual é o plano? Plano A, plano B. Queremos pagar assim e precisamos dessa e dessa ajuda. Então, eu acho que deveria demonstrar--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que a questão aí é saber se interessa para eles o engajamento desta Comissão--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Também tem isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --no socorro que eles buscam. Essa que é a questão fundamental.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Exato.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que tem que saber disso. Agora, para que esta Comissão se engaje em alternativas que possam socorrê-los, é preciso que haja transparência.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): É, que nos dê o plano de trabalho para que a gente, diante da viabilidade e da legalidade, nós possamos ajudar essa cadeia, como tantas outras que estão sendo ajudadas no país, nesse momento de crise. Então, nós queremos é dar as mãos aos frigoríficos do Brasil, para que eles possam se sustentarem e, principalmente, pagar os pecuaristas fornecedores do boi gordo. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É isso mesmo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião, convocando outra para a próxima terça-feira, no mesmo horário.

Sessão encerrada às 11h58

ATA DA 5ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 31 DE MARÇO DE 2009.

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia trinta e um de março de dois mil e nove, na Sala 9, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores: **DELCÍDIO AMARAL, JOÃO PEDRO, LEOMAR QUINTANILHA, GERSON CAMATA, GILBERTO GOELLNER, KÁTIA ABREU, ROMEU TUMA, OSMAR DIAS, VALDIR RAUPP E HERÁCLITO FORTES.** Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Magno Malta, Neuto de Conto, Raimundo Colombo, Lúcia Vânia, Mário Couto e Marisa Serrano. Deixam de comparecer por motivo justificado os Senadores Jayme Campos e Augusto Botelho. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: Audiência Pública,

em cumprimento ao **Requerimento nº 8 de 2009 – CRA**, de autoria do Senador Romeu Tuma, aprovado em 24/03/09, com a finalidade de analisar e discutir a antecipação de crédito para o Plano Safra, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Antonio Gustavo Matos do Vale – Diretor de Liquidações e Desestatização do Banco Central do Brasil; Sr. Guilherme Leite da Silva Dias – Professor da USP – Representante da CNA; Sr. Juraci Moreira Souto – Secretário de Finanças e Administração da CONTAG; Sr. Reinaldo Kazufumi Yokoyama – Gerente-Executivo da Diretoria de Agronegócios do Banco do Brasil. Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Gerson Camata, Romeu Tuma, Osmar Dias, Kátia Abreu e Gilberto Goellner. **RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA. EXTRA-PAUTA: REQUERIMENTO Nº 11, DE 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos do inciso II, do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública, com a finalidade de analisar e discutir a antecipação de crédito para o Plano SAFRA, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Henrique Meirelles Presidente do Banco Central do Brasil; Sr. Adésio de Almeida Lima – Vice-Presidente de Crédito do Banco do Brasil; Representante da CNA; Representante da CONTAG; Sr. Gilson Bittencourt – Representante do Ministério da Fazenda. **Autora:** Senadora **Kátia Abreu**. No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Kátia Abreu, Osmar Dias e Gilberto Goellner. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Valter Pereira,** Presidente da CRA.

5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 31 DE MARÇO DE 2009, ÀS 09 HORAS E 43 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com anuência do plenário, é dada como aprovada. Não havendo nenhuma divergência, portanto, está aprovada a Ata da reunião anterior.

A presente reunião destina-se à audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº. 08/2009, de autoria do Senador Romeu Tuma, aprovada em 24/03/2009, com a finalidade de analisar e discutir a antecipação de crédito para o Plano Safra, com a presença dos seguintes convidados: Antonio Gustavo de Matos do Vale, Diretor de Liquidações e Desestatização do Banco Central, que, estando presente, já convido para participar desta Mesa; Sr. Antônio Kazufumi Yokoyama, Diretor-Executivo da Diretoria de Agronegócios do Banco do Brasil; Sr. Guilherme Leite da Silva Dias, Professor da Universidade de São Paulo, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; Sr. Juraci Moreira Souto, Secretário de Finanças e Administração da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG.

Antes de dar início aos nossos trabalhos, eu gostaria de tecer um breve comentário que, possivelmente, vai merecer também a análise dos Srs. Senadores presentes e, quem sabe, também dos expositores. É uma notícia divulgada ontem, que representa uma preocupação muito grande para o setor agropecuário brasileiro. O título: "Orçamento do Ministério da Agricultura tem redução de 47%". Essa notícia foi divulgada no Canal Rural, no final da tarde de ontem. Cortes em todas as pastas reservam para a agricultura uma redução de 2,2 bilhões de reais, o que, efetivamente, não pode passar despercebido desta Comissão. Eis a notícia: "*O Ministério da Agricultura teve redução de 47%, estavam previstos, aliás, na lei, mais 2,2 bilhões, mas só estarão disponíveis pouco mais de 1,1 bilhão. O Ministério do Desenvolvimento Agrário teve um corte menor, de 31,5%, saindo de 3,5 bilhões para 2,4 bilhões, efetivamente, liberados*". Portanto, os senhores podem perceber, com essas informações, que a agricultura, a despeito do potencial que tem para contribuir com as contas públicas, especialmente com as contas externas, sofre um duro revéis, e é claro que essa postura, embora se justifique em razão da crise, talvez reflita um equívoco na escolha de prioridades, na definição de prioridades, já que todas as informações, procedentes do exterior, dão conta de que está prevista uma redução considerável no estoque de alimentos do planeta, circunstância que poderia contribuir decisivamente para a alavancagem da agricultura e para que ela cumpra um papel ainda mais relevante na economia. Com essa notícia, já começamos a sentir um amargor de frustração, que pode trazer grandes e perigosas repercussões na economia brasileira. Mas,

de qualquer forma, nós colocamos esta notícia à disposição dos Srs. Senadores, na expectativa de que a reflexão sobre esse assunto comece já nesta Comissão e neste momento.

E, neste momento, então, Srs. Senadores, nós vamos passar a palavra, inicialmente, ao Sr. Antonio Gustavo Matos do Vale, Diretor de Liquidações e Desestatização do Banco Central do Brasil.

SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE: Bom dia a todos, Sr. Senador Valter Pereira, Srs. Senadores, senhoras e senhores. Do ponto de vista da antecipação do Plano Safra, que é o objetivo desta reunião, nós poderíamos dizer o que é que o Banco Central tem feito nos últimos tempos, em relação ao crédito rural como um todo.

Como vocês sabem, o Banco Central, hoje, ele é responsável não mais pela adoção da política agrícola do Governo, já que isso é uma obrigação do Ministério da Agricultura, em conjunto com a Fazenda e o Planejamento, e o Banco Central ficou com a coordenação da Comissão da Moeda e do Crédito, que é a comissão que analisa todos os pedidos e todas as iniciativas do Governo, em relação ao crédito rural, antes que chegue ao Conselho Monetário Nacional. E, dentro desse ponto de vista, nós temos encaminhado todas as iniciativas do Governo Federal, dentro desse sentido.

A obrigação do Banco Central, especificamente dele, é a exigibilidade do crédito rural e a parte do Proagro, que, pela primeira vez, na história deste país, está completamente equilibrado e sem nenhuma operação em dívida com os produtores.

Do ponto de vista da exigibilidade, na safra 2008/2009, nós elevamos essa exigibilidade do depósito à vista de 25 para 30%, e do depósito de poupança, de 65 para 70%, naquela oportunidade exclusivamente para a safra 2008/2009. Isso permitiu uma quantidade de recursos adicionais da ordem de 10,6 bilhões, na safra 2008/2009, e no de 60 bilhões, que era o previsto, para 71 bilhões.

Em vista das condições econômico-financeira da crise que aí se instalou, houve, por bem, o Banco Central de propor ao Conselho Monetário que... Antes, eu queria dizer que, concomitantemente a esse aumento da exigibilidade, houve a diminuição proporcional dos depósitos compulsórios, tanto do depósito à vista quanto do depósito da poupança, permitindo aos bancos que tirassem aqueles recursos depositados no Banco Central e destinassem exclusivamente para a atividade rural. Em vista da crise, esse acréscimo e essa diminuição do compulsório acabaria no próximo dia 30/06/2009. Em vista das condições da economia como um todo, o Banco Central sugeriu, e foi aprovado pelo Conselho Monetário, a extensão desse acréscimo na exigibilidade para a safra 2009/2010 e a redução gradativa desse percentual durante cinco anos, sendo 1% ao ano. Isso quer dizer que as exigibilidades, antes em vigor, só voltam a vigorar novamente em 2014, isso de forma que esses recursos adicionais sejam todos canalizados para a agricultura; nós esperamos.

Na safra 2008/2009, nós tivemos, como eu disse, cerca de 71 bilhões, e, para a safra 2009/2010, nós estamos esperando 76 bilhões de reais, destinados ao crédito rural.

Esperamos, nos próximos dias, receber, por parte do Governo Federal, já os critérios para o Plano Safra 2009/2010. Vocês podem ter certeza que, no âmbito do Banco Central e da Comissão da Moeda e do Crédito, nós seremos os mais céleres possíveis, de modo que isso possa ser anunciado o mais rápido possível.

É isso, Senador Valter Pereira. Estamos aqui, à inteira disposição, para tirar alguma dúvida, para conversar; e eu me coloco também à inteira disposição, não só agora, como no futuro, para levar, ao âmbito do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional, qualquer reivindicação desta Comissão e do Senado como um todo.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Senador Valter Pereira. O senhor vai colocar todos--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): O senhor vai colocar a apresentação de cada um para, depois, no final, fazermos as perguntas ou vai ser pontual? Porque eu vejo que o cerne da questão, que motivou a convocação desta audiência pública pelo Senador Romeu Tuma, e, depois, foi amparado pelos demais membros desta Comissão, se deu pelo fato de que os anúncios que foram colocados do Plano Safra, eles são superiores, sim, aos anos anteriores. Porém, a questão se deve à dificuldade que as normas do Banco Central... Por isso que eu estou colocando diretamente e já gostaria de ouvir do Dr. Antonio Gustavo uma apresentação mais detalhada, porque a norma do Banco Central, que é passada aos bancos, ela deixa facultada ao banco a classificação de risco da operação, e, com isso, se houvesse uma norma clara, onde se configurasse o risco inicial da operação e não o fato dele estar renegociado... Todo ano nós estamos renegociando dívida dos produtores do país, por um motivo ou por outro. E esse risco é absorvido diretamente, ele é comparado – o risco do produtor – a um risco de um cheque especial, de um CDC, e o que nós vemos é o seguinte: que deveria, para dar acessibilidade dos produtores ao crédito, essa é a questão... Que nós estamos com receio, Dr. Antonio Gustavo, que o

produtor não vai ter acesso ao crédito, porque essas operações foram refinanciadas, e ele vai ter o seu limite. Se não mudarem a norma específica de deixar claro que o banco não opte, e, sim, exclusivamente, se coloque a operação inicial de risco, e não a opção do banco... E o banco sempre vai pela pior opção, que é a classificação de risco. Com isso, os produtores que estão na categoria A, B e C, já desce o risco ampliado, e, com isso, os produtores não vão ser ter acesso ao custeio, a esses recursos anunciados.

Então, nós estamos prevendo que a situação, como ela se agravou nos últimos anos, com prorrogações, a inacessibilidade dos produtores ao crédito é a grande questão que se coloca junto ao Banco do Brasil, principalmente para dar a continuidade... Que o produtor que renegociou não vai ter crédito. Então, automaticamente, não tem como renegociar essa dívida. O banco vai ficar numa situação muito difícil.

Então, eu vejo que o senhor deveria se ater mais a essas normas, que, hoje, não estão claras, como são repassadas ao banco, essa informação que a gente tem, porque nós estamos acompanhando isso há muito tempo. Nós participamos aqui de renegociações, há dois anos, de tudo isso aí. Temos uma consideração, também, a fazer, em respeito ao FRA – Fundo de Recebidos do Agronegócio, que é uma operação que não se concretizou. Então, eu gostaria que o senhor se ativesse um pouco mais a esses dois objetos, que é o FRA e a inacessibilidade do produtor ao crédito pelo alto risco que o Banco Central, ao colocar a norma, coloca os bancos dentro dessa explicação que eu já coloquei agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de sugerir que ouvíssemos a todos os expositores, porque pode ter informações de diferentes expositores, que exija, assim, uma intervenção em um ou dois sobre o mesmo assunto. Então, para evitar a repetição, nós poderíamos fazer uma rodada geral, e, depois dessa rodada, nós faríamos as intervenções.

Mas, para que V. Exa. não perca a oportunidade da intervenção que fez, eu solicito ao Sr. Antonio que dê essa primeira resposta, e, a partir daí, nós vamos fazer uma rodada diferente. V. Exa. concorda, Senador Osmar?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Não, eu concordo que a gente tem que ouvir todos, para, depois, fazer as indagações, porque, senão, a gente vai ficar sem chegar à conclusão nenhuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Perfeito. Senador João Pedro também.

Então, ele vai dar só essa resposta, e, depois, nós vamos ouvir todos os expositores para iniciar os debates.

Então, com a palavra o Sr. Antonio Gustavo.

SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE: A colocação do senhor é que os bancos estão tratando todos os devedores dentro dos critérios da Resolução 2.682, que o senhor mesmo se referiu, e é verdade. Ela é uma resolução que classifica cada um dos devedores de acordo com o seu débito, independente da origem do crédito. Mas, em função exatamente disso que o senhor se referiu, em julho do ano passado, o Conselho Monetário decidiu, através de uma resolução, se não me engano, 3.449, que – eu confirmo o número para o senhor depois, eu não tenho muita certeza desse número, mas eu confirmo antes do término da reunião desta audiência – excetua da 2.682 exatamente as dívidas renegociadas, no âmbito do crédito rural, autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional, ou seja, ela diz aos bancos que, no caso específico da rolagem das dívidas rurais autorizadas, não há necessidade de observância da 2.682. Então, nós vamos ter que ver, se o senhor me permite, o que é que, efetivamente, está acontecendo na prática, se os bancos, como um todo, não estão obedecendo esse critério. Eu confesso ao senhor que eu não sei se a gente pode obrigar os bancos a fazer dessa forma, mas permitir, com certeza, foi permitido. Então, em função disso que o senhor está dizendo – possivelmente está havendo muitas reclamações de agricultores que estão sendo classificados de uma forma indevida -, eu vou pedir à área de fiscalização do Banco Central que abra um processo investigativo exatamente sobre esse prisma, e eu creio até que o pessoal do Banco do Brasil pode até nos clarear a respeito, porque, no nosso entendimento, esse problema da renegociação das dívidas do crédito rural está excetuado da 2.628.

Em relação ao FRA, o senhor está dizendo que o FRA, vamos dizer, não funcionou. Quer dizer, o FRA foi um produto desenvolvido e lançado pelo Ministério da Fazenda em conjunto com o Banco do Brasil. Eu confesso ao senhor que eu não sabia que ele não tinha funcionado. Eu acho que o Banco do Brasil também pode nos dizer, porque, a rigor...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Tem 2bi disponíveis.

SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE: Pois é, tem 2bi disponíveis. Eu confesso que eu não sei por que é que ele não está funcionando.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, nós vamos passar aqui ao segundo expositor, que é o Sr. Reinaldo Kazufumi,

Gerente-Executivo da Diretoria de Agronegócios do Banco do Brasil.

SR. REINALDO KAZUFUMI YOKOYAMA: Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, gostaria de estar agradecendo a oportunidade aqui de estar presente. O José Carlos, que é o nosso diretor, não pôde estar aqui, por compromissos anteriormente assumidos.

E a demanda que nós tínhamos recebido aqui era mais para a gente discutir a questão da antecipação da safra 2009/2010. Permita-me aqui, antes de fazer, especificamente abordar sobre esse assunto, falar um pouquinho sobre a questão da safra 2008/2009, que é o que nós estamos, agora, em andamento, e que se encerra agora, dia 30 de junho. Do Plano Safra, é previsto, originalmente, de 30 bilhões de reais no Banco Mundial, sendo 7 bilhões e 800 na agricultura familiar e 23 bilhões na agricultura empresarial, nós já aplicamos, até o momento, 20 bilhões de reais, dos quais foram 4,7 bilhões para a agricultura familiar e 15.8 bilhões para a agricultura empresarial. Notadamente, na agricultura empresarial, gostaria de destacar que esse volume de recursos representa um crescimento superior em 32% ao mesmo período da safra passada. Isso tem uma razão. Na verdade, na safra 2008/2009, nós observamos que o agricultor, ele teve a dificuldade de acesso às outras fontes de recurso. O crédito, de uma forma geral, o empreendimento, um Plano Safra, dá para a gente dizer que, aproximadamente, apenas 1/3 é feito pelo crédito rural, é custeado pelo crédito rural. Desse 1/3, o Banco do Brasil representa 60%. Como outras fontes, como é o caso das tradings ou o próprio capital de giro dos próprios produtores, eles tiveram dificuldades de acesso, não conseguiram manter os mesmos volumes, acabou se recorrendo ao crédito oficial. Então, esse aumento, ele é fato, ele existiu, né? 32% é um número bastante representativo, mas, no final das contas, acaba tendo a percepção de que é pouco, o dinheiro é insuficiente.

Em relação à safra 2009/2010. Na verdade, a safra está sendo discutida, está sendo elaborada, mas, como vem sendo praxe no Banco do Brasil, nesses últimos anos, nós iniciamos, há 15 dias, uma ação, junto com o Governo Federal, no sentido de estarmos antecipando recursos para a compra antecipada de insumos. Na safra passada, nós tínhamos aplicado 1 bilhão e 200 milhões, nessa modalidade de crédito, e, para esta safra, então, nós já estamos aportando 1,5 bilhão, um aumento de 25%, sendo que, caso necessário, nós termos como atender demandas adicionais.

Acho que eu gostaria de encerrar a fala aqui, e aí a gente abrir para as questões. Ok?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. A seguir, o Sr. Guilherme Leite da Silva Dias, Professor da USP e representante da CNA, cuja presidente também, Senadora Kátia Abreu, está aqui presente e vai participar com dupla representação também, não é, Senadora Kátia?

Então, com a palavra o Sr. Guilherme Leite da Silva.

SR. GUILHERME LEITE DA SILVA DIAS: [pronunciamento fora do microfone].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Dias, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Aqui está da Silva-–

SR. GUILHERME LEITE DA SILVA DIAS: Da Silva Dias.

Muito obrigado, Senador Valter Pereira, pelo convite e pela oportunidade de tentar... Eu acho que, este ano, a gente enfrenta um tipo de dificuldade com o plano de safra, que já aconteceu em outras oportunidades, que é esse processo de inadimplência crescendo, né, o crédito parando, parando de circular nas contas. Então, existe uma diferença entre a colocação de números, de quanto é o saldo devedor que existe, e aquilo que está saindo como crédito novo do sistema. Quer dizer, parte do crédito fica empossado, fica paralisado nas estatísticas, aquilo cumpre exigibilidade, porque aquela é a fonte dos recursos mesmo, e o que você tem para emprestar de novo começa a minguar. Então, isso depende do volume que está ocorrendo, a inadimplência, e do volume que você está colocando de dinheiro novo sobre o processo.

Eu acho que eu preciso ser um pouco rápido. Então, eu vou evitar um pouco de colocação aqui, que eu estaria fazendo, no sentido de que essa safra é muito mais difícil de a gente trabalhar com plano de safra e com a colocação, porque os preços internacionais ainda estão revelando esse tipo de queda, que está previsto no produto dos principais países compradores, portanto, os emergentes. Então, prevê-se, ali onde está aquela coluna, ali, que está colocando de ano para ano, você prevê um ritmo de queda nos indicadores de antecipados, de atividade, você lê aquelas porcentagens: Brasil 10,1; China, menos 14,8; Índia, menos 9,6; Rússia, menos 19,4, como porcentagem prevista de queda de nível de atividade. Então, são números brutais. Vocês notem que, comparado com países desenvolvidos, é um pouco menor, mas também tem casos muito graves, ali, como o da Alemanha. Como isso está acontecendo... Quer dizer, é o ritmo que nós estamos vivendo nesse primeiro semestre de 2009, surge uma dúvida tremenda de onde é que vai ficar o nível de demanda dos produtos. Então, é essa a dúvida--

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Guilherme, só para entender. Isso é preço ou quantidade?

SR. GUILHERME LEITE DA SILVA DIAS: Não. Isso aí é a previsão da OECD, dos indicadores antecipados que eles têm de o que é que está acontecendo com o nível de atividade desses países. Então, o nível de atividade econômica desses países--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Menos 10.

SR. GUILHERME LEITE DA SILVA DIAS: Menos 10. É um nível de atividade--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não é a quantidade de...

SR. GUILHERME LEITE DA SILVA DIAS: Não. É por conta de renda. É a renda desses países que está desabando. Como eles são a demanda dos nossos produtos de exportação, você está vivendo uma angústia infernal porque esses números estão caindo em níveis que ninguém estava achando que estaria acontecendo há seis, nove meses, e você fica sem saber onde vão parar os preços. Então, isso aumenta a ansiedade, que eu acho que está acontecendo com produtores e com empresas, principalmente. As empresas que levam crédito para o setor agrícola, elas estão tendo que conviver com essa situação inusitada e uma situação de alto risco para eles.

Isso aqui é só para mostrar o grupo de países, isso aqui fica aqui, depois a gente pode notar. É grande em tudo quanto é país que nos interessa, e, mesmo para o Brasil, começou a ficar também elevada a queda prevista de nível de atividade, só que menos do que os outros. Agora, o problema da Rússia, por exemplo, é muito grave, porque era o principal comprador de nossos produtos animais. Então, essa pancada nós já tomamos em janeiro, fevereiro e março, nós já tomamos, com a redução de preços e com a redução da demanda de fora.

Esse aqui é para mostrar. Os preços caíram em relação aos principais indicadores de preços de mercado à vista no mundo, de transações à vista no mundo, os preços dos produtos agrícolas caíram, tanto para o primeiro quadrinho ali de cima, que são alimentos; o segundo são produtos de pecuária, está certo? Esse aqui é só para a gente perceber produtos industriais, como têxteis, que não entraram nessa onda de especulação que aconteceu em 2008, que puxou os preços(F) extremamente elevados, e aqui você tem gorduras e óleos vegetais, onde se nota que também sofreu essa especulação inusitada, mas olhem como os preços já estão para certos produtos, perto do padrão do que predominou nos últimos dez, 15 anos. Portanto, quer dizer... Então, isso dá um certo conforto para a gente de que pode ter alguma queda de preços, mas não maior ainda para esses ajustes, exceto que, se o ciclo de queda de renda daqueles outros países for muito elevado, ainda tem muita coisa para acontecer.

O problema é que complica para a agricultura. Então, fica assim: se num ano como esse, se nós nos juntarmos a países do hemisfério norte, que estão tomando as suas decisões agora, exatamente no mês de abril e maio, que são os meses importantes de plantio no hemisfério norte, se esse pessoal planta um pouquinho mais, nós, que vamos entrar no segundo semestre plantando, vamos enfrentar uma situação que pode ser de preço de commodities caindo mais ainda no cenário.

Então, está um nível de ansiedade muito grande a respeito dos primeiros dados que vêm desse plantio, e é exatamente hoje que sai, nos Estados Unidos, a primeira previsão... Que saem os dados que dá a previsão para os Estados Unidos. Então, há muita incerteza nesses números.

Do lado do câmbio, eu acho que a gente tem uma situação confortável. Nós sabemos que, quando os preços de commodities caem, o câmbio, no Brasil, tende a se ajustar a um nível maior. Se a gente olha essas projeções, nós estamos puxando de níveis como 2,25, tendendo a níveis superiores. Conforme o tipo do modelo que você usa e hipótese de risco Brasil, você pode subir... A tendência do câmbio é subir razoavelmente. Vocês notem que o Banco Central entra, faz operações no mercado de câmbio, o câmbio vem a 2,25, 2,22. O Banco Central sai como ele saiu na sexta-feira; quando se chega na segunda, na terça, está em 2,33, 2,34, 2,37, pula para 2,39. Quer dizer, ele está revelando sempre uma tendência de puxar e ficar a coisa. Isso é um conforto para a agricultura sempre. Câmbio, nesse padrão aí, se subir, além desse nível, dá sempre uma posição relativa para o setor agrícola melhor.

Aqui é que complicam as coisas. Vejam que a inadimplência... Olha aqui, olha, em 2004, a inadimplência começa a subir de novo. Isso aqui são aqueles níveis terríveis do começo dos anos 90, quando vocês formaram, aqui no Congresso, a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Crédito Rural. É exatamente nesse período que nós estamos vivendo aqui, olha, 92, 93, a esses níveis. Aí começam as intervenções do Governo para sanear o processo, com Pesa e securitização, tem aqueles transtornos ali de ajustar o plano de securitização e de Pesa, fica adiando o início do pagamento dos planos, aí começa o processo de pagamento de acerto daqueles planos e a gente cai. Entra num processo gradual de queda, anos muito bons para a agricultura. Quando começou aquelas secas do sul,

em 2004, e, depois, as condições péssimas de preço aqui, em 2006, começou a subir.

O problema é o seguinte: nós estamos entrando num nível de inadimplência superior aos 10%, isso é a posição no final do ano passado, está certo? Os números, agora, estão mostrando que a gente vai encostar aqui nos 15%, ao longo do primeiro semestre. Então, nós estamos com uma tendência clara desse processo, antes da safra de verão estar aqui nos níveis de 15%. Isso é uma taxa elevada de inadimplência, e isso começa a dar aquele problema. Quer dizer, impostos os recursos, não tem como emprestar novo, porque aquilo está ocupando a exigibilidade e é a trava que nós estamos sentindo. Só aumentar a exigibilidade não resolve o problema do lado do produtor.

As contas específicas do Banco do Brasil, vocês veem que já estão com inadimplências superiores, olhem aqui, já está em 14,5, pressionando o sistema, e olha, principalmente, como é que é a evolução dos anos. Olha que o negócio vai crescendo, vai crescendo, vai crescendo e vai crescendo. Então, você realmente entra num processo... Há um certo momento, que a gente não sabe exatamente qual é aqui, mas, em 95, quando isso bateu, passou de 20%, travou o sistema de crédito. Quer dizer, paralisou totalmente no final do primeiro semestre, quando a inadimplência ultrapassou os 20%. Então, nós já estamos beirando esse tipo de processo.

Chamar atenção que os juros já não são baixos, conforme a região, tem as diferenças entre o Sul do país, com juros relativamente mais altos, onde o nível de adimplência e o nível de endividamento é maior, como é no Brasil central, as taxas juros médias, já praticadas no crédito rural em todas as fontes, não só da exigibilidade, já estão crescendo, e já estão num nível maior. Isso aqui dá uma ideia de diferenças de reação de banco, que contas ele usa, de onde ele obtém fonte de recurso, para atender produtores onde está faltando recurso. Quer dizer, o custo começa. Então, vira um jogo de crise. Se você está subindo a taxa de juros e a inadimplência está subindo, você só está indo numa direção, na de travar o sistema.

Essas são as estimativas que a CNA colocou os números iniciais sobre o tipo das necessidades de safra. Aqui eu acho que houve um problema com a cor aqui, mas, basicamente, aqui são os grãos da safra de verão, o nível de demandas, quando você somar com demanda dos outros produtos – café, cana e etc. – e quando somar com os outros, dá aquele número... O custeio custa 155 bilhões, mas com 78 aqui... 79 aqui nos grãos, que é a safra mais complicada em termos de demanda de recurso. Mas isto aqui, por exemplo, é a estrutura da soja, do financiamento de soja no Brasil. É aqui que você vê qual é a situação complicada que nós estamos. Se girar(F) a soja custa 26 bilhões, se você usar as proporções que estão sendo estimadas para a safra, metade está vindo de recursos próprios do produtor. Toda esta discussão que nós estamos fazendo sobre exigibilidades e recurso em bancos é para sete, os traders(F), que estão recuando, já o ano passado, no financiamento, talvez não ultrapassem 4 bilhões; os defensivos e os outros ofertantes de insumo, 2,5-–

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Onde é que entra o cooperativismo de crédito aí?

SR. GUILHERME LEITE DA SILVA DIAS: O cooperativismo está aqui, junto com banco. Lembrando que cooperativismo de crédito só é importante no seu estado, Senador, é ali que ele é forte e pesado. Nos outros, ele é bem mais leve, está certo, na contribuição de recursos bancários para o sistema.

Então, nós estamos dependendo, no fundo, essencialmente, da reação deste grupo aqui, que nem tudo, que é classificado nessas estimativas como recursos próprios, nós temos que entender que está líquido no bolso do produtor. Isso é a capacidade que ele tem, na hora da safra, de mobilizar o recurso. Pode estar entrando aí empréstimos de curto prazo que ele está tomando, atraso de contas que ele faz de um lado para adiantar despesas de outro, na esperança de que o dinheiro apareça no caixa dele. Quer dizer, isso aqui também é um número que, dado o grau de tensão, que tiver, financeiro no país, não aparece na hora certa.

Isso é o trabalho das estimativas, como é que está andando, em que lavouras que vocês acham que essa soma de elementos, preço, disponibilidade de recurso pode conduzir, aqui é a previsão para o Brasil. Eu não estou conseguindo ler aqui, eu mesmo.

Esses aqui são os estoques mundiais, o que é que estão acontecendo com os estoques mundiais. Essa coluna é consumo mundial, o ritmo do consumo mundial, e, aqui, a produção mundial, dentro da estimativa, e aqui é o Brasil. Então, na soma... A estimativa da gente é que existe uma tendência de crescimento dessas três lavouras: soja, milho e arroz, demandantes pesados de crédito de verão no sistema, na safra de verão, pouco estímulo para aumento de feijão, relativamente pouco estímulo para aumento de trigo e pouco estímulo para aumento de algodão, aliás, até o contrário, que já devia estar aqui, junto com os outros, no resto do muito, apontando para a queda, nesse componente do sistema.

O problema é que a safra de verão, que está aí, começando a ser... Aqui nós estamos estudando para o plano de safra, é pesada nesses três produtos. Po-

tencialmente, eles têm... Olha o preço, olha a rentabilidade, condição.

Isto aqui é um dado que eu gosto de usar para fazer esse tipo de análise, que é: você trabalha com a relação de troca aqui, preço recebido vezes preço pago pelos insumos. Notem que a situação tinha dado aquela melhora de 2007 para 2008, a realização de 2008 foi muito menor do que as pessoas pensavam no começo do ano, porque os preços desabaram ao longo do ano de 2008. E se a gente considera preços de fevereiro, nós estamos aqui. Então, não há, de fato, no movimento de relações de troca, aqui, um dado muito favorável. O que é favorável para o ano de 2008 é que nós combinamos com essa produtividade excepcional. Então, você pega um índice de produtividade nosso, ao longo do tempo, foi excepcional o nível de produtividade em 2007, 2008. É isso que pôs a capacidade do capital próprio do agricultor comprar insumos nessa posição mais favorável aqui. Vocês notem que ela é menos favorável do que foi o começo dos anos 2000, onde a gente teve aquele "boom" de investimentos de saídas para a agricultura. A crise de 2005/2006 e esta posição aqui, a preços de fevereiro, deste ano, está sinalizando que o capital próprio do produtor vai comprar menos insumos. Então, você leva para um quadro de redução de safra. A não ser que você tivesse, do lado de financiamentos, uma tremenda de uma explosão no sentido contrário, você levaria para essa ideia. Aquele componente importante de capital próprio do produtor vai comprar menos insumos, e isso dá um peso maior. Se você quiser aumentar a safra, você precisa aumentar o crédito.

E esse é o ponto que eu quero discutir, agora, sobre o negócio de plano de safra. Eu acho que o cenário internacional, o quadro inteiro, situação de bancos de mercados de capitais, a tremenda incerteza que você tem, no comportamento internacional, do que pode acontecer com as taxas de câmbio entre os países – não somos nós em relação ao dólar, é o que está acontecendo com a taxa de câmbio dos outros países -, não é um cenário que tem sentido o Brasil aumentar a oferta, principalmente dos produtos de exportação. Nós temos que deixar claro... Eu, pelo menos, me sinto absolutamente confortável nisso. Esse não é um ano para a gente ficar com espírito que nós estamos nos anos 2000. Todo ano a gente deve produzir mais, todo ano a gente deve produzir mais; não tem nada, nesse cenário, que sugere que a gente deixe de se aventurar, nos produtos de exportação, principalmente, a produzir mais. Todo esse cenário sugere que a gente tem que ser extremamente cauteloso em oferecer relativamente menos, é claro que não para os produtos de mercado interno, para os produtos de alimentação do mercado interno; mas, para os produtos típicos de exportação, o risco é extremamente elevado de você começar a fazer uma onda, um movimento, um esforço imenso para você aumentar a produção num cenário desse tipo, num cenário internacional desse tipo. Você pode, com o aumento de produção, que já vem do hemisfério norte, no segundo semestre, com aumento de volume de safra do hemisfério sul, a projeção desse aumento, e um cenário internacional claramente de crise, mantendo as economias num nível de atividade muito baixo, e, principalmente, os países emergentes, que são os grandes compradores nossos – não são os países mais ricos do mundo, são os emergentes... Se os emergentes estão sofrendo uma crise desse tamanho, esse cenário pode derreter os preços ao longo do ano.

Como é que vai estar o nosso câmbio? Eu acho que não tem nenhum mago no Banco Central e em cenário financeiro que consiga dizer, com certeza, que rumo vai tomar dólar em relação a euro, que rumo vai tomar iene em relação a outras moedas, a pressão sobre a moeda japonesa e tudo mais. Quer dizer, numa incerteza desse tamanho, eu acho que nós não deveríamos continuar na marcha que nós andamos nos anos 2000, que produzir mais é sempre bom, produzir mais é sempre bom. Acho que é tipicamente um ano onde produzir mais produtos de exportação não é bom. Então, na hora de fazer essas contas todas, a gente já tem que começar a conversar aqui, sinalizar, a ideia de que nós não estamos nessa de oferecer uma quantidade muito maior para o mundo, porque não tem segurança e não tem retorno. Com um quadro de financiamento e de endividamento como esse, nós podemos chegar em 2010 numa situação caótica, como nós estávamos em 95, 96, que paralisa a agricultura por dois, três anos seguidos, numa crise grande. Eu acho que existem riscos realmente potenciais desse tipo. E a gente tem que trabalhar com muita cautela nos produtos de exportação. Produtos do mercado interno, tudo bem, pela lógica de que a coisa mais importante que você tem, do ponto de vista do mercado interno, é segurar salário real. Então, você precisa deixar os preços dos alimentos indo abaixo do salário, no processo, aí você mantém a demanda no mercado interno. Mas apostar no mercado externo não faz sentido nesse ano.

Esse é o meu comentário. Obrigado pela atenção.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, só fazer uma anotação. Eu percebi aqui que a preocupação toda da Confederação Nacional é muito com soja, com milho e com trigo. Entretanto, são produtos agrícolas dos grandes produtores, esquecendo do café, que é um produto sempre de pequenos produto-

res, e que o Brasil é o maior produtor de mundo. Esse nem aparece nas preocupações. Pedir para colocar o café nas preocupações, está lá no meio dos outros, mas o Brasil é o maior produtor, o Espírito Santo é o segundo maior produtor do Brasil, Minas é o primeiro, São Paulo é o terceiro e o Paraná é o quarto. Emprega, só no Espírito Santo, 350 mil pessoas, numa população de 3 milhões de pessoas; 10% da população trabalha com café. Pequenas propriedades merecem a preocupação e o amparo da Federação. É uma nota, nem uma queixa, mas uma nota que eu queria fazer. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Com a palavra o Sr. Guilherme.

SR. GUILHERME LEITE DA SILVA DIAS: Eu resumi o número de tabelas, tem a tabela do café, tem a tabela da cana, e todos nesses processos. O problema é que café é outro produto na mesma circunstância, é um produto que está numa situação de excesso de oferta no mercado internacional. Quer dizer, café entra no mesmo raciocínio que eu estou fazendo. Você não pode contar com a ideia de que tem expansão de demanda no mercado internacional.

Então, qualquer coisa que se vá fazer de apoio ao café, nesse ano, é menos no sentido, é mais no sentido. Resolver problema de dívidas, que você tem críticas em cima do setor, você tem um problema que a gente abandonou há muitos anos, mas precisa voltar, todo mundo sabe, erradicação de cafés, que têm nenhuma viabilidade econômica de voltar a entrar numa oferta. Você sinaliza para o mercado internacional de que nós estamos tomando uma providência para recuar a oferta, que pode ajudar a recuperar preços no cenário, mas ele é também um produto onde, sem dúvida nenhuma, o mercado internacional sabe que está com excesso de oferta. O problema do etanol e do açúcar era o mesmo, não fosse a frustração de safra na Índia, do açúcar, que reverteu a circunstância, mas, do lado do etanol, de novo, estamos numa circunstância de excesso de oferta. Quer dizer, nós precisamos tomar claramente a consciência de que nós estamos com os nossos principais produtos todos nessa arapuca de excesso de oferta no mercado internacional. E reagir de acordo, racionalizar produção, melhorar as coisas, pegar... Eu acho que é típico uso prioritário que a gente tem que ter de recursos públicos ou de polícia pública nessas horas é ajudar o processo de erradicação, aquilo não representar falência de produtor, mas, simplesmente, representar uma forma de reabilitação dele, e não de falência.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Melhorar a qualidade.

SR. GUILHERME LEITE DA SILVA DIAS: Aí ele pode melhorar a qualidade do restante, do que resta no processo. Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradecer o Sr. Guilherme pela exposição.

Nós anunciamos aqui o último expositor da manhã, que é o Sr. Juraci Moreira Souto, Secretário de Finanças e Administração da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o Juraci. Eu batalhei muito aqui para a gente tropicalizar as roupas no Senado. E ele veio aqui tropicalizado, moderno, como se vestem lá os nossos representantes nas Nações Unidas, que podem freqüentar as reuniões, assim com ele está vestido, com muita dignidade. De modo que ele tem um direito que eu invejo, que um Senador não tem. Cumprimento-o.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E meus cumprimentos pelos pendões estilísticos que V. Exa. acaba de confessar nesse momento.

Com a palavra o Sr. Juraci.

SR. JURACI MOREIRA SOUTO: Obrigado, Sr. Presidente--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É a estética da CONTAG.

SR. JURACI MOREIRA SOUTO: Nós agradecemos a oportunidade. Queremos dizer a todos aqui, ao cumprimentá-los aqui presente, que a CONTAG, em princípio, não tem nenhuma objeção em relação ao ponto que está sendo debatido, que é o objeto do Senador Romeu Tuma, que é a antecipação do crédito do Plano Safra 2009/2010.

O que nós trazemos aqui são algumas preocupações. O segmento da agricultura familiar que nós representamos avalia que o crédito é apenas um dos incrementos do plano de apoio à agricultura, do Plano Safra. Qual a nossa preocupação? A antecipação do crédito, ele vai estar vindo acompanhado de outros elementos, tipo... Como, por exemplo, o calendário agrícola das regiões, a pesquisa, a assistência técnica, as intervenções no mercado, em relação ao preço, para o processo da geração de renda para os agricultores.

Um outro elemento que nós estamos trazendo como informação é que as questões geradas pelo crédito, concedido na agricultura familiar, já está sendo também procurada, dá uma certa solução para elas, juntamente aos agentes financeiros. Nós temos um constante processo de negociação, principalmente com o Banco do Brasil, que é o maior financiador da agricultura familiar, para ir procurando sanar os proble-

mas causados principalmente pelo processo da inadimplência. Por isso é que a gente ao não fazer nenhuma objeção, mas também a gente não tem como meta da CONTAG a antecipação. E a nossa preocupação é exatamente essa: para nós, para os agricultores familiares, o crédito precisa vir, e, reafirmando esse nosso posicionamento, acompanhado de outros elementos que são importantes, principalmente assistência técnica, a questão do mercado, as taxas de juros e entre outros, para que possa... É um processo muito mais amplo do que apenas o crédito.

Então, é isso que nós trouxemos aqui. Esperamos que a antecipação não venha acompanhada de outros elementos, principalmente a questão da regionalização, para que não cause nenhum problema no Plano Safra 2009/2010.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Nós agradecemos a todos os expositores, que, aliás, hoje, fizeram um coro à crise e falaram com bastante economia também.

Pela ordem aqui de inscrição, o primeiro inscrito é o Senador Osmar Dias, seguido pelo Senador Gilberto. Mas nós vamos dar primazia, por força regimental, ao autor do Requerimento, que é o Senador Romeu Tuma, que está com a palavra, neste momento, e que ele desligue o seu celular. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Era apenas uma informação sobre o andamento do processo. Como eu tive uma conversa direta com o juiz De Santis, então, estão me dando o resultado de alguns dados que eu pedi a ele. Então, era de importância do Senado, não era namorada e nem nada, porque eu amo minha esposa. Então, ninguém faça mau juízo. Mas eu acho que o senhor tem razão. Aqui, na Comissão, a gente devia desligar o celular, porque a atenção voltada para os expositores e os questionadores é muito mais importante. Porque quem nos liga, se tem interesse, vai ligar outra vez; se for de nosso interesse, deixa na mão de Deus resolver se vale a pena ou não.

Mas eu agradeço ao Presidente e acho que aqui nós temos alguns membros da área da agricultura, senadores que têm realmente conhecimento profundo de tudo que está ocorrendo, e vejo que a nossa bancada é de primeira grandeza, conhece os assuntos. O professor, que é da USP, eu o conheço há muitos anos, e é dedicado a esse assunto, e é claro que muita coisa vira *en passant*(F) porque o tempo é curto, o tempo é curto. Uma exposição não é uma palestra. Então, ele reduz aquilo que põe no café.

A primeira vez que eu ingressei como delegado de polícia foi em Tejupá, uma cidade perto de Pirajuba, onde a principal renda do município era o café. Então, só tinha fazenda de café, porque o Brasil foi bastante forte como maior produtor, como disse o Camata. Só que teve um detalhe. Quando eu viajei para a Europa, a primeira vez a serviço, ao Japão, à Europa, a propaganda é que o melhor café do mundo é o colombiano, do Brasil não se via em lugar nenhum. Então, não havia propaganda externa do Brasil, na qualidade do café. Eu sei que hoje vem melhorando a qualidade do café, aqui disse o Prof. Guilherme: investir na qualidade. Porque, hoje, a produção excessiva traz a queda do preço no mercado do produto agrícola. E a qualidade tem conseguido, em vários segmentos produtivos, o Brasil exportar pela qualidade. Então, acho que a agricultura é um dos pontos.

O senhor é um homem também conhecedor do assunto. Quando se fala em segurança alimentar, eu vi a primeira vez aqui nesse senado, o Osmar Dias, que foi Secretário de Agricultura do Paraná. Perguntaria depois ao Prof. Guilherme e aos outros. Quando a CNBB fala em Campanha da Fraternidade e Segurança Pública, eu incluo a segurança alimentar. Por que a segurança alimentar? Porque eu não sei se é correto, ou não, se pensar num zoneamento produtivo. Senadora Kátia, a senhora acha que é possível um zoneamento de produção agrícola? O Brasil ter uma regionalização de determinados produtos, em áreas que possam trazer um resultado mais positivo? Eu tenho pensado muito nisso, até nessa Campanha da Fraternidade, que é a segurança alimentar.

Outra coisa que aqui me dá o Senador Gilberto, e que, como membro do MERCOSUL, achei interessante aqui alguns dados que V. Exa. coloca sobre o Brasil poder adquirir produtos agrícolas ou produtos de insumos no MERCOSUL. Eu vou me comprometer, pegar esses dados, se o senhor me autorizar, e levar na próxima reunião do Parlamento do MERCOSUL, na importância de os países discutirem essa troca real de produtos que cada um... A diferença do Brasil para a Argentina é violentíssima, está mais de 20% no custo.

Eu estava falando com o prefeito, Presidente do circuito das frutas, que a gente tem circuito das flores, circuito das frutas, que ninguém fala, Senadora Kátia. Não se fala muito no circuito das frutas e no circuito das flores, que a gente sempre pensa no agronegócio de grande envergadura, e eles têm um desespero, que é a agricultura familiar, que... Eu sei, que eu estive agora com o Presidente do Banco Central, quinta-feira passada, que o Governo ia dar 50 bilhões para os pequenos bancos poderem financiar os pequenos e médios produtores, e, realmente, está no jornal, acredito eu. Ontem, à noite, eu viajei com o Ministro, embarcou no voo, e me disse que já estavam soltando

a verba para atender pequeno e médio agricultor. E, também, alguém falou aqui, acho que o Prof. Guilherme, sobre o transporte intermodal, que, hoje, o custo operacional do óleo diesel, que foi uma das grandes reclamações das lideranças aqui da área agrícola, que entra na planilha de custo com volume enorme. Então, um benefício maior para o diesel. Mas eu naveguei no Rio Tietê, na área que já é uma via navegável de longa distância, onde, principalmente, os produtores de cana têm transportado a sua cana, vamos dizer, por 20% do valor que pagaria por caminhão. Então, investimento do Governo, na área de transporte, da logística, eu acho que tem que ter uma prioridade hoje, e do pequeno agricultor, porque os grandes agricultores, eu acho que, para sair do buraco, senadora, está difícil, se o Governo não intervir, como está intervindo no setor automotor.

Então, agricultura é um ponto essencial para a sobrevivência humana. Se, hoje, houver o descrédito total, não houver financiamento, o sujeito tem que entregar a terra e o trator dele para pagar o banco. Não tem salvação. E, amanhã, nós vamos sentir essa falta.

Então, eu, aqui nesta Comissão, Presidente, estou aprendendo, porque eu sou de uma outra área, mas, se precisar entrar segurança pública, para garantir o trabalho na área da agricultura, eu acho que nós vamos ter que fazer um projeto do Código Penal.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): No mínimo, V. Exa. está policiando.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Aliás, por falar em policiar, o Senador Camata diz da elegância do nosso representante... Eu vou pedir para o--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não, ele não disse da elegância, ele disse que foi o estilista do Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, mas eu vou trazer o treinador do Brasil, que tem apresentado uma coleção de roupas que é criação da filha dele, e são todas esportivas, diferente do treinador do Palmeiras. Eu não quero falar os nomes para não ficar misturando as coisas, porque o verde é a esperança da agricultura. Mas, como corintiano, a gente tem que apreciar o defeito dos outros. Mas eu agradeço V. Exa. E já acho... Eu fiz uma série de anotações, mas eu acho que nós estamos no caminho certo. Eu acho que essa presidência de V. Exa. já traz o que, seriamente, se busca na área da agricultura: trazer a público e ao Governo a discussão das grandes aflições que todo segmento, por inteiro – pequeno, médio, grande agricultor -, estão passando nesse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado à V. Exa. Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente Senador Valter Pereira, convidados. Eu, primeiro, quero fazer uma observação ao meu conterrâneo paranaense, o Reinaldo, do Banco do Brasil, que eu acho que o enfoque que é dado, nos últimos anos, para separar agricultura empresarial de agricultura familiar, no meu entendimento, ele coloca uma dose de ideologia que reforça o discurso daqueles que combatem o agronegócio, como se os agricultores familiares não fizessem parte dele. Os agricultores familiares são parte do agronegócio e parte extremamente importante, porque são os que produzem 70% dos alimentos no Brasil. Ao separar, cria-se uma competição inútil e que pode, inclusive, prejudicar os próprios agricultores familiares, na disputa por crédito e de outros instrumentos de política. Creio que seria conveniente o Governo rever esse conceito e começar a falar, a tratar agricultura familiar, também, como empresarial, mesmo porque eu vi uma apresentação do Prof. Guilherme Dias, outro dia, que vai transformar todos os agricultores, se ela for colocada em prática, em empresários rurais, que seria a transformação de cada unidade produtiva em CNPJ, ou seja, em pessoa jurídica, exatamente para avançar na organização, no processo de gestão das propriedades. Então, creio que seria interessante essa verificação desse conceito do que é empresa e do que é agricultura familiar, como se agricultura familiar não pudesse ser um microempresário, um pequeno empresário, até pelo nível de organização que nós temos na nossa agricultura. No Paraná, nós tratamos o agricultor familiar como um microempresário, queremos tratar assim.

A questão que colocou o Diretor do Banco Central, Antonio, eu fiquei com um pouco de dúvida a respeito... E gostaria de perguntar o seguinte: quando foi dito que nós teremos 76 bilhões para o custeio, a necessidade levantada pela CNA de 155 bilhões envolve, além de grãos, outros produtos. 76 bilhões é para atender todos esses produtos, ou seja, está dentro daquela demanda calculada e prevista de 155 bilhões, ou apenas para grãos? É preciso separar isso, para a gente entender bem. Segundo, o Prof. Guilherme Dias falou da inadimplência e colocou aqui no quadro 14,5%. Eu gostaria que o professor distinguisse, dentro desses 14,5%, que é a maior inadimplência que eu vi no quadro ali, a partir dos anos 90, se não me engano, 90 e 2000, é a maior inadimplência; 14,5%, se isso está concentrado nas mãos dos grandes, dos médios ou dos agricultores familiares. Creio que seria interessante distinguir bem, porque, senão, a gente fica falando em inadimplência, e a gente vai verificar que a agricultura familiar é muito pouco inadimplente, apresenta-se assim... Eu, quando fui Secretário da Agricultura, criamos um programa, no

Paraná, chamado Equivalência Produto, e a inadimplência não chegava a 1%. O agricultor familiar, ele paga as contas religiosamente. Então, muitas vezes, a gente fala em 14,5%, mas, quando vai ver de quem é essa inadimplência, vai ver que é de um número pequeno de produtores. E esse valor, esse número que está aí, ele é um percentual do dinheiro emprestado. Não é o número de produtores, não é 14,5% dos produtores que estão inadimplentes, é 14,5% do volume de recursos emprestados.

Então, a gente tem que saber realmente onde está concentrada essa inadimplência.

E a última pergunta que eu faço é em relação a tendências de mercado. O professor já deixou claro o seguinte: que nenhum mago do Banco Central pode saber como é que vai se comportar o dólar. Mas a gente queria saber se esse dólar for mantido no patamar que está hoje, nessa variação de 2,25, 2,30 que anda por aí, qual é a tendência para os principais produtos agrícolas, no ano em que nós estamos e no próximo ano, se é possível fazer essa previsão. Uma tendência, assim, se vai melhorar o preço, vai piorar o preço, é isso que todo produtor pergunta.

Nós fizemos, Senadora Kátia Abreu... A FAEP, que é ligada à CNA, fez oito reuniões, lá no Paraná, com agricultores, e, além do Código Ambiental, todos queriam saber exatamente como é que vão se comportar as commodities neste e no próximo ano. Talvez essa resposta pudesse ajudar muitos agricultores a fazer o planejamento. Mas não sei se é possível dar também, né, em função do que vem pela frente. É isso, Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra o Prof. Antônio.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É que eu recebi uma provocação do Senador Camata, dizendo que eu quero que o Guilherme Dias seja o Nostradamus, faça uma profecia.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Mas nós estamos aqui para isso, para provocar.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O Prof. Guilherme, então, para fazer a primeira intervenção, e, depois, o Dr. Antonio.

SR. GUILHERME LEITE DA SILVA DIAS: Queria fazer primeiro uma observação que o Senador Tuma fez, é o seguinte: os trabalhos de zoneamento agrícola melhoraram fantasticamente nos últimos dez anos. Se olhar desde o início das experiências nos anos 90 e onde nós estamos hoje, ao padrão... Quer dizer, já existe muito estudo sobre isso, ajustando as regiões, e, agora, ocupando a área de fronteira agrícola, com esses estudos, porque, antes, não tinha informação. Agora, a gente tem um volume melhor. Então, eles estão evoluindo bastante nesse sentido de seguranças e conhecimento sobre onde produzir, onde expandir a produção, inclusive, agora, introduzindo os critérios ambientais para você poder fazer esse zoneamento. Então, estamos avançando muito ainda.

Nas questões que foram colocadas diretamente pelo Senador Osmar Dias, não sei se provocação ou não provocação. Eu vou pela primeira, que não era provocação. Os dados de inadimplência nós temos um problema sério, não dá nem para comparar a informação que nós tínhamos sobre detalhes de crédito rural, em meados dos anos 90, com a que nós temos hoje. A gente trabalha num nível de ignorância, hoje, muito maior, por causa da relação entre crédito privado e crédito bancário. O crédito bancário ainda tem a informação, mas, num certo sentido, a informação também piorou.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. GUILHERME LEITE DA SILVA DIAS: Não, não, de empresas privadas... Não, de empresas para produtor, empresas traders, comerciantes, empresas processadoras no mercado interno, fornecedores de adubo, insumos, todo aquele grupo da coisa.

Então, como a gente não tem informação sobre esse pedaço, você fica com informação falsa sobre a inadimplência, porque você só está vendo um lado e não vê o outro do quadro. Então, essa é uma fragilidade do sistema, e isso aumenta o quê? Com falta de informação, se dá menos créditos. Você começa a recuar no sistema todo, não tem coragem de ir, porque você está com deficiência de informação sobre a inadimplência.

Agora, tem os grandes números, os grandes números, de fato, tem concentração regional, não há dúvida que a fronteira, a área mais nova, Mato Grosso, certas áreas do Tocantins, Goiás, as fronteiras, quando têm uma reversão de condição econômica, como nós tivemos depois de 2005 e 2006, elas são muito mais duramente atingidas, e aí, como você está fazendo muito investimento, a maior parte do crédito que fica inadimplente é de investimento... Crédito de investimento não é uma safra boa que resolve o problema. Crédito de custeio, se você está devendo, uma safra muito boa, você consegue sair do problema da safra anterior, mas, quando você está atolado em crédito de investimento, não é uma safra que resolve, são duas, três safras razoáveis para tirar você do sufoco.

Então, nós estamos com uma concentração no Brasil central, a concentração é nos grandes, também no Brasil central, na fronteira agrícola, 200 produtores

grandes, no crédito bancário, que você consegue ver com recorde do Banco Central, com sistema de informação do Banco Central. Então, você consegue localizar. Crédito é concentrado e a inadimplência é maior nos grandes produtores.

Aí você vai para a estrutura de pequenos produtores, a impressão que eu tenho, tanto olhando dados de PRONAF... Eu estava tentando achar aqui, mas não consegui localizar em tempo umas planilhas que eu tenho com esses dados do lado bancário. Tanto no caso do PRONAF, quanto eu acho que no caso de produtores médios e pequenos, está muito associado aos acidentes de clima. Você vai encontrar as inadimplências naquela região noroeste do Rio Grande do Sul, mais para oeste de Santa Catarina – claro, não contando a região da tragédia do ano passado – e no sudoeste do Paraná, que foram atingidos por seca, um pouquinho do Mato Grosso do Sul. Você olha os dados, mas, se associa em pequeno produtor, está associado com acidente de clima. Hoje em dia, menos do que era há três ou quatro anos, porque a cobertura do Proagro no sistema do PRONAF é muito razoável, é muito boa. Então, esse sistema está um pouquinho mais protegido, mas, em anos ruins, cria um problema que você carrega e não resolve. Mas é localizado. Problema sistêmico de endividamento, nós temos nas regiões novas e nas regiões de fortes expansões, muito parecido com os que nós tivemos na expansão do final dos anos 80 e 90. Quer dizer, é muito parecido.

Nós estamos eu acho que olhando a seqüência dos últimos 20, 25 anos, e toda vez que a agricultura cresce um pouco mais acelerada, passa cinco anos e uma bruta aceleração de inadimplência. Nós não temos uma estrutura de financiamento com a flexibilidade, com a forma de se ajustar à natureza da atividade agrícola. Então, quando ela expande, dá um risco de super endividamento, dá um processo desse tipo.

Então, acho que dá para caracterizar, mas volto a dizer: nós ficamos quase cegos, de fato, para fazer política com quadro de inadimplência, porque você não tem nenhuma informação do lado privado que se possa generalizar e possa usar; esse é um problema crítico do sistema. Está meio associado à história de por que FRA não funcionou, está bem associado a isso. Os fornecedores privados de crédito não quiseram revelar as posições individualizadas de dívida, e você tinha que trocar figurinhas entre o Banco do Brasil e os devedores privados, para que aquele programa funcionasse. Você tinha que criar um critério entre os dois. Quando começou a tentar, não deu certo, falhou a tentativa de acertar a coisa.

Quanto à previsão de preço – a propósito, eu deixei por último -, o que eu estava querendo chamar atenção, naquela primeira tabela, é o seguinte: se com o apoio dos Governos europeu e americano, o hemisfério norte dá uma resposta meio grande de oferta, nós estamos numa sinuca, porque, num mundo sem crédito, para apoiar processo de comercialização, com renda caindo nos países emergentes, com a insegurança sobre a demanda dos produtos, se o hemisfério norte, com apoio dos Governos forte, expande na nossa frente a oferta, nós vamos, no segundo semestre, estar numa situação de risco imensa em decidir como oferecer produto para o mercado internacional. Por isso que eu estava chamando atenção que esse é um plano de safra, que eu não me lembro de circunstância parecida, ia ter que ficar lembrando de coisa detalhada há mais de dez anos, mas acho que, nos últimos anos, nós nunca estivemos nessa situação, onde a gente tem que se perguntar mesmo. Vamos fazer um plano de safra que é para corrigir qualidade, ajuste de política, como foi colocada aqui pelo Juraci, pensar mais em termos de qualidade, ajuste fino na política, mas não pensar do jeito que nós estamos pensando automaticamente, desde os anos 2000, 2001, 2002, que deu essa euforia na agricultura, de sempre produzir mais, sempre produzir mais.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Guilherme, só interrompendo um pouquinho para dizer: os Estados Unidos já anunciaram um aumento da área de soja e uma redução da área de milho. Com isso, já houve uma queda, ontem, na bolsa, da soja, e não houve reação do milho, mesmo havendo um anúncio da redução diária. Então, eles já sinalizaram o que vão fazer. Quer dizer, dentro desse sinal, o senhor acha que nós teremos problemas de preço no segundo semestre?

SR. GUILHERME LEITE DA SILVA DIAS: Seguramente, nós vamos ter problemas de preço, sem frustração de safra do lado de lá. Nós vamos ter problemas de preço. Quando caracterizar essa oferta entrando a partir de setembro, outubro, no mundo, uma oferta grande, de um país onde o sistema de financiamento é muito mais sólido do que todos aqueles países, tem uma flexibilidade por trás da estrutura de diferença muito maior que a nossa, entra uma safra nova daquele jeito no mercado internacional, sem créditos para comercialização, derruba os preços. Quer dizer, nós vamos plantar dentro de uma circunstância, onde não dá para a gente somar excesso de oferta no cenário financeiro. É muito diferente oferecer para um mercado onde tem expansão de crédito no mercado internacional e oferecer mais produto num mercado que não tem crédito.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem.

Eu acho que o Guilherme poderá ter respostas aqui, né? Afinal de contas, nós temos o Prof. Antonio, que é do Banco Central, e temos o Reinaldo, que é do Banco do Brasil. E, seguramente, a transparência, no momento em que o Governo tonifica o setor de crédito, passa a ser uma obrigação dessas instituições. Eu acho que esses esclarecimentos poderão emergir exatamente em razão dessas regalias que o Governo tem criado para as instituições de crédito.

Mas vamos ter um enfoque que deve ser dado pelo Reinaldo, pelo Gerente-Executivo do Agronegócio do Banco do Brasil, e, depois, nós vamos passar para o Prof. Antonio, que também tem uma responda para dar ao Senador Osmar Dias.

SR. REINALDO KAZUFUMI YOKOYAMA: Tem uma questão que eu gostaria de clarificar. Guilherme, pedir uma gentileza: aquela lâmina que trabalha a questão da inadimplência, eu acho que pode não ter ficado muito clara a informação. Salvo engano, essa é uma lâmina que o nosso vice-Presidente, Dr. Guedes, tem utilizado nas suas apresentações, e, na verdade, ela não trabalha que nós temos 14% de inadimplência. Nós pegamos a carteira do Banco do Brasil e nós classificamos as operações que estão com melhor risco, ou seja, riscos AA, AC, que têm uma provisão baixa, e o restante da carteira que tem uma provisão mais elevada.

SR. GUILHERME LEITE DA SILVA DIAS: Essa é a do Banco Central como um todo.

SR. REINALDO KAZUFUMI YOKOYAMA: Não, aquela do BB.

SR. GUILHERME LEITE DA SILVA DIAS: Ah, do BB.

SR. REINALDO KAZUFUMI YOKOYAMA: Isso. Acho que é essa que o Senador Osmar Dias deve ter se referido aos 14%. É isso?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Isso.

SR. REINALDO KAZUFUMI YOKOYAMA: É só para clarificar, não que a inadimplência esteja em 14%. Ali, o que está em azul é o estoque que nós temos de operações no Banco do Brasil de crédito rural, que são classificadas como risco AA a risco C, ou seja, baixo risco. Em vermelho, as operações que estão com risco de D ou superior a D, risco até H, e uma parte, sim, desse crédito, desse aumento da piora do risco, era decorrente das prorrogações, que, no momento em que você tem um cliente que deixou de honrar o seu compromisso na data aprazada, e ele acabou atrasando, por uma série de razões, a sua eventual renegociação de dívidas, ou mesmo fez a renegociação, nós acabamos reclassificando essa operação, e, tendo a reclassificação, então, acaba piorando o risco. Então, não que a inadimplência seja 14,5%.

E aqui, só para clarificar, acho que alguém tinha perguntado sobre a questão da agricultura familiar. Qual é a inadimplência?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): 14.9, que ela é muito maior, a inadimplência é muito maior. O risco da carteira é que é 14. Então, uma coisa não minimiza a outra, muito pelo contrário, a inadimplência é muito maior que isso aí.

SR. REINALDO KAZUFUMI YOKOYAMA: Vamos lá. Nós temos, hoje, algumas--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Você faz parcelamento de risco.

SR. REINALDO KAZUFUMI YOKOYAMA: Algumas informações que estão inflacionando essa questão da inadimplência--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): De crise também.

SR. REINALDO KAZUFUMI YOKOYAMA: Por exemplo... Não, nós temos, por exemplo, a renegociação de dívidas em andamento, que elas têm ainda, estão em decurso de prazo. Isso faz com que nós tenhamos operações que, hoje, elas estão em prazo de espera, e que faz, sim, como a senhora comentou, senadora, com que operações estejam em status de normalidade, mas, na prática, elas estejam inadimplentes. Mas essa visão aqui... E esse é o ponto que eu gostaria de deixar claro, que é uma apresentação que o nosso vice-Presidente tem utilizado, não é, Guilherme? Só para clarificar.

Deixa eu aproveitar... O Senador Osmar Dias comentou sobre a questão do agronegócio, e nós concordamos em gênero, grau e número com essa percepção, Senador. Na verdade, o Banco do Brasil, há alguns anos, deixou de denominar diretoria de crédito... Passou a denominar diretoria de crédito rural como diretoria de agronegócios, e aí contemplando, inclusive, o segmento da agricultura familiar, porque também compreendemos que produtor rural da agricultura familiar é, sim, produtor, é um empresário, é um negócio que ele tem que fazer. Se aquela atividade dele não tiver renda, não tiver lucratividade, ele não consegue sustentar ele, não consegue sustentar a sua família, e assim por diante.

O que eu acho que vale a pena, o que é importante... Hoje, nós temos um desenho muito diferente na agricultura familiar, que eu acho que merece atenção, e é essa a percepção... O Senador Osmar, à época que estava à frente do Paraná, com muita propriedade, ele fez esse trabalho. Nós temos pequenos produtores, principalmente na região Sul do país, que são a mola propulsora da economia. Hoje, nós temos agricultores familiares, por exemplo, no caso do leite, que têm uma renda bruta anual de até 220 mil reais anuais. Ora, 220

mil reais, que, dando rebate de 50%, no caso do leite, representam 110 mil, que é a regra do PRONAF, significaria dizer, na prática, que ele precisaria produzir em média 1.000 litros de leite por dia. Esse é o pequeno produtor que é enquadrável, sim, no PRONAF.

Se a gente for por outra análise, por exemplo, a questão de propriedade do imóvel rural, quatro módulos rurais – vamos pegar Uberaba, Uberlândia, Cascavel, por exemplo -, nós estamos falando em alguém que tem propriedade de 60 a 80 hectares de terra e que pode ser, sim, proprietário desse imóvel rural. Com essa área, se transformássemos em valor econômico, estaríamos falando de alguém que tem uma propriedade equivalente a 400, 500 mil reais. Esse é o limite. Naturalmente, não são todos que têm essa propriedade. Mas também se enquadrariam, se enquadram como agricultores familiares enquadráveis do PRONAF. Então, essa percepção, Senador Osmar, ela é correta mesmo. Se eu, eventualmente, transmitir aqui uma informação equivocada, por favor, o Banco do Brasil compreende, tanto é que nós temos um esforço muito direcionado nesse sentido de que essa pessoa seja entendida e interpretada, e seja atendida, sim, como um empresário. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Essa questão aí, Senador Osmar, eu tenho enfrentado em todas as discussões que faço no estado, especialmente nos assentamentos, que, realmente, não pode haver essa incompatibilidade, é incompreensível. E, hoje, já começa a amadurecer tanto a ideia que agricultores familiares de assentamentos já estão se organizando para exportar produtos orgânicos; portanto, produtos nobres. Tem um café orgânico, produzido no município de Glória de Dourados, por uma cooperativa, são vários proprietários, e que estão já adotando procedimentos para exportar. Efetivamente, enquanto tiver essa luta ideológica, tentando separar do agronegócio a agricultura familiar, o prejuízo recai só sobre a agricultura familiar.

Mas nós vamos ouvir o Dr. Antonio, que, certamente, vai falar sobre essa questão da falta de informações do crédito privado também.

SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE: Respondendo a pergunta do Senador Osmar Dias. 76 bilhões é a previsão dos recursos obrigatórios de aplicação do sistema financeiro para a safra de 2009/2010. Então, é a tudo. Exatamente. Sendo que, desse recurso obrigatório, cerca de 40 bilhões é da poupança rural, que é o Banco do Brasil, e o restante, 36 bilhões, dos outros bancos.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Em resumo, a metade da necessidade levantada pela CNA?

SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE: É, é a metade.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Próximo senador inscrito é o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, eu vou ceder a ordem à Senadora Kátia Abreu, que eu tenho um projeto que eu vou relatar na Comissão de Educação. Eu retorno, logo em seguida, para promover a minha pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Sr. Presidente.

Prof. Guilherme, Dr. Antonio, Dr. Reinaldo, amigo Juraci, muito obrigada pela presença.

Sr. Presidente, eu, em primeiro lugar, gostaria de, se fosse possível regimentalmente, protocolar um novo requerimento para nova audiência pública. Eu gostaria de convidar aqui os dois vices-Presidentes, um de crédito e de agronegócio, do Banco do Brasil. E gostaria de solicitar à Comissão, à secretaria desta Comissão, que discutisse com os membros da Comissão o aceite dos aqui representantes.

Sr. Presidente, não quero aqui desmerecer absolutamente nenhum convidado que aqui está, mas, no Banco do Brasil, tem um vice-Presidente de agronegócio, que, até agora, que, aliás, é uma pessoa que respeito, gosto muito, é meu amigo Guedes, mas que eu não entendo... não é ele, é a vice-Presidência que ele representa. Porque quem decide a respeito de crédito é a vice-Presidência de crédito. Então, a vice-Presidência de agronegócio só poderia decidir sobre crédito... A gente não sabe sobre o que ela decide.

Então, eu gostaria de fazer um requerimento, que aqui viesse os dois vices-Presidentes; o de crédito, que é o Sr. Adésio, e o Guedes, que é o vice-Presidente de agronegócio. E gostaria que viesse aqui o Presidente do Banco Central. Eu tenho as informações, melhores possíveis, Dr. Antonio Gustavo, do senhor, a respeito do seu entendimento de agronegócio especificamente, mas eu gostaria do Presidente aqui, porque está havendo um descumprimento de carta circular e de voto do Conselho Monetário, e eu gostaria de ver a palavra dele, de ouvir a palavra dele, do Presidente do Banco Central, a respeito desse assunto.

Repito: não é nenhum desmerecimento. Eu, como presidente, estou aqui sentada e pedi a Guilherme Dias, que é um economista competente, para vir falar de números sobre a CNA.

Mas eu estou ficando cansada, Presidente, do descaso e do descumprimento de tabela, quando a

Comissão é da Agricultura. Quando a Comissão é a CAE ou a CCJ, o senhor pode prestar atenção que os representantes e os enviados são outras pessoas, e nós não vamos aceitar aqui mais um tipo de representação que nós não possamos concordar, que não traga respostas precisas. Não é porque eles não querem, não, porque quem tem que vir responder sobre esses assuntos gravíssimos é o chefe da pasta. Nós não estamos aqui brincando de crédito, não, e brincando de fazer agricultura, não. Nós estamos na iminência da safra 2009/10, com a crise monstruosa na cabeça, com o empurra-empurra de prazo de pagamento de dívida, como se nada tivesse acontecendo neste país.

Olha, Sr. Presidente, eu, como presidente da CNA, eu tenho me mantido na maior tranqüilidade, tentando manter o equilíbrio durante todo o período de discussão de debate, mas a paciência vai se esgotando. Nós não estamos falando de qualquer negócio, não. Nós estamos falando de 1/3 do PIB, 1/3 de exportação, 1/3 de emprego. Nós estamos falando do único setor deste país que tem balança comercial superavitada. Faça-me o favor. Eu quero respostas certas e completas.

Vou começar dizendo o seguinte--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senadora, dá licença só um pouquinho--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A proposta de V. Exa. é para convocar ou é para convidar?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não. Eu pretendo manter a lucidez--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Porque, se há dificuldade para o comparecimento das mesmas autoridades, nós podemos convocá-las.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, eu não quero, absolutamente, constranger nenhuma das pessoas que aqui venham. Eu gostaria de, se possível, aprovar duas coisas: um convite e, senão um convite, convocação.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Aí é convocação.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Isso. Mas gostaria de dar oportunidade a todos eles. Talvez eles não tenham entendido a intenção e a grandeza dessa audiência pública nesse momento. Talvez a ocupação do momento, do horário, a agenda, mas nós vamos dar uma outra oportunidade de agenda, e nós queremos... Eu quero, por exemplo, se os colegas assim aceitarem, aprovar a vinda desses três.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senadora, só dá licença um minutinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só para dizer que, quando a gente requerer agora, os senadores que têm conhecimento, e quem pode decidir, já nominar a pessoa que deverá vir, com todo respeito aos que aqui se encontram. Está certo, senadora?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Perfeitamente, perfeitamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Nós devemos sempre nominar os convidados.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Porque, de certa forma, acaba que os representados aqui, os representantes, ficam numa situação constrangedora. Eu entendo isso. É complicado.

Então, eu vou começando a fazer alguns comentários aqui, Sr. Presidente, para que a gente possa, esta Comissão, entender a gravidade do que está acontecendo no país. Parece que as pessoas não se sensibilizaram ainda. Agricultura é um carro que tem trocar de pneu com ele andando. Não dá para consertar agricultura para 2011 em diante e parar o Brasil de plantar. Então, o pneu tem que ser trocado com o carro andando. É isso que tem que ficar claro.

Então, veja bem, aqui tem um anúncio de um pacote do Governo, que nós reclamamos na audiência passada, quando V. Exa. leu a manchete do jornal, que é uma coisa claríssima. O senhor aqui, antes de eu chegar, eu vi pela televisão, o senhor dizendo que o recurso todo não foi tomado, e não será tomado, Presidente, pelos mesmos motivos que eu disse na outra reunião. Então, esse aumento de exigibilidade, de manutenção, por mais um período, de 30 e 70% da exigibilidade, isso pouco me importa e me interessa, porque pode passar a exigibilidade para 100, que o produtor não vai tomar o dinheiro, porque o risco dele está altíssimo. Quando apresentou aquela tela de 19.9, ele está certo, é o nível de risco que elevou, mas a inadimplência é infinitamente maior do que isso, porque, a cada ano que o produtor prorroga, ele perde o crédito no dia seguinte. Por isso ele não quer pagar mais os 10, os 20%; porque ele se descapitaliza e perde o crédito imediatamente.

Agora, olha o que é que está acontecendo, Sr. Presidente, veja bem. Juro sobre juro, que isso é proibido por lei. Isso aqui os produtores podem, inclusive, acionar judicialmente os bancos, que, em economia, a gente chama de anatocismo. Então, se eu tenho um parcelamento de quatro anos, e eu tenho o principal dessas parcelas, 100, mais 100, mais 100 e mais 100. Então, eu estou prorrogada a dividir a minha vida em quatro. 100 mais juros de 10, 10, 10 e 10. Eu paguei a primeira, a primeira foi 100 mais 10 de juros; 110. Ok? Cheguei na minha segunda, não consegui pagar, Sr. Presidente. O que é que seria normal, descente e

moral? Eu pegar o capital de 100, 100 e 100 não vencidos e mais o juros de 10. Os bancos estão calculando o juro de 10 mais 10 de operações não vencidas. Não tem contrato e não tem produtor que resista ao enquadramento de risco dessa natureza. O honesto e o correto é acumular, claro, o capital e o juro daquele ano que não foi pago, e não incluir juro de anos ainda não vencido, isso chega às raias da aberração.

Segundo ponto. Existe, que isso que eu gostaria muito aqui do Presidente do Banco Central, existe uma Resolução 2.682. Essa resolução é dúbia. Ela diz, no seu art. 3º, que a classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico deve ser definida, considerando aquela que apresentar maior risco. Então, prorrogou, não pagou, inadimpliu, escolhe o maior risco de CDC e cheque especial e impõe no setor agrícola. Tudo bem. Admitindo-se, excepcionalmente, classificação diversa para determinada operação. Já abre aqui a exceção. Excepcionalmente, classificação diversa para determinada operação, observado o disposto no art. 2º, inciso II. Mas a mesma Resolução, no seu art. 8º, diz o seguinte: "A operação, objeto de renegociação, deve ser mantida, no mínimo, o mesmo nível de risco que estiver classificada, e não o maior, observada que aquela registrada como prejuízo deve ser classificada como de risco nível H". Em cima deste art. 8º, Sr. Presidente, já saiu uma carta circular do Conselho Monetário Nacional, determinando a não reclassificação desse risco, para que o art. 8º possa prevalecer, e o banco faz de conta que essa carta não existe – ela é de novembro de 2008 – e continua pautando pelo art. 3º da mesma Resolução. Não há quem resista, meu Presidente, porque, na realidade, quando eu digo que, a cada ano prorrogado, é mais proximidade do inferno, é porque, quando o risco e a operação é prorrogada, há uma classificação, uma reclassificação desse risco. E quando eu reclassifico o risco, o que é que eu faço para reclassificar? Eu tenho... Quando prorrogada uma parcela do produtor, eu tenho que fazer aprovisionamento. Então, quando o banco aprovisiona, isso significa que ele está deixando o dinheiro reservado em caso de inadimplência e de possível inadimplência, e isso eleva o produtor para o risco maior que possa existir.

Então, eu não estou preocupada com o dinheiro para agricultura, eu estou preocupada em mecanismos e instrumentos que possam permitir se for 1 real, esse 1 real ser tomado, porque, hoje, pode pôr os 150 bilhões, que são necessários para financiar a próxima safra, que eu garanto ao senhor que mais de 60% dos produtores não tomarão esse recurso, com certeza absoluta.

Então, essas duas coisas têm que ser aqui definidas. E nós queremos saber o que é que nós vamos fazer com esse aprovisionamento. Já foi prorrogada de novo para o dia 18, e ainda uma coisa grave. Essa prorrogação para o dia 18 de maio só foi votado, Senador Osmar Dias, no Conselho Monetário, a prorrogação do custeio dos fundos constitucionais e foi prorrogada a parcela de investimento. Portanto, o custeio das exigibilidades, lá do seu estado do Paraná, não foi prorrogado; da exigibilidade, eles não foram prorrogados. Por quê? Porque se entende que o produtor tem que pagar de qualquer jeito, mesmo sem poder, porque, a partir desses mesmos recursos, que vão reaplicar novamente para a próxima safra. Então, pode tirar o cavalo da chuva porque isso não vai acontecer, porque o produtor não tem. Então, não adianta eu aumentar. E poderia ter prorrogado, sim. Com essa manutenção da exigibilidade de 30 e 70, essa diferença, que não mais vai ser reduzida, poderia prorrogar, sim, o custeio desses bancos, Banco do Brasil e banco privado, de exigibilidade, tranqüilamente, que são os juros de 6.75. Então, piorando ainda a situação dos produtores do resto do país, onde não tem fundos constitucionais, e, mesmo nós temos produtores no Centro-Oeste, onde tem fundo, e que tem custeio que não é de fundo constitucional, uma grande maioria, que é o de 6,75.

Então, eu só quero aqui deixar o seguinte: o que é que está acontecendo? A Medida 449, MP 449, o que é que ela trata, Sr. Presidente? Prorrogação de prazos já vencidos do cacau, do Pesa e do café.

O Conselho Monetário Nacional está recebendo pedidos de oito a dez votos, e, em todas as reuniões, isso é uma aberração, isso é um escândalo, de oito a dez votos de pedidos de voto, tudo de prorrogação. Será que não está vendo que não está funcionando, que tem alguma coisa errada? Onde é que nós queremos chegar com isso? Isso não está funcionando.

Eu quero pedir ajuda à nossa Comissão, não só como senadora, como Presidente da CNA, que nós possamos tomar uma atitude drástica aqui no Senado; paralisar votação, obstruir pauta, porque não é possível fazer de conta que nada está acontecendo. O zoneamento que o Senador Tuma questionou aqui, o zoneamento existe, tanto para seguro como para contratação. Ninguém vai plantar milho onde não determina o zoneamento que não possa plantar milho. Isso está muito bem definido no país. Agora, o que é que aconteceu? Aconteceu que nós tivemos três safras consecutivas, que o produtor não tem a menor responsabilidade sobre isso. É uma política de Governo, uma política econômica de Governo que eu não quero entrar no mérito dela, de um câmbio flutuante, e flutuante entre aspas, flutuante quando o banco quer,

quando o Banco Central quer e o Ministério da Fazenda, porque, na hora que o dólar começa a melhorar de preço, que ajuda a agricultura brasileira, entra no mercado comprando.

Então, Sr. Presidente, é um dólar flutuante entre aspas, que só não favorece essa flutuação para o lado da agricultura. Então, nós plantamos três safras consecutivas – 2003/04, 04/05, 05/06 – com dólar lá em cima e colhemos com o dólar cá embaixo. Nós fizemos a nossa tarefa, nós fizemos o nosso dever de casa.

Então, isso é claríssimo. E unindo a essas três safras, nós tivemos o terror da seca no Paraná, no Rio Grande do Sul e no sul do seu estado.

Então, nós não estamos pedindo subsídio, nós não estamos pedindo clemência, nós não estamos pedindo nenhuma complacência. Nós só estamos pedindo racionalidade, racionalidade, diante de uma situação crítica, a não ser que alguns setores do Governo queira que a redução diária possa chegar a 30% neste país e que o desemprego possa assolar o campo que representa 1/3 dos empregos do país.

Então, eu não pretendo, Sr. Presidente, de forma alguma, fazer discursos apenas de oposição, discurso de ataque ao Governo. Eu tenho tentado manter o diálogo com todos os setores do Governo. Nós estamos com um grupo trabalhando, o melhor relacionamento possível com o Banco do Brasil, com o Sr. Gilson, da Fazenda, nós estamos tentando um diálogo, mas está ficando impossível. As coisas estão chegando num nível que não há mais para onde correr, não há mais o que fazer.

Eu ainda... O senhor me desculpe, Dr. Reinaldo, eu ter que escutar que agricultura familiar é empresarial, é uma empresa, ela tem que ser rentável. Pelo amor de Deus, isso é um programa de Governo, um programa social, amigo. Se o senhor pegar o custo de produção da agricultura empresarial, que são 1 milhão e 200 mil proprietários de terra neste país, nós estamos trabalhando abaixo do custo de produção. Esse custo não é nosso, não, quem faz para nós é o ESALQ, o CEPEA.

Então, olha, Juraci, é um assunto que não dá para ouvir, isso não dá para ouvir.

Então, se for enquadrar agricultura familiar nos moldes da agricultura empresarial, eu sinto muito, você é o representante deles, você com a palavra, é uma coisa absurda de entender. Eu concordo com você: toda atividade econômica devia gerar lucro, mas nós sabemos as condições, o tamanho e as adversidades da agricultura familiar.

Então, Sr. Presidente, eu quero, de antemão, pedir desculpa a todos que estão aqui presentes. Muito obrigada por vocês terem vindo aqui. Nós agradecemos muitíssimo, eu agradeço pessoalmente. Mas eu quero pedir aprovação, apoio dos colegas, uma nova audiência pública o mais rápido possível, com esses membros e mais alguém que julgar necessário e a CNA, claro, para enfrentar aqui os debates e a CONTAG novamente. Muito obrigada.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Osmar demais.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Primeiro, eu quero deixar claro o seguinte: que, quando eu falo que a gente não pode discriminar, separar, eu não quero dizer que a gente não tenha que separar nas políticas que beneficiem a agricultura familiar, que fique bem claro isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nas condições gerais de crédito e etc.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Agora, o que eu digo é o seguinte: que, quando a gente fala o agronegócio, e torna o termo pejorativo, colocando um peso da ideologia em cima, prejudica todo mundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu concordo.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): A agricultura familiar é extremamente importante e precisa de crédito diferenciado, de tributos diferenciados. Não é à-toa que o próprio Prof. Guilherme Dias está estudando uma proposta para diferenciar, na questão tributária, a agricultura familiar. Eu participo desse esforço. Agora, quando eu falo que a gente não pode dar conceitos diferentes, é exatamente para que a questão ideológica não interfira no peso das políticas. Agricultura familiar precisa, sim, se possível, de subsídio para sobreviver. E foi isso que eu fiz quando era Secretário de Agricultura do Paraná, tinha 60% de subsídio à agricultura familiar, no Paraná, no tempo que eu fui Secretário. Esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto. Eu concordo com a Senadora Kátia Abreu, em relação aos convidados. Agora, a gente tem que reconhecer que daí, vindo o Presidente do Banco Central e vindo o Presidente do Banco do Brasil, ou vice-Presidente, talvez a gente tenha também mais senadores aqui na Comissão, talvez a gente tenha mais do que um senador da base do Governo aqui. Tenho certeza que, com a presença do Presidente Henrique Meirelles, os senadores da base vão ser atraídos a participar da reunião da Comissão de Agricultura.

Então, nós temos que ter uma Comissão de Agricultura forte, sim, mas nós temos que começar a fortalecê-la com o nosso comparecimento. Nós devemos aprovar o requerimento da Senadora Kátia Abreu, mas

vai ficar muito chato chegar aqui o Presidente do Banco Central e ter dois senadores sentados aqui na frente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu solicitaria à Senadora Kátia Abreu que formalizasse o seu requerimento e consulto o plenário se o assunto, que parece urgente, tem, realmente, um caráter inadiável, para que a gente possa alterar até a ordem das audiências públicas que estão previstas.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu creio, Presidente, que este assunto é mais do que urgente, e ele necessita de uma posição oficial do Governo. Que eu vou defender até o Reinaldo, e não foi isso que a Senadora Kátia quis fazer também, não quis desmerecer a presença do Reinaldo e nem do Antonio, muito pelo contrário. É que o Reinaldo, ele não tem, nas suas atribuições, autoridade, dada pelo seu cargo, de responder determinadas questões que a gente quer fazer. Ele conhece o assunto, demonstrou conhecer o assunto. Agora, não pode dar respostas que a gente quer ouvir. Quem pode dar é quem tem o cargo e a caneta, que ele não tem. Ele tem uma caneta ali, mas não adianta aquela caneta, tem que ser outra caneta.

Então, eu creio que o assunto é urgente e tem que ser atendido o requerimento da Senadora Kátia.

Eu sou relator da Comissão de Assuntos Econômicos e tenho que me retirar, mas eu deixo aqui o meu voto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O Senador Gilberto também entende que é urgente.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): É urgente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, vamos fazer ob seguinte. Vamos inverter. A audiência que estava prevista para o dia 7, que trataria de fertilizantes, nós vamos modificar, para que seja realizada essa audiência pública, proposta pela Senadora Kátia Abreu. Não havendo nenhuma contrariedade, está aprovada essa mudança.

Senador Gilberto, para uma questão de ordem.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): É sobre a ordem das inscrições, Sr. Presidente, Eu gostaria ainda de fazer uma consideração à Mesa, aos convidados...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, V. Exa. está com a palavra para isso.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu, novamente, quero deixar aqui registrado que também, da mesma sorte que a Senadora Kátia Abreu, a questão crucial dentro do Banco do Brasil, pelo que se sabe, é aprovação dos créditos, questão de risco. E, dessa forma, eu vejo que o convidado natural para responder essas indagações seria o Dr. Adésio, vice-Presidente de Crédito da Instituição Banco do Brasil. Então, eu quero me solidarizar com a Senadora Kátia Abreu, que nós deveríamos, juntamente com o Dr. Guedes Pinto e o Dr. Adésio, termos aqui uma palavra de análise da conjuntura, principalmente da limitação do acesso ao crédito, constituído por todas essas renegociações de dívidas, e que eu vejo muito gratificante. Dr. Antonio Gustavo do Vale, que eu tive referências a sua pessoa, pelo conhecimento que tem da agricultura e do agronegócio brasileiro, dentro da visão do Banco Central. E, nesse momento que o Brasil vive, onde, todos os anos, os últimos quatro anos, foram renegociadas dívidas de produtores, e o risco foi agravado, é natural que haja uma preocupação muito grande desse setor que não tem acesso e que precisa a Norma 2.682, que nós tivemos aqui, e estamos, analisando aqui, ela deixa... Muitas vezes, faculta o Banco do Brasil ou outros bancos a colocarem o risco que, efetivamente, eles desejam. E eles colocam pelo maior. Com isso, o risco inicial da operação, que deveria ser objeto para facilitar, para dar possibilidade à renegociação, à continuidade dos pagamentos, dos investimentos feitos e que foram alongados, melhorando a capacidade de pagamento natural do produtor, nada mais justo que ele tenha um tratamento de análise diferenciado, de uma forma que possibilite o acesso ao crédito. Porque essa decisão, hoje, na circunstância atual, se o Brasil perder oportunidade de viabilizar o setor primário, produção de alimentos, impedido que estão os produtores, por essa limitação de crédito, nós vamos ter problemas sérios futuros, já que a própria agroindústria está com dificuldade. Estão aí os frigoríficos em dificuldade, o setor de avicultura em dificuldade. Perderam mercado. Agora, o produtor, todos precisam ter acesso ao crédito. E ele tem outras garantias para dar. O Banco do Brasil precisaria, hoje, tomar outras, fazer outro tipo de garantia, fazer uma cobrança de safra, como as tradings também fazem. Fazer o penhor da safra, fiscalizar, receber, e não só análise de risco agravada, quando ele renegocia uma parcela.

Então, eu vejo que a sua determinação de constituir, dentro das normas de fiscalização do crédito dos bancos, instituir uma análise para melhorar a situação, viabilizar o acesso ao crédito dos produtores brasileiros, vai ser a condição única que está a impedir a contratação. Vejo que esse é o ponto fundamental que nós devemos analisar na tomada de todos esses recursos grandes que foram anunciados, de 100 bilhões, quando a CNA fala que precisaria de 155, realmente. Agora, a

participação bancária é ao redor de 20%, como já foi analisado aqui pela CNA.

Então, mesmo assim, a cada ano, se restringe mais o acesso ao crédito. Então, essa norma 2.682, eu vejo que nós deveríamos flexibilizar de tal forma que ela fixe, determine ao banco condição especial dos mutuários que renegociaram as suas dívidas.

Então, nesse sentido, eu vejo que o senhor já respondeu, mas se o senhor pudesse, Dr. Antonio, novamente fazer uma colocação a respeito disso, porque o Banco do Brasil, que eu vejo, ele está optando pelo risco total do produtor. Já vai para o risco H só porque ele ficou inadimplente ou está inadimplente, aguardando a recontratação.

Então, nesse sentido, se nós tivermos uma outra audiência aqui, quem sabe, já vem venham algumas soluções para tanto. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Antes de passar a palavra ao Sr. Antonio, para responder ao questionamento feito pelo Senador Gilberto Goellner, eu gostaria de registrar aqui a presença do ex-prefeito de Chapadão do Sul, o amigo Elo Ramirez, produtor rural, que veio junto com outro colega, Luiz Evandro, de uma das mais progressistas cidades do agronegócio de nosso estado, que é Chapadão do Sul. E veio aqui exatamente para tratar de renegociação de dívidas, tratar a questão do endividamento de produtores rurais.

E a seguir, eu passo a palavra para o Dr. Antonio, a fim de responder o questionamento feito pelo Senador Gilberto.

SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE: Obrigado, Senador Valter Pereira. Senador Gilberto e Senadora Kátia Abreu, quando a Resolução 2.682 foi editada, efetivamente, ela não fez nenhum tipo de excepcionalidade em relação ao credor. Mas, em 2007, eu já estava respondendo pela área de crédito rural no Banco Central, nós editamos a Resolução 3.499, que excetua expressamente todas as renegociações, no âmbito do crédito rural, para classificação do risco mais alto. Ela diz claramente que essas renegociações, no âmbito do crédito rural, podem ser reclassificadas para níveis mais baixos. Houve uma dúvida, houve uma dúvida do sistema financeiro se abrangeria todas as operações, e aí foi editada, em 2008, a Circular 3.345, pelo Banco Central, que a senadora se referiu, onde diz claramente que estão incluídas todas as renegociações no âmbito do crédito rural. O senhor tem razão. Ela diz que pode mesmo, mesmo porque eu não sei... Faculta. Eu, realmente, tenho dúvidas... Inclusive, eu vou olhar isso, nesse período que vai dar isso, e o Banco Central ou alguém tem o poder de obrigar. Mas, quando nós editamos a 3.499, era realmente para tirar da 2.682 todas as renegociações do crédito rural. Sem dúvida nenhuma, era essa a intenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Kátia Abreu, está em minhas mãos...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu queria fazer um comentário.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pode. Com a palavra, então, para comentar.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não. Ele, o Dr. Reinaldo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra o Dr. Reinaldo.

SR. REINALDO KAZUFUMI YOKOYAMA: Eu acho que a grande questão é essa, ela faculta, ela não condiciona. E mais, os bancos, de uma forma geral, são sujeitos às fiscalizações, e a regra, de uma forma geral, ela tende a ser mais conservadora. Talvez essa seja a grande questão e que, para a próxima, então, poderíamos estar dando uma revisão.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Kátia Abreu, satisfeita com o comentário ou deseja...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não, Sr. Presidente, por enquanto, satisfeita. Muito obrigada aos nossos convidados pelas respostas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu consulto V. Exa., Senadora Kátia Abreu, sobre a lista de convocados. Ao todo, somos seis. Eu entendo que seria mais adequado se fosse reduzida a lista.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu pergunto ao Juraci, da CONTAG, se nós não poderíamos fazer uma apresentação, pela CNA, do problema como um todo, que seriam as duas entidades, numa apresentação também de inadimplência, de risco. Nós temos todos esses números, e você poderia complementar conosco, não sei se...

SR. JURACI MOREIRA SOUTO: A CONTAG, ao ser convidada ou convocada, nós estaremos aqui presente. É claro que nós temos dimensões diferentes da CNA e gostaríamos de apresentar na nossa versão.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Aí está a CNA, a CONTAG, o vice-Presidente de crédito, o vice-Presidente de agronegócio e Fazenda. São cinco, são só cinco.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Tem aqui o Presidente do Banco Central--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Banco Central.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O vice-Presidente de Crédito do Banco do Brasil--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Então vamos tirar o vice-Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Aqui tem dois do Banco do Brasil.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Vamos tirar o vice-Presidente de Agronegócio e trazer o vice-Presidente de Crédito.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Positivo.

Então, ficaram os seguintes: Ministro Henrique Meirelles, o vice-Presidente de Crédito do Banco do Brasil, Adésio, representante da CNA, representante da CONTAG e representante do Ministério da Fazenda.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Ok. O Sr. Gilson.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O Sr. Gilson.

Em votação o requerimento. Os Srs. Senadores, que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Não havendo contradito, está aprovado por unanimidade.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, o Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de subscrever também esse requerimento, conjuntamente com a Senadora Kátia Abreu. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): À secretaria, para as providências.

Os demais inscritos foram para a outra Comissão, de sorte que, não havendo mais assunto a tratar, dou por encerrada esta sessão da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Sessão encerrada às 11h40.

ATA DA 6ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 7 DE ABRIL DE 2009.

Às nove horas e cinqüenta e um minutos do dia sete de abril de dois mil e nove, na Sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores: **DELCÍDIO AMARAL, AUGUSTO BOTELHO, NEUTO DE CONTO, GERSON CAMATA, GILBERTO GOELLNER, KÁTIA ABREU, JAYME CAMPOS, ROMEU TUMA, EXPEDITO JÚNIOR, VALDIR RAUPP, HERÁCLITO FORTES, ROSALBA CIARLINI, FLEXA RIBEIRO, JOÃO TENÓRIO, MARCONI PERILLO E ANTÔNIO CARLOS VALADARES.** Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): João Pedro, Magno Malta, Leomar Quintanilha, Raimundo Colombo, Lúcia Vânia, Mário Couto, Marisa Serrano e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **Audiência Pública**, em cumprimento ao **Requerimento nº 11, de 2009 – CRA**, de autoria da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 31/3/09, com a finalidade de analisar e discutir a antecipação de crédito para o **Plano Safra**, com a presença dos seguintes convidados: **Sr. Alvir Alberto Hoffmann –** Diretor de Fiscalização do Banco Central do Brasil; **Sr. Ewerton Gonçalves Chaves** – Gerente-Executivo da Diretoria de Crédito do Banco do Brasil; **Senadora Kátia Abreu** – Presidente da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; **Sr. Antoninho Rovaris** – Secretário de Política Agrícola da CONTAG; **Sr. Gilson Bittencourt** – Diretor de Programas do Ministério da Fazenda. Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Kátia Abreu, Gerson Camata, Gilberto Goellner e Neuto de Conto. **RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quatro minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Valter Pereira,** Presidente da CRA.

6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 07 DE ABRIL DE 2009, ÀS 9 HORAS E 51 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): [soa a campainha] declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da Ata da Reunião anterior que, com a anuência do Plenário é dada como aprovada. Portanto, há aquiescendo o Plenário está aprovada. A presente reunião destina-se a Audiência Pública em cumprimento ao Requerimento nº. 11/2009 de autoria da Senadora Kátia Abreu, apro-

vado no dia 31 de março, com a finalidade de analisar e discutir a antecipação de crédito para o Plano Safra com a presença dos seguintes convidados. Sr. Altevir(sic) Alberto Hoffmann, Diretor de fiscalização do Banco Central do Brasil. Sr. Ewerton Gonçalves Chavez, Gerente-Executivo da Diretoria de Crédito do Banco do Brasil. Da Senadora Kátia Abreu, na condição de Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA, o Sr. Antoninho Rovaris, Secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, CONTAG, e do Sr. Gilson Bittencourt, Diretor de programas do Ministério da Fazenda. E eu convido para participar desta Mesa, portanto, os senhores Alvir Alberto Hoffmann, o Sr. Ewerton Chavez, Gerente-Executivo da Diretoria de Crédito do Banco do Brasil, inicialmente estava convidado... Era para ser convidado o Sr. Adésio, que é o Vice-Presidente de crédito, que acabou não vindo por motivo de força maior. Segundo as informações que nos passaram, ele estaria sendo submetido a uma cirurgia ou foi submetido a uma cirurgia e não poderia comparecer aqui nessa reunião e estará, certamente, bem representado aqui pelo seu indicado, que é Gerente-Executivo da Diretoria de Crédito do Banco do Brasil, Sr. Ewerton Gonçalves. O Sr. Antoninho Rovaris, está representando a CONTAG e o Sr. Gilson Bittencourt, Diretor de programas do Ministério da Fazenda.

Bom, como não está presente a Senadora Kátia Abreu, obviamente, nós vamos dar início à sessão da mesma forma e, com certeza, ela está linkada neste momento em seu gabinete nas primeiras... nas primeiras intervenções que vão ocorrer nesse momento. Então, eu passaria a palavra agora ao Sr. Alvir Alberto Hoffmann, para que ele fale sobre o tema a que se destina esta... esta reunião. Eu ponderaria aqui para o Sr. Alvir que ele terá cerca de 10 minutos para fazer a sua explanação e procurar tranquilizar aqui ou então pelo menos estabelecer aqui uma relação que seja mais franca possível com os Srs. Senadores, já que há uma inquietação, uma inquietação muito grande de produtores com relação à política de crédito para o setor agrícola, até porque exigências que até o próprio Banco Central tem de certa forma flexibilizado, no caso do Banco do Brasil, nós estamos encontrando dificuldades. Então, nós gostaríamos que o representante do Banco Central sustentasse as suas posições para que depois, no debate com os representantes do Banco do Brasil, nós possamos formar um juízo de valor e dar a nossa contribuição, fazendo aquilo que for possível ser feito a fim de que a frustração de safra que já começa a ser anuncia tão precocemente acabe não se realizando ou pelo menos que nós consigamos pelo menos mitigá-la. Então, com a palavra o Sr. Alvir Alberto Hoffmann.

SR. ALVIR ALBERTO HOFFMANN: Muito obrigado Sr. Senador Valter Pereira, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Bom dia Srs. Senadores e demais convidados, pessoas presentes.

Bom, até onde, digamos, eu estou... Estou informado aí das discussões que ocorrem aqui, a questão está mais relacionada à questão então da classificação das operações de crédito rural que foram renegociadas e todo o envolvimento das resoluções que tratam da matéria.

Então, inicialmente para esclarecimento geral, todos nós conhecemos as resoluções do Banco Central que na verdade não são resoluções do Banco Central. O Banco Central é o órgão que é o Secretário do Conselho Monetário Nacional e como tal cabe ao Banco Central divulgar as resoluções. As resoluções são do Conselho Monetário Nacional, no caso o conselho que é presidido pelo Ministro da Fazenda e onde tem direito a voto, além do Ministro da Fazenda o Ministro do Planejamento e o Ministro Presidente do Banco Central. E cabe ao Banco Central fazer a divulgação dessas resoluções.

Na minha função, na minha responsabilidade de Diretor de fiscalização do Banco Central, cabe a mim cumprir, fazer cumprir os ditames da Lei 4595 no que diz respeito à fiscalização das instituições financeiras, e também dentro desse contexto, obviamente, fazer cumprir as resoluções do Conselho Monetário Nacional.

Na linha de classificações e crédito, em geral, a classificação dos créditos é pelo... São diferidos em regra geral pelo sistema financeiro, são... A resolução 2682 estabelece os critérios para essa classificação. É bom que se diga que essa resolução ela é uma resolução que vem desde... desde 99 e até hoje ela representa um... um avanço muito grande que se conseguiu no sistema financeiro, tendo em vista que ela estabeleceu, ela deu flexibilidade aos bancos para que criassem critérios de classificação e dentro desses modelos, ou critérios de classificação que os próprios bancos usam, estabelecesse então os níveis de riscos a que cada operação, cada cliente estaria se expondo. A resolução, obviamente, que estabelece alguns critérios mínimos para cada faixa com classificação, uma operação que está vencida num determinado prazo tem que estar num determinado nível mínimo de classificação, e essa resolução também determinou que uma operação quando renegociada, ela em princípio, não deveria ser classificada num nível superior ao nível que ela estava anteriormente de ter sido renegociada. Obviamente, que toda essa normatização ela está voltada

para no sentido de preservar a estabilidade financeira do banco, preservar a que o banco produza informações contábeis que reflitam a real condição financeira do banco e principalmente que o sistema financeiro como um todo e que os depositantes aplicadores e a economia do país em geral seja protegida na medida em que tem um sistema financeiro sólido, capitalizado e que não represente risco para a economia e para o curso normal dos negócios no país.

A partir de um determinado momento, quando se identificou que, eventualmente, operações de crédito rural que eram renegociadas por decisão ou por força de diplomas legais também que foram produzidos no âmbito da política agrícola e no âmbito do Conselho Monetário Nacional, se deixou claro algo que, de certa maneira, já era coerente com que já havia, mas apenas esclareceu que em caso de operações renegociadas ou prorrogadas, a critério da instituição financeira, ela poderia ser reclassificada em outra categoria, de menor risco a que estava antes da... antes da renegociação dentro de uma avaliação do devedor. E ainda mais adiante uma carta circular a nível do departamento de normas do Banco Central deixou isso mais claro no sentido que isso se aplicava a todas as provocações.

Bom, nessa linha o banco... o Banco Central tem então nos seus trabalhos de fiscalização, considerado esse aspecto da 3499, e tem assim interpretado, quer dizer, quando o banco mantém o nível de classificação fez a renegociação e mantém o nível de classificação que coerente com as normas e coerente com a capacidade de pagamento demonstrada pelo cliente, essa classificação é mantida e o Banco Central tem assim aceitado que os bancos procedam.

Em regra geral, então, o espírito dessa resolução 2682 existe uma certa flexibilidade para que os bancos criem seus sistemas de classificação de crédito dentro de modelos e diretrizes gerais que cada banco tem e nós verificamos as nossas inspeções, nossas fiscalizações a consistência desse modelo e sempre testando de maneira que esse modelo realmente venha a reconhecer os riscos a que o banco esteja exposto, em que ele esteja incorrendo e sempre na medida de que isso, esse sistema de classificação, venha a refletir demonstrações financeiras consideradas justas do ponto de vista da perspectiva efetiva de recebimento dessas operações e de maneira que os depósitos, as captações gerais que o banco faça, sejam protegidos e que não tenha que em algum momento o Banco Central seja, ou a instituição, seja ela pública, privada, nacional ou estrangeira, a instituição esteja exposta a riscos que venham a trazer a possibilidade de que uma instituição dessa venha a falir ou venha ter problemas, tendo que ser liquidada e trazendo, obviamente, prejuízos em termos de perda aos depositantes ou instabilidade ao sistema como um todo.

Então, em eles gerais essa é a atuação do Banco Central onde procura avaliar as carteiras, avaliar os sistemas que os bancos implementaram, ver a consistência desses modelos e isso tudo dentro das normas e das regras que são aí expedidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Essas são minhas colocações iniciais e fico à disposição para eventuais perguntas que por acaso V.Exas. tenham.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, por uma questão metodológica acho que vamos ouvir todos os expositores e depois passaremos a fazer os questionamentos, não é? Então, pela ordem, nós agradecemos aqui o Dr. Alvir e passaremos a palavra então ao Dr. Ewerton, que está substituindo aqui o Adésio, embora se reconheça aqui que a função do Ewerton também é uma função que pode ser muito esclarecedora para todos nós, já que é Gerente-Executivo da Diretoria de Crédito do Banco do Brasil. Portanto, com a palavra o Sr. Ewerton.

SR. EWERTON GONÇALVES CHAVES: Obrigado, Senador. Inicialmente, gostaria de agradecer o convite, esclarecer que o Dr. Adésio, nosso Vice-Presidente realmente se submeteu a um procedimento cirúrgico e convalescendo, graças a Deus está tudo bem, então ele pediu para que a gente o representasse. Então, dou meu bom dia ao Senador Valter Pereira, Presidente da Comissão de Agricultura, Srs. Senadores e demais presentes.

Bom, o âmago da questão me parece realmente já ter sido inicialmente abordado pelo Diretor Alvir, do Banco Central. Eu gostaria de fazer um breve relato, um histórico da... dessa questão do risco das operações rurais renegociadas que se originou basicamente na renegociação da safra 2004/2005 e 2005/2006. Essa renegociação como todos os senhores devem ter conhecimento, ela teve uma duração bastante longa com edição de diversas medidas e acabou só se concluindo em novembro de 2006. Àquela época, diferentemente do que foi adotado na última... Nessa última renegociação que está em curso ainda, não se especificou a alterações de cronogramas até o término do prazo das renegociações. De forma que essas operações, até pelo movimento natural dos produtores em função dessas expectativas, dessas medidas, deixaram paralisar os pagamentos dessas operações, fazendo com que ao longo desse período em que estavam sendo editadas as medidas, e posteriormente, na operacionalização da própria renegociação, o risco dessas operações fosse sendo agravado de acordo com que preceitua a

resolução 2682, que estabelece uma escala de agravamento pelo prazo de atraso das operações. Então, ao chegar ao término dessa renegociação de 2006, verificou-se que grande parte desses clientes que aderiram às medidas estavam com risco majorado em relação ao seu risco original.

O Banco do Brasil, então, percebendo essa anomalia e que efetivamente os riscos estavam superiores ao risco efetivo que o banco estava correndo com essas operações, resolveu fazer uma ampla reclassificação nessas operações, adotando como critério básico, retornar ao risco original dessas operações antes do início das renegociações. Esse procedimento, ele inclusive, foi anterior à resolução 3499, que já foi citada, e que permite a instituição financeira fazer uma análise caso a caso das operações renegociadas e caso julgue conveniente fazer a reclassificação de risco com uma faixa de risco menor do que a atual após a renegociação.

É interessante ressaltar que a 3499, apesar dessa prerrogativa a instituição financeira, mantém, obviamente... Permite a fiscalização do BACEN, conforme art. 13 da 2682 que solicite a revisão desses critérios caso o BACEN julgue inadequado esses critérios, obviamente. Então, não há uma liberdade total do... da instituição financeira fazer essa reclassificação de risco. Nós devemos, obviamente, contra essa fiscalização do BACEN e o BACEN faz essas observações permanentemente conosco.

Então, dessa forma foi editada, posteriormente, a resolução 3499 que deu respaldo, então, ao procedimento que nós fizemos. Àquela época com essa reclassificação que o Banco do Brasil providenciou, só para os senhores terem uma ideia, nós reduzimos em 800 milhões de reais as provisões de crédito oriundas das operações renegociadas. Contudo, em julho de 2007 o Banco Central considerou inadequado esse procedimento e solicitou que a gente fizesse um estudo recomendando, inclusive, a classificação mínima em "D". Nesse ponto é importante fazer um outro esclarecimento que não há nenhuma determinação do Banco do Brasil nas suas metodologias de que as operações renegociadas sejam classificadas como no mínimo "D". Quando dessa oportunidade, a classificação nível "D", inclusive, só para explicar, ela exige que se faça um provisionamento de 10% do valor do saldo devedor dessas operações para poder cobrir eventual perda de crédito.

Vale ressaltar também que a própria KPMG que é nossa auditora independente, nessa época, em agosto de 2007, referendou os procedimentos do banco considerando-os corretos.

O assunto, então, ele foi... Houve diversas tratativas que culminaram na edição da resolução 3499 em setembro de 2007, sete meses após a melhora de risco que a gente fez nessas operações. Posteriormente, um ano após essa edição, foi feito também a pedido do Banco Central, e já estava previsto no nosso cronograma, uma revisão desses critérios que, obviamente, essas operações elas ficam com o risco marcado lá como alterado, um risco melhorado. Então, nós fizemos algumas revisões que indicaram um acréscimo de 450 milhões de provisões nesse grupamento. Esse recurso, inclusive, foi advindo daquela redução de 800 milhões que nós fizemos anteriormente e que fora contabilizada como provisão excedente, de forma exatamente amparar algum eventual agravamento de risco.

Esses 400 milhões consideraram, principalmente, operações com alguns tipos de características, quais sejam os clientes com limite de crédito vencidos, porque infelizmente no processo de renegociação muitas vezes o cliente deixa de providenciar a renovação do seu limite e a operação sem limite de crédito vencido ela em 90 dias ela vai a risco "D". Isso vale para todas as operações, não somente para carteira rural.

Também operações que migraram que estavam inicialmente marcadas com aquele risco melhorado, migraram para a nossa unidade de recuperação de crédito por inadimplência. Também não fazia sentido manter esses riscos melhores se a operação já estava em recuperação. E também operações que estavam à época classificadas com risco melhor do que o risco do cliente. Que na metodologia de análise de crédito nós temos o risco do cliente e o risco das operações que não necessariamente são iguais. O risco do cliente é um dos componentes da nossa metodologia para definir um risco de operação. No risco de operação a gente agrega garantias, características específicas das operações que podem diferenciar um risco do outro. Mas nesse caso aqui, como a gente tinha reduzido esses riscos dessas operações, posteriormente, numa análise futura desse cliente o risco subiu. Então, nós teríamos que ajustar no mínimo ao risco do cliente. Nesse sentido, então, houve um movimento de elevação de PCLD em 450 milhões.

Bom, posteriormente, ao longo de 2008 nós tivemos que fazer também o reforço de provisão de cerca de 150 milhões no conjunto daquelas operações renegociadas anteriormente que se tornaram inadimplentes. Não se fazia sentido manter um risco melhorado para esses conjuntos. Então, na medida em que essas operações iam piorando nós íamos fazendo a realocação daquela provisão excedente inicialmente constituída para poder suportar essa piora de risco.

Com o advento agora, gente, da resolução da Lei 11775 o banco está num grande processo de renegociação e conforme eu disse inicialmente, nesse processo está previsto a questão da alteração de cronograma. Então, por exemplo, quando se estabelece... Estabeleceu até recentemente, que as operações de custeio empresarial teriam prazo para a formalização dessas renegociações até dia 30/03, as operações que estavam marcadas com a intenção de prorrogação tiveram seu cronograma alterado para 30/03. Então, quando se encerra a renegociação e eventualmente o cliente não adere, o atraso, se ele começar a atrasar as prestações, começa a contar a partir do dia 30/03 e não mais retroativamente ao início da renegociação. O que já exigiria um provisionamento muito grande e essa operação iria andar vários graus na escala de agravamento de risco.

Então, na nova renegociação esse efeito, esse, vamos dizer, essa anomalia do processo ela foi inibida. A gente vai ter agravamentos efetivamente em função dos atrasos, cumprindo aí a 2682 que não há nenhum tipo de flexibilidade para o seu atendimento. A 2682 é absoluto e trata especificamente desse caso.

O Banco do Brasil tem público alvo de 18 bilhões nessa nova renegociação dos quais faltam para fazer a adesão, a formalização, que a adesão o pessoal já fez em 12/12. Faltam cerca de quatro bilhões para serem resolvidos. Dos 18 que seriam o público alvo. Então, a renegociação que amplamente atendeu nossas expectativas.

Gostaria de falar também quanto à revisão de riscos. Independentemente da 3499, nós podemos proceder a revisão de riscos a qualquer momento, desde que a agência operadora desse cliente, a agência de atendimento, submeta à Diretoria de crédito uma solicitação de revisão de riscos, obviamente, fazendo um parecer fundamentado para que essa revisão de risco seja feita e atendendo a um critério de uma amortização mínima de 30% da operação. A partir daí a gente faz as análises na Diretoria de crédito e fizemos 12 mil revisões de riscos somente o ano passado. Exatamente analisando aí caso a caso. Então nós temos cinco divisões de análise de crédito espalhadas pelo Brasil que ficam responsáveis por uma jurisdição específica e fazem essas análises. Então, houve a revisão de 12 mil operações de... em 2008.

Hoje nós estamos com um milhão e meio de limites de crédito vigente com cerca de 78 bilhões de crédito disponível para o agronegócio. Pra gente ter uma ideia desse crescimento, nós tínhamos em junho de 2007, 1,3 milhões de limite de crédito, cerca de 68 bilhões em limites. Então, houve um crescimento expressivo da ordem de 16 bilhões entre 07 e 08. A margem disponível desses limites é de 54%. Então, dos 78 nós temos 54% disponível para a operação ainda.

Finalizando, gostaria de passar alguns números da nossa carteira rural que evidenciam a parceria do banco com o setor e o crescimento... [Soa a campainha].

Um minuto. Então tudo bem. Um minuto dá pra passar rapidamente. Crescimento de 279% na carteira de 2002 a 2008. Hoje nós estamos com 63.7 bilhões com uma participação de mercado da ordem de 59.8%, superior, por exemplo, a 51.3 observado em dezembro de 2004. Do montante renegociado do banco, desde 1996, totalizam 55 bilhões de reais em operações. Os desembolsos na safra de 2008 e 2009 têm uma previsão de 30,9 bilhões, sendo que em 2004 e 2005, quando se iniciou a crise, nós tivemos uma... Um desembolso de 30.9. Outra coisa bastante relevante é que 90.6% dos nossos clientes da carteira rural não possuem nenhuma operação de renegociação. Obviamente, nós sabemos que é bastante relevante o índice de 10% que possui, é uma situação grave, tanto que está sendo tratada desse fórum, porém é bom de se relevar que 90.6% da carteira é uma carteira absolutamente saudável com o nível de risco de uma carteira comercial de boa qualidade, provando que o agronegócio é um bom negócio. E cerca de 86.4% de nossos clientes estão na melhor faixa de risco do Banco Central, de A a C, também denotando novamente que a grande maioria está atendendo aos preceitos da boa operação comercial. Bom, seria isso a minha participação. Agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós é que agradecemos, Dr. Ewerton, pela... pela sua participação. E nós convidamos aqui para participar da Mesa a autora do Requerimento, a Senadora Kátia Abreu. E, na verdade, na nossa metodologia, a Senadora Kátia Abreu deveria abrir esta reunião fazendo uma exposição sobre a visão que tem a CNA sobre o assunto. Como ela atrasou um pouco, eu já vou solicitar que ela faça a sua exposição na condição de representante da CNA. Porque ela tem uma situação aqui realmente peculiar. Ao mesmo tempo que ela é Senadora, é também representante da... É a Presidente da... Da entidade mater aí da agricultura brasileira.

Também, não é? Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigada, Presidente. Os convidados que estão aqui neste momento, obrigada pela presença.

Eu trouxe algumas lâminas, Sr. Presidente, para contextualizar a crise do setor, especialmente, para cada vez mais mobilizar o coração do Gilson, do Dr.

Gilson do Ministério da Fazenda, e também do Banco do Brasil. Vamos lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Acabou apelando, não é, para as emoções também.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu gostaria apenas, Presidente, da justificativa porque não estar aqui o Vice-Presidente de crédito do Banco do Brasil que foi convidado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela razão de uma cirurgia. Acho que é motivo relevante.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, me permite? No dia que o Adésio adoeceu, foi lá no Espírito Santo, ele foi exatamente lá a um evento entregar de uma vez só 173 tratores numa cidadezinha pequena de frente da Nova Imigrante no Sul do Estado, da região montanhosa lá. Nesse dia ele não pôde participar do evento e aí nós, então, tivemos que estar lá, o Governador, eu fui lá, um belo de um evento, cumprimentá-lo pelo evento e desejar que ele se restabeleça logo, o Adésio.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente e colegas Senadores, a nossa intenção com essa Audiência Pública que aqui nós fizemos a solicitação é principalmente para demonstrar, na realidade, o porque desse endividamento e porque o produtor rural chegou até aqui. As coisas não têm mistério. Aparentemente, pode parecer que sim, mas nós temos dados reais, concretos, sólidos de que os produtores não conseguiram pagar as suas contas, o senhor pode ter certeza que não foi por responsabilidade própria. Não queremos com isso transferir e apontar e acusar ninguém. Nós só queremos justificar com motivos reais o porquê do não pagamento das contas, pois incomoda bastante todo o setor no Brasil esta... esse debate de empurra-empurra das contas dos produtores, do endividamento.

A política de crédito no Brasil ao longo dos 20 anos, ela tem sido apenas a apresentação de um Plano Safra e empurra-empurra das dívidas. Sem uma solução concreta e real do setor. Sem atingir as causas que levaram a esse endividamento. Mas nós estamos trabalhando junto ao Banco do Brasil, o Ministério da Fazenda, Dr. Gilson, o Ministério da Agricultura, sob o comando do Ministro Reinhold Stephanes e a CNA nós estamos trabalhando um formato para o agronegócio brasileiro a médio e longo prazo. Alguma coisa que seja inovadora, moderna, para o setor agrícola, mas ao mesmo tempo alguma coisa de mercado, de práticas do setor urbano. Como por exemplo, a formalização da empresa agrícola.

Tudo isso está sendo trabalhado e a CNA representando toda a agropecuária nesse debate que já se desenvolve desde novembro do ano passado. Mas, até que esse novo formato que eu tenho certeza e muito otimismo com relação a esse possa se concretizar, nós temos um meio do caminho. Nós temos um período de uma a duas safras intermediário que alguma coisa tem que ser feito. Porque o fato de nós estarmos trabalhando uma proposta a médio e longo prazo, significa para a agricultura que é como trocar o pneu de um carro com ele andando. Nós temos que fazer a safra do ano. Não podemos esperar esse novo formato e parar o plantio no Brasil até que ele se instale.

Então, nós temos aqui uma proposta a médio e longo prazo, estamos trabalhando com o Governo pela primeira vez, não apenas a CNA apresentando um projeto e indo até o Governo entregar ele pronto, mas estamos construindo ele juntos, e alguma solução para o plantio desta safra 2009 e 10 que já deverá iniciar nos próximos meses.

Então aqui, Sr. Presidente, apenas uma fotografia dos recursos destinados para a safra 2007/08 e da safra 2008/09. Nós temos que lembrar que a safra 2007/08 foi uma safra onde nós estávamos ainda sem a crise internacional afetando o Brasil. Nós estávamos ainda numa boa fase e para se ter uma ideia os recursos disponibilizados foram de 49 bilhões e já na safra, e já a safra 2008 foram destinados 59 bi. Isso é o que foi desde o início. Mas quando nós avaliamos o que foi liberado, na realidade, o que foi liberado na realidade, num ano aonde não tinha crises, nós liberamos 27 bilhões. E já no período da crise, no mesmo tempo, julho a dezembro de 2008 e julho a dezembro de 2007 nós tivemos uma liberação menos de um bilhão de reais, praticamente, ou pouco mais de um bilhão no momento da crise. Isso já demonstra a dificuldade que o produtor se encontrou nessa safra justamente por conta do risco de tomar o recurso apesar de estar num período mais complicado. Então, nós tivemos apenas um aumento na liberação apesar de um ano bom para um ano mal, de apenas 4.12. Mas, o mais interessante é justamente essa linha. Eu gostaria que o Banco do Brasil pudesse ficar bastante atento.

Aqui são os recursos de juros controlados das exigibilidades que é o juro de 6,75 ao ano. Então, no que diz respeito aos valores das exigibilidades nós, num ano bom, tivemos a liberação de 16 bi e meio e no ano ruim de 13 bi e 800. Ou seja, nós tivemos uma queda nesses repasses no mesmo período de 16.56% a menos num ano de grave crise. Mas se nós descermos aqui e formos para os juros livres que esses juros livres só para reiterar, eu sei que todos aqui sabem, mas são os juros de 15, de 20, de 22, 23% que o pro-

dutor tem que se socorrer porque os recursos de juros controlados, claro, não são suficientes para plantar a safra. Para se ter uma ideia, a safra desse ano deverá custar mais de 150 bilhões de reais que eu vou apresentar daqui a pouco.

Então, mesmo assim demonstrando mais uma vez a incapacidade do produtor de tomar o recurso, o que interessa nesse momento não é o dinheiro à disposição. Nesse momento é a capacidade do produtor de colocar a mão, de ter acesso a esse recurso para que ele possa plantar sua safra. Então, aqui nos volumes de juros livres foram diminuídos os valores da safra 7 e 8 para a safra 8 e 9 em 13.36% foi a redução dos recursos livres, de juros livres para a agricultura. Isso demonstra o alto risco do setor e, portanto, esses recursos também mínguam de acordo com o risco do cliente. Isso teve uma redução, então, de 7.56% de recursos emprestados para a agricultura da safra anterior para essa última safra. Próxima.

Aqui é para que nós possamos demonstrar alguns aspectos. Lá vocês viram que nós temos os juros controlados e os juros livres. O que faz o agricultor brasileiro? Como apenas um terço da safra é financiado pelo Poder Público, e os dois outros terços é financiado por outras fontes como as multinacionais, as *trades*, recurso próprio, a loja da esquina que vende semente e troca por produto... Enfim, o produtor acaba se virando e fazendo uma colcha de retalhos de contratos que até o final da safra, quando ele busca cada pedacinho da colcha de retalho os produtores que estão no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Minas chegam ao final da safra com um peso de juros de 15.3%. E os produtores do Centro-Oeste brasileiro ficam com uma carga de juros de 21%. Eu pergunto a dificuldade, é importante observar, que essa planilha é do Banco do Brasil, não fomos nós que fizemos, foi o Vice-Presidente Guedes que nos forneceu.

Então, por que a carga de juros aqui fica maior em que pese esses Estados estão mais longe do porto, portanto, mais dificuldade de logística e tem um custo de produção muito mais alto? Uma das explicações é que as propriedades no Sul do país são menores e como a distribuição – eu disse isso ao Presidente Lula, ele ficou até bastante impressionado, demonstrou muita indignação -, apesar de que aqui tem um custo menor por conta da proximidade do porto, mas os juros controlados de 6,75 que é claro o recurso que todo mundo quer, ele tem um corte linear e não por necessidade. Isso não é só desse Governo, mas ao longo dos anos vem tendo um corte por CPF. Trezentos mil por produtor para soja, 80 mil para o produtor do café, independente de onde ele produtor esteja. Então, a distribuição do recurso público nós não podemos entender como uma boa e justa distribuição, infelizmente, uma coisa que precisa ser aprimorada.

Então, como aqui o corte é linear e eu recebo 300 mil por soja, se eu estiver no Sul do país a minha propriedade é menor, a característica das propriedades do Sul do país são pequenas propriedades, o recurso acaba quase que dando. E eu tenho que buscar pouco dinheiro de juro livre. E, ao contrário o Centro-Oeste onde as propriedades são maiores, o corte de 300 mil para a soja não dá pra eu plantar a minha área. Então eu tenho que buscar mais alternativas, mais créditos alternativos e, portanto, a minha cesta fica mais pesada embora eu tenha mais dificuldade de pagar a conta. Se for no Banco do Brasil, hoje, os produtores do Centro-Oeste, óbvio, têm mais dificuldades de pagar as contas. Não porque sejam piores do que os do Sul, mas é porque sua incapacidade fica totalmente demonstrada nesse sentido. O preço que ele recebe pelo saco da soja não é o mesmo do produtor do Paraná ou Rio Grande do Sul, óbvio. Próxima.

Aqui essa lâmina foi apresentada na audiência passada, também do Banco do Brasil, demonstrando que é exatamente a safra que nós reclamamos aqui todos os dias. É a safra 2003/04, 04/05, 05/06. Então, isso é uma demonstração do Banco do Brasil de que as nossas reclamações são justas, porque o próprio banco observou que de 2003 até 2008 a carteira do banco – isso não é níveis de inadimplência, isso é níveis de risco. Se a carteira do agronegócio tinha em 2003, quando não tínhamos crise, a carteira era de risco de 3% de risco altíssimo, hoje essa mesma carteira, cinco anos depois, o risco dela passou para 14,5. A inadimplência é quase que 100, 200% maior do que isso. Então, isso é a demonstração do grave risco, do crescimento dele, justamente no período em que nós estamos reclamando e vamos até o final dessa palestra. Próxima.

Aqui é para demonstrar as perdas em função do clima, exatamente nessas três safras, esse que é o terror do Brasil hoje, porque nós tivemos um encontro de crises. Nós tivemos a crise interna, causada por essas três safras e nós vamos ver aqui os quatro pontos que causaram essa crise e agora encontrando com a crise internacional que é a falta de crédito e a queda no consumo também de alimentos pelo mundo todo. Então, nós estamos numa situação gravíssima porque nós estamos no encontro de duas crises aqui no nosso país. E aqui é muito fácil de nós observarmos.

Então, em função do clima eu coloquei aqui apenas os Estados, claro, que sofreram nesse período uma seca monstruosa que foi exatamente Mato Grosso do Sul, Presidente, especialmente o Sul do seu Estado onde está o forte da produção de grãos do seu Estado,

são parte de São Paulo, Paraná inteiro, Rio Grande do Sul inteiro. Então, esse é o primeiro problema, onde estão a força da produção, grande parte da produção nacional.

Então, aqui apenas observando que a safra três, as três safras, olha o que ocorreu com a perda de produtividade. Então, quando tem seca, falta chuva, então claro, que por hectare produz menos. Então, nós tivemos que no período anterior antes na seca nós tivemos índices de produtividade de 2700 a 3200 quilos por hectare, veja bem para onde foi o Rio Grande do Sul que colheu pouco mais de 1700 quilos por hectare. Aqui é o Mato Grosso do Sul, que ficou menos de 2200 quilos por hectare. Então, isso o produtor não tem a responsabilidade sobre o clima e sobre a natureza. Isso foi um acontecimento específico e esporádico que derrubou a produtividade dando um prejuízo e uma perda de 12 milhões de toneladas para o Brasil. Se eu for transformar isso em reais, isso dá nada mais nada menos, do que 10 bilhões de reais. E ao longo dessas telas nós vamos somando os motivos das perdas nessas três safras que, ao final, nós vamos encontrar o montante de perdas que nós tivemos que é exatamente o tamanho da inadimplência que nós temos no banco. Próxima.

Aqui é o segundo motivo da perda do que aconteceu nessas três safras. O primeiro foi a questão da seca em alguns Estados, e aqui em questão da ferrugem asiática. Quando existe a ferrugem asiática que é uma doença especialmente da soja fortemente como concentrou nessas três safras especificamente por falta de planejamento sanitário que o país nunca praticou ao longo dos 10 últimos, 10, 15 anos, isso instalou-se no país de forma brutal trazendo uma perda de mais 10 milhões de toneladas de soja nos três anos que significou um gasto a mais adicional de cinco bilhões de dólares, dá em torno de 10 bilhões de reais, com o controle da doença. Porque eu tenho que aplicar mais fungicida, tenho que gastar mais hora máquina, mais combustível, eu tenho que gastar mais mão de obra na aplicação desse fungicida. A incidência da ferrugem foi em 512 Municípios do Brasil. Hoje, já está estabelecendo o vazio sanitário, já está controlando mais essa doença, mas precisamos passar por isso para que essas coisas pudessem acontecer.

Então, apenas aqui, se eu somar que essa perda em tonelada de soja por causa da ferrugem deu dez... Na realidade aqui em... 10.9 milhões de toneladas deu quanto em dinheiro, Rose? 8.6 bilhões de reais. Se eu somar 8.6 bilhões de reais mais 10 bilhões de reais e lá atrás por conta da seca mais 10 bilhões de reais, eu vou encontrar apenas nesses três itens, uma perda nessas três safras de quase 30 bilhões de reais que o agricultor perdeu por conta da seca, da ferrugem asiática, porque ele perdeu tonelagem, perdeu produtividade e teve que aplicar mais fungicida. Próximo.

Ainda, o terceiro motivo que essas três safras foram negras que essa safra foram safras negras para o agricultor, ainda tem o componente cambial, o dólar flutuante. Nós não pretendemos entrar no mérito da política monetária, mas ela pode ser saudável para o país de alguma forma, mas para a agricultura ela é desastrosa. Foi desastrosa, está sendo desastrosa.

Nessas três últimas safras é muito importante e fácil de observar. Nós temos aqui então julho de 2002 iniciando a primeira safra aonde tivemos a grande crise.

Aqui é o dólar e aqui a taxa Selic. Então, se você pegar o início que é o início do plantio da safra julho de 2002 e a colheita que é março de 2003, nós iniciamos a safra, nós iniciamos a safra com o dólar num patamar e depois ele teve uma variação. Teve uma subida do dólar. Agora começaram-se as crises onde eu plantei com o dólar alto e quando eu colhi o dólar estava baixo. Depois plantei de novo com o dólar pensando que estava estabilizado, quando eu colhi o dólar caiu de novo. Depois eu imaginei: Agora ele não cai mais. Vou plantar de novo. Plantei de novo com o dólar alto, e quando fui colher, colhi de novo com o dólar baixo. Isso significa que se eu precisava de 10 sacas para pagar a minha conta, eu tive que praticamente dobrar o número de sacas de soja para pagar a mesma conta com essa desvalorização cambial que foi terrível para o setor. Próxima.

Aqui ainda é o balanço dessas três famigeradas safras aonde nós tivemos uma queda dos preços no mercado interno. Esse patamar aqui é a variação do dólar. E aqui nós temos essa... essas bolinhas vermelhas é o câmbio e aqui nós estamos estabelecendo o preço dos produtos. Então vamos ver o que aconteceu exatamente nas três safras nesse período.

Em junho de 2002, o que aconteceu com o dólar e o preço? O câmbio e o preço estavam no mesmo patamar. Não tinha problema nenhum para o agricultor. Quando chegamos em fevereiro de 2004, o que aconteceu? O câmbio caiu e o preço subiu. Que estabeleceu de certa forma uma compensação entre esses dois fatores. O que é o desastre para nós nesse sentido em termos de preço? É a safra de junho de 2004 até fevereiro de 2007 que é o pior dos mundos. O câmbio caiu e o preço também caiu. Não há quem consiga pagar a conta. Porque quando o dólar cai, mas o preço sobe, há uma compensação que acaba equilibrando e eu ainda preciso do mesmo tanto de saca de soja para pagar. Agora, quando o dólar cai e o preço internacional também cai, essa hipótese alguma eu consegui pagar

minha conta e isso está acontecendo desde outubro de 2004 até fevereiro de 2007. Exatamente.

E aqui nós vamos observar que nós estamos tendo a compensação. O dólar caiu, mas os preços subiram. Então, de certa forma um está matando o outro. Então, esse período aqui foi terrível, fatídico e que nos empurrou para literalmente o inferno. Próxima.

]Aqui é para apenas demonstrar que os estoques internacionais, os estoques mundiais tiveram um acréscimo, embora pequeno mas houve um aumento dos estoques internacionais e nós sabemos que mais produto, mais estoque, o preço cai. Então, é só mais uma demonstração do que eu disse anteriormente. Vamos lá.

Quanto que nós perdemos nesse período? Aqui nós ainda estamos falando: Safra 2004 até 2006. Nós tivemos uma perda de 23 e 800 bilhões de reais nesse período de PIB. O PIB do agronegócio sofreu uma perda de 23. Se nós pedimos ao Banco do Brasil os valores de custeio e investimentos prorrogados no Banco do Brasil, vão dar exatamente em torno deste valor que veio em consequência de todas aquelas crises anteriores com a perda do PIB que a perda do PIB é perda de renda e, portanto, incapacidade total, empobrecimento total e absoluto. Portanto, é exatamente os valores que nós devemos ao banco. Próximo.

Aqui apenas para demonstrar que nós temos 32 normativas em cinco anos de prorrogações. A cada prorrogação aqui, aparentemente, significa um alívio para o produtor, mas na realidade significa o aprofundamento do inferno. Porque a cada ano prorrogado, a cada parcela prorrogada que é apenas um empurra-empurra para plantar aquela safra, nós temos uma alteração no risco dos contratos daquele produtor. Então, acaba que ele prorrogando e perdendo o crédito. A cada produtor, cada produtor que vai ao banco e aceita a nova renegociação parece incrível, normalmente ele é chamado a pagar 10 ou 15% com a parcela e prorrogar o restante, há o momento que ele faz isso, ele perde totalmente o crédito do banco porque na análise que o senhor aqui explicou, o risco dele altera enormemente.

Então, essa tela é para apenas mostrar que apesar de que o Governo possa ter boa vontade de no sentido de prorrogar as parcelas, não tem efeito prático, não tem efeito consistente de resolver o problema definitivamente. Próximo.

Aqui são dois exemplos de contratos que nós estamos aqui divulgando, não o nome dos produtores, mas eles próprios que mandam para gente os seus contratos e as suas planilhas, apenas para que possam ficar e nem nós estamos fazendo propaganda de Massey Ferguson, mas aqui é um trator Massey Ferguson 680 que, provavelmente, nós podemos cobrar algum merchandising. Ele tirou a linha de crédito FINAME, o valor contratado 124 mil e 800, o ano que ele contratou foi 2003, portanto, tem cinco anos; a taxa de juros 12,75 ao ano; prazo de pagamento cinco anos. Valor total que pagaria sem prorrogação. Então ele dividiu em cinco anos, faz de conta que ele deu conta de pagar certinho. Vocês estão vendo que ele tomou o dinheiro em 2003, que foi exatamente quando começou as três crises bravas, as três safras consecutivas. Então, portanto, isso aqui ele não conseguiu pagar. E na sua prorrogação feita no Banco do Brasil, por exemplo, a primeira parcela em 2006 e a última em 2009, já daria um valor de 223 mil reais que ele estaria devendo hoje. O valor do trator novo, hoje, é 180 e o valor do trator dele, hoje, usado, é 80 mil reais e ele deve ainda 223 mil reais depois de prorrogado esse trator.

Aqui uma colheitadeira Massey Ferguson 34, linha de crédito FINAME, o valor contratado 378; ano da contratação 2004, justamente no meio da tempestade da crise, aonde, claro, essas prorrogações de investimentos que o produtor não dá conta de pagar é exatamente o investimento altíssimo que ele fez 2003/04, e de cara enfrentou três safras consecutivas de terror e, portanto, ele não conseguiu pagar suas parcelas de investimento e muito menos de custeio do ano. Custeio é o recurso que ele tira para plantar naquele ano e tem que pagar. Então aqui aconteceu, mais ou menos, a mesma coisa. Depois da prorrogação, a colheitadeira, o valor do contrato passou para 592 mil reais, mais de meio milhão de reais, o valor amortizado já foi 87 mil e o valor da colheitadeira nova, hoje, é 400 e da velha 220.

Então, se ele resolver vender a máquina dele para pagar de forma correta, perdeu o instrumento dele de trabalho para que possa continuar pagando as contas, mas se falar assim: "Vou encerrar minha vida hoje e não quero mais ser doido, não quero mexer com agricultura, vou pôr juízo na cabeça". Se ele vender a máquina ele não consegue pagar ainda sua conta. Ele fica devendo. Próxima.

Aqui é o aprovisionamento. O que significa isso? Todo mundo aqui sabe, especialmente os membros da Mesa. Isso é exatamente um dos itens que sobe o risco do produtor. Se ele estiver enquadrado em cada um desses riscos, claro, que esse é melhor e esse é o pior. A cada parcela daquele trator ou daquela colheitadeira que ele vai prorrogar, o banco tem que pegar o valor daquela parcela e aprovisionar, guardar num canto porque caso o produtor não pague o dinheiro está lá aprovisionado para pagar aquela conta, para cobrir aquele valor. Só que aquele dinheiro que fica lá aprovisionado, ele tem taxa de juros. E o percentual

do aprovisionamento. Então, se eu sou do risco "A", do valor da minha parcela só aprovisiona 05. Mas, se eu estou no risco "E", vai aprovisionar 30% da minha parcela. Então, quem paga o juro desse aprovisionamento também é o produtor. Então, ele paga não só o juro da parcela como o capital, ainda o juro do aprovisionamento. Então, quando maior o risco, maior o valor, óbvio que tem que deixar reservado para o risco e a prorrogação da parcela. Próxima.

Aqui nós ainda estamos atualizando, deverá ter uma queda nesse valor. Nós levantamos toda a necessidade nacional da safra 2009/10 com custos de produção atualizadíssimos, nós temos um convênio com a ESALQ-CEPEA, aonde atualiza os custos de produção das cadeias mais dinâmicas do país todos os dias. Então essa conta é do mês de... final de fevereiro, março, de março, mas nós acreditamos que já tenha um valor menor, que o custo de produção teve uma pequena queda. Então para sermos bastante honestos isso vai reduzir a necessidade. Pouca coisa, mas vai.

Então nós precisamos para 2009 e 10, que é o nosso grande problema, nosso, do Governo e do Brasil, é que para a cana-de-açúcar eu preciso de 27 bi e meio, para o café eu preciso de 14 e tanto, para os grãos em gerais eu preciso de 78, para bovinocultura de corte eu preciso de 34 e a de leite 12600. Então, a safra 2009 e 10 vai custar 150 bilhões de reais toda ela. Quando nós até divulgamos isso alguns jornalistas... Eu não fiz me entender bem, entendeu que era o valor solicitado ao Governo. Isso é o que custa a safra. Agora, o Governo é que tem que avaliar quanto vai disponibilizar para desse valor o que vai poder disponibilizar. Próxima.

Aqui é apenas para que nós possamos avaliar. Eu separei aqui só os grãos. Portanto, eu vou precisar de 78 bilhões, quase 79 só para financiar, algodão, arroz, feijão, milho, soja, trigo e demais que é pouca coisa no país, mas nós precisamos de um total disso. Imaginando que nós vamos manter a mesma área, 48 milhões de hectares. Se ninguém reduzir área, não aumentar a área mas também não reduzir, nós vamos precisar para os grãos de quase 79 bi. Então vamos pegar só o *funding* da soja. Como é que a soja deverá ser financiada baseado no que ela foi financiada ano passado? Então, os bancos entraram com quase sete bi, recursos próprios do produtor 12 bilhões, as *tradings* entraram com quatro bi e defensivos, as empresas de defensivos que fazem troca de produto com defensivo entram com dois bi e outros penduricalhos com 500 mil reais. Esse é o total do *funding* da soja.

Qual é a nossa preocupação neste momento? Nós temos que entender que o valor que a trading financia a soja e as empresas de defensivo é exatamente o valor que o banco financia. Então, se nós tivermos uma colheita ruim vai comprometer esses valores de recurso próprio. Se nós tivermos uma colheita ruim, também vai interferir no valor que a trading empresta. Somando-se aos recursos internacionais que foram reduzidos por conta da crise, que é uma crise de crédito, uma crise de confiança e uma crise de mercado. Então, avaliando a dúvida que gira em torno disso e desses valores, isso nos preocupa. Porque se tirar 25, quase 26 bilhões, quantos por cento são dos bancos e que pode estar garantidos para simplesmente para a soja? Se falhar aqui, a trade, se falhar o defensivo, quem é que vai cobrir esses valores? Claro, que isso não vai sumir 100%, mas imagine uma redução nesses recursos da ordem de 30%. Quem que poderá cobrir esse *funding* da soja para que a safra de soja, especificamente, possa ser plantada? Então, é apenas algumas preocupações que o setor está passando e que nós temos que dividir com o Senado Federal e com as autoridades que estão aqui presentes. Próxima.

Bom, agora vem a resolução que nós discutimos aqui na Audiência Pública passada e que foi motivo desta nova Audiência Pública. Eu sei, Sr. Ewerton, que o banco não é obrigado a fazer. O banco não é obrigado a fazer. Mas o banco pode fazer. E se nós estamos diante de uma crise que o banco conhece muito mais do que nós, uma crise do passado e uma crise de falta de crédito e de um risco elevado, eu tenho certeza absoluta que com a força do Governo, da fazenda e do Banco Central isso poderia ser revertido. Esse recálculo para nós é fundamental. Porque o senhor sabe muito bem que se ficar o risco da altura que está, os valores disponibilizados do crédito oficial para a agricultura, os produtores fatalmente não conseguirão tomar esse dinheiro.

Então, aqui a resolução do Conselho Monetário é muito clara ao tratar dos riscos, no art. 3º e 8. Mas o art. 13º que foi aonde o Banco Central se baseou para fazer a carta autorizando, exatamente permite que o Banco Central do Brasil poderá baixar normas complementares e baixou, – vou mostrá-la na próxima tela – necessárias ao cumprimento disposto nessa resolução bem como determinar reclassificação de operações com base nos critérios estabelecidos nessa resolução nos níveis de risco de que trata o artigo primeiro. Então, Dr. Gilson, isso para nós é da maior importância. O Banco Central permite, estão em todas as regras de mercado que esse risco possa ser reavaliado que eu tenho certeza absoluta que o número muito maior de produtores poderão ficar num risco menor e, portanto, tomar o crédito para a safra. Eu acho que é uma decisão de Governo, é uma decisão de banco. Eu sei que o Banco do Brasil não é aquele banco de 20, 30 anos

atrás aonde priorizava a produção, o Banco do Brasil é um banco como o outro qualquer, como Bradesco, Itaú, que obedece as regras do Banco Central absolutamente. Claro, entendo isso perfeitamente, não há aqui nenhuma crítica nisso. Apenas um fato, o Banco do Brasil não é mais como antes. Depois de todas essas crises e isso é fatalmente, não quero fazer uma análise negativa desse comportamento, muito pelo contrário. Banco é banco. Não existe banco bom companheiro. Existe cliente bom pagador.

Então, eu tenho certeza que nós estamos diante de uma crise. Aonde nós poderemos ter uma redução de área. Aonde nós poderemos ter uma redução na aplicação de fertilizantes, de tecnologia em geral, portanto, uma redução do emprego. Portanto, uma alteração no preço dos produtos. Então, se isso for importante para o Brasil os produtores não vão plantar. Se não tiver acesso a recurso não vão plantar. Vão reduzir fatalmente a sua área e é o que nós estamos aconselhando de forma muito equilibrada. Não adianta aumentar a produção. Neste momento, não interessa ao Governo e nem a nós produtores recorde de safra. Nós queremos recorde de produtividade para pagar a conta. Não adianta eu produzir um volume recorde se eu não ter quem vai comprar e quem vai comer. Porque vou criar excedente, eu vou deprimir preço e depois vou lá na porta do Gilson e do Banco do Brasil pedir prorrogação e o Governo tem que fazer a equalização. Quando nós estamos pedindo juízo aos produtores no sentido de observar o mercado, nós não estamos jogando para baixo. Pelo contrário, nós estamos dando um conselho profissional. Eu não posso continuar produzindo mil pães se os meus clientes há um mês reduziram e estão comprando 800 pães por dia. Não posso jogar 200 pães todo dia fora. Se a minha clientela reduziu valor de compra, eu tenho que reduzir valor de área. Isso é óbvio. Isso é de mercado. Isso é o equilíbrio. Então, são todas essas questões que têm que ser avaliadas. Próxima.

Baseado naquele art. 11º, então, o Conselho Monetário Nacional estabeleceu que no seu art. 1º na resolução 3499, respaldando o Banco do Brasil a fazer e os bancos que gerem FCO e FAT, que também é Banco do Brasil. *As operações de crédito rural renegociadas ou prorrogadas ao amparo de decisões do Conselho Monetário Nacional podem a critério da instituição financeira, a critério da instituição financeira ser objeto de reclassificação para outra categoria de menor risco*. *Não se aplicando nestes casos o contido no artigo 8º da resolução 2682 de 21 de dezembro*. Então, é mais um apoiamento, mais uma legalidade composta para que o banco possa tranquilamente fazer a reavaliação desses riscos. *O disposto no caput aplica-se também às operações*... Apenas reafirmando e incluindo aqui os fundos constitucionais e o FAT. Próxima.

Aqui nós fizemos, nós nos atrevemos a fazer alguns pontos que nós pretendemos entregar junto com o Ministro da Agricultura ao Presidente Lula, de algumas ações, ações simples, mas ações pontuais para minimizar os abalos dessa safra 2009/2010, aonde nós iniciamos com o ponto mais importante, deles todos talvez, que é a reclassificar as operações de crédito, que eu disse agora a um minuto atrás, baseado na resolução do Banco Central. Constituir um fundo para assumir o risco das operações de crédito renegociadas ao amparo da Lei 11775 que é exatamente aquele aprovisionamento. Se nós... Aquilo minimiza. Se eu pagar menos juros, também dou aprovisionamento, eu posso diminuir meu risco e, portanto, melhorar a minha capacidade de pagamento e tomar mais recursos.

Como caiu a Taxa Selic, eu acho que isso aqui poderá ser automático, a redução também dos juros das exigibilidades de 6,75 nós calculamos o mesmo percentual que a Selic caiu, e a Selic é que gera o mundo mesmo e o Brasil, então nós também queremos que haja uma redução dos juros na proporcionalidade da queda da Selic, seria da maior importância para nós, Dr. Gilson.

Isentar o IOF nas operações de crédito rural, o que implica na economia... O que implica na economia de 247 milhões de reais para o setor. Considerando o volume de crédito disponibilizado no Plano Safra passado – que poderia ser o mesmo, 65 milhões -. Então, se o Governo disponibilizar 65 bi e 70, nós poderemos economizar de IOF 247 milhões. Lembrando que nós não pagávamos IOF sobre as operações de crédito. Começaram em 2008. Então, pelo menos no momento de crise nessa safra e na próxima até a gente poder passar esse período intermediário, eu acredito que seria uma medida bastante importante, haja visto que o Presidente tem dado essas isenções a outros setores da economia também para ajudá-los diante da crise. Como o setor automobilístico, em primeiro lugar, o setor da construção civil, então, eu tenho certeza que ao entregarmos junto com o Ministro da Agricultura isso poderá ser prontamente atendido.

Criar o programa de subvenção ao frete, principalmente para os Estados que estão longe do porto, isso o Dr. Gilson conhece bem como funciona, nós gostaríamos que a subvenção não pudesse ficar nas mãos erradas, pudesse ficar nas mãos corretas que é na mão produtor para que ele tenha poder renegociação, poder de barganha com esse crédito do frete na mão, porque hoje esse crédito é todo transferido para os fornecedores, para as *trades* que negociam como querem com os produtores e nem sempre passando

esse subsídio e é uma política, uma política, às vezes, que o Governo dispõe para ajudar o produtor mas que não chega até ele.

Então, se nós acharmos uma forma e uma maneira que é totalmente possível de entregar esse programa de subvenção ao frete na mão do agricultor por quilômetro rodado de onde está sua propriedade até o porto, eu tenho certeza que ele fará melhor negócio e nós poderemos então diminuir o risco do produtor. Esses produtores que estão no Centro-Oeste em maior dificuldade, seu Estado, o meu também, Tocantins, se nós tivermos esse subsídio claro que o banco entende que nós também temos uma capacidade de pagamento maior porque nós vamos ter a condição de acréscimo, de ajuda no nosso custo de produção.

Redução do preço do óleo diesel. Nós até debatemos esse aqui numa oportunidade, a questão do diesel que do ano de 2000 para cá o diesel subiu 153% e a gasolina 53. E os preços atuais do diesel estão baseados ainda no barril do petróleo de 60 dólares. Então, nós fizemos algumas projeções, um pouquinho pra menos, um pouquinho pra mais, mas não apenas um valor direto, mas contabilizamos, Gilson, impostos e tudo, e encontramos uma possibilidade de redução do óleo diesel em torno de 23% que poderá ser um pouco menos, mas já daria também uma economia de três bilhões e 400 milhões de reais. Se isso for estendido para o setor de transportes e energia, essa economia dessa redução daria para... daria em torno de 11 bilhões de reais porque o transporte diz respeito a nós. O transporte da safra é muito importante e é um componente de custo de produção significativo na nossa safra. Mas apenas do setor agropecuário, nós teríamos já uma economia de 3.4 bilhões. Quase 3.5.

E isentar a cobrança do fundo de Marinha Mercante de fertilizantes por dois anos. O que acontece hoje? O que resultaria na economia de 200 milhões de dólares. Isso é perfeitamente possível, Presidente, fazer com a MP, uma Medida Provisória, ou um Decreto, encontrarmos subsídio para isso. Nós já tínhamos aprovado aqui uma ocasião, aprovado uma MP, uma emenda minha, para isentar definitivamente o Fundo da Marinha Mercante da importação de fertilizantes. Por quê? Porque 70% do fertilizante usado no Brasil é importado. E quando um navio vem de longa distância, existe uma lei que diz: Todos os navios... Todos os fretes de longa distância, longa distância é porto brasileiro para qualquer porto do mundo. O navio chegou no Brasil independente de ser fertilizante ou qualquer carga, 25% do valor do frete daquele navio vai para um fundo para financiar a indústria naval brasileira – também não é invenção desse Governo, já muitos anos que é assim. E quando é de cabotagem que é de um porto brasileiro para um porto brasileiro, qualquer valor de frete, 10% vai para esse Fundo da Marinha Mercante. Quer dizer, eu penso que a agricultura brasileira não está em condições de financiar a Marinha Mercante nacional em que pese eu acho da maior importância apesar da sua ineficiência ainda tecnológica, participou das concorrências da Petrobras, mas teve que buscar parceira de empresas internacionais, o Presidente tomou essa medida para fortalecê-los, está fazendo realmente eu reconheço que está fazendo o que pôde, mas é ineficiente, tecnologicamente ineficiente e nós, não quero nem discutir esse mérito. Acho que a Marinha Mercante brasileira tem que ser muito forte, mas não às custas dos plantadores de soja lá do meu Tocantins, de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Paraná, Rio Grande do Sul... Nós não podemos pagar essa conta. Nós não temos condições de pagá-la. E nós até aprovamos aqui na Câmara e no Senado a isenção definitiva, mas houve, sofreu um veto e nós estamos pedindo ao Presidente, então, que avalie pelo menos por dois anos por esse período de safra.

Quer dizer, nós estamos ali, de certa forma, humildemente pedindo um pouquinho aqui, pouquinho ali no sentido de melhorar a performance do plantio dessa safra 2009/10. Nós não estamos colocando nada ali que seja uma aberração, que seja alguma coisa fora do normal, um privilégio que seja diferente dos demais. Absolutamente. Todos os pontos que nós ali colocamos, todos têm muito sentido lógico, muito sentido econômico, muito sentido financeiro nessa questão.

Então isso aí são as sugestões para a agricultura como um todo. Agora eu vou apenas falar alguns pontos específicos. Próximo.

Com relação à bovinocultura de leite eu quero lembrar aqui que nós temos 800 mil produtores de leite comerciais. São cinco milhões de propriedades rurais no país, claro que a maioria delas tem leite, mas produção, consumo próprio, uma vendazinha muito insignificante, mas nós temos 800 mil, quase um milhão de produtores comerciais nesse país. Que aumentaram a produção de leite em três vezes nos últimos 10 anos. E quase que 100% desses 800 mil produtores são micro e pequenos produtores no Brasil. Nós estamos pedindo para isentar o sal mineral e rações da cobrança de PIS e COFINS, numa ocasião nós conseguimos essa isenção neste Governo, nós conseguimos isentar os insumos da agricultura, mas não conseguimos isentar o imposto da pecuária. Então, isso significa muito. Para se ter uma ideia, eu apresentei isso em audiência com o Presidente Lula, que a pecuária de corte, os preços da pecuária de corte nos últimos seis anos tiveram aumentos de 36%, uma variação de 36% no preço da carne pago ao produtor. Em compensação o seu custo

de produção cresceu 73% e especificamente sal mineral 183%. Houve um aumento no mesmo período. Então, 37, 76 e 183. Então isso justifica essa solicitação de também, parece que já existe um sentimento desse do Governo de retirar, pelo menos o Presidente demonstrou na audiência, para que o Ministro da Agricultura pudesse estudar com a fazenda esse ponto.

Nós estamos solicitando um pequeno aumento no capital de giro das indústrias e cooperativas de leite do país para 50 milhões e estender o prazo de pagamento de 180 para 270 dias. Aonde eles teriam um prazo maior de pagamento desse capital de giro porque estamos diante de uma crise. E leite não tem jeito de guardar, não. Guarda a carne, guarda o boi em pé, a soja no armazém, mas o leite não tem como, não. O leite tem que vender todo dia ou jogar ele fora.

Então, esse período para a crise, Gilson, seria da maior importância para dar um pouco mais de flexibilidade, justamente por conta da safra e entressafra, onde o produtor teria mais condições. Para a bovinocultura de corte, nós estamos pedindo a devolução dos créditos tributários dos frigoríficos, em processo de recuperação judicial, nós já falamos sobre isso aqui, condicionado ao pagamento dos pecuaristas. Ou considerar o crédito tributário como garantia suficiente para alavancar recurso. Então, o Governo não tem... O Governo não tem recursos para devolver aos frigoríficos esse crédito, mas o Governo pode autorizar o Presidente da República pode autorizar aqui esse crédito, sirva de alavancagem para que os frigoríficos tomem mais dinheiro e paguem os pecuaristas fornecedores. Então, esse crédito pode servir de garantia de força para arrecadar mais. O Ministro da Agricultura Reinhold Stephanes está trabalhando duro nisso, deverá despachar nos próximos dois dias também com o Presidente.

Prorrogar o custeio pecuário das exigibilidades, poupança rural e dos fundos constitucionais. Por quê? Porque os custeios foram prorrogados, mas tanto agrícola como o pecuário, das exigibilidades não foi prorrogado. Por que não foi prorrogado? Porque é o juros de 6,75. E o banco entende que só pode emprestar no ano seguindo o que ele recebe de pagamento do produtor. Então, ele não prorroga para fingir que vai receber, mas não vai receber. Então, a não prorrogação desse valor é justamente a confiança de que o produtor deverá vender sua colheitadeira e seu trator e pagar para que o banco possa emprestar de novo, talvez, para aquele mesmo agricultor.

Criar uma linha de crédito especial para a pecuária com limite de crédito de até 200 mil para o produtor, que também na realidade é um capital de giro para que ele possa melhorar a sua performance. Próximo.

O café, que nós temos que consolidar o passivo da cafeicultura em um novo programa de renegociação incluindo os recursos do *funding* café, recursos obrigatórios e CPRs. As condições de renegociação serão estudadas pelas equipes técnicas do Mapa, Ministério da Fazenda e CNA. Mas o café se eu pudesse listar do pior os piores, eu poderia colocar o café, eu poderia colocar a cana e o algodão neste país, que estão numa situação de calamidade pública. A cana-de-açúcar, incluir a cana-de-açúcar na política de garantia de preço mínimo, PGPM, e a realização de leilões em prêmio equalizador pago ao produtor rural. O que ocorre? Para que eu possa participar, para que possa ter recursos para que um item da produção, soja, ou algodão, ou milho que o Governo possa destinar recursos para a equalização de preços, para restabelecimento de preços, para PEPRO, PROP para várias siglas que tem dos leilões reversos, aquele produto tem que estar incluído, sendo incluído pelo Conselho Monetário Nacional a pedido do Ministério da Agricultura nesse PGPM que é o Programa de Garantia de Preço Mínimo. Se a cana não estiver incluída e aprovada pelo Conselho Monetário para estar no PGPM, o Governo não pode destinar recursos para que possa haver leilão para restabelecer preço de produção. E o preço da cana no país está uma coisa exorbitante, muito além o preço abaixo do custo de produção. Tanto o leite... Eu não sei nem qual é pior. O leite hoje o preço está 0,53, o custo de produção está 0,75. Não sei como é essa mágica. Então, esse específico para cana-de-açúcar. E eu encerro por aqui pedindo desculpas ao Presidente pela demora e aos demais aqui visitantes da Mesa, mas por enquanto é isso aí, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Vamos passar agora ao próximo expositor.

Como falou a representante da CNA, Senadora Kátia Abreu, nós vamos ouvir também agora o representante da agricultura familiar, o Sr. Antoninho Rovaris que representa aqui a CONTAG. Com a palavra Sr. Antoninho.

SR. ANTONINHO ROVARIS: Bom-dia Sr. Presidente, Bom-dia aos demais Senadores, representantes dos outros poderes aqui convidados.

Nós gostaríamos de começarmos colocando, basicamente, que no início da fala da Senadora Kátia ela coloca e nós concordamos plenamente com isso. Ou seja, o Brasil vive de planos em planos. Anualmente, se tem um novo Plano Agrícola, seja ele para a chamada agricultura comercial ou para a nossa agricultura familiar. E isso caracteriza concretamente a descontinuidade e principalmente a falta de confiança dos agricultores num país e numa política agrícola de

um país que, na verdade, ela é cheia de retalhações e cheia de retalhos. Essa é a grande realidade da política agrícola brasileira.

Então, a primeira questão que nós levantamos aqui para os Srs. Senadores e para os demais convidados do Governo é basicamente que o Brasil precisa de uma nova política agrícola brasileira. Acho que essa é a primeira questão básica de todo esse processo de discussão sobre a questão endividamento, sobre a questão antecipação de recursos, porque na prática nós estamos produzindo anualmente uma leva enorme de endividados. Essa é a grande realidade brasileira. Nós temos na agricultura familiar cerca de 655 mil agricultores familiares que foram a princípio inclusos nessa MP 432 que virou na 11775, mas que uma grande parte deles não se apresentaram até o dia 12 para fazer sua renegociação. E por quê? Porque não tem mais o que renegociar. Essa que é a grande realidade brasileira. Ou seja, os números apresentados pela Senadora durante a safra 2003 a 2006 que foram fatídicos, representam exatamente essa realidade brasileira, o que leva a termos esses milhões e milhões de agricultores que estão numa realidade triste e eu diria uma realidade muito difícil e fruto de uma política perversa do próprio Governo. Porque na época não se tinha nenhuma forma de garantia para se pudesse estar, ao liberar um crédito para esses agricultores, pudesse dar uma mínima garantia para que esses agricultores sobrevivessem às chamadas turbulência de mercado ou às chamadas intempéries climáticas. Nós não tínhamos naquela época seguro, não tínhamos naquela época preços mínimos nem política de garantia se tinha na prática naquele momento.

Bem, nós chegamos em 2004 na agricultura familiar e conquistamos, nós entendemos um grande instrumento de garantia que nós chamamos que é o CEAF que nós chamamos de Proagro Mais. Esse instrumento para nós tem sido relevante e tem garantido pelo menos minimamente uma condição de que os agricultores familiares conseguem ter, ao perderem por fatores climáticos, nem todos, evidentemente, se consegue ainda se manter porque tem uma espécie de uma bolsa de renda que garante a esses agricultores uma certa condição de permanência na agricultura. Agora, isso não significa que esse agricultor conseguiu sair do nível de empobrecimento que ele foi colocado com a perda das safras. Essa que é a grande realidade. Ou seja, você tem seguro, mas você, simplesmente, cobre o débito bancário, na grande maioria, às vezes, nem todo, mas consegue uma bolsa de renda por seis meses, que hoje está na faixa de 2500 reais, até o ano passado era apenas 1800, mas isso não significa que esse agricultor familiar evoluiu. Ele, praticamente, estagnou ou diminuiu na sua capacidade produtiva. Então essa é uma questão básica.

Nós entendemos de que o Brasil precisa, efetivamente, ter uma política agrícola que garanta a renda para os nossos agricultores. Não adianta nós lutarmos... A CONTAG hoje está trabalhando numa lógica que não adianta nós lutarmos por 20 bilhões, 30 bilhões, o nosso Plano Safra foi 13 bilhões esse ano, nós não temos capacidade, obviamente, tem VBCs baixos, tem endividamento, tem restrições bancárias, tem capacidade de pagamento estagnada em função das renegociações, tem uma série de fatores, mas nem os 13 bilhões serão aplicados na agricultura familiar esse ano.

Então nós entendemos que não há mais o que nós lutarmos por aumento de recursos. Nós temos que lutar, na nossa avaliação, para que se tenha um preço mínimo, que nosso caso é o Programa de Garantia de Preço do Agricultor Familiar chamado na PGPAF, na sigla, que nós tenhamos um PGPAF que ele não garanta apenas a questão bancária. Ele tem que vir como uma complementação de renda para esses agricultores como forma de você garantir a continuidade desse agricultor lá na propriedade rural, no seu... na sua pequena comunidade, convivendo com seus semelhantes na busca, com isso, de nós fazermos uma estabilidade na agricultura, especialmente na familiar e nos assentamentos, que a gente consiga com isso evitar um pouco o êxodo rural que está ainda a cada ano vindo mais frequente.

Então, essa é uma questão muito concreta para nós. Nós não estamos lutando por antecipação de recursos nesse momento, agricultor familiar, nós não estamos falando muito em recurso nesse momento. É necessário? Sabemos que sim. Mas nós estamos trabalhando numa lógica de que a gente precisa fazer uma política de garantia de renda para a agricultura brasileira. Obviamente, tem os patamares. Não queremos aqui separar duas agriculturas, não é esse o nosso objetivo, mas sabemos que agricultores com maiores condições também tem maiores condições, digamos, de sobrevivência que não é o caso da agricultura familiar.

Outra questão que acho que a Senadora traz com muita propriedade, que está no momento, passou pra mim, mas é o momento ainda de nós trabalharmos, é a questão tributária. Ou seja, foi colocado aqui se dá isenção fiscal para várias cadeias, para vários segmentos da sociedade brasileira e um segmento que é estritamente de ordem, vamos chamar, de segurança nacional, você tem uma disparidade em alguns setores em que não traz a compensação necessária para que você tenha essa chamada estabilidade no campo. Então acho que essa questão da tributação, por

exemplo, do diesel, que é ainda hoje um instrumento fundamental na movimentação da agricultura brasileira, tem que ser estudado. Ele tem que ser realmente colocado como uma questão forte e que venha a trazer, digamos assim, a redução de custos como forma da gente ter uma condição melhor.

A questão dos fertilizantes, ou seja, o Brasil ao longo, especialmente de 99 para cá, praticamente, estagnou toda a parte de produção, de pesquisa, em cima da questão de fertilizantes, tanto que hoje estamos aí com 70% a ser importado de fora. Ou seja, acho que esse é um grande investimento que o Brasil também tem que fazer no sentido de que haja uma condição mais concreta de oferta de concorrência, sabemos todos que há uma espécie quase que de um monopólio nessa questão de fertilizante, para não chamar uma palavra mais forte e que precisa também estar sendo colocado como um fator fundamental dentro desse processo de redução de custo e de competitividade da agricultura brasileira.

Uma outra questão, que acho que é fundamental que os senhores também já estão discutindo e nós estamos, digamos, tentando trabalhar é a questão ambiental. Hoje a questão ambiental no Brasil ela se traduz numa situação em que muitos agricultores não têm uma perspectiva real de como vai ficar sua propriedade. Essa é a realidade brasileira. Você tem uma Legislação e muita... digamos, muitas legislações que trazem uma confusão muito grande junto ao campo brasileiro e estudos recentes colocam de que se toda a parte dos chamados compromissos ambientais que o Brasil assumiu signatário, nós vamos ficar com 26% apenas da... do território nacional à disposição, não só da agricultura, evidentemente, de todos os setores. Quer dizer, isso significa, na prática-— [soa a campainha]. Mais um minuto, por favor.

Isso significa, na prática, de que a agricultura brasileira se encontra num patamar e numa indecisão, na minha avaliação, muito concreta no sentido do seguinte: Qual é o caminho que nós temos que trilhar? Ou seja, o Brasil vai se transformar nessa grande potência mundial de maior produtor de grãos, todo esse processo, digamos, de um grande exportador que já é e vai continuar nesse rumo e será no futuro, possivelmente, um dos maiores países na área agrícola mundial, como o grande fornecedor de alimentos para toda a humanidade? Esse é o caminho? Ou o Brasil vai ter que, como diria na gíria, colocar o pé no freio e buscarmos a partir de agora uma situação de menos positividade, de menos avanço em termos de produtividade, de menos expansão e buscarmos com isso, fazemos com que a agricultura brasileira continue, ou será talvez, no futuro uma agricultura que vai perder uma oportunidade na busca de ser esse maior produtor mundial e que nós lamentaremos com certeza nos próximos anos por essa indefinição com relação à política agrícola, com relação à questão da política ambiental nesse país e sim para nós o importante é que nós tenhamos claramente do Governo rumos e principalmente um Plano Agrícola que venha formatado de uma forma que dê estabilidade para a agricultura brasileira que se consiga com isso ao longo dos próximos 20, 30 anos se dar tranquilidade aos nossos agricultores no sentido de fazermos desse país o maior produtor do mundo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Antes de passar a palavra para o Gilson eu vou transmitir uma notícia da Agência Estado que acho que é bem oportuna. Até porque é bem fresquinha.

O IBGE elevou sua previsão para 136,4 milhões de toneladas no levantamento sistemático da produção agrícola relativo a março. O volume é 0.8% superior a estimativa de fevereiro. Mas ainda aponta uma safra 6,5% menor em 2009 do que no ano anterior, 145,9 milhões de toneladas.

Para a CONAB a produção será de 137,57 milhões de toneladas, crescimento de 1,7% ante a estimativa do mês passado de 135,32 milhões de toneladas.

A notícia mitiga um pouco as estimativas apenas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas isso é previsão, não é Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Só previsão para 2009.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Previsão. Então podemos sonhar.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É.

Caiu. De qualquer forma é o otimismo dentro do pessimismo. Com a palavra...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mais uma lágrima do desespero.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É verdade.

Com a palavra o Diretor de programas do Ministério da Fazenda, Sr. Gilson Bittencourt.

SR. GILSON BITTENCOURT: Bem, bom-dia Senador Valter Pereira, Senadora Kátia Abreu, na pessoa dos quais cumprimento a Mesa, demais Senadores e demais participantes dessa Audiência Pública.

Vou tentar rapidamente apresentar algumas ações e que o Governo Federal vem desenvolvendo a partir, basicamente, do primeiro semestre do ano passado para a agricultura em função da crise.

Nós distribuímos um texto que apresenta pontualmente as principais ações adotadas pelo Governo, mas no texto não tem nenhuma análise de conjuntura, porque acho que os senhores já estão bastante acostumados, principalmente nesses últimos dias, a debater a situação da crise e seus impactos na agricultura.

Eu gostaria só de destacar, antes de começar a apresentação, que prático nós trabalhamos em três momentos em termos de Governo. O primeiro foi no primeiro semestre do ano passado onde nós tínhamos uma elevação dos preços dos produtos agrícolas, uma redução dos estoques internacionais, uma expectativa de falta de produtos a nível internacional, um ou outro produto, e também uma elevação bastante grande nos custos de produção. Já também em consonância com o aumento do petróleo, mas também já numa expectativa de recuperação ou de ganho adicional de lucro por parte das empresas de insumos.

A partir desse cenário se lançou o Plano Safra o ano passado que eu concordo e acho que o correto é a gente conseguir isso no curto espaço de tempo acabar com o lançamento dos Planos Safras anuais e ter um planejamento maior. Acho que isso é totalmente correto. Mas de qualquer forma ainda estamos neste modelo, onde o foco era tentar estimular a produção e tentar garantir uma produção e evitar acontecer elevações de preços que prejudicariam o conjunto dos consumidores brasileiros como a gente viu no caso do feijão, no caso do arroz, no caso do leite no primeiro semestre do ano passado.

A segunda... O segundo momento ele se deu já no final do primeiro semestre e início do segundo semestre, foi onde a crise ganhou uma... mostrou sua cara em termos de crise financeira onde nós tivemos uma retração no financiamento seja por parte das *trades* ou de algumas *trades*, algumas apontam que até aumentaram sua participação, mas muitas das *trades* que atuavam no Brasil reduziram sua atuação ou mesmo saíram, não só do Brasil mas de outros países. Tivemos uma retração na participação dos bancos privados, seja pela dificuldade de captação no mercado internacional de recursos seja até para fugir de risco. Tivemos uma saída mais expressiva dos bancos internacionais, principalmente aqueles que atuavam no Brasil de forma indireta, repassando recursos, seja para trade seja para bancos nacionais, e também uma retração nos recursos para exportação. Então, foi nesse segundo momento, onde o foco do Governo já lançado o Plano Safra, foi numa tentativa de estimular o crédito. A expectativa era tentar garantir uma produção similar na safra anterior.

E aqui um destaque, se a gente levantar ao longo dos últimos anos, Senador, historicamente, não que isso seja o ideal, mas historicamente a gente tem uma safra boa, uma safra que cai um pouco que é uma estabilização. Aí você tem mais um crescimento, um ou dois anos de crescimento, você tem uma pequena queda, você tem um crescimento que não é linear. Mas a expectativa é que a gente sempre continue crescendo, mas historicamente sempre tem uma pequena queda. Mas a expectativa do Governo era tentar garantir uma safra senão igual, muito próxima à safra anterior que foi uma safra recorde a nível internacional, a nível nacional.

O terceiro momento que vai demonstrar em termos das ações já foi no final do segundo semestre do ano passado e agora onde a gente está vivendo que já é no momento de comercialização ou de final de produção, onde a gente tem uma volatilidade muito grande dos preços, um dia diz que não vai precisar fazer intervenção, no dia seguinte o mercado desanda, no dia seguinte volta de novo, então uma instabilidade muito grande. Uma redução do capital de giro, seja por parte das agroindústrias, seja por parte de cooperativas e aí, consequentemente, impactando nos produtores. Uma redução nos recursos para exportação e aqui uma coisa importante, hoje, nós inclusive, com as ações do Banco Central, com as ações do Banco Central e de estímulo a financiamento às exportações nós temos casos de conseguir fazer a exportação e quem está comprando não ter recurso para fazer a importação. De até destinar o produto, chegar ao porto de destino e lá ter dificuldade de comercialização. E isso tem resultado numa redução da demanda por países dos nossos produtos, seja pela crise, efetivamente em termos econômicos de redução de renda, seja pela falta de recursos para a importação.

E o quarto momento, poderia chamar assim, é o momento que começa agora que é já pensar na próxima safra e como tentar garantir a próxima safra em termos de crédito, em termos de seguro de produção, seguros de preço e assim por diante. Então, com base nessa lógica que foram desenvolvidas... Nesta conjuntura, diria, as ações do Governo. Aqui não são ações do Ministério da Fazenda, são ações que passam pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, pelo Ministério da Agricultura, Ministério da Fazenda, Planejamento e em última instância pelo Conselho Monetário juntamente com o Banco Central. Próximo.

Eu vou ser muito sucinto. Isso aqui é uma... É reduzido em relação ao que os senhores receberam no texto, então não vou entrar muito no detalhe. Mas a princípio nesse primeiro momento foi uma tentativa de lançar um Plano Safra maior do que nos anos anteriores, tanto para agricultura empresarial quanto para a familiar e nós também estávamos saindo ou entrando,

digamos assim, num grande processo de renegociação de dívidas. Próximo.

Um dos focos, inclusive, principalmente estimulados pelo Ministério da Agricultura foi na ótica do Programa de Desenvolvimento Sustentável, principalmente a recuperação de áreas degradadas, de certa forma não alcançou o ... o desenvolvimento desejava até em função da crise, uma tentativa de elevar os preços mínimos já numa expectativa de estímulo à produção, principalmente aí que foi levado feijão, milho, com destaque para a mandioca também; e no programa, na agricultura familiar, aquela ação do Programa Mais Alimentos que foi financiamento de taxa de juros de 2% ao ano para crédito de até 100 mil reais com até 10 anos para pagar. Próximo.

Bem, a partir do lançamento do Plano Safra instaurou-se a dificuldade de acesso a crédito. O que o Governo fez? Ampliou os recursos para o projeto, 500 milhões, estimulou a aplicação em crédito rural com recursos do FNE e FNO, com mais 1 bilhão e 350 milhões, que não estão aparecendo nessas estimativas, antecipação de aplicações pelo Banco do Brasil de recursos que estavam sendo previstos para mais para frente antecipou para atender a demanda. Isso no geral não aumentou muito a quantidade aplicada, mas permitiu ter esse recurso mais cedo por parte dos produtores. Foi levada a exigibilidade rural em 5% a partir de novembro e aqui uma questão importante, Senadora, na prática, quando a gente analisa as aplicações de uma safra e de outra, porque por mais que a gente elevou nesses recursos aqui não apareceu na sua tabela uma ampliação significativa das aplicações? Por dois motivos ou por três motivos: O primeiro motivo é que o banco tem que aplicar uma quantidade de recursos e se manter aplicado. Seja em novas aplicações, seja em aplicações antigas. Então se uma operação for renegociada, o banco continua mantendo aquilo no cumprimento dessa exigibilidade. Se o banco tem um custeio alongado que não foi quitado, ele continua sendo reduzindo os recursos. Então, o que aconteceu? Se nós não tivéssemos feito isso, a queda seria ainda maior porque a quantidade de operações antigas estava muito elevado e isso faria com que a dificuldade seria maior ainda.

Uma outra situação importante de destacar é que naquela sua tabela, corretamente, mostra uma queda nas aplicações do Banco do Brasil para a agroindústria. Nos anos anteriores como estava sobrando recurso da poupança rural havia uma destinação maior de recursos da poupança rural para a agroindústria. Nesse ano safra para tentar jogar mais recurso [soa a campainha] para os produtores, foram... O Banco do Brasil foi estimulado a destinar recursos da poupança destinado à agroindústria para os produtores. Próximo bem rapidamente.

A questão da renegociação, esta resolução que já foi bastante detalhada, não vou entrar no mérito, permissão para financiar CPRs emitidas por produtores que estivessem na mão de agroindústria para dar giro no custeio das agroindústrias. Aí estão as ações do CONDEL. Próxima.

Ampliação dos limites de custeio para avicultura, suinocultura e perus que era uma demanda do setor, criação de linha de custeio pecuário para retenção de matriz, recentemente, limite do crédito para a lavoura de trigo aprovado no último mês, ampliação da retomada do PROCAPCRED, que é o Programa de Capitalização para a Cooperativa de Crédito, havia sido aplicado 300 milhões para a capitalização já foram alocados mais 300. Próximo.

O FAT Giro que acabou de aprovar o CONDEL uma reestruturação aí na... Nos pagamentos, inclusive, permitindo uma menor parcela para a dívida de 2009. Já foi prorrogada uma das suas demandas ali, Senadora, já está aqui atendida pelo Conselho Monetário que é a prorrogação da exigência e da aplicação dos depósitos à vista manter em 30% para o próximo período. Isso nós estamos estimando seis bi e meio adicionais na taxa controlada e mais três bi e meio na poupança. Esses dois votos já foram aprovados pelo Conselho Monetário e depois começa uma queda gradual de um ponto percentual ao ano até estabelecer o patamar anterior para não ter um impacto muito forte. Próximo.

Já focando no segundo... No terceiro momento que foi a questão da comercialização, destaca-se aqui a ampliação que era uma demanda forte no limite para EGF e de LEC(F), para a agroindústria, subindo de 10 para 20 milhões por CNPJ. No caso de cooperativa não tem este limite. É aberto. Foi ampliado o prazo nas ACCs liberadas pelo Banco Central, vendidas pelo Banco Central de 180 para até 360 dias. Foi permitido substituição de garantias para dar mais facilidade de giro nas agroindústrias e cooperativas que tinham operações DGF. Quer dizer, se jogar um título que você vendeu a prazo e com isso você possa manter o financiamento por mais tempo na mão da empresa. Foi realizado ou estão em fase de realização, no caso de suínos, linhas especiais de crédito, para carneiro, pêssego, maçã, mel e leite, e está saindo agora para suínos. Foi realizado um programa de escoamento da produção para leite e para vinho. Próximo.

O PRODECOOP aqui, atendendo em grande medida as demandas do setor. Primeiro foi elevado de 35 para 50 milhões o limite de financiamento de investimento a taxa de 6,75% ao ano por cooperativa. Esse

limite dobra para 100 milhões se for uma central ou uma cooperativa com atuação em mais de um Estado. Foi criado uma linha especial de capital de giro de até 20 milhões por cooperativa que dobra para 40 no caso de central e cooperativa com atuação em mais de um Estado. Foi ampliado o programa de um bi para dois bi, sendo um bi para capital de giro. Estamos propondo ao Conselho Monetário deste mês a desvinculação desses dois limites que passaria limite de até 140 milhões no caso de uma central ou 70 milhões no caso de uma cooperativa singular. Se somar os dois limites de custeio de investimento. Próximo.

Foram reajustados agora os preços mínimos das culturas de inverno já na expectativa de estímulo a produção. Foi criado ou está sendo criado uma linha de crédito para financiar estocagem de álcool. Tem uma proposta de alteração legal permitindo que o Governo equalize essas taxas já aprovada pela Câmara e pelo Senado, e que está para sanção presidencial, assim que for aprovado devemos chamar uma Reunião Extraordinária do Conselho Monetário para regulamentar este programa. E o Banco do Brasil já está operando a partir, provavelmente, da semana que vem com um bilhão de reais dos seus recursos da poupança rural para esta linha também. O restante vai ser operado via BNDES. Foi concedido já em fase agora de pagamento a subvenção extraordinária para produtores independentes de cana-de-açúcar da região Nordeste e também para aquisição de açúcar por parte da União na região Nordeste para dar giro para as usinas do Nordeste. Próximo.

Aqui tem um conjunto de ações que estão previstas ou já estão em andamento pelo Ministério da Agricultura que são para incentivo à comercialização de trigo, seja em contratos de opção PEP e AGF, 757 milhões, milho 1.2 bilhões de reais, nos mais diversos modalidades de comercialização, feijão, arroz, 872 milhões e também para produtos regionais extrativistas onde a ação é de AGF de subvenção direto aos produtores. Próximo.

Foi criado também uma linha específica para dentro do Programa Revitaliza para a região Nordeste para atender os produtores exportadores de frutas. Foi ampliado os limites para capital... Para exportação nas linhas do FNE [soa a campainha] e agora, mais recentemente, no dia 1º foi instituído o Drawback Verde Amarelo para facilitar a redução de IPI, PIS e COFINS nas aquisições de insumos destinados à exportação. Rapidamente pra frente.

Aqui tem um conjunto de ações para a cafeicultura, não vai ser o foco aqui, mas foram feitas diversas ações para a cafeicultura, depois podemos entrar no mérito delas. Avança, por favor.

Vamos passar o café. É que foram renegociações, concessões de novas linhas de crédito, algumas questões adicionais que estão sendo agora resolvidas com uma emenda colocada pelo Senador Romero Jucá, na MP 445 que também está para sanção, assim que for sancionado deverá ter um voto na Reunião Extraordinária do Conselho Monetário. Especificamente, para a agricultura familiar depois do lançamento do Plano Safra, o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar que é um desconto direto no financiamento se o preço do produto [soa a campainha] estiver abaixo do preço de garantia, foi estendido agora para investimento e foi ampliada a gama de produtos no custeio. Foram incluídos os produtos extrativistas na política de garantia de preços mínimos para que o Governo possa atuar de forma mais efetiva na garantia de preços. Todos esses vão ter, desde AGF até uma subvenção direta do Governo aos produtores, aos extrativistas, não é? Mais recentemente, também pensando em capital de giro, o PRONAF comercialização foi ampliado de dois para até dez milhões por cooperativa central. Para entrar mais pessoas no PRONAF e ter os benefícios de crédito seguro de renda e de produção foi rebatido da renda bruta dos produtores de café e de cana em 50%. Então, produtores com até 220 mil de renda bruta se enquadram aqui e agora também foi rebatido a renda de milho, feijão, arroz, trigo, mandioca e gado de corte em 30%, permitindo que mais pessoas se enquadrem no PRONAF. E também o Conselho Monetário aprovou, agora no mês passado, a inclusão do café, aves, suínos e gado de corte entre as atividades passíveis de financiamento do PRONAF Mais Alimentos, aquelas linhas de até 10 milhões, até 100 mil de reais por produtor, desculpe.

Foi ampliado os limites de financiamento da linha PRONAF custeio comercialização de agroindústrias, passando de dois para cinco milhões de reais por cooperativa e dez milhões por central, e também para a capitalização de cooperativas agropecuárias tinha um teto de três milhões de patrimônio líquido das cooperativas, foi ampliado em até 50 milhões permitindo que um maior número de cooperativas se enquadre no programa e possa, então, ter financiamento para capitalização nas taxas do PRONAF e com isso ampliar seus capitais de giro. Não vou entrar muito no detalhes.

Em função da crise foram ampliados os prazos de renegociação das dívidas, em geral até 15 de maio para as operações com recursos do BNDES, e agora também na MP 445 foi aprovado um artigo que permite [soa a campainha] dar um prazo adicional até junho deste ano para que esse processo todo de renegociação possa ser concluído. Então, pra frente, acho que

esse é a última... Acho que tudo está nesse processo de renegociação.

Portanto... Essas foram as medidas, sempre a partir de cada momento até em função dessa volatilidade de um dia ter uma situação e no dia seguinte a situação já mudou, a gente tem tentado adotar--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Permite um aparte, Sr. Presidente, cabe certinho ali. Lavoura cacaueira baiana. O Espírito Santo é o segundo produtor de cacau, embora produza um pouquinho da Bahia, não é produção significativa e Rondônia é o terceiro. Devia recuperação da lavoura cacaueira brasileira. Não só a baiana.

SR. GILSON BITTENCOURT: O senhor tem toda razão quando a gente pensa pra frente. É que aí nós estamos tratando de um programa que existiu somente na Bahia. O senhor tem toda razão pensando para frente. [soa a campainha].

Então, concluindo, Senador, pedindo desculpa pelo tempo, agora nós então estamos finalizando esse processo em termos de comercialização que ainda precisam ser tomadas e implementadas algumas dessas medidas, e o foco agora, Senador, é efetivamente pensar nova safra. Eu acho que tem que ser focado em crédito, seguro de preço e aí foi aprovado também nessa mesma Medida Provisória um artigo que permite o Governo lançar contratos de opção a um preço superior ao preço mínimo, nós estamos regulamentando isso que seja sancionado pelo Presidente Lula e que a gente possa ter o contrato de opção como estimulador a mais de preço e não muitas vezes uma garantia apenas do preço mínimo. Com isso a gente imagina que poderá estimular o mercado, sinalizar preço para o mercado e com isso garantir renda para os produtores.

É isso. Estamos aqui abertos ao debate. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Encerradas as exposições. Nós vamos passar aos debates com a primazia da Autora do Requerimento, a Senadora Kátia Abreu, que agora vai operar como Parlamentar e não como Presidente da CNA. Eu quero só desafiá-la a separar as duas funções.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, esse é um desafio complicado. Mas pode ter certeza que o mandato de Senadora e CNA se complementam, haja vista, a importância do Senado Federal nas decisões do país. Então, fico muito feliz de poder ser Presidente da CNA e estar aqui entre os colegas para que a gente possa conversar com mais profundidade sobre os nossos assuntos e buscar as soluções.

Eu cheguei atravessada, desculpe, mas eu gostaria de ouvir o Diretor de fiscalização do Banco Central no que diz respeito ao cumprimento da resolução da reavaliação de risco. E se existe por parte do Banco do Brasil, quero que o Diretor, Dr. Ewerton me responda, se existe a intenção do Banco do Brasil de obedecendo à possibilidade estabelecida no Conselho Monetário, se o banco tem a intenção de reavaliar, objetivamente, os custos dos produtores do país. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, então o Sr. Alvir vai responder e eu vou aproveitar que é, mais ou menos, na mesma direção do que a Senadora Kátia está intervindo, eu gostaria de fazer também uma indagação. Tendo em vista as características do setor agropecuário e as prorrogações de dívida, não seria o momento da criação de uma Legislação própria de classificação de risco para o setor rural? Uma Legislação e regulamentação que melhor retratasse os processos de renegociação e suas condições? São as duas perguntas que o mesmo... Ao mesmo Dr. Alvir.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, por que todos não fazem a intervenção e depois eles respondem para todos...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pode ser feito.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): É melhor responder ali e depois...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, de blocos, não é?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): [pronunciamento fora do microfone].

SR. ALVIR ALBERTO HOFFMANN: Posso responder?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pode responder, Sr. Alvir.

SR. ALVIR ALBERTO HOFFMANN: Srs. Senadores, obrigado pelas perguntas. Com relação à questão da resolução 2682 e... Essa 2682, ela é uma resolução que trata de um sistema de classificação de riscos que se aplicam a todos os créditos que são deferidos pelas instituições financeiras. É uma resolução que está prestes há completar dez anos e ela ainda é extremamente atual e talvez seja um dos principais fundamentos da nossa chamada regulação prudencial que distingue hoje o sistema financeiro brasileiro do sistema pelo mundo afora que dá essa estrutura forte ao sistema financeiro. É uma resolução bastante... moderna, até no sentido de que o próprio art. 8º ao prever a renegociação de dívidas, estabelecia como única condição que mantivesse o mesmo nível de riscos isso para evitar que o banco, sucessivamente, reformasse as operações apenas para, digamos assim,

brincar de gato e rato com o Banco Central e dizendo que tem uma operação boa quando na verdade aquilo já é algo que está ali se acumula a anos, não paga e fica eternamente renegociando. Por isso que existe esse rigor. Quer dizer, o rigor sempre na classificação está voltado para quê? Para que o banco apresente seus balanços, seus resultados de uma maneira consistente e que não venha a depois, digamos, os depositantes, os investidores, a sociedade como um todo que depende desse banco vir a ser surpreendido com um banco que cujos ativos não corresponde ao valor de que eles efetivamente valem.

Nessa linha, com relação ao crédito rural tendo em vista que existiram condições especiais que levaram o Governo a autorizar a prorrogação de dívidas em determinadas condições, que estão nessa resolução 3499, então houve uma espécie de um... de uma tolerância em relação a esses créditos de maneira a que o banco pudesse manter numa classificação adequada mas ainda verificando e, obviamente, observando se o cliente está na atividade, se efetivamente, ele vai conseguir gerar produção suficiente para depois pagar esse empréstimo. E aí então, quer dizer, essa redução ela basicamente, como havia até colocado inicialmente, ela é bastante flexível na linha em que dá uma certa autonomia, dá uma certa condição a que as instituições financeiras criem seus sistemas de classificação de riscos e, obviamente, dentro dos nove níveis de risco que são definidos pela resolução, existem condições mínimas para que um crédito seja nível duplo A, B ou C e assim por diante baseado no tempo em que existam operações vencidas, mas permite que o banco avalia a situação econômico-financeira de cada devedor ou grau de endividamento, a capacidade de geração de resultados ou de produção ou de ganhos, que esse cliente tem, o fluxo de caixa até a administração e a qualidade em que esse devedor tenha a condição, digamos assim, comercial de evoluir o seu histórico de pontualidade, de atrasos e pagamentos, eventuais contingências que esse cliente tenha, como está evoluindo o setor da atividade econômica e eventual limite de crédito que é estabelecido para o cliente.

Eu gostaria até de esclarecer também um aspecto da... Se me permite cumprimentar a Senadora Kátia Abreu pela brilhante exposição e eu até, digamos assim, fiquei... Me enriqueceu aí como minha atividade não está no dia a dia mais ligado com agricultura, mas foi muito enriquecedor em termos de informações que trouxe. Mas tem um aspecto quando se fala sobre juros, sobre aprovisionamento. Quer dizer, quando se faz uma provisão, na verdade o que é isso... Nós temos para os determinados níveis de classificação de risco se exige que tenha uma provisão mínima. Essa provisão mínima na verdade se aparta do resultado do banco um percentual para eventualmente cobrir aquela perda. Então, isso significa que uma parcela do resultado do banco é separada numa conta lá do passivo do banco e que fica retida para que o banco não venha considerar isso como resultado, que venha distribuir resultados, pagar dividendos para os acionistas em cima de receitas, ou rendas ou ativos que existe um nível de risco.

Então, em princípio não existem juros sobre esse aprovisionamento. Ele é simplesmente uma parte que seria quase do capital do banco que fica ali retido.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Se permite um aparte, o custo de ficar ali retido e parado quem paga?

SR. ALVIR ALBERTO HOFFMANN: O custo é o custo do acionista. Custo do patrimônio líquido do banco que em princípio, quer dizer, é como se fosse um capital próprio do banco que fica separado para essa contingência. Que se caso perder ou o cliente não pagar ele já descontou isso do resultado que terá pela frente. Mas não tem, em princípio...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vai repercutir no balanço lá na...

SR. ALVIR ALBERTO HOFFMANN: É, repercute... O efeito é imediato do balanço, quando constitui a provisão já reduz o lucro do banco. É uma despesa do banco. Então é como se o banco tivesse feito um gasto.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): [pronunciamento fora do microfone].

SR. ALVIR ALBERTO HOFFMANN: Sobre isso, não. Porque ele tem lá a operação que considera... Segue lá pelo valor integral e ele em princípio deve pagar o empréstimo.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Desculpa, doutor, eu não sou Economista, não, mas parece alguma coisa de "economágica", não é, que possa ter um tipo de aprovisionamento e de uma retenção e um dinheiro, portanto, ele vai deixar de dar renda e ocasionador disso não tem ônus nenhum. De alguma forma ou indiretamente em algum lugar, com certeza, quem paga é quem provocou o aprovisionamento.

SR. ALVIR ALBERTO HOFFMANN: O ônus em princípio ele segue da mesma maneira pelo valor da dívida que a pessoa tem que o empresário rural tenha, ele vai sendo cobrado pelos juros em função da sua dívida original. Só o banco que já vai, digamos, isso já é mais uma técnica, isso é internacional, todo mundo se faz. Que à medida que vai aumentando o nível de risco, então se coloca um nível de... Quando a probabilidade de perda é maior já se reserva dos resultados da instituição uma parcela, uma provisão, por isso que

provisiona-se, é uma provisão que na verdade é em cima de uma previsão que se perdeu alguma coisa.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): O aprovisionamento não causa mais risco?

SR. ALVIR ALBERTO HOFFMANN: Não, aí é uma... O risco é que determina o nível de aprovisionamento. Então o risco, quer dizer, o risco é medido em função... Tem modelo direto objetivo da resolução 2682 que é o mínimo que os bancos devem cumprir que está ligado na medida em que, por exemplo, um crédito está vencido entre 61 e 90 dias ele tem que ir para o nível D. Esse é o único critério objetivo da resolução. Mas o banco tem liberdade para usar outros critérios mais aprimorados, mais técnicos no sentido de que, quer dizer, a grande preocupação da resolução 2682 e do Banco Central aí na sua função de autoridade supervisora de sistema financeiro, é de garantir que os balanços dos bancos reflitam a realidade dos riscos. E aí nessa... nessa linha eu já posso até responder também a questão do nosso Presidente da Mesa aqui, o Senador Valter Pereira, na linha de que por que o risco de crédito rural não é diferente dos demais riscos da carteira comercial? Porque na verdade o *funding*, ou seja, a origem do recurso que foi usado no crédito rural não tem diferença.

O dinheiro que vai para o crédito rural é o dinheiro do depósito a vista, é o dinheiro da poupança rural ou de outras obrigações que o banco tem que pagar do mesmo jeito. Então, em termos de risco, seja rural, seja comercial, seja outra atividade que possa ter fora do agrícola, o risco é o mesmo. Então no fundo o que o banco tem que preservar? Tem que preservar... Primeiro ele tem um capital que tem aquelas famosas regras de Basiléia, no nosso caso tem que manter 11% de capital em relação a todos os ativos de risco que ele tem, isso o capital mínimo, que é uma margem, seria uma espécie de colchão de segurança para enfrentar eventuais perdas e os demais passivos, ou seja, o dinheiro de quem depositou no banco tem que ser preservado. Se o banco usou isso para crédito rural, para agropecuária, para comercial, cartão de crédito, seja o que for a obrigação de devolver esse dinheiro é a mesma. Então não tem como diferenciar, digamos, o... Na hora do aperto, se o banco chega na situação de aperto o depositante não bate lá na porta e não quer saber se aplicou em crédito rural ou em qualquer outro crédito. Então, em princípio o risco é o mesmo. O risco é de não cumprir o fluxo de caixa, ou seja, o pagamento desse crédito que foi na verdade financiado pelos depositantes ou credores, em geral, do banco.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E como é que você enxerga, por exemplo, quanto a possível regulamentação legal desses processos de renegociação? Um marco regulatório não ajudaria a estabelecer melhor um... esses processos?

SR. ALVIR ALBERTO HOFFMANN: Do ponto de vista... Aí já entrando mais no campo da filosofia, digamos assim, não de aspectos... O seguinte: os ativos em princípio eles têm que gerar renda e ter um... e ter retorno para garantir que o pagamento da... das captações que o banco fez sejam honrados. Então, a regulamentação da... dessas operações e que desse, digamos, talvez, um perfil de prazo mais longo para elas dependeria de existir também um tipo de *funding*, um tipo de captação que garantisse esse tipo de renovação. Então, isso só seria viável, daí os recursos que o banco usaria para dar respaldo a essas operações financiadas e que acabam se tornando operações de longo prazo, eles não deveriam ser financiados por esses recursos, digamos, mais voláteis da captação do banco. Então teria que existir, talvez, se fôssemos para o mercado privado em geral ou outras fontes ou se o Governo tivesse condições de criar essas fontes via algum fundo ou alguma coisa do Orçamento Geral da União.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O Gilson gostaria de comentar esse mesmo assunto.

SR. GILSON BITTENCOURT: Sobre risco. Em termos de renegociação nós temos um modelo falido. E tem vários responsáveis que vai desde o produtor ao... A instituição financeira e ao Governo. Na prática, como é que funciona hoje? Um produtor tem um problema, como é um problema localizado, ele não chega a ter uma demanda nacional. Chega a data de vencimento, ele não paga. Se é um recurso que tem equalização do Tesouro Nacional, um recurso de custeio ou de investimento que o Tesouro Nacional equaliza, banca alguma parte, seja na taxa de juros, seja do spread bancário, hoje você tem uma limitação, que o agente financeiro não pode renegociar. Que se você queixa uma abertura total para agente financeiro, o agente financeiro teria o poder do cofre da União. Porque poderia renegociar e de uma hora para outra você ter uma despesa não programada. Mas hoje funciona assim. Então, o produtor não consegue pagar, fica inadimplente. Ficando inadimplente, o risco vai aumentando. Porque o problema não é a renegociação em si. O problema é quanto tempo aquela operação fica inadimplente. Então, um produtor isoladamente não conseguiu pagar por um problema justo, digamos que teve uma frustração, não pagou e ficou inadimplente, no mês seguinte outro produtor... Chega um ponto que aquele problema passou a ser um problema nacional ou um problema

que chegou a um nível do Congresso Nacional, a nível do Governo.

O Governo faz uma ação permitindo a renegociação. Quando o Governo faz essa ação via Conselho Monetário ou via Congresso, via uma Medida Provisória, por exemplo, uma outra parte dos produtores já não pagam na expectativa de que aquela situação vai melhorar. Então, mesmo aquele adimplente passa a ser inadimplente. Mesmo que você tenha dado um prazo adicional, aquele produtor já fica numa expectativa que ou o Congresso, ou a pressão ou a negociação com o Governo vai avançar. Até você fazer com que todo o processo se desenvolva, saia a resolução, o banco faça a sua circular, o Tesouro solte a portaria, o agente opere na ponta, aquele produtor que precisava da renegociação passou seis meses inadimplente. Ele tinha um risco A, passou para um risco H. E quando o banco for renegociar, a renegociação abrangeu, deu uma condição ótima para ele, vamos considerar esse caso, deu prazo, baixou taxa de juros, deu desconto. Mas ele está em risco H. Se o banco mantendo o mesmo risco, não adianta nada. Para ele trazer vai ter que trazer de H para C, onde o nível é muito grande de devolução. Essa resolução permite, mas o banco fica apreensivo. Porque aí você misturou aquele que não podia pagar e ficou inadimplente, aquele que podia pagar e não pagou na expectativa de receber o benefício, na expectativa de receber aquela situação, esses prazos nem sempre casam com os prazos de vencimento. Se o teu vencimento era posterior à data de renegociação não teria problema. Porque se era risco C, ou risco B, fez a renegociação, poderá ser mantido no mesmo risco sem problema. Mas o número de dias que, muitas vezes, você fica inadimplente faz com que esse processo... Então, este modelo que a gente não consegue resolver o problema pontual e tem que ter todo... É um problema que...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Só um aparte. Você disse que é sempre culpado o banco, o produtor e o Governo. Eu ainda não achei a culpa do produtor. Queria que você especificasse direitinho nesse caso qual é a culpa dele.

SR. GILSON BITTENCOURT: A responsabilidade de alguns produtores, muitas vezes tendo condições de pagar e tem uma condição estabelecida, por exemplo, numa Medida Provisória, na expectativa de que na votação tenha um benefício maior. E às vezes ele deixa de pagar esperando isso. E aí situação de risco dele vai se agravando. Mesmo aquele que... Espera o máximo possível até tomar uma decisão. É nesse sentido.

O exemplo real disso é que sempre quando a gente tem um processo de renegociação, a renegociação se efetua nos prazos finais da renegociação e não necessariamente nos prazos iniciais. Mas eu não estou dizendo que a responsabilidade é só desse ou daquele. É do modelo. Acho que nós vamos ter que repensar--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Gilson, você está correto. Me permite um aparte. Essas coisas, nós estamos numa fase de busca de uma... De colocar uma veracidade na imagem do produtor rural. E quando eu ouço isso eu não tenho nenhuma mágoa, nenhum rancor, mas apenas correção de rumos. Eu não posso me calar diante de uma afirmação dessa. Você me desculpe, é a minha função, meu dever de ofício e faço isso com muita convicção.

O Brasil acostumou, não só você, mas os governos do Brasil se acostumaram, a não tratar o setor rural de forma empresarial e de forma profissional. Naquelas condições que eu demonstrei agora a pouco, as três safras consecutivas, não existe mal pagador e nem bom pagador. Existe aquele que enfia a mão no seu patrimônio e paga a conta sem ser com o seu próprio negócio, sem ser com a sua própria atividade. Coisa que industrial nenhum no país faz, Senador Gerson Camata. Ninguém faz isso. Vai na porta do BNDES, vai na porta do Governo mas não entra no seu patrimônio. Ele quer pagar e com muita razão o resultado, pagar a dívida da sua atividade com ela própria. Ou significa que a atividade tem alguma coisa errada nela. Então, imaginar que tem os bons que poderiam pagar e não pagam e aqueles que querem um pedaço mais, é uma ficção. É uma avaliação equivocada. Se nós a partir de agora começarmos a considerar o produtor rural como um empresário, como outro qualquer, nós não vamos ter essa ideia, Gilson. Porque diante daqueles fatos que eu ali apresentei, não tem ser humano normal, empresário consciente e maduro que pague conta, não. Então, quem não paga conta e você pode olhar as inadimplências e os pagamentos de antes de 2003 e ver os níveis de inadimplência se tinha algum. Não tinha, não. A inadimplência é quase zero. Então, quando a agricultura dá resultado, embora o produtor possa... Não tenha a noção empresarial, mas ele tem bom senso. Ele tem senso crítico. Quando a agricultura dá resultado, quando tem preço, quando o câmbio está favorável, quando ele tem resultado, ele paga a conta. Pode pegar antes dessas três crises, tem alguma inadimplência. A inadimplência só veio junto com a crise que não foi colocada pelo produtor, por favor. Todos os pontos que ali apresentei, todos eles são passíveis de cheque.

Então, é apenas... Não é nenhuma... Não é nenhuma posição oposicionista à sua, mas apenas uma tentativa de clarear situações que não são rotineiras

no setor agropecuário. Então, nós somos obrigados sempre a pagar, de qualquer jeito, mesmo não tendo renda, mesmo não sendo nós os ineficientes e nem os culpados, porque a inadimplência e o risco foi você mesmo que colocou. Eu nem ia colocar. A inadimplência e o risco aumenta exorbitantemente, porque vocês demoram a colocar as resoluções na Mesa e muito mais demora depois que sai o Banco do Brasil mandar lá para a gerência de Axixá, Tocantins, chegar a lá a determinação.

Então, a ineficiência é de governança. Não é nossa, do sistema financeiro que ao longo do Brasil está se arrastando. Então, a tomada de decisão... E fica vocês de lá também esperando vencer a conta... Vamos ver quantos pagam. Vamos ver quantos vendem a mãe, os filhos, a fazenda, o pedaço da terra para pagar essa conta. Vocês esperam primeiro. Sempre foi assim. Há anos e anos é assim. Espera vencer para depois ver qual o tamanho da inadimplência para depois o que fazer até o que fazer votar no Conselho Monetário, aí fica uma porção de gente de fora porque nunca conversa com o setor, faz entre quatro paredes, sempre foi assim. Há 20 anos nós estamos vivendo isso.

Então, quando eu digo cadê a culpa do produtor, sinceramente, Gilson, eu quero entender isso e quero aceitar humildemente se nós tivemos alguma culpa nesse processo. Eu não vejo, sinceramente. Agora, uma coisa que tem que ficar muito clara e eu não tenho o menor constrangimento em falar. A agricultura do Brasil e de qualquer lugar do mundo é subvencionada. Isso é um fato. Ou então, o país muda de atividade. A China é a indústria, a Índia é o serviço, o Brasil é a fazenda. Mas nós podemos mudar isso também. Não quero expor, não quero patrocinar, não quero financiar. Agora, aonde optar um país que seja vocacionado para a agricultura, ele tem que pensar e sentar todo dia o Presidente da República e o Ministro da Fazenda, quanto vou ter que gastar com agricultura esse ano? Porque o subsídio mundial é um bilhão de dólar por dia, Senador Tuma. Mas não é quando tem crise, não. É todo dia. É um bi por dia. É 365 bilhões de dólares. Não é de reais, não. É o Japão, Europa, Estados Unidos e Canadá. Eles não são piores que nós não, Gilson. Eles são tão ou quanto melhor. E isso é um entendimento de política pública. É uma consciência, um programa de Governo. Um Governo não pode querer abastecer uma população às custas dos outros. Às custas de um segmento. Eu sou parceiro no abastecimento, mas não posso ficar com o ônus dele. Eu não sou Governo, eu sou empresário. E como empresário eu quero que me pague meu ônus, quero que me pague meu custo. Eu não posso ser tomadora de preço como eu sou. Eu não formo preço, Gilson. Eu sou tomadora de preço. Ninguém leva em consideração na hora de fazer o preço do leite, do litro do leite, do saco de soja, não interessa se eu estou no Mato Grosso, no Tocantins ou no Paraná, ninguém quer saber que eu não tenho estrada para passar, ninguém quer saber se a minha carga tributária é alta, ninguém quer saber que o meu salário mínimo que eu pago para meus funcionários subiu acima da inflação... Ninguém me pergunta isso, não. Eu chego na cooperativa e falo: "Quanto é que vocês me pagam hoje, gente?" Eu chego no frigorífico e pergunto: "Quanto é que você me paga hoje?" Eu vou lá e vejo. Lá em Chicago os americanos decidem o preço da minha soja aqui no Tocantins e aqui em Mato Grosso.

Então, como é que eu sou tomadora de preço e eu ainda posso ser culpada de alguma coisa? Porque eu sei que tem um componente gestão. Claro que tem. Tem produtores e produtores. Assim como tem industriais e industriais. Comerciantes e comerciantes, os mais eficientes e os menos eficientes. Mas as externalidades negativas no nosso processo são muito piores que os demais, Gilson. Eu quero repetir com muita... Com muita sinceridade. Isso não é um processo do Governo Lula. Nós estamos falando de um sistema que se arrasta, mas nesse momento o Presidente é ele e não posso reclamar por detrás. Então, nós temos que tentar consertar como estamos fazendo, você está nesse Grupo de Trabalho, mas publicamente, essas coisas têm que ficar muito claras.

Então, o que ocorre? Se eu quero abastecer um país, e é obrigação do Presidente, está certo, qualquer lugar do mundo tem que abastecer o país. Muita comida, barata e de qualidade. Agora, eu não posso pagar essa conta. Eu e os produtores não podemos pagar. Por isso que o mundo subsidia. Por quê? Porque a nossa cadeia é simplérrima de entender. Ela é assim hoje e vai morrer assim. Sem chance de mudar. São milhares e milhares de produtores, dezenas de atravessadores e meia dúzia de formadores de preço. Ou não é assim a nossa cadeia? No mundo inteiro é assim. Então, ou nós entendemos isso e mudamos o discurso, ou nós não vamos ter prosseguimento. Nós não vamos ter alguma estrutura de financiamento do setor rural que seja madura e que seja inteligente.

Então eu só queria posicionar isso porque a gente tem que refletir muito sobre isso. Aqui não é um bando de coitados que não consegue pagar conta, não. Aqui é uma coisa real. Ali foi apresentado com muita clareza. Então, se o Governo não tem recurso suficiente como os americanos e japoneses têm e eu sou ciente disso, nós temos que minimizar em outras oportunidades, como resolução de reavaliação de risco e produtor.

Nós temos que unir as forças para complementar o tesouro que falta.

SR. GILSON BITTENCOURT: A senhora me permite só concluir? Eu até... Eu acho que os produtores rurais são bons pagadores. Se nós vemos os dados do Banco do Brasil, 85% estão com risco bom. E quem está com risco elevado não quer dizer que é mau pagador também. Dentro desse risco elevado, dentro desses 15% que tem um risco mais elevado, você tem o mau pagador e tem muitos bons pagadores que estão com problema e tiveram o risco elevado pelos elementos que eu coloquei aqui. Então isso é importante reforçar.

Agora, eu acho que, Senadora, tem três questões que nós temos que avançar e é isso que o Governo tem tentado fazer, inclusive, em conjunto com esse Congresso, com essa casa, principalmente. Seguro de preço, e aí essa questão do contrato de opção vai ser uma alternativa mais forte, a questão do seguro de produção, seja o risco, o fundo de catástrofe, seja o seguro privado, seja o próprio Proagro... Revoluções dentro do próprio Proagro, que a gente precisa avançar. E nesse ponto específico da renegociação nós vamos ter que caminhar e aí a responsabilidade é nossa de estar buscando em avançar para algum modelo que você possa atender este produtor que eu citei que teve o problema no momento que ele teve o problema. E que a dívida dele possa desde que não tenha seguro, tal, a garantia de preço se o problema for preço, que no momento que aconteça ele possa resolver o problema da dívida dele antes que ela vença, antes que ela seja agravada e sem a necessidade de você ter uma ação que dependa do Congresso ou dependa de uma portaria do Tesouro ou mesmo de uma resolução do Conselho Monetário Nacional. Nós temos que transformar a renegociação de dívida numa necessidade e que quando acontece tem que estar prevista dentro de um determinado patamar de segurança para o Tesouro, que você não pode jogar essa abertura para o conjunto dos bancos, até porque, volto a reforçar, nós acabamos de receber um documento da FEBRABAN colocando o seguinte, que nas próximas renegociações se for uma renegociação massiva, eles vão querer que ou o Governo assuma o risco integral das operações, ou seja, o Tesouro cumpre as operações eles não vão fazer. Exceto se for um modelo como esse que eu estou colocando, algum modelo, que ele possa dentro da margem... Ele possa operar individualmente e resolver o problema no momento que ele aconteça.

Nós vamos ter que discutir isso, discutir que margem é essa que nós temos que dar, seja pelo Banco do Brasil num recurso equalizado, seja no recurso da exigibilidade, porque por mais que a gente possa estar questionando se 6,75 é elevado comparado a cinco, é abaixo do mercado. Então, se o Governo não tiver um controle sobre isso o uso desse recurso, não necessariamente pelos produtores, até pelos intermediários é complicado. Tem que estar sempre observando. Então acho que precisamos ter essas ações para que a gente resolva o problema na raiz.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Muito bem, Sra. Presidenta... Sra. Presidente, ou Sra. Presidenta?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sra. Presidente.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sra. Presidente. Muito bem. Eu acho que o que nós vemos aqui foi muito interessante essa reunião porque não é uma reunião de críticas ao Governo. É uma reunião em que nós todos juntos estamos tentando ajudar o Governo a ajudar o Brasil. E é bom quando se estabelece um clima de preocupação e a preocupação que possa produzir bons resultados. É normal e até recentemente a gente viu aqui nessa Medida Provisória, quando as pessoas percebem que vai haver uma anistia fiscal, uma coisa, estimula a inadimplência fiscal. Recentemente, por exemplo, a abertura de créditos especiais para a lavoura de café de Minas, é claro que os capixabas querem igual. Mexeu com cacau na Bahia, com privilégio, eles querem igual. Mas aí não houve granizo ali. Não houve? Teve um lugar lá... Sempre aparece todo mundo quer avançar um pouco mais, claro. E é um direito.]

Eu queria aqui, dizer primeiro, cumprimentar o Gilson pelas boas notícias que ele colocou aqui. Esse Programa Mais Alimentos aí com esse juro favorecido é certinho para essa hora. Certinho para as áreas como o Espírito Santo, maioria de pequena propriedade, que produzem alimentos para o brasileiro comer, não é para exportar, são muito importantes essas propriedades. A ampliação do limite de custeio para a avicultura também muito bom, que são quase sempre como no Espírito Santo, pequenos lavradores. O senhor sabe que no Espírito Santo tem um Município, Santa Maria de Jetibá, é o maior produtor de ovos do mundo. Todo mundo nesse Município se dedica a ovos. Então é impressionante a... E com bom nível de renda da população, são alemães e pomeranos que moram lá. A volta do financiamento do BNDES para as cooperativas de crédito. Nessa hora de crise a cooperativa de crédito... Não estou deixando que o Banco do Brasil não é importante, não. Mas as cooperativas são importantíssimas, elas... Inclusive, foi aprovada semana passada uma Lei Complementar de minha autoria,

nove anos sobre as cooperativas, muito importante... O Presidente Lula vai sancionar, vai convidar todos os Presidentes de cooperativas do Brasil a participarem desse ato. Eu conversei com o Beto Vasconcelos lá do Palácio. Então acho que foi bom isso. Boas notícias que estão chegando. A elevação do limite de 35 para 50 milhões por cooperativa. Importante nessa hora. Porque as cooperativas também capilarizam a aproximação e elas como tem um conhecimento muito grande do cooperado, a inadimplência na cooperativa, no Espírito Santo, é zero. Porque ela sabe aonde vai, como vai, ela sabe às vezes limitar um cara que é um pouquinho mais, se não tem capacidade para tanto, tem que ser um pouquinho menos.

E agora o problema do café e do cacau. Então, o Espírito Santo com 45 mil, 526 quilômetros quadrados apenas é o segundo maior produtor de café do Brasil, depois de Minas, que é aquele "paisão" de todo tamanho. Então, 250 mil capixabas estão todos pequenos proprietários na área do café.

Há uma diferença que uma hora vai ter que ser percebida entre o café e o cacau e a soja. Eu plantei soja esse ano. Caiu o preço, eu planto menos o ano que vem. A nossa Presidente mesmo disse: "Olha, vamos diminuir um pouquinho o plantio esse ano, e tal"... Agora, o café e o cacau é uma árvore. O cacau é 50 anos. Ele plantou um pé de cacau, ele é escravo daquele pé de cacau. Ele não pode falar: "Pé, diminui esse ano um pouquinho. Não produz muito cacau, não". "Café, cuidado, para de...". É 35 anos que ele é escravo daquele pé de café. Ele vai produzir... Não tem jeito de reduzir a produção. Então, acho que essas políticas têm... Para o café tem que ser um pouquinho alongada.

E as colocações que foram feitas aqui agora, o aumento do limite de três para quatro do financiamento de custeio, de colheita... Com o dinheiro do *funding* café melhorou... O limite foi de 400 mil por produtor, está bom na área de boa produção. Todas essas medidas para o café, algumas nós estávamos pedindo há muitos anos, Gilson. Parabéns, bom, necessário, vai dar um grande alívio à produção de café. E vai dar acima de tudo, parece que não se percebe aqui, a entrada do pequeno produtor para produzir qualidade. Porque ele pega um preço melhor no mercado internacional e nós já temos cafés de qualidade competindo com os da Colômbia e até com os da Etiópia.

Uma outra coisa que foi colocada aqui pela Kátia, muito importante, foi o seguinte: o problema do diesel. Tinha que nessa hora, – nós falamos aqui outro dia com o Presidente da Petrobras lá na CAE – tem que baixar porque estava 160 dólares o barril. Veio para 50 e pouco. A Kátia colocou aí o... Ele subiu 150% mais que a gasolina. Aí disseram: "Mas se mexer na gasolina vai derrubar o programa do álcool". Tá bom. Mexe no diesel. Naquela reunião do PMDB, V.Exa. viu, no lugar do PMDB ficar pedindo cargo no real grandeza e tal, vamos pedir para baixar o diesel para favorecer a produção agrícola brasileira nessa hora de crise representa 3,4 bilhões de economia na área agrícola se baixasse o diesel.

Problema dos fertilizantes. Também disse lá. O Ministro da Agricultura ficou de mandar para cá urgente reforma do Código de Mineração. Hoje em dia, duas ou três empresas multinacionais na área do fósforo e do potássio, sentam em cima de uma licença de mineração e ficam lá 20 anos. Isso tem que ser mais rápido. Não explorou dentro de um ano, perdeu a concessão. Vai para o seguinte que queira explorar, nós podemos tirar esse sódio e potássio e colocar à disposição do agricultor brasileiro.

Agora, não adianta, se nós temos aí, eu vi ontem nos jornais, o gás mais caro do mundo. Gás mais caro do mundo. O Espírito Santo é segundo maior produtor de gás, está sendo quase o primeiro. Outro dia o Presidente Lula foi lá e inaugurou uma central de gás que vai produzir metade do gás de cozinha consumido no Brasil em Cacimbas lá no Norte do Espírito Santo. Uma beleza, um equipamento tecnológico. Até os gringos que montaram estão babando com aquilo lá, com essa central. Mas o Brasil atingiu autossuficiência de petróleo. Grande evento. O que os brasileiros ganharam com isso? Nada. Paga a gasolina mais cara do mundo, o óleo diesel mais caro do mundo e o gás mais caro. Adianta ter autossuficiência? A Venezuela é autossuficiente. Mas o povo venezuelano paga o gás mais barato do mundo, a gasolina mais barata do mundo e o óleo diesel mais barato do mundo. Não adianta nós sermos autossuficientes se nós não--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [2:27:03]: Nós não podemos copiar o modelo venezuelano porque seria um desastre.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Claro que não. Estou apenas fazendo um parâmetro de como os brasileiros poderiam, nessa hora de crise, ser um pouquinho favorecidos com essas... Com essas medidas de aliviar um pouco os custos.

Então, eu quero... Acho que foi uma bela de uma audiência, a Kátia colocou aqui, vamos levar ao Presidente Lula essas soluções que ela propôs aqui, entre elas está o negócio do óleo diesel... Mas quanto ao café no Espírito Santo, eu quero cumprimentar essas medidas são importantes, estavam sendo esperadas há muito tempo e são boas. E dizer que no Espírito Santo a lavoura cafeeira é a menos inadimplente do Brasil. É impressionante. Nunca, raramente me pediram alguma prorrogação. Ela está estabilizada, é pe-

quena propriedade, melhorando a qualidade... Quase todo o nosso café, por exemplo, robusta, quando não é aproveitado no *blend* dos cafés mais finos é usado para café solúvel, e as fábricas de café solúvel estão lá no Estado e a Nestlé está implantando mais uma, o que vai fazer com que toda nossa produção seja transformada, deixando ganhos iniciais para Estado do Espírito Santo.

Pedi um pouquinho de preocupação com o cacau. O cacau é importante porque ele conserva a Mata Atlântica. Onde tem cacau tem a cobertura do cacau com Mata Atlântica. E com esse negócio de preocupar muito com a Bahia, a produção de cacau no Espírito Santo caiu. E era necessário que incentivasse todo o incentivo para a Bahia que também se elevasse... Houvesse uma preocupação com o Espírito Santo. E o descaso, não desse Governo, mas lá de trás com o cacau no Espírito Santo, fizeram com que os capixabas saíssem do Espírito Santo, fossem plantar cacau em Rondônia, tornando Rondônia quase que a segunda maior produtora de cacau, segundo Estado maior produtor de cacau do Brasil, os capixabas foram para lá plantar por falta de incentivos para o plantio no Espírito Santo.

Cumprimentos, eu acho que isso aqui abrimos uma grande... Parabéns a V.Exa., Sr. Presidente, Sra. Presidente, acho que é por aí.

Vamos ao Governo no lugar de criticar, no lugar de escritor, vamos levar lá as soluções que saíram dessa jornada e desse encontro. Cumprimento a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Camata, V.Exa. tem razão na exposição que acaba de fazer. É preciso, inclusive, que ao término dessa rodada de Audiências Públicas que nós estamos fazendo nós nos sentemos para preparar algumas medidas concretas que tenham a obrigatoriedade de cumprimento a fim de socorrer a agricultura, até porque alguns fatos são efetivamente injustificáveis. Um deles V.Exa. apontou que é a questão do preço do diesel. Não tem explicação. Não há explicação que nos convença de que com essa... Com esse viés de baixa de petróleo que nós tivemos nessa crise, embora tenha retomado um pouco de... Tenha recuperado um pouco o preço, mas na verdade está em baixa. Está em baixa e nós continuamos pagando um preço absurdo no diesel que compõe de forma expressiva os custos de produção da agricultura.

E a questão dos fertilizantes também. Nós temos aí mais uma Audiência Pública para discutir esse assunto, e acredito que dela deva resultar, sim, e de todas essas Audiências Públicas aqui uma série de medidas que nós temos que propor para socorrer a produção, especialmente no seu custo, que é fundamental. Acho que a preocupação aqui fundamental de todos os componentes dessa Comissão se relaciona a custo e a crédito. E nós não podemos deixar só no discurso porque, efetivamente, nós não vamos socorrer a agricultura só com o discurso, embora o discurso possa também contribuir para despertarem outros segmentos a necessidade de intervenção e de ações mais efetivas.

Mas o próximo inscrito é o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Muito bem. Sr. Presidente, senhores convidados dessa grande Audiência Pública, a meu ver só fica dificultado o Plano de Safra porque ele não vem acompanhado de uma política agrícola de mecanismos que venham a garantir a renda do produtor. Como foi bem apresentado aqui pela Senadora Kátia e também pelo Sr. Antoninho, da CONTAG.

Veja bem, uma política simples de crédito e fornecimento de recursos financeiros, ela já não vem acompanhada do acesso desses produtores que renegociam as dívidas como foi fartamente aqui apresentado, que é não cumprimento pelos bancos de uma resolução que faculta, sim, que é a 3499 do Banco Central, que faculta a reanálise dos riscos de crédito do produtor. Então eu vejo que se não for adotado procedimento urgente de reavaliação dos riscos do produtor brasileiro, dificilmente se terá êxito na aplicação desses recursos.

Então minha pergunta. Minha pergunta dirigida inicialmente ao... Ao Dr. Gilson Bittencourt, aonde eu quero fazer uma pergunta pontual a respeito dos créditos oficiais que em relação à distribuição dos mesmos de uma forma equalizada, justa, na distribuição de créditos oficiais. Porque no Mato Grosso, aparentemente, só chegam 7% dos recursos disponíveis de crédito oficial do país. E os produtores ficam jogados à marginalidade, como bem apresentou a Senadora Kátia Abreu, com juros altíssimos, contratados com *trades*, com fertilizantes e têm essa dificuldade de acesso como a gente já fala devido a grande renegociação dos créditos dos financiamentos que foram feitos nos últimos anos. E dentro dessa linha, Gilson, eu gostaria de saber quais as medidas acessórias ao plano que vocês têm com intenção de contemplar. Porque para a garantia de renda há uma necessidade de reatualização dos preços mínimos que deveriam ser preços de garantia compatíveis com custo e produção. E não são.

Vou dar um exemplo do milho, que foi feito leilões agora, e o milho foi comercializado no Mato Grosso ao redor de 13 reais uma saca. Quer dizer, é incompatível com o custo. Então nós estamos, os produtores, desesperados de vender, vende a qualquer preço, só

que renda para pagar os investimentos contratados e se tornar um agricultor adimplente no banco não sobra. Não há poupança na atividade. Não há renda da atividade. Então, esses leilões nada contribuíram até agora, os leilões de milho para que garantisse uma renda da atividade dessa cultura. E medidas complementares de estímulo, então, às operações de AGF, DGF, desoneração fiscal, entre outros. Então, a questão dos preços mínimos.

Eu vou citar o caso específico agora do feijão. Tem Estados que são contemplados com feijão, com leilões de PEP. Outros não são. Mato Grosso está fora dos leilões de escoamento de produção de feijão. Deveria incluir. Porque lá tem mais de 200 mil hectares de lavoura de feijão plantadas nessa safra. Então esse é um pleito que eu deixo em relação à cultura do feijão.

O representante do Banco Central, o Diretor Alvir, eu gostaria de fazer a seguinte pergunta: Quanto à Legislação do crédito rural que dá possibilidade ao produtor de prorrogar as suas dívidas. Quando ele é contemplado com problema de... Quer dizer, de não produtividade, de não alcance da sua atividade... De renda para a sua atividade. Mas os bancos, inclusive o Banco do Brasil, criam dificuldades imensas na renegociação dessas dívidas. Quais são essas dificuldades? Eu diria que exigem uma documentação excessiva, demoram na recontratação, inclusive, eu também quero fazer essa pergunta. Quanto que foi renegociado até agora, já que estamos novamente no limite, 30 de março já passou. E cada vez mais garantias do produtor. E tirando, inclusive, Dr. Alvir, as agências do poder de decisão. Então, as decisões são muito demoradas. As agências conhecem seus clientes, elas poderiam auxiliar sobremaneira na renegociação dessas dívidas. O senhor concorda, Dr. Alvir, que haja tanta burocracia para a renegociação das dívidas, já que... E dentro dessa linha eu perguntaria o seguinte, a resolução 3499 eu sei que o Dr. Ewerton não tem aqui, é uma pergunta específica, não tem poder decisório, porque não é Diretor e nem Vice-Presidente ou Presidente do banco, mas a resolução 3499 está inibindo os produtores brasileiros a receberem, formalizarem propostas de custeio dessa nova safra agrícola. Isso precisa ser revisto como amplamente defendido aqui por todos os Senadores.

E quanto ao Sr. Ewerton, também, gostaria de continuar perguntando o seguinte: O produtor que renegociou a dívida fica vedado da contratação não só do custeio, como de novos investimentos. A pergunta é: Essa vedação que existe na contratação de novos investimentos, ela não só diz respeito ao pagamento da parcela, que venceu, mas de toda a dívida. O senhor confirma que é esse o posicionamento do Banco do Brasil? E qual a base legal para avaliar se o produtor que foi renegociado por autorização, Conselho Monetário Nacional, tivemos um trabalho intenso aqui no Senado, na Câmara. Agora, simplesmente exigir a liquidação total de toda a dívida contratada daquela operação para permitir, então, a continuidade de qualquer operação bancária. Então essa é minha pergunta também ao Sr. Ewerton, do Banco do Brasil.

E fica nisso aí as nossas considerações, Sr. Presidente. Gostaria de permanecer aqui para obter as respostas. Sr. Presidente, já acabei as indagações.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Então, com a palavra os expositores para responder. Começando pelo da ponta direita, aqui. Gilson.

SR. GILSON BITTENCOURT: Rapidamente, Senador. Primeiro, a questão do feijão é uma ação de aonde fazer do Ministério da Agricultura. Então é uma reivindicação justa, o Ministério da Agricultura e a CONAB que fazem as definições de onde comprar. O que tem em conjunto é a definição de vamos comprar. Agora, quanto e onde é uma ação direta e acho que recomendo essa... Esse contato direto com o Ministério da Agricultura.

Em relação à distribuição dos recursos oficiais, efetivamente, em termos legais, nós podemos distribuir recursos quando nós damos o recurso e o recurso é, efetivamente, do Governo. Então, por exemplo, o FCO/CONDEL, você poderia distribuir o recurso sem problema nenhum de cada Estado, por atividade, porque tem um conselho gestor. A exigibilidade bancária, não. Porque é regulamentado por lei a obrigação de aplicar em crédito rural, agora, onde aplica cada recurso é a própria instituição. A gente não tem este poder, a não ser que eu assumisse o risco. Essa velha história, se o Governo assume o risco, o Governo diz o que eu faço. Mas aí o custo disso e a dificuldade de fazer esse processo.

No caso de FAT, a mesma coisa. O Conselho Deliberativo do FAT também podia fazer uma redistribuição de recursos e depois o Governo equalizar. Agora, se é uma operação do banco de recursos livres ou da exigibilidade, seja da poupança, seja do depósito à vista é opção dele. A gente não tem como fazer isso.

Eu concordo com o senhor que o grande desafio é trazer os bancos para a região Centro-Oeste. Na prática a região Centro-Oeste se desenvolveu, principalmente, no momento que você teve a entrada forte das *tradings* e dos bancos internacionais. Não é que os bancos saíram. Eles nunca lá estiveram. E eu acho que a dificuldade é exatamente levar. E aí estamos juntos no que a gente puder fazer para poder fazer esse estímulo. Ou seja, o que a gente pode ajudar enquan-

to Governo. Agora, é uma opção privada deles. Não é uma ação tão simples. Mas concordo que é um desafio nesse momento para ir substituindo, pelo menos neste momento, esta atuação dessas empresas.

Em relação aos preços mínimos, bem, os preços mínimos são calculados com base no custo variável que é, efetivamente, só para garantir o custo variável mesmo. Não é para garantir renda. E exatamente para poder ter um instrumento que possa focar um pouco mais em renda que a gente fez essa proposta apresentada pelo Senador Romero Jucá, já aprovada, tanto na Câmara quanto no Senado, para lançar contratos de opção. A expectativa nossa, e isso é uma questão que já vem há muito tempo, mas a gente quer ver se consegue avançar, é quando lançar o Plano Safra, ou quando estiver tendo as operações de crédito no segundo semestre, já estar lançando algum contrato de opção. Já numa expectativa de novos preços mínimos. O Ministério da Agricultura deve apresentar a proposta de preços mínimos nos próximos dias para que a gente aprove, ainda nesse semestre, os novos preços, provavelmente alguns vão ter revisão, com certeza, porque teve a evolução de custo de produção. E aí com esse adicional que a emenda nos permite, talvez a gente possa lançar contratos de opção mais elevados e aí sinalizando com perspectiva melhor de preço no futuro. Que eu concordo, não adianta ter a mão do crédito se não tiver alguma expectativa em termos de garantia de preço. Agora, sempre... À vontade, Senador.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): [pronunciamento fora do microfone] previsão seriam mais as culturas de inverno, de trigo e outras que foram citadas aqui. Todas as culturas terão? Inclusive, a inclusão, por exemplo, do pedido da Senadora Kátia, vamos dizer, a cana-de-açúcar?

SR. GILSON BITTENCOURT: Não. Por parte. O que está neste papel, exceto a LEC para suínos, que está para sair a portaria, exceto a linha de financiamento de álcool que precisa ser sancionado o projeto pelo Governo, pelo Presidente, para gente lançar no âmbito do BNDES que no Banco do Brasil já vai operar com poupança sem a necessidade dessa regra e a desvinculação dos limites de capital de giro do investimento e do custeio para cooperativa, essas três questões são as únicas que estão nesse documento que não foram regulamentadas. Só. O resto são ações que já foram efetuadas nesses últimos nove meses. Essas três, como coloquei anteriormente, sancionando a lei pelo Presidente, a gente vai propor ao Conselho Monetário uma Reunião Extraordinária para avaliar esses três pleitos. Provavelmente, esperamos que até na próxima semana. Então, o restante que está aí é o que foi feito. E não o que vai ser feito. O que vai ser feito é este momento daqui para frente. Não quis misturar pretensões com... Pelo menos ações do ponto de vista de regulamentação já efetuadas. Então, tem discussões sobre contratos de opção de café que está em discussão no âmbito do Governo, que depende de definição de preço mínimo, tem perspectiva de revisão dos preços mínimos para safra de verão, e aí vamos ter que ver a apresentação, todos os que o Ministério apresentar e a gente discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Gilson, deixa eu fazer uma intervenção rápida. O seguinte, o Presidente da ABIEC quando esteve numa Audiência Pública aqui, – Associação Brasileira de Exportadores de Carne – disse que os exportadores estão tendo uma dificuldade, primeiro, criada recentemente, ou seja, criada em plena crise com relação a prazos de pagamento. Aliás, ao financiamento. Disponibilidade de financiamento. Segundo, uma dificuldade com relação aos prazos. Antes da crise os prazos variavam em torno de 150, 180 dias que eles falaram. E... As ACCs. Posteriormente, foi... Foram reduzidos esses prazos para 30 dias, 60 dias. Nós não estamos na... E a taxa de juros também. Taxa de juros que era de 3% foi para 13 a 15%. Nós não estamos na contramão do mundo? O mundo está... Está reduzindo juros, está ampliando prazos, e está flexionando os riscos. E nós estamos agindo exatamente como se não tivesse a crise. E apertando ainda mais o cerco contra àqueles que precisam exportar e quando o Brasil precisa exportar, até porque está caindo o nível de exportação. Nós não estamos na contramão do mundo?

SR. GILSON BITTENCOURT: Não. Nesse aspecto pelo contrário. Eu diria que o mundo todo em termos de normativo está baixando juros e tentando estimular o crédito. Mas a ação efetiva na ponta depende das discussões financeiras. E essa resposta das instituições financeiras que estão mais avessas ao risco não está indo no mesmo sentido que os governos dos demais países. Então, está aí a dificuldade de crédito para exportação ou importação. Está aí a discussão mundial sobre o incentivo ao comércio internacional. No Brasil nós estamos tentando ir na mesma linha. Os prazos das ACCs, primeiro no mercado já era aberto, não se mexeu nisso, e nas lançadas pelo Banco Central nos financiamentos, primeiro saiu com 180 dias e depois foi ampliado para 360 dias, o que está acontecendo é que as instituições financeiras na ponta, no Brasil, estão adotando uma postura similar do que nos outros países. Apesar de ter a margem legal, a margem regulamentar de operar com créditos por maior tempo, estão aumentando muitas vezes a taxa de juros e reduzindo o prazo numa expectativa de reduzir seu pró-

prio... O seu próprio risco. Esta é a diferença da norma e da ação efetiva de cada agente. A discussão é como a gente faz com que essas instituições cada vez mais avancem no empréstimo e não reduzam as suas operações. Estão aí as discussões de fundo de aval, de garantia para tentar, exatamente, transformar a norma numa ação prática das instituições financeiras. Então, está correta a avaliação da associação, sim, porque as empresas estão tendo dificuldade e uma empresa que antes tinha um crédito de ACC de 180 ou 270 dias de repente o mesmo banco oferece o crédito a uma taxa mais elevada e um prazo mais curto. Isso está acontecendo. Agora, como que a gente pode atuar em relação a isso? Tentando ofertar recursos, tentando disponibilizar linhas de crédito a taxas controladas. Esta ação que foi feita ou que está sendo feita para as usinas, exatamente, para que o recurso na ponta vá pagar os produtores de cana que não estão conseguindo receber porque não está tendo capital de giro.

Nós aprovamos, ou os senhores aprovaram novamente numa discussão nossa com o Senador Romero Jucá, nesta mesma Medida Provisória, já aprovada à espera da sanção, aprovado na semana passada pela Câmara, nós abrimos uma possibilidade de que o Governo possa equalizar taxa de juros para capital de giro de agroindústrias, empresas de implementos agrícolas e... Basicamente isso, agroindústrias e cooperativas. Ou seja, a gente já abriu uma brecha, jogamos para 2009, 2010 para não ser uma coisa que abra um canal que no futuro em vez do dinheiro ir ao produtor vá para o intermediário, mas nesse momento nós precisamos buscar uma... Formas adicionais. E é o que a gente está tentando fazer. Aprovando isso, nós vamos estar discutindo como fazer com que este recurso do BNDES também possa estar indo para todos esses setores, aí não quero nominar um setor A ou B, mas dá giro e aí você está dando dinheiro e definindo as condições em termos de taxa e prazo para fazer com que as instituições financeiras tenham mais ânimo de operar. A gente está buscando as formas. Agora, eu não posso como Governo dizer: "Empresta para A ou para B a taxa tal se eu não pago e não assumo o risco". Eu tenho que dar as condições. Isso que o Governo tem tentado fazer, diretamente ou indiretamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Alguma pendência?

SR. ALVIR ALBERTO HOFFMANN: Senador Gilberto, os tópicos que senhor me direcionou. Vamos lá. Quanto à questão das dificuldades de renegociação, demoras com relação à renegociação da lei 11775.

Bom, o esforço para operacionalizar todas as linhas da 11775 foi gigantesco. Basta a gente observar a quantidade de resoluções e posteriormente a MP 432 e a lei 11775 que engloba um conjunto bastante amplo de operações. Então, isso demandou do banco um esforço tecnológico gigantesco, isso não tenho dúvida em usar esse adjetivo para deixar pronto isso para que todas as quatro mil agências no Brasil possam estar operando essa linha em condições automáticas. Que é impossível a gente conseguir fazer a atualização de dívidas com recálculo de juros de adimplência, bônus, rebates individualmente. Seria impossível isso. Então, isso realmente trouxe, no início ali do processo, algum atraso que foi prontamente regularizado, isso aí a gente notou que a partir do momento que se viu que realmente não sairiam novas medidas, porque até então, os produtores tinham manifestado intenção até dia 12 de dezembro, e se a gente lembrar na primeira versão encerrava a formalização era coisa de 15 dias. Para encerrar no final do ano. O que se mostrou também pouco operacional a partir daí entendimentos com o Ministério da Fazenda a gente renegociou novas datas que vieram até, recentemente, teve a última resolução estendendo agricultura familiar para 30/06, o próprio investimento para maio. O FRA também. A questão do FRA também que é bastante complexa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vai sair o FRA?

[risos]

SR. ALVIR ALBERTO HOFFMANN: Essa daí eu vou me abster de responder, porque realmente não tenho conhecimento.

Mas então voltando a esse ponto, realmente, as agências tiveram uma dificuldade grande, mas depois ficou bastante operacional tanto que a renegociação que está preocupando a gente, porque estava lá a intenção registrada, mas a gente não estava conseguindo formalizar até dezembro um número, assim, representativo, não é? Mas que nós começamos a pintar cenários até bastante preocupantes.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Quantos milhões o banco...

SR. ALVIR ALBERTO HOFFMANN: Exatamente. O Banco do Brasil tinha um público alvo de 18 bilhões. Público alvo para a renegociação. Já foram feitos 14 bilhões, entre amortizações, liquidações e prorrogações. Então, faltam agora 14 bi; 14 bi para a gente poder matar isso até junho, provavelmente, grande parte de agricultura familiar também. Então, a gente...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Quantas operações?

SR. ALVIR ALBERTO HOFFMANN: Eu não tenho aqui esse número de operações, Senador, mas é uma coisa bastante relevante. O número de operações que está faltando ainda é grande porque a agricultura familiar, obviamente, tem um valor por operação menor.

Mas a gente tem feito ponto controle no banco, semanalmente quanto a isso, e o andamento nas últimas semanas tem sido bastante satisfatório, que deixa a gente animado quanto ao sucesso dessa renegociação que realmente é essencial tanto para o setor quanto para a saúde da nossa carteira, não é?

O outro questionamento que o senhor fez quanto a restrições ou vedações para contratação de novas operações. O que eu tenho a dizer ao senhor é que a orientação à Diretoria de crédito em conjunto com a Diretoria de agronegócio é que o custeio se mantenha para quem está em processo de prorrogação ou tem prorrogação, se mantenha limitado ao... À assistência prestada no ano anterior. Então, para o custeio não há determinação de se cortar. A não ser que esse cliente, ao longo desse processo, teve seu limite de crédito cancelado ou indeferido pela análise que é feita individualmente caso a caso. Pode ter ocorrido esse tipo de situação. O banco tem por política de crédito aprovado em nosso Conselho de Administração ele não opera com novas operações com clientes de risco E para cima. Então, pode ser que em determinado grupamento tenha dificuldades em função do limite de crédito. Não em função de uma eventual adesão a prorrogação ou não.

Quanto a investimento, efetivamente, a própria lei 11775, no seu art. 15, § 6º, veda a contratação de novas operações de investimento. O produtor quer renegociar a dívida relativa a operações de investimentos nas condições estabelecidas fica impedido até que se liquide integralmente essa dívida a contratar novo financiamento de investimento com recurso controlado, crédito rural e dos fundos constitucionais. E de forma interna a gente faz uma análise do projeto de investimento. Então, a gente analisa todo o cronograma de... Todas as inversões que serão feitas e posteriormente os retornos para que a gente possa fazer um cálculo capacidade de pagamento. Em muitos desses casos desses clientes não há a verificação de capacidade de pagamento até porque a própria prorrogação em si já é uma manifestação de incapacidade de pagamento. Então, a questão do investimento realmente tem essa limitação. Parte pela lei e parte por política do banco também.

Outra coisa que eu queria falar aqui... É a questão que até o Gilson já tocou dentro dessa dificuldade, até enriquecendo a primeira pergunta, por exemplo, essa linha de financiamento da entrada para a adesão ao... à renegociação de financiamentos, BNDES, ela... A linha oficial ela é restrita ao Centro-Oeste. O Banco do Brasil entendendo que deveria dar um tratamento isonômico para as outras regiões criou uma linha interna e aí sim com recursos da poupança, não controlado, um pouco mais caro do que a linha original, mas que deu acesso a todos os produtores de todo país de poder fazer essa adesão. Exatamente porque nós vimos que havia dificuldade em se aderir fazendo o pagamento com recursos próprios. E nessa linha oficial, em função de que a linha do BNDES não estava operacional ainda, nós tivemos tratativas com o Ministério que aí sim destinou recursos com a equalização para se fazer a taxa igual a do BNDES e colocamos em linha, uma linha de poupança ouro também obrigatória no caso para viabilizar a questão das renegociações, visto que o prazo aí está se... está chegando ao fim. Então, basicamente, são essas... Esses meus esclarecimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Neuto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Presidente, Valter Pereira, Dr. Gilson Bittencourt, Ewerton Chaves, Alvir Hoffmann... Ao cumprimentá-los, cumprimento os Senhores e Senhoras Senadores.

Perdi um pouco o foco. Três comissões simultaneamente nos buscando para que o quórum possa dar oportunidade de votação, acabo retornando a essa Comissão com algumas preocupações.

Primeiramente nós vivemos uma crise globalizada. Temos procurado acompanhar inúmeras reuniões em todas as comissões e, principalmente, interna e externa do próprio Senado. E o próprio G20 na última semana nos dá a preocupação dos 20 maiores países do mundo com o momento que vivemos. E a compra e venda a crédito, principalmente se acentuando nos últimos tempos, ela se agrava de tal ordem que não era só para financiamento para os bens. O mundo está financiando o dia a dia das pessoas. Com cartão de crédito, protelando todos os compromissos e de todas as ordens. E isto... E sabemos que sem o crédito a economia não anda. E aí vem a nossa agricultura.

As commodities financiavam a produção. E a grande maioria dos grandes produtores iam buscar recursos dentro das próprias commodities. As exportações, inclusive muitas antecipadas, que trouxe crises em grandes empresas nossas por venda antecipada e negociações de carta de crédito, e as nossas grandes empresas que podiam e buscavam recursos internacionais todas elas passaram a competir com os créditos internos. Acho que esse é dos grandes problemas que nos trouxe também para a agricultura. Nós sabemos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que os estoques no mundo estão baixos. Baixíssimos. Que o consumo tem aumentado significativamente, principalmente na China, na Índia, e na classe média nacional e internacional pela sua elevação. A urbanização da sociedade. Não só no Brasil e no mundo, também

eleva o consumo. E temos uma agricultura com uma potencialidade extraordinária. Sua produção varia de quatro a seis meses, e quando entra no processo de carne, principalmente frango e suíno, passa para oito e não mais do que isso.

Temos hoje, 34% da exportação do PIB, é da agricultura. Um terço das exportações nasce na agricultura. Total do seu superávit na balança comercial nos últimos cinco anos também é produzido, praticamente, pela agricultura. Esses números nos dão a potencialidade. E aí vem o crédito para esta potencialidade. Que o Brasil eu acho que todos os órgãos responsáveis por esse segmento não pode, sob hipótese alguma, faltar recurso para um segmento em que tem, além dessa potencialidade, tem mercado. Falou-se aqui que o mercado é um pouco... Não é, não. Ele vai deslanchar já, já. Em função da falta de alimento no próprio mundo. E eu fico muito preocupado quando falta recursos, falta crédito, e que esse é o único caminho para esse segmento caminhar. E eu vejo, e nós temos uma sessão aqui no lado, de que está se discutindo o FPM dos municípios, porque quando falta a circulação de riqueza que ela nasce no crédito, falta recurso para todos os cofres, e principalmente para o cofre público. Que é o retorno das riquezas para as bases.

E eu anotei aqui algumas perguntas, mas vou fazer uma só. E essa me preocupa porque, primeiro até por um estudo feito pelo nosso Ministério da Agricultura e cujo estudo baseado em dados da própria da própria FAO, nos diz que nos próximos dez anos nós devemos abastecer o mundo em 61% da carne bovina, 90% da carne de frango e 21% da carne de suíno. Isso é só pra ter uma ideia desse avanço que poderá acontecer. E por isso tudo eu fiquei muito preocupado com que a imprensa está divulgando. De que o Governo liberou em torno de 100 bilhões de reais dos empréstimos compulsórios. E na mesma linha diz que era para financiar. A agricultura, as empresas que tem necessidade. E encontramos na mesma imprensa dizendo que esses recursos foram, quase sua totalidade, desviados para títulos públicos. Isso acaba tirando de um bolso e botando para outro e não buscando o desenvolvimento, o crescimento, o giro de riquezas no qual teria seu objetivo.

Então, essa seria minha única pergunta, já que o adiantado da hora e principalmente os fatos deixaremos as demais para outros debates. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, antes de... Quer fazer alguma intervenção, alguém quer fazer alguma intervenção sobre...

[falas sobrepostas]

SR. ALVIR ALBERTO HOFFMANN: Bom, eu acho que essa, realmente, foi uma discussão bastante interessante sobre... Acho que o que está em discussão aqui, talvez seja, não a questão da prorrogação das dívidas ou um momento, mas até o modelo de financiamento rural que tem no país. Então, até a propósito da sua pergunta em relação a como é que a gente veria o fato de o banco colocar dificuldade, etc., etc.

Nós como supervisores bancários e dentro da função que a lei nos coloca, nós temos que fazer com que os bancos operem de maneira segura a que não venham perder. Então, em princípio não poderia chegar em um banco e dizer para ele: "Ó, pede menos papel, não se certifique de todos os aspectos do contrato, as garantias, etc". Isso é algo... Agora, se existe isso, talvez seja um problema de... Talvez do próprio modelo de negócio que eu colocaria da agricultura e da forma como a agricultura é financiada, de maneira que obriga indiretamente os bancos a financiar. E tudo que é obrigado a fazer você não faz... Quer dizer, é complicado de fazer. Quer dizer, a gente é obrigado a pagar imposto, tal... São coisas que a gente faz... Então... Faz porque tem que fazer, senão tem consequências. E aí, então no caso, nós temos que atuar dentro de uma linha em que o banco tem que se preservar, digamos, os recursos que são confiados ao banco cujo recurso é confiado a guarda do banco e os depositantes, os investidores, etc, têm que ser protegidos nessa linha.

Agora, obviamente o sistema bancário tem sua função aí de atender a economia e etc. Então, aí vem aquela questão do modelo de negócio que teria que ter estímulos para que o banco operasse melhor. Na medida que não existe esse estímulo fica difícil. Da mesma forma que está colocando aqui no contexto do que o Senador Neuto De Conto colocou, relacionado com a questão que se libera recursos, os recursos não são aplicados... Quer dizer, hoje o país vive talvez num momento de aversão ao risco. Então, até eu comentava aqui com o Senador Valter Pereira, que às vezes, pior do que a crise em si é o medo da crise. Então esse medo da crise acaba tornando a crise mais grave. Que é uma... uma retração geral de negócios e tendo em vista que os bancos, obviamente, operam com recursos de terceiros você tem que assegurar que esses recursos que eles vão passar para frente vão retornar com segurança.

O Senador Gilberto colocou, também, a questão de decisão a nível de agência, decisão centralizada... Isso aí, quer dizer, com a modernização da... E a própria informatização, isso levou com que os bancos hoje tenham na ponta da agência, basicamente, quase que um balcão de negócios que com isso a comunicação é muito fluída dentro do banco e é mais, digamos, é mais

eficiente para o banco ter esse processo centralizado que homogeneíza as decisões, isso acontece não só com os grandes bancos do Brasil mas em todo mundo que cada vez menos aquele gerente de agência que tinha lá 20, 30 anos atrás, aquele papel quase que uma autoridade local lá hoje ele é uma pessoa que canaliza esses negócios. E o modelo... E isso dá mais segurança para o banco operar como um todo.

Do lado do Banco Central, o que a gente faz e procura fazer? Quer dizer, o próprio Conselho Monetário aprovou normas relacionadas a obrigar as instituições a ter um serviço de atendimento ao cliente, ter ouvidor e tem que prestar contas ao Banco Central do atendimento que dá ao cliente. Então, se o cliente entende que o banco está exigindo coisas demais, está cobrando coisas que não devia, tem todo esse canal, primeiro montado dentro da estrutura do próprio banco, obrigatoriamente, para atender e resolver o problema dos clientes. E também o Banco Central disponibiliza um serviço de atendimento a essas reclamações e atua junto aos bancos para verificar se o banco está cumprindo. Quer dizer, eu não tenho estatísticas, dados aqui, nós não temos, digamos, evidências concretas de que tenha havido exagero nessa documentação e tal. Então, por isso eu não poderia lhe afirmar que nós estamos atuando nessa linha. Mas certamente, se tivermos evidências disso nós iríamos atuar.

Então, em geral eu creio que nós vivemos, eu acho que essa discussão, principalmente a parte que o Gilson colocou, o Ministério da Fazenda estaria atuando aí no sentido de uma série de programas com vistas a resolver as questões pontuais e talvez aqui a nível... A nível da Casa maior aqui, teria se talvez pensar em um modelo, talvez, diferente de forma de financiar a agricultura.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, eu acho o seguinte: A classificação de riscos das operações rurais tem, assim, o mesmo padrão da classificação de risco das atividades comerciais. E atividade rural, especialmente o crédito rural, ele tem e segue uma legislação mais específica, tem condições muito diferenciadas, o mercado também é um mercado mais incerto. Então, o que eu acho que esta classificação teria que observar também essas características próprias do setor rural. E talvez essa seja uma ideia para se pensar no banco, porque quem acompanha as atividades do campo eu sou do Mato Grosso do Sul, nós temos um agronegócio muito forte, uma agricultura familiar também forte, o colega Goellner também representa o Mato Grosso e lá a agricultura, o agronegócio lá é muito proeminente. O Neuto também representa uma área de forte componente agrícola.

Então, nós sabemos que, efetivamente, a atividade agrícola tem essas características próprias e sabemos também que existe uma distância entre aquilo que a gente enxerga aqui, na teoria é aquilo que a gente enxerga lá na agência do banco. Na agência mais distante. E essa questão de documentação que o Ewerton coloca como uma questão superada, nós sabemos que, efetivamente, lá não é assim. Se você botar um chapéu na cabeça, uma bota nos pés, uma roupa bem simples e deixar a barba por fazer, e for disputar o crédito como um cliente do banco, sabe que as dificuldades são bem maiores do que aquelas que aparecem nos relatórios. A situação vista nos relatórios é bem diferente do que aquela que a gente vê lá na ponta.

Então acho que o debate foi proveitoso nesse sentido, mas o meu desafio aqui no final dessa reunião é exatamente para instigar os amigos que estão aí, que compõem toda essa Mesa, Banco do Brasil, Banco Central, Ministério da Fazenda, Conselho Monetário Nacional, é no sentido de repensar os critérios, os padrões que orientam a reclassificação dos créditos para o setor agrícola, porque não se pode equiparar o setor rural com o setor comercial ou industrial, porque são bem diferentes.

De qualquer forma eu encerro essa reunião agradecendo aqui a tolerância de todos os senhores e as informações esclarecedoras que prestaram a esta Comissão.

Muito obrigado. Está encerrada essa sessão.

Sessão encerrada às 13h04.

ATA DA 7ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 14 DE ABRIL DE 2009.

Às nove horas e cinqüenta e dois minutos do dia quatorze de abril de dois mil e nove, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores: **JOÃO PEDRO, GERSON CAMATA, GILBERTO GOELLNER, KÁTIA ABREU, JAYME CAMPOS, MARISA SERRANO, ROMEU TUMA, OSMAR DIAS, SERYS SLHESSARENKO, VALDIR RAUPP, ROSALBA CIARLINI E FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Delcídio Amaral, Augusto Botelho, Magno Malta, Leomar Quintanilha, Neuto de Conto, Raimundo Colombo, Lúcia Vânia e Mário Couto. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprova-

da. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **Audiência Pública**, em cumprimento ao **Requerimento nº 9 de 2009 – CRA**, de autoria do Senador Valter Pereira, aprovado em 24/3/09, com a finalidade de buscar alternativas para redução dos preços e, principalmente, da dependência externa dos fertilizantes e insumos químicos, com a presença dos seguintes convidados: **Sr. Cláudio Scliar –** Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – **MME**; **Sr. Marco Antônio Almeida** – Diretor do Departamento de Gás Natural – **Secretaria de Petróleo e Gás do MME**; **Sr. Ali Aldersi Saab** – Engenheiro – Assessor Técnico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA**; **Srª. Rosimeire Cristina dos Santos** – Assessora Técnica da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil – **CNA**; **Sr. Fernando Fernandes Martinez** – Gerente-Geral da Área de Abastecimento da Unidade de Negócios Petroquímicos e Fertilizantes da **Petrobrás**; **Sr. George Wagner Bonifácio e Sousa** – Presidente da Associação dos Misturadores de Adubos do Brasil – **AMA.** Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Kátia Abreu, Romeu Tuma e Gerson Camata. **RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA. EXTRA-PAUTA: REQUERIMENTO Nº 12, DE 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – **CRA**, em conjunto, com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – **CMA**, de Assuntos Econômicos – **CAE**, de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicações e Informática – **CCT**, de Constituição, Justiça e Cidadania – **CCJ**, de Assuntos Sociais – **CAS**, de Desenvolvimento Regional e Turismo – **CDR**, de Direitos Humanos e Legislação Participativa – **CDH**, de Educação, Cultura e Esporte – **CE**, de Serviços de Infraestrutura – **CI**, de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – **CRE**, com a finalidade de analisar e discutir a Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs e o Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as Implicações para o Agronegócio, a realizar-se no próximo dia 29 de abril, às 9 horas, no Plenário do Senado Federal, com a presença dos seguintes convidados: **Dr. Gustavo Ribas Curcio** – Doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da Embrapa Florestas em **Colombo – PR**, que tratará do tema: Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs: Uma Proposta de Parâmetros; **Dr. Evaristo Eduardo de Miranda** – Doutor em Ecologia e pesquisador da Embrapa Monitoramento por Satélite, em **Campinas – SP**, que tratará do tema: Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista: Implicações para o Agronegócio. **AUTORA**: Senadora Kátia Abreu. No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Kátia Abreu e Romeu Tuma. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO**: **Aprovado. REQUERIMENTO Nº 13, DE 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requerem, nos termos regimentais, em adendo ao **Requerimento n° 12, de 2009 – CRA**, que objetiva analisar e discutir a definição de áreas de proteção permanente – APPs e o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e as implicações para o agronegócio, em conjunto com as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária – **CRA**, de Assuntos Econômicos – **CAE**, de Ciência Tecnologia, Inovação, Comunicações e Informática – **CCT**, de Constituição, Justiça e Cidadania – **CCJ**, de Assuntos Sociais – **CAS**, de Desenvolvimento Regional e Turismo – **CDR**, de Direitos Humanos e Legislação Participativa – **CDH**, de Educação, Cultura e Esporte – **CE**, de Serviços de Infra-estrutura – **CI**, e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – **CRE**, que sejam convidados também os senhores: **Adalberto Veríssimo** – Pesquisador Sênior do Imazon – Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia; **Márcio Santilli** – Instituto Socioambiental/ISA; **Antônio Herman Benjamim** – Ministro do Superior Tribunal de Justiça. **AUTORES**: Senadora Serys Slhessarenko e Senador Valter Pereira. No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Romeu Tuma e Gerson Camata. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO**: **Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Valter Pereira,** Presidente da CRA.

7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2009, ÀS 09 HORAS E 52 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da Ata da

reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Sobre a mesa requerimento de autoria da Senadora Kátia Abreu, que requer seja realizada Audiência Pública perante esta douta Comissão em conjunto com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), de Assuntos Econômicos (CAE), de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicações e Informática (CCT), de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Sociais (CAS), de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), de Educação, Cultura e Esporte, de Serviço de Infraestrutura (CI) e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CRE), com a finalidade de analisar e discutir a definição de Áreas de Proteção Permanente (APPs) e o alcance territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as implicações para o agronegócio, com a presença dos seguintes convidados: Gustavo Ribas Curcio, Doutor em Engenharia Florestal e Pesquisador da EMBRAPA Florestas em Colombo/PR, o qual tratará do tema "Definição de Áreas de Proteção Permanente (APP) – Uma Proposta de Parâmetros"; Evaristo Eduardo de Miranda, Doutor em Ecologia e pesquisador da EMBRAPA Monitoramento por Satélites em Campinas/SP, o qual tratará do tema "Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista – Implicações para o Agronegócio". Com a palavra a autora do requerimento, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Sr. Presidente. Eu gostaria de justificar aos colegas Senadores e Senadoras o porquê dos requerimentos em todas as Comissões do Senado. Nós já aprovamos na semana passada na CCJ, aprovamos na Comissão de Desenvolvimento Humano, aprovamos também na Comissão de Ciência e Tecnologia, acho que em três Comissões, e pretendemos então com o apoio dos senadores, dos colegas, aprovar em todas elas.

A ideia, Sr. Presidente, é fazer uma Audiência Pública conjunta de todas as Comissões no Plenário do Senado no dia 29 deste mês, às 9h30 da manhã. O Presidente Sarney já autorizou a utilização do Plenário. À tarde, inclusive, teremos a homenagem a Dom Hélder e, de manhã, essa Audiência Pública sobre meio ambiente. Eu peço a compreensão dos colegas dessa Comissão para o entendimento de que este assunto talvez seja, dentro do agronegócio brasileiro, o assunto que mais aflige o setor rural neste momento. Nós estamos vendo pela imprensa, pela televisão e jornais até produtores rurais serem presos por conta do não cumprimento da Reserva Legal e, também, da APP. Nós temos uma discussão jurídica profunda a respeito do direito adquirido e da retroatividade da Lei.

Nós, na verdade, principalmente no Centro Sul do País, nós não temos mais a Reserva Legal porque no passado ela não era obrigatória e, posteriormente, sim. Enfim, Sr. Presidente, no final do ano passado foi publicado um Decreto, pelo Ministério do Meio Ambiente e a Presidência da República, aonde agravou sobremaneira a questão ambiental, impondo multas confiscatórias nas propriedades rurais do País. Culminou, ainda ontem, com a aprovação pela Assembléia Legislativa de Santa Catarina, um projeto de autoria do Executivo, do Governador Luiz Henrique, aprovado por unanimidade, por não mais suportar uma Lei impossível de ser cumprida, o Governador aprovou na Assembléia Legislativa o Código Florestal Municipal, atendendo à Constituição, aonde determina que as peculiaridades em casos de meio ambiente devem ser tratadas pelos estados. E, assim, o Governador exerceu seu direito e aprovou a APP de acordo com o que ele entendeu viável para o Estado de Santa Catarina. Na legislação, se hoje fosse cumprida naquele estado, com certeza não sobraria nem 10% do Estado de Santa Catarina para a produção. O entendimento disso é que como o estado, o Brasil, um Brasil imenso, são 850 milhões de hectares, no entendimento da Constituição que nada mais justo que os estados possam legislar os seus Códigos Ambientais e Florestais.

Diante da importância da matéria, Sr. Presidente, que não afeta só o agronegócio, mas também as obras de infraestrutura, de ciência e tecnologia, a questão educacional é importantíssima para o setor, enfim, a importância de assuntos sociais, de todos os setores envolvidos nessa questão ambiental, que não é só de um setor, mas de toda uma sociedade, eu peço o apoio dos colegas para a aprovação deste requerimento.

Ainda em seguida quero fazer uma consideração: nós temos onze comissões e se todas as comissões forem indicar pessoas para participar desta Audiência Pública, que seria o direito de todas as comissões, nós avançaríamos no horário da tarde e inviabilizaríamos a Audiência Pública, porque duas e meia temos a presença aqui da homenagem de Dom Hélder. Eu gostaria de sugerir que nós pudéssemos, em outra oportunidade, continuar o debate com mais palestrantes, mas que nós não pudéssemos aumentar o número, pois poderia comprometer até mesmo esses novos palestrantes e suas palestras, haja visto que nós teremos das 9h30 até apenas 13h30 para a apresentação de todas as palestras e para os debates e questionamentos dos Senadores e Senadoras.

Os dois pesquisadores que aqui apresento são dois pesquisadores renomados no País, que estudam com profundidade, são dois Ecólogos que tratam deste assunto e que já se apresentaram em vários fóruns

no País, inclusive no Supremo Tribunal Federal, para o próprio Presidente da República, o Lula, e eu tenho certeza que os dois poderão dar e clarear bastante a nossa ideia sobre esse assunto. Cada um deles usará apenas trinta minutos para essa apresentação no Plenário do Senado. Então, além de pedir a aprovação dessas duas pessoas, a reflexão a respeito do acúmulo e o número excessivo de palestrantes podendo comprometer a Audiência Pública. Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em discussão. Em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado por unanimidade.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigada, Sr. Presidente, obrigada aos colegas Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): À Secretaria para as providências.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Antes do início então dessa importante Audiência Pública eu também desejo protocolar requerimento ligado à nossa última audiência, que diz respeito a situação de risco de crédito. Ao final da mesma nós cogitamos, o senhor inclusive cogitou, deu a sugestão ao diretor do Banco Central que se instituísse um grupo para analisar, junto ao Banco do Brasil, essa importante questão da reavaliação dos riscos de crédito dos produtores que têm suas devidas renegociadas pela Lei 11.775.

Então o meu requerimento, ele coloca uma sugestão para que essa comissão, a Comissão de Agricultura do Senado, apresente ao diretor do Banco Central, ao Presidente do Banco Central, a instituição desse grupo de trabalho para que nós demos andamento ao que foi discutido aqui, que é a questão básica para ela não parar, não morrer simplesmente na discussão, porque deu para ver a contrariedade do Banco do Brasil, o setor de crédito do Banco do Brasil, de dar continuidade a esses estudos. Então eu vejo que nós não podemos deixar a situação parada e esse requerimento possibilitará, então, para que essa comissão sugira ao Banco Central a instituição então de um grande grupo de trabalho que nos dê então o retorno dos resultados desse trabalho(F) [interrupção no áudio].

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Na verdade é uma providência mais de natureza burocrática e vamos adotar.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu gostaria de complementar a sugestão do Senador Goellner, que eu acho que é da maior importância, para realmente objetivar, vindo da sua ideia ao final da reunião passada, que esse grupo pudesse ter a representação de um Senador da Comissão de Agricultura do Senado, e acho que V. Exa., como Presidente, poderia nos ajudar bastante, o Senador Goellner também tem um conhecimento profundo sobre essa questão do risco, enfim, todos aqui estão preparados e prontos para representar esta Comissão lá junto ao Banco do Brasil, Banco Central, e eu também gostaria de pedir o apoiamento da CNA nesse grupo, para que ele pudesse marcar uma reunião onde pudesse ser discutido, realmente, com profundidade essa questão, se vai haver ou não, porque aí, Sr. Presidente, nós saberemos qual é a atitude, qual o caminho tomarmos, porque se a questão do risco não puder ser avaliada, reavaliada e rebaixado esses riscos, nós já sabemos o que vai acontecer com a próxima safra 2009 e 2010, e deveremos isso comunicar aos nossos pares no interior do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Positivo. Ao final dessa reunião nós podemos já sair daqui com a Comissão definida.

Aqui há um outro requerimento de autoria da Senadora Kátia Abreu, aliás, o requerimento da Senadora Kátia Abreu já foi aprovado na reunião passada, dia 17 de março. Agora nós recebemos um ofício subscrito pelo Sr. Fernando Gomide onde ele presta a seguinte informação: "Cumprimentando a V. Exa., por solicitação da Senadora Kátia Abreu informo que em complemento ao Requerimento nº 05, de 2009, aprovado por essa douta Comissão em 17 de março do corrente, a data escolhida para a participação dos membros desse colegiado na 75ª Exposição da Pecuária de Gado Zebuíno foi o dia 2 de maio, às 15 horas, na sede da Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ)". Então está aqui fixado no dia 2 de maio.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, apenas para... Se me permite, Sr. Presidente, usar inclusive a mesa aqui para fazer uma explicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A mesa é de V. Exa. também.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Já foi aprovada esta Audiência Pública na ABCZ, na exposição de Uberaba no próximo mês junto com a Comissão de Agricultura da Câmara, foi aprovada em conjunto, e estava faltando apenas a marcação da data. E também lá na ABCZ, nessa Audiência Pública, os dois debatedores serão os mesmos pesquisadores da EMBRAPA que se apresentarão aqui no Plenário do Senado, também a discussão será sobre o meio ambiente e de

lá pretende-se que dessa Comissão de Agricultura do Senado e da Câmara possa sair a Carta de Uberaba, que será entregue ao Presidente da República no dia 3, com relação a essa questão da reforma do Código Florestal Brasileiro. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Positivo. Agradeço às informações de V. Exa.

Esta reunião destina-se à Audiência Pública em cumprimento ao Requerimento nº 9, de 2009, aprovado no dia 24 de março, com a finalidade de buscar alternativas para a redução dos preços e, principalmente, da dependência externa dos fertilizantes e insumos químicos. Estão presentes aqui para participar dela o Sr. Cláudio Scliar, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério das Minas e Energia, que eu gostaria que tivesse assento nesta Mesa; o Sr. Marco Antônio Almeida, Diretor do Departamento de Gás Natural da Secretaria de Petróleo e Gás do Ministério das Minas e Energia; o Sr. Ali Aldersi Saab, Engenheiro e Assessor Técnico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; a Sra. Rosemeire Cristina dos Santos, Assessora Técnica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); o Sr. Fernando Martinez, Gerente Geral da Área de Abastecimento da Unidade de Negócios Petroquímicos e Fertilizantes da PETROBRAS; e, finalmente, o Sr. Wagner Bonifácio e Sousa, Presidente da Associação dos Misturadores de Adubos (AMA).

Senhores, há cinquenta anos atrás já era discutida a necessidade de fertilizantes e a dependência de tais insumos para a agricultura brasileira. O jornalista, que também foi Senador, Assis Chateaubriand, em artigo publicado nos órgãos dos diários associados do dia 23 de julho de 1957, denunciava que "os nossos solos são de uma penúria dramática de produtividade" e proclamava que "a adubação fosforada operaria transformações no terreno da produtividade", isto em 1957, Senador Camata, e comparava as transformações a verdadeiros milagres. Nessa ocasião ele lembrava que dez anos antes, ou seja, em 1947, já sugeria a vinda de peritos na recuperação de terras erodidas. Para ele o fósforo era o sal da terra que abria o apetite das plantas. Passados cinquenta anos, a agricultura brasileira expandiu sua tecnologia, alcançou os melhores níveis de produtividade do mercado internacional, mas depara-se com os elevados preços no fósforo e nos nitrogenados. Não é segredo para ninguém o quanto esses insumos repercutem no custo da produção e quanto o custo da produção reduz a nossa competitividade.

Por que o produtor brasileiro é compelido a pagar tão caro por tais insumos? O Brasil não tem condições de produzi-los aqui? Por que estamos jungidos a uns dois ou três fornecedores? O que é preciso fazer para conquistarmos a autossuficiência? O que o Governo está fazendo para alcançar este objetivo? E nós, os congressistas, o que podemos fazer para livrar o produtor brasileiro desse pesado ônus?

O objetivo desta Audiência Pública é buscar esta e outras respostas. E para iniciar, portanto, os nossos trabalhos, nós vamos passar a palavra ao primeiro expositor. Como nós temos na Mesa um número considerável de expositores, eu vou fixar um prazo menor para que no debate haja maior tempo a fim de se fazer o contraditório. Então nós vamos, preliminarmente, fixar um tempo de cinco minutos para cada expositor e, obviamente, com a tolerância que é típica das Casas Congressuais. Então esses cinco, na verdade, acaba sendo dilatado até para dez minutos, mas vamos estabelecer em cinco, que é para ter na cabeça a ideia de que a exposição deve ser a mais rápida para que o debate seja o mais proveitoso. Então o primeiro expositor vai ser o Sr. Cláudio Scliar, que é Secretário de Geologia e Mineração do Ministério das Minas e Energia. Com a palavra, Sr. Scliar.

SR. CLÁUDIO SCLIAR: Bem, um bom dia a todos os presentes. Eu gostaria de agradecer a honra de ter sido o Ministério de Minas e Energia convidado, através do nosso Ministro Edison Lobão, que não pode estar aqui presente e solicitou que eu aqui o representasse, ou seja, ele agradeceu ao Senador Valter Pereira que o tenha convidado para participar dessa tão importante atividade.

Eu vou fazer uma breve apresentação tentando ficar dentro dos cinco minutos, o que é difícil, mas tentando ser bem objetivo nas questões, que me parece, eu concordo com o senhor, que o mais importante vai ser a troca no debate.

Alternativas para a redução da dependência externa dos fertilizantes NPK convencionais. Eu gostaria só de destacar que está dentro do Ministério, são dois órgãos vinculados ao Ministério, que estão diretamente sob a minha responsabilidade do ponto de vista temático, que é o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e o DNPM, que é o órgão gestor dos recursos minerais no País; são órgãos vinculados ao MME. Então a Secretaria, o DNPM e a CPRM formam esta instância do poder público da geologia e da mineração brasileira. Por favor, o próximo.

Numa breve introdução: encaminhamentos do Governo Federal, encaminhamentos do MME, Plano Nacional de Fertilizantes, uma proposta para a discussão que o MAPA apresentou. O próximo, por favor.

Introdução. O problema é esse. Só situando o problema, continuamos, são números que infelizmente se reproduzem nos últimos anos sem maiores detalha-

mentos, mas sem dúvida alguma é o grande problema, que nós temos esta dependência externa que repercute, talvez outros apresentadores mostrem os aspectos econômicos dessa dependência e o significado dela do ponto de vista econômico, que eu não vou me detalhar, até pela objetividade. O próximo, por favor.

Encaminhamentos do Governo Federal. No ano passado nós tivemos um "bum" muito grande de todos os menos minerais, praticamente todos, e os bens minerais utilizados para os fertilizantes também acompanharam esse "bum". E pela nossa dependência externa, como nós vimos ali, nós tivemos um crescimento enorme refletindo tanto na balança comercial, com mais de 1 bilhão, 1 bilhão e 200, 1 bilhão e 300 foram as importações, e refletiu também sobre a própria agricultura. Então o Governo Federal, no ano passado, fez uma série de reuniões, isso coordenado pela Casa Civil, o Presidente Lula chamou e deu responsabilidade para a Casa Civil, o Ministro Stefanes teve um papel extremamente importante nisso, e chamando os outros Ministros, também responsáveis, se fez um conjunto de reuniões, com Comissões, dentro da Casa Civil, e que depois, no segundo semestre, vai já se organizar. Nós no MME fizemos um grupo de trabalho. No MAPA teve várias iniciativas, do MCT, em particular um órgão do MCT que se chama CETEM – Centro de Tecnologia Mineral, que tem também desenvolvido alguns trabalhos. E no último momento, agora em março, como era uma responsabilidade dada por esses grupos anteriores, em particular mais no final do ano, o MAPA apresentou uma proposta de Plano Nacional de Fertilizante e ontem, inclusive, presenciei uma conversa do nosso Ministro Lobão com o Ministro Stefanes, exatamente vendo uma pauta, uma agenda para que em particular MAPA e MME discutam essa proposta de Plano Nacional apresentada pela MAPA.

Encaminhamentos do MME. Aqui é só uma síntese desses trabalhos que nós fizemos. Foram três seminários num primeiro momento reunindo todos [soa a campainha] os segmentos, todos os setores para discutir e avaliar quais são os principais problemas. Isso ficou pronto no final de agosto, setembro, é um relatório de uma distribuição mais interna dentro de Governo. Isso foi repassado para outros setores, outros segmentos. O Dr. Fernando Lins, aqui presente, que já foi diretor do CETEM, inclusive, e é o nosso diretor da Secretaria foi o coordenador deste relatório, ele junto com outros colegas, e desenvolvendo um trabalho extremamente consistente. Isso em setembro de 2008, que com certeza serviu, nos vemos no próprio Plano Nacional que tem muito material que com certeza foi também aproveitado nesse processo de discussão entre os vários Ministérios. O próximo, por favor.

Nós, enquanto Secretaria, o que é que nós fizemos? Participação ativa em todas as reuniões convocadas; apresentação dos resultados no [ininteligível] fertilizantes, com sugestão de ações para aumentar a produção de fertilizantes dentro dessa perspectiva do Plano Nacional; acompanhamento de ações implementadas pelo DNPM e CPRM, que eu logo a seguir detalho quais foram – são questões emergenciais; reuniões com o MAPA sobre o aproveitamento de calcário agrícola; com a EMBRAPA sobre xisto agrícola e outras rochas como produtoras de matérias-primas que depois logo nós falamos um pouco. Em uma leitura crítica, que é agora esse último momento, para o encaminhar, tendo esse Plano Nacional para nós fecharmos as propostas. O próximo, por favor.

Ações do DNPM. O DNPM logo de imediato, principalmente a partir do meio do ano passado e, principalmente, a partir de novembro ou dezembro, formou uma Comissão interna para a análise dos processos de minérios para fertilizantes. Esta Comissão pegou as principais áreas que estão algumas há dezenas de anos paralisadas, dezenas de anos.

Anitápolis. O Dr. Miguel, o Diretor-Geral do DNPM, esteve várias vezes em Santa Catarina discutindo com a Fátima, que é o órgão ambiental, já conseguiu a licença prévia e eles estão com um compromisso de até novembro ter a licença de instalação. E o grupo econômico, no caso, que é o responsável, a partir desse licenciamento vai ter que fazer os seus investimentos, porque sem os licenciamentos ambientais não tinha como e isso ficou parado por vinte, trinta anos, mas hoje já está sendo dada a licença prévia. A última viagem do Dr. Miguel deve ter sido a quinze dias, em Santa Catarina, onde houve esse acordo final.

Patrocínio. Uma questão também parada há dezenas de anos. Para vocês terem uma ideia, essa era uma área da Vale do Rio Doce, na época estatal, que foi cedida para a FOSFERTIL, só que na cessão a FOSFERTIL queria fazer o que se chama um consórcio. Consórcio é uma figura da mineração que reuniria as jazidas delas de Tapira com as de Patrocínio, mas são centenas, mais de cem quilômetros, o DNPM, por vinte anos, não aceitou, por quinze, vinte anos. Agora se tem uma Portaria do DNPM, essa questão legal está resolvida, já teve reuniões com a empresa detentora do empreendimento e essa é uma questão que já está realmente num caminho de solução.

Santa Quitéria. Ontem, eu não sei se todos aqui sabem, é uma mina do Ceará que é uma mina de mineral radioativo, de urânio, e junto com o urânio tem fosfato. A INB, que é a responsável por essa mina, que é ligado ao MCT, fez uma licitação e a empresa Galvani ganhou. Teve um longo processo de discussão, isso foi

o ano passado. Ontem o Dr. Otto, que é o diretor da INB, o diretor de geologia, me informou ontem, que ontem teve uma reunião da INB com a Galvani resolvendo as últimas questões [soa a campainha], resolvendo as últimas questões que vai se resolver.

Iperó. Iperó é um dos problemas daqueles sérios ambientais. É um parque nacional, é um centro histórico na região de Jacupiranga. Agora em março foi assinado uma comissão conjunta da NPM/ICBIL(F) /IBAMA, e um dos primeiros pontos que nós já conversamos com o Dr. Miguel já desde o início, com os nossos colegas do ICBIL(F) e do IBAMA, um dos primeiros pontos é resolver essa questão de Jacupiranga, essa questão da mina de fosfato, que por uma questão ambiental ainda não se resolveu.

Planalto da Serra. Eram aquelas questões jurídicas, foi a cooperativa quem requereu, mas a cooperativa não era uma mineradora, não poderia requerer. Depois de muitas conversas o presidente da cooperativa já recebeu o alvará com o compromisso [soa a campainha] de repassar para a cooperativa. Isso, esperamos também, é uma questão resolvida.

Essas são questões encaminhadas. Por favor, bem mais rápido, vamos lá.

CPRM. Têm duas ações da CPRM que estão no PAC. A CPRM hoje está no Plano de Aceleração do Crescimento. Então têm duas ações ligadas à questão de fertilizantes, [ininteligível] fosfato do Brasil, com 2 milhões e 756 mil, e a outra é a geologia marinha que inclui também questões relacionadas a fosfatos e nós estamos em discussão com a ANP para ver os aspectos de potássio na plataforma continental. O próximo, por favor.

Bem, outras questões. A questão da PETROBRAS, questão que tem a ver com o potássio no Amazonas. É uma área que foi pesquisada pela CPRM, foi encontrada pela PETROBRAS nos anos 70, pesquisada pela CPRM nos anos 80 e quando a PETROMISA foi extinta, no final dos anos 90, até hoje ficou em berço esplêndido, uma grande jazida, conhecida, e hoje, neste momento, por decisão de Governo, está sendo feito o estudo de viabilidade técnica desta jazida no sentido de ver um formato de como bem aproveitá-lo, enquanto a decisão de Governo. Tem um colega nosso da PETROBRAS que vai falar aqui depois das outras ações. O próximo, por favor.

Outras ações que nós estamos discutindo junto com o MAPA. Essa do Plano Agrícola que nós ontem, os dois Ministros se conversaram e nós vamos ter que formatar essa discussão e outras discussões, seja com MAPA, seja com MDIC. Por favor, vamos lá.

Bem, aqui é só um fechamento, Senador. Não tenho dúvida nenhuma que nós, todos nós brasileiros e vocês em particular, representantes nessa mais alta Casa de representação do País, nós temos que ter esse tipo de preocupação. Nós utilizamos uma fórmula mundial, NPK, é uma fórmula mundial. Existem muitos estudos. Por favor.

Eu só coloquei alguns, nanotecnologia em fertilizantes. Por favor, o próximo.

Suprimento de potássio, pesquisas de uso de rocha inatura na agricultura brasileira. O próximo.

Apoio ao uso balanceado de potássio e outros nurientes(F). O próximo.

O uso de xisto na agricultura, lá de São Mateus do Sul, no Paraná. Têm muitos estudos. O próximo.

Produção de fertilizantes organominerais a partir de reaproveitamento de resíduos. O próximo.

Rochas brasileiras como fontes alternativas de potássio. O próximo.

Um Plano Nacional para nós tem os aspectos de urgência, mas não pode deixar de ter as questões nossas, do nosso País, que é um continente, e que nós bem aproveitemos uma grande parcela daqueles estudos que eu mostrei ali, que tem como fonte, sem dúvida alguma, um dos mais altos órgãos, um dos maiores órgãos de pesquisa de estudo no País, que se chama EMBRAPA. E junto com outros, um tanto de outros órgãos, seja do próprio Ministério, como CPRM, seja do MCT, como CETEM e outros, sem dúvida alguma nós temos desafios urgentes, temos que resolver, e temos caminhos para resolver, alguns políticos e outros de encaminhamentos do que está sendo decidido. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado ao Sr. Cláudio Scliar. Sua exposição foi rápida e abrindo o caminho. Vamos ver. Sr. Marco Antônio Almeida, que é diretor do Gás Natural. Nós vamos primeiro a exposição de todos que estão aqui, depois a gente vai entrar na parte de debate. Com a palavra.

SR. MARCO ANTÔNIO DE ALMEIDA: Sr. Senador, muito obrigado. Tentando ser bem rápido nessa exposição, já que o tempo que nos foi determinado é bastante exíguo, vamos tentar cumprir dentro dos cinco, no máximo dez minutos. A ideia é falar sobre a participação de gás natural na produção de fertilizantes, basicamente fertilizantes nitrogenados. Pode ir, por favor.

Vamos inicialmente dar uma introdução sobre o mercado de gás natural no Brasil. Podemos ir.

Isso é o balanço dos últimos três anos de gás natural no Brasil. Para tentar ser objetivo a nossa produção, que em 2008 foi de 59,2 milhões de m³ por dia, dessa produção para o mercado vão 29 milhões; 8 milhões são consumidos nas próprias unidades pro-

dutoras de gás natural; 3,5 milhões são transformados em GLP, nas unidades de processamento de gás natural; 10,7 milhões são reinjetados e desse volume reinjetado grande parte é no Amazonas por falta de aproveitamento e deve estar acabando essa reinjeção forte agora; 6 milhões são queimados por impossibilidade de aproveitamento, principalmente nas grandes plataformas da Bacia de Campos.

Além do volume produzido que é ofertado ao nosso mercado, 30,5 milhões são importados da Bolívia e 400 mil foram importados da Argentina, de forma que eu consigo colocar no mercado brasileiro, ofertar ao mercado brasileiro, 58,7 milhões de m³ por dia. Desse volume ofertado, 49,6 milhões são vendidos pelas distribuidoras estaduais de gás; 7,5 milhões são consumidos em refinarias e fábricas de fertilizantes nitrogenados da PETROBRAS; e 1,8 milhão são consumidos em unidades térmicas da PETROBRAS, da própria PETROBRAS. O próximo, por favor.

Isso aqui é a evolução desse histórico e eu queria dar ênfase num aspecto importante, que é o crescimento da produção de gás no Brasil no ano de 2008. Nós saímos de um nível de 49,7 milhões em 2007 para 59,2 milhões em 2008 fruto, principalmente, do Plano de Antecipação da Produção de Gás na Região Sudeste, que é o PLANGAS. O próximo, por favor.

Como consequência disso e em função de não terem existido novas descobertas significativas no ano de 2008, a nossa relação reserva/produção caiu de 25 anos para alguma coisa para perto de 17 anos em 2008. A expectativa é que em 2009 a nossa capacidade de produção cresça também com a entrada de grandes reservas do Espírito Santo e, em 2010, essa produção também volte a crescer com a entrada de grandes reservas da Bacia de Santos e, futuramente, com o pré-sal.

Esse próximo gráfico eu acho que também é bastante significativo. Ele mostra uma evolução constante do Plano Decenal de Energia, o PDE 2008/2017, onde a gente vê as demandas não térmicas marcadas em vermelho, as demandas térmicas a gás natural nesse marrom um pouco mais claro e aquela cor mais amarelada seriam as demandas das térmicas que podem operar com o bicombustível. Na linha tracejada a expectativa de produção sem considerar novas descobertas e na linha cheia a expectativa de produção considerando novas descobertas. Se vocês observarem, somente a partir de 2013 é que as duas linhas se descolam, de maneira que apenas a partir de 2013 é que existe a expectativa de novas descobertas. Qual é a mensagem importante desse gráfico? O nosso mercado está plenamente atendido para o horizonte 2017 [soa a campainha] e com novas descobertas abre-se espaço para o atendimento de novas demandas. Um aspecto importante de ser mencionado, isso vai ser citado mais à frente, nessa área vermelha estão consideradas duas plantas de fertilizantes nitrogenados com 2 milhões e 200 mil m³ de gás cada uma, que seriam suficientes para a produção de em torno de 800 mil toneladas de ureia por ano. O próximo, por favor.

Esse é um dos pontos que nos preocupa, que é um ponto que precisa ser refletido: é o aspecto preço. Como foi mencionado, 50% da nossa oferta de gás natural em 2008 foi oriundo da Bolívia, cujos preços não são compatíveis com a produção de fertilizantes nitrogenados. O próximo, por favor.

Não está muito claro, mas a linha amarela é o preço do gás importado na forma de GNL – Gás Natural Liquefeito. Isso é basicamente a cotação *Henry Hub* nos Estados Unidos, que também chega no País em condições muito pouco competitivas com a produção de fertilizantes, de maneira que o gás, para fertilizantes, tem que ser gás nacional em condições diferenciadas. O próximo, por favor.

Rapidamente a produção de fertilizantes no mundo. À exceção da China e da Índia, que têm produção de fertilizantes nitrogenados a partir do carvão, somente os países que têm abundância na oferta de gás natural têm produção expressiva de fertilizantes nitrogenados. A ideia desse gráfico é mostrar este cenário. O próximo, por favor.

Isso seria a previsão de acréscimo de novas plantas de fertilizantes nitrogenados até 2015 e de novo a gente vê China se destacando com a produção a partir do carvão e o restante somente grandes produtores, os grandes produtores mesmo de gás natural. O próximo, por favor.

Esse seria a soma das duas coisas. Podemos ir.

De novo esse cenário com o histórico dele, uma perspectiva futura ano a ano, onde a gente vê o destaque da China na Ásia como sendo o grande produtor de fertilizantes nitrogenados no mundo. O próximo, por favor.

A nossa dependência. Em 2008 a nossa produção de fertilizantes nitrogenados foi da ordem de 1 milhão e 450 mil toneladas, com uma importação de 2,5 milhões, o que daria uma dependência da ordem de 63%, nível de dependência esse que persiste até o ano de 2015. É importante notar que nesse gráfico não tem a entrada de nenhuma nova planta de fertilizantes no País. O próximo, por favor.

Uma breve análise da viabilidade técnica e econômica de uma FAFEN no Brasil. O próximo.

Um comentário bastante rápido. No início do Plano de Aceleração do Crescimento, entre os empreendimentos integrantes do PAC havia uma planta de

fertilizantes nitrogenados, uma FAFEN a ser desenvolvida pela PETROBRAS. O Ministério fez estudos independentes e identificou dois problemas: 1) A falta de viabilidade econômica de uma planta, considerando os preços do gás natural vigente e; 2) A insuficiência de gás para o atendimento dessas plantas. Isso foi feito em final de 2007. A PETROBRAS fez um estudo semelhante que também apontava para a inviabilidade do projeto, de tal maneira que em abril de 2008 o projeto da nova fábrica de fertilizantes nitrogenados foi excluída do PAC. Porém, em função do caráter estratégico dessa unidade, dos novos cenários de preços de gás natural, de ureia, de amônia e principalmente em função das novas perspectivas de oferta de gás nacional oriundos basicamente do pré-sal, reinseriu-se um projeto de avaliação de uma planta de fertilizantes nitrogenado no PAC para ter a sua viabilidade reavaliada. A expectativa é que essa viabilidade seja analisada até 2009. O próximo, por favor.

Para encerrar, a instalação de uma planta de fertilizantes depende de fatores estratégicos e econômicos – isso é evidente; a viabilidade dela está fortemente ligada ao preço do gás natural, eu diria que 80% do custo variável de uma planta de fertilizantes nitrogenados é o insumo gás natural; os principais fabricantes mundiais de fertilizantes nitrogenados têm abundância de gás natural ou de carvão, o que até o horizonte de 2007 e 2008 não era o caso do Brasil, mas pode vir a ser; e no horizonte 2007 a capacidade de oferta de gás natural para o possível atendimento de duas novas plantas de fertilizantes, uma em 2013 e a outra em 2017, cada uma com capacidade de 800 mil toneladas de ureia. No entanto, a concretização desses empreendimentos depende da viabilidade econômica desses projetos.

Bem, rapidamente era isso que eu pretendia apresentar, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Nós vamos chamar aqui o Sr. Fernando Martinez, que é o representante da PETROBRAS, sendo que ele é Gerente Geral da Área de Abastecimento da Unidade de Negócios Petroquímicos e Fertilizantes dessa empresa. Com a palavra o Sr. Fernando.

SR. FERNANDO MARTINEZ: Bom, eu agradeço a todos pelo convite para participar dessa Comissão. Eu estou representando aqui o diretor Paulo Roberto Costa, da área de abastecimento da PETROBRAS, e vou tentar dar um panorama da atuação da PETROBRAS no segmento de fertilizantes, que é basicamente o segmento de nitrogenados. Pode passar.

Bom, esse primeiro slide é para demonstrar a área de atuação da PETROBRAS no segmento fertilizantes. A PETROBRAS fabrica hoje amônia anidra, ácido nítrico e ureia, basicamente; nos outros segmentos a PETROBRAS não atua no atual momento. Pode passar.

Essa também, dentro do mercado brasileiro, é para mostrar a atuação da PETROBRAS dentro também do segmento fertilizantes. A gente vai desde a produção de matéria-prima, que é o gás natural, faz a produção de fertilizantes básicos, que é o caso da amônia, e prossegue até a ureia, que é o fertilizante simples. Daí para frente a PETROBRAS não atua no mercado de fertilizantes. Pode passar.

Esse slide é para mostrar a infraestrutura que a gente tem hoje de produção de fertilizantes nitrogenados. O Brasil possui hoje quatro plantas de produção de fertilizantes nitrogenados: duas da FOSFERTIL, situadas no Estado de São Paulo e do Paraná, e duas da PETROBRAS, uma situada na Bahia, em Camaçari, e a outra situada em Laranjeiras, lá em Sergipe. Ambas têm capacidade de 594 mil toneladas por ano de ureia lá em Sergipe e 462 mil toneladas por ano na Bahia. São unidades antigas e de porte já não compatível com o porte das novas unidades mundiais, que estão em torno de um milhão de toneladas/ano. Portanto, elas têm custo um pouco mais alto não só pela idade, como pelo seu porte. Pode passar.

Bom, aí é basicamente um pouco repetitivo com o que o Marco já apresentou, mostrando aí a projeção da produção mundial de amônia no horizonte de 2020, onde a gente vê a China despontando aí como um dos maiores produtores, está certo, e quando a gente olha o Oriente Médio também e a África como sendo aí os que terão maior incremento de produção no futuro, exatamente pela questão de gás abundante e sem utilização. No caso da ureia acontece a mesma coisa: a China continua, permanece como um dos maiores produtores, mas o grande avanço de produção se dá no Oriente Médio e na África, exatamente pela questão do gás. Pode passar.

Daí a parte de exportação. Uma coisa é a produção e outra coisa é a exportação. A exportação de uréia, ela é hoje 20% da produção mundial. E hoje, atualmente, ela está muito concentrada em países como a Rússia, está certo, e o Oriente Médio. No futuro ela vai se concentrar... No caso da amônia, Trinidad Tobago tem uma participação grande, mas no caso da uréia, ela está basicamente concentrada hoje no Oriente Médio e alguma coisa na Rússia. No futuro a gente vê, no caso da ureia, a gente pode olhar ali uma concentração extremamente forte da produção de ureia no Oriente Médio, 48% praticamente, e África. É compatível com aquela questão do gás abundante, sem utilização, como nós falamos. Essa mesma coi-

sa acontece para os petroquímicos, não é só para os fertilizantes não. Pode passar.

Bom, aqui é um gráfico mostrando a produção nacional de amônia, que gira em torno de 1 milhão e 200 mil toneladas/ano; em 2008 foi de 1 milhão e 226 mil toneladas, sendo que desse 1 milhão e 226 mil toneladas, 713 mil foram produzidas pela PETROBRAS e o restante pela FOSFERTIL. A importação ficou em torno de 306 mil toneladas/ano. Pode passar.

Aí é no caso da ureia. No caso da ureia a relação é um pouco mais drástica. A gente está importando hoje 74% do consumo e a produção nacional é de 26%. No ano passado a produção da PETROBRAS aí foi em torno de 760 mil toneladas e a produção total nacional de 1 milhão e 182 mil toneladas. As importações tiveram em torno de 2 milhões de toneladas e o consumo aparente de 2 milhões e 890 mil toneladas. Aí está incluído uns 350 mil a 400 mil de estoque da virada do ano. Pode passar.

Esse é um gráfico para mostrar como é que se comportou os preços de ureia no mercado internacional. Esses preços, no curto prazo, eles são bastante influenciados pela relação oferta/demanda no mercado de fertilizantes, mas no longo prazo a gente vê uma correlação bastante forte com os preços de petróleo. Aí a gente pode ver o grande aumento de preço que teve no final aí, a partir do ano de 2008, e a grande queda que ocorreu a partir do final de 2008, início de 2009. Pode passar.

Aí é a mesma apresentação botando amônia e ureia, só que num período mais recente, ou seja, de janeiro de 2008 a abril de 2009, mostrando o grande aumento que se teve no mercado internacional e a queda abrupta no final do ano passado. Esse gráfico, ele visa mostrar um comparativo entre os preços atuais de ureia e as margens na cotação de preços futuros de produto. Então, por exemplo, no caso do açúcar, hoje a gente vê que o açúcar tem uma margem muito boa em relação ao preço do fertilizante. Ele não está hoje pressionado pela questão dos preços de fertilizantes, como a gente pode ver ali no finalzinho de abril. A mesma coisa a gente pode olhar ali para o milho. Já no milho não está tão folgado assim, mas ainda há uma relação favorável de troca nesse segmento. O café, que não está expressado aí, também manteve uma relação ao longo de todo o ano e permanece com uma relação confortável. Vamos passar.

Essa é a figura que mostra como é que a PETROBRAS pratica os preços de fertilizantes hoje. A gente define diversos polos de consumo, Jataí, por exemplo, são vários polos de consumo. Daí a gente vê qual é a importação mais econômica para o agricultor, para o misturador ou para o atuante no segmento, interna isso no País, soma o frete até o ponto de consumo dele e aí eu faço o desconto do frete até a fábrica, ou seja, eu tenho que praticar um preço competitivo com o produto importado entrando dentro do território nacional e é isso que a PETROBRAS faz hoje, tendo cerca de 17% da produção nacional. Esse gráfico, como o Marco também já mostrou, ele mostra os investimentos previstos futuros em ampliação de capacidade de produção. A gente pode ver aí um aumento bastante forte no Oriente Médio e na China, que é onde se darão os futuros investimentos em questão de fertilizantes nitrogenados.

Recentemente a PETROBRAS anunciou o seu novo plano estratégico para 2020 e, nesse plano estratégico, consta: atuar em petroquímico e fertilizantes de forma integrada com os demais negócios do sistema PETROBRAS. No segmento fertilizantes, a estratégica é aumentar a produção de fertilizantes para atendimento ao mercado brasileiro. Como a gente vai fazer isso no médio prazo? Através de investimentos em confiabilidade das fábricas atuais, são fábricas antigas, a gente pode ganhar alguma produção aqui nessa atuação, e na implantação de uma nova fábrica de fertilizantes, também como foi falado aí pelo Marco. Pode passar.

Aqui é a nossa previsão de crescimento da demanda de fertilizantes no Brasil, a capacidade atualmente instalada de produção e a OFN-3(F) que entraria em 2013, com produção plena a partir de 2014. Há espaço para mais uma planta a partir de 2017, conforme o Marco já apresentou anteriormente.

Esse é o projeto que a PETROBRAS pretende instalar. É um projeto que vai consumir 2 milhões e 260 mil m^3 de gás natural e vai produzir 1 milhão e 100 mil toneladas por ano de ureia. É um projeto de grande capacidade, em linha com as plantas que estão sendo implantadas no mundo hoje em dia. E vai ter um excedente de amônia para o mercado de 173 mil toneladas/ano. Estima-se que o investimento para esse projeto esteja em torno de 2 bilhões de dólares.

Quais os impactos que a gente vê hoje para esse projeto? Além da questão levantada pelo Marco aí do gás natural a gente vê a questão do ICMS. Hoje o produto importado tem vantagem em relação ao produto nacional por causa da questão do ICMS; o produto nacional entre Estados paga ICMS e o importado diretamente para o Estado não paga. Esse projeto também vai depender muito de uma atuação junto ao Governo quanto a incentivos tributários, tanto a nível municipal, estadual e federal. Na esfera federal a gente necessita de algo similar ao REID(F) ou ao REPORTO, com suspensão de recolhimento de contribuições para PIS,

PASEP e COFINS, dado o elevado tamanho do investimento desse projeto.

Ainda temos a questão dos preços de bens e serviços. Eles ainda não refletem a redução que foi encontrada na queda das *commodities* e na atual crise que se tem no segmento. A gente ainda tem esses valores muito altos.

E, finalmente, aqui é um gráfico mostrando a situação do ICMS. O produto nacional, ele chega com 8,4% ao consumidor, 8,4% de diferença em relação ao produto importado, e isso ou o misturador acaba observando ou o produtor acaba absorvendo essa diferença.

Essa é a palestra que a gente tinha para colocar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, nós vamos ouvir agora o Presidente da Associação dos Misturadores (AMA), o Sr. George Wagner Bonifácio. Eu vou deixar o Ali aqui por último porque a palestra do Ali, seguramente, será um pouco mais longa, até porque ele deve ser o principal ator dessa Audiência Pública. Então vamos reservar para ele o fechamento.

SR. GEORGE WAGNER BONIFÁCIO E SOUSA: Bom dia. Em primeiro lugar eu gostaria de agradecer a oportunidade de mais uma vez estar contribuindo com essa Comissão dentro do Senado e trazer as nossas informações e os nossos pontos de vista sobre como contribuir com o agronegócio brasileiro. Muito obrigado. O próximo, por favor.

Cenários do agronegócio mundial. Independente dos pontos relevantes atuais, frutos da crise internacional sobre as quais teceremos comentários específicos, os fundamentos básicos da situação do agronegócio mundial e, portanto, seus reflexos no Brasil, mantém-se muito próximos daqueles que trouxemos a esta Casa em 28 de novembro de 2007, a saber:

Subsídios agrícolas. Na maioria dos países a agricultura, alimento, fibra, biocombustíveis são enfoques tratados como segurança nacional. Subsídios estipulam a maior demanda por produtos agrícolas e, portanto, fertilizantes. Estima-se em 360 bilhões por ano de subsídios em todo o mundo. Segundo a CNA, o valor bruto da produção agrícola no Brasil previsto para 2009 será de 173 bilhões de reais, sendo que em 2008 foi de 187 bilhões de reais. Representa, assim, os subsídios mundiais 4,5 vezes o valor bruto da produção agrícola brasileira. Só a China subsidia com 50 bilhões, 60% do valor produto da produção agrícola brasileira; os Estados Unidos, no *Farm Bill,* prevê a continuidade de um forte subsídio estimado em 360 bilhões de dólares para os próximos dez anos; a Índia subsidia com quase 6 bilhões só para fertilizantes ao ano, sendo 123 bilhões para a agricultura. Com relação aos biocombustíveis, a política de substituição, com a transferência diária para a produção de milho, soja e outros, aumenta a demanda por essas *commodities*, portanto, fertilizantes. A renda per capta, está certo, trouxe uma demanda por proteína(F) animal que consomem grãos para ser produzida. E, apesar da crise, não deve haver grandes alterações no quadro de demanda, pois os hábitos alimentares, consumo de produtos mais sofisticados, deverão sofrer menos impacto que os bens duráveis. O próximo, por favor.

A União Européia suspendeu o subsídio ao agricultor para manter inativa as áreas denominadas [ininteligível] e com isso incentiva o consumo de fertilizantes. A inclusão de países do Leste Europeu no Mercado Comum, usando tecnologia mais sofisticada, também contribui para o consumo de fertilizantes. O próximo.

A situação atual da agricultura segundo a IFA – *International Fertilizer Industry Association*. Com a fuga dos fundos de investimento terminaram as especulações das bolsas de *commodities* agrícolas e assistamos uma queda nos seus preços, embora ainda se mantenham em patamares acima dos históricos e em níveis interessantes de RETORNOS(F). A queda dos preços das *commodities* foram compensadAs pela valorização do dólar em relação a quase todas as moedas do mundo; os preços da *commodities* no Brasil tiveram a mesma compensação. Os preços dos produtos agrícolas, segundo a IFA – *International Fertilizer Industry Association*, utilizando os dados da FAO e do Departamento de Agricultura Norte-Americano, devem se recuperar em 2009. Temos acompanhado a manutenção dos preços, como mencionado, apesar da crise. A área prevista nos últimos dados do SDA(F) a ser implantada com soja nos Estados Unidos deverá permanecer igual: 30,4 milhões de hectares em 2008; 30,7 milhões em 2009. Com o milho: 34,4 e 34,8 em 2008 e 2009, respectivamente. O próximo.

Deverá haver alguma recuperação na produção mundial de grãos, cerca de 4,3%, em relação a 2008. A variação favorável dos níveis de estoques finais em 15%. Esse foi o grande impacto, está certo, que ocorreu naquela alta de preços, foi a relação entre estoque de passagem e o consumo internacional. A estoque de estoque e consumo de grãos continua, apesar disso, no nível de 20%, estando próximo do limite de segurança recomendado pela FAO. Segundo a última estimativa do SDA(F) em 4 de setembro, as relações dos estoques em 2008 e 2009 são 24% para o trigo, 19% para o arroz, 17% para os grãos [ininteligível] e 20% para a soja, portanto, muito próximos dos níveis de segurança. Deve-se a melhora nesse estoque de passagem em grande parte pela produção de milho

em 2008 nos Estados Unidos e da produção recorde de trigo na Europa na última safra. O próximo.

Achamos que é fundamental destacar que o Brasil, como o papel chave que desempenha no agronegócio mundial, tem ao longo do caminho favorável à sua frente nessa área e para isso é extremamente relevante a preocupação e a colaboração de V. Exªs., como as demais autoridades, no tocante ao suprimento de fertilizantes.

Os principais dados do Brasil, do setor no Brasil. O segmento dos misturadores de fertilizantes tinha uma entrega prevista para 2008 de 26,5 milhões de toneladas; confirmou-se 22,4 milhões. 8% a menos aproximadamente. Essa queda de demanda impactou o aumento do nível de estoque, com reflexo no caixa de todas as empresas misturadoras. Agravou-se a esse cenário duas variáveis relevantes: a desvalorização do real, aumentando os compromissos dos pagamentos das importações assumidas em dólar, e uma queda substancial dos preços das matérias-primas importadas, não funcionando os estoques como *red*(F) natural, como tradicionalmente deveria ocorrer. Os desafios do misturador, principalmente médio e pequeno, é encontrar caminhos para atravessar esse período de dificuldade, gerado por altos estoques, preço na ponta abaixo dos seus custos, total falta de crédito para o seu suprimento e para o agricultor. As seguradoras de crédito internacional fecharam as suas operações para financiamento de exportações, indispensáveis nos fertilizantes, afetando diretamente o segmento misturador e, portanto, a agricultura. Esse é o problema crucial do momento.

Para a agricultura, se ocorrer a saída mesmo que parcial de misturadores do setor, seja do porte que for, haverá concentração da oferta na mão de uma menor número de *players*, trazendo os problemas de suprimento pela oferta concentrada.

Alguns cenários internacionais. Esse quadro é bastante interessante, que traz uma dinâmica da evolução de produção e, consequentemente, do consumo de fertilizantes. Nós verificamos aí que em 2008 e 2009, comparado com 2007, nós tivemos um crescimento, conforme dito, de 4,3% na produção, refletindo num aumento dos estoques de 15,1%, está certo? É importante observar, não está nesse quadro, mas o consumo mundial [soa a campainha] de 2008 a 2009, comparado com 2007 a 2008, continua apresentando crescimento. Esses são os dados que estão aí. A grande observação a ser feita é que grande parte desses estoques estão na China, com 148 milhões de toneladas, equivalente a 30% de todo o estoque mundial, e 111 milhões de toneladas encontram-se nos Estados Unidos, que juntos representam 53%, ou seja, mais da metade dos estoques mundiais de grãos encontram-se armazenadas na China, na Índia, podendo eventualmente gerar graves distorções de suprimento e de preços no próximo período. O próximo, por favor.

Um quadro interessante sobre a importância relativa do Brasil no consumo de fertilizantes, onde se destaca que em 2004 nós tínhamos aí 6,29% do mercado [soa a campainha] de fertilizantes, chegando hoje a 4,76%. Outro dado importante é o consumo de fertilizantes na China e na Índia, onde sai somado de 59 milhões de toneladas em 2004 para 73 milhões de toneladas em 2008, representando um crescimento de 13,7 milhões de toneladas, praticamente 1,3 vezes o atual consumo brasileiro. Portanto, eventuais ideias de que o Brasil teria como condições de influenciar a formação de preços por postergação de consumo ou de demanda, está certo, é suspeita quando se olha qual a sua importância relativa dentro do mundo, está certo? Nós temos aí 4,7%, enquanto outros países têm valores significativos, 16%, 39%, o próprio Estados Unidos com 12%. O próximo, por favor.

Sem querer contraditar informações prestadas, esse é o dado de oferta e demanda de fertilizantes projetados de 2008 até 2012, também pela IFA, está certo, que mostra a produção de ureia e de fosfatados, no caso, está certo, o que acontece com a relação oferta e demanda, tendo uma folga hoje de 1% na ureia, projeto 4% para 2012, de MAP 3%, permanecendo 3%, e do cloreto de potássio, que apesar de existir uma oferta superior de demanda em torno de 7%, projetado para 16%, continua por organizações ou pela forma que o mercado está organizado mundialmente, exercendo forte pressão nos preços dessa matéria-prima no mundo inteiro. O próximo, por favor.

Eu vou projetar aqui uma série de gráficos mostrando basicamente, está certo, o que aconteceu do menor preço para a posição atual. Então nós temos aqui no caso da ureia, em 2002, está certo, bem remoto, mas houve um aumento de preços de 160%, atingindo o patamar hoje de 320 dólares por tonelada de fertilizantes, considerado o custo de frete, sendo que em agosto do ano passado esse mesmo produto atingiu o pico de 870 dólares o custo de frete. Nesse ponto o setor de fertilizantes estava se preparando para atender a demanda nacional de fertilizantes, atender a agricultura. Então existiam estoques elevados formados nesses níveis. Nessa época nós tínhamos o dólar na casa de 1,70, está certo? Hoje nós temos o dólar na faixa de 2,20, os preços caem nesse ponto, o que representa aquelas duas informações que eu transmiti aos senhores, que é uma combinação drástica para o setor, que foi a relação da moeda e a relação dos preços. O próximo, por gentileza.

A mesma coisa vocês veem que existe um comportamento muito semelhante nos gráficos. Este daqui é uma fonte importante de suprimento de fósforo. O próximo, por gentileza.

O MAP também. O próximo.

Cloreto de potássio. Esse causa ainda uma certa diferença porque é o único que teve o seu aumento elevado aos níveis percentuais das demais matérias-primas e, vamos dizer assim, reluta [soa a campainha] em ceder ao mesmo patamar dos outros preços, permanecendo hoje na casa de 750 dólares por tonelada a custo de frete. O próximo, por gentileza.

Amônia anidra, o mesmo comportamento, já mostrado pelos colegas expositores.

Ácido fosfórico, indispensável à produção de fosfatados. O próximo.

Enxofre. Vejam os senhores o caso do enxofre saindo aí de 34 dólares, chegou a 800 dólares no pico do abastecimento de safra brasileira e despenca novamente hoje por volta de 40 dólares, chegando num determinado momento a valor zero, simplesmente se pagava o frete para trazer para o Brasil. O próximo, por gentileza.

O mercado brasileiro de fertilizantes e de outras matérias-primas. No mundo existem cinco grandes produtores de fosfatados, está certo, com quatro países exportadores; é uma alta concentração. No caso do potássio, cinco grandes produtores, com quatro grandes exportadores; também alta concentração. No nitrogenado a comercialização se dá muitas vezes via *tradings*, que é um mercado um pouco menos concentrado, porém, com fortes limitações tradicionais de suprimento para o Brasil.

Tarifa de exportação. É relevante destacar que alguns países estão aplicando impostos nas exportações para fertilizantes para consumo próprio, para fazer caixa e proteger seu agricultor doméstico. Reduz a oferta no mercado internacional e pressiona preço. Exemplo: a China deverá retornar a tarifa de exportação de seus produtos, chegando a cobrar 180% sobre a exportação de nitrogenados e fosfatados; a Rússia cobra taxa de exportação de 8,5% nos nitrogenados, fosfatados e fertilizantes NPK, 5% no potássio e 6,5% no enxofre. O próximo.

Esse gráfico aí de alguma forma já foi apresentado, mas mostra em azul escuro o que é importado, o que é produção nacional e mostra aí uma dependência no ano passado de cerca de 72% importado, quando nós tomamos por base aí toneladas de nutrientes. Esses nutrientes, aqui assinalados em 10,6 milhões de toneladas, estavam dentro de 24,3 milhões de toneladas, que é o número que é divulgado normalmente na imprensa. O próximo, por gentileza.

Isso aqui é uma representação gráfica, está certo, da ureia, de países que vêm e quanto o Brasil produz e quem produz. Então temos no caso aqui 73% importado, 27% nacional, do nacional 77% é PETROBRAS e 23% é a FOSFERTIL, e temos aqui Rússia e Ucrânia dominando as exportações, porém com a dependência total do gás russo, senão não tem a produção da Ucrânia. O próximo, por gentileza.

No caso do MAP, que é um fertilizante altamente consumido no Brasil, nós temos aí três países representando cerca de 80%, 35%, 60%, 83%, que é [soa a campainha] a Rússia, Marrocos e Estados Unidos, postando(F) uma brutal dependência e concentração de suprimento da oferta brasileira. Na produção brasileira nós temos aí dois produtores principais: FOSFERTIL e a COPEBRAS. O próximo, por gentileza.

A mesma coisa com o tripo(F). O próximo.

Cloreto de potássio. O cloreto de potássio tem aqui: 92% é importado, 8% é nacional, 100% da produção nacional através da Vale do Rio Doce, e nós temos aí quatro países, a Rússia, com Bielo-Rússia, que existe uma empresa comum de comercialização, mais Canadá e Alemanha representam aí produções da ordem de 70% do que vem para o Brasil. O próximo, por gentileza.

O custo de fertilizantes e renda bruta agrícola. Esse gráfico mostra uma relação muito grande, está certo, entre os preços dos fertilizantes praticados no Brasil com o preço do fertilizante no cenário internacional e a cotação do dólar, do câmbio, que já foi claramente mostrado pela PETROBRAS, pelo Fernando, de que os preços praticados no Brasil acompanham o nível de preço praticado no cenário internacional. Esses preços de fertilizantes em reais só não caíram mais porque houve uma elevação do dólar, que agora começa a ter os seus reflexos. O próximo, por gentileza.

Esse gráfico mostra, está certo, a relação de troca dos principais produtos que vão ser mostrados a seguir. De uma maneira em geral nós temos aqui a quantidade de sacas que eram necessárias, na linha em vermelho, para se comprar uma tonelada de fertilizantes; em azul nós temos o custo da adubação; e dentro desses quadrados a famosa relação de trocas. Então no momento mais favorável, com 18,5 sacas de soja para uma produção estimada de 42 sacas por hectares, se comprava a adubação; chegou-se a 31,7, 80% a mais, e agora começa a retornar a 23,8 sacas. Portanto, o custo de fertilizantes para o agricultor, quer seja ele em reais, ser seja ele em produto, começa a refletir a tendência mundial e os efeitos internacionais dos preços.

Esses mesmos gráficos, o próximo e os seguintes, representam a mesma coisa para algumas mesmas culturas. O próximo.

O milho a mesma coisa. O próximo.

Cana-de-açúcar. O próximo.

Café. No caso específico de café, com 2,3 sacas de café no passado se comprava uma saca de adubo, chegou a 5,6 sacas e hoje são necessárias 4,2 sacas. Portanto, a situação do agronegócio, como a gente vê nesses quadros como um todo, não é favorável à agricultura. A cada instante, está certo, ele tem menos renda líquida proveniente da sua atividade, menos capacidade de comprar fertilizantes, menos capacidade de investir em tecnologia e no próprio negócio. O próximo, por gentileza.

Algodão. O próximo.

Arroz. O próximo.

Esse quadro mostra aos senhores, está certo, o que representa a distribuição de fertilizantes, muitas vezes contrapondo com relação a uma ideia de que é o setor que explora, é um setor que apresenta grandes rentabilidades, etc. Em primeiro lugar é um setor que movimenta muitos recursos, trabalham com margens extremamente baixas e nós temos aqui o resultado oficial publicado em balanços e revistas especializadas, em dois períodos, de empresas que representaram, no ano de 2007, 61% da distribuição de fertilizantes e, no ano de 2008, 52%. Uma observação: não se trata que essas mesmas empresas perderam [ininteligível]; significa que empresas que publicaram os resultados, deixaram de publicá-lo. Assim, nós verificamos que nesse ano que fechou 2008, nós tivemos um resultado líquido das empresas que publicaram os seus balanços de 607 milhões de reais de prejuízo. Isso levantando-se em consideração, está certo, uma equivalência patrimonial, que é o lucro distribuído pelas empresas que detém resultado na produção das matérias-primas para fertilizantes. Então no ano passado, está certo, nós tivemos aí um resultado de 60 milhões de reais, 0,49% sobre faturamento, isso depois de considerar sem uma equivalência patrimonial; com a equivalência seria 360. Esse ano, considerando a equivalência de 186, ficamos aí com 421, de um total de 617 milhões de prejuízo que as empresas tiveram trabalhando em fertilizantes, quer seja pela compra de preços e produtos em preços mais altos, variação cambial e ter que vender esses produtos a um preço muito mais barato, segundo aquelas curvas apresentadas, pelo custo de reposição. O próximo, por gentileza.

Esse aqui, existe uma distribuição de fabricantes por Estado brasileiro, mostrando que em 2007 foram consumidos 24,6 milhões de toneladas, em 2008 foram 22,4 milhões de toneladas, com um decréscimo de 8,8%, e a sua distribuição para os respectivos Estados. O próximo, por gentileza.

Para onde vão os fertilizantes brasileiros: 33% é consumido com soja, 19% com milho, 13% com cana e assim por diante. O próximo.

O que representa as informações da AMA, é uma entidade que tem 69 empresas, tem 55% da distribuição de fertilizantes no Brasil. O próximo, por gentileza.

Conclusões e sugestões. Uma política de incentivo à produção nacional de matérias-primas para fertilizantes, elo chave da cadeia do setor do agronegócio, deve ser perseguida com perseverança por uma questão de segurança nacional. É fundamental lembrar que 33% do Produto Interno Bruto do Brasil advém do agronegócio, 34% do emprego da mão-de-obra é calcada nessa atividade e o total do saldo do superávit da balança de pagamento é fruto desse sedimento. No entanto, tomamos a liberdade de realçar que achamos fundamental destacar duas posições: todos os projetos de investimento ou de produção de novas matérias-primas no Brasil requer um tempo significativo para entrar em produção, para atingir a sua maturação; segundo ponto fundamental, também aqui já abordado e vamos ressaltar, que independente do aumento da capacidade doméstica da produção de fertilizantes, os preços oferecidos ao produtor, consumidor final, serão exatamente iguais ou similares aos importados, salvo se houver uma política de subsídios clara e definida. O produtor de matéria-prima, seja estatal ou privado, se remunerará e calculará o retorno do capital investido sempre nos níveis similares de importados. Esse alerta que acreditamos fundamental para objetivarmos as nossas metas e projetos e não esquecermos as dificuldades de curtíssimo prazo que estamos enfrentando, viu Ali, que é o problema do crédito que desapareceu para todos os segmentos do setor do agronegócio.

Conclusões finais. Infraestrutura. O aspecto multimodal, porta(F) – as rodovias, inclusive as vicinais, ferrovias, além de outros conhecidos, armazéns. Se estima que, no ano de 2008, 350 milhões de dólares foram pagos só de *demurrage* e o que o agronegócio, como um todo, pagou 2 bilhões de dólares em 2008.

O problema do seguro agrícola. Tem que ser amplo e tem que ser imediato e tem que se estabelecer um seguro de crédito posterior, pois o seguro hoje é marginal, pouco e pontual, e resolveria os problemas substanciais, até com maior garantia para as trocas e financiamento, eventualmente facilitando a circulação de produtos num momento difícil de crédito. Hoje é segurado no Brasil uma área de 4,76 milhões de hectares, de uma área colhida de 57 milhões, menos de 10%, e mesmo assim só se faz seguro de culturas específicas de alto risco. A importância segurada foi

de 7,2 bilhões, o valor bruto da produção de 187 milhões, o prêmio pago 324 milhões e houve um subsídio de 157 milhões de reais. De novo, eu repito, o crédito. O crédito para a agricultura e para toda a cadeia do agronegócio, e os fertilizantes não fogem à regra, está praticamente fechado em todo o mundo por causa da crise. Esse é maior momento, o gargalo, o mais difícil e sobre o qual nós devemos nos debruçar para encontrar uma saída viável.

Eu me arriscaria a dizer aos senhores que se não tivermos soluções de curto prazo no sentido de disponibilizar recursos aos agricultores para que possam escalonar e fazer uma antecipação de suas compras, que no cenário doméstico ou no cenário internacional, mesmo com provável redução de demanda de fertilizantes, que espero não ocorra e que tenhamos soluções favoráveis, o Brasil deve ter um dos momentos mais críticos em termos de abastecimento de fertilizantes para a sua agricultura nessa próxima safra. Hoje não se sente com grande profundidade os efeitos daquilo que estamos colocando porque houve um estoque de passagem muito grande em razão imaginar-se uma demanda da ordem de 26 milhões de toneladas, aconteceram 22 milhões, passamos com o estoque de passagem da ordem de 6 milhões em dezembro, mais do que suficiente para atender toda a demanda de safra(F), e possivelmente chegarmos próximos aí ao início das compras das safras. Fora isso existe ainda todo um aspecto da produção nacional que soma-se a esse estoque ou disponibiliza esse estoque e, considerando que nós estamos no período de entressafra, onde trabalhamos aí cerca de 30% da demanda total, 70% no segundo semestre, hoje nós não sentimos o efeito. Hoje existem fertilizantes, hoje tem disponibilidade, mas na hora que existir a pressão para se comprar os fertilizantes no quadro atual de crédito, onde o agricultor não tem dinheiro, e no quadro atual onde a indústria misturadora de fertilizantes não tem crédito e não tem seguro para financiar as suas importações, nós corremos um sério risco de ter uma pressão muito forte de demanda em determinados instantes e gerar todos os distúrbios, Ali, possíveis de uma situação dessa. O próximo, por gentileza.

Muito obrigado. Era esse o recado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Bom, agora a Rosemeire, representando aqui a Confederação Nacional da Agricultura, ela veio substituindo o Sr. Nélson Ananias Filho, que não pode comparecer.

SRA. ROSEMEIRE CRISTINA DOS SANTOS: Bom dia a todos. Eu quero agradecer a esse convite feito pela Comissão de Agricultura para participarmos da discussão desse assunto e ressaltar a importância de sempre estarmos contribuindo com esta Comissão de forma a enriquecer os debates que são inerentes ao setor agropecuário.

A questão de fertilizantes, ela ganhou força o ano passado, quando assustadoramente o produtor olhou para a sua planilha de custo e viu o impacto que estava tendo o preço dos fertilizantes na participação total dos custos de produção. Após isso, houve várias Audiências Públicas, vários estudos, a própria CNA contratou um estudo que eu vou mostrar a conclusão dele para vocês a respeito da organização desse mercado de fertilizantes, a respeito das contribuições que nós podemos dar de forma que possa melhorar a oferta do fertilizante ao produtor. Por favor.

Bom, isso aqui nós já acabamos de observar na apresentação feito pelo George, no ano passado a gente consumiu em torno de 22,4 milhões de toneladas de fertilizantes; a soja é a cultura que mais demanda fertilizantes no País. A participação por regiões, a região Centro-Oeste com 29%, Sudeste e Sul, são as maiores consumidoras de fertilizantes no País.

Isso daqui foi o impacto nessa safra que nós estamos colhendo, no custo operacional. Só o aumento do preço de fertilizantes na região de Mato Grosso, em torno de 32,50%, e um impacto de 16% no custo de produção; em Mato Grosso do Sul um aumento um pouco maior, de 33,20%, e o impacto de 6,51% no custo de produção; em Goiás um aumento de 46% nos fertilizantes e 15% no custo operacional; em Minas Gerais em torno de 30% e um aumento de 12% no custo de produção.

Isso aqui é a participação, como vem evoluindo, a participação dos fertilizantes nos custos de produção da soja. Nós pegamos a soja, já que é a maior demandante de fertilizante, e observamos que nos últimos dois anos, 2007 e 2008 e 2008 e 2009, aumentou consideravelmente a participação nos custos.

Estimativa para 2009. Esse acompanhamento nós fazemos mensalmente, primeiro para ver o que está acontecendo em termos de custo de produção, em termos de comercialização de insumos e, também, ver qual é a demanda que o setor tem de crédito. Nós comparamos aqui abril de 2009 e fevereiro de 2009 já fazendo uma relação de troca da agricultura. Analisamos todas essas regiões aqui mensalmente. Nós observamos que realmente houve uma queda do preço dos fertilizantes, porém, o preço das *commodities* tem sido mais sensíveis a esta queda, de forma que nós tivemos realmente uma redução da relação de troca da soja, por exemplo, porém, no mês de abril os preços das *commodities*, eles foram mais sensíveis do que os preços dos fertilizantes, ou seja, eles estão mais sensíveis à queda. E, assim, a relação de

troca em algumas regiões, principalmente as que já começaram a comercializar um certo volume para a próxima safra, já sinaliza que nós teremos dificuldade para o produtor fazer o seu custo de produção, principalmente porque o preço não cai, o preço do produto está mais sensível, as empresas têm dificuldade frente ao cenário de volatilidade e de incerteza ainda no mercado para fixar preço e, normalmente, a venda do fertilizante está relacionada a um certo comprometimento antecipado dessa produção e, também, devido ao crédito, que está bastante escasso.

Isso aqui, olha só, é preço de fertilizantes praticados nos Estados Unidos. Isso aqui demonstra que a questão de aumento de preço e o problema de fertilizante não é um problema localizado do Brasil, é um problema mundial, e se nos Estados Unidos, que comercializam os insumos primeiro e plantam primeiro que nós já tem essa tendência de aumento, possivelmente isso deverá ainda se refletir na safra que nós vamos plantar, começar a plantar no mês de outubro.

Isso aqui já é resultado desse estudo que nós fizemos junto com a USP a respeito da organização do mercado de fertilizantes brasileiro. Nós analisamos que o mercado de fertilizantes tem uma relevância nacional, um grau de concentração bastante elevado, na ordem de 69%, ou seja, quatro empresas, BUNGE, CARGILL, YARA e FERTIPAR dominam 69% do mercado brasileiro. É um mercado que tem grande barreira à entrada de novas empresas, devido à escassez que você tem de minas, devido às limitações naturais da oferta de matéria-prima e também de investimento, que é bastante elevado, e é um investimento em um ativo específico. E, também, rivalidade das empresas, já que elas utilizam também a estratégia de entrega de fertilizante; o canal de comercialização de fertilizante está atrelado à estratégia dela também de comercialização do produto final, que é o grão, a safra de soja, a safra de milho.

Agravantes que nós vemos para o mercado brasileiro. Custos logísticos – e aqui nós destacamos a cobrança do adicional de frete da marinha mercante. O que acontece? Como o preço é balizado, o preço no mercado interno é balizado no mercado internacional, quando você faz a internacionalização desse preço, você cobra o adicional da marinha mercante, que acaba incidindo também sobre a produção nacional que não paga esse adicional. Porém, o preço final ao produtor chega com esse preço. A concentração de mercado que é bastante elevada e isso é um risco para o produtor, que fica cada vez mais dependente de poucas empresas, tanto para comprar como para vender seu produto. E aí eu destaco a importância dos misturadores, que são a única franja competitiva que a gente tem na entrega de fertilizante no País. Os demais, quatro empresas dominam 70% do mercado, quer dizer, a franja competitiva que você tem é posta pelos misturadores e as pequenas empresas e aí a necessidade de se ter um apoio de crédito hoje de forma a manter essas misturadoras.

Esse aqui, já partindo para a conclusão, é a recomendação dada nesse estudo de organização dos mercados de insumo agropecuários. Foi uma consultoria que a CNA contratou do PENSA – Programa de Estudos do Agronegócio da USP, e que eu disponibilizo a essa Comissão para enriquecer as discussões desses assuntos. De forma geral, na sua conclusão, eles recomendaram que para melhorar o cenário de oferta de fertilizantes no mercado brasileiro nós teríamos que aumentar a capacidade interna de produção de fertilizantes fora das grandes empresas. Se nós aumentarmos a produção nessas empresas que já temos, elas tenderão a usar a mesma estratégia e tenderão a ditar esses preços. Então, pouco resultado surtiria na ponta consumidora, que é o produtor rural.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Tem que ter concorrência.

SRA. ROSEMEIRE CRISTINA DOS SANTOS: Tem que ter concorrência, aumentar essa concorrência é imprescindível. Criar um CADE agrícola global, já que é um investimento específico, é um investimento que você tem limitação para que entrem diversas empresas atuando no mesmo segmento, principalmente na exploração de matérias básicas, você ter onde dirimir essas controvérsias e onde disciplinar esse mercado; desenvolver ações articuladas com o setor produtivo de outros países, já que essa concentração não é só no mercado brasileiro. Ass empresas que atuam no Brasil normalmente atuam também em outros países; investir em infraestrutura logística. Isso aqui é um dos grandes gargalos do setor produtivo e nós pagamos muito caro por isso, o George demonstrou agora o que nós pagamos de *demurrage* anualmente na agricultura brasileira; aumentar a participação da PETROBRAS na produção de adubos nitrogenados. Foi uma recomendação também feita por esse estudo; realizar uma pesquisa de levantamento e mapeamento das reservas minerais no Brasil, eu acho que é um trabalho que já vem sendo feito pelo DNPM. Nós tivemos a oportunidade de participar junto com o pessoal do DNPM de algumas reuniões, de alguns grupos de estudo em que a gente procurou identificar essas alternativas; incentivar a importação de matérias-primas e organização de produtores, de pontos de comercialização, de forma que eles possam fugir um pouco desses 70% que hoje dominam o mercado.

Agradecemos a essa oportunidade e já coloco esse estudo à disposição desta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado, Rosemeire, você representou bem aqui a CNA. Agora nós vamos passar para o último expositor, que é o Sr. Ali Aldersi Saab, do Ministério da Agricultura. Ele é assessor técnico do Ministério, exatamente onde o problema mais aflora e onde as cobranças são mais intensas. Então com a palavra o Sr. Ali Aldersi.

SR. ALI ALDERSI SAAB: Senador Valter Pereira, vou direto ao assunto(F). Agradeço ao convite. Essa minha exposição, ela será extremamente técnica, baseada até em dados levantados de forma primária e secundária e científica. Entretanto, eu gostaria que ela fosse bastante polêmica. Portanto, a minha apresentação hoje será no mínimo polêmica, porque exige que a gente polemize um pouco, porque a questão não é simples e as soluções não são simples. Por isso, me perdoem a ênfase às vezes em algumas questões por mim colocadas.

A minha apresentação, eu vou me colocar um contexto mundial e nacional, vou analisar o processo de privatização que passou esse setor, vou analisar o processo de concentração que passou, a oferta, a demanda, os preços, conclusões, quais as recomendações, esse é o diagnóstico, e quais as ações futuras e necessárias para a parte das soluções que nós achamos. Muito bem.

No contexto mundial, a volatilidade dos mercados. Nós não podemos falar em fertilizantes sem pensar nos últimos cinco meses, seis meses. Esse é o mundo. Parte das misturadoras está se queimando aí dentro; parte dos produtores estão se queimando aí dentro, do mundo. Não é verdade, George? Muito bem. O mundo andou nesses quatro meses às escuras e os mercados às cegas. O dólar, o Sr. Washington aqui não está enxergando nada. O preço do petróleo que saiu e foi a 120, caiu a 30 dólares o barril. Agora em 04/12/2009, ou seja, no final do ano, o barril de petróleo vai estar a quanto? Alguém acha que vai estar a 50 dólares? Ninguém acha que vai ficar a 50 dólares. Naturalmente a tendência do petróleo é subir, essa é a tendência natural. Muito bem.

A questão dos estoques mundiais de grãos. Na China os estoques, apesar de ser o maior que têm no mundo, eles são baixos. Olhem para vocês verem os estoques de milho, soja e trigo. No mundo da mesma forma. O que é que está acontecendo em Chicago? Chicago cai, sobe, nova queda, nova alta e a gente não sabe o que é que vai acontecer. Na verdade os mercados estão voláteis. Agora o USDA, exatamente nesse dia agora, há trinta dias atrás, nos disse o seguinte: que nós vamos ter estoques mundiais, a produção de 224 e o consumo de 226. E o estoque mundial caiu da previsão de janeiro para fevereiro de 23% para 22%. Isso aqui é importante. E o USDA fez isso diminuindo o consumo ainda, porque senão os estoques seriam menores. Essa que é a verdade. Então aqui está. Os estoques de grãos, 16,7% hoje nesse consumo global. Então os estoques mundiais estão muito baixos. Estoques baixos de grãos pressionam preços, OK? Muito bem. Então o que é que nós temos? Os estoques nunca estiveram tão baixos. Mesmo em caso de recessão mais profundo, os países ricos ou emergentes não vão parar de comer. E nós temos o que mais? Três bilhões de pessoas na China, Índia e outros que permanece como um mercado ainda visível e confiável de importação de comida. Isto não é volátil. Pessoas comendo não é volátil, é um caso concreto. Só a China tem um trilhão de dólares para gastar em comida, necessária, porque ela não pode deixar os seus desempregados passarem fome. Muito bem.

As projeções do Brasil de 2007 a 2018(F), para daqui a dez anos, é nós aumentarmos em quase todas as variações as nossas exportações. Eu vou por outro quadro para dizer que em carne bovina, do mercado mundial de exportação nós estaremos com 60%. O Brasil vai ser responsável por 60% da carne bovina exportada, 21% do suíno, 90% de aves, 40% da soja, etc. e etc. Açúcar, 74%. Aqui há um dado interessante, depois nós vamos ouvir por que é que Louis Dreyfus acaba de entrar num acordo e quase comprar a Santa Elisa. É interessante saber disso. Quando as usinas entram em problemas, cinco ou seis grandes multinacionais de alimentos vêm e começam a comprar; depois nós vamos analisar isso.

Quais são as incertezas que faz com que isto não possa acontecer, que o Brasil não venha a exportar isso? 1) Uma recessão mundial de médio e longo prazo; isso pode acontecer; 2) O protecionismo dos países; o aumento do protecionismo é uma questão bastante clara ao nosso ver; 3) Mudanças climáticas severas poderão acontecer; 4) A questão dos fertilizantes, como bem o George colocou. Nós já estamos agora aqui em junho e julho, na porta do início da safra de verão, e não sabemos onde vamos buscar fertilizantes.

Nesse mercado volátil, cinco questões são previsíveis: então os estoques, o mundo vai comer, o Brasil vai ser o seu grande fornecedor. Se você tirar o Brasil como *player* fornecedor, o mundo passa fome. Nós já fizemos esse exercício. Os fertilizantes é o ponto frágil da agricultura juntamente com a logística. Esses dois pontos são os dois pontos que nós devemos atacar.

Eu vou analisar agora um pouquinho a oferta e demanda mundial de fósforo, potássio e nitrogênio,

porque já que o mercado é globalizado eu preciso analisar o que se passa no mundo.

Balança e oferta mundial de fósforo. Vamos olhar fósforo. Eu tenho um quadro aqui que pega o mundo inteiro. Esse quadro me diz o seguinte: que agora eu tenho uma oferta de 3 milhões e 600 mil toneladas na América do Norte – leia-se Estados Unidos. Os Estados Unidos tende a manter essa oferta de exportação de fósforo. Os Estados Unidos é um ofertador, é um exportador de fósforo, OK? Olha aqui a América latina agora. Ela tem uma necessidade de importação de 6 milhões e a tendência é aumentar essa importação de fósforo; o Sul da Ásia – leia-se Índia. A Índia sai de menos 5, ou seja, importa, e a tendência é aumentar a importação, ou seja, há uma demanda crescente pressionando os preços pela Índia e pela América Latina; e o Leste, aqui leia-se China, ela era importadora de fósforo e passa a ser superavitária um pouquinho. Se eu cometer um erro aqui, pronto, ela passa a importar de novo, quer dizer, qualquer erro percentual pequeno aqui para essas previsões futuras passa a aumentar a pressão de demanda sobre os preços. Portanto, as questões... Agora quem são os grandes fornecedores de fósforo? África, que tende a aumentar, é verdade, para 7, Europa Central e Leste Europeu – leia-se aqui Rússia e Bielo-Rússia, 2 milhões e estabilizada essa oferta. Então nós temos aí no balanço de fósforo, ao meu ver, negativa, e essa razão explica uma parte das questões dos preços, OK? Naturalmente que esta relação vai diminuindo aos poucos. Vamos ver então um resumo disso. Quem consome? O Leste da Ásia 33%; o Sul da Ásia, então China e Índia, 35%. 35% com 33%, me ajudem a somar, 68%, 69%, praticamente 70%; mais a América Latina 18%, 20%, vai para 90%. Então praticamente 90% do fosfato vai ser consumido pelo Brasil, pela China e pela Índia. Se eu fosse dono de uma mina de fósforo, eu estaria aqui fazendo a minha estratégia: como é que eu vou manobrar esses três países? China, Índia e Brasil demandam 90% do fósforo mundial. Esse é um dado fundamental e estratégico para nós pensarmos nisso. Lembrem-se que a Índia gasta mais de 20 bilhões de dólares em subsídio para pagar esse adubo. OK? Muito bem.

Balanço mundial da oferta e demanda de potássio. Vamos falar de potássio agora. O potássio. Aqui a América do Norte novamente é o grande fornecedor, com sobra de 7, aumentando para 9, mas leia-se Canadá e não mais Estados Unidos. Os Estados Unidos aqui é importador, OK? Muito bem; América Latina. Nós passamos de praticamente 7 milhões de toneladas importando, basicamente o Brasil, para 7 milhões e 800, aumentando a nossa necessidade, porque na América Latina o resto dos países, principalmente a Argentina, ela não demanda quase potássio; Sul da Ásia. Novamente aqui nós temos a Índia importando, aumentando de 3 milhões de toneladas para 3 milhões e 700 mil toneladas. E China. A China sai de 9 milhões para 9 milhões e 800 mil toneladas de importação de potássio. Quem são os grandes fornecedores? Isso aqui é a Ásia Oeste e Europa Oeste e aqui novamente o Leste Europeu, Rússia. Então a Rússia e Bielo-Rússia são os grandes fornecedores de potássio e de fósforo. Muito bem. E aqui nessa prospecção, nessas projeções, se nós cometermos um erro de 2% ou 3%, isso aqui já cai também a quantidade ali colocada de aumento da oferta sobre a demanda. É muito pequeno. Novamente se nós somarmos Ásia com 48%, China e Índia com 20%, 20% mais 48% são 68%, mais 20% são 88%, praticamente 90% do potássio vai ser consumido pela China, pela Índia e pelo Brasil.

Resumo da ópera: Brasil, China e Índia consomem 90% do que se oferece de potássio e fósforo no mundo. Agora nós vamos ver depois qual é a diferença de produção interna da China, da Índia e do Brasil, OK? Muito bem

Balanço de nitrogênio. A América do Norte importa nitrogênio, a América Latina importa nitrogênio e a tendência é estabilizar isso aqui; o Sul da Ásia, aqui Índia, importa nitrogênio. A China só vai importar esse ano e a tendência é diminuir e aumentar a sua produção de nitrogênio por conta daquilo que foi apresentado aqui pela PETROBRAS, da presença de gás. Agora quem são os grandes fornecedores? É a Ásia Oeste – leia-se aqui Irã, etc. A Europa Central e novamente o grande fornecedor de nitrogênio é o Leste Europeu, aumentando a sua produção, que é novamente Rússia, Bielo-Rússia, etc. Muito bem. Mas mesmo assim nós temos um pequeno balanço que não é tão favorável como foi apresentado aqui. É preciso tomar cuidado com esses balanços favoráveis para demonstrar que nós não precisamos de uma fábrica da PETROBRAS aqui dentro. Muito bem. Nesse caso 75% do nitrogênio, novamente se nós somarmos, vai ser consumido pelo Brasil, China e Índia. Muito bem.

Aqui está. O crescimento da China de 2004 até 2007 de consumo de fertilizantes bateu a tentativa de 6,6% ao ano. Mesmo com a redução agora eles não vão diminuir tanto essa taxa de utilização; a Índia, 10% de aumento ao ano de utilização de fertilizantes; os Estados Unidos 1,3%; e nós temos aumentado em 3,3% ao ano.

Esse aqui é um panorama, então é um resumo da ópera. Nitrogênio, nós temos muitos países produtores e é uma oferta relativamente ampla; fosfato, são quarenta países; e potássio, aqui está o nosso problema, grande limitação. Os maiores exportadores são China,

Rússia, isso aí nós já vimos, e os maiores importadores, o Brasil está aqui. Perdão, eu vou voltar. O Brasil está como o maior importador aqui, aqui e aqui. Qual é o problema da questão? É que os novos projetos, têm muitos projetos em ureia. É verdade. Alguns projetos em fósforo, mas em potássio, somente dois projetos, e o maior deles na Argentina, que é New Ken(F), da ex Rio Tinto, hoje Vale. Somente um grande projeto no mundo previsto para aumentar a produção de potássio. Muito bem.

Isso aqui é uma taxa de crescimento do consumo de fertilizantes e da capacidade de produção. Notem os senhores que a partir de 2010 o consumo tende a aumentar, depois cai, mas a capacidade de produção cai. Então a tendência de aumento de demanda e a tendência de diminuição de oferta em geral. Aqui é um quadro interessante, que é o seguinte: a maior parte dos países, como os Estados Unidos, produz 81% do fertilizante que consome e importa 20%, o que está razoável; se você for olhar a Bielo-Rússia, 264, ou seja, ela produz para ela e exporta; a Alemanha, a Rússia, mesmo a China só importa 3%. Como ela gasta muito, 3% é uma quantidade de tonelada imensa. A Índia produz 67% do seu fertilizante; agora vamos ao Brasil. Nós só produzimos 35%. Então a questão nossa não é de racionalidade: "Ah, se pode fazer fábrica da PETROBRAS ou se não pode"; é uma questão estratégica. Nós não podemos ficar pensando se custa quatro dólares o milhão de BTU, se custa cinco e aí vai ter que fazer isso ou fazer aquilo.

Por isso que eu digo que a minha apresentação é polêmica. Eu conclamo a PETROBRAS a dobrar o tamanho da fábrica dela de 800 mil toneladas. 800 mil toneladas não dá 40% da nossa importação. Nós vamos continuar importando 1,5 milhão de toneladas de nitrogênio. E a diferença entre 800 mil toneladas de produção para 1,5 milhão de investimento não é tão grande. E a PETROBRAS está acostumada a fazer projetos grandiosos. Por que só na agricultura ela é pequena e mesquinha? Ela precisa ser grandiosa também. Ela não pode pensar só em petróleo. Quem tem o filé mignon precisa comer um pouquinho também de coxão mole, não é verdade? Muito bem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone].

SR. ALI ALDERSI SAAB: Não, fertilizante, você vai ver como vai dar muito dinheiro ainda. Muito bem.

Para produzir fertilizante, uma fábrica de nitrogenados leva de três anos a quatro anos. Custa um bilhão para produzir um milhão de toneladas, um bilhão de dólares; fósforo, três a cinco anos. Aqui está quatro, mas pode levar cinco. 1,5 bilhão para produzir um milhão de tonelada; o problema está aqui, pois no potássio nós levamos até oito anos e vamos gastar 2,5 bilhões para produzir 2 milhões de toneladas. Esse é um problema sério nosso e o nosso problema está aqui, porque aqui a PETROBRAS vai resolver sem dúvida nenhuma.

Principais empresas produtoras e exportadores. Isso aqui é só para mostrar uma coisa: a maior empresa internacional chama-se YARA. É uma loura, linda, rica e magnífica, daqueles países ali da Dinamarca. A segunda maior empresa chama-se MOSAIC. O resto, isso aqui é só para vocês terem isso aqui na cabeça de vocês. A maior empresa mundial é a YARA e a segunda é a MOSAIC. Depois nós vamos ver por que é que eu apresentei isso. Esses são os principais fornecedores do Brasil, não vem ao caso, nós vamos ficar na análise, naquilo que é analítico.

Esse dado aqui é interessante. Como é que se dá a formação da demanda de fertilizante? Isso é uma forma que nós precisamos entender. Quando nós estamos com uma oferta, uma quando quantidade ofertada, aqui é a curva da oferta, nesse ponto de IQ-0(F), o que é que acontece quando essa oferta cai? O que é que acontece quando eu aumento o preço de fertilizante? Quando eu aumento de P-0 para P-1 a quantidade ofertada cai, só que menos que proporcionalmente, ou seja, a empresa que aumenta esta área é muito maior que essa. Então quando ele aumenta preços, ele tem uma queda de venda, mas a queda de venda é menos proporcional que o aumento do lucro que ele tem com o aumento do preço. Portanto, nós chamamos isso, a elasticidade de preço da demanda, ela é inelástica e insubstituível. Muito bem. Então o fertilizante é parecido com a gasolina, que não tem substituto, agora tem o álcool, mas para o fertilizante ainda não tem. Então se aumento dos preços, o produtor é obrigado a pagar, é obrigado a comprar. Ele cai para uma posição um pouco menor, mas ele é obrigado a comprar. Então nós temos um produto que tem elasticidade inelástica e insubstituível e isso é capaz de vocês entenderem porque é que as empresas ficam tentando aumentar preço. Muito bem.

Isso aqui já foi mostrado, não vem ao caso, o George já apresentou muito bem, o problema da demanda.

Essa daqui é a produção nacional. Vejam a produção nacional. Ela está estabilizada em praticamente 9 milhões de toneladas há mais de seis anos. E não há aumento. É aqui que nós temos que pegar no pé. OK? Não há aumento da produção nacional. E as importações tendem a aumentar. Esses dois anos, 2005 e 2006, foram anos de crise, por isso que caiu, em 2008 a mesma coisa, mas a tendência é aumentar a importação. Como? Vamos ver aqui. Olha aqui: 17 milhões

nós importamos em 2007 e em 2008 foi 15 milhões. Sabe quanto custou esses 15 milhões em 2008? Uma média de 600 dólares por tonelada, vezes 15 milhões, 9 bilhões de dólares nos custou a importação. A PETROBRAS, com esses 9 bilhões de dólares, produziria dez fábricas de ureia. Muito bem. Essa oferta, notem aqui, a oferta é determinada pela produção nacional, que está estabilizada, e pelo aumento da importação. Simples. Então são as importações que mantém a nossa oferta. Bom, quem é que importa? Normalmente quem importa é a BUNGE, a YARA, a MOSAIC, claro, e a [ininteligível] e FERTIPAR(F) fazem parte do processo, mas basicamente são essas três grandes importadoras. E também produtoras nacionais.

Isso daqui já viram, demanda nacional por fertilizante não tem importância, não tem importância, isso aqui já foi apresentado aqui, que é a distribuição.

Agora aqui sim. O consumo de 2007 e 2008 até 2018 vai sair de 24 milhões de toneladas e vai para 34 milhões. Então nós vamos aumentar o consumo em 10 milhões de toneladas. Essas 10 milhões virão de onde? Da importação, naturalmente. Nós vamos sair de uma importação de 17 para 24 milhões de toneladas, claro. Ora, se não houver aumento da oferta nacional, que está estabilizada. Está claro o problema nosso? E mais: nós estamos saindo de produção de solos eutróficos e indo para solos distróficos, saindo de solos ricos do Paraná, São Paulo, parte de Minas, e indo para o Cerrado brasileiro, com exigências cada vez maiores. OK? Muito bem.

Agora eu vou me permitir fazer uma pequena parada e começar a falar do processo que houve, como é que está o diagnóstico da situação das empresas de fertilizantes no nosso País. Antes, até 1992, a PETROBRAS fazia tudo com ULTRAFERTIL e FOSFERTIL. A partir de 1992 começa o processo de privatização, onde a PETROBRAS vende a FOSFERTIL para um conglomerado, uma *holding* chamada FERTIFOS e outros. Muito bem. E a PETROBRAS vende a ULTRAFERTIL e a FOSFERTIL, ficando FERTIFOS e outros donos e a PETROBRAS sai do processo. Quem é FERTIFOS e quem são os outros? É interessante. Outros são, naquela época, em 1994, notem que está aqui multicolorido. Eu chamo a atenção para esse quadro multicolorido. Prestem atenção nisso. Olha, AMONIASUL, IAP, cada uma dessas disputando o mercado. Era interessante esse mercado, bastante disputado. A partir de 94 começa um processo de concentração. A BUNGE, através da SERRANA, passa a comprar a FERTISUL e a ELEKEIROZ. Aliás, a BUNGE é uma das empresas mais inteligentes que eu conheço. Apesar de ter que falar dela aqui agora, eu gostaria quando me aposentar de poder trabalhar numa empresa dessas, juro, mas eu não vou, nunca vão me chamar, porque o que eu bato em cima dela não está escrito, então não vão me chamar, mas eu adoraria trabalhar para a BUNGE. Muito bem. Aqui vocês vejam que a partir de 98 a BUNGE compra a IAP, ela mete a mão em 23% da FERTIFOS e compra a TAKENAKA, mais 6%, e ela fica com 30% da FERTIFOS, que tem 70% da FOSFERTIL. Eu quero dizer que para conseguir esses dados, eu tive que buscar esses dados em dados internacionais, porque elas são obrigadas a colocar nas Bolsas americanas, nos Estados Unidos, elas são internacionais, e buscar os seus balanços, porque aqui dentro eu não consegui esses dados. Muito bem. Ainda continua multicolorido. Em 1999 a CARGILL, vendo que a BUNGE tinha comprado essas duas, compra a SOLORICO, que tem 23% também. E a BUNGE compra a FOSBRASIL. Muito bem. A partir do ano 2000 a BUNGE compra, numa grande disputa inteligente, a MANAH, e passa a ter 23%, mais 23% e mais 6%. Aí a CARGILL, perdendo a disputa da MANAH, compra a FERTIZA, que tem 10%. Por quê? Oligopólio é teoria de jogo, hein, é teoria de jogo. Nós vamos chegar lá. Muito bem. Então como é que fica a participação acionária na FERTFOS naquela *holding*? 52% fica para BUNGE, 33% fica para a CARGILL e 12% FERTIBRAS e outros. Muito bem. Agora aqui em 2000 a BUNGE se transforma em BUNGE Fertilizantes, a SERRANA passa a ser uma das empresas, todas operando no mercado com marcas diferentes, disputando esse mercado aparentemente. Muito bem. Notem que antes era multicolorido, olha como ficou azul aqui, tudo azul. E do lado de cá aparece, pela primeira vez, a D. YARA. Eu nunca tinha ouvido falar da YARA. YARA eu pensei que fosse aquela loira dinamarquesa bonita, mas não. A YARA é uma empresa, é a maior empresa mundial de fertilizantes. Lembram-se quando mostrei para os senhores? Muito bem. Ela passa e compra a Adubos Trevo, que tinha sido comprado pela NORSK HIDRO, que é uma empresa lá dos Países Baixos, e a YARA compra a Adubos Trevo, uma empresa tradicional do Sul do Brasil. E a CARGILL compra a FOSPAR. Bom, em 2003, se não bastasse todas essas compras, a BUNGE compra a DIJON, que é a Vale do Rio Doce, diretamente comprando a FOSFERTIL, mais 10% das suas ações. Muito bem. Aí a YARA compra a FERTIBRAS. Aí a MOSAIC americana passa e compra a CARGILL em 2004. Então com o que é que eu fico? Com BUNGE, YARA e MOSAIC; azul, pink e verde. E fica assim, a disputa fica assim, outros com 2,33%, dona da FOSFERTIL. O que quer dizer isso? Acesso a minério, acesso a fósforo que os outros não têm. OK? Muito bem. Então aqui está o resumo da ópera: BUNGE com 52% da FERTIFOS, YARA com 12% e o

MOSAIC com 33%. OK? Muito bem. O que quer dizer isso? Quem é a FOSFERTIL? A FOSFERTIL produz em Catalão rocha fosfática, ela produz em Uberaba P2O5, super triplo, super simples, ela produz em Araucária, em Cubatão, ela é dona da Tapira, agora mais outra do salitre, é ela que vai tocar. Muito bem. Então a BUNGE está em todas. E mais importante do que tudo isto aqui, ela é a dona da maior logística que existe, porque fertilizante é logística. Essa que é a condição dela. Ela é a dona do Porto de Santos. O terminal do Porto de Santos de fertilizantes de quem que é? É da BUNGE. Aliás, um belo porto. Muito bem.

Baseado nisso, tem um índice chamado de índice de Herfindahl-Hirschman que eu precisei utilizar, que é a somatória das participações, do quadrado das participações. Esse é um índice aceito pelos Estados Unidos e pelo CADE no Brasil. Quando eu calculei esse índice, dois grupos calcularam: o PENSA e eu calculei. Eu calculei colocando a FOSFERTIL participando da BUNGE, participando da YARA e participando da MOSAIC, claro, é dela, não como empresa diferente como as outras aqui. Esse índice me deu 2.463. O PENSA, em São Paulo, a minha colega que apresentou isso, aquele índice de concentração, CR-4, ele calculou e deu 1.803, sem a FOSFERTIL. O que quer dizer isso? Esse índice diz o seguinte: que acima de 1.800 você pode chamar de oligopólio tranquilamente. Então está comprovado que isso aqui é um oligopólio. Eu não estou dizendo que isto daqui é um monopólio, eu estou dizendo que é um oligopólio em perfeição de mercado, OK? Muito bem. Então com esses dados disponíveis eu comprovo que isto é um oligopólio. Então eu posso afirmar que até agora essa alta concentração colocada nesse setor aponta para a existência de um oligopólio, onde o Grupo BUNGE possui a liderança, seguido dos grupos MOSAIC e YARA. Eu não diferencio BUNGE de FOSFERTIL. Para mim são uma empresa só. Muito bem. E aqui está o processo dentro de oligopólio, no valor de mercado de fertilizantes de 2008, de 14 bilhões de dólares. OK? Muito bem.

Além disso, vocês têm muitas dessas figuras que eu tenho aqui, que vocês receberam lá no Ministério, está aí nesse trabalho de vocês, fui eu que fiz, então o Ministro distribuiu para os senhores aí. Vocês têm uma coisa que é o avanço pela estratégia da pinça. A estratégia da pinça é estratégia de guerra, OK? Vocês têm os fertilizantes com oligopólio dominado pela BUNGE, MOSAIC e YARA, e do outro lado os *commodities*. Quem é o comprador de soja? É Grupo BUNGE, Grupo CARGILL e Grupo ADM. Quem é CARGILL? É MOSAIC, OK? Muito bem.

Então o mercado de *commodities* agrícolas, que é soja, milho, trigo, algodão, etc., eu até me assustei quando eu fui pegar, porque quando eu puxei um fio veio um bolo desse tamanho enrolado, que é o seguinte: para se ter uma ideia da concentração nesse setor, a comercialização mundial de grão no mundo está concentrada em apenas cinco famílias. Cinco famílias dominam o comércio de grãos no mundo, que é a família [ininteligível] da BUNGE, a família Cargill e MacMillan, da MOSAIC e CARGILL, e a família Louis Dreyfus, da Louis Dreyfus. Louis Dreyfus, lembra quando eu falei que acabou de comprar a Santa Elisa? Muito bem.

Então preços dos fertilizantes. Nem vou parar nisso aqui, já foi apresentado. Agora a questão é a seguinte: é possível fazer previsões sobre preços mundiais? A minha indicação diz que o preço de nitrogenado deverá acompanhar preço de petróleo. Se preço de gás e petróleo, isso aqui é uma curva já apresentada aqui, subir, está aqui o preço de gás e está aqui o preço do nitrogênio. Se preço de petróleo e preço de gás subir, o preço do nitrogenado vai subir, se houver financiamento. Se não houver, ele vai estabilizar. Agora se houver financiamento para a compra, ele vai subir.

Fosfatados. Eles têm os seus preços em queda, mas não se pode prever por quanto tempo. Sem dúvida nenhuma a partir de 2009, nós vamos ver em julho e agosto uma nova tendência de aumento dos fósforos.

Potássio. Tem preços inalterados com tendências a se estabilizar, depois voltará a aumentar. Há uma previsão a partir de 2011 os preços estarão em 1.350 dólares a tonelada e indo para 1.500 dólares a tonelada. Essa é a previsão. Muito bem.

Já foi mostrado isso aqui, essa é a curva da queda do enxofre, que subiu e já foi mostrado também; MAP a mesma coisa; cloreto de potássio a mesma coisa, já foi mostrado.

Esse é um outro quadro que eu gostaria de mostrar. Apesar de que a tendência a longo prazo é de subida, no curto prazo, até junho a tendência do potássio é de queda, tanto no mundo como no Brasil. Por falta do quê? Por falta de comprador e falta de financiamento; não tem quem compre, esta que é a verdade. Muito bem. Então a partir daqui a tendência é sair dos 850 que nós estávamos e vir a 650 dólares a tonelada. No Brasil deverá ficar em torno de 750. Mas até junho, porque quando o Brasil arrumar financiamento, quando os produtores conseguirem e a AMA Brasil conseguir sair um pouquinho do buraco, os preços vão voltar a subir sem dúvida nenhuma. Muito bem.

Esse é o mesmo quadro apresentado. Esse aqui é o preço tirado do The Marketing(F), mostrando que em 26 de março esses eram os preços colocados para a ureia e esses daqui para potássio. Está aqui: potássio

no mundo sai de 600 a 800 dólares e no Brasil 750 a 760 dólares. Muito bem.

Isso é um dado interessante que eu gostaria de mostrar para vocês. Olhe em dólar o mercado internacional do DAP(F): sai de 1.150, 1.080, caindo, 950, caindo, 950. Quando? De agosto a outubro e em 6 de novembro 780. OK? Em dólar.

Agora vamos ver o mesmo preço com as mesmas datas: 1.800, subindo, quando lá em dólar está caindo; subindo, quando em dólar está caindo; e subindo. Por quê? Quando o preço internacional caía em real, eles subiam internamente ao produtor por conta do câmbio. Então é algo diabólico: o produtor apanha na entrada e apanha na saída. Agora a AMA Brasil está apanhando também na entrada e na saída. Então é preciso resolver a questão de ambos ao mesmo tempo. Muito bem.

Essas são as relações de troca aqui mostradas, mas eu queria saber a atenção do seguinte: para a soja. Apesar de ter caído 23,8 sacas por tonelada, está ainda acima da média. Apesar de ter caído 23,8, está acima da média para a soja; para o milho, 46, está acima da média; para café, 4,2, está muito acima da média; para trigo, ainda acima da média, mesmo caindo a relação de troca. OK? Muito bem. O único que está abaixo da média é o feijão, por conta do elevado preço do feijão que aconteceu em janeiro e fevereiro e na relação de troca. Então o que interessa na verdade, é interessante isso aqui: não interessa o valor absoluto do produto fertilizante; o que interessa é a relação de troca. Porque nós vimos no começo de 2008 a curva dos preços subindo e a curva da demanda subindo, ambos, preço subindo e a demanda aumentando, preço subindo e a demanda aumentando. Como é que se explica? Por causa da relação de troca, porque a soja estava subindo também e então na relação de troca não importava para o produtor. Isso é que interessa. Então o valor absoluto às vezes não é importante; o importante é o valor relativo. Agora o que vai acontecer com os nossos *commodities*? Preço de *commodities*, [ininteligível], ou seja, grãos e animais. De 1975 até 2006 olha a tendência dos preços em termos de índice: sai de índice 100 e vem para os índices 40. Então a tendência do preço dos *commodities* em termos médio de prazo, em termos de longo prazo, é de queda, e a tendência dos fertilizantes não é de queda. OK? Muito bem.

Oferta e localização das explorações. Quem é que está produzindo? Essa é a localização onde se produz e olha quem é que produz. Será que nós conhecemos quem produz aqui? BUNGE, BUNGE, BUNGE, YARA, às vezes aparece um diferente. E aqui é a localização, isso aqui é só para mostrar.

Jazidas a serem exploradas. Aqui é que vem a questão do qual nós deveríamos começar aqui a nossa palestra. OK? Muito bem.

Esse mapa mostra aqui em azul a grande quantidade de fosfato que nós temos no Brasil. Aqui é no Mato Grosso, pena que o Senador Gilberto não esteja aí, no Estado dele, isso aqui é Planalto da Serra. Então nós temos uma imensa quantidade de depósitos que poderão se transformar em jazidas e em lavra. Aqui estão as novas minas colocadas. Aqui o estado pelo pessoal do Ministério de Minas e Energia, interessante: Anitápolis, Patrocínio, Santa Quitéria, Iperó e Maicuru. E aqui são os investimentos colocados por eles, necessários, e quanto que vai aumentar, 2 milhões e 400, que eles propuseram aumentar. Isso não é o caso.

Isso aqui é Iperó, lá em Sorocaba apresentado, que é a ex-Fazenda Ipanema. Isso aqui é uma flona hoje. Uma flona é uma floresta nacional, é uma reserva, não se pode mexer. Os senhores sabem o que é que é isso aqui ou não? É uma erva, é uma árvore imensa cujo nome científico é pânico máximo. Alguém sabe o que é pânico máximo? Colonião. Alguém sabe o que é isso aqui ou não? Decunbens.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É uma grande reserva.

SR. ALI ALDERSI SAAB: É uma grande reserva de floresta terciária. E aqui que em escuro, vocês estão vendem escuro aqui, é a rocha aflorada do quê? De fósforo. Nós temos aqui um grande depósito, com uma capacidade de produzir um milhão de toneladas, a vinte quilômetros da estrada de ferro. Aliás, a estrada de ferro passa a cinco quilômetros dela, pronta, e a Castelo Branco passa do lado dela. Então está proibido de ser... Então é preciso que o Senado e os Senadores gritem. Muito bem.

O que mais que nós temos? Então uma jazida, está aqui, a flona está caracterizada. Impede o licenciamento dentro da flona; não se pode dentro da flona exercer lavra mineral. A PETROBRAS, lá em Irati, no Estado do Paraná, fura, faz um buraco imenso, tira a floresta, tira o xisto e coloca a floresta mais bonita ainda. É um negócio interessante de se visitar. Eu gostaria até que a PETROBRAS convidasse o pessoal para visitar isso aí. Então nós temos tecnologia hoje para refazer a floresta tal qual é feita. Aliás, é um trabalho interessantíssimo da PETROBRAS e que merece aplausos. Muito bem.

Continuando então. Outra reforma nossa que está proibida: é uma reserva no Estado do Pará, chamada reSERVA de Maicuru, onde aqui está a montanha, em verde aqui vocês estão vendo, isso aqui é uma montanha de fósforo. Está proibida por um Decreto Presidencial desde 1984, feito pelos militares ainda. Eu não

entendi porque é que está proibida, mas tudo bem. É preciso agora desproibir, é preciso agora dizer: "Não, nós podemos explorar essa jazida aqui para atender o Norte do Brasil e o Nordeste do Brasil". Aqui é capaz de produzir um milhão de toneladas ano de fósforo. Então nós temos jazidas. Que mais que nós temos?

Aqui é um negócio interessante. Isso aqui são os registrados do DNPM. Isso aqui foi o número pedido de alvará. Esses alvarás aqui estão nas mãos da CPRM hoje, que são depósitos sedimentares de fósforo. Desde 1984 a CPRM está sentada em cima. Por quê? O que é que a CPRM quer fazer com isso? Macarronada? Ela não tem fábrica de macarrão. Para que é que a CPRM precisa ficar sentada em cima de um sedimento? Não é rocha não, é sedimento de fósforo. Então nós estamos aqui: área com jazida de fosfato na mão da CPRM na Paraíba e Pernambuco. Nós estamos chamando os senhores para dizer ao Ministério de Minas e Energia: "Licita, coloca para o pessoal explorar". OK? Muito bem.

Localização. Nós falamos de fósforo, vamos falar de potássio. Potássio nós temos em Santa Rosa de Lima, no Sergipe, Nova Olinda, no Amazonas, e entre Alagoas e Espírito Santo nós vamos dizer por que é que existe potássio. Então esta região no Nordeste e esta região da Amazônia. Essa região, reconstituição paleográfica. Isso aqui é um negócio interessante que eu peguei lá do pessoal do Ministério de Minas e Energia. Quando o Brasil, a América do Sul estava ligada à África, você houve o que eles chamam de evaporitos, uma deposição depois que se separou, uma deposição enorme dada a concentração. O potássio, quando vai se concentrando na água, ele vai para baixo, ele decanta. Então houve uma decantação de uma enorme quantidade de potássio exatamente nessa região e aí foi coberto pelos vulcões e etc., e está lá hoje no Estado de Sergipe, um bom local. Aqui está o polígono onde a Vale explora esse potássio, mas nós achamos que existe potássio além desse polígono, porque quem achou potássio aqui foi a PETROBRAS quando furou para buscar petróleo. Toda vez que a PETROBRAS fura para buscar petróleo, possivelmente ela acha potássio. Então quem tem os dados sobre potássio é a própria PETROBRAS. Muito bem. Então é uma falha geológica onde aqui possivelmente tenha potássio em toda essa região. Então nós chamamos a atenção porque é necessário explorar todo o Nordeste, essa região do Nordeste brasileiro, não só aqui dentro, mas também aqui dentro, porque a Vale não explora todo esse polígono. É preciso que a Vale abra mão de uma parte desse polígono para outras empresas explorarem; é preciso que outras empresas entrem nesse setor, porque nós acreditamos que é possível produzir aqui ao redor de 2 milhões de toneladas de potássio na região Nordeste. Muito bem.

Vamos falar da Amazônia. Aqui está localizada Nova Olinda, a jazida da Fazendinha, a jazida do Arari e aqui um [ininteligível] que produz gás, mas também tem potássio.

Bom, o que eu quero chamar a atenção aqui é o seguinte: voltando para Sergipe, no Sergipe nós temos mais ou menos 10 mil hectares e tem um poço para cada 263 hectares, ou seja, furo para mapear o local. Esse aqui é chamado Taquari Vassouras, é onde é explorado pela Vale. Este outro de Pirambu – Aguilhada não é explorado ainda e é o que nós chamamos a atenção para ser liberado. Muito bem. Lembre-se que é um furo para cada 260 hectares mapeado em Sergipe.

Vamos ver agora aqui. Aqui nós temos 15 milhões de hectares na Amazônia. Eu tenho um furo para cada 100 mil hectares. É nada. Então é preciso que a PETROBRAS venha a fazer um melhor levantamento, porque nós achamos que os depósitos da Fazendinha, quantas Fazendinha existe aqui? Centenas de Fazendinhas em toda essa área existente, que é isso aqui tudo de potássio. Então nós temos dito pela FAO com o Sr. Ministro da agricultura: "Esta bacia pode ser considerada como bacia mundial". O que quer dizer bacia mundial? É que ela tem tanto que pode produzir e exportar. Quais são as bacias mundiais? A do Canadá, da Rússia e a terceira macia e da Amazônia. OK? Muito bem.

Conclusões. A tendência de aumento de preço dos fertilizantes somente irá diminuir caso haja um aumento interno de produção, aumentando a oferta. Nós temos que mexer na oferta. Mexer na curva da oferta, naturalmente, acima da demanda que continua crescente. A descoberta e a exploração de novas jazidas de fósforo e potássio é condição inevitável e urgente. A PETROBRAS precisa liberar os dados dela sobre potássio, onde tem potássio, e ela sabe disso porque ela furou o Brasil inteiro. Somente a implantação de nova fábrica de amônia e ureia por parte da PETROBRAS, com o consequente aumento da oferta, poderá frear os possíveis aumentos futuros. Nós estamos falando daqui há quatro, cinco anos. Se ela começar hoje esse investimento, só daqui há quatro ela vai entregar o primeiro quilo de nitrogênio. Agora 800 toneladas, como nós estamos importando 2 milhões e 100 mil toneladas, é preciso que ela dobre isso no mínimo, é preciso que ela venha a produzir 1,5 milhão de toneladas. OK? Muito bem.

Eu iria apresentar um negócio aqui, mas eu vou pular.

Ações com resultado a curto prazo. Nós temos algumas novas tecnologias que possivelmente pos-

sam representar alguma saída a curto prazo, porque a oferta, aumento de oferta, só se dará no longo prazo. Muito bem. Algumas tecnologias, porque o grande problema nosso é a eficiência do uso de fertilizantes. Toda vez que eu uso fertilizante a planta só consegue absorver de 30% a 50%; o resto se perde por lixiviação, erosão, volatilização e absorção no solo. Então como aumentar a eficiência disso? Algumas saídas estão mais ou menos aparecendo. Por exemplo, aqui é perda por volatilização, perda por lixiviação, o fósforo nós perdemos mais de 50% por absorção. E aqui é interessante. Essa curva aqui é a curva da produção nos Estados Unidos. Essa curva aqui é a curva do uso de fertilizantes e essa curva é da eficiência. Cada vez para produzir menos eu preciso utilizar mais fertilizantes, diminuindo a eficiência. Portanto, eu preciso mexer na eficiência. A indústria de fertilizantes, até hoje, não criou nenhuma nova tecnologia que viesse a aumentar a eficiência disso aí. Muito bem.

Então quais são os novos processos que existem? Existe proposta de encapsulamento de baixo custo, existe um processo novo que deu entrada no Ministério da Agricultura, que eu vou simplesmente passar por cima, chamado Kim Kot(F), que o pessoal da AMA Brasil vai começar a usar, existe um processo de microorganismos solubilizadores de fósforo. Muito bem.

Eu vou apresentar alguns dados e algumas fotos para vocês, bem rápido. Não sou devendo vendedor de adubo não, viu? O que é o polímero? Ele é o que encapa a uréia, MAP e o potássio. São vários polímeros, são polímeros utilizados para diminuir exatamente a capacidade de liberação desses fertilizantes. O interessante é de alguns resultados. Notem em milho, MAP simplesmente e esse produto, de 14 quilos de N(F) para 04 e de 70 quilos de P2O5 para 20. Este aqui é testemunha um, trato 01, e vocês vejam que o trato 4, mais 20, deu produção maior que o utilizado aqui. No outro, em milho, simplesmente com ureia, 170 quilos, vindo para 68 encapsulada, a produção ficou praticamente a mesma. Então com metade da dose eu consigo aumentar a eficiência e diminuir. Esse é um dado interessante. Soja, a mesma coisa: de 112 quilos para 50 quilos, a produção [ininteligível]. Agora eu gostaria de apresentar, isso aqui 36 quilos com 70 quilos, aonde na terra do... Deixa eu voltar, vamos ver se vocês sabem aonde que é isso... Fundação Chapadão, em Chapadão do Sul, a terra do Senador Valter Pereira, está aqui. Essa aqui é a mesma, 100 quilos de potássio convencional com 40 quilos de potássio com o produto. Notem que aqui, olha a virilha aqui, olha, é a mesma altura. Isso está sendo colhido agora, eu não tenho os dados ainda de produção. Isso aqui é lá na Fundação Mato Grosso, no Mato Grosso, com o Dr. Eros, que é um técnico, um doutor em solos, está fazendo os testes: 30 quilos versus 120. Notem que está praticamente igual. Aqui é 60 quilos, empatou, e 120 quilos contra 120 quilos, aqui é o dobro de tamanho da soja. Então isso aqui, curto prazo nós temos algumas tecnologias feitas pela EMBRAPA, colocadas como bactérias e com películas que nós estamos testando e vendo o que é que vai dar. E os produtores, ansiosos, já estão buscando a utilização disso aí.

Então ações de longo prazo. Nós sabemos que o Ministério de Minas e Energia está mexendo no seu Código Mineral, mas isso é um negócio lento e demorado e mexe com uma quantidade de minérios imensos. Nós só queremos reduzir prazos para potássio e fósforo, somente isso. Hoje se você for pegar uma mina, um depósito de potássio, e for pedir o requerimento para pesquisa, você tem 4 anos mais 4: 8. Depois, para iniciar, mais 4: 12. Depois para fazer a fábrica, mais 8. São 20 anos. Não é mais possível um negócio desse. Então nós precisamos reduzir. Nós sabemos da boa vontade do Ministério de Minas e Energia, mas nós precisamos separar potássio e fósforo do restante dos minerais para que eles não venham prejudicar uma ação de rapidez nessa questão.

Nós precisamos... Início das jazidas de salitre em Anitápolis e Santa Quitéria. Eu estava dizendo ao Senador Valter Pereira que a gente perde o dourado se manter a linha solta. O dourado é um peixe do rio; quem pesca sabe disso. Tem que manter a linha forte e firme para que isso aqui possa acontecer, senão a linha solta, isso aqui vai embora e ninguém vai fazer nada. É preciso que o DNPM fique em cima para dizer o que é que estão fazendo, o que é que estão fazendo.

Planalto da Serra, Iperó e Maicuru, nós precisamos liberar esses três aqui e ver o que nós vamos fazer.

Novas jazidas na Paraíba. A CPRM precisa sair de cima disso aqui. Empresas privadas altamente interessadas nesse processo. Licitem, por favor. Para que é que a CPRM quer desde 1974 estar sentada em cima disso?

Definição governamental da nova fábrica de ureia. Onde e quanto irá produzir? Ela precisa produzir no mínimo 1,5 milhão de tonelada. Onde é ela que determina, mas é preciso ver onde é que está sendo o consumo. Muito bem.

Definição governamental da política de exploração do potássio na Amazônia. Nós precisamos dizer se essa exploração vai ser de forma pública, ou seja, vamos montar uma empresa pública para explorar, ou pública e privada, a PETROBRAS junto com empresas privadas vai fazer isso. Agora chamo a atenção do seguinte: é importante, é importante, vou repetir, que

a AMA Brasil, as empresas misturadoras, juntamente com as cooperativas brasileiras, que é CCAB, que são as cooperativas do Paraná, do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso estejam participando juntamente com essas empresas para ter acesso ao minério, porque senão vão continuar importando. O que não pode é as mesmas do oligopólio ser donas disso, porque senão não resolve. OK? Então eu chamo a atenção para a AMA Brasil no sentido de participar ativamente, mesmo não tendo dinheiro. A participação dela tem que ser feita nem que seja honestamente. OK? Muito bem.

Então definição governamental para a política de exploração do potássio na Amazônia. A PETROBRAS deve elaborar um estudo de viabilidade técnica e econômica e deve levar junto essas empresas, colocar debaixo do prazo. A CCAB no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul, são cooperativas bastante interessadas. Em novas áreas de potássio no litoral, áreas contíguas à exploração pela Vale, liberar para outras empresas. Muito bem. Então o que fazer? Obrigar as empresas a explorar as jazidas já existentes, mapear as jazidas da Amazônia e obrigar... Eu tinha colocado 2 milhões de toneladas, mas como nós somos fregueses, vamos mais barato e vamos pedir para a PETROBRAS fazer por 1,5 milhão, que ela fica [ininteligível].

Ações imediatas estão aqui. Ela apresentou projeto fosfato. Ampliar o escopo do projeto fosfato. Ele é extremamente tímido, muito tímido. Um Ministério de Minas e Energia não pode apresentar uma proposta dessa de 17 milhões de reais. É tímido. E iniciar o projeto potássio que está na gaveta. Está na gaveta e até quando vai ficar na gaveta esse projeto?

DNPM. Necessidade de uma melhor estrutura. Este é um grande órgão que passou por dificuldades extremas, que precisa receber recursos e receber apoio para que cabe por inibir a existência de latifúndios minerais improdutivos. OK? E intensificar o aumento no rigor das vistorias e fiscalizações nos planos de aproveitamento econômico, estudo em curso no DNPM, que precisa receber apoio e força.

Aumentar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Eu falo aqui da EMBRAPA, uma tecnologia que permite maior eficiência na adubação.

E aqui vemos, como todo mundo falou, logística porto AFRMM. Eu fiz um trabalho sobre o Porto de Paranaguá; eu vou até ficar perto e calar a boca para não dizer um palavrão. Muito bem.

Nós pagamos de AFRMM 300 milhões de dólares e de *demurrage* entre 140 e 220 milhões de dólares, dependendo de como se pega isso aí. Muito bem. Só de *demurrage*, espera de navio, 200 milhões de dólares. Não é mais possível isso acontecer. Isso é uma vergonha. Aumenta em mais de 30 dólares por tonelada o custo de tonelada que o produtor paga por conta dessas duas questões aqui. Muito bem.

Imposto de importação. Essa é uma questão que nós precisamos estar em cima dela. Hoje os fertilizantes estão na lista de exceção. A PETROBRAS apresentou aqui necessidade de ter ICM. É verdade, nós apoiaremos o ICM para a PETROBRAS na medida em que ela vier a produzir, mas enquanto estivermos importando 90%, como é que nós vamos colocar ICM na importação? Não faz sentido isso aí. Agora ela que bote a fábrica, que passe a produzir, nós estaremos juntos para garantir o ICM para que ela possa ter [ininteligível].

Então resultados esperados. Este é o último. Nós vamos substituir 80% da importação com fertilizante fosfatado, é possível fazer isso com a obtenção daquelas jazidas, nós vamos substituir 80% da importação de potássio e 75% da produção da importação de nitrogenado. É interessante isso aí.

Eu quero apresentar uma última figura para vocês para vocês verem como é que quando a gente tem boa vontade e tem força e energia a coisa acontece. Isso aqui é um poste de ipê que foi cortado e colocado como poste. Ele de raiva, nasceu e floresceu. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que o Ali acabou homenageando o meu Estado, que tendo o ipê amarelo, no ipê roxo e no ipê branco, em todas as cores do ipê, um dos seus grandes símbolos ambientais.

Mas eu quero aqui, antes de iniciar os debates, registrar a presença de dois parlamentares do meu Estado, do Mato Grosso do Sul, Deputado José Teixeira e Deputado Reinaldo Azambuja. São dois parlamentares extremamente ligados ao agronegócio do meu Estado, têm uma atuação muito forte nessa área e, obviamente, chegaram aqui numa boa hora para participar de uma Audiência Pública que trata de um assunto tão relevante como esse debate sobre o custo dos fertilizantes, a repercussão deles no custo de produção de todas as culturas agrícolas. Ao fazer o registro da presença de ambos, quero também dizer aqui que, se entenderem conveniente a participação, podem fazer a inscrição que terão o direito à palavra nesta Audiência Pública, como todos os demais Senadores que aqui estão presentes. Então sejam bem-vindos, meus colegas, meus companheiros José Teixeira e Reinaldo Azambuja.

Eu vou fazer a minha primeira intervenção, já que eu fui o autor do requerimento, e em seguida eu vou passar a palavra para o Senador Gerson Camata, que é o segundo inscrito. O terceiro inscrito é o Senador Gilberto, que saiu aqui temporariamente, deve voltar,

e depois nós vamos observar a inscrição que for feita doravante.

A primeira indagação que eu faço aqui, e faço essa indagação ao Ali e aos representantes da PETROBRAS, o Fernando, e do Ministério das Minas e Energia, o Marco Antônio. É o seguinte: lá pelos idos de 50, quando o Brasil estava ainda sonhando com o processo de industrialização, foi adotada uma estratégia. Na época poucas empresas, poucas indústrias que estavam investindo no setor automobilístico, no setor de máquinas pesadas, se dispunham a fazer investimentos no Brasil. O problema central que nós tínhamos, além de uma população relativamente pequena, que dava um mercado consumidor não muito atraente, era o problema de falta de matéria-prima. Nós não tínhamos uma indústria siderúrgica, uma indústria que processasse o ferro e o manganês em nosso País. Getúlio fez uma grande negociação e conseguiu recursos para implantar a Companhia Siderúrgica Nacional. E, com isso, com a matéria-prima disponível, o atrativo principal para o processo de industrialização estava resolvido. Posteriormente nós tivemos também o mesmo desate com relação ao petróleo. Um técnico americano chamado Walter Link, que esteve no Brasil nessa época, disse e assinou embaixo que não havia petróleo no Brasil, e graças à determinação do Governo do Presidente Getúlio, que acreditava mais em Monteiro Lobato no que no Walter Link, surgiu a PETROBRAS. Hoje nós sabemos da importância que teve tanto a Companhia Siderúrgica Nacional como a PETROBRAS para alavancar esse processo industrial em nosso País. Pois bem.

Nós estamos num momento em que as empresas não querem perder o foco; todas as grandes empresas trabalham com o foco muito determinado. O foco da PETROBRAS é petróleo e seus derivados, mas é petróleo, esse é o foco dessa grande empresa que é o orgulho de todos os brasileiros. Pois bem. Quando a empresa estabelece com clareza o seu foco, os investimentos que ela decide fazer gravitam em torno daquele foco e os outros passam a não ter a mesma relevância. No entanto, para a economia brasileira de maneira geral o agronegócio reveste-se de uma importância proeminente. Basta-se ter a ideia de que cerca de 34% do PIB brasileiro é formado com a riqueza produzida pelo campo. Pois bem. Será que não está na hora de se criar uma CSN ou uma PETROBRAS para a produção de fertilizantes, dada a importância que tem esse setor no custo de produção dos produtos do campo? Será que não está na hora de criar uma empresa que vai cuidar, que vai ter como seu foco principal essa atividade, ao invés de ficar na periferia de outras instituições que têm outros focos diferentes? Essa é a primeira indagação que eu faço aos representantes da PETROBRAS, ao representante do Ministério das Minas e Energia e ao Ali, representante do Ministério da Agricultura. Faço essa indagação a partir das exposições. Quando eu ouço dizer que as demandas poderão ser atendidas a partir de 2017 nessa área de fertilizantes, quando eu sinto que realmente a questão dos fertilizantes, às vezes, deixa de ser um atrativo, porque existem questões fiscais que do ponto de vista de quem opera a política de mineração, a política de exploração de petróleo, do ponto de vista delas há uma certa vantagem na importação ao invés de se buscar uma autodeterminação, uma autonomia com relação aos fertilizantes, e aqui o Ali ponderou com bastante precisão, nós estamos diante de uma questão aí de interesse estratégico, será que a questão não está no foco? Então esta é a primeira indagação que eu faço e, depois, eu passo a palavra para o próximo debatedor, que é o Senador Gerson Camata. Então com a palavra o Ali, o Fernando e o Marco Antônio.

SR. ALI ALDERSI SAAB: Senador, ao falar em fertilizantes nós temos que separar as coisas: nitrogênio, fósforo e potássio. No que diz respeito ao fósforo, eu imagino que o setor privado é capaz, se bem administrado e se bem monitorado pelo DNPM, dado os preços, de buscar soluções para o País. É possível isto através do setor privado; é a imagem que eu faço.

Sob o ponto de vista de nitrogênio, a PETROBRAS já tem duas fábricas: uma no Sergipe e outra na Bahia. Ela fazer uma terceira não muda nada dentro do esquema de fertilizante da PETROBRAS, porque tentar criar uma estatal de fertilizante leva tempo, há necessidade de burocracia, há necessidade de pessoal. Isso já está. Na verdade ela vai montar, a PETROBRAS vai montar num cavalo que já está trotando ao invés de arrumar o cavalo, arrear e sair para a estrada. Demora muito, não dá tempo. Então eu imagino que a questão de nitrogenados deve continuar dentro do âmbito da PETROBRAS. Ela já está propondo um aumento de 800 mil; ela simplesmente ir para 1 milhão e 400, 1,5 milhão, é um estalo para ela, ela sabe disso. Ela está é mordendo o freio, ela não está gostando desse freio de fertilizante e tal, mas ela vai vir, não há problema nenhum. Muito bem. Então sobre nitrogenados, eu acredito que deve ficar sob a égide da PETROBRAS, porque as outras 700 mil toneladas que são produzidas de forma privada, a tecnologia de uma delas já está terminando: 400 ou 500 mil toneladas vai parar de produzir já-já, não há dúvida nenhuma. OK? Muito bem.

Sob o ponto de vista de potássio eu acredito que tenha que haver uma união entre o setor público e o setor privado de tal forma que a PETROBRAS ficando, participando junto com as grandes empresas que

detém *know-how* e detém capital, porque é preciso ter tecnologia para produzir potássio, não é simples, e juntamente com as cooperativas e as misturadoras é possível que a gente faça isso.

Então eu acredito que ao invés de se criar uma PETRO, uma FERTIBRAS, vamos criar uma *holding*, em que coloca a PETROBRAS, coloca o setor privado, as cooperativas, muito mais rápido, mais fácil da gente iniciar rápido esse processo. É a minha visão.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Na verdade nós fizemos aí uma provocação não no sentido de colocar uma empresa estatal para a produção, mas uma empresa ou um conselho que formulasse a política, a política do Governo, a política do País com relação a isso. Por que o que nós estamos sentindo? Que hoje a PETROBRAS tem a sua visão própria de empresa, o Ministério das Minas e Energia tem a sua visão mineral sobre o problema, mas nós não temos aqui uma política, a não ser a política do próprio Ministério da Agricultura, que às vezes tem dificuldades até de informações com outros entes do Governo e não tem a capacidade de formular a política geral para o setor porque o setor está dividido. Talvez a ideia da *holding* seja uma ideia defensável. A verdade é que nós temos que buscar modelos que possam efetivamente dinamizar, priorizar e dar as condições ideais para que o setor se destrave. Vamos então ouvir a opinião do Marco Antônio.

SR. FERNANDO MARTINEZ: Bom, eu vou falar aqui em nome da PETROBRAS. Primeiro, Ali, eu queria te falar que a planta não é uma planta de 800 mil toneladas; é uma planta de 1 milhão e 100 e que é a maior planta que tem hoje em operação no mundo. A PETROBRAS buscou a maior planta que tem em operação no mundo hoje com tecnologia comprovado. Então a gente está produzindo 1 milhão e 100 e não 800 mil toneladas. E não é um bilhão o investimento; o investimento de um bilhão é só as duas unidades de amônia e ureia, mas você tem que montar toda a parte de infraestrutura e a parte de utilidades, mais a internação de tudo isso no Brasil, e o valor chega a mais de 2 bilhões de dólares, tá? Então o investimento de uma planta dessa é superior a 2 bilhões e a planta que a PETROBRAS está colocando uma planta de 1 milhão e 100 mil toneladas, é a maior que a gente tem no momento. Existem outras sendo projetadas com um pouco mais de capacidades, mas ainda não estão em operação com comprovação de eficácia operacional. Então isso eu gostaria de esclarecer.

Com relação ao foco, como foi mencionado, eu gostaria de colocar que como a PETROBRAS agora, no seu plano estratégico, colocou claramente que ela tem por missão aumentar a produção de fertilizante para atender ao mercado brasileiro, pode não ser o foco ideal, mas dentro do que é possível, dentro do estatuto atual da Companhia, eu acho que é um foco bastante bem definido para a PETROBRAS fazer os investimentos necessários e colocar uma nova planta até 2013, como está previsto no PAC.

Com relação ao potássio, o Ali bem levantou a questão de que a tecnologia, a PETROBRAS não a tem; isso é mineração, isso nós perdemos há muito tempo quando foi extinta a PETROMISA. Agora a PETROBRAS está nesse momento reavaliando todo aquele VTE e em função dessa reavaliação provavelmente vai proporcionar soluções aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. E o que é que o senhor acha da *holding* para coordenar toda essa política de fertilizantes?

SR. FERNANDO MARTINEZ: Isso tem que ver, que com relação ao resultado que vier desse VTE provavelmente vai se ter uma proposta de solução, então pode ser uma *holding*, pode ser alguma outra coisa. Tem que se esperar essa avaliação, ver como é que vai ser e devolver o aproveitamento daquela reserva.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então o Fernando falou. Agora o Marco Antônio.

SR. MARCO ANTÔNIO DE ALMEIDA: Senador, eu entendo que desde que eu comecei a trabalhar no setor de petróleo e gás natural no Brasil, me foi dito "procure atividades-fins, não fique em atividades-meios". Então eu concordo plenamente com o senhor: O foco é fundamental. Quando você está fora do foco as outras atividades ao redor chamam tanto a atenção quanto a atividade que a gente está pensando em desenvolver. Então entendo que termos uma empresa que tenha como atividade-fim específica a produção de fertilizantes é uma coisa que me parece, pessoalmente, bastante interessante. Dentro da estrutura da PETROBRAS existe uma empresa chamada PETROQUISA, que é a Petrobrás Química S.A., onde está centrada a área de fertilizantes nitrogenados, a SAFENS(F), que está dentro da área de abastecimento da PETROBRAS como um todo. Então eu acho que dentro da PETROBRAS já existe uma estrutura com o foco na área química e na área de fertilizantes.

Com relação à produção de fertilizantes a partir do gás natural, eu acho que a apresentação foi muito rápida, talvez não tenha tido o tempo de a gente ler um histórico um pouco melhor disso. As duas plantas de fertilizantes que a PETROBRAS dispõe hoje no Brasil, uma em Sergipe e a outra na Bahia, foram montadas na década de 80, no início da década de 80. A história do gás natural do Brasil mostra algumas etapas pelos

quais a indústria passou. A primeira etapa foi a etapa inicial onde você descobria gás e não tinha o que fazer com esse produto. Por quê? Porque não tinha mercado. Então os campos de gás, especificamente de gás, eram abandonados como não produtivos, não interessantes economicamente. No entanto, eu tinha os campos de petróleo que produziam gás em conjunto e eu tinha que dar fim para esse gás, se não eu queimava. Nessa época em que eu tinha uma produção de petróleo, pequena ainda, mas crescente, e que trazia junto a produção de gás, que não tinha mercado no Brasil, o que é que se fez? Se montou grandes empreendimentos âncora que nada mais eram do que uma maneira de você transformar o gás num produto facilmente comerciável. O gás, à época, você não tinha facilidade de transporte, então ou você produzia e consumia próximo ou você queimava. Nessa época foram construídas as duas plantas de fertilizantes e uma unidade de siderúrgica na Bahia que fazia a redução também a partir do gás natural. Essas três foram as grandes âncoras do consumo de gás natural, principalmente no Nordeste. Todos os demais campos de gás permaneciam fechados por falta de mercado. Um outro comentário também que eu acho que é interessante, que é pertinente, é que não se investia na produção de gás porque não tinha mercado e não se tinha mercado porque não tinha oferta constante e firme de gás natural para longo prazo. As empresas não convertiam as suas indústrias para o uso do gás natural porque não tinham a certeza que teriam esse gás por longo prazo. Então nós vivíamos um círculo vicioso: não tinha gás porque não tinha mercado e não tinha mercado porque não tinha oferta permanente de gás. A partir de 1999, com o gasoduto Bolívia/Brasil, a gente quebrou esse circulo vicioso e iniciamos um circulo virtuoso: eu passei a ter oferta permanente de gás garantida e o mercado de gás começou a crescer. Só que ele trouxe um outro fator que eu acho que também foi muito importante, que foi o fator preço. O petróleo é uma commodity mundial que você consegue colocá-la no mercado a qualquer tempo e você sabe qual é o preço que você tem, qual é a receita que você tem assegurada. No caso do gás natural a receita era mínima no Brasil, porque essas plantas de fertilizantes só conseguiam ser viáveis com um preço de gás natural que era incompatível com a produção dos campos de não-associados; dos campos de associados era possível porque você tinha que produzi-los de qualquer forma. Então a receita que se auferia com a venda, mesmo interna dentro do PETROBRAS, para fábrica de fertilizantes ou para a redução siderúrgica era incompatível com a produção de campos de gás não-associado. Quando chegou o gás da Bolívia, veio junto com uma oferta constante, firme e garantida uma variável de preço que começou a viabilizar também a produção de gás natural. Aí nós entramos num círculo virtuoso que por termos oferta de gás desenvolvíamos o mercado e o mercado, ao ser desenvolvido, demandava mais gás. E o preço do gás, à época, era compatível com a produção.

Eu entendo que a viabilidade econômica da produção é um fator preponderante, ainda que estejamos discutindo um energético ou um produto estratégico, não é energético, um produto estratégico como fertilizantes, porque na medida em que a produção de gás torna-se pouco atrativa ou pouco interessante porque ele vai atender a um segmento estratégico para o País e não é o País que banca esse custo e sim o produtor que banca esse custo, a gente passa a desestimular a pesquisa exploratória e a produção de gás. Então eu entendo que se o País entende que a produção de fertilizantes é estratégica e eu, pessoalmente, como pequeno produtor rural que sou nas minhas horas de folga também entendo, é importante que o País viabilize isso de alguma forma e que não se repasse esse ônus para o produtor. E eu não falo produtor PETROBRAS. Nós acabamos de aprovar aqui no Congresso a Lei do Gás, cuja principal finalidade é aumentar a oferta do produto no mercado, é aumentar o número de ofertantes de gás natural no mercado. Então se precisamos de fertilizantes nitrogenados e a produção de fertilizantes nitrogenados demanda algum tipo de subsídio, que se dê esse subsídio de maneira explícita, porque a partir do momento que você impõe ao produtor que ele invista com o risco de não ser a sua remuneração assegurada, nós desestimulamos a produção de gás natural; eu acho que o País perdão desestimular a produção. Perde em todos os sentidos: perde por não ter mais gás futuro, inclusive para oferta na produção de fertilizantes, e perde por não ter mais gás para os demais segmentos da indústria brasileira.

Uma coisa que eu comentei na minha apresentação e que eu acho que é importante mencionar é que a primeira fábrica de fertilizantes que entrou no PAC, um dos principais motivos que levou ela a sair do PAC foi a inexistência de oferta suficiente, não só de preço, o preço também foi um fator preponderante, mas não havia gás no País suficiente para o atendimento de todas as demandas que já estavam contratadas. Eu acho que essa Casa conhece bem o problema que nós temos com relação a gás natural, algumas térmicas que ainda não estão despachando por falta de gás natural. Então nós tínhamos um problema de preço e tínhamos também um problema de oferta. Então eu acho, pessoalmente, que é fundamental que a gente estimule a oferta de gás natural, estimule a entrada de

novos produtores e esse estímulo só pode ser feito de uma maneira: é uma remuneração adequada a esses produtores que venham a produzir gás natural no País. Eu, pessoalmente, entendo que fertilizantes, e principalmente os fertilizantes nitrogenados, são um produto importante e estratégico para o País e que precisam ser produzidos internamente, mas eu acho que não pode ser levado ao produtor de gás natural o ônus de produzir esse fertilizante no País a qualquer custo. Se ele for viável economicamente, que seja produzido e será muito bem-vindo; se ele não for viável economicamente, eu acho que é uma estratégia de País trabalhar para que isso seja viável de alguma forma. E que não se peça ao produtor, não estou falando especificamente de PETROBRAS, mas que não se peça ao produtor em geral que banque essa diferença de custos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado. O Cláudio Scliar vai fazer também uma intervenção nesse tema.

SR. CLÁUDIO SCLIAR: É, eu pedi para fazer uma intervenção bem rápida. Nós estamos aqui na Mesa com dois membros do Governo Federal: o Ministério da Agricultura aqui presente pelo Ali, representado pelo Ali, e o Ministério de Minas e Energia. Nós, enquanto Governo Federal, debatemos e discutimos muito esse assunto, essa questão dos fertilizantes. No final do ano, inclusive, tivemos uma última reunião, o Dr. Fernando participou pelo MME com outras pessoas, o Dr. Ali participou também e onde lá foi inclusive decidido que fosse apresentado esse Plano Nacional de Fertilizantes, com a responsabilidade pelo Ministério da Agricultura, e que nós vamos aprofundar e ver os encaminhamentos. Os encaminhamentos que foram tomados nessas instâncias de Governo Federal, eles foram sendo tomados, como inclusive eu citei alguns deles que não são aqueles que dependem de decisões políticas, seja dos nossos Ministérios, dos nossos Ministros, seja do nosso Presidente, obviamente com Deputados e Senadores contribuindo. As questões, seja a PETROBRAS, seja o CPRM, seja o DNPM, e eu falo aí no caso só pelo MME, são órgãos vinculados ao Ministério onde o Ministro Lobão tem uma relação extremamente íntima, próxima, de debater e discutir o que está sendo feito. PETROBRAS, CPRM ou DNPM não fazem simplesmente o que querem, é dentro de uma política de Governo, e o Ministro Lobão--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Será?

SR. CLÁUDIO SCLIAR: Sim, com certeza, porque nessa questão dos fertilizantes, em particular, porque foi criada uma instância para essa discussão. Então quando eu digo que o DNPM tirou da prateleira todos aqueles requerimentos, aquelas questões que foram levantadas, Anitápolis, Iperó, não sei o que, cada um deles, essas questões, o DNPM estava lá com os outros milhares, dezenas de milhares de processos que o DNPM teve. O DNPM separou isso. A questão, por exemplo, de Renca, no Amapá, é uma questão que são dois Decretos, um do Presidente Figueiredo, outro de 1985 do Presidente Sarney, e que está dependendo, sim, de uma política há vinte anos, vinte e cinco anos. São muitas áreas, não é só essa do fosfato. A CPRM tem mais de 300 direitos minerários e é uma discussão que está sendo feita dentro do Ministério. Agora dentro do Ministério e em termos de Governo nessa expectativa e a perspectiva nossa. O Ministro Lobão está há um ano e pouco. Ele assumiu em janeiro, há um ano e pouco. Desde que o Ministro Lobão assumiu, ele colocou a necessidade de mudança de marco regulatório. Ele, Ministro Lobão, levantou essa bandeira no dia em que ele assumiu e nos colocou a responsabilidade de fazer isso. Estamos caminhando e queremos fazer. Queremos fazer, esperamos ainda no primeiro semestre começar a fazer essa discussão. E aí envolve questões tipo essas levantadas. O que eu estou querendo levantar é o seguinte: de que nós temos que dar... E a contribuição do Senado, do Parlamento, sem dúvida, é sempre fundamental, mas não dá para nós passarmos para vocês responsabilidades que são nossas. Nós, eu, enquanto Secretário Nacional, o Ministério de Minas e Energia está cumprindo todas as suas responsabilidades enquanto Executivo e eu tenho certeza que o MAPA também. Eu comentei aqui: ontem o Ministro Lobão, conversando com o Ministro Stefanes, para a partir desse Plano Nacional, que nós tomamos conhecimento agora há quinze dias, menos de quinze dias, que é fruto de toda a discussão, de uma discussão que teve no ano passado. Aí temos que implementar as coisas e debater com vocês todos aqueles aspectos, sejam legais ou sejam outros, que é necessário a força do Senado, a força do Congresso Nacional. E podem ter certeza, podem ter certeza nisso: o Ministro Lobão está extremamente atento a isso. Essas questões dos fertilizantes, as questões levantadas do ponto de vista do potencial de potássio, do potencial de fósforo, esses aspectos geológicos nós colocamos no PAC, isso está no PAC agora. Nós estamos com quase 20 milhões no PAC para fazer esses levantamentos e esses estudos. Mas como o Dr. Ali levantou muito bem, são projetos que demandam tempo, alguns menos, e houve decisão de Governo com a presença dos vários Ministérios em relação a essas áreas que eram da PETROMISA, em Sergipe que hoje estão com a Vale do Rio Doce, e em Manaus que hoje estão com a PETROBRAS, e que a forma de como repassar isso tem até ideias como o senhor

falou, tem até ideias desse tipo, e que não seja só do potássio, seja mais amplo, eu não sei, porque aí já não vai só depender de nós, os profissionais, os técnicos mesmo a nível de Secretário. São os Ministros, é o Presidente que vai ter que pensar. Com certeza o Ministério da Agricultura, a Casa Civil, o Presidente da República, o Ministério das Minas e Energia vão ter um papel fundamental para dizer: "PETROBRAS, você caminha nesse sentido". Nós vamos ter que caminhar para isso, porque senão... Você entende?

Eu acredito que nós estamos num momento extremamente rico, extremamente rico para avançar nessa perspectiva. Por exemplo, a questão lá do Mato Grosso, eu dei um informe aqui. Isso foi dado, o alvará de pesquisa para o presidente da cooperativa. Talvez nem todos tenham escutado, mas eu falei isso, eu falei de cada um, mas talvez nem todo mundo tenha visto o avanço que teve no final do ano passado para agora.

Mas nós temos responsabilidades do ponto de vista de Executivo federal que, podem ter certeza, pelo menos do ponto de vista de Ministério de Minas e Energia, o Senador Edison Lobão, hoje Ministro, está extremamente preocupado em como encaminhar isto, e nesta questão de fertilizantes junto com o Ministro Stefanes e com a Ministra Dilma, que é quem o Lula colocou como responsáveis para resolver isso e têm que resolver por esse quadro todo mostrado, que é um quadro muito difícil, muito difícil. É só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Vamos assegurar agora a palavra para o Senador Gerson Camata, para que ele faça a sua intervenção.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu vou ser bem breve por causa do adiantado da hora, mas eu queria dizer o seguinte: primeiro, o que é que nós vimos aqui?

Mas antes eu quero fazer uma intervençãozinha muito ligeira em cima das frases que V. Exa. colocou aí do Chateaubriand. Esse Chateaubriand, eu o vi quando menino e li o livro do Fernando Morais. Quem lê o livro vê que ele foi um homem na época mais poderoso que foi o Sr. Roberto Marinho recentemente. Ele tinha 72 emissoras de rádio, 48 jornais e 29 emissoras de televisão no Brasil. E ele colocava esse aparato jornalístico dele sempre a serviço muito do Brasil em campanhas que a imprensa brasileira, ao longo do tempo, esqueceu. Por exemplo, a Campanha Asas para o Brasil; ele fundou uma série, um monte de aeroclubes, inclusive lá no Espírito Santo dois, para formar pilotos porque o Brasil era grande, tinha poucas estradas, poucas ferrovias e dependia muito da aviação. O Brasil hoje tem a EMBRAER, a terceira maior fábrica de aviões do mundo, e tem uma extensão de linhas, de rotas áreas impressionantes, poucos países são iguais. O MASP, o Museu de São Paulo, talvez o segundo ou o terceiro maior do mundo, o maior certamente do Hemisfério Sul. A campanha dele pela indústria farmacêutica brasileira. Ele chegou a comprar um laboratório para incentivar, comprou um laboratório, eu acho que era francês, montou esse laboratório no Brasil para produzir remédios no Brasil. Depois a Campanha Nacional de Vacinação. O Brasil, na vacinação, era um município que fazia lá e tal, e ele começou com as Campanhas Nacionais de Paralisia Infantil, tinha uma doença que chamava crupe, eu acho que mudou o nome, atacava na garganta, hoje ainda existe essa doença, mas várias campanhas. Depois siderurgia, ele começou aquela campanha de que o Brasil tem que ter uma siderúrgica, tem que ter uma siderúrgica, os jornais dele repetindo, até que saiu. Depois Cafés Finos. O Brasil produzia o pior café do mundo. Hoje produz cafés de primeira qualidade, então ele começou Campanhas do Café Fino, melhorar a qualidade do café brasileiro. Fertilizantes, V. Exa. deu as frases dele aí. Depois a década da educação, que resultou na Emenda Calmon, que foi o sucessor do Chateaubriand nos Diários Associados. Então veja que ele errou numa, ele foi contra a PETROBRAS, ele deu um furo danado, mas no resto ele foi acertando as coisas. Então veja que naquela época era uma imprensa que construía, que brigava por causas em favor do Brasil. Quem leu o livro do Fernando Morais vê muito isso.

Feito isso, eu acho que o que é que nós vimos aqui agora? É pegar o que se falou aqui, e eu vou dizer aqui uma coisa, fazer uma "Medida Provisiorona" grande e pedir para o Lula assinar, pronto, está resolvido o problema. Nós estamos deitados eternamente em berço esplêndido em cima das jazidas com tudo para fazer e não estamos fazendo. Nós somos competentes, eu acho que o Ali disse ali ou foi o Scliar, que o Brasil resolveu fazer indústria siderúrgica e fez. O Brasil tinha a maior inflação do mundo, 80% ao mês, resolveu acabar com ela, acabou em seis meses. Competência temos, mas nós precisamos ter vontade de fazer.

Aí eu quero dizer mais um pontozinho: portos. Graças a Deus esse ano a *demurrage* vai cair um pouco porque eu estou vendo lá em Vitória que o porto está vazio, infelizmente. Tinha sempre 40 navios esperando; agora nenhum esperando, não se vê mais esses navios. Mas essa crise é para esse ano aqui, o ano que vem já começa. E aquele Decreto que levaram para o Presidente da República assinar, nós estávamos com cinco portos em construção no Brasil de empresas privadas que queriam, todo mundo largou, não quer. Eu nunca vi levar para o Presidente algum Decreto contra o Brasil para proteger os donos do Porto de Santos.

Então eu disse lá no dia da discussão, fui procurar a Ministra Dilma, fui procurar o Presidente Lula, na viagem eu disse a ele: "Presidente, tem que ser um Decreto não para o Chico, para o João, é um Decreto para o Brasil. Estão levando para o senhor um camelô com rabo de elefante e tromba de besouro". Assinou. Não tem nenhum porto mais, até o de Santos já estava quase pronto, privado também, o primeiro, parou, porque ninguém é louco de, nas condições impostas por daquele Decreto, fazer um porto no Brasil.

Outro ponto, eu disse no dia ao Presidente: o BNDES não quer financiar porto com esse Decreto. Parou, não financia. O Banco Mundial, que estava jogando aqui 4 bilhões de dólares em portos, recuou na hora, porque ele sabe que se ele emprestar o dinheiro, quem fizer um porto naquelas coisas não tem condições de devolver o capital que pegou emprestado, quer dizer, o BNDES, o Banco de Desenvolvimento do Brasil não empresta dinheiro para empresa privada fazer portos porque um Decreto do Governo proíbe praticamente a existência de portos privados no Brasil. A Senadora Kátia Abreu lutou com a gente muito aqui, não tivemos êxito.

Mas aí eu queria mais uma vez colocar que nós estamos discutindo aqui, mas nós temos que nesse ponto cumprimentar o Presidente Lula, pois há um ano e meio atrás ele abriu essa discussão do fertilizante, há um ano e meio atrás. Nós estamos discutindo agora porque deu essa crise, mas há um ano e meio, tanto é que estava aí o Scliar, está aí o Ali, a PETROBRAS, estão discutindo isso há um ano. Então ele alertou para isso. Eu acho que agora, já que essas medidas apareceram, é a hora de se pegar e mudar o Código de Mineração, como disse o senhor, pois não pode a gente permitir... E não critico essas empresas de oligopólios, essas monopolistas; elas estão certas, nós é que somos bobos. Parabéns para eles, que estão em cima da nossa burrice, da nossa inércia se aproveitando disso. Eu duvido que eles façam dessa maneira num outro País aí mais organizado, que tenha uma melhor condição, uma melhor estrutura legal para se autoadministrar.

Dizer também, por exemplo, que nessa área, cumprimentar que eu vi o Plano de Safra agora, o Plano de Agricultura de cinco anos. Precisa. Porque o Brasil está perdendo, eu falei com a Kátia aqui outro dia, nós estamos perdendo um pouco, estamos com a visão só da soja. A soja, eu ouvi a Kátia dizendo: "Vamos produzir 6% a menos". Então eu, no ano que vem, eu plantei soja, caiu o preço, eu planto 6% a menos. Mas café, cacau e alguns outros produtos nesse estilo, o indivíduo planta um pé de café, são 40 anos, só que aquele pé de café, ele não pode falar: "Café, diminui aí esse ano que eu não tenho mercado". Ele está produzindo, ele fica escravo daquele pé de café 40 anos. Cacau, são 80 anos um pé de cacau. Então tem que ter planos de agricultura um pouco diferenciados. Cultura anual é uma coisa; cultura que não é anual tem que ter uma outra maneira de ser enxergada e vista por parte do Governo. Não está incluso aqui, mas é interessante se observar isso.

A outra coisa, eu acho que a PETROBRAS, não só nesse negócio do gás, e aliás tem um compromisso, Sr. Presidente, quando o Espírito Santo entregou a empresa de gás dele à PETROBRAS, o Governador Paulo Hartung, a PETROBRAS praticamente assentiu(F) em lafta(F) o gás, fazer lá a fábrica de fertilizante para fornecer matéria-prima para a composição. E agora estava na hora, além da *demurrage*, de retirar, por dois anos vamos retirar aqui o adicional de frete marítimo, por dois anos vamos cobrir a *demurrage*, o Governo vai cobrir a *demurrage*, é culpa deles que os portos não estão funcionando efetivamente. Por dois anos ou até o petróleo voltar a 160 vamos tirar 30% do óleo diesel, que é fundamental lá na agricultura. Já resolvia rapidamente, enquanto as outras medidas vão ser colocadas.

Cumprimento, Sr. Presidente, V. Exa. e todos os expositores. É pegar o que está aqui, fazer uma "Medida Provisiorona" grande, levar lá e falar: "Presidente, pronto". Eu acho que nós começamos a resolver. Quem tem olho fundo, se diz na roça, começa a chorar cedo, e nós não estamos nem chorando ainda; está na hora de começar a chorar. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de fazer uma intervenção ao Marco Antônio basicamente. É com relação a uma fala do Presidente da República. O Presidente Lula esteve em Corumbá e anunciou a implantação do polo gás-químico naquela cidade. E a proposta dele, além de ser uma aspiração do Estado, é, na verdade, uma forma até racional de aproveitar o gás importado da Bolívia. Hoje nós sabemos que caiu o consumo e a PETROBRAS teve que reduzir o volume de exportações. Com a implantação do polo gás-químico, uma separadora de gás lá na fronteira permitiria a utilização de alguns subprodutos como a ureia, como butano, propano, amônia, o etano do qual pode se produzir o plástico, enfim, tem uma série de subprodutos, o GLP. A PETROBRAS comprou uma usina lá, se eu não me engano, de Guarapuava, que produz, se não me engano, 180 mil m³ de gás, e lá no Mato Grosso do Sul poderia ser processado o dobro disso se tivesse essa usina separadora lá para tirar o GLP, por exemplo.

A minha indagação é a seguinte: da fala do Presidente da República até hoje o que é que andou nesse

processo? O que o Senador Gerson Camata estava abordando é importante, nós discutimos tudo aqui, mas temos que ter uma solução, um encaminhamento dessas propostas todas. Então da fala do Presidente para hoje o que é que andou nessa questão do polo gás-químico de Corumbá?

SR. MARCO ANTÔNIO DE ALMEIDA: Sr. Senador, talvez a PETROBRAS possa até complementar a minha argumentação. Essa discussão do polo gás-químico da fronteira com a Bolívia é uma discussão bastante antiga. Em 2000 ou 2001 eu, então Secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia, estive diversas vezes dentro da YPFB, que é a estatal boliviana de petróleo e gás, para discutir procedimentos para implementação desse polo gás-químico na fronteira.

Um ponto que é importante de se mencionar é que a viabilização de um polo gás-químico na fronteira com o gás boliviano... Só fazendo uma outra contextualização, o polo gás-químico não usa gás natural, ele usa etano. Etano é um insumo para o gás-químico, etano e eventualmente propano. O gás que vem da Bolívia para o Brasil, pela quantidade de etano que ele contém e pela quantidade de propano que ele contém, que é muito pequena, ele demandaria um volume adicional transitando da Bolívia para o Brasil da ordem de 40 milhões de m³, além dos 30 que já vem. Esse plano existia porque pensava-se, com propriedade, que o Brasil iria importar volumes muito mais expressivos da Bolívia de gás natural. Na época tínhamos ainda alguma dificuldade de colocar esse gás no mercado, dificuldade essa que deixou de existir nos anos subsequentes, mas ainda precisamos de um volume muito grande de gás vindo da Bolívia para o Brasil que se torne econômica a retirada do etano do gás que vem para o Brasil em quantidade suficiente para viabilizar um polo gás-químico como o que se discutia no passado.

Nós conseguimos desenvolver um polo gás-químico no Brasil, que começou com a Rio Polímeros, porque o gás que é utilizado para a retirada de etano e atendimento da Rio Polímeros é um gás associado ao petróleo, é um gás que tem um nível de etano e um nível de propano muito superior ao gás que vem da Bolívia, que é um gás não-associado, é um campo de gás exclusivo de gás. Quando o gás é produzido em conjunto com o petróleo, o nível de etano, propano ou butano é muito mais alto do que o gás não-associado.

Então dentro desse cenário, Senador, nos parece pouco provável que a gente venha a importar volumes tão significativos da Bolívia que venha a viabilizar esse polo. A BRASKEM, que é quem capitaneou esse estudo, começou a avaliar alternativas a essa importação tão elevada de gás natural, que seria a importação de parte dos líquidos de uma refinaria Argentina no norte da Bolívia. No entanto, esse estudo também não se mostrou viável, não se mostrou viável economicamente, de forma que hoje a construção de um polo gás-químico na fronteira do Brasil com a Bolívia, salvo uma mudança substantiva do cenário que a gente vive hoje, não parece ser uma realidade muito clara, muito presente. Com relação à demanda que caiu no Brasil, isso, pelo contrário, piora a viabilidade do polo, porque o polo precisa que mais volumes venham para o Brasil e, ainda assim, essa demanda caiu de maneira temporária; são térmicas que deixaram de despachar. Hoje o mercado térmico está demandando alguma coisa perto de 10 milhões de m³ por dia a menos do que demandava no final do ano passado, além de uma demanda um pouco menor também do mercado industrial, que a gente espera que num curto espaço de tempo volte aos níveis que a gente observava no final do ano passado. Então essa queda temporária não pode ser utilizada num polo porque vai retornar, e mesmo que não retornasse ela é prejudicial à viabilização de um polo que precisaria, ao contrário, de um volume muito maior vindo para o Brasil. O cenário que eu visualizo hoje, Senador, é que se não houver uma reversão nessa situação que a gente vive hoje, não é muito provável que esse apólice viabilizo se.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Dr. Fernando.

SR. FERNANDO MARTINEZ: A posição é exatamente essa, com o agravante de que ao você retirar o etano do gás que vem da Bolívia, na realidade você disponibiliza menos energia para os consumidores de gás e aí você tem que ampliar o gasoduto para transportar mais gás ainda, que é o que demanda mais investimentos. Então além do volume significativo de gás que tem que vir da Bolívia, você teria que fazer investimentos no gasoduto. Além disso, a gente sabe que a PETROBRAS está fazendo todo um esforço para disponibilizar mais gás através do PLANGAS. Então de novo essa vinda de muito mais gás da Bolívia não parece muito provável. Apesar de que eu não sou dessa área, eu sou da área de fertilizantes, mas eu já fui de muito tempo da área de gás natural, então a gente pode dar aí alguma contribuição.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado. Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria, pelo menos, cumprimentar aos palestrantes, visto não ter podido permanecer o tempo todo aqui, que é aquela investigação de Limeira, está aí o pessoal da ferroviária, fizemos algumas reuniões, se não o senhor puxa a minha orelha de vez em quando aqui, então eu precisei acompanhar de perto a evolução para depois,

na outra reunião, poder expor o que está acontecendo em Limeira com o Horto Florestal.

Os insumos agrícolas, isso é uma discussão grande que se propõe a fazer em razão da influência que ele tem na planilha de custo dos produtos agrícolas principalmente. Eu tenho visto aqui a Kátia Abreu, o Senador Gilberto e outros que têm reclamado muito do insumo. E algumas coisas, eu estou aqui para aprender, porque eu não sou da área da agricultura, eu sou da área de polícia. Quando tem crime dentro do processo de produção agrícola ou fraude a gente pode entender, mas essa outra que aqui foi discutida com o resumo do Senador Camata, que também é envolvido.

Alguma coisa aqui de gás, eu não sei como é a possibilidade de exploração de gás na Bacia de Santos, tem sido anunciado há muito tempo que é uma reserva que me parece muito grande lá da bacia, além do petróleo. Parece-me que alguém falou aqui sobre a retirada da nova fábrica de fertilizantes do PAC. Foi o senhor que falou?

SR. MARCO ANTÔNIO DE ALMEIDA: Retirou, mas já voltou.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Já voltou? Então eu peço desculpas, porque eu achei estranho a retirada de uma área tão importante como essa da produção de fertilizantes.

Eu pediria talvez ao Dr. George, se pudesse, eu falei com o Senador Gilberto Goellner, que ele está preocupado com o preço do MERCOSUL, do fertilizante, que a Argentina tem me parece que 27% a menor o preço do que no Brasil. E tem, é claro, imposto de importação que é zero hoje, se eu não me engano. Então se poderia me fornecer alguns dados para a próxima reunião do MERCOSUL, por eu ser parlamentar do MERCOSUL, levar a discussão, dentro do âmbito do MERCOSUL, esse projeto que termina em 2010, segundo a planilha que o senhor expôs aqui. Então é muito importante talvez a gente ter um conhecimento mais profundo de como recuperar essa participação ativa do MERCOSUL no fornecimento de insumos agrícolas. Então eu pediria se V. Exa. pudesse nos mandar, pelo menos para mim, para eu poder, o Gilberto vai me dar alguns dados, eu já estou pesquisando, pedi aqui depois que o senhor citou, e nisso há um setor próprio do Senado que faz a colaboração conosco. Também falou sobre ICMS, que é mantido na íntegra, não há nada que está reduzindo, nenhuma proposta de redução do ICMS na... Houve?

SR. GEORGE WAGNER BONIFÁCIO E SOUSA: Tem diferimento de Estado para Estado?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Diferença? Porque normalmente o ICMS é discutido entre os Secretários de Fazenda e não tem alteração, o que é decidido tem que ser unânime, pelo menos até agora, eu não sabia que poderia haver diferença de um Estado para o outro.

E, também, o Porto de Santos, eu hoje fiz um ofício à liderança do partido, porque estão retirando Emendas do Porto de Santos para designar para outras atividades. Então o Porto de Santos, como ele disse que ficou paralisado, porque o porto privado é uma coisa importante, não é o paulista que está contrário a isto. É que o Porto de Santos tem uma importância vital na vida das importações e exportações por ser o mais antigo, o que também vem se modernizando, inclusive com estações privadas dentro do porto. Há várias instalações privadas em que foram leiloados alguns setores. Então não há eu acho que uma disputa contra portos privados que não tenha que se modificar. Talvez seja esta uma próxima discussão de portos privados, que eu acho que os portos brasileiros estão aquém das necessidades. Claro que hoje diminuiu a presença de navios dentro dos portos brasileiros e há uma concorrência entre o Espírito Santo, São Paulo, alguns projetos. No tempo do Mário Covas foi feito um projeto de que quando se importasse pelo Porto do Espírito Santo, entrando para São Paulo teria que pagar a diferença do ICMS. O Mário Covas não cancelou este projeto, mas suspendeu a cobrança em razão de ter paralisado toda e qualquer votação em Plenário do Senado por esse projeto. Então é uma coisa que vem sendo discutida há alguns anos e que talvez pudesse se trazer uma discussão mais acentuada para definir realmente. O ex-Governador de São Paulo fez uma experiência boa com o Porto de Santos, que era praticamente só para petróleo, visto ter a refinaria, e hoje tem exportação de veículos por lá, já bem estabilizado, com uma tecnologia bem moderna, em que os carros são exportados e embarcados com bastante velocidade. Isso é um ponto a ser resolvido, que é o transporte naval, que hoje o Governo tem o interesse em melhorar, visto o investimento na TRANSPETRO, em outros, e também o reaparelhamento da indústria naval, que tinha paralisado, era uma das melhores do mundo, ficou a zero, e hoje parece-me que começa a renascer. Então é um problema que tem que ser discutido, mas o objetivo aqui era discutir o insumo agrícola, a produção.

Nós temos o polo petroquímico da Bahia que me parece que também produz insumos agrícolas e ele cresceu rapidamente, o polo petroquímico. São Paulo tem Cubatão, tem outras áreas que estão se desenvolvendo muito. Eu não sei, também não sei se a importação seria uma facilidade por causa de preço ou se a gente teria que investir o máximo possível para o Brasil produzir as suas necessidades nos insumos

agrícolas e outros produtos que os polos petroquímicos têm desenvolvido através da indústria que hoje cresce rapidamente, não só em Cubatão, como na Bahia e eu acho que outros polos petroquímicos que já estão se desenvolvendo no Brasil.

Mas eu queria cumprimentar a todos e gostaria de receber as notas taquigráficas para a gente se inteirar claramente do que vem acontecendo. Obrigado e cumprimento a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. receberá. Com a palavra--

SR. GEORGE WAGNER BONIFÁCIO E SOUSA: Permita?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra.

SR. GEORGE WAGNER BONIFÁCIO E SOUSA: Senador Tuma, com prazer faremos encaminhar às suas mãos algumas informações relacionadas ao MERCOSUL. Me parece, em primeira mão, que o problema mais sério surge com relação ao problema de defensivos, que existeM produtos permitidos e proibidos no Brasil. Esses produtos, em especial, chegam de uma forma mais barata. Mas no caso de fertilizantes nós sabemos que é uma região extremamente rica, está certo, também dependente de fertilizantes como todo o mundo, e não é do nosso conhecimento que exista, está certo, diferenças substanciais de preços. O Ali e outros poderiam melhor informar.

Com relação aos impostos que o senhor colocou, ICMS e imposto de importação, eu gostaria de sugerir à Mesa, está certo, que ao infocar esse aspecto dos produtos sobre fertilizantes, foi uma pena que na apresentação do meu trabalho exatamente essa folha pulou, eu não sei porque razão, mas existe a nossa observação com relação à alíquota de importação--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu acho que ela fez referência.

SR. GEORGE WAGNER BONIFÁCIO E SOUSA: Ela fez referência, o Ali também fez, está certo? Então eu acho que são três impostos e taxas que devam ser tratados simultaneamente visando a melhor logística e o melhor desempenho do agronegócio brasileiro. Eles são, está certo, a alíquota de importação, que dentro do que se prevê o acordo do MERCOSUL, em 2010 se termina e passaria a incidir uma taxa de 6% nas importações, caso esse acordo não seja refeito, e a nossa sugestão é de que os fertilizantes sejam tratados definitivamente como isentos dessa alíquota de importação.

Outro ponto importante foi observado tanto pela representante da CNA como do Ministério da Agricultura foi com relação ao adicional de frete da marinha mercante, inclusive com valores. Nós entendemos que isso onera sobremaneira o agricultor em valores expressivos e abre um colchão de proteção à produção nacional, apesar de criticar a inexistência do ICMS, porque tudo aquilo que se agrega a termos de custos e taxas na importação de fertilizantes é base na fixação do preço da matéria-prima nacional e repassado ou tentado repassar ao agricultor de alguma forma. Com relação ao ICMS, nós somos totalmente favoráveis no sentido de que se desenvolva melhores estudos visando equalizar o ICMS nas operações com produtos nacionais e com matérias-primas importadas. Entretanto, é possível se adotar modelos ou se trabalhar no sentido de que isso onere da melhor possível ao agricultor, e uma das possibilidades que existe é eventualmente isentar a tributação do ICMS em toda a circulação de fertilizantes pelo Brasil. Isso viria, além da redução do custo, fazer todo um melhoramento logístico e evitar as distorções que existem aí, eu não estou dizendo casos de polícia, mas distorções em termos de movimentação de produtos--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor sabe que hoje, hoje pela manhã, eu não sei se viram os jornais matinais de televisão, sobre a pirataria, que está onerando o seguro do transporte naval e as grandes dificuldades de poder aportar nos portos brasileiros. É uma questão de polícia, porque a Polícia Federal estava lá e eu já fiz patrulhamento disso. Eu pensei que era só na Somália, mas me parece que está aumentando aqui pelo que eu vi hoje no noticiário.

SR. GEORGE WAGNER BONIFÁCIO E SOUSA: É, mas existe, Senador, desvios de carga, hoje já com dificuldade na movimentação de produtos do Nordeste para cá.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eles abrem o container, roubam os produtos e tomam conta da tripulação, se bem que os navios hoje estão aportando para esperar vaga numa distância enorme, o que dificulta a velocidade dos piratas em poder chegar ao navio. A Polícia Federal tem uma base hoje em cada porto. São barcos blindados, eu patrulhei, na CPI do Roubo de Cargas eu usei no Rio de Janeiro numa visita de patrulhamento, mas eu estou vendo que precisa ser mais ostensiva e mais forte a segurança dos portos e da possibilidade de pirataria nessas áreas.

SR. GEORGE WAGNER BONIFÁCIO E SOUSA: Os problemas que existem, Sr. Senador, com relação ao ICM, são dois pontos básicos: um deles é a equiparação entre a matéria-prima importada e o produto nacional. No produto nacional incide ICMS na transferência entre Estados. Dentro do Estado normalmente esse produto é diferido. O maior problema que surge são as políticas que driblam os acordos de CONFAZ com relação aos incentivos, incentivos esses eventu-

almente mal utilizados, que acabam prejudicando o funcionamento da contente do mercado e da competitividade necessária. Então a AMA entende que imposto de importação, marinha mercante e ICMS são taxas e tributos, está certo, que devam ser tratados conjuntamente no sentido de não penalizar a iniciativa de novos investimentos no Brasil, mas, entretanto, eles não podem ser guarda-chuva onerando a agricultura em prol do resultado de poucos participantes no mercado. Esse é o ponto básico que está na nossa apresentação, Sr. Presidente, e caso se faça necessário nós colocamos à disposição tanto o material como maiores informações.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu agradeceria se [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Eu aceito a sua oferta e realmente nós precisamos depois [ininteligível].

Antes de encerrar essa Sessão, eu gostaria de submeter à apreciação, à votação do Plenário, o requerimento subscrito pela Senadora Serys Slhessarenko e que tem também o meu apoiamento, para incluir três nomes: Dr. Adalberto Veríssimo, Pesquisador Sênior do IMAZON; Sr. Márcio Santilli, do Instituto Socioambiental (ISA); e do Ministro Antônio Herman Benjamim, do Superior Tribunal de Justiça, para incluir esses três nomes na lista do requerimento que objetiva analisar e discutir a definição de Áreas de Proteção Permanente (APPs). Então não havendo--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador, só para discutir. Não é para discutir, apenas que na Comissão de Educação foram apresentados esses três nomes pelo Senador Paulo Paim com uma sugestão: escolher um só, porque cada Comissão, em tese do acordo, teria que acrescentar um, porque senão não haverá tempo das exposições em razão da homenagem que vai ter no mesmo dia às catorze horas. Então escolheria um nome, mas o que V. Exa. decidir está decidido.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Está em votação e aqui nós vamos cotejar, porque têm nomes que estão numa Comissão e estão na outra também. Então aí a gente faz no final.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O que ficou claro ali na Comissão de Educação é que se não for aprovado em todas as Comissões que estão no requerimento inicial, não poderão participar aqueles que uma Comissão deixar de aprovar.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Positivo. Então em votação. Não havendo contestação, está aprovado.

Eu quero aqui agradecer a participação do Cláudio Scliar, do Marco Antônio, do Ali, do Fernando, do George e da Rosemeire, que trouxeram subsídios importantes para ajudar aqui a Comissão a oferecer alternativas ao Governo no sentido de reduzir a dependência do Brasil com relação a esses insumos básicos da agricultura, os fertilizantes, e contribuir para abaixar o custo de produção da agricultura brasileira. Então eu acho que foi uma Sessão importante, nós reunimos muita informação que vai subsidiar essa Comissão. Nós só temos que agradecer aqui a forma cordial e franca com que os assuntos foram trazidos.

Está encerrada esta reunião. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 13h24.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 05ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01º DE ABRIL DE 2009.

Às nove horas e vinte e sete minutos do dia primeiro de abril de dois mil e nove, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Roberto Cavalcanti, Valdir Raupp, Antonio Carlos Júnior, Cícero Lucena, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi, Delcídio Amaral, Flávio Arns, Gilvam Borges, Gilberto Goellner, Eduardo Azeredo, Arthur Virgílio e Cristovam Buarque, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Renato Casagrande, Magno Malta, Wellington Salgado de Oliveira, Lobão Filho, Gerson Camata, Demóstenes Torres, José Agripino, Efraim Morais e Patrícia Saboya. Justifica a ausência o Senador Marcelo Crivella. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº. 243, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Adelmir Santana, que "Altera o art. 3º da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, para exigir que as sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sob a forma de sociedade anônima, publiquem suas demonstrações financeiras, seja na rede mundial de computadores, seja em jornal de grande circulação". O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o parecer é favorável. O projeto é retirado de pauta, atendendo solicitação do relator para reexame da matéria. **Item 02: Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2007,** de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Angela Gua-

dagnin, que "Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos", que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº. 146, de 2007,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Magno Malta, que "Dispõe sobre a digitalização e arquivamento de documentos em mídia ótica ou eletrônica, e dá outras providências". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o parecer é pela rejeição, e favorável ao PLS 146/07, que tramita em conjunto, com as emendas oferecidas. O projeto é retirado de pauta, atendendo solicitação do relator para reexame da matéria. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº. 303, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Cabedelo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cabedelo, Estado da Paraíba." O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº. 353, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos 72 Discípulos de Cuité – PB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cuité, Estado da Paraíba." O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº. 347, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Maíra Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Feijó, Estado do Acre." O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 344, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Guaraema FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Guaraniaçu, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 348, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Comunicação Frizzo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Salgado Filho, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 375, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Norte Pioneira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jacarezinho, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 387, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Coronel para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 421, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à CPR Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Massaranduba, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Genoa FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Siqueira Campos, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 20, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Vale do Laranjinha de Ribeirão do Pinhal para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão do Pinhal, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº. 27, de 2009,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Três de Maio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Imbituva, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº. 376, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Guaramano Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Guarani das Missões, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº. 400, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Aurora Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade

de Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº. 402, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Jardim América de Desenvolvimento e Assistência Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capão do Leão, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº. 403, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária "União e Paz" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viamão, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº. 404, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Três Rios para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cacequi, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº. 407, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Diplomata Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Marcos, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº. 408, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores do Conjunto Residencial Rubem Berta para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº. 410, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Conselho Comunitário Todas as Artes – COARTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº. 413, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Empresa Bageense de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº. 414, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Relvado para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Relvado, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº. 416, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Estação Plaza Rádio FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ajuricaba, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº. 211, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária Vale do Prata para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Landri Sales, Estado do Piauí." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº. 366, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Acajutiba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Acajutiba, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº. 411, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nossa Senhora da Conceição para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaratinga, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº. 309, de 2008** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Movimento Comunitário Rádio Garota FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº. 380, de 2008** de caráter terminativo, de auto-

ria do Poder Executivo, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Excelsior para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº. 386, de 2008** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Princesa de Rádio Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juruena, Estado de Mato Grosso." O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº. 9, de 2009,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Primavera do Leste para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Primavera do Leste, Estado do Mato Grosso." O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº. 482, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Tribuna de Petrópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Cavalcanti e o parecer é favorável. É concedida vista ao Senador Arthur Virgílio, pelo prazo regimental 05 (cinco) dias. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº. 370, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Módulo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buri, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo nº. 302, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Janduís – RN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Janduís, Estado do Rio Grande do Norte." O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo nº. 313, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Santanense – ACS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana de Seridó, Estado do Rio Grande do Norte." O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo nº. 369, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Satélite FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte." O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Nesse momento, os Senhores Senadores Flávio Arns e Flexa Ribeiro requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta de requerimentos, com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 01: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº. 03, de 2009-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Flávio Arns e Cristovam Buarque, que requer "..., nos termos regimentais e constitucionais, que seja aditado ao Requerimento de nº 03/2009 – CCT de autoria do Senador Flexa Ribeiro, aprovado nesta Comissão no dia 25/03/2009, o nome do Drº. José Geraldo de Sousa Junior, Reitor da UnB." O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 02: Requerimento de Voto de Pesar nº. 04, de 2009-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer "..., nos termos regimentais, voto de pesar ao ex-Senador Luiz Otávio e a sua família pelo falecimento de sua mãe, senhora Lucimar Ferreira de Oliveira". O requerimento é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores, as seguintes matérias da pauta: **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº. 21, de 2009 e Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº. 37, de 2009.** Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às dez horas e quarenta minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira**, **Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal.

Senador **Flexa Ribeiro,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 01 DE ABRIL DE 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura que se realiza nesta data, 1º de abril de 2009.

Submeto à apreciação do plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores que concordam com os seus termos, permaneçam como se encontram. Aprovado. A ata será publicada no diário do Senado Federal.

Antes de entrarmos nos itens da pauta de hoje, gostaria de relatar aos membros da Comissão, o expediente da semana, com destaque para a solicitação, um requerimento de solicitação do Senador Marcelo Crivella que pede para que seja justificada através de licença a sua ausência da reunião de hoje. Está em tratamento médico conforme laudo médico, no período compreendido entre os dias 30 de março e 03 de abril de 2009. Também requerimento que chegou à mesa do Senador Renato Casagrande que tendo em vista a viagem ao seu Estado, no dia e hora da reunião da CCT, pede que para tratar de assunto junto ao Governador, ele solicita que o item da pauta, que é o item 15 que ele é o relator, seja retirado e transferido para ser votado na próxima reunião. Todos de acordo? Aprovado.

Também comunicação de S. Exa., o Senador Marco Maciel, não podendo estar presente na reunião de hoje da CCT, solicita a retirada de pauta do item 5, que ele é relator, para que possa fazê-lo na próxima reunião. Submeto aos Senadores a solicitação do Senador Marco Maciel. Aprovado. Então os itens 5 e 15 serão retirados da pauta da reunião de hoje da Comissão.

Com relação ao grupo de trabalho composto, coordenado pelo Senador Gerson Camata, com a participação do Senador Cícero Lucena e do Senador Sérgio Zambiasi, recebemos ofícios, o primeiro da consultoria do Senado Federal, designando o consultor legislativo Luiz Fernando Falchi(F), matrícula 55624 para assessorar o grupo de trabalho em consideração que foi solicitado. Também na mesma linha ofício do Sr. José Vicente dos Santos, assessor parlamentar do Ministro Hélio Costa do Ministério das Comunicações. Reporto o meu expediente acima referenciado pelo qual V. Exa. solicitou a designação de um técnico desse Ministério, para prestar assessoramento ao grupo de trabalho para analisar os altos custos dos serviços de telefonia fixa e móvel e a dificuldade de acesso aos serviços de banda larga. Incumbimos o Sr. Ministro de transmitir a V. Exa. e anexo cópia do memorando nº 61/2009/STE de 25 de março de 2009, pelo qual o chefe de gabinete da Secretaria de Telecomunicações indica o Sr. Átila Augusto Souto para assessoramento ao referido grupo de trabalho desta Comissão.

E o último também fazendo indicação para assessoramento ao grupo de trabalho da Anatel que indica como representantes da Agência para assessorarem o grupo de trabalho os Srs. Gilberto Alves, titular superintendente de serviços públicos de telefonia fixa, Jarbas José Cavalcante, como titular superintendente de serviço privado, telefonia móvel, e dois suplentes José Gonçalves Neto e Nelson Mitsuo Takayanagi. Então, desta forma o grupo de trabalho está completo em nível de assessoria que foi solicitada pelo Sr. coordenador Senador Gerson Camata.

Ainda para conhecimento dos senhores membros consta nas pastas sobre a mesa um material que me foi passado pela diretoria da Claro em audiência que tivemos com ele junto com o Senador Zambiasi e seria também com a presença do Senador Gerson Camata, mas o Senador Gerson Camata não pôde comparecer. Ela aqui já traz um levantamento exatamente sobre os custos da telefonia no Brasil, fixo e móvel. Eu pedi à secretaria que fizesse a distribuição para que pudesse subsidiar não só o grupo de trabalho que está estudando o assunto, mas a todos os Senadores e Senadoras membros da Comissão.

Quero colocar em discussão, apreciação e votação de V. Exas. a correspondência que foi aprovada para que encaminhássemos, em conjunto, Comissão de Ciência e Tecnologia e Comissão de Meio Ambiente à Ministra, ao Presidente da República, ao Ministro das Minas e Energia e a Ministra Dilma Rousseff da Casa Civil sobre a possibilidade, estudo da possibilidade de utilização de energia solar para aquecimento dos chuveiros, da água de banho nas casas do Programa de Construção de 1 milhão de unidades, lançado pelo Governo Federal. A correspondência que é do mesmo teor aos três, só substituindo a quem vai endereçado, diz o seguinte... Vou ler a do Presidente da República. "Exmo. Sr. Presidente da República, ao cumprimentá-lo comunicamos que as Comissões Permanentes de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA desta Casa Legislativa aprovaram por unanimidade o encaminhamento conjunto a V. Exa. de sugestão da utilização de aquecimento solar nas residências populares a serem construídas no âmbito do *Programa Minha Casa, Minha Vida*, recentemente lançado pelo Governo Federal. Estudos revelam que cerca de 25% da energia consumida na classe residencial tem por finalidade o aquecimento de água na forma de chuveiros, aquecedores ou torneiras elétricas. Especialmente, nas classes menos favorecidas o uso de eletricidade para aquecimento representa considerável parcela do consumo total. Nesse sentido temos a convicção de que a inclusão de sistema de aquecimento solar nas residências a serem financiadas pelo programa governamental concorrerá não apenas para a redução dos

gastos residenciais com energia elétrica, mas também constituirá política importante de contenção da emissão de gases que contribui para o aquecimento global. A fragilidade de nossa matriz energética, preponderantemente hidrelétrica demanda urgente diversificação do seu perfil, e reforça a necessidade da adoção de formas alternativas de energia. Em vista do exposto cumprimentamos V. Exa. pela iniciativa destinada a equacionar o déficit habitacional em nosso país e solicitamos seus bons préstimos no sentido de determinar que os órgãos competentes realizem estudos técnicos sobre a possibilidade de inclusão de sistema de aquecimento solar não apenas nas residências abrangidas pelo atual programa governamental, mas igualmente com vistas a sua utilização em larga escala no País. Temos a convicção de que além da economia direta aos consumidores, a energia solar utilizada de forma disseminada poderá trazer outros benefícios como a redução da infra-estrutura na geração, transporte e distribuição da eletricidade, bem como, a redução de impactos ambientais causados pelas hidrelétricas. Nossos protestos de consideração e apreço respeitosamente. O documento irá assinado por mim como presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia e pelo Senador Renato Casagrande como Presidente da Comissão de Meio Ambiente. Coloco em discussão. Lembrando que essa proposta foi aqui solicitada pelo Senador Crivella que trouxe, inclusive, um protótipo e também apoiada pelo Senador Casagrande que já a aprovou na Comissão de Meio Ambiente. Eu trago aqui apenas o texto, porque o encaminhamento também já foi aprovado pelos Srs. Senadores e Senadoras. Em discussão. A correspondência que nós vamos encaminhar ao Presidente da República, ao Ministro Edison Lobão e à Ministra Dilma Rousseff, solicitando o estudo para implantação de geração de energia solar para aquecimento de água de banho nas casas populares. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Aprovado. Os ofícios serão encaminhados.

Sobre o mesmo assunto eu acho que todos os Senadores e Senadoras receberam, e foi encaminhado aqui pelo Senador Papaléo Paes um ofício, uma informação da ABINEE – Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, se posicionando, colocando argumentos, contrapondo o uso da energia solar em chuveiros, água de banho. Ela coloca aqui alguns pontos que me parecem também relevantes. Eu vou fazer a distribuição aos Exmos. Srs. e Sras. Senadores e Senadoras para que possam, assim querendo, na reunião da próxima semana, talvez até se fazer um debate contra, a ABINEE se posiciona contrária à utilização do sistema solar para água de banho, ele argumenta aqui alguns itens que era interessante um texto de três páginas. Eu vou trazer a distribuição e os Senadores que quiserem poderão discuti-lo na próxima reunião.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Nós temos lá em casa--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero dizer que a gente utiliza energia solar lá em casa para tudo, inclusive, para água de banho. Não sei qual que seria o argumento contrário, porque você tem os outros sistemas como complementares, então se baixa o custo da energia elétrica ou do gás, caso se tenha energia solar, e energia solar é fundamental em todos os aspectos.

Então, eu estranho o argumento, mas gostaria de receber o material.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu concordo com V. Exa., Senador Flávio Arns, e a justificativa da ABINEE é o desperdício de água que ocorre pelo aquecimento solar. Que ao abrir a torneira você tem uma perda, segundo ele, de algo considerável de água, e que isso vai ter a necessidade de produção maior desse bem que hoje já é uma questão de preocupação de todo o mundo, a questão da água potável. Mas é um debate interessante que eu vou fazer a distribuição, e aí nós poderemos, com certeza absoluta, fazer o contraponto, a questão do uso da energia solar que parece a todos nós equacionada a questão do custo, porque a preocupação da energia solar, que foi dito na reunião aqui, é que para casa popular seria impossível de equalizar os custos. Mas o Senador Crivella colocou aqui um experimento da USP a 400 reais, e que poderia fazer esse trabalho. Então, vamos fazer o debate, tomando conhecimento das duas questões, tanto da sociedade que trata... Da associação que trata da geração de energia solar, quanto da ABINEE que é da indústria elétrica e eletrônica.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): E só para acrescentar, Sr. Presidente, porque no começo deste ano aconteceu o Jamboree Nacional dos Escoteiros em Foz do Iguaçu, que é o acampamento nacional. Estavam cerca de 5 mil escoteiros acampando lá na propriedade, nos terrenos da Itaipu, com apoio, inclusive, da Itaipu, e escoteiros do Paraguai, também que participaram no Jamboree nacional. E as pessoas da Secretaria do Meio Ambiente do Paraná estavam lá interagindo com os escoteiros e ensinando como fazer aquecimento solar com material reciclável. Quer dizer como fazer aquecimento solar com material reciclado que era uma atividade dos escoteiros. Então, esta por ser uma Comissão de Ciência e Tecnologia há, perfeitamente, dispositivos já conhecidos no mercado

que poderiam se tornar mais baratos, sem impostos, sem nada para não haver o desperdício da água, que já existem mecanismos, mas é só questão de serem desenvolvidos em larga escala com impostos, e isso facilitaria e muito a questão de uma aplicação tão importante como é. Eu sou um fã incondicional que a gente não use nem energia elétrica, nem gás, nem petróleo; já temos que ter o carro com energia elétrica também, que se for possível para evitar o uso do petróleo. Mas é interessante o debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Flávio Arns, V. Exa. tem toda razão. Se puder adequar à questão da geração não só da solar, eólica, essas fontes que são limpas e renováveis na geração de energia elétrica para o País. Eu acho que é da maior importância. Acho que o debate é importante, o debate tem que ser feito, e como V. Exa. disse: a tecnologia que esta Comissão tem como tema central vai suprir essas dificuldades que poderiam vir a ter um desperdício maior da água com esse tipo de aquecimento. Com a distribuição do documento nós podemos, já na próxima semana, se assim for de interesse de V. Exas. fazer o debate.

Sobre a mesa Requerimento de autoria dos Senadores Flávio Arns e Cristovam Buarque que diz o seguinte: Senador Cristovam. Requeiro nos termos regimentais e constitucionais que seja aditada ao Requerimento nº 03/2009 CCT de autoria do Senador Flexa Ribeiro aprovado nessa Comissão no dia 25/03/2009 o nome do Dr. José Geraldo de Souza Júnior, reitor da UNB. Esse requerimento que faz referência ao requerimento que li há pouco do Senador Flávio Arns e Senador Cristovam Buarque é o requerimento que foi aprovado numa audiência pública para discutir a questão das Fundações de Amparo à Pesquisa nas universidades federais brasileiras. Então em discussão. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Aprovado, então o convite ao reitor da UNB José Geraldo de Souza Júnior.

E por último, antes de entrarmos na pauta de hoje, quero comunicar a V.Exas. o convite que chegou à secretaria da Comissão que eu acho da maior importância, e quero, ao comunicar, estender o convite a todos os membros da Comissão para o encontro que vai ocorrer no próximo dia 8 de abril, quarta-feira que vem às 8h30. O convite diz o seguinte: "Prezado senhor, a Telebrasil – Associação Brasileira de Telecomunicações se sentirá honrada com a presença de V. Exa. e de todos os membros da CCT do Senado Federal. Na apresentação que a diretoria fará para os membros da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados e da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal sobre o desempenho do setor de telecomunicações no Brasil em 2008. O presidente da Telebrasil Antonio Carlos Valente será o vosso anfitrião. Participarão da apresentação todos os membros da diretoria da Telebrasil. São os seguintes: Antonio Carlos Valente da Silva, presidente da Telefônica; Amos Genish, presidente da GVT; Carlos Fernando Ximenes Duprat, vice-presidente da Ericsson; João Cox Neto, presidente da Claro; José Formoso Martinez, presidente da Embratel; Luiz Alexandre Garcia, presidente do Grupo Algar; Luiz Eduardo Falco Pires Correa, presidente da Oi, Mário César Pereira de Araújo, presidente do Conselho da TIM; Roberto Oliveira de Lima, presidente da Vivo; Silvio de Carvalho Vince, presidente da Abeprest. Apresentação seguida de esclarecimento será feita à reunião fechada. Será das 8h30 às 10h30 no Brasília Alvorada Parque Hotel Convention Center, salão JK".

Eu vou também solicitar à secretaria que faça a distribuição do convite e os Senadores que quiserem participar desse encontro, que eu acho muito proveitoso, poderão fazer avisando à secretaria para que nós possamos informar a Telebrasil.

Vamos ao primeiro item da pauta da hoje. Item 1 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 243/2008 terminativo na CAE. Altera o art. 3º da Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007, para exigir que as sociedades de grande porte ainda que não constituída sobre a forma de sociedade anônima, publique suas demonstrações financeiras, seja na rede mundial de computadores, seja em jornal de grande circulação. Autoria do Senador Adelmir Santana, relatoria Senador Cícero Lucena. Com a palavra o nosso relator Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, fui procurado por entidades para discutir sobre esse assunto, com a ponderação que para mim foi muito importante, e eu peço a esta presidência para retirar esse projeto de pauta para que eu possa aprofundar a análise, embora, confirme a minha decisão de acatar o projeto. A discussão está apenas em saber se na rede de computador e/ou nos jornais. Então essa é a decisão que eu gostaria que esta presidência permitisse eu aprofundar e, logo mais, eu retornarei com esse projeto com a sua relatoria final.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O relator, o nobre Senador Cícero Lucena solicita a retirada de pauta para que possa melhor avaliar o projeto. Em discussão a proposta do Senador Cícero Lucena. Para discutir Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de parabenizar a postura do Senador Cícero

Lucena, porque caso contrário eu iria pedir vista nesse projeto. Três razões fortes me fazem atuar dessa forma, um é o caráter discriminatório do projeto, no sentido de que ele privilegia mídia eletrônica em detrimento da mídia impressa, fazendo como opção, e não só isso, ele afirma no seu texto de que a mídia eletrônica tem como vantagem sobre a mídia impressa a não ter poluição ambiental, ser de custo mais baixo, itens esses que, na verdade, provocam um caráter excludente da mídia impressa tradicional.

Outro ponto também que eu gostaria que o Senador Cícero Lucena tomasse muito cuidado é o problema de que os sítios eletrônicos serão indicados pelos órgãos públicos. Isso é, na minha visão, perigosíssimo, porque tira da iniciativa privada o poder de escolha e dá a determinados órgãos públicos: Junta Comercial, como citado aqui, ou comissão de valores imobiliários o direito de escolher por que canal, por que mídia eletrônica essas publicações seriam veiculadas. E, por fim, terceiro item que eu pediria atenção do Senador Cícero Lucena é o precedente jurídico. Na hora que se exclui a mídia impressa das publicações destas sociedades anônimas, outras sociedades anônimas poderão também ter esse mesmo direito. E isso tiraria de jornais como Gazeta Mercantil, Valor Econômico e toda a mídia impressa forte do país, o direito ou o espaço econômico de publicar balanços das empresas de sociedade anônima, inclusive.

Então, eu pediria muita cautela, muita atenção do relator no sentido de fazer com que haja justiça e não seja da forma que está escrito de que a mídia impressa que é tradicional seja carimbada como uma coisa obsoleta. A mídia impressa continua atuante no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Roberto Cavalcanti o projeto. Já para discutir Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, antes de mais nada, eu parabenizo V. Exa. pela forma correta com que vem conduzindo esta Comissão, inclusive, dando a ela uma dimensão que é a que ela tem que alcançar mesmo, porque se o Brasil pretende o desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento de longo prazo, e o desenvolvimento que o transponha para o mundo desenvolvido, de uma vez por todas, não se pode deixar de tratar sério de ciência e tecnologia, e, portanto, eu vejo esta Comissão como futurosa e vejo que V. Exa. é o homem certo, com o seu espírito prático, com o seu espírito pragmático, ao mesmo tempo, que sua dedicação à coisa pública para liderá-la.

Em relação ao projeto em tela, eu imagino que todas as obras da lavra do Senador Adelmir Santana são sempre de boa-fé e são sempre corretas. Obviamente, que a sabedoria do Congresso diz que a ideia de um senador ela, sem dúvida, vai ser melhorada pela contribuição de deputados, pela contribuição de outros senadores, e as dos deputados por nós senadores. Toda vez que eu apresento um projeto, eu não imagino que dali saia a forma final. Eu imagino que vai ter um processo que algumas pessoas julgam que é lento, mas que reflete a sabedoria do parlamento. É a ideia do fulano a qual se juntam outros beltranos e outros cicranos, e no final sai algo, quem sabe, na forma do substitutivo, me perece que seria essa um pouco a intenção do Senador Cícero que contemple a ideia básica, boa do Senador Adelmir, e, ao mesmo tempo, ouçam as opiniões que já começam a aflorar nesta Comissão com a sensatez no sentido de que se aperfeiçoe a matéria.

Portanto, eu entendo que a atitude do Senador Cícero Lucena que já se declarou, no genérico, a favor, mas me parece que vai ao específico, é uma atitude prudencial, madura e que merece o nosso apoio. Eu entendo que é, de fato, para se maturar, e, quem sabe, na próxima sessão nós termos aqui uma definição mais concreta e aperfeiçoada que represente o pensamento que eu já vi exposto aqui, que represente a média desta Comissão. Mas eu parabenizo o Senador Adelmir Santana por ele estar atento a um tema tão importante dentro dessa pauta imensa que V. Exa. expõe. Inclusive, V. Exa., a partir de agora, pode contar comigo para, com o Senado, mais ou menos, funcionando em normalidade, pode contar comigo para relatorias e para ajudá-lo no que for preso. Mas eu digo V. Exa. com a reunião que convoca com tantas figuras importantes do setor telefônico, V. Exa. mostra que não vai haver imobilismo, que a Comissão vai aos setores que têm a ver com tecnologia, e com eles vai interagir, deles vai cobrar, deles vai receber sugestões. Mas não há dúvida de que por aqui passarão temas ainda relevantes como a televisão digital e tantos outros temas palpitantes, que os próximos dois anos serão de enorme utilidade para o País.

Portanto, parabéns a V. Exa. e parabéns à Comissão por ter um presidente do calibre de V. Exa. a dirigi-la.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, nobre Senador Arthur Virgílio, e a participação de V. Exa., como os demais membros da Comissão, ela engrandece o trabalho que todos nós fazemos pelo desenvolvimento do nosso País, especialmente, nesse segmento da ciência e tecnologia, que no momento de crise ela tem uma importância muito maior, que através da inovação nós podemos diminuir o prazo de recuperação do crescimento econômico de nosso Brasil.

Então, o item 1 será retirado de pauta, por solicitação do relator Senador Cícero Lucena.

Item 2 da pauta. Projeto de Lei da Câmara nº 11/2009 não terminativo. Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos. Autora: Deputada Ângela Guadagnin, relatoria Senador Flávio Arns. Com a palavra o relator Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Gostaria de destacar, Sr. Presidente, que o item 3 da pauta que é um projeto do Senador Magno Malta, também faz parte da nossa relatoria e está apensado tramitando em conjunto--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Desculpe, Senador, com licença, Senado Flávio Arns. Esse eu não terminei a leitura que apensado ao Projeto de Lei da Câmara nº 11 está o Projeto de Lei do Senado nº 146/2007 que dispõe sobre a digitalização e arquivamento de documentos em mídia ótica ou eletrônica e dá outras providências. Autoria do Senador Magno Malta e relatoria também do Senador Flávio Arns. Então, o seu relatório é sobre os dois projetos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Isto. E eu havia me equivocado dizendo que era o item 3, mas não, é o item 2 e o projeto do Senador Magno Malta está apensado.

Eu quero destacar, Sr. Presidente, que também solicito do plenário desta Comissão, requeiro que esse projeto seja retirado de pauta para um reexame a pedido, por enquanto, do próprio governo que ficou de enviar notas técnicas sobre o assunto, e também conversando com o Senador Delcídio Amaral, ele mencionou que havia uma sugestão para aprimoramento do texto. E eu disse a ele, inclusive, que enviasse essa sugestão para que pudéssemos apreciar, e eu diria o mesmo em relação aos demais Senadores e Senadoras que caso deseja, assim de alguma maneira, colocar algum aspecto novo no texto sendo apresentado no relatório, que eu ficarei muito satisfeito em receber as colaborações.

Então, eu solicitaria, Sr. Presidente, que o item fosse retirado de pauta para ser reapresentado daqui a duas semanas, no dia... Hoje é dia 1º, no dia 15 de abril. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos aos itens terminativos. Que vão do item 3 ao item 38. Nós vamos votá-los em conjunto. Vamos fazer a leitura dos pareceres, cada um dos senhores relatores farão a leitura dos seus pareceres, e ao final faremos a votação nominal, por serem projetos terminativos.

Item 3 da pauta. O item 3 e o item 4 de relatoria do Senador Cícero Lucena. Item 3 projeto de Decreto Legislativo nº 303/2007 terminativo, aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Cabedelo, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cabedelo no Estado da Paraíba.

Item 4 Projeto de Decreto Legislativo nº 353/2008 terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos 72 Discípulos de Cuité, Paraíba, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cuité, Estado da Paraíba.

Com a palavra o Senador Cícero Lucena para ler os seus pareceres.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, nos dois itens, o item 3 que faz a outorga da rádio comunitária na cidade de Cabedelo, e o item 4 que faz também a autorização para execução de serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cuité no Estado da Paraíba é favorável. Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Cícero.

Vamos ao item 6, relatoria...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O Item 6, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item 6. O item 5 foi retirado de pauta por solicitação do...

O item 4 já foi relatado pelo Senador Cícero Lucena, o 3 e o 4, o item 5 retirado de pauta por solicitação do Senador Marco Maciel.

O item 6 relatoria do Senador Gerson Camata, que não se encontra, solicitaria ao Senador Valdir Raupp que pudesse fazer a leitura como relator *ad hoc*. O item 6 projeto de Decreto Legislativo nº 347/2008 terminativo. Aprova o ato que outorga a permissão a Rádio e TV Maíra Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Feijó, Estado do Acre. Com a palavra o Senador Valdir Raupp, como relator *ad hoc*.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com muito prazer, Sr. Presidente, relato *ad hoc* esse relatório do Senador Gerson Camata, e o nosso parecer é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço o Senador Valdir Raupp.

Vamos aos itens 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14. A relatoria é do Senador Flávio Arns.

Item 7 Projeto de Decreto Legislativo nº 344/2008 terminativo. Aprova o ato que outorga a permissão a Rádio Guaraema FM Ltda. para explorar serviço de ra-

diodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Guaraniaçu, Estado do Paraná.

Item 8 Projeto de Decreto Legislativo nº 348/2008 terminativo. Aprova o ato que outorga a permissão a sistema de comunicação friso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Salgado Filho, Estado do Paraná.

Item 9 Projeto de Decreto Legislativo nº 375/2008 terminativo. Aprova o ato que outorga a permissão a Rádio FM Norte Pioneira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão em onda média, na cidade da Jacarezinho, Estado do Paraná.

Item 10 Projeto de Decreto Legislativo nº 387/2008 terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Coronel, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná.

Item 11 Projeto de Decreto Legislativo nº 421/2008 terminativo. Aprova o ato que outorga a permissão a CPR Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Maçaranduba, Estado de Santa Catarina.

Item 12 Projeto de Decreto Legislativo nº 13/2009, terminativo. Aprova o ato que outorga a permissão a Gênua FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Siqueira Campos, Estado do Paraná.

Item 13 Projeto de Decreto Legislativo nº 20/2009 terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Vale do Laranjinha de Ribeirão do Pinhal, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão do Pinhal, Estado do Paraná.

Item 14 Projeto de Decreto Legislativo nº 27/2009, terminativo. Aprova o ato que outorga a concessão a Rádio 13 de Maio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Imbituva, Estado do Paraná.

Com a palavra o Senador Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Os pareceres são favoráveis, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao nobre Senador Flávio Arns pela economia processual. Relatou, se não me falha, a memória oito projetos com cinco segundos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É que eu levei em conta que V. Exa. estava sem fôlego ao fazer a leitura dos itens. Eu digo: então vamos agora ser mais rápidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26. Relatoria do Senador Sérgio Zambiasi. É o nosso Paraná e o nosso Rio Grande do Sul ganhando várias rádios no dia de hoje.

Item 16 Projeto de Decreto Legislativo nº 376/2008 terminativo. Aprova o ato que outorga a permissão a Rádio Guaramano Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade do Guarani das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 17 Projeto de Decreto Legislativo nº 400/2008 terminativo. Aprova o ato que renova a concessão outorgada a Rádio Aurora Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 18 Projeto de Decreto Legislativo nº 402/2008 terminativo. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Jardim América de Desenvolvimento e Assistência Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capão do Leão no Estado do Rio Grande do Sul.

Item 19 Projeto de Decreto Legislativo nº 403/2008 terminativo. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária União e Paz, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viamão, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 20 Projeto de Decreto Legislativo nº 404/2008 terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Três Rios para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cacequi, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 21 Projeto de Decreto Legislativo nº 407/2008 terminativo. Aprova o ato que outorga a permissão a Rádio Diplomata Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Marcos, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 22 Projeto de Decreto Legislativo nº 408/2008 terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores do Conjunto Residencial Ruben Berta para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 23 Projeto de Decreto Legislativo nº 410/2008 terminativo. Aprova o ato que outorga a autorização a Conselho Comunitário Todas as Artes– Coarte para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 24 Projeto de Decreto Legislativo nº 413/2008 terminativo. Aprova o ato que outorga a permissão a empresa Bageense de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 25 Projeto de Decreto Legislativo nº 414/2008 terminativo. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Revaldo, para executar serviço de radiodifusão

comunitária na cidade de Revaldo, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 26 Projeto de Decreto Legislativo nº 416/2008 terminativo. Aprova o ato que outorga a permissão à Estação Plaza Rádio FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ajuricaba, Estado do Rio Grande do Sul.

Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente, Flexa Ribeiro, na mesma linha do Senador Flávio Arns, e procurando agilizar os nossos trabalhos, todos os pareceres são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Sérgio Zambiasi.

E vamos aos itens 27, 28 e 29. Relatoria do Senador Antonio Carlos Júnior.

Item 27 Projeto de Decreto Legislativo nº 211/2008 terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária Vale do Prata, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade da Landri Sales, Estado do Piauí.

Item 28 Projeto de Decreto Legislativo nº 366/2008 terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Acajutiba, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Acajutiba, Estado da Bahia.

Item 29 Projeto de Decreto Legislativo nº 411/2008 terminativo. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária Nossa Senhora da Conceição para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaratinga, Estado da Bahia.

Senador Antonio Carlos para relatar.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, o item 27 é uma rádio comunitária na cidade de Landri Sales no Estado do Piauí, e os itens 28 e 29 rádio comunitária na cidade de Acajutiba e Guaratinga no Estado da Bahia. Todos os pareceres são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): ...Carlos Júnior pareceres favoráveis.

Vamos aos itens 30 e 31. Relatoria do Senador Eduardo Azeredo, competente Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Defesa Nacional.

Item 30 Projeto de Decreto Legislativo nº 309/2008 terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Movimento Comunitário Rádio Garota FM para executar serviço de radiodifusão comunitário na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Item 31 Projeto de Decreto Legislativo nº 380/2008 terminativo. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária Excelsior para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, o senhor veja bem como que Minas Gerais e São Paulo estão bem. Agora eu estou relatando rádios de São Paulo. Então, essa dobradinha Minas/São Paulo vai em frente para o futuro, conta com todo apoio.

Agora quando eu relato as rádios de Minas Gerais eu dou a localização de cada cidade, agora no caso de São Paulo eu não vou saber localizar totalmente o município.

Mas aqui, na verdade, é uma Associação, um Movimento Comunitário Rádio Garota FM lá em Mogi das Cruzes. Toda a documentação foi analisada pelo Ministério das Comunicações, e não há nenhum óbice, portanto, a que nos possamos fazer essa aprovação final do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Da mesma forma o item 31 que diz respeito à Associação Comunitária Excelsior para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araçatuba, também São Paulo. E toda a documentação foi analisada pelo Ministério, e também cabe a nós agora a análise final. E o voto é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Eduardo Azeredo. E quero aqui louvar a presença de V. Exa. aqui na Comissão. Sei dos afazeres que V. Exa. tem junto à Comissão de Relações Exteriores, mas a presença sua aqui não só na Comissão de Ciência e Tecnologia, como nas votações em plenário enriquece o trabalho do Senado Federal. Agradeço a V. Exa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos aos itens 32 e 33. Relatoria do Senador Gilberto Goellner.

Item 32 Projeto de Decreto Legislativo 386/2008 terminativo. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Princesa de Rádio Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juruena, Estado de Mato Grosso.

Item 33 Projeto de Decreto Legislativo nº 09/2009 terminativo. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária e Cultural de Primavera do Leste para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Primavera do Leste, Estado do Mato Grosso.

Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores, o parecer é favorável.

Eu gostaria apenas de mencionar a dimensão que Municípios tão distantes, principalmente, Juruena que fica ao norte do Estado de Mato Grosso que necessita, realmente, de uma radiodifusão comunitária, para colocar todos os assuntos da comunidade e da região em ação via rádio. E da mesma forma a cidade de Primavera do Leste, também um Município prospero, porém, ambos eu diria que hoje estão seriamente comprometidos como os demais municípios Mato-grossense pela situação que se encontra o repasse do Fundo de Participação dos Municípios que está diminuindo e tende a diminuir mais ainda, continuadamente devido as últimas medidas tomadas pelo Governo Federal. Isso preocupa seriamente os administradores e a população, que já vê falta de assistência, investimentos. Os recursos são cada vez mais dependentes desse fundo, e nessa época de crise eu vejo que as prefeituras... Não adianta nós aprovarmos aqui uma rádio e tirarmos os recursos dos prefeitos, das prefeituras para administrar bem a cidade.

Mas o voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço o Senador Gilberto Goellner. V. Exa. tem toda razão, Senador. A preocupação é de todos nós. Os Municípios brasileiros estão numa situação de insolvência. Muitos deles, muitos prefeitos têm nos procurado no nosso Estado do Pará, alguns até querendo chegar ao absurdo de fechar a prefeitura, tal a situação de impossibilidade de atender o cidadão.

O Presidente Lula tem acenado com a possibilidade de encontrar um meio de fazer com que os mais de cinco mil municípios brasileiros possam vencer essa crise que, Deus queira, não seja longa, porque realmente eles estão numa situação muito difícil, visto que ainda por necessidade de incentivar alguns segmentos da indústria, ainda tem incentivo com perda de IPI e algumas também com perda de Imposto de Renda. Então, eu próprio estou apresentando um projeto, para que esses incentivos do Governo Federal com redução de IPI incida somente na parte que cabe ao Governo Federal, ou seja, aos 55% do bolo que cabe ao Governo Federal e que não seja mexido nos 45% que cabe aos Estados e Municípios. V. Exa. tem toda razão.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Só gostaria de dizer que é meritório o seu projeto, só que eu vejo que... Não sei a celeridade da tramitação de um projeto como esse, realmente, teria que haver um consenso do Executivo, do Presidente para parar e simplesmente acharmos outra saída, e essa é a melhor saída que eu sempre defendi. Então, o senhor está de parabéns com esse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Gilberto Goellner.

Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, me permita só, é fora do tema, o tema da Comissão, mas pegando o que o Senador Gilberto Goellner falou. A solução que for ser tomada pode ser rápida, Senador. Basta baixar uma medida provisória. A gente vê esse governo baixando medida provisória para tanta coisa, e essa, sim, é urgência e é relevante a decisão de se adotar uma medida provisória em favor não é dos prefeitos, é em favor dos municípios, do cidadão, do municipalista, da sobrevivência de um ente tão importante para a nação que é o Município.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos aos itens 34 e 35. Relatoria do Senador Marcelo Crivella. Solicito ao Senador Roberto Cavalcanti que faça a leitura como relator ad oc.

Item 34 Projeto--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente, sobre esse projeto eu pretendo pedir vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu vou fazer a leitura e V. Exa. já...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº 482/2007, terminativo. Aprova o ato que renova a permissão outorgada a Rádio Tribuna de Petrópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro. Senador Roberto Cavalcanti, o Senador Arthur Virgílio já mostrou a disposição de solicitar vistas. Eu pergunto ao Senador Arthur Virgílio nos dois itens ou só no 34, 35 também?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Só no 34.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só no 34.

Então eu vou primeiro pedir ao Senador Roberto Cavalcanti, faça a leitura do parecer só do item 34 para que o Senador Arthur Virgílio possa exercer o direito de pedido de vista.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria, em primeiro lugar, ressaltar que estou aqui como relator *ad hoc* em função da ausência do Senador Crivella que muito gostaria de estar aqui defendendo essa concessão de uma rádio comunitária para a cidade de Petrópolis no Estado do Rio de

Janeiro. O Senador Crivella está adoentado, e espero que na próxima semana ele nos dê o privilégio de estar aqui presente.

Mas se trata de uma concessão de rádio comunitária para a empresa Rádio Tribuna de Petrópolis Ltda. na cidade de Petrópolis, Rio de Janeiro, e o Senador Crivella... É uma renovação. Desculpe. É uma renovação... É o 34. É renovação... Mas Petrópolis. Renovação de permissão de outorga. E o Senador Marcelo Crivella emitiu parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Roberto Cavalcanti. Em discussão. Senador Arthur Virgílio, V. Exa...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sim, sem dúvida, mantenho o pedido de vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vista concedida ao Senador Arthur Virgílio.

Item 35 Projeto de Decreto Legislativo nº 370/2008 terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Módulo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buri, Estado de São Paulo. Também como Senador *ad hoc*, o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Essa também é uma rádio comunitária na cidade de Buri, Estado de São Paulo, pertencente à Associação Cultural Comunitária. Ela tem a relatoria do Senador Marcelo Crivella e o parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Roberto Cavalcanti.

Vamos aos itens 36, 37 e 38. Relatoria do Senador José Agripino. Solicito ao Senador Antonio Carlos Júnior para que faça a leitura como relator *ad hoc*.

Item 36 Projeto de Decreto Legislativo nº 302/2008 terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Janduís, Rio Grande do Norte para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Janduís, Estado do Rio Grande do Norte.

Item 37 Projeto de Decreto Legislativo nº 313/2008 terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Santanense ACS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana de Seridó, Estado do Rio Grande do Norte.

Item 38 Projeto de Decreto Legislativo nº 369/2008 terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Satélite FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Como relator *ad hoc* o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, os relatórios preparados pelo Senador José Agripino referentes a rádios comunitárias nos Municípios de Janduís, Seridó e Natal. Os pareceres são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Antonio Carlos Júnior.

Vamos votar nominalmente os itens 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37 e 38 todos como pareceres favoráveis.

Como vota o Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu acompanho com voto favorável.

Agora gostaria de fazer, mais uma vez, uma ressalva deixando bem claro que meu posicionamento é inteiramente favorável às concessões de rádios comunitárias. Sou apologista, defensor das rádios comunitárias, porém, eu acredito que esteja faltando algum instrumento de melhor controle para que essas concessões sejam efetivadas. Falta controle no sentido de capacidade de seus transmissores, que na operação são adulterados, e existe também falha na fiscalização do aspecto comercial dessas rádios.

Então, voto favoravelmente, e peço que esta Comissão urgencie algum estudo no sentido de incluir nos decretos de concessão essas restrições que são benéficas para a radiodifusão do Brasil.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu quero, Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Pela ordem. Eu quero corroborar com as palavras do Senador Roberto Cavalcanti nessa questão que ele está falando. Têm rádios comunitárias que trabalham como verdadeiras rádios comerciais, inclusive, vendendo direito para outras pessoas. Eles vendem como se tivessem vendendo uma rádio, aliás, nem a rádio comercial, na verdade, não devia ser vendido, porque é uma concessão. E as rádios comunitárias têm trabalhado em algumas regiões do País, em alguns Municípios dessa forma, inclusive, pedindo até ampliação de potência. A potência seria de 0,25 que seria para alcançar uma pequena área da cidade, 2 km por 2, acaba pegando 20, 30 kms, entrando até em outra. Tem rádio comunitária que pega duas, três cidades, e ainda pedindo aumento de potência e comercializando como se fosse... Eu defendo muito, tenho aprovado aqui, tenho relatado projetos, e defendo que uma cidade que não tenha nenhuma rádio, tenha que ter a rádio comunitária, ou mesmo aquelas que têm que não prestam

serviço direto à sociedade, às rádios comunitárias possam prestar. Mas está se desvirtuando um pouco o papel da rádio comunitária. Isso, realmente, tem que ser tratado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço o Senador Valdir Raupp. Para discutir o Senador Antonio Carlos Júnior, em seguida o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu queria endossar aqui o pronunciamento do Senador Roberto Cavalcanti e Valdir Raupp em relação a rádios comunitárias. Nós estamos concedendo, mas é preciso que haja um mecanismo de fiscalização da sua atuação como rádio, efetivamente, comunitária e não como rádio comercial, e também dos requisitos técnicos que elas se comprometem a colocar à disposição, e que nem sempre colocam.

Então, eu endosso o pronunciamento dos meus colegas que falaram anteriormente a mim, e eu acho que é preciso que se constitua um mecanismo de controle, porque senão nós vamos ter um desvirtuamento dessa ideia da rádio comunitária.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, é precisamente isso. Eu vejo que a fiscalização é necessária, e, por outro lado, a instalação de rádios comunitárias deve ser estimulada no seu espírito verdadeiro.

Eu pego um Estado como o meu que é um Estado de ermos de distâncias enormes, são apenas 61 municípios no interior do Estado, e nenhum é vizinho do outro, a rigor, porque todos são muito distantes, se a gente pega a sede de um, e a sede municipal do outro. E, às vezes, a rádio comunitária é o único meio de comunicação mesmo com o mundo, e agora com a Internet com o mundo mesmo.

Ali são produzidos casamentos na hora que escolhe a música, enfim, o remédio, o seu fulano trouxe o remédio para salvar a dona fulana que está enferma, acamada pela razão tal qual. Avisa o dia da vacinação. Então, são crianças são salvas da poliomielite. Ou seja, tem uma ideia boa que é a ideia da rádio comunitária que presta um serviço público absolutamente elogiável à periferia brasileira e que informa, que leva ao lazer, que também permite o espaço para o debate. E tem o desvirtuamento que, obviamente, deve ser controlado. Então, eu tenho a impressão, que a culpa não estaria na rádio em si, estaria, sim, na falta de atuação do órgão competente que deveria estar mais atento cumprindo com o seu dever.

Eu não trocaria o sofá, no caso tradicional do adultério, seria melhor o casal cada um procurar um rumo, eu não iria atrás do sofá, eu não ficaria com raiva do sofá. Eu entendo que "não deu certo, não deu certo. Vá para lá que eu vou para cá". Mas a rádio então é boa, a fiscalização é que está sendo deficiente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Arthur Virgílio. V. Exa. tem toda razão, o Senador Antonio Carlos Júnior, o Senador Roberto Cavalcanti, Valdir Raupp. Nós não podemos deixar de reconhecer o trabalho importante das rádios comunitárias, levando acesso à comunicação, à informação àqueles locais mais distantes onde a rádio comercial, às vezes, nem chega a ter interesse de ser instalada. Agora, é necessário que haja a real fiscalização por parte do órgão encarregado. O que falta, realmente, é fiscalizar o que não é feito, e também o sistema de concessões e de autorizações é que o Senador Antonio Carlos Júnior já fez um trabalho, o trabalho está no plenário. Nós vamos retomar esse trabalho para que possamos modernizar essa aprovação de outorgas e renovação de concessões por parte do Congresso Nacional.

Vamos dar sequência ao processo de votação. O Senador Roberto Cavalcanti votou favoravelmente com os relatores.

Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Aprovado com nove votos favoráveis.

Antes de encerrar esta nossa sessão--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --Pela ordem o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, ainda no ano passado eu apresentei aqui um requerimento de informações sobre a questão da TV Senado em sinal aberto lá no Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte é a terceira maior capital do Brasil em população, e, na verdade, não tem o sinal aberto da TV Senado até hoje. E eu queria que V. Exa. providenciasse notícias sobre esse requerimento, o que aconteceu com ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. tem toda razão, Senador Eduardo Azeredo. No Estado do Pará... Eu pergunto a V. Exa.: não tem em Belo Horizonte ou no Estado todo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): No Estado todo não tem TV Senado aberto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas Belo Horizonte tem?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, não tem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Também não?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só tem Senado em TV a cabo UHF.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, V. Exa., lamentavelmente, o Estado de Minas Gerais está igual o Estado do Pará, só que, diferentemente, o que acontece no Estado do Pará, ao Estado do Pará que já deveria ter o sinal aberto em Belém da TV Senado há dois anos, um pouco menos de dois anos foi negado ao Senado Federal a cessão onerosa do Espaço da TV Cultura pela atual governadora, em função disso a TV Senado não está aberta para a população de Belém, não o Estado todo, mas de Belém para que possa assistir os trabalhos do Senado Federal. Mas V. Exa. tem toda razão. Vamos convidar o--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não. Eu já tenho um requerimento apresentado, já tenho informações ao Ministro das Comunicações pedindo, eu sei que tem problema de grade--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Tem que fazer licitação.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): --Mas a grade tem que resolver não pode ficar eternamente sem a solução.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não sei se é o caso de Belo Horizonte, Senador, de Minas, mas no caso do Pará como foi negada a cessão onerosa por parte do Estado, eles têm que fazer uma licitação para que tenha um outro sítio, um outro local para instalar o equipamento em Belém.

Mas como isso é de interesse de todos, vamos convidar o responsável pela implantação da TV Senado de forma aberta, como canal aberto nos Estados para que ele possa vir aqui e nos dê uma programação de como vai ser implantada, primeiro, nas capitais que já deveriam estar todas implantadas, e depois em todos os Estados brasileiros.

Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, quando se implantou a TV Senado em canal aberto em Manaus, havia a concordância muito clara dos três Senadores da época, o Senador Gilberto Mestrinho, o Senador Jefferson Péres e eu próprio. Havia uma unanimidade quanto ao fato de que aquilo seria um avanço para a nossa cidade.

Eu não consigo entender o que é que obstaculiza. Eu tenho certeza que o Governador Aécio Neves gostaria muito de ver a TV Senado instalada lá em canal aberto. Eu não sei o que é que obstacularizaria uma cidade importante da relevância de Belo Horizonte não receber o sinal aberto da TV Senado.

E no caso do Pará eu entendo que o mais justo seria a mesa através do 1º Secretário da Casa que é quem é responsável por isso, se dirigir à Governadora em tabular com ela firmes negociações, objetivas negociações no sentido de perguntar quais são as dificuldades, o que é que está faltando. Não tem cabimento ter em Manaus e não ter aqui em Belém. É um exemplo bem próximo. O que é que está faltando? Vamos lá. Faltando A, B, C e D. Vamos preencher o A, B, Com e D e a senhora precisa do D, E e F. E no final a curto prazo se faz com que o seu Estado que é merecedor de percebe qual é a atuação que cada um tem aqui. Esse é o grande valor da TV Senado, o seu Estado então poder receber um avanço, avanço tecnológico, um meio de comunicação a mais. A TV Senado hoje é uma grande proteção a parlamentares contra eventuais oligarquias que se instalam no Norte, no Nordeste, e que gostam de castrar a opinião dos que pensam em contrário à voz oficial. Pela TV Senado não, quem fala à TV Senado é ouvido, e basta lhe dizer que eu vi uma pesquisa aqui no meu Estado de 1 milhão e 100 mil eleitores, presumidas em Manaus, é o que tem em Manaus, 1 milhão e 100 mil leitores,

410 mil veem a TV Senado, dos quais 50 mil diariamente, e o restante quando dá, quando pode. Desses 410 mil 310 mil já me viram na TV Senado, ou seja, é mais do que costuma ser a TV Educativa, é mais do que costuma ser uma TV tal qual, é uma TV que disputa audiência, que tem programas culturais interessantes. Eu não vejo cabimento para nós não prosseguirmos nisso, e mais ainda, que nenhuma eiva de perseguição política ou de medo de opinião deva prevalecer. Seria uma conversa de V. Exa., do Senador Nery, do Senado Mário Couto com o 1º Secretário da Casa, Senador Heráclito Fortes, e dizer: "Heráclito vamos partir agora para o finalmente, vamos implantar a TV Senado no Pará". E aí vamos à Governadora e vamos ver o que é que está faltando. Tenho certeza que ela entenderá esse argumento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado, Senador Arthur Virgílio. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu quero só deixar claro. No caso de Minas Gerais o Governo do Estado quer que a TV Senado vá pra lá, é evidente que o Governador Aécio Neves quer que ela vá. A TV Senado é muito importante, inclusive, para mostrar, nesse momento, em que o Senado está sob críticas, mostrar que aqui realmente se faz muita coisa sim, que nós estamos trabalhando, estamos buscando soluções. Então, é importante que ela possa ser assistida pelo maior número de pessoas. No caso de Minas Gerais não é problema de localização lá, é diferente do Estado do Pará, em Minas é uma questão aqui do Governo Federal, através do Ministério das Comunicações e do próprio Senado que tem que se entender e tomar as providências necessárias para que seja possível transmitir ainda.

Eu aproveito também ainda, que voltei a ter a palavra, Presidente, para falar sobre o FUST. O FUST tem muito tempo que nós não falamos dele, tem 8 bilhões arrecadado pelo FUST já, sem uso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado, Senador Eduardo Azeredo. Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de reforçar tudo que foi dito a respeito da TV Senado, acompanho comunicação e televisão no nosso Estado, o Estado da Paraíba há 25 anos, e acredito que o trabalho feito pela TV Senado é impecável, sem restrição. E os Estados e as cidades que não tem a TV Senado em canal aberto está tendo um grande prejuízo.

Então, parabenizo toda a equipe que faz a TV Senado e acho que a população brasileira se enriquece com os pronunciamentos, com a cobertura das Comissões, com reportagens outras, a qualidade da TV Senado é exemplar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Roberto Cavalcanti.

Não há dúvida da importância da TV Senado hoje na comunicação mostrando o trabalho do Senado Federal. Nos lugares mais distantes por onde andamos, no meu caso, no Pará, você tem uma pessoa que lhe procura dizendo: "Assisto o seu depoimento na TV Senado através da antena parabólica" onde não tem a menor condição de instalar antena parabólica.

Agora, diferentemente, de Minas Gerais, no Estado do Pará o que faltou foi vontade política da Governadora Ana Júlia de ceder de forma onerosa espaço na TV Cultura para que ela pudesse colocar a TV Senado, e, portanto, colocar os seus equipamentos. Mas já o processo licitatório está andando, e, brevemente, mesmo não querendo a Governadora Ana Júlia, a população de Belém terá a TV Senado como TV aberta.

Eu quero saudar aqui a presença do Deputado Nilson Pinto do PSDB do Estado do Pará e a presença do nosso Desembargador Milton Nobre, ex-presidente do Tribunal de Justiça do nosso Estado, e indicado agora pelo Presidente do STF, Ministro Gilmar Mendes para compor o Conselho Nacional de Justiça. Parabenizo, então, ao Desembargador Milton Nobre. E, lamentavelmente, Senador Arthur Virgílio--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O Heráclito vem chegando, o Senador Heráclito podia olhar, ele está chegando olhar a questão da TV Senado para nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nós vamos procurar V. Exa. como 1º Secretário para que possamos trazer as informações aos Senadores da abertura da TV Senado em todo o território nacional, especialmente, em primeiro instante, nas capitais aonde não se encontra aberta ainda.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu estou me entendo com a Ana Júlia com relação ao Pará.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço muito. V. Exa. terá uma missão muito árdua. Mas como V. Exa. é hábil e teve um convívio com ela bastante proveitoso ao longo dos quatro anos que ela foi Senadora aqui, tenho certeza, absoluta que ela vai lhe atender. Não atendeu os três Senadores do Pará nem a TV Senado, mas V. Exa. ela atenderá.

Mas eu quero trazer uma notícia que gostaria de não dar aos meus pares. Acabei de receber a informação do falecimento da Sra. Lucimar Ferreira de Oliveira, genitora do Senador Luiz Otávio Campos. Conviveu conosco, foi presidente da CAE e foi Senador e continua... Eu digo sempre, Senador pelo Estado do

Pará. E a Sra. Lucimar estava gravemente enferma e faleceu no dia de hoje--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sentimento ao Senador Luiz Otávio, a todos os seus familiares. E quero fazer isso em nome da Comissão, se V. Exas. assim concordarem.

Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): --Presidente, quero me associar, e sei que V. Exa. já falava pelo Partido, mas eu repico esse sentimento. Quero me associar à moção de pesar pelo falecimento da genitora do nosso querido amigo e colega Luiz Otávio que é uma figura do Pará, mas também muito ligado ao Amazonas, tanto que ele tem um apelido que é do Amazonas, não é do Pará, ele é conhecido como "Pepeca". É assim que ele é conhecido lá.

E eu desejo muita resignação a toda família. Sei que essa é uma perda... Minha mãe faleceu de Alzheimer, oito anos de sofrimento, quando aconteceu parecia uma surpresa e não era para se surpreender mais, porque pelo estado deveria ser esperado a qualquer momento. Mas eu desejo muita resignação ao Luiz Otávio, a toda família, porque sei que essa perda é irreparável, essa perda é uma marca que fica e que dá uma sensação de solidão muito grande.

Então, o meu abraço fraterno em nome de todo o Partido ao nosso querido Luiz Otávio.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu agradeço ao Senador Arthur Virgílio. E peço à secretaria que encaminhe ao Senador Luiz Otávio os votos de pesar da Comissão, de todos os membros da Comissão. E que Deus dê a D. Lucimar, à sua alma a luz, a paz e o descanso eterno.

Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Também para me somar, Senador, juntamente com o Senador Arthur Virgílio e V. Exa., nesse momento de pesar da família do Senador Luiz Otávio, onde todos nós nos somamos, pedindo a Deus para que dê a todos conforto, e que tenham todos a resignação de compreender o momento da perda de sua genitora.

Mas também quero aproveitar para parabenizar ao Desembargador Milton Nobre pela sua indicação, pela indicação de V. Exa. para o Conselho Nacional de Justiça num momento muito difícil para o País, onde, sem dúvida nenhuma, a justiça brasileira está bem representada pelo Presidente Gilmar Mendes nessa sua caminhada de defesa do direito de estado e do direito do povo brasileiro.

Então, pedir a Deus que continuei lhe iluminando e que o senhor possa colaborar nessa missão, que todos nós temos a certeza que é fundamental para a preservação do processo democrático brasileiro. Meus parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Cícero Lucena.

Não havendo mais nenhum item da pauta, dou por encerrada a sessão de hoje da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

ATA DA 06ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2009.

Às dez horas e trinta e nove minutos do dia oito de abril de dois mil e nove, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Lobão Filho, Antonio Carlos Júnior, Cícero Lucena, Sérgio Zambiasi, Patrícia Saboya, Flávio Arns, Antônio Carlos Valadares, Leomar Quintanilha, Gilberto Goellner, Marco Maciel, Kátia Abreu e Eduardo Azeredo, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Valdir Raupp, Demóstenes Torres, José Agripino, Efraim Morais e Papaléo Paes. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº. 22, de 2008-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer "..., nos termos regimentais, que seja aditado ao requerimento n.º 22/2008, aprovado no dia 26/11/2008 de minha autoria, que requer Audiência Pública sobre "A Sistemática de formação de preços dos combustíveis", a participação da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle." O aditamento ao requerimento é aprovado. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº. 261, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Portomar para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipojuca, Estado de Pernambuco." O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº. 21, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à ASDECA –

Associação de Desenvolvimento Comunitário Alegriense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chã de Alegria, Estado de Pernambuco." O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº. 37, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Alfredo Chaves – ES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alfredo Chaves, Estado do Espírito Santo." O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº. 28, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Planeta Terra FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Cascavel, Estado do Paraná." O relator designado, ad hoc, é o Senador Antônio Carlos Valadares e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº. 36, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Nova Brasília para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina." O relator designado, ad hoc, é o Senador Antônio Carlos Valadares e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº. 57, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga concessão à TV Nova Conexão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná." O relator designado, ad hoc, é o Senador Antônio Carlos Valadares e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 381, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Renascer para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Alegre, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 423, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Exitus Sistema de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Rio das Pedras, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 482, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Tribuna de Petrópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 358, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Bairro Centro de Itaúba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaúba, Estado de Mato Grosso." O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 418, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Teixeira Carvalho Oliveira de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santana da Boa Vista, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 01, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Máxima FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Camaquã, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº. 02, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Florestal FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Planalto, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº. 03, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Amigos de Campo Bom para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº. 428, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente de Itiruçu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itiruçu, Estado da Bahia." O

relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº. 429, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária dos Moradores do Bairro Vila Brasil para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barreiras, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº. 50, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária de Canitar – ACDCC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canitar, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº. 363, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Difusora Viradouro FM Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Viradouro, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº. 34, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultura do Vale para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte." O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº. 356, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Itaitinga para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaitinga, Estado do Ceará." A relatora designada é a Senadora Patrícia Saboya e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº. 357, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação das Mulheres de São Pedro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jucás, Estado do Ceará." A relatora designada é a Senadora Patrícia Saboya e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº. 365, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "A prova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Cultura e Radiodifusão de Carnaubal – Ceará para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carnaubal, Estado do Ceará." A relatora designada é a Senadora Patrícia Saboya e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº. 385, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural dos Moradores de Barreira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barreira, Estado do Ceará." A relatora designada é a Senadora Patrícia Saboya e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº. 396, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Folha Popular Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Axixá do Tocantins, Estado do Tocantins." O relator designado é o Senador Leomar Quintanilha e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº. 398, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Colméia – TO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coméia, Estado do Tocantins." O relator designado é o Senador Leomar Quintanilha e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. Nesse momento, os Senhores Senadores Kátia Abreu, Eduardo Azeredo, Lobão Filho, Roberto Cavalcanti e Cícero Lucena requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta de requerimentos, com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 01: Requerimento nº. 05, de 2009-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que requer "..., nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta douta Comissão, em conjunto com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, de Assuntos Econômicos – CAE e, de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, de Assuntos Sociais – CAS, de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, de Educação, Cultura e Esporte – CE, de Serviços de Infraestrutura – CI, e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – CRE, com a finalidade de analisar e discutir a definição de Áreas de Proteção Permanente – APPS e o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e as implicações para o Agronegócio. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidadas para participarem da presente Audiência Pública: Gustavo Ribas Curcio, Doutor em Engenharia Florestal e Pesquisador

da EMBRAPA Florestas em Colombo – PR, o qual tratará do tema: Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPS: Uma Proposta de Parâmetros; – Evaristo Eduardo de Miranda, Doutor em Ecologia e Pesquisador EMBRAPA Monitoramento por Satélite em Campinas – SP, o qual tratará do tema: Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista: Implicações para o Agronegócio. Diante do grande número de comissões envolvidas no debate e da importância do tema a ser debatido, requeiro que a presente Audiência Pública seja realizada no próximo dia 29 de abril, às 09 horas, no Plenário do Senado Federal." O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 02: Aditamento nº 02 ao Requerimento nº. 03, de 2009-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que "Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, Requeiro Aditamento ao Requerimento nº 03 de 2009, com a finalidade de incluir no rol de convidados, o nome do Presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnologia (CONFIES), Professor Paulo Bracarense, para expor a posição da entidade sobre a situação das Fundações de Apoio às Universidades e o Futuro do Gerenciamento de Ciência e Tecnologia no Brasil." O aditamento ao requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 03: Requerimento nº. 06, de 2009-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Lobão Filho, Roberto Cavalcanti e Cícero Lucena, que requer "Nos termos regimentais, requeiro que seja dirigido convite ao Presidente da ANATEL, Ilustríssimo Senhor Ronaldo Mota Sardenberg para, no âmbito desta Comissão, prestar esclarecimentos sobre as Normas de Conduta do Ato de Fiscalização do Serviço de Radiodifusão." O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 04: Requerimento de Informação nº. 07, de 2009-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que requer "..., com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal e do art. 216, I do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitados ao Ministro de Estado das Comunicações, senador Hélio Costa, esclarecimentos sobre o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST, abaixo relacionados: Valor do Saldo Atual; Valor Mensal de Arrecadação em 2007, 2008 e 2009; Valores aplicados e respectivos programas executados conforme disposto no art. 5º da lei citada." O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às onze horas e quarenta e sete minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira**, **Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal.

Senador **Flexa Ribeiro,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, que se realiza nesta data 08 de abril de 2009.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores que concordam com seus termos permaneçam como se encontram. Aprovada. A ata será publicada no Diário do Senado Federal.

Antes de iniciar esta reunião informo a V.Exas. V.Exas., que no último dia 1º, foi aprovado no plenário desta Casa o Projeto de Resolução nº 11 de 2008, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior que "dispõe sobre a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens e revoga a resolução do Senado Federal nº 39 de 1992". Isto significa que passa a ser facultado ao Senado Federal, analisar documentos relativos aos atos de outorga ou renovação já analisados pela Câmara dos Deputados.

Essa medida evita a dupla checagem de documentação que era obrigatória. Entretanto – e isso é importante Sras. e Srs. Senadores – nada impede que esta Casa receba e analise denúncias a respeito de suposta irregularidade em um processo em andamento eventualmente encaminhado-as às autoridades competentes para a apuração.

Na realidade esse já tem sido o procedimento normal desta Casa, previsto no Art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal. Esta Comissão poderá considerar também a programação das emissoras para examinar o cumprimento da proposta a técnicas pactuadas com o Ministério das Comunicações. Essas propostas são elementos de pontuação na licitação com elas as concorrentes se prometem a destinar parte de sua programação diária medida em minutos, ao atendimento do Art. 221 da Constituição Federal que versa sobre programas jornalísticos, educativos informativos e também sobre produção local ou regional.

Solicito a Secretaria da Comissão que distribua as Sras. e Srs. Senadores cópia da redação final do

Projeto de Resolução nº 11 de 2008, com a lembrança de que a resolução só entrará em vigor com sua publicação.

Submeto a apreciação desta Comissão convite para o que Sr. Secretário de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas da União, TCU Sr. Cláudio Souza Castello Branco, participe de reunião técnica na próxima quarta-feira, dia 15 de abril, para discorrer sobre o tema "Os Resultados da Fiscalização do TCU na Área de Tecnologia da Informação e Apresentar Sugestão de Novas Fiscalizações".

Sras. e Srs. Senadores, sobre esse assunto, gostaria da atenção de V.Exas. Nós faremos na próxima quarta-feira uma Audiência Pública com a presença de convidados, a primeira de duas audiências públicas para tratarmos da fiscalização que o TCU fez nas Fundações de Pesquisa das Universidades Brasileiras.

A primeira reunião – pedir à Secretaria o nome dos participantes da primeira Audiência Pública – essa primeira reunião será na próxima quarta-feira dia 15. E será precedida de uma rápida exposição que eu estou submetendo a apreciação de V.Exas. do Sr. Cláudio de Souza Castello Branco, Secretário de Tecnologia da Informação do Tribunal; que fez a mim essa exposição no gabinete e eu achei que seria importantíssimo que os Membros da Comissão tivessem acesso a essa exposição que ele fez em que ele sugere novas fiscalizações que podem ser feitas utilizando a Secretaria de Informação do TCU.

Então ele fará essa exposição, é uma exposição muito breve de 10, 15 minutos, ele antecederá a Audiência Pública e em seguida a exposição do Dr. Cláudio Souza Castello Branco, nós faremos então a Audiência Pública sobre as Fundações de Pesquisa das Universidades Brasileiras.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): As Sras. e Srs. Senadores que concordam com o convite permaneçam como encontram. Aprovado.

A apresentação do Secretário de Tecnologia da Informação do TCU como eu disse, precederá a 1ª Audiência Pública que irá debater a situação das Fundações de Apoio às Universidades e o Futuro Gerenciamento de Ciência e Tecnologia no Brasil.

Antes de entrarmos na pauta, tenho sobre a mesa dois requerimentos extrapauta, que submeto a inclusão extrapauta desses requerimentos. O primeiro deles de autoria da Senadora Kátia Abreu, nos seguintes termos: "Requeiro nos termos do Art. 93 do inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal que seja realizada audiência Pública perante essa douta Comissão em conjunto com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor Fiscalização e Controle – CMA; de Agricultura e Reforma Agrária – CRA; de Assuntos Econômicos – CAE; de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ; de Assuntos Sociais – CAS; de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR; de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH; de Educação, Cultura e Esporte – CE; de Serviço de Infraestrutura – CI; de Relações Exterior e Defesa Nacional – CRE, com a finalidade de analisar e discutir a definição de áreas de proteção permanente APPs e o alcance territorial da legislação ambiental indianista e as implicações para a agronegócio.

O segundo requerimento que submeto à apreciação para inclusão extrapauta, é de autoria do Senador Eduardo Azeredo, nos seguintes termos: "Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro aditamento ao requerimento nº 03 de 2009, com a finalidade de incluir no rol de convidados o nome do Presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica, CONFIES, Prof. Paulo Bracarense para expor a posição da entidade sobre a situação das Fundações de apoio às Universidades e o Futuro do Gerenciamento da Ciência e Tecnologia no Brasil.

Submeto a apreciação dos Srs. e Sras. Senadores a inclusão extrapauta dos dois requerimentos lidos. Os Srs. e Sras. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovada a inclusão na pauta.

Antes de entrarmos na pauta eu quero agradecer a presença dos Senadores que estiveram atendendo ao convite da Associação Brasileira de Telecomunicação, através do seu Presidente Dr. Antônio Carlos valente no café da manhã. E um café que foi muito proveitoso porque com a presença praticamente todo o setor de telecomunicações do Brasil, tanto telefonia fixa como telefonia móvel. E nesse café foi distribuído aos Senadores presentes, material explicativo do desempenho do setor de telecomunicações no Brasil em 2008.

Eu peço a Secretaria que faça chegar a todos os Membros da Comissão, uma cópia dos documentos que foram distribuídos nessa café da manhã.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente eu ponho pela ordem novamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O primeiro pela ordem, era para colocar o requerimento já foi votado e já foi aprovado. O segundo pela ordem é que eu quero ainda a propósito dessa reunião de manhã, a questão que eu levantei lá é que eu quero apresentar aqui o requerimento que é a respeito dos

recursos do FUST, quanto que o Governo já arrecadou do FUST e onde está sendo aplicado.

Eu sei parcialmente a resposta, mas não aplicou nada ainda e continua desse mesmo jeito. Não é possível que essa Comissão não se posicione, quer dizer esse fundo é um Fundo de Universalização dos Serviços é um valor elevado fala-se em seis, sete, oito bilhões e nada desse recurso foi utilizado até hoje. De maneira que eu estou providenciando o requerimento que nós possamos nos posicionar a respeito da verdade solicitando urgência numa definição do Governo a esse respeito, são sete anos de Governo Lula já.

Não é possível que com sete anos eles não conseguiram fazer uma nova legislação para utilizar o FUST. Eu sei que a legislação ela dava alguma dificuldade burocrática, mas com sete anos não é possível. Sete anos não consegue fazer uma solução para desburocratizar o uso do FUST? Não dá para entender... Eu acho que esta Comissão ela está sendo omissa nesse caso, Presidente. Ela está sendo omissa no caso do FUST.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Eduardo Azeredo, V.Exa. tem toda a razão essa é uma questão que já sem vendo discutida desde a sessão legislativa anterior. Então eu solicito a V.Exa. que faça um requerimento para que nós possamos fazer uma Audiência Pública para discutir não só o FUST, mas todos os fundos como o FUST e o FISTEL, que também tem... O FUST é o pior de todos porque o FUST nenhum real foi aplicado, existe no tesouro mais de seis bilhões de reais sendo usado para o superávit primário.

Então V.Exa. encaminhe o requerimento para que possamos fazer uma Audiência Pública e mais do que isso, aprofundar a discussão da utilização dos recursos arrecadados pelos fundos setoriais, que são lamentavelmente utilizados--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador, só esclarecer que eu não estou dizendo... Quando eu falo de omissão eu acho que é da Comissão como um todo, não é nem de V.Exa. e nem do Senador Wellington.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com certeza absoluta nós temos que entrar nessa questão que já foi levantada, essa questão já foi discutida lamentavelmente não houve resposta do Governo.

Vamos à pauta item 1 da pauta, requerimento de minha autoria, Senador Flexa: "Requeiro, nos termos regimentais que seja aditado ao requerimento n.º 22/2008, aprovado no dia 26/11/2008 de minha autoria, que requer Audiência Pública sobre a sistemática de formação de preços dos combustíveis, a participação da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle".

Esse requerimento, Sras. e Srs. Senadores é para que nós possamos fazer a Audiência Pública já aprovada aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia, para discutirmos "A Sistemática de Formação dos Preços de Combustíveis", em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos e com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor Fiscalização e Controle. Ainda hoje no Bom Dia Brasil, o comentário da Jornalista Miriam Leitão, sobre a caixa preta que é a Petrobras, com relação à formação dos preços dos combustíveis.

Ainda na Comissão de Assuntos Econômicos na semana passada, o Presidente da Petrobras Dr. Sérgio Gabrielli, ele fez referência quando arguido sobre a questão do preço dos combustíveis dizendo: "Que na refinaria o litro do combustível era mais barato que o litro de d'água". Como a Petrobras não vende água engarrafada e nem combustível engarrafado eu acho que isso nos leva a poder discutir com maior profundidade numa Audiência Pública. E a minha proposta é que ao requerimento que foi já aprovado aqui, seja feita audiência em conjunto com a CAE e com a Comissão de Defesa do Consumidor.

Em discussão. Os Srs. Senadores que concordam com o requerimento, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senador Flexa, Presidente. Eu queria parabenizá-lo porque eu acho que esse é um assunto que toca toda a população brasileira, num momento em que você teve o petróleo o barril de petróleo com a perspectiva de chegar a 200 dólares. Hoje está em torno de 50 dólares, nós sabemos que tem que ter o processo de equalização no momento em que o petróleo subiu muito a Petrobras não subiu o correspondente no preço.

Mas é necessário até porque tem um item Presidente que eu acho fundamental participar dessa discussão, que é o item que pesa muito no bolso do trabalhador brasileiro do cidadão brasileiro que é o item transporte público. Nós temos uma política no Brasil de subsidiar, por exemplo, o diesel de embarcação pesqueira de transporte a uma política de incentivos e da redução desse preço.

E no transporte nesse momento onde muitas cidades do país estão discutindo, por exemplo, o preço da passagem do transporte coletivo, do ônibus o diesel tem um peso fundamental na composição do preço da passagem. E sem dúvida nenhuma nós devíamos iniciar essa discussão exatamente numa política de

redução do preço da composição da passagem que o diesel tem.

Então devia a Petrobras de imediato adotar uma postura de redução do diesel que move não apenas o trabalhador, mas ainda um peso maior que é os produtos que são transportados através de rodovias com o custo de diesel bastante elevado. Então isso quanto mais rápido melhor para que nós possamos discutir essa composição desse preço, principalmente em itens que vão beneficiar a população que paga um preço muito caro dos produtos transportados, bem como do passageiro da passagem para o trabalhador brasileiro.

Então eu quero parabenizá-lo por essa iniciativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Exa. Senador Cícero Lucena tem toda a razão. Essa Audiência Pública será bastante proveitosa para que a sociedade brasileira possa tomar conhecimento de como é composto o preço dos combustíveis que são oferecidos para movimentar o nosso país. Essa audiência já está aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos, vamos aprová-la da Comissão de Meio Ambiente, também em conjunto com a CCT e faremos a definição da data o mais breve possível.

Requerimento extrapauta já aprovada por V.Exa. da Senadora Kátia Abreu que já foi lido. Peço a Senadora Kátia Abreu que possa fazer a defesa do seu requerimento – apresentação e defesa.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigado, Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras.

Nós estamos propondo Sr. Presidente, uma reunião conjunta de todas as Comissões do Senado, no dia 29 às nove da manhã no Plenário do Senado, onde já peguei a autorização do Senador Sarney para isso.

A discussão é a respeito de um assunto da maior importância para todos nós, para todas as Comissões, para todos os segmentos do país quer seja movimentos sociais de educação de saúde e econômicos, que é a questão do meio ambiente.

Se eu pudesse como Presidente da CNA listar o maior problema do setor agropecuário hoje, a maior aflição, a maior angústia de pequenos, médios e principalmente e grandes é o Código Florestal Brasileiro. Não estamos discutindo e nem pretendendo debater a questão do desmatamento isso para nós é ponto vencido e nós sabemos da importância de não mais desmatar as áreas do Brasil. E concordamos até mesmo com uma moratória por um período grande e longo, para que nós pudéssemos conter e colaborar na questão do aquecimento global.

Nós queremos discutir Sr. Presidente é sobre as áreas consolidadas áreas que de 100, 200, 300 até 400 anos como o Nordeste áreas, por exemplo, de topo de morro com mais de 45 graus estão plantadas a cana brasileira, a primeira cana deste país. Então são áreas Sr. Presidente, que hoje se tornaram ilegais depois de anos e anos consolidadas, nós não queremos entrar mais no mérito se devemos ou não fazer. Nós pretendemos trazer aqui dois grandes pesquisadores da EMBRAPA, sem querer desmerecer os demais que estudam o tema no Brasil todo em várias academias.

Mas o Sr. Gustavo Ribas, que é doutor em Engenharia Florestal e Pesquisador da EMBRAPA Florestas no Paraná, que tratará da "Definição de áreas De Proteção Permanente – APPs", que estão às margens de rios e os topos de morro. O que tem de verdade; o que a ciência recomenda; o quanto é necessário; o que de fato é preciso fazer. E não para nós ficarmos a mercê dos 'achismos' e achados do setor produtivo, do setor dos ecologistas. Mas que a Ciência que é claro não definitiva e não vai definir e nem pautar 100% das nossas atitudes, mas nós temos que reconhecer que a Ciência é o marco e o rumo respeitável de qualquer país inteligente.

E trazendo também o Dr. Evaristo Eduardo de Miranda, doutor em ecologia e pesquisador da EMBRAPA – Monitoramento por Satélites em Campinas, o qual trará o tema "Alcance Territorial da Legislação Ambiental Indigenista – Implicações para o Agronegócio"

A EMBRAPA Satélite tem feito um trabalho extraordinário inclusive está colaborando com a Ministra Dilma, no sentido de fazer a observação através de satélite das obras e acompanhamento das obras do PAC, tamanha a perfeição e a precisão deste satélite para monitorar o território nacional. E nós iremos discutir os percentuais que a legislação exige para a proteção no território nacional.

Nós queremos, Sr. Presidente, apenas que os produtores possam ter paz e hoje diante do Código Florestal como está, diante do decreto publicado no final do ano passado nós temos uma legislação que está retroagindo ao longo de 1965, várias e várias vezes exigindo do produtor uma retroatividade que a lei não permite.

Nós estamos com um contencioso na Justiça infindável e não é isso que nós queremos. O produtor tem muita pouca habilidade no trato com a Justiça e nós gostaríamos muito que o Congresso Nacional pudesse através das orientações que achar pertinente que nós pudéssemos remodelar, que pudéssemos avançar, que pudéssemos avançar; que pudéssemos modernizar a legislação ambiental aonde de fato pudéssemos compatibilizar a produção de alimentos, o emprego, o PIB, as importações. É o único setor brasileiro que mantém superavitária a balança comercial, sem que isso possa

servir de argumento para nós não preservamos o meio ambiente. Muito pelo contrário.

Se alguém precisa deles neste mundo são os produtores rurais que precisam da água para a irrigação das sua áreas, para dar de beber aos seus animais e precisam também do solo estabelecido de forma correta para a produção, nós precisamos da biodiversidade que faz o equilíbrio das pragas que possam atingir a nossa produção.

Então, Sr. Presidente, existe um senso de muita realidade, de muita franqueza e sinceridade por parte dos produtores rurais deste país através da CNA e queríamos um debate ampla, um debate sincero, claro, transparente e que nós pudéssemos de fato ter uma legislação que o produtor possa cumprir. Nós estamos hoje jogando os produtores à ilegalidade por falta de praticabilidade da legislação. Nós não podemos de repente dizer aos produtores do Sul de Minas, que todo o café do Sul de Minas Gerais tem que ser arrancado; que todo o café do Espírito Santo tem que ser arrancado; que toda a cana do Nordeste tem que ser extirpada; que todas as maçãs plantadas em Santa Catarina também são ilegais; que toda a uva do Rio Grande do Sul está ilegal, porque estão todas sendo produzidas em topos de morros com mais de 45 graus.

E as várzeas que o CONAMA também à revelia da legislação do código considera APP, portanto, impedidas de serem aptas a produção. 109 anos de produção de arroz no Rio Grande do Sul! Lá só tem nada mais nada menos de que 75% do arroz consumido no país. Então, nós estamos fazendo um bem e ao mesmo tempo estamos sendo criminalizados. Se a Ciência, se a orientação disser que realmente todas estas áreas têm que ser extirpadas nós produtores rurais seremos obrigados a cumprir. Mas nós queremos um debate baseado no conhecimento, do entendimento e na experiência dos Senadores e Senadoras. E que o componente da Ciência possa ser um norteador dessas decisões que não tratam apenas do setor rural, mas também do setor urbano onde tem os exageros, onde tem as mentiras, onde tem os rancores e as mágoas, as ideologias o chiísmo(sic).

Então, nós queremos, Sr. Presidente, e nós ficamos muito constrangidos em debater como ecólogos porque nós não somos ecólogos, os produtores. E os ecólogos são aqueles que estudam são os cientistas que se prepararam para isso. Os ecologistas nós temos o maior respeito, mas nós não podemos misturar paixão num assunto tão sério para o país, principalmente para um setor um dos mais fortes talvez se não for o maior e o mais forte setor da economia nacional.

Eu queria muito que os Senadores pudessem aprovar esse requerimento e que principalmente pudessem estar presentes nessa Audiência Pública. Os pesquisadores pretendem cada um apenas usar de 30 minutos com um *data show*, com mapas e interessantíssimos que eu até própria apesar da experiência, me chocou a certa forma a apresentação.

O Presidente Lula já assistiu a apresentação, vários Ministros do Supremo Tribunal Federal já assistiram a apresentação, os Ministros de Estado. Enfim eles estão percorreram todo o Brasil, sendo chamados por vários setores para assistirem uma demonstração de bom senso, de realismo e de entendimento do que o Brasil precisa economicamente. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em discussão o requerimento da Senadora--

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador. Presidente, antes do requerimento... Presidente Flexa...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra o nosso Vice-Presidente, Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu pediria a Senadora Kátia Abreu que pudesse inclusive ampliar a área de debates em relação ao tema, porque eu acho este tema nevrálgico para o nosso país. Eu entendo que hoje os órgãos de proteção ao meio ambiente tratam o empreendedor verdadeiramente como inimigos. Há hoje uma situação em que o empreendedor brasileiro, o produtor, aquele que gera impostos e empregos são vistos pelos órgãos de proteção ao meio ambiente como verdadeiros inimigos e essa é uma situação insustentável.

Eu acho que deve ser discutido não só o Código Florestal, mas devem ser discutidas também as multas ambientais hoje que inviabilizam qualquer produtor brasileiro. Eu acho que deve ser discutido também a forma como o IBAMA cria zonas de preservação de forma descontrolada prejudicando quase todo o país, em relação a capacidade de produção agrícola por parte dos empreendedores.

Então eu acho que hoje o produtor brasileiro adquiriu tal consciência da necessidade da sustentabilidade do setor que nós vivemos um novo momento. E este momento cabe a nós Parlamentares legislar sobre o assunto para que não ocorra o descontrole que hoje rege a relação dos órgãos de meio ambiente e os produtores brasileiros.

É preciso que a gente intervenha com urgência para que o povo brasileiro não seja prejudicado no seu direito de produzir de gerar empregos e gerar impostos para o país. Então é louvável ao extremo o requerimento da Senadora Kátia Abreu e acho que de tão louvável ele deve ser ampliado, para que a gente

possa discutir em profundidade não só o Código Florestal, mas a atuação verdadeira dos órgãos de proteção municipais estaduais e federal de proteção ao meio ambiente.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Lobão Filho. Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu gostaria de agradecer o apoiamento do Senador Lobão Filho e aproveitando a sugestão de acrescentar e ampliar o debate, eu gostaria apenas de dar uma sugestão fazendo um lembrete.

Como é uma reunião conjunta, nós teremos 11 Comissões e mais os dois debatedores que eu aqui peço ao apoio dos Srs. e Sras.. Então que nós pudéssemos estabelecer assim como fizemos agora nos direitos humanos que cada uma das Comissões pudesse se interessar em indicar uma pessoa. E depois em consenso aprovaríamos, agora, a participação e depois a Comissão poderia pensar em quem indicar para o debate, para que não pudesse ser também bastante longo seriam 11 Comissões e dois, 13 debatedores para um dia.

Eu acho que é factível nós podemos estabelecer tempo rígido para todos para que seja cumprido, mas acho interessante a ampliação do debate. Então além de pedir o apoiamento para os dois pesquisadores que a Comissão pudesse indicar apenas mais um debatedor para essa questão. Muito obrigada, Senador Lobão Filho.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr, Presidente, para discutir Presidente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Senador Roberto Cavalcanti, depois Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu Crivella, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Marcelo Crivella, em seguida.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Presidente, eu gostaria de parabenizar a iniciativa da Senadora Kátia Abreu, dizer que esse país nosso é o país "do não pode". Ele nasceu não podendo. Ele nasceu como uma colônia e tudo tinha que ter um autorização do reino, depois o reino veio para cá e tinha que ter os ouvidores para autorizar as coisas.

A classe empresarial para tudo fazer tinha que conseguir superar todas as barreiras. Constituir uma empresa no Brasil ainda hoje é uma escalada do Everest. Então, essa preocupação da Senadora é extremamente válida, reforça as palavras do Senador Lobão no sentido de que tem que se estender mesmo o debate. Não se pode criar camarão no Brasil, por que o mundo todo globalizado pode e nós não podemos. Não se pode fazer hotéis na orla do Brasil por que a legislação ambiental...

Eu acho que o Brasil é um país extremamente maduro na conscientização ambiental. Eu acho que nós estamos numa disputa de globalização nós estamos numa crise endêmica mundial. Então é chegada a hora do Brasil acordar para permitir que o empreendedorismo no Brasil aconteça e às culturas e atividades agrícolas já implantadas, não sofram restrições e punições que estão hoje ameaçadas e criminalmente evidenciadas. Meus parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Leomar Quintanilha.

SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) Sr. Presidente, esse requerimento é extremamente oportuno e apropriado. Ele acaba de ser aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, isso porque compete a nós, Presidente, a nós membros desta Casa e os membros da Câmara a legislar neste país. E o que nós estamos observando é que há uma multiplicidade de órgãos legislando, usurpando o direito e o dever do Congresso Nacional de legislar.

Aliás, V.Exa. é testemunha da luta que travamos com vistas à discussão do uso do solo através da Medida Provisória 2166, que cansou de ser reeditada sem que nós conseguimos sobre ela nos manifestarmos. Ela não foi votada e virou lei pela forma como foi apresentado, pelo fato de ser Medida Provisória e passar a ter vigência desde a sua edição.

É uma lei que joga na ilegalidade a grande maioria dos produtores brasileiros que usavam o solo de acordo com a legislação anterior. E esta lei não foi aprovada, ela estendeu, sobretudo, a questão relacionada às reservas florestais. E a nossa legislação hoje ela está tão confusa, tão complexa, que se for para ser cumprida à risca, à luz da sua exigência, seguramente nós vamos parar a produção do país, vamos inviabilizar o setor produtivo agropastoril do país.

Então é importante que nós travemos essa discussão até para saber se há base científica na legislação vigente hoje no país a respeito do uso do solo brasileiro. Portanto, foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos tenho certeza, que será aprovado aqui e nas demais Comissões. E é urgente que façamos essa discussão à luz dos conhecimentos da Ciência e da Tecnologia, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, apenas para sugerir. Sendo a nossa Comissão de Ciência e Tecnologia que nós indicássemos alguém da EMBRAPA. Alguém da EMBRAPA que pudesse... Os dois já são da EMBRAPA? EMBRAPA Floresta e EMBRAPA Satélite. Eu não sei se a gente poderia trazer da EMBRAPA de Tecnologia de Solo ou Tecnologia e Alimentos, mas alguma coisa ligada a Ciência, porque a nossa Comissão aqui ela é de Ciência e Tecnologia. Era só essa a minha preocupação, Sr. Presidente.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, pela ordem. Quem sabe nós pudéssemos indicar alguém do Ministério da Agricultura, alguém do Ministério da Agricultura para participar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Esse Presidente, Senador Lobão Filho nós vamos poder... Cada Comissão vai poder indicar um debatedor, então nós faremos Senador Marcelo Crivella, Senador Leomar Quintanilha, em consenso da Comissão a indicação do debatedor da Comissão de Ciência e Tecnologia, que terá o espaço para debater na audiência conjunta do dia 29.

Eu quero parabenizar a Senadora Kátia Abreu pela iniciativa. Iniciativa que deve ter o apoio de todos Senadora Kátia Abreu, porque como V.Exa. propôs estamos iniciando uma fase, que eu acho que deve ser seguida, de se fazer uma Audiência Pública para assuntos que perpassam todas as Comissões, como é o caso da questão ambiental.

A questão ambiental hoje ela interfere em toda a ação do cidadão. E todos nós queremos fazer o desenvolvimento sustentável. Todos nós queremos é fazer com que o ambiente seja protegido, seja preservado. E nada melhor do que se discuta de uma forma ampla como propõe a Senadora Kátia Abreu, por todas as Comissões Permanentes do Senado Federal.

Eu quero parabenizá-la. Precisamos só fazer um ajuste de agenda, nós temos já no dia 29 próximo, agendado o Ministro Hélio Costa, para vir aqui na Audiência Pública. Vamos entrar em contato com o Ministro ver de que forma nós podemos fazer um ajuste de horário ou de dia com S.Exa., para que estejamos juntos no Plenário do Senado Federal nessa Audiência Pública conjunta de todas as Comissões do Senado.

Parabéns a V.Exa., com a proposta que eu coloco em votação. Os Srs. E Sras.. Senadoras que concordam com o requerimento apresentado permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Agradeço Sr. Presidente a todos os colegas Senadores e Senadoras. Eu tenho certeza absoluta que esse dia será um grande dia, um dia memorável onde nós podemos estar debatendo um dos assuntos mais importantes para o país hoje. Muito obrigada. Eu agora vou para a CCJ aprovar o nosso...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com certeza aprovará. O segundo requerimento extrapauta de autoria do Senador Eduardo Azeredo que já foi lido, também, quando da colocação de aprovação para inclusão extrapauta.

Eu pediria ao Senador Eduardo Azeredo que rapidamente fizesse a sua defesa do requerimento que apresentou da inclusão do Presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só porque é importante trazer o conhecimento dele para a discussão do tema.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como foi lido o Presidente Azeredo, requer que nas audiências públicas que faremos para discutir a questão das Fundações de Apoio as Universidades e o Futuro do Gerenciamento de Ciência e Tecnologia no Brasil, que seja convidado o Presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior de Pesquisa Científica e Tecnologia, Prof. Paulo Bracarense.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir em votação. Aprovada.

Vamos aos demais itens da pauta. Itens terminativos. Senador Marco Maciel, ele foi a CCJ, vamos deixar o item 2 e o item 3, para o final que ele estará retornando. Senador Casa Grande. Vamos ao Item 10.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Trata-se de projeto de decreto legislativo que renova a permissão--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu vou fazer a leitura do Item, por favor.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pois não, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item de 10. Projeto de Decreto Legislativo nº. 482, de 2007. Terminativo. "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Tribuna de Petrópolis Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em

frequência modulada, na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro."

Senador Marcelo Crivella, V.Exa. era o Relator deste item, mas na sessão anterior, o Senador Roberto Cavalcanti foi designado Relator *ad hoc* e nessa ocasião o Senador Arthur Virgílio pediu vistas e o processo foi devolvido sem manifestação.

Então ele retorna à pauta apenas para que possamos dar conclusão ao relato que o Senador Roberto Cavalcanti, já o fez, mas V.Exa. terá também a oportunidade de fazer referência, por ser da cidade do Rio de Janeiro, da querida Petrópolis.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Querida Petrópolis, Presidente, quero até dizer que ela está fazendo 166 anos. Ela foi criada pelo nosso D. Pedro II, que fez a para ele Petrópolis e para a esposa, Teresa Cristina fez Teresópolis, todas as duas na Serra dos Órgãos. Cidade encantadora de um povo trabalhador ordeiro, educado. Muito fria tem sido castigada pelas chuvas, mas o povo adora a rádio, porque vamos dizer assim é lá em Petrópolis, sobretudo em Petrópolis, que as pessoas são muito caseiras devido ao clima um veículo extraordinário.

Então eu quero aqui agradecer ao Senador Roberto Cavalcanti que fez o relatório, ao Senador Arthur Virgílio que devolveu sem observações. E dizer que peço voto a todos para a renovação dessa outorga a nossa Rádio Tribuna de Petrópolis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Muito obrigado, Senador Crivella. Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Como já foi relatado, trata-se de uma re-renovação de uma rádio que já opera na cidade de Petrópolis, é o PDL nº. 482, de 2007. Terminativo. "Aprova o ato de renovação de permissão de outorgada à Rádio Tribuna de Petrópolis Ltda, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.".

O relatório como dizia já veio o processo da Câmara dos Deputados, na Câmara dos Deputados o parecer considera que juridicamente, constitucionalmente está na boa técnica legislativa, aqui na Casa todas as observações são extremamente positivas. Então o voto é pela aprovação da renovação da Rádio Tribuna de Petrópolis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Roberto Cavalcanti. Item 11. Relator, Senador Gilberto Goellner. Projeto de Decreto Legislativo nº. 358, de 2008. Terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Bairro Centro de Itaúba, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaúba, Estado de Mato Grosso."

Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores, examinando a documentação que acompanha esse projeto, opinamos pela aprovação da outorga de autorização à Associação dos Moradores do Bairro Centro de Itaúba, Estado de Mato Grosso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Gilberto Goellner. Vamos fazer a leitura de todos os pareceres e como a votação é nominal, faremos ao final em conjunto de todos os projetos.

Itens, 12, 13, 14 e 15 da pauta. Relator Senador Sérgio Zambiasi. Item 12. Projeto de Decreto Legislativo nº. 418, de 2008. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Teixeira Carvalho Oliveira de Comunicação Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santana da Boa Vista, Estado do Rio Grande do Sul."

Item 13. Projeto de Decreto Legislativo nº. 01, de 2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Máxima FM Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Camaquã, Estado do Rio Grande do Sul."

Item 14. Projeto de Decreto Legislativo nº. 02, de 2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Florestal FM Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Planalto, Estado do Rio Grande do Sul."

Item 15. Projeto de Decreto Legislativo nº. 03, de 2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Amigos de Campo Bom, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul."

Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente, Senador Flexa Ribeiro, sintetizando os votos de todos os projetos de Decreto Legislativo citados por V.Exa., os pareceres são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Sérgio Zambiasi. Vamos aos itens 16 e 17 de relatoria, do Senador Antonio Carlos Júnior.

Item 16. Projeto de Decreto Legislativo nº. 428, de 2008. Terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente de Itiruçu, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itiruçu, Estado da Bahia."

Item 17. Projeto de Decreto Legislativo nº. 429, de 2008. Terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária dos

Moradores do Bairro Vila Brasil, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barreiras, Estado da Bahia."

Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, tanto os projetos de Decreto Legislativo referentes às rádios comunitárias, tanto de Itiruçu como de Barreiras, tem parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Antonio Carlos Júnior.

Item 18. Relatoria Senador Eduardo Azeredo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 50, de 2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária de Canitar, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canitar, Estado de São Paulo."

Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, tendo em vista que o exame da documentação não evidenciou violação da legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a Associação Cultural de Difusão Comunitária de Canitar, no Estado de São Paulo, para executar serviço de rádio difusão comunitária, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item 19. Projeto de Decreto Legislativo nº. 363, de 2008. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Difusora Viradouro FM Comunicações Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Viradouro, Estado de São Paulo."

Senador Marcelo Crivella, Relator.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, o voto é favorável. A Rádio Difusora Viradouro Fm Comunicações Ltda, apresentou toda a documentação, há juridicidade, constitucionalidade e não há nada contra a renovação da permissão da outorga. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado, Senador Marcelo Crivella. Itens, 21, 22, 23 e 24. Itens de relatoria da Senadora Patrícia Saboya.

Item 21. Projeto de Decreto Legislativo nº. 356, de 2008. Terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Itaitinga, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaitinga, Estado do Ceará."

Item 22. Projeto de Decreto Legislativo nº. 357, de 2008. Terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação das Mulheres de São Pedro, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jucás, Estado do Ceará."

Item 23. Projeto de Decreto Legislativo nº. 365, de 2008. Terminativo. "A prova o ato que outorga autorização À Associação Comunitária de Cultura e Radiodifusão Carnaubal, Ceará para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carnaubal, Estado do Ceará."

Item 24. Projeto de Decreto Legislativo nº. 385, de 2008. Terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural dos Moradores de Barreira, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barreira, Estado do Ceará."

Senadora Patrícia Saboya.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Presidente, o parecer das quatro rádios, a documentação se encontra perfeita, não há absolutamente nada que possa desaprovar, permitindo o nosso exame que não evidenciou violação da legislação, não havendo, reparos.

Portanto, aprovamos tanto a outorga a autorização a Associação Cultural de Itaitinga, na cidade de Itaitinga, como também a Associação Comunitária de Cultura e Rádio Difusão de Carnaubal, como também a Associação das Mulheres de São Pedro e a Associação Comunitária Cultural dos Moradores de Barreiras, portanto, o nosso parecer é favorável a toda as quatro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a Senadora Patrícia Saboya. Itens 25 e 26. Relatorias do Senador Leomar Quintanilha.

Item 25. Projeto de Decreto Legislativo nº. 396, de 2008. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à Folha Popular Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Axixá no Tocantins, Estado do Tocantins."

Item 26. Projeto de Decreto Legislativo nº. 398, de 2008. Terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Colméia, Tocantins, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colméia, Estado do Tocantins."

Senador Leomar Quintanilha.

SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) Sr. Presidente, Srs. Senadores, tendo em vista que as duas instituições apresentaram a documentação correta e não há nada que fira a legislação pertinente, o voto é pela aprovação da outorga às rádios

comunitárias de Axixá no Tocantins e de Colméia, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Leomar Quintanilha.

Vamos aos itens 2 e 3, de relatoria do Senador Marco Maciel.

Item 2. Projeto de Decreto Legislativo nº. 261, de 2008. Terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Portomar para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipojuca, Estado de Pernambuco."

Item 3. Projeto de Decreto Legislativo nº. 21, de 2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à ASDECA, Associação de Desenvolvimento Comunitário Alegriense, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chã de Alegria, Estado de Pernambuco."

Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, tantos os itens 2 quanto o item 3, ambos têm o parecer favorável, tendo em vista que foram satisfeitas as exigências previstas na Constituição e na legislação em vigor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Marco Maciel. Vamos ao Item 4. Relator, Senador Casa Grande. Projeto de Decreto Legislativo nº. 37, de 2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Alfredo Chaves, Espírito Santo, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alfredo Chaves, Estado do Espírito Santo."

Senador Renato Casa Grande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado Senador Flexa, nosso Presidente, Senadores e Senadoras. O Item 4, Sr. Presidente, aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Alfredo Chaves, Espírito Santo, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alfredo Chaves.

É um processo que nós estamos acompanhando há muito tempo é fundamental que uma cidade pequena como a de Alfredo Chaves, tenha uma forma de se comunicar democraticamente. E tenho certeza que a autorização que nós vamos var aqui agora ela vai ser uma autorização que vai beneficiar muito aquela comunidade. Portanto, o meu voto é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Casa Grande.

Itens 5, 6 e 7, relatoria do Senador Flávio Arns. Solicito ao Antônio Carlos Valadares, para que faça a relatoria *ad hoc*.

Item 5. Projeto de Decreto Legislativo nº. 28, de 2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à Planeta Terra FM Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cascavel, Estado do Paraná."

Item 6º. Projeto de Decreto Legislativo nº. 36, de 2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Nova Brasília para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina."

Item 7. Projeto de Decreto Legislativo nº. 57, de 2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga concessão à TV Nova Conexão Ltda, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná."

Antônio Carlos Valadares, como Relator *ad hoc*.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, o nosso voto é que tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL, de cada uma dessas emissoras não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39 de 92, do Senado Federal.

E não havendo reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação da outorga de todas essas emissoras, cuja relatoria coube ao Senador Flávio Arns e o autor é o Poder Executivo, favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Antônio Carlos Valadares.

Itens 8 e 9, do Senador Gerson Camata, que solicito ao nosso vice-presidente, Senador Lobão Filho para ser Relator *ad hoc*.

Item 8. Projeto de Decreto Legislativo nº. 381, de 2008. Terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Renascer para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Alegre, Estado de São Paulo."

Item 9. Projeto de Decreto Legislativo nº. 423, de 2008. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à Exitus Sistema de Comunicação Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio das Pedras, Estado de São Paulo."

Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, tendo sido atendidos todos os dispositivos legais de ambos os projetos o parecer é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Lobão Filho, vamos

ao último item da pauta. Item 20. Relatoria do Senador José Agripino. Solicito ao Senador Gilberto Goellner, para que possa fazer a leitura como Relator *ad hoc*.

Item 20. Projeto de Decreto Legislativo nº. 34, de 2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultura do Vale, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte."

Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores avaliando a documentação desse projeto opinamos, pela sua aprovação do ato de outorga dessa Associação Comunitária Cultura do Vale, na cidade de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço. Coloco em discussão os itens, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, cujos pareceres já foram lidos. Em discussão. Senador Roberto Cavalcanti para discutir.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria mais uma vez de fazer uma ressalva, nós estamos aqui aprovando em bloco uma concessão de TV, várias concessões em vários Estados de emissoras de frequência modulada e várias emissoras, chamadas rádios comunitárias.

Em primeiro lugar eu gostaria de dizer que eu tenho total carinho, admiração e acho que é de uma valia social fantástica as rádios comunitárias. Porém, mais uma vez venho a esta Comissão, ressaltar que se faz necessário urgenciarmos procedimentos, não junto ao poder concedente, mas influenciado pelo poder concedente junto aos poderes de fiscalização que no Brasil são extremamente falhos na fiscalização de rádios culturais, emissoras de TVs que são falsas emissoras culturais. E emissoras de rádios comunitárias que não são a maioria, mas são exceções, mas emissoras que interferem no espectro da rádio comunicação brasileira atuando com frequências distorcidas e principalmente com transmissores acima das potenciais pré-estabelecidas.

Então mais uma vez votarei favorável a todas elas, antecipo o meu voto, mas gostaria que algo acontecesse no Brasil em termos de instrumentos de fiscalização, porque hoje nesse país no tocante a telecomunicação é ineficiente na fiscalização.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Exa. já--

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Exa. já fez referência a este assunto que tem que ter por parte da Comissão o atendimento, vamos chamar a Anatel para que a Anatel que tem a responsabilidade da fazer a fiscalização possa dar um esclarecimento a todos os Membros da Comissão. Para discutir, Senadora Lúcia Vânia e depois Senador Lobão Filho.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Essa votação será nominal Sr. Presidente?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, só para me somar a essa.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Essa votação será nominal?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nominal.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Só para me somar a essa preocupação do Senador Roberto Cavalcanti, no sentido de que a questão da fiscalização... Nós temos um processo aqui e essa Comissão é bastante ágil e procura ser mais rápida possível na concessão, mas nós temos que estabelecer um retorno do procedimento da fiscalização.

Tanto para rádio comunitária, para rádios comunitária culturais de fundações culturais, televisões também de fundações culturais, enfim o sistema de telecomunicação a Comissão participa de forma efetiva na concessão, mas nós não estamos acompanhando e cobrando a questão da fiscalização.

Então eu acho isso muito importante para que cada um cumpra aquilo que foi concedido aqui, somente cumprir a lei. Infelizmente é isso que nós estamos pedindo algo que deveria está sendo feito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Cícero Lucena. Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Corroborando o posicionamento de diversos Senadores dessa Comissão, eu estou ingressando agora com um requerimento, onde me permita ler o requerimento: "Nos termos regimentais requeiro seja dirigido convite ao Presidente da Anatel, Ilmo. Sr. Ronaldo Sardenberg, para no âmbito desta Comissão prestar esclarecimento sobre as normas de conduta do ato de fiscalização do serviço de rádiodifusão".

Então, eu ingresso agora com esse requerimento--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, eu gostaria de--

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Convocando o Presidente da Anatel.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de me acostar ao requerimento e se possível, assinar conjuntamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Será um prazer.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Da mesma forma.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Terminada a discussão. Vamos à votação nominal dos projetos relatos aqui. Como vota Senador Marcelo Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Vamos lá [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Casa Grande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senadora Patrícia Saboya.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Leomar Quintanilha.

SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sim. Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Aprovados por unanimidade com 13 votos.

Coloco em discussão o requerimento do nosso vice-presidente Senador Lobão Filho, que requer que seja dirigido convite ao Presidente da Anatel, Ilmo. Embaixador Sr. Ronaldo Sardenberg, para no âmbito dessa Comissão prestar esclarecimentos sobre as normas de conduta do ato de fiscalização do serviço de rádio difusão.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir em votação. Aprovado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já dou a palavra a V.Exa., Senador Eduardo Azeredo.

Quero comunicar a todos os Membros da Comissão que o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara Federal Deputado Eduardo Gomes, ele solicita que possamos fazer aquela audiência que faremos na quarta-feira próxima, em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara para que discutamos aqui o parecer do Tribunal de Contas sobre as fundações de pesquisa das universidades brasileiras.

Então eu coloco em discussão a proposta de sessão conjunta da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado e da Câmara, para as audiências públicas que tratarão da questão das fundações de amparo e pesquisa brasileiras.

Não havendo quem queira discutir em votação. Aprovado.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu gostaria de comunicar a esta Comissão que foi publicado no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Senado, a Resolução nº 3 de 2009, que regula os procedimentos no caso de outorga, a renovação de concessão permissão e autorização para servir

de rádiodifusão sonora de sons e imagens. O PRS 11 de 2008, que foi da minha autoria e que a partir de agora passa a ser uma resolução do Senado que vai regular a tramitação nesta Comissão e no Senado sobre a renovação outorga de concessões de serviço de rádiodifusão.

Era só essa comunicação que gostaria de fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao V.Exas., Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, eu estou formalizando aqui o requerimento, mas pode votar outro dia, se não quiser votar hoje, mas se puder hoje melhor ainda. O requerimento que com base no artigo 50, parágrafo 2º da Constituição Federal, do Art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado ao Ministro de Estado das Comunicações, Senador Hélio Costa, esclarecimento sobre o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações FUST, abaixo relacionado: Valor do saldo atual, valor mensal de arrecadação, em 2007, 2008 e 2009 e quais os valores aplicados em respectivos programas executados conforme o dispositivo no Art. 5º da lei citada.

Na justificativa, Sr. Presidente, eu estou exatamente argumentando que no seu Art. 1º, a lei diz que o FUST tem por finalidade proporcionar recursos destinados a cobrir a parcela de custo exclusivamente atribuível ao cumprimento da obrigações de universalização de serviço de telecomunicações, que não possa ser recuperada com a aplicação eficiente do serviço.

Então o que nós estamos vendo? É que por exemplo, no caso da telefonia celular nós já temos uma ampliação grande, vimos até hoje na apresentação da TELEBRASIL que nós já temos 78% ou tínhamos em 2006, 78% da de população atendia com telefonia celular. Acontece que não é em todo o Brasil. Lá no Estado de Minas Gerais nós tivemos um programa de muito sucesso que o Governador Aécio Neves implantou e já executou, que é o programa que fez com que todos os 853 municípios mineiros tivessem sinal de celular. O que acontecia? Exatamente o que está aqui, metade dos municípios tem retorno econômico. Então, as operadoras já tinham colocado e a outra metade dos municípios não tinham retorno econômico. Então o Governador fez uma parceria pública privada, uma PPP na qual o Governo do Estado entrou com parte do recurso e as operadoras com outra parte, com isso conseguiu-se atingir todos os municípios mineiros. Eu sei que existem projetos nesse sentido do governo federal, mas nós não temos notícia se isso já evoluiu.

No seu Estado do Pará está tudo completo? Que eu saiba não. Então eu estou exatamente querendo com esse requerimento é saber uma informação sobre esse FUST que pé que nós estamos nessa aplicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço Senador Eduardo Azeredo. V.Exa. foi bastante ágil, porque colocou esse assunto no início da reunião e já apresentou o requerimento que coloco em discussão a sua inclusão extrapauta.

Não havendo quem queira discutir em votação. Aprovado. E coloco agora o requerimento para a aprovação, para que como diz o Senador autor do requerimento Senador Eduardo Azeredo, requeiro com base no Art. 50, parágrafo 2º da Constituição Federal e do Art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado ao Ministro do Estado de Comunicações, Senador Hélio Costa, esclarecimentos sobre o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações FUST, abaixo relacionado: Valor do saldo atual, valor mensal de arrecadação, em 2007, 2008 e 2009 e quais os valores aplicados em respectivos programas executados conforme o dispositivo no Art. 5º da lei citada.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir em votação. Aprovado. E por último--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, antes só agradecendo--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não, Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu quero dizer que na semana passada eu falei sobre o requerimento aqui da questão da TV Senado, que a TV Senado não está em sinal aberto em várias cidades e inclusive na capital mineira.

O meu requerimento na verdade a informação da Secretaria é que ele está no Plenário, ele foi apresentado em Plenário e não nesta Comissão então ele está aguardando a votação em Plenário, mas é um assunto do interesse de V.Exa. também. Quer dizer eu acho que a TV Senado precisaria estar em sinal aberto, pelo menos nos capitais brasileiras.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com certeza, Senador Eduardo Azeredo. Esse é um assunto que vários Senadores têm buscado informações Senador Lobão Filho e Senador Cícero Lucena, em saber quando que a TV Senado vai se tornar uma tempo aberta em todo o Brasil.

Eu vou trazer à discussão na próxima sessão da Comissão de Ciência e Tecnologia um convite para que o Diretor da Área de Comunicação do Senado venha

até aqui e possa expor a todos nós qual a dificuldade que ele está encontrando e, em quais Estados essas dificuldades existem para que a TV Senado ainda não seja uma TV aberta.

Faremos isso na próxima sessão. Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Só a título de esclarecimento já que eu sou egresso do setor. Os passos normal: Primeiro, requerimento de canal de concessão em cada município a ser atingido, então, o Senado tem que requer ao Ministério das Comunicações o canal na cidade de Belém, por exemplo.

Segundo. Tem que colocar no orçamento do Senado a construção, a colocação de um transmissor torre e antena e uma edificação, para que possa pegar o sinal via satélite aqui de Brasília e retransmitir lá em Belém, então, esses são os passos.

É preciso que o Senado tenha orçamento, é preciso que peça ao Ministério das Comunicações o canal pertinente para retransmissão no canal naquele Município.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a vinda do--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senado, mas pelo que eu saiba a TV Senado já pediu isso. Ela já tem pedido, tinha um programa de levar a TV aberta a toda as capitais. Então até onde eu sei posso estar enganado, a TV Senado já fez isso, ela já fez esse essa solicitação e evidentemente com recursos também previstos.

O que nós precisamos saber é qual o cronograma de implantação.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Então vamos incluir o requerimento chamando o Diretor do Senado, bem como a Diretoria de Outorga do Ministério das Comunicações para saber em que pé que estão os processos do Senado Federal em relação às outorgas requeridas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com certeza. E por último informar as V.Exas. o convite da EMBRAPA, aos Membros da Comissão de Ciência e Tecnologia, Informação, Comunicação e Informática para um café da manhã com a Diretoria Executiva da EMBRAPA, no próximo dia 15 de abril, quarta-feira, às 08h30 na sede localizada no Parque Estação Biológica aqui em Brasília, Distrito Federal.

Eu pediria a Secretaria que entrasse em contato com o Diretor Presidente que nos encaminhe o convite Dr. Kepler Euclides Filho, no sentido de encontrarmos uma nova data porque no próximo dia 15, às 08h30 teremos a Audiência Pública para discutir a questão das Fundações de Amparo e Pesquisa das Universidades Brasileiras.

Não havendo mais nenhum assunto em pauta, declaro encerrada a presente sessão.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, COM A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2009

Às oito horas e cinqüenta e seis minutos do dia quinze de abril de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala treze, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado de Oliveira, Lobão Filho, Gerson Camata, Valdir Raupp, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi, Flávio Arns, Antônio Carlos Valadares, João Ribeiro, Eduardo Azeredo, Arthur Virgílio e Cristovam Buarque, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a participação dos membros da Comissão de Ciência e Tecnologia e Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta, Antonio Carlos Júnior, Demóstenes Torres, José Agripino, Efraim Morais e Patrícia Saboya. Justifica a ausência o Senhor Senador Cícero Lucena. Comparecem à reunião os Deputados Federais Eduardo Gomes, presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia e Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, Professora Raquel Teixeira, 1ª Vice-Presidente, Bilac Pinto, Júlio Semeghini, Paulo Roberto, Solange Amaral, Bispo Gê Tenuta, Glauber Braga, Paulo Henrique Lustosa, Sandes Júnior, Paulo Lima, Uldurico Pinto, Paulo Teixeira e Gilmar Machado. Havendo número regimental abre-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, a primeira parte convocada na forma de Reunião Técnica, com a presença do Senhor Cláudio Souza Castello Branco, Secretário de Fiscalização de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas da União – TCU, a fim de discorrer sobre os resultados da fiscalização do TCU na área de tecnologia da informação e apresentar sugestão de novas fiscalizações. Finda a exposição,

a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores e Deputados. Usam da palavra os Senhores Roberto Cavalcanti, Lobão Filho, Flávio Arns, Eduardo Azeredo, Valdir Raupp, Marcelo Crivella, Wellington Salgado de Oliveira e os Senhores Deputados Júlio Semeghini e Bilac Pinto. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Senador Flexa Ribeiro encerra a 1ª parte da Reunião. Nesse momento o Presidente, Senador Flexa Ribeiro, passa a Presidência ao Senhor Senador Lobão Filho, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão. Dando prosseguimento, iniciam-se os trabalhos da segunda parte da reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 003-CCT, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "Requer, nos termos Regimentais, que seja dirigido convite às autoridades abaixo relacionadas para, em Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, seja debatida a situação das Fundações de Apoio às Universidades e o futuro do gerenciamento de ciência e tecnologia no Brasil: Ministro da Educação, Prof. Drº. Fernando Haddad; Ministro da Ciência e Tecnologia; Prof. Drº. Sérgio Machado Rezende; Presidente do Tribunal de Contas da União; Drº. Ubiratan Aguiar; Presidente da Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES; Prof. Drº. Amaro Lins (Reitor da UFPE); Reitor da UFMG, Prof. Ronaldo Pena; Presidente da Academia Brasileira de Ciências; Drº. Jacob Palis; Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Drº. Marco Antônio Raupp," ao aditamento nº 01-CCT, de 2009, de autoria dos Senadores Flávio Arns e Cristovam Buarque que, "Requer, nos termos Regimentais e Constitucionais, que seja aditado ao requerimento de nº 03/2009 – CCT de autoria do Senador Flexa Ribeiro, aprovado nesta Comissão no dia 25/03/2009, o nome do Drº. José Geraldo de Sousa Junior, Reitor da UnB", e ao aditamento nº 02-CCT, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que "Nos Termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro aditamento ao Requerimento nº 03 de 2009, com a finalidade de incluir no rol de convidados, o nome do Presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnologia (CONFIES), Professor Paulo Bracarense, para expor a posição da entidade sobre a situação das Fundações de Apoio às Universidades e o futuro do gerenciamento de ciência e tecnologia no Brasil". Comparecem à reunião os Senhores José Rubens Rebelatto, Diretor de Hospitais Universitários Federais e Residências de Saúde da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação; Neusa Coutinho Affonso, Secretária de Controle Externo do Tribunal de Contas da União – TCU, no Estado de Minas Gerais; Ricardo de Bastos Cambraia, Analista de Controle Externo do Tribunal de Contas da União – TCU; Ronaldo Pena, Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e Paulo Afonso Bracarense Costa, Presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica – CONFIES. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores e Deputados. Usam da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque e Lobão Filho e os Senhores Deputados Federais Paulo Lima, Bilac Pinto e Professora Raquel Teixeira. O Senhor Vice-Presidente Senador Lobão Filho, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e vinte e seis minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal.

Senador **Flexa Ribeiro,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

07ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, COM A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Bom dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberto a 7ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a participação dos membros da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza nesta data, 15 de abril de 2009.

Iniciando os trabalhos dessa reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores que concordam com os seus termos, permaneçam como se encontram. Aprovado. A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Eu quero saudar a presença dos membros da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, em nome do Presidente da Comissão, Deputado Eduardo Gomes.

Para nós, da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal, é uma honra e uma alegria tê-los aqui conosco para partilharmos desta Audiência Pública, da maior importância, que tratará sobre a questão de, para que possamos debater a questão das fundações de apoio às universidades e futuro do gerenciamento da ciência e tecnologia no Brasil.

Antes de começarmos a audiência propriamente dita, comunico o recebimento da correspondência BRA/TEC/2009-0345, encaminhada pelo Sr. Ary Mergulhão, oficial de Ciência e Tecnologia da Unesco, que envia alguns exemplares da publicação em que constam os melhores trabalhos escritos e desenhos dos estudantes do Ensino Médio que participaram do concurso cujo tema foi "Diversidade e Desenvolvimento Sustentável", em comemoração ao Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, celebrado anualmente no dia 10 de novembro. O Senado Federal, por intermédio dessa Comissão, foi uma das instituições parceiras.

Solicito à Secretaria da Comissão que distribua um exemplar da referida publicação para as Sras. Senadoras e Srs. Senadores. O exemplar está sobre a mesa de V.Exas. E pediria também, havendo número suficiente, que a Secretaria pudesse disponibilizar também às Sras. e Srs. Deputados.

A nossa reunião de hoje, a nossa pauta, nós temos dois itens. Mas antes, eu quero também informar aos membros da Comissão que nós tínhamos programado a visita do Excelentíssimo Sr. Ministro das Comunicações, Ministro Hélio Costa, no próximo dia 29 de abril. E recebemos do gabinete do Ministro um ofício lamentando da impossibilidade do Ministro vir até a Comissão no dia 29 face uma missão oficial do Sr. Ministro ao Chile, para tratar da adesão daquele país ao Sistema Brasileiro de Televisão Digital. Então, nós vamos buscar novamente um contato com o Sr. Ministro Hélio Costa para que possamos agendar a sua vinda à Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação do Senado numa próxima data a ser definida.

Para darmos início à primeira parte da reunião de hoje, que é uma parte técnica, uma reunião técnica, que nós convidamos o Secretário de Fiscalização e Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas da União, TCU, senhor Cláudio de Souza Castello Branco, para que tome assento à Mesa.

Dr. Cláudio de Souza Castello Branco, como disse, ele é o Secretário de Fiscalização de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas da União. Ele fará uma exposição técnica do trabalho desta Secretaria de Tecnologia da Informação, do TCU, para que possa subsidiar ao Senado e também à Câmara, através das suas Comissões respectivas, das informações que ele tem e das oportunidades que ele vai oferecer ao Congresso Nacional através das duas Casas de uma parceria com o Tribunal de Contas da União em fiscalizações que poderão ser feitas utilizando a Secretaria de Tecnologia e Informação do TCU.

Então, eu passo a palavra ao Dr. Cláudio de Souza Castello Branco, para que ele possa fazer a sua exposição.

SR. CLÁUDIO SOUZA CASTELLO BRANCO: Muito obrigado, Senador.

Em primeiro lugar, agradecer ao Senador Flexa Ribeiro, ao Deputado Eduardo Gomes, e a todos os Senadores e Deputados aqui presentes e demais participantes também desse evento.

A oportunidade de apresentar a uma Casa tão nobre os trabalhos que foram feitos pela Secretaria de Fiscalização e Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas da União.

Essa Secretaria é uma Secretaria muito recente, ela tem dois anos e meio de criação, e ela já gerou bons resultados para a nação. O que nós vamos apresentar aqui aos senhores, justamente como o Senador Flexa Ribeiro já externalizou, é o que essa Secretaria faz e que oportunidades ela pode oferecer para o Congresso Nacional em termos de fiscalizações novas na área de Tecnologia da Informação.

A Tecnologia da Informação já foi dita no próprio Tribunal de Contas da União que ela é o coração da Administração Pública, podendo fazê-la parar ou avançar. E isto é uma realidade. Cada dia mais a Tecnologia da Informação nos domina, nos controla e nos proporciona coisas maravilhosas, mas também pode nos atrasar e impedir nosso avanço ou impedir o nosso trabalho.

Se a Tecnologia da Informação pára aqui hoje no Senado, possivelmente a gente vai parar os nossos trabalhos. Então, nós temos que tomar muito cuidado com ela, cuidar dela e fazê-la crescer e alavancar a TI para que ela alavanque a Administração Pública.

Bom, nós vamos passar, então, a alguns itens da nossa agenda.

Essa Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação, a sigla dela é Sefti, nós vamos falar o que existia antes dessa Secretaria, a criação dela e o que já fizemos, os trabalhos mais relevantes, o que já alcançamos e o que pode ser feito a pedido das Comissões do Senado e da Câmara em termos de fiscalização da Tecnologia da Informação.

O Tribunal de Contas da União tem sempre o Congresso como o cliente essencial, o cliente majoritário. E ele tem um fluxo de trabalho que é chamado Solicitação do Congresso Nacional que quando elas são feitas, esse trabalho se torna prioritário na Casa. Tem prazo para ser terminado, prazos para ser entregues.

Então, nós gostaríamos de conversar com os senhores, vermos possibilidades de negócio, possibilidades de fiscalizações, e que nós façamos uma fiscalização realmente que seja útil para a nação e com resultados realmente muito importantes.

Bom, o que nós temos antes da Secretaria? Desde 94 até 2006, a Secretaria foi criada em 2006, já existia um pequeno grupo tratando de Tecnologia da Informação no Tribunal de Contas da União. Já tinham sido feitos 29 fiscalizações, o foco é auditoria de sistemas e auditoria de dados, e alguns exemplos são esses que nós podemos ver nas transparências. Sistema de Arrecadação Federal, Sistema do Banco Central e da Caixa Econômica, o CIAP, o CIAF e o Sistema de Patrimônio, Sistema da Previdência Social, programa do Governo Eletrônico, e áreas de governança, tanto do Ministério de Trabalho e Emprego e na Infraero. Foram trabalhos muitos relevantes, esse programa do Governo Eletrônico teve uma repercussão muito boa no Governo Federal.

Também nos dedicávamos à normatização. Manuais e procedimentos, ou seja, como devemos atuar. Isso é muito importante, porque o Tribunal de Contas da União é um paradigma e vários órgãos do Executivo, do Legislativo, Judiciário e de outros países também seguem exemplos de procedimentos adotados pelo Tribunal. E nós também copiamos dos outros que são bons. Então, é muito importante que tenhamos nosso procedimento sempre feito, sempre corretos.

E gostamos sempre, é uma prerrogativa do Tribunal e é um interesse muito grande do Tribunal de fazer orientações aos gestores.

Uma delas, a primeira que nós fizemos foi de boas práticas em segurança da informação. E vários cursos de auditoria e participação em Comitês Internacionais que nos trazem elementos das melhores práticas para serem seguidas pelo Brasil.

A Sefti, Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação foi criada em 2006. E ali nós usamos dois, duas palavrinhas muito importantes: fiscalizar a gestão e uso, a gestão e uso. Essas duas palavras abrangem tudo o que se pode imaginar em Tecnologia da Informação. Desde o planejamento, desde e até a aponta de um usuário que esteja insatisfeito com o dado que seja incorreto ou de um sistema que não esteja funcionando devidamente. E abrangemos toda a fiscalização pública federal. Logicamente não abrangemos Estados e municípios. Exceto se for transferido recurso federal para cuidar da TI, para tratar da TI.

E definimos nosso negócio missão e visão. E nessa definição, apareceu uma nova palavra, a palavra governança. Controle externo da governança da TI, na Administração pública federal. E na visão também. Ser unidade de Excelência no controle e no aperfeiçoamento da governança da Tecnologia da Informação. E na missão, que essa governança, que essa TI, agregue valor realmente, crie benefícios para todos nós.

A palavra governança é uma palavra muito forte, ainda um pouco nova na Administração Pública, mas já muito praticada no Exterior. Ela engloba todos os princípios de boas práticas, de planejamento, de gestão e de resultados. Em Tecnologia da Informação, se nós não tivermos essa governança, nós não conseguimos atingir os resultados necessários e não conseguimos agregar o valor. Se não houver objetivos claros, os riscos identificados, controles necessários para mitigar e evitar, transferir ou aceitar alguns determinados riscos, a Tecnologia da Informação cai.

Nossos valores. Isso está presente em todos os trabalhos do Tribunal. A ética, efetividade, independência, justiça, profissionalismo. Procuramos sempre em todos os nossos trabalhos executar esses valores e nossos princípios básicos são a transparência e a prestação de contas.

Podemos atuar e já atuamos em todas essas áreas. Governança, segurança da informação, auditoria de sistemas, eu vou apresentar alguns casos concretos desses. Auditoria de dados em si, infraestrutura, são basicamente os equipamentos, as contratações públicas. Isso se transformou num foco importante no Tribunal de Contas da União, na Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação, porque nós nos deparamos com problemas graves na área de contratação e nós tivemos que nos dedicar muito a essa área e fizemos acordos paradigmáticos que orientam o gestor e a Administração Pública no tocante a como gerir e como fazer uma boa contratação de TI.

E programas e políticas públicas. Podemos e devemos auditar também programas e políticas públicas. O Tribunal tem uma competência, tem uma atribuição a maior, a mais holística de todas as entidades de fiscalizações superiores do mundo. Nós podemos auditar desde o ingresso de um simples servidor na Administração Pública quanto um programa público, uma política pública. São pontos extremos, quase nenhum outro órgão tem esse tipo de atividade.

E podemos focar tanto no aspecto operacional de conformidade. Ou seja, economia, eficiência, eficácia, efetividade, e nos aspectos legalidade, conformidade com leis e regulamentos.

Baseamos em leis, boas práticas, normas técnicas, e todos os nossos relatórios primam por esses três aspectos, essa palavra certo, que vem das palavras clareza, convicção, concisão, evidência ou exatidão também, relevância, tempestividade, objetividade. O que nós queremos com um trabalho feito diretamente

para o Congresso Nacional, muita tempestividade, que a gente consiga fazer algo que realmente o Congresso queira no tempo que ele precisa.

O Tribunal... Hoje nós temos 31 servidores trabalhando nessa Secretaria. Essa quantidade ela cresceu muito nesse ano agora, e no ano passado. Antes nós tínhamos oito pessoas somente. Ela foi crescendo aos poucos, e hoje nós temos todos esses, essa estrutura de três diretorias, 28 analistas.

Quem somos, né? Qual a nossa competência? Basicamente computação e engenharia, e nós temos diversos servidores, nós temos hoje sete servidores certificados internacionalmente para fazer auditoria de sistemas, isso dá uma garantia do nosso trabalho, um reconhecimento não somente nacional como internacional.

E o que já fizemos nesse período? Diversos processos que tratam de fiscalização de TI, 16 fiscalizações, várias palestras. Nós somos muito demandados a fazer palestras, muito, muito, 32 palestras. Diversos treinamentos e, de novo, reeditamos a cartilha, que está na terceira edição. E quem se interessar sobre todas as normas e jurisprudências e é uma boa contratação de TI, no site da Secretaria há todo um roteiro de como deve ser feito uma contratação de todas as normas de jurisprudência sobre governança, sobre segurança na área de Tecnologia da Informação.

Em termos de benefícios financeiros, essa Secretaria já gerou uma economia de 3,6 bilhões. A relação custo-benefício, o gasto com essa Secretaria do benefício que ela gerou é 1 para 433. E diversos benefícios não financeiros de melhoria e fornecimento de subsídios ao Congresso Nacional.

Fiscalizamos valores em torno de 10 bilhões. Agora, o valor que está sendo fiscalizado, às vezes, é ínfimo face à importância da informação.

Nós fiscalizamos, por exemplo, o sistema de controle de tráfego aéreo. Qual o valor daquela informação? Se estiver errada alguma informação do controle de tráfego aéreo? As nossas vidas, o avião poderá cair. Então, há coisas que são incomensuráveis em termos de Tecnologia de Informação. Qual o valor da perda de uma determinada informação?

E aqui que é o aspecto mais importante da apresentação. Então nós já sabemos o que é essa Secretaria, o seu potencial, e vamos detalhar um pouco do seu potencial. Esses documentos foram entregues aos senhores, se os senhores quiserem folhear.

O primeiro trabalho é um trabalho sobre a avaliação do Governo Eletrônico. Ele está sendo monitorado, todos os trabalhos do Tribunal são feitos, determinados e, posteriormente, são acompanhados pelo Tribunal.

O segundo trabalho foi um trabalho para referencial. O que existe de Tecnologia de Informação no mundo e no país. Esse terceiro trabalho aqui foi um trabalho que o Senador Romeu Tuma se dedicou muito, fez até um projeto de lei, foi do sistema INFOSEG, o de segurança pública. Nós tentamos focar sistemas nas áreas fulcrais da Administração Pública federal. Uma área realmente que precisa de muito apoio, nosso e de todos, é a segurança pública.

Esse sistema, quando fizemos a auditoria, ele prendia um inocente e poderia soltar um criminoso. Vamos ver o que deu em tempo de repercussão nacional, em termos de mídia.

[exibição de vídeo]

ÂNCORA: *Falhas no cadastro do Governo com informações sobre criminosos de todo o país podem levar inocentes para a cadeia.*

ÂNCORA: *O Tribunal de Contas da União encontrou 150 mil erros nos registros.*

REPÓRTER: *Quando Vânia foi registrar uma ocorrência na delegacia, acabou sendo presa. É que nos arquivos consultados existia um mandado de prisão em aberto contra ela, da época da ditadura. Vânia teve que dormir na cela até o mal entendido ser esclarecido.*

ENTREVISTADA: *Tive que voltar a fazer terapia, porque eu passei, fiquei muito mal.*

REPÓRTER: *A prisão de Vânia foi uma falha do sistema nacional de integração de Informações em Justiça e Segurança Pública, o INFOSEG, que acompanha, via Internet, os processos criminais do país. O banco de dados deveria ser atualizado diariamente, mas não é o que acontece.*

ENTREVISTADO: *O conteúdo dos bancos é responsabilidade de cada um dos Estados.*

REPÓRTER: *De acordo com o Tribunal de Contas da União, que fez uma auditoria no sistema, quatro Estados e o Distrito Federal foram às Unidades da Federação que mais apresentaram problemas. A auditoria apontou erros graves nas informações e determinou a correção imediata do sistema.*

ENTREVISTADO: *Essas inconsistências podem gerar casos graves, como, por exemplo, um inocente poderá ser preso ou um criminoso até não ser preso.*

[fim da exibição]

SR. CLÁUDIO SOUZA CASTELLO BRANCO: Esse trabalho demonstra claramente a importância da TI. A importância da TI hoje ela chega a isso, a nos prender, indevidamente, ou prender devidamente.

O trabalho seguinte também é muito interessante, creio que os senhores tiveram noção do acontecimento, do resultado dele, foi nas consignações do serviço público. Pessoas inescrupulosas estavam roubando de

servidores públicos através das consignações. Vamos ver o que aconteceu nesse trabalho.

[exibição de vídeo]

ÂNCORA: *O Tribunal de Contas da União constata que há problemas no sistema de empréstimo consignado do serviço público.*

ÂNCORA: *A cobrança de empréstimos já pagos e o desconto em folha de pagamento sem autorização do funcionário são algumas das irregularidades encontradas.*

REPÓRTER: *O aposentado do Ministério dos Transportes Jaci Vieira Machado, de 80 anos, passou um sufoco até conseguir cancelar descontos feitos sem o consentimento dele na folha de pagamento. Foram três anos de cobranças indevidas que somaram R$ 1.285. A quantia desequilibrou o orçamento.*

ENTREVISTADO: *Faltou esse dinheiro, eu paguei uns três empréstimos para poder segurar esse negócio aí.*

ENTREVISTADO: *Tem desconto, às vezes, insignificante no contracheque que, nove, dez, doze reais. No final dum período de um ano, chega a dar o total de aposentadoria ou vencimento que a pessoa recebe.*

REPÓRTER: *Descontos na folha de pagamento só podem ser feitos com autorização do empregado. A medida é prevista em lei, mas não está sendo respeitada no serviço público. O Tribunal de Contas da União constatou que casos, como o de seu Jaci, ocorrem com freqüência.*

REPÓRTER: *O TCU fez uma auditoria e descobriu que o sistema de empréstimo consignado do serviço público está ultrapassado. As mudanças já foram solicitadas ao Ministério do Planejamento. E instituições financeiras que agiram de má-fé vão ser investigadas.*

ENTREVISTADO: *É de nossa responsabilidade, acima de tudo, preservar o servidor público, que muitos são burlados, muitos são enganados.*

[fim da exibição]

SR. CLÁUDIO SOUZA CASTELLO BRANCO: Em virtude desse trabalho, o Governo Federal cancelou todas as consignações por 90 dias, até que se regularizasse o sistema.

O trabalho seguinte, aquele vermelho que está ali no canto direito, sobre a governança da Tecnologia de Informação no País. Fizemos uma pesquisa com 255 órgãos e a situação é de desgovernança. Não há plano de contingência, não há plano de segurança, na maioria dos casos. A situação é grave. A qualquer momento pode acontecer problemas graves com a Tecnologia da Informação, como aconteceu em São Paulo, agora a pouco, que parou quase a cidade.

O trabalho aqui embaixo foi muito interessante. É o do sistema de tráfego aéreo, 64000, onde nós chegamos à conclusão que realmente o sistema, enquanto sistema, com todas as suas partes funcionando, ele não gera segurança.

O segundo trabalho sobre as contratações de TI, onde nós preconizamos o uso de pregão para contratação de TI.

O penúltimo é sobre a cartilha de segurança da informação, esse ano vai sair uma sobre contratações de TI e sobre governança de TI. E o último evento que fizemos no Tribunal foi sobre Tecnologia de Informação. Esse evento foi o maior evento já feito em todos os anos no Tribunal de Contas da União. Não houve capacidade para a quantidade de pessoas que gostariam de participar. Se fizermos outros agora, o Tribunal vai fazer vários eventos em TI esse ano, que estamos em diálogo público, a demanda é muito grande de gestores, auditores, de estaduais, municipais, para tratar do assunto.

Bom, o que estamos fazendo agora no momento? Dois trabalhos importantes que os senhores podem acompanhar também. O Cadastro Único, deve ir para julgamento em umas duas semanas; a Bolsa-Família, ali tem vários problemas também que detectamos. Infelizmente não posso externalizar que ainda não foi apreciado. E o cadastro, o SISOB, pagamento de benefícios previdenciários, também graves problemas novamente vistos ali. Bilhões sendo gastos indevidamente.

O que nós concluímos hoje é que há uma desgovernança em TI. Estamos já naquele nível intermediário de aperfeiçoamento da gestão para chegarmos à governança. Mas para isso acontecer, tem que passar pela autoadministração. Os senhores, V.Exas., Deputados, Senadores, fazem parte dessa autoadministração, a Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado e da Câmara fazem parte dessa Administração. A solicitação de auditorias que possam inibir essa desgovernança e incrementar e aperfeiçoar a governança são essenciais.

E são essenciais por quê? Podemos melhorar a governança, a materialidade de despesa é muito alta e não só a materialidade, o valor dela, mas o que ela agrega de informação, né? O valor que tem a informação. Nós já temos critérios definidos de gestão, um método de fiscalização aprovado e tem uma grande e boa repercussão na administração federal e na sociedade.

E esse aqui que é o final da apresentação e o tema principal, que na realidade, pretendemos somente lançar idéias, não é fechar com os senhores, talvez, o momento aqui já uma fiscalização, mas idéias, que sistemas podem ser auditados pelo TCU por solicita-

ção do Congresso Nacional das Comissões do Senado e da Câmara?

Algumas idéias nós temos, por exemplo, o sistema de seguro-desemprego é importante ser auditado, tem muito problema hoje. Uma área interessante da telefonia, o sistema de *biling* que chama, o sistema de cômputo dos gastos telefônicos. Alguém fiscaliza isso? O valor é muito alto e atinge a sociedade como um todo. As compras governamentais, o sistema de compras governamentais, compras Net. Há indício de fraude ali também e de desvirtuamento do uso do sistema.

Um sistema que é muito importante aqui para os senhores, o de votação eletrônica, da urna eletrônica. E ele só pode ser auditado, só deve ser auditado em anos como esse, onde não haja eleição, que haja tempo suficiente para o TCU corrigir se houver algum problema no sistema e não fica muito perto de alguma eleição já feita e que possa denegrir ou macular uma eleição já acabada.

As entidades prestadoras de serviço público de TI, certo, Dataprev, que resultados elas geram? A que custos elas geram resultados? Estamos satisfeitos com eles? Não? As entidades privadas, as grandes entidades privadas de serviço de TI. Agora mesmo foi identificado cartel dessas áreas. Que serviços, a que custo?

Também no Tribunal já foi falado o paradigma, o paradoxo, perdão, do lucro em competências. Atividade de TI, prestadores de serviços, públicos ou privados, às vezes ganham muito e produzem pouco.

Estamos fazendo agora a declaração de Imposto de Renda. Qual é a segurança dessas informações? A Receita Federal sofre diuturnamente tentativa de invasões, tentativa de penetrações nos seus sites. As informações estão corretas ou não?

O software livre na administração pública federal, que benefícios já gerou? Estados Unidos agora já estão em todo o seu Estado falando que é só software livre que deve usar, nos Estados Unidos. Que reflexo tem isso no nosso País?

Um outro sistema interessante, o sistema de controle da lista de espera de órgãos de transplantes. Tem poucas pessoas cadastradas, mas afeta muito a nação de todo saber que ali tem irregularidades. Ou seja, são só idéias.

O Tribunal de Contas da União tem capacidade de fazer o que nós chamamos de matrizes e significância, onde nós avaliamos materialidade, isso é óbvio, objetivo. Risco, impacto, probabilidade de acontecer um problema no sistema.

Agora, a necessidade, a oportunidade, a relevância de um sistema para a nação, para que seja auditado e dê resultados, os senhores têm muito mais capacidade que nós para fazer essa avaliação. A relevância social. É isso que gostaríamos de ouvir e discutir com os senhores que sistemas são esses que devem ser auditados, devem ser priorizados, que nós poderíamos entregar para os senhores uma resposta rápida com todos aqueles critérios de um relatório certo e independente.

Senador, era essa a apresentação que eu gostaria de fazer ao senhor e a todos os presentes. O Deputado também. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Cláudio Castello Branco as informações que nos trouxe até aqui, eu acho que da maior relevância, da maior relevância.

Quero agradecer ao Presidente do TCU, Ministro Ubiratan Aguiar, que faz uma competente gestão à frente daquele órgão que é um órgão assessor do Congresso Nacional e que presta, evidentemente, esses serviços para fazer a fiscalização a nível de todas as esferas do Governo.

O que o TCU nos traz agora através da sua Secretaria de Tecnologia da Informação, é uma proposta de parceria para que possamos o Congresso Nacional, o Senado e a Câmara, possamos solicitar ao TCU que ele possa auditar, fiscalizar alguns sistemas que estão, como nos foi mostrado aqui, sujeitos a erros e erros que são da maior importância.

As sugestões foram deixadas aqui pelo Dr. Cláudio e tenho certeza absoluta que serão utilizadas pelos excelentíssimos Srs. e Sras. Senadores e Srs. e Sras. Deputados.

Nós vamos, antes de encerrar essa primeira parte, essa parte técnica para iniciarmos a Audiência Pública, abrirmos um espaço que não estava previsto para alguns questionamentos ao Dr. Cláudio, e eu tenho aqui e vamos fazer um bloco para que possamos ser mais rápidos.

Eu já tenho aqui algumas inscrições solicitadas, Senador Roberto Cavalcanti, o primeiro. Com a palavra, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Bom dia a todos, eu vou tentar ser extremamente pragmático. Parabenizo a explanação. Como cidadão, como Senador, muito me enriqueceu.

Eu desconhecia esse lado do Tribunal de Contas da União. Acompanhava o Tribunal de Contas da União como um órgão fiscalizador, mas um órgão fiscalizador de operações normais ou de checagem de gestões.

Como cidadão, eu também me espanto com o que nós temos de disponibilidade no sentido de fazer uma denúncia. Nós temos, o cidadão tem a Polícia Civil, a delegacia, o cidadão tem a Polícia Federal, o cidadão tem o Ministério Público Estadual, o cidadão

tem o Ministério Público Federal, o cidadão tem o Tribunal de Contas da União de forma indireta.

A responsabilidade nossa, falo da Comissão, no sentido de ocupar convenientemente essa área do Tribunal de Contas da União que se dedica a essa avaliação, captura e análise de informações para verificar boa ou má gestão, a boa ou má conduta.

Então, o alerta que eu dou é no sentido de que é de extrema valia, é de extrema, extremo significado para o Tribunal de Contas de a União deter estes procedimentos, deter esta Tecnologia de Informação. Agora, cabe a nós cidadãos, cabe a nós Parlamentares, cabe às Comissões ter uma extrema cautela para nós não inundarmos o Tribunal de Contas com solicitações, porque muitas vezes as Comissões querem solicitar presença de determinadas pessoas. Aí, não se pára de ouvir pessoas.

É muito importante que nós tenhamos um senso pragmático, objetivo e prioritário no tocante a ocupar este canal de avaliação de informação e de esclarecimento que é o setor de informações do Tribunal de Contas. Parabéns ao Tribunal de Contas da União.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Roberto Cavalcanti. Deputado Júlio Semeghini, ex-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação, Informática da Câmara de Deputados.

DEPUTADO JÚLIO SEMEGHINI (PSDB-SP): Mas seu sempre amigo, Senador Flexa Ribeiro.

Quero, primeiro, Secretário Cláudio Castello Branco, parabenizá-lo e parabenizar o Ubiratan Aguiar, o Presidente também, pela estruturação dessa Secretaria. Eu acho muito importante que a gente realmente tenha realmente capacidade de checar e acompanhar se o Poder Executivo está primeiro, cumprindo o seu papel de maneira adequada no uso da tecnologia, no armazenamento, na proteção, no controle, tudo isso das informações que tem. E acho que a abrangência tem que ser essa.

Hoje, se a gente quiser fiscalizar área de TI olhando contratos e preços, nós não vamos pegar nada mais, tá certo? Isso já faz muitos anos que já se passou. E vi que o senhor coloca uma abrangência muito grande, eu queria parabenizá-lo até a forma e os sistemas aqui que vocês pegaram.

Mas eu acho que, então, eu quero parabenizar, vou utilizar bastante dessa Secretaria, sou engenheiro eletrônico de sistemas, trabalhei na Prodesp, trabalho muito com informática pública, e tenho certeza absoluta de que nós precisávamos disso para que a gente pudesse controlar no Brasil.

Eu só fico preocupado aqui, então, só quero parabenizá-lo, mas me preocupou uma coisa, quando o senhor coloca, na verdade, que constatou uma desgovernança em TI. Isso me preocupa muito, quer dizer. Uma coisa é não ter a governança adequada em algumas coisas do Poder Executivo, nós temos no Poder Executivo órgãos e Secretarias e Ministérios que têm a responsabilidade, estão preparados para poder exercer. Gostaria que o senhor comentasse isso, porque isso depois, com certeza, vai me fazer tomar uma série de medidas e solicitações de informações e de auditorias, inclusive, de V.Exa.

Mas eu gostaria que o senhor também, Secretário, visse o seguinte. Nós não vamos nunca ter condições em 30, 50, 100 pessoas que a gente tenha na Secretaria de fiscalização de TI do Tribunal de Contas da União capacidade de controlarmos todo esse tipo de auditoria na abrangência que o senhor coloca. Nós teríamos que ter muito mais gente o que Cepro, que o Ministério do Planejamento, que as áreas de TI do Governo do setor público federal.

Eu acho que o principal trabalho que essa Secretaria tem que ter na minha avaliação, e eu não vi que foi tocado e a gente deveria ajudá-lo a reestruturar, é questionar como é que o Poder Executivo está se preparando para ter a capacidade de fazer isso. Nós não temos que ter obrigação de fazer auditoria. Nós temos que ver se o Poder Executivo tem uma estratégia de auditoria de sistema contratada, com órgão pessoal, pessoas especializadas de fora, para poder estar fazendo.

A tranqüilidade que nós teríamos, que eu teria como Parlamentar, pelo menos, seria saber o que Poder Executivo tem, na verdade, está estruturando o seu sistema de auditoria, de acompanhamento, de avaliação do sistema, dos investimentos, da prioridade de todas aquelas coisas que o senhor coloca.

Então, eu acho que uma das coisas que falta na sugestão de sistema que o senhor coloca é o mais importante é dizer o seguinte: Nós temos que avaliar se o Poder Executivo está preparado, e está focado para que tenha transparência, controle e tenha auditoria nos seus sistemas, aí nós vamos ajudar a construir uma coisa que vai funcionar para sempre. Não podemos trazer para nós a responsabilidade de garantir que haja governança. Nós temos que garantir que o Governo Federal tenha estruturado uma equipe que garanta a sua governança. E é aí que nós vamos auditar aleatoriamente algumas partes para que a gente possa avançar.

Eu quero parabenizar o seu trabalho, mas acho que a nós temos que ter esse foco, se queremos dar essa garantia, não podemos trazer para nós a responsabilidade, temos que cobrar que o Governo se estruture e tenha isso.

Eu queria o que senhor comentasse um pouco a coisa de governança.

Em relação aos sistemas, eu gostaria de falar depois com o meu Presidente, Eduardo Gomes, e com os Deputados, nós estamos para fazer uma Audiência Pública do setor da votação eletrônica, e o senhor tem toda a razão. A hora certa é agora e a gente está preocupado com os níveis de auditoria que há hoje no sistema de votações eletrônica no Brasil que precisa ser refeito, incluído para ter mais transparência. Então eu sugiro, peço que a nossa Audiência Pública seja já com a participação dessa nova Secretaria que o TCU estrutura e depois a gente vai discutir alguns temas. Mas é muito importante essa abrangência do foco principal da Secretaria que eu acho que eu gostaria que o senhor comentasse.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado, Deputado Júlio Semeghini.

O nosso convidado, Dr. Cláudio, fará a resposta em conjunto, para que possamos ter uma economia processual.

A palavra ao Senador Lobão Filho. Em seguida, Senador Flávio Arns.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, senhoras deputadas, Dr. Cláudio Castello Branco.

Realmente, eu também fiquei surpreendido, tal qual o Deputado Júlio, pela abrangência da ação do TCU. Eu imaginava que o TCU apenas controlasse a execução orçamentária do Governo Federal. Pelo visto, o TCU entra em outras áreas. A minha pergunta, e eu tenho duas, são muito simples.

Eu tenho observado junto aos Prefeitos do meu Estado uma preocupação muito grande na prestação de contas para o TCU. TCU é muito atuando e rígido no controle das contas, das verbas federais repassadas aos municípios.

Mas eu vejo também muitas obras paralisadas. E eu observei algumas paralisadas a períodos longos, como dois anos, por exemplo, e o TCU, ao final de dois anos, de uma obra paralisada, chegou à conclusão de que estava inteiramente dentro dos parâmetros da Administração Pública e da correção. E aí liberou a obra.

A impressão que me passa é falta de pessoal. Dr. Cláudio, o senhor tem a certeza de que o TCU está preparado de forma humana e de equipamentos para abranger a gestão federal como um todo nesse nível de profundidade que Vossa Senhoria está sugerindo?

O senhor colocou 10 temas aí que eu percebi altamente relevantes, importantes para o nosso país, e se de repente vosso órgão fosse chamado a fiscalizar e a dar uma contribuição nesses procedimentos, nesses dez, vocês teriam condições efetivas de fazer isso? Então essa é a minha primeira e grande preocupação.

E a segunda é complementar a colocação do Deputado Júlio. Mais do que fiscalizar, vocês estariam preparados também para propor soluções de gestão que eu acho que é o grande problema do país? Gestão, propor soluções de gestão para que nós precisássemos menos fiscalizar e mais executar? Não é?

Eu acho que todo cidadão brasileiro desejaria, esse seria o cenário ideal. Fiscalizar menos e executar mais. E quando a gente fiscaliza mais, é porque os processos estão fragilizados. Estaria o Tribunal preparado para sugerir mudanças estruturais na gestão pública? Então, basicamente seria essas duas perguntas.

E parabenizar, não posso deixar de parabenizar o Presidente Ubiratan, meu amigo pessoal, a todos os Ministros do TCU, à equipe competente que vocês têm dentro do TCU. O TCU vive um momento importante do nosso país, e tem crescido assustadoramente na sua, na sua existência dentro do âmbito da nossa Administração federal.

Parabéns a vocês e eu acho o que TCU está melhorando a cada dia e se nós congressistas, Parlamentares, pudermos contribuir para que a participação do TCU seja mais efetiva ainda, tenha certeza que não há e não encontrará um Parlamentar contra esta idéia. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço Senador Lobão Filho. Com a palavra, Senador Flávio Arns e em seguida, Deputado Bilac Pinto.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, eu quero em primeiro lugar enaltecer também a iniciativa para esta Audiência Pública, numa parte técnica como colocado num primeiro momento, e o debate sobre fundações de apoio às instituições federais de ensino no segundo momento.

Eu quero, Sr. Presidente, inclusive, me desculpar na seqüência, com os expositores da segunda parte, porque eu presido a Comissão de Educação, cultura se esporte, e teremos às 10 horas, uma Audiência Pública naquela Comissão. Então, umas 10 para as 10 mais ou menos eu teria que me retirar. Mas o gabinete, as pessoas que me apóiam também no mandato eles estão participando da audiência para que possamos, depois, contribuir nos desdobramentos.

Inclusive, dizer a V.Exa. Que desejamos depois, na própria Comissão de Educação, Cultura e Esporte, fazer esse debate sobre fundações de apoio, porque as fundações de apoio tem uma interface, naturalmente, entre a ciência e a tecnologia, e a própria instituição de ensino superior. Então, são fundações importan-

tes, necessárias, imprescindíveis para as instituições federais de ensino superior. Mas, ao mesmo tempo, precisam ter uma legislação que as ampare para dar conta da multiplicidade de aspectos que uma instituição exige dentro de critérios de transparência, também importantes e necessários.

Quero cumprimentar o Dr. Cláudio pelas informações, pela organização, pela estruturação da Secretaria, que é fundamental. Eu penso assim sempre que em muitas situações nós temos que ter o, como nas fundações, nós temos que ter o estado da arte, né? Quer dizer, como é que está o desenvolvimento da área das fundações neste momento? Quais são os pontos positivos importantes, necessários? Muitas instituições de ensino superior sequer funcionariam adequadamente na minha, no meu ponto de vista, sem as fundações. E, ao mesmo tempo, junto com o Tribunal de Contas da União, junto com a legislação, vermos o que pode ser aprimorado nesse processo para que estas fundações possam, na verdade, refletir o desejo da sociedade de que seja um trabalho de transparência, de qualidade, controlado, com uma governança, como foi utilizado o termo de uma maneira adequada.

Em relação à apresentação, eu vou na linha dos que já se colocaram antes. Eu acho, Dr. Cláudio, e caro Presidente, inclusive, a Deputada Raquel Teixeira, o Deputado Eduardo Gomes, a quem saúdo os demais Deputados aqui também de uma maneira muito particular nesta reunião conjunta da Ciência e Tecnologia do Senado Federal e Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados, o que também deve ser enaltecido.

Eu penso no seguinte, assim. Qual que é a missão constitucional do Tribunal de Contas da União? Quer dizer, para que o Tribunal de Contas existe? Eu acho que esse é o ponto fundamental. O Tribunal de Contas existe para ser o órgão auxiliar do Congresso Nacional. O Tribunal de Contas não é um poder independente, não é o Quarto Poder. Então, o Tribunal de Contas me parece, em muitos sentidos, que está extrapolando das suas atribuições originais, não é? Porque não sei se o Congresso Nacional solicitou que o Tribunal de Contas fizesse isso. Então, eu penso assim que nós temos que fazer o debate sobre o papel do Tribunal de Contas dentro da nossa Constituição e da nossa legalidade.

Quer dizer, eu quero deixar muito claro. Sou contra a Tecnologia da Informação? De maneira alguma. Todos nós somos a favor, queremos transparência, queremos tecnologia, queremos governança. Mas me impressiona muito iniciativas do Tribunal de Contas que eu não sei se foram solicitadas pelo Congresso Nacional.

Então, neste sentido, eu não sei se está havendo um entendimento do Presidente Sarney e do Deputado Michel Temer, que representam a Câmara e o Senado, em termos do que deve ser feito em conjunto com o Tribunal de Contas para que possamos, como o Semeghini colocou muito bem, criar mecanismos definitivos na Administração Pública para pensarmos em conjunto, em conjunto, sobre o que é necessário para o Brasil.

Então, se isso estiver acontecendo, ótimo, que bom, é isso que tem que ser mesmo. Mas não sei se está acontecendo. E se não está acontecendo, eu diria: é equivocado, é errado, é inconstitucional e é ilegal. Por quê? Porque o Tribunal de Contas tem uma função auxiliar para o Congresso Nacional. Então, tem que haver a discussão, o debate.

O que eu percebo, assim, é que há um Quarto Poder. Nós temos mais um poder, quer dizer, tem o Legislativo, o Judiciário, o Executivo e o Tribunal de Contas da União. Então, é bom isso para o Brasil? Pode até ser, vamos mudar a Constituição e teremos um Quarto Poder. Mas não sei se este é o caminho a ser buscado.

Então, esta é uma reflexão, não é que eu seja contra o Tribunal de Contas. Eu quero também dar a impressão. Sou totalmente a favor. Tecnologia da informação, sou a favor, totalmente a favor. Governança, totalmente a favor. Transparência, totalmente a favor. Mas precisamos buscar as nossas origens constitucionais, de entendimento, de parceria, deixar muito claro, está escrito na Constituição. "Órgão auxiliar de apoio ao Congresso Nacional". Então, nós temos que discutir em conjunto. Então, essa é a mina preocupação básica.

Quando o senhor mencionou a questão da urna eletrônica, eu gostaria de saber se foi mencionado, porque o senhor tem informações de que há algum desvio, algum desmando, alguma falcatrua, alguma coisa na urna eletrônica? Ou o senhor mencionou porque é um assunto que merece uma investigação ou o senhor tem informação de que alguma coisa errada está acontecendo na urna eletrônica? Então, eu gostaria de saber isso.

E gostaria, como terceiro aspecto, Sr. Presidente, de que fosse enviado para gente, para os Senadores, pelo menos, e para os Deputados, certamente, as sugestões por escrito. "Sugiro que seja feito isso, isso e aquilo" e, ao mesmo tempo, dizer as razões pelas quais essa sugestão está sendo feita.

E quero só dizer uma quarta coisa, que eu já falei com o Presidente Ubiratan Aguiar, nós temos que dar mais atenção no Congresso Nacional para os relatórios do Tribunal de Contas da União, em todas as Comissões. Eles, o Tribunal de Contas produz relatórios que são apreciados pelas Comissões e nós precisa-

mos nos debruçar sobre esses relatórios para tirarmos desses relatórios o que é importante para o País. É algo muito burocrático dentro do Congresso Nacional a análise de estudos e de relatórios produzidos pelo Tribunal de Contas. Temos que aprimorar.

Então, seriam essas as considerações, Sr. Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Flávio Arns, V.Exa. tem toda a razão e abordou pontos da maior importância.

Me parece e eu tenho certeza que é importante esta disponibilização feita pelo TCU ao Congresso Nacional. O TCU V.Exa. tem toda a razão. O órgão Assessor do Congresso Nacional. Ele apenas traz aqui, nesta audiência técnica, uma informação aos Deputados e Senadores de que é possível fazer também fiscalizações nessa área de Tecnologia da Informação. Com pontos, como V.Exa. colocou, da maior importância, trazidos aqui pelo Secretário.

Agora, é evidente que o Tribunal só fará a investigação, só fará a auditoria se for solicitado pela Câmara ou pelo Senado Federal. Apenas são sugestões que eles estão trazendo.

E V.Exa. já colocou aqui uma dúvida que cabe a todos nós, que foi levantada aí a questão da urna eletrônica. Muito se fala nessa questão da urna eletrônica e não temos uma certeza absoluta. Então, é importante que ele possa, ao final, dirimir essa dúvida e se caso seja aprovado por uma das duas Comissões ou pelas duas, que se peça então ao TCU que faça realmente uma auditoria no sistema eletrônico de votação que ocorre em nosso País.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, é que Sr. Presidente, se V.Exa. me permite, só no sentido de que muito se fala. A gente sabe que muito se fala. Só que hoje o Tribunal de Contas disse, sugeriu que isso seria uma área interessante.

Eu só gostaria de saber por que o Tribunal de Contas está sugerindo. Se há denúncias assim que de alguma forma indique a necessidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ele vai responder. Agradeço, Senador Flávio Arns. Pela ordem de inscrição, Deputado Bilac Pinto e último inscrito, Senador Eduardo Azeredo.

DEPUTADO BILAC PINTO (PR-MG): Quero cumprimentar o Senador Flexa Ribeiro, que preside a Comissão de Ciência e Tecnologia aqui no Senado, cumprimentar o Deputado Eduardo Gomes, em nome dos dois Parlamentares eu cumprimento os Senadores e Deputados aqui presentes. A Deputada Raquel Teixeira, que é a nossa vice-Presidente também da Comissão, e ao Cláudio Castello Branco, que está fazendo a exposição.

Eu acho que o Senador Flávio Arns ele foi no ponto. Eu acho que a grande discussão que a Câmara e o Senado devem ter, o Congresso Nacional, é qual efetivamente é o papel do Tribunal de Contas. Eu acho que a exposição do Cláudio Castello Branco ela foi importante, eu acho que todos nós temos pautado para que a gente possa ter cada vez mais o controle efetivamente, vamos dizer assim, dos gastos públicos.

Agora, é fundamental ressaltar, Cláudio, na sua fala, eu estava muito atento, tanto a Câmara quanto o Senado nós não somos um cliente majoritário do Tribunal de Contas. O papel do Tribunal de Contas ele é um órgão auxiliar do Poder Legislativo. E o Presidente Senador Flexa Ribeiro aqui ele fez uma exposição muito clara. Cabe ao Congresso fazer efetivamente a fiscalização do Poder Executivo, que o Tribunal entra como órgão auxiliar. Então eu acho que a grande discussão, Senador, Presidente aqui, é nós focarmos e o Congresso discutir qual realmente é o papel do Tribunal de Contas da União. Eu acho que essa que é a grande discussão.

Porque nós temos visto aqui, acompanhado, nós que temos o mandato eletivo para representar a sociedade, que determinados assuntos, como é o caso da fundação que nós vamos discutir daqui a pouco, tem feito, de uma certa forma, de uma maneira equivocada. Quer dizer, parece que todos que estão envolvidos dentro do processo estão maculando a sua imagem. Se há erro, vamos, de uma certa forma, dirimir os erros e ver qual é a melhor maneira de nós efetivamente darmos continuidade a esse programa.

Então, a grande discussão que nós temos que ter aqui é pautar sim pela ética, pela transparência, pela probidade, mas discutir qual o verdadeiro papel deste órgão junto ao Poder Legislativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Deputado Bilac pinto. Com a palavra, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Presidente Senador Flexa Ribeiro, Deputado Eduardo Gomes, Deputados e Deputadas, Senadores.

Dr. Cláudio, eu queria focar em dois pontos principais. Essa questão da urna eletrônica, eu acho que o Senador Flávio Arns colocou muito bem. Existe alguma denúncia clara? Existe alguma posição clara? Porque eu acompanhei essa questão desde a minha época que eu era Presidente da [ininteligível] do Estado de Minas Gerais, da PRODEJA(F), e modéstia à parte, sou um dos responsáveis pela implantação dessa urna eletrônica com muito sucesso no Brasil. E eu não tenho conhecimento de nada relevante em relação a ela.

Evidente que a urna não é, ela não é perfeita, nada é perfeito, né? Se houver um conluio do Presidente da Sessão junto com o Secretário e eles quiserem votar por alguém que não apareceu, isso é possível, mas tem que ter o conluio, ele vai e vota pelo número de alguém que não chegou. Se for no fim da Sessão, passa.

Agora, essa é uma questão que pode ser resolvida com a identificação biométrica, que o Tribunal está tentando fazer para melhorar a urna eletrônica, tem um custo elevado.

O último projeto que foi aprovado é de minha autoria e que faz o registro eletrônico de cada urna. Então você tem de maneira aleatória todos os dados registrados no disquete. Os partidos têm acesso aos programas, os partidos têm acesso à fiscalização, se fazem outro problema. Mas eu gostaria de saber ser tem alguma coisa específica.

Porque idéias, existem. Críticos, existem. Tem algum grupo ligado mais ao PDT que critica a urna desde que ela surgiu. E tem pessoas nos Estados Unidos que preferem que seja em cartão perfurado, né? O Semeghini, que é o nosso colega da área, sabe que cartão perfurado é coisa do passado. Se quiser voltar para o cartão perfurado podemos fazer voltar, fazer uma ironia só. Eu quero saber se tem realmente alguma coisa concreta.

Por que esse é um grande sucesso brasileiro, é um sucesso tecnológico do Brasil, junto com o Imposto de Renda por Internet, eu acho que são dois exemplos fantásticos de que o Brasil avançou muito mais do que países desenvolvidos.

Agora, nós ficarmos criticando o que nós conseguimos avançar, chega de coisa ruim, já tem coisa ruim de tudo quanto é lado, vamos pelo menos elogiar as coisas boas que acontecem e não buscar chifre em cabeça de cavalo.

E aí eu quero entrar em outro assunto também, que é a questão da morosidade. Não é possível que os nossos Tribunais de Contas no Brasil, seja o federal, seja o dos Estados, continue, às vezes, gastando 15 anos para levantar determinados assuntos. Fica muito mais caro, porque levanta dúvidas e técnicos têm de todo lado. Tem técnico numa empresa, tem técnico, aqui nós temos técnicos ótimos no Senado. Então a opinião de técnico, tem a opinião do técnico do Senado, tem opinião do técnico do Tribunal de Contas, tem opinião do técnico do Governo do Estado, tem a Prefeitura. Às vezes um é melhor o que outro. Então a gente não pode dizer que sempre essa é a palavra final.

O que nós vemos é que nós tivemos o Plano Real, vai fazer 15 anos agora, 15 anos. Tem Tribunal de Contas pedindo informação de antes do Plano Real. Aí os números são números todos eles, aqueles milhões não sei o quê, milhões, milhões. É uma coisa maluca.

Quer dizer, então eu já defendi aqui que quando nós estávamos discutindo a questão do precatório, que fizéssemos um corte. Plano Real é uma coisa. Pronto, porque foi uma revolução no Brasil mesmo, que reorganizou a vida brasileira. Então, não tem sentido. Tribunal de Contas continuar, às vezes, parando uma obra durante dois anos, três anos, por causa de algumas dúvidas que são essas dúvidas de números de milhões de quando era a época da inflação. Fica muito mais caro para o país.

Eu não acho que é problema de pessoal não, sabe Senador Lobão Filho? Eu acho que tem muita gente por aí afora. Pela notícia que eu tenho, os Tribunais de Contas tem muita gente, não é problema de pessoal não. Eu acho que é mais uma questão de realmente agilidade, ou questão de você ter uma racionalização administrativa, coisas desse tipo assim. Quer dizer, você tem que fazer, tem alguma coisa abaixo de 10 reais? Isola e pronto, não tem sinto você ficar discutindo. Tem que focar, focar onde tem realmente algum risco maior.

Era isso que eu queria colocar, Presidente Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Eduardo Azeredo. Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Senhor Presidente Senador Flexa Ribeiro, Sr. Presidente da Comissão da Câmara Eduardo Gomes, demais membros da Mesa, Sras. e Srs. Senadores, Deputadas, Deputados.

Eu acho que faltou alguém nessa Mesa, o Presidente do Tribunal de Contas da União. Eu acho que nós precisamos fazer um novo convite, porque eu estou vendo aqui os apelos são muito fortes em cima do Tribunal de Contas da União.

E eu quero corroborar com a fala do Senador Flávio Arns, do Senador Eduardo Azeredo, de tantos outros que falaram aqui, que o Tribunal de Contas da União já deixou há muito tempo de ser o órgão auxiliar do Congresso Nacional. Aliás, para gente, tem Ministro de Estado que vem assim que a gente tenta marcar uma audiência. "Não, eu vou aí, eu vou aí no Senado. Que horas o senhor quer que vá?". E lá no Tribunal, às vezes, um Ministro interino tem que ir lá três, quatro vezes para resolver um problema grave de um Estado.

O Senador Sérgio Zambiasi me falava ainda a pouco que o Trensurb de Porto Alegre ficou paralisado seis anos, e no final o Tribunal acabou aprovando do jeito que estava. Seis anos. A BR 101 Sul, a BR 101

Sul ficou cinco anos paralisada. O Dr. Carreiro, que foi um dos assessores aqui do Senado que estava como Ministro que resolveu o problema. Depois que entrou lá que resolveu. Fazia cinco anos que estava paralisado. Eu acho que alguma coisa está errada.

Lá no meu Estado teve uma obra que o Tribunal de Contas pré-julgou antes mesmo de iniciar. Não deixou a Prefeitura, eles acharam que a Prefeitura não tinha competência para executar a obra. E teve que cancelar, depois de dois anos de luta, eu, a Deputada Marina insistindo, insistindo, com recurso assegurado no orçamento, tivemos que mudar tudo e passar de volta para a União fazer. Quer dizer, o prejuízo que causou.

Nesse ano mesmo, a cidade Alvorada D'oeste ficou ilhada por problema de pontes e atoleiros nas estradas, que as fábricas já deveriam estar prontas, e foi impedida pela cessão de Rondônia, lá de Porto Velho, do Tribunal de Contas da União. E não teve Cristo que conseguisse fazer os Ministros aqui entender que isso era importante para região. Então, eu acho que alguma coisa está errada.

Eu acho que o prejuízo é muito maior. Tudo bem que um dos pressupostos das auditorias do Tribunal de Contas é economicidade, é a lisura, é a probidade, mas tem hora que fica muito mais caro, como o Azeredo falou, vai ficar muito mais caro essas obras paralisadas cinco, seis anos, do que se tivesse feito na sua origem. Obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Permite uma palavrinha?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu também me preocupo com o setor de pesquisa no Brasil, porque... Me perdoe, eu não saudei aqui o Presidente, Deputado Eduardo Gomes, e em nome do qual eu quero saudar todos os ilustres Deputados que vieram hoje aqui ao Senado Federal. Solange Amaral, ilustre, brilhante Deputada do meu Estado.

Senador Flexa Ribeiro, eu reconheço que os Tribunais de Contas nos municípios, quando são capitais importantes, nos Estados e na própria União, muitas vezes, sobretudo nos Estados e nos municípios, acabam criando entraves e há reclamações enormes de Prefeitos, há casos comprovados de corrupção. Mas me parece que esse não é o caso da nossa Audiência Pública, porque na palestra do Cláudio, quer dizer, há a sistemática desobediência aos artigos 8666 da Lei de Concorrência que nós estamos inclusive reformando ela aqui, espero que a gente vote o mais breve possível. E há também declarações do Ministro da Educação dizendo que realmente era necessário modernizar a gestão das fundações.

O que a gente lamenta, e eu concordo com o Raupp, é que a gente faz aqui Audiências Públicas importantes, reúne tantos Parlamentares, e aí convida Ministro, Presidente, eles não vem. Aí quando a gente convoca, o Líder do Governo vem aqui e diz: "Olha, isso não é gentil, isso é intolerante. Por que convocar? O Ministro está pronto a vir, pronto a atender a Comissão, terá o maior prazer, é um democrata". E chega na hora, ele não vem, eles não vem. Isso também é um desprestígio dessa Casa, uma falta de consideração, que eu gostaria de deixar registrado inclusive como base do Governo. Não custa nada estar aqui conosco para gente ver os casos concretos. Podiam vir aqui os casos: "Olha, a fundação tal, tal, tal, comprou não sei o quê, não sei o quê, sem licitação, numa compra que trouxe prejuízo para a União porque nós comprovamos que haviam preços mais baratos". E a gente poderia ter mais efetividade para sair daqui e discutir uma legislação que aperfeiçoasse, que modernizasse e que contivesse possíveis irregularidades que estivessem ocorrendo. Então, fica aqui, Sr. Presidente, a minha tristeza.

Às vezes a gente faz uma audiência aqui com Presidentes importantes de estatais. Agora a pouco o senhor fez uma trazendo os Presidentes das teles. Todos vieram. "Somos importantes, empresários, lidamos com bilhões na economia". Pôxa vida, e companheiros nossos, Ministros, Presidente do Tribunal, se encastelam, não vem, ou às vezes mandam um representante. Mas eu acho que o certo teria sido vir. Eu acho que V.Exa., na próxima, devia convocar.

Nessa minha modéstia e despretenciosa participação da vida pública, eu sou um homem da tolerância, sou ou não sou, Senador Valdir Raupp? Eu sou o homem da tolerância, do acordo, da conversa, do café e da palavra, de suportar injúrias, infâmias, calúnias, nesse dilúvio de ódios e paixões que é a política brasileira. Mas chega um ponto, Sr. Presidente, passo que a gente precisa tomar uma decisão. E eu acho que V.Exa. devia tomar. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Marcelo Crivella, só para esclarecer essa primeira parte da nossa pauta de hoje, que é uma reunião técnica que foi sugerida para que o Senado e a Câmara pudesse tomar conhecimento do trabalho feito pela Secretaria--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Desculpa Presidente, perdão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): De tecnologia e informação do TCU.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Então vamos todos esperar que eles cheguem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, o Presidente Ministro Ubiratan Aguiar, como a audiência é técnica, ele fez um contato com a Presidência da Comissão no sentido de que pudessem vir as áreas técnicas do Tribunal, mas ele está disponível para que possa vir numa oportunidade ao Congresso fazer essa explicação.

E aí eu quero já propor a V.Exas. que nós possamos fazer uma Audiência Pública, acho que em conjunto com a Comissão, com a Comissão de Controle e Fiscalização, Meio Ambiente, Controle e Fiscalização, possamos fazer uma Audiência Pública para discutir esse tema mais amplo que aqui foi colocado, qual o papel do Tribunal de Contas da União.

E aí eu tenho absoluta certeza que o Presidente Ubiratan Aguiar estará aqui conosco. Então, já fica a sugestão, vamos fazer o requerimento em conjunto para que nós possamos ter, num breve espaço de tempo, esta audiência que é importante. Importante no caso da Comissão de Controle e Fiscalização, mas vamos fazer em conjunto também com a Comissão de Ciência e Tecnologia.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu peço desculpas também, Sr. Presidente, e eu sei que o Presidente do TCU é um grande homem público, com certeza ele vai estar aqui prestando essas informações.

E convidar também o Procurador também junto ao TCU para acompanhar o Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sem dúvida, Senador Valdir Raupp.

Essa próxima audiência, os Senadores poderão fazer a indicação de nomes que gostariam que participassem também para que possamos ter outro tema em debate que não é o ponto desta nossa audiência de hoje.

Até porque, essa primeira parte que era uma parte técnica, era para que os Senadores e os Deputados tomassem conhecimento, e a Audiência Pública que nós vamos focar na Sessão de hoje, é sobre as fundações de amparo e pesquisa das universidades brasileiras.

Então, nós vamos ouvir o Senador Wellington Salgado de Oliveira, que é o último inscrito, vamos passar a palavra ao Edison Lobão também, ao Senador Lobão Filho, desculpe, e ao Dr. Cláudio para que ele possa fazer as respostas e nós possamos dar imediatamente início à Audiência Pública prevista. Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Flexa Ribeiro, eu realmente cheguei depois das exposições, eu inclusive estava aqui me atualizando.

Mas ao ouvir a declaração do Senador, ex-Governador Valdir Raupp, sobre as questões que estão acontecendo dentro do Congresso, dentro do Senado, dentro da Câmara, onde acaba os Senadores e também os Deputados, perdendo autoridade. Perdendo autoridade porque não estão se impondo, a verdade é essa. Nós estamos perdendo autoridade porque não estão impondo o poder que um Senador tem. Porque todos esses cargos passam por aqui para serem aprovados.

Esses senhores, quando querem ser aprovados, vão no cafezinho, vivem atrás da gente, conversam, entendeu? Depois somem, e pior, não recebem a gente nos órgãos para os quais eles foram nomeados por nós, ou aprovado por nós. Então, isso é constante, é constante.

O que o Senador Valdir Raupp colocou é verdade. Só que dentro do Senado, não vou falar da Câmara, acontece que nós estamos ficando nós contra nós mesmos, por questões partidárias, políticas, regionais, ideológicas – talvez ideológicas seria menor que esteja acontecendo ultimamente – e estamos perdendo a autoridade. A hora que o Senado colocar ou alguém, um Senador e conseguir se agrupar com os outros partidos e colocar a autoridade. Se o jornalista fez uma matéria errada, mentirosa, cassa a credencial dele para andar aqui dentro. Eu tenho uma relação franca com jornalista. Mas se faz uma matéria mentirosa, sem prova, cassa a credencial daquele. O outro órgão tem direito a indicar um outro jornalista, mas aquele não goza mais da nossa confiança.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Mas nós não nomeamos ainda Procurador da Casa, não nomeamos Ouvidor da Casa. V.Exa. que tem o Presidente da Casa aqui, o PMDB, permita esse aparte, nós devíamos nomear um Procurador ou um Ouvidor. Nós não fizemos nada. Praticamente o Senado está com os cargos que deviam defender o Senado ou ouvir as questões, etc. e tal, todos para serem nomeados.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Por quê? Por quê que não estão nomeados? Porque se fizer uma nomeação agora é gasto. Vai expor o nosso Presidente mais uma vez, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não tem gasto, é um Senador que vai assumir.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ouvidoria é uma criação, é um outro gabinete.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Tinha na Legislatura passada.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu vou, gostaria de particularmente falar com V.Exa., se não eu vou estragar. Preferia esse desabafo num outro momento, num momento mais propício.

Mas eu queria dizer que Senador Valdir Raupp, concordo plenamente com V.Exa. Desculpe, Sr. Presidente, ter saído um pouco do assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu quero antecipar que eu vou entrar com requerimento pedindo convite do Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, que a gente começou a entrar num assunto que pelo visto é de alto interesse para todos os Parlamentares.

E é interessante nós Parlamentares ouvirmos a metodologia do TCU e nos aprofundarmos no assunto, porque a exemplo dos exemplos do Senador Valdir Raupp, o TCU, em alguns momentos, eu diria, encarece determinadas ações de Governo sustando ou paralisando determinadas obras, determinados serviços. E é importante que nós Parlamentares, já que é um órgão de Assessoria, que nós participemos de forma efetiva dessas ações, que nós possamos entender como é que o Tribunal de Contas atua para que nós possamos juntos encontrarmos soluções que sejam mais eficazes, mais rápidas, e que redunde numa eficiência maior do órgão.

Então, eu estou antecipando, vou entrar com requerimento convidando o Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas. E abaixo deles, nós temos 10 outros Secretários aqui em Brasília, segundo informação do Dr. Cláudio, fora os outros Secretários de Controle Externo que estão nos Estados. Mas existe um Secretário Geral. Então, esse eu acho que é imprescindível que nós façamos o convite a ele.

E quanto à colocação do Senador Wellington Salgado de Oliveira, eu acho que nós não temos que ter relação personalista com nenhuma dessas autoridades. Nós temos é que fazer cumprir a prerrogativa nossa institucional. E quando tivermos necessidade de entrar em contato com uma autoridade dessas, ela tem obrigação funcional de receber o Congressista. E quando não receber, isso deve ser comunicado à Mesa do Senado ou à Mesa da Câmara para que tome providências. Nós não temos que ter relação personalista com ninguém.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador Lobão Filho, V.Exa. tem o nome desse Secretário? Porque eu acho que nenhum Senador conhece.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Não, não conheço, não conheço, mas vou convidar a autoridade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Deputado Júlio Semeghini e, em seguida, Dr. Cláudio Castello Branco.

DEPUTADO JÚLIO SEMEGHINI (PSDB-SP): Um minuto só, Presidente Senador Flexa Ribeiro.

Primeiro, eu quero parabenizá-lo pela colocação que fez. O debate que foi colocado pelos Senadores e por Deputados aqui da necessidade de discutirmos o papel do Tribunal de Contas da União, como aprimorar e aproximar mais essa Casa aqui, é importante, é imprescindível.

Mas eu quero só ressaltar uma coisa da iniciativa de V.Exa. e do Presidente Eduardo Gomes de que nós não estamos, Dr. Cláudio, discutindo a necessidade da sua Secretaria. Pelo menos eu, não estou. Eu quero deixar bem claro que no papel já há definido hoje do Tribunal de Contas da União é importante que se tenha uma equipe técnica para poder acompanhar os gastos feitos na área de TI. Esse gasto hoje não é porque são só 10 bilhões, mas pela importância que tem até por cumprimento de lei nossa que tem lá dentro, de sigilo, de uma série de coisas que tem que ser feito.

Isso não é fácil, já há muito tempo deixou de ter só concorrência, isso não é *commodity*, tem que apontar, acompanhar os gastos, a medição, a forma como está, e até a necessidade dessas compras que, às vezes, são totalmente desnecessárias.

Então, apenas a gente quer é discutir o papel e as prioridades para que essa Secretaria dê tranqüilidade para que o Poder Executivo esteja andando naquilo que nós esperamos. Essa é a minha posição, por isso que fiz aquelas colocações anteriores ao senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Passando a palavra ao nosso convidado, Dr. Cláudio Castello Branco.

Só aditando, Secretário, eu gostaria que em resposta às perguntas que lhe foram feitas, se V.Sa. poderia fazer uma indicação do principal problema da Tecnologia da Informação na Administração Pública Federal. Para que nós possamos dar início, em seguida, à nossa Audiência Pública.

SR. CLÁUDIO SOUZA CASTELLO BRANCO: Perfeito. Eu gostaria de agradecer muito todas as perguntas. E tentarei respondê-las a todos. Começando pelo final, porque é o assunto que a gente estava tratando aqui.

O principal problema que particularmente eu vejo como Coordenador da Secretaria de Fiscalização da Tecnologia de Informação do Tribunal de Contas da

União é a governança da TI. Isso inclui desde que se planeja e até que resultado se alcança.

No documento que eu passei à mão dos senhores, tem um informativo, nós fazemos os nossos trabalhos, são às vezes 50, 60 páginas, mas em uma página só a gente tenta expressar todo o conteúdo desse trabalho. E nesse aqui que tem uma tarjazinha verde é o resumo, que é o resumo desse trabalho de governança, o vermelho. E o verdinho tem um resumo do resumo desse trabalho de governança.

E aqui nós podemos citar. Nesse gráfico que está aqui, quanto maior o gráfico, pior a situação. Deficiências em governança de TI. Não são locados gastos de TI de acordo com o planejado, 51% dos órgãos. Não adota processo de trabalho para a contratação, 48% dos órgãos. Não há transferência de conhecimento do terceirizado para a Administração Pública, 57% dos órgãos. Não há planejamento estratégico em vigor, 58% dos órgãos. Não segue metodologia de desenvolvimento de sistema, 51%. Não é efetuada a gestão a nível de serviço, 74%. Não foi realizada auditoria de TI, que foi me perguntado. Nós temos que induzir que o Executivo controle a si mesmo. Em cinco anos, nenhum órgão fez auditoria de TI, 60%. Não há carreiras específicas para TI, 57%. Não há política de segurança e informação, 64%. Não faz análise dos riscos de TI, 75%. Não faz classificação da informação, 80%. Não há plano de continuidade de negócios, 88%. A Telefonica de São Paulo parou agora porque não tinha um bom plano de continuidade de negócios.

E os senhores me perguntaram: "Tudo bem, constatamos isso. Estamos melhorando a gestão?" Estamos. As determinações foram para que isso fosse corrigido, e as determinações do Tribunal não atingiram somente o Executivo, atingiram o Legislativo e o Judiciário. O CNJ baixou agora uma Resolução sobre planejamento estratégico, planejamento de TI. Não tinham. O Executivo Federal fez agora, por indução desse acórdão aqui que é o 1.603 contratação de quase duas mil pessoas, dois mil servidores, para a área de TI.

Essa desgovernança que tivemos hoje é uma, vem desde o Decreto-Lei nº. 200, onde houve uma indução à terceirização, podendo terceirizar, contanto que pudesse gerir, mas houve uma má terceirização. A terceirização é devida, contanto que ela seja bem controlada.

Hoje nós temos órgãos em que 90% das pessoas que cuidam de TI tem 30 anos de casa, estão alocados em outros órgãos já, em outras áreas, não mais de TI. Os 10% foram contratados recentemente, com salários baixos. Então, o gestor de TI hoje não tem elementos.

Isso aqui mostra a desgovernança e as determinações, as recomendações. Já estão criando os meios, a ENAP está fazendo cursos, estão sendo contratados servidores.

A IN nº. 4, uma Instrução Normativa que foi criada para gerir a TI nova agora ela foi criada por indução do TCU, essa daí que a gente criou, ou seja, foi criado todo um arcabouço.

Então, respondendo a primeira pergunta. O primeiro problema, desgovernança. Há casos de governança total aonde áreas financeiras onde TI, por exemplo, bancos. TI e finanças é uma simbiose, não tem como mais separar isso. As estatais também têm uma governança forte. Mas no Executivo em geral, na Administração direta, a situação ainda é precária. E as Comissões de Ciência e Tecnologia e a participação do Tribunal de Contas da União...

Eu gostaria aqui de deixar bem claro que o papel do Tribunal, indiscutivelmente, é, está escrito na Constituição, de apoiar o Congresso Nacional, prestar auxílio ao Congresso Nacional.

Eu creio que, embora o meu nome seja Castello Branco, isso foi falado que a gente se encastela, às vezes, ou outros se encastelam, nós não estamos nos encastelando, ao contrário. A nossa vinda aqui é justamente uma tentativa de aprimorar esse apoio, de apresentar o que nós fazemos e o que podemos contribuir para as necessidades dos senhores.

E como eu mostrei, nós temos avaliações claras, inequívocas de avaliar materialidade, riscos, mas não a oportunidade, a significância de assuntos para a nação.

Já respondendo o ponto da urna, todos os elementos, foram dez sugestões, dez idéias que foram colocadas. São simplesmente idéias.

Todo trabalho do Tribunal, para ser efetuado, nós começamos com um levantamento de informações. Nesse levantamento, nós tivemos auditabilidade, a realidade dos fatos, às vezes, que são nos trazidos, muitas dessas informações aqui, dessas idéias que foram dadas, foram para notícia de imprensa. E nós, como cidadãos comuns e auditores também, vemos: que sistema na visão pública atinge uma maior quantidade da população? E pensamos na urna eletrônica. Ou seja, sistemas TI, população, Congresso precisa desse tipo de coisa? Sim, o Congresso trabalha para a sociedade. Então são idéias nesse patamar, para pensarmos o que é importante.

A urna é mais importante do o que sistema de tarifação telefônica? Talvez não, não sei. É isso que nós gostaríamos de conversar nesse sentido de apoiar melhor o Congresso Nacional.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Não há então nenhum caso específico? Nenhuma denúncia?

SR. CLÁUDIO SOUZA CASTELLO BRANCO: Eu creio que já houve, o Tribunal tem uma Ouvidoria muito grande e recebe muita coisa.

O Tribunal trabalha muito com informação de denúncias e representações, isso nos atinge fortemente. Trabalho com as prestações de contas, tomada de contas especiais, também nos atingem fortemente em termos de alocação de trabalho.

Tem uma parcela muito pequena de criatividade do que fazer, e tem as solicitações do Congresso Nacional que são prioritárias.

Então, o que nós estamos trazendo é tentarmos fechar com os senhores quais são essas solicitações, quais são esses interesses prioritários em termos de Tecnologia da Informação.

Respondendo ao Senador, eu creio que já houve denúncia do Tribunal sobre, e já houve até investigação, eu acho que no Congresso, sobre esse tema de urna eletrônica, específico, eu acho que... Só palestra, só debates?

Eu particularmente também, como cidadão, considero o sistema, considero a sistemática da urna eletrônica muito interessante e muito boa para a nação. Rapidez que nós conseguimos chegar a um resultado. Agora, atinge uma quantidade imensa. Todos nós aqui a utilizamos. E auditoria não só aponta problemas. Ela valida pontos positivos e boas práticas. Talvez seja o caso da urna eletrônica validarmos um caso de sucesso e qualquer dúvida que alguém tenha tido, poder ser dirimida.

Bom, então desgovernança. Então nossas recomendações no aspecto da governança atingiram todo... O GEACI(F) já se pronunciou, já baixou regulamentações, o CNJ também.

Foi nos perguntado se nós teríamos capacidade de fazer esses 10 trabalhos. Logicamente que não. O Tribunal hoje tem dois mil servidores. É ínfimo, é ínfima a quantidade face à quantidade de problemas que o Brasil tem e a nossa população.

Países com muito menor carga de problemas de fraudes, corrupção, desvio, ineficiência, tem uma quantidade muito maior de auditores, mas muito maior mesmo.

Quanto ao apoio ao Congresso Nacional, de novo. Há países, como os Estados Unidos, em que quase a totalidade dos trabalhos do TCU deles, que é o GAU(F), é por solicitação do Congresso dos Estados Unidos. Há países que brecam, há uma independência completa, que não recebem, que trabalham unilateralmente, não aceitam receber solicitações nem de Congresso Nacional, nem de ninguém. Nem denúncia de representação eles olham. Mas nós somos órgão auxiliar, prestamos auxílio ao Congresso Nacional e queremos cada vez mais aprimorar esse auxílio.

Foi nos tratado aqui também de obras. Duas coisas interessantes no aspecto de obras. O Tribunal remete para o Congresso Nacional informações chamadas com IGP ou com IGC, um indício de [ininteligível] grave para paralisar ou para continuar.

Essas informações são repassadas ao Congresso Nacional e é o Congresso Nacional que, ao votar o orçamento, determina ou não aquela paralisação, na realidade. Então, é com base em informação do TCU, obviamente. Mas a paralisação é feita pelo Congresso no estágio final.

E o que a Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação pretende fazer e já está fazendo diferentemente do que ocorreu já em obras? Do que ainda corre? É focar não só no problema já ocorrido, porque em TI é muito difícil de parar a Tecnologia da Informação. Parar uma obra pode até ser viável, parar a Tecnologia da Informação, como nós falamos, é o coração da máquina pública, podemos pará-la e avançá-la, pode realmente parar a Administração Pública. Então nós estamos focando muito nos controles, na indução de uma melhor prática de gestão de TI para que não tenhamos que parar a Tecnologia da Informação e parar contratos. Então, o nosso foco é em controle e em boa gestão e já está sendo feito isso.

Bom senhores, eu creio que--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço.

SR. CLÁUDIO SOUZA CASTELLO BRANCO: Desculpe.

A quantidade de pessoal, particularmente, eu acho que pode comparativamente com outros países, nós temos índices disso bem claros, o Tribunal pode crescer muito mais e poderia fazer um trabalho maior se tivesse mais gente, com certeza. No meu ponto de vista particular. Comparativamente a outros países que têm níveis de corrupção, fraude, desvio, ineficiências muito menores que o Brasil, a quantidade de auditores é muito maior, e de fiscais, é muito maior. Não Europa, então, nem se compara.

Então, hoje como foi falado, se pedirem esses dez trabalhos, nós não temos condição nenhuma de fazer esses dez trabalhos. Obviamente que não. Poderíamos e deveríamos ter mais gente, no meu entendimento particular, Secretários de Fiscalização da Tecnologia de Informação. Na área de TI, com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradecemos--

SR. CLÁUDIO SOUZA CASTELLO BRANCO: Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ao Dr. Cláudio Castello Branco as suas informações, e com certeza absoluta, eu peço à Secretaria que faça chegar aos Senadores e às Senadoras, aos Deputados e às Deputadas, cópia das sugestões aqui encaminhadas pelo Secretário de Fiscalização em Tecnologia do TCU.

E vamos iniciar a segunda parte da nossa pauta de hoje com a Audiência Pública que debaterá a situação das Fundações de Apoio às Universidades e O futuro do Gerenciamento de Ciência e Tecnologia no Brasil.

Essa Audiência Pública, Deputado Eduardo Gomes, numa conversa que nós tivemos com o Deputado Nilson Pinto, ex-Reitor da Universidade Federal do Pará, em que o Deputado colocava a sua preocupação com relação ao futuro do gerenciamento, da área de Ciência e Tecnologia feito pelas Fundações de Amparo à Pesquisa das Universidades. Então, e dessa conversa surgiu a possibilidade de nós fazermos esta audiência inclusive conjunta, com a Comissão da Câmara também.

E nós vamos agora, agradecendo ao Dr. Cláudio, convidar os nossos debatedores dessa Audiência Pública sobre as Fundações. Dr. José Rubens Rebelatto, diretor de Hospitais Universitários Federais e Residência de Saúde da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação; Dra. Neusa Coutinho Affonso, Secretária de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, TCU, no Estado de Minas Gerais; Dr. Ronaldo Pena, Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais; Dr. Paulo Afonso Bracarense Costa, Presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e Pesquisa Científica e Tecnológica, CONFIES. Peço aos nossos convidados que tomem assento à Mesa.

Podemos, então, iniciar a nossa Audiência Pública? Nosso primeiro expositor, Dr. José Rubens Rebelatto. Dr. José Rubens, V.Sa. terá dez minutos para fazer a sua exposição, flexibilizado, se houver necessidade de algum tempo a mais. Com a palavra, Dr. José Rubens Rebelatto.

SR. JOSÉ RUBENS REBELATTO: Muito obrigado, Sr. Presidente, demais autoridades, componentes da Mesa, senhores Parlamentares, autoridades presentes.

Antes de mais nada, trago o abraço e o cumprimento do nosso Ministro da Educação Fernando Haddad e da nossa Secretária de Educação Superior Maria Paula Dallari Bucci e dizer que é uma satisfação estar aqui para debatermos as nossas Fundações de Apoio, Fundações Universitárias de Apoio.

Eu, em dez minutos, tentarei sintetizar, basicamente, passando para os senhores qual que é a posição do nosso Ministério, do Ministério da Educação em relação a este problema.

Gostaria, inicialmente, de dizer que falo com uma certa tranqüilidade, porque como fui Reitor da Universidade Federal de São Carlos, eu tive a oportunidade de criar uma fundação de apoio e, portanto, esta fundação de apoio serviu para que nós resolvêssemos vários problemas no âmbito da Universidade.

Mas também, como ex-Reitor, tive até a semana passada, alguns processos no Tribunal de Contas da União. Nós dizemos na ANDIFES que o ex-Reitor que não tem processos no Tribunal de Contas da União não tem o seu currículo completo, ainda.

Desta maneira, eu digo que tive porque o processo já foi julgado e está tudo bem. Mas isto sinaliza um pouco que as Fundações de Apoio Universitárias, no decorrer do tempo, passaram, algumas delas, de se caracterizarem como soluções para instituições que geraram alguns problemas.

E um destes problemas é em relação, por exemplo, à utilização de recursos de um determinado exercício para outro exercício, utilizando a fundação de apoio como mecanismo para isso.

As fundações, de uma maneira geral, elas facilitaram todos os processos no âmbito da universidade, quer seja para pesquisadores, quer seja para o gerenciamento de projetos não só de pesquisa, mas também de extensão, e fizeram com que nós pudéssemos, como Reitores, ter a utilização máxima daqueles parcos recursos em determinadas circunstâncias, que eram passados para a instituição.

Mas nós temos que reconhecer também que no âmbito das fundações nós tivemos problemas de gestão sim, e tivemos problemas de gestão que nós conhecemos, foram julgados e julgados, mas também temos que reconhecer que estes problemas de gestão não podem ser generalizados para todo o sistema das nossas fundações. Algumas fundações funcionam sim e funcionam muito bem.

O que nós temos como um quadro atual hoje que gera, ou que está gerando algum conflito?

Em primeiro lugar, o que nós temos? Nós temos a lei, a lei das fundações que está em vigor, e que, portanto, faz com que elas se caracterizem como mecanismo legal.

De outra parte, nós temos o acórdão do Tribunal de Contas da União regulamentando as relações entre o Ministério, entre as universidades, e entre as Fundações. E estas regulamentações, estes ditames constantes no Tribunal têm gerado algum conflito. É este o quadro atual que nós temos no momento.

E a pergunta que naturalmente vem sendo feita ao Ministro, à Secretária, à Diretoria de hospitais é: Qual é o entendimento do MEC em relação a este quadro conflitante neste momento? E isto é o ponto fundamental da minha fala. Eu gostaria de deixar claro que o MEC entende que tem que criar condições legais para dar possibilidade de continuidade das ações por parte dos Reitores sem necessariamente terem que se utilizar das Fundações.

Em grande parte elas foram criadas por conta da malha legislativa, da burocracia acadêmica que tínhamos que não acompanhavam o *timing* das necessidades de ações, quer seja de pesquisa, de projetos de extensão, de gerenciamento de recursos etc. Então, o MEC, neste momento, em nome da autonomia das universidades, em um decreto que nós estamos chamando decreto de autonomia, já está fazendo por meio do artigo 4º, inciso XV da Lei Orçamentária da União, por exemplo, que seja possível para os Reitores que receberam recursos ao final de um determinado ano e não houve tempo hábil para utilização desses recursos, que eles possam utilizar desses recursos no próximo ano por meio de um mecanismo denominado reabertura de crédito. Este é um procedimento que já está em andamento pelo Ministério da Educação na direção de criar condições legais para a ação dos Reitores.

Da mesma forma que o gerenciamento de recursos tanto da Pós-Graduação Lato Sensu como, por exemplo, dos recursos pagos aos gerenciadores de projetos, possam ser feitos por meio da folha normal de pagamentos sem que, necessariamente, para isso, tenha que se repassar os recursos para as Fundações.

E muitas vezes, nós, do MEC, somos cobrados em relação ao papel de supervisão que deveria ter, no entendimento de algumas pessoas, em relação às Fundações de Apoio. Este é o segundo ponto fundamental desta fala que eu gostaria de deixar grifado.

O papel do MEC em relação às Fundações de Apoio é claro. Ele tem como papel credenciamento das Fundações com base nos requisitos legais, e obviamente, com a concordância da instituição apoiada. Com base nesses dois critérios, o MEC simplesmente tem como papel definido na letra o credenciamento ou não credenciamento das Fundações de Apoio. Portanto, não cabe ao MEC a supervisão dessas Fundações.

As Fundações, enquanto serem supervisionadas, devem ao TCU e ao Ministério Público. Portanto, os papéis de supervisão, repetindo, Tribunal de Contas da União e do Ministério Público. As Fundações não credenciadas pelo MEC não podem aproveitar as prerrogativas legais, contratação sem licitação, utilização de equipamento da instituição etc. Mas este é o papel do MEC em relação às Fundações.

E, para finalizar, porque vejo que o meu tempo já começa a se esgotar, eu gostaria de dizer que claro que temos conflitos, temos papéis definidos em relação às Fundações, mas estamos no *locus* adequado para superarmos estes conflitos e para explicitarmos e, talvez, até revermos, se esta Casa assim julgar necessário, os papéis de cada uma das instituições em relação às nossas Fundações de Apoio.

Eu gostaria, para finalizar, de que neste trabalho conjunto, talvez nós possamos encaminhar para aquilo que disse o Promotor do Ministério Público por ocasião da audiência que tivemos há duas semanas atrás na Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Eduardo Gomes. E o Procurador Grazioli disse que talvez nós tenhamos que em relação às Fundações, olhar também para os resultados e não somente para os procedimentos. Ou seja, esta fala vinda de um Procurador do Ministério Público adquire uma importância significativa.

Devo dizer que como ex-gestor de uma universidade e agora como gestor dos 45 Hospitais Universitários Federais deste País, que está com um sério problema e peço só um parênteses para lhes relatar isso, porque nós temos no âmbito das Fundações, os senhores e as senhoras sabem disso, um conjunto grande de funcionários contratados principalmente para atender os nossos Hospitais Universitários Federais. E, pelo acórdão do TCU, até 2010, nós não poderemos mais ter estas contratações.

Não sei se com o número que eu vou dar vocês poderão imaginar o que isto pode (soa a campainha) significar para o nosso Sistema Federal de Ensino Superior: 18 mil funcionários contratados, quer seja pela CLT, Consolidação das Leis do Trabalho, quer seja pagos por regime de pagamento de autônomo, quer seja de cooperativas. Portanto, talvez nós realmente tenhamos que olhar para os resultados e não somente para os procedimentos.

Finalizo, então, destacando os dois raciocínios que utilizei do papel do MEC e também do entendimento do MEC em relação às suas ações neste quadro de conflito. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. José Rubens Rebelatto, Diretor de Hospitais Universitários Federais e Residências de Saúde da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação pela brilhante exposição de V.Exa. e também pelo cumprimento do tempo estipulado, apesar de a Presidência ter disponibilizado uma prorrogação, se assim fosse necessário.

Eu quero pedir desculpas aos nossos convidados, aos membros das Comissões tanto do Senado quanto da Câmara, eu vou precisar me ausentar nesse instante. Está havendo um seminário do PSDB Nacional com os Prefeitos de todo o Brasil. E nós temos que participar desse seminário como membros, Senadores e Deputados do PSDB.

Eu vou só informando, é muito bom para o PSDB, porque nós nos preparamos para retomar o projeto de Governo que levará o Brasil ao desenvolvimento a partir de 2011, Senador Renato Casagrande.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Vamos convidá-lo agora para fazer parte do PMDB. Seu lugar é junto conosco.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero só informar aos Srs. e Sras. Senadores, Srs. e Sras. Deputados, que essa é uma primeira audiência, faremos uma segunda audiência sobre o mesmo tema das Fundações com outros convidados que foram aprovados no requerimento nas duas Comissões. Marcaremos então essa nova audiência para uma sessão a ser ainda combinada.

Eu passo a Presidência ao Senador Lobão Filho e ao Deputado Eduardo Gomes, que também é Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara Federal e é nosso... E membro da Executiva Nacional também vai, daqui a pouco, ter que se ausentar para ir ao mesmo compromisso que eu, que é esse Seminário Nacional do PSDB. Mas iremos lá e voltaremos aqui se assim for possível.

Passo a Presidência ao Senador Lobão Filho.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Bom, já saudosos da presença do ilustre Senador Flexa Ribeiro, damos continuidade a essa Audiência Pública passamos a palavra para a Dra. Neusa Coutinho Affonso, para que possa fazer a sua exposição. A senhora terá dez minutos para fazer a exposição.

SRA. NEUSA COUTINHO AFFONSO: Muito obrigada. Bom dia a todos, Excelentíssimo Sr. Senador Lobão Filho, na Presidência da Comissão de Ciência e Tecnologia, Excelentíssimo Sr. Deputado Eduardo Gomes, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, Senador Lobão Filho do Senado.

Excelentíssimo Srs. Parlamentares, Senadores, Deputados, e demais autoridades presentes, meus cumprimentos.

Eu trago, em nome do Presidente do Tribunal de Contas da União Ministro Ubiratan Aguiar, que me designou para representá-lo neste ato o agradecimento pelo convite para essa Audiência Pública. E, principalmente, pela oportunidade de exercer uma das mais nobres funções do Tribunal, que é auxiliar o Congresso Nacional no controle externo.

Honra-nos sobremaneira participar desse debate da maior importância para a educação e a ciência no País. E muito apropriadamente ocorrido nessa Casa Legislativa.

O diálogo é importante e vem sendo construído diuturnamente entre o Tribunal de Contas da União e as universidades e também as Fundações de Apoio. A prova disso é o fórum, o 1º Fórum sobre as Instituições Federais de Ensino, que ocorreu em 2007, presidido pelo Ministro Haroldo Cedraz, cuja publicação está aí à disposição dos senhores.

E nessa linha de transparência e aproximação, informamos que durante toda a fase da fiscalização estiveram presentes as três pastas. O Ministério da Educação, da Ciência e Tecnologia e do Planejamento, Orçamento e Gestão. E tomaram conhecimento de todos os passos da auditoria e de todas as propostas que seriam colocadas no relatório. Então, foi uma construção conjunta.

É importante salientar também que o Tribunal sempre reconheceu o importante papel das Fundações de Apoio na prestação gerencial às Fundações, às universidades. E isso é reconhecido em todos os pronunciamentos do Tribunal sobre a matéria.

Gostaria de deixar claro também que o Acórdão nº. 2731 de 2008, que está sendo discutido aqui nessa Audiência Pública, ele visa ao fortalecimento das instituições tanto das universidades quanto das Fundações de Apoio, enquanto ele direciona para a autonomia universitária e a clareza dos normativos, de forma que sejam assegurados os princípios constitucionais da Administração Pública. Eles devem coexistir harmonicamente em todos os momentos.

Essa auditoria surgiu de uma comunicação do Ministro Haroldo Cedraz quando examinava o processo da contratação da FINATEC. E naquela ocasião, a S.Exa. constatou em constante descumprimento das determinações do Tribunal. E isso exigia uma ação unificada e firme do Tribunal para que fosse feita uma auditoria ampla em nível nacional com o objetivo de obter um diagnóstico mais preciso da situação afeta às instituições e à educação superior brasileira também em plano nacional.

Era necessário identificar as irregularidades sistêmicas e apresentar um conjunto de propostas destinadas a viabilizar um efetivo controle dos recursos que estavam sendo empregados ao abrigo da lei.

Eu vou citar algumas coisas técnicas para que os senhores entendam melhor essa auditoria. Ela é denominada pela Fiscalização de Orientação Centralizada, a sigla FOC, que consiste numa fiscalização

com participação de várias unidades centralizadas por uma unidade.

Em Minas Gerais foi escolhida a Secretaria de Minas Gerais para coordenar esse trabalho porque era detentora da maior clientela na área de educação, com 11 universidades.

Ocorreram, então, dois relatórios diferenciados. Um consolidado, com as questões sistêmicas estruturantes, que foram as determinações direcionadas aos Ministérios, não diretamente às universidades. E outros individualizados por universidade fiscalizada, que abrangiam as questões de conformidade de gestão, e aí sim, as determinações foram encaminhadas aos senhores Reitores.

O critério utilizado foi de materialidade dos recursos transferidos e também matriz de risco, assim constituída por descumprimento de determinações no Tribunal ou denúncias e representações.

Foram, participaram dessa auditoria 13 Secretarias Estaduais, foram escolhidas 16 universidades nesse critério de seleção, auditados 464 convênios ou contratos com volume de recursos desenvolvidos de 950 milhões.

Gostaria de passar a um gráfico que demonstra essa participação. Então 50% das Secretarias do Tribunal foram envolvidas nos Estados. 28% das universidades fiscalizadas num total de 58 e 53% dos recursos que foram transferidos foram analisados, no total de 950 milhões, de 1 bilhão 800 mil foram repassados.

Eu vou passar agora a palavra para o coordenador nacional dessas fiscalizações, que é o Sr. Ricardo Cambraia, que foi auxiliar do Sr. Luis Wagner, da Secretaria do Rio de Janeiro, e dizendo que o gabinete do Sr. Ministro Haroldo Cedraz está aqui representado pela Dra. Viridiana, que é a assessora que coordenou também esses trabalhos aqui.

Antes, porém, eu queria deixar para os senhores aqui a mensagem de que o Tribunal, em todos os momentos, ele se coloca ao lado das instituições, com a compreensão necessária e o entendimento de que essa é uma construção conjunta. O Tribunal baliza os procedimentos dentro das suas orientações, mas quem constrói os normativos é o Poder Executivo e o Legislativo, conforme inclusive proposto no acórdão. Eu tenho a certeza de que nós encontraremos novos caminhos melhores para o país. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu quero comunicar a esta Comissão que foi previamente autorizado à Dra. Neusa que pudesse dividir o seu horário com outro expositor. Então, dando prosseguimento, passo a palavra para o Dr. Ricardo Bastos.

SR. RICARDO BASTOS: Muito obrigado, Senador.

Eu vou focar basicamente a apresentação, e eu gostaria de saber, Senador, quantos minutos eu teria para fazer a apresentação.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): V.Sa. teria, na realidade, quatro minutos, mas havendo a necessidade a gente pode prorrogar mais cinco minutos.

SR. RICARDO BASTOS: Bom, eu não vou repetir o objeto. O Tribunal se debruçou e consolidou 16 auditorias em Universidade Federais sobre o relacionamento das universidades com as suas Fundações.

Num contexto que vinha desde o 1º Fórum sobre as Instituições Federais de Ensino Superior, do qual muito dos aqui presentes estiveram no Tribunal, no final de 2007, onde já nos debruçávamos sobre, de certa forma, dizendo, um arsenal de jurisprudência do Tribunal que dava conta da persistência e relevância de problemas nesse relacionamento.

Posteriormente a isso, três ou quatro meses depois, ocorreu a crise da UNB com a FINATEC, que foi um ponto em que o modelo então vigente, dentro de um marco regulatório determinado, extravasou os seus limites e mostrou suas falhas. Então, para nós foi muito importante, junto com outras entidades de controle com o Ministério Público Federal, teve uma atuação brilhante no momento da crise da UNB com a FINATEC, esse paradigma, dizemos assim, de irregularidade que brotou nesse momento.

Da nossa auditoria – eu vou procurar ser o mais rápido possível, mas quatro minutos realmente, não é muito fácil – nós detectamos os seguintes achados sistêmicos de auditoria, ou seja, recorrentes nas 16 auditorias que foram realizadas.

As Fundações de Apoio sendo contratadas à revelia do que dispõe a hipótese de dispensa do art. 1º da Lei nº. 8.958, que é a Lei de Regência, a matriz do marco regulatório que informa o relacionamento das Instituições Federais de Ensino com as Fundações de Apoio.

Concluímos também que as Curadorias de Fundação dos Ministérios Públicos Estaduais, aqui tem no Código Civil é dada a competência para fiscalizar as Fundações de Apoio, a fiscalização exercida por eles é frágil, procedimental, baseada unicamente na análise em regra de balanços contábeis. É claro que há que se distinguir alguns Ministérios Públicos Estaduais que têm feito um trabalho muito relevantes nesse aspecto.

Aqui no caso do Distrito Federal, como já é uma sessão do Ministério Público Federal, o MP-DFT, é um

trabalho da maior relevância desenvolvida pela Curadoria de Fundações daqui.

Detectamos também muita debilidade no controle finalístico de gestão das Fundações de Apoio não pelo TCU ou pelos órgãos de controle interno, ou pelo Ministério Público, mas pelas próprias universidades. O controle primário da gestão desses recursos – e aqui eu acrescentaria a fala do Dr. José Rubens – é pela própria Instituição Federal de Ensino. Isso está consignado no artigo 3 da Lei nº. 8.958. E há uma debilidade (soa a campainha) imensa nesse aspecto, seja sob o ponto de vista... Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Fica prorrogado o tempo.

SR. RICARDO BASTOS: Muito obrigado. Seja do ponto de vista de verificar as licitações que estão ocorrendo com recursos transferidos às Fundações, seja do ponto de venda de verificar contratação de pessoal, por exemplo.

Por outro lado, nós também verificamos em todas as auditorias realizadas que os gestores federais não têm se pautado pelo cumprimento das determinações, recomendações levadas a efeito pelos órgãos de controle interno e externo.

Os achados também demonstraram, de maneira muito clara, que há casos significativos de Fundações não credenciadas recebendo recursos de Instituições Federais de Ensino. Isso ocorre em Minas Gerais. Para citar um caso, a Universidade Federal de Uberlândia, com Fundação de Apoio recebendo recursos das universidades no âmbito da Lei nº. 8.958, o que é vedado, é preciso ter prévio credenciamento.

Verificou-se também, um achado seguinte, sistêmico, que os requisitos para a participação de servidores – e isso está consignado no art. 4º da Lei 8.958 – estão sendo solapados, têm sido desvirtuados, por exemplo, com a alocação continuada em projetos que se repetem, desse servidores, nesses projetos, com percepção perene de bolsa e, digo, de duvidosa regularidade – porque, mais à frente, se tivermos tempos vamos falar ou, talvez, nos questionamentos – porque, na realidade, caracterizam contraprestação de serviço e não doação civil, como a própria Lei 8.958 consigna.

E, também, nesse setor de bolsas, nós temos uma série de outros, como por exemplo: A utilização de bolsa em projetos de Lei 8.958, destinadas a suprir ausência de cargo comissionado. Então, a pessoa exerce a função, não existe alocação do cargo comissionado, remunera-se por bolsa de moto completamente irregular.

Seguindo. Essa é uma questão que impacta fortemente a problemática dos hospitais universitários que não foi tratada nessa auditoria. O Tribunal está iniciando, agora, o planejamento de uma auditoria específica para hospitais universitários, mas é a problemática da utilização da fundação de apoio para intermediar a mão, seja para alocar pessoal para exercer funções que estão devidamente caracterizadas nos planos de cargos e salários das IFES, caracterizando a burla ao concurso público, seja contratando-se pessoal para a realização de serviço passíveis de terceirização. A burla, aí, é ao princípio da licitação cansa agrada na Carta Federal. Esses achados são generalizados.

Um outro instituto importante do marco regulatório. O instituto ao ressarcimento pelo uso dos bens, dos serviços, dos aparelhos, dos bens imobiliários das universidades também têm sido constantemente solapados, e aqui eu quero chamar a atenção para esse ponto, porque quando se contrata uma fundação de apoio há que se ter um termo especificando em caso de uso de bens, imóveis ou de qualquer natureza das universidades, especificando o ressarcimento.

O que se faz hoje é, em regra, definir percentuais de ressarcimento que não têm sido com a constância e com a regularidade devida retornado, porque se trata de recurso público, a conta única da universidade na rubrica de recursos próprios arrecadados tem sido mantido em contabilidade privada das fundações de apoio, em fundos normalmente definidos ou denominados Fundos de Apoio Institucional, no qual, por exemplo, o Reitor da UBN, em páginas de triste memória, fez aquisição das lixeiras.

O Tribunal vai com suas determinações fazer uma proposição clara, nesse sentido, para atacar esse problema de uma contabilidade paralela. Nós estamos tratando de recurso público federal.

Persiste, por fim – esse é o último achado sistêmico – a prática irregular do empenho ao final do exercício. Fato que hoje, graças à constante interlocução que tivemos ao longo da auditoria com o MEC, é uma fato solucionado. Hoje, a lei votada pelos senhores no Congresso Nacional, contém dispositivo que possibilita, no exercício seguinte, o empenho de recursos referentes ao superávit financeiro do exercício anterior e outras sobras orçamentárias.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Ricardo, o senhor tem mais um minuto.

SR. RICARDO BASTOS: Por fim – eu não vou conseguir adentrar em cada uma das propostas, que eu acho que seria bastante relevante a gente tocar. Enfim, o que é esse acórdão?

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Mas eu perguntaria à Professora Raquel se ela acharia interessante, dada a relevância do tema,

que nós pudéssemos prorrogar por mais um pouco a exposição do Dr. Ricardo.

Então, vamos prorrogar por mais cinco minutos.

SR. RICARDO BASTOS: Muito obrigado, Senador. Muito obrigado, Deputada.

Diante desse contexto todo, uma série de irregularidades que, a rigor, e rigorosamente não podemos dizer que a universidade brasileira no seu relacionamento com as fundações de apoio está fora da lei, nós podemos dizer que ela está à margem da lei. O conjunto de achados dessas auditorias é um conjunto consistente de achados que replicaram – replicaram – em 16 universidades federais. E, apontamos os caminhos no nosso relatório diante desse quadro que corroem as bases do marco regulatório, que é bom que se diga, até pela colocação que o Dr. Rubens fez, de que precisamos migrar para o marco regulatório que preveja mais a possibilidade de um controle de resultados, é que o marco regulatório que informa hoje essa redação é procedimental; ele impõe a necessidade da prestação de contas; ele impõe o controle interno pela CGU e o controle externo pelo Tribunal de Contas da União; ele impõe o controle primário pela universidades federais; ele impõe o controle também do Ministério Público Federal.

Então, o marco regulatório ele define uma série de regras que são procedimentais e o Tribunal de Contas da União não pode se esquivar disso. Então, esse conjunto de achados nos colocou a necessidade de encaminhar um conjunto de propostas ao Poder Executivo Federal, que tentasse dar conta da insegurança jurídica de um marco regulatório que vem sendo solapado pela prática. E, nesse sentido, o acórdão do Tribunal de Contas da União é um marco na defesa da universidade brasileira e, ele é mais do que isso, ele é uma marco na defesa do Reitor honesto, porque dá a esse Reitor, dá a esse dirigente as condições de fazer a coisa dentro do marco regulatório, na forma da lei e dentro dos princípios que a Constituição designou para o gestor público.

Apontamos dois caminhos, porque é óbvio que se a Universidade faz uso da fundação de apoio algum sentido tem que ter nisso, ela está buscando flexibilidade, ela está buscando complementação salarial de seu servidores, ela está buscando mecanismos para complementar o fundo público, nem sempre suficiente, apesar de a LDB dizer que os Estado Brasileiro deveria prover as Universidades Brasileiras dos recursos suficientes para a execução de seu desígnios constitucionais.

Por isso, estamos propondo e, propusemos no nosso relatório, a imediata retomada da agenda positiva da autonomia Universitária, fato consumado, um grupo de trabalho estabelecido pelo MEC, que já está propondo uma correlação com ANDIFES, um Decreto, um novo Decreto que tratará da problemática da autonomia Universitária. Esse é um lado – numa opinião particular – essencial para que se chegue a um marco jurídico estável. São 20 anos da carta brasileira, 20 deles sem que ou muito pouca tenha sido feita rumo à autonomia Universitária, sobretudo, a autonomia de gestão patrimonial e financeira que é, de certa forma, o que está em jogo aqui.

E, por outro lado, já que o ritmo de implantação da autonomia pelas diferentes forças que jogam nesse cenário, pode ser um ritmo curto, mas depende essencialmente do Congresso Nacional, eu acho que nisso o Congresso tem um papel muito importante, ela precisa adotar algumas medidas que, durante essa transição, desse a estabilidade que o Reitor precisa, que o dirigente de uma instituição federal de ensino necessita.

Esse é o conjunto de propostas – cerca de 50 proposta, cerca de 50 medidas que levamos ao acórdão. E, sobretudo, é preciso dizer que boa parte dessas medidas que nós propusemos, são medida destinadas ou dirigidas às próprias universidades federais para que elas mesmas regulamentem alguns aspectos fundamentais. Então, o acórdão – sintetizando – ele tem entendimento sobre a abrangência da expressão 'recursos público' [soa a campainha], ele tem 10 medidas de caráter regulador – eu vou procurar concluir Presidente – 19 tem medidas de focos em controles externos, 04 medidas com foco em transparência pública, porque achamos que é isso que conferirá um sentido mais republicano a esse relacionamento; 27 medida caráter corretivo onde o Tribunal diz o seguinte: "Olha, o Tribunal com relação, por exemplo, à subcontratação irregular em contratos feitos por uma Universidade com sua fundação de apoio", isso não é possível se atingir o núcleo do objeto contratado. A fundação tem que dar conta tem que estar habilitada e tem que ter aparelho haja própria para fazer isso.

Então, algumas medidas de caráter corretivo e 09 medidas de caráter regulador destinadas ao Ministério, sobretudo na vertente relativa à problemática do orçamento público, porque, por exemplo, a nova medida que permite você empenhar no exercício seguinte, repassar recurso para o exercício seguinte, só vai ser efetiva se, de fato, os mecanismos e decretos destinados a reprogramar o orçamento sejam céleres porque, senão, nós vamos cair de novo no mesmo problema.

Enfim, senhores, é isso. Eu acho que com relação ao conteúdo específico de cada um das determinações nós estamos... O acórdão, me parece que foi disponibilizado, as transparências também aparece que foram disponibilizadas.

Estamos à disposição os Srs. Senadores e Srs. Deputados para qualquer questionamento.

É isso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Muito obrigado ao Dr. Ricardo Cambraia pela contundente exposição.

Eu pedia à Secretaria desta Comissão que encaminhassem os Senadores e aos Deputados da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados, uma cópia do acórdão 2.731, pela relevância do tema e do assunto, para que todos os Parlamentares pudessem ter ciência deste acórdão.

Dando continuidade a esse essa Audiência Pública, eu passo a palavra ao Dr. Ronaldo Pena, Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais.

V.Sa. tem dez minutos. Magnífico.

SR. RONALDO PENA: Eu agradeço o convite do Senado Federal, Senador Lobão Filho, Deputada Raquel Teixeira. Cumprimento o Deputado do meu Estado, Bilac Pinto.

Eu queria dizer que eu não vou aqui defender a fundação da minha Universidade; eu não vou aqui apresentar o que as fundações têm feito para o sucesso do sistema universitário público brasileiro e para o sucesso da pesquisa em nosso país; eu não vou dizer aqui nada sobre a posição do nosso país no conserto das nações graças ao trabalho das universidades e de suas fundações. Eu vou dizer do presente, eu não vou dizer também no futuro.

Por favor pode passar.

As fundações de apoio foi uma solução criada nos anos 70, no caso da UFMG em 74. Elas são reguladas por uma Lei 8.958, criada no Governo Itamar Franco, são de Direito Privado, sem fins lucrativos, regida pelo Código Civil Brasileiro; trabalha no apoio as instituições de Ensino Superior, instituições de pesquisa nas universidades de ensino, pesquisa e extensão – e lembrem bem – e desenvolvimento institucional; não são criadas por lei e nem mantidas pela União; têm que respeitar a Lei de Licitações; prestam conta aos órgãos financiadores e são fiscalizadas tanto na instituição apoiada quanto no Tribunal de conta da União e tem necessidade de um credenciamento pelo MEC e o MCT, que é bianual.

Devo dizer que esse credenciamento foi criado na UFMG e repassado ao MEC que, depois, passou a fazer. Nós criamos isso em 2003. É importante também dizer que nós somos parceiros do TCU. Esse evento, aqui, tem aqui uma palestra que eu fiz, fui convidado, com muita honra participei. Quando os auditores dessa foto foram treinados em Minas Gerais – me parece que era um treinamento – eu fui convidado para dar uma palestra para eles e estive com muita honra lá na Cesex(F), MG, apresentando essa palestra.

Qual é que é a base legal? Eu gostaria de muita atenção nisso.

Qual é a base legal? A base legal é a Lei 8.958 que dispõe sobre as relações entre instituições federais de ensino superior de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências. E diz lá no art. 1º: "As instituições federais de ensino superior de pesquisa científica e tecnológica poderão contratar nos termos do inciso XIII do art. 24, da Lei 8.666 de 21 de junho de 93 as fundações de apoio".

E o que é que diz esse inciso XIII do art. 24? "É dispensável a licitação na contratação de instituição brasileiras incumbidas regimental estatutariamente da pesquisa do ensino ou do desenvolvimento institucional" – desenvolvimento institucional.

E o que diz o Decreto de 5.205 de 14 de setembro 2004? "Regulamenta a Lei 8.958 de 20 de dezembro de 94 que dispõe sobre as relações das IFES com as fundações". No seu art. 1º: "As instituições federais de ensino superior de pesquisa científica e tecnológica poderão celebrar com as fundações contratos ou convênios mediante os quais essa última prestarão as primeiras, apoio a projetos de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional, científico e tecnológico". E, mais embaixo, no § 3º. O que é desenvolvimento institucional? "Entende-se por desenvolvimento institucional os programas, ações, projetos e atividades, inclusive, aqueles de natureza infraestrutural que leve melhoria das condições" etc.

O que sãos as determinações do acórdão 2.731, bem descrito pela representação do TCU? Entre muitas outras colocações, uma série de achados foram feitos, denominadas irregularidades. Irregularidades é uma coisa que quando apresentada no relatório para a instituição que foi auditada, ela pode ser três destinos: primeiro, é acatar e, muitas vezes nós acatamos: "Olha tem aqui uma irregularidade, vamos corrigir", sempre isso é feito, a nossa instituição tem uma relação da qualidade de alto nível com o TCU por essa razão.

Agora, a irregularidade pode ser também uma disputa de opinião. "Olha a lei está dizendo que eu posso contratar sem licitação, o TCU está dizendo que não". "Bom, então nós discordamos".

E a terceira, e que acontece, também, é que a irregularidade, na realidade, não existe, "O achado não foi um achado", quer dizer e, então, nesse caso, isso existe, também, nós falamos: "Olha, esse achado não confere, isso não está acontecendo". E aí se verifica e se chega "Não, está sim" ou "não está" e se chega a um acordo, mas o que aconteceu é que essas chamadas

'irregularidades', como eu vou mostrar a seguir, elas foram para os jornais antes de ir para os Reitores.

Então, eu, hoje, eu, Reitor da UFMG, um dos 11 filhos de um ferroviário da Central do Brasil e que muita honra consegui chegar a Engenheiro, Mestre, PHD e Reitor de uma grande Universidade, sou atacado por um órgão de mídia por causa das irregularidades: Contrato sem licitação, uma porção de coisa que foi para a imprensa antes da defesa das universidades.

Então o que diz lá? Embora, as irregularidades existem, algumas existem, outras, como disse, são discutíveis, mas essa fase de defesa foi superior à publicação do acórdão, quando eu recebi, realmente, e aí, já fiz a minha defesa e já apresentei, mas eu não estou discutindo, realmente, o que é, nesse momento, o que é irregularidade, eu estou discutindo as determinações, que eu acho que param a sistema.

O que é determinação? Não transfira para as fundações de apoio, recurso destinados a execução de obras ou serviço de Engenharia, tendo em vista o não enquadramento dessa atividade no conceito desenvolvimento institucional nos termos da jurisprudência.

Ora, no relatório está escrito: "A despeito do que dispõe o Decreto 5.205 de 2004, considero que esse Tribunal deve manter o entendimento que vem adotando até o presente". Isso é legislar, não é? Isso é legislar, quer dizer, o Decreto pode ser mudado, a lei pode ser mudada, mas a lei está escrita, não é? Eu não posso ser punido porque eu estou cumprindo a lei.

Uma outra: "Efetue os procedimentos para a adequação dos cursos de pós-graduação, *latu sensu*, etc na resolução do CNE". Ora cumprir resolução do CNE é obrigação nossa, mas eu não acho que compete ao TCU dizer que uma Universidade deve cumprir as regulamentações do Conselho Nacional de Educação, isso é óbvio, nós sabemos disso e nós temos que cumprir mesmo.

"Promova as ações necessárias com vista a definição dos critérios e limites de colaboração esporádica etc". Isso aí está na linha de uma proibição que nós recebemos de alocar professor DE em coordenação de Cursos de Especialização que eu vou tratar logo a seguir.

A outra: "Orienta em todas as agência financiadoras, fundos e órgãos subordinados para que não efetuem contratos ou convênios, repasses, recursos etc, se destinados a projeto abrangidos pela Lei 8.908". Ora, se o projeto é abrangido pela Lei, ele só tem sentido se for com a fundação, porque a lei é a Lei de fundações, se o projeto é abrangido pela lei então não pode passar o recurso para a fundação.

Isso criou um reboliço tão grande que foi suspenso por 365 dias, mas eu estou dizendo aqui diante dos Senadores, com todo o respeito ao TCU, que eu respeito muito, e é um órgão necessário, é uma corte de conta necessária, que não vai dar tempo. Daqui 365 dias vai ter que prorrogar ou fazer alguma outra coisa. Não é possível pensar que a FINEP, o CNPq, a CAPS, vai passar dinheiro para as universidades, para grandes projetos de pesquisa que estão em andamento de grande importância para colocação do nosso país no conjunto das nações do mundo.

A outra coisa, que é uma outra determinação: "Encaminhar cópia dessa deliberação e acompanhado do relatório e voto", que é fundamento, "às seguintes autoridades". Têm várias, inclusive a ANDIFES, o CRUB – não sei por quê – o ANDES e a FASUBRA, agora, não foi encaminhado às universidades o acórdão, então nós soubemos dele, eu soube quando um jornal de Belo Horizonte noticiou. Aí eu fui na página da TCU e fui procurar um acórdão que apontava regularidades, dominando que elas estavam na minha universidade.

Qual que é a posição da UFMG? Não é razoável, é uma posição, com todo o respeito, com toda a sinceridade de um país democrático [soa a campainha] que precisa da sua Corte de Contas, é necessária a Corte de Contas. Mas qual a posição da UFMG? Não é razoável que a Corte de Contas, necessária em qualquer democracia, determine rumos dos projetos nacionais. Precisamos nos mobilizar para dizer o que serve ao país em termos de legislação, ciência e tecnologia e inovação. E as instituições que tratam do conhecimento não podem ser tratadas como repartições públicas. Por isso a UFMG entrou com dois mandatos de segurança no Supremo Tribunal Federal, só vai ao Supremo Tribunal Federal num caso desses, quem entende que não deve nada. Por isso que vai ao Supremo para discutir as bases jurídicas das determinações.

Primeira foi aquela: professores em DE não pode exercer coordenação de Curso de Especialização. O Ministro Celso de Mello concedeu liminar numa decisão memorável que precisa ser lida por todos e em que ele discorre com grande propriedade sobre autonomia universitária; e a outra é essa: obras de infraestrutura, nós construímos o nosso campus, o nosso campus é modelo, nós economizamos. Não característica os desenvolvimento institucional, a UFMG, entende que o desenvolvimento institucional dela tem que ser determinado por ela. Se não ela não é uma instituição autônoma.

Estou terminando, mais um minuto talvez, se você me permitir. Conclusões.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Vamos prorrogar o Prof. Ronaldo por mais três minutos.

SR. RONALDO PENA: Ok, muito obrigado.

Conclusões. Pelo que tudo que foi dito é evidente o conflito entre as interpretações do TCU e a Legislação existente. A Legislação pode mudar, mas ela tem que mudar aqui no Parlamento, e nós vamos atendê-la sem nenhum problema, é a nossa missão, obrigação nossa.

Procedimentos. Isso é muito importante como, por exemplo, essa área de construções. Nós construímos o nosso campus, o nosso campus é modelo, quem visitar Belo Horizonte vai ver isso lá e com economia apontada pelo TCU mesmo com cerca de 20%. Construímos com grande qualidade.

Procedimentos, no caso, são as construções, desenvolvimento institucional, julgados, modelo de gestão, em 13 de março de 2007, Acórdão nº 349/2007, passam a não ser desenvolvimento institucional, portanto, não podem mais serem feitos, em 26/ 11/2008. Acórdão nº 2.731. Quer dizer, um choque de dois acórdãos, não é? Que a gente acha que prejudica, pelo menos a UFMG, a nova interpretação. As multas são aplicadas aos reitores, quase todos têm multa – eu espero ainda não tenho, espero não ter, não tenho dinheiro para pagar multa, espero não ter multa – mas, enfim, as multas são aplicadas, na minha opinião, sem respeito ao contraditório e ampla defesa. O Ministro Celso de Mello condena isso na sua decisão, é preciso que haja o contraditório e a ampla defesa.

Eu acho que a discussão é necessária, eu concordo, precisa discutir, o nosso país precisa dar passos à frente, não é? Mas a discussão tem que ocorrer no Congresso Nacional e não através de um... Num certo sentido artifício de se proibir atividades essenciais para assim provocar a discussão. A discussão pode ser colocada, mas não pode impedir as instituições de trabalharem [soa a campainha]. E isso é muito importante, Srs. Senadores e Srs. Deputados. Aos gestores tem que ser garantida a segurança jurídica, que é essencial ao exercício pleno de sua missão.

Ora, se um dia o que eu estou fazendo está certo e no outro dia está errado, como é que eu vou fazer? Eu não tenho... E as multas são no CPF do gestor, isso é uma coisa que realmente... Tem um gestor que me disse recentemente que ao longo dos seus... Ele teve dois mandatos, ele pagou 42 mil e 800 reais de multa. Para mim isso é uma coisa, eu vou ter que pedir recurso emprestado, eu não tenho condição. E eu acho que isso é exatamente a insegurança jurídica que se coloca para fazer o trabalho tão importante de fazer a gestão de uma instituição pública essencial, estratégica, ao desenvolvimento da nação.

E aqui vem um outro problema que é muito local para mim, o país vive um tempo de uma certa, note bem a palavra certa, mídia sedenta por escândalos comprovados, em comprovação, não comprovados, suspeitados ou até inventados. Não é? E isso vai na pessoa, isso não tem jeito, isso foi falado, não tem jeito, não é? No caso, meus representantes, agora o Gilmar também está aqui, sabe o que nós estamos sofrendo injustamente – injustamente – e vamos à Justiça por causa disso.

E o direito de resposta, infelizmente é uma miragem, nós colocamos um pedido de direito de resposta o Juiz Federal deu, o jornal desobedeceu. O Juiz deu novamente, o jornal conseguiu uma liminar e nós, que perdemos na ditadura onze estudantes assassinados, fomos associados à ditadura. E um órgão que foi totalmente assessor da ditadura é que foi falado que ele está sendo punido pela universidade. Isso é uma coisa realmente dramática e muito triste.

Eu termino, então, agradecendo muito essa oportunidade, agradecendo o Senador Lobão Filho, por essa extensão tempo que me deu, a oportunidade de passar todas as informações que tanto estão angustiando a minha instituição e a minha pessoa e a minha família também. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Esse Comissão agradece ao Prof. Ronaldo Pena pela exposição e a gente agora passa a palavra para o Presidente do Conselho Nacional das Fundações de apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica, o CONFIES, Dr. Paulo Afonso Bracarense Costa. Com a palavra, Dr. Paulo.

SR. PAULO AFONSO BRACARENSE COSTA: Muito obrigado, Senador Lobão Filho, Deputada Raquel Teixeira e gostaria de agradecer o convite de participar dessa Audiência Pública, uma vez que é a primeira oportunidade que o CONFIES tem dito, embora tenha solicitado em várias ocasiões de participar de uma forma mais orgânica desse debate.

O CONFIES representa cem fundações de apoio a universidades federais e institutos de pesquisa científica e tecnológica no nosso país. Não posso deixar de cumprimentar o Prof. Lynaldo Cavalcanti, que nos honra com a sua presença nessa audiência, um baluarte da educação, da ciência de e tecnologia, inicialmente dirigindo a Universidade Federal da Paraíba e representante do Nordeste e essencial para o desenvolvimento dessa área no nosso país.

Eu quero agradecer ao Senador Eduardo Azeredo, através do qual ou através de sua proposição que incluiu o CONFIES nesse debate, aqui nessa Casa, hoje.

Eu vou pedir desculpas aos senhores, eu havia preparado um pronunciamento de vinte minutos, a

exemplo do que foi na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados, eu já simplifiquei um pouco e por mau hábito de professor, nós costumamos nos alongar muito. Então, eu fiz um resumo, eu vou ler esse resumo, peço permissão, então, à Presidência da Comissão e aos senhores, que é uma forma de sintetizar e falar aquilo que nós preparamos, que achamos essencial nessa discussão sobre a relação entre as fundações, as sua entidades apoiadas, as universidades, institutos de pesquisa e essa relação em termos da nossa Legislação e o papel do TCU, Tribunal de Contas da União, nessa questão fundamental para o desenvolvimento da ciência e tecnologia em nosso país.

Eu vou tentar breve, peço ao Senador Lobão Filho, já de antemão, um pequeno adiamento, que eu não conseguirei falar em dez minutos, mas tentarei ser bem breve e objetivo porque eu vou ler o meu pronunciamento.

Então, não há como desvincular essa discussão do debate sobre a autonomia universitária, explicitamente determinada no art. 207 da nossa Carta Magna, mais ainda pouco realizado na prática cotidiana da administração universitária. Esse debate não nós é estranho, nós, os dirigentes das fundações, somos em absoluta maioria professores universitários, somos servidores públicos por opção e na defesa da coisa pública e no fortalecimento do ensino público gratuito e de qualidade é que dirigimos nossas instituições, tornando as bases de apoio, para que as universidades possam realizar o seu papel junto à sociedade e ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, da cultura e do desenvolvimento institucional das instituições apoiadas.

Eu mesmo sou Professor da Universidade Federal do Paraná, antes de ser eleito recentemente Presidente do CONFIES , dirigi a nossa Fundação de apoio, a FUNPAR, fui honrado na minha posse com a presença do Senador Flávio Arns, membro dessa Comissão e um dos representantes do nosso Estado aqui nessa Casa, a quem dirijo um cumprimento especial e que sabe a forma como administramos nossa entidade. Inspirados também em sua saga pela conquista da cidadania de pessoas com necessidades especiais, a nossa fundação apara graciosamente, em seu Projeto da Casa Amarela, crianças com Síndrome de Down, para apoiá-las em sua inclusão no ensino regular.

Lá desenvolvemos tecnologias sociais e contribuímos para a construção do conhecimento científico, com a participação de vários professores, pesquisadores, voluntários, estagiários, em parceria com várias entidades da sociedade civil. É assim também que compreendemos o papel das fundações, elas são entidades do terceiro setor e por essa condição buscam apoiar o Estado, na sua tarefa, de oferecer à população melhores condições de vida e, ao país, condições plenas de desenvolvimento.

As fundações são do terceiro setor e, pela disposição expressa pelo Código Civil, são entidades de Direito Privado, mas sublinho: não são empresas privadas, uma vez que não buscam o lucro e tampouco extraiam resultados econômicos. São regradas pelo chamado direito social, portanto, ora pelo Direito Público, ora pelo Direito Privado. Esta é uma forma moderna que as nações têm encontrado para aumentar o compromisso da sociedade com a gestão da coisa pública.

Os hospitais universitários do país têm podido contar com o apoio decisivo das nossas Fundações. É simplesmente inconcebível, nos atuais padrões, a realização das centenas de milhares de procedimentos levados a cabo pelos hospitais universitários e sem o apoio das fundações, e nesse ponto há que se observar duas questões fundamentais: o apoio das Fundações vai muito além da contratação de pessoal que a rigor não pode ser feita para o quadro permanente.

O apoio ao ensino e à pesquisa médica e a admiração dos recursos destinados à Saúde, através das fundações, é realizada de forma inteira e absolutamente a expensas de recursos próprios das fundações, ou seja, as fundações não recebem qualquer recurso para a realização dessa tarefa. Além disso, foi por força da necessidade da manutenção e ampliação dos serviços hospitalares, que as universidades tiveram que contratar pessoal através das fundações. É um Exército de trabalhador espalhados pelo país em situação da absolutamente insegurança, uma vez que teremos o Governo, as universidades e as fundações que encontraram uma forma de substituir esta mão-de-obra até o final de 2010, através da realização de concursos públicos e posterior treinamento, o que pela proximidade do final do tempo, estabelecido pelo TCU, parece ser uma meta inatingível.

Neste ponto, eu gostaria de trazer a preocupação levantada pelo Dr. Airton Graziolli, Promotor de Justiça de São Paulo, em seu pronunciamento na Audiência Pública na Câmara dos Deputados, no último dia 28 março, ele disse: “A Administração Pública Gerencial é diferente da Administração Pública Burocrática, de passado resistente. Sem nenhum sentido pejorativo para a palavra burocrática, mas que prioriza os procedimentos em prejuízo a um olhar mais atento aos resultados. No Estado atual, a Administração Pública Gerencial, ela avança esse estágio e se preocupa, em primazia, com os resultados dos procedimentos mais do que com os procedimentos em si. Sem negar a importância dos procedimentos”.

Se não houver concurso público para a seleção de pessoal, para substituir os funcionários, contratados pela nossa fundação, para o serviço de transplante de medula óssea, para ficar em só um exemplo que produz ciência e tecnologia de ponta, além do atendimento de pacientes muito especiais, em todo a país, que procedimento deve adotar o Reitor da Universidade Federal do Paraná? Teremos muito mais exemplos nessa área hospital pelo país todo. Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão é da virtude da lei, este é o Princípio da Legalidade. O CONFIES, diante da edição de várias novas normas, entre 2007 e 2008, entre decretos, portarias, que envolvem as fundações de suas entidades apoiar as universidades e os institutos de pesquisas, encomendou o parecer ao Dr. Roque Carrazza como forma de orientar as suas filiadas como adequar seus procedimentos as novas normas.

Pontuou o Dr. Roque Carrazza *in verbis:* "Sentimos confortáveis para proclamar que a Lei nº 8.958/94 e o Decreto nº 5205/2004, que a regulamentou, constitui o único arcabouço jurídico que substancialmente disciplina os direitos e deveres das fundações de apoio, enquanto se relacionam com as instituições federais de Ensino Superior, outras leis que dispõem, em caráter genérico de temas correlatos, não têm o condão [soa a campainha] de sobrepor-se ao que preceitua a Lei de nº 8.958".

Segundo o eminente Jurista, a lei foi extremamente minuciosa ao estipular os direitos e deveres das fundações de apoio, no que andou muito bem, já que foi ao encontro dos arts. 218 de e 219 da Constituição Federal. Esses dispositivos constitucionais determinam, em síntese, que o Estado deve envidar todos os esforços para incentivar a ciência, a tecnologia, o desenvolvimento científico e a pesquisa e, inclusive e especialmente, nas instituições privadas.

As fundações de apoio, continua o Dr. Carrazza, devem ser dispensadas de entrar em processos licitatórios ou, quando o pouco, receber nesse campo o tratamento mais favorecido ou dispensado em sociedades de fins lucrativos. Também deve receber, o quanto possível, aportes de recursos públicos, como auxilio subvenção de suas atividades típicas. Sintetiza o Sr. Carrazza nesse ponto que--

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Fica prorrogada mais cinco minutos a exposição.

SR. PAULO AFONSO BRACARENSE COSTA: Obrigado. Sintetiza o Dr. Carrazza nesse ponto que: esses todos são valores o que Estado é obrigado a perseguir, pelo que as situações de dúvida deverão ser solvidas em favor das fundações de apoio.

Ao nos darmos conta que o terceiro setor, onde se insere as fundações de apoio, existem para dar a mão ao Estado e auxiliar no cumprimento daquilo que o próprio Estado é carente, o exemplo dos hospitais, citados acima, entre um extenso rol, imediatamente concluímos que este mesmo Estado precisa facilitar a atuação dessas que, em última análise, são suas parceiras.

Aprendemos também que as subordinadas devem guardar harmonia com as superiores, sobre pena de perdem validade, assim o ato interna da administração, portaria, instrução, norma administrativa, etc, devem buscar fundamento a validade no Decreto, eixo da lei e ela na Constituição.

Orientamos nossas fundações a observarem essa chamada pira meu de jurídica. Se o regramento legal está em desconformidade com a Constituição, em letra ou em espírito, um novo regramento deve ser erigido. A partir de 2007 e 2008, nós temos uma coleção de normas, Portaria nº 127, Portaria nº 342, Decreto nº 6.170, corrigido por dois novos Decretos, nºs 6.428, 6.619. Portaria MEC nº 475, que altera, Portaria nº 3.185, enfim todas essas normas devem estar subordinadas a Lei nº 8.958/04, que estabelece as relações entre as fundações e as instituições apoiadas. É uma norma superior e as normas anteriores têm precedência sobre as mais recentes, e as anteriores são o Decreto nº 5.205/04, que regulamenta a Lei nº 8.958. Nessa coleção de normas, que se insere o Acórdão nº 2731/08 do TCU, que no nosso entendimento introduz novidades e complementos ao que o legislador estabeleceu em lei e aos atos internos da Administração Superior, estes mesmos autos que por óbvio não podem estar em desarmonia com a lei que lhe é superior e nem complementá-la, senão dar-lhe forma e aplicabilidade.

Temos em vários esforços junto às nossas afiliadas e elas, junto às instituições apoiadas, para adequar esta relação estritamente dentro das normas legais, como, diga-se de passagem a despeito de poucas incompreensões e de alguma insegurança jurídica, em razão de aparentes conflitos das normas, tem se dado esta relação.

Não temos dúvida que o Ministro Sérgio Rezende é uma das autoridades que melhor conhece a forma de relacionamento entre as fundações e suas instituições apoiadas. Destacamos aqui que vários órgãos do MCT possuem também fundações de apoio, mas que não foram alcançadas pelo Acórdão nº 2.731/08, como também não o foram as fundações das universidades estaduais, destaco, pelas suas enormes importâncias, as universidades paulistas: USP, UNICAMP e UNESP; residentes no Estado, que mais aporta recursos para

a ciência e tecnologia do país e também o que mais recebe repasse da União nessa área.

O Ministro Sérgio Rezende conhece bem a importância das fundações para o gerenciamento da ciência e tecnologia e de inovação no nosso país, mesmo a despeito da autonomia universitária que deve ser, sim, construída, essa autonomia dificilmente alcançará sua plenitude num prazo de um ano, cedido pelo TCU, ao pedido constante no aviso do NCT nº 30/09, de adiamento de aplicação do Acórdão nº 2.731 [soa a campainha] – se o Senador me permitir mais dois minutos, eu encerro.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu vou prorrogar por mais três minutos.

SR. PAULO AFONSO BRACARENSE COSTA: Obrigado, Sr. Presidente.

Então, voltando, o aviso a NCT nº 30/09, de adiamento da aplicação do Acórdão nº 3.721, pelo menos esse prazo e destaque-se: atendido apenas ao que se refere o Item 9.4.1, que é o repasse de verbas, principalmente da FINEP e do CNPq. Ali são destacadas algumas ações centrais para o desenvolvimento científico e tecnológicos do país, aproveitando alguns exemplos da COPPETEC, a Fundação de Apoio da COPPE da UFRJ. São iniciativas como a do da COPPETEC e da UFRJ que brindam o país com a possibilidade de um novo arranjo que aproxima o saber acadêmico do saber popular. Aproxima o conhecimento científico da academia com o desenvolvimento tecnológico e realizado prioritariamente no setor produtivo, no chão de fábrica.

Estamos a alguns anos atrasados em relação a essa proximidade universidade e setor produtivo, ela serviu para a China, para a Índia, para o Japão, para a Coréia e para as próprias centrais, há que servir também para o Brasil, sem as fundações e mesmo com a desejada autonomia universitária esse diálogo levará mais tempo.

Não há nem como, no tempo destinado a esse debate, buscar uma amostra do que as fundações estão realizando no nosso país, o COFINS está preparando um documento, uma revista, junto com suas afiliadas, apresentando um pouco dos projetos apoiados e gerenciados pelas fundações, são – acreditem – dezenas de milhares. As nossas 100 fundações afiliadas são parte integrante do sistema de ciência e tecnologia e inovação no país, não podemos vitimá-las sob qualquer argumento.

Se um novo regramento se impõe, o CONFIES se coloca à disposição para mobilizar, junto com as suas fundações, junto com as suas universidades, os Ministérios, as ANDIFES e o Congresso Nacional, professores, pesquisadores, estudantes, lideranças e qualquer membro da sociedade civil disposto a participar desse debate.

Mais uma vez obrigado e obrigado pelo tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Esta Comissão agradece profundamente a participação de todos os palestrantes e dá início agora às inquirições, as perguntas dos Senadores e Deputados. Eu abriria para o Senador Cristovam Buarque, que tem um compromisso urgente aqui na Comissão de Constituição de Justiça e que é um exerço perto por excelência no tema, na matéria em debate aqui. Com a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu preferia que dissesse que ao invés de dizer que *expert*, eu sou um amante do tema. Mas agradeço muito, Senador, o seu adjetivo diante da minha fala.

Eu quero dizer, em primeiro lugar, que eu lamento que o acúmulo de atividades que nós temos, impeça que aqui estejam pelo menos uns dez Senadores... Eu, por exemplo, sou Presidente da Comissão de Direitos Humanos, eu tive que sair e deixar lá uma Senadora presidindo. Aqui ao lado na Comissão de Constituição e Justiça estão votando um projeto meu de reforma da educação de base e eu sei que alguns Senadores querem pedir vistas, eu vou tentar impedir isso. Demovê-los. Eu não vou conseguir porque é uma prerrogativa, de qualquer maneira fica difícil a gente ficar aqui e eu lamento não ter assistido a todas as falas, porque estava presidindo a Comissão de Direitos Humanos.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que o Brasil tem o costume de que quando uma máquina está com algum pequeno defeito, quebrá-la ou jogar fora. As fundações são uma máquina fundamental do processo de criação de saber superior no Brasil. Como algumas apresentaram algumas falhas, de repente querem destruí-las. Não há futuro para o Ensino Superior, para as universidades, para a ciência e tecnologia sem as fundações. Foi uma solução criativa, inteligente, eficiente e decente que aqui e ali houve distorções.

Eu creio que a única coisa que eu agregaria, a única seria mais transparência na Administração das fundações, as decisões passarem pelos Conselhos Universitários, passando pelo Conselho Universitário, eu tenho certeza, que ninguém vai deixar passar qualquer erro do ponto de vista ético. Pois deveria, como acontece em todas as decisões que a gente toma e que poderia ter sido melhor dessa forma ou da outra, mas não ponto de vista ético e moral. Eu tenho a maior confiança e falo com tranqüilidade porque no meu tempo de Reitor não tínhamos fundações, então eu não estou defendendo algo no qual eu estive envolvido.

Nesse ponto de vista, essa audiência seria muito boa, ela vai ser boa, porque fica tudo escrito, fica tudo

divulgado pela televisão, os Senadores interessados vão pedir aos seus Assessores ou eles próprios vão ler, como eu vou fazer, então ela já cumpriu um bom papel, com esse acúmulo de atividades lamentavelmente eles não podem estar aqui.

Eu quero, entretanto, acrescentar uma visão que eu tenho brigado muito. Há duas coisas: uma que a gente vai brigar plenamente e outra que eu gostaria de saber a opinião de vocês, colegas. A primeira é de que essa crise que nós estamos vivendo, uma das saídas para ela de imediato seria usar os métodos que conveniência az anos para colocar mais dinheiro nas instituições de pesquisa. O Canadá fez isso alguns anos atrás. Teve uma crise econômica contrataram todos os doutores que estavam desempregados, todos os PHDs, de um jeito que Getúlio comprava todo o café produzido e queimava, só que um doutor, quando se contrata, você impede a queima do cérebro dele. A gente sabe que um doutor em qualquer área, se ficar alguns anos fora da atividade, ele muda de ramo e mais alguns anos ele esquece a sua formação e se volta para outra; vai ganhar dinheiro no mercado de trabalho, vai fazer concurso para órgãos públicos, alguns que pagam muito melhor do que as universidades.

O Presidente Lula, o Governo, deveria aproveitar essa crise e dinamizar – vai ser um pequeno passo, é verdade, vai dinamizar a economia, colocando mais dinheiro nessa área, é uma maneira de criar demanda. Não é só operário da indústria automobilística que gera demanda, professor também gera demanda. Mas tem uma coisa a mais, essa crise ela pode ser reduzida usando a pá, para colocar mais dinheiro no sistema financeiro e vender mais carros, ou ela pode ser selecionada com a bússola, mudando de rumo no destino da economia, nas características, fazer uma inflexão na história do país, e não há dúvida que essa inflexão tem que ser na economia do conhecimento.

O que a gente fez em trinta, foi dar uma inflexão e saiu da crise, mais grave que essa. Saiu da economia agrícola exportadora para uma economia industrial mecânica, a gente vai ter que fazer uma inflexão, saindo da indústria mecânica para a indústria com o conhecimento. E a indústria do conhecimento, os empresários, entre aspas, são esses aqui, esses são os que representam os setores produtores da nova indústria do conhecimento, sem a qual não vamos ter um futuro. Se o Brasil continuar se orgulhando de exportar soja e ferro é de uma modéstia doentia. Ou mesmo, exportando os aviões da EMBRAER, sem lembrar que são produzidos por uma escola e não por uma fabrica, foi o ITA. E sem lembrar que hoje ainda o conteúdo importante dos nossos aviões, a parte de mais inteligência, é importada.

A engenharia aerodinâmica já é nossa, mas o sistema de navegação e mesmos os diversos softwares utilizados são importados, a gente precisa dar um salto na indústria do conhecimento. Por isso a gente tem que apoiar ao máximo não só as fundações, mas as instituições de Ensino Superior.

Mas eu quero dar um passo, que eu disse que aí eu não sei se a gente cai concordar ou não. Eu não vejo como esse país ser um grande produtor de conhecimento, se nós não tivermos uma educação de base da maior dificuldade para todos. Todos querem melhorar a universidade, Deputada, por dentro. Não vamos. O grande salto da universidade vai ser por fora, quando todos os alunos que entrarem na universidade tiverem concluído um ensino médio de alta qualidade, a universidade melhora, não imediatamente, mas automaticamente. Porque aluno bom puxa a universidade para cima, aluno mau puxa a universidade para baixo. Aqui na UNB nós já estamos sendo obrigados a fazer ensino de pré-cálculo, porque os alunos que entraram lá na Engenharia não são capazes de acompanhar as aulas de cálculo no nível que eu acompanhei, 40 anos atrás, quando era estudante de Engenharia. Então eu gostaria de deixar aqui é um recado para as Fundações para os Reitores: Como envolver as universidades brasileiras no salto que a educação de base precisa? Não para beneficiar só a educação de base e àqueles que não entrarão na universidade, porque não tem por que todo mundo ir para a universidade. A universidade é a elite do conhecimento, mas que todos disputem porque quando todos disputam os selecionados serão melhores do que quando só alguns disputam.

Eu tenho comparado muito com o futebol. O que faz o Brasil ter os grandes e os maiores... Porque todo craque brasileiro é craque mundial, porque todos jogam bola. Mas os grandes craques intelectuais brasileiros não são reconhecidos internacionalmente, porque foram selecionados num grupo tão pequeno que são bons para nós, não chega a ser bons para um Prêmio Nobel e nós não temos nenhum até hoje.

Então como é que a gente faz para que as Universidades digam: O problema da educação de base é nosso. Como entidades brasileiras, mas, sobretudo como entidades que querem produzir conhecimento de nível superior. E não tem como conhecimento superior sem conhecimento de base. Não há, salvo raríssimas exceções, um grande cientista que comece a estudar Matemática aos 15 anos de idade. É muito raro. Como é muito raro um pianista de alta qualidade que comece a tocar aos 15 anos de idade, pode haver, mas é muito raro. Tem que começar aos quatro com a Ciência. Tem que começar aos quatro com Artes e para todos e a partir daí selecioná-los.

Esse é um desafio uma pergunta ou mesmo a provocação: Como as universidades podem ser instrumentos da revolução na educação de base no Brasil. E eu falo só do ponto de vista técnico de formar professores. Eu falo do ponto de vista político de colocar as universidades mobilizadas para forçar o Poder Público Brasileiro a fazer uma educação de qualidade nesse país para todos e não apenas para alguns.

É isso que eu tinha para considerar e dizer que esse é o grande momento para que a gente dê uma inflexão na sociedade brasileira, Profª. Raquel, para pôr o conhecimento como um vetor do progresso e não apenas as máquinas como vetor do progresso. Até porque as máquinas hoje já têm conhecimento dentro delas e só conseguem ser movidas por quem tem conhecimento, para através dos dedos fazê-las funcionar.

Quando começamos o Brasil bastava à força do braço do escravo, ele nunca tinha visto uma enxada, você colocava na mão ele já começava a trabalhar. Depois com a indústria mecânica a gente precisou dar habilidade às mãos, já não era mais a força dos braços. Hoje nem precisa de habilidade nas mãos precisa de conhecimento da ponta dos dedos, porque o mundo se digitalizou e isso passa pelas universidades. Não basta mais um simples cursinho do SENAI para fazer um operário, não é nem mais operário é operador.

A palavra operário vai cair de moda. A palavra operário vai ser substituída pela palavra operador e a diferença entre operário e operador: é que um tem habilidade da mão e o outro tem conhecimento no dedo, obviamente o conhecimento chega ao dedo. Então eu queria deixar aqui essa consulta. Se vocês estão de acordo ou não que nunca vamos ter uma grande Universidade, grandes centros de Ciência e Tecnologia, grandes... Grandes não muitos Prêmios Nobel – que todos eles já são grandes – se não tivermos uma educação da máxima qualidade para todos. Todos. Quando eu digo todos, eu quero falar todos. Salvo provavelmente algum que por alguma deficiência não consegue acompanhar. E como é que as universidades – se estão de acordo com o que eu digo – poderiam se transformar em um instrumento fundamental, quase que o "partido da educação de base", nesse país.

E é isso que eu digo e agradeço a presença de vocês no Senado, já que o próprio Presidente já comentou. E era bom que vocês viessem mais vezes aqui, para dar mais luzes a essa Casa e ao mesmo tempo reivindicarem mais porque vocês não reivindicam para vocês, vocês reivindicam para a Instituição, para o país.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Obrigado ao Senador Cristovam Buarque, pela brilhante exposição. E eu indicaria o Prof. Ronaldo que pudesse responder sobre a pergunta básica do ensino básico, como base para melhoramento das universidades, mas defino como uma resposta em bloco depois das perguntas dos nobres Deputados também.

E dando seqüência, eu passaria palavra para a Profª. Raquel Teixeira, Vice-Presidente dessa Comissão. E pediria aos parlamentares que indicassem o membro da mesa que poderia responder às suas indagações.

DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA (PSDB-GO): Obrigada.

DEPUTADO PAULO LIMA (PMDB-SP): Presidente, eu poderia até dar uma sugestão. Como nós estamos em poucos parlamentares nós poderíamos falar e depois a mesa, todos que se sentirem aptos ou quiserem responder fariam dessa forma.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Positivo. Posso botar em votação, se todos concordarem... Faremos assim, então.

DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA (PSDB-GO): Eu acho que nessa linha, eu transfiro então às perguntas para os parlamentares presentes e me reservo para uma fala mais no final. Bom, desculpem. Já que está comigo eu não quero que essa discussão continue e que eu me esqueça depois. Eu acho que uma mesa dessa natureza não pode deixar de registrar, Senador Edison Lobão, que ontem o CNPq completou 58 anos de idade. E se nós estamos falando de desenvolvimento científico e tecnológico para o país, acho que esta mesa tem que fazer o registro do trabalho profundamente eficiente, inovador, transformador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico durante esses 58 anos. E também lamentar. Não posso deixar de registrar nessa mesa que ao comemorar os 58 anos do CNPq, a gente tenha que lembrar também que há dez dias faleceu um ex-presidente daquela Casa, o Dr. Clodovaldo Pavan, que foi Presidente da SBPC, do CNPq, um nome que tem a sua história consolidado junto à Ciência e a pesquisa brasileira.

Eu gostaria de fazer esse registro. Quero depois falar sobre o assunto das fundações, mas eu acho que eu fico para o final.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Acolhendo o requerimento da Profª. Raquel, eu pediria para a Secretaria desta Comissão que encaminhasse ao CNPq, uma moção de congratulação ao presidente e a seus funcionários pelo aniversário da instituição.

Passo a seguir a palavra para o Deputado Paulo Lima.

DEPUTADO PAULO LIMA (PMDB-SP): Obrigado, Sr. Presidente, membros da mesa. Eu concordo no que os palestrantes nossos colocaram, o Senador Cristovam Buarque que é um ícone dentro da educação e de conceito político dentro do nosso país, a Profª. Raquel que conheço de longa data da nossa Comissão de Educação.

A minha experiência também veio de muito jovem meus pais professores, aposentados, diretores de escola, reitores. Eu já fui Reitor de Universidade do Oeste Paulista e Superintendente do Hospital Universitário de Ensino Pesquisa e Extensão. Então a gente conhece o conceito prático da administração, que eu sei o que eles vivenciam no dia-a-dia. Primeiro, eu acho que nesse momento é mais do que necessário a gente reformar, reestruturar para crescer a educação e a saúde. Porque não existe dissociação da saúde de hospitais públicos, federais ou estaduais do ensino, eles estão diretamente ligados não tem como não estar.

O Presidente Lula de uma forma muito feliz, muito inteligente... Até porque ele não teve a oportunidade de ter uma formação universitária, não porque ele não queira. Eu acho que ele não teve oportunidade de ter acesso como citou o Senador Cristovam Buarque, que todos têm que ter o acesso a igualdade do ensino de base, para estar apto a disputar de o ensino médio disputar uma vaga nas universidades. O Presidente Lula aumentou, consideravelmente, o número de instituições e números de vagas de todos os cursos superiores. Como também agora o Ministro Haddad está tentando acabar com o vestibular que eu penso que o vestibular vem a se somar a esse esforço do Governo, porque hoje os que adentram as universidades através do concurso do o vestibular é a elite.

Quando eu falo a elite não é só a elite educacional, é a elite financeira do nosso país. Quem pode pagar tem de graça, isso é uma forma incoerente. Nós não podemos deixar da forma que está. As pessoas mais abastadas que teriam condições de contribuir de pagar alguma coisa recebem gratuitamente. Eu acho que eles têm direito? Tem. Todos são iguais na Constituição, mas nós não podemos esquecer a classe média e principalmente a classe baixa do nosso país que quando surgem, como diz o Senador, são gênios. Para sair da escola pública do Ensino Fundamental I, II e Ensino Médio e quando conseguem entrar numa instituição federal, é porque são pessoas altamente capacitadas, são autodidatas, caso contrário não se consegue.

Mas uma das considerações que nós temos que analisar e debater dentro dessa crise que está se discutindo, não é bem uma crise, mas uma forma... Crise é oportunidade. A oportunidade nesse momento na educação da inovação tecnológica junto aos hospitais públicos, um conceito claro que a gente percebe os planos de saúde do nosso país. Eles usam toda a estrutura que a maioria é pública, porque é bancado pelo SUS e não pagam nada por isso. Isso é um absurdo. Eles não constroem hospitais, não compram equipamentos, não contratam profissionais. Eles apenas dão um adendo, porque muitos médicos que são professores titulados das universidades federais, estaduais públicas, são contratados pelos planos de saúde atendem naquele hospital e o plano de saúde não tem obrigação de comprar um estetoscópio: Um. E eles usam tudo.

E eles pagam a consulta médica para o profissional e eventualmente, eles pagam um custo operacional de uma cirurgia de pequeno, médio ou grande procedimento cirúrgico. Quer dizer essa é uma questão que você tem que ter tratada séria só que o lobby dos planos de saúde aqui dentro dessa Casa é muito grande. Só que nós temos que ter coragem de enfrentar. Nós temos que ter coragem de enfrentar. Outra questão que surge nos hospitais como também nas universidades é o cumprimento de horários. Os profissionais, os médicos profissionais, como eles trabalham em vários hospitais eles não conseguem cumprir a carga horária deles, nem como professor daquela disciplina, como também dentro do hospital que eles são contratados.

Como a maioria dos prefeitos têm essa dificuldade, eles contratam profissional às vezes por quatro horas, porque não consegue contratar por mais do que quatro horas. Acontece que o profissional passa dentro da prefeitura de um posto de saúde, ele passa lá 30 minutos, 30 minutos eu estou dando... Uma hora no máximo. Ele atende rapidamente por dois, três minutos o paciente e está indo embora ele atende dez pacientes. Ele fala: "Eu tenho que atender oito pacientes". De acordo com a OMS, ele tem que atender oito pacientes no dia e vai embora.

Nós vemos o mesmo problema com as enfermeiras. As enfermeiras em função do salário baixo, inclusive nas instituições, nos hospitais federais elas... No turno que elas fazem 12x36, que é o adotado genericamente por todo o Brasil. Elas trabalham 12 horas concursadas e 12 horas no expediente extra e em vários hospitais, porque ela tem uma folga de um dia e ela trabalha nesse dia, no mínimo mais 12 horas. Acreditar que ela fique em casa descansando, estudando ou apreendendo isso é absurdo, porque pelo baixo salário elas têm que sair na competição do mercado.

Outro grande problema dos nossos hospitais federais é a questão dos equipamentos. Hoje com a tecnologia avançando a cada dois, três meses lançamentos que são feitos rapidamente como da General

Electric, da Philips, de vários equipamentos que disputam o mercado mundial de neurologia, cardiologia, a parte de nefrologia. Em suma toda a parte de alta complexidade que tem cirúrgica dentro dos hospitais não têm equipamentos à altura para serem atendidos. Muitos hospitais não têm uma ressonância magnética que há dez anos custava seis, sete milhões de dólares, só que hoje custa dois milhões dois milhões e meio.

Então o Governo tem que ter um critério... E não adianta mandar todos esses hospitais... Eu sou de São Paulo, não adianta concentrar alta tecnologia e o conhecimento dentro de São Paulo, ao contrário nós temos que descentralizar. Nós temos que descentralizar para os Estados dos Norte e do Nordeste que buscam muito o atendimento em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, que são os grandes centros médicos hospitalares do nosso país e na demanda, pela demanda.

Então nós temos que criar essa verba para comprar... Quando for comprar ressonância magnética comprar 200 ressonâncias magnéticas para começar pelos hospitais federais, pelos hospitais estaduais. Quando for comprar equipamentos cirúrgicos de neurologia ou de cardiologia, comprar 300 equipamentos desses para colocar nos hospitais. E fica a critério dos parlamentares. Os parlamentares colocam emendas dentro dos hospitais ou através de emendas de bancada ou emenda individual, coloca lá emenda. E o equipamento que deveria custar no máximo, no máximo, dois milhões de dólares uma ressonância magnética, por exemplo, de alta qualidade ela vai custar três milhões, porque ela é comprada em separado. Em separado é um preço em conjunto é outro.

Se você vai comprar 100 equipamentos para as unidades federais é diferente de comprar numa unidade isolada solitária. A ampliação dos hospitais a gente vê que todos os hospitais eles começam a se ampliar, todos os hospitais sobre a demanda e amplia não tem teto. É complicado. A gente vê que a maioria dos hospitais não tem teto. Não são ó os públicos não. Os hospitais privados que atendem 60, de acordo com a lei até 60% através do SUS, do Sistema Único nosso de Saúde, que é excelente a nível mundial o nosso sistema de saúde. Faltam recursos por quê? Porque desvirtuamento do procedimento, plano de saúde, não cumprimento de horário dos médicos, o acúmulo de função de enfermeiras com baixo salário dos profissionais e até dos médicos.

A gente tem que saber como disse também o Senador Cristovam Buarque, o nosso Senador. Um médico quando ele se forma médico ele tem no mínimo 11 anos só da especialidade dele de profissão, seis anos mais três de residência e mais a especialidade. Então um médico tem que ser bem remunerado para não ir embora daqui, para não ir embora com a altíssima capacidade que ele tem. Não só pessoal cirúrgica ou de atendimento ambulatorial, mas principalmente de didática de não perder esse profissional, para ficar ensinamento nas nossas universidades o que ele teve a oportunidade de aprender na sua vida.

Então eu acho que essa ampliação de hospitais tinha que ter um controle, eu não sei se... Não pelo TCU, pelo Órgão Colegiado primeiro das universidades e também pelo controle através da Secretaria de Saúde Municipal, Estadual e também do Governo através do Ministério da Saúde. Eu tenho certeza que o Dr. Rebelato, ele deve ter uma demanda imensa de pedido de teto, de solicitação de ampliação, de aquisição de equipamento. Então tem que ter um planejamento que também não é para resolver os problemas hospitalares em um ano, dois anos, é coisa para dez anos só que tem que ser feito ano a ano. Essas aquisições, essas trocas de equipamentos.

E o que falta principalmente aqui no nosso país a gente tem sentido é a autonomia plena de gestão das universidades e hospitais federais. Se não tiver a gestão não há captação de recurso, o pessoal fala: "Tem que captar". Quando a gente faz as pesquisas, nas nossas pesquisas dentro do CNPq como citou a Profª. Raquel e a maioria das universidades também praticam porque são obrigadas a ter a pesquisa, muitas delas escapam a patente do nosso país.

Eu acho que não tem nada equivocado de ceder para o particular até para ampliar e agilizar só tem que um custo, esse custo tem que ser reposto. Essa conquista não pode ser apenas do laboratório ou da indústria, ela tem que ser das universidades, ela tem que ser da sociedade. E também nós percebemos que na falta de autonomia das universidades como é que nós vamos captar recursos, doações, como existe com muita frequência nos Estados Unidos ou na Europa em vários países da Europa, heranças, patrimônio, cessão de recursos.

E se nós não tivemos este crescimento automático do conhecimento através das universidades, do ensino, da educação, do conhecimento, nós vamos começar a atrasar outra vez. Nós ficamos atrasados dez anos naquele conceito da informática, nos computadores do nosso país na década de 80. E foi uma reserva de mercado burra, porque a indústria brasileira não ficou à altura do exterior e poderia ter ficado. Então se nós não corrermos agora para este crescimento do conhecimento, nós vamos atrasar todo o país novamente. Porque hoje mais do que nunca o operador que era o operário ele tem que ser qualificado, se ele não for qualificado a indústria não tem como avançar.

E acontecem coisas no nosso país que é impressionante eu até quero falar aqui. Eu estava falando que o Governo Lula avançou muito da educação, está avançando tentando avançar na área da saúde, apesar de crise e crescendo muito nessa área. E ocorre, por exemplo, dentro da minha cidade o hospital universitário, que era de ensino de pesquisa e extensão, o Hospital Universitário Dr. Domingos Leonardo Cerávolo, hoje não é mais hospital universitário é um hospital regional. O Governo Serra ele estadualizou o hospital.

Ele tirou a gestão da Universidade que era de ensino pesquisa e extensão, para pôr para uma ONG. Isso é um absurdo. Nós tínhamos que aprovar uma lei proibindo ONGs administrarem um hospital se nós temos as fundações qualificadas, como os senhores conhecem e representam. Como pode uma ONG administrar um hospital? Com 1000 funcionários, com 400 leitos, que era de ensino pesquisa e extensão, passou a ser um hospital regional. Por interesses políticos partidários. É um equívoco o Governador José Serra o que ele cometeu.

Eu imagino ele se por acaso fosse Presidente da República tirar a gestão das universidades e passar para as ONGs. Vai ser o samba do crioulo doido. É um absurdo, mas isso está ocorrendo no Estado de São Paulo. Então nós temos que aperfeiçoar a legislação rapidamente, porque as ONGs são importantes? São. É o terceiro setor. Elas estão para dar apoio onde o Governo não pode apoiar fortemente, estar presente maciçamente não tem pessoal, não tem formação, não têm pessoas. Agora entrar em hospital --

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Deputado eu pediria que V.Exa. pudesse concluir--

DEPUTADO PAULO LIMA (PMDB-SP): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): E se possível fazendo às perguntas necessárias a esta bancada.

DEPUTADO PAULO LIMA (PMDB-SP): Concluindo. Então Presidente, a minha questão é a seguinte: Nós temos que aperfeiçoar rapidamente esse processo para dar apoio às universidades através de uma autonomia plena, em conjunto também para os hospitais públicos, federais, estaduais. E que nós possamos realmente reconhecer que através do conhecimento e da valorização do profissional, é o único caminho de nós termos uma excelência de serviço público.

Não existe serviço público obviamente no terceiro setor e nem na iniciativa privada que é de apoio. E nós temos que realmente urgentemente regulamentar esse processo. E Presidente, parabéns pela presidência do senhor, conduzindo essa Audiência Pública de grande relevância para o nosso país, a Profª. Raquel que é autora da solicitação de Audiência Pública, mais do que nunca necessária e importante para o nosso país. É isso que eu tinha a falar. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Obrigado ao Deputado Paulo Lima. E esta Comissão, agora, passa a palavra ao Deputado Bilac Pinto.

DEPUTADO BILAC PINTO (PL-MG): Eu quero saudar aqui o Presidente da Comissão, Senador Lobão Filho. Eu quero saudar a Profª. Raquel que é colega nossa da Comissão de Ciência e Tecnologia Informática e Comunicação na Câmara dos Deputados, os Parlamentares que estão aqui presentes na pessoa do Senador Cristovam Buarque, que é uma grande referência para todos nós brasileiros. Quero cumprimentar os membros da mesa na pessoa do Reitor da nossa Universidade Federal de Minas Gerais, Prof. Ronaldo Pena, no qual eu tenho uma grande admiração pelo seu trabalho e pela sua conduta a frente de todos esses momentos delicados que vem passando.

Primeiro Senador Lobão eu parabenizo a Comissão, por estar tratando de temas que são de relevância para o nosso país. Como nós tratamos aqui, tanto na primeira parte dessa Audiência Pública quanto agora, discutindo efetivamente qual o papel do Tribunal de Contas. E agora, efetivamente com muita objetividade, fazendo um paralelo entre o que o Tribunal de Contas de uma certa forma vem fazendo, vem legislando e a competência das nossas fundações de ensino, para que elas possam de uma certa forma dar continuidade a esse trabalho extraordinário que eles vêm fazendo por todo esse Brasil.

Eu acho que falar um pouco dessas fundações de ensino eu acho que todos nós aqui, o tema já foi profundamente abordado pelo Reitor Ronaldo Pena, pelo Paulo Bracarense, que fez uma exposição magnífica aqui a respeito do papel e dessa importância. Eu acho que o cerne da nossa questão aqui efetivamente é fazer a discussão: Até onde o Tribunal de Contas vai com relação a esse conceito de legislar e até onde essas fundações podem ir. Porque eu acho que está havendo a meu ver está havendo uma intromissão, se a palavra for forte, mas eu acho que é a primeira que me veio aqui nesse momento sem quer fazer nenhuma crítica ao Tribunal de Contas, com relação a quem efetivamente pode cumprir a legislação e de que maneira nós podemos trabalhar.

Nós temos a lei que regulamentou as fundações que é a Lei 8.958 de 94, ela fundamenta inclusive o próprio relacionamento que essas fundações têm que ter com seus entes e com seus parceiros. Nós temos por outro lado um decreto que, em função desse pro-

blema que houve com as fundações que o Tribunal de Contas fez criando 50 proposições. 50. Quer dizer, eu acho que o Tribunal está legislando. Esse é o papel do Congresso, esse é o papel da Câmara, esse é o papel do Senado. Ele a meu ver exacerbou das suas prerrogativas, Mais uma vez eu volto a repetir, como órgão auxiliar do Poder Legislativo: Do Poder Legislativo.

Aliás, aqui eu falo isso com muita tranqüilidade, não vai nenhuma crítica a vocês que são funcionários concursados do Tribunal, mas eu acho que o Congresso Nacional tem que fazer uma discussão a respeito do papel do Tribunal de Contas, respeitando os princípios de moralidade, ética, de lisura, de licitação pública, mas eu acho que está havendo um excesso por parte do Tribunal de Contas. Então eu volto ao cerne da nossa discussão aqui. Quer dizer é fundamental o papel dessas fundações, essa parceria com as universidades.

Nós que militamos na área de Ciência e Tecnologia, o Senador Cristovam Buarque que trabalhou na área do ensino e hoje faz um trabalho extraordinário com o ensino básico. Nós sabemos como as fundações e as universidades têm um papel fundamental no desenvolvimento de qualquer país de qualquer nação. Nós não temos nenhuma nação desenvolvida, sem que ela tenha efetivamente investido em Ciência Tecnologia e ensino. Hoje a grande diferença dos países que têm desenvolvimento e àqueles que buscam o desenvolvimento foram aqueles que fizeram a opção pela Ciência Tecnologia e ensino, pela inovação tecnológica. Esse é o grande desafio nosso.

Eu acho que nesse e concluo, parabenizando aqui a Comissão por estar trazendo aqui essa discussão, pelo depoimento tanto no Reitor do Ronaldo Pena, como do Paulo Bracarense, do CONFIES, como do Rebelato, que está aqui representando de uma certa forma o Ministério da Educação, como os membros do Tribunal de Contas, que vêm aqui conosco participar e as duas Comissões, eu acho que é um assunto que nós temos de uma certa forma discutir.

E eu deixo muito a minha pergunta dirigida ao Reitor da nossa universidade, que de uma certa forma teve, vamos dizer assim, conceitualmente essa dúvida com relação a como nós podemos dirigir as fundações. E ao Cambraia do Tribunal de Contas que de certa maneira, na sua visão está cumprindo aquilo que determina a legislação e nós estamos tendo um conflito grande e interposição de interesses. Eu acho que está na hora do Congresso voltar a questionar as prerrogativas do Tribunal de Contas, com relação a seu papel, como órgão auxiliar do Poder Legislativo. Muito obrigado Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Essa Comissão agradece ao Deputado Bilac Pinto. Eu vou passar a Profª. Raquel Teixeira, mas antes eu gostaria de fazer um comentário também.

Eu acho que fica patente aqui nesta Comissão hoje, na realidade a responsabilidade do Congresso Nacional. Nós vemos mais uma vez, sendo usurpada a nossa missão constitucional, antes pelo Executivo através das Medidas Provisórias, depois pelo Poder Judiciário, através dos seus acórdãos e, agora, pelo TCU, através também de seus acórdãos. Mas antes de fazer a crítica ao TCU, eu faço a crítica a nós mesmos. Nós precisamos rever os procedimentos legislativos para que a gente possa dar vazão a essas necessidades.

A gente vê o caso concreto das fundações, das universidades, sendo criadas para dar eficiência, eficácia na gestão do ensino, no desenvolvimento da pesquisa no Brasil. E algumas delas sendo desvirtuadas, sendo contratadas com dispensa de licitação, repassando contratos a terceiros, sendo contratadas até pelo serviço público da Administração Direta Federal, para execução de serviços e aquisição de produtos. Então isso tudo objetivando a dispensa de licitação, ela desvirtuou do papel fundamental dela dentro da Universidade em alguns casos.

E nós vemos uma reação do Tribunal de Contas prejudicando já todas as fundações e todas as universidades. E o que a gente percebe disso tudo? A ausência de uma regulamentação de uma norma, de uma lei específica, clara, que defina os papéis, atribuições, responsabilidades, direitos e deveres. E isso é papel nosso aqui do Congresso, como a gente não faz, o Tribunal de Contas da União faz um Acórdão.

Então fica esta mensagem aos legisladores a nós para que a gente possa, inclusive, através da Comissão criada, Deputado, criada a Comissão Especial para reavaliar o regimento interno do Senado. E que Comissões como essa possam dar agilidade ao trabalho legislativo, que a gente possa dar resposta à sociedade com agilidade evitando assim de ver o Poder Executivo, o Poder Judiciário e órgãos auxiliares, legislando em nosso nome, em nosso lugar.

Eu passo a palavra a Deputada Raquel Teixeira para que ela possa concluir e possamos passar a palavra para os palestrantes.

DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA (PSDB-GO): Obrigada Senador Lobão Filho, eu cumprimento a todos dessa mesa. Concordo com que o Senador disse, com que o Deputado Bilac e os Deputados que me antecederam disseram, mas eu acho que talvez a gente tenha aqui até um problema até mais profundo do que saber se o TCU está extrapolando ou não suas funções. Acho que vimos nessa

mesa nessa manhã de hoje muito rica, duas visões claramente distintas. Uma visão fiscalizadora legalista, importante, pertinente, necessária. E uma visão de quem conhece profundamente o processo de geração do conhecimento.

Uma universidade não uma repartição pública que abre às 08h00 e fecha às 18h00. Uma Universidade não é um lugar onde professor busca salário e aluno busca diploma, ela tem que ser muito mais do que isso. A dinâmica da universidade extrapola as rotinas de muitas burocracias. Então fica difícil, Dr. Ricardo, a fiscalização numa instituição que tem uma dinâmica tão própria, tão diferente e tão necessária. Nós estamos vivendo no século XXI. O Senador Cristovam Buarque colocou bem: Não é mais a força bruta, não é mais a força industrializada é à força do conhecimento.

E a geração do conhecimento que tem características próprias tem o seu *locus* privilegiado na universidade e apoiado nas fundações. Eu gostaria muito Reitor Ronaldo Pena, de vê-lo falar do que as fundações têm feito pelo Brasil sim. É lamentável que numa sessão como essa, a gente tenha que ouvir o senhor mostrar que a interpretação de desenvolvimento institucional, não é bem aquilo que está sendo interpretado.

É lamentável que o senhor tenha que nos dizer o que TCU, informou a ANDIFES, ao CRUB, a FASUBRA, o ANDES, entidades importantes sindicais, mas não informou as universidades. Então eu acho que essa questão está longe de ser esgotada nessa sessão. Tivemos uma primeira sessão na Comissão da Câmara, eu embora autora do requerimento não pude estar lá, eu estava em viagem aos Estados Unidos a convite da Embaixada. E nessa viagem aos Estados Unidos e tive uma conversa uma manhã, com o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia daquela Casa de Leis, da Casa de Representantes, House of Representatives, lá da Câmara Americana. O Deputado Ben Gordon(F), que é um Democrata do Tennessee, que é um grande especialista em NASA e agências científicas, Senador Cristovam Buarque, mas é o autor da Lei do [pronunciamento em inglês] que legisla sobre a formação de professores de Matemática e Ciência para o aluno lá da educação básica.

Portanto, a Comissão de Ciência e Tecnologia tem esse papel sim, que vai da legislação das pesquisas de nanotecnologia, de biotecnologia, de novos materiais, novas fontes energéticas. Nós estamos vivendo o mundo de mudança de paradigma do mundo, se nós queremos a sustentabilidade do nosso planeta, nós temos que investir em novos conhecimentos, sim. E a Universidade no Brasil é quem faz isso com muita competência e o Senador Ben Gordon(F), Senador Cristovam, que também se preocupa com o professor de Ciência e Matemática lá na Educação Fundamental. Aliás, na Educação Infantil, ele me disse o seguinte: "Estamos vivendo uma crise econômica sem precedentes". Claro os Estados Unidos é o epicentro da crise, portanto, o país que mais sofreu as consequências econômicas dessa crise.

No entanto nunca se viu um investimento tão grande em Ciência e Tecnologia como esse ano nos Estados Unidos. E a alegação é exatamente essa: Se estamos vivendo uma crise precisamos de novos conhecimentos para sair da crise. Se precisamos de novos modelos energéticos de sustentabilidade, de novos caminhos para encontrar soluções para os problemas criados por nós nesse planeta, nós temos que sim, Dr. Ricardo, ter muito cuidado com o dinheiro público é nossa responsabilidade, mas nós não podemos impedir que o conhecimento avance, nós não podemos fazer travas para isso.

Então acho que essa Audiência Pública tem o papel imprescindível de nos mostrar as dificuldades, o assunto não se esgota e eu quero sugerir Senador Lobão, que a gente inclusive faça uma Comissão pequena interna com a presença da universidade, da fundação e do TCU, para vermos numa mesa redonda, sem limite de tempo, sem marcar no relógio, sem ter que sair para outros compromissos. O Senador Cristovam Buarque tem razão, a gente tem 500 coisas ao mesmo tempo, eu fiz opção por não ir ao encontro do meu Partido e ficar numa discussão que me interessa profundamente que é a bandeira da minha presença aqui, a Educação, Ciência e Tecnologia.

Acho que precisamos fazer uma Comissão menor para, inclusive, ver o que é que precisa ser feito na legislação, para que essa Casa que é a Casa que legisla a Câmara e o Senado possam encaminhar os mecanismos pertinentes de transparência, de legalidade, mas de espaço para flexibilidade, para criatividade, para a liberdade de pensamento, de criação e geração de conhecimento e alavancagem do mundo para a modernidade que o século XXI exige.

Portanto, eu deixo essa sugestão. Espero que nós encontremos mais vezes na discussão desse mesmo assunto, estratégico, crucial, para o nosso país, obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Obrigado, Professora. Raquel. Eu aguardo e esta Comissão aguarda de V.Exa., um requerimento formal nesse sentido para que a gente possa botar em votação e, assim, decidir a criação ou não deste grupo de trabalho.

Dando continuidade eu passo a palavra aos palestrantes, iniciando com o Prof. Ronaldo Pena, para

que possa fazer suas colocações em relação às indagações do Senador Cristovam Buarque.

SR. RONALDO PENA: Bom, Senador é um prazer revê-lo acho que o senhor realmente é um pensador da educação. E eu acho que é fundamental a preocupação, o desafio, da educação básica no nosso país e em qualquer país. É muito importante também eu acho que a visão que o MEC, o Ministro Fernando Haddad coloca com propriedade é interessante. Quer dizer, a educação ela é a força que liberta o cidadão. Só através da educação que o cidadão é verdadeiramente livre e a educação é obviamente de qualidade.

E nesse sentido é fundamental, não se contrapor a educação básica a educação superior. Eu acho que tudo é educação e tem que avançar, simultaneamente, com recursos com boas ideias e com programas. A minha universidade... Eu acho que todas as universidades num convívio com os eleitores lá na ANDIFES, que o senhor ajudou a fundar, No convívio com os reitores eu vejo a grande preocupação. E o Ministro tem colocado vamos dizer assim, uma disposição enorme para esse desafio.

Agora eu poderia citar algumas coisas, por exemplo, a nossa participação no desenvolvimento da escola integral em Belo Horizonte. Quer dizer a criança passando o outro turno com os 600 monitores, alunos de graduação das várias universidades da cidade, tendo outras atividades não apenas luta, não sei o quê, mas também atividades que vão desenvolvê-lo no sentido Acadêmico. Agora é fundamental uma coisa: O salário.

Quer dizer certamente a sua professora primária da nossa época, a minha professora primária, era uma pessoa de destaque na sociedade e hoje isso não acontece. Então eu acho que é preciso que a educação básica atraia jovens, que seja capaz de atrair objetivos promissores, jovens que façam, pensem na educação, no seu trabalho de professor, de professora, como a sua profissão. E isso realmente é um problema também bastante sério e que precisa ser olhado com atenção. Mas o conjunto dos reitores das universidades federais, eu posso assegurar ao senhor, o senhor conhece, às vezes, o senhor tem contato conosco lá na ANDIFES, nós estamos preocupados dispostos e trabalhando nessa direção.

Eu queria ainda fazer algum comentário sobre a questão da essencialidade, do quão estratégico é o trabalho das universidades. E esse trabalho hoje com o arcabouço legal existente ele pode ser feito com todo o respeito ao TCU, ao controle, o controle é necessário. Quer dizer às vezes as pessoas falam comigo: "Puxa, mas você vai..." Me falaram isso: "Você vai ao Supremo?" Tanto que são 58 universidades, só uma que foi. As decisões atingem todo o sistema federal não atinge o sistema estadual é interessante isso. A verba é federal. A FINEP pode passar para as Fundações da USP ou da UNICAMP ou da UNESP, mas não pode passar para as fundações do sistema federal.

Mas de toda a maneira as pessoas falam: "Puxa, mas e o controle?" Eu quero que o controle seja rígido. Eu não quero fazer alguma coisa errada. Eu não posso fazer coisa errada. Eu sou um servidor público. Eu tenho orgulho de ser um servidor público. A minha carreira foi toda feita no serviço público, na Universidade Federal de Minas Gerais. Então chegar a esse posto que está aqui, expresso aqui nessa placa é uma honra, é um sonho, é uma coisa absolutamente importante na minha vida. Na minha cidade as pessoas falam: "O Reitor, o Reitor". Me perdoe dizer isso. Eu estive num clube lá as pessoas querem tirar retrato comigo. E de repente saí uma coisa que a minha universidade tem irregularidades, o jornal pega e toda a minha cidade fala: "Mas espera aí! O Ronaldo, filho do Valdemar Pena! O que é isso aqui?"

Por que isso acontece? Acontece porque foi divulgada alguma coisa que não poderia ser divulgada, porque não estava discutida. Não estava discutida não é? E de uma forma que foi pega de uma maneira horrorosa. Claro que isso me chateia muito, muito, muito. Mas eu gostaria de falar um pouco mais na direção, rapidamente eu sei, na direção do que disse a Deputada Raquel Teixeira.

É muito importante representante da docência universitária, dentro aqui do Parlamento Brasileiro. Eu acho que a gente com uma comparação a gente vê a essencialidade do conhecimento. Vejam bem. O Brasil de fato ele fabrica automóvel, mas ele não tem uma indústria automobilística dele brasileira. Por que não tem? Porque a indústria automobilística brasileira o tempo todo há 50 anos, produz automóveis projetados fora do Brasil.

Agora o Brasil tem uma indústria aeronáutica. Tem. O Brasil fechou fábrica lá na Holanda, na Alemanha e no Canadá a fábrica está balançando, porque o avião Embraer é um avião que dominou o transporte regional até 100, 120 passageiros. Por que isso? Porque ali tem conhecimento. Ali tem conhecimento. O Brigadeiro Montenegro quando falou: "Vamos ter uma indústria aeronáutica nas margens do Paraíba". Bom, mas espera aí, precisa fazer uma escola antes. E fez o ITA.

E nós temos esse exemplo de desenvolvimento A Engenharia é certo que muitos componentes, como disse o Senador Cristovam, muitos componentes são importados por causa de questão de segurança, para voar nos Estados Unidos a eletrônica do avião tem que ser fabricada lá. Mas o projeto é brasileiro. O software

é um software americano, mas o projeto como estão às instruções lá dentro é rigorosamente brasileiro. O controle de vôo, por exemplo, eu tenho muito contato com isso que os meus alunos que estão lá são formados na UFMG. O controle de vôo dos aviões os 145 e agora o 170, ele é totalmente projetado pelos engenheiros brasileiros.

E isso faz a diferença. Então isso faz com que a Embraer tenha condições de competir no mercado internacional. E isso faz a diferença da Indústria Aeronáutica Brasileira e a indústria automobilística brasileira.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Os submarinos [ininteligível].

SR. RONALDO PENA: Pois é, isso é uma outra linha. Então nesse sentido, eu acho, concluindo, que Ciência Tecnologia e Inovação têm que ser política de Estado. Isso foi sonho de Anísio Teixeira, foi sonho de Brigadeiro Montenegro, foi sonho de Almirante Álvaro Antônio, CNPq, CAPES, ITA. E esse Governo é preciso dizer isso – não tenho nenhum vínculo partidário – esse Governo de alguma forma pela condição da economia, por todas as circunstâncias ele conseguiu enfeixar e é verdade isso, ele conseguiu recuperar o orçamento das universidades. E conseguiu enfeixar e dar uma ideia para nós, finalmente, Ciência Tecnologia e Inovação é política de Estado. Está certo?

E isso precisa de um ritmo que é diferente eu preciso dizer isso. Eu preciso dizer isso. Existem trabalhos na área de nanotecnologia, existem trabalhos na área de genética que precisam, por exemplo, de reagentes, por exemplo, um álcool da marca X, não serve o álcool da marca Y. Não dá certo o experimento. Ora, isso vai contra a Lei de Licitações, agora, nós vamos ser protagonistas no mundo ou não vamos ser protagonistas? Vamos só importar tecnologia ou vamos gerar tecnologia?

Vamos admirar os prêmios Nobel do mundo, como disse o Senador ou vamos no futuro ter algum Prêmio Nobel brasileiro? Para fazer isso é preciso que a legislação compreenda, a Legislação Brasileira compreenda a dinâmica da Ciência Tecnologia e Inovação. Eu agradeço e quero dizer a Deputada e ao Senador Lobão Filho, que eu acho que a ANDIFES que é o conjunto dos Reitores, mas certamente a UFMG e acredito o CONFIES estamos prontos a sentarmos com vocês, a sentarmos com o TCU o TCU é essencial é necessário. Não queremos fazer nada que não seja ético e que não seja correto.

E o que está errado tem que ser corrigido. E se alguém errou esse alguém deve ser punido com direito a ampla defesa e ao contraditório. Sem direito ao contraditório e a ampla defesa, segundo o Ministro Celso de Mello não tem valor. Essa é a mensagem que eu deixo aqui, agradecendo enormemente essa oportunidade de estar aqui sentado, dentro do Parlamento do nosso país e um país democrático. E eu estou certo que meu pai, já falecido, teria um grande orgulho de ver o filho sentado aqui nessa mesa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Tudo bem. Esta Comissão agradece profundamente ao Dr. José Rubens Rebelato, a Dra. Neusa Coutinho Afonso, Dr. Ricardo Cambraia, o Dr. Prof. Ronaldo Pena, Prof. Paulo Afonso Bracarense. Agradece em especial ao Sr. Cláudio Souza Castello Branco, aos jornalistas aqui presentes, Assessores aqui presentes. E aos Deputados e Senadores que tiveram participação nesta audiência pública, parabenizando em especial, também, aos Senadores Flexa Ribeiro, Senador Flávio Arns, Senador Cristovam Buarque e Senador Eduardo Azeredo, pelo requerimento de criação desta Audiência Pública.

Sendo assim dou por encerrada esta audiência. E muito obrigado pela presença de todos.

ATA DA 08ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2009.

Às dez horas e dezenove minutos do dia vinte e dois de abril de dois mil e nove, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores, Renato Casagrande, Lobão Filho, Valdir Raupp, Antonio Carlos Júnior, José Agripino, Efraim Morais, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi, Flávio Arns, Antônio Carlos Valadares, Valter Pereira, Leomar Quintanilha, Gilberto Goellner, Marco Maciel e Eduardo Azeredo, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Demóstenes Torres, Cícero Lucena e Patrícia Saboya. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2006,** de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Jandira Feghali, que "Regula o exercício profissional de geofísico e altera a Lei nº 4.076, de 23 de junho de 1962." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o parecer favorável, com as emendas nº 01, 02, 03 e 04/CCT, é aprovado. **Item 02: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior, que requer "..., nos termos do inciso II do artigo 93 do Regimento Interno

do Senado Federal, realização de audiência pública para debater o regulamento sobre as condições de uso de radiofreqüência nas faixas de 2.500 Mhz a 2.690 Mhz para o MMDS, objeto da Consulta Pública n. 593 de 4 de fevereiro de 2005 proposta pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, com os seguinte convidados: Embaixador Ronaldo Sardemberg – Presidente da ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações; Alexandre Annenberg – Presidente executivo da ABTA – Associação Brasileira de TV por Assinatura; José Luiz Frauendorf – Presidente da NEOTEC– Associação das Operadoras de Sistemas MMDS; Luiz Eduardo Baptista – Presidente da ITSA – Intercontinental Telecomunicações Ltda; João Reino – Presidente do Conselho de Administração da ACOM Comunicações; Marcos Bafutto – Diretor de Regulamentação da Telefônica e Emerson Martins Costa – Presidente Executivo da ACEL – Associação Nacional das Operadoras Celulares." O requerimento é aprovado. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº. 04, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação da Juventude do Município de Montes Altos – MA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montes Altos, Estado do Maranhão." O relator designado é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº. 33, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Renovação para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº. 114, de 1997**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Campinas do Sul Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média de âmbito local na cidade de Campinas do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº. 61, de 1998**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio Emissora Batovi Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda media na cidade de São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 23, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Rádio Amigos FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Entre Rios do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 35, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Pró-Desenvolvimento Cultural e Artístico de Coronel Barros para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel Barros, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 39, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação para a Divulgação, Desenvolvimento Comunitário e Bem Estar de Campinas do Sul – Adivulgam para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinas do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 40, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Companheira FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Mato Leitão, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 100, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente dos Moradores de Itinga para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lauro de Freitas, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 132, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Maíra Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na Cidade de Acrelândia, Estado do Acre." O relator designado, ad hoc, é o Senador Valter Pereira e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº. 388, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Beneficente Rioclarense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Rio Claro, Estado do Mato Grosso." O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 15: Pro-**

jeto de Decreto Legislativo nº. 174, de 1999, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a permissão da Rádio Difusora FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº. 79**, **de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Por do Sol para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Várzea Paulista, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº. 107, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Cultural Comunitária Alternativa – ASBECCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araguari, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 293, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Regional de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Nova Aliança, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº. 420, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio RMS Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Capão Bonito, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº. 425, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Mombaça para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mombaça, Estado do Ceará." O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Valadares e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº. 11, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Sociedade de Amparo a Cultura Vale do Acaraú para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Acaraú, Estado do Ceará." O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Valadares e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº. 12, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Santo Antônio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caridade, Estado do Ceará." O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Valadares e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº. 52, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Distrital do Triângulo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chorozinho, Estado do Ceará." O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Valadares e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº. 43, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária de Sandolândia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sandolândia, Estado do Tocantins." O relator designado é o Senador Leomar Quintanilha e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº. 415, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Som Tocantins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins." O relator designado é o Senador Leomar Quintanilha e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº. 127, de 1997**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Itauna S/A, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda media na cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº. 113, de 2001**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Machado Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Machado, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº. 80, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio de Guarani Novidades FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Guarani, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador

Efraim Morais e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº. 89, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Cultural Comunitária Tropical para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patrocínio, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº. 251, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Itabaiana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Itabaiana, Estado de Sergipe." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Valadares e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº. 254, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à APROBESNE – Associação de Promoção e Bem Estar Social de Neópolis, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Neópolis, Estado de Sergipe." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Valadares e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº. 42, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Tenente Laurentino Cruz – RN, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laurentino Cruz, Estado do Rio Grande do Norte." O relator designado é o Senador José Agripino e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº. 379, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores Amigos de Cabrália Paulista para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cabrália Paulista, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº. 321, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Rádio e Televisão Jaguarete Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Itaquiraí, Estado do Mato Grosso do Sul." O relator designado é o Senador Valter Pereira e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº. 107, de 1997**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio Brasil Sociedade Limitada para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Campinas, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador José Agripino e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo nº. 130, de 1997**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada a Rádio Jovem Som de Presidente Venceslau Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Presidente Venceslau, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador José Agripino e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo nº. 115, de 1998**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Clube de Oswaldo Cruz Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Oswaldo Cruz, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador José Agripino e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo nº. 178, de 1999**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Vale do Rio Tietê Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de José Bonifácio, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador José Agripino e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo nº. 268, de 1999**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jornal de Rio Claro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador José Agripino e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo nº. 303, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Maíra Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Manoel Urbano, Estado do Acre." O relator designado, ad hoc, é o Senador José Agripino e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 41: Projeto de Decreto Legislativo nº. 306, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Maíra Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Porto Acre, Estado do Acre." O relator designado, ad hoc, é o Senador José Agripino e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 42: Projeto de Decreto Legislativo nº. 58, de 1996**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que

"Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cidade de Sume Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cuite, Estado da Paraíba." O relator designado é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 43: Projeto de Decreto Legislativo nº. 116, de 1997**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Serra da Capivara Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda media na cidade de São Raimundo Nonato, Estado do Piauí." O relator designado é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 44: Projeto de Decreto Legislativo nº. 49, de 1999**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Integração do Brejo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bananeiras, Estado da Paraíba." O relator designado é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 45: Projeto de Decreto Legislativo nº. 113, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária de Pimenteiras – PI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pimenteiras, Estado do Piauí." O relator designado é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Nesse momento o senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro passa a Presidência ao senhor Vice-Presidente no exercício da Presidência, Senador Lobão Filho, para relatar os seguintes itens: **Item 46: Projeto de Decreto Legislativo nº. 41, de 1993**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a permissão da Empresa Modelo FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Castanhal, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 47: Projeto de Decreto Legislativo nº. 358, de 2001**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Televisão Liberal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Belém, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 48: Projeto de Decreto Legislativo nº. 368, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga concessão à Amazônia Comunicação e Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Gurupá, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 49: Projeto de Decreto Legislativo nº. 373, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Amazônia Comunicação e Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Novo Repartimento, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 50: Projeto de Decreto Legislativo nº. 14, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rede Norte de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Mocajuba, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Dando prosseguimento à deliberação da pauta o Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão, reassume a Presidência. Nesse momento, os Senhores Senadores Gilberto Goellner, Lobão Filho e Marcelo Crivella requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta de requerimentos, com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 01: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº. 05, de 2009-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Gilberto Goellner, que requer "..., nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento 05 de 2009 – CCT, de autoria da senadora Kátia Abreu, aprovado em reunião realizada no dia 08 de abril deste ano, que propõe audiência pública com o objetivo de analisar e discutir a definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs e o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e as implicações para o agronegócio, que seja incluído no rol de convidados para a audiência o nome da Dra. Samanta Pineda, Advogada Socioambiental." O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 02: Requerimento nº. 10, de 2009-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Lobão Filho, que requer "..., nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Senadora Roseana Sarney pela posse no cargo de Governadora do Estado do Maranhão." O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 03: Requerimento nº. 11, de 2009-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Lobão Filho, que requer "..., nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado federal, voto de solidariedade ao Senador Gerson Camata, em função de matérias caluniosas veiculadas pela mídia." O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 04: Requerimento nº. 12, de 2009-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que requer "Com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal e do art. 216, I do Regimento Interno do Senado Federal,

Considerando os dados apresentados, em 15 de abril próximo passado, pelo Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) – que relatam graves desvios na utilização de agrotóxicos em diversas culturas de alimentos que chegam à mesa dos brasileiros – requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do RISF, seja realizada audiência pública para discutir o emprego de agrotóxicos na Agricultura Brasileira. Para tanto, indico como convidados: Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministro do Meio Ambiente; Ministro da Saúde; Diretor-Presidente da ANVISA." O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 05: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº. 12, de 2009-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Gilberto Goellner, que, "Nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento de autoria do senador Marcelo Crivella, que requer audiência pública para discutir o emprego de agrotóxicos na Agricultura Brasileira, que a audiência pública seja realizada em conjunto com as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA". O requerimento é aprovado. Fica adiada, em virtude da ausência do relator, a seguinte matéria: **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº. 51, de 2009.** "Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às onze horas e vinte e três minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal.

Senador **Flexa Ribeiro,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Bom-dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza nesta data, 22 de abril de 2009.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores, que concordam com seus termos, permaneçam como se encontram. Aprovado. A Ata será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunicado da Presidência. Expedientes recebidos. Convite da UNESCO, destinado aos alunos do ensino médio de todo o país, para participarem do concurso de trabalhos escritos e desenhos sobre o tema *Nossa Presença no Cosmos*, com prazo de inscrição até o dia 24 de agosto de 2009. Para maiores informações, consultar o site www.brasilia.unesco.org/diadaciencia.

Essa é uma iniciativa em comemoração ao Dia Mundial da Ciência Pela Paz e Pelo Desenvolvimento, 10 de novembro, ao Ano Internacional da Astronomia, ambos estabelecidos pelas Nações Unidas e aos 40 anos da chegada do homem à Lua, pelo qual o Senado Federal, por intermédio dessa Comissão, é uma das instituições parceiras, dentre outras, e participa ativamente, atuando na comissão julgadora dos trabalhos escritos e dos desenhos e também promovendo audiências públicas.

Comunico às Sras. e Srs. Senadores que foram encaminhados aos gabinetes, por *e-mail*, esse convite, e que se V. Exas. julgarem conveniente, esta Comissão solicita a gentileza de divulgá-lo junto às escolas dos estados que representam, para que o concurso alcance um maior número de participantes. Solicito à Secretaria da Comissão que distribua às Sras. e Srs. Senadores a cópia do convite da UNESCO.

Recebemos, também, convite do Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-União Européia, Deputado Sebastião Bala Rocha, e do Presidente da Confederação Nacional da Indústria, CNI, Deputado Armando de Queiroz Monteiro Neto, para o café da manhã de apresentação do Grupo Parlamentar Brasil-União Européia e lançamento do XVI Fórum Brasil– Europa, a realizar-se no dia 29 de abril de 2009, quarta-feira, às 8 horas, na Confederação Nacional da Indústria, no Setor Bancário Norte, Quadra 01, Bloco C, Edifício Roberto Simonsen.

Quero, antes de darmos início à pauta propriamente dita, lembrar às Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a nossa reunião da próxima quarta-feira acontecerá no Plenário do Senado Federal. É uma reunião conjunta de todas as comissões permanentes do Senado Federal, para que possamos, nesta reunião, analisar e discutir a definição de áreas de proteção permanente, APPs, e o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e as implicações para o agronegócio.

Nós temos no Requerimento da Senadora Kátia Abreu, que aprovou esse Requerimento em todas as comissões permanentes do Senado Federal, ela faz o convite a dois técnicos, ao Dr. Gustavo Ribas Curcio, Doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da EMBRAPA Floresta, em Colombo, Paraná, o qual tratará

do tema *Definição de Áreas de Proteção Permanente*, *APPs*, *Uma Proposta de Parâmetros*, e ao Dr. Evaristo Eduardo de Miranda, Doutor em Ecologia e pesquisador da EMBRAPA Monitoramento por Satélite, em Campinas, São Paulo, o qual tratará do tema *Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista*, *Implicações para o Agronegócio*.

Esta reunião das comissões em conjunto acontecerá, como eu disse, no Plenário do Senado Federal, às 9 horas, né? Às 9 horas da manhã. A Senadora Kátia Abreu deixou um convite para que cada comissão do Senado fizesse a indicação de um técnico para participar como debatedor. Nós encaminhamos, através da Secretaria da Comissão de Ciência e Tecnologia, um ofício às Sras. e Srs. Senadores, no sentido de que, se alguns dos senhores tiverem uma indicação de um técnico que possa vir representar a Comissão de Ciência e Tecnologia nessa Audiência Pública, faça-o chegar à Secretaria, para que nós possamos... Não haverá mais possibilidade, inclusive tempo útil, de aprovarmos que a última reunião que antecede a Audiência Pública seria hoje, mas nós faremos *ad referendum* a indicação de algum dos Srs. Senadores que chegue à Secretaria para encaminhá-la à Senadora Kátia Abreu.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, eu sou relator do Item nº 34. E eu tenho reunião da CCJ, onde eu sou relator de algumas matérias polêmicas, complicadas, e eu gostaria de merecer prioridade para relatar este processo, a fim de que eu possa me desincumbir das atribuições lá na CCJ também.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nobre Senador Valter Pereira, não há nenhuma dificuldade de colocar à apreciação dos membros da Comissão a inversão de pauta solicitada por V. Exa. Tenho certeza que ela será atendida. Mas eu rogo à V. Exa. que nós precisamos, para a aprovação dos pareceres dos processos, termos votação qualificada, nós precisamos de quórum qualificado para que possamos aprová-las. Então, eu posso fazer inversão, mas pediria à V. Exa. que permanecesse, para que nós pudéssemos fazer a votação em conjunto, ao final das relatorias.

Então, em discussão a solicitação do Senador Valter Pereira para que haja inversão de pauta dos itens... Do Item 34.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se estiverem de acordo?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu estou de acordo. Agora, pediria à V. Exa., depois do item do Senador Valter Pereira, para a gente fazer o item 01, que é não terminativo, e dá para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sem dúvida. Vamos começar por ele. Vamos começar por ele.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos aos itens da pauta. Com a palavra o nosso vice-Presidente, Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Primeiramente, antes de iniciarmos a pauta, eu queria submeter a esse Plenário também uma nota de desagravo ao nosso Senador Gerson Camata, membro integrante dessa Comissão, em nome dessa Comissão, a esse momento de calúnias que ele está sofrendo e que está sentindo muito, e eu acho que essa Comissão deve se unir a ele nesse momento. Então, proponho a essa Comissão que se vote uma nota de desagravo a ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em discussão a proposta do Senador Lobão Filho, que eu acho que ela terá o apoio de todos. Senador Gerson Camata, lamentavelmente, ele está sendo vítima de notícias que não correspondem à verdade.

Todos nós conhecemos a integridade e a honestidade do Senador Gerson Camata. Então, em discussão a proposta, o Requerimento do Senador Lobão Filho, de um voto de apoio, de desagravo, em solidariedade ao Senador Gerson Camata.

Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu endosso aqui a proposta do Senador Lobão Filho e acho que todos nós... Eu acho que... Deveríamos também acompanhar essa proposta, já que nós todos conhecemos a vida política do Senador Camata, sua honradez, a sua conduta dentro da Casa. Então, portanto, eu estou de acordo e acho que todos aqui estão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Renato Casagrande, para discutir.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro, Senador Lobão Filho e vice-Presidente. Eu tenho conversado com o Senador Gerson Camata e, semana passada, logo que surgiram as denúncias contra o Senador Gerson Camata, sugeri a ele que ele pudesse documentar, que as denúncias são graves, são denúncias... Gra-

ves no sentido daquilo que é lançado sobre o Senador Gerson Camata.

Então, ele tem... E mais do que dizer só que não é verdade, tem que se documentar, porque o homem público não tem o direito da dúvida sobre ele; ele tem que responder com documento. Então, o Senador Gerson Camata sabe da gravidade das denúncias, que pesam sobre ele nesse momento, e ele está, naturalmente, juntando toda a documentação, para que, junto à Justiça, possa tomar as providências.

Então, acho que é isso que o homem público tem que fazer, e eu espero que ele, de fato, possa, com documento, responder todas as denúncias, que foram feitas sem documento. Então, que isso possa ser uma forma também de dar segurança para todos nós aqui do Senado com relação a todas as notícias.

Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Aprovado o Requerimento de desagravo ao Senador Lobão Filho, ao Senador Gerson Camata, proposto pelo Senador Lobão Filho, vice-Presidente da Comissão.

Item 01 da pauta. Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2006, não terminativo: "*Regula o exercício profissional de geofísico e altera a Lei* nº *4.076, de 23 de junho de 1962*". Autoria da Deputada Jandira Feghali; relatoria: Senador Marcelo Crivella.

Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente Flexa Ribeiro, Sr. Vice-Presidente Senador Lobão Filho, meus companheiros.

> "*É submetido ao exame dessa Comissão o Projeto de Lei da Câmara 117, de autoria da nobre Deputada Jandira Feghali. Regularmente processado na casa de origem, a matéria foi recebida nessa Casa em 30 de novembro de 2006, sendo originariamente remetida à Comissão de Assuntos Sociais, onde não recebeu emendas e foi designado relator o Senador Flávio Arns.*
>
> *Antes, contudo, da manifestação do Senador, apresentamos o Requerimento nº 1408, de 2007, solicitando a remessa do Projeto a essa Comissão, por entendermos necessária nossa participação, dada a afinidade temática da matéria com os temas elencados na competência dela, nos termos do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal.*
>
> *Deferida a remessa da proposição, fomos designados para relatá-la. Não houve, no Senado, a apresentação de qualquer emenda ao projeto.*
>
> *A proposição regulamenta a profissão de geofísico, que, até o presente momento, não conta com qualquer norma específica acerca de requisitos para seu exercício. Ainda, introduz alterações na Lei nº 4.076, de 23 de 62, junho de 62, que regula a profissão do geólogo.*
>
> *O art. 1º define, para efeitos da lei, o campo de atuação da geofísica e seus ramos. Os requisitos para o exercício da profissão são definidos no art. 2º, ao passo que o 3º e 4º asseguram a inserção dos profissionais no sistema do Conselho Federal e Conselhos Estaduais de Engenharia e Arquitetura.*
>
> *No art. 5º, definem-se as atividades que podem ser exercidas por geofísicos, geólogos e engenheiros-geólogos, dentro de suas respectivas áreas de atuação, que, nos termos do art. 6º, podem ser estendidas pelo CONFEA.*
>
> *O art. 7º estabelece que as competências e garantias atribuídas pela Lei aos geofísicos são concedidas sem prejuízo daquelas conferidas a outros profissionais pela legislação que lhes é específica.*
>
> *O art. 8º modifica o art. nº 4.076, de 1962, alterando as atividades de competência do geólogo e inserindo novas hipóteses.*
>
> *Finalmente, o art. 9º determina a entrada imediata da Lei em vigor, se aprovada.*"

Análise.

> "*Compete à nossa Comissão, manifestar-se sobre a regulamentação, controle e questões éticas referentes a pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, inovação, comunicação e informática e sobre questões correlatas.*
>
> *Da mesma forma, à União e ao Congresso Nacional compete legislar sobre direito do trabalho e sobre as condições para o exercício das profissões.*
>
> *Nada cabe a observar quanto à constitucionalidade, legalidade e regimentalidade da proposição, adequada quanto a esses aspectos, salvo, quanto a sua adequação ao art. 7º, item II, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as normas de técnica legislativa.*
>
> *Com efeito, dispositivos referentes às competências do geólogo são estranhos à matéria do projeto, a regulamentação da profissão de geofísico, ainda que também seja possível afirmar que há relação de afinidade entre os*

dois temas, dada a evidente afinidade que há entre as duas profissões.

No mérito, a matéria merece prosperar, a profissão de geofísico, ainda que relativamente recente, possui importância capital para o desenvolvimento econômico do Brasil, já que sua participação é essencial para a eficiente consecução de inúmeras atividades econômicas, tais como a prospecção e lavra de diversos recursos minerais, inclusive, mais importante, águas subterrâneas e também petróleo.

Sua importância, contudo, não pode ser resumida à importância econômica da categoria. A atuação do geofísico é essencial para, por exemplo, o estudo das condições sismológicas do solo brasileiro e a segurança da população, agora que está estabelecida a possibilidade de ocorrência de tremores de terra em diversos pontos de nosso território.

A maior dificuldade no tocante à aprovação da proposição se encontra, justamente, na inclusão de disposições referentes à profissão de geólogo, em proposição que deveria regulamentar unicamente a profissão de geofísico.

Efetivamente, parece-nos excessiva e, mesmo, intempestiva, a inserção de tais disposições, que modificam a Lei 4.076, de 62. Tanto a profissão de geofísico quanto a de geólogo se encontram incluídas na competência dos mesmos órgãos de fiscalização profissional, o sistema formado pelo Conselho Federal e pelos diversos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA/CREA), que engloba um conjunto bastante variado de ocupações, além daquelas arroladas em sua sigla.

Referidos órgãos, apesar de sua composição heterogênea, conseguem atuar de forma eficiente na fiscalização e na regulamentação das diversas profissões que os integram.

Ora, ainda que distintas, as atribuições e as habilitações profissionais do geofísico e do geólogo são inequivocamente próximas, bem como a desses profissionais com as do engenheiro-geólogo e, mesmo, com aspectos daquelas do engenheiro de minas e do engenheiro civil.

A proximidade evidente do objeto dessas profissões torna a definição de suas áreas de atuação, por meio de lei, um exercício complexo e, mesmo, arriscado.

Em nosso entendimento, embora justa e devida a regulamentação da profissão de geofísico, de capital importância, que ainda não goza da proteção concedida pela legislação, é inadequada a inclusão de dispositivos legais que fixem, de forma tão estrita quanto a contida na proposição, as competências de geofísicos e geólogos.

Melhor seria, julgamos, remeter tal regulamentação ao órgão de fiscalização profissional, que já vem realizando tal atividade há tempos, com inegável competência e preparo técnico.

Tal solução, ainda, seria melhor quanto à flexibilidade da definição, já que qualquer alteração decorrente, por exemplo, de modificações tecnológicas, poderá rapidamente ser introduzida na regulamentação, por meio de resolução do próprio órgão, sem necessitar de nova proposição legislativa.

Assim, optamos pela supressão dos dispositivos referentes à fixação de competências profissionais e pela sua atribuição ao CONFEA, ouvidos os membros das profissões envolvidas".

Sr. Presidente, eu queria só alertar os meus colegas que esse arranjo que nós fizemos foi depois de um ano exaustivo de negociação entre membros das duas profissões, geólogos e geofísicos. E aí, depois de muito discutirmos, tendo necessidade de se regulamentar ambas as profissões – uma já é, a outra não – decidiu-se que num fórum técnico, que é o CONFEA, eles iriam estabelecer os parâmetros, eu diria as fronteiras, milimétricas, de atuação de cada uma dessas profissões. Foi isso que nós resolvemos depois, Presidente, repito, de um ano de conversas.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara, da nobre Deputada Jandira Feghali, com as seguintes emendas:

"*Art. 3º: Aplica-se aos geofísicos, aos geólogos e aos engenheiros– geólogos, o disposto na Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 66, observado o disposto no art. 6º.*

Dê-se à ementa do PLC 117, de 2006, a seguinte redação: Regula o exercício profissional de geofísico e confere ao Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia a competência...". Está aqui, olha, essa foi a emenda que fizemos. "*Regula o exercício profissional de geofísico e confere ao Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia a competência para determinar a competência profissional dos geofísicos, dos geólogos e dos engenheiros-geólogos*."

E nós consultamos a consultoria do Senado também sobre a possibilidade disso e nos foi dito que é possível.

Então, art. 6º: "O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura, Agronomia determinará, ouvidos os profissionais envolvidos, a competência profissional de geofísico, geólogos e engenheiros-geólogos".

Esse é o relatório, Sr. Presidente, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Marcelo Crivella, não só o competente relatório de V. Exa., como também o trabalho que V. Exa. desenvolveu ao longo de um ano--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --para fazer o consenso entre as duas importantes profissões. V. Exa., que é da área da engenharia, tem a competência, como teve, de fazer esse relatório. Em discussão o relatório do Senador Marcelo Crivella. Para discutir, Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, na verdade, não é nem para discutir. Eu estou querendo é elogiar o trabalho do Senador Marcelo Crivella, dizer da importância dos profissionais envolvidos nesse projeto, geofísico, geólogo e engenheiros geólogos, parabenizá-los pela inclusão de todos eles no Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, que eu faço parte como engenheiro florestal que sou, e dizer que este formato de regulação da profissão, inclusão num conselho já existente, é um formato muito adequado, porque impede ou inibe a criação de uma nova autarquia.

Então, parabéns ao Senador Marcelo Crivella pelo entendimento que conquistou e conseguiu no debate com esses profissionais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado, Senador Renato Casagrande. V. Exa. tem toda razão quando diz, e como fez o Senador Crivella, de enquadrar as profissões no CREA e no CONFEA, já existentes, não criando novos conselhos.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Não, inicialmente, dizer da minha alegria da conclusão desse relatório, e aí falo também na condição de engenheiro civil e parabenizar o Senador Crivella pelo belo trabalho que foi feito.

Ao tempo em que faço um apelo aos demais companheiros, nós estamos com quórum completo. Se nós pudéssemos abreviarmos os nossos relatórios, já que dispomos todos nós, para que o horário não deixe que o quórum, ele vá ser quebrado. Porque todos nós, como o Valter Pereira e todos que estão aqui, têm compromissos na CCJ e outras.

Daí o meu apelo, já que é do conhecimento de todos, que possamos aproveitar esse momento para votarmos todas essas matérias. Parabéns ao Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Obrigado [sobreposição de falas].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Efraim Morais, V. Exa. tem razão, nós precisamos ter o quórum qualificado para as votações.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Em votação o relatório, o parecer do Senador Marcelo Crivella com as emendas apresentadas, com parecer favorável. Não havendo quem queira mais discutir, em votação. Os que concordam com o parecer e com as emendas, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 02 da pauta. Requerimento não terminativo. "*Requeiro, nos termos do inciso II, do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública para debater o regulamento sobre as condições de uso de radiofreqüência nas faixas de 2.500 MHZ a 2.690 MHZ para o MMDS, objeto da Consulta Pública n°. 593, de 4 de fevereiro de 2005, proposta pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, com os seguinte convidados: Embaixador Ronaldo Sardemberg, Presidente da ANATEL, Agência Nacional de Telecomunicações; Alexandre Annenberg, Presidente Executivo da ABTA, Associação Brasileira de TV por Assinatura; José Luiz Frauendorf, Presidente da NEOTEC-Associação das Operadoras de Sistemas MMDS; Luiz Eduardo Baptista, Presidente da ITSA–Intercontinental Telecomunicações Ltda.; João Reino, Presidente do Conselho de Administração da ACOM Comunicações; Marcos Bafutto, Diretor de Regulamentação da Telefônica, e Emerson Martins Costa, Presidente Executivo da ACEL–Associação Nacional Das Operadoras Celulares*." Autoria do Senador Antônio Carlos Júnior.

Com a palavra o Senador, para defender o requerimento de V. Exa.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Srs. Senadores. A Audiência Pública é importante porque se discute, hoje, na ANATEL, a questão da utilização da banda de 2,5 Gigahertz até 2.690, e essa banda é uma banda da operação de MMDS, TV por assinatura, por microondas.

E há um movimento, digamos, das empresas de telefonia, no sentido de utilizarem uma parte desse espectro para a banda larga. E como há uma clara divisão dentro da ANATEL em relação a esse assunto, a Câmara dos Deputados fez, na semana passada, uma Audiência Pública sobre o assunto, e eu achei por bem trazer esse debate também para o Senado Federal, já que a gente... Já que fica claro para nós o que seria, o que se... O que a ANATEL pretende... O que a ANATEL pretende com essa utilização da banda.

Então, ficaria claro essa situação para nós, já que as operações de MMDS foram operações licitadas, outorgadas, ou seja, se pagou por elas e qual seria a maneira de que a ANATEL estaria encaminhando a utilização dessa banda. Então, a Câmara dos Deputados fez na semana passada uma Audiência Pública e então nós achamos que seria interessante também que o Senado tomasse conhecimento desses movimentos e de uma futura regulamentação que a ANATEL virá fazer sobre a banda. Portanto, esse é o objetivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço Senador Antônio Carlos Júnior. Em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de encaminhar um aditamento àquele Requerimento nº 05, a essa Comissão, sobre a Audiência Pública que se fará no Plenário do Senado Federal, conjuntamente com diversas comissões. Eu já tenho um nome a propor a essa Comissão, nome já conhecido inclusive de V. Exa., que é da Dra. Samanta Pineda, que está afeta a esse assunto, é uma competente técnica, que conhece a legislação e poderia contribuir a essa Audiência Pública encaminhada pela Senadora Kátia Abreu, em conjunto com a Comissão de... Com a de Meio Ambiente e Agricultura e outras.

Eu quero saber se esse requerimento que será apresentado já pode ser discutido ou irá aguardar outras indicações também, já que um nome só vai se colocar como indicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu consulto aos Srs. Senadores se alguém mais teria sugestão de nomes para que pudesse representar a Comissão de Ciência e Tecnologia na Audiência Pública que ocorrerá na próxima quarta-feira, no Plenário do Senado Federal.

Não havendo mais nenhuma indicação, acho que V. Exa. pode encaminhar o Requerimento com o nome da indicada por V. Exa. e vamos, só para cumprir o regimento, colocar extrapauta o Requerimento de V. Exa.

Submeto à apreciação dos Srs. Senadores a inclusão extrapauta do Requerimento de autoria do Senador Gilberto Goellner, com a indicação da Dra. Samanta Pineda para representar, na Audiência Pública da próxima quarta-feira, dia 29, no Plenário do Senado Federal, a Comissão de Ciência e Tecnologia. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado o extrapauta, o Requerimento do Senador Gilberto Goellner, que eu solicitaria à V. Exa. que o encaminhasse por escrito à Mesa.

Vamos à pauta dos projetos...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a inversão...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com inversão aprovada. Item 34. Senador Valter Pereira.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para relatar.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu tenho... Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu tenho uma audiência às 11 horas com o Presidente José Sarney, junto com a Comissão Externa de Juristas, que está elaborando a proposta do Código de Processo Penal. Eu também gostaria de relatar, retornaria para votar, mas eu gostaria de relatar, porque...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Solicite a inversão.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A audiência é com o Presidente do Senado e não posso me atrasar. Solicito a inversão de pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em votação a solicitação de inversão de pauta pelo Senador Renato Casagrande, Itens 18 e 19. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Presidente, pela ordem. O que eu estou observando é que todos nós temos compromissos. Então, vai se aprovar o primeiro e não se aprova o segundo. Então eu queria dar como sugestão, se consultada a Mesa e aos Srs. Senadores e Senadoras, todos os projetos a seguir, eles estão com pareceres favoráveis do conhecimento de todos nós. Simplesmente a leitura do número e seria votado em bloco.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas é assim. Será votado em bloco.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Mas então não vamos relatar. Vamos ler e dar tudo favorável. Porque se for cada um fazer a leitura, já que é do conhecimento de todo mundo--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não, não. É só a leitura do parecer, mas é necessário que se faça a leitura, regimentalmente, Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Mas V. Exa. poderia fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Farei.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Faça e coloque todos em bloco sem relator. A relatoria já está clara.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Assim será feito. Assim será feito.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Só se pronunciando se favorável ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item 34, pela inversão de pauta aprovada, Senador Valter Pereira.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Projeto de Decreto Legislativo nº 321, de 2008, terminativo: "*Aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Rádio e Televisão Jaguarete Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora-FM, em frequência modulada na cidade de Itaquiraí, Estado do Mato Grosso do Sul*". Com a palavra o Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, dentro dessa linha de raciocínio e da proposta do Senador Efraim Morais, eu acho que é só pronunciar o voto; e o voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Valter Pereira.

Ainda atendendo a inversão de pauta, Senador Renato Casagrande, Item 18. Projeto de Decreto Legislativo nº 293, de 2008, terminativo. "*Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Regional de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Nova Aliança, Estado de São Paulo*".

Item 19. Projeto de Decreto Legislativo nº 420, de 2008, terminativo. "*Aprova o ato que outorga permissão à Rádio RMS Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Capão Bonito, Estado de São Paulo*".

Com a palavra o Senador Renato Casagrande, para leitura de seus pareceres.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, tanto a Rádio Sistema Regional de Comunicação Ltda. como a Rádio RMS Ltda., são votos favoráveis, Sr. Presidente, do meu relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Renato Casagrande.

Retornamos à pauta, o Item 03, relatoria do Senador Lobão Filho. Projeto de Decreto Legislativo nº 04, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação da Juventude do Município de Montes Altos, Maranhão, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montes Altos, Estado do Maranhão*".

Com a palavra nosso vice-Presidente, Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Parecer favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa..

Item 04, Senador Gerson Camata.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Solicito ao Senador Lobão Filho que faça a leitura do parecer *ad hoc* do Senador Gerson Camata. Item 04. Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Renovação para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo*". Relator *ad hoc,* Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Parecer também favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço V. Exa..

Item... Item 05, Senador Flávio Arns. Está presidindo a Comissão de Educação e ficou de retornar. Vamos deixar para o final. Itens 5, 6, 7, 8, 9, 10... Itens 6, 7, 8, 9, 10, 11.

Senador Sérgio Zambiasi. Item 6. Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 1997, terminativo. "*Aprova o ato que renova a permissão outorgada a Rádio Campinas do Sul Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito local, na cidade de Campinas do Sul, Estado do Rio Grande do Sul*."

Item 7. Projeto de Decreto Legislativo nº 61, de 1998, terminativo. "*Aprova o ato que renova a concessão deferida à Radio Emissora Batovi Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul*."

Item 08. Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Rádio Amigos FM, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Entre Rios do Sul, Estado do Rio Grande do Sul*."

Item 09. Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Pró-Desenvolvimento Cultural e Artístico de Coronel Barros, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel Barros, Estado do Rio Grande do Sul*."

Item 10. Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Para a Divulgação, Desenvolvimento Comunitário e Bem Estar de Campinas do Sul-ADIVULGAM, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinas do Sul, Estado do Rio Grande do Sul*."

Item 11. Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Companheira FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mato Leitão, Estado do Rio Grande do Sul*."

Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Flexa Ribeiro, os pareceres são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à V. Exa..

Item 12. Relator: Senador Antônio Carlos Júnior. Projeto de Decreto Legislativo nº 100, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente dos Moradores de Itinga, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lauro de Freitas, Estado da Bahia*."

Com a palavra o Senador Antônio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Parecer favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à V. Exa.. Os pareceres serão colocadas em discussão e em votação em conjunto, ao final da leitura de todos.

Item 13. Relatoria do Senador Gilvam Borges. Solicito ao Senador Valter Pereira que possa fazer a relatoria *ad hoc*. Item 13. Projeto de Decreto Legislativo nº 132, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Maíra Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Acrelândia, Estado do Acre*".

Senador Valter Pereira, relator *ad hoc*.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem, Sr. Presidente. O voto é favorável, nos termos do relatório produzido pelo Senador Gilvam Borges.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Valter Pereira.

Item nº 14. Relatoria do Senador Gilberto Goellner. Projeto de Decreto Legislativo nº 388, de 2008, terminativo. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Beneficente Rioclarense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Rio Claro, Estado do Mato Grosso*". Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Nosso parecer é pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.

Itens 15, 16 e 17, relatoria do Senador Eduardo Azeredo. Solicito ao nobre Senador Marco Maciel para que possa proferir, como relator *ad hoc*, os pareceres.

Item 15, Projeto de Decreto Legislativo nº 174, de 1999, terminativo. "*Aprova o ato que renova a permissão da Rádio Difusora FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora e frequência modulada na cidade de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais*."

Item 16. Projeto de Decreto Legislativo nº 79, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Por do Sol para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Várzea Paulista, Estado de São Paulo.*"

Item 17. Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Cultural Comunitária Alternativa-ASBECCA, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araguari, Estado de Minas Gerais*."

Senador Marco Maciel, como relator *ad hoc*.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, Sras. e Srs. Senadores, o meu parecer como relator *ad hoc* é favorável à aprovação das três rádios que V. Exa. acaba de anunciar, cuja relatoria coube primeiramente ao nobre Senador Eduardo Azeredo, aliás, um dos especialistas nessas questões.

É o meu voto, Sr. Presidente, como relator *ad hoc*.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Marco Maciel.

Os itens 18 e 19 já foram relatados pelo Senador Renato Casagrande.

Vamos aos itens 20, 21, 22 e 23, relatoria da Senadora Patrícia Saboya, que solicito ao nobre Senador Antônio Carlos Valadares, como relator *ad hoc*.

Item 20. Projeto de Decreto Legislativo nº 425, de 2008, terminativo. "*Aprova o ato que outorga autorização*

à Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Mombaça para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mombaça, Estado do Ceará."

Item 21, Projeto de Decreto Legislativo nº 11 de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga autorização à Sociedade de Amparo à Cultura Vale do Acaraú para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Acaraú, Estado do Ceará*."

Item 22. Projeto de Decreto Legislativo nº 12/09, terminativo. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Santo Antônio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caridade, Estado do Ceará*."

Item 23. Projeto de Decreto Legislativo nº 52/09, terminativo. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Distrital do Triângulo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chorozinho, Estado do Ceará*."

Como relator *ad hoc*, Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha os projetos não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação dos atos para explorar o serviço de radiodifusão referentes aos itens 20, 21, 22 e 23, que tem como relatora a Senadora Patrícia Saboya. Meu parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Antônio Carlos Valadares.

Vamos aos itens 24 e 25, relatoria do Senador Leomar Quintanilha. Solicito ao Senador Lobão Filho que possa fazer a leitura como relator *ad hoc*.

Item 24. Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária de Sandolândia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sandolândia, Estado do Tocantins*."

Item 25. Projeto de Decreto Legislativo nº 415, de 2008, terminativo. "*Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Som Tocantins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins*."

Como relator *ad hoc*, Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Não, a chegada do Senador Leomar...

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Se V. Exa. permitir, eu faço o relatório, Senador Flexa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para nós, Senador Leomar, é uma alegria e uma honra muito grande tê-lo conosco aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia. V. Exa., como relator dos itens 24 e 25, já lidos, pode proferir o parecer.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Associação Comunitária da Cidade de Sandolândia apresentou a documentação correta para o serviço de radiodifusão da Associação de Comunicação Comunitária de Sandolândia. Portanto, sobre o item 24 e esse Projeto, parecer favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Leomar Quintanilha. Itens 26, 27--

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Não, 25.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ah, 25. Por favor, parecer de V. Exa..

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Projeto de Decreto Legislativo 415, de 2008, que aprova o ato de outorga concessão à Rádio Som Tocantins Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. Também a concessionária apresentou a documentação correta, sem nenhum óbice, sem nenhum obstáculo, aprovado pelo Ministério.

Nosso voto também é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Leomar Quintanilha. Vamos aos itens 26, 27, 28 e 29, relatoria do Senador Wellington Salgado. Solicito ao Senador Efraim Morais que possa fazer a relatoria *ad hoc*.

Item 26. Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 1997, terminativo. "*Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Itauna S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda media na cidade de Itauna, Estado de Minas Gerais*."

Item 27. Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2001, terminativo. "*Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Machado Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Machado, Estado de Minas Gerais*."

Item 28. Projeto de Decreto Legislativo nº 80, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga permissão à Rádio de Guarani Novidades FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guarani, Estado de Minas Gerais*."

Item 29, Projeto de Decreto Legislativo nº 89, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Cultural Comunitária Tropical para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patrocínio, Estado de Minas Gerais*."

Senador Efraim Morais, como relator *ad hoc*.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, sendo o Senador Wellington Salgado um especialista nessa área em telecomunicações, sou favorável aos itens 26, 27, 28 e 29.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Efraim Morais.

Itens 30 e 31. Relator, Senador Antônio Carlos Valadares.

Item 30. Projeto de Decreto Legislativo nº 251, de 2008, terminativo. "*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Itabaiana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabaiana, Estado de Sergipe*."

Item 31, Projeto de Decreto Legislativo nº 254, de 2008, terminativo. "*Aprova o ato que outorga autorização à APROBESNE-Associação de Promoção e Bem Estar Social de Neópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Neópolis, Estado de Sergipe*."

Com a palavra o Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pode me informar qual é a página do item, número...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): 319.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Quer o resumo?

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não, eu vou aqui; vou logo aqui. 319. Já que se trata de duas emissoras lá do meu estado... Presidente, eu vou ser sucinto, apenas dizer que, diante da documentação apresentada, a Rádio FM Itabaiana merece aprovação para a exploração do serviço de radiodifusão sonora com frequência modulada na cidade de Itabaiana.

E assim também é o próximo item, em Neópolis. É a Associação de Promoção de Bem Estar Social de Neópolis, que propõe a execução do serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Neópolis.

O nosso parecer também é pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Antônio Carlos Valadares. O Estado de Sergipe terá duas novas emissoras para melhor informar a população desse querido estado.

Vamos ao item 32, relatoria do Senador José Agripino. Item 32, Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Tenente Laurentino Cruz, Rio Grande do Norte, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laurentino Cruz, Estado do Rio Grande do Norte*."

Com a palavra o Senador José Agripino, líder dos Democratas.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Trata-se da outorga de autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Tenente Laurentino Cruz, do Rio Grande do Norte, autorização para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Laurentino Cruz, na Serra de Santana, no meu estado.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, que é um documento que integra os autos do processo, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento. Ou seja, preenche todos os pré-requisitos.

O projeto foi aprovado pela CCT, pela Comissão de Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, tem parecer favorável de seu relator e encontra-se agora na nossa CCJ, tendo obtido parecer favorável no ponto de vista jurídico constitucional e embasado em boa prática legislativa. A matéria, portanto, preenche todos os pré-requisitos.

É uma rádio comunitária num município pequeno do meu estado, no alto de uma serra com alcance importante, ela prestará grandes serviços comunitários e o nosso parecer é favorável com estímulo e com louvor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador José Agripino.

Vamos aos itens... 34, já... Senador Valter Pereira já relatou; 35... 33. Relator Senador Magno Malta. Solicito ao Senador Antônio Carlos Júnior que possa fazer a relatoria *ad hoc*, número 33. Item 33, Projeto de Decreto Legislativo 379, de 2008, terminativo. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores Amigos de Cabrália Paulista, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cabrália Paulista, Estado de São Paulo*."

Senador Antônio Carlos Valadares... Antônio Carlos Júnior, relator *ad hoc*.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Srs. Senadores. O parecer do Senador Magno Malta é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Antônio Carlos Júnior.

Itens 35 e 36, 37, 38, 39, 40, 41, relatoria do Senador Arthur Virgílio. Solicito ao nobre Senador José Agripino que possa... José Agripino, para fazer a relatoria dos projetos *ad hoc*. Vou fazer a leitura, Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, para sermos sucintos...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu preciso fazer a leitura do...

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Está perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item 35. Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 1997, terminativo. "*Aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio Brasil Sociedade Limitada para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Campinas, Estado de São Paulo*."

Item 36. Projeto de Decreto Legislativo nº 130, de 1997 terminativo. "*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Radio Jovem Som de Presidente Venceslau Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Presidente Venceslau, Estado de São Paulo*."

Item 37. Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 1998, terminativo. "*Aprova o ato que renova a concessão da sociedade Rádio Clube de Oswaldo Cruz Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Oswaldo Cruz, Estado de São Paulo*."

Item 38. Projeto de Decreto Legislativo nº 178, de 1999, terminativo. "*Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Vale do Rio Tietê Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de José Bonifácio, Estado de São Paulo*."

Item 39. Projeto de Decreto Legislativo nº 268, de 1999, terminativo. "*Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jornal de Rio Claro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo*."

Item 40. Projeto de Decreto Legislativo nº 303, de 2008, terminativo. "*Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Maíra Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Manoel Urbano, Estado do Acre*."

Item 41. Projeto de Decreto Legislativo nº 306, de 2008, terminativo. "*Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Maíra Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Acre, Estado do Acre*."

Senador José Agripino, como relator *ad hoc*.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, tratam-se de seis estações de rádio, todas preenchendo os pré-requisitos, a exemplo da Rádio Tenente Laurentino, como acabei de relatar a essa Comissão. São projetos assemelhados, com requisitos preenchidos todos de forma assemelhada, e o parecer é igualmente favorável pela aprovação de todas as propostas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador José Agripino.

Vamos aos itens 42, 43, 44, 45. Relator o Senador Efraim Morais.

Item 42. Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 1996, terminativo. "*Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cidade de Sumé Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cuité, Estado da Paraíba*."

Item 43. Projeto de Decreto Legislativo nº 116 de 1997, terminativo. "*Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Serra da Capivara Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Raimundo Nonato, Estado Do Piauí*."

Item 44. Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 1999 terminativo. "*Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Integração do Brejo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bananeiras, Estado da Paraíba*."

Item 45. Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária de Pimenteiras, Piauí, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pimenteiras, Estado do Piauí*."

Com a palavra o Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, são duas emissoras de rádio na Paraíba e duas no Piauí. No caso da Paraíba, se trata da Rádio Cidade Sumé e também da Rádio Integração do Brejo Ltda., na cidade de Bananeiras. E satisfaz as condições de... As exigências técnicas e somos favoráveis aos quatro itens, pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Efraim Morais.

Passo a Presidência ao nosso vice-Presidente, Senador Lobão Filho.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): 46, Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 1993, terminativo. "*Aprova o ato que renova a permissão da empresa Modelo FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Castanhal, Estado do Pará*."

Item 47. Projeto de Decreto Legislativo nº 358, de 2001, terminativo. "*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Televisão Liberal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belém, Estado do Pará*."

Item 48. Aprova... Projeto de Decreto Legislativo nº 368, de 2008, terminativo. "*Aprova o ato que outorga concessão à Amazônia Comunicação e Radiodifusão*

Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Gurupá, Estado do Pará."

Item 49. "*Aprova o ato que outorga permissão à Amazônia Comunicação e Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Novo Repartimento, Estado do Pará*."

E, finalmente, Item 50. "*Aprova o ato que outorga permissão à Rede Norte de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mocajuba, Estado do Pará*."

Como vota o relator, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Lobão Filho, os itens 46, 47, 48, 49 e 50 dizem respeito à renovação e permissão de outorga de rádios para as cidades de Castanhal, Modelo, Rádio Modelo FM Ltda., para a cidade de Belém, Televisão Liberal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada; na cidade de Gurupá, outorga concessão à Amazônia Comunicação e Radiodifusão Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora; para a cidade de Novo Repartimento, outorga permissão à Amazônia Comunicação e Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada e finalmente no Município de Mocajuba, outorga permissão à Rede Norte de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Mocajuba.

Os documentos todos foram de acordo com a legislação, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Tendo sido lido todos os projetos de decretos legislativos, pela aprovação, eu sugiro que seja colocado em bloco para votação nominal. Discussão primeiro? Então, é colocado em discussão, para quem queira discutir os projetos já relatados. Quem queira discutir, se manifeste. Não havendo quem queira discutir, abrimos a votação nominal dos projetos relatados.

Senador Marcelo Crivella, como vota?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador... Lobão Filho vota favorável também. Senador Antônio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim, com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sim, com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sim, com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Tendo sido votado de forma unânime, estão aprovados todos os decretos... Os projetos de decretos legislativos.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Pois não, pela ordem Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, eu queria apenas dizer que estou encaminhando à Mesa um requerimento para fazermos uma Audiência Pública sobre uma denúncia muito importante feita pelo Ministério da Agricultura, dando conta de que produtos agrícolas, sobretudo o pimentão, mas também a cenoura e vários outros, estão com alto índice de toxicidade.

Presidente, segundo o Ministério da Agricultura, a maioria dos produtos que saem do campo estão com alto índice de agrotóxicos, 67% do pimentão testado pelo Ministério da Agricultura estava intoxicado de agrotóxico.

Então, queria pedir a V. Exa., vou encaminhar o requerimento por escrito, mas se pudéssemos fazer em conjunto com a Comissão de Agricultura e Meio Ambiente, uma Audiência Pública, chamar aqui o Ministro da Agricultura, chamar o Ministro do meio ambiente, chamar aqui o pessoal que fez o relatório, para nós esclarecermos isso, que isso é da maior gravidade, o povo brasileiro está sendo envenenado.

O informe que saiu semana passada teve pouca repercussão, mas eu acho gravíssimo. Imagina, 67% do pimentão está com altos índices de agrotóxicos, isso chega na Mesa das crianças, das famílias brasileiras. Gostaria de pedir a V. Exa., então, que nós pudésse-

mos debater esse tema tão importante para a saúde pública no Brasil.

Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA):: Senador Crivella, então coloco... Irá formalizar o Requerimento e eu coloco em votação o Requerimento do Senador Crivella--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, pela ordem. Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Pela ordem, Senador Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu, discutindo aqui com o Senador Crivella, eu sugiro, inclusive eu gostaria de me unir à sua solicitação, à sua preocupação, e solicitaria que inclusive esse requerimento fosse encaminhado conjuntamente com outras duas comissões afetas a esse tema que é Agricultura e Reforma Agrária e Meio Ambiente.

O primeiro tem como Presidente o Senador Valter Pereira, e o segundo, que é meio ambiente, tem como Presidente o Senador Casagrande. Eu vejo que nós devemos compor uma Mesa de técnicos da iniciativa privada e do Governo, para apurar inclusive a fiscalização de produtos que são comercializados *in natura* e que deverão ser, ter, o nível de controle que dê segurança à mesa do brasileiro.

Então, eu parabenizo o Senador Crivella pela oportunidade, eu gostaria de me unir e requerer conjuntamente tão importante tema em Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Então, colocaremos em discussão e votação em separado os dois requerimentos. Em primeiro a votação do requerimento do Senador Crivella pedindo Audiência Pública para discussão do impacto no pimentão. Então, está em discussão. Não tendo quem queira discutir, coloco em votação. Quem aprova permaneça como está. Está aprovado o Requerimento.

Coloco em discussão agora o Requerimento do Senador Goellner, reencaminhando para as comissões de agricultura e de meio ambiente o Requerimento... Audiência Pública do Senador Crivella. Não havendo quem queira discutir...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Faremos em conjunto?

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Faremos em conjunto. Coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como estão. Aprovado o Requerimento.

Item 02 da pauta, Requerimento do Senador Antônio Carlos, não foi colocado em votação. Abro discussão. Não havendo quem queira discutir, abro a votação. Permaneçam como se encontram aqueles que aprovam o Requerimento do Senador Antônio Carlos Neto. Está aprovado o Requerimento do Senador Antônio Carlos.

Não. Havendo novo Requerimento, de autoria do Senador Lobão Filho, voto de aplauso à Senadora Roseana Sarney pela posse no cargo de Governadora do Estado do Maranhão. Abrindo discussão para os nobres Senadores. Não havendo quem queira discutir, boto em votação. Aqueles que aprovam, permaneçam como estão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Para discutir, com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quero associar-me ao Requerimento de V. Exa., que propõe voto de aplauso à Senadora... Ex-Senadora Roseana Sarney, hoje Governadora do Maranhão, pela sua posse que ocorreu semana passada. Todos nós, seus pares aqui no Senado Federal, desejamos a ela sucesso nessa nova empreitada. Sou favorável ao Requerimento de V. Exa.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Senadora Roseana vai ter que ter muito sucesso, muita força Divina, porque as enchentes lá, Senador Lobão Filho, estão arrasando o Maranhão. Tem que pedir a Deus que...

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Não só isso.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Iluminar... Deus e o Presidente Lula e a equipe de Governo, a equipe para ajudar, ajudar o Maranhão nesse momento.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Não só isso, Senador Valdir, mas a Governadora Roseana Sarney encontra um Estado com as finanças depredadas, o Governo do Estado do Maranhão, o seu antecessor conseguiu gastar 600 milhões de reais em três meses com o claro objetivo de inviabilizar o novo Governo que ali se instalaria.

Então, este voto, essa moção de congratulação com a Governadora Roseana Sarney é no sentido de darmos a ela todo o estímulo necessário nessa cruzada que não será fácil, devido a crise que se instala no mundo, devido às condições naturais do Maranhão que estão com graves problemas, mas principalmente devido a essa depredação dos cofres públicos maranhenses.

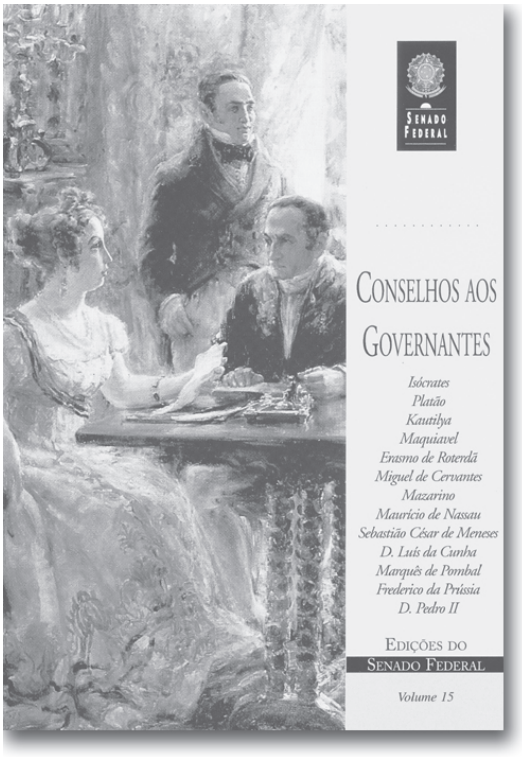
Então, o voto para que a Governadora possa, em curto período poder restabelecer a normalidade no Governo do Estado do Maranhão.

Não havendo nada mais na pauta, agradeço a presença dos Senadores, agradeço ao nosso Presidente Flexa Ribeiro e dou por encerrada essa sessão.

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conselhos aos Governantes

Coletânea de textos de Isócrates, Platão, Kautilya, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Cardeal Mazarino, Maurício de Nassau, Sebastião César de Meneses, D. Luís da Cunha, Marquês de Pombal, Frederico da Prússia e D. Pedro II.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)
Agência: 4201-3
A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP
Conta-corrente: 170.500-8
Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.

EDIÇÃO DE HOJE: 1126 PÁGINAS

(OS: 12326/2009)